REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões do Senado Federal

Atas da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ANO LXVI – SUP. "A" AO Nº 215 – SÁBADO, 17 DE DEZEMBRO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

(*) Republicado, em 12/4/2012, para inserção no sumário, do item nº 2 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e ajustes numéricos das Sessões Legislativas Ordinárias, da referida Comissão.

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) - 23	**Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25**	**Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15**
Líder **Renan Calheiros - PMDB** ..... **Líder do PMDB - 17** **Renan Calheiros** Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner **Líder do PP - 5** **Francisco Dornelles** Vice-Líder do PP Ana Amélia (14) **Líder do PV - 1** **Paulo Davim**	**Líder** **Humberto Costa - PT** Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella ..... **Líder do PT - 13** **Humberto Costa** Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita **Líder do PDT - 5** **Acir Gurgacz** Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque **Líder do PSB - 4** **Antonio Carlos Valadares** Vice-Líder do PSB Lídice da Mata **Líder do PC DO B - 2** **Inácio Arruda** **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella**	**Líder** **Mário Couto - PSDB** (6) Vice-Líderes Jayme Campos (5) Maria do Carmo Alves Cyro Miranda ..... **Líder do PSDB - 10** **Alvaro Dias** Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (9) Paulo Bauer (8) Flexa Ribeiro (7) **Líder do DEM - 5** **Demóstenes Torres** (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)
PR - 8 **Líder** **Magno Malta - PR** (11) Vice-Líder Clésio Andrade	**PTB - 6** **Líder** **Gim Argello - PTB** Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	**PSOL - 2** **Líder** **Marinor Brito - PSOL**
PSD - 2 **Líder** **Kátia Abreu - PSD** (13) Vice-Líder Sérgio Petecão	**Governo** **Líder** **Romero Jucá - PMDB** Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
13. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
14. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
15. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
16. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
17. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
18. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Patrícia Freitas Portella Nunes Martins
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES NO SENADO FEDERAL

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2011..... 6

Ata da 63ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de novembro de 2011..... 11

Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2011..... 15

AtaAta da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2011..... 38

Ata da 66ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de novembro de 2011..... 43

Ata da 67ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2011..... 66

Ata da 68ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de dezembro de 2011..... 81

1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

1.2.2.1 – Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social

Ata da 15ª Reunião, realizada em 19 de setembro de 2011..... 101

Ata da 16ª Reunião, realizada em 27 de setembro de 2011..... 133

Ata da 17ª Reunião, realizada em 8 de novembro de 2011..... 156

Ata da 18ª Reunião, realizada em 29 de novembro de 2011..... 179

1.2.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2011..... 210

Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2011..... 239

Ata da 60ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de novembro de 2011..... 242

Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2011..... 255

Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2011..... 265

Ata da 63ª Reunião, Ordinária, realizada em 30 de novembro de 2011..... 270

Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2011..... 294

Ata da 65ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de dezembro de 2011..... 346

1.2.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 63ª Reunião, Ordinária, em 22 de novembro de 2011..... 375

Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2011..... 385

Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2011..... 388

Ata da 66ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de novembro de 2011..... 415

Ata da 67ª Reunião, Conjunta, realizada em 30 de novembro de 2011..... 432

Ata da 68ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de dezembro de 2011..... 459

Ata da 69ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2011..... 478

1.2.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2011..... 494

Ata da 57ª Reunião, Conjunta, realizada em 29 de novembro de 2011..... 554

Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2011..... 585

Ata da 59ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de dezembro de 2011..... 596

1.2.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

1.2.6.1 – Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher

Ata da 3ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2011..... 608
Ata da 4ª Reunião, realizada em 12 de julho de 2011..... 612
Ata da 5ª Reunião, realizada em 18 de agosto de 2011..... 629
1.2.7 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI
Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2011. 639
Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2011. 650
Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2011..... 663
Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2011..... 667
1.2.8 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR
Ata da 29ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de novembro de 2011..... 674
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2011..... 690
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2011..... 692
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2011..... 708
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2011..... 712
1.2.8.1 – Subcomissão Permanente da Amazônia
Ata da 4ª Reunião, realizada em 22 de setembro de 2011. 720
Ata da 5ª Reunião, realizada em 29 de setembro de 2011..... 741
1.2.9 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA
Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2011..... 765
Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2011..... 771
Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2011..... 778
1.2.10 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2011..... 794
Ata da 46ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de outubro de 2011..... 812
Ata da 47ª Reunião, Conjunta, realizada em 25 de outubro de 2011..... 846
Ata da 48ª Reunião, Conjunta, realizada em 25 de outubro de 2011..... 864
Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2011..... 882
Ata da 50ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de novembro de 2011..... 884
Ata da 51ª Reunião, Conjunta, realizada em 9 de novembro de 2011..... 915
Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2011..... 950
Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2011..... 951
Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2011..... 953
Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2011..... 955
Ata da 56ª Reunião, Conjunta, realizada em 30 de novembro de 2011..... 960
Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2011..... 988
2 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Ata 5ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 12 de julho de 2011..... 1011
Ata 13ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 12 de julho de 2011..... 1061
Ata 14ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 9 de agosto de 2011..... 1114
Ata 15ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 16 de agosto de 2011..... 1114
Ata 16ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 23 de agosto de 2011..... 1115
Ata 6ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 24 de agosto de 2011..... 1118
Ata 17ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 30 de agosto de 2011..... 1127
Ata 7ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 31 de agosto de 2011..... 1131
Ata 18ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 13 de setembro de 2011..... 1132
Ata 3ª Reunião, de Audiência Pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 14 de setembro de 2011..... 1137
Ata 19ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 20 de setembro de 2011..... 1167
Ata 8ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 28 de setembro de 2011..... 1171
Ata 9ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 5 de setembro de 2011..... 1174

Ata 20ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 18 e 19 de outubro de 2011..... 1182

Ata 21ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 25 e 26 de outubro de 2011..... 1199

Ata 10ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 1º de novembro de 2011..... 1203

Ata 22ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 8 de novembro de 2011..... 1227

Ata 11ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 9 e 10 de novembro de 2011..... 1230

Ata 12ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 16 e 17 de novembro de 2011..... 1239

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia dez de novembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral e, ainda, do Senador Waldemir Moka, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Ana Amélia, Sérgio Souza, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Lobão Filho, Francisco Dornelles, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no Rio de Janeiro, Reditario Cassol, Cyro Miranda, em virtude de se encontrar em missão política nos Estados Unidos, José Agripino, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 61ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Mensagem (SF) nº 142 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "solicita autorização para contratação de operação de crédito externo no valor equivalente de até US$ 22.132.000,00 (vinte e dois milhões e cento e trinta dois mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Hortolândia, Estado de São Paulo, e a Cooperação Andina de Fomento – CAF, destinada ao financiamento parcial do Programa de Infraestrutura Urbana e Proteção de Áreas Naturais de Hortolândia – Infra-Urbe", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Aloysio Nunes Ferreira Relator "Ad Hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "Ad Hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 2– Mensagem (SF) nº 143 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 128.660.000,00 (cento e vinte e oito milhões seiscentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre Furnas Centrais Elétricas S.A – FURNAS e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o 'Projeto de Modernização das Hidrelétricas Furnas e Luiz Carlos Barreto de Carvalho'", tendo como Relator o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão, para que possa relatar a Matéria, passa a Presidência ao Senador Waldemir Moka. Após a leitura do relatório pelo Relator, Senador Delcídio do Amaral, usa da palavra o Senador Eduardo Suplicy. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 62ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 61ª Reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 142 DE 2011
– Não Terminativa -

Solicita autorização para contratação de operação de crédito externo no valor equivalente de até US$22,132,000.00 (vinte e dois milhões e cento e trinta dois mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Hortolân-

dia, Estado de São Paulo, e a Cooperação Andina de Fomento – CAF, destinada ao financiamento parcial do Programa de Infraestrutura Urbana e Proteção de Áreas Naturais de Hortolândia – Infra-Urbe.

Autoria: Presidência da República.

O relator é Senador José Pimentel, que se encontra, neste exato momento, lá na sanção do projeto do Simples, relativo às micro e pequenas empresas. Sem dúvida alguma, o Senador Pimentel fez um grande trabalho e sempre foi um Senador muito dedicado com relação a esses assuntos. Portanto, nada mais justo que ele participe da sanção desse projeto.

E o relatório do Senador Pimentel é favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Como o Senador Pimentel não vai poder relatar, eu nomeio relator *ad hoc*, excepcionalmente... A burocracia, a nomenclatura da Comissão de Assuntos Econômicos... Excepcionalmente, isto não pode valer como regra, como jurisprudência, é um caso excepcional: eu nomeio o Senador Aloysio Nunes Ferreira relator *ad hoc*.

E gostaria de registrar que, de acordo com a Resolução nº 43/01, do Senado Federal, encontram-se presentes, para acompanhar a apreciação da matéria, o Sr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; e o Sr. Angelo Perugini, Prefeito do Município de Hortolândia.

Muito bem-vindo aqui à nossa Comissão de Assuntos Econômicos, e, em nome de V. Exª, quero cumprimentar toda a população de Hortolândia.

Com a palavra o relator, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, por essa excepcional autorização para relatar um pedido de autorização para empréstimo externo de um Município de meu Estado. Essa é a regra, Sr. Prefeito Perugini, mas, nestas circunstâncias excepcionalíssimas, agradeço imensamente esta pequena entorse na nossa rotina.

A operação de crédito a que se refere o presente projeto de resolução destina-se a um financiamento parcial do Programa de Infraestrutura Urbana e Proteção de Áreas Naturais de Hortolândia – Programa Infra-Urbe.

Como disse V. Exª, o programa deverá contar com investimentos totais de US$44,26 milhões, sendo que o Município de Hortolândia aportará, como contrapartida, recursos equivalentes à metade desse montante a ser desembolsado em três anos, originalmente previsto entre 2011 e 2013.

A operação de crédito encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras do Banco Central do Brasil, sob o nº TA570345.

Ela será contratada com base na taxa de juros vinculada à Libor semestral, acrescida de *spread* de 2,35% a.a. De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, deverá apresentar custo efetivo da ordem de 6,12% a.a., flutuante conforme a variação do índice.

Nessa operação, Sr. Presidente, foram analisados os seus pressupostos pela Secretaria do Tesouro Nacional. Os pareceres da Secretaria encontram-se anexos à Mensagem que foi encaminhada aqui ao Senado. E se constata, da análise desses documentos, que a atual situação de endividamento do Município de Hortolândia comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas da contratação deste novo empréstimo.

Efetivamente, essa operação implica, para o Município, dispêndios médios com os serviços de sua dívida consolidada correspondentes a 1,28% de sua receita corrente líquida, não ultrapassando, assim, o valor máximo permitido, de 11,5% da referida receita.

O Município não apresenta endividamento consolidado excessivo. Tem, portanto, plenas condições de honrar os encargos decorrentes desse financiamento e tem margem suficiente para cobrir eventual dívida a ser honrada pela União.

Com base nesses dados que se encontram no anexo deste parecer, nosso voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queiram discutir, em votação o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira, lídimo representante do Estado de São Paulo.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável, nos termos do PLS apresentado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, requeiro que essa matéria seja encaminhada em regime de urgência à deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria, e a matéria segue, meu caro Prefeito, diretamente ao plenário do Senado, para que, em regime de urgência, essa matéria venha a ser votada.

Portanto, parabenizo V. Exª, a população de Hortolândia por essa vitória. Sei que os recursos serão muito bem aplicados no Município de Hortolândia, fruto do relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira aqui apresentado.

Passemos ao Item 2, de que sou relator. Gostaria que o Senador Moka presidisse aqui a Comissão de Assuntos Econômicos para que eu fizesse o relato de uma empresa pela qual não tenho muita simpatia, de um setor de que pouco participei ao longo de minha vida. Portanto, faço esta relatoria com...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Um setor ainda não desbravado pela inteligência de V. Exª e não visitado por sua experiência...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Assumindo a Presidência, passo a palavra ao relator, Senador Delcídio do Amaral.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 143 DE 2011
– Não Terminativa -

Propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 128,660,000.00 (cento e vinte e oito milhões seiscentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre Furnas Centrais Elétricas S.A – Furnas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto de Modernização das Hidrelétricas Furnas e Luiz Carlos Barreto de Carvalho.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral.

O relatório é favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS), que apresenta.

Informo que se encontram presentes para acompanhar a apreciação da matéria os Srs. Caio Pompeu de Souza Brasil Neto, Assistente da Superintendência de Operação e Captação de Recursos; Rodrigo Figueiredo Soria; Engenheiro Carlos José Ferreira, Chefe do Departamento de Geração; e André Carlos Prates Cimbleris, Gerente de Assessoria de Políticas e Estudos Ambientais de Furnas, Centrais Elétricas S.A.

Com a palavra o relator da matéria.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Primeiro, quero cumprimentar a toda a equipe de Furnas aqui presente. Uma empresa que, mais do que nunca, honra o setor elétrico brasileiro. Uma empresa de excelência, com pessoas de alta qualificação. Portanto, eu não podia deixar de registrar aqui.

E aproveito para cumprimentar o Presidente de Furnas, que me telefonou ontem, falando sobre esse projeto, que é meu grande amigo Flávio Decat. Também profissional de carreira, construiu sua carreira em Furnas. Foi Itaipu, foi Eletrosul, foi Cemig, foi Eletrobrás, mas começou sua carreira em Furnas.

Então, fico feliz de me autonomear relator desse projeto e relator também de duas usinas, onde eu era estagiário ainda na GE. Naquela época de estagiário, nós fomos fazer uns ensaios nos transformadores de corrente no cubículo de neutro, lá na usina de Estrito, que agora se chama Luiz Carlos Barreto de Carvalho. Perto de Franca, não é? Então, fui lá, eu era estagiário da GE, nós fomos fazer uns testes nos transformadores de corrente no cubículo de neutro de uma das máquinas de lá de Estreito.

Então, passo ao relatório, Sr. Presidente Senador Moka.

É submetida à apreciação do Senado Federal a Mensagem nº 143, de 2011, da Presidente da República, que solicita autorização para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da União, entre Furnas Centrais Elétricas S.A. e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US$ 128.660.000,00.

Esses recursos vão ser aplicados basicamente no financiamento parcial do Projeto de Modernização das Hidrelétricas Furnas e Luiz Carlos Barreto de Carvalho.

Já são usinas, Senador Aloysio Nunes, que operam há muitos anos. Então, esse é um projeto para fazer o *retrofit* da usina, a modernização da usina. São muito boas usinas, com desempenho excepcional. Elas ficam no rio Grande. São usinas emblemáticas, a usina de Furnas, Juscelino, todo aquele sonho de um Brasil com energia renovável, hidroeletricidade. A história de Furnas se confunde com a história do setor e com a história do nosso País – e no rio Grande, que é um rio simplesmente espetacular, que faz divisa do Estado de V. Exª. Maravilhoso o rio Grande.

O objetivo do projeto é contribuir para a recuperação e conservação da capacidade de geração de

energia elétrica por meio de fontes renováveis, com um impacto importante na eficiência energética, muito possivelmente os geradores vão gerar megawatts adicionais, se muito provavelmente essa é a intenção de Furnas, e na emissão de gases de efeito estufa, já que evitará o consumo de combustível fóssil na geração de eletricidade e otimizará o uso de recursos hídricos já comprometidos.

São usinas absolutamente estáveis, consolidadas, sob o ponto de vista ambiental. Usinas de sucesso absoluto.

O objetivo específico do projeto é financiar a recuperação e modernização da Usina de Furnas e da Usina Luiz Carlos Barreto de Carvalho, recuperando a capacidade de geração, aumentando a eficiência, a confiabilidade e a redução do período de manutenção; aumentar a vida útil das usinas; e fazer uma atualização tecnológica.

O projeto será executado pelo próprio mutuário, Furnas, e contará com investimentos do BID. São US$128,7 milhões, tendo como contrapartida local US$24,5 milhões, totalizando R$153,2 milhões no período 2011-2014.

O financiamento será contratado sob a modalidade de empréstimo do Mecanismo Unimonetário, com taxa de juros Libor, e as demais condições usuais de empréstimos do BID. É um empréstimo convencional, é um empréstimo de procedimento normal do BID.

O custo do empréstimo é estimado em 3,16% a.a., flutuante, claro, conforme a variação da Libor. O patamar é absolutamente aceitável, considerando o custo atual da curva média de captação do Tesouro Nacional em dólar no mercado internacional. Nós temos aqui, inclusive, um representante do Tesouro Nacional, acompanhando esta sessão.

Entre os documentos encaminhados ao Senado Federal, constam os Pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que examinam as informações referentes ao pleito e concluem favoravelmente à sua aprovação, desde que obedecidas as condicionalidades prévias ao primeiro desembolso, formalizado o contrato de contragarantia e comprovada a situação de adimplência do mutuário perante a União.

Eu vou aqui resumir a análise.

Rapidamente, essa operação, com relação à observância e ao cumprimento dos limites e condições estipuladas, segue a Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal. Depois, essa mesma Resolução, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 41, também do Senado Federal, evidente que obedece à Lei de Responsabilidade Fiscal – e, diga-se de passagem, é um grande avanço do Brasil a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A STN já deu o parecer através de Documento GEOPE/CODIP/SUBSEC III/STN nº 1.010, de 18 de agosto de 2011. Também no parecer são fornecidas informações acerca da situação de Furnas no que diz respeito ao cumprimento das condições e exigências de natureza financeira e processual, estipuladas nas resoluções que acabei de citar e pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

É importante registrar alguns esclarecimentos.

O referido programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), conforme a Recomendação nº 1.173, de 17 de dezembro de 2009, homologada pelo Ministro de Estado do Planejamento.

A contratação da operação de crédito foi objeto de análise de capacidade de pagamento pelo Parecer COPAR/GEAFE nº 1.819, de 24 de novembro de 2010, que considerou que Furnas apresenta condições de honrar esses compromissos...

Relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do plano plurianual, isso também foi verificado.

Também está previsto no PDG – Programa de Dispêndios Globais de Furnas, aprovado pelo Decreto nº 7.375, de 29 de novembro, a captação dos recursos externos no montante de R$282,4 milhões.

Quanto às contragarantias, o Conselho de Administração de Furnas, em sua 385ª Reunião, aprovou a indicação de acesso à conta centralizadora de titularidade de Furnas, a ser oferecida em contragarantia, tanto que o Conselho de Administração já aprovou também.

Portanto, é absolutamente possível atender a esse pleito, já que a referida conta apresenta saldo médio mensal de aproximadamente R$257,63 milhões, mais que suficiente para o eventual ressarcimento à União, caso essa venha a honrar o compromisso na condição de garantidora da operação.

De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal da União para o primeiro quadrimestre de 2011, há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no art. 9º da Resolução nº 48 do Senado.

Consulta realizada por meio eletrônico, em 7 de julho de 2011, não indicou a existência de débito em nome de Furnas junto à União e suas entidades controladas pelo Poder Público Federal.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), como disse anteriormente, já emitiu o parecer favorável, e, no exame das cláusulas da minuta contratual, concluiu que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à es-

pécie. Em especial, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, ou contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem como que implique compensação automática de débitos e créditos.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do pedido de autorização de Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas) para contratar operação de crédito com garantia da União nos termos aqui constantes – eu não vou repetir; é um contrato tradicional do BID.

Mais do que nunca, quero parabenizar a empresa Furnas Centrais Elétricas pelo trabalho ímpar que fez ao longo da sua história pelo nosso País.

Quero também parabenizar os técnicos de Furnas aqui presentes, porque representam uma empresa competente, que honra o setor elétrico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão o relatório do Senador Delcídio do Amaral.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentar o Senador Delcídio do Amaral pelo excelente relatório, que honra muito o seu desempenho no Senado, bem como as palavras tão justas relativas à administração de Furnas.

Também cumprimento os seus diretores aqui presentes.

Gostaria, Sr. Presidente, por ter estado ali e ainda tenho de voltar à Comissão de Relações Exteriores, de saudar o querido prefeito de Hortolândia, Angelo Perugini, aqui presente. Eu já havia registrado – quero fazer isso mais uma vez – o meu voto a favor desse empréstimo tão significativo que a Corporação Andina de Fomento, hoje Banco de Desarrollo da América Latina, provê para que possa se desenvolver o Programa de Infraestrutura Urbana, proteção de áreas naturais de Hortolândia.

O prefeito ontem me falou da relevância do sistema viário que será possível graças a essa ponte sobre a via férrea e sobre o ribeirão Jacuba.

Queria também agradecer a atenção da Corporação Andina de Fomento, o Banco de Desarrollo da América Latina, que, neste caso, proveu US$ 22,132 milhões para Hortolândia.

Aqui ressalto o trabalho que a Srª Moira Paz Estenssoro, que, por sinal, é filha do ex-Presidente Paz Estenssoro, da Bolívia. Ela tem sido muito atenta ao examinar necessidades importantes como essa de Hortolândia. Quero aqui registrar que, em 2009, no Foro Social Mundial, houve um diálogo a respeito da possibilidade de Santo Antônio do Pinhal fazer uma experiência pioneira da renda básica de cidadania. A diretora da Corporação Andina de Fomento disse: "Isso é tão importante que eu quero apoiar". Daí fez um convênio com a Unicamp, para que fossem desenvolvidos e realizados os estudos técnicos para aquela finalidade, num acordo entre o Núcleo de Estudos e Políticas Públicas da Unicamp e aquela Prefeitura.

Então, meus cumprimentos, Sr. Presidente.

Queria simplesmente registrar o apoio às operações de Furnas e de Hortolândia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE ((Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A matéria se encontra em discussão. Estava ausente o Senador Eduardo Suplicy quando da votação do crédito. S. Exª está fazendo uma referência a ele, mas a matéria que está em discussão é o relatório do Senador Delcídio do Amaral a respeito de empréstimo para a empresa de energia elétrica Furnas.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discuti-la, a discussão está encerrada.

Em votação o relatório do Senador Delcídio do Amaral.

Os Senadores que concordam com a aprovação do relatório, portanto, do parecer sobre o projeto, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE ((Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, requeiro urgência para que esse projeto seja encaminhado dessa forma à deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Senador Aloysio solicita que o projeto seja colocado em regime de urgência no plenário do Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento de pedido de urgência do Senador Aloysio Nunes permaneçam como se encontram. *(Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, e com a ausência do Senador que foi votar na Comissão – quinta-feira é um dia complicado –, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 26 minutos, a reunião encerra-se às 11 horas e 51 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEXAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e três minutos do dia vinte e dois de novembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Casildo Maldaner, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Angela Portela, Marta Suplicy, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ivo Cassol, Vital do Rêgo, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Armando Monteiro, Clésio Andrade, João Ribeiro, Blairo Maggi e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Roberto Requião, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Demóstenes Torres, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando a leitura da Ata da 62ª Reunião, que é dada como aprovada, e dá início à apreciação da pauta, destinada à discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 28/2011-CN – Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2012 (PLOA/2012), que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O Presidente concede a palavra ao Coordenador das Emendas, Senador Cyro Miranda, o qual esclarece que foram apresentadas vinte e seis emendas, de autoria dos Senadores Humberto Costa, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, José Pimentel, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Cyro Miranda e Romero Jucá. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Blairo Maggi, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro e José Pimentel. Ficam adiadas a discussão e a votação das emendas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Casildo Maldaner,** Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Prezados colegas, em função de o Presidente Delcídio do Amaral estar a caminho, pois não chegou ainda e vem um pouco mais tarde, e o Vice-Presidente também não se encontrar presente, de acordo com o Regimento Interno, o mais idoso assume os trabalhos, para dar abertura a esta reunião. Tão logo chegue alguém com mais idade, eu passarei a Presidência.

A informação da Mesa é a de que o Senador Suplicy está chegando. Em seguida, passaremos a Presidência para ele. E tão logo aqui compareça o Senador Delcídio, que é o Presidente da Comissão, será dada sequencia aos trabalhos. Então, para que não percamos esta reunião, vamos abri-la.

Declaro aberta a 63ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 62ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Discussão e votação das emendas desta Comissão ao PL nº 28, de 2011, do Congresso Nacional. Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2012, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foram apresentadas 26 emendas a esta Comissão. As emendas foram distribuídas. Portanto, com a palavra o coordenador das emendas, ilustre Senador Cyro Miranda, que se encontra à mesa, para proferir seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente Casildo Maldaner.

Srªs e Srs. Senadores, farei um resumo dessas emendas, nas quais foram apensadas as de mesmo teor. Então, vamos ao relatório.

Relatório.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente em seus arts. 43 a 45, esta Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2012.

Encontram-se sob a análise deste Plenário 26 propostas de emendas.

Análise.

Foram apresentadas emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão de As-

suntos Econômicos. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação.

As emendas foram analisadas a partir de fundamentos estritamente técnicos, colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006, assim como no parecer preliminar. Subsidiariamente à Resolução nº 1, o parecer preliminar traça regras procedimentais para a confecção, a apresentação e a admissibilidade de emendas.

Importa consignar que dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro fundamento foi o de que as emendas exibissem caráter institucional. De que elas mantivessem estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada deveriam desdobrar-se em plano nacional, jamais se limitando a região ou localidade específica.

Podemos afirmar que todas as emendas exibiram grande mérito.

Voto.

Votamos pela apresentação ao PLOA 2012, por esta Comissão, das seguintes propostas de emendas, conforme o anexo quadro de detalhamento: Emenda nº 11, Suframa, R$200 milhões. Abrange as de nºs 4, 6, 17, 18 e 26;

Emenda nº 24, Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs). Valor: R$200 milhões, que abrande as de nºs 3, 10, 2 e 23;

Emenda nº 5, Arranjos Produtivos Locais. Valor: R$100 milhões, que abrange as de nºs 1, 7, 19, 20 e 25;

Emenda nº 15, Artesanato Brasileiro. Valor: R$100 milhões, que abrange as de nºs 9, 14 e 22.

Lembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar de Ata desta reunião, na qual se especificará a decisão daqui tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala de Comissões, em 22 de novembro de 2011.

Senador Delcídio do Amaral, Presidente.

Senador Cyro Miranda, Relator.

Sendo Presidente desta sessão o Senador Casildo Maldaner.

Anexos estão os quadros e, até por justiça, a emenda vetada. Uma das emendas vetadas é de proposição deste Relator, para que mostremos o equilíbrio e nenhum interesse particular.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – A Mesa agradece o relatório do Senador Cyro Miranda e o coloca em discussão perante os senhores.

Antes de dar sequência, registro que chegou o Senador Eduardo Suplicy. Combinei com ele que darei sequência a esta primeira parte, que é a leve. A outra, que inclui as matérias da Ordem do Dia, depois passaremos ao Senador Eduardo Suplicy. São os trabalhos enquanto não chega o titular.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não.

Pela ordem, o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Queria pedir vista do parecer do eminente Senador Ciro Nogueira. O prazo é até amanhã, tendo em vista o art. 108, § 1º, que determina que esse relatório tem que ser apresentado com 48 horas de antecedência, e não o foi. Então, peço prazo para que até amanhã nós possamos estudar e fazer esse debate e encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Invocado o Regimento Interno, nós precisamos nos curvar ao mesmo. Diante disso, abrevia-se a minha presença na Presidência desta Comissão.

Então, quanto a essa parte relacionada às emendas para o orçamento do ano que vem, nós precisamos aguardar mais 24 horas, salvo melhor juízo. Posteriormente, durante a discussão da parte principal, havendo o entendimento, logicamente poderá voltar à tona. Se não, temos que respeitar.

Enquanto isso, passo ao Senador Eduardo Suplicy, para dar sequência à sessão.

De acordo com o Regimento, está concedida vista ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Antes porém, pelo que vejo aqui, alguém quer levantar uma questão de ordem.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Para uma questão de ordem o Senador Blairo Maggi. Em seguida, o Relator.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – A minha ponderação à Mesa é: o prazo final de entrega desse relatório, se não me engano, é até amanhã às 18h. Então, a vista concedida ao Senador Ferraço tem que ser até amanhã pela manhã também, se não o senhor

não consegue fechar o relatório e entregá-lo à Comissão até as 18h.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Entendo a preocupação de V. Exª e ouço o eminente Relator, Senador Ciro Nogueira, em relação a essa matéria. Aliás, Cyro Miranda, perdão.

(*Interrupção do som*.)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Antes de passar a palavra ao Relator, Senador Cyro Miranda, para uma questão de ordem, eu não sei se nós chegaremos ou não a um entendimento. A Secretaria da Mesa está a informar que o Senador Cyro Miranda não é Relator de um projeto propriamente dito para enquadrar nos dispositivos do Regimento invocado pelo Senador Ferraço. Ele apenas coordena a apresentação das emendas. Ele é um coordenador, não o relator propriamente dito.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Era isso que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Temos de ver porque, se não chegarmos a um entendimento agora, vamos passar para a Ordem do Dia, para os itens que estão na pauta e, nesse ínterim, pode acontecer o entendimento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O Senador Ferraço tem razão. As emendas foram apresentadas ontem à noite. Nós fizemos um superesforço para que elas fossem apresentadas, mas elas estão sendo lidas hoje.

Eu acho que o Senador tem toda razão. Deve haver um tempo para que seja examinada. Então, não cabe nem pedido de vista. Vamos entender como leitura do relatório e, amanhã, a apreciação dessas emendas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Além de que se trata de uma proposição legislativa, e consta aqui, em minhas mãos, um relatório assinado pelo Relator. Como ele não é o Relator? S. Exª é o Relator, sim. S. Exª está relatando a matéria; S. Exª assina o relatório na condição de Relator.

Então, é com base nesse princípio que insisto na necessidade da aplicação do § 1º do art. 108 do Regimento Interno, pedindo vista.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Vamos buscar o entendimento.

As matérias constam do relatório, e o Relator, nesse caso, está como coordenador, pelo menos de direito. Mas não alteremos os fatores pela ordem. Vamos dar entrada na ordem, propriamente dita, e, até o fim dos trabalhos, da reunião, da pauta, quem sabe chegaremos a um entendimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, há uma questão que ordem que peço que V. Exª defira.

Eu estou levantando uma questão de ordem com base no art. 108, § 1º. Essa matéria não foi apresentada com o prazo de 48 horas para que pudéssemos debater e votar. Não há como a Comissão de Assuntos Econômicos votar uma matéria ou um relatório do qual não tenhamos prévio conhecimento. Não há necessidade de votarmos isso a toque de caixa. Nós podemos, amanhã, em reunião extraordinária, votar e debater. O próprio Relator admite que fez o parecer na última hora, em função do prazo.

Parece-me que o bom-senso caminha nessa direção.

Essa é a questão de ordem que levanto para V. Exª, no sentido de que vejamos respeitado o Regimento Interno desta Casa que nos preside.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Vamos fazer o seguinte, Senador Ferraço, não vamos entrar aqui numa beligerância. O parágrafo único do art. 108 do Regimento trata da pauta dos trabalhos das comissões. Segundo o parágrafo único, a pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será distribuída, com antecedência mínima de dois dias úteis, aos titulares e suplentes da respectiva comissão mediante protocolo.

Quando o art 108 fala da pauta... A pauta foi deliberada há quantos dias? Ela foi distribuída quinta-feira. Foi aprovada, discutida. Se for questão de pauta, a invocação do Senador Ferraço teria dúvidas em relação a isso.

Por isso, não queremos tirar o mérito, não queremos burlar o Regimento. Em absoluto. Mas vamos entrar na Ordem do Dia e, se pudermos chegar a um entendimento até o final desta reunião, será o melhor para todos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, não há entendimento. Há uma questão de ordem que V. Exª tem de deferir ou não, inclusive a partir do próprio posicionamento do Relator. O Senador Cyro Miranda está admitindo que é louvável, que é importante, que ele fez o relatório a toque de caixa. Por que não, então, considerarmos o bom-senso?

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Ferraço, na condição de Presidente, nesse caso, vou dar um prazo até o final da reunião para ver se chegamos a uma conclusão, em função da premência, mas sem querer burlar.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, embora a toque de caixa, ele foi feito criteriosamente, sem nenhum afogadilho. Mas, de qualquer maneira, acho que V. Exª tem toda razão. Ali diz que o relatório tem de ser lido com dois dias de antecedência. Então, é justa a sua reivindicação para que, amanhã, numa sessão... E também me coloco à

disposição de todos os Srs. Senadores desta Comissão para qualquer esclarecimento hoje que se faça necessário. Eu estou às ordens.

Aproveito também para dar as boas-vindas ao Senador Ivo Cassol, que retorna hoje ao nosso seio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não. Pela ordem, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu sugeriria ao Senador...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Exª poderia marcar para que fizéssemos a discussão e a votação das emendas de comissão hoje à tarde, antes da Ordem do Dia. Daria tempo para que o Senador Ferraço pudesse fazer a leitura do relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – *(Intervenção fora do microfone.)* Amanhã, às 14h.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É? Amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Fica acordado. Embora o 132 preveja que seria o caso de invocar até cinco dias, vou fazer o seguinte, para que não haja dúvidas: vamos votar amanhã isso aí, para encerrar logo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Amanhã nós vamos ter a votação do Código Florestal.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não. Pela ordem, o Senador Pimentel.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois é. Eu acho que seria mais prudente fazermos hoje à tarde. Amanhã, às 14h, o Código?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Só a título de informação, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Amanhã, às 10h, o Código.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Marca às 9h.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, faremos às 9h.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Nós estamos diante de um problema. Ele não tem problemas sérios. O problema é que estamos diante da circunstância de que até as 18h de amanhã nós teríamos que apresentar. Vamos ver se buscamos o entendimento. Tantos entendimentos aconteceram nesta Casa. Por que hoje não é possível?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – O Senador Pimentel pediu primeiro.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Não, só uma questão, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não, Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu quero dizer o seguinte: volto de um recesso de quatro meses e, mais uma vez, fico decepcionado com esta Casa. Foi marcada uma reunião aqui, na CAE, a partir das 10h. São 11h20. Nem o Presidente nem o Vice-Presidente estavam presentes. É por isso que, muitas vezes, vemos o desgaste por que passa o Congresso Nacional nas mídias, nos meios de comunicação nacional.

A primeira coisa que tínhamos que fazer nesta Casa, se é uma matéria tão relevante, que tem prazos para cumprirmos, é o cumprimento de horário, sob pena de colocar sempre em xeque o nosso trabalho. Então, isso fica ruim para nós. O desgaste é muito grande. Temos que começar a tomar posição. Assim é em várias comissões de que participamos.

Digo mais uma vez: eu me encontro decepcionado não pelo meu trabalho, mas pelos horários que são sempre marcados e não são cumpridos. Aí, chega-se a um momento como este e fica a discussão: a que horas, onde fica, sabendo que temos pela frente outras pautas de votação amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, V. Exª está deferindo a questão de vista do nosso Senador Ricardo Ferraço, não é isso? As vistas solicitadas pelo Senador Ricardo Ferraço estão asseguradas?

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Pimentel, nós estamos procurando saber o que diz o Regimento. É possível ceder até cinco dias. É o que prevê o 132. O 108 é um pouco diferente. Nós temos que buscar o entendimento.

Eu quero ouvir o Senador Cyro, que está com uma novidade aqui para ver se resolvemos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, como vou também fazer um questionamento ao Senador Cyro, se fosse possível eu completar a minha intervenção, faço essa indagação...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador, eu pediria um minutinho só de silêncio, por gentileza, Srªs e Srs. Senadores.

Eu só quero esclarecer algo que acho que vai melhorar a posição de V. Exªs.

Em primeiro lugar, todas as emendas possíveis foram atendidas. A única que era possível e que não atendi, porque extrapolava o número, foi a minha, a Emenda nº 21. As outras emendas estavam em desconformidade. Então, não tem o que discutir. A outra emenda que também foi negada, a de nº 13, é porque é um projeto de competência da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Então, todas as emendas foram atendidas. As que não estão em conformidade não puderam ser. A única que era passível de ser atendida, a Emenda nº 21, de minha autoria, como tinha que cortar uma, essa foi cortada.

Então, em termos de discussão, eu os deixo muito à vontade.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, é exatamente sobre esse item que eu queria me antecipar, dialogando e fazendo um questionamento ao seu Relator.

O que acontece? A Emenda nº 2, do Senador Humberto Costa, a Emenda nº 8, da Senadora Lídice da Mata, a Emenda nº 16, do Senador José Pimentel, e a Emenda nº 21, do Senador Cyro Miranda, dizem respeito à essência desta Comissão, que é a questão das micros e pequenas empresas e dos empreendedores individuais.

Eu acho que o nosso Senador se confundiu, nosso Senador Relator, porque a emenda dele, específica, é a 15, que trata de artesanato, que também comporta na Comissão de Desenvolvimento Regional, Turismo e Interior.

Portanto, eu pediria ao nobre Relator que nós fizéssemos a substituição da Emenda nº 15, que é da exclusiva autoria de V. Exª, pelas Emendas nºs 21, 16, 8 e 2, que dizem respeito à natureza estrita desta Comissão e envolvem quatro Senadores. Portanto, são de uma amplitude muito maior.

Por isso, eu pediria ao nobre Relator, se for possível, fazer essa substituição. Eu ficaria muito grato.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, nós já estamos discutindo o relatório? Há uma questão de ordem feita e não respondida.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Nobres colegas, se nós não chegarmos a um entendimento até depois que terminar a sessão normal, chegarmos a um acordo... Amanhã é a votação do Código Florestal, que começa às 10h, que vai demandar um tempo, sem dúvida, grande.

Então, vamos marcar para as 9h.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Isso, essa é a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Nós decidimos isso e, aí, pelo menos teremos tempo para conversar durante essa sessão, durante o dia, para tirarmos as dúvidas. Que amanhã, às 9h, decidamos, então, essa questão das emendas, para que não haja prejuízo de, eventualmente, nós até colocarmos na Ordem do Dia de amanhã à tarde.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Cumprimento V. Exª por essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pelo menos, aí não ficam mortos nem feridos, e nós estamos encaminhados.

Vamos, então, agora, passar para a próxima sessão, que é a ordem propriamente dita.

Com isso, naturalmente, fica encerrada esta reunião dos trabalhos das emendas e vamos para a próxima reunião ordinária da Comissão de Economia.

Enquanto não chega o titular, estamos passando, então, ao Senador Eduardo Suplicy, que tem direito de presidir.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 25 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEXAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e dois de novembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Eduardo Suplicy e, ainda, do Senador Casildo Maldaner, Presidentes Eventuais, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores José Pimentel, Angela Portela, Marta Suplicy, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ivo Cassol, Vital do Rêgo, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Agripino, Armando Monteiro, Clésio Andrade, João Ribeiro, Blairo Maggi e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Roberto Requião, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Cyro Miranda, Demóstenes Torres, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, comunicando aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 90 de 2011, de 28 de outubro

de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao terceiro trimestre de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; e Aviso nº 91 de 2011, de 4 de novembro de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre as emissões de títulos da República no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2011. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Projeto de Resolução do Senado nº 42 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que "altera o art. 16 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para permitir a contratação de operações de crédito destinadas à regularização de inadimplência com instituições do sistema financeiro nacional", tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 18/10/2011, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 2– Projeto de Lei do Senado nº 63 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006", tendo como Relator "Ad Hoc" o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Em 1º/11/2011, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designou o Senador Cyro Miranda Relator "Ad Hoc" da Matéria, em substituição à Senadora Marinor Brito. O Relator "Ad Hoc", Senador Cyro Miranda, apresenta relatório reformulado, contrário ao Projeto. Anunciada a Matéria, usa da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, autora da Matéria. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator "Ad Hoc". Item 3– Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Benedito de Lira, que "altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes", tendo como Relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Em 24/5/2011, a Comissão aprovou o Requerimento nº 23 de 2011-CAE para realização de audiência pública a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011. Em 20/9/2011, a Comissão aprovou o Requerimento nº 65 de 2011-CAE para dispensar a audiência pública objeto do Requerimento nº 23 de 2011-CAE. A Matéria é retirada de pauta, em virtude da aprovação do Requerimento nº 83/2011-CAE, que requer realização de audiência pública para instruir o Projeto. Item 4– Projeto de Lei do Senado nº 82 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "cria mecanismos de fiscalização e controle sobre as despesas com publicidade e patrocínio das empresas estatais federais", tendo como Relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 5– Projeto de Lei do Senado nº 340 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Ivo Cassol, que "altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para permitir o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas médicas e suplementares quando o atendimento da vítima for realizado por serviço próprio, contratado ou conveniado do Sistema Único de Saúde", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta. Item 6– Projeto de Lei da Câmara nº 57 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomano, que "acrescenta dispositivo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (Proíbe a cobrança adiantada de mensalidade referente a serviço a ser prestado)", tendo como Relator o Senador Acir Gurgacz, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 277 de 2004, não terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para permitir o oferecimento e a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas", tendo como Relator o Senador Eduardo Braga, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 586 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera os incisos V, VI e VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de

maio de 1990, para reduzir o prazo de carência para utilização da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de moradia própria e amortização e pagamento de prestações de financiamentos habitacionais", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 68 de 2004, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de financiamento habitacional concedido por entidades fechadas de previdência complementar", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 10– Projeto de Lei da Câmara nº 52 de 2008, não terminativo, de autoria do Deputado Sandro Mabel, que "dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ-CAE. Item 11– Ofício "S" nº 18 de 2008, não terminativo, de autoria da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, que "encaminha ao Senado Federal, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informações referentes à contratação de parceria público-privada da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório pelo conhecimento deste Ofício pela Comissão e envio de cópia da deliberação da Comissão ao Ministério da Fazenda, para que possa dar ciência ao órgão competente. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura. A apreciação da Matéria é adiada. Item 12– Projeto de Lei do Senado nº 60 de 2011, terminativo, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que "dispõe sobre a exclusão do valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da base de cálculo da comissão do representante comercial autônomo", tendo como Relator "Ad Hoc" o Senador Demóstenes Torres, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. Em 18/10/2011, o Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência, Senador Lobão Filho, designou o Senador Demóstenes Torres Relator *Ad Hoc* da Matéria, em substituição ao Senador José Agripino. Em 18/10/2011, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada. Item 13– Projeto de Lei do Senado nº 40 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural", tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). Em 20/9/2011, foi concedida Vista Coletiva. Em 1º/11/2011, foi apresentado Voto em Separado pela rejeição do Projeto, de autoria do Senador Lindbergh Farias. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Casildo Maldaner, Relator da Matéria, Ricardo Ferraço, Blairo Maggi, Ana Amélia, autora da Matéria, Waldemir Moka, Cyro Miranda e Ivo Cassol. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto nos termos da Emenda nº 02-CAE (Substitutivo) por quinze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Conforme disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo será submetido a Turno Suplementar de Discussão. Item 14– Projeto de Lei do Senado nº 189 de 2010, terminativo, de autoria do Senador João Tenório, que "autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade destinar recursos às vítimas das enchentes de Alagoas", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que "autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes nos Estados de Pernambuco e Alagoas", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 189 e 203 de 2010. Em 1º/11/2011, foi concedida Vista Coletiva. Em 8/11/2011, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Benedito de Lira, pela rejeição do PLS nº 203 de 2010 e pela aprovação do PLS nº 189 de 2010 nos termos do Substitutivo que apresenta. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores

Eduardo Suplicy, Relator da Matéria, e Benedito de Lira. Após a leitura do Voto em Separado, a discussão e a votação da Matéria são adiadas. Item 15– Projeto de Lei do Senado nº 61 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "altera as Leis nº 11.482, de 31 de maio de 2007; nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; reajustando as faixas de renda do imposto de renda e os valores das deduções", tendo como Relator o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 16– Projeto de Lei do Senado nº 16 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "acrescenta o art. 23-A à Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dá outras providências. (garante a assunção dos resíduos pela União para mutuários que assinaram contratos de financiamento no SFH de acordo com sua faixa de renda)", tendo como Relatora a Senadora Angela Portela, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer contrário ao Projeto. Após a leitura do relatório, a discussão e a votação da Matéria são adiadas. Item 17– Projeto de Lei do Senado nº 147 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "autoriza o Poder Executivo a pagar duas parcelas correspondentes ao Fundo de Participação dos Municípios e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Wellington Dias, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 18– Projeto de Lei do Senado nº 353 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Jayme Campos, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 19– Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "altera o caput do art. 13 e o art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS, e dá outras providências", tendo como Relatora a Senadora Marta Suplicy, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 20– Projeto de Lei do Senado nº 362 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para reduzir os encargos financeiros dos financiamentos concedidos", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDR. Em 4/4/2008, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Gerson Camata. A apreciação da Matéria é adiada. Item 21– Projeto de Lei do Senado nº 652 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "altera as Leis 4.380, de 21 de agosto de 1964, e nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para estabelecer que os agentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) concedam, a critério dos mutuários, financiamento de até cem por cento do valor da avaliação do imóvel para famílias com renda de até quatro salários mínimos", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 22– Requerimento nº 82 de 2011, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres, que "requer, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados a comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, os Senhores Delfim Neto, Eduardo Giannetti da Fonseca, Mailson da Nóbrega e Luiz Gonzaga Belluzzo, para discutirem a situação atual da política econômica desenvolvida pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES". Em 8/11/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usam da palavra a Senadora Angela Portela e o Senador Armando Monteiro. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 82 de 2011-CAE. Item 23– Requerimento nº 83 de 2011, de iniciativa dos Senadores Demóstenes Torres e José Agripino, que "requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011-Complementar, que 'altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50 mil habitantes', com a presença dos seguintes convidados: Exma. Sra. Samantha Chantal Dobrowolski, Procuradora Regional da República da Terceira Região; Sra. Lucieni Pereira, Especialista em Finanças Públicas e Controle Externo, Segunda Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores

do Poder Legislativo Federal e do TCU (Sindilegis); e Sr. Marcelo Barros Gomes, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União". Em 8/11/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores José Agripino, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e José Pimentel. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 83 de 2011-CAE. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 84 e 85 de 2011. O Requerimento nº 84 de 2011, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, requer a realização de audiência pública para debater o despreparo do Brasil para evitar e conter vazamentos de petróleo e os impactos ambientais e econômicos decorrentes do vazamento que ocorreu no Campo do Frade, na Bacia de Campos, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Haroldo Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP; Exmo. Sr. Carlos Minc, Secretário de Estado do Ambiente do Governo do Rio de Janeiro; Representante do Comando da Marinha do Brasil; Sr. George Buck, Presidente da petrolífera americana Chevron no Brasil; e Sr. Aristides Soffiati, do Núcleo de Estudos Socioambientais da Universidade Federal Fluminense – UFF/Campos. E o Requerimento nº 85 de 2011, de iniciativa do Senador Armando Monteiro, de realização de audiência pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 284 de 2008, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção de texto em embalagens de produtos infantis", tendo como convidados: Exmo. Sr. Fernando Pimentel – Ministro de Estado do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Sr. Synésio Batista da Costa – Presidente da Associação Brasileira de Produtos Infantis (Abrapur); Sr. João Carlos Basílio – Presidente da Associação da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec); e Sr. Edmundo Klotz – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Suplicy,** Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Declaro aberta a 64ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento: Aviso do Banco Central do Brasil nº 90, de 2011, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, o demonstrativo das emissões do real, referentes ao ...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Já é a pauta?

Sr. Presidente, nós não estamos ouvindo. Seria importante que nós pudéssemos ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem.

Então, a primeira comunicação é do Banco Central, sobre as emissões do real no terceiro bimestre de 2011, as suas razões e a posição de reservas internacionais a elas vinculadas, bem como relatório da programação monetária.

Também, o Aviso do Ministério da Fazenda nº 91, encaminhando, em cumprimento da Resolução 4ª do Senado Federal, 20 de 04, o relatório sobre as emissões de títulos da República no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2011.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

O Presidente Delcídio do Amaral comunicou-me, há pouco, que teve um compromisso de urgência em Campo Grande que o impossibilitou de estar aqui neste momento. Ele havia combinado com o Senador Lobão Filho, desde a semana passada, sobre esse impedimento, mas como o Senador Lobão Filho não pôde vir, cabe a mim, como o mais velho, agora, presidir a reunião.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Gostaria de retirar de pauta os Itens 8, 9 e 21, de minha relatoria, para melhor apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A sua solicitação será atendida, Senador Valdir Raupp.

Passamos, agora, ao primeiro item da pauta.

O Item 1, Projeto de Resolução do Senado nº 42, de autoria do Senador Casildo Maldaner, cujo Relator é o Senador Romero Jucá, foi retirado de pauta, a pedido do Relator Jucá. Também o Item 2, a pedido do Relator *ad hoc*, Senador Cyro Miranda, referente à Lei Complementar nº 123, da Senadora Vanessa Grazziotin.

Então, passamos ao Item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86 DE 2011
– Complementar
– Não Terminativo -

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar

das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes.

Autoria: Senador Benedito De Lira.

Relatoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatório: Favorável ao projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

O PLS nº 86, de 2011, apenas poderá ser votado após a deliberação do Item 22 da pauta, Requerimento nº 82, de 2011, para a realização de audiências, se o requerimento for aprovado. Nesse caso, o projeto não poderá ser apreciado.

Dessa maneira, vamos, primeiro, ao Item 22.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, por favor, se V. Exª me permite!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ouvi V. Exª citar meu nome. Eu estava conversando – e, por isso, peço desculpas – com o Senador, e V. Exª falou do Item 2 da pauta...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Item 2 tem como Relator *ad hoc* o Senador Cyro Miranda, que pediu fosse adiado, retirado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeito. O projeto é de minha autoria. Se V. Exª me permite, eu só gostaria de dizer que este é aquele projeto que trata da exclusão da produção de pães no sistema de tributação do Supersimples, ou seja, o nosso objetivo é que não paguem tributos, que a produção de pão não seja tributada no Brasil.

O Senador Pimentel, em reunião anterior, suscitou uma série de questionamentos. Nós solicitamos à Consultoria da Casa que nos ajudasse no sentido de elucidar essas dúvidas apresentadas pelo Senador Pimentel. E, de fato, a dúvida poderia ser procedente ou não, mas, para que não pairasse no ar, foi sugerida a apresentação de uma emenda. Entretanto, outros problemas foram levantados.

Então, quero agradecer – pedi a palavra apenas para dizer isso – ao Senador Cyro Miranda, que é o Relator e que solicitou a retirada para que pudéssemos estudar. Trata-se de um projeto que considero extremamente importante e relevante. Acho que temos que fazer de tudo para que ele prossiga e, enfim, seja aprovado.

O pão, que é um dos alimentos mais populares do Brasil, infelizmente, é tributado, e não deveria, no nosso entendimento.

Então, agradeço desde já ao Senador Cyro Miranda e conversaremos sobre a matéria juntamente com o Senador Pimentel.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E com todos os padeiros do Brasil, então.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com todos os padeiros e padeiras também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E padeiras.

Então, na verdade, o Requerimento nº 83... 82 ou 83?

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A referência que fiz agora deveria ter sido ao Requerimento nº 83, portanto, o Item 23.

ITEM 23
REQUERIMENTO Nº 83 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2011-Complementar, que "altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50 mil habitantes", com a presença dos seguintes convidados: Exmª Srª Samantha Chantal Dobrowolski, Procuradora Regional da República da Terceira Região; Srª Lucieni Pereira, Especialista em Finanças Públicas e Controle Externo, Segunda Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU (Sindilegis); e Sr. Marcelo Barros Gomes, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União.

Iniciativa do Senador Demóstenes Torres.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sim, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Para encaminhar o requerimento, quando me for dada a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª, então, está com a palavra.

Pergunto ao Senador José Agripino, uma vez que o Senador Demóstenes não está, se subscreve o mesmo requerimento, como autor...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Subscrevo, sim, Presidente. (*Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não precisaria, mas, então, V. Exª tem a palavra. Mas, se quiser subscrever, não há dificuldade.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Gostaria de subscrever, sim, e de fazer o encaminha-

mento das razões do requerimento apresentado pelo Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu acho que é muito importante fazermos uma reflexão sobre o que está ocorrendo no mundo e pode ocorrer no Brasil se não tomarmos as providências no tempo devido.

Em 2008, nos Estados Unidos, ocorreu uma crise, a famosa crise do *subprime*, decorrente de o americano comprar mais do que ganha e ter acesso a financiamento de casa própria por valores muito mais altos do que termina valendo o imóvel. Não pôde pagar, porque a renda caiu, entregou o imóvel dado como hipoteca, o imóvel não valia o valor da hipoteca, e estabeleceu-se uma crise de padrão mundial, tudo em função de financiamentos excessivos, descontrolados.

O que acontece na Europa hoje? A mesma coisa. O Tratado de Maastricht determina que países-membros da zona do euro não podem ter um déficit superior a 3% do PIB. Todos estão tendo, e até a Alemanha vinha tendo. Em função disso, crises excessivas de governo estão ocorrendo, com queda de governo na Grécia, na Espanha, em Portugal, na Irlanda. É uma crise generalizada, produto exatamente de se gastar mais do que se ganha, sem controle.

O Brasil tem um elemento fundamental de controle estabelecido no Governo Fernando Henrique Cardoso, chamado Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece endividamento de Estados e Municípios e que, na minha opinião, colocou ordem em boa parte da economia do País; ou seja, o País passou a gastar pelos entes federados, Estados e Municípios, aquilo que pode, regulamentado por lei.

A iniciativa do Senador Benedito de Lira é meritória. Eu sou municipalista: gostaria muito que os Municípios com até 50 mil habitantes pudessem ter o adjutório que acho que merecem ter, mas sem que a gente corra o risco de passar ou de entrar no terreno lodaçal por onde passaram os Estados Unidos com a crise do *subprime*, pelo descontrole das contas públicas, e a Europa que, neste mesmo momento, enfrenta uma crise e produto de descontrole de contas públicas. Os Estados é que estão falidos.

Então, a audiência pública a que se refere o Senador Demóstenes Torres, requerida nesse documento apresentado, visa a esclarecer. Nada a mais do que estabelecer o debate em torno das consequências da permissão, ou não, para que os Municípios com até 50 mil habitantes possam, ou não, ficar livres daquilo que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal, que, na minha opinião, repito, é um elemento singular de que a República brasileira dispõe de controle de contas públicas, para evitar aquilo que está ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos.

Por essa razão, insisto que esse requerimento seja apreciado, seja aprovado, e que a audiência pública venha a acontecer para esclarecer os Senadores membros desta Comissão sobre o que precisam votar a bem do País e a bem desses Municípios.

Com isso, quero pedir a atenção dos Senadores e o voto a favor do requerimento, para que a audiência venha a acontecer.

O **SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador José Agripino.

Pedem a palavra os Senadores Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol. Vamos ouvi-los um a um.

Pois não, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Para fazer o encaminhamento no requerimento de autoria do eminente Senador Demóstenes Torres.

Parece-me que não é essa a ideia nem tampouco o que o Senador pretende fazer. Quando nós apresentamos esse projeto de lei para que os Municípios com população de até 50 mil habitantes não estivessem, na concepção do projeto, desobrigados a cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que nós propusemos é que o Município, no momento de assinar os convênios ou contratos de repasse do Governo Federal em que eles estejam pelas circunstâncias impossibilitados de cumprir fielmente com essa determinação legal, não possa firmar esse convênio. Oito dias depois, ele entra na adimplência, mas já perdeu o convênio. O que acontece hoje nos Municípios grandes: eles arranjaram uma possibilidade da janela do PAC. Ora, vamos admitir, para fazer uma grande avenida em São Paulo, não precisa que o Estado de São Paulo esteja adimplente. Em qualquer situação, ele assinará o contrato, o convênio e será feito o repasse.

Mas um Municipiozinho no alto sertão de Alagoas, que precisa fazer uma passagem molhada, ou em outro qualquer Estado da Federação que esteja dentro desse parâmetro e amanhã seja o prazo estabelecido pela Caixa Econômica Federal para assinar o convênio, ele entra na inadimplência. Ele hoje estava bem e tornou-se inadimplente. Porque é assim: 30 dias, no final de cada mês, o Município está adimplente e entra na inadimplência. Oito dias depois, regulariza a sua situação, mas ele perdeu a oportunidade de firmar o convênio. Além de ter perdido essa oportunidade, consequentemente, ele perde também a oportunidade de fazer a obra, porque a maioria... V. Exª sabe muito bem, apesar de ser representante do maior Estado da Federação, que, no Estado de São Paulo mesmo, há essa dificuldade com os Municípios menores.

Uma obra do tamanho de uma passagem molhada... o que é uma passagem molhada? Pode ser que algum Senador aqui não saiba o que é. Uma passagem molhada é um rio perene ou, então, um riacho que chega na época da chuva e que se torna perene. Depois, com o verão, ele se torna seco. Então, é preciso fazer uma passagem molhada, que não é uma ponte nem um pontilhão, é levantar um pouco a beira daquela pista onde passa o rio para que os carros, motos, animais possam passar por cima daquela passagem.

Esse Município está privado de fazê-lo porque, infelizmente, ele não tem recursos para bancar obras de infraestrutura do seu Município porque ele vive na dependência única e exclusiva do fundo de participação e, consequentemente, não dá para que ele possa realizar obras.

A única salvação são as emendas parlamentares que são apresentadas e até os projetos e programas do Governo, que pode fazer transferências voluntárias.

Vou dar outro exemplo, considerando meu Estado, que é o mais pobre do Brasil; não em relação aos ricos. No ano de 2009 para 2010, o meu Estado, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, perdeu R$480 milhões de emendas parlamentares para aqueles Municípios, porque estavam inadimplentes.

Então, o projeto não é dizer que ele está absolutamente imune. Não. É que, no ato da assinatura, possam ser beneficiados com aquela emenda.

Já temos precedentes. Temos projetos anteriores a uma lei aprovada recentemente no governo do Presidente Lula, apresentada uma emenda na medida provisória na Câmara dos Deputados e homologada aqui, pelo Senado. Os Municípios que estavam inadimplentes não receberiam recursos, mesmo com as obras em andamento. Com essa disposição, aconteceu que hoje os Municípios, mesmo na inadimplência, continuam recebendo os recursos, os repasses federais para exatamente dar sequência e continuidade às obras.

Então, Sr. Presidente, não há absolutamente nenhum desejo de se burlar a lei ou acabar com a eficácia da Lei de Responsabilidade Fiscal, apesar de já haver uma série de precedentes para os grandes Municípios, para aqueles que estão enquadrados no PAC, para aqueles das áreas de saúde e de educação, para os da Funasa etc.. Para esses órgãos, não se exige exatamente o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal nesse particular, mas o Município continua responsável por recolher o INSS, o Imposto de Renda, o FGTS. Enfim, todas as obrigações fiscais de responsabilidade dos Estados e dos Municípios não estão sendo absolutamente abolidas do projeto de lei objeto da nossa apresentação.

Há mais de noventa dias, o eminente Senador Demóstenes Torres apresentou o mesmo requerimento, pedindo audiência pública, e as pessoas que se candidataram a vir aqui não vieram. Consequentemente, parece-me que elas estão, inclusive, burlando a vontade e boa-fé do Senador. Quem é que está pedindo isso? Um Procurador da República da 3ª Região e dois representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), que têm a responsabilidade de fiscalizar a aplicação dos recursos federais, dos recursos públicos, nas obras do Brasil inteiro.

Então, parece-me que não há muito interesse nisso. Pelo contrário, o que se quer é procrastinar. Neste ano, não haverá mais possibilidade de fazermos qualquer audiência pública para tratar desse assunto, considerando que, na frente desse requerimento, existe um número considerável de pedidos de audiências públicas para serem efetivados aqui, nesta Casa, e nesta Comissão. Segue-se a ordem cronológica.

Então, Sr. Presidente, seria preciso que cada um dos Srs. Senadores, ao dar tramitação regular aos projetos de lei oriundos de cada parlamentar, desse atenção especial a essas matérias. Não é possível que um projeto de lei proposto por um parlamentar da Câmara ou do Senado tramite na Casa por dez anos para ser objeto de apreciação. Sou autor de um deles, que cria medicamentos genéricos para atender à pecuária nacional. Esse projeto deve completar seu décimo aniversário entre a Câmara e o Senado. Só aqui, Sr. Presidente, ele passou quatro anos. Qual é o mal, qual é o crime nisso? O que pode impedir que se crie um produto veterinário mais barato do que os que existem aí, manipulados pelas grandes empresas internacionais?

Então, é esse tipo de ação que a Casa deve executar, dando agilidade aos projetos que aqui estão em tramitação. Se o projeto for inconstitucional, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o considere inconstitucional. Se o projeto não for compatível economicamente, esta Comissão deve dizer que ele não é compatível. Mas procrastinar a tramitação deste ou de qualquer outro projeto de autoria de um parlamentar não é absolutamente coerente com aquilo que estamos fazendo aqui.

Por isso, eu gostaria que os Senadores aqui presentes fizessem uma análise dessa matéria. Não queremos burlar a lei, repito. O que queremos é facilitar a vida dos pequenos. Precisamos continuar pensando o seguinte: se a cada dia pensarmos no grande, a distância entre o grande e o pequeno será muito maior do que a que existe hoje. Sr. Presidente, são mais de quinhentos anos de descoberta, e as regiões pobres do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte nunca mais

acompanharão as regiões Sul e Sudeste. Nada contra essas regiões, mas um país do tamanho do Brasil não pode dizer que é um país rico com uma população pobre, com uma população de miseráveis.

Então, estamos propondo um projeto para facilitar a vida dos pequenos no Município. Como eu disse, essa obra, uma passagem molhada, tem tanta importância para aquele Município como tem o Rodoanel para o Estado de São Paulo.

Com isso, Sr. Presidente, peço às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que rejeitem o requerimento, não em desatenção ao Senador Demóstenes, mas para não procrastinar a tramitação desse processo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Benedito de Lira, aqui, aprendemos muito uns com os outros. Hoje, aprendemos, graças a V. Exª, o que é uma passagem molhada e soubemos dos problemas enfrentados pelos pequenos Municípios de Alagoas e de outros Estados do Brasil. Mas precisamos ouvir ainda os argumentos dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, que pediram a palavra.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, não há dúvida do melhor dos propósitos do Senador Benedito. Sua fala, sua manifestação, sua defesa nos sensibilizam, porque percebemos naturalmente que o Senador Benedito está convencido da necessidade desse projeto.

Mas, vejam, nós não estamos ainda discutindo o projeto. Nós estamos discutindo o requerimento do eminente Senador Demóstenes, que, em sua justificativa, ele nos alerta de maneira enfática – é sempre bom frisar que o eminente Senador Demóstenes é homem do Direito –, em que defende a ampliação do debate, ele faz aqui um arrazoado, sinalizando que esse projeto – são palavras do Senador Demóstenes – atenta contra a eficácia e a eficiência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é patrimônio dos brasileiros. Ela foi de fundamental importância não apenas no processo de estabilização inflacionária como ela foi fundamental para que os Estados e Municípios brasileiros pudessem encarar, pudessem priorizar a questão fiscal como uma questão absolutamente relevante ao interesse da sociedade e ao interesse do contribuinte brasileiro.

Foi com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, que completou recentemente onze anos, que percebemos que, nos últimos anos, um verdadeiro freio de arrumação foi dado País afora. E esse freio de arrumação foi absolutamente benéfico para que déssemos freio, para que avançássemos muito na questão previdenciária. E seria muito importante aqui o depoimento do Senador José Pimentel, como ex-Ministro da Previdência Social; aliás, um Ministro exitoso, vitorioso, que deixou um belíssimo trabalho no Ministério em relação ao que representou a Lei de Responsabilidade Fiscal para esse avanço.

De modo que o que defende o Senador Demóstenes é que possamos ampliar esse debate, ouvindo autoridades, ouvindo técnicos. Portanto, parece-me absolutamente oportuno que esta Comissão possa aprofundar esse debate.

Minhas poucas palavras são de apoio ao requerimento do Senador Demóstenes, que foi também defendido pelo Senador José Agripino, na direção de que a Comissão de Assuntos Econômicos possa debater o mérito em profundidade dessa matéria, até porque ficam algumas dúvidas: por que Município de até 50 mil habitantes? Por que não Municípios com 100 mil habitantes? Por que não Municípios com 40 mil habitantes? Qual foi o corte técnico que recomendou dessa forma? Por que não até 100 mil? Por que não até 150 mil? Qual foi o corte técnico que indicou esse trabalho e quais são os impactos econômicos, financeiros e fiscais de uma proposta como essa?

Então, parece-me, sim, que precisamos aprofundar o debate. É isso o que propõe o Senador Demóstenes. E me parece tempestivo, adequado, apropriado e inadiável que façamos, sim, o aprofundamento desse debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Passamos, agora, ao Senador Ivo Cassol.

Senador Ferraço, muito obrigado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, quero, aqui, fazer a defesa...

Senador Benedito, por gentileza, eu gostaria que o senhor me acompanhasse agora, porque vou fazer uma defesa. Os argumentos que vou apresentar como ex-Prefeito, ex-Governador e cumpridor da Lei de Responsabilidade Fiscal são importantes para os Municípios brasileiros.

O projeto do nosso Senador Benedito de Lira é fundamental. E vou além, Senador Ferraço: nós podemos fazer uma emenda aqui e não colocar cinquenta mil, mas todos os Municípios.

Vejam o que acontece: no ano que vem, Srs. Senadores, teremos ano de eleições. Aí, algum dos Srs. Senadores apoia um prefeito que ganha daquele que está na prefeitura. O prefeito que está no Executivo deixa a prefeitura, inadimplente, para não empenhar as emendas que o próprio Senador colocou. Portanto, o que temos que fazer? Liberar para que sejam feitos os convênios, mesmo com a inadimplência, mas só

liberar os pagamentos quando a prefeitura estiver em dia 100%.

O que ocorre hoje? A maioria das emendas dos Deputados e dos Senadores acaba sendo perdida, vai para o ralo. Por que vai para o ralo? Por inadimplência de prefeitos de dez anos atrás, por governadores de dez anos atrás. Estamos, agora, chegando no final do ano, quando o Governo Federal está liberando os convênios. Sempre na última hora – eu sou da base, mas estou aqui reclamando –, só libera na última hora. E aí sai prefeito, sai governador no desespero. Querem assinar os convênios e muitas vezes perdem os recursos, e nós perdemos o trabalho que fizemos.

Então, o que tem que ser feito? Liberar para assinar os convênios, não só até cinquenta mil habitantes, mas todos os Municípios brasileiros. Mas o pagamento só será efetuado quando a documentação estiver 100% em dia.

Então, é isso que eu defendo, Benedito de Lira. V. Exª tem razão. O seu projeto vai ao encontro do atendimento à população, e não às vaidades de políticos incompetentes ou desonestos que passaram.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador José Pimentel pediu a palavra também.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Benedito de Lira, a preocupação que ele tem com os pequenos Municípios e com o municipalismo, que é inerente aos 81 Senadores, até porque todos nós só somos Senadores porque o municipalismo nos apoiou. Do contrário, ninguém seria eleito.

Quando nós aprovamos a Lei de Responsabilidade Fiscal no segundo governo do Fernando Henrique Cardoso, até ali, a Previdência Pública Municipal era um caos. Eram poucos os Municípios que tinham uma Previdência organizada, seja no regime geral do INSS, seja no regime próprio. A partir dali foi feito um esforço muito grande. E, hoje, algo em torno de cinco milhões de trabalhadores que trabalham para os 5.565 Municípios, todos eles caminham a passos largos para ter uma Previdência sustentada e garantir, na sua terceira idade, o recebimento dos seus benefícios, porque, se o Município não tiver condição de pagar as aposentadorias e as pensões para aqueles que têm regime próprio, eles não vão receber. E nós temos 1.711 Municípios até 2010 com regime próprio. E os outros Municípios que estavam no regime geral não recolhiam exatamente por isso. Temos visto várias manifestações, várias passeatas de prefeitos e das suas entidades, pedindo sempre o parcelamento da dívida previdenciária dos anos 1980, dos anos 1990. E o maior exemplo foi a última grande manifestação de 2011, em que pediam mais uma vez o parcelamento dessas dívidas dos anos 1980 e dos anos 1990.

E nós temos um entendimento aqui, independentemente de pertencer à base do Governo ou da oposição, de que as questões previdenciárias são questões da família e do Estado. E não transacionamos. Inclusive, quando é feito qualquer processo de exoneração tributária, é imediatamente obrigado que o ente, no caso a União, compense essa exoneração.

Portanto, nosso Senador Benedito de Lira, esse era um item que precisávamos ajustar.

No outro tópico, no que diz respeito às inadimplências e aos impedimentos de empenho para com o Município, temos duas outras alternativas: uma delas é fazer o enquadramento em código do Estado, ou seja, em vez da execução, ser feita pelo Município, ser feita pelo Estado naquela localidade, com aquela obra determinada, ou pela União, que é o Código 40 para o Estado e o Código 90 para União naquele Município, naquela localidade, para enfrentar a exceção, que é a derrota de um projeto político municipal em detrimento do outro que está chegando. E é verdade. Nós temos assistido a isso. E temos utilizado o instrumento de ajuizar ações para poder superar essa dificuldade.

Esse item é verdadeiro. Nós teríamos que construir, nosso Senador Benedito de Lira, alternativas para superar essa mesquinhez que eventualmente ainda existe na política.

Por isso, eu pediria ao nosso Benedito de Lira que aprovássemos o requerimento com a data determinada até o limite para fazer audiência, para não ficarmos postergando eternamente. E aí poderíamos enriquecer o projeto e, a partir daí, construir uma saída, porque tem mérito o projeto de lei complementar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Acho que todos os Senadores estão esclarecidos.

Vamos colocá-lo, então, em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o requerimento do Senador Demóstenes, que aqui foi defendido pelo Senador Agripino e por diversos outros Senadores, com as objeções do Senador Benedito de Lira, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Então, Senador Benedito, foi aprovado, mas quero me empenhar junto ao Senador Delcídio, Presidente, para que essa audiência possa ser realizada no prazo mais rápido para atender às suas preocupações.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Era isso, Sr. Presidente. Eu gostaria de reivindicar a V. Exª que, aprovado o requerimento, nós pudéssemos dar prioridade a essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O próximo é o Item 6.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Se não tiver relator, eu sou Relator do Item 10 e pediria, se fosse possível, que V. Exª invertesse a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Do Item 6?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Do 10. Do Item 6, o Senador Acir Gurgacz é o Relator; do Item 7 é o Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para o Item 6, precisamos aguardar a chegada de mais um Senador, porque é terminativo. Vamos ao item...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Item 6 é não terminativo. Podemos apreciá-lo imediatamente.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, pela ordem. Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Gostaria de registrar a presença do Prefeito de Sinop, Juarez Costa. Sinop é uma das principais cidades do Estado do Mato Grosso, a capital do norte do Estado.

Nós nos sentimos felizes com a sua presença aqui, atrás de recursos das emendas parlamentares que estamos examinando agora.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E onde está o Prefeito?

Seja bem-vindo o Prefeito de Sinop. Muito prazer!

Enquanto o Senador Gurgacz se aproxima, vamos passar ao Item 10.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52 DE 2008

– Não Terminativo -

Dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Autoria: Deputado Sandro Mabel.

Relatoria: Senador Casildo Maldaner.

Relatório**:** favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas, acho que não é necessário ler todo o relatório. Eu vou me ater a dois itens que clareiam a proposta.

A proposição tem por objetivo regular a prestação de informações obrigatórias aos órgãos de defesa civil, sua natureza, procedimentos para seu suprimento, medidas de segurança preventivas para minimizar os riscos e reduzir a ocorrência de acidentes e desastres e penalização pelo descumprimento das disposições legais.

E o art. 2º, Sr. Presidente, determina que as pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, são obrigadas a notificar os órgãos competentes da defesa civil previamente nos casos de risco produzido por suas atividades e imediatamente nos casos de situações anormais que possam causar danos pessoais, materiais ou ambientais.

Voto.

Em razão do exposto, sou pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008, com as duas emendas aprovadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É esse o relatório, Sr. Presidente, tão somente para que, quando ocorrerem esses sinistros, entidades privadas ou particulares devem comunicar aos órgãos de defesa civil, para que possam ser certificadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Em discussão o parecer do Senador Maldaner. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, passa a constituir parecer da CAE favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 da CCJ e da CAE.

Quanto ao Item 6, Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2009, que dispõe sobre proteção do consumidor e dá outras providências, o Senador Relator, Acir Gurgacz, tem uma palavra a respeito.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Presidente, Senador Suplicy.

A pedido de segmentos do setor que querem discutir o assunto, solicito retirar de pauta, para que possamos aprimorar o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem. Então, fica adiado o Item 6.

Quanto aos Itens 4 e 5, já havia sido solicitada a retirada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu pediria, se fosse possível, considerando o quórum, votar

o Item 13 da pauta, porque penso que temos agora quórum suficiente, porque é terminativo.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Só para verificar...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Temos quórum, sim.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, também gostaria, se for possível, o Projeto 19, que é terminativo. Se pudéssemos também fazer uma inversão de pauta e aproveitar o quórum.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, da mesma forma.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB –ES) – Sr. Presidente, na mesma linha, assim como fez a Senadora Ana Amélia, que nós possamos fazer uma inversão de pauta e votarmos esse projeto, o Item 13, de grande importância para o cooperativismo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem, então, nós vamos seguir das solicitações.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Então vamos seguir a ordem dos terminativos, porque eu também tenho que estar em outra comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, o primeiro item é o 12, não é?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O 13.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Dos terminativos é o 12.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60 DE 2011
– Terminativo -

Dispõe sobre a exclusão do valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da base de cálculo da comissão do representante comercial autônomo.

Autoria: Senador João Vicente Claudino.

Relatoria *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Não estão presentes os Relatores, Sr. Presidente. Vamos priorizar na sequência, mas com os Relatores presentes. Aqui estão presentes a autora e o Relator, Casildo Maldaner, referentemente ao Item 13.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem. Então, vamos dar prioridade aos presentes.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40 DE 2011
– Terminativo -

Altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Relatoria: Senador Casildo Maldaner.

Relatório: pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente e nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Lembro que o relatório já foi lido e que em 20 de setembro foi concedida vista coletiva. Então, pergunto ao Relator, Casildo Maldaner, se há algum esclarecimento adicional.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Apenas, Sr. Presidente, nobres colegas, para rememorar a proposta da eminente Senadora Ana Amélia, que procura fazer com que bancos cooperativos tenham direito também a acessar recursos oriundos do FAT. E aí envolve algumas seguranças que apresentamos, como Letras do Tesouro Nacional, quando os projetos podem ser enquadrados, enfim, uma série de vantagens para o pequeno empreendedor, Sr. Presidente e nobres colegas. O assunto foi debatido em vários momentos. Então, para os bancos cooperativos de crédito e também para bancos oficiais que não tenham direito a acessar. São as agências estaduais, os bancos oficiais de desenvolvimento, para que eles possam também acessar.

A proposta, em sínteses, é essa, mas sempre resguardando todos os critérios de segurança, oferecendo Letras do Tesouro Nacional, para que o fato possa ter as seguranças necessárias para essa dimensão.

Em resumo, Sr. Presidente, nobres colegas, é isso que prevê essa proposta que vem sendo debatida há tempos nesta Casa, para procurar fazer com que haja massificação para pequenos empreendedores e possa disseminar esses recursos no Brasil inteiro. Aliás, essa proposta tem sido debatida desde o governo Lula, tem sido fortalecida e, assim, vamos ao encontro de uma aspiração que não é só de uma região, mas é uma aspiração nacional, Sr. Presidente.

Em resumo, são essas as questões, propostas pela eminente Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quero informar que foi apresentada, em 1º de novembro, o último voto em separado, de autoria do Senador Lindbergh Farias, pela rejeição do projeto.

O Senador Lindbergh Farias não está presente. O seu voto foi distribuído aos Srs. Senadores, que podem consultá-lo.

Então, a matéria está em discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Para debater, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Ricardo Ferraço tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB –ES) – Sr. Presidente, o registro é para me congratular com a iniciativa da Senadora Ana Amélia e com o parecer do eminente Senador Casildo, que, em seu relatório, aborda com detalhe o alcance social de uma medida como essa.

Eu me lembro que, há alguns anos, era Ministro da Agricultura o Dr. Pratini de Moraes. E, à época também, observávamos coisa parecida, ou seja, somente o Banco do Brasil tinha acesso aos recursos do Funcafé, que financia a lavoura cafeeira em nosso País, nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rondônia, Bahia, Espírito Santo. E, àquela época, foi dado um duro muito grande, uma luta muito grande para que, além do Banco do Brasil, o cooperativismo de crédito pudesse operar com os recursos do Funcafé, que financiam a lavoura cafeeira.

Pois bem, o que observamos em razão da capilaridade do cooperativismo de crédito em todo o Brasil é que houve uma dinamização na oferta de crédito ao pequeno produtor brasileiro, ao médio produtor brasileiro, porque nada se compara à capilaridade, ao enraizamento e à presença do cooperativismo de crédito nos nossos Municípios, nas nossas pequenas cidades Brasil afora.

Por isso mesmo, julgo da maior importância que, assim como fizemos com o Funcafé lá atrás, possamos fazer agora com os recursos do FAT para o setor de cooperativismo de crédito, que é uma alavanca fundamental, porque o crédito é precondição para o êxito e para o sucesso de qualquer empreendimento, seja ele no ramo primário, secundário ou terciário. É isso o que se propõe. Propõe-se a dinamização desses recursos. O que se propõe é um choque de crédito, para que possamos ainda socializar mais o acesso do crédito no Brasil.

Portanto, quero manifestar aqui com que alegria e com que convicção voto favoravelmente à proposta da eminente Senadora Ana Amélia, relatada aqui pelo também eminente Senador Casildo Maldaner.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para discutir, Senador Blairo Maggi.

Eu queria apenas informar que o Senador Lindbergh Farias, que apresentou voto em separado, encontra-se hoje no Rio de Janeiro, por compromisso com o Governador Sérgio Cabral.

Só para informação.

O Senador Blairo Maggi tem a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu cumprimento V. Exª, quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia e também o Relator Casildo Maldaner, pela iniciativa da Senadora de propor essa lei, essa medida, que vai fazer com que os recursos do FAT possam chegar a outros milhões de brasileiros atendidos pelas cooperativas de crédito que anteriormente e até agora ainda o são, mas a lei que aqui estamos aprovando hoje, tenho certeza absoluta que será aprovada nesta Comissão, para democratizar esse recurso tão importante. Talvez seja o maior volume de recursos que o Brasil tem hoje para aplicar em grandes projetos, mas também em pequenos projetos.

Lá, no Estado do Mato Grosso, por exemplo, nós temos as cooperativas de crédito, mas, principalmente, o Sistema Sicredi.

Essa cooperativa, hoje, Senadora Ana Amélia, já está presente em mais Municípios do que o sistema normal de bancos do Banco do Brasil.

Portanto, é de extrema importância essa medida e esse projeto de lei apresentado hoje, porque, como já disse, fará com que milhares e milhares de pequenos empreendedores, comerciantes, agricultores possam ter acesso ao FAT, obviamente dentro das regras colocadas no projeto, relatadas pelo Senador Casildo Maldaner.

Eu não poderia deixar de fazer o registro da importância desse projeto.

Eu pediria aos colegas Senadores e às colegas Senadoras que possamos dar um voto favorável a esse projeto, a fim de que ele seja implantando, e que as cooperativas de crédito estejam cada vez mais presentes na vida dos comerciantes, agricultores, enfim, de todos aqueles que necessitam de crédito.

Parabéns, Senadora Ana Amélia!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Parabéns, Senador Casildo Maldaner!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Peço às Srªs Senadoras e aos Srs. Sena-

dores que sejam breves, para que possamos votar a matéria, que é terminativa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Era disso que eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Estão inscritos os Senadores Waldemir Moka, Cyro Miranda, Ivo Cassol e Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu só queria pedir a palavra pela ordem, para tentar aproveitar a presença dos Senadores aqui para votarmos o processo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Exatamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Senador Aloysio chegou aqui agora, para ajudar nessa votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Exato. Por isso, pedi brevidade por parte dos três Senadores: Waldemir Moka, Cyro Miranda e Ivo Cassol.

Concedo a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vou ser muito objetivo, Sr. Presidente.

Sou suspeito para defender o projeto, uma vez que presido a Frente Parlamentar do Cooperativismo, mas devo dizer que o projeto é muito bom. Havia uma dificuldade: a garantia que foi dada pelas Letras do Tesouro. Na verdade, isso influenciou o Senador Lindbergh, mas acho que isso está sanado.

Quero parabenizar a autora e o Relator e dizer que cooperativa de crédito, Sr. Presidente, atende os trabalhadores na ponta do sistema. É, sem dúvida, um alcance muito grande e atende a pessoas que têm pequenos empreendimentos. Aí se vai realmente atender o trabalhador.

É com essa objetividade que parabenizo a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo, como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Atendendo ao pedido de V. Exª, Sr. Presidente, serei ultra breve.

Quero parabenizar a autora e o Relator e dizer que encontramos esse mesmo tipo de problema no Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), de que é gestor somente o Banco do Brasil. Isso dificulta, porque há acúmulo. Então, vai tramitar nesta Casa um projeto parecido, o do FCO.

Parabenizo a autora, a Senadora Ana Amélia, e peço a todos o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Cyro.

Concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com certeza, vou atender a sua solicitação, Sr. Presidente.

Quero aqui parabenizar a Senador Ana Amélia, autora do projeto.

E quero dizer mais: há poucos dias, foram divulgadas na imprensa nacional as cem maiores empresas de lucratividade. No Estado de Rondônia, uma cooperativa de crédito de Pimenta Bueno mostrou esse resultado.

Ao mesmo tempo, é dada oportunidade para as cooperativas também financiarem, aproveitarem esse recurso do FAT, o que é importante, para podermos distribuir os recursos, fazendo com que eles cheguem a muitas cidades, a muitos Municípios pequenos, aos quais as instituições financeiras de grande porte, como o Banco do Brasil, o Basa e a Caixa Econômica, não chegam.

Portanto, sou favorável ao projeto da Senadora Ana Amélia.

Faço uma sugestão para o futuro. Poderíamos estender isso para as cooperativas, para que elas também conseguissem trabalhar os recursos do Pronaf, que são do Banco do Brasil, e os recursos do FNO, administrados pelo Basa.

É importante a aprovação desse projeto, ainda hoje, enquanto há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Coloco em votação o substitutivo apresentado ao projeto pelo Senador Casildo Maldaner.

Os que votam com o Relator votam “sim” ao substitutivo.

A votação será nominal.

Vou chamar os Senadores aqui presentes.

Como vota o Senador Acir Gurgacz?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O voto do Senador Casildo Maldaner é conhecido.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Voto pelas cooperativas, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Meu voto é conhecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – É conhecido o voto da Senadora Ana Amélia, que é a autora. Parabéns!

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com muita convicção, Sr. Presidente, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mais algum Senador chegou aqui? Acho que todos foram chamados.

Votaram SIM 15 Srs. Senadores.

Meus cumprimentos à Senadora Ana Amélia!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria agradecer a todos os colegas, porque essa matéria tem grande relevância social, como disse o Senador Ricardo Ferraço. Com isso, há a democratização desse crédito. As garantias existentes com as Letras do Tesouro, que foi a alternativa encontrada para tirar todas as dúvidas a respeito dessas operações. E dizer-lhe também que, pela palavra do Presidente do Banco Central, Dr. Tombini, as cooperativas de crédito têm uma fiscalização rigorosa do Banco Central, e elas têm hoje mostrado um grau de confiabilidade na operação de maior índice de credibilidade e seriedade na aplicação desses recursos. Tenho certeza de que ganham os produtores, ganha o Brasil e ganha o sistema cooperativista.

Obrigada a todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – É sobre o tema?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Apenas para recordar: esse é um caminho que já vem de longo tempo nesta Casa. A Senadora Ana Amélia foi feliz. Tão logo veio para cá, ela ressuscitou a proposta, que já tramitava nesta Casa. Na legislatura passada, teve origem com a Senadora Serys Slhessarenko, do Mato Grosso. Houve uma participação forte também da Senadora do Mato Grosso do Sul, Marisa Serrano, em relação à matéria. Com a reapresentação da Senadora Ana Amélia, conseguimos, finalmente, fazer com que os bancos cooperativos tenham acesso, assim como as agências estaduais e os bancos regionais, e possam ajudar a massificar esses recursos para o Brasil inteiro.

Mais uma vez, cumprimentos a todos que tenham trabalhado nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Maldaner.

Portanto, a Comissão aprova o PLS nº 40/11, nos termos da Emenda nº 2-CAE, substitutivo, fican-

do prejudicado o projeto, nos termos do art. 300 do Regimento Interno.

De acordo com o art. 282 do Regimento Interno, a matéria será submetida a turno suplementar de discussão por ter sido aprovado o substitutivo integral ao projeto.

Passamos agora ao Item 14.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189 DE 2010
– Terminativo -

Autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes de Alagoas.

Autoria: Senador João Tenório.

Já que sou o Relator, peço ao Senador Ricardo Ferraço que presida a reunião, por favor. *(Pausa.)*

Então, Senador Maldaner, por favor, se V. Exª puder presidir, porque sou Relator.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O relatório já foi lido. De maneira que foi apresentado... Bem, aqui o Presidente Maldaner vai dirigir os trabalhos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Casildo Maldaner.

Eu tenho um requerimento, que está para ser lido, de audiência pública sobre o vazamento de óleo na bacia de Campos. A Comissão de Meio Ambiente vai realizar audiência nesse sentido na semana que vem. A fim de poupar energia, eu queria sugerir que fosse feita conjunta a audiência pública desta Comissão com a Comissão de Meio Ambiente, se houver a possibilidade. O Senador Ricardo Ferraço também estava interessado nessa matéria na Comissão de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senadora Ana Amélia, tão logo o Senador Suplicy faça seu relatório, na sequência, faremos a leitura do requerimento de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ótimo. Agradeço muito. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Propondo inclusive que se faça em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ótimo. Meio Ambiente e Infraestrutura, que era a proposta do Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Tão logo o Senador Suplicy apresente o relatório.

Com a palavra V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu já li o relatório, pelas razões que foram apresentadas, sobretudo tendo em conta que o projeto exclui da divisão de recursos arrecadados com o concurso especial da Mega-Sena os valores atribuídos à seguridade social e investimentos em esporte e outros; confere destinação redundante com objeto do Fundo Especial para Calamidades Públicas; que então o Presidente Lula disponibilizou cerca de R$500 em verbas para a recuperação de danos gerados pelas chuvas de 2010, para os Estados de Alagoas e Pernambuco; que o BNDES destinou R$1 bilhão em financiamentos para a reconstrução de pequenas e médias empresas; que a Caixa liberou o Fundo de Garantia para os trabalhadores nas cidades que decretaram calamidade pública; que o Governo dispõe de instrumentos para atender situações de calamidade e atuou rapidamente para minimizar os efeitos socioeconômicos daquela calamidade pública; então, o voto é pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 189, de 2010, e nº 203, de 2010, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Nós estamos consultando aqui, estamos somando. Faltam dois colegas para termos quórum, porque esta votação é terminativa. A Secretaria está procurando ver se dois colegas ainda comparecem. Enquanto não chegam os colegas, vamos ler o voto em separado.

Foi apresentado, em 8/11, um voto em separado, de autoria do Senador Benedito de Lira, pela rejeição do próprio projeto, não é isso?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – E pela aprovação do PLS nº 189, de 2010, nos termos do substitutivo que apresenta.

Nesse caso, com a palavra...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É um substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – ... o Senador Benedito de Lira, que apresenta um substitutivo desse voto em separado.

Com a palavra V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meu caro e eminente Senador Suplicy, Relator desta matéria, primeiramente eu queria que os Srs. Senadores soubessem, especialmente o Senador Suplicy, que nada tenho contra o seu parecer. Muito pelo contrário. Apenas discordo dos pontos que foram elencados por S. Exª no que diz respeito à rejeição, opinando pela rejeição da matéria.

Calamidade pública neste País não é privilégio do Estado de Alagoas ou do Estado de Pernambuco. Calamidade pública é uma ação do tempo e que, em determinados momentos, em todos os anos, ataca diversos Estados da Federação e com especialidade Municípios onde toda a população reside.

O Senador João Tenório apresentou um projeto de lei estabelecendo regras para que a Caixa Econômica Federal pudesse realizar um sorteio especial para atender às vítimas das enchentes, nobre Senador Maldaner, do Estado de Alagoas e Pernambuco, porque, no ano de 2010, só no meu Estado, cerca de 19 Municípios foram arrasados com as enchentes.

O eminente Senador Suplicy apresenta seu parecer ao projeto, concluindo por sua rejeição, alegando que o Governo liberou R$500 milhões para atender às vítimas das enchentes dos dois Estados. O BNDES liberou recursos para fazer financiamento, e a Caixa Econômica liberou o FGTS para atender aos desabrigados e aos atingidos pelas enchentes.

Mas isso não é o suficiente para atender a essas calamidades. E nós, então, estamos apresentando aqui voto em separado para que os Srs. Senadores possam refletir e se debruçar também sobre esse projeto de lei, que cria... Cria, não. Já existe o Fundo Especial para Calamidades Públicas, mas aperfeiçoar esse fundo e fazer com que as coisas possam acontecer.

A proposta prioriza a Caixa Econômica a realizar concursos especiais da Mega-Sena. Os recursos serão destinados exclusivamente às vitimas das enchentes nos Estados de Alagoas e Pernambuco, estabelecendo aqui estes percentuais: 44,2% para o prêmio; remuneração das lotéricas, 8,61%; governo do Estado de Alagoas, 47,37%, e o Governo do Estado de Pernambuco, dentro do mesmo percentual, num projeto de lei apresentado pelo eminente Senador Cícero Lucena, atingindo ou beneficiando os dois Municípios.

Pois bem, Sr. Presidente, a proposta autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, cujos recursos serão destinados exclusivamente às vítimas das enchentes dos Estados de Pernambuco e Alagoas, com a seguinte distribuição: 44,2% é o prêmio; remuneração das lotéricas, 8,61%; Governo do Estado de Pernambuco, 23,68%; e Governo do Estado de Alagoas, 23,68%.

O projeto foi despachado à Comissão de Assuntos Econômicos para manifestação em caráter terminativo. Não foram apresentadas emendas.

Finalmente, segundo o Relator, houve na mesma época autorização para liberação do FGTS para atender aos desabrigados das enchentes.

De acordo com o art. 48, inciso XX, da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional legislar sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre as instituições financeiras e suas operações, de acordo com o art. 22, inciso XX, da Carta Magna. Compete privativamente à União legislar sobre sistema de consórcios e sorteios.

A matéria, objeto do PLS nº 189, de 2003, ambos de 2010, está, portanto, incluída entre essas competências, e nenhum dos dois PLSs incorrem em vício de iniciativa.

Não há óbice quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposta, conforme já apontou o eminente Relator, Senador Eduardo Suplicy.

Quanto ao mérito, embora concorde em determinados momentos com o seu parecer, em parte, tenho opinião contrária. Penso que esta Casa não pode perder a oportunidade de dar sua contribuição no sentido de solucionar o grave problema de alocação de recursos para atender às situações de calamidade no País.

O Governo Federal tem procurado enfrentar as situações através de várias iniciativas. Exemplo recente foi a edição da Medida Provisória nº 494, de 2010, convertida em lei em 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais, reconstrução das áreas atingidas por desastre e sobre o Funcap.

A Lei nº 12.340, de 2010, em seus §§ 7 e 14, trata exatamente a alocação de recursos para o Funcap, de acordo com a regra ali contida – art. 9º, § 2º – na integralização das cotas do fundo para cada parte integralizada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. A União integralizará três partes na ocorrência de desastres. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão sacar recursos até o limite de suas cotas, acrescido da parte integralizada pela União.

Temos sérias dúvidas sobre a eficácia dessa regra, diante da situação econômica enfrentada pela maioria dos Municípios e por parte dos Estados, visto que a maioria dispõe de recursos para integralizar no fundo. A dificuldade é maior ainda para os Municípios com menos de 50 mil habitantes.

Esse foi também o entendimento dos membros da comissão temporária interna do Senado Federal criada para estudar alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil.

Não queremos entrar aqui no mérito das dificuldades de caráter sistêmico, advindos da referida lei de 2010, como a desarticulação do sistema ao permitir a comunicação direta entre os Municípios e a União, abrangência no sistema, uniformização da hierarquia nas diversas esferas do Governo, coordenação de atividade etc..

Nesse contexto, elaborei o projeto para voto em separado, concluindo pela apresentação de um substitutivo, para que esta Casa possa efetivamente dar a sua contribuição não apenas para socorrer um ou outro Município, uma ou outra situação de calamidade, mas para permitir uma alocação permanente de recursos para o fundo, sem as amarras criadas pela Lei nº 12.340, de 2010.

Sabemos que a destinação específica dos recursos de um concurso especial, conforme proposto no projeto de lei sob análise, é insuficiente. Nossa proposta é no sentido de um percentual de todas as loterias – é bom chamar a atenção dos eminentes Senadores para esse fato.

Enquanto os projetos que foram objeto de análise do parecer do eminente Senador Suplicy criavam um prêmio especial, estamos criando alocação de recursos permanentes para o Fundo Especial para Calamidades Públicas, estabelecendo, com isso, um percentual de 2,5%, a ser retirado do prêmio, para não gerar qualquer discussão em torno dos atuais percentuais de rateio e seus beneficiários legais.

Se considerarmos a arrecadação da Caixa Econômica Federal com as loterias, no ano de 2010, que foi da ordem de 8 bilhões, teríamos, por essa regra, a alocação de 200 milhões para o fundo somente no ano de 2010. Obviamente, isso ainda representa muito menos do que o necessário, motivo pelo qual incluímos também na nossa proposta a mesma sistemática adotada pelo Governo, quando da edição da Medida Provisória nº 494, de 2010, convertida na Lei nº 12.340, de 2010, pela União; aporta em três partes, para cada parte aportada por esses entes federados, com a diferença de que para cada parte integralizada no fundo um recurso das loterias da União integralizará cinco partes, e a liberação desses recursos ficará desvinculada da regra do art.11 da referida Lei nº 12.340, de 2010.

Assim, dando prosseguimento ao nosso exemplo, caso a regra estivesse válida no ano de 2010, além dos 200 milhões destinados ao Funcap com recursos das loterias, um bilhão seria alocado pela União – isso apenas em 2010 –, cifra bem mais compatível com as necessidades reais de recursos para essa rubrica.

Essa regra tem a vantagem adicional de não alterar os percentuais de rateio dos atuais beneficiários legais e de não excluir nenhum Município como beneficiário do fundo, pelo fato de não ter integralizado cotas.

Por fim, nosso entendimento é de que o percentual de 2,5% não compromete em nada a atratividade dos jogos, como, eventualmente, pode argumentar a Caixa Econômica Federal, até porque ela recebe quatro vezes mais desse percentual para administrar os jogos. Além disso, o percentual é melhor do que o atualmente destinado ao Fundo Nacional de Cultura, ao Fundo Penitenciário Nacional e ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Assim, Sr. Presidente, quero fazer ver a esta Casa e ao Plenário desta Comissão que precisamos ter algo com que possamos reparar exatamente essas dificuldades que se apresentam quando há calamidade.

Hoje, não temos um programa de prevenção. Infelizmente, não se tem um programa de prevenção do Governo para atender às calamidades públicas que ocorrem anualmente. Não há um ano em que não ocorram. Recentemente, aconteceram em Santa Catarina, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Pernambuco, em Alagoas. Enfim, ninguém está livre dessa situação.

Por isso, ao apresentar o meu voto em separado, propondo a nova sistemática, acompanhando um substitutivo, eu gostaria de me dirigir ao eminente Relator Senador Eduardo Suplicy, para que ele reveja o seu parecer, considerando a nossa necessidade de promover os meios necessários para que, amanhã, não tenhamos as dificuldades que temos tido hoje.

Os recursos alocados, Sr. Presidente, para as calamidades públicas não são suficientes para reparar os danos causados. Infelizmente, as pessoas que ali estão foram prejudicadas. Foi liberado o FGTS para atender aos desabrigados, mas eles perderam tudo: casa, roupas, móveis e utensílios, famílias, entes queridos. E nada será reparado.

Então, essa é a razão maior de apresentarmos o nosso voto em separado, acompanhando o substitutivo.

Em virtude do exposto, por ser contrário ao entendimento do Relator, o meu voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2010, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2010, nos termos do seguinte substitutivo: altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para definir fontes de recursos para o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 9º O Funcap terá seu patrimônio constituído por:

I – cotas que serão integralizadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios;

II – 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) da arrecadação de todas as loterias administradas pela Caixa Econômica Federal;

III – cotas que serão integralizadas anualmente pela União.

§ 2º Na integralização de cotas, a União integralizará:

a) 3 (três) partes para cada parte integralizada nos termos do inciso I do *caput*;

b) 5 (cinco) partes para cada parte integralizada nos termos do inciso II do *caput*.

§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que decidirem integralizar cotas no Funcap, bem como a Caixa Econômica Federal, deverão informar à Secretaria de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, até o dia 30 de junho de cada ano, o valor a ser disponibilizado para essa finalidade, de forma a permitir a inclusão do valor a ser integralizado pela União na lei orçamentária anual do exercício seguinte.

Art. 11 Na ocorrência de desastre, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão sacar recursos do Funcap:

I) até o limite de suas cotas integralizadas nos termos do art. 9º, I, acrescido do valor aportado pela União na proporção estabelecida no art. 9º, § 2º, *a*;

II) do montante aportado nos termos do art. 9º, II, e art. 9º, § 2º, *b*, o valor autorizado, em caráter excepcional, pelo conselho Diretor do Funcap. (NR)

Art. 13 Em casos excepcionais, o Conselho Diretor do Funcap poderá autorizar o saque para custear ações imediatas de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais em áreas afetadas por desastres:

I) para os entes cotistas, na forma do art. 11, I;

II) para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na forma do art. 11, II. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões.

É o meu voto em separado e, ao mesmo tempo, com a apresentação desse substitutivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Diante da apresentação do voto em separado do Senador Benedito de Lira, verifico que nós não temos quórum para deliberação. Em todo caso, consulto o autor, o Senador Eduardo Suplicy, se deseja discutir, se deseja voltar ao tema, para depois prosseguirmos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o parecer do substitutivo do Senador Benedito de Lira precisa ser apreciado. Em verdade, gostaria de expor algumas razões importantes que a própria Caixa Econômica Federal encaminhou-nos.

Ao sugerir a nova redação, o Senador afirma ter o propósito de atender não apenas a um ou outro Município, mas, sim, gerar recursos para o Fundo Especial para Calamidades Públicas de maneira permanente.

O art. 1º do substitutivo em questão oferece nova redação à Lei nº 12.340, de 2010. O art. 9º diz que o Funcap terá o seu patrimônio constituído por 2,5% da arrecadação de todas as loterias administradas pela Caixa.

Inicialmente, é importante esclarecer que as leis que regem as loterias federais disciplinam a distribuição da sua arrecadação, por modalidades, conforme demonstrado nos anexos abaixo relacionados:

Anexo I – Loterias de Prognósticos Esportivos (Loteca e Lotogol);

Anexo II – Loterias de Prognósticos Numéricos (Lotomania, Mega-sena,

Quina, Dupla Sena e Lotofácil);

Anexo III – Loteria Federal;

Anexo IV – Loteria Federal Instantânea;

Anexo V – Loteria de Prognóstico Específico (Timemania);

Considerando que o autor do substitutivo não apresenta nova proposta de rateio da arrecadação das loterias federais, contemplando a inclusão do novo beneficiário que institui, tampouco explicita qual dos atuais beneficiários deve ter a sua cota-parte reduzida em função do repasse do percentual de 2,5% da arrecadação para o Funcap, a interpretação é de que o percentual a ser destinado a esse fundo seria aplicado sobre a renda líquida obtida após a dedução de todos os repasses aos beneficiários legais.

Nesse particular, esclarecemos que os atuais beneficiários da renda líquida das loterias federais são: a Seguridade Social (art.195 da Constituição Federal e Lei nº 8.212/1991) e o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), Lei nº 10.260/2001.

Não obstante, observamos que na defesa da sua proposta, o Senador afirma que o valor a ser repassado ao referido fundo, R$200 milhões, tendo por base a arrecadação total de R$8 bilhões das loterias em 2010, deverá ser deduzido dos prêmios distribuídos pelas loterias federais, o que, segundo ele, não compromete, em nada, a atratividade dos jogos.

Por essa razão e em caráter preventivo, informamos que, havendo qualquer alteração na redação do substitutivo, indicando que o valor devido ao Funcap deverá ser deduzido da parcela destinada à premiação das loterias federais, ensejará a alteração do posicionamento da Caixa para contrários à sua aprovação, pelas razões a seguir expostas.

O percentual destinado a prêmios pelas loterias federais brasileiras, que é o menor entre os praticados pelo mercado mundial de jogos, encontra-se já em patamares mínimos, conforme demonstrado a seguir:

País Payout [2]

Tailândia, 66,46%;

França, 61,83%;

Bélgica, 59,87%

Austrália, 59,65%

EUA, 58,02%

Grécia, 56,11% (...) [e assim por diante; são inúmeros Municípios. O Brasil vem com 31% apenas.]

As experiências de países que são líderes mundiais em arrecadação no segmento de loterias, como é o caso dos Estados Unidos e da Espanha, demonstram um incremento significativo de suas arrecadações, a partir do aumento do percentual destinado a prêmios (*payout*), conforme Anexo VI.

Trata-se de um "ciclo virtuoso" que configura um dos principais fatores de sucesso dos jogos lotéricos no mundo, conforme abaixo:

maior percentual destinado a prêmios = produto mais atrativo =

aumento da arrecadação = aumento dos repasses aos beneficiários legais.

Nesse particular, cabe destacar que as loterias federais exercem importante papel para toda a sociedade brasileira, uma vez que quase metade de sua arrecadação (48%, incluindo a parcela relativa ao Imposto de Renda), é revertida para programas e projetos de cunho social.

Com o intuito de enriquecer a discussão da matéria, submete-se o exposto à nossa apreciação – a nós, Senadores.

É o que diz a Gerência Nacional do Relacionamento Parlamentar da Caixa Econômica.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que esse documento pudesse ser anexo, porque vamos apreciar e votar essa matéria na próxima reunião, uma vez que já houve a discussão.

Mas gostaria de ressaltar que houve o Projeto de Lei nº 4.659, de 2009, de origem no PLS nº 461, do Senado, de teor idêntico ao PLS nº 189, de 2010, mas destinando recurso ao Estado de Santa Catarina. Era de natureza semelhante, só que, em vez de ser para Alagoas, era para Santa Catarina. E este foi vetado integralmente pelo então Presidente da República, por considerar que contrariava o interesse público.

Entre as razões então mencionadas, o Presidente citou – era o Presidente Lula – a exclusão na divisão dos recursos arrecadados com o concurso dos valores atribuídos à seguridade social e a investimentos em esporte, educação, cultura e segurança, além de enfatizar que se tratava de destinação redundante com o objeto do Fundo Especial para Calamidades Públicas.

Assim, em virtude do aumento das ocorrências de calamidades públicas motivadas por desastres naturais, incluindo as fortes chuvas e inundações que flagelaram nos últimos meses diversos Municípios do País, o Governo Federal editou, em 08/06/2010, a Medida Provisória nº 490, abrindo crédito extraordinário de 1,2 bilhão para atender a essas situações, ou seja, o Governo tem tomado as medidas adequadas, no entender do Governo Federal, para atender às situações de desastres, como as objeto da atenção do eminente Senador Benedito de Lira. Mas esse assunto será apreciado, por falta de quórum, na próxima reunião, Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Senador Benedito.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Quero, primeiramente, agradecer ao Senador Suplicy pela compreensão. Realmente, o plenário está vazio, mas foi importante ter feito essas observações.

Os projetos, quer do Senador Cícero Lucena, quer do Senador João Tenório, estabeleceram regras destinando recursos para dois entes federais. O nosso, não; é abrangente. É preciso que nos debrucemos sobre ele para que possamos fortalecer o fundo e não ficar na dependência exatamente de que o Governo baixe uma media provisória para atender.

O Governo foi muito presente nas enchentes de Alagoas, mas os recursos são absolutamente insignificantes para atender ao desastre. Mais de 30 mil casas foram destruídas. As pessoas perderam tudo, absolutamente tudo. Vestem uma roupa porque deram; comem porque o Governo as alimenta. Os móveis e utensílios foram todos levados pela enxurrada. As casas foram levadas também. Depois, veio a informação do Governo: "Minha Casa, Minha vida, você vai pagar".

A maioria das pessoas que moravam nas periferias das cidades atingidas vivem em função, Senador Suplicy, daquilo que o Governo paga, que é o Bolsa Família. Pagar como e com o quê? Daí a nossa preocupação. Quero partilhar isso com os Srs. Senadores.

Primeiramente, quero agradecer a V. Exª pela sensibilidade que tem tido no que diz respeito a essas ações sociais para o atendimento dos mais carentes deste País, quer sejam de São Paulo ou do resto do Brasil.

Quero que possamos analisar essa matéria em uma reunião com todos os Senadores presentes, para que façamos um grande debate.

Com relação aos argumentos da Caixa Econômica, não concordo com eles. Primeiro, porque é o menor percentual entre todos os outros que praticam loteria. Possivelmente, tem de ser. Sabe por quê? Porque ela leva um percentual para isso, para aquilo. Para administrar essas loterias, são destinados à Caixa Econômica quase 20%; 20% entre loterias, lotéricos e essas ações que a Caixa pratica para fazer isso. Consequentemente, outros fundos estão sendo privilegiados com isso.

Nada contra financiar ações para os estudantes universitários. Ótimo para a educação brasileira. Nada contra as ações de saúde, da Previdência. Nada disso será atingido, daí por que temos preservado o prêmio na sua totalidade. Ao mesmo tempo, não mexemos com um centavo dos entes já beneficiados. Estamos tirando do bolo; propondo, melhor dizendo, do bolo 2,5% para o fundo. Não é para o Estado a, b ou c, mas para o fundo, para atender aqueles que, por acaso, venham a ser atingidos por qualquer tipo de calamidade pública.

Quero agradecer a V. Exª, eminente Presidente, pela sensibilidade de receber o voto em separado, de ter recebido as informações que a Caixa encaminhou, as ações do Governo.

O Presidente Lula, na época, vetou o projeto que atendia Santa Catarina. Até hoje há mazelas – está aqui o Presidente que pode confirmar ou negar isso – decorrentes daquela enchente de quatro, cinco anos passados. Eu estava na Casa, lá na Câmara, quando aconteceu o desastre ecológico em Santa Catarina, que ainda hoje sofre com as dificuldades.

Então, Sr. Presidente, é importante que a Casa possa se debruçar em cima disso.

Muito obrigado por sua sensibilidade a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Muito bem. Recolhemos. Ficam registradas as colocações de ambos.

Naturalmente, por falta de quórum, não vamos encerrar a discussão. Ficará em aberto para que, na próxima reunião com número, continuarmos a discussão dessa proposta, que, por sinal, quero destacar, é muito relevante, o Brasil está vivendo isso. Aliás, este Senado constituiu uma comissão temporária para tratar desse assunto, do qual tenho a honra de ser relator, uma comissão que é presidida pelo Senador Jorge Viana. Nós estamos com o relatório praticamente concluído. Além disso, há uma medida provisória tramitando na Câmara, que é a nº 547, do Governo Federal, na qual se percebe a preocupação com o campo preventivo principalmente. Um real aplicado no campo preventivo – refiro-me a desastres, sinistros – significa uma economia de sete reais. Dentro dessa nova configuração – há a tese de V. Exª envolvendo a Caixa Econômica –, talvez possamos ponderar no sentido de uma reestruturação da defesa civil no Brasil. O nosso relatório está praticamente concluído. Vamos apresentá-lo aos membros da Comissão. Deverá ir para a análise, mas adianto que se caminha no sentido do campo preventivo, que é o que temos de fazer, já que somos, na verdade, um país imprevidente.

Bom, fica para a próxima reunião. Agradeço a participação dos colegas.

Na sequência, ainda que o quórum seja pequeno, temos algumas coisas aqui...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu havia feito uma solicitação, Presidente, em relação ao requerimento para audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Há um requerimento da Senadora Ana Amélia e também um requerimento do Senador Armando Monteiro.

Passo a ler o requerimento da Senadora Ana Amélia.

Com a permissão do Senador Suplicy... Posso continuar?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pode, está em boas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – É pouca coisa.

REQUERIMENTO Nº 84, DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos destinada a debater o despreparo do Brasil para evitar e conter vazamentos de petróleo e os impactos ambientais e econômicos decorrentes do vazamento que ocorreu no Campo do Frade, na bacia de Campos.

A preocupação aumenta com as perspectivas criadas pela exploração do pré-sal, cujo porte exigirá grandes investimentos na prevenção de acidentes, pois a mesma empresa que foi responsável pelo acidente no golfo do México é a que agora repete o crime ambiental na bacia de Campos.

Para tanto, recomendo a presença dos seguintes convidados: Sr. Haroldo Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo; Sr. Carlos Minc, Secretário de Estado do Meio Ambiente do Governo do Rio de Janeiro; representante do Comando da Marinha do Brasil; Sr. George Buck, Presidente da petrolífera americana Chevron no Brasil; e Sr. Aristides Sofiatti, do Núcleo de Estudos Socioambientais da Universidade Federal Fluminense de Campos.

Sala das sessões, Senadora Ana Amélia.

Esse é o requerimento.

Faço apenas a leitura desses dois requerimentos, que, pelo Regimento, serão votados na próxima sessão.

REQUERIMENTO Nº 85, DE 2011

Requeremos, nos termos do art. 90, II, e 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade da in-

serção de textos em embalagens e produtos infantis. Para tanto, indico como convidados: Fernando Pimentel, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Dirceu Brás Aparecido Barbano, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Synésio Batista Costa, Presidente da Associação Brasileira de Produtos Infantis; João Carlos Basílio, Presidente da Associação da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos; Edmundo Klotz, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação.

Justificação

O Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2008, de autoria do Senador João Vicente Claudino, obriga a inserção da mensagem "Pedofilia é crime. Denuncie. Disque 100" nos rótulos de produtos infantis. Trata-se de iniciativa louvável, tendo como objetivo principal fazer com que haja a participação das empresas fabricantes e/ou importadoras de produtos infantis no processo de combate à pedofilia. No entanto, a rotulagem de produtos infantis já é regulamentada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que prevê inclusão de frase, advertência, visando a garantir a segurança do público infantil. Além disso, no âmbito do comércio internacional, em especial sob o ponto de vista da exportação, as indústrias e o setor buscam compatibilizar o mesmo rótulo para uso tanto no mercado nacional como internacional. Assim se ganha competitividade e reduzem-se custos e insumos de produção.

Portanto, é cabível uma discussão mais aprofundada sobre o tema para definir se a rotulagem de produtos é o espaço apropriado para a inserção do texto sugerido pelo Projeto de Lei em questão, pois poderá implicar em sobreposição a requisitos regulatórios já existentes e prejudicar a competitividade da indústria nacional.

Senador Armando Monteiro.

São os dois requerimentos: um do eminente Senador Armando Monteiro e outro da eminente Senadora Ana Amélia, que foram lidos e naturalmente serão votados na próxima reunião.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a leitura do relatório do Item 16.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – E, com isso, eu passo à Presidência ao eminente Senador Eduardo Suplicy, que tem os direitos... enfim, ele parece bem mais jovem do que eu, mas ele ganha pela certidão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Tem a palavra a Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Item 16.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Item 16.

Vou direto à análise do projeto.

Nos termos dos arts. 91 e 99, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de matéria a ela submetida, particularmente no que diz respeito à política de crédito e finanças públicas, bem como apreciá-la terminativamente.

Do ponto de vista formal, concordamos com as ponderações inscritas no Parecer da CDR.

No que diz respeito à constitucionalidade da matéria, cabe assinalar que o projeto atende aos requisitos de competência, posto competir privativamente à União legislar sobre política de crédito, conforme dispõe o art. 22, VII, da Constituição Federal.

Quanto à iniciativa, cabe arguir inconstitucionalidade por vício de iniciativa, na medida em que, ao estabelecer uma obrigação genérica para que a União assuma os contratos de que trata, na realidade, em última análise, o mandamento se dirige ao Tesouro Nacional, órgão integrante da estrutura do Poder Executivo Federal.

Ainda sob o prisma constitucional, também é problemático o fato de se tratar de projeto do Poder Legislativo que autoriza o Poder Executivo a tomar determinada providência. Conforme entendimento pacífico da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal e do Senado Federal devem ser declarados inconstitucionais os projetos de lei de iniciativa parlamentar que visem a conceder autorização para que outro Poder pratique atos inseridos no âmbito de sua respectiva competência, quando versem sobre matéria de iniciativa reservada a esse Poder.

Posto isso, importa reconhecer, assim como faz o Parecer da CDR, que a proposição tem mérito, na medida em que busca solucionar um problema real e de amplo impacto sobre milhares de famílias.

O SFH foi criado por meio da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e desde então passou por diversas mudanças. Já o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais) foi criado por intermédio da Resolução nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), a fim de garantir a quitação dos contratos

do SFH. No entanto, desde 1988, só os contratos de financiamentos populares passaram a ter a cobertura do FCVS e, a partir de julho de 1993, nenhum contrato contou com a segurança desse fundo.

A proposição em análise parte da constatação de que, mesmo com todas as prestações pagas em dia, durante o prazo do financiamento, persistiam saldos a pagar, normalmente em valores superiores ao próprio valor de mercado dos imóveis, trazendo grandes dificuldades para os mutuários. A razão é que, ao longo do tempo, os índices de correção das prestações normalmente eram menores do que aqueles aplicados à amortização da dívida, provocando um descasamento desses montantes e resultando em um saldo devedor chamado de "residual", com o agravante de que os sucessivos planos econômicos tiveram um impacto desproporcional sobre os saldos devedores, aumentando ainda mais essa discrepância.

Esse tema não é novo, tendo sido objeto de projetos anteriores no âmbito do Congresso Nacional e do Governo Federal, que lançou, em julho de 2005, o projeto "Ô de Casa", através do qual incentiva a reestruturação das dívidas dos contratos sem cobertura do FCVS em bases negociadas, com descontos, entre os mutuários e a Empresa Gestora de Ativos (Emgea).

De acordo com a Emgea, desde a criação do programa, dos cerca de 187 mil contratos sem cobertura do FCVS identificados com problemas, em torno de 102 mil ou 55% do total passaram por reestruturação ou foram liquidados. A expectativa é de que esse número continue aumentando, na medida em que outros contratos vençam nos próximos anos, tornando explícitos os saldos residuais e incentivando os mutuários a buscar uma solução negociada.

O Poder Legislativo também contribuiu para solucionar a questão com a aprovação da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009. Ela incorporou o resultado de um longo debate travado na Câmara dos Deputados, que envolveu amplos segmentos interessados na matéria, como a Caixa Econômica Federal, o Poder Executivo e agentes financeiros privados, consubstanciado no Substitutivo ao Projeto de Lei nº 207, de 1999, que, entretanto, não chegou a ser convertido em lei.

Tal norma permitiu, durante um ano, a renegociação dos contratos de financiamento habitacional do SFH sem cobertura do FCVS, formalizados até 5 de setembro de 2001, bem como daqueles que originalmente contaram com essa cobertura, mas que a perderam ou viessem a perdê-la. Para tanto, tais contratos deveriam estar em desequilíbrio financeiro, nos termos definidos pela própria Lei nº 11.922, de 2009.

Por fim, atendo-nos mais diretamente ao aspecto financeiro da matéria, detecta-se grave lacuna no PLS nº 16, de 2010, que não contém estimativa de custo da eventual aprovação da iniciativa, tampouco aponta fonte de recursos ou correspondente corte de despesa equivalente para financiá-la, contrariando frontalmente a Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A esse propósito, embora não tenhamos no momento acesso aos dados relativos ao número de mutuários discriminados por faixa de renda a serem agraciados pela proposição, a fim de se ter uma ideia da ordem de grandeza dos valores envolvidos, é de se destacar que, no balanço de 2010, a Emgea provisionou R$6,185 bilhões para possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa relativos a contratos sem cobertura do FCVS. Além disso, de 2005 a 2010, reconheceu perdas com descontos concedidos nas operações de reestruturação e liquidação antecipada de dívidas desse tipo de contrato da ordem de R$9 bilhões.

Diante do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2010.

Esse é o voto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Podemos passar à discussão dessa matéria na próxima reunião.

Apenas um item adicional ao requerimento do Senador Demóstenes Torres, que já foi lido, mas para apreciação. Trata-se do Item 22.

Nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que sejam convidados a comparecer à CAE, em audiência pública, os Srs. Delfim Netto, Eduardo Giannetti da Fonseca e Maílson da Nóbrega, para discutirem a situação atual da política econômica desenvolvida pelo BNDES.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Srª Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Eu gostaria de destacar o requerimento do Senador Demóstenes. É muito importante discutir o desenvolvimento, a política do BNDES, mas eu gostaria de ver a possibilidade de incluir aqui o Professor Luiz Gonzaga Belluzzo, da Unicamp, para ampliar um pouco este debate a respeito da política do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, pediria a V. Exª que encaminhasse por escrito, e vamos considerar... (*Pausa.*)

Nem precisa. Já está considerado, Senadora Angela Portela.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Quero manifestar o meu apoio também à solicitação de inclusão feita pela Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem. Certamente, ao lado dos eminentes economistas propostos pelo Senador Demóstenes Torres, como Delfim Netto, Eduardo Giannetti da Fonseca e Maílson da Nóbrega, se tivermos também o ex-Presidente do BNDES, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, estaremos com um excelente diálogo aqui para ser feito na Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, com os quatro incluídos.

Agradecemos à Senadora Angela Portela pela sugestão.

Muito obrigado a todas as Srªs Senadoras e a todos os Srs. Senadores.

Obrigado a toda a equipe e a todos que aqui compareceram.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEXAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 9 HORAS , NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte e três de novembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores José Pimentel, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Ana Amélia, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Blairo Maggi e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Luiz Henrique, Lobão Filho, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Clésio Andrade, João Ribeiro e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando a leitura das Atas das 63ª e 64ª Reuniões, que são dadas como aprovadas, e dá início à apreciação da pauta, destinada à discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 28/2011-CN – Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2012 (PLOA/2012), que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores José Pimentel, Cyro Miranda, coordenador das Emendas, Flexa Ribeiro, Casildo Maldaner e Ana Amélia. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o encaminhamento das seguintes Emendas de Apropriação ao PL nº 28/2011-CN, **Emenda nº 1 – Acréscimo – Orçamento Fiscal / Nacional – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Apoio ao Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e de Arranjos Produtivos Locais – Valor R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); Emenda nº 2 – Acréscimo – Orçamento Fiscal / Nacional – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Estruturação Produtiva do Artesanato Brasileiro – Valor R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); Emenda nº 3 – Acréscimo – Orçamento Fiscal / Nacional – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Capacitação de Micro e Pequenas Empresas, Empreendedores Individuais e Potenciais Empreendedores – Valor R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); e Emenda nº 4 – Acréscimo – Orçamento Fiscal / Nacional – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Monitoramento de Instalação e Operação de Zonas de Processamento de Exportação – ZPE – Valor R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).** Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência dispensa a leitura da Ata da presente Reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 65ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 63ª e 64ª reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Pauta:

Discussão e Votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 28/2011-CN – Projeto de Lei Orçamentária Anual para o Ano de 2012 (PLOA/2012), que serão

apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foram apresentadas 26 emendas a esta Comissão. Já listadas, foram lidas pelo Senador Cyro Miranda Gifford.

As emendas estão em discussão. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para discutir, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, ontem já tínhamos feito toda uma discussão preliminar sobre o parecer das emendas. Conversei pessoalmente com o nosso Relator Cyro Miranda. Foram apresentadas quatro emendas para a questão das micro e pequenas empresas. Lamentavelmente, o nobre Relator resolveu rejeitar todas, na argumentação: duas delas eram de pequena monta; a terceira, de autoria do próprio Relator; e a quarta, de minha autoria.

Eu tinha lançado na emenda "apropriação com inclusão", e deveria ser "apropriação com ampliação".

O nobre Relator, zeloso que é, não tem a obrigação de dar satisfação a ninguém, simplesmente rejeitou a emenda. Em tempo hábil, apresentei ontem, após isso, uma adequação – para "apropriação com ampliação" – e peço ao nobre Relator que, se possível, acolha a micro e a pequena empresa, porque são uma das razões de ser desta Comissão. Ele teve a generosidade de acolher o turismo e uma série de outras atividades importantes, mas acho que tão importante quanto a micro e pequena empresa são poucas nesta Casa, basta ver que aqui é a Comissão terminativa.

Portanto, faria um apelo ao nobre Relator: que acolhesse as quatro emendas, que envolvem quatro Senadores de partidos diferentes, e que a gente pudesse atender às micro e pequenas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Relator, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Pimentel, o senhor sabe que a minha emenda, que inclusive é idêntica à de V. Exª, eu a cortei justamente porque só podia acolher quatro emendas, e a minha era semelhante à sua. Então, tomei a decisão de cancelar uma emenda minha que estava de acordo, sem nenhum motivo para ser vedada.

Conversei com os demais Senadores. A sua sugestão, que seria de cancelarmos a Emenda nº 15, que é de cinco Senadores também, inclusive do Flexa Ribeiro, e que se refere à estrutura produtiva do artesanato brasileiro.

Veja, na Comissão de Orçamento, a pequena e a microempresa estão sendo bem contempladas. Eu estou com o parecer, conversando com todos aqueles que já haviam me comunicado, no sentido de manter esse relatório. Acho que aqui também estamos falando em R$100 milhões, que o senhor está propondo nessa sua emenda. É isso? São R$100 milhões.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – É exatamente o que está escrito. Mas, nobre Relator, sem querer divergir de V. Exª, estranho muito essa informação de que a Comissão Mista de Orçamento está contemplando bem, até porque nós estamos dando os primeiros passos para que os relatores setoriais comecem a trabalhar. O que foi votado ali foi o relatório preliminar. Não tem uma linha tratando da micro e da pequena empresa. Portanto, essa informação que chegou a V. Exª não procede.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – São as emendas que ainda não foram apresentadas.

O senhor sabe que eu tenho um apreço muito grande pela pequena e microempresa, que estive trabalhando junto com o senhor...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Não tenha dúvida, Senador Cyro Miranda, mas o apreço se materializa em atos concretos, como a gente tem feito aqui, nesta Comissão. Portanto...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Agora, o senhor vai ter de convencer o Senador Flexa Ribeiro, então.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Não, não vou!

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Porque eu tenho de retirar uma emenda. Eu só tenho quatro!

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Não cabe a mim dizer se é essa ou aquela. O que estou dizendo é que é fundamental, é decisivo para um segmento, que tem mais de 5 milhões de empresas no Brasil e cuja maior necessidade, todos nós dizemos, é exatamente a capacitação e a formação desse setor. É da essência desta Comissão essa matéria, e o senhor resolve exatamente rejeitar aquilo que é da natureza desta Comissão.

Desculpe-me, mas eu já fui Relator Geral do Orçamento da União, e V. Exª, Relator setorial, sabe que a CMO começa a andar a partir das emendas aprovadas nas comissões, nas bancadas ou pelos parlamentares.

Portanto, quero ser derrotado no voto, mas não abro mão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Perfeito.

Eu quero dizer a V. Exª que todos os projetos aqui apresentados são inerentes a esta Comissão; nenhum deles é de fora da Comissão.

Eu vou manter o meu relatório, Senador Pimentel. O senhor me perdoe, mas, como não veio de acordo com todos os preceitos, eu tive que rejeitar no começo. Então, eu acho que agora não tenho mais condição. Eu vou criar um... Eu vou deixar, então, que a Comissão decida.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Quero dizer a V. Exª que eu fiz a retificação a tempo. Eu tive o cuidado de, ontem, apresentar, exatamente porque a discussão se dava hoje, e qualquer retificação de proposta, como V. Exª sabe, pode ser feita até o momento da discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – De qualquer maneira, ontem, pelo que a Mesa me informou, foi um ato de... Que deram ao Senador Ferraço, porque, na verdade, era para ser decidido ontem mesmo. O senhor talvez não tivesse esse prazo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Mas eu apresentei ontem mesmo!

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Então, eu deixo para a Comissão fazer essa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa.

Muito elegante o Senador Flexa hoje, com a cara boa, descansado!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Pimentel, V. Exª solicita a substituição da emenda que...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Não. Não solicito a substituição de nenhuma; estou solicitando a inclusão. É diferente o debate.

Estou solicitando que a micro e a pequena empresa, por ser da natureza desta Comissão, esteja entre as quatro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu concordo com V. Exª, mas o Relator está no limite das emendas. Então...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – É um problema de escolha.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois é...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Claro! Mas eu não estou dizendo que é essa ou aquela. Estou dizendo que, entre as quatro, esteja a da micro e da pequena empresa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É a Lista de Schindler! Ele vai ter de tirar um e colocar o outro. É a escolha de Sofia, melhor dizendo, como disse aqui a Senadora Ana Amélia.

Eu diria que os artesãos são micro e pequenas... Até empresas individuais, vamos dizer assim. Eles estão contemplados na sua emenda.

(Intervenção fora do microfone.)

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ...o Relator, porque é necessário que esse segmento, tão importante quanto... O micro e o pequeno empresário têm uma série de atendimentos. O próprio Sebrae tem fontes de recursos. V. Exª é um defensor, como todos nós aqui, do micro e do pequeno empresário.

Ainda há pouco, aprovamos a ampliação do valor do faturamento, e aprovamos com o apoio de todos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador, deixe-me dar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Estou fazendo uma avaliação aqui. Não, eu não vou mexer nessa emenda, que eu acho que é meritória. Há uma emenda aqui, da Suframa, que tem como se defender de outra maneira. Então, vou fazer a substituição, atendendo ao apelo do Senador,...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pronto! Aí atende todos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – ...pela Suframa, e atender à micro e à pequena empresa, que, eu acho... Todas são meritórias, mas eu tinha que ter um critério. E, infelizmente, como a sua não estava adequada, eu tive que tomar, naquele momento, aquele critério.

Então, vou fazer isto: vamos substituí-la pela da Suframa, porque eu acho que eles têm uma maneira de se defender por outros meios, em termos do Orçamento.

Fica substituída, então, pela do Senador Pimentel.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quero parabenizá-lo.

Quero parabenizar o Senador Pimentel, os micro e os pequenos empresários e o Relator, Senador Cyro Miranda, pela sensibilidade em atender a todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, o entendimento são as quatro emendas, incluindo a emenda do Senador Pimentel, e retirada a emenda relativa à Suframa, pelas razões aqui explicitadas pelo Relator, Senador Cyro Gifford. Correto, Relator?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório do Senador Cyro Miranda Gifford permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As emendas estão aprovadas e serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Portanto, dou por encerrada a presente reunião.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner, o grande comandante da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero agradecer o empenho e o trabalho competente de V. Exª na reunião de ontem.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, só para cumprimentá-lo, porque achávamos ontem que o desfecho ia ser um pouco conturbado: invoca-se o Regimento, pedido de vista, até cinco dias é o direito de ceder, e vai daqui e vai de lá, os prazos.

O Senador Cyro Miranda, coordenador dessas emendas coletivas, e nós todos, os colegas, preocupados; o Líder do Governo aqui, do Congresso Nacional, preocupado. Aí, chegou-se ao entendimento, de comum acordo, para nós, às 9 horas de hoje, com a presença do presidente efetivo da Comissão, resolvermos.

E deu certo. Está aqui V. Exª, e as coisas chegaram ao entendimento, ao desfecho desejado por todos.

É esse o registro que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo, V. Exª é um homem da conciliação, e a conciliação é o oxigênio da política, como dizia o velho Ulysses.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria cumprimentar o Relator porque, em uma Casa política, eu senti as dores que sentiu o nosso querido Colega Cyro Miranda, porque fui Relatora, tanto do PPA quanto da LOA, na Comissão de Agricultura. E foram 65 emendas para aglutinar ou para suprimir, resumidas em apenas quatro.

Acho que uma das coisas que temos de fazer também é rediscutir um pouco esse processo regimental, essa forma engessada de você fazer as emendas e preparar um relatório para isso. É muito complicado, é muito difícil.

Penso que a solução dada pelo Senador Cyro Miranda, acolhendo, adequadamente, a proposta do Senador José Pimentel... Porque a Casa, este ano todo, lutou muito com a nova lei do Simples. E estamos aqui avançando nesse processo. Então, não seria, digamos, adequado que não tivessem a micro e a pequena empresa uma proteção legal.

Penso que a saída política, e técnica também – de algum modo, foi técnica –, de V. Exª de novo foi uma escolha de Sofia. Quer dizer, também, a da Suframa, os Senadores do Amazonas certamente vão dar uma chiadinha em relação à retirada, mas os mecanismos são outros.

Então, eu queria cumprimentá-lo e também cumprimentar o Senador José Pimentel, pela forma como trouxe o assunto à Comissão de Assuntos Econômicos, e a condução dos trabalhos.

Queria aproveitar agora para renovar os agradecimentos ao Senador Casildo Maldaner, que ontem foi o Relator do projeto das cooperativas, aprovado por unanimidade. Quero agradecer os votos que eu recebi aqui. Agora, é evitar que haja um recurso ao Plenário em relação a essa matéria, que, penso, é muito importante.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Parabéns também pela aprovação do projeto de V. Exª, aprovado por unanimidade!

Quero sugerir ao Líder do Governo no Congresso que tome um suco de maracujá, porque ele chegou aqui meio esbaforido e nervoso. Então, o suco de maracujá resolve tudo, para acalmar os ânimos. É uma quarta-feira ainda, às 10h17, o homem está com a pulsação lá em cima e tem de acalmar-se agora!

Então, aprovada a emenda.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Nosso Presidente, com toda a generosidade que eu tenho para com V. Exª e os membros desta Comissão, eu sou uma das pessoas mais calmas desta Casa. Raramente me altero. O que me deixa irritado é quando vejo ações deliberadas para prejudicar um setor.

Eu apresentei uma emenda ao Orçamento de apropriação com inclusão no subprograma. Nós aprendemos nesta Casa que o respeito aos pares, quando a gente acha que tem qualquer inadequação – e tinha, porque deveria ser de ampliação –, é conversar com a pessoa, principalmente aquele que não tem uma falta aqui, no Senado Federal, e 16 anos na Câmara sem nenhuma falta. Simplesmente rejeita duas para micro e pequenas empresas sob a argumentação de que os valores eram pequenos: a do autor, por entender que poderia abrir mão; e a deste aqui, que tem um man-

dato dedicado a esse segmento, dizendo que estava inadequada. É isso que me irrita.

Eu sou daqueles, Sr. Presidente, que trata a todos com urbanidade e tenho o cuidado, nas minhas relatorias, de ouvir, de consultar e dialogar. Nessa questão das micro e pequenas empresas, eu tive o cuidado de sentar-me com o Senador Cyro Miranda mais de uma vez para tratar dessas questões. O que me deixou irritado foi isso.

Portanto, está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Só um registro, Senador Cyro.

Realmente, Senador Pimentel, não é fácil. Fui Relator das emendas, por exemplo, do PPA na Comissão de Infraestrutura. É difícil! É um desafio complicado escolher no meio de muitas emendas e separarmos quatro emendas. Não é simples isso, é difícil! É a escolha de Sofia, como disse aqui a Senadora Ana Amélia. E o próprio Senador Cyro, a emenda que ele rejeitou, uma delas, era dele, e que tratava de micro e pequenas empresas. E, agora, dialogando, ajustamos o relatório.

Com a palavra, o Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador, o senhor está sendo injusto comigo, até porque eu o apoiei, ajudei no problema da micro empresa, e quero dizer que esse sentimento que o senhor tem, todos os Srs. Senadores que apresentaram emendas também têm e me procuraram. O senhor não me procurou para falar dessa emenda, em nenhum momento. Todos eles foram ao meu gabinete, dizendo o que estavam apresentando e por que, da necessidade...

Bom, como encontrei uma falha – certo? – e já havia vedado o meu, eu achei que, por justiça, eu deveria fazê-lo daquela maneira.

Então, peço a V. Exª que não se irrite com isso, porque irritados nós estamos muito mais quando recebemos, goela abaixo, os penduricalhos de ontem e estamos levando. Isso é democrático.

Da mesma maneira que V. Exª defende esse projeto com muita competência, outros Senadores também defenderam os seus projetos com a mesma competência; eles também são Senadores aplicados, como o senhor também o é.

Agora, eu tinha que fazer uma escolha. O Senhor, infelizmente, cometeu um erro. Eu fui justo comigo: cortei a minha emenda, que era da pequena e micro empresa. Eu tive essa preocupação também, sem conversar com o senhor.

Então, não seja injusto comigo. Se tivesse me procurado e sentado comigo também, como todos fizeram e explicaram as necessidades... Eu sei do problema da pequena e microempresa. Sei, sim. Acho que, com esse grande projeto que foi aprovado, ela também foi contemplado e está dando um salto muito grande e merecido. Mas eu não fiz isso de modo impensado ou para prejudicar, como o senhor falou. Jamais! O senhor sabe que fui um aliado de primeira hora, no plenário, para que se conseguisse aquela aprovação, inclusive acalmando pessoas do próprio partido para que não tomassem nenhuma...

Então, não entenda dessa maneira, porque eu não fiquei irritado com a sua postura de maneira nenhuma. Achei lógico, o senhor veio e procurou corrigir. Agora, me dê também, democraticamente, o arbítrio de fazê-lo como eu achei. E, democraticamente, nós iríamos... Então, percebi aqui que poderia ter uma... Mas não foi nada premeditado. O senhor está prejulgando isso de uma maneira errônea.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Bom, aprovado o relatório do Senador Cyro Miranda, dou por encerrada a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, relembrando que, na terça-feira, às 10 horas da manhã, teremos a tradicional reunião da Comissão de Assuntos Econômicos das terças-feiras às 10 horas da manhã.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Ontem, apresentei um requerimento para uma audiência pública. Foi lido apenas o requerimento e a votação fica para...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para terça-feira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como é um tema, digamos, momentoso, que é a questão do vazamento do óleo na Bacia de Campos, e o Senador Rodrigo Rollemberg faz um debate idêntico com audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, para poupar energias nessa questão tão importante para o País e que tem a ver com o futuro do pré-sal, no meu entendimento, a proposição é de se examinar a possibilidade, pela sua liderança, da Comissão, de fazermos juntos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Uma reunião conjunta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Uma reunião conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Rollemberg me falou sobre esse assunto ontem. Acho que seria uma coisa expedita fazermos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Porque os aspectos ambientais são sérios, mas os aspectos econômicos são tão sérios quanto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – São seriíssimos também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então, fico grata pelo seu interesse.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Aliás, a preocupação com esse vazamento, com essa pixotada da Chevron...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É inacreditável!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ...é que isso bate de frente com os projetos futuros nessa área de petróleo e gás.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a própria segurança do projeto...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E o curioso é o seguinte: é a mesma operadora da sonda que estava no Golfo do México...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É o que argumento no requerimento, Senador.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, portanto, nós vamos fazer uma audiência conjunta.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, meus cumprimentos pelo debate, pela conciliação.

Eu sempre dizia, mesmo quando, no governo, secretariando, enfrentava as greves, que sempre é preferível duas horas de diálogo do que cinco minutos de tiroteio. E o diálogo, aqui, saiu vitorioso. Quero cumprimentar a todos em função disso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo.

A reunião está encerrada. Terça-feira próxima, às 10 horas, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, reunião deliberativa.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 10 horas e 24 minutos.)

ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e nove de novembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, José Agripino, Paulo Bauer, Jayme Campos, Armando Monteiro, Clésio Andrade, João Ribeiro e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Eduardo Braga, que tem falta justificada em virtude de estar em missão política, Roberto Requião, Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião e dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Projeto de Resolução do Senado nº 42 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que "altera o art. 16 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para permitir a contratação de operações de crédito destinadas à regularização de inadimplência com instituições do sistema financeiro nacional", tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta, rejeitando a Emenda nº 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em 22/11/2011, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. A apreciação da Matéria é adiada. Item 2– Projeto de Lei do Senado nº 63 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório contrário ao Projeto. Em 1º/11/2011, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designou o Senador Cyro Miranda Relator "Ad Hoc" da Matéria, em substituição à Senadora Marinor Brito. Em 22/11/2011, o Relator "Ad Hoc", Senador Cyro Miranda, apresentou novo relatório, contrário ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 3– Projeto de Lei do Senado nº 82 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "cria mecanismos de fiscalização e controle sobre as despesas com publicidade e patrocínio das empresas estatais federais", tendo como Relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Eduardo Suplicy. É solicitada vista pelos Senadores Eduardo Suplicy e Casildo Maldaner. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 4– Projeto de Lei da Câma-

ra nº 57 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomano, que "acrescenta dispositivo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (Proíbe a cobrança adiantada de mensalidade referente a serviço a ser prestado)", tendo como Relator o Senador Acir Gurgacz, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 5– Projeto de Lei do Senado nº 277 de 2004, não terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para permitir o oferecimento e a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas", tendo como Relator o Senador Eduardo Braga, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 6– Projeto de Lei do Senado nº 586 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera os incisos V, VI e VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para reduzir o prazo de carência para utilização da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de moradia própria e amortização e pagamento de prestações de financiamentos habitacionais", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, é solicitada vista pelo Senador Lindbergh Farias. O Presidente da Comissão concede Vista ao Senador Lindbergh Farias, nos termos regimentais. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 68 de 2004, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de financiamento habitacional concedido por entidades fechadas de previdência complementar", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Wellington Dias, Cyro Miranda e Lindbergh Farias. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 8– Ofício "S" nº 18 de 2008, não terminativo, de autoria da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, que "encaminha ao Senado Federal, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informações referentes à contratação de parceria público-privada da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório pelo conhecimento deste Ofício pela Comissão e envio de cópia da deliberação da Comissão ao Ministério da Fazenda, para que possa dar ciência ao órgão competente. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura. O Presidente da Comissão designa o Senador Casildo Maldaner Relator "Ad Hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "Ad Hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pelo conhecimento do Ofício "S" nº 18 de 2008 pela Comissão e envio de cópia do Parecer da Comissão ao Ministério da Fazenda, para que possa dar ciência ao órgão competente. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 259 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Francisco Dornelles. É solicitada vista pelos Senadores Francisco Dornelles e Eduardo Suplicy. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 10– Turno Suplementar de Discussão do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 40 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural", tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner. Em 22/11/2011, foi aprovado Substitutivo Integral ao Projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria é submetida a Turno Suplementar de Discussão. Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Não tendo sido oferecidas emendas na discussão em Turno Suplementar, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284

do Regimento Interno do Senado Federal. Item 11– Projeto de Lei do Senado nº 60 de 2011, terminativo, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que "dispõe sobre a exclusão do valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da base de cálculo da comissão do representante comercial autônomo", tendo como Relator "Ad Hoc" o Senador Demóstenes Torres, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. Em 18/10/2011, o Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência, Senador Lobão Filho, designou o Senador Demóstenes Torres Relator "Ad Hoc" da Matéria, em substituição ao Senador José Agripino. Em 18/10/2011, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, o Presidente da Comissão designa a Senadora Ana Amélia Relatora "Ad Hoc" da Matéria. Usa da palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto e as Emendas nºs 1, 2 e 3 por doze votos contrários, dois favoráveis e nenhuma abstenção. Vencida a Relatora "Ad Hoc", o Presidente da Comissão designa o Senador Eduardo Suplicy Relator do Vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 12– Projeto de Lei do Senado nº 189 de 2010, terminativo, de autoria do Senador João Tenório, que "autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade destinar recursos às vítimas das enchentes de Alagoas", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que "autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes nos Estados de Pernambuco e Alagoas", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 189 e 203 de 2010. Em 1º/11/2011, foi concedida Vista Coletiva. Em 8/11/2011, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Benedito de Lira, pela rejeição do PLS nº 203 de 2010 e pela aprovação do PLS nº 189 de 2010 nos termos do Substitutivo que apresenta. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Aloysio Nunes Ferreira e Casildo Maldaner. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2010 por 15 votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção, e aprova o Projeto de Lei do Senado nº 189 de 2010 nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo) por quatorze votos favoráveis, um contrário e nenhuma abstenção. Vencido o Relator, o Presidente da Comissão designa o Senador Benedito de Lira Relator do Vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal. Conforme disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo será submetido a Turno Suplementar de Discussão. Item 13– Projeto de Lei do Senado nº 61 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "altera as Leis nº 11.482, de 31 de maio de 2007; nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; reajustando as faixas de renda do imposto de renda e os valores das deduções", tendo como Relator o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Lobão Filho Relator "Ad Hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "Ad Hoc", é solicitada vista pelos Senadores Cyro Miranda e Casildo Maldaner. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 14– Projeto de Lei do Senado nº 16 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "acrescenta o art. 23-A à Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dá outras providências. (garante a assunção dos resíduos pela União para mutuários que assinaram contratos de financiamento no SFH de acordo com sua faixa de renda)", tendo como Relatora a Senadora Angela Portela, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer contrário ao Projeto. Anunciada a Matéria, o Presidente da Comissão designa a Senadora Lídice da Mata Relatora "Ad Hoc" da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quatorze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 15– Projeto de Lei do Senado nº 147 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "autoriza o Poder Executivo a pagar duas parcelas correspondentes ao Fundo de Participação dos Municípios e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Wellington Dias, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Luiz Henrique. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quatorze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 16– Projeto de Lei do Senado nº 353 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Jayme Campos, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A Matéria já foi apreciada

pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Lindbergh Farias. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CAE por nove votos favoráveis, cinco votos contrários e nenhuma abstenção. Após a votação, usa da palavra, ainda, o Senador Blairo Maggi, para se manifestar favoravelmente à Matéria. Item 17– Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "altera o caput do art. 13 e o art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS, e dá outras providências", tendo como Relatora a Senadora Marta Suplicy, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatora. Item 18– Projeto de Lei do Senado nº 362 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para reduzir os encargos financeiros dos financiamentos concedidos", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDR. Em 4/4/2008, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Gerson Camata. O Presidente da Comissão designa o Senador Wellington Dias Relator "Ad Hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "Ad Hoc", É solicitada vista pelos Senadores Cyro Miranda e Armando Monteiro. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 19– Projeto de Lei do Senado nº 652 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "altera as Leis 4.380, de 21 de agosto de 1964, e nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para estabelecer que os agentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) concedam, a critério dos mutuários, financiamento de até cem por cento do valor da avaliação do imóvel para famílias com renda de até quatro salários mínimos", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Lindbergh Farias. É solicitada vista pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente da Comissão concede Vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, nos termos regimentais. Item 20– Requerimento nº 84 de 2011, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o despreparo do Brasil para evitar e conter vazamentos de petróleo e os impactos ambientais e econômicos decorrentes do vazamento que ocorreu no Campo do Frade, na Bacia de Campos, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Haroldo Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP; Exmo. Sr. Carlos Minc, Secretário de Estado do Ambiente do Governo do Rio de Janeiro; Representante do Comando da Marinha do Brasil; Sr. George Buck, Presidente da petrolífera americana Chevron no Brasil; Sr. Aristides Soffiati, do Núcleo de Estudos Socioambientais da Universidade Federal Fluminense – UFF/Campos; e Sr. João Antônio de Moraes, da Federação Única dos Petroleiros". Em 22/11/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente Eventual da Comissão, Senador Casildo Maldaner. Anunciada a Matéria, usam da palavra a Senadora Ana Amélia e o Senador Eduardo Suplicy. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 84 de 2011-CAE. É lido e será apreciado posteriormente o Requerimento nº 86 de 2011, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, que requer a prorrogação dos trabalhos da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal até o término da próxima sessão legislativa, em virtude da não conclusão dos seus trabalhos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Está aberta a 66ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quanto ao item 1 da pauta, o Senador Romero Jucá pediu para que nós o aguardássemos porque ele, como Relator, gostaria de falar sobre esse projeto.

Quanto ao item 3, o Senador Luiz Henrique também solicita que nós o aguardemos para que ele venha relatar o Projeto de Lei do Senado nº 82.

Portanto, vamos começar pelo item 2, Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2011, complementar, não terminativo.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63 DE 2011 – Complementar
– Não Terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda.
Relatório: Contrário ao projeto.
Pela ordem, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, tenho quatro relatórios. Três são pela rejeição. A informação que tenho é de que será pedida vista. Então, eu faria, rapidamente, depois do relatório do Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quais os itens, Senador Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Itens 06, 07, 09 e 19.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, em relação ao item 02, como ainda tenho um entendimento com a Senadora Vanessa, e ela me pediu, se possível, que eu o retirasse, eu o retiro porque, na próxima reunião, a Senadora deseja discuti-lo comigo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, o item 02 fica retirado de pauta.

Itens 01 e 03 aguardando o Senador Romero Jucá e o Senador Luiz Henrique.

Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram, atendendo à solicitação do Senador Raupp. (*Pausa.*)

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586 DE 2007
– Não Terminativo -

Altera os incisos V, VI e VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para reduzir o prazo de carência para utilização da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de moradia própria e amortização e pagamento de prestações de financiamentos habitacionais.

Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Contrário ao projeto.
Observações:

1. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o PLS nº 586, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, diminui para um ano o prazo de carência para a utilização da conta vinculada de FGTS para compra de casa própria e amortização e pagamento de prestações de financiamento habitacional.

Segundo o autor, o prazo de carência atual de três anos para movimentação da conta para pagamento de prestações de imóvel, bem como o de dois anos entre as movimentações, obriga o trabalhador que obtém financiamento para a compra da casa própria a pagar juros mais elevados do que os recebidos por ele sobre os recursos depositados em sua conta vinculada do FGTS.

O Relator faz restrições ao mérito do projeto. Segundo ele, a redução proposta nos prazos de carência pode implicar uma elevação indevida dos custos operacionais do FGTS, sem necessariamente representar para seus detentores uma ajuda significativa na aquisição da casa própria.

Pronuncia-se, assim, pela rejeição do projeto.

O Poder Executivo manifestou-se contrariamente ao projeto, como observado pelo Ministério das Cidades.

O FGTS, como, aliás, qualquer outro fundo, deve considerar, ao estudar modificações em suas hipóteses de saque, cálculos atuariais e tendências macroeconômicas que permitam avaliar seus efeitos futuros para todos os participantes e para toda a sociedade, estudos esses que são aportados.

Pelo exposto, Sr. Presidente, o voto é pela rejeição desse projeto.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, quero pedir vista desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vista ao Senador Lindbergh Faria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68 DE 2004
– Não Terminativo -

Permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de financiamento habitacional concedido por entidades fechadas de previdência complementar.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto.

2. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o PLS nº 68, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, pretende permitir a utilização de recursos do FGTS para pagamento de financiamentos habitacionais conseguidos por entidades fechadas de previdência complementar. Segundo o autor, os fundos de pensão têm-se mostrado os melhores geradores de poupança interna, e a aprovação do projeto ampliaria a possibilidade de realização do sonho da casa própria.

O relatório observa que, apesar de o projeto ir ao encontro de uma justa aspiração dos trabalhadores titulares de contas do FGTS, introduz distorções e compromete seu mérito. Isso porque os fundos de pensão estão vinculados, principalmente, a empresas estatais ou grandes corporações privadas, o que dá ampla margem ao uso dos recursos do FGTS para atender às famílias com renda acima da média, as quais já têm acesso a alternativas de financiamentos privilegiados e em que não se concentra o déficit habitacional brasileiro.

A sua aprovação tenderia a diminuir o montante de recurso disponível para os projetos imobiliários destinados às camadas mais carentes da população.

O Poder Executivo manifestou-se contrariamente ao projeto, que poderia comprometer o equilíbrio econômico-financeiro do fundo, desvirtuar seus objetivos e ferir o princípio de isonomia entre os trabalhadores.

O voto é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, ao ler o parecer oferecido pelo Senador Raupp, eu gostaria de sublinhar a hipocrisia do Governo atual quando diz que é contrário à utilização do FGTS para essa finalidade, uma vez que estaria preocupado com o equilíbrio financeiro do fundo. É a mais pura e absoluta hipocrisia.

Todos nós sabemos que o dinheiro do FGTS tem sido usado com largueza para outras finalidades. Agora mesmo, o Congresso aprovou uma medida provisória que permite a utilização desse recurso do trabalhador brasileiro para obras da Copa do Mundo, obras essas cujo orçamento é elástico, incerto e não sabido e sujeito a alterações muitas vezes mediante fraude, como é o caso da recente fraude denunciada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, na aprovação de um projeto de construção de uma linha de transporte público para atender supostamente às necessidade de deslocamento na Copa.

Mas ainda. No que diz respeito a financiamento habitacional, o Programa Minha Casa Minha Vida é, em parte, financiado a fundo perdido com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Isso é um assalto a esse fundo! Usa-se o dinheiro do fundo, ou seja, dinheiro que é atribuído a contas individuais dos trabalhadores brasileiros para subsidiar um programa governamental. Ou seja, pega o dinheiro que é meu para financiar a casa que é de Pedro, de Antônio, de João, que nada têm a ver comigo. Então, em vez de usar dinheiro de outras fontes, de fontes do Tesouro, pega-se o dinheiro que, de alguma forma, é dinheiro privado, que corresponde ao patrimônio do trabalhador para subsidiar Programa Minha Casa Minha Vida, dar dinheiro a fundo perdido para financiar moradia alheia. Isso é realmente absolutamente inadmissível.

E o que me chama a atenção, Sr. Presidente, é que as centrais sindicais brasileiras, cevadas com o dinheiro do Imposto Sindical, que somente este ano destinará a elas R$200 milhões, nada dizem a esse respeito. Não ouvi nenhuma delas dar um pio sequer contra esse assalto ao patrimônio do trabalhador, que vem se somar ao fato de que o rendimento do fundo está condicionado a um índice de correção inferior à inflação. Então, a par de perder dinheiro com a corrosão inflacionária, o FGTS perde dinheiro com os programas governamentais subsidiados por recursos privados, porque o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é dinheiro dos trabalhadores que para ele contribuem.

De modo que, ao votar esse projeto, quero especialmente ressaltar a absoluta hipocrisia da informação dos órgãos de Governo quando dão parecer contrário a essa matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para discutir, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro, quero fazer aqui alguns esclarecimentos.

A medida provisória que votamos, na semana passada – apenas para refrescar a memória – não tratava, na proposta do Governo, de recursos do FGTS para a Copa. Não veio essa proposta do Governo. Ela foi inserida na Câmara Federal, assim como aquela medida relacionada ao cigarro, que também não era uma proposta colocada pelo Governo.

E, como chegou ao último dia, nós tínhamos duas alternativas: ou aprovar o projeto Brasil Maior, projeto com um conjunto de medidas que dão condições de o Brasil enfrentar este momento da crise mundial, ou fazer a alteração da proposta da Câmara e, ao voltar para a Câmara, nós teríamos, por decurso de prazo, a derrubada da medida provisória.

Na minha visão – e há uma orientação do Governo, que orientou contra na votação na Câmara, para serem vetados esses dois itens –, eu defendo isso.

Em relação à proposta colocada, o que eu devo dizer é que hoje, basicamente, os recursos são aplicados no Minha Casa, Minha Vida e não são com subsídios. Os recursos de subsídios são recursos do Tesouro Nacional. Isso está claro, inclusive, no plano plurianual e na proposta orçamentária que estaremos votando aqui mais uma vez. Ou seja, vem separadamente o que é recurso do Tesouro, o que é recurso do FGTS, o que é recurso de FAT, o que é recurso de cada área para compor essa grande meta.

Eu compreendo que a maior prioridade do Brasil, olhando para os que mais precisam, principalmente a classe trabalhadora, deve ser dar solução à área de habitação. Começamos cumprindo a meta de 1 milhão de habitações; agora, são mais 2 milhões de habitações, e acho que temos de seguir nessa direção.

O fato é o dinheiro do FGTS já está comprometido. Qualquer alteração é retirar do planejamento que foi feito em relação ao Minha Casa, Minha Vida.

Eu, por essa razão, acompanho o Relator.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias, pelos esclarecimentos.

Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na mesma linha do Senador Aloysio Nunes, eu também me sinto extremamente constrangido em rejeitar essa proposta. Acho que ela não pode ser rejeitada.

É ínfima a parcela que vai ser usada. Esse é um dinheiro do trabalhador que, mais cedo ou mais tarde, irá para as mãos dele. Ele é remunerado a taxas ínfimas e, se tiver de ir ao mercado para suprir um financiamento da sua casa própria, ele vai ter de pagar muito mais caro. Além do mais, não é justo que ele perca. Muitas vezes, ele poderá perder o seu imóvel em função de não ter acesso.

E quero dizer também ao Senador Wellington Dias que concordo com ele: esse foi um penduricalho colocado na Câmara dos Deputados. Mas, se a Presidente tiver bom-senso, ela o vetará.

Espero que ela vete e espero que ela tenha bom-senso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria ainda está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora para discutir...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, é uma nota de rodapé apenas: é que, no balanço do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, está consignado o seguinte.

No período de 2005 a 2010, o desconto para habitação, que objetiva subsidiar o Minha Casa, Minha Vida, gerou uma despesa de R$14 bilhões.

Apenas isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindberg Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu não quero nem discutir aqui o mérito desse projeto. Vou acompanhar o Senador Raupp, mas, sinceramente, um recurso do FGTS que está ali, em relação a investimentos ou ao Minha Casa, Minha Vida, é remunerado. Esta é a discussão: esse dinheiro vai ficar parado ou vai incentivar novas obras, novos investimentos?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Este é o problema: não é remunerado! Isso é a fundo perdido.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não existe fundo perdido em...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Existe, sim senhor! Houve uma reportagem *d'O Estado de São Paulo* de ainda ontem, mostrando dados de uma organização não-governamental, chamada Instituto FGTS, que demonstra por a mais b que esse dinheiro está sendo aplicado a fundo perdido. Esse é o meu problema.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu vou parar nesse ponto. Eu não acredito que seja dessa forma; eu acho que não é justo, não dá para entender a lógica de ter aquele dinheiro parado e não incentivar investimentos, geração de empregos. Nós estamos vivendo uma crise econômica internacional. Mas, vou analisar esse assunto com calma e tentar trazer aqui na próxima semana, para...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas Senador Lindbergh, se ele está parado, por que não emprestar ao trabalhador, que é dono desse fundo, para que ele pague uma inadimplência?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – V. Exª sabe que eu pedi, inclusive, vistas no projeto anterior do Senador Paulo Paim, que me parece extremamente interessante. Porque a gente estimular investimento em habitação popular... Quando a gente fala em habitação popular, nós estamos falando em estímulo à economia agora, mas também em poupança das famílias. No anterior eu pedi vistas. Nesse caso não, aqui há uma diferença, nós estamos falando em fundos de pensão. São trabalhadores que têm condições de ter outros tipos de financiamentos.

Então, no anterior pedi vistas e eu quero voltar a este assunto na próxima semana, Senador Aloysia Nunes.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Apenas para clarear, Sr. Presidente, que não há dinheiro parado. Na verdade, os recursos estão comprometidos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O problema é esse: estão comprometidos demais!

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ...com o Programa Minha Casa, Minha Vida, que é remunerado na forma que manda a lei.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Foi isso que eu falei, Senador Wellington Dias. A discussão com o Aloysio Nunes não era sobre esse projeto, era sobre a utilização dos recursos do FGTS em programa habitacionais, como o Minha Casa, Minha Vida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Boloco/PT – MS) – Não havendo mais nenhuma Senadora ou Senador que queira discutir a matéria, em votação o relatório do Senador Raupp.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Dois votos contrários do Senador Aloysio Nunes e do Senador Cyro Miranda.

Portanto, aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259 DE 2009

– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, para ganhar tempo, eu fui informado de que o Senador Francisco Dornelles pedirá vistas.

Então, quero dar como lido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, daremos como lido o relatório do Senador Raupp.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, considero extremamente importante a participação do capital estrangeiro em todo esforço para geração de renda, de emprego, de desenvolvimento e de transferência de tecnologia.

Na área de serviços, entretanto, acho que tem que ser examinado com uma certa parcimônia. Razão pela qual gostaria de pedir vistas desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Raupp, a burocracia estatal aqui, o politiburo pede que V. Exª leia somente a conclusão do relatório, para dar como lido o voto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sugiro que seja dada vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vista coletivas, então, por sugestão do Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, Senador Raupp, somente por uma questão de forma...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Este relatório é muito extenso, são cinco páginas. Lerei somente o final.

Além disso, cumpre ressaltar que a questão do capital estrangeiro na área da saúde é relevante e merece ser discutida pelo Parlamento.

O presente projeto de lei, contudo, não esgota a matéria. Em verdade, o problema do capital estrangeiro na assistência à saúde só poderia ser efetivamente equacionado por meio de uma emenda constitucional com vistas a cumprir o § 3º do art. 199, a exemplo do que fez a supramencionada Emenda Constitucional nº 6, de 1995.

Finalmente, cabe assinalar que não vislumbramos qualquer problema quanto ao balanço de pagamentos no setor de saúde, com a aprovação do PLS em análise, que promova instabilidade macroeconômica.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2009.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Esse é o voto.

Vistas coletivas.

Item 19.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu queria pedir uma gentileza a essa Presidência: como temos quórum e eu tenho uma audiência agora com a Ministra da Cultura, eu pediria para ler o Item 16, ou seja, peço uma inversão de pauta, aproveitando...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – O Item 19 é um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito. Nós temos mais um terminativo também, o Item 19, e já foi solicitado pelo Senador Raupp...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito. Mas o Senador Raupp chegou aqui logo no início, Senador, e aí nós votamos aqui que priorizaríamos, até porque ele tem também, daqui a pouco, outras agendas.

Então, vamos fazer o Item 19 e, depois, os Itens 10 e 16.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Faça o Item 16 primeiro, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por uma gentileza com o Senador Cyro, faremos o Item 16 e, depois, o Item 10.

Então, vamos em frente.

ITEM 19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 652 DE 2007

– Terminativo -

Altera as Leis 4.380, de 21 de agosto de 1964, e nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para estabelecer que os agentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) concedam, a critério dos mutuários, financiamento de até cem por cento do valor da avaliação do imóvel para famílias com renda de até quatro salários mínimos.

Autoria: Senador Marconi Perillo.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: pela rejeição do projeto.

Observações:

1 – A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Eu peço aos Senadores e Senadoras que permaneçam, porque nós temos agora vários projetos terminativos.

Com a palavra o Relator Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 652, de 2007, que altera as Leis nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e nº 8.036, de 11 de maio de 1990, tem por objetivo estabelecer que os agentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) concedam financiamento de até cem por cento do valor da avaliação do imóvel para famílias com renda de até quatro salários mínimos.

O autor do projeto afirma que, para as famílias de menor renda, o grande desafio para a comprada casa própria está na dificuldade em, simultaneamente, pagar o aluguel e fazer a economia necessária para pagar a parcela não financiada da aquisição do imóvel. Segundo o autor, o Projeto de Lei do Senado busca exatamente superar essa barreira.

No entanto, entendo que as razões da apresentação do projeto não se sustentam.

Manifesto-me contrariamente ao projeto. A criação do Programa Minha Casa, Minha Vida já criou uma série de facilitadores para que as famílias de baixa renda, de até seis salários mínimos, possam adquirir sua casa, inclusive com o financiamento de cem por cento do valor.

O voto é pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu queria apenas sublinhar um parágrafo do parecer que acaba de nos ser oferecido:

Além disso, salvo melhor juízo, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que criou o Programa Minha Casa, Minha Vida, torna ociosa a aprovação do PLS nº 652, de 2007. Afinal, essa norma prevê subsídios explícitos para a aquisição da casa própria por famílias

com renda de até seis salários mínimos, nos financiamentos com recursos do Sistema Financeiro de Habitação e do FGTS.

Apenas essa lembrança.

Agora eu peço vistas, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas o subsídio está... Eu só queria estabelecer este debate com o Senador Aloysio: não é o dinheiro do FGTS do trabalhador. O subsídio, a diferença é paga pelo Tesouro. Está claro! E é um projeto...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Senador, ficarei fascinado em discutir essa questão com o senhor com mais pormenor. Agora nós pedimos vistas...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Está bom. Está bom.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E vamos seguir adiante.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, vistas solicitadas pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Partimos agora para o Item 16, do Senador Cyro Miranda.

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353 DE 2009
– Terminativo -

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso.

Autoria: Senador Jayme Campos.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Relatório: pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.

Observações:

1 – A *matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto.*

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o relator, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao justificar sua iniciativa, o autor afirma que Rondonópolis tem quase 180 mil habitantes e se localiza a cerca de 200 km de Cuiabá, a capital estadual, sendo um Município importante para a economia do Estado.

Análise.

Recentemente, o debate em torno das ZPE voltou à tona, com a discussão e aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 11.508, de 2007. Diante da discussão sobre a importância das ZPE como instrumento de promoção do desenvolvimento, foram apresentados diversos Projetos de Lei do Senado com o objetivo de autorizar a criação de ZPE em diversos municípios brasileiros, entre os quais está o PLS que ora analiso.

Diga-se de passagem, tive oportunidade de estar nesse final de semana em Cuiabá e antes fomos a Rondonópolis, onde conseguimos inclusive identificar essa necessidade.

Diante do exposto, recomendo a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2009, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CAE
(PLS nº 353, de 2009)

Dê-se ao parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2009, a seguinte redação:

"Art. 1º .....

Parágrafo único. A Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo terá a sua criação, características, objetivos e funcionamento regulados pela Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e pela legislação pertinente."

EMENDA Nº – CAE
(ao PLS nº 353, de 2009)

Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2009.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

A matéria está em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA ((Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA ((Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, tenho um enorme respeito pelo autor, nosso nobre Senador Jayme Campos, Senador exemplar em todos os aspectos, inclusive na defesa intransigente do seu Estado. Agora, tenho me manifestado sistematicamente contrário a esse tipo de projeto porque, pelo andar da carruagem, o Brasil vai se transformar numa imensa ZPE, porque, de Município em Município, vamos criando ZPEs por aí afora, e essa é uma solução mágica, porque não se enfrenta o problema da estrutura tributária brasileira,

dos problemas que dificultam as exportações brasileiras, especialmente das exportações de manufaturados.

Por essa razão, com todo respeito ao autor, vou me manifestar contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria continua em discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, quero me associar ao Senador Aloysio Nunes...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Quero me associar ao Senador Aloysio Nunes. Não há necessidade de projetos de lei, basta o governador ou o prefeito apresentar; está aqui na Lei nº 11.508, de 2007, que estabelece que a criação de ZPEs far-se-á por decreto e que compete ao Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação analisar e aprovar as propostas e criação. Então, é completamente inócua toda a reunião desta Comissão de Assuntos Econômicos. Nós perdemos tempo.

Por economia processual, quero me associar ao Senador Aloysio Nunes e me posicionar contra este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, vamos colocar em votação o projeto e as emendas de números 1 e 2.

Votação nominal.

Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação.

Se todos estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o projeto e as Emendas de nºs 1 e 2.

Senador Suplicy. Como vota o Senador Suplicy?

O relator é o Senador Cyro, Senador Suplicy.

Vota com o relator?

Quem vota com o relator vota "sim" ao projeto e às Emendas de nºs 1 e 2.

Senador Suplicy vota, então, "não"?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto "não", pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota "não", Suplicy.

Senador Lindbergh Farias?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lídice da Mata

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Centro-Oeste, Sr. Presidente. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o relator. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA ((Bloco/PSDB – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda é voto conhecido.

Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o relator, "sim".

Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o relator, "sim".

Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Nove votos "sim" e cinco votos "não".

A Comissão aprova o projeto com as Emendas de nº 1 e 2 da CAE, parabenizando mais essa vitória do Senador Cyro Miranda.

Vamos agora, por solicitação da Senadora Ana Amélia, Senador Casildo Maldaner, ao item 10

ITEM 10
TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40 DE 2011
– Terminativo -

Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural.

Autoria do Projeto: Senadora Ana Amélia
Relatoria do Projeto: Senador Casildo Maldaner
Observações:

1. Em 22/11/2010, foi aprovado Substitutivo Integral ao Projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria é submetida a Turno Suplementar de Discussão;

2. Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do R.I.S.F.

Não sendo oferecidas emendas no turno suplementar, com a palavra o relator, Senador Casildo Maldaner

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não há emenda, Sr. Presidente, pelo que consta, não é?

Não havendo emendas, me parece que é uma questão pacífica, então. Conclamo para que nós... é necessário repetir a votação em turno suplementar? Não?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, não.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Então, só quero agradecer a presença dos colegas e mais uma vez à autora da proposta, Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo nenhum senador ou senadora para discutir, encerro a discussão.

Não sendo oferecidas emendas no turno suplementar de discussão, o Substitutivo é definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Tem outros projetos aqui de caráter terminativo que eu vou aproveitar, como nós temos *quorum*, para a gente limpar a pauta.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60 DE 2011
– Terminativo -

Dispõe sobre a exclusão do valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da base de cálculo da comissão do representante comercial autônomo.

Autoria: Senador João Vicente Claudino
Relatoria "*Ad Hoc*": Senador Demóstenes Torres
Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta.
Observações:

1. Em 18/10/2011, o Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência, Senador Lobão Filho, designou o Senador Demóstenes Torres Relator "Ad Hoc" da Matéria, em substituição ao Senador José Agripino;

2. Em 18/10/2011, foi concedida Vista Coletiva.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quorum qualificado.

O relatório já foi lido pelo relator *ad hoc* na 52ª reunião realizada em 18 de outubro, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, vamos colocar em votação o projeto e as Emendas nºs 1, 2 e 3.

Votação nominal.

Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação. *(Pausa.)*

A burocracia interna determina que nós indiquemos novo relator, o *ad hoc* do *ad hoc*.

Então, eu indico como relator *ad hoc* a Senadora Ana Amélia.

É o item 11.

Senadora Ana Amélia, se V. Exª tiver alguma observação a fazer... *(Pausa.)*

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vou direto à análise, caro...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E eu reitero aos Senadores e às Senadoras, por favor, que permaneçam porque é votação nominal também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vou direto.

Cabe à CAE... Bom, aqui todos já conhecem o linguajar dos nossos consultores.

Já foi lido? Ah, então apenas vamos para a declaração de votos.

Em fase do exposto, votamos pela aprovação do PLS 60, de 2011, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 1

Dê-se a seguinte redação à Emenda PLS 60, de 2011:

Altera a Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, para dispor que o valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a mercadoria vendida não integra a base de cálculo da comissão do representante comercial autônomo.

EMENDA Nº 2

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do PLS nº 60, de 2011:

Art. 1º – O §4º do art. 32 da Lei 4.886, de 9 de dezembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 32 .....

.....

"§ 4º As comissões deverão ser calculadas pelo valor total das mercadorias, excluindo-se o valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

....." (NR)".

EMENDA Nº 3

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do PLS 60, de 2011, e suprima-se o seu art. 3º:

"Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação".

Este é o voto, meu caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

O incansável Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, de que se trata?

Trata-se da redução da comissão que até hoje os representantes comerciais têm recebido pelo seu trabalho, como remuneração do seu trabalho.

Essa questão é controvertida, como bem salienta o ilustre Relator. Ele se refere, inclusive, ao julgamento da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, no Recurso 756.115, de outubro de 2010.

Nesse julgamento, o que se discutia era exatamente isto: saber se o IPI era ou não computado na base de cálculo das comissões devidas a representantes comerciais. O Relator da matéria foi o Ministro Luis Felipe Salomão. Ele considerou que o IPI deveria ser excluído da base, mas seu voto foi minoritário, foi vencido na Turma. Então, essa posição adotada pelo projeto de lei que estamos examinando é a posição do Ministro Luis Felipe Salomão, que, na controvérsia que foi submetida ao julgamento do Superior Tribunal de Justiça, manifestou-se pela exclusão do IPI dessa base de cálculo, mas o seu voto foi minoritário, não prevaleceu. É o que diz o Relator.

De modo que vou ficar, realmente, com a maioria do STJ e também com o representante comercial, votando contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se não houver mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, vamos colocar em votação o projeto e as Emendas nºs 01, 02 e 03. Votação nominal.

Consulto o plenário se podemos fazer uma só votação.

Se todos os Senadores e Senadoras concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação o projeto e as Emendas nºs 01, 02 e 03.

Quem vota com o Relator vota "sim" ao projeto e às Emendas nºs 01, 02 e 03.

Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Lindbergh Farias?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Acompanho o Senador Suplicy, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Achei que V. Exª ficou meio em dúvida, ficou me olhando... "Não".

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Estou ao lado do Senador Armando Monteiro, mas voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Acompanho o voto do Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, "não".

Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não tenho compromisso com o mérito. Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Fica registrado o posicionamento de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas eu, pessoalmente, sou contra. Estou votando individualmente. Eu não assumi... O senhor me mandou ler... O senhor me pediu para ler, eu li. Mandou ler, eu li; agora, sou contra a matéria. Eu fiz só a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia, V. Exª proferiu... Nós vamos reconhecer aqui o entendimento, mas o voto da Relatora *ad hoc* é "sim", apesar de entender que pessoalmente é "não".

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu lhe devolvo, então. Dê a outro, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas está registrado, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está registrado, por favor, então.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Voto com o Relator, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator, "sim". Com a Relatora.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A Senadora Ana Amélia não ficou sozinha.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu assumo como Relator e deixo a Senadora de fora...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Você vai pagar comissão sobre imposto? Isso é um absurdo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – São 12 votos NÃO; e 2 votos SIM.

Então, eu vou designar relator do vencido o Senador Eduardo Suplicy, porque foi derrubado o relatório do Senador Demóstenes.

Senador Suplicy, como foi derrubado o relatório, designo V. Exª relator do vencido. Hoje, a nomenclatura aqui está difícil.

Portanto, a Comissão rejeita o projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CAE.

Ficou claro, Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim. Nesta semana, eu prepararei o voto do vencido. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

ITEM 12
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189 de 2010
– Terminativo –

Autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes de Alagoas.

Autoria: Senador João Tenório.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203 DE 2010
– Terminativo -

Autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes nos Estados de Pernambuco e Alagoas.

Autoria: Senador Cícero Lucena.

Relator: Senador Eduardo Suplicy.

Relatório: Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 189 e 203, de 2010.

Observações:

1. Em 1º/11/2001, foi conceda Vista Coletiva;

2. Em 8/11/2001, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Benedito de Lira, pela rejeição do PLS nº 203, de 2010, e pela aprovação do PLS nº 189, de 2010, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Lembro que os projetos são terminativos e exigem quórum qualificado.

O relatório já foi lido pelo Relator na 56ª reunião, realizada em 1º de novembro, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Pergunto ao Relator, Senador Eduardo Suplicy se deseja fazer uso da palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu já li o relatório, cujo parecer é contrário ao projeto, e o esclarecimento dado em nota técnica da Caixa Econômica Federal, que solicitei fosse distribuída a todos os Srs. Senadores. Portanto, o parecer é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Foi lido em 22/11/2011 voto em separado de autoria do Senador Benedito de Lira, pela rejeição do PLS nº 203, de 2010, e pela aprovação do PLS nº 189, de 2010, nos termos do substitutivo que apresenta.

As matérias estão em discussão.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, a respeito dessa matéria, na última reunião da CAE, foram lidos tanto o parecer do eminente Senador Suplicy quanto o voto em separado. Naquele momento, é bom chamar a atenção dos Srs. Senadores, estava na Presidência o Senador Casildo, não havia Senador nenhum mais no plenário desta Comissão; estava apenas o Senador que apresentou o voto em separado.

No primeiro momento, os Senadores Cícero Lucena e João Tenório apresentaram projetos de lei distintos com o mesmo objetivo, que era exatamente estabelecer que a Caixa Econômica fizesse um prêmio especial para destinar recursos para as vítimas das enchentes dos dois Estados.

Consequentemente, o Senador Suplicy deu parecer contrário e nós apresentamos o voto em separado, criando outra modalidade. Em vez de estabelecer recursos para o Estado a ou b, estamos reforçando um fundo que já existe, mas que, infelizmente, não tem tido aporte de recursos, considerando que a Lei nº 12.349, de 2010, estabeleceu regras que não dava para os Municípios atenderem.

O que estamos propondo? É que 2,5% do prêmio sejam destinados ao fundo de assistência às vítimas das enchentes. E o Governo Federal, dentro das mesmas condições, tem que aportar recursos exatamente de três a cinco vezes o valor do prêmio.

Vou dar apenas um exemplo para ilustrar: o que diz a Caixa Econômica no seu relatório apresentado e justificativa? Oito bilhões de reais foi o que renderam as loterias em 2010. Oito bilhões! Dois e meio por cento desse valor significará R$200 milhões; com um aporte de cinco vezes, dá R$1 bilhão, que o Governo aportará. Já é uma fórmula mais ou menos condizente com as dificuldades.

Então, nós precisamos aproveitar a oportunidade, Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para que possamos exatamente começar a criar condições para esse fundo e, consequentemente, ter um programa de prevenção. Porque todos os anos, independentemente de qual seja o Estado ou o Município, nós temos calamidade pública, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Então, nós estamos propondo, Sr. Presidente... A Caixa Econômica é contrária: fez uma nota técnica contrariando. Ela contraria, mas não abre mão do que tem para administrar. Entre lotéricas e administração das loterias, ela fica com quase 17% ou 18% do prêmio e alega que aqui o prêmio é menor do mundo. Mas tem de ser o menor do mundo! Por quê? Porque exatamente os valores atribuídos são exorbitantes!

Agora, para criar um fundo que dê proteção àquelas vítimas de enchentes, porque não está previsto qual é o Estado ou o Município em que vão acontecer nesse ano de 2012... Aconteceram, no passado, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Alagoas, em Pernambuco, em Roraima e assim sucessivamente, Sr. Presidente.

Então, eu queria fazer ver aos Srs. Senadores que é importante que a façamos uma análise com relação a isso e aprovemos o substitutivo, anexo ao projeto, ao parecer do Senador Suplicy e rejeitemos o parecer do Senador Suplicy.

Ou, mais precisamente, que nós rejeitemos o Projeto de Lei nº 203 e aprovemos o de nº 189, de 2010, com o seguinte substitutivo, que já foi lido realmente na reunião passada, cujo objetivo é este: alocar recursos de 2,5% do prêmio para o fundo, que vai atender indistintamente todos os Municípios e Estados do Brasil que venham a sofrer qualquer tipo de calamidade pública, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

A matéria continua em discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu concordo com esse substitutivo do Senador Benedito de Lira, porque vem somar à medida provisória que destinou – inclusive, de minha relatoria – R$200 milhões para o Fundo de Defesa. Desde que seja um fundo nacional, porque as enchentes não escolhem região.

Então, eu realmente estou de acordo com esse substitutivo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu estou de acordo com o substitutivo do Senador Benedito de Lira.

Eu apenas me perguntaria se não seria mais produtivo ainda se a Caixa colocasse nesse fundo o lucro que ela provavelmente terá na operação do Panamericano. O Diretor Financeiro da Caixa, Sr. Márcio Percival, numa longa entrevista concedida ao jornal *Valor*, afirma que esse foi um grande negócio para a Caixa Econômica Federal.

Quem sabe ele pudesse colocar esse dinheiro também no fundo!

Eu voto com o Senador Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Há uma comissão no Senado, por tempo determinado, analisando a questão das catástrofes no Brasil, para que sejam mais preventivas, tenham fundos, reformulando fundos, inclusive. E essa comissão deve terminar os trabalhos já dentro de 10 ou 15 dias, quando será apresentado um relatório.

E esse relatório – que, por sinal, coube à nossa pessoa relatar – prevê algumas participações: de seguros e também a participação dos Municípios, com uma, do Estado, com duas, a União, com três vezes. E também há a proposta para que a Caixa venha a inserir-se nessa proposta.

Por isso, Sr. Presidente, nobres Colegas, o substitutivo do Senador Benedito de Lira vem ao encontro disso. E como vem ao encontro para melhorar esse fundo, para atender as catástrofes, as enchentes, para nós sermos mais preventivos no Brasil, como vem ao encontro dessas teses, não há por que não apoiar esse substitutivo do Senador Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocação em votação os projetos. É votação nominal.

Em votação os PLS 189 e 203, de 2010.

Quem vota com o relator, Senador Suplicy, vota "não" aos projetos.

Agora, aqui tem uma que é de lascar.

Quem vota com o Senador Benedito de Lira, autor do voto em separado, vota "não" aos PLS 203, de 2010, e "sim" ao PLS 189, de 2010, nos termos do substitutivo apresentado.

Isso aqui é igual ao Chacrinha: "eu não vim aqui para explicar, eu vim para confundir."

Portanto, nós temos duas alternativas de votos: uma, quem vota com o Senador Suplicy...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ...vota "não". Mas, como para V. Exª tem voto "sim" e voto "não", vamos fazer o seguinte: quem vota com o Senador Suplicy é pela rejeição; e quem vota com o Senador Benedito de Lira vota "não" ao PLS nº 203, de 2010, e "sim" ao PLS nº 189, de 2010. É difícil aqui o negócio.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Para resumir: como é que faz para votar com o Senador Benedito?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Para facilitar, não era melhor dizer o seguinte: quem vota com o substitutivo, vota no...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – São duas votações, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu queria fazer uma votação só. É só dizer: eu voto com o Senador Suplicy, ou eu voto com o Senador Benedito.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Pronto, é isso aí!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, o Senador Suplicy

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – São duas coisas diferentes. Uma é votar pela rejeição, conforme eu havia proposto; e a outra é levar em consideração o outro projeto substitutivo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Que é do Senador Benedito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...e as pessoas que votarem "não" na primeira votação, podem votar "sim" em favor do substitutivo do...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, está muito claro...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Suplicy, quem vota no relatório de V. Exª, vota "acompanho o Senador Suplicy". Quem

vota com o Senador Benedito de Lira, "acompanho o Senador Benedito de Lira". Não vamos colocar "sim" e "não" para não dar confusão.

Em votação.

Senador Suplicy.

Voto conhecido.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Olha, Senador Eduardo Suplicy, voto com o Senador Benedito de Lira, pois ele aperfeiçoou o projeto. Eu voto com o Senador Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – (*Fora do microfone*.) Com o Benedito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Senador Benedito.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Acompanho o voto do Senador Benedito de Lira, e digo mais, esse tema vem rolando aqui há muitos anos e a dificuldade é encontrar uma fonte. Assim, como lembra o Senador Casildo, esse é um caminho que estamos abrindo aqui para dar uma solução para um problema antigo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Wellington vota com o Senador Benedito.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Senador Benedito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu voto com o Senador Benedito, mas reconheço que o Senador Suplicy não está errado, porque o projeto estava vencido; foi aperfeiçoado pelo Senador Benedito.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique está aqui? (*Pausa*.)

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Benedito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – (*Fora do microfone*.) Fazendo os mesmos comentários do Senador Valdir Raupp, parabenizando o Senador Suplicy, mas votando com São Benedito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – São Benedito.

Senador Donelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – (*Fora do microfone.*) Com o Senador Benedito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Senador Benedito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Senador Benedito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira, voto conhecido.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com o Senador Benedito de Lira, ilustre representante do Estado de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Senador Benedito de Lira.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Senador Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Senador Benedito de Lira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Já está concluída a votação?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Já está concluída.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O meu parecer é pela rejeição do projeto original. Reconheço os méritos do substitutivo do Senador Benedito de Lira e me pronuncio a favor do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito bem, Senador Suplicy. V. Exª apresentou o relatório para um projeto que depois foi modificado e aperfeiçoado pelo Senador Benedito de Lira.

Portanto, vencido o relator, designo o Senador Benedito de Lira relator do vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal.

A Comissão rejeita o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2010, e aprova o Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2010, nos termos da Emenda nº 1-CAE substitutiva, ficando prejudicado o PLS nº 189, de 2010, nos termos do art. 300, XVI, do Regimento Interno.

Observação: de acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será

submetida a turno suplementar de discussão, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61 DE 2011
– Terminativo -

Altera as Leis nº 11.482, de 31 de maio de 2007; nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; reajustando as faixas de renda do imposto de renda e os valores das deduções.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.
Relatório: pela rejeição do projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Eu vou nomear aqui relator *ad hoc* o Senador Lobão Filho para o Item 13 da pauta.

Eu só solicitaria aos Srs. Senadores e Senadoras que permaneçam, porque temos ainda mais algumas votações nominais.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, este é o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, que altera as Leis nº 11.482, de 31 de maio de 2007; nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; e nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, reajustando as faixas de renda do imposto de renda e os valores das deduções.

Sr. Presidente, passo à análise.

Análise.

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre direito tributário, sistema tributário e imposto de renda, conforme o disposto nos arts. 24, I, 48, I, e 153, III, todos da Constituição Federal (CF). A iniciativa parlamentar é amparada pelo art. 61 da mesma Carta.

O projeto atende à juridicidade, inova o ordenamento jurídico, apresenta alcance geral e é compatível com os princípios que norteiam o direito brasileiro.

Quanto à técnica legislativa, haveria necessidade de adequações aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Entretanto, tal providência se mostrará dispensável ante os motivos expostos na análise de mérito.

Mérito.

A argumentação utilizada na justificação do projeto parte da justa premissa de que a demora na revisão dos valores de referência para cobrança do IRPF só faz aumentar indiretamente o imposto a pagar, gerando um fardo injustificável ao contribuinte.

Contudo, em face das particularidades do rito de uma medida provisória, principalmente na questão dos prazos de análise e votação pelo Poder Legislativo, é razoável admitir que um projeto de lei versando exatamente sobre o mesmo tema não precisa ir adiante ao mesmo tempo, motivo pelo qual proponho o arquivamento do presente.

Voto.

Pelas razões apresentadas, o voto é pela rejeição do PLS nº 61, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lobão Filho.

A matéria está em discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu vou pedir vistas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Vou pedir vistas a esse projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, vistas ao Item 13, do Senador Cyro Miranda.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Vistas coletivas. Peça vistas coletivas.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, vistas coletivas, solicitadas pelo Senador Casildo Maldaner.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16 DE 2010
– Terminativo -

Acrescenta o art. 23-A à Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dá outras providências. (garante a assunção dos resíduos pela União para mutuários que assinaram contratos de financiamento no SFH de acordo com sua faixa de renda).

Autoria: Senador Marconi Perillo.
Relatoria: Senadora Ângela Portela.
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações:
1. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer contrário ao projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

O relatório já foi lido pela relatora na 64ª reunião realizada em 22 de novembro.

Como a relatora, Senadora Ângela Portela, não está presente, indico a Senadora Lídice da Mata relatora *ad hoc* – do item 14, Senadora.

Se V. Exª quiser fazer algum comentário, até porque já foi lido o relatório pela Senadora Ângela Portela.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata, se assim o entender.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Levando em conta, Sr. Presidente, que já foi lido o relatório, em razão do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigada, Senadora Lídice da Mata.

A matéria está em discussão.

Não havendo Senadores e Senadoras que queiram discutir, vamos colocar em votação o projeto, votação nominal.

Em votação o projeto. Quem vota com a relatora vota "não" ao projeto.

Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço para votar em seguida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Suplicy vota?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto "não", com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a relatora. Portanto, vota "não".

Senadora Lídice da Mata? Voto conhecido.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, "não".

Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Benedito de Lira? O vitorioso Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, "não'.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quatorze votos "não".

A Comissã**o rejeita o projeto.**

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147 DE 2009
– Terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a pagar duas parcelas correspondentes ao Fundo de Participação dos Municípios e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Wellington Dias
Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado. Portanto, peço aos Senadores e Senadoras que permaneçam aqui na CAE porque temos mais dois projetos em caráter terminativo.

Com a palavra o relator, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que autoriza a União a repassar aos Municípios o dobro do valor recebido de janeiro de 2009 sob a forma de cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios.

A verdade é que, no relatório, destacamos aspectos de inconstitucionalidade de projetos autorizativos, já com posição inclusive do próprio Supremo. E destaco mais que esse projeto teve um papel importante porque foi um dos instrumentos, entre tantos que ocorreram na crise, de queda de receita 2008/2009, no começo da crise mundial. O próprio Governo Federal baixou um conjunto de medidas, inclusive medidas já aprovadas pelo Congresso Nacional, como a Medida Provisória nº 462, de 2009, que garantiu regras de compensação, para que os Municípios pudessem receber o equivalente à variação nominal negativa entre as cotas-parte do FPM de 2008 e 2009.

Destaco ainda ter sido uma vitória importante das entidades municipalistas a garantia de mais um ponto percentual de FPM, que foi pago em 2008, 2009 e 2010. Normalmente, está sendo pago, agora, ao final de cada ano.

Por essa razão, não vejo mais sentido na apresentação do projeto, mesmo que ele fosse legal. Portanto, apresento um voto pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, simplesmente para manifestar meus cumprimentos ao hoje Governador Raimundo Colombo. Sua iniciativa acabou propiciando uma melhoria para os Municípios em relação ao Fundo de Participação.

Voto com o Relator, Sr. Presidente, tendo em vista que os objetivos propostos pelo Governador Raimundo Colombo já foram parcialmente atendidos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir o assunto, vamos...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. *Fora do microfone*.) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto. Votação nominal.

Em votação o projeto. Quem vota com o Relator vota "não" ao projeto.

Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator, vota "não."

Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Wellington Dias, voto conhecido.

Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator, "não".

Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Como sempre, acompanho o voto do Senador Wellington Dias. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Ivo Cassol? (*Pausa.*)

O Senador Ivo Cassol já disse aqui que é "não".

Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Também "não".

Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não". Muito bem, Senador, voto convicto.

Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pelos motivos expostos pelo Senador Luiz Henrique, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – A exemplo do Senador Dornelles, voto sempre com o Relator, Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Portanto, 14 votos...

Senador Armando Monteiro, só há mais uma votação nominal, se V. Exª puder...

Portanto, 14 votos NÃO.

A Comissão rejeita o projeto.

Vamos agora ao último terminativo.

Quanto ao item 17, a Senadora Marta Suplicy solicitou sua retirada para reapresentá-lo na próxima semana.

ITEM 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362 DE 2007
– Terminativo -

Altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para reduzir os encargos financeiros dos financiamentos concedidos.

Autoria: Senador Expedito Júnior.

Relatoria: Senador José Pimentel.

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CDR;

2. Em 04/04/2008, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Gerson Camata.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Vou nomear Relator *ad hoc* do item 18 o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Resumirei.

Trata-se do PLS nº 362, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que pretende reduzir os encargos financeiros dos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) a partir de 1º de janeiro de 2008.

Vem aqui toda a explanação.

Em síntese... Não vou ler o parecer todo, apenas a parte final.

Por outro lado, podem-se imaginar situações em que diferenciais de juros têm de ser ainda maiores do que o atual para atrair investimentos para as regiões menos desenvolvidas do País. Portanto, o melhor é garantir, por meio de decretos, como vem fazendo o Executivo, que as taxas dos fundos sejam inferiores à TJLP. Não há necessidade de determinar em lei a relação entre as duas taxas. Por conta disso, ele trata aqui da Emenda nº 2, da CAE também, manifestando-se pela sua rejeição.

A legislação atual já permite que investimentos nos Municípios do Espírito Santo e de Minas Gerais localizados na área de atuação da Sudene possam ser financiados com recursos do FNE.

Voto.

Diante do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2007.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, vou pedir vista desse projeto porque ele é meritório. Acho que carece de uma análise mais apurada, porque, realmente, a TJLP sacrifica esse fundo, que se destina a favorecer seus clientes.

Peço vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, Item 18, pedido de vista do Senador Cyro Miranda.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Também peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vista coletiva, por sugestão do Senador Armando Monteiro.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para o Item 19 também foi pedida vista.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, já que se encerraram as votações terminativas, eu gostaria de também falar um pouquinho e consignar aqui, pois eu não estava na votação, mas quero deixar

aqui de público o meu voto também para o Item 16, que é o projeto que cria uma Zona de Processamento de Exportação em Rondonópolis, a cidade onde moro, onde resido. Eu não estava aqui, infelizmente. Eu estava em uma reunião com o Presidente Sarney para discutir a questão da votação do Código Florestal na quarta ou na quinta-feira, mas gostaria de cumprimentar o Senador Jayme Campos, pela propositura, e o Senador Cyro, pelo parecer favorável, e agradecer aos colegas que votaram favorável a essa matéria, já que Rondonópolis é a principal cidade do Estado do Mato Grosso e do Brasil no agronegócio. Então, quero agradecer a todos e, se possível, ainda, colocar o meu nome como um daqueles que aprovaram a matéria, já que não faz diferença o meu voto, uma vez que a matéria foi vitoriosa nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo. Já registrado. É um voto honorífico e muito bem defendido pelo Senador Cyro Miranda.

ITEM 20
REQUERIMENTO Nº 84 DE 2011
– Não Terminativo –

Requer, nos termos do art. 93, do inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o despreparo do Brasil para evitar e conter vazamentos de petróleo e os impactos ambientais e econômicos decorrentes do vazamento que ocorreu no Campo de Frade, na Bacia de Campos (...)

Iniciativa: Senadora Ana Amélia

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, tenho um projeto a relatar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos voltar, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, o requerimento foi lido. É de autoria da Senadora Ana Amélia.

Com a palavra a autora do requerimento.

A SRªANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Srs. Senadores, essa questão do vazamento de petróleo na bacia de Campos, no Campo de Frade, por uma empresa norte-americana suscitou muitas dúvidas à sociedade brasileira, particularmente no momento em que estamos discutindo,aqui,nesta Casa, as questões relacionadas ao pré-sal.

As informações estão desencontradas a respeito desse grave derramamento de óleo nas águas marítimas brasileiras naquela região. Isso impõe uma iniciativa da nossa parte. Tenho conhecimento de que a Comissão de Meio Ambiente já fez um debate sobre isso. Porém, acho que poderemos ampliar o debate sobre isso nesta Comissão, porque inclusive a União dos Petroleiros, ou seja, dos trabalhadores na indústria petrolífera brasileira, João Antônio de Moraes, manifestou interesse de participar desta audiência pública.

No meu requerimento estão previstos o Diretor Geral da ANP, o Secretário do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, um representante da Marinha do Brasil, o Presidente da Chevron no Brasil e Aristides Soffiati, do Núcleo de Estudos Socioambientais da Universidade Federal Fluminense, de Campos.

Consulto a V. Srª, Sr. Presidente, primeiro se é possível submeter à apreciação e, em segunda instância, acrescentar a Federação Única dos Petroleiros para audiência pública.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É possível que a Senadora Ana Amélia tenha tomado conhecimento, mas audiência pública nesse sentido foi, acho que talvez ainda esteja sendo realizada, agora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está sendo realizada. Sei disso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu estava lá. Vim para cá porque sou membro da CAE. Então, inclusive muitas das autoridades listadas no requerimento da Senadora Ana Amélia estão presentes naquela audiência. Sim, é verdade que o Presidente da FUP não estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não. Essa é uma sugestão da Senadora Ana Amélia, a inclusão do presidente da Federação Única dos Petroleiros.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem. Apenas é importante saber que uma boa parte daquilo que a Senadora Ana Amélia gostaria que pudesse ser objeto de diálogo e de discussão aqui começou hoje cedo e talvez ainda continue ali na Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg, também com a presidência do Senador Sérgio Souza – as questões climáticas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só gostaria de fazer um registro.

A Senadora Ana Amélia, já na reunião passada, manifestou essa preocupação. Como a gente segue os atos aqui de ler o requerimento e depois aprovar na semana seguinte, houve essa falta de sincronia. Mas eu acho que nós deveríamos aprovar esse requerimen-

to, porque esse assunto terá desdobramentos. E acho que nós vamos ter condições de fazer uma audiência pública, tratando com muito mais profundidade – com o perdão da palavra –, esse assunto do vazamento da Chevron no Campo de Frade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu lhe agradeço, Presidente, porque, possivelmente, a Comissão de Meio Ambiente esteja muito mais voltada às questões ambientais do que propriamente às questões econômicas.

Eu imagino que esse acidente vá alterar, inclusive, algumas iniciativas e providências que esta Casa poderá sugerir, em relação à exploração do pré-sal, às companhias que vão participar da exploração desse óleo de profundidade.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 84, de 2011, com a inclusão do Presidente da Federação Única dos Petroleiros, o Sr. João Antônio de Moraes.

Passamos, agora...

Nós temos só mais dois itens, não terminativos.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82 DE 2009

– Não Terminativo -

Cria mecanismos de fiscalização e controle sobre as despesas com publicidade e patrocínio das empresas estatais federais.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Favorável ao projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações:

1 – A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Eu vou dar palavra ao Relator, Senador Luiz Henrique, e só registrar que, para o item 1, nós estamos aguardando ainda o Senador Romero Jucá. A informação é a de que ele está na Presidência da República.

Agora, se ele não puder chegar a tempo, nós vamos pautar e, na semana que vem, vamos votar esse projeto contra ou a favor, porque ele já está pingando aqui na área há várias semanas e nós não avançamos. Portanto, nós temos de votar, definitivamente, esse projeto. Seja "sim", seja "não", nós temos de votar o projeto.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente, em relação a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Especialmente em deferência ao competente Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Item 3.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto de lei e o parecer que me cabe relatar encontram-se distribuídos no avulso e, portanto, são de conhecimento de todos as Srªs e os Srs. Senadores.

Quero só ressaltar que esse projeto vem reforçar, reiterar uma diretriz que a Presidente Dilma Rousseff acaba de adotar, relativamente à necessidade de transparência nas concessões de recursos às organizações não governamentais. É preciso também, Sr. Presidente, que haja um processo de transparência com relação à publicidade oficial.

Por isso, Sr. Presidente, o projeto do hoje Governador Raimundo Colombo é procedente. E eu voto pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

A matéria está em discussão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...considero importante os méritos da proposição do Senador Colombo, relatada pelo Senador Luiz Henrique, mas avalio que seria importante, por recomendação, inclusive, das empresas estatais, que pudesse ser melhor examinado.

Então, peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, pedido de vistas do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Casildo solicita vistas coletivas. Portanto, na semana que vem, nós voltaremos a esse projeto também.

O Item 4, o Relator, o Senador Acir Gurgacz, solicita a sua retirada para reexame.

O Item 5, o Relator, o Senador Eduardo Braga, também solicita a sua retirada de pauta para reexame.

O Item 6 já foi relatado pelo Senador Raupp.

O Item 7 também.

Partimos para o último item da pauta, que é o Item 8, não terminativo.

ITEM 8
OFICIO "S" Nº 18 DE 2008
– Não Terminativo -

Encaminha ao Senado Federal, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informações referentes à contratação de parceria público-privada da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.

Autoria: Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Pelo conhecimento do Ofício "S" nº 18 de 2008 pela Comissão e envio de cópia da deliberação da Comissão ao Ministério da Fazenda, para que possa dar ciência ao órgão competente.

Observações:

1. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O Senador Inácio Arruda não se encontra presente. Eu nomeio como relator *ad hoc* o Senador Casildo Maldaner.

Comunico aos membros da Comissão que se encontram à disposição, na secretaria, anexo da documentação do Ofício S, contendo os contratos e demonstrativos da Parceria Público-Privada a que se refere.

Com a palavra o Relator, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas, na verdade, essa proposta de Parceria Público-Privado do Estado de São Paulo, em que o relator Senador Inácio Arruda faz uma extensa programação de seis páginas, mais ou menos. E como é para dar conhecimento apenas nesta Comissão e para dar sequência ao expediente, partimos logo para a leitura do voto.

Em face do exposto, voto para que esta Comissão de Assuntos Econômicos tome conhecimento do Ofício S nº 18, de 2008, para subsequente encaminhamento à Comissão de Serviços de Infraestrutura, na forma do despacho do dia 19 de junho de 2008 da Presidência desta Casa, devendo-se, ademais, enviar cópia da presente deliberação ao Ministério da Fazenda, para dar ciência ao órgão competente, nos termos do § 1º do art. 28, da Lei nº 11.079, de 2004.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

A matéria está em discussão.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o relatório do Senador Casildo Maldaner.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pelo conhecimento do Ofício S nº 18, de 2008, pela Comissão; envio de cópia do parecer da Comissão ao Ministério da Fazenda, para que possa dar ciência ao órgão competente.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Quero aqui registrar que temos uma audiência pública que foi objeto de um requerimento do Senador Flexa Ribeira, que instruiu o Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2008, que altera a Lei nº 8630, de 93, para revigorar a cobrança do adicional de indenização do trabalhador portuário avulso – AITP, e dá outras providências.

São três requerimentos – nºs 20, 64 e 67 – do Senador Flexa. E a matéria é relativa ao PLS nº 406/2008, da Senadora Ada Melo.

Portanto, depois da reunião deliberativa começaremos essa audiência pública.

E por último, mas não menos importante, requerimento do Senador Dornelles, que requer, nos termos do art. 76, § 1º, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação dos trabalhos da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal até o término da próxima sessão legislativa, em virtude da não conclusão dos seus trabalhos.

Aqui, a exposição do Senador Dornelles é muito bem justificada, e, feita a leitura, votaremos, na próxima semana, o Requerimento apresentado pelo Senador Dornelles.

Portanto, uma vez encerrada nossa pauta deliberativa, dou por encerrada a reunião ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos. Terça-feira, às 10 horas, continuaremos com mais uma reunião deliberativa.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.)

ATA DA SEXAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e nove de novembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Ale-

xandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, José Agripino, Jayme Campos, Armando Monteiro, Clésio Andrade, João Ribeiro e Blairo Maggi, e, ainda, do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Eduardo Braga, tendo falta justificada em virtude de estar em missão política, Roberto Requião, Luiz Henrique, Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, com a presença, como expositores, dos Senhores Mário Lima Júnior, Secretário Executivo da Secretaria de Portos – SEP, representando o Exmo. Sr. José Leônidas de Menezes, Ministro-Chefe da Secretaria de Portos; Eduardo Lirio Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários; Wilen Manteli, Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP; representando, ainda, o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; e Jader Brandes Neves, Sócio Gerente da Empresa Stella Maris Operações Portuárias Ltda, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 406 de 2008, que "altera a Lei nº 8.630, de 1993, para revigorar a cobrança do adicional de indenização do trabalhador portuário avulso – AITP, e dá outras providências", em atendimento aos Requerimentos nºs 20 de 2010-CAE, 64 de 2011-CAE e 67 de 2011-CAE, todos de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro. Após as exposições dos convidados, usam da palavra os Senadores José Pimentel, Blairo Maggi e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Delcídio do Amaral

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 67ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Assunto / Finalidade:

Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2008, que *altera a Lei nº 8.630, de 1993, para revigorar a cobrança do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso (AITP), e dá outras providências.*

Requerimentos de criação:

– RQE nº 00020/2010 de 11/05/2010, Senador Flexa Ribeiro;

– RQE nº 00064/2011 de 30/08/2011, Senador Flexa Ribeiro;

– RQE nº 00067/2011 de 11/10/2011, Senador Flexa Ribeiro.

Reunião destinada a instruir a seguinte matéria:

– PLS nº 00406/2008, da Senadora Ada Mello.

Convidados:

1. Sr. Mário Lima Júnior (representando o Exmo Sr. José Leônidas de Menezes, Ministro-Chefe da Secretaria de Portos), Secretário-Executivo da Secretaria de Portos (SEP);

2. Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que será representado pelo Sr. Wilien Montelli, Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP);

3. Sr. Eduardo Lírio Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários;

4. Sr. Sérgio Paulo Perrucci de Aquino, Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Santos, que será representado pelo Sr. Antonio de Freitas Ferreira;

5. Sr. Wilien Montelli, Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), que eu já disse que representa também o Sr. Robson Braga de Andrade;

6. Sr. Jader Brandes Neves, Sócio-Gerente da Empresa Stella Maris Operações Portuárias Ltda., que não pôde estar presente.

Os convidados já se encontram na Secretaria da Comissão.

Peço à Secretaria que os conduza ao plenário.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas:

– os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos;

– a palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição;

– os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Portanto, eu solicito à Mesa que traga aqui os convidados, para começarmos, de imediato, esta audiência pública, Senador Lobão, por causa da Ponta da Madeira, do Porto de Itaqui.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, só para registrar a eficiência e velocidade da condução dos trabalhos de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Fiz um esforço para sair...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª fez falta hoje aqui. Teríamos sido mais ágeis.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Fiz um esforço muito grande para abandonar outras atribuições, e correndo, e ouvindo V. Exª, e dizendo: está muito acelerado. Não vai dar tempo. Mas o *ad hoc* que V. Exª nomeou cumpriu, com muita galhardia, a posição de defender os interesses do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E seguindo especialmente o relatório de V. Exª, em virtude do qual o parabenizo por sua competência, Senador Inácio Arruda.

E nós vamos iniciar aqui a nossa audiência pública, registrando que o Senador Flexa Ribeiro, que é o autor do requerimento, não está aqui presente, porque ele não conseguiu pegar o avião de Belém para Brasília. Portanto, ele não está presente aqui, e estou apresentando a justificativa.

Passo a palavra ao Exmo Sr. Mário Lima Júnior, Secretário-Executivo da Secretaria de Portos (SEP), representando o Exmo Sr. José Leônidas de Menezes, Ministro-Chefe da Secretaria de Portos.

Com a palavra o Sr. Mário Lima Júnior.

O SR. MÁRIO LIMA JÚNIOR – Senador Delcídio do Amaral, meus cumprimentos a V. Exª e aos demais Senadores e Senadoras, às senhoras e aos senhores.

É uma satisfação estar aqui presente nesta Comissão para tratar de um assunto relevante para o meio portuário brasileiro.

A questão do AITP (Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso) é um assunto importante, e milhares de portuários estão ainda pendentes nessa questão que vem ainda do ano de 1993, quando da promulgação da Lei nº 8.630, de modernização dos portos.

Há hoje, no Brasil, cerca de 26 mil portuários avulsos que fazem operação nos portos brasileiros, entenda-se operação de convés de navio, de costado, operação de pátio, de manuseio de mercadorias executado por essa classe de avulsa organizada nos seus sindicatos, nos órgãos gestores de mão de obra em cada porto.

Desse total, cerca de 20 mil são trabalhadores registrados e cinco mil cadastrados. Só no porto de Santos, para se ter uma ideia, temos cerca de seis mil trabalhadores registrados e mais dois cadastrados. Essa forma de registrado e cadastrado é uma questão complementar acessória dentro do sistema de desempenho da classe trabalhadora nos portos brasileiros.

Vemos essa ideia do revigoramento do AITP (Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso) como bastante importante, a fim de dirimir portuários que ficaram fora desse sistema de indenização no ano de 1993 para o ano de 1994.

Vários portuários, trabalhadores se inscreveram, aguardaram a indenização. Na época, essa indenização foi processada pelo Banco do Brasil, que recebeu recurso de um fundo especificamente criado para isso, o FITP, pelo qual se pagavam as indenizações.

A razão dessa questão do AITP surgiu naturalmente, num processo de evolução da operação portuária brasileira no caminho da modernização.

Foi nessa época, no ano de 93, que houve a grande mudança do sistema portuário brasileiro, em que as companhias docas saíram da administração direta da operação portuária e passaram a ser administradores do condomínio portuário, digamos assim.

Os ternos portuários que componham essas operações em convés de navios que trabalhavam com sacarias, com cargas avulsas, passaram a utilizar, cada vez de uma forma mais intensa, o container, e isso modificou a forma de operação, provocou uma redução dos ternos portuários, ao mesmo tempo em que os custos também passaram a ficar melhor adequados, em função da nova realidade, até de competição entre terminais de uso privativo e portos públicos convencionais, na forma da lei.

De forma que vemos com bastante interesse o desenlace desse processo e vemos como positiva a iniciativa realmente de indenização merecida pelo trabalhador que não foi contemplado nessa época pelo sistema de indenização.

Portanto, encerro aqui minhas palavras e estou à disposição para colaborar com esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Mário Lima Júnior, pela objetividade.

Passo a palavra para o Sr. Eduardo Lírio Guterra, presidente da Federação Nacional dos Portuários.

Quero apenas registrar que o Sr. Jader Brandes Neves está aqui presente, sócio gerente da empresa Stella Maris Operações Portuárias Ltda. Realmente, até agora não chegou à Comissão de Assuntos Econômicos...

Sim, está presente. Estou registrando porque tínhamos falado que V. Sª não estaria presente, mas, na verdade, quem não está presente é o Sr. Antonio de Freitas Ferreira, representando o Sr. Sérgio Paulo

Perrucci de Aquino, presidente do Conselho da Autoridade Portuária do Porto de Santos.

Portanto, passo a palavra agora ao Sr. Eduardo Lírio Guterra, presidente da Federação Nacional dos Portuários.

O SR. EDUARDO LÍRIO GUTERRA – Bom-dia a todos!

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, colegas da Mesa, Dr. Mantelli, Dr. Mário Lima, primeiro, quero colocar nesta Casa que nós acompanhamos, no final da década de 80 e obviamente até meado da década de 90, a discussão, a aprovação e a implantação da Lei nº 8.630 e seus reflexos no setor portuário. Então, nós sabemos que, a partir da aprovação da lei, em 2003, várias medidas governamentais foram sendo implantadas no sentido de consolidar um novo modelo portuário no Brasil. E essa questão, no Brasil, é complexa porque, Senador, temos uma costa totalmente constituída de portos. Do Amazonas ao Rio Grande do Sul, temos diversos portos, com suas peculiaridades. É difícil que tenhamos ainda atingido um estágio de modernização de nossos portos que sempre perseguimos. Deixamos claro que nossa posição, a posição dos trabalhadores é que quanto mais os portos modernizados, mais geração de emprego, mais geração de renda, mais o nosso País responde às questões econômicas, mas consolidamos o modelo de interesse do povo brasileiro.

Mas a questão específica. Antes de entrar no assunto do projeto de lei, queria fazer alguns comentários a respeito do desdobramento que a lei dos portos trouxe na visão dos trabalhadores.

A primeira questão que pontuo é a gestão dos nossos portos, deixando claro que o modelo adotado pelo Brasil hoje é copiado dos portos europeus. Lembro-me de que uma comissão formada por Senadores e Deputados, por ocasião da Lei nº 8.630, foi à Europa, aos Estados Unidos buscar um consenso do que deveria ser os portos no Brasil, e trouxe este modelo que é praticamente semelhante aos portos mais modernos do mundo, em que o Estado administra o patrimônio e a operação é privada. Então, toda operação em nossos portos hoje é privada. E obviamente que a lei trouxe esse modelo para cá.

Nós precisamos de gestão portuária profissional, gestão portuária moderna, o que ainda não conseguimos atingir, apesar de ter sido feito um esforço muito grande, nos últimos anos, em função da Secretaria Especial de Portos. Mas não conseguimos ainda avançar no sentido de consolidar um modelo de gestão que seja de interesse da atividade portuária, em função também do organograma que temos em nossos portos hoje. Temos portos administrados pela Secretaria Especial de Portos, temos portos administrados pelo Ministério dos Transportes, temos portos administrados pelo Governo Federal, temos portos administrados por Estados e por Municípios. E isso tem trazido muitos problemas para nós, trabalhadores, e para o próprio sistema, em função desta diversidade de interesses que é a atividade portuária.

Juntamente com a questão da gestão da administração portuária foram criados os órgãos gestores de mão de obra. Afirmamos isso porque, às vezes, ainda vemos na imprensa alguma questão colocada como a quantidade de trabalhadores requisitados, como o papel do sindicato na atividade portuária. E eu gostaria de deixar claro que os sindicatos hoje não têm mais o controle da mão de obra. Quem tem o controle da mão de obra nos nossos portos são os órgãos gestores de mão de obra, que são administrados e geridos pela iniciativa privada.

Outra questão que gostaria de pontuar. Foram criados conselhos de autoridade portuária, que têm representação de todos os setores do porto, governos municipal, estadual, federal, empresários e trabalhadores, sendo que temos, dentro desse conselho de autoridade portuária, um voto por cada bloco, ou seja, como temos dois blocos de setores de empresários, os empresários têm dois votos nesse bloco.

A outra coisa importante é que a lei trouxe para os portos a chegada de novas tecnologias e a conteinerização, método revolucionário de acondicionamento de carga, que os dois somados com o aumento da produtividade provocam desemprego estrutural. E isso vem acontecendo nos nossos portos, a partir de 1993, principalmente com os arrendamentos dos terminais à iniciativa privada. Essa é uma questão que se relaciona com o que o Dr. Mário Lima disse. Tínhamos, no final da década de 80, início da década de noventa, aproximadamente sessenta mil trabalhadores avulsos, e hoje temos um número aproximado de 26 mil, como disse o Dr. Mário Lima.

Para essa questão da justiça social, esta Casa aprovou, em 1995, a adoção da Convenção 137, que protege os trabalhadores contra o desemprego estrutural, contra a conteinerização, contra a chegada de novas tecnologias. Convenção esta que foi adotada em função de se ter percebido que essas políticas eram necessárias e foram implantadas nos portos modernos, quer dizer, programas de proteção individual aos trabalhadores, que fala em um conjunto de medidas. Que é o emprego permanente para esses trabalhadores em função do desemprego estrutural; antecipação de aposentadoria e programa de incentivo ao desligamento. Esses foram alguns itens que nortearam para que, na

Lei 8.630, tivesse o AITP – Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário.

Colocando a posição dos trabalhadores com relação a esse projeto de lei, nós somos favoráveis para que se faça justiça. Apesar de o sistema portuário brasileiro ter avançado bastante, especificamente nos últimos tempos, nós não podemos nos posicionar contra esse projeto. Nós somos favoráveis à aprovação desse projeto, até porque, na Exposição de Motivos da própria Senadora, ela expõe claro uma posição do Banco do Brasil com relação ao que foi arrecadado para que se desse cobertura a essa questão. E os trabalhadores que foram inscritos, esse Fundo foi insuficiente para cobrir as despesas com o objetivo que foi postado na lei.

Essas são as nossas observações, já agradecendo ao Presidente, aos demais Senadores e Senadoras a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Eduardo Lírio Guterra.

Passo a palavra, agora, para o Sr. Wilien Montelli, Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários e representante, nessa audiência, do Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI.

Com a palavra Wilien Monteli.

O SR. WILIEN MONTELLI – Sr. Senador Delcídio do Amaral, Dr. Mário Lima Júnior, companheiro Eduardo Guterra, companheiro Jader Brandes Neves, estou representando com muita honra o Presidente da CNI, o Dr. Robson Braga de Andrada e a minha própria entidade que é a Associação Brasileira de Terminais Portuários.

Como eu e o Guterra participamos da elaboração 8,630. Quero dizer para esta Casa que este é um importante momento para buscar uma solução que o setor portuário está a merecer. Está faltando é o empenho, aquela velha história que dizem que aqui no Brasil as leis não pegam. A Lei dos Portos, uma lei moderna, amplamente discutida nesta Casa por três anos, ela contém todos os mecanismos necessários para o desenvolvimento do sistema portuário e para a solução das questões trabalhistas. O que está faltando é uma responsabilidade maior, uma atuação da sociedade como um todo, inclusive desta Casa, que tem o dever de fiscalizar a implementação das leis.

Então, quero só lembrar que, na época em que foi muito discutido, quem viveu aquela época aqui no Congresso Nacional, havia verdadeiros movimentos dos trabalhadores, do setor empresarial, mas foi um momento, diria, no meu entendimento, foi a lei mais discutida neste Congresso Nacional. Por isso ela tem os parâmetros todos para resolver essa questão portuária.

O setor empresarial formou um grupo, em 1991. Nós fomos visitar os principais portos da Europa e dos Estados Unidos. E estivemos na OIT – Organização Internacional do Trabalho.

Foi o setor empresarial que desarquivou desta Casa a recomendação da OIT, que foi aprovada só anos depois, porque ela estabelece, embora seja uma Resolução de 1993, as condições para resolver essas questões que os novos processos de carga e descarga acarretam.

Então, não podemos nos dar ao direito de não aprendermos com a experiência. Na nossa visão, e vou tentar mostrar isso, Senador, o AITP foi uma péssima experiência.

Pediria o primeiro slide.

Então, a base toda que regula, vamos dizer, as normas referentes às repercussões sociais dos novos métodos de processamento de cargas do portos é a Lei nº 1630, que é baseada exatamente na Convenção nº 137/145, da OIT, aprovadas pelo Decreto Legislativo de 29, e pelo Decreto Legislativo, nº 1574, de 95.

Embora, hoje, haja coisa muito superadas nessa Convensão e recomendação, ainda há coisas que podemos aplicar e que aqui no País não foi aplicado.

Próximo, por favor.

Bom, a Lei de 93, com a melhor das intenções, a mesma intenção com que esta Casa estabelece e discute esse projeto, criou-se o adicional do trabalhador portuário, mediante a cobrança de valores sobre granel sólido, o granel líquido, carga geral.

Muito bem, isso daí, no cálculo da época, daria uma indenização para o trabalhador avulso, que quisesse optar pela sua saída, de algo em torno de 14 mil dólares. Quem fosse quitar matriculo e criar uma empresa operadora portuária, como é o caso da empresa do Sr. Jader, receberia um complemento de mais 3.452 dólares.

Pois bem, próximo.

Então, aí nós tivemos esse resultado, que a sociedade pagou essa conta. Pagou 193 milhões; rendeu nas aplicações 67 mil; pagou de indenizações 237 milhões. Do patrimônio, sobrou um saldo de 24 mil e tem no Banco do Brasil, e esses dados não estão atualizados. Tem um saldo de reclamatórias pendentes de 75 mil e déficit de 50 mil.

Os valores, hoje, são superiores a isso. Estamos com dificuldade de apurar. E aí vem o primeiro requerimento, Senador Delcídio, de solicitar o gerente do Banco do Brasil, que era o gestor na época desse fundo, para trazer as informações mais atualizadas, bem como o Gempo, Grupo Executivo para Modernização Portuária, que também administrava esse fundo, para trazer e completar esses dados, porque só vendo o

que ocorreu para a gente tomar as maiores decisões que o caso requer.

A próxima, por favor.

Quero mostrar três exemplos das distorções e de verdadeiros estelionatos que ocorreram. O porto de Belém, os senhores vejam, tinha registrados 1.740 trabalhadores. Foram indenizados 866. Valor da indenização: 21,908 milhões.

Maceió. Havia 1.465, só que foram indenizados 3.245. Praticamente, o dobro, onde foram investidos ou gastos 50 milhões de reais. Claro que aqui está muito bem comprovada a falcatrua de que espertalhões é que meteram a mão nesse dinheiro, que era destinado par aos avulsos.

Santos, que era o maior porto da América do Sul, tinha 12.421. somente 420 receberam algo em torno de 9 milhões. E aqui houve uma resistência, e os trabalhadores sabem disso. Eu tenho tido uma franqueza muito grande com eles. Os trabalhadores, as entidades na época resistiram à criação dos órgomos e à indenização.

Santos é o exemplo. Tinha o maior número de trabalhadores. Muitos queriam e os sindicatos orientavam no sentido de não orientarem por esse fundo.

A próxima, por favor.

Bom, o que nós fizemos de 93 para cá. E nós, estou falando em nome das entidades empresariais e das três grandes federações das quais o Hugo Terra é um dos grandes líderes.

Nós atuamos em conjunto, setor empresarial e trabalhadores juntos. Ao Ministro do Trabalho, ao Ministro da Previdência Social. Foram várias reuniões que não resultou praticamente em nada.

Por quê? Por que o Ministério do Trabalho, desde 93, não cumpriu co mo seu papel. Não cumpriu e não vem cumprindo com a sua obrigação de tentar ajudar a resolver.

Quando ele vai à fiscalização dos portos para multar, multar o operador, multar o órgomo, esquecendo que o órgomo é um órgão gestor de mão de obra moderno, flexível, em que – e aí eu vou discordo do meu amigo Eduardo Guterra, a participação direta do trabalhador no conselho de supervisão.

E se os órgomos não estão atingindo as suas finalidades, há três culpados: o governo, que tem a sua responsabilidade, empresários e trabalhadores.

Hoje, a maioria desses órgãos está eivadas de milhares de reclamatórias. Reclamam tudo, sem esquecer que estão matando a "galinha dos ovos de ouro". Os próprios trabalhadores, e há uma certa omissão também do setor empresarial, porque nós temos de criar gestor de mão de obra extremamente eficiente, como acontece nos modelos internacionais em que haja participação do trabalhador, em que haja participação do empresário e do Governo, através das administrações portuárias. Porque quem elege a diretoria executiva do Ogmo é o Conselho de Autoridade Portuária, é o Bloco II, que são as companhias docas, os terminais, os operadores, os armadores. E, para o Conselho, que são três, são eleitos: um representante dos exportadores e importadores, um representante dos trabalhadores e um representante dos operadores. Se não funciona, é culpa desses que estão lá, que não estão cumprindo o seu papel. E cabe ao CAP fazer essa cobrança.

Mas é que se cria uma mentalidade no País totalmente equivocada, por parte do próprio Governo, de que o CAP é meramente um órgão de assessoria, consultivo. Então, não entenderam a lei ou não querem entender a lei ou não viram como é que funcionam os CAPs no exterior. Lá, são chamados de Port Authority. Talvez, se nós tivéssemos, em vez de chamado de CAP, chamado de Port Authority, estaríamos funcionando plenamente. Mas eu digo: a sociedade é responsável, porque o Congresso Nacional fez uma lei moderna e delegou para cada região a administração e o destino do seu porto. Se a sociedade não está assumindo, é um outro problema.

Então, este momento, Senador, é muito importante. E eu pediria que não se terminasse esta audiência simplesmente com este depoimento, mas que houvesse uma continuidade.

A próxima, por favor.

Então, as propostas, senhores, que nós fizemos, em conjunto com as três grandes entidades dos trabalhadores, dos avulsos, dos portuários, e já apresentamos, em 2008, à Secretaria Especial de Portos, com o apoio de Antaq, Comissão Portos, Fenop, ABTP, Abratec e outras entidades. Foi um trabalho conjunto com os trabalhadores. O que estamos pedindo? É causa e efeito. Recriar um ATP é atacar o efeito e não a causa. Se não houver – como fizeram os países que avançaram nos portos, como a OIT recomenda – um levantamento oficial, que deveria ser feito pelo Ministério do Trabalho, de Ogmos, para saber quem está inscrito, quem está cadastrado, quem realmente depende da atividade portuária. Porque tem muito esperto metido ali que não depende da atividade portuária. Então, tira o trabalho daquele trabalhador avulso que realmente depende, exclusivamente, da atividade portuária.

Isso é uma questão de fiscalização. Mas parece que o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho só têm a intenção de multar, multar e multar, quando o papel deles seria de implementar a lei, pacificar o setor e buscar uma solução civilizada para aquele trabalhador que não tem condições mais de trabalhar.

Os próprios líderes dos trabalhadores me diziam... Aí, recordo o falecido Bebeco, grande líder dos estivadores, que sempre dizia: Monteli, 40% da nossa força de trabalho não tem condições de continuar, quer pelo estado de saúde, quer pela idade avançada. Só que você vai aposentar com o quê? Vão perder dois anos tentando se aposentar? Então, junto com as entidades dos trabalhadores, nós propusemos, para o Ministério do Trabalho, para a SEP, que houvesse um esforço, um trabalho conjunto de toda a sociedade, envolvendo um levantamento: exames médicos necessários para saber quem tem condições de continuar ou não; estabelecer um contingente adequado em cada porto; reestruturação e pleno funcionamento dos Ogmos. Aí, temos que acabar com as multas impostas pelo Ministério do Trabalho e – os trabalhadores que me perdoem – temos que racionalizar, porque não pode haver esse volume enorme de reclamações. A maioria, como vocês sabem, está perdendo, mas isso obriga o órgão a depositar para entrar com recurso. Então, aquele dinheiro, que seria para o treinamento do trabalhador, para melhorar as condições do trabalhador, vai para advogados – nada contra a minha classe, mas vai para advogados, que estão ganhando dinheiro – e vai para depósitos judiciais. Quer dizer, nós estamos destruindo aquilo que nós devíamos, em conjunto, administrar e melhorar a cada dia.

Outra questão: qualificação dos TPAs. Hoje – a gente sempre usa uma expressão –, é claro que ainda há atividades que exigem do trabalhador o esforço braçal. Mas, hoje, é olhar os terminais de contêineres que foram licitados e ver que são terminais modernos. Ficam um pouco a dever em relação aos grandes portos internacionais, são prejudicados por outros fatores, mas hoje um trabalhador, normalmente, aperta botões; em vez de mão de obra, vai ser trabalhador de conhecimento, cada vez mais. Temos de olhar para esse futuro. Se nós queremos portos de primeiro mundo, é evidente que nós temos que ter trabalhadores de primeiro mundo.

Dimensionamento técnico das equipes. Aí tem que ser trabalho técnico. Não adianta querer colocar dez trabalhadores quando o trabalho exige quatro.

Mecanismos para aposentadoria dos TPAs: aí entra de novo o governo.

Forma e garantias de remuneração do trabalhador: remuneração contínua.

Modalidades de contratação de trabalhadores portuários com vínculo empregatício, que há sempre forte resistência.

Tudo isso é possível buscar, mas tem que começar e envolver...

E aí eu faria o requerimento de que fossem convidados... A Secretaria Especial de Portos já está aqui, mas chamaria o Ministério do Trabalho na pessoa do seu ministro ou de quem responder lá por essa área, o Ministério da Previdência Social para nos ajudar e já mostraram boa vontade. Nós começamos um trabalho na SEP em que o representante do Ministério da Previdência se fazia representar, só que o Ministério do Trabalho nunca foi, se negou. Então, não contribuiu, foi extinto o grupo de trabalho. Foi uma pena. Mas eu acho que essa Casa tem condições de retomar isto, já que esse projeto vai tramitar.Quem sabe se criaria uma comissão especial envolvendo todos os setores para, efetivamente, buscar uma solução, senão nós vamos voltar aqui ano que vem discutindo outro PL. E outra: o AITPs, senhoras e senhores, vai servir para quê? Como nós vimos a história: o cidadão vai lá, se entusiasma, recebe R$50 mil, daí a três, seis meses ele já gastou o dinheiro, volta para o órgão batendo para ter trabalho.

Vamos ter que pensar em algo mais racional, mais humano, para que o trabalhador possa se aposentar com um valor digno, que ele mereça, e eu digo: não é difícil buscar essa solução, isso é investimento da sociedade, seja do governo, seja do setor empresarial, mas desde que seja uma coisa séria, clara, objetiva e olhando para o todo. Querer falar, criar só AITP é olhar só para a árvore e não olhar para a floresta.

Eu acho que agora termina.

Bom, então, senador, lhe agradeço. Nosso apelo, nosso pedido de convocar essas entidades e de fazer um trabalho para buscar uma solução definitiva que o Brasil merece e os portos precisam disso, porque nós estamos num excelente momento, o País tem tudo para crescer sua economia, e a grande porta do desenvolvimento, como V. Exª sabe, é o comércio internacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Wilien Montelli, Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários e representando também Dr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI.

E eu passo agora a palavra para o Sr. Jader Brandes Neves, sócio– gerente da empresa Stella Maris Operações Portuárias Ltda.

O SR. JADER BRANDES NEVES – Bom dia, cidadãos da Mesa, Senadores, senhoras e senhores, o Sr. Wilien Montelli foi muito convincente nas palavras dele, defendendo os trabalhadores que ainda estão trabalhando. Concordo plenamente com ele, mas nós precisamos também nos lembrar daqueles trabalhadores que foram enganados pela Lei 8.630, no art. 60, e que hoje estão desamparados e nem sequer

têm perspectiva de aposentadoria, porque confiaram numa lei madrasta que atirou o trabalhador na mais negra miséria.

Nós, de acordo com a análise da matéria, o relator, o Senador Gurgacz, é favorável à recriação da AITP. Nós já lutamos em todas as esferas, esgotamos todos os argumentos, não temos mais condições de lutar na esfera governamental, que criou a Lei 8.630 dentro deste Senado. Então, a Senadora Ana Amélia foi feliz em propor a única saída para que sejamos pagos na indenização suplementar. Somos 13,5 mil trabalhadores em todo o Brasil que cancelamos a matrícula. 12 mil e poucos trabalhadores receberam a indenização, somente 1,5 mil trabalhadores e ex-trabalhadores receberam a suplementar.

É preciso que se tome uma atitude com relação a esses trabalhadores que se encontram hoje numa situação difícil, com uma idade avançada, fora do mercado de trabalho, porque só sabiam trabalhar no porto. Foram iludidos, como já disse, com a lei, que pagou, na época, em 1996, em outubro de 96, R$17.750 e prometeu, na época, uma indenização de R$4.500, mas teriam que montar uma empresa. Foi montada com mil e um sacrifícios, porque a gente aproveitou guarda-livros portuário, que saíram na indenização, e saíram bem, porque receberam quase R$200 mil, porque eles eram empregados vinculados ao porto. Então, pelo menos, eles nos ajudaram. Advogado, com o setor jurídico da empresa; também um ex-portuário, que fez parte da diretoria, o Sr. Guterra conhece bem ele, o Dr. Peninha, popular Peninha, Wilson de Paula. A gente trabalhava junto, e ele abraçou a causa e não nos cobra para trabalhar no setor jurídico.

O que está acontecendo agora, com esses trabalhadores que foram desamparados? Além de não terem, como já disse, o emprego, estão na mais negra miséria, muitos não têm nem como se aposentar; ainda estão pagando para tentar receber a indenização. Temos inúmeras despesas com escritório, luz, água e diversas viagens para Brasília. Tudo isso gerou uma despesa imensa, estamos pagando para receber.

Para nós, a situação mais favorável é o Projeto de Lei nº 406, de 2008, da Senadora Ana Amélia. A gente acredita que é a única maneira de receber essa indenização suplementar, mas não acredito que se possa, saindo desse projeto de lei, receber.

O Banco do Brasil, em 21 de novembro de 2001, tinha 200 milhões, que eram do trabalhador portuário avulso. Daria, na época, para pagar as indenizações, somavam pouco mais de 300 milhões, daria para pagar. Essa verba foi recolhida ao Ministério da Fazenda, dizendo: "Falta de reclamantes". Até concordo, porque, desculpem, não vim para falar mal da profissão de ninguém, vim para defender os trabalhadores prejudicados de Rio Grande, mas os advogados, na época, entraram mal, cobrando essa indenização, em vez de entrar, alguns, direto no setor administrativo, entraram na justiça, e isso prejudicou todo mundo, e o dinheiro acabou sendo recolhido, dizendo assim: "Falta de reclamantes". Na realidade, o Governo tinha razão, havia falta de reclamantes, porque não entraram com um processo administrativo, só foi em 2007 que eu, lá do Rio Grande, com a Federação dos Portuários, que nos deu uma grande cobertura, embora fôssemos de outra Federação... Mas o Sr. Wilson de Paula era portuário, e o Sr. Guterra e o Sr. Renato, da Federação, abriram-nos as portas e, desde lá, têm trabalhado para que esses trabalhadores consigam ter sua dignidade preservada a partir desse Projeto de Lei nº 406.

Não tenho mais nada a falar. Só peço que as autoridades pensem não só nos trabalhadores que estão trabalhando hoje, porque estão em melhores condições que tivemos no passado, nós éramos verdadeiros escravos dentro do porto, por um salário que não dava para sustentar a família.

Eu mesmo e o vereador da minha cidade tínhamos que trabalhar no porto como escravos e completar a renda na pesca. Éramos pescadores artesanais; trabalhávamos na pesca até certa hora da noite, depois íamos para o porto para complementar a verba. Hoje, seis horas de trabalho, os trabalhadores estão ganhando... Não digo que estejam bem porque trabalhador nunca está bem, mas, certamente, estão melhores do que estávamos na época, porque a indenização pode até ter sido calculada em dólar, mas foi paga em reais e atingiu a máxima em 2001, em torno de R$23 mil, enquanto que, nesse caso, o adicional já estaria em pouco mais de R$6 mil. Foi isso que aconteceu.

Peço que as autoridades revisem bem isso aí para conseguirmos uma solução, porque montar empresa no porto, como nos obrigaram, não vai acontecer nunca. Não existe espaço para trabalhador dentro do porto. São os empresários, que tomaram conta; eles mesmos, os mais ricos, eliminaram os mais pobres.

Na época, em 2000, fui procurado por operadoras portuárias pequenas, porque a gente tinha carta de operador portuário, que eles não estavam conseguindo obter, e o juro que teriam de pagar por avaria de cargas, e a gente recebendo, teria condições de pagar. Então, a gente formaria uma sociedade e iríamos trabalhar. Isso hoje não é viável porque as posições já estão demarcadas, muito bem demarcadas. Jamais vamos conseguir competir com esse tipo de trabalho. Empresa portuária, para nós, foi só obrigação, ilusão, para recebermos a indenização suplementar.

É só isso que tenho a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Jader Brandes Neves.

Vou abrir agora a palavra aos inscritos. Depois, faço na mesma sequência e cada um responde aos prováveis questionamentos dos Senadores e, eventualmente, respondendo também àquilo que foi exposto por V. Sªs.

Passo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente Delcídio Amaral, nosso Senador, senhores expositores. Ouvindo os nossos expositores, podemos chegar à conclusão de que temos dois grandes temas. Um tema para aqueles que optaram pela rescisão dos contratos, que são os avulsos lá de 93, e temos hoje a nova realidade dos portos, com as novas relações de trabalho e, consequentemente, os seus desdobramentos.

Se formos tratar dos dois temas ao mesmo tempo, a gente não resolve nenhum dos dois. Então, vamos nos debruçar sobre os trabalhadores avulsos de 93, que, na época, tinham em média 40 anos de idade. Se somarmos esse período, de 93 para cá, dá 18 anos, estão com 58, 60 anos de idade. Ou seja, a ampla maioria é de homens; raramente, naquela época, havia mulheres. Hoje, já temos uma ou outra mulher nesse ramo de atividade. Mas, nas décadas de 70 e 80, no período desse grande debate, em que os portos brasileiros foram esvaziados, os estaleiros deixaram de produzir navios e nós basicamente não utilizávamos os nossos portos para grande transporte de cargas da nossa costa, ou seja, o transporte aquaviário do Brasil era mínimo, tínhamos as grandes distâncias no sistema de exportação e o sistema de cabotagem era quase inexistente.

Agora, com a reativação dos estaleiros, com essas definições dos modais de transporte, surge outra expectativa, mas, para esses de ontem, que é a grande preocupação aqui levantada e de que o projeto de lei também trata.

Sou um daqueles que entendem que deveríamos nos debruçar sobre o mecanismo que assegure a todos eles um direito ou um benefício de aposentadoria. Em vez de estarmos trabalhando sob a ótica de indenizar esse ou aquele, nós caminhássemos no sentido de criar um fundo e, na forma de constituir esse fundo de recursos públicos, nós poderíamos discutir quem seriam os atores, desde o resgate do valor que, na época, a Justiça brasileira mandou devolver por falta, segundo os dados, de pessoas que tinham "interesse" em receber. Era um processo de dificuldade nesse período para as pessoas se habilitarem para que o Tesouro devolvesse para esse fundo, com o objetivo principal de assegurar as aposentadorias.

Hoje nós temos condições, por meio dos dados que a Previdência construiu, de identificar cada um desses trabalhadores. Nós implantamos um sistema na Previdência, quando eu fui Ministro da Previdência, que identifica, um a um, esses trabalhadores, o tempo que eles contribuíram ou não contribuíram, de maneira que nós pudéssemos, num curto espaço de tempo, ter o envolvimento do Ministério da Fazenda, do Ministério dos Portos, do Ministério do Trabalho e do Ministério da Previdência Social, com o olhar de como construímos um processo para assegurar a todos eles o benefício de aposentadoria. Não estamos aqui discutindo ainda o valor desse benefício, mas a primeira grande preocupação seria nesse sentido.

Sabemos que os sindicatos, as entidades têm cadastro, e, aí, poderíamos fazer um batimento entre o banco de dados da Previdência Social, que hoje tem, inclusive, extratos para cada um deles que se retira a partir do seu CPF, vinculados àqueles que foram correntistas do Banco do Brasil. Nós temos um cadastro via Banco do Brasil, mas, nessa situação, eu colocaria diretamente com o Ministério da Previdência aqui em Brasília, onde as coisas podemos acompanhar mais de perto.

Feito esse levantamento da situação de cada um deles, o que é que falta, qual é o montante dos recursos para fazer frente a isso? E, a partir daí, construir um desenho para que possamos assegurar esses recursos, parte dos quais vamos ter de recolher período anterior para contemplar o tempo mínimo com recurso dessa fonte e, a partir daí, garantir a aposentadoria.

Portanto, Sr. Presidente, Delcídio do Amaral, eu acho que nós deveríamos manter o projeto em pauta, solicitar, vendo a forma regimental, à Previdência Social o fornecimento de banco de dados sobre esses trabalhadores e, em seguida, ver o que está faltando nesse banco de dados e os cálculos para que possamos assegurar os benefícios previdenciários.

Eu me proponho aqui, junto à Comissão, a integrar esse grupo de trabalho, até porque é minha obrigação, em vista dos dois anos em que ali estive como Ministro da Previdência Social.

Nós implantamos todo o Cadastro Nacional de Informações Sociais sobre todos os brasileiros, a partir de 16 anos de idade, que têm CPF. Esse banco de dados foi cruzado com a Receita Federal do Brasil e hoje está totalmente formatado. Ao mesmo tempo, pegamos todos os CNPJs das empresas existentes no Brasil, de 1967 para cá, e fizemos um batimento.

Agora, a Previdência Social está em outra fase, fazendo batimento entre o banco de dados que ela

construiu com cada empresa, como forma de corrigir essas falhas, que é natural que existam e que chamamos de migração de dados. Na década de 70, na década de 80, o mundo tecnológico nosso era incipiente, era muito frágil. E nós podemos ter situações em que a empresa encaminhou à Previdência Social dados, e a Previdência não teve o cuidado ou a estrutura para processá-los.

Ao longo do tempo, tivemos também alguns incêndios. Um exemplo concreto foi o prédio aqui do Setor de Autarquias Sul, que, em dezembro de 2004, incendiou, e só agora, em março de 2010, foi reinaugurado.

Temos outra situação, em que a empresa não encaminhou o banco de dados e, ao longo desse período, deixou de existir por vários motivos, e precisamos recuperar esse banco de dados. E, aí, o sindicato, as entidades dos trabalhadores podem ajudar-nos muito nessa questão.

Mas eu diria que o nosso grande olhar, neste primeiro momento, seria voltado para que, aos trabalhadores avulsos que aderiram a esse processo, a gente caminhasse para o benefício previdenciário.

Eu fico à disposição, Sr. Presidente, aqui da Comissão, para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

A intenção é adotar as sugestões apresentadas por V. Exª para que nós encontremos uma solução definitiva, até em função da experiência que V. Exª tem como Ministro da Previdência que foi, com muita competência e determinação.

Senador Blairo Maggi com a palavra.

Eu só queria registrar a presença do Senador Paulo Paim, que também insistiu muito – ele não é da Comissão de Assuntos Econômicos, e, por isso, não fez o requerimento do Senador Flexa Ribeiro – para que nós realizássemos esta audiência pública. Quero fazer esse registro público também.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nossos convidados aqui na Mesa, primeiro, eu gostaria de fazer um registro da passagem por aqui – mas já foi embora, pela pressa que tinha – o Prefeito de Paranatinga lá no meu Estado, Prefeito Wilson Pires, que veio me trazer um abraço e deixou um abraço para o senhor aqui também. E ele já foi para outra audiência.

Eu gostaria de fazer algumas considerações sobre essa audiência pública; a primeira delas é que eu conheço parte desse problema, como operador de um terminal, ou de dois terminais, que podemos dizer privados. Eu conheço os efeitos dos problemas que o Sr. Montelli apresentou, da questão da mão de obra, do ogmo, as dificuldades que nós temos de operar com essa estrutura que está aí colocada. Eu poderia dizer assim: conheço a forma cartelizada como funciona isso, privilegiando alguns por parte do próprio órgão que tem seus apadrinhados, que escolhem quem vai trabalhar, quem não vai, uma coisa bem confusa. Acho que o Brasil nessa área de portos está muito mais próximo das leis de D. João VI quando abriu os portos do que para a modernidade que nós precisamos agora.

Então, de fato, precisa ter um olhar muito crítico e muito criterioso sobre esse assunto. Como o outro assunto que foi trazido aqui da questão dos "restos a pagar", das confusões dos que querem se aposentar, do fundo, de tudo que foi colocado eu confesso a V. Exª, Sr. Presidente e aos demais Senadores, que eu não sou conhecedor desse assunto. Mas estava aqui conversando com o Senador Pimentel e vamos colocar as nossas assessorias a trabalhar; já vou pedir ao Castilho que me reúna todas as informações necessárias para eu possa ter o entendimento dessa matéria e acho – como o Senador Pimentel colocou – talvez seja o caminho correto que possamos seguir. Vamos conversar, vamos ter o entendimento, mas acho que não é um assunto para deixar pendurado por aqui.

Aqui foi dito pelos demais que participaram que o tempo está correndo. Tem gente que quer se aposentar, tem gente que ainda quer receber parte dos fundos, é uma grande confusão a ser resolvida e acho que o Senado pode ajudar a mediar esse assunto e, talvez nessa discussão, a gente possa propor uma coisa mais moderna, mais atual, olhando ponto a ponto essa questão da relação trabalhista que tem dentro dos portos, das empresas que estão ali. Enfim, o que eu poderia dizer é o seguinte: mais uma vez, nós não temos uma legislação, nós não temos uma competitividade, que o mundo nos exige. Nós queremos ser um país moderno, com grande inserção comercial, mas a deficiência que nós temos em nossos portos é uma coisa incrível. E não são só nos públicos, Senador Delcídio. Nos privados também, porque eles têm autonomia de vender e exportar, colocar no navio e tirar, mas para fazer isso tem dezenas de órgãos aí colocados que precisam dar o seu aval.

Em muitas oportunidades, nós temos uma operação em um porto de Itacoatiara, no Amazonas, e só exportamos grãos, farelo e óleo lá. Mas o Ministério da Agricultura não consegue colocar lá, por exemplo, um técnico, um agente para que ele possa fazer a inspeção dos navios – e são três navios por semana que entram e saem de lá. E cada vez, precisa ir alguém de Manaus – são 260 km, se não me engano –, fazer a vistoria e voltar. Assim é a Receita Federal. Então, nós, o Brasil, queremos ser ágeis, modernos, competitivos,

mas a estrutura que nós temos não é a ideal. E não é só na questão de mão de obra, é em todos os setores. É uma lástima o que acontece a ponto de já navio ficar parado de um a três dias porque a gente não pode ir lá para liberar a carga. Imagina quanto custa para a empresa... e aí não é para a empresa; eu, como empresa, vou passando para trás os custos, vai cair lá na mão do produtor, lá no interior do Mato Grosso, ou do custo Brasil, como nós chamamos.

Acho que esse é um tema extremamente importante. Eu vou, aqui com meu Líder no Congresso, Senador Pimentel, me inteirar sobre esse assunto e me comprometo aqui, na Comissão, a fazer parte também para, primeiro, ter o entendimento e ajudar a colocar na mesa soluções passíveis de negociação com todas as partes.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo.

Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador, eu não pude assistir à audiência pública, liguei para V. Exª que me disse que ficasse tranquilo, que ia sair a audiência pública, que já estava marcada, e V. Exª praticamente marcou de imediato. Quero agradecer a V. Exª, sei que não foi pelo meu pedido, mas também pelo de outros Senadores. Eu estava ali presidindo a Comissão de Assuntos Sociais na área de trabalho e previdência onde discutíamos aquela história do fator, enfim, aposentadorias; estava ali com as centrais sindicais.

Mas quero, primeiro, cumprimentar todos os painelistas. Já falei um pouco aqui com o nosso ex-Ministro da Previdência, o Pimentel, que me disse que a questão está bem encaminhada. Estou aqui com o Carlos Fialho Mattos, que é vereador lá do Rio Grande, que foi também portuário e que veio de lá para cá acompanhar esta audiência pública com os outros convidados. O presidente aqui já foi citado. Ele me dizia, Pimentel, que ficou gratificado com os encaminhamentos feitos pelo nosso ex-Ministro e Líder do Governo no sentido de quem sabe montarem uma comissão... Se montarem uma comissão, eu não sou desta comissão, mas se quiserem, eu me somo para ajudar nos encaminhamentos.

Segundo me disseram os líderes, lá no Rio Grande são 511 trabalhadores que estão numa situação, como eles usam o termo, à deriva, estão na expectativa de uma solução. Enfim, quero cumprimentar o nosso Presidente, cumprimentar todos os convidados, cumprimentar o Senador Blairo e o Senador Pimentel pela forma como conduziram a audiência pública. Eu me sinto contemplado. Tenho certeza de que vamos interagir, se necessário for, também com o Ministério do Trabalho, de forma que se tenha uma solução para atender os trabalhadores portuários.

Meus cumprimentos a todos e desculpem o atraso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Paim. Sei que V. Exª tem uma agenda bastante agitada aqui no Senado Federal, mas quero mais uma vez reiterar a importância do Senador Paim na realização desta audiência pública.

Vou passar a palavra agora, na ordem de exposição, cinco minutos para cada um e, aí, respondendo aos comentários dos Senadores e eventualmente fazendo alguma ponderação com o que foi exposto aqui pelos convidados, ao Sr. Mário Lima Júnior, Secretário-Executivo da Secretaria Especial de Portos. Cinco minutos.

O SR. MÁRIO LIMA JÚNIOR – Obrigado, Senador Delcídio do Amaral. Eu fico satisfeito, feliz, por estar presente aqui nesta reunião, nesta audiência pública, representando o Ministro Leônidas, que não se encontra em Brasília, está em missão fora de Brasília e pediu-me para substituí-lo.

Particularmente devo dizer aos senhores que sou portuário de carreira, desde 1975 que estou no sistema, sou engenheiro mecânico; manutenção, operação, comercial, todas as áreas de porto eu já passei. Dentro do sistema portuário, a mão de obra avulsa é fundamental. Eu acho que não podemos dizer que a mão de obra avulsa está excessiva e deve reduzir. Pelo contrário, se tínhamos 400 milhões de toneladas movimentadas há dez anos e estamos chegando a 800 milhões de tonelada a movimentação não chega a desempregar esse pessoal. Então é fundamental que nós caminhemos na direção da modernização. Temos que reeditar esse grupo da SEP, Ministério do Trabalho, Ministério da Previdência Social para modernizarmos o sistema.

Quando se fala num terno de estiva, o Eduardo Guterra, presidente da federação que me corrija, um terno de operação, a movimentação de contêiner composto de quatro trabalhadores no convés, um capataz, um auxiliar de capataz e um sinaleiro, não há como diminuir isso aí mais. Mas é importante que esses trabalhadores se aposentem no momento certo. Operação de trabalhador avulso em porto, em convés de navio, principalmente, é uma operação muito, vamos dizer assim, sofisticada. Exige muita forma física, exige muita atenção, porque há um perigo de vida iminente no caso de uma operação inadequada. Então, eles são como jogadores de futebol: eles têm de se aposentar realmente cedo.

Pela convivência que tive com esse pessoal na beira do cais, percebi que eles precisam estar muito bem treinados, precisam estar muito bem informados

sobre modernização e precisam estar muito bem preparados para a operação portuária.

Então, advogo que devemos desenvolver a questão da modernização. O ogmo é uma estrutura muito importante que ele congregou. A evolução do sistema, antes, obrigava o dono de mercadoria a procurar o armador, procurar o estivador para fazer um novo navio, procurar o portuário para receber no cais, procurar o arrumador para receber a mercadoria no pátio. Isso era uma complicação tremenda para aquele tempo. Hoje, o órgão sintetiza o uso de forma muito competente.

Mas defendo também que a questão dos ogmos precisa ser aprimorada. É preciso estar mais próximo deles, para que eles realmente exerçam sua função, como têm feito muito bem. Acho que houve uma evolução muito grande.

Mas não acredito em redução de número de trabalhadores em função, como eu disse, da modernização, porque a quantidade movimentada nos portos está muito superior a isso. Então, não podemos dizer isso. Mas, se modernizarmos e se trabalharmos na direção de tornarmos a carreira do trabalhador portuário avulsa, uma carreira curta, porém profícua, bem organizada, vamos reduzir também a quantidade de acidentes. Quando ocorrem acidentes, isso é algo dramático, é muita violência, é cruel o sistema. Mas existem formas de nos modernizarmos. Não há necessidade premente disso.

Pela Secretaria de Portos, colocamo-nos à disposição para trabalharmos na direção da modernização, de trocarmos o sistema atual, para que realmente possamos evoluir em relação aos portos. Que se componham de equipamentos novos, operação moderna.

Enfim, sou otimista quanto a isso e fico à disposição para o que for necessário, a fim de caminharmos nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Mário Lima Júnior.

Passo a palavra agora ao Sr. Eduardo Lírio Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários.

Cinco minutos também.

O SR. EDUARDO LÍRIO GUTERRA – Bom, eu queria falar depois do Montelli, mas vamos seguir as regras do jogo.

Só algumas informações.

Esta Casa precisa saber e lembrar-se de que quando o Senador Collor enviou o projeto de lei que vinha com a transformação portuária – PL nº 8/91 –, ele tinha onze artigos. E acabou que a lei foi aprovada com 77 artigos, sendo revogados, se não me engano, dois artigos da lei.

Então, fizemos resistência, sim, a várias questões que foram colocadas logo após a aprovação da lei. Por quê? Por dois motivos importantíssimos: primeiro, conseguimos colocar na lei, inclusive copiado dos portos americanos e europeus, o contrato coletivo nacional, que era o instrumento com o qual íamos regrar as questões importantes para serem acordadas nos Estados portuários, como cada um com sua peculiaridade. Aí entrou a resistência patronal. O Sr. Montelli foi um dos que foram contra. Esse é o primeiro ponto. E continua.

O segundo ponto é que enfrentamos o *lobby* do setor siderúrgico, porque, naquela época, discutia-se a privatização das siderurgias no Brasil, e os portos entraram no processo de privatização. Esse movimento foi pesadamente capitaneado pelo empresário que respeito como empresário de sucesso, mas divirjo do pensamento dele em relação ao tamanho do Estado brasileiro, que é o Sr. Gerdau.

Então, foi isso que enfrentamos naquela ocasião. Por isso que resistimos à indenização e por isso que resistimos a uma negociação regional, porque queríamos ter esse processo de forma que no Brasil houvesse uma política portuária social. E, quando avançarmos nesse debate, Senador Pimentel, nós vamos ver que talvez a coisa seja mais feia do que colocamos aqui. Mas esse é um ponto que eu queria abordar. São desafios.

Aposentadoria especial.

É muito fácil chegar aqui para os senhores e falar assim: por que não se define voltar atrás naquela questão da aposentadoria por categorias? Mas nós estamos acompanhando esse debate em cima da previdência social. E aí, Senador, essa discussão não vai para frente porque tem que definir quem vai pagar essa conta. Temos que sentar à mesa, porque há empresas hoje atuando em áreas de risco no porto, e nós sabemos que aquelas que não atuam pagam um valor e as que atuam têm que pagar outro, diferente. Isso é o que nós defendemos. Nós defendemos essa discussão que o senhor colocou, mas essa questão da conta, nós queremos saber quem vai pagar também.

Outra coisa: os órgãos gestores de mão de obra, com certeza foi colocado aqui, são coisas modernas, só que o órgão precisa ter o controle do Ministério do Trabalho, precisa ter o controle do Estado, porque não é possível que eles sejam hoje controlados pelos empresários, pelo operador portuário no Brasil todo e a gente ainda não tem isso claro, a gente ainda vê reclamações como vimos aqui. E em quase todo lugar que se vai, se vê reclamação de mão de obra nos nossos portos. E nós, sindicatos, a única coisa que fazemos com relação a mão de obra é fazer um acordo coletivo com sindicato patronal, e ali estão as regras da escalação.

Com relação ao que foi colocado aqui – rapidamente, Senador –, de que existem trabalhadores nos portos que não deviam estar dentro do sistema,

eu já ouvi isso várias vezes, e eu não vou deixar de responder a isso porque acho uma provocação. Se isso está acontecendo, é problema dos ogmos, que não estão fazendo esse controle. Houve um porto de que o gerente executivo foi preso. Não sei se ele foi preso injusta ou justamente. Não quero entrar nesse mérito. Mas a pessoa escolhida para gerir esse órgão gestor de mão de obra foi preso pela Polícia Federal, pela Polícia Federal não, por esse grupo que existe de combate ao crime organizado, se não me engano é Draco, alguma coisa assim.

Outra coisa também com relação aos trabalhadores. Do mesmo jeito que pode existir trabalhadores que estão dentro do sistema que não têm que estar, há empresários que não colocam um tostão dentro do porto, mas ficam questionando o tempo todo, criticando. Então, precisamos ter uma representação também do setor empresarial que sente com a gente para definir, para decidir políticas de interesse do sistema portuário.

Para finalizar, Senador Pimentel. Não posso falar em nome das outras duas federações, mas tenho certeza de que, ao ouvir a proposta do senhor, essa preocupação do senhor, de conhecer o sistema como ministro, receberá o apoio dos trabalhadores no que for preciso, no que for necessário, no que for legal; nós apoiaremos essa iniciativa.

Eram essas as colocações que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Eduardo Lírio Guterra, presidente da Federação Nacional dos Portuários.

Passo a palavra agora ao Sr. Wilien Montelli, presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários, por cinco minutos.

O SR. WILIEN MONTELLI – Bem, já que o Eduardo falou em centralismo, acho que um país do tamanho do Brasil, um sistema federativo, tem que descentralizar cada vez mais, senão ocorre aquilo que o Senador Maggi falou: os navios têm que esperar dias e dias para um fiscal sair de Manaus e ir lá fazer o trabalho dele. Isso é um absurdo! Um navio parado é custo Brasil, é perda de empregos inclusive. Então, eu quero dizer que, regionalmente, nós vamos buscar a solução.

O Sr. Watson Valamiel é o executivo do TVV de Vitória, e lá há um dos ogmos que, na minha visão, posso estar enganado, é um dos melhores do País, funciona muito bem, tem todos os registros dos trabalhadores. Criaram um sistema de aposentadoria complementar, e hoje os trabalhadores já estão administrando esses recursos em torno de R$17 milhões. O setor empresarial, em acordo com os trabalhadores, constituiu esse fundo: R$17 milhões. E quem está administrando isso? Os próprios trabalhadores. Esse é o modelo que temos de pensar.

Temos de parar, com todo o respeito que devo ao meu amigo Eduardo, de falar "nós" e "eles", os trabalhadores e os empresários, como se fôssemos inimigos. Temos de ser parceiros. Adversários são os chineses. Adversários são os que competem com o Brasil lá fora. Todos têm de ganhar dinheiro, sejam os empresários, sejam os trabalhadores. Temos de parar com esse negócio de dizer: "Ah, porque eles fizeram isso, porque eles nos exploraram". Gente, acho que, se o órgão não funciona, o Governo é culpado, o empresário é culpado, o trabalhador é culpado, porque ele tem espaço no Conselho de Supervisão com competência estabelecida em lei. Então, não é só o empresário que é o culpado.

Esse cidadão que foi preso, como foi relatado, sei quem ele é. Isso se deu no Porto de Santos. Mas onde está o Conselho? Os três Conselheiros falharam, então? Ou somente o setor empresarial é culpado? Não! Quero sair dessa de achar que o trabalhador é culpado ou que o empresário é culpado. Quero buscar uma parceria com os trabalhadores e com o Governo, como foi muito bem dito aqui pelo Ministro Pimentel, no sentido de se buscar solução. Do contrário, isso parece um muro: batemos no muro e voltamos; atacamos o efeito.

Criar de novo o AITP, vou repetir, vai ser um erro, porque se vão onerar os produtos brasileiros num mercado mundial altamente competitivo, em que um *cent* de dólar já faz diferença. E isso não vai resolver a questão. Vimos aqui que isso não resolve a questão. O cidadão recebe aquele dinheirinho e, daí a três meses, está sem emprego, sem o dinheiro. Temos de buscar uma solução de longo prazo permanente, para que ele tenha uma aposentadoria adequada. E, para isso, o que é preciso? É preciso que sentemos à mesa.

Por isso, faço um apelo à Comissão para que dê continuidade a esse trabalho. Este é o momento de buscarmos uma solução, de ouvirmos todos. Precisamos saber se, realmente, no Banco do Brasil, há R$200 milhões. Há ou não há esse dinheiro? Acredito que não. Precisamos saber onde foram aplicados os recursos. Acho que esta é a hora de buscarmos uma solução. Este é um momento extremamente importante para o País.

Então, criar novamente o AITP vai ser repetir o mesmo erro. A ABTP, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que comunga exatamente com essas posições, coloca-se à disposição desta Comissão para ajudar a buscar a solução. Precisamos encontrar a solução. Os portos evoluíram. Os senhores viram o depoimento aqui do Dr. Jader, que disse que os atuais trabalhadores, aqueles que ficaram dentro do sistema, estão muito bem, estão bem melhores do que antes.

Hoje, há uma escalação. É preciso melhorar, porque ainda há distorções e privilégios em alguns órgãos, mas eles recebem o dinheirinho na conta deles. Há uma conta em que é depositado o dinheiro. Não há mais intermediários. Antes da lei, havia os intermediários. O trabalhador que se esforçava recebia, às vezes, menos da metade do valor a que ele tinha direito. Isso acabou.

O que quero é olhar para frente e solicitar, Senador, o apoio desta Comissão, para buscarmos, em conjunto, uma solução. Temos de parar com essa história de dizer "nós" e "eles". O mundo mudou. Estamos numa forte competição. Precisamos gerar mais emprego, mais riqueza, e o caminho passa pelo Sistema Portuário Nacional. Hoje, há 129 terminais de uso privativo e grandes terminais de uso público. Há mais de quatrocentas áreas arrendadas. Mas temos muitas dificuldades, como bem disse o Senador Maggi. Não se trata somente da questão trabalhista. Há mais dez Ministérios interferindo na fiscalização, gerando tempo improdutivo. Há até uma lenda que se conta nos portos: "Quando se abre um contêiner, saem de dentro desse contêiner mais fiscais do que mercadorias". Essa é a realidade.

Muito obrigado. Estou à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Wilien Montelli, Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP).

Fechando esta audiência pública, concedo a palavra ao Sr. Jader Brandes Neves, Sócio Gerente da Empresa Stella Maris Operações Portuárias Ltda., por cinco minutos.

O SR. JADER BRANDES NEVES – Na discussão nesta audiência pública, cada um, pelo que ouvi, defendeu seus próprios interesses. Muito pouco foi falado sobre o problema foco desta audiência pública, o problema dos indenizados.

O Senador Pimentel falou sobre a aposentadoria. O Senador sabe perfeitamente, melhor do que eu, pois sou leigo nesse assunto, que é preciso ver uma maneira de fazer com que o trabalhador que atua hoje – e com isso concordo plenamente – possa se aposentar bem. Ele merece se aposentar bem. Agora, para nós que fomos indenizados, não tem aposentadoria para nós. Eu estou aposentado e me dedico a várias outras atividades para sobreviver. Se eu fosse depender da minha aposentadoria, ela não daria para sustentar a mim e a minha esposa, porque meus filhos já estão criados e estão pelo mundo afora. Eu me aposentei com dez salários mínimos na época, e hoje não dá.

Bem, então, nessa questão de aposentadoria, para nós indenizados, a lei vigente no País não pode ser mudada. Se fosse mudar, levaria dez anos para que nós os indenizados fôssemos contemplados. Isso para mim é fora de questão. Nós queremos solução é para a indenização suplementar e a indenização – até principalmente – para os trabalhadores que não receberam indenização. E é lei. Lei nº 8.630/93, vigente em nosso País, atuante em nosso País.

Outra coisa. Quando disseram que a indenização onerou os portos, não, não onerou os portos. Os portos partiram de uma situação bem mais difícil para uma situação bem cômoda, muito melhor. Os empresários estão muito bem, graças a Deus, e que continuem bem. Só não se pode dizer que uma indenização vá onerar, vá dificultar a vida dos empresários. Acredito que não.

Senador, o senhor me perdoe, mas aposentadoria para nós... Senador, o trabalhador que saiu há quinze anos e que tinha dez anos de contribuição, o que ele vai fazer para se aposentar agora, se a lei vigente no País diz que ele tem que completar o tempo? Não vai completar o tempo mais. Então, para nós – eu insisto – a discussão não é... A discussão que está acontecendo aqui é toda ela voltada para o trabalhador atual. Nós os indenizados não somos ninguém. Nós fomos completamente esquecidos no debate de hoje. Fomos esquecidos. Eu esperava que houvesse uma solução também para nós. Eu não sou contra ninguém, não sou contra o trabalhador. Eu sou trabalhador, ainda trabalho para o trabalhador, mas a discussão não nos beneficiou em nada. Nada. Que solução vamos ter no futuro – eu quero saber – para que sejamos indenizados, como prevê a Lei nº 8.630?

Aí, com a indenização, nós formamos, enfim, uma sociedade. Eu não quero mais continuar trabalhando, mas tenho companheiros jovens, mais jovens do que eu, que querem pegar essa indenização e entrar em outros setores. Existem setores apropriados para eles, mas é preciso que recebam indenização.

Então, peço a todos os envolvidos nessa questão que tratem também dos indenizados, não só do pessoal que está trabalhando agora, porque, repito, nós os indenizados somos completamente esquecidos no debate de hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, tive o cuidado, na exposição de motivos e no encaminhamento, de separar os trabalhadores avulsos, que foram indenizados na época, em 93 ou nos anos seguintes, e que hoje não têm qualquer proteção previdenciária, e de criar mecanismos para que possam tê-la, lembrando que a lei é a vontade dos homens e das mulheres de um país e que pode ser modificada quando a situação requer. Mas se o representante dos

trabalhadores entende que não é interessante, que não precisa disso, por que vamos trabalhar aqui, num esforço grande para recompor o banco de dados, levantar dados, e depois os trabalhadores não querem? Portanto, vou cuidar de outra coisa na vida.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, deixe-me ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu entendi a fala do Senador Pimentel, sou solidário a S. Exª, e naturalmente entendi o que quis dizer aqui o representante dos trabalhadores. Mas o que o Senador Pimentel sugeriu, e o Vereador à minha direita confirma, é nós montarmos uma comissão para discutirmos o conjunto da obra, e aí apontarmos os caminhos. Em nenhum momento, pelo que eu... Olha que eu não estava aqui, hein. Mas pelo que me passaram – e o nosso Senador Pimentel é Líder do Governo, desculpe-me dizer isso, mas não é qualquer Senador, ele é o Líder do Governo da Presidenta Dilma –, ele se dispôs a montar uma Comissão – foi isso que eu entendi. Eu solicitei, que embora eu da Comissão não fizesse parte, ele, de pronto concordou, para que possamos discutir toda a situação. Para mim isso é quase mais importante do que só dizer "sim" ou "não ao projeto" e depois, sem nenhum compromisso de veto ou não veto na linha de construir soluções.

Então, eu queria que o Senador Pimentel aceitasse, de nossa parte, e mantivesse a sua posição de nós montarmos essa Comissão e trabalharmos para a solução de todos: de quem está na ativa e dos que foram indenizados em parte.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, só para colaborar com a discussão.

Eu havia dito ao querido Líder Pimentel que nós tínhamos duas discussões na Mesa, e o Senador foi bem claro. Uma coisa é o futuro, e nós estamos aqui discutindo separadamente, e outra coisa é tentar resolver o passado. Parece-me que, pelo lado do Sr. Jader, que está aqui defendendo os trabalhadores, dentro deles também têm dois blocos, os que já foram indenizados e que não tem mais discussão e os demais, que não foram ainda indenizados. Eu, sinceramente, não conheci e não conheço como resolver isso, se tem fundo, se não tem fundos, agora construir outro fundo hoje para fazer essa indenização, que foi uma das propostas aqui, acho extremamente complicado. Mas pelo caminho que o Senador Pimentel está colocando de fazer um levantamento, de estudar, de ver quantas pessoas e onde eles estão e com que idade estão, e tentar, de forma diferente do usual, levá-los à aposentadoria pelo Regime Geral que nós temos hoje. Então, quando o Senador Pimentel fala; "Bom, se vocês não querem, eu não vou nem discutir", está é a parte direta dele. Mas acho que dentro da nossa audiência pública sobra ainda trabalho e espaço para outras coisas. Com o tempo nós vamos conversando e vamos ver que vai poder encaixar todo mundo.

Obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

Algum Senador quer fazer comentários? *(Pausa.)*

Algum integrante da Mesa quer fazer alguma observação? *(Pausa.)*

Sr. Eduardo Lírio Guerra.

O SR. EDUARDO LÍRIO GUTERRA – Primeiro, Senador, tive a oportunidade de visitar o porto do senhor lá em Itacoatiara, inclusive tem uma estátua lá do seu pai, então, tive a oportunidade, na beira do terminal, e dizer também, em nome da Federação Nacional dos Trabalhadores Portuários que, primeiro nos colocamos, no início aqui, para o qual fomos convidados, de que nós apoiávamos esse projeto, e o apoiamos. Agora, quando o Líder do Governo nesta Casa se dispõe a criar um grupo e trabalho para abrir uma discussão em cima disso, Senador, nós queremos dizer que nós não abrimos mão disso. Achamos isso fundamental. E é uma contribuição que o senhor vai nos dar importantíssima nesse momento.

Para finalizar, eu gostaria de fazer uma reivindicação aos senhores e aos demais Senadores, ao nosso Presidente desta Comissão, de que nós, trabalhadores portuários, defendemos a manutenção da Secretária Especial de Portos. Nós temos ouvido sair na imprensa, obviamente a imprensa nos provoca de que algumas coisas estão acontecendo ou podem acontecer agora no recesso na reforma ministerial. Então, nós reivindicamos, Senador, que nós continuamos a ter um espaço específico para a questão portuária. Posso falar isso em nome de um consenso que existe no setor portuário tendo em vista o tamanho foram os avanços que aconteceram nos nossos portos nesses últimos tempos, e nós, a sociedade brasileira, não podemos abrir mão de continuar a ter um espaço para que o porto seja um programa de Estado, não um problema, mas um programa de Estado.

Obrigado, Presidente.

Obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado Sr. Eduardo Lírio Guterra.

O Sr. Jader Neves quer também falar.

O SR. JADER BRANDES NEVES – Desculpe-me, Senador, que não quis ser mal-educado com o senhor. Eu não vim de tão longe para ser mal-educado como ninguém. Só me parece inviável que nós – insisto –, os indenizados que possam entrar na aposentadoria. É complicado. Eles estão há mais de 15 anos fora do mercado de trabalho, não têm contribuição, e me parece, com a lei vigente em nosso País, inviável essa discussão. Se fosse acontecer uma coisa dessas, teria que mudar a lei e, se se conseguisse fazer isso, iria demorar mais 20 anos, todos já estariam mortos e não iria adiantar nada.

O senhor me perdoe se fui meio indelicado. Deus me livre, não quero de maneira nenhuma desrespeitar alguém. Só acho inviável a proposta do senhor para nós os indenizados. O senhor me perdoe.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Como a nossa proposta é cuidar daqueles que não têm nenhum benefício, vou manter; os que já têm benefício não têm mais interesse nisso. O Congresso Nacional, no entanto, cuida de todos. Por isso, vou manter a proposta.

Quero registrar que, quando nós chegamos à Previdência Social, levava-se em média dois anos para conceder um benefício previdenciário. Hoje são 30 minutos. Isso foi feito mudando a lei. Esse Congresso aprovou a lei em 60 dias, que é a Lei Complementar 128 – Lei complementar, Câmara e Senado. Com os investimentos que foram autorizados, mudamos toda a tecnologia, lembrando que os trabalhadores da Previdência são os mesmos e que não teve nenhuma consultoria externa. Portanto, o Congresso sabe construir propostas para atender aos trabalhadores e, como a nossa proposta é para aqueles que não têm ainda benefício, vou manter e vou trabalhar para isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Bom, não havendo mais ninguém que queira discutir, eu quero, primeiro agradecer a presença do Sr. Eduardo Lírio Guterra; do nosso Mário Lima Junior, Secretário Executivo da Secretaria dos Esportes; do Sr. Wilien Montelli; Sr. Jader Brandes Neves; agradecer a presença dos Senadores; agradecer especialmente aqui ao Senador Pimentel, Senador Blairo, Senador Paim; justificar a ausência do Senador Flexa, que não pôde chegar aqui a tempo para essa audiência pública, e dizer que nós vamos criar esse grupo para fazer esse estudo, nas linhas aqui apresentadas pelo Senador Pimentel. Sem dúvida nenhuma, encontraremos uma solução de comum acordo, conversando com o Ministério da Previdência, conversando com o Ministério do Trabalho e conversando também com o Banco do Brasil.

A todos os senhores e as senhoras o nosso muito obrigado.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 11 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 21 minutos.)

ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta minutos do dia seis de dezembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lobão Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Marta Suplicy, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Romero Jucá, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Clésio Andrade, João Ribeiro e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Roberto Requião, Flexa Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar em missão política, José Agripino, Demóstenes Torres e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas das 65ª, 66ª e 67ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Aviso nº 92 de 2011, de 23 de novembro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-016.321/2011-1, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 5 de 2011. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Informa, ainda, que foi apresentado o parecer vencedor, elaborado pelo Senador Eduardo Suplicy, ao Projeto de Lei do Senado nº 60 de 2011, nos termos do art. 132, § 5º, do Regimento Interno do Senado Federal. É aprovada pela

Comissão a dispensa da leitura do referido parecer. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Projeto de Resolução do Senado nº 42 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que "altera o art. 16 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para permitir a contratação de operações de crédito destinadas à regularização de inadimplência com instituições do sistema financeiro nacional", tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta, rejeitando a Emenda nº 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em 22/11/2011, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Casildo Maldaner. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo) e contrário à Emenda nº 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 2– Projeto de Lei do Senado nº 82 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "cria mecanismos de fiscalização e controle sobre as despesas com publicidade e patrocínio das empresas estatais federais", tendo como Relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Em 29/11/2011, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Luiz Henrique, Relator da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE. Item 3– Projeto de Lei do Senado nº 277 de 2004, não terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para permitir o oferecimento e a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas", tendo como Relator o Senador Eduardo Braga, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Lobão Filho, designa o Senador Ivo Cassol Relator "Ad Hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "Ad Hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. Item 4– Projeto de Lei do Senado nº 586 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera os incisos V, VI e VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para reduzir o prazo de carência para utilização da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de moradia própria e amortização e pagamento de prestações de financiamentos habitacionais", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Em 29/11/2011, foi concedida Vista ao Senador Lindbergh Farias. O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão designa o Senador Casildo Maldaner Relator "Ad Hoc" da Matéria. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Casildo Maldaner. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 5– Projeto de Lei do Senado nº 259 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Em 29/11/2011, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 6– Projeto de Lei do Senado nº 118 de 2009, não terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que "altera a alínea "b", do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral", tendo como Relator o Senador Jorge Viana, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 446 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros, que "insere o art. 47-A na Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, para prorrogar o prazo de permissão do cômputo, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), das matrículas de pré-escola em instituições conveniadas", tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão designa o Senador João Vicente Claudino Relator "Ad Hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "Ad Hoc", encerrada a discussão, coloca-

do em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 96 de 2010, não terminativo, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura (SF), que "altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estabelecer a isonomia entre empresas públicas, sociedades de economia mista e empresas privadas para a prestação de serviços públicos", tendo como Relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão designa o Senador Blairo Maggi Relator "Ad Hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "Ad Hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 214 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "acrescenta § 3º ao art. 54 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para, nos contratos de locação empresarial de espaço em shopping center, tornar nula a cláusula pela qual o locatário fica impedido de instalar outro estabelecimento, de mesma bandeira, em áreas geográficas próximas ao shopping center cujo espaço tenha sido locado", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão designa o Senador Benedito de Lira Relator "Ad Hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "Ad Hoc", usa da palavra o Senador Inácio Arruda, que solicita Vista da Matéria. O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão concede Vista ao Senador Inácio Arruda, nos termos regimentais. Item 10– Projeto de Lei do Senado nº 272 de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para ampliar as hipóteses de direito a créditos de ICMS na aquisição de insumos e equipamentos destinados à produção agropecuária", tendo como Relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao Projeto. O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão designa o Senador Ivo Cassol Relator "Ad Hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "Ad Hoc", é solicitada Vista pelos Senadores Blairo Maggi e Benedito de Lira. O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 11– Turno Suplementar de Discussão do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 189 de 2010, terminativo, de autoria do Senador João Tenório, que "autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade destinar recursos às vítimas das enchentes de Alagoas", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que "autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes nos Estados de Pernambuco e Alagoas", tendo como Relator do Vencido o Senador Benedito de Lira. Em 29/11/2011, foi aprovado Substitutivo Integral ao Projeto de Lei do Senado nº 189 de 2010. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria é submetida a Turno Suplementar de Discussão. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Benedito de Lira, Relator do Vencido. Encerrada a discussão, não tendo sido oferecidas emendas na discussão em Turno Suplementar, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 12– Projeto de Lei do Senado nº 61 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "altera as Leis nº 11.482, de 31 de maio de 2007; nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; reajustando as faixas de renda do imposto de renda e os valores das deduções", tendo como Relator "Ad Hoc" o Senador Lobão Filho, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Em 29/11/2011, o Presidente da Comissão designou o Senador Lobão Filho Relator "Ad Hoc" da Matéria, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço. Em 29/11/2011, foi concedida Vista Coletiva. O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, para que possa relatar a Matéria, passa a Presidência ao Senador João Ribeiro. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Lobão Filho, Relator "Ad Hoc" da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quatorze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 13– Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "altera o caput do art. 13 e o art. 22 da Lei nº 8.036,

de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS, e dá outras providências", tendo como Relatora a Senadora Marta Suplicy, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, é solicitada Vista pelos Senadores Cyro Miranda e Humberto Costa. O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 14– Projeto de Lei do Senado nº 362 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para reduzir os encargos financeiros dos financiamentos concedidos", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDR. Em 4/4/2008, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Gerson Camata. Em 29/11/2011, o Presidente da Comissão designou o Senador Wellington Dias Relator "Ad Hoc" da Matéria, em substituição ao Senador José Pimentel. Em 29/11/2011, foi concedida Vista Coletiva. O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão devolve a relatoria ao Senador José Pimentel. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador José Pimentel, Relator da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quatorze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 15– Projeto de Lei do Senado nº 652 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "altera as Leis 4.380, de 21 de agosto de 1964, e nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para estabelecer que os agentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) concedam, a critério dos mutuários, financiamento de até cem por cento do valor da avaliação do imóvel para famílias com renda de até quatro salários mínimos", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. Em 29/11/2011, foi concedida Vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão designa o Senador João Ribeiro Relator "Ad Hoc" da Matéria. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador João Ribeiro, Relator "Ad Hoc". Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quatorze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 16– Projeto de Lei do Senado nº 72 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para estender até um ano antes da declaração do estado de calamidade pública a possibilidade de considerar como efetivamente utilizada a área dos imóveis rurais que estejam comprovadamente situados em área de ocorrência de calamidade pública da qual resulte frustração de safras ou destruição de pastagens, para efeitos de ITR", tendo como Relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CRA na forma da Subemenda que apresenta, apresentando, ainda, a Emenda nº 2. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CRA. O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão designa o Senador Armando Monteiro Relator "Ad Hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "Ad Hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto, a Emenda nº 1-CRA na forma da Subemenda apresentada, renumerada como Emenda nº 2-CAE, e a Emenda nº 2, renumerada como Emenda nº 3-CAE, por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 17– Projeto de Lei do Senado nº 254 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "permite que o desconto da contribuição patronal do imposto de renda das pessoas físicas, previsto na Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, seja feito em dobro quando o empregado doméstico freqüente instituição de ensino", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1-CE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CE-CAE por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 18 – Projeto de Lei do Senado nº 628 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "exclui os juros recebidos ou creditados, a título de remuneração do capital próprio, da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, nas modalidades cumulativa e não-cumulativa", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Após a leitura do relatório, é solicitada Vista pelos Senadores Armando

Monteiro e Francisco Dornelles. O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 19– Requerimento nº 86 de 2011, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, que "requer, nos termos do art. 76, § 1º, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação dos trabalhos da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal até o término da próxima sessão legislativa, em virtude da não conclusão dos seus trabalhos". Em 29/11/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Francisco Dornelles, autor do Requerimento. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 86 de 2011-CAE. Item 20– Mensagem (SF) nº 146 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US$ 15,000,000.00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América) cujos recursos serão destinados ao 'Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União'", tendo como Relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta. O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão designa o Senador Inácio Arruda Relator "Ad Hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lobão Filho,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Srs. Senadores, sob os auspícios de Deus, declaro aberta a 68ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 65ª, da 66ª e da 67ª reuniões.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento.

Aviso nº 92, de 2011, de 23 de novembro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela corte nos autos do Processo nº TC-016321/2011, bem como do relatório do voto que o fundamenta, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 5, de 2011.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Comunico ainda o recebimento do Aviso nº 1.739-GP/TCU, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que informa estarem sendo tomadas providências quanto à auditoria solicitada por esta Comissão, objeto do Requerimento nº 79, de 2011, desta Comissão, de autoria do Senador Demóstenes Torres.

Foi apresentado parecer vencedor, elaborado pelo Senador Eduardo Suplicy, ao Projeto de Lei do Senado nº 60, nos termos do art. 132, § 5º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Proponho a dispensa da leitura deste parecer.

Os Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria será encaminhada ao Plenário para as devidas providências.

Passo agora a ler Ofício do Tribunal de Contas da União a esta Comissão.

Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 444, dessa CAE, por meio do qual V. Exª encaminha a este Tribunal o Requerimento nº 79, de iniciativa dos Senadores Demóstenes Torres e Cyro Miranda, solicitando auditoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para apurar a realização de renegociações de dívidas dos municípios sem autorização da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional.

A propósito, informo a V. Exª que o referido expediente, autuado no TCU como Processo nº 36.606/2011, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo(SGCex), desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler,** *Presidente do Tribunal de Contas.*

Passamos, a seguir, à pauta do dia de hoje.

O Item 1, a pedido do relator, vamos invertê-lo e passá-lo ao final.

Passamos, a seguir, ao Item 2. (*Pausa*.)

A pedido também do relator do Item 2, vamos aguardar a sua chegada.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277 DE 2004
– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para permitir o oferecimento e a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relatoria: Senador Eduardo Braga

Eu pediria ao Senador Ivo Cassol que pudesse relatar *ad hoc* o Item 3.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou direto ao voto.

Quanto à constitucionalidade não há o que obstar. A defesa da saúde é matéria cuja competência legislativa é da União, ainda que concorra com Estados e Municípios.

Da mesma forma, não há o que obstar quanto à técnica legislativa em que está vazada a proposição.

I – Voto

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Sr. Relator.

A matéria está em discussão.

Em votação o relatório do Senador Ivo Cassol.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586 DE 2007
– Não Terminativo -

Altera os incisos V, VI e VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para reduzir o prazo de carência para utilização da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de moradia própria e amortização e pagamento de prestações de financiamentos habitacionais.

Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.

O relatório é contrário ao projeto.

Passo a relatoria desse projeto ao Senador Casildo Maldaner como relator *ad hoc*.

O relatório já foi lido pelo relator na 66ª reunião, realizada em 29 de novembro, ocasião em que foi concedida vista ao Senador Lindbergh Farias.

Pergunto ao Relator *ad hoc* se deseja fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas, o parecer do eminente Senador Valdir Raupp já foi lido nesta Comissão.

Pelo exposto, fico com o relator.

O nosso voto é pela rejeição do projeto de lei, baseado em toda a exposição que já foi declinada nesta Comissão.

Este é o voto do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Casildo.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o relatório do Senador Valdir Raupp.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria, portanto, vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Item 5: o relator solicita retirada de pauta, bem como o Item 6.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 446 DE 2011
– Não Terminativo -

Insere o art. 47-A na Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, para prorrogar o prazo de permissão do cômputo, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), das matrículas de pré-escola em instituições conveniadas.

Autoria: Senador Inácio Arruda e outros.
Relatoria: Senador Armando Monteiro.
Relatório: favorável ao projeto.

Passo a palavra ao Senador João Vicente Claudino, como relator *ad hoc* para o Item 7.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda, que insere o art. 47-A na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para prorrogar o prazo de permissão do cômputo, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), das matrículas de pré-escola em instituições conveniadas.

De acordo com o art. 1º da proposta, o prazo é ampliado por mais quatro anos, a contar de 1º de janeiro de 2012, prorrogáveis por igual período na forma do regulamento.

O art. 2º constitui a cláusula de vigência.

II – Análise

Os aspectos relacionados à constitucionalidade e juridicidade serão analisados pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a quem cabe a deliberação em caráter terminativo. Quanto à técnica legislativa, não há reparos a fazer.

O Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006, e regulamentado pela Lei nº 11.494, de 2007, e pelo Decreto nº 253, de 2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1998 a 2006.

De acordo com o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 11.494, de 2007, reiterado pelo § 3º do art. 13 do Decreto nº 6.253, de 2007, admitiu-se o cômputo das matrículas das pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e que atendam às crianças de quatro e cinco anos, pelo prazo de quatro anos, contado a partir de 1º de janeiro de 2008. Portanto, o prazo encerra-se no dia 31 de dezembro de 2011.

Como bem argumentou o autor da proposta, as instituições conveniadas ainda são responsáveis por um grande número de matrículas nessa etapa da educação infantil, e não devem ser excluídas sem que a rede pública atenda a toda essa demanda.

É justo, portanto, que o tratamento conferido às matrículas de pré-escola em instituições conveniadas ao menos se aproxime daquele dado às matrículas das creches e da educação especial nas mesmas instituições, pelo que concordamos com os argumentos apresentados pelo autor. De fato, os motivos e objetivos que ensejaram o tratamento diferenciado, quando da provação da lei, ao fixar o prazo de quatro anos para o cômputo pelo Fundeb das matrículas em questão, permanecem presentes, o que justifica a prorrogação da proposta.

Sr. Presidente, tendo em vista o exposto, manifesto-me pela aprovação do PLS nº 446, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador João Vicente.

A matéria está em discussão.

Em votação o relatório do Senador João Vicente Claudino.

Os Senadores que concordam com o relatório queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Retornamos ao Item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 42 DE 2011
– Não Terminativo -

Altera o art. 16 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para permitir a contratação de operações de crédito destinadas à regularização de inadimplência com instituições do sistema financeiro nacional.

Autoria: Senador Casildo Maldaner.

Relatoria: Senador Romero Jucá.

Relatório: favorável nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta, rejeitando a Emenda nº 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Observações: em 22/11/2011, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra o relator, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o parecer é favorável, com emendas que apresento.

Quero registrar que a emenda do Senador Aloysio Nunes Ferreira é meritória, mas já encontra sua proposta atendida na LDO deste ano. A proposta do Senador Aloysio Nunes Ferreira era para que qualquer comunicação para colocar prefeituras ou Estados no Cauc tivessem o comunicado de antecedência à instituição. Essa proposta não é matéria da Resolução nº 43, mas é uma matéria meritória e já está, como eu disse, atendida na LDO. Então, somos favoráveis. Estamos simplificando o processo de regularização e contratação de empréstimo e estamos permitindo que entre os inadimplentes contratem operações de crédito junto a instituições financeiras credoras destinadas a regularizar o débito.

Portanto, estamos facilitando que Estados, Municípios e entidades possam regularizar sua situação junto a entidades credoras, se estiverem inadimplentes.

Esse é o voto, Sr. Presidente. Somos favoráveis à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Romero Jucá.

A matéria está em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Quero deixar meus cumprimentos ao Senador Romero Jucá, pelo esforço que demandou em prol dessa matéria. Várias vezes foi ao Ministério da Fazenda, ouviu o Senador Aloysio Nunes, vários colegas, a fim de que pudéssemos encontrar uma solução para os diversos Municípios e mesmo alguns Estados que estavam com problemas junto a instituições financeiras com quem tinham transações. Procurou-se fazer o entendimento, inclusive colocando esse financiamento em patamares melhores do que até então ele se encontrava. Esse é o mérito dessa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Muito bem, Senador Casildo.

Em votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, há um pedido do Senador Demóstenes, para que seja dado vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Ele precisa estar presente, Senador Romero.

Continuando.

Em votação o relatório do Senador Romero Jucá.

Os Senadores que concordam com o relatório queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 substitutiva e pela rejeição da Emenda nº 2.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96 DE 2010

– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estabelecer a isonomia entre empresas públicas, sociedades de economia mista e empresas privadas para a prestação de serviços públicos.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura (SF).

Relatoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatório: contrário ao projeto.

Passo a relatoria *ad hoc* do Item 8 ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, o relator, Senador Lindbergh Farias, alega a inconstitucionalidade e pede a rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

A matéria está em discussão.

Em votação o relatório do Senador Blairo Maggi.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214 DE 2009

– Não Terminativo -

Acrescenta § 3º ao art. 54 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para, nos contratos de locação empresarial de espaço em shopping center, tornar nula a cláusula pela qual o locatário fica impedido de instalar outro estabelecimento, de mesma bandeira, em áreas geográficas próximas ao shopping center cujo espaço tenha sido locado.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: contrário ao projeto.

Observações: a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Passarei a palavra ao relator, Senador Benedito de Lira, para que possa relatar *ad hoc* o Item nº 9.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – A matéria, Sr. Presidente, é objeto de análise por parte do relator principal, que é o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Desde logo, recorde-se que a cláusula de territorialidade (ou cláusula de raio), constante dos contratos de locação de espaços em *shopping centers*, impede que os mesmos parceiros comerciais abram lojas em novos empreendimentos localizados nas suas cercanias.

É necessária, assim, a demarcação das especificidades da locação no segmento de *shopping centers*,

que lhe conferem tratamento diferenciado relativamente à locação comercial comum.

Vale destacar inicialmente que, como regra geral, o aluguel da loja em *shopping centers* tem valor fixado em função do fluxo de clientes e do faturamento do lojista naquele centro comercial. É a componente variável do aluguel, que é composto também por parcelas fixas.

Por conseguinte, entendemos pertinentes as cláusulas de raio pactuadas nos contratos de locação de loja em *shopping center*. Em consequência, não vemos como vedar a cláusula de raio, conforme proposto pelo PLS n° 214, de 2009.

VOTO

Por todo o exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2009.

Esse é o voto do relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Benedito de Lira.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu não sei qual é a nacionalidade desse cidadão dessa cláusula, mas tenho a impressão que ele é contra a livre concorrência, ele não quer concorrente. E não haver concorrência é contra o consumidor.

Eu pediria a V. Exª pelo menos uma vistazinha para a gente olhar os olhos desse raio.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Concedida vista ao Senador Inácio Arruda. Pergunto se mais alguém quer vista do processo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação.

Na matéria anterior, que eu relatei, da Resolução nº 43, o Senador Demóstenes teria combinado que haveria pedido de vista coletiva. Eu vim para a reunião exatamente achando que ia ser dada vista coletiva.

O Senador Demóstenes está lá na sessão de sabatina da Ministra Rosa Weber e não está presente.

Eu gostaria de ponderar para que não deixássemos de cumprir esse acordo. Em vez de dar como aprovada a matéria, V. Exª desse como vista coletiva e, na próxima semana, nós votaríamos a matéria e daríamos urgência de plenário, já que é uma matéria que precisamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Romero Jucá, infelizmente, V. Exª é professor do Regimento Interno e sabe que o projeto já foi aprovado. Portanto, é simplesmente impossível conceder vista a determinado Senador ou vista coletiva.

Como o projeto é não terminativo e vai à CCJ, havemos de imaginar que o Senador Demóstenes Torres vai estar presente de forma contundente lá. Ah, vai ao Plenário! Mas é impossível. Não dá para conceder vistas agora, já que o projeto já foi aprovado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Para que qualquer outro Senador possa apresentar a emenda e para que possamos apreciá-la no Plenário, solicito urgência para a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, coloco em votação o requerimento do Senador Romero Jucá, que pede urgência para o Item 1, Projeto de Resolução do Senado nº 42.

Os Senadores que aprovam a urgência permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Dando continuidade, passamos agora ao Item 10.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 272 DE 2007 – Complementar
– Não Terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para ampliar as hipóteses de direito a créditos de ICMS na aquisição de insumos e equipamentos destinados à produção agropecuária.

Autoria: Senadora Marisa Serrano.

Relatoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatório: contrário ao projeto.

Observações: a matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto.

Com a palavra, o Relator.

Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol, como relator *ad hoc* do Item 10.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só vou pedir vista depois, não é? Ele lê, e eu peço vista ou...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Ele lê, e o senhor pode pedir vista.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – De qualquer maneira, no mérito, convém considerar que a proposta como está cria despesas ou renúncias de receitas estaduais, buscando compensação do Tesouro Nacional, as quais acabam por ser ilusórias, porque a União se verá na necessidade de aumentar sua própria arrecadação para fazer a transferência para os Estados.

Ao final acontecerá uma maior centralização de arrecadação tributária, sem falar da diminuição da autonomia das unidades federadas trazidas na perda de arrecadação e na perda da capacidade de praticar políticas públicas essenciais.

O voto é pela rejeição, mas eu também faço fileira com Blairo Maggi. Nós precisamos rever. Já que estou votando *ad hoc* também... O que estou votando aqui é o voto do Senador Lindbergh, mas quero pedir vista, porque sou contra...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – V. Exª, como relator, não pode pedir vista. Mas o Senador Blairo Maggi o faz.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Então, já que é *ad hoc*, passa para o Blairo.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, concedido vista ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Perguntaria se mais alguém quer vista, para que seja concedida vista coletiva. (*Pausa*.)

Vista coletiva.

ITEM 11
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2010
– Terminativo -

Nós não temos quórum.

Então, depois dos devidos esclarecimentos da Secretária desta Comissão, Projeto de Lei do Senado nº 189.

Ementa do projeto: *Autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes de Alagoas.*

Autoria do projeto: Senador João Tenório.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2010
– Terminativo -

Ementa do projeto: Autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes nos Estados de Pernambuco e Alagoas.

Autoria do projeto: Senador Cícero Lucena.

Relatoria do vencido: Senador Benedito de Lira.

Observações:

– em 29/11/2011, foi aprovado substitutivo integral ao Projeto de Lei do Senado nº 189 de 2010. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria é submetida a turno suplementar de discussão;

– não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Acrescento: não sendo apresentadas emendas no turno suplementar.

Com a palavra o relator, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, essa matéria foi amplamente discutida na reunião passada, desta Comissão, e debatida pelos Senadores presentes, em terminativo.

Considerando que é o turno suplementar e não havendo emendas propostas ao projeto, é lógico que eu gostaria de pedir aos Srs. Senadores a aprovação automática, considerando que as fases preliminares já foram encerradas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pergunto se há alguém no plenário que queira discutir o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerro a discussão e, não sendo oferecidas emendas no turno suplementar de discussão, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Os próximos projetos são todos terminativos.

Eu pediria à Mesa, à Secretaria...

Enquanto isso, eu leio os requerimentos.

ITEM 19
REQUERIMENTO Nº 86 DE 2011

Requer, nos termos do art. 76, §1º, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação dos trabalhos da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal até o término da próxima sessão legislativa, em virtude da não conclusão dos seus trabalhos.

Iniciativa: Senador Francisco Dornelles.

Observações: em 29/11/2011, foi lido o requerimento pelo Presidente da Comissão.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, o requerimento visa a prorrogar os trabalhos da Subcomissão de Avaliação da Política Fiscal, visto que neste ano, por vários motivos, inclusive porque a relatora foi nomeada Ministra, não houve tempo de conclusão.

De modo que o requerimento pede a prorrogação, por mais um ano, dessa subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Está aprovado o Requerimento nº 86 da CAE.

ITEM 20
MENSAGEM (SF) Nº 146 DE 2011
– Não Terminativa -

Propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US$15,000,000.00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América) cujos recursos serão destinados ao "Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União".

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Humberto Costa, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.

Eu pediria ao Senador Inácio Arruda que relatasse, *ad hoc*, o Item 20.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o nosso parecer é favorável, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório *ad hoc* do Senador Inácio Arruda.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS que é apresentado.

Eu perguntaria se alguém deseja apresentar...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Solicito urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Muito bem.

Apresentado o requerimento de urgência pelo Senador Inácio Arruda, coloco em votação o pedido de urgência.

Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Agora, faltam três Senadores para que possamos iniciar a votação dos projetos terminativos.

Eu perguntaria a algum dos Senadores presentes se deseja fazer uso da palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Todos já foram lidos?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Não, não foram lidos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Os terminativos?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Não foram lidos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O senhor acha que...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – V. Exª deseja ler?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Não... É que se pudesse ler, nós estaríamos adiantando. Quando chegassem os três, nós já iríamos para votação. Só faltam dois agora.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Certo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O Senador Humberto veio abrilhantar.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então:

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72 DE 2010
– Terminativo -

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para estender até um ano antes da declaração do estado de calamidade pública a possibilidade de considerar como efetivamente utilizada a área dos imóveis rurais que estejam comprovadamente situados em área de ocorrência de calamidade pública da qual resulte frustração de safras ou destruição de pastagens, para efeitos de ITR.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatório: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CRA na forma da subemenda que apresenta, apresentando, ainda, a Emenda nº 2.

Observações: a *matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CRA.*

Pediria ao Senador Armando Monteiro que pudesse relatar *ad hoc* o Item 16.

Senador Armando Monteiro, esta Presidência pede que V. Exª possa ler de forma clara para que possa dar tempo dos outros dois Senadores fazerem uso da palavra e possamos votar os terminativos.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a competência da

CAE para deliberar sobre a proposição decorre do art. 99, IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre direito tributário, sistema tributário e imposto territorial rural, haja vista o disposto nos arts. 24, I, 48, I, e 153, VI e § 4º, todos da Constituição Federal (CF). A iniciativa parlamentar é amparada pelo art. 61 da mesma Carta.

O projeto atende à juridicidade, uma vez que o instrumento legislativo escolhido – normatização por meio de edição de lei – é adequado. A matéria inova o ordenamento jurídico, apresenta alcance geral e é compatível com os princípios que norteiam o direito brasileiro. É também respeitada a boa técnica legislativa, conforme os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Com respeito ao mérito, entendemos que o projeto de lei contribui positivamente ao ordenamento legal, por trazer justiça ao produtor rural que se vê em dificuldades decorrentes da exposição da sua atividade ao mais imprevisível dos fatores, o clima. Com frequência, registram-se veranicos, chuvas excessivas, secas, ou enchentes, que trazem inúmeros prejuízos aos produtores.

Em 2009, as regiões Norte, Nordeste e Sul do País sofreram com os efeitos da seca ou de enchentes. Como exemplo de fatos recentes, há registros de seca no Piauí e no norte fluminense. Em fevereiro de 2010, dos 15 Municípios de Roraima, dez decretaram situação de emergência por causa da estiagem e em cinco, o estado era de calamidade pública.

Como bem destacou o autor do projeto, deve ser criticada a interpretação restritiva dada ao inciso I do § 6º do art. 10 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, para a qual somente as áreas comprovadamente situadas em área de ocorrência de calamidade pública decretada pelo Poder Público (ou seja, a partir da sua publicação) podem se utilizar do benefício.

Expõe o autor que *a Justiça, nos tribunais superiores, vem corrigindo as decisões que negam a extensão do benefício a períodos anteriores e confirmando algumas que o permitem*.

A emenda oferecida pela CRA reformula a redação do inciso I do § 6º do art. 10 da Lei nº 9.393, de 1996, de forma a admitir como efetivamente utilizada a área dos imóveis rurais que, no ano anterior ao do recolhimento do ITR, "estejam comprovadamente situados em área de ocorrência de calamidade pública decretada pelo Poder Público, a partir da data da verificação de frustração de safras ou destruição de pastagens". A nova fórmula difere do texto original do PLS nº 72, de 2010, que estabelece como data de referência aquela iniciada um ano antes da publicação do ato oficial que decrete calamidade pública na localidade considerada.

III – VOTO

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2010, e da Emenda nº 1-CRA, nos termos da subemenda que apresento, bem como da Emenda nº 2, a seguir apresentada.

SUBEMENDA-CAE À EMENDA Nº – CAE

Dê-se ao inciso I do § 6º do art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, na forma do art. 1º do PLS nº 72, de 2010, a seguinte redação:

"Art. 10. .....

.....

§ 6º .....

I – comprovadamente situadas em áreas de ocorrência de calamidade pública, de que resulte frustração de safras ou destruição de pastagens, decretada pelo Poder Público no ano anterior ao de ocorrência do fato gerador do ITR.

....." (NR)

EMENDA Nº – CAE

Dê-se à ementa do PLS nº 72, de 2010, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para considerar como efetivamente utilizada a área dos imóveis rurais que estejam comprovadamente situados em área de ocorrência de calamidade pública da qual resulte frustração de safras ou destruição de pastagens, para efeitos de Imposto Territorial Rural.

É esse, portanto, o voto e o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Após a leitura, já que ainda não há quórum para que possamos votar, eu passaria à leitura também...

(Intervenção fora do microfone.)

Ótimo! Já podemos votar.

Senador Armando Monteiro, eu agradeço a leitura. Dando prosseguimento, coloco em discussão o projeto do Item 16.

Eu lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto, a Emenda nº 1, na for-

ma da subemenda que é apresentada pelo relator, e a Emenda nº 2. Votação nominal.

Consulto o Plenário se poderemos fazer em uma só votação.

Em votação o projeto, a Emenda nº 1, na forma da subemenda, e a Emenda nº 2.

Quem vota com o relator vota "sim" ao projeto e à Emenda nº 1 da CRA, na forma da subemenda, e à Emenda nº 2.

Senador Eduardo Suplicy. *(Pausa.)*

Vamos, então, seguir. Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Armando Monteiro. Foi o relator *ad hoc.*

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Fui o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com o relator.

Ficou alguém sem votar? (*Pausa*.)

Portanto, aprovado, com 14 votos a favor.

Está aprovado o Item 16.

A Comissão aprova esse projeto, a Emenda nº 1 – CRA, na forma da subemenda apresentada, renumerada como Emenda nº 2 da CAE, bem como a Emenda nº 2, renumerada como Emenda nº 3 da CAE.

Aproveitando a presença da relatora, Senadora Marta Suplicy, vamos passar ao Item nº 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193 DE 2008

– Terminativo -

Altera o caput do art. 13 e o art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS, e dá outras providências.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: *a matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.*

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra a nobre relatora, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigada, Sr. Presidente.

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 193, de 2008, de autoria do ex-Senador Tasso Jereissati, que altera a forma de cálculo da remuneração dos depósitos nas contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A proposição substitui a Taxa Referencial de Juros (TR) pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo

(IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O autor argumenta que a fórmula hoje em vigor beneficia desproporcionalmente os tomadores de recursos do FGTS, em detrimento dos trabalhadores cotistas do fundo, cujo rendimento não tem sequer acompanhado a inflação.

A matéria foi despachada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a esta Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Na CAS, foi aprovado parecer favorável do então Senador Eduardo Azeredo.

Não foram apresentadas emendas.

II – Análise

O Projeto de Lei do Senado nº 193 atende aos preceitos constitucionais de competência material e formal, inclusive quanto à iniciativa parlamentar. A proposição também atende ao requisito de juridicidade e às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre aspectos econômicos e financeiros pertinentes à matéria.

O debate sobre a remuneração do FGTS é legítimo. A remuneração dada ao detentor de conta vinculada junto ao fundo, qual seja, de TR mais 3% ao ano, é a metade do que recebe a caderneta de poupança e bem menor que a de outros fundos financeiros de mercado. Aliás, vale dizer que, devido a essa baixa rentabilidade, no passado já foram oferecidas aos cotistas outras alternativas de aplicação de seus recursos, como as aplicações em ações por meio do FMP Petrobras I e II e Vale I. Portanto, à primeira vista, a proposição seria meritória, pois estaria corrigindo uma injustiça com o trabalhador detentor da conta vinculada junto ao FGTS.

Todavia, não podemos ignorar a lógica de funcionamento do Fundo, sob pena de acabarmos prejudicando ao mesmo trabalhador que a lei pretende beneficiar.

Destaco que qualquer reavaliação do FGTS sempre deve ser feita tendo em vista o difícil equilíbrio que o Fundo deve atingir entre os interesses dos depositantes e dos beneficiários dos programas que são executados com seus recursos. E mais: devemos lembrar que, na maioria das vezes, o depositante e o beneficiário são a mesma pessoa.

Isso me parece que é a coisa mais importante.

O fato é que 85% das contas vinculadas do FGTS têm saldo médio inferior a R$ 1.000,00. Isso se deve ao fato de os recursos já terem sido sacados para serem utilizados principalmente na contratação de crédito para aquisição da casa própria. Com efeito, entre 2010 e 2011, foi realizado 1,7 milhão de saques dessas contas, com um total de quase R$ 12 bilhões de recursos do FGTS utilizados pelos mutuários para habitação.

A alteração ora proposta teria um grave efeito oneroso sobre os contratos de financiamento imobiliário, pois implicariam a revisão desses contratos a fim de garantir o equilíbrio financeiro do Fundo.

Calcula-se que a substituição da TR pelo IPCA como índice de correção das contas vinculadas, como é proposto, implicará a elevação da taxa média dos contratos de financiamento imobiliário de 6% para até 11% ao ano, impossibilitando, inclusive, financiamentos especiais do FGTS com índices de até 5% ao ano, que não poderiam mais existir.

Considerando que, do crédito habitacional originado entre janeiro e julho de 2011, 83,5% do valor total, R$ 6,3 bilhões, foram destinados às famílias com renda até cinco salários mínimos e 87,2% dos contratos firmados foram celebrados por mutuários que percebem renda familiar até R$ 2.725, podemos constatar também que seria a população de menor renda a maior prejudicada.

Ou seja, a despeito da boa intenção original manifesta no projeto em tela, estaríamos, na verdade, promovendo um amplo inadimplemento dessas famílias, com o risco real de perda da casa própria e retrocesso nas conquistas da política habitacional nos últimos anos.

Importante lembrar também que não somente os titulares de contas junto ao FGTS têm acesso ao crédito para aquisição da casa própria. Num país em que o emprego informal, sem carteira assinada, é uma realidade, podemos prever que além do cotista, uma parcela expressiva da população seria prejudicada, inclusive porque o recurso é utilizado também para as políticas de saneamento e de infraestrutura. Vale dizer que nos últimos oito anos R$ 120,2 bilhões em recursos foram destinados a essas finalidades, gerando seis milhões de empregos e beneficiando 147 milhões de pessoas.

Cabe acrescentar, ainda, que com o objetivo de oferecer uma solução para a baixa remuneração das contas vinculadas, apresentei nesta casa o PLS 580, que quando transformado em lei garantirá a participação do trabalhador no resultado financeiro do fundo. Com base no lucro apurado nos últimos anos, isso representaria a distribuição anual para as contas vinculadas entre R$ 1,5 bilhão e R$ 3 bilhões, quase que dobrando a remuneração recebida por essas contas. Além de finalmente dar ao trabalhador sua real e merecida condição de cotista do FGTS, com o direito de participar de seu lucro, meu projeto aumenta a remuneração das contas, sem desequilibrar financeiramente

o fundo, nem onerar o crédito à casa própria e outros financiamentos de interesse social concedidos.

Por fim, o FGTS é um fundo financeiro formado pela contribuição mensal de empregadores aos seus empregados mediante depósito em conta vinculada individual de cada trabalhador. É um fundo de natureza privada, sob gestão pública.

Se por um lado esses recursos são patrimônio do trabalhador, por outro cumprem importante função econômica e social, em especial beneficiando milhões de trabalhadores com um acesso mais favorável ao crédito para aquisição da tão sonhada casa própria. E nesse sentido, entendo que a proposição em discussão, apesar da boa intenção, coloca em risco esse importante propósito.

Em vista do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Coloco a matéria em discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu peço vistas ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Vistas concedidas ao Senador Cyro Miranda.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, queria pedir vistas coletivas.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Vistas coletivas ao Senador Humberto Costa.

Eu, neste momento, passo a Presidência desta comissão ao Senador João Ribeiro, para que relate o Item 12, que é de relatoria do Senador Ricardo Ferraço. Portanto, relataremos em conjunto, porque fui o relator *ad hoc.*

Passo a Presidência ao Senador João Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Com a palavra o Senador Lobão Filho, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – O relatório já foi lido. Eu apenas gostaria de esclarecer que esse projeto reajusta as tabelas de faixas de renda do Imposto de Renda. Mas como ele já foi atendido por meio da Medida Provisória nº 528, perdeu o sentido. Portanto, há a rejeição do projeto.

Eu passo também a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para, desejando, fazer os devidos comentários. (*Pausa*.)

Não deseja.

Então, Sr. Presidente, como o relatório já foi lido, não tenho mais nada a falar.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – A matéria está em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o projeto.

Quem vota com o relator vota "não" ao projeto.

Senadora Marta Suplicy, como vota? *(Pausa.)*

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. *Fora do microfone*.) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Senador Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Eu, Senador João Ribeiro, com o relator.

Eu não voto? Então fico na reserva.

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Estou presente, mas o meu voto é conhecido, na condição de relator.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Mas o Relator *ad hoc* é o Senador Lobão Filho, e V. Exª tem que votar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Apenas para justificar o mérito do projeto, que é muito importante. Mas houve uma medida provisória que acolheu integralmente essa iniciativa, tornando o projeto, portanto, no tempo, inócuo. Dessa forma, voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. *Fora do microfone.*) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Do Senador Lobão o voto já é conhecido.

Portanto, o projeto foi rejeitado.

Por 15 votos "não", a Comissão rejeita o projeto.

Devolvo a palavra ao Senador Lobão Filho, para presidir a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador João Ribeiro.

Dando continuidade, vamos ao Item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82 DE 2009
– Não Terminativo –

Cria mecanismos de fiscalização e controle sobre as despesas com publicidade e patrocínio das empresas estatais federais.

Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Relatoria: Senador Luiz Henrique.

Relatório: favorável ao projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações:

– a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa;

– em 29/11/11, foi concedida Vista Coletiva.

O relatório já foi lido pelo relator na 66ª reunião, realizada em 29 de novembro, ocasião em que foi concedida essa vista coletiva.

Pergunto ao relator se deseja fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, rapidamente.

Trata-se de um projeto que visa dar maior transparência, para que a sociedade saiba o que gastam, como gastam, quando gastam, quanto gastam as entidades governamentais com publicidade. Por isso, reitero o meu pedido pela aprovação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

Coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Luiz Henrique.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra o Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Apenas para fazer uma correção naquele item que eu presidi, colaborando com V. Exª. Na verdade, não foram 15 votos "não", mas 14. A assessoria me informa aqui agora. Portanto, peço que seja feita a correção: 14 votos "não".

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Portanto, rejeitado o projeto.

ITEM 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254 DE 2008
– Terminativo -

Permite que o desconto da contribuição patronal do Imposto de Renda das pessoas físicas, previsto na Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, seja feito em dobro quando o empregado doméstico frequente instituição de ensino.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.

Relatório: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1 – CE.

Observações: *a matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto;*

– a matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 254, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, insere inciso V no § 3º do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para possibilitar ao empregador doméstico a dedução em

dobro do Imposto de Renda da pessoa física do valor da contribuição patronal paga à Previdência Social incidente sobre o valor da remuneração do empregado, quando este último houver frequentado instituição de ensino público ou privado no ano-calendário.

O art. 2º estipula a vigência imediata da futura lei.

A justificação alerta que, no Brasil, o problema da baixa escolaridade dos trabalhadores domésticos mostra-se grave, estando o número médio de anos de estudo dessa categoria bem abaixo da média da população ocupada. Por meio do benefício ora visado, o projeto pretende que os empregadores domésticos estimulem seus empregados a se matricularem em instituição de ensino ou, então, abstenham-se de apresentar óbices à frequência escolar.

Antes de chegar a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a proposição tramitou na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde recebeu parecer pela aprovação. Por força do Requerimento nº 797, de 2010, de autoria da então Senadora Marisa Serrano, o projeto também foi apreciado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde recebeu voto favorável, acrescido da Emenda nº 1 – CE, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Passo à análise.

O teor do art. 91, inciso I, cumulado com o art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à CAE opinar sobre proposições pertinentes a tributos, como é o caso, dispensada a competência do Plenário.

O PLS nº 254, de 2008, coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis, quer no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo (art. 61, *caput*, da Constituição Federal – CF), quer quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria (arts. 24, I; 48, I; 153, III, da CF). O projeto também atende à exigência de lei federal específica para a concessão de qualquer benefício tributário, prevista no § 6º do art. 150 da Constituição.

Em relação à juridicidade, a proposição se mostra irretocável, porquanto: *i*) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii*) a matéria nela vertida *inova* o ordenamento jurídico; *iii*) possui o atributo da *generalidade; iv*) afigura-se dotada de potencial *coercitividade; v*) revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

O PLS não gera redução discriminada de tributos nem estabelece benefício que corresponda a tratamento diferenciado. Diante disso, a teor do § 1º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), tecnicamente inexiste renúncia de receita ocasionada pela proposição, estando ela adequada em termos orçamentários e financeiros. Ademais, a justificação esclarece que a perda de arrecadação estimada será pequena, em torno de R$150 milhões ao ano.

No mérito, de maneira muito acertada, o projeto complementa o benefício fiscal introduzido pela Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006, que permitiu aos empregadores domésticos a dedução do Imposto de Renda da contribuição patronal incidente sobre o valor da remuneração do empregado. Atualmente, o incentivo está limitado a um empregado por declaração de ajuste anual e não poderá exceder ao valor da contribuição patronal calculada sobre um salário mínimo mensal, sobre o décimo terceiro salário e sobre a remuneração adicional de férias.

Com a medida proposta, os empregadores que estimularem seus empregados a frequentarem instituições de ensino poderiam utilizar o benefício de forma dobrada.

O art. 205 da CF dá pleno amparo ao PLS, ao dispor que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho.

Finalmente, como já afirmado pelos pareceres aprovados pela CAS e pela CE, a melhoria na escolaridade dos trabalhadores domésticos trará benefícios em termos de cidadania e, portanto, quero cumprimentar o Senador Cristovam Buarque pela iniciativa.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2008, com a Emenda nº 1 – CE.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Ainda falta um Senador para votarmos de forma terminativa, nominal. Então, passemos ao Item 18, dá-se por lido, e, logo a seguir a gente começa a votação.

ITEM 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 628 DE 2007
– Terminativo -

Exclui os juros recebidos ou creditados, a título de remuneração do capital próprio, da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, nas modalidades cumulativa e não-cumulativa.

Autoria: Senador Valdir Raupp.
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.
Relatório: pela rejeição do projeto.

Eu lembro que o projeto é terminativo. Portanto, vamos passar apenas à leitura.

Com a palavra o relator, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, o PLS é composto de cinco artigos. O art. 1º altera o inciso II do § 2º do art. 3º da lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para excluir da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para PIS/PASEP, no regime cumulativo, os juros recebidos ou creditados a título de remuneração do capital próprio.

O art. 2º altera a alínea b do inciso V do § 3º do art. 1º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, para excluir da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP, no regime não cumulativo, os juros recebidos ou creditados a título de remuneração do capital próprio.

O art. 3º altera alínea b do inciso V do § 3º do art. 1º da Lei 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para excluir da base de cálculo da Confins, no regime não cumulativo, os juros recebidos ou creditados a título de remuneração do capital próprio.

O art. 4º estabelece que, caso aprovada a proposição, a lei dela resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

O art. 5º revoga a parte do art. 2º da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, que deu nova redação ao inciso II do § 2º do art. 3º da Lei...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não!

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – V. Exª poderia ser mais sucinto para que pudéssemos aproveitar o quórum, já que há outros Senadores querendo cumprir outras obrigações?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, vou à parte conclusiva.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tecnicamente, é possível à lei estabelecer que os juros sobre o capital próprio, que constituem receita da pessoa jurídica beneficiária, não devam compor a base de cálculo dos tributos incidentes sobre o faturamento ou receita bruta, no caso. A lei pode conceder isenções e outros benefícios.

Contudo, como muito bem colocado no relatório anteriormente apresentado, a concessão dessa benesse fiscal não se afigura razoável, porque exacerbaria favor fiscal já existente no âmbito do Imposto de Renda.

O recebimento de renda a título de juros sobre capital próprio é tributado na fonte pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%, sem qualquer adicional. Trata-se de uma alíquota inferior à alíquota de 27,5%, atualmente incidente sobre os rendimentos mensais.

Além disso, o art. 14 da Lei Complementar n° 101 exige, nas proposições que concedam ou ampliem incentivos ou benefícios de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da norma no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, bem como o atendimento do disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Deve também cumprir ao menos uma das exigências por elas postas.

Então, ou o proponente demonstra que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afeta as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO, ou a proposição deve ser necessariamente acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo, majoração ou criação de tributo. Nesse último caso, o benefício só pode entrar em vigor quando implementadas tais medidas compensatórias.

No caso, não consta da justificação da proposição essa estimativa, nem as medidas de compensação da perda de receita.

E, por essas razões, o voto é pela rejeição do PLS nº 628, de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto. Votação nominal.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu gostaria de pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Vista concedida ao Senador Armando Monteiro, do Projeto nº 18.

Vista coletiva.

Então, passemos à votação do Item nº 17.

A matéria está em discussão. Acabou de ser relatada também pelo Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto e a Emenda nº 1 da Comissão de Educação. Votação nominal.

Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação. (*Pausa*.)

Então, em votação o projeto e a Emenda nº 1 da Comissão de Educação.

Quem vota com o relator vota “sim” ao projeto e à Emenda nº 1 da Comissão de Educação.

O Senador Eduardo Suplicy é o Relator.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Voto conhecido.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Sim.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Foram 14 votos SIM Portanto, aprovados.

O próprio autor não vota, mas parabéns ao Senador pela iniciativa. Está aprovado.

A Comissão aprova o projeto e a Emenda nº 1, que a Mesa registra.

Passemos, agora, ao próximo item.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362 DE 2007

– Terminativo -

Altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para reduzir os encargos financeiros dos financiamentos concedidos.

Autoria: Senador Expedito Júnior.

Relatoria: Senador José Pimentel.

Relatoria a*d hoc*: Senador Wellington Dias.

Relatório: pela rejeição do projeto.

O projeto já foi lido. Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

O projeto já foi lido pelo relator *ad hoc* na 66ª Reunião, realizada em 29 de novembro, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Pergunto ao Relator, Senador José Pimentel, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, mantenho o parecer do Relator *ad hoc*, Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto e a votação será nominal.

Então, volto a relatoria ao Senador José Pimentel.

Dando prosseguimento à votação, como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com o relator.

Senador José Pimentel, voto conhecido.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Catorze votos SIM. Portanto, está aprovado...

A Comissão rejeita o projeto. O projeto é pela rejeição. Catorze votos NÃO. Portanto, o projeto foi rejeitado.

Passemos ao próximo item.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 652 DE 2007

– Terminativo -

Altera as Leis nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para estabelecer que os agentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) concedam, a critério dos mutuários, financiamento de até cem por cento do valor da avaliação do imóvel para famílias com renda de até quatro salários mínimos.

Senador Armando Monteiro, eu pediria que V. Exª permanecesse. É o último terminativo.

Autoria: Senador Marconi Perillo.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Pela rejeição do projeto.

O relatório já foi lido pelo relator na 66ª reunião, realizada em 29 de novembro, ocasião em que foi concedida vista ao Senador Aloysio Nunes.

Pergunto se alguém deseja fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Eu designo o Senador João Ribeiro como relator *ad hoc.* Deseja fazer uso da palavra, Senador?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Só para manter o voto que já foi lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador João Ribeiro.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação nominal o projeto.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador João Ribeiro é o relator.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Foram 14 votos NÃO.

Está rejeitado o projeto.

Com as bênçãos de Deus, conseguimos concluir a pauta desta egrégia terça-feira.

Muito obrigado aos Senadores presentes.

Declaro encerrada esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião encerra-se às 11 horas e 35 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia dezenove de novembro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP, com a presença do Senador Paulo Bauer e da Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente da CASEMP. Deixam de comparecer os demais membros. Registra presença o Senador Cristovam Buarque. A Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública do Ciclo de Debates em Defesa do Emprego e da Previdência Social para tratar do tema "Cotas para negros e pessoas com deficiência no mercado de trabalho", em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2011-CASEMP de iniciativa desta Presidência, com a presença dos seguintes oradores: Frei David Santos, O.F.M (Ordem dos Frades Menores), Diretor Executivo da Educafro – Educação e Cidadania para Afrodescendentes; Nilson Bruno Filho, Defensor Público Geral do Estado do Rio de Janeiro; Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho; Andrea Nice Silveira Lina Lopes, Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho – COORDIGUALDADE; Isau Chacon, Diretor pela União Geral dos Trabalhadores do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial – INSPIR, Representante da Presidente do INSPIR, Senhora Cleonice Caetano Souza; Margareth de Castro Tomazett, Assessora Técnica do SENAI/Goiás, Representante do Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Senhor Robson Braga de Andrade; Janilton Fernandes Lima, Advogado da Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, Representante do Presidente da CNC, Senhor Antonio José Domingues de Oliveira Santos; Arilton Rocha de Sousa, Gerente de Relações Institucionais do Walmart; Renato Ferreira, Assessor Parlamentar da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Lucilia Laura Pinheiro Lopes, Mestre em Ciências Sociais e Professora Voluntária da Educafro – Educação e Cidadania para Afrodescendentes; Leandro Santos, Engenheiro e Coordenador da Educafro – Educação e Cidadania para Afrodescendentes. Justificaram ausência os Senhores Moisés Bauer Luiz, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE e Murilo Portugal Filho, Presidente da Diretoria Executiva da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN. Usa da palavra o Senador Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da CASEMP

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para tratar do tema "Cotas para negros e pessoas com deficiência no mercado de trabalho", em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2011, de iniciativa deste Senador e outros.

Foram convidados para este evento Frei David Santos, Ordem dos Frades Menores, Diretor Executivo da Educafro – Educação e Cidadania para Afrodescendentes; Nilson Bruno Filho, Defensor Público Geral do Estado do Rio de Janeiro; Andrea Nice Silveira Lina Lopes, Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho – Coordigualdade; Isau Chacon**,** Diretor pela União Geral dos Trabalhadores do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial – Inspir; Margareth de Castro Tomazett**,** Assessora Técnica do Senai/Goiás; Janilton Fernandes Lima**,** Advogado da Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; e Arilton Rocha de Sousa**,** Gerente de Relações Institucionais do Walmart.

Esta nossa audiência pública, como acontece todas as segundas-feiras, é transmitida, ao vivo, para todo o Brasil.

Eu, como é de praxe, vou fazer uma introdução para situar os nossos telespectadores sobre o tema de hoje.

Bem, faremos uma reflexão aqui, com lideranças, sobre dois temas de extrema importância para a sociedade brasileira e para aqueles que lutam contra todo tipo de discriminação, preconceito e que querem uma sociedade justa, libertária e igualitária.

Em seguida, hoje à tarde, às 15 horas, na Comissão de Direitos Humanos, que a gente preside também, vamos debater os dez anos do sistema de ações afirmativas nas universidades públicas.

A junção desses dois temas no dia hoje deve-se à proximidade da entrada, naturalmente, da primavera, porque lembramos muito o dia 21 de setembro, que também é o Dia Nacional das Pessoas com Deficiência. Eu sou autor da lei que institui essa data. Lembramos que essa data, o dia 21 de setembro, foi escolhida por dar início à estação mais bonita, pelo menos para mim. É a estação das flores, do verde, enfim, a primavera, que lembra toda a diversidade do nosso planeta. Nós todos que lutamos, peleamos pela defesa do meio ambiente sempre falamos da comunidade indígena e também da história bonita dos quilombolas, que dedicam também grande parte da sua vida à defesa do meio ambiente. Enfim, a beleza, a pluralidade da nossa sociedade, em que negros, brancos, indígenas, orientais, pessoas com deficiência, a livre orientação sexual, a liberdade religiosa, homens, mulheres, crianças, jovens, adultos, idosos formam essa enorme flora.

As pessoas com deficiência querem ser sujeitos da sua própria história, por isso apresentamos e aprovamos aqui. no Senado, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que irá beneficiar em torno de 28 milhões de pessoas. Apresentei o texto na Câmara, reapresentei aqui, no Senado; depois, nós o readaptamos à luz, como falamos, da Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência. Eu sempre digo que a natureza respeita as diferenças. Inclusive é a capa do nosso Estatuto, que tramita agora na Câmara e já foi aprovado aqui no Senado.

É sempre bom lembrar que o estudo *Retratos da Deficiência no Brasil*, da Fundação Getúlio Vargas, demonstra esses dados. Há em torno de 28 milhões de pessoas; desses, apenas 2% são pessoas que efetivamente avançaram na busca do seu espaço na sociedade. Esse estudo da Fundação Getúlio Vargas avança ainda mais e demonstra que, no Brasil, as pessoas com deficiência recebem em torno de R$643,00. Não vamos nos aprofundar tanto nessa questão da pessoa com deficiência, porque teremos uma reunião especial, também, na próxima terça ou quarta feira, um debate específico da situação das pessoas com deficiência.

Mas, voltando ao tema específico de hoje, é bom lembrar que o Brasil possui uma dívida histórica, jurídica e moral com o povo negro, com os descendentes dos escravos. É importante a execução de um raio X sobre a situação do negro no Brasil para entendermos melhor. Temos um levantamento dinâmico, demográfico da população negra brasileira, que mostrou que a população que se autodenomina negra é majoritária no Brasil, mas que também é jovem, muito jovem; tem mais filhos e está mais exposta à mortalidade, e a violência contra os jovens negros é alarmante.

Atualmente, o Ipea demonstra que a população negra chega a 97 milhões de pessoas, conforme o censo de 2010. Isso se deve ao envelhecimento maior de toda a nossa população, de brancos e negros.

A pesquisa aponta, ainda, que o percentual de negros mortos, com idade entre 15 e 29 anos, é bem

maior do que entre aqueles que não são negros. A faixa etária representa quase 10% dentre as mortes anuais de homens negros, enquanto que, para aqueles que não são negras, é de 4%.

Os pesquisadores do Ipea entenderam que o jovem negro morre mais por estar mais exposto à violência, isso porque – segundo eles – causas externas, como assassinatos e acidentes, é o motivo que mais mata pessoas do sexo masculino entre os negros, conforme dados do sistema de informação sobre mortalidade, publicados ainda em 2007.

Os homicídios correspondem a 57% dos óbitos entre os homens da população negra, tanto no levantamento do Ministério da Saúde, de 2011, quanto no de 2007.

Entre a população não negra, apesar de a violência ser a principal causa das mortes de homens, 35,3%, o número caiu em 2007 para cerca de 30%, sendo superado pelos acidentes no trânsito; esses avançam na ordem de 35%.

Em relação à estrutura familiar, o Ipea aponta que, conforme dados do Pnad de 2009, há mais mulheres sozinhas, morando com os filhos, entre os negros. Elas representam 17,7% do total da estrutura familiar de sua raça no País. Entre aqueles que não são negros, baixa para 13,14%.

Todos sabem quanto peleamos juntos, aqui, vocês da Educafro, o Frei David e outros, que ajudaram muito para que a gente aprovasse o Estatuto da Igualdade Racial, projeto também de nossa autoria. Foi uma conquista, mas eu coloco que não foi tudo aquilo que queríamos, mas, com certeza, foi um avanço.

Lembro, aqui, que o art. 39 dessa lei diz: "A igualdade de oportunidades, mediante a adoção de políticas e programas de formação profissional, de emprego e de geração de renda voltados à população negra".

Além da regulamentação do Estatuto, queremos que a iniciativa privada, assim como a Febraban e o instituto que institui o mapa da diversidade e um programa de valorização da diversidade, assuma as diretrizes da lei quanto a qualquer tipo de discriminação e que isso esteja, de fato, no caminho da promoção da igualdade.

Termino, dizendo, como diria Nelson Mandela, que "devemos promover a coragem onde há medo; promover acordo onde existem conflitos; e inspirar confiança onde haja desespero".

Com esta rápida introdução que fiz aqui, falando das duas audiências que teremos na parte da manhã e à tarde, e outra na quarta, que irá tratar especificamente sobre a questão das pessoas com deficiência, nós vamos iniciar a nossa audiência pública.

De pronto, chamamos para compor a Mesa Frei David Santos, Ordem dos Frades Menores, Diretor-Executivo da Educafro. (*Palmas.)*

Seja bem-vindo, Frei David!

Nilson Bruno Filho, Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro. (*Palmas*.)

Já está aí o Nilson? (*Pausa*.)

Não, não está. Parece-me que o vôo do Nilson está atrasado.

Andrea Nice Silveira Lina Lopes, Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho – Coordigualdade; (*Palmas*.)

Isau Chacon, Diretor pela União Geral dos Trabalhadores do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial – Inspir; (*Palmas*.)

Convidamos, também, Margareth de Castro Tomazett**,** Assessora Técnica do Senai/Goiás; (*Palmas*.)

Janilton Fernandes Lima, Advogado da Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; (*Palmas*.)

Arilton Rocha de Sousa, Gerente de Relações Institucionais do Walmart. (*Palmas*.)

Está presente? (*Pausa*.)

O avião atrasou, mas está chegando também. A culpa é toda do avião.

Como eu já fiz uma rápida introdução, vamos iniciar os nossos debates. Vou seguir a ordem de inscrição e inicio pelo Frei David. São dez minutos para cada um, com uma tolerância de mais cinco minutos.

Então, Frei David Santos, da Educafro, com a palavra.

O SR. DAVID SANTOS – Cumprimento a todos que estão assistindo à TV Senado, cumprimento a todos os participantes desta audiência pública e quero dizer que para nós é motivo de alegria ver o nosso Senado, mais uma vez, assumindo essa causa. Trouxemos a palestra em Power Point e, como o tempo é curto, vamos iniciar logo a projeção. Peço a equipe para já colocar o Power Point.

Entendemos que a questão do mercado de trabalho e a comunidade negra vivem um momento muito nobre no Brasil, porque a sensibilidade cresce nos quatro cantos do poder, do poder que gera emprego.

O tema da audiência: "Em que a inclusão no mercado de trabalho avançou?". Nós vamos ter com bastante detalhe, se Deus quiser, o setor supermercadista, representado pelo Walmart, nos falando.

A comunidade negra fez reuniões de pressão com esse setor, com o Carrefour, por exemplo, inclusive provocou o respeito do Carrefour com referência a indenização das vítimas de discriminação. O Pão de Açúcar também. Parte das vítimas – por serem negras,

foram injustamente discriminadas – foram indenizadas e outra parte continua em processo, que alguns chamam de "enrolação". Ao Walmart a gente pergunta – e espero que quando ele chegar aqui nos responda – em que pé está a questão das várias vítimas que foram discriminadas no Walmart.

Isso com referência à discriminação direta. Agora, para nós é importante saber, em todo o setor supermercadista, como é que está a empregabilidade do negro, porque grande parte dos cargos importantes é ocupado por brancos. E nós sabemos que o Brasil, um País bonito e diverso, quer ter todas as etnias participando de todos os cargos.

CNC, Confederação Nacional do Comércio. Nós vimos alguns avanços setorizados. Por exemplo, a Camisaria Colombo, que tem uma rede de camisarias no Brasil, ela adotou cotas para negros. Se não me engano, são 22% de cota nas redes da Camisaria Colombo; isso é algo fantástico.

O Sindicato dos Comerciários de São Paulo conseguiu negociar com os patrões e todo o comércio de São Paulo ligado a esse sindicato tem plano de inclusão. Inclusive, queremos conferir com o sindicato como é que isso está, como está a conferência dos resultados concretos.

CNI, Confederação Nacional das Indústrias. A CNI acabou de lançar dados recentes – e espero que eles apresentem aqui para nós, porque tenho dados anteriores. A CNI, Confederação Nacional das Indústrias, fez uma pesquisa com as 500 maiores empresas do Brasil. No quadro funcional, enquanto no Brasil, nós, brasileiros, somos 50,8%, nas 500 maiores empresas somos apenas 26% dos contratados. Isso é um mau sinal.

Em quadro de gerentes: no Brasil, somos 50,8%; e, nas empresas, apenas 9%. No quadro de executivo, somos apenas 3,4%.

Então, são dados preocupantes e tenho certeza de que a CNI vai procurar trabalhar isso com garra.

Nós falamos tudo isso a partir da OIT, da Organização Internacional do Trabalho, as convenções trabalharam bastante isso. A Convenção 100, por exemplo, foi promulgada em 1951 e parte, grande parte dos direitos trabalhistas previstos em 1951 o Brasil ainda não botou em prática. Em 1951!

A Convenção 111, que foi aprovada em 1958, também grande parte das questões o Brasil ainda não colocou em prática.

A Convenção 169 foi promulgada mais recentemente. Também, muita coisa não foi colocada em prática.

Para nós, mais uma vez, nos preocupa o fato de a Febraban não marcar presença. Essa é a segunda audiência que o Senado convoca a Febraban para dialogar com a sociedade, mostrando os dados concretos da inclusão, e a Febraban foge da conversa com a sociedade.

Isso demonstra, na minha opinião, que tudo aquilo que a Febraban fez, um plano bonito de inclusão, muito bem desenhado e muito bem traçado, nada daquilo saiu do papel. Isso nos preocupa e convocamos a Febraban para não ser omissa. Se está tendo dificuldade de concretizar o projeto de inclusão, converse conosco. De repente, a comunidade negra, o Senado vão ajudar a Febraban a enfrentar as dificuldades.

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, permita-me? Eu iria fazer a colocação no final, mas tenho que, mais uma vez, justificar que o diretor – se não me engano, foi o Vice-Presidente que me ligou – da Febraban nos ligou, colocando-se à disposição para continuar esse diálogo. Ele apenas me disse que tinha uma viagem para o exterior e que tem ido inclusive, segundo ele, às reuniões da Câmara e que está totalmente aberto ao diálogo.

O que nós podemos fazer, e tenho a preocupação, é que esta audiência pública seja muito mais do que marcar uma posição, que ela avance na linha do diálogo e de nós construirmos algumas saídas, inclusive com a Febraban.

Vou propor que os expositores façam e exponham aqui o seu ponto de vista e que nós marquemos uma reunião de trabalho com a Febraban. Vamos marcar. Ele ficou, inclusive, de mandar um representante. Não sei se já chegou aqui. Ele ficou de mandar um representante. O representante viria aqui, assistiria ao debate... Não vai falar por ele, mas vai assistir a todo o debate e, no fim desta reunião, eu vou dialogar com ele para marcar uma reunião de trabalho para avançarmos; e, depois da reunião de trabalho, nós marcaremos outra audiência pública. (*Palmas*.)

O SR. DAVID SANTOS – Por volta do ano 2000, vários debates da comunidade negra com os bancos, especialmente o Banco Itaú.

O Instituto Iara – outro órgão da comunidade negra que luta por justiça e direitos trabalhistas – pressiona o Ministério Público do Trabalho exigindo que o mesmo abra processos contra todos os bancos.

O Sindicato dos Bancários começou a pautar isso com muita garra também. Portanto, alguma coisa avançou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está presente aqui conosco o representante do Walmart. Convido-o para que venha para a mesa de imediato. (*Palmas*.)

O SR. DAVID SANTOS – Anos 2000 e 2001, a Educafro solicita diálogo com os bancos. Pequeno e tímido avanço no antigo Banco Real; outros bancos ensaiam alguns passos, mas muito tímidos, sem avançar na concretude.

Ano 2003, depois de se cansarem em tentar dialogar e não conseguirem diálogo, 100 negros e negras, durante quatro meses, fizeram treinamento e ocuparam uma agência do Banco Itaú. Infelizmente, foi a única maneira de fazer o banco perceber que o negro não aceitava essa exclusão na rede bancária.

A polícia fortemente armada cercou a agência, cercou os ocupantes, foram três horas de muitos conflitos e diálogos. Mas o bacana é que, a partir dali, a coisa avançou. O Itaú reconheceu a luta e criou um plano de inclusão só para o Itaú. Para vocês terem idéia, em 2003 – essa ocupação do Banco Itaú foi em novembro –, o Banco Itaú tinha contratado em todo Brasil apenas 153 negros e negras. Em 2004, após essa ocupação, o banco Itaú contratou 2.790 negros. Ou seja, ele reconheceu que estava sendo omisso. E nós entendemos que esse é o caminho. (*Palmas.*)

Anos de 2004 e 2005, a Educafro, Iara e outras entidades pressionam o Ministério Público do Trabalho para abrir ação contra todos os bancos. O MPT adota a estratégia de abrir cinco ações apenas no Distrito Federal. A Educafro fez uma manifestação no ato da impetração das cinco ações e os juízes negaram as ações com sentenças vergonhosas.

Gente, olhem só! Os juízes negaram as ações, mandaram arquivar as ações com sentenças que, acho – tenho certeza –, se esses mesmos juízes fossem ler as sentenças deles hoje teriam vergonha do que fizeram. Como é um perigo no Brasil juiz tomar decisão sobre assunto novo que ele não conhece! Para ter uma idéia, todos os cinco juízes tiveram a ousadia de dizer: "não reconheço dados estatísticos como discriminação institucional. A discriminação é pessoal; institucional, eu não aceito".

Isso é argumento para um juiz fazer em uma sentença? Merece até uma tese de doutorado para discutir o erro que os juízes cometem, grosseiramente, contra o povo a partir de sentenças mal pensadas.

Ano de 2005, com a derrota de nossas ações no Tribunal de Justiça a Educafro faz uma representação contra a Febraban na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Só a partir dessa representação da Educafro é que a Febraban começa a assumir a causa. Antes, só o Banco Itaú e outros bancos tinham algum trabalho sério de respeito ao negro.

A Febraban começa uma posição a partir do momento que acionamos a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. A Febraban é tímida e começa um rico processo de convencimento que duram dois anos. Ou seja, depois que eles perceberam o erro deles, percebemos que houve uma pesquisa muito bonita, muito bem elaborada. Pensei que iriam vir os representantes da Febraban e não trouxe os dados das pesquisas deles, mas vale à pena ver no *site* deles.

Em 2008, a Febraban concluiu um levantamento em todos os bancos particulares e públicos do Brasil, revelando uma escandalosa exclusão de negros, mulheres e pessoas deficientes. Escandalosa exclusão.

Sonho em ver a imprensa revelando essa pesquisa da Febraban. Ela foi feita e está mais ou menos escondida. Seria importantíssimo a imprensa pegar os dados centrais da pesquisa e revelar para a sociedade.

Alguns dados da exclusão: Negros. Somos 51% da população brasileira e só 19% de negros, entre todos os contratados das agências bancárias do Brasil, estão presentes. Ou seja, o número de negros nas agências do Brasil inteiro não chega a 20%, isso num país que tem 51% de afro-brasileiros. Esse dado é escandaloso.

Apenas 8 de cada 100 mulheres empregadas nos bancos são negras. Gente, olha só: apenas 8 de cada 100 mulheres empregadas na rede de bancos do Brasil são negras. Isso é um atentado contra a nação. Um país que ama o seu povo permite igualdade para todos.

Formação *versus* salário inferior: a renda salarial dos negros, nos bancos, é 64,2% inferior à dos brancos.

Cor *versos* ascensão: apenas 20,6% dos negros em cargos funcionais conseguem ser promovidos. Esse é outro dado preocupante.

Tempo de contratação: 63,05% dos negros têm em média oito anos de trabalho nos bancos. Por quê? A primeira ocupação de uma agência bancária, realizada pela Educafro, foi em 2003. Para 2011, que estamos atualmente, equivale a oito anos. Ou seja, o que realmente fez os bancos acordarem para a exclusão foi a ocupação da agência bancária.

Agora, algumas entidades negras, não a Educafro, estão planejando fazer isso com indústrias e com o comércio, para fazer avançar a questão da inclusão do negro nesses espaços também.

Na Febraban deu certo. Só avançou com a ocupação.

A nossa expectativa, com a audiência pública de hoje, é que todos os representantes aqui das indústrias e do comércio consigam perceber que vale a pena respeitar o povo negro no diálogo, sem precisar ocupação. Eu terei o maior prazer, enquanto entidade Educafro, de reunir uma comissão do Educafro e negociar com as outras entidades que querem ocupar indústrias e comércios para não deixar ocupar.

Os poderes econômicos e políticos só funcionam sob pressão. A Febraban foi pressionada, lançou um

plano de inclusão. Agora, queremos uma reunião com a Febraban para avaliar os resultados. E eu espero que a Febraban leve a sério a proposta feita ao Senador de querer dialogar.

Por que a Febraban está ausente desta audiência pública? Estaria a Febraban esperando que ocupemos outra vez outra agência bancária? Estamos em Brasília para exigir ações concretas e esperamos que a Febraban leve a sério. O fato de as empresas, a CNI e a CNC, estarem aqui é sinal de que levam a sério o nosso trabalho. (*Palmas*.)

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim**.** Bloco/PT–RS) – Passamos a palavra, de imediato, ao Sr. Nilson Bruno Filho, Defensor Público Geral do Estado do Rio de Janeiro.(*Pausa.*)

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim**.** Bloco/PT—RS) – Então, passamos, neste momento, para a Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional de Promoção de Igualdade de oportunidades e Eliminação de Discriminação no Trabalho, Coordigualdade, Andrea Nice Silveira Lima Lopes.

A SRª ANDREA NICE SILVEIRA LIMA LOPES – Boa tarde, Senador Paulo Paim, pessoa na qual cumprimento todos os integrantes desta Mesa e todos os presentes.

Eu tenho dez minutos; então, vou passar um panorama e tentar compartilhar com os senhores todo o trabalho do Ministério Público e as preocupações e os problemas que estamos tendo hoje.

O Ministério Público é o defensor da lei. Hoje, nós temos uma legislação no tocante a pessoas com deficiência e o cumprimento de cotas. O que estamos vislumbrando? Qual é o problema que estamos constatando hoje? Desde a edição da lei – após, na verdade, o decreto, que é de 1999 –, foram abertos diversos procedimentos para o cumprimento da cota, que é de 2% a 5%. Ficamos um período no limbo, sem conseguir a inclusão dessas pessoas. Em alguns anos, conseguimos efetivar essa contratação. E, hoje, o que constatamos é que há um decréscimo nessa contratação.

É claro que existe a resistência de algumas empresas. Isso é certo. Elas impõem várias limitações para essa contratação. Mas, ao mesmo tempo, vislumbramos que aquelas empresas que estão fornecendo curso de capacitação para pessoas com deficiência não estão tendo nenhum candidato. Então, precisamos trabalhar junto com todas as entidades que trabalham com pessoas com deficiência para vislumbrar ou tentar resolver essa problemática.

Onde estão as pessoas com deficiência?

O benefício da prestação continuada, que há pouco tempo teve toda uma mudança em suas regras; a Lei nº 1.097, que é a lei de aprendizagem, que prevê também a aprendizagem de pessoas com deficiência sem limitação de idade. Teve alguma mudança nesse sentido? Teve. O fato é que estamos com dificuldades na contratação dessas pessoas com deficiência. Hoje, não estamos conseguindo cumprir essa cota não só pela resistência das empresas, mas também não estamos tentando fazer a junção dessas empresas com todas as entidades que trabalham com essas empresas, não sei se através de um cadastro nacional, não sei se através de uma comunicação mais direta. O fato é que não estamos conseguindo essa contratação.

E aí vêm várias situações que podem ser colocadas no tocante a essa problemática: a questão do benefício da prestação continuada; a questão da capacitação, que não é um problema hoje de pessoas com deficiência, é um problema de todos os nossos trabalhadores não só em relação à educação formal, mas também em decorrência de todos os avanços tecnológicos – hoje, é uma situação que está posta e temos que trabalhar com isso.

Também, eu entendo que é essa falta de comunicação com as entidades e com as empresas. Hoje, a maioria das nossas ações, em que pese a tutela antecipada... O que é a tutela antecipada? Eu peço ao juiz e, antes que saia uma procedência ou improcedência, ele diz: você tem dois ou três meses para fazer essa contratação. Nós temos que ter em mente que cota, seja lá qual for, significa que a empresa vai ter que destinar determinada vaga de emprego para aquelas pessoas. Só que não são pessoas que estão lá para que a empresa faça um favor para alguém. São pessoas produtivas. Todas elas são produtivas. Só que, se eu tenho mil empregados e tenho que preencher uma cota de 50 empregados com pessoas com deficiência, não preciso ter 1.050 empregados. Então, essa variante vai ser na medida em que essas vagas forem surgindo. Por exemplo, na cota racial, quando eu penso na cota, eu não posso imaginar que a empresa que precisa de mil vai precisar contratar 200, 300, porque ela não tem que fazer esse favor. E eu também não posso dispensar 800, 700, para esse cumprimento. Então, isso tem que ser gradativo, isso tem que ser conversado, de maneira que isso seja efetivado e feito da maneira menos dolorosa possível. Isso é o que temos hoje das pessoas com deficiência. Temos evoluções? Temos evoluções, mas o fato é que há um decréscimo nas pessoas com deficiência.

No tocante à cota racial, como eu comecei a minha fala, o Ministério Público é o defensor da lei. Então, não há obrigatoriedade hoje. A não ser lei es-

tadual que prevê essa cota – isso eu estou falando para o privado –, não temos um regramento hoje que permite ao Judiciário obrigar determinada empresa a cumprir a cota. O que temos e estamos trabalhando há algum tempo com isso? A promoção da igualdade é um projeto que tem aproximadamente seis anos e que fala exatamente sobre discriminação indireta. Foi mencionado pelo Frei David aqui que, se eu tenho determinado número de empregados, e se, desses, 80% ou 90% são brancos é porque existe algum tipo de discriminação, que chamamos discriminação indireta, à entrada dessas pessoas. E não é um problema só na admissão desses trabalhadores; é também de ascensão. Nós temos número reduzido na contratação e número mais reduzido ainda na ascensão. Isso é muito gritante quanto ao homem negro e à mulher negra. É hoje na escala o que temos de uma situação mais delicada, mais sensível.

Nós temos que ter esses dados, assim também as empresas. O que foi verificado? Uma inconsistência de dados. A grande maioria das empresas não tinha idéia dessa situação. Então, eu chego para ser admitida no emprego e por razões outras, por questões de capacitação, por questões culturais e históricas, não há essa contratação. Então, diretamente, eu não contrato porque é negro; mas, quando vejo os números, vejo que tenho que dar atenção especial para aquilo, porque, de uma forma ou de outra, não está entrando no mercado de trabalho.

Nosso primeiro problema foi a inconsistência de dados. Num primeiro momento esse projeto foi trabalhado com os bancos. Foram chamados os bancos e eles tiveram que trabalhar com todos os dados. Desses dados, fez-se uma estatística. São 100 pessoas contratadas; dessas pessoas, 20% ou 10% são negros, dessas pessoas tem tantos por cento.

Por que dentro do projeto foi proposta ação no Distrito Federal? Porque, na área jurídica e no tribunal do Trabalho especificamente, entendeu-se que todas as ações propostas no Distrito Federal, qualquer situação que fuja dos Estados, tenha dois ou mais Estados, essas ações são propostas no Distrito Federal. E as ações aqui propostas valeriam para todo o País.

Então, qualquer decisão que saísse do Distrito Federal valeria para todo o País. Por isso, cinco ações contra os cinco maiores bancos, mas que valeria. O Judiciário, num primeiro momento, não foi sensível a nossa causa. Nós tivemos resistência. Todas as ações foram julgadas improcedentes. Mesmo com a improcedência dessas ações foi feito um novo projeto com o setor de supermercados, que estamos trabalhando hoje. Começamos todo o processo de novo e reparamos em todas as empresas o problema de inconsistência de dados. Eles não têm noção ou ciência do que tem dentro da empresa nesse tocante. Então, todas trouxeram os processos e estamos fazendo os dados estatísticos.

Da mesma forma que a Febraban chamou para si essa situação com os bancos, a Associação dos Supermercados também o fez. Tivemos até uma reunião em São Paulo. Então, eles estão tentando, bem no começo, trabalhar com esses dados e trabalhar com ações afirmativas; do outro lado, nós temos todos esses procedimentos também que estão tendo andamento regular. Estamos precisando também dessa questão estatística.

É interessante dizer o seguinte: nessa questão de cota e na questão de estatística, nós temos que considerar também os Estados. Eu sou do Estado do Paraná. A minha cota, se é que posso dizer assim, é relativizada por causa do número da população. Por isso que os dados estatísticos são estaduais, dependendo do nível de IDH.

O que é interessante colocar, fazendo todo esse panorama e já com o período esgotando: não dá para falar em cota e não só para empresa privada. No meu concurso, há cota para deficientes, e ela não é preenchida. Não tenho idéia, nos últimos concursos, não tenho ciência se passou uma pessoa com deficiência. Não dá pra falar em inclusão sem falar em capacitação e educação. É interessante que quando nos sentarmos todos estejam...

Quando penso na inclusão da pessoa no concurso público, que é uma demanda agora do frei – ele colocou para a gente na semana passada –, não adianta se eu não falar em educação, não adianta se eu não falar em capacitação. Isso é visível nos procedimentos. Nós não precisamos – e aí eu me incluo nessa – de favor. Somos produtivos. Mas precisamos fazer interface com a educação, que é o que a gente sente hoje que falta no caso concreto.

Obrigada a todos. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim**.** Bloco/PT – RS) – Obrigado, Drª Andrea, que destacou a importância de as cotas serem efetivamente aplicadas no processo de formação e educação.

Seguindo a ordem, vou passar a palavra ao Defensor Público Geral do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Nilson Bruno Filho, por dez minutos, mais cinco, para que ele coloque seu ponto de vista sobre o tema.

O SR. NILSON BRUNO FILHO – Bom dia a todos. É uma honra muito grande estar aqui. Cumprimento todos na figura extraordinária do nosso Senador Paulo Paim.

Quero dizer, em primeiro lugar, que esse tema é extremamente instigante. Quando Frei Davi me con-

vidou para fazer parte desta jornada não pensei duas vezes, até porque sinto e senti na pele a necessidade das cotas.

Digo isso porque hoje sou Defensor Geral do Estado do Rio de Janeiro. É a maior Defensoria Pública do País e, eu ousaria dizer, é a maior do mundo, porque não temos notícia de haver no mundo defensoria maior que a nossa. Somos 800 Defensores e, pasmem, nesse universo de 800 Defensores não temos doze negros.

É extremamente difícil, porque me deparei, na minha primeira designação, em Piraí, onde há seis ou oito meses não tinha Defensor, quando cheguei em Piraí, senti certa perplexidade das pessoas ao me verem. Tenho certeza absoluta que eles esperavam lá outra pessoa que não um negro. Não tenho dúvida disso. E, talvez por ignorância, ou não, a minha dificuldade só aumentou, porque eu tinha que demonstrar para as pessoas que o negro é tão ou mais capaz que qualquer outro. (*Palmas*.)

Obrigado. Isso dificultava porque, em dado momento, eu não poderia dizer para o assistido que a sua causa não tinha sido vencedora por esse ou aquele motivo. Eu tinha que praticamente ganhar todas as causas. É óbvio que ninguém ganha todas as causas, mas eu fico muito orgulhoso de dizer para vocês que hoje sou cidadão piraiense. Ganhei o título de cidadão piraiense exatamente pelo reconhecimento do trabalho que ali foi desempenhado e que me ajudou a alçar a condição de Defensor Geral. Por quê? Porque na Defensoria há eleição para o cargo de Defensor Geral. Então, é extremamente difícil convencer as pessoas da sua capacidade no órgão de atuação; muito mais no órgão de administração, porque, aí sim, eu não tinha nenhuma experiência administrativa. Consegui não só a confiança dos assistidos, que são os nossos clientes, mas também dos meus pares, em virtude do meu desempenho.

Costumo brincar com os meus colegas, dizendo que os negros não votaram em mim, porque, num universo de 800, não havia praticamente negros. E eu costumo dizer que sou do grupo do eu sozinho, eu e mais doze colegas.

Quando vou a um restaurante com meu filho e me deparo com a população daquele restaurante, falo para o meu filho: "Estamos sozinhos, somos apenas nós". Ele tem esta consciência de hoje chegar para mim e dizer: "Pai, olha, só estamos nós neste local". Isso me causa inquietação muito grande. Penso que, se não acordarmos rapidamente para essas questões, vai ficar extremamente difícil. Ficaremos cada vez mais sozinhos, até que talvez não cheguemos a lugar algum.

Em 1888, nos deram a liberdade: "Tchau! São livres". Mas que liberdade é essa se você não pode votar, se não tem acesso à educação, se não tem acesso às coisas boas da vida? Costumo dizer também que conforto só é ruim para quem não tem; todos nós queremos e temos direito a conforto, educação de qualidade, saúde de qualidade, segurança. E isso não acontece hoje. E não venham me dizer, Senador, que a questão da cota hoje envolve apenas os pobres. Eu ouço isso o tempo todo. Só não conhece a questão que a gente vê, principalmente de um preconceito velado que temos no nosso País, com mais de 70% da população eminentemente negra, só não percebe isso quem não tem a cor da pele negra, porque todo momento somos testados, questionados e, no mais das vezes, humilhados. Alguns têm toda condição de se defender. É o que acontece comigo hoje: hoje eu posso me defender, porque tenho curso superior... Sou o primeiro na minha família a ter curso superior, sou o primeiro na minha família a passar num concurso público de nível superior, sem cotas. Mas exigir do negro comum – não que eu seja extraordinário – que ele tenha de se submeter a diversas lutas, extremamente delicadas, difíceis é exigir demais. É exigir demais. (*Palmas*.)

Então, chega o momento em que você deve ter algum tipo de acesso. E não digo de facilitação. Alguns dizem facilitação, mas eu não digo facilitação, é acesso. Nada acontecerá gratuitamente. Quando falamos das cotas, elas chegarão, mas teremos metas a cumprir, seja na Medicina seja no Direito. No concurso há um coeficiente, há um limite a ser alcançado. Então, nada virá de graça. Nada será, de certo modo, facilitado, até porque alguém já pagou a conta lá atrás. Essa conta já foi paga. Só que não estou vendo aqueles que hoje defendem de forma claramente e dizem: "Não, eu não sou racista, mas a cota tem de ser para os pobres, não efetivamente para os negros". E eu ousaria dizer que a grande maioria dos negros... Estamos falando de pobres, é a grande maioria. Então, sem qualquer demagogia, esse é um direito nosso, sim.

Eu poderia vir aqui, hoje, e dizer que sou contra cota para negros porque eu consegui chegar sem as cotas. Eu consegui. Mas Deus sabe o que eu tive de fazer para chegar aqui! Os meus irmãos não conseguiram chegar.

Chegou um dado momento na minha vida, com 9 ou 8 anos, que eu falei: "Eu não quero mais abrir a panela e não ter nada lá para comer". Porque as pessoas falam: "Eu já passei fome. Eu sinto fome". Mas é aquela fominha de quem acorda às 8 horas da manhã, toma o café da manhã, e às 3 horas da tarde está com fome. As pessoas acham que fome é isso. Fome são semanas...

Só para concluir: chegou um dado momento que eu falei: "Eu não quero mais isso". Nove ou 8 anos de idade! E aí via os jornalistas, todos brancos, na televisão; e via os negros fazendo papel de escravos ou de domésticos. Eu não quero isso. Eu quero fazer parte também dessa coisa legal, de ser admirado.

Até que, com muito sacrifício, fui para uma universidade particular, em que ganhava um valor que eu tinha de...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. NILSON BRUNO FILHO – Exatamente. Tudo! Na realidade, ganhava dois meses de salário para pagar um mês. Aí, descobri que havia um coral na faculdade e fui para o coral – sem nunca ter cantado nada – e consegui meia bolsa. Aí, descobri que podia cantar.

Fui indo, fui indo e precisava também de um curso preparatório, porque essa faculdade particular não me preparou suficiente, ou eu não tive força suficiente, porque eu tinha de trabalhar, estudar, pegava trem – morava em Parada de Lucas, subúrbio do Rio de Janeiro. Era uma coisa difícil, porque na sexta-feira os colegas iam para o chopinho, no final do curso, e eu tinha de ir para casa, porque não tinha nem o chopinho e estava com fome. Essa foi a minha vida.

Em 1998, passei no concurso e comecei a respirar novos ares, Mas não esqueci a minha história, não esqueci a minha luta. E a minha luta ainda não terminou. Ela só vai terminar quando eu vir os meus pares, os meus irmãos todos trilhando as mesmas oportunidades, os mesmos caminhos. (*Palmas*.)

Por que nós não merecemos? Só merecemos... Nenhum demérito a outras profissões mais humildes, nenhum demérito. Agora, por que só as humildes? Por que não podemos ter médicos, engenheiros, mais juízes? Ora, por que, na Corte Suprema do País, só temos um negro? Por que, na Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro, só temos, me parece, dois, ou nem dois? No Ministério Público, conheço dois ou três. Tem alguma coisa errada nisso! Tem alguma coisa errada! E isso precisa mudar. Se eu puder, de alguma forma, colaborar, contribuir para essa mudança, Senador, vou contribuir. O que eu puder fazer, aonde eu tiver que ir, eu irei, com muita força e muita vontade.

Então, não há favor algum, não há problema algum com as cotas. Não existe essa história de que a qualidade vai cair. Não vai cair coisa nenhuma, até porque, se eu tivesse as cotas lá atrás, a minha luta, a minha batalha, o meu sacrifício teria diminuído e talvez eu conseguisse contagiar outros pares para virem comigo. Muitos deles ficaram no meio do caminho porque as oportunidades foram impiedosas.

Eu não sou super-homem, eu não sou. Eu coloquei uma meta na minha frente e fui atrás. Só que eu reconheço que, em muitos momentos, pensei em parar. Em muitos momentos! Em muitos momentos, eu pensei em desistir, porque também sou ser humano, também sofro, também senti na pele. Então, eu vejo que, com a capacitação, com a oportunidade de emprego, acho que vamos poder ir além.

Por isso, digo aqui, Frei, Senador: à frente da Defensoria Pública hoje, com um decreto do Governador Sérgio Cabral no sentido da separação, da limitação de 20% para as cotas, terei uma honra muito grande de, no próximo concurso, fixar essas cotas para negros na Defensoria Pública. (*Palmas*.)

Para terminar, Senador. Para o estágio também – é a mesma coisa – teremos, agora, ainda este ano. Vou abrir, este ano ainda, concurso para estágio da Defensoria e cotas para negros, 20%. (*Palmas*.) E o que eu puder fazer sem cotas, também farei, até porque essa questão para nós é emblemática.

O Frei David – para terminar mesmo – esteve, há cerca de dois meses e meio, três meses e meio, comigo lá na Defensoria, me visitando, e ele presenciou que eu dava o primeiro emprego a um egresso, também negro, na Defensoria Pública. Isso foi emblemático, histórico.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. NILSON BRUNO FILHO – Para aquele que cumpriu pena, a dificuldade para o emprego é ainda maior. Foi preso e é negro? Esse estaria definitivamente alijado da sociedade, e eu tive a coragem de dizer para a sociedade que nós também merecemos uma segunda chance.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Dr. Nilson Bruno Filho, Defensor Público Geral do Estado do Rio de Janeiro, que contou um pouco também da sua trajetória e dos avanços que teremos, no Rio de Janeiro, a partir da sua Presidência.

Falou antes a Drª Andrea.

Agora, fala o Diretor pela União Geral dos Trabalhadores do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (Inspir), Isau Chacon, que aqui representa também, com certeza, o Patah – meu amigo Patah, que é o Presidente da União Geral dos Trabalhadores.

O SR. ISAU CHACON – Bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, nessa luta incansável; gostaria de cumprimentar todo o Plenário e parabenizar pela árdua tarefa. Não é fácil. Já tive a oportunidade de

participar de outros momentos, até mais numerosos, aqui em Brasília e no Rio de Janeiro.

Vou falar em nome do Inspir, que é o Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial, um instituto privado, fundado pelo seu primeiro presidente, o Vicentinho. Hoje, a Cleonice é a nossa presidente. Ela não pôde vir, e eu a estou aqui representando. A Cleonice Caetano é da UGT, dentre outras instituições que ela representa.

O Inspir é um instituto que traz, nas suas obrigações, nos seus fundamentos, uma preocupação muito grande em defender, de fato, gênero e raças. Como não tenho um trabalho, assim, tão bem elaborado como o do Reverendo, vou fazer uma leitura breve aqui, Senador. Serei o mais objetivo possível.

Primeiro, eu gostaria de falar que o Inspir foi criado em 1995, um instituto dedicado à promoção de igualdade e diversidade racial no Brasil, pelas três centrais – a CUT; a CGT, na época, hoje UGT (União Geral dos Trabalhadores); e a Força Sindical –, com apoio e participação da Federação Americana do Trabalho e Congresso das Organizações Industriais (AFL-CIO); e, em Caracas (Venezuela), atualmente, CSA-CSI.

O Inspir foi oficialmente fundado em São Paulo (Brasil), em 1995, quando a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo da organização foram nomeados.

Temos como associados vários sindicatos de São Paulo. Entre tantos sindicatos, o dos gráficos, o do comércio, o Sindicato das Costureiras.

Há um fato aqui que me chama a atenção, de bastante relevância: o Sindicato dos Comerciários de São Paulo foi o pioneiro na inserção de cláusula racial no mercado de trabalho, com a introdução da primeira cláusula, a Cláusula nº 1 da Convenção Coletiva de Trabalho de 2003. Essa cláusula foi, a partir de dezembro de 2003, do Sindicato dos Comerciários do Estado de São Paulo com a Camisaria Colombo Ltda., em que eles conseguiram se comprometer a reservar pelo menos 20% – vamos ficar nos 22%; aqui me deram estatística de 20% – dos seus postos de trabalho destinados a pessoas de cor negra. Isso, de 2003 para cá, vem se perpetuando e, se puder, até crescendo. Então, isso foi do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, depois chegou a tantos outros sindicatos, e é uma preocupação das centrais.

O Inspir já formou em torno de 13 mil sindicalistas com, digamos assim, não digo em nível de igualdade, mas bem acima da cota de 20%, porque lá nós não temos cota; nós temos é uma participação mais heterogênea, e todos participam mesmo do movimento sindical – nós sabemos como é. Só para mulheres é que temos a cota de 30%, quanto ao gênero. Quanto à raça, quanto à cor, nós deixamos o máximo participar.

O nascimento do Inspir foi em 1995, como já falei, mas aí vieram os desafios. Desafios atuais na agenda do combate à discriminação: um, experiência em negociação – o Inspir tem uma grande experiência em negociações; dois, há oficinas do Inspir, principalmente no Norte e no Nordeste, onde há uma preocupação muito grande de trabalhar com aqueles grupos de pessoas mais carentes, de gênero e raças; e o item três são as mesas-redondas nas negociações nas DRTs.

O Instituto pela Igualdade Racial, o Inspir, conseguiu, através de projetos, alterar as Leis nºs 7.716, de janeiro de 1989; 9.029, de abril de 1995; 7.347, de julho de 1985; e 10.778, de novembro de 2003, no seu Capítulo V.

Aí, fala:

Do Trabalho

Art. 38. A implementação de políticas voltadas para a inclusão da população negra no mercado de trabalho será de responsabilidade do poder público, observando-se:

Nesse estatuto se faz a alteração, quando seria só o Poder Público. Evidentemente, chegou-se à conclusão, como foi dito anteriormente, que as empresas privadas, as instituições privadas, as organizações privadas têm obrigação, sim, de manter essas cotas também e, se possível, até ampliar. Esse é o entendimento do Inspir e de quem o representa.

II – os compromissos assumidos pelo Brasil ao ratificar a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1965;

III – os compromissos assumidos pelo Brasil ao ratificar a Convenção nº 111, de 1958, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da discriminação no emprego e na profissão;

IV – os demais compromissos formalmente assumidos pelo Brasil perante a comunidade internacional [e a escolarização].

A escolarização, como foi dito anteriormente aqui, é um dos pontos – vou fazer uma pequena pausa para comentar –, na minha ótica e na ótica do Inspir, que nós representamos – falo pessoalmente, mas falo em nome de uma coletividade –, tem uma preocupação muito grande em observar o que acontece nas escolas.

Todo mundo veio daquele banquinho, lá da pré-escola. Depois o primário... Aí houve uma mudança de nomenclatura, mas o sentido cultural é o mesmo. Eu, que sou mais velho, peguei aquelas cadeiras compridas de madeira, daquelas bem gostosas que, depois de uma hora, você ficava virando de um lado e de outro.

Então, saiba, gente, que eu nunca concordei, o Inspir não concorda, o Inspir tem uma preocupação muito grande nesse sentido da inserção de gênero e

raça, porque eu acho que... Eu tenho certeza, não acho: nós somos todos iguais; e, por sermos iguais, merecemos os mesmos direitos, as mesmas oportunidades e as mesmas vantagens. Como disse aqui o Procurador, os mesmos sabores das boas coisas.

Eu costumo dizer nas minhas falas nas empresas: o ruim todo mundo conhece. Bom é conhecer o lado bom da coisa. E eu chamo para o lado bom. Nós temos os mesmos direitos. Era isso que eu queria dizer para vocês.

Continuo.

Art. 39. O poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e o incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas.

Claro que não vou ler tudo, vou abreviar, porque o tempo não vai permitir.

Nós temos alterações no § 1º:

§ 1º A igualdade de oportunidades será lograda mediante a adoção de políticas e programas de formação profissional [...].

§ 2º As ações visando a promover a igualdade de oportunidades na esfera da administração pública far-se-ão por meio de normas estabelecidas ou a serem estabelecidas em legislação específica e em seus regulamentos.

§ 3º O poder público estimulará, por meio de incentivos, a adoção de iguais medidas pelo setor privado.

§ 4º As ações de que trata o **caput** deste artigo assegurarão o princípio da proporcionalidade de gênero entre os beneficiários.

§ 5º Será assegurado o acesso ao crédito para a pequena produção, nos meios rural e urbano, com ações afirmativas para mulheres negras.

§ 6º O poder público promoverá campanhas de sensibilização contra a marginalização da mulher negra no trabalho artístico e cultural.

§ 7º O poder público promoverá ações com o objetivo de elevar a escolaridade e a qualificação profissional nos setores da economia que contem com alto índice de ocupação por trabalhadores negros de baixa escolarização.

Essa é uma das grandes preocupações, como falou o Procurador, mais uma vez.

A gente não vê nas escolas – eu, particularmente, não via, e até hoje acho que a gente continua não vendo – uma preocupação maior em orientar o aluno de cor negra. Vou falar uma verdade que dói: quando ele é muito bonitinho, muito clarinho, todo mundo quer ensinar para ele. E isso é uma discriminação das mais cruéis que nós temos. *(Palmas.)*

Muito obrigado.

Foi dito, uma vez – isso até um pouco já distante, não tão recente –, eu ouvi, numa sala de aula, um professor falar o seguinte: os Estados Unidos serão, um dia, presididos por um negro. Só que ele não tinha a estrela, não tinha bola de cristal. Ele apostou na ascensão daquela sociedade. E hoje nós temos, sim, que poderá ir para o segundo mandato. A duras penas, está com dificuldades, mas está lá. E está por mérito, porque ele foi eleito onde não há obrigação de eleição. Então, eu o parabenizo nesse particular. E é um país racista. O Brasil, que "teoricamente" – entre aspas – não é racista, ou não deveria ser, é muito mais racista, muito mais covarde e muito mais embutido na sua forma de agir.

Falo isso porque a gente vê e a gente sabe que é assim.

Eu gostaria de fazer uma observação quanto ao § 7º, que diz que "...promoverá ações com o objetivo de elevar a escolaridade...".

Art. 40. O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) formulará políticas, programas e projetos voltados para a inclusão da população negra no mercado de trabalho e orientará a destinação de recursos para seu financiamento.

Art. 41. As ações de emprego e renda, promovidas por meio de financiamento para constituição e ampliação de pequenas e médias empresas e de programas de geração de renda, contemplarão o estímulo à promoção de empresários negros.

Parágrafo único. O poder público estimulará as atividades voltadas ao turismo étnico com enfoque nos locais, monumentos e cidades que retratem a cultura, os usos e os costumes da população negra.

Art. 42. O Poder Executivo federal poderá implementar critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros, buscando reproduzir a estrutura da distribuição étnica nacional ou, quando for o caso, estadual, observados os dados demográficos oficiais.

A Convenção nº 111, da OIT, diz sobre a discriminação em matéria de emprego e profissão.

Em 1992, fomos pioneiros na utilização eficaz de um tratado internacional, a Convenção nº 111, da OIT. Por meio dela, obrigamos o governo brasileiro, pela primeira vez na história, a reconhecer perante um organismo internacional a existência do problema racial na sociedade brasileira.

Ações afirmativas. Desde então, nosso movimento sindical tem investido na educação política dos trabalhadores; realização de denúncias públicas no plano

interno e internacional; investimento na preparação das assessorias jurídicas e dos sindicatos para lidarem adequadamente com casos de discriminação racial; elaboração de trabalhos contínuos das cláusulas de promoção da igualdade para inserção nos acordos e convenções coletivas de trabalho quesito cor e raça. Outro marco importante na informação sobre cor e raça dos empregados, constante nos formulários da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) – Portaria nº 1.740, de 26 de outubro de 1999, do Ministro de Estado do Transporte e Emprego.

Recomendação de pagamento em razão de discriminação racial no trabalho pelo Brasil em 2006. Em 2006, por meio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a OEA condenou o Brasil por discriminação racial sofrida por uma empregada doméstica, Simone Diniz, negra, recusada por uma empregadora por telefone por anúncio de emprego publicado em um jornal de circulação nacional. A OEA concluiu que houve omissão por parte da Polícia Civil, do MP e do próprio Poder Judiciário.

Com o Estatuto da Igualdade Racial e as cotas no mercado de trabalho, o projeto original perdeu partes explicitadoras, como a previsão de cotas no mercado de trabalho. Entretanto, a omissão na lei não pode ser interpretada como proibição de que as cotas sejam instituídas no mercado de trabalho, seja pelo Poder Público ou pela iniciativa privada. Isso decorre dos próprios princípios enunciados no Estatuto, em seus arts. 38 e 39, inspirados em tratados internacionais e na Constituição Federal do País.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ISAU CHACON – Tenho mais cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O certo é mais um, mas vou dar mais cinco.

O SR. ISAU CHACON – Obrigado.

O Estatuto da Igualdade Racial e as cotas de mercado de trabalho. Um exemplo do que ser feito com medida compensatória. Já realizamos... É a adoção de acordo coletivo que preveja cotas para contratações. Um segundo exemplo pode ser construído pelo governo federal por meio de decreto regulamentador. Adianta-se na implementação de ações afirmativas nas contratações para os órgãos públicos.

Nossos desafios e objetivos.

Combater a situação de desigualdade racial no mundo do trabalho, resultado de mais de quatrocentos anos de exploração do trabalho na população negra por meio da escravidão. Foi dito aqui agora há pouco. A conta já foi paga? Não, não foi. Quem vai pagar? Quando vai pagar? Como vai pagar? É uma interrogação. Ela fica. Parece, mas não é, gente. Não é brincadeira, é muito sério. Ele fez uma colocação de dores, de sofrimento, de classe, de famílias até, muitas vezes, numerosas. Mas a conta é velha, antiga, e não é demagogia, não. Quem tem, quem pode, quem leva não vai pagar e não quer pagar essa conta. Saibam disso.

O fortalecimento de ter um movimento sindical e as regras sindicais: combate à discriminação no local de trabalho e dá suporte jurídico e conceitual para o sindicato no momento das negociações.

Eu fiz essa leitura porque foi o documento que a colega me mandou. Eu, particularmente, não preparei nada, até porque era um trabalho dela, mas eu tentei ser o mais objetivo possível.

Vou concluir, dizendo para vocês o seguinte: sempre participo. Sou convidado, sou da UGT, União Geral dos Trabalhadores, fui do movimento sindical há mais de trinta anos e tenho grande simpatia e admiração, porque minha mãe era clara e meu pai era negro. Por isso, tenho uma satisfação enorme de ser filho dos dois. Deus está com eles no céu e eu os amo aqui na Terra.

Muito obrigado e um bom-dia para todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi...

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o sindicalista Isau Chacon, da UGT, que representou aqui o Patah, um grande companheiro nosso, que é Presidente da UGT.

Eu quero registrar a presença do Renato Ferreira, que é assessor parlamentar da Seppir, um quadro da mais alta qualidade.

Meus parabéns, Renato! (*Palmas*.)

Se não me engano, passou pela escola da Educafro, ou não? Passou, não é? (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Educafro está fazendo história, não é?

Eu não vou falar do Tiago, porque vocês vão bater palmas. Querem ver?

Quem é o Tiago? (*Palmas*.)

E não vou falar da Isabel também. (*Palmas*.)

Está bom.

O pessoal da assessoria de imprensa comunicou que não é só a TV Senado que está transmitindo ao vivo. O pessoal está rápido no gatilho. Chamaram minha atenção: "Senador Paim, por favor, diga que é a TV Senado, a Rádio Senado e a Agência Senado, ao vivo". (*Palmas*.)

Passo a palavra, neste momento...

Eu só citei o Tiago, o Renato e a Isabel porque os três são formados pela Educafro, em um dos cur-

sos, porque eles têm inúmeros cursos, todos com nível superior.

Passo a palavra agora para a Srª Margareth de Castro Tomazett, assessora técnica do Senai Goiás.

A SRª MARGARETH DE CASTRO TOMAZETT – Bom dia a todos.

Cumprimento a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim.

Bom dia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bom dia.

A SRª MARGARETH DE CASTRO TOMAZETT – Senhores e senhoras, colegas, nós, representando, neste momento, a CNI, vamos apresentar uma panorâmica das ações do Senai.

Pode passar, por gentileza.

O Senai foi criado em 1942, por uma iniciativa do setor da indústria, que tinha ali uma carência de mão de obra qualificada. Hoje, nós somos um dos mais importantes pólos nacionais de geração e difusão de conhecimento aplicado ao desenvolvimento industrial.

Parte integrante do Sistema Confederação Nacional da Indústria – CNI e Federações das Indústrias dos Estados, o Senai apoia 28 áreas industriais por meio da formação de recursos humanos e da prestação de serviços, como assistência ao setor produtivo, serviços de laboratório, pesquisa aplicada e formação tecnológica.

Pode passar.

Onde nós estamos? O Senai está em todos os Estados. Cada Estado conta com um departamento regional que está vinculado ao departamento nacional situado aqui, em Brasília, na CNI.

Além disso, temos, no Estado do Rio de Janeiro, o CETIQT, que é um Centro de Tecnologia Têxtil, que, por sua dimensão, tem um porte de departamento regional. Tudo isso se resume mais ou menos em 900 unidades distribuídas pelo País entre escolas técnicas, Fapecs, centros de pesquisa e tecnologia e unidades móveis.

O que são as unidades móveis? A foto deste caminhão grande na tela é uma unidade móvel. É uma sala de aula que pode ser um laboratório de automotiva, de panificação. E, ao lado, é uma escola que selecionamos, uma escola do nosso Estado, mas que, em linhas gerais, no Brasil inteiro, é mais ou menos assim.

Nessas 900 unidades, o Senai desenvolve programas e projetos que estimulam e subsidiam a formação profissional das pessoas, dentre eles temos o Programa Senai de Ações Inclusivas, que atua na vertente de pessoas com necessidades especiais, entre elas, pessoas com deficiência, pessoas portadoras de altas habilidades, pessoas com condutas típicas, transtornos globais de desenvolvimento.

Atendemos também na vertente de gênero, onde promovemos a inclusão de mulheres em cursos estigmatizados para homens, e vice-versa. E na vertente etnia, onde atendemos os negros, por meio das comunidades quilombolas, e também as comunidades indígenas. A partir de 2007, agregamos ao programa a vertente dos idosos.

Essa é uma panorâmica da evolução do programa. Por que trouxemos isso para vocês? O programa tem uma metodologia própria, por isso nós conseguimos esse progresso. A barrinha em azul seria as matrículas que realizamos em 2009; a barrinha amarela, em 2010; e a vermelha, no primeiro semestre de 2011. Isso é resultado das capacitações que promovemos para que os nossos docentes tenham um cuidado maior com a política de inclusão efetiva nas suas escolas, com cursos de Libras, de Braille, cursos de informática para atuar com deficientes visuais.

Trouxe aqui um exemplo específico de Goiás, que é curso de formação docente para atuar com pessoas com deficiência. Para esse curso, trouxemos os docentes da rede estadual para o Senai e, juntamente com os docentes do Senai, buscamos profissionais bastante focados nessa área para ministrar cursos a fim de que os nossos docentes tivessem um cuidado maior ao lidar com as pessoas com deficiência.

Atendemos em dois eixos: a educação inclusiva, que é o nosso grande foco, ou seja, trazer as pessoas para as turmas regulares; e as turmas fechadas. O que são as turmas fechadas? Da aplicação de multas das indústrias, quando elas têm que cumprir as cotas.

Mas há indústrias que são simpáticas à inclusão e que procuram o Senai independente de aplicação de multas e nos pedem para promover a formação das pessoas, neste caso específico, das pessoas com deficiência, para que elas possam ocupar os cargos em seus postos de trabalho. Como é o caso que a Drª Andrea colocou aqui.

Às vezes, a indústria tem a vaga, quer contratar, mas não encontra as pessoas. Então, ela busca o nosso apoio. Assim, temos mais de mil parceiros nos Estados, convênios, termos de cooperação...

Quais os parceiros fundamentais nestes últimos anos: o Sesi, que vem contribuindo bastante conosco seja na formação regular, no ensino regular da educação básica...

... na formação do ensino regular de educação básica. O Ministério Público é nosso excelente parceiro, porque nos indica quais são as empresas que estão precisando desses profissionais e não sabem onde encontrar. O Governo do Estado de Goiás, no nosso caso específico, a Fundação Bradesco realizou conosco uma ação que está ainda acontecendo. São

turmas para deficientes visuais na área de informática, com Virtual Vision. Os deficientes visuais chegam nas escolas do Senai sem nunca terem sequer tocado no computador e saem de lá navegando na Internet, elaborando planilhas de Excel.

Alguns exemplos na vertente de etnia. No departamento regional de Goiás, realizamos alfabetização da comunidade quilombola de Jardim Cascata. O que é isto? Na cidade de Aparecida, bem próximo à Goiânia, uma região metropolitana de Goiânia, existe um quilombo urbano chamado Jardim Cascata. Fomos até lá, conversamos com os líderes daquele quilombo e promovemos a alfabetização e a educação profissional, respeitando os aspectos culturais daquele quilombo.

Em outro programa, o Programa Acorda Minha Gente, na cidade de Minaçu, a mais ou menos 400 quilômetros de Goiânia, lá também, próximo a Cavalcanti, tem um quilombo que não é urbano, pois conta com todo o seu aparato cultural conservado. Lá fizemos cursos de artesanato e promovemos feiras para que eles possam vender os seus produtos e possam ter retorno de renda. E o Sesi entra também com a formação da educação básica. Aí são algumas fotos desse quilombo urbano. Trouxemos todo o pessoal do quilombo urbano para a formatura conjunta com todos os alunos do Sesi/Senai. Foi um evento brilhante, muito emocionante para nós.

O departamento regional de Alagoas realiza o Programa SAN, que promove a segurança alimentar e nutricional. O que é isto? O Programa SAN ensina às pessoas do quilombo e das comunidades indígenas como preparar alguns alimentos para venda, além do consumo próprio. São alimentos de baixo custo e de fácil manuseio para que eles possam ter uma renda também.

O departamento do Maranhão entra com os cursos de informática para as comunidades quilombolas e para os indígenas também. E quando terminam os cursos, eles ficam encantados. É emocionante ver esses projetos sendo desenvolvidos e operacionalizados.

No Mato Grosso, temos a comunidade Mata Cavalo, que está a mais ou menos a 40 quilômetros de Cuiabá. Lá existem 207 famílias remanescentes de escravos. O Senai do Mato Grosso foi até lá, conversou com essas famílias e elas mostraram interessem na informática. Por isso, o Senai levou um ônibus-escola para lá com computadores. O ônibus é climatizado e vem rodando com cursos de qualificação de 160 horas a fim de que as pessoas tenham acesso à informação, à informática. Isso também é uma forma de inclusão.

Essas são as nossas publicações. Como somos regionais em cada Estado e cada Estado tem as suas unidades – por exemplo, São Paulo tem mais de 100 unidades; Minas Gerais tem mais de 80 unidades – como aquele regional poderia operacionalizar as ações inclusivas? Por meio dessas publicações que o departamento nacional desenvolve em apoio com os regionais e que nós distribuímos para as nossas escolas, além de promovermos reuniões ordinárias com essas escolas.

Hoje, o nosso caçulinha é este em verde, que está maior aí. Pensamos na questão étnica. Temos alguns casos selecionados neste documento, mas são apenas alguns que eu pincei, mas existem vários outros casos, e há uma legislação específica se precisar fazer consulta.

Esse é o nosso *site*, onde há uma parte que é aberta ao público e onde as pessoas podem fazer *download* desse documento. Existem alguns dados muito interessantes. Mas há também uma parte que é voltada para o público interno do Senai. Ou seja, para nós, interlocutores, postamos ali as nossas necessidades, os trabalhos que produzimos, as dificuldades que estamos encontrando, trocamos experiências com os regionais no sentido de padronizar as nossas ações.

O que seria importante também levantarmos aqui como uma experiência interessante é uma prática que adotamos com o Ministério Público por meio da 18ª Região. Nós, Senai, Ministério Público, as indústrias e as instituições representativas das pessoas com deficiência, fazemos reuniões. Estabelecemos ali o que a indústria está precisando, qual o tipo de trabalho, de ocupação que ela está precisando, realizamos perfil profissiográfico, as instituições nos indicam qual seria a área de melhor atuação que as pessoas querem fazer, o que elas têm desejo, o que elas anseiam, e promovemos cursos de qualificação profissional ou de aperfeiçoamento para essas pessoas. Todo esse trabalho é gratuito para as pessoas que participam, para os nossos educandos. Nós fazemos ali um acordo com o Ministério Público e com as indústrias para o cumprimento disso aí.

Pode passar.

Nós finalizamos apresentando um pensamento da nossa poetisa goiana Cora Coralina. Eu vou lê-lo agora: "Se temos de esperar, que seja para colher a semente boa que lançamos hoje no solo da vida. Se for para semear, então, que seja para produzir milhões de sorrisos de solidariedade e de amizade". Cora Coralina. *(Palmas.)*

Nós agradecemos a participação dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Drª Margareth de Castro Tomazett, assessora técnica do Senai – Goiás, que terminou com um belo poema.

Vamos, de imediato, ao Sr. Janilton Fernandes Lima, advogado da divisão jurídica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC.

O SR. JANILTON FERNANDES LIMA – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Paulo Paim. Meus cumprimentos a todos da mesa.

Eu sou servidor da CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e represento a CNC no Conade – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que estou há exatos dez anos, dois meses e cinco dias. Eu decorei isso pelo quanto eu gosto de fazer parte desse conselho.

Eu fico pensando se as pessoas têm noção da importância de uma audiência pública como esta aqui. Vocês têm noção do quanto isso aqui pode ser produtivo e do quanto vai ser produtivo? Eu falo por experiência própria. Há pouco tempo, algo foi fruto de audiência pública e hoje se tornou uma situação, que é a alteração do BPC. Eu não sei o quanto vocês conhecem, mas o BPC, que é o Benefício da Prestação Continuada, era um valor pago a uma pessoa com deficiência, a pessoas em uma situação em que não possa trabalhar. No Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, foi feita uma verificação e, do ano passado para cá, houve uma diminuição muito grande de pessoas com deficiência. Fomos buscar, procurando isso através do próprio Conade, e o que se descobriu foi que algumas pessoas pararam de trabalhar, sim, para receber o BPC. Diziam-nos também que havia situações em que a pessoa recebia o BPC e a família não queria que ele fosse trabalhar, o que é uma situação horrível.

A CNC, no Conade, nesses dez anos, já reiterou, tanto oralmente quanto por escrito e em análises de processo, que não é contra as cotas de pessoas com deficiência. No entanto, a lei de cotas é de 1991 e, se, em vinte anos, ainda tem o problema de que se precisa de briga, de cobrança, de fiscalização, é porque talvez algo não esteja muito correto, precisando de aperfeiçoamento. Eu particularmente acho que foi o fato dessa lei de cota ter vindo de cima para baixo. A experiência nos mostrou que o que vem de cima para baixo, imposto de cima para baixo, sem consultar os interessados ou os envolvidos, geralmente, não dá muito certo, não.

Eu vou falar, primeiro, das ações que o Frei David trouxe. Frei David, eu fico imaginando que, para ter acontecido uma ocupação, deve ter-se chegado a uma situação de limite. Eu imagino que, para se ter chegado a uma ocupação, a coisa deve ter chegado a um ponto em que não se teve escolha que não fazer algo desse tipo. Eu espero que não seja preciso chegar a esse ponto, porque temo que, numa ocupação, ou aconteça um problema ou acabe acontecendo uma violência para um lado ou para outro e a boa intenção da ação acabe não tendo esse fruto que se espera.

Aqui, representando a CNC, eu queria entrar em contato com o senhor. Eu acho que a marca da CNC, por essa característica de comerciante que vende o seu produto olhando para o rosto do seu cliente, sempre teve o método do diálogo e da conversa. Mais ainda, o que a experiência nos mostrou: depois do acordo e da conversa, vamos avaliar, reavaliar e verificar isso, porque podem ter surgido problemas tanto de um lado quanto de outro.

Sobre o que a nossa colega Procuradora nos disse, não temos essa conta, não. Se se chegar a um empresário – pelo menos na parte do comércio – e perguntar quantos empregados negros ele tem, ele dificilmente vai dizer "eu tenho tantos", porque a busca é de uma pessoa que tenha competência, que venha e produza, principalmente, o comerciante que está de frente para o seu empregado e o está vendo, produzindo ou não. Agora, quando vemos uma situação desta, que só descobrimos quando um grupo organizado como vocês nos traz uma coisa desta, é que, de fato, vemos que talvez não esteja desse jeito e vamos verificar se é desse jeito ou não.

Na CNC, por exemplo – tem um colega que me acompanha ali -, eu acho que têm mais mulheres que homens. Olhando agora e raciocinando – eu tenho um colega ali -, temos mais empregadas mulheres que homens. Os cargos de chefia são ocupados, na maioria, por mulheres também. Só depois que se para e pensa, mas certamente foram contratadas por essa competência das pessoas.

Então, enquanto não existe ainda uma legislação específica de cotas para negros, eu acho que a situação ia ser isso, sim. Vamos pegar uma entidade patronal, verificar, mostrar para essa entidade que talvez não esteja tão correto e vamos fazer um programa disso, uma comissão, uma situação de avaliação, um convênio ou o que seja.

Repetindo uma frase que a nossa colega disse aqui: não dá para falar em inclusão sem falar em educação e capacitação. A lei de cotas tem quase vinte anos e, quando dizemos que tentamos procurar pessoas com deficiência no mercado de trabalho, somos quase apedrejados ao dizerem: "Não, isso é mentira". Infelizmente – eu preferia que fosse isso -, não é isso, não. Colocamos anúncios no jornal e ou as pessoas não aparecem ou as pessoas não têm a qualificação, às vezes mínima, para aquilo. Acreditem ou não, tem gente hoje que não sabe usar um computador. E, hoje, por mais simples que seja a atividade que alguém vai

fazer... O frentista do posto de gasolina tem de saber usar o computador, porque tudo é inserido no computador, tudo está ali dentro. Então, o que a CNC está fazendo? Se o problema é lá atrás, na capacitação, vamos fazer isso, seguindo o Senai, que saiu bem na nossa frente.

Para a nossa colega: eu estive no Senai de Cuiabá e lá os servidores das portarias conhecem a língua de sinais; eles cumprimentam as pessoas com "bom-dia", "boa-tarde", "como vai?". Eu vi sacudindo as mãos aí como os surdos falam. O que eu fiz? Fui aprender língua de sinais. Sugeri isso para a minha chefe, que me mandou fazer um curso de Libras e, volta e meia, pergunta como está, se eu estou falando. Eu fiquei imaginando como é que eu vou ajudar uma pessoa, trabalhar com alguém surdo se eu não conheço língua de sinais.

O que Senac está fazendo primeiro? Adaptando fisicamente as instituições; depois, treinando o pessoal e adaptando o material. Nós não acreditamos de fazer na marra, como colocar alguém na escola e adaptar depois. É melhor nem entrar nesse assunto, porque ele está sendo um motivo de briga tão grande sobre incluir ou não incluir. Uns acham que tem de se incluir de qualquer jeito e, depois, consertar. Eu não acho que esse seja, particularmente, o melhor caminho, não, tanto que brigávamos muito pela falta de acessibilidade em sites do Governo. Vão a um site do Governo que verão que 90% não são acessíveis. Como estamos, durante todo este tempo, brigando, brigando, brigando, agora, dia 21, depois de amanhã, aqui, em Brasília, o Governo vai lançar o portal acessível. Aguardem que, a partir do dia 22, tudo vai estar acessível.

Um exemplo do que é audiência pública, de como funciona algo como isso que o Senador Paim está fazendo. A Frente Parlamentar de Defesa da Pessoa com Deficiência fez umas audiências públicas em que nós, representantes de empresas e de empregados, mostramos o seguinte: o BPC é algo muito bom, só tinha um problema. Foi feita uma modificação, alguns anos atrás, também fruto de muito pedido, de que, se a pessoa saísse do BPC e fosse trabalhar, pudesse voltar para o BPC de novo. Muita gente não saiu com medo de sair do BPC e depois não voltar. Então, as pessoas não queriam deixar de receber o BPC com este medo de perder. Brigamos em audiências públicas aqui, no Congresso, e o que a Presidente Dilma fez? Alterou a legislação e hoje a pessoa pode receber o BPC mesmo trabalhando ainda. Isso é uma modificação fora do comum. Não vai ter a pessoa com medo, pois ela pode agora trabalhar e continuar a receber. Isso foi fruto de quê? Isso veio debaixo para cima. A Presidente Dilma, com tanta coisa para se ocupar, não vai saber que existe essa situação, mas nós, aqui, pedindo e os Senadores nos chamado atenção... Por incrível que pareça – até um orgulho do nosso Estado, eu sou do Rio de Janeiro -, o Deputado Romário foi quem conseguiu inserir isso no último momento. Claro, pai de uma menina com Síndrome de Down, militante agora mesmo, mas foi ele que, pessoalmente, fez isso, com apoio do Senador Lindbergh Farias, também pai de uma filha com Síndrome de Down.

O que o Senac quer dizer com isso? É que querer consertar a coisa pela ponta... Imaginem que, de uma hora para outra, exija-se uma cota de alunos com deficiência no Senac. Como é que fica, se não tem esse material pronto, se não tem empregados prontos? Acho que a situação pior que tem é a de pessoa para pessoa: é incluir uma pessoa e quem está ali dentro não estiver preparado para receber aquelas pessoas ou ficar parecendo que está fazendo. Eu ouvi muito isto aqui. O empresário do comércio não quer fazer favor, não; ele quer pagar alguém que tenha tanta competência quanto ele possa para isso.

Agora, voltando para a questão das pessoas negras, não dá para tapar o sol com a peneira e negar a situação, porque é fato, sim. Agora, é claro que, se ainda não temos leis para uma coisa desta, fica mais fácil – por enquanto, eu acho que vai surtir efeito – se, nesse meio tempo, tratar-se como uma situação em que vamos sentar, conversar e ver a realidade que, talvez, o empresário não esteja notando. Como a nossa colega falou aqui, talvez, numa empresa, pergunte-se quantos têm e a pessoa não saiba.

Eu tive o prazer de ser estagiário da Defensoria Pública no Rio de Janeiro, no Méier. Depois, dos vários defensores que passaram lá, eu não vi nenhum defensor público negro. Depois, fui aluno do Prof. Paulo Rangel, hoje desembargador. Dois desembargadores no Rio de Janeiro. Prof. Paulo Rangel é negro e era promotor. Ele passou por uma situação mais que constrangedora. Voltando do norte fluminense, foi parado pela polícia, antes de dizer que era defensor público. A polícia disse que ele devia ser promotor de baile funk. Depois de algemado, é que se descobriu que era um promotor de justiça. Pediram-se mil desculpas, mas ele disse que não tem desculpa que o faça deixar – ele me disse isto uma vez – de sentir a dor que ele sentiu numa coisa daquela. Ele falou que, como ele era promotor, pediu-se desculpa quase de joelhos, mas, se não fosse, como seria? Como teria sido a situação?

Eu ouvi a nossa colega do Senac. Essa capacitação, ainda que mínima, é necessária, sim. Nós estamos com isto, quando chamamos as pessoas para trabalho. Imaginem uma situação de uma empresa que abre uma vaga para técnico de contabilidade. As

pessoas com deficiência não vão. Quando vão, elas têm uma limitação muito grande nisso.

Então, é claro, sou mais que suspeito para falar do Senador Paulo Paim. Senador, eu estou no Conade há dez anos e acompanho, há dez anos, a sua luta pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. Estranhamente, por algo que não consigo entender, as pessoas defendem o que está lá dentro, mas não defendem o estatuto como um todo. O porquê, eu não sei. Então, várias das coisas que estão ali, todo mundo defende...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu também não entendo que força oculta é essa.

O SR. JANILTON FERNANDES LIMA – Tem uma força oculta que eu não entendo.

Vejam bem que o decreto que criou o começo dos direitos das pessoas com deficiência é a Lei nº 7.853, de 1989, que só foi regulamentada em 1999. Dez anos de vácuo, sem nenhuma atividade. Antes que se esperasse isso, o Senador Paulo Paim apresentou um projeto, criando e juntando um monte de direitos que, antes, estavam esparsos, ali e ali, às vezes, em decretos – o que se combate, afinal de contas, é um decreto, não é lei; se se combate, diz-se que só se faz o que for lei e isso é um mero decreto. Juntou tudo numa lei. O que aconteceu? Algumas pessoas, como ele disse, também não sei por que, não querem o estatuto, mas todo mundo defende as propostas que estão ali, de um jeito ou de outro. O que diziam que era uma coisa de louco, hoje, todo mundo defende.

Então, não tem jeito: se alguém não tomar iniciativa para uma coisa ou para outra, não esperem que a sociedade vá deixar de ser preconceituosa de uma hora para outra, não. Talvez depois de um tempo, como agora, quando vocês veem que aonde vamos tem rampa. Não tinha isso há dez anos. Então, todo mundo já está acostumado a ver rampa, a ver texto em braile, material em braile, língua de sinais em alguns lugares. Há dez anos, não tinha.

Eu acho que, ainda não venha uma lei criando a igualdade racial ou cota ou algo parecido, essa coisa organizada aqui é que vai fazer a diferença. Para isso, a CNC está pronta, disposta a sentar e a conversar.

Esse ato que você fez aí de ter esse texto, com todo mundo repetindo, eu achei isso o máximo. Isso mostra uma unidade, vocês são uma coisa só. E o mais bonito é que vocês têm uma fala só, que é o que faz diferença. Vamos ver que essas coisas esparsas, de cada um para um lado, na prática, não funcionam.

Encerrando a minha fala, pretendo falar depois com o Frei David, para conversar com ele para ver como fazemos isso direito, um passo atrás do outro, que saia algo que venha debaixo para cima.

É só. Obrigado. *(Palmas.)*

(Manifestação das galerias.)

O SR. DAVID SANTOS – Queremos agradecer ao representante do CNC e dizer que, amanhã mesmo, se ele quiser, podemos fazer essa reunião aqui, em Brasília. Amanhã mesmo, podemos fazer essa reunião em Brasília. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu queria registrar a presença conosco aqui do Procurador-Geral do Trabalho, o Dr. Luís Antônio Camargo de Melo, que veio nos prestigiar aqui e que, com certeza, vai usar a palavra no momento adequado.

Dr. Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho, seja bem-vindo. É uma alegria tê-lo aqui conosco. *(Palmas.)*

A Drª Andrea, gentilmente, tinha cedido o lugar, mas V. Exª usará a palavra, com certeza.

Aproveitando o momento, eu havia falado, na abertura dos trabalhos, que eu via um movimento favorável ao diálogo por parte da Febraban. Aí, vocês fizeram aquela manifestação, eu dei o retorno ao Plenário meio de improviso e, agora, recebi aqui, oficialmente, o seguinte recado – recado no modo de dizer, é uma carta – que é positivo, que é bom. Veio por correspondência e eles traduziram aqui. O Sr. José Ricardo Alves, Vice-Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, enviou para acompanhar – já está presente aqui, o que foi bom, porque não me deixou mentir; se você não viesse, eu estaria mentindo – o assessor de relações institucionais, Sr. Ávila da Nóbrega, que está aqui presente. Uma salva de palmas ao Ávila da Nóbrega. *(Palmas.)*

Aqui, tem mais. Eles dizem o seguinte: a CNF, da qual a Febraban é filiada, abre o espaço, como havia dito, para o diálogo e está disposta, amanhã, 20 de setembro, às 12 horas, a fazer a primeira reunião *(Palmas.)* e, a partir daí, construir uma reunião de trabalho permanente com a Febraban.

Então, está marcada a primeira reunião amanhã, às 12 horas. Se for necessário, pode ser na própria Comissão de Direitos Humanos.

Passamos a palavra, de imediato, ao Arilton Rocha de Sousa, gerente de relações institucionais do Walmart.

O SR. ARILTON ROCHA DE SOUSA – Bom dia a todos. Bom dia, Senador. Cumprimento todos os integrantes da mesa.

Peço desculpas pelo atraso, pois, também como o Nilson, vim de um voo de São Paulo e, por mais que tenha saído cedo, não consegui chegar antes das 9 horas, que era o meu objetivo.

É uma satisfação representar o Walmart nesta Comissão. Eu já estive aqui outras vezes e, em pelo menos mais uma oportunidade, como palestrante tam-

bém. Recentemente, participamos também da audiência pública realizada pelo Ministério Público aqui para discutir também a lei de cotas.

Eu acredito que esta é a postura do Walmart: dialogar, procurar influenciar, dentro da sua organização e também para seus parceiros comerciais ou não, o caminho da sustentabilidade e também as questões sociais. Um dos princípios do seu fundador é o respeito ao indivíduo. Então, todo nosso trabalho voltado à diversidade e à inclusão está dentro do DNA da empresa.

Obviamente, a Walmart, no Brasil, uma empresa que, neste mês, completa 16 anos, é uma empresa ainda jovem no Brasil, mas tem liderado uma série de iniciativas e tem-se tornado até exemplo para outros países onde a empresa atua.

Nós, no Brasil, temos 85 mil funcionários e estamos presentes em 18 Estados mais o Distrito Federal. São quase 500 lojas. Neste ano, vamos inaugurar mais 80 lojas e criar mais 7 mil postos de trabalho. O Walmart hoje atua no Sul, no Nordeste, no Centro-Oeste e no Sudeste. A Região Norte é a única em que ainda não estamos presentes. Do seu quadro total de associados, que é como chamamos os funcionários, 51% são mulheres. Nos cargos de chefia, temos 19% e, na parte de liderança executiva, em torno de 10%.

Vemos que tem um espaço muito grande para trabalharmos. Nós participamos, no ano passado, das reuniões do Coordigualdade, com a Drª Vilma. Ajudamos a mobilizar a Associação Brasileira dos Supermercados para criar um comitê interno para discutir o assunto, a fim de que isso não seja só algo das grandes empresas, mas de todo o setor de supermercados, seguindo o exemplo do que foi feito no trabalho com a Febraban. Estamos aprimorando – vamos assim dizer – as nossas estatísticas, os nossos dados.

Os companheiros que me antecederam aqui colocaram que as empresas, as organizações, de uma maneira geral, não têm estatísticas ou dados e, quando os têm, são ainda dados falhos. Por exemplo, quando alguém é contratado, cabe normalmente a alguém lá do capital humano, de recursos humanos, designar a cor da pessoa. Então, quando você puxa uma listagem no seu banco de dados, foi a percepção que alguém, na área de seleção, teve e colocou. Hoje em dia, nós estamos corrigindo isso numa pesquisa que fazemos anualmente com todos os associados. Há um espaço para que a pessoa defina, faça uma autodeclaração de como ela se percebe.

O Walmart vem, há algum tempo, se envolvendo mais com certos segmentos da sociedade que são importantes para nós. Nós, desde 99, participamos e, no ano passado, patrocinamos a Feira Preta Cultural de São Paulo. Também participamos e patrocinamos a primeira formatura da Faculdade Zumbi dos Palmares, em 2008. Temos mantido uma série de conversações com a Educafro, lá no escritório em São Paulo, com a nossa equipe da área de sustentabilidade, de comunicação, de recursos humanos.

Na área de inclusão, nós procuramos... Em todos os nossos eventos internos – imagine mobilizar comunicação para 85 mil pessoas! –, nós temos a linguagem de sinais sendo transmitida ao vivo para todos os públicos.

Procuramos, com alguma dificuldade – como o nosso colega aqui da CNC colocou e do Senai também –, cumprir com as cotas. Nós temos uma rotatividade que é comum no varejo: às vezes, atingimos a cota e, às vezes, por algum momento, ficamos fora, mas temos esforços e programas contínuos para nos adequarmos.

Tão importante quanto abrir oportunidades é fazer com que as pessoas permaneçam na empresa. Então, há um trabalho contínuo, com ferramentas na Intranet, nas reuniões que se fazem normalmente na empresa, para que a pessoa portadora de necessidades especiais, o jovem aprendiz, continue na organização – não só entre, mas continue e cresça.

Nós firmamos, nos últimos anos também, uma série de parcerias com o Governo Federal, com o Ministério do Meio Ambiente na área de sustentabilidade. Eu gostaria de destacar um programa nosso de reciclagem em mais de 300 lojas. Nós destinamos todo o material reciclável das nossas lojas e os que os nossos clientes trazem para a cooperativa. Isso proporciona geração de renda e inclusão social. São quase 100 cooperativas participantes.

Nós temos feito um trabalho de desenvolvimento, de empoderamento local em algumas comunidades, como a Bomba do Hemetério, em Recife, um projeto que visa resgatar a autoestima, valorizar a cultura local. Isso envolve grupos culturais, proporciona melhoria na educação, articulação com os governos local, estadual e federal para trazer desenvolvimento para aquela região.

Temos trabalhado outro projeto, Senador, que pauto como da maior importância: é a escola social do varejo, que está, hoje, em seis localidades. Ela procura atrair o jovem da escola pública. Oferece 800 horas de capacitação não só técnica sobre como trabalhar, mas também questões pessoais. Procura trabalhar o lado positivo, o desenvolvimento, mostrar a potencialidade que o jovem tem e apresentar o varejo como uma opção para o mercado de trabalho.

No ano passado, nós formamos mil jovens e, neste ano, vamos fechar em quase 1.800. Setenta por cento desse público são negros. Nós nos orgulhamos muito. A empresa tem um trabalho muito forte de

abraçar esses jovens. Desde antes de se formarem, eles já começam a fazer visitas à empresa para poder conhecer seus colegas, para receber bem esse jovem.

O Walmart vem crescendo no Brasil. Há oportunidades. Nós entendemos que o papel da empresa é capacitar, é abrir oportunidades, é ter um ambiente saudável, igualitário. Que as pessoas possam, independentemente da sua cor, do seu credo, da sua opção sexual, ter oportunidades de crescer. A empresa não tolera que comportamentos que não estejam de acordo com seu código de ética sejam exercidos.

Nós buscamos, obviamente, aprender, em cada um desses encontros, com os públicos, com as organizações que conhecem mais, que estão no dia a dia, como podemos nos tornar, cada vez mais, uma empresa diversa e inclusiva. E por que diversa? Nós queremos – e temos isto como valor – ser uma empresa que represente aquilo que aquela comunidade é. Nada melhor do que você ser atendido por alguém que o entende. Então, nós temos que espelhar, hoje, não só nas nossas lojas, mas também nos nossos escritórios aquilo que a sociedade brasileira é. E nós temos buscado dar passos decisivos em relação a essa questão...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARILTON ROCHA DE SOUZA – Mais um minuto, Senador. Já concluo.

... para que consigamos, realmente, ser uma empresa, de fato, diversa e inclusiva.

Esse é um processo. Nós estamos... Através de várias iniciativas, até no ano passado, também participamos do Grupo Brasil/Estados Unidos de Igualdade Racial, coordenado pela Seppir. Já nos colocamos à disposição para continuar a participar, assim que retomarem esses trabalhos.

Enfim, o Walmart tem os seus desafios, mas não foge à sua responsabilidade de procurar, dentro da sua cadeia de suprimentos, da sua cadeia de valor, trabalhar com os seus pares.

Recentemente, também, nós anunciamos uma parceria com a Prefeitura da São Bernardo do Campo para a construção de uma loja. Estamos contratando, num convênio com a Prefeitura e com a Secretaria de Políticas para Mulheres, mulheres para a construção de lojas, o que é um tabu ainda, embora a gente venha vendo crescer isso. Nós estamos colocando essa cláusula no nosso contrato de construção de lojas com as construtoras, para que tenha um número x de vagas destinado às mulheres. E aí a parceria com a Seppir é fundamental.

Enfim, são várias iniciativas de inclusão, de desenvolvimento, de capacitação. Nós nos colocamos à disposição, assim como temos feito desde a última reunião que tivemos aqui.

Essa é a postura do Walmart. Quero parabenizar todos por terem vindo. Sei que um grupo veio de São Paulo para cá. O trajeto que vocês fizeram – acho que ontem – eu fiz no sábado. Provavelmente, em algum momento – eu fui de carro –, a gente deve ter se cruzado na estrada.

Gilson, quando ouvi a sua fala, lembrei-me muito da minha história. *(Palmas.)*

Embora nascido em São Paulo,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa água é para tomar, viu? Tome um golezinho dela para nós aí.

O SR. ARILTON ROCHA DE SOUZA – Já tomei, Senador.

A gente se emociona quando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para descontrair.

O SR. ARILTON ROCHA DE SOUZA – Está bom.

Eu também nasci na periferia de São Paulo, com muito orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Viu? A sua avó estava certo, viu? *(Palmas.)*

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa é boa.

O SR. ARILTON ROCHA DE SOUZA – Enfim, comecei a trabalhar muito cedo – acho que, hoje, não seria permitido –, com menos de treze anos. Estudei em escola pública. Fui para a escola privada pagando. E, se para mim foi difícil, imagino também quanto foi para você. Então, acho que somos todos vencedores por estarmos hoje aqui. Eu acho que isso é que vai fazer da gente uma grande Nação.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Dr. Arilton Rocha de Souza, Gerente de Relações Institucionais do Walmart, que demonstrou aí toda a sua emoção. Eu achei bonito. Achei bonito o seu encerramento, combinando com o Nilson, que é a história de luta de grande parte do povo brasileiro. Eu não vou contar a minha, porque eu sou chorão também. Por isso, essa fuga com o copo d'água eu uso também.

Eu vou passar a palavra, neste momento, ao Dr. Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho, para que dê a sua mensagem e, depois, eu vou também passar a palavra para o Dr. Renato Ferreira, que dará a sua mensagem em nome da Seppir.

O SR. LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO – Senador Paulo Paim, Presidente dos trabalhos, os meus cumprimentos. Drª Andrea Lopes, minha colega,

Procuradora do Trabalho, também os meus cumprimentos. Meus cumprimentos a todos que integram a Mesa Diretora dos trabalhos. Meus cumprimentos a todos e a todas que estão aqui, neste momento, conosco.

Apenas um registro. Creio que a Drª Andrea já elaborou a manifestação em nome do Ministério Público do Trabalho. Não caberão, então, a mim mais do que algumas palavras de saudação, visto que a manifestação oficial já foi realizada. A Drª Andrea é a autoridade, no Ministério Público do Trabalho, que está à frente da nossa Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação.

Quero registrar, Senador, o compromisso efetivo da nossa instituição, compromisso efetivo do Ministério Público do Trabalho em garantir políticas que tenham ou tragam efetividade de acesso. Há uma questão que envolve a discriminação de uma forma mais ampla e é observada pela nossa instituição. Os Procuradores do Trabalho do Brasil inteiro atuam para combater esses focos de discriminação, de discriminação racial, de gênero e também de garantia de acesso ao emprego para as pessoas com deficiência.

Já é conhecida a nossa atuação. Eu quero apenas registrar uma ação pioneira em relação ao sistema financeiro. O Ministério Público entrou com ações civis públicas em face de grandes bancos, buscando o enfrentamento dessa questão. Infelizmente, a Justiça do Trabalho não percebeu o alcance da nossa proposta. Nós mostramos, apresentamos evidências, as mais claras evidências possíveis da efetiva discriminação dos trabalhadores e das trabalhadoras no mercado financeiro, mas a Justiça do Trabalho não entendeu dessa forma, e nossas ações, ao fim e ao cabo, terminaram julgadas improcedentes. Mesmo assim, mesmo com as ações julgadas improcedentes, nós registramos um avanço, registramos um avanço no sentido de ampliar a negociação.

Creio que, em muitos momentos, a tarefa do Ministério Público é exatamente esta: a tarefa do Ministério Público é mostrar uma situação que entendemos violadora de direitos e levar ao Judiciário uma proposta de regularização dessas situações.

Mas nós não paramos aí. Uma das atuações com que eu mais me empolgo ou que mais me empolga no Ministério Público é exatamente essa atuação articulada com todos os segmentos da sociedade, com os representantes da sociedade civil organizada. Nesse aspecto, conversava com o Renato, nesses dias – somos colegas de academia e lecionamos na mesma faculdade –, e já conversamos no sentido de estreitar ainda mais, Renato – não só colega da academia, mas também da Seppir –, um trabalho em conjunto que já vem sendo feito com o Ministério Público do Trabalho. Nós não temos administrações do José ou do João ou do Joaquim. Nós temos administrações do Ministério Público do Trabalho, e as ações que estão em andamento, independentemente de terem tido início em administrações anteriores, são ações que deverão continuar a ser desenvolvidas.

As ações que o Ministério Público do Trabalho já vem desenvolvendo com os segmentos que, organizadamente, enfrentam a desigualdade e a discriminação racial continuarão a ser desenvolvidas.

Quero deixar aqui o meu compromisso. Estou há poucos dias à frente do Ministério Público do Trabalho, mas quero deixar aqui o compromisso da nossa instituição no firme combate a todas as formas de discriminação.

Creio e acredito na discussão, no aprofundamento e na implementação – implementação de forma plena – das Convenções de nºs 100 e 111 da Organização Internacional do Trabalho, convenções essas que compõem o núcleo das convenções fundamentais, e penso que essa é uma forma de estabelecer um norte, um caminho. Se nós conseguirmos implementar, efetivamente, as Convenções de nºs 100 e 111, nós teremos dado um significativo passo à frente.

O Ministério Público do Trabalho está envolvido completamente com essa proposta. A Coordenadoria, da qual a Drª Andrea é a maior liderança, é a Coordenadora, tem esse propósito e está, seguramente, entre as coordenarias – acredito – de maior relevância para o Ministério Público do Trabalho.

Eu gostaria, efetivamente, Senador, de deixar registrado aqui o nosso compromisso com esta luta, que é uma luta de todos nós: uma luta para trazer ao Brasil uma sociedade mais justa, uma sociedade igualitária, uma sociedade em que sejamos todos iguais. É esse o nosso compromisso.

Muito obrigado pela oportunidade de manifestar a posição do Ministério Público do Trabalho. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Dr. Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho.

Drª Andrea, de fato, fez a fala e o fez muito bem. Ela disse que numa hora ainda explicaria para nós todos, mas em outra audiência pública, no momento adequado, a importância do aprendizado e da formação. É um debate que nós faremos qualificado, para avançarmos ainda mais na preparação de todo o nosso povo e de toda a nossa gente.

Eu vou passar a palavra, agora, para o Dr. Renato Ferreira, que aqui representa a Seppir, para a sua saudação.

O SR. RENATO FERREIRA – Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de saudar a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, esse guerreiro incansável e imprescindível nessa batalha pela inclusão. Gostaria de me congratular com as pessoas do Educafro aqui presentes.

Sei que vocês tiveram uma jornada longa de São Paulo até aqui, mas a militância é isso mesmo. E a militância, com protagonismo e com a sua luta, é a que vence e que nos motiva, não é, Senador?

Gostaria de saudar o meu colega, Procurador-Geral do Trabalho, Luís Camargo, que, recém-chegado como Procurador-Geral, já tem uma trajetória bem significativa e marcada no Ministério Público do Trabalho nesse tema, e tenho certeza que terá um sucesso extraordinário nas parcerias que vai fazer pela inclusão.

Senador, eu venho aqui, em nome da Seppir, representando a Ministra Luiza Bairros, saudar a iniciativa desta Comissão e dizer que a Seppir tem feito esforços com base na luta do movimento social e tem procurado levar para dentro do Governo Federal as políticas públicas de inclusão da população negra. O senhor sabe que o nosso papel é um papel interdisciplinar, é um papel de levar as políticas públicas a terem efetividade nos demais Ministérios.

Nesse ponto específico, nós temos, com o Ministério do Trabalho e Emprego, uma parceria muito sólida e temos buscado crescer a cada ano no que diz respeito à questão da diversidade no sistema bancário, com foi bem falado aqui, com a questão da Febraban, que tem buscado nos ouvir. E nós temos reuniões marcadas para tentar desenvolver essa questão da inclusão no sistema bancário, porque é – a gente sabe, até mesmo pela luta do Frei David – uma questão muito séria no nosso País a discriminação que ocorre no setor bancário. É uma discriminação que pode não ser vista, muitas vezes, com uma discriminação direta, mas é uma discriminação indireta e – por que não dizer – velada, que precisa acabar, porque também fere os direitos humanos.

Outra questão que para nós tem sido colocada é a questão da capacitação. Daí a parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego no que diz respeito à construção do Planseq Afrodescendente para capacitar jovens negros para o mercado de trabalho.

Só para o senhor ter uma ideia, essa questão do mercado de trabalho das empregadas domésticas é um assunto, um debate tão sério que a OIT acaba de aprovar a convenção que diz respeito à questão do trabalho doméstico. Nós fizemos um levantamento aqui, nesta Casa, e constatamos que há aqui, no Congresso Nacional, cerca de 37 projetos de lei tramitando – 25 na Câmara dos Deputados e 12 no Senado –, tratando só da questão da empregada doméstica. Dentre eles, a gente pode destacar a PEC nº 478, que revoga o § 7º da Constituição Federal para estabelecer igualdade dos direitos trabalhistas entre as empregadas domésticas e os demais trabalhadores. Então, a questão vem avançando, e é necessário que a gente constitua mais parcerias para que esses direitos sejam consolidados.

Gostaria aqui, Senador – brevemente, para concluir –, de lembrar que nós temos este ano como o Ano Internacional dos Afrodescendentes. São dez anos de políticas de ações afirmativas comemorados neste ano; dez anos de cotas, que serão julgadas em breve pelo Supremo Tribunal Federal, e a gente espera ter êxito nesse pleito; dez anos de Durban; um ano do Estatuto da Igualdade Racial.

Então, eu penso que ações como essa que o senhor vem implementando aqui, nesta Comissão, são fundamentais não só para marcar todo esse momento de efervescência de igualdade na constituição racial que estamos vivendo no País, mas também para sinalizar o quanto ainda falta para consolidar.

Lembro aqui um jurista italiano muito famoso, muito citado no Brasil, Norberto Bobbio, que dizia que, frente a todos os avanços nos direitos humanos que nós tínhamos, o desafio maior para esta geração seria não realizar a construção de mais direitos, mas, sim, levá-los à prática. Acho que iniciativas como essa que o senhor está tomando aqui nos ajudam a consolidar este pensamento e este tipo de ação: levar os direitos humanos à prática, levar a inclusão à prática, fazer com que as pessoas possam viver numa sociedade justa, igualitária e sem racismo. Esse é o nosso objetivo, e acho que nisso nós somos parceiros.

Lembro uma saudação do grande filósofo brasileiro Paulo Freire, que dizia que ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho; as pessoas só se libertam em comunhão.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O Frei David confirma comigo – de minha parte não há problema – que a reunião com a CNC pode ser – e já posso dizer que sim – às 13 horas na Comissão de Direitos Humanos, amanhã. *(Palmas.)*

Agora nós vamos aqui... Teremos outra audiência à tarde, às 15 horas, em que vamos debater os dez anos das ações afirmativas, que é uma continuação deste debate.

Então, neste momento, eu vou começar do último para o primeiro, para que cada um use cinco minutos para as suas considerações finais. Vou começar com o Arilton, que foi um dos últimos e vai ser o primeiro.

Arilton Rocha de Souza é Gerente de Relações Institucionais do Grupo Walmart.

O SR. ARILTON ROCHA DE SOUZA – Bom, mais uma vez, agora refeito aqui, agradeço a oportunidade. Quando a gente fala da gente, a gente termina se emocionando bastante.

Enfim, lembro que há um espaço muito grande para se trabalhar. Acho que a sociedade brasileira vem amadurecendo. Movimentos, como esses, encurtam caminhos tanto do ponto de vista legislativo quanto do ponto de vista de decisão mesmo das empresas.

Alguém mencionou aqui as rampas de acesso. Realmente, hoje a gente já vê um... A gente olha para trás e imagina: como era possível fazer uma avenida, um prédio e não pensar nisso? Se a gente olhar com os olhos de hoje, é um absurdo isso, mas aconteceu. Agora, tem que quebrar e refazer e, quando fizer, já fazer corretamente.

Então, tirar esses obstáculos, eliminá-los ou reduzi-los, acho que esse é o grande trabalho que todos temos para fazer em conjunto.

E quero só lembrar mais outro ponto, olhando aqui as organizações, sobre o qual não falei: a importância de a gente fazer o investimento nas mulheres. As mulheres têm hoje uma, além de representar... Mulheres negras, mulheres com deficiência, as mulheres como um todo, porque elas são chefes de famílias, elas estão aí na luta, a maioria trabalha, tem dupla jornada.

O homem precisa se conscientizar disto, de que ele tem também que fazer a sua parte quando chega em casa. É assim que a gente vai mudar a realidade deste País. O homem tem que dedicar tempo também para acompanhar a escola, os afazeres da escola do filho: não é só diversão, não é só ficar na televisão vendo jogo, vendo futebol; tem que dividir o trabalho doméstico, as obrigações. Só assim a gente vai conseguir fazer com que também as mulheres tenham tempo de investir mais na educação, de se qualificarem. Hoje, as mulheres já dominam a maior parte das vagas nas universidades, mas ainda, quando a gente olha para o mercado de trabalho, na remuneração e nos postos que ocupam, ainda há uma diferença muito grande.

Nós estamos, assim... Hoje, grande parte dos programas em que a gente investe já são voltados para a mulher. A gente vai fortalecer ainda mais isso, porque a gente acredita que a mulher tenha condição de, pela sua sensibilidade, pela sua garra, fazer com que as coisas aconteçam de forma mais rápida e mais eficiente.

É isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. ANTÔNIO GOMES DA SILVA – Senador, por gentileza, um minuto só! A gente sabe, a gente respeita o senhor, um Senador atuante. É quem mais faz audiência aqui. Só que assim, nós queremos que o lado de cá também possa falar, porque aqui a grande maioria falou que a culpa é que não dá para treinar. A gente não está aqui para esperar isso mais! Tem que treinar! Nós vamos treinar enquanto derem salário para essa "negraiada", gente! Não dá para ficar aqui: "Tem que treinar, porque não dá tempo e não sei o quê".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bom.

O SR. ANTÔNIO GOMES DA SILVA – Aí, quer dizer, nós vamos morrer de fome? Tem que colocar no mercado de trabalho porque lá a gente vai ter uma formação. Ele tem que assumir esses compromissos! (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O senhor já usou a palavra e já falou; consequentemente, o Plenário está representado.

Só que nós entendemos que os que estão aqui à Mesa representavam o Plenário. Eu achei que o Frei David representava. Se o Frei David não representa, o David vai para lá e um de vocês vem para cá.

Isso é uma brincadeira. Uma brincadeira! É para descontrair, pessoal! Eu sei que vocês sabem que o Frei David representa vocês, como eu sei muito bem, também.

Isso é só uma brincadeira!

A SRª PARTICIPANTE – Com licença, por favor. Quando vocês falam...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um pouquinho, só um pouquinho.

A SRª PARTICIPANTE – Eu queria falar também!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Calma, minha amiga. Calma, calma! Vocês não podem ficar nervosos. Nervoso aqui não leva a nada! E todo mundo diz que nervoso morre cedo, ataca coração e dá enfarte.

Então, não fiquem nervosos, relaxem. Eu conheço vocês há muitos anos, não é a primeira vez. E ninguém aqui vai me provocar, porque eu não vou aceitar provocação! Se eu aceitar, eu fico nervoso e, aí, vocês também não vão entender mais nada!

Então, nós vamos fazer como sempre fizemos. Não é a primeira vez que eu recebo aqui vocês; acho que é uma centena de vezes com esta, e todos vocês sempre usaram da palavra. Então, vamos devagar: vamos fazer protesto contra quem tem que fazer, não para quem abre espaço para vocês.

Então, acho que manter o mínimo de responsabilidade no ar é bom. (*Palmas*.)

Senão aqueles que estão do lado de vocês começam a não entender mais nada: "Se até em mim

eles batem, calculem nos outros! E eles dizem que eles têm razão ainda!".

Estamos ao vivo, mas sou obrigado a dizer isto: até em mim vocês dão a impressão de que têm discordância quanto à forma de eu dirigir os trabalhos, coisa que dificilmente acontece aqui, no Senado... Eu acho que eu conduzo, no mínimo, cinco audiências por semana, e nunca ninguém reclamou da minha forma de atuar. Mas, como dizem, sempre há a primeira vez.

Vamos lá, então.

Eu vou continuar como eu fiz e como eu combinei aqui: todos vão usar da palavra aqui, da Mesa, e eu vou abrir a palavra para duas pessoas do Plenário por cinco minutos – duas do Plenário por cinco minutos.

Então, está com a palavra, agora, o Janilton Fernandes Lima, advogado da CNC.

O SR. JANILTON FERNANDES LIMA – Pessoal, eu queria conclamar vocês para que vocês continuem nesse caminho. Eu acho que a gente só consegue uma coisa desse jeito pela via política ou, como dizia minha mãe, a gente consegue mais com mel do que com vinagre. Só que, uma vez tendo essa união, esse mesmo discurso, eu sempre falo: prefeito, governador e Presidente não foram impostos, não são reis. Aqui não é hereditário, não: eles são eleitos pelo voto e por nós.

Então, uma vez que vocês têm a noção política do que querem e têm essa união, outro caminho é o de que é preciso procurar um político, sim; não tem como não fazer isso.

Então, outra dica: acho que vocês não precisam mais é a quem procurar. A gente tem visto, no Conade, gente que apareceu do nada no movimento querendo soluções mágicas, que, no fim, não funcionam. Ou até o exemplo do Senador Lindbergh e do Deputado Romário, que entraram no movimento em função de terem tido uma filha com deficiência, mas reconheceram que não conheciam tanto, procuraram as pessoas – porque uma hora diziam uma coisa; outra, outras – e eles preferiram ouvir todo mundo para saber como fazer corretamente.

E eu acho, é claro, que talvez eu não precise dar recomendação nenhuma em relação ao Senador Paulo Paim.

Senador, o senhor ainda tem cegos no seu... Da última vez em que eu estive com o senhor, o senhor tinha um servidor cego no seu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tenho dois: um aqui e um no Rio Grande do Sul.

O SR. JANILTON FERNANDES LIMA – Aquele moço com cachorro, com o cão-guia?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aquele é o único cachorro na Casa, é o cão-guia dele.

O SR. JANILTON FERNANDES LIMA – Vocês vejam a diferença: agora, todo mundo que circula pelo Congresso vê um cão-guia, e ele está aqui todo dia porque ele trabalha aqui; aquele cão-guia tem gente que precisa dele. (*Palmas*.)

O que quero dizer com isso é que ao se dirigirem a um político na cidade de vocês, no Estado de vocês, vejam o quanto essa pessoa tem de fato envolvimento com o tema ou se não está fazendo isso só para conseguir votos, ou se o histórico dessa pessoa, se a fala dessa pessoa bate com o que ele está dizendo também.

É claro que temos problemas mais urgentes e outros menos urgentes, mas acho que daqui a gente consegue avançar e consegue chegar de um jeito. Melhor devagar, correto e sempre, do que rápido e que se esvai com a rapidez com que chegou.

É só, boa tarde, obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Janilton!

Eu quero registrar que a Senadora Marinor Brito está acompanhando a audiência pública pela TV Senado e pela Rádio Senado. Manda a todos um abraço e que podem contar com ela nessa luta pelas cotas e ações afirmativas. (*Palmas*.)

Passamos a palavra à Drª Margareth de Castro Tomazett, assessora técnica do Senai.

A SRª MARGARETH DE CASTRO TOMAZETTI – Bom, finalizando o nosso momento aqui, neste instante representando a CNI, representando o Dr. Robson, nós gostaríamos também de completar que o Senai, em âmbito nacional, os departamentos regionais estão se organizando, a maioria deles já está com a estrutura arquitetônica acessível, a estrutura para atendimento das pessoas com deficiência, seja ela de recursos didáticos ou recursos humanos, também acessível; os nossos recepcionistas têm formação em Libras; nós somos simpáticos e simpatizantes dessa luta da inclusão do negro na sociedade, da igualdade de oportunidade seja para o negro, seja para o índio, seja para as mulheres, como colocou o representante da Walmart, e queremos, sim, que algo seja feito e seja feito logo. É necessário, sim, o estabelecimento de políticas que garantam a inclusão das pessoas na sociedade, que sejam ações afirmativas, inclusivas, já. Nós pensamos dessa forma, nós do Departamento Nacional, nós regionais de todos os Estados estamos alinhados nesse sentido.

Agradecemos ao Senador Paulo Paim, ao tempo em que o cumprimentamos, também, pela brilhante iniciativa de provocar esta audiência pública; ao Frei David Santos, que é uma pessoa que representa muito bem vocês, e agradecemos a oportunidade de estar aqui.

Muito obrigado a vocês também por terem nos ouvido, compartilhado conosco da posição do Senai. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Drª Margareth de Castro Tomazett, assessora técnica do Senai, eu tive o prazer de ter cursado o Senai; a base de toda a minha formação foi o Senai. Até lá, eu vendia frutas na feira livre de Porto Alegre. Só que não vou contar essa história de novo, mas depois que entrei no Senai tudo mudou.

Vou passar a palavra, neste momento, para o Isau Chacon, mais conhecido como Chacon, do movimento sindical, Diretor da União Geral dos Trabalhadores, e que aqui representa o Inspir.

O SR. ISAU CHACON – Obrigado, Senador.

Vocês observem como foi manifestado, agora... Primeiro, quero parabenizar o Senador, sempre nos dando a oportunidade; são muitas as audiências públicas que ele nos oferece ao longo do ano. Na condição de Senador, foi reeleito e, graças a Deus, a sua reeleição veio a contemplar o anseio dos trabalhadores, porque ele sempre deixou um canal de comunicação aberto para nós, sindicalistas, para a sociedade organizada, para aqueles que buscam alguma coisa melhor para os seus grupos e para os seus representados.

Eu queria dizer a todos aqui presentes que, em nome do Inspir, em nome da Cleonice, especialmente do Ricardo Patah, Presidente da UGT – eu também sou presidente da UGT estadual –, eu queria falar também, inclusive, em nome da Federação Nacional dos Securitários, que é o pessoal que trabalha na área de seguro, da Confederação, da Contec, do Lourenço Prado, enfim, das instituições que nós congregamos e organizamos e participamos. Todas elas têm o mesmo caminho, têm o mesmo entendimento, buscam a mesma compreensão e o mesmo interesse em defender o sistema de gênero e raça.

Não poderia ser diferente se a gente pensasse em outros segmentos, em outros caminhos.

Agora, vejam bem: o que acontece diante de todo esse pensamento, de toda essa busca, é que não se está plantando mais uma semente. Na minha ótica, na nossa ótica, na das instituições que nós representamos, a semente já foi plantada há alguns anos. O que tem hoje já são furtos; o que tem hoje já são árvores; o que tem hoje já são pessoas encaminhadas, pessoas, na vida, consolidadas. Estão aqui ao meu lado pessoas de sucessos e outras camadas dentro do grau de sociedade de crescimento cronológico.

Então, nós temos de acreditar que a fome está sendo diluída ao longo da história de cada um. Mas nós temos um povo já com os pés no chão, com sua história escrita e o seu caminho a seguir. O que se tem de fazer é que o Estado, no seu papel, a sociedade organizada e aqueles que constroem juntos consolidem. Nós temos de consolidar, porque a semente já foi plantada, já nasceu, já cresceu e já deu fruto por sinal.

Então, vamos para frente.

Estamos juntos nessa organização.

Muito obrigado em nome da instituição que nós representamos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Chacon, que aqui representa a UGT.

Quero também registrar o convite que recebi do meu amigo Dr. Renato para o lançamento – não é, Renato – das ações afirmativas, a questão das cotas. Coordenação: Renato Ferreira. Evento de lançamento dia 21/09/2011, às 18 horas e 30 minutos no Espaço Cultural do STJ, está certo? Então, dia 21/09/2011, às 18 horas e 30 minutos, no Espaço Cultural do STJ. É isso, Dr. Renato? *(Pausa.)*

Está dado o aviso.

Agora, passamos a palavra para a Drª Andrea Nice Silveira Lima Lopes, Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordiguadade).

A SRª ANDREA NICE SILVEIRA LIMA LOPES – Senador Paulo Paim, é interessante e é necessário que eu o parabenize pelo evento; e não só pelo evento, pela oitiva das pessoas que estão aqui, mas pelas pessoas que estão aqui representadas.

É necessário que, juntos, não só toda a sociedade organizada, mas todos os órgãos públicos, nos sentemos em conjunto.

Quando a gente fala em acesso, a gente tem que pensar que um trabalhador portador de deficiência para chegar até o trabalho ele precisa de um bom transporte público. Ele não precisa só da sensibilidade dentro da empresa, ele precisa ter condições de chegar até àquela empresa, não só em termos de transporte público, como a própria acessibilidade dentro da cidade.

Quando nós falamos em cota racial, nós não temos um regramento hoje que nos permite que haja essa obrigatoriedade das empresas privadas no cumprimento. É claro que nós avançamos muito – não o Ministério Público, mas várias outras entidades – no sentido de que, por vias avessas, através da discriminação indireta, tentar implementar. Como bem falado pelo Procurador-Geral, não fomos vencedores no âmbito judicial, mas o fomos na questão do diálogo com todas as entidades. É claro que temos muito a avançar não só no sistema financeiro, como também no setor supermercadista, como em outros também, que vão ser as tendências sempre trabalhar com esses projetos, e, à medida que forem avançando, alcançarem outros projetos.

Na questão que foi colocada pelo colega, no sentido de capacitação, não há como falar em cotas no serviço público se não atentar para isso. Eu estava conversando com o Senador Paulo Paim, dizendo o seguinte: o concurso público é meritório, ele tem um mínimo. Eu não posso falar em cota se eu não tem como haver o ingresso dessas pessoas. Então, todas essas questões que foram colocadas aqui... O problema de inserção não é só capacitação, não é só educação, mas não há como falar nesse assunto sem tocar nessas questões. E dizer que é um problema que tem que ser discutido, sim.

Mais uma vez, parabenizo por toda essa mobilização. Espero, sinceramente, que continue – pelo que conheço do senhor a tendência é essa. E como a gente havia conversado aqui, talvez fosse o caso – e aí fica a minha sugestão –, Dr. Renato Ferreira, de trabalhar com a Lei nº 10.097 e tentar transformar a cota na aprendizagem. Teríamos mais facilidades. E teríamos a questão da exceção e a da formação técnica daquele jovem. Porque hoje a aprendizagem vai até 25 anos e sem idade limitada para as pessoas com deficiência.

Podemos pensar algumas alternativas. E tem um regramento jurídico que permite ao Ministério Público não só através da discriminação indireta, mas que tem uma atuação mais incisiva e tenha todo um regramento jurídico a dar respaldo a essa situação.

Mais uma vez, parabéns, e obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Drª Andrea Nice Silveira Lina Lopes, Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho.

Por sugestão da Mesa, como o próximo que usaria a palavra foi dar entrevista, neste momento, concederei a palavra, conforme anunciado, a duas pessoas do plenário; agora ao Leandro Santos, engenheiro e coordenador da Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes).

Leandro, com a palavra, por cinco minutos. (*Palmas*.)

O SR. LEANDRO SANTOS – Bom dia a todos.

Primeiramente, agradeço a presença de todos. Nós nos conscientizamos de que a importância da discussão das cotas faz sentido não somente agora, como sempre fez sentido e fará até que haja igualdade.

Discutimos aqui a questão de qualificação no mercado de trabalho. Falar em qualificação quando um jovem negro pobre já é recebido por um mundo hostil e tem que ser enxergado, comparado a uma criança, um filho de uma pessoa que tem condições de pagar uma escola privada ou uma universidade... Ele é comparado desde os seus dezessete anos até aos treze anos, quando, ao ingressar no ensino médio, ele enfrenta a escola pública sem carteira, sem professor, às vezes até sem aula. E ele é comparado a uma aluna, a um filho de um executivo ou de uma pessoa beneficiada, que tem psicólogo para cuidar da separação dos pais, tem o acesso ao conhecimento, à divulgação, enfim, ao lazer. Em outros países até, na Disneylândia, por exemplo. Ele ganha um *voucher* para visitar a Disney, ele tem três ou quatro pessoas que passam limpando as salas, ele tem carteiras, ele tem computadores. Ou seja, falar em qualificação... E entendo também que tem que ser qualificado. Mas falar em qualificação num mundo hostil, onde ele já é recebido com essa desigualdade e é cobrado, após os seus 18 anos de vida, da mesma forma que se cobra de um filho de um beneficiado, realmente, é discutível.

Tem que haver uma discussão até um pouco mais abrangente, mais minuciosa, porque realmente a gente fala em qualificação, a gente é a favor da qualificação. Porém, ele vive os seus 18 anos de vida não sendo qualificado e, em um ano, ou seis meses, ou dois anos, ele é cobrado da mesma forma que a outra pessoa que se formou, no caso, com 18 anos de vida.

Gente, ele já chega com uma desqualificação e é obrigado a fazer um processo de ressocialização e de requalificação de aproximadamente dez anos, que a outra pessoa enfrentou, em um ano! Na verdade, fica inacessível, porque ele já chega desqualificado e em um ano ele é obrigado a se formar ou a se graduar com um período de 18 anos, de dez anos? Não dá. Então é discutível, precisa ser revista a questão.

A discussão sempre aconteceu, é abrangente, ela se propaga. Agora, o papel, ele aceita, agora a gente precisa colocar em prática.

Eu gostei muito da fala do Procurador sobre a questão da... Desculpe, desculpe, do Defensor Público sobre o ingresso na faculdade sem as cotas. Eu também ingressei sem cotas e achava que era a melhor coisa do mundo, porque eu tinha o meu mérito. E discutia mérito. Porém, o mérito é para mim e o acesso é para todos.

É evidente que, no ingresso na Educafro, a gente entendeu que o mérito é pessoal e dura por um período pequeno. Somente você o guarda, você, seus parentes, enfim, e não usa para nada. A inserção e a igualdade, nós sempre utilizaremos. Então, eu vejo que, mesmo tendo me formado sem cotas, as cotas fazem sentido a todo momento.

Nós discutimos também a questão até interessante sobre o cão-guia. Alguém comentou sobre o cão-guia. Eu tenho um cão-guia em socialização. Eu tentei ingressar em três estabelecimentos. Ou seja, a lei... Se não me engano é o Decreto nº 5.904. Nós, que somos

a família acolhedora, temos os mesmos direitos do deficiente visual; porém, isso não acontece na prática. Eu tentei adentrar o Banco Itaú. A gerente, ironicamente, disse que eu não era deficiente visual. Eu falei: "Poxa, basta ler. É o primeiro parágrafo. A pessoa habilitada tem o direito de ingressar em qualquer ambiente público ou privado de uso coletivo". Não quis entender. Eu fiz uma reclamação, levei em frente. Depois, houve a resposta: veja, nós realmente entendemos que é uma lei nova – na verdade, foi assinada em 2005. Entendemos que realmente faz sentido e devemos nos estabelecer com o cliente. Agora, o constrangimento foi: a segurança parou aquela porta giratória pegando a pata da cachorra. Realmente, foi uma cena que eu tive que levar em frente. E não vi somente o bloqueio sobre o fato de eu não ser deficiente visual. Eu vi o bloqueio racial. Eu vi o bloqueio racial.

O programa social, não somente ela, como americanas, inclusive um parque... Eu discuti com três seguranças de empresa privada que disseram conhecer a lei. Eu disse:"Fale qual é a lei!" E não conheciam. Ele disse: "Não vou falar para você porque não preciso falar para você a lei". Eu chamei a polícia, passeei com o cachorro e continuo passeando por desaforo, porque entendo que o bloqueio não é somente pelo fato de ser um cão-guia; é um bloqueio racial, e ele é negro também. Ou seja, não se discute.

Sobre a mulher no mercado de trabalho, a mulher, historicamente, consegue fazer mais de uma atividade ao mesmo tempo. Então, também entendo que, se ela consegue fazer mais de uma atividade ao mesmo tempo, a produção dela no trabalho acaba sendo duas vezes mais ou até mais do que duas vezes mais, dependendo do seu desempenho.

Então a mulher negra tem que ser considerada no mercado de trabalho. Na verdade nós já estamos em atraso com isso.

Só para finalizar, sobre a questão de vestibular, da cobrança de que falei sobre comparar um aluno que já é beneficiado desde quando nasce a nós, que somos recebidos por este mundo hostil, entendemos que o vestibular é a grande barreira, porque, se o aluno, depois de um período de 12 ou 15 meses, consegue um valor parecido ou até acima de um não cotista, entendemos que, quanto à qualificação, que tanto discutimos aqui, que é interessante, é importante, prioritária, mas temos de entendê-la com algumas ressalvas. Por que, em um ano, ele conseguiu esse desempenho, sendo que ele tem um atraso de 10 anos? E o vestibular, que é a grande barreira, não é um facilitador. Na verdade, a cota realmente insere pela porcentagem.

Então, se ele não teve, nesses 18 anos de vida, um desempenho compatível, se ele não merece esse direito, por que ele consegue, depois de um ano, ter o mesmo ou um nível acima de qualificação de um outro aluno?

Entendo que qualificação é importante, até porque tive de me qualificar; porém, é preciso rever a questão desse retrocesso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Leandro. Você usou seu tempo. Parabéns pela fala!

Passo a palavra à Lucilia Laura Pinheiro Lopes, Mestre em Ciências Sociais e professora voluntária da Educafro. *(Palmas.)*

A SRª LUCILIA LAURA PINHEIRO LOPES – Um bom-dia, Senador Paulo Paim, todos que aqui representam os devidos espaços, tanto na referência pública quanto das entidades.

Para mim, este é um momento histórico, um momento que me provoca uma emoção individual, mas que, particularmente, me traz todos os meus ancestrais: minha mãe, que fez este mês 68 anos; minha avó, já falecida; minha bisavó, falecida; a minha tataravó, falecida – que provavelmente veio de Angola, escravizada.

Eu era para ter a expectativa no máximo de ser a faxineira, hoje. No entanto, sou Mestre em Ciências Sociais e Religião. Meu mérito? Meu mérito, não. Mérito da luta dos meus ancestrais. Eu, por entendê-la, mantive essa luta e insisti. Sofri tanto quanto o nosso companheiro, Defensor Público, Nilson Bruno Filho e outros todos que estamos aqui, que lutamos todos os dias para provar que somos competentes.

Então, para mim, é um momento histórico e, daqui para frente, o Brasil mudará mais um pouco.

Estávamos elaborando algumas frases de ordem para poder dizer do nosso sentimento como movimento e o nosso grito neste espaço. Agumas palavras de ordem vieram e conseguimos dizê-las, como: Dilma, a primeira mulher Presidente, que agora representa também a nossa causa. Então, o Brasil mudou, Dilma é Presidenta. Mudou e vai mudar mais a partir de hoje, tenho certeza.

Então, quero agradecer, Senador Paulo Paim, pela coragem, pela sua insistência, apesar de a gente saber de várias situações que enfrenta a cada dia para poder realizar essas audiências públicas.

Portanto, quero agradecer em nome de todos nós que estamos aqui, em nome de toda a população brasileira afrodescendente, negra, preta, parda, porque essas são as referências de critérios para dizer de cada um de nós, negros brasileiros. Somos brasileiros, afrobrasileiros, negros, pretos, pardos. No conjunto de pardos, quero incluir os indígenas, que estão representados conosco aqui, hoje.

Fui a um seminário em Mauá, no Grande ABC, onde moro – moro em Diadema –, em que foi mencionado por alguns grupos, Federações de Indígenas do ABC, que eles dificilmente são contemplados nesse espaço da diversidade étnico-racial. Inclusive os índios urbanos, porque estão nas cidades, não nas aldeias. A Educafro é uma das entidades que lutam pela população negra, indígena, ciganos, brancos pobres, por todos nós... *(Palmas.)* ...que não somos contemplados pelo olhar ainda eurocêntrico neste Brasil da diversidade.

Quando ouço, consigo entender e participar desse processo, desta audiência pública junto a vocês, eu me emociono e, ao mesmo tempo, penso que há muita coisa a ser feita. Cada um dos senhores e senhoras mencionaram o que tem de ser feito. Reconhecemos, está aí, está visível. Alguns, de vez em quando, dizem que não há racismo, mas esses são desinformados, ou os que não querem, mesmo com a informação, olhar para realidade e dar visibilidade a ela.

No entanto, nesta Mesa, vi contemplado o nosso grito de todos os dias nos cursinhos pré-vestibulares, nos cursinhos para o Enem, ao ProUni, a concursos. A Educafro faz um movimento e um trabalho intenso, com voluntários, com pessoas como eu e como o meu companheiro Fortaleza, que deixa a sua família, deixa vários processos, porque acredita ser um investimento. Estamos investindo em possibilidades para a nossa vida daqui para frente, e para os meus netos, os meus bisnetos, porque a minha neta, tenho certeza, não vai precisar de cota, se conseguirmos fazer cota hoje. *(Palmas.)*

Porque alguns dizem – a gente tem um movimento intenso, daqui a pouco haverá outras audiências de que a gente vai participar – que não precisam de cotas. Afinal de contas, pode criar um racismo explícito. Não é implícito, é explícito, só não é visibilizado. E é esse o ponto que quero pensar com os senhores e as senhoras: como que cada uma dessas coordenadorias, desses departamentos, dessas confederações, inclusive o Inspir, Instituto Sindical Interamericano – e tenho um apreço pela representatividade, inclusive, do nosso Deputado Federal Vicentino –, como cada um desses órgãos, o Senai, a Defensoria Pública, a Coordenadoria Nacional da Promoção da Igualdade de Oportunidades, com referência ao trabalho, ao emprego, como cada um dos senhores, em conjunto, o gerente das relações internacionais do Walmart, como os senhores podem dar visibilidade à nossa pessoa nesses espaços?

Alguém me disse e foi mencionado nesta mesa também que a autoestima da população negra é baixa. Eu discordo disso. A nossa autoestima é lá em cima. Se não tivéssemos apreço a nós, não estaríamos aqui hoje. O que acontece de fato é que os traumas que estão em nós, em nossos corpos não são tratados. Ao contrário, são mencionados e fortalecidos todos os dias.

Eu, como mulher negra, tenho que provar que sou mais competente que um homem branco para dar aula em uma universidade, mesmo tempo mestrado, quando o companheiro homem branco tem apenas especialização. Mas eu tenho que provar isso a cada dia.

Vemos isso, passamos por isso. É trauma sobre trauma, mas a minha autoestima está lá em cima. Eu curto o meu cabelo natural, que não é ruim, porque, diga-se de passagem, ele não fala de ninguém. Ruim é juízo de valor. A filosofia me ensinou isso muito bem.

Usamos juízos de valor nas imagens que são divulgadas nas nossas prateleiras: "Ai a minha filha de 5 anos é Barbie, Barbie, Barbie, eu não tenho uma Barbie negra com o cabelo natural, afro. *(Palmas.)*

Eu preciso me ver representada. Já me vejo, porque há vários movimentos junto à Educafro. No entanto, a minha filha, que tem 5 anos, por mais que eu esteja presente – fico 4 dias ausente, longe da presença de minha filha, para que os senhores saibam –, sofre um bombardeiro da mídia televisiva, dos supermercados dizendo: essa é a boneca bonita. E ela é uma boneca linda! É filha e descendente de reis e de rainhas. Mas isso não é dito para ela. É dito para ela que ela é neta, não, descendente de escravo. E essa palavra eu vou pedir para os senhores e as senhoras para a gente melhorar um pouquinho isso. Nós somos descendentes de escravizados, de povos de reis e rainhas, como somos descendentes também de escravizadores, não de senhores. Então, escravizadores, escravizados, para que a gente não mantenha essa linguagem que é ideológica, para que aquela autoestima, que é alta de fato, seja rebaixada por conta dos traumas que vêm em evidência a cada dia: eu não sou descendente de escravo. Eu, Lucília Laura Pinheiro Lopes, sou descendente de escravizados, inclusive minha tataravó, provavelmente vinda da Angola, era rainha na Angola. E tenho esse orgulho. Isso precisa ser falado nas imagens.

O Walmart, inclusive, que o gerente Arilton Sousa veio representar...

E eu me emocionei em conjunto com o senhor! Isso é maravilhoso. A gente precisa deixar essa emoção, porque é isso que vai fazer mudar a nossa perspectiva. E o senhor como autoridade nesse espaço tem o dever e o poder de alterar algumas situações.

Nós tivemos alguns diálogos, de fato, com o senhor, e eu quero corrigir ou complementar a sua fala no sentido de que nós fomos procurados por uma população que foi agredida – duas mulheres negras foram agredidas no Walmart – e, por isso, nós fomos buscar um diálogo. Do contrário, a gente teria prova-

velmente algum momento de diálogo, mas não seria nesse processo.

Então, eu quero destacar aqui: a nossa relação direta com o Walmart nessas reuniões foi por conta dessas agressões físicas, morais, psicológicas pelo fator racismo, do olhar, de ver duas mulheres negras que não podiam adentrar um supermercado, ou comprar naquele espaço. E foram agredidas, foram tratadas como não consumidores, que acho, inclusive, que é um erro de alguns espaços.

Mas eu entendo que as coisas não vêm por pessoas específicas como o senhor. E quero agradecer a sua presença aqui para poder alterar essa realidade.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Passamos a palavra agora ao Dr. Nilson Bruno Filho, Defensor Público Geral do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. NILSON BRUNO FILHO – Senador, eu serei breve.

Em primeiro lugar, quero parabenizá-lo por essa coragem. Acompanho, do Rio de Janeiro, sua luta, sua batalha e o respeito que o Brasil tem pelo senhor. Lamentavelmente, tenho uma frustração de não ser seu eleitor, porque não sou do Rio Grande do Sul. Mas tenha certeza...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu quero convidá-lo para, no dia 6, estar lá no Rio de Janeiro, porque eu vou ganhar o título de Cidadão do Rio de Janeiro, e você vai estar lá para dar meu abraço e eu me sentirei contemplado. *(Palmas.)*

O SR. NILSON BRUNO FILHO – Com certeza! Precisamos de mais Senadores, de mais homens públicos com a sua envergadura.

Quero parabenizar também a iniciativa, a batalha, a luta histórica e incansável do nosso Frei David *(Palmas)*, que é um craque; parabenizar os demais integrantes da Mesa e os participantes.

E quero dizer o seguinte: está muito normal essa história de que somos todos iguais, o negro é igual ao branco, não há mais discriminação no Brasil e que talvez haja uma segregação ao inverso se estabelecermos a questão das cotas. Mas não percebemos que mais de 70% da população carcerária é negra; mas o inverso não acontece nas universidades, não acontece nos postos de trabalho. *(Muito bem! Palmas.)*

Ora, se eu tenho mais de 70% da população carcerária de negros, eu tenho que ter pelo menos 30% desses mesmos negros na universidade. Mas eu não tenho isso. E olha que a gente vem aqui hoje discutir, com todo respeito, sobre migalhas. A gente está falando em cotas em um universo de 20%, de 10%, de 30%, que não representam absolutamente nada. E a gente chegou à conclusão de que é normal ver o negro preso, o negro frentista, o negro gari, mas não é normal, lamentavelmente, ver o negro em profissões de destaque.

É óbvio que não tem como não me emocionar quando vejo minha querida Lucília falando sobre coisas que todos nós, negros, vivemos o tempo todo, a toda hora. Vai a um *shopping* comprar alguma coisa e o vendedor prontamente lhe diz: "Aquela é a parte da promoção". Mas eu não perguntei se há promoção. Eu estou apenas olhando, eu nem sei se quero comprar. Então, o tratamento já vem a partir de uma discriminação, que é talvez até inconsciente. Porque a questão da boneca é a questão do automóvel: se o negro está no automóvel, dependendo do automóvel, a polícia vai pará-lo. Não tenho a menor dúvida disso. Até porque isso já aconteceu comigo várias vezes, acontece o tempo todo. Até porque eu não saio com a minha carteira de Defensor Público apresentando a todo o momento, e nem faço isso.

Então, é óbvio que há uma necessidade urgente, imediata de acabarmos com isso. Já passou da hora. Há muito a ser feito. Tenho certeza, minha querida Lucília, que, a partir de hoje, teremos dado mais um passo enorme na luta pela exclusão, pelo término dessa desigualdade social, racial, que ainda nos atormenta. Essa questão está entranhada talvez na nossa pele, no nosso dia a dia, mas tende a acabar, porque há a nossa luta. Sozinhos, somos fracos, mas juntos somos muito fortes, e tenho certeza de que estamos caminhando para um mundo muito melhor, até porque o nosso mundo, mas principalmente o nosso País é simplesmente maravilhoso. Tenho um orgulho muito grande, em primeiro lugar, de ser negro, sem qualquer demérito a outras raças ou outras cores, outras peles. Mas tenho muito orgulho de ser brasileiro e muito orgulho da coragem dessas pessoas que vêm para cá para discutir essas questões que para nós são extremamente dolorosas, mas alguém tem que fazer esse trabalho, e estamos aqui para isso.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Meus cumprimentos ao Dr. Nilson Bruno Filho, Defensor Público Geral do Estado do Rio de Janeiro.

O Thiago, aqui, que me assessora, como eu fiz o convite, lembra ao senhor que será às 18h30 horas na Câmara de Vereadores, e às 14 horas haverá um debate na ABI, um debate sobre o Estatuto do Motorista e a questão dos idosos. Depois, nós vamos, então, para a Câmara de Vereadores, onde será lembrado lá o Estatuto da Igualdade Racial.

O SR. NILSON BRUNO FILHO – O Educafro Rio, por favor, marcar presença.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ocupar os dois espaços lá.

Eu queria, antes de passar a palavra para o Frei David, que vai concluir em nome da Mesa, dizer para vocês que está conosco o Senador Cristovam Buarque, companheiro nosso de todas as jornadas. Uma salva de palmas. Vou passar a palavra para ele. *(Palmas.)*

A palavra está com o Senador Cristovam. Depois, será o Frei David e eu vou encerrar.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ah, então, está bem.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Então, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Cristovam prefere falar após o Frei David.

Com a palavra o Frei David neste momento.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Bem, a mensagem final que coloco é essa daí.

Primeiro, dizer para vocês que uma audiência desta, Senador Paim, tendo aqui e sendo comunicado oficialmente para todo o Brasil que a Defensoria Pública do Rio de Janeiro acaba de fazer uma portaria determinando cota para negro no cargo de estagiário é fantástico. E fica mais fantástico ainda quando ele falou: "Já está determinado: o próximo concurso público para Defensor no Estado do Rio de Janeiro vai ter cota para negro".

Senador, quero lhe parabenizar por este forte momento, porque, em âmbito nacional, tenho certeza que isso vai mexer com as consciências dos demais defensores do Brasil. *(Palmas.)*

Cada Estado tem um Defensor. Por que todos eles não têm a mesma sensibilidade humana e brasileira que tem o nosso irmão Nilson Bruno?

Segundo, dizer, Senador, da nossa gratidão ao Senado, na sua pessoa, de organizar para, às 15 horas, nesta Casa, um debate para avaliar os dez anos de ação afirmativa e cotas. Aqui peço à minha irmã Andrea e ao irmão Arilton – percebi que a fala de vocês criou um mal-estar na assembleia. Por que criou um mal estar? Pelo seguinte: porque, talvez, vocês foram vítimas da imprensa, que não divulga com qualidade os bons resultados. Ou seja, já temos no Brasil mais de 160 universidades públicas ou instituições públicas de ensino que adotaram cota para negro, branco pobre e indígena. E todas elas fecharam pesquisa: esse negro – atenção, hein! – entrou no vestibular com nota 30% abaixo e, um ano depois, está igual ou superior aos demais. Então, gente, ação afirmativa não é esperar primeiro ter nível total ou igual, mas é pegar os quebrados e dar a eles oportunidade. Isso é que é ação afirmativa. *(Palmas.)*

Senador, eu espero que você não fique chateado comigo, mas eu vou fazer uma cobrança para você também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faça. Quando vocês não cobrarem mais de mim, eu tenho que ir para casa. Tem que me cobrar sempre.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Senador, eu sinto que esta Comissão aqui, a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego, nos ajuda. Eu gostaria que esta Subcomissão fizesse um ofício ao Sistema S. É o maior e mais poderoso sistema de educação do Brasil. Se o Sistema S adotar o art. 39, § 1º, do Estatuto da Igualdade Racial, que o Senador distribuiu para todos nós agora mesmo – está aqui na mão do nosso irmão –, se adotar esse art. 39... E ele só não adotou ainda porque não foi provocado... Eu solicito ao Senador Paim que esta Comissão que ele preside provoque, mandando um ofício bem positivo para o Sistema S, para que coloque em prática o art. 39, § 1º; que motive e conclame o Sistema S e demais órgãos nessa linha a colocarem em prática o Estatuto.

Também, Senador Paim, outro ofício para o FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. É, gente – desculpe-me falar abertamente –, é a mina de ouro financeiro do Brasil. Tem lá muito dinheiro parado, e nosso povo negro quebrado aqui. Então, que faça um ofício para o FAT, para que o FAT aceite uma audiência para discutir financiamento segundo o que diz aqui, por exemplo, o art. 40 do Estatuto. Senador, a lei que o Lula assinou já define isso. Só falta colocar em prática.

Então, um ofício desta Comissão, que tem grande credibilidade para o FAT, vai fazer o FAT colocar em prática a missão dele. Está aqui declarada a missão do FAT, e o FAT está simplesmente a ver navios. E essa atitude não é de brasileiro que ama o Brasil.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FREI DAVID SANTOS – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RJ) – Já lhe dei mais cinco minutos, é só para avisar. Vou lhe dar dez, para encerrar.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Eu vou concluir, dizendo que fiquei bastante surpreso e feliz com a CNC, que aceitou, amanhã, uma audiência pública, às 13 horas, com o Senador, e todo mundo que está aqui está convidado. Não é uma audiência pública, é uma reunião de trabalho. Também estou muito surpreso com o rendimento desta reunião, quando a Confederação Nacional das Instituições Financeiras do Brasil, que é o guarda-chuva da Febraban, aceitou também conversar em reunião de trabalho amanhã, ao meio-dia, também aqui. Ou seja, está crescendo bastante:

às 12 horas, é a Febraban, e às 13 horas, é a CNC. São duas reuniões seguidas.

Portanto, irmãs e irmãos, digo que o Brasil está mudando, e muda com debates maduros, qualificados, de pessoas de igual para igual, que querem ver a transformação.

Agradeço, portanto, ao Senador. E a vocês que estão seguindo a TV Senado, parabéns por estarem assistindo a esta TV, que debate coisas a que a grande mídia não dá espaço. *(Pausa.)*

Ah, desculpem-me! Quero fazer uma homenagem ao nosso irmão Nilson Bruno por ele ter tido a coragem de anunciar publicamente hoje, aqui, a adoção de cotas para estagiários e cotas para o próximo concurso de Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro. Entrego a ele, em nome de toda a família negra brasileira, este livro que vai ser lançado depois de amanhã, dia 21, no Superior Tribunal de Justiça – olha só, Superior Tribunal de Justiça. Eles estão acordando para a nossa causa.

Então, Dr. Nilson, por favor. *(Palmas.)*

O SR. JANILTON FERNANDES LIMA – Frei David, eu acho que a gente teve um engano aqui, um equívoco. Amanhã vai ter uma reunião geral da CNC no Rio de Janeiro. Então, nós não estaremos presentes na reunião de amanhã. Eu prefiro entrar em contato com o senhor e com a Lucília, com o coordenador, para acertamos em outro lugar onde for preciso, para continuar a entabular isso. Nós não teremos representantes mesmo amanhã, não.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Ah, então...

O SR. JANILTON FERNANDES LIMA – Outra coisa é o seguinte: ouvimos falar aqui o tempo inteiro e chegamos à conclusão de que – essa frase é do nosso colega aqui – sem educação e capacitação não se chega lá. E, cada vez que eu ouvia isso, eu me lembrava do Senador Cristovam Buarque. Sempre ouço falar da importância da educação, da educação, da educação, eu não quis falar, mas eu estive em uma situação de vida parecida com a do nosso colega Defensor, meu colega aqui: eu paguei minha faculdade enquanto eu sustentava meus pais. Eu gastava acho que 60% do que eu ganhava pagando a faculdade. É que cedo eu raciocinei o seguinte: eu não teria como sair daquela vida humilde que eu levava se não fosse através do estudo. Eu vi que eu não jogava futebol tão bem quanto os outros, eu não cantava, eu não era ator, eu não podia ser modelo. O único caminho que eu vi que eu sairia, que eu quebraria aquela... Lembro de você dizendo aqui, Lucília, que a sua mãe esperava que você fosse empregada. Meu pai era marceneiro da construção civil, e eu talvez tivesse a mesma vida dele, exceto pelo fato de que eu descobri que, pela educação, eu conseguiria quebrar isso. Daí a gente ter batido tanto nessa tecla aqui.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

A Drª Andrea também pediu mais um minuto.

A SRª ANDREA NICE SILVEIRA LINA LOPES – Somente porque foi mencionado sobre a minha fala e talvez eu não tenha sido muito clara, apesar de ter sido esse o intuito. Nós não falamos, primeiro, porque a audiência refere-se à cota racial e pessoas com deficiência, e não é uma questão de mídia, é uma questão que está sendo vislumbrada hoje nos procedimentos abertos em relação a pessoas com deficiência. E eu não disse em nenhum momento e não restringi a minha fala à capacitação, e sim à educação. Foi no sentido dessa interação de todos os órgãos e de todas as pessoas para que possam falar.

Quando eu falei em PCD, eu falei em acesso, eu falei em transporte público. Quando você fala em PCD em cota racial, você fala só em educação. O senhor bem disse, Sr. Leandro, e aí eu acho que a nossa fala se completa, quando o senhor disse: depois de oito, dez anos, eu tenho que fazer um ano de capacitação. Não, quando a gente fala em educação, não é só trabalhar em ponta, não. É trabalhar esses oito anos. É essa falta de carteira, é essa falta de professor direcionado a uma aula só.

Então, não podemos – e eu entendo e continuo entendendo da mesma forma – ver a situação só da questão da cota, só da questão afirmativa, ainda que provisória, porque assim foi concebida. Mas não podemos falar, porque, senão, Srª Lucília, eu sinto muito, a neta da senhora vai continuar precisando de cota. Se não continuarmos pensando em um todo, e aí pensar em educação como um todo, não na questão da capacitação depois de dois anos, mas na questão fundamental, vamos continuar precisando a vida toda.

Então, quando eu disse foi nesse sentido, de pensar em um todo e pensar em conjunto. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Senador Cristovam, eu gostaria de ouvi-lo. O senhor está convocado a usar a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E para convocar, Frei David, vocês à luta.

Veja bem, eu estou aqui pela minha solidariedade total com o assunto das cotas. *(Palmas.)* Nunca houve dúvida disso. Nunca houve dúvida a meu respeito. E isso não para fazer qualquer favor. Isso porque o Brasil precisa mostrar ao mundo que nós não somos um país que, 122 ou 123 anos depois da abolição, continua um país com uma elite branca e uma população

negra excluída, na quase sua totalidade. Isso aí não é um bem para o negro. Quando a gente consegue que um negro entre para a universidade, não está beneficiando aquele jovem negro, está beneficiando o País. Quando conseguirmos – não conseguimos ainda – um embaixador negro, isso vai ser bom para a imagem do Brasil lá fora, não só para aquele negro que será embaixador. Então, conte comigo.

Agora, Frei David, eu sempre cobro de vocês. A gente precisa lutar pela cota para 14 milhões de brasileiros analfabetos, a maioria deles negros. O analfabeto é duplamente excluído. Um cadeirante analfabeto tem muito mais dificuldade do que um cadeirante que tem alfabetização. A gente quer garantir emprego para cadeirantes. Para cadeirantes analfabetos, vai ser muito difícil. A gente pode até dar uma renda, dar uma bolsa, mas emprego vai ser difícil, porque hoje é difícil ter um emprego analfabeto. Um pedreiro, hoje, precisa de alfabetização. Vamos supor que um pedreiro pudesse ser sem alfabetização. Um cadeirante pedreiro é muito difícil.

A gente quer cota para negro na universidade. A gente esquece que 14 milhões não vão poder se beneficiar da cota para negros porque são analfabetos. Ninguém vai defender que entre na universidade quem não aprendeu a ler. Não faz sentido.

Mas não é só isso: 60% não terminam o ensino médio. Então, esses 60% estão fora da luta de vocês pelas cotas, porque a gente não vai defender, não pode, não tem como entrar na universidade sem o ensino médio completo.

Então, a gente esquece que a luta pelas cotas é só para aqueles que terminaram o ensino médio.

Então, excluímos os que não aprenderam a ler; os que aprenderam a ler, mas não entraram na escola; os que aprenderam a ler e entraram na escola, mas saíram antes do último ano do ensino médio. Não vão ter nem direito de disputar a cota. O direito de disputar a cota eles não terão. E também não vamos dizer: vamos permitir cota para os que não aprenderam a ler, porque não funcionaria nas universidades.

Por isso, os que lutam pelas cotas deveriam se organizar para este País erradicar o analfabetismo. Eu não vejo esse movimento. E a maior parte dos analfabetos é composta de negros. A maior parte desses 60% que deixam a escola antes de terminar o ensino médio é composta de negros. Mas mesmo os brancos precisam ser alfabetizados e merecem o nosso esforço.

Então, eu vim aqui mais uma vez manifestar meu apoio.

Desde a UnB, quando reitor, já se falava nisso, há 20 anos. Eu já não era reitor quando surgiram as cotas, mas foi a primeira universidade do Brasil, se não me engano.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Federal, sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Federal. É, das federais. Teve a da Bahia, estadual, não é isso?

O SR. FREI DAVID SANTOS – Rio de Janeiro, também.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Rio de Janeiro. Mas eu estava por perto daquilo. Mas eu não me contento, não me contento com isso de cota só para quem já terminou o ensino médio. Eu exijo cota para todos. Por isso, eu exijo que os que lutam pelas cotas raciais e para portadores de deficiência lutem para uma boa educação para todos. Porque, se não é uma boa educação para todos, é farsa quase, quase farsa a ideia de cota na universidade. Não é farsa, mas é quase, porque é cota só para alguns, os outros nem têm direito de entrar na disputa.

Por isso, eu acho ótimo o ProUni, mas sou radicalmente crítico ao nome, porque não é para todos: ProUni – Universidade para Todos. É falso. Não se beneficia do ProUni quem não aprendeu a ler. Não se beneficia do ProUni quem não terminou o ensino médio. Não se beneficia do ProUni quem não fez o ensino médio razoável, porque só entra na cota quem passar no vestibular. As pessoas pensam que a cota é para quem não passa. Não é, é para quem passa. Apenas aumentando o número de vagas ou, às vezes, até tirando vaga de alguns.

Então, aqui fica, Frei David, simbolizando toda a Mesa, a minha luta para a cota plena, ou seja, ninguém ser excluído antes, e, para ninguém seja excluído antes, é preciso que todos terminem o ensino médio razoável, para não dizer muito bom.

Eu estou na luta com vocês e espero que vocês estejam na luta também por uma boa educação de qualidade para todos, sem exceção. E, até lá, não vão se beneficiar dessa boa educação, porque já passaram da idade.

Um programa radical de erradicação do analfabetismo, que os governos brasileiros não estão cumprindo. Eu fico triste em dizer, mas o governo Lula, em oito anos, só reduziu 1,5% o índice de analfabetismo; Fernando Henrique, 3%, duas vezes mais do que Lula. Mesmo assim, é muito vergonhoso em oito anos reduzir apenas 3% do índice de analfabetismo. É vergonhoso.

Então, em dezesseis anos de governo socialdemocrata, reduzimos 4% o analfabetismo. Isso é triste. Hoje estaríamos comemorando, se estivesse vivo, os 90 anos de Paulo Freire, símbolo da alfabetização no mundo inteiro. O Brasil é o quarto ou quinto país com o maior número de analfabetos, e não conseguimos

chegar abaixo de 10%. É triste dizer, mas, quando Paulo Freire dirigiu o programa de alfabetização no Governo João Goulart, o número de analfabetos era menor do que hoje. Caiu o índice, mas, com o crescimento da população, hoje há mais analfabetos do que há quarenta ou cinquenta anos, na Campanha da Legalidade, que permitiu, graças aos gaúchos, que João Goulart tomasse posse.

Isso é uma vergonha. É tão grave quanto termos uma elite branca em um país que é plurirracial. Vamos lutar pela cota, mas vamos lutar seriamente. Cota só é realmente para todos quando todos podem disputar a cota. Hoje a gente exclui um bocado de gente, que nem chega com o direito de disputar as cotas. Muitas vezes nós nos esquecemos deles. Eu quero ser a voz deles aqui, com todo meu apoio às cotas, mas que todos possam ter o direito de disputá-las.

Era isso, Senador Paim. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ouvimos o Senador Cristovam, ex-Reitor da UnB, ex-Governador e está no segundo mandato como Senador da República.

Se não me engano, o Arilton pediu um minuto.

O SR. ARILTON ROCHA DE SOUSA – Como meus colegas de Mesa fizeram um aparte, eu me senti no direito...

Não é nada pessoal.

Gostaria, apenas, de dar uma informação. O fato que você mencionou realmente é desagradável, mas é um caso isolado. Não representa o que a empresa busca. Eu acredito que, na verdade, o diálogo com o Educafro surgiu em 2009 nesta Comissão, onde fiz uma apresentação junto com outras redes supermeracadistas. A partir dali, Frei, a gente começou. Trocamos cartões, depois participamos de um evento em São Paulo, encaminhamos o material que tínhamos desenvolvido...

A origem foi a partir desta Comissão, em decorrência de um diálogo promovido aqui pela Comissão de Assuntos Sociais. Enfim, isso não atenua, mas a gente tem buscado aperfeiçoar nosso trabalho junto com nossos prestadores de serviços para que a gente tenha um ambiente saudável para quem trabalha e para quem faz suas compras em nossas lojas, porque essa é a cultura da empresa.

Obrigado. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Quero neste momento ir para o encerramento de nossa audiência, lembrando a todos nossos convidados que iremos nos encontrar novamente hoje à tarde, às 15 horas, para discutirmos os 10 anos das ações afirmativas.

Por fim, Frei Davi, só para fechar, está acertada a reunião de amanhã.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Exatamente. A Confederação Nacional das Instituições Financeiras...

No entanto, o nosso irmão da CNC mostrou a impossibilidade. Está aqui o nosso irmão da CNI, o gerente Pedro Aloísio. Então pergunto: poderia haver aqui, amanhã, às 13 horas, um encontro de trabalho nosso com a CNI para avançar nesse diálogo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O pedido fica feito. O senhor consulta e dá o retorno à Comissão.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Ok!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Frei Davi, quanto àqueles dois pedidos que o senhor me fez, de mandar um ofício para o FAT, eu falei com o Ministro do Trabalho, meu amigo Lupi, que preside o FAT. E ao Sistema S, vou remeter também, com a maior tranquilidade. Tenho uma relação boa com eles (*Palmas*), tanto com o Presidente quanto com o Jair Meneghelli, que é o Presidente do Sese. Então, não há problema.

O Tiago está aí? (*Pausa*.)

Então, vamos encaminhar os dois ofícios.

Então vamos encaminhar os dois ofícios.

Vão ser os ofícios mais rápidos que já fiz aqui.

Por que será, Tiago?

O Tiago entendeu.

Aproveito este momento para fazer um convite a todos. Amanhã, às 9 horas, nós vamos realizar uma audiência pública para discutir os fatos da Revolução Farroupilha, o maior evento da história do Rio Grande do Sul.

É feriado no meu Estado, no nosso Estado; há mais gaúchos aqui.

Quero dizer que tem a ver com este momento também. Duas ou três pessoas das que foram convidadas vão falar dos lanceiros negros (P*almas.),* da história dos lanceiros negros e a Revolução Farroupilha. São fatos que a história vai omitindo e nós, amanhã, vamos lembrá-los.

Foram convidados Rodi Pedro Borghetti, Presidente do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore; Marco Antonio Amaro da Silva Neto, Presidente da Federação Tradicionalista Gaúcha do Planalto; Albino Becker, Presidente do Centro de Tradições Gaúchas Jaime Caetano Braun; Ivo Benfato, Diretor Cultural da Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha; Loiva Lopes Calderan, Diretora do Projeto da Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha; Wilson Porto, Diretor-Geral da Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha;

Sirmar Antunes, ator do filme Netto Perde sua Alma, escrito e produzido por Tabajara Ruas e Beto Souza.

Sirmar Antunes, na última vez em que esteve aqui, me entregou uma lança dos lanceiros negros, que está em meu gabinete. Amanhã vou trazê-la. Simbolicamente, ela estará aqui conosco, e o Sirmar vai falar um pouco da questão dos lanceiros negros. É um ator negro. Na primeira hora, vamos passar uma parte do filme. Das 9 às 10, vamos apresentar um resumo do filme, cuja duração é de uma hora e meia. Em seguida, vamos ouvir os painelistas.

A Rosângela Amorim também estará presente, ela é professora, estudiosa; o Moacyr Flores, membro da Academia Rio-Grandense de Letras; Ronaldo Teixeira da Silva, Secretário de Estado, que vai representar o Governador Tarso Genro; Maria Cleusa, também da Estância Gaúcha do Planalto; o ex-Ministro Nelson Jobim também estará aqui conosco. Também foi convidado o Deputado Estadual Raul Carrion, que foi o autor do livro *Os Lanceiros Negros,* que criou uma bela polêmica no Rio Grande do Sul, porque ele conta a verdadeira história da participação dos negros na Revolução Farrouplilha.

Vamos encerrar os trabalhos neste momento.

Agradeço todos que aqui estiveram, os convidados da Mesa, os convidados do plenário, não só o Renato, mas também o Luiz Antônio, a Lucília e o Leandro, bem como todos o demais que estão aqui.

Sei que vocês vêm de longe. São horas e horas de viagem. Sei o que é isso, porque há 26 anos vinha de ônibus do Rio Grande do Sul para cá. Nos últimos 26 anos tenho feito de avião, todo fim de semana.

Reconheço, muitas vezes, a forma indignada de alguns se manifestarem. Podem saber que reconheço e respeito, mas, no exercício da Presidência, tenho que dar uma segurada. Mas entendo que é legítimo o movimento que vocês fazem. Sou solidário, sou parceiro, sou companheiro, sei muito bem o que vai no coração, na alma e na mente de cada um de vocês, como também dos nossos filhos, dos nossos netos, dos nossos bisnetos. É a história, enfim, de toda nossa gente.

Por isso fiz questão de amanhã, 20 de setembro, contarmos um pedaço da história dos lanceiros negros, que, depois de defender com garra aquela revolução, na última hora foram desarmados e foram, na sua ampla maioria, assassinados.

Está encerrada a audiência pública.

Vida longa à luta de todos nós! (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NO PLENÁRIO DA CAS, SALA SENADOR FLORESTAN FERNANDES, Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e onze minutos, do dia vinte e sete de setembro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP, com a presença do Senador Paulo Bauer e da Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente da CASEMP. Justificam ausência os Senadores Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço. Deixam de comparecer os demais membros. Registra presença o Senador Inácio Arruda. A Presidência registra a presença dos Senhores Bruno Berg, Patri-Políticas Públicas e Frederico Marchiori, Assessor de Relações Internacionais da Queiroz Galvão Construtora. A Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 8ª e 15ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. A presente Reunião destina-se à realização da 2ª Audiência Pública do Ciclo de Debates sobre a Integração da América do Sul para tratar do tema "A perspectiva empresarial no contexto da crise mundial", em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2011–CASEMP, de iniciativa desta Presidência, com a presença dos seguintes oradores: João Carlos Nogueira, Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Construtora *Norberto Odebrecht S.A.*; Klaus Curt Müller, Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – ABIMAQ; José Carlos de Assis, Economista e Professor da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Justificou ausência o convidado: Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI. Usa da palavra o Senador Inácio Arruda. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **PAULO PAIM,** Presidente da CASEMP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a

16ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas de 8 e 15.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública na linha do ciclo de debates sobre a integração da América do Sul, hoje com o tema "A Perspectiva Empresarial no Contexto da Crise Mundial", em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2011, de iniciativa deste Senador e de outros.

Foram convidados para conversar sobre esse tema os seguintes oradores: José Carlos de Assis, Economista e Professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); João Carlos Nogueira, Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Construtora Norberto Odebrecht S.A; e Klaus Curt Müller, Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Nós vamos iniciar com os dois convidados que já estão presentes, José Carlos de Assis, que já está à mesa, e João Carlos Nogueira, que está aqui também.

Vou fazer uma pequena introdução só para situar nossos telespectadores que assistem a este ciclo de debate.

A audiência de hoje faz parte de um ciclo de debates que esta Comissão está realizando para discutir a integração da América do Sul. Já tratamos da perspectiva da defesa do mercado interno no contexto da crise, na visão dos trabalhadores. Hoje estamos realizando outra audiência e envolvendo o setor empresarial. Ainda este ano, teremos uma terceira, ouvindo as mulheres e a juventude.

Segundo o economista José Carlos de Assis, que está aqui ao meu lado, a crise mundial e financeira que afeta as economias da Europa e da América do Norte representa uma ameaça direta aos países em desenvolvimento. Com essa citação, eu avançaria dizendo que, nesse sentido, os países sul-americanos que não compõem um bloco econômico coeso seriam potenciais vítimas dos mercados americano, europeu e chinês.

A balança comercial sul-americana apresenta sérios riscos de ser liquidada pelas exportações das nações que estão sob ajuste fiscal para cortar gastos públicos e gerar excedentes exportáveis.

Enfim, muitos são os desafios que estamos enfrentando nessa busca incessante pela integração econômica, política e social da América do Sul.

Quero destacar alguns dados que extraímos do "Anuário Expressão 2011", da Editora Expressão, bem como contribuições da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e também de consultores do Senado.

Dizem eles: "Primeiro, ameaça chinesa. Em alguns segmentos da indústria, válvulas industriais, elevadores e ferramentas, as empresas deixaram de fabricar e se tornaram importadoras, pois tudo o que vendem aqui, infelizmente ou em grande parte, é comprado lá fora".

É mais barato importar – esse é o entendimento a que alguns chegaram –, sobretudo produtos fabricados da China do que continuar produzindo. Essa é uma afirmação que não é positiva, mas está no debate. Em alguns segmentos da indústria, mais de 80% das empresas deixaram de fabricar e se tornaram importadoras, pois grande parte daquilo que vendem aqui é comprado lá fora. Aí vem a velha afirmação sobre o que chega da China: concorrência interna; necessidade do Estado de investimentos em tecnologia e inovação; proteção à indústria nacional; desonerar a indústria; investir em infra.

A questão da desindustrialização.

A desindustrialização, provocada pelo aumento das compras de produtos chineses, representa uma tendência e uma ameaça real à indústria nacional.

Com o dólar em baixa – agora está dando uma subida –, os produtos importados ficam mais baratos e as mercadorias nacionais perdem espaço no mercado interno, porque se tornam mais caras. É o efeito do câmbio. Cerca de 70% do que o Brasil vende ao exterior são produtos básicos – grãos, minérios, petróleo. O resto são produtos manufaturados e semimanufaturados.

Quero lembrar que aqui, no Senado, nós apresentamos o Projeto de Lei nº 232, de 2011, que define as concessões de benefícios aos projetos que favorecem a integração da região.

Isso é só uma introdução rápida para começarmos a nossa conversa do dia de hoje.

Devo, de imediato, passar a palavra ao nosso convidado, Economista e Professor da Universidade Estadual da Paraíba, o Sr. José Carlos de Assis.

Em seguida, usará da palavra o Sr. João Carlos Nogueira, Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Construtora Norberto Odebrecht.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Bom dia a todos. Obrigado, Senador Paulo Paim.

Eu vou também ser rápido e entrar diretamente na parte essencial desta discussão, não mais discorrendo sobre a natureza, a profundidade e a extensão no tempo dessa crise, porque isso já é algo que, para as pessoas, caiu a ficha. As pessoas já perceberam que essa crise é profunda, ampla, de caráter global e tende a durar muito tempo.

Eu queria, só para situar a perspectiva brasileira, sobretudo a perspectiva industrial brasileira no contexto dessa crise, discorrer rapidamente sobre por que ela se tornou tão aguda e por que não há claramente, no horizonte, uma perspectiva do fim dessa crise, pelo menos até o momento.

Ela teve um primeiro momento que foi a crise em si. Quer dizer, foi uma crise financeira de proporções catastróficas no mundo inteiro. Isso gerou uma reação política muito positiva, sobretudo materializada nas primeiras reuniões do G20.

Nessas reuniões em Washington, ainda com o Presidente Bush, depois em Londres e em Pittsburg, houve um consenso generalizado de que os países deveriam enfrentar essa crise com uma política econômica coordenada, visando ao estímulo fiscal.

Essa foi a primeira reação política à crise. E foi uma reação correta, tão correta que estancou um processo de queda muito aguda em relação ao que estava acontecendo, e começou a reverter a situação ao longo de 2009 – a crise começa em 2008, torna-se aguda no primeiro semestre de 2009 e, no segundo semestre de 2009, já começa a se recuperar em função de uma operação coordenada dos países mais avançados do mundo reunidos no G20, que haviam decidido por políticas de estímulo fiscal.

Quando chegou a reunião no Canadá no ano passado, alguns dos países industrializados, avançados, deduzindo, equivocadamente, que a crise tinha acabado, resolveram inverter as políticas econômicas: em lugar de estímulos fiscais, ajustes fiscais.

Isso foi liderado sobretudo pela Alemanha, na Europa, e envolveu a França e, depois, Londres, Inglaterra, porque tinha mudado o governo inglês; Gordon Brown, que era do Partido Trabalhista, tinha saído e entrou Cameron, que é do Partido Conservador. Esses três países articularam a ideia das estratégias de saída dos estímulos fiscais. Então, em lugar de fazer estímulo fiscal, eles passaram a fazer ajuste fiscal.

O que significa isso? Significa cortar gastos públicos, reduzir o mercado interno e gerar excedentes exportáveis como única forma de sustentar o crescimento da economia. Então, a ameaça que paira sobre a gente não é propriamente uma ameaça que vem da crise; é uma ameaça que vem das políticas econômicas adotadas para combater a crise, porque, nesse ínterim, os Estados Unidos também tiveram eleições parlamentares intermediárias. O Partido Republicano, empurrado pelo movimento *Tea Party*, ganhou a Câmara com este mesmo princípio: fazer ajuste fiscal. Empurrou o governo Obama para a ideia de cortar dramaticamente a dívida pública e o déficit público para supostamente reconquistar a confiança do mercado, o que é uma coisa ideológica, não tem nenhuma base real.

Na verdade, o empresariado não está atrás de psicologia, mas de saber o seguinte: eu consigo vender? Eu tenho mercado? Isso é o que move a decisão empresarial. E, à medida que se reduz o mercado, a perspectiva empresarial vai ser pessimista, não retoma. E estamos vendo.

Os países europeus que foram imediatamente submetidos a políticas fiscais, a esse receituário fiscal mais profundamente, como a Grécia... A Grécia, Senador Paim, teve uma queda no produto este ano estimado em 10%. A Grécia está sendo destruída pela política de ajuste fiscal. Portugal, do mesmo jeito; Irlanda, do mesmo jeito. Quer dizer, eles fazem um ajuste fiscal supostamente para reduzir o déficit, mas o déficit aumenta. Por quê? Porque a receita pública, com o mercado contraído, cai. E a relação débito, a relação dívida, a relação déficit/PIB vai aumentar, porque o PIB cai, a receita pública cai, o denominador da equação cai, portanto há um aumento da relação déficit/PIB.

Qual é o risco desse receituário para a gente? Se em todo o mundo, houvesse um país apenas em crise e se esse país fizesse reajuste fiscal é de supor que ele iria gerar excedentes exportáveis e, como todo mundo está bem, só ele está em crise, não há problema, porque ele faz o ajuste, começa a exportar, as exportações criam demanda para a indústria, então está resolvido. Mesmo que socialmente seja complicado, que haja consequências danosas do ponto de vista social, do ponto de vista econômico funciona.

Nesse caso, porém, todos os países estão em crise, os países industrializados avançados estão todos com o mercado contraído. Diante disso, não adianta fazer excedentes exportáveis, porque os outros países não querem, a não ser os que estão com reservas altas, que é o caso dos países emergentes. Então, a ideia que está circulando é a seguinte: quem vai facilitar o equilíbrio dos países industrializados avançados serão os países emergentes, que podem exportar porque a crise é menor ou não têm crise.

O Brasil tem US$350 bilhões em reservas. É um belo mercado importador. A China está com US$3,2 trilhões em reservas e é um supermercado importador. Então, do ponto de vista aritmético, visa-se à ideia maluca de que se vão reequilibrar os países industrializados e avançados com uma economia de quase US$40 trilhões através de economias muito menores. A própria economia chinesa, com US$6 trilhões, comparada à economia americana e à economia europeia, com mais de US$35 trilhões, não tem como equilibrar os mercados dos países industrializados desenvolvidos.

Então, a perspectiva é de que a crise seja longa e potencialmente amarga para nós, porque eles vão apelar para o *dumping* comercial, vão tentar vender a qualquer preço.

Nos Estados Unidos, no ano passado, o Presidente Obama colocou como prioridade do governo americano dobrar as exportações em cinco anos. O governo japonês orientou as grandes corporações japonesas a destinar suas exportações para os países emergentes, justificando que os países avançados estavam estagnados. E toda a Europa se voltou para a exportação. Por exemplo, na Espanha, que está em crise, sendo atacada pelos especuladores, houve um crescimento no último trimestre deste ano, de 0,18%, todo ele graças exclusivamente à exportação. As exportações na Espanha cresceram 20%. O mercado interno está completamente encolhido. Mesmo com o aumento de 20% das exportações, o aumento do PIB foi de apenas 0,18%. E eles continuam desesperados por exportar. Isso acontece também na França, na Itália, na Alemanha.

A Alemanha é uma história à parte, porque, na Alemanha, há o seguinte pensamento: "Os países do sul da Europa, os países do Mediterrâneo, são todos pródigos, gastaram demais. Os governos desses países gastaram muito. É um absurdo!".

Isso tem certo sentido no caso grego. Nos casos de Portugal e da Espanha, não foi isso que aconteceu. A Espanha, antes da crise, estava com superávit fiscal, em vez de déficit, e a sua dívida pública era extremamente baixa. Em todos esses países, houve um aumento de déficit e de dívida, porque eles tiveram de socorrer seu sistema bancário por causa de especulação privada. Isso nada tem a ver com o setor público. Houve uma brutal especulação, sobretudo no mercado imobiliário.

A perspectiva deles agora é a seguinte: ou se retoma a ideia de que é preciso ampliar o mercado interno e, portanto, o gasto público, mesmo a partir de déficits grandes... É o único jeito! Como abaixar o déficit público e retomar o mercado interno, sobretudo o mercado de emprego, se não houver gasto por algum caminho? E não é pelo setor privado que isso vai ocorrer, porque o setor privado não vai gastar sem a garantia de que há mercado. O setor público é o único que pode gastar sem que previamente haja a garantia de mercado, pois ele cria mercado. Essa é a diferença.

Para encerrar, para se ver o nível de crise social que está atingindo a Europa, é preciso dizer que, hoje, na Espanha, há um desemprego juvenil, entre os que têm de 15 a 24 anos, de 43%. Esse é o desemprego juvenil na Espanha. Hoje, a média de desemprego nos países europeus é de 11%. É o maior desemprego no pós-guerra. Isso vai levar a uma situação mundial de concorrência aguda entre os países e de *dumping* fiscal, e é em relação a isso que temos de reagir. E qual deve ser a nossa reação? Para concluir, quero dizer que a reação é aprofundar a integração sul-americana. Por quê? Porque, se constituirmos um bloco econômico, nós poderemos proteger a indústria interna da América do Sul. Fora do bloco econômico, individualmente, nós não podemos fazer isso, porque incorremos nas sanções da Organização Mundial do Comércio. Como bloco econômico não há sanção, quer dizer, é permitido como bloco econômico para se organizar em face de uma tarifa externa comum mais elevada, para proteger justamente a sua indústria local.

É nesse sentido que a integração sul-americana para nós é um movimento absolutamente estratégico. E acredito que o Governo brasileiro está começando a entender isso; e alguns governos sul-americanos estão começando a entender isso. E têm que entender rápido, porque se não a gente vai perder espaço para o *dumping* comercial estrangeiro. E aí, para recuperar, vai ser muito mais difícil.

Aquilo que o senhor leu há pouco, quando falou sobre as empresas que estão mudando de produtoras para importadoras é um fato. Há pouco tempo, um empresário me disse o seguinte – da área de pneus: "Eu tinha mil e poucos empregados. Estava tudo muito bem, ótimo, inclusive. Fui obrigado a fechar a minha fábrica por causa da concorrência. O que estou fazendo? Estou importando. Eu tinha mil e tantos empregados. Hoje eu tenho 60. Estou ganhando três vezes mais".

Esse é o perigo que a gente corre. O mercado de trabalho industrial é um mercado de maior qualidade. Se nós não protegermos o mercado de trabalho de maior qualidade, estaremos colocando o destino de nossas gerações mais jovens em risco. E acho que nessa área – espero o pronunciamento do Klaus –, sobretudo a indústria de bens de capital tem que ser protegida. Nós conseguimos construir uma indústria que é uma pérola entre os países em desenvolvimento. Avançou muito; conseguiu avançar com todas as dificuldades. E essa indústria não pode ser perdida.

No processo de integração sul-americana, nós temos que fazer aqui o que foi feito no Mercado Comum Europeu. No caso deles, a Alemanha e, em menos escala, a França se tornaram supridoras de bens de capital e importadoras de bens de consumo. E os países em torno da Alemanha, quer dizer, os outros países europeus que não tinham escala, como os nossos vizinhos também não têm para ter uma indústria de bens de capital, tornaram-se, sobretudo, produtores de manufaturados para vender para o nosso mercado.

Acho que é um tipo de equilíbrio que a gente tem que buscar. Nós vamos exportar e consolidar nossa indústria de bens de capital com as trocas internas na América do Sul. Esse é o caminho estratégico para o Brasil.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Para quem está assistindo à TV Senado e acompanha também pela Internet, esse foi o Professor da Universidade Estadual da Paraíba, o economista José Carlos de Assis, colocando sua visão sobre um tema tão importante como esse, que é a visão empresarial no contexto da crise mundial.

Passamos de imediato a palavra ao Sr. João Carlos Nogueira, Diretor de Negócios da Construtora Norberto Odebrecht.

O SR. JOÃO CARLOS NOGUEIRA – Em primeiro lugar, bom dia.

Senador, eu gostaria de agradecer o convite para participar de tão importante debate.

José Carlos, bom dia. Eu gostaria, enfim, de cumprimentá-lo pelas palavras, sobretudo pela conclusão da sua exposição. Gostaria de cumprimentar também o Klaus Müller, companheiro de mesa.

Acho que devemos começar, enfim, apresentando a organização Odebrecht, que há trinta anos tem atuação internacional, exportando serviços de engenharia e construção; e tem, na América Latina, um mercado mais do que prioritário. Nossa internacionalização começou há trinta anos pela América Latina, pelo Peru, especificamente.

Senador, peço também licença para ampliar um pouco nesta apresentação o foco da atuação brasileira. Em vez de considerar unicamente a integração sul-americana, acho que hoje é possível que o Brasil possa tratar da integração latino-americana, uma vez que o País avança em espaços tradicionalmente ocupados pelos Estados Unidos e pelas potências europeias, mais notadamente a América Central. A presença do Brasil na América Central e mesmo no México é bastante contundente. Vamos passar por isso ao longo da apresentação.

Voltando à empresa, trata-se de uma organização brasileira com 66 anos de história, hoje presente em mais de 20 países, com uma cultura empresarial sólida, embasada no que chamamos de tecnologia empresário Odebrecht, ou seja, descentralização e delegação planejada. Isso faz com que os líderes dos negócios sejam responsáveis absolutos pelas decisões relativas a cada uma das suas atividades.

Hoje, nós temos o grupo composto por seis empresas de engenharia e construção: Odebrecht Infraestrutura, Odebrecht Energia, Odebrecht Plantas Industriais, Odebrecht Internacional e Odebrecht América Latina e Angola, alinhados aos mercados de projeção geopolítica do Brasil. Nós temos a Braskem Química e Petroquímica, responsável por 50% do faturamento da empresa; as Resinas Termoplásticas; a ETH Bioenergia – etanol e açúcar; Odebrecht TransPort, concessão na área de transporte, portos e aeroportos; Odebrecht Investimentos em Infraestrutura, uma espécie de laboratório de investimentos da Odebrecht, que são participações que a empresa tem, contando com *equities* em investimentos em diversos setores na área de infraestrutura; a Foz do Brasil, que trata especificamente de engenharia ambiental, saneamento, água; e a Odebrecht Óleo e Gás, serviços de prospecção e exploração de petróleo.

A receita bruta, o faturamento do grupo hoje está em torno de US$32 bilhões; ebitda, US$3,7 bilhões; ativos totais, da ordem de US$45 bilhões e somos em torno de 120 mil integrantes.

Vamos passar o próximo.

Panorama da nossa atuação em engenharia.

Além dos países mencionados na América Latina, nós temos atuação nos Estados Unidos, em Portugal, nos Emirados Árabes Unidos e uma atuação crescente na África, onde a competição com os chineses se mostra de forma cada vez mais dramática. Então os instrumentos oficiais de crédito à exportação tornam-se fundamentais não só para a atuação na América Latina e também na África. Hoje, nós somos, na engenharia e construção, cerca de 92 mil funcionários, e a receita do negócio em 2010 foi de algo em torno de US$10 bilhões.

Alguns quantitativos. Acho que podemos passar por essa tela.

Exemplos de projetos, de obras realizadas ao longo desses 66 anos de história em diversos setores da engenharia: projetos como ferrovias, linhas de transmissão, usinas hidrelétricas, obras de tecnologia especial, como plataformas de petróleo.

A relevância da América Latina nos nossos negócios de engenharia e construção fica bastante evidenciada por essa tela, uma vez que é possível constatar que a América Latina representa 43% do faturamento da empresa nas operações internacionais de exportação dos serviços de engenharia em dezembro de 2010. Poderia dizer que essa parcela tende a aumentar em 2011. Os números não estão consolidados, mas a América Latina deverá representar algo em torno de 48% do faturamento.

Em termos de origem dos recursos relativos ao faturamento da empresa, podemos dizer que, em 2010, a divisão foi a seguinte: US$4,8 bilhões em contratos

sob o PAC no Brasil, o que representa algo em torno de 45% do faturamento; US$ 3,7 bilhões de contratos financiados pelo BNDES Exim, pelo Proex e por agências multilaterais regionais, como o BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Cabei, que é o banco centro-americano de desenvolvimento, a CAF, Corporação Andina de Fomento. E tivemos cerca de US$1 bilhão em contratos com clientes qualificados – Vale, CSN, American Airlines, nos Estados Unidos, enfim, o próprio governo americano.

Alguns projetos relevantes no tocante à integração regional sul-americana e mesmo latino-americana.

A Odebrecht teve a oportunidade de liderar os consórcios responsáveis pela construção das saídas do Brasil para o Pacífico – as rodovias IIRSA Norte e Sul –, teve a oportunidade de liderar – e lidera – o consórcio responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, parte integrante do complexo hidrelétrico do rio Madeira, que pode vir a ser, no futuro, o maior projeto de integração regional do Planeta. Se construídas as quatro hidrelétricas previstas – Santo Antônio, Jirau, uma binacional na fronteira com a Bolívia e uma integralmente em território boliviano, Cachoeira Esperança –, com as suas devidas eclusas, uma hidrovia de 4,2 mil quilômetros pode ser aberta, pode ser constituída no coração da América do Sul, integrando toda essa região chamada de Merco-Oeste, constituída basicamente pelo Brasil – Norte do Brasil e Amazônia brasileira –, pelo Peru e pela Bolívia, além do Chile.

Outros projetos relevantes: gasodutos na Argentina, que cruzam toda a Patagônia argentina; infraestrutura viária urbana de Caracas, na Venezuela, os metrôs; uma rodovia muito importante num mercado novo para a Odebrecht na Guatemala, América Central, uma rodovia de integração regional que faz parte do Projeto Mesoamérica e não só integra as áreas produtivas do país em si, mas também liga a Guatemala a seus países vizinhos; um novo projeto também importante, numa área nova, também na América Central, em Honduras, projeto de geração de energia hidrelétrica, e uma concessão que nós temos na Colômbia, chamada Ruta del Sol, uma rodovia também de integração nacional.

Podemos passar para o próximo *slide*.

Bom, falando da atividade de exportação de serviços de engenharia como alavanca de integração regional, todos nós sabemos que, em termos de integração econômica, a infraestrutura é um fator primordial, fundamental para a geração de renda, de emprego, de maior acesso a bens e serviços, de diminuição de custos econômicos e, sobretudo, é alavancadora de demanda, que funciona como a maior blindagem em momentos de crise, como esta que nós estamos vivendo agora.

Além disso, a exportação de serviços de engenharia alavanca as exportações de micro, pequenas e médias empresas e as prepara para a internacionalização. No nosso caso, nós temos uma cadeia produtiva de mais de 3 mil empresas, sendo que mais de 2 mil exportam via Odebrecht e, delas, 1.550 aproximadamente são micro, pequenas e médias empresas que acabam sendo capacitadas e passam a exportar, passam a se internacionalizar pelas nossas exportações de bens e serviços de engenharia.

Também é uma forma segura, para essa internacionalização das micro, pequenas e médias empresas, porque o risco comercial, o risco cambial e o risco político acabam por conta da empresa âncora e não delas, no caso da Odebrecht.

Os recursos do apoio financeiro oficial, como todos nós sabemos, destinam-se exclusivamente às exportações de bens e serviços brasileiros. Ou seja, o que é financiado pelos mecanismos oficiais é a parcela produzida no Brasil, geradora de empregos no Brasil e exportada a partir do Brasil, de alto valor agregado. Estamos falando aí de mercadorias e de bens industriais que favorecem a diversificação da cadeia produtiva brasileira. Temos como exemplo a exportação de mais de 37 mil itens em 2010, a partir dos nossos projetos no exterior – para os nossos projetos no exterior.

Naturalmente, essa atividade é um estímulo à integração produtiva, às cadeias produtivas regionais da América do Sul ou da América Latina, uma vez que sempre há uma parcela de gastos locais. Essa parcela de gastos locais dos projetos não é financiada pelo Brasil; ela é financiada ou por recursos de países importadores do crédito ou por agências multilaterais. E é evidente que essa atividade gera integração das cadeias produtivas, uma vez que esses gastos locais, as atividades locais se comunicam com a parcela exportada, se integram à parcela exportada.

A geração de divisas pela atividade entre 2009 e 2010, exportações de serviços de engenharia, foi da ordem de US$2.1 bilhão, uma atividade bastante expressiva.

Geração de empregos no Brasil.

Nós temos uma série de estudos atualizados, um deles bastante contundente, realizado pela LCA Consultores, que aponta que a cada US$100 milhões de serviços de engenharia exportados são gerados no Brasil 21 mil empregos diretos e indiretos induzidos. No que tange à Odebrecht, as exportações da organização geraram, em 2010, cerca de 148 mil oportunidades de trabalho.

No que tange aos efeitos socioambientais dos projetos, tanto no Brasil quanto no exterior, nós podemos citar a implantação de uma série de programas de capacitação e de geração de renda, programas ambientais junto às comunidades do país importador que têm uma característica e um efeito muito importante. Na verdade, na medida em que a mão de obra local e as cadeias produtivas locais são capacitadas com tecnologia brasileira e com profissionais brasileiros, nós estamos criando uma reserva de mercado para o Brasil na região, sobretudo quando se trata de capacitação de mão de obra, um dos gargalos comuns, um dos gargalos da região.

Bem, naturalmente, é possível verificar a melhoria da qualidade de vida das populações após a implantação dos serviços de infraestrutura contratados, e não só isso, mas a viabilização da exploração econômica racional de áreas inexploradas nesses países. Ou seja, a exportação dos serviços de engenharia é um vetor importante da política externa do país.

Falando um pouco mais da região, o Brasil é o líder em população, o líder em economia, e a região, a América Latina como um todo, representa para o Brasil um mercado potencial de cerca de 400 milhões de habitantes.

A América Latina já é hoje o segundo principal destino das exportações brasileiras, depois da Ásia. Ou seja, isoladamente, é um destino mais importante do que os Estados Unidos e a Europa. É possível verificar um crescimento de quase 300% do comércio intrabloco nos últimos dez, onze anos, o que dá uma média anual de 25%, um crescimento bastante expressivo.

O Brasil possui um superávit comercial também mais do que expressivo com a região, com os nossos vizinhos, este ano estimado em US$13 bilhões. E o mais importante é a composição das exportações brasileiras, pegando o exemplo de 2010.

Para o mundo, 45% das exportações brasileiras são constituídas de produtos básicos, de *commodities*, sendo que os manufaturados representam cerca de 55% das exportações. Para a América Latina o perfil é dramaticamente diferente e favorável ao Brasil. As exportações de *commodities*, as exportações de produtos básicos para a América Latina são da ordem de 12%, enquanto de manufaturados, semimanufaturados e bens industrializados representam cerca de 82% das nossas exportações.

E nós avançamos sobre um espaço tradicionalmente ocupado não só na América do Sul, mas na América Latina pelos Estados Unidos e pela União Europeia, fato que começa a ser modificado em função do avanço chinês, como veremos à frente.

Voltando ao tema da integração física, nós sabemos que os nossos vizinhos, os países da América do Sul, da América Latina se desenvolveram historicamente de costas uns para os outros, e a parca infraestrutura que existe seguiu uma ótica de escoamento de dentro para fora. Então existe muito a ser feito no que tange à infraestrutura de integração interna entre os países, em termos rodovias, hidrovias, ferrovias e, sobretudo, infraestrutura energética. Essa limitação, evidentemente, dificulta a integração econômica entre esses países.

No que tange à integração econômica, no comercialismo aberto, o Brasil possui, à exceção do Mercosul, acordos de comércio de alcance apenas parcial com os países da região. Há muitas oportunidades. Hoje, vemos grupos sendo constituídos para estudar maneiras de aprofundar a integração econômica da Colômbia com o Mercosul, por exemplo, do Peru com o Mercosul. Embora esses países tenham TLCs firmados com os Estados Unidos – pendentes de aprovação do Congresso americano, é verdade –, começa a haver, como bem apontou o economista José Carlos de Assis, uma consciência de que é necessário maior integração entre as economias do bloco.

Sem dúvida nenhuma, há grandes espaços para intensificar investimentos diretos do Brasil na América Latina. Para isso, é necessário que o Brasil participe e aprofunde essa participação nos mecanismos de apoio à integração regional existentes. Talvez o mais importante deles seja o CCR, o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, da Aladi, um convênio entre os doze bancos centrais e os países da Aladi que estabelece a compensação entre débitos e créditos referentes aos pagamentos relacionados ao comércio entre esses países. Esse convênio tem uma série de características importantes, na medida em que somente o produto dessas operações, somente o saldo transferido dessas operações faz com que todos os países nele envolvidos economizem divisas. Isso é muito importante. Além disso, é um instrumento de garantia para o comércio entre os países, uma vez que as faturas cursadas no convênio têm caráter irrevogável.

O BNDES, que tem uma atuação mais do que contundente na região, hoje está demandado além da sua capacidade de processar os pedidos de financiamento. Talvez o gargalo do BNDES não seja de *funding,* de forma alguma, mas um gargalo de recursos humanos.

O Proex, que é o programa de apoio às exportações do Tesouro Nacional, cujo agente é o Banco do Brasil, tem sido muito pouco utilizado. Embora o foco dele seja as pequenas e as médias empresas, o Proex pode, sim, ser utilizado para exportações a um

custo mais competitivo para a região, como veremos mais à frente.

O FGE, Fundo de Garantia à Exportação, é, sem dúvida nenhuma, um instrumento fundamental, base de todo o sistema, uma vez que lastreia o seguro de crédito à exportação. O grande gargalo do sistema oficial de crédito de exportação, como os senhores sabem, não está em *funding*, mas em garantias, e o FGE é o principal instrumento que temos hoje de garantia às exportações brasileiras, portanto tem que ser preservado a todo custo.

O Brasil precisa, de fato, aumentar sua participação nas agências multilaterais de crédito, com o BID, com a CAF, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com o BCIE, com o Fonplata, para que operações de cofinanciamento, de garantias às exportações brasileiras possam ser alavancadas e possam, enfim, ser constituídas a partir da participação dessas agências também.

O Flar talvez seja um instrumento muito importante constituído regionalmente. É um fundo de reservas latino-americano que tem sido muito pouco explorado no sistema, porque foi criado para ser uma espécie de FMI regional, enfim, para atuar no caso de desequilíbrio da balança de pagamentos dos países da região, que é uma função, por si só, importantíssima. Mas ele também poderá vir a ser utilizado no futuro como uma espécie de fundo de garantia às exportações também intrabloco.

Há uma diferença entre a crise de 2008 e a crise atual. A crise de 2008 foi fundamentalmente uma crise de crédito que teve como consequência mais dramática uma crise de demanda que acabou repercutindo sobre o comércio mundial. O sistema financeiro foi contaminado pela inadimplência das hipotecas americanas, o que acabou ocasionando o arrefecimento da demanda e um impacto muito grande nas exportações, que, por sua vez, impactaram na atividade industrial.

Um estudo do BNDES aponta que a redução da atividade na indústria de transformação no Brasil durante da crise foi da ordem de 55% e que a redução no valor das exportações foi de cerca de 22%. Mas o fato mais importante verificado foi este: a redução das exportações foi responsável por mais da metade da redução da atividade industrial, em razão do efeito da cadeia de insumos. Ou seja, a redução das exportações impacta dramaticamente na redução da atividade industrial no País. Sobre isso, talvez o nosso companheiro de Mesa Klaus Müller possa discorrer com mais detalhes. Muitas vezes vemos na imprensa que exportar não é fundamental. Exportar é absolutamente vital, como mostram esses dados. Exportar é absolutamente vital para se manter a atividade industrial em alta.

A reação a essa crise foi uma série de medidas de estímulo ao comércio exterior, essencialmente *funding*, com o gargalo de garantias ainda existindo. Mas, essencialmente, foram medidas de *funding* adotadas na América Latina com a participação de agências de crédito multilateral, como a CAF, o BID e, sobretudo, no caso do Brasil, o BNDES. O resultado foi muito eficaz, e um estudo da Cepal demonstra isso. As exportações de serviço da América Latina diminuíram menos do que as de bens. O que isso significa? Que as exportações de serviço, notadamente no setor de serviços de Engenharia, são aquelas exportações indutoras dos bens de maior valor agregado, de mais tecnologia, que geram os melhores empregos. Podemos verificar os números: com essas medidas de estímulo, a redução na exportação de bens foi inferior a 10%, enquanto a de bens, por si só, reduziu, em média, na ordem de 30%. Foi acertada essa medida keynesiana de investimentos de infraestrutura, porque esses investimentos garantiram a demanda, que, por sua vez, garantiu a blindagem em relação aos efeitos negativos da crise e fez com que a região se recuperasse de maneira mais rápida.

Qual é a perspectiva de crise atual?

É uma crise cuja origem é um pouco diferente, pois é causada por dívidas soberanas nos países desenvolvidos. A piora da situação econômica pode levar à retração do crédito, sim, e dos investimentos externos, por consequência, podendo impactar nos investimentos de infraestrutura. E é em relação a isso que temos de nos defender, porque, uma vez que há impactos nos investimentos de infraestrutura, há impacto também na demanda, o que rompe a blindagem dos países na defesa da crise.

Na semana passada, na Assembleia-Geral das Nações Unidas, a nossa Presidenta Dilma Rousseff fez um discurso muito contundente, muito eloquente e, do nosso ponto de vista, muito acertado, dizendo que o mundo se defronta com uma crise que é, ao mesmo tempo, econômica, de governança e de coordenação política. Eu gostaria de chamar a atenção dos senhores para os termos "governança" e "coordenação política". A Presidenta também disse que não haverá a retomada da confiança e do crescimento enquanto não se intensificarem os esforços de coordenação entre os países integrantes da ONU e as demais instituições multilaterais. E também preconizou que a reforma das instituições financeiras multilaterais deve prosseguir, aumentando a participação dos países emergentes, principais responsáveis pelo crescimento da economia mundial. Ora, a orientação da Presidenta, embora geral, em âmbito global, aponta o caminho a ser trilhado pelo Brasil na sua relação com a América Latina. É ne-

cessário neste momento que o Brasil reúna esforços no sentido de participar e coordenar a governança e a coordenação política dos instrumentos de crédito que temos hoje, para nos defendermos da crise.

E quais são os gargalos para se solucionar esse contexto? Nós temos que garantir a manutenção e o incremento do crédito em infraestrutura na região para sustentar a demanda. Por isso o Brasil deve se engajar nessa cooperação, nessa coordenação, nessa reforma da governança, enfim, das instituições de crédito dos países da América Latina. A Cepal calcula que a blindagem para as economias latino-americanas dar-se-á com meta de crescimento de 5% do PIB ao ano. E isso não é possível sem esse esforço de coordenação apontado.

Então, precisamos conferir maior competitividade das exportações brasileiras de bens e serviços de alto valor agregado, tendo em conta a guerra cambial e a potencial crise econômica. Por quê? Porque, enfim, como bem apontou o economista José Carlos de Assis, as potências tradicionais e mesmo as emergentes contam com condições de competitividade absolutamente imbatíveis, porque desvalorizaram de forma artificial as suas moedas. E há um sistema, eu diria, um arsenal de instrumentos de apoio às exportações absolutamente agressivos e contundentes. O Brasil tem um bom sistema, um sistema capaz de nos defender nessa guerra cambial, mas tem sido muito ortodoxo na aplicação desses instrumentos.

Então é necessária uma adequação do apoio financeiro oficial de exportações às características dos países da região. Hoje, temos dois extremos na região. Temos países com maior acesso a capital e crédito. Cito como exemplo o Peru, a Colômbia, o Chile, o México. Para esses países, é necessário reduzir o custo de financiamento e garantia brasileiros, a fim de competir com custo de captação desses próprios países. Hoje, quando o Peru emite títulos da dívida pública, quando a Colômbia ou o Chile emitem bônus, isso muda. É bem verdade que isso muda no contexto de crise, mas eles conseguem se financiar a um custo mais barato do que o financiamento brasileiro. Ou seja, nós perdemos espaço, sem contar com a competição chinesa também nesses países.

E para países com menor acesso ao capital e a crédito, talvez citando Paraguai, Bolívia, nós temos instrumentos como o Proex, por exemplo. Precisamos fazer uso do maior emprego de financiamentos concessionais, a taxa de juros reduzida – mais uma vez citando o Proex –, a fim de viabilizar a execução de projetos neste País, porque se não eles também estarão cada vez mais ocupados pela presença chinesa.

Retorno ao que falávamos no início da apresentação. O Brasil, nos últimos anos, ocupou espaços tradicionalmente ocupados pela Europa e pelos Estados Unidos na região. Mas a China avança. A China avança. Nós temos que fazer uso dos nossos instrumentos oficiais de apoio ao crédito para continuar no jogo. E o câmbio atual, com essa subida do dólar mencionada pelo Senador Paulo Paim, é propício para exportação de bens de maior valor agregado nesse momento.

Ações a tomar. Voltamos ao Proex, maior emprego desse mecanismo para os países da região com menor acesso ao capital e a crédito, à taxa praticada pelo Proex, à libor, o que torna esse financiamento bastante competitivo, atrativo para projetos de integração regional. O Proex tem outro programa, chamado Equalização, que é, na verdade, a diferença entre o custo do financiamento brasileiro em relação ao financiamento no mercado internacional. Hoje, a equalização está limitada a 2,5%, mas não há qualquer razão para que esse limite seja mantido. Seria importante rever esse limite percentual, de modo a que se conceda um nível de equalização necessário para conferir competitividade aos nossos financiamentos.

Além da garantia de recursos, de *funding* para o BNDES viabilizar os projetos prioritários na região, é necessário...

O BNDES é uma das tecnocracias mais bem preparadas do País, o esforço do BNDES para financiar os projetos de integração regional é absolutamente heróico, mas é necessário formar cada vez mais quadros para que o BNDES possa atender à demanda, que é crescente. E ele está demandado além da sua capacidade. É necessário preservar a todo custo o fundo de garantia às exportações, o FGE, atendendo às diretrizes da Camex, que é o nosso colegiado, o nosso conselho de ministros que estabelece as diretrizes para o comércio exterior brasileiro. Mas um ponto muito importante, fundamental para incrementar um sistema seria que a nossa seguradora brasileira de crédito à exportação, que calcula o prêmio dos seguros, por sua vez lastreados pelo FGE, pudesse, José Carlos, utilizar um critério próprio de avaliação de risco país, porque o critério hoje utilizado é o da OCDE, que de forma alguma corresponde à realidade brasileira.

Não é possível que o Brasil avalie o risco Peru como a Alemanha avalia o risco Peru. O Peru significa muito menos risco para o Brasil do que para a Alemanha. Há uma distorção no sistema e essa avaliação de risco político com critérios próprios é absolutamente fundamental para reduzir o custo do prêmio do seguro e tornar os financiamentos mais competitivos para a região.

Seria muito importante também aumentar a alavancagem do fundo e permitir maior concentração na América Latina. Hoje o FGE está alavancado em uma vez. Nós sabemos que o Banco Central brasileiro permite alavancagem da ordem de cinco vezes e a Basileia permite o correspondente a doze vezes. Esse fundo está alavancado em uma vez, é uma alavancagem absolutamente ortodoxa. Há espaço para lastrear o seguro de crédito à exportação para as operações de financiamento, para projetos de integração regional. Basta utilizarmos.

Um outro ponto importante, Senador. Volto neste momento ao Flar, que além de garantir um colchão de liquidez para os países, para as economias da região em momentos de dificuldade, ou seja, de desequilíbrio do balanço de pagamentos, poderia constituir um fundo para prover garantias para os projetos de integração regional, uma vez que o grande gargalo do sistema não está em *funding*, mas em garantias. Essa é a grande mensagem, é o grande gargalo do sistema.

Podemos passar ao próximo *slide,* por favor.

Em paralelo à revisão da governança das instituições financeiras internacionais, para encerrar a apresentação, o Brasil deve participar da atuação das instituições de financiamento regionais. Quanto maior for a participação do Brasil na CAF, no próprio BID, no Cabei (Banco Centroamericano de Integração Econômica), no Fonplata, quanto maior for essa participação, maior será a garantia dos recursos necessários para o financiamento dos projetos de integração.

É importante também mencionar que os gastos locais, ou seja, a parcela não financiada e não exportada a partir do Brasil pode ter o seguro de crédito à exportação brasileiro. E isso se daria e seria incentivado pela maior participação do Brasil nessas instituições, o que, por fim, acaba por contribuir na integração das cadeias produtivas regionais.

O Brasil deve continuar estimulando a IRSA e o projeto Brasil América que a IRSA – que é iniciativa de integração regional centroamericana...

(*Manifestação fora do microfone*.) – Sul-americano..

O SR. JOÃO CARLOS NOGUEIRA – Não, centroamericano. Mesoamérica é a IRSA deles.

Estimular o uso do CCR, como nós comentamos, que talvez seja de fato o principal instrumento de blindagem no momento de escassez de divisas, que é o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da Alade e utilizar uma outra ideia, uma outra proposta, José Carlos, seguindo a linha das garantias: utilizar os recursos do FSB, o fundo soberano brasileiro, ou mesmo das reservas para capitalizar. Não só capitalizar essas instituições regionais de fomento, mas também para criar um fundo de garantia para as operações comerciais na região, uma vez que a garantia é o grande gargalo.

Como mensagem para a integração regional – eu queria passar para o próximo *slide* –, uma síntese da apresentação, o raciocínio que embasa esta apresentação neste momento, sobretudo neste momento de crise, é o seguinte: a soma do fortalecimento dos mecanismos de apoios financeiros oficiais, que o Brasil já tem, a soma desse fortalecimento com a coordenação e a maior participação do Brasil nos mecanismos regionais de apoio terá como produto a maior competitividade das exportações brasileiras de bens e serviços e a maior geração de emprego, renda e recolhimento de tributos no Brasil. Essa equação será a grande responsável por viabilizar os projetos de integração regional.

Eu queria, mais uma vez, agradecer a oportunidade e pedir desculpas se me estendi um pouco no tempo proposto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Ficou dentro do previsto o João Carlos Nogueira, Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Construtora Norberto Odebrecht.

Está aqui acompanhando as exposições, representando a Construtora Queiroz Galvão, o Sr. Frederico Marchiori, Assessor de Relações Internacionais. Também acompanha aqui o Sr. Bruno Bergen, Poder Legislativo, Patri & Políticas Públicas.

Vou passar a palavra ao Klaus Curt Müller, Diretor Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq, e depois vamos para algumas perguntas entre nós. Até os dois representantes de outros setores que estão aqui, se tiverem alguma pergunta para encaminhar à Mesa, fiquem à vontade.

Dr. Klaus, por favor.

O pessoal está assistindo, pelos canais alternativos da TV Senado e também pela Internet, à palestra dos senhores.

O SR. KLAUS CURT MÜLLER – Isso é uma responsabilidade!

Bom dia a todos. Bom dia aos colegas de Mesa – ao José Carlos, ao João Carlos, ao Senador Paim.

Em nome da Abimaq e do Sindimaq, agradecemos muito esta oportunidade. Por que estamos trabalhando, primordialmente, essa região importante para nós, para o mercado, que é a América do Sul?

Antes de iniciar a apresentação, concordando com as apresentações que me antecederam, que foram excelentes, realmente o mundo vive hoje uma situação crítica. Nós temos uma situação cíclica, que também ocorre há mais de 100 anos, na qual os países

mais desenvolvidos trabalham de acordo com as suas necessidades, e não cabe mais – mas coube, muitas vezes, a nós – cumprir a questão de abrir e fechar mercado de acordo com a necessidade que tiveram.

O mundo está mudando. O G20 está aí. Doha teve essa dificuldade toda em cima dessa mudança de paradigma. União Europeia e Mercosul são negociações que vêm se arrastando – e nós participamos ativamente – e também há essa realidade nelas.

E é importante para nós, é lógico, não pensar em integração como solução imediatista para resolver a crise, mas sim uma lição de casa atrasadíssima que deve ser realizada com muito afinco, com todas as ferramentas que temos, entre as quais as importantes que foram citadas aqui.

Então, nossa ideia aqui é apresentar, de modo mais restrito, o que está acontecendo, o que nós temos nessa região, o que acontece lá, no final, também com o nosso setor – citado pelo meu colega de Mesa José Carlos –, importante não só para o Brasil, mas também para toda a região, que é o setor de bens de capital.

Então, vamos começar, por favor?

Esta apresentação passa pela questão da perspectiva empresarial do que acontece hoje e da expectativa dos empresários em relação à região. Alguns dados da Inbusiness envolvem, esclarecem um pouco qual é a situação dos países: um pouco do investimento estrangeiro nos países da América do Sul; a questão da complementaridade e de concorrência dos países; depois, projetos conjuntos de integração, desafios e algumas soluções.

O contexto que nós temos hoje é um ritmo de globalização intenso. Então, não pensamos mais em Brasil; pensamos em globo. E isso tem vantagens e desvantagens, como foi citado aqui há pouco.

A intensidade de inovações tecnológicas faz com que passemos a acompanhar ou não o que está acontecendo no mundo. O Brasil hoje tem uma intensidade de inovação um pouco baixa, então tem dificuldades nessa competição. Hoje nós temos um avanço muito importante não só da China, como também de países desenvolvidos que vêm desaguando produtos tecnológicos de média tecnologia com preços altamente competitivos. Então, para nós da região do Brasil e da América do Sul, é importante estar atentos a essa situação.

As nossas necessidades na visão empresarial são ter um negócio estável, mobilidade de capitais e capacidade de atrair investimento, logicamente negócios e investimentos que sejam complementares e regionais. Nós não pensamos mais em Brasil só; nós pensamos e trabalhamos intensamente na América do Sul como um todo. Não pensamos mais que isto aqui é Brasil, isso aqui é Argentina, não. Na nossa estratégia, nós temos quatro países-bases na América do Sul nos quais a nossa estratégia está envolta, que são Argentina, Chile, Peru e Colômbia.

(Podemos passar para o próximo slide.)

A integração tem que levar em consideração alguns pontos: investimento, exportação e sua diversificação, inovação tecnológica e alíquota de importação, na verdade, um imposto regulatório que vai obviamente refletir na sua capacidade de os países absorverem ou não importações.

Usamos o Inbusiness como um dos pontos para verificar qual é a situação dos nossos países nesses critérios, como abertura de negócios, dificuldade para construção, risco de propriedade, acesso a crédito, enfim, é um pacote de ações operacionais que mostra qual é a facilidade e a dificuldade de se gerar, fazer e operacionalizar negócios nesses 133 países.

Então, temos uma visão dos países da América do Sul.

Temos ali o Brasil, na posição 127. Quer dizer, estamos no terceiro terço, no último terço desse *ranking.* E alguns países que muitos de nós consideramos países com certa dificuldade estão lá na frente no *ranking*. Então é importante entender que na América do Sul, apesar da nossa grande capacidade de gerar negócio, do nosso grande PIB, etc., nós temos parceiros que estão em situação de burocracia e operacionalidade pior, mas temos parceiros que estão muito à frente de nós. Então, Peru, Colômbia e Chile são países nos quais estamos encontrando, com facilidade, modos de operar extremamente eficientes, estruturas de negócios eficientes, estáveis, estrutura de imprensa, estrutura jurídica, estrutura comercial. Enfim, nós temos hoje uma visão bem diferente da América do Sul e dos países que a compõem, uma situação em que antes, há dez ou cinco anos, a visão era um pouco assim, vamos dizer, brasileira do Brasil; o resto é um pouco mais difícil. Não. Hoje nós fazemos negócios com países como Peru, Colômbia e Chile – são os três primeiros na América do Sul nesse *ranking* – com uma facilidade e uma capacidade de estruturação muito grande.

O que nós temos aqui é uma visão de investimento.

E o que percebemos é que existe um baixo fluxo de investimento intrarregional. O comércio exterior de bens de capital e de outros bens também, a troca, apesar de ser aparentemente intensa, ela tem uma dificuldade quando compete com produtos extrarregião. É importante olhar esse investimento intrarregional, porque o Brasil, de certa forma, assume uma situação, uma posição de maior mecanismo de investir mais nos seus países vizinhos, mas não é o que nós observamos

na prática. Então, é importante, além das estruturas, o Brasil olhar as empresas, a iniciativa privada, olhar esses países como oportunidade de negócio também.

O fluxo de investimento.

Como se pode ver neste quadro, nós, países em desenvolvimento, recebemos um fluxo muito maior do que os países desenvolvidos. Isso quer dizer o quê? Quer dizer que, na América Latina e no Caribe, que é um centro de verificação de investimentos, houve 113 bilhões, em 2010 – e cresceu com relação a 2009. Então é uma região que está recebendo investimento, e a maioria, 9 bilhões, está na América do Sul. É uma região pródiga em receber IED, Investimento Externo Direto, mas ainda carece de uma visão regional.

Esse é o número da região da América do Sul, 85 bilhões, em 2010, ou 76% do total recebido pelo conjunto. O Brasil, é claro, corresponde à maior parte disso, com 48 bilhões, mas há outros países, como Chile e Peru, que acompanham, apesar do tamanho do PIB em relação ao do Brasil, tendo investimentos altíssimos. Também a Colômbia e a Argentina receberam valores bem consideráveis.

Essa é a distribuição do investimento estrangeiro. Esse é um gráfico que preocupa. Quando olhamos a média de 2005 a 2009, esse investimento estava, de certa forma, distribuído com a vantagem para serviços. No ano passado, em 2010 – não há dados de 2011 ainda –, os investimentos em recursos naturais cresceram muito.

Isso preocupa pelo seguinte: esse investimento leva à primarização da pauta de exportação de forma automática. Então, é importante trazer investimentos na faixa de manufatura e serviço. Por isso esse gráfico é muito preocupante. Há uma situação de primarização dos investimentos que, obviamente, irá causar a primarização da economia e também da pauta de exportação automaticamente. Então, esse perfil de investimento na nossa região tem de ser modificado. Ele tem de voltar pelo menos ao que era na média até 2009.

Podemos ver a distribuição do IED em algumas regiões do mundo. É muito interessante. Na América Latina e no Caribe, vocês podem observar que, na questão de tecnologia, da alta intensidade tecnológica, foram apenas 8%, de 2008 a 2010; na Ásia, 52%; na China, especificamente, 41%.

Então, o que acontece? Há uma concentração de investimento em média e baixa tecnologia. Assim, além de estar havendo a primarização do investimento de forma geral, quando se faz o destaque do investimento em indústria – e vamos falar em nível tecnológico do que a indústria produz – estamos observando o quê? Um investimento voltado, na média, para a média e baixa tecnologia, ao passo que nos nossos concorrentes, como na Ásia – a Ásia está longe, mas concorre aqui na esquina com nossas empresas –, está havendo investimentos, apesar de haver um decréscimo. Na China, houve um acréscimo. Ou seja, nosso principal *player* está aumentando o seu nível de investimento em alta tecnologia. Esse perfil tem de ser modificado também. Aquele é grave no geral, e este é grave no detalhe.

A origem desse investimento que vem para a América Latina e Caribe também está mudando um pouco. Nós começamos a ver a China como um dos *players* de investimento direto, um aumento do investimento intrarregional de oito para dez e uma redução de alguns *players* internacionais, como os Estados Unidos. É importante entender como cada pacote desses se comporta, como cada *player* se comporta nesse investimento. Nós sabemos, por exemplo, que o comportamento da China, nos seus investimentos diretos, é completamente diferente em relação aos Estados Unidos, à Espanha ou ao Reino Unido. É importante entender isso para se observar qual é a importância do DNA desse investimento direto. As exigências que a China acaba por colocar ou o processo de investimento que vem agregado a isso são bem diferentes e muitas vezes um pouco preocupantes em relação a essas já tradicionais fontes de investimentos.

Nós selecionamos cinco países e verificamos quem são os maiores investidores. No Brasil, dos países da região, é o Chile; na Argentina, são o Uruguai e o Chile; no Chile, não há ninguém da região; no Peru, o Chile; e na Colômbia não há ninguém da região. Então, entre os maiores investidores nesses países vizinhos, que são importantíssimos para nós, nós não aparecemos como o principal investidor, ao passo que o colega Chile aparece em três.

É impressionante como o Brasil, apesar de ter, vamos dizer, capacidade de fazer investimento e, com isso, reduzir assimetrias regionais, não está entre os maiores investidores dentro da nossa própria região. Então é urgente modificar isso também.

Podemos observar o que acontece na distribuição do nosso IED, onde colocamos nosso dinheiro. Aliás – desculpem-me –, vemos a origem do IED brasileiro, de onde vem esse IED. Temos de observar, na divisão ali embaixo, de onde vem esse IED regional.

O Chile é um grande investidor no Brasil, o que nos causa surpresa. É importante entender que o Brasil, aparentemente, não tem assumido seu papel de investidor na região e, de forma até interessante, vem recebendo investimento. Apesar de existir redução nessa participação, é interessante observar quem são os *players*.

Aí estão os nossos capitais no exterior. Mostra-se, nesses países, qual é a distribuição que fazemos.

A participação da América do Sul em relação ao total mantém-se, de certa forma, constante e até um pouco crescente, mas é muito pequena em relação ao que esses países recebem. Então, é importante que o Brasil assuma o seu papel de investidor na região, até para reduzir, como eu já disse, as assimetrias regionais.

O próximo *slide*, por favor.

Esse número é um pouco deprimente. Há uma depressão total quando olhamos as exportações mundiais e a nossa participação, da América do Sul e da América Central. Somos um pequeno *player* no comércio exterior total, e isso pode ser modificado, como foi dito aqui, com a fortificação das estruturas industriais regionais de complementação produtiva, para, com isso, conseguir maior escala e maior penetração nos mercados internacionais. A nossa participação, infelizmente, como pode ser visto aí, é muito baixa.

A América Central foi responsável por 3,8% das exportações mundiais. É um número extremamente baixo. Como os senhores podem observar, a Ásia e a Europa se mantêm dominantes nesse mercado mundial.

O que acontece? Só vai crescer essa participação como bloco – quando digo bloco, eu me refiro à América do Sul, à região – se houver integração. Sem integração, os países crescerão, aumentarão. A capacidade de integração e de complementação produtiva para fazer com que cresça essa participação só vai ser obtida com integração. Não é possível aumentar muito isso, porque, historicamente, estamos nesse nível de participação há muitos anos.

Este é um dado interessante: apenas 27% das exportações da América do Sul e da América Central foram feitas intrarregião. Então o nosso comércio intrarregião ainda é fraco. Temos uma participação muito baixa ali, e a nossa proporção intrarregião em relação aos destinos mais tradicionais é muito pequena. Como foi falado aqui, talvez até por questões de logística e por outras questões – daqui a pouco, vou falar sobre a nossa experiência nesses mercados –há muito que se fazer. É preciso acelerar, utilizando mecanismos especiais, como o financiamento estrutural, para aumentar essa troca de comércio, essa troca regional, que é muito fraca em relação ao que acontece nos nossos principais parceiros da região.

É importante observar a participação de cada país da América do Sul nas suas exportações. Por exemplo, na Argentina, 36% são regionais; na Bolívia, 54% são regionais; no Brasil, apenas 14% são regionais; no Chile, 26% são regionais.

Na Colômbia, esse índice é de 17%; no Equador, é de 27%; no Peru, é de 26%; e, no Paraguai, de 44%. Como os senhores podem observar – e o Brasil é o exemplo mais crítico ali –, a participação do comércio intrarregião sempre é menor do que 50% e muitas vezes chega a somente 14%, 15%. Então essa é a participação nesse comércio, apesar de falarmos do PIB do resto do mundo, do consumo do resto do mundo e do consumo regional. E vemos que, no Paraguai, esse índice é de 44%, que é um valor alto. Mesmo assim, o índice de 14% do Brasil é muito baixo. Então, o que temos de observar é a necessidade de ampliação da participação dos países da região no seu próprio comércio. Isso é importantíssimo e é um dos caminhos para a integração. O comércio, sem dúvida alguma, é um dos caminhos para a integração.

Fechando, vemos o Uruguai com 46% da pauta intrarregional. E o total da América do Sul é de 26%. Então, um quarto do que a América do Sul exporta fica na América do Sul, o resto vai para o resto do mundo. É lógico que não poderia entrar em detalhes agora, se não ficaríamos aqui algumas horas. Na verificação da pauta de país em país a coisa muda, e às vezes é um pouco preocupante.

Vou falar um pouquinho agora, indo para o foco de bens de capital, como é que isso se comporta nesses países. Olhando país a país, a Argentina/Mundo, por exemplo, bens de capital, nós somos a principal origem das importações argentinas. A América do Sul apareceu com 26% das importações argentinas e o Brasil, com quase tudo. Então é uma troca típica dos dois principais países do Mercosul. Essa é uma situação Mercosul que nós poderíamos de certa forma extrapolar se houvesse uma integração, por exemplo, tarifária, estrutural com a América do Sul inteira, a posição da Argentina. Então poderíamos ter como principal parceiro no geral a América do Sul, e isso não ocorre. Ocorre com a Argentina por questões de complementação e também de a economia argentina ter bons valores de produção.

Agora vamos como isso começa se a reduzir. Na Bolívia nós temos 30%, no Brasil 60%, o resto é América do Sul. É um número bom, não vou falar que quero 90% da importação intra América do Sul. Na Bolívia não. É bom que tenha outros parceiros. O gráfico verde e vermelho para nós é mais interessante do que ele todo verde, ou seja, é melhor ter uma integração maior com outros países participando da pauta de exportação, como Argentina, Peru e Chile. Eles participam e entram com mais ou menos 12% do total.

Chile. Já caímos para sexto. Foram até tratados aqui os TLCs que o Chile possui. Nós temos apenas 7% dos bens de capital do Chile, e nesses 7%, 3% são brasileiros, o resto é da América do Sul. Então olhe a baixa participação de bens de capital brasileiros. E somos o principal produtor de bens de capital da América do Sul no mercado chileno.

Aí temos a Colômbia, onde também a América do Sul tem uma baixa participação. O Brasil seria 2% da América do Sul, mas a participação total é muito baixa também.

Equador é um país receptivo às máquinas brasileiras, mas também temos dificuldades em ampliar esses 18% da região e os 34% desses 18%, que são do Brasil. Então a situação também é de baixa participação regional.

Temos o Paraguai, onde metade ou mais da metade é América do Sul de bens de capital. Essa é uma situação que seria, vamos dizer, o ideal para todos nós.

No Peru temos 15%. É um país importantíssimo, com um crescimento muito grande. E nós temos apenas 15% da pauta da América do Sul, sendo que ¾ são do Brasil.

Uruguai: 31% da América do Sul, sendo metade do Brasil e metade de outras origens, principalmente a Argentina.

Na Venezuela, terceiro colocado, temos apenas 15% da importação venezuelana provinda da América do Sul, sendo que o Brasil tem mais ou menos a metade disso.

Esse é um quadro importante que preocupa. É a complementaridade de alguns países da região. No gráfico vamos observar Colômbia em azul, Chile em vermelho e Peru em verde. Observamos a queda ano a ano da complementaridade da pauta entre o Brasil e esses países. O que isso quer dizer? Quer dizer que nós estamos sendo cada vez menos complementares. Aparentemente – estamos estudando isso nesse momento – essa redução da complementaridade das nossas pautas advém muito da primarização. Ou seja, cada dia mais somos concorrentes em vez de complementares, concorrendo com produtos, vamos dizer assim, de baixo ou até primários.

Essa é uma situação também preocupante. Quando nós percebemos que cai a complementação, que o investimento está sendo primário, que as economias têm uma tendência para as exportações primárias e a nossa baixa participação nesse sentido, com tendência, se for olhar a complementação, até a se reduzir, o esforço comercial para manter ou para crescer a integração é enorme, porque a situação hoje é contrária, mostra maior dificuldade de uma complementação comercial, que é um ponto básico para ser ter uma maior integração.

Existem vários projetos em conjunto, como já foi citado aqui, na apresentação do nosso companheiro João Carlos. É importante dizer o seguinte: nós até discutimos a possibilidade de um PAC da América do Sul. Essa seria uma forma de criar um pacote de ações de investimento estrutural para mudar essa realidade comercial de integração e de assimetrias. É necessário haver uma orientação melhor dos nossos esforços, porque a situação, como mostrei para os senhores agora, não é das melhores na integração comercial e, consequentemente, na integração como um todo.

O que nós precisamos é da consolidação de mercados regionais, da promoção de infraestrutura – como eu falei da idéia de um PAC sul-americano – e do fortalecimento das instituições para integração.

Nós temos, na prática, observado muitos problemas que levam a uma ação contrária à integração, e esses vários problemas operacionais, seja a licença automática na Argentina, seja a contrapartida para a liberação de aumento de alíquotas, sejam questões de investimentos, sejam questões infindáveis que nós temos no dia a dia do trabalho, elas só rumam, elas só levam ao lado oposto da integração.

Então a agenda tem que ser macro e tem que ser micro também, porque a assimetria que nós observamos nos diversos países aqui elencados, na questão de instituições, exigências, operacionalidade, causa uma desconfiança muito grande do empresariado, e o empresário não vai investir num país onde, por exemplo, numa questão de greve a empresa dele pode ser tomada de qualquer maneira, não tem uma justiça trabalhista.

Enfim, é importante trabalhar todas essas questões senão o empresariado obviamente ficará observando e não colocará em risco o seu capital se não houver uma clareza, um fortalecimento das instituições.

O objetivo da iniciativa de integração é destinar 15% dos empréstimos anuais aos projetos de integração até 2015. Esse é um objetivo muito interessante, nós estamos trabalhando com isso. Estou trabalho com o FGE – tenho uma reunião hoje à tarde sobre isso –, estamos criando fundos de investimento para investimentos na América do Sul e na África. Ou seja, a Abimaq vem trabalhando fortemente nisso, apesar das dificuldades que nós encontramos no dia a dia.

A iniciativa de integração já foi aqui citada, a promoção do desenvolvimento da infraestrutura é importantíssima, isso é fundamental, como já foi colocado pelo companheiro da Odebrecht. E nós temos aqui uma carteira de 524 projetos concluídos em 6 bilhões. Isso tem que ser efetivado, isso que tem que ser criado, isso tem que ser tocado, porque o nosso comércio e as instituições só irão se fortalecer se houver uma ligação clara em projetos que integrem a nossa região.

Nós olhamos a estratégia em bens de capital na América do Sul como um todo, não pensamos dividindo países de modo colonialista, de forma alguma. Nós trabalhamos em cima das necessidades de cada país, como nós podemos prover essa necessidade e como

isso pode ser feito da melhor forma possível, em forma de parceria, em forma de solução. A importância estratégica dos nossos vizinhos é total. Isso não tem o que discutir. E o estreitamento de relações entre o Brasil e os países da região deve ser feito, mantido e fortalecido dia a dia. Pequenos problemas que ocorrem devido a situações regionais ou de cada país, nós temos que trabalhar para minimizar ou eliminar. Isso envolve o Itamaraty, isso envolve Mdic, enfim, isso envolve toda a nossa estrutura de governo e também a empresarial, no sentido de reduzir esses entraves que diariamente atrapalham a integração do ponto de vista empresarial.

Temos que superar as instabilidades e fragilidades. Eu não posso ter, por exemplo, um país onde uma empresa vai ter que exportar outro produto para fazer uma balança comercial do CNPJ. Isso não é viável. Então é importante essas instabilidades serem eliminadas. E elas só serão eliminadas quando houver pelo menos uma menor assimetria entre os países. Nós não podemos integrar países onde existe uma grande assimetria. Não vou citar país a país, isso não é muito elegante, mas é importantíssimo que nós trabalhemos para superar instabilidades e assimetrias entre os países ou o empresariado, o lado empresarial realmente terá muito receio nos seus investimentos.

E a criação de canais eficientes. Isso já foi aqui explorado e é importante que esses canais funcionem, porque o comércio é o ponto inicial da integração.

Aqui eu falo um pouquinho, rapidamente, sobre o que nós estamos fazendo lá. É o projeto da Abimaq com a Apex, que já tem uma marca setorial internacional. E nós elegemos, entre 12 países mais a América Central, os quatro países que citei: Argentina, Chile, Colômbia e Peru como os de prioridade zero, ou seja, aqueles que nós queremos trabalhar constantemente. Hoje eu tenho relações públicas nesses países, tenho estrutura de negócio, tenho imprensa constante, tenho gente nesses países diariamente, do meu projeto. Enfim, nós estamos integrando esses países e uma das ferramentas internas é o projeto. Para nós existem de 12 a 14 bilhões de dólares de bens de capital que vêm extra-região que deveriam ou poderiam, um dia serão fornecidos pelo Brasil até como forma de integração, porque como sabemos a integração industrial também existe. O stand industrial nosso, seria muito bom que fosse utilizado, facilitando a compensação produtivas depois, na próxima etapa.

O fortalecimento da marca por mediações tradicionais. Isso nós já fizemos. E aqui, só para terem uma idéia, um coquetel realizado no Peru, de duas horas, numa noite, gerou mídia, mas a feira gerou mídia em televisão, gerou mídia impressa, gerou mídia eletrônica. Então a impressão que nós temos agora – e não é uma impressão, já é uma realidade, inclusive quantificada – é a seguinte: nós temos, na realidade – e estou falando do lado empresarial, de negócios, por incrível que pareça, uma baixa exposição nos países da região.

É brincadeira falar uma coisa dessas, mas é verdade. Nós, brasileiros – e temos que falar dos outros países entre si e conosco –, a nossa integração presencial, a nossa presença, a nossa conversa é muito pequena, é muito baixa. Então é importante prover integração comercial de negócios, porque nós temos certeza de que esse trabalho que estamos fazendo, daqui a dois, três anos, vai gerar um aumento muito grande na exportação de bens de capital para esses países, fruto apenas de exposição, de contato, de conversas.

Então a integração é fundamental para nós, estamos trabalhando nisso diariamente, e é fundamental também remover os empecilhos, as pedras no caminho que aparecem diariamente. E isso faz parte do processo.

Essa é a nossa rápida apresentação, agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu é que agradeço ao Diretor Executivo da Associação Brasileira de Indústrias de Máquinas e Equipamentos – Abimaq, Dr. Klaus Curt Müller, pela sua exposição.

Ninguém, hoje em dia, com a internet, manda naqueles que fazem perguntas, e eles fazem qualquer pergunta. Algumas eu recebi aqui, outras chegaram para os senhores. Não sei se o José Carlos de Assis gostaria de fazer alguma colocação antes, se não eu faria as perguntas e cada um responde da forma que entender melhor, dentro da amplitude do tema e do que os senhores representam aqui na Mesa.

Por exemplo, essa foi o pessoal que me trouxe:

"Hoje é o dia mundial do turismo. Como eventos esportivos como Copa do Mundo de 2014 e as próprias Olimpíadas podem impulsionar a integração da América do Sul e o nosso desenvolvimento?"

Eu achei a pergunta até um certo ponto interessante, vou dizer por que e vou aproveitar esse momento aqui, porque também posso falar para o Brasil via internet e a TV Senado.

Quando a gente disputou lá fora e ganhou para que a Copa do Mundo fosse no Brasil e as Olimpíadas, eu lembro que foi uma festa geral no Brasil. Não só o Presidente Lula, todos nós, inclusive eu bati palmas, e começo agora a ver, frequentemente, críticas e mais críticas porque a Copa do Mundo é aqui no Brasil.

Sinceramente, sou daqueles que defendem que foi uma vitória nossa – tanto a Copa do Mundo quanto as Olimpíadas. E gostaria, se os senhores pudessem, dentro do possível, que falassem sobre esse tema também, porque isso está me intrigando muito. A gente

festejou tanto! O que eu ouço de crítica não só aqui da tribuna do Congresso, mas também em programas de rádio e televisão de que participo em alguns Estados, porque viajo um pouco devido aos temas que trato, que são do mundo social. Aí vem: "Mas investimento na Copa? Por que não investir aqui? Por que não investir ali?" Então é um tema que eu gostaria de tratar, dentro do possível, se vocês se dispuserem a falar.

Outra questão que chegou aqui: "Qual é a opinião dos senhores em relação ao Pronatec como forma de qualificar a mão de obra em benefício da indústria nacional, para que se torne mais competitiva no mercado nacional?" É a questão do ensino técnico, que, na verdade, todo mundo...

Eu recebi aqui também aquelas perguntas básicas, porque eu estava aqui operando o meu celular pela internet: "O que os senhores me dizem de o Brasil ser ainda hoje a maior taxa de juros do mundo?" Aí respondam como entenderem melhor.

E há outro tema delicado, mas eu vou ter a ousadia, porque me perguntaram aqui também, de colocá-lo neste momento.

A gente fala tanto aqui em integração, em economia globalizada, em integração da América Latina, da América do Sul, e me perguntaram como é que nós aqui da Mesa estamos vendo a recente taxação dos automóveis importados, se não poderá haver alguma retaliação lá fora, se houve alguma contrapartida. Enfim, queria que a Mesa também se posicionasse, porque tivemos uma série de polêmicas com ações do Supremo. Essa discussão toda está acontecendo. E aquele que me pergunta dizia: "Mas por que pelo menos não deram um tempo, para que as empresas que quisessem se instalar aqui pudessem assim fazer, para depois então ter..." Bom, ele se preocupa, pela pergunta que recebi: já que queremos avançar – e temos que pensar assim mesmo – numa economia global, se não vai haver alguma reação por parte de outros países que estavam, é claro, chegando aqui com toda força com os chamados carros importados.

E a que, em parte, eu acho que foi respondida: qual é o papel do Mercosul? Qual seria a recomendação dessa Mesa para que os Parlamentares agissem lá, pela importância do Mercosul nessa questão da integração da América do Sul?

E também veio aqui: a alta do dólar é uma tendência a se firmar? Qual é a reação na nossa economia?

Chegou aqui mais uma: "Como os senhores veem as medidas tomadas pelo Governo Federal no que diz respeito ao mercado interno ao monitorar a atividade industrial, como, por exemplo, para impedir uma...

Mas vão chegar tantas que vamos parar por aqui. Essas outras eu farei depois, então.

Deu para pegar as que eu fiz pelo menos? Quem quer falar primeiro aí? Fiquem à vontade. Tem perguntas desde Copa do Mundo a juros, dólar, Mercosul.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Eu vou tentar falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vá lá então.

Ensino técnico...

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Até para trazer o assunto um pouco mais focado.

Em face dessas três perguntas relacionadas ao Pronatec, eu acho que todo mundo tem que apoiar. É uma iniciativa importante, sem dúvida nenhuma. Não é só para a integração, mas para o desenvolvimento brasileiro como um todo. Isso aí é indiscutível.

Quanto à questão dos automóveis, eu acho o seguinte.

Hoje não existe mais possibilidade de que o Governo tome alguma medida, qualquer que seja, que agrade a todo mundo. Os interesses estão cruzados, trançados. Houve realmente uma coisa chamada globalização. Então, essa ideia de que se você tomar uma medida todo mundo vai aplaudir unanimemente é absurda, é do passado, quando a economia era muito mais simples. Agora há uma complexidade muito grande. Essa foi uma medida de emergência, porque há uma situação complicada, ou pelo menos ameaçando se complicar, na balança comercial brasileira, sobretudo no mercado interno produtivo. Então é uma medida defensiva. Talvez ela tivesse que ser complementada.

Por exemplo, o Senador Requião estava me observando outro dia: "Olha aqui, eu vou até apoiar a medida, mas vou dizer o seguinte: tem que fazer acompanhá-la o controle de capitais ou o controle da remessa de lucros." Quem está produzindo aqui no Brasil são multinacionais estrangeiras. Na medida em que elas têm uma grande proteção tarifária, vai aumentar a taxa de lucro delas, porque elas vão aumentar o preço. Claramente vão aumentar o preço interno, portanto terão mais possibilidade de remeter lucros para o exterior. Você ganha por um lado e perde por outro. É verdade! Quer dizer, essas coisas todas têm que ser balanceadas.

Mas eu só justifico a medida como algo de curto prazo. Mesmo porque vai ser contestada, sim, na OMC. Quando eu digo que a nossa defesa do mercado interno pressupõe a integração produtiva e econômica na América do Sul, o que estou dizendo é o seguinte: se tentar fazer sozinho, individualmente, como país, uma barreira tarifária, vai passar por problemas graves na OMC. As nossas exportações vão ser discriminadas em algum momento. São processos geralmente lentos, mas são inexoráveis. Por isso é que eu acho que a questão da integração é importante. A integração é

uma linha de defesa do mercado interno, não é simplesmente você levantar uma tarifa, coisa que se tem que fazer, às vezes, no curto prazo. E eu acho que fizeram muito bem em termos de curto prazo. Mas nós temos que complementar isso com medidas estratégicas de médio e longo prazo. E, do meu ponto de vista – a gente tem discutido isso já há muito tempo, inclusive aqui na Comissão do Senador Paim –, a medida estratégica de médio e longo prazo que temos que tomar é o aprofundamento da integração.

Mas, se me permite, Senador, eu vou fazer algumas observações rapidamente sobre as exposições.

Primeiro, João, eu acho que você ter uma ideia da integração como algo da América Latina, como grande empresa brasileira que a Odebrecht é, está totalmente correto. Agora, a gente que está atuando no plano político, no plano do atacado, e não só no varejo, tem que focar a questão geopolítica.

Então, do ponto de vista geopolítico e do ponto de vista inclusive operacional, fazer a integração sul e mesoamericana simultaneamente é muito mais difícil. Você vai ter muito mais interlocutores; vai ser muito maior a dificuldade. E você tem também o peso americano, político, contrabalançando pelo lado da América Central. E lá no México, que já está integrado, não dá.

Então, eu acho que o nosso foco inicial tem que ser a América do Sul. Mas acredito que, se a gente consolidar a integração na América do Sul, a América Central virá por gravidade. Então, nesse sentido é que a gente acha que o foco tem que ser a América do Sul.

Você menciona também a questão dos critérios de financiamento. Eu acho que você tem conhecimento do nosso projeto de lei. Você tem o projeto de lei? Depois a gente dá uma cópia. Vai começar a tramitar aqui na semana que vem. Nós fizemos um projeto de lei para investimento. Nesse projeto de lei, está previsto o seguinte: você tem que ter um sistema de classificação de risco do grande banco regional que é o BNDES. Se o BNDES coloca um selo de qualidade em um projeto, eu acho que basta isso para atrair capitais, investimentos. Agora, você pode inclusive criar uma estrutura para isso: juntar BNDES sob a liderança do BNDES, BID, ou o que fosse, e CAF, para fazer um tipo de classificação de risco nosso, regional. Isso é importantíssimo.

Eu acho que isso pode ter efeito. Tenho dito o seguinte: nós não vamos ter problemas de liquidez no mundo de hoje. Você tem uma taxa de juros zero. Você tem problema de segurança de investimento, então você tem que criar uma estrutura de segurança do investimento. Se tiver isso, você tem fundos soberanos aí que estão dispostos a investir. A China está com US$3,2 trilhões de reserva. Os fundos soberanos vão acumular até 2014 US$10 trilhões, US$10 trilhões! E é claro que esses caras não vão ficar especulando com esse dinheiro. Se você tiver bons projetos e esses projetos forem qualificados por uma instituição como o BNDES, acho que você terá uma facilidade muito grande de financiar esses investimentos.

Outra coisa que a gente está pensando nesse projeto é em fazer por atacado, criar um ambiente de investimento. Quer dizer, o projeto é voltado para o investimento de integração. Facilitar, incentivar e qualificar o investimento de integração. Qual é o objetivo do projeto? Que isso seja feito de forma automática. Você tem um enquadramento automático.

A Odebrecht, para cada iniciativa que você toma, tem que percorrer um caminho complicado. Então, você já tem um varre-trilho. Se enquadrando naquilo você vai ter um guichê especial por onde vai tramitar o projeto.

O SR. JOÃO CARLOS NOGUEIRA – Bom, José Carlos, em primeiro lugar queria parabenizá-lo, e ao Senador, por essa iniciativa do projeto de lei. Isso é absolutamente fundamental. Minha observação é a seguinte: no passado, houve o departamento de integração do BNDES, que já era um pouco esse *fast track*, ou estou enganado?

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Não, é uma coisa nova, que está dentro desse projeto. Esse é um projeto que a gente propôs no Brasil e que a gente pretende que seja replicado em toda a América do Sul. Cada um vai nacionalizar esse projeto. E a ideia é que cada país tenha um guichê especial para os projetos de integração.

O SR. KLAUS CURT MÜLLER – A nossa experiência prática com o BNDES e com os quatro países da América do Sul com quem estamos operando é a seguinte: o BNDES criou uma linha BNDES Exim, que opera com bancos locais. Então a cada feira, a cada evento que eu faço na Argentina, no Chile, no Peru e na Colômbia, eles estão cadastrando os bancos, de modo que o importador é financiado pelo banco, linha BNDES. Na Argentina já funciona, no Chile já funciona, no Peru, está começando. É importante, na aquisição de bens brasileiros, o importador ter uma linha BNDES via o seu banco local, que é o que vai dar o *rating.* Isso já está funcionando. É só um parêntese.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – As observações que eu queria fazer sobre sua ótima exposição... Primeiro uma pequena observação: quando você fala em facilitar a livre mobilidade de capitais, é preciso ter um pouco de cuidado com isso, pelo seguinte: qual é a natureza desse capital? Se for capital produtivo, eu não tenho nenhuma restrição; agora, quando se trata do capital especulativo é um problema complicado, porque

vai ter efeitos sobre a taxa cambial e pode trazer problemas na hora em que você... Então é um pouco isso.

Eu já tenho um pouco de conhecimento disso, mas não estava vendo os números. O baixo nível de investimento interregional. Realmente essa coisa é importantíssima. Ou seja, nós estamos no cainho certo com essa idéia de promover não simplesmente o comércio, mas, sobretudo, o investimento interregional. Você conhece o projeto? Você viu.

A coisa do PAC da América do Sul, conte com a gente nisso. Eu conversei como Presidente Albert quando fui levar lá e discutir um pouco a ideia desse projeto e da comissão aqui. Não sei se foi naquele momento, eu já tinha isso em mente, mas ele falou sobre isso: "A gente pode fazer um PAC da América do Sul."

Eu acho que a gente tem que fazer isso meso e tentar, Klaus, uma articulação da sociedade com o Congresso e o Governo. No fundo, no fundo, você menciona a possibilidade de se fazer uma agenda. Isso é um passo preliminar para uma espécie de planejamento regional. Então a gente tinha que criar uma estrutura para isso, e eu acho que tem de ser no setor privado, porque, se tentarmos fazer isso no setor público, virá a ideia de que é mais uma coisa pública, é mais um intervencionismo estatal, é mais imperialismo brasileiro, essa coisa toda. Tenho pensado em fazer isso no Intersul, fazer uma instância no Intersul, um comitê lá dentro, para criar uma agenda.

Então, fique informado e diga à diretoria que podemos fazer isso conjuntamente, sempre mantendo informado aqui, porque o Senador Paim, na verdade, colocou à disposição das nossas discussões duas comissões que ele preside. Acho que temos de aproveitar isso. Pode ter poucas pessoas aqui, mas o Brasil inteiro está ouvindo esta discussão, acompanhando-a pela Internet e pela TV Senado. Temos um local privilegiado para discutir e propor encaminhamentos e soluções nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se me permite, só para complementar a informação do projeto que ora recebem, esse projeto ainda é uma primeira versão, é o 232, de 2011. Tem número já. Depois do ciclo de debates, é nossa intenção, hoje ainda, apresentar uma versão mais atualizada. E os senhores poderão dar contribuições sempre, até a votação. Encaminhei o projeto para a Comissão do Mercosul, do Parlasul, onde o Senador Requião já indicou o Senador Pedro Simon para ser o relator. Provavelmente hoje entraremos com a última redação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, porque as normas da Casa assim permitem. Eu, provavelmente, vou avocar a relatoria, aprovo e encaminho para a mesma comissão onde o Senador Simon é relator. Então, vamos para um substitutivo global, onde as sugestões dos internautas, dos senhores e da sociedade brasileira vão construir a redação final desse projeto.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Só para encerrar as minhas observações, você levantou uma coisa muito importante, que é a ideia da complementaridade. Para mim, integração é, sobretudo, complementaridade, quer dizer, a integração não pode começar pelo comércio, embora nós tenhamos começado pelo Mercosul, mas foram outros motivos, questões políticas, questões importantes, como acabar com os atritos do Brasil com a Argentina. Sob esse ponto de vista, o Mercosul foi um sucesso muito grande. Mas comércio só não gera integração; o que gera integração é investimento e, sobretudo, investimentos cruzados, quer dizer, investimentos em setores complementares.

Esse fato mencionado por você, de que estamos reprimarizando a economia, então baixou a complementaridade, é extremamente grave. De certa forma já sabemos que isso está acontecendo, essa tendência à reprimarização da economia já vem há algum tempo e é realmente preocupante. A forma de contrariarmos essa tendência é justamente buscar o aprofundamento e a integração. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Vou passar a palavra para o Sr. João Carlos, para fazer seus comentários e iremos para as considerações finais. As perguntas mais ou menos se entrelaçam. Permitam-me, mas vou ler esta na íntegra, pois não a li:

"Como os senhores veem as medidas do Governo Federal no que diz respeito à defesa do mercado interno, ao monitorar a atividade industrial, por exemplo, ao impedir uma sobrevalorização do real em relação ao dólar e, ao mesmo tempo, incentivar investimentos e cortar gastos correntes?"

Com isso, li praticamente todas as perguntas que chegaram aqui. Os senhores ponderem e respondam àquelas que entenderem ser mais ou menos da sua seara ou correlatas ao assunto que estamos debatendo.

O SR. JOÃO CARLOS NOGUEIRA – Obrigado, Senador. Vou ser muito breve.

José Carlos, não poderia concordar mais com você. A integração sul-americana é o nosso destino. A pátria sul-americana, a mátria sul-americana é o nosso destino, sem dúvida nenhuma. O foco da nossa atuação deve estar na integração do subcontinente sul-americano.

A menção e a provocação à América Latina se dão por uma mudança – em fase inicial, é verdade – do equilíbrio da projeção geopolítica do Brasil nas Américas, que hoje ultrapassa a América do Sul e se estende à América Central. Mas concordo com você:

o foco, sobretudo político, deve ser a integração sul-americana, que é o nosso destino.

Pronatec, penso que pode ser utilizado, sim, como um instrumento de política externa brasileira e com a participação do setor privado, com a participação das empresas brasileiras que se internacionalizaram, que investem no continente, que capacitam mão de obra. Pode ser uma espécie de exemplo reverso do que foi feito com o Projeto Acreditar.

O Projeto Acreditar foi desenvolvido pela Odebrecht no contexto da construção da hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, para a capacitação técnica de mão de obra local. Capacitamos cerca de 60 mil pessoas e, dessas 60 mil pessoas, utilizamos 22 mil pessoas na obra. Ou seja, capacitamos muito mais do que utilizamos. Essas pessoas que foram capacitadas e não foram trabalhar em Santo Antônio acabaram arrumando empregos bem remunerados em outros empreendimentos, inclusive em Girau. E deu tão certo que o programa de capacitação acabou sendo estendido para o PAC, numa parceria com o Governo Federal.

O Pronatec pode fazer o inverso.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – É obrigação da empresa de integração capacitar a mão de obra local, e a gente se inspirou muito nessa coisa da Odebrecht.

O SR. JOÃO CARLOS NOGUEIRA – Queria mais uma vez me congratular com V. Exªs pela iniciativa do projeto de lei, que é absolutamente fundamental.

Em relação à Copa, Senador, além de torcer para que os nossos irmãos peruanos e bolivianos possam vir para o Brasil pelas rodovias interoceânicas para assistir à Copa, penso que o Brasil tem outro instrumento muito interessante, que é o Programa de Substituição Competitiva das Importações. Muitas vezes são importações de produtos fabricados por empresas brasileiras que investiram nesses países e que podem servir de insumos para as grandes obras de infraestrutura no Brasil. Ou seja, é um instrumento de integração produtiva, de integração das cadeias produtivas.

Acho que a Copa nos dá esta oportunidade também. E não só em cima dos equipamentos da Copa em si, mas das grandes obras de infraestrutura que são necessárias para um evento como esse, sobretudo de mobilidade.

O Mercosul é, mais uma vez, o pivô – embora tenha tido uma origem um pouco diferente na sua exposição, José Carlos –, o coração da integração sul-americana, o cerne da Unasul. A Unasul representa a ampliação do Mercosul e o aprofundamento dos laços de integração para além do comercialismo aberto, para a coordenação política. Acho que é um instrumento que tem que ser valorizado.

No passado, até mesmo aqui nesta Casa, houve uma dramatização, uma polarização, uma politização muito grande dos debates a respeito da entrada da Venezuela no Mercosul, mas esta Casa, com a maturidade que lhe é característica, sempre pensando no interesse nacional, foi capaz de superar esses debates e demonstrar que todos os países da América do Sul devem fazer parte do Mercosul, porque é um projeto para os seus povos, para as suas sociedades. Os Estados são perenes, os povos são perenes para além dos governos de ocasião. Assim, tivemos um processo de adesão da Venezuela sendo concluído no Brasil com êxito. Agora, vamos ver como conseguimos aprofundar a participação da Colômbia e do Peru, que demonstraram interesse. Então, sem dúvida nenhuma, o projeto tem que ser incentivado.

No que diz respeito à questão do IPI, vou pedir que Klaus possa discorrer, porque ele tem muito mais capacidade do que eu, é mais da área.

E a última pergunta, Senador, é sobre o Governo.

Estamos começando a observar uma trajetória, do nosso ponto de vista, absolutamente acertada de queda de juros, o que permitirá que os investimentos produtivos absolutamente necessários para essa agenda de integração sul-americana sejam viabilizados. Do contrário, não há como competir em termos de retorno. Quer dizer, os juros são, sem dúvida alguma, o grande obstáculo para os investimentos necessários. Qualquer atividade produtiva hoje ainda rende menos do que investimentos produtivos. Então, essa trajetória descendente dos juros é absolutamente necessária para viabilizar essa agenda sobre a qual estamos falando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi mais uma contribuição, do Sr. João Carlos Nogueira, Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Construtora Norberto Odebrecht.

Agora passamos a palavra para o Diretor Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq, Dr. Klaus Curt Müller, para que faça suas considerações sobre tudo isso que jogamos na mesa.

O SR. KLAUS CURT MÜLLER – Perfeito.

O João Carlos já deixou a responsabilidade do IPI comigo.

A questão do IPI. Se formos entrar na análise OMC, legal, interna, vamos achar vários pontos de atrito, pontos que não podem ser retirados. Não acredito que o objetivo da medida tenha sido exatamente tê-la por muito tempo. Acho que aí existe uma abertura de espaço para conversa, diante da impossibilidade de concorrer da forma que estava concorrendo. Isso não acontece só com o automotivo. Isso acontece com o

nosso e com outros setores que vêm sofrendo com a impossibilidade de competir.

Para os senhores terem uma idéia, além das muitas coisas que faço, cuido também da defesa comercial. Hoje nós temos equipamentos entrando no Brasil a US$2 o quilo. Como você faz uma máquina a US$2 o quilo se o aço custa de US$1,50 a US$2? É impossível. Isso vinha só da China, e hoje eu vejo chegar também da Europa. Então, a situação da crise também transborda na necessidade de escoar produção para evitar a morte das empresas ou o desemprego em alto nível.

Estamos observando: a importância dessa ação, esquecendo o mérito legal, tanto internacional quanto nacional – esse não dá nem para a gente falar. A questão é uma ação pró-indústria no sentido de verificar uma forma de se negociar uma situação melhor, inclusive em relação aos importados.

Lógico que ninguém quer pagar mais caro por seu carro nacional. Para isto o Governo tem de ficar muito atento, para que a margem não aumente – essa margem aumenta porque aumenta o preço, e o consumidor acaba sendo lesado. Então esse jogo tem de terminar numa equação positiva para o consumidor e para a indústria nacional, de modo que, por exemplo, possa se verificar uma aceleração dos investimentos produtivos das indústrias chinesas, enfim, onde não se tem México e Mercosul, que saíram da equação, o que é também outro ponto nevrálgico do atrito em relação à estrutura do que foi feito. É perigosíssimo fazer essas exceções.

Que se crie uma outra forma de competição interna em relação a essas origens. É muito difícil, lógico. Nós sabemos dos problemas da carga tributária. E é lógico que você tem também todo um plano mundial sobre o qual não cabe ficar conversando agora. Mas acontece que o Brasil muitas vezes está sendo retirado como plataforma produtiva. O Governo brasileiro tem de lutar contra isso, e nós estamos dando preferência para um país nessa equação, que é o país elencado para ser a plataforma. Então, se essa medida não for bem equalizada, e rapidamente, o México passará a ser, daqui a alguns anos, a base produtiva de todo o setor automotivo nas Américas. É importante reverter logo essa ação com o resultado que se quer sem lesar o consumidor. Isso é importante.

Agora, é uma ação de defesa comercial fortíssima? Sem dúvida nenhuma. Se eu queria isso para o meu setor? Lógico que eu queria também, seria besteira dizer que não. Só que temos outras situações. Nós fazemos parte do investimento, não somos consumo. Somos o produto em que a indústria investe para produzir. Então, é tudo mais delicado na questão de bens de capital e, portanto, as medidas são mais ortodoxas na questão de *dumping*, salvaguardas etc. etc.

Na questão da Copa, acho importante... Sempre haverá aqueles que vão falar "que ótimo" hoje e, amanhã, vão falar "que porcaria". Isso é normal, acontece todo dia.

São importantes as três etapas que vejo nesse processo pré-copa. Que as nossas de serviço, de produtos, de equipamento, etc, participem dessa construção até 2014. Isso é importante. Que o Governo verifique de que forma está acontecendo isso e dê condições. Caso existam condições assimétricas ou desleais de comércio, de mercado, neste momento, que ele verifique isso especificamente nesse processo, assim como seria necessário fazer no PAC da América do Sul, também verificar que isso esteja voltando de uma forma local. O benefício que se tem pós-copa é que essa estrutura toda seja utilizada para outros eventos, outras situações.

Então, acho que é uma visão muito curta dizer que isso... Está correto. Está correto. O benefício é de longuíssimo prazo, desde que nós olhemos, no pós-copa, o que mais vamos fazer com essa estrutura, que outros eventos e oportunidades o Brasil vai ter de sediar outras situações, sejam culturais, sejam de esporte, que venham trazer benefícios localmente, onde há essas instalações, para o turismo, para o reconhecimento do Brasil, etc.

Mudar a imagem do Brasil com isso a gente não muda. A Alemanha tentou mudar, e não conseguiu. Isso é impossível. Então, o importante é tirar proveito das três etapas do processo.

Uma outra questão é a dos juros. É mantra nosso, do setor produtivo, dizer que temos os maiores juros do mundo, o que impossibilita qualquer situação. Eu tenho, por exemplo, agora, um exemplo muito claro: Mais Alimentos África. É um processo formidável que o Governo está levando à frente, de que nossas empresas estão participando. Tem juros de 2%, juros de ajuda humanitária, ao Zimbábue, por ano. Dois por cento ao ano, o que eu também acho que não são juros tão humanitários. Encontramos zero por cento na Europa, mas tudo bem. E nossas empresas, se precisam de adiantamento, vão pagar 4% ao mês.

Essa diferença que existe nas duas realidades é muito grande, e acontece, como o João disse claramente, de fazer valer a pena o investimento produtivo. Tem que ter um retorno produtivo hoje com essa competição que nós temos. Então, hoje, se você entra com um equipamento, com produto de consumo, o que for, com preços tão baixos e, para produzir, você tem que colocar na sua equação de produção juros de 3% ou 4% ao mês, vale a pena vender tudo que você tem,

passar a importar, aplicar o seu dinheiro naquilo que você tinha de custo e começar a operar com importação. Hoje, temos setores que estamos segurando para que não passem a ser totalmente importadores. Isso é um fato que dói na gente. Estamos lutando, eu estou lutando com o MDic para evitar esse tipo de... Mas é uma desindustrialização completa.

É importante a gente estar atento para essa situação e os juros, e o câmbio, essa situação de hoje, queda de juros e o dólar, isso nos traz um pouco mais de... Vamos dizer, o rio começou a correr para o lado que ajuda a produção nacional. E a produção nacional, como foi bem falado, é a questão da qualidade de emprego. O nível de renda que a produção industrial gera, de conhecimento, de qualificação... Hoje, um chão de fábrica paga muito mais que um chão de *shopping*. E a qualificação desse indivíduo é altíssima. Investe-se nessa qualificação, porque a indústria tem que competir nessa globalização e tem que ter gente qualificada,se não, ela perde a briga.

Como exemplo, eu levei dois alemães e um americano profissionais da área de bens de capital, representantes de revistas especializadas, ao Sesi. Lá eles viram o pessoal trabalhando e perguntaram a idade dos aprendizes que estavam operando no centro de usinagem de US$4 milhões ou US$5 milhões. "Esse aqui tem 17, esse aqui tem 18". "Como isso? Na Alemanha é o pessoal de 25 que mexe com isso". Então, nós já temos uma estrutura, o Pronatec tem que seguir à frente, nós temos uma capacidade produtiva, um capital humano muito bom. Agora, é necessário que se dirijam essas oportunidades, como a Copa, como a questão de defesa, etc, de forma... Na questão de financiamento, por exemplo, na África nós estamos fazendo um fundo de investimento, que o BNDES está analisando para entrar, para financiar o quê? Projetos de etanol e biodiesel na África, para onde as nossas empresas não conseguem fornecer, porque tem crédito, mas não tem garantia. "Ah, o BAD não vai ter garantia..." Então, nós, como fundo de investimento, estamos viabilizando plantas na África, vamos dizer, com maior parte de conteúdo nacional, na faixa de... É um projeto de US$2 bilhões, US$3 bilhões. Então, essa questão da garantia é importante. Enfim, todo esse conjunto tem de andar em harmonia, e a questão da integração nesse ponto é fundamental para nos dar escala, capacidade, complementaridade na produção. Enfim, o mundo já funciona em blocos, e nós é que estamos tentando fazer as coisas sozinhos, essa é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Também o Dr. Klaus deu um panorama geral; entrou, inclusive, na questão do Mercosul, dos juros, do dólar. Praticamente respondemos a todas as perguntas de uma forma ou de outra.

Eu ia propor, para encerrar, que o José Carlos de Assis, economista e professor da Universidade Estadual da Paraíba, fizesse a sua última fala, já que hoje, acompanhando o ciclo de debate, ele vai apresentar uma outra versão desse projeto original, baseado em algumas sugestões que apareceram nessa caminhada e em outras que vão surgir com certeza absoluta.

Por favor, Professor. Assim encerraremos a nossa audiência.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Só complementando o que o Senador disse, a gente fez uma reunião com o pessoal das centrais sindicais. Todas as centrais sindicais, inclusive, estiveram aqui. E, depois que estiveram aqui, a gente fez uma reunião em São Paulo, justamente para discutir ponto por ponto do projeto, do ponto de vista das centrais sindicais. Eles fizeram, inclusive, sugestões muito interessantes, que foram incorporadas.

Tive também contato com uma equipe do Diretor Merlin, lá do BNDES, que também fez sugestões importantes que foram incorporadas. De modo que o projeto tem agora uma versão mais definitiva. É claro que vai passar pelas mãos dos Senadores, e os relatores provavelmente vão fazer algum tipo de incorporação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E as contribuições que todos podem continuar dando. Inclusive, lá na Comissão de Direitos Humanos, onde você vai hoje registrar o projeto – livre, democrática e soberanamente, vou indicar o relator: serei eu –, vamos continuar recebendo as sugestões, para que, aprovado o projeto na Comissão, eu o encaminhe de imediato para a Comissão do Mercosul.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Só como informação final, é o seguinte: integração significa juntar num ambiente cooperativo diferentes nações. Então, não adianta a gente fazer integração só no Brasil.

O Intersul, que é um instituto que a gente criou, que ajudou a criar, o qual presido e que tem a iniciativa desse projeto, é uma organização brasileira, mas é coordenador de uma rede Intersul, com participação de instituições de todos os países da América do Sul.

Vai ser através dessa rede que a minuta desse projeto, que vai circular aqui no Brasil, vai ser apresentada em todos os países da América do Sul. Ela vai ser apresentada aos congressos locais, e a gente vai fazer, obviamente, uma articulação, no caso do Mercosul, com a alta autoridade do Mercosul, que é o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Ele já está informado, concorda com o sentido do projeto, então vai facilitar o trânsito no Mercosul.

Também no Mercosul, há o Senador Requião, que se tornou presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Inácio Arruda, sempre no Mercosul.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – O Arruda também é do Mercosul?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É do Mercosul.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Que ótimo! Sensacional!

Então, no Mercosul...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É destaque na atuação do Mercosul.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Ficou parecendo que o Mercosul é uma coisa do Sul.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Então, esperamos que haja um trânsito. Estamos falando sobre um projeto de promoção da integração econômica da América do Sul. Esse projeto vai entrar em tramitação a partir desta semana, e estamos dizendo como se vai tentar fazer isso circular nos outros países da América do Sul.

Então, um dos caminhos vai ser pelo Mercosul: pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e pelos Senadores brasileiros da Seção Parlamentar Brasileira do Mercosul, cujo Presidente, agora, é o Senador Requião. E, na Unasul, a gente vai dirigir diretamente ao... Foi criado o Conselho de Ministros de Finanças e de Presidentes de Bancos Centrais da Unasul, no âmbito da Unasul, uma iniciativa sobretudo política de se voltar mais profundamente para a questão econômica ou macroeconômica.

Eles tinham absorvido a IRSA, que é uma iniciativa de planejamento estratégico da logística da América do Sul, mas esse Conselho já é também um canal que a gente pode usar para a circulação da ideia desse projeto de promoção do investimento produtivo ou econômico na América do Sul.

Senador, mais uma vez, muito obrigado por esta oportunidade de conversar sobre o projeto de integração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós vamos encerrar a audiência pública.

Se o Senador Inácio Arruda quiser fazer uma consideração... É a integração da América do Sul, e aqui todos fortaleceram o Mercosul. V. Exª é um dos mais atuantes na Casa em matéria de Mercosul.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E a minha principal preocupação, Senador Paulo Paim... Nós estamos aqui, e na Comissão de Assuntos Econômicos vamos começar uma audiência com o Presidente do Banco Central.

A chamada autoridade monetária tem muita importância em relação às políticas que podemos desenvolver para a integração. Se ele age desequilibradamente, vamos ter problemas e repercussões no Mercosul; se age equilibradamente, vamos ter espaço e um campo muito maior para desenvolver.

Antes, tínhamos na pauta um projeto de V. Exª, e o Relator é exatamente o Senador Inácio Arruda. Então, não podíamos deslocar-nos de lá, porque estava esperando para relatar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para alegria minha, porque, se V. Exª é o relator, já sei que o parecer é favorável.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ...o projeto de V. Exª, que cria incentivos para aqueles que já conseguiram tempo para a aposentadoria, que têm a sua aposentadoria, mas continuam trabalhando. Então, que mecanismos se podem oferecer, em termos de incentivos, para esse que, mesmo aposentado, voltou ao trabalho e está contribuindo com a Previdência Social? E daquela contribuição ele não terá mais nenhum benefício. Então, é importante que consigamos aprovar esse projeto do Senador Paulo Paim, que é muito interessante para os trabalhadores que voltam, depois de aposentados, à atividade laboral.

Queria reforçar apenas, Paim, esta iniciativa de discutirmos no Senado. Quer dizer, é a iniciativa brasileira. Essa iniciativa pode ser adotada na Argentina, no Uruguai, na Venezuela.

A Bolívia vai pedir ingresso no Mercosul, formalmente, para ser membro permanente, não só associado. Acho que o Mercosul tende a expandir-se e a ser um grande instrumento de integração da América do Sul, e o mais importante instrumento de integração, porque mexe com a atividade econômica, e o seu fundo de combate às assimetrias pode ser... Digamos assim, se ampliamos o número de países presentes, podemos ter um fundo alavancado. Hoje esse fundo é muito pequeno, Paim. Temos ali uma contribuição...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Focen.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – Sim, o Focen, por ano. Então, o acumulado que há hoje, porque poucos projetos foram apresentados, dá um valor razoável, mas isso demonstra ainda limitação. Quer dizer, US$100 milhões por ano é pouquíssimo para as necessidades da integração econômica da América do Sul.

E o projeto do Senador Paulo Paim abre um espaço novo, quer dizer, de os países incentivarem a integração com estímulos a partir de um país. Acho que isso tem grande impacto. Podemos fazer um bom debate em torno desse projeto do Senador Paulo Paim,

aprová-lo, porque ele cria, aqui no Brasil, uma situação boa e também diminui aquela pressão, Paim, de que sempre que se toma uma iniciativa de governo em relação a um país vizinho cria-se uma confusão aqui no Brasil, muitas vezes.

"Ah, o Brasil está querendo ajudar o Paraguai, o Uruguai ou outro país da América do Sul! Que absurdo! Poderia estar resolvendo o problema nosso do Vale do Jequitinhonha, lá do nosso Nordeste setentrional." Quer dizer, estamos resolvendo as duas coisas: estamos investindo lá e também ampliando o espaço de integração, e acho que é assim que devemos fazer.

Por isso quero cumprimentá-lo pela iniciativa. É muito importante que seja debatida pelas pessoas que estão lidando com o tema no Brasil, pelos empreendedores, micro, pequenos, médios e grandes empreendedores. Aqui não tem limitação de se é grande ou pequeno, nem deve ter. Deve ser discutido também pelas pessoas que lidam com o assunto na academia. E eu apelo sempre para que a gente veja o Mercosul como um instrumento de integração do Brasil inteiro na América do Sul. Aqui se tem uma certa ideia de que o Mercosul é uma coisa do sul. É uma luta para a gente colocar alguém de Roraima, do Amapá, do Estado do Amazonas, do Acre, do Pará, do Maranhão, do Centro-Oeste, do Nordeste, porque fica uma visão meio desequilibrada.

Para se ter uma ideia, as relações comerciais do meu Estado, o Ceará, com o Mercosul significam 30% das exportações do meu Estado para países do Mercosul. Esses países também vendem para o Ceará. E nós queremos aumentar essas vendas, queremos chegar a 50%, se pudermos, para não depender de outras regiões do mundo. Aqui é mais próximo, estamos mais perto. E amarra mais. Se você vende mais para o Mercosul está amarrando mais a nossa região.

Então, eu tenho essa ideia de que devemos fazer um processo de integração grande e de compreensão política. Talvez isto se dê nas eleições de 2014, se nós conseguirmos fazer as eleições do Mercosul em 2014 no Brasil. Então, respalda-se muito o Mercosul em âmbito de país se houver um processo de discussão e debate em todo o País para escolher os seus representantes. Tanto eu quanto o Senador Paim somos eleitos no âmbito do Congresso Nacional, mas a nossa representação não está respaldada pelo voto popular.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só que eu sou cristão novo; você já é bispo, padre, papa nesse tema.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Você é cristão novo ali somente, mas já tem uma estrada. Então vai entrar engatilhado. Não tem erro nenhum. Vai ser muito boa a sua participação lá. Temos muitas questões na área do mundo do trabalho para tratar no Mercosul e o trabalho está relacionado também com a atividade econômica. É diretamente ligado à atividade econômica. O trabalho faz parte dessa atividade, da economia do mundo.

Então eu queria cumprimentá-los e dizer que fico à disposição no Senado Federal para que a gente possa ampliar as relações no âmbito do Mercosul, o que vai permitir, no futuro – eu vejo assim –, que a gente transforme o Mercosul no principal centro da movimentação econômica da Unasul. Vamos juntar. Então, Unasul e Mercosul, em perspectiva, deverão ser uma coisa só, não duas instâncias ainda separadas, como se uma discutisse economia e a outra discutisse política. Vamos juntar as duas coisas porque é a política que faz a economia avançar ou não. Então, fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Com a brilhante exposição do nosso querido Senador Inácio Arruda, pela experiência que já tem como Parlamentar do nosso Parlasul, nós encerramos esta audiência pública, mais uma vez agradecendo ao Sr. Klaus Curt Müller, Diretor Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, Abimaq, pela bela palestra que fez aqui, a esta Comissão e, naturalmente, pela Internet e pelos canais alternativos da TV Senado, da Rádio Senado e da Agência Senado, a todo o Brasil.

Na mesma linha, cumprimento o Dr. João Carlos Nogueira, Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Consultora Norberto Odebrecht, pelo brilhantismo da sua exposição e dos debates, o Sr. José Carlos de Assis, economista e professor da Universidade Estadual da Paraíba, que é o mentor – esta é a grande verdade – desse projeto que trouxe para nós, aqui na Comissão, e nós nos propusemos a apresentá-lo num primeiro momento...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Nossa ideia é incluir o Nordeste...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse projeto foi o eixo de um ciclo de debates e hoje vai, inclusive, trazer novos componentes que vão aperfeiçoar a redação original.

Parabéns a todos por este momento!

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quinze minutos, do dia oito de novembro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, com a presença do Senador Casildo Maldaner e da Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente da CASEMP. Deixam de comparecer os demais membros. O Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, registra a presença dos Senhores Carlos Henrique Kaipper, Procurador-Geral do Estado do Rio Grande do Sul; Miguel Rocha Nasser Hissa, Procurador do Município de Fortaleza e Diretor da Associação Nacional dos Procuradores Municipais – ANPM; Maurício Carrilho Barreto, Procurador do Município de Natal – RN. A Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 16ª Reunião que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública** para tratar do tema "Advocacia Pública como função essencial à justiça: análise da estrutura atual e projeção para o futuro nos três níveis da Federação", em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2011-CASEMP de iniciativa desta Presidência, com a presença dos seguintes oradores: Fernando Luiz Albuquerque Faria, Advogado-Geral da União Substituto; Marcos Luiz da Silva, Presidente da Associação Nacional dos Advogados da União – ANAUNI; Vera Shirley Ferreira, Diretora da Associação Nacional dos Procuradores Federais – ANPAF; Paulo de Tarso Souza, Presidente da Associação dos Servidores da Advocacia-Geral da União – ASAGU; Luis Carlos Palácios, Presidente da União dos Advogados Públicos Federais do Brasil – UNAFE; Allan Titonelli Nunes, Presidente do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal; Juliano Dossena, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado – ANAPE; Evandro de Castro Bastos, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais – ANPM. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **PAULO PAIM,** Presidente da CASEMP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 16ª Reunião de 2011.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para tratar do tema "Advocacia pública como função essencial à Justiça: análise da estrutura atual e projeção para o futuro nos três níveis da Federação", em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2011, de iniciativa desta Presidência e de outros Senadores.

Foram convidados para este evento os seguintes palestrantes: Fernando Luiz Albuquerque Faria, Advogado-Geral da União Substituto – não sei se já está presente. Muito bem, seja bem-vindo, Dr. Fernando.

Nós vamos fazer duas mesas.

Vamos convidar, então, o Dr. Marcos Luiz da Silva, que é Presidente da Associação Nacional dos Advogados da União – não sei se está presente já; Drª Vera Shirley Ferreira, Diretora da Associação Nacional dos Procuradores Federais – não está presente; Paulo de Tarso Souza, Presidente da Associação dos Servidores da Advocacia-Geral da União.

Chamamos também Luis Carlos Palácios, Presidente da União dos Advogados Públicos Federais do Brasil – está presente.

Aqui não sei se nessa primeira mesa ou na segunda mesa aqui...

O Procurador do Estado também está nessa mesa?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não?

Pergunto se o Procurador-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, Carlos Henrique Kaipper, está em uma das mesas. *(Pausa.)* Não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estará aqui como debatedor, então.

Juliana se encontra?

Juliano. Fiz aqui a confusão com Juliana. Exatamente.

Juliano Dossena, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado.

Depois, se chegarem os outros – o Allan, o Evandro, a Vera, o Paulo de Tarso –, faremos a segunda mesa.

Vou fazer uma introdução rápida para aqueles que estão assistindo à TV Senado pelos canais alternativos, que a assessoria vai me passar depois – a assessoria olhou lá porque achou que já deveria ter passado, mas não há problema; é só para anunciar a todos quais os canais que estão passando este debate.

Para situá-los, hoje, aqui na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, vamos debater a advocacia pública como função essencial à Justiça nos três níveis da Federação.

Este ano já realizamos debate com os juízes, com os defensores públicos e, agora, com os advogados públicos. Ao certo, deveremos realizar ainda, em um segundo momento, um debate com os advogados e promotores de Justiça.

A nossa preocupação é com o fortalecimento do Judiciário, como um dos preceitos fundamentais da dignidade humana, da democracia. Fomos, pela Associação dos Advogados da União, em busca de um debate mais aberto com a sociedade, sobre a necessidade do fortalecimento da advocacia pública brasileira. De pronto, neste contato, nos comprometemos a proporcionar esta audiência pública para ouvir as sugestões e as reivindicações desse importante setor.

Segundo a União Nacional dos Advogados Federais, as demandas dos advogados públicos são muitas. Dentre elas, destaca-se a falta de independência funcional, a consolidação de uma carreira de apoio.

Estou aqui apenas ilustrando o debate. Os senhores é que vão aprofundá-lo.

Enfim, quero lembrar que hoje, às 10 horas, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vamos também debater a participação dos idosos, das mulheres, pessoas com deficiência, negros, a livre orientação sexual, liberdade religiosa, enfim, direitos humanos e o PPA. Esse tema, que vamos debater também lá na Comissão, vai ser feito com a presença do Relator dessa área, que é o Senador Walter Pinheiro.

Às 14 horas, também, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa vai debater o julgamento da Lei da Ficha Limpa no Supremo Tribunal Federal. Quero dizer que estou aqui presidindo a Subcomissão de Trabalho e Previdência; a Senadora Ana Rita e a Senadora Angela Portela é que vão presidir a reunião da Comissão de Direitos Humanos, da qual sou o Presidente, porque estarei aqui participando desse debate.

Quero dizer também que, ainda hoje, às 14 horas, por provocação positiva do Senador Simon, que eu acatei, nós vamos coordenar, eu e ele, uma reunião com os Senadores. Foram convidados os 81 Senadores para debater a Lei da Ficha Limpa, que será votada amanhã lá no Supremo Tribunal Federal. Na verdade, vamos fazer quase que um ato político aqui no Parlamento em defesa da Lei da Ficha Limpa. Todos estão convidados. Todos os Senadores e demais ilustres companheiros aqui do Parlamento que estiverem no Congresso estão convidados a estar, às 14 horas, na sala 2, Comissão de Direitos Humanos.

Quero também dizer que, ainda hoje, às 14 horas, teremos a reunião de trabalho com as operadoras de planos de saúde e a ANS para buscar um consenso na regulamentação dos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656, de 1998, que dispõe sobre a manutenção do plano de saúde para aposentados e ex-funcionários que perderam o vínculo empregatício, bem como a sustentabilidade dos planos. Outro Senador vai também, em nome da Comissão de Direitos Humanos, coordenar essa reunião, porque eu estarei coordenando com o Simon o ato em defesa da Lei da Ficha Limpa.

Como vemos, e como os senhores estão ouvindo e assistindo, são muitas e muitas reuniões. Às vezes, dizem que nem todos os políticos trabalham. Pode ser que nem todos, mas muitos trabalham. Estou me dividindo em três aqui, porque temos quatro reuniões no mesmo dia, todas coordenadas por esta Comissão, que eu presido, e também pela Comissão de Direitos Humanos. E teremos, ainda, todo o debate das medidas provisórias no plenário da Casa. Naturalmente, nesse debate é que vamos aprofundar questões importantes, eu diria, como, por exemplo, o debate da própria Medida Provisória nº 540, que tem, no meu entendimento, uma série de contrabandos ali no meio, desde dizer que o fundo de garantia pode ser usado para as obras da Copa.

E eu percebia ainda ontem, olhando um pouco, depois, à noite, depois que estive lá no debate, debate, não, em que participei do Prêmio Congresso em Foco, onde tive a alegria de receber como o Parlamentar que mais defende a saúde, que mais defende o consumidor, e também fiquei – o Chico Alencar ficou em primeiro lugar – em segundo, no Congresso, em defesa da democracia e da cidadania, e fui o quarto entre os dez mais votados.

Isso eu falo aqui não para falar do Paim; é pelas causas que nós defendemos e que repercutiram, na noite de ontem, no Congresso em Foco, onde fomos agraciados com quatro prêmios, de uma proporção nunca vista para mim. Eu nunca tinha sido tão chamado ao palco. E, quando falei lá, disse que, na verdade,

o nosso trabalho aqui é dar oportunidades, principalmente àqueles que não têm palco. Aí falei dos negros, dos índios, dos ciganos, dos aposentados, dos pensionistas, dos assalariados, enfim, da área pública e da área privada, que, normalmente, não têm espaço para expressar seu ponto de vista. E nós fizemos, das comissões e do plenário e mesmo das audiências públicas, eu diria, verdadeiras trincheiras para que a sociedade possa expressar o seu ponto de vista sobre temas tão importantes como este aqui: "Advocacia pública como função essencial à Justiça". É claro que tem tudo a ver com a questão dos Direitos Humanos.

Depois dessa rápida introdução, agradecendo aos jornalistas, agradecendo ao Congresso em Foco, agradecendo aos internautas – porque, primeiro, se não me engano, 267 jornalistas votaram, escolhendo os dez; depois, foram milhares e milhares de internautas que participaram. Mas eu queria também aqui agradecer àqueles que nem sabem ainda operar o computador, que são os mais pobres – a verdade é essa – e que não votaram. Na verdade, se votassem, iam contribuir ainda mais para que essa bela iniciativa da democracia, neste momento, feita pelo Congresso em Foco, fosse ainda mais valorizada.

Nós sabemos que, infelizmente, grande parte do nosso povo... Eu ouvia, pelas conversas: "mas como é que eu voto?" Aí, nós explicávamos como é que se votava. E muitos têm dificuldade ainda. A gente fala tanto na Internet, nos computadores, enfim, na cibernética, aí vêm – como é que chama? – o Facebook, com essa coisa toda, o Twitter, um rol de redes sociais muito bom, mas grande parte, infelizmente, do nosso povo ainda não tem acesso. Há uma parcela gigantesca que já tem computador, mas, para operar livremente, o mundo real é outro.

Ontem mesmo, eu fiz uma audiência aqui dos quilombolas, e eles nem falavam em computador, nem em Internet; eles estavam falando em água, estavam falando em luz, estavam falando no direito a estudar, a terem colégio nas comunidades quilombolas. Enfim, houve até um protesto, no momento em que eu saí, muito forte, porque eu tive que ir até o Congresso, em uma reunião da Comissão de Orçamento, com o Relator Arlindo Chinaglia e com Vital do Rêgo, que é o Presidente da Comissão. Até que avançamos lá, na perspectiva de que haverá – pelo menos, essa é a premissa – aumentos reais para os aposentados e pensionistas. E, quando eu voltei, estava um barulho bom na Comissão. Mas, no fim, junto com o Senador Cristovam e com o Senador Simon, nós conseguimos dar bom encaminhamento à reunião, mas se via que os quilombolas estão pedindo direito a ter plano de saúde. Quando digo plano de saúde, não é plano de saúde particular, mas que o SUS, efetivamente, chegue lá, às comunidades. Querem ter direito não a plano, mas ter direito à saúde. Estavam pedindo direito à água, saneamento básico, direito à moradia. E nós aqui, na verdade, estamos falando só da Internet, enquanto lá nem luz chegou à maioria das comunidades quilombolas. Essa é uma realidade.

Eles tinham uma audiência ontem com a Presidenta Dilma, se ela não pudesse, o Ministro Gilberto Carvalho ia recebê-los, e talvez, nesta semana, a Presidenta os receba.

Nós aqui falamos de tudo, mas o mundo real mesmo, lá nos campos, nas favelas, nas palafitas, é outro. É outro o mundo real que grande parte do nosso povo vive. Por isso, dediquei os prêmios todos que recebi hoje, principalmente, àqueles que mais precisam. A minha fala, quem estava lá assistiu, inclusive às pessoas com deficiência. Lembro-me de que eu tentei, naquele um minuto que era permitido, dedicar o prêmio a eles, dizendo que a gente é apenas um instrumento, uma ferramenta que está aqui sendo como um porta-voz daquilo que eles gostariam de dizer e que, normalmente, infelizmente, não têm espaço.

Vamos iniciar, então, passando a palavra aos nossos convidados e dizendo que esta audiência pública está sendo transmitida pela Internet (www.senado.gov.br/tv), canais 4 e 5 e canal digital aqui de Brasília.

De imediato, passamos a palavra, pela ordem que recebi aqui, ao Dr. Fernando Luiz Albuquerque Faria, Advogado-Geral da União Substituto, para que, durante dez minutos, e mais cinco, faça a sua exposição. Mas aqui o horário não é rígido. Ontem mesmo – desculpem-me por ter que ficar lembrando isso –, quando o tumulto pegou ali com o povo quilombola, no bom sentido – eles estavam pressionando, e têm que pressionar mesmo; se não pressionam, não levam nada –, eles diziam: "Nós queremos falar". Eu disse-lhes: 'Fiquem tranquilos, porque tenho até as seis da tarde – eram nove horas da manhã –, ficaremos aqui o dia todo, e todos vão falar, quantos quiserem". Aí, às 14 horas, terminou a reunião, e todos falaram o que quiseram. Então, se tivermos que ficar aqui também... *(Risos.)* Fiquem à vontade, vamos falar pelo tempo que for necessário. Então, são dez minutos, com mais cinco e mais cinco, se assim os senhores entenderem.

Dr. Fernando com a palavra.

O SR. FERNANDO LUIZ ALBUQUERQUE FARIA – Exmº Senador Paulo Paim, Vice-Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, eu queria, primeiramente, parabenizá-lo pelo prêmio. V. Exª é um dos Parlamentares mais atuantes dentro desta Casa, sempre dando muita atenção à questão social. A Advocacia-Geral União,

que tem participado de algumas audiências sobre a questão, vê que V. Exª está sempre presente nos temas mais importantes para esta Nação. Ontem mesmo V. Exª falou da questão relativa aos quilombos, questões relativas ao trabalho escravo, a todas essas questões sociais. Então, eu queria parabenizá-lo pela premiação e agradecer o convite para esta audiência pública.

Eu queria também aqui cumprimentar o Dr. Marcos Luiz Silva, Presidente da Associação da Anauni. É um grande prazer estar aqui junto a todas as associações da Advocacia, das carreiras que compõe a Advocacia-Geral da União. Eu queria também aqui cumprimentar o Dr. Luis Carlos Palacios, Presidente da Unafe. Também é um grande prazer estar aqui. Eu verifiquei que o Dr. Luis Carlos fez um diagnóstico, que, depois, ele vai apresentar. Eu estou vendo até que a contribuição do Dr. Carlos vai ser mais significativa do que a minha. Queria também cumprimentar o Dr. Juliano Dossena, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado. Eu acho que é importante, a Advocacia-Geral da União, que é a Advocacia pública Federal, ter um contato maior com as advocacias públicas dos Estados, Municípios. Nesses últimos tempos, temos tido reuniões com os procuradores gerais dos Estados que vão sediar a Copa do Mundo, buscando essa maior interação, e nós até gostaríamos de, futuramente, até participando da reunião dos procuradores gerais dos Estados. Queria até cumprimentar o Dr. Kaipper. Tive a oportunidade de trabalhar com ele, acho que à época ele estava como consultor no desenvolvimento agrário, e eu trabalhava na subchefia jurista da Presidência da República. É um grande prazer tê-lo aqui na nossa audiência. Eu queria também cumprimentar o Dr. Allan Titonelli Nunes. O Dr. Allan, que é o Presidente do Fórum da Nacional de Advocacia pública Federal, que congrega todas as associações. O Dr. Allan, tal como minha pessoa, veio no sacrifício, né? Estávamos em outro evento, chegamos pela madrugada para participar desta audiência pública.

Mas, já entrando no tema, em virtude do tempo curto e da importância do tema, quero já falar aqui, de antemão, não vou entrar muito na análise constitucional da conformação da Advocacia-Geral da União, das Procuradorias Gerais dos Estados e na constituição, mas apenas lembrar que a Advocacia pública está prevista na Constituição na parte que trata da organização dos Poderes e, fora do Poder Executivo, fora do Poderes Judiciário e Legislativo – não sei se é título ou capítulo, título IV –, que trata das funções essenciais; a Justiça junto com o Ministério Público, com a Defensoria Pública, com a Advocacia Privada.

Entendo que é importante dizer que, em virtude de nossas funções, da Advocacia pública em geral, nós temos uma importância essencial para a Justiça, seja a preventiva, de buscar evitar lides, através de um assessoramento, de uma consultoria jurídica que é prestada a todos os órgãos da Administração Pública e uma atuação essencial à Justiça quando já, aí, se instaurou um processo judicial na área do contencioso, buscando levar para o Poder Judiciário a realidade do Estado brasileiro, a realidade dos diversos governos, da situação e a defesa dos atos em relação aos quais a Advocacia, antes, até fez um trabalho de controle preventivo de legalidade.

Hoje em dia, a importância da Advocacia pública tem sido grande, porque verificamos que em todo o processo, seja de criação da política pública, seja para a sua consolidação, a Advocacia pública tem sido ouvida. Hoje em dia, não mais se cria uma política pública, não mais pede um ato normativo sem antes haver uma orientação sobre legalidade, uma ajuda na elaboração de atos normativos pela Advocacia pública.

Hoje também os atos administrativos com determinada repercussão, todos acabam passando pela orientação, pela análise da Advocacia-Geral da União. É de tal importância a presença dos Advogados Públicos, que até na Presidência da República, qualquer ato que é assinado pelo Presidente da República, ele passa por dois órgãos: o órgão que analisa o mérito, que é a Subchefia de Análises e Acompanhamento de Políticas Governamentais, e o órgão que vai analisar justamente a questão jurídica, que é a subchefia para assuntos jurídicos, que é um órgão, não deixa de ser um órgão, da Advocacia-Geral da União.

Mas aqui, vou entrar já em um tema que é a análise da estrutura atual e uma projeção para o futuro.

Realmente, em virtude do crescimento da Advocacia pública, hoje em dia temos um contato muito grande com os diversos Poderes, e a Advocacia não só presta essa assessoria ao Poder Executivo como representa judicialmente o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Hoje, nós temos escritórios, seja aqui na Câmara, seja no Conselho Nacional de Justiça. Hoje, nós entramos com ações representando dos diversos tribunais, defendemos parlamentares, além de todos os agentes públicos. Hoje em dia, temos uma demanda muito grande, e até, lhe digo, uma carência grande de Advogados Públicos.

Primeiro, a nossa demanda, a nossa importância tem crescido, então todos os órgãos sempre buscam ter advogados públicos junto ao gestor, no seu quadro administrativo, auxiliando, e não temos conseguido, infelizmente, alcançar toda essa demanda que se tem tido. Inclusive a Advocacia teve que tomar uma atitude que, tenho certeza, não agradou todas as associações, mas tivemos que, inclusive, colocar membros de car-

reira diversas que compõem a Advocacia-Geral da União prestando exercício provisório em órgãos que não são a lotação efetivamente própria dessas carreiras. Mas isso em virtude de uma carência enorme de Advogados Públicos.

Ultimamente, em virtude de um apoio do Poder Legislativo, foi aprovada a criação de cargos de Advogados da União – até digo, Senador, que agradecemos a esta Casa pela aprovação desse projeto de lei –, mas, em virtude de uma situação de austeridade do Governo, não foi possível realizar este ano concurso para Advogados da União, concursos para Procuradores Federais, que também não são, em números, suficientes. Ou seja, os órgãos não têm aquela lotação ideal estipulada.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FERNANDO LUIZ ALBUQUERQUE FARIA – Obrigado, Senador.

Temos, realmente, um problema em relação ao número de advogados, mas, ao mesmo tempo, em virtude na nossa proximidade, dependência que temos do Poder Executivo, e nessa situação de austeridade que nós compreendemos que o Planejamento busca de alguma forma administrar, não temos ainda advogados suficientes.

A nossa perspectiva para este ano, e já estamos iniciando tratativas para o ano que vem, é de realização de inúmeros concursos das diversas carreiras, buscando, de alguma forma, atender essa demanda que a gente tem dos órgãos de Administração Pública, que ainda não são atendidos.

Agora, temos outras dificuldades em relação à Advocacia pública. Digo isso, não que a direção da AGU não busque sanar essas dificuldades, não busque atender, de alguma forma, a encontrar uma solução para essas dificuldades, mas temos outras dificuldades na nossa instituição. Mas como qualquer instituição que é nova, recente, como a Advocacia-Geral da União, que tem apenas 19 anos, ela está no momento de amadurecimento, momento de firmar a sua estruturação na Administração Pública. Mas essas outras dificuldades que temos se referem aos servidores, técnicos administrativos, que dão apoio para a atividade-fim da Advocacia-Geral da União. Infelizmente, nós não temos ainda uma carreira criada para a Advocacia-Geral da União, de servidores para nos auxiliar. Continuamos com um quadro que, em sua maioria, é composto por pessoas requisitadas, alguns poucos concursados, em virtude do concurso que teve. Mas um quadro que infelizmente, ainda é insuficiente.

Tempos atrás, a Fundação Getúlio Vargas havia feito uma análise da nossa instituição e tinha concluído que era necessário ao menos dois servidores por advogado. Infelizmente, em alguns locais, mal temos um servidor por advogado. Infelizmente nossas unidades... Mas estamos tentando sanar isso. Já foi encaminhado um projeto de lei. Já esteve em negociação uma análise dele no Planejamento; o Planejamento aprovou a última versão desse projeto de lei. E, nesse momento, o projeto de lei foi encaminhado para a Casa Civil, e está sendo analisado pelos dois órgãos, as duas subchefias, que fazem uma análise para poder encaminhar para o Congresso Nacional esse projeto.

É importante registrar, Senador, que contamos com o apoio de V. Exª, eventualmente sendo encaminhado esse projeto de lei. Nesse projeto de lei, criamos a carreira e ainda criamos inúmeros cargos de servidores técnicos e administrativos.

Outra questão que se faz necessário estruturar melhor – aqui já estou me aproximando do término da minha intervenção – é em relação às prerrogativas dos Advogados Públicos Federais. Entendo que – não só dos Advogados Públicos Federais, mas os Advogados Públicos em geral – entendo que temos que dar um mínimo de garantias para o Advogado Público para ele poder atuar com certo grau de independência e com a certeza de que, na medida que ele der um posicionamento que seja razoável, ele não seja responsabilizado por um posicionamento que tenha uma razoabilidade jurídica.

Nós, da Advocacia, temos certo receio – acho que isso um tema que vale a pena para o debate desta audiência pública – em relação à questão da independência funcional tal como ela é prevista para o Ministério Público. Nós vimos que o Ministério Público acaba tendo alguns problemas em virtude dessa independência, porque, muitas vezes, até um membro do Ministério Público que atua num processo em funções diversas muitas vezes tem posicionamentos diversos. Entendemos que, para a Advocacia pública, que é uma atividade que você busca a defesa e o interesse público, busca auxiliar o gestor na implementação da política pública, é necessário ter uma maior uniformização de entendimentos. É por isso que a nossa estrutura é organizada de certa forma que, quando há controvérsias jurídicas, elas acabam sendo submetidas ao Advogado-Geral da União, que acaba estabelecendo uma solução para essa controvérsia jurídica.

Enfim, Senador, eu entendo que, como já falei, nossa instituição é uma instituição muito recente, tem apenas 19 anos, após a edição da Lei Complementar nº 73, de 1993, entendemos que podemos ainda aprimorá-la, ela ainda está num estágio de amadurecimento e, para aprimorar a nossa Advocacia pública Federal, a gente conta justamente com o apoio das associações. Claro que nem sempre podemos atender as demandas

das associações como elas queriam, mas, na medida do possível, nós entendemos que a associação, trazendo para a administração, para a direção da AGU, os anseios da carreira, a gente consegue, de alguma forma aprimorá-la.

Agradeço o convite feito, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (*Falha na gravação*.) ...Fernando Luiz Albuquerque Faria, Advogado-Geral da União Substituto, que fez a sua exposição.

Vamos, de imediato, passar a palavra para o Dr. Marcos Luiz da Silva, Presidente da Associação Nacional dos Advogados da União.

O SR. MARCOS LUIZ DA SILVA – Bom dia a todos.

Eu queria, inicialmente, congratular-me com o Senador Paulo Paim pela iniciativa da audiência pública, por haver aceitado, logo de início, a proposta da Associação Nacional dos Advogados da União de realizar este debate aqui no Senado, com o objetivo de discutir a situação atual da Advocacia pública Federal.

De forma que, Senador, eu queria expressar, em nome dos Advogados da União, a nossa satisfação e o nosso agradecimento pela iniciativa, aproveitando para parabenizar V. Exª pelos prêmios recebidos, acredito que merecidamente, porque V. Exª é, reconhecidamente, um dos Parlamentares mais atuantes nesta Casa em defesa das minorias, em defesa dos aposentados, em defesa dos servidores públicos, acima de tudo em defesa de um serviço público eficiente. Então, parabéns a V. Exª.

Eu queria, também, saudar o Dr. Fernando Albuquerque, aqui presente na condição de Vice-Advogado-Geral da União Substituto; o Dr. Luis Carlos Palacios, Presidente da Unafe, e o Dr. Juliano Dossena, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Estado.

Eu fiz uma pequena apresentaçãozinha para a gente ter uma ideia das condições atuais, ou da situação atual da Advocacia-Geral da União, mas o meu foco, na minha fala, vai ser, especificamente, em relação às unidades em que atuam os Advogados da União. Vou me abster de aprofundar essa questão em relação às outras carreiras, portanto, limitar-me-ei às unidades em que atuam os Advogados da União.

Bom, fazendo uma pequena introdução, a Advocacia-Geral da União está prevista no art. 131 da Constituição Federal como sendo a instituição responsável pela representação judicial e extrajudicial da União e pelo assessoramento jurídico do Poder Executivo Federal.

Cabe registrar, em relação a esse artigo, que a Advocacia-Geral da União, especificamente a carreira de advogado da União, foi criada com o objetivo de suceder o Ministério Público Federal na defesa judicial da União.

Então, antes da Constituição de 1988, essa defesa era feita pelos Procuradores da República, o que criava uma situação ambígua, na medida em que esses Procuradores também defendiam os interesses coletivos, os interesses da sociedade. Então, a Constituição Federal, o Constituinte de 1988, optou por criar uma nova instituição e uma nova carreira com o objetivo de fazer essa defesa judicial da União.

A Lei Complementar nº 73, lei que trata da estrutura da Advocacia-Geral da União, inclusive cabe registrar, se encontra dentro do Poder Executivo sendo objeto de discussão para eventuais alterações, mas que infelizmente, Dr. Fernando, até querendo fazer um registro, seria importante que essa discussão também chegasse às associações, que a gente pudesse debater a nova lei complementar, que é um pleito que eu já faço e peço que leve ao Ministro, ao Advogado-Geral da União, essa nossa solicitação.

Bom, a lei complementar definia, inicialmente, três carreiras na AGU: a carreira de Procurador da Fazenda Nacional, a carreira de Advogado da União e a carreira de Assistente Jurídico. A carreira de Assistente Jurídico era a carreira que atuava nas consultorias jurídicas, realizando o consultivo, o assessoramento jurídico, o controle prévio, preventivo de legalidade. Essa carreira foi transformada, em 2002, na carreira de Advogado da União. Portanto, o Advogado da União, hoje, realiza tanto a atividade contenciosa da União, defesa judicial da União, como também o assessoramento jurídico dos órgãos do Poder Executivo na Administração Direta.

Ainda temos as carreiras dos órgãos vinculados, no caso, Procurador Federal e Procurador do Banco Central, que integram as respectivas Procuradorias.

Em relação aos Advogados da União, a gente tem, ali, as unidades em que, atualmente, eles são lotados e exercem as suas atribuições constitucionais e legais. Consultoria-Geral da União, atuação consultiva; Consultoria Jurídica dos Ministérios; Consultoria Jurídica nos Estados; Gabinete do Advogado-Geral da União. E também, na atuação contenciosa, nos órgãos e unidades da Procuradoria-Geral da União, no caso, a própria Procuradoria-Geral da União em Brasília, as Procuradorias regionais, estaduais e seccionais da União.

Por essa pequena demonstração, já se chega à conclusão de que a atuação dos Advogados da União é ampla, porque envolve tanto a defesa judicial em todo o Estado brasileiro, em todos os Estados brasileiros,

através das Procuradorias da União e das Procuradorias Seccionais da União, como também envolve o assessoramento jurídico da União, em todas as suas unidades da Administração Direta. Então, isso engloba os mais de 30 Ministérios existentes, bem como todos os seus órgãos subordinados, e dentro da estrutura desses Ministérios, além da própria assessoria jurídica interna da AGU.

Esses problemas que eu vou elencar aqui, eu vou explicitar alguns, mas foram enviados por vários colegas do Brasil todo, de todos os Estados, e a gente traz, também, para reflexão interna da administração acerca dessa situação.

Mas, hoje, Senador Paulo Paim, a gente tem uma carreira que é praticamente engessada, os advogados da União têm pouca possibilidade de promoção na carreira, as vagas são reduzidas. Praticamente, também, é impossível que um advogado possa obter vaga de remoção para outras unidades estaduais ou mesmo em Brasília. Então, há uma dificuldade grande pela ausência de novos quadros na carreira. Isso engessa, de certa forma, a própria carreira de Advogado da União.

Aparentemente, pode ser uma questão de pouca importância, mas essa situação de promoção e remoção termina por afastar bons quadros, termina por não atrair futuros profissionais, que se veem interessados, que têm interesse em ingressar na carreira de Advogado da União. Mas é óbvio que as condições de crescimento na carreira, as dificuldades de remoção na carreira terminam também por afastar esses bacharéis em Direito, advogados interessados em ingressar na carreira.

Hoje, a gente tem uma situação difícil também, provavelmente pela questão do contingenciamento de despesas na Administração Federal, que implica dificuldade de instalação de novas Procuradorias Seccionais da União. Nesse aspecto, eu queria fazer um registro: de 2011 até 2014 serão instaladas 230 Varas Federais. A Justiça Federal, progressivamente, se interioriza. Isso significa acesso à Justiça, Senador Paim, a população do interior passa a ter acesso à Justiça Federal, passa a ter acesso a uma prestação jurisdicional mais célere, mas rápida em questões relacionadas à Previdência, à própria questão de Direito Público, mas, infelizmente, a Advocacia-Geral da União não tem acompanhado essa interiorização. Então, é fundamental que se estabeleça uma discussão sobre esse ponto, porque, em muitos Estados, se mostra impraticável que Advogados da União, lotados nas capitais, possam atender a todo o interior e a todas as Varas Federais que se encontram lá instaladas.

Recentemente estive no Ceará, e os colegas relataram-me as péssimas condições das estradas cearenses. Leva-se de um a dois dias para deslocamento para algumas unidades ou para algumas Varas Federais no interior, o que praticamente inviabiliza a boa atuação da AGU nessas unidades. Vamos ter um advogado que vai chegar para uma audiência, por exemplo, extremamente extenuado, cansado, face às péssimas condições das vias de acesso naquele Estado.

Hoje nós não temos estruturas físicas adequadas em muitas unidades – aqui, eu queria fazer o registro e louvar a iniciativa da AGU na aquisição de novas sedes, novas unidades aqui em Brasília, em Minas, em Pernambuco e em alguns Estados –, mas o fato é que precisamos avançar ainda mais; atualmente a AGU não dispõe dos recursos necessários para fazer a estruturação física adequada de suas unidades.

Em seguida, vou tentar mostrar algumas fotos para vermos o que ocorre em algumas unidades da AGU, e como nós precisamos desses recursos.

Falta de capacitação: também decorrente de contingenciamento financeiro.

Praticamente no ano de 2011 nós não tivemos ou tivemos pouco oferecimento de curso de atualização.

Um problema sério da Advocacia-Geral da União também é a evasão progressiva de advogados e servidores face à baixa remuneração e de não termos uma estrutura adequada. A própria AGU, em documento oficial, informa que na carreira de Advogado da União ocorrem 60 vacâncias por ano. Então, do ano passado para cá, nós já tivemos mais de 100 Advogados da União que deixaram a carreira. Então, é um problema seriíssimo, precisa ser discutido, tem uma relação com a baixa remuneração em comparação com outras instituições consideradas funções essenciais à Justiça, como o Ministério Público.

Defasagem tecnológica: é um problema que progressivamente vem sendo trabalhado na instituição, mas que precisamos estar atentos, até porque o processo virtual vai ser a tônica dos próximos anos, e nós precisamos estar preparados para esse enfrentamento, para essa atuação junto aos processos virtuais. Aí vem a situação dos veículos também. Em alguns Estados, os veículos não se mostram adequados para esse deslocamento, considerando as vias de acessos e as dificuldades das vias de acesso.

O último tópico está relacionado à própria deficiência no assessoramento jurídico nos Ministérios. Nós temos, hoje, uma falta, uma ausência grande de profissionais, de Advogados da União concursados nas consultorias jurídicas, inclusive temos um PL, Senador, que deve chegar ao Senado nesses próximos dias, que trata da criação desses cargos, exatamente para que a Advocacia-Geral da União possa prestar um serviço de assessoramento jurídico adequado aos

órgãos e autoridades do Poder Executivo na Administração Direta.

Em relação ao aspecto da carência de Advogados da União, eu não vou detalhar essa situação, mas, atualmente, existe um déficit de cerca de 600 Advogados da União nas unidades do contencioso.

Segundo o último estudo de lotação ideal, atualmente existe mais de 200 profissionais ocupando cargos em consultorias jurídicas, cargos comissionados, isso inclusive foi uma das razões do envio do PL de Cargos, o PL nº 7.580, de 2010, à época, encaminhado pelo Ministro Paulo Bernardo, exatamente para que se fizesse a substituição desses profissionais nas consultorias jurídicas. Atualmente já existem 65 vagas na carreira, e há a intenção de se realizar, de se deflagrar o quanto antes – o Dr. Fernando pode até me confirmar isso, o novo concurso para a carreira de Advogado da União –, e aí nós temos para suprir essa deficiência, o PL nº 7.580, que cria as 560 vagas de Advogados na União – pedimos ao Senador Paulo Paim que nos apóie na aprovação célere desse processo, porque várias políticas públicas dependem, hoje, da atuação e do assessoramento jurídico dos Advogados da União nos Ministérios.

Quanto à questão da remuneração, temos ali um quadro comparativo, eu fiz uma comparação, não com as carreiras federais, as carreiras da União, mas com as carreiras da Advocacia pública dos Estados, para mostrar que atualmente a Advocacia-Geral da União está em defasagem em relação à grande maioria das Procuradorias Estaduais. Isso tem gerado uma maior evasão na carreira, os colegas agora estão indo para os Estados – ouviu Dr. Dossena? –, isso dificulta a fixação dos advogados nas consultorias, nos próprios órgãos de contencioso e acaba prejudicando essa atuação constante do Advogado da União nessas unidades.

Esse dado eu já coloquei: 60 vacâncias por ano, segundo informação oficial da Advocacia-Geral da União, da carreira de Advogado da União. Os dados não se referem às outras carreiras, mas, especificamente à carreira de Advogado da União. Acredito que se somarmos a vacância das outras carreiras esse número deve se elevar bastante.

A questão das PSUs é um problema sério nos dias de hoje, como eu já havia colocado, porque nós vamos ter a instalação de 230 novas Varas Federais, ou seja, mais 560 Juízes Federais, e há uma dificuldade grande de deslocamento dos advogados para essas audiências face à precariedade da malha viária. Cito aqui como exemplo, Senador Paim, a PSU de Mossoró, no Rio Grande do Norte, onde a Advocacia-Geral da União já tem uma sede instalada com condições, mas faltam advogados e servidores para atuarem nessa Procuradoria Seccional, que serve cerca de cinco Municípios, cada um com uma ou duas Varas Federais. Então, a situação é emergencial e demanda, portanto, a aprovação rápida desse projeto de lei, para que a Advocacia-Geral da União possa se instalar adequadamente no interior do País.

Em relação à estrutura física, já havia mencionado, aqui eu trago uma foto da Procuradoria Regional da União em Pernambuco, o novo prédio. Aqui vem uma congratulação, parabeniza a instituição e ao Ministro Adams pela iniciativa. Mas temos também situações mais complicadas. Este prédio, por exemplo, é o prédio da Consultoria Jurídica da União no Estado do Piauí. É um casebre que não tem a mínima condição de atender a relevância da instituição, o Advogado se vê nessa situação para receber autoridades, para receber dirigentes de órgãos públicos, uma situação completamente inadequada.

Aqui nós vemos a Procuradoria da União no Ceará, prédio já bastante depreciado, com risco até de desabamento, como podemos ver ali, risco às próprias vidas dos servidores e Advogados que laboram naquela unidade. Aí têm outras fotos da Procuradoria da União no Ceará.

Eu queria Dr. Fernando, em nome dos... Eu estive lá recentemente, em Fortaleza, visitando essa unidade, a situação é realmente de completa insalubridade. Eu fiquei de trazer esse pedido ao Ministro, às autoridades da AGU. Nós sabemos que há uma iniciativa de locação de um prédio para a instalação da nova sede da AGU em Fortaleza, mas, a meu ver, a situação atual não pode perdurar sequer por mais uma semana, porque é uma situação de risco à integridade física dos advogados e servidores que laboram nessa unidade, e de total insalubridade. Eu penso que ali caberia uma solução emergencial, em face da situação grave que lá está instalada.

Quadro de apoio: também a gente vem trabalhando junto com os servidores para aprovação do Plano de Cargos e Salários. Hoje, a AGU não tem uma carreira própria de servidores.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCOS LUIZ DA SILVA – Encerrou o meu prazo, ou posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – (*Fora do microfone.*) – O senhor usou dez, mais cinco e mais cinco, mas eu vou dar mais cinco.

O SR. MARCOS LUIZ DA SILVA – Vou encerrar, então, aqui.

Os servidores estão aqui – o Paulo está ali, e vai falar depois, mas há um aspecto importante que merece ser ressalvado aqui: a necessidade de que a gente tenha um quadro próprio.

Portanto, aqui para concluir, Senador, é importante a gente discutir a necessidade de haver autonomia financeira na AGU, para implementar todas essas modificações, essas ações que são imprescindíveis para o bom funcionamento da instituição.

Essa autonomia já está prevista na PEC nº 452, que está tramitando na Comissão da Câmara e, a nosso ver, seria fundamental para efetivação dessas ações relacionadas à estrutura física, a servidores, à capacitação, até porque atualmente qualquer ação da AGU depende de uma autorização do planejamento, situação completamente esdrúxula, porque inviabiliza a atuação do órgão.

Outra solução seria a criação do fundo de honorários, que decorrem dos honorários de sucumbência da atuação dos advogados, verba que não tem previsão como receita tributária da União e poderia, portanto, ser direcionada à Advocacia-Geral da União para sua estruturação, para melhoria das condições das carreiras jurídicas. É uma postulação que se vem fazendo. Já existem alguns projetos de lei sobre isso, mas a gente gostaria de levar essa proposta ao Ministro, ao Advogado-Geral da União, ao próprio Ministério do Planejamento, para que isso pudesse ser viabilizado.

Por fim, uma outra situação ali, que eu coloquei, que é o acesso e debate à lei complementar, uma lei que vai tratar exatamente da nova estrutura da AGU, da AGU do futuro. A gente precisa discutir isso, as associações, junto com a administração, para encontrarmos as mudanças que serão fundamentais para fortalecer a instituição no futuro.

Eu queria, por fim, agradecer ao Senador Paulo Paim pela iniciativa, mais uma vez, e destacar, Senador, a necessidade de que a gente tenha prerrogativas para a carreira, que garantam a independência do advogado. Recentemente, alguns colegas de carreira foram ameaçados com decisões judiciais, ameaçados de prisão por inquérito policial, e isso decorre realmente da ausência de prerrogativas maiores que garantam a independência do advogado; que permitam que ele possa desenvolver o seu mister de forma independente e com o objetivo, é claro, de defender o interesse público. Então, essa questão das prerrogativas é fundamental, mas passa pela discussão da lei complementar.

Portanto, são essas colocações que eu queria fazer. Agradeço mais uma vez ao Senado, ao Senador Paulo Paim, aos demais colegas aqui presentes, e encerro aqui a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Marcos Luiz da Silva, presidente da Associação Nacional dos Advogados da União, que fez aqui a sua exposição.

Vamos, agora, passar a palavra para o Dr. Luís Carlos Palacios, presidente da União dos Advogados Públicos Federais do Brasil; depois, para o Dr. Juliano e, na segunda mesa, teremos a Drª Vera Shirley Ferreira, Dr. Paulo de Tarso Souza e o Dr. Allan Titonelli Nunes. E registramos a presença também do Procurador-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, Carlos Henrique Kaipper.

Então, passamos a palavra agora ao Dr. Luís Carlos Palacios.

O SR. LUÍS CARLOS PALACIOS – Muito bom-dia a todos. Inicialmente, gostaria de agradecer ao Senador Paim por abrir espaço nesta nobre Casa aos representantes das associações da advocacia pública federal, estadual e municipal, propiciando importante canal de comunicação com a sociedade para debater a Advocacia pública e o seu futuro.

Aproveito também para saudar todos os representantes de associações aqui presentes, bem como o Dr. Fernando, representando aqui a Advocacia-Geral da União e as demais autoridades presentes na pessoa do Senador, a quem parabenizo também pelo recebimento dos prêmios do Congresso em Foco na bela cerimônia realizada ontem à noite.

Dom Odilo Pedro Scherer, Arcebispo de São Paulo, em homilia realizada no último dia 12 de outubro, afirmou: "*Quando não somos mais capazes de reagir e de nos indignar diante da corrupção, é porque nosso senso ético também ficou corrompido*".

É com esse verdadeiro chamamento que pretendo levar os presentes a discutir o papel da Advocacia-Geral da União e um ponto específico, mas bastante importante, na prevenção e combate à corrupção frente ao seu quadro atual.

Nós, da Unafe, União dos Advogados Públicos Federais do Brasil, acreditamos que é hora de a sociedade e o Governo reconhecerem a relevância do papel da AGU para dar segurança e estabilidade jurídica às ações governamentais.

Por quê?

No exercício da função consultiva, a AGU notabiliza-se pela definição da clareza das regras do jogo e o respeito integral a elas, inclusive pelos órgãos de Estado, o que constitui condição fundamental ao ambiente de estabilidade jurídica e probidade administrativa.

Ao desempenhar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, a AGU, em verdade, realiza o controle prévio de legalidade dos atos da administração e, nessa função, atua como verdadeiro fiscal da lei, a bem da afirmação do Estado democrático de direito.

Por isso mesmo, a vinculação administrativa da AGU ao Poder Executivo, especialmente a dependência financeira e a possibilidade hoje demonstrada

pelo colega, o presidente da Anaune, de usurpação das nossas atribuições nas consultorias jurídicas por terceiros não concursados, certamente influi no interesse público.

Por essa razão, a Unafe ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade, que pede o fim da dupla vinculação dos Advogados Públicos Federais lotados nas consultorias jurídicas dos Ministérios e no Ministério da Fazenda, ação essa que, caso julgada procedente, certamente refletirá nos Procuradores Federais ainda lotados nas unidades de autarquias e fundações assessorados em todo o País.

Com relação a essa dupla vinculação, recentemente obtivemos parecer gratuito do Professor Celso Antônio Bandeira de Mello. Muito melhor do que qualquer palavra minha, permitam-me uma breve leitura de parte do parecer, a demonstrar o que pretendo dizer:

"Agregue-se que tal solução, uma subordinação técnica e uma subordinação administrativa é, in casu, sobreperigosa, contrária à própria índole da instituição. Com efeito, diz a cabeça do art. 131, no qual se prevê a Advocacia-Geral da União ser este organismo, a instituição que diretamente, ou através de órgão vinculado representa a União, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

Prestar consultoria e assessoramento jurídico significa dizer aquilo que o Executivo pode e o que não pode fazer ao lume do Direito. Implica, portanto, elucidar o Executivo sobre possibilidade e sobre limites que não podem ser transpostos. É da mais solar evidência que a pronúncia de tal responsabilidade, apta de direito a coatar conduta contraposta, mesmo que apenas pelo risco das consequências em seu desatendimento, não pode ser exarada de maneira livre e espontânea pelo subordinado ao seu subordinante, pelo subalterno a seu hierarca, com a liberdade, independência e a força que teria de ter para o bom e fiel cumprimento de tal missão.

O que se vem a afirmar traz consigo a inferência de que ocorrer dita subordinação ficará ipso facto fraudada a finalidade que o Texto Constitucional houve por bem assinalar à Advocacia-Geral da União, pois ser-lhe-ão retiradas as condições básicas elementares para o fiel cumprimento do encargo ali irrogado. Nada importaria o dizer-se que a subordinação não é técnica, mas tão só administrativa, porquanto o peso psicológico seria o mesmo, senão até maior. De fato, embora fundada em razões técnicas, a manifestação consultiva que aponte óbices a uma dada possível medida de um órgão do Executivo significa concretamente opor obstáculos a uma conduta administrativa. É, pois, afinal, um transtorno, ou poderá sê-lo, para uma pretendida ação suscetível de ser empreendida pelo seu hierarca. Contrariar o superior e propor-lhe peias, objurgatórias e contraditas nunca é tarefa fácil e muito menos agradável. Do ponto de vista racional, lógico e de um bom critério administrativo, consiste em verdadeiro absurdo adotar solução deste jaez. Mais absurdo ainda é fazê-lo sem apoio explícito da Constituição, mas, inversamente, elaborando, à margem dela, uma subordinação que ali não está prevista.

Nessa linha, proponho ao debate também a questão da usurpação das nossas atribuições, ante o comando do art.131 da Constituição Federal. Ali está esculpido que as atividades são privativas dos Advogados Públicos Federais concursados.

E hoje não é a realidade, demonstrada pelo próprio parecer da Corregedoria da Advocacia-Geral da União, que apontava que 35% dos cargos das consultorias jurídicas são ocupados, hoje, por comissionados, ou seja, não concursados.

Por essa mesma razão, a Unafe se viu obrigada a ajuizar proposta de súmula vinculante, buscando reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de que as funções da Advocacia pública Federal, Estadual e Municipal somente podem ser exercidas por membros aprovados em concurso público, medida essa essencial para resguardar o nicho de competência da carreira na atividade consultiva do Poder Executivo e que conta com o apoio das entidades coirmãs Anape e ANPM aqui presentes. Tal medida – vale aqui a lembrança – também foi cobrada pelo Ministério Público Federal, recentemente, em ação civil pública movida contra a União.

As medidas adotadas pela Unafe junto ao Supremo Tribunal Federal, mais do que preservar simplesmente os interesses dos seus associados, configura uma exigência constitucional, na medida em que a advocacia pública é função estatal autônoma e independente, assim tratada pela Constituição, no Capítulo IV, do Título da Organização dos Poderes, ao lado dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e também do Ministério Público e Defensoria Pública. Não possui, portanto, nenhum vínculo de subordinação ou hierarquia com o Executivo ou qualquer outro órgão estatal.

E aqui deixo à reflexão. Caso implementadas, de fato, em nosso dia a dia, essas medidas aqui expostas não iriam fortalecer o trabalho do advogado público federal na prevenção da corrupção e, portanto, atender melhor ao real interesse de toda sociedade? E para confirmar a importância do trabalho do Advogado Público Federal na defesa do patrimônio público, cito aqui um exemplo prático: no combate repressivo da corrupção, a AGU instituiu, em 2009, um órgão especificamente

voltado para a defesa da probidade administrativa: a Coordenação-Geral de Defesa da Probidade Administrativa. São apenas 122 Advogados Públicos Federais, em todo País, especialmente voltados para atuarem em ações populares, ações civis públicas, ações de improbidade e execuções de crédito do TCU. O resultado disso: no ano de 2010, R$491 milhões foram recuperados aos cofres federais. Tal valor recuperado no combate à corrupção, minhas senhoras e meus senhores, apesar de parecer um valor extremamente alto, representa, infelizmente, apenas 7% dos valores desviados.

Esses números demonstram que, para uma atuação minimamente compatível com a força do crime organizado que assalta os cofres públicos, isto é, os criminosos hoje presentes dentro do aparato estatal, a AGU deve ser dotada de prerrogativas e estrutura física e material compatíveis com a complexidade de suas atribuições.

Apenas como exemplo da falta de estrutura da AGU, o diagnóstico da advocacia pública, a ser lançado ainda este mês pelo Ministério da Justiça, cujos primeiros números já foram revelados pelo eminente Secretário de Reforma do Judiciário durante o encontro anual de nossa entidade, apontam a necessidade de incremento na carreira de apoio administrativo da AGU no montante de nada mais nada menos 370%.

Isso mesmo, meus caros!

Hoje, na AGU, existe uma carência de 370% no número de servidores que auxiliariam os membros da AGU, por exemplo, na busca de bens penhoráveis dos ímprobos, nas perícias para apuração do destino do dinheiro desviado, dentre outras inúmeras atividades de apoio imprescindíveis ao exercício da caça aos corruptos e aos bens malversados.

Na mesma linha, recente diagnóstico do meio ambiente de trabalho AGU, realizado pela Unafe, do qual passei uma cópia para o Dr. Fernando e para o Senador, com a participação de associados e não associados aponta, por exemplo, para que mais de 86% dos Advogados Públicos Federais que participaram da pesquisa contam com apenas um estagiário ou um servidor administrativo para execução de tarefas de apoio administrativo.

Além disso, na área de contabilidade, essencial para a correta defesa do Erário federal, o diagnóstico aponta para uma deficiência de 75% desses servidores.

No aspecto físico, vital para o bom desempenho das funções de qualquer trabalhador brasileiro, 73% das respostas coletadas estimam o espaço médio nas unidades de serviço como inferior ou igual a oito metros quadrados por indivíduo, além do fato de a AGU não dispor, em regra, de prédios próprios para suas instalações.

A AGU, no exercício da função constitucional acima detalhada, tem desempenhado, sim, importante papel. Todavia, acreditamos que é hora de a própria AGU olhar para si e buscar, junto a Parlamentares de expressão, como o Senador aqui presente, o apoio para aprimoramentos institucionais para o cumprimento de seu mister constitucional, com a excelência que a sociedade em geral reclama, para bem atender ao interesse público primário e secundário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os meus cumprimentos ao Dr. Luís Carlos Palacios, que é Presidente da União dos Advogados Públicos Federais do Brasil (Unafe), e fez aqui a sua exposição.

Eu somente vou complementar que na segunda Mesa teremos como painelista o Dr. Evandro de Castro Bastos, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais. E também estão conosco aqui o Dr. Maurício Carrilho Barreto, Procurador do Município de Natal, Rio Grande do Norte; e o Dr. Miguel Rocha Nasser Hissa, Procurador do Município de Fortaleza.

Se houver outros também aqui conosco, é só passar o nome que registramos a presença.

Agora passamos a palavra, como último palestrante dessa Mesa, para o Dr. Juliano Dossena, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado.

O SR. JULIANO DOSSENA – Bom dia a todos.

Eu queria, inicialmente, saudar e parabenizar o Presidente da Mesa, Senador Paulo Paim, inclusive uma saudação especial a ele pelos prêmios recebidos no Congresso em Foco, e digo que o meu pai está muito satisfeito com a defesa que o senhor faz dos aposentados. O meu pai é aposentado da Previdência Social. Reconheço que o senhor é realmente uma pessoa que defende os que mais necessitam e faz um excelente trabalho como Parlamentar no Congresso Nacional. Muito obrigado, Senador, pelo trabalho que o senhor desenvolve em benefício da coletividade.

Saúdo os nossos colegas componentes de Mesa: Dr. Fernando Luiz Albuquerque Faria, Advogado-Geral da União Substituto; Dr. Marcos Luiz da Silva, Presidente da Associação Nacional dos Advogados da União (Anauni); Dr. Luis Carlos Palacios, Presidente da União dos Advogados Públicos Federais do Brasil, (Unafe); nosso Presidente do Fórum Nacional da advocacia pública Federal, que se encontra aqui, Dr. Allan Titonelli Nunes; Dr. Evandro de Castro Bastos, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM), também aqui presente; nosso Vice-Presidente da Anape-Região Norte, Dr. Cristovam, aqui presente; nosso Procurador-Geral do Estado do Rio Grande do

Sul, Dr. Kaipper, que nos brinda com a sua presença. Muito obrigado, Dr. Kaipper, por estar prestigiando uma audiência pública em defesa da advocacia pública.

Saúdo todas as autoridades presentes: Senadores e Senadoras; Procuradores do Estado; Procuradores Federais; Advogados da União presentes; minhas senhoras e meus senhores, um pequeno histórico da Anape – Associação Nacional dos Procuradores de Estado.

A Anape foi fundada em 14 de janeiro de 1983, e conta hoje com 27 associações estaduais filiadas, e com cerca de 3.500 procuradores filiados à Anape.

Feito esse pequeno histórico da Anape, eu queria, de imediato, dizer que temos duas bandeiras primordiais, que são a autonomia da advocacia pública, que se encontra tramitando no Congresso Nacional, através da PEC nº 452, e também pelas viagens que tenho feito pelo Brasil visitando as procuradorias estaduais, vejo também a necessidade, além da questão da autonomia, de termos um quadro de apoio aos Procuradores de Estado, para que eles possam desenvolver seu trabalho com a tranquilidade e com a exigência que as demandas públicas, na atualidade, exigem.

Vejo que é problema na União, Dr. Fernando, a questão do quadro de apoio. É um problema um pouco recorrente, inclusive da União, dos Estados e, imagino que também dos Municípios. Depois o Dr. Evandro vai colocar a situação dos Municípios.

Entendo que hoje estamos com uma crise no aparelho estatal, justamente, Senador, no âmbito das prestações sociais, com o crescimento das atribuições e competências do Estado como um todo. Temos, hoje, várias demandas, várias questões de judicialização na saúde pública principalmente, onde enfrentamos um excesso de judicialização, de demandas em função de todo o contexto social criado pela legislação que se sucedeu no decorrer dos anos. O Estado tem de estar presente para atender às demandas da sociedade. Entendo que tem de estar presente e não temos de esperar judicializar para atender às demandas da sociedade.

Nesse contexto todo, reside um dos maiores desafios para a advocacia pública, pois acho que, na moderna linha de atuação estatal, não há mais espaço para aquela concepção clássica de atuação do Advogado Público, aquela concepção onde o Advogado Público fica concentrado no controle da legalidade e no rigorismo formal da representação do Estado.

Isso posto, acho que emerge uma nova postura de forma de atuação da advocacia pública que, além de patrocinar causas, passa a atuar com fundamental importância na elaboração de políticas públicas e na construção e participação das decisões administrativas, sempre orientando como fazer dentro da legalidade. É a atuação que eu chamo pró-ativa do Advogado Público e que demanda uma maior interação da instituição advocacia pública com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Portanto, entendo que nós, Advogados Públicos, temos de colaborar no sentido de alavancar a construção das políticas públicas estruturantes, comprometendo-se com a eficácia e principalmente garantindo segurança jurídica aos gestores e também, por consequência, à população.

Temos um problema grave hoje na Administração Pública, pois muitas políticas públicas não são implementadas, porque o gestor não tem garantia jurídica. E o Advogado Público tem de participar ativamente, garantindo ao gestor a segurança jurídica para que a política pública, aquela que vem em benefício da população, seja efetivamente implementada. Esse é o nosso entendimento.

É importante também observar que, a partir desse novo modelo de atuação da advocacia pública e da nova realidade social, em que o Advogado Público é chamado a participar de forma mais efetiva, entendemos que também há a necessidade premente de se implantar de forma efetiva a paridade de armas de prerrogativas, com as demais funções essenciais de Justiça.

Hoje, já foi falado aqui, a advocacia pública está na mesma situação constitucional, na mesma equivalência constitucional da Defensoria e do Ministério Público, como função essencial de Justiça. E nada justifica que a advocacia pública não tenha a mesma paridade de armas que o Ministério Público. Então, esta é uma luta da Anape, esta é uma luta histórica da Anape. Nós queremos que a advocacia pública participe efetivamente das políticas públicas, dando segurança jurídica aos gestores, mas também tenha as mesmas prerrogativas constitucionais, as mesmas prerrogativas que estão no art. 132, por ser função essencial de Justiça do Ministério Público, e por que não dizer da Defensoria que se encontra elencada no mesmo nível.

Entendemos que essas prerrogativas não vêm em benefício do Advogado Público, mas, sim, de toda a sociedade, porque são necessárias para blindar o Advogado Público de qualquer influência negativa externa, Senador, que possa influenciar sua forma de atuação em benefício da sociedade a quem devemos prestar contas.

A atuação do Advogado Público não pode sofrer nenhuma influência negativa externa sob pena de prejudicar até a implementação de uma política pública viável e que venha ao encontro da sociedade, em benefício para a coletividade como um todo.

Então, a Anape defende essa questão da autonomia, como previsto na PEC nº 452. Há poucos dias, estivemos conversando com o Vice-Presidente da República, S. Exª, o Dr. Michel Temer, que inclusive é associado da Anape, é Procurador do Estado de São

Paulo, e pedimos pela pauta imediata da PEC nº 452, pois entendemos que, a partir daí, a advocacia pública poderá deslanchar no sentido de trabalhar efetivamente em busca de suas funções, de seus primórdios, que nós entendemos que, na moderna forma de atuação, vem ao encontro da participação efetiva na viabilização de todas as políticas públicas da coletividade.

Agradeço-lhe, Senador, agradeço ao Senado e à Comissão por ter nos brindado com este tempo para que a Anape pudesse expor, de forma objetiva, em função do tempo, o seu posicionamento em relação à estrutura da advocacia pública nos três níveis da Federação.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Juliano Dossena, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado.

Para situar àqueles que estão assistindo à TV Senado, estamos debatendo aqui a advocacia pública como função essencial à Justiça. Foi nessa linha que falaram nossos quatro convidados. Eu pediria aos quatro convidados que retornassem ao plenário e que os recebêssemos com uma grande salva de palmas pela exposição brilhante que aqui fizeram*. (Palmas.)* Com certeza, o povo brasileiro, principalmente os mais pobres, estão caminhando juntamente com vocês e contam muito com vocês.

Vamos, agora, à nossa segunda Mesa. Com certeza, depois, teremos um diálogo entre os nossos convidados.

Para a segunda Mesa, convidamos a Drª Vera Shirley Ferreira, Diretora da Associação Nacional dos Procuradores Federais. Seja bem-vinda. Convidamos o Dr. Paulo de Tarso Souza, Presidente da Associação dos Servidores da Advocacia-Geral da União; o Dr. Allan Titonelli Nunes, Presidente do Fórum Nacional da advocacia pública Federal; o Dr. Evandro de Castro Bastos, Presidente da Associação dos Procuradores Municipais.

Só para dizer a todos, pois, de vez em quando, estou com isto em mão, as pessoas que estão assistindo à nossa TV Senado estão ligando gostando do debate. A grande verdade, por isso a importância das audiências públicas, é que uma parte, pelo menos, não vou dizer grande parte, para não dizerem que eu exagerei, às vezes não sabe qual é o papel efetivo da advocacia pública e a importância de valorizarmos esses profissionais que estão aí para atender o nosso povo, a nossa gente, enfim, garantir, como foi dito aqui, as políticas públicas para todo o povo brasileiro, acompanhando, enfim, a questão dos gestores, como foi muito bem colocado aqui.

Então, de imediato, seguindo a sequência montada pela assessoria da Comissão, vamos abrir esta Mesa – as mulheres estão cada vez mais fortes agora: e a Presidenta da República, é a Vice-Presidente do Senado –. Esta é uma homenagem que estou fazendo às mulheres, Drª Vera. V. Sª sabe que eu, mais do que ninguém, que luto contra qualquer tipo de preconceito, eu sei o quanto as mulheres são discriminadas ainda no conjunto da sociedade brasileira. E não se trata só do machismo, mas também peço fato de não entenderem que as mulheres – vou ficar por aqui, mais do que isso não avanço – são tão competentes quanto os homens; alguns diriam que são mais, mas eu fico na igualdade. Estou certo ou estou errado?

A SRª VERA SHIRLEY FERREIRA – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De imediato, passamos a palavra à Drª Vera Shirley Ferreira, Diretora da Associação Nacional dos Procuradores Federais.

A SRª VERA SHIRLEY FERREIRA – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Estou aqui representando o nosso presidente, o Dr. Rogério Filomeno, que hoje está conduzindo os trabalhos da Anpaf num encontro nacional no Rio Grande do Norte. Lá, creio, estão sendo debatidos temas de fundamental importância e de relevância para o interesse de todos os Procuradores, de todos os Advogados Públicos, dada a composição e os temas escolhidos para este ano.

Retornando ao início, à introdução feita, eu diria que as mulheres sempre tiveram relevância máxima. Quando não aparecíamos no topo, éramos, e somos, responsáveis pela base, pelo alicerce de toda a sociedade. Como mães, como professoras, como mulheres, como amigas, estamos sempre presente na formação do ser humano, o homem ou a mulher.

Mas vamos deixar as vaidades de lado...

Eu não preparei um debate nem selecionei pontos-chaves a serem abordados. Primeiro, porque vejo a advocacia pública como uma função essencial à Justiça e, sendo ela uma função essencial à Justiça, não há mais dúvida quanto à sua atuação em defesa da União. Não há mais dúvida, nem para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, quanto à nossa importância, até porque não se pode esquecer nunca a tríade da Justiça: autor, réu e Estado. Partindo daí, estamos sempre do lado da União, em sua defesa. Não podemos deixar de ressaltar essa essência da nossa atuação, seja como Advogados da União, seja como Procuradores Federais.

Aqui, eu realmente gostaria de pontuar a necessidade de eliminar essa dicotomia que existe dentro da AGU, de órgãos vinculados em nível da Justiça Federal, em nível da defesa da União. Nós somos a União, seja para defender os órgãos executivos, seja para defender as autarquias, as agências reguladoras, as fundações. Então, não há como desmembrar essa atuação. Esse desmembramento, a meu ver, cria dificuldades, cria

barreiras que não deveriam existir. Pela composição da Mesa, pela participação no Plenário, vemos essa dicotomia caracterizada nas próprias associações.

Sou Procuradora Federal egressa do Incra. Continuo junto à PGF, PRF1, defendendo a parte agrária, e lá tenho comigo colegas do INSS, colegas do Ibama, colegas do Dnit, colegas de todas as instituições. Então, não há como, dentro do mesmo órgão, nós ficarmos vinculados e acharmos que cada um está defendendo um tipo de interesse, quando temos é de defender o interesse da União como um todo, independentemente de serem órgãos, ministérios ou serem as políticas defendidas pelas nossas autarquias.

Então, de pronto, deixo à Mesa, nesta reunião de hoje, nesta audiência pública, que, dada a sua essencialidade à Justiça Federal, a advocacia pública não pode sustentar essa dicotomia. Não há de haver ou de prosperarem órgãos vinculados, PGF, advogados, procuradores da Fazenda Nacional. Nós temos, primeiro, de nos despir da vaidade e de todo um ranço que se traz para defender: "Eu sou Procurador Federal, eu sou Procurador da Receita Federal". Trata-se, sim, de dizer: "Eu sou Advogado Público e, como tal, tenho uma instituição associativa para me representar e não várias". Assim sobraria até mais tempo para que nós pudéssemos fazer aperfeiçoamentos, porque esta Casa a cada dia cria leis, e leis complicadas de serem aplicadas. E nós temos de nos debruçar sobre elas, estudá-las para defender sua implantação e defender o interesse público e do cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A senhora tem razão. E permita-me dizer que aqui na Casa há alguns clichês: se o Senador Suplicy falar e não falar sobre renda mínima, não é o Senador Suplicy; se o Senador Paim não falar do fator previdenciário, não é o Senador Paim. Aliás, uma lei complicada é essa do tal de fator previdenciário, porque ninguém entende essa matemática que eles fizeram, que fera – olha o termo que estou usando –, que arrebenta com a vida dos mais pobres, que são os celetistas, que perdem a metade de seus vencimentos. As leis, de fato, são complicadas, e ninguém entendeu essa.

A SRª VERA SHIRLEY FERREIRA – E tudo aquilo que for complicado e não tiver solução já está morto, revoga-se e cria-se algo aplicável que venha beneficiar seus interesses. Então, a solução poderia ser curta sem ser autoritária, mas visando os benefícios que serão dados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns!

A SRª VERA SHIRLEY FERREIRA – Não vou me alongar muito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só quis destacar o trabalho da senhora...

A SRª VERA SHIRLEY FERREIRA – Antes que a campainha soe...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se tocar, prometo que lhe dou cinco e mais cinco.

A SRª VERA SHIRLEY FERREIRA – Obrigada.

Então, a princípio, numa prospectiva da advocacia pública, já que temos tantos andamentos dentro do Congresso, é que, na revisão dessa nova lei, fossem extintas essas vinculações e criada, apesar de 19 anos, uma advocacia pública autêntica, baseada nas nossas necessidades, nas necessidades de defesa da União, que quer procuradores e advogados comprometidos realmente com a defesa da União, em levar soluções, em levar garantias ao cidadão. Parece que a gente cria duas situações: eu defendo a União para poder tirar o direito do cidadão. Não é isso. O que se pretende, o que é necessário é uma advocacia consciente, capaz de defender os interesses legais da União sem ferir os interesses do cidadão,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

A SRª VERA SHIRLEY FERREIRA – ...porque a lei é para defender o defensável, o necessário, e não situações indicadas ou engessadas por vírgula ou por coisa semelhante.

Então, fica aqui a minha sugestão da unificação da carreira da advocacia pública. Que os colegas procuradores de Estado e de Município também sejam agraciados dentro da hierarquia necessária – federal, estadual e municipal –, porque aí as divergências irão aparecer cada vez mais, dependendo de ser o Estado mais rico ou menos rico, do maior ou menor volume de trabalho. Hoje há Municípios que não têm condições de sobreviver, mas existem – existem Municípios com mil e poucas pessoas. Então, talvez tivéssemos que rever tudo isso para fazer uma coisa que realmente... Não importa sonhar, não é? Quem cria lei tem de prever o futuro. Então, eu deixo esta pequena colaboração, mas muito autêntica, muito própria, para que o senhor, junto às outras comissões, defenda o interesse da União, defenda o interesse nosso, dos procuradores e advogados públicos – não importa o nome –, mas que tenhamos uma carreira própria, independente e que, depois de um concurso penoso, um colega fosse alçado ao cargo de Advogado Público, ele tivesse não só o peso da responsabilidade, mas tivesse o sabor e a alegria de um salário condigno e com condições de apoio também em nível de seu trabalho, em nível de seu desempenho diante do interesse público.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem... Esta foi a Drª Vera Shirley Ferreira, Diretora da Associação Nacional dos Procuradores Federais, que fez aqui suas considerações.

Nós vamos, de imediato, ao Dr. Paulo de Tarso Souza, Presidente da Associação dos Servidores da Advocacia-Geral da União.

Por favor, Dr. Paulo... Dez com mais cinco mais cinco e tantos cinco quantos forem necessários, para não dizer que eu estou aqui em uma posição paternalista e tendenciosa para o lado das mulheres.

O SR. PAULO DE TARSO SOUZA – Muito bom dia a todos, especialmente ao Senador Paulo Paim. Obrigado, pela oportunidade de poder apresentar aqui as considerações dos servidores da Advocacia-Geral da União e poder debater a advocacia pública. Bom dia à Drª Vera Shirley, ao Dr. Evandro, ao Dr. Alan, componente desta segunda Mesa, ao Dr. Fernando Luiz, grande amigo lá da AGU, Dr. Juliano Docena, Dr. Luís Carlos Palacios, nosso companheiro de luta, o Marcos Luiz também um grande companheiro de luta e que fez aqui uma explanação muito boa da situação, ambos fizeram, da AGU e dos seus membros, colocando também a situação do servidor da AGU.

Nossa apresentação é exatamente das nossas necessidades, especificamente de nossas necessidades, e das falhas existentes no quadro de servidores da AGU.

A AGU, sabemos, é um ente importante dentro do Estado brasileiro. A AGU é responsável – como todos já frisaram aqui – pela defesa do Estado brasileiro e atua de forma muito importante. Nós podemos exemplificar isso na defesa que ela faz do PAC, na defesa que ela faz nas obras das Olimpíadas de 2016 e também na defesa que faz nas obras da Copa do Mundo e em tantas outras áreas.

Um exemplo da importância dessa atuação dos servidores da AGU no Estado está em números que a AGU consegue... Porque a AGU não é um órgão que gasta dinheiro, é quase um órgão arrecadador. Nós propiciamos, na defesa do Estado brasileiro, uma economia para o Estado e, consequentemente, para a população. E aí nós temos alguns números. Os números no *site* da AGU mostram que, em 2010, foram arrecadados e economizados para os cofres públicos R$2 trilhões.

Um breve histórico da estrutura administrativa:

A AGU foi criada em 1993, com a Lei Complementar nº 73. As suas funções institucionais seriam a representação judicial e extrajudicial da União. Mas ela foi criada, em 1993, com 16 servidores, todos requisitados dos diversos órgãos da Administração Pública, inclusive estaduais e municipais.

Em 2002, com a Lei nº 10.480, foi criado um quadro de pessoal da AGU. Esse quadro foi criado com servidores que estavam atuando na instituição naquela data. Então, foi integrado com 1.580 servidores.

Somente em 2006 houve o primeiro concurso. Foram criadas 500 vagas de nível superior para os cargos de administradores, contadores, estatísticos engenheiros.

Em 2010, foi realizado um novo concurso para 120 vagas, sendo 60 de nível superior: administradores e contadores, e 60 de nível intermediário. Mas esse quadro apresenta deficiências muito grandes.

A AGU ainda trabalha com uma grande quantidade de servidores requisitados. Existe uma enorme evasão de servidores. Vocês verão os números e também o porquê durante esta apresentação.

A AGU gasta muito com empregados públicos requisitados, com ônus, empregados de empresas públicas, principalmente da Caixa Econômica. O quadro, hoje, tem apresentado uma baixa remuneração em comparação com carreiras de atribuição semelhantes. A fragmentação do quadro também é muito grande.

O quantitativo de pessoal da AGU está aí: membros da carreira jurídica: 5.781; servidores da AGU, aqueles que são do quadro e os recém concursados: 1.801; servidores requisitados: 2.458.

O TCU, percebendo essa situação, em 2008, lançou um Acórdão nº 1.571, que diz:

A AGU deverá empenhar-se na adoção de medidas tendentes a suprir o seu quadro pessoal efetivo, de modo que o instituto da requisição passa a ser utilizado tão somente pelo tempo necessário ao entendimento do interesse específico e pontual que motivou a requisição, deixando de servir como forma de preenchimento permanente dos quadros funcionais do órgão requisitante, cujos cargos devem ser providos por meio de concurso público.

Até o momento a AGU não atendeu esse acórdão.

Então, para que nós possamos perceber como a estrutura da AGU, Senador, está funcionando com sérias deficiências, farei uma comparação com o MPU.

No MPU, nós temos 907 membros e 5.767 servidores. São quase três ou quatro servidores para cada membro; enquanto na AGU nós temos 7.785 membros, advogados e procuradores, e somente 1.801 servidores do quadro. Dá 0,8, aproximadamente, de servidores por membro. Acho que esse dado já foi passado em uma das apresentações.

A evasão dos concursos.

O concurso de 2006, do qual sou oriundo, já teve uma evasão de 35% de seus concursados. O de 2010, o pessoal tomou posse em 25 de outubro, já tem uma desistência de 25%, aproximadamente.

Este quadro mostra a remuneração na AGU.

Em 2003 – uma relação do salário entre os advogados e os servidores –, o salário do servidor representava, aproximadamente, 45% dos salários de um advogado; em 2011, o salário do servidor representa, apenas, 27,65% do salário de um advogado – isso salário inicial.

Esta é uma comparação da remuneração dos servidores da AGU com outros órgãos. Aqui colocamos o MPU, que é um órgão quase coirmão, mais o Banco Central e CGU. Em relação ao inicial de nível superior, na AGU é R$4.139,00; no MPU, R$6.500,00. Se for de uma agência, R$10.400,00; Banco Central e CGU, R$12.900,00. Na carreira intermediária, o inicial R$3.000,00, enquanto que, no MPU, chega a quase quatro mil: R$3.993,00. Comparando-se com outros: BC e CGU, R$4.917,00; nas agências, R$5.299,00.

O que acontece? O servidor da AGU não tem hoje um plano de carreira, não tem uma carreira própria. Nós somos formados com servidores oriundos de diversos quadros e por esses servidores recém-concursados.

Existe, esse é o nosso grande pleito – e hoje nós temos o apoio das demais associações dos integrantes da AGU – é por um plano de carreira. Essa briga por esse plano, ali nós estávamos colocando que é desde 2002, mas ela é anterior. Em 2002, foi quando o pessoal começou a relatar, para que possa ser percebido, em 2002 a AGU instituiu um grupo de trabalho, que encaminhou uma proposta de plano de carreira que, posteriormente, foi arquivado pelo Ministério do Planejamento.

Em 2005, a Mesa Setorial de Negociação Permanente da AGU, contando com a bancada do Governo e outros servidores, também elaborou um plano, que foi arquivado pelo MPOG.

Em 2006, uma exposição de motivos do Ministro Alvaro Augusto Costa ao Presidente da República também foi ignorada pelo Ministério do Planejamento.

Em 2008, houve o enquadramento do quadro de pessoal da AGU no PGPE, descumprindo uma negociação em curso e fragmentando ainda mais o quadro de pessoal em diversas estruturas, com diferença de remuneração. Como eu havia falado, esse quadro de pessoal é bastante fragmentado.

Existe a carreira da seguridade social, a carreira da Previdência Social e da Saúde do Trabalho; existe o pessoal do PCC, Plano de Classificação de Cargos; o pessoal do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, PGPE, e servidores das Ifes. Agora, recentemente, uma estrutura remuneratória especial para os cargos de engenheiro, arquiteto, economista, estatístico e geólogo.

Em 2009, por meio do Aviso Ministerial 168, o então Ministro Toffoli encaminhou ao Ministério do Planejamento um anteprojeto do que seria um plano de carreira. Esse anteprojeto representava um impacto na carreira dos servidores no Orçamento da União, no orçamento de pessoal e encargos sociais da União, de 0,12%, mas também foi arquivado pelo MPOG.

Em 2010, o Ministério do Planejamento esteve na AGU, na figura do Dr. Duvanir Paiva, apresentou à Asagu e às demais associações o esboço de um anteprojeto do plano de carreira da AGU, afirmando que logo após as eleições – essa apresentação foi em julho de 2010 –, em novembro ou em dezembro de 2010 seria encaminhado. Mas já passaram as eleições, correu o ano de 2010, acabando o ano de 2011 e nós ainda não temos esse anteprojeto encaminhado.

Nós acreditamos que a solução definitiva para a estrutura administrativa da AGU seria o encaminhamento desse plano de carreira dos servidores e continuamos negociando com o Ministério do Planejamento.

Então, nós mostramos aqui exatamente as deficiências desse quadro. Acho que já foi relatado aqui. Temos deficiências muito sérias na estrutura da AGU. Nós vemos unidades sendo criadas, mas, o que é pior, unidades sendo fechadas por falta de servidores. Eu tenho conhecimento – porque acompanhei, trabalho na área de contratos – de uma unidade nossa fechada no Estado do Pará, porque o único servidor que atuava junto ao advogado público que lá estava foi chamado de volta ao seu órgão de origem, no caso, o Ministério do Exército. Sem esse servidor, essa unidade não pôde continuar a funcionar. Esse é um exemplo, nós temos diversos exemplos.

Então, realmente, a estruturação desse quadro é essencial para que se diminua a evasão e principalmente, para que possamos fazer novos concursos.

Há uma previsão. No caso, se tivéssemos uma carreira, a AGU precisaria de, no mínimo, dois mil cargos de nível médio e mil cargos de nível superior. Isso para que possamos atender aos anseios da Advocacia-Geral da União em todos os Estados.

Então, assim, finalizando minha apresentação, agradeço novamente ao Sr. Paulo Paim pela oportunidade, agradeço a todos aqui presentes pela oportunidade que a Associação tem de apresentar suas demandas, agradeço aos servidores aqui presentes.

Muito obrigado.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Dr. Paulo de Tarso Souza, Presidente da Associação dos Servidores da Advocacia-Geral, que demonstrou sua preocupação sobre a falta de um projeto que garanta efetivamente o plano de carreira, entre outros temas que abordou.

Vamos, de imediato, passar a palavra para o Dr. Allan Titonelli Nunes, que é Presidente do Fórum Nacional da advocacia pública Federal.

Por favor, Dr. Allan.

O SR. ALLAN TITONELLI NUNES – Primeiramente, queria dar um bom-dia a todos aqui presentes para debater nesta audiência pública sobre a advocacia pública como função essencial à Justiça.

Gostaria, inicialmente, de parabenizar o Senador Paulo Paim por estar propondo esta audiência pública, a pedido da Anauni, e por ter a sensibilidade de que os debates aqui são importantes e salutares para o Esta-

do democrático de direito e para o Governo brasileiro. Tenho a certeza de que esses debates contribuirão para o aperfeiçoamento da advocacia pública como um todo, contribuindo, assim, evidentemente, para a construção do nosso País, e que a gente almeje este crescimento.

Queria cumprimentar também o meu amigo Evandro Barros, Presidente da ANPM; a Drª Vera, Diretora da Anpaf; o Dr. Paulo de Tarso, Presidente da Associação dos Servidores da AGU; Dr. Luis Carlos Palacios, Presidente da Unafe; Dr. Juliano Dossena, Presidente da Anape; Dr. Marcos Luiz, Presidente da Anauni e o nosso Vice-Ministro Fernando, com quem estive ontem no XII Conpaf, em Natal, debatendo também sobre a advocacia pública.

Bem, quanto ao tema, eu queria fazer uma observação, algumas considerações iniciais quanto à tipificação da advocacia pública na Constituição, demonstrando, assim, a sua importância para o País e qual foi a dimensão que o constituinte quis efetivar a advocacia pública.

A Constituição de 1988, entre uma de suas preocupações e premissas, teve a necessidade de garantir um equilíbrio entre os Poderes, para, assim, atingir, buscar uma harmonia e independência deles, de maneira que o exercício desses Poderes não afete o exercício das políticas públicas do Estado brasileiro.

Na construção dessa harmonia, o Título IV foi responsável pela Organização dos Poderes da República Federativa do Brasil. E a gente tem o Capítulo I falando Do Poder Legislativo, Capítulo II falando Do Poder Executivo, o Capítulo III falando Do Poder Judiciário e o Capítulo IV tratando Das Funções Essenciais da Justiça, e aí a gente tem tratando na Seção II da advocacia pública.

O Capítulo IV trata de instituições, órgãos que vieram para contribuir, como diz o próprio título do capítulo, função essencial da Justiça. Justiça aqui entendida não como prestação jurisdicional, mas como garantia de um equilíbrio, como garantia de uma isonomia, como garantia da igualdade ao cidadão, como uma necessidade de que, em parte, o equilíbrio do Estado passe pelo desempenho dessas funções essenciais à Justiça.

Aí, a gente tem como funções essenciais da Justiça o Ministério Público, como já dito, a advocacia pública, a Advocacia Privada e a Defensoria Pública.

Este Capítulo IV não dá prevalência a nenhuma dessas instituições ou órgãos, ele trata de maneira isonômica todos esses órgãos aqui anteriormente citados. Ocorre que, na realidade, na parte prática, efetivamente, esse tratamento isonômico como prerrogativas iguais ainda não foi efetivado. É uma das lutas que a advocacia pública constantemente tem no Congresso Nacional, para efetivar esse tratamento isonômico com prerrogativas iguais e remuneração também igual entre as funções essenciais de Justiça que o constituinte colocou num mesmo patamar de equilíbrio.

Bem, entre essas funções a gente poderia dizer miopemente que caberia à Magistratura representar o Poder Judiciário, ao Ministério Público da União a preservação da sociedade, o interesse público primário, à advocacia pública a defesa do Estado, o interesse público secundário, à Defensoria Pública a defesa do hipossuficiente e à Advocacia, em *stricto sensu* contribuir para a preservação da Justiça.

Ocorre que essa função precípua hoje em dia está um pouco mitigada. Hoje em dia, a gente trabalha com a idéia de que esses entes têm funções entrelaçadas. Na medida em que trabalha com uma ideia de que esses entes têm funções entrelaçadas. A magistratura não vai representar apenas o Poder Judiciário, mas vai estar também defendendo o Estado. Da mesma maneira, a preservação do interesse da sociedade não ficará restrita ao Ministério Público. Também terá um papel importante nessa defesa da sociedade a advocacia pública, a Defensoria Pública e advocacia *stricto sensu*.

Na verdade, o que o constituinte quis com isso foi estabelecer que esses órgãos teriam uma função precípua – essas que estão descritas ali –, mas uma função mediata de preservação da Justiça, como o próprio capítulo estabelece: "Das Funções Essenciais à Justiça". E aqui Justiça é entendida, repetindo, como garantia de igualdade, preservação de uma isonomia.

Bem, como dito, o capítulo referente às Funções Essenciais à Justiça foi uma inovação na Constituição brasileira. Por quê? Na repartição de Poderes descrita por Montesquieu havia uma repartição tripartite, colocando os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. E aí a Constituição inovou e, nessa organização dos Poderes, colocou mais um capítulo que seria o "Das Funções Essenciais à Justiça". Essa inclusão de um capítulo referente às funções essenciais à Justiça se deve, em certo aspecto, ao fato de que a concepção de Montesquieu foi feita observando um absolutismo, um absolutismo europeu, e, hoje, a gente vive num Estado democrático de direito. Então, era necessária a inclusão de outros órgãos e de instituições em que parte desse equilíbrio entre os Poderes também seria exercido pelo desempenho dessas funções essenciais à Justiça anteriormente citadas.

Como abordei, em certo aspecto, para a gente garantir esse Estado democrático de direito, para a gente garantir essa harmonia, é necessário que, no desempenho dessas funções, haja, como dito ali, uma mesma hierarquia e uma mesma prerrogativa, sob pena de que a concepção do constituinte não seja efetivada na prática e nós não consigamos alcançar essa harmonia que o constituinte quis com a inclusão

do capítulo referente às funções essenciais à Justiça entre as organizações dos Poderes.

Pode passar.

Aí falo um pouco mais especificamente sobre a advocacia pública.

O papel da advocacia pública, na concepção pós-Constituição de 1988, foi sendo formado paulatinamente por diversos... Desde a Constituição Imperial até a Constituição de 1988, grande parte da defesa da União e da defesa da sociedade era feita pelo Ministério Público, principalmente na época da República, mas, anteriormente à República, no período colonial e no período imperial, existia uma confusão entre as funções do Ministério Público e da advocacia pública. Já com a Constituição de 1988, há essa separação, evitando assim uma esquizofrenia de um mesmo órgão exercer a defesa do Estado e a defesa da sociedade. Então, a gente tem, em poucos anos de debate, o aperfeiçoamento da advocacia pública como defesa do Estado em si.

Mas, num primeiro momento, a condição de Advogado Público foi muito ligada àquela pessoa que recorria de tudo e de todos e sempre exercia esse papel de tentar levar todas as discussões até o último grau de discussão. Só que esse papel foi se aperfeiçoando, esse papel da advocacia pública foi sendo debatido, foi sendo verificado que o papel da advocacia pública não é apenas de defesa do Estado, mas de defesa do cidadão também, na medida em que ele tem o dever de preservar a justiça. E aí a gente tem que dizer que, na organização político-administrativa do Estado, na composição da República Federativa do Brasil, a gente teve uma composição entre um Estado federado, composto pela União, um ente centralizado, e os Estados federados e os Municípios, característica própria do Brasil. E todos esses entes federados, obviamente, são dotados de competências administrativas e legislativas e, na execução dessas competências administrativas e legislativas, naturalmente a gente tem o que a gente chama comumente da execução das políticas públicas. Então, hoje, todos esses órgãos citados aí, os entes federados, eles executam todas as políticas públicas referentes ao Estado do Brasil. E, na consecução dessa política pública, é necessário ressaltar a participação do Advogado Público, que, em um primeiro momento, como dito, ficou muito atrelado à questão de defesa, representação judicial dos entes federados, mas, paulatinamente, foi-se verificando que o papel de consultoria e assessoramento é muito importante para evitar as ilegalidades, as inexatidões e as inconstitucionalidades das propostas do Poder Executivo como um todo, seja União, sejam Estados, seja Distrito Federal ou sejam Municípios. E esse papel tem sido cada dia mais aperfeiçoado, mas deve ser mais aperfeiçoado esse papel, garantindo ao Advogado Público exercer suas atribuições com a maior imparcialidade. Para isso, como citado aqui pelo Presidente da Anap, é necessário a gente fortalecer a advocacia pública com certa independência para, assim, propiciar o exercício de sua capacidade técnica, desatrelado de alguma pressão política por parte do governante eleito. Isso não quer dizer que a advocacia pública vai exercer um papel de Ministério Público. Mas muito pelo contrário. A advocacia pública vai dar a saída legal, a saída constitucional para a política pública escolhida pelo representante eleito do povo.

Bem, eu faço aqui um quadro sobre as carreiras da AGU, colocando Procuradoria-Geral da União, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria-Geral do Banco Central. Mais em um aspecto federal, sem abordar as Advocacias Públicas dos Estados e dos Municípios.

Bem, como dito, esse papel de consultoria, às vezes, nós não enxergamos esse papel de consultoria. A gente tem um viés muito claro da atuação da advocacia pública na execução dos créditos inscritos em dívida ativa da União ou na recuperação dos desvios de verbas, aí como um todo, mas a gente não percebe que o exercício da consultoria, o exercício do assessoramento – o que prevê a Constituição, o que exige a Constituição – ele seria muito mais eficaz se exercido com essa independência para o Estado brasileiro. E aí a gente tem que, em certa medida, toda a execução orçamentária da União, dos Estados e dos Municípios passará pelo crivo dos Advogados Públicos. E aí a gente tem o valor total de todo o orçamento consolidado da União, dos Estados e Municípios, cerca de dois trilhões e trezentos e vinte e três bilhões no ano de 2010. Então, a gente tem que, todo esse valor, toda essa verba que passa pelos orçamentos da União, dos Estados e Municípios passará por um crivo de legalidade, de constitucionalidade, de verificação orçamentária, de parecer prévio na execução da política pública. Esse papel não é muito ressaltado, então, é sempre bom sempre ressaltar, vamos dizer assim, que a gente até poderia colocar, quanto vale a advocacia pública. E isso sem dizer as inúmeras vitórias indiretas que a gente pode aí computar no âmbito da União, no âmbito dos Estados e dos Municípios, com o desempenho aí do papel de defesa das respectivas Advocacias Públicas.

Bem, no âmbito da advocacia pública da União, eu queria ressaltar alguns dados.

Pode passar um para frente e depois retornar, porque está trocado.

Bem, como dito, no âmbito federal, cabe à AGU defender o patrimônio público. Vou citar aqui alguns dados de um relatório da AGU de ações estratégicas no ano de 2010.

No ano de 2010, a AGU arrecadou, economizou aos cofres da União cerca de R$2,26 trilhões; arrecadou cerca de R$14 bilhões em dívida ativa da União; recuperou aos cofres públicos R$24,3 milhões por meio de execuções fiscais ajuizadas relativas às autarquias e fundações; arrecadou R$1,5 bilhão de contribuições sociais na Justiça do Trabalho.

Pode retornar àquele anterior? Não, é o anterior, porque está errado.

Fez o bloqueio de R$582 milhões desviados por corrupção; teve uma vitória numa ação judicial que é a maior ação judicial da história do País, com a economia de R$2 trilhões aos cofres da União. A AGU faz o acompanhamento diário de 683 ações estratégicas envolvendo o PAC, as Olimpíadas e a Copa. A União, através da PGFM, teve uma vitória judicial na tese de incidência da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido e da CPMF sobre as receitas decorrentes de exportações, representando uma economia ao Tesouro Nacional no valor de R$36 bilhões, num período de 1996 a 2008.

Por fim, uma vitória judicial na ação referente ao crédito-prêmio do IPI, resultando numa economia de cerca de R$300 bilhões aos cofres públicos. E, apesar de todas essas vitórias, como já ressaltado aqui pelos colegas que me antecederam, principalmente o Dr. Luis Carlos Palácios e o Dr. Marcos Luís, a gente tem diversas deficiências que a gente não entende. Apesar de todos esses números de contribuição por arrecadação, evitando desvios de verbas públicas, a gente tem a necessidade de criar uma carreira de apoio efetiva, objetivando dar maior celeridade e eficiência nos trâmites operacionais, realizando-se, assim, os concursos públicos necessários a esse provimento; a necessidade de modernizar as instalações e funcionalidades técnicas dos sistemas de informática; a necessidade de prover todo o quadro efetivo de Advogados da União, Procurador Federal, Procurador da Fazenda Nacional e Procurador do Banco Central; a necessidade de implantar uma remuneração isonômica às demais funções essenciais à Justiça e, em certo aspecto, às demais Procuradorias do Estado, evitando, assim, o elevado índice de evasão e comprometimento da atividade de defesa do Estado.

Nesse pormenor, cabe destacar que, nas reuniões que tivemos com o Dr. Duvanier, foi ressaltado, sem desmerecer, muito pelo contrário, colocando que o papel que o Estado tem feito na valorização da advocacia pública está muito mais à frente da União. A gente colocou ao Dr. Duvanier que cerca de 17 Estados estão já perto aí da paridade remuneratória, estão ganhando mais do que a advocacia pública da União. Nós temos, a maioria dos Estados, um comprometimento de cerca de 40% do Orçamento com pessoal. Mas isso não é nenhum demérito. É a verificação de um Estado. O Estado verifica a necessidade de haver uma advocacia pública fortalecida, para defender os seus interesses e recuperar esses créditos da União.

No âmbito da União, a gente tem um comprometimento orçamentário de cerca de apenas 4% do Orçamento e a gente tem aí esse fosso em relação a todas as Advocacias dos Estados – 17 Estados – e também às demais funções essenciais à Justiça.

E também quero ressaltar a necessidade de instituir prerrogativas isonômicas àquelas existentes aos Magistrados e Promotores, visando dar condições de igualdade de enfrentamento judicial. Para isso, a gente tem a PEC nº 452.

Por último, a necessidade de introduzir o pagamento de honorários, que é um direito do advogado público, tendo em vista que é dever da parte sucumbente pagar os honorários ao advogado da parte adversa, o que configura, na atualidade, apropriação indébita da União.

São essas as observações, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. ALLAN TITONELLI NUNES – Eu queria só fazer uma conclusão, dizendo que chega ao meu conhecimento hoje uma reportagem do *Valor Econômico*, dizendo que Deputado Federal Henrique Alves teve uma reunião com membros da Magistratura, do Ministério Público, e, na notícia do *Valor Econômico* há a informação de que o PMDB vai lutar para que seja implementado o plano de cargos e salários do Poder Judiciário e seja feita a revisão geral para os membros da Magistratura e do Ministério Público.

Eu queria dizer que é a revisão geral de todos os servidores. E V. Exª, como bem representa o Estado brasileiro, tem que estar ciente desse problema. E depois de todos esses dados aqui compilados, pedir a V. Exª fazer esse encaminhamento, para que haja um tratamento isonômico. Continua havendo disfunções essenciais na Justiça; senão a gente vai continuar a ver uma grande evasão dos quadros da AGU.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – R) – Muito bem. Esse foi o Dr. Allan Titonelli Nunes, Presidente do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal.

Por último, temos o Dr. Evandro de Castro Barros, Presidente da Associação dos Procuradores Municipais.

O SR. EVANDRO DE CASTRO BARROS – Bom dia a todos.

Agradeço inicialmente ao Senador Paulo Paim pela iniciativa; Senador, parabenizo-o também por sua atuação no Senado, reconhecida por todos. Não é à toa os prêmios recebidos ontem e também na data de hoje.

Eu presido, então, a Associação Nacional dos Procuradores Municipais e temos feito um trabalho conjunto com os colegas da advocacia pública estadual, Anape, da advocacia pública federal, do Fórum,

da Unafe, da Anaune, da Anpaf. Com todas as entidades da advocacia pública federal a gente tem feito um trabalho bastante árduo aqui no Congresso, Senador, em prol da advocacia pública.

Na Associação Nacional dos Procuradores Municipais nós temos 55 associações filiadas em todas as capitais, e também muitas cidades do interior. Temos já mais de três mil filiados, procuradores municipais filiados, e a peculiaridade, como todos sabem, é que nós temos 5.564 Municípios. Então, há peculiaridades, logicamente, muito distintas em todos esses Municípios. Nós temos, dentre os filiados, colegas de Município em que o colega é o único procurador municipal, e nós temos, na outra ponta, um Município como São Paulo que têm 500 cargos de procurador municipal.

Então, são realidades muito distintas e que a gente procura, com a Associação Nacional, fazer essa troca de informações entre todos. O que a gente quer é o aprimoramento da máquina pública, é o aprimoramento no que interessa mais diretamente a gente, à advocacia pública, pois é isso que vai permitir ao Estado funcionar de forma mais adequada e atender às demandas da sociedade.

Nessa luta que nós temos travado pela Associação Nacional dos Procuradores Municipais e em prol da categoria dos procuradores municipais, nós apresentamos, em 2003, por meio do Deputado Maurício Rands, a PEC nº 153. A PEC nº 153 foi aprovada e trata da inserção dos procuradores municipais no art. 132 do Texto Constitucional. É uma PEC singela, uma PEC sem impacto financeiro, e por isso é uma PEC que foi aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça e também na Comissão Especial, sempre à unanimidade.

Hoje a PEC nº 153 está na mesa do Presidente Marco Maia, aguardando ingressar na Ordem do Dia, aguardando o consenso do colégio de Líderes. Todos os líderes, com representação na Casa, na Câmara dos Deputados, já assinaram um requerimento conjunto. Esse requerimento foi apresentado ao Presidente Marco Maia. Realizaremos, amanhã, aqui no Restaurante do Senado, um café da manhã com todos os líderes partidários na Câmara, para reiterar esse nosso pleito. Eles já assinaram um requerimento conjunto; já fizemos a entrega ao Presidente Marco Maia, mas há a necessidade também que, no colégio de líderes, reiterem essa posição. Realizaremos, então, esse café da manhã, amanhã, aqui no Restaurante do Senado, com todos os líderes na Câmara, justamente para acelerar esse processo e, se possível até, votar ainda este ano a PEC nº 153. A PEC nº 153 tem o apoio da Frente Nacional de Prefeitos; tem o apoio do Fórum de Procuradores Gerais das Capitais, do Conselho Federal da OAB; de todas as entidades da advocacia pública, seja no plano federal, seja no plano estadual.

Então, a intenção com a PEC nº 153 é a profissionalização e a difusão da carreira de procurador municipal de modo explícito, de forma a explicitar no Texto Constitucional.

O Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello de há muito ensina e nos transmite essa mensagem em todos os congressos que participa conosco, ele sempre menciona que os procuradores municipais já estão no Texto Constitucional, desde o art. 1º, que coloca o Município como ente federativo, também no art. 37, que fala da necessidade de concurso público para provimento de cargos públicos, e diversas outras passagens do Texto Constitucional. Mas há a necessidade, é importante, nessa linha de difusão da carreira de procurador municipal, constar explicitamente no art. 132 do Texto Constitucional.

Como já havia mencionado, não há qualquer impacto financeiro. Muito pelo contrário. O que se quer, com a inserção do procurador municipal no art. 132, é que tenhamos um Estado reto, um Estado correto, um Estado que prime pelo cumprimento do ordenamento jurídico. A previsão já consta no Texto Constitucional da participação da OAB em todas as etapas do concurso para os cargos das carreiras jurídicas. Então, também para os procuradores municipais haverá a previsão explícita no Texto Constitucional quanto a isso. Muitas leis orgânicas já preveem isso no plano municipal, as OABs têm batalhado por isso, pela participação nos concursos de procurador municipal, já é rotina na maior parte das maiores cidades, mas é importante difundir isso por todo o País.

Lembro-me de uma fala do prefeito de Rio Branco que mencionava que os passivos deixados pelas administrações anteriores para ele foram passivos todos criados na época em que não havia uma procuradoria devidamente constituída na capital Rio Branco, no Acre. A partir do momento em que ele organizou essa procuradoria, conseguimos estancar essa sangria do Erário.

Vários julgados do Supremo Tribunal Federal, vários ministros têm feito menção à expressão "estelionato judicial'. Havia um verdadeiro "estelionato judicial", seja no plano municipal, seja no plano estadual, seja no plano federal, com a não organização das procuradorias.

Cito aqui o exemplo de Roraima e Amapá, que são dois Estados da Federação, já constando no Texto Constitucional de 1988 a previsão de ter as suas procuradorias, de ter seus procuradores, e somente, no final da década de 2000, em 2008, deram posse aos primeiros procuradores concursados.

Então, a previsão da PEC nº 153 é uma norma programática, não é para ontem, que todos os Municípios, desde o menor Município do País, tenha a sua procuradoria idealmente constituída. Não é isso. É uma norma programática. O que se quer, com o tempo,

que todo o Município tenha pelo menos um procurador concursado.

Como dito anteriormente, o exemplo que mencionava do Município de Farroupilha, no Rio Grande do Sul, tem um só procurador concursado. Isso é importante para preservação da memória institucional. Ainda que o prefeito – isso é a lei local que vai tratar – tenha o seu procurador-geral de confiança, ainda que não integrante do quadro, ele vai ter que se reportar ao procurador-geral da confiança do prefeito, vai ter que se reportar ao procurador de carreira, que vai ter a memória institucional, vai preservar todas as informações para as administrações vindouras.

O papel do procurador público em geral não é somente de controle de legalidade, dos atos administração pública, mas também viabilizar a implementação de políticas públicas. Implementar políticas públicas demanda ter conhecimento de tudo que já se passou ali naquele respectivo ente político.

Então, essa formatação que imaginamos para todos os Municípios preserva o agente político, que, por vezes, se torna inelegível, por uma orientação jurídica equivocada, ou de um quadro constituído só por assessores de confiança, que acabam o induzindo a erro. Já tivemos na história dos Tribunais Eleitorais várias dessas cassações, várias perdas de mandato que ocorreram por conta de uma orientação jurídica indevida. Uma orientação jurídica, por vezes, daquele que queria agradar ao agente político e acabou não preservando o principal para um político, que é o seu mandato, a sua possibilidade de disputa de novas eleições.

Então, o que queremos com isso é estruturar de forma adequada os órgãos públicos, em especial os Municípios e as procuradorias municipais, para que, efetivamente, funcionem a contento, de forma a atender as demandas da coletividade.

Nessa linha de organização da Administração Pública, em especial dos Municípios, da advocacia pública municipal, um passo seguinte à aprovação da PEC nº 153, que já fiz referência aqui, é a lei orgânica nacional da advocacia pública.

A lei orgânica nacional da advocacia pública – já conversamos sobre isso nas demais entidades da advocacia pública – é um passo importante.

Assim como a defensoria pública tem a sua lei orgânica nacional, é importante que se tenha também na advocacia pública. O que se quer com essa lei orgânica é uma norma geral, de forma a ter elementos básicos para estruturação das assessorias jurídicas, das procuradorias gerais dos Municípios, das secretarias gerais dos Estados, e também no âmbito da AGU.

É importante essa formatação básica porque isso vai permitir um funcionamento mínimo, um funcionamento mínimo, mesmo naquele diminuto Município uma orientação legislativa de como deve proceder, como deve funcionar. Muitos desses Municípios são extremamente carentes de informações. Recentemente, foi publicado aqui em jornais do Congresso que um terço dos Municípios brasileiros não têm lei orgânica. A situação é de estarrecer.

Também em muitos Municípios brasileiros, o Ministério da Justiça implementou o diagnóstico da advocacia pública, que está em via de divulgar oficialmente, já nos entregou essa planilha dos dados coletados, o Ministério da Justiça ainda está tentando, então, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário, ter esses dados de forma mais precisa, Mas muitos Municípios brasileiros não têm sequer um advogado de confiança do prefeito, não têm serviço de advocacia, sequer procurador-geral da confiança dele, um assessor de confiança, nada disso, não tem nenhum, não tem assessoria jurídica, que é outra informação estarrecedora.

A Controladoria-Geral da União tem divulgado isso, esses problemas em muitos dos Municípios, talvez até na maior parte deles tenha ocorrido. Os problemas que a CGU detecta são justamente nesses Municípios que não têm procurador de carreira, que não têm uma procuradoria-geral funcionando, não têm sequer qualquer tipo de assessoria jurídica. E não ter qualquer tipo de assessoria jurídica leva certamente a não existência de uma advocacia preventiva.

Muitos Municípios contratam por tarefa. Aparece o problema, aí vai lá e contrata, no mercado, um profissional, nos termos da lei de licitação. Mas isso é um problema seriíssimo. Estamos falando de uma forma extremamente amadora do funcionamento de um ente político. Se não há advocacia preventiva, certamente muitos problemas surgirão, tendo em vista a não estruturação daquele serviço que deveria estar estruturado.

Lembro-me também, quando fomos pedir apoio à Frente Nacional de Prefeitos à PEC nº 153, que muitos prefeitos que lá estavam mencionaram que até que por falta de orientação – até Municípios relevantes, Municípios de médio porte –, disseram que estavam respondendo à ação de improbidade, porque, em momento algum foi informado, os outros também se manifestaram, em momento algum foram informados de que necessitariam fazer concurso para cargo de procurador. Então, nomearam para o exercício de cargo de advogado lá, prestando serviço para aqueles municípios, pessoas da estrita confiança dele. Aí, o Ministério Público ajuizou ação de improbidade por não realização de concurso público, provimento de cargo de forma inadequada.

O que queremos, então? O que deseja a Associação Nacional dos Procuradores Municipais, com a aprovação da PEC nº 153, é até uma orientação didática para os agentes políticos. Agente político? Ora, há a necessidade, há obrigatoriedade de se fazer concurso

para provimento desses cargos. Isso preserva o agente político, preserva o Erário e permite que o Poder Público, a partir do momento que tenha uma estruturação adequada do seu serviço jurídico, possa implementar novas e melhores políticas sociais.

Só é possível falar em uma defensoria pública funcionando a contento se a advocacia pública funcionar também de forma a contento, de forma a arrecadar recursos, para que o Poder Público possa implementar serviço de assistência social, serviço de defensoria pública nos planos estadual e federal. Então, é necessário se fazer perceber ao Poder Público que há uma integração entre a atuação da advocacia pública e a preservação do Erário, o que permitirá um funcionamento adequado de todo o serviço público, de forma a atender as demandas da coletividade.

Eram essas as minhas palavras, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Dr. Evandro de Castro Bastos, Presidente da Associação dos Procuradores Municipais.

Eu combinava aqui com os meus líderes desta audiência pública, todos usaram a palavra, expuseram seus pontos de vista, a audiência pública atinge seu objetivo, mas é de praxe que eu encaminhe, no mínimo, um, dois ou três, se necessário, mas, como o Dr. Carlos Henrique Kaipper, Procurador-Geral do Estado, foi o primeiro a chegar, eu faria, no encaminhamento final, passando a palavra ao Procurador-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, para que faça, ele que assistiu, desde o início, aos debates, as suas considerações, depois, combinamos que o Dr. Fernando Luiz Albuquerque Faria, Advogado-Geral da União Substituto, faria o encerramento em nome de todos os convidados. Ok?

Então, o Dr. Kaipper falará em nome do Plenário.

O SR. CARLOS HENRIQUE KAIPPER – Agradeço, então, Senador Paim.

Inicialmente, eu queria cumprimentar todos os oradores na pessoa do Dr. Fernando Luiz Albuquerque Faria, com quem, realmente, tivemos o privilégio de ter trabalhado juntos, eu, no Governo Lula I, na Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e também na pessoa do meu Presidente, o Dr. Juliano Dossena.

Senador Paim, todos aqui o elogiaram, elogiaram os prêmios que recebeu recentemente, mas eu tenho o privilégio, até com relação aos demais, porque não sou só seu admirador, como sou seu eleitor, e mais até do que isso, sou um verdadeiro cabo eleitoral, um militante do seu mandato, e é um orgulho muito grande para nós, do Rio Grande do Sul, ter um representante à altura no Senado Federal.

Eu gostaria de dizer que a questão central da defesa do seu mandato, a defesa das minorias e dos necessitados tem relação direta com a atuação da advocacia pública, portanto, tem relação direta com esta Subcomissão e com esta audiência pública.

O nosso trabalha é com a arrecadação e também com a sensação da sangria dos cofres públicos no combate à corrupção, no combate aos gastos desnecessários, possibilita que tenhamos disponibilidade de orçamento para viabilização das políticas públicas. Atuamos também diretamente, orientando o gestor público por intermédio dos nossos pareceres, contribuindo para viabilizar juridicamente as políticas públicas, também aí diretamente contribuindo, diria, na atuação central do seu mandato.

Então, o parabenizo novamente pela iniciativa da realização desta audiência pública.

Também não poderia deixar de dizer que o Governador Tarso Genro, nosso conterrâneo, tem sido um exemplo para as demais Unidades da Federação em função do seu reconhecimento para com o trabalho da advocacia pública.

Somente para dar alguns exemplos, o Governador Tarso Genro, no primeiro ano de mandato, nomeou todos os remanescentes do concurso anterior para procurador de Estado, já autorizou o concurso público, que está em andamento, para o cargo de procurador do Estado. O Governador Tarso Genro também colocou como um dos projetos estratégicos do seu Governo a construção de uma sede para a Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, cujo projeto já está a passos largos. O Governador também, recentemente, inclusive na presença do presidente da ANAP, sancionou um projeto de lei em que realinhou os vencimentos dos procuradores do Estado do Rio Grande do Sul às demais carreiras que cumprem função essencial à Justiça. No que diz respeito aos servidores, já temos negociado também o encaminhamento de um projeto de lei, que se dará provavelmente nesta semana ou na semana que vem, alinhando os vencimentos dos servidores das carreiras de apoio que também, com esse projeto de lei, ficarão no mesmo patamar das carreiras auxiliares do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Magistratura. Então, que sirva o exemplo do Governador Tarso Genro aos demais Governadores, eu diria até à Presidência da República, para que tenha o reconhecimento ao trabalho da advocacia pública em todas as suas esferas.

Por fim, eu gostaria de, na linha de tudo o que já foi dito, pedir o apoio do Senador Paim às duas PECs que já foram referidas aqui, a PECnº 443 e a PEC nº 452, que, uma vez aprovadas, reforçarão a advocacia pública em todas as suas instâncias e, em especial, Senador Paim, quando o Projeto de Lei nº 7.412, que dispõe sobre a distribuição dos rendimentos dos depósitos judiciais, cuja votação vamos acompanhar amanhã na Comissão de Constituição e Justiça da

Câmara dos Deputados. Esperamos que seja mantida, que as Procuradorias dos Estados sejam mantidas dentro da divisão desses rendimentos. Quando esse projeto de lei vier para o Senado, pediremos também ao Sr. Senador que apóie a manutenção das Advocacias Públicas do Estado, juntamente com o Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria.

Agradeço a oportunidade. *(Palmas).*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora, quero passar a palavra, para o encerramento, ao Dr. Fernando Luiz Albuquerque Faria, Advogado-Geral da União.

O SR. FERNANDO LUIZ ALBUQUERQUE FARIA – Senador Paulo Paim, queria, em nome de todas as associações da advocacia pública, seja municipal, seja estadual, seja federal, em nome das associações dos servidores da Advocacia-Geral da União e até de outros servidores das Advocacias Públicas afora, agradecer a oportunidade do estabelecimento desta audiência pública.

Aqui é o verdadeiro fórum democrático, onde interessados – Governo, sociedade, gestores – podem estar debatendo políticas, necessidades para o aprimoramento do nosso Estado democrático de direito.

Queria também aqui dizer que pela nossa Audiência verificamos a importância que a advocacia pública tem para a implementação das políticas públicas, para a sua consolidação, para a governança do Estado brasileiro, enfim, para a implementação do Estado democrático de direito.

E é um dever dos órgãos de direção buscar a melhor estruturação desse órgão, estabelecer prerrogativas mínimas. Contamos com o apoio do Poder Legislativo, do Senado Federal para atingir esse fim.

Muito obrigado, Senador, foi uma enorme honra para todos nós estar aqui e participar da audiência, ainda sob a Presidência de V. Exª.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradecemos ao Dr. Fernando Luiz Albuquerque.

Eu queria só agradecer a todos; a audiência cumpriu seu objetivo, o título diz tudo: "Advocacia Pública como Função Essencial à Justiça".

Podem contar comigo para todas as demandas que aqui foram apresentadas, tanto na PEC quanto nos projetos, quando o tema chegar ao Senado daremos a nossa contribuição para a aprovação das matérias.

Agradeço também ao sistema de comunicação do Senado, que transmitiu pelos canais 4 e 5 da Internet, e pelo canal digital de Brasília, 51,3.

Farei a leitura final só mesmo para homenageá-los. Cumprimento aqui todos os painelistas: Dr. Fernando Luiz Albuquerque Faria, Advogado-Geral da União; Dr. Marcos Luiz da Silva, Presidente da Associação Nacional dos Advogados da União; Vera Shirley Ferreira, Diretora da Associação Nacional dos Procuradores Federais; Paulo de Tarso Souza, Presidente da Associação dos Servidores da Advocacia-Geral da União; Luis Carlos Palácios, Presidente da União dos Advogados Públicos Federais do Brasil; Allan Titonelli Nunes, Presidente do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal; Juliano Dossena, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado; Dr. Evandro de Castro Bastos, Presidente da Associação dos Procuradores Municipais.

Citei todos, inclusive o Dr. Carlos Henrique Kaipper, que falou aqui em nome do Plenário. Não deixei ninguém fora. Quando você deixa um fora, ele diz: "O que o Senador tem contra mim? Citou todo mundo e não me citou". Mas isso acontece seguidamente.

Mas, enfim, meus amigos, foi uma alegria recebê-los aqui. Podem ter certeza de que o Brasil conheceu um pouco mais da importância da advocacia pública, e consequentemente somos parceiros. O papel de V. Sªs, como foi dito aqui, claro que é defender a União, mas defender a União e a Justiça; defender que as leis sejam cumpridas. E que a lei injusta, naturalmente, com a contribuição de vocês, vocês vão me subsidiar para que eu a mude, para que vocês possam então chegar lá. E quem sabe vamos construir juntos aí o caminho – vou terminar dizendo – para acabar com o fator previdenciário. Sabem por que eu insisto tanto nesse tema? Porque não tem como eu engolir esse assunto. Ele só pega o primo pobre da Previdência: o trabalhador da construção civil, o que trabalha na metalúrgica, o que faz limpeza nas ruas. Esse pega o fator. A mim não pega. Eu saio daqui – eu falo para os trabalhadores – com salário integral. Vou ficar mais de trinta anos aqui dentro. Então, eu cumpri o tempo regimental de contribuição. Vou sair com salário integral, sem fator. Independente da minha idade. É claro que eu já passei da idade. É isso que não dá para aceitar.

Então, acho que, é uma questão de justiça, nós, um dia, construímos uma política. Tenho discutido muito com o Ministro Garibaldi. Conversei com a Presidenta Dilma sobre esse tema, da forma que estou falando aqui. Ela disse: "Construa uma alternativa, que haveremos de mudar essa questão do fator". Com o Presidente Lula também – que Deus o ilumine, que ele se recupere, estamos todos torcendo para isso –, ele também tinha me dito: "Vocês têm que construir uma alternativa". Nós a estamos construindo, e, um dia vamos acabar com esse fator, que faz tanta injustiça.

Mas, enfim, bela audiência, parabéns a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezessete minutos, do dia sete de novembro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP, com a presença do Senador Casildo Maldaner e da Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente da CASEMP. Deixam de comparecer os demais membros. Registra presença o Senador Eduardo Suplicy. A Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 17ª Reunião que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública** do Ciclo de Debates em Defesa do Emprego e da Previdência Social para tratar do tema "Alternativas ao fator previdenciário: desaposentação/desaposentadoria e reajuste dos aposentados e pensionistas que ganham acima do salário mínimo", em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2011-CASEMP de iniciativa desta Presidência, com a presença dos seguintes oradores: Deputado Federal Cleber Verde; Carlos Andreu Ortiz, Presidente Estadual do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical – SINDNAPI/SP, Representante do Presidente da Força Sindical, Deputado Federal Paulo Pereira da Silva; Warley Martins Gonçalles, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; Leonardo José Rolim Guimarães, Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social – MPS, Representante do Secretário-Executivo do MPS, Carlos Eduardo Gabas; Lindolfo Luiz dos Santos Neto, Secretário de Finanças da Executiva Nacional da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB, Representante do Presidente da CGTB, Senhor Ubiraci Dantas de Oliveira; Quintino Severo, Secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores – CUT, Representante do Presidente da CUT, Senhor Artur Henrique da Silva; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Secretário-Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST, Representante do Presidente da NCST, Senhor José Calixto Ramos; Álvaro Sólon de França, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Antônio Augusto de Queiroz, Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – ANFIP. Justificaram ausência os Senhores Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador Interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST e Joilson Cardoso, Secretário de Relações Institucionais da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB. Usa da palavra o Senador Casildo Maldaner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **PAULO PAIM,** Presidente da CASEMP

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 54 Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª reunião de 2011.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

A presente reunião destina-se a realização de audiência pública do ciclo de debates em defesa do emprego e da previdência social para tratar do tema: alternativas ao fator previdenciário, desaposentadoria e reajuste dos aposentados e pensionistas que ganham mais do que um salário mínimo do regime geral da previdência, em atendimento ao Requerimento nº 1, de iniciativa desta Presidência.

Nós vamos fazer duas mesas; informo a todos que aqui não há problema algum entre primeira e segunda mesa; tudo é uma questão de distribuição dos lugares aqui na mesa para que todos fiquem mais bem acomodados. Vamos colocar quatro na primeira mesa e quatro na segunda mesa.

Convido para assumir o lugar o Warley Martins Gonçalles, presidente da Congregação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; Leonardo José Rolim Guimarães, Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência, representando aqui o Secretário Executivo Carlos Eduardo Gabas; Lindolfo Luiz dos Santos Neto, Secretário Executivo Nacional da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, CGTB, representante do Presidente da CGTB, Ubiraci Dante de Oliveira; Moacyr Roberto Tesch, Secretário Geral da Nova Central Sindical.

Esses quatro falam, retornam aqui para a primeira fila, e outros quatro assumem.

Eu quero dizer, pessoal, que as pessoas às vezes ficam olhando quem é primeira ou segunda fila. Eu preferiria ficar na segunda mesa porque é a segunda mesa que ficará coordenando todos os debates. Porque esses primeiros falam e voltam para a primeira fila, e os que entram na segunda mesa ficam até o fim na mesa. Então que ninguém se sinta desprestigiado; eu não privilegio ninguém. Sigo mais ou menos a ordem do que está escrito aqui.

Nosso objetivo aqui nesta audiência pública, mais do que nunca, é aprofundarmos os debates sobre os temas que acabei falando e que são preocupações enormes que nós todos temos. Eu digo publicamente e vou dizer na abertura, naturalmente, outra vez. O maior crime cometido neste País contra os trabalhadores do regime geral da previdência foi inventar o tal do fator previdenciário. Pior foi que, num dia desses, eu fiz essa fala, e uma das pessoas que tinham participado da elaboração... E eu acabei dizendo "olha, para mim tinha que colocar na cadeia". E ele comentou, "poxa, vou sair preso daqui agora". Eu disse que era uma força de expressão porque eu acho que de fato é uma coisa que é inaceitável. Ainda agora mesmo uma senhora da secretaria me procurava e me dizia que uma senhora havia se aposentado e tido um prejuízo de quase 50% nos seus vencimentos. Não é justo isso, não é justo. Eu acabo falando como é que aqui no Legislativo não aplicam isso. Se é tão bom, por que não aplicam? Por que não aplicam no Executivo? Por que não aplicam no Judiciário? Se é tão bom? Claro que não quero que apliquem para ninguém, de tão ruim que é. Que fique bem claro que não quero. Só falo isso como exemplo. Aqueles que defendem o fator deveriam dizer: por que não aplicam para vocês? Vejo muita gente que está como técnico de ministério e concursado. Ele não pega o fator. Ele é técnico de ministério, não importa qual seja, mas ele não tem o fator para ele, ele não quer o fator para ele. Então...

Eu ainda acho, sinceramente: pior do que o fator para o regime geral da previdência não tem. Estou falando de algo que pega os trabalhadores. A peãozada lá da construção civil, professor, metalúrgico, o Quintino, lá do calçado; o peão vive lá naquela área de poluição. Nós sabemos que a especial está cada vez mais difícil, a maioria está avançando no fator, e tira pela metade no salário. O salário é 3.650. Não tem, não tem. Acho que é uma maldição que alguém inventou e caiu aqui na mão do trabalhador brasileiro. A minha esperança é que a gente resolva isso o mais rápido possível.

Os outros temas o da desaposentadoria, que vocês vão falar, só estou fazendo uma pequena introdução para quem estiver nos assistindo pelo sistema de telecomunicações da TV Senado, via Internet ou canais alternativos, na mesma linha a questão da desaposentaçao. O instituto da desaposentadoria já é assegurado para outros setores. Temos um parecer do advogado geral da União dizendo que é legitimo o instituto da desaposentadoria. Ele reconhece. Está no processo, está no Supremo nesse aspecto, não é? Se setores podem ter a desaposentadoria, por que o trabalhador do regime geral da previdência não pode ter? Não consigo também entender estes pesos e medidas diferentes. Só ter o direito da desaposentadoria. É inimigo do fator? Claro que é. Acho que o instituto da desaposentadoria vai ter decisão favorável do Supremo. Tenho muita esperança de que o Supremo decida favoravelmente. Se o Supremo for na linha efetivamente, na minha avaliação, da Justiça, ele vai garantir o instituto da desaposentadoria. E daí aqueles que não querem acabar com o fator vão saber o que vai acontecer. Eu vou ser um daqueles que mais vão incentivar as pessoas a encaminharem a sua aposentadoria pelo fator mesmo, continuar trabalhando, e ali na frente entrar com o instituto da desaposentadoria. Porque nós temos que, de uma forma ou de outra, criar instrumentos alternativos a este maldito famigerado fator previdenciário, que arranca metade do salário do trabalhador no ato da aposentadoria. Gosto de repetir sempre isto: digo metade do salário do trabalhador quando o teto máximo seria em torno de 3.600. Enfim, aplica-se o fator e cai pela metade. Aqueles que têm o direito; mas quem tem direito a 2.000 não vai se aposentar com 1.000 reais. Só como exemplo, sintetizando.

Outro tema é a questão dos aposentados que o Warley mais do que ninguém sente na pele porque coordena a Cobap e todas as entidades que atuam nessa área, de não termos uma política de valorização dos benefícios dos aposentados e só é assegurado a eles o salário correspondente à inflação em matéria de reajuste. A única coisa que eles têm assegurado é o correspondente à inflação.

Eu sempre digo isso e vou terminar a minha fala. Nós caminhamos rapidamente para que todos os aposentados brasileiros do regime geral da previdência passem a ganhar um salário mínimo. Esse é um processo irreversível se não tivermos uma política alternativa. Hoje, parece que já são 18 ou 19 milhões; houve época em que eram 10 ou 12. E alguém poderia dizer: o salário mínimo subiu. Que bom que subiu. Agora, eu paguei sobre sete, sobre oito, sobre nove, sobre 10. Quem pagou sobre um está bem, mas quem pagou sobre mais perdeu. Queiramos ou não, vai per-

der porque isso não acompanha. É que nem eu dizer que é legitimo manter a paridade, a integralidade menos para o trabalhador do regime geral da previdência porque ele não tem paridade com nada, só tem direito a inflação. É como se dissessem, olha vocês fiquem contentes com o salário mínimo, independentemente de vocês terem pagado sobre 10, cinco ou oito; fiquem contentes porque o destino é ganhar um salário mínimo.

Então, é como alguém já me disse: o ideal mesmo é a gente não pagar mais que o salário mínimo, aplicar o dinheiro em poupança e pagar sobre um salário mínimo. Se todo mundo vai ganhar um salário mínimo, eu pago sobre um, faço uma bela poupança com o excedente de um que, por certeza, estaria recebendo e no futuro, aplico aquele dinheiro, vou receber um salário mínimo aqui mais juros e dividendos da poupança em que apliquei durante esse período, já que essa é a tendência. Mas esse é um debate que a gente está dando só como exemplo da injustiça que é porque sabemos que se fosse feito assim, nós estaríamos inviabilizando a Previdência, isto é, se todos destinassem a sua contribuição para uma consta especial a não ser o salário mínimo.

Vamos, de imediato, passar a palavra, de acordo com nossos convidados ajustados, acho que em primeiro lugar...

Há alguma preferência aí?

Os temas são, em princípio, esses que eu disse. Vocês podem falar além disso.

Vamos começar, então, com o Leonardo José Rolim Guimarães.

Você inicia, Leonardo, dando uma visão sobre esses três temas e depois vai para o debate.

Depois você tem direito a falar novamente no momento que entender mais adequado.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Eu trouxe uma apresentação com alguns dados – não é nada muito exaustivo –, para trazer alguns números à discussão.

Primeiro, em relação ao fator previdenciário, a visão do Ministério da Previdência é que, embora tecnicamente ele pareça algo bem construído, na prática, ele acaba sendo um mecanismo perverso para o aposentado.

Por quê?

Porque o fator dá uma opção. Se o trabalhador se aposentar mais jovem, ele vai ter uma redução que pode passar de 50%, Senador. Esse exemplo que o senhor deu, de chegar perto de 50%, não é um exemplo raro, mas em alguns casos mais extremos passa de 50%. Na média, o fato previdenciário reduz 30% do benefício. Por quê? O fator pode reduzir, mas também pode ampliar. Se o trabalhador deixar para se aposentar deixar para se aposentar com uma idade mais elevada e com mais tempo de contribuição, ele pode até ter um aumento, só que, na verdade, na maioria dos casos, o que ocorre? O trabalhador tem a opção de se aposentar e continuar trabalhando.

Pode passar.

Em média, por tempo de contribuição, o brasileiro se aposenta com 54 anos o homem e 51 anos e meio a mulher; na média, 53 anos. Nessa idade, a maioria dos trabalhadores se acha em condição de continuar no seu emprego. Então ele vê naquele momento um aumento de renda ao somar o salário com a aposentadoria. Então, mesmo tendo uma redução drástica no seu benefício, via fator previdenciário, é muito difícil escapar dessa armadilha, dessa atratividade de ter o aumento de sua renda. Então, naquele momento, a grande maioria dos trabalhadores optam por aposentar mesmo tendo uma redução pesada pelo fator previdenciário. Mais na frente, quando ele perde a capacidade laboral, ele vai para uma realidade triste, ele vai ter que viver com o benefício que foi reduzido, em média, 30%. Nesse momento, ele já não tem condição de ter um adicional de renda de trabalho e vai ter de viver com aquilo.

Em nossa visão, este é o principal problema do fator previdenciário: ele induz a uma escolha e no momento em que o trabalhador mais precisa daquela renda ele não vai ter uma renda adequada. É também essa a razão da maior pressão que se tem por aumento real. A gente vai ver depois os dados sobre inflação.

Antes de entrar na discussão mais direta sobre esse tema, eu queria colocar alguns breves números sobre a Previdência, que a gente gosta sempre de deixar claro. Aqui temos o último dado acumulado de doze meses da arrecadação e despesa da Previdência Social, urbana e rural. Vemos que a Previdência Urbana está com um superávit de 18,5 bilhões e a Previdência Rural com um déficit de 56,4. Lembramos que a Previdência Social não está isolada na Constituição; ela faz parte da Seguridade Social. Esse déficit da Previdência Rural deve ser bancado com as demais contribuições da Seguridade Social, principalmente a Cofins e a Contribuição Social sobre o Lucro Liquido, que são contribuições da Seguridade Social que não são indexadas a nenhuma ação específica dentro da Seguridade Social.

Nós fazemos questão de mostrar esses números porque a Previdência é contributiva, mas também é solidária. A Previdência Rural é um mecanismo importantíssimo de distribuição de renda, de manutenção do trabalhador no campo, mas é claramente um sistema semicontributivo em que há necessidade de financiamento com outras contribuições da Seguridade Social.

Pode passar.

Outro dado que a gente sempre gosta de mostrar é o relativo ás renúncias previdenciárias. Não fossem as renúncias previdenciárias, o resultado da Previdência Urbana seria ainda melhor e o resultado da Previdência Rural seria um pouco menos negativo. Por exemplo, a necessidade de financiamento total da Previdência Social cairia de 38 para 17 bilhões no ano de 2011, talvez até um pouquinho menos quando fecharmos o ano. Em novembro e em dezembro esse número deve melhorar ainda um pouco mais em relação ao que temos acumulado em doze meses. A arrecadação da Previdência ao longo do ano vem tendo um crescimento médio real, fora a inflação, de 9,3%, enquanto a despesa vem tendo um crescimento na faixa de 4,5%. Então, esse é um...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em matéria de renúncia fiscal, tu tens um dado para nos dar? Qual é o valor médio?

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Neste quadro, temos o valor. A nossa estimativa da renúncia para 2011 é de 21 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vinte e um bilhões de renúncia?

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – De renúncia, sendo 11bilhões do Simples, que em 2012 deve aumentar em função da nova lei do Supersimples; 7 bilhões de entidades filantrópicas, 2,6 bilhões de exportação de produtos rurais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essas coisas...

Vou fazer alguns comentários aqui. A Mesa pode ajudar.

Essas coisas eu não consigo entender. Você aumenta as renúncias fiscais, aqueles que têm de pagar não pagam e o trabalhador que tem de receber não recebe. Não fecha na minha cabeça com todo o carinho que tenho – estou elogiando sua palestra aqui. Todo mundo que sou da base do Governo, mas esse é um debate que faço não só neste Governo; eu o venho fazendo há anos. Como é que garanto renúncias fiscais de um dinheiro que devia entrar para eu pagar alguém que está passando fome e eu digo não, dê a renúncia, e não pago ao cara que está passando fome? Não dá. Isso não dá. Com todo o respeito que tenho. O movimento sindical tem que fazer esse debate de forma corajosa, carinhosa e respeitosa com quem está passando fome.

Bom, vamos lá.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Senador, essas renúncias são todas para políticas muito importantes para o País, mas na nossa visão não deve ser a Previdência que deve pagar a conta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente. É isso que penso também.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Inclusive na desoneração da folha nós já deixamos isso claro. Na desoneração da folha há uma renúncia, sim, em torno de 2,3 bilhões, mas não vai ser a Previdência que vai pagar a conta nesse caso. Nossa defesa é que as renúncias sejam repassadas para as devidas políticas que estão sendo beneficiadas com essas renúncias e não fiquem na conta da Previdência Social.

Pode passar. Próxima.

Então, como deu para ver neste quadro, hoje a situação da Previdência Urbana é bastante positiva, temos números muito bons e se somarmos a esses números as renúncias veremos que são melhores ainda. Porém, essa realidade não vai se manter ao longo dos anos. Nós temos que pensar na Previdência do futuro. O País está envelhecendo. Neste quadro, nós vemos o perfil etário atual; em verde são as pessoas acima de 60 anos, vemos que há vinte anos a quantidade de idosos no Brasil era bem menor que a de hoje e daqui a mais vinte anos, ou seja, em 2031, vamos ter mais do dobro de idosos do que temos hoje com população apenas um pouco superior à atual, ou seja, vai haver uma pressão muito grande sobre a Previdência no futuro, por exemplo, em 2050 teremos 64 milhões de idosos e hoje temos 20 milhões, ou seja, se vamos ter um pouco mais do que o dobro em 2031, em 2050 vamos ter mais do que o triplo de idosos que temos hoje e temos que nos preparar para esse futuro.

Pode passar para o próximo quadro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Vou te fazer uma pergunta: você não acha – e os outros podem até ajudar – que podíamos fazer uma emenda constitucional, fazer qualquer coisa dizendo que, não pode mais, a partir de hoje, ter renúncias fiscais da Previdência ou da seguridade social?

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Senador, preparamos, em conjunto com o movimento sindical e a representação dos aposentados, um texto de lei ordinária definindo isso e esse texto inclusive é consenso dentro do grupo de trabalho e seria um caminho para garantir que as renúncias tributárias não iriam impactar a Previdência. É um texto de comum acordo entre o Ministério da Previdência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Se puder deixar uma cópia na Comissão ou mandar para Comissão, no momento adequado, eu agradeceria.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Será um prazer Senador.

Nesse gráfico vemos a evolução das despesas da Previdência em percentual do PIB. Então, verificamos que até 2028 não haverá uma aceleração muito

grande. Hoje temos uma despesa em torno de 7% do PIB, passaríamos para 8% em 2028, o que não é nada exagerado. Porém, a partir daí, começa haver uma aceleração maior, em função do envelhecimento da população, chegando a 12,5% do PIB em 2050. Não chega a ser explosivo, como algumas pessoas colocam, mas é um número elevado e vamos aumentar consideravelmente em relação ao padrão atual e precisamos preparar a Previdência para que nesse momento de gastos mais elevado ela não tenha problemas de financiamento.

Em relação ao fator previdenciário, já adiantei alguns números, o brasileiro se aposenta, comparativamente com qualquer outro país, numa idade muito baixa, o fator previdenciário foi criado com o intuito de estimular o trabalhador a adiar aposentadoria só que, como já havia falado, não conseguiu cumprir o seu objetivo.

O que o fator previdenciário faz é reduzir o valor do benefício. Ele não adiou em nada a aposentadoria, o brasileiro continua se aposentando jovem, só que recebendo uma aposentadoria menor. Quando ele de fato precisa exclusivamente, depende exclusivamente daquele benefício, ele realmente não atende às suas necessidades, porque ele vai ganhar menos do que ganhava quando estava trabalhando.

Esse é um problema e buscamos alternativas ao fator previdenciário, não consideramos o fator previdenciário uma política pública boa, ela é ruim para o trabalhador e se é ruim para o trabalhador é ruim para o País, porém traz economia para a Previdência. Independente da economia que traga para a Previdência, temos que pensar no futuro. A Previdência, com a população envelhecida, não será sustentável no futuro com o brasileiro se aposentando, em média, aos 53 anos. Temos que pensar em alternativas, temos que tirar o fator mas colocando alternativas que venham a cumprir o papel que ele deveria cumprir e não cumpriu, que é fazer com que o brasileiro se aposente um pouco mais tarde.

São várias alternativas que existem e temos que discutir com a sociedade, via diálogo social, para encontrar a melhor alternativa, seja uma idade mínima, seja um aumento no tempo de contribuição, seja um misto dos dois, que é o que o Fator 8595 traz, são alternativas que devem ser discutidas. Na nossa visão, o fator tem que sair mas não pode sair sozinho, porque estaremos criando um problema para o futuro da Previdência.

Apenas um número sobre o impacto do fator previdenciário em termos de redução da despesa da Previdência:

Até 2010, tínhamos 31 bilhões, valor vai crescendo ano a ano, porque cada vez temos mais trabalhadores aposentados que estão sob efeito do fator previdenciário, porque o fator previdenciário, uma vez que ele foi aplicado, vai ser recebido pelo resto da vida, inclusive pelo pensionista.

Então, a nossa estimativa para 2011 é de um impacto de 9 bilhões do fator previdenciário, e, para 2012, de 12,5 bilhões. É um impacto bem relevante, que a cada ano vai aumentando mais, e nós temos que buscar alternativas não tão pelo impacto, porque uma política pública não pode ter o foco apenas no impacto financeiro, nós não podemos ser irresponsáveis, temos que olhar o impacto financeiro, mas em função da sustentabilidade futura da Previdência, em função dessa mudança no perfil etário que coloquei no *slide* anterior.

Pode passar o próximo.

Passando agora para a questão da desaposentação. Independente da questão de mérito, a desaposentação tem um impacto considerável na Previdência. A nossa estimativa foi de um impacto anual em torno de 2,8 bilhões, um impacto que vai crescendo também ano a ano. da mesma forma que o fator previdenciário, e o impacto de longo prazo, considerando todo o período em que o trabalhador aposentado e os seus pensionistas vão receber, de 49 bilhões. Esse impacto de longo prazo vai desde o momento em que foi feita a desaposentação até o fim do benefício daqueles que fizeram a desaposentação.

Mas mais uma vez, independente da questão do impacto, nós vemos dois problemas com a desaposentação. O primeiro, que mais nos preocupa, é o funcionamento do INSS. Com a desaposentação, todo o ganho que se teve de qualidade no serviço do INSS corremos perdemos o risco enorme de perder em função da demanda enorme de trabalho que vai haver no INSS. Por exemplo, é possível que todo mês o trabalhador vá ao INSS, aquele que está no mercado de trabalho, buscar a revisão do seu benefício. Isso vai causar uma enorme procura pelo INSS, além de problemas de sistema, que é o de menos. Mas a dificuldade de atendimento. Isso vai causar um aumento enorme no volume de atendimento no INSS. É algo que nos preocupa muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me fazer uma pergunta, para ajudar a todos.

Esse direito da escolha da aposentadoria, que, no fim, é a mesma coisa, já é garantido para o servidor público. Dá esse problema no serviço público?

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – No serviço público tem uma diferença. Por quê? No serviço público, o servidor, ao se aposentar, não pode

continuar trabalhando. A desaposentação, no caso do serviço público, é ele voltar ao trabalho.

O SR. (Fora do microfone) – É a reversão.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Isso. É a reversão. Seria a mesma coisa. Seria o equivalente à desaposentação, a reversão. Ele volta ao trabalho e deixa de receber o benefício de aposentadoria. Então, não é algo que vá ocorrer com freqüência.

Diferente do conceito de desaposentação, que é: ele se aposentou e continuou trabalhando. Na iniciativa privada, isso é possível. Ele continua trabalhando e, ao continuar trabalhando, ele vai contribuir mais e essa contribuição adicional pode levar o valor do benefício dele a aumentar e seguramente vai fazer que, ao estar trabalhando mais, o fator previdenciário dele seja menor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sim, mas ele só pode, na legalização... Porque eu defendo a desaposentadoria naturalmente. As perguntas, para mim, são importantes, porque é um debate que vou travar aqui no Senado. Mas, naturalmente, ele vai fazer somente uma vez, ele não vai poder fazer a todo minuto, a toda hora, ou a todo ano. Será uma única vez, no momento que ele entender que ele contribuiu...

Digamos que fique o fator previdenciário. E ele tenha que contribuir, para ganhar a integralidade, mais cinco anos, com o novo emprego que ele adquiriu ou onde ele continua. Ele fará uma única vez, vai ter a integralidade e vai continuar tocando a sua vida.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Pela discussão que está hoje no Supremo, o direito de fazer a desaposentação, se for concedido, o trabalhador pode fazer quantas vezes ele quiser. Ele tem uma contribuição adicional, ele pode refazer o cálculo de aposentadoria dele. Então, ele pode fazer até mensalmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas isso pode ser regulamentado.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Sim. Aí seria uma lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tudo bem. A lei nós temos aqui no Congresso.

Na lei é o regulamento que ele pode pedir a desaposentadoria e o novo cálculo uma vez. Isso pode ser feito e, no caso, resolve o problema da burocracia.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Em relação ao INSS, sim. Resolveria o problema do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bom.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – O outro problema que vejo em relação à desaposentação é que ela é injusta com aquele trabalhador que esperou o tempo do fator porque, veja bem, o trabalhador que fizer a desaposentação, vamos dizer que ele se aposentou nessa média de 53 anos de idade.

Ele se aposentou e trabalhou, vamos dizer, mais seis anos e, ao trabalhar mais esses seis anos, ele faz uma única desaposentação e passa a receber a integralidade do valor. Durante esses seis anos, ele contribuiu com algo em torno – vamos somar a contribuição dele, do empregador – de 33% e recebeu um benefício, vamos considerar que ele teve, em média, 30% de desconto, de 70%, ou seja, ele recebeu durante esse período, mais do que ele contribuiu, enquanto aquele que esperou não recebeu nada e contribuiu da mesma forma que ele. Então, é injusto com quem esperou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por isso que essa matemática me leva onde quero chegar de que temos que acabar com o fator previdenciário.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Daí resolve isso.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Sem dúvida.

A solução realmente é acabar com o fator previdenciário, o que resolve esse problema de uma vez. E, mesmo acabando com o fator previdenciário, minimiza imensamente a questão da desaposentação.

Por outro lado, ainda fica um problema menor que é o fato do trabalhador aposentado estar contribuindo e não estar havendo um retorno disso para ele. Essa é uma crítica que é feita pelos aposentados.

O nosso sistema não é um sistema de capitalização, é um sistema de repartição simples, é um sistema solidário, porém a lei pode criar uma excepcionalização para o trabalhador aposentado, o trabalhador que é aposentado e, ao mesmo tempo, está no mercado de trabalho.

De fato, hoje, esse trabalhador tem uma contribuição igual a qualquer outro e o benefício que ele tem é pequeno. Ele está contribuindo solidariamente para o sistema e nós podemos analisar e estamos discutindo com a representação dos aposentados algumas alternativas para que esse trabalhador aposentado tenha um benefício maior do que o que tem hoje e que também seria uma alternativa à desaposentação.

Eu vejo essa discussão juntamente com a discussão do fator previdenciário como algo do ponto de vista conceitual previdenciário, do ponto de vista do bem estar do aposentado, alternativas mais interessantes do que a desaposentação. Próximo.

Falo agora do aumento real. Analisando os índices de inflação nós verificamos que o reajuste dos

benefícios acima do salário mínimo foi maior do que a inflação desde a implantação do Plano Real até hoje, deixando muito claro que os índices de inflação que nós temos não medem exatamente o padrão de consumo do idoso. Nós não temos um índice que meça exatamente. O índice mais aproximado é o IPC-3i.

Eu diria aproximado porque o padrão de consumo é de uma renda mais elevada do que a do idoso e, mesmo com esse indicador, há um ganho real menor do que o ganho real quando se compara com o INPC ou com o IPCA. Não fizemos um total porque esse índice não vem desde o início da série que fizemos que foi após a implantação do Real.

Entendemos que o ideal seria ter um índice que fosse baseado no padrão de consumo do aposentado. Aliás, essa é uma discussão interessante que nós poderíamos ter aqui no Congresso, estamos tendo no Governo e com os representantes dos aposentados. Mas, mesmo tendo essa convicção de que não temos clareza sobre o índice a ser aplicável ou não, o IBGE entende que não haveria uma grande diferença, mas só saberemos isso, quando a pesquisa for, de fato, feita. Não haveria uma grande diferença entre o INPC e esse índice que medisse, de fato, o padrão de consumo dos aposentados.

Pode passar o próximo.

Comparando com os trabalhadores na ativa, verificamos que houve um aumento, nesse mesmo período, dos benefícios acima do salário mínimo maior do que dos trabalhadores, tanto dos da iniciativa privada quanto dos servidores públicos. A linha verde é o aumento médio dos benefícios acima do salário mínimo. Em azul, dos servidores públicos; em vermelho, dos trabalhadores formais da iniciativa privada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E o amarelo?

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – O amarelo é a média de todos os benefícios da previdência social. Então, ela está um pouco maior. Por quê? Porque o salário mínimo aumentou mais do que a média. Então, o salário mínimo leva para cima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O salário mínimo não está no gráfico, está?

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Não, o salário mínimo não está no gráfico. Está a soma de todos os benefícios que está maior do que aqueles que estão acima, em função do aumento do salário mínimo. Então, comparando com quem está no mercado formal, seja público, seja privado, o reajuste foi maior.

Podemos passar o próximo.

Aqui um cálculo do impacto do aumento real. Cada 1% de aumento real dos benefícios acima do salário mínimo, para o ano de 2012, dá um impacto de R$1bilhão 342 milhões. Então, na proposta dos aposentados, de aumento de 80% do PIB, daria 6%. Algo em torno de R$8 bilhões seria o impacto.

Pode passar o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você falou um?

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – É 1,3% para cada 1%. Como seria 6%, daria 8 bilhões.

Aqui é uma pesquisa que nós fizemos sobre a política de reajuste dos países com base nas informações da Associação Internacional de Seguridade Social. Foram comparados 133 países; desses 133, 105 tem um critério específico de correção dos benefícios previdenciários. Desses, 75% são inflação ou aumento de salário. Daí aqueles dois quadros que mostrei anteriormente. O Brasil está entre esses 75%. Cinco por cento é um misto de inflação com aumento do salário mínimo, e 20% são um conjunto de vários critérios. Entre esses 20%, um caso interessante é o da Argentina. A Argentina leva em conta uma série de critérios. Dentre esses critérios, ele considera o aumento na arrecadação previdenciária e o das despesas previdenciárias. Ou seja, se o sistema previdenciário teve uma melhoria no seu resultado, distribui essa melhoria ou uma parcela dessa melhoria para os benefícios. É algo que nos parece uma ideia interessante porque é sustentável do ponto de vista previdenciário, de médio e longo prazo.

Pode passar o próximo.

Então, apenas para concluir, apresento duas informações sobre os gastos do Brasil com pensão por morte. Por que isso? Na nossa avaliação, o Brasil gasta pouco hoje com aposentadorias. O fator previdenciário leva o valor da aposentadoria para baixo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eis o Senador Casildo Maldaner.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – O Senador Casildo Maldaner, que é um grande defensor dos aposentados. (Palmas.)

E inclusive autor de um projeto que vai nessa linha que nós estamos discutindo, alternativo à desaposentação, e que traz benefícios para o aposentado que está no mercado de trabalho.

Bom, eu estava falando sobre os gastos. Então, o Brasil gasta relativamente pouco com aposentadoria. Grande parte disso, em função do fator previdenciário; em parte, em função de o Brasil ser um país relativamente jovem, como nós vimos na pirâmide etária brasileira. Mas o Brasil gasta muito com pensão por morte.

Esse quadro é uma evolução de 2001 até 2010, em bilhões de reais, mostrando o quanto nós gastamos com pensão por morte.

Pode passar ao próximo quadro (*Pausa.*)

Esse é uma comparação é uma comparação do quanto nós gastamos, em percentual do PIB, em comparação com os outros países. Por exemplo, nós gostamos muito mais com pensões do que Bélgica, Itália, Portugal, França, Japão, Suíça. Países que têm um bem estar social muito mais consolidado do que o Brasil, e, principalmente, que têm uma população idosa, em termos proporcionais, muito maior do que a do Brasil.

Então, apenas para reflexão, há algo de diferente no Brasil em relação aos outros países na relação entre aposentadorias e pensões por morte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós gastamos mais?

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Nós gastamos muito mais do que países muito mais envelhecidos que o Brasil com pensão por morte, mas gastamos muito menos com a aposentadoria.

Então, eram esses os comentários.

Obrigado.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Nossos cumprimentos ao Leonardo, como sempre, um *gentleman*, um diplomata no encaminhamento, deixando claros os pontos de vista da Previdência, que também discorda do fator e admite que temos de ter uma política, embora não definida ainda, para os aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência.

Leonardo, eu gostaria que você, se puder – e não precisa responder agora. Eu vou encaminhar à Mesa, e se você não puder me mande outro dia –, informasse qual é a contribuição dos outros países para a Previdência.

Eu recebi um dado que eu tenho colocado e ninguém contestou – talvez a Anfip pudesse até ajudar depois – que mostra que o nosso País, o Brasil, paga em média o dobro para a Previdência do que os outros Países. Ninguém paga tanto para a Previdência como nós pagamos. Ninguém!

Se pegarmos a contribuição a que tem direito a nossa seguridade, no caso, e somarmos com a contribuição de empregado e empregador, nós vamos ver que, em um soma, em média, se nós contribuirmos com 30%, os outros países contribuem com 15%. Isso em média, pegando Estados Unidos, França, Itália, Portugal, Argentina, Venezuela, Chile, aqui do lado.

Então, em relação a essa conta, um dia, teremos de fazer com que haja um encontro, digamos. Por que, à vezes, mas dizem, "a crise lá na Espanha ou lá em Portugal..." Enfim, ou aqui mesmo na Argentina ou no Chile... Mas vamos ver o que eles contribuíram para a Previdência.

Os dados que eu tenho até o momento mostram que, em princípio, e eu vou falar de forma genérica, o povo brasileiro contribuiu, mais do que o dobro – e contribui hoje ainda – do que esses países que estão em crise.

Mas esse é um debate que a gente leva no momento adequado.

Vamos, de imediato, para o Lindolfo Luiz dos Santos Neto, Secretário de Financias da Executiva Nacional da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil.

Vou dar dez minutos, com mais cinco, se necessário. Eu dei um tempo maior naturalmente para o Leonardo, que aqui falou em nome do Ministério da Previdência.

O SR. LINDOLFO LUIZ DOS SANTOS NETO – Bom dia a todos os companheiros e companheiras aqui presentes, Senadores, Senador Paulo Paim, Ministério da Previdência.

Eu acho que na reunião aqui seria importante a gente resgatar... No movimento sindical brasileiro, na última manifestação no Pacaembu, em São Paulo, votam todas as centrais pelo fim do fator previdenciário. Isso está lá no nosso documento que foi entregue para a Presidente Dilma, durante a campanha, lá em São Miguel Paulista, pelo Artur, pelo Calixto, pelos presidentes das centrais que procuraram expressar uma agenda por um projeto nacional de desenvolvimento, com soberania, valorização do trabalho e democracia.

Então, na essência, está lá essa questão no nosso documento.

Então, reafirmar o fim do fator é uma questão que há alguns anos o movimento sindical brasileiro, as forças políticas aqui no Congresso, o Paulo Paim, outros Deputados, a Cobap, Anfip, o Instituto de Economia da Unicamp têm procurado desenvolver essa consciência.

Nós participamos, em 2007 – eu, pela CGTB; o Artur, pela CUT; o Calixto, pela Nova Central; o companheiro da Força –, do Fórum da Previdência, com o Ministro Marinho, no qual, durante um ano, se discutiu bastante, com a Anfip presente e demais assessorias, e pudemos entrar em grandes questões, mas sinto que ainda não temos clareza para poder afirmar uma mudança na legislação.

Lá se debateu bastante – temos uma agenda de desenvolvimento econômico – que a saída para os trabalhadores brasileiros era em cima do desenvolvimento econômico, uma previsão de crescimento da economia, a valorização do salário mínimo; que se poderia, por esse caminho, obter o resgate da Seguridade Social, como bem estabelece a Constituição de 1988, a pluralidade das fontes de financiamento para a Seguridade Social. Isso foi um aprendizado para o movimento sindical brasileiro, ao tomar consciência

dessa realidade que, até então, a imprensa brasileira procurava mostrar, do tal déficit da Previdência. E vemos aqui hoje o Ministério apresentar, em cima do que os trabalhadores urbanos arrecadam, ser superavitário em relação ao que os trabalhadores urbanos gastam. Mas, até 2007, foi uma violenta campanha na sociedade brasileira. De vez em quando, vemos de novo aí essa conversa de que a Previdência é deficitária, que a Seguridade Social...

Então, o que existe – eu queria resgatar aqui, Senador Paulo Paim – é uma luta entre dois regimes que o companheiro do Ministério colocou. O regime de repartição prevê... é produtivista: interessa o emprego, interessa a renda, focaliza o capital produtivo para o desenvolvimento da Nação. Foi por esse caminho que a Seguridade Social foi criada, em cima de um regime de repartição simples.

A reforma que houve para trás procurou introduzir, na Seguridade Social brasileira, o regime de capitalização. Nós aprendemos com a Anfip que o Fator Previdenciário é uma fórmula que expressa um regime de capitalização. E ao regime de capitalização interessam os juros altos, porque tem que compor uma massa de recursos para que os trabalhadores que aplicam, lá no futuro, possam ser beneficiados. Para isso, temos que ter uma política de juros altos dentro da Economia, com ativos fixos, preferência a papéis públicos para desenvolver essa compra.

Então, a meu ver, esses dois regimes se chocam. E, dentro do nosso Brasil, esses dois regimes estão constantemente dentro desse choque. Então, o reafirmar da repartição simples é o caminho para o desenvolvimento; o desenvolvimento é o caminho para a valorização. Então, nós temos que afirmar, como trabalhadores – há um consenso entre as centrais, e essa foi a nossa batalha de várias marchas aqui em Brasília –, a valorização do salário mínimo. Procurava-se, com isso, distribuir renda; procurava-se, com isso, o País crescer, se desenvolver, investir no seu mercado interno, no seu crescimento econômico. Essa é, a meu ver, a lógica que nós trabalhadores precisamos ter em um país independente e soberano. E essa é a nossa batalha, o tempo todo, dentro da economia, entre os setores rentistas, que valorizam a financeirização da economia, e os setores que valorizam a produção no País.

Eu queria fazer essa introdução, um pouco, para a gente buscar, pensar... Isso foi o aprendizado nosso lá no Fórum da Previdência. Estávamos discutindo, à luz de uma discussão, sem ter claro o caminho que permitiria não mexer em nada. Então, do ponto de vista do fim do fator, nós da CGTB defendemos, pura e simplesmente, o fim do fator, como foi aprovado aqui no Senado e no Congresso. Infelizmente, nós tivemos um veto. Mas a consciência do trabalhador brasileiro é pelo fim do fator.

Então, não há motivo para ficarmos pensando em outras fórmulas, 85, 95, fórmulas que penalizam quem começa mais cedo. Vimos aqui o esquadro do que temos visto ao longo desses anos. Eu quero que o trabalhador brasileiro comece a trabalhar mais tarde, para que ele possa se profissionalizar, possa ter mais condições, e não começar com 16, 17 anos, trabalhar 35 e se aposentar ou não aos 51. Isso não é real isso, porque tem o desemprego. O funcionário público tem estabilidade no emprego. Então, ele pode se aposentar nessa faixa. Mas o trabalhador da iniciativa privada não em estabilidade no emprego, e se contam alguns anos em que ele fica rodando. Então, penaliza quem começa mais cedo e penaliza quem está lá na frente, numa determinada idade, porque está fixado, no caso da fórmula 85-95, o tempo de contribuição de 35 anos. Se eu tiver 65 anos e 30 anos de contribuição, eu não posso me aposentar, somando 65 mais 30, dando 95. Eu preciso trabalhar mais cinco anos.

Essa fórmula, a meu ver, ainda está sob a lógica dessa visão rentista, ainda está sob a lógica não do desenvolvimento econômico, do crescimento do PIB. Tenho acompanhado o trabalho que a Anfip tem feito esses anos todos, e também o Paulo Paim, de 2010, do que a previdência e a seguridade social arrecadaram em termos de bilhões de reais. Então, R$441.3 bilhões que acumularam do orçamento da seguridade social, só da contribuição social. Então, são recursos de que o setor financeiro está a fim.

Quero aqui reafirmar. Não é à toa que a gente tem essa pressão mundial no momento. Está predominando no mundo uma luta em que as populações estão indo às ruas contra. Então, você vê a Grécia. O que o FMI propôs à Grécia? Retirar direitos dos trabalhadores, é a previdência, para tentar salvar os bancos alemães, franceses, que lá fizeram a mesma política que os Estados Unidos fizeram para financiar a especulação financeira no mundo.

É disso que estamos vivendo. E há outro caminho. Enquanto eles estão enfraquecidos, nós temos o caminho do investimento no mercado interno e, para investir no mercado interno, temos que valorizar a nossa economia, valorizar salário. Esse é o caminho. Então, chegamos a um consenso entre as Centrais, e, junto ao governo Lula valorizar o salário mínimo com 100% do PIB mais a inflação.

Houve um erro na condução, este ano, aqui no Congresso Nacional. A gente não previa lá atrás um PIB negativo. Então na nossa fórmula, na discussão com o governo Lula, não tínhamos previsto um PIB negati-

vo, que atrapalhou a nossa conquista. Então, tivemos um embate no sentido de uma valorização do salário mínimo, para que a gente pudesse, com a valorização do salário mínimo, aumentar o nosso poder de compra, aumentar o consumo, aumentar a produção. Esse é o caminho para chegar à proposta, que eu acho mais justa neste momento, dos 80% do PIB mais a inflação, para que a gente possa dar um salário ao trabalhador que aposentou e trabalhou a vida toda, recuperando parte do seu salário que foi perdido ao longo desses anos. É uma fórmula que permite esse crescimento.

Podemos ouvir depois a Anfip, nesse período de análise aqui. Com o crescimento econômico, com a formalização do mercado de trabalho, quantos trabalhadores passaram a contribuir mais? Alguns milhões de trabalhadores. Vocês podem ver que, nessas planilhas que a gente apresenta, mesmo com o fim da CPMF, a seguridade social é superavitária. Perdemos 42 bilhões lá, que era uma proposta que estava bem localizada, definia tantos por cento para a previdência, tantos por cento para a saúde, tantos por cento para a assistência social. Então, era justo.

A minha fala vai nesse sentido de a gente procurar ter essa consciência e desenvolver. Nós estamos Aqui no Congresso Nacional discutindo a DRU. Em 2007, nós levantamos o fim da DRU no Fórum da Previdência, de forma paulatina. Assim como a DRU foi extinta da Emenda Constitucional nº 59, na área de educação, se extinguiu a DRU. Agora pode ser que, nestes próximos três anos, tenhamos tempo para a gente pensar uma proposta aqui no Senado, no Congresso, para a extinção da DRU paulatinamente, que permita tirar 20% das contribuições sociais para fazer superávit primário, a gente invista no sistema da seguridade social.

Para mim, está clara esta luta que o Paulo Paim, vários companheiros e as Centrais têm feito no sentido da valorização da produção. Esse é o caminho para que a seguridade social, a previdência tenha os recursos. Nós participamos, eu até trouxe aqui, lá em São Paulo, do debate "Previdência social: como incluir o excluído; uma agenda voltada para o desenvolvimento econômico com a distribuição de rendas", em que algumas teses apresentadas foram questionadas. Mesmo esta questão do envelhecimento. Há pessoas que pensam diferente do que se propõe aqui, do que ouvi do companheiro. Então, há várias questões que podemos trabalhar, mas o caminho é a produção, para o País crescer sete por cento, oito por cento, dez por cento; temos que trabalhar no crescimento da economia para que a previdência e a seguridade social não nos façam vir aqui discutir alternativa ao fim do fator, se vai penalizar menos ou mais. Não precisa. O crescimento econômico é o caminho para extinguirmos o fator previdenciário e o País poder reparar este dano feito há muitos anos, quando se tinha a clara intenção de ter o regime privado predominando sobre o regime de seguridade social no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Muito bem. Esse foi o Lindolfo Luiz dos Santos Neto. Meus cumprimentos pela sua fala. Quero dizer que concordo integralmente. É bom que esteja o movimento sindical aqui. Vejam como aqui nesta Casa não temos segredos; estamos ao vivo pelo canal quatro; são nove canais aqui no Senado. Canal 4, www.senado.gov.br/tv e também pela TV digital, canal 51,3. O lobby aqui na Casa funciona de acordo com as forças organizadas da sociedade.

Você lembrou bem: a DRU não incide mais sobre educação. E por que incide sobre a seguridade? Por que se tira 20% da seguridade se o debate aqui na Casa é saúde, assistência e previdência? Segundo o Ministro da Saúde, a DRU retira da seguridade 45 bi. Eu ouvi numa audiência com ele aqui. É mais ou menos isto, 45 bi. E quando a gente tenta fazer esse movimento que já fiz, apresentei a emenda para que a DRU não incida mais sobre a seguridade, o pessoal fica meio que achando que não é bem assim. Agora no debate da DRU, que a Casa vai votar essa semana, eu apresentei a emenda; só que preciso de 27 assinaturas dizendo que tudo bem, vamos aprovar a DRU – só que não incida sobre a seguridade. E daí vamos para a discussão alternativa no futuro. Mas é outra dificuldade enorme; só com muita pressão popular a gente vai conseguir um dia – quero concordar com você que efetivamente não acredito que vai acontecer nessa semana – que a DRU não incida mais sobre a seguridade. Por que a DRU tem que atingir saúde, assistência e previdência? Não tem muita lógica. Enfim, aqui sou só o mediador, só estou concordando com sua palestra, com muito entendimento, muito clara, muito transparente, muito precisa.

Agora vai falar o Moacyr Roberto Tesch, Secretário Geral da Nova Central Sindical, que representa aqui o presidente daquela central, o Calixto.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Primeiramente, quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, o Lindolfo, da CGTB, o Quintino, da CUT, o Warley, da Cobap, o Leonardo.

Senador, também gostaria de parabenizar o seu requerimento pelo qual, mais uma vez, tem demonstrado sua preocupação com a questão social, propõe diversas audiências públicas, regulamentação de profissão, jornada de trabalho, negociação coletiva, fundo de pensão do Aerus, qualificação profissional, política de emprego a partir dos 45 anos, previdência social;

trabalhador no campo, trabalhador em escala, trabalhadora mulher, trabalho das migrações, mercado informal de trabalho, desemprego e assim por diante. É um trabalho que vem sendo desenvolvido sempre e permanentemente na questão social. É o senador que tem compromisso com o social e que nós parabenizamos.

Gostaria também de cumprimentar o Senador que está aqui presente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Senador presente, para que toda a Mesa tenha tomado nota, é o Senador Casildo Maldaner, como já foi dito aqui, um lutador pelas questões sociais.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – E o Senador Suplicy, que também estava presente.

Meus companheiros, minhas companheiras, a Previdência – talvez faça uma comparação meio pesado, me desculpem, – parece que é a casa da mãe joana. No passado, sobrou um pouquinho de dinheiro, os netos vão para a casa viúva, vão pegar esse dinheiro e vão "torrá-lo".

No passado, com a sobra – entre parênteses – da Previdência, segundo as informações que a gente sempre tem, foi construída a Transamazônia, que hoje, graças a Deus, voltou à Transamazônia, ou seja, o mato a cobriu. A Ponte Rio-Niterói também, dizem, foi construída com o dinheiro da Previdência; hoje está pedageada, mas os valores que deveriam retornar à Previdência pelo jeito não chegam. Itaipu, também dizem, foi feita com dinheiro da Previdência nos bons tempos. O retorno para a Previdência, quer dizer, o dinheiro que foi, também a gente não sabe se existe. A construção de Brasília, também dizem, foi com parte do dinheiro da Previdência. Cadê os retornos para a Previdência? E assim vai.

A maioria das pessoas que aqui estão quando começaram a trabalhar fizeram um contrato com a Previdência e no início, possivelmente, contribuíam com até 20 salários mínimos na expectativa de que quando se aposentassem ter uma aposentadoria adequada à sua contribuição de 20 salários mínimos. Com o passar do tempo, foi diminuindo – quinze, dez e hoje nós temos os valores de referência com três mil e poucos reais.

Eu pergunto: é justa essa alteração no transcorrer do tempo? É uma transformação simplesmente unilateral.

Quando... Aos poucos foram reduzindo os valores e o valor da contribuição, mas o valor que foi contribuído não é devolvido. Da mesma forma, agora vem a questão do fator previdenciário em que nos tira de 30% e, conforme o Leonardo disse aqui, chega até a 50%.

A visão de governo, ou seja, a visão de quem administra a Previdência social só tem o olhar da administração do caixa da Previdência.

Não somos contra de forma nenhuma – jamais teríamos essa posição – até por questão de filosofia, por questão de princípios, mas na elaboração da Constituição, mais uma vez, a Previdência ficou responsável por toda a questão da aposentadoria, a questão do trabalhador rural. Não somos contra, mas acho que o caixa que deveria fazer o pagamento é que está equivocado; devia ser pelo Tesouro e não pela Previdência. Por isso, que eu digo que a Previdência...

Agora vem a questão das renúncias fiscais... Novamente a Previdência é retirada. Parece-me, Senador Paim, que tem tanto dinheiro a Previdência, que ninguém consegue acabar com ela. Eles fazem tudo para acabar com a Previdência, tirando dinheiro, renúncias, coisa e tal, e não conseguem acabar com a Previdência.

O retorno disso recai sobre a população, principalmente nas pessoas mais simples, porque o grande empresário, quem tem uma rentabilidade boa, já saiu para a previdência privada, já tem seu patrimônio, não tem necessidade da Previdência Social, do governo. Quem procura o governo, quem tem necessidade do governo são as pessoas mais simples, as pessoas que mais precisam.

No período anterior – lembram muitas pessoas que estão aqui –, quando se chegava aos trinta anos havia o famoso "pé na cova", que era um pecúlio que a gente recebia, as pessoas recebiam, que era uns cinco anos antes da Previdência Social, antes de se aposentar. E foram cortando. Quer dizer, os valores para que foi criada a Previdência simplesmente foram podando, podando. E querem, a sensação que a gente tem é que querem que acabe cada vez, como se diz, mas não conseguem.

Questão do fator previdenciário, a gente tem uma grande preocupação, porque quem participa e quem tem a aposentadoria com 53 anos e coisa e tal, ele tem, efetivamente, os anos trabalhados, com 53 anos, 54 ou 55. Só que ele começou a trabalhar com 16 anos, com 15 anos. Eu comecei a trabalhar com 14 anos. Naquele tempo era permitido. Era o trabalho de menor. Depois é que foi para 16 anos. Eu já estou com... Eu até estava fazendo uns cálculos aqui. Eu já estou com 42 anos de contribuição da Previdência. E estou com 56 anos.

Então, essas coisas, vamos supor, você vai... Não vai dizer que eu comecei a trabalhar mais cedo porque eu gostava de trabalhar. Eu tinha que contribuir junto com a minha família para fazer a complementação de renda. Tenho absoluta certeza de que tem uma boa quantidade dessas pessoas. São os vagabundos que foram considerados pelo Fernando Henrique no passado e tão criticados pelo Governo Lula.

Inclusive, no Governo Lula, na primeira campanha, de que o Collor saiu vitorioso, que nós do movimento sindical, os trabalhadores, de forma maciça apoiou, entre suas campanhas, algumas coisas, trazia o fim do fator previdenciário. E, lamentavelmente, quando esta Casa, o Congresso Nacional, ofereceu ao Governo a possibilidade de, efetivamente, acabar com o fator previdenciário, não houve essa recíproca e, lamentavelmente, ele vetou a questão do fator previdenciário.

Nós da Nova Central, junto com as outras centrais sindicais, nós temos posicionamentos bem claros, bem transparentes no que se refere à questão do fator previdenciário. Nós somos contra o fator previdenciário, também fomos contra a questão dos 95 e 85, por causa que, mais uma vez, em alguns segmentos, vamos supor, da construção civil, na prestação de serviços, onde há uma rotatividade muito grande de trabalhadores, esse fator de 85 e 95 nós não iríamos atingir, porque as pessoas não iriam, somando o tempo de serviço com a idade, ficaria impraticável. Então, de duas, uma: ele optava por uma aposentadoria que não iria atingir ou então ficava no fator previdenciário com a redução dos valores que assim foram colocados.

O servidor público tem a possibilidade da desaposentadoria e nós, vamos supor, da atividade privada, quando a gente recorre a essa questão da desaposentadoria, não é porque a gente quer ganhar mais, mas porque, lamentavelmente, nós somos obrigados, no caso, quando se aposenta, a dar continuidade, a trabalhar, como se diz, após a aposentadoria, porque nossa aposentadoria não contempla o padrão de vida, as condições de trabalho para dar sustentação à nossa família.

Lembramos ainda que, quando a pessoa se aposenta – possivelmente o Warlei ainda vai tocar nesse assunto –, parece-me que é um pecado que a pessoa faz ou ele acaba fazendo alguma coisa errada, porque, quando a pessoa, vamos supor, quando já deu sua contribuição da vida inteira para o País, onde ele já contribui para a Previdência durante 35 ou 40 anos, onde ele já fez todo esse processo, ele vai se aposentar e ainda recebe menos. Quando ele recebe menos, aí os remédios para fazer a manutenção do esqueleto não é mais Cibalena. Os valores são bem mais altos. E a indústria farmacêutica não olha com caridade nenhuma esse momento, tanto é que você vê a quantidade de farmácia e as redes cada vez estão faturando mais e aumentando.

Quando já passamos – que nem o Chico Anísio, quando ainda tinha aquele quadro – dos 45, 50 anos, embora hoje a idade seja até mais avançada, a manutenção do ser humano fica muito mais cara. Aí é que ele precisa muito mais de dinheiro para fazer essa questão e aí as dificuldades são maiores, sem considerar que ainda somos nós, os aposentados, que, quando recebemos o dinheiro, fazemos a movimentação do mercado de uma grande parte dos pequenos centros no Nordeste e no interior do Brasil. É o mercadinho, é a loja, é o grande dia das pequenas economias.

Então, acho que temos de olhar isso com carinho. Nós, do movimento sindical, da Nova Central, estamos atentos a essa questão, Senador Paim. Temos um compromisso com a Cobap e temos um compromisso moral com os trabalhadores na defesa pelo fim do fator previdenciário.

Para nós, nessa questão da desaposentadoria, não é que a pessoa queira fazer; é o desespero, é a necessidade de melhorar um pouquinho mais a sua condição de vida, a sua dignidade.

Muito obrigado, Senador Paim. Pode contar sempre com a Nova Central, que estamos à sua disposição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Moacyr.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador aqui manda e não pede: está com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, é que o Dr. Cláudio, meu assessor, está me avisando que sou relator de dois projetos na comissão de economia. O primeiro deles, que começa agora, é em relação ao endividamento de Municípios, para mudar a resolução. O segundo é em relação ao FAT, para que os bancos das cooperativas de crédito possam ter acesso aos recursos do FAT, para poderem se massificar mais, no Brasil, os recursos. Hoje, só bancos oficiais federais podem usar recursos do FAT. Então, como sou relator na CAE, em seguida, eu sinto muito, pois eu gostaria de participar, mas... Se me permitir, pelo menos uma declaração, se puder fazer aqui antes de... Pela ordem, o nosso Presidente Warley Gonçalles deve fazer uma exposição. Eu gostaria de não ser privado desse direito, mas aí, Senador Paim, que está presidindo, novamente, se eu puder me manifestar rapidamente...

O Senador Paim, não de hoje, como os senhores todos da mesa e os presentes conhecem, é um timoneiro, é um ícone da questão social do Brasil. São vários testemunhos. Eu nunca canso de dizer e de repetir. Em todos os momentos, ele preside estas audiências públicas sobre as questões sociais do Brasil. A todo instante. Inclusive no meu Estado, ainda no começo do ano. Ah, e o Presidente Warley lá esteve, na Madre Paulina – não é mais madre, agora é santa -, em

Nova Trento. Foi lá, com o Senador Paim convidado, o encontro nacional da melhor idade, como se diz, dos aposentados. Eu fui para prestigiar o Senador Paim e os aposentados, naturalmente. Chegando a Nova Trento, lá estavam milhares de pessoas e a Santa Paulina... Nós estivemos em Roma, na canonização, aquele negócio todo. Por incrível que pareça, quando o nosso Senador Paulo Paim adentra, parece que é mais aplaudido que a santa. É venerado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É porque ele é muito meu amigo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Está aqui um catarinense que vai... Não, mas é verdade.

É assim pelo Brasil afora. Não é só o gaúcho, é o Brasil. Ele pega o seu cajado e sai pelo Brasil defendendo questões sociais. Trago esse depoimento, porque senti isso, lá, no Estado, de corpo e alma. Então, eu quero trazer isso.

Também quero dizer aqui aos palestrantes que estão fazendo essa exposição. Na questão do fator, que o Senador Paim vem à tribuna, vem ao Senado, não de hoje, quero me somar... Na desaposentadoria, aqui, eu quero me referir ao Leonardo. Eu estive no ministério com uma proposta. Eu não sei se deve se aposentar ou não. Se não precisasse se aposentar, a minha proposta é no sentido de que ele possa continuar. Eu estive com o Ministro Garibaldi Alves e o Leonardo, que representa essa área, no Ministério, expondo a nossa intenção.

Tramita aqui, no Senado – o Senador Paim também tem uma proposta neste sentido... O nosso aposentado, hoje, tem o seu tempo, apesar do fator, mas, quando chega, vamos supor, a idade de aposentar-se, muitas vezes ele se aposenta com R$700,00, R$1.000,00, R$1.200,00 e não chega ao teto. Ele gostaria de continuar, ou melhor, ele se obriga a continuar trabalhando mais um pouco depois de aposentado. Não é que ele queira ocupar o lugar do jovem, não, mas ele precisa fazer alguma coisa. Geralmente, ele fica na informalidade, trabalhando no fundo de quintal, aqui ou acolá, fazendo alguma coisa para ganhar algo a mais e poder somar à sua pequena aposentadoria, para comprar medicamentos, para ajudar o neto, para ajudar alguém a estudar ou para pagar o aluguel.

A possibilidade de o aposentado... Ele está com 65 anos ou com 67 e gostaria de trabalhar mais cinco anos, mais três anos não na informalidade, mas na formalidade, em casa ou no quintal ou onde for. Mas ele vai contribuir com a Previdência. Essa contribuição... Embora aposentado e ganhando os seus R$1.000,00 ou R$800,00 ou R$1.200,00, se conseguir trabalhar mais três anos, mais cinco anos, ele quer encontrar um fator, fazer uma média ponderada, de acordo com os estudos do IBGE, uma média de vida para saber o que ele teria. Aí faz-se um cálculo para ele somar à aposentadoria que vem recebendo. Se ele conseguir, por mais três, quatro, cinco anos, trabalhar e contribuir para ganhar algo que lhe some mais uns R$500,00 por mês, ele chegará a um ponto em que ele não terá mais condições físicas de trabalhar. Não é que como o Ronaldo, que não pôde mais trabalhar. Não é esta a questão: "Não posso mais jogar". Mas não pode mais trabalhar, de fato. Aí ele agrega à sua aposentadoria um *plus*, e esse *plus* vai ajudá-lo a viver, a adquirir o medicamento, a viver um pouco melhor, a curtir a vida ou a ajudar um sobrinho, um afilhado, um neto. Quer dizer, é isso que o trabalhador gostaria de ter – eu sinto isso – ou, então, ele tem que fazer os bicos informalmente. Mas ele quer contribuir, ele quer colaborar.

O Senador Paim tem um projeto mais simples que junta esse tempo trabalhado ao que vem recebendo. A nossa proposta é que ele não desaposente. Se ele terminou e conseguiu o tempo, ele vai requer e receber os R$700,00 ou os R$1.500,00 por mês. Ele vai contribuir, então, no mínimo, com mais três anos, 36 meses, e, dali em diante, ele terá o direito de transformar isso. A Previdência coloca numa conta, vai somando de acordo com o IPCA, vai contribuindo, e, conforme o fator de vida, de tempo, ele pode receber depois e acrescentar à aposentadoria que ele vem recebendo. Quer dizer, essas são maneiras de ele conseguir um espaço, conseguir contribuir, conseguir avançar e, quando ele não puder mais, obter alguma coisa para somar à sua previdência, sempre respeitando o teto. Se chegar ao teto, tudo bem; aí não é o caso. Mas muita gente não chega até o teto e precisa trabalhar mais um pouquinho para poder ter uma vida mais condigna. Ele recolhe à Previdência, e esse dinheiro vai para a Previdência, mas ele não tem nenhum proveito disso. Eu acho que isso é uma questão de justiça.

Eu até faço um apelo, mais uma vez aqui, ao Ministro Garibaldi, ao Leonardo. Eu acho que é uma... Não sei se nós precisamos fazer por lei no Congresso, não sei se vai precisar mexer, mas vamos fazer. Tramita a proposta do Paim aqui, e há uma nossa. Eu acho que é uma questão de justiça com as pessoas que não querem tirar o lugar dos jovens, mas elas precisam, enquanto tiverem condições físicas, dar um pouco mais de si para a sociedade e contribuir, para, quando não puderem mais, ter uma vida um pouco mais condigna, um pouco melhor para poder sobreviver durante os anos que lhes restarem ainda.

Acho que essas são propostas sociais, dignas, de repercussão no Brasil. Acho que é uma questão de justiça.

Deixo isso aqui, pedindo perdão por não poder ouvir o nosso Presidente.

Senador Paim, mais uma vez, meus cumprimentos a V. Exª, aos senhores palestrantes e aos presentes todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O Senador Casildo Maldaner deu uma bela contribuição ao debate para melhorar a vida dos nossos trabalhadores e aposentados.

Nós ouvimos, então, o Moacyr, que fez uma bela exposição. Há uma frase do Moacir que eu guardei aqui: "Essa tal de Previdência parece que não tem como... Eles querem acabar, mas não conseguem". Por que ele usou essa frase? Porque, historicamente, usam o dinheiro da Previdência para outros fins, mas nós sabemos que ela continua viva e, no meu entendimento, ela continua superavitária, apesar de tudo que acontece.

Alguém já disse para mim – foi um economista – que o grande lastro do combate às crises econômicas por que o Brasil passou foi a Previdência. Foi um economista que me falou isso! Então, quem está respondendo, historicamente, em relação às crises são os aposentados e pensionistas que acabam não recebendo, no meu entendimento, o que deveriam receber de direito, de direito.

Vamos agora, então, ao último desta Mesa. Depois, vamos montar a segunda Mesa.

Quero registrar a presença aqui do Toninho do Diap, um velho lutador, sempre aqui conosco, que vai poder usar a palavra também no momento em que abrirmos a palavra aos companheiros que estão no plenário. *(Palmas.)*

Passamos a palavra para o Warley Martins Gonçalles, Presidente da Confederação nacional Brasileira de Aposentados e Pensionistas.

Quero só informar que, na segunda Mesa, estará o Quintino Severo, lá do meu Rio Grande. Aquela greve lá do sapateiro – hein, Quintino? – parece que tudo começou ali. Ele liderou uma greve importantíssima lá no Vale dos Sinos que eu jamais vou esquecer, mas não vou contar toda a história aqui agora. O Quintino Severo, Secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores; representará aqui o Presidente da CUT. Depois, na mesma Mesa, o Álvaro Sólon de França, que é o Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Anfip. Está previsto também – não sei se chegou – o Cleber Verde, que tem um projeto – eu tenho, e ele também tem – de desaposentadoria. Acho que o Cleber não está aqui. O Carlos Andreu Ortiz está? *(Pausa.)* Está aqui. Então, está aqui o Carlos Andreu Ortiz, Presidente Estadual do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical. O Jailson chegou? *(Pausa.)* O Jailson não chegou, mas chegou o Toninho. O Toninho vai para a segunda Mesa também. Não é que ele vai falar pela central dele; vai falar pelo Diap.

Então, Warley com a palavra.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Um bom-dia a todos. Um bom-dia à Mesa.

Bom, a turma... São muito afiados os Presidentes de Federação.

Eu só queria falar sobre o fator. O fator previdenciário... Nós fizemos um acordo, em 2009, com as centrais sindicais de as centras sindicais ficarem com o fator previdenciário e nós discutirmos o aumento dos aposentados. Nessa época, o Governo fez aquela proposta para nós de 80% no nosso reajuste – vou chegar lá na hora certa. Então, as centrais sindicais ficaram de negociar o fator, mas o Governo continua, desde 2009, quando começamos a negociar, até hoje, enrolando: enrolando as centrais, enrolando a Cobap, enrolando todo mundo. Então, não adianta virmos aqui e apresentarmos um monte aí... O próprio Governo está a favor – vocês viram –, contra o fim do fator, só que não faz nada: não traz proposta para as centrais, não traz proposta também para nós, aposentados e pensionistas. E nós vimos aqui...

O Senador Paulo Paim tem essa vontade imensa de resolver os problemas, mas o Governo não está interessado em resolver nada. Isso é que é ruim para a gente. A gente tem um governo aqui na Mesa, uma pessoa representando o Governo, um excelente cara – gosto muito do Leonardo. Ele abra as portas para a gente negociar tudo, mas também não tem poder. O poder é lá com a nossa Presidente. Inclusive, nós já até nomeamos que a carne da nossa Presidente é tão dura que vai um mês na panela de pressão para cozinhar, entendeu? A gente está preocupado com isto: não tem negociação. O Governo não abre uma negociação conosco.

Então, o fator previdenciário cabe às centrais sindicais. A Cobap apóia as centrais sindicais. No que eles decidirem em relação ao fator, a gente está junto. Mas eu acho que as centrais têm que agir mais. As centrais têm que pegar no pé do Governo, porque o Governo não está querendo negociar conosco, nem com a Central, nem com ninguém. E aí o pobre trabalhador fica sofrendo. Não se aposenta porque cai no fator e, quando se aposenta, perde 40%, 50%.

Então eu acho que nós deveríamos tomar uma decisão, já que o Governo não vem.

Desaposentação. A Cobap está apoiando a proposta do Deputado Cléber Verde, inclusive, se ele estivesse aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Informaram-me que ele está vindo para cá.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – E também nós apoiamos... O nosso jurídico da Cobap está acompanhando a questão no Supremo para ver como vai ficar.

Nós tentamos abrir a porta para negociar com o Governo ou a desaposentação ou a volta do pecúlio, negociar com o Governo para ver se vem alguma coisa. Mas também continua aquilo: vai, vai, vai, vai, não vai, continua.

Então eu acho que o Governo está deixando muito a desejar com a gente, com as centrais, com a Cobap, com os aposentados.

Em relação ao aumento real, o que aconteceu com o aumento real? Em 2009, nós reunimos todas as centrais mais a Cobap, mais os sindicatos nacionais, nós fizemos uma mesa redonda e as centrais alegavam: se os aposentados tivessem um aumento igual ao do salário mínimo, nós iríamos prejudicar o salário mínimo. Então nós falamos: está bom, nós não queremos prejudicar o salário mínimo. Então vamos negociar 80% do PIB e foi negociado. Foi negociado, as centrais apoiaram, nós levamos à Câmara, ao Senado e aprovaram. E nós estávamos contentes esperando que este ano também iria vir os 80%.

O que aconteceu? A Dilma veta os 80% nossos. Até o aumento que estava na LDO também vetou. Nem aumento tinha. Tinha lá uma proposta para negociar e ela vetou a proposta de negociação.

Então o que eu acho? Eu acho o seguinte: principalmente os trabalhadores que estão aqui deveriam cobrar dos seus sindicatos e das suas centrais: já que o Governo quer que todos nós ganhemos salário mínimo, por que vocês não pagam só um salário mínimo à Previdência? Entenderam? Vamos fazer um projeto de lei. Vamos mudar. Já que eu vou ganhar salário mínimo mesmo, então vou pagar um salário. Pelo menos sei que vou aposentar com um salário mínimo e não vou ser lesado de maneira alguma lá para a frente. Entenderam? Já que querem que todo mundo ganhe um salário mínimo, vamos pagar um salário mínimo. Aí eu acho que é uma lei... Aí talvez... Sabem o que virá? A Previdência vai quebrar. Se fizermos isso aí, a Previdência quebra. Vocês podem ficar preparados, nós aposentados e pensionistas, porque a Copa do Mundo está aí, hein? Está faltando dinheiro e já tem R$18 bilhões na Previdência sobrando. Olhem lá aonde vai esse dinheiro aí. Vai à Copa. Agora, para os aposentados não tem, não tem nada. Para os aposentados não tem aumento algum, porque vai quebrar a Previdência. A Previdência já está deficitária há muito tempo.

Então é por isso que eu falo: eu acompanho as centrais, gosto muito das centrais, nós temos seis, sete centrais muito boas, mas a gente tem que se unir e negociar com o Governo, chamar o Governo. Ou o Governo vem ou a gente faz alguma coisa. Porque não adianta.

A Anfip vai vir depois, vai mostrar aí – aqui está o livro da Anfip – a Anfip vem, desde quando eu a conheço, mostrando para nós que não tem déficit a Previdência, que dá para dar aumento ao aposentado, mas, quando chega no Governo, nós não temos o aumento de que a gente precisa, porque nós não estamos... Olha, somos a única categoria que reivindica o que eles tomaram de nós, entenderam? Porque nós não estamos reivindicando nada daquilo que não é nosso.

Olha, este ano nós estamos fazendo um levantamento na Cobap, um economista da Cobap está fazendo. Se nós tivermos só a inflação, Senador, mais de 1,232 milhão de aposentados passarão a ganhar salário mínimo. E eles não pagaram salário mínimo. E ele não pagou o salário mínimo. Ele pagou rigorosamente acima do salário mínimo. E todo mundo fala: é, vocês pensam que tem muita gente que ganha acima do salário mínimo? É bastante? Nem o teto. Noventa por cento ganham um salário e meio. Um salário e meio! Então, quer dizer, se você fizer o cálculo como nós estamos fazendo, até 2020, 2025, a maioria dos aposentados no Brasil vai ganhar salário mínimo. Só que nós não pagamos.

Agora, é gozado. Eu acho gozado. Eu não sou contra o salário mínimo subir, aumentar o salário mínimo, mas o aposentado que ganha salário mínimo não pagou nada. Ele tem um aumento maior do que eu, que paguei. Ele vai ter um aumento de 14 e pouco por cento e eu vou ter um aumento de 6. E paguei rigorosamente a minha aposentadoria. Eu sou a favor de que o salário mínimo fosse de dois mil reais, como dizem os nossos economistas. Mas acontece o seguinte, eu não paguei o salário mínimo; eu paguei mais do que o salário mínimo.

Então o que a gente fala, a Cobap? O movimento da Cobap, a gente quer aquilo que é nosso. E nós queremos parar de perder. Os aposentados que ganham acima do salário mínimo, nós temos que parar de perder. Não pode todo ano a gente ter uma perda de 7% a 8%.

Aí vêm os trabalhadores da ativa.

Quando estamos na ativa, nós temos um plano médico, nós temos um salário farmácia, um salário... Tem um monte de benefícios. Você entra na aposentadoria e cai no fator previdenciário: já perde, de imediato...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já que se falou em fator, Deputado Cleber Verde, que vai estar na segunda mesa. Por favor, sente-se aqui neste momento, na primeira fila. Em seguida você vem para a segunda mesa.

O SR. WARLEI MARTINS GONÇALVES – Então o problema é esse. Quando se aposenta, você perde tudo aquilo que tinha no trabalho e, por anos e anos, vai perdendo a aposentadoria.

Eu faço um apelo às centrais que estão aqui, às nossas centrais, inclusive ao Tino, da CUT, ao pessoal da Força, porque a gente está junto aí, às outras centrais que estão sempre junto, a Nova Central, a CGTB, que a gente decida alguma coisa, porque não dá mais para esperar o Governo, que não chama a gente para negociar. E olhe que nós cobramos. Eu sei que a Central cobra, todo mundo cobra, mas a gente está esperando aí. Até quando nós vamos esperar?

No nosso congresso nacional, eu conversei com o Leonardo, falei para ele que a gente precisava se sentar e discutir, porque está aberta a Comissão Mista de Orçamento, para a gente negociar algum aumento. Ainda falei para ele que nós estamos pedindo 80, mas será que o Governo não dá nem 10? Nem isso ele pôde nos responder. Então quer dizer que o Governo não quer negociar conosco, aposentados e pensionistas. O único caminho que nos resta, sabem o que é? Fazer movimento de rua. Pegar os velhinhos que já estão cansados, que trabalharam a vida inteira, tirá-los da sua casa, do seu lar, e colocar aqui dentro da Câmara e do Senado e ficar aqui, como fizemos em 2009. E nós vamos fazer a partir da semana que vem. A partir da semana que vem, se o Governo não der carta para negociar conosco, nós vamos nos mobilizar dentro da Câmara, dentro do Senado, vamos trazer os aposentados de novo, como em 2009. Se não fosse o Senador...

Eu agradeço até hoje ao Senador. Nós pousamos dentro da Câmara... Dentro da Câmara! Nós estávamos pousando lá com 300 aposentados. Quando eram oito horas da noite, mandaram fechar os banheiros, desligar o ar condicionado, e nós lá com um senhor de 70, 80 anos tomando vacina. E eles fecharam. Liguei para o Senador, que estava como Presidente no Senado, na Mesa, e falou: Warlei, daqui a meia hora eu estou aí. Não demorou cinco minutos, o Senador foi lá. Nós tínhamos até café com pão depois que o Senador foi lá. Até café com pão deram para nós. E ele pousou conosco lá. Ficou conosco até o outro dia, até as oito horas da manhã. Por isso nós, aposentados e pensionistas, gostamos muito do Senador. Nós falamos que é o nosso São Benedito, o nosso padroeiro.

Então, Senador, era isso que eu queria falar. Eu vim aqui mesmo em nome da Cobap. Nós estamos com a diretoria aí, o Nelson, o Antônio e o Luiz e o Luiz Adalberto também.

Você está de parabéns, Senador. Você sempre nos faz essas coisas, para aposentados e pensionistas.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Warley, Presidente da Cobap, enfatizando a importância da mobilização.

Eu também quero dizer que não acredito na negociação da cúpula. Não acredito mesmo. Não adianta dizer que vão negociar lá em cima que eu não acredito. Eu só acredito na negociação da cúpula quando há um movimento na base. Se houve movimento na base, aí há negociação. Agora, se não houver...

Eu estou com 26 anos nesta Casa; de movimento sindical foram cinco, seis anos, e estou cada vez mais convencido disso.

Falo de coração para vocês: ou nos mobilizamos, ou esse fator fica aí mais 100 anos. No futuro, veremos todos aposentados do regime geral da Previdência ganhando um salário mínimo. Quanto a esse tema que se trata tanto aqui, ou nos mobilizamos, ou não haverá reajuste nunca.

Isso é histórico, pessoal. Lembro-me que alguém sempre repete essa frase e eu estou repetindo aquilo que o Mandela disse quando assumiu a presidência da África do Sul e lotou um estádio de futebol. Já contei isso mais de cem vezes, mas conto mais cem se necessário. Sei que outros companheiros também contam. Ele disse: "Vocês não pensem que elegeram um presidente e está tudo resolvido. Que acabou o *apartheid e* vocês terão atendimento de todas as demandas dos trabalhadores, dos aposentados. Não vão ter, se vocês não continuarem na rua pelo mesmo tempo que eu estava na prisão. Eu sai da prisão porque houve um grande movimento popular na África do Sul e no mundo. Por isso, eu fui liberto. E vocês acham que eu vou assumir a presidência da África do Sul – como assumiu, ele disse isso depois de eleito – e o setor poderoso, a elite vai dizer que está tudo resolvido, que eu estou livre e que acalmou tudo, não irá acontecer mais nada. Agora, se vocês continuarem na rua, pressionando, exigindo seus direitos, eu vou dizer que não, que não é bem assim, que olhem as ruas para ver como estão, que o povo está exigindo isso e aquilo".

É assim que eu entendo. Falo isso dando um depoimento de coração. Isso, para mim, não é ser contra ninguém. Pelo contrário, é ser a favor do Mandela, a favor do governante que estiver na presidência do

país, porque ele sabe que há um movimento social e popular querendo que mudanças básicas aconteçam.

Por isso, Warley, eu sou parceiro e repito o que já disse: se resolverem fazer vigília na Câmara ou no Senado, eu estarei aqui quantos dias forem necessários, já disse e repito – só se não houver parceiro -, até na noite de Natal, que, para mim, teria uma simbologia. Teria uma simbologia ficarmos a pão e água aqui dentro, na noite de Natal, se não houver nenhum tipo de negociação. É uma pressão legítima. Por que não fazer esse movimento, se necessário?

Convido os meus parceiros de mesa a retornarem para a primeira fila e, de imediato, passamos a nossa segunda mesa.

Começo convidando o Deputado Federal Cleber Verde, o Presidente Estadual do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical Carlos Andreu Ortiz, que está aqui conosco. O Joilson Cardoso não chegou. Chamo o Quintino Severo, Secretário da Central Única dos Trabalhadores (CUT), também representando a CUT, o Sr. Artur Henrique da Silva, o Sr. Álvaro Sólon de Franca, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP.

Os nossos convidados que estavam na mesa passada ficarão na primeira mesa. Os outros convidados ficarão aqui. Peço ao Toninho do Diap que também venha para esta mesa, para que dê aqui, tenho certeza, um depoimento tranquilo, balizado, talvez não com tanta paixão como a que eu aqui passei, mas na linha do equilíbrio e do bom senso, pois sei que ele nos ajudará muito.

Eu, às vezes, deixo que a emoção avance, mas nunca, pelo menos tento fugir da linha da razão.

Vamos, de imediato, começar pelo Álvaro Sólon e Franca, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP.

A outra mesa começou com o representante do Ministério da Previdência e essa, seria muito bom que a Anfip desse uma balizada para nós todos, da nossa Previdência.

Álvaro com a palavra.

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – Bom dia, Senador Paulo Paim, demais componentes da Mesa, Deputado Cleber Verde. Eu estava brincando aqui com o Toninho que o Toninho ia ser contundente aqui em algumas questões, mas eu gostaria de começar dizendo de uma perplexidade minha, que é a seguinte: o fator previdenciário, que eu digo que não é fator previdenciário, é fator de ajuste fiscal, e depois vou explicar por quê, tem unanimidade contra, mas está aí já há décadas. E, pelo que temos sentido, e o Senador Paulo Paim tem fundada razão em dizer, se não houver mobilização e a procura de um entendimento após a mobilização, ele vai sair de décadas para séculos aqui.

Mas antes, Senador Paulo Paim, se o senhor permitir, eu gostaria de fazer um convite a todos e todas que estão nos vendo pela TV Senado e nos diversos canais para a divulgação que faremos hoje, no Salão Verde da Câmara, no cafezinho, às 18h, da 6ª edição da publicação, de minha autoria, patrocinada pela Anfip, que trata da Previdência Social e da economia dos Municípios, que demonstra que a Previdência Social é fundamental para a redução das desigualdades sociais, para a redução das desigualdades regionais, para a retirada das pessoas da linha da pobreza. Dados do próprio Governo indicam que, se não fosse a Previdência Social, nós teríamos em torno de 24 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, e que os benefícios previdenciários, na sua maioria esmagadora, vão para o consumo, não vão para a aplicação financeira, dinamizam as economias locais. Eu tenho dito que, se não fosse a Previdência Social, a maioria dos Municípios brasileiros estaria na barbárie social. Convido a todos. O exemplar será distribuído gratuitamente para que nós façamos essa divulgação para a consolidação da Previdência Social pública no Brasil.

Mas eu estava dizendo que eu não considero o fator como fator previdenciário porque, de previdenciário, ele não tem nada. É um fator de ajuste fiscal. E, para nós entendermos por que fator de ajuste fiscal temos de remontar à data em que ele foi criado, às discussões que se travavam na sociedade brasileira e no Congresso Nacional em torno de uma série de questões sociais e da Previdência Social.

O Senador Paulo Paim, àquela época, era Deputado, e nós enfrentamos uma reforma previdenciária, encaminhada pelo Presidente Fernando Henrique, que, em síntese, propunha o seguinte: que, até três salários mínimos, você teria uma previdência pública; de três a dez, uma previdência complementar financiada, administrada pelo mercado financeiro, compulsória, e, daí para frente, uma previdência complementar também administrada pelo sistema financeiro. Não era o que estava escrito no texto, mas eu aprendi, ao longo da minha vida, que o que vale não é o que está escrito, não é a obviedade do texto, o que vale é o subliminar, é a discussão subjacente, é para onde as coisas caminham.

Então, àquela época, o Governo perdeu, na Câmara, por um voto, a idade mínima, e construiu o fator previdenciário, através de uma economista que, à época, foi apelidada de musa do fator, e isso foi construído levando em conta a experiência chilena. Era um fator que conduzia para uma catalisação, e o que era pior,

com uma idade mínima estipulada por uma portaria do IBGE para a sobrevida, publicada sempre agora, a partir de dezembro. Então, nunca o segurado sabia qual era o benefício que ele iria receber, porque ele só sabia qual era o valor do benefício depois de calculado.

E aqui nós brincávamos muito com o Senador à época e Ministro da Previdência Waldeck Ornelas quando perguntávamos a ele: qual é, dada uma situação hipotética, o valor do benefício? Ele me dizia o seguinte: "Não, nós precisamos ter um computador aqui do lado para calcular." Ora, qual é o sistema de benefício previdenciário de uma previdência social pública em que o cidadão não saiba, de maneira simples, qual é o benefício que ele vai receber? Em todos os locais do mundo, levam-se em consideração o tempo de contribuição e uma idade mínima que o cidadão tem para construção desse regime de previdência social.

Então, Senador Paulo Paim, nós não temos fator previdenciário. De previdenciário, ele não tem nada! Ele é uma fórmula de capitalização perversa, principalmente com as mulheres, que começam a trabalhar mais cedo.

Então, é uma fórmula matemática de capitalização. E como o Governo não conseguiu derrotar a sociedade brasileira, graças ao Parlamento e à mobilização da sociedade àquela época para acabar com o sistema de repartição, construiu-se um sistema de capitalização via fator. Essa é a questão do cenário claro, cristalino, para que o debate possa ser construído.

E quais eram os argumentos à época? Os argumentos à época eram os seguintes: o fator previdenciário ou o fator de ajuste fiscal, na minha modesta opinião, vai postergar a aposentadoria, as pessoas vão ter um benefício melhor. Primeiro, o próprio Leonardo disse aqui muito bem – e aqui eu gostaria de fazer a observação de que o Leonardo tem sido transparente nos debates em que tem ido e tem colaborado muito para as discussões da sociedade nesse particular. O próprio Governo tem entendido que a previdência social tem de ser discutida no âmbito da seguridade. Nós temos o texto constitucional, que deve ser respeitado.

E o que ocorre? Primeiro, ele vai postergar a aposentadoria e não postergou. Por quê? Porque o cidadão, ao ter o direito, mesmo pelo fator previdenciário, vai complementar a renda dele. Então, o que aconteceu? O benefício previdenciário, que deveria ser uma renda para o cidadão curtir o ócio com dignidade, passou a ser uma complementação de renda. Ele continuou trabalhando para complementar a renda dele, via benefício previdenciário, mas, aí, existe um fator extremamente prejudicial aos trabalhadores. Por quê? Porque toda a renda advinda da aposentadoria por tempo de contribuição, que é aplicada ao fator, mais o rendimento do trabalho – dado ainda que os salários, no Brasil, são pequenos – vão diretamente para o consumo.

O trabalhador não faz nem vai fazer uma poupança para que, quando se retirar do mercado de trabalho, quando não houver mais a higidez laboral ou quando não houver condições macroeconômicas ou econômicas e ele for dispensado do trabalho, ele ter uma complementação daquele valor que recebeu da aposentadoria aplicada pelo fator mais o que ele vinha amealhando durante a vida. Então, quando chega ao final, em que não tem mais condições de trabalhar, ele vai viver somente com a aposentadoria que foi subdimensionada, que foi fraudada pelo fator de ajuste fiscal. E, aí, as consequências são graves. Por quê? Porque ele vai precisar ter um benefício que lhe dê condições para a compra de medicamentos, para o plano de saúde, porque, infelizmente, a universalização da saúde prevista pelo texto constitucional ainda não foi implementada, apesar de aqui reconhecer que houve avanços significativos nos últimos anos, principalmente com o SUS, que nós defendemos, que a Anfip defende.

Então, não há condições para que o fator atenda aquelas questões que, ao longo das discussões, foram feitas pelo governo de então.

Essa outra questão é prejudicial ainda mais porque, em todos os países evoluídos onde há um sistema previdenciário, há uma idade mínima, que é fixada num texto legal de difícil modificação no Parlamento ou no texto constitucional. Agora temos uma idade mínima aplicada à aposentadoria por tempo de contribuição alterada por uma portaria do IBGE em dezembro. O que é mais prejudicial ao trabalhador ainda é que, se ele não fizer o requerimento da aposentadoria em determinada época, quando ele requerer a aposentadoria, se já estiver em vigor uma nova tabela, será aplicada a ele aquela tabela. Então, não há segurança jurídica alguma para que ele possa requerer o seu benefício que lhe é de direito.

Por isso é que fico perplexo e volto à questão anterior. Como um fator de ajuste fiscal, que tem contra si toda a sociedade, todos os estudiosos de previdência social, de seguridade, tem a unanimidade quase do Parlamento, e ele está aí imutável. Que força estranha é essa que mantém o fator previdenciário?

Então, essa é uma discussão, é uma reflexão que devemos fazer. E aí todas as pessoas, homens e mulheres de boa vontade que sejam contra o fator previdenciário têm de procurar uma alternativa, e aqui vou ser extremamente sincero com vocês, vou usar de uma sinceridade que pode ser até espantosa aqui com vocês. Mas tenho convicção de que, pelo que conheço aqui da Esplanada, a simples extinção do fator não vai ser aplicada. Temos de procurar alternativas. E qual é

a melhor alternativa? A melhor alternativa é aquela em que os princípios constitucionais sejam respeitados. Tenho profundo respeito pela Constituição da República Federativa do Brasil. Conheço vários países, várias Constituições, países ditos de primeiro mundo, e não troco a nossa Constituição pela deles.

E entendo que a discussão sobre o fator deve levar em conta os princípios e os objetivos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil estampados no art. 3º, que é construir uma sociedade livre, justa e solidária. Nós temos que levar em consideração na extinção do fator algo que o substitua e que seja justo e solidário.

Segundo, algo que vá na direção da erradicação da pobreza, da redução das desigualdades sociais e regionais. Fincados nesses alicerces, poderemos ter uma discussão e encontrar uma alternativa para a extinção do fator previdenciário. Aqui foi dito pelo Leonardo que, pelo fator de ajuste fiscal, houve uma "economia" de R$31 bilhões, somente as renúncias fiscais. Está aqui, no livreto distribuído pela Anfip, vocês podem verificar. De 2004 a 2010, mais de R$100 bilhões de renúncias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me dizer uma coisa, Álvaro. Ouvi um parlamentar da oposição falando isso no plenário e duvidei um pouco e agora você me diz exatamente isso. Mais de R$100 bi, ele dizia.

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – Ora, se por um lado o fator deu essa folga de caixa para a economia de R$31 bilhões, as renúncias foram mais de R$100, de 2004 a 2010, e os dados que foram trazidos aqui pelo Leonardo foram de uma década. Nós estamos falando aqui só de 2004 e 2010. Numa década, uma pseudo economia de 31.

Então, não estou dizendo que determinados seguimentos da sociedade brasileira não devam ter renúncia fiscal. Não é isso. Isso tem que ser analisado, porque há setores que, realmente, precisam de um aporte de recursos em um determinado momento histórico para que sobrevivam. Mas o que estou dizendo é que isso não deveria ser feito às contas da Previdência Social, nem da seguridade social, porque eu entendo que as discussões todas a respeito de previdência social devem ser feitas no conjunto da seguridade social. Quem, em 2010, teve uma arrecadação de 458 bilhões, uma despesa de 400 bilhões, e nós tivemos aí um superávit na seguridade social de 58 bilhões, que não é contestado por ninguém

Então, por que isso deve ser levado em consideração? Porque se levarmos em consideração somente aqueles que contribuem diretamente, nós vamos prejudicar o seguimento dos trabalhadores rurais, onde o benefício previdenciário é vital para todos eles. Funciona como seguro agrícola, como fixação das pessoas na sua comunidade, funciona como um amortecedor das tensões sociais, redistribuição de renda. Eu considero o modelo de seguridade do Brasil o melhor do mundo, e tem atingido os seus objetivos, não é algo etéreo, é algo palpável, que é registrado por todas as pesquisas.

Então, Senador Paulo Paim, o fator de ajuste fiscal não condiz com o Governo do Presidente Lula, não condiz com o Governo da Presidente Dilma. É algo que foi produzido de forma extremamente perversa contra toda a sociedade brasileira, num momento histórico em que havia a predominância da privatização, os ventos da privatização varriam a América Latina e aqui no Brasil todos diziam – e eu à época era Presidente da Anfip, num debate aqui no Senado, em que recebi a alcunha de que eu era um paquiderme porque defendia algo que ia contra todas as correntes do mundo, porque o mundo caminhava para o mercado. E o que nós vemos hoje? A previdência social pública fundada na repartição, na solidariedade entre as pessoas da geração estar aqui firmes. E todos aqueles que defendiam os mercados estão hoje de pires na mão. Então, os paquidermes daquela época eram os heróis da resistência de uma sociedade que queria ser justa e fraterna.

Portanto, essas questões todas são abordadas aqui e eu entendo que elas devam ser levadas à reflexão. Todos os homens e mulheres de boa vontade devem procurar uma alternativa para o fator de ajuste fiscal.

Quanto à questão da desaposentação, eu não poderia passar ao largo dessa situação porque, antes de assumir a Presidência Executiva da Anfip, eu estava cedido ao Ministério da Previdência Social para o Conselho de Recursos da Previdência Social. E analisei centenas de processos dessa natureza e quero dizer para vocês o seguinte: a desaposentação não tem sustentação legal. O único dispositivo legal para impedir a desaposentação está no regulamento da Previdência Social. E todos nós aprendemos que o regulamento não pode ir além da disciplina da lei. Por isso que a matéria, hoje, é uma matéria tranqüila, reiterada no Superior Tribunal de Justiça, que entende que todos os trabalhadores têm direito à desaposentação – e o que é ainda mais gratificante – e que não precisam indenizar o tempo em que estiveram na aposentadoria, porque se trata de natureza alimentar, e essa é a minha modesta opinião. E mais: eu entendo que tem direito à desaposentação e entendo que o Ministério da Previdência ou o Parlamento deveriam reconstruir o abono de permanência, o antigo chamado "pé na cova", expressão pejorativa àquela época. O trabalhador tem o direito de se aposentar, mas não

quer se aposentar, quer continuar no mercado de trabalho. Ora, ele tem direito a um abono de permanência. Hoje os servidores públicos têm esse direito de abono de permanência, que é utilizado na sua dispensa da contribuição previdenciária. Então, ele tem o direito, não se aposenta, ele deixa de contribuir.

Essas questões têm de ser feitas, com maior transparência.

Eu entendo que essas questões todas acontecem no Brasil por uma questão própria, peculiar do nosso País, que é a seguinte: o trabalhador brasileiro, quando se aposenta, não é causa para extinção do contrato de trabalho. Ele pode continuar trabalhando. Em outros países, para se fomentar o mercado de trabalho, a pessoa se aposenta, retira-se do mercado de trabalho para abrir uma nova vaga.

Por que isso não acontece no Brasil? Porque historicamente os benefícios são baixos, e as pessoas não podem sobreviver dos seus benefícios. E também porque os serviços públicos essenciais quase não são suficientes para as pessoas sobreviverem, porque, se houvesse um serviço público de saúde ao qual as pessoas tivessem acesso, se elas tivessem acesso também à compra de medicamentos, não seria necessário, porque elas teriam todos esses serviços públicos. Mas não! A pessoa precisa continuar trabalhando.

Então, na questão da renúncia previdenciária da desaposentação, eu sou extremamente favorável a que haja essa possibilidade. E mais: acompanhada de um abono de permanência.

Essa é a minha opinião, opinião advogada pela Anfip.

Agora, o outro item da discussão, para depois irmos ao debate, porque o fundamental é o debate... E vocês agora me desculpem, mas eu gosto de ser instigado. Eu estava brincando aqui com o Toninho: eu quero é a questão contundente, até para as coisas ficarem mais claras, porque, quanto mais se discute, mais se espancam as dúvidas e mais as coisas ficam claras.

Pois bem, o outro item é o reajuste dos aposentados que ganham mais do que um salário mínimo. Essa é uma proposta que estamos estudando na Anfipe, e eu tenho a convicção de que ela pode ser uma alternativa saudável para esse reajuste. E o que nós estamos estudando e o que o caminho nos indica é que a melhor alternativa seria termos o reajuste dos aposentados que ganham mais do que um salário mínimo vinculado ao crescimento real da arrecadação da contribuição para a seguridade social. Nada mais do que justo.

Ora, se existe a arrecadação, se existe a contribuição para o financiamento da seguridade social, se ela teve um crescimento real, em tese, a inflação já foi dada no reajuste para todos; então, que haja um reajuste vinculado a uma parcela, a um percentual desse aumento real da arrecadação da contribuição da seguridade social – e, em média, nos últimos dez anos, o crescimento das contribuições vinculadas à seguridade social foi de 7,5%. Por quê? Porque o governo não pode alegar que não há recursos. Se houve aumento real da arrecadação, o recurso existe!

Às vezes, você tem o PIB, mas as parcelas que compõem o PIB não são aquelas que são diretamente vinculadas às questões dos aposentados. Você pode ter um PIB, às vezes, astronômico, cuja construção foi em ganho financeiro. Podemos ter um crescimento do PIB de 7% e a população mais pobre, a população mais hipossuficiente não teve crescimento algum. Não é o que ocorre, e aqui justiça seja feita, no governo de 2003 para cá, porque houve o crescimento real do salário-mínimo, aumento da formalização da mão de obra, redistribuição de renda – isso nós temos também registrado nessa nossa publicação.

Então, Senador Paulo Paim, são essas as observações iniciais para, depois, irmos ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Álvaro Sólon de França, Presidente do Conselho Executivo da Associação nacional de Auditores fiscais da Refeita Federal do Brasil – ANFIP, que mais uma vez mostra que a nossa Previdência é superavitária. Esses R$100 bilhões de renúncia fiscal são de qual período?

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – De 2004 a 2010. Está na página 52 do livreto da Anfip.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De 2004 a 2010, são seis anos?

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – São sete anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em sete anos, houve uma renúncia de R$100 bilhões. Se a gente voltar mais sete para trás, abrimos mão de, no mínimo, mais R$200 bilhões da Previdência.

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – E na página 62 está aqui toda a desvinculação promovida pela DRU; 2010, R$45 bilhões, e assim por diante. Tem aqui toda a série histórica de 2005 para cá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Achei interessante essa proposta do Álvaro, que vocês estão estudando na Anfip, que, na verdade, ela daria mais até do que o PIB, em média; 7,5%, 8%, dá mais que o PIB, se olharmos esse período todo. E tem certa lógica. Se a Previdência cresceu...

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – Se as contribuições cresceram...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos dar para os sócios da Previdência.

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – Isso. Porque, na realidade, Senador Paulo Paim, uma discussão que ainda não foi enfrentada pelo Supremo é a seguinte: ora, se as contribuições são para o financiamento da seguridade social, e para isso elas foram criadas, têm o foro privilegiado na Constituição, se elas não estão tendo destinação específica, elas passaram a ser impostos. Perdeu a finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Quero só dizer que a nossa audiência está sendo transmitida pelo Canal 4, TV Senado: www.senado.gov.br – TV Canal 4; e pela TV digital Canal 51.3.

Como o nosso querido amigo e Deputado Cleber Verde, que é autor desse livro *Nova Aposentadoria – Desaposentação: a chave para uma aposentadoria melhor,* tem outro compromisso, nós, neste momento, o convidamos para usar a palavra.

O SR. CLEBER VERDE – Bom dia a todos! Quero cumprimentar o Dr. Antônio, Dr. Álvaro, Dr. Carlos, Dr. Quintino, de forma especial o nosso Senador, que certamente é o orgulho de todos nós brasileiros, Senador Paulo Paim; cumprimentar a todos e a todas, em especial cumprimentar a Cobap, na pessoa do Presidente Warley; cumprimentando o Warley, cumprimento a todos e a todas aqui presentes nesta audiência.

Senador, recebi o convite e vim com o maior prazer, primeiro, para a discussão, extremamente significativa e importante. Estou nesta Casa há quase cinco anos, no segundo mandato, e, desde que entrei, a gente vem discutindo não só nas comissões de que faço parte, mas também no plenário da Casa a importância de se poder rediscutir e pôr um fim – a grande verdade – a este fator, ao fator previdenciário. Digo isso, Senador, porque sou funcionário de carreira do INSS, concursado em 94, e trabalhava na linha fim, no balcão de atendimento. E quantas vezes, na habilitação da concessão de benefícios, pude me deparar com situações de trabalhadores que de fato trabalharam mais de 30 anos, contribuíram efetivamente, contribuições para receber mais do que o mínimo, e no ato da concessão sabe-se que essa fórmula matemática que é aplicada, o fator previdenciário, penaliza realmente o trabalhador. O aposentado já inicia o seu ciclo de aposentadoria prejudicado, como aqui foi muito bem colocado, com percentuais significativos, uma diferença brutal naquilo a que ele teria direito quando aposentado. É um prejuízo enorme para esse aposentado. Há exemplos práticos de quem contribuiu com mil reais e chegou com idade e tempo de contribuição efetiva para o benefício, e perdeu 30, 40, 350% no caso das mulheres, que é um pouco mais grave.

Portanto, está mais do que provado que o fato previdenciário é um prejuízo grande para o trabalhador, que inicia o ciclo da sua aposentadoria já prejudicado. Nós temos que dar um fim a esse fator. E me somo ao Senador Paulo Paim, estou junto com a Cobap. Quero me colocar à disposição para quaisquer... como tenho participado, Warley, das iniciativas da Cobap para sensibilizarmos o Governo. E este Governo reconhece que esse fator previdenciário de fato é prejudicial. Eu já ouvi, li várias matérias do Gabas, Secretário Executivo e ex-Ministro da Previdência, quando se colocava e escreveu algumas matérias dizendo que de fato o fator previdenciário é um mal. Ele dizia que era um mal necessário para o Governo.

Então já se reconhece. O próprio Governo reconhece que é um mal. E nós temos convicção. Aqui ouvindo o Dr. Álvaro, que representa a Anfip e tem muita coerência no que fala, quando diz que não vai haver simplesmente uma extinção sem alternativa, é verdade. Pelos diálogos que já tive com o Governo, pelo que já ouvi, pelos debates, é necessário não só o fim específico por que nós estamos brigando e querendo que aconteça, mas que tenhamos de fato uma alternativa, porque do contrário será muito difícil chegarmos a um consenso, a um denominador comum, ou seja, o que queremos e o que o Governo quer.

Portanto eu acho que nós temos que nos debruçar sobre uma alternativa que possa de fato vir a convencer este Governo, que já entende que este é um prejuízo grande para o aposentado, para que nós possamos apresentar e ter uma alternativa para a extinção do fator previdenciário.

Ouvi atentamente o Dr. Álvaro, quando dizia que o rendimento desse trabalhador aposentado é tão pouco que ele é obrigado a voltar a trabalhar. Ele é obrigado a complementar a sua renda, que é insuficiente, porque ele teve um prejuízo de 30%, 40% no ato da concessão do seu benefício. Então é óbvio que esse aposentado não vai poder gozar dessa aposentadoria como queria, com a sua família, podendo viajar, comprar medicamentos, comprar vestuário, fazendo aquilo que preconiza a Constituição. Então esse aposentado é obrigado a voltar a trabalhar.

É por isso que defendo, Dr. Álvaro... Desde que cheguei a esta Casa, apresentei o projeto da desaposentação, que está tramitando. E o senhor colocou muito bem: ainda não há respaldo legal, porque não há uma lei que defina a desaposentação. É por isso que os aposentados recorrem à Justiça. Só em São Paulo são mais de 70 mil ações na Justiça Federal de aposentados que reivindicam esse benefício. E em todo o Brasil é assim. Os aposentados estão recor-

rendo à Justiça, porque não há uma lei que ampare esse benefício.

Quero registrar que a lei que apresentei, só na Comissão de Seguridade e Família, passou quatro anos. Aprovamos agora, mês passado. Mas que luta! Só pedidos de vista foram quatro. Cada ano um Parlamentar ligado à base pedia vista. O Fontana pediu, o Pepe Vargas pediu, a Deputada Benedita pediu, para encontrar uma alternativa, e nunca apresentaram uma alternativa na Comissão. Mês passado, conseguimos de fato colocar em pauta, já ultrapassado o pedido de vista, os prazos legais, e fomos para a votação. Conseguimos vencer lá apenas com dois votos contrários.

Portanto há um convencimento sim de que a desaposentação é um mecanismo que vem atender aos interesses dos aposentados, uma vez que esse aposentado, por conta do fator, foi prejudicado no início e vem sendo prejudicado ano a ano com os índices diferenciados de reajustes que são aplicados ao aposentado que ganha acima do mínimo. Então esse aposentado não consegue manter o seu poder de compra, principalmente se comparado com o salário mínimo. O mínimo cresce 14%; quem ganha acima do mínimo cresce 7%, 8%, com muita sorte 10%. Então, é óbvio, qual é o sentido lógico do que vai acontecer? É o que já aconteceu já na prática: mais de cinco milhões de aposentados – não é isso, Senador? – que ganhavam acima do mínimo estão recebendo hoje, exatamente, um salário mínimo.

Por isso defendo também, como forma compensatória, a aprovação deste nosso projeto, que hoje já se encontra na Comissão de Finanças e Tributação. Queria inclusive pedir à Cobap que nos ajude a fazer a pressão necessária na Comissão de Finanças e Tributação. Foi aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família, ou seja, a comissão de mérito aprovou o projeto. Está na Comissão de Finanças e Tributação, já com designação. Então é importante, junto conosco, Senador, possamos estar juntos nessa comissão, até porque o projeto tem caráter terminativo nas comissões. Uma vez aprovado nas comissões, vem para o Senado e, uma vez aprovado nas comissões do Senado, ele, de forma objetiva, vai para a sanção presidencial, sem precisar ter de passar pelos plenários das Casas. É um projeto que cabe apenas aprovação nas comissões. Tem uma facilidade maior, o convencimento é de poucos parlamentares.

Então, Warley, o projeto já passou pela Comissão de Seguridade, está na Comissão de Finanças e Tributação. Entendo que esta é uma matéria importante para os aposentados. Se não fosse, não haveria setenta mil ações, só em São Paulo, de aposentados requerendo esse benefício. E a Justiça Federal, eu tenho dito isso em plenário, o STF está quase decidindo, fazendo a vez do Parlamento, como tem acontecido. O Legislativo não faz seu papel, então vai fazer o Judiciário.

Antes que isso aconteça, estamos tentando sensibilizar os parlamentares para que possamos cumprir o nosso papel legislativo e aprovar uma lei tão importante que vai trazer um benefício tão importante para os aposentados que voltam a trabalhar, porque eles voltam a contribuir. Se o aposentado volta a contribuir, cadê a contrapartida, a contraprestação social que o Governo deve dar a esse aposentado? Cadê o pecúlio? Acabaram com o pecúlio, que era a restituição das contribuições que tinha o aposentado. Então, o que resta esse aposentado que volta a contribuir? Ele não tem benefício algum. Em algum momento, ela vai parar de trabalhar porque as forças físicas não vão mais permitir, a idade não vai mais permitir. E como é que ele vai complementar aquele benefício? Porque ele só voltou a trabalhar para complementar o benefício que ele recebia. E aí? Ele não vai mais poder trabalhar, então vai ter que melhorar esse benefício. Uma das formas de melhorar esse benefício é justamente garantindo a ele este princípio: o princípio da desaposentação.

Olha, eu tenho carta de concessão de um segurado de Portugal, que recebeu, no ato da concessão da aposentadoria, 2.550 euros no seu benefício. Voltou a trabalhar. É automático lá. As contribuições que ele faz automaticamente são repassadas para o seu benefício, ou seja, a contribuição que ele faz depois de aposentado automaticamente repassa-se, portanto, para melhorar o seu benefício. Então, anualmente, ele tem uma correção na sua aposentadoria. É o que nós queremos aqui. Permitir que os aposentados, que hoje têm um benefício, uma aposentadoria, que sabemos que já foi prejudicada desde o início e vem sendo prejudicada ao longo dos anos pelo índice diferenciado, permitir que esse que voltou a trabalhar possa, sim, ter um acréscimo em seu benefício por conta de um novo cálculo, pelas contribuições efetivas que fez.

Hoje está tudo automatizado. É simples, é fácil o Governo trabalhar, com a automação que temos hoje no Ministério, esse recálculo do benefício, garantindo, portanto, a ele uma aposentadoria mais vantajosa. E não é nenhum favor, porque ele está contribuindo, ele está efetivamente pagando para obter esse benefício mais vantajoso.

Portanto, quero registrar a nossa satisfação de poder estar aqui nesta audiência, ao Senador. Quando eu era Vereador, em São Luís, era o vereador que fazia ecoar as palavras do Senador lá na Câmara Municipal. Fiz movimento lá em São Luís, quando vereador, para não taxar o aposentado, para não taxar o inativo. Infelizmente aconteceu.

Temos aí a PEC 555, que já está pronta para ser votada no plenário. São tantas questões! Nós temos hoje uma agenda positiva em favor do aposentado que, lamentavelmente, é tão complicado aqui se aprovar.

Como eu disse, eu estou aqui há quase cinco anos e venho trabalhando, lutando. Estou vendo, acompanhando de perto a luta do Senador Paulo Paim, a luta da Cobap, do companheiro Arnaldo Faria de Sá, enfim, que tem o desejo de poder garantir direitos aos aposentados. Mas que dificuldade, Warley! Nós temos que poder, efetivamente, consolidar esses direitos na prática. E aqui registramos um projeto de minha autoria que está há quatro anos em uma comissão para ser aprovado. Esse é o exemplo mais prático do quanto é difícil se garantirem aqui direitos aos aposentados. Acho que temos que estar cada vez mais unidos nesse propósito e é por isso que me somo aqui ao Senador quando disse que se precisar ficar aqui, como ficamos já, junto com vocês aposentados no plenário, fazer vigília, faremos, porque acho que chegou a hora de sensibilizarmos até porque a Anfip nos coloca dados claros de que, enquanto se conseguiram viabilizar 30 bilhões com o fator previdenciário, o próprio Governo renunciou a 100 bi em menos de sete anos. Então, nós temos sim condições efetivas, o Governo tem condições efetivas de garantir esses benefícios que nós aqui trabalhamos para conseguir junto com os aposentados, convencendo o Governo que o faça. Portanto, quero aqui me somar a cada companheiro, a cada companheira aqui que se manifestaram no propósito para que possamos de fato fazer a pressão necessária.

Aqui, faço um chamamento à Cobap porque se passaram quatro anos sem FT, Warley. E é possível, pela designação do próximo relator, que demore bem menos, coisa de dois, três meses. O relatório dele, ele me disse, já está praticamente pronto; antes mesmo de ser indicado, ele já preparou o relatório porque ele é favorável. Então, uma ida da Copab ao relator, à comissão é fundamental para sair de lá, ir para a CCJ – eu estou na CCJ – e trazer para o Senado, para o Senador Paulo Paim fazer o encaminhamento desse projeto aqui e nós começarmos no ano que vem com garantias reais para esse aposentado que acompanha as nossas lutas, mas na prática vê muito pouco resultado. Eu acredito que precisamos de fato apresentar resultados mais práticos aos aposentados. Não depende de nós, nós sabemos disso; depende muito mais do Governo. Mas a nossa força, nossa união, é que vai nos permitir essa sensibilidade do Governo aqui ao chamamento da CUT, às centrais sindicais, a todos os movimentos de apoio, à Nova Força Sindical, enfim, os movimentos das centrais sindicais para se mobilizarem neste aspecto de consolidação de direitos. O que estamos buscando aqui é o que entendemos justo.

Concluo, citando mais uma vez o Rui Barbosa, que dizia que não há nada mais relevante para a vida social do que a formação do sentimento de justiça. E o que quer o Senador Paulo Paim? O que queremos cada um de nós aqui que fazemos o movimento em favor do aposentado? Nada mais é do que isto: fazer justiça aos nossos aposentados. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Deputado Federal Cleber Verde.

Cleber, eu li o seu livro, meus cumprimentos. Eu te confesso que depois de ler o livro... E eu falei para você, apresentei um projeto na linha do teu aqui no Senado, mas com o seguinte objetivo, para que ninguém diga que esse tema não estava já sendo visto aqui. E nós é que vamos pegar o teu projeto assim que chegar de lá; eu vou tentar assumir a relatoria para aprovar o teu projeto. Queria uma salva de palmas porque esse é o projeto-mãe aqui na Casa e é sobre ele que estamos nos debruçando. Parabéns. (Palmas.)

Vou chamar para usar da palavra, após a brilhante exposição do nosso Deputado Cleber Verde...

Quero dar este testemunho também: não houve um momento de peleia aqui na Casa durante todos os anos em que estivemos aqui que o Cleber não estivesse do nosso lado. Meus cumprimentos, Cleber.

Passo a palavra neste momento ao Carlos Andreu Ortiz, Presidente Estadual do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical.

O SR. CARLOS ANDREU ORTIZ – Em primeiro lugar, bom-dia a todos e a todas. Queria agradecer o Senador Paulo Paim por esta brilhante iniciativa de promover este debate, e em nome dele cumprimento toda a Mesa.

Começo dizendo que estou aqui representando o companheiro Paulo Pereira da Silva, que está numa manifestação em São Paulo, está na luta lá para baixar os juros, não pode vir e me pediu que eu viesse aqui representá-lo e está falando em nome da Central e, principalmente, em nome do Sindicato Nacional dos Aposentados do Estado de São Paulo.

Em cima da questão, da alternativa para o fim do Fator Previdenciário, é claro que já houve um amadurecimento em cima dessa idéia, depois não houve um consenso entre as centrais sindicais, nunca houve um consenso, mas a Força Sindical e CUT continuaram com aquele propósito de estarem discutindo uma coisa no lugar do fim do Fator Previdenciário e na época foi cogitado a questão de se criar o Fator 85 e 95. Que é uma soma de idade com o tempo de contribuição. É 85 para mulheres e 95 para homens.

Realmente, nós achamos que simplesmente acabar com o Fator Previdenciário vai ser difícil, mas junto à discussão do fim do Fator Previdenciário tinham muitas outras coisas lá que são de estrema importância. Na realidade quando se falava do Fator 85 e 95 não estava claro que se extinguiria o Fator Previdenciário, ou seja, as pessoas que adquiriram o direito e quisessem se aposentar com o fator não poderia negar o direito a ele. Ele iria acabar se aposentando e acabar sendo pego pelo fator. Mas as pessoas que quisessem continuar poderia continuar, sem falar em algumas outras propostas que nós tínhamos colocado lá que era a questão do salário desemprego contar para efeito de aposentadoria. Também a questão do congelamento da tábua quando a pessoa atingisse no caso o tempo de contribuição. Se ele continuasse trabalhando o congelamento da tábua é que prejudica o trabalhador com o Fator Previdenciário.

Uma coisa nós temos de deixar claro, vejo as pessoas dizerem que se você criar o Fator Previdenciário 85 e 95 você acaba, você prejudica as pessoas, principalmente os pobres, aquelas pessoas que começam a trabalhar mais cedo.

Mas, baseio-me muito, Senador Paim, numa frase sua, que você falou numa reunião onde você falou assim: eu chamo a atenção de vocês, porque qualquer coisa que você negociarem, conversarem, é melhor do que a questão do Fator Previdenciário.

Essa Tabela 95 e 95, como exemplo, se você pegar uma pessoa como eu, que comecei como muitos aqui mais velhos, começaram a trabalhar com 13 ou 14 anos, mas hoje é 16 anos, então, uma pessoa que começou a trabalhar 16 anos se ele der a sorte, não sei se vai conseguir, de trabalhar os 35 anos sem ficar um dia desempregado, que isso no atual momento vai ser difícil, ele com 51 anos já teria 35 a nos de contribuição e praticamente faria jus já a aposentadoria, só que com 51 anos de idade esse bendito Fator Previdenciário vai fazer com esse cara tenha uma redução de 40% do salário. O salário dele vai ser reduzido no mínimo em 40%.

Com a proposta nossa dos 95 anos, se você pegar 51 para 95 faltaria o quê? Faltariam 44 anos.

Automaticamente ele teria de contribuir mais nove anos? Não, na realidade não são nove anos. Na realidade são mais quatros anos e meio. Você aumentou quatro anos e meio de contribuição e mais quatro anos e meio que você aumentou na idade dele, então essa pessoa com 55 anos e meio já estaria se aposentando com a sua aposentadoria integral, o que não acontece hoje.

Hoje uma pessoa com 55 anos e meio de idade pode ter 40 anos de contribuição e ainda vai ser pego pelo Fator Previdenciário.

Ele não vai conseguir se aposentar com 100%.

Então a nossa proposta, que era a proposta da CUT e da Força Sindical era, realmente, uma alternativa de saída para você poder está apresentando alguma coisa para uma futura negociação.

Agora, infelizmente, se parou quando o Governo chamou novamente as centrais sindicais para conversar e aí ficaram na mesa dizendo que não havia acordo, vai ter de começar tudo do zero, o Governo ficou de fazer uma proposta e até agora não fez nenhuma proposta, mas lançou, ficou falando de 105 e 95, aumentou aquilo que estava praticamente em consenso. No 85 e 95 ele aumentou em 10 anos.

Outra coisa que nós tínhamos falado lá e que já fazia parte do fundo de negociação, que era a questão de que hoje, além de tudo, o Governo pega, de 94 para cá, pega todas as suas contribuições, pega 80% dessas melhores contribuições para fazer o cálculo do fator previdenciário. A nossa proposta, a proposta das centrais era que baixasse para 60%. Não se chegou a um consenso, mas se chegou, praticamente, quase que a acertar em 70%. Então, você diminuiria. Você pegaria, você poderia expurgar 30% das piores contribuições. Só nisso daí já dava uma melhora na aposentadoria de quase 11%. Ou seja, só você reduzindo de 80% para 70% já dava uma melhora. Então você também teria um ganho nisso. Mas, infelizmente, essas negociações pararam e até agora nós não retomamos.

A questão da desaposentação, que eu acho que é uma coisa em que temos que realmente pensar. Acabando com o fim do fator previdenciário, se a gente conseguisse acertar, já ia eliminar, de cara, uma perda no salário de muita gente de 40%. Mas nós, pelo menos nós, numa conversa que nós tivemos, nós temos uma proposta que é você pegar... No caso, como o Paim falou na mesa, não dá para ficar todo ano o cara dando entrada na desaposentação. Mas eu acho que ele, hoje, até para acertar todo esse pessoal que foi prejudicado, ter uma lei, ter alguma coisa que você pegasse, dava entrada na desaposentaçao, afetava o salário, e se, aí, a pessoa continuasse trabalhando, nossa proposta era que se criasse o tipo de um fundo, a gente fala, uma previdência meio pública meio privada, mas conduzida tripartite, pelo Governo, trabalhadores e empresários, onde a pessoa, no caso, continuaria pagando e, quando ela resolvesse parar, pegaria lá, faria o cálculo todo de perspectiva de vida, de quanto ele tem, para você pegar, realmente, e acrescentar isso na aposentadoria dele.

Eu, particularmente, vou falar uma coisa aqui. Essa discussão não está muito bem feita na Central, mas, por exemplo, a Previdência está, o Leonardo, numa das reuniões, está falando que a Previdência está pensando em parar de descontar... O trabalhador da ativa que voltar a trabalhar não precisa pagar a Previdência. Eu, particularmente, tenho alguma coisa contra porque você pega a Previdência... Já tem alguns setores da economia que o Governo deu isenção fiscal, ou seja, a pessoa já não está mais contribuindo com os 20% e vai contribuir, vai pagar de acordo lá com o faturamento. Então, a empresa não vai precisar pagar mais.

O trabalhador, quando ele se aposenta, mas continua no mesmo emprego, tudo bem. Mas o que a experiência tem me mostrado, o que mostra, porque sou oriundo de uma montadora – trabalhei mais de vinte anos na Ford –, a pessoa, muitas vezes, pega esses PDVs da vida, esses planos de demissão voluntária, se aposenta, dá entrada na aposentadoria, e aí, depois, muitas vezes, tenta fazer um negócio e acaba se dando mal e volta a trabalhar. Aí ele volta a trabalhar, um ferramenteiro, um fresador, um torneiro se sujeita a trabalhar, muitas vezes, por um salário inferior, um salário mais baixo do que aquele... Muitas vezes em gatos, empresa de terceiro. Ele se sujeita a trabalhar por um salário menor e, se ele ainda tiver o benefício de não ter que contribuir com a Previdência, eles vão ainda se sujeitar a trabalhar por um salário menor ainda, porque não vai ter que pagar à Previdência. Então a empresa não paga e o trabalhador não paga. Então, eu acho que a essa idéia de não pagar eu não sou favorável.

Também não sou favorável à questão, como era antigamente, do pecúlio. A pessoa voltava a trabalhar, ia pagando, e quando ele parava de trabalhar, ele pegava, ia lá e retirava. Mas eu, toda essa minha vida de sindicalista, porque fui, por mais de dez anos, de comissão de fábrica da Ford, do sindicato, o que a gente cansou de ver era pessoas que estavam trabalhando e, depois de um ano e meio ou dois anos, ele ia lá para o patrão e falava: "Vamos fazer um acordo. Você faz como se me mandou embora para eu poder sacar aquele meu dinheiro lá, que tá lá na Previdência..." O patrão, lógico, fazia isso, mas dizia: "Tudo bem, só que eu não pago a multa dos 40%". Muitas vezes, aquele cara acabava sendo enganado, porque ele acabava pegando aquele dinheiro, aquele pecúlio que era dele, mas, em compensação, abria mão da multa dos 40%. No início, ainda era pior, pois não eram nem 40%, eram 10%, quando tinha mais isso. Depois, passou para 40% e, mesmo assim, a gente viu muita gente fazer isso. Então, particularmente, defendo a questão de você ter a desaposentação e, depois, você poder criar a questão de uma Previdência pública privada, em que, depois que a pessoa voltar a trabalhar, o desconto que ela fizer na Previdência seria para completar a aposentadoria dela. Como também falou o companheiro aqui, muitas vezes, mesmo trabalhando, mesmo estando aposentada se a pessoa quisesse contribuir com alguma coisa a mais para ter uma aposentadoria melhor no futuro, ela poderia também fazer. Mas seria uma coisa que seria administrada pelo Governo, pelos trabalhadores e pelos empresários.

Em cima da questão do reajuste dos aposentados, isso é uma coisa que costumo dizer que é um negócio muito complicado. Nós começamos uma luta muito grande em cima da questão e nós defendemos a recuperação do poder de compra do salário mínimo. Eu acho que essa política de recuperação do poder de compra do salário mínimo é um grande fator para acabar com a desigualdade social ou para diminuir a desigualdade social. Também criar uma política de recuperação do poder de compra de todos os aposentados. Agora, a gente se manter naquela posição de dizer: "Olha, quando eu me aposentei, eu me aposentei com 10 salários mínimos ou 9 salários mínimos e, hoje, estou ganhando 2 ou 1,5". Não vai mais, não tem jeito, não tem como você voltar. Eu costumo dizer, Paim, que, se o salário mínimo fosse R$3.500, eu não me importava de ganhar o salário mínimo de aposentado, não. Eu não me importava! O que temos de ter claro é o seguinte – e nós falamos e defendemos isto -: recuperar o poder de compra das pessoas que ganhavam acima do salário mínimo. Quando eles se aposentaram, o que eles conseguiam comprar com aquele salário de início da Previdência? Aí, sim, você criar uma política de recuperação do poder de compra dessas pessoas que contribuíram acima do salário mínimo. Mas querer dizer que o salário mínimo está R$500 e, como eu ganhava 8, 9, 10 salários, tenho de ganhar R$5.000 é chover no molhado e não vamos conseguir.

Mas somos defensores da proposta de pegar 80% do PIB. Eu acho que, para este ano, tentar que a comissão que tem montada aí, nós e a Previdência, possa discutir alternativas. Uma delas é o que foi colocado aqui: tentar pegar pelo crescimento da Previdência, para talvez ter algum índice lá para poder recuperar o salário dessas pessoas que ganhavam acima do salário mínimo.

Agora, eu costumo dizer assim: eu sempre fui um defensor de realmente acabar com essa desigualdade salarial. Quando eu entrei na Ford, a Ford tinha catorze escalas de salário na vertical, do grau um até a 14, e na horizontal, se não me engano, ia do 1 ao 8 ou ao 9. Então, era uma diferença brutal do ferramenteiro que eu era para aquele operador que trabalhava

na linha de produção. Em todos os meus anos lá, foi uma luta tremenda para diminuir aquela desigualdade. Quando nós saímos de lá, essa estrutura já estava em 8 graus na vertical e, se não me falha a memória, em 5 graus na horizontal. Então, diminuiu barbaramente a diferença do montador, da pessoa que trabalhava na linha de produção, com o salário do ferramenteiro. Foi achatando o salário do ferramenteiro? Não, não. Toda campanha, nós lutávamos, nós brigávamos por aumento real para o ferramenteiro, mas, se o ferramenteiro pegava a inflação e, muitas vezes, um estepe a mais que dava, naquela época, em torno de 4%, 4,5%, 5%, nós, em compensação, acabávamos com os três, quatro primeiros estepes do montador e já passávamos para ele. Então, ele pegava 14%, 15%, 16%, 20%, enquanto o ferramenteiro pegava a inflação e mais 4%, 5%.

Acho que, no que diz respeito à questão do salário mínimo e das pessoas que ganham acima, é a mesma lógica. Acho que tem que se criar realmente uma política desvinculada do salário mínimo. Não dá para ficar querendo amarrar, porque, por anos e anos, nós sofremos, os aposentados sofreram com o quê? Com esses benditos planos econômicos, com essas coisas todas que não aumentavam o salário mínimo. O salário mínimo acabava perdendo o poder de compra, e as pessoas que ganhavam cinco, seis, quando era vinculado, também acabavam perdendo. Então, todos os aposentados realmente perderam.

Eu acho que nós temos que realmente amadurecer e apresentar alguma proposta: se é de 80% ou, no ano que vem, se é pelo aumento da receita ou o que for, mas tem que haver uma política também para recuperar o poder de compra das pessoas que ganham acima de um salário mínimo.

O que o Paim falou aqui é muito certo: este País só não entrou em recessão realmente devido a essa política de recuperação do poder de compra do salário mínimo, dos aposentados. Esses processos e mais processos de revisão que os aposentados ganharam... O aposentado não está mais para guardar dinheiro, como era antigamente, no fundo do colchão ou no banco. O que ele quer mais é passear, o que ele quer mais é comer, quando ainda consegue isso aí. Senão, muitas vezes, o dinheiro é para comprar o seu remédio, para fazer alguma coisa de que realmente ele precisa.

Era isso aí. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Carlos Andreu Ortiz, que aqui falou pela Força Sindical e reafirmou que nós temos que ter uma política de valorização dos benefícios dos aposentados. Se vai ser essa proposta da Anfip, que eu também achei interessante; se vai ser um percentual do PIB, as reuniões é que vão apontar os caminhos.

O Cleber vai ter que se retirar. Muito obrigado, Cleber, nosso Deputado, que tem colaborado muito. *(Palmas.)*

Neste momento, passo a palavra ao Quintino Severo, Secretário-Geral da CUT, que fala em nome da CUT.

O SR. QUINTINO SEVERO – Bom dia a todos e todas.

Quero cumprimentar aqui o Senador Paulo Paim, meu conterrâneo. Sempre fui eleitor do Paim, na época de Deputado Federal e também de Senador. Portanto, tenho uma grata satisfação por estar aqui neste momento. Cumprimento V. Exª, os demais aqui da Mesa e também os que já participaram da primeira Mesa.

Quero dizer, Senador, que a proposta desta audiência, de fato, entra no cerne de três questões que se articulam entre si. Tratar do fator da desaposentadoria e também do reajuste para aqueles que ganham acima de um salário mínimo, de fato, não tem como não estar imbricado, articulado entre as três questões neste debate.

Evidentemente, todos os companheiros que me antecederam aqui já falaram, e quem fala por último tem uma vantagem: ou concorda com tudo, com boa parte ou discorda de tudo.

E eu quero dizer que há muita concordância entre nós aqui. Portanto, talvez eu nem precise usar o tempo excedente aos dez minutos e contribua, oferecendo um tempo maior para o debate.

Nesse ponto do fator previdenciário, evidentemente aqui não precisamos repetir a perversidade que é o fator para a classe trabalhadora, em especial, para os mais pobres e para aqueles que começam mais cedo no mercado de trabalho, como é o meu exemplo e certamente o de vários aqui desta Mesa. Eu comecei na lavoura. Era agricultor familiar. Aos sete, oito anos eu já andava caindo atrás de um arado, no banhado, lavrando com o meu pai para plantar arroz ou plantar milho na coxia. A gente começou muito cedo no mercado de trabalho. Depois, com dezesseis anos, assinei a minha carteira como metalúrgico e sou metalúrgico até hoje.

Por isso o fator previdenciário, na verdade, traz uma perversidade para aqueles e aquelas que começam cedo no mercado de trabalho e certamente para os mais pobres, que são aqueles que mais precisam. Portanto, há aqui uma profunda concordância com a necessidade de extinção do fator.

Parece-me que o tema a debater aqui e que nós precisamos acumular entre as centrais, entre o movimento sindical, entre os produtores de conhecimento é que alternativa se coloca para o fator. Infelizmente

me parece que há um consenso também no Governo de que é preciso colocar alguma coisa no lugar. E parece que boa parte da sociedade, dos segmentos começaram a assimilar essa necessidade ou essa intenção de colocar algo no lugar. E aí, portanto, eu creio que nós deveríamos focar em qual alternativa a gente vai construir.

Para nós da CUT, a primeira questão colocada é que não poderá ser a idade mínima. A CUT tem uma posição contrária a se colocar no lugar do fator previdenciário o estabelecimento da idade mínima, porque aí vai recair mais ainda sobre os trabalhadores e trabalhadoras que iniciaram cedo no mercado de trabalho e sobre os pobres. Portanto, nós temos uma posição muito clara. E aqui eu vou expressar a posição da CUT: nós não concordamos com a instituição de uma idade mínima para se aposentar, porque achamos que ela é pior ainda, ou talvez tão ruim quanto o fator. Há rumores já, a gente sabe que há rumores de iniciativas tanto na Câmara, especialmente na Câmara, de propostas nessa linha. Portanto, nós queremos rechaçar de imediato essa questão.

Agora, é preciso que a gente, ao instituir algo no lugar, leve em consideração, de fato, a realidade brasileira e a realidade dos trabalhadores brasileiros que é esta: a grande maioria ou boa parte começa cedo no mercado de trabalho e, portanto, esse instrumento que vai substituir precisa levar isso em consideração. Nós entendemos que é necessário fazer essa ressalva e levar isso em consideração.

Evidentemente nós participamos, e o nosso companheiro aqui da Força já falou isso, do processo de negociação. Eu e o Artur estávamos na Mesa, na época, com o Ministro Dulci, com o Ministro da Previdência – era o Pimentel na época –, tentando construir uma alternativa, mas acabou não havendo um consenso nem entre nós, muito menos na base do Governo. Mas aquilo que sempre apresentávamos era a necessidade de considerar aqueles que iniciam mais cedo no mercado de trabalho e também esse problema que é o vácuo, o desemprego, o maldito desemprego. Os períodos de desemprego precisam ser considerados nesse processo, é preciso encontrar uma alternativa nesse período que o trabalhador fica desempregado.

Portanto, queria aqui absolutamente muito tranquilo dizer da nossa posição em relação ao fim do fator e também que o que vier no lugar não pode ser pior e, na nossa opinião, criar a idade mínima seria pior para os trabalhadores e para aqueles que mais precisam.

A segunda questão é relativa às renúncias. Eu fiquei assustado, viu, Senador?, com esse número que o Álvaro apresenta em relação ao montante de renúncias apenas em sete anos. Imagina se voltar atrás que montante dá essas renúncias. Isso é também uma grande perversidade na verdade, porque quem autoriza as renúncias é a Fazenda, mas quem paga são os trabalhadores. É um absurdo isso, porque o Ministério da Fazenda que autoriza a fazer a renúncia, que negocia as renúncias fiscais, mas quem paga são os trabalhadores.

A nossa opinião é muito clara e aqui já foi externada. A nossa opinião é de que isso tem que estar no Tesouro. O Tesouro é que tem que se responsabilizar por essas denúncias e não nós, trabalhadores, que somos contribuintes e esperamos ter uma previdência social saudável e eterna, digamos assim.

Este é um debate em que o tema das renúncias precisa ser recolocado com mais explicitação, com mais clareza, com mais afinco, para que a gente vá discriminando esse problema no meio da sociedade. Para a sociedade, falar em renúncia não parece muita coisa. No entanto, é fundamental que a gente tenha propriedade e possa trabalhar muito bem esses números.

Aqui um parêntese. Nós, no Brasil, um setor, especialmente dos empresários, fala que o Brasil paga muito imposto.

Instalaram no centro de São Paulo o impostômetro. E nós temos dito: temos que instalar do lado do impostômetro o renunciômetro, para também fazer uma comparação do que é que tem de renúncia fiscal neste País e para onde é que vai. Não só medir, mas, principalmente, saber para onde é que vai a renúncia fiscal. Então, acho que este um debate, abrindo um parêntese, em relação aos impostos.

O segundo tema, Senador, para não morder a língua e não passar do tempo, é a questão das desaposentadorias. Na verdade, quero ser muito sincero aqui, nós temos muito acúmulo neste debate, mas nos parece, pela proposta – até pedi o projeto, do que tem em tramitação, e agora com as exposições aqui –, que é uma iniciativa importante.

Quando debatemos o fator previdenciário com o Governo, nós vimos a necessidade de incentivar os trabalhadores a permanecer no mercado de trabalho. E o fator não incentiva, ao contrário, o fator penaliza. É preciso criar um instrumento, em nossa opinião, que incentive as pessoas a continuar.

Parece-nos que o instrumento da desaposentadoria poderá pressionar, inclusive, pelo fim do fator. Parece-me que esse é um instrumento muito importante de pressão. Então, nos comprometemos aqui a aprofundar e a dar contribuição e, certamente, apoiar essa iniciativa.

Por último, em relação ao reajuste dos aposentados que ganham acima de um salário mínimo. A primeira questão, e aqui já foi falado, é que nós temos

a compreensão de que é preciso esse instrumento de recuperação do poder de compra ou da manutenção do poder de compra das aposentadorias quando a pessoas se aposenta. Digamos, se aposenta hoje, tem que saber que há um instrumento que vai manter a capacidade de compra desse benefício. Para nós, criar esse instrumento é uma necessidade urgente. Temos um profundo acordo nessa necessidade de criar um instrumento.

Também entendemos que o instrumento criado não pode servir de argumento para aqueles que são contra nós dizerem que, agora, não pode ser dado aumento de salário mínimo porque há um instrumento que impede que seja dado pra todo mundo. É aquela velha história de voltar a dizer que a Previdência vai quebrar.

Entendemos que é preciso criar o instrumento, mas é preciso também que esse instrumento não seja argumento para não ter mais progressão no crescimento e na recuperação do salário mínimo.

Parece-nos que a proposta que já foi ventilada – e o Álvaro trouxe isso – é bastante plausível do ponto de vista de que nós precisamos garantir para os aposentados que eles compartilhem do crescimento da economia brasileira, seja via arrecadação, seja via crescimento da economia.

Eu sei que é muito difícil, mas é uma opinião pessoal minha. Gostaria que, um dia, tivéssemos condições que os nossos reajustes fossem de acordo com as categorias da ativa. Ou seja, eu sou metalúrgico, me aposentei com R$2.500,00. A minha categoria vai ter 3%, 4% ou 5% de aumento real anual, que queria ter essa possibilidade também, enquanto aposentado, receber o mesmo reajuste que a minha categoria. E assim sucessivamente para cada categoria.

Isso para mim é um sonho ou uma expectativa de que poderia ser um dos instrumentos para a gente manter o poder aquisitivo dos aposentados, de acordo com cada categoria. Portanto, não há dúvida da necessidade de nós aprofundarmos este debate, mas acima de tudo criar instrumentos que realmente deem resposta. Para mim, a resposta é imediata. Não pode, a cada ano, se repetir o que vai acontecer de novo. Em janeiro vai ter o mesmo dilema de novo: o salário mínimo vai ter pouco mais que 14% de reajuste, e os aposentados acima do mínimo vão ficar naquele dilema: quanto é? É sete? Vi uma matéria há pouco na imprensa em que o Presidente da Câmara estava falando em sete. É sete? É dez? Vai ficar só na inflação? Quer dizer, não podemos, a cada ano, ficar no mesmo dilema que tínhamos com o salário mínimo no passado que era um instrumento de fazer muitas vezes apenas divulgação para a mídia, para a imprensa e menos para a realidade dos trabalhadores.

Com essas singelas contribuições, queria rapidamente aqui parabenizar mais uma vez o Senador por ter convocado esta audiência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Quintino severo, secretário geral da CUT, falando em nome do seu presidente Artur Henrique e deixando clara a sua posição que é favorável à construção de alternativa ao fator, mas que não se vincule à idade mínima. Por outro lado, que tenha uma política salarial de valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas e que a previdência não é deficitária.

O último orador da nossa Mesa, Toninho, do Diap, para seus 10 minutos, com mais cinco, se necessário.

O SR. TONINHO – Inicialmente, cumprimento o Senador Paulo Paim, o companheiro Quintino, membro da Mesa, quero dizer que já pedi antecipação pelo improviso, já que fui pego de surpresa aqui para participar desta mesa. Eu não havia me programado para participar desta audiência como expositor, mas na condição de assistente, de ouvinte. De qualquer maneira, é uma satisfação atender ao chamamento do Senador Paulo Paim que, como foi registrado aqui por todos os oradores, é um homem público que tem dedicado a sua vida à causa dos mais necessitados. Não há projeto que diga respeito a idoso, a deficiente, a trabalhador, a mulher, a negro, a índio que não tenha a participação do Senador Paulo Paim. Um homem que abre o seu mandato e o coloca a serviço de todas essas forças. Seguramente, já tem o seu lugar reservado na história pela enorme contribuição que deu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pensei que tu ia dizer que eu já tinha o seu lugar reservado no céu...

Só para descontrair...

O SR. TONINHO – Eu tive oportunidade já de acompanhar o Senador Paim no seu primeiro mandato também como observador na Constituinte, na Subcomissão do Direito dos Trabalhadores, em que fez um trabalho extraordinário no sentido de constitucionalizar uma série de direitos tanto dos trabalhadores do setor privado e aposentados, quanto de servidores públicos. Então, é um Parlamentar que tem uma trajetória, uma dedicação integral às causas sociais, às causas dos necessitados.

Eu queria aproveitar este breve tempo que terei aqui para pegar o gancho deixado pelo Álvaro que achei muito interessante: que o fator previdenciário é um ajuste fiscal, não tem nada a ver com previdência. E se é uma variável do ajuste fiscal, há outras variáveis que poderiam ser utilizadas para que o Governo, em lugar de penalizar aposentados e pensionistas buscasse economizar esses recursos por outras formas.

Nós temos no Brasil uma taxa de juros que continua sendo a maior do planeta e é aí que se deve solucionar o problema brasileiro. O que se gasta em juros no Brasil é uma coisa fabulosa. Só que nunca ninguém no Brasil encarou esse assunto de forma séria. Encarar de forma séria é estudar por que nunca se reduziu a taxa de juros no Brasil, pois, se fosse fácil, já teria sido resolvido. O problema é que quando, no Império, criou-se a Caixa Econômica Federal no Brasil, o decreto lei de criação estabeleceu que a poupança teria um rendimento real de 6% ao ano.

Em 1964, os militares transformaram esse valor de 6% em 0,5% ao mês, que, somado, dá 6.17% ao ano. Isso significa dizer que esqueçam juros civilizados no Brasil enquanto não for resolvido esse problema, ou seja, mexer na forma de remuneração da poupança.

Há partidos que fazem campanha quando se debate esse tema, mas, na minha avaliação, esse é um assunto que precisa ser encarado. No Brasil, juro abaixo de 8%, o setor produtivo migra para a poupança e, se migrar para a poupança, inviabiliza o País.

Então, teremos de tratar desse tema. Acontece que não dá para tratar de um tema desses, que vem desde o Império, quando a população está acostumada com esse ganho, é um mito, algo intocável, de uma hora para a outra. É preciso uma grande campanha. E os mais pobres que poupam precisam compreender, compreenderão a partir de uma campanha, que é mais negócio ter um rendimento menor na poupança, já que o valor que aloca lá é muito pequeno, até porque a renda das pessoas é muito pequena, do que continuar com essas taxas de juros exorbitantes, porque ele terá 6% na poupança, mas pagará 70, 80 nos bens que adquire, dos produtos que consomem, etc.

Então, esse é um assunto que precisa ser encarado. Enquanto não for, não será possível resolver esse problema da taxa de juros, portanto, o Governo irá buscar outras variáveis de ajuste para manter suas contas organizadas.

O Brasil, felizmente, está em uma condição muito privilegiada no mundo neste momento e por uma razão curiosa: estamos vivendo o chamado bônus demográfico. Ou seja, o Brasil, durante os próximos 20 anos, terá a condição de ter mais de 50% da sua população em idade produtiva, entre 25 e 59 anos.

Todos os países que passaram por essa experiência, aqueles que já passaram, tiveram um *boom* de crescimento.

É inevitável, se a pessoa tiver está na idade produtiva, ela irá buscar um jeito de produzir, formal ou informalmente. Isso irá gerar renda, expandir a economia e o país vai, necessariamente, crescer.

Então, estamos nessa condição. Nos próximos 20 anos, o Brasil vai usufruir dessa condição de período mágico e, certamente, haverá aportes para a Previdência, porque haverá formalização do trabalho, em nível superior ao crescimento da própria economia, como vem acontecendo nos últimos anos.

Nesse contexto, debater a questão do fator previdenciário tem que levar em conta esses aspectos. O Governo pode arrumar uma variável de ajuste que não incida sobre os aposentados. Enquanto isso não acontece, você terá de amenizar a situação daqueles que estão prestes a se aposentar. Aí, é claro que a decisão política das centrais sindicais que, constitucionalmente e já legalmente, representam os trabalhadores, embora não sejam entidades sindicais, mas constitucionalmente é quem representa os trabalhadores em todos esses fóruns. Essa decisão é das centrais.

A minha avaliação pessoal é a de que se perdeu a oportunidade, no final do Governo Lula, de aprovar a proposta do Pepe Vargas, que era uma alternativa ao fator previdenciário. Ou seja, você permanecia com o fato, quem quisesse se aposentar pelo fator, se aposentaria e haveria a alternativa das Fórmulas 95 e 85.

No que consistia isso? Consistia no seguinte: o trabalhador cuja soma de sua idade e o tempo de contribuição chegasse a Fórmula 95, no caso do homem, e a 85, no caso da mulher, ele se aposentaria sem ser afetado pelo fator. Uma vez completado 35 anos de contribuição que, somado com idade, não chegasse a esse valor, congelava-se a tábua de mortalidade. Portanto, ele não perderia para o futuro. O tempo que ele tivesse de aviso prévio nas dispensas ao longo de sua história laboral ou de seguro desemprego, seria contado como se tempo de contribuição fosse para efeito de aposentadoria. Faltando doze meses para completar sua aposentadoria, ele poderia, não estaria sujeito à dispensa ou, se houvesse a dispensa, o patrão teria que indenizar esses oito anos para pagar sua contribuição previdenciária até ele se aposentar.

Todos esses dados que o Dr. Álvaro apresentou aqui que todos vocês se assustaram seria por essa proposta expostos para a opinião pública, quer dizer, qualquer cidadão teria acesso ao volume de renúncias, de isenções e de incentivos fiscais, dados inclusive com recursos da Previdência.

De modo que daria maior transparência, maior acesso a essas informações, e as pessoas poderiam agir com mais responsabilidade, com mais conhecimento de causa.

Então, vê-se que essa posição, na minha avaliação extremada, ou tem o fim do fator ou não vai ter nada, não vai ter nada, porque qual o temor do governo em relação a extinguir o fator? É que ele vai ter de

pagar esse passivo, esses anos em que as pessoas receberam um valor bem menor. Essa conta, meu amigo, são alguns FGTS – lembra-se do rombo do FGTS lá atrás? Que tiveram que criar uma contribuição adicional de 10% no momento da dispensa para cobrir isso? É muito maior do que isso. Então, não vai ser uma tarefa fácil.

Eu me lembro de que criticavam demais o Senador Paim pelo fato de ter construído a PEC Paralela. Hoje você não acha um servidor que não o agradeça por conta dessa oportunidade. Se tivesse insistido na simples rejeição da reforma, ela não teria sido rejeitada e nem teria essa alternativa que é o fator, que é a PEC Paralela, que é a mesma lógica. Ou seja, o sujeito que quiser se aposentar um pouco mais cedo, ele pode se aposentar, mas vai reduzir a aposentadoria dele; se ele quiser esperar até os 60 anos, ele espera, mas ele tem essa alternativa, no caso do servidor da PEC Paralela, de dosar isso e administrar para receber a aposentadoria integral, com paridade e sem ter perdas efetivas, beneficiando aqueles que começaram mais cedo.

Então, uma fórmula que acho que valeria a pena trabalhar como alternativa. Temo que o governo já não aceite mais essa proposta. Eu soube que o Garibaldi andou falando em 107 anos como alternativa, aí já não dá – 105 e tal.

Bom, o outro aspecto relevante desse processo, que é muito importante, falou-se aqui em carga tributária, em tributos etc, e vale a pena mencionar um dado aqui que é importante: no Brasil, quem paga imposto é assalariado e consumidor. Não existe tributação sobre patrimônios, sobre heranças, sobre rendas. Existe tributação sobre consumo. O que acontece, na verdade, é o seguinte: há uma injustiça...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para lembrar que sobre herança eu apresentei, estávamos indo bem, daí derrotaram aqui ano passado. Não teve jeito.

O SR. TONINHO – Exatamente, não há, portanto, justiça fiscal no Brasil na arrecadação, porque quem paga são os pobres, rico não paga imposto. Agora, não dá para negar que a Justiça, na destinação dos recursos, 60% de tudo que o governo federal arrecada vai diretamente para pessoa sem intermediários – esse valor pode variar de R$80,00 a 80 mil, precisa reduzir essa diferença, mas o fato é que vai e não precedente em nenhum País do mundo em que haja transferência direta para pessoas desse modo.

Como é que isso acontece? Os programas de transferência de renda, Bolsa Família, Seguro-Desemprego, Assistência Social, Previdência do setor privado, Previdência dos servidores, Auxílio-Acidente, enfim todo esse conjunto de benefícios...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos...

O SR. TONINHO – Sim, exato, são transferências diretas, incentivos que nenhum outro Estado no mundo pratica.

Então, a gente poderia fazer tudo isso sem sacrificar os aposentados, resolvendo por aquele caminho da taxa de juros.

Em relação ao ganho real das aposentadorias, isso é um dado complicado. Não há, em nenhum país do mundo, ganho real para a aposentadoria. Há no limite reposição do poder de compra. A aposentadoria é pública, você pode até entrar num fundo de pensão e, eventualmente, ter benefício definido, que não existe mais, já praticamente se eliminou isso no mundo, e você ter a condição de receber mais do que você contribuiu em função do bom desempenho do fundo, mas ganho real efetivo não existe em Previdência Pública. De qualquer maneira, acho que essa solução que Álvaro aponta é uma solução muito interessante do ponto de vista de continuar vinculado ao salário mínimo apenas no piso como é hoje, será uma tragédia se houver desvinculação do piso, e na parcela que excede não vincular uma coisa a outra. Ou seja, você criar outro índice que dê aos aposentados, que reponha o seu poder de compra, especialmente as perdas que teve em função do fator previdenciário, mas não vincular ao salário mínimo porque vai amarrar o salário (.....). E olha que o salário mínimo, só para dar uma idéia, o ano que vem representará 1% da economia brasileira, ou seja, o PIB crescerá 1% só com o reajuste do salário mínimo. Isso não é pouca coisa, isso foi uma conquista fabulosa.

E para concluir, dizer que no caso do setor público, que até agora não foi afetado pela reforma da Previdência de forma tão dura quanto o setor privado, embora tenha passado a pagar contribuição na parcela que excede ao teto do INSS, até o teto está isento. Com a adoção da previdência complementar aí todo mundo será igual. Ai haverá pressão no sentido de que esse valor do teto passa a ser reajustado eventualmente até em valor superior a inflação, porque realmente se continuar nesse ritmo, o salário mínimo subindo, com ganho real sem que haja um acompanhamento no teto de benefícios da Previdência, aí sim, no futuro todos vão ganhar um salário mínimo. Será um bom salário mínimo, mas um salário mínimo.

Então, é para isso que está caminhando e, acho que quando os servidores ficarem nessa condição, certamente também vão se engajar no esforço de criar um índice que não seja indexado ao salário mínimo,

mas que também atualize acima da inflação o teto do INSS, porque ele está decrescendo nessa relação com o salário mínimo. Então, Senador, seria isso que eu queria trazer aqui como reflexão rápida, com improviso como já mencionei e quero então me colocar à disposição para debates, eventualmente se for permitido. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós estamos com problemas de horário, são praticamente meia hora, as comissões continuam trabalhando, e eu fui chamado aqui para votar em duas comissões ainda; temos um debate sobre o Fundo dos Portos, ali na CAE, que eu terei também que fazer a defesa lá, do investimento... Principalmente os compêndios lá do porto do Rio Grande, estou lembrando aqui, mas naturalmente pega a todos.

Eu acho que nós vamos ter que agradecer muito aqui a todos os nossos convidados, todos os expositores colocaram os seus pontos de vista com muita clareza, ninguém tem dúvida quanto a isso, agradecer ao Deputado Federal Kleber Verde, ao presidente estadual do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical, Força Sindical, o Carlos Andre wort, o Warley Martins Gonçalves, presidente da Cobap.

Agradecer ao Leonardo José Rolim Guimarães, que aqui falou em nome do Ministério da Previdência, o Lindolfo Luiz dos Santos Neto, que falou em nome da CGTB, o Quintino Severo falou em nome da CUT, o Moacir Roberto Tesque falou em nome da Nova Central, o Álvaro Sólom Frank que falou em nome da Anfip, do Toninho que falou em nome do Diap. Eu acho que listei o nome de todos que usaram a palavra como convidados.

E nós vamos ter que marcar outra audiência para continuarmos, quem sabe, o debate. Mas aqui para mim, nos encaminhamentos finais, ficou para mim essa visão: que nós vamos fazer uma mobilização junto à Comissão do Orçamento no sentido de que se assegurem recursos, eu sinto que há uma grande boa vontade por parte do Relator, Deputado Arlindo, como também do Vital do Rego que é o Senador que Preside aquela comissão. Há boa vontade, agora é preciso que a gente lotasse a Comissão do Orçamento, que deve votar na semana que vem aquela emenda dos 80% do PIB, tanto de minha autoria como uma que foi apresentada pelo Paulinho. Eu apresentei em nome de diversos Senadores...

O SR. – *(Fora do microfone).*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não! O Relator não pode acatar ou não acatar, ele vai ter que votar. Por isso que eu estou convocando vocês todos. Nós temos que estar lá, porque vai ser votado. O Relator disse: Olha eu dependo do plenário, se o Plenário acatar, está votada e eu acompanho. Diversas emendas sobre o orçamento serão votadas, e uma dessas é dos 80% do PIB, mas depois nós temos a votação no Plenário da peça orçamentária. E aí, pelo que eu entendi, faremos uma mobilização, até se for necessário... Fizemos no ano passado, também ninguém vai morrer se fizermos esse ano também. Como me disseram, o pessoal do Aeros, que estavam em greve de fome querendo que haja uma renegociação da situação deles – "Paim, de uma maneira ou de outra nós estamos morrendo mesmo. Então com uma greve de fome a mais, se morrer alguém faz parte do jogo". Palavras deles.

Então eu diria, a situação dos aposentados é tão grave também Varlei, que nós não vamos... Ninguém vai perder pedaço, ninguém vai morrer, graças a Deus, se nós fizermos se necessário for um movimento uma, duas ou três vigílias aqui no Senado ou lá na Câmara, uma forma de mostrar que nós estamos vivos – nós aposentados – o meu amigo Carlos Andrés Ortis aqui também, estamos aí mobilizados com esse objetivo. Isso para mim é o eixo do encaminhamento aqui tirado, claro que na questão do fator para mim é consenso, é consenso que todos entendam que tem que construir uma alternativa, e isso é bom. E para mim o que o Toninho falou aqui é verdadeiro viu. Nós tínhamos quase que fechado o acordo, havia já entre nós aqui no Congresso um entendimento, mas infelizmente me parece que não houve entendimento com todas as centrais – não vamos entrar no mérito -, não houve entendimento com todas as centrais daí não se fechou aquele acordo para que houvesse naquela oportunidade... Eu sempre dou só o exemplo, que eu acho que ajuda pessoal. Uma mulher para se aposentar com fator integral, ela precisa ter hoje mais ou menos 65 anos de idade, e com a forma alternativa ela teria 55. É uma diferença, porque 55 com 30 dão 85. É uma grande diferença. Porque nós temos que refletir, e por isso eu usei aquela frase – você estava na reunião -, eu disse: Pelo amor de Deus pessoal – estavam todas as centrais – vamos construir uma fórmula alternativa, porque pior que esse fator não existe nada para mim pior do que ele.

Eu acho que está maduro esse encaminhamento, claro vamos ver qual é a fórmula adequada, e pelo que entendi aqui também, a proposta de correção dos benefícios que buscou o consenso – eu pelo menos fiquei... Estou nela viu – que aqui houve um consenso foi nessa proposta da Anfipe de vincular a receita a Previdência que tem dado em média 6, 7% – deveria apontar como reajuste que teriam os aposentados – que daria mais do que aquilo que nós estamos pedin-

do agora que são os 80% do PIB. Daria mais se essa proposta da Anfipe fosse já real.

Com isso, e com esses encaminhamentos, nós damos por encerrada a nossa Audiência Pública. Eu sei que todos gostariam ainda de falar pessoal, mas todos que aqui falaram expressaram aquilo, que eu tenho certeza, que o Plenário bateria na mesma tecla: que a Previdência é superavitária, que temos que construir uma alternativa ou fator, que temos que ter uma política de reajuste para os aposentados e que queremos e exigimos o instituto da desaposentadoria.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a Audiência Pública.

(Iniciada às 09 horas e 17 minutos, a reunião às 12 horas 31 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e sete minutos, do dia vinte e dois de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Pedro Simon, Vital do Rêgo, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Mozarildo Cavacanti e Clésio Andrade e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Marcelo Crivella, Romero Jucá, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Álvaro Dias, Demóstenes Torres, Gim Argello e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência registra a presença do Deputado Wilson Filho, da juventude do PMDB da Paraíba Passa-se à apreciação da Pauta: **Audiência Pública** destinada a instruir o Não Terminativo **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2011** Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências. **Autoria**: Câmara dos Deputados. **Relatoria**: Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório**: Favorável ao Projeto. **Observações**: A matéria será apreciada ainda pelas Comissões de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Audiência Pública aprovada conforme Requerimentos nº 96, de 2011-CCJ, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues e 98 de 2011-CCJ, de iniciativa dos Senadores Randolfe Rodrigues e Demóstenes Torres. **Convidados:** Manuela Pinto Vieira d'ávila (PCdoB/RS) Relatora do Estatuto da Juventude na Câmara dos Deputados; Severine Macedo Secretária Nacional de Juventude da Presidência da República; Gabriel Medina Presidente do Conselho Nacional de Juventude; Daniel Iliescu Presidente da União Nacional dos Estudantes; Carlos Leoni Rodrigues Siqueira Júnior Coordenadora do Grupo de Ação Parlamentar Pró-Música e Antônio Francisco De Lima Neto Coordenador do Setor de Juventude do MST – Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e quarenta minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador EUNÍCIO OLIVEIRA, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 58ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados de nº 98, de 2011, que institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude, e dá outras providências, conforme Requerimento nº 96, de 2011 – CCJ, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, e Requerimento nº 98, de 2011,

de iniciativa dos Srs. Senadores Randolfe Rodrigues e Demóstenes Torres.

ITEM ÚNICO
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2011

Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.
Relatório: favorável ao Projeto.
Observações: *A matéria será apreciada ainda pelas Comissões de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

Convidamos para compor a Mesa o Sr. Gabriel Medina, Presidente do Conselho Nacional da Juventude, e o Sr. Antônio Francisco de Lima Neto, Coordenador do Setor de Juventude do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *(Palmas.)*

Aqui, a Srª Cristina Gomes Saraiva deve ser substituída na Mesa por Carlos Leoni, Coordenador do Grupo de Ação Parlamentar Pró-Música.

Convido para compor a Mesa o Sr. André Vitral, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); o Deputado Domingos Neto, Presidente da Frente Parlamentar da Juventude; a Srª Severine Macedo, Secretária Nacional de Juventude da Presidência da República; a Deputada Manuela Pinto Vieira D'ávila, do PCdoB, do Rio Grande do Sul, Relatora do Estatuto da Juventude na Câmara dos Deputados.

A Deputada Manuela não está presente.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores, na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, e é assegurado igual prazo para a resposta dos interpelados, sendo-lhes vedado interpelar os membros da Comissão.

Antes de convidar o primeiro orador para fazer uso da palavra, eu gostaria de dizer que é com grande satisfação, meu caro e querido Senador Valadares, que saúdo todos os presentes nesta reunião.

Em especial, cumprimento o Deputado cearense Domingos Neto, que está aqui entre nós e que vi praticamente nascer, numa parceria que sempre tivemos na nossa querida região dos Inhamuns.

Também gostaria de cumprimentar todos que foram convidados à Mesa e de dizer que há épocas na história em que as mudanças parecem ocorrer com maior velocidade desde a segunda metade do século XX. Ao analisar o século XX, o grande historiador inglês Eric destacava que uma das maiores transformações – em certos aspectos, a mais perturbadora – fora a desintegração de velhos padrões de relacionamento social e humano e a quebra de elo entre gerações, ou seja, entre o passado e o presente. Isso serve para ilustrar que a juventude quer e precisa ser ouvida. Os jovens são capazes de produzir conhecimento, de intervir nas políticas públicas e de contribuir para as mudanças necessárias para construção de um país com verdadeira cidadania.

É preciso acabar com o preconceito de que tudo que é jovem, principalmente o jovem da classe mais pobre de periferia, tem o dever social de ser correto. Se necessário, temos de levar em conta principalmente esses sujeitos que constroem as suas identidades de acordo com sua realidade social. E é preciso ter cuidado e cuidar bem dessa questão da realidade social.

Seguramente, o problema da juventude brasileira reserva e revela enormes desafios que o Estado e as famílias terão de resolver, mas – é bom que se diga – com a devida participação da própria juventude.

Senador Randolfe Rodrigues, Senadores, juventude, acho que este é um momento simbólico, que é revestido de grande importância, porque expressa não só a vontade de participar, mas a capacidade de mobilização e de organização que vários segmentos da juventude brasileira demonstram ao sugerir e oferecer contribuições e ao participar do debate político defendendo suas posições e suas visões sociais e de interesse do Brasil.

Sabemos, por informações oferecidas por centros de pesquisas e instituições de respeito neste País, como o IBGE e o Ipea, entre outros, que a juventude brasileira é o segmento que é mais desprotegido socialmente, Senador Randolfe, e que tem menos direitos assegurados e poucas condições de participação efetiva no processo de construção do futuro desta Nação, que tanto amamos e que queremos ver cada vez mais justa, mais harmônica e mais fraterna na oferta de oportunidades e na garantia de direitos e deveres sociais para todos os brasileiros, independentemente de raça e de condição social.

Inegavelmente, o problema juvenil merece uma atenção especial e deveria, a meu juízo, ser uma das mais importantes metas de todos os governos. No nosso País, milhares de jovens são inseridos no mercado de trabalho informal em condições indignas. São brasileiros que se sujeitam a qualquer tipo de trabalho para

obter renda para sustentar suas famílias. Muitos jovens são obrigados a abandonarem os estudos, comprometendo seu futuro, para manterem, a duras penas, suas famílias. E a maioria, por não ter estudado, é formada por trabalhadores sem muita qualificação, recebendo salários insuficientes para seu sustento.

As condições de trabalho são bastante desfavoráveis para os jovens: quase um terço dos que trabalham o faz com carga horária de mais de oito horas por dia; dois terços trabalham na informalidade; 30% ganham um salário mínimo ou menos por mês; e somente 11% têm remuneração acima de dois salários mínimos. De cada quatro jovens, três se dizem muito preocupados com o desemprego, e mais de um quinto se diz um pouco preocupado também com a manutenção do emprego.

A juventude, mesmo enfrentando essas variantes, busca formas de participação produtiva, e isso passa, necessariamente, pelo mundo do trabalho e, obviamente, por esta Comissão e pelo Congresso Nacional.

A difícil condição da qualificação profissional, que deveria ser obrigatoriamente oferecida desde o ensino médio, não é ofertada suficientemente, e, quando o é, nem sempre o jovem pode aproveitar a oportunidade, porque está longe da escola e dos centros de formação técnica.

Por isso, quero deixar aqui minha condição de ex-militante do movimento estudantil e fazer um registro.

Há poucos dias, eu estava em uma cidade do interior do Estado do Ceará, na região centro-sul, em Iguatu, e cerca de 800 mil jovens estavam ali, de cara pintada, fazendo um protesto sobre a questão da qualificação das escolas públicas, numa luta para que a universidade pudesse chegar àquela cidade importante do centro-sul. E havia um movimento muito forte dos jovens, com as caras pintadas, com roupas, com *slogans*, com papéis desenhados, e eu dizia que já não faço parte da juventude, já passei da meia idade, mas que eu estava muito feliz por estar naquele encontro, que era uma audiência pública, porque ali eu estava vendo jovens voltarem a fazer política, a interferir nos destinos do País, na busca de direitos que são inerentes à juventude, que é exatamente a sua qualificação profissional.

Eu dizia que, no meu tempo, nós saíamos da Casa do Estudante para uma luta diferenciada, Severine: a luta era para enfrentar os tanques nas ruas, enfrentar as chamadas – vejo ali o Senador Humberto Costa – baionetas, para que, neste País, pudesse haver democracia. E tive o privilégio de participar ativamente do movimento estudantil. Inclusive, cheguei a ser Presidente da hoje Casa do Estudante do Ceará, que abriga mais de 400 jovens vindos do interior sem condições de sustento pelas famílias. Participei de movimentos para que, no Brasil, houvesse democracia exatamente como, naquele dia, naquela reunião, aqueles jovens participaram para terem seus direitos plenos.

Portanto, esta audiência pública foi convocada pelo Senador Randolfe Rodrigues. Apesar de pressões e muitas contrapressões nesta Comissão e fora da Comissão, já que várias pessoas queriam ser o relator desse importante projeto, tive o privilégio de escolher o Senador Randolfe Rodrigues, porque é um jovem que se tem destacado muito pelo seu trabalho, pela sua coerência, pela sua obstinação e pela defesa de um Brasil, se Deus quiser, ainda melhor do que o Brasil que o Presidente Lula nos deixou como legado nesses oito anos, em que tive a honra e o privilégio de ser seu companheiro aqui e de ter sido, inclusive, junto com o Senador Humberto Costa, seu Ministro. E que Deus dê muita saúde ao Presidente Lula, para que o povo brasileiro ainda possa ter muitas alegrias por meio do seu trabalho!

Por isso, agradeço a presença a todos os senhores.

De acordo com o art. 94 do Regimento Interno do Senado, vou passar a palavra ao primeiro expositor desta manhã, que é o Sr. Gabriel Medina, Presidente do Conselho Nacional da Juventude.

V. Sª tem a palavra neste momento.

O SR. GABRIEL MEDINA – Bom dia a todos!

Cumprimento o Sr. Senador Eunício Oliveira, agradecendo-lhe e parabenizando-o pela iniciativa. O Senador Eunício tem sido um parceiro nosso na Casa, já nos recebeu para tratar da matéria e buscou contribuir muito para a agilidade na tramitação do projeto.

Também quero cumprimentar o Senador Randolfe Rodrigues, que é o Relator do Estatuto, parabenizando-o e agradecendo-lhe pela iniciativa.

Quero saudar o Senador Humberto e o Senador Valadares, que aqui estão, e os demais Senadores pela presença.

Quero saudar a Severine Macedo, Secretária Nacional de Juventude, representando aqui a Presidência da República.

Saúdo o Sr. Domingos Neto, grande parceiro e Presidente da Frente Parlamentar de Juventude da Câmara dos Deputados, que também ajudou muito na tramitação e aprovação do projeto.

Quero saudar o Leoni, que está representando o setor da música e, em nome dele, todos os músicos e atores, pessoas da militância da cultura.

Quero saudar meu amigo Neto, da juventude do MST, parceiro de muitas lutas, e o André, representando a UNE na Mesa.

Dou uma saudação especial a todos os jovens, às juventudes partidárias presentes!

Inicialmente, quero dizer que estou representando o Conselho Nacional de Juventude. Talvez, muitos não conheçam o Conselho, mas ele foi criado em 2005, na gestão do então Presidente Lula. É um Conselho que possui, hoje, 60 organizações, entre elas 40 da sociedade civil, representando as mais variadas expressões e organizações da juventude brasileira, como as da área rural, os trabalhadores, os jovens negros, as mulheres, os militantes das áreas da cultura e do movimento estudantil, as juventudes religiosas e partidárias. Enfim, é um Conselho bastante plural, que busca ser um espaço de diálogo com o Governo sobre as demandas da juventude brasileira e que ajudou, nesses últimos seis anos, com a criação da Política Nacional de Juventude, a constituir esse debate sobre juventude no Brasil.

O Conselho foi criado junto com a Secretaria Nacional de Juventude e com o Programa Pró-Jovem, o primeiro programa mais específico com esse olhar para a juventude.

É muito importante este momento em que estamos reunidos aqui para tratar dos avanços dos marcos legais no campo da juventude, porque vimos construindo, nessa trajetória dos últimos seis anos, nacionalmente – no Brasil, já são cerca de dez anos ou mais –, esse novo conceito de juventude, ou seja, estamos buscando superar uma visão que o Estado construiu ao longo da história de que o jovem era um problema social, e aí as ações das políticas eram sempre destinadas a solucionar problemas ou a conter riscos ou comportamentos de risco da juventude. Era assim quando pensávamos que juventude estava associada ao tema das drogas, ao tema da violência, ao tema de uma sexualidade irresponsável. E, de outro lado, muitas vezes, a juventude era vista como mera transição para a vida adulta. Portanto, a única coisa que competia ao Estado era preparar esse jovem para ser um adulto adaptado, um adulto saudável. E, nessa direção, as únicas políticas desenvolvidas eram a educação e a preparação para o trabalho, a qualificação para o trabalho.

A construção de juventude que temos consolidado envolve a ideia de que o jovem é um sujeito de direito, de vários direitos, não apenas o direito à educação e ao trabalho, e de que precisamos garantir um conjunto de ações e de políticas que promovam o desenvolvimento integral da juventude, que promovam uma vida saudável e segura, que garantam o direito à participação política, para que o jovem seja sujeito da formulação e elaboração das ações voltadas à juventude.

Essa é a construção que fizemos, e obtivemos uma grande vitória em 2010. Foi a partir da aprovação da PEC da Juventude, de que muitos de vocês devem se lembrar, a emenda constitucional que incluiu a terminologia "juventude" na Constituição brasileira, que, hoje, podemos discutir aqui um novo marco legal, que, sem dúvida alguma, avançará muito na garantia de direitos dos jovens brasileiros. A PEC incluiu a terminologia "juventude" na Constituição, abrindo a possibilidade de um debate mais amplo sobre essa população, que, hoje, representa cerca de 26% da população do Brasil. Atingiu-se o maior número absoluto de jovens da história brasileira. Chegou-se a 52 milhões de jovens, e, agora, entramos no que chamamos de bônus demográfico, em que a população economicamente ativa é maior do que a dependente. Portanto, essa é uma grande oportunidade, uma grande janela de oportunidades para o desenvolvimento do País.

Entretanto, o que vimos afirmando no debate sobre os direitos da juventude, sobre o tema da juventude, é que não queremos que a juventude seja mão de obra barata para o desenvolvimento do Brasil. Como o Senador Eunício disse aqui, o jovem, hoje, é o segmento da sociedade que possui a menor remuneração no mercado de trabalho, que ocupa a maior porcentagem de informalidade, que está submetido a acidentes de trabalho, à precariedade do mundo de trabalho, e que corresponde a dois terços dos desempregados do Brasil. Há um conjunto de realidades hoje que afeta a vida dos jovens.

Um dos temas que temos debatido muito, por exemplo, é a questão da violência. Possuímos o sexto pior índice do mundo em mortalidade de jovens. O maior índice é por arma de fogo, que acomete principalmente os jovens negros de periferia do Brasil. Outro conjunto se dá também por acidentes de carro, o que envolve um número bastante significativo.

Estamos tratando do Estatuto da Juventude, que é justamente o marco legal que pretende garantir um conjunto de direitos para superar essas situações de precariedade, esses problemas, e que pode, sim, construir um novo patamar para o desenvolvimento do País.

Entre os temas que estamos tratando no Estatuto, alguns são muito centrais. Antes de entrar mais especificamente nos pontos que quero destacar aqui como muito positivos, eu queria dizer que essa construção vem sendo feita desde 2004. O Estatuto da Juventude ficou para ser votado na Câmara dos Deputados e, há sete anos, está tramitando em Comissões, está sendo discutido em audiências.

Só para retomar o que o senhor levantou, Senador Eunício, tivemos a oportunidade de criar audiências públicas em todo o Brasil, em todos os Estados do País, quando, então, a Comissão Especial de Juventude convocou a sociedade brasileira para discutir

os marcos legais. Naquele momento, discutimos muito o Plano Nacional de Juventude. Foi nesse processo de discussão com a sociedade brasileira que surgiu, então, o PL do Estatuto da Juventude, o PL do Plano Nacional de Juventude, que ainda está em tramitação na Câmara dos Deputados, e também a PEC da Juventude.

O PL do Estatuto da Juventude foi alvo de inúmeros debates com o Conselho Nacional de Juventude e com movimentos da sociedade civil, em audiências realizadas em vários Estados brasileiros, e também foi fruto de discussão pela Internet, por meio do Portal e-Democracia, que é um instrumento de aprimoramento do diálogo da Câmara dos Deputados com a sociedade brasileira e que recebeu inúmeras contribuições também pela via digital.

Quero saudar aqui a Deputada Manuela D'ávila.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aproveito para interrompê-lo, Gabriel.

O SR. GABRIEL MEDINA – Por favor, Eunício.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Convido a Deputada Manuela D'ávila, que foi a Relatora na Câmara dos Deputados, a fazer parte da Mesa conosco.

Desculpe-me, Gabriel.

O SR. GABRIEL MEDINA – Imagine!

Quero dizer que reconheço a importância da Deputada Manuela na tramitação desse projeto. Foi a Relatora do projeto na Câmara dos Deputados e, com muita competência, conseguiu dar o trâmite e a agilidade necessária para o PL, para que, hoje, ele fosse alvo de debate no Senado.

Eu queria destacar, além desse histórico todo de sete anos de debates sobre a peça – hoje, o projeto chega ao Senado para a apreciação dos Senadores –, os pontos muito positivos existentes no projeto. O primeiro consolida a ideia de que o ensino médio tem de ser obrigatório e universal no Brasil. Avançamos muito com a criação do Fundeb, ampliamos muito o ensino no Brasil. Sabemos que, de vinte anos para cá, cresceu o número de jovens que têm acesso ao ensino fundamental, ao ensino básico. Ampliamos também o número de jovens nas universidades. Mas ainda há uma lacuna muito grande no que se refere à universalização do ensino médio brasileiro. Esse, certamente, é um tema fundamental do Estatuto, e a ele precisamos dar destaque.

Outro tema de grande relevância do Estatuto é a discussão sobre a diversidade. Eu queria destacar aqui a importância que teve o Estatuto em consensuar uma proposta, inclusive com a bancada evangélica da Câmara dos Deputados, a respeito do tema da livre orientação sexual e da identidade de gênero. Esse não é um tema pequeno...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GABRIEL MEDINA – É o tempo? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É.

O SR. GABRIEL MEDINA – Já estou terminando aqui.

Esse tema é de grande relevância, e conseguimos uma grande conquista. É uma das primeiras peças de lei que possui essa ideia da livre orientação sexual e do direito de *gays*, lésbicas e bissexuais exercerem sua sexualidade, sua orientação.

Dois outros temas foram fundamentais. Um deles é a discussão da meia-entrada, que coloca a questão da cultura – eu queria fazer esse destaque, Leoni – como centro, como elemento fundamental da formação cultural e da formação cidadã do jovem brasileiro, diferentemente de outros tempos em que se dava à cultura um papel menor. O Estatuto da Juventude traz a cultura como elemento central das políticas públicas.

Queremos que o Estatuto equipare os direitos entre os jovens. Os jovens de classe média têm acesso – muitas vezes, conseguem pagar por isso – à cultura privada. Queremos garantir que os jovens das classes populares, os filhos da classe trabalhadora possam ter os mesmos direitos dos jovens de classe média, que têm condições de acessar a cultura, pagando, às vezes, por ela.

E há a questão do meio passe intermunicipal e municipal, estendendo a ideia de meio passe para os jovens universitários, para os jovens estudantes, garantindo também uma ampliação do debate sobre a mobilidade.

Para fechar, quero dizer que um elemento fundamental é a ideia do Sistema Nacional de Juventude, a constituição de um fundo nacional para financiar todos esses direitos e essas políticas, a construção de um pacto federativo que atribua responsabilidades à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no compromisso do desenvolvimento de políticas que garantam os direitos plenos de todos os jovens brasileiros.

Então, eu queria dizer que essa peça, para nós, precisa ser aprovada na íntegra. Essa é a opinião do Conselho Nacional de Juventude, seguindo o parecer, inclusive, que o Senador Randolfe deu aqui. Vamos fazer a pressão necessária para que a gente saia com essa grande vitória, que é a aprovação do Estatuto Nacional de Juventude pelo Senado e a futura sanção pela Presidenta Dilma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Gabriel.

Apenas faço a ressalva de que esse projeto chegou há pouquíssimo tempo no Senado. Vamos fazer esse debate hoje.

Senador Randolfe, a quanto tempo esse projeto está aqui?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – No Congresso, são sete anos; no Senado, um mês.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª, amanhã, terá de apresentar o relatório, para ele ser discutido e, se Deus quiser, aprovado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Se Deus quiser, conseguiremos aprová-lo. E, se possível, vamos aprovar, em seguida, a urgência. Aliás, Sr. Presidente, o grande momento, se me permite, é esta audiência. Se conseguirmos avançar no acordo nesta audiência, haverá um bom acordo para conseguirmos a aprovação do Estatuto da Juventude.

Eu queria só, Sr. Presidente, reiterar a disposição de V. Exª tão logo o Estatuto veio para esta Comissão. Primeiro, agradeço-lhe minha designação para a relatoria dessa matéria. Tive a honra de ter sido designado para a relatoria. Segundo, ressalto que avançamos, em pouquíssimo tempo, na tramitação do Estatuto aqui. O Estatuto deu entrada no Senado precisamente no final do mês passado. Logo, V. Exª tomou a decisão de me designar para a relatoria, apesar de todos os pesares e inconvenientes que houve até a designação, e nós, enfim, estamos prestes a votar. O fundamental para conseguirmos apreciar, votar e aprovar o Estatuto é o resultado desta audiência pública de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador.

Passo a palavra, por até dez minutos, ao Sr. Antônio Francisco de Lima Neto.

Tem a palavra V. Sª.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO – Bom dia a todos e a todas presentes nesta audiência pública!

Desde já, agradeço ao gabinete do Senador Randolfe o convite para também darmos nossa contribuição como juventude do campo a esse importante tema, que já passa pelas nossas ações há algum tempo.

Quero saudar a Mesa, na pessoa do Senador Eunício Oliveira, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; o Deputado Domingos Neto, Presidente da Frente Parlamentar da Juventude; a companheira e amiga Severine Macedo, que está hoje na Secretaria Nacional da Juventude; Leoni, representante dos músicos brasileiros; os companheiros Gabriel Medina e André Vitral, que já são parceiros de fronteiras de luta durante muito tempo; e a companheira Deputada Manuela D'ávila, que também tem sido uma parceira grande da juventude nesse debate que a gente vem fazendo já há algum tempo.

Não vou repetir o que o Gabriel falou, porque a gente já vem debatendo isto há muito tempo. Ao mesmo tempo em que há esse entendimento geral do novo conceito de juventude que a gente construiu nesses últimos anos, é importante dizer que a gente identificou muitos problemas com a juventude da cidade, mas que é sintomático que, hoje, haja – a gente já quebrou isto um pouco – uma profunda invisibilidade da juventude do campo. Historicamente, essa invisibilidade se deu durante muito tempo, mas, com esse processo que a gente construiu nesses últimos sete anos, os movimentos sociais organizados e as ONGs que trabalham com a juventude do campo conseguiram, de fato, colocar a juventude do campo no centro desse debate, para analisar como as políticas públicas de juventude também contemplam essa importante parcela da juventude que está no campo brasileiro.

Hoje, no mundo, na grande maioria dos países, o campo é representado por 4% a 5% da sua população. O Brasil, ainda hoje, é um País em que há muita gente no campo. Hoje, cerca de 18% da população brasileira vivem no campo. Se a gente ampliar o conceito de campo, que existe também no IBGE, a gente vai ver uma quantidade muito maior de gente no campo e, por consequência, também um número grande dessa população da juventude do campo.

Mas, ao mesmo tempo em que há muitos jovens no campo, existe uma invisibilidade histórica dessa juventude. Historicamente, considerou-se a juventude como mão de obra barata para ajudar no desenvolvimento industrial do nosso País, porque os jovens saíram do campo para construir ou para ser mão de obra barata nas grandes fábricas das grandes cidades. E esse problema histórico é o problema da migração. Primeiro, saíram do campo para a cidade para servir como mão de obra barata, mas, hoje, a gente vive um problema muito sério, que é a migração intracampo. Por exemplo, a juventude sai da zona da mata pernambucana ou da zona da mata alagoana e vem para as plantações de cana em São Paulo ou para as plantações de soja em Mato Grosso. Enfim, há essa migração interna no nosso País. Esse é um problema muito sério que a gente consegue identificar hoje para a juventude do campo, pela falta de oportunidade, pela falta de emprego.

Mas essa falta de oportunidade e de emprego não nasce do acaso, mas é fruto de uma política do agronegócio para o campo brasileiro, que é a construção de um campo sem gente, a construção de um campo basicamente representado para a produção das *commodities*, para o avanço na nossa balança comer-

cial. E essa juventude fica à mercê dessas políticas do agronegócio no campo brasileiro.

Então, observando especificamente esse processo que a gente vem construindo, é importante a gente ressaltar aqui o processo importante na discussão das políticas públicas para a juventude no Brasil. Esses últimos anos foram de avanço muito forte nesse campo das políticas públicas, mas, ao mesmo tempo, a juventude do campo continuou enfrentando dificuldades, e a gente continuou brigando para que ela tivesse visibilidade cada vez mais.

É verdade que o Governo construiu algumas políticas públicas específicas para a juventude do campo. Mas a avaliação que hoje os movimentos sociais do campo fazem é a de que essas políticas públicas não resolveram e não ajudaram de forma estrutural a resolver o problema da juventude do campo. Mas é importante a gente avaliar que o campo brasileiro também precisa avançar nessa construção das políticas públicas do campo.

Para se ter uma ideia, para a gente identificar como um grande processo, nos últimos dez anos, cerca de 37 mil escolas foram fechadas no campo. Esse é um dado muito significativo, que contribui para que a nossa juventude, cada vez mais, saia do campo e vá para a cidade, para ter as suas oportunidades de estudo e de trabalho. Então, esse é um dado que a gente tem trabalhado e que tem afetado diretamente a juventude.

E quero dizer aqui que nós, do MST, não representamos a juventude do campo por completo. Existe hoje uma gama de outros movimentos sociais e também de outras organizações que atuam na juventude ou que trabalham com esses jovens do campo. Mas é importante que esses dois pontos da educação e da geração de trabalho e de renda sejam colocados como ponto central, para dar a possibilidade de a juventude do campo continuar no campo. Não é que a gente queira fazer com que ela fique no campo porque ela tem de ficar no campo, mas é preciso construir possibilidades de políticas públicas para fazer com que ela possa continuar no campo.

Nesse sentido, o Estatuto também traz esses avanços. Vou reforçar aqui as ideias que a gente vem construindo nos movimentos de juventude de que esse Estatuto traz avanço. Primeiro, há o avanço da meia-entrada. A gente tem de saudar aqui o relatório feito na Câmara e, ao mesmo tempo, tem de garantir que ele seja colocado do jeito que está. A gente tem de garantir a meia-entrada não só para a juventude que está na cidade, mas também para a juventude do campo, nos seus espaços. É fato que há muito menos teatro ou cinema no campo do que na cidade, mas esse benefício deve ser estendido também para a juventude do campo.

Segundo, acho que vai ajudar bastante nessa mobilidade da juventude do campo entre as cidades a questão do meio passe. É preciso garantir esse meio passe intermunicipal e interestadual, para que também a nossa juventude que está no campo brasileiro possa circular e conhecer outros lugares.

Também é importante a gente colocar como um avanço desse Estatuto da Juventude a questão da diversidade, pois se reconhece a livre orientação sexual no Estatuto da Juventude. Esse é um ponto importantíssimo numa conjuntura que vivemos no Brasil, de criminalidade. Vivemos numa conjuntura em que as populações LGBT são cada vez mais atacadas em nome do Estado democrático de direito. Então, é importante cada iniciativa de qualquer Casa, seja a legislativa, seja a judiciária, seja a executiva, de construir políticas que deem visibilidade a essa violência e que criminalizem as ações contra essa população brasileira. Isso será saudado por nós de toda forma.

Por fim, também quero dizer que a construção do Sistema Nacional de Juventude é importantíssima para que a gente possa regulamentar todo esse marco jurídico que foi construído a partir da PEC. O Plano ainda está em votação, se não me engano. O Estatuto nos dá a possibilidade de regulamentar todo esse processo. Os movimentos sociais, com suas diferenças, com suas críticas ou com sua atuação específica, têm colocado como importante a regulamentação desse conjunto de direitos que dá visibilidade à juventude, que coloca a nossa juventude como sujeito de direito.

Para encerrar, de fato, cabe reforçar a ideia de que, para a gente avançar na construção de políticas públicas para a juventude, é importantíssimo dar visibilidade cada vez mais à juventude do campo na construção dessas políticas públicas de juventude. Não é mais aceitável que grande parte da juventude do nosso País, no campo, não tenha acesso à educação, ao trabalho, à geração de renda, à saúde, à comunicação, a um conjunto de direitos. Na cidade, de certa forma, isso já é difícil de ser alcançado, mas, no campo, a situação é pior, pois a juventude do campo tem muito menos visibilidade.

Então, é importante que a gente deixe aqui esse cunho registrado, para dar visibilidade à juventude do campo. Nós, jovens que estamos no campo hoje, queremos ter a possibilidade de continuar no campo, não só ter a cidade como elemento de futuro. Queremos ter o campo como espaço de produção de cultura, de alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxicos, para continuar a alimentar o conjunto da população brasileira, já que a agricultura familiar e camponesa coloca

mais de 70% do alimento na mesa do povo brasileiro. É com essa intenção que a gente quer continuar no campo, para fazer com que o campo brasileiro seja um espaço de vida e de construção de possibilidades, para transformar o Brasil num País mais justo e desenvolvido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Antônio de Lima Neto, representando aqui o setor de juventude do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Eu queria destacar a presença aqui do Deputado Federal Wilson Filho, do PMDB da Paraíba, também integrante da Frente Parlamentar da Juventude. Seja bem-vindo! Parabéns pelo papel que tem protagonizado desde a tramitação da matéria na Câmara, nesse debate tão importante para a juventude brasileira!

Ato contínuo, quero passar a palavra para o meu querido Leoni, que representa aqui o Grupo de Ação Parlamentar Pró-Música, para falar, nesta Mesa de debates do Estatuto da Juventude, em nome dos produtores culturais, de artistas e músicos da classe artística brasileira.

Leoni, fique à vontade. Você dispõe dos 20 minutos regimentais para fazer sua exposição.

O SR. CARLOS LEONI RODRIGUES SIQUEIRA JUNIOR – Eu queria desejar um bom-dia para todo mundo aqui presente, para os Senadores, para os Parlamentares, para todas as pessoas que estão aqui assistindo a esta reunião, para os companheiros de Mesa.

Fico muito feliz também por, num movimento desse porte para a juventude, ver tantos jovens nesta Mesa. Já me sinto um ancião.

A SRª SEVERINE MACEDO (*Fora do microfone.*) – Não é Leoni. Vou levá-lo para dar uma volta aqui, para ver os jovens aqui.

O SR. CARLOS LEONI RODRIGUES SIQUEIRA JUNIOR – Mas, na Mesa, já estou me sentindo um ancião, um representante de outra geração.

Estou representando o Grupo de Ação Parlamentar Pró-Música (GAP) – aliás, fico muito feliz de estar aqui no Dia da Música, que é hoje – e também outras associações, como a Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (Abrape), a Associação dos Produtores Teatrais Independentes de São Paulo (APTI-SP), a Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais do Estado de São Paulo (Apetesp), a Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro (APTR) e a Associação Brasileira de Empresários Artísticos (Abeart).

Eu queria dar os parabéns a todos aqui pela aprovação do Estatuto da Juventude e dizer que me faço presente aqui para tratar de um assunto específico, que é o da meia-entrada. A gente já vinha negociando esse tema há muitos anos com a UNE, com o Governo, num projeto de lei, que foi aprovado no Senado e que se encontra atualmente na Câmara. Porém, depois da aprovação do Estatuto da Juventude, ficou-se em dúvida do que estaria acontecendo com o projeto da meia-entrada. E, num encontro histórico, que reuniu a UNE, artistas, produtores, exibidores e o Governo, com a presença da Deputada Manuela, no Rio de Janeiro, a gente reafirmou esse nosso acordo. Estamos todos de acordo e gostaríamos de comunicar esse acordo, para que, se possível, isso traga benefícios e um aprimoramento para o Estatuto da Juventude.

Na lei da meia-entrada, havia alguns problemas sérios. É claro que ela é muito necessária para aumentar o acesso da juventude à cultura, mas, como nunca tinha sido estabelecida a fonte de custeio desse benefício, quem arcava com esse ônus era a classe cultural. E criou-se uma cisma entre artistas e estudantes, o que nunca houve. Isso ocorreu só por um problema jurídico mesmo. Em nenhuma outra atividade econômica, existe um benefício sem se dizer de onde se vai tirar esse dinheiro. Se você dá um desconto para o taxista, não será a Ford ou Volkswagen que dará esse desconto. É o governo que retira os impostos, e o taxista pode pagar mais barato.

No caso, a solução encontrada pela classe artística para continuar lidando com suas inúmeras dificuldades de produzir arte no Brasil foi a de majorar os preços, porque todo mundo, no fundo, tinha direito à meia-entrada. E a meia-entrada passou a não existir, não era mais um benefício para os estudantes e era um ônus muito caro para os produtores culturais. Além disso, essa lei afasta das produções culturais uma parcela enorme da população adulta que não tem direito à meia-entrada. Os idosos e os estudantes têm esse direito, mas a população adulta que não tem esse benefício passou a ter de pagar o dobro. E se viu que era uma coisa que não estava favorecendo ninguém, nem os produtores culturais nem os estudantes.

Sentamos e chegamos à conclusão de que, se estabelecêssemos uma quota do número de ingressos de 40% para que estes sejam vendidos como meia-entrada para estudantes, com carteira da UNE e das entidades que a UNE aprova, essa seria uma forma de organizar e de negociar.

Acho que este é um encontro muito importante, que mostra o amadurecimento dos artistas, dos estudantes, dos produtores culturais, em encontrar uma solução que minimize os problemas criados pela lei da meia-entrada e permita o acesso da juventude à cultura.

Então, eu queria só tornar isso público. Aqui, está o texto que foi aprovado por todos nós, pela UNE e pelas sociedades aqui representadas. E eu queria passá-lo

às mãos do Senador Randolfe e dizer que estou muito feliz que tenha havido esse acordo, que não exista mais esse problema entre estudantes e artistas, que isso esteja finalmente solucionado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Leoni. Com certeza, isso será considerado no relatório que apresentaremos à Comissão de Constituição e Justiça.

Pela ordem, seria a vez do André, mas, como a Deputada Manuela tem outro compromisso, vou conceder-lhe a palavra. A querida Deputada Manuela D'ávila foi a Relatora dessa importante matéria, o Estatuto da Juventude, na Câmara dos Deputados.

Deputada Manu, fique à vontade.

A SRª MANUELA D'ÁVILA (PCdoB – RS) – Obrigada, Senador Randolfe.

Eu queria cumprimentar todos os Senadores presentes.

Agradeço, por prestigiarem esta reunião, ao Senador Valadares, ao Senador Inácio, ao Senador Pedro. É uma satisfação contar com a participação dos senhores, porque transformar a pauta da juventude numa pauta do Congresso Nacional é um dos grandes desafios que o Brasil tem para conseguir dar a real sustentabilidade ao seu desenvolvimento, fazê-lo longo, fazê-lo prolongado. É preciso dar condições, Deputado Wilson, para que haja pessoas que garantam que este momento não seja apenas uma página na história brasileira, mas seja algo que possa ter continuidade.

Quero saudar todos os membros do Conselho Nacional da Juventude: o Neto, do MST; o André, da UNE; e o Gabriel.

Cumprimento a Severine, que preside o Conselho, ou melhor, quem preside o Conselho agora é o Gabriel. Estou velha e desatualizada, Senador. A Severine coordena a Secretaria Nacional de Juventude.

Cumprimento o Domingos, que coordena a nossa Frente, e o Leoni. O Leoni e o Odilon foram os dois artistas que toparam o desafio de fazer a interlocução permanente entre o Parlamento e a classe artística brasileira, que sofre tanto, por sermos um País que ainda tão pouco valoriza, em todas as instâncias, os trabalhadores da cultura, sobretudo.

Quando debatemos saúde, debatemos as questões dos trabalhadores da saúde, não é, Senador Randolfe? Quando debatemos educação, debatemos questões dos trabalhadores da educação. E, quando debatemos cultura, talvez, na maior parte das vezes, nós nos esqueçamos de que esse também é um setor que precisa cuidar dos seus. Não há como haver uma boa cultura sem que os artistas, os produtores, os trabalhadores desse segmento estejam devidamente cuidados, valorizados e prestigiados por este País.

Eu queria apenas falar algumas questões sobre o Estatuto da Juventude e sobre o relatório aprovado pelo Congresso. A primeira delas é que esse projeto é um projeto de uma antiguidade muito grande dentro do Congresso Nacional. Há quase uma década, há sete anos, esse projeto é debatido por inúmeros parlamentares. Quem é parlamentar sabe a diferença quando um projeto é debatido em Comissão especial. Ou seja, houve duas sucessivas Comissões especiais que debateram o Estatuto de Juventude.

Quero cumprimentar o Daniel, Presidente da União Nacional dos Estudantes, que acaba de chegar aqui.

Então, isso significa que há um acúmulo dentro da Câmara dos Deputados bastante significativo, porque o projeto tramita aqui por duas Legislaturas inteiras e por mais o primeiro ano desta Legislatura. A sua tramitação começou numa Legislatura da qual eu ainda não fazia parte, de 2002 a 2006. A primeira Legislatura de que fiz parte foi a do período 2006 a 2010. E, agora, nesta etapa, o projeto tramita numa terceira Legislatura, ou seja, três composições de Câmara debateram esse projeto.

A segunda questão é que esse relatório foi submetido, e julgo isso algo muito relevante, a um debate profundo com a sociedade brasileira. Acho que um dos nossos desafios é produzirmos leis que tenham relação maior com o que a sociedade pensa sobre as necessidades que ela vive. Então, quando digo que houve um debate profundo com a sociedade, isso quer dizer que a matéria foi debatida com os setores juvenis, é óbvio – aqui, existem as entidades de representação juvenil ou entidades gerais com corte de juventude –, e também com os setores da sociedade que têm a necessidade de que a juventude seja protagonista e tenha direitos. Eu poderia citar que houve um sem-número de debates com a CNI, com todo o Sistema S, com o sistema educacional, com as universidades, no decorrer da composição do relatório. Cito apenas alguns que me ocorrem agora.

Mas, além disso, a maior parte desse relatório – talvez, esse seja o motivo que me faz ter orgulho de ser a Relatora – não foi feita por mim, porque quase 40%, 33% do relatório foram produzidos a partir da ferramenta de participação direta que a Câmara elaborou, que é o chamado Portal e-Democracia. Ou seja, é um portal em que a sociedade aprende a fazer a lei.

Ontem ainda, debati a meia-entrada com artistas de teatro no Rio Grande do Sul e eu disse para eles: "Gente, ideias, para mim, têm de virar frases, porque legislar é transformar as grandes ideias em curtas

frases". O e-Democracia é um espaço que transforma as grandes ideias de diversos setores em pequenas frases, porque eles são obrigados a transformá-las em texto da lei. Não pode haver apenas a divagação sobre como gostaríamos que o mundo fosse. Então, para mim, isso também faz com que o relatório seja importante.

Apesar disso, Senador Randolfe, apesar das três Legislaturas, apesar da maior participação popular da história, de forma direta, num texto de lei, nesse relatório, ele é, evidentemente, cheio de limites. É sobre isso que eu queria me manifestar. Em qual sentido o relatório é cheio de limites? Nós estamos tratando, e decorre disso a importância do relatório, da primeira grande legislação sobre juventude no nosso País. Nós estamos tratando de um contingente de pessoas que compreende simplesmente quase um quarto ou um terço da população brasileira: são 55 milhões de pessoas. Então, por ser diversa e por não ser uma fase biológica do ser humano, por ser, sobretudo,uma fase social, estamos tratando de um segmento da sociedade em que a legislação incide sobremaneira.

Não estou tratando aqui de adolescentes de 13 anos, com o qual acontece isso, e de 14 anos, com o qual acontece aquilo, pois o hormônio faz aquilo outro. Estamos falando de jovens que vivem no campo, mas que estão uma faixa etária em que o Estado deve incidir, para que ele possa estudar e se fixar no campo e para continuarmos lutando para haver soberania alimentar. Estamos falando de jovens que se evadiram do ensino médio porque pertencem a essas classes para as quais gostamos tanto de discursar no Congresso, mas que não vão à escola não pelas grandes teses sobre a escola, mas, sim, porque não têm a passagem de ônibus. Bem sabe o Senador Inácio, Relator do Estatuto das Cidades, que um dos maiores problemas de acesso ao ensino e ao trabalho em nosso País é o transporte. Não é a grande tese, é a coisa simples, é o cansaço de caminhar quinze quilômetros por dia, depois de um dia de trabalho, porque são jovens que trabalham.

Então, estamos falando de jovens de classe média que chegaram à universidade, mas que têm o direito de se qualificar mais para terem a capacidade de inovar tecnologicamente neste País. Estamos tratando de todas as formas que o povo e a sociedade brasileira podem agir em um determinado período, que é o período justamente em que isso pode se dar ou não, em que posso abandonar a escola ou não, em que posso engravidar e não voltar à escola ou não. Posso achar que o preconceito decorrente da diversidade sexual é inferior ao racial ou não.

É por isso que o assunto é tão complexo. Mesmo com três Legislaturas e com a participação popular, ainda há limites. Acho que avançamos, e, talvez, esse seja o maior orgulho do Congresso. O Deputado Domingos e o Deputado Wilson tiveram uma participação decisiva nisso. Avançamos muito ao produzirmos o acordo entre a bancada evangélica e o segmento LGBT. Alguns podem dizer que isso não é tão importante quanto o transporte para o ensino médio. É evidente que não é tão importante num aspecto, mas, numa sociedade diversa como a brasileira, com uma intolerância crescente, isto, talvez, seja o mais espetacular: garantir uma legislação que não produza intolerância religiosa, como a Europa tem produzido aos milhares, em um volume assustador, e que garanta a liberdade sexual, a primeira de todas as liberdades que nos fazem homens e mulheres seres humanos.

Isso foi o que nos fez dedicar mais tempo para o ajuste maior. Qual a parte em que vejo que há a maior carência? O tema da meia-entrada. Por quê? Por ser um tema complexo, por ser um tema passivo e histórico entre dois segmentos – olhem a ironia! – que sempre andaram juntos. Não há momento na história do Brasil em que artistas e estudantes não tivessem as mesmas causas. Em todo o período da ditadura militar, quem deu sustentação aos artistas, do ponto de vista estrutural, foram os estudantes, com os passos dados por eles. Mas, há 20 anos, há uma cizânia. Os artistas, com suas justas reivindicações, são pouco financiados pelo Estado, contando com pouco investimento público, e ainda têm de deslocar o preço da sua bilheteria. Não falo aqui dos grandes artistas, das grandes produções, porque, para estes, não dedico grande parte do meu tempo. Temos de reformular a Lei Rouanet, temos de garantir que quem recebe dinheiro público mereça recebê-lo e produza espetáculos para o público, para o povo. Mas me refiro ao Leoni, que faz seus *shows*; aos pouco mais de trinta grupos de teatro da minha cidade; aos grupos de teatro de São Paulo; aos grupos de teatro que não estão nas leis de fomento ou que são de cidades que não têm leis de fomento, que garantem o trabalho continuado e que dependem da bilheteria.

Então, é uma reivindicação justa e um direito também justo. Um país que quer ser educado de fato não é um país que garante apenas o ingresso ao ensino médio ou que forma gente para apertar parafusos. Um país em que há gente educada – não apenas no sentido da educação informal, mas no sentido pleno – é um país que oferta aos seus jovens trabalhadores aquilo que o jovem de classe média tem. Por isso, os jovens trabalhadores passavam menos no vestibular. É por isso que as cotas foram justas. Isso ocorre não porque o professor é mais ignorante na escola pública do que na escola privada, ou pior ou inferior, mas porque ele não tem acesso ao entorno, àquilo que está na volta

do processo educacional, que é estudar Roma e ver o Coliseu no cinema ou no teatro, que é conseguir fazer com que o cérebro se desenvolva na sua plenitude.

Há o direito de se ter educação integral. Por isso, sempre defendemos que esse direito fosse dos estudantes, porque, se é direito fundamental do jovem ser estudante, é direito fundamental ele ser educado na sua concepção integral.

Muitos me perguntaram tecnicamente: "Nós fazemos ajustes na meia-entrada?". Se fizermos ajustes, isso retardará mais a votação. Acho que temos de produzir um grande pacto político. Qual? Nós aprovamos a matéria na Câmara, e é evidente, ninguém é ingênuo, que é muito mais fácil aprovar um relatório pelo qual lutamos. Gerações trabalharam nisso, como o Rodrigo, que assessora o Senador e que foi da UNE junto comigo lá pelo ano... Nem vou dizer o ano! Segundo o próprio Estatuto, já nem sou mais jovem. Cito também o Paulo Vinícius. São pessoas, são gerações, Juliano, que participaram disso. Então, sabemos o quanto nos custa não aprovarmos velozmente algo que não está sendo aprovado a toque de caixa, porque, há quase uma década, está tramitando. É algo que não ouvimos pouco, mas que contém erros.

A meu ver, qual é o grande papel do Senado, Senador Randolfe? Estabelecer no texto da lei o acordo sobre a meia-entrada, que foi produzido com a participação de produtores, de atores e de estudantes e com compromisso político de fazê-lo valer de maneira breve.

Para terminar, quero dizer que, talvez, Senador Pedro Simon, seja a coisa mais lamentável o Parlamento brasileiro deixar de fazer uma lei para jovens que precisam ter a educação plena todos os dias da sua vida por trinta dias da Copa do Mundo. Se fizermos isso, deixaremos de produzir o acordo histórico, deixaremos de fazer as pazes, como falamos popularmente, entre artistas e estudantes; dividiremos setores, segmentos que, historicamente, lutaram para este País ser democrático e mais justo. E mais justo e mais democrático, agora, é um país que consegue educar melhor seus jovens.

Sou uma Parlamentar do Governo e tenho a honra de, durante os últimos nove anos, ter visto o Brasil mudar, ter participado ativamente, como diria o Deputado Ibsen, com meu dedo, de muitas votações, para que o Brasil andasse pra frente, mas não acredito que as coisas se constroem em um mar de rosas. As mudanças e os avanços precisam ser construídos, Severine, chegando a consensos. Nós passamos, esta Legislatura no Senado e na Câmara passará, a Presidente Dilma passará – espero que depois de longo período, o máximo permitido legalmente em nosso País –, mas não podemos transformar um segmento tão importante em reféns de políticas de governo.

O Estado brasileiro tem de incorporar essa questão, tem de legislar sobre o Estado da Juventude. Garantir que o Estatuto seja aprovado é garantir que, independentemente de quem passe pelo Governo, os jovens sejam tratados pelo Estado como parte fundamental para que nosso desenvolvimento seja continuado.

Então, os Senadores têm este desafio: pactuar politicamente. Temos de proceder às alterações e de produzir o acordo, esse belíssimo acordo. Talvez, esta seja a etapa mais bonita da relação entre artistas e estudantes desde muito tempo. É preciso assumirmos esse compromisso político e, depois, votarmos com a celeridade de que os artistas precisam. É o que militamos na causa da juventude há quase uma década.

Muito obrigada.

Eu queria parabenizar o Senador Randolfe, pela disposição de construir esse relatório, pela peleia para ser o Relator e para garantir que tivéssemos espaço para o diálogo.

Parabenizo também o Senador Eunício, que preside esta Comissão, por ter sido, de maneira muito sólida – e sabemos as dificuldades disso no Parlamento –, um aliado da juventude e das nossas causas, que são causas de todos os que lutam por esse segmento, independentemente de estarem momentaneamente ou não ocupando o espaço do Palácio do Planalto.

Muito obrigada.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Já terminou?

A SRª MANUELA D'ÁVILA (PCdoB – RS) – O senhor chegou aqui, e eu me constrangi, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O que é isso?

A SRª MANUELA D'ÁVILA (PCdoB – RS) – O senhor chegou aqui, o Senador Eunício chegou aqui, e pensei: quem sou eu para seguir falando? Vou reduzir-me à minha insignificância.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Ainda debocha, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, até aceito que ela deboche de mim, que sou nordestino, mas debochar do senhor, que é do Rio Grande do Sul...

A SRª MANUELA D'ÁVILA (PCdoB – RS) – O Senador diz que é deboche, porque os que não são do Rio Grande do Sul não sabem do amor que nutro por ele. Então, ele pode se dar ao direito de dizer que é um deboche.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Esse sentimento é profundamente recíproco.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Simon é um jovem, como vocês, em termos de pensamento em relação a este País.

Registro aqui também, com prazer, a presença do Deputado Wilson Filho, da juventude do PMDB da Paraíba, que representa o nosso querido PMDB.

O Senador Inácio Arruda também aqui comparece.

Passo a palavra ao próximo orador, Carlos Leoni Júnior. *(Pausa.)*

Ele já falou? O Senador Randolfe esqueceu de riscar aqui.

Agora, é a vez do Daniel, representante da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Tem a palavra o Sr. Daniel Iliescu.

O SR. DANIEL ILIESCU – Bom dia a todos!

Primeiramente, eu queria cumprimentar o Senador Eunício Oliveira, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e cumprimentar muito especialmente o Senador Randolfe Rodrigues, que, ao relatar o Estatuto da Juventude nesta Comissão do Senado, tem se colocado como grande parceiro. A juventude brasileira acompanha o trabalho do Senador Randolfe Rodrigues nessa empreitada. A União Nacional dos Estudantes tem demonstrado muita confiança no seu trabalho e se sente muito à vontade para dialogar com esta Casa a partir, em especial, da condução que o Senador Randolfe tem dado a essa discussão com os estudantes brasileiros.

Cumprimento a Severine Macedo, Secretária Nacional da Juventude, nossa Secretária, com quem temos tido uma interlocução boa com o Governo nesse debate do Estatuto da Juventude e numa série de debates que dizem respeito aos interesses da UNE.

Eu queria cumprimentar aqui nossos companheiros de Mesa, em especial a Deputada Manuela D´ávila, ex-dirigente da UNE, nossa referência e Relatora do Estatuto na Câmara, responsável pela construção de grandes consensos e por uma grande vitória, com a aprovação do Estatuto na Câmara depois de muitos anos de tramitação.

Cumprimento o Leoni e também outros amigos da produção de cultura, outros profissionais que topam o desafio de, num país difícil como o Brasil, produzir cultura e tocar essa atividade tão importante para a economia, para a sociedade brasileira.

Cumprimento aqui o Odilon Wagner, o Ricardo Chantilly, todos os produtores culturais aqui presentes.

Cumprimento meus companheiros de movimento social, como o Neto, do MST, companheiro de muitas jornadas de luta e de muitas batalhas em defesa de um País mais justo, e Gabriel Medina, Presidente do Conselho Nacional de Juventude, no qual a UNE também está representada – a UNE entende que esse é um espaço muito importante de debates da juventude hoje no País.

Cumprimento o Senador Inácio Arruda e o Senador Valadares, responsáveis por uma grande empreitada que a juventude brasileira move, que é a luta pela vinculação de recursos do pré-sal ao investimento na educação pública no País.

Cumprimento o Senador Pedro Taques, o Senador Pedro Simon, o Deputado Wilson Filho, nosso parceiro também de muitas lutas, segundo parlamentar mais jovem do Congresso brasileiro.

Cumprimento todos os aqui presentes.

Cumprimento o Gabriel, da Juventude do PMDB; o Juliano, da Juventude do PSOL; o Leopolodo, da Juventude do PT; o Paulo Vinícius, da Juventude da Central dos Trabalhadores do Brasil; o Waldemir, da Juventude do PT.

Numa audiência como esta, mostra-se a amplitude de interesses que estão aqui representados e que acompanham uma matéria de extrema importância – cremos nós – para o Brasil, para o desenvolvimento do Brasil, que é o tema da juventude. É uma conquista recente e é uma novidade – podemos dizer assim – no mundo o tema da juventude ser tratado como objeto de políticas públicas; a juventude é tratada como sujeito de direitos.

No Brasil, desde o ano passado, quando da aprovação da emenda constitucional que agrega à Constituição a figura do jovem, vários outros avanços na política pública de juventude vêm se constituindo no Brasil.

É importante ressaltar que o Senado faz esta audiência pública a duas ou três semanas da realização da 2ª Conferência Nacional de Juventude, e milhares de etapas municipais e estaduais são realizadas por todo o nosso País continental. Daqui a três semanas, em Brasília, será realizada a etapa nacional, mobilizando jovens e atores que debatem o tema da juventude.

Ressalto, quanto à tramitação do Estatuto da Juventude nesta Casa, a responsabilidade que a CCJ e o Senado como um todo, os parlamentares do Senado, têm em relação a essa luta que a juventude vem promovendo no último período no País, conquistando avanços importantes. Essa luta pode desdobrar-se não só na aprovação do Estatuto no Senado, mas também, sem dúvida alguma, no fortalecimento das estruturas de apoio às políticas de juventude por todo o nosso País, na construção e na organização de secretarias, de conselhos e de outros órgãos de governo que entendemos ser necessários para fazer avançar as políticas de juventude, que, como todos sabem, é um segmento que vive um bônus demográfico.

Hoje, no Brasil, vivemos uma situação extremamente interessante e virtuosa: cerca de 55 milhões de

brasileiros estão nesse estrato da chamada juventude, reconhecida pela nossa Constituição e pela Organização das Nações Unidas. Não é isso, Manu? Houve muita contestação em relação a esse dado, mas é um dado trabalhado nacional e internacionalmente. O estrato da juventude que vai dos 18 aos 29 anos, hoje, atinge a marca impressionante de mais de 50 milhões de brasileiros e de brasileiras, sendo, portanto, um segmento extremamente importante para o desenvolvimento do nosso País, para as respostas que o Brasil tem de dar a uma situação de crise internacional, que condicionará o desenvolvimento dos países em todo o mundo pela próxima década.

O Brasil, sem dúvida alguma, tem algumas condições privilegiadas para se posicionar nesse cenário do mundo, constituindo-se como polo dinâmico da economia e fazendo do investimento na juventude um dos caminhos mais importantes para conseguir não refluir e não se render à avalanche da crise e à estagnação vivida por outros países e para conseguir proporcionar um ciclo virtuoso de crescimento, de distribuição de renda, de geração de oportunidades para a sua população.

Esse Estatuto da Juventude ora relatado pelo Senador Randolfe Rodrigues, alvo da apreciação desta audiência pública e de todos nós, em nossa opinião, contém avanços extremamente importantes e significativos, que, ao chegar ao Senado, conseguem compilar, a partir da construção da Deputada Manuela D'ávila e de todos os setores amplos que fizeram esse debate saudável na Câmara dos Deputados, lutas importantes que a juventude, em âmbitos municipal, estadual e nacional, tem feito no último período.

Eu queria registrar em especial alguns temas. Eu queria compartilhar com os senhores o fato de que, para o movimento estudantil, a temática do transporte público, sem dúvida alguma, é uma das mais caras ao nosso País. O Brasil vive, hoje, um processo de democratização do acesso à universidade e ao ensino técnico. Programas como o Reuni, o ProUni, o Pronatec, muitos deles com a contribuição do Congresso Nacional, dão exemplo de como a juventude brasileira vai, sim, apoderando-se dos espaços de educação no nosso País. É custoso para essa juventude, é um desperdício para o País o fato de que essa expansão do acesso às oportunidades de ensino enfrenta problemas tão concretos quanto o alto custo do transporte público nas cidades brasileiras. Há baixa qualidade, em geral, desse serviço, que, em nossa opinião, deve estar sob a vigilância da sociedade brasileira. Sem dúvida alguma, o transporte público no Brasil é um serviço que deixa muito a desejar, e o custo desse transporte acaba evitando que muitas pessoas de origem humilde, de origem popular, filhos de trabalhadores que entram na universidade consigam concluir seus estudos e lograr formação em seus cursos.

Sabemos que, nas universidades particulares, após o custo das mensalidades – portanto, em segundo lugar –, e, nas universidades públicas, em primeiro lugar, como fator de evasão, está o custo do transporte público. Hoje, a evasão nas universidades brasileiras chega a 42%, ou seja, 42% dos estudantes que entram nas universidades brasileiras não concluem seus cursos. Esse índice, no setor privado, é um pouco maior; no setor público, é um pouco menor.

Em nossa opinião, isso vem reafirmar a percepção de quem acompanha o movimento estudantil. Fora períodos de muita exceção na vida política do País, como foi o Fora Collor, o que mais mobiliza a juventude brasileira, ano após ano? De janeiro a março deste ano, o País pôde vivenciar inúmeras manifestações em defesa do passe livre e da meia passagem e contra o aumento de tarifas. Certamente, de janeiro a março do ano que vem, vamos vivenciar um novo ciclo de mobilizações pelo País inteiro. É o debate do alto custo de transportes.

Portanto, entendemos que há um avanço muito importante e muito significativo do Estatuto, aprovado na Câmara e que o Senado deve debater, no subsídio de políticas de transportes, de políticas de passe livre, de políticas de meia passagem, que têm sido aprovadas no âmbito do Estado e do Município. Mas, na nossa opinião, é preciso haver uma regulamentação federal para se constituir uma política de Estado no Brasil.

Cito aqui o exemplo de São Paulo, em que tramita na Câmara de Vereadores, com muita possibilidade de ser aprovado no próximo período, o passe livre para estudantes do ProUni. Cito a conquista recente, de junho deste ano, em que, na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, se conquistou a meia passagem para estudantes do ProUni e para cotistas das reservas de vagas das universidades públicas. Portanto, é uma matéria que é discutida com muita vivacidade nos Estados e nos Municípios, pelas Assembleias Legislativas, pelas Câmaras Municipais de Vereadores, e que o Congresso Nacional tem a oportunidade de apreciar a partir do Estatuto da Juventude.

Cito também a importância da garantia de financiamento para se constituir, de fato, um Sistema Nacional de Juventude, já que o Estatuto da Juventude não pode ser visto como uma peça isolada, mas como uma peça estruturante, que promove a outro patamar a estruturação de políticas públicas e de órgãos de governo que tenham a juventude e as políticas transversais de juventude como foco.

E cito, sem dúvida alguma, a meia-entrada, que é uma das principais conquistas da história do movimento estudantil brasileiro, é uma das principais conquistas democratizantes da sociedade brasileira. Talvez, seja um dos principais exemplos de combatividade da juventude brasileira, que, desde a década de 40, constituiu a meia-entrada como uma das principais garantias que o Brasil tem de que a sua juventude tem por educação não apenas a sala de aula, as provas e suas obrigações acadêmicas, mas o acesso à cultura e ao esporte, numa acepção mais ampla do que é a educação em nosso País.

A meia-entrada virou lei na década de 40 até a década de 60, deixou de virar lei durante a ditadura militar, foi recuperada na transição da década de 80 para a década de 90, em que o Brasil respirava a redemocratização, por um surto de aprovações de leis estaduais e municipais, e voltou a ser lei em nosso País.

O Estatuto da Juventude aprovado na Câmara dá uma força imprescindível à legislação da meia-entrada no Brasil, que é o fato de federalizar esse direito. A proximidade da Copa do Mundo trouxe, com outra abordagem e com outro relevo, o debate sobre a meia-entrada. Todas as sedes da Copa do Mundo, as doze sedes, tanto por leis municipais quanto por leis estaduais, garantem a meia-entrada. Essa é uma lei vigente em nosso País, e, portanto, não temos dúvida de que será respeitada e de que, inclusive, tangencia com a soberania do Brasil respeitar as leis vigentes em nosso País e não submetê-las à vontade ou ao capricho de qualquer entidade internacional, por mais importante que seja o evento no qual está envolvido. Mas uma fragilidade que o debate sobre a Copa do Mundo nos traz – é dever desta Casa, aproveitando esta oportunidade, assim observar – é o fato de que, apesar de as leis da meia-entrada serem tradicionais, terem décadas de validade, não haja um modelo único e uma característica única para o cumprimento dessas leis no Brasil.

Portanto, consideramos que a aprovação do Estatuto da Juventude, o quanto antes vier, será benéfica para a juventude brasileira, para aqueles que lutam pela cultura, pelo esporte e pelos direitos dos estudantes no Brasil. A federalização do direito à meia-entrada é importante para o País, no dia a dia, em todos os dias da nossa juventude, inclusive nos dias da Copa do Mundo. É importante haver um padrão da lei da meia-entrada no Brasil.

Já concluindo, quero registrar aqui – provocado também pela fala de Manu – a importante interlocução que os estudantes têm com os artistas e com os produtores culturais. De fato, na história do Brasil, artistas e estudantes sempre caminharam juntos. Tive a oportunidade e a emoção de estar em uma sessão da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, há duas semanas, quando a Deputada Estadual de primeiro mandato Leci Brandão, junto com o Deputado também de primeiro mandato Gerson Bittencourt, ex-dirigente da UNE, fizeram uma homenagem aos 75 anos da UNE, que serão completados daqui a alguns meses. E Leci Brandão nos surpreendeu a todos, relatando que seu primeiro *show*, ainda quando ela tinha 15 anos de idade e era estudante secundarista de Madureira, no Rio de Janeiro, foi na sede da União Nacional dos Estudantes, na Praia do Flamengo nº 132, que, em alguns anos, será reconstruída com projeto de Oscar Niemeyer.

Vianinha, Oduvaldo Vianna Filho, grande dramaturgo brasileiro, é o autor do principal e mais apreciado programa da televisão brasileira, na minha opinião, que é A Grande Família, que também é fruto da experiência popular do Centro Popular de Cultura (CPC), que foi uma das principais experiências da cultura popular no Brasil, fruto dos anos iniciais da década de 60, do cinema novo, de muitas experiências importantes para a cultura brasileira. Ele é um símbolo muito importante, é um marco nessa relação entre artistas e estudantes no nosso País.

Desse modo, artistas e estudantes no Brasil enfrentam o desafio da formação de público, que é muito necessária para quem trabalha com cultura e com arte. É preciso que, na juventude, haja pessoas interessadas na grande e riquíssima produção cultural brasileira e também que os estudantes auxiliem e consigam ter a perspicácia de estar ao lado daqueles que se esforçam por produzir cultura no Brasil, pois essa é uma atividade muito importante para enriquecer o nosso País.

Assim, permite-se que a gente consiga corrigir, por fim, uma distorção gravíssima provocada no nosso País pela Medida Provisória nº 2.208, editada pelo ex-Ministro da Educação Paulo Renato, *persona non grata* no movimento estudantil até o dia em que exerceu posto público no País. Entendemos que a Medida Provisória nº 2.208 desregulamentou a exclusividade da UNE, da Ubes, da NPG, das entidades estudantis de emitirem a identificação que reconhecem o estudante como tal em nosso País, na nossa opinião, com motivação eminentemente política, numa chave em que o movimento social foi agredido naquele momento e em que a UNE e a Ubes foram retaliadas por oposição a um projeto de desmonte da educação em nosso País. São tempos passados, não cabe aqui ideologizar ou politizar o debate sobre a meia-entrada, mas essa Medida Provisória não tinha a motivação de aperfeiçoar o sistema de meia-entrada ou o direito dos estudantes

de terem acesso à cultura, mas uma motivação eminentemente política.

De lá para cá, não só se atacou o direito, porque ele perdeu a efetividade, pela dificuldade de se comprovar a condição de estudante, gerando fraudes, gerando uma desregulamentação, proporcionando condições de mercado à venda de carteira – quer dizer, o estudante compra sua carteira; em vez de ter o seu recurso revertido para a luta das entidades estudantis, tem o seu dinheiro consumido por uma empresa ou por qualquer outra instituição que passou a comercializar esse direito –, como também se promoveu um grande dano a quem produz cultura no Brasil, porque se encareceu, de modo geral, a política de ingressos. Hoje, mesmo os empresários da cultura mais progressistas, que compreendem o direito à meia-entrada como benefício para a produção de cultura no Brasil, têm dificuldade de praticar uma política de preços e de conseguir garantir a sustentabilidade do seu negócio, a remuneração do artista, que a gente sabe que é tão difícil no nosso País, porque existe hoje uma ineficácia do direito à meia-entrada, fruto da Medida Provisória nº 2.208.

É essa condição que esta Casa tem a oportunidade de reverter, juntamente com o Odilon e com outros expoentes da produção de cultura no Brasil, que têm esse compromisso de proporcionar um consenso, para que esta Casa consiga observar a melhor maneira de proceder ao fim dessa injustiça promovida pela MP nº 2.208. Hoje, a gente tem a oportunidade de recuperar a efetividade da lei da meia-entrada e uma relação harmoniosa entre aqueles que produzem cultura no Brasil e o público jovem, antenado com a riqueza cultural, com a pluralidade cultural, que é, sem dúvida alguma, um dos maiores patrimônios do nosso povo.

Desse modo, alongando-me mais do que eu gostaria, Presidente Eunício, quero dizer que esse é um pouco do olhar que a União Nacional dos Estudantes hoje tem do Estatuto da Juventude. Consideramos que é uma peça essencial para a política brasileira, para conseguir capacitar o Brasil a enfrentar essa crise internacional de outra maneira, estruturado no investimento na juventude, no investimento na educação pública, no investimento na nossa gente.

Sem dúvida alguma, o Estatuto da Juventude, não só para a juventude, mas para o conjunto da população brasileira, para o conjunto das políticas públicas no Brasil, tem muito a contribuir para preparar o Brasil rumo à sua caminhada. Acreditamos que estamos em curso de proporcionar um Brasil mais justo e mais desenvolvido à nossa população.

Estamos abertos a toda e qualquer provocação que venha da audiência. Na União Nacional dos Estudantes, a gente tem muita expectativa quanto à tramitação desse projeto sob a liderança do Senador Eunício, do Senador Randolfe e de outros parlamentares que se têm mostrado comprometidos com a juventude brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Daniel.

Passo a palavra à última oradora inscrita, para iniciarmos os debates, Severine Macedo.

A SRª SEVERINE MACEDO – Bom dia a todos e a todas!

Faço uma saudação especial ao Senador Eunício e ao Senador Randolfe, Relator dessa importante e estratégica matéria. Há grande expectativa por parte da juventude brasileira como um todo em relação à sua aprovação.

Quero cumprimentar, em nome dos Senadores Randolfe e Eunício, todos os Srs. Senadores e lhes agradecer por estarem empenhados nesse tema.

Cumprimento a Deputada Manuela e o Deputado Wilson Filho, grande parceiros na política de juventude no nosso País; o Gabriel Medina, nosso Presidente do Conjuve, sempre muito aguerrido na defesa da juventude brasileira; o Neto, meu companheiro de muitas caminhadas, inclusive na defesa da juventude rural – também venho do movimento sindical, da agricultura familiar, e travávamos muitas lutas, juntamente com o companheiro, parceiro e amigo, em defesa da juventude.

Cumprimento o Carlos Leoni, que aqui representa esse segmento cultural estratégico do nosso País, e o Daniel, Presidente da UNE, que vem mobilizando muitos jovens no Brasil afora em defesa do nosso País.

Depois dessa Mesa representativa, que trouxe vários elementos da importância do Estatuto, vou tentar passar por alguns pontos que considero que exigem um reforço quanto à posição do Governo Federal.

Primeiro, quero dizer que esse histórico que a Deputada Manuela e o Gabriel Medina trouxeram aqui sobre o Estatuto é extremamente importante, porque não é um tema inventado na cabeça de alguns jovens, mas é um tema fruto de um processo intenso de debate entre os jovens brasileiros com o próprio Parlamento. Foi um dos principais temas apontados a partir da criação da Frente Parlamentar de Juventude na Câmara dos Deputados. Houve um processo de muitas audiências e diálogos com vários segmentos juvenis. É tema do Conselho Nacional de Juventude. Foi uma das resoluções aprovadas na 1ª Conferência Nacional de Juventude, que aconteceu em 2008. Uma das resoluções previstas na Conferência era a aprovação dos marcos legais da juventude brasileira, o que

incluiu o Estatuto, a PEC – cuja aprovação já foi uma conquista – e o Plano Nacional de Juventude.

Então, é um processo histórico de discussão dos jovens e de vários atores, inclusive no Parlamento, sobre a importância da construção de um Estatuto que garanta a definição dos direitos dos jovens brasileiros; que reconheça esses jovens, de fato, como sujeitos de direito, como sujeitos estratégicos ao desenvolvimento do nosso País; e que abra caminho para a construção de um Sistema Nacional de Juventude.

Há muita concordância de que não basta ter somente boas intenções em fazer política pública de juventude; muitas vezes, queremos construir um conjunto de ações e somos impedidos pela vida real, pela dificuldade da estrutura e do funcionamento desse tema dentro de todos os entes da federação.

Então, a criação do sistema a que o Estatuto se remete é extremamente importante, porque permitirá, de fato, um pacto federativo em torno do tema, a definição do orçamento para a execução das políticas de juventude, a criação de instrumentos para além dos órgãos gestores que nos permitam potencializar a execução da política de juventude.

Então, sem sombra de dúvida, é importante o Estatuto e o sistema. E, depois de aprovarmos o Estatuto, construiremos o Plano Nacional de Juventude. Retomarmos o diálogo com o Parlamento sobre o Plano é extremamente importante para garantir a efetivação das políticas de juventude como políticas de Estado, políticas perenes, com instrumentos e condições reais de implementação.

Estamos falando, como já foi dito aqui na Mesa, de um segmento populacional que representa mais de 50 milhões de pessoas no nosso País e que lidera a população economicamente ativa. A nossa população economicamente ativa, hoje, é muito maior do que a inativa e é liderada por jovens. Os jovens representam, hoje, o principal público da nova classe trabalhadora ou nova classe média, como alguns dizem. Isso significa claramente que todo o investimento realizado pelo Governo do Presidente Lula em políticas de desenvolvimento econômico e social, de inclusão social e produtiva da nossa população, impactou sobremaneira a juventude, assim como as políticas específicas construídas para esse segmento, a partir da criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho, do Pró-Jovem, em 2005, e da implantação de uma série de ações e programas, como o ProUni, por exemplo, que está garantindo acesso à universidade a milhares de jovens no nosso País que não teriam esse acesso se não fossem políticas, de fato, de promoção, de acesso aos direitos da juventude brasileira.

Em que pese todo o nosso investimento nesse segmento, ainda temos muitos desafios a superar. O Senador Eunício mencionava aqui alguns dados que sempre são preocupantes do ponto de vista da necessidade da inclusão da juventude. É por isso que esse Estatuto é extremamente importante.

Eu queria agradecer à Deputada Manuela, que foi a Relatora na Câmara, importante defensora da juventude, que topou a entrada de alguns temas importantes no Estatuto, na aprovação na Câmara, como, por exemplo, o tema do trabalho decente. Para além da discussão da geração do emprego e da renda para os jovens, uma das nossas grandes prioridades é discutir a qualidade desse emprego. Os jovens, infelizmente, estão liderando a ponta dos índices dos piores empregos no País, com salário menor, com dificuldade de conciliação do trabalho e do estudo, com informalidade, com condições de saúde e de trabalho muito precárias. Então, não dá para discutir só a geração de emprego e de renda, é preciso trazer com muita força o tema do trabalho decente.

É importante destacar que essa agenda pactuada com a Deputada Manuela, na ocasião da aprovação, foi pactuada com o Conselho Nacional de Juventude e proposta por esse Conselho. Então, o tema do trabalho decente, que entrou na aprovação, foi extremamente importante.

Há também o reforço ao tema da sustentabilidade da juventude rural, pauta que o Neto trouxe aqui, com muita propriedade. Ou seja, são políticas para dar segurança para a juventude.

Hoje, o índice de mortalidade dos jovens brasileiros, especialmente dos jovens negros, é alarmante. Não dá para não continuarmos respondendo efetivamente a esse tema. E o Governo tem se debruçado sobre isso, para a construção de um conjunto de ações que busquem reverter os altos índices de violência que acometem os jovens negros. Vamos discutir, inclusive, com o Conselho Nacional de Juventude, nesta semana, a proposta desse conjunto de ações.

E o Estatuto permite, efetivamente, ancorar e definir quais são esses direitos, permitindo esse leque amplo, esse olhar sobre a diversidade juvenil. A importância da juventude não é só numérica, porque tem peso econômico. A juventude também tem um peso social, cultural e político. E a gente acredita, de fato, que esse segmento precisa ser visto como estratégico para o desenvolvimento nacional. Essa é uma aposta da Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República. E toda a nossa ação vem sendo construída nesse sentido.

Outro elemento importante a destacar em relação ao Estatuto é que ele tem um diferencial em relação ao

Estatuto da Criança e do Adolescente. Garantir a proteção das crianças e dos adolescentes no nosso País foi um marco fundamental. O Estatuto da Juventude vai além de políticas de proteção. De fato, a fase de proteção serve para as pessoas que estão no período da infância e da adolescência. Entendemos que, para a juventude, para os jovens brasileiros, as políticas devem ser de promoção da emancipação e da construção de trajetórias mais saudáveis. Então, de fato, o Estatuto aponta um conjunto de políticas, as iniciativas já citadas aqui, como o acesso à meia-entrada, o acesso ao meio-passe, as políticas educacionais, o debate da sustentabilidade.

Outro ponto que acho extremamente importante destacar nessa perspectiva é que o Estatuto aponta a participação como um direito da juventude. Até há pouco tempo, nos movimentos juvenis, a grande pauta era que o jovem precisava ser protagonista da construção das suas próprias políticas. Hoje, estamos indo para uma fase de reconhecer a participação como elemento fundamental da construção das políticas de juventude. O nosso grande empenho no Governo Federal é o de construir a participação social como método de gestão permanente, e o Estatuto garante esse avanço de reconhecer a participação como um direito da juventude brasileira, apontando caminhos para a construção e fortalecimento dos conselhos, para a participação dos movimentos sociais, efetivamente, na construção da política pública de juventude no nosso País.

Não dá para deixar passar batido aqui, quando a gente fala da importância do Estatuto e da importância da juventude para o Brasil, que a aprovação do Estatuto na Câmara desencadeou uma onda conservadora muito forte em relação a esse tema. Todos nós acompanhamos a reação de vários segmentos da sociedade e da própria imprensa, questionando o mérito de haver um Estatuto, questionando a idade da juventude e dizendo, inclusive, que jovens não devem ter direitos, mas deveres, porque, afinal de contas, somos ainda cheios de energia e de vontade para lutar. Então, juventude como massa de manobra ou carregador de bandeira é algo que a gente rechaça efetivamente. Isso demonstra que, apesar de todo o nosso investimento em fortalecer os jovens como sujeitos de direito, em promover políticas para esse segmento e em mudar o foco da política governamental, para o jovem deixar de ser um problema e se tornar um ator estratégico no desenvolvimento, ainda temos de lidar com várias visões. E é bom que elas venham à tona, porque poderemos combatê-las. Mas não está 100% superada essa visão utilitarista da juventude brasileira.

Esta é uma grande oportunidade de aprofundar essa discussão no Senado, com os movimentos juvenis. É uma bela oportunidade para trazer à tona, de fato, outra visão de juventude que parece às vezes superada, mas que volta à tona em momentos como este.

Então, no nosso entendimento, precisamos construir efetivamente um pacto entre os vários atores envolvidos no Estatuto da Juventude. Agora, será realizada a 2ª Conferência Nacional de Juventude, e é importante sinalizar para os Senadores e para todos os presentes nesta audiência que esse é um tema recorrente – ouviu, Senador Randolfe? – em todas as conferências estaduais. A Conferência Nacional mobilizou mais de 1.024 Municípios, quase 200 territórios, todos os Estados da Federação, e este tem sido um tema recorrente: a importância do Estatuto da Juventude.

Estamos processando esse debate com muita força e com diálogo dentro do Governo Federal, e o nosso intuito é, de fato, fortalecer a aprovação do Estatuto como instrumento importante, como política que vai garantir efetivamente o avanço da política de juventude como política de Estado. Mas ainda há alguns dissensos dentro do Governo Federal. Então, para tranquilizar todos, não há nenhum tipo de questionamento sobre a importância do Estatuto. O Governo defende o Estatuto da Juventude, mas ainda está buscando um pacto interno e alguns consensos em torno dos temas mais polêmicos do Estatuto.

A Secretaria está se debruçando nesse diálogo junto ao Governo Federal, porque, no nosso entendimento, para que a aprovação seja imediata, rápida, e contemple os vários atores envolvidos, é necessário construir um texto de consenso que garanta a aprovação no Senado ou na Câmara, se, eventualmente, ele tiver de voltar para lá. Mas se pode resolver isso por aqui. Que seja um texto de consenso!

A posição é favorável ao Estatuto. Defendemos o Estatuto. A Secretaria está fazendo um amplo debate dentro do Governo, com outros atores do Governo, sobre os pontos polêmicos, para que entremos num consenso, mas ainda não está fechada a posição do Governo como um todo em relação aos pontos mais polêmicos do Estatuto.

Então, a sinalização efetiva dos atores envolvidos em produzir pactos vai ser extremamente importante, Senador e Relator Randolfe, para que, de fato, haja um processo agilizado e de consenso, que garanta os direitos da juventude e não recue nos direitos propostos, mas que encontre mediações necessárias, a partir de um estudo mais aprofundado dos impactos que isso terá, inclusive, nos entes federados. E é sobre isso que o Governo Federal está se debruçando agora.

Agradeço-lhes o convite. Podem contar com a Secretaria Nacional de Juventude nessa luta em defesa da juventude brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Severine.

Ouvimos todos os inscritos, todos os convidados. Agora, ouviremos o Plenário. Passo a palavra ao Senador Randolfe, se quiser fazer uso dela.

V. Exª já se manifestou, mas, se quiser fazer algum questionamento, alguma discussão, ou tirar alguma dúvida, V. Exª tem a palavra, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu queria, então, cumprimentar todos os convidados. Não tenho dúvida de que esta audiência contemplou a diversidade e a pluralidade dos atores que estão, há sete anos ou mais que isso, Daniel, debatendo o Estatuto da Juventude. Digo "mais que isso", porque você utilizou, em um encontro nosso, um termo que considero adequado para a apreciação desta matéria: este é um tema geracional. E, de fato, o é.

Sou de uma geração do final dos anos 80, início dos anos 90, na militância política no movimento estudantil. Tive a honra de ser designado pelo então Governador João Capiberibe, em 1994, Secretário Especial para Assuntos da Juventude no Estado do Amapá. Essa foi a primeira experiência de política pública para a juventude ocorrida em nosso País. E vejam que, de 1990 para hoje, já se vão 21 anos no debate de que juventude não é, em primeiro lugar, somente uma definição biológica, mas é fundamentalmente uma definição social e, como tal, precisa de políticas públicas e de um diálogo para essas políticas com o Estado brasileiro. Então, tive a honra de conduzir a primeira experiência de política pública para a juventude e lembro que a UNE já pautava esse debate no começo dos anos 90.

O Estatuto é, na verdade, a síntese desses 20 anos de lutas e pautas da juventude brasileira. A gente concentra muito o debate nos três temas mais polêmicos: os 30% do Fundo Nacional da Cultura, a meia-entrada e a meia passagem. Eu queria chamar a atenção para dois aspectos que considero centrais no conjunto do Estatuto. A primeira parte do texto é uma declaração de direitos. Na verdade, reafirma um conjunto de direitos que já existe no ordenamento jurídico para a juventude brasileira. A segunda parte é tão importante quanto a primeira: a consolidação do Sistema Nacional de Juventude.

Reporto a experiência que tive na Assessoria Especial para a Juventude do Governo do Amapá. Uma das prioridades nossas era que a política para a juventude não fosse somente o resultado de uma assessoria ligada ao gabinete do governador, mas fosse mais que isso. Era preciso um espaço de debate da política pública para a juventude. Por isso, no Amapá, em 1997, fizemos a 1ª Conferência Estadual de Juventude, e, naquele ano, como decorrência dessa Conferência Estadual de Juventude, houve a eleição do primeiro Conselho Estadual de Juventude.

Este é um ponto que considero avançadíssimo no Estatuto: criamos um Sistema Nacional de Juventude, que é um espaço democrático para a política pública para a juventude, porque consolidamos a Conferência Nacional como instância máxima desse Sistema Nacional de Juventude e institucionalizamos o Conselho Nacional de Juventude e os Conselhos Estaduais como espaços permanentes de debate de políticas públicas para a juventude. Às vezes, passa despercebido o que representa no Estatuto esse aspecto, que é tão importante quanto o conjunto das outras conquistas que estão nele consagradas.

O que não gera polêmica é mais fácil de se tratar; é só consagrar. Difícil é quando há polêmica, querido Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu queria pedir permissão a V. Exª apenas para registrar que o Senador Vital está doente, com febre, mas fez questão de vir aqui para aplaudir esta audiência pública.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – De público, quero agradecer ao Senador Vital do Rêgo, que, no primeiro momento, colocava-se como o Senador a ser indicado para ser o Relator do Estatuto da Juventude. Como tenho o hábito nesta Comissão de preservar a palavra e os acordos feitos, fiz um apelo ao Senador Vital do Rêgo para que devolvesse a relatoria para a Presidência, para que a Presidência pudesse tomar as providências de indicar V. Exª. Repito: ninguém melhor do que V. Exª para relatar esse projeto, pelo destaque que vem tendo V. Exª como Senador da República e como o mais jovem Senador nesta Casa. Mas o Senador Vital do Rêgo, que também é um jovem, gostaria muito de ter sido relator dessa matéria. Como peemedebista que ele é, tive de pedir isso ao Senador Vital, que, compreensivelmente, devolveu a esta Mesa, a esta Presidência, a relatoria, para que eu pudesse tomar as providências em torno do acordo, da palavra empenhada a V. Exª.

Portanto, quero fazer esse registro e agradecer ao Senador Vital do Rêgo pelas duas coisas: pela presença, mesmo que ele esteja com febre aqui, e por ter anuído que a Mesa tivesse a oportunidade de fazer uma

escolha não sobre o seu nome. A escolha, obviamente, recaiu sobre o nome importante de V. Exª nesta Casa.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, antes, permita-me reiterar o agradecimento de V. Exª e a compreensão do Senador Vital do Rêgo, que teve toda a disposição e a generosidade de ceder a relatoria. Aliás, até pela prerrogativa da maior bancada partidária, ele teria o direito a assumir a relatoria. A relatoria estaria em ótimas mãos, como esteve no debate dos *royalties* do petróleo, que também foi construído por S. Exª.

Mas quero agradecer-lhe a generosidade, essa é a expressão. Já fiz questão de fazer isso, Senador Vital, no plenário do Senado e quero fazê-lo agora, de público. Já fiz o agradecimento necessário ao Presidente Eunício, mas quero fazer este agradecimento ao senhor, pela generosidade, pela cessão do direito à relatoria, o que possibilitou que nós a tivéssemos. Espero fazer um trabalho tão bom na relatoria quanto ele seria, com certeza, se fosse conduzido por V. Exª. Registro todo o agradecimento possível e necessário a V. Exª.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Randolfe, com a permissão do Senador Eunício, a minha presença aqui já é justificada pela própria importância da reunião. Estou com um problema de saúde, que, efetivamente, é menor do que a vontade de estar aqui e de abraçar cada um dos senhores que compõem esta reunião tão importante para o Senado Federal.

O Presidente Eunício tem algumas prerrogativas suprarregimentais com relação a este Parlamentar: a prerrogativa afetiva e a de comandante, por ser meu líder. Então, quando o PMDB me indicou para relatar o Estatuto, e eu estava muito motivado para isso, ele me disse: "Senador Vital, tenho um compromisso com o Senador Randolfe, e o senhor vai me permitir honrá-lo". E eu disse: "Presidente, retiro o pedido e reitero o seu compromisso. Além de retirar o pedido, quero dizer que, melhor do que comigo, está com V. Exª o destino desse Estatuto".

Tenho a absoluta convicção, tenho a certeza – até por conta dos meus afazeres neste final de ano junto à Comissão Mista de Orçamento – de que a sua dedicação, o seu carinho na matéria, o seu compromisso com a sua geração, com a geração do Harry Potter, como costumam chamá-lo aqui, Senador Randolfe, o senhor vai deixar nas tintas do seu relatório. E vou estar no plenário, como estarei no plenário desta Comissão, para aplaudi-lo, porque em suas mãos há avanços que foram extraídos da Câmara dos Deputados e que, certamente, não irão retroceder no Senado Federal, porque há um vanguardista da juventude no seu comando.

Parabéns! Estou muito feliz, Presidente Eunício, com sua escolha, com seu compromisso, com sua sábia designação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Vital.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Vital, o senhor e o Senador Eunício também fazem parte da escola de Hogwarts. (*Risos.*)

Quero dizer que a minha consultoria sobre Harry Potter é do Gabriel, meu filho, que tem todos os conhecimentos e informações sobre isso. Tive de aprender com ele.

Senador Vital e Senador Eunício, eu queria reiterar o agradecimento a V. Exªs. Já que estamos todos na escola de Hogwarts, espero que, nessa matéria, não haja nenhum Voldemort pela frente e que a gente consiga, o quanto antes, aprová-la. Enfim, comemoramos, assim, o que não há controvérsia.

Senador Eunício, eu tinha só uma pergunta a destacar. Esta audiência pública é importante, porque há essa pluralidade de representação na Mesa, ou seja, há a representação da UNE, do Conselho de Juventude, da Assessoria de Juventude da Presidência da República e dos artistas.

O Leoni fez questão de destacar um diálogo e um acordo já firmado anteriormente na Câmara dos Deputados após a aprovação do Estatuto lá, junto com a União Nacional dos Estudantes, junto com a Manuela, junto com todas as representações da juventude. Seria importante, para constar do relatório, que ouvíssemos rapidamente, Presidente Eunício, em um minuto, a opinião dos senhores membros da Mesa em relação a esse acordo. Já ouvimos a Manuela, já ouvimos o Leoni, que nos entregou o documento com o acordo firmado lá. A Manuela reafirmou isso, e o Daniel também destacou esse aspecto na Mesa.

Então, eu queria, complementarmente, somente ouvir as opiniões. Eu gostaria de ouvir novamente a UNE em relação a isso e as opiniões de Gabriel, de Severine e de Neto em relação à questão da meia-entrada, para não restar dúvida sobre o conteúdo que deve constar do nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Randolfe.

Antes de passar a palavra aos membros da Mesa, para que expressem sua opinião, em um minuto, como solicita V. Exª, vou conceder a palavra ao Senador Valadares, que, desde o começo da reunião, está sentado ali, ouvindo todos pacientemente. O Senador Valadares é sempre muito assíduo nesta Comissão e

honra o povo do seu Estado com seu trabalho e com sua luta nesta Casa.

Senador Valadares, V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer-lhe a generosidade pela concessão da palavra e também registrar que V. Exª atingiu, em cheio, os anseios da classe juvenil do Brasil ao indicar o Senador Randolfe para relatar matéria tão importante, que está em sintonia com o momento em que vive o Brasil.

Estamos confiantes de que, dentro do espírito de visão do Congresso Nacional, fortalecendo os movimentos em favor do futuro da nossa juventude, poderemos garantir um futuro grandioso para o desenvolvimento do nosso País. Uma juventude preparada, uma juventude que tenha oportunidades, uma juventude que tenha comportamento e conduta saudáveis, tanto no meio social, como na família, no contato com a sociedade, dará, sem dúvida alguma, uma configuração importante ao futuro do nosso País.

Eu gostaria apenas de enaltecer o trabalho realizado pelas diversas entidades ligadas ao meio estudantil, tanto em nível secundarista quanto em nível universitário, e de afirmar que, na Comissão de Educação do Senado Federal, o nosso parecer é favorável ao projeto do Senador Inácio Arruda, que concede, em relação à aplicação do pré-sal, pelo menos 50% em favor da educação.

Consideramos que a destinação de recursos mais expressivos para a educação é coerente com as metas fixadas pelo Plano Nacional de Educação para o decênio 2011/2020 enviado pela Presidência da República. Só para nos lembrarmos, entre as metas, estão: universalizar o atendimento escolar para crianças de 4 anos e de 5 anos de idade; universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 anos a 14 anos de idade; oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica; duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio; formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação e ampliar o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto.

Não há só aquela luta que vem sendo desencadeada pelo meio estudantil, pela juventude brasileira, para que 10% do nosso PIB sejam aplicados na nossa educação. Também com referência ao pré-sal, busca-se que 50% do Fundo Social sejam destinados à educação.

Quero chamar a atenção do Presidente da UNE, Daniel, para o fato de que incluímos uma emenda que estabelece, em relação ao projeto do Senador Inácio Arruda, que, dos 50% destinados à educação, 70% sejam encaminhados para a educação pública básica; 20%, para a educação pública superior; e 10%, para a ciência e tecnologia. Por que achamos importante essa alternativa? Já houve um veto presidencial em relação aos 50% para a educação. Estou colocando essa alternativa. Aguardamos o pronunciamento daqueles que se engajam na luta de 50% para a educação, porque ainda há tempo, se for o caso, de haver qualquer modificação.

Incluímos aqui ciência e tecnologia, na suposição de que a luta de todos vocês vai se fortalecer. Já houve um veto, mas, agora, sendo essa matéria aprovada pelo Senado e, posteriormente, pela Câmara dos Deputados, quem sabe tenhamos um argumento preponderante visando à aprovação da matéria referente à exigência dos 50% em favor da educação?

Eu gostaria de dizer que essa emenda e, principalmente, o projeto foram uma reivindicação do meio estudantil do nosso País, aqui representado dignamente pelo Presidente da UNE e por muitos outros que participam desta reunião, desta audiência, convocada pelo Presidente Eunício Oliveira, que, em boa hora, soube escolher o Relator, um jovem identificado com a luta estudantil e com a juventude, que sabe o quanto essa juventude tem de se estruturar, visando a preparar os dias de amanhã, para que haja um Brasil mais feliz, mas próspero e mais igualitário.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente. Eu gostaria de saber da opinião dos componentes da Mesa, dos nossos convidados, sobre o projeto e a emenda que apresentamos, como Relator, na Comissão de Educação. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Obrigado, Senador Valadares.

O Deputado Wilson Filho pede a palavra. Vai falar, hoje, na condição de membro da juventude.

V. Exª tem a palavra.

O SR. WILSON FILHO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, muito obrigado pela oportunidade.

Digo ao Senador Randolfe que vou ser muito breve, até porque é uma honra falar, mais uma vez, no Senado Federal, como falei várias vezes no plenário e, agora, na CCJ.

Tive o prazer de ser o representante do Congresso Nacional no Conselho Nacional da Juventude e de lutar, com todos os princípios, subsídios, ações e condutas que a Câmara nos dá oportunidade de utilizar, para que o Estatuto da Juventude fosse votado com a maior brevidade possível.

E, graças a Deus, nesse primeiro ano de mandato, com requerimento de nossa autoria, conseguimos fazer com que o Estatuto fosse colocado em pauta pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputa-

do Marco Maia, e fosse votado com louvor por todas as lideranças e por todos os Deputados da Câmara dos Deputados.

Eu me coloco, mais uma vez, à disposição, Senador Eunício, não apenas como um Deputado jovem – como V. Exª falou –, o segundo Deputado mais jovem da história da Câmara dos Deputados, mas também como um defensor dos jovens, não apenas em defesa da juventude, por si só, mas também em defesa da educação, em defesa do esporte, em defesa do tão sonhado primeiro emprego, em defesa da cultura, e também numa luta incessante de combate às drogas. O Estatuto da Juventude vai ajudar muito a nós, jovens. Esse Estatuto vai me ajudar como jovem, mas também como representante da juventude não só paraibana, mas brasileira.

E é tanto o nosso apoio e a nossa luta pelo Estatuto, que, no próximo dia 15 de dezembro, realizaremos na Paraíba, em João Pessoa, na escola mais tradicional da capital paraibana, um ato em favor do Estatuto da Juventude. E, desde já, estão convidados a Secretária Nacional de Juventude, Severine; o Presidente do Conjuve, Gabriel; o Presidente da UNE, Daniel; e todos os amigos que estão defendendo a juventude.

Coloco-me, mais uma vez, à disposição do Senador Randolfe, por ser um Deputado da juventude na Câmara dos Deputados. Também quero parabenizá-lo pelo relatório, pela relatoria e pelo trabalho sempre em favor de nós, jovens, porque também me coloco no meio dos jovens.

Muito obrigado pela oportunidade, Presidente Eunício Oliveira. Agradeço a presença a todos nesta audiência.

Eu me coloco, mais uma vez, à disposição da juventude brasileira. E coloco todo o meu trabalho na Câmara dos Deputados em favor dessa votação expressa, se Deus quiser, no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Deputado Wilson Filho.

Passo a palavra à última oradora inscrita. Vou conceder a palavra aos membros da Mesa, para que eles se posicionem em relação à emenda que apresenta o Senador Valadares e em relação ao questionamento feito pelo Senador Randolfe sobre a meia passagem.

Senadora Ana Rita, V. Exª tem a palavra, como última oradora inscrita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Vou ser breve, Sr. Presidente.

Quero aqui parabenizar a juventude presente nesta audiência pública. Alguns nós já o conhecemos de outros momentos, como é o caso do Daniel, que sempre nos surpreende com sua fala, com sua postura, com a defesa dos direitos da juventude.

Quero dizer, primeiro, que a juventude sempre cumpriu um papel importante na história do nosso País, defendendo não só a democracia brasileira, não só os direitos da juventude brasileira, mas também políticas públicas sociais para toda a população, particularmente com relação à educação e à cultura.

Então, parabenizo vocês e, em nome de vocês, parabenizo a nossa juventude brasileira.

São os nossos jovens os mais penalizados pela falta muitas vezes de investimento em políticas públicas que venham a atender a sua realidade. Sabemos que uma parcela significativa da nossa juventude, particularmente a juventude negra, é a que mais sofre com relação, por exemplo, à violência. Faço aqui dois destaques com relação a isso.

Recentemente, há poucos dias, no Estado do Espírito Santo, foi realizada uma marcha da juventude pelo fim da violência contra os jovens. Essa marcha reuniu centenas de jovens e teve o apoio da Igreja Católica. Foi uma marcha organizada pela Pastoral da Juventude, que contou com a presença de diversos jovens que atuam em diversas áreas, em diversos partidos políticos. Enfim, foi uma marcha bastante representativa. Foi extremamente importante esse dia, quando os jovens puderam mostrar, de forma bastante clara, quais eram as suas expectativas e os problemas que os jovens capixabas enfrentam.

No dia de ontem, quero aqui também fazer esse destaque, foi realizada a Marcha contra a Violência e o Extermínio da Juventude Negra. Infelizmente, o Estado do Espírito Santo tem aparecido nas pesquisas como um dos Estados que mais mata jovens. E esse é um dado alarmante. Quando olhamos os dados, sabemos que os jovens que mais morrem são os jovens negros.

Então, quero fazer esses dois destaques e, particularmente, quero aqui parabenizar a possibilidade de o Estatuto da Juventude ser aprovado pelo Congresso Nacional. Sabemos que a Câmara dos Deputados cumpriu sua parte, o projeto foi aprovado com a relatoria da Deputada Manuela D´ávila. Tenho recebido por parte dos jovens, particularmente do Estado, pedido de apoio ao Estatuto, para que ele seja aprovado nesta Casa da mesma forma como foi aprovado na Câmara dos Deputados.

Não tive a oportunidade de ouvir a fala de vocês, porque eu estava na Comissão de Educação e passei também pela Comissão de Direitos Humanos hoje pela manhã – aqui, tudo funciona ao mesmo tempo. Não tive condições de ouvir a fala de vocês, mas gostaria também de saber – com certeza, vocês já abordaram esta questão – a opinião de vocês com relação ao projeto. Particularmente, a informação que tenho é a de que o projeto será aprovado nesta Casa da mesma forma

como foi construído na Câmara dos Deputados. Quero saber se é isso mesmo, para que possamos também nos posicionar e defender aquilo que é de interesse da nossa juventude.

Parabéns a vocês! Força na luta! Vocês estão construindo essa geração e ajudando a construir a próxima geração.

Parabéns a vocês! Eu me sinto muito orgulhosa de ver jovens aqui representando o Ministério, representando a juventude, a UNE. Todos vocês estão aqui representando a população do nosso País. Parabéns a vocês!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Com a palavra, o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Em um minuto, quero destacar a intervenção sempre bem acertada da Senadora Ana Rita em relação a um aspecto do Estatuto que não pode faltar, que é a abordagem em relação à juventude negra. Inclusive, tínhamos convidado para esta audiência pública o Sr. Luiz Inácio Silva da Rocha – o nome, inclusive, é sugestivo –, que é da Coordenação Nacional do Fórum da Juventude Negra, do Estado do Espírito Santo, mas, por razão de força maior, não foi possível a sua presença aqui. Havia uma marcha em alusão ao Dia da Consciência Negra e estava coincidindo na agenda dele.

Eu queria cumprimentar V. Exª, Senadora Ana Rita, por essa abordagem. É, de fato, um dos aspectos que está consagrado no texto do Estatuto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Randolfe.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, desculpe-me interrompê-lo, mas há um ponto que eu esqueci de abordar, e a fala do Senador me relembrou: sou relatora do projeto de lei sobre as cotas sociais e étnico-raciais nesta Casa. O projeto está nesta Comissão para ser votado o mais brevemente possível, e a gente espera que ele esteja na pauta da reunião de amanhã. Gostaríamos também que os colegas, os jovens pudessem se pronunciar sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Vou conceder a palavra aos membros da Mesa. Já são quase 13 horas. Há outra reunião extraordinária para tratar do assunto de orçamento ainda no dia de hoje. Amanhã, quarta-feira, a pauta nesta Comissão será bastante dinâmica. Foram três pontos, e eu queria ver se temos o poder de síntese aqui.

Primeiro, queremos saber se a juventude aqui é a favor do projeto – é uma pergunta da Senadora Ana Rita. Segundo, queremos saber se é a favor da emenda na questão da educação do Senador Valadares. E o terceiro ponto é a questão da meia-entrada apresentada pelo Relator, Senador Randolfe Rodrigues. Somente relembro que essa matéria estará na pauta de amanhã, quando vamos procurar votá-la aqui.

Então, até para que o Senador Randolfe possa concluir o seu relatório, vou passar a palavra, não mais pela ordem, mas, sim, pela ordem da Mesa, ao Sr. Antônio Francisco, para se manifestar sobre as três perguntas.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO – Responderei às perguntas, uma por uma. A primeira delas é relativa ao acordo, à conversa feita entre os artistas e a UNE. Nós, do MST, não desconhecíamos o acordo. Na verdade, o que a gente vinha defendendo, o que a gente vinha construindo era a defesa do relatório que veio da Câmara para o Senado e que foi feito pela Deputada Manuela. Queríamos a aprovação do relatório na íntegra, para que pudéssemos dar celeridade ao processo, que já vem tramitando há sete anos. Na medida em que a gente mexe no processo no Senado, ele terá de voltar, de alguma forma, para a Câmara. Então, como a gente garante esse processo? Como a gente constrói esse acordo? Se ele voltar para a Câmara, como daremos conta da sua votação ainda neste ano? Essa é a nossa dúvida, na verdade.

Se houver possibilidade, inclusive, de mudanças no Senado, de se colocarem algumas emendas, também teremos algumas questões a apresentar, especificamente questões relacionadas à juventude do campo que não estão contempladas no Estatuto. Também poderemos apresentar as emendas que acharmos necessárias. Essa questão é relativa à emenda, à forma como se dará essa tramitação no Senado e na Câmara.

Segundo, não sei se entendi bem a ponderação do Senador Valadares. Nós, do MST, juntamente com a UNE e com outros movimentos, defendemos 10% do PIB para a educação e 50% do Fundo Social do pré-sal para a educação. Não sei se entendi bem: essa emenda que o senhor está propondo está dentro do Estatuto da Juventude? A nossa posição seria a de apoiar os 50% do Fundo Social do pré-sal para a educação. Juntamente com a UNE e com outros movimentos, já vínhamos defendendo essa bandeira de forma muito forte.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Na lei específica do pré-sal.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO – Está bem. Isso será feito na lei específica.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não cabe no Estatuto da Juventude essa questão financeira que advém do pré-sal.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO – Bom, acho que era isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É a favor, obviamente, da questão da meia entrada.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO – É claro. Das cotas...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pelas manifestações de V. Sªs, não tenho dúvida disso.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO – Há algum tempo, fazemos um debate sobre a necessidade de construirmos um processo de reparação histórica para um conjunto de populações no Brasil, como a população negra e a população indígena, e para a juventude do campo, que, historicamente, sempre esteve longe da escola e, principalmente, da universidade. Inclusive, o Pronera não entra como cota, mas é uma ação afirmativa do Governo Federal, na medida em que possibilita que a juventude do campo entre na universidade pública no nosso País. E já temos larga experiência de mais de dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Antônio.

Passo a palavra ao Sr. Daniel. O seu sobrenome é Iliescu.

O SR. DANIEL ILIESCU – Vem da Romênia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desculpe-me a ignorância nordestina.

O SR. DANIEL ILIESCU – Imagine! Na verdade, o seu sobrenome Oliveira está presente na minha família. É o sobrenome de minha mãe. Então, podemos ter algum parentesco distante. Infelizmente, por uma cultura machista, herdei apenas o sobrenome do meu pai. É uma herança judaica, que, certamente, pretendo romper ao longo da vida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ampliar.

O SR. DANIEL ILIESCU – Ampliar.

Primeiro, eu queria saudar e cumprimentar, como comentei na minha fala inicial, os muitos jovens dirigentes partidários de organizações distintas aqui presentes.

Cumprimento o André Tokarski, que é o Presidente da União da Juventude Socialista, da Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil, mais uma das juventudes que compõem essa frente ampla e plural e que têm caminhado juntas no sentido de aprovar o Estatuto da Juventude e de fazer avançar a nossa luta comum por direitos para a juventude brasileira.

Vou começar, então, de trás para frente em relação às perguntas que foram feitas em plenário.

Primeiro, cumprimento a Senadora Ana Rita, que tem sido uma parceira presente em todos os momentos. Desde a posse da UNE até a Marcha dos Trabalhadores em Educação, tem sido uma parceira nos debates sobre as políticas de juventude e nas políticas de educação, na expectativa que o Congresso vive de o Senado receber o Plano Nacional de Educação que ora tramita em Comissão especial na Câmara. A Senadora, então, tem sido também uma companheira.

Manifestamos, em todas as ocasiões – é programática para a União Nacional dos Estudantes –, a defesa da reserva de vagas e das chamadas cotas, com recorte étnico-social. Sem dúvida alguma, em todos os espaços, Senadora, conte com a União Nacional dos Estudantes, já que é uma formulação que também nasceu dos congressos estudantis, da mobilização da juventude brasileira por vaga, por acesso à universidade, pela democratização da educação em nosso País. Damos total apoio ao projeto que a senhora está também conduzindo, pela aprovação nesta Comissão, a CCJ. Expresso o apoio integral da UNE a essa luta.

Em relação ao Senador Valadares, quero dizer que é um grande amigo – permita-me chamá-lo assim, Senador –, que tem conduzido, junto com outros Senadores, uma luta que, a exemplo do Estatuto da Juventude, a que se referiu o Senador Randolfe, na nossa opinião, é uma luta geracional. O Brasil passou por distintos ciclos de desenvolvimento ao longo de sua história, por ciclos de muita robustez no crescimento econômico, como a industrialização promovida pela ditadura militar, como o ciclo da cana-de-açúcar, como o ciclo do café ou o da borracha. Todos esses ciclos de crescimento econômico foram acompanhados por uma incrível concentração de renda, mas, em todos esses surtos de crescimento, o País nunca teve a possibilidade de usar em seu benefício, na aplicação de políticas sociais, no investimento em educação, na democratização, os recursos como uma estratégia para o País.

Consideramos que a vinculação dos recursos do pré-sal à educação pública é uma política maiúscula de vinculação das riquezas que nosso País tem com um projeto de desenvolvimento e com o compromisso para o desenvolvimento da educação, para o investimento na juventude.

Portanto, Senador, compreendemos que a luta que o senhor conduz é uma luta enorme, é uma luta maiúscula, que tem impactos históricos, pois, a partir dessa aprovação, por décadas, os efeitos se farão sentir. É determinante compreendermos que um Brasil com a aprovação desse projeto de lei e um Brasil sem a aprovação desse projeto de lei são países distantes

um do outro. Evidentemente, aquele pelo qual lutamos é o mais justo e democrático, um país em que conseguimos vincular essa riqueza ao desenvolvimento da educação.

Temos travado um diálogo muito saudável, muito positivo, nas últimas semanas, com a Academia Brasileira de Ciências; com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na pessoa da sua Presidente, a Professora Helena Nader; com a Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), também na pessoa de sua Presidente, a Professora Elisângela Lizardo.

A União Nacional dos Estudantes, inclusive, fará uma reunião da sua diretoria executiva, agendada para o dia 8 de dezembro, na qual debaterá especificamente a divisão, a redistribuição do percentual a que se refere essa lei. Eu, pessoalmente, vejo com muita simpatia – essa será uma opinião de conjunto mais elaborada e mais coletiva da União Nacional dos Estudantes, no dia 8 de dezembro – a distribuição de 10% para a ciência e tecnologia, de 20% para o ensino superior e de 70% para o ensino básico, como o Sr. Senador aqui relatou. Também estamos muito atentos a essa discussão e abraçamos apaixonadamente a luta pela vinculação dos recursos do pré-sal à educação brasileira.

Por fim, agradeço ao Senador Randolfe a oportunidade de fazer este esclarecimento e este apelo aos nossos companheiros de audiência pública e de relatar o importante diálogo – a Mesa, inclusive, já o apresenta na presença do Leoni e na minha presença – entre artistas, estudantes e produtores culturais. Na verdade, não é um acordo novo, não é um diálogo novo, é um diálogo muito antigo, que, sob esse formato, aparece em especial nos anos 2006 e 2007, quando se aprova nesta Casa, no Senado, um projeto de lei que trata especificamente do direito à meia-entrada.

Esse projeto de lei foi encaminhado à Câmara dos Deputados, em 2007, e houve um hiato nesse diálogo, um distanciamento. Eu não era diretor da UNE à época e, então, não sei precisar as razões desse afastamento. Mas houve um afastamento nos últimos meses, que é lamentado por nós, que queremos avançar nesse entendimento. Durante três anos, esse projeto tramitou no limbo na Câmara dos Deputados, sem ser revisitado, sem que as partes interessadas na sua aprovação fossem mobilizadas em defesa desse avanço.

O projeto de lei a que me refiro hoje se encontra sob a relatoria do Deputado Federal Eduardo Barbosa, do PSDB de Minas Gerais, que se tem apresentado como um excelente interlocutor, ouvindo, numa posição muito democrática, todos os interessados, entre eles, estudantes, entidades estudantis, produtores culturais e artistas. A partir da tramitação desse projeto de lei, restabelece-se um diálogo muito saudável, no qual se percebe muito claramente que artistas e estudantes têm muito em comum, que há muito mais consenso, como seu objetivo de formação de público universitário na audiência dos programas e atividades culturais de nosso País; como o fortalecimento dessa atividade, desse setor, para a atividade econômica do Brasil; como o entendimento entre artistas e estudantes, que, para além dessa questão específica, têm muito mais a compartilhar.

Inclusive, quero fazer menção também aqui ao ato que vai ocorrer amanhã da Frente Parlamentar de Cultura do Congresso em defesa da ampliação do orçamento da cultura em nosso País, ato que a UNE está ajudando a mobilizar junto com outros parlamentares, como a Deputada Federal Jandira Feghali, do Rio de Janeiro.

Compreendemos que essa relação é extremamente cara para o Brasil e que, nesse capítulo do debate sobre a meia-entrada, é preciso haver mais um episódio de avanço. Como é um entendimento entre partes, a opinião da União Nacional dos Estudantes em si, na íntegra, não é a opinião que apresentamos ao debate nesta audiência. Compreendemos que, para que seja possível um entendimento e um avanço nessa questão, há de se preservarem dois pontos balizadores desse diálogo entre artistas e estudantes que a gente apresenta a esta Casa nesta audiência e aos nossos companheiros de luta em defesa do Estatuto da Juventude.

O primeiro deles é recuperar para a carteira de estudante, para a condição de estudante, para o exercício do direito à meia-entrada, a credibilidade que a carteira de estudante das entidades estudantis do nosso País historicamente ganhou através da legitimidade dessas entidades, de uma entidade como a UNE, que completa 75 anos de história no ano que vem, e de uma entidade como a Ubes, que realizará um congresso que mobilizará sete milhões de estudantes secundaristas de nosso País e que acontecerá entre os dias 1º e 4 de dezembro em São Paulo. Então, consideramos que é fundamental, para recuperar a efetividade do direito à meia-entrada, resgatar a unicidade e a legitimidade da carteira de estudante, já que, após a Medida Provisória nº 2.208, que determinou a perda dessa identidade, estabeleceu-se um processo de fraudes e a perda de credibilidade, o que precisa ser revertido.

Além disso, há outro ponto desse entendimento, que se refere ao direito – compreendemos dessa maneira – que os empresários e produtores de cultura têm no Brasil de praticar uma política de preços. Prejudicados pela desregulamentação da carteira, viram subir – o Leoni pode me corrigir se eu citar algum dado

impreciso – a demanda de ingressos à meia-entrada de cerca de 25% a 30% para cerca de 80%, fruto dessa desregulamentação produzida pela Medida Provisória nº 2.208.

Então, para que a gente consiga recuperar a possibilidade de esse setor se desenvolver de forma saudável, robusta, contribuindo para o enriquecimento da produção de cultura do nosso País, e para que os estudantes brasileiros consigam ter sua formação enriquecida e o acesso à cultura como elemento fundamental no seu processo educativo no Brasil e de formação de cidadãos, a gente apresenta esse texto. Inclusive, na reunião com o Senador Randolfe Rodrigues, há cerca de duas semanas, apresentei esse acordo, com esse texto, com essa redação. Acredito que os produtores de cultura devem também ter remetido esse mesmo texto, com esse mesmo acordo, ao Senador. Esta Casa está diante do desafio de encontrar a maneira pela qual deve se adequar na tramitação do Estatuto da Juventude.

Quero complementar essa observação, dando voz a uma preocupação que sinto ser a de todos os que participaram de um difícil embate na Câmara dos Deputados, que durou sete anos pelo menos: depois de toda aquela trajetória de construção de consensos, que culminou no episódio do entendimento entre a bancada evangélica e o segmento LGBT, narrado aqui pela Deputada Manuela D´ávila, é preciso preservar o espírito de acordos, compreendido também naquela Casa. Evidentemente, apesar de ser um acordo antigo, apesar de os termos desse diálogo entre artistas e estudantes serem muito importantes para o nosso País e tão bem compreendidos nesta audiência pela representação na Mesa, embora seja tão antigo esse acordo, como ele se estava dando em função especialmente do projeto de lei ordinária relatado pelo Deputado Eduardo Barbosa, a sua construção, em algum momento, foi estranha à tramitação do Estatuto da Juventude na Câmara dos Deputados. E temos um compromisso muito grande com a construção desse acordo. Compreendemos que não é de outra maneira que se avança no Estatuto da Juventude a não ser gerando um consenso entre os segmentos importantes para a aprovação desse texto, também com o compromisso de uma tramitação célere, partindo de um piso mínimo, que são os acordos constituídos na tramitação na Câmara dos Deputados.

Portanto, imbuídos desse espírito, imbuídos desses dois eixos que orientam o olhar da UNE nessa questão, quais sejam, os acordos caros ao movimento de juventude constituídos na tramitação do Estatuto da Juventude na Câmara e o entendimento tão necessário ao Brasil entre artistas e estudantes, buscaremos superar uma aberração jurídica, que foi a Medida Provisória nº 2.208, e avançar na efetividade da lei da meia-entrada. A gente comenta esse acordo ora proposto nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Daniel. É que ainda faremos outra reunião extraordinária após esta.

Passo a palavra ao Gabriel Medina.

O SR. GABRIEL MEDINA – Inicialmente, quero comentar as provocações feitas aqui pelo Senador Valadares e dizer que, na minha opinião – muito embora ainda não haja uma opinião oficial do Conselho, mas acho que é uma opinião da maioria das entidades, inclusive pela participação da UNE e por todo o trabalho que a gente tem em conjunto –, esse projeto é de suma importância e tem e terá todo o apoio do Conselho no que se refere ao repasse dos 50% do Fundo Social do pré-sal para a educação. Inclusive, a bandeira dos 10% do PIB para a educação, como já foi falado, é uma bandeira dos movimentos sociais. O Conselho também se coloca como parceiro nessa luta para ampliar o investimento na educação pública brasileira e para fazer dessa grande riqueza que o Brasil descobriu um investimento numa nova geração, um pacto geracional que possa permitir um amplo desenvolvimento da educação brasileira, que ainda precisa melhorar muito.

Se é verdade que ampliamos muito o número de jovens na educação, no ensino médio e no ensino fundamental, é ainda muito necessária a melhoria da qualidade da educação pública, para que os jovens pobres, oriundos das classes populares, possam ter condições de desenvolvimento e, inclusive, oportunidades na universidade, no mercado de trabalho e em outros espaços. E temos tratado disto no Estatuto: gerar condições para que os jovens mais pobres, que não têm acesso à cultura, ao esporte, ao lazer, possam ter a mesmas oportunidades que são dadas aos jovens de classe média, cujas famílias têm condições de proporcionar isso.

Eu queria também explanar nossa posição favorável às cotas raciais, às cotas sociais. Isso é muito benéfico para o Brasil e tem mostrado resultado. A entrada de jovens negros nas universidades tem permitido que a gente inverta essa realidade de grande discriminação com a formação de doutores, com a formação de jovens que hoje ocupam outro papel na sociedade, quebrando preconceito e avançando muito nesse tema do combate ao racismo. E lembro que 20 de novembro foi o Dia da Consciência Negra. Faço uma grande saudação a isso. Nós somos bastante favoráveis a isso e reafirmamos esse compromisso com as cotas raciais e étnico-sociais.

Quero saudar também a Senadora Ana Rita e lhe agradecer pelas suas palavras e pela presença aqui.

Especificamente no ponto do Estatuto, eu queria fazer uma ponderação a respeito da opinião do Conselho, opinião que, inclusive, a gente debateu na nossa última reunião com a Comissão de Parlamento e o GT do Estatuto. A nossa opinião é que queremos aprovar esse projeto o mais rapidamente possível. E gostaríamos muito de comemorar essa aprovação, com a sanção da Presidenta Dilma, na Conferência Nacional de Juventude, em dezembro deste ano. Essa é a opinião do Conselho, que temos trabalhado e buscado reafirmar em todos os espaços em que nos temos apresentado.

O acordo aqui apresentado não era um acordo que conhecíamos, é um acordo que vem de um processo anterior de diálogo da UNE com os artistas, que respeitamos. Não só respeitamos esse diálogo, como também reconhecemos a importância de construir com o setor artístico e cultural brasileiro as condições para que ele possa exercer sua profissão, sua arte, seu trabalho de forma digna. Temos pleno conhecimento de que, hoje, a cultura não é prioridade no Brasil, de que os investimentos são muito inferiores à necessidade e de que há muita concentração de recursos.

Senador Paulo Paim, aqui, reconhecemos a importância de que haja um grande pacto pela criação de fundos públicos de cultura mais efetivos, com críticas a esse modelo de Lei Rouanet, que privilegia a iniciativa privada. Temos de aprovar o Plano Nacional de Cultura, para que haja recursos para a cultura na ordem de 2%. Acho que é essa a reivindicação que os artistas têm apresentado. Somos totalmente favoráveis às pautas da cultura. Inclusive, vou fazer um esforço para estar aqui amanhã, para, juntamente com o setor artístico, lutar por mais orçamento para a cultura, que é uma pauta de todos nós.

Há uma questão que eu queria aqui problematizar, para, na verdade, ver como a gente pode construir um acordo em torno desse ponto. Qualquer alteração ao projeto do Estatuto faz com que o projeto volte à Câmara dos Deputados. Qual é a nossa preocupação? O projeto ficou parado por sete anos. Hoje, há uma série de pautas na Câmara dos Deputados que vão travar qualquer possibilidade de o Estatuto ser votado com agilidade. O nosso medo é o de que, ao voltar o Estatuto para a Câmara dos Deputados, a gente tenha de lutar por mais alguns anos para que o Estatuto se torne uma realidade. Os Srs. Senadores sabem muito bem do que se trata: a volta à Câmara dos Deputados fará com que o Estatuto fique na fila, e fazer com que ele entre na pauta novamente e seja aprovado será um grande desafio.

O nosso esforço – aqui, eu queria, inclusive, abrir o diálogo com o setor artístico e cultural – é para que, se possível, a gente construa uma ideia de votação do Estatuto e uma futura regulamentação que passe pelo acordo em torno das cotas e das normas que possam efetivar essa relação mais favorável ao setor artístico e cultural. Sei que é uma questão difícil – estou vendo aqui até a expressão –, mas vou ter de aqui firmar uma posição que foi assumida por mais de quarenta entidades do Conselho – e vim aqui para representá-las –, que é a aprovação já do Estatuto. Essa é a nossa posição, não abrindo, obviamente, a possibilidade de que a gente possa conversar. Se houver aqui uma brecha para qualquer alteração no projeto proposto, obviamente haverá inúmeras outras contribuições de outras entidades, outras demandas poderão vir à Mesa, para que a gente possa fazer as alterações. E, certamente, a votação do Estatuto não será feita neste ano, será feita em outro ano.

Enfim, tenho aqui de, obviamente, mostrar as condições que o Conselho debateu e que gostaria de apresentar nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –Obrigado, Gabriel.

Quero deixar claro que, regimentalmente, a matéria alterada volta à Câmara, mas que a pauta da Câmara cabe ao Presidente da Câmara, juntamente com as lideranças. Nesta Comissão, há quase mil projetos tramitando. Essa matéria, tida por esta Presidência como extremamente importante, foi pautada em menos de trinta dias. Há a questão do entendimento, até para que não haja veto por parte da Presidente. Não adianta a gente aprovar uma matéria em que não há o mínimo de consenso e de apoio, pois ela poderá ser vetada posteriormente.

Esta é a Casa do entendimento no País, é essa a nossa função, é essa a nossa obrigação. Embora aqui haja partidos diferentes, com pensamentos diferentes, temos de convergir para alguns pontos. Compreendo perfeitamente as dificuldades por que está passando o nosso Relator, que gostaria, inclusive, de ampliar, de pertencer à própria juventude. Mas, aqui, há dois pés: um do avanço e outro da posição que a gente precisa consolidar em relação a essas questões.

O Senador Randolfe pediu que essa questão fosse colocada em um minuto, e estamos ultrapassando a média dos dez minutos. Eu disse para Severine, brincando com ela: acho que, com relação aos três questionamentos que foram feitos pelos Senadores, todos da Mesa são a favor. A única dificuldade, obviamente, é a posição da Severine, que tem uma posição de governo. Quando a Severine assume qualquer compromisso aqui, este terá de ser de um compromisso

de governo, porque ela representa aqui a Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República.

Compreendo essas questões e apenas explico, Daniel e Gabriel, essa posição do Regimento. Pelo Regimento, ao aprovarmos a matéria aqui, o Senador Randolfe, automaticamente, vai pedir regime de urgência. Esse regime de urgência será encaminhado ao Plenário e será aprovado pelo Plenário. Aprovado o regime de urgência pelo Plenário, a matéria segue para a Câmara. Se o Presidente quiser, haverá sessão aqui pelos menos até o dia 18, o dia 20 de dezembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Dia 17.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Isso depende da votação da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Até o dia 21 de dezembro, poderemos vir ao Congresso Nacional, que, talvez, esteja em funcionamento. Portanto, tempo há. Se há o entendimento, é mais fácil se utilizar esse tempo da melhor maneira possível, no menor espaço possível.

Vou passar a palavra para a Severine.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, peço-lhe só um minutinho, para falar rapidamente, antes da Severine.

Estamos percebendo, Sr. Presidente – V. Exª observou muito bem –, que estamos diante de uma controvérsia em relação ao Estatuto. É por isso que a política também é a arte-ciência de tomar decisões. Cabe a nós decidir.

Quero reiterar – faço este testemunho – a celeridade que o Presidente Eunício deu a essa matéria. O Estatuto deu entrada em um dia; no outro dia, o Presidente foi firme em nos designar para a relatoria, fazendo todas as conversas necessárias. Em menos de um mês, nós a estamos apreciando. Penso que o trâmite desse Estatuto não foi mais rápido em outra instância do Congresso Nacional do que na CCJ do Senado. Entretanto, logicamente, não podemos aprovar algo em que não haja consenso. Conseguir unanimidade parece-me que é impossível, mas também não queremos aprovar algo que seja objeto de veto e não represente uma conquista concreta para a juventude. Penso que o Gabriel tem esse sentimento, como também o Neto, o Daniel e a Severine, esta mais do que ninguém.

Temos de ter uma conquista na mão. Mais vale uma conquista na mão do que várias voando. Temos de consolidar essa conquista, para tê-la na mão. Então, parece-me que o melhor caminho para avançar nessa conquista é buscar isso. Essa Mesa está bem representada. Nesta Mesa, parece-me, estão os protagonistas dessa cena. Eu queria incluir a Manuela entre os que estão sentados à mesa.

Então, só será bom se a gente conquistar um texto que seja interessante para o conjunto das partes e que tenha algo material, um acordo material. É importante que a Presidenta Dilma o sancione na Conferência da Juventude. Esse é nosso sonho, Gabriel. Mas, se a Presidenta não concordar com o texto, aí não haverá a sanção. Então, temos de consolidar a conquista aqui.

Talvez, Sr. Presidente – e eu seria a última pessoa a falar isso –, se não avançarmos no dia de hoje em busca de um entendimento, quero dialogar com V. Exª sobre a possibilidade de, em vez de apreciarmos o Estatuto amanhã, nós o apreciarmos no dia 30. Talvez, isso não seja possível no dia 30, pois me parece que haverá a sabatina da Ministra Rosa, do Supremo. Se marcássemos isso para o dia 7, daria tempo de avançarmos. Faríamos isso se não conseguíssemos chegar a um entendimento aqui, mas me parece que estamos caminhando para o consenso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou responder a V. Exª, Senador Randolfe. Já são 13h24...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já vou conceder a palavra a V. Exª.

Já são 13h24, e tenho de convocar uma reunião extraordinária para discutir o Orçamento antes da Ordem do Dia de hoje, porque o prazo para fecharmos isso é hoje. Não costumo aqui antecipar e fazer com que as pessoas sejam sucintas, pois acho que o debate é extremamente importante. V. Exª tem a responsabilidade desse relatório, e a Mesa acata a posição de V. Exª. Todos os protagonistas desse interesse estão aqui. Então, se houver o entendimento até amanhã, a Mesa acatará a substituição do texto que V. Exª encaminhar, embora o texto já tenha sido distribuído aos Srs. Senadores – nós o distribuímos com 48 horas de antecedência, conforme o Regimento. Mas, excepcionalmente, para atender a essa demanda, a Mesa acata a posição de V. Exª de apresentar um relatório a ser distribuído até o momento em que começarmos o debate nesta Comissão amanhã.

Concedo a palavra à Senadora Marinor Brito, lembrando que ainda temos de ouvir a Severine e o Carlos Leoni.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Uma das questões que vou trazer aqui diz respeito a uma decisão de governo, e, talvez, ainda nesse processo de amadurecimento, de acúmulo, seja bom eu falar antes da Severine.

Quero saudar os integrantes da Mesa e a Comissão.

Ressalto o esforço do Senador Eunício e o trabalho de relatoria do projeto do Senador Randolfe.

Discutir o Estatuto da Juventude neste momento é, sem dúvida alguma, um passo importante na cidadania da juventude brasileira. Considero o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a maior conquista da legislação brasileira para atender a criança e a juventude neste País, embora esteja muito longe de se tornar realidade. Os demais debates que ocorreram sobre a decisão de políticas públicas como um todo para outros setores, como o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Igualdade Racial, ficaram muito a desejar em relação ao que foi feito em torno do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Eu queria muito ver o Estatuto da Juventude representar todos os interesses e necessidades da juventude brasileira. Inclusive, pensei em fazer várias emendas, porque acho que está muito aquém do que a gente precisa, do que a juventude brasileira precisa para enfrentar as dificuldades políticas e o grande processo de vitimização que esse segmento está vivendo no Brasil. Não é à toa que o Ministério da Justiça nos apresenta um relatório sobre o mapa da violência no Brasil, no qual se vê que o número de homicídios na juventude aumentou, de 2009 para 2010, em mais de 100%. Essa seria uma preocupação central do debate sobre o Estatuto da Juventude. Há muita coisa a discutir sobre isso. Infelizmente, nem tudo é possível, e a gente tem de analisar a correlação de forças que são, na maioria das vezes, antagônicas aos direitos constitucionais do povo brasileiro, e a juventude não está fora disso.

Em segundo lugar, eu queria aqui lamentar – e já fiz um protesto da tribuna a esse respeito – a decisão do Governo Federal de reduzir em mais de R$1 bilhão o orçamento da cultura para 2012. Isso é lamentável, é deplorável, é indigno de um governo que se intitula democrático e popular. Não pensar a cultura como transversalidade na vida dos cidadãos brasileiros é não ter a compreensão e a dimensão do que a cultura pode ajudar no avanço da cidadania do povo brasileiro.

Então, eu queria dizer aqui ao Carlos – e espero que isso possa ser reproduzido para todos os produtores culturais e artistas deste País – que a nossa posição é muito clara em relação a isso: estaremos irmanados com todas as lutas de vocês, para que o orçamento do Governo Federal para a cultura no Brasil seja adequado às reais necessidades desse setor e não esteja submetido à vontade de alguns setores. Sabemos que 44,47% foram utilizados no Orçamento de 2010 para o pagamento da dívida pública, enquanto setores importantes e verdadeiramente estratégicos para a cidadania estão mendigando alguns percentuais.

Eu queria deixar muito claro o meu posicionamento em relação a isso. Não concordo que os produtores culturais façam acordos bilaterais com a UNE. Digo isso com todo o respeito à história da UNE. Sou uma entusiasta dessa entidade, não me furto ao papel de estar sempre presente, fortalecendo os eventos. Agora mesmo, atendendo a uma demanda e a uma mobilização não só da UNE, consegui aprovar na Comissão de Educação o aumento do orçamento da educação em R$32 bilhões, para poder chegar ao patamar relativo aos 10% do PIB, que é uma demanda da Conferência Nacional dos Educadores e, também, dos estudantes brasileiros que se organizam através da UNE. Isso mostra o nosso compromisso com essas questões.

Quero ver todos os estudantes brasileiros, vinculados ou não à UNE, terem o direito à meia-entrada nas atividades culturais do Brasil. Mas alguém tem de pagar essa conta, e não podem ser os artistas nem os produtores culturais. Aí é que entra o papel do Governo Federal. É mesmo prioridade essa questão para a juventude brasileira? O Estatuto tem, no mínimo, de propor que a Presidente da República vete, Senador Eunício Oliveira, mas que o restante da cota proposta no acordo seja subsidiado pelo Governo, que tem condições concretas e absolutas de subsidiar os recursos.

Não dá para a gente defender meio ingresso para uma parte dos estudantes, deixando outra parte de fora. Também não dá para punir ainda mais os produtores culturais e os artistas. Em algum momento, o Governo há de dispor recursos para isso. Se se reduz o recurso no Orçamento Geral, que se encontre outra forma, por meio da cidadania da juventude, do Estatuto da Juventude, de garantir os subsídios necessários para cumprir a parte que faltaria, digamos assim, nessa proposta que vocês estão discutindo.

Não pude chegar a tempo aqui, porque eu estava na CPI do Tráfico Humano, uma atividade absolutamente importante, pois pessoas estão sendo violadas e assassinadas neste País e, inclusive, estão sendo levadas para fora do País. Por isso, não pude chegar mais cedo aqui. Mas tive informação sobre o pronunciamento da Deputada Manuela, que anunciava um possível acordo entre os produtores culturais e a UNE, no sentido de que a cota ficaria em torno de 40%, para atender os estudantes, a partir de uma vinculação direta com a UNE.

Então, eu queria me posicionar. Não sei se é bem isso; talvez, não seja exatamente. Mas a minha preocupação é que todos os estudantes brasileiros tenham direito a isso. Há gente que morre desorganizada, e não

seria diferente com a juventude brasileira. Que o Governo Federal possa se manifestar sobre essa questão!

Era isso o que eu queria dizer.

Muito obrigada.

Parabéns pela mobilização tanto dos estudantes quanto dos artistas!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Marinor Brito. A penúltima oradora a responder é a Severine, e o último é o Carlos Leoni, para encerrarmos esta sessão.

Tem a palavra V. Sª.

A SRª SEVERINE MACEDO – Vou tentar ser rápida, em função do tempo.

Como falei anteriormente, a posição do Governo precisa ser consensuada em alguns pontos. Nós estamos num processo de diálogo, dentro do Governo, com vários órgãos, com vários Ministérios. A defesa da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e do Governo Federal é a defesa do Estatuto em si, de seu mérito, de sua importância, de tudo que ele aponta de avanços. A postura da SNJ é a de que nenhum direito a menos seja dado para os jovens brasileiros, mas, obviamente, queremos conquistar sempre novos direitos.

Em relação à pergunta da Senadora Ana Rita sobre a aprovação da proposta na íntegra como tal, a partir dos debates, sigo na linha de concordar com a fala do Senador Randolfe. Precisamos encontrar mecanismos de consenso entre todos os atores envolvidos, com maturidade, com tranquilidade, porque interessa a todos que um belo Estatuto seja aprovado, sem que se levem mais quatro anos para aprová-lo. O interesse e o empenho do Governo Federal são para que não se arrastem mais anos de debates em torno do Estatuto, mas que se construa um texto de consenso entre as partes.

Em relação a ser a favor ou contra a posição do acordo da UNE e da Ubes, a Secretaria não tem de ser a favor ou contra. A gente acha que é uma iniciativa louvável a tentativa de acordo entre as partes, e são dois segmentos extremamente importantes em nosso País. Que bom que houve essa tentativa e esse esforço! Sempre o pacto nos ajuda, inclusive o Governo Federal, a encontrar alternativas, mas acho que é extremamente importante esse diálogo com o Conselho Nacional de Juventude, com os demais atores da política nacional, para que essa organização e essa articulação sejam pactuadas entre todos esses atores da política nacional, do movimento social, que estão debatendo o tema.

Obviamente, é o diálogo que precisamos fazer, para que a gente avance nesse consenso extremamente importante. Se se mudar o Estatuto, este volta para a Câmara. O Governo está debatendo efetivamente algumas ações dentro do Estatuto também. Precisamos pactuar efetivamente. O nosso compromisso é o de, independentemente de o Estatuto voltar para a Câmara ou não, avançar na sua aprovação, mediante esses acordos e esses consensos.

Abre-se, portanto, a oportunidade para quem quiser solicitar melhorias. Concordo com o Daniel de que nenhum direito a menos deve ser dado. Não podemos recuar nos avanços promovidos na Câmara, do ponto de vista da diversidade, do acordo histórico que houve entre a bancada evangélica e a bancada de defesa dos direitos LGBT. Esse é um exemplo bastante salutar de que não podemos recuar, mas devemos avançar numa linha de consenso. E, se pudermos, é claro, dentro dessas mudanças, precisamos apontar outras que melhorem temas como, por exemplo, a questão da segurança pública, com que tenho pleno acordo. É um tema que temos condição de melhorar, para que haja um Estatuto realmente robusto, já sinalizando a importância que ele tem. E, na medida em que fica mais robusto, ele ganha mais importância.

Obrigada. Parabéns pela iniciativa! Vamos continuar esse diálogo depois desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Severine.

O Senador Randolfe, que é o nosso Relator, tem uma missão importante, que é a de tentar fazer o entendimento em torno dessa matéria, para que a votemos ainda na manhã dessa próxima quarta-feira.

Como último a falar, passo a palavra ao Carlos Leoni Rodrigues Siqueira Junior, que é da coordenação do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música.

Tem V. Sª a palavra, como último orador.

O SR. CARLOS LEONI RODRIGUES SIQUEIRA JUNIOR – Quero deixar claro que, para nós, é imprescindível o acordo que fizemos com a UNE. Na verdade, não fizemos acordo com a UNE, mas um acordo foi aprovado no Senado e foi para a Câmara dos Deputados. Então, foi debatido aqui. Não é uma coisa unilateral dos artistas e da UNE. A gente só recuperou esse acordo por conta do Estatuto da Juventude, que é o de federalizar uma injustiça com os estudantes e com os artistas. Nós temos de cobrar mais e espantar o nosso público, ou tirar do nosso caixa; os estudantes acabam não tendo mais direito à meia-entrada de verdade.

Então, esse Estatuto ia federalizar uma injustiça. Recuperamos um acordo que não foi unilateral, não foi bilateral, foi multilateral, aprovado no Senado. E, quanto à celeridade, temos o compromisso da Relatora Manuela de que, assim que voltar para a Câmara dos Deputados, ele será votado. A gente vai fazer pressão junto às lideranças para aprovar isso rapidamente. A gente não pode deixar uma injustiça ser engessada e

levada daqui para frente, porque a gente tem algum prazo ou algum sonho de até determinada data aprovar um determinado projeto. A gente sabe que a pressa passa. Então, a gente tem de cuidar desse acordo, que não foi um acordo – quero deixar isso bem claro – a portas fechadas da UNE com os artistas. Está na Câmara, para quem quiser olhar. A gente só recuperou isso para evitar que uma injustiça fosse cometida com os estudantes e com os produtores culturais.

Era só isso que eu queria dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Agradeço a presença a todos que estão à mesa, agradeço a todos que vieram a esta audiência. Tenho a convicção de que houve uma expectativa positiva para a juventude brasileira na questão da aprovação desse importante instrumento, que é o Estatuto da Juventude.

Antes de encerrar a presente reunião, convoco outra reunião extraordinária para as 15h30, a fim de tratarmos de questões de emendas ao Orçamento da União por esta Comissão.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 40 minutos.)

ATA DA 59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, APÓS 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quinze horas e quarenta e um minutos, do dia vinte e dois de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Pedro Simon, Vital do Rêgo, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, Clésio Andrade e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Marcelo Crivella, Romero Jucá, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Álvaro Dias, Demóstenes Torres, Gim Argello e Magno Malta. A Presidência suspende a Reunião às quinze horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e onze e a reabre às nove horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e onze. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM ÚNICO: EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 028/2011-CN** que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012"**.** O Senador Pedro Taques apresenta o Relatório sobre as sessenta e sete Emendas sugeridas ao referido Projeto. Após a discussão, são aprovadas as seguintes Emendas ao PLOA-2012: **EMENDA 01-CCJ) Órgão:** 10.000 – Supremo Tribunal Federal**; Unidade Orçamentária:** 10.101 – Supremo Tribunal Federal; **Funcional/Ação/Subtítulo:** 02.122.0565.11CD.0101 – Recuperação e Modernização das Instalações do Supremo Tribunal Federal em Brasília – DF (Seq. 84); **Esfera orçamentária**: Orçamento Fiscal; **Localidade beneficiada**: 5300108 – Brasília; **Valor:** 50.000.000; **Justificativa**: "Esta emenda visa dotar recursos para recuperar e modernizar as instalações do Supremo Tribunal Federal em Brasília." **EMENDA 02-CCJ) Órgão:** 34.000 – Ministério Público da União**; Unidade Orçamentária:** 34.101 – Ministério Público Federal; **Funcional/Ação/Subtítulo**: 03.122.0581.1E30.0001– Modernização das Instalações do Ministério Público Federal – Nacional (Seq. 4532); **Esfera orçamentária**: Orçamento Fiscal; **Localidade beneficiada**: 9000000 – Nacional; **Valor:** 150.000.000; **Justificativa**: "Entre as funções institucionais atribuídas pela Constituição Federal ao Ministério Público está a de "promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos". Em atendimento a este comando constitucional, a Procuradoria Geral da República criou 6 Câmaras de Coordenação e Revisão para dar o necessário suporte técnico-jurídico aos Procuradores da República, em todo o Brasil, em suas atividades (investigações, inquéritos criminais e civis, controle externo da atividade policial, etc) de proteção ao meio ambiente, dos patrimônios público, social e cultural, de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos. Além de um corpo técnico competente, o Ministério Público Federal necessita garantir a constante modernização e aparelhamento de suas instalações em todo o País, para tornar mais eficiente e rápido o trabalho dessas equipes técnicas e dos próprios Procuradores da República. (São 27 Procuradorias da República nas capitais dos Estado, 5 Procuradorias Regionais da República, a própria PGR, 166 Procuradorias da República em municípios implantadas e 46 a serem implantadas)." **EMENDA 03-CCJ) Órgão:** 30.000 – Ministério da Justiça; **Unidade Orçamentária:** 30.109 – Defensoria Pública da União-DPU; **Funcional/Ação/Subtítulo**: 03.422.2020.2725.0001 – Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão – Nacional; (Seq. 4193); **Esfera orçamentária**: Orçamento Fiscal;

Localidade beneficiada: 9000000 – Nacional; **Valor:** 215.000.000; **Justificativa**: "A Defensoria Pública é órgão essencial de acesso a justiça, milhões de brasileiros são considerados potenciais clientes da defensoria pública, porém sua estrutura ainda não é capaz de atender à demanda, precisamos garantir a ampliação do atendimento e levar a defensoria para o interior do país, garantindo o acesso a justiça e a proteção dos hipossuficientes. No combate a violência contra a mulher as defensorias ocupam posição de destaque, porque a mulher vítima de violência encontra importante auxílio nas defensorias para se livrar das agressões e garantir seus direitos." **EMENDA 04-CCJ) Órgão: 11.000 –** Superior Tribunal de Justiça**; Unidade Orçamentária:** 11.101 – Superior Tribunal de Justiça; **Funcional/Ação/ Subtítulo**: 02.301.0568.2004.0001 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes – Nacional (Seq: 91); **Esfera orçamentária**: Orçamento da Seguridade Social; **Localidade beneficiada**: 9000000 – Nacional; **Valor:** 29.138.355; **Justificativa**: "Permanece a meta física, calculada pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças com base em dados orçamentários e proporcionalmente ao acréscimo de beneficiários nos últimos anos. A previsão de gasto, por seu turno, foi obtida considerando a média mensal de despesas médico-hospitalares nos meses de janeiro a março/2011 (R$ 4.467.305,00), cujo aumento decorre sobretudo do crescimento e envelhecimento da população, acréscimo no preço dos insumos de saude (honorários médicos, taxas, diárias, materiais e medicamentos) e inclusão de novas tecnologias. Com base nessas premissas,chegou-se ao custo unitário de R$ 390,67 por beneficiário." **Total:** 444.138.355. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às nove horas e cinqüenta e sete minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 59ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de lei nº 28, de 2011, do Congresso Nacional, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012" (PLOA – 2012).

Comunico aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que há a busca do entendimento, Senador Pedro Taques, entre a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, já que esta Comissão tem direito apenas a quatro emendas de apropriação e a mesma coisa se dá na Comissão de Constituição da Câmara. Buscamos o entendimento, tendo em vista que as mesmas solicitações são feitas na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e, simultaneamente, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, para que a emendas não se somem – e elas não se somam quando têm a mesma rubrica – e para que não tenhamos a oportunidade ruim de perder as emendas de comissão.

Procurado pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, resolvi que, aberta esta reunião, eu a suspenderia, para que fizéssemos o entendimento entre a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e a do Senado, para que, aí sim, atendêssemos o maior número possível de emendas dos Srs. Senadores, como as solicitadas pelos órgãos de Justiça, como o Supremo, a Procuradoria Geral, o TST. Há várias demandas em relação à Defensoria Pública, em relação às novas Varas Federais, em relação à reserva de contingência financeira para o atendimento do que diz o art. 169 na questão de Planos de Cargos e Carreiras.

Há emendas que foram feitas à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara – repito – e à Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Então, vamos compilar essas emendas, para fazermos o entendimento no sentido de que cada órgão possa receber uma emenda, não duas emendas, que, depois, serão fundidas na Comissão de Orçamento e perderão, obviamente, sua validade.

Portanto, já está assegurado que vamos garantir emendas para o Ministério Público, para a Defensoria Pública, para a criação das Varas e para a questão do Plano de Cargos e Carreiras, que não está contemplado para o Poder Judiciário e para o Ministério Público no Orçamento Geral da União – faremos isso por meio de uma emenda de comissão, seja ela da Câmara, seja ela do Senado, feita por esse entendimento.

Por isso, embora haja quórum no livro – e os Srs. Senadores, daqui a pouco, estarão no plenário –, vou suspender esta reunião. Não vou encerrá-la, vou suspendê-la, para que, após o entendimento feito com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, possamos retornar aos nossos trabalhos, para aprovarmos essas emendas importantes para a

questão do desenvolvimento da Justiça e do Ministério Público brasileiro.

Agradeço a todos.

Está suspensa a 59ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Iniciada às 15 horas e 41 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 46 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 59ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei nº 28, de 2011, do Congresso Nacional, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012" (PLOA –2012).

Emenda da Comissão de Constituição e Justiça nº 59 – não terminativo.

Relatoria: Senador Pedro Taques.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, com muita honra, passo a ler este relatório importante para a CCJ, para o Congresso, para o Brasil.

RELATÓRIO

Histórico

Tramita no Congresso Nacional, sob o nº 28, de 2011-CN, o Projeto de Lei Orçamentária da União para o exercício financeiro de 2012, repetindo, PLOA – 2012. Presentemente, o projeto encontra-se na fase de emendas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Conforme a Resolução nº 1, de 2006-CN, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode participar do processo por meio da apresentação de oito emendas à despesa, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento. Não há limite de quantidade para a apresentação de emendas ao texto. Por força regimental, as propostas devem ater-se às matérias regimentalmente afetas a este Colegiado.

No prazo fixado, foram apresentadas 67 sugestões de emendas, sendo 51 à despesa (49 de apropriação e 2 de remanejamento) e 16 ao texto.

Fui escolhido Relator da matéria, que passo a analisar.

Análise das Propostas

Nos Anexos a este parecer, entabulamos as propostas apresentadas pelos nobres pares, especificando autoria, órgão e unidade orçamentária beneficiários, programa e ação objeto da proposta e valor pretendido.

Orientaram-nos, neste parecer, nas normas regimentais sobre a apresentação de emendas pelas Comissões permanentes, especialmente a Resolução nº 1, de 2006-CN, e o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emenda – CAE da CMO.

O exame da regimentalidade das propostas apresentadas nos levou à conclusão de que:

as propostas de 15 a 19 e 43 a 49, que destinam recursos para assistência jurídica ao cidadão e para implementação de plano de cargos e salários, portanto para atender despesas obrigatórias, devem ter indicador de RP "1" e não "2", como consta, que se refere a despesas discricionárias. Assim, tais propostas são admissíveis, porque é possível fazer o ajuste antes da elaboração definitiva das emendas do Colegiado;

as propostas 28 e 37 demandam, respectivamente, ajuste no tipo de emenda, que passaria de "inclusão" para "acréscimo", e na meta, que deveria ser ajustada para "1", para adaptar-se ao PLOA 2012. Com esses pequenos reparos, também se tornam admissíveis;

a sugestão 51, relativa a emenda de remanejamento, foi elaborada com equívoco em relação ao tipo de emenda, no caso "remanejamento". Tal como se encontra, não pode ser acolhida, haja vista a ofensa às disposições da Resolução nº 1, de 2006-CN, uma vez que não se pode indicar a "reserva de contingência" como fonte de cancelamento para atender esse tipo de emenda (art. 38). Para que possa ser acolhida, basta adaptar-se o tipo de emenda para "apropriação – acréscimo"; e

as demais sugestões, inclusive as de texto, podem ser admitidas tal como se encontram, vez que atendem às regras regimentais.

Quanto ao mérito, somos da opinião de que todas as propostas são relevantes, uma vez que favorecem a oferta de políticas públicas para uma ampla parcela da sociedade.

Seleção das Propostas

Preliminarmente, esclarecemos a esse Colegiado que, com a finalidade de evitar a aprovação de matérias idênticas e, portanto, a concentração de recursos, a Presidência acordou com a Presidência da CCJ da Câmara dos Deputados que aquela Comissão apresentará as emendas a que se referem as propostas 43 a 49 (planos de cargos e salários), 09 (implantação de varas federais), 10 (modernização das instalações da Justiça do Trabalho) e 50 (construção do Edifício-Sede do Tribunal Superior Eleitoral em Brasília). Assim sendo, essas propostas não serão consideradas neste parecer, Sr. Presidente.

Para compor as emendas de apropriação, optamos, primeiramente, por acolher propostas que direcionam recursos para as instâncias superiores do Poder Judiciário. Assim, estamos acolhendo as sugestões 3 e 4 do Supremo Tribunal Federal como uma das emendas e a sugestão nº 7 do Superior Tribunal de Justiça como outra emenda.

Em relação à terceira emenda, estamos acolhendo também as sugestões de seis integrantes desse Colegiado: Emendas nºs 34, 35, 36, 37, 38 e 51, que direcionam recursos para o Ministério Público Federal. Nesse caso, em relação à sugestão 51, consideramos que o tipo de emenda acolhida pelo autor da proposta passa de remanejamento para apropriação.

Por último, para compor a última emenda de apropriação, estamos acolhendo as propostas de outros quatro Senadores: Emendas nºs 15, 16, 17, 18 e 19, que definem recursos para a assistência jurídica aos cidadãos carentes.

No que se refere às emendas de texto, esta Comissão também deve deixar de se pronunciar, uma vez que estão correlacionadas com as emendas a serem apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

VOTO

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação das quatro emendas de apropriação, do tipo acréscimo, como demonstrado no adendo a este parecer. A Emenda nº 1 ajusta e consolida as sugestões das propostas 3 e 4; a Emenda nº 2, das propostas 34 e 38 e 51; a Emenda nº 3, das propostas 15 a 19; e a Emenda nº 4, da proposta 7.

Propomos, por fim, que a deliberação final conste da Ata, cuja cópia deverá ser entregue à CMO, juntamente com as emendas aprovadas. Além disso, Sr. Presidente, que a Secretaria da CCJ seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

Aqui está, Sr. Presidente, o adendo, as emendas que a Comissão aprovará, como fiz referência no relatório.

Penso que é despicienda a leitura de todos, a não ser que V. Exª entenda que isso é necessário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª se refere à Emenda nº 2, que altera o valor de 100 para 150 milhões, tendo em vista a busca do atendimento à Procuradoria-Geral da República e com uma parcela desse valor, se aprovado no valor necessário, para a Procuradoria do Distrito Federal e Territórios.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, dessa forma, coloco a matéria em discussão.

Quero deixar bem claro que esta reunião não é uma reunião nova. Estamos dando continuidade à reunião aberta na tarde de ontem. Foi comunicada a todos os Srs. Senadores a reabertura da reunião hoje às 9h37. Ficamos aqui por 37 minutos esperando os Srs. Senadores.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Coloco a matéria em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da presente reunião extraordinária, para que possamos encaminhar essa matéria para a Comissão de Orçamentos, Planos e Gestão do Congresso Nacional.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam a Ata desta reunião – é a continuidade da nossa reunião, que agora se encerra –, da 59ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovada a Ata.

Agradeço a todos a presença, convocando reunião ordinária desta Comissão para as 10 horas, com pauta cheia no dia de hoje.

Agradeço ao Senador Pedro Taques pela gentileza da relatoria.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 47 minutos.)

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e cinqüenta e cinco minutos, do dia vinte e três de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pe-

dro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Renan Calheiros, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Magno Malta, Humberto Costa, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti e Clésio Andrade e da Senadora Marta Suplicy reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Gim Argello e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 2) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 2011** Acrescenta § 3º ao art. 52 da Lei de Execução Penal, para proibir visitas íntimas aos presos provisórios e condenados submetidos ao regime disciplinar diferenciado por envolvimento com o crime organizado. **Autoria**: Senador Pedro Taques. **Relatoria**: Senador Demóstenes Torres. **Relatório**: Favorável ao Projeto. **Observações:** Votação nominal; Em 16/11/2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira apresentou a Emenda nº 1 (dependendo de Relatório). Em 16/11/2011, foi concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares, nos termos regimentais. Em 21/11/2011, foi recebido o Voto em Separado, de autoria da Senadora Marta Suplicy e do Senador Humberto Costa. Em 23/11/2011, o Senador Aloysio Nunes retira a Emenda n° 1. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender Requerimento de audiência de outra Comissão. **ITEM 3) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2009** Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para definir procedimentos a serem adotados na apuração de responsabilidades e estabelecer sanções a serem aplicadas aos agentes públicos responsáveis pelo descumprimento injustificado de obrigações assumidas no âmbito do Sistema Único de Saúde. **Autoria**: Senador Augusto Botelho. **Relatoria**: Senador José Pimentel. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto e rejeição das Emendas. **Observações**: Votação nominal; A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado**: Retirado de Pauta, a pedido do Relator. **ITEM 4) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2011** Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências. **Autoria**: Câmara dos Deputados. **Relatoria**: Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório**: Favorável ao Projeto. **Observações**: A matéria será apreciada ainda pelas Comissões de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Em 22/11/2011, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria; Em 23/11/2011, foram recebidas as Emendas n° 1 e n° 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Resultado**: Retirado de Pauta por duas semanas, a pedido do Relator. **ITEM 5) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, DE 2010** Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, estabelecendo regra única para a progressão de regime nos crimes hediondos, independentemente da condição de primário, estendendo-a aos crimes previstos no art. 240 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). **Autoria**: CPI – Pedofilia – 2008 (SF) **Relatoria**: Senador Eduardo Braga **Relatoria ad hoc:** Senador Demóstenes Torres **Relatório**: Favorável ao Projeto. **Resultado**: Concedida vista aos Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, nos termos regimentais. **ITEM 6) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2009** Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente; 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, e os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos dos pareceres adotados pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Observações:** A matéria já foi apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais, de Educação, Cultura e Esporte, de Assuntos Econômicos, e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Resultado**: Concedida vista ao Senador Demóstenes Torres, nos termos regimentais.. **ITEM 7) Não Terminativo MENSAGEM (SF) Nº 141, DE 2011** Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, combinado com o art. 84, inciso XIV, da Constituição Federal, o nome da Senhora ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Ellen Gracie Northfleet. **Autoria**: Presidente da República. **Relatoria**: Senador Romero Jucá. Relatório: Votação secreta. **Observações**: Em conformidade com o Ato nº 1, de 2007-CCJ, na presente Reunião será realizada a

primeira etapa do processo de escolha de autoridades na CCJ: o relator apresentará o Relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que sejam apresentadas informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença da indicada. **Resultado**: Retirado de Pauta a pedido do Relator. **REQUERIMENTO APRECIADO**: **1) REQUERIMENTO Nº 99, DE 2011-CCJ –** "Requeiro nos termos do ar. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir a elaboração do Parecer da Comissão de Justiça e Cidadania do Senado Federal ao **Projeto de Resolução do Senado n° 72, de 2010** e em razão desse motivo, para debater os termos da proposição, é indicada a participação das seguintes autoridades: Senhor **Marconi Perillo**, Governador do Estado de Goiás; Senhor **Raimundo Colombo**, Governador do Estado de Santa Catarina; Senhor **Renato Casagrande**, Governador do Estado do Espírito Santo; Senhor **Nelson Barbosa**, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; Senhor **Robson de Andrade**, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Senhor **Fernando Blumenschein**, economista e coordenador de projetos da Fundação Getúlio Vargas – FGV; Senhor **Luís Pulo Rosenberg**, economista-chefe da Rosenberg & Associados; Senhor **Marco Polo de Mello Lopes**, Presidente-executivo do Instituto Aço Brasil e o Senhor **Aguinaldo Diniz Filho**, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT). **Autoria:** Senadores Ricardo Ferraço e Armando Monteiro. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às onze horas e cinqüenta e três minutos, ficando adiados os demais itens da pauta, a saber: **ITEM 1)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, de 2010 – Complementar; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 60ª reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a licença da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa*.)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –Senador Armando Monteiro, em seguida darei a palavra a V. Exª.

Comunico aos membros, para seu conhecimento, que esta Comissão recebeu os seguintes documentos:

– Correspondência da Federação das Associações de Despachantes do Estado de São Paulo, por meio da qual a entidade agradece e enaltece o espírito público exercido por ocasião da apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010, o qual concluiu pela inconstitucionalidade da matéria. E**xpediente conferido:** enviado o Ofício nº 212/11-Presidência/CCJ, por meio do qual se agradece o reconhecimento do trabalho deste colegiado.

– Correspondência da Câmara Municipal de Novo Hamburgo, por meio da qual a entidade apresenta moção sobre o parecer contrário oferecido ao PLS nº 218, de 2010, que buscava disciplinar a obrigatoriedade de manifestação e os efeitos da participação dos órgãos consultivos da advocacia pública em processos administrativos.

Expediente conferido: enviado o Ofício nº 211/11-Presidência/CCJ, agradecendo a contribuição para o debate democrático, ciente de que da livre manifestação de divergências é que se constroem os consensos, porém esclarecendo que:

1) A discussão da matéria foi pontuada por aprofundados debates, devidamente sintetizados no relatório do vencido (de autoria do Senador Lindbergh Farias);

2) A matéria não havia sido despachada para decisão terminativa nesta Comissão. Logo, uma vez exarado o parecer contrário à matéria, ela esteve sujeita, nos termos do art. 254 do Regimento Interno, à interposição de recurso por um décimo dos membros do senado, o que não ocorreu. O arquivamento da proposição, portanto, é decisão respaldada pelo Plenário da Casa, e não apenas por esta Comissão.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 7.

O item 1 da pauta, o Senador Eduardo Braga está presidindo, junto com os demais membros, a Comissão de Meio Ambiente, onde eu, inclusive, deveria estar, mas tenho que presidir no dia de hoje a reunião desta Comissão de Constituição e Justiça. Graças a Deus, chegamos a sessenta reuniões seguidas, todas elas com quórum para deliberação.

Antes de iniciar a Ordem do Dia, passo a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu solicitaria inversão de pauta para podermos apreciar o item 6 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Submeto ao Plenário a solicitação de V. Exª de pauta para apreciar em primeiro lugar o item 6.

Não havendo Senadores que se manifestem em contrário, fica feita a inversão de pauta.

Pela ordem, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Na mesma linha do Senador Armando Monteiro, eu solicito inversão de pauta para um requerimento de minha autoria em que solicitamos uma audiência pública tendo em vista a necessidade de ampliarmos e aprofundarmos o conhecimento com relação a um projeto para o qual fomos designados por V. Exª.

Peço também inversão de pauta para esse requerimento, cujo número não sei, mas a assessoria seguramente pode informar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Submeto ao Plenário a solicitação do Senador Ricardo Ferraço.

Não havendo manifestação em contrário, passamos ao item 6, página 181, Senador Armando Monteiro.

Em seguida, vou colocar em votação o requerimento do Senador Ferraço.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. *Fora do microfone*.) – Não entendi qual foi a decisão de V. Exª em relação ao item 1. Foi retirado de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de retirar o Item 1, o Senador Armando Monteiro pediu inversão de pauta. Submeti a sugestão a V. Exªs, e foi aprovada a inversão de pauta.

Portanto, vou conceder a palavra ao Senador Armando Monteiro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ainda não. Estou esperando o Senador Eduardo Braga para a leitura do relatório.

Senador Armando Monteiro, V. Exª tem a palavra para o Item 6 da pauta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, permita-me, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes Torres, V. Exª tem a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Esse item é muito grande, cria um sistema. Eu estive tentando analisá-lo ontem, finalmente, à noite, mas terminamos a sessão muito tarde. Então, não é descortesia com V. Exª, de forma alguma. Eu não tenho um juízo ainda sobre esse item. Portanto, só adiantando, vou pedir vista logo em seguida à leitura do relatório, sem adiantar se concordo ou discordo, Senador Armando Monteiro, apenas para que eu possa analisar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental. No momento oportuno, V. Exª poderá pedir vista ao Projeto de Lei da Câmara nº 134.

ITEM 6
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2009

Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente; 7.560, de 19 de dezembro de 1986; 7.998, de 11 de janeiro de 1990; 5.537, de 21 de novembro de 1968; 8.315, de 23 de dezembro de 1991; 8.706, de 14 de setembro de 1993; e os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos dos pareceres adotados pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Observações: *A matéria já foi apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais, de Educação, Cultura e Esporte, de Assuntos Econômicos, e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

Concedo a palavra para leitura do relatório ao nobre Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão matéria que, como já foi referido, institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

O Sinase foi proposto pelo Poder Executivo com o objetivo de uniformizar os princípios, regras e critérios que devem ser observados por todos os entes da Federação no processo de apuração de atos infracionais, bem como na aplicação de medidas socioeducativas. Para tanto, o projeto prevê a garantia de direitos dos adolescentes infratores, disciplina o processo pertinente a cada medida socioeducativa aplicável e institui regras e requisitos atinentes aos programas de atendimen-

to. Busca ainda individualizar ao máximo o plano de execução da medida socioeducativa aplicada a cada adolescente, contemplando, inclusive, condições, tais como doenças, deficiências ou dependências químicas do tutelado.

A apresentação do Sinase, de acordo com a justificação do Poder Executivo, teve como premissa básica a necessidade de construção de parâmetros mais objetivos e procedimentos mais justos que evitem ou limitem a discricionariedade, reafirmando a diretriz do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre a natureza pedagógica das medidas socioeducativas.

Para tanto, a construção do sistema deve, como plataforma inspiradora os acordos internacionais sobre direitos humanos, dos quais o Brasil é signatário, em especial na área dos direitos da criança e do adolescente.

O projeto está dividido em três títulos e oitenta e oito artigos. O primeiro conceitua o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, definindo as competências dos entes federativos, os planos de atendimento nas respectivas esferas de governo, os programas nos diferentes regimes, o acompanhamento e avaliação das medidas, as responsabilidades e o financiamento. O Título II trata da execução das medidas socioeducativas, abrangendo os procedimentos gerais e os atendimentos individuais, a atenção integral à saúde do adolescente em atendimento, e especificamente ao adolescente com transtorno mental e dependência de álcool e de substância psicoativa, os regimes disciplinares e a oferta de capacitação para o trabalho. O Título III refere-se às Disposições Finais e Transitórias.

Para dar efetividade às medidas previstas, a proposição elenca uma série de fontes de recursos e instrumentos, destacando-se, dentre outros:

a) o cofinanciamento pelos orçamentos fiscal e da seguridade, com alocação obrigatória nos orçamentos dos órgãos responsáveis pelas políticas dele integrantes. Terão acesso a esses recursos os entes federados que tenham instituído seus sistemas de atendimento socioeducativo;

b) os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, nas três esferas de governo, terão a atribuição de definir os percentuais de recursos dos Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento das ações previstas no projeto;

c) os recursos do Fundo Nacional Antidrogas – Funad, antes denominado Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso – Funcab. Além disso, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – Senad, órgão gestor do Funad, também está autorizada a financiar projetos das entidades do SINASE, que atendam às condições estabelecidas;

d) o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, poderá priorizar projetos das entidades integrantes do Sinase;

e) o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE, está autorizado a financiar programas e projetos de educação básica relativos ao Sinase;

f) estão previstas a abertura de vagas para os adolescentes nos programas de formação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar, do Serviço Social do Transporte – Sest, e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – Senat, diretamente, e também de estabelecimentos empregadores, em regime de cooperação com os gestores locais do Sinase;

f) o projeto ainda prevê alterações nas legislações do Imposto de Renda, de forma que os contribuintes pessoas físicas e jurídicas poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, devidamente comprovadas, em espécie ou em bens, e deduzi-las integralmente do imposto, observadas determinadas condições e restrições.

O PLC em tela foi examinado na Câmara dos Deputados por uma Comissão Especial criada especialmente para examinar a matéria. Durante a tramitação, foram realizadas inúmeras reuniões e audiências públicas com o objetivo de discutir a proposta com especialistas e agentes públicos e privados que atuam na área. A Comissão Especial da Câmara, após dois anos de debate, finalmente aprovou o projeto na forma de um substitutivo, em abril de 2009, após o que a proposta foi levada à deliberação do Plenário. Aprovada, foi remetida ao Senado Federal para apreciação.

A proposição chegou ao Senado Federal em julho de 2009, tendo sido distribuída às Comissões de Assuntos Sociais (CAS); de Educação, Cultura e Esporte (CE); de Assuntos Econômicos (CAE); de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH); e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Tem, portanto, essa matéria mais de dois anos em tramitação nesta Casa.

Na Comissão de Assuntos Sociais, na Comissão de Educação, na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Direitos Humanos o projeto foi aprovado conforme os pareceres favoráveis dos respectivos relatores. Na primeira Comissão, o voto do relator, Senador Flávio Arns, foi pela aprovação do projeto com a rejeição da única emenda apresentada, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti. Na Comissão de Educação, a relatora, Senadora Fátima Cleide, concluiu seu relatório com voto favorável ao projeto, com três emendas de redação. Na Comissão de Assuntos Econômicos, o relator foi o eminente Se-

nador Eduardo Suplicy, que concluiu pela aprovação da matéria, com doze emendas que apresentou e com o acolhimento da Emenda nº 1 – CE e a rejeição das Emendas nº 2 – CE e nº 3 – CE. Por fim, na Comissão de Direitos Humanos, o relatório da Senadora Lídice da Mata foi aprovado nos termos do parecer adotado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Não foram oferecidas emendas perante esta Comissão até o momento.

Análise.

A matéria implica a criação de órgão público – um sistema a ser coordenado pela União e integrado pelos sistemas estaduais, distrital e municipais – e aumento de despesa – com a previsão de manutenção do sistema pela União e o financiamento da execução dos programas previstos. Nesse caso, trata-se de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos dos arts. 61, § 1º, II, *e*, e 84, VI, *a*, da Constituição Federal. Atende-se, portanto, a exigência constitucional quanto à iniciativa legislativa.

A proposta faz ainda incursões em matéria de direito processual penal, de competência privativa da União e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, *ex vi* dos arts. 22, I, e 48, *caput*, da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais.

Não identificamos vícios de injuridicidade ou de inconstitucionalidade no projeto.

O PLC reforça a ideia, como bem observaram as Comissões que o analisaram anteriormente, de que a doutrina estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente requer a substituição da noção de criança ou adolescente como objetos de tutela pelo reconhecimento de que são sujeitos a quem se deve garantir a plenitude dos direitos fundamentais. Entre os direitos, está o de responder por seus atos, inclusive ilícitos, conforme sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Isso está em plena sintonia com o que positiva o art. 227 da Constituição Federal. As crianças e adolescentes devem ser respeitados nas suas peculiaridades, mas também devem ser educados para a cidadania e a civilidade.

Como bem observou a Comissão de Direitos Humanos em seu parecer, o Estatuto da Criança e do Adolescente instituiu a doutrina da proteção integral, expressando direitos infantojuvenis com respeito a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e assegurando proteção por parte da família, da sociedade e do Estado. Essa doutrina, adotada pelo Estado, e os compromissos assumidos com relação à promoção dos Direitos Humanos no Brasil impõem a necessidade de mudanças na questão dos adolescentes em conflito com a lei. A criação de um sistema socioeducativo de amplitude nacional, focando a inclusão social do adolescente autor de ato infracional, mostra-se, portanto, bem-vinda.

A redação da proposição é cuidadosa em observar os princípios constitucionais, ao estabelecer que a execução das medidas socioeducativas reger-se-á, também, pelo princípio da não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou *status*.

A Comissão de Educação e a Comissão de Assuntos Econômicos propuseram emendas de redação que, de fato, aprimoraram o projeto. Seguimos o entendimento já exarado nos pareceres da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Direitos Humanos, pela aprovação das emendas nº 1-CE e nºs 4 a 15-CAE, e a rejeição das emendas nºs 2 e 3-CE, sem mais.

Julgamos que a instituição do Sinase, nos termos do PLC nº 134, de 2009, não apenas possibilita um maior envolvimento da sociedade no processo de ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei – o que pode trazer mudança positiva na percepção da sociedade brasileira em relação à responsabilização e à execução de sanções direcionadas a eles –, mas também uma maior garantia de promoção dos preceitos constitucionais em relação a esse segmento social.

Portanto, o Sinase se propõe a criar as condições possíveis para que o adolescente em conflito com a lei deixe de ser considerado um problema para ser compreendido como uma prioridade social em nosso País.

Voto.

Diante do exposto, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 134, de 2009, nos termos dos pareceres adotados pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Em discussão a matéria.

O Senador Demóstenes Torres pede vistas da matéria. É regimental. Concedido vista ao Senador Demóstenes Torres.

O próximo item da pauta é o Item 1.

O Senador Eduardo Braga, relator, acaba de solicitar o adiamento da matéria para a próxima reunião, tendo em vista que ele está discutindo o Código Florestal brasileiro.

Então, está retirado de pauta o Item 1, por solicitação do relator, Senador Eduardo Braga.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Há um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O requerimento de V. Exª, de preferência, após a pauta, eu vou colocar em votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –

ITEM 2
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 2011

Acrescenta § 3º ao art. 52 da Lei de Execução Penal, para proibir visitas íntimas aos presos provisórios e condenados submetidos ao regime disciplinar diferenciado por envolvimento com o crime organizado.

Autoria: Senador Pedro Taques.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: No dia 16/11/2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira apresentou a Emenda nº 1 (ainda dependendo de relatório); no dia 16/11/2011, foi concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares, nos termos regimentais; no dia 22/11/2011, a Senadora Marta Suplicy apresentou um voto em separado pela rejeição do projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já concedo a palavra a V. Exª.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira:

Cumprimentando, cordialmente, o Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, reporto-me ao PLS nº 280, de 2011, que foi apreciado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no dia 16 do corrente. Na ocasião, apresentei a Emenda nº 1. Solicito a retirada da emenda.

Aproveito a oportunidade para reiterar estima e consideração.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Portanto, a Emenda nº 1, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, foi retirada.

Existe o voto em separado da Senadora Marta Suplicy, mas antes...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu quero subscrever o voto em separado da Senadora Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Voto em separado com subscrição do Senador Humberto Costa.

Antes quero dar conhecimento a esta Comissão de que acabo de receber o Ofício nº 073, de 2011, do Senado Federal:

Sr. Senador Eunício de Oliveira, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, comunico a V. Exª que foi protocolizado, na Secretaria-Geral da Mesa, requerimento da Senadora Ana Rita, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2011, seja encaminhado ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (cópia em anexo).

Nesses termos, solicito a V. Exª a remessa do referido projeto, que tramita nessa Comissão, à Secretaria-Geral da Mesa para que se possa dar seguimento à tramitação do mencionado requerimento, uma vez que a sua leitura somente poderá ocorrer com o processado sobre a Mesa do Senado Federal, nos termos do art. 266 do Regimento Interno, que estabelece in verbis: "O processo da proposição ficará sobre a mesa durante sua tramitação em plenário."

Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal.

Portanto, Senador Demóstenes, como este projeto é terminativo e essa solicitação só chegou depois da sua inclusão em pauta, eu peço desculpas a V. Exª, mas, para atender a solicitação do Presidente do Senado Federal, vou encaminhar o processo, que obviamente voltará a esta Comissão após passar pela Comissão de Direitos Humanos, e V. Exª terá, então, a relatoria assegurada neste projeto.

Item nº 3 da pauta. Também é terminativo, necessitando, portanto, de quórum qualificado desta Comissão.

ITEM 3
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2009

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para definir procedimentos a serem adotados na apuração de responsabilidades e estabelecer sanções a serem aplicadas aos agentes públicos responsáveis pelo descumprimento injustificado de obrigações assumidas no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senador Augusto Botelho

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela aprovação do projeto e rejeição das emendas.

Observações: Votação nominal.

– A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel, antes solicitando aos Srs. Senadores o comparecimento nesta Comissão, porque vamos entrar em processo de matéria terminativa, com votação nominal. Tem a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, vou pedir retirada de pauta do PLS nº 190, tendo em vista que, nesta Comissão, também tramita o PLS nº 174, de 2001, que é de autoria do meu Líder, Senador Humberto Costa, e que trata do mesmo tempo. Faço isso, porque vou encaminhar à Mesa da Casa um pedido de apensamento do PLS nº 174 ao PLS nº 190, já que os dois tratam do mesmo tema, do mesmo assunto, para fins de economia processual e para evitar pareceres diferenciados.

Portanto, Sr. Presidente, nos termos regimentais, estou pedindo a retirada de pauta dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Isso é regimental. Portanto, fica retirado de pauta o Item 3.

Vamos ao próximo item da pauta, que trata do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 98, de 2011.

ITEM 4
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2011

Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.
Relatório: favorável ao Projeto.
Observações: *A matéria será apreciada ainda pelas Comissões de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

No dia 22/11/2011, foi realizada audiência pública para instruir a matéria. Em 23/11/2011, foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, dependendo ainda de relatório.

Concederíamos a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, mas houve uma solicitação do Senador Randolfe Rodrigues, inclusive na audiência de ontem, para que esse Projeto fosse retirado de pauta.

Antes, eu queria registrar a presença aqui do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), do Conen, do Sipom, da Rede Sou de Atitude, da União Nacional dos Estudantes (UNE), da Rede de Jovens do Nordeste, do Instituto Pólis, da UBM, da Fonajuves, da Escola de Gente, da Pastoral da Juventude, da CMP, da UGT, da JSB e da JPT. Agradeço aos senhores a presença.

Lamento que não abriremos essa discussão, tendo em vista que ainda há pontos polêmicos. O Senador Randolfe Rodrigues solicita à Mesa o adiamento da discussão da matéria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de passar ao próximo item, concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Como bem disse V. Exª, o Senador Randolfe pede que a matéria seja pautada para o dia 07 de dezembro. Se V. Exª concordar, não vejo problema algum – tenho um voto em separado – em fazer esse debate no dia 07.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – De acordo com o que foi acertado ontem com o Senador Randolfe Rodrigues – e fica aqui também o registro de V. Exª, Senador Demóstenes –, a matéria voltará a esta Comissão no dia 07 de dezembro.

Passamos ao próximo item da pauta.

ITEM 5
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, DE 2010

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, estabelecendo regra única para a progressão de regime nos crimes hediondos, independentemente da condição de primário, estendendo-a aos crimes previstos no art. 240 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Autoria: CPI – Pedofilia – 2008 (SF).
Relatoria: Senador Eduardo Braga.
Relatório: Favorável ao Projeto.

Tendo em vista que o Senador Eduardo Braga não pediu a retirada de pauta desse Projeto, solicito ao Senador Demóstenes Torres que faça a leitura do relatório como Relator *ad hoc*, nesta reunião.

Se concordar, concederei a palavra a V. Exª. V. Exª concorda?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, essa é uma proposta oriunda da CPI da Pedofilia. Trata da modificação da progressão da pena para crimes hediondos e mais dois outros crimes – eu acho –, dos arts.

240 e 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata da produção e venda de material pornográfico envolvendo criança e adolescente.

Qual é a proposta que vem de lá?

Vamos lembrar o seguinte: a lei que regulamentou os crimes hediondos previa que não haveria progressão de forma alguma para crimes hediondos. Haveria o quê? Haveria um livramento condicional quando chegasse a dois terços da pena. O Supremo Tribunal Federal, na nova composição, disse o seguinte: "É impossível que não haja progressão. Ainda que o crime seja hediondo, tem que ter progressão". Então, o Congresso tem que fixar uma progressão.

Naquela ocasião, houve propostas. Por exemplo, o Senador Romeu Tuma propunha que a progressão devesse se dar com quatro quintos da pena. O saudoso Senador Romeu Tuma. Eu defendia que a progressão deveria ser com dois terços da pena. Muito bem. Houve uma pressão grande, e os parlamentares aprovaram algo que era totalmente fora de contexto, ou seja, uma progressão de dois quintos para primários e de três quintos para reincidentes, o que, aparentemente, parecia correto – primário e tal –, mas não é correto na progressão. Não é isso. A diferenciação entre primário e reincidente se dá quando o juiz vai fixar a pena. Por exemplo, para crime hediondo, a pena é de seis a vinte anos. Se o juiz encontrou a pena base de dez anos, ele reduz um pouco a pena, se a pessoa for primária, e aplica nove. Se for reincidente, em vez de dez, aplica onze. Isso está evidente no Código Penal. Por exemplo: fixação da pena; da aplicação da pena. O juiz, atendendo a culpabilidade aos antecedentes, à conduta, e tal e tal, fixará a pena. E vai lá. São circunstâncias que sempre agravam a pena (Inciso I, reincidência). Então, criou um modelo único, em que, no crime hediondo, o primário tem o benefício da progressão. Vejam só! E no caso do crime comum, ele não tem esse benefício por ser primário.

Então, o que está propondo aqui a CPI da Pedofilia? Primeiro, que se elimine essa excrescência de dar uma progressão especial para aquele que é primário, nos casos de crime hediondo. Quem estuprou, quem matou por pistolagem, quem matou para roubar, são os crimes realmente graves. Três quintos da pena. Enquanto que o juiz vai definir a pena a ser cumprida quando da fixação dela. Se for primário, tem uma pena menor; se for reincidente, tem uma pena maior.

O parecer do Senador Eduardo Braga é favorável, e concordo com ele, para que, no caso de crimes hediondos, a progressão seja de três quintos, lembrando que há vários projetos nesta Casa fixando em dois terços, em quatro quintos e outros parâmetros, porque todos acham que o cumprimento da pena para crime hediondo é muito baixo no Brasil.

Então, lembrando: é para progressão. Que tornem, portanto, o crime hediondo, que deveria ter uma agravação maior, igual aos demais. Ou seja, não há progressão especial para quem é primário. Concordo com o Senador Eduardo Braga.

E aqui também vale lembrar que, nos casos dos art.s 240 e 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que envolvem, como eu já disse, crimes de produção ou venda de material pornográfico, embora não sejam crimes hediondos, passarão a ter o mesmo tratamento, ou seja, caso aprovado, progressão com três quintos da pena.

É o parecer do Senador Eduardo Braga, com que concordo integralmente, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, sem querer entrar no mérito no momento, peço vistas do projeto. Agradeço a V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu também peço.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Humberto Costa, tem a palavra V. Exª.

V. Exª pede vista?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu também pedi. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedida vista coletiva, pedida pelos Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares.

Esta retirada de pauta a matéria.

Senador Demóstenes, V. Exª vai continuar como relator dessa matéria, se V. Exª assim entender.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO. *Fora do microfone*.) – Com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o maior prazer.

Próximo item da pauta, item 7, pedido de retirada pelo relator da matéria. Pedido regimental, está retirado.

Há um requerimento sobre a mesa do Senador Ricardo Ferraço.

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e de acordo com o art. 93 do RISF, realização de audiência pública para instruir elaboração do parecer da CCJ do projeto de resolução nº 72, de 2010. Em

razão desse motivo, para debater os termos da proposição, é indicada a participação das seguintes autoridades:

Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás

Raimundo Colombo, Governador do Estado de Santa Catarina

Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo

Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda

Robson de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria

Sr. Fernando Blumenschein, economista e coordenador dos projetos da Fundação Getúlio Vargas

Sr. Luiz Paulo Rosemberg, economista da Rosemberg e Associados.

Terão prerrogativa constitucional que ainda possuem de regimental ICMS, com igual tributo a operações.

Sala de Sessões

Senador Ricardo Ferraço.

Lembro ao Senador Ricardo Ferraço que, pelo art. 120, o relator tem prazo para apresentar o relatório.

Vou submeter o requerimento de V. Exª à Comissão de Constituição e Justiça, de audiência pública, sobre a matéria.

Após a audiência pública, há necessidade do relatório para se pautar a presente matéria, conforme entendimento feito entre o Senador Ricardo Ferraço e esta presidência.

Portanto, em votação o requerimento do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Presidente, apenas para...acho que seria importante temos aqui uma representação do Governo, especialmente do Ministério da Fazenda.

Está convidado?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está aqui o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

Só lembrando a V. Exª que o requerimento está em votação.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu gostaria de pedir ao ilustre Senador Ricardo Ferraço que pudesse considerar duas sugestões. Como esse assunto diz respeito muito ao impacto que a situação atual produz, sobretudo no ambiente da indústria – embora sabendo que o Presidente da CNI está arrolado também –, gostaria de incluir duas representações setoriais importantes: o representante da Associação Brasileira da Indústria Têxtil, Sr. Agnaldo Diniz; e o Presidente do Instituto de Aço Brasil, que representa o setor siderúrgico. Sr. Marco Pólo.

Era a sugestão que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A sugestão de V. Exª é acatada pela Mesa e eu submeto em bloco a proposta de V. Exª ao Plenário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço, pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu acolho, obviamente, a contribuição do Senador Armando Monteiro, porque são duas autoridades que representam importantíssimos arranjos econômicos da indústria nacional e, seguramente, vão contribuir e muito para esse debate, que de novo, Senador Aécio Neves, trata de um tema muito rico, que é o nosso tão desejado pacto federativo.

Eu não tenho, Sr. Presidente, nenhuma dificuldade em relatar essa matéria no prazo, apenas quero deixar claro que precisaremos ter a mesma rigidez e a mesma disciplina com todos os projetos que são debatidos nesta Comissão.

Sou cristão novo aqui, no Senado. Estou aqui há pouco mais de dez meses, mas tenho observado que, via de regra, os projetos não são relatados e aprovados com 30 dias. Em todo caso, vou acatar a orientação de S. Exª, na condição...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vou concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço, a Mesa pegou a palavra de volta, Senador, para não deixar para esta Comissão, nem para o público brasileiro que nos assiste qualquer sombra de dúvida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas eu ia concluir!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª veio aqui, sentou-se ao meu lado, solicitou essa relatoria nessa condição. E foi nessa condição...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª está pedindo isonomia para os demais projetos. Estou alertando V. Exª – fui apenas buscar o Regimento para não fazer nenhum tipo de discussão, nem de provocação a V. Exª – sobre o en-

tendimento e o acordo que fizemos aqui. Entendimento e acordo com esta Presidência, até o dia em que eu estiver sentado aqui, serão honrados e cumpridos da maneira como estiverem sido estipulados. Portanto, não há isonomia em relação aos outros projetos. Há um acordo em relação a esse projeto, já que V. Exª me faz publicizar isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Estou muito honrado pelo fato de V. Exª me ter designado para relatar essa matéria, mas como V. Exª fez menção ao Regimento da Casa e não a um acordo que fizemos, e é verdade, e estarei cumprindo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para não cobrar um acordo de V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Claro, e eu o estarei cumprindo no prazo, mas considero que, pela complexidade da matéria, nós precisamos ouvir as autoridades que estão solicitando e as autoridades que o eminente Senador Armando Monteiro está também recomendando e sugerindo, que acho que vai contribuir muito para o debate. Apenas fiz menção a isso porque foi V. Exª, na condição de nosso Presidente, que fez menção ao Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu quis ser gentil com V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Então, independentemente do acordo, em relação às matérias posteriores, nós vamos também criar uma jurisprudência para que o art. 120 possa ser cumprido não apenas nessa matéria, mas em todas as matérias que são submetidas à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço, eu não vou me comprometer com V. Exª publicamente em relação a isso. Cabe à Presidência zelar pelo Regimento. Não vou fazer debate sobre isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Exª não precisa se comprometer, mas posso, na condição de Senador, no exercício do meu mandato, requerer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Claro!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, ainda sobre o tema, para que fique claro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Quero registrar que essa matéria é de prioridade para o Governo. Estamos vivendo um momento extremamente grave na economia mundial, estamos vivendo um momento de dificuldade na economia brasileira, a indústria brasileira passa por um processo de alerta. Portanto, nós temos que ter todo o cuidado possível. Sem dúvida nenhuma, o incentivo à importação hoje, no País, é um problema a ser enfrentado com urgência.

Então, quero dizer que vou ajudar a provar o requerimento, mas é intenção do Governo votar essa matéria ainda nesta legislatura.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu sou contra. Vou dizer que meu Estado...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu gostaria de registrar que, independentemente de o Regimento da Comissão tratar dessa questão, há o Regimento da Casa que, em tese, até o final do ano, pode ser puxado para o plenário.

Então, quero apenas fazer esse registro e pedir urgência nas tratativas e pedir urgência nas audiências públicas exatamente porque esse é um assunto extremamente grave, extremamente urgente no calendário do Governo no que diz respeito à economia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu só quero ver qual Senador que vai dar um tiro na cabeça do Plenário!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Romero Jucá está com a palavra, Senador Demóstenes. Já dou a palavra a V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente. Essa matéria é uma maluquice! Faz a reforma tributária!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em seguida dou a palavra a V. Exª, Senador Demóstenes. Senador Demóstenes, com todo respeito a V. Exª, o Senador Romero está com a palavra.

Concluiu, Senador?

Senador Demóstenes, V. Exª quer fazer uso da palavra?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não. Só para dizer que vamos discordar. Isso aí é discordância. Quero ver qual Senador nordestino ou do Centro-Oeste, do Norte do Brasil que vai concordar com isso. Qual deles!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Será submetido...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Por que o Governo não faz a reforma tributária? Faça a reforma tributária! Fazer para prejudicar os Estados brasileiros, para beneficiar São Paulo e outros Estados? Negativo! Não vai acontecer, não. Tem que acabar mesmo, mas acabar dentro de uma

reforma tributária. Que coisa é essa? Porque há um problema mundial, vai-se prejudicar o Estado de Goiás, de Pernambuco, da Paraíba, do Ceará? Negativo! Não vamos aceitar isso, não. Nós aceitamos discutir a reforma tributária. Aí, sim, vamos matar a guerra fiscal, vamos estabelecer um prazo de transição. Isso é correto. Nós aceitamos isso. Mas vem o Governo querendo votar até o fim do ano, matando todas as economias, sem planejamento? Esse não é um Governo que diz que tem planejamento? Mas, agora, de uma hora para outra, quer acabar com a situação existente no Brasil!

Vamos brigar por isso. Penso que o Senador Ferraço tem razão. Vamos brigar com o Governo, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É legítimo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não é guerra de governo e oposição, não!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É claro que não!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Quero ver Senadores, de seus Estados, dizerem: "Você vai acabar com seu programa de incentivo no Rio Grande do Norte, no Ceará". Quero ver quem vai assumir isso aqui!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, o requerimento está aprovado. Vou marcar audiência pública, para ouvirmos, inclusive, o Governador do seu Estado. Se necessário, se for solicitado pelo Governador do meu Estado, também vou solicitar a inclusão do nome dele. O debate é legítimo. É mais do que correto que ele aconteça.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, sem querer polemizar, mas em atenção à intervenção do ilustre Senador Demóstenes, eu gostaria de dizer que, na condição de Senador nordestino, com a isenção de quem é de um Estado que confere incentivos à importação, sou radicalmente contra o incentivo à importação. Acho que o tempo político, meu caro Senador Demóstenes, tem de se subordinar ao tempo econômico, ou seja, o mundo não vai esperar que o Brasil resolva fazer uma reforma tributária, porque, aí sim, haverá uma situação de terra arrasada.

Sabe V. Exª qual é o déficit comercial na área de manufaturados neste ano no Brasil? É de US$90 bilhões! Sabe V. Exª qual era esse déficit em 2006? Era de US$6 bilhões. Então, há um crescimento exponencial da importação. Portanto, conferir incentivos à importação é algo que fere inteiramente a lógica econômica e a racionalidade.

Independentemente da disputa entre governo e oposição, quero dizer o seguinte: ou há um sentido de urgência, ou o Congresso Nacional entende que há questões que nos desafiam num curtíssimo prazo, ou, então, os prejuízos que poderão advir dessa inação poderão representar gravíssimos prejuízos à indústria nacional e ao País.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Quero dizer que concordo com a argumentação de V. Exª. Só não concordo com a maneira como o Governo quer fazer, encerrando isso até o fim do ano. Como eu já disse na primeira fala, eu concordo com isso e acho que isso deve ser feito dentro de uma reforma tributária, sim. Dizem que é uma questão mundial. Não é nada disso, não! Se a indústria brasileira está prejudicada, criam-se os incentivos necessários. Mas só se criam os incentivos para determinados setores que o Governo beneficia tradicionalmente.

Então, não há discrepância de argumentação. Há discrepância, sim, em relação ao método que o Governo quer utilizar, que é o de, até o final do mês de dezembro, acabar com esses programas de incentivo, derrubando a grande maioria dos Estados. Isso é inadmissível!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Ricardo Ferraço tem a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas como proposta...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, o Senador Ricardo Ferraço pediu a palavra pela ordem.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O tema é, de fato, desafiador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estou vendo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Tenho todo o respeito e admiração pelo Senador Armando Monteiro. Não penso de forma diferente do Senador. Mas este é o problema: não podemos confundir guerra fiscal com competição fiscal lícita. Não há República federativa que possa ser mais bem referenciada do que os Estados Unidos da América. Pratica-se competição fiscal nos Estados Unidos e na União Europeia. Portanto, a competição fiscal lícita é adequada e legítima.

É verdade que nosso País está aumentando as importações além do que deve, e isso não é bom para o País. Quanto a isso, não há discordância. Há discordância se dá em relação à origem, à política cambial, que está estimulando a importação. É o crescimento econômico que está justificando as importações, porque, aproximadamente, 90% daquilo que o País está importando são bens intermediários, são insumos industriais, como combustível e gasolina – somos autossuficientes em petróleo e estamos importando combustível –, são máquinas e equipamentos.

Esse é um debate que estamos propondo fazer. Por isso, estamos solicitando essa audiência, para que esse debate se dê aqui, nesta Comissão, e para que possamos estabelecer o saudável contraditório, que é absolutamente democrático e legítimo. Mas, quanto ao método, votar uma matéria como essa de origem federativa que mexe nos Estados brasileiros. Está certo? Por que não fazer de uma vez, então, Senador Armando Monteiro, a reforma que deseja o Governo, ou melhor, que é necessária, a tributária? Por que não fazer a reforma no ICMS, de uma vez, de origem para o destino? Por que fazer fatiada, sem que se possa considerar a complexidade e o impacto disso em nossos Estados?

Esse é o debate que esta Comissão tem de enfrentar. Por isso mesmo, apresentei esse requerimento, para que possamos fazer este debate aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu que fiz, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu sugiro...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu estou com a palavra, Senador Demóstenes. Desculpe-me.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só para incluir o nome do Governador do Estado de V. Exª concordando.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou consultar o Governador se há interesse dele em participar. Seria grosseiro da minha parte convocar o Governador a esta Comissão sem antes ouvi-lo.

Então, Senador Ricardo Ferraço, baseado nisso, no debate livre nesta Comissão, na discussão generosa dos Srs. Senadores, dando cada um a sua contribuição, é que, mesmo tendo aqui uma regra de que só aprovaríamos requerimento após a leitura na sessão seguinte, submeti aos Srs. Senadores a aprovação do requerimento de V. Exª, da audiência pública. E marcaremos este debate para a primeira oportunidade possível, pois vejo este debate como extremamente interessante para a questão, quem sabe, de puxar a reforma tributária tão esperada; o ICMS no local do consumo, tão desejado pelos nordestinos, e por aí afora.

Portanto, quero dizer a V. Exª que coloquei a questão apenas para não ser grosseiro com V. Exª e não cobrar um entendimento de público. Usei o Regimento. Então, se V. Exª se sentiu ofendido dessa maneira, eu lhe peço desculpas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, não! O que desejo é que apenas o Regimento seja para mim e para o conjunto dos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Peço desculpas, mas cabe a todos nós, Senadores, zelar pelo Regimento, e especialmente quem preside a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

Antes de terminar esta reunião...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Está aprovada?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está aprovado. Quando foi submetido aos Srs. Senadores, já estava aprovado, inclusive com a inclusão dos nomes solicitados pelo Senador Armando Monteiro, obviamente com a condição de inclusão do Governador do Estado do Ceará, se ele desejar vir à Comissão, mas sem a obrigatoriedade de vir aqui, porque fica em suspenso a comunicação e a solicitação a ele.

Antes de encerrar esta reunião, quero convocar reunião extraordinária para as 15 horas, para leitura aqui na Comissão da PEC nº 114, que trata da desvinculação dos recursos da União.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Leitura do relatório?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Leitura do relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Quem é o relator, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O relator é o Senador Renan Calheiros.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ok. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião, voltando às 15h, com reunião extraordinária.

(Iniciada às 10 horas e 55 minutos, levanta-se a reunião às 11 horas e 53 minutos.)

ATA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 15:00 HORAS E 24 DE NOVEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quinze horas e vinte minutos, do dia vinte e três de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Renan Calheiros, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Álvaro Dias, Demóstenes Torres, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Lindbergh Farias, Humberto Costa, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti e Clésio Andrade e das Senadoras Marta Suplicy, Ana Rita e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM ÚNICO** Não Terminativo **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 114, DE 2011** Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Autoria**: Presidente da República. **Relatoria**: Senador Renan Calheiros. **Relatório**: Favorável à Proposta. ***A Presidência suspende a reunião às quinze horas e trinta e nove minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e onze e reabre dia vinte e quatro de novembro de dois mil e onze, às dez horas e sete minutos.*** **Resultado:**Em 24/11/2011, foi concedida vista coletiva por duas horas, nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às dez horas e quarenta e três minutos, do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e onze; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 61ª reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada, a ata da reunião anterior será publicada no *Diário do Senado Federal. (*Pausa*.)*

Pauta única da CCJ.

ITEM ÚNICO
– Não Terminativo -
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 114, DE 2011

Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Autoria: Presidente da República

A Relatoria é do Senador Renan Calheiros, a quem concedo a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Questão de ordem, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Estava pautada para hoje de manhã a leitura, por parte do Relator, Líder do Governo, Senador Romero Jucá, do voto relativo à indicação da futura Ministra, indicada pela Presidente, para o Supremo Tribunal Federal.

Não sei, não pude estar presente, mas isso não aconteceu. Acho que nada impede de fazermos essa leitura aqui. Trata-se de uma matéria tranquila, de uma matéria serena. A leitura é feita hoje; segundo a tradição, a vista é coletiva, e poderemos votar na próxima quarta-feira.

Se não votamos hoje, deixarmos para a próxima semana, na próxima semana já estaremos em dezembro. O que pode parecer e o que pode significar é que nós inviabilizaremos – nós, o Senado – a indicação da Ministra, para que ela possa assumir ainda este ano e a votação do processo da Ficha Limpa possa ocorrer ainda este ano.

Acho que, mesmo fazendo a leitura agora – mesmo fazendo a leitura agora –, até quarta-feira não sei se dará para votar nesta Comissão, ainda mais em plenário. Mas, pelo menos, não estaremos travando, de maneira definitiva, e impedindo, com a não eleição da Ministra, a votação do projeto da Ficha Limpa.

Falei com vários parlamentares e todos são favoráveis a que se faça a leitura agora. Falei com V. Exª, que me respondeu que por parte de V. Exª não há problema. Falei com o Líder do PMDB, o Senador Renan, e ele disse que absolutamente não há problema. Falei com o Líder do Democratas, Senador Demóstenes, e ele me disse que absolutamente não há problema. Falei com o Líder do Governo, o ilustre Relator, e ele disse que falaria com V. Exª para haver o entendimento. Por isso, peço que, antes de se votar essa matéria, se faça a leitura, tão simplesmente a leitura – já tem o parecer, que está aqui –, que se faça a leitura ou até que seja dado como lido por parte do Relator.

Peço isso a V. Exª nesta questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, em respeito e em deferência a V. Exª, nem pedi o artigo do Regimento em que V. Exª baseia a questão de ordem. Só quero deixar claro que a presidência não tem outra função a não ser cumprir o que determina o Regimento desta Casa.

Na reunião ordinária do dia de hoje pela manhã, existiam vários itens, sete itens na pauta. Nem todos foram votados, porque é regimental, Senador Pedro Simon, que o autor ou o relator possa pedir a retirada de pauta de qualquer matéria que ele esteja relatando ou de que seja autor. Então, houve um pedido não apenas dessa matéria, mas de outras matérias, por relatores. Por exemplo, no primeiro item da pauta, o Senador Eduardo Braga pediu retirada de pauta da matéria...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Desta?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, do item 1.

Quanto ao item 3, o Senador Randolfe Rodrigues me telefonou pedindo a retirada de pauta de uma matéria importante também, que é o Estatuto da Juventude.

Portanto, esta reunião extraordinária tem um item único, e foi convocada com item único. Então, não posso fazer, de ofício, a inclusão de pauta nem fazer a leitura dessa matéria nesta reunião...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – De ofício, não; mas, na questão de ordem que estou pedindo, é porque o Plenário concorda com essa leitura.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas, em relação à questão de ordem de V. Exª, eu não tenho o item na pauta. A pauta é de uma reunião extraordinária. Compreendo a preocupação de V. Exª, por isso eu também havia pautado a matéria, mas o Relator da matéria... Nós não temos, na Comissão, a condição de destituir um relator. Não temos condição de destituir um relator! Ele está dentro do prazo. Ele pediu o adiamento para a próxima reunião ordinária. Na próxima reunião ordinária, ele vai trazer a matéria e a matéria será lida.

Agora, nós vamos, Senador Pedro Simon, com todo respeito a V. Exª, ao item único da pauta, que é a leitura da PEC nº 114.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas eu levantei a questão de ordem, Sr. Presidente, se o Relator não concorda em fazer a leitura. O Relator está com a palavra, ele que pediu para não ler – eu faço um apelo a S. Exª nesse sentido –, que disse a mim, pessoalmente, que é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, na quarta-feira, eu lerei, na próxima semana.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Então, fica claro que vocês estão boicotando, que não querem que a Ministra seja escolhida, porque não querem que o Ficha Limpa seja votado até quarta.

Eu me retiro desta Comissão em sinal de protesto!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, o senhor deve respeitar seus companheiros, assim como o senhor está sendo respeitado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu não participo, eu não compartilho do conluio que está sendo feito!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª tem um Regimento, V. Exª tem que respeitar o Regimento desta Casa.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O Líder do Governo diz que o Governo não está nessa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª não está acima do Regimento desta Casa, Senador Pedro Simon!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O Líder do Governo diz que não está nessa. O Líder do PMDB diz que não está nessa. Quero saber em nome de quem o Sr. Jucá está fazendo para fazer esse boicote que vai desmoralizar o Senado!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu não posso...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Vai desmoralizar o Senado! Vão dizer que o Senado não quis que a Ministra fosse escolhida para não votar o Ficha Limpa agora! É o que vai acontecer!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. *Fora do microfone*.) – Eles que votem o Ficha Limpa...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Assumam a responsabilidade! O Sr. Jucá está assumindo! É ele! Pois que ele fique com a responsabilidade!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, nós queremos votar a Ministra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Ele que fique com a responsabilidade! Deixar para quarta-feira, 30 de novembro, ou 1º de dezembro é dizer "não vai ter mais a posse da Ministra, não se vai mais votar o Ficha Limpa neste momento". É o que S. Exª o Sr. Jucá está falando. E, diga-se de passagem, está falando em nome dele, porque o Governo não pensa assim; está falando em nome dele, porque o Senador Renan não pensa assim.

Eu não participo desse conluio. Eu me retiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, eu peço a V. Exª um pouco de calma para que o Regimento seja cumprido. Eu não tenho como fazer diferente, eu não posso destituir um relator de uma matéria. V. Exª tem várias matérias distribuídas, que eu distribuí para V. Exª, V. Exª deve ter recebido.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Algumas secundárias, que não têm significado, não é, Sr. Presidente? É claro!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª pode achar que são secundárias, mas todas as matérias desta Comissão são importantes. E encaminhei a V. Exª. V. Exª não pode ser destituído como Relator.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. *Fora do microfone*.) – A informação que eu tinha era que a oposição era contrária à leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou passar a palavra ao Senador Renan Calheiros.

V. Exª tem a palavra para a leitura do relatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – A oposição não tem nada com isso. Isso é posição do Governo.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O Senador Jucá me disse que tinha a ideia de que a oposição iria boicotar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Foi o que o Senador Jucá me disse.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Problema do Governo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – ...submete-se ao exame desta Comissão a proposta de emenda...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há um orador na tribuna. Não posso dar a palavra pela ordem com um orador na tribuna.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas é pela ordem. Antecede, inclusive, o relatório que vai ser lido pelo Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quando o Senador Renan Calheiros terminar a leitura do relatório, darei a palavra a V. Exªs;

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Presidente, a questão de ordem antecede...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª não pediu questão de ordem antes.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Atropelar, não!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma, Senador Simon. No grito ninguém me leva a lugar nenhum.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Ah! Isso eu sei. Nem no grito, nem de maneira nenhuma levam V. Exª a lugar que não queira ir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No grito, ninguém me leva a lugar nenhum, Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Nem fora do grito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nem fora do grito.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É verdade. Com isso eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nasci num Estado onde as pessoas não têm medo de cara feia nem de grito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, me permita é uma questão de ordem que antecede...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Calheiros está com a palavra. A palavra é dele.

Senador Renan Calheiros, pode falar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas, Presidente, nós temos uma questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É uma questão de ordem do art. 403...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Questão de ordem no meio da leitura de um relatório?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, mas a questão de ordem antecede...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – V. Exª decide a questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Uma questão de ordem que antecede, é exatamente sobre a matéria que o Senador Renan vai ler.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É sobre a matéria. É sobre a DRU.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, calma. É sobre a matéria?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Exatamente. É sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sobre a matéria, tem V. Exª a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – No mesmo sentido, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, Senador Demóstenes Torres.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, a questão de ordem que apresento...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Renan Calheiros, eu vou ouvir a questão de ordem, vou tomar a decisão e dou a palavra a V. Exª.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Perfeito. Não há problema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Muito obrigado, Presidente. Sei do cuidado de V. Exª no cumprimento do Regimento Interno.

É exatamente em relação à matéria que vai ser lida pelo Senador Renan. Faço esta questão de ordem, utilizando o art. 403 do Regimento Interno... Art. 403, da questão de ordem. Mas, na verdade, o que eu quero suscitar aqui a V. Exª é a manifestação de V. Exª, da Mesa da CCJ, em relação à aplicação e obediência aos arts. 250 e 355 na tramitação da Proposta de Emenda Constitucional 114, de 2011, que altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Fundamento esta questão de ordem que estou apresentando a V. Exª porque recebi hoje a convocação, feita por V. Exª, para esta reunião, e claramente se trata de uma convocação extraordinária. Parece-me que, no procedimento e nos prazos em relação a essa proposta de emenda constitucional que estão previstos no Regimento Interno, claramente esses prazos não estão sendo cumpridos. Eu não tive notícia, não tenho conhecimento de nenhum entendimento entre os líderes para supressão do interstício dos prazos para o encaminhamento dessa proposta de emenda constitucional, tendo em vista que também essa proposta de emenda constitucional, salvo melhor juízo, não é de conhecimento público. Foi aprovada ontem, na madrugada, na Câmara dos Deputados, e hoje já está sendo lida aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Diante disso, solicito a V. Exª a interpretação da Mesa da CCJ em relação aos arts. 250 e 355 do Regimento Interno do Senado Federal, que tratam da tramitação de proposta de emenda constitucional.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, como é parecida, eu poderia apresentar minha questão de ordem e V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Exª para uma questão de ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – A questão de ordem, também com fundamento no art. 403, que fala na questão de ordem, e os arts. 355, 249, 250, 412, inciso IV, do Regimento Interno.

O art. 355 diz o seguinte:

> *"**Art. 355**. A proposta será lida no Período do Expediente e publicada no Diário do Senado Federal e em avulsos, para distribuição aos Senadores."*

Então, veja bem: a eficácia dos atos jurídicos do Parlamento está condicionada à publicação, e não é em outro local, não, é no *Diário do Senado Federal* e nos avulsos. Então, estou entendendo, Sr. Presidente, que, como a matéria foi lida às 14 horas, eu quero crer que ela não foi publicada.

O art. 249 diz o seguinte:

> ***"Art. 249.** Toda proposição apresentada ao Senado será publicada no Diário do Senado Federal, na íntegra, acompanhada, quando for o caso, da justificação e da legislação citada."*

Diz o art. 250:

> *"**Art. 250**. Será publicado em avulsos, para distribuição aos Senadores e comissões, o texto de toda proposição apresentada ao Senado."*

E o art. 412 diz o seguinte:

> "Art. 412. A legitimidade na elaboração de norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais, mediante os seguintes princípios básicos:
>
> [...]

IV – nulidade de qualquer decisão que contrarie norma regimental."

Como, aparentemente... Só digo aparentemente porque pode ser que eles tenham conseguido publicar. Desde a leitura, às 14 horas, até agora, pode ser que tenha saído. Se saiu, gostaria que V. Exª apresentasse o *Diário do Senado Federal* já publicado, para que nós déssemos andamento a essa proposição. Caso contrário, eu solicito a V. Exª que indefira o pedido para que haja essa leitura neste momento, uma vez que não foram cumpridos os artigos do Regimento que acabo de mencionar.

Aí, adianto a V. Exª, caso V. Exª indefira a presente questão de ordem, eu terei que ingressar no Supremo Tribunal Federal, conforme precedente da Suprema Corte, de relatoria do Ministro Moreira Alves, no Mandado de Segurança nº 20.257, que diz o seguinte:

> "O Supremo Tribunal Federal admite a legitimidade do parlamentar – e somente do parlamentar [então não é de partido político] – para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinem o processo legislativo."

Nno caso é o princípio da publicidade].

Então, Sr. Presidente, o que questiono a V. Exª é se foi já publicada essa matéria no *Diário do Senado Federal* para que possamos fazer. Caso tenha sido publicada, gostaria que V. Exª nos apresentasse um exemplar desse *Diário do Senado Federal* para que pudéssemos seguir a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe Rodrigues, Senador Demóstenes Torres, V. Exª bem sabe, pois presidiu tão bem esta Comissão, que não é competência da Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania publicar atos do Plenário. Porém, eu não quero suscitar aqui nenhuma dúvida de comportamento ou nenhuma dúvida em questão de Regimento.

Poucos minutos atrás, compreendendo até a preocupação do Senador Pedro Simon, eu disse a S. Exª que, regimentalmente, eu não tinha amparo para tomar a posição que ele me solicitava.

Vou pedir vênia ao Senador Renan Calheiros, a quem tinha dado a palavra para a leitura do relatório, e vou suspender esta reunião até que me chegue às mãos... Embora, repito, fosse perfeitamente possível indeferir a questão de ordem de V. Exª, porque não cabe a esta Comissão fazer a publicação dos atos do Plenário do Senado Federal. Cabe a esta Presidência a publicação dos atos desta Comissão. Porém, para que não suscite dúvidas, atendendo à questão de ordem de V. Exª e à questão de ordem do Senador Randolfe Rodrigues, vou suspender esta reunião até que me chegue a publicação da matéria do Plenário do Senado Federal.

Portanto, está suspensa a presente reunião até que me chegue às mãos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Exª convocará outra no momento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, está suspensa a sessão.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Srs. Senadores, Srs. Senadores, não está encerrada a sessão. A sessão está...

Senador Randolfe, V. Exª que fez a questão de ordem, Senador Demóstenes, V. Exª que fez a questão de ordem, estou suspendendo esta reunião até que me chegue às mãos... Embora, repito, não seja obrigação desta Comissão. Podia indeferir a questão de ordem. Mas, em respeito a V. Exªs no exercício do mandado, vou suspender a reunião até que me chegue às mãos. Chegando às minhas mãos a publicação, convocarei todos os senhores por telefone e por *e-mail* para dar continuidade a esta reunião.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa às 15 horas e 39 minutos.)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

***SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES* CCJ 24/11/2011**
(61ª Extraordinária)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro **reaberta** a 61ª Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de um item único.

ITEM ÚNICO
– Não Terminativo -
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 114, DE 2011

Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Renan Calheiros
Relatório: Favorável à Proposta.

Senador Renan Calheiros, V. Exª tem a palavra para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, submete-se ao exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 114, de 23 de novembro de 2011, originária da PEC nº 61, de 2 de agosto de 2011, de iniciativa da Presidente da República.

A proposição objetiva prorrogar mais uma vez a DRU, desta vez até 31 de dezembro de 2015.

O dispositivo desvincula de órgão, fundo ou despesa 20% da arrecadação de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

A DRU, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não reduz a base de cálculo das principais transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios previstas na Constituição Federal.

A cláusula de vigência da proposta consta do art. 2º.

Faço questão de ressaltar que a DRU tornou-se necessária porque o Orçamento da União apresenta elevado volume de despesas obrigatórias, como as relativas a pessoal e a benefícios previdenciários, e também expressiva vinculação das receitas orçamentárias a finalidades específicas.

A prorrogação, Sr. Presidente, da DRU é recorrente depois da implantação do Plano Real.

Lembro que, em 1997, tive a experiência de relatar a proposta que resultou na Emenda Constitucional nº 17, de 1997, que revogou o então Fundo de Estabilização Fiscal até 31 de dezembro de 1999.

A PEC nº 114 atende aos requisitos de constitucionalidade previstos no art. 60 da Constituição Federal. Com efeito, a proposta é de iniciativa da Presidente da República e não incide nas limitações materiais que constam do seu §4°, ou seja, não tende a abolir as chamadas cláusulas pétreas.

A nova redação proposta ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, além de prorrogar o prazo da DRU, atualiza sua redação. Em especial, prevê explicitamente o fim da desvinculação dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

A proposição também atende aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, em especial, da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das normas jurídicas.

Do mérito, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

A proposição em tela seria a terceira prorrogação da DRU, que está em vigência desde 2000. É sabido, e já disse aqui, que a cada prorrogação desse instrumento renovam-se as críticas dos que se posicionam contra a desvinculação. Não obstante, mostraremos, no relatório, que a DRU não prejudica os gastos sociais e, ademais, é necessária para preservar a estabilidade econômica, possibilitar o ajuste fiscal e conferir maior flexibilidade ao Orçamento da União.

O orçamento da seguridade social é composto de: previdência social, assistência social e saúde. As ações do orçamento da seguridade estão protegidas por outros dispositivos constitucionais e legais que garantem seu aporte de recursos.

No caso da previdência social, a receita da contribuição social de empregados e empregadores é usualmente apartada do cálculo da DRU.

Embora o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que trata da DRU não explicite que tal contribuição seja uma exceção, os órgãos de orçamento têm por prática retirá-la dos cálculos, recorrendo ao art. 167 da Constituição Federal.

No caso da assistência social, o orçamento obedece à Lei nº 8.742/93, que garante os Benefícios de Prestação Continuada ao idoso e ao deficiente no valor de um salário mínimo. No Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012, esses valores alcançaram o total de 13,2 bilhões para o idoso e 16,2 bilhões para o deficiente, além do programa Bolsa Família, que é regulamentado pela Lei nº 10.836 e que garante o valor médio de R$ 119,00 por família.

No caso da saúde, o orçamento segue o art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, que determina que os gastos com saúde devam seguir a variação do Produto Interno Bruto. Essa regra transitória está em vigor até que seja publicada a lei complementar prevista no art. 198 da Constituição Federal, que trata também da saúde.

Considerando o orçamento da seguridade social, a maior parte dos recursos desvinculados de contribuições sociais acaba redirecionada para esse orçamento. Portanto, com o crescimento das despesas da seguridade, atualmente o Tesouro Nacional realiza aportes significativos, de forma que não se pode afirmar que a DRU implique perdas para a seguridade social.

Cabe informar que, dos 46,6 bilhões desvinculados das contribuições sociais em 2010, em sua maior parte receitas do orçamento da seguridade social, 37,6 bilhões retornam como recursos livres de alocação (fonte 100) usados no pagamento de despesas desse orçamento, ou seja, a área da seguridade social cedeu recursos líquidos de apenas 9 bilhões, que poderiam expandir suas despesas, valor bem inferior aos recursos desvinculados. Na proposta orçamentária para 2012, a totalidade dos recursos desvinculados retorna ao orçamento da seguridade social.

Em relação à educação, a DRU desobrigava a União de destinar à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 20% dos 18% da receita de impostos vinculados a essa despesa pelo art. 212 da Constituição Federal. No entanto, a Emenda Constitucional nº 59, de 2009, determinou a redução progressiva do percentual da DRU incidente sobre esses recursos. Assim, para efeito do cálculo dos recursos para a educação, o percentual de desvinculação passou para 12,5% em 2009, 5% em 2010 e nulo no exercício de 2011 – nós apresentamos aqui uma tabela que explicita claramente esses números.

Considerando o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012, ele traz como fonte condicionada à DRU o valor de 62,4 bilhões, embora o total da DRU seja de 100,4 bilhões. Isso ocorre, Sr. Presidente, Srs. Senadores, porque a proposta orçamentária considerou que a parcela da DRU retirada dos impostos já seria fonte livre. O cálculo está na tabela que nós publicamos a seguir, enviado pelo Poder Executivo com as respectivas informações complementares.

Note-se, portanto, que a DRU gera recursos para órgãos não contemplados com recursos vinculados. No orçamento de 2012, por exemplo, 15 bilhões foram destinados a encargos financeiros da União; 7,5 bilhões para o Judiciário e Ministério Público; e 6,1 bilhões para o Ministério da Defesa.

Na proposta orçamentária para 2012, os Ministérios da Integração Nacional, Transportes, Meio Ambiente, Esporte e Cidades, que não tenham sido contemplados com montantes expressivos de recursos, são indiretamente favorecidos, pois a maior parte de seu orçamento é financiada com recursos livres (recursos não vinculados).

Portanto, Sr. Presidente, a não aprovação da DRU complicaria a aprovação e, mais, a execução do Orçamento Geral da União para 2012. Haveria insuficiência parcial de recursos livres para a geração do superávit primário e também para atender às despesas discricionárias do orçamento fiscal.

A não aprovação da proposta poderia comprometer a qualidade do gasto público e a obtenção da meta de superávit primário. A execução das despesas discricionárias do orçamento fiscal e do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, fixadas, para 2012, em R$81,4 bilhões e R$37,9 bilhões, respectivamente, também poderia ser prejudicada.

A proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados nos mesmos termos em que foi encaminhada pelo Poder Executivo. Isso mostra que, após exaustivos e aprofundados debates, chegou-se a um consenso sobre a necessidade de prorrogar o mecanismo da DRU.

No Senado Federal, proposta de idêntico teor foi aprovada na CCJ – nesta Comissão –, em que pese o Voto em Separado do Senador Randolfe Rodrigues. Em sua análise, é alegado que o relatório aprovado seria contraditório ao dizer que a DRU não prejudica a Seguridade Social. O que é mostrado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que, em 2010, a maior parte dos recursos desvinculados da Seguridade Social retornou a esse orçamento na forma de aportes do Tesouro Nacional.

Já para 2012, conforme demonstra o relatório do Deputado Odair Cunha, essa tendência se consolida. O relatório diz:

A proposta orçamentária de 2012 prevê que serão desvinculados R$53 bilhões do orçamento da Seguridade Social, mas este remanejamento de recursos, via DRU, é compensado com a transferência de R$66 bilhões do orçamento fiscal (recursos de livre aplicação) para o da Seguridade Social.

Portanto, o relatório aprovado pela Câmara dos Deputados corrobora a posição técnica do relatório aprovado nesta CCJ do Senado Federal, a partir dos dados da proposta orçamentária para 2012.

Ademais, Sr. Presidente, cabe reiterar que a não prorrogação da DRU seria um complicador para a administração orçamentária e financeira da União, ao reduzir os graus de liberdade na alocação dos recursos, o que tornaria a execução do orçamento bem mais rígida. Portanto a DRU permitiria maior flexibilidade na condução da política econômica e financeira nesse contexto de incerteza.

Estou convicto de que se trata de instrumento importante para termos maior tranquilidade no esforço de equilíbrio fiscal e na execução de programas prioritários de governo, condição indispensável para avançarmos no crescimento econômico sustentado e na eliminação da pobreza extrema.

Pelo exposto, Sr. Presidente, somos pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da PEC nº 114, de 2011.

É o parecer.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Renan Calheiros.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir.

Senador Alvaro Dias, conforme eu havia combinado na tarde de ontem, quando abri a reunião, atendendo a uma solicitação do Senador Demóstenes Torres e do Senador Randolfe Rodrigues, eu só permitiria a leitura do relatório após a publicação no *Diário Oficial*

do Congresso Nacional. A matéria está aqui publicada e por isso eu retomei esta reunião.

Vou dar a palavra a V. Exª em seguida, mas, primeiro, quero explicar que esta matéria já foi objeto de apreciação nesta Comissão. Foi dado parecer à PEC nº 87, de autoria do Senador Romero Jucá, que tem inclusive o mesmo teor da matéria que chega como PEC nº 114, depois de passar pela Câmara dos Deputados. Então, como a matéria já é amplamente conhecida, a matéria já foi amplamente debatida e esta Comissão... *(Pausa.)*

Senador Benedito de Lira, esta matéria já foi amplamente debatida nesta comissão e, como tem o mesmo teor da matéria, vou dar a palavra a V. Exª. Mas vou, em seguida, encerrar esta reunião, e vou dar prazo de vista por duas horas nesta matéria, porque já é uma matéria amplamente debatida e conhecida nesta comissão. Obviamente, ao encerrar, vamos contar o tempo do relógio e voltaremos abrindo uma nova reunião.

Portanto, é necessário que os Srs. Senadores, para que a outra reunião seja aberta, e não reaberta, porque esta é uma continuidade da de ontem, é preciso que a gente tenha um novo quórum, e não mais o quórum que antecedeu a continuidade dessa reunião, tendo em vista que ela teve a sua abertura na tarde de ontem. Houve um questionamento – não foi uma questão de ordem – feito pelos Senadores Demóstenes Torres e Randolfe Rodrigues.

Vou dar vista, de ofício, por duas horas, à PEC nº 114.

Mas V. Exª pediu a palavra e, em respeito a V. Exª e ao seu mandato, vou conceder a palavra a V. Exª. Em seguida, vou encerrar.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Em seguida, Senador, eu gostaria que me fosse dada a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – ...vistas coletivas, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar vistas à matéria. Portanto, não vamos debater a matéria nesta reunião, porque vou encerrar, após ouvir o Senador Alvaro Dias, que tinha pedido a palavra. Eu ouvi e disse que concederia a palavra a ele. Em seguida, vou encerrar esta reunião e vou convocar, duas horas após o encerramento, outra reunião.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Primeiramente, Sr. Presidente, parece-me que V. Exª está inovando. V. Exª concede vista sem que ninguém tenha solicitado vista. Parece-me uma inovação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, é regimental, Senador Alvaro Dias. Ao Presidente cabe ordenar os trabalhos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Presidente, pois eu estou solicitando. Para superar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não tem problema. Senador Alvaro Dias, V. Exª tem a palavra e eu não vou fazer o debate agora. Vou ouvir V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Então, está resolvido o problema. Mas, Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de enfatizar que o Governo, por ausência de cuidado, por um descuido explícito, empurra até o último momento, para depois, apressadamente, tentar iniciativas para resolver situações administrativas.

A indagação que se faz nesta hora é: por que só agora o Governo entende ser necessário prorrogar a DRU? Por que no último minuto do jogo do ano de 2011, obrigando inclusive os funcionários da gráfica do Senado trabalhar de madrugada? Eu não sei se houve pagamento de hora-extra. Se houve, Senador Jucá, vou sugerir que se desconte do salário de V. Exª e do Presidente Sarney, porque foi necessário o trabalho de madrugada para que, às sete horas da manhã, já pudesse a Secretaria da Mesa do Senado Federal distribuir aos membros da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, também de forma inusitada, pois eu nunca vi esse Diário do Senado Federal sobre as nossas bancadas. Isso tudo demonstrando que o Governo está desesperado para obter um cheque em branco de R$62 bilhões.

Mas a indagação que se faz é: é bom para o país? Parece-me que estamos consagrando com essa medida a ausência de planejamento, fortalecendo a tese de que Orçamento, no Brasil, é peça de ficção. Serve para o deleite de especialistas, para enfeitar bibliotecas, para oferecer trabalho às gráficas, mesmo que seja nas madrugadas. Mas a verdade, Sr. Presidente, é que nós já estamos em um período em que a economia se estabilizou. Depois do Plano Real, a estabilidade econômica, sustentabilidade financeira, responsabilidade fiscal. É hora de organização orçamentária e não de desorganização orçamentária. Não é hora de abrir possibilidades ao Chefe do Executivo para, a seu critério, determinar a aplicação de recursos em volumes significativos. São R$62 bilhões!

Nós fizemos, inclusive, Senador Pedro Taques, a proposta à Liderança do Governo de que nós até admitiríamos facilidades para a prorrogação da DRU, se tivéssemos a possibilidade de votar prioritariamente a regulamentação da Emenda nº 29. Ou seja, nós estamos tentando estabelecer critérios de prioridade.

Nós abriríamos mão daquilo que nós consideramos essencial para a organização da Administração Pública no País, que é o respeito ao Orçamento, quando aqui se discute até em Orçamento impositivo, contraditoriamente nós possibilitamos ao Chefe do Executivo "flexibilizar" esse Orçamento. Mas nós admitiríamos agora, em razão do caos que há na saúde do País, nós admitiríamos facilitar a aprovação da prorrogação da DRU se nós tivéssemos a possibilidade de debatermos e deliberarmos sobre a regulamentação da Emenda nº 29.

Mas, para antecipar, Sr. Presidente, já que V. Exª deliberou conceder vista, faço agora uma questão de ordem: que V. Exª está se valendo do art. 130 para definir a concessão de vista por duas horas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – *(Fora do microfone)* Cento e trinta e dois.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – E neste art. 130, § 2º:

> "Estando a matéria em regime de urgência, a vista somente poderá ser concedida:
>
> *I – por meia hora, no caso do art. 336;*
>
> *II – por vinte e quatro horas, nos casos do art. 336 [também]*.

Sr. Presidente, o art. 336 faz referência à segurança nacional e à calamidade pública.

Nem um nem outro caso. Não vejo regimentabilidade na decisão de V. Exª. Nós não estamos deliberando matéria de segurança nacional. O que nós estamos deliberando é a concessão ou não de cheque em branco ao Governo de R$62 bilhões. Não é questão de segurança nacional. Talvez segurança nacional seria não conceder esse cheque em branco. Calamidade pública também não é.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Qual é a questão de ordem de V. Exª?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Talvez calamidade seja a concessão desse cheque em branco na atual circunstância, com tantos escândalos de corrupção ocorrendo no Governo. Talvez a concessão desse cheque em branco de R$62 bilhões se constituísse calamidade pública. Mas não há...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Questão de ordem, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu ainda não concluí a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu quero só saber a questão de ordem de V. Exª para que eu tome as providências.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O rito da proposta de emenda constitucional é um rito especial definidos nos arts. 354 e 356.

Portanto, Sr. Presidente, parece-me que a decisão de V. Exª tem por objetivo atender a um pleito do Governo, a necessidade de o Governo aprovar apressadamente, mas não atende ao Regimento da Casa, que nós temos de preservar.

Por essa razão, eu gostaria que V. Exª reconsiderasse essa decisão de conceder, por apenas duas horas, de conceder vista por apenas duas horas. Até porque o relatório acabou de ser lido, nós ouvimos esse relatório até ainda com um pouco de sono, chegamos aqui apressadamente, alguns de nós nem tomamos o café da manhã, exatamente por que o Governo está muito apressado. Se este Governo fosse apressado dessa forma para realizar a favor do País, o Brasil seria outro. Mas as pressas, às vezes, ocorrem em circunstâncias adversas ao interesse nacional. Há muita pressa, por exemplo, para fabricar sindicatos no Ministério do Trabalho, onde o Ministro é protegido pela Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Avaro Dias, Senador Alvaro Dias, todo respeito a V. Exª...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ...há muita pressa para aparelhar ONGs e tomar dinheiro público...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...quero a questão de ordem de V. Exª, porque eu ia encerrar a reunião ...,

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Agora, Sr. Presidente, não há razão para essa pressa...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...dei a palavra a V, Exª. Na hora do debate V. Exª terá o tempo que...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ...em relação à deliberação de uma matéria que é importante para o País.

Nós consideramos um retrocesso. Justificava-se esse mecanismo quando a inflação galopava, quando tínhamos uma inflação que impossibilitava o planejamento. Em determinado momento era impossível planejar para o dia seguinte, para a semana seguinte. Hoje não. O Plano Real mudou o País e nós temos estabilidade econômica e responsabilidade fiscal

É hora, portanto, Sr. Presidente, de respeitarmos o orçamento.

Portanto, peço a V. Exª reconsideração em relação a essa concessão de vista por duas horas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente para contraditar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pimentel, eu dou a palavra a V. Exª. Só que eu não quero polemizar essa questão, porque já há uma definição da Mesa e eu vou responder ao questionamento, porque não foi uma questão de ordem, um questionamento feito pelo Senador Alvaro Dias, por quem eu tenho o maior respeito. Aqui nesta Comissão eu tenho procurado respeitar e dar o espaço de discussão em nível igual para quem é da base, quem não é da base, quem é da oposição, principalmente para quem é da oposição, porque nós precisamos ouvir também as críticas para aprimorar o nosso comportamento.

Mas eu quero, respondendo ao questionamento do Senador Alvaro Dias e, em seguida, vou encerrar esta sessão... Não vou fazer debate. O debate vai ser após a vista concedida à matéria na outra sessão. É só responder a V. Exª que fazer vista por duas horas, cabe obviamente à Mesa, é competência da Presidência da Comissão, a quem compete ordenar, dirigir os trabalhos, de acordo com o disposto no inciso I do art. 89 do Regimento.

V. Exª levantou um questionamento sobre um outro artigo. Eu estou dando esse prazo baseado no *caput* do art. 132, que vou ler para V. Exª.

> § 1º:"O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de até cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no § 4º."

Portanto, o art. 132 não diz se eu posso dar um minuto, se eu posso dar uma hora, duas horas, cinco horas. Eu não posso dar seis dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR)– É porque V. Exª não leu o restante.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu não posso dar seis...

Não, aí V. Exª está baseado em matéria de urgência. Essa matéria não está em regime de urgência aqui.

O art. 132, a que V. Exª se referiu, é para matéria em regime de urgência e essa matéria não está em regime de urgência. Portanto, eu respondo a V. Exª que foi baseado nisso.

Além do mais, quanto à inovação que V. Exª levanta d e o *Diário do Senado* estar sobre as mesas dos Srs. Senadores, é realmente uma inovação. Mas é uma inovação pelo compromisso que assumi ontem em um questionamento feito pelo Senador Randolfe Rodrigues e pelo Senador Demóstenes Torres que está em missão oficial e está aqui hoje...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Isso mostra que o Senado é eficiente quando deseja ser.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está aqui hoje o Senador Agripino que obviamente vai querer debater essa matéria em seguida.

Então eu vou conceder vista por duas horas. São 10 horas e 36 minutos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, art. 403, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Questão de ordem, V. Exª...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Insistindo na questão de ordem do Senador Álvaro Dias, quero chamar a atenção de V. Exª mais uma vez para o Regimento Interno. Parece-me que o Regimento, claramente, trata, no § 1º e trata no § 2º, de dois regimes totalmente distintos. No § 1º, os regimes que não estão em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Que é o caso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Que me parece ser claramente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Que é o caso, é o caso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ...esse caso, que é uma proposta de emenda constitucional.

E no § 2º, os que estão em regime de urgência. No § 1º, o Regimento trata em dias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oiveira. Bloco/PMDB – CE) – No *caput*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, exatamente, trata em dias, trata em dias.

No § 2º, sobre a urgência, ele trata no prazo de horas. Então me parece que é claro que há dois tratamentos para o que é regime de urgência e para o que não é regime de urgência, o que obviamente não é o caso por se tratar de uma proposta de emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, eu estou com o Senador Demóstenes na cabeça, porque eu estou justificando a ausência dele, porque ele está em um ato político. Eles pensam de modo parecido.

Respeitando mais uma vez este Plenário e V. Exª ... Eu estava concluindo e dizendo para o Senador Alvaro Dias que essa inovação foi um compromisso assumido e eu tenho procurado e disse ontem que enquanto eu estiver dirigindo esses trabalhos nesta Casa, eu vou cumprir todos os compromissos assumidos. E foi um

compromisso assumido que eu não reabriria esta sessão se não estivesse sobre as mesas dos Senadores o *Diário do Congresso*, com a publicação da matéria.

Essa matéria já foi amplamente debatida aqui, tem o mesmo teor da matéria anterior. Já foi dado vista aos Srs. Senadores. Portanto, agindo dentro da prerrogativa regimental que cabe à Presidência desta Comissão de estabelecer que o prazo pode ser no máximo de cinco dias... Eu estaria quebrando o Regimento se estivesse dando aqui além de cinco dias – seis dias, sete dias –, mas até o prazo de cinco dias é regimental.

Portanto, eu vou encerrar esta reunião – são 10h38min –, voltando aqui às 12h31min, para a reabertura, para uma nova reunião...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra a V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Uma ponderação só.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...para uma nova reunião.

Portanto, com um novo quórum, vamos reabrir o livro. Se não houver quórum, não abrirei a reunião às 12h35min.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – É sobre isso, Sr. Presidente, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – A ponderação que quero fazer a V. Exª é a seguinte. Neste momento, a Comissão de Meio Ambiente está reunida, apreciando as emendas ao Código Florestal. Eu vou para lá agora. O plenário está lotado, cheio de Senadores, com interesses óbvios, claros. O Senador Randolfe vai para lá, eu vou para lá, muitos vão para lá.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu também.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Essa reunião da CMA não vai terminar em duas horas. A decisão de V. Exª vai determinar a ausência de Senadores que gostariam muito de estar aqui, para participar da discussão, do início da discussão da DRU, mas não vão estar presentes porque vão estar com o compromisso da discussão de emendas da CMA, do Código Florestal.

Eu faço uma ponderação a V. Exª. Será que seria pedir demais solicitar que a reunião da CCJ fosse reaberta ou aberta após a conclusão da CMA com as emendas, o que não vai demorar muito tempo? Eu acho que no começo da tarde estará concluído. É a ponderação que faço a V. Exª, em nome da necessidade do debate completo de uma matéria importante como é tanto o Código Florestal como a DRU nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Agripino, com o maior respeito que tenho por V. Exª, um Senador que se destaca aqui pela sua ponderação mas pela sua firmeza de ação, nós temos que fazer opções aqui nesta Casa. Eu participo de seis Comissões e gostaria imensamente de, na manhã de ontem, estar no debate do Código Florestal, que inclusive tem uma demanda enorme do meu Estado e do Estado de V. Exª, porque ainda há pendências a serem resolvidas, mas opções nós temos que fazer.

Eu tive ontem que vir aqui presidir a reunião ordinária desta Comissão, e a CCJ tem inclusive precedência e preferência sobre as demais Comissões quando ela está em funcionamento. Então, é ponderável que lá se levante uma questão de ordem para que lá se suspenda a discussão, para que façamos aqui a discussão de quem tem a preferência. Quando o Plenário abre, às 16 horas, nós temos que encerrar aqui a Ordem do Dia.

Portanto, eu lamento não poder atender V. Exª no pleito...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E vou encerrar.

Está encerrada, por causa do horário...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero parabenizá-lo pela condução firme desta reunião. Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, eu estou apenas cumprindo o Regimento desta Casa. O meu papel como Presidente é ser ordenador dos trabalhos.

Está encerrada a reunião.

Voltaremos às 12h38min.

(Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião foi encerrada às 10 horas e 43 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 62ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 12:38 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às doze horas e trinta e oito minutos, do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Ci-

dadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Armando Monteiro, Gim Argello, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Lobão Filho, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Taques, Jorge Viana, Luiz Henrique, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias, Demóstenes Torres, Magno Malta e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM ÚNICO** Não Terminativo **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 114, DE 2011** Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Autoria**: Presidente da República. **Relatoria**: Senador Renan Calheiros. **Relatório**: Favorável à Proposta. **Observação**: Em 24/11/2011, a Presidência concedeu vista coletiva por duas horas, nos termos regimentais. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e dez minutos, do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e onze; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 62ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa e a leitura da aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Pausa.

A Ata será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação de item único.

ITEM ÚNICO
– Não Terminativo -
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 114, DE 2011

Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: Favorável à Proposta.

Na presente data, foi concedido vista coletiva, nos termos regimentais.

Srs. Senadores, a matéria está em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Eu, por dever de lealdade para com os demais, vou dar dois minutos da sessão para que aconteça a discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a matéria, tendo em vista que a reunião foi iniciada...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, a reunião foi marcada para as 12 horas e 38 minutos. Não há ninguém para discutir. Pediríamos que fosse feita a votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Catorze e trinta e oito.

Não havendo, então, quem queira discutir a matéria – são 12 horas e 48 minutos –, vou colocar em votação o relatório.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu só peço que, depois desta votação, V. Exª me conceda a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Depois da votação, V. Exª tem a palavra. Vou botar em votação. Vou deixar bem claro, para não acharem que esta Presidência fez algo que não foi o combinado, para não acharem que a gente fez aqui uma votação sem querer fazer a discussão da matéria. Nós temos quórum no livro, a matéria é não terminativa. Por isso, vou colocar a matéria em votação.

Não havendo mais Senador que queira discutir, vou colocar a matéria em votação.

São 12 horas e 49 minutos. Portanto, passaram os dois minutos, inclusive, que dei aguardando os Srs. Senadores. Vou colocar a matéria em votação.

Não havendo quem queira discutir, em votação a matéria.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta. A matéria está aprovada.

O Senador Pedro Simon pede a palavra. Tem a palavra V. Exª, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, a imprensa hoje tem comentado, e a televisão ontem também, a questão referente à votação da candidata a ministra do Supremo. A imprensa destacou que essa era uma votação que deveria ser feita, ou não, na expectativa de a Ministra ser aprovada nesta Casa e ter condições de participar de votações, inclusive da chamada Ficha Limpa. Na votação do Supremo, o Ministro que pediu vista disse que só devolveria depois que a nova Ministra tomasse posse porque, na última votação, essa matéria terminou empate.

Estamos hoje no dia 24. Teremos que ter a leitura por parte do Relator. Teremos de ter a votação nesta Comissão. Teremos de ter a votação no plenário e, posteriormente, se aprovado em plenário, terá de ter a sanção, por parte de Sua Excelência, a Presidente da República e, posteriormente, a posse da Ministra.

Então, a imprensa já tem dado como manchete que a verdade é que está encerrada a questão referente ao Ficha Limpa, porque ficará para o ano que vem, devido a uma decisão nossa.

E o que é mais negativo, meu querido Líder, é que se diz que essa decisão – está aqui no jornal *Correio Braziliense* – teria sido tomada pelo PMDB; que a executiva, reunida, teria tomado essa decisão de não votar, dando uma série de razões, o que tenho convicção de que não é verdade. Não me passa pela cabeça que isso tenha ocorrido.

Agora, pergunto: como fica?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, V. Exª vai continuar com a palavra, só vou dar uma informação.

Sou membro da executiva, participei da executiva ontem, e o pedido de retirada foi feito pela manhã, e a reunião executiva aconteceu à tarde.

Portanto, esse assunto não foi tratado na executiva. Só para deixar claro.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu tenho certeza de que não, tanto que estou dizendo. Só que a imprensa publicou.

Agora, pergunto: como fica? Quer dizer, seria bom sermos claros.

Vamos votar essa questão a tempo, para que não fique sob a responsabilidade do Senado aquilo em que essa questão vai terminar.

Em outras palavras, semana que vem, em tese – a reunião acontecerá na quarta-feira – o relator, digamos, concordará em ler na quarta-feira. Ai terá de ser no dia seguinte, em primeiro de dezembro, mas não sei o que irá acontecer.

(Interrupção do som.)

Eu não gostaria, sinceramente... um projeto de iniciativa popular, eu não gostaria de que ficasse sob a responsabilidade do Senado e, de um modo especial, dentro do Senado, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a resposta de que não foi votado porque a Comissão de Constituição e Justiça implicou, dificultou, não deixou que fosse votado.

Repare V. Exª que a Presidenta escolheu e mandou para esta Casa com uma rapidez absurda, no dia seguinte. No dia seguinte, o Presidente Sarney mandou para esta Comissão.

Então, gostaria de que essa matéria fosse esclarecida, porque eu não gostaria, com toda sinceridade, que nós, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, fôssemos manchete quanto a sermos os responsáveis pelo impedimento da votação dessa matéria, e consequentemente, houvesse um desdobramento no Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, é bom que fiquem claras duas coisas.

O que aconteceu na manhã de ontem é extremamente regimental. A matéria continua na pauta ordinária, e eu não tenho o menor interesse... Eu votei duas vezes a favor do Ficha Limpa. Acho até que o Supremo ...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – E V. Exª deixou claro que, se dependesse de V. Exª, teria sido ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu votei duas vezes a favor do Ficha Limpa, antes de ser candidato, inclusive, a Senador.

Então, o que aconteceu aqui ontem não foi, absolutamente, nada de anormal. Foi regimental. Não houve decisão – estou respondendo a V. Exª – da executiva do PMDB, porque a executiva ocorreu à tarde.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O compromisso do Relator, Senador Romero Jucá, foi o de, na primeira sessão – e esta é uma sessão extraordinária, com item único – ordinária, trazer o voto. Ele trará o voto. Eu, regimentalmente, tenho até cinco dias para dar vista ao processo, pela Resolução nº 1.

Darei vista ao processo e chamarei, se necessário for, uma reunião extraordinária para a sabatina da Ministra. Agora, ministro é indicado pelo Presidente. Ministro só é nomeado pelo Presidente depois de sabatinado por esta Comissão – V. Exª sabe mais do que eu – e depois de aprovado pelo Plenário do Senado Federal. É prerrogativa dos Srs. Senadores, em votação secreta que será feita aqui e em votação secreta

que será feita lá, aprovar ou desaprovar esse nome, porque essa é a função do Senado Federal constitucionalmente.

Então, V. Exª pode ficar despreocupado, porque a preocupação que tem V. Exª, na pressa para que se defina essa questão da Lei da Ficha Limpa – e desejo que ela seja aplicada inclusive para as eleições de 2012 – que não haverá prejuízo. A Nação inteira pode ficar tranquila, assim como V. Exª e todos nós, porque, no que depender desta Presidência, vamos, regimentalmente, antecipar a sabatina da Ministra. Agora, a aprovação da Ministra nesta Comissão e no plenário do Senado, obviamente, é função dos Srs. Senadores, inclusive deste Senador que vos fala.

Para a próxima reunião ordinária, o Senador Romero Jucá já comunicou à Presidência que vai trazer o voto. Não o trazendo na próxima reunião, a matéria está na pauta, eu posso inclusive nomear um relator *ad hoc*. Não farei isso porque não haverá necessidade, pois o Senador Romero Jucá já afirmou e se comprometeu, e está aqui ao meu lado ouvindo essa questão.

Portanto, essa é uma questão pacificada. V. Exª pode ficar tranquilo, porque que vamos agilizar para que isso aconteça.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Uma breve indagação a V. Exª, compartilhando a preocupação do Senador Pedro Simon.

Podemos ter a convicção de que, na quarta-feira, o Senador Romero Jucá lerá e, então, V. Exª, Presidente Eunício Oliveira, designará a data para a arguição. Há relevância e importância. V. Exª sabe que tem havido inúmeros artigos e editoriais na imprensa sobre a importância da qualidade dessa arguição e do que cada Senador perguntará à Ministra. Então, será muito importante que, se possível, possamos saber...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou marcar, Senador Suplicy, o mais rápido possível. Se for o caso – repito – vou chamar uma reunião extraordinária e marcá-la para o horário das 10 horas da manhã, para que a gente possa ter o tempo suficiente para sabatinar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Poderá ser na quinta-feira, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sobre a matéria, quero deixar bem claro aqui nesta Comissão, para que amanhã não judicializem nada, para que amanhã não digam que houve atropelamento pela Presidência, mesmo porque foi aberta a discussão, esperei, dei prazo para os Srs. Senadores fazerem a discussão.

A maioria dos Senadores que estavam aqui não quis fazer a discussão sobra a matéria. O Senador Pedro Simon pediu a palavra, mas, após a votação da matéria, para falar sobre outro tema. E quero deixar aqui clara a posição de que a matéria já está inclusive assinada pelo quórum necessário dos Srs. Senadores presentes, como matéria já aprovada, que será, obviamente, encaminhada para o plenário do Senado Federal.

Vou concluir...

O SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy...

Senador Suplicy, V. Exª concluiu? (*Pausa.*)

Senadora Marta.

O SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de ter a clareza porque, como o Senador Alvaro Dias falou na parte da manhã, são várias as Comissões, e a semana que vem será muito pesada para todos nós. Então, eu gostaria de ter a clareza. Em relação à votação da Ministra para o Supremo, ficou para quarta a leitura...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta, a leitura será na quarta, mas vou avaliar as datas para que não haja nenhum tipo de prejuízo e para que possa, inclusive, marcar uma reunião extraordinária, para ser feita a leitura da sabatina da Ministra, de acordo com a Resolução nº 1.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, eu gostaria de deixar um pedido à consideração de V. Exª. Para todos nós, seria importante que fosse realizada a reunião na quinta-feira, com bastante tempo para arguição, sem hora marcada, para que, como levantou há pouco o Senador Suplicy, pudéssemos nos debruçar realmente sobre as ideias e as posições da senhora pretendente ao cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Penso que uma informação é importante que seja dada aqui, já que esse assunto foi suscitado na outra sessão e agora, novamente, legitimamente, pelo Senador Pedro Simon. O Supremo não deliberou ainda sobre a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa para as eleições de 2012 não porque está faltando Ministro do Supremo Tribunal Federal. O Supremo não deliberou porque houve um pedido de vista. A necessidade de um Ministro haveria apenas se houvesse empate na votação, o que não foi o caso. Só quero deixar claro que não houve...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Senador, permita-me...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador, não foi por que deu empate que ele pediu vista?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Não, não.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Senador, o Ministro, na hora de pedir vista, disse que só vai devolver a matéria quando o Tribunal estiver funcionando em sua plenitude. Ele não devolverá a matéria enquanto...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Exatamente, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Não há absolutamente qualquer dúvida de que o Congresso Nacional aprovou a lei.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É verdade. Concordo com V. Exª.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – O Congresso quer que a lei entre em vigor. O Congresso já queria que a lei entrasse em vigor na eleição passada e o quer novamente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Essa responsabilidade não é nossa, é do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Exª tem razão. Estou querendo apenas dizer que o Ministro que pediu vista afirmou...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O pedido de vista no Supremo, Senador Pedro Simon, é tão regimental quanto foi o ato de ontem aqui, nesta Comissão.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Exatamente. Mas ele diz que só vai devolver...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas, para que não sejam os motivos colocados indevidamente, entendo eu, nas costas do Congresso Nacional e desta Comissão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Que aprovou a lei.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quem aprovou a lei fomos nós, do Congresso. Votei duas vezes a favor da lei.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – No Senado, houve unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E gostaria de ter visto a lei ser aplicada ainda na eleição passada, quando eu, inclusive, fui candidato. Eu gostaria muito de vê-la aplicada pelo menos em 2012. Então, para que não transfiram a obrigação de fazer para esta Comissão, estou assegurando a V. Exª que, na próxima reunião – eu poderia até convocar uma reunião extraordinária e avisar para os senhores –, apressaremos essa decisão. Não sei se a indicação da Ministra vai ser aprovada. Isso depende dos Srs. Senadores. A votação é secreta. Se a indicação da Ministra não for aprovada, terá de haver...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Aprovada ou rejeitada, essa é uma decisão nossa. Nós é que vamos decidir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, se a Ministra for rejeitada... Não posso garantir que ela vai ser aprovada.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Ninguém pode garantir isso, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Ministra tem de passar por aqui e pelo plenário. Então, se ela não for aprovada – espero que ela seja aprovada –, terá de haver nova indicação, nova sabatina. Isso é...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É outro problema.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Isso é constitucional e faz parte da democracia brasileira.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Portanto, o assunto está encerrado. A matéria não está em pauta. Concedi a palavra à Senadora Marta e ao Senador Pedro Simon apenas por uma questão de respeito ao mandato de S. Exªs. A matéria não está em pauta. Do contrário, vamos debater todos os assuntos que não estão em pauta.

Como nada mais há a tratar nesta sessão...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador, o que quero dizer não tem a ver com o que o senhor está falando agora, mas é uma lembrança: para a matéria referente à DRU poder avançar, teremos de lê-la em plenário. Então, V. Exª não pode esquecer-se de tomar algumas providências. Se pudesse abrir a sessão às 14 horas, já poderíamos ler essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta Suplicy, agradeço a V. Exª a preocupação, mas todas as matérias, após a aprovação nesta Comissão, por dever de ofício e pela diligência dos que me assessoram aqui, as matéria têm sido encaminhadas imediatamente ao plenário,

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, ótimo. Vou almoçar e estarei lá às 14 horas, para lê-la.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Após o processado de praxe, vamos fazer...

O SR. **AÉCIO NEVES** (BlocoPSDB – MG) – Senadora Marta, apenas para lembrar a V. Exª, que tem presidido com tanta competência as sessões desta Casa, que essa matéria só poderá ser lida em sessão deliberativa, às 16 horas, portanto, e não às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A sessão hoje será deliberativa a partir de 16 horas.

Boa lembrança regimental do Senador Aécio Neves. Fico grato a V. Exª pela lembrança.

O SR. **AÉCIO NEVES** (Bloco/PSDB – MG) – Vamos com calma.

Senadora, a questão é relevante, mas não é preciso que nós violentemos, de forma tão profunda, o Regimento desta Casa, porque, em outros momentos, isso será contra os interesses até do próprio Governo.

Portanto, vamos com calma. Vamos seguir o Regimento. O Governo tem maioria e não precisa atropelá-lo a pretexto de votação de qualquer matéria. E nós estaremos vigilantes para que isso não ocorra, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pode ficar bastante vigilante, ninguém irá atropelar nada. Se pudermos ler às 14 horas, leremos, porque o Senador Eunício...

O SR. **AÉCIO NEVES** (Bloco/PSDB – MG) – Não poderá.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – . irá encaminhar. Se for às 16 horas, leremos e será aprovado como V. Exª disse.

O SR. **AÉCIO NEVES** (Bloco/PSDB – MG) – Muito bem, apenas em sessão deliberativa, como prevê o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves, agradeço a V. Exª pela lembrança do Regimento, até porque todos nós temos a obrigação de protegê-lo e aplicá-lo.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Aécio, a sessão é deliberativa desde 14 horas.

O SR. **AÉCIO NEVES** (Bloco/PSDB – MG) – O correto seria aguardar até as 16 horas, Senadora, como sempre fizemos.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só porque V. Exª quer.

O SR. **AÉCIO NEVES** (Bloco/PSDB – MG) – Já é um bom motivo, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos., declaro encerrada a reunião.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 12 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.)

ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e sete minutos, do dia trinta de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Roberto Requião, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, José Agripino e Mozarildo Cavalcanti e das Senadoras Marta Suplicy, Ana Rita e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Gim Argello e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 4) Não Terminativo – MENSAGEM (SF) Nº 141, DE 2011**: Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, combinado com o art. 84, inciso XIV, da Constituição Federal, o nome da Senhora ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Ellen Gracie Northfleet. **Autoria:** Presidente da República; **Relatoria:** Senador Romero Jucá; **Relatório:** Votação secreta; **Resultado:** Concedida, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **ITEM 6) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2010** : Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Esporte. **Autoria:** Presidente da República; **Relatoria:** Senador Inácio Arruda; **Relatório:** Favorável ao Projeto; **Observações:** Em 19/10/2011, foi concedida vista aos Senadores Randolfe Rodrigues e Aécio Neves, nos termos regimentais. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Votam vencidos os Senadores Pedro Taques, Pedro

Simon, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro e Randolfe Rodrigues. **REQUERIMENTOS APRECIADOS**: **1) REQUERIMENTO Nº 100, DE 2011-CCJ:** "Nos termos regimentais, requeiro aditamento ao Requerimento nº 99/2011, com o objetivo de incluir a convocação do Presidente da CUT, Sr. ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS, e da Força Sindical, Sr. PAULO PEREIRA DA SILVA, para debater o PRS Nº 72, DE 2010 de autoria do Senador Romero Jucá e outros, que 'Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importadas do exterior'." **Autoria:** Senadores Acir Gurgacz e Pedro Taques. **Resultado:** Aprovado. **2) REQUERIMENTO Nº 101, DE 2011-CCJ:** "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 99, de 2011– CCJ, aprovado em 23/04/2011, que a audiência pública nesta Comissão com o objetivo de debater o Projeto de Resolução do Senado nº 72/2010, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior, inclua como convidados: Sr. Clóvis Panzarini – Membro da CP Consultores Associados; Sr. Luiz Aubert Neto – Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos." **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às doze horas e trinta e três minutos, ficando adiados os demais itens da pauta, a saber: **ITEM 1)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, de 2010 – Complementar; **ITEM 2)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, DE 2010 ; **ITEM 3)** PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2009 **; ITEM 5)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2011 ; **ITEM 7)** PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2011 ; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 63ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Peço para aumentar um pouco o som.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores o recebimento do Aviso 1679-Seses-TCU-Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, que encaminha para conhecimento cópia do Acórdão nº 3094/2011 proferido pelo Plenário do TCU, na sessão de 23 de novembro de 2011, ao apreciar o processo nº TC 007.247/2003-4 que trata de Auditoria de Conformidade, realizada no âmbito da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Ministério do Trabalho e Emprego (CGRL/MTE), com o objetivo de verificar a regularidade das contratações/aquisições de bens e serviços de informática .

O referido documento está arquivado na Secretaria desta Comissão e está à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nº 01 a 07.

ITEM 1
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2010 – Complementar

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, para alterar o método de cálculo dos coeficientes individuais de participação no FPM – Interior, e dá outras providências.

Autoria: Senador Tião Viana.

Relatoria: Senador Eduardo Braga.

Relatório: Favorável ao projeto, com a emenda que apresenta.

Observações: *A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos.*

Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Ausente o Relator, Senador Eduardo Braga, vou retirar de pauta pela última vez esse projeto, voltando na próxima reunião como item 01. Espero a presença do meu querido Senador Eduardo Braga, que deve estar presidindo outra comissão, para fazermos a leitura desse relatório.

Se até o final da reunião ele, porventura, aqui chegar, farei como inversão de pauta. Se não, na próxima reunião, teremos essa matéria em pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, eu queria adiantar que, caso seja lido o relatório, solicitarei vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não vou ler o relatório, tendo em vista que recebi um comunicado oficial do gabinete do Senador Eduardo Braga: S. Exª está em missão oficial no exterior.

Em respeito ao Relator, que está em missão oficial, vou retirar mais uma vez de pauta, voltando essa matéria na próxima quarta-feira para a leitura, e aí, obviamente, V. Exª terá oportunidade de pedir vista, que é regimental.

Quanto ao item 02 da pauta, o Senador Demóstenes Torres está chegando atrasado aqui porque está em outra reunião e me pediu que fizesse, de ofício, uma inversão de pauta. Portanto, o item 02 está invertido na pauta, de ofício, para atender à solicitação do Senador Demóstenes Torres.

ITEM 3
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2009

Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente; 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, e os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos dos pareceres adotados pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Observações: – *Em 23/11/2011, foi concedida vista ao Senador Demóstenes Torres, nos termos regimentais.*

– A matéria já foi apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais, de Educação, Cultura e Esporte, de Assuntos Econômicos, e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Eu ia pedir ao Senador Renan Calheiros para relatar essa matéria e ao Senador José Pimentel, a outra, mas essa matéria já foi relatada, já foi lida em plenário.

Portanto, coloco em discussão o Item 3 da pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, Senador Aloysio Nunes.

Peço a Plenário um pouco de atenção e de silêncio.

O Senador Aloysio Nunes está com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, considero esse um bom projeto. Ressalto que ele abriga, entre outras medidas positivas, a previsão de tratamento psiquiátrico para as pessoas que sejam dependentes de substâncias psicoativas, o que é um grande problema para os internos nas instituições previstas para esse fim no Eca. Então, o adolescente que está cumprindo medida socioeducativa, com comprovada dependência de álcool e outras substâncias psicoativas, deverá ser inserido num tratamento preferencialmente na rede extra-hospitalar.

Essa é uma medida que considero positiva. Penso que há uma restrição que, no meu entender, deveria ser eliminada porque essa destinação para o tratamento em rede extra-hospitalar para casos de dependência de substâncias psicoativas deveria ser estendida a outras doenças mentais, porque é conhecido o fato de que, entre os adolescentes recolhidos a essas instituições, há um número muito grande de jovens que são doentes mentais. E não existe, no nosso sistema, uma previsão de tratamento, de recolhimento desses adolescentes para tratamento em instituições especializadas. É o caso, por exemplo, um caso conhecido em São Paulo, do adolescente "Chapinha", que é um doente mental e que não tem onde ser tratado. Foi preciso improvisar uma clínica em São Paulo para recolhê-lo e para dar-lhe o tratamento de que ele necessita.

Então, eu preferia estender isso – e eu peço aqui, inclusive, o conselho da Senadora Marta Suplicy para ver se, na opinião dela, não se poderia fazer alguma emenda que ampliasse essa previsão que está aqui contida no art. 66, de modo que a previsão de tratamento não fique restrita aos dependentes de substâncias psicoativas e possa ser estendida a outras doenças mentais.

Essa é uma observação que eu faria ao item 3.

Quanto à outra observação, eu tenho a impressão de que a Senadora Marta vai concordar comigo. Agora, há outra de que eu acho ela vai discordar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, eu vou interromper V.

Exª para registrar a presença da ex-Senadora Serys, que está aqui entre nós.

E vou pedir às assessorias, por favor: não dá para vocês ficarem fazendo reunião aqui na lateral enquanto há um Senador na tribuna. Por favor! Vou pedir por favor, senão... Segurança, por favor, feche essa porta lateral aí, para que as assessorias entrem aqui quando forem chamadas pelos Senadores; senão, ninguém consegue trabalhar aqui!

Senador Aloysio, V. Exª tem a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Aloysio está com a palavra. Em seguida, dou a palavra a V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então, essa é uma primeira observação.

A segunda observação diz respeito ao art. 68, cujo teor vou ler: "É assegurado a adolescente casado ou que viva, comprovadamente, em união estável o direito à visita íntima."

Sr. Presidente, eu prefiro deixar esse tema à decisão das autoridades responsáveis pela custódia desses adolescentes. Não colocaria na lei; não transformaria isso em um direito subjetivo que pudesse ser garantido, inclusive, com mandado de segurança. Seria mais prudente que essa permissão ficasse à discrição das autoridades responsáveis pela custódia desses adolescentes. É o tema que já vínhamos tratando em uma reunião anterior.

E eu proporia, então, a supressão do art. 68, para que esse assunto seja tratado em regras disciplinares de natureza administrativa.

Essas são as observações.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria continua em discussão.

A Senadora Marta Suplicy tinha pedido a palavra. Em seguida, dou a palavra a V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pois não.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Bem, primeiro eu quero parabenizar o Governo pela iniciativa de enviar esse projeto, cuja regulamentação realmente é demandada.

Nós temos cada Estado interpretando o ECA de acordo com a cabeça de cada juiz, de cada entidade. E o que nós vemos é que hoje temos grandes centros prisionais de adolescentes, que não têm nada a ver com o espírito do ECA e muito menos de recuperação.

Então, ficando a União com a competência de instituir a política e o plano nacional, bem como normatizar o sistema em nível nacional, eu acredito que nós vamos ter uma grande melhoria de qualidade desse atendimento.

Também fiquei bastante satisfeita com o fato de que nós vamos ter critérios e regras mínimas quanto ao tipo de estrutura, de perfil de profissionais para realizar o atendimento, os objetivos do programa, os meios necessários, a necessidade de Regimento Interno e outros elementos também inerentes a esse tipo de serviço.

Falo, principalmente, do perfil de profissional, porque é determinante se vai haver sucesso ou não a recuperação desse adolescente se ele é atendido por pessoas que tenham competência na área. E aí eu entro no que foi levantado...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, nós temos crianças com deficiência, criança delinquente, pervertida, simplesmente delinquentes, nós temos vários tipos de problemas que acabam tendo que ser custodiados pelo Estado. Também os transtornos mentais.

Eu queria então falar a respeito do que foi levantado pelo Senador Aloysio Nunes, do transtorno mental. Isso já tem na seção II, art. 64, Senador, o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, que apresente indício de transtorno mental, de deficiência mental ou associadas, deverá ser avaliado por equipe técnica multidisciplinar e multissetorial.

E depois segue, dizendo a competência, a composição, a atuação da equipe técnica, o que eu acredito que seja o que V. Exª está pedindo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A senhora tem razão, é verdade. Tem, inclusive, esse § 4º, que é especialmente positivo.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É, poderá suspender a execução caso a Defensoria ou o Ministério Público com vistas a incluir o adolescente em programa de atenção integral à saúde mental que melhor atenda esses objetivos.

Então, isso mostra a complexidade com a qual foi abordado o tema pelo Governo. E agora, o mais difícil é fazer funcionar e fazer nomear as pessoas certas, ter qualificação. E também achei importante um outro aspecto, que é o que regulamenta direitos individuais do adolescente que está ali custodiado de saber sobre o seu programa de reabilitação, porque esse é o primeiro passo para dar responsabilidade, fazer partícipes dessa recuperação. Acho esse ponto também muito importante.

E também, agora, das visitas, Senador Aloysio Nunes, eu sou contrária à opinião de V. Exª, porque hoje nós temos – basta abrir os jornais – muitos jovens

infratores de 20, 18 e até 17 anos que têm filhos e são casados. Então, tem que estar na lei, sim, quando eles são casados ou têm uma união estável regulamentada, quer dizer, tenham filhos com alguém com a qual tenham união estável, eles devem sim poder receber, deve ser da lei e não da cabeça do juiz, porque acredito que é muito importante, principalmente nessa idade, nessa situação, você ter uma família que faça você ter vontade de entrar numa linha positiva na vida. E isso pode ser, inclusive, um instrumento a favor da reabilitação.

Era isso que eu gostaria de colocar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Demóstenes havia pedido a palavra pela ordem depois da Senadora Marta Suplicy, e o Senador Ferraço depois.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu cheguei um pouco atrasado e ontem eu conversei com o relator, o Senador Armando Monteiro e pedi a ele para que nós pudéssemos discutir essa matéria na semana que vem; e explico o porquê. Até recebi telefonema da Ministra e eu concordo que nós precisamos regulamentar esta matéria. Mas é uma matéria de uma envergadura muito grande, são diversos artigos, diversos temas e, notem, estamos tratando pela primeira vez, porque há uma omissão legal, é feito quase tudo por analogia, da situação do menor infrator, especialmente dentro desse sistema de recuperação. E também estamos tratando de uma série de providências que poderão melhorar a vida desse adolescente em situação infracional.

Então, o que eu peço – eu entrei em entendimento com o Senador Relator, é que se nós pudéssemos... É uma matéria tão extensa que eu confesso – comecei a fazer uma analogia com o sistema que existe para maior, que não pode ter muito consonância, porque são coisas absolutamente diferentes – que não consegui fechar o estudo da matéria, por ele ser muito extenso. Muito extenso! Então, como há a aquiescência do Senador relator, e se houver aquiescência da Senadora Marta, que foi designada relatora *ad hoc...*

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ah, não? Desculpe-me. Então, perdoe-me.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ela foi chamada por mim à lide.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ah, pronto: ela foi chamada à lide pelo Senador Aloysio.

Então, se houver aquiescência, eu pediria apenas mais uma semana, Sr. Presidente. Na quarta-feira, eu procurarei – já disse ao Senador Armando, e ele concordou – fazer com que entremos num entendimento e apresentemos aqui um texto, conversando também com a Senadora Marta, com o Senador Aloysio e com os demais Senadores que desejarem tratar dessa matéria. Então, eu pediria uma semana...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu pediria uma semana a mais para fecharmos os estudos, porque, repito, é uma matéria de uma envergadura extraordinária, e, como disse a Ministra, ela tem urgência, nós também temos, mas é uma matéria amplíssima.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta, o Senador Ricardo Ferraço pediu a palavra pela ordem; em seguida, V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, na linha do que solicita o Senador Demóstenes, pela complexidade, pela importância do tema, pela tempestividade a até pelo fato de estarmos na prática tendo a oportunidade de cobrirmos uma omissão legal, criando uma regulamentação para uma matéria tão complexa, tão importante, enfrentando e criando condições e marcos do menor e do adolescente em conflito com a lei, na mesma linha, entendo que, se pudéssemos ter um pouco mais de prazo, inclusive, meu caro Senador Demóstenes, nós poderíamos ter oportunidade inclusive de uma audiência pública para que pudéssemos ter aqui a presença de especialistas e pudéssemos, em razão dos contraditórios, pudéssemos ter um juízo de valor ainda mais acertado em torno deste tema que é um tema que precisa ser enfrentado pela República, precisa, sim, de uma participação mais efetiva do Governo Federal, auxiliando os governos locais e os governos estaduais.

Então, em linha com o que defendeu aqui o Senador Demóstenes, também solicito que o relator, Senador Armando Monteiro, a Senadora Marta Suplicy possam avaliar a possibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Será que por causa do aniversário do Romero Jucá que aqui está tão animado hoje que ninguém consegue ouvir ninguém? Pelo amor de Deus!

Senador Ricardo, conclua, que vou dar a palavra ao relator, Senador Armando Monteiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vou concluir. A solicitação que faço a V. Exª é que não percamos a oportunidade de uma audiência pública para ouvirmos especialistas, ouvirmos autoridades, ouvirmos operadores que estão na pronta

enfrentando esse que é um desafio muito importante, que tem uma relevância muito grande para as futuras gerações de nosso País.

Então, em linha com o Senador Demóstenes, eu vou além: eu requeiro uma audiência pública para que possamos ouvir especialistas e possamos debater com a profundidade que o tema exige.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Ferraço.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Jucá, V. Exª acho que trouxe uma plateia animada para comemorar o aniversário de V. Exª em seguida, mas eu vou pedir um pouco silêncio para ouvirmos os Senadores, porque esta é uma matéria importante. Ela, como disse o Senador Demóstenes, altera várias leis, altera vários parágrafos, altera vários itens de várias leis.

Essa matéria já foi dado vistas ao Senador Demóstenes, eu vou ouvir o Senador Armando Monteiro. Essa matéria eu só retirarei de pauta, já que já foi dado vistas, se houver realmente a concordância do relator, Senador Armando Monteiro. Se desejar colocar em votação, ela já está em discussão e ainda vamos continuar a discussão para a votação.

Tem a palavra V. Exª, Senador armando Monteiro, que é o relator.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – quero me inscrever...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – em seguida V. Exª, Senadora Ana Rita.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente, acho que há compreensão de todos da importância deste projeto. Esta matéria está sob exame do congresso desde 2009. Quer dizer, já temos um longo tempo que esta matéria está pendente de deliberação.

Então, eu não podia deixar de aquiescer ao pedido do Senador Demóstenes, no sentido de que ele possa dispor de um pouco mais de tempo para concluir a sua análise, mas eu me permitiria dizer ao nobre Senador Ricardo Ferraço que não vejo como própria essa ideia de promovermos agora audiência pública. Essa matéria vai a Plenário, portanto, temos aí um tempo exíguo, e creio que essa legislatura deveria ser marcada por um compromisso de podermos finalmente definir essa matéria.

Quero então manifestar a minha aquiescência ao pedido do ilustre Senador Demóstenes, mas não me parece, Presidente, próprio que possamos estender essa discussão, inclusive com audiências públicas.

Era essa a nossa ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando, V. Exª, como relator, acata a solicitação do Senador Demóstenes, que já tinha pedido vistas a este processo, que continua com dúvidas, para que façamos na próxima reunião...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Impreterivelmente, na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Na próxima reunião, vou colocar esta matéria em discussão, para ser derrotada ou aprovada.

Senadora Ana Rita, pediu a palavra? É sobre o tema? Já está fora de pauta. Mas, tudo bem, se V. Exª quiser...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Quero, assim como os demais Senadores, me posicionar sobre a matéria.

Primeiro, quero ratificar, dizer da nossa concordância com o relatório do Senador Armando Monteiro, dizer que esta matéria está em tramitação desde 2009, já passou por diversas comissões, pela Comissão de Assuntos Sociais, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, pela Comissão de Assuntos Econômicos, pela Comissão de direitos Humanos e Legislação Participativa desta Casa; é uma matéria de extrema relevância, amplamente discutida, Senador Ricardo Ferraço, com a sociedade. Digo isso porque, como assistente social que sou e já fui conselheira de conselhos de defesa dos direitos da criança e do adolescente, sou testemunha da importância desse projeto, para que de fato se possa ter uma política nacional de atendimento à criança e ao adolescente.

Quero aqui dizer que o Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) foi elaborado durante as comemorações dos 16 anos de implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente do nosso País, a partir de uma construção coletiva que envolveu diversos atores do Governo, especialistas da área da infância e da juventude, e também de direitos humanos, como juízes, promotores, defensores públicos, conselheiros tutelares, conselheiros do Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Portanto, Sr. Presidente, esta matéria vem se somar aos interesses de toda sociedade que atua com a criança e o adolescente.

É mais do que necessária a aprovação da matéria. Vejo que vai, de fato, atender todas as necessidades, porque hoje não é suficiente apenas colocar uma criança numa casa abrigo ou em algum espaço para que ela esteja fora do convívio da sociedade. É preciso haver políticas públicas de ressocialização dessa criança, e o projeto define com muita clareza quais são as competências da União e quais são as competências dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Fazer mais audiências públicas: não vejo que seja necessário. É preciso que ele seja votado, se possível ainda hoje. Faço um apelo ao nosso relator Armando Monteiro, que fez um relatório muito bom de apoio ao projeto. É necessário que se vote o mais rápido possível para que se possa atender a uma necessidade e aos interesses de quem defende e de quem atua com criança e adolescente, particularmente, Sr. Presidente, do próprio Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, que têm sob sua responsabilidade o atendimento a toda criança e a todo adolescente infrator e que precisam do apoio do Estado, não só para si mas para também para suas famílias.

Mais do que nunca, é extremamente necessária a aprovação do referido projeto, que, em minha opinião, além de fortalecer as obrigações dos entes federados, articula políticas integradas que muito fortalecem a ação em defesa da criança e do adolescente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigada, Senadora Ana Rita.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, só uma consideração?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques havia pedido a palavra.

Está fora de pauta a matéria. Voltaremos com essa matéria para discussão na próxima semana, e V. Exªs terão o tempo que quiserem para discutir.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Quero dizer que concordo com a Senadora Ana Rita e que eu era Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, fui um dos responsáveis pela implantação do conselho no Brasil todo.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador, eu acredito que uma semana é...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos fazer o debate dessa matéria na próxima semana impreterivelmente.

Não vou fazer audiência pública, com todo respeito ao Senador Ricardo Ferraço, que a solicita. Como essa matéria já foi amplamente debatida, discutida aqui, com pedido de vista, com debate, peço aos Srs. Senadores que se interessam por essa matéria, como o Senador Ricardo Ferraço; V. Exª, Senador Demóstenes; Senadora Marta; Senadora Ana Rita; Senador Armando; Senador Pedro Taques, que tinha pedido a palavra; Senador Aloysio, que discutiu a matéria – a matéria está fora de pauta, senão não seguimos com a pauta – peço aos Srs. Senadores que busquem um entendimento nessa matéria com o Senador Armando Monteiro, que é uma pessoa extremamente aberta e compreensiva para que, na próxima semana, votemos essa matéria como um dos itens principais da pauta.

ITEM 4
– Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 141, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, combinado com o art. 84, inciso XIV, da Constituição Federal, o nome da Senhora ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA para exercer o cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Ellen Gracie Northfleet.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Votação secreta, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Observações: *Em conformidade com o Ato nº 1, de 2007-CCJ, publicado no Diário do Senado Federal no dia 24 de outubro de 2007, esta Presidência comunica aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que o processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão será sempre feito em duas etapas.*

Na primeira etapa, o relator apresentará o relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que a indicada apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado ou da indicada.

Após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, será concedida vista coletiva automática pela Presidência.

Na segunda etapa, a indicada será submetida à arguição dos membros da Comissão e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá para proferir o relatório.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, pede a palavra, antes do Senador Jucá, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Enquanto o aniversariante se prepara para proferir seu parecer, peço a V. Exª, Sr. Presidente, encarecidamente, que coloque como prioridade um projeto de autoria do Senador Pedro Taques, se não me falha a memória, de nº 204, designando relator e solicitando, inclusive, celeridade para deliberação sobre o projeto, que diz respeito a transformar o crime de corrupção em crime hediondo.

Acho que é uma resposta que nós podemos dar à sociedade brasileira diante de tantos escândalos de corrupção no País. Há uma exigência coletiva. Temos de impor maior rigor contra o crime do colarinho branco, e o projeto do Senador Pedro Taques é oportuno, necessário e deve ser deliberado por esta Casa o mais rapidamente possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Um projeto do Senador Pedro Taques e uma solicitação de V. Exª, esta Mesa jamais poderá deixar de atender. Colocarei em pauta em seguida.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, se não tiver relator designado ainda, eu gostaria de pedir a relatoria dessa importante matéria, até porque há um projeto na Câmara, de iniciativa do Executivo, de 2009, que contempla o projeto do Senador Pedro Taques e o amplia, trazendo a corrupção como crime hediondo e ampliando muito as penas para os corruptores. Portanto, se for possível, eu queria relatar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pimentel, o Senador Alvaro Dias tinha feito a solicitação de público... Não, vou fazer diferente. Vou pedir ao Senador...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Incorporar o Projeto de lei do Executivo, de 2009...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pimentel, vou pedir ao Senador Alvaro Dias que, de ofício, em atenção ao pedido de V. Exª, que era o pedido de relatoria, tendo em vista que o Senador Alvaro Dias já tinha pedido essa relatoria, de público, antes de V. Exª, havendo um compromisso da Mesa com o Senador Alvaro Dias, incorpore o projeto de V. Exª porque tem quase que o mesmo teor do relatório do Senador Pedro Taques.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou passar a palavra ao Senador...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Solicitação aceita, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – V. Exª me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não. Como autor do projeto que não está em discussão, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu conheço o projeto que se encontra na Câmara dos Deputados, mas, sem qualquer cabotinismo ou elogio em boca própria, o meu tem uma diferença em relação ao projeto que vem da Câmara...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Vamos somar todos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Se me permite, até porque o crime de corrupção é um crime bilateral. Quando se fala em corrupção ativa, o projeto também fala em corrupção passiva; ele contempla não só o servidor público que é corrupto, mas também o empresário, porque não há corrupção – concordo inteiramente com V. Exª – sem a participação do corruptor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou passar a palavra ao Senador Romero, lembrando aos Srs. Senadores que temos matéria terminativa, portanto votação nominal, nesta Comissão.

Senador Romero Jucá, V. Exª vai ler o relatório da indicada, Srª Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, para exercer o cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal.

Tem a palavra V. Exª, Senador Romero, antes, recebendo os parabéns da Presidência e pedindo desculpas por ter dado a palavra a tantos Senadores antes de V. Exª fazer a leitura do seu relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, antes de V. Exª dar a palavra ao Relator, quero registrar a presença do seu garoto, que está aqui comigo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Rodrigo está aqui. Vem cá, Rodrigo.

Senador Romero, V. Exª tem a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pela Mensagem nº 141, de 2011, da Excelentíssima Senhora Presidente da República, o Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação da Srª Rosa Maria Weber Candiota da Rosa para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

A Constituição Federal, no art. 101, caput, estabelece que o Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. O art. 52, III, a, combinado com o parágrafo único do referido art. 101, atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar, previamente, por voto secreto e maioria absoluta, a escolha de Ministro do STF efetuada pelo Presidente da República, após arguição em sessão pública.

Por seu turno, o art. 101, II, i, do Regimento Interno do Senado Federal, confere a esta Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania, competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383 da referida norma regimental.

Cabe a esta Comissão, de acordo com o Ato nº 1, de 2007, proceder à sabatina dos indicados.

Em observância ao art. 1º, I, daquele Ato, a Srª Rosa Maria encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

Rosa Maria Weber nasceu em 2 de outubro de 1948, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais desde 1971, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com conclusão em primeiro lugar e como aluna laureada.

Na UFRGS, participou também dos cursos de Extensão Universitária de Preparação à Judicatura, com carga horária de 240 horas/aula, no ano de 1972, e da Extensão Universitária de Processo do Trabalho, em julho de 1974. No mesmo ano, cursou a Preparação ao Concurso de Juiz do Trabalho, promovido pela Associação dos Magistrados do Trabalho.

A indicada ingressou na Magistratura em 19 de maio de 1976, quando se tornou Juíza do Trabalho Substituta do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, mediante aprovação em quarto lugar em concurso público de provas e títulos. Foi promovida, por merecimento, ao cargo de Juiz do Trabalho Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento em fevereiro de 1981, cargo que exerceu por uma década em alguns Municípios do Rio Grande do Sul.

No período de julho de 1987 a agosto de 1991, a indicada foi convocada diversas vezes para atuar no Tribunal Pleno e em Turmas do TRT da 4ª Região, tendo tomado posse no cargo de Juiz Togado daquele Tribunal em 23 de agosto de 1991, em virtude de promoção por merecimento.

Ao longo de seus vinte anos no TRT da 4ª Região, Rosa Maria Weber presidiu a 1ª e a 2ª Turma, a Seção de Dissídios Coletivos, bem como a 1ª e a 2ª Seção de Dissídios Individuais. É juíza integrante do Órgão Especial desde abril de 1995. No que se refere à administração do referido tribunal, a indicada já exerceu os cargos de Vice-Corregedora Regional, Corregedora Regional e Presidente.

Em fevereiro de 2006, foi nomeada Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, onde atua na 3ª Turma, na Sessão Especializada em Dissídios Individuais I e no Órgão Especial, e integra a Comissão de Documentação Permanente.

Paralelamente à magistratura, a Ministra Rosa Maria Weber atuou no magistério, como professora da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no Curso de Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais, nos anos de 1989 e 1990, nas disciplinas Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, e professora do Curso de Especialização em Direito do Trabalho, mantido pela mesma Faculdade, em convênio com a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da IV Região.

A Ministra Rosa Maria Weber tem em sua biografia as seguintes obras, relativas ao Direito do Trabalho:

a) *Doença Mental e Curador à Lide no processo trabalhista*, publicada em 1980;

b) *Criação de novas varas do trabalho*, publicada em 2003;

c) *Ação Civil Pública. Ministério Público do Trabalho. Legitimidade Ativa. Interesses Individuais Homogêneos*, obra publicada em 2008;

d) *Aposentadoria Espontânea*. *Continuidade dos Serviços. Efeitos*, obra publicada em 2009;

e) *Acidente de Trabalho. Responsabilidade Subsidiária*, publicada na Revista do Tribunal Superior do Trabalho em 2010.

Seu itinerário profissional consigna, ainda, o exercício dos seguintes cargos, anteriormente ao ingresso na magistratura:

a) Auxiliar de Protocolo da Inspetoria Seccional do Ministério da Educação, em 1968, na cidade de Porto Alegre;

b) Cargo em Comissão de Assistente Superior na Secretaria da Administração do Rio Grande do Sul, entre 1974 e 1975;

c) Inspetora do Trabalho do Ministério do Trabalho, no período de julho de 1975 a maio de 1976, em virtude de aprovação em concurso público.

Com relação às atividades associativas, cabe mencionar que a indicada já ocupou os cargos de Tesoureira e de Vice-Presidente da AMATRA IV, e integrou o Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho, como Corregedora do TRT da 4ª Região e como Presidente do referido tribunal. Além disso, integra o Conselho Deliberativo da Fundação Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul João Antônio Pereira Leite, desde a sua instituição.

Impende, ainda, destacar que a indicada foi membro da Comissão Especial de Juristas responsável pela elaboração de propostas de aprimoramento e modernização da legislação material e processual trabalhista, instituída pelo Ministério da Justiça – Secretaria de Reforma do Judiciário.

Em sua trajetória profissional destacam-se também as indicações para representar o TST na 96ª e 97ª Reuniões da Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), reali-

zadas na cidade de Genebra, Suíça, respectivamente nos períodos de 30 de maio a 15 de junho de 2007 e de 27 de maio a 13 de junho de 2008.

Cabe consignar, ainda, que a Ministra Rosa Maria Weber recebeu diversas distinções honrosas, entre as quais, destacamos:

a) foi agraciada pelo Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do TST, em 11 de agosto de 1998, no grau de Comendador; promovida ao grau de Grande Oficial da mesma Ordem em 13 de agosto de 2002, e promovida ao grau Grã-Cruz ao tomar posse como Ministra daquele tribunal superior;

b) foi agraciada pelo TST com a Medalha e respectivo Diploma alusivo aos 61 anos da instalação da Justiça do Trabalho, em 15 de outubro 2002, bem como dos 56 anos de integração dessa Justiça ao Poder Judiciário;

c) foi admitida na Ordem São José Operário do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau Grande Oficial, em 19 de março de 2003, pelo TRT da 23ª Região, na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso;

d) recebeu do TRT da 10ª Região a comenda da Ordem do Mérito de Dom Bosco, no grau de Grande Cruz, em 31 de agosto de 2007.

Em observância ao Ato nº 1, desta Comissão, Rosa Maria Weber anexou os seguintes documentos à indicação presidencial:

a) declaração de que não possui parentes consanguíneos ou afins que exerçam ou tenham exercido atividades públicas ou privadas vinculadas a sua atividade profissional, à exceção de seu cunhado, que já foi membro do Ministério Público e da Magistratura em razão de aprovação em concurso público;

b) declaração de que não participa nem participou como sócia, proprietária ou gerente de empresas e entidades não governamentais;

c) declaração de que goza de plena regularidade fiscal, nos âmbitos federal e do Distrito Federal;

d) declaração, ratificada, de que figura como litisconsorte ativo na apelação à reexame necessário nº 20083400036544-4/DF, junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, versando sobre a incidência do Imposto de Renda de pessoa física sobre o abono de permanência em processo cuja decisão da 8ª Turma daquela Corte restou publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal em 14/10/2011 e que se encontra, na presente data, aguardando análise dos embargos declaratórios opostos pela Fazenda Nacional, anexo à consulta processual;

e) declaração de que, nos últimos anos, atuou em juízo apenas como Ministra do TST;

f) argumentação escrita, em que apresenta as razões pelas quais entende ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo, em particular a inteira dedicação ao Poder Judiciário por mais de três décadas e meia, com integral comprometimento com a instituição.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação presidencial.

O nosso parecer é favorável à aprovação, Sr. Presidente.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Romero Jucá.

Está em discussão.

A matéria é secreta, não havendo quem queira discutir, essa Presidência concede vista coletiva automaticamente, nos termos do § 2º, do art. 2º, do Ato nº 1, de 2007.

Já comunicando aos Srs. Senadores que vou convocar reunião extraordinária para a próxima terça-feira, às 10 horas, para sabatina da Srª Ministra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Pedro Simon. Em seguida, o Senador Demóstenes Torres.

Senador Pedro Simon, tem a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Exª acabou de anunciar que está convocando uma reunião para terça-feira, extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Extraordinária, às 10 horas da manhã.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pois não.

Sr. Presidente, nós estamos vivendo uma situação, e eu não sei se a imprensa já apresentou, mas que, realmente, cria um sentido de uma interrogação do que está acontecendo.

Esse caso, nós sabemos, está aqui, já foi explicado, o relator só apresentou hoje porque tinha apresentado há 15 dias. V. Exª está marcando para terça-feira, podia ter marcado para hoje à tarde. Mas, são coisas que acontecem. Mas, o importante é o seguinte: toda a imprensa... eu pediria silêncio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há um Senador na tribuna e peço silêncio aos senhores, para que possamos ouvir o Senador Pedro Simon. E aviso à mesa de som de que há uma microfonia.

Senador Pedro Simon tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Essa matéria já foi muito debatida aqui com relação a que o normal é a indicação da Ministra fosse discutida e votada há mais tempo, mas, como V. Exª diz, o relator houve por bem apresentar hoje, está apresentando hoje. O normal, o regimental é que se apresente hoje e se marque uma nova data; V. Exª está marcando para terça-feira.

Mas o importante deve ser salientado. Na votação dessa matéria no Supremo, a Ficha Limpa, o Ministro que pediu vistas disse que pedia vistas para estudar a matéria e, considerando que esta matéria havia terminada empatada em 5 a 5 na última votação, ele esperaria a indicação de um novo Ministro, para o Supremo estar completo, para devolver.

Aí, aconteceu esse fato e tem várias interpretações e várias interrogações, o que estaria havendo. Alguma ligação com relação ao nosso companheiro Jader, que o tribunal, que já deu duas decisões no sentido... tirando dois Senadores do PMDB, e no caso do Jader ainda não decidiu, e ontem, inclusive, o comando do PMDB esteve falando com o Presidente do Supremo. O que estaria acontecendo?

O importante é que, depois da ida do PMDB ao Supremo, depois de ficar mais ou menos claro que nós não votaremos logo essa matéria e que, a rigor, V. Exª está marcando para terça-feira a reunião da Comissão, isso significa, no máximo, quarta-feira da semana que vem, que já será dia 3 ou 4 de dezembro, a solenidade de posse. Logo, a Ministra não estará no Supremo a tempo de votar essa matéria neste ano. Mas aí vem uma decisão do Presidente do Supremo que é realmente interessante de ser analisada. O Senador tinha pedido vista, devolve o projeto e o Presidente do Supremo está marcando a votação para hoje. A votação Ficha Limpa está na ordem do dia do Supremo para o dia de hoje, o que significa que eu diga a V. Exª que o relator já leu, V. Exª marcou para terça, pode marcar para quarta, porque o problema que aqueles que estavam tentando impedir a ida da Ministra, na expectativa talvez de que não se votasse o Ficha Limpa, desapareceu esse motivo porque o Ficha Limpa vai ser votado independe do que acontece.

Agora, o fato *sui generis* que deixa uma interrogação no ar é o que aconteceu no fato de o Supremo dizer que está completo para votar a matéria, o MDB vai conversar com o Presidente do Supremo e, nem mais nem menos, o Ministro que tinha pedido vista devolve e o Presidente do Supremo marca para hoje. Isto é, vai ser votado este ano.

Então, fica no ar uma interrogação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon,

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Só vou concluir, Sr. Presidente, vou concluir.

O Senado teria tentado impedir que o Ficha Limpa fosse votado este ano? O Supremo, à revelia do Senado, tendo ficado na posição do Senado, resolve votar este ano. Quer dizer, o Supremo sai como o homem que realmente quis e o Senado sai como a instituição que não queria?

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Simon, vou pedir e agradeço o silêncio do Plenário para não rebater o Senador Simon, mas para explicar ao Senador Pedro Simon uma coisa.

Pedro Simon é muito mais experiente do que eu. Estou aqui no Senado apenas há nove meses e, graças a Deus, há treze anos...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Muito mais experiência do que V. Exª, mas V. Exª tem muito mais capacidade...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, eu ouvi V. Exª Presidente.

Vou responder a V. Exª

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas V. Exª falou uma questão pessoal que eu tenho que dizer: V. Exª é muito mais competente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não vou bater boca com V. Exª, vou responder a V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Exª chegou aqui num dia e no outro dia era Presidente da Comissão. Talvez no próximo ano seja Presidente do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, eu não vou querer cortar o microfone de V. Exª. Não adianta V. Exª ficar aqui nesse...

V. Exª quer ouvir a posição da Mesa?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pois não.

O PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Talvez V. Exª não conheça a Resolução nº 1, que não foi feita por mim. Não sei qual foi o Presidente que a assinou – a assinatura é do Presidente Marco Maciel – e que, numa questão de ordem nessa matéria de discussão de sabatinas aqui – não sei por que essa agonia toda de sabatinas aqui – quando determinados órgãos ficam até um ano e meio pendente da indicação para o Senado Federal.

É nossa função, Senador Pedro Simon, fazer a sabatina de acordo com o que determina a Constituição.

Essa resolução não foi feita pelo Senador Eunício Oliveira e nem talvez pela maioria dos membros

desta Comissão. Agora, houve uma questão de ordem aqui e eu deferi a questão de ordem feita pelo Senador Pedro Taques, pelo Senador Demóstenes, pelo Senador Randolfe, que questionava a quebra de interstício constante e o desrespeito a essa resolução.

E V. Exª talvez não estivesse aqui nesse dia, quando a Mesa decidiu que todas as sabatinas teriam a rotina da resolução, que está baseada, Senador Simon,...

Senador Raupp, eu pediria só a atenção de V. Exª por um minuto; o assunto é o mesmo.

Para responder ao Senador Pedro Simon: eu sou da Executiva Nacional do PMDB; está aí, bem sentadinho naquele lugar, meu filho, que também é da Executiva Nacional do PMDB; participei da reunião da Executiva Nacional do PMDB e, nessa reunião, esse assunto de poderes não foi colocado na Mesa daquela reunião.

Quero deixar bem ...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Importante a explicação de V. Exª...

O PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, por favor...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Importante a explicação de V. Exª, porque a imprensa não foi...

O PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Deixe-me concluir, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Semana atrasada, o Senador Romero era o relator da matéria. V. Exª viu hoje aqui o Senador Armando Monteiro ser consultado, mesmo já tendo sido dada vista à matéria, em discussão, o Senador Humberto Costa, o Senador Armando Monteiro tinha pedido a palavra e, ao fazê-lo, pediu que essa matéria fosse retirada de pauta. Ele é o relator. Portanto, é hábito e regimental a Mesa atender aos Srs. Parlamentares.

Afirmo a V. Exª uma coisa, Senador Pedro Simon: a Mesa está cumprindo fielmente o Regimento, fielmente o Regimento. Não há nenhuma correlação em relação ao que o Supremo faz, deixa de fazer ou o que o Supremo marca ou deixa de marcar, que ministro relator peça vista e condiciona a vista. Absolutamente nada com a decisão desta Comissão! Até o dia em que eu estiver sentado nesta cadeira, eu vou cumprir o Regimento do Senado Federal, porque eu jurei cumprir este Regimento e esta Constituição. Então não esperem de mim tratamento diferente do que vou fazer.

Estou convocando uma reunião extraordinária para dar ao Congresso Nacional, ao Senado da República a oportunidade de, se quiser, colocar já na quarta-feira, que é o dia que tem pauta...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em seguida. E que tem efetivo e que tem plenário cheio para aprovar ou rejeitar qualquer que seja o indicado. É nossa função. A votação vai ser secreta, a manifestação a favor ou contra vai ser democrática, regimental, constitucional, feita pelos Srs. Senadores. Então não aceito nenhum tipo de insinuação que tenha acontecido em relação ao comportamento desta Mesa e desta Comissão.

Tem a palavra, pela ordem, o Senador Demóstenes Torres. Desculpe, o Senador Renan Calheiros tinha pedido primeiro. Em seguida, o Senador Demóstenes Torres.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, acho que duas coisas precisam ser ditas, colocadas, enfatizadas a partir da intervenção do Senador Pedro Simon.

Primeiro, a Executiva do PMDB não esteve com o Presidente do Supremo Tribunal Federal....

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Senador Renan, é importante o que V. Exª está salientando, porque a imprensa....

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Renan está com a palavra, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) –... porque a imprensa publicou o contrário. É muito importante o que V. Exª está dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Simon,...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Mas não há problema, vamos ouvi-lo. Vamos ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –... o Senador Renan escutou V. Exª. Vamos escutá-lo para não ficar dúvida em relação... O Brasil inteiro está nos ouvindo, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Mas eu não me oponho à intervenção do Senador Simon. Até acho que ajuda...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª terá que conceder aparte, porque a Mesa não vai conceder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) –... porque o que se quer aqui é a verdade, é aclarar os fatos. Pois não.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É importante o que V. Exª está dizendo, porque a imprensa publicou o contrário e V. Exª está esclarecendo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Renan, a palavra está com V. Exª. A palavra está com V. Exª, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Então, em primeiríssimo lugar, o PMDB não esteve com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, portanto, a colocação que o Senador Pedro Simon acabou de fazer desse encontro não é verdadeira. Segundo, o PMDB, como o maior partido congressual, defendeu em todos os momentos e em todos os momentos defende a constitucionalidade e a validade da Lei da Ficha Lima. Aqui, no Senado, nós votamos essa lei por unanimidade, por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu a votei duas vezes na Câmara.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Não há também, no Supremo Federal, com relação a essa decisão específica, a necessidade ainda da presença da ministra que vamos sabatinar, de acordo com a decisão de V. Exª, na próxima terça-feira. O processo tinha saído de pauta a pedido de vista. Não tem nada a ver. É uma confusão que precisa ser definitivamente esclarecida. E estou fazendo isso unicamente para tentar esclarecer os fatos.

Primeiro, o PMDB não esteve com o Presidente do Supremo; segundo, o Supremo não deliberou sobre a validade, a constitucionalidade da lei para a eleição de 2012 por ausência de ministro, mas por pedido de vista de ministro. Eu quero que isso fique absolutamente claro, porque, com relação à Lei da Ficha Limpa não há nenhuma divergência com relação ao Senador Pedro Simon. Pelo contrário, nós sempre administramos uma grande convergência. E é isso que tem que ficar claro, porque as reiteradas intervenções do Senador Pedro Simon, ao citar o partido, ao colocar o partido, as dificuldades, a necessidade de se levar em conta os prazos do processo legislativo nesta Comissão nos deixam numa zona cinzenta, com a qual nós, infelizmente, não podemos concordar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Demóstenes.

Senador Renan, só para complementar a fala de V. Exª, quero deixar bem claro que, dentro do possível e das minhas limitações, esta Comissão jamais ficará numa zona cinzenta porque os fatos e a verdade serão sempre colocados com clareza por esta Mesa.

Senador Demóstenes Torres, V. Exª tem a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sem entrar nessa questão do umbral, Sr. Presidente, é uma questão de ordem prática.

Nosso querido Senador Randolfe Rodrigues é contra, ideologicamente, o novo Código Florestal e, regimentalmente, levantou ontem uma questão de ordem, julgada com acerto procedente pela Presidente em exercício Marta Suplicy, e transferiu para hoje o requerimento de urgência.

O requerimento de urgência é claro, ou seja, aprovado o requerimento de urgência – e vamos aprovar – só dois dias depois é possível a deliberação, a não ser que haja unanimidade – e já está evidente que não é o caso, não há – de sorte que só na sexta-feira poderemos votar o Código Florestal.

Nós sabemos muito bem que nem sexta nem segunda há condição numérica de se votar o Código Florestal.

Então, estou aproveitando a presença do Líder do Governo e dos principais Líderes, de V. Exª, da Presidente Marta Suplicy para fazer essa questão de ordem prática. Está sendo marcado aqui, nós já combinamos, votarmos na terça-feira o Código Florestal, em decorrência da questão de ordem levantada pelo Senador Randolfe. É impossível, no mesmo dia, fazer a sabatina, pela importância do tema, e também votar o Código Florestal. Então, estou sugerindo, caso V. Exª mantenha terça-feira – e veja bem, para mim tanto faz uma coisa ou outra – que já deixemos transferida para quarta-feira a votação do Código Florestal. Ou nós fazemos o Código Florestal na terça e a Ministra na quarta, ou fazemos o contrário. Não dá para fazer as duas coisas no mesmo dia, porque a sabatina da Ministra, creio que vá chegar até muito tarde. Então, acredito que essas duas matérias no mesmo dia pode ser algo complicado. Por isso estou dizendo que é uma questão de ordem prática, apenas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª, que tanto tempo ficou aqui e tão brilhantemente presidiu esta Comissão, sabe que é regimental, é prerrogativa da Presidência a marcação de convocação da Comissão extraordinária ou ordinária dentro do prazo, obviamente, regimental.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu poderia levar essa matéria para quarta-feira, mas quarta-feira, chegando ao final do ano, tenho várias matérias pendentes, várias solicitações dos Srs. Senadores para, inclusive, ampliar a pauta para vários projetos que estão pendentes nesta Comissão.

Então, respeitosamente, peço desculpas a V. Exª...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A palavra está com a Mesa.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Em seguida a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Deixem-me concluir primeiro.

Está marcada para quarta-feira, às 10h, aqui. Se a sabatina for das 10h até a meia-noite...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Terça ou quarta?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Terça-feira, às 10h. O limite da marcação é de cinco dias. Eu posso antecipar, mas não posso postergar, é regimental. Então, estou antecipando a sabatina da Ministra para as 10h de terça-feira.

Aí, o entendimento de Código Florestal de Plenário será feito em outra seara, em outro patamar, que é o patamar do Plenário do Senado Federal.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pediu a palavra, pela ordem...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pediram a palavra, pela ordem, o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Randolfe, a Senadora Marta, o Senador Pedro Taques e o Senador Pimentel, na ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, V. Exª abre oportunidade para que eu possa apelar a S. Exª.

Eu fui designado por V. Exª para relatar a reforma administrativa do Senado. Fiquei muito honrado com essa designação. Tivemos como Presidente nessa subcomissão o eminente Senador Eduardo Suplicy. Fizemos um esforço concentrado extraordinário, tendo em vista que essa é uma matéria que está pautada no Senado desde 2008. Então, quero apelar a V. Exª para que possamos também, nesse esforço que faz, incluir essa matéria como forma de esta Comissão entregar ao Plenário da Casa o parecer, que foi designado ao eminente Senador Benedito de Lira. Acho imprescindível, inadiável que possamos ampliar e concluir esse debate, a fim de levar para o plenário esse tema, já que V. Exª está ultimando aí matérias importantes para o final de 2011.

Apelo a V. Exª para que, na condição de nosso Presidente, inclua, entre essas matérias, a desejada, necessária e inadiável reforma administrativa do Senado. E, repito, fiquei muito honrado porque fui designado por V. Exª, mas acho que precisamos concluir essa matéria e entregá-la à Mesa para que o conjunto dos Senadores possa apreciá-la em plenário.

É o apelo que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço, acabei de dizer que essa reunião que estou marcando, antecipando a sabatina da Ministra, tem muito a ver com a pauta de final de ano de várias matérias que estão para ser aprovadas ou rejeitadas pelo Plenário desta Comissão. Portanto, essa matéria é importante, e é um compromisso que ela esteja pautada, não com V. Exª, mas comigo mesmo, com toda a Casa, com todos os Senadores e com V. Exª, que foi o Relator, claro, e com o Senador Suplicy, que presidiu tão bem essa comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu conversei ontem com o Relator, que está em fase final do relatório, para o qual pedi pressa, que ele me entregasse o relatório, que tem prazo regimental. Ele aquiesceu; vamos fazer uma reunião hoje à tarde sobre esse tema para a breve inclusão em pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, V. Exª já respondeu e decidiu a questão de ordem apresentada pelo Senador Demóstenes, mas eu queria, permita-me, insistir na questão e, mais do que a questão regimental, quero pedir uma reflexão, com base na reflexão iniciada pelo Senador Demóstenes.

A sabatina vai se iniciar às 10 horas. Parece-me que será uma longa sabatina. Cada Senador terá direito a perguntar, a ouvir a resposta da Ministra, à réplica, à tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com em todas as sabatinas aqui acontecidas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente.

Parece-me que teremos uma terça-feira muito agitada, com votação de Código Florestal; para às 16 horas, está na pauta o Código Florestal, e com a necessidade de o Plenário do Senado Federal não adiar o início da sessão plenária, às 16 horas.

Às 16 horas, incorreremos em outra situação, que é o fato de que nenhuma comissão pode subsistir ao plenário. Junto isso à questão apresentada pelo

Senador Demóstenes Torres, para checar com V. Exª se não seria mesmo de bom tom que essa sabatina de fato ficasse para quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, respondo a V. Exª, nessa questão que levanta, dizendo o seguinte: vou iniciar a sabatina às 10 horas. Se chegar à Ordem do Dia, quando vai ser debatido o Código Florestal, se é que será nessa data, como é regimental, se não tiver sido concluída a sabatina, vou suspender a reunião e remarcá-la; não vou encerrá-la. É uma prerrogativa da Mesa e vou usá-la.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Essa questão já está definida. Vou dar a palavra pela ordem, mas vou pedir aos Srs. Senadores, porque essa matéria já não está mais em debate, que sigamos a pauta.

Vou dar a palavra à Senadora Marta Suplicy...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar a V. Exª também, que está inscrito aqui. Vou dar a palavra pela ordem, esperando que, já que a matéria está fora de pauta, seja para outro tema. V. Exª tem liberdade...

Senadora Marta Suplicy, Senador Pedro Taques, Senador Pimentel e Senador Aécio Neves.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador, é simplesmente para dizer que são palavras de bom-senso porque, se começarmos às 10, impreterivelmente, até as 14 horas nós teremos discutido bastante. Se necessário, temos mais duas...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Até as 16, Senadora.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Seis horas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Até as 16!

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim. Então, são seis horas de discussão.

Aliás, eu não me lembro de nenhuma sabatina aqui que tenha durado mais do que três ou quatro horas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aí, eu não posso prever.

Deixem a Senadora falar!

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Desde que eu estou nesta Casa, pode ser que tenham outras ocorrido, mas eu não presenciei.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, mas é imprevisível. Aí, os Senadores têm razão. É imprevisível: pode ser uma hora, podem ser duas, podem ser dez, podem ser vinte...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, é imprevisível, mas eu só estou dizendo da minha experiência aqui, que eu não vi isso ocorrer. Caso ocorra, o Senador Eunício já deu uma solução que me parece a contento.

Então, não vejo motivo para tanta ânsia em ficar postergando algo que nós já estamos postergando há algum tempo e que sabemos seria bastante importante ser votado este ano.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, que pede a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu tenho certeza de que V. Exª já decidiu porque eu vi e ouvi a decisão de V. Exª, mas eu me reservo o direito de me manifestar, se assim V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É claro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A sabatina mais longa que ocorreu no Brasil, que foi a do Ministro Toffoli, foi de sete horas. A sabatina mais longa que ocorreu nos Estados Unidos, a do juiz Clarence Thomas, foi de sete meses. Isso mostra a diferença de importância da sabatina entre os dois Senados.

Muito bem. Nós vamos iniciar a sabatina às 10 horas, mas, em razão da jurisprudência desta Casa, notadamente desta Comissão de Constituição e Justiça, que é uma jurisprudência a que nós todos damos causa, nenhuma reunião iniciou-se às 10 horas, apesar da presença de V. Exª aqui quero ressaltar.

Então, vai começar às 10h30. Aí, nós vamos fazer uma sabatina de afogadilho. Isso não é interessante, porque é importante a votação do Código Florestal. Agora, mais importante do que a votação do Código Florestal – eu defendo a votação do Código Florestal – é quem vai julgar o Código Florestal, que é a Ministra Drª Rosa, não é isso?

Então, V. Exª está... É muito importante a sabatina. Agora, fazer uma sabatina de afogadilho não é interessante para esta Comissão, para o Senado e, sobretudo, para a importância de um cargo que será ocupado por S. Exª a Ministra do Tribunal Superior do Trabalho.

Não haveria como nós anteciparmos, Sr. Presidente, para o mesmo dia, um pouco mais cedo essa sabatina, às 8 da manhã?

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª está propondo, desculpe-me, Senador?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Antecipar para as 8 da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Às 9. Não tem problema, podemos antecipar para as 9!

Não tem problema, para as 9 horas de terça.

Então, já atendendo – vou dar a palavra, pela ordem, ao Senador Pimentel e ao Senador Aécio – a solicitação do Senador Pedro Taques, a sabatina está marcada, antecipada de quarta para terça-feira, às 9 horas.

E não há sabatina – eu peço vênia a V. Exª apenas para colocar que não há sabatina de afogadilho. Nós não temos outra data para fazê-la porque o plenário do Senado funciona com votações e ordem do dia a partir das 16 horas. Então, a partir das 16 horas, o plenário não tem hora para terminar.

Eu vou abrir a sabatina às 9 horas e, se não estiver concluída na hora em que iniciar a ordem do dia, suspendo a reunião e a reabro no momento oportuno.

Senador Pimentel tem a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO (DEM – MT) – Sr. Presidente, com a decisão tomada para começar às 9 horas, se porventura até às 16 não concluir, suspende-se tudo, dou-me por satisfeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves, tem a palavra V. Exª pela ordem.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, na verdade, nós estamos a três semanas praticamente do encerramento deste ano legislativo. E é natural – eu vivi essa experiência enquanto presidi a Câmara dos Deputados – que as demandas sobre as matérias...

Sr. Presidente, aguardo V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Perdão, Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Aguardo V. Exª, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª aguarda?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Enquanto V. Exª consulta o assessor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já concluí aqui.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Porque a atenção de V. Exª é importante.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É importante, não é, V. Exª?

Peço desculpas a V. Exª.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Aprendi com V. Exª, Senador Eunício!

Na verdade, dizia eu...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E eu aprendi tanto com o seu avô, o Senador Tancredo Neves, que era meu ídolo, junto com Ulysses Guimarães!

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Então, está explicada essa meteórica ascensão a qual se referia o Senador Pedro Simon!

Senador Eunício, na verdade, temos apenas três semanas praticamente para encerrar este ano legislativo, e as demandas sobre V. Exª e, de modo geral, sobre a presidência da Casa e a presidência de outras comissões, em relação às matérias a serem colocadas em votação, é enorme. Eu vivi isso ao lado de V. Exª enquanto eu presidia a Câmara dos Deputados.

É preciso que haja um critério para a seleção dessas matérias. V. Exª falou aqui de uma reunião que seria feita, com o objetivo de definir com clareza quais são essas efetivas prioridades.

E eu quero aqui fazer coro ao assunto levantado pelo Senador Ricardo Ferraço a uma matéria que permeia todas as outras. Nós assumimos, no início deste ano, sob a expectativa grande de uma grande reforma administrativa no Senado da República. Foi criada uma subcomissão, presidida com a correção e a eficiência de sempre pelo Senador Eduardo Suplicy, com contribuições de inúmeros Senadores, em especial do Senador Ferraço, mas também do Senador Benedito, que acabou por relatar a matéria.

Quero aqui fazer coro sobre a necessidade de essa ser, efetivamente, uma das matérias ainda este ano submetida ao crivo desta Comissão. É uma matéria que já vem sendo discutida no Senado antes mesmo da nossa chegada. O Senador Tasso Jereissati, conterrâneo de V. Exª, fez um trabalho extenso em relação a esse tema, que foi a base para o trabalho que aqui será apresentado. É apenas para solicitar a V. Exª que faça um esforço grande, porque eu acho que seria um fecho muito importante para esta Comissão que nós pudéssemos votar aqui, antes do final do ano, aquilo que havíamos nos proposto fazer, antes do início da sessão legislativa. É uma resposta da Casa à própria Casa, mas também da Casa à sociedade brasileira, que clama por modernização na ação administrativa e na própria ação legislativa do Senado Federal.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aécio. A contribuição de V. Exª é sempre bem-vinda, eu que fui seu liderado na Câmara dos Deputados, como presidente daquela

Casa. V. Exª fique tranquilo em relação a essa questão da pauta, porque já há um entendimento da Mesa, pedindo ao relator que apresente essa matéria ainda esta semana, no máximo até a próxima semana, para que pautemos e votemos essa matéria que é importante.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esse debate que ocorreu hoje em relação à questão da Resolução nº 1, na questão da antecipação feita pela Mesa, o questionamento não em relação à antecipação, mas em relação a outras matérias importantes, ficou claro, acho que ficou claro para o Senador Pedro Simon que essa era a posição da maioria quase absoluta deste plenário.

Portanto, fica bem claro para V. Exª e para a opinião pública brasileira a forma correta como temos procurado fazer o nosso trabalho aqui na Comissão, obviamente com a colaboração de todos os senhores.

Nós já estamos na 63ª reunião, com o plenário cheio e com quorum para deliberações. Mais uma vez agradeço a todos os Srs. Senadores.

O próximo item da pauta... Nós temos aqui o Item 2. Nós vamos votar o Item 2, do qual o Senador Demóstenes Torres é o relator dessa matéria, relator *ad hoc*.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador, tem a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O Senador Antonio Carlos Valadares tem um voto em separado, e nós ficamos de conversar acerca desse tema hoje e talvez encontremos uma saída.

Então, peço a V. Exª que retire e coloque, também, impreterivelmente para a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Retiro de pauta, a pedido do Senador Demóstenes Torres, para que se faça, mais uma vez, um entendimento.

O próximo item da pauta é o Item 5.

O Senador Gim Argello pede a retirada de pauta.

Próximo item da pauta é o de número 6.

ITEM 6
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2010

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Esporte.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Em 19/10/2011, foi concedida vista aos Senadores Randolfe Rodrigues e Aécio Neves, nos termos regimentais.*

O Senador Inácio Arruda encontra-se ausente.

Eu coloco a matéria em discussão.

Não havendo quem queira discutir...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir o Senador Aécio Neves e o Senador Randolfe.

Senador Aécio Neves, V. Exª tem a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Na verdade, Sr. Presidente, o que propõe a relatoria do Senador Arruda, a partir de um projeto de autoria da Presidência da República.

Na verdade, é aquilo que nós, aqui, temos combatido de forma extremamente veemente: a sucessiva criação de cargos como instrumento para eventual melhoria do funcionamento dos Ministérios ou dos órgãos públicos.

Este projeto, na verdade, pretende criar 24 cargos em comissão, os chamados DAS, para compor aquilo que se chama de a estrutura específica para tratar do futebol e da defesa dos direitos do torcedor.

Sr. Presidente, pode faltar muita coisa a esse Governo, mas não faltam DAS, não faltam cargos em comissão...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E nem falta imaginação para inventar pretexto para criar cargos em comissão, se V. Exª me permite.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – O impacto orçamentário – e eu aqui faço um alerta aos Srs. Senadores em relação a essa questão – dessa nova estrutura, a nosso ver absolutamente desnecessária, é estimada em alguma coisa em torno de R$1,5 milhão.

Essa proposta chegou aqui no ano de 2008, então é possível perceber, até pela longevidade da discussão desta proposta, que não é nada absolutamente urgente e acho que um Governo, Sr. Presidente, que, no início deste ano, propôs reduzir gastos, tem, no âmbito do seu discurso, reorganização administrativa, gestão de maior qualidade, este projeto vem na direção oposta àquilo que efetivamente seria necessário.

Portanto, Sr. Presidente, nossa posição é absolutamente contrária. Este projeto não traz absolutamente nada; do ponto de vista temporal, nenhuma urgência; e é preciso que o Governo seja mais parcimonioso e, mais do que isso, por que não fazer remanejamento dos cargos existentes na máquina administrativa? Algo

lógico, fala aqui um governador de Estado que, quando assumiu o Governo do Estado de Minas Gerais, extinguiu, Sr. Presidente, extinguiu, em uma semana, três mil desses cargos de livre nomeação. Fiz o remanejamento das áreas onde havia excesso de cargos para aqueles onde a demanda era maior e o Estado funciona muito bem até hoje, sem que tivesse havido necessidade de criação de um desses cargos.

Portanto, parece-me absolutamente inoportuna, não obstante as intenções do Senador Inácio Arruda, a criação de mais cargos no Ministério do Esporte. É preciso que os cargos que lá existem sejam utilizados por pessoas técnicas, qualificadas. E esse Ministério em especial, Sr. Presidente, Srsª e Srs. Senadores, nós assistimos a isto, se lembrará o Senador Pedro Taques, o Senador Demóstenes de todas as denúncias que envolveram o Ministério e que culminaram com a queda do ministro, que, se não estou enganado, cerca de 70%, 75% dos cargos de livre provimento nesse Ministério eram providos por pessoas alheias à área fim, em grande parte por correligionários do antigo ministro, até contrariando uma determinação legal, que impede, vamos dizer assim, a utilização partidária, política desses cargos.

Assim, Sr. Presidente, voto contra este projeto. Acho que a base poderia dar uma sinalização clara de que há o mínimo de correlação e sintonia entre o discurso do Governo da austeridade e a prática do Governo que, se aprovado este projeto, é oposta a esse discurso.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves, Senador Randolfe, Senador Pedro Taques...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu também pedi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro, Senador Romero.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, eu quero destacar um trecho da justificativa, ou melhor, do parecer do Relator, que é favorável à matéria, que diz o seguinte:

A dimensão dessas competições e seu significado para o Brasil são autoevidentes e mais do que justificam a criação dos cargos aqui propostos, especialmente se consideramos o seu diminuto número e o reduzido nível de despesa que se pretende instituir.

Ora, já foi dito aqui, para tanto, então, faça-se remanejamento de cargos de outras secretarias que são desnecessárias e se coloque no Ministério dos Esportes.

Vai mais adiante a justificativa: "Efetivamente, os efeitos positivos dos eventos citados na economia nacional, seja na geração de emprego e renda, seja na produção de bens a eles relacionados (...)." Como assim? Quer dizer que a criação de cargos vai gerar emprego e renda? Só se for alguns poucos empregos e rendas para alguns poucos que serão nomeados. Não me parece que gerará emprego e renda na economia brasileira.

Nós estamos diante, Presidente, aqui nesta CCJ, de argumentações, digamos, bipolares, porque, ainda há pouco, veio para cá, Senador Demóstenes, a argumentação da DRU. A argumentação da DRU é o necessário ajuste fiscal em virtude da pressão da crise econômica mundial, ou seja, DRU para fazer ajuste fiscal. Aí vem um projeto para criar cargos. Onde está o ajuste fiscal alegado anteriormente? Não me parece que seja o melhor caminho para o Brasil gerarmos emprego e renda com ampliação e nomeação de cargos públicos. Não me parece seja o melhor caminho. Acredito que temos alternativas, dentro da máquina pública, para atender as demandas que são legítimas em relação à estrutura de que se precisa para a Copa do Mundo e para a Olimpíada. Acredito que antes da criação de cargos é necessário ter uma justificativa da estrutura como está. Ora, ocorreram uma série de denúncias em relação ao Ministério dos Esportes, mesmo com a mudança de Ministros. Seria importante ter o esclarecimento de como funciona a estrutura do Ministério dos Esportes. Há um conjunto de denúncias que pesam sobre as atividades fins e sobre os convênios dos Ministérios. E parece-me que, antes de criarmos mais cargos sem uma explicação clara das atividades fins desses cargos. Olha que não sou contra a utilização da estrutura do Estado, acho que o Estado tem que ter uma estrutura eficiente para dar cabo de sua finalidade. Não me parece razoável ampliar a sua estrutura sem uma razoável justificativa da necessidade dessa ampliação. E essa razoável justificativa claramente não há.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, criação de cargos comissionados, diante do número de comissionado que temos no Brasil, me parece um acinte, Sr. Presidente.

Nós temos hoje... Só a Senhora Presidente da República, me parece, salvo engano até ontem, meia-noite, eram quase 24 mil cargos comissionados no Brasil. Ninguém tem esse número inteiro, parece-me que 24 mil cargos comissionados.

O objetivo da criação desses cargos, eu penso que seja a eficiência na administração. Agora, nós temos que nos recordar que houve um corte de contingenciamento também na contratação daqueles concursados. Nós todos recebemos todos os dias, aqui nos nossos gabinetes, telefonemas, *e-mails*, visitas de brasileiros que passaram horas e horas estudando, passaram em concursos públicos e até agora não foram chamados pela Administração Pública e agora estamos criando mais cargos comissionados.

Sou totalmente contrário a criação desses cargos, tendo em conta o número de brasileiros que passaram em concursos, em outras áreas, é óbvio, em áreas sensíveis para a Administração Pública e até hoje não foram chamados. Nós poderíamos fazer desses 24 mil cargos, que é o que consta, o que existe, remanejamento para cá. Eu vejo que objetivo pode ser um objetivo para dar mais efetividade a essas demandas do Ministério dos Esportes. Agora, mais cargos comissionados diante da realidade que temos e diante – eu ousaria dizer aqui – de mais de um milhão de brasileiros que estudam, perdem tempo estudando, são aprovados em concursos e por oportunidade e conveniência da Administraçã não são chamdos.

Este ano, Sr.Presidente, eu já oficiei, liguei – vou chutar aqui – mais de 30 vezes para a Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, através de pedidos de brasileiros que foram aprovados em concursos e não são chamados. Então, a porta de ouro para a administração pública é o concurso público, que é absolutamente democrático, que trata a todos na mesma condição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao nobre Senador Álvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu considero um despropósito, depois de tantos escândalos, especialmente aqueles que aconteceram no âmbito do Ministério dos Esportes, nós estarmos apreciando matéria para aumentar o número de cargos comissionados, uma das razões desses escândalos.

É evidente que a estrutura do governo engordou para atender ao apetite da base aliada. É claro que nós não falamos isso com conforto, com satisfação, mas é a realidade.

Os partidos que apóiam o Governo – e são 14 – exigem a contrapartida do espaço na área do Executivo, na administração direta e indireta, autárquica, fundacional. E nós estamos verificando, como disse o Senador Pedro Taques, que são 24 mil cargos comissionados. Nos Estados Unidos, são pouco mais de sete mil; na Holanda são 780; na Alemanha são 800. Por que o Brasil necessita de tantos cargos comissionados? Obviamente, o cargo comissionado é usado como moeda de troca, para obtenção de apoio, e é um estímulo à prática da corrupção. De um lado, puxa para baixo a qualidade da Administração Federal e, de outro lado, abre portas para a corrupção. É o que se vê. É o modelo do loteamento que tem de ser destruído. Não podemos compactuar com esse modelo. Aprovar uma proposta como essa é compactuar com o modelo. O que se deve é valorizar o concurso público, isso sim, porque isso valoriza competência e qualificação técnica e melhora a qualidade da gestão.

Estamos na contramão da modernidade, em vez de realizarmos uma reforma administrativa, reduzindo as estruturas ociosas, desnecessárias e supérfluas. Existem paralelismos e superposição de ações que podem ser dispensados. O Governo não fala em reforma administrativa. Com isso, aumentam as despesas correntes, e vamos limitando, cada vez mais, a capacidade de investir produtivamente do Estado brasileiro.

Portanto, estamos praticando o modelo que é o avesso da eficiência. Temos de buscar a eficiência, para dar resposta às demandas da sociedade e, sobretudo, para aplicar com correção, estabelecendo bem a relação custo-benefício dos investimentos, os recursos públicos oriundos da receita paga com muito sacrifício pelo povo brasileiro. A carga tributária brasileira está chegando a 42% do PIB. Até o final do ano, chegaremos a R$1,5 trilhão de receita e não temos recursos para a saúde, para a educação, para a segurança pública, porque gastamos com o supérfluo. E o que estamos discutindo hoje é se vamos aumentar a despesa com o que é dispensável, com aquilo que não é eficiente, ou se vamos rejeitar isso.

Portanto, nossa posição é a do Senador Aécio Neves, que prolatou um voto em separado, que acompanhamos. Vamos votar contra essa matéria, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Peço a palavra para discutir a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício. Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, tem a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas quero registrar que o Governo da Presidenta Dilma, como fez o governo anterior do Presidente Lula, tem chamado concursados, sim. O Governo tem feito concursos e tem chamado os concursados em diversos setores, como na Polícia Federal, no Banco Central, na própria AGU. Em diversas áreas, as pessoas estão sendo chamadas.

No caso específico desses cargos para o Ministério do Esporte, aprovamos aqui um regulamento, um regimento, uma norma que diz respeito à questão da proteção do Estatuto do Torcedor e à efetiva fiscalização dos estádios, Sr. Presidente. Portanto, aprovamos aqui um dispositivo que requer o acompanhamento e a ação do Governo. Além disso, com essa estrutura, estamos ajudando o processo de organização da Copa do Mundo. A proposta do Ministério é a de haver uma pequena estrutura que vai acompanhar o futebol, que vai acompanhar o Estatuto do Torcedor e que vai ajudar a organizar a Copa do Mundo.

Portanto, é necessária a aprovação desses cargos. São 24 cargos – não é uma quantidade imensa de cargos – para um Ministério que é pequeno, que é enxuto, cuja atuação precisa ser melhorada. Eu diria, inclusive, que a aprovação desses cargos é um voto de confiança ao Ministro Aldo Rebelo, que acabou de assumir e que está estruturando o Ministério da forma como todos nós esperamos.

Portanto, vamos encaminhar favoravelmente à aprovação da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício. Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, tem a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, creio que, se houvesse um Prêmio Nobel para recompensar a pessoa que tivesse a imaginação mais fértil para inventar sinecura, o autor desse projeto mereceria, indubitavelmente, levá-lo. Contratar alguém para zelar pelos direitos do torcedor?! "O que o senhor faz na vida?" "Estou aqui zelando pelo interesse do torcedor." "Ah, meus parabéns!" Cá entre nós, isso não tem cabimento! O projeto está aqui desde 2008, e, até hoje, ninguém teve a coragem de aprová-lo, porque, realmente, isso não tem cabimento, exatamente numa época em que... Ou então, talvez, seja necessário mais de vinte cargos. Porque a atual Lei Geral da Copa está atingindo de modo tão brutal os direitos do torcedor, que talvez seja preciso mais de vinte cargos, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Talvez um cargo para cada torcedor.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É. Então, até em confiança ao critério, ao espírito público, ao discernimento do novo Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, que todos nós admiramos, eu creio que seria mais prudente indagar do Governo, Sr. Líder Romero Jucá, se esse projeto ainda é oportuno. Afinal de contas, ele está no Congresso desde 2008. Já faz três anos. Será que as necessidades são exatamente essas para as quais ele foi concebido? Vinte cargos para zelar pelo direito do torcedor? Ou será que os cargos são necessários para outras coisas? Eles não são mais necessários.

Eu creio que seria de todo prudente que nós suspendêssemos a deliberação desta matéria e transformássemos a deliberação em diligência, indagando do atual Ministro se esses cargos ainda são necessários, se são necessários nessa quantidade e com as competências para as quais foram previstos há três anos.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar, respondendo ao Senador Aloysio, que os cargos são necessários, constam na proposta da LDO e também do Orçamento, e o Ministério tem cobrado a aprovação. Nós não aprovamos esta matéria aqui antes por uma série de percalços. Existiram problemas, a matéria foi postergada, mas, na verdade, neste momento, agora, de reestruturação do Ministério, é importante que nós tenhamos condições de atender a fiscalização do Estatuto do Torcedor, organizar o futebol brasileiro. O Ministério tem algumas atribuições que foram ganhas com normas que foram aprovadas aqui. E, portanto, é importante que nós possamos aprovar, Sr. Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A partir da consideração feita pelo Senador Romero e a partir das palavras do Senador Aloysio, eu acho que deveríamos dar um voto de confiança ao Ministro recém-empossado, Aldo Rebelo, para que ele possa realmente bem utilizar essas pessoas que estão sendo pedidas. Eu não sei exatamente para que foi, se procede ou não. Agora, tenho muita consideração pelo atual Ministro e temos que fazer face a uma Copa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Por isso eu quero a opinião dele.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, mas quanto à opinião dele, já foi pedido vista aqui. Eu acho que nós não temos como pedir a opinião dele, a não ser fazendo uma audiência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta, obrigado pela participação de V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Um simples ofício.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há uma ordem de inscritos ali.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – O Relator já está presente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio, está terminando a discussão da matéria. Vamos ouvir o Senador Demóstenes.

Senador Demóstenes, tem a palavra V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse é um caso típico que podemos chamar de... *(Falha na gravação.)* ...o Governo atua de uma forma completamente divorciada. Quer votar a DRU por quê? Porque quer fazer um ajuste fiscal, quer fazer a prorrogação para ter recursos em face de uma crise. O argumento principal é o do inchaço do Estado. Agora, como é que vamos inchar ainda mais o Estado? E vamos lembrar o seguinte: todos os jornais de hoje estampam que o Ministro atual demitiu uma série de pessoas. E vai funcionar melhor sem essas pessoas. Como é que vamos criar mais cargos de confiança dentro do Ministério do Esporte ou em qualquer outro lugar? São 24 mil cargos. Se precisar de 30 cargos, o Governo pode pegar em qualquer outro lugar. Vamos falar a verdade, Sr. Presidente, é o caso típico daquela piada antiga: se pegar essa turma, colocar em um avião e o avião cair, a pergunta é quem se salva. O Brasil. Então, é muito melhor...

Eu voto contra. Aliás, ano passado, o percalço se chamou Demóstenes Torres. Eu impedi que esse projeto fosse votado porque ele não tem utilidade alguma. E relembro quem disse aqui que esse projeto é de 2008. Então, o Ministério funcionou – não vou dizer que muito bem – muito mal, mas sem esses cargos. E agora nós precisamos dessa ampliação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, o Senador Renan Calheiros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Questão de ordem nesta matéria?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Questão de ordem, art. 403.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sobre a matéria?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sobre a matéria... Não, o art. 403 é para suscitar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, sobre a matéria e qual é o artigo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Art. 279, inciso II, combinado com §4º do inciso V.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Art. 279. O que V. Exª vai pedir: adiamento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, diz o art. 279: "A discussão, salvo nos projetos em regime de urgência, disposto no art. 349, poderá ser adiada mediante deliberação do plenário, a requerimento de qualquer Senador ou Comissão para os seguintes fins..."

O inciso V do art. 279 fala em diligência proposta aqui pelo Senador Aloysio. Com base nisso, eu quero arguir o § 4º do mesmo artigo para apresentar verbalmente o pedido de diligência em relação a essa matéria. Então, aprecia primeiro o requerimento verbal de diligência e depois aprecia o projeto.

Exatamente, a diligência no sentido de ouvir o novo ministro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É uma boa medida ouvir o novo ministro...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pode ser uma boa medida, mas não tem amparo regimental.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma, para ordenarmos os trabalhos.

Pela ordem, V. Exª pede a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, V. Exª sabe que eu não insisto e não uso permanentemente a palavra aqui nesta Comissão, mas nós temos uma série de questões extremamente relevantes para o Brasil a serem discutidas, entre as quais a DRU, que já foi referida. Há da nossa parte, da oposição, a compreensão de que há algumas questões que nós teremos realmente que discutir porque são necessárias ao País e faço um apelo à Liderança do Governo, ao relator da matéria, que concordem com o adiamento dessa discussão. Não tem sentido. Isso tira credibilidade de todas as ações que o Governo vem fazendo nesta Casa em torno das questões centrais. É um acinte com a população um governo que tem 24 mil cargos em comissão não poder, se há necessidade nesse ministério, através de um remanejamento, suprir uma eventual necessidade.

Eu acho que a própria base do Governo deveria tomar a iniciativa, através do Líder do Governo, Sr. Presidente, de propor o adiamento para que tratemos de matérias mais sérias e o Governo não use esse rolo compressor para questões que vêm no sentido oposto, não vêm na direção do interesse da população, vem na

direção contrária do interesse da população. Não há um cidadão brasileiro, seja da base, seja do governo, ou não seja de um ou de outro, que possa concordar com a votação dessa matéria, que possa acreditar que isso é essencial, que isso é urgente. Nós não estamos tendo tempo de debater matérias extremamente relevantes para o País, Sr. Presidente.

Era um gesto, acredito até de respeito, aos cidadãos brasileiros que o próprio Governo retirasse essa matéria que há três ou quatro anos tramita na Casa e vamos ser muito claros: não tem a menor necessidade, não é relevante, não é urgente e acredito eu é sequer necessária.

É o apelo que faço ao Líder do Governo para tratarmos de outras questões essenciais sem prejudicar o nível do debate.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Vamos ouvir o Gerdau também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, Senador Renan Calheiros.

V. Exª retira a inscrição?

Pela ordem de inscrição e último orador inscrito, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Eunício, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o Brasil podia se inscrever no Guiness Book para ganhar o título, com certeza absoluta, de país com maior número de cargos de livre provimento: são 25 mil e tantos cargos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. *Fora do microfone*.) – Quando começou a sessão, passou para 24...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Se V. Exª, Senador Jucá, quer o número correto: 25.160, segundo a *Veja* da semana passada. Segundo o Gerdau.

Se V. Exª, aniversariante de hoje, que vai nos receber à tarde no seu gabinete, Senador Jucá, pode dar um presente ao País, pedindo para retirar o projeto dessa discussão de hoje.

E quero aqui celebrar a posse do Ministro Rebelo no Esporte. Tem todos os requisitos e predicados de honestidade, de competência para assumir o Ministério. E tenho certeza absoluta que ele não está pedindo esses 24 cargos de DAS para o Ministério, até porque ele acabou de demitir vários que estavam em excesso lá. Então, ele vai gerar problema de pressão de vários partidos para que ele possa preenchê-los.

Então, eu acredito que, depois do Brasil, segundo a revista *Veja*, vem os Estados Unidos com oito mil. E, lá atrás, a Inglaterra com 300.

Eu acho que a Presidenta Dilma quer enxugar a máquina do País fazendo uma gestão eficaz. Ou seja, de um lado, todos nós queremos ter um orçamento mais justo, com melhor necessidade de explorar a sociedade brasileira. A carga tributária ninguém suporta.

Então, Senador Jucá e meus pares da base do Governo, vamos ouvir o Ministro. Vamos ver se há necessidade desses 24 DASs a mais para o Ministério do Esporte.

Proteger o torcedor brasileiro, acho que até pode ser, mas essa é uma função das polícias, e não dos DASs. O DAS vai proteger com o quê? Com arma? Com *spray* de pimenta? Com o quê? Eu gostaria muito de proteger o torcedor do Paissandu, do Flamengo, do Corinthians, mas vou dizer o seguinte, Senador Jucá: eu vou tratar dos três, da torcida do Paissandu, da do Flamengo e da do Corinthians, mas vou pedir desculpas a ele e não vou votar contrariamente a esse projeto.

No dia em que V. Exª veio ao mundo, há 35 anos...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Flexa Ribeiro, mentira é falta de decoro parlamentar. O Senador Romero não tem essa idade toda!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu vi no *curriculum vitae* dele. Então, está errado no *curriculum vitae*. Não sou eu quem está falando!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Trinta e cinco anos só?!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Trinta e cinco anos!

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – De Líder do Governo!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É isso aí! O Senador Aécio me ajudou! Trinta e cinco anos de Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª está salvo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E tem mais uns 35 pela frente, porque ele será líder do PSDB a partir de 2014.

V. Exª pode dar esse presente a todos nós, pedindo para retirá-lo de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação a matéria.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O requerimento de V. Exª não tem amparo. A matéria não é terminativa nesta Comissão. Então, não há similaridade com o artigo que V. Exª levanta.

Está indeferida a questão de ordem, e vou colocar a matéria em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Votação nominal. É regimental, tem apoio mais do que suficiente. Vou colocar em votação nominal o projeto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Quem é a favor da sinecura que o diga!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto "sim", a favor da estruturação do Ministério do Esporte e do fortalecimento da fiscalização do futebol brasileiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É sobre a matéria?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Senador Aécio Neves está propondo que se faça um *outdoor,* que se coloque aqui fora...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação a matéria. Vou colocar em votação nominal a matéria.

O Senador Aécio Neves não se submete a esse tipo de comportamento, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Eu mesmo faço as minhas propostas, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – As propostas do Senador Aécio Neves são melhores para o Brasil.

Senador José Pimentel, como vota V. Exª?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Renan, para encaminhar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Pelo Bloco da Maioria, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Voto "sim", encaminhado pelo Bloco da Maioria, pelo Senador Renan Calheiros.

Mais algum Líder quer encaminhar? (*Pausa*.)

Vamos votar a matéria. O Senador Pimentel já votou. Estamos em processo de votação.

Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto "sim", pela reestruturação do Ministério. Dou um voto de confiança à capacidade do Ministro Aldo Rebelo em bem utilizar essas pessoas para chegarmos ao sucesso da Copa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pedindo escusas ao Líder, eu voto "não", Sr. Presidente, porque a Administração Pública tem que ser profissional, e não ter esse número de cargos comissionados.

Voto "não" ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Convido os Srs. Senadores para comparecerem à Comissão de Constituição e Justiça. Estamos em processo de votação.

Senador Jorge Viana. (*Pausa*.)

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – (*Fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª vota "sim", com o Senador Inácio Arruda.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É a mesma coisa, é o PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É a mesma coisa.

É conhecido o voto do Senador Inácio Arruda, que é o Relator.

Como vota o Senador Crivella? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Voto contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Simon vota contra o Relator.

Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Luiz Henrique? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Vou dar um crédito ao Ministro Aldo Rebelo. Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Voto, Sr. Presidente, não em homenagem ao Ministro Aldo Rebelo, mas para livrá-lo das insuportáveis pressões que, a partir desta tarde, surgirão para que ele nomeie companheiros e partidários para esses cargos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. *Fora do microfone*.) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Alvaro Dias vota "não".

Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Voto contra o poleiro, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Lamentando pelo Relator e também para poupar o Ministro Aldo, voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Gim Argello? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Magno Malta? (*Pausa.)*

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Fechou o Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Requião não se encontra presente aqui.

Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti? (*Pausa.*)

Todos já votaram? (*Pausa.*)

Já está completo o quadro.

Vou proclamar o resultado.

Votaram SIM 12 Srs. Senadores, e NÃO, 8.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai a plenário.

Passa-se ao Item 7 da pauta. A pedido do Relator, está retirado de pauta o Item 7.

Sobre a mesa, há dois requerimentos, encaminhados pelo Senador Armando Monteiro e pelo Senador Acir Gurgacz, com a assinatura do Senador Pedro Taques e com outra assinatura que não consigo identificar.

Ambos os requerimentos solicitam, nos termos regimentais, que se incluam na convocação os nomes do Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sr. Artur Henrique da Silva Santos, e do Presidente da Força Sindical, Sr. Paulo Pereira da Silva, para debater "o Projeto de Resolução do Senador (PRS) nº 72, de 2010, de autoria do Senador Romero Jucá e de outros, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior. Sala das sessões, 28 de novembro de 2001". Assinam o Senador Acir Gurgacz e Senador Pedro Taques. Lamentavelmente, há outra assinatura não identificada aqui.

Há requerimento sobre a mesa: "Requeiro, nos termos do Regimento do Senado Federal, em atendimento ao Requerimento nº 99, aprovado em 23/04/2011, audiência pública nesta Comissão com o objetivo de debater o Projeto de Resolução nº 72, de 2010, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior. Incluam-se como convidados o Sr. Clóvis Panzarini, membro da CP Consultores Associados, e o Sr. Luiz Aubert Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq)". O Senador Armando Monteiro assina esse requerimento.

Não havendo quem queira discutir o requerimento...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir o requerimento, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não, não é para discutir o requerimento. Eu quero me inscrever para depois.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação o requerimento. Aliás, os

requerimentos, porque se refere ao mesmo requerimento de aditamento o Requerimento nº 99.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Antes de encerrar a reunião, pede a palavra o Sr. Senador José Pimentel, Vice-Presidente desta Comissão, e a Senadora Ana Rita.

Tem a palavra V. Exª, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – A sugestão é que, se possível, esses convidados sejam incluídos na pauta do último requerimento já aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O pedido é esse, Senador José Pimentel. Eu acho que não fui claro, mas o pedido é para que eles sejam incluídos na audiência já anteriormente aprovada, feito pelo Senador Ricardo Ferraço.

A Senadora Ana Rita tem a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade, no final desta reunião, para agradecer a V. Exª pela atenção que tem dado no sentido de atender também o pedido do Governo de colocar na pauta da próxima quarta-feira o PL nº 180. Então, quero aqui agradecer a sensibilidade e a disposição de atender esse pedido, pois não é possível mais prorrogar. A expectativa é que se coloque na pauta da próxima quarta-feira. Então, agradeço a sensibilidade de V. Exª de atender a um pedido do nosso Governo, por meio da Ministra Ideli.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião.

Agradecendo a presença de todos, está encerrada a reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça.

(Iniciada às 10 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.)

ATA DA 64ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e nove minutos, do dia seis de dezembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti e Clésio Andrade e das Senadoras Marta Suplicy, Ana Rita, Lúcia Vânia e Marinor Brito reúne-se a presente Comissão. Deixa de comparecer o Senador Jorge Viana. A presidência registra a presença dos Senhores ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; HORÁCIO RAIMUNDO DE SENNA PIRES, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; WALMIR OLIVEIRA DA COSTA, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; MAURÍCIO GODINHO DELGADO, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; AUGUSTO CESAR LEITE DE CARVALHO, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; NELSON THOMAS GRAGA, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região; HUGO CARLOS SCHEUERMANN, Juiz convocado para o Tribunal Superior do Trabalho; RENATO HENRY SANT'ANNA, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA); DEMÉTRIO PIRES WEBER CANDIOTA DA ROSA; ROBERTO CALDAS, Juiz ad hoc da Corte Interamericana de Direitos Humanos; Dra. JULIETA FAJARDO ALBUQUERQUE, Subprocuradora-Geral da República; LUIS PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. O Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) suspende a reunião às treze horas e trinta e dois minutos e reabre às treze horas e quarenta e nove minutos. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM ÚNICO – Não Terminativo – MENSAGEM (SF) Nº 141, DE 2011:** Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, combinado com o art. 84, inciso XIV, da Constituição Federal, o nome da Senhora ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA para exercer o cargo de Ministro do Supre-

mo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Ellen Gracie Northfleet. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Votação secreta. **Observações**: Em 30/11/11, a Presidência concedeu, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Senhora ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Ellen Gracie Northfleet, com 19 (dezenove) votos favoráveis e 3 (três) contrários. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às dezesseis horas e dez minutos, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. **–** Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 64ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à deliberação de item único.

ITEM ÚNICO
– Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 141, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, combinado com o art. 84,inciso XIV, da Constituição Federal, o nome da Senhora ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Ellen Gracie Northfleet.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Votação secreta.
Observações: *Em 30/11/11, a Presidência concedeu, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão.*

Na presente reunião, procederemos à arguição da indicada em cumprimento à alínea "b" do art. 2º do Ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito desta CCJ.

Convido a Senadora Marta Suplicy e o Senador Luiz Henrique para conduzirem a Srª Rosa Maria Weber Candiota da Rosa ao recinto desta Comissão. A Ministra está na sala da Presidência. Solicito, portanto, aos Senadores Luiz Henrique e Marta Suplicy que conduzam a Ministra até o recinto desta Comissão. *(Pausa.)*

Antes de passar a palavra à Ministra Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, registro com prazer a lista de autoridades presentes: Dr. Aloysio Silva Côrrea da Veiga, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, a quem convido para tomar assento à nossa Mesa de Senadores, Dr. Horácio Raymundo de Senna Pires, Ministro do Superior Tribunal do Trabalho, a quem também convido para tomar assento à nossa Bancada de Senadores, Dr. Walmir Oliveira da Costa, Ministro do Superior Tribunal do Trabalho, a quem também convido para tomar assento à nossa Mesa de Senadores, Dr. Maurício Godinho Delgado, Ministro do Superior Tribunal do Trabalho, a quem também convido para sentar na nossa Bancada, Drª Kátia Magalhães Arruda, Ministra do Superior do Trabalho, a quem também convido a tomar assento à nossa Mesa, Dr. Augusto César Leite de Carvalho, Ministro do Superior Tribunal do Trabalho, a quem também convido para tomar assento a nossas Mesas, Dr. José Roberto Freire Pimenta, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, a quem também convido para tomar assento à nossa Bancada, Drª Delaíde Alves Miranda Arantes, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, a quem também convido para tomar assento a nossas Mesas, Dr. Nelson Tomaz Braga, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, Dr. Hugo Carlos Scheuermann, juiz convocado para o Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Renato Henry Santana, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra, Dr. Demétrio Pires Weber Candiota da Rosa, que é também filho da Ministra que será arguida nesta manhã, Dr. Roberto Caldas, juiz *ad hoc* da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Drª Julieta Fajardo de Albuquerque, Subprocuradora-Geral da República.

A mensagem já foi lida.

Passo a palavra a nossa indicada de hoje para Ministra do Supremo Tribunal Federal, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho Drª Rosa Maria Weber Candiota da Rosa.

V. Exª, Ministra, dispõe de vinte minutos, prorrogados automaticamente por mais dez minutos para que V. Exª faça a sua exposição.

Tem a palavra S. Exª a Ministra Rosa Maria Weber.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Exmº Sr. Presidente desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Eunício Oliveira, Exmº Sr. Relator Senador Romero Jucá, na pessoa de quem cumprimento todos os Senadores da Casa, Exmª Srª Marta Suplicy, na pessoa de quem saúdo todas as Senadoras da Casa, demais autoridades presentes e, me permitam, em especial, meus colegas Ministros e Ministras do Tribunal Superior do Trabalho e Desembargador Hugo Scheuermann, aqui representando meu Tribunal de origem, o Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, meu filho querido, aqui representando a minha amada família, servidores, servidoras, imprensa, senhoras e senhores, nos lapidares versos de Drummond, *as coisas findas, muito mais que lindas, essas ficarão*. E valho-me desses versos porque o retorno a esse lócus de cidadania me traz à memória o dia 25 de janeiro de 2006, quando aqui estive na companhia do Ministro Horácio Senna Pires, do Ministro Luiz Felipe Vieira de Melo Filho, do Ministro Alberto Bresciani, pela escolha dos nossos nomes para o exercício do cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

A Emenda Constitucional 45 restabelecera, naquela Corte, o número de 47 Ministros, e tive a honra de integrar a lista para o preenchimento dos primeiros quatro cargos. Com o aval de V. Exªs, ingressei no Tribunal Superior do Trabalho após o exercício de quase 30 anos na Magistratura na área trabalhista, na condição de primeira Magistrada da Corte, que já contava com mais de 60 anos de existência, e passei, então, a integrá-la. Mais de cinco anos se passaram, e volto, para minha honra, por força de indicação da Excelentíssima Senhora Presidenta da República do meu nome para a Suprema Corte de Justiça do País.

Em obediência a um comando constitucional, consagrador, a meu juízo, de uma prática democrática e republicana da mais alta relevância, que é a submissão do nome indicado a esta Casa eleita pelos brasileiros, para que, caso aprovada por V. Exªs e pelo Plenário do Senado, possa me legitimar ao exercício de tão elevada função. Se, no TST, a finalidade era exercer o ofício jurisdicional na uniformização da jurisprudência trabalhista do País, na área de sua competência e na preservação da interpretação da Lei Federal, e, aqui, destaco que, hoje, a competência do Tribunal Superior do Trabalho, por força da Emenda Constitucional 45, se encontra sensivelmente alargada, no Supremo Tribunal Federal, o desafio, sem dúvida, é muito maior, é a guarda da Constituição, que remete ao exame dos temas mais relevantes e abrangentes da vida nacional.

Voltam-se os olhos, agora, para o pacto maior da nacionalidade, para a Constituição Cidadã de 1988, cujo preâmbulo ecoa a instituição de um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício de direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade, a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias. Voltam-se os olhos para a Lei Maior, que dá validade a todas as normas do ordenamento jurídico, enfeixando com força normativa e profunda carga axiológica regras e princípios que unificam e dão sentido ao sistema jurídico, sistema jurídico este que vive das palpitações dos valores que impregnam a sociedade brasileira.

Sabe-se que o regime democrático repousa na vontade popular e também se materializa na prática das instituições que canalizam o debate público. Sabe-se que o Parlamento é a celebração da vida política e que à Constituição e à Corte Constitucional cabe a missão de salvaguardar o pleno exercício dessa vida política. A atuação do Judiciário não substitui a política, cuja efervescência é requisito da legítima composição dos conflitos no seio de uma sociedade complexa. O comprometimento da Corte Constitucional se dá com as instituições democráticas e os direitos fundamentais. E, nesse quadro de estado democrático e de direito por mim compreendido, o estado democrático de direito como um ideal dinâmico em constante aperfeiçoamento, fruto do reflexo das demandas individuais e coletivas na consciência dos que exercem o Poder, é que entendo que o juiz, a despeito da magnitude da seara em que atua, há de manter a sua humildade. Há de manter o juiz a sua humildade e a consciência de que, embora limitado como ser humano em sua dimensão pessoal, ele deve ser grande na resposta, para acompanhar as mudanças trazidas pelo progresso científico, tecnológico e humano. E deve ele, o juiz, estar em constante aprendizado e aperfeiçoamento, um eterno aprendiz, para que seus passos sigam, no mínimo, no mesmo ritmo da história. E é da minha experiência judicial, sob a perspectiva de quem adquiriu a formação profissional, na segunda metade do século XX, e vivenciou as crises econômicas e as transformações substantivas acontecidas na sociedade brasileira, desde o proces-

so de democratização da década de 80, é que peço licença para falar um pouco a V. Exªs.

O Brasil, mostram os estudos, passou por crescimento demográfico significativo na segunda metade do século passado, sua economia está em expansão acentuada e inúmeras políticas públicas contribuem para a redução das desigualdades sociais, culturais e econômicas. Tudo isso, aliado ao advento de um tempo em que o constitucionalismo social já estava a impor, nos países europeus do pós-guerra, nova feição aos direitos fundamentais, contribuiu para o desenvolvimento de uma sociedade complexa e diversificada, cenário de conflitos sociais, políticos e econômicos que não se solucionam pelos processos de elaboração normativa tradicionais, colocando o Poder Judiciário em situação de visibilidade nunca antes alcançada.

Em tal contexto, exacerbaram-se as críticas sobre o modo como operava o Poder Judiciário no Brasil. Havia uma percepção geral de lentidão, causadora de compreensível inconformismo com a demora nos julgamentos. Basta recordar aqui as palavras do Ministro Carlos Mário Velloso, quando, na Presidência do Supremo Tribunal Federal, em 1999, em entrevista concedida à imprensa, dizia: "A crise do Judiciário está na lentidão da justiça, o resto é perfumaria".

A título ilustrativo, menciono que no Tribunal Superior do Trabalho, cotejados os anos de 1990 e de 2000, houve um aumento do movimento processual superior a 500%. No Superior Tribunal de Justiça, o incremento de processos distribuídos entre 1994 e 2003 foi de ordem similar. Vale dizer, esses tribunais superiores, em épocas muito próximas, praticamente sextuplicaram, em uma década, os respectivos acervos. O mesmo fenômeno acontecia, por óbvio, nas instâncias ordinárias da jurisdição federal, estadual e do trabalho, o que está retratado nos dados estatísticos disponíveis.

Imperativa era, pois, a necessidade de estabelecer métodos adequados de gestão do movimento processual, de medição dos resultados da atuação e de planejamento da atividade judiciária. Destaco que as mudanças que vieram a ser empreendidas nessa linha e que redundaram, dentre outras relevantes alterações, na positivação da razoável duração do processo, com os meios necessários à celeridade de sua tramitação, como garantia fundamental de todos, no art. 5º, inciso 78 da Constituição, nasceram democraticamente no processo político de discussão da reforma do Poder Judiciário.

A proposta de emenda apresentada naquela década, a mesma de 90, teve seus momentos decisivos nos debates neste Congresso Nacional e veio a ser, em parte, implementada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, verdadeiro divisor de águas, sem prejuízos dos aperfeiçoamentos que se fizeram e ainda se fazem necessários, com correções de rumos, como bem sinalizam as PECs que estão em andamento nesta Casa.

Tais mudanças surgiram – também é importante dizer – com o engajamento da própria magistratura e dos tribunais, que assumiram conscientemente a necessidade de modernizar e inovar os métodos de administração da justiça, buscando práticas administrativas procedimentais mais adequadas, que passavam pela informatização dos serviços judiciários, adoção de uma nova forma de comunicação com a sociedade, rompendo, assim, com um passado de visível isolamento.

A propósito de isolamento, seja no plano individual, seja no plano das instituições, parece-me oportuno evocar aqui, pela carga de humanidade de que se reverte e que ressoa na fraternidade e na solidariedade colimadas no texto constitucional, o pensamento de Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia de 1998. Em recente livro editado no Brasil, à idéia da justiça, afirma ele ser reconfortante pensar que os proponentes das diferentes teorias da justiça estão, a despeito de todas as suas divergências, em uma mesma busca, a da concretização da justiça, e fundamentam suas teses em faculdades humanas básicas, presentes nos argumentos que subjazem as diferentes abordagens. E, graças a essas faculdades humanas básicas, que ele define como compreender o simpatizar, o argumentar, observa que as pessoas não precisam ficar condenadas a uma vida isolada e sem mútua colaboração. Finaliza Amartya Sen, dizendo: "Se já é bastante ruim que o mundo em que vivemos tenha tantas privações de uma ou outra espécie, da fome à tirania, seria ainda pior se não tivéssemos a capacidade de comunicar, a capacidade de reagir e a capacidade de discutir".

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o Poder Judiciário e seus juízes integram atividade pública essencial e indelegável, e repito esse truísmo porque ele é o ponto de partida para a compreensão sobre o exercício da função jurisdicional e também para a compreensão sobre a importância dos juízes para a democracia. A essencialidade da atividade judicial resulta do fato de, por meio dela, atuar o Estado na entrega da jurisdição, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as leis, na observância dos fundamentos da nossa república. E, nesse agir do Judiciário, sobreleva a indispensável garantia da independência da magistratura, muito mais do que predicado do juiz. Na verdade, garantia do próprio Estado Democrático de Direito, presente sempre a lúcida observação deste jurista uruguaio, sempre lembrado, Eduardo Couture, quando diz: "Da dignidade do juiz depende a dignidade do direito. O direito valerá em um país e em um momento histórico

determinados, o que valham os juízes como homens". E eu acrescento: e mulheres. "No dia em que os juízes têm medo, nenhum cidadão pode dormir tranquilo", arremata Couture.

Na mesma linha, Woodrow Wilson, Presidente dos Estados Unidos, de 1913 a 1921, já afirmara que "o governo cumpre ou não suas promessas em seus tribunais. Para os indivíduos, porém, a luta por um governo constitucional é, de fato, uma luta não somente por leis justas, mas também por tribunais inteligentes, independentes e imparciais".

Assim, nosso sistema democrático repousa – enfatizo –, dentre outros fatores de sustentação, na independência judicial, que se traduz, em última análise e como tantos já destacaram, na capacidade de exercer a jurisdição sem temor às pressões políticas e da própria sociedade, e de aplicar a lei com isenção, observada, sempre, a Constituição do País.

Abandonados os modelos jurídicos instituídos pela Carta Constitucional de 67, a Emenda Constitucional nº 1, de 69, e outras imposições normativas outorgadas pelo regime autoritário, vivemos hoje sob a democracia e sob leis democráticas, em um mundo que se tornou complexo e desafiador aos modelos jurídicos que inspiraram a nossa formação. E, nessa linha, se é verdade que difícil se torna, muitas vezes, ter a visão da complexidade socioeconômica e a percepção da crescente singularidade dessas lides, em contextos de mudanças muito rápidas e de normas jurídicas generalizantes e abertas, que ampliam a discricionariedade do intérprete, não menos verdade é que a solução dos conflitos postos se impõe sempre, em um Estado Democrático de Direito, com observância e adequação ao sistema jurídico normativo, e é nessa ótica que a jurisdição constitucional se exerce, à luz do novo paradigma trazido pelo neocolonialismo, que viceja neste século 21 a partir da exegese e aplicação de regras e princípios do chamado sistema aberto da Constituição de 88 e com base em postulados normativos, como a ponderação, a vedação do excesso, a razoabilidade e a proporcionalidade, sempre com vista a assegurar a máxima efetividade às normas constitucionais. Mas os juízes não são legisladores. Legisladores são V. Exªs.

A jurisprudência, é verdade, ostenta austeridade e o caráter prescritivo próprio das fontes de direito, mas seguindo a lei, os costumes e os contratos, na função de organizar a vida social e orientar a conduta das pessoas, mas as decisões judiciais hão de ser sempre, obrigatoriamente, fundamentadas, sob pena de nulidade, e públicos todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário. É a dicção do art. 93, inciso IX, da Constituição da República. E, com isso, afasta-se o risco de decisões puramente discricionárias ou mesmo arbitrárias.

Nessa linha, o percurso trilhado em países como a Alemanha e os Estados Unidos, onde as decisões, ao interpretarem o Direito e ao fazê-lo incidir sobre os casos em julgamento, observam o direito construído na sociedade, quer pela discrição rigorosa aos precedentes, como ocorre nos Estados Unidos, quer pela atenção ao direito posto na Constituição, nas leis, observando a doutrina, como ocorre na Alemanha.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, nasci em 02 de outubro de 1948, o ano da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Nasci em Porto Alegre, no Rio Grade do Sul. Sou filha de um médico pneumologista, que muito cedo nos deixou. Fui criada por uma mãe de fibra inigualável, hoje com 94 anos, no seio de uma família de pecuaristas dos Pampas gaúchos, na fronteira com o Uruguai.

Em minha família, aprendi o valor da palavra dada, o cumprimento das obrigações, a correção da conduta, a firmeza do caráter, a beleza da vida.

Minhas primeiras lembranças da infância são dos verdes campos da minha terra, do voo rasante dos quero-queros, que reencontrei neste planalto central, para o encanto da minha alma, que hoje já se faz meio candanga.

Fiz a escola pública em Porto Alegre, do jardim da infância ao então ginásio, no Instituto de Educação General Flores da Cunha, uma instituição centenária de ensino. Cursei o clássico no Instituto Nossa Senhora das Graças das Cônegas de Santo Agostinho, também em Porto Alegre, e fiz vestibular para a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição também centenária, onde me formei em 1971, e fiquei aguardando, em cursos que se oportunizaram, o concurso para ingresso na magistratura, que era a minha vocação desde a faculdade.

Como o meu currículo já consta do relatório do Senador Romero Jucá, a quem muito agradeço, limito-me a registrar o meu caminho na magistratura, cuja carreira percorri, passo a passo, na primeira e na segunda instâncias, até chegar ao Tribunal Superior do Trabalho.

Ingressei, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, como Juíza do Trabalho Substituta do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, em 19 de maio de 1976, e exerci o cargo em diferentes unidades judiciárias do interior e da capital.

Fui promovida quase cinco anos depois, em fevereiro de 1981, por merecimento, a Juíza do Trabalho Presidente, hoje Juíza Titular de Vara do Trabalho. Nessa condição, presidi, sucessivamente, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Municípios de Ijuí, Santa

Maria, Vacaria, Lajeado, Canoas, até chegar à titularidade da 4ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre, onde permaneci por quase sete anos, com várias convocações à Segunda Instância.

Promovida também, por merecimento, ao Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, em 23 de agosto de 1991, nele integrei e presidi todos os órgãos fracionários do Tribunal, inclusive acompanhando o vitaliciamento de juízes.

Em 1999, fui eleita Corregedora Regional e, em 2001, fui eleita Presidente do Tribunal. Nesse período de quatro anos, integrei o Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho, até vir convocada, em maio de 2004, para atuar no Tribunal Superior do Trabalho, onde tomei posse como Ministra, em 21 de fevereiro de 2006. Lá, nesta Corte, integro a Terceira Turma, a Seção especializada em Dissídios Individuais I, encarregada da uniformização da jurisprudência trabalhista no País, o órgão especial, na qualidade de membro eleito, e o Tribunal Pleno.

No meu caminho na magistratura, quero destacar a V. Exªs, como fonte de aprendizado, a experiência do contato direto com as partes, ao longo dos 15 anos em que estive na Primeira Instância. Neles, aprendi que o processo, muito mais do que folhas de papel ou de caracteres na tela de um computador, se constitui de angústias, desesperanças, de suor e de lágrimas.

Não esqueço as Marias e os Josés, nas salas de audiência da capital e do interior, a clamarem, ora com humildade, ora com indignação, por justiça.

Não esqueço a Dona Mercedes, uma costureira da indústria do vestuário, que se negava à conciliação que eu, como juíza, propunha, por imposição legal, e insistia como uma melhor forma de solução do conflito. Olhando-me firme nos olhos, ela, Dona Mercedes, insistia em que o Estado e o juiz apreciassem se eram justas as suas pretensões, diante das condições de trabalho a que era submetida, das jornadas extensas e do rigor excessivo, com salário inferior a de exercentes da mesma função.

Não esqueço o empregador que faleceu na minha presença, na sala de audiências, vítima de um ataque cardíaco, tamanha a comoção – vim a saber depois – de ter sido acionado, de ter sido colocado na justiça, por uma empregada de longa data, com a qual ele acabara de fazer um acordo.

A sala de audiências, pelo contato direto com as partes em litígio e com as testemunhas, na raiz dos conflitos e das paixões, é um palco da vida, é uma escola em que amadurece o juiz e se tece a história. Essa experiência eu vivi e a registro aqui, também como uma homenagem a todos os juízes de Primeiro Grau do País.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, procurei, nessas palavras – e peço escusas pela talvez demora –, retratar-me. Minha família, meu filho Demétrio, que está presente, e Mariana, que está em Porto Alegre, estrelas-guias da minha vida, e os meus 35 anos de caminhada como Juíza do Trabalho são o meu patrimônio pessoal. Espero que a forma como percorri esse caminho, como cidadã e magistrada, e em todos os cargos que exerci e no que estou a exercer, seja testemunha do meu respeito à Constituição da República, Constituição esta que, nos diversos estágios da minha carreira, jurei solenemente cumprir e fazer cumprir, e do meu comprometimento com o trabalho e com as instituições.

Tenho a convicção de que integrar o Supremo Tribunal Federal, para um juiz, para uma juíza, é uma honra de grandeza indefinível, mas, ao mesmo tempo, tenho a convicção de que se trata de um desafio ao juiz, à juíza, para que jamais esqueça que é um servidor do País e que lhe cabe a guarda da Constituição, e que este guardar possa se exprimir na poética de Antônio Cícero, como dizem seus versos: "Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela, isto é, estar por ela ou ser por ela."

E finalizando, mais uma vez com os olhos da memória, retorno ao dia 25 de janeiro de 2006, em que aqui estive e me remeto, se tiver a honra de ver meu nome aprovado por V. Exªs e pelo Plenário da Casa, aos versos, agora de Jerônimo Jardim, escritor, músico e poeta gaúcho, quando diz: "A luta que se travou é passado. O desafio é a próxima. Por mais sonhos que realizemos, muitos restarão a realizar. Um passo é véspera do seguinte. Um passo é só parte do caminho."

Agradeço a atenção de V. Exªs e me coloco à disposição.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta Suplicy, antes de passar a palavra aos Senadores inscritos, registro com prazer a presença do Dr. Sebastião Vieira Caixeta, que é Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; do Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, que é Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; do Dr. Henrique Nelson Calandra, sempre muito presente, o nosso agradecimento pela presença mais uma vez nesta manhã, a quem convido para se sentar em nossa bancada de Senadores.

Vou passar a palavra ao primeiro orador inscrito. Antes, quero ordenar os trabalhos da seguinte forma para que possamos dar sequência à sabatina. Também quero agradecer pelo silêncio na Comissão. Parece-

-me que a atenção vai ser marca registrada nesta sabatina. Pelo número de oradores e pela presença maciça dos Srs. Senadores, quero afirmar... Já dou a palavra a V. Exª...

Quero disciplinar a sabatina da seguinte forma: dependendo da quantidade de Senadores inscritos, Ministra, e para facilitar a vida de V. Exª e o entendimento dos Srs. Senadores, vou dividir em grupo de três Senadores para que façam os questionamentos. Em seguida, daria a palavra para a Ministra para que ela possa responder à arguição dos Srs. Senadores.

A primeira Senadora inscrita é a Senadora Marta Suplicy. Tem a palavra V. Exª...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Romero Jucá, como Relator.

Senador Luiz Henrique, V. Exª está inscrito

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que sou o Relator e apresentei o voto favorável. Quero dizer que não tenho nenhum questionamento a fazer à Ministra, ao contrário, a sua experiência, a sua sabedoria e a bagagem jurídica que ela demonstra aqui mostra também o acerto da escolha da Presidenta Dilma do nome que está sendo indicado.

Assim, não temos nenhum questionamento a fazer. Damos o voto favorável e solicitamos à Casa que efetivamente apoie, por unanimidade, a indicação do nome da Ministra Rosa Weber para o Supremo.

Era essa a minha posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para ordenar os trabalhos, vou ver se há algum Senador...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Peço a minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª está inscrito.

Vou ler a relação dos inscritos para ordenar os trabalhos. A primeira inscrita é a Senadora Marta Suplicy. O segundo inscrito é o Senador Luiz Henrique. O terceiro é o Senador Ricardo Ferraço. O quarto é o Senador Crivella. O quinto é o Senador Romero, que falou agora como Relator, mas se quiser, no momento oportuno, pode falar. O sexto é o Senador Alvaro Dias. O sétimo é o Senador Valdir Raupp. O oitavo é o Senador Aécio Neves. O nono é o Senador Demóstenes. O décimo é o Senador Aloysio. O décimo primeiro é o Senador Pedro Taques.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Décima segunda, Senadora Marinor, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou inscrever pela ordem de levantamento de braço. Levantou o braço ali o Senador Vital...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – V. Exª não disse que precisava levantar o braço.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas pode falar no microfone.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Mas eu posso levantar os dois.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não precisa.

Senador Pimentel, Senador Renan Calheiros, Senador Pedro Simon, Senadora Marinor, Senador Eduardo Suplicy, Senador Valadares.

Mais algum Senador ficou sem inscrição?

Senador Mozarildo Cavalcanti.

Tem a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigada, Presidente, Senador Eunício Oliveira.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, permita-me, Senadora Marta.

Senador Eunício, V. Exª iniciou externando a metodologia da sabatina, depois, talvez eu não tenha ouvido bem, V. Exª dará a palavra individualmente a cada Senador ou de três em três, para que ela possa... Não vi V. Exª concluir, perdoe-me.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para ordenar os trabalhos: a cada três Senadores inscritos, vou dar a palavra para a Ministra Rosa.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Corretíssimo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E por quanto tempo, Sr. Presidente?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O bom senso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Depois, poderemos nos inscrever novamente. Vai obedecer ao Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, eu não queria ser drástico em relação ao Regimento. Vou pedir aos Senadores que, obviamente, sejam sucintos, mas eu não queria determinar tempo. Mas se V. Exª entender que devo determinar tempo, vou determinar dez minutos para cada Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Depois, inscrevo-me novamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Dez minutos para cada Senador.

Senadora Marta Suplicy, tem a palavra V. Exª. Poderá usar ou não os dez minutos.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Primeiro, quero saudar a Ministra Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, do Tribunal Superior do Trabalho. Quero dizer da boa impressão que a serenidade de V. Exª na exposição já transmite. Esse é um fator, parece-me, de personalidade, de jeito, que é muito bem-vindo não só no Supremo Tribunal Federal, mas na vida e em todas as circunstâncias. Isso me agradou muito e já quero colocar esse traço de V. Exª.

Depois, parabéns pelo currículo, pela experiência, como disse o Senador Jucá, vastíssima, de muitos anos, da qual destaco ter sido a primeira magistrada, depois de 60 anos do Tribunal. Isso também me parece importante, principalmente porque V. Exª substitui uma mulher que muito honrou a todas as brasileiras no exercício que agora V. Exª pleiteia nessa indicação.

Também me impressionou a humildade com que se referiu ao aprendizado na vida. Isso é muito importante para o cargo que V. Exª irá ocupar. E a forma humana como destacou as Marias e os Josés, que também gostaríamos dessa presença de humanidade, desse lado de sensibilidade. Não vou colocar só como uma questão feminina, mas que V. Exª possui.

Também gostei da menção a quem muito admiro, o prêmio Nobel Hamart Assen, pela busca da concretização da justiça que nós todos esperamos que V. Exª possa ajudar neste País.

V. Exª mencionou que os juízes não são legisladores. Tenho uma questão exatamente nessa linha, que é o ativismo judicial. Estamos vivendo um tempo de ativismo judicial. E para outros trata-se apenas de judicialização constitucional da política. Bom, seja como for, por omissão ou falha dos outros Poderes, como resposta às demandas de nossa sociedade, o Poder Judiciário, eu diria em especial o Supremo Tribunal Federal tem cumprido papeis que, muitas vezes, esbarram nos limites de suas competências constitucionais. Exemplos recentes podem ser citados: a questão do nepotismo, dos fetos anencéfalos, da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, das regras sobre fidelidade partidária e, mais recentemente, a possibilidade do casamento homoafetivo.

Nós sabemos que tomar decisões contramajoritárias, consideradas por muitos como ativismo judicial, faz parte do próprio papel institucional de tribunais constitucionais, como o Supremo. Sua competência relativa ao controle direto da constitucionalidade das leis sempre vai gerar um aparente conflito com o legislador, cuja lei tem sua constitucionalidade aferida.

Diante disso, gostaria de questionar V. Exª como é a avaliação da atuação do Supremo nos anos recentes com relação ao seu alegado ativismo judicial. A atuação recente do Tribunal situa-se dentro de sua função de intérprete da Constituição ou extrapola?

E a minha segunda questão é sobre um tema de muito interesse meu. Aliás, lembro que hoje temos dois excelentes artigos, um no Estado de S.Paulo, da Maria Luiza Eluf, sobre Mulheres Precisam Querer Mais, e outro da nossa Ministra Iriny Lopes, Homens e Mulheres num Caminho de Paz, que é sobre a Lei Maria da Penha e a Constituição. A Lei Maria da Penha para nós, mulheres, é um marco histórico contra a violência doméstica, e a sua aprovação, em 2006, foi uma resposta a um quadro de impunidade que sofremos. Não direi sofríamos porque, a cada duas horas, uma mulher hoje no Brasil é assassinada. A cada duas horas uma mulher é assassinada, e, a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas. Isso são os dados que temos e que estão registrados. Imagino até que possam ser até mais numerosos.

Contudo, decorridos cinco anos de sua aprovação, a Lei Maria da Penha ainda enfrenta desafios para sua efetiva aplicação. Vários juízes se negam a conferir validade a partes da lei, alegando conflitos com a Constituição. A lei é também objeto de questionamentos no Supremo Tribunal Federal, seja em sede de ação direta de inconstitucionalidade, como de ação declaratória de constitucionalidade. Recentemente, em março de 2011, o Supremo julgou constitucional o art. 41 da Lei Maria da Penha, quando os ministros, à unanimidade, admitiram a vedação à suspensão condicional do processo para os casos de violência contra a mulher.

O que V. Exª – aí vai minha questão – tem a nos dizer a respeito da Lei Maria da Penha frente à Constituição de 88 e quais são, em sua opinião, as perspectivas com relação ao futuro dessa lei, tão cara às mulheres brasileiras?

Era isso o que eu tinha a questionar, Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Marta Suplicy.

O próximo Senador inscrito é o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srª Ministra Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, propondo seu nome para exercer o cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal, a Presidente da República pretende levar à mais alta corte de Justiça do País uma juíza com longa folha de serviços prestados à Justiça do Trabalho.

O juiz do trabalho, como V. Exª mesma acentuou, sem dúvida, ao lidar, no seu dia a dia, com conflitos laborais, adquire uma acentuada visão social. É dentro dessa sua visão que quero lhe fazer duas perguntas:

Ao Supremo Tribunal Federal compete a guarda da Constituição. Como a senhora vê a atuação do Supremo que, no exercício dessa sua competência, tem fixado direitos sobre os quais ainda inexiste legislação. A declaração de inconstitucionalidade por omissão seria uma demasia da nossa Constituição?

Segunda pergunta: como a senhora vê a questão relativa ao que é tido agora, como excesso de direitos sociais, especialmente os trabalhistas, previstos ma Constituição? A senhora acha possível serem alterados esses direitos?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

Próximo orador inscrito é o Senador Ricardo Ferraço. V. Exª tem a palavra por até 10 minutos, embora o Regimento diga cinco, a Presidência declarou aqui 10 minutos e vai valer 10 minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Exmº Sr. Presidente desta Comissão, Senador Eunício, Srªs Senadoras,Srs. Senadores, Ministra Rosa, Ministra, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso, declarou recentemente que o Brasil é o único País do mundo em que um processo pode percorrer quatro graus de jurisdição. A Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas fez um detalhado levantamento sobre a *performance* do Supremo nos últimos anos e chegou a algumas conclusões. Entre 1988 e 2009, quase 92% dos processos que chegaram à alta Corte foram recursos de conflitos já julgados em pelo menos duas instâncias. E vi S. Exª falar com muita clareza sobre o papel da primeira instância, da segunda instância, vi o relato emocionado com relação à D. Mercedes, a costureira que não quis fazer acordo, e essas portas e janelas recursais na justiça brasileira, de certa forma, a meu juízo, têm impedido que a justiça possa ser efetiva, o que gera, também a meu juízo, não apenas uma percepção de impunidade, mas, em muitos casos, a própria certeza da impunidade na ausência da efetividade da justiça.

Ainda a mesma Fundação Getúlio Vargas, em estudo feito pelo Professor Joaquim Falcão, estabelece que, só em 2006, foram cerca de 111 mil novos recursos, 10 mil para cada um dos 11 Ministros. Desde então, os números sofreram uma redução graças ao instituto da repercussão geral e adoção da Súmula Vinculante. Ainda assim, o Supremo continua recebendo cerca de 30 mil novos recursos a cada ano. No Brasil, os recursos à mais Alta Corte parecem ser uma regra. O recurso judicial é uma garantia constitucional, mas essa garantia se resume a duas instâncias recursais, ou seja, duplo grau de jurisdição, e o Brasil, na prática, atua e opera com quatro instâncias: juízes, tribunais locais, Tribunais Superiores e Supremo Tribunal Federal. Há tramitando, nesta Comissão, o que se conceituou PEC dos recursos, para que as decisões, em segunda instância, possam ser efetivadas, até porque de cada dez recursos que são apresentados ao Supremo Tribunal Federal, pelo menos nove confirmam as decisões em primeira e segunda instâncias.

Eu gostaria que V. Exª pudesse fazer uma manifestação a respeito desse tema que tramita nesta Comissão, que tem um sentido de incorporar melhor e maior velocidade às decisões, tendo em vista que a nossa mais Alta Suprema Corte está se transformando no tempo numa Corte de recursos.

O outro aspecto que quero dirigir a V. Exª, em razão do grande incômodo, da grande insegurança que tem gerado no interior do nosso País, tem a ver com o Decreto Presidencial 4.887, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombolas. Há, inclusive, uma ação direta de inconstitucionalidade tramitando no Supremo Tribunal Federal, e isso tem feito com que um conjunto cada vez maior de proprietários de base familiar possa viver a angústia, possa viver a intimidação de terem que abandonar as suas terras, inclusive proprietários que estão nessas terras há 50, 70, 100 anos em função da descendência ou da ascendência.

Eu gostaria que V. Exª também pudesse falar sobre esse Decreto e como eventualmente V. Exª, chegando ao Supremo Tribunal Federal, poderá se posicionar não apenas com relação ao Decreto 4.887, mas também com relação à questão da PEC dos Recursos, que tramita nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado Srª Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Conforme combinado, eu vou dar a palavra para a Ministra para responder os questionamentos feitos pela Senadora Marta Suplicy, pelo Senador Luiz Henrique e pelo Senador Ferraço.

Tem a palavra V. Exª Ministra.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA-ROSA – Senadora Marta Suplicy, em primeiro lugar, agradeço as palavras gentis que a mim dirigiu. Só faço registro de que passei a integrar o Tribunal Superior do Trabalho como a primeira mulher da carreira da Magistratura, porque o Tribunal Superior do Trabalho já contara, nos pretéritos, com uma ilustre Ministra egressa do Ministério Público, a Ministra Cnéa, e também conta hoje com a sua Vice-Presidente egressa da Magistratura, a eminente Ministra Maria Cristina.

O primeiro tema proposto por V. Exª é candente. Tem mobilizado a sociedade não apenas no Brasil, também no direito comparado, e versa sobre a questão do ativismo judicial.

Não há uma definição muito precisa do que seja ativismo judicial. Pode se dizer mesmo que é um fenômeno que comporta inúmeras dimensões. Por muitos é chamado como a judicialização da política ou a politização do Judiciário. Há quem, inclusive, diga que são primos esses conceitos todos, que têm pontos em comum, mas que não se identificam. Sempre quando vem à tona o assunto do ativismo judicial, eu me lembro do Canotilho, que define a Constituição como estatuto jurídico do político, ou seja, se a Constituição é o estatuto jurídico do fenômeno político, só essa relação entre jurídico e político já nos coloca na antessala do que aqui se discute. E por quê?

Deixando de lado todos esses aspectos mais formais e conceituais relativamente aos quais não existe maior consenso nem aqui e nem fora daqui, eu ficaria com a compreensão de que a judicialização da política passaria por um deslocamento, por uma mudança do eixo decisório do Legislativo ou do Executivo para o Judiciário e reservaria o termo, para sobre ele me posicionar, ativismo judicial como um comportamento do julgador ao exame e revisão de temas que *prima facie* seriam temas da competência de outros poderes que não do Judiciário, sempre à luz da baliza do artigo 2º, da nossa Constituição da República, que diz que os poderes são independentes, mas harmônicos entre si, refletindo toda a teoria do Montesquieu e dos freios de contrapesos que devem permear todas essas relações.

As críticas, os cuidados, os receios que têm sido feitos ao dito ativismo judicial têm sido sintetizados em três vertentes: uma passaria – e me parece a mais relevante – pela ausência de legitimidade democrática do Poder Judiciário, seus membros não são eleitos, diversamente do que acontece com V. Exªs e com os integrantes do Poder Executivo. Então, essa falta de legitimidade democrática, de fato, é apontada como um empecilho, um dificultador do fato de o Poder Judiciário se ver a braços com temas com grandes repercussões na vida nacional, que envolvem, inclusive, uma visão de conjunto.

A segunda grande crítica diz com o fato de os julgadores terem um conhecimento, uma formação profissional especializada, técnica, que justamente lhes tiraria essa visão de conjunto dos grandes problemas macro, sobretudo das repercussões orçamentárias de políticas públicas e como poderia ele, então, Judiciário ficar a revisar essas deliberações do Poder Legislativo por meio dos regramentos legais e das políticas adotadas pelo Executivo.

A terceira crítica que tem sido feita diz com aquele potencial excludente do debate trazido pelo discurso judicial. Nós estaríamos, de certa maneira, engessando e afastando a sociedade do debate democrático dos grandes temas ao colocar o debate e a deliberação sobre os grandes temas no Poder Judiciário.

Mas como visualizo a questão e o que ponderam V. Exªs? Em primeiro lugar, o Poder Judiciário não age de ofício, o Poder Judiciário só age provocado e quem tem sido muito provocado, quem provocado muito o Poder Judiciário, Senador, é o grande advogado da sociedade, que é o Procurador-Geral da República, é o Ministério Público que tem levado esses temas candentes que não têm logrado uma definição maior no seio do próprio Parlamento para o Poder Judiciário. E mais, muito mais do que isso, a jurisdição constitucional adotada no Brasil, fruto consagrado na Constituição da República – Constituição esta, vontade do legislador constituinte originário – deliberou introduzir como mecanismo de controle de constitucionalidade concentrado a ação direta de inconstitucionalidade por omissão. E mais, no art. 5º, LXXI, da Constituição, nós temos o mandado de injunção, justamente para quê? Para que o Judiciário, observando eventual inércia injustificada – só quando injustificada, porque, por óbvio, nós sabemos que os problemas no Parlamento precisam ser maturados, há necessidade de todo um debate democrático e isso envolve passagem do tempo – mas, havendo omissão legislativa injustificada por meio desses mecanismos, o cidadão, por meio do mandado de injunção ou os legitimados... E até há crítica de José Afonso da Silva, que diz que o cidadão deveria poder ter legitimidade também e não tem para ação de inconstitucionalidade por omissão. Então, o Judiciário, no exercício da jurisdição constitucional, sobretudo não tem como fugir ao enfrentamento. Poder-se-ia dizer que isso acontece também nos outros países. É sempre lembrada a África do Sul, onde se determinou que o Executivo construísse casas populares, e tantos outros exemplos, direito à saúde, que tem sido reconhecido pelo Supremo, tanto na sua versão positiva quanto na sua versão negativa, direito e dever. Na verdade, ele se vê, diante das ações propostas, com a obrigação de se manifestar. E, na minha avaliação, o Supremo Tribunal Federal tem feito isso com enorme parcimônia.

Eu traria a V. Exªs a lembrança do direito de greve. Num primeiro momento, através de mandado de injunção. Quando, no caso da greve no serviço público, buscou-se o reconhecimento no Supremo Tribunal Federal da omissão legislativa em regrar o direito de greve, assegurado no art. 37, VII, da Constituição, o que fez o Supremo Tribunal Federal no mandado de injunção? O Supremo Tribunal Federal disse: "Há omissão legisla-

tiva". E determinou: "Vamos regrar o tema". Mais uma década se passou e nada aconteceu. Então, agora, por força de novos mandados de injunção, três novos mandados de injunção, pronunciou-se o Supremo Tribunal Federal, num acórdão, a meu juízo memorável, da lavra do Ministro Gilmar Mendes, dizendo que há omissão, mas que, enquanto essa omissão legislativa não for sanada no serviço público, na greve dos serviços públicos, deve ser aplicada, no que cabível, a Lei nº 7.783/89, que regra a greve na iniciativa privada.

Então, me parece que têm sido módicas. Com relação à ação de constitucionalidade por omissão, o Supremo tem se limitado a estipular, dar ciência do reconhecimento da mora normativa, numa ação declaratória mandamental, quando determina, quando noticia, quando notifica para que seja suprida. E nos mandados de injunção – e há centenas de mandados de injunção no caso da Previdência, de servidores que trabalham em atividades insalubres, por exemplo (eu agora recordo: art. 40 da Constituição) –, de fato, o Supremo tem agido, a meu juízo, com bastante equilíbrio, com bastante parcimônia, fazendo esse sopesamento.

E eu ainda destacaria, dentro do ativismo, que, na verdade, o chamado ativismo pode envolver aquilo que se diz que é um ativismo inovador de um ativismo revelador. A meu juízo, o que o Supremo tem feito é um ativismo revelador, ou seja, um ativismo que se faz através da interpretação dos textos legais, a partir dos grandes princípios, dos valores que informam o nosso sistema jurídico. Essa tem sido, do meu ponto de vista, a conduta, e eu a vejo como absolutamente adequada.

Especificamente com relação à Lei Maria da Penha, ela é paradigmática. Na verdade, ela traduz uma... É o que se chama de uma discriminação positiva. Perdão, uma discriminação positiva, exato. Para quê? Para implementar a igualdade material. Ficou longe a Revolução Francesa, o ideário, que todos nos assimilamos na nossa cultura ocidental, consagrando liberdade, igualdade e fraternidade, mas nós todos sabemos que essa preocupação com a igualdade terminou se refletindo numa igualdade meramente formal, e não numa igualdade material. E essa igualdade material... E aí vêm aqueles famosos filmes – eu gosto de cinema –: "A Liberdade é Azul" e "A Igualdade é Vermelha". Na verdade, nosso sangue é todo igual. É o nosso sangue. E essa igualdade material levou a que houvesse uma enorme preocupação com as políticas públicas destinadas a assegurar o exercício dos direitos. A quem? A grupos que, por diferentes fatores, são discriminados pela sociedade. São grupos que se tornam invisíveis. E no caso da mulher, apesar de a mulher ser maioria, em termos numéricos, ela é discriminada.

O que aconteceu com a Lei Maria da Penha – e, por isso, paradigmática, a partir daqueles estudos? V. Exª, Senadora Marta, acabou de destacar. Eu me lembro que, em 2006, pelas estatísticas, a cada 15 segundos havia uma agressão à mulher, vítima de violência ou de estupro. O que fez a Lei Maria da Penha? Na verdade, ela é um microssistema. Há até norma de Direito do trabalho; há uma norma interessante do Direito do Trabalho que assegura ao juiz do Trabalho manter o emprego por 180 dias, no caso de mulher sujeita à violência familiar. E, se for servidora pública, assegura-se a prioridade de acesso, de remoção a essa mulher, sujeita à violência familiar. Mas o ponto de vista que me parece que tem ensejado dificuldade refere-se ao aspecto penal da Lei Maria da Penha. E o Supremo Tribunal Federal, agora em março deste ano, se bem me recordo, num acórdão memorável, examinando um *habeas corpus* na relatoria do Ministro Marco Aurélio, com belíssimos votos de todos os Ministros em decisões unânimes, assegurou absoluta compatibilidade do art. 41 da Lei Maria da Penha com a Constituição Federal. E por que ele o fez? Partindo do art. 98, inciso I, se bem me recordo, da Constituição da República, que determinou a criação dos juizados especiais justamente para os crimes de baixo potencial ofensivo e para as causas de menor complexidade, segundo fosse valorado pelo legislador, porque deixou em aberto o que se trata de um crime de baixo ou de menor potencial ofensivo, a Constituição não diz. E o que diz a Constituição no art. 226, § 8º? A partir da norma do *caput*, diz que cabe ao Estado proteger a família como sua célula maior; diz que cabe ao Estado instituir mecanismos para coibir a violência contra os integrantes da família no seio da família.

Então, talvez, o aspecto da Lei Maria da Penha mais importante, até por que traz esse nome, porque Maria da Penha, como professora universitária, sofreu duas tentativas de homicídio por parte do marido; sofreu uma violência familiar que teve repercussão no exterior inclusive, por isso, talvez, esse caráter repressivo e coibidor da Lei Maria da Penha seja sempre o mais destacado. Ela está em absoluta consonância com esse comando constitucional. Então, se um dos comandos constitucionais que estabelece juizados especiais determina que suas normas se apliquem apenas às infrações penais com menor potencial ofensivo, e a Lei Maria da Penha, fruto do Congresso, diz que os crimes de violência familiar não têm baixo poder ofensivo justamente porque eles atentam contra o valor da família e sua proteção, não há como concluir pela inconstitucionalidade. Essa foi a definição do Supremo Tribunal Federal.

V. Exª registrou, e tenho presente uma ação declaratória de inconstitucionalidade do Ministério Público, em que se busca que se dê, inclusive ao art. 41, que me parece de certa forma prejudicado, mas a outros preceitos, à compreensão uma interpretação conforme a Constituição, no sentido de que a Lei nº 9.099, de 1995, que instituiu os juizados especiais, não se aplica a nenhuma das infrações previstas pela Lei Maria da Penha. Esse seria o aspecto principal.

E o outro aspecto doutrinário é de que, no caso do delito de lesões corporais dolosas leves, tratar-se-ia de crime de ação pública condicionada à representação ou de ação pública incondicionada. E aí existem alguns dispositivos e por isso é que nessa ADI o que se busca, nessa interpretação conforme, é entender que para todos aqueles delitos a ação seria a pública incondicionada, e que apenas delitos como, por exemplo, de ameaça, em que se exige especificamente a representação, apenas com relação a esses é que aqueles preceitos que fazem alguns condicionamentos teriam aplicação.

Então especificamente com relação à Lei Maria da Penha esses seriam os dados. Não sei se atendi aos questionamentos.

Senador Luiz...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Luiz Henrique.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Luiz Henrique.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E Senador Ricardo Ferraço.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Senador Luiz Henrique eu agradeço também os questionamento de V. Exª e digo a V. Exª especificamente com relação à pergunta de que se o Supremo Tribunal Federal é o guardião da Constituição, a atuação do Supremo, fixando direitos sobre os quais inexiste legislação, estaria sendo uma demasia. De certa forma, ao responder a questão do ativismo judicial, eu já me pronunciei no que diz respeito à Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão. E na verdade entendo que o Supremo Tribunal Federal, justamente enquanto guardião da Constituição, está aplicando o preceito constitucional que estabelece o controle concentrado de constitucionalidade; está julgando as ações de inconstitucionalidade por omissão, nos moldes estipulados pela Carta política de 1988; ou seja, constatando a mora legislativa quando ela ocorre, quando é de fato aparentemente ou supostamente inadequada ou demasiada, notificando para que se sane. Ele não tem adotado um procedimento nessas ações, que envolva, a meu juízo, uma invasão da competência legislativa. E mesmo quando ele o faz, mas aí nos mandados de injunção, trata-se de uma decisão limitada no tempo, provisória, enquanto esta Casa, a legitima, Casa onde se deve elaborar as leis, não atender, por razões extremamente compreensíveis e que se justificam pela complexidade do tema e pela necessidade do debate... Eu ainda aduziria que para o exame dessas questões, o Supremo Tribunal Federal tem chamado, como aqui também se faz e agora no TST se fez, audiências públicas, e tem admitido os *amicus curiae,* que são formas de participação popular, legitimando aquela atuação da jurisdição constitucional nos moldes consagrados na Constituição de uma maneira adequada e equilibrada.

Lembro e até aproveito para homenagear a Ministra Ellen que, recente entrevista, ainda colocou o seu pensar no sentido do equilíbrio de atuação do Supremo nesses temas, dizendo da grande dificuldade de balancear, de ponderar, a partir do princípio da razoabilidade, até onde avançar. Mas sempre, sempre atendendo ao ordenamento jurídico, às técnicas de interpretação. A interpretação o que é? É revelar, revelar o sentido. As palavras são polissêmicas. A nossa legislação toda e é uma característica das legislações modernas. Vemos, no nosso Código Civil de 2002, os conceitos abertos, os conceitos indeterminados, as cláusulas gerais que necessariamente levam o exame das questões ao Judiciário.

Com relação ao tema, Senador, dos direitos sociais, veja bem. Nós partimos... E volto à Revolução Francesa, aos direitos de primeira geração, que na verdade foram os direitos de liberdade, os direitos civis e políticos, direitos que foram reconhecidos pelos ordenamentos jurídicos, todos que surgiram desde então, no sentido de limitação do poder do Estado e os direitos sociais vêm num segundo momento, como direitos de segunda geração, ou se segunda dimensão, como se chamam, vêm esses direitos, na verdade, pela compreensão de que não adianta criar direitos, nós temos que assegurar esses direitos e assegurar direitos na órbita coletiva. Lembro o Bobbio aqui, que coloca que o século XXI, muito mais do que um século de criação de direitos, é um século de concretização de direitos. O grande desafio do século XXI é concretizar todos os direitos que estão consagrados. E temos o art. 6º da Constituição da República, consagrando os direitos sociais, o direito social à saúde, a proteção à saúde, à educação, a proteção à maternidade, à segurança. Temos a Previdência e no art. 7º, de extrema relevância, temos os direitos dos trabalhadores, os direitos ditos trabalhistas, que, na verdade, foram alçados. Acho tão importante destacar que toda gênese do Direito do Trabalho se fez a partir daquela compreensão da desigualdade das partes envolvidas no conflito. Tivemos desde a Revolução Industrial aquelas massas de

trabalhadores que não tinham a quem recorrer e que estavam em condições subumanas, de grande exploração no trabalho. Essas grandes massas trabalhadoras geraram os grandes movimentos sociais, que tinham como centro a pessoa humana, a pessoa do trabalhador. O liberalismo econômico, o individualismo jurídico, consagrando a liberdade... Aí me lembro do Fourier dizendo que é contratual, é justo, as leis do *Laissez faire, laissez passer*. Na verdade, levaram até – perdoem-me, gosto de poesia – a Delphine Gay, que é uma poetisa francesa da primeira metade do século XIX, ao poema *Ouvriers de Lyon*, ela dizia: "*Pauvre, nu, sans travail, mais libre, meurt de faim"*, ou seja, pobre nu, sem trabalho, mas livre ele morre de fome. Necessária se fez a intervenção estatal. Então, daquele absenteísmo do Estado, passamos à necessidade da intervenção estatal, no sentido de assegurar aqueles direitos mínimos numa tentativa, como sempre se diz, de reequilibrar os pratos da balança por meio da atribuição aos trabalhadores de uma superioridade jurídica, que compensa a inferioridade econômica. Lembro a V. Exªs que é toda a evolução do mundo, é toda a evolução da sociedade. Hoje, no Direito Civil, o que é o Código de Defesa do Consumidor? É reequilibrar, por meio do peso da lei, a diferença, a desigualdade entre consumidores e fornecedores. Toda evolução se faz no próprio Direito Civil. Nós observamos esse movimento que começou no Direito do Trabalho. E aí, em que se esteou o Direito do Trabalho? O Direito do Trabalho era o princípio da proteção, que se traduzia em três regras principais: princípio da norma mais favorável, condição mais benéfica e *in dubio pro reo.* Isto é clássico no Direito do Trabalho; *pro reo* adaptado ao Direito do trabalho: *in dubio pro misero*, *in dubio* ao trabalhador. Esse é um direito; do trabalho, um direito protetivo.

E aí o que nós temos com a Constituição de 1988 – chega à resposta a V. Exª. A Constituição de 1988 muda o nosso paradigma. Nós não precisamos ir à nossa legislação infraconstitucional para assegurar o direito do trabalho nessa linha. Nós vamos à Constituição que diz: "Como fundamento da República (art. 1º, inciso III) a dignidade da pessoa humana."

Lá, Tratado de Versalhes, 1919: "Trabalho não é mercadoria"

Papa Leão XIII, Rerum Novarum: "Trabalho não é mercadoria".

Isto está hoje constitucionalizado.

Art. 1º, inciso IV, da Constituição – Fundamento da República –: "Valorização do trabalho e da livre iniciativa".

Lá, art. 170, quando trata da ordem econômica fundada na valorização do trabalho e da livre iniciativa.

Então, mudou o paradigma. O Direito do trabalho está constitucionalizado e, parece-me, Senador, na minha ótica pelo menos, que nós temos consagrado na nossa Constituição o princípio da vedação do retrocesso social. Há um belíssimo voto do Ministro Celso de Mello, em que ele alude a impossibilidade do retrocesso em matéria de direitos sociais, especificamente quanto à saúde, salvo políticas adequadas e compensatórias.

Mas uma ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A última, Senador Ricardo Ferraço.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Senador Ricardo Ferraço, na fala inicial eu procurei delimitar – e agradeço à pergunta de V. Exª – exatamente essa dificuldade que, sempre, no exercício da minha Magistratura foi o meu desespero: conciliar celeridade com qualidade da prestação jurisdicional. Isso sempre foi motivo de angústia na minha vida justamente porque nós sabemos que a Justiça que tarda – é Rui Barbosa que diz – é a maior das injustiças.

Então, extremamente necessárias, adequadas todas as medidas legislativas, e esta Casa é o foro próprio para esse debate, a partir da oitiva de toda a sociedade como foi feita em audiência pública inclusive, com relação à chamada PEC dos Recursos, bem-vindas todas essas medidas que levem à celeridade, que levem à agilização, essa celeridade que já está positivada na Constituição da República como garantia constitucional.

A razoável duração do processo com todos os meios que assegurem a sua celeridade, tanto no âmbito judicial quanto no âmbito administrativo. E se assim é, se com todos os dados, todos não, com o dado que eu trouxe lá da década de 1990 a 2000, a pletora de processo nos tribunais superiores, aliados aos dados que V. Exª tão bem explicitou, nós vemos que, apesar de todo o esforço, todo o esforço concentrado da sociedade, do Parlamento, enfim, dos ditos operadores do Direito, nós continuamos com o mesmo problema da celeridade. Nós continuamos com essa enorme dificuldade.

Então, a PEC, que está a tramitar nesta Casa, a PEC dos Recursos, ela está tentando encaminhar por uma das vertentes razoáveis, e que merece, sob o meu ponto de vista, todos os elogios, a solução do problema através do trânsito em julgado antecipado, mudando completamente o paradigma. Porque o paradigma é como disse V. Exª: quatro instâncias. Claro, há, tecnicamente, quatro instâncias. E o que acontece? Em matéria penal, quando chegamos à condenação, sobretudo porque há a compreensão de que a prisão, por exemplo, só pode, do Supremo Tribunal Federal,

se fazer definitivo, o cumprimento da pena, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, realmente gera a cada dia na sociedade uma sensação de impunidade do sistema que nós temos que tentar solucionar de alguma forma.

A ideia inicial, que vinha do Ministro Peluso, seria a ação rescisória especial e extraordinária no substitutivo que, em boa hora, a meu juízo, foi apresentado nesta Casa; ele se transforma inclusive em proposta encaminhada pelo Tribunal Superior do Trabalho. Também se está buscando, e o substitutivo já contempla, que se aplique igualmente ao processo do trabalho. O grande gargalo hoje da jurisdição do Brasil não está na definição do Direito, no que se chama, no processo sincrético, a fase cognitiva; está na execução. De que nos adianta assegurar o direito numa sentença, num título executivo – o nome é pomposo – judicial se ele não se concretiza? Se o cidadão não recebe aquilo que o Estado disse que era seu. Os índices são alarmantes.

Eu parabenizo todos os debates, todas as iniciativas que estão sendo feitas nesta linha: correção de rumo, mudança de paradigma.

Mais uma questão: os quilombolas. Gostaria muito de falar da questão dos quilombolas, na verdade, o decreto que regulamenta... Mas é que a constitucionalidade está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal, como V. Exª mesmo colocou. Então se V. Exªs me honrarem com a aprovação do meu nome, eu ficaria impedida. Tem uma lei orgânica da magistratura que me impede de me pronunciar sobre o tema. Então eu só faço o registro, até porque eu já falei tanto, porque é um tema da maior relevância, é um tema que diz e que mexe com um sentimento brasileiro, muito forte, que merece e pode ser visualizado por diferentes ângulos, mas que está sujeito ao Supremo Tribunal Federal. Portanto pediria licença a V. Exª para não me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Ministra.

Eu lembro aos Srs. Senadores que temos 21 Senadores inscritos. Portanto, Ministra, nós teremos sete blocos de três Senadores. O importante é que os Srs. Senadores fiquem satisfeitos com as respostas de V. Exª. Eu limitei o tempo dos Senadores a dez minutos e não quero, obviamente, limitar o tempo de V. Exª, para que V. Exª possa explanar aqui e convencer todos os Senadores que serão, daqui a pouquinho, seus eleitores ou não.

Eu passo a palavra aos próximos três oradores inscritos, para, em seguida, dar a palavra à Ministra: ao Senador Crivella, em seguida ao Senador Romero e ao Senador Alvaro. Se o Senador Romero abrir mão da palavra porque já falou antes, como Relator... Vamos então ouvir o Senador Crivella, o Senador Alvaro Dias e o Senador Valdir Raupp.

Tem a palavra o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, acho que o discurso feito pela candidata ao Supremo Tribunal Federal realmente mostra que ela tem, sem dúvida nenhuma, 35 anos de uma vida de serviço à magistratura com irrepreensível atuação em extraordinária e memorável jornada cívica.

V. Exª, na sua personalidade encantadora, culta, laboriosa confirma o conceito que em todo o Brasil, para orgulho nosso, goza a magistratura da Justiça do Trabalho, integrada por uma plêiade de grandes servidores do Direito. A democracia no Brasil há de ser sempre predominantemente, ou preponderantemente, uma obra dos nossos magistrados. À Suprema Corte cabe, nas horas de graves apreensões, aquelas atitudes corajosas pelas quais clamava o grande Rui: redimir os direitos postergados, proteger os espoliados e os perseguidos, amparar os princípios fundamentais do regime, guardá-los das investidas insensatas das paixões populares, da intolerância partidária, das exorbitâncias do poder.

E eu verifiquei nas respostas da nossa candidata que ela, quando provocada, mostra suas convicções, seus argumentos, não é só aquela poesia gaúcha que ouvimos ao final da sua apresentação "dos campos verdes dos pampas". Ela também traz todas as resistências de caráter e de moral da mulher brasileira, que muito nos orgulha. Não tenho dúvida de que temos uma grande candidata e de que o Supremo se engrandecerá com a presença da nossa Rosa Maria, a Rosa da rosa.

Eu apenas gostaria de ponderar com V. Exª uma preocupação nossa. V. Exª tem toda razão quando diz da mora do Judiciário. Infelizmente, o Supremo, na sua natureza, não tem, vamos dizer assim, a *expertise* para legislar. Quando os cérebros potentes do século XVII, XVIII começaram a imaginar a divisão dos poderes, Montesquieu, Locke, Rousseau, todos consideravam o Judiciário como o Poder mudo. Nossa Constituição relegou a leis complementares temas tão importantes, passados 20 anos, é bem verdade, como a decisão sobre fidelidade partidária. Mas a natureza dos juízes é olhar para trás. Os juízes querem ver as provas, as circunstâncias, como foram cometidos os delitos; aos parlamentares, pela natureza do mandato, impõem-se olhar para frente. Nós vamos disputar eleições lá na frente. Montesquieu, Locke, Rousseau achavam que o Supremo estaria muito acima. Na realidade, ele precisa estar muito acima disso pelo seu sentido de permanência, pela sua participação na construção

das civilizações. E a legislação, V. Exª repare bem, a intenção do Supremo era evitar a infidelidade partidária – as pessoas se elegiam e mudavam de partido no segundo dia depois da posse –, mas a legislação acabou causando a maior migração já existente na história da República. Se nós somarmos vereadores, deputados estaduais, federais, senadores, centenas foram embora, centenas mudaram de partidos. E mais, agora, esses que mudaram de partido estão numa situação em que, a um ano da próxima eleição, poderão mudar para qualquer outro partido, porque eles tinham vínculo com o partido por que se elegeram, não com o que fundaram. Estamos fazendo uma mudança de partido reverberada, com ecos, porque o Supremo legisla mal, mas a culpa é nossa, porque os senhores não foram formados para legislar. Os senhores são juízes. Os senhores, por natureza, olham para trás, não disputam mandatos.

A senhora tem toda a razão quando fala que a mora obriga um Poder que não age de ofício a se pronunciar, mas V. Exª há de me permitir, com todo o respeito que tenho pela sua biografia, pela sua explanação, pelo seu conhecimento jurídico, pela sua personalidade encantadora, apenas extravasar aqui certa perplexidade. Por exemplo, a nossa Constituição, no art. 226, diz que, para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre homem e mulher como entidade familiar. No Código Civil, art. 1.723, é reconhecida como entidade familiar a união estável entre homem e mulher, configurada na convivência pública, cotidiana e duradoura, estabelecida com o objetivo de constituição da família. É o art. 1.565. Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família. Aqui não tem mora, está escrito. Fico preocupado quando onze brasileiros, reunidos em um corte, acabam decidindo por 200 milhões. É uma decisão, em um País cristão, de imensa maioria católica, mas também com uma parcela ponderável de evangélicos que, se fossem ouvidos em um plebiscito ou em um *referendum* não se manifestariam com esse mesmo pensamento. Não estou discutindo o mérito, mas o ativismo judiciário. V. Exª já se pronunciou. Pelo até que desconsidere minhas ponderações porque, certamente, votarei na sua indicação. Tenho por sua trajetória um respeito enorme. Já conversei com a Senhora particularmente. Sei que será um nome importante naquela Corte, sobretudo pela sensibilidade social, por sua caminhada, e por ver como os nossos irmãos brasileiros sofrem diante desse capitalismo desalmado que hoje impera – que imperou, até que hoje está mais moderado – e pelo qual foi sempre marcada a nossa evolução social, política e econômica.

Desejo a V. Exª um excelente mandato. Que Vª. Ex possa, em seus votos, nos ajudar a construir o Brasil dos nossos sonhos. Que Deus a abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Crivella.

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Senador Alvaro Dias, registro, com prazer, a presença do Dr. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, que é Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e também do Dr. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, que também é Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e os convido a tomar assento em nossa bancada de Senadores.

O próximo orador inscrito é o Senador Alvaro Dias. Lembro a todos os Senadores – não a V. Exª especificamente, Senador Alvaro Dias – que a mesa determinou dez minutos, embora o Regimento diga cinco, para que os Senhores Senadores possam fazer os questionamentos desejáveis. Então, V. Exª tem a palavra, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, vou colaborar e talvez nem utilize os dez minutos. Quero dizer, inicialmente, a Drª Rosa Maria que é inquestionável. V. Exª preenche um requisito essencial para integrar o Supremo Tribunal Federal que é o da probidade. O itinerário percorrido por V. Exª o foi com dignidade, com decência. Por isso, não ousaria suspeitar que V. Exª poderia, neste ou naquele momento, aceitar uma interferência política em razão do sistema de composição do Supremo Tribunal Federal, que passa pela indicação política do Presidente da República.

Indago – e é a primeira pergunta – a V. Exª se concorda com esse sistema de indicação política ou se entende ser um avanço, um aprimoramento, alterá-lo para fazer prevalecer o merecimento do indicado. É irrecusável afirmar que, em alguns casos, não há merecimento na indicação e suspeição de outros interesses de natureza política. Não é o caso de V. Exª, evidentemente, pelo itinerário que percorreu. Em que pese o fato de alguns afirmarem que V. Exª militou exclusivamente na área trabalhista e que, portanto, não possuiria a cultura jurídica insubstituível para integrar o Supremo Tribunal Federal. Não assino embaixo dessa afirmação, até porque ouvi referências extremamente elogiosas a V. Exª, sobretudo do Senador Pedro Simon, que a conhece muito de perto por ser do Rio Grande do Sul. Essa foi a primeira indagação.

A segunda, eu creio, é uma pergunta reiterada sobre a lentidão dos processos que acabam muitas vezes proporcionando a prescrição, sobretudo, em casos de corrupção. E estamos diante de um monumental processo que vai exigir do Supremo Tribunal Federal,

provavelmente do ano passado, um esforço extraordinário para o julgamento, processo do mensalão.

Há dúvida sobre prescrição em relação ao crime de formação de quadrilha em razão do período em que foi cometido o crime, ou os crimes. A verdade é que há uma preocupação da sociedade brasileira em razão da hipótese de prescrição do crime de formação de quadrilha no processo do mensalão.

E atenderia àquela expectativa do Sr. Delúbio Soares, que fechou a cota com Justiça brasileira ao afirmar que esse processo do mensalão terminaria como piada de salão.

Gostaria de ouvir a respeito dessa questão.

Aduzindo também no que diz respeito à celeridade, a oposição tem recorrido ao Supremo Tribunal Federal com ações de inconstitucionalidade em várias oportunidades. Indago se V. Exª não considera sempre prioridade em julgar esses casos?

Neste ano, apenas uma das ações mereceu julgamento, primeira delas. As demais, cinco, seis ou sete, não me lembro mais quantas são, ainda não foram julgadas pelo Supremo Tribunal Federal, inclusive aquelas que dizem respeito a facilidades para licitação de obras, chamada RDT, facilitando licitações, abrindo portas para a prática da corrupção. O julgamento pode ser tardio.

Já que o Supremo é o guardião da Constituição Federal, essa afronta reiterada à Constituição, por meio de medidas provisórias, não mereceria, no entendimento de V. Exª, prioridade absoluta com um julgamento mais célere?

A outra questão diz respeito ao foro privilegiado. Nos últimos dias, os escândalos no Governo sacodem o País, provocando enorme indignação. A queda de Ministros se dá como se fosse um vídeo tape. E também em relação a agentes públicos. Se V. Exª considera adequada a manutenção dessa prerrogativa do foro especial no Supremo Tribunal Federal para esses agentes políticos.

E, finalmente, para não ocupar muito o tempo e favorecer os colegas que desejam indagar, há uma exigência de saneamento do processo político brasileiro em uma questão recorrente. Há constitucionalidade ou inconstitucionalidade no processamento de parlamentares no Conselho de Ética e no plenário da Câmara ou do Senado de parlamentares que cometeram ilícito antes da posse? Se V. Exª considera constitucional o processamento de parlamentares por delitos praticados antes da posse.

Estas são as indagações que faço a V. Exª, obviamente guardando as demais que faria, atendendo a esse apelo do meu Presidente, Eunício Oliveira, e colaborando com os meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Alvaro Dias, V. Exª sempre tão atencioso e sucinto e efetivo nos seus questionamentos.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Valdir Raupp. Tem a palavra S. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Srª Ministra Rosa Maria Weber, Srªs e Srs. Senadores, perguntaria, na opinião de V. Exª, quais os principais motivos da morosidade do Judiciário e, nesse sentido, se V. Exª tem alguma sugestão a fazer. Em qual instancia se verifica o gargalo da morosidade? Segunda, como V. Exª vê hoje o papel do Conselho Nacional de Justiça, que foi duramente criticado por setores do próprio Judiciário? Por último, recentemente os juízes federais e trabalhistas entraram em greve por aumento salarial. Na realidade, tratou-se de uma greve inédita dentro do Judiciário. Qual a posição de V. Exª acerca desse fato?

Queria dizer que V. Exª cometeu uma falha na sua fala quando disse que a sua mãezinha está com 94 anos. V. Exª se esqueceu de dizer que ela dirige. Ela renova a carteira todos os anos. A família fica torcendo para que ela não consiga, mas ela vai lá, tira a carteira e continua dirigindo com 94 anos. E torço para que ela continue vivendo por muito tempo, passando dos 110, 120 anos, mas quem sou eu para contrariar os desígnios de Deus porque com certeza ela vai durar muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pronto, Senador Valdir Raupp? *(Pausa.)*

Vou passar a palavra para S. Exª, a Ministra Rosa Maria Weber, para responder os questionamentos do Senador Crivella, sobre o 226 da Constituição, do Senador Alvaro Dias e, por último, do Senador Valdir Raupp.

Concluindo o segundo bloco, tem a palavra V. Exª.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Senador Crivella, agradeço as colocações de V. Exª e o questionamento.

Veja bem, quando me referi à mora legislativa, eu me referi que é o requisito constitucional para que uma ação de inconstitucionalidade por omissão tenha êxito. Longe de mim fazer qualquer crítica às vezes à demora que eu sei necessária, que eu sei indispensável para que as idéias sejam maturadas, sobretudo numa sociedade como a nossa, em que há um verdadeiro multiculturalismo, pessoas diferentes com concepções de vida diferentes, compreensões também diversas. Às vezes, eu digo tantos brasis dentro de um mesmo Brasil, o que, na verdade, também termina se refletindo na elaboração das leis que visam justamente a regrar todas as relações sociais.

V. Exªs sabem, muito mais do que eu que fico lá na minha mesa, com os processos, procurando não esquecer que eles têm suor e lágrimas, como eu digo, que não são só montanhas de papel, V. Exªs conhecem o embate desta Casa. Nas oportunidades em que estive aqui para cumprimentar V. Exªs e me apresentar, antes desta sabatina, fui testemunha de V. Exªs, em meio aos embates, em meios às pretensões, em meio às reivindicações, tendo que ponderar todos esses anseios brasileiros que se querem ver traduzidos na legislação que V. Exªs elaboram.

Mas há muito tempo, longe de nós, já no passado, ao juiz, enquanto *la bouche de la loir*, a boca da lei, ao intérprete se impõe o exame do texto, como eu disse antes, a revelação do texto da lei. Nessa valoração, nesse exame, nem sempre a interpretação que chega é aquela que atende ao interesse de quem tinha uma expectativa diversa.

Eu digo isso porque V. Exª referiu-se ao julgamento do Supremo Tribunal Federal vinculado às relações homoafetivas. O Supremo Tribunal Federal veio de reconhecer à união estável entre pessoas do mesmo sexo os mesmos efeitos da união estável entre homem e mulher, pessoas de sexos diferentes. E ao que tenho notícia e da leitura do acórdão da lavra do Ministro Carlos Ayres, com votos também extremamente profundos, e eruditos, e adequados, e com uma multiplicidade de olhares que levaram àquela compreensão, o grande norte, o grande balizador foi o Princípio da Igualdade, que está lá no Preâmbulo da Constituição, Constituição feita pelo Parlamento, que diz:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos [de qualquer natureza].

Essa igualdade que repele discriminação por gênero, idade, cor, raça, qualquer outra forma de discriminação, está lá também no art. 3º da Constituição, nos Princípios Fundamentais, está no *Caput* do art. 5º, passa pela opção sexual. Então, na leitura que fiz do Acórdão do Supremo Tribunal Federal, o que houve foi aquilo que se chamaria de ativismo revelador, a partir de uma interpretação guiada pelos valores que informaram, segundo aquele colegiado naquele momento.

Mas é isso. Somos uma sociedade plural e, por óbvio, as compreensões são diversas. Está lá Ortega e Garcia: "Cada homem à sua circunstância." Cada um de nós com a sua compreensão de vida.

Eu tenho o maior respeito pelos entendimentos todos, meus e que também não sejam meus, porque aí eu me lembro sempre do Voltaire, quando ele advertia: "Não concordo absolutamente com nenhuma palavra do que dizes, mas defenderei até a morte o direito que tendes de dizê-las". Então, com todo o respeito, sem emitir qualquer juízo de valor.

Seria apenas essa consideração, agradecendo a gentileza do questionamento de V. Exª.

Senador Alvaro Dias, eu sou uma Juíza de Carreia. Ingressei na Magistratura por concurso público. Passei a minha vida na Magistratura e foi o que procurei refletir na minha manifestação inicial a V. Exªs. E o exercício da minha Magistratura é o meu patrimônio pessoal junto com a minha família.

Entendo que todas as formas de acesso, seja a cargos públicos, seja as formas que dizem com a própria organização da sociedade e, no caso, forma de acesso ao Supremo Tribunal Federal, sempre merecem aperfeiçoamento. Eu própria, com relação a N temas que dizem com a Magistratura, por exemplo, tempo de permanência em tribunal, sempre entendi que deveria ser por tempo fechado, por mandato. Claro que a forma de acesso ao Supremo Tribunal Federal merece, sim, sempre ser repensada no que for para o aperfeiçoamento das instituições. Sempre. Não tenho a menor dúvida.

Agora, eu tenho muito orgulho, e digo com toda a humildade, por incrível que pareça e possa até parecer um paradoxo, com humildade, eu digo: tenho muito orgulho de ter e de ser, há 35 anos, uma Juíza do Trabalho, que é o que eu sou e é o que tenho a oferecer. Agora, V. Exª tem toda razão, sempre, como disse antes, o aprendizado se faz necessário, somos todos eternos aprendizes, e deveremos ser sempre, e as instituições merecem ser aperfeiçoadas em todas as suas formas. Agora, a Constituição é que previu assim. Foi a Constituição de 1988 que previu essa forma. Pode ser aperfeiçoada? Pode. Não tem a menor dúvida. Eu, inclusive, seria favorável.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Senador, esse tema é extremamente delicado. V. Exª sabe. Ele envolve uma questão que de certa forma me colocou aqui numa posição delicada, porque se aguardam. São processos que estão no Supremo e vão merecer a apreciação do Plenário.

Especificamente com relação a esse tema, se tiver a honra de ver o meu nome aprovado por V. Exªs, eu estarei ali. Especificamente com relação à prescrição, digo a V. Exª que na linha de diretrizes já impostas, ou incentivadas – diria melhor – pelo Conselho Nacional

de Justiça, todos esses processos que dizem respeito a temas mais candentes sofrem uma recomendação de que a eles se dê prioridade. Mas tem uma coisa que é garantia nossa, de todo cidadão: a observância do devido processo legal, que está no art.5º, LIV, da Constituição da República.

Ao que tenho notícia, mais de seiscentas testemunhas foram ouvidas no caso do "mensalão". Há necessidade de tempo para ouvir essas testemunhas e para todas essas medidas. Aí, o Senador Crivella cometeu um ato falho quando disse que eu havia me referido à mora do Judiciário. Falaram na mora do Legislativo. Mas também o Judiciário entra em mora. E eu registrei como minha preocupação pessoal, individual, a grande angústia e desafio que sempre foi, para mim, decidir os processos a mim submetidos com a maior rapidez possível, porque compreendo que sempre para cada um o seu interesse é o mais importante. Não há dúvida alguma. E sem dúvida, para a sociedade há temas que são mais importantes.

Eu compartilho do cuidado de V. Exª, da preocupação de V. Exª com relação a esse tema que envolve, em última análise, a morosidade do Judiciário.

V. Exª se referiu à questão da RDC, das medidas provisórias. Na verdade, o tema está submetido também ao Supremo Tribunal Federal. Tem Ação Direta de Inconstitucionalidade. Há duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade com relação a esses contratos e licitações envolvendo as obras de serviços para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, que partem tanto de partidos políticos quanto da própria Procuradoria da República, passando por vício formal na medida em que a medida provisória durante sua tramitação foi incorporada por 41 dispositivos que na verdade regulam esse regime de contratação. E ainda existe também alegado o vício de inconstitucionalidade material, em função do art.37, licitação em igualdade de condições. E há inúmeras manifestações da sociedade e deste Congresso que tenho visto questionando todos esses aspectos.

Foro privilegiado, Senador, também foi uma opção legislativa. É uma opção desta Casa; é uma opção da Constituição da República. Na verdade, em termos de instituto, o foro privilegiado se justificaria, em tese, no sentido de que até se diz que jurisprudência é prudência. Na verdade, as cortes superiores, até pela maior maturação, quem sabe por uma experiência maior, estariam mais adequadas para efetuar julgamentos com maior discernimento, envolvendo agentes políticos, que são basicamente os que detêm o foro privilegiado.

Acho que é uma matéria muito controversa, mesmo na doutrina, mesmo no seio da sociedade. Ela comporta leituras diversas, interpretações diversas, mas, por hora, a legislação está aí.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Na opinião de V. Exª, a legislação deve ser mantida ou alterada?

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Se a legislação deve ser mantida ou alterada?

Acho que há prós e contras à manutenção e à... porque, em determinados momentos, o foro privilegiado pode salvaguardar – não tenho a menor dúvida – o envolvido de aspectos mais delicados, para que ele possa, inclusive, atuar com maior liberdade e para que se sinta mais respaldado pela experiência daqueles que o estão a julgar. Mas, sem dúvida, há aspectos negativos.

No Judiciário, Senador Alvaro Dias, nesses casos, costuma-se dizer: "Peço vista dos autos". Quero pensar um pouquinho mais sobre o tema. Perdoe-me. Mas, realmente, não teria agora condições de emitir, com muita tranquilidade, uma opinião mais assertiva com relação a ele.

Senador Valdir Raupp...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Faltou apenas a última indagação...

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Perdão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A última indagação, sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade do processamento de parlamentares que cometeram delitos antes da posse, no pleno da Casa legislativa, Conselho de Ética, julgamento político.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – O julgamento político. Na verdade, parece-me que toda – e aí é a minha opinião pessoal – a compreensão, que todo julgamento que se faz fora do Judiciário não veda o acesso ao Judiciário.

Então, na verdade, julgar os próprios pares, no meu ponto de vista, não implicaria inconstitucionalidade, se não vedar o acesso do prejudicado ao Judiciário. Seria nessa linha – art. 5º, inciso XXXV, da Constituição da República.

É como me posiciono, Senador.

Senador Valdir, com quem, quando fiz a visita, tive a oportunidade...

Ao Senador Valdir, de Santa Catarina, a quem rendo as minhas homenagens, referi que costumo ir à praia de Torres, ao lado do Mampituba, E aí conversei sobre a minha mãe, com seus 94 anos, que, de fato, dirige carro e que é, como disse, uma gaúcha de fibra inquebrantável, aliás, a quem devo tudo que sou.

Lentidão dos processos. O que fazer com a lentidão dos processos? O Senador Aloysio Nunes, se bem

me recordo, está relatando uma PEC, justamente que diz respeito à PEC nº 15, aos recursos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente. Eu sou o relator e, inclusive, na minha proposta, estou estendendo essa ideia de que a sentença possa ser... A ideia de antecipar, melhor dizendo, o trânsito em julgado para o pronunciamento do segundo grau de jurisdição à Justiça do Trabalho.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O parecer já foi apresentado à Comissão e está aguardando a Ordem do Dia para deliberação.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Exatamente o que eu dizia: os caminhos são muitos, o objetivo é maravilhoso, acho que é perseguido por todos nós.

De certa maneira, reporto-me a Amartya Sen: a concretização da justiça. Chegar à justiça, porque, com toda essa lentidão, não há justiça que aguente, não há cidadão que aguente. Os caminhos têm sido buscados.

Na verdade, na Justiça do Trabalho, eu queria dar um testemunho. V. Exªs vieram de aprovar a certidão negativa dos débitos trabalhistas, que visa justamente, uma das medidas que foi gestada, assim como o processo eletrônico, agilizar os procedimentos judiciais e afastar o gargalo, a que aqui antes me referi, da execução, ou seja, ganha-se, mas não se leva.

Então, todas essas medidas tendentes ao aperfeiçoamento devem ser buscadas e passam pela desburocratização e pelo afastamento de procedimentos que não mais se justificam e que estão tal forma incorporados a nossa cultura que nós nem nos damos conta porque continuamos.

Tenho uma experiência. Quando presidi o meu Tribunal, o meu Tribunal de origem, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, inúmeras vezes, em práticas burocráticas, cartoriais, eu perguntava ao servidor por que ele estava procedendo daquela forma. Ele dizia: "Presidente, foi sempre assim!"

Por isso, repito, toda essa iniciativa no sentido dessas técnicas de gestão da coisa pública, de aprimoramento passam também por essa tentativa de nós agilizarmos a Justiça. Acho que não podemos perder a esperança. Gostei muito de saber dessa mudança de paradigma que está sendo proposta com relação ao transito em julgado, embora tenha antecipado para 1º e 2º grau, embora... Dentro daquela multiplicidade da nossa sociedade, as críticas vêm por todos os lados, mas eu acho que o objetivo de todos é que se chegue a uma melhor solução.

Com relação ao papel do CNJ, eu considero o Conselho Nacional de Justiça como um grande avanço que se fez no Poder Judiciário. Nós temos princípios na República, consagrados na nossa Carta Magna. O art. 37 da Carta Constitucional abriga, alberga dentre outros princípios, como a moralidade e a legalidade, o princípio da publicidade, que é informado pela necessidade de transparência. O Poder Judiciário, com o Conselho Nacional da Justiça, na verdade, adquiriu – isso enriqueceu, a meu juízo; é uma introdução trazida pela reforma do Judiciário, Emenda 45 –, um órgão administrativo, mas de justamente atuação de gestão vinculada à atuação financeira, à atuação administrativa do Poder Judiciário, dando uma maior transparência, estabelecendo medidas que nós todos os dias vemos – até pela leitura dos jornais – que são altamente enriquecedoras para a própria instituição e que nos auxiliam a correção, inclusive, de rumos. É o caso agora. Vi há poucos dias a liberação de mais de 20 mil presos que estavam com prisão ilegal. Quer dizer, ele está adotando medidas que são de fato medidas que vêm em benefício da sociedade brasileira.

Toda aquela discussão de controle externo ficou superada na Constituição, o Supremo já se pronunciou sobre isso, seja porque o Conselho Nacional de Justiça, com seus 15 membros – nove Magistrados, dois representantes da sociedade, enfim, representantes do Ministério Público e representantes da Advocacia – é um órgão plural de natureza administrativa que veio para acrescentar... A constitucionalidade foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, quando a ele submetida. A grande questão diz com a sua atribuição vinculada à atuação disciplinar, às infrações disciplinares. A questão está submetida ao Supremo, e eu fico em uma posição delicada. Uma grande discussão que se trava é a de saber se a competência do Conselho Nacional de Justiça é concorrente ou subsidiária à atividade correicional dos tribunais. Essa é a questão. Então, com relação a ela, na verdade, Senador Valdir, me eximo de responder.

Com relação ao que V. Exª registro como greve inédita no Judiciário... A notícia que eu tenho – e eu estava tão envolvida com a preparação da minha sabatina aos senhores – é que, na verdade, se tratou de um movimento de reflexão dos magistrados sobre inúmeros temas que passam, desde a redução do subsídio por força da inflação, mas também vinculados à questão da segurança dos magistrados, às condições de trabalho. Seria um dia de mobilização, um dia de debates, até porque as audiências foram ou antecipadas ou transferidas para o dia seguinte. Não houve aquilo que se chama de greve, que é uma paralisação concertada do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Ministra. Próximo inscrito é o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente; Srªs Senadoras, Srs. Senadores; Drª Rosa Maria.

Eu quero, inicialmente, prestar meu respeito por sua função: Ministra do TST e por sua estória de vida, sobretudo estória profissional, o que revela uma cidadã de bem e uma cidadã que é atenta para os princípios republicanos. Quero expressar a V. Exª meus respeitos.

Tenho algumas indagações a fazer a V. Exª. A primeira delas é que V. Exª, no início de sua fala, fez menção a uma expressão do ex-Presidente do Supremo, salvo engano, do Ministro Veloso, ao afirmar o seguinte: "A crise do Judiciário está lentidão, o resto é perfumaria." V. Exª fez referência a isso. Eu gostaria de saber de V. Exª como a senhora vê a corrupção no Poder Judiciário diante do relatório revelado pela Ministra Eliana Calmon, Corregedora-Geral do Conselho Nacional de Justiça, quanto ao levantamento que ela fez em que aponta magistrados envolvidos em corrupção. Essa é a primeira indagação.

V. Exª fez referência, várias vezes, ao Prêmio Nobel. Ele é economista, como nós todos sabemos, e a teoria de justiça não é escrita apenas por juristas, mas também por economistas. Nós sabemos que, de uma certa forma, Marx falou sobre justiça, Max Weber falou sobre justiça e sua teoria. V. Exª, com certeza, deve ter lido seu livro sobre uma ideia de justiça, gostaria de saber se V. Exª concorda com ele no que ele denomina de justiça em contraposição a que Hans faz em relação ao contratualismo. Essa é uma indagação e pretendo ouvi-la, por gentileza.

V. Exª tem uma carreira toda trilhada, com muita honra, na Justiça do Trabalho, uma Justiça que orgulha a República Federativa do Brasil por vários motivos. Assim, quero render homenagem a V. Exª e à Justiça do Trabalho. No entanto, no Supremo Tribunal Federal, segundo dados de ontem, apenas 4,86% são matérias ligadas ao Direito do Trabalho e 12,13% são matérias relacionadas ao Direito Processual Civil e Trabalhista. Com isso, quero dizer a V. Exª que vou elencar minhas perguntas, além do direito do trabalho, a outras searas do Direito, porque penso que o Supremo Tribunal Federal, apesar da importância da Justiça do Trabalho, apesar de seu significativo valor na concretização dos direitos sociais, o indicado ao Supremo precisa ter conhecimento também sobre outros temas.

Uma indagação que faço a V. Exª é a respeito do princípio do retrocesso em matéria ambiental. V. Exª entende que existe direito adquirido ao cidadão poluidor? Ou ele tem o direito constitucional de ser poluidor, tendo em conta o art. 5º, inciso XXXVI, que estabelece o princípio da irretroatividade? Isso tendo em conta um julgado recente do Superior Tribunal de Justiça.

Eu gostaria de saber de V. Exª quais são, no seu entender, os limites para uma Comissão Parlamentar de Inquérito – tema muito significativo para esta Casa -, tendo em conta as chamadas reservas de jurisdição? Qual a ideia de V. Exª a respeito desses limites, tendo em conta o voto do Ministro Celso de Mello, que é conhecido de todos aqueles que operam na seara jurídica?

Qual é o entendimento de V. Exª a respeito da natureza dos tratados internacionais, notadamente aqueles voltados para a proteção dos direitos fundamentais, na ordem interna, e direitos humanos, na ordem internacional? V. Exª entende que os tratados internacionais que tenham por objeto direitos humanos têm envergadura subconstitucional, supralegal, constitucional ou supraconstitucional? Isso tendo em conta a posição do livro a que V. Exª fez referência quanto à ideia de justiça, uma vez que todos sabemos que esse economista Prêmio Nobel tem um entendimento importante sobre a proteção dos direitos fundamentais.

Na ideia de V. Exª, na sua concepção, no caso de colisão de direitos fundamentais, como o magistrado deve agir? Por exemplo, se existir uma colisão entre o direito à imagem e à liberdade de expressão. Faço essa pergunta uma vez que sou relator, nesta Casa, de projeto de lei que trata do direito de resposta do Senador Requião.

V. Exª entende a existência de responsabilidade civil do Estado em face da omissão do Poder Público? Por exemplo, se o Estado não cuida de doentes mentais e eles venham a praticar crimes, ou o Estado não cuida do meio ambiente, o Estado pode ser responsabilizado por essa omissão? Qual é a ideia de V. Exª a respeito disso, tendo em conta a culta aquiliana, *in vigilando e in eligendo*, por parte do Estado?

Eu gostaria de saber de V. Exª que posição tem a respeito da Convenção de Palermo e o conceito de crime organizado. Se no entendimento de V. Exª o conceito da Convenção de Palermo, a Convenção das Nações Unidas sobre crimes transnacionais restou recepcionado, automaticamente, pelo Sistema Nacional ou precisamos integrá-lo a essa importante convenção de combate ao crime organizado?

Sabemos que teremos eventos internacionais importantes a partir de 2014, notadamente a Copa do Mundo e as Olimpíadas. No entendimento de V. Exª, os temas envolventes o Direito Internacional se encontram na seara política ou podem ser sindicados pelo Poder Judiciário?

Faço essa indagação a V. Exª tendo em conta recente decisão da Suprema Corte dos Estados Uni-

dos que retira do Poder Judiciário a sindicância sobre decisões do Executivo americano que permite que agências governamentais de lá possam torturar pessoas, sequestrar pessoas. Isso ficaria fora da sindicância do Poder Judiciário. E essa pergunta, se V. Exª entender, eu gostaria que fosse relacionada a esses eventos internacionais que se avizinham, em 2014 e 2016. Digamos que aqui nós tenhamos um atentado terrorista; como V. Exª sabe, nós não tempos um tipo penal para terrorismo; o Estado americano poderia sequestrar um cidadão que tenha praticado esse crime no Brasil e julgá-lo lá nos Estados Unidos?

Na opinião de V. Exª, é mais importante uma boa lei ou um bom juiz?

V. Exª fez referência à interpretação. V. Exª disse que interpretar é revelar sentido. Eu gostaria de saber a posição de V. Exª a respeito da nova construção interpretativa sobre "a interpretação não é só revelar sentido, mas é sobretudo dar sentido", tendo em conta as pré-compreensões daquele que está fazendo. E V. Exª citou aí que cada um de nós se insere no "eu sou eu e minhas circunstâncias", tendo em conta essa construção.

Na opinião de V. Exª, agente político pode responder por improbidade administrativa, tendo em conta as posições do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal?

O que V. Exª entende pelo princípio da anterioridade eleitoral? Qual é o limite para essa anterioridade eleitoral?

Qual é a ideia de V. Exª a respeito das resoluções do Tribunal Superior Eleitoral? V. Exª será ministra do Supremo Tribunal Federal; três vagas do TSE são de ministro do Supremo; então, eu gostaria de saber a posição de V. Exª sobre as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, se, no vosso entendimento, isso não ofende o art. 2º da Constituição da República.

Só um minuto. Eu tive o prazer de estudar várias decisões de V. Exª. Várias decisões que tratam de obrigação objetiva do empregador em face do acidente de trabalho; estabilidade provisória no emprego; alcoolismo não caracterizador da justa causa; inexistência da estabilidade no emprego público em empresas estatais; várias decisões de V. Exª eu li e quero elogiar os acórdãos que V. Exª relatou num importante tribunal brasileiro.

Eu continuo, Sr. Presidente, pois gostaria de saber a posição da Srª Ministra a respeito do princípio da proporcionalidade.

Qual o entendimento de V. Exª, notadamente a respeito da proteção insuficiente revelada pelo princípio da proporcionalidade? No entender de V. Exª, o Estado tem ou não o dever fundamental de proteger o cidadão? Eu faço essa pergunta tendo em conta a discussão entre Sen e Haus, no livro citado por V. Exª – e todos sabemos da posição contratualista de Haus.

Eu levantei os julgados de V. Exª e quero aqui dizer que V. Exª é uma Ministra que julga a bom tempo. O Tribunal Superior Eleitoral tem uma relação de produtividade dos magistrados. V. Exª julga muito, e quero parabenizá-la por isso. Quero saber o que V. Exª entende sobre a Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça.

Só um minutinho, Sr. Presidente.

V. Exª fez a seguinte afirmativa: "O processo traz e revela angústias". Para V. Exª, o direito deve ser achado na rua ou o direito se encontra na lei?

V. Exª fez referência a um constitucionalismo social. Tenho certeza de que V. Exª sabe das críticas a esse constitucionalismo social no início do séc. XX, notadamente na Itália e na Alemanha. Pergunto o que V. Exª entende por esse constitucionalismo social e se a Constituição brasileira busca esse constitucionalismo social sem o predicativo da democracia ou com o predicativo da democracia.

Uma última pergunta, Sr. Presidente.

Como uma indicada chega a essa posição em que V. Exª se encontra? Depois que o nome de V. Exª começou a circular na imprensa, busquei em todos os jornais nomes de outros ilustres juristas cujos nomes circulavam pela imprensa, e a imprensa dava conta da existência de reuniões para escolher Ministro do Supremo Tribunal Federal ou indicado para o Supremo. Pergunto se V. Exª pode revelar quais conversas que V. Exª teve para aqui chegar, para honra de V. Exª e da Justiça do Trabalho, e ser sabatinada pelo Senado da República, se V. Exª entender que isso pode ser revelado.

Por fim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós, na sabatina do Senado, estamos começando a chegar a um ponto em que as perguntas não poderão ser mais feitas porque, sobre a maioria delas, o Supremo Tribunal Federal tem um julgamento, e a Loman, que é uma lei complementar, nº 35, de 1979, diz que o magistrado não pode falar sobre processo que julgará, e S. Exª a Ministra Rosa está coberta de razão. Mas, desde 1988, a Constituição determina que o Supremo Tribunal Federal apresente um projeto para uma nova Loman – isso desde 1988. Pergunto o que V. Exª entende da demora do Supremo Tribunal Federal, que tem a legitimidade exclusiva em apresentar o projeto da Loman, se essa demora do Supremo Tribunal Federal pode ser resolvida no sistema constitucional nacional.

São essas as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

O próximo Senador inscrito para arguir a Ministra é o Senador Demóstenes Torres.

Tem a palavra V. Exª, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, Srª Ministra Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, tenho algumas perguntas a fazer a V. Exª acerca justamente de questões ou pendentes, embora não propriamente, mas questões que o Supremo tem analisado.

Em relação, Srª Ministra, ao exame criminológico para concessão da progressão do regime carcerário, bem sabe V. Exª que o Congresso Nacional aprovou a supressão do exame criminológico, numa lei sancionada pelo Senhor Presidente da República Luiz Inácio, e o Supremo decidiu acerca dessa questão. V. Exª pode nos fazer um juízo crítico dessa decisão do Supremo?

Também, Srª Ministra, o art. 44 da Lei nº 11.343, de 2006, que institui o Sistema Nacional de Política Pública sobre Drogas, o Sisnad, veda a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direito por condenados a tráfico de drogas. V. Exª pode nos falar sobre a posição que o Supremo tomou nesse caso e se é favorável ou contra?

Srª Ministra, também perguntaria, em relação ao princípio da insignificância, no caso do crime de furto, em que também o Supremo Tribunal deu uma orientação, se V. Exª entende que a repetição desses crimes pela mesma pessoa implica a impossibilidade de aplicação do princípio da irrelevância.

Srª Ministra, também perguntaria a V. Exª se o réu... E, repito, estou questionando acerca das orientações do Supremo. Então, para não ficar repetindo "o Supremo e tal", vou só fazer o questionamento. Em relação ao preso preventivo, que ficou preso durante toda a instrução criminal, se ele pode aguardar o trânsito em julgado da causa se estiverem mantidos os motivos da segregação cautelar. Se ele tem que ser solto ou se pode continuar preso.

Em relação, Srª Ministra, à ausência de previsão legal, quando há prática de falta grave, no caso, por exemplo, de se encontrar o réu já em regime fechado e ele comete uma falta grave, se é possível ou se é recomendável, ou se o Supremo vem decidindo que se deve interromper o prazo a contar daí, colocando-se o remanescente como tendo ali, a partir da prática da falta, uma nova contagem de tempo da falta grave. Ou se isso viola o princípio da legalidade por não termos uma disciplina legal no caso.

Também, Srª Ministra, voltando à mesma Lei de Tráfico Ilícito de Entorpecentes, pergunto a V. Exª: há uma previsão legal de vedação expressa de liberdade provisória. O Supremo tem mantido isso de forma absoluta? Como V. Exª entende que a posição do Supremo tem sido? Tem sido tolerante ou mais conservadora nesse aspecto?

Em relação à interceptação telefônica, Srª Ministra, o Supremo tem admitido a prorrogação por prazo indeterminado se se mantiverem presentes os pressupostos que decretaram a interceptação?

Quanto à sentença de recebimento da denúncia, Srª Ministra, é preciso que o juiz fundamente essa decisão?

Em relação à condenação criminal não transitada em julgado e em que há, portanto, recurso pendente, a decretação de prisão pode acontecer só em decorrência da condenação criminal ou, apesar da condenação criminal, deve haver fundamentação específica para se manter o réu preso?

Em relação ao art. 127 da Lei de Execução Penal, Srª Ministra, que impõe a perda dos dias remidos pelo cometimento de falta grave, V. Exª acha que esse dispositivo foi recepcionado pela atual Constituição?

Em relação, Srª Ministra, à presença do querelante ou do procurador na oitiva de testemunhas de defesa realizado em juízo deprecado, V. Exª entende que essa presença é obrigatória?

Em relação, Srª Ministra, à compensação da circunstância agravante da reincidência e da circunstância atenuante da confissão espontânea, V. Exª entende que, de acordo com o entendimento do Supremo, isso seja possível? É constitucional, Srª Ministra?

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Diante da atenuante da confissão e da reincidência, qual é a questão?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Se é possível essa compensação, se há uma equalização. Quando concorre essa circunstância da reincidência com a da confissão espontânea, se há uma equalização ou se alguma prepondera em relação à outra.

Em relação, Srª Ministra, a câmaras criminais extraordinárias formadas majoritariamente por juízes de primeiro grau arregimentados em sistema de voluntariado, que é o caso de São Paulo especificamente, V. Exª entende que são constitucionais as decisões de câmaras formadas dessa maneira? Ou seja, repetindo: por câmaras criminais extraordinárias formadas majoritariamente por juízes de primeiro grau? São convocados e, em alguns casos, têm até um número maior do que os próprios desembargadores.

Também, Srª Ministra, outra pergunta em relação a essas circunstâncias: no caso, a circunstância atenuante da menoridade prepondera sobre agravantes objetivas, conforme decisão do Supremo? Há uma divergência grande entre o STJ e o Supremo em

relação ao oferecimento da denúncia na hipótese de descumprimento das sanções impostas na transação penal: o STJ tem uma posição, o Supremo tem outra posição. V. Exª concorda com a posição do Supremo acerca desta questão, ou seja, do oferecimento da denúncia na hipótese de descumprimento das sanções impostas na transação penal?

Srª Ministra, qual é a posição de V. Exª em relação à chamada prescrição virtual? V. Exª concorda com o que decidiu o Supremo Tribunal Federal, da possibilidade da aplicação da prescrição virtual?

Em relação à constitucionalidade da vedação de concessão de liberdade provisória a presos em flagrante por porte de arma, V. Exª entende que o Supremo acertou?

Em relação à medida de segurança, qual é o prazo máximo que V. Exª entende é cabível nesse caso, para o cumprimento de medida de segurança?

O Supremo também já decidiu várias vezes, Srª Presidente – até mais recentemente, agora mesmo, no mês de novembro, por meio do Ministro Ricardo Lewandowski –, acerca da possibilidade ou não da decretação da prisão preventiva quando há repercussão social e também acerca da gravidade dos crimes. V. Exª entende que, nesse caso, é possível a imposição da prisão cautelar?

Em relação aos maus antecedentes, Srª Ministra, eles podem basear-se exclusivamente na existência de inquéritos e ações penais em curso?

Em relação, Srª Ministra, à prescrição pela metade, na hipótese de o réu ter mais de 70 anos de idade, o Supremo tem uma decisão acerca disso, uma decisão de 2009, em que foi relator o Ministro Carlos Britto, em que ele pacifica, mais ou menos, essa questão.

Então, indago de V. Exª: em relação a isso, a idade de 70 anos pode ser contada na pendência de recurso extraordinário interposto contra acórdão condenatório? Ou esse acórdão condenatório deve ser o início do prazo. Ou seja, se o réu tinha menos de 70 anos, mas completou os 70 anos na pendência do julgamento de recurso extraordinário, se vale, qual a data que conta para fim da aplicação da prescrição pela metade, prevista no art. 115 do Código Penal?

Já esgotado o meu tempo, peço a minha inscrição, novamente, Sr. Presidente, para concluir as perguntas ao fim; o que é possível regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, se V. Exª...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu peço o meu requerimento, aqui, também, para ganhar um diploma, viu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou dar o tempo a V. Exª, para que possa fazer as perguntas que achar...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeitamente.

Então, ainda tenho uns 20 minutos. Se V. Exª concordar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, V. Exª tem que se reinscrever...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem. Senador Demóstenes, depois vou pedir a V. Exª, com todo o respeito, para me dar o diploma, porque hoje, aqui, nós estamos tendo uma aula, um diploma de Direito, um curso presencial.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Demóstenes tem todo o direito de fazer os questionamentos que entender.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ministro do Supremo já entra dando aula. Ministro do Supremo não...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, Senador Marcelo Crivella, em respeito aos demais... Eu já dei para V. Exª 14 minutos. Se V. Exª quiser, tem mais um minutos e meio...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, eu quero é me inscrever na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, no final dos inscritos.

O próximo orador inscrito é o Senador Aloysio Nunes. Tem a palavra V. Exª, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Srs. Senadores, Srª Ministra Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, a quem saúdo, cumprimento, de quem tenho as melhores referências, além do currículo; referências que foram confirmadas pela apresentação inicial que V. Exª fez sobre a concepção que tem a respeito do seu papel, o papel do Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ainda mais, fico satisfeito por saber que V. Exª gosta de cinema e de poesia.

Mas que, inicialmente, Sr. Presidente, dizer do meu inconformismo com o tom que vem sendo seguido nas sabatinas – e V. Exª, evidentemente, não é o culpado por isso: o fato de não se poder fazer perguntas que, por ventura, levem à explicitação da maneira pela qual o sabatinado encara questões delicadas e que deverão ser decididas pelo Tribunal que pretende integrar.

V. Exª, se for Ministra do Supremo Tribunal Federal, não será *la bouche de la loi,* V. Exª será *la bouche de la constitution.* Então, quero saber em que tom vai falar essa boca. Qual é a sensibilidade que a informa,

qual é essa visão dos valores jurídicos sobre os quais V. Exª irá se pronunciar.

Com toda a franqueza, V. Exª ainda não é Ministra do Supremo Tribunal Federal. De modo que não pode dizer que vai julgar determinada questão e, portanto, se declarará impedida se se pronunciar previamente sobre ela. E mais, ainda: eu até preferiria ver uma Ministra impedida de participar de determinado julgamento, mas em cuja sabatina eu tivesse ocasião de aferir os seus pontos de vista sobre questões que ou estão sob o exame do Supremo, ou que haverão de estar. Porque, como diz o Senador Pedro Taques, dada a amplitude da ação do Supremo, em grande parte decorrente da democratização do acesso ao Supremo Tribunal Federal pela ampliação do número dos legitimados a propor ação direta, e também da omissão – é preciso que se diga – do Legislativo sobre temas delicados, que decorre de certa degradação progressiva da política, o Supremo Tribunal Federal é chamado a se pronunciar sobre essas questões.

Ao fazer essa primeira afirmação, eu queria voltar a perguntar: a senhora considera que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público têm uma função subsidiária ou é hierarquicamente superior às corregedorias regionais? Não tenho como fugir dessa indagação.

Gostaria também de perguntar à senhora o seguinte, a respeito de greve de juízes. V. Exª, habilmente, afirmou que, a rigor, não houve greve, mas o fato é que poderá haver. O Congresso Nacional se omitiu, tem se omitido, nos últimos 23 anos decorrentes da promulgação da Constituição de 1988, na formulação da lei, reclamada pela Constituição, que garante e disciplina o direito de greve dos servidores públicos. Já há iniciativas aqui no Senado e também na Câmara de projetos de lei – o Brasil é signatário de uma convenção da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre esse tema –, de modo que, certo ou tarde, vai chegar – espero que o mais cedo possível – porque a falta, o vazio legal, além de ser um entrave ao exercício do direito, permite também o abuso desse direito, vai chegar o momento em que se vai discutir: juiz pode fazer greve ou não? *La bouche de la loi* pode fazer greve ou não? Quero ouvir a opinião de V. Exª.

Nós vivemos aqui, Ministra, assoberbados pelas medidas provisórias, invadidos permanentemente. A senhora esteve aqui, tive oportunidade de conhecê-la pessoalmente num dos raros momentos em que o Congresso debateu temas substantivos. Estamos debatendo e vamos começar a deliberar hoje sobre o Código Florestal. Mas, isso é raro. Fala-se em choque de ideias e tal. Não há muito choque de ideias. Essa que é a realidade dos fatos. Os pontos delicados são postergados. Greve de servidor público; é delicado, porque exige o conflito entre Poder Público e os servidores. Há diferenças substanciais em relação ao conflito entre empregados e patrões e a sua solução exige a intervenção de outro Poder, que é o Poder Legislativo, porque mudança de regime jurídico só se dá através de lei. Mas, o fato, Ministra, é que, aqui, a maior parte do tempo é medida provisória.

Então, eu gostaria de saber de V. Exª qual é, na sua visão, o limite de emendamento das medidas provisórias pelo Congresso, desse tipo de iniciativa, que é privativo do Executivo, exercida somente em condições excepcionalíssimas de urgência e de relevância da matéria, qual o limite de emendamento que tem o Congresso Nacional dessas medidas?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – A pergunta é muito boa. Agora, podíamos também perguntar o que nós Senadores achamos de qual é esse limite, porque até agora nós não damos palpite nenhum, nós Senado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu dou, Senador. V. Exª dá e eu dou também, quando nós criticamos os contrabandos legislativos. V. Exª tem sido um crítico contumaz e eu também.

Mas, qual é esse limite?

E, mais ainda: acredita V. Exª que o julgamento de relevância e urgência, que é uma precondição para a edição de medida provisória, que deve ser compartilhado pelo Poder Legislativo – deve ser referendado pelo Poder Legislativo, ratificado pelo Poder Legislativo – pode ser levado ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal? O Supremo Tribunal Federal poderá decidir a esse respeito?

Pergunto ainda em relação ao ativismo judicial. Volto a dizer que o ativismo judicial existe, não apenas porque vivemos numa sociedade altamente plural, felizmente, e porque a sociedade e o Judiciário se democratizaram, mas porque o Legislativo não seguiu esse passo. Agora, recentemente, o Supremo decidiu sobre a união homoafetiva, com base em ações formuladas pelo Governo do Rio de Janeiro e a Procuradoria-Geral da República. Nessa decisão, reconheceu-se que a união estável homossexual seria reconhecida juridicamente, que os casais homossexuais seriam considerados como entidade familiar. Mas as ações diretas propostas, ao suscitarem as consequências desse reconhecimento que pleiteavam, não esgotaram todas as eventuais repercussões, como, por exemplo, adoção, licença-gala e repercussões da união civil sobre o nome. Como V. Exª encara essas consequências?

Estamos ainda sob o impacto do pedido de exoneração do Ministro do Trabalho. Uma das acusações sobre a atuação do ministério é que havia cobrança de

propina para reconhecimento de sindicatos. Ora, sabemos que as centrais sindicais disputam asperamente, entre elas, reconhecimento de sindicatos a elas filiados, porque a distribuição dos recursos do chamado imposto sindical entre as centrais é em função do número de sindicatos filiados a elas. Esse recurso perfaz uma soma vultosa, como sabe V. Exª – fala-se em coisa de mais de 1 bilhão neste ano. É um recurso de natureza tributária. Ora, a utilização dos recursos pelas centrais sindicais não está sujeita a nenhum controle, a não ser por órgãos dos próprios sindicatos, pelos conselhos fiscais, que são compostos à feição da própria direção da central sindical. Não há nenhum controle externo, como deve haver, sobre a utilização de recursos que têm natureza, sim, fiscal, pelo Tribunal de Contas da União. Pergunto como V. Exª encararia o escrutínio do Tribunal de Contas da União sobre a prestação de contas das centrais sindicais. A mesma coisa com a OAB. Tem razão o Senador Pedro Taques. A OAB recolhe contribuições dos advogados como condição do exercício da profissão. Somas vultosíssimas. Onde está a prestação de contas? Apenas *interna corp*oris? Ou é necessário que a sociedade saiba exatamente qual é a utilização que fazem OAB e outras organizações, outras autarquias semelhantes? Com o Sistema S, é a mesma coisa. Enfim, como V. Exª encara essa questão?

Ministra, creio que eu esgotei, por ora. Muitas questões eu gostaria de ter levantado, mas V. Exª já respondeu a elas ao reagir às indagações de outros Senadores.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

Ah! Desculpe.

Uma pergunta sobre *royalties* do petróleo, titularidade de *royalties* do petróleo. A Constituição diz que as rendas decorrentes de exploração do petróleo, gás natural, etc. constituem receitas da União, dos Estados e dos Municípios em relação à exploração dos respectivos territórios.

Entende V. Exª que essas rendas constituem receitas originárias dos entes federativos ou elas podem ser deslocadas de um para outro conforme decisão do legislador ordinário?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Aloysio.

Nós estamos aqui no – primeiro, segundo – terceiro bloco dos sete blocos que faremos.

Vou passar a palavra à Ministra para responder aos questionamentos feitos pelo Senador Pedro Taques – na ordem – e, na sequência, pelo Senador Demóstenes e, por último, Senador Aloysio, lembrando aos Srs. Senadores, para que a gente não tenha aqui nenhuma dúvida em relação à sabatina, que eu estou baseado no art. 397 do Regimento, que diz que são apenas cinco minutos, e no art. 14, que diz uma única vez. Estou sendo tolerante e deixando até quinze minutos para cada Senador exatamente por achar que a sabatina é extremamente importante para cumprirmos o mandamento constitucional.

Portanto, passo a palavra à Srª Ministra.

Se, por acaso, S. Exª desejar ir à toalete, posso suspender a reunião. Se não, V. Exª tem a palavra para responder.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Só para saber que esse foi o bloco mais pesado. Essa foi a trinca...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu não sei. Vamos ouvir os outros Senadores, Senador Pedro Simon.

Ministra, V. Exª tem a palavra.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Vou precisar de um café. Não tenho a menor dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já pedi um chá e um café para a senhora. *(Pausa.)*

O Senador Demóstenes já está almoçando. *(Pausa.)*

Ministra, V. Exª tem a palavra.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Senador Pedro Taques, eu lhe agradeço as indagações, embora algumas – confesso – me causem perplexidade na medida em que não sei se já meditei o suficiente a respeito de todas elas. São temas de alta complexidade que envolvem inúmeros campos. Quando se está aqui na frente do microfone e se tem que responder, às vezes, falta um pouquinho de tempo de maturação. Eu vou, na medida do possível...

Eu não consegui – acho que são vinte ou trinta – anotar todas. Então, talvez V. Exªs tenham que me ajudar um pouquinho na reconstituição das perguntas.

O primeiro ponto que V. Exª registrou...

Aproveito para agradecer as referências que fez à minha vida profissional. Eu, de fato, tenho muito orgulho de ser Juíza do Trabalho há tanto tempo. Talvez eu, por ser Juíza do Trabalho, não tenha essa visão mais ampliada que uma eventual ida, óbvio, condicionada à aprovação desta Casa, me levaria a ter. Também penso que hoje em dia tamanha é a complexidade e o número de matéria que são submetidas à Suprema Corte que dificilmente vamos ter alguém que consiga abarcar com a necessária profundidade, com o necessário estudo, todos esses temas. Dependendo da origem, a pessoa estará mais afeita a determinado tema, e aí sempre o que – digamos assim – me fortalece e o que me faz enfrentar os desafios é o fato de que podemos estudar. Repito: somos eternos aprendizes. Nós podemos

estudar e nós juízes somos eternos aprendizes. Nós podemos estudar e nós juízes estudamos, estudamos no caso concreto, porque, muitas vezes, se tem uma visão teórica sobre um determinado tema e, na hora do exame do caso concreto, se não foliarmos aquele processo, folha por folha, não temos como decidir. Como registrei antes, os próprios Ministros do Supremo Tribunal Federal, muitos estão lá há vários anos, pedem vista regimental a todo momento, como nós pedimos no Tribunal Superior do Trabalho e no próprio Senado, parece-me, V. Exªs, em inúmeros momentos, sustam, até para haver uma melhor maturação dos temas.

Então, nessa ótica e com essa compreensão, quando V. Exª me perguntou sobre a corrupção no Poder do Judiciário, a partir de levantamentos feitos, o que tenho a dizer a V. Exª é que a corrupção, infelizmente, é inerente também, assim como a bondade, a honestidade, a moralidade, é da natureza humana.

Lembro um ditado latino: "Nada do que é humano a mim é alheio". E os juízes e juízas são homens, mulheres que também têm defeitos. Todo poder, todo o grupo, toda instituição tem bons e maus. Abandonando o maniqueísmo de bons e maus, temos os que cumprem e os que não cumprem e os que às vezes cumprem e, outras vezes, deixam de cumprir.

O Poder Judiciário, constituído por homens e mulheres, não está infenso a pessoas incorretas, que cometem infrações disciplinares, penais, mas elas deverão ser investigadas e esses eventuais transgressores deverão ser punidos, com têm sido. Temos visto a atuação tanto de corregedoria, como do próprio Conselho Nacional de Justiça. Temos, no TST, a competência do órgão especial que eu integro, um exame de infrações.

Na minha convicção, a imensa maioria dos juízes brasileiros é de absoluta correção e honestidade. Agora, as exceções, quando constatadas, por óbvio e de uma forma exemplar deverão ser punidas. Digo exemplar porque justamente do magistrado há de se imaginar, ainda, uma correção e uma postura ética mais forte, mais firme do que, eventualmente, de outros cidadãos que não sejam afetos à tarefa da prestação jurisdicional.

Então, o que posso dizer a V. Exª em relação ao tema é isso.

Com relação à justiça e a todas as teorias da justiça, compreendo que a justiça, na verdade, há de corresponder na linha da dignidade da pessoa humana e de uma compreensão universal de que devemos tratar de que a Justiça é distributiva, de dar a cada um o que é seu e tratar a cada um na medida de suas desigualdade. Isso em uma linha de justiça distributiva, sempre com a compreensão da dignidade da pessoa humana que, para mim, é o valor fundamental. Não há conceito de justiça que possa superar e se sobrepor à concepção e à compreensão do homem na sua dignidade, para mim, qualidade intrínseca e inerente à pessoa humana. É nessa linha que eu tenho enorme admiração pelo Amartya Sen, porque essa é a compreensão que ele defende.

V. Exª observou que há índices pouco expressivos de acesso de processos trabalhistas ao Supremo Tribunal Federal.

Como Juíza do Trabalho, com muito orgulho, e como tenho essa compreensão de que a Constituição de 88 na verdade é o grande fundamento do Direito do Trabalho de hoje, talvez por uma visão equivocada, eu tenho uma ideia um pouquinho distorcida. Não teria os dados bem atuais, mas compreendendo todas as lides que envolvem o trabalho humano, a Previdência Social e o trabalho tanto na área trabalhista quanto aquele informado por relações de natureza estatutária, também em função do alargamento da competência da Justiça do Trabalho pela Emenda nº 45, eu ousaria dizer que os percentuais talvez estejam um pouquinho subestimados.

Na verdade, hoje nós temos competência tributária. As grandes lides trabalhistas estão passando hoje, pelo seu volume, e nós temos, todos os dias, nos julgamentos do Tribunal Superior do Trabalho, as ações de responsabilidade civil decorrentes de acidentes do trabalho, cuja competência não era nossa, e passou à Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional nº 45. Estamos todos nós lá reestudando, revisitando os institutos de Direito Civil que até pouco tempo não estavam tão presentes em nossos julgamentos, embora tivéssemos na nossa competência as ações de indenização por dano moral que não as decorrentes dos acidentes do trabalho. E eu até lembraria que o pequeno empreiteiro, contrato de empreitada de natureza civil, lá na Constituição de 67, Emenda Constitucional nº 69, já era nossa. Então nós examinamos, sim, os ramos do Direito.

De qualquer maneira, V. Exª tem toda razão. Por exemplo, em matéria penal nós não somos especialistas. Tentamos debater e trazer à nossa competência os crimes contra a organização do trabalho, mas não fomos bem sucedidos ainda, quem sabe, porque a conexão poderia nos levar a essa tese, a essa defesa.

Retrocesso em matéria ambiental, se o poluidor tem direito constitucional de ser poluidor, à luz do art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República.

O Código Florestal está sendo debatido por V. Exªs. Sei que os debates têm sido candentes aqui e há inúmeras posições com relação a esses temas.

Eu poderia dizer que a Constituição assegura como direito do cidadão um meio ambiente saudável, assim como ao trabalho há de se assegurar um

ambiente de trabalho saudável. Isso é norma constitucional, isso é dever do Estado. Eu reputo da maior importância os debates de V. Exªs, as reflexões de V. Exªs, agora, dizer se nós aplicaríamos o princípio do retrocesso em matéria ambiental para esse efeito eu não ousaria, até porque eu, Senador, sou contrária aos crimes ambientais. Que mundo nós vamos deixar para os nossos filhos?

Com relação à natureza dos tratados internacionais, na verdade, Senador, essa matéria tem sido alvo de muitos debates também. É uma matéria candente. Agora já não tanto, em função da posição pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, mas, na doutrina, vozes autorizadas de há muito, assim como Ministros no próprio Supremo Tribunal Federal, defendiam que os tratados internacionais de direitos humanos tinham envergadura constitucional, e retiravam essa conclusão da envergadura constitucional dos tratados internacionais do art. 5º, § 2º, da Constituição da República, quando diz que os direitos e garantias individuais são não apenas aqueles elencados no catálogo do art. 5º, mas também os que decorrem do regime, dos princípios da Constituição e dos tratados internacionais de que o Brasil seja parte. Então, nessa linha de raciocínio se construiu a doutrina no sentido de uma envergadura constitucional dos tratados internacionais.

Ocorre que a Emenda 45 introduziu o § 3º no art. 5º. O que diz o § 3º do art. 5º, como todos sabemos? Que, na verdade, aqueles tratados de direitos humanos, aqueles tratados internacionais que forem aprovados em dois turnos em cada Casa do Parlamento por uma maioria de três quintos têm a envergadura, eles equivalem a emendas constitucionais.

Então, apenas aqueles tratados que obtiverem esse quórum qualificado, o mesmo quórum das emendas constitucionais no processo legislativo, é que teriam essa envergadura e que teriam o *status* de norma constitucional. E nós sabemos que, no Brasil, a única convenção internacional que mereceu essa tramitação e essa aprovação foi a convenção que trata das pessoas portadoras de deficiência.

Então, temos essa situação diante da nossa Constituição. Também norma introduzida pela Emenda 45. Nós temos a envergadura constitucional dos tratados internacionais que obtiverem esse quórum qualificado. E os que não tiveram, porque anteriores à Emenda 45, mas também tratados de direito internacional, como eles se posicionariam no nosso sistema? Segundo boa doutrina, pelo 5º, § 2º, também teriam envergadura de normas constitucionais. Mas aí poderíamos raciocinar: mas como a própria Constituição estabelece a declaração de inconstitucionalidade de tratados internacionais se eles têm a mesma envergadura constitucional? Então, a mim me parece que não seria exatamente a melhor solução, embora, como disse, vozes autorizadas assim defendam.

A posição do Supremo Tribunal Federal com relação a esses tratados de direitos humanos anteriores ou que ainda não mereceram esse quórum qualificado de aprovação é no sentido da paridade, da supralegalidade. Ou seja, eles estão acima da lei, mas abaixo da ordem constitucional.

A grande discussão que se travou com relação a esse tema, porque houve uma evolução da jurisprudência do Supremo... A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal se fazia no sentido da paridade com a lei ordinária. Ela estabelecia uma equivalência: tratado internacional tem *status* de lei ordinária. Essa era a jurisprudência, mas houve um grande debate em função da convenção americana de direitos humanos, o Pacto de São José, da Costa Rica, onde se enfrentou a questão do depositário infiel. Por quê? Porque a nossa Constituição, no art. 5º, veda a prisão civil, exceto por alimentos e por depositário infiel. Essa é a situação. Ali, a condição do depositário infiel judicial e do depositário também nas questões da alienação fiduciária em garantia. Então, a questão voltou ao Supremo Tribunal Federal e, em voto memorável do Ministro Gilmar Mendes, relator, embora em decisão não unânime, atribuiu-se essa condição de supralegalidade. Daí decorre que está intacta a norma constitucional, mas a legislação infraconstitucional reguladora do instituto tem os seus efeitos paralisados pelo tratado que integra o nosso ordenamento jurídico. Por isso, a Súmula 25 do Supremo Tribunal Federal consagra a ilegalidade de toda e qualquer prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja o depósito.

Como eu visualizaria a hipótese de uma colisão ou como enfrentaria a colisão de direitos fundamentais? Diante de uma colisão de direitos fundamentais, eu usaria ponderação. Eu lembro que, na faculdade de Direito, como eu fiz há muito tempo, ainda não se falava de regras, princípios, princípio da ponderação, todas essas construções e, na época, tinha um professor que dizia: "Direito é bom-senso". Eu acho que Direito continua sendo bom-senso. De qualquer maneira, haveria a necessidade da ponderação dos valores, que são postulados normativos, que levariam a que se aquilatasse a colisão entre o direito à imagem e a liberdade de expressão e direito de resposta, que seria. Aí, dependendo do caso concreto, eu teria realmente... É a grande diferenciação dos princípios informadores que se fazem por juízos de ponderação, diferentemente das regras, em que, na verdade, ainda que a teoria do tudo ou nada já esteja muito atenuada

e afastada por alguns doutrinadores... No caso, teria de haver uma ponderação, considerado o caso concreto.

Mas isso está em mãos de V. Exª aqui e dos Srs. Senadores, dos Congressistas, seguramente. Tenho convicção de que a solução vai ser muito maturada e adequada.

Responsabilidade civil do Estado pela omissão do Poder Público. Exemplos: não cuidar do meio ambiente, culpa aquiliana, culpa *in vigilando*. Eu sempre sou pela responsabilidade objetiva do Poder Público. No caso, teria de examinar com maior cuidado, mas os instrumentos processuais e constitucionais estão à disposição de todos os brasileiros para submeterem as questões ao órgão competente para tanto, para que ele pondere e avalie, no caso concreto. Art. 37, inciso VI. Acho que o Estado sempre responde.

Lembrou o Sr. Senador os crimes transnacionais, Convenção de Palermo, crime organizado. Há necessidade sempre, para que um tratado internacional integre o nosso ordenamento jurídico, que seja submetido ao Congresso, ao Parlamento para que aqui seja expedido um decreto legislativo que passe ao Executivo, ou seja, é todo um ato complexo. Então, precisaríamos que houvesse a incorporação do tratado internacional, para que, envolvendo direitos humanos e sendo aprovado por maioria qualificada dos três quintos, tivesse a paridade constitucional.

Direito internacional na seara política, se indicados pelas agências, abrir mão de sequestros, litígios...

Soberania nacional. Com relação a essa pergunta, a meu juízo, Sr. Senador, ela resolve. O Brasil tem soberania, fundamento da República brasileira, art. 1º da Constituição da República.

> ***Art. 1º*** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel de Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:
>
> I – a soberania. [soberania nacional].

Então, em tese, eu fico respondendo assim a V. Exª. Evidentemente, submetida a questão, em determinado caso concreto, poderá, em função dos dados... Eu teria que me debruçar sobre o tema. Mas, na verdade, V. Exª me trouxe um evento internacional, um sequestro. É como eu penso.

Uma boa lei ou um bom juiz? Se não há um bom juiz, não há uma boa lei, do meu ponto de vista. Não adianta o Congresso elaborar a melhor lei do mundo se ela não for adequadamente aplicada.

Interpretação, dar sentido. Foram as palavras que eu guardei com relação à interpretação, ao questionamento sobre interpretação que V. Exª fez, quando eu disse que, na verdade, seria *en passant* revelar o sentido. Quando me referi a isso, quis dizer que as leis, até por essa moderna técnica legislativa a que estamos, de certa maneira, hoje jungidos e também pela complexidade da sociedade em que nós vivemos, que o próprio Parlamento tem recorrido às cláusulas gerais, às cláusulas em aberto. Na verdade, a própria polissemia das palavras exige a revelação. Por isso, há discussão. E, quando me referi ao ativismo judicial, não sei se cheguei a lembrar as correntes procedimentalistas e as correntes substancialistas que divergem exatamente nisto: em que medida a interpretação extrapola a vontade do legislador? Mas também me lembrava de Recaséns Siches: "Nós temos que atualizar". Na verdade, o progresso, as próprias mutações constitucionais, a própria Constituição americana – eu lembraria – não alterou um artigo. O sentido que lhe foi dado pela jurisprudência provocou um novo alcance, e a letra continua exatamente a mesma na Constituição americana. As mutações constitucionais, no nosso ambiente, consistem justamente, mantido o enunciado nas suas palavras, na alteração do conteúdo, que era uma imposição, inclusive, do próprio aperfeiçoamento e da evolução da humanidade.

Agente político pode responder por improbidade administrativa? Questão altamente polêmica. E imagino que o Supremo Tribunal Federal eventualmente até venha novamente a se debruçar sobre este tema, porque a orientação prevalecente que nós temos hoje é uma decisão que foi dada numa reclamação ainda da relatoria do Ministro Nelson Jobim quando Ministro do Supremo Tribunal Federal. Depois o acórdão foi lavrado pelo Ministro Gilmar Mendes. Foi uma decisão – não me lembro de se por seis a cinco –, foi uma decisão em que houve muitas posições diversas. Lembro-me de ter lido que o Ministro Carlos Mário Velloso divergiu, mas a conclusão do Supremo, que é a prevalecente, a orientação atual é que os agentes políticos que estão submetidos a crimes de responsabilidade, nos termos da Lei nº 1.079, de 1950, pela impossibilidade de submissão a um duplo regime de responsabilidade, esses agentes políticos não estão submetidos à Lei nº 8.429, de 1992, que trata dos crimes vinculados à improbidade administrativa, regrando o art. 37, § 4º da Constituição da República. Então surge aí a questão: os Parlamentares, sim, estão sujeitos, embora agentes políticos. Estão sujeitos à Lei da Improbidade Administrativa, porque não estão sujeitos a crimes de responsabilidade. Essa é a posição atual do Supremo Tribunal Federal nos autos e na decisão estabelecida naquela reclamação.

Com relação à mora do Supremo Tribunal Federal em apresentar uma proposta para uma nova lei or-

gânica da magistratura, se poderia ser resolvida essa mora, aí eu me lembro, vou citar de novo o Amartya Sen, que bom que nós podemos conversar, discutir, dialogar, aprofundar, debater! São as nossas faculdades humanas que levam, em última análise, eu acho que é o objetivo de todos nós, a uma concretização de justiça. Precisamos, sim, de uma nova lei orgânica da magistratura. E imagino que todos os estudos estejam sendo feitos e os debates. Por óbvio, a sociedade está também a exigir isso, todos nós, é um anseio geral.

Perdoe-me, Senador, se eu não consegui atender todos os questionamentos. Todos os que anotei eu dei a minha resposta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, duas perguntas só para ajudar a Ministra aqui.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Desculpe, Ministra. Falta a questão dos poderes da CPI, as cláusulas de reserva de jurisdição, o princípio da anterioridade eleitoral e o poder de resolução do Tribunal Superior Eleitoral.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Então vamos lá. A posição do judiciário, justiça – perdão, Senador, eu não consegui... Com relação...

Aqui está: limites para a comissão parlamentar de inquérito. Penso, Sr. Senador, com relação a esses limites para as comissões parlamentares de inquérito, que, na verdade, nós precisaremos ter sempre em mira os próprios direitos fundamentais que são consagrados na Constituição. Com relação, por exemplo, ao comparecimento de testemunhas a uma comissão parlamentar de inquérito, lembro a decisão do Supremo Tribunal Federal no sentido de que as testemunhas deveriam, sim, comparecer, mas podiam silenciar. É um direito, na verdade, consagrado inclusive em tratados internacionais e tem eco na nossa Constituição, que veda a autoincriminação, veda a prática de qualquer ato que possa ensejar a autoincriminação. A nossa Constituição se refere à figura do preso. O preso pode permanecer em silêncio, ele tem direito a não se autoincriminar, mas, na verdade, ele deve ter assistência do advogado, assistência da família. E, em tratados internacionais. Ampliou-se esse conceito não só ao preso, mas ao acusado em geral.

Então, o que eu lembro, com relação a esse tema enfrentado pelo Supremo Tribunal Federal, é, justamente com essa garantia constitucional, a não autoincriminação.

Qual é o outro, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –Resoluções do TSE. É isso?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O princípio da anterioridade eleitoral e o poder normativo do Tribunal Superior Eleitoral, tendo em conta as resoluções. E eu não posso fugir a uma provocação. V. Exª trouxe um conceito aristotélico de justiça. Se justiça é dar a cada um o que é seu, o que V. Exª dará àquele que não tem nada, como Ministra do Supremo Tribunal Federal?

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Sr. Senador, eu sou Ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Se eu tiver a honra de ser aprovada por V. Exªs, em termos de indicação do nome para o Supremo Tribunal, Federal, eu terei uma preocupação no Supremo Tribunal Federal: é guardar a Constituição da República. Este será sempre o meu compromisso. Como referi no início, na minha apresentação, eu fiz esse juramento em vários estágios da minha careira. E no meu gabinete, no Tribunal Superior do Trabalho, eu guardo, num quadro a minha frente, o meu juramento solene de cumprir e fazer cumprir a Constituição da República. Essa é a função de um Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Anterioridade da lei eleitoral. É isso? O debate que se travou com relação à Lei da Ficha Limpa, no ano anterior, foi a compreensão que chegou o Supremo Tribunal Federal, embora por maioria, mas é a decisão do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que não se aplica às eleições, em função justamente da anterioridade da lei eleitoral, que é objeto do texto expresso constitucional.

Ajude-me Senador. Eu não tomei nota. Faltou alguma? *(Pausa.)*

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques se deu por satisfeito. V. Exª agora responde ao Senador Demóstenes.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Agora o Senador Demóstenes também vai ter que me ajudar, porque eu não consegui tomar nota. Ajude-me, por favor. *(Pausa.)*

Exame criminológico para progressão do regime carcerário.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Em 2003, nós suprimimos na Casa o exame criminológico. Mas o Supremo tem decisões acerca disso. O que V. Exª acha? É porque a lei suprimiu a possibilidade de exame criminológico. Mas independentemente disso, alguns juízes no Brasil têm exigido o exame criminológico para progressão de regime. E o Supremo tem decisões a esse respeito. Quer dizer, independentemente do exame, da exigência legal, o Supremo decidiu, dentro daquele poder que tem o juiz de buscar uma segurança para devolver o cidadão para a sociedade, que não se considera abuso porque não

há vedação legal para o exame criminológico. Ele foi retirado como exigência, mas se o juiz quiser mandar fazer... Essa é a decisão que foi sedimentada pelo Ministro Celso de Melo desde 2006, e veio uma série de decisões nesse sentido.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Nós temos no processo de trabalho, no próprio processo civil dispositivos que autorizam o juiz a perseguir a verdade real. O Judiciário, embora dito Poder inerte, na verdade, quando se debruça sobre casos concretos e tem que chegar à produção da prova, ele pode, nós podemos até exigir e buscar a oitiva de testemunhas que não foram arroladas pelas partes, as famosas testemunhas requeridas, faculdade do juiz. Entendo que para se atingir a verdade real, para se resolver de melhor forma a lide, pode, sim; eu diria mais, deve, sim, o juiz se cercar e buscar esse exame criminológico para poder melhor chegar a sua decisão de progressão ou não da pena. Então, sou favorável, Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Política pública de tráfico de drogas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – A Lei 11.343 instituiu este Sisnad, que é o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas. O artigo 44 veda a conversão de pena privativa de liberdade em restritiva de direito quando houver condenação por tráfico de drogas. Mas o Supremo decidiu que em alguns casos pode haver essa progressão. Também o julgamento do Ministro Ayres Brito em *habeas corpus...*

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Sim, e eu penso da mesma forma, que há possibilidade sim porque na verdade há que se examinarem as circunstâncias do caso concreto. O juiz não pode ficar absolutamente adstrito a um regramento diante de uma situação como esta que se coloca, do tráfico de drogas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – No caso, o Supremo decidiu em relação a crimes de pequeno potencial ofensivo, ou seja, o pequeno traficante pode ter direito a esse benefício.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Com relação ao princípio da insignificância, crime de furto, repetição pela mesma pessoa, implicaria ou não a impossibilidade de aplicação. Hipótese de reincidência, aplicação do princípio da insignificância. Se eu compreender o princípio da insignificância como a irrelevância tamanha para a ordem jurídica que nem sequer mereça tipificação do delito, eu entendo que a repetição não obstaria a que se aplicasse o princípio da insignificância, mas se eu entender o princípio da insignificância como não afastador da tipificação do delito, apenas como insignificância por se tratar de um potencial, de uma ação, um ato ou omissão de um potencial ofensivo tão reduzido que, aí sim, não valeria a pena a movimentação de toda a máquina judiciária, eu entendo que, nessa hipótese, a reincidência afastaria sim, porque ela estaria dando um norte de uma conduta inadequada e lesiva à sociedade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O Supremo decidiu que, quando aquilo é um modo de vida da pessoa, quando ela pratica vários furtos de valor ínfimo, nesse caso, afasta-se o princípio da insignificância; quando é uma coisa só, o.k.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – É, mas é que o Supremo nem sempre decide de forma unânime, há sempre a possibilidade de votos vencidos, Sr. Senador...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É claro, nesse caso a senhora vai entrar lá para votar vencido – nesse caso, claro.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – É, não sei, pode ser que, examinando as circunstâncias dos autos, eu até possa concluir de outra forma, mas acho que a conclusão passa pelo conceito que se atribua ao princípio da insignificância. Por isso que digo: se for a repetição de pequenos atos ofensivos ou se for a ausência de tipificação. Não movimentamos a máquina judiciária, aí sim a conclusão, talvez partindo de uma conceituação um pouquinho... De uma nuance, chegue-se a outra solução.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Claro.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Preso preventivo, se ele pode aguardar o trânsito...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Foi preso preventivo durante toda a instrução criminal. Se ele pode aguardar na pendência de um recurso extraordinário em liberdade, embora estejam presentes os motivos da segregação, ou se ele deve aguardar preso.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – O próprio Supremo tem decisões diversas com relação ao tema, não há unanimidade, inclusive entre as turmas, com relação a essa necessidade de continuar preso, porque, na verdade, a pendência de um recurso pode eternizar, e essas prisões permanentes às vezes não se justificam.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O que o Supremo decidiu é que, mesmo condenado, tem que estar presente o requisito para continuar preso, os requisitos necessários à prisão preventiva.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Ausência de previsão legal quanto à falta grave. É possível ou recomendável?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Nesse caso, o Supremo tem uma decisão interessante, decisão recente, em que foi Relator o Ministro Fux. Há previsão legal para regressão ou para progressão quanto ao mérito ou ao demérito. Quando um preso já se encontra no último estágio de regressão, ele está em regime fechado, então, não há possibilidade de regressão.

O Supremo decidiu que, dentro dessa normatividade, não existe uma previsão legal para isso, mas que é razoável que o preso que já está no último estágio e ainda assim comete uma falta grave, uma lesão corporal de natureza grave contra outrem dentro do... Então, qual é a penalidade, se já não pode mais haver regressão? O Supremo decidiu o seguinte: a penalidade é interromper-se a contagem para progressão e recomeçar-se a partir dali, em decorrência do tempo restante. Então, a penalidade dele vai ser obter a progressão mais tardiamente. Foi uma decisão da Primeira Turma. E foi recente.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Confesso que não tinha conhecimento dessa decisão da Primeira Turma, do Ministro Fux. Tráfico de entorpecentes. Vedação expressa de liberdade provisória. Com relação ao tráfico de entorpecentes, a notícia que tenho é que aqui, no caso específico, não existe um absoluto consenso no Supremo Tribunal Federal, porque há os que entendem que, como tráfico de entorpecentes é crime inafiançável, na verdade, sendo inafiançável, sequer se poderia cogitar liberdade provisória, e outros entendem na outra linha.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente. O Supremo não decidiu isso definitivamente, porque, para muitos, essa proibição não pode ser absoluta. Embora agora, também, no mês de agosto, a 1ª Turma, do Ministro Ricardo Lewandowsk, como Relator, decidiu que é legítima a proibição. Então, houve uma decisão, mas, realmente, o Supremo não tem unanimidade nessa questão.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Não tem.

Com relação à interceptação de ligação telefônica, Senador Demóstenes. Só tomei nota do tema e confesso que não...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É se essa interceptação pode ser deferida por tempo indeterminado ou havendo necessidade. Ou seja, se esgota ali um período, pode ser deferido novamente, pode ser prorrogado, de acordo com a necessidade da investigação.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Penso, Senador Demóstenes, que essa resposta está vinculada a um caso concreto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim, sem dúvida. Mas, havendo necessidade...

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Sem dúvida, se houver necessidade, por razões de interesse público, de finalidade pública que justifiquem uma intromissão ou uma quebra do direito à própria intimidade do ser humano, não tem dúvida alguma. Entre o interesse privado e o interesse público, a meu juízo e à luz do princípio da finalidade, a resposta seria afirmativa, mas sempre condicionada ao exame do caso concreto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Foi o que decidiu o Ministro Joaquim Barbosa. O voto vem prevalecendo ao longo dos anos.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Sentença de recebimento da denúncia, se o juiz precisa fundamentar.

Sim, precisa, Senador Demóstenes. Na minha compreensão, temos o art. 93, inciso IX, da Constituição da República, que diz que todas as decisões do Poder Judiciário deverão ser fundamentadas sob pena de nulidade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O Supremo decidiu o contrário, que, nesse caso, não se trata desse tipo de sentença, do art. 93, inciso IX, porque há incidência de mero recebimento. Então, o juiz em geral fala assim: "Recebo a denúncia". Recebe a denúncia, marca a data e tal. Então, o Supremo decidiu que não se enquadra nessas hipóteses o art. 93, inciso IX, num voto também do Joaquim Barbosa, se não me engano, também mais ou menos na mesma data. Mas é uma matéria, de fato, controversa. Quando é sentença, realmente carece de fundamentação.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – E, Senador, na verdade, existe uma grande discussão doutrinária sobre isso, uma grande discussão doutrinária sobre os atos do juiz que devam ser ou não fundamentados. Sem dúvida, que a orientação prevalecente é no sentido de que apenas aqueles que tenham um conteúdo decisório definitivo é que merecem toda essa fundamentação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exato.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Eu faço uma leitura diferente. A minha leitura é a de que todos precisam ser fundamentados. Fundamentar não significa arrazoar ou argumentar longamente, mas precisa haver, sim, no meu entendimento, fundamentação.

Condenação não transitada em julgado. Se pode ser mantido o réu preso, no caso da condenação não transitada em julgado, ou só pelo trânsito em julgado ou com fundamentação específica.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Isso, se, para manter a prisão, precisa de fundamentação. É uma questão, na realidade, de sentença, de novo.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Isso.

Não verdade, penso que a fundamentação específica se faz necessária, na medida em que a orientação do Supremo é a de que a prisão, a restrição da liberdade pressupõe o trânsito em julgado da decisão. Se não transitou em julgado e ele está preso, precisa haver, sim, fundamentação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Há necessidade para continuar preso. Também há um julgado Lewandowiski nessa direção que V. Exª aventou.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, Ministra Rosa Maria, vou, de ofício, suspender a sessão por 10 minutos, para que V. Exª possa tomar um café, para que todos nós possamos tomar um café.

Está suspensa a sessão por 10 minutos. Voltaremos às 13 horas e 42 minutos. Apenas 10 minutos.

(A reunião é suspensa às 13 horas e 32 minutos e é reaberta às 13 horas e 49 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está reaberta a reunião de arguição da Ministra Rosa Maria Weber Candiota da Rosa.

A Ministra continua com a palavra. Em seguida, vamos ouvir o Senador Renan Calheiros, o Senador Pedro Simon, a Senadora Marinor, o Senador Suplicy, o Senador Valadares – o Senador Mozarildo acaba de abrir mão da inscrição –, o Senador Randolfe, o Senador Petecão e o Senador Inácio.

Tem V. Exª a palavra.

Senador Demóstenes, para ordenar os trabalhos, vou pedir a V. Exª – me parece que faltam quatro perguntas para a Ministra responder – que conciso, como é sempre, repetisse as quatro perguntas. Se possível, uma... Ministra, a senhora me permite? *(Pausa.)*

A senhora tem? *(Pausa.)*

Se a senhora não tiver, vou interferir para pedir ao Senador Demóstenes para repetir a pergunta para que a gente conclua esse grupo de perguntas feitas pelos Senadores.

Tem a palavra V. Exª, Ministra, então.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Com relação à redução pela metade para réu com mais de 70 anos, entendo eu que a contagem há de se fazer, a idade há de ser implementada na data da sentença condenatória e não no curso de um recurso que tenha sido interposto.

Decretação de prisão preventiva, quando há repercussão social e gravidade dos crimes, prisão cautelar. Na verdade, essa repercussão social e gravidade dos crimes, segundo o que tenho conhecimento da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é no sentido de que ela será aferida por dados concretos, no caso concreto, e não em gênero, em abstrato, um assunto muito...

Maus antecedentes, inquéritos e ações penais em curso – aqui, não formulei a pergunta. Prescrição virtual, possibilidade de aplicação, também pelo conhecimento que tenho de ações do Supremo, é a de que é negativa. Não há possibilidade de prescrição virtual.

Oferecimento de denúncia, posições divergentes do STJ e do Supremo Tribunal Federal. Eu, no caso, entendo que a posição do Supremo Tribunal Federal é mais consonante, pelo menos com a minha compreensão, tendo em vista o descumprimento de sanções penais.

Atenuante da menor idade, se ela prepondera sobre agravantes objetivos. Do meu ponto de vista, sim.

Câmara criminais extraordinariamente constituídas por juízes de primeiro grau, haveria constitucionalidade? Eu entendo que sim, na medida em que a própria Constituição, art. 98, inciso I, estabelece a criação de juizados especiais, e as decisões desses juizados especiais, tanto cíveis quanto criminais, os recursos serão julgados por juízes, inclusive, por turmas de juízes de primeiro grau. É uma das possibilidades.

Assim, em um primeiro momento, não me parece que haja uma inconstitucionalidade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só mais algumas perguntas, que não foram respondidas.

Em relação à obrigatoriedade do comparecimento do querelante à audiência realizada no juizado deprecado, qual é a posição de V. Exª?

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Eu entendo desnecessária, desde que se faça presente o advogado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E no caso da circunstância agravante de reincidência e da atenuante da confissão espontânea?

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Entendo que uma equalização pode haver.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Está bom.

Vou ficar aguardando a próxima rodada. Agradeço a...

Ficou faltando a questão em relação à liberdade provisória em caso de flagrante de porte de arma.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – O Supremo lembro que tem uma decisão a respeito quando examinou a lei do desarmamento, um artigo à época. E me parece que a compreensão, ao que lembro, foi no sentido da inconstitucionalidade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E o prazo máximo para cumprimento de medida de segurança?

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Eu entendo que são 30 anos. Entendo que não pode haver penas perpétuas no Brasil em função do art. 5º da Constituição Federal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Muito bem, está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador.

Obrigado, Ministra.

O próximo orador inscrito é o Senador Renan Calheiros.

Tem a palavra V. Exª. (*Pausa.*)

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Perdão. Tem as do Senador Aloysio!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Senador Aloysio. Deixe-me ver se eu não perdi as do Senador Aloysio.

Começo com o Senador Aloysio, as que eu lembro de memória.

Eu entendo – posição minha, Rosa Maria, magistrada há 35 anos – que o juiz é um agente político. E, como agente político, greve no sentido real do instituto um agente político não pode fazer. Acho que é incompatível. Há até uma contradição de privar o cidadão da atuação que é uma atuação do Estado, o juiz titular de um Poder, um agente político.

É uma posição pessoal minha, com todo o respeito aos que entendem em contrário.

Com relação aos *royalties,* que V. Exª me perguntou, a Constituição Federal assegura a titularidade à União, o problema do marco regulatório do petróleo. Assegura à União, com a possibilidade da divisão equitativa ou não, dependendo de se tratar ou não de Estado produtor.

Eu entendo, com todo o respeito, pois sei que o assunto está extremamente controvertido – há inúmeros mandados de segurança, desde o veto ao projeto anterior no Supremo –, que a decisão é política, que o equacionamento é político e não jurídico.

E lembrei-me da outra: Conselho Nacional de Justiça, que V. Exª gentilmente insiste que eu responda se a atividade correcional seria concorrente ou subsidiária.

Volto a dizer-lhe: de fato, não sou Ministra do Supremo. Realmente não sou. Mas, veja bem, estou aqui só em função de uma indicação. Poderei não chegar lá, não há a menor dúvida; dependo do aval de V. Exªs. Mas, se eu chegar lá, com tantos problemas lá, eu tenho a Lei Orgânica da Magistratura.

Então, veja bem, é um assunto absolutamente polêmico no seio da magistratura. A ação direta de inconstitucionalidade foi proposta pela AMB. Ela própria é que está questionando. Então, veja que é um assunto delicado que pode gerar realmente muita...

Não, eu compreendo, e foi por isso que perguntou. E foi por isso que perguntou! Talvez eu possa lhe responder de outra forma. Eu entendo que todo o ato de incorreção, todo o ato de descumprimento funcional sempre há de ser investigado; se constatada a incorreção, ele há de ser punido. E punidos exemplarmente aqueles que se afastaram do cumprimento das suas obrigações, sobretudo quando integrantes de um Poder. Quem vai, exatamente, definir a questão que se coloca, se houver, porque toda a discussão se trava no sentido da iniciativa. Ou seja, se houver inércia das corregedorias regionais, então ninguém discute que o Conselho Nacional de Justiça poderá e deverá atuar; a obrigação está lá na nossa Constituição. Deverá e não há a menor dúvida! A única questão é essa. Ele, desde logo, ele vai ou aguarda. E essa questão está lá no Supremo.

Obrigada e me perdoe, Senador. Ah, por favor, eu não estou encontrando aqui o sistema...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu fiz uma pergunta a respeito de medidas provisórias, emendamentos, limites de emendamento. Requisitos de urgência e relevância são ou não suscetíveis de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal?

Perguntei, também, sobre os efeitos da decisão a respeito da união homoafetiva ser equivalente a uma família. Nem todas as conseqüência foram aventadas nas ações diretas que deram margem à decisão do Supremo; questões, por exemplo, como adoção, como nome etc. E também, a terceira pergunta é a respeito do recolhimento de contribuições... não são contribuições, são verbas recolhidas, por força de lei, para sindicatos, centrais sindicais, o imposto sindical que vai para o sistema sindical, tanto patronal quanto de trabalhadores, OAB, são ou não sujeitos a sindicância, ao exame, ao controle externo por parte do Tribunal de Contas da

União, sendo recursos que decorrem da aplicação de uma lei, esse recolhimento não é voluntário.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Aí fica uma questão de ontologia ou axiologia. Temos lei. O texto não prevê. Enquanto V. Exª formulava a pergunta, não sei se o Senador Taques ou o Senador Demóstenes, mas aí é a OAB. Na verdade, são pessoas jurídicas de Direito Privado que estão recebendo essas contribuições, está havendo repasses. No caso específico, era para centrais sindicais, seriam os 10%...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim, o sistema sindical de um modo geral.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – ...os sindicatos que estão na base, que recebem mais.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A OAB é uma autarquia...

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – O que V. Exª me pede é um juízo de valor com relação a esses aspectos. E eu, a emitir um juízo de valor, sempre vou lhe responder no sentido de que se o dinheiro é público, se o dinheiro é arrecadado há um princípio maior de transparência que deve levar todos nós, sempre, a prestar contas; diferença entre público e privado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

Medidas provisórias?

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Medidas provisórias, da mesma forma. Entendo que em função de toda a evolução de Direito Administrativo, no sentido dos atos de discricionariedade, em que medida podem ser aferidos. Esses requisitos da urgência e da necessidade, enfim, eles podem ser revistos, podem ser, pelo menos, apreciados pelo Judiciário. E o acesso ao Judiciário está aí. Também se submete ao Poder Judiciário. Também se submetem. A questão é política. V. Exªs estão discutindo inclusive aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Supremo Tribunal Federal não é um órgão jurisdicional como qualquer outro; é um órgão que detém poder político de dizer como é que a Constituição deva ser interpretada. Por isso é que minhas perguntas foram de natureza política nesse sentido.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – E eu compreendo, Sr. Senador, e agradeço o seu questionamento, mas o que estou, quem sabe, dizendo é que, como é uma questão tão controvertida no seio desta Casa inclusive, ela se presta a uma reflexão maior, e eu não me sinto no momento com absoluta tranquilidade para emitir um juízo de valor sobre um tema tão expressivo que não há concordância nem dos que aqui estão.

Peço escusas a V. Exª, mas eu...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E o alcance da decisão sobre a união homoafetiva?

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Com relação à união homoafetiva, veja bem, quando eu respondi ao Senador Crivella, eu disse a ele que, na verdade, a orientação, a decisão do Supremo Tribunal Federal se embasou tanto no princípio da dignidade da pessoa humana, que é regra, princípio e valor da Carta Constitucional, como no princípio da igualdade. E igualdade consagrada no Texto Constitucional, do preâmbulo aos arts. 1º e 5º – princípios fundantes da República e garantias fundamentais do art. 5º. Sempre a igualdade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então, a senhora responderia ao nome, à adoção...

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Não, veja bem: a igualdade, se não se permite, se os homossexuais têm os mesmos deveres de todos os cidadãos, na minha compreensão individual... Individual, porque, num processo, pode até ser que eu decida de uma forma diferente, em função de um contexto de teses que vêm. Na minha compreensão, não se justifica, à luz da Constituição, discriminação de qualquer natureza – gênero, no caso.

Com relação à adoção, veja bem: é interessantíssimo que há projetos nesta Casa que estão discutindo a extensão ao homem da licença-maternidade de 120 dias concedida à mulher, constitucionalmente, por que razão? Naquelas hipóteses em que a mãe falece, em que a mãe vai embora e o homem cria o filho sozinho. Então, se a um homem, individualmente, pensa-se em estender em função da *ratio* que determinou que é observado o valor maior, que é a proteção da criança, eu penso...

Eu seria contrária aos apelidos. Eu me casei, Senador, na época em que era obrigada. Por isso é que sou Candiota da Rosa. Na verdade, sou Rosa Maria Weber, que é o meu nome. É o meu nome de nascimento. Tivesse eu me casado depois da lei que possibilitou que eu não adquirisse os apelidos do marido, eu continuaria como Rosa Maria Pires Weber, aliás. Compreende?

Por isso é que eu digo: não sei se todas as questões elencadas, mas, na verdade, o que se atribui foi isto: o Supremo disse e que me parece... Eu iria até além. Soube há pouco tempo de uma decisão do STJ que está admitindo o casamento civil! O casamento civil! Por quê? Porque, como o Supremo compreendeu,

atribuiu os mesmos efeitos à união homoafetiva da união entre pessoas de sexo diferente, inclusive com a convolação ao casamento, desde logo, se poderia atalhar. Ou seja, o Direito é assim: múltiplas possibilidades, múltiplos olhares...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – E se chega a um consenso, ou se tenta chegar a um consenso.

Eu que agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Ministra. Obrigado, Senador Aloysio.

O próximo orador inscrito é o Senador Renan Calheiros.

Agora, sim, com a palavra V. Exª, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Presidente Eunício, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Ministra Rosa Maria, em primeiro lugar, parabéns pela maneira como V. Exª conduz esta sabatina. Nós temos muita satisfação em receber V. Exª aqui no Senado para debater a escolha do seu nome, feita pela Presidente Dilma Rousseff, para integrar o Supremo Tribunal Federal.

Trata-se, Presidente Eunício, Srs. Senadores, de um importante procedimento previsto na Constituição Federal em que o Poder Executivo e o Poder Legislativo participam diretamente da nomeação, compartilham a nomeação dos membros das mais altas cortes do País. É, como todos sabemos, o saudável exercício do controle recíproco entre os poderes, por isso a importância – quero mais uma vez ressaltar – do papel do Senado Federal na sabatina dos indicados para postos de grande responsabilidade. Essa sabatina, como eu disse inicialmente, é, portanto, muito importante para todos nós, como foi também muito importante a sabatina que V. Exª referiu aqui, em 2006, quando esta Casa, com muita satisfação, aprovou o nome de V. Exª para integrar o Tribunal Superior do Trabalho e, na oportunidade, eu tinha a satisfação de presidir o Senado Federal.

O Supremo Tribunal Federal, que é a mais alta Corte de Justiça, nasceu com inspiração republicana e tem, todos sabem, relevantes serviços prestados ao País. Com uma atuação consistente e independente, o Supremo Tribunal Federal contribui decisivamente para a consolidação da democracia brasileira.

V. Exª foi indicada, Ministra Rosa Maria, para a vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Ellen Gracie, que queríamos, mais uma vez, homenagear, que também fez carreira no Rio Grande do Sul e que marcou, como tenho certeza V. Exª marcará, a sua passagem pelo Supremo Tribunal Federal com uma atuação coerente, digna, honrada.

V. Exª, alguns já falaram isso aqui, ingressou na magistratura percorrendo o caminho do merecimento, após brilhante aprovação em concurso público. Também exerceu funções importantes na estrutura do Poder Judiciário, demonstrando, em todos os momentos, envergadura intelectual, estatura moral para exercer a judicatura no Supremo Tribunal Federal.

Hoje, nesta sabatina, por isso a cumprimentei inicialmente, V. Exª demonstra mais uma vez serenidade, humildade, conhecimento jurídico, compromisso social e, sobretudo, capacidade para julgar, para decidir. Há, portanto, e faço questão de dizer isso aqui em nome da Bancada do PMDB, uma grande convergência nesta Comissão e no Senado Federal com relação ao melhor desfecho para esta sabatina que realizamos agora.

Nos últimos anos, houve no Brasil uma reforma constitucional, uma reforma do Poder Judiciário, com mudanças na legislação processual, simplificação de ritos, além da súmula vinculante da própria repercussão geral, eliminando muitas vezes expedientes protelatórios, formalidades inúteis. O Senado Federal teve muita satisfação de participar desse pacto republicano de ter colaborado para que isso, efetivamente, acontecesse.

Observou-se, como consequência, a diminuição do volume de processos judiciais que aumentava a cada dia e inviabilizava, dessa forma, a prestação jurisdicional. Basta verificar, Ministra Rosa Maria, que o Supremo Tribunal Federal julgou 130.747 processos em 2008 e 103.869 processos em 2010 – há um declínio, mas ainda um volume imenso de causas. O cenário está longe, como todos sabemos, do ideal. Certamente, serão necessários mais esforços para reduzir o tempo de duração dos processos e dar efetividade ao sistema.

Por sua vez, o Supremo Tribunal Federal detém instrumentos para corrigir uma das assimetrias mais preocupantes no âmbito do Poder Judiciário, incompreensível para o cidadão comum e até mesmo para os operadores do Direito, que é a incoerência entre decisões judiciais, geradora, muitas vezes, de insegurança jurídica.

Feitas essas breves considerações, Luiz Henrique, eu indago respeitosamente a V. Exª, que já respondeu a algumas perguntas. Uma delas eu reputo prejudicada, que é se V. Exª considera adequado o formato atual do Supremo Tribunal Federal, tendo em vista o elevado número de processos ainda represados, porque são julgados, na média, oito processos por sessão do Pleno do Supremo Tribunal Federal?

Eu saí um pouco durante a sabatina e talvez V. Exª já tenha tido oportunidade de responder a essa

pergunta, especificamente. Se não o fez, eu a coloco aqui, para que humildemente seja respondida.

A outra indagação que eu gostaria de fazer era a seguinte, Ministra: Considerando que os procedimentos judiciais tecnicamente têm como fim a realização da justiça, é razoável que, na fase atual do direito processual, aspectos meramente formais se sobreponham ao mérito da questão?

E outra indagação que eu gostaria de deixar para que V. Exª responda é a seguinte: Uma decisão eventualmente proferida em detrimento de preceito constitucional poderia ajustar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, emprestando, excepcionalmente, efeitos modificativos aos embargos declaratórios?

São essas as indagações que faço a V. Exª, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Renan Calheiros.

O próximo orador inscrito para esse bloco é o Senador Pedro Simon.

Tem a palavra V. Exª, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Exª está batendo recorde aqui.

A trinca de fogo está ali preparada para o segundo turno. O Demóstenes disse que precisa de quarenta minutos.

No meio de todas as perguntas, eu faço questão de salientar, conhecendo como conheço V. Exª, que é muito importante – eu creio – a capacidade jurídica e a competência de V. Exª, não só nesta sessão, mas ao longo de toda sua vida. Todos que a conhecem testemunham e reconhecem a competência e importância de sua indicação.

Mas eu acrescento, dizendo que em minha opinião V. Exª vai significar algo muito importante no Supremo. Ao lado do aspecto jurídico e de sua competência, o aspecto humano da sua personalidade, do seu sentimento, de quem a senhora é, como essa frase de V. Exª quando diz que vai para o Supremo se lembrando dos Josés e das Marias. Talvez a passagem pela Justiça Trabalhista lhe dê realmente essa chance.

Eu, com todo respeito e carinho pelo Supremo Tribunal, vejo que nem sempre tem na sua totalidade a representatividade do que há de social, das instituições do povo brasileiro. Acho que V. Exª vai significar um novo muito importante. Acho que V. Exª vai significar um sentimento de grandeza, de valorização da pessoa humana. Eu acho que nós – classe dominante – o Senado e V. Exª o Supremo.

Darcy Ribeiro dizia que o Senado é melhor do que o céu, porque para vir para o Senado não precisava morrer e para ir para o céu precisava morrer. Depois, acho que não temos um sentimento de conjunto da sociedade brasileira. Acho que isso que veio com as capitanias hereditárias, das classes dominantes, nós estamos nessas classes dominantes, e nem sempre nós temos o sentimento de ver o conjunto da sociedade.

Entrei com um projeto de lei, logo que cheguei aqui: o salário do Senado não pode valer mais do que 20 vezes o salário mínimo. Mas recebi uma pauleira: "Senador, nós achávamos o senhor uma pessoa séria, responsável, mas uma demagogia ridícula dessa natureza?". "Mas, Senador, como um Senador pode viver com 20 salários mínimos, me explique?". Eu disse: "Respondo a sua pergunta, depois que V. Exª responder a minha de como é que um trabalhador vive com um salário mínimo". Se para nós é difícil viver com 20, como ele vive com um?

Vejo agora decisões da magistratura no Nordeste quando quiseram fazer um tempo de funcionamento que começa às 9h e termina às 5h. Os desembargadores lá não aceitaram, derrubaram a decisão da Corregedoria, sob a argumentação de que "como pode o juiz trabalhar com aquele sol impressionante às 2h da tarde, à 1h da tarde? Não pode".

Então, o que vejo, a diferença, a falta de entendimento com relação aos problemas da realidade da classe dominante são dolorosamente muito tristes, e aí que vejo a presença de V. Exª no Supremo.

Quando vejo a Corregedora – e quero dizer que sou fã dela, acho que ela está agindo com muita categoria – querer tomar providências, e quando vejo quererem suspender o trabalho dela, quererem voltar a que as auditorias estaduais que façam, quando a gente sabe que essas auditorias estaduais não fazem coisa nenhuma, vamos ser sinceros! Não apuram nada, não acontece nada. Então, primeiro vamos deixar as auditorias estaduais para depois ela entrar? Eu acho que está aí uma coisa importante, com todo respeito, cá entre nós, que eu acho positiva, entre aspas: é que hoje o Supremo, o Judiciário esteja sendo debatido, analisado e até criticado. Não creio que o Judiciário esteja inferior ao passado. Acho que a imensa maioria é de gente séria, íntegra, competente, mais maioria do que nós, na classe política, mas a verdade é que coisas devem ser ditas, devem ser feitas.

Por outro lado, eu acho, com toda sinceridade, que a proposta que o Presidente do Supremo mandou para esta Casa, na minha opinião, foi o gesto mais importante que vi nos últimos tempos. E, quando a gente fala que o mal do País se chama impunidade, é lei, mais lei tal, e lei tal, e lei tal e lei tal, e lei é uma bobagem, porque tem e pode ter e pode mudar, mas se o sentido é de não punir, não pune. E a essência de tudo está ali, onde o Presidente do Supremo teve a capacidade de aceitar. O projeto está na mão do

Senador Aloysio Nunes como Relator. Tenho certeza de que ele é muito importante. Em minha opinião, vai ser aprovado.

Dizer que o Brasil é mais corrupto do que é a Itália, a Alemanha, a França, a China, o Japão é bobagem. Lá e aqui existe a corrupção, agora, lá o indivíduo é julgado uma vez, é julgado a segunda vez, vai para a cadeia. Perde o mandato. Lá há tantos processos quanto aqui. Não é que vamos cortar o direito da defesa da pessoa. Não. Lá é como aqui, mas lá a pessoa continua se defendendo na cadeia, e aqui fica solta a vida inteira. E quando vejo um Ministro da Justiça, que achei uma das pessoas mais positivas no primeiro governo do Lula, o Ministro da Justiça agora defendendo um cidadão do mensalão... Ele agora, nessa hora, há não sei quantos anos, na hora de julgar... Não, foro privilegiado é só para parlamentar. O resto tem que voltar... Quer dizer, volta para começar... Quer dizer, impunidade, tem que começar tudo de novo. E agora que o ilustre jurista, na hora de julgar, é que ele vem dizer que tem que voltar para o foro original. Então, acho que essa decisão, com toda sinceridade, da maior importância, do maior significado.

Vejo nessa questão da impunidade a coisa mais importante e mais responsável que existe. Eu respeito o Supremo quando o Supremo teve a coragem de criar a fidelidade partidária, que nós, do Congresso Nacional, desde a publicação da Constituição até hoje, não tivemos peito. E, quando o Supremo teve a coragem de fazer, o que o Congresso fez? Os líderes dos partidos querem fazer uma fidelidade espetacular, fidelidade partidária. Agora, terminada a eleição, não tem seis meses para mudar de tudo quanto é partido. Então, a cada dois anos, tem seis meses para pular para onde quiser; depois, volta à fidelidade partidária. Não é séria.

Então, sou obrigado a reconhecer que o Supremo tem tomado algumas decisões e que pode até ter-se intrometido na nossa legislando, o que deveria ser feito por nós, mas, na nossa omissão covarde, ele está fazendo o que não fazemos.

Acho, com muito carinho. Conheço a senhora, sua vida, sua biografia. Conheço os atos de humanidade que V. Exª faz anonimamente, sem aparecer em absolutamente coisa nenhuma. Sei que V. Exª é até exageradamente humilde, veio até aqui de preto. Quer dizer, poderia ter vindo com uma cor mais bonita; V. Exª é uma senhora bonita, respeitável. Parece que fez tudo para não se apresentar... Mas falo do fundo do meu coração: vou dar o meu voto com muita tranquilidade, acho que estamos dando um voto realmente muito importante. A senhora vai exercer um papel excepcional lá e algo que posso dizer aqui, garantido, é a sua seriedade, sua dignidade, sua firmeza e, o que para mim é muito importante, seu lado humano e social.

A senhora vai votar com a lei, sim, mas vai votar olhando para o Zé e para a Maria que estão lá fora.

Meu carinho, meu abraço e meu afeto muito grande a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Simon.

Próxima oradora inscrita, Senadora Marinor.

Tem a palavra V. Exª, Senadora.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Boa tarde a todas e a todos, Presidente Eunício. Quero cumprimentar a Drª Rosa Maria Weber e dizer a ela que já tenho o privilégio de ter recebido de volta o meu nome original depois do divórcio, de direito, portanto, mas que eu também tive o privilégio de nunca precisar usar. Acho que essa é uma conquista, talvez porque eu seja de uma geração que já lutou muito por isso, pela garantia da nossa identidade de gênero, por lutas importantes, que ajudaram no avanço da democratização neste País.

Ao cumprimentá-la, quero dizer que V. Exª, como magistrada participativa, tem baseado sua trajetória, até onde conseguimos pesquisar, voltada para que a justiça seja garantida, do ponto de vista da igualdade material, sempre buscando reconhecer a existência da desigualdade entre as partes em conflito, o que demonstra o reconhecimento de nossa parte que V. Exª prima por reparar as injustiças sociais no seu papel de magistrada.

Eu não queria deixar de fazer o registro, antes de entrar na minha manifestação referente à sabatina, com alegria, da presença do Ministro do TST, Dr. Walmir Oliveira da Costa, o único magistrado paraense no TST que tem, junto com outros Ministros e Ministras, ajudado muito a instituição a garantir os seus deveres constitucionais no enfrentamento do trabalho escravo, uma mazela social fruto do capitalismo, em grande parte pela ausência do Estado brasileiro em muitas regiões.

Eu sou da Região da Amazônia, no Estado do Pará, onde a incidência de trabalho escravo é muito grande. E nós temos tido o privilégio de lutar, junto com o ex-Senador Nery, pela aprovação da PEC nº 438 e também, em parceria com o TST – PA, ajudado a resgatar muitas pessoas da situação de trabalho análogo ao escravo.

Então, eu queria fazer esse registro porque acho que essa questão tem muita relevância, tem muita importância no trabalho que eu desenvolvo aqui no Senado Federal, na luta pelos direitos humanos.

Mas eu queria fazer referência ao livro citado por V. Exª do premiado escritor que recebeu o Prêmio Nobel em 1998, Amartya Sen, cuja maior contribuição é

mostrar que o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania.

No seu livro, *A Ideia de Justiça*, ele diz – abre aspas: "As pessoas desesperadamente pobres podem carecer de coragem para desejar qualquer mudança radical e normalmente tendem a ajustar seus desejos e expectativas ao pouco que vêm como factível." Fecha aspas e abre novamente: por isso, ele afirma que "uma teoria de justiça tem que estar atenta para a retidão dos processos, como para a equidade e a eficiência das oportunidades substantivas que as pessoas podem desfrutar." Fecha aspas.

Parece-me que V. Exª mostra afinidades com essas definições. E eu pergunto, então, sobre essas citações: como essa definição deve influenciar as decisões de nossa Corte Suprema?

Recentemente, pegando outro aspecto da minha preocupação, nós vimos uma manifestação pública da Ministra Eliana Calmon, que, com coragem e ousadia, disse que o corporativismo ideológico é muito perigoso nas corregedorias do Poder Judiciário, o que favorece a infiltração de bandidos de toga. Aliás, já foi feita uma manifestação do Senador Pedro Taques sobre essa questão, mas ela ilustra outra, quando a juíza Ezilda Pastana Mutran – revisora de um processo em julgamento no TRE do Pará que pede a cassação do diploma do Prefeito de Belém, Duciomar Costa, por uso comprovado da máquina pública na sua reeleição – criticou a lentidão da Justiça quando se trata de julgar crimes de pessoas importantes. O TRE do Pará, segundo ela, realizou três eleições neste período de julgamento do processo do prefeito, que irá acabar, segundo ela – e eu também acredito nisso – concluindo o seu mandato sem que o seu processo seja julgado. Além desse, há mais de 20 ações proferidas tanto pelo Ministério Público Estadual quanto o Federal. Somente na área da saúde há 10 ações propostas pelo Ministério Público Federal, dentre ações criminais, ações civis públicas, ações de improbidade.

Eu também, recentemente, me deparei com uma nota da Associação dos Magistrados, desagravo aos desembargadores do STJ do Pará, e com um ato frontal a mim nos jornais do Estado, dos principais jornais do Pará pelo fato de eu ter questionado publicamente o comportamento da Justiça paraense e desses magistrados, porque absolvera, numa vara criminal isolada, um político importante, ex-deputado do Pará, Luiz Sefer, que é um médico rico, poderoso, que renunciou ao mandato depois que o meu partido, o Partido Socialismo e Liberdade, pediu a cassação do mesmo em função das provas consistentes no inquérito que ensejou a prisão do ex-deputado. Houve uma sentença condenatória por 21 anos de prisão, num processo com ampla repercussão nacional e internacional. Eu acompanhei, inclusive, a CPI da Pedofilia como assessora e tive acesso a todo o cumprimento dos ritos processuais que davam conta de que o ex-deputado manteve em situação de cárcere uma criança dos 9 aos 13 anos, abusando sexualmente dela por todos esses anos, inclusive usando uma peça metálica, utilizada em exame ginecológico, para poder facilitar a penetração. Isso está autos. Então, manifestei-me contrária à decisão da Justiça paraense quando o absolveu nesta câmara criminal isolada.

Pergunto a V. Exª: o que V. Exª acha dessa postura também da Ministra Eliana Calmon no sentido de combater o corporativismo no Judiciário? O que é possível fazer para evitar esse tipo de comportamento, que, na minha opinião, é absolutamente prejudicial e vai de encontro aos princípios que defendo?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. Faz soar a campainha.)

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sr. Presidente, V. Exª havia dito que o tempo era até 15 minutos. Acho que ainda não chegou aos 15 minutos. Está acelerando? Acho que não. Então, vou me reservar o direito de continuar e concluir o que eu me propus a fazer: essa atividade.

Então, aqui, também, a crise existente na Justiça brasileira no que diz respeito – já é outro tema – à execução dos acórdãos. E no Supremo não é diferente, as partes recorrem indefinida... ou para evitar o cumprimento da decisão ou protelar o andamento do processo. Isso a gente tem visto até de forma corriqueira. Eu queria saber se V. Exª concorda com essa aceleração dos processos e o que acha da aceitação desses recursos por parte do Supremo, que não têm efeitos modificativos para alterar essas decisões, como, por exemplo, os embargos de declaração.

Então, essas seriam as indagações que tinha a fazer. Eu também não vou deixar, porque sei que não vai haver tempo, pela pressa que tomou conta aqui do andamento da nossa reunião, mas eu queria registrar aqui a minha posição, tentando dialogar com a fala do Senador Crivella, que já não está mais presente entre nós, para lembrá-lo de que o povo brasileiro conquistou, em 1988, em nossa Constituição Federal, o direito de viver a nossa diversidade religiosa. O nosso Estado é laico. A diversidade é parte da complexidade, da pluralidade, do multiculturalismo existente no nosso País. E nós precisamos garantir que esses direitos estejam assegurados.

Eu vou debater isso, provavelmente, mais frontalmente com ele, porque eu defendo e vou me posicionar

pela criminalização da homofobia no projeto de lei que está em debate aqui no Senado Federal.

Obrigada.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Marinor.

Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exª que, consultado o Plenário, pudessem os Srs. Senadores que já se entendem, como eu, suficientemente subsidiados para votar, que V. Exª pudesse iniciar o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique, lamentavelmente, eu não tenho condição de submeter ao Plenário algo que já foi decidido nesta Comissão. Por uma questão de ordem levantada pelo Senador Pedro Taques, pelo Senador Demóstenes, pelo Senador Randolfe, foi decidido que nós só iniciaríamos a votação após o término da sabatina. Nós temos poucos oradores inscritos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, a questão de ordem foi decidida, Senador Inácio Arruda, aqui. Este Plenário é soberano, e eu vou fazer cumprir a decisão do Plenário.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu solicitei a V. Exª que consultasse o Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, é legítima a solicitação do Senador Luiz Henrique, mas eu já decidi isso em questão de ordem. Então, vamos ganhar tempo, com as minhas escusas ao Senador Luiz Henrique.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu estou inscrito e quero falar. Não quero...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda, V. Exª não está na ordem de inscrição.

O próximo Senador inscrito é o Senador Suplicy.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, eu pediria a palavra a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Foi uma decisão em uma outra reunião, e eu entendo que o Plenário é soberano para tomar outra decisão hoje. Então, pediria a V. Exª que submetesse ao Plenário.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não há necessidade de contraditar.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Para permitir...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio, com todo o respeito a V. Exª, a decisão...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – É decisão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A decisão foi tomada pela Mesa em conjunto com este Plenário, e eu disse aqui no primeiro dia, assim como a ministra disse que guarda na mesa dela o juramento que ela fez à Constituição: eu vou cumprir fielmente todos os compromissos assumidos com V. Exªs.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Com o nosso apoio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, peço desculpas ao Senador Luiz Henrique. Compreendo que era perfeitamente plausível a abertura de votações quando os Senadores já se sentissem satisfeitos, mas esta é a regra, e nós vamos até o final.

Senador Suplicy, V. Exª tem a palavra, e peço inclusive desculpas a V. Exª. Pela ordem de inscrição, eu tinha pulado V. Exª. Então, peço desculpas a V. Exª em público.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, prezada Ministra Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, na busca de soluções que facilitem a celeridade da tramitação dos processos judiciais, um tópico sempre tem vindo à discussão, relativamente às férias dos magistrados e dos membros do Ministério Público.

Aqui apresentei dois projetos de lei que estão em tramitação, o Projeto de Lei do Senado 374/2007 e o Projeto de Lei do Senado 375/2007, que reduzem os dois períodos de férias para apenas um de 30 dias, levando em conta ainda a existência de recesso judiciário de mais de 10 dias para as festas dos finais de ano.

Ambos os projetos encontram resistências, vindas principalmente das Associações da Magistratura e do Ministério Público.

Eu gostaria de lhe perguntar se tem um posicionamento sobre essa questão, se acredita que seria adequada a redução das férias dos membros do Ministério Público, assim como dos magistrados.

Segundo, um dos temas que mais tem sido objeto de repercussão, inclusive mencionado por V. Exª, refere-se à impunidade aliada à morosidade da Justiça, que levou o Ministro Cezar Peluso a defender uma alteração do texto constitucional com o objetivo de que os processos sejam finalizados e executados após

decisão judicial de segunda instância. Os advogados têm questionado os argumentos favoráveis à sua aprovação, afirmando que não são as inúmeras oportunidades abertas ao cidadão de apelar da sentença em instâncias inferiores que causam morosidade, mas a quantidade dos recursos impetrados e a protelação do pagamento pelo setor público que lideram, de longe, as estatísticas de maiores litigantes como autor 77% dos casos ou réu 69% dos processos.

Para o STF seria uma mudança positiva, pois, segundo os dados da FGV, 91,7% dos processos que lá dão entrada são oriundos de recurso.

Qual é o posicionamento de V. Exª sobre as possíveis consequências da aprovação dessa referida mudança constitucional?

A Constituição brasileira, em seu art. 9º, assegura aos trabalhadores o direito de greve, conforme V. Exª aqui já mencionou. Na arguição, inclusive do Senador Aloysio Nunes, isso foi objeto. S. Exª, aliás, apresentou projeto de lei sobre a greve no serviço público ainda ontem. Mas, na ausência dessa lei, o STF mandou aplicar a lei de greve, da iniciativa privada, no que cabível for.

São diversas as questões envolvidas nesse tema, se V. Exª puder nos dizer qual é a sua visão, como determinar se uma greve é legal, quais os efeitos da greve legal ou ilegal, se se pode descontar dos salários, quais são os serviços essenciais e, se o serviço for essencial, quanto deve deixar-se como mínimo existencial? Enfim, sobretudo para a greve no serviço público, agradeceria se puder...

Em último lugar, primeiro, quero dizer e até transmitir ao seu filho Demétrio, que aqui está assistindo, como considerei a sua exposição aqui, a sua condução durante esta arguição como comovente, brilhante, como algo extremamente didático, inclusive para todos os brasileiros que estão assistindo hoje a esta reunião, todos nós estamos aprendendo. Mesmo aqueles que não têm como, os Senadores Demóstenes e Pedro Taques, entre outros, que têm grande formação jurídica, mas nós estamos hoje aprendendo muito com o diálogo estabelecido por V. Exª com todos esses Senadores.

V. Exª – já aqui foi bastante mencionado – trouxe, na sua exposição, as ideias de Amartya Sen, que acaba de publicar *A Ideia de Justiça*, um livro de fantástico valor, em acréscimo a todos os seus outros, como Racionalidade e Justiça, como *Desenvolvimento como Liberdade*, onde ele expressa – e V. Exª assinalou – como a liberdade e a democracia são tão importantes para que haja a resolução de problemas. Inclusive, no seu livro *Desenvolvimento como Liberdade* ele ressalta que ali, onde houve liberdade e democracia, como, por exemplo, em muitas regiões da Índia, resolveram-se muito mais aceleradamente os problemas de forme aguda que às vezes decorreram de certas situações. E, na própria África, onde por vezes têm havido problemas de fome, como hoje, lá nos países do Cifre da África, ali o fato de não haver uma plena democracia, certamente dificulta muita. Isso é um dos pontos. E Amartya Sen também coloca em suas obras que desenvolvimento, se for para valer, deve significar maior grau de liberdade para todos. Esse último livro dele, *A Ideia de Justiça*, recém publicado pela Companhia das Letras, é dedicado ao filósofo John Rawls, que, conforme o Senador Pedro Taques aqui comentou, em sua *Theory of Justice*, de 1971, explica quais são os princípios de justiça que precisam ser levados em consideração: o de igual liberdade de diferença, de igualdade e de oportunidades.

Um outro filósofo e economista muito amigo de Amartya Sem acaba de escrever a contracapa de um livro dedicado ao professor Philippe Van Parijs. De uma forma muita elogiosa, exalta o professor Van Parijs, que, justamente ao analisar os princípios de justiça de John Rawls, observa que, se quisermos, efetivamente, levar em consideração como aplicá-los, então, um instrumento que vai, efetivamente, levar em consideração e colocar em prática os princípios de justiça é justamente a instituição de uma renda básica de cidadania, como um direito incondicional para todos, inclusive porque irá possibilitar a cada pessoa que por ventura não tenha outra alternativa senão a de, às vezes, vender o seu corpo, ou se tornar o aviãozinho de quadrilhas de narcotraficantes, ou de caminhar para a criminalidade, essa pessoa poderá dizer: "Não. Eu, agora, graças à renda básica, para mim e para cada um dos membros de minha família, tenho como aguardar até que surja uma oportunidade de trabalho mais de acordo com a minha vocação, com a minha vontade".

É nesse sentido, portanto, exatamente aquilo que expressa Amartya Sem, que a renda básica de cidadania, que V. Exª conhece, já é lei no Brasil. A senhora sabe o que falta para que seja instituída? Eu posso lhe dar uma sugestão. Para que seja instituída de fato a renda básica, aprovada por consenso do Congresso Nacional, falta apenas, quem sabe, uma ministra mulher, uma nova ministra do Supremo Tribunal Federal que transmita à Presidenta Dilma Roussef que é uma boa idéia, que pode colocar em prática, porque já está na lei.

Precisamos caminhar nessa direção.

Meus cumprimentos a V. Exª, que hoje nos comoveu a todos. Todos sabemos hoje um pouco mais da área jurídica do que sabíamos antes da argüição de V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Suplicy.

Tenho ainda aqui inscritos o Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Aécio, Senador Randolfe – que saiu para almoçar –, Senador Petecão, Senador Inácio Arruda e Senador Vincentinho..

Já que eu criei um bloco aqui, farei um bloco de cinco. Para completar o último bloco, vou inscrever o Senador Valadares, a quem chamo. Em seguida, darei a palavra à Ministra.

Senador Valadares, V. Exª tem a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Se quiser me colocar no último bloco também. Sr. Presidente, conforme V. Exª já deferiu.

O SR ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Srª Ministra Rosa Maria Weber, eu começaria fazendo uma homenagem sincera ao comportamento humilde de V. Exª.

Já dizia o nosso Confúcio que a humildade é a única base sólida de todas as virtudes. E V. Exª, além de ter uma inteligência comprovada no debate, um conhecimento jurídico profundo, tem essa qualidade inerente ao julgador ou a julgadora, que é a humildade. Alguém que entra no Supremo com a maior de todas as virtudes merece os nossos aplausos.

Aproveito também a oportunidade, já que fizeram tantas perguntas e já me considero representado por todos aqueles que fizeram perguntas, só farei apenas duas, para lembrar uma outra frase de Charles Chaplin, verdadeiro poema à humildade: "Pensamos demasiadamente, sentimos muito pouco, necessitamos mais de humildade do que de máquinas; mais de bondade e ternura do que inteligência. Sem isso, a vida se tornará violenta e tudo se perderá". Quer dizer, a sabedoria de alguém que deu alegria, deu felicidade a tantos que acompanharam o nosso Charles Chaplin nas suas apresentações, em filmes, como por exemplo, O Ditador, em que ele imita a figura ridícula de Hitler. Aprendemos muitas lições com ele. Uma delas é a humildade.

Saúdo V. Exª por essa manifestação que todos nós exaltamos. Não foi um só Senador; vários Senadores expressaram esta admiração por V. Exª, reconhecendo seus altos méritos para exercer cargo tão elevado, como também a capacidade de entender, de compreender o ser humano nos seus julgamentos para que eles sejam mais justos.

Eu gostaria de ouvir V. Exª a respeito de um tema que acredito já tenha sido aqui debatido que diz respeito ao ativismo judicial; ou, como dizem alguns, a judicialização da política. Nos últimos tempos, temos visto o Poder Judiciário cada vez mais alterar o seu posicionamento do passado, de estado liberal clássico, de atuar apenas como legislador negativo, afastando leis e normas consideradas ilegais e inconstitucionais para um posicionamento mais ativo, adotando posicionamento também no sentido de atuar como legislador positivo, por assim dizer, embasado na Constituição de cunho social, como é a nossa Constituição de 1988, especialmente no que se refere a garantir direitos civis e sociais na ausência de leis que, previstas na Constituição, não são aprovadas pelo Legislativo – por vezes aprovadas mas não implementadas pelo Poder Executivo. Tal atuação positiva do Judiciário tem sido saudada por uns e criticada por outros. Por vezes também os que saúdam uma decisão são os que criticam outras e vice-versa. Sobre esta questão, Srª Ministra, qual o entendimento de V. Exª? O Judiciário deve atuar também como legislador positivo? Ou deve retornar ao seu papel clássico do passado, se limitando à função de legislador negativo, interpretar a Constituição, ou deve buscar o meio termo, uma posição intermediaria entre o ativismo e a inércia?

Também solicitamos da Srª Ministra que nos traga a sua avaliação sobre o problema da lentidão, que já foi tão referida aqui por outros oradores.

Recentemente, o Ministro Jorge Hage, titular da Controladoria Geral da União, ele próprio magistrado de carreira aposentado, defendeu mudanças na legislação processual que prevê, segundo o ministro, possibilidades praticamente intermináveis de recursos, o que alimenta o sentimento de impunidade por parte da população. O que diz o Ministro Hage?

Abro aspas:

Os corruptos são os que podem contratar os melhores escritórios de advocacia do País. E um bom escritório encontrará sempre a possibilidade de criar mais uma incidente, mais um recurso, mais um agravo, mais um embargo. Isso não deixa a sentença transitar em julgado.

Foi o que disse o Ministro Hage. O que pensa V. Exª?

Por fim, uma última questão sobre a ampliação do número de magistrados como medida para também fazer frente à demora na tramitação dos processos. Então, V. Exª prefere aumentar o número de juízes, de membros dos tribunais superiores, também de juízes de primeira instância, de segunda instância?

A supressão de instâncias, como propôs o nosso Presidente do Supremo, Peluso. S. Exª veio a esta Comissão e achou que, tendo quatro instâncias, pode haver supressão. O Brasil é uma das únicas nações do mundo em que, no Judiciário, se admitem quatro instâncias: a instância inferior, o juiz; depois, o tribunal regional, o tribunal de justiça; em seguida, o STJ e, por último, o Supremo Tribunal Federal, que, em vez

de uma corte constitucional, como acontece nos Estados Unidos, é pau para toda obra: decide questões minúsculas que enchem as gavetas, os arquivos e as prateleiras do Supremo, retardando as ações judiciais. O que acha V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Euncío Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado. Senador Valadares.

Vou dar a palavra para a Ministra para, em seguida, fazermos o último bloco e darmos início ao processo de votação.

Ministra Rosa Maria Weber, V. Exª tem a palavra.

Começamos esse bloco pelo Senador Renan Calheiros.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Senador Renan Calheiros, agradeço as indagações de V. Exª, agradeço as palavras delicadas e gentis que me dirigiu. A sua fala começou por esse problema que a nós atormenta a todos, que voltou na manifestação do nobre Senador Valadares, que disse que a lentidão da Justiça, a quantidade de processos convulsionam o Supremo Tribunal Federal e faz com que haja até uma necessidade de pauta – esse conhecimento tenho pela TV Justiça – direcionada de tal maneira que a população possa assistir àqueles julgamentos que são os mais importantes, o que não significa que as Turmas não julguem uma quantidade imensa de processos. Isso também acontece no Tribunal Superior do Trabalho, em que temos, em um primeiro momento, os processos em que há sustentação oral, temas mais candentes, mais debatidos e, depois, julgamos aqueles processo mais uniformes de maneira acelerada.

Digo a V. Exªs, fazendo já uma resposta conjunta ao Senador Valadares, que todos os caminhos devem levar necessariamente à agilização. Não tenho a menor dúvida. É direito de todo cidadão uma Justiça célere. Sempre digo que precisamos de ouvidorias para que elas inclusive expressem ao magistrado a angústia do cidadão que aguarda o seu processo. Todos os tribunais já a implementaram, todos os órgãos públicos, e isso é fundamental, sempre na linha da agilização, sempre na linha da pronta resposta.

O interessante é que, quando caminhamos em uma direção pensando que as nossas soluções vão nos levar a bom termo, a realidade sempre se mostra mais complexa. Eu pensava que a súmula vinculante, sua repercussão, os institutos fantásticos e fabulosos que estão colaborando para a agilização da justiça e que são frutos, sem dúvida, de intensos debates acerca da reforma do Judiciário... Mas sabem V. Exªs o que temos observado no Tribunal Superior do Trabalho? Que, uma vez declarada a repercussão geral, os processos ficam lá, no TST. Temos mais de vinte mil processos suspensos no TST aguardando a definição do Supremo Tribunal Federal. Então, na verdade, desafogam os tribunais, mas as lides, os conflitos, o que interessa à sociedade está represado, e não por vontade dos julgadores e dos tribunais, mas pelo sistema. Então, há que se achar nova solução.

E por essa proposta – adiantando, pelo tempo, Senador Valadares –, por essa PEC que está aqui em andamento tenho a maior simpatia, porque sempre privilegiei – sigo Carnelutti – a decisão do juiz de primeiro grau, que colhe a prova, que olha as partes, que decide a lide, para, a meu juízo, a melhor solução, do que aqueles dados, que depois ficam todos lá transcritos no papel, nos caracteres. Sempre compreendi assim, reservando, na minha modesta opinião, ao Supremo Tribunal Federal, o papel de Corte Constitucional, porque, na verdade, o nosso Supremo Tribunal Federal é Corte Constitucional, é Tribunal de Revisão e é Fórum Especial.

O volume de serviço, a carga de serviço, de fato, leva a esse tipo de dificuldade.

Com relação às questões que envolvem embargo de declaração e envolvem as possibilidades de alterações de decisão que V. Exª, com muita propriedade, coloca, penso que para o cidadão que está com a sua pretensão ali posta no Judiciário, ele quer que se decida o que chamamos tecnicamente de mérito, o conflito. É isso que interessa a ele. Mas temos o princípio da segurança jurídica, que não é fruto, digamos assim, da cabeça dos juízes. Ele está lá na Constituição, no art. 5º, inciso LIV e LV, devido o processo legal, direito de defesa, direito ao contraditório e à ampla defesa, com todos os recursos a elas inerentes. É a Constituição. Então, vem, fruto do nosso poder constituinte originário e, depois, do nosso poder constituinte derivado, todo o regramento do sistema de processos.

Então, a segurança, às vezes, é uma questão que o juiz se angustia: "Mas, meu Deus, eu decidi isso aqui ontem! Esse aqui perdeu o prazo do processo. Ele vai tirar 8 dias. Por uma questão qualquer, ele entrou no nono dia e a situação dele será diferente da outra. Então, pensa-se: mas é a segurança jurídica. Assim é o melhor? É um juízo de valor, e temos de pensar. Então, vamos para o Amarty Sen, quer dizer, que bom que podemos debater e que esta, que é uma Casa política, a Casa que faz as leis, quem sabe, altere tudo isso.

Então, é o que poderia dizer a V. Exª, agradecendo, mais uma vez, as palavras que me dirigiu.

Senador Pedro Simon, que representa aqui o Rio Grande do Sul, as palavras de V. Exª vieram direto ao meu coração e me lembraram Mário Quintana: "Quem disse que eu me mudei. Não importa que a tenham

demolido, a gente continua vivendo sempre na velha casa que nasceu". Isso é Mário Quintana.

As palavras proferidas por V. Exª seguramente se devem à solidariedade gaúcha, que eu recebo com o maior carinho, embora eu tenha afirmado, com todas as letras – disse ao Senador Gim, no dia em que conversei com ele, quando vim me apresentar -, que eu já tenho uma alma meio candanga, mas, é óbvio, sempre com o Rio Grande no meu peito.

É uma maravilha ser brasileira e tenho orgulho de ser uma brasileira nascida no Rio Grande do Sul.

Senadora Marinor Brito, agradeço, pelo Ministro Walmir Olveira da Costa, um de nossos Ministros mais qualificados e atuantes do TST, as palavras delicadas que a ele dirigiu. De fato, toda a nossa luta contra ao trabalho em condições análogas ao de escravos, que é uma chaga social, tem de ser incentivada. Todos os trabalhos feitos pela sociedade, com os grupos organizados, com o Ministério Público, o Ministério Público do Trabalho, inclusive ao que se chama de Juntas Itinerantes, seguramente há de dar bons frutos.

Nós todos temos esperança e queremos um Brasil melhor.

O corporativo, eu também entendo que é perigoso e que é uma chaga. Sempre fui contrária a qualquer espécie de corporativismo. A lentidão da Justiça, como já adiantei, se vincula aos princípios da segurança jurídica, infelizmente, e os juízes são homens e mulheres, como antes me referi, com tudo o que temos de bom e de ruim. As decisões nem sempre são justas. Gostaríamos muito que fossem justas. E eu faço questão de dizer aqui que uma das grandes...

Eu sempre tive duas angústias nesse meu trilhar na magistratura: uma era a angústia entre decidir pela qualidade da fundamentação ou a qualidade ou a demora, porque, por óbvio, para decidir uma peça mais adequada, melhor posta, uma melhor fundamentação precisava de mais tempo, mas significava que a minha produção ia ser menor. Isso realmente sempre foi uma das minhas angústias.

A outra angústia, Senadora Marinor, era quando eu fazia audiência, ouvia seis testemunhas e três me diziam uma coisa e as outras três me diziam exatamente o contrário. E eu pensava: qual será o sentimento de injustiça da parte que tiver razão se eu decidir com base no depoimento daqueles que estavam faltando com a verdade? Então essa sempre foi uma angústia muito grande que eu tive.

Até fiz, quando no primeiro grau, mais de uma vez, inspeções judiciais. Eu me deslocava, no tempo em que havia os vogais, íamos todos ao local verificar. Lembro que uma vez diziam: não, olhe aqui. Vi por essa janela. E os outros diziam: mas não tem janela aí. Eu fui ver se tinha janela. Coisas assim.

Corporativismo, crise na Justiça do Trabalho, execução das decisões, já falei antes: é o grande gargalo. Todas as medidas para acelerar são bem vindas.

Com relação ao Estado laico, não sei se era propriamente um questionamento.

Nós temos, lá no preâmbulo "Sob a proteção de Deus", mas o Supremo já decidiu que o preâmbulo da Constituição não tem força normativa. E, da minha compreensão, o Estado laico, o Estado brasileiro não ter uma religião, a beleza disso para mim se traduz no seguinte sentido: cada um tem a religião ou não tem religião alguma com a maior liberdade. Vivemos numa sociedade democrática e é isso que se deve estimular. Parece-me que esse é o sentido do Texto Constitucional.

Senador Eduardo Suplicy, também agradeço. Comoveram-me as palavras de V. Exª. Fico muito grata. Quando li "A Ideia de Justiça" me lembrei da lei que foi proposta por V. Exª, da renda básica de cidadania, que, de fato, guarda absoluta consonância com a compreensão de justiça que Amartya Sen desenvolve no seu livro.

Com relação às férias para os magistrados, se eu posso dar a V. Exª o meu testemunho pessoal, eu sempre trabalhei nas férias. Eu sempre usei as minhas férias para colocar em dia o meu trabalho. E todos os que trabalham comigo, os servidores do meu gabinete, sabem disso. Eu realmente preciso e trabalho muito.

Agora, tem o princípio da igualdade, é verdade. E eu não sou corporativista, pode estar certa tanto a Senadora que me questionou nessa linha quanto V. Exª. Mas o debate é político e V. Exªs vão ter a palavra final. A questão está posta aqui, num local adequado, no *locus* próprio.

Penso, Senador Eduardo, que aquelas questões relativas à morosidade eu já enfrentei, quanto à PEC dos recursos, que está tramitando aqui, inclusive na comissão, também manifestei o meu posicionamento.

Com relação à greve, o que eu posso dizer a V. Exª é que no Tribunal Superior do Trabalho, ou melhor, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho agora vem editar uma resolução tentando administrar essa aplicação da lei que rege, a 7.783, de 89, a greve na iniciativa privada. Com a greve no serviço público, que é essencial, que exige continuidade, nessa resolução – falo muito à vontade, porque não integro o Conselho Superior da Justiça do Trabalho –, se deliberou que os salários deverão ser descontados. Caberá ao presidente do tribunal, sob pena de responsabilidade, fazer o desconto dos salários dos dias parados, facultada, quando abandonado e encerrado, enfim, o movimento, ou encerrada a adesão à greve, a compensação

desses dias parados em sábados, domingos, horas extras, com rígido controle ou viabilizando um desconto parcelado dos salários. Essa tem sido a compreensão, mais ou menos adequando à linha adotada na sessão de dissídios coletivos do Tribunal Superior do Trabalho com relação à greve na atividade privada.

Obrigada.

Senador Valadares, obrigada. Essa referência a Confúcio também me veio direto ao coração – agradeço a V. Exª –, e a Charles Chaplim, meu Deus do céu, tem tudo a ver com tudo o que eu sempre entendi importante. Não sei se consegui implementar na minha vida – até penso –, mas sempre me orientei nessa linha.

Na verdade, o ativismo judicial – não sei se V. Exª teve oportunidade de estar aqui –, eu falei longamente sobre o tema, mas gostaria de colocar a V. Exª que entendo que, no caso o Supremo Tribunal Federal e mesmo os julgadores, eles podem atuar como legisladores positivos naqueles casos em que o ordenamento jurídico lhe permite atuar, e eu mencionei os mandatos de injunção no Supremo Tribunal Federal. Realmente, nos mandados de injunção, há essa possibilidade, sim, mas não no sentido de criação do Direito. V. Exªs é que são os legisladores, é que criam as normas jurídicas, os juízes aplicam-nas; agora, ao aplicá-las, eles interpretam, ao interpretar, muitas vezes, eles inovam – e têm que inovar nessas situações, mas com absoluta razoabilidade, com absoluta ponderação e em casos absolutamente excepcionais, que é o que entendo que tem sido feito pelo Supremo Tribunal Federal, numa linha de absoluta razoabilidade, mas, é claro, tudo comporta uma multiplicidade de olhares, eu não tenho dúvida em relação a isso.

Lembro-me de que o Ministro Carlos Ayres disse, ao julgar a homofobia, que o Supremo estava sendo uma casa de destino, e aí pegaram o que seria o ativismo, mas é a Constituição que manda concretizar os direitos fundamentais e não no Brasil, é em todo o mundo que isso tudo está acontecendo. E volto a Bobbio: estamos no século de concretização de direitos criados, e não de criação de novos direitos. Temos é que dar efetividade aos direitos. Agora, como? Com ponderação, com razoabilidade e, sobretudo, com obediência à Constituição. O juiz não é um servo da lei, ele não é mais a boca da lei, mas ele é uma boca interpretada. Em algumas situações, temos que partir para isso.

Mas faltou – acho – número de magistrados.

Senador Valadares, isso é um juízo de valor. Eu, como disse, sou mais pela observância do duplo grau de jurisdição. Acho que o caminho é mais adequado, porque, inclusive nos tratados internacionais, se assegura a revisão uma vez. O cidadão tem direito a ver a decisão uma vez, depois o Supremo que seja uma corte constitucional.

Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Ministra.

Próximo orador inscrito. Concedo a palavra ao Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Caríssima futura Ministra Rosa Maria, Srs. Senadores e Sr. Presidente, em primeiro lugar, ilustre magistrada, quero justificar não apenas em meu nome – V. Exª deve ter percebido as idas e vindas de tantos de nós aqui, mas é da nossa função. São inúmeras atividades que aqui, muitas vezes, se confundem, o que não me permitiu ouvir na totalidade o depoimento de V. Exª, mas fiz questão de, logo que pude, aqui retornar. V. Exª nos foi a todos muito bem recomendada. Conhecemos seu trabalho, sua origem, sua inquestionável retidão e sua vitoriosa e respeitadíssima carreira jurídica, mas cabe a nós aqui, é o nosso papel, como será o de V. Exª dirimir conflitos de enorme dimensão como aprovada Ministra do Supremo Tribunal Federal, fazermos o que o dever nos impõe: algumas colocações, alguns questionamentos.

Os que ficamos para o final, certamente, tivemos muitas das questões que gostaríamos de trazer a V. Exª já respondidas.

Eu vou buscar ser objetivo no limite da minha capacidade e começo fazendo uma observação, mais que uma indagação – chego a ela ao final –, mas faço referência a um artigo que, provavelmente, a senhora leu, publicado nos últimos dias, de coautoria de Joaquim Falcão, de Diego Werneck e também de Pedro Abramovay. Faz referência a V. Exª, mas faz referência, sobretudo, ao instituto da sabatina, o que efetivamente são ou o que efetivamente deveriam ser as sabatinas, não apenas de membros do Supremo Tribunal Federal, mas também outras, aqui, como as dos Conselhos Nacionais, que temos tido oportunidade de fazer.

Ele diz em seus artigos que, em geral, Presidente Eunício, as sabatinas são diplomáticas, sem ativa participação da sociedade civil. Quando não desfilam elogios, procuram saber como o candidato vai-se posicionar, no futuro, em relação a esse ou aquele tema.

Faço essa primeira observação até, talvez, como uma sinalização para o futuro, porque seria muito importante que houvesse, talvez, um envolvimento maior da sociedade nessas sabatinas, de uma dimensão maior que aquilo que estamos fazendo aqui.

Ele faz uma referência, que me soou extremamente interessante: a indicação da Juíza Sonia Sotomayor, feita pelo Presidente Obama há cerca de dois anos, para a Suprema Corte americana, quando a

Ministra teve de responder por escrito, Presidente Eunício, questões bastante precisas e bastante pessoais sobre sua vida profissional. Como ela fora advogada militante – não é o caso de V. Exª, que fez a carreira no Judiciário –, pediu-se a ela, por exemplo, a relação de todos os seus clientes e, como depois fora juíza, pediu-se, também, o resumo dos principais casos que julgou e principalmente, com destaque, aqueles que foram à Suprema Corte.

Fica, aqui, esse início de explanação, apenas para dizer que aqueles que aqui vêm a ser sabatinados devem compreender e considerar esse um procedimento absolutamente normal desta Casa.

Como não tenho eu pessoalmente, e, a meu ver, a maioria dos Srs. Senadores, qualquer dúvida em relação à trajetória de V. Exª, eu não cometeria a indelicadeza, até porque é inócua... Por mais curiosidade que muitos de nós teríamos em saber como, por exemplo, V. Exª se posicionaria ou se posicionará em relação ao processo do mensalão, ou, eventualmente, ao processo dos *royalties*, que provavelmente chegará ao Supremo Tribunal Federal, ou aos quilombolas, ou à possibilidade de interrupção de gravidez em caso de anencefalia, enfim, obviamente, não buscarei de V. Exª essas indagações, até porque V. Exª não poderia dar a esta Casa essas informações, sob o risco, obviamente, de amanhã estar impedida de fazer o julgamento correto. Mas eu inverto a indagação e pergunto a V. Exª, exatamente no intuito de dar uma abrangência maior a esses questionamentos, se V. Exª, em razão seja da sua trajetória, de julgamentos dos quais participou, de pareceres que ofereceu, de relações que construiu na sua vida inteira, se há algum tema que, sob algum aspecto, V. Exª sobre ele se sentiria impedida de julgar com a imparcialidade necessária. Se há, em razão, repito, da sua trajetória ou até mesmo de julgamentos pretéritos, ou de decisões tomadas, algum tema ou algum aspecto onde V. Exª se sentiria desconfortável para atuar como magistrada.

Uma segunda indagação que lhe faço: no início desta legislatura, travamos aqui, e V. Exª sabe que nós representamos, aqui, a oposição – não somos muitos, mas somos presentes e aguerridos –, uma das discussões mais efetivas que aqui foram tratadas, que diz respeito à questão do salário mínimo, da fixação do salário mínimo.

Faço a V. Exª, aí, uma indagação direta e clara que diz respeito a qual é o instrumento adequado para a sua fixação. Em face daquilo que prevê o art. 7º, no seu inciso IV, da Constituição, V. Exª entende que o decreto presidencial é suficiente para preencher a reserva de lei exigida para a fixação do salário mínimo? E chego, aqui, a esse artigo que, no inciso IV, diz o seguinte: "salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado." Portanto, consulto V. Exª se V. Exª consideraria que o decreto presidencial seria suficiente para a fixação, anualmente, do salário mínimo. A nossa posição, já antecipo, é discordante daquela tomada pela maioria do Senado Federal.

Uma terceira questão que trago à avaliação da ilustre Ministra diz respeito a algo que me parece pendente de pacificação, e aí busco a experiência de V. Exª como Ministra do TST, de uma pacificação do TST e do Supremo, e talvez até com um possível, Ministra, desdobramento junto ao Parlamento. Refiro-me, mais uma vez, ao salário mínimo, mas à utilização do salário mínimo como base de cálculo para o adicional de insalubridade.

V. Exª sabe que o Supremo, ao editar a Súmula Vinculante nº 4, que traduz posição antagônica àquela até então adotada pela Justiça do Trabalho, consagrada pela Súmula 228, criou, no meu entender, uma lacuna legislativa. Se estou correto, eu gostaria de saber a posição de V. Exª, qual seria a melhor situação para o trabalhador e como dirimir esse eventual conflito.

Por último, Srª Ministra, o que nós mais percebemos... É muito importante que a senhora tenha, a partir de agora, uma familiaridade ainda maior com o processo legislativo. Nós, muitas vezes, nos encontraremos na busca de dirimir conflitos e de superar dificuldades.

Hoje, há uma profunda distorção do processo legislativo, a partir do uso abusivo e descontrolado das medidas provisórias. As medidas provisórias foram criadas para serem utilizadas, como define o art. 62 da Constituição, em casos de relevância e urgência, e, além de outras distorções – e depois me refiro a elas –, têm sido utilizadas de forma abusiva, como instrumento normativo legislativo normal ordinário.

Em muitos casos, além da não observância da relevância e urgência, há também a não observância de outros preceitos constitucionais, como a introdução, o acoplamento a uma mesma medida provisória de assuntos que com ela não mantêm qualquer correlação.

Inúmeras Adins já foram impetradas junto ao Supremo Tribunal Federal, sem qualquer manifestação daquela Corte ou, me parece, com manifestação diferente daquela que acharíamos adequada. E qual seria? No caso em que é clara, é absolutamente incontestável a ausência da relevância e urgência, poderia haver, aí sim, por parte do Supremo Tribunal Federal... V. Exª falou, aqui, muito em, o termo que eu guardei, "guardiães da Constituição", que são os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Pergunto se V. Exª não acha que, no caso dessa inobservância de um preceito constitucional que vem distorcendo a relação parlamentar, vem compromete-

tendo o processo legislativo, deveria haver uma manifestação do Supremo Tribunal Federal, qualquer que seja ela. Não me antecipo ao mérito da manifestação, mas que haja uma manifestação do Supremo Tribunal Federal, considerando que há a observância ou a inobservância desses preceitos da relevância e urgência.

Por fim, cabe a mim apenas aguardar, obviamente, o resultado dessa votação, mas esperamos todos que V. Exª, indicada e aqui aprovada Ministra do Supremo Tribunal Federal, leve a sua retidão, leve a sua seriedade e, principalmente, a serenidade com que enfrentou esse debate, para as grandes decisões que afetarão, no futuro, como vêm afetando até agora, o País como um todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aécio.

O próximo orador inscrito é o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Ministra Rosa Maria Weber, sinceramente, eu não tenho nenhum questionamento a fazer, dado o adiantado da hora. Eu tenho certeza de que a senhora nunca tinha participado de uma sabatina tão longa como essa de que participou hoje.

Da minha parte, somente quero lhe desejar boa-sorte. Eu tive o prazer de conhecê-la antes dessa sabatina, quando a senhora nos procurou e tive acesso ao belo currículo que a senhora nos apresentou.

Acho que essa sabatina serviu para todos nós conhecermos melhor essa sua humildade, que foi falada por todos.

Teve uma frase que me marcou e inclusive postei no meu *Facebook*, quando a senhora disse: "Se não tiver um bom juiz, não existe uma boa lei". Essa frase para mim já disse tudo. E pela sua forma de ser, com certeza teremos uma boa Ministra no Supremo.

Eu me sinto contemplado por tudo que foi questionado aqui. Pelos colegas como Pedro Taques, que é nosso professor; o Demóstenes, nosso outro professor. E o nosso grande líder Simon, que é da sua terra e a conhece, deu um depoimento familiar de amizade, de carinho.

Então, da minha parte sinto-me contemplado pela fala dos colegas que me antecederam.

Sucesso e parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Sérgio Petecão.

O próximo orador inscrito é o Senador Inácio Arruda. Tem a palavra V. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, é uma grande alegria estar presente na sabatina da Drª Rosa, Juíza de carreira, com 35 anos de carreira, que tem não só a firmeza, mas demonstrou aqui que não se pode perder a ternura nunca, mesmo na sabatina, não é verdade?

Eu considero muito interessante o método que estamos estabelecendo, embora possamos alterá-lo, com as opiniões aqui oferecidas pelo Senador Aécio. Quem sabe, futuramente faremos... Houve uma frase que dizia que o que era bom para os Estados Unidos era bom para o Brasil. Não era exatamente isso que ele quis dizer. É que tem coisas boas que devemos copiar e outras que devemos retirar do nosso ideário, muitas vezes.

Eu quero dizer que para nós, acho que para uma boa parte do Congresso Nacional, é muito significativo que a Corte Suprema tenha a presença de alguém com forte trânsito no mundo do trabalho, seja examinando causas oriundas dos trabalhadores, seja examinando causas oriundas do patronato. O que dá relevância à nossa Corte é o fato de ela ter essa pluralidade: a presença de nomes ilustres do Direito, ou até de fora do Direito, na Corte Suprema, porque é uma corte principalmente de natureza política. Essa é a sua escolha. É assim que muitas vezes atuam os ministros, examinando também ali o viés político nas suas decisões.

Eu considero muito positiva a indicação. Acho importante ter ali a presença de alguém que conhece profundamente o mundo do trabalho. E olha que o nosso mundo de hoje é o capital e o trabalho. Mantém-se essa regra no desenvolvimento social. Então, a presença no Supremo Tribunal Federal deveria até ser de metade, metade, para dar outro viés à Corte Suprema.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Metade capital, metade trabalho.

Eu não sou absolutista. Considero que é bom o capital estar presente. Mas mostro esse aspecto positivo. Assim, quero examinar, com V. Exª, uma questão relativa aos arts. 220 e 221 da Constituição.

Trata-se de regulamentar a Constituição para garantir um direito fundamental do povo de que não se exerça nessa área, que é a área da comunicação, monopólio. Por quê? Por que o Constituinte afirmou que, ao garantir a liberdade de imprensa, de expressão e do pensamento, examine-se, garantida está a liberdade de pensamento e de expressão e de imprensa está resolvida, vamos para o passo seguinte: é que não pode haver monopólio da informação porque o monopólio da informação se transforma em um cerceador da garantia desse direito constitucional de liberdade de expressão, do pensamento e de imprensa. E nos precisamos tratar.

Há uma ação do professor Fábio Comparato por descumprimento de obrigação do Congresso Nacional. Não é uma matéria fácil porque vai tratar exatamente das responsabilidades do Congresso Nacional de regulamentar a Constituição em aspectos fundamentais que ainda não consta, ainda não garantiu. Até o Conselho de Comunicação Social, que foi regulamentado tornou-se inoperante, mas a regionalização e outros aspectos do monopólio, nós não conseguimos resolver.

Não quero, assim, indagar "olha, o senhor me responda se vai votar assim, se vai votar assado; eu tenho opinião assim, eu tenho opinião assado". É que essa matéria está no Supremo e ela precisa ser resolvida. O Supremo vai examiná-la do ponto de vista da obrigação do Congresso Nacional que considero muito importante. Essa é uma área de alta sensibilidade. Fala-se do quarto poder que é esse poder da informação e, se há monopólio da informação, então estamos contrariando um direito muito importante, fundamental do nosso povo.

Gostaria que V. Exª pudesse...Não quero que diga "olha, a minha opinião é assim, deve ser assim", mas que examine com carinho porque aqui é uma questão central do nosso País e que temos que cuidar com todo zelo que é exatamente a informação. Garantir que aqui, sim, há muita liberdade de informação.

Se a gente conseguir resolver isso é um passo que considero muito importante, é uma matéria que está no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Orador inscrito, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eminente Ministra, Srª Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, não faço parte desta comissão, mas nem por isso poderia deixar de vir aqui em nome dos tocantinenses, em nome do meu partido, o Partido da República para fazer uma fala de apoiamento a V. Exª.

Tenho plena convicção de que o Supremo Tribunal Federal terá muito a ganhar com a indicação de uma magistrada experiente, como já foi dito, com mais de trinta e cinco anos de judicatura e de um reconhecido saber jurídico.

V. Exª levará para o Supremo um vasto cabedal de conhecimento e experiência, além de agilidade que é a marca conhecida da justiça do trabalho.

O Supremo Tribunal Federal, corte constitucional cuja pauta abriga temas da maior relevância para a manutenção da ordem jurídica em nosso País, estará muito bem servido com a nomeação de V. Exª que se juntará à de outros homens e mulheres honrados, de elevado espírito público que fazem parte daquele colegiado, uma instituição altamente confiável e respeitada pela população brasileira.

Para finalizar e ser bastante breve e não avançar na hora, até porque fiz esse compromisso com o Presidente, eminente Ministra, quero aqui parabenizar V. Exª pelo excelente currículo com que V. Exª se apresenta ao Senado Federal, a esta Comissão, e que, naturalmente, a credencia para o honroso cargo no Supremo Tribunal Federal.

Quero aqui cumprimentar a Presidenta Dilma, que, a meu ver, não poderia fazer uma escolha mais acertada do que esta. Tive o prazer de conhecê-la no cafezinho e quero reafirmar que, aqui, não vou poder dar o meu voto porque não faço parte da Comissão, tenho apenas o direito à palavra, mas, no Plenário, votarei com o maior prazer em V. Exª para nos representar, a todos os brasileiros e, principalmente, os tocantinenses, na Suprema Corte.

Conte sempre com o nosso apoio e a nossa admiração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Vicentinho Alves.

Vou encerrar a discussão. Antes vou conceder a palavra à Ministra...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Vou pedir a V. Exª que me dê novamente a palavra. Sei que V. Exª tem o entendimento que se aplica aí o art. 14, e eu acho que se aplicam outros artigos. Mas é só para encerrar, até porque me preparei para esse debate e não quero jogar fora todos esses dias de estudo que fiz. E não é nada de acintoso, não é nada de... Mas é só para poder indagar, e agora vou até mudar para Direito Processual Constitucional, que diz respeito diretamente ao Congresso.

Como vejo aqui diversos Senadores discutindo ativismo judicial – não é verdade? –, gostaria de, então, discutir isso na prática.

Tenho aqui umas quarenta pergunto, mas reduzo para dez se V. Exª me der essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, V. Exª, que presidiu esta Comissão – e presidiu-a tão bem –, V. Exª que é um cumpridor do Regimento, sabe que tenho procurado aqui cumprir o Regimento e a Constituição. Eu indeferi aqui uma solicitação do meu companheiro de partido, ex-governador e Senador Luiz Henrique, baseado em uma resposta a uma questão de ordem

que eu já havia dado a V. Exª. E eu jamais me sentiria confortável em não dar a palavra a V. Exª.

Pelo art. 14, V. Exª sabe que nós temos direito a falar uma única vez, mas, para que não pairem dúvidas... Do contrário, eu teria que atender a todos os Senadores que me pedissem novamente a palavra, e, aí, nós não terminaríamos hoje essa sabatina.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Fique V. Exª tranquilo porque seria aqui só o Senador Demóstenes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, por favor.

Então, eu queria pedir ao Senador Demóstenes que a gente mantenha, como sempre mantivemos aqui, a condição de respeito ao Regimento. Assim, não vou conceder a palavra a V. Exª pelo Regimento, que não me permite faze-lo. Vou dar a palavra a V. Exª por cinco minutos ou para cinco perguntas, no máximo, tendo em vista que eu interrompi V. Exª para fazer o intervalo de dez minutos. Em seguida, vou dar a palavra à Ministra e vou encerrar a discussão para dar início à votação.

Então, V. Exª tem a palavra para cinco perguntas, não por concessão da fala novamente, porque senão eu teria que concede-la a todos os Senadores, mas porque interrompi V. Exª e quero lhe dar a palavra nessa condição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Agradeço a V. Exª.

Então, vou fazer telegraficamente, Srª Ministra.

Em relação à ação direta de inconstitucionalidade. Quando um partido representado no Congresso propõe a ação e depois perde essa representação, a ação deve ser considerada inadmitida?

Também indago a V. Exª se pode nos explicar sobre a mutação constitucional, ou ainda, se V. Exª pode se posicionar acerca desse tema.

Ainda mais: se o veto do Senhor Presidente da República pode ser considerado ato do poder público para fins de arguição de descumprimento de preceito fundamental, a DPF.

Também quero perguntar a V. Exª sobre fatos e prognoses legislativos na jurisdição constitucional. Como é que o Supremo tem tratado isso?

Também perguntaria a V. Exª sobre sentenças de perfil aditivo e em relação ao princípio da igualdade. V. Exª pode dizer que o perfil aditivo tem a finalidade de combater omissão legislativa inconstitucional? Uma exclusão de benefício incompatível com o princípio da igualdade pode ser solucionada pelo Supremo e, se pode, como tem sido solucionada.

E perguntaria, ainda, sobre as interpretações...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ainda faltam três minutos e vinte e sete.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós já fizemos cinco perguntas, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Fiz em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Cinco perguntas para complementar a arguição de V. Exª no primeiro momento, senão, eu estaria dando a palavra a V. Exª novamente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Vou fazer só mais duas perguntas, então. Um assunto...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Ministra responde se achar conveniente.

Foram dadas pela Mesa as cinco perguntas que V. Exª já fez.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – OK. Uma é sobre as matérias constitucionais que são inadmitidas no Supremo por falta de repercussão geral. Quem é que V. Exª entende que deve uniformizar o entendimento acerca dessas matérias?

E sobre modulação de efeitos, se pode haver uma fixação por parte do próprio Judiciário ou do Legislativo acerca dessa modulação de efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes.

Não é um precedente, eu não estou dando a palavra a V. Exª pela segunda vez e, sim, apenas para complementar, tendo em vista que eu o havia interrompido.

Eu vou dar a palavra à Ministra, para que ela faça as considerações finais.

Sobre a mesa, tenho as cédulas. Terminada a palavra da Ministra, eu iniciarei o processo de votação.

Tem a palavra V. Exª, Ministra.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Sr. Senador Aécio Neves, obrigada pelas colocações de V. Exª.

Eu não me sinto impedida por ato algum que tenha praticado na minha vida de julgar qualquer tema que me esteja afeto, que não os decorrentes de impedimentos legais, como exemplifico. As únicas hipóteses de meus impedimentos no Tribunal Superior do Trabalho são a inviabilidade e o impedimento legal de participar duas vezes do mesmo processo.

Como Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, mais ou menos, emiti cerca de 30 mil juízos de admissibilidade de recursos de revista e, quando cheguei no TST, nesses recursos que lá es-

tavam, por óbvio, não pude me participar, não pude atuar, mas, na minha vida, nada fiz e não participei de qualquer acontecimento ou evento que pudesse me inibir de participar de qualquer julgamento.

É muito bom, Senador, botar a cabeça no travesseiro, à noite, e dormir tranquilamente. Eu durmo muito bem.

Salário mínimo: V. Exª, com muita delicadeza, me colocou a sua posição a respeito, contrária à decisão do Supremo Tribunal Federal.

Não há dúvida alguma da reserva legal com relação à fixação do salário mínimo, só que, pelo que eu compreendi do grande debate que se travou, o que o Supremo decidiu foi que a lei fixou o salário e os critérios de reajuste, então, na verdade, via decreto, houve uma mera adequação, sempre em observância ao que esta Casa havia definido. Essa foi a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Com relação à base de cálculo do salário mínimo, Sr. Senador, na verdade, eu sempre entendi que, diante da vedação do art. 7º, inciso IV, da Constituição, de que o salário mínimo sirva de base de cálculo, que tem qualquer vinculação para qualquer efeito, também havia vinculação para o salário mínimo, tese que o Supremo terminou referendando.

Utilizávamos, na lacuna, na impossibilidade, o salário-base contratual e utilizávamos, eu, pessoalmente, na 4ª Região, o salário base contratual por um critério de analogia. Se o adicional de periculosidade é calculado, por força de lei, sobre o salário contratual – e não falo nos eletricitários, porque, aí, pega toda a remuneração –, eu o usava por um critério de analogia, porque o juiz não está eximido, a lei veda que o juiz deixe de decidir, o juiz está obrigado a decidir. Mesmo quando há lacuna, ele tem de colmatar as lacunas da lei, então, eu usava o critério analógico.

Penso que, talvez, a negociação coletiva, e no Rio Grande do Sul muito havia a respeito, seja o melhor caminho para as partes, as categorias profissionais e econômicas decidirem qual é a base de cálculo, pois há falta de lei. Ou então, esta Casa Legislativa que defina.

Distorções do processo legislativo, de fato, do meu modesto ponto de vista, não são recomendáveis. Tivemos uma pletora de medidas provisórias que, inclusive, definiram aquele tema tão candente das coisas julgadas inconstitucionais via medida provisória que se eternizaram e hoje estamos com uma matéria trabalhista importantíssima, art. 884 da CLT e art. 741 do CPC: a questão de saber se há possibilidade ou não, na fase de execução, de alterar a coisa julgada diante de uma declaração de inconstitucionalidade posterior pelo Supremo em relação àquela matéria sobre a qual se debruçou e que embasou a decisão.

Na verdade, a questão que V. Exª coloca e que diz que com o problema da ausência de relevância e urgência na matéria ou descumprimento de outros requisitos formais, sempre entendo que o acesso ao Judiciário há de ser resguardado. Já houve uma manifestação, uma pergunta nessa linha. É o meu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Agradeço a V. Exª.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Senador Sérgio Petecão, agradeço a gentileza e a generosidade das palavras de V. Exª. Muito obrigada.

Senador Inácio Arruda, também agradeço a gentileza da manifestação de V. Exª em relação a mim. Tenho muito orgulho de ser uma Juíza do Trabalho. Toda a minha formação é de Juíza do Trabalho. Que bom se V. Exªs entenderem que o meu nome merece aprovação e, assim, eu possa contribuir em um âmbito muito maior. Mas tenho muito orgulho de ser uma Juíza do Trabalho. É essa a minha formação profissional.

Com relação à questão tão importante que V. Exª coloca e que passa pela concretização dos comandos constitucionais dos arts. 220 e 221, a questão tormentosa do monopólio, do quarto poder, imprensa, da liberdade de manifestação, a matéria política está com V. Exªs.

O Senador Vicentinho já saiu. Mas eu iria agradecê-lo.

E especificamente agora com relação... Vou escolher cinco das perguntas do Senador Demóstenes Torres, se me permitir. Com relação às mutações constitucionais, elas acontecem no exercício da nossa jurisdição constitucional, mantém-se o texto constitucional e se altera o conteúdo emprestado através da interpretação da Corte, na mesma linha do que acontece nos Estados Unidos, cuja constituição é a mesma com a interpretação que vai sendo moldada ao longo do tempo.

Modulação de efeitos. Entendo que deve ser feita e pode ser feita, sim, no meu modesto entendimento, inclusive em questões tributárias importantíssimas...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Em questões tributárias, inclusive, Ministra, tem causado dissabores. O Governo pode, por exemplo, instituir um tributo verdadeiramente constitucional e vem o Supremo e diz: esse aí tem efeito *ex nunc*. E alguém vai lá e diz: se tiver que devolver, terá que devolver dez bilhões. E aí o consumidor fica lesado com esse discurso. É modulação de efeito. O Supremo tem feito e os outros tribunais também.

Veja o caso do FPM. O Supremo decidiu que o FPM é inconstitucional e deu prazo até dezembro de 2012 para fazermos...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes Torres, vamos deixar a Ministra concluir.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim. Estou concordando com ela. É um debate saudável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado. Também acho.

Ministra, com a palavra.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Que bom que se pode dialogar, Senador. Agradeço a V. Exª as suas colocações.

Na verdade, com relação à repercussão...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos ouvir a Ministra.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Com relação à repercussão geral que seriam as mutações constitucionais, quorum qualificado que se exige para a repercussão geral...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – As matérias não admitidas em repercussão geral. O Supremo decide que a matéria é constitucional, mas, como é matéria de pequena repercussão, ele não aprecia.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Exatamente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Quem é que vai uniformizar isto?

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – No meu modesto ponto de vista e na linha de tudo o que aqui conversamos sobre a necessidade de o processo ter um termo, penso que chega um momento em que o Supremo tem que ter essa discricionariedade para enfrentar os temas.

No processo americano, nos Estados Unidos, os juízes da Suprema Corte escolhem as causas que vão ser julgadas enquanto corte constitucional...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas isso está OK. Mas é matéria constitucional que o Supremo não vai julgar. Quem é que vai uniformizar isto, não é verdade?

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – É um tema para o debate. Para, quem sabe, uma reflexão desta Casa com relação a uma complementação legislativa. Quem sabe, Senador Demóstenes Torres.

Com relação a sentenças aditivas, entendo que sim, há possibilidade. E o Supremo tem enfrentado e já tem, com alguma parcimônia, entendido que há possibilidade das sentenças aditivas.

De qualquer maneira, vem da doutrina germânica, a possibilidade...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O Supremo tem até abusado. Veja só o que o Ministro Direito fez em Raposa Serra do Sol: 18 exigências que o legislador não fez. Quando, por exemplo, é para estender para greve de servidor público, acho correto. Mas o Supremo legislar no lugar do Congresso e dizer que isso é uma sentença aditiva?!

No caso da Raposa Serra do Sol foi uma vergonha. O Supremo estabeleceu 18 condições que nós não decidimos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes Torres.

Concluiu, Ministra?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Faltam duas.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Respondi cinco.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Três. Perguntei sete, posso escolher mais duas?

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – V. Exª formulou oito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pois é. Só respondeu três. Se pudesse responder mais duas, por decisão do nosso Presidente, eu ficaria muito feliz.

Uma última pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ministra, para concluir.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Nessa que, talvez...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes Torres, vou encerrar a discussão.

Se a Ministra não quiser mais fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão.

A SRª ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Não é que não queira, mas é que tive dificuldade de apontar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sobre essa técnica do perfil aditivo, V. Exª poderia me responder acerca dos fatos e prognoses. Porque isso é uma coisa interessante na jurisdição constitucional que o Supremo tem levado em conta, ou seja, quando a lei tem uma finalidade, mas o meio atrita com o fim.

É o caso do Ministro Cezar Peluso e seu voto belíssimo. Nesse caso, concordo com ele. Uma lei decidiu o seguinte... Uma lei ótima que dizia que se teria que pesar o bujão de gás na frente do consumidor. Mas aí vem o Ministro e diz o seguinte... A ideia é excelente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes Torres, vou encerrar a discussão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas é a pergunta que ela vai responder.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas vou encerrar a discussão, com o devido respeito...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Agradeço a V. Exª. O que eu vou fazer?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o devido respeito a V. Exª, vou encerrar a discussão.

Vou encerrar a discussão, se a Ministra não quiser fazer uso da palavra, pois a palavra estava com ela.

Está encerrada a discussão. Vou dar início à votação.

Antes, porém, peço desculpas ao Senador Demóstenes Torres por não poder estender ainda mais esta sabatina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pimentel? (*Pausa*.)

Está encerrada a discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É secreta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É secreta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma.

A votação é secreta. Vou entregar a ficha para o Senador José Pimentel.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Anula a votação se o Senador atender a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador José Pimentel. (*Pausa*.)

É o hábito de fazer votação simbólica, Senador Demóstenes Torres. Mas as fichas estão todas aqui rubricadas.

Senadora Marta Suplicy. (*Pausa*.)

Senador Pedro Taques. (*Pausa*.)

As fichas amarelas estão aqui.

Senador Jorge Viana. (*Pausa*.)

Peço a assessoria para acompanhar para depois...

Senador Antonio Carlos Valadares. (*Pausa*.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda. *(Pausa.)*

Senador Crivella. *(Pausa.)*

Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Senador Renan Calheiros. *(Pausa.)*

Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

O Senador Romero Jucá chegou.

Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

Senador Dornelles, pedindo desculpas a V. Exª, que chegou para falar depois e já estava encerrada a discussão.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Presente, não, Senador. Tem que votar.

Senador Aécio Neves. *(Pausa.)*

Senador Aloysio Nunes Ferreira, nosso ex-Ministro da Justiça. *(Pausa.)*

Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Senador Demóstenes Torres. *(Pausa.)*

Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*

Senador Gim Argello. *(Pausa.)*

Senador Magno Malta. *(Pausa.)*

Estava aqui neste instante.

Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

Senador Suplicy. *(Pausa.)*

Fechou aqui o primeiro bloco.

Mais um, aqui, no Bloco do PMDB, PP, PSC, PV.

Senador Roberto Requião. Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

Completou o segundo bloco.

Mais um no terceiro bloco: PSDB/DEM.

Senadora Lúcia Vânia. Senador Flexa Ribeiro. Senador Cícero Lucena. *(Pausa.)*

O Senador Cícero Lucena está aí? Estava aqui agora.

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Ciro Nogueira. *(Pausa.)*

Senador Mozarildo Cavalcanti, por favor. *(Pausa.)*

Fechou? *(Pausa.)*

Senador Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Calma. Calma!

Todos votaram? *(Pausa.)*

Dois Senadores ainda não votaram. Vou dar um minuto.

O Senador Alvaro Dias está chegando? Vou aguardar pacientemente o Senador Alvaro Dias. Ele é sempre muito presente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É sobre o processo de votação, Senador?

Senador Alvaro Dias, estou aqui pacientemente esperando V. Exª. V. Exª é sempre muito presente e devia estar em outra reunião mais importante ainda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minuto, Senador Suplicy.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Faltando aqui...

O Senador Suplicy pede a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Um breve registro.

Nos meus 21 anos de mandato, essa foi uma das mais longas arguições de ministro havidas na CCJ e uma das de melhor conteúdo.

Meus cumprimentos a V. Exª, a todos e à Ministra Rosa Weber. V. Exª, quando previu que iria até as 16h, estava preciso, e foi de excelente conteúdo para todos os brasileiros que assistiram a essa reunião e para nós que dela participamos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

Vou pedir ao Senador Dornelles e ao Senador Demóstenes para fazer a apuração dos votos.

Ainda não temos resultado. Vamos aguardar.

Votaram 22 Srs. Senadores. Votaram 22 dos 23 Senadores.

O Senador Clésio Andrade é suplente, e o Senador Magno Malta esteve aqui, mas saiu. Faltou apenas um dos dois: ou o Senador Magno Malta, ou o Senador Clésio Andrade, como suplente. Como nenhum deles estava aqui na hora, encerrei a votação com 22 Senadores votantes. *(Pausa.)*

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Foram 19 votos "sim" e 3 votos "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Foram 19 votos "sim" e 3 votos "não", dos 22 votos.

Obrigado, Senador Demóstenes. Obrigado..., Senador Francisco Dornelles – meu líder, não posso esquecer. Eu, que fui discípulo de Tancredo, não posso esquecer jamais o Professor Dornelles. Agradecendo ao Professor Dornelles e ao Professor Demóstenes Torres, vou declarar o resultado.

A escolha do nome da Srª Rosa Maria Weber Candiota da Rosa foi aprovada pela Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

A escolha do nome foi aprovada e, portanto, a matéria segue, ainda hoje, para o Plenário do Senado Federal.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de encerrar, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP –RJ) – Sr. Presidente, pedir urgência para a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já foi dada urgência pela Mesa, encaminhando o processo...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu queria, então, pedir autorização a V. Exª para cumprimentar a Ministra Rosa Weber pela competência demonstrada, pelo conhecimento profundo da matéria. Foi uma honra para a Comissão de Justiça aprovar o nome de V. Exª.

Muito obrigado.

Presidente, obrigado e cumprimentar V Exª pela categoria com que V. Exª presidiu a reunião, o que, aliás, é inerente a V. Exª em todas as reuniões que preside.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT –CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se alguma coisa sei, aprendi com Tancredo, Ulysses, Paes de Andrade e com V. Exª.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, também quero saudar a nossa Ministra Rosa Maria e registrar que, neste dia, aprendemos muito aqui na Comissão ouvindo V. Exª. E tenho certeza de que os seus 35 anos de magistratura na Justiça do Trabalho não só qualificam e capacitam V. Exª para essa nova tarefa. Mas, principalmente pela visão humanista que V. Exª demonstra ter e pelo que consta do seu currículo, temos certeza de que o Brasil está recebendo uma excelente Ministra.

Em nome do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, queremos dizer que, no Senado, todos nós vamos votar para que V. Exª conclua esse processo e, ainda neste ano de 2011, tome posse nessa cadeira que pertenceu ao Rio Grande do Sul, em nome de uma mulher, e que continuará em nome de outra mulher tão brilhante quanto a anterior.

Portanto, parabéns pela sua vitória.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pimentel.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de encerrar, pede a palavra ainda a Senadora Marta Suplicy.

Antes só pedindo desculpas ao meu Professor Francisco Dornelles, nosso Senador Dornelles, que gostaria de ter feito um requerimento de urgência, mas a Mesa já havia – à Senadora Marta Suplicy também –, de ofício, definido a urgência...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Já estou com ele pronto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... encaminhando ainda hoje ao plenário do Senado Federal.

Portanto, antes de encerrar, tem a palavra V. Exª.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Primeiro, quero parabenizar V. Exª pela condução dos trabalhos e pela urgência que nem precisou ser pedida, pois já foi providenciado o encaminhamento para o plenário. Também quero parabenizar a nova Ministra do Supremo que o será em breve, porque ainda vai passar pelo Plenário, mas tenho certeza que, para alegria de todos nós que estivemos presentes nesta sabatina, será uma honra a aprovação pelo Senado. E para nós mulheres, será uma alegria muito grande ter uma pessoa tão sensível, com tanta competência, representando todos nós Senadores, mas especialmente nós mulheres, pois a cada nomeação de uma mulher para um cargo importante – este talvez seja um dos mais importantes da Nação –, isso nos deixa a todas com muito orgulho e serve de modelo a todas jovens deste País, que vê as mulheres cada vez mais preenchendo cargos de maior responsabilidade.

Parabéns e toda a sorte. Boa sorte, Ministra!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Parabenizo a Ministra. Agradeço-a pela simpatia e pela paciência. Com certeza, após a aprovação pelo Plenário do Senado, quando terei a oportunidade de votar em V. Exª, o Brasil receberá mais uma mulher com a sensibilidade de V. Exª, durante tantas horas aqui demonstrada, para melhorar ainda mais a Justiça brasileira.

Antes de encerrar, determino à Secretaria da Comissão que encaminhe, de imediato, a matéria ao plenário do Senado Federal antes da Ordem do Dia.

Agradecendo a presença das Srªs e dos Srs. Senadores, está encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 10 minutos.)

ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e cinquenta minutos, do dia sete de dezembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, José Agripino, Mozarildo Cavalcanti e Clésio Andrade e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Vital do Rêgo e Gim Argello. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência registra a presença da Deputada Federal Keiko Ota (PSB/SP). Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2010 – Complementar** Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, para alterar o método de cálculo dos coeficientes individuais de participação no FPM – Interior, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Tião Viana. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta. A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 2) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, DE 2010** Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, estabelecendo regra única para a progressão de regime nos crimes hediondos, independentemente da condição de primário, estendendo-a aos crimes previstos no art. 240 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). **Autoria:** CPI – Pedofilia – 2008 (SF). **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Em 23/11/2011, foi concedida vista aos Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, nos termos regimentais. Em 07/12/2011, foi recebido Voto em Separado do Senador Antonio Carlos Valadares, contrário ao Projeto. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 3) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2009** Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Esta-

tuto da Criança e do Adolescente; 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, e os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos dos pareceres adotados pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Em 23/11/2011, foi concedida vista ao Senador Demóstenes Torres, nos termos regimentais, que não apresentou manifestação por escrito. A matéria já foi apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais, de Educação, Cultura e Esporte, de Assuntos Econômicos, e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as emendas de redação nºs 1-CE-CAE-CDH-CCJ, 4 A 15-CAE-CDH-CCJ e rejeitando as emendas nºs 2 e 3-CE. Aprovado Requerimento de Urgência para a matéria, de iniciativa do Senador Armando Monteiro. ITEM 5) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2011** Cria os cargos de Juiz-Auditor e Juiz-Auditor Substituto para a 2ª Auditoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, no âmbito da Justiça Militar da União; revoga dispositivos da Lei nº 10.333, de 19 de dezembro de 2001; e dá outras providências. **Autoria:** Superior Tribunal Militar. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado Requerimento de Urgência para a matéria, de iniciativa do Senador Rodrigo Rollemberg. ITEM 6) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 2010** Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Alberto Goldman. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatoria ad hoc**: Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Com voto no sentido de responder ao Presidente do Senado Federal que possuem natureza de emenda de redação as de nº 1 a 6, aprovadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura. Matéria encaminhada à CCJ, nos termos do art. 234, do Regimento Interno, em atendimento ao Ofício nº 1936/2011, do Presidente do Senado Federal. **Resultado: Aprovado o Parecer, concluindo que possuem natureza de emenda de redação as de nº 1 a 6, aprovadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura. ITEM 7) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2011** Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências. **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, favorável ao Projeto. A matéria será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Em 22/11/2011, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria; Em 23/11/2011, foram recebidas as Emendas n° 1 e n° 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, dependendo de Relatório. Em 24/11/2011, foi recebida a Emenda n° 3, de autoria do Senador Clésio Andrade, dependendo de Relatório; Em 06/12/2011, foram recebidas as Emendas n°s 4 a 7, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, dependendo de Relatório. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 8) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, DE 2008** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Autoria:** Deputada Nice Lobão **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, DE 2008** Institui reserva de vagas nos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior, pelo período de doze anos, para estudantes oriundos do ensino fundamental e médio públicos. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, DE 2008** Reserva 20% das vagas dos vestibulares para os cursos de graduação das universidades públicas federais e estaduais para estudantes oriundos de família com renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Favorável ao PLC nº 180, de 2008, com a Emenda que apresenta, e contrário aos PLS nºs 344 e 479, de 2008, que tramitam em conjunto. A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Senador Alvaro Dias (autor). REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 102, DE 2011-CCJ** "Nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLC 180, de 2008, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos

seguintes convidados: Doutora Roberta Fragoso Menezes Kaufmann, Procuradora do Distrito Federal e Mestre em Direito pela Universidade de Brasília – UnB, autora do livro Ações Afirmativas à brasileira: necessidade ou mito? Uma análise histórico-jurídico-comparativa do negro nos EUA e no Brasil; Professora Yvonne Maggie, titular do Departamento de Antropologia Cultural, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Senhor Bolívar Lamounier, sociólogo, cientista político e autor de alguns dos mais conhecidos estudos de ciência política no país; Senhor José Roberto Ferreira Militão, advogado civilista, militante do movimento negro contra o racismo e as discriminações; Professor José Roberto Pinto de Góes, professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense; Doutor Sérgio Danilo Pena, geneticista e professor titular do Departamento de Bioquímica e Imunologia da Universidade Federal da Universidade Federal de Minas Gerais; Senhor Demetrio Martinelli Magnoli, sociólogo, geógrafo e Doutor em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Senhor Simon Schwartzman, pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade no Rio de Janeiro e Ph.D. em ciência política pela Universidade da Califórnia, Berkeley; e Doutor Walter Claudius Rothenburg, Mestre e Doutor em Direito pela UFPR." **Autoria:** Senadores Demóstenes Torres e Pedro Taques. **Resultado: Rejeitado. 2) REQUERIMENTO Nº 103, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2009." **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado: Aprovado. 3) REQUERIMENTO Nº 104, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2011." **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado: Aprovado. 4) REQUERIMENTO Nº 105, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do senhor Hamilton Dias de Souza, advogado constitucionalista de grande saber jurídico, dentre os convidados da Audiência Pública aprovada na 60ª Reunião Ordinária na data de 23 de novembro do corrente ano, para instruir a elaboração do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal ao Projeto de Resolução do Senado número 72 de 2010." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Resultado: Aprovado. 5) REQUERIMENTO Nº 106, DE 2011-CCJ** "Requeiro nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 99/2011-CCJ, que aprovou a realização de Audiência Pública desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a finalidade de debater o Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, que "estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior", a inclusão do seguinte convidado: Senhor Paulo Antonio Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do São Paulo – FIESP." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e vinte e dois minutos, restando adiado os demais itens constantes da pauta a saber: ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2011 , e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. **–** Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 65ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra a V. Exª.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a Ata, será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunico aos Srs. Senadores membros desta Comissão, para seu conhecimento, o recebimento dos seguintes documentos:

– Correspondências do cidadão Benedito Muniz Nascimento com denúncia direcionadas a órgãos no âmbito do Poder Judiciário e no Ministério Público.

Expediente conferido**:** enviados os ofícios nºs 214 e 220/11-presidência/CCJ, encaminhando cópias das denúncias, respectivamente, ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Cezar Peluso e ao Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Procurador-Geral Roberto Monteiro Gurgel.

– Correspondência da União Brasileira dos Estudantes Nacionais (UBEN) na qual desenvolve considerações acerca de tópicos de Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011 – Estatuto da Juventude.

Expediente conferido**:** enviado o Ofício nº 222/11-presidência/CCJ, por meio do qual informo que a matéria recebeu relatório do Senador Randolfe Rodrigues, favorável à matéria, e que foi objeto de audiência pública no dia 22 de novembro deste ano, evento este com acesso franqueado a todos os setores da sociedade e que a matéria encontra-se atualmente na pauta da Comissão.

– Correspondência da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação na qual encaminha moção em favor da reforma na legislação do direito autoral. Expediente conferido: enviado o oficio nº 224/11-presidência/CCJ, por meio do qual registro o recebimento da correspondência e o seu encaminhamento, por meio do ofício nº 223/11-presidência/CCJ, à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre irregularidades no Ecad, presidida – e muito bem presidida – pelo Senador Randolfe Rodrigues.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 8.

Antes de conceder a palavra ao Senador Demóstenes Torres, quero fazer um registro aqui e agradecer, em nome de todos os Senadores, especialmente o Senador Luiz Henrique da Silveira, que fez um belíssimo relatório, juntamente com o Senador Jorge Viana, mostrando ao Brasil o equilíbrio desta Casa, o equilíbrio dos Srs. Senadores.

Ontem, nós vivenciamos, Sr. Senador Pedro Simon, no meu entendimento, um momento grandioso do Senado da República, um momento em que todas as forças, por mais radicais que fossem, ficaram fora desse jogo político, desse entendimento e todos eles, por mais radicais que fossem – repito – tornaram esta Casa a Casa do entendimento, a Casa que buscou o equilíbrio entre o meio ambiente, entre a preservação do meio ambiente do futuro do meio ambiente e também equilíbrio entre aqueles que produzem, principalmente os mais humildes, os mais pobres, os que vivem da agricultura familiar no Brasil.

Portanto, Senador Demóstenes, V. Exª que estava tão ativo ontem, tive o privilégio, inclusive, de assinar duas emendas, uma em coautoria com o Senador José Agripino, que resolveu a questão. Eu agradeço aos relatores, ao Senador Luiz Henrique, a quem tive a honra de designar para, nesta Comissão, seguir como Relator até o final desse importante projeto.

Ontem nós assinamos também a emenda do desmatamento zero com o Senador Valdir Raupp, infelizmente não houve consenso para que a aprovássemos no final, e uma emenda importante do Senador Demóstenes, que ampliava as penas para aqueles que, daqui para frente, fizerem qualquer tipo de comportamento inadequado com o meio ambiente. Votei com V. Exª com muito orgulho nessa emenda, porque sei da importância que ela tem para o equilíbrio do meio ambiente e da produção do Brasil.

Portanto, eu não podia iniciar esta reunião sem antes agradecer a todos os senhores membros desta Comissão – Senador Armando Monteiro, V. Exª também participou deste esforço para que chegássemos a um denominador comum –, e ao Senador Luiz Henrique, pelo equilíbrio, pela forma paciente, educada como recebeu a todos os Srs. Senadores em momentos extremamente difíceis, para que a gente pudesse chegar a esse grandioso entendimento, que é o entendimento em prol do Brasil. Não tem vencidos nem vencedores nesse Código Florestal; tem o entendimento, de um lado, das forças que preservam e querem preservar o meio ambiente, os ambientalistas, e, de outro, daqueles que lutam para melhorar a produção no Brasil.

Portanto, Senador Luiz Henrique, receba, desta Comissão, receba desta presidência o carinho e o muito obrigado pela forma como V. Exª se conduziu. Tenho muito orgulho de poder tê-lo indicado como Relator do Código Florestal equilibrado do Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, pediram a palavra o Senador Simon, o Senador Demóstenes, o Senador Aloysio, o Senador Ricardo Ferraço.

Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Primeiramente quero dizer ao Senador Demóstenes que eu também votei com ele.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Realmente da maior importância. (*Falha na gravação.*)

Embora não esteja na pauta da sessão de hoje, terminei de falar com a Secretária-Geral da Mesa, a indicação da Ministra vai ser votada hoje na sessão. Ela disse que não é normal, não se inclui na Ordem do Dia normal, é extrapauta e, como foi aprovada a urgência, vai ser votada hoje. Eu peço então que estejamos lá, de modo especial, os companheiros Demóstenes e Pedro, o primeiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Simon, desculpe, eu estava atendendo ao Senador Armando Monteiro...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu cobrei da Mesa que V. Exª tinha solicitado e foi aprovada a urgência para ainda ontem ser votada a indicação da Ministra. A Secretária-Geral explicou que ontem não dava, porque estava muita confusão. E eu disse: mas não está na pauta de hoje. E ela disse que é normal que não esteja, é extrapauta, mas vai ser votada na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Na sessão do plenário do Senado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – No plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, ...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Ela disse que o senhor entregou ontem, que era para ser... Mas não foi votado ontem porque estava muita confusão. Como não estava na pauta de hoje, eu fui perguntar para ela, que disse que não está, porque é normal que não esteja, é extrapauta, mas vai ser votado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É porque haverá a votação de projetos sobre a mesa, de projetos de autoridades. A nossa parte está feita, encaminhamos ainda na tarde de ontem. O requerimento de urgência foi subscrito por vários Senadores, inclusive V. Exª, mas o requerimento de urgência foi da própria Mesa.

Tem a palavra, pela ordem, o Senador Aloysio, Demóstenes...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon já falou, Senador Demóstenes tinha pedido a palavra, Senador Aloysio Nunes Ferreira...

Tem a palavra V. Exª, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, nós já estamos nos aproximando do fim da Sessão Legislativa e eu queria fazer uma sugestão a V. Exª, que tem se mostrado tão zeloso, tão eficiente, tão equânime na condução dos nossos trabalhos, que diz respeito ao exercício de uma competência do Senado Federal, que consta do art. 52, inciso X, da Constituição, que é a competência de suspender a execução em todo ou em parte de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. Como sabe V. Exª, o Supremo Tribunal Federal pode se pronunciar sobre a constitucionalidade das leis, ou mediante provocação com uma ação direita, ou num incidente de constitucionalidade. É o que surge ao longo de uma ação individual.

O Supremo, frequentemente, declara a lei inconstitucional, e a decisão do Supremo não tem efeito *erga omnes*; só tem efeito sobre as partes litigantes.

Penso que deveríamos fazer um balanço das comunicações que temos – se é que temos – no Supremo Tribunal Federal, no sentido de que considerou inconstitucionais leis submetidas à sua apreciação dessa forma, num incidente de constitucionalidade, para que pudéssemos exercer essa competência. Acho que seria inclusive uma contribuição importante para o País no sentido de irmos eliminando leis que, de outra forma, continuariam ocasionando ações repetitivas e que teriam o mesmo destino, ou seja, consideradas inconstitucionais.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permite-me aparteá-lo?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Claro!

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador Aloysio, apenas para concordar inteiramente com V. Exª, porque, ultimamente, o Supremo Tribunal Federal tem entendido que, como o Senado não exerce essa atribuição, seria interessante o Supremo, de forma, entendo, inconstitucional, não mais encaminhar ao Senado da República através da chamada abstrativização do sistema difuso. Então, daqui a pouco o Supremo está revogando a Constituição da República.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Senador Pedro Taques, põe, realmente, o dedo na ferida. Há, realmente, esse risco de estenderem os efeitos de decisões do Supremo em ações individuais para conferir a elas um efeito que extrapolaria aquilo que a Constituição prescreve, alegando inércia legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, V. Exª sempre com intervenções importantes para o nosso trabalho. Já chamei aqui nosso Secretário, Edinaldo, e me comprometo com esta Comissão, com V. Exª, com o Senador Pedro Taques, com os Senadores desta Comissão e comigo mesmo para que, hoje mesmo, todos os ofícios que estiverem aqui, na Comissão, sejam distribuídos e, se possível, nós os pautaremos. Se os Srs.Senadores que receberem essa missão nos entregarem até terça-feira, vou fazer, com a anuência dos senhores, uma reunião na quarta-feira com a inclusão de pauta. Temos o hábito de mandar a pauta 48 horas antes.

Como essa matéria – eu compreendo – é extremamente relevante para mostrar que ninguém pode ocupar nosso espaço, principalmente por omissão, vou

abrir uma exceção, já avisando aos Srs. Senadores. Senador Pedro Taques, Senador Demóstenes, vou abrir uma exceção, e somente na terça-feira os senhores vão receber uma pauta eletrônica para a decisão na quarta-feira. Para que isso possa acontecer, tem que haver relatório de cada matéria, e vou distribuir essa matéria ainda hoje, fazendo um apelo aos Senadores que forem designados para entregarem até terça-feira todos os relatórios, para que, se for o caso, coloquemos em bloco na próxima quarta-feira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

Mas, antes, eu vi entrar aqui o nosso aniversariante. E ele é muito assíduo, mesmo no dia do seu aniversário. Chega tão cedo! É o nosso querido Senador Alvaro Dias, a quem parabenizo de público. (*Palmas*.)

O Paraná e o Senado Federal têm muito orgulho de tê-lo nesta Casa – com certeza o Paraná também.

Parabéns a V. Exª!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Senador Ricardo Ferraço, pela ordem, e, em seguida, o Senador Demóstenes Torres.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – E depois o Crivella, Presidente, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, consta do item 1 da nossa pauta o PLS nº 184, que foi distribuído ao eminente Relator Eduardo Braga, que me ligou há alguns minutos para que pudesse, em seu nome, formalizar o pedido para que esse projeto fosse retirado de pauta para uma melhor e mais aprofundada análise, tendo em vista que trata de um assunto muito relevante para os Municípios brasileiros. Pretende o ex-Senador Tião Viana alterar distribuição do Fundo de Participação dos Municípios. Isso tem um impacto muito grande no conjunto dos nossos Municípios, sobretudo num tempo em que os nossos Municípios estão vendo, estão sentindo a ampliação das suas responsabilidades, sem a devida correspondência com as receitas que possam fazer jus a essas novas responsabilidades, sobretudo no que diz respeito a temas de fundamental importância para a sociedade, como saúde e educação.

Então, em nome do Senador Eduardo Braga, solicito que V. Exª retire de pauta esse projeto, para que possamos fazer um debate mais aprofundado, como sugeriu, aliás, como me solicitou o Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ferraço...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ferraço, vou atender V. Exª no pedido que faz, porque também me telefonou agora o Senador Eduardo Braga, dizendo que está em casa, com um problema de saúde, nada grave. Mas com o compromisso de que, na próxima semana, essa matéria volte à pauta e, obviamente, nós teremos, neste final de ano, muitas obrigações. Mas precisamos fazer esse entendimento para que essa matéria volte à pauta da próxima semana.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Agradeço o deferimento de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, antes de V. Exª, tem a palavra o Senador Demóstenes Torres e, em seguida, V. Exª

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, ontem...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pedi inscrição, viu, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há mais gente inscrita.

Tem a palavra V. Exª, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ontem, houve um entendimento de liderança, do qual V. Exª foi comunicado, para retirar de pauta o PLC nº 180 e, ao mesmo tempo, já existe um requerimento que gostaria, se fosse possível, que V. Exª formulasse. É um requerimento de audiência pública em que o nome de seis personalidades brasileiras foram indicados, e oralmente indicarei mais dois.

Tenho certeza de que a Senadora Ana Rita, igualmente interessada no assunto, também tem outros nomes para ouvirmos aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de responder a V. Exª, quero registrar aqui a presença da nossa Deputada Federal Keiko Ota, da Câmara dos Deputados, que está aqui assistindo à reunião da Comissão de Constituição e Justiça na data de hoje.

Senador Demóstenes, V. Exª tem um requerimento sobre essa matéria aqui na Comissão.

Como tenho procurado cumprir fielmente o que ajustamos aqui, os requerimentos não podem entrar

hoje e ser votado hoje mesmo, a não ser que seja algo extraordinário, que teria de submeter aos senhores.

O requerimento de V. Exª já está aqui na Comissão, requerimento de audiência pública, portanto, ele pode ser deliberado. Há um entendimento das lideranças para uma discussão aprofundada dessa matéria. Essa matéria veio à pauta, a Senadora Ana Rita a tem defendido com muito carinho, com muita obstinação até, mas, havendo entendimento dos líderes, como me foi comunicado no plenário ontem à noite, embora isso não tenha chegado à Mesa por escrito... Há um requerimento de V. Exª no sentido de fazermos uma audiência pública aqui na Comissão sobre essa matéria. Por hábito, tenho colocado os requerimentos sempre no final de cada reunião, desde que já estejam aqui, como é o caso do requerimento de V. Exª.

Então, consulto as lideranças e, obviamente, a Senadora Ana Rita – quero ouvi-la – sobre esse entendimento, antes de votarmos a matéria, que é uma matéria importante, mas polêmica, não deixa de ser. Toda matéria importante termina sendo polêmica, e buscamos o entendimento, para que a gente preserve essas questões.

Antes de colocar em apreciação o requerimento de V. Exª, eu queria consultar se se mantém o acordo, o entendimento dos líderes, para ser feita a retirada de pauta. E a retirada de pauta seria motivada pela audiência pública, que procurarei marcar o mais brevemente possível, se o requerimento de V. Exª for aprovado.

Então, consulto as lideranças...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sei que os Senadores pedem a palavra pela ordem, mas consulto as lideranças sobre esse entendimento.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Quero exatamente apoiar o requerimento do Senador Demóstenes. São três projetos, o da Deputada Nice Lobão, o do ex-Senador Marconi Perillo e o de minha autoria, versando sobre o mesmo tema. Considero oportuno realizar mais uma audiência pública sobre esse tema. Creio que podemos aguardar. Esse não é um tema de urgência urgentíssima. É possível, sim, realizar essa audiência pública para aprofundarmos essa questão. Portanto, o PSDB apoia o requerimento do Senador Demóstenes.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já vou conceder a palavra a V. Exª, Senadora Ana Rita.

Senador Alvaro, V. Exª, como autor do projeto, obviamente, tem o direito de pedir o adiamento de pauta. Mas a Senadora Ana Rita tem feito um esforço imenso nessa matéria, e, por esse motivo, essa matéria está pautada. Vou conceder a palavra à Senadora Ana Rita, dizendo, de pronto, que queremos votar pelo menos o requerimento, para que façamos aqui a audiência pública para tratar dessa matéria. O requerimento é do Senador Demóstenes. Há um entendimento de líderes. V. Exª o apoia e, como autor, pede a retirada da matéria de pauta.

Concedo a palavra, pedindo vênia aos inscritos, à Relatora, por se tratar de matéria de extrema importância. Já estamos tratando do assunto da matéria, para discutir o requerimento.

Concedo a palavra a V. Exª, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente e Srs. Senadores e Senadoras que fazem parte desta importante Comissão do Senado, primeiro, quero dizer que compreendo a preocupação de alguns Senadores com relação ao projeto que está em tramitação. No entanto, questiono a necessidade neste momento de fazer mais uma audiência pública, considerando que esse projeto já tramita no Congresso há quase treze anos. Só nesta Casa, o projeto está parado há três anos. É um projeto importante. Na prática, a maior parte das universidades brasileiras já adota algum sistema de cota tanto social quanto racial.

Quero aqui fazer um apelo, Sr. Presidente. Já foram realizadas três importantes audiências públicas: uma delas foi realizada em dezembro de 2008; outra, em março de 2009; e outra, em abril de 2009. Já se acumulou nesta Casa um importante debate. Seria muito bom se, hoje, pudéssemos fazer com que o projeto retomasse sua caminhada, seu processo de andamento dentro do Senado.

É importante que a Comissão de Constituição e Justiça reabra o debate, para que o projeto seja discutido aqui hoje. Não estou dizendo que ele precisa ser votado neste momento, mas pelo menos poderíamos abrir o debate, para expor melhor as informações. Falta por parte de alguns parlamentares uma compreensão maior da importância desse projeto. Então, eu me proponho a fazer esse debate e a trazer aqui essas informações e os dados necessários para que os colegas Senadores e Senadoras tenham a real compreensão da importância desse projeto.

Quero dar uma sugestão ao Senador Demóstenes, com quem temos conversado, tem colocado com muita clareza qual é sua opinião a respeito do projeto,

que, em vez de retirar o projeto para que façamos uma audiência pública, que ele possa pedir vistas, mas que o debate seja feito hoje, que nós iniciemos o debate hoje. É preciso, Sr. Presidente, que esta Comissão, que é uma comissão importante neste Casa, possibilite a comunidade negra...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu ligo aí rapidamente. Só um instante. Eu estou no meio de uma reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Seu microfone está aberto, Senador Demóstenes.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, colocando com mais calma, porque o barulho faz com que falemos mais alto também.

Então, eu acho que é importante esta Comissão oferecer a possibilidade de a comunidade negra, que tanto deseja a aprovação deste projeto, pelo menos receber a oportunidade de reabrir o debate nesta Casa. Então, eu faço um apelo aqui aos Senadores e Senadoras para que possamos reabrir o debate desta importante matéria, que já está em tramitação há muitos anos nesta Casa.

E sugiro, Sr. Presidente – é a minha solicitação –, ao Senador Demóstenes que em vez de fazermos uma nova audiência pública, porque, na minha opinião, já acumulamos mais do que o necessário, que seja pedido vista para que ele possa, em diálogo conosco, esclarecer as dúvidas e retomar o andamento normal deste projeto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou ouvir o Senador Demóstenes porque o tema não estava na pauta. Ele entrou na pauta em função do requerimento de V. Exª.

Senadora Ana Rita, nas duas vezes em que fui procurado por V. Exª, coloquei a matéria em pauta em atendimento ao seu pedido. Nos últimos trinta dias, aconteceram até questionamentos a esse respeito. O Senador Pedro Simon fez até um questionamento aqui em relação à sabatina, porque o Relator havia pedido a retirada de pauta. É regimental, eu tenho que zelar pelo Regimento e fazer até...

O apelo de V. Exª não é à Mesa, porque a Mesa pautou. O apelo de V. Exª é para que os demais Senadores compreendam essa natureza. Como é regimental, o autor pode pedir a retirada de pauta, por uma vez. O autor pode pedir a retirada de pauta por uma vez.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu mantenho, Sr. Presidente. Eu mantenho a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu consulto o autor – ele é um dos autores do projeto que está apensado –, o Senador Alvaro Dias, se ele mantém o pedido de retirada de pauta como autor.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu mantenho, Sr. Presidente. Este final de ano está muito atribulado. Vamos aguardar o próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, não há...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta, V. Exª tem a palavra pela ordem.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O prezado Senador Alvaro Dias está no direito regimental, eu compreendo, tenho todo o respeito. Agora, como a nobre Senadora também colocou, esse é um tema pendente aqui há muitos anos, treze anos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não conosco.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não conosco. São temas difíceis, temas polêmicos na sociedade, temas muito complicados, mas não me parece de bom senso ficarmos postergando *ad eternum*. Como o Senador tem todo direito de pedir a postergação, e ele mesmo sugeriu que fosse colocado no ano que vem, eu proporia que fosse colocado na primeira sessão do ano que vem, porque aí nós teríamos um compromisso entre a Senadora e o Senador. Como parece a V. Exª, Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para o próximo ano, fica a critério do Presidente estabelecer a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom, aí nós faremos a pauta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu quero me associar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Espero que estejamos todos aqui.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador, eu não gostaria que ficasse ao léu. Eu gostaria que V. Exª, se não for na primeira semana, tivesse o compromisso de colocar no primeiro mês, porque senão é uma coisa que fica adiando...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu me associo à Senadora Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Lindbergh, Senadora Marta, Senadora Ana Rita...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu também, Presidente. Eu também quero me associar aqui à Senadora Marta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Crivella, eu quero responder aos senhores...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Inclua-me no apelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª também. É o seguinte...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Já são cinco, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não há nenhuma dificuldade da Mesa, desta Presidência, de pautar a matéria. Prova disso é que a matéria está pautada a pedido da Senadora Ana Rita, como tenho procurado atender. Acabei de atender aqui uma proposta do Senador Aloysio Nunes, é o que tenho procurado fazer nesta Comissão.

Agora, há um requerimento sobre a mesa de uma audiência pública. Como disse à Senadora Ana Rita, várias já aconteceram, mas não na nossa gestão, não durante este ano.

Como há Senadores novos, bem novos, inclusive de idade, bem novos de idade, como é o Senador Randolfe, a Senadora Marta, a Senadora Ana Rita, o Senador Lindbergh – o restante já não se inclui nessa faixa, Senador Ricardo Ferraço, já passamos de meio-dia, estamos mais ou menos às 14h. V. Exª não, nós aqui já passamos de meio-dia. Vou colocar o requerimento do Senador Demóstenes em votação para audiência pública. Obviamente, não com o intuito de postergar, mas para fazer audiência pública, porque é o requerimento de um Senador que já está aqui desde o dia 23 de novembro. Portanto, já pode ser votado.

Vou submeter às Srªs e aos Srs. Senadores. Lamento, Senadora Ana Rita, que o Senador aniversariante de hoje não tenha dividido o pedaço de bolo com V. Exª.

Vou colocar o requerimento em votação para audiência pública.

O requerimento diz o seguinte:

"Nos termos do art. 93..." Vou pedir à mesa de som que dê um pouco de atenção aqui, para aumentar um pouco o som. Estou já passando do meio-dia e estou ficando um pouco surdo. O barulho das assessorias não me permite ouvir os Srs. Senadores:

> "Nos termos do art. 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro realização de audiência pública, [Senador Demóstenes], com o objetivo de instruir o PLC 180, de 2008, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos seguintes convidados [...]"

Vou aproveitar para ler os convidados e se algum Senador já quiser incluir mais algum convidado, que requeira de ofício para que votemos a matéria agora, junto com o relatório, Srs. Senadores.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu mesmo já quero incluir mais dois, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Crivella. Senador Crivella, eu queria a atenção de V. Exª, porque vi que V. Exª, inclusive, apoiou a Senadora Ana Rita. Portanto, é importante saber se os nomes atendem inclusive V. Exª, Senador Crivella.

Com a presença dos seguintes convidados:

> "*[...]*Drª Roberta Fragoso Menezes Kaufmann, Procuradora do Distrito Federal e mestre em Direito pela Universidade de Brasília, UnB, autora do livro *Ações Afirmativas à Brasileira: Necessidade ou Mito* [– uma análise histórica jurídica comparativa do negro nos Estados Unidos e no Brasil, propagando o livro aqui]; Prof. Ivone Maggie, titular do Departamento de Antropologia Cultural, professora titular do Departamento de Antropologia Cultural do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Sr. Bolívar Lamounier, sociólogo, cientista político e autor de alguns dos mais conhecidos estudos de ciência política do País; Sr. José Roberto Ferreira Militão, advogado civilista, militante do movimento negro contra o racismo e as discriminações; Prof. José Roberto Pinto de Góes*[...]*"

Vou deixar as assessorias terminarem as ligações para eu poder fazer. Não é possível isso:

> "[...]Prof. José Roberto Pinto Góes, professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Diretor de História pela Universidade Federal Fluminense; Dr. Sérgio Danilo Pena, geneticista e professor titular do Departamento de Bioquímica e Imunologia da Universidade Federal de Minas Gerais.
>
> Sala das Comissões, 23 de novembro de 2011.
> Senador Demóstenes Torres".

Consulto a Senadora Ana Rita e o Srs. Senadores se desejam incluir mais alguns nomes aqui, para fazer de ofício para não fazer outros ofícios na frente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria, se fosse possível, de incluir mais um nome.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de submeter, eu incluo o nome de V. Exª aqui.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Walter Claudius Rothenburg, mestre e doutor pela Universidade Federal do Paraná e pós-doutor pela Universidade de Paris XII em Direito Constitucional e um estudioso do tema. Eu passo os detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está de ofício incluído mais um nome de V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Ana Rita, deseja incluir alguém?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Primeiro, Sr. Presidente, eu quero manifestar aqui a minha posição que eu vou solicitar como relatora que a nossa bancada do PT vote contra a audiência pública. Caso nós não consigamos aprovar a não realização da audiência pública e ela for acontecer, eu quero aqui fazer uma observação. Primeiro: é muita gente que está aí e a maior parte das pessoas já citadas já estiveram em audiências públicas anteriores.

De qualquer modo, eu quero sugerir outros nomes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tudo bem. Incluiremos de ofício os nomes sugeridos por V. Exª.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Vou citar os nomes e depois faremos por ofício: Dr. Augusto Werneck; Frei David, que está aqui hoje representando a Educafro; Sr. Renato Ferreira, advogado especializado em Direito em Relações Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, autor também do livro *Ações Afirmativas – a questão das cotas;* e também o Prof. Marcelo Paixão da UFRJ, do Departamento de Economia.

Em princípio são essas pessoas que nós vamos encaminhar oficialmente a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estão incluídos de ofício a indicação do Senador Pedro Taques e as indicações da Senadora Ana Rita.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Simon Schwartzman, ex-Presidente do IBGE; e o geógrafo e sociólogo Demétrio Magnoli.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, tudo isso em uma audiência pública só?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós podemos dividir. Senador Alvaro Dias, nós já fizemos audiências públicas aqui divididas, não tem problema. Fazemos primeira e segunda parte. Essa é a vontade do plenário e eu vou submeter ao plenário.

Senador Aloysio, Senador Demóstenes, vou colocar em votação o requerimento de V. Exª.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras que aprovam o requerimento de audiência pública permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado, com os votos contrários da Senadora Marta...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Precisa de apoiamento.

Há apoiamento. Verificação concedida.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Seria a primeira vez que a Comissão de Justiça recusaria fazer uma audiência pública, o que é um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, eu serei sempre escravo do Regimento. É regimental, tem apoiamento. Vou colocar em votação nominal o requerimento de audiência pública das pessoas que foram solicitadas por V. Exª e pelo Senador Pedro Taques e obviamente pela Senadora Ana Rita.

Quem vota a favor do requerimento vota "sim", e quem vota "não" vota contra o requerimento de audiência pública.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, em face da decisão da bancada de votar contra. Vou acompanhar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª vota como Senador e não como Líder e com a Bancada.

O Senador Pimentel vota "não".

Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu voto "não" para acompanhar a Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, como membro do Ministério Público Federal, ajuizei ações em defesa de cotas sociais, julgadas procedentes, mas eu não vejo qual a razão para que não possamos, nesta Sessão Legislativa, fazer debates sobre isso. Por mais que esse projeto esteja sendo debatido há 13 anos, eu não participei desse debate e gostaria de uma audiência pública nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim", V. Exª?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu acompanho a Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Ana Rita, "não".

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, essa matéria vai para a Comissão de Direitos Humanos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Já foi.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Já foi? Não vai passar mais em nenhuma comissão?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Antonio Carlos Valadares, nós estamos votando o requerimento de audiência pública.

Como vota V. Exª?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ainda vai passar por Direitos Humanos e Educação, então lá...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Comissão é esta que nós estamos votando...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, estou dando uma explicação, até para tranquilizar os Senadores que acham...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A votação é "sim" ou "não", Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) –Presidente, estou com a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª está com a palavra dada pela Mesa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Exato. Então, o que eu quero explicar é o seguinte: essa matéria que está aqui há 13 anos e ninguém requereu audiência pública – eu estou 16 anos aqui e eu mesmo não requeri.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu só estou há sete meses.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agora, na Comissão de Educação e na Comissão de Direitos Humanos, há possibilidade, porque são comissões de mérito, então de se fazer uma audiência pública e de se tratar dessa matéria de forma mais aprofundada.

Então, o meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não".

Como vota o Senador Inácio Arruda? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, no mérito, sou totalmente favorável à quota para os negros. Recebo com o maior respeito todas as posições do Senador Demóstenes. Acho que esta matéria poderá ser debatida na Comissão de Educação.

Eu votaria a favor, com a maior tranquilidade, três anos atrás, mas ela já está há três anos (*ininteligível*)... E nós fomos empurrando, empurrando, empurrando e, se não fosse a Senadora Ana Rita, nós ficaríamos empurrando-a por mais tempo.

Então, com toda sinceridade, eu acho que o debate é importante, vai ser feito lá na Comissão de Educação, mas devemos votar de uma vez essa matéria aqui.

Eu sou favorável a que não se faça a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Simon vota "não".

Senador Romero Jucá. (*Pausa.*)

Senador Vital do Rêgo. (*Pausa.*)

Senador Renan Calheiros. (*Pausa.*)

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Na mesma linha de argumentação do Senador Pedro Simon, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Francisco Dornelles. (*Pausa.*)

Senador Sérgio Petecão.(*Pausa.*)

Senador Aécio Neves. (*Pausa.*)

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu voto "sim", Presidente. Eu quero debater, quero conhecer o assunto. Eu acho uma atitude obscurantista esta de negar uma audiência pública. É lamentável!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. *Fora do microfone*.) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes é o autor do requerimento.

Senador Armando Monteiro já chegou? Estava em outra audiência.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Já estou. Eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não".

Senador Gim Argello. (*Pausa.*)

Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, acolho todas as preocupações do Senador Demóstenes e acolho inclusive os nomes apresentados por ele. Mas o Brasil precisa, com muita urgência, da aprovação desse projeto. Esse projeto é necessário para fazer justiça em nosso País e, por conta disso, eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não".

Como vota o Senador Eduardo Suplicy? (*Pausa.*)

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto já conhecido, Sr. Presidente, "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não".

Senador Roberto Requião, Senador Valdir Raupp, Senador Eduardo Braga, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto "sim", Sr. Presidente. Voto pelo debate.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim".

Senador Lobão Filho. (*Pausa.*)

Senador Waldemir Moka. (*Pausa.*)

Senador Benedito de Lira. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.*)

Senador Ciro Nogueira. (*Pausa.*)

Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, eu quero declarar o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Clésio Andrade.

Mozarildo, desculpe, desculpe; perdão, perdão!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Eu quero dizer a V. Exª que o Parlamento é o lugar do debate; então, negar o debate é uma coisa complicada. Porém, como há a possibilidade de esse debate ser feito na Comissão de Educação, eu vou votar "não".

Mas quero dizer que lamento porque eu, inclusive, tenho projetos que foram sucessivamente passando por uma audiência atrás da outra, com o fim procrastinatório. Não me parece que esse seja o fim objetivo, mas, como existe a possibilidade de debate na Comissão de Educação, vou votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Mozarildo, desculpe-me! Estou desatencioso com V. Exª.

Minhas escusas a V. Exª: "não".

Senador Clésio Andrade. (*Pausa*.)

Não está.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim".

Já completou.

Resultado: 5 votos "sim"; 11 votos "não".

Portanto, rejeitado o requerimento de V. Exª em relação à audiência pública. (*Palmas.*)

A matéria está retirada de pauta porque o autor, o Senador Alvaro Dias, não abre mão da retirada de pauta.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, parece que havia uma inscrição de pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esse assunto foi retirado de pauta pelo Senador Alvaro Dias. A Mesa nada pode fazer, a não ser cumprir o Regimento.

Havia um pedido de pela ordem aqui do Senador Crivella, do Senador Valadares e do Senador Randolfe.

Com a palavra o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Serei breve, Presidente.

Eu queria enaltecer a observação feita pelo Senador Aloysio Nunes sobre a preocupação que todos nesta Comissão estamos tendo com sucessivas decisões e entendimentos dos juízes, que contrariam até o que está escrito, Demóstenes, na Constituição.

Ontem, por exemplo, fiquei com a sensação de que a nossa doce candidata estava nos dizendo que a Constituição é inconstitucional, porque a Constituição estabelece – sem discutir mérito – a união afetiva e o casamento entre homem e mulher. Ela disse: "Não, está errado. O art. 5º diz que há igualdade em direitos". Quer dizer, há um choque claro entre o que a Constituição diz e o que os nossos juízes do Supremo acham que é constitucional. Até que ponto vai, eu diria, esse fervor legiferante, essa coisa deles? Acho que precisamos analisar com cuidado os Ofícios "S".

Essa é uma preocupação do Senador Aloysio que quero ressaltar, e acho que chegou o momento.

Temos votado essa matéria, não é, Demóstenes, de ofício. Acho que cada um de nós devia relatar, observar e sinalizar com um gesto ao Supremo no sentido de que nós somos os legisladores eleitos do Brasil.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Permita-me, Senador Crivella?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, essa matéria é vencida.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, não é o Ofício S, não. Acho que precisamos enquadrar o Supremo, não, é, Presidente?

Ontem nós discutimos uma porção de coisas. O Supremo julga contra a lei.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu já atendi ao Senador Aloysio na solicitação e vou distribuir hoje essas matérias que estão pendentes em relação a essa questão. Portanto, é assunto vencido.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Crivella, V. Exª está se dirigindo à Mesa ainda ou não? Já concluiu?

Obrigado.

Pela ordem, Senador Valadares, Senador Randolfe e Senadora Marta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Lindbergh também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desculpe-me! Senador Lindbergh.

Senador Valadares, tem a palavra V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, antes de V. Exª iniciar os trabalhos, tive oportunidade de fazer-lhe uma ponderação e o faço novamente agora, de público: peço a V. Exª que, na condição de Presidente desta Comissão, coloque na pauta o Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, que dispõe sobre o exercício da medicina. Essa proposta, Sr. Presidente, que veio da Câmara dos Deputados, está aqui desde 24 de março de 2010.

Então, eu pediria a V. Exª que incluísse, nos trabalhos de hoje desta Comissão, a discussão e a votação de matéria tão importante que diz respeito ao Ato Médico.

Agradeço a V. Exª a atenção que puder dar a esse pedido.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O Senador Valadares pede a inclusão extrapauta do Ato Médico?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, Senador Demóstenes. É porque há muito barulho e não estamos conseguindo observar bem as palavras.

O Senador Valadares está pedindo a inclusão em pauta de uma matéria que, embora esteja aqui há não sei quanto tempo, eu só recebi o relatório no dia 9 de novembro. Essa matéria é também polêmica, mas...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Já foi polêmica.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É, V. Exª trabalhou muito tempo nessa matéria, ouviu muitas pessoas; eu tenho sido procurado também por muitas pessoas em relação a essa questão. A matéria é o chamado Ato Médico.

Consulto a V. Exª se há um entendimento médio, pelo menos, em relação a essa matéria, que é polêmica. Tenho sido procurado pelo sindicato dos odontólogos, sindicato dos ortopedistas, sindicatos de várias categorias, questionando essa matéria.

Como eu sei que V. Exª é um estudioso e debruçou-se profundamente sobre essa matéria, eu o consulto, de público, já que V. Exª faz uma solicitação pública, se já há um entendimento médio, pelo menos. Porque, neste final de ano, estamos levando todas as matérias importantes; temos a reforma administrativa, temos a PEC 15, temos várias matérias sendo solicitadas para serem incluídas em pauta. Então, que façamos aqui pelo menos um termo médio. E essa é a minha pergunta, para que não coloquemos aqui uma matéria que vai ser polêmica de novo, vai ser retirada de pauta, de que vai haver pedido de audiência pública. Se há um entendimento médio, eu pediria a V. Exª que se manifestasse, para que a possamos colocar entre as prioridades dessa pauta de final de ano.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Acredito, Sr. Presidente, que se colocarmos entre zero e dez as possibilidades de entendimento, nós chegaremos a 9,9.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, está muito bom.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Essa matéria entra em preferência na pauta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas para informar a V. Exª, tenho recebido, no meu gabinete, todas as categorias, inclusive depois da audiência pública proposta pelo Senador Randolfe, uma audiência pública a qual compareceram várias categorias, não só os médicos, mas todos os segmentos da saúde.

Nós, que já estávamos ouvindo anteriormente essas profissões, reunimos, no nosso gabinete, com a presença de assessores nossos e também de assessores do Senado, chegamos à conclusão de que a matéria deveria ser votada pegando uma parte do que foi aprovado pelo Senado originalmente e fazendo uma mixagem com uma parte aprovada pela Câmara dos Deputados. Ou seja, nós pegamos o que há de melhor em termos de redação, de qualidade e de texto da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Isso de acordo. Eu li para todas as categorias, um a um dos artigos, todos os parágrafos, todos os incisos, discutindo devidamente com cada um deles...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sei do zelo de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, tenho recebido, hoje mesmo recebi telefonemas das categorias, de farmacêuticos, de enfermeiros, de médicos, de biomédicos, todos me pedindo que colocasse a matéria em votação, com a maior tranquilidade. Os enfermeiros são mais 6 milhões no Brasil. Todos aprovam...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Confio na palavra e na informação de V. Exª. A matéria entra em preferência na pauta de final de ano.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu gostaria que V. Exª a incluísse hoje, porque alguém pode querer pedir vista, o que é natural...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, hoje não dá mais para fazer extrapauta, mas eu me comprometo com V. Exª de dar preferência a essa matéria ainda neste final de ano.

Pela ordem de pedido de palavra, tem a palavra o Senador Valadares, o Senador Randolfe, Senador Lindbergh e Senadora Marta.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, na verdade, é sobre matéria já vencida, que é...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu não entendi...

Senador Randolfe, desculpe-me, mas ainda estou com a cabeça um tanto confusa diante da decisão de V. Exª. V. Exª conversou comigo antes da sessão e disse que eu fizesse o pedido, que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Acabei de dizer a V. Exª que essa matéria tem preferência para pauta, pela solicitação de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Se alguém pedir vista, Sr. Presidente, a gente já ganha uma semana. E é natural que alguém peça vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador, isso é regimental.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É natural.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª já está atendido na preferência de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Inclusive, já conversei com o Senador Aloysio Nunes, que vai pedir vista da matéria, o que achei natural.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª já está atendido na preferência de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O senhor vai me atender nesta sessão?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nesta sessão, não há como fazê-lo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas já estou antecipando que o Senador Aloysio vai pedir vista da matéria. Será somente para a gente ganhar uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há uma definição da Mesa, Senador. Não sei quem vai pedir vista, Senador. A matéria não está sobre a mesa, não está na pauta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E é natural que ele peça vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas a matéria não está na pauta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Senador Randolfe Rodrigues também poderá pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, a matéria não está na pauta. Vou atender V. Exª no requerimento, no pedido de V. Exª para preferência de pauta.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Lindbergh.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Na verdade, V. Exª não me atendeu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Desculpe-me, Sr. Presidente, mas é a minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desculpe-me.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, na verdade, trata-se de matéria já vencida, mas me permita dizer que é parcialmente vencida. Eu me refiro ao Item 1 da pauta, que trata do PLS nº 184, cujo Relator é o Senador Eduardo Braga. Esse PLS trata do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Quero aproveitar o ensejo para lembrar a esta Comissão que tramita na Casa projeto de minha autoria, o PLS nº 265, que trata da nova partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Foi aprovada nesta Comissão a realização de uma audiência pública com um conjunto de técnicos para debater a nova partilha do FPE. Acredito que, inclusive, temas como o FPM

deveriam caminhar juntamente com temas referentes ao FPE.

Quero chamar a atenção desta Comissão e do Senado para o fato de que há uma decisão do Supremo Tribunal Federal, em que o Relator foi S. Exª o Ministro Gilmar Mendes, que declara que a atual partilha do FPE é inconstitucional. Determinou o Supremo um prazo para que o Congresso legislasse sobre esse tema. O prazo expira em dezembro do ano que vem. Então, estamos diante de um problema seriíssimo para o conjunto da Federação e precisamos avançar nesse debate.

Eu gostaria, na verdade, que o tema do FPM caminhasse juntamente com o FPE. Não havendo essa possibilidade, Sr. Presidente, eu queria sugerir a V. Exª que fosse realizada uma audiência pública – já a aprovamos aqui, como eu já disse – para tratarmos do tema do FPE. No Senado, há dois projetos que tratam do tema, um de minha autoria e o outro de autoria da Senadora Vanessa, que, lamentavelmente, estão parados na Comissão de Desenvolvimento Regional. E aí me permita dizer que me parece que estamos brincando com fogo, porque há uma decisão do Supremo Tribunal Federal contrária à atual partilha do FPE.

Então, seria importante – sei que não haverá tempo neste ano – que, o quanto antes, em virtude da urgência do tema, se possível logo no começo do período legislativo do ano que vem, pudéssemos realizar a audiência pública com as autoridades que indicamos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ela está registrada aqui, e V. Exª terá a preferência da audiência pública.

Concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias. Em seguida, falará a Senadora Marta. Depois, vamos voltar à pauta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Eunício, sou Relator de um projeto da Senadora Ana Rita, o PLS nº 45, que trata da inclusão no mercado de trabalho da pessoa com deficiência. Eu pediria que, se possível, V. Exª o colocasse na pauta ainda neste ano. É um projeto muitíssimo interessante. É esse o pedido que faço a V. Exª.

Eu queria dizer também que, apesar de não ter votado, de não ter chegado o meu momento em relação à política de cotas, quero parabenizar a Senadora Ana Rita e o Senador Demóstenes. Acho que há um fato positivo: pelo menos o recado é o de que, no próximo ano, esse tema estará na nossa pauta política. E haverá debates na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão de Educação. Acho que será um debate extremamente interessante. Então, apesar de não ter votado, eu queria registrar isso.

Por fim, o Senador Randolfe falou sobre FPE e FPM. Aqui, em relação a FPM, há um problema seriíssimo, Sr. Presidente, Senador Eunício, na distribuição de faixas. Você sabe, Senador Demóstenes, que são 16 faixas. A última é uma faixa de 156 mil habitantes. Isso causa uma distorção gigantesca. Você sabe que cidades com mais de 800 mil habitantes têm um FPM *per capita* muito baixo. Essa é uma discussão que no projeto do Senador Tião Viana não apareceu.

E dou exemplos aqui: Macuco, no Rio de Janeiro – o que é justo, no caso –, tem um FPM de R$613,00; Caridade do Piauí, R$641,00; Sabino, R$700,00. E vou dar o exemplo aqui de uma cidade em São Paulo: Guarulhos, em que o FPM é de R$26,25. Eu descobri isso nesses estudos do FPE, na discussão de Estado contra Estado. Mas tem uma cidade do Rio de Janeiro, que é São Gonçalo, em que todo mundo dizia: "Esta cidade é um problema. Nenhum prefeito dá certo em São Gonçalo". Eu entendi o motivo. O FPM de São Gonçalo é de R$30,00 por habitante. É uma distorção na nossa legislação.

Eu acho que cabe, neste caso, talvez fazer o debate menos apaixonado, mais técnico, em cima de números e levando esses critérios da população. O FPE – que é diferente do FPM – levou em consideração outros aspectos. O FPM não. Então, eu acho que uma discussão ponderada pode corrigir distorções que prejudicam grandes cidades que não são capitais. Esse é um problema que todas as grandes cidades brasileiras enfrentam.

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Lindbergh. Esta matéria está fora de pauta e eu acho que V. Exª...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – São Paulo é que gostou...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª pode procurar o Senador Eduardo Braga, que foi governador de Estado e que tem um equilíbrio muito forte sobre isso.

Vou dar a palavra à Senadora Marta para voltarmos à pauta, senão vamos ficar aqui até às quatro horas, como ontem.

Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É referente ao PLC nº 134, do Sinase. São as emendas que o Senador Aloysio Nunes coloca para serem submetidas à Comissão. E o Partido dos Trabalhadores fez um pedido ao nobre Senador para que não faça as emendas neste momento, mas que faça um novo projeto.

Eu quero dizer que são as emendas ao PLC nº 134, art. 112, art. 134, art. 64, art. 66 e art. 29. As emendas apresentadas são acatadas pelo Partido dos

Trabalhadores e também pelas fontes governamentais que foram consultadas. E há um compromisso nosso de votar a urgência. Assim que o Senador apresentar o projeto de lei, nós votaremos.

É esse o compromisso, Senador Aloysio, e vamos cumprir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Ferraço. E vou voltar à pauta em seguida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, apenas para reforçar a manifestação que fiz em relação ao projeto que trata do assunto Fundo de Participação dos Municípios, que foi aqui enfatizado pelo Senador Randolfe e agora pelo Senador Lindbergh.

O Senado Federal está tratando de forma fatiada, de forma parcelada, de forma não integrada, assuntos que são federativos. Eu acho que nós estamos, e V. Exª, na condição de nosso Presidente, diante de uma belíssima oportunidade. Porque, na prática, nós precisamos fazer o enfrentamento desse novo desenho que se pretende, das implicações e das consequências disso em nossos Estados e em nossos Municípios. Sempre lembrando que esta é a Casa que defende os Estados brasileiros.

Este ano, enfrentamos alguns debates. Fizemos aqui o debate dos *royalties*. Acabamos de compor uma negociação com o Governo Federal que irá retirar o Projeto de Resolução nº 72, que altera profundamente a vida dos Estados porque subtrai prerrogativa e autonomia dos Estados federados em fazer política industrial, em fazer política tributária, de modo que nós possamos desconcentrar o desenvolvimento econômico.

Estamos agora por conta da decisão do Supremo Tribunal Federal, tendo que refazer a legislação defasada do Fundo de Participação dos Estados. E, ao mesmo tempo, estamos tratando aqui do Fundo de Participação dos Municípios. Por que não poderíamos, então, a Comissão de Justiça, tão bem dirigida e presidida por S. Exª, iniciar, quem sabe em 2012, um grande debate sobre pacto federativo, trazendo aqui, para o ensejo desta Comissão, esse debate, que é de fundamental importância para um País como o nosso, de tantas contradições e que necessita de fato fazer esse enfrentamento.

É a contribuição que trago, enfatizando a importância do tema do Senador Randolfe e do Senador Lindbergh.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço, acho que V. Exª tem razão. Nós temos que discutir e rediscutir no Brasil essa questão do pacto federativo, e acho que esta Comissão, mais do que qualquer outra comissão, está habilitada a fazê-lo.

Próximo item da pauta.

Quero pedir desculpa ao Senador Armando Monteiro, que estava em uma homenagem ao Sistema S, e tive que tirá-lo para acompanhar a votação do item 3 da pauta. E apressei tanto V. Exª, mas os Srs. Senadores entraram em um debate do item 7, e eu peço desculpas a V. Exª, pois o apressei na homenagem que recebia V. Exª esta manhã.

Próximo item da pauta, item 2:

ITEM 2
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, DE 2010

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, estabelecendo regra única para a progressão de regime nos crimes hediondos, independentemente da condição de primário, estendendo-a aos crimes previstos no art. 240 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Autoria: CPI da Pedofilia de 2008 (SF)
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Favorável ao projeto
Observações: *Em 23/11/2011, foi concedida vista aos Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, nos termos regimentais.*

Passo a matéria para a discussão. (*Pausa.*)

Nenhum Senador se inscreve.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu me inscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta Suplicy, Senador Pedro Taques.

Pela ordem de inscrição, tem a palavra a Senadora Marta Suplicy para discutir o item 2 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº 333.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria também de ouvir mais o Senador Demóstenes, porque tenho a posição de que para os crimes de pedofilia um aumento de pena eu acho bastante adequado, porque para a pedofilia é muito difícil a cura ou reversão. Não há como. É quase impossível, no sistema penitenciário, curar essa pessoa, e o risco de essa pessoa ir para a rua cometer de novo esse crime é de 80%, 90%.

Então, realmente são pessoas perigosas para estarem na rua. E entendo esse aumento de pena.

Agora, aos outros crimes hediondos, eu tenho uma questão para a qual eu gostaria de propor uma reflexão. Hoje é crime hediondo, por exemplo, o tráfico de substâncias tóxicas, o narcotráfico. Mas a gente tem jovens com 21, 22 anos, que são aviõezinhos, mulher de bandido que se presta a isso. E nós vamos deixar essas pessoas décadas na cadeia por uma bobagem que fizeram em um momento da vida.

Então, eu gostaria que pudéssemos ter uma reflexão mais ampla sobre os crimes hediondos.

A outra parte, acho que V. Exª tem toda a razão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, concordo inteiramente com o mérito da matéria, mas eu queria ouvir o Senador Demóstenes a respeito de uma melhor técnica, uma vez que aqui se trata de um tema de direito processual e vamos deixar isso em uma norma de direito material. Será que não seria interessante debatermos isso juntos com a Comissão Especial do Código Penal?

Eu concordo inteiramente com o mérito, mas eu só queria ouvir V. Exª para que eu pudesse votar de forma mais consciente. E tenho certeza de que, depois dos esclarecimentos de V. Exª, isso poderá ocorrer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes Torres, como Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, essa é uma proposta que vem da então CPI da Pedofilia e que é relator o Senador Eduardo Braga e eu fui nomeado Relator *ad hoc*.

A proposta tem uma lógica pelo seguinte. A lei dos crimes hediondos – a própria lei, porque aqui vamos tratar da progressão de regime –, originariamente, dizia que não haveria, em hipótese alguma, progressão de regime. A lei dizia isso. Essa lei, se não me engano, é de 1990 e prevê: "Vai cumprir integralmente em regime fechado em qualquer circunstância."

Veio o Supremo Tribunal Federal e disse que tem que haver progressão. A progressão pode ser do tamanho que quiser, o Congresso decida, mas tem que haver progressão. E aí essa lei contrariou todo sistema de progressão, inclusive para beneficiar quem comete crime hediondo – esse é que é o problema. Por quê? Quem comete, por exemplo, um crime de homicídio, a progressão é um sexto da pena, seja ele primário, seja ele reincidente – é a regra hoje. Se o crime for qualificado, mas não for hediondo, na mesma circunstância, vamos supor aqui que nesse crime simples, homicídio simples, o juiz levou em conta uma série de coisas, inclusive a primariedade, na mesma situação. O réu é primário; então, o juiz deu oito anos de pena para ele. Por conta da reincidência, o juiz – no caso do reincidente em outro crime, na mesma circunstância, ele já matou outro – deu doze anos de pena.

O Código Penal já impõe que, no caso de reincidência, se aumenta a pena. Então, o primário, por conta de ter pego a pena de oito anos, ele vai sair mais rapidamente da cadeia. O reincidente, por conta de ser reincidente, e a pena ter sido mais elevada, ele vai sair mais rapidamente da cadeia. Vamos colocar na primeira hipótese nove, que fica mais fácil a conta. Nove dividido por seis, dá um ano e meio, não é isso? Então, o primário tem direito à progressão com um ano e meio de cadeia. Enquanto que, naquela outra hipótese, o reincidente tem direito a progressão com dois anos – doze dividido por seis dá dois anos.

Então, ele já é beneficiado com o tamanho da pena e é beneficiado com a progressão.

Veio a lei dos crimes hediondos e criou um outro benefício e só para os crimes hediondos. No caso dos crimes mais leves, você tem a diferenciação pela pena. No caso de crimes hediondos, duas vezes. Vamos supor que, num crime de estupro, alguém seja condenado a doze anos num primeiro estupro porque é primário e a dezesseis anos num segundo estupro porque é reincidente, na segunda vez. Então, no caso, se aplicasse a regra normal, um sexto da pena, ele teria o primeiro direito à progressão com dois anos. E vamos colocar dezoito anos para ficar mais fácil. E o segundo, com três anos de progressão.

Aí veio a lei dos crimes hediondos, que diz: dois quintos para primário e três quintos para reincidentes – progressão. Então, criou um duplo benefício, porque o primário vai ter sempre uma pena menor do que o reincidente, porque o Código Penal diz isso; então, vai sair da cadeia primeiro que o reincidente.

Agora, no caso do crime hediondo, ele ainda vai sair muito mais cedo do que o reincidente. Então o que propõe isso aqui? Vamos dar o mesmo tratamento, como é feito para todos os outros crimes. Está igualando aqui, o que me parece justo, porque o crime hediondo é até mais grave. Como é que nós vamos criar um benefício para o crime hediondo? Esse é o problema. Quem comete crime hediondo, por ser primário, tem um benefício que quem mata, por ser primário, não tem, quem mata por um homicídio simples. Então a proposta da CPI da Pedofilia é lógica, porque o Supremo diz que tem que ter um tratamento diferenciado para crime hediondo, ou seja, tem que ter a progressão e a Constituição diz que não pode ser do mesmo jeito, crime hediondo é mais grave.

Então por que no crime hediondo se estabeleceu uma progressão de dois quintos para primários e três quintos para reincidentes se o juiz já deu uma pena maior para o reincidente, porque o Código já diz que o reincidente tem que ter uma pena maior? No caso do crime hediondo, que é mais grave, nós criamos um benefício. A pessoa, por ser primária, é beneficiada duas vezes. No caso dele ter cometido um crime que não é hediondo, só recebe o benefício uma vez, que é a pena menor. Aqui, crime hediondo: ele é beneficiado com uma pena menor e é beneficiado com uma progressão de tempo menor. Então está igualando aos outros crimes no aspecto da progressão.

Por isso que eu acho que é razoável, o projeto não é meu, eu não sou o relator original, mas concordo integralmente com isso. Então não interessa se a pessoa estuprou uma, duas, três, quatro ou cinco vezes. Ele tem a pena dele, então que a pena seja de três quintos e não dois quintos para a progressão, somente para a progressão, porque o juiz já vai dar a pena menor para o primário. É obrigado a dar. Se ele der uma pena igual ao reincidente, o Tribunal, o Supremo Tribunal vai corrigir. Então o primário já é beneficiado, já ficará um tempo menor na cadeia porque ele é primário. Agora nós estamos beneficiando duas vezes. Aliás, o Senador Antonio Carlos Valadares, no voto em separado, reconhece isso, mas acha que por uma questão de política criminal, deve se estabelecer assim mesmo essa situação.

Portanto, eu mantenho esse voto. No caso da pedofilia, ela não se transforma em crime hediondo – há duas hipóteses de pedofilia –, mas passa a ter o mesmo tratamento de crime hediondo, que são todas essas modalidades aqui, inclusive vender material pornográfico, produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar. Então tudo aquilo que incentiva e principalmente aquilo que vai para a Internet e desperta para a pedofilia também a pessoa condenada passa a ter o mesmo tratamento de crime hediondo: progressão com três quintos da pena.

Basicamente a polêmica é essa. Acho muito justo que o crime hediondo, nesse caso, tenha o mesmo tratamento que um crime simples, o mesmo tipo de progressão, uma progressão só, no crime, vamos chamar de simples, um sexto da pena, é a progressão independente de ser primário ou reincidente. Que essa progressão, portanto, no crime hediondo, seja de três quintos, independentemente de ser primário ou reincidente. É uma questão de isonomia. E eu acho que tinha era que agravar. Mas, nesse caso, quando foi feito, e foi feito de afogadilho, porque o Supremo decidiu que, enquanto não houvesse uma lei, seria aplicado um sexto. E aí, para não aplicar um sexto, veio a primeira proposta, que nós aprovamos: dois quintos para primário, três quintos para reincidente.

Mas eu acho que deve ter isonomia, o mesmo tratamento para primário e reincidente quando da progressão da pena, porque a pena já é maior para o reincidente. Ele vai ficar mais tempo na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes, pelo esclarecimento. Eu vou colocar a matéria em votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu tenho um...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ah, só para lembrar, permita-me, que, no caso do aviãozinho, Senadora Marta, até uma pergunta que foi feita à Ministra. O Supremo decidiu que há, inclusive, a possibilidade de conversão em pena restritiva de direito, não precisa nem de ir para a cadeia.

Então, o Supremo já decidiu, já deu a possibilidade, além dessa progressão, de ter a pena restritiva. Ontem, a Ministra foi questionada acerca disso, mas o Supremo já decidiu: tem direito à liberdade provisória; tem direito de, em vez de ir para a cadeia, prestar serviço comunitário. Então, já tem direito à pena alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado pelos esclarecimentos, Senador Demóstenes.

Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, tenho aqui um voto em separado, mas, antes de fazer a leitura desse voto...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª tem que, primeiro, entregar à Mesa o voto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Exatamente.

Eu gostaria de pedir ao nobre Relator *ad hoc* mais uma oportunidade para discutir, fora desta Comissão, esta matéria, que é um tanto divergente, polêmica, se possível.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sou a favor do debate.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, vou entregar esse voto em separado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O Senador está pedindo mais uma semana.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu pediria um adiamento, vamos dizer assim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu sou a favor, claro!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É a favor?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Se pudermos encontrar o entendimento, para mim, melhor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Claro!

Mas já fica o voto em separado colocado aí, e, em outra oportunidade, então, discutiremos essa matéria.

Agradeço a V. Exª, Senador Demóstenes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Essa matéria já veio a voto, já veio ao plenário; e retirada de pauta só pelo autor ou pelo Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu topo. Se o Senador está pedindo mais uma semana para reflexão, para tentarmos, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tudo bem, não tem problema. A Mesa acata a proposta de V. Exª.

Só quero deixar bem claro o seguinte: há uma demanda enorme sobre a mesa de pedido. É natural, no final de ano, fechando pauta. Tenho mais de 60 solicitações dos Srs. Senadores para pautar matérias.

Então, cada vez que abrimos um debate aqui, passa-se para a próxima semana, passa-se para a próxima semana. Com isso, sou obrigado a repautar matéria que já foi pautada, em detrimento das outras que deixarão de ser pautadas. Só para alertar aos Srs. Senadores.

Já que o Relator concorda com a retirada de pauta, o próximo item da pauta é o item 3:

ITEM 3
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2009

Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente; 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, e os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu estava com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Desculpe-me. Pensei que V. Exª tivesse terminado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estou tentando ver se as assessorias me permitem continuar o trabalho. Acho que as assessorias não gostam de mim. Eu fico o tempo todo chamando a atenção. Isso é muito ruim para mim, mas faz parte do meu trabalho, para que possamos dar seguimento às matérias que são extremamente importantes para serem discutidas aqui:

(...) *8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.*

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: favorável ao projeto, nos termos dos pareceres adotados pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Observações: – *Em 23/11/2011, foi concedida vista ao Senador Demóstenes Torres, nos termos regimentais;*

– A matéria já foi apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais, de Educação, Cultura e Esporte, de Assuntos Econômicos, e de Direitos Humanos e de Legislação Participativa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o fato de a relatoria deste projeto de lei da câmara ter sido entregue ao Senador Armando Monteiro e de S. Exª ter dado parecer favorável, por si só, já me dá muita tranquilidade quanto ao meu voto, favorável.

No entanto, Sr. Presidente, preparei algumas emendas que me parecem, na minha opinião, poderiam aperfeiçoar o projeto. Basicamente, trata-se de incluir, entre as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, uma que não existe, que é o atendimento médico, psiquiátrico, consistente em tratamento ambulatorial ou internação, ambos na rede do SUS, nos casos em que criança ou o adolescente não tenha condições, por ser portador de uma doença, de uma deficiência mental, de entender exatamente do que se trata, por que está sendo submetido a essa medida, qual o alcance dessa medida, portanto, não poder participar do processo que levará a sua inserção.

Eu já havia anunciado ao Senador Armando Monteiro o conteúdo dessa emenda e S. Exª – creio

que não seria indiscreto dizer – se manifestou, em princípio, simpático à ideia. Por outro lado, há a preocupação justa por parte de S. Exª e de todos de que o projeto não volte para a Câmara, e a adoção de uma emenda implicaria a devolução do projeto à Câmara dos Deputados. Diante disso, diante da simpatia manifestada pelo relator e da palavra da Senadora Marta Suplicy, que, além de ser profunda conhecedora do tema, também fala em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, no sentido de apoiar esse projeto, tendo ouvido de antemão técnicos do Governo, eu estou, neste momento, retirando as emendas e as transformarei num projeto autônomo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, Senador Ricardo Ferraço.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já foi concedido pedido de vista; não há mais possibilidade de pedir, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, eu pedi vista, então, tenho que falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ah! V. Exª...

Pela ordem de inscrição, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu posso abrir mão da palavra para o eminente Demóstenes, com muita alegria, se for o caso, até porque antiguidade é posto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço, V. Exª tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu desejo apenas...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós somos todos iguais aqui, respeitando, obviamente, o meu professor Demóstenes Torres.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Aqui no Senado, antiguidade é posto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos lá, Senador Ferraço, tem a palavra V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Fui um dos Senadores que, na reunião passada, juntamente com o Senador Demóstenes, solicitei prazo para que pudesse fazer uma avaliação mais detida deste tema e eu me comprometi que, nesta reunião, até em razão da dedicação do Senador Armando Monteiro a este tema, que é um dos mais relevantes, um desafio dos mais complexos que estamos enfrentando no Brasil.

Pude, como Vice-Governador do Espírito Santo, participar de um esforço muito grande, ao lado do Governador Paulo Hartung, porque, quando assumimos o Estado do Espírito Santo, Presidente, nós enfrentamos uma crise prisional sem precedentes. E essa crise não estava apenas localizada em nossos presídios, mas na ausência absoluta de uma estrutura e de uma política que pudesse tratar dos adolescentes em conflito com a lei. Recebemos uma herança muito complexa nessa direção. Pudemos fazer um trabalho...

Recentemente – é bom que se registre –, nós recebemos, em nosso Estado, 50 juízes do CNJ, porque houve matérias muito negativas em relação ao nosso sistema prisional, do meu Estado, o Espírito Santo. E nós fizemos um investimento muito grande, não apenas em infraestrutura, como em capacitação e qualificação de recursos profissionais, visando à ressocialização. Há também muitos investimentos nessa área, com muitas unidades, melhorando muito, avançando muito, fazendo, enfim, parcerias com Organizações Não Governamentais, com o terceiro setor. Seguramente, esse é um tema desafiador.

Conversando com os profissionais que nos ajudaram a colocar de pé políticas públicas que já dão resultados no Espírito Santo, fiquei convencido de que esse é um tema debatido há alguns anos. O debate foi muito amplo, foi muito democrático, envolveu todos os níveis federados, envolveu o Governo Federal e governos estaduais e municipais. Portanto, há, de certa forma, o convencimento de que esse tema necessita de votação. Acho que esse é também o juízo de valor que faz o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que, com muito bom senso, para não inviabilizar que possamos concluir a votação neste ano, apresentará uma proposta isolada ou um projeto autônomo.

Desse modo, quero cumprimentar o Senador Armando Monteiro. Eu já me sinto com absoluta capacidade e com juízo de valor firmado para votar essa matéria, que ajuda a organizar esse Sistema, que precisa ser organizado, redefinindo funções, reestruturando gestões. Tudo isso, seguramente, poderá produzir melhores e maiores resultados para o nosso País.

Desse modo, agradeço-lhes a participação e me declaro aqui absolutamente favorável ao Relator, o eminente Senador Armando Monteiro.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, pela inscrição, tem a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Primeiro, quero parabenizar o Senador Aloysio Nunes pela compreensão que teve, dada a importância do

projeto, ao aceitar retirar as emendas e ratificar aqui o nosso compromisso em aprová-las. As emendas são excelentes e, sendo aprovadas, vão melhorar muito o projeto do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Quero também parabenizar o Senador Armando Monteiro pelo excelente relatório, em que, realmente, consegue ressaltar o grande benefício que teremos com esse salto que daremos com o Sinase. O principal mérito, na minha avaliação, é que a União não vai mais assumir a responsabilidade da execução direta.

O que a gente sabe é que, quando se está muito distante, não se consegue executar. E quem tem de executar é o Estado e o Município. Isso me parece de extrema importância, porque a União dará as diretrizes, determinará as responsabilidades, dirá qual é a norma a ser seguida e depois poderá cobrar.

Parece-me que esse foi um avanço bastante grande. E a competência vai ser o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, que vai prestar assistência técnica e vai fazer a suplementação financeira aos Estados e Municípios. Isso também é muito positivo porque nós não tínhamos tantos recursos para essa área. Foram acrescentados a Secretaria Especial de Direitos Humanos, que vai ser o órgão gestor do Sinase, e o Conanda, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que serão responsáveis pelas funções normativas e de fiscalização. São órgãos que realmente zelam por essa área e que terão toda condição de fazer um bom trabalho.

Os fundos que mencionei que vão entrar, pois não estavam antes nesse sistema de financiamento, são o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas, o Fundo Nacional Antidrogas – Funad, o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Porque não adianta fazer um sistema lindo se nós não alocamos os recursos necessários para a sua execução. E o Projeto de Lei da Câmara nº 134, além de ser um projeto que realmente pode acrescentar uma melhoria nas medidas socioeducativas da criança e do adolescente, também coloca os fundos.

Outro ponto que achei interessante é que o programa vai ter uma avaliação regular. Isso é fundamental, porque muitas vezes nós propomos, na melhor das intenções, uma série de medidas, e ficam lá acontecendo sem acontecer de fato, desperdiçando dinheiro público. Então, a avaliação regular do projeto e dos programas me parece bastante boa.

E também algo que eu nunca havia visto e que me pareceu moderno e inovador, que é o Plano Individual de Atendimento. Tudo que vai ser desenvolvido, o registro, a gestão de atividades com adolescentes vai ser elaborado em até 45 dias pela equipe do programa de atendimento, com a participação do adolescente e da família. É um avanço enorme, porque o adolescente, se compartilhar do que ele vai ter que fazer, e se a sua família for inserida nesse contexto, é como na escola. Nós vemos que em escolas estaduais ou municipais, escolas públicas, quando a diretora chama a família, e a família é inserida, a comunidade é inserida, a escola não é depredada.

Por todas essas experiências anteriores, fica muito qualificada essa posição, que também é inovadora. Porque geralmente se decide tudo e se comunica à família, quando comunica, e muito menos ao adolescente, que é quem vai ser o foco de todo esse atendimento.

Então, eu quero parabenizar o Senador Armando pelo brilhante relatório. Vou votar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Marta.

Para discutir a matéria, Senador Demóstenes Torres, que pediu vista. Tem a palavra V. Exª.

Depois, Senador Armando Monteiro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Relator Armando Monteiro, vou realmente pedir vista. Estudei a fundo esse projeto com o objetivo de verificar se havia alguma incongruência, principalmente com a legislação relativa à infância e à juventude. Vejo que não.

Na realidade, é mais um conjunto de propósitos que são absolutamente louváveis. Minha preocupação maior é justamente com o tema que a Senadora Marta abordou, em relação aos fundos, ao FNDE e ao FAT. Por quê? Porque, de certa forma, são recursos que serão tirados desse fundo, mas de uma forma justificada.

E uma coisa que preocupou o Senador Pedro Taques e o Senador Aloysio é a participação de ONGs nesses projetos. Também há ONGS boas, é isso que estamos dizendo. Depende da seleção. É praticamente impossível tocar projeto de recuperação só com o governo. Mas não há como colocar isto na lei também: o sujeito tem que ser honesto para aplicar e tal. Isso não tem jeito.

Então, acho que o Senador Armando Monteiro fez um belíssimo trabalho. Eu o parabenizo. As observações que eu tinha, eu achei que poderiam ser feitas em outro projeto de lei, assim como o Senador Aloysio e o Senador Pedro Taques, em uma homenagem a V. Exª, que é um Parlamentar de grande envergadura. A Ministra, que nos ligou, a Senadora Marta e a Senadora Ana Rita, que trabalharam durante nesse projeto, nós votaremos favoravelmente, sem nenhuma ressalva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ainda teremos o Senador Armando Monteiro, que é o Relator, e a Senadora Ana Rita.

V. Exª prefere falar por último?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Vou ouvir a Senadora Ana Rita, com muita satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Senadora Ana Rita tem a palavra, então.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria, inicialmente, de me manifestar com relação à posição do nosso querido Senador Aloysio Nunes, agradecer-lhe pela iniciativa de não apresentar, agora, uma emenda, para que o projeto possa aprovada nesta reunião de hoje. Devo dizer, Senador, que V. Exª pode contar, com certeza, com o nosso apoio na elaboração do projeto que irá fazer, porque temos a informação de que a iniciativa que V. Exª tomará é de muita relevância.

Portanto, V. Exª pode contar, com certeza, com o meu apoio e com o de toda a nossa bancada, segundo a Senadora Marta já se pronunciou aqui.

Quero fazer esse registro inicial de compromisso com o senhor.

Também quero parabenizar o Relator desta matéria, o Senador Armando Monteiro, e dizer que o Sinase, Sr. Presidente, é, de fato, um Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Já foram relatadas aqui várias questões positivas com relação ao Sinase, pela nossa Senadora Marta Suplicy, mas quero aqui afirmar e reafirmar que esse projeto demonstra a preocupação com a articulação dos distintos níveis de governo, da corresponsabilidade da família, da sociedade e do Estado, no atendimento à criança em conflito com a lei.

De fato, é um Sistema integrado, que articula os três níveis de Governo, levando em conta a intersetorialidade e a corresponsabilidade da família, comunidade e Estado.

Eu acredito muito em um trabalho integrado. Acho que só conseguiremos resolver definitivamente as questões quando há uma ação integrada, articulada, coesa e que tenha, de fato, recursos destinados para que as ações possam ser implementadas.

O Sistema também estabelece com muita clareza as competências e responsabilidades dos Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Tutelares, que fundamentam as decisões e os diagnósticos, em diálogo direto com a sociedade e também com o sistema aqui proposto, inclusive com o Poder Judiciário e com o Ministério Público.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui reafirmar a nossa satisfação de poder, nesta reunião, aprovar um sistema de tanta relevância para a sociedade e, particularmente, para as crianças e os adolescentes em conflito com a lei.

Era isso, Sr. Presidente, para dizer que ele vem fortalecer, de fato, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é uma importante legislação que o nosso País tem.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Aviso aos Srs. Senadores que temos ainda várias matérias e, daqui a pouco, vamos abrir a sessão do Congresso Nacional e teremos de suspender nossos trabalhos.

Senador Armando Monteiro, como Relator, V. Exª tem a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, cumpre-me apenas agradecer as manifestações dos companheiros e dizer que me sinto muito honrado não apenas por conta das deferências que pude receber agora, mas, sobretudo, por integrar esta Comissão, por perceber que temos sempre aqui a construção de convergências sobre as matérias que são identificadas como de mérito indiscutível, como me parece o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Quero agradecer a manifestação do Senador Demóstenes, traduzir aqui o reconhecimento ao Senador Aloysio, que sempre, de forma muito competente e elegante, permitiu que nós pudéssemos aprovar, finalmente, esse projeto nesta reunião.

Agradeço à Senadora Marta Suplicy, que tem toda a compreensão do alcance conceitual e da importância desse projeto, à Senadora Ana Rita. E quero dizer que, decorridos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, acho que esse projeto dará a ele efetividade. É como se nós, a partir dele, pudéssemos efetivamente garantir a implantação do Estatuto do Adolescente.

Então, é algo muito importante esse projeto. Sinto-me feliz por ter contribuído. Isso não é um texto do Governo Federal, não é de um partido. Houve um amplo debate sobre essa questão, seminários regionais, nacionais. Tivemos a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança, da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância, do Fórum Nacional de Organizações Governamentais de Atendimento à Criança; em suma, foi um amplo debate.

Finalmente, eu gostaria de dizer que esse programa tem várias dimensões e me parece que, entre elas, há uma preocupação realmente com o desenvolvimento pessoal e social do adolescente, o acompanhamento técnico multiprofissional, a formação continuada dos profissionais envolvidos nessa ação socioeducativa, e aponta também para a construção de alianças estra-

tégicas, porque um processo como esse envolve um esforço de articulação em todos os níveis.

Então, quero agradecer e dizer da minha alegria por poder ter relatado essa matéria. Agradeço ao Presidente também a deferência por ter nos esperado desde o início da sessão.

Muito obrigado, Presidente Eunício.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando, quando designou V. Exª, a Mesa sabia que o resultado seria esse, um resultado extremamente positivo para efetivamente implantarmos essa questão, que é importante para a recuperação de jovens e adolescentes no Brasil.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar a importância do trabalho realizado pelo Senador Armando Monteiro, quero dizer que esse tema é extremamente importante, é uma prioridade do Governo. O Governo apoia toda a discussão, apoiou a discussão. É um instrumento que vai, efetivamente, modernizar a relação com os jovens e adolescentes. Portanto, estamos encaminhando favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada, à unanimidade da Comissão.

Aprovado esse relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao projeto, com as Emendas de redação de nºs 1 – CE/CAE/CDH/CCJ, 4 a 15 – CAE/CDH/CCJ, e rejeitando as Emendas de nºs 2 e 3 – CE.

A matéria vai ao plenário.

Próximo item da pauta.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu queria requerer a urgência para que ele possa ir ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação o requerimento de urgência do Senador Armando Monteiro.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

A matéria vai ao plenário.

Próximo item da pauta, item 4.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª a apreciação do item 5.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo item da pauta:

ITEM 4
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2011

Altera a redação do art. 16 da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a banco de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, de forma a excluir a responsabilidade solidária do consulente quanto aos danos materiais e morais causados ao cadastrado por inobservância.

Autoria: Senador Armando Monteiro

Relatoria: Senador Gim Argello

Ausente o Senador Gim Argello, a matéria está retirada de pauta.

Próximo item da pauta:

ITEM 5
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2011

Cria os cargos de Juiz-Auditor e Juiz-Auditor Substituto para a 2ª Auditoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, no âmbito da Justiça Militar da União; revoga dispositivos da Lei nº 10.333, de 19 de dezembro de 2001, e dá outras providências.

Autoria: Superior Tribunal Militar

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg, favorável ao projeto

Antes de conceder a palavra a V. Exª, Senador Rodrigo Rollemberg, eu não poderia deixar de registrar aqui o seu empenho, o seu trabalho como Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Após passar por esta e pela Comissão de Ciência e Tecnologia, coube a V. Exª, no final, designar o Relator, Senador Jorge Viana, e eu não poderia de deixar de registrar aqui, com a presença de V. Exª, para o Distrito Federal e para o Brasil inteiro, o agradecimento de todos nós, Senadores, pelo equilíbrio que V. Exª determinou, nos trabalhos daquela Comissão, juntamente com o Senador Luiz Henrique e com o Senador Jorge Viana, no tratamento do Código Florestal. Está de parabéns V. Exª pelo equilíbrio, pela coragem, pelo discernimento, pela força de vontade, sendo ambientalista. V. Exª, que é tido como alguém que milita nessa área de meio ambiente, teve o discernimento de fazer um Código melhor para todos os brasileiros.

Portanto, antes de conceder a palavra a V. Exª, eu não poderia deixar de registrar e parabenizá-lo pelo belíssimo trabalho realizado naquela Comissão.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Obrigado.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Há um requerimento sobre a mesa...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Logo após a matéria que vai ser relatada pelo Senador Rodrigo Rollemberg, como o requerimento tem antiguidade, vou colocá-lo em votação.

Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2011. Já li a matéria. Portanto, concedo a palavra ao Relator, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Presidente, Senador Eunício Oliveira.

Quero agradecer as palavras de V. Exª e dividi-las com todos os Presidentes das Comissões que analisaram o projeto, V. Exª, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; o Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; e Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura, bem como os Relatores, Senador Jorge Viana e Senador Luiz Henrique, e todos os Senadores que participaram nas comissões e no plenário do debate dessa matéria. Tenho convicção de que aprovamos um Código Florestal equilibrado, que atende às preocupações dos ambientalistas, mas também traz tranquilidade e segurança jurídica ao meio rural brasileiro. O mérito é do Senado Federal, que, no meu entendimento, cumpriu muito bem o seu papel de Casa revisora.

No que se refere ao projeto de que sou Relator, de autoria do Superior Tribunal Militar, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 89, de 2011 (nº 4.572, de 2009, na origem), de autoria do Superior Tribunal Militar (STM), que cria os cargos de Juiz-Auditor e Juiz-Auditor Substituto para a 2ª Auditoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, no âmbito da Justiça Militar da União; revoga dispositivos da Lei nº 10.333, de 19 de dezembro de 2001; e dá outras providências.

Em decorrência da criação de cargos descrita na sua ementa, a proposição veicula novo Quadro da Magistratura de Primeira Instância da Justiça Militar da União, em substituição ao aprovado pela Lei nº 10.333, de 2001.

A criação desses cargos, conforme o estabelece o projeto, fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

O Superior Tribunal Militar justifica a proposição registrando que se tem verificado momentos em que há falta capilaridade quanto aos feitos que incursionam na atual única Auditoria da 11ª Circunscrição da Justiça Militar (CJM), cuja atividade jurisdicional tem sofrido significativo incremento.

Ademais, lembra o Ministro Presidente daquela Corte Superior que aquele Juízo é responsável pela tramitação dos feitos decorrentes de crimes militares cometidos no exterior, cujo volume tem crescido com a participação crescente de contingentes militares brasileiros em missões internacionais de paz.

Em obediência ao que determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Conselho Nacional de Justiça examinou o projeto em tela, aprovando-o, na 76ª Sessão Ordinária do Colegiado, ocorrida em 16 de dezembro de 2008, na forma do Parecer de Mérito.

A proposição foi aprovada na Câmara dos Deputados e vem ao exame do Senado Federal.

Análise.

Do ponto de vista da constitucionalidade formal, nada há de reparos a fazer, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária, de iniciativa privativa do respectivo Tribunal Superior, não havendo, também, qualquer problema no que diz respeito à constitucionalidade material e à juridicidade.

No tocante ao mérito, trata-se, aqui, de cumprir previsão que já existia na Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, que "organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares", cujo art. 102, parágrafo único, estabelecia que "a instalação da 2ª Auditoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar que terá por sede a Cidade de Brasília, fica condicionada à existência de recursos orçamentários específicos".

Ou seja, trata-se, efetivamente, de fazer justiça à dimensão da atividade militar na capital do País, mediante a instalação desse juízo.

Além disso, tendo em vista a competência institucional da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, essa providência reflete o crescimento da importância internacional do Brasil, cujo papel de liderança o impele à participação crescente de suas Forças Armadas nas missões de paz coordenadas pela ONU e outros organismos multilaterais.

Quanto à exigência contida no art. 80, IV, da LDO para 2011, a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, de que a presente proposição seja instruída por parecer do Conselho Nacional de Justiça, ela foi suprida pela acima referida decisão daquele colegiado no Parecer de Mérito nº 2008.10.00.002272-4.

Finalmente, no tocante à adequação financeira e orçamentária do PLC nº 89, de 2011, cabe registrar que a Lei Orçamentária para 2011, a Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, prevê, de forma expressa, em seu Anexo V.I, item 2.4.2, autorização para a criação e provimento dos cargos de que trata a proposição no presente exercício.

Voto.

Destarte, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n° 89, de 2011.

Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu quero solicitar a V. Exª urgência para a apreciação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Submeto ao Plenário o requerimento de V. Exª, Senador Rodrigo Rollemberg.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

Próximo item da pauta.

Antes, eu quero registrar aqui a presença do Líder e Presidente José Agripino, que ontem me deu a oportunidade de, junto com ele, fazer uma emenda para preservar o meio ambiente do Nordeste brasileiro e, simultaneamente, preservar 41 mil empregos nos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte e em outros Estados do Nordeste.

Portanto, ao Senador Agripino a minha gratidão pela parceria de termos assinado, em conjunto, uma emenda tão importante, que foi negociada com o Governo, negociada com o meio ambiente, negociada com todos aqueles que querem preservar o meio ambiente.

Então, a emenda de autoria de V. Exª, como coautor o Senador Eunício Oliveira, dá a oportunidade da preservação do meio ambiente, disciplinando uma matéria tão importante que é a preservação dos manguezais do Brasil inteiro, que não tinha nenhum ambiente de preservação. Com a nossa emenda, além de preservá-lo, ainda reduzimos para 50% da área a ser utilizada, obviamente que dando uma margem de proteção, antes mesmo de chegar aos manguezais.

Então, eu quero aproveitar a oportunidade da presença de V. Exª aqui para agradecer aos Relatores, ao Senador Luiz Henrique, ao Senador Jorge Viana, que entenderam essa matéria, à Ministra do Meio Ambiente, que acatou também as explicações e as motivações que tínhamos para apresentar aquela emenda.

Hoje, os que trabalham nessa área estão protegidos no seu emprego, e o meio ambiente está também mais do que protegido; agora, disciplinado para o futuro, para que ele seja preservado.

Senador José Agripino, meus parabéns!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Senador Eunício, apenas um comentário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Aloysio pede a palavra pela ordem.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Senador José Agripino tem um estilo de tribuno por meio do qual ele é capaz de unir o didatismo à eloquência, o que realmente é muito raro em um tribuno. E ontem ele explicou, de maneira eloquente e didática, e de forma irrefutável, o que sejam salgados, o que sejam apicuns, e a diferença radical que existe entre salgados e apicuns, de um lado, e manguezal de outro.

De modo que quero agradecer também a S. Exª a lição que nos deu, a nós e ao Brasil. Eu espero que alguns setores da Imprensa – que ainda estão repetindo a ideia de que salgado e apicum coincidem com manguezal e, portanto, insistem em fazer a confusão – leiam as notas taquigráficas para compreender o mérito da emenda apresentada pelos senhores. Creio que é uma emenda conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aloysio.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Presidente Eunício!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Algumas considerações sobre o assunto que acho são merecidas.

Primeiro de tudo, na Comissão de Meio Ambiente, naquele longo debate, estava estabelecido manter a atividade das salinas nos salgados, sem falar no que era salgado nem estabelecer qualquer tipo de proteção aos salgados. Proteger a atividade de forma vulnerável do ponto de vista jurídico colocava as salinas como de utilidade pública. Claro que é! E daí? E a utilização de salgados por salinas, como é que fica? Vulnerável!

A mesma coisa com relação aos apicuns, que é onde se instalam, onde se localizam os criatórios de

camarão. Pensava-se fazer da atividade uma utilidade social ou assunto de pertinência, de interesse social.

É o mesmo raciocínio. Qual a proteção legal que se dá ao uso do apicum para cultivo de camarão? Protege-se a atividade, mas e o uso da área? Foi graças à intervenção de V. Exª, dura, inclusive contestando corajosamente uma posição cavalheiresca do Senador Luiz Henrique, que compreendeu que o assunto tinha que ser mais aprofundadamente discutido e fez uma proposta conciliatória que evoluiu para o que nós fizemos a várias mãos.

O que foi feito? Nós retiramos do conceito – pelo menos na Casa – a demonização de apicum e salgado como sendo mangue. Não tem nada que ver! Mangue tem vida, mangue tem árvore, mangue guarda vida marinha, guarda peixe, guarda caranguejo, guarda guaiamum. Salgado e apicum não guardam coisa nenhuma! Nos salgados não cresce nada; só servem para salina. Os apicuns têm uma vegetação rasteira de dois centímetros de altura e nada mais que isso! Esqueçam, não confundam mangue com apicum nem com salgado; não é a mesma coisa. Só que, numa região paupérrima como a nossa, são áreas propícias para a geração dos 42 mil empregos que estavam ameaçados.

Aí, sim, entrou a nossa ação política para defender a geração e a manutenção de empregos. Há perspectiva de crescimento ordenada no tempo, com a proteção ambiental que a nossa emenda guardou, de forma rigorosa. Esta lá colocado que só se pode avançar em 35% da área; 65% são preservados, com uma série de condicionantes, mas se preservando o que existia e abrindo a perspectiva de uso de uma área que não serve para nada, que não guarda vida nenhuma e que só serve, numa região muito pobre, para garantir emprego em uma atividade chamada salina e em outra atividade chamada carcinicultura.

Agora, quero fazer o registro da posição corajosa de V. Exª e da compreensão dos Relatores, que foram parceiros: tanto Luiz Henrique quanto Jorge Viana foram parceiros nossos na busca da solução de um grande problema que restava no Código Florestal. Encontrou-se saída para tudo, menos para apicum e salgado, porque se demonizou o assunto como sendo os dois similares ao mangue, quando não o são.

E esse assunto precisa ser mais bem esclarecido. E eu preciso de me encarregar até de fazer um artigo em algum jornal, para colocar a minha digital em uma coisa que eu assumo por inteiro, porque a preservação do meio ambiente passou por iniciativa séria, honesta, limpa e tecnicamente correta de nossa autoria.

Obrigado a V. Exª pelo registro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Agripino.

Vamos ao próximo item da pauta:

ITEM 6
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 2010

Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Alberto Goldman

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: com voto no sentido de responder ao Presidente do Senado Federal que possuem natureza de Emenda de Redação as de nº 1 a 6, aprovadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Observações: *Matéria encaminhada à CCJ, nos termos do art. 234, do Regimento Interno, em atendimento ao Ofício nº 1936/2011, do Presidente do Senado Federal.*

Eu passo a palavra ao Senador Renan Calheiros.

Por motivo de ausência de S. Exª, eu coloco o Senador Luiz Henrique como Relator *ad hoc*, a quem solicito que profira o relatório nesta reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Randolfe Rodrigues pede a palavra pela ordem.

Tem a palavra V. Exª, antes da palavra do Senador Luiz Henrique.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, quero pedir permissão ao nobre Senador Luiz Henrique só para me antecipar em relação ao ponto seguinte da pauta, que será o item nº 7. Eu estou exatamente ocupando uma das salas daqui da Comissão de Constituição e Justiça, dialogando com os dirigentes da União Nacional dos Estudantes e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, na tentativa de buscar um acordo sobre a redação final em relação ao Estatuto da Juventude, que é o PLC nº 98, que é o ponto seguinte da pauta.

Conforme entendimentos que tivemos entre as lideranças, e, ainda ontem, a pedido do Senador Romero Jucá, Líder do Governo, eu queria solicitar de V. Exª a retirada da pauta de discussão e de deliberação desta manhã do item 7, o PLC nº 98.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª é o Relator, e, como há uma busca do entendimento. Essa matéria estava com regime de urgência para o plenário do Senado, mas, por deferência a V. Exª, buscamos um entendimento com o líder do Governo, Romero Jucá, a quem agradeço também nesta reunião, pelo atendimento, de pronto, para retirar o regime de urgência ao plenário do Senado, para que pudéssemos fazer o entendimento.

V. Exª, que é da juventude, eu que já tive o privilégio de militar na juventude lá atrás, bem lá trás, com certeza, fará o entendimento e um bom trabalho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É injusto o "bem lá atrás".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou retirar de pauta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O "bem lá atrás" do Senador Magno Malta é injusto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Magno Malta é sempre injusto conosco, e nós sempre fazemos muita justiça com ele, aprovando inclusive matérias, neste dia de hoje, de autoria da CPI da Pedofilia, que foi tão bem presidida por ele.

Senador Luiz Henrique, V. Exª tem a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, antes de fazer a leitura do parecer elaborado pelo Líder do meu partido, Senador Renan Calheiros, eu gostaria de fazer também algumas apreciações a respeito da questão que foi objeto do pronunciamento de V. Exª, do pronunciamento do Senador José Agripino e do Senador Aloysio Nunes.

Quando recebemos o projeto da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, e recebendo a designação de V. Exª, verificamos que o projeto original da Câmara Baixa não contemplava proteção aos manguezais; tratava de uma forma inadequada os apicuns e os salgados e não fazia referência à proteção dos manguezais.

Os manguezais que se estendem pela costa litorânea, desde o Amapá até o meu Estado de Santa Catarina, são de uma importância vital como criatório da fauna marinha. E nós encontrávamos uma dificuldade em, ao mesmo tempo em que era necessário proteger os manguezais para o futuro, reconhecer ocupações antrópicas nos apicuns e nos salgados, que são muito importantes, como já assinalaram V. Exªs, para a geração de emprego e para a atividade econômica em várias regiões do País, principalmente nas regiões nordestinas.

A primeira luz para a solução do problema foi trazida pelo Senador Jorge Viana, quando propôs a divisão do projeto em duas partes, a das disposições permanentes e a das disposições transitórias. As disposições permanentes tratariam de normas para o futuro e as transitórias, de normas para o passado, no sentido de reconhecer as áreas consolidadas.

A partir daí, incluímos os manguezais em toda a sua extensão nas disposições permanentes, de modo que hoje estão protegidos com toda força, pelo projeto ontem aprovado, toda a extensão dos manguezais brasileiros. Mas, se é verdade que encontramos, já na Comissão de Justiça, uma solução para os manguezais, não havíamos encontrado para os salgados e apicuns.

Lembro-me do diálogo que mantive com V. Exª.

V. Exª como defensor intransigente do povo da sua terra, estava transtornado e dirigiu-se a mim de uma forma rígida, e eu lhe disse: Senador, nós não vamos resolver esse assunto, hoje, aqui, na Comissão de Meio Ambiente, mas podemos resolvê-lo adequadamente, tecnicamente, cientificamente, em boa técnica legislativa, em Plenário, se tivermos tempo para fazer essa construção.

V. Exª e o Senador José Agripino nos deram esse crédito, ao Senador Jorge Viana e a mim, e o resultado foi o que se viu.

Eu acredito, Senador José Agripino, que, de todo o texto ontem aprovado, seja, talvez, o mais bem elaborado, o de melhor técnica legislativo, o mais perfeito em tecer uma teia protetiva dos apicuns e salgados e não permitir uma futura ocupação predatória desses espaços tão importantes, mas, ao mesmo tempo, garantir que os empregos continuem sendo ali gerados e a atividade econômica também.

De modo que quero cumprimentar V. Exªs e relembrar um episódio que aconteceu comigo quando eu era Deputado Constituinte. Eu era autor de uma emenda e estava convencido de que ela era a solução, de que ela era maravilhosa, e o Presidente da Comissão Temática, saudoso Senador Virgílio Távora, chegou para mim e disse: "Deputado, não insista nessa emenda. Vamos ganhar tempo. Vamos deixá-la para daqui a uma semana. Vamos meditar sobre ela". Aí eu disse: "Dr. Virgílio..." Que figura extraordinária! Quero relembrá-lo aqui hoje. Vim para esta Casa com a pior imagem do coronel do Nordeste, como dizia, e aqui encontrei um homem culto, descente, um político honesto, de primeira categoria e, além de tudo, de muita cultura e muita inteligência. O coronel Virgílio Távora chegou para mim e disse: "Essa emenda não é boa". Ele aí se irritou. "Essa emenda não é boa". Eu disse: "Não é boa como, Senador? Vejo aqui que a emenda está bem redigida. Eu me assessorei bem". Aí ele disse assim: "Não é boa porque hoje ela não tem voto".

Eu lembro esse fato para demonstrar como foi importante nós termos perdido aquele ato de uma semana, que nos permitiu essa construção. Eu quero lhe dizer, descendente de um oficial do Exército de origem cearense radicado em Santa Catarina já no final do século passado, do século XIX, quero dizer a V. Exª que estou orgulhoso pela postura de ambos, que nos permitiram essa construção.

Vou ao projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado, Senador Luiz Henrique. Obrigado mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado. V. Exª, inclusive, na sua sabedoria, me deu ensinamentos de que a gente, ao ter a palavra de outro, possa confiar nela. Foi isso que nós fizemos, confiamos em V. Exª e no Senador e o resultado foi extremamente positivo para o Nordeste brasileiro e, fundamentalmente, para o meio ambiente e para os manguezais como área de proteção ambiental. Esse, sim, foi o grande entendimento que V. Exª patrocinou.

Então, eu agradeço a V. Exª e peço desculpas pela emoção daquele dia, mas é porque nós que somos do Nordeste brasileiro – está ali o meu querido José Carlos Aleluia, que é da Bahia – sabemos que 42 mil empregos no Nordeste pobre, sofrido, para pessoas sem quase nenhuma qualificação, era nosso dever, talvez, fazer com tanta veemência a defesa.

Peço, mais uma vez, desculpas a V. Exª e agradeço pela paciência, pela compreensão e pelo ensinamento. Vamos ao projeto.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Ave, Virgílio Távora!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ave, Virgílio Távora, que foi o grande estrategista do Nordeste brasileiro, não apenas do Ceará!

Tem a palavra V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o relatório do Senador Renan Calheiros é o seguinte.

Por intermédio do Ofício nº 1.936, de 2011, o Presidente José Sarney encaminha o Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 2010, para pronunciamento desta Comissão, nos termos do art. 101, VI, combinado com o art. 234, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa, a respeito da natureza das emendas aprovadas ao projeto pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 1941, e 5.405, de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.

O projeto foi devidamente distribuído.

Nos termos do art. 234, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa, "quando houver dúvidas sobre se a emenda apresentada como de redação atinge a substância da proposição, ouvir-se-á a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania".

A relevância da determinação do caráter das emendas reside no fato de que – este é um assunto muito importante para deliberação desta Casa –, sendo meramente de redação, as emendas não se submetem à regra do parágrafo único do art. 65 da Constituição Federal, que determina o retorno à Casa iniciadora de projeto que tenha sido emendado pela Casa revisora. Como indica a retromencionada norma regimental, devem ser consideradas de redação apenas as emendas que não atinjam a substância da proposição.

Diverso não é o entendimento do egrégio Supremo Tribunal Federal a respeito do assunto. No julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 3, asseverou o Ministro Nelson Jobim, como cito:

> "O retorno do projeto emendado à Casa iniciadora não decorre do fato de ter sido simplesmente emendado.
>
> Só retornará se, e somente se, a emenda tenha produzido modificação de sentido na proposição jurídica, ou seja, se a emenda produzir proposição jurídica diversa da proposição emendada.
>
> Tal ocorrerá quando a modificação produzir alterações em qualquer um dos âmbitos de aplicação do texto emendado: material, pessoal, temporal ou espacial.
>
> Não basta a simples modificação do enunciado pelo qual se expressa a proposição jurídica.
>
> O comando jurídico – a proposição – tem que ter sofrido alteração.
>
> O conceito de emenda de redação é: modifica-se o enunciado, sem alterar a proposição."

Esse entendimento foi reafirmado no julgamento da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.238. Desse modo, emendas que apenas proporcionem maior exatidão na linguagem ou explicitem aquilo que está implícito no dispositivo emendado, sem modificar o sentido da proposição original, devem ser havidas como de redação.

Feitas essas observações, cumpre examinar se as emendas oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara podem ser consideradas de redação. Para melhor compreensão, apresentamos a seguir um comparativo do texto original do projeto e do texto resultante da aprovação.

O exame dos dispositivos em questão, feito de forma isolada, pode levar à conclusão precipitada de que as emendas modificariam o seu alcance material e, como consectário, o significado dos comandos normativos emendados.

Os concessionários de serviço público obtêm sua remuneração fundamentalmente por meio da cobrança de tarifas (também admitindo a legislação outras receitas alternativas e complementares). Como observa Marcos Juruena Villela Souto, a tarifa "deve refletir o capital investido, o custo operacional, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico e o lucro do concessionário". Nem poderia ser de outro modo, pois não se presume que o concessionário se disponha a prestar o serviço público pelo preço de custo, sem auferir lucro e sem amortizar os investimentos feitos.

O parecer foi distribuído, e vou para as conclusões finais.

Ante o exposto, o voto é no sentido de responder ao Presidente do Senado Federal que possuem natureza de emenda de redação as de nº 1 a 6, aprovadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 2010.

Salvo melhor juízo, Sr. Presidente, é o parecer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, pede a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, a todos que nos acompanham pela TV Senado é necessário enfatizar a importância desse projeto tão bem relatado pelo eficiente e competente Senador Luiz Henrique, que assumiu a posição de Relator *ad doc* em lugar do Senador Renan Calheiros.

Nós estamos, na prática, consolidando o Plano Nacional de Mobilidade Urbana, um projeto que tramita nesta Casa há muitos anos. Ele iniciou-se em 1995 e passou por diversas comissões.

Julgo ser importante trazer aqui a memória de quem iniciou esse debate no Congresso Nacional que foi o ex-Ministro, o ex-Governador e Vice-Governador e Deputado Federal Alberto Goldman, que foi um leão na articulação e na mobilização desse projeto, que trata de temas da maior relevância para a população brasileira, porque a mobilidade, com o adensamento demográfico em nosso País, Senador e ex-Governador Luiz Henrique, é um tema que, cada vez mais, vai necessitar de uma ação efetiva dos governantes.

E faltava, de fato, uma política nacional que pudesse integrar todas essas preocupações que estão relacionadas à acessibilidade universal, ao desenvolvimento sustentável da mobilidade nas dimensões socioeconômicas e ambientais, à equidade no acesso do cidadão ao transporte público-coletivo, à eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano, enfim, na gestão democrática, no controle social e do planejamento nessa peça que estamos consolidando, que é o nosso Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que passa a estabelecer novas diretrizes como a precedência do transporte não motorizado sobre o motorizado, ou seja, do pedestre, que passa a ser a prioridade nesse programa, nesse plano. Enfim, são muitas as virtudes que esse projeto enseja.

Portanto, eu quero dizer da minha alegria com esse relatório feito pelo Senador Luiz Henrique, porque consolida e dá condição ao Congresso Nacional de enviá-lo ao Poder Executivo para que possa sancionar, a fim de que nós possamos dar ao Brasil um plano com visão, com dimensão, com estratégia, com fundamentação. De modo que agora, o que vai restar é que os Governos possam, de forma assertiva, priorizar recursos para que a mobilidade urbana possa, na prática, se transformar numa prioridade para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o eminente Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique, como Relator.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu só queria prestar também uma homenagem ao ex-Deputado, ao ex-Ministro dos Transportes, ao ex-Vice-Governador de São Paulo, ao ex-constituinte, ao ex-Governador do Estado de São Paulo Alberto Goldman, que realmente propicia um projeto que precisa ter a sua tramitação agilizada para que o Brasil possa ter uma política de mobilidade urbana que é essencial a um País que tem hoje 85% do seu contingente populacional vivendo em cidades.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Luiz Henrique, pelo relatório.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero apenas louvar o relatório do Senador

Luiz Henrique e dizer que ele define efetivamente que as emendas são de redação; portanto, a matéria pode voltar ao plenário para ser resolvida. E eu gostaria de pedir urgência, assim que for votada a matéria, que se desdobrasse com urgência essa matéria.

O projeto de mobilidade urbana é um projeto muito importante. Portanto, eu pediria que fosse remetido com a maior brevidade possível para que déssemos sequência ao resultado dessa votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu quero associar-me ao Líder Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar em votação a matéria.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Será dado conhecimento ao Presidente do Senado Federal, ainda no dia de hoje, porque nós não temos urgência na matéria do ponto de vista regimental, mas encaminharei ainda hoje ao Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, nos termos que determina o Regimento do Senado.

Antes de concluir os nossos trabalhos, eu queria registrar para o Brasil inteiro a importância de dois projetos que aprovamos aqui hoje: o projeto do Sinase, que vai efetivamente dar condição de tratamento e de cuidados com as crianças e os adolescentes, e o projeto de mobilidade urbana, que prioriza o cidadão brasileiro. Portanto, duas matérias, no meu entendimento, de extrema relevância aprovadas nesta Comissão no dia de hoje.

Quero finalizar agradecendo a todos os Srs. Senadores por mais uma oportunidade que tivemos de trabalhar pelo Brasil.

Antes de encerrar, existem dois requerimentos sobre a mesa para a complementação do Projeto de Resolução do Senado nº 72, um de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que pede a inclusão do nome do Sr. Hamilton Dias de Souza, Advogado constitucionalista de grande saber jurídico, e o outro da Senadora Marta Suplicy, que solicita a presença do Sr. Paulo Antônio Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Em votação os requerimentos.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos de inclusão para o Projeto de Resolução nº 72.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.)

ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ângela Portela, Ana Rita, Inácio Arruda, Eduardo Amorim, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Ribeiro, Marta Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Clésio Andrade e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Roberto Requião, Geovani Borges, Garibaldi Alves, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, João Vicente Claudino, Magno Malta e Marinor Brito. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Sarney, que "Altera a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, que 'Dispõe sobre o depósito legal e de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências', para incluir as bibliotecas públicas estaduais e do Distrito Federal entre as destinatárias de exemplares de publicações referentes ao depósito legal". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que "Insere novo parágrafo no art. 8º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para determinar a proporcionalidade entre o número de estudantes beneficiados e o valor da isenção fiscal concedida pela União". O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 7: Projeto de**

Lei da Câmara nº 229, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Deputado José Eduardo Cardozo, que "Institui a Semana Nacional de Educação, Conscientização e Orientação sobre a Fissura Lábio-Palatina e dá outras providências". A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para facultar a portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior, nas condições que especifica". O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o parecer pela rejeição do projeto é aprovado. **Item 13: Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Zezéu Ribeiro, que "Denomina Guimarães Rosa a ponte construída sobre o Rio São Francisco, ligando os Municípios de Carinhanha e Malhada, na BR-030, no Estado da Bahia". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 14: Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Aelton Freitas, que "Denomina Rodovia Manoel Ferreira Lago Filho o trecho da rodovia BR-146 entre as cidades de Passos e Bom Jesus da Penha, ambas no Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Amorim e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 016: Comunicados da Presidência: Comunicado 1:** "Esta Comissão em parceria com a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura e a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados convidam os Senhores (as) Senadores (as) para o ato público em defesa da ampliação do orçamento da cultura. O evento realizar-se-á no dia 23 de novembro do corrente, quarta-feira, às 16 horas, no Auditório da TV Câmara da Câmara dos Deputados". A matéria vai ao arquivo. **Comunicado 2:** "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento do convite da Associação Nacional dos Centros Universitários – ANACEU e do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR, aos membros dessa Comissão, para o IX Seminário Nacional dos Centros Universitários, tendo como tema central 'Tendências e perspectivas de inovação para os Centros Universitários', a ser realizado nos dias 22, 23 e 24 de novembro do corrente, a partir das 19hs, no Centro Universitário de Maringá – CESUMAR, Av. Guedner, 1.610 – Jd. Aclimação – Maringá-PR. Os senadores que desejarem uma cópia da programação poderão se dirigir à secretaria desta comissão". A matéria vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2011; Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 414, de 2011; Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2006; Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2011; Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2007; Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2010; Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 217, de 2009; Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 237, de 2009 e Item 15: Requerimento, de autoria da Senadora Ana Amélia**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, encerra a reunião, às doze horas e vinte e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Bauer,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Cumprimentando a todos com o meu cordial bom-dia e havendo número regimental, declaro aberta a 63ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário, proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A nossa pauta de trabalhos para a presente reunião tem 15 itens e em função do quorum que temos no presente momento, iniciaremos com a leitura do relatório referente ao Item I.

ITEM 1
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, DE 2010

Altera a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, que "Dispõe sobre o depósito legal e de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências", para incluir as bibliotecas públicas estaduais e do Distrito Federal entre as destinatárias de exemplares de publicações referentes ao depósito legal.

Autoria: Senador José Sarney.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido.

Observações: *1– Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal*

2– A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/11 e 08/11/11

Estando presente o Senador relator Valdir Raupp, concedo-lhe a palavra para a leitura do seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado – PLS nº 198, de 2010, de autoria do ilustre Senador José Sarney, propõe seja alterada a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, para incluir as bibliotecas públicas estaduais e do Distrito Federal entre as destinatárias de exemplares de publicações referentes ao depósito legal.

O projeto compõe-se de três artigos. O art. 1º acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, com o seguinte teor:

Parágrafo único. Fica assegurado o depósito legal em número suficiente para prover com pelo menos um exemplar das publicações objeto desta Lei as bibliotecas nacionais, as bibliotecas públicas estaduais e do Distrito Federal e as instituições equivalentes dos países de língua portuguesa.

O art. 2º, por sua vez, reformula o conceito de depósito legal, constante do inciso I do art. 2º da mencionada lei, para adequá-lo à alteração estabelecida no art. 1º do projeto.

Em sua justificação, o autor da proposição destaca o importante papel desempenhado pelas bibliotecas públicas como elementos difusores da informação e no fomento ao hábito da leitura entre os jovens no País. Afirma, também, que, não obstante a importante estrutura de bibliotecas públicas existente no Brasil, seus acervos são limitados, fato que leva ao subaproveitamento dessas instituições.

A proposição foi apresentada no dia 1º de julho de 2010 e distribuída à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em foro de decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Eu vou direto ao voto.

VOTO

O voto é, pois, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2010, nos termos da seguinte emenda:

EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, DE 2010

Altera a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, para conferir a bibliotecas públicas estaduais e municipais a condição de depositárias legais de publicações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 1º da Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. Fica assegurado o depósito legal em número suficiente para prover com pelo menos um exemplar das publicações objeto desta Lei, além da Biblioteca Nacional, a Biblioteca Nacional de Brasília, as bibliotecas públicas estaduais e do Distrito Federal e as instituições equivalentes dos países de língua portuguesa." (NR)

Art. 2º O inciso I do art. 2º da Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

I – Depósito legal: a obrigação do depósito, em instituições públicas específicas, de exemplares de todas as publicações, produzidas por qualquer meio ou processo, para distribuição gratuita ou venda, em número suficiente para o cumprimento do que determina o parágrafo único do art.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer .Bloco/PSDB – SC) – Em discussão o relatório apresentado pelo eminente Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, e em razão da falta de quórum para a deliberação, fica a votação sobrestada até que se atinja o quórum necessário.

Seguindo a ordem da pauta apresentada, temos agora, presente o Senador Mozarildo Cavalcanti, o item 6 da pauta, que pode ser examinado por esta Comissão, pelo menos pode ser conhecida a leitura da matéria e poderemos inclusive votar e deliberar a respeito dela

por ser matéria não terminativa e por isso mesmo não exige quórum qualificado.

A Senadora Ângela Portela queria usar da palavra.

V. Exª tem a palavra, por favor.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria, em seguida à leitura do Senador Mozarildo Cavalcanti, que eu pudesse fazer também a leitura do item 7.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer .Bloco/PSDB – SC) – Com muito prazer. Em seguida concederei a V. Exª a possibilidade de fazê-lo.

A SRª. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer .Bloco/PSDB – SC) – Portanto, o item 6 da pauta.

ITEM 6
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2011

Insere novo parágrafo ao art. 8º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (ProUni), para determinar a proporcionalidade entre o número de estudantes beneficiados e o valor da isenção fiscal concedida pela União.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Observações: 1– Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Mozarildo Cavalcanti para a leitura do seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, encontra-se sob exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 318, de 2011, do Senador Blairo Maggi, que altera o Programa Universidade para Todos (ProUni), mediante o acréscimo de novo parágrafo ao art. 8º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

Em seu art. 1º, o projeto determina que a isenção tributária conferida aos estabelecimentos de ensino, no âmbito do ProUni, seja proporcional ao número de vagas preenchidas por meio da concessão de bolsas, nos termos do regulamento.

Já em seu art. 2º, o projeto dispõe que a lei sugerida entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação da iniciativa, o autor sintetiza as linhas gerais do ProUni e aponta o problema representado pelas vagas ociosas do programa.

Após a análise desta Comissão, o projeto será apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 318, de 2011, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

A educação é um direito de todos, conforme prevê a Constituição Federal de 1988. Ainda segundo seu Texto, um dos deveres do Estado no campo da educação é efetivado mediante a garantia de "acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística,segundo a capacidade de cada um" (art. 208, V).

Para avançar no cumprimento desse dever, o Governo Federal criou e mantém uma rede de universidades federais, bem como os institutos federais de educação, que oferecem vagas em cursos de educação tecnológica, de nível superior, em grande parte de suas unidades.

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies constitui outra iniciativa da União de promover o acesso à educação superior, mediante a abertura de linhas de crédito subsidiado para que os estudantes possam obter recursos para o pagamento de mensalidades escolares em instituições particulares de ensino. O ProUni constitui uma alternativa de ingresso na educação superior voltada para estudantes de baixa renda que tenham feito o ensino médio em escolas públicas ou em particulares como bolsistas integrais.

As bolsas concedidas a fundo perdido são usadas para pagamento de encargos educacionais do curso de graduação e seqüenciais de formação específica em instituições educacionais privadas, com ou sem fins lucrativos, em troca de isenções fiscais. As bolsas podem ser integrais ou parciais de 50% e de 25%, conforme o nível de renda familiar do candidato.

Para favorecer a permanência de estudantes mais carentes no ProUni, podem ser concedidos a eles outros dois incentivos: a bolsa permanência e a oferta de estágios mediante a assinatura de convênios. Todavia, ainda sobram vagas no âmbito do ProUni em cursos de menor demanda e em instituições menos renomadas. Mesmo quando isso ocorre, as instituições de ensino, por terem aderido ao Programa, continuam sendo beneficiadas pelas isenções fiscais.

Com o objetivo de corrigir essa falha, o projeto de lei do Senado em exame estabelece a proporcio-

nalidade entre as bolsas efetivamente concedidas e o valor da renúncia fiscal.

Conforme sentenciou o autor da proposição em sua justificação, ou os estabelecimentos de ensino tornam suas bolsas mais atrativas para os estudantes selecionados, ou perdem parte dos benefícios da isenção tributária.

Portanto, o projeto visa aperfeiçoar o ProUni mediante a promoção de justiça fiscal, sem prejudicar seu alcance social.

Válido quanto ao seu mérito educacional, o projeto encontra-se redigido em boa técnica legislativa e não possui vícios de inconstitucionalidade e de injuridicidade.

Em suma, nossa posição quanto ao mérito educacional é pelo acolhimento do projeto.

Face ao exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2011, do Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Conhecido o relatório, coloco em discussão a matéria.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, gostaria de tirar uma dúvida com o nosso querido Senador Mozarildo Cavalcanti, que é o relator da matéria.

Tenho um parecer da nossa Assessoria que me passa algumas informações. Gostaria de poder discutir com ele qual a avaliação que ele faz. Na verdade, Senador Mozarildo, parece-me que o projeto de lei é muito importante, não resta dúvida, mas já está, de uma certa forma, aliás, eu diria, já está contemplado com a Lei nº 11.096, de 2005, que trata da mesma matéria. Queria ouvir a opinião do Senador com relação a isso. Por quê? Qual a informação que tenho aqui?

A proposição apresentada pretende estabelecer isenção tributária às instituições de ensino participantes do Programa Universidade para Todos, que é o ProUni, proporcionalmente à quantidade de bolsas do programa preenchidas. Conforme já está colocado na nota técnica do Ministério da Educação, a Lei nº 11.096, de 2005, já trata do tema, principalmente o art. 8º, que diz que a instituição que aderir ao ProUni ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão. E aí cita o Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas; da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituído pela Lei nº 7.689, de 1988; da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social; da Contribuição para o Programa de Interação Social. Também o art. 8º sofreu uma alteração de acordo com a Lei nº 12.431, de 2011, que passou a vigorar. Ele alterou o referido artigo, inserindo o § 3º que passou a vigorar com a seguinte redação:

"A isenção de que trata este artigo será calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas."

Eu imagino que o projeto fique, de uma certa forma, prejudicado em função da lei já existente. Eu gostaria de ouvir a opinião do senhor, como Relator, se houve essa análise da lei já existente com o projeto ora apresentado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senadora Ana Rita, eu fico até surpreso com a leitura da nota técnica, já que em sendo eu o Relator – e faz bastante tempo que eu estou designado a Relator –, não recebi essa nota técnica do Ministério da Educação. Portanto, é estranho que... Parece até que eu não sou um Senador que mereça confiança, estando relatando um processo de interesse da educação e não receber a informação pelo Ministério da Educação. Há razão nos argumentos que V. Exª apresenta; pelo menos, aparentemente, existe.

Então, quero pedir ao Presidente que a retire hoje da pauta de votação para que eu possa examiná-la. E, na próxima sessão, eu trarei o relatório. Quero registrar meu desconforto por não receber a nota técnica do Ministério da Educação quando meu interesse é colaborar para que se aperfeiçoe os mecanismos de financiamento da educação.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria então de reforçar as palavras de nosso querido Relator Mozarildo. Acho que, quando somos relator de determinada matéria, os ministérios estão acompanhando em seu cotidiano. É importante (com certeza) o relator ser procurado para que possa receber as informações e assim poder se relacionar de forma mais tranquila. Conhecendo o Senador, sabemos de sua disposição de poder ajudar, de poder contribuir e da sua seriedade com relação aos projetos que tramitam nesta Casa. Então, eu quero dar este testemunho porque nós temos uma relação muito próxima e acredito muito no trabalho que o Senador desenvolve.

Mas que bom, Senador, que o senhor se dispõe a reavaliar e pode ser até que não concorde. Mas que bom o senhor ter colocado essa possibilidade de poder reavaliar o projeto. E eu agradeço essa oportunidade.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, eu também gostaria de parabenizar o Senador Mozarildo pela compreensão. Felizmente, aqui está muito claro que a Lei 12.431, de 24/6/2011, que alterou o art. 8º da Lei 11.000, inserindo o § 3º que passou assim a vigorar:

"A isenção... [Eu queria repetir aqui o que a Senadora Ana Rita colocou]. A isenção de que trata este

artigo será calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas."

Quer dizer, o Projeto de Lei 12.431 já contempla esse projeto apresentado pelo Senador Blairo Maggi. Então, queria parabenizar e agradecer ao Senador Mozarildo Cavalcanti pela compreensão e pela disposição de alterar seu relatório, atendendo a essa solicitação nossa. Muito obrigado, Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, eu queria só agradecer as palavras das Senadoras Ana Rita, como as da Senadora Angela Portela, e registrar aqui, de novo, meu desconforto por não ter procurado pela assessoria parlamentar do Ministério nem por alguém do Ministério para ter essa nota técnica. Nem hoje! Se é que as Senadoras receberam hoje; eu, nem hoje a recebi.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Fiquei sabendo hoje também.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Então, é lamentável que, portanto, a assessoria esteja trabalhando "em cima da mosca". Portanto, quero dizer que não tenho nenhuma dificuldade de rever posições, desde que as posições sejam para melhorar. Eu acho que é a mesma intenção do autor. Então, quero reiterar o pedido de retirada (hoje) de votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Com certeza, a assessoria do Ministério da Educação não deve ter percebido que o Senador Mozarildo Cavalcanti era o Relator da matéria e tampouco considerou o fato de ele integrar a base do Governo nesta Casa, o que, sem dúvida, demonstra que o Ministério é apolítico de fato. É apolítico de fato como, aliás, o deve ser.

De qualquer forma, eu considero que o requerimento do Senador Mozarildo tem absoluta pertinência e concedo a V. Exª atendimento ao requerido. Portanto, o assunto deixa de constar da pauta e voltará em próxima oportunidade.

Passamos agora ao Item 7, que trata do seguinte:

ITEM 7
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 229, DE 2009

Institui a Semana Nacional de Educação, Conscientização e Orientação sobre a Fissura Lábio-Palatina e dá outras providências.

Autoria: Deputado José Eduardo Cardozo.

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Observações: 1 – Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas

2 – Na reunião do dia 22/11/11, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

Com a palavra a eminente Senadora Angela Portela para leitura do seu relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, eu vou direto à leitura da análise do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – O Regimento Interno do Senado Federal dispõe, no art. 102, inciso II, que compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem sobre datas comemorativas, matéria objeto do PLS nº 229, de 2009. Em virtude do caráter terminativo da decisão, cabe à Comissão opinar sobre o mérito, a regimentalidade, a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa do projeto.

É inegável o mérito da proposição sob análise, que aborda a necessidade de educação e conscientização da sociedade e dos profissionais de saúde acerca da fissura labiopalatina, pois, como assinalou o autor do projeto, esse defeito congênito constitui uma das deformidades faciais mais comuns, sendo bastante frequente em nosso País.

Para os recém-nascidos com a deformidade − que podem nascer com o lábio, o palato ("céu da boca") ou ambos fissurados − faz diferença substancial receber a adequada acolhida de sua família e a necessária assistência integral dos profissionais de saúde envolvidos em todas as etapas do atendimento ao bebê e à criança.

Essa assistência multiprofissional pode demandar a atuação de inúmeros especialistas, entre os quais citamos: odontólogos (cirurgião dentista buco-maxilo-facial, odontopediatra e ortodontista), médicos (pediatra, cirurgião-plástico, geneticista, neonatologista), nutricionistas, fonoaudiólogos e psicólogos.

Assim, é muito importante que toda a sociedade e todos os profissionais de saúde estejam conscientes do problema e de seu papel, com o intuito de minimizar o sofrimento do bebê e da criança.

Como esperamos ter demonstrado, a instituição de efeméride para incentivar a conscientização sobre a fissura labiopalatina cumpre o requisito de alta significação estabelecido pela Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Ademais, em conformidade com a decisão exarada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em resposta a consulta formulada pela CE, ressaltamos que a apreciação do PLS nº 229, de 2009, dispensa o cumprimento das determinações contidas nos arts. 2º a 4º da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, acerca da realização de audiências e consultas públi-

cas, tendo em vista que o projeto foi apresentado à Câmara dos Deputados e chegou ao Senado Federal antes da publicação da referida Lei.

Evidenciado, portanto, o grande mérito da proposição e o cumprimento dos requisitos de juridicidade e regimentalidade, assinalamos algumas falhas de seu texto.

Primeiramente, apontamos a existência de óbices constitucionais à aprovação de uma parte grande do projeto. Ao estabelecer, em seu art. 3º, que as atividades pertinentes à Semana Nacional de Educação, Conscientização e Orientação sobre a Fissura Labiopalatina serão definidas, a cada ano, por comissão organizadora, o projeto, ainda que indiretamente e sem mencionar o fato explicitamente, cria tal comissão como um órgão no âmbito do Poder Executivo e lhe acomete as atribuições listadas no art. 4º, além de lhe incorporar as instituições e entidades representativas mencionadas no art. 5º.

Ora, a Constituição Federal é clara ao reservar explicitamente à iniciativa privativa do Presidente da República as leis relativas à criação e extinção de ministérios e órgãos da Administração Pública – art. 61, inciso II, alínea *e* – e ao atribuir ao chefe do Poder Executivo a competência privativa para dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, quando a iniciativa não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos – art.84, inciso VI, *b*.

Essas vedações constitucionais, portanto, inviabilizam a manutenção dos arts. 3º, 4º e 5º, do PLC nº 229, de 2009.

Quanto ao art. 6º, salientamos a redundância no seu conteúdo, que não traz nenhuma inovação para o ordenamento jurídico brasileiro. Isso porque hoje já se encontra amplamente assegurado aos órgãos da Administração Pública o direito de realizar parcerias com instituições e entidades públicas e privadas, por meio de convênios, contratos e quaisquer outros instrumentos previstos nas normas do Direito Administrativo.

Por fim, chamamos atenção para o fato de que a redação dos arts. 1º e 2º do projeto é repetitiva e desnecessariamente extensa, podendo ser condensada em um único artigo, com apenas dois incisos, sem prejuízos de abrangência e inteligibilidade e com ganhos de concisão e simplificação, requisitos da boa técnica legislativa.

Além disso, não é apropriado nem razoável que o projeto tenha o objetivo de capacitar todos os servidores públicos para as ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação de pacientes com fissura labiopalatina, conforme estabelece o inciso IV do art. 2º, pois essa capacitação só faz sentido para os profissionais de saúde.

Portanto, Sr. Presidente, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº229, de 2009, com as seguintes emendas:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 229, de 2009, a seguinte redação:

Art. 1º – Fica instituída a Semana Nacional de Educação, Conscientização e Orientação Sobre a Fissura Labiopalatina, a ser comemorada, anualmente, na segunda semana de novembro, com os seguintes objetivos:

I – Elevar a consciência da população sobre a fissura labiopalatina, por meio de atividades de educação em saúde.

II – Promover ações de prevenção, diagnóstico precoce, tratamento e reabilitação dos casos de fissura labiopalatina e capacitar os profissionais de saúde dos serviços públicos e privados envolvidos nessas ações.

Segunda Emenda. Suprimam-se os arts. 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, do Projeto de Lei da Câmara nº229, de 2009, renumerando-se seu art. 7º como art. 2º.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Conhecido o relatório apresentado pela Senadora Ângela Portela, coloco a matéria em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, ela vai à votação, mas por falta de quorum qualificado para votação, fica sobrestada a votação, que será feita tão logo o quorum seja alcançado nesta ou em outra reunião.

Pela ordem, temos agora o Item 4, que deve ser objeto da relatoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, uma vez que S. Exª acaba de chegar a essa reunião. Agradecemos pelo seu esforço, uma vez que sabemos que se encontrava presente em outra comissão.

ITEM 4
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2010

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para facultar a portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior, nas condições que especifica.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura.
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela rejeição
Observações: *1– Matéria terminativa no Plenário*

2– Na reunião do dia 07/06/2011 foi aprovado o parecer favorável na forma da Emenda Substitutiva nº01, da Comissão de Educação.

3– Em 11/08/2011, foram aprovados em Plenário os Requerimentos nºs 986, de 2011, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, e 987, de 2011, de autoria dos Senadores Alvaro Dias, Ana Amélia, Roberto Requião e Cristovam Buarque, requerendo o reexame da matéria por esta Comissão.

Com a palavra o Sr. Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como bem diz a ementa do projeto, ele é de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura da Casa e pretende alterar o art. 66 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de modo a facultar aos portadores de diploma de curso superior, não titulados em nível de pós-graduação, o acesso ao magistério na educação superior, modificando, assim, a Lei de Diretrizes e Bases nessa exigência.

O art. 1º do projeto explicita, ao acrescentar ao art. 66 um segundo parágrafo, que serão admitidos como docentes nas áreas tecnológica e de infraestrutura, na forma do regulamento, os portadores de diploma de graduação, desde que comprovem relevante experiência profissional.

A justificação se concentra em dois argumentos. Primeiro, é a falta de docentes pós-graduados, com mestrado e doutorado, nas áreas de tecnologia e engenharia. Segundo, a existência de profissionais com notório saber nessas áreas e que não tenham acesso à docência, em razão da vedação contida no art. 66 da Lei de Diretrizes e Bases.

Esse projeto de lei veio à nossa Comissão de Educação no dia 12 de agosto. O Relator foi o Senador Alvaro Dias, que apresentou uma emenda que, de alguma forma, suavizava o objetivo inicial do projeto. O Sr. Senador Paulo Bauer, na condição de relator *ad hoc*, proferiu o parecer.

Depois da aprovação, Sr. Presidente, houve várias manifestações da comunidade acadêmica, da Associação Nacional de Política e Administração em Educação, de várias associações de docentes das academias, das universidades, que pediram reexame desse projeto por nossa Comissão. Em razão disso, o próprio autor do parecer, Senador Alvaro Dias, subscreveu um requerimento, que também foi subscrito pela Senadora Ana Amélia, pelo Senador Roberto Requião, que presidia aquela reunião, pelo Senador Cristovam Buarque, e eu mesmo já havia apresentado um requerimento anterior para que nossa Comissão pudesse meditar melhor e, eventualmente, rever a decisão.

De um lado, temos uma preocupação relevante da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que é a de prover docentes qualificados para o curso de graduação, uma vez que a sua falta compromete o próprio funcionamento da educação superior e o desenvolvimento do País.

Essa foi a preocupação que sensibilizou a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, quando aqui esteve sob seu crivo o presente projeto de lei.

Entretanto, o legislador que propugna a universalização da educação escolar vela por sua qualidade e pela preservação nas instituições das conquistas da ciência e da cultura. Esta preocupação é que, data vênia, os autores dos requerimentos gostariam que preponderasse no reexame da matéria, a preocupação com a qualidade, com o nível, especialmente em áreas sensíveis, como tecnologia, engenharia, que exigem realmente um nível de qualificação que só pode ser obtido pela experiência e reconhecido pela titulação de mestrado e doutorado.

É por essa razão, por essa ponderação, Sr. Presidente, que, neste momento de reexame, somos pela rejeição da matéria, uma vez que é importante preservar a exigência contida na Lei de Diretrizes e Bases, em seu art. 66, que foi uma grande conquista no rumo da qualidade de ensino em nosso País.

Qualquer flexibilização neste momento, ainda que inspirada pelas mais justas preocupações dessa exigência iria, no nosso entender, contribuir para que o ensino superior brasileiro se afastasse dos padrões de qualidade que todos nós almejamos.

É o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Conhecido o parecer, em discussão a matéria.

Permita-me, Senador Aloysio Nunes Ferreira, fazer uma observação. Como V. Exª mencionou, eu fui designado, em uma das reuniões desta Comissão, para ser o Relator *ad hoc*. E o Relator *ad hoc*, como todos sabem, tem a incumbência de ler o relatório, produzido por outro Senador, sem entrar no mérito da questão. Por solicitação e determinação do Presidente Roberto Requião na reunião ocorrida, eu fiz a leitura do relatório, o que ensejou o entendimento de muitas lideranças e autoridades educacionais do País a entenderem que o relatório era de minha autoria quando, na verdade, eu não tinha elaborado o relatório, embora, em princípio, eu tivesse – no ato da leitura – já interpretado que se poderia acatar aquela manifestação favorável à matéria, apresentada pelo Relator efetivo do assunto.

Em várias entrevistas, eu me manifestei no sentido de que pudéssemos avançar naquela direção, permitindo que, em determinadas especialidades, pessoas com notório saber pudessem ministrar aulas em

universidades. Entretanto, depois de muito conversar e analisar a matéria, devo felicitar V. Exª por sua manifestação e me associar a ela, porque, efetivamente, eu considero que o assunto precisaria ser um pouco melhor analisado e, talvez, melhor especificada qual é a condição de "notório saber", qual é a condição de "efetiva necessidade" e em que circunstâncias, efetivamente, se poderia utilizar, depois de muitas outras tentativas, o conhecimento de alguém que não tivesse a formação adequada. Porque – reconheço – que, da forma como o projeto estava elaborado, qualquer situação permitiria a chamada e a contratação, mesmo que temporária, de pessoas quando, eventualmente, nem todas as outras hipóteses de identificação, de convocação, de chamamento de profissionais tivessem sido esgotadas. Por isso, felicito V. Exª por sua manifestação, por seu relatório e quero me associar a ele, deixando claro qual foi meu papel e minha posição nesse processo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O senhor me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, V. Exª tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu queria esclarecer a V. Exª e também à Comissão que o próprio Relator da matéria, Senador Alvaro Dias, dialogando comigo, concorda com a necessidade de maior ponderação sobre o assunto. Eu não apresentei o requerimento de reexame da matéria sem conversar com meu líder e tenho seu total apoio nesta apresentação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não...

Não havendo mais quem queira discuti-lo, o relatório é pela rejeição.

Coloco-o em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Está aprovado.

A matéria está rejeitada.

Pela sequência das matérias que estão constando de nossa pauta, agora iremos ao item 13 que será relatado pelo Senador Valdir Raupp e que trata do seguinte.

ITEM 13
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2011

Denomina Guimarães Rosa a ponte construída sobre o Rio São Francisco, ligando os Municípios de Carinhanha e Malhada, na BR-030, no Estado da Bahia.

Autoria: Deputado Zezéu Ribeiro

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

Observações:

– a matéria constou da pauta da reunião do dia 08/11/2011;

– a matéria será votada em bloco e é terminativa. Portanto, Senador Valdir Raupp para a leitura de seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu costumo fazer os meus relatórios rapidamente, mas agora há um pedido para que eu faça o relatório completo a fim de que cheguem alguns membros da Comissão para a gente poder votar projetos terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Aqui acontecem coisas... Às vezes se pede para apressar e outras vezes para diminuir a velocidade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Senador Valdir Raupp talvez pudesse ler o Grande Sertão Veredas. Seria uma homenagem a Guimarães Rosa e daria tempo de sobra para chegarem. Talvez, até amanhã ou depois de amanhã nós tivéssemos quórum.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Muito bem.

Em sua justificação, o autor da proposição lembra que o livro "Grandes Sertões: Veredas", "obra das mais importantes da literatura universal já escrita em língua portuguesa", foi escrito a partir de uma viagem que o escritor fez pelo cerrado mineiro e pelo sertão baiano, conhecendo as gentes e as comunidades ribeirinhas, como as da cidade de Carinhanha. Destaca que, há pouco tempo, em comemoração ao centenário da emancipação desse Município, foi realizado encontro cultural sobre a obra de Guimarães Rosa, o que possibilitou contato mais direto da comunidade com a vida do literato e as histórias que contava. Por essa razão, pretende-se dotar a cidade de um marco que leve o nome desse grande escritor.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apreciado nas Comissões de Viação e Transportes (CVT), de Educação e Cultura (CEC) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

No Senado Federal, o PLC nº 20, de 2011, foi distribuído exclusivamente à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para decisão em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem so-

bre homenagens cívicas, matéria objeto do PLC nº 20, de 2011.

Como tal, constitui matéria da competência privativa da União, conforme estabelece o art. 22, XI, da Constituição Federal. Ao Congresso Nacional compete dispor sobre o assunto, nos termos do art. 48, inexistindo reserva de iniciativa para outro Poder.

A proposição é amparada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que "dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação" e estabelece que, mediante lei especial, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente à terminologia oficial, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à humanidade.

O projeto é também adequado no que tange ao mérito. Mais do que homenagear Guimarães Rosa, a proposição permite que Carinhanha tenha seu nome definitivamente associado a um dos maiores e mais originais autores da literatura brasileira. Ao dotar a cidade de um marco com o nome do escritor, a proposição cria a oportunidade para que sejam transmitidas às novas gerações da cidade as emoções geradas pelo evento cultural sobre a sua obra e o sentimento de afinidade da população local com as histórias que eternizaram a cultura, o linguajar, e os hábitos peculiares das pessoas que vivem no interior do nosso país.

Do voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, concluímos pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2011.

Este é o voto favorável, pela aprovação do projeto.

o relatório do Senador Valdir Raupp, coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, ela vai à votação. Porém, diante da falta de quórum qualificado, fica sobrestada a votação da matéria até que este seja atingido.

Quero aqui saudar o Senador Cássio Cunha Lima, que chega a esta Comissão depois de sua posse no Senado. Seja bem–vindo e queremos certamente contar com sua valiosa experiência e conhecimento para que a educação, a cultura, e também o esporte do Brasil avancem e prosperem em favor da nossa sociedade.

Nós temos apenas mais um item na pauta que poderia ser objeto de leitura e de início de discussão, que é o item 14 da pauta e que já se encontrava na mesma por três sessões consecutivas.

Portanto, eu consulto o Senador Eduardo Amorim se pode nos auxiliar fazendo a leitura do relatório como relator *ad hoc*, porque, dessa forma, todas as matérias que constam da pauta de hoje teriam seus relatórios lidos e estariam em condições de serem votadas na próxima reunião. Tenho certeza de que o Senador José Agripino e o Deputado Aelton Freitas vão até nos agradecer pela providência porque assim a matéria na próxima reunião estaria em condições de ser votada.

Se V. Exª nos auxilia.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Claro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Projeto de lei nº 66, de 2010, que denomina a rodovia Manuel Ferreira Lago Filho o trecho da rodovia BR-146 entre as cidades de Passos e Bom Jesus da Penha, ambas no Estado de Minas Gerais. De autoria do Deputado Aelton Freitas e a relatoria é do Senador José Agripino.

Observações:

1) A matéria constou da pauta das reuniões dos dias 18/10, 25/10 e 08/11/2011.

2) A matéria será votada em bloco.

Com a palavra o Senador Eduardo Amorim, como relator *ad hoc*.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Passo direto à Análise.

ANÁLISE

De acordo com o art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) pronunciar-se a respeito de matérias que versem sobre homenagens cívicas, objeto da proposição e m análise. Neste caso, por ser a única comissão a examinar o projeto, deve a CE opinar também sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa empregada.

Quanto à constitucionalidade e à conformidade com o ordenamento jurídico vigente, verifica-se que o projeto atende aos pressupostos atinentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa legislativa, tal como disposto nos arts. 21, inciso XXI, 48 e 61, *caput*, da Constituição Federal.

Verifica-se, igualmente, observância aos critérios expressos na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que permite a atribuição, mediante lei especial, de designação supletiva àquela de caráter oficial aos terminais, viadutos ou trechos de vias integrantes do Sistema Nacional de Viação. São admitidas, para esse fim, "designações de fatos históricos ou nomes de pessoas falecidas com relevantes serviços prestados à nação ou à humanidade".

Em relação à técnica legislativa, o projeto encontra-se elaborado em conformidade com os preceitos da

Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Por fim, quanto ao mérito, acompanhamos as razões oferecidas pelo autor do projeto, para quem a homenagem pretendida é dever de gratidão e justiça para com o homenageado em face da contribuição que deu para o desenvolvimento e a prosperidade do Município de Passos, no sudoeste de Minas Gerais.

VOTO

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 66, de 2010.

Esse é o relatório, a análise e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la, ela vai à votação.

Diante da falta de quórum qualificado, fica sobrestada a votação até que este seja atingido.

Quero informar aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras que teremos na próxima reunião ordinária desta Comissão, na semana que vem, várias matérias que deverão ser votadas, objeto apenas de votação uma vez que o relatório já foi lido, a matéria já foi posta em discussão e apenas teremos a votação das mesmas. Peço apenas à assessoria da Mesa que envie a todos os Srs. Senadores membros da Comissão uma relação de todas as matérias que estão prontas para votação, para que os Srs. Senadores, na próxima semana, compareçam efetivamente para que possamos votá-las.

Sabemos que, diante da aproximação do término do ano legislativo, muitas são as atividades em várias comissões, por isso a dificuldade de alcançarmos quórum nesta ou naquela comissão, nesta ou naquela oportunidade. Mas, assim mesmo, faremos um esforço para que isso seja possível.

Quero comunicar que esta Comissão, em parceria com a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura, e a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, convidam os Srs. Senadores e Srªs Senadoras para o ato público em defesa da ampliação do orçamento da cultura. O evento realizar-se-á no dia 23 de novembro do corrente, quarta-feira, amanhã, às 16h, no auditório da TV Câmara, na Câmara dos Deputados.

A matéria vai ao Arquivo.

Outra comunicação aos Srs. Senadores e Senadoras: o recebimento do convite da Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu) e dos Centro Universitário de Maringá (Cesumar) para que os membros desta Comissão participem do IX Seminário Nacional dos Centros Universitários, tendo como tema central "Tendências e perspectivas de inovação para os centros universitários", a ser realizado nos dias 22, 23 e 24 de novembro do corrente, a partir das 19h, no Centro Universitário de Maringá.

Os Srs. Senadores que desejarem uma cópia da programação poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai ao Arquivo.

Não havendo mais assuntos a tratar na presente reunião, convoco os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras para uma reunião extraordinária destinada à votação de emendas parlamentares ao orçamento, para às 12h30 nesta mesma sala, portanto, na sequência da presente reunião.

Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 64ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011 EMENDAS AO ORÇAMENTO 2012

Às doze horas e trinta e um minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Ribeiro, Marta Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Clésio Andrade e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, Lídice da Mata, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, João Vicente Claudino, Magno Malta e Marinor Brito. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Educação, Cultura e

Esporte à Lei Orçamentário Anual – LOA 2012. Neste momento, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, passa a palavra ao Senhor Senador Cristovam Buarque, relator das Emendas ao Orçamento nesta Comissão, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas ao à **Lei Orçamentário Anual – LOA 2012**: **Emendas de Apropriação: Emenda n.º 1 – Educação – Educação Infantil – "Implantação de Escolas para Educação Infantil"**, no valor de R$ 3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de reais), para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação, apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro. **Emenda n.º 2** – **Educação – Educação Básica – "Infraestrutura para a Educação Básica"**, no valor de R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação, apresentada pelos Senadores Lídice da Mata, Cyro Miranda, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro e Romero Jucá. **Emenda n.º 3** – **Cultura – "Fomento e Promoção a Projetos em Arte e Cultura"**, no valor de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), para o Ministério da Cultura, apresentada pelos Senadores Ana Rita, Inácio Arruda, Cyro Miranda e Romero Jucá. **Emenda n.º 4** – **Esporte – "Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte Educacional de Esporte e Lazer"**, no valor de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para o Ministério do Esporte, apresentada pelo Senador Inácio Arruda. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão à Lei Orçamentário Anual – LOA 2012, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares,** Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente. – Senador **Paulo Bauer,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 64ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, destinada a discutir e votar as emendas da Comissão à Lei Orçamentária Anual de 2012.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A pauta desta reunião extraordinária destina-se à análise das emendas à Lei Orçamentária Anual de 2012. O Sr. Senador Cristovam Buarque é o Relator da matéria. Por essa razão, concedo a S. Exª a palavra para a leitura do relatório e a apresentação de suas considerações.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que não foi fácil selecionar, porque todas as 65 propostas mereciam nossa consideração, mas defini um critério, com alguns pontos que vou mostrar quais são.

Vou ler o relatório.

No prazo estabelecido pela Comissão, 65 propostas de emenda de foram apresentadas ao Projeto de Lei nº 28/2011, que estima receitas e fixa despesas da União para o exercício de 2012. A distribuição das propostas pelos órgãos foi a seguinte: 40 para o Ministério de Educação, 18 para o Ministério da Cultura e 7 para o Ministério do Esporte.

Conforme consta da Resolução nº 2006-CN, esta Comissão de Educação e Cultura pode apresentar até 4 emendas, ou seja, das 65, escolhemos 4 emendas. Por esse motivo, muito embora consideremos meritórias todas as sugestões, tivemos que escolher apenas quatro. Optamos por escolher duas para educação, uma para cultura e uma para esporte. O primeiro critério, Sr. Presidente, foi esse.

Como critério inicial, eu recusei todas as emendas próprias, as emendas que tinham sido oferecidas por mim somente eu eliminei para não parecer que havia qualquer tipo de uso da Presidência da Comissão para beneficiar minhas intenções.

O segundo princípio que norteou minhas decisões foi, sempre que possível, dar preferências às proposições que combinasse o maior número de apoio recebido e o maior alcance finalístico da ação governamental. Então, emendas com mais de um Senador tiveram preferência sobre emendas de apenas um Senador.

Além disso, outro critério foi escolher as programações que normalmente não recebem significativo aporte de recursos de emendas individuais e bancadas. Procuramos saber como estavam as emendas de bancadas e individuais e eliminamos.

Finalmente, outro aspecto considerado foi a manifestação dos próprios ministérios sobre qual iniciativa mais necessitaria de apoio por parte desta Comissão.

Na área de esporte, indicamos para aprovação a proposta do Senador Inácio Arruda, que tem por objetivo o desenvolvimento de atividades e apoio a projetos

de esporte educacional e de esporte lazer no valor de R$300 milhões.

Nossa escolha considerou o fato de que o próprio Ministério informou ser mais importante suplementar a dotação consignada à manutenção das atividades específicas do que aquela dotação voltada para a construção de novos espaços. Até porque geralmente a construção de novos espaços recebe aporte massivo de emendas individuais e de bancadas.

Na cultura, decidimos apoiar a proposta apresentada pelos Senadores Cyro Miranda e Romero Jucá, que também contemplam as iniciativas da Senadora Ana Rita e do Senador Inácio Arruda, que visa ampliar o recurso para fomento e promoção a projetos em arte e cultura sob a forma de emenda aglutinativa no valor de R$500 milhões.

Ressalta-se que, no âmbito da cultura, essa foi a programação que recebeu maior quantidade de apoio e que possui maior abrangência.

Por sua vez, na educação, resolvemos concentrar nosso apoio em duas iniciativas voltadas para a educação de base. Esse é um critério que eu usei também e que não descrevi: preferência à educação de base sobre as propostas para o ensino superior. Está aqui em debate na Comissão para ver se está correto. Um específico para educação infantil e outro genérico, abrangendo todo o ensino fundamental e médio.

Acreditamos firmemente que o maior problema da educação brasileira é a má qualidade da educação básica pública. Não há como ter ensino profissional superior sem resolver primeiro a questão da educação básica. Assim, optamos por reforçar os recursos destinados a implantação de escola para educação infantil, proposta do Senador Flexa Ribeiro, no valor de R$3,5 bilhões. Com isso, será possível ampliar mais rapidamente a oferta de vagas para crianças até cinco anos, pois, como se sabe, há uma enorme carência de vagas por esse segmento.

Ainda na educação, decidimos acolher as sugestões oferecidas pela Senadora Lídice da Mata e Senadores Flexa Ribeiro, Benedito de Lira, Cyro Miranda e Romero Jucá, na forma de uma emenda aglutinativa que aportaria R$1,5 bilhão para infraestrutura da educação de base, o que contempla também a proposta do Senador Valdir Raupp.

Meu voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte delibere pela apresentação das emendas de apropriação ao Projeto de Lei Orçamentária para 2012 relacionadas a seguir: desenvolvimento de atividades e apoio a projetos de esporte, de esporte educacional e de esporte lazer no valor de R$300 milhões para o Ministério do Esporte; fomento e promoção a projetos em arte e cultura no valor de R$500 milhões para o Ministério da Cultura; implantação de escolas para educação infantil no valor de R$3,5 bilhões para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação; e finalmente, infraestrutura para educação de base no valor de R$1,5 bilhão para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação de Base.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão o parecer apresentado pelo eminente Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A matéria está aprovada, pela manifestação de todos os Srs. Senadores e de todas as Srªs Senadoras.

Quero informar a todos que, amanhã, haverá uma reunião extraordinária desta Comissão, às 10 horas, nesta sala de reuniões, em que será realizada uma audiência pública. O assunto é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), em razão de requerimento do Sr. Senador Flexa Ribeiro. Os convidados são Márcia Adriana de Carvalho, Presidente da União dos Dirigentes Municipais do Estado (Undime); Eduardo Maniary, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (FNDE – Ministério da Educação); Maria Nilene Badeca da Costa, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); o representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); e também José Maria Rodrigues, Coordenador do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar do FNDE – Ministério da Educação.

Todas as Srªs Senadoras e todos os Srs. Senadores estão convidados para essa importante audiência pública que acontecerá amanhã.

Solicita a palavra o Senador Cristovam Buarque.

Com muito prazer, ouço V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Apenas quero felicitá-lo pelo encontro de amanhã. Espero que todos venham aqui. Farei todo o possível para aqui estar.

Quero agradecer, primeiro, aos Senadores que apresentaram as propostas, todas extremamente positivas, e, segundo, à equipe que me ajudou na elaboração do Orçamento, obviamente sob a direção de Júlio Linhares e, da parte do meu gabinete, da minha assessora, Maristela Faiad. O Murilo foi o nosso consultor – ele está lá na ponta. Agradeço a todos vocês.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, quero fazer um registro sobre o relatório do Senador Cristovam Buarque, que parabenizo pelo estabelecimento de critérios e, sobretudo, pela decisão que tem o caráter eminentemente político de privilegiar, na área da educação, a educação infantil e a educação básica. São questões em que temos insistido no Congresso Nacional, porque é muito, muito importante o investimento na educação infantil e na educação básica, setores nos quais começamos a formar um novo País. Essa é uma decisão de critério, que tem caráter político e que trará resultados extraordinários se conseguirmos implantar essa política nacional, de fato. Essa decisão, para mim, foi muito significativa. Parabéns, Senador Cristovam!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Também solicitou a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

Com prazer, ouvimos V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Paulo Bauer, Srªs e Srs. Senadores, também quero parabenizar o Relator, o Senador Cristovam Buarque.

Já fui Relator de emendas de Comissão e sei o quanto é difícil resumir todas as propostas. No caso, 65 propostas foram apresentadas pelos Srs. Senadores, para que o Relator escolhesse, das 65 propostas, quatro emendas para submeter à apreciação dos membros da Comissão.

Entre todos os membros, o Presidente fez a melhor escolha, optando pelo Senador Cristovam Buarque. Se alguém, entre os membros da Comissão, pode representar a educação neste País, esse alguém é o Senador Cristovam Buarque. O Senador Cristovam fala por todos nós, ensina a todos nós e deu a demonstração de que pôde escolher bem, como o Senador Inácio Arruda já disse, ao privilegiar a educação infantil e a educação básica.

Precisamos, realmente, formar as gerações que estão vindo, que estão chegando. Precisamos preparar o Brasil do amanhã, as novas gerações, pela educação. O Senador Cristovam Buarque é muito "criticado", porque dizem que ele é um "samba de uma nota só". Mas é isso mesmo, Senador! Continue dessa forma!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Esse é o samba mais famoso do Brasil. Não é verdade?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Exatamente.

O senhor vai chegar lá! E quero dizer que sou seu seguidor. Continue tocando esse samba, que vamos atrás! E vamos conseguir fazer esse Brasil do amanhã com esse samba de uma nota só. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Feito o registro pelo Senador Flexa Ribeiro, esta Presidência também quer se associar às manifestações aqui apresentados e cumprimentar o Senador Cristovam Buarque pelo seu trabalho.

Declaro encerrada a presente reunião, convocando reunião extraordinária de audiência pública para amanhã, às 10 horas.

Muito obrigado.

(Iniciada ás 12 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada ás 12 horas e 43 minutos,.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 65ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011. AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e um minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Armando Monteiro, Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Clésio Andrade e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Roberto Requião, Geovani Borges, Garibaldi Alves, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Maria do Carmo Alves, José Agripino, João Vicente Claudino, João Ribeiro, Magno Malta e Marinor Brito. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 57/11–CE, de autoria do Senhor Senador Flexa Ribeiro, destinada a discutir **"O Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar"**. Como expositores, comparecem à Audiên-

cia Pública a **Senhora Márcia Adriana de Carvalho, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio Grande do Sul – UNDIME; Senhor Eduardo Manyari, Programa Nacional de Alimentação Escolar do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação – MEC; Senhora Maria Nilene Badeca da Costa, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; Senhora Lourene Mariano da Silva, Técnica da Área de Educação da Confederação Nacional de Municípios – CNM e Senhor José Maria Rodrigues, Coordenador Geral do Programa de Apoio a Alimentação Escolar do Funda Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação – MEC**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Flexa Ribeiro, autor do Requerimento e os Senhores Senadores Cássio Cunha e Lima, Paulo Bauer, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e quatorze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. Senador **Paulo Bauer,** ice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 65ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Srs. e as Srªs que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 57/11-CE, de autoria do Sr. Senador Flexa Ribeiro para realização da audiência pública destinada a debater o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Dr. Júlio Linhares, que acompanhe os convidados a tomarem assento à mesa.

Quero dar as boas-vindas à Srª Márcia Adriana de Carvalho, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, de São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul.

Também quero saudar o Dr. Eduardo Manyari, representante do Ministério da Educação e dirigente do FNDE, responsável pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. Saúdo a Profª Maria Nilene Badeca da Costa, Presidente do Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), que eu já tive a honra de integrar, e Secretária de Educação de Mato Grosso do Sul.

Cumprimento igualmente e dou as boas-vindas a Lourene Mariano da Silva, técnica da área de educação da Confederação Nacional dos Municípios. E também cumprimento José Maria Rodrigues, Coordenador do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar do FNDE, neste ato representando também o Ministério da Educação.

Informo aos nossos convidados que, em que pese o tema ser bastante complexo e abrangente e obviamente merecer uma apresentação bem demorada para que se possa compreender toda sua amplitude, eu infelizmente não disponho de mais de uma hora para a audiência dos senhores e das senhoras. Depois desse tempo, os Srs. Senadores, a começar pelo proponente da audiência pública, terão oportunidade de apresentar os seus questionamentos e sugestões e daí teremos mais um tempo de aproximadamente cinco minutos para cada um fazer observações acerca das manifestações dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

Esta audiência está sendo objeto de divulgação, de cobertura pela Agência Senado, pela TV Câmara, pela Rádio Senado e pelo *Jornal do Senado*. Portanto, todas as informações e todas as observações que aqui forem feitas serão de conhecimento público por esses meios e por outros que obviamente dão cobertura aos trabalhos da Comissão e do Senado. Estamos, inclusive, ao vivo pela TV Senado neste instante.

Portanto, seguindo a regra que eu mesmo estabeleci em várias outras audiências públicas, nós começamos de um lado para outro e, na outra audiência, exatamente na direção inversa. Depois, na réplica, mudamos a posição. Nem lembro, confesso, qual foi o lado que comecei da última vez... Foi da minha direita para a esquerda; então, hoje, será da esquerda para a direita.

Não há nenhum critério de preferência porque a Mesa cuida de colocar as pessoas aqui na mesa por ordem alfabética, observando o nome do órgão que representam. Portanto, concedo a palavra à Srª Márcia Adriana de Carvalho, Presidente da União Na-

cional dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio Grande do Sul (Undime) e Secretária de Educação do Município de São Francisco de Paula, pelo prazo de 15 minutos. Informo que, quando a campainha toca, é porque ainda falta um minuto para o encerramento da sua apresentação.

Muito obrigado.

A senhora tem a palavra.

A SRª MÁRCIA ADRIANA DE CARVALHO – Bom dia, Senador Paulo, que coordena esta audiência pública; Senador Flexa, proponente desta audiência pública. Quero cumprimentar os companheiros de audiência, Eduardo Manyari, representando o Ministério da Educação, o FNDE no Programa Nacional de Alimentação Escolar; Profª Maria Nilene Badeca da Costa, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação dos Estados; a representante da área de educação da CNM, a Lorene; e também o Prof. José Maria, que coordena o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (FNDE), no MEC.

Falar nesta audiência, como já foi referido na abertura dos trabalhos, sobre dois programas nacionais bastante complexos e em 15 minutos acaba sendo bastante complicado para que nós possamos fazer um apanhado geral. Mas alimentação escolar e transporte escolar são duas políticas: uma de acesso e outra de permanência na escola. São assuntos extremamente importantes para tratarmos hoje nesta audiência publica e nos referindo basicamente às necessidades que temos para a qualificação dos programas já existentes. É importante registrar, nesta audiência, que alguns avanços nós já obtivemos a partir das lutas permanentes de Estados, Municípios e Distrito Federal para a qualificação do programa, mas ainda temos muito a percorrer.

Represento aqui a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), sou Dirigente Municipal do Município de São Francisco de Paula, no Rio Grande do Sul, atual Presidente da Seccional do meu Estado e Diretora de Comunicação da Undime Nacional. Então, é bastante importante este momento que temos para sermos ouvidos, como gestores municipais, para que possamos qualificar esses programas de política e acesso de permanência dos nossos estudantes na escola, a fim de que tenhamos qualidade nessa educação que nos propomos a realizar.

Eu pediria para passar o próximo *slide*.

Vou começar falando sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Pnae. Aqui trago um esboço das questões de legislação vigente. Nós temos aspectos legais a serem cumpridos, e um dos que mais demanda necessidade é a implantação da Lei nº 11.947, de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) aos alunos da educação básica, alterando a legislação anterior sobre transporte escolar, que é a 10.880, a 11.273, a 11.507, revogando dispositivos de medidas provisórias e leis anteriores e dando providências necessárias para a adequação.

O que nós entendemos em relação à legislação? Ela é necessária, nós temos que ter critérios bastante claros, definidos, porém precisamos verificar algumas alternativas para que tenhamos a qualificação desse programa.

No próximo *slide*, a gente tem a questão da regulamentação em si, em linhas gerais, do programa da alimentação escolar.

O Pnae é uma transferência de recursos financeiros para garantir a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica, desde a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos – e aqui a ressalva de que conseguimos a ampliação do repasse desses recursos para atendimento da educação infantil e da educação de jovens e adultos, assim como do ensino médio, nesse último período–, já que não tínhamos anteriormente, era para o ensino fundamental. Então aqui a gente tem esse avanço.

O objetivo é atender minimamente as necessidades nutricionais dos alunos durante a permanência na escola, então seja de turno parcial, seja de turno integral, tem esse objetivo. Não podemos esquecer do caráter suplementar, mas nem por isso vamos deixar sempre de pleitear novos recursos para isso, conforme prevê a nossa Constituição, e temos um valor, então, repassado – também já houve ampliação desse valor no último período – de 30 centavos por dia para cada aluno matriculado na pré-escola, ou seja, estudantes de 4 e 5 anos, no ensino fundamental, no ensino médio e também para educação de jovens e adultos. Então, esses 30 centavos por dia para garantir a alimentação desses estudantes nesses níveis e modalidades.

Para creches e escolas indígenas, então atendendo às crianças da educação infantil até 3 anos e nas escolas indígenas e quilombolas, nós temos um valor de 60 centavos por dia; e nas escolas que oferecem ensino integral por meio do Programa Mais Educação, nós temos 90 centavos por dia.

Esses valores são os valores, então, *per capita* recebidos pelos alunos matriculados nas redes públicas e também nas entidades filantrópicas.

No próximo *slide*, eu passo a apresentar alguns limites e algumas possibilidades que, como Municípios, a Undime tem sido questionada; e aqui, nesta audiência pública, está tendo, então, a oportunidade de discutir.

Inicialmente, falei dos aspectos legais, que o que mais estava nos preocupando para a implementação e o cumprimento das exigências legais para além das resoluções do FNDE é a implementação da Lei nº 11.947, que destina 30% do valor – no mínimo 30% do valor – para serem investidos na compra direta dos produtos de agricultura familiar.

Nós recebemos diariamente, na condição de presidentes das seccionais da Undime, solicitações de auxílio, apesar de todas as questões de capacitação que o FNDE tem oportunizado juntamente com outros órgãos, inclusive do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios, mas há uma dificuldade muito grande de cumprimento dessa legislação por parte de alguns Municípios, em função da organização dos produtores locais.

Em alguns lugares, temos a informação de que não há produção necessária de agricultura familiar para o atendimento dessa previsão legal, enfim, e, em algumas situações, há demanda de uma organização, de montagem de um edital de chamamento público bastante complexo para que haja esse atendimento, o que, segundo relatos, tem encarecido muitíssimo, então, esse chamamento público, os valores a serem repassados, que também têm um regramento a ser cumprido.

Então, nas nossas discussões, o que pedimos... E aqui, quando nos referimos ao termo "flexibilização", isso não significa dizer e aceitar que a legislação não será cumprida, mas que há necessidade de que ajustemos essas questões nos Municípios e nos Estados que têm essa dificuldade, porque, na grande maioria das vezes, o Poder Público tem que auxiliar na organização dos produtores locais, para que possamos, então, efetuar a compra direta, a partir da previsão legal nesse sentido.

Portanto, o relato, por exemplo, do meu Município, em particular: com a legislação aprovada em 2009, passamos desde a aprovação da legislação, que foi em junho, até meados do ano passado auxiliando os produtores locais a se organizarem, a montarem uma cooperativa, para, aí, sim, terem condições de participar do edital de chamamento público e cumprir as questões legais para essa participação.

Então, uma das dificuldades que nós entendemos que podem ser negociadas, enfim, é diante dessas necessidades para o cumprimento desse preceito legal. E entendemos, sim, que essa é uma forma de valorizarmos a produção local, incentivando, inclusive, a agricultura familiar com o desenvolvimento local e regional a partir da produção e do consumo desses produtos no próprio Município, além, obviamente, de qualificar a alimentação escolar. Mas, na implementação, na execução desse preceito legal, nós encontramos algumas dificuldades significativas em alguns Municípios. Dependendo da organização dos setores no Município e no Estado, algumas facilidades acontecem para essa organização, mas para Municípios pequenos, que não têm equipes qualificadas e uma atividade mais incisiva na agricultura familiar, essa dificuldade acaba sendo mais acirrada.

Outra questão é que nós somos questionados, como Municípios, por uma determinação legal de atendimento dentro das nossas responsabilidades de atendimento da educação infantil e compartilhando o ensino fundamental, nós somos questionados pelos secretários municipais de educação em relação ao repasse dos recursos da alimentação escolar.

Nós temos um repasse de dez meses dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Isso não significa que esse número de repasses tenha que ser alterado. Mas há o entendimento por parte dos gestores municipais de que o valor possa ser ampliado no sentido de que a educação infantil minimamente funciona durante onze meses, porque não tem número de dias letivos efetivos para serem cumpridos, como o ensino fundamental tem.

Nessa perspectiva, se as instituições de educação infantil mantidas pelos poderes públicos municipais funcionam onze meses, que o repasse desses dez meses tivessem pelo menos ampliação de mais o equivalente a uma parcela, no mínimo, para que pudesse corresponder a esse auxílio suplementar para a educação infantil, principalmente no que diz respeito às instituições que funcionam em turno integral, onde minimamente se oferecem cinco refeições. Então, é necessário, sim, que essa complementação de recursos, esse valor de uma parcela adicional pudesse ser incluído nos dez repasses para que nós garantíssemos, no funcionamento desse mês a mais, na educação infantil, a mesma suplementação mantida para os dez meses outros de funcionamento, assim como acontece no ensino fundamental. Então, entendemos essa reivindicação como sendo uma necessidade real, porque a educação infantil é onde hoje os Municípios têm um maior investimento a ser feito para atender a demanda manifesta, e que está reprimida por muito tempo em função do financiamento, que acaba tendo apenas a partir de 2007, com a aprovação do Fundeb, mas que, no caráter suplementar do Programa de Alimentação Escolar, precisa ter esse olhar mais específico.

E obviamente, nós falamos em reajustes dos valores, embora já tenhamos conquistado, ao longo dos últimos tempos, avanços nesses percentuais. Mas entendemos que, tanto para a educação infantil quanto para a educação integral, os valores repassados pre-

cisam ser revistos, porque, se temos 30 centavos por aluno para uma refeição e, tendo cinco refeições num atendimento de turno integral, esse valor de 90 centavos também pode ser redefinido, ao mesmo tempo em que os 30 centavos diários para pré-escola, para ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos podem ter essa necessidade.

Esses limites e possibilidades aqui expostos nesta audiência pública têm o respaldo de boa parte dos dirigentes municipais de educação, que têm essas reivindicações. Portanto, é por esse motivo que trago esses três limites, com a possibilidade de atendimento dessas reivindicações, para serem aqui discutidos nesta audiência pública por todos os parceiros da Mesa e os questionamentos necessários a serem feitos.

Agora passo a falar um pouco mais sobre o transporte escolar.

No Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, nós temos tido avanços significativos em relação a esses aspectos, em função da criação também, dentro desse programa maior, do Caminho da Escola.

Com o Caminho da Escola, nós temos oportunidade de receber veículos para a realização do transporte escolar nos Municípios e Estados, seja por repasse, através de convênio, do recurso pelo Governo Federal, seja por financiamento, ou seja também por adesão à ata de registro de preços e aquisição com recursos próprios do Município. Mas aqui eu vou me ater especificamente à questão do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, que é o repasse direto para os Municípios dos valores referentes aos alunos matriculados e transportados do interior.

Aqui estão os aspectos da resolução. No próximo *slide*, há uma síntese do funcionamento do Pnate, mas eu vou passar, em função do tempo, à última lâmina, que fala desses limites e possibilidades.

Aqui, a gente fala de valores. Os valores repassados precisariam sofrer um reajuste. Porém, entendemos, como União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, que esse reajuste é necessário, sim, mas será preciso que ele seja associado a uma orientação específica para a execução dos recursos. Se observarmos nas contas dos Municípios especificamente o Pnate, como nos referimos, veremos que sempre há, em alguns casos – isso não significa que são todos os Municípios –, uma reprogramação dos recursos dessa conta. Mas os recursos são insuficientes para a execução do programa. Então, aqui, falamos da necessidade do reajuste dos valores, em função da extensão territorial, do número de alunos transportados, dos critérios que compõem essa definição, mas também os Municípios devem ter uma orientação mais específica junto às suas Secretarias de Educação e de Fazenda, já que o dispositivo legal de que os gestores municipais sejam os ordenadores de despesa não é algo que seja cumprido efetivamente. Mas os Municípios devem ter uma orientação maior para que isso aconteça. Se pleiteamos mais recursos para o transporte escolar, precisamos fazer com que os recursos executados dessas contas sejam, ao final do ano, plenamente executados, para justificar, então, essa reivindicação.

Há outra situação que também nos preocupa: temos o prazo até 2016 para atender à Emenda Constitucional nº 59, por meio da qual haverá obrigatoriedade de matrícula para as crianças de 4 anos e de 5 anos. Portanto, deve haver essa política de acesso. Entendemos também que a política de acesso definida no Pnate serve para alunos residentes na zona rural, mas essa será uma necessidade também – e há de se pensar em outros programas – de estudantes não residentes na zona rural, porque, nas grandes cidades e nas capitais, executam-se transportes na zona urbana e não há respaldo legal para essa complementação de recursos, como aquela com que contam os estudantes residentes da zona rural.

No transporte feito na educação infantil, o que nos preocupa também é a adequação, conjugando a legislação do Código de Trânsito Brasileiro e a necessidade do acompanhamento das crianças de 4 anos e de 5 anos no transporte escolar, e o custo, que acaba sendo diferente com essas necessidades de adequação.

Também precisamos fazer uma discussão para a consolidação dos dados do Censo Escolar entre Municípios e Estados. O repasse dos recursos sempre é referente ao número de alunos do Censo anterior, mas o que se verifica é que, na prática, muitas vezes, o número de alunos transportados no período do Censo é superior ao repasse que, depois, acontece. Então, já trabalhamos muito em parceria com o Consed e com o Inep para que essa consolidação dos dados fosse feita em conjunto, para que não houvesse prejuízo para um número significativo de alunos. No meu Município, de um ano para outro, houve uma diferença de 270 estudantes, que estavam matriculados no período do Censo e que não foram informados como sendo alunos usuários do transporte escolar e oriundos da zona rural. Então, isso causa mais um prejuízo para quem executa o serviço de transporte escolar, que, na grande maioria, são os Municípios.

Quanto a uma última questão, é preciso que haja uma discussão que envolva, além de entidades ligadas à educação, outras instituições, como o Ministério Público e como o Judiciário: trata-se da regulamentação do transporte escolar em cada Município, para que isso seja, de fato, cumprido, pela questão das distâncias.

Muitas vezes, os Municípios acabam sendo obrigados a transportar estudantes que residem a um quilômetro ou a um quilômetro e meio da sua escola pelo Ministério Público, por exemplo. Os Municípios são notificados e têm de realizar esse transporte, sob pena de pagar uma multa diária, que acaba sendo superior à realização do transporte escolar. Temos o entendimento de que algumas regras comuns acordadas com todas as instituições que garantem o direito à educação devem ser efetivadas para que os Municípios contem com isso. No meu Município, por exemplo, há a regulamentação do transporte escolar, há uma quilometragem mínima definida, mas ainda há ações, via Ministério Público, de execução de transporte para além do que está posto na regulamentação do serviço de transporte escolar realizado pelo Município. Então, esses aspectos também trazem a força da Undime, reivindicação dos dirigentes municipais de educação de todo o País.

Agradeço o tempo disponibilizado e me coloco à disposição para os questionamentos *a posteriori*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos a Profª Márcia Adriana de Carvalho pela sua apresentação e concedemos o tempo de 15 minutos ao Sr. Eduardo Carlos Manyari, informando que, com a apresentadora que encerrou sua exposição, nós fomos tolerantes e ultrapassamos em 5 minutos o tempo. Por isso eu vou ser justo com os demais e vou ser implacável no limite da tolerância, senão, não vamos conseguir cumprir com o calendário de trabalhos da Comissão.

Por favor, Prof. Eduardo com a palavra.

O SR. EDUARDO CARLOS MANYARI – Sim. Bom dia a todos.

Cumprimento os membros da Mesa. Já fomos todos apresentados. Cumprimento todos os participantes também.

Eu havia preparado uma apresentação um pouquinho mais comprida, com mais *slides*, mas, como o tempo é curto, vamos avançar de forma um pouco mais rápida. A Márcia já deu algumas informações que vão facilitar um pouco o lado do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Como definição – podemos passar –, entende-se por alimentação escolar todo alimento que é oferecido no ambiente escolar, independentemente da sua origem, no período letivo de 200 dias, basicamente considerando tudo aquilo que está normatizado dentro da resolução.

Pode passar, por favor.

Algumas diretrizes são básicas, como o emprego da alimentação saudável e adequada e a inclusão da educação alimentar e nutricional. Aqui temos alguns detalhes dessas diretrizes, que são muito importantes no sentido de que, há alguns anos, a merenda escolar era considerada simplesmente como um alimento. Hoje em dia, houve uma mudança cultural no sentido de que se ensina o aluno a se alimentar bem. Então, tem essa inclusão na educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem.

Participação da comunidade no controle social. Aqui há um aspecto interessante porque nós falamos de um total de perto de 50... São 46 milhões de alunos que atendemos, num total de 5.565 Municípios e 200 mil escolas. Então, seria muito complicado o controle, em todos os sentidos, pelas entidades do Governo. A solução é por meio desse controle social, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar.

Apoio ao desenvolvimento sustentável.

Direito à alimentação escolar.

Próximo.

A descentralização das ações e a articulação em regime de colaboração. Anteriormente, os recursos eram centralizados. Hoje em dia, são descentralizados. Cada prefeitura municipal recebe uma importância que é definida em função de um *per capita* por aluno, em função do número de alunos que ele tem no Município. Isso é muito importante, e mais na frente vou fazer um pequeno comentário a respeito.

E apoio ao desenvolvimento sustentável com incentivos para a aquisição dos gêneros produzidos em âmbito local, preferencialmente pela agricultura familiar.

Próximo.

Os eixos hoje em dia são basicamente dois. Um deles é a educação alimentar, que tem o eixo pedagógico. Ensina bons hábitos alimentares aos alunos, respeitando a cultura local. Na formação, como esse programa é muito amplo, tem que se educar praticamente todos os atores que participam do programa: os membros do Conselho de Alimentação Escolar, as merendeiras, as cozinheiras, todo o pessoal que vai lidar com os alimentos. Então, existe essa preocupação constante não somente com funcionários da casa, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, mas também com o apoio da Secam. Vou mencionar isso um pouquinho mais à frente.

Há também estudos, pesquisas e projetos ligados a essa educação alimentar.

O outro eixo é a própria oferta das refeições, com a elaboração do cardápio por uma nutricionista que conhece profundamente o assunto em função da faixa etária, em função dos vários fatores nutricionais, obedecendo às normas estabelecidas na resolução.

Temos esse processo de aquisição dos alimentos, preparo dos alimentos e distribuição das refeições. São os grandes eixos que a gente tem no Pnae.

Próximo, por favor.

Os princípios são os direitos humanos à alimentação adequada. Nós temos a sustentabilidade, continuidade, universalidade. Todos os alunos matriculados na rede pública têm direito a essa alimentação escolar, respeito aos hábitos alimentares, são diferentes os hábitos alimentares de uma pessoa que mora no Rio Grande do Sul e de outra que mora no interior do Piauí. Um come peixe, o outro come farofa, o outro come mais carne e por aí vai. O Brasil é um país de dimensões continentais, e a gente já sabe, por 55 anos de experiência no assunto, que se o aluno não gosta do alimento pode até faltar à escola, se for o caso.

Já mencionei a questão do controle social, são quase 200 mil escolas; então, tem que existir esse controle social. Seria muito oneroso para o governo controlar na ponta tudo aquilo que está sendo executado. Ainda temos muitos problemas, por isso a gente trabalha muito na formação desse pessoal no Conselho de Alimentação Escolar.

Há a responsabilidade dos entes federados e também há equidade. Quando a gente fala de equidade, nós estamos falando que há alunos que têm problemas de saúde, alergia, celíacos, que têm especificidades diferentes. Eles também têm, de acordo com esses princípios, direito de serem alimentados, e a nutricionista cuida dessa situação e obviamente ensina as merendeiras, ensina no processo de compra de alimentos. É um conjunto de ações que tem que obedecer aos princípios definidos pelo Programa Nacional de Alimentação.

Próximo, por favor.

O objetivo do Pnae é contribuir para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem ou rendimento escolar e formação de hábitos alimentares saudáveis nos alunos.

Próximo.

Como ações educacionais, nós agimos trabalhando com questões de ambiente e de saúde. Nessa questão do ambiente, nós trabalhamos com essa questão do consumo consciente dos alunos, a preservação da água e da terra e a sustentabilidade. Tudo isso é ensinado por meio de um projeto que anda em paralelo, que é o das hortas escolares. Nas escolas são implementados projetos de hortas escolares nos quais os alunos aprendem os valores dos nutrientes, como usar bem a terra, como ter cuidado com a terra, questões pedagógicas que são ensinadas a eles, utilizando plantações de vegetais formando triângulo, retângulo; em outras palavras, tem uma conexão curricular com outras áreas do ensino.

Na saúde, são ensinados aos alunos os valores dos alimentos, quanto à nutrição, à alimentação materna, quanto ao crescimento e desenvolvimento, e há ações de rendimentos e aprendizagem.

Próximo, por favor.

Existem também, em paralelo... Quando a gente fala em indicadores educacionais, pela experiência, nós sabemos, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, que, quando se oferece a alimentação escolar, o aluno rende mais, os alunos têm menos incidência na repetência, assiduidade. Os indicadores em geral melhoram bastante, mas não é só a alimentação escolar que cria essa melhora, tem também o dinheiro direto na escola, a saúde do escolar, o livro didático, a construção de escolas. No Brasil, há o LSE, o levantamento da situação educacional, que também dá as diretrizes de como proceder à priorização do que é mais necessário para o Município, um deles é a construção de escolas, a formação de professores, que é superimportante, não somente na questão das próprias matérias, mas também na questão da alimentação, essa interação que tem que existir entre todos os aspectos de alimentação escolar; o programa de educação continuada a distância.

Próximo, por favor.

Quanto à clientela atendida, a colega Márcia já fez menção a esses recursos. Como já mencionei anteriormente, os recursos são repassados ao prefeito e, só para se ter uma ideia, *grosso modo*, de como esse programa evoluiu a partir dessa estratégia Fome Zero do Governo, no ano de 2003, eram aplicados um pouco menos de R$1 bilhão no Programa Nacional de Alimentação Escolar e, em 2010, o orçamento aumentou para mais de R$3 bilhões. Nós estamos falando de um total, para a agricultura familiar, por exemplo, quando a gente fala desses impactos, da possibilidade de se ter R$1 bilhão à disposição... Quando a gente fala em agricultura familiar, estamos falando do mínimo, porque pode ser 50%.

Existe aqui um aspecto que acho importante mencionar. Quando falamos desses recursos, falamos de um recurso complementar que vai cobrir 20% da necessidade nutricional do aluno durante o dia na escola. Mas o que acontece? O resto dos recursos é o Município que aporta. Mas, pela experiência, sabemos que 75% dos Municípios não fazem esse investimento, porque simplesmente não têm, têm outros problemas. Tem que existir no mundo atual, no meu ponto de vista, nessas economias chamadas *knowledge economies*, economias do conhecimento, em que já se sabe que os países melhores preparados, a sociedade melhor preparada produz muito mais, tem que se olhar sempre a questão da alimentação escolar como investimento, e não como despesa. E tem que ser priorizada.

Nós alimentamos 46 milhões de alunos.

Próximo, favor.

Já mencionei a importância do controle social por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar em cada Município. Se um prefeito quer participar do Programa Nacional de Alimentação Escolar, ele tem que ter obrigatoriamente um conselho de alimentação escolar e um nutricionista. Então, tem que ter dois profissionais, em cada conselho, da área de educação, dois representantes da sociedade civil, um do Executivo e dois de pais de alunos.

Próximo, por favor.

Inicialmente não tínhamos número de nutricionistas suficiente. Hoje em dia isso aumentou. Os Municípios não tinham nutricionistas, um emprestava nutricionista para o outro, e hoje em dia 87% dos Municípios têm nutricionista.

Próximo.

O responsável técnico do programa é a nutricionista, que programa, elabora o cardápio, dá educação alimentar, participa do edital de compra, porque ela faz o levantamento da quantidade de alimentos necessários para alimentar todas as escolas do Município, pratica os testes de aceitabilidade, ensina todas as metodologias para o pessoal de controle higiênico e sanitário, forma recursos humanos, trabalha em conjunto com projetos e pesquisas, faz avaliação nutricional dos alunos e também faz parte do controle social.

Próximo, por favor.

A lei, como já foi comentada pela Márcia, a 11.947, 30% dos recursos trouxe um avanço importante: a dispensa do processo licitatório. A Resolução 38 normatiza as formas de compra e cria também esse instrumento de chamada pública, que já foi mencionado.

Próximo, por favor.

Esse programa de alimentação tem uma sequência de prioridades. Quando não há o produto no Município, compra-se na região; se não há na região, no território rural; se não, no Estado, se não, no País. E a agricultura familiar prioriza sempre o produtor formal; em segundo lugar está o produtor informal.

Próximo. Falta um minuto.

Aqui há uma pequena explanação de um passo a passo para compra da agricultura familiar. Vocês estão de posse desse documento.

Podemos passar para o próximo, porque já acabou o tempo.

Para que sejam executados todos esses trabalhos em nível nacional, estamos falando de uma equipe de aproximadamente 40 pessoas no FNDE. Contamos, então, com o Cecane. São centros colaboradores que ajudam no Brasil inteiro com capacitação, fortalecimento da agricultura familiar, assessoria aos Municípios, basicamente.

Próximo.

Vou finalizar agora, falando dos grandes impactos que há no meio ambiente, na saúde. Esse programa, no futuro, vai economizar recursos do Ministério da Saúde, porque as pessoas vão se alimentar bem; na agricultura, vai fortalecer o homem no campo; na economia, porque vai fortalecer as economias locais, vai melhorar o índice de higiene no Brasil.

Então, meio ambiente, porque há um impacto geral; meio ambiente é algo superimportante na cultura dessa nova geração para nossa sobrevivência e do mundo com melhor qualidade de vida.

Bom, é isso aí, senhores!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos ao Prof. Eduardo Manyari pela sua apresentação e pela objetividade.

Passamos a palavra à Srª Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Profª Maria Nilene Badeca da Costa.

A SRª MARIA NILENE BADECA DA COSTA – Bom dia a todos! Eu quero aqui cumprimentar o Senador Paulo Bauer, que preside esta audiência pública; cumprimentar os demais colegas apresentadores.

Pode começar apresentando o *slide*.

Isso aqui já foi colocado pelo Eduardo, o montante que é distribuído com relação aos Estados.

Pode dar continuidade. Temos que ser bem rápidos.

Na alimentação escolar, temos nos Estados três modelos de distribuição da merenda escolar: o centralizado, quando os Estados adquirem os gêneros e os distribuem para as escolas; o escolarizado, em que ele, recebendo o recurso do FNDE e do Ministério da Educação, repassa-o através da unidade executora, ou APM, ou associação de pais, para as escolas; o terceirizado, que compra o serviço de uma empresa para terceirizar a merenda; e o municipalizado, em que repassa também o recurso para o Município, que atende as duas redes: a rede municipal e a rede estadual. E aqui mostra quais os Estados que aplicam esses modelos.

Pode passar.

Dificuldades e desafios. A implantação da aquisição dos gêneros alimentícios por meio da agricultura familiar, Lei nº 11.947.

Depois vou apresentar para vocês um quadro que apresentamos ao Ministro Fernando Haddad e também à Presidente do FNDE do cumprimento de como os Estados estão atendendo essa legislação.

O valor *per capita*: nós achamos que é um valor muito baixo, principalmente para o período integral e

para o Mais Educação. Sempre o Estado tem que estar complementando para dar esse atendimento.

A falta de financiamento.

A adequação das escolas, principalmente quando se trata de período integral e do Mais Educação, para o refeitório, as cozinhas, os utensílios, equipamentos, dar esse apoio aos Estados.

O transporte e armazenamento, principalmente as distâncias nas regiões Norte e Nordeste, para que esses gêneros cheguem até a escola, problema ainda mais acentuado nas comunidades indígenas.

Pode passar.

Alimentação no ensino médio e no EJA, que foi implantada a partir de dois anos atrás. Essa adaptação, essa necessidade de termos na escola a pessoa, a figura da merendeira, para que faça essa alimentação para esses jovens.

Nas escolas indígenas, como eu disse, a dificuldade de esse gênero chegar à aldeia e a dificuldade que têm os gestores em realizar o processo licitatório em razão da complexidade, principalmente quando esse recurso é repassado através da unidade executora para a escola.

Pode passar.

Mas o maior problema que os Estados estão enfrentando é a aplicação da Resolução 38 do FNDE e com relação à agricultura familiar.

Pode passar.

Nós apresentamos este quadro porque a preocupação nossa é, para que os Estados e os Municípios não fiquem inadimplentes, do não cumprimento dessa legislação, porque foi uma medida sobre a qual não foram consultados os Estados, se eles tinham condições de aplicar, de adquirir, no mínimo, 30% da agricultura familiar. Aqui os únicos Estados que estão conseguindo atender 17% é o Acre e o Ceará. Nós temos Estados que estão com 0%, que não estão conseguindo dar esse atendimento.

Pode passar.

Aqui dizemos por que essa dificuldade.

Em vários Municípios, nem sequer existem os agricultores familiares. Faltam fornecedores; faz-se a chamada pública, e não atendem. Os Municípios, nesse caso, são mais atendidos porque estão próximos. Então, não sobram esses gêneros para que se atendam as escolas estaduais. Muitas vezes, faz-se uma, duas, três chamadas públicas e não há quem forneça. Por quê? Muitas vezes, a produção é insuficiente, eles não têm como apresentar essa nota fiscal. Muitas vezes o gênero custa bem mais caro fornecido por eles por todas essas dificuldades. E também o acesso a esses agricultores e o acesso deles a fornecerem também para as escolas.

Pode passar.

Disso eu já falei, a falta de habilitação.

Então, há vários questionamentos. E também existe um valor estipulado, que parece que aumentou para R$20 mil, estabelecido pelo MDA. E muitas vezes os produtos não possuem o selo de qualidade que é exigido pela inspeção sanitária. Então, tinha que haver uma integração do MDA com o sistema de inspeção, com esses órgãos, Agraer, Empaer, Emater, para apoio. É um programa bom? É. É um incentivo ao pequeno agricultor, aos assentamentos? É. Mas precisa haver uma integração de todos esses órgãos em apoio a esse pequeno agricultor.

Pode passar.

Ações que as secretarias estão fazendo.

Aqui eu já disse. Aproximação com a Agraer, Emater; ampliação do quadro de merendeiras e nutricionistas – e já foi mostrado aqui que foi ampliado. Então, todas essas ações as secretarias estaduais estão desenvolvendo, para dar melhor atendimento à alimentação escolar. A prestação de contas, o processo licitatório na aquisição dos gêneros.

Pode passar.

Ações também: adequações na instalação física, a qualidade de gêneros que são adquiridos. Quando existe uma denúncia, existe uma apuração imediata pelas secretarias de Estado, verificando, inspecionando, abrindo sindicância junto às escolas. Os cardápios que são elaborados pelas nutricionistas.

Pode passar.

Sugestões. Quais são as sugestões do Consed? O aumento do valor *per capita*, principalmente quando se trata do Mais Educação e do período integral; alteração imediata do art. 14 da Lei 11.947, que não tem condições; dar um prazo, uma adequação depois da integração com esses outros órgãos; esse cronograma de adaptação às realidades regionais; alteração da legislação, principalmente no atendimento às comunidades indígenas.

No Estado de Roraima, demora-se 15, 20 dias para que esses gêneros cheguem lá. No Amazonas, a mesma coisa, um mês para se chegar nos barcos. Então, tem que haver critérios diferenciados para esse atendimento.

A disponibilidade de recursos para compra de utensílios, equipamentos; o contato direto com os técnicos do FNDE, principalmente com relação à prestação de contas. Isso aqui já foi feito. Com a nova Presidência do FNDE, com o Dr. Freitas, já tivemos reunião com o Consed, dos secretários com os técnicos do FNDE, colocando todos os problemas que estamos colocando aqui para os senhores.

Pode passar.

Entre rapidinho na outra tela. Você me dá esse desconto aqui, Paulo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Tem tempo ainda. Fique tranquila. Você ainda tem sete minutos, mais cinco.

A SRª MARIA NILENE BADECA DA COSTA – Agora vem o transporte. Como foi dito pela Márcia, esses dois programas são importantíssimos para o acesso e a permanência do nosso alunado na escola.

Aqui são os modelos. Nós temos terceirizados, mas a maioria dos Estados faz convênio com os Municípios para que esses Municípios transportem tanto a rede estadual como a rede municipal. Nós temos os terceirizados e temos as frotas próprias.

Pode passar.

Aqui, os recursos que recebemos. Estou demonstrando alguns Estados para que o Pnate repassa e que o Estado complementa, para que aconteça esse transporte lá em Goiás, lá em Mato Grosso, lá em Mato Grosso do Sul. Para o Estado de Mato Grosso do Sul, que é o meu Estado, nós repassamos, e complementamos com recursos do Estado, R$27,79 milhões por ano.

Pode passar.

Aqui fizemos uma demonstração por região. O custo aluno. Podem ver que, em Goiás, varia, é um custo mensal. Em Mato Grosso do Sul, que é o meu Estado, nós temos dois tipos: a linha mista, quando ele faz o transporte da rede estadual e da rede municipal junto; e a linha pura, quando ele transporta somente o aluno da rede estadual. Então, nós passamos um valor de R$121,00 por mês.

Pode passar.

Aqui, mais a região Nordeste.

Pode passar.

Região Norte; região Sudeste; região Sul.

Como isso vai ficar com os senhores...

Principais dificuldades. O escasso volume de recursos do Pnate. José Maria, nós estamos pedindo aqui que aumente o custo aluno. Você viu a complementação que os Estados estão dando. São vários Estados.

Condições de estradas e rodovias; precariedade da frota... Porque como é terceirizado, as empresas colocam, muitas vezes, ônibus ruins, precários.

Desafio para encontrar um valor *per capita*, então, conforme a realidade do Município. Muitas vezes, o Estado fica amarrado. Só tem aquele transporte a ser feito. Então, não tem como. Tem que aceitar aquele custo que é oferecido por aluno.

Pode passar.

Não cumprimento do contrato ou inadimplência das prefeituras. Muitas vezes, precisamos fazer o transporte, mas a prefeitura está inadimplente. Então, não tem como você fazer convênio e repassar esses recursos. Isso aconteceu conosco agora, com dois Municípios. Ainda bem que o Município continuou fazendo o transporte, não interrompeu. Aí tivemos que pedir um parecer da PGE para poder pagar, retroativo, esse transporte que foi feito.

Os diferentes horários. Nesse ponto, há muito problema com o período integral. Porque o aluno vem cedo e retorna no final da tarde. Mas o transporte feito pelo Município joga todo o transporte rural, Paulo, para o retorno após o meio-dia. Mas, para implantarmos mais período integral, tem de haver um entendimento maior. E o custo aluno do período integral é muito maior, é o dobro, muitas vezes o triplo.

O calendário escolar. Não são todos os Estados que conseguem unificar com os Municípios. No meu Estado não existe esse problema. É o mesmo calendário escolar. O dia em que se inicia o ano letivo é igual no Estado e nos Municípios.

A dimensão territorial. Aqui, nós fizemos um levantamento minucioso com relação às dificuldades e os desafios do transporte escolar em cada Estado.

Pode passar.

A falta de controle com relação às rotas estabelecidas e contratadas; a superlotação dos veículos; transportes, poucos... Muitas vezes, tem que se colocar uma *van* ou uma Kombi para transportar um aluno. Aí esse custo aluno fica bastante alto, mas o Ministério Público nos obriga a ir lá e buscar esse aluno, muitas vezes até no período noturno.

A fiscalização; as caronas... Tem que se fazer seguro para o transporte desse aluno. E aí, se você dá carona para uma família, já não está nesse seguro. E se acontece qualquer acidente, de quem é o problema? Do Estado, do Município.

Pode passar.

Sugestões. Ampliação dos recursos do Pnate; distribuição dos recursos do Pnate que levem em consideração as peculiaridades regionais; legislação unificada. Nós pedimos muito isso no encontro que tivemos com o José Maria: que tenha uma legislação unificada para ser cumprida em nível nacional. A definição de uma metodologia em nível nacional; a implantação do sistema de gestão nacional de transporte.

Nós sabemos que o Estado do Paraná tem um modelo de acompanhamento e de monitoramento muito bom e nós já pedimos ao secretário que disponibilize para os outros Estados esse modelo, esse sistema de acompanhamento. Mas o José Maria me disse – ele também deve falar na fala dele – que o MEC já está organizando um modelo.

Pode passar.

E a implantação que eu já disse, da metodologia de custos em nível nacional que uniformize a forma de apropriação dos custos de transporte escolar via sistema de gestão e também implantação de uma metodologia de indicadores de nível nacional que permita acompanhar as condições de oferta de transporte escolar via sistema de gestão. Nós precisamos disponibilizar, para todos os Estados e para os Municípios, esse sistema de acompanhamento e de gestão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Parabéns, Profª Maria Nilene. A senhora conseguiu fazer sua apresentação dentro do tempo regulamentar. Não precisou nem de prorrogação. Mas foi suficiente para que todos tivessem conhecimento das opiniões e informações do Consed.

Eu concedo a palavra à Srª Lourene Mariano da Silva, técnica da área da Educação, da Confederação Nacional de Municípios.

A SRª LOURENE MARIANO DA SILVA – Bom dia a todos.

A CNM tem algumas pontuações a fazer em relação aos programas discutidos hoje.

Em relação ao Pnae, sabemos que ele evoluiu muito ao longo dos anos, assim como o Sr. Eduardo apresentou. No entanto, há algumas moderações a serem feitas.

Hoje, são atendidas mais de 45,6 milhões de crianças. Foram disponibilizados 3,1 bilhões. No entanto, se pegarmos como exemplo o valor *per capita* da merenda para o ensino fundamental, podemos observar que, em 16 anos, houve apenas quatro alterações, ou seja, em 1994 estava em 13 centavos e passou para 30 centavos em 2010. Esse valor não acompanhou a inflação acumulada no período, de 236%, deixando uma desvalorização de 105%. Caso tivesse sido acompanhada a inflação, hoje o *per capita* da merenda seria de 42 centavos.

O programa traz desafios aos gestores, tanto municipais quanto estaduais. É necessário que haja um planejamento, para que o programa tenha mais eficácia dentro dos Municípios e Estados. Os Municípios e Estados têm de enfrentar o alto custo, uma vez que os recursos repassados pela União são em caráter suplementar, sem esquecer também de abordar a questão das melhores condições para os pequenos produtores da agricultura familiar, para que eles possam ser fornecedores do programa e, assim como já foi apresentado, também trazer grandes benefícios não só aos Municípios, mas aos Estados e ao programa nacional.

Outra questão importante que deve ser atendida é a dos conselhos alimentares. Os conselheiros precisam ter uma formação técnica e uma boa infraestrutura para o desenvolvimento; afinal, eles são parceiros dos gestores no programa de alimentação.

Os Municípios também trazem algumas reivindicações em relação ao programa. A principal delas é a questão da atualização dos valores. É necessário ser definida por lei a atualização anual dos repasses do Pnae, para que não haja congelamentos, como houve de 1994 a 2003, com o valor de 13 centavos; de 2006 a 2009, com 22 centavos; e de 2010 a 2011, com 30 centavos. Até o momento, nós não temos ainda uma previsão de quanto será esse aumento para 2012.

É necessário o aumento da participação da União no programa do Pnae. Nós sabemos que os programas alimentares não entram como despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino. Então, podem ser comprometidas outras áreas de atuação, para que os Municípios e Estados não deixem de complementar e disponibilizar a merenda escolar aos seus alunos.

A CNM também tem algumas pontuações a fazer em relação ao Programa de Apoio ao Transporte Escolar.

O transporte escolar, hoje, é um dos maiores desafios dos Municípios. É a segunda maior despesa depois da folha de pessoal. O que acontece? Atualmente, são transportados 4,7 milhões de alunos, sendo 3 milhões dos Municípios e 1,7 milhões dos Estados.

O Pnate disponibilizou, este ano, cerca de R$645 milhões. No entanto, o valor *per capita* utilizado varia entre R$120 e R$172. Um estudo feito pela CNM, em 2005, levantou dados em relação ao aluno transportado no Rio Grande do Sul; e daí nós o usamos como parâmetro, atualizando-o anualmente pelo INPC. Hoje, o valor do custo aluno seria de R$924, o que representa, então, 14,4% do total de R$4,4 bilhões gastos em transporte escolar hoje.

O transporte escolar chega a ser um conflito entre Estados e Municípios, uma vez que os Municípios, além de transportar seus alunos, também assumem a responsabilidade de transportar alunos da rede estadual. O que acontece? Embora sejam celebrados, em 19 Estados, convênios ou acordos de cooperação, o valor repassado não garante o ressarcimento integral do custo aluno transportado. Então, chegamos à conclusão, tendo como parâmetro o valor do aluno transportado de R$924 e também os valores repassados pelos Estados, de que há um débito, entre Estados e Municípios, de R$853 milhões. É o que hoje Estados devem a Municípios em relação ao custo aluno.

O Pnate impõe desafios tanto a Estados quanto a Municípios. Como já foram apresentados alguns, eu vou colocar em evidência a questão da melhora da gestão transporte escolar, para que tenha mais eficiência nos gastos, na utilização dos recursos públicos.

Também uma das maiores preocupações é assegurar a qualidade e segurança do transporte escolar.

Os Municípios fazem também algumas reivindicações em relação ao transporte escolar. Uma maior participação da União no financiamento do transporte sempre é bem-vinda, uma ajuda a mais da União. Também como no Pnae, reivindica-se uma definição por lei da correção do valor *per capita* do Pnate que venha a ser anual, ou poderia variar também pelo INPC, para que os Municípios tenham maior aporte para esse financiamento.

Outra questão que a CNM traz é da agilização da votação do PL 3.417, de 2008. Esse PL vai tratar dos convênios e do estudo que está sendo feito pelo FNDE, e está parado na Câmara dos Deputados. A aprovação do PL não resolve totalmente os problemas existentes hoje no Pnate em relação aos convênios dos Estados e Municípios, mas facilita a negociação entre eles, para que os Estados tenham como parâmetros os valores realmente gastos com transporte escolar hoje, os quais são assumidos por boa parte dos Municípios.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos a apresentação e as informações da Srª Lourene Mariano da Silva e passamos a palavra ao Prof. José Maria Rodrigues.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES – Bom dia ao Presidente da Comissão, Vice-Presidente e Presidente da audiência; aos colegas da educação: da Undime; ao Carlos Manyari, do MEC; Nilene; Lourene, da CNM. Cumprimento os Senadores na pessoa do Senador Flexa Ribeiro, que é o requerente desta reunião.

E digo para os senhores, primeiro, antes de começar a apresentação dos dados, que o transporte escolar tem que ser visto como meio de facilitar o acesso dos alunos à educação. Na medida em que se torna um problema, porque é muito custoso tanto do ponto de vista financeiro quanto do desgaste, deve ser avaliado, porque o problema não é só do transporte escolar, mas de outros aspectos da educação que precisam ser avaliados, sobretudo na distribuição da rede física que temos hoje no Brasil, com o equívoco cometido nas últimas décadas de inculcar nas pessoas, sobretudo do campo, que escolas de qualidade são somente aquelas localizadas nos grandes centros ou nas cidades, desmontando a estrutura das escolas no campo no Brasil.

O Ministério tem adotado um conjunto de ações no sentido de retomar essa discussão e investir mais recursos para manter a estrutura adequada das escolas no campo e fazer escolas com excelência de estrutura e de qualidade também na zona rural, para que os alunos do campo sintam prazer e tenham escola de qualidade também no campo.

Pode passar, por favor.

Para discutirmos transporte escolar no Brasil, não podemos desconsiderar o que temos do ponto de vista de diversidade. Temos um país de mais de 8 milhões de quilômetros quadrados, com uma população que se aproxima de 200 milhões de habitantes, sendo que destes, em torno de 16% residem na zona rural; e nós temos em torno de 1.800 Municípios com mais de 50% da população residindo na zona rural.

Há aproximadamente 53 milhões de alunos na educação básica brasileira. Destes, 7 milhões de alunos residem na zona rural do Brasil. Dos 7 milhões de alunos que residem da zona rural, 4,7 milhões de alunos, se não tiverem o transporte escolar, não podem chegar à escola para estudar.

Por favor, o próximo.

O Governo Federal, até 2003, tinha um programa que apenas repassava recursos financeiros para Estados e Municípios para comprar veículos. Mesmo assim, eram recursos extremamente limitados, que chegavam a R$50 mil em cada convênio, para cada ano, para comprar veículos. A partir de 2004, o Governo Federal criou, então, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, o que nós temos hoje, que faz a transferência direta de recursos para Estados e Municípios, considerando o número de alunos que residem na zona rural e que utilizam o transporte escolar. Esse número de alunos é verificado no Censo Escolar do ano anterior.

Nos dois primeiros anos do programa, 2004 e 2005, os valores eram únicos *per capita* para todo Brasil, indistintamente. A partir de 2006, em função dos estudos que começamos a fazer e conhecendo melhor essa realidade do transporte escolar no Brasil, começamos a diferenciar o valor repassado para cada Município no País. Essa diferenciação é feita em função de algumas variáveis, como, por exemplo, o percentual da população rural do Município, a área do Município, o percentual da população do Município abaixo da linha de pobreza e, a partir de 2008, passamos a considerar a nota do Ideb do Município para estabelecer o valor *per capita,* sendo que o Ideb do Município somente entra para calcular o valor *per capita* quando essa variável faz aumentar o valor *per capita* do Município; se ela se mantém ou abaixa, não consideramos o Ideb.

De 2004 a 2011 – entra aqui uma questão que já foi colocada por quem me antecedeu na fala – nós disponibilizamos, pelo Governo Federal, R$3,28 bilhões, ou seja, três bilhões e duzentos e oitenta milhões de reais no orçamento do programa, para serem repassados

aos Municípios. Nós somente conseguimos executar R$2,9 bilhões de reais porque, via de regra, a maior parte dos Municípios e Estados que recebem recursos diretamente para o transporte escolar não conseguem fazer a execução da integralidade do pouco recurso que o Governo Federal repassa para esses Estados e Municípios.

Por favor, o próximo.

Daí se depreende que temos um problema que não é somente de recursos financeiros. Nós temos um problema que é de planejamento, de execução dos recursos carreados para a finalidade e, sobretudo, da operação do dia a dia do transporte escolar, principalmente dos Municípios brasileiros.

Estamos falando, aqui, que a maior parte dos Municípios que têm alunos utilizando o transporte escolar, sobretudo da zona rural, são Municípios que têm até 20 mil habitantes. São pequenos Municípios com muita deficiência técnica do ponto de vista da capacidade de execução para todas as ações, não só quanto ao transporte escolar.

Em função dessa problemática, nós começamos a fazer alguns estudos em todo Brasil, para conhecer a realidade do transporte escolar e saber que tipo de ação o Governo Federal pode desenvolver no sentido de superar esses problemas. Um dos grandes estudos que fizemos foi com relação à frota dos veículos escolares utilizados no Brasil.

Nós tínhamos, em 2006, 27,7% dos veículos que eram utilizados para o transporte escolar como sendo impróprios; ou seja, eram veículos originalmente construídos para transportar carga, quer seja de tração animal, caminhões, caminhonetes, motocicletas, barcos sem motores em péssimas condições. Esse é o percentual da média nacional. Se pegarmos o percentual da frota colhido no Nordeste, esse percentual de veículos não adequados chegava a 60% dos veículos utilizados para transportar alunos.

Nós tínhamos alunos – e temos, ainda, até hoje – que permanecem dentro dos veículos do transporte escolar até nove horas por dia. Significa que eles gastam mais tempo para chegar à escola do que ficam dentro da escola para estudar. Se eles gastam quatro horas e meia para chegar à escola, devem ficar na escola por no máximo três horas ou três horas e meia, que é o período que eles vão ter depois de chegar à escola; depois, gastam mais quatro horas e meia para chegar em casa.

Por favor, a próxima.

Além disso, os veículos utilizados por nós constatados tinham uma média de vida, no Brasil, de 16 anos e 6 meses. Média. Nós encontramos centenas de veículos que foram indicados pelos gestores, isso em pesquisa declaratória, que tinham mais de 75 anos de idade e estavam sendo utilizados, à época, para transportar alunos no Brasil. Se pegarmos a média de idade no Nordeste, essa idade chega a quase 20 anos de uso.

Por que os veículos utilizados para transportar os alunos no Brasil têm uma média tão grande de idade? Porque aqueles veículos que não prestam mais para transportar pessoas no transporte coletivo da zona urbana são vendidos a baixo custo para os gestores – inicialmente a baixo custo, porque depois têm um alto custo de manutenção –, a fim de transportar alunos na zona rural do Brasil.

É aquilo que eu falei anteriormente. Nós tivemos uma política equivocada para, sobretudo, os alunos do campo, no Brasil, que fazem com que essa realidade seja muito aguda, sobretudo com relação ao transporte escolar dos alunos, principalmente das escolas públicas.

Por favor, próximo.

Eu vou passar para os senhores algumas imagens, para que tenham noção do que estou falando aqui. São as fotos que estamos passando ali no telão, para os senhores conhecerem.

Pode ir passando, rapidamente.

São as vias por onde os alunos passam e os veículos nos quais os nossos alunos são transportados para chegar à escola, no Brasil, sobretudo os alunos da zona rural brasileira.

Pode ir passando, por favor.

Em função dessa realidade da qual passamos a ter um conhecimento mais aprofundado, o Ministério da Educação, do ponto de vista da melhoria das condições dos veículos, criou, em 2007, o programa Caminho da Escola, que tem dois objetivos básicos. Primeiro, apresentar a possibilidade de termos veículos padronizados com especificações exclusivas para transportar aluno.

Aqui, ressalto que até 2007 não tivemos, no Brasil, nenhum veículo originalmente construído para transportar aluno. Os veículos utilizados, mesmo os novos, foram construídos para transportar passageiros. E aí precisamos fazer uma distinção. Aluno não pode ser considerado um passageiro de transporte coletivo. Aluno é aluno e tem de ter um tratamento diferenciado, assim como precisa ter, também, veículos diferenciados com condições de segurança e conforto, para que, no percurso de casa para a escola, o aluno tenha prazer em estar dentro dos veículos, e não desgaste físico que prejudique seu rendimento na escola.

Esse programa Caminho da Escola estabeleceu, inicialmente, uma linha de crédito pelo BNDES para que os Estados e Municípios fizessem financiamento. Como nos primeiros anos do programa, principalmente

no primeiro ano, não houve uma procura muito grande devido à enorme deficiência financeira dos Municípios, o Ministério da Educação começou a aportar recursos, por meio de convênios, para ajudar sobretudo os Municípios mais carentes a adquirir veículos.

Para os senhores terem uma ideia, do total de veículos adquiridos nos últimos quatro anos, no programa Caminho da Escola, que foram algo em torno de 12,5 mil, 7,4 mil foram comprados com recursos do Governo Federal, ou seja, mais da metade. Desses sete mil veículos comprados pelo Governo Federal, 4,4 mil foram destinados para a região Nordeste do Brasil, que é onde se apresentam os piores índices de transporte escolar, sobretudo as piores condições não só de via, mas também de veículos escolares.

Lá na região Nordeste, também, houve um conjunto de Estados que fizeram parcerias, no sentido de aumentar a velocidade da renovação da frota, notadamente o Estado do Ceará, o Estado da Paraíba, o Estado de Sergipe. Ao fazer o Município a compra de um veículo do programa Caminho da Escola, o Estado cedia também um outro veículo nas mesmas condições, comprado com seus recursos próprios.

Por favor, pode passar.

Esse é um veículo que fiz questão de trazer para os senhores conhecerem, porque é um veículo novo – agora, em 2011, no programa Caminho da Escola –, que é tracionado nas quatro rodas.

Nós apresentamos, com os outros veículos até 2010, a possibilidade de trocar as caminhonetes e os caminhões no Nordeste, mas temos um problema, que é o de que muitas vias não permitem que outro veículo, que não seja uma caminhonete tracionada até então, faça aquele transporte escolar. Então, esse veículo é tracionado quatro por quatro, que tem a mesma capacidade de transporte, sobretudo de vencer os obstáculos, que tem um veículo tracionado pequeno. Então, é hoje o quarto modelo de veículo que a gente tem dentro do programa Caminho da Escola, que já está à disposição dos Estados e dos Municípios.

Por favor, pode passar.

Além do transporte rodoviário no Brasil, temos uma situação *sui generis*, que é muito particular, na região Norte do Brasil.

Pode passar, por favor.

Há aproximadamente – estima-se – algo em torno de 350 mil alunos, que, se não tiverem uma embarcação para levá-los à escola, não podem ir para a escola. Ou seja, a estrada deles são os rios da região Norte do Brasil. E há alguns casos, não só na região Norte, mas também em outras regiões, de alunos que precisam de embarcação para poderem chegar à escola.

Lá, nessa região, temos uma dificuldade: além de ser a embarcação o meio de transporte mais custoso e mais caro, há uma carência econômica muito grande dos Municípios, e a dificuldade do aluno de acesso à escola é maior ainda, porque lá se consideram também outras particularidades que são advindas da própria natureza, como o período de cheia e de vazante. No período de cheia, as estradas se transformam em rios, e, no período de vazante, aquilo que era rio se transforma em estradas extremamente precárias.

Além disso, há uma extensa malha aquaviária na região Norte do Brasil.

Por favor.

Para vocês terem uma ideia, essa parte em azul são os rios que temos na região Norte do Brasil, os quais os nossos alunos têm de percorrer, por onde têm de ser transportados, para chegarem à escola.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES – Menos em Roraima. É menos, mas lá também há transporte aquaviário.

Por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES – Mas, dentro do Estado de Roraima, há situações de alunos que precisam de embarcações.

Esses são os tipos de embarcações que tínhamos até hoje – por favor, pode ir passando –, que são utilizados para transportar alunos do Brasil.

Por favor, segure um pouquinho essa imagem.

Via de regra, os motores ficam dentro dos barcos, junto com os alunos, e isso causa muitos acidentes, lá na região Norte do Brasil, sobretudo com as meninas, porque o cabelo, sobretudo quando é comprido, enrola na polia, o que causa aquilo que os senhores devem ter ouvido falar, que é o escalpelamento.

Por favor.

Há algumas embarcações, que foram construídas de forma mais tranquila, com melhores condições, mas, via de regra, as embarcações são precárias.

Por favor, pare um pouquinho aí.

Esse é o primeiro modelo de embarcação escolar que o FNDE está produzindo em parceria com a Marinha, totalmente financiado pelo Ministério da Educação, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que foi projetado, utilizando-se uma embarcação que a Marinha tinha, que era uma lancha de ação rápida, e que foi adaptado, por solicitação do Ministério da Educação, para ser transporte escolar.

Nós estamos entregando já, até fevereiro de 2012, 674 unidades dessas embarcações, sendo que

algo em torno de 500 delas já está sendo entregue aos Municípios, sobretudo da região Norte do Brasil.

Mas há embarcações desse modelo sendo distribuídas para todos os Estados do Brasil.

Por favor, pare um minutinho nessa instalação.

Essa primeira embarcação tem o combustível gasolina, mas, como os senhores sabem, há muitos Municípios na região Norte do Brasil, em que gasolina, quando existe, tem um alto custo. Ou seja, a operação da embarcação à gasolina é muito onerosa para os Municípios, e isso causaria muitas dificuldades. É por isso que o Ministério já está em processo final de especificação, deve fazer a licitação ainda este ano e disponibilizar, a partir do ano que vem, mais dois modelos de embarcações a *diesel*, que é esse modelo que está na maquete digital: um com capacidade de até 31 alunos e outro com capacidade de carregar até 49 alunos. Então, são esses dois modelos, que vão ter a mesma estrutura de segurança e de conforto que se tem nos veículos rodoviários.

Por favor, pode passar.

Eu falei de transporte escolar rodoviário, de transporte escolar aquaviário – por favor, pode passar –, mas há algumas situações de alunos que percorrem médias e pequenas distâncias por caminhos, e, nesses caminhos, não é possível que outro veículo, que não seja o de utilização individual, faça o percurso com o aluno. Então, o Ministério da Educação padronizou e especificou dois modelos de bicicleta, um maior e um menor, que estão sendo já disponibilizados aos Estados e Municípios.

E, num projeto piloto, o Ministério da Educação está distribuindo, por doação, neste ano de 2011, 100 mil bicicletas e 100 mil capacetes acompanhando cada bicicleta dessas, para serem utilizados exatamente pelos Municípios e pelos alunos, nessas situações em que a bicicleta pode ser um meio que vai facilitar o acesso do aluno à escola.

Além disso, evidentemente, a bicicleta pode ser utilizada como uma possibilidade de o aluno fazer uma atividade física, e quiçá a gente possa revelar grandes ciclistas muito proximamente, no Brasil.

Nós temos – por favor, pode passar – um grupo de transporte permanente, que trata do transporte escolar no Brasil. Esse grupo é composto por todas as esferas administrativas: cinco representantes do Governo Federal, cinco dos Estados e cinco dos Municípios. Ele define algumas ações que o Governo Federal tem de implementar, entre elas, o levantamento nacional que está sendo realizado, para se poder estimar quanto custa transportar um aluno na zona rural do Brasil.

Estão sendo levantados esses dados em 451 Municípios, no Brasil todo. O levantamento de dados, a coleta de campo, já começou no segundo semestre deste ano, e, até o final do ano que vem, já devemos ter a divulgação dos primeiros dados dessa pesquisa, exatamente para contemplar o que estabelece o PL nº 3.417, de 2008, que é a necessidade de o Ministério da Educação divulgar, a cada ano, o custo do aluno transportado no Brasil.

Esse levantamento vai permitir que os Estados e Municípios tenham parâmetros para poder estabelecer as suas cooperações e que os Municípios que fazem contrato com o serviço terceirizado possam também ter parâmetro para contratar o serviço terceirizado.

Além disso, temos algumas ferramentas que foram construídas nesse período. E aqui destaco uma, que é exatamente o Manual de Regulação do Transporte Escolar, porque, à mercê da vontade e da pressão, o transporte escolar fica mais caro ainda e mais difícil de ser planejado e operado no Município. Então, estamos orientando que todos os Municípios e Estados façam a sua regulação, digam que tipo de aluno vai ter direito ao transporte escolar, quais as distâncias, que tipo de veículo vai ser utilizado quando é próprio, que tipo de veículo vai ser utilizado quando é terceirizado, para poder exatamente haver um padrão na oferta do serviço do transporte escolar.

Estamos instituindo agora, através do Ministério da Educação, um grupo de transporte escolar que vai estudar também as especificações padronizadas para o transporte escolar urbano no Brasil. A ideia é a de que tenhamos, em pouco tempo, a possibilidade de que todos os alunos do Brasil, indistintamente, possam ter veículos adequados, para serem utilizados no seu acesso à escola, inclusive os alunos da zona urbana. Então, vamos discutir também a possibilidade de haver padrões especificados de veículos escolares na zona urbana.

Além disso, esse grupo de trabalho vai estudar a possibilidade de apresentar a proposta de criar a categoria de condutor de transporte escolar no Brasil, porque ser motorista de ônibus não é a mesma coisa de ser motorista de transporte escolar.

A criança, quando entra num veículo escolar, está dando o seu primeiro passo para adentrar o espaço pedagógico, que é o espaço educativo, por isso o motorista tem de ter também uma categoria profissional que seja adequada e evidentemente ter uma carreira que lhe permita ter uma qualificação profissional melhor.

Por favor, pode passar.

A gente tem também o problema do Estatuto da Juventude, que vai trazer um problema de discussão de financiamento também. O Estatuto está estabelecendo que todo jovem do ensino fundamental e médio

e do ensino superior vai ter direito ao transporte escolar gratuito, para poder chegar à escola.

Então, isso já é um passo posterior, que vamos ter de começar a discutir, que é exatamente a responsabilidade sobre o financiamento desse transporte escolar, que vai evidentemente aumentar o custo em função dessa nova legislação, que deve vigorar assim que for aprovada.

Por enquanto era isso. Agradeço a oportunidade e estou à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Prof. José Maria Rodrigues.

Curiosamente, a primeira expositora e o último expositor foram os que ultrapassaram o tempo inicialmente definido como suficiente, necessário e regimental para as apresentações. Mas, com certeza, todos os nossos palestrantes e convidados puderam abordar muito bem o tema, tanto que temos a presença dos três Senadores, Flexa Ribeiro, Cássio Cunha Lima e Mozarildo Cavalcanti, que estão inscritos para formular questionamentos e opiniões a respeito dos assuntos aqui abordados.

Consulto os três sobre se concordam em que façamos as perguntas e as observações primeiro, para depois concedermos a palavra aos nossos palestrantes. E, se necessário, os Senadores novamente terão condição de fazer a tréplica.

Inicio, concedendo a palavra ao autor do requerimento, Senador Flexa Ribeiro, para as suas considerações, questionamentos e observações.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Senador Paulo Bauer, senhores convidados, senhoras convidadas, Srs. Senadores, fiz o requerimento com a solicitação desta audiência pública para que tratássemos da questão da merenda escolar e do transporte escolar e com a relação dos convidados, em função das nossas andanças pelos Municípios do Pará.

Os dois assuntos, tanto o da merenda quanto o do transporte, são recorrentes. É uma questão que, nas conversas com prefeitos, com vereadores, com a população, com os diretores de escola, com os alunos, sempre está presente.

Eu a trouxe, então, a debate no Senado, para que pudéssemos ouvir tanto o Ministério quanto a Confederação e os secretários de educação, para tirar dessa discussão algumas propostas, para que, no âmbito legislativo, pudéssemos encaminhar algumas soluções.

E parece estranho, numa primeira visão, que tenhamos primeiro um valor... Sabemos que a transferência federal é complementar, mas ela o é num valor bastante inferior ao gasto, para que possam ser atendidos os dois, tanto a merenda quanto o transporte. Mas o que me estranha mais, Senador Lindbergh, Senador Mozarildo, é que é um valor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não é o Senador Lindbergh, mas ele é paraibano também, Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – É mais talentoso, mas é paraibano.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não. Não concordo com V. Exª.

É um valor único para o País inteiro. Quer dizer, como se pode considerar o transporte... Vamos começar pelo transporte. Como o transporte pode ter o mesmo valor *per capita* lá no Sergipe, lá na Paraíba e lá no Amazonas ou no Pará, em que há distâncias de centenas de quilômetros para serem percorridas pelo aluno, que precisa deslocar-se da sua residência até o local da escola, como mostrou aqui o Dr. José Rodrigues, em vários tipos de transporte? Às vezes, o aluno tem de ser transportado de barco e, depois, de ônibus. Um só tipo de transporte não resolve o problema dele.

Com relação à merenda escolar, às vezes ele está ao lado do fornecedor e, em outro Estado, está a milhares de quilômetros. Então, como o Governo Federal define o valor *per capita* idêntico para todo e qualquer aluno no Brasil?

Segundo, por que essa diferença? Ter-se um *per capita* para o tempo integral, tudo bem. Mas por que se tem um *per capita* para o aluno branco e um *per capita* para o indígena? Ele come mais do que o branco? Ele tem de ter uma alimentação diferenciada? Por que isso? Para o tempo integral, eu entendo. Nesse caso, vai-se ter de dar mais alimentação do que para o aluno do não integral. Agora, um tem zero trinta, e o outro tem zero sessenta. Também não entendo isso.

Então, gostaria, já como questionamento, que pudessem explicar por que o mesmo valor para regiões diferentes e por que essa diferença para um e outro tipo de aluno.

Mas eu queria também fazer uma referência a quando foi instituída a merenda escolar – e acho um programa da maior importância. Nas regiões mais carentes, às vezes o aluno vai para a escola para se alimentar. A única alimentação que ele faz no dia é a da escola, porque, em sua casa, lamentavelmente, não vai encontrar alimentos. Então, quando ela foi instituída, era um combate à subnutrição. Mas, com a evolução do programa, ela passou a atender a outros requisitos, com relação à saúde pública: o combate à obesidade, a questão da educação alimentar. Então, houve uma sofisticação no programa da merenda escolar.

As nossas tão importantes e queridas merendeiras deixaram de ser merendeiras. Elas passaram a ter uma formação profissional, técnica. Elas têm de ser nutricionistas. Vai ter de haver um cardápio formulado profissionalmente, tecnicamente, para atender às crianças. Então, tem-se de ter aquilo, realmente, como algo profissional, para atender às crianças.

Aí eu tinha uma pergunta com relação aos 30% da agricultura familiar, sobre se ela está sendo atendida. Por que 30%? Trinta é um número bonito? Por que não 25%? Por que não 35%? Eu ia perguntar como está o levantamento no Brasil, se isso está sendo atendido.

Eu não assisti a todas as palestras. Hoje é um dia... Aliás, o número de comissões... Os dias são todos complicados, mas hoje é especial: estamos discutindo e votando o Código Florestal. Então, vai-se lá, e se vota. Estamos votando as emendas de comissões. Hoje está meio complicado.

Mas ouvi a palestra da Drª Maria Nilene, que já respondeu. Eu vi um quadro que me parece que é exatamente isto: "Demonstrativo dos recursos da alimentação escolar nos Estados" e "Agricultura familiar executada. Percentual cumprido em relação ao total".

Nenhum dos Estados aqui cumpre os 30%. Nenhum dos Estados. Para espanto meu, há Estados em que isso é zero. E aqui não está o meu Pará. Vou até perguntar ao Secretário de Educação, ao Cláudio e ao Nilson, por que o meu Pará não está aqui, na estatística. Queria até ver como está, e ele não está na estatística.

E temos o Município que recebeu hoje, pelo oitavo ano consecutivo, o prêmio da merenda escolar: o Município de Paragominas, Prefeito Adnan Demachki. É o único Município do Brasil, Senador Paulo Bauer, que recebe, por oito anos consecutivos, o prêmio de merenda... Não sei qual é o título. Gestor da Merenda Escolar. Oitavo ano consecutivo. O que mais se aproxima dele tem cinco anos no Brasil. Merece o registro.

Mas, então, eu queria fazer essas perguntas.

Temos visto na mídia nacional... O Fantástico, outro dia, deu uma reportagem sobre escândalos de desvio de recursos da merenda escolar, tirados da alimentação de crianças. Lamentável! O que o Governo tem feito para corrigir, para coibir esses desvios, para melhorar a qualidade dos alimentos consumidos pelos estudantes e também para punir os responsáveis pelos malfeitos?

Queria também perguntar... Fala-se muito, para melhorar a qualidade da... Alguns Estados, alguns Municípios até estão praticando a terceirização do fornecimento da merenda escolar. Gostaria de saber dos senhores e das senhoras como avaliam essa prática, se têm alguma avaliação disso. Nos Municípios em que essa merenda foi terceirizada, qual é a avaliação? Gostaria de saber se houve uma melhora, se ela não ocorreu, qual a questão dessa prática.

Com relação a esses valores a que me referi, tanto da merenda quanto do transporte, o Dr. José Maria se referiu à questão dos barcos. Realmente, o programa está sendo desenvolvido, inclusive em parceria com a Marinha. O Pará tem recebido, pela Seduc, esses barcos. Havia esse "defeito" do motor a gasolina. Então, o gasto de combustível era maior. Os Municípios não estavam suportando o consumo. Então, agora a gasolina está sendo substituída por *diesel*, o que vai resolver realmente essa questão.

Mas gostaria de saber como é feito esse cálculo *per capita*. Não entendo isso. Gostaria de saber se a distância entra ou não nesse *per capita.* Como é feito isso tanto na merenda quanto no transporte? E que medidas nós poderemos tomar aqui, como legisladores, para aperfeiçoar esse cálculo, para que se possa minorar o desembolso tanto de Estados quanto de Municípios.

Há também uma reclamação dos Municípios. Parece-me que, no transporte escolar do ensino fundamental, cujo valor teria de ser repassado dos Estados para os Municípios, alguns Estados não o transferem e não cobrem esse... E parece-me que o Ministério passa para os Estados. Os Municípios talvez... Eles têm reivindicado que haja uma transferência direta do Governo Federal para os Municípios. Não sei se isso é possível.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já está ocorrendo? Então, já estou com um passo atrasado nessa história.

Esta outra pergunta o representante do MEC já respondeu, quanto ao transporte rodoviário, quanto à denúncia de utilização de veículos antigos e não adaptados às condições satisfatórias de segurança. Já está sendo substituído.

São essas as questões. Mas o mais importante é que possamos abrir essa discussão, para que possamos aperfeiçoar esses dois programas do MEC, que são importantíssimos – importantíssimos! –, para que eles possam levar a criança para a escola e garantir a permanência dela na escola.

Eu defendo... Ainda ontem, Senador Paulo Bauer – foi ontem? –, nós aprovamos as emendas de comissão da Comissão de Educação. Entre duas emendas aprovadas, nós aprovamos R$1,5 bilhão para a educação infantil e, se não me falha a memória, R$3,5 bilhões para a educação básica. Então, são recursos que a Comissão encaminha para a Comissão Mista de Orçamentos, para colocar nos dois segmentos da

maior importância, que é onde começa a educação: a educação infantil e a educação básica. É por ali que vamos começar a fazer a mudança.

Acho que um dia vamos chegar à educação em tempo integral. Eu dizia ontem ao Senador Cristovam Buarque que, se ele é o Senador do "samba de uma nota só", que ele continue tocando, porque um dia todos nós vamos tocar com ele esse samba, que vai dar certo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente no exercício da Presidência desta Comissão, os meus cumprimentos a todos os convidados que trouxeram uma valiosa colaboração a esta audiência pública, Drª Márcia, Eduardo Carlos, Maria Nilene, Lorena e José Maria Rodrigues, a minha saudação aos Senadores que aqui me ladeiam e, de forma especial, os meus cumprimentos ao Senador Mário Couto, – aliás, Flexa Ribeiro –, pela iniciativa da audiência pública que, naturalmente, nos permite debater um tema extremamente relevante que diz respeito ao futuro do nosso País. Não preciso tecer nenhum comentário a respeito desse compromisso que todos nós temos com a educação e com o futuro do povo brasileiro.

Milito na política há 25 anos. Comecei na Assembleia Nacional Constituinte, onde participei exatamente da Comissão de Educação. Após o meu primeiro mandato como Deputado Constituinte, fui Prefeito da minha cidade natal, Campina Grande, e tive a honra de governá-la por três mandatos; exerci um segundo mandato de Deputado Federal e novamente compus a Comissão de Educação da Câmara; e mais recentemente, por dois mandatos, tive a imensa honra e a igual responsabilidade de governar o meu Estado da Paraíba.

Assim, mesmo não sendo técnico na área, mas fruto dessa vivência e dessa experiência, consigo compreender os desafios que todos os níveis de Governo possuem para oferecer uma educação de qualidade e que permita ao País dar o salto que ele necessita dar de forma definitiva com crescimento econômico, justiça social etc., etc., etc.

Ocorre que... E aqui vou fazer algumas observações de inquietações que tenho, fruto dessa vivência e dessa experiência acumulada ao longo do tempo. É inegável o esforço dos três níveis de Governo na busca da melhoria da qualidade de educação no nosso Brasil. E aqui não vou personalizar conquistas, conquistas que foram acumuladas ao longo do tempo, mas que ainda estão absolutamente distantes daquilo que realmente nós precisamos.

Melhoramos, numa primeira observação, no aspecto quantitativo por uma série de iniciativas. Houve avanços mais discretos nos aspectos qualitativos da nossa educação. E a pergunta que se faz é exatamente esta: por que temos tanta dificuldade de oferecer no nosso País uma educação de qualidade? Deparamo-nos com problemas ainda básicos, como os que aqui foram apresentados, problemas primários, elementares, que não conseguem ser vencidos e superados.

O Senador Flexa Ribeiro lembra e aqui reforço a luta do Senador Cristovam Buarque, carinhosamente tratado como o Senador de uma nota só, ele é um samba que o Brasil precisa definitivamente tocar. E o Senador Cristovam tem uma frase fantástica dita, salvo engano, na campanha presidencial, quando ele disputou a Presidência da República, em uma das entrevistas, não importa o momento em que foi dito, e a tradução que faço neste instante é livre. Ele dizia: se o analfabetismo fosse contagioso, nossa elite já teria resolvido esse problema.

Imagine alguém que faz um doutorado em uma grande universidade nos Estados Unidos, faz um pós-doutorado, chega à Paraíba, tem contato com o analfabeto e se contamina com o analfabetismo. Cristovam disse, com toda razão, que, se o analfabetismo fosse contagioso, as nossas elites, onde todos nós estamos inclusos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – O autor citado. Falava, Cristovam, da sua frase memorável que, se o analfabetismo fosse contagioso, já teria sido resolvido há muito tempo. Citava exatamente esse seu pensamento, que traduz bem o desafio que está posto na educação brasileira.

Pois bem. Para que eu não me prolongue, a despeito de todos os esforços, elogios a todos, pelas iniciativas, pela postura de buscar a solução dos problemas, mas estou convencido de que, lamentavelmente, nós não vamos resolver o problema não apenas da educação brasileira, como de vários outros serviços que os governos são obrigados a prestar à população por uma razão simples: o leiaute brasileiro está errado. Não faz nenhum sentido a concentração crescente de recursos na mão da União. E não faço uma crítica ao Governo atual, tampouco ao governo do Presidente Lula, tampouco ao governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas a um modelo de país unitário que estamos construindo, travestido – desculpem-me a expressão, pois acho que não há nenhuma pejoração nela – de federação. Nós não somos uma fede-

ração. Nós somos um país cada vez mais unitário, e nada mais unitário do que um sistema único de saúde, nada mais unitário do que um sistema único de assistência social, nada mais unitário do que um sistema único de segurança pública, nada mais unitário do que o Governo Federal estar planejando, tomando decisões sobre merenda escolar. E a culpa é deste Congresso, não está apenas no Poder Executivo. O problema nasce aqui, nesta Casa e na Casa vizinha, que elaboram o modelo, que definem as regras, que permitem, por exemplo, o absurdo, *maxima venia*, da Resolução nº 38 do FNDE, que simplesmente impõe a Estados e Municípios, sem nenhuma discussão prévia, pelo que a Secretária acaba de relatar, sem nenhum debate, sem nenhuma transparência, sem nenhum tipo de discussão, uma norma onde 30% da merenda devem ser adquiridos da agricultura familiar. E ponto final. Uma resolução do FNDE que vai trazer dificuldades para todos os Estados que não a cumprirem nas prestações de contas, e aí todas as regras de controle de repasse de recursos, e é óbvio que esse modelo não vai dar certo nunca.

É óbvio que, enquanto o Governo Federal continuar fixando, sem nenhum nível de transparência – e a crítica, repito, para que não pareça politicagem da minha parte, não é ao atual Governo ou aos anteriores – os recursos *per capita*, sem que haja qualquer critério... O Senador Flexa fez uma observação aqui que não era do meu conhecimento, mas que é absolutamente pertinente. Por que o valor *per capita* para a população indígena é o dobro do restante da população? Qual o critério que se usa para que o Governo central possa interferir no transporte escolar de crianças das mais remotas regiões deste País? É óbvio que, lamentavelmente, nós não vamos resolver os problemas da educação brasileira sem que antes possamos enfrentar o pacto federativo. Estou absolutamente convencido disso. Não sei se é este o instante para trazer este debate. Cheguei a esta Casa recentemente, mas essa será uma temática das discussões que fizemos ontem, novamente, no plenário, com relação ao abuso de medidas provisórias praticado no Governo, que mistura alhos com bugalhos, junta temas diversos, quando até a própria base do Governo não aceita mais. Ontem, para minha alegria e de muitos que compõem a oposição neste País, ouvimos de diversos parlamentares da base de sustentação do Governo uma manifestação crítica em relação à prática das medidas provisórias que somam temas diversos, que multiplicam assuntos e que simplesmente reduzem este Parlamento a um papel de figuração quando somos a Casa da Federação. Não é à toa que somos três Senadores por Estado. Esta é a Casa da Federação, e esta Federação está cada vez mais mitigada. Enquanto não assumirmos o que efetivamente nós somos, nós não vamos resolver o problema. Somos um país unitário, repito e insisto, com um modelo federativo. É como se quiséssemos começar a fabricar o automóvel encaixando o pneu. O leiaute deste País está errado.

E vou encerrar trazendo um tema que não faz parte especificamente desta audiência pública, mas que compõe esse conjunto de reflexões e de preocupações: o próprio Fundeb.

Não faz sentido que um Estado como a Paraíba, que aqui represento, aporte mais recursos no Fundeb do que o próprio Governo Federal.

O Dr. José Maria fez uma apresentação brilhante.

Parabéns pelas iniciativas todas, todas louváveis!

Quando Governador, acredito que tive uma iniciativa pioneira com as bicicletas. Talvez o meu Estado tenha sido, durante o meu período de mandato, um dos primeiros a realizar o transporte escolar com bicicletas. Tudo extremamente louvável, mas é natural que o Governo Federal tenha adquirido mais da metade do transporte porque, nas suas mãos, do Governo Federal, concentra-se muito mais da metade das receitas deste País. E é esse o dilema. E é exatamente esse o problema real. Temos que vir a Brasília, com todos os embaraços que isso representa, para tratar de assuntos e temas que dizem respeito ao dia a dia, ao cotidiano, à vida de hoje de crianças espalhadas neste Brasil inteiro. E é óbvio que esse modelo está errado. Nós não vamos conseguir avançar enquanto não mudar o modelo. Vamos fazer esforços pontuais. Desta audiência, bons resultados haverão de surgir, acredito eu, dentro da boa vontade, do esforço, do compromisso público que todos nós temos com a educação, e os senhores e as senhoras, nas suas respectivas áreas, da mesma forma.

Porém, se não houver, de fato, uma mudança profunda, radical, de base efetiva, desse modelo, eu, cada vez mais, perco as esperanças de que teremos essas transformações efetivadas no patamar que nós queremos.

Fica, portanto, a minha preocupação, que será externada de forma constante, de maneira reiterada, de forma repetida. Suscito o tema do Fundeb, mesmo não alcançando a audiência desta manhã, e vamos tentar, na medida da nossa capacidade política, fazer o debate real, o debate do pacto federativo e do leiaute do País e, em paralelo, tentar corrigir essas distorções, essas iniciativas, esses modelos que, seguramente, não conseguem garantir a educação de qualidade pela qual todos nós lutamos e de que o Brasil tanto necessita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço a manifestação do Senador Cássio

Cunha Lima e desejo apenas, antes de passar a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, fazer aqui duas ou três observações.

A primeira é de que, efetivamente, essa lei que impõe a exigência de compra de 30% dos produtos da merenda escolar da agricultura familiar é a lei mais absurda, mais impraticável e mais desonesta que já se produziu na área da alimentação escolar deste País. Falo desonesta porque fui Secretário da Educação e posso dizer que ninguém cumpre a lei porque ela é impossível de ser cumprida. E eu convido a direção do MEC que cuida do assunto a dar um passeio em Santa Catarina no mês de agosto e, na região de São Joaquim, comprar uma cabeça de repolho ou encontrar lá um saco de batatas ou, quem sabe, um maço de cenouras. Se encontrar, eu renuncio ao meu mandato de Senador. Mas tem que comprar na horta. E como agricultura familiar, subentende-se, é essencialmente a produção de hortaliças ou de reduzida cultura, seja de arroz, de feijão ou de outras culturas...

E aí convido novamente os técnicos do MEC a irem a Mato Grosso, a Goiás e encontrarem uma família que tenha uma produção de feijão que possa ser considerada comercializável para a merenda escolar. Quem planta, planta em grandes culturas nesses Estados de grande produção. E no meu, minifundiário e sujeito a variações climáticas muito graves, é impraticável. Quem fez essa lei a fez por razões ideológicas e políticas, e não por razões educacionais, nem econômicas. No meu Estado, os movimentos organizados ideologicamente insistem que a Secretaria de Educação e o Governo do Estado se dirijam ao campo, às regiões agrícolas para motivar agricultores a plantarem. Como alguém vai plantar cenouras em agosto se o clima é impróprio? Como alguém vai criar, eventualmente, galinhas e outros animais para serem vendidos em favor da alimentação escolar em regiões onde não existe conhecimento, cultura para tal atividade?

Peço que o representante do MEC faça alguma coisa, porque, senão, nós faremos. Nós faremos uma lei aqui acabando com essa conversa, porque não tem condição de ela ser praticada. É mentira. O que está na lei é impraticável e, volto a dizer, é desonesto. Quando ainda se lança alguma coisa, como agricultura familiar é fruto de acordo feito entre a diretora da escola e alguém, ou entre um dirigente da educação e alguém, para dar pelo menos a sensação de que está dentro da lei. E isso é mentiroso. Isso é desonesto. Afirmo, provo e comprovo, se for necessário. É preciso tomar providências.

Segundo, queria dizer o seguinte. Em Santa Catarina, fizemos algo inédito. Foi comentado aqui. Lá, fizemos uma licitação e terceirizamos toda a merenda escolar em todo o Estado. Funciona através de quatro empresas, se não me falha a memória, que atuam em quatro regiões no Estado. Quero dizer a V. Exªs, Srs. Senadores, e a todos os expositores, funciona maravilhosamente bem. Há um ano e meio não há uma única denúncia de uma única irregularidade, de um único quilo de feijão sumido. Nada. A licitação que eu fiz, como Secretário, inspirou-se na licitação feita pela Prefeita Marta Suplicy, em São Paulo, capital, um processo licitatório de centenas, milhares de páginas, horas, semanas de audiências públicas. E nós aperfeiçoamos o sistema de São Paulo que, todos sabem, com o tempo, mostrou algumas deficiências, algumas falhas que podem até ser apresentadas, futuramente, em Santa Catarina.

Muitos Municípios, Senador Mozarildo, como Chapecó, Blumenau, Itajaí, governados por PFL, por PT, por PMDB, por tudo o que é partido, também terceirizaram a merenda escolar. E aí quero saudar o Senador Cássio Cunha Lima. Não tem jeito, tem que passar o problema e a responsabilidade para o Município, pois ele sabe melhor, ele sabe mais, ele faz mais barato. Nós fizemos esse caminho e novamente temos um grande problema. Pasmem: determinadas coisas que se pagam podem pagar com dinheiro do MEC, outras não podem, tem de pagar com dinheiro do Estado. E eu, como contador que sou, posso dizer a V. Exªs e aos nossos palestrantes que contador pode fazer milagres, mas ainda não ressuscita os mortos. E muitas coisas que estão na contabilidade evidentemente estão lá porque são verdadeiras, mas nem sempre podemos recuperar quando a coisa já aconteceu. Então, corre-se para busca de recursos estaduais para poder lançar despesas que não são contabilizáveis com os recursos federais, e isso gera uma dificuldade, uma confusão muito grande.

Eu apenas fiz essas observações e peço desculpas ao Senador Mozarildo, porque, como eu tenho um compromisso, do qual eu não posso fugir, agora, à 1h da tarde, e como o Senador Cássio Cunha Lima é estreante e membro titular da Comissão, tendo participado desta audiência do começo ao fim, eu pediria a todos que, com a devida vênia, permitissem que eu delegasse ao Senador Cássio Cunha Lima a incumbência de presidir esta audiência até o final, para que eu pudesse atender ao outro compromisso. Saúdo a todos que aqui prestaram informações, contribuíram e colaboraram.

Diria também ao representante do MEC, da área de transporte escolar, que eu próprio vou apresentar um projeto de lei nesta Casa dizendo que no Brasil, em qualquer lugar, criança não pode ser transportada por ônibus que tenha mais de 15 anos de idade, por-

que nenhuma criança deste País pode sentar-se em um ônibus que foi transporte coletivo de adultos, que tem aquele cano sobre o encosto e no qual os dentes das crianças batem na primeira freada. Isso tem nome: é crime. E em nosso País, nós temos de começar a eliminar essas possibilidades. Quem sabe possamos fazer com dez, mas é preciso, sim. O programa é bom, tem vários pontos positivos, acho que pode melhorar muito. Mas ainda temos prefeituras, ainda temos governos que compram ônibus velho que pertencia ao amigo que era dono da empresa de transporte de passageiros do Município, que já não serve mais para isso e, então, serve para os alunos. Isso também precisa ser modificado.

Agradeço e convido o Senador Cássio Cunha Lima, agradecendo-lhe pela gentileza e pelo auxílio. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Cássio Cunha Lima, que assume a Presidência neste momento, e com quem eu tenho a felicidade de ter sido Constituinte. Portanto, este assunto que se discute aqui, ouvimos muito na Constituinte. Diria até que foi um celeiro de tantas ideias sobre o assunto. Mas eu tenho uma dupla felicidade: a de também hoje ser professor. Eu sempre digo: "estou Senador, mas sou professor", embora minha formação original seja a de médico. Portanto, educação e saúde, acho que são os temas de que falamos aqui quando se fala de merenda escolar.

Agora, eu concordo plenamente com tudo o que foi dito aqui, principalmente pelo Senador Flexa Ribeiro e também pelo Senador Cássio Cunha Lima. Primeiro, esse modelo de uma federação deturpada. Quer dizer, há uma reunião de técnicos – bons técnicos – em Brasília e se traça uma norma para o Brasil todo de maneira unitária.

Eu fiz questão até de interromper o Dr. José Maria, quando ele falou de Amazônia. Quando se fala da Amazônia, o que está na cabeça de qualquer pessoa que nunca foi lá é que tudo é mata, igual. E o meu Estado não é assim. Meu Estado tem áreas que chamamos de lavrados, que se confundem por ser uma mistura entre os Pampas Gaúchos e o Cerrado do Centro-Oeste e que são a maioria do meu Estado, tem áreas montanhosas... E áreas, por exemplo, fluviais que são navegáveis são mínimas, existem lá no finalzinho do Estado, já na fronteira com o Amazonas. Então, nossas dificuldades são completamente diferentes do Amazonas, por exemplo, que é colado conosco.

Acho que tínhamos realmente que pensar... E aqui nós tivemos dois representantes da área federal e três representantes da área estadual e municipal. Acho muito importante que esta oportunidade de debate... E é pena, como foi dito aqui, que, em um dia como hoje, nesta época do ano em que estamos discutindo emendas ao Orçamento, estamos discutindo Código Florestal, nós tenhamos uma audiência deste porte, com tão pouca audiência. Mas eu quero dizer a vocês que a audiência se torna grande, pois todos os Senadores acompanham e têm sua assessoria para informar, e é importante o que fica nos Anais desta Comissão.

Então, por exemplo, como pensar – e aí foi bem colocado aqui, o que vale para o Nordeste vale um bocado para o meu Estado, vale para algumas regiões do Norte – por exemplo, essa questão da merenda e do transporte? Além da situação precária dos veículos e da situação precária do fornecimento dos alimentos, existe – nem sei usar outro nome – uma maracutaia em relação a essa questão. É Vereador que é dono da empresa de transporte, é Deputado estadual que é dono da fornecedora de alimentos escolar. E a fiscalização é zero nesse particular ou muito próximo de zero, não por falta de denúncias, porque não apenas a Associação de Pais e Mestres, mas outras pessoas, individualmente, denunciam. E as coisas, no máximo, mudam de empresa. E o dinheiro que é para ir, portanto... Não há dúvida de que o que foi dito aqui é uma realidade, principalmente na zona rural, mas também na capital do meu Estado, que é pobre, o menor Estado da Federação, em termos de população. Uma parcela significativa na capital, e eu diria que quase a totalidade na área rural, vai para a escola para comer e só vai se tiver transporte, porque mora distante. E se podemos dizer que existem estradas, porque nem estradas são, mas caminhos pelos quais esses veículos têm de percorrer.

Então, é muito importante realmente que a gente consiga – e aí vou usar meu cacoete de médico – fazer um diagnóstico dessa realidade nacional, mas levando em conta a questão regional, as peculiaridades inclusive intrarregionais. Eu discuti isso aqui no Código Florestal. Primeiro, porque já discordo deste nome: Código Florestal. Devia ser um código de uso do solo, porque vamos tratar de como usar o solo de acordo com as áreas. Não há só florestas no Brasil!

Então, nós estamos discutindo e eu chamei a atenção, por exemplo, para essa diversidade, digamos, dentro de um chamado bioma como o amazônico, a diversidade que existe de região para região, até na questão das chuvas, do regime de chuvas. No meu Estado, por exemplo, é completamente diferente do Amazonas em termo de chuvas.

Se nós não levarmos em conta, por exemplo, as peculiaridades... Falou-se aqui da questão indígena. No meu Estado, 67% do território do Estado é de área indígena e é precaríssimo. Se fora da área indígena já é precária a questão de transporte e de alimentação, imagine nas áreas indígenas. Então, muito bonito demarcar reservas indígenas. Mas a situação em que vivem os indígenas nessas reservas é uma pena! E eu diria que é sem exceção. Você pode encontrar uma ou outra comunidade que tenha uma educação razoável. Então, é preciso realmente que a educação seja levada mais a sério, porque o que eu conheço do meu Estado e o que conheço, por estudar, dos outros Estados, é lamentável. Nós melhoramos, como foi dito aqui pelo Senador Cássio Cunha Lima, na quantidade, na chamada universalização, nós melhoramos demais; mas, na qualidade, realmente nós estamos muito a desejar.

Olhem, eu fico com pena quando recebo cartas de pessoas graduadas nas mais diversas áreas do saber cartas em que há página em que não se encontra uma frase correta; às vezes, nem a grafia das palavras, de pessoas com diploma de curso superior. Onde começou o problema? No ensino fundamental. Na faculdade, eles não vão mais corrigir essa questão. Então, é precioso o tempo que perdermos para encontrar junto ao Executivo, ao Legislativo... Mas, principalmente, eu sempre digo: o cidadão mora em uma rua, em um bairro de algum Município; ou, então, em uma vicinal ou em uma beira de rio desses Estados; não mora no ente Estado, não mora no ente União. Ele mora é lá! Então, é lá que nós temos de estar presentes.

O Senador Cristovam tem uma tese, que ele defende com muita propriedade, mas que eu, particularmente, sou muito mais inclinado a que façamos o inverso, porque realmente é aquela história, se está errado, hoje, o que acontece nos Municípios – e está, na grande maioria, infelizmente, está, seja pelos vários motivos que já foram citados aqui –, não acredito que seja tirando do Município essa responsabilidade que a gente vá melhorar. Lógico que, talvez, fosse o ideal que o Governo Federal fosse capaz de federalizar o ensino fundamental e privatizar o ensino superior. Talvez fosse até ideal. Ou estadualizar o ensino superior. Mas o que é certo é que – justamente, aqui eu vou falar do começo – se não cuidarmos da infância, nós vamos ter adultos sadios? Não vamos! Se não cuidarmos do ensino fundamental, nós não vamos ter, de jeito nenhum profissional... Estão aí essas avaliações que o próprio MEC faz de nossos cursos superiores. É lamentável!

Eu quero deixar aqui este meu testemunho e dizer que, como membro da Comissão de Educação, eu gostaria muito de que nós pudéssemos, de fato, estreitar esse trabalho junto com os representantes do Governo Federal, dos Governos estaduais, das Prefeituras, principalmente, porque há um estigma muito forte do nível federal com o ente municipal ou mesmo com os Estados. Infelizmente, isso é verdade. E o que é pior: existe isso, mas não existe fiscalização. Mandam o dinheiro e, aí, a prestação de contas – como foi dito aqui pelo Senador Paulo Bauer – é arranjada, mas o que acontece é que não se arranja para o aluno sua questão; arranja-se na contabilidade, no papel.

Então, eu quero agradecer muito de ter tido a oportunidade de ouvir aqui a explanação dos senhores e das senhoras e dizer que vou, inclusive, pedir os Anais desta audiência porque realmente é um tema que me interessa muito. Ainda bem que estou bem contaminado pelas duas áreas porque me formei em Medicina e depois me tornei professor da faculdade de Medicina. Então, sou apaixonado por essas duas áreas. Acho que o homem sem essas duas coisas... As outras são secundárias. Evidente que a segurança, eu diria que é irmã gêmea... Eu diria que são trigêmeos: se a pessoa estiver sadia, educada e não tiver segurança, já era. Mas com educação, com saúde e com segurança, o resto ele faz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Agradecendo ao Senador Mozarildo Cavalcanti a presença e a participação, tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, primeiro é uma grande satisfação tê-lo aqui conosco, o senhor sabe disso, pelo meu respeito. Pena que tenha demorado a chegar.

Segundo, eu quero dizer a todos da Mesa que eu não cheguei antes por diversos compromissos. Agora mesmo, terei de sair, está havendo reunião do Congresso e terei de estar lá. Mas, se eu fosse escolher a hora de entrar aqui, teria entrado naquela hora mesmo. Foi coincidência, mas foi coincidência muito positiva. Eu agradeço muito a gentileza do Cássio lembrar aquela minha frase de que o analfabetismo existe no Brasil porque não pega. Depois que a gente alfabetiza um filho da classe média, ele fica alfabetizado. A prova disso é que a pólio a gente erradicou, porque pólio pegava. Então, a gente erradicou.

Mas eu quero voltar a outro assunto do Senador Cássio. Eu vou colocar o que o senhor colocou, mas por outro lado. Vamos supor que a gente não... Vamos colocar da seguinte maneira: por que não aumentar as responsabilidades da União? Por que a gente não aumenta a responsabilidade da União com relação à educação? Ou, então, por que a gente paga o salário do professor, a União, em Brasília, a cidade que tem a maior renda *per capita* no Brasil? Por que alguns alu-

nos têm o privilégio de ter os professores pagos pela União no Colégio Pedro II, nos institutos de aplicação, nas escolas técnicas, nos colégios militares, e os outros ficam com o professor pago pelo Município, que é pobre no Brasil? O Município não tem como aumentar muito os salários. Alguns não têm como aumentar o salário, não é nem muito. E a gente tem de aumentar é muito o salário do professor! Muito! Mas não é possível com o dinheiro do Município nem do Estado. É nesse sentido que eu venho defendendo e chamando de federalização da educação. Mas o nome pode ser ruim. Mas é o professor ser pago pela União! Por que o Senado agora abre concurso, pagando vinte e tantos mil reais por mês? Por que é a União que paga. Por que a Justiça, por que a Polícia Federal têm esse salário? Por que há tantos setores com salários dignos – não vou dizer que são altos – e o professor não tem? E não tem como ter. Veja bem, Senador, imagine se o livro didático fosse municipal. O que aconteceria se o livro didático fosse municipal? Se a merenda fosse municipal? Felizmente, esses dois setores a União assumiu, criou e assumiu. Claro que eu costumo dizer, do mesmo jeito da alfabetização e da contaminação: eu acho, Senador Cássio, que o Brasil adotou livro escolar, não porque queria melhorar a escola, mas porque queria dinamizar a indústria gráfica. Foi uma visão econômica. O mesmo quanto à merenda, foi para dinamizar o setor agrícola, não foi para melhorar a alimentação das crianças; ou, então, as duas coisas. Por que a gente tem esses setores federais, e funcionam?

Eu fui visitar uma escola muito pobrezinha no interior do Amapá. Não tinha cadeira. Sabe onde a professor se sentava? Em um botijão de gás, porque é federal! O botijão de gás é federal, a cadeira é municipal. Não tinha cadeira, tinha botijão. Então, a ideia de aumentar a responsabilidade da União é positiva, a meu ver. Agora, tem de se manter a descentralização gerencial. Mas hoje não há? As universidades são federais, mas não é o reitor que as administra? Por que a gente não pode federalizar a carreira do professor e o Prefeito a administrar? Obviamente, com concurso federal. Você vai ter salário federal, tem de ter concurso federal, como a gente faz para os cargos federais.

Eu quero propor, Senador, com V. Exª na Presidência, uma audiência ou, como sugeriu o secretário, Júlio Linhares, uma série de audiências sobre... Eu não vou dizer a federalização da educação, porque aí puxaria para uma coisa diferente. Vamos chamar do seguinte: a federação e a educação. Vamos fazer algumas audiências sobre isso? Ou: a educação e a federação, ou o federalismo e a educação. Então, eu já estou colocando essa sugestão da audiência e, depois, eu a ponho por escrito.

Quanto ao tema específico aqui – não assisti à fala – mas eu acho o seguinte: transporte, alimentação e outra coisa são tão importantes para a educação quanto o professor etc. Quanto é um pouco de exagero. A outra coisa é o uniforme. Eu acho que deveria ter uniforme no fundamental; no médio, já não precisa. Com essa mercantilização pela televisão, há criança que não vai à escola porque não tem uma roupa bonita. Não é nem bonita, é da moda. Há criança que não vai à escola porque não tem o tênis da moda, e os colegas dele têm, e ficam em casa insistindo com os pais.

Há um colégio que obviamente não é um modelo para nós porque é muito melhor do que é possível. Trata-se de uma escola do Sesc, no Rio de Janeiro, onde quase todas as crianças são de camadas pobres; alguns, de camadas altas, poucas. Você não consegue saber a classe da criança na escola. Eles moram lá. É internato. Mas todos têm seu uniformizinho, portanto, igual. Se não fosse assim, já começaria a diferença. Essas coisas fazem parte da educação. Então, transporte e merenda são parte da educação. Tem gente que diz que isso é dinheiro que não é da educação. Esse dinheiro não deve ser retirado de salário, de nenhuma outra coisa importante, mas também é fundamental. A merenda, hoje, é por causa da pobreza das famílias. Mas, quando houver horário integral, não é por causa da pobreza, mas porque comer junto é importante para as crianças. Eu sou francamente defensor de restaurante universitário. Não é porque tem estudante universitário que não possa comer, e até que tem mesmo, mas é porque até o boteco perto da universidade faz parte da educação, se não beber muito, é claro, por causa da conversa. Conversar é parte da formação de uma criança e da do universitário. É claro que quem tem criança sabe que hoje se aprende muita coisa ruim na escola pelas conversas. De repente, você fica chocado com filhos ou netos dizendo palavrão em casa. "Onde você aprendeu isso, que aqui a gente não diz? Vai ver foi na escola". Mas faz parte do processo.

Então, eu fico feliz de ver aqui este debate sobre merenda e transporte. Há problemas, sim.

O Senador Cássio colocou, e o Senador Mozarildo, que tem empresas de parentes de Prefeito, de Governador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não! Colocou, citou isso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Claro que não! Sem dúvida nenhuma, Senador Mozarildo. O senhor é um destes que aqui estão acima de quailquer suspeita. Pois bem. Está tão acima

que levanta o assunto, se tivesse comprometido, não tocava... É o tal do rabo de palha, não é? Então, há problemas desse. Mas isso tem em tudo. Vamos lutar para corrigir esses problemas, mas vamos apoiar ao máximo o programa de merenda, o programa de transporte e vamos incluir um programa de uniforme.

Quando fui Ministro, comecei. Fizemos a licitação, inclusive, para comprar 500 mil. Mas uma empresa entrou na Justiça, barrou a licitação, por algum erro que, certamente, a gente cometeu. Ao final, terminou o programa morrendo. Este, sim, dinamizaria muito também a indústria têxtil.

Uma vez, eu fiz para o Presidente Lula um documento de quanto se aumenta o emprego investindo-se na educação: na merenda, no livro didático, no uniforme. Mostrei a ele: "olhe aqui como isso aumenta o emprego". Naquela época o emprego estava em crise no Brasil; ultimamente, até que ela diminuiu. Chegamos a ter o problema de que, se fôssemos dar uniformes para todos, teríamos de comprá-los na China, porque aqui não tinha capacidade. Eu até disse que seria melhor ir devagar em vez de comprar na China. Vamos devagar, mas vamos dinamizar a indústria brasileira.

Então, parabéns que vocês estejam envolvidos nisso. Contem com meu apoio em todos esses setores, que são fundamentais na educação de uma criança. E vamos discutir a relação federal no Brasil e a educação, até mesmo a discussão do Senador Mozarildo: por que as universidades são federais e não estaduais ou municipais, e a educação de base é municipal?

E aí eu concluo com a notícia de hoje nos jornais de que o Ministério decidiu congelar as vagas em 70 faculdades. Primeiro, eu quero parabenizar o Ministro por essa decisão. Agora, não foi por falta de aviso. Quantas vezes eu disse que não dá para aumentar vagas nas universidades se não aumenta o número de jovens terminando o ensino médio e ensino médio com qualidade. Setenta é pouco. Se a gente fosse fazer um estudo rigoroso, teria de não só congelar as vagas, mas fechar muitas dessas. Fechar porque não estamos dando ensino universitário. É uma mentira o que nós estamos fazendo. Aí dizem: "Mas não é um direito de todos?". Eu creio, Senador Cássio, que deve ser um direito de todos ter formação pós-secundária, mas não necessariamente universitária.

A gente tem de criar um setor pós-secundário não universitário, para que as pessoas continuem estudando para algumas atividades que não precisam de curso universitário, mas que dão a continuação da educação. Nem todo mundo precisa ser médico. É muito pouco o número das pessoas que são preparadas para serem médicos. Eu jamais conseguiria ser. Agora, poderíamos criar algumas atividades pós-secundárias de apoio e auxílio à saúde, inclusive certos tipos de atividades. Não vou citar quais, porque enfermeiro, dizem, precisaria de curso superior. É outra discussão. Mas há diversas atividades pós-secundárias. A Finlândia é o país com a melhor educação no mundo. Lá não tem universidades para todos. É restrito o número de alunos na universidade. É difícil entrar na universidade. Agora, todo mundo tem a mesma chance: filho de rico ou de pobre. Agora, tem dificuldade para entrar. Mas o que acontece? Você vai para outros cursos. Há curso pós-secundário de pescador, de culinária, garçom. Agora, é garçom que fala três idiomas, que entende de vinho, que descreve quantas caloria tem a comida, se o cliente estiver com medo ou que doença impede de comer aquilo. Ele avisa: "Olhe, o senhor está pedindo isso, mas o senhor não é diabético, é?". Ele avisa, tem uma formação melhor. Então, nós temos de trabalhar também isso. Este País tem de sair deste negócio: ou universidade ou nada, depois do segundo grau. Há muitos cursos! E eu não digo só profissionalizantes, não. Cursos. Ponto. Pós-secundários e que não exigiriam o aumento tanto no número de universitários.

Era isso o que eu tinha a falar. Mas fica aqui minha sugestão para este debate. Eu creio que é o que a gente está precisando, até para saber se esta ideia chamada federalização tem um nome ruim ou é uma ideia ruim.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Senador Cristovam, seguramente, a ideia não é ruim, o nome é. Mas, aguardaremos a formalização do requerimento para o seminário, para o conjunto de audiências públicas, federação e educação, ou vice-versa. A proposta de V. Exª é extremamente louvável.

Pelo adiantado da hora, vou sugerir que possamos fazer uma rodada rápida de cinco minutos para cada um dos expositores de forma tal a concluir a participação dos convidados. Caso os Senadores queiram ainda usar da palavra, obviamente terão o espaço assegurado e, desta forma, concluiríamos esta audiência pública.

Concedo a palavra à Drª Márcia Adriana de Carvalho. Vou respeitar a sequência das exposições inicialmente feitas.

A SRª MÁRCIA ADRIANA DE CARVALHO – Quanto às manifestações aqui dos Senadores, todos têm considerações importantes, relevantes para que a gente possa fazer esta discussão. Acredito que as manifestações do Senador Cássio, do Senador Mozarildo e do Senador Cristovam também se referem ao que nós, como dirigentes municipais de educação, buscamos no que diz a Constituição de atuarmos na educação em regime de colaboração, algo que ainda precisa ser efetivamente regulamentado e implementado.

Desta forma, se tivermos esta possibilidade de juntos discutirmos como complementar e executar o regime de colaboração, temos certeza de que as responsabilidades estarão definidas, embora hoje tenhamos essas responsabilidades definidas na LDB e na própria Constituição, mas não há o pacto para a execução dessas responsabilidades, o aspecto do financiamento fica fora dessa regulamentação e aí advêm todas as questões, como as que hoje aqui a gente discutiu na audiência pública, tanto da alimentação, quanto do transporte escolar.

Se nós buscamos junto ao Governo Federal a ampliação dos recursos, é porque eles são insuficientes para a execução dos programas e das políticas educacionais lá no Município. Se nós pudermos ter, então, essa discussão sobre o regime de colaboração, a forma de executarmos as nossas responsabilidades ficaria bastante mais clara e compreensível com a participação de todos, não que se defina sem a participação dos entes todos – Estados, Municípios e a União – e os interessados para essa discussão efetivamente acontecer. Caso contrário, as responsabilidades hoje são maiores para os Municípios, mas o recurso fica de fato concentrado na União, o que faz esse movimento dos Municípios, dos dirigentes municipais, especificamente aqui na área da educação, de estarem buscando os recursos na União.

Em relação às questões específicas sobre alimentação e transporte, como dirigentes municipais, concordamos com algumas colocações aqui já feitas em função do valor *per capita*, principalmente, se é possível termos uma adequação desses valores *per capita*, conforme as características regionais e até locais, porque temos algumas peculiaridades. Não podemos tratar também os Estados como um todo. Por exemplo, se pegarmos o Rio Grande do Sul, que é o meu Estado, e compararmos a realidade da grande maioria dos Municípios, que são Municípios pequenos, com uma área territorial muito pequena, o meu Município, com 3.300km^2 de extensão territorial, vai ficar prejudicado, com mais de 3.000km de estradas municipais. Isso influencia, obviamente, no custo do transporte, mas que não está na educação, não está contabilizado no Orçamento do Município com a responsabilidade da manutenção dessas estradas pelas quais o transporte escolar passa.

Então, é preciso que façamos sim essa discussão do valor *per capita* para que tenhamos o atendimento para minimizarmos, então, essas diferenças regionais.

Em relação à alimentação escolar, de fato, na legislação que trata a agricultura familiar, nós entendemos, a Undime, que é uma política necessária também de valorização da agricultura familiar. Porém, o questionamento e a disponibilidade para discussão que fazemos é no sentido de como viabilizar isso nos Municípios e Estados para que não estejamos descumprindo os dispositivos legais.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

A SRª MÁRCIA ADRIANA DE CARVALHO – Então, nesse aspecto ficam aqui as duas questões.

Obviamente, a questão suscitada pelo Senador Cássio sobre Fundeb, somos parceiros para essa discussão também, porque precisamos rever essa situação. Afinal, temos um prazo de validade do Fundeb e não podemos deixar essa discussão para as vésperas de findar a vigência do Fundeb.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Agradeço a sua participação e concedo a palavra ao Dr. Eduardo Carlos Manyari.

O SR. EDUARDO CARLOS MANYARI – O tempo, como sempre, é curto. Vou responder os questionamentos.

Com referência a essa diferenciação do *per capita* indígena e dos quilombolas, o primeiro comentário que farei é que no somatório, no percentual e no grande total, o percentual dessas pessoas é mínimo, é abaixo de 1% dos estudantes que fazem parte deste grupo. Eu não participei especificamente da regulamentação dessa resolução, mas tenho escutado que, basicamente, é por questões culturais e por questões também de resgatar uma dívida social, pelo menos é o que tenho escutado.

Com referência ao segundo ponto, dos 30%, os comentários são válidos, a gente não está discutindo isso, mas acho que temos que olhar os aspectos positivos e os aspectos negativos. Setenta por cento da agricultura no Brasil é produzida pelo pequeno agricultor.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Mas em que região?

O SR. EDUARDO CARLOS MANYARI – Estou falando na média, porque há excepcionalidades. Estou fazendo um comentário do porquê de ter sido colocado dessa forma. Obviamente, as coisas são feitas de forma acelerada, as mudanças aconteceram. A mesma coisa é quando falamos de Wall Street. Eles foram pegos de surpresa, porque a dinâmica da economia foi muito rápida. Aqui, o pessoal estava tentando imprimir uma dinâmica muito mais veloz para combater toda essa grande desigualdade econômica e social que existe no País. Estamos falando de um dos índices de Gini dos piores que existem. Então, estamos liderando; temos que atacar isso da forma mais radical possível. A forma, obviamente que não é absolutamente perfeita, foi essa, de criar uma definição e, como é uma resolução, depois ajustes deverão ser feitos. Mas a ideia era de

justamente propiciar um desenvolvimento econômico local, fixar mais o homem do campo. O Brasil tem vários problemas, não é só um problema ligado à alimentação e à educação, há outros problemas também. Esta foi uma forma que observamos que tornaria possível combater em boa parte, dentro da medida do possível, essas grandes diferenças econômicas e sociais.

Quanto ao outro ponto que foi mencionado, quanto aos desvios, o que a resolução e a lei previam era de que realmente o povo tomasse mais conta das coisas que estavam acontecendo, maior participação social, mais controle social. A gente já explicou anteriormente como que, formado um conselho por pais de alunos, por um representante do Município, por um representante dos professores, são eles que podem acionar de imediato o próprio FNDE, o Ministério da Educação, e também, automaticamente, os outros organismos de controle do Governo são acionados, Tribunal de Contas da União e CGU, e o responsável é o Prefeito municipal, que responde a qualquer situação de má aplicação dos recursos. Então, a lei é aplicada nesse sentido. A gente tem limitações, o tempo é muito curto, mas a gente pode estender isso em outro momento, essa discussão.

Também foi feito mais um questionamento quanto à merenda escolar ser terceirizada. Os recursos para merenda escolar, pela lei, somente podem ser aplicados especificamente para compra de alimentos e produtos alimentícios. Só alimentos, mais nada. Isso é o que diz a lei e a isso o FNDE e o Ministério da Educação obedecem. Se há outros Estados que adotaram outros métodos, outros Municípios, isso já foge.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO CARLOS MANYARI – Mas o intermediário precisaria de um outro processo diferente de compra do próprio alimento.

O tempo já acabou.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Para que eu não pareça mais rigoroso do que o Senador Paulo Bauer, apenas alerto que a campainha dispara automaticamente. Não tenho nenhum controle sobre a campainha, pelo menos neste instante.

Concedo a palavra à Drª Maria Nilene da Costa.

A SRª MARIA NILENE BADECA DA COSTA – Importantes essas colocações e principalmente os questionamentos, as sugestões dos Srs. Senadores.

O Consed (Conselho Nacional de Secretários), uma das coisas em que está insistindo, propondo ao Ministério da Educação é que esse atendimento, tanto da merenda como do transporte, seja diferenciado de acordo com as peculiaridades regionais e adversidades. Não pode ser o mesmo atendimento para Roraima e para Mato Grosso do Sul. Apesar de termos a segunda população indígena, o transporte do Amazonas tem que ter um outro olhar e é isso que estamos propondo.

Outra coisa importante que o Senador Cristovam colocou, quanto a esses cursos pós-secundários estamos atendendo. O Ministério da Educação propôs e a maioria dos Estados abraçou, que é esse Curso Profuncionário, que é um atendimento, uma valorização dos servidores administrativos das escolas. Aquela pessoa, aquele servidor que só tinha o ensino fundamental e fazia, preparava a alimentação escolar sem nenhuma orientação, hoje ele está recebendo esse curso técnico em alimentação escolar. Ele recebe uma preparação, um curso de 1.500 horas, de um ano e oito meses, de como melhorar a alimentação escolar para os estudantes.

Com relação à terceirização, realmente o FNDE tem que rever se hoje o Estado de Santa Catarina está fornecendo bem a alimentação escolar e ela é terceirizada, vamos rever, vamos ver o que está dando certo para abrirmos para que outros Estados possam.

O importante, nós hoje encontramos muita dificuldade nos Estados, é com relação a esse preparo, porque muitas vezes temos os recursos, repassamos para a escola e não temos quem faça essa merenda escolar. Muitas vezes estão lotadas quatro ou cinco merendeiras lá naquela escola, mas estão todas com licença médica.

Esse é um problema muito sério que os Estados e os Municípios enfrentam. Deveria haver uma maneira de melhorar esse atendimento. Não sei se terceirizando os serviços, mas existe um trabalho, uma rejeição muito grande por parte dos sindicatos em terceirizar esses serviços, é uma grande dificuldade que os Estados hoje enfrentam, ter essa pessoa trabalhando na escola e oferecendo esse serviço.

Acho que é isso que tínhamos que colocar. Com relação aos 30%, há uma preocupação muito grande do Consed. Nós já apresentamos esse levantamento, pegamos as prestações de contas dos Estados de 2010. Esses dados que os senhores têm são em cima das prestações de contas que os Estados apresentaram ao FNDE. Então, uma grande parte não consegue... É um programa bom de incentivo ao pequeno agricultor? É, mas se não houver essa ação conjunta desses órgãos que dão assistência, que dão atendimento ao pequeno agricultor, à agricultura, não vamos conseguir alcançar realmente. No meu Estado, os recursos são reescolarizados. Nós repassamos os recursos para a associação de pais de cada escola e muitas vezes eles fazem até três audiências públicas e não conseguem quem forneça esses gêneros.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Concedo a palavra à Srª Lourene Mariano da Silva.

A SRª LOURENE MARIANO DA SILVA – A CNM entende que são de grande valia discussões como estas com relações a dois grandes programas. No entanto, vamos aguardar que não fique só na reflexão, que possamos refletir, pontuar os problemas e procurar as soluções para que sejam de fato resolvidos ou, pelo menos, vamos caminhando para que esses problemas sejam trabalhados e, aos pouquinhos, possamos resolvê-los.

A CNM agradece o convite para discutir na audiência.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – O agradecimento é desta Comissão pela presença da CNM.

Concedo a palavra ao Dr. José Maria Rodrigues.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES – Senador, Prof. José Maria Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Professor Doutor?

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES – Não, só professor. Sou pedagogo e sou professor da rede pública do Estado de Mato Grosso. Tenho o prazer de estar no Ministério desde 2004 coordenando essas ações.

Alguns Srs. Senadores, nas suas falas, teceram alguns comentários sobre alguns temas que estão muito acima do foco da nossa audiência pública, que é o transporte escolar e a alimentação escolar. Falamos de pacto federativo, de regime de cooperação, responsabilidade, possibilidade de federalização do ensino básico. Então, vou me ater ao nosso tema mais propriamente.

Eu queria falar sobre o valor único. Primeiro, faço uma correção. O Senador Flexa Ribeiro falou que os valores são únicos. No transporte escolar os valores são variáveis e consideram a situação de cada Município em função do fator de necessidade de recursos do Município. Considera-se a população rural, o índice de pobreza, o Ideb do Município e a população no campo para calcular o valor *per capita* do transporte escolar. O menor valor está num Município do Estado do Paraná e o maior valor está num Município do Estado do Amapá, em função dessas variáveis.

Sobre o aumento do valor da União, eu tenho uma dificuldade muito grande de levar para o setor financeiro do MEC a demanda de aumentar o valor *per capita* do transporte, do Pnate, porque (*Falha na gravação.*) o Brasil o que sai em cada Município para, então, discutir qual é a responsabilidade que tem o Governo Federal com esse valor gasto realmente no transporte escolar, qual é a responsabilidade do Estado e qual é a responsabilidade dos Municípios. Eu acho que essa é uma discussão muito positiva dentro do grupo de transporte escolar, no qual temos a participação dos Estados e dos Municípios também.

Utilizar as particularidades de cada região. Nós temos um problema sério. As transferências do Governo Federal têm que utilizar dados que tenham credibilidade e universalidade com relação à sua coleta. A gente não tem como, por exemplo, utilizar quilômetro rodado. Uma rota hoje que tem 50km, Senador Cássio, amanhã pode ter 20, porque o aluno que morava no final da rota mudou e não está lá mais. Então, quilômetro rodado é uma demanda que os Estados e os Municípios fazem para os Ministérios e nós não vamos, desculpem-me, nunca ter possibilidade de utilizá-la como parâmetro para estabelecer valor *per capita*. Acho que outras coisas a gente pode utilizar para melhorar esses dados.

Embora não seja a minha área, eu queria fazer aqui uma ressalva sobretudo quando o Senador Cássio Cunha Lima disse que uma resolução do FNDE estabeleceu os 30% da agricultura familiar. Não é resolução, é uma lei e, em sendo lei, ela foi aprovada por esta Casa. Então, se tem alguma crítica, alguma coisa com relação a esse processo, eu acho que é uma discussão que tem que ser feita, inclusive, no âmbito do Legislativo Federal e com o Executivo para poder ver a possibilidade de ou ter alteração ou fazer com que a lei seja mais adequada.

O Senador Paulo Bauer fez um comentário com relação a não ter no Mato Grosso o pequeno produtor que produza esse negócio. Eu sou do Mato Grosso e posso dizer que a realidade dele, de Santa Catarina, não é a realidade do Estado de Mato Grosso ou de outros Estados que tem, inclusive, a produção agrícola até a monocultura mais acentuada. Não tem produtores produzindo nas condições para vender como alimentação escolar, porque não tinha para quem vender o seu produto. Quer dizer, a política dos 30% para a agricultura familiar, a meu ver, é uma política de indução para fixar o homem no campo, estabelecer condições de produção e ter, sobretudo, mercado para consumir os produtos dos pequenos agricultores.

Com relação aos desvios de recursos que foi colocado, a gente faz, no que é de responsabilidade do Poder Executivo, todas as medidas, toma todas as medidas, mas chega uma hora que você apura que é crime, e quando se trata de crime, tem que ir para outra alçada que não a administrativa, sobre a qual a gente tem responsabilidade para apurar.

Para o Senador Cristovam, para completar, eu quero dizer, Senador, que a gente tem já no FNDE um programa de uniforme escolar, que está especificando

e colocando à disposição *kits* de uniforme escolar padronizados para os Estados e Municípios, inclusive em regime de pregão eletrônico para adesão, para compra, formação do kit e tudo completo com relação a isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Agradeço ao Prof. José Maria Rodrigues a participação. Apenas esclareço, Professor, que fiz referência à resolução, mas me reportando à lei, e a crítica é ao próprio Congresso, que é o grande responsável por esse desequilíbrio do pacto federativo.

Eu creio que concluímos os debates.

Indago aos Srs. Senadores se ainda desejam fazer uso da palavra ou se estão satisfeitos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Gostaria apenas de fazer um comentário final, que eu diria que é genérico.

Eu entendo que uma audiência como esta, na verdade, não é um confronto de ideias, mas é, sobretudo, a busca de soluções para o problema.

Aqui ficaram claras algumas coisas. Por exemplo, eu me surpreendi com a informação de que é variável a questão do transporte, mas é importante, realmente, repito, que o MEC leve muito em conta a questão da realidade municipal e regional de cada lugar. Porque senão, nós vamos ter realmente... Se tivermos um parâmetro amplo, a Drª Márcia disse: "Mas, por exemplo, Municípios como...". O Município de Caracaraí tem a dimensão maior do que Sergipe. Então é preciso que realmente essas realidades sejam olhadas, tanto no que tange à questão da merenda quanto do transporte. Por exemplo, a regra de comprar da agricultura familiar: belíssima ideia. Agora, qual é a realidade regional do Estado de Roraima em relação à agricultura familiar? Qual é a realidade do Mato Grosso, que a Drª Maria Nilene mencionou? A verdade é que nessas coisas é que se tem que realmente ter a flexibilidade de não tratar o País como se fosse uma coisinha pequena que não seja o continente como é o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Senador Cristovam?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não, eu estou satisfeito. E mais ainda, com a lembrança, que eu sabia, mas estava esquecendo, do financiamento de uniforme escolar pelo FNDE.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Em nome desta Comissão, gostaria de deixar consignado o agradecimento pela presença de todos os senhores e de todas as senhoras, que muito contribuíram para a realização dessa audiência pública, agradecer naturalmente a presença dos Srs. Senadores e registrar com alegria a presença do Prefeito Chico Carvalho, do Município de Olho D'Água na Paraíba; do ex-Prefeito Geraldo, de Cacimbas, e do jornalista Walter Santos, que também atentamente acompanharam a realização dessa audiência pública.

Declaro encerrada a presente reunião e convoco para a próxima terça-feira, dia 29 de novembro, às 11 horas, a próxima reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 14 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às onze horas e trinta minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Pedro Simon, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Paulo Bauer, José Agripino, Armando Monteiro, João Ribeiro, Delcídio do Amaral, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Mozarildo Cavalcanti e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Eduardo Amorim, Garibaldi Alves, Ricardo Ferraço, Cássio Cunha Lima, Maria do Carmo Alves, João Vicente Claudino, Magno Malta, Marinor Brito e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, passa a presidência ao Senhor Senador Paulo Bauer, para condução dos trabalhos. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que "Altera a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, que cria a 'Timemania', para fixar novos percentuais de destinação de recursos às entidades de prática desportiva na modalidade futebol profissional e para ampliar as possibilidades de parcelamento de débitos das entidades que especifica".

A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o parecer favorável, com as emendas nº 1-CE e 2-CE, é aprovado. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para imputar responsabilidades na esfera administrativa, civil e criminal pelo descumprimento do inciso I, do art. 17". O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o parecer favorável, com a emenda nº 1-CE, é aprovado, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Neste momento, a Presidência dá início a votação das proposições a serem deliberadas em bloco, conforme disposto na Decisão nº 1/09-CE, uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Thelma De Oliveira, que "Denomina Senador Jonas Pinheiro o trecho das rodovias BR-070, BR-163 e BR-364 referente ao rodoanel de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 17 (dezessete) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 217, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Paes Landim, que "Denomina Milton Brandão a rodovia BR-404 que liga a cidade de Piripiri, no Estado do Piauí, à de Icó, no Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 18 (dezoito) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 237, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado João Oliveira, que "Denomina Prefeito Leôncio Miranda a ponte na BR-235, sobre o rio Tocantins, entre os Municípios de Tupirama e Pedro Afonso, no Estado do Tocantins". A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é aprovado por 17 (dezessete) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Zezéu Ribeiro, que "Denomina Guimarães Rosa a ponte construída sobre o Rio São Francisco, ligando os Municípios de Carinhanha e Malhada, na BR-030, no Estado da Bahia". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 17 (dezessete) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Aelton Freitas, que "Denomina Rodovia Manoel Ferreira Lago Filho o trecho da rodovia BR-146 entre as cidades de Passos e Bom Jesus da Penha, ambas no Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Amorim e o projeto é aprovado por 18 (dezoito) votos favoráveis. Neste momento, a Presidência retorna à ordem original da pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Sarney, que "Altera a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, que 'Dispõe sobre o depósito legal e de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências', para incluir as bibliotecas públicas estaduais e do Distrito Federal entre as destinatárias de exemplares de publicações referentes ao depósito legal". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 17 (dezessete) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 1-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 414, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a avaliação e o reforço pedagógico nos sistemas de ciclos e regimes de progressão continuada no ensino fundamental". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para coibir a concorrência parasitária". O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 17 (dezessete) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 1-CCT/CAE/CE, aprovada por 16 (dezesseis) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 229, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado José Eduardo Cardozo, que "Institui a Semana Nacional de Educação, Conscientização e Orientação sobre a Fissura Lábio-Palatina e dá outras providências". A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 17 (dezessete) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, aprovadas por 16 (dezesseis) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "Acrescenta inciso ao art.12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre o combate ao bullying nas escolas". O relator

designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e a declaração de prejudicialidade do projeto é aprovada por 17 (dezessete) votos, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que "Acrescenta artigo à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências". O relator designado é o Senador Eduardo Amorim e a declaração de prejudicialidade do projeto é aprovada por 19 (dezenove) votos, nos termos do art. 334 do RISF. **Item 6: Aviso nº 76, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 2.261, de 2011 – TCU – Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada com o objetivo de analisar a governança das agências reguladoras federais de infraestrutura (TC 012.693/2009-9)". O relator designado é o Senador Sérgio Petecão e o parecer pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria é aprovado. **Item 15: Requerimento nº 69/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que requer "... nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para debater 'A organização da Copa do Mundo de 2014 e a Lei Geral da Copa', com o presidente da Federação Internacional de Futebol Associado – FIFA, Senhor Joseph S. Blatter e o presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, Senhor Ricardo Teixeira". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Roberto Requião requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta, Item 1)**. **Item 16: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que requer "... nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, para explicar as denúncias graves veiculadas pela Rede Globo no programa Fantástico, do dia 20 de novembro de 2011, em que foram feitas acusações de irregularidades administrativas na Universidade Federal de Rondônia (Unir)". O Requerimento é retirado definitivamente de pauta atendendo à solicitação da autora. Prosseguindo, a Senhora Senadora Ana Amélia requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta, Item 2)**. **Item 017: Comunicado da Presidência:** "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de posse do Professor Eurico de Barros Lobo Filho no cargo de Reitor da Universidade Federal de Alagoas, a ser realizada no dia 1º de dezembro do corrente, quinta-feira, às 14:30h, na Sala de Atos, 9º andar, Edifício-Sede do Ministério da Educação, em Brasília". A Matéria vai ao arquivo. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 1: Requerimento nº 70/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Requião, que requer "... nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de debater o 'Sistema Educacional da Finlândia', com um especialista em educação daquele país a ser oportunamente indicado". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Marcelo Teixeira, que "Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicura, pedicura, depilador e maquiador", **que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Salatiel Carvalho, que "Dispõe sobre a regulamentação das profissões de cabeleireiro, manicuro, pedicuro e profissionais de beleza em geral". A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer é favorável ao PLC nº 112, de 2007, com as emendas oferecidas, e pela prejudicialidade do PLC nº 95, de 2011. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. Finda a deliberação da pauta, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, encerra a reunião, às doze horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Bauer,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 66ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da Ata anterior e a sua aprovação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovada.

Na reunião anterior, sob a Presidência do Senador Paulo Bauer, nosso Vice-Presidente da Comissão, foram lidos os pareceres e aberta a discussão. Hoje caberia a nós apenas realizar, com quórum, a votação. Nós teremos quórum para a votação terminativa dentro que alguns instantes, porque alguns Senadores estão na Comissão de Economia e estão se dirigindo para cá.

Como o Senador Paulo Bauer dirigiu a reunião anterior e está no pleno domínio das matérias, eu passo a Presidência ao Senador Paulo Bauer e integro o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Por essas maneiras de conduzir as coisas é que a gente compreende por que o Senador Requião, no Paraná, foi Governador tantas vezes e se quiser, será outras, com certeza.

Eu havia enviado a cada um dos integrantes da Comissão um comunicado solicitando que fizessem um esforço e um empenho a mais para estarem presentes na reunião, já que temos que limpar a pauta, tendo em vista o encerramento do ano, e o Senador Requião se encontrava viajando, e havia uma informação de que até esta reunião ele não teria retornado, embora essa informação tivesse nos chegado de forma equivocada, já que o Senador havia previsto o seu retorno.

Agradeço a confiança e a gentileza de me incumbir da missão de conduzir esta reunião.

Nós temos os itens que constam da pauta, já conhecidos de todos os senhores e senhoras, os itens terminativos, mas devido ao quórum que temos nesse instante, nós começaremos pelos não terminativos, na certeza de que, em poucos minutos, alcançaremos o quórum necessário para deliberação.

Por isso, vamos iniciar com o Item 5:

ITEM 5
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, DE 2011

Altera a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, que cria a "Timemania", para fixar novos percentuais de destinação de recursos às entidades de prática desportiva na modalidade futebol profissional e para ampliar as possibilidades de parcelamento de débitos das entidades que especifica.

Autoria: Senador Anibal Diniz.

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Observação: *1– Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.*

Com a palavra, para apresentar o seu relatório, a Exmª Srª Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente, vamos à leitura do relatório.

A proposição estabelece, em seu art. 1º, o acréscimo do art. 2º-A à Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006 (Lei do Timemania), estabelecendo novos percentuais de destinação de recursos aos times de futebol profissional, matéria atualmente regulada pelo Decreto nº 6.187, de 14 de agosto de 2007.

O art. 2º altera o art. 4º da mesma lei, para ampliar as possibilidades de parcelamento de débitos ali estabelecidos para os clubes de futebol profissional que disputem os campeonatos estaduais ou brasiliense de futebol há pelo menos dois anos.

Por fim, o art. 3º prevê que a vigência da lei em que o projeto se transformar ocorrerá na data de sua publicação.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – Análise

A proposta em exame enquadra-se no rol das competências concorrentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do art. 24, IX, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB).

Nos termos do art. 102, I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Educação opinar sobre os aspectos relativos a normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desportos, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional e salário-educação.

A análise do PLS nº 275, de 2011, portanto, insere-se no rol das competências desta Comissão.

No mérito, partilhamos a posição do autor quanto à mudança nos valores distribuídos aos times de futebol profissional pela arrecadação da "Timemania", hoje estabelecida pelo regulamento, o Decreto nº 6.187, de 14 de agosto de 2007.

Estamos, ainda, de pleno acordo com a extensão das possibilidades de parcelamento de débitos ali estabelecidos para os clubes de futebol profissional que disputem os campeonatos estaduais ou brasiliense de futebol há pelo menos dois anos.

Não obstante, a pertinência das modificações previstas, sugerimos alguns ajustes no texto da proposição na forma das duas emendas que apresentamos.

A primeira destina-se a estabelecer que a divisão de recursos pelos Grupos, hoje determinada pelo

Decreto nº 6.187, de 2007, passe a ser feita pela Lei e que essa distribuição permita que haja uma maior rotatividade nos clubes, retratando o momento atual do futebol. Vale dizer que, desde sua criação, são os mesmos oitenta clubes os beneficiados pela "Timemania", situação estanque que criou defasagens, tais como a presença de times que nem mesmo atuam em qualquer divisão do Campeonato Brasileiro de Futebol nem pertencem à primeira divisão de seu campeonato estadual.

A segunda mudança é alteração do art. 2º do PLS, reabrindo aos clubes que ainda não foram beneficiados anteriormente, o prazo de formalização do pedido de parcelamento por até 180 dias após a publicação da Lei, objetivo pretendido originalmente com o acréscimo, no texto original do PLS, de inciso ao § 12 do art. 4º da Lei nº 11.345, de 2006. Assim corrigimos possíveis incongruências no texto da Lei.

De resto, não verificamos óbices quanto à constitucionalidade, à juridicidade ou à boa técnica legislativa da proposição.

III – Voto

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 275, de 2011, com as seguintes emendas.

Dê-se ao *parágrafo único* do art. 2º-A acrescido à Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2011, a seguinte redação:

Art. 2º-A: (…):

Parágrafo único. A participação de entidade de prática desportiva da modalidade de futebol profissional na Timemania, além dos requisitos previstos nesta Lei e no regulamento, condiciona-se ao enquadramento em um dos grupos a seguir definidos, anualmente alterados, a partir do mês de janeiro:

I – grupo 1: do primeiro ao vigésimo time de futebol profissional mais indicado como "Time do Coração" no consolidado do ano anterior;

II – grupo 2: do vigésimo primeiro ao quadragésimo time de futebol profissional mais indicado como "Time do Coração" no consolidado do ano anterior;

III – grupo 3: até que se complete o número de 40 participantes, os times de futebol profissional não integrantes dos grupos 1 ou 2:

melhores colocados na última edição da Primeira Divisão do Campeonato Estadual ou Metropolitano de Futebol, concluída até 1º de agosto do ano anterior, um de cada Unidade da Federação; e

melhores colocados nas Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Divisões, nesta ordem, do Campeonato Brasileiro de Futebol do ano anterior e que não estejam enquadrados no critério anterior.

IV – grupo 4: times de futebol profissional não integrantes dos grupos 1, 2 ou 3:

melhores colocados nas Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Divisões do Campeonato Brasileiro de Futebol do ano anterior; e

campeões, reconhecidos pela Confederação Brasileira de Futebol – CBF, das Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Divisões do Campeonato Brasileiro de Futebol.'

A outra emenda:

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2011, a seguinte redação:

Art. 2º. O pedido de parcelamento a que se refere o *caput* do art. 4º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, poderá ser formalizado num prazo de até 180 dias, contados da data da publicação desta lei para as entidades desportivas, em especial da prática de futebol profissional, regularmente filiadas às entidades regionais da modalidade futebol nos Estados, no Distrito Federal, e que disputem os campeonatos estaduais ou brasilienses de futebol há menos dois anos e que não foram beneficiados anteriormente por este parcelamento.

Este é o voto, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Conhecido o relatório da nobre Senadora Angela Portela, coloco-o em discussão. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, em primeiro lugar, quero cumprimentar e parabenizar a Senadora Angela Portela pelo competente relatório e pelas emendas que apresentou no sentido de aprimorar essa proposta, que considero da maior importância para os pequenos clubes de futebol do Brasil.

Qual foi a motivação central dessa minha proposição?

A primeira delas é o fato de que os clubes da elite do futebol brasileiro, aqueles que compõem a primeira divisão e a segunda divisão, eles têm todas as vantagens possíveis e imagináveis em aspectos de arrecadação. Primeiro porque eles têm grandes torcidas; segundo porque são clubes que trabalham com seu sistema fechado no Clube dos 13, uma negociação com direitos de imagem que rendem milhões para esses clubes. Então, eles lucram com a presença da torcida, lucram com o direito de imagem. E, além do direito de imagem, eles acabam também conseguindo grandes patrocínios a partir de suas partidas que são televisionadas. Ou seja, eles fazem partidas televisio-

nadas, recebem o direito de imagem por isso e, ao mesmo tempo, se capitalizam a partir da negociação da sua camisa para a publicidade. Então, com o direito de imagem, eles conseguem muito mais investimento publicitário.

E os clubes das séries C e D são clubes que não têm transmissão de futebol, logo não têm nenhuma vantagem de direito de imagem. Então, esses clubes das séries C e D são os verdadeiros heróis do futebol nacional, porque eles conseguem chegar aos rincões, aos estádios mais distantes, às localidades mais distantes, jogando em estádios completamente deficitários, com pequenas torcidas, que têm um custo imenso, porque pode acontecer de um clube do Nordeste, por exemplo, fazer uma partida lá no Acre, ou vice-versa. Isso é um custo tremendo. Imagina um deslocamento de um clube do Acre para Maceió, como foi este ano na série C, uma viagem custa em torno de R$ 60 mil. Como é que bancam isso?

Então, essa proposição tem essa preocupação no sentido de fazer com que os recursos da Timemania possam atingir esses clubes que mais necessitam. E, dessa forma, a gente faz uma proposta meio hobinwoodiana, no sentido de tirar dos que têm um pouco para dar aos que não têm nada. E, no caso, a gente está tirando daqueles que já têm muitas fontes de recursos para colocar em benefício daqueles que não têm nada em termos de fonte de recurso.

E, nesse sentido, considero esse projeto de redivisão dos recursos da Timemania um projeto da maior importância para os pequenos clubes, que têm um papel social fundamental. Em todos os Municípios do Brasil, onde há um clube de futebol, ali se mobilizam jovens, ali se formam garotos, cria-se inspiração no meio da juventude, no sentido de práticas saudáveis, e aquele sonho de se tornar um jogador de futebol também acaba sendo alimentado pelos clubes mais distantes. E a gente precisa dar uma resposta no sentido de ajudar esses clubes também a ter alguma fonte de arrecadação.

Então, nesse sentido, por considerar o projeto da máxima justeza, eu estou certo de que vou contar com o apoio do conjunto dos Senadores e Senadoras integrantes desta Comissão e também na Comissão terminativa, Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Senador Anibal Diniz.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – O projeto do Senador Anibal Diniz, corroborado pelo relatório da Senadora, é, na verdade, o estatuto do pequeno clube de futebol. Ele não apenas reparte os recursos, mas viabiliza a sobrevivência dos pequenos clubes de futebol, dando assim continuidade às suas características sociais de formação de atletas e de provedores do lazer para a população.

Eu acho que só faltou no relatório da Senadora Ângela Portela – não é um reparo que faço, nem tampouco uma sugestão –, mas faltou a concessão de um título de artilheiro honorário dos pequenos clubes de futebol a ser concedido ao Senador Anibal Diniz, porque esse projeto é um gol que ele faz em benefício do esporte brasileiro.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente do Rio Branco Esporte Clube.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Anibal Diniz: o artilheiro dos pequenos times.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço a manifestação do Senador Roberto Requião.

Consulto se mais alguém deseja se manifestar. (*Pausa.*)

Não havendo mais nenhum inscrito, a matéria será colocada em votação.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório apresentado pela Nobre Senadora Ângela Portela.

Nós estamos aguardando mais um Senador para alcançarmos o quórum de deliberação de matérias terminativas. Portanto, até que ele seja alcançado, vamos proceder à leitura do relatório do Item 2, que é matéria que já constou da pauta do dia 21 de novembro. Mas, em função da ausência do Senador Paulo Paim, nós atribuiremos ao Senador Walter Pinheiro, se ele estiver de acordo, a incumbência de apresentar o relatório, como relator *ad hoc*. Aí poderemos ter a análise da matéria, enquanto alcançamos o quórum.

O Item 2 da pauta, portanto, é relativo ao Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2011.

ITEM 2
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 409, DE 2011

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para imputar responsabilidades na esfera administrati-

va, civil e criminal pelo descumprimento do inciso I, do art. 17.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.

Observações: 1– Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2– A matéria constou na pauta da reunião do dia 22/11/11

Informo a todos que temos o quórum regimental. Basta que o Senador Walter Pinheiro faça a leitura do relatório e votemos essa matéria para, em seguida, votarmos as demais.

Peço a todos, encarecidamente, que permaneçam na reunião, para que possamos limpar a pauta de assuntos pendentes pautados nesta comissão.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, o Nobre Relator Paulo Paim relata a matéria que trata exatamente do caso de descumprimento do disposto do inciso I do art. 17 da Lei nº 11.947, de 17 de junho de 2009, que é a lei que trata exatamente da alimentação escolar, entre outros programas de educação.

Este referido inciso, o inciso I, determina que:

I – Estados, o Distrito Federal e Municípios garantam oferta de alimentação escolar, em conformidade com as necessidades nutricionais dos alunos em suas redes de ensino, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.947.

Dessa forma, Sr. Presidente, o nobre relator fala exatamente, na sua análise, das irregularidades. E não se nega, efetivamente, a existência de causas culturais na base da ocorrência, e propõe, aqui, com o intuito, como o ele mesmo relata, de que este PLS nº 409, de 2009, vem com o propósito de corrigir essa ausência de normatização, buscando exatamente fazer o cumprimento da Lei.

Dessa forma, o voto aqui apresentado pelo nobre Relator, Senador Paim, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2011, com a seguinte emenda:

Dê-se ao Inciso 1º do art. 17 da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, nos termos do art. 1º do PLS nº 409, de 2011, a seguinte redação:

"Garantir que a oferta de alimentação escolar se dê em conformidade com as necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo, observando as diretrizes estabelecidas nessa lei, bem como o disposto no Inciso 7º do art. 208, da Constituição Federal, sob de pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal, dos gestores de todas as esferas administrativas envolvidas".

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço ao Senador Walter Pinheiro pela apresentação do Relator.

Coloco o assunto em discussão. *(Pausa.)*

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o projeto de lei, embora meritório na sua intenção, a meu ver, incorre digamos, numa impropriedade jurídica. Porque ele pretende que a garantia da alimentação escolar, em conformidade com as necessidades nutricionais dos alunos durante o ano letivo, seja uma obrigação cujo descumprimento submete os gestores à responsabilidade criminal, ou seja, cria-se um tipo penal. Agora, quando se cria um tipo penal é preciso dizer qual é a pena, senão ela é uma mera declaração, ela não tem conteúdo jurídico. Responsabilidade criminal. Perfeitamente. Qual é a pena? Não tem.

De modo que esse projeto, no meu entender, é injurídico, por isso vou votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discuti-lo, em se tratando de matéria não terminativa, os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram; os que têm voto contrário se manifestem. *(Pausa.)*

Está aprovado, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira, inclusive com a emenda proposta pelo relator, também aprovada como integrante da matéria.

Consulto, já que temos quórum regimental, as Senadoras e os Senadores se estão de acordo com uma proposição da Mesa, para que votemos em bloco as matérias que podem ser aprovadas ou rejeitadas dessa forma.

Por isso, apresento a proposição de votarmos em bloco os Itens 10, 11, 12, 13 e 14 da pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – São terminativos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – São todos terminativos. E já estão todos com seus relatórios lidos nas reuniões anteriores desta Comissão, e não votados por falta de quórum.

Os itens são: 10, 11, 12, 13 e 14.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª que exclua dessa votação conjunta o Item 11. Eu gostaria de discutir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O Item 11. Ok.

Mais alguma manifestação acerca dessa proposição?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, poderemos incluir o Item 1, que eu já fiz o relatório também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O Item 1 não está para votação em bloco, ele será discutido tão logo esgotada a votação em bloco, isoladamente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Mas por que não pode ser incluído no bloco se já foi feito o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Porque se decidiu nesta Comissão, no início desta Legislatura, de que só votaríamos em bloco denominação de rodovias e coisas desse gênero. Portanto, as matérias que estou propondo para serem votadas em bloco são matérias que não podem, provavelmente, gerar maiores polêmicas.

Alguém mais? *(Pausa.)*

Consulto se há alguma manifestação contrária?*(Pausa.)*

Não havendo, votaremos agora esses itens 10, 12, 13 e 14.

O PLC nº 095/2010, que se encontrava em discussão, pode voltar à discussão se alguém desejar usar da palavra.

Consulto se algum Senador deseja se manifestar a respeito? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O item 12, da mesma forma. Consulto a V. Exªs se mais algum Senador ou Senadora desejam manifestar-se a respeito da matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira fazê-lo, declaro encerrada a discussão.

O item 13, igualmente.

Consulto aos Srs Senadores e Senadoras se alguém deseja manifestar-se a respeito do relatório apresentado. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira fazê-lo, declaro encerrada a discussão.

Item 14.

Consulto se algum Senador ou Senadora deseja se manifestar a respeito do relatório apresentado? (Pausa.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer**.** Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, a Senadora Ana Rita, com base em uma informação do Dnit, estaria, aqui, colocando em dúvida se, no projeto do Deputado Paes Landim sobre a BR-404, o Item 11, se seria uma BR ou uma rodovia estadual.

Eu queria colocar que não há dúvida. Trata-se de uma rodovia federal. Agora mesmo, está lá em obras pelo Dnit. Enfim, acho que não tem sentido. Acho que há uma confusão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB –SC) – Feita essa informação... Mas eu preciso encerrar primeiro o item 14.

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerra a discussão.

Voltando ao Item 11, e nos valendo da informação do Senador Wellington Dias, consulto à Senadora Ana Rita se ainda mantém o seu requerimento de votação em separado.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não, senhor. Pode colocar em conjunto. Apenas fazendo um esclarecimento: a informação que nós recebemos é de que seria uma rodovia estadual. Portanto, não caberia a esta Casa legislar sobre uma rodovia estadual.

Com as informações advindas pelo Senador Wellington, de que, de fato, se trata de uma rodovia federal, eu retiro o meu pedido de votar em separado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Isso permite à Mesa manter o Item 11 para votação em bloco.

Consulto a V. Exªs se existe alguém, algum Senador ou Senadora que deseje discutir o relatório apresentado? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira fazê-lo, declaro encerrada a discussão.

Portanto, agora, vamos para a votação dos itens 10, 11, 12, 13 e 14, e o faremos de forma nominal e em bloco.

Consulto como vota a Senadora Ângela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota Senador o Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Acompanho o voto dos relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Lídice da Mata? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Pedro Simon? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB –SC) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB –SC) – Como vota o Senador Cyro Miranda? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB –SC) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB –SC) – Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD –AC) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB –SC) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira? *(Pausa.)*

"Sim".

Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

Há algum Senador ou Senadora que não foi chamado? *(Pausa.)*

Não.

Portanto, a votação dessas matérias foram aprovados, por unanimidade, todos os relatórios apresentados.

Vamos agora retomar a pauta pela ordem.

Deveremos, então, analisar o Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2010. Matéria terminativa, de autoria do Presidente José Sarney, com a Relatoria do Senador Waldir Raupp.

Consulto os Srs Senadores e Senadoras se mais alguém deseja se manifestar a respeito do relatório apresentado? *(Pausa.)*

Item 1.

O SR. – Quero dar uma olhada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Item 1 da pauta.

Vou ler a ementa para conhecimento de todos.

Dispõe sobre o depósito legal e de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências, para incluir as bibliotecas públicas estaduais e do Distrito Federal entre as destinatárias de exemplares de publicações referentes ao depósito legal.

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Votação nominal.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. *Fora do microfone*.) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Acompanho o Relator Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Acompanho o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE.) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR.) – Com o Relator Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Pedro Simon? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN.) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti? *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade, o item 1.

Vamos agora para o item 3, que é terminativo:

ITEM 3
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 414, DE 2011

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a avaliação e o reforço pedagógico nos sistemas de ciclos e regimes de progressão continuada no ensino fundamental.

Autoria: Senador Paulo Bauer.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.

Consulto se algum Senador ou Senadora deseja discutir a matéria. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista do projeto, com a permissão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

Há mais algum pedido de vista? *(Pausa.)*

Concedo vista ao Senador Wellington Dias, pelo prazo regimental.

Vamos para o item 4.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Vista coletiva. Eu peço vista também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

Então, vista coletiva, em função da solicitação de mais de um Sr. Senador.

Item 4, matéria terminativa.

ITEM 4
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, DE 2006

Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para coibir a concorrência parasitária.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Consulto se algum Senador ou Senadora deseja manifestar-se acerca do relatório, já apresentado. *(Pausa.)*

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Sr. Senador Cyro, com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só para relembrar, esse projeto de autoria do Senador Valadares é bem meritório, porque existem, na lei de registro de patentes, aqueles que são parasitários, que ficam parados, tirando a possibilidade de que outros a usem. Então, ele vem para regulamentar e não deixar que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

Mais alguma manifestação? *(Pausa.)*

Senador Walter Pinheiro com a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, só quero corroborar com as palavras do Senador Cyro Miranda, que foi, inclusive, o relator dessa matéria.

Ele, assim como todos os membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, teve a oportunidade de também apresentar o parecer e a votação favorável a essa matéria.

Quando ele toca na questão da chamada parasitária, quero dizer que esse é um tema que, eu diria, importante, e que devemos nos atentar também para a questão do ordenamento jurídico dessa questão, que é o que tem, de forma mais permanente, Senador Cyro, causado problema. Ou seja, há uma lacuna e, ao mesmo tempo, há um processo permanentemente de analogia à legislação para se aplicar em cada fato desses.

Então, acho que é importante estarmos antenados nisso, porque isso é uma das coisas para as quais tenho chamado atenção, desde a Comissão de Ciência e Tecnologia, que é a forma de transformar, de maneira mais clara, Senadora Lídice da Mata, os parâmetros jurídicos que vão nortear, principalmente, a interpretação de juízes e, óbvio, as sentenças a partir de um processo que sabemos ser intenso na esfe-

ra dos tribunais, a identificação principalmente dessa questão da propriedade.

Então, estou votando com a matéria, mas quero chamar a atenção para que a gente, no passo seguinte, e aí estou fazendo a mesma referência, meu caro Senador Paulo Bauer, que fiz na Comissão de Ciência e Tecnologia, lembrando que esse é um terreno que a cada dia mais suscita regras claras e bem incisivas, do ponto de vista, principalmente, da chamada concorrência parasitária.

Então, vou votar na matéria. Mas, Senador Cyro, fica aqui o nosso alerta para que a gente possa associar isso de maneira muito mais clara o ordenamento jurídico dessa interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vamos colher os votos.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI.) – (*Fora do microfone*.) Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Acompanho o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Acompanho o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE.) – (*Fora do microfone.*) Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. *Fora do microfone*.) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Pedro Simon? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

Voto conhecido.

Como vota o Senador José Agripino? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – (*Fora do microfone*.) Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Valdir Raupp? (*Pausa*.)

Não se encontra mais.

Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – (*Fora do microfone*.) Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP.) – (*Fora do microfone*.) Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.) – (*Fora do microfone*.) Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A matéria está aprovada por unanimidade dos presentes.

Temos, agora, a emenda proposta para também merecer a aprovação, ou não.

Consulto os Srs. Senadores e Senadoras se mantêm o voto apresentado à matéria também para a emenda. (*Pausa*.)

Não havendo manifestação em contrário, a emenda também é considerada aprovada.

Agora vamos para o Item 7.

Só temos mais três itens na pauta até esgotarmos as matérias previstas para esta reunião, terminativas.

ITEM 7
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 229, DE 2009

Institui a Semana Nacional de Educação, Conscientização e Orientação sobre a Fissura Lábio-Palatino e dá outras providências.

Autoria: Deputado José Eduardo Cardoso.

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Consulto os Srs. Senadores e Srªs Senadoras se desejam usar da palavra para manifestarem-se a respeito do relatório já apresentado a esta Comissão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, a matéria vai à votação.

Encerro a discussão e colho os votos.

Como vota a Senadora Angela Portela?

Pois não, voto conhecido. Desculpe-me.

Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI.) – Também voto com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Voto com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Voto com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE.) – Com a relatora. Não há dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR.) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Pedro Simon? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – *(Fora do microfone.)* Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN.) – (*Fora do microfone*.) Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com a relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti? *(Pausa.)*

Aprovada a matéria.

Consulto os Srs. Senadores e Senadoras se mantêm a mesma votação para as emendas oferecidas? *(Pausa.)*

Não havendo manifestação contrária, estão aprovadas também as emendas apresentadas.

Vamos para o Item 8, matéria terminativa.

ITEM 8

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, DE 2011

Acrescenta inciso ao art.12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre o combate ao bullying nas escolas.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatório: Pela prejudicialidade.

O relatório já foi apresentado em reunião anterior.

Consulto os Srs. Senadores e Senadoras se mais alguém deseja se manifestar a respeito da matéria. *(Pausa,)*

Não havendo quem queira fazê-lo, vamos encerro a discussão e colocamos a matéria em votação.

O parecer é pela prejudicialidade, e eu já mencionei.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Com o relator.

Como vota o Senador Wellington dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI.) – (*Inaudível*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – (*Inaudível*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR.) – Com o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Pedro Simon? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO.) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN.) – Sim, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senador Mozarildo Cavalcanti? (*Pausa*.)

Pois não. É o próprio relator. Voto conhecido.

A matéria, portanto, pela votação colhida, está prejudicada.

Vamos agora para o Item 9 da pauta.

ITEM 9
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, DE 2007

Acrescenta artigo à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

Autoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior.
Relatoria: Senador Eduardo Amorim.
Relatório: pela prejudicialidade.

Já foi lido o relatório.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se alguém mais deseja usar da palavra para discutir o relatório. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira fazê-lo, declaro encerrada a discussão, colocando a matéria em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI.) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE.) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO.) – Pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN.) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

Mozarildo Cavalcanti vota com o relator.

Pelos votos colhidos, a matéria...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, por engano meu, eu disse "pela rejeição", mas é pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senador Cyro Miranda.

Feita a observação, a matéria está votada pela prejudicialidade, conforme relatório do Senador Eduardo Amorim.

O relatório, portanto, está aprovado.

Como o Item 10 e os seguintes foram votados em bloco, temos apenas agora o Item 6, que é matéria não terminativa, e aí nós esgotamos a pauta prevista para a reunião de hoje.

Peço aos Srs. Senadores que contribuam com suas presenças para que possamos encerrar a pauta com a apreciação desta matéria.

ITEM 6
– Não Terminativo -
AVISO Nº 76, DE 2011

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.261, de 2011 – TCU – Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada com o objetivo de analisar a governança das agências reguladoras federais de infraestrutura (TC 012.693/2009-9).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Sérgio Petecão.

Relatório: pelo conhecimento e posterior arquivamento.

Observações: matéria terminativa em Plenário; matéria apreciada simultaneamente por esta Comissão e pelas Comissões de Serviços de Infraestrutura; de Assuntos Sociais; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Econômicos

Com a palavra o Senador Sérgio Petecão, relator da matéria.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, passo ao relatório.

Trata-se do atendimento, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), do disposto no Requerimento nº 156, de 2009, de iniciativa do Deputado Sílvio Torres, então Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, por meio do qual foi pleiteada auditoria destinada a aferir "a governança das agências reguladoras de infraestrutura no Brasil, de forma a identificar eventuais riscos e falhas estruturais, que possam comprometer o alcance dos objetivos da regulação estatal, e propor soluções de natureza operacional e legislativa para fortalecer o modelo regulatório atual".

De natureza operacional, a auditoria teve por objeto de análise as seguintes agências reguladoras federais: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT); Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e Agência Nacional de Águas (Ana).

Em face do exposto, concluo no sentido de propor que esta Comissão tome conhecimento da matéria, procedendo-se, em seguida, ao arquivamento do processo.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço ao Sr. Senador Sérgio Petecão pela apresentação do seu relatório.

Consulto se algum Senador ou Senadora deseja discutir a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os que estiverem de acordo com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Temos um requerimento apenas para ser apreciado pelos Srs. Senadores e Senadoras.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, há um consenso global de que o sistema de educação da Finlândia é o mais bem-sucedido sistema de educação funcionando no mundo hoje. E nós havíamos estabelecido uma audiência pública com representantes da Finlândia. A Embaixada da Finlândia providenciou esses representantes, eles estão no Brasil, mas, por uma série de circunstâncias, estamos com a nossa agenda de quarta-feira cheia, sem espaço.

A sugestão que eu colocaria para o Plenário é de fazermos uma audiência pública extraordinária, além das quartas-feiras, nas próximas semanas, antes do encerramento deste ano, para que pudéssemos ouvir os representantes da Finlândia, principalmente porque

nós vamos receber, da Câmara Federal, o relatório do Deputado Ângelo Vanhoni sobre o Plano Nacional de Educação. E eu acredito que esse modelo finlandês vai nos influenciar na análise do Plano Nacional de Educação brasileiro.

A minha sugestão é que o Plenário atribuísse à Mesa a possibilidade de, consultando os Srs. Senadores, marcar uma audiência, além da terça e da quarta, numa dessas semanas, antes do fim da Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Roberto Requião, V. Exª está, portanto, apresentando um requerimento extrapauta para ser apreciado pelo Plenário.

Devo informá-lo, e a todos, que, em seguida, analisaremos o requerimento de V. Exª, mas antes precisamos discutir o requerimento já incluso na pauta da Senadora Ana Amélia e deliberar a respeito do mesmo.

Portanto, em seguida voltaremos ao tema que V. Exª propõe.

Para que não tenhamos que votar duas vezes inversão de pauta, submeto inicialmente o requerimento da Senadora Ana Amélia, nos termos do Regimento e da Constituição, a solicitação de audiência pública para debater a organização da Copa do Mundo e a Lei Geral da Copa.

Com a palavra a Srª Senadora Ana Amélia, para justificar o seu requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Paulo Bauer, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, dispensa até uma explicação maior a respeito desse tema tão importante que o Senado precisa fazer.

Ressalto a relevância, especialmente considerando os nomes propostos para esta audiência pública, que esta Comissão deveria ater-se, porque muitas vezes temas de competência desta Comissão não são submetidos a ela porque vêm da Câmara, e precisamos valorizar o nosso trabalho aqui na Comissão de Educação. Por isso apresentei esse requerimento para essa audiência pública, trazendo aqui os representantes da Fifa e também da CBF para apresentar os seus dados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão a matéria, o requerimento da Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora, em discussão o requerimento apresentado pelo Senador Roberto Requião. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria retirar um requerimento que fiz convidando o Ministro da Educação, Fernando Haddad, porque o motivo do convite foi, de certa forma, resolvido com a renúncia do reitor da Universidade Federal de Rondônia. Então, hoje terei uma conversa com o Ministro da Educação, à tarde. Se as informações não forem adequadas, voltarei com novo requerimento. Mas penso que, na audiência privada, resolveremos. Sobre isso, a retirada do convite ao Ministro Fernando Haddad.

Mas queria também, caro Presidente, a inclusão extrapauta do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007, que se refere ao Projeto de Lei nº 6.846, de 2012. É um projeto que dispõe sobre o exercício de atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicura, pedicura, depilador e maquiador. Não é que as mulheres só que queiram isso, Senador Presidente. Essa é uma matéria importante, porque trata de uma regulamentação de uma profissão muito importante no País. Então, gostaria de colocar a matéria extrapauta no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão o requerimento da Senadora Ana Amélia de inclusão em pauta de matéria que não estava apresentada inicialmente.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Tendo em vista a aprovação, coloco a matéria em discussão.

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007, de autoria do Deputado Marcelo Teixeira.

ITEM 02
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2007

Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicura, pedicuro, depilador e maquiador.

Tramita em conjunto como Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2011, de autoria do Deputado Salatiel Carvalho, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de cabeleireiro, manicuro, pedicuro e profissionais de beleza em geral.

Com a palavra a Relatora para apresentar seu relatório.

A matéria é não terminativa nesta Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, vou ao final da apreciação, pelo ponto mais importante da análise da regulamentação dos cabeleireiros. É a questão relacionada à qualificação.

No que tange ao mérito das proposições sob exame, entendemos necessários alguns balizamentos acerca da regulamentação proposta. Em primeiro lugar, destacamos o modo de aquisição de habilidades para o exercício das ocupações em tela. Geralmente, o aprendizado ocorre de maneira informal, sem preocupação com freqüência a cursos ou a instituições educativas. Quase sempre, os ensinamentos ocorrem em família ou no círculo de amizades. Também é praxe os empregadores e estabelecimentos dedicados ao setor treinarem os empregados contratados para a prestação de serviços na área. Em qualquer caso, profissionais com alguma experiência desempenham o papel de tutor ou de treinador.

No entanto, os requisitos de formação previstos em ambos os projetos – a conclusão do ensino fundamental ou um certificado de habilitação específica – podem ser compreendidos de maneira indutora à escolarização. Ao mesmo tempo em que constituem estímulo ao aumento de escolaridade, entre os que almejam exercer um dos ofícios em regulamentação, ambos asseguram, adequadamente, o direito de exercício profissional àqueles que já contam pelo menos um (PLC nº 112, de 2007) ou dois (PLC nº 95, de 2011) anos de exercício na data de publicação da lei a ser aprovada.

Por oportuno, considerando o disposto no citado art. 260 do Risf, que confere preferência de encabeçamento à proposição mais antiga, nos deteremos em alguns aspectos do PLC nº 112, de 2007, para, ao final, recomendar a sua aprovação.

Particularmente, no que respeita à exigência de habilitação técnica, presente no PLC nº 112, de 2007, cogitamos a possibilidade de a expressão dar margem a controvérsias, pois nossa legislação educacional tem reservado o termo "técnico" ao ensino médio integrado à educação profissional. Em decorrência, podem emergir interpretações de que a habilitação específica a que se refere o projeto deva ser obtida em nível médio. Nesse caso, cursos de educação e qualificação profissional desvinculados do ensino regular, ainda que oferecidos por instituições idôneas como as entidades que integram o sistema "S", poderiam não ser admitidos como suficientes para o exercício das atividades profissionais que estamos examinando.

Diante dessa possibilidade, sugerimos emenda para suprimir o termo "técnica" do projeto, considerando que o PLC nº 95, de 2011, já promoveu esse ajuste e deixou patente a posição da Câmara dos Deputados de que a intenção do legislador foi valorizar os cursos de qualificação profissional em geral, mesmo quando realizados fora da educação formal. Entendemos que não se trata de uma emenda de mérito. Ademais, as discussões havidas na Câmara à ocasião da tramitação do PLC nº 112, de 2007, também apontam nesse sentido.

Em adição à Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011, mediante a qual foi instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o Pronatec, estatui, para efeito de política ali engendrada, que os cursos de qualificação profissional com um mínimo de 160 horas relacionados ou credenciados pelo Ministério da Educação constituem modalidade de educação profissional e tecnológica.

Trata-se assim, para o caso do PLC nº 112, de 2007, ser aprovado tal qual se encontra, de um parâmetro para definição de quais diplomas ou certificados atendem à preocupação com a qualificação profissional exigida pela proposição.

Via de consequência, a citada Lei n°12.513, de 2011, poderá amparar os portadores desses títulos, servindo-lhes de instrumento de resguardo de direitos atinentes ao exercício profissional.

Por fim, pontuamos a adequação e oportunidade das normas sobre a revalidação de diploma expedido em outro país inscrito no art. 3º do PLC nº 112, de 2007, e da instituição do dia nacional dos profissionais a que a proposição se reporta, art. 5º, que configura justa homenagem aos profissionais cujos ofícios nem sempre recebem o devido reconhecimento.

No que concerne à técnica legislativa, cumpre chamar a atenção para a falta de uniformidade do PLC nº 112, de 2007, em relação à flexão de gênero adotada para designar as ocupações em regulamentação.

Desse modo, sugerimos reparo de redação na emenda do projeto, mediante substituição dos termos "manicura" e "pedicura" por "manicure" e "pedicure", respectivamente – estão nos nossos dicionários.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 102, de 2007, com as emendas a seguir apresentadas e pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2011.

Emenda: suprima-se do inciso II do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2007, o termo "técnica". Substituam-se, na emenda do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007, os termos "manicura" e "pedicura" por "manicure" e "pedicure".

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço à Senadora Ana Rita, perdão, à Se-

nadora Ana Amélia pelo relatório apresentado e pela observação...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E como a Senadora Ana Rita é amiga dos cabeleireiros e profissionais da área, certamente, vai apoiar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Eu troquei as Anas porque ela havia solicitado a palavra, mas quero até louvar o relatório de V. Exª, porque, constrangido, na condição de Presidente desta reunião por deferência do Senador Roberto Requião, eu precisei ler a ementa da forma como ela estava escrita, e já observava, durante a leitura, a incorreção das expressões. Mas V. Exª fez muito bem em corrigi-las, resgatando a nossa verdadeira Língua nacional.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita, que havia me solicitado a oportunidade para discutir a matéria.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – O que é extraordinário é que V. Exª esteja presidindo esta sessão, porque, de outra forma, assim como o Senador ao meu lado, por falta de cobertura capilar estariam impedidos de votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senadora Ana Rita com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, sempre, a nossa Senadora Ana Amélia tem sido muito competente nos pareceres, tem-se colocado sempre de forma muito brilhante nas opiniões.

Eu gostaria, diante da complexidade do projeto, porque é um projeto importante, consideramos que todo profissional desta área são profissionais – tanto manicure, quanto pedicura, são profissionais que estão a serviço de todos nós, independente, inclusive, da sexualidade. Hoje os homens frequentam muito salões de beleza, todos nós somos atendidos por esses profissionais que merecem todo o nosso respeito e merecem ser valorizados como tais.

Mas diante do pedido da inclusão extrapauta do projeto, e pela leitura feita pela nossa querida Senadora, eu penso que nós precisamos olhar com mais atenção para que nós não tenhamos nenhuma... Para que possamos votar com mais tranquilidade, com mais segurança.

Eu pediria vista ao projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vista coletiva.

A SRª. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sem criar nenhuma dificuldade para a nossa Senadora, mas eu gostaria de pedir vista, para que possamos ter a oportunidade de ler e avaliar. Até porque, Sr. Presidente, tem outras categorias profissionais também solicitando o reconhecimento de suas respectivas profissões. E aí acho que é preciso olhar, nesse contexto, o projeto relatado pela Senadora Ana Amélia.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Vista também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Conhecida a manifestação da Senadora Ana Rita, consulto o Senador Mozarildo, que pediu a palavra...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Igualmente peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

Então, concedo, conforme dispõe o Regimento, vista coletiva para a presente matéria.

Tendo em vista não existir mais assunto na pauta de trabalhos, informo a V. Exªs que o Ministro da Educação, Fernando Haddad, enviou convite aos membros desta Comissão para solenidade de posse do Professor Eurico de Barros Lobo Filho, no cargo de Reitor da Universidade Federal de Alagoas, a ser realizada no dia 1º de dezembro do corrente, quinta-feira, às 14horas e 30 minutos, na sala de Atos, do 9º andar do Edifício Sede do Ministério da Educação em Brasília.

Feita essa comunicação, quero, aqui, mais uma vez, agradecer ao Senador Roberto Requião pela deferência, ele tem a incumbência de presidir a reunião, mas concedeu-me esse privilégio e essa oportunidade mesmo estando presente. Isso mostra a sua grandeza e mostra que confia neste seu Vice-Presidente que, aliás, também é seu subordinado no Parlasul, onde, ao lado da Senadora Ana Amélia, ocupa o cargo de Presidente e ela de Vice do grupo brasileiro que provavelmente toma posse nesta semana, sexta-feira, em Montevidéu.

Quero agradecer muito a todos os Senadores e Senadoras pela presença e, com certeza, o esgotamento da pauta se materializou, embora tenhamos para a próxima reunião, diante do prazo regimental de cinco dias, matérias bastante importantes, como o Projeto de Lei de minha autoria, o Projeto de Lei relatado pela Senadora Ana Amélia e outros como o Pré-Sal, que também é objeto de deliberação na próxima reunião. Portanto, já deixo todos convocados para a próxima reunião ordinária, que acontecerá na próxima terça-feira.

Também convoco todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras para a sessão extraordinária de amanhã, quando teremos audiência pública a respeito do uso democrático da ciência para a transformação social e econômica do Brasil. A Audiência Pública é conjunta desta Comissão juntamente com a Comissão de Ciên-

cia e Tecnologia, sendo convidado o Professor Miguel Nicolelis; o Sr. Arquimedes Diógenes Ciloni, e um representante do Ministério da Educação.

Não havendo mais assunto a tratar na presente reunião, agradecendo a presença de todos, declaro-a encerrada, convocando a próxima para amanhã no horário regimental.

(Iniciada às 11horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.)

ATA DA 67ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE CONJUNTA COM A 56ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2011. AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e onze minutos do dia trinta de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Walter Pinheiro, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, José Agripino, João Ribeiro, Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento e Marcelo Crivella, reúnem-se as Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Ana Rita, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Garibaldi Alves, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Magno Malta, Marinor Brito, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira e Gim Argello. Justificam a ausência os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Braga. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 13/11–CE e nº 18/11-CCT, de autoria dos Senhores Senadores Wellington Dias e Walter Pinheiro, destinados a discutir **"O uso democrático da ciência para transformação social e econômica do país"**. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Professor Miguel Nicolelis (Ph.D), Criador do Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lilly de Safra (IINN-ELS), Professor Titular de Neurobiologia e Co-Diretor do Centro de Neuroengenharia da Duke University, Estados Unidos da América – EUA e o Senhor Arquimedes Diógenes Cilino, Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI**. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Cyro Miranda, informa ao Plenário que o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, convidado para a presente Audiência Pública, justificou sua ausência por compromissos anteriormente assumidos. A Presidência lamenta a ausência do Ministério da Educação para discussão de tão relevante tema. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Wellington Dias e Walter Pinheiro, autores dos Requerimentos e os Senhores Senadores Cyro Miranda, Cássio Cunha e Lima, José Agripino e Anibal Diniz. Neste momento, a Presidência acata sugestão do Senhor Senador Wellington Dias no sentido de organizar uma visita dos membros da Comissão ao Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lilly de Safra (IINN-ELS), em Natal – RN. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, determinando que nós, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrássemos a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal – Senador **Cyro Miranda,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 67ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, conjunta com a 56ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da ata das reuniões anteriores e a aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 13/11, e 18/11, da CCT e CAE, de autoria dos Senadores Wellington Dias e Walter pinheiro, para realização da audiência pública destinada a debater o uso democrático da ciência para transformação social e econômica do Brasil.

Dando início à audiência pública, solicito ao secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Convido o Prof. Miguel Nicolelis e o Prof. Arquimedes Diógenes Ciloni.

Aviso aos Srs. Senadores, às Srªs Senadoras e a todos que estamos com a mídia ao vivo, TV Senado, Rádio Senado, imprensa e, também, Internet.

Inicialmente, quero agradecer a presença de todos os nossos convidados.

Dando início aos nossos trabalhos, passo a palavra ao Prof. Miguel Nicolelis, que terá, inicialmente, o tempo d e 25 minutos e poderá ser prorrogado de acordo com a necessidade. Por gentileza, professor.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Primeiramente, bom dia a todos. Gostaria de agradecer ao Senado Federal e à Comissão por este convite. É um grande prazer e uma grande honra, pela primeira vez, participar de uma audiência pública no Senado do Brasil.

Para economizar o tempo, vou apresentar a nossa experiência, aqui no Brasil, de como a ciência se transformou num agente de modificação social num ambiente que, comumente, a gente não associaria com a produção de ciência de ponta. Esse lema, gostaria de enfatizar, só existe no Brasil. Ele foi criado aqui há oito anos, com o início dessa nossa experiência.

Próximo, por favor.

Hoje a gente fala muito de inovação no Brasil. Não se falava em 2003, quando eu trouxe esse gráfico pela primeira vez aqui para o Brasil. É muito importante que a gente entenda um pouquinho dessa curva. Essa é a chamada reta de inovação, que relaciona a capacidade de inovação de uma sociedade com a sua capacidade de gerar riqueza econômica para o seu país. Essa é uma reta que mostra claramente, como vocês podem ver, quase 90% de correlação nos países que investiram na produção de conhecimento de ponta, seja por maior investimento em pesquisa acadêmica, seja por maior número de patentes, seja por maior inovação de processos industriais. Esses países galgaram essa reta da inovação e, como vocês podem ver, alcançaram uma projeção econômica mundial, que foi a grande característica da segunda metade do século XX.

Curiosamente, o que é importante nessa reta não é a posição estática dos países a cada momento no tempo. Esses são dados de 2004. Os dados mudaram pouca coisa desde então, mas o que é interessante ver é que alguns países aprenderam o caminho de subir essa reta. Coreia, Tawan, Israel, Cingapura, países com populações muito menores do que o Brasil, com muito menos recursos naturais do que o Brasil, investiram no acoplamento da educação de alto nível com a ciência que transforma a sociedade. E aí, por si só, nós já temos o primeiro exemplo de como a ciência de ponta e a ciência inovadora de verdade podem alterar as realidades de um país. Essa é uma equação muito conhecida no mundo, mas é uma equação que reverte, ou que mostra como produto o aumento do Produto Interno Bruto do país.

Eu estou falando de algo mais complexo do que isso; eu estou tentando demonstrar aos senhores...

Os senhores vêem que a posição do Brasil até 2004 era intermediária, mas ela mudou um pouquinho. A Companhia do Brasil, apesar de não ter nada contra os países que estão aqui, o Brasil realmente não pertence, ao lado da Latvia, Lituânia e Ucrânia, no que diz respeito á inovação, ciência e tecnologia. O grande drama do Brasil é que nós nunca tivemos uma política estratégica de Estado acoplando a educação de alto nível com a ciência e a tecnologia, porque a mensagem que eu gostaria de deixar para os senhores – talvez, a única grande mensagem, que é vital na minha opinião, – é que não se faz inovação por decreto; inovação se faz com gente; inovação se faz com gente que pensa diferente da média.

Entre os grandes inovadores que podemos citar aqui, os grandes exemplos do século passado – todo mundo hoje fala no Steve Jobs, por exemplo, – eu citaria Albert Einstein. Steve Jobs nunca foi para a escola; a escola a que ele foi ele a deixou, porque a escola estava removendo dele a capacidade de realizar a inovação que ele tinha na mente. Os grandes trabalhos de Albert Einstein ele os fez como diretor de um escritório de patentes; ele não trabalhava numa universidade. Ele devia ter ganho cinco Prêmios Nobel; ele ganhou um por resistência da Academia Sueca a premiar uma pessoa várias vezes no começo do século.

Pois bem. Como a gente faz isso? Dizem a mim, quando vou a alguns ambientes aqui no Brasil, que o Brasil não tem tradição inovadora. Não é verdade. É é importante que a gente desmistifique essa – eu não diria mentira, para não ser deselegante – falsidade, porque o Brasil tem grandes exemplos de inovação durante a sua história; é que nós não perpetuamos ou descrevemos esses exemplos. Santos Dumont é dos maiores exemplos, na minha opinião, o maior cientista brasileiro de todos os tempos, o maior engenheiro brasileiro de todos os tempos e eu o reputo o maior neurocientista de todos os tempos, porque Santos Dumont inovou de maneira dramática e revolucionária; ele

criou uma das grandes indústrias do século XX. Ele fez isso sem nunca ter ido para a escola, porque se ele tivesse ido para a escola brasileira do final do século XIX e tivesse dito o que ele disse à mãe quando ela lhe perguntou o que ele queria ser quando crescesse e ele respondeu que queria ser aviador, a professora dele provavelmente ia dizer-lhe: filho, faz a tabuada, volta para casa, descansa.

Santos Dumont fez algo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Exato, aprende o ABC. Ele aprendeu outro ABC; ele criou toda a indústria da aeronáutica dois anos antes do famoso voo dos irmãos Wright, dos Estados Unidos, que foi um voo verdadeiramente correto, o primeiro avião a voar no mundo foi o avião americano, mas na época em que Santos Dumont inventou todos os artefatos da indústria aeronáutica – estabilizador vertical, horizontal, motor dirigível, hélice para pôr esse troço para frente, os irmãos Wright estavam no Estado em que eu moro, na praia que eu frequento empinando papagaio. Eles só descobriram o que estava acontecendo quando eles viram o New York Times e na capa estava esta foto, dois anos antes do voo deles.

Mas como a gente acha os santos dumonts que vivem no Brasil hoje, que nascem em todo o Brasil?

Eles estão por todo o Brasil. O mito que ele tem de nascer no bairro de Higienópolis, em São Paulo, ou em Copacabana, no Rio de janeiro, é falso; os grandes inovadores brasileiros nascem em todos os municípios do Brasil. Eles só não têm oportunidade de expressar a sua genialidade.

Eu queria só dizer que o efeito de Santos Dumont, para vocês terem uma ideia, duas gerações depois, um inovador, um indivíduo completamente genial, inspirou outros indivíduos, duas gerações depois, a criar o que é hoje a terceira maior empresa de aviação do mundo. Eu voo de Embraer por todos os lugares Estados Unidos. A Embraer só existe porque existiram outros inovadores, como o Almirante Montenegro, que era um fã incondicional de Santos Dumont, ou seja, um homem no começo do século XX inspirou outro na segunda metade do século XX a criar um dos orgulhos do Brasil.

Mas como a gente procura essa equação?

Eu comecei essa busca indo a um lugar inesperado para se fazer ciência de ponta no Brasil, que eu reputo ser a Califórnia brasileira: o Semiárido brasileiro.

O Semiárido brasileiro tem duas vezes a área da Califórnia, tem o único ecossistema verdadeiramente brasileiro, porque a caatinga brasileira só existe aqui, com as características que nós temos. O que ela tem, o que ela possui, para todos nós que conhecemos um pouco melhor do que só a costa do Brasil, mas que já visitamos o interior do semiárido brasileiro, é o maior exemplo de sobrevivência biológica que eu conheço na minha carreira, porque tudo que cresce aqui tem que se adaptar às condições inóspitas de sobrevivência. Do inseto mais humilde ao ser humano que mora no semiárido brasileiro, o que nós temos é a expressão de mecanismos de sobrevivência impressionantes, que, curiosamente – eu não tenho tempo para falar sobre isso –, podem ser a base de uma indústria cientifica tropical em várias áreas, energia renovável, solar, eólica, fontes renováveis de biodiesel, que nós nem exploramos ainda. A biotecnologia do semiárido pode gerar, dento do contexto da biodiversidade tropical, indústrias múltiplas de fitofármacos, uma série de outras cadeias produtivas que nós nem começamos a explorar.

Pois bem, eu resolvi que, para provar que esse experimento, que a ciência pode ser um agente de transformação social, nós tínhamos que ir a um lugar onde a transformação social tem que ser iminente, tem que ser para ontem, e nós escolhemos o Estado que infelizmente detém os piores índices educacionais do País, que é o Rio Grande do Norte, junto com Alagoas, um pouquinho abaixo da Bahia, e resolvemos aplicar a nossa técnica de transmissão do conhecimento científico como ferramenta pedagógica na periferia de Natal, na cidade de Macaíba, e na saída da cidade de Natal.

Próximo, por favor.

Para isso, nós criamos a Associação Alberto Santos Dumont de apoio à pesquisa, em homenagem ao maior cientista brasileiro. Com o auxílio da iniciativa privada, com parcerias privadas e públicas com o Governo Federal brasileiro, instalamos, em 2003, o Instituto Internacional de Neurociências de Natal, que, dois anos depois, se transformou com a adesão Edmond e Lily Safra, com a maior doação privada para um projeto cientifico na história do Brasil.

Próximo.

Aqui nós iniciamos as nossas atividades na periferia de Natal. Este é o Município de Macaíba, Município com grande extensão rural que possuía um dos piores índices, na época, de desenvolvimento humano do Estado e abrigava as quatro das piores escolas do Rio Grande do Norte.

Em ciência, a gente aprende isso desde criancinha. Quando você quer provar um ponto, uma hipótese, você vai às condições mais extremas. Você escolhe condições as mais difíceis possíveis porque, se você provar a sua tese nessas condições, em condições mais favoráveis a tese é válida. E foi isso que nós escolhemos o pior distrito escolar do País.

Entrando em Macaíba – por favor, o próximo –, nós estabelecemos a estrutura global do Instituto, que

tem no seu coração um instituto de pesquisa de ponta, como vou mostrar rapidamente aos senhores, voltado ao estudo do cérebro, porque, estudando o cérebro, você estuda tudo o que é humano. Você consegue entender, se você entender o cérebro, todas as macroestruturas, econômicas, políticas, sociais geradas pelo ser humano.

Mas esse Instituto, que é um dos poucos Institutos do mundo cujas paredes são porosas, porque o conhecimento transpira, transpiração que atinge o entorno desse Instituto, é um dos poucos Institutos do mundo, diferentemente das universidades do mundo, em que as pessoas que moram em volta do Instituto entram e conhecem o que acontece lá dentro. Exato, eles estão encaixados em sua comunidade.

Em volta, nós criamos um programa educacional chamado Educação para Toda a Vida, que, curiosamente, começa a seguir os seus alunos intrautetrinamente, ou seja, seguindo as mães dos nossos futuros alunos, realizando um programa de pré-natal em uma região que tem o pior índice de mortalidade materna durante a gravidez. No Nordeste brasileiro, a média é por volta de 87 óbitos por 100 mil habitantes, que é um dos índices mais pornográficos da saúde pública brasileira. Começamos a atuar com as mães e criamos um projeto-piloto educacional para 1.000 crianças, que mais recentemente, dois anos atrás, foi estendido à cidade de Serrinha, no semiárido baiano, como vocês vão ver, com os mesmo resultados.

Estamos entrando aqui na terceira fase, que é a construção da cidade do cérebro, que vai fechar nossa cadeia produtiva, constituindo o primeiro parque neurotecnológico do mundo, um parque industrial, de pesquisa industrial, para produzir, gerar produtos de alto valor agregado para a indústria do cérebro, que vai cuidar de todas as moléstias do sistema nervoso, que é o que vai, no futuro, ser a causa de maior mortalidade da nossa espécie.

Próximo, por favor.

Aqui nós constituímos nossos prédios de pesquisa. Construímos na periferia de Natal, em Macaíba, onde me disseram que era impossível de se fazer ciência de ponta, laboratórios tão bem equipados e tão bem geridos como tenho nos Estados Unidos, de Neurobiologia Molecular.

Próximo.

Outros laboratórios de Neuroengenharia, área em que milito profissionalmente, Neurobiologia Celular. Criamos linhas de pesquisa que competem hoje de igual para igual. Por exemplo, no nosso centro de primatas estamos estudando uma possível terapia para a doença de Parkinson, que se mostrou viável. Infelizmente, meu computador morreu ontem à noite e perdi os meus vídeos. Não consegui trazê-los. É uma terapia que começou em roedores – lá nos Estados Unidos foi capa da revista Science -, foi trazida para Natal e demonstrada sua eficácia em primatas. Duas semanas atrás, um grupo, em Paris, testou a nossa terapia em um primeiro paciente e os resultados foram fenomenais. O paciente está livre dos sintomas de Parkinson. Publicado isso, demonstramos que é possível fazer ciência de ponta e levá-la para o mundo afora.

Próximo.

Essa é uma história que não tenho muito tempo para contar. É um super computador que vai ser uma das máquinas mais velozes do Hemisfério Sul. Foi doada, em consequência da repercussão internacional do nosso projeto, pelo Governo da Suíça. São US$20 milhões, 8 toneladas de equipamentos, que foram doadas gratuitamente para o nosso projeto para que pudéssemos instalar aqui uma nova linha de pesquisa que vou mencionar ao final dessa apresentação. Esse é o único *invoice* da história da Lufthansa, empresa aérea alemã, que diz na capa das caixas Genebra/Macaíba. Isso nunca vai acontecer na história da Lufthansa novamente. Chegou e está lá em Macaíba para ser instalado.

Próximo.

Esse é o projeto Educação para Toda a Vida. Está sendo desenvolvida nos campos do cérebro, a sede que está sendo construída em nosso projeto. Já temos cinco unidades funcionando. Vou mostrar as duas novas unidades que vão ser inauguradas o ano que vem. No nosso centro de saúde Anita Garibaldi os alunos começam a ser seguido dentro do útero materno. Como neurobiologista, sei – e todos os meus colegas sabem – que se os senhores não oferecerem aos seus filhos, netos e outros brasileiros as condições para que eles nasçam com seu potencial neurobiológico completo, ótimo, nada do que fizermos depois funciona. Se essa criança tiver deficiências durante a gravidez – a criança ou a mãe, evidentemente – não há nada que possa ser feito. Não há dinheiro no mundo que compre neurônio que não foi formado durante a gravidez. Então, na concepção mais moderna da Neurociência atual, um projeto educacional tem que começar com um pré-natal garantido e na garantia do parto desta mulher. Conseguimos atender, hoje, 12 mil consultas de pré-natal gratuitas. Já vimos quase 30 mil mulheres, nesse período de atuação. Daquela mortalidade de 87 mulheres por cem mil habitantes, na cidade de Macaíba não existe mais óbito durante o pré-natal. Nossa marca é zero. Disseram-me que era impossível de atingir a marca zero, mas a marca zero foi atingida, é possível ser atingida. Essas crianças, ao nascerem, vão ser matriculadas nessa escola de

tempo integral que está sendo concluída, agora em junho, com o apoio do MEC. É para três mil crianças, pode atender até 5 mil crianças, no futuro. Só que essa escola começa no berçário, começa verdadeiramente duas semanas depois do nascimento. Nosso centro de saúde acompanha essa criança por 24 meses, mas ela já começa a ir para a escola, em tempo integral, usando um currículo que foi testado, nos últimos cinco anos, nesse projeto piloto, com mil crianças no Rio Grande do Norte e 400 crianças, por ano, na Bahia. Vou mostrar aos senhores esse currículo. A razão pela qual chamo esse programa de Educação para toda a Vida é porque ele começa no útero, passa por toda a educação formal, até à universidade. Essa criança passa a ter acesso, como vocês vão ver, à universidade pública e pode seguir, na pós-graduação e para o resto da vida continuar estudando, seja lá o que ela fizer. Uma vez que criarmos crianças... E vou mostrar aos senhores quais são nossos critérios de avaliação entre os critérios normais. A nossa norma de avaliação mais fundamental, o critério único e fundamental de avaliação, é a felicidade de nossas crianças. Um indivíduo que é feliz, que atinge sua felicidade plena em um sistema educacional, muda o mundo, muda o seu mundo, ele muda o nosso mundo. Aí, ele passa em vestibular, ele passa no Enem, ele passa em tudo que é prova. Mas, o fundamental é que ele aceite a premissa de que ele não só é parceiro e protagonista da sua educação, mas que essa escola é o portal de libertação tanto da sua genialidade, da sua criatividade, como da sua cidadania.

Nós temos de formar, nas escolas brasileiras, cidadãos; cidadãos que tenham incorporado no seu DNA a noção de que a gente não faz as coisas só pela gente. A gente faz as coisas pela gente, mas pela comunidade onde a gente reside. Não só a comunidade local, mas a comunidade mundial. Nós somos parte de uma espécie única. E é esse conceito que as essas crianças aprendem nas nossas escolas.

O próximo, por favor.

Esse é o nosso Centro Anita Garibaldi, onde realizamos o nosso pré-natal.

O próximo, por favor.

Essas são as nossas instalações. São as instalações mais modernas, disponíveis no país. Os hospitais privados de São Paulo têm instalações semelhantes. Só que aqui tudo é de graça. A consulta de pré-natal custa R$35. O custo real da nossa consulta é R$35. Eu não conheço, como médico, nenhuma consulta de pré-natal privada, no Brasil, que alguém faça por R$35. O SUS paga 5; vai pagar 10 na Rede Cegonha. Com 35, nós levamos a mortalidade a zero.

O próximo, por favor.

São as instalações dos nossos equipamentos, com ultrassom moderno; o nosso diretor clínico.

O próximo.

Essa é a nossa primeira escola, instalada no Bairro de Cidade Esperança, próximo de Felipe Camarão. Um minutinho só. São seiscentas crianças educadas por ano. Esse é um dos bairros mais problemáticos da cidade de Natal. É onde tudo que não presta acontece. Agora, se os Senhores forem lá nos visitar qualquer dia, será um grande prazer recebê-los. Os Senhores vão ver que o único prédio onde as paredes não têm grafite, onde os vidros são intactos e onde não existe nenhum dano ao nosso jardim, que é todo em volta da área da escola, é o nosso prédio. Porque a comunidade local – se os senhores olharem em volta, os prédios estão destruídos, tem venda de drogas nas esquinas, tem todos os problemas que conhecemos nas periferias das cidades do Brasil. Mas aqui ninguém encosta no prédio. Porque esse prédio, de acordo com a comunidade, se transformou no portal de libertação das crianças da região. Então, nós somos parte dessa comunidade.

O próximo.

Esse aqui foi o exame, a prova final de graduação da nossa classe. Como o critério é a felicidade dos nossos alunos, vocês podem ver que todo mundo tirou dez, não é? A escola abre às sete horas e vinte minutos da manhã; às seis e meia da manhã, as crianças estão sentadas na calçada, lendo. Se os Senhores nunca viram uma criança brasileira lendo um livro, os Senhores podem vir a esta escola a qualquer hora, porque tem livro até no banheiro. As crianças chegam uma hora antes e temos de chamar as Forças Armadas para tirar elas às cinco e meia da tarde para irem embora para casa, porque os pais não conseguem remover essas crianças, porque eles querem ficar lá, porque a escola é deles. Eles são protagonistas da educação.

E eles aprendem de uma maneira completamente diferente do que nos aprendemos, do que eu aprendi, quando fui para a escola.

Por favor.

Eles aprendem nos laboratórios de educação científica mais modernos disponíveis no Brasil. Crianças que vieram das famílias mais humildes da cidade de Natal, que eram consideradas pelo próprio sistema educacional como irreversíveis, como casos que deveriam ser abandonados, porque elas não teriam chance de progredir no sistema educacional, por uma série de problemas comportamentais, acadêmicos e outros, essas crianças hoje frequentam, dos dez aos quinze anos, laboratórios de robótica, informática, física, química e biologia.

Elas estudam as Leis de Kepler não como os Senhores e eu aprendemos. Alguém indo à lousa e fazendo decorar a elipse. Elas medem as órbitas das Luas de Júpiter para derivar a lei. Elas derivam o triângulo de Pitágoras construindo os triângulos de Pitágoras. Elas não têm de decorar quem era a Dona Hipotenusa, que era casada com os seus catetos, como eu aprendi, para entender o Teorema de Pitágoras. Elas derivam o Teorema de Pitágoras. E se você deriva, é como você plantar uma árvore. Você nunca mais esquece. Você põe mão dentro do barato.

Pois não.

Aqui é a descrição desse projeto. Vocês vêem que essas crianças, no laboratório de Biologia, elas realizam experimentos com a célula, com o DNA, para aprender os conceitos fundamentais da Biologia moderna.

Por favor, o próximo.

Elas constroem, com as próprias mãos, todos os artefatos que vão ser usados nesses experimentos. Ou seja, elas constroem os motores, as cascas dos robôs. Elas programam no laboratório de robótica. Ou seja, elas se imiscuem como protagonistas verdadeiras de cada aspecto desta escola, que tem assembleias. Essas crianças participam de assembleias com os professores, que, aliás, devo mencionar foram recrutados do Brasil inteiro, tanto para Serrinha quanto para escolas nossas no Rio Grande do Norte, e passaram um ano em um processo de formação de professor de ciências, antes de entrar em sala de aula. Hoje, continuamos, todas as sextas-feiras, a escola fecha para que os professores continuem a sua formação. De manhã, são os nossos professores e, à tarde, são os professores da rede pública das escolas de onde drenamos os nossos alunos, porque os nossos estudantes viraram problema. Os nossos estudantes voltaram para a escola pública e começaram a desafiar a autoridade estabelecida, porque evidentemente começaram a saber mais do que os professores que ensinavam. Não por culpa dos professores, porque ninguém nunca permitiu esses professores fossem crianças novamente e aprendessem ciência fazendo ciência. Então, nós trazemos esses professores para fazer isso aqui.

Então, temos ciência e tecnologia; robótica – vocês vêem essas crianças montando robôs e, agora, participando de concursos nacionais de robóticas dos 10 aos 15 anos.

Próximo.

Química.

Próximo.

Biologia.

Próximo.

Física, História e Geografia.

Uma coisa fundamental é a autoestima dessas crianças. Quando elas chegaram para nós em 2007 elas não olhavam no olho dos professores nem de nenhum adulto. Elas olhavam para o chão, porque a autoestima delas não lhes permitia encarar de frente uma outra pessoa, um outro ser humano.

Hoje, como essas crianças aprenderam que são descendentes diretos dos índios tapuias, que foram os únicos índios tupi-guarani que resistiram até a morte do último elemento da tribo à colonização portuguesa, essas crianças são altivas, porque têm que ser. Elas olham no rosto de qualquer pessoa.

Eu já levei colegas dos senhores, Senadores da República, Presidentes do Senado, nessa escola. E, na volta, o que eu ouvi, com os Senadores suando a pio, que nunca foram arguidos de uma maneira tão incisiva, objetiva e direta como pelas crianças desta escola, porque essas crianças sabem que agora são cidadãs, com direitos. Elas têm responsabilidades, mas com direitos. E elas sabem expressar os seus direitos, usando o método científico.

Próximo, por favor.

Aqui, é ciência e arte.

E, agora, por favor, próximo. *(Pausa.)*

Próximo.

Esse é o laboratório de informática.

Próximo. *(Pausa.)*

Próximo.

Essa é a nossa escola em Macaíba, na região rural. São 400 crianças nesse projeto piloto.

Próximo.

Esse é o Centro de Formação Continuada de professores. Como eu perdi meu computador ontem, falta um gráfico nesta apresentação. Foi a primeira avaliação formal, feita com o MEC, da primeira turma que se formou nos três anos curriculares. Os primeiros 1.000 alunos... Nós fizemos uma amostragem com 130 crianças. A pergunta fundamental, como os senhores sabem, a taxa de evasão escolar do ensino fundamental para o ensino médio no Brasil é, na média, 57%. Ou seja, dos 15 milhões de crianças do ensino fundamental, nos restam 7 milhões. Ou seja, nós vamos de uma população enorme de crianças na escola primária para uma população do tamanho da Suíça. Ou seja, nós perdemos um grande potencial humano só aí.

Pois bem, das nossas crianças que se graduaram, o índice de evasão do fundamental – onde nós atuamos – para o médio foi de 2%.

O restante dessas crianças ou está matriculada e cursando o ensino médio ou já se graduou do ensino médio ou, algo que jamais aconteceu na história desses bairros ou dessas cidades, essas crianças en-

traram no Ifet do Rio Grande do Norte, que é um dos melhores do Brasil, e, pela primeira vez, entraram na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Essas crianças, sem fazer cursinho, sem entrar na máquina do vestibular, conseguiram penetrar em uma esfera que era absolutamente proibida para quem nascia na Cidade Esperança ou em Felipe Camarão. Elas começaram a penetrar na universidade pública federal brasileira, sonho de todas essas crianças que querem galgar o seu potencial intelectual.

Próximo, por favor.

Bom, algo inusitado aconteceu espontaneamente – quando eu falei dos Santos Dumonts que eu disse que existem pelo Brasil. Da primeira turma de mil crianças que se graduou nesse projeto educacional, nos primeiros três anos, 22 demonstraram um interesse, um talento acima da média para pesquisa científica. Nós decidimos, então – crianças que não tinham entrado no Ensino Médio ainda –, levá-las para trabalhar conosco no Instituto de Pesquisa e Neurociência. Ou seja, essas crianças começaram a ser aprendizes de cientista nos laboratórios de pesquisa de ponta de neurociência.

Nós fomos falar com o CNPq e com alguns doadores privados, quando nós vimos o talento dessas crianças, e, graciosamente, o CNPq nos concedeu bolsas de estudo, pela primeira vez no Brasil, de Jovens Cientistas. E a renda dessa bolsa é a maior renda da casa dessas crianças. Ou seja, para essas famílias, a ciência passou a ser algo absolutamente concreto e real, porque os filhos dessas famílias ganham a vida da família, em certo sentido, fazendo ciência.

Próximo.

Curiosamente, quatro dessas crianças conversaram conosco e disseram que não queriam estudar neurociência; elas queriam estudar potenciais fontes de biodiesel do semiárido brasileiro.

Em colaboração com um grande amigo meu, Dr. Pierre Landolt, que tem uma fazenda no semiárido brasileiro, onde ele estuda sementes, da potencial aplicação no biodiesel, nós conseguimos amostras de pinhão manso, que essas crianças mediram – mediram com uma máquina que só existe na Embrapa e em Macaíba, uma ressonância nuclear de bancada, que não existe em nenhum lugar do Brasil. E essas crianças conseguiram fazer medidas que são idênticas às medidas feitas na Embrapa, a um custo muito mais caro, do conteúdo de gordura dessas sementes.

Agora, essas crianças estão pensando em criar a empresa delas, no Ensino Médio, de certificação de óleo vegetal do semiárido brasileiro para potencial aplicação em biodiesel. Santos Dumonts existem; é só você dar a pista de decolagem e os materiais... Não dar o avião, porque o avião eles vão construir, o avião eles têm que construir. Você só dá a pista e os deixa expressarem a sua genialidade. É só não tirar a chance e não atrapalhar. A nossa função é não atrapalhar, é sair da frente.

Esses meninos – um de 14, uma de 15 e dois de 16 – são alunos, atualmente, do Ensino Médio. Eles não foram para a universidade ainda e já estão falando em criar a própria empresa deles.

Eu queria terminar, então, mostrando aos senhores o projeto do Campus do Cérebro, que está sendo construído. São 100 hectares, na periferia da cidade de Natal, em Macaíba, com o apoio do Ministério da Educação. É o maior investimento no Estado do Rio Grande do Norte.

Esse é o prédio, o nosso novo prédio de pesquisa, que vai estar pronto em setembro do ano que vem – são 45 laboratórios, 13 mil metros quadrados.

Ao lado desse prédio, vizinho, nós vamos ter...

Por favor, o próximo.

Apertar mais uma vez, por favor. Mais uma.

Vamos ter a Escola Lígia Maria, que vai ser a primeira escola brasileira em tempo integral, desde o nascimento até o final do Ensino Médio, usando os preceitos da neurociência moderna para ajudar e colaborar com os pedagogos do projeto para oferecer educação para essas crianças.

Próximo, por favor.

Esse é o nosso parque esportivo, que espero construir futuramente.

Mas, mais importante do que isso, eu queria terminar mostrando aos senhores – por favor – o que vai ser a primeira ilha do conhecimento brasileiro, em um arquipélago do conhecimento tupi-guarani, ou tupiniquim, ou tropical. Essa ilha, eu mostrei a vocês só a primeira parte dela, que é o Campus do Cérebro, com o Instituto de Neurociência, o Projeto Educação para Toda a Vida, Saúde da Mulher. Nós estamos negociando com o Governo brasileiro, neste momento, a criação de dois novos institutos no Campus: o Instituto de Tecnologia do Nordeste e o Instituto de Estudos Avançados, para abrigar o nosso supercomputador.

Dentro, ao lado do Campus do Cérebro, nós estamos também discutindo a criação, como eu disse aos senhores, da Cidade do Cérebro. Essa é a primeira cidade do mundo, o primeiro distrito do mundo onde tudo o que o cérebro faz – que é basicamente tudo – vai ser cultuado, desenvolvido para aplicação, como eu disse, da criação do primeiro parque neurotecnológico do Planeta, para onde as indústrias de engenharia biomédica, tanto as brasileiras como as internacionais, vão poder vir. Elas vão poder atuar, pela primeira vez, em uma zona de livre exportação,

que é a zona de livre exportação de Macaíba, que foi criada ao redor do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, que vai ser o maior aeroporto de exportação do Brasil, de tal maneira que a genialidade das crianças dessas escolas, dos cientistas desses institutos possa ser convertida em produtos de alto valor agregado de engenharia biomédica e exportados para os Estados Unidos, Europa e África, porque Natal, como os senhores sabem, tem a maior proximidade dos três continentes. Falo de produtos feitos no Brasil, criados pela inteligência brasileira e que vão contribuir para a saúde de milhões de seres humanos que sofrem de patologias neurológicas ou neurocirúrgicas.

Para terminar, então, eu queria só mostrar que parte dessa tecnologia vai ser o desenvolvimento de interface cérebro-máquinas, que é a área de pesquisa onde eu milito, e a gente espera – vamos em frente, por favor! – que essa tecnologia possa servir para o tratamento da paralisia severa, quadriplegia ou paraplegia de pacientes com lesões medulares sérias, pela criação de alternativas terapêuticas onde a atividade cerebral do paciente com a lesão controla uma veste robótica que o paciente vai usar, de corpo inteiro – próximo –, que está sendo desenhada – próximo – em colaboração – próximo, por favor, próximo, isso! – com os melhores centros de robótica e informática em neurociência do mundo para que, no Brasil, eu espero, em três anos, se tudo der certo – a gente nunca sabe –, na abertura da Copa do Mundo no Brasil – próximo –, no dia 12 de junho de 2014, às 17 horas, no segundo melhor estádio da cidade de São Paulo, duas crianças brasileiras, um menino e uma menina, possam entrar em campo, capitaneando a seleção brasileira, andar até o meio de campo pela força do próprio pensamento, controlando uma veste robótica de corpo inteiro, chegar ao meio de campo e dar o pontapé inicial da Copa do Mundo, no país do futebol, para mostrar para o mundo que no país do futebol o primeiro pontapé foi da ciência brasileira para toda a humanidade.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Eu queria agradecer ao professor corintiano Miguel Nicolelis...

É corintiano? Palmeirense?

Mas o segundo maior estádio vai ser o do Corinthians, de São Paulo.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – O primeiro vai ser o do Palmeiras e o segundo o do Corinthians.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ah, o senhor já tirou o meu time, o São Paulo...

O SR. MIGUEL NICOLELIS – O São Paulo eu já...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Está perdoado por ser palmeirense, mas é um dos mais respeitados neurocientistas do mundo.

O Prof. Miguel Nicolelis é formado em Medicina pela USP e está há vinte anos nos Estados Unidos, onde é professor pesquisador da Universidade Duke. Já ganhou 38 prêmios internacionais por sua pesquisa, um deles em 2010, dos Institutos Nacionais de Saúde, dos Estados Unidos.

Ele mostrou aqui o que é possível fazer de uma das cidades mais pobres, onde o recurso era praticamente zero, tornar a Macaíba.

Antes, eu tinha um *slogan*, Professor, que eu ouvia em Pernambuco, que era do *Jornal do Commercio*, que era "Pernambuco falando para o mundo". Hoje a gente está ouvindo que é Macaíba falando para o mundo.

Parabéns! Foi um privilégio.

Por falar em privilégio, eu quero agradecer aos autores, Senador Wellington Dias e Senador Walter Pinheiro, por nos presentear com essas duas autoridades.

Continuando nosso privilégio, eu passo a palavra ao Prof. Arquimedes Diógenes Ciloni, Subsecretário de Coordenação da Unidade de Pesquisa do MCT.

O SR. ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI – Bom dia, Srs. Senadores.

Quero agradecer a gentileza do convite que foi feito ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e a honra de, como educador, participar desta audiência pública ao lado de um dos maiores cientistas brasileiros e mundiais, que é o Prof. Miguel Nicolelis.

Aliás, Prof. Nicolelis, como entusiasta, eu tenho acompanhado as suas entrevistas, vi o programa na GloboNews, tenho o seu livro e sou daqueles que, em silêncio, rezam para que o senhor consiga, na abertura da Copa, o seu principal intento, porque isso, com certeza, virá trazer alívio para milhões de pais e mães e crianças que sofrem com essa doença. Sou um daqueles que torcem para o senhor.

Eu ia comentar, mas já o fizeram, que o brilhantismo da exposição do Nicolelis esconde o seu principal defeito, que é o de ser palmeirense. Principalmente em semana de clássico, eu, como corintiano, não poderia deixar também de fazer aqui a brincadeira.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O importante era internar os dois em Macaíba, para ver se consertamos o cérebro de vocês.

O SR. ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI – Ninguém é perfeito, Senador Walter Pinheiro.

Parece-me que estamos ao vivo, Senador Cyro Miranda, a quem agradeço a gentileza da Presidência, e eu quero me dirigir especialmente aos senhores pais, mães, alunos universitários de todo o Brasil.

Na minha apresentação, a maior parte dos *slides* que os senhores verão é da lavra do Sr. Ministro Aloízio Mercadante Oliva, um ex-membro desta Casa, que foi um grande Senador, que é um grande Ministro, que é a nossa liderança. Eu pedi a ele que me emprestasse parte dos *slides* que vou apresentar.

Chamo atenção para o Ciência sem Fronteiras. Tenho dito, nas oportunidades que tenho de publicamente me manifestar, que estamos vivendo um momento muito virtuoso. Foi muito bem ver um educador do porte do Prof. Nicolelis salientar tanta coisa que está em consonância com aquilo que estamos fazendo no ministério, sob a liderança do Ministro Mercadante e sob inspiração da Presidente Dilma Roussef. Estamos num momento, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes, em que temos duas ferramentas extraordinárias que poderão nos ajudar a superar muitas das dificuldades que o Prof. Nicolelis apontou.

Abrindo rapidamente um parêntese, se Nicolelis me permite, quero dedicar esta apresentação e também a dele aos professores de todo o Brasil, que, com certeza, têm muita esperança na escola-modelo que ele nos apresentou e que eu espero que se torne uma experiência tão vencedora que possa ser disseminada por todo o Brasil. Temos Estados em que, infelizmente, ainda há resistência em se praticar o piso nacional do ensino público, em boa hora criado na gestão do Presidente Lula. Temos certeza de que, se os recursos advindos do pré-sal – esta Casa e a Câmara dos Deputados estão, neste momento, discutindo exatamente a aplicação desses recursos – forem canalizados prioritariamente para a educação, a belíssima experiência com que nos brindou o Prof. Miguel Nicolelis, com certeza, poderá ser disseminada. Como ele bem disse, temos muitos Santos Dumont espalhados pelo Brasil, como a Olimpíada de Matemática – uma das coisas que vou mostrar na minha apresentação – bem o demonstra. Portanto, aos professores de todo o Brasil, com o meu carinho, o meu respeito. Eu sou professor há 39 anos, 6 dos quais como professor de matemática em colégio técnico e 33 como professor de estruturas em Engenharia Civil. Sou vinculado atualmente à Universidade Federal de Uberlândia e estou cedido, tendo a honra de fazer parte da equipe de pessoas que assessoram o Ministro Mercadante.

Fechando o parêntese, das duas ferramentas que mencionei, extraordinárias ferramentas de que não dispúnhamos antes, uma é a estratégia nacional em ciência, tecnologia e inovação, que procura costurar os muitos projetos que temos, que será votada, provavelmente, no próximo dia 15 de dezembro, em reunião, a ser presidida pela própria Presidente Dilma, do Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Essa comissão, que reúne oito ministérios, deverá aprofundar aquilo que vou apresentar aqui – isso será aprofundado, dilapidado pela fogueira das discussões à luz daquele conselho, que é altamente representativo da academia brasileira, além da parte administrativa, dos oito ministérios, da própria Presidente da República. Essa ferramenta se torna, mais que um plano de governo, uma estratégia de Estado, um plano de Estado para que, sendo seguido ao longo desta década, possamos, ao longo da próxima década, atingir o status de quinta economia do nosso Planeta.

Ao lado da estratégia nacional, eu coloco o plano Ciência Sem Fronteiras, em boa hora decidido por provocação do Ministro Mercadante e do Ministro Fernando Haddad, em boa hora decidido pela própria Presidente Dilma também, e eu vou detalhá-lo. No momento em que eu falar disso, peço ainda maior atenção dos senhores pais, dos senhores universitários deste Brasil, porque os senhores terão uma chance que eu quisera ter tido, quando estava nos bancos da graduação ou mesmo quando fazia o meu mestrado ou quando fazia o meu pós-doutorado. Era muito difícil sair do Brasil para a capacitação.

Hoje, temos menos de seis mil bolsas, mas, com a ajuda do meio privado, com as nossas 75 mil bolsas e com a contrapartida de estarmos pedindo, para cada três bolsas federais, uma bolsa privada, uma bolsa cedida pelo meio empresarial, nós vamos chegar, com outras 25 mil bolsas, à oferta de 100 mil bolsas e começaremos a divulgar os editais no próximo dia 13 de dezembro.

O CNPq e a Capes, em cujos *sites* os senhores pais podem averiguar, a partir do 13, disponibilizarão os editais do Ciência Sem Fronteiras. Isso estará à disposição da comunidade brasileira e será uma oportunidade muito representativa para levantarmos de vez o *status* da ciência nacional.

Pode prosseguir, por favor.

Nessa parte inicial – essa apresentação, obviamente, já foi distribuída aos Srs. Senadores e está à disposição também da comunidade –, faço uma rápida análise do nosso sistema educacional. Não vou passar por todos os pontos, mas vou mostrar, em outros *slides*, que nós estamos num instante bastante privilegiado.

Pode passar, por favor.

Segundo o penúltimo relatório global – eu estou atualizando isto aqui – da *Royal Society* britânica, divulgado em 2008, prevê-se que a China vai passar os Estados Unidos em 2013, tornando-se a líder mundial em ciência, em publicação científica.

Mas o dado alvissareiro para o qual eu quero chamar a atenção dos Srs. Senadores é que Brasil e Índia, dois dos chamados Brics, terão, até o final desta

década – este dado é de 2008, portanto ele se refere a esta década –, produção científica maior do que França e Japão. Nós estamos, no momento, em 13º colocado como produtores de ciência mundial, mas há um disparate, um degrau muito grande a ser vencido, quando passamos para o lado da inovação, como bem chamou a atenção o Prof. Nicolelis. Nós não produzimos inovação paritariamente como estamos produzindo ciência. E eu vou mostrar também esse degrau.

Pode passar para o próximo, por favor.

Mais um dado alvissareiro. Fruto de décadas de investimento, pela primeira vez uma cidade sul-americana entrou no mapa das 20 mais produtivas cientificamente. São Paulo é citada, hoje, como um centro de pesquisa de grandeza semelhante a Nova York, Paris, Londres, Pequim e Tóquio e vem aplicando 13% de sua receita em ensino superior e pesquisa, apenas 1% a menos do que a Califórnia, Estado dos Estados Unidos que obviamente admiramos. Mas não há segredo. Investindo maciçamente, algumas décadas depois, temos um grande resultado que é o fato de São Paulo, hoje, estar entre as cidades citadas como centro de pesquisa de referência.

Pode passar, por favor.

Somente a USP – nós estamos formando um pouco menos de 13 mil doutores por ano –, sozinha, forma 2.200 doutores por ano. No momento, num esforço muito grande do Ministro Mercadante, estamos investindo 1,25% do PIB em ciência e tecnologia, mas precisamos elevar essa meta. A média dos países vinculados à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – é de 2,2%. Nossa meta é ultrapassar essa média e chegar a 2,5%, até 2022. Isso não será atingido somente com o Erário público. O Tesouro Nacional não tem condições de bancar essa conta. Nós precisamos do meio privado. Vou mostrar um *slide* mais à frente que reflete isso.

Por favor, o próximo.

Pode passar.

Pode continuar.

Os dois maiores desafios do recente Plano Nacional de Educação: continuar expandindo a educação, pública principalmente, com garantia de qualidade.

Pode passar. Pode agilizar.

Eu quero chegar rapidamente à Encit.

Pode passar.

São metas e dados que eu destaquei para os Srs. Senadores.

Volte a esta última.

Como engenheiro e professor de Engenharia que sou, não poderia deixar de analisar um pouco mais profundamente a minha própria área, na qual milito há 34 anos.

Nós temos um déficit hoje que ultrapassa 150 mil engenheiros no País. Graduamos 32 mil engenheiros em 2007, e isso representa menos de 5%... Se pegássemos todas as formaturas do Brasil, Administração, Economia, Medicina, Odontologia, etc., e colocássemos os graduados em Engenharia, nós representamos menos de 5% do total de formados naquele ano.

Essa relação é de 30% na Coreia do Sul. Portanto nós estamos muito aquém da demanda do mercado, que seria de 60 mil engenheiros no mínimo. No mesmo ano, foram oferecidas 198 mil vagas. Só 115 mil foram preenchidas.

Aqui, um outro problema. Já citei a estimativa da Confederação Nacional da Indústria. Em 2012, teremos um déficit de 150 mil engenheiros. E temos também que adequar os nossos currículos de engenharia. Eu tenho pregado isso aos diretores e coordenadores de curso de graduação.

Tenho um filho que trabalha na Embraer e um dos dados importantes que vi na documentação do meu menino foi o seguinte: um engenheiro que chega à fábrica, à Embraer, tem que ser treinado pela empresa em gestão de projetos. Na cabe à Embraer fazer isso; somos nós que temos que fazer, já na graduação, nos nossos cursos de Engenharia. Portanto temos que adequar também os nossos currículos.

Temos 400 escolas de Engenharia, 2.200 cursos de graduação na área, mas aqui, Nicolelis, um dado importante para o senhor, que está pregando uma nova escola desde o berçário praticamente até o ensino médio: nós precisamos ter 800 alunos no ensino fundamental para tirar um engenheiro lá no final. Um em cada 800 alunos do ensino fundamental inicia um curso de Engenharia. E, de cada três que iniciam, um praticamente... Em cada dez, quatro praticamente não terminam. Há uma evasão muito grande nos cursos de Engenharia.

Pode passar, por favor. Vou agilizar, tendo em vista o meu tempo.

Pode passar.

Aqui sim. Eu falei das duas ferramentas e aqui reitero a importância da atenção principalmente de quem, porventura, esteja nos assistindo e chamo a atenção especialmente dos senhores pais. Quero apresentar em primeira mão, e o Ministro Mercadante o fará quando convidado pelos Srs. Senadores com muito maior brilhantismo e com muito mais detalhes, mas quero fazer algumas rápidas considerações sobre aquilo que estamos fazendo no MCTI e a estratégia que estamos apresentando à Presidente Dilma para a apreciação pelo mencionado Conselho Nacional em reunião a princípio agendada para o dia 15 de dezembro próximo, como já mencionei.

A estratégia nacional em ciência, tecnologia e inovação vem ao encontro de muitas das aspirações aqui apresentadas pelo Professor Nicolelis.

Pode passar, por favor.

Essa é a nossa temática principal, é o nosso marco estratégico. Nós queremos colocar a ciência, tecnologia e inovação como eixo estruturante do desenvolvimento sustentável, para o que precisamos de quatro grandes linhas.

Vou detalhar em seguida – e a transparência colorida muito me auxiliará nisso –, sem entrar profundamente no assunto, cada uma das quatro grandes linhas do nosso marco estratégico, porque, para chegar a ter a CTI como eixo estruturante, nós precisamos reduzir a defasagem tecnológica por meio da ciência e da inovação – e isso trará em seguida uma série de linhas a serem perseguidas –, devemos contribuir para a inserção internacional soberana do Brasil – e o projeto do Professor Nicolelis é um dos nos ajudarão a fazer isso –, devemos fomentar a economia verde e criativa e devemos contribuir para a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades.

Para praticar essas quatro grandes linhas nós precisamos formar recursos humanos que sustentem esse projeto, fomentar a inovação, porque aqui está o nosso grande gargalo hoje, no que diz respeito a ciência, tecnologia e inovação: aumentar a infraestrutura para pesquisa científica e tecnológica no Brasil, como vem fazendo o professor Nicolelis.

Pode passar.

Para cada uma das quatro grandes linhas – volte aos *slides* anterior, por favor –, por exemplo, para contribuir para a erradicação da pobreza e redução da desigualdade – próximo *slide* -, temos todas essa linhas que serão detalhadas para a Presidente da República na próxima reunião. Não vou citar todas, mas passa por: erradicar a pobreza, transformar a nossa economia para uma economia criativa, etc.

A segunda grande linha – próximo *slide* –, para contribuir para inserção internacional soberana do Brasil, temos todas essas sublinhas de atuação, que estarão devidamente contempladas no PPA.

Nós vamos colocar recursos, ao lado do discurso, para internacionalização e competitividade das empresas brasileiras, para atrair centros de pesquisa e desenvolvimento, etc.

A terceira linha, reduzir a defasagem tecnológica por meio da ciência e inovação.

Há essas sublinhas, na nossa estratégia, como: focar inovação em áreas e segmentos empresariais prioritários, reduzir déficits comerciais em setores críticos como, por exemplo, o setor de fármacos.

Nicolelis, o nosso déficit comercial ultrapassa os US$ 10 bilhões. Ora, nós só vamos reduzir esse déficit com profundo investimento na área de produção de fármacos.

Por favor, a próxima.

Fomentar a economia verde e criativa, com todas essas sublinhas.

Pode passar.

Rapidamente, estas são as políticas estruturais que estão em nosso marco estratégico. Não vou, obviamente, ter condições, pelo tempo aqui, de detalhá-las todas, mas são três principais linhas das políticas estruturais, formação e capacitação de recursos humanos, fomentos à pesquisa e infraestrutura científica e tecnológica e fomento à inovação.

Sob cada uma dessas grandes linhas, temos as linhas sequentes, colocadas embaixo. Em cada coluna, poderemos ler depois. Os senhores encontram aí todas as áreas que estamos detalhando para o Ministro apresentar à Presidente Dilma.

Pode passar.

Aí estão os nossos programas prioritários. Esses programas, Nicolelis, foram, obviamente, objeto de avaliação e são as áreas em que estamos concentrando, também, a necessidade de formação e as bolsas do Ciências sem Fronteiras.

Uma das áreas – vou detalhar em seguida – são os TICs, Tecnologia de Informação e Computação, Fármacos e Complexo Industrial da Saúde, etc., indústria química, energia, biotecnologia. Tudo isso está detalhado e vou apresentar, logo na sequência, aprofundar alguns desses parâmetros, para ideia de todos.

Por favor, prossiga.

Aqui uma notícia alvissareira. O Mercadante, como economista, chama muita atenção para isso. Em 2010, nosso País teve investimento estrangeiro direto, no total, de US$ 48 bilhões. De janeiro a outubro de 2010, foram US$ 29 bilhões. Este ano, até outubro passado, praticamente dobramos o que ocorreu de janeiro a outubro do ano passado. E passamos, até outubro, de US$ 48 bilhões para US$ 56 bilhões. Esse número ainda irá crescer e parte desse crescimento – próximo *slide,* por favor – está aí, já, uma das nossas grandes linhas, parte do investimento estrangeiro passa – isso é um forte trabalho do Ministro Mercadante – pela atração de centros de pesquisa e desenvolvimento, como as que eu menciono nesta transparência cedida pelo Ministro, reitero.

A GE está colocando no Brasil o seu único centro de pesquisa do Hemisfério Sul, previsão de US$ 150 milhões, em três anos. O projeto da IBM; o projeto EMC2. Hoje à tarde, o Ministro assina com a Huawei. Eles nos doarão US$ 50 milhões hoje à tarde, para in-

vestimentos a serem feitos pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, em uma solenidade com a nossa rede nacional de pesquisa, que é uma das nossas organizações sociais que tenho a honra de coordenar no cargo que ora ocupo no MCTI. Assim também os demais investimentos que estão aí citados.

Pode passar, por favor.

Aqui quero chamar a atenção para o papel político do Ministro Mercadante, o papel acadêmico, já que ele tem o pé nas duas canoas. Mercadante tem citado principalmente isto: o grande papel do MCTI a que toda a equipe está compromissada é impulsionar a nova economia brasileira pela via da economia do conhecimento e informação, economia verde e criativa e pelo fortalecimento do nosso mercado interno de consumo de massa e distribuição de renda.

Transformamos. Isso praticamente aqui já foi atingido, porque a ciência, tecnologia e inovação é um dos treze eixos principais do plano de governo da Presidente Dilma.

Pode passar.

Aqui, Nicolelis, o problema que o senhor muito bem detectou e aquilo que o Ministro Mercadante nos ensina em suas apresentações. O Brasil não está ruim, quando a gente vê o dispêndio governamental em ciência, tecnologia e inovação. Nós estamos aplicando 0,62% do PIB. Óbvio que isso aqui tem que crescer. Aqui não está a Petrobras, que hoje se tornou uma das grandes fomentadoras da pesquisa pela via da destinação de parte de seus recursos para pesquisa e desenvolvimento.

Nós não estamos mal. Vejam que o Japão aplica 054% do PIB; a Coreia, 085%; Estados Unidos, 0,75%. Nós não fazemos má figuração, quando tomamos por base o protagonismo governamental no que diz respeito À CTI. Mas, quando a gente vai para o lado das empresas, a Petrobras está aqui. Se tirarmos a Petrobras, cai ainda mais o 0,57% do PIB que aplicamos em 2010.

Quando a gente compara com Japão, Coreia, Estados Unidos, com países já em maior estágio de desenvolvimento, a gente vê a diferença. Enquanto a nossa indústria, o meio empresarial aplica, no total, 0,57%, contando a Petrobras, no Japão são praticamente 2,7% do PIB japonês aplicados. Daí o gap, daí o degrau que eu mencionei anteriormente entre a nossa produção de ciência, em que somos 13º colocados, e a nossa inovação. O número de patentes brasileiras é irrisório, quando comparado com outros países. A razão principal está na falta de protagonismo das empresas. Isso aqui também tem que crescer. Nós estamos chamando os empresários à responsabilidade de dividir conosco as tarefas, para que a gente chegue àqueles 2,5% do PIB que o Mercadante está defendendo.

Por favor, pode passar.

Aqui posso falar rapidamente sobre o tema que me foi proposto pela Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, o uso democrático da ciência para o desenvolvimento brasileiro.

O Brasil é hoje o sétimo mercado de TICs, o terceiro mercado de computadores, o quinto mercado de celulares, o quarto mercado de usuários da Internet. Mas temos o déficit comercial, a diferença entre importação e exportação, quase US$19 bilhões. Por isso estamos trazendo a Foxconn, por isso estamos trazendo as outras empresas.

Vou mostrar em seguida aquilo que o Mercadante vem liderando, exatamente para impulsionar a nossa política de tecnologia da informação e comunicação. Nova política de *tablets*, ampliação das linhas de financiamento da FINEP e BNDES, desoneração da folha de pagamentos, o novo PADIS.

Pode passar, por favor, para o próximo.

Isso aqui é o total de mercado de TI no Brasil em 2010: US$85 bilhões, 39,5 T.I.s House. Os senhores têm aí os outros percentuais. Isso mostra a necessidade que a gente tem de investir profundamente nessa área.

Pode passar para o próximo.

Aqui são os três blocos de ações com que o Ministro Mercadante apresentará à Presidente Dilma o enfrentamento dessa questão dos TICs. Nós vamos atuar fortemente em *hardware* e sistemas, semicomputadores e *displays, softwares* e serviços.

Pode passar, por favor.

Aqui, Niocolelis, o senhor foi muito feliz. Eu sou entusiasta do trabalho do Brigadeiro Montenegro. A Embraer veio depois do ITA. Isso aqui é a nossa Embraer, como o Ministro costuma chamar. Nós estamos em via de começar a produção na nossa fábrica do Ceitec. É uma empresa pública instalada no Rio Grande do Sul. Está pronta a obra. Isso aqui é uma visão aérea. Nós não vamos produzir Boeing 777, nós não vamos produzir *chip* de última geração neste momento; nós vamos produzir, como diz o Ministro Mercadante, os nossos Bandeirantes, os nossos Brasílias, os nossos Xingus. Nós vamos produzir *chips* de menor tecnologia no começo para aprender a fazer, repetindo o processo que usou a Embraer para chegar hoje a ser a terceira indústria aeronáutica do planeta.

Isso aqui é parte do esforço do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação na direção de combater aquele déficit comercial dos *chips* que eu mencionei anteriormente.

Pode passar, por favor.

Nosso trabalho em energia limpa prevê atuação...

Energia fotovoltaica... Estamos com projetos...

O nosso CTI – Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer, em Campinas, tem uma célula, tem um centro avançado Fortaleza. Nós estamos trabalhando com o Governador Cid Gomes para que em breve tenhamos lá instalado um projeto na área de energia fotovoltaica. Estamos trabalhando na área de energia eólica, etanol, trabalhando fortemente com as empresas da área de elétrica para a implantação do *smart grid.*

Pode passar, por favor.

Isto aqui é outro projeto nosso, feito em conjunto com a UnB, com o Building Research Establishment e com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, que é a implantação do Parque de Inovação e Sustentabilidade do Ambiente Construído. É a ciência colocado á serviço da inclusão social, como foi o tema aqui proposto pelos Senadores.

Pode passar, por favor.

Aqui outra coisa: a Presidente Dilma chamou o Ministério em março e determinou-nos – está pronto, começa a funcionar agora – a criação do Cemaden. A Presidente não aceita que em janeiro próximo, na época das maiores chuvas, nós tenhamos a repetição do que aconteceu em janeiro passado.

É óbvio que é quase impossível, ainda, evitar mortes. Ocorrerão, mas ocorrerão, com certeza, em muito menor escala graças ao trabalho presidido pelo nosso secretário, Carlos Nobre, e pelo Prof. Fuck, ex-pró-reitor da UnB, junto ao Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, o Cemaden.

Sessenta e nove por cento das ocorrências de desastres naturais no Brasil é inundação e deslizamento – esses 58 com esses 11 aqui. Portanto, nós vamos atuar prioritariamente neste momento sobre inundação e deslizamento. A Defesa Civil trabalhando com o Cemaden nos ajudará. É a ciência colocada a serviço de uma necessidade de muitas pessoas de baixa renda, que, infelizmente, ainda vivem em áreas de declive e que podem ter sua casa e sua vida colocadas em risco por ocorrência de um grande temporal, por exemplo.

O nosso Cemaden veio para começar a tentar resolver esse que é um dos nossos grandes problemas.

Pode continuar, por favor.

Aqui uma boa notícia: o Ministro Mercadante sempre tem dito que, pela inclusão da nossa área costeira, a nossa área aumenta em quase cinco milhões de quilômetros quadrados e lá não tem só o Pré-Sal; lá nós temos terras raras, minerais raros. Portanto, nós estamos, junto com o Ministério da Defesa, com a Marinha, com a Vale, com a Petrobras, com a Agência Nacional do Petróleo, investindo fortemente para dota o País de novos navios de pesquisa na área oceanográfica.

Pode passar, por favor.

Aqui também outro programa do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, lançado há duas semanas pela Presidente Dilma. Foi aquela solenidade em que ela se emocionou e é realmente emocionante, como será emocionante ,se Deus quiser, ver o Prof. Nicolelis conduzindo o menino ou menina que dará o pontapé inicial na Copa do Mundo de 2014. Este programa causou emoção à Presidente e a quem assistiu à solenidade: programa Viver se Limites – Ciência, Tecnologia e Inovação colocadas a serviço da superação das pessoas com deficiências –, que tem essas quatro grandes áreas: acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade.

Por favor, porque já estamos com o tempo estourado...

Extensão tecnológica.

Eu só quero chamar a atenção aqui, Nicolelis, para uma coisa que o senhor falou e que calou fundo.

Quando o senhor falou do semiárido, eu já fiquei emocionado porque, há cinco meses, aproximadamente, eu inaugurei, em nome do Ministro, que não pôde estar em Campina Grande, o nosso Instituto do Semiárido, que, ao lado do Cetenes, são duas das nossas células no Nordeste que vêm tentando ajudar o semiárido no seu desenvolvimento.

No Nordeste, veio do Piauí um exemplo dignificante de vida de um professor de matemática que há vários anos vem fazendo vários campeões. A gente encontra Santos Dumont, como o senhor os chamou, em todo o Brasil, e nós detectamos lá grandes talentos por meio da olimpíada.

Pode passar.

Eu quero chegar finalmente. Aqui, este *slide* também é interessante.

Por favor, o próximo.

Um quilo de soja custa US$0.20, um quilo de avião US$10,000, um quilo de satélite US$50,000. Portanto, nós temos que começar, para alterar a nossa economia, a trabalhar também, e não estou querendo deixar a vocação agrária do Brasil de lado, com produtos de alto valor agregado, porque isso impulsiona, com certeza, definitivamente, a nossa economia.

Pode passar.

Essa é outra iniciativa do Ministro. Estamos criando a Embrapa da indústria, a Embrapi, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, que já está em fase bem adiantada.

Por favor, avance para que eu possa terminar.

Pode avançar.

Aqui reitero o pedido de atenção aos senhores pais, aos senhores universitários brasileiros.

Aqui estão, Presidente Cyro Miranda, Professor Miguel Nicolelis, as nossas 75 mil bolsas, que não só

permitirão que nós enviemos nossos jovens cientistas como também... Temos aqui uma linha, que vai crescer, seguramente, e podemos trazer... Professor Nicolelis, se o senhor tiver algum colega, um Prêmio Nobel, alguém que queria vir trabalhar na nossa cidade do cérebro, aqui está uma das ferramentas que o senhor pode utilizar.

Nós estamos, com os nossos 19 institutos, aqueles que eu coordeno, bem como com a Agência Espacial Brasileira, bem como com as nossas demais agências, a Citec e a Cnen, trabalhando para trazer pessoas do exterior. Já temos acertadas as vindas de vários pesquisadores, brasileiros que estão lá, que vamos repatriar. Já há um Prêmio Nobel que virá para trabalhar conosco, mas nossa esperança está aqui.

Nós queremos, com essas 75 mil bolsas, e com a contrapartida de três para um, com as 25 mil bolsas do meio empresarial, chegar a 100 mil bolsas que levarão o Brasil ao patamar da China e de outros países, em termos de estudantes militando no estrangeiro e que, depois, voltam e ajudam o Brasil a dar o salto do desenvolvimento. Precisamos formar essa moçada, colocá-la na indústria para que a nossa indústria passe a investir ainda mais e a ter base de pesquisa. Essa é uma necessidade que eu considero que já tenha demonstrado aos Srs. Senadores e às pessoas aqui presentes. É preciso contratar essa moçada, quando voltar, para trabalhar no Brasil. Assim, a gente vai, com certeza, conseguir elevar, e muito, o nosso número de patentes, vai elevar, e muito, o número de empresas inovadoras no Brasil, que é um dos nossos maiores esforços.

Quisera eu, reitero, quando aluno de graduação ou quando aluno de mestrado ou quando aluno de doutorado, ter tido a chance que os senhores alunos dessas modalidades agora têm! Eu não tive essa oportunidade, mas a nossa geração está oferecendo a vocês. Espero que os estudantes saibam usufruir e voltem para ajudar a fazer um país ainda melhor.

Quem sabe, Nicolelis, algum dia estejamos, depois de o Corinthians ganhar do Palmeiras, num belo clássico, lá nos idos de 2025, usufruindo os grandes frutos daquilo que plantamos aqui hoje e o fato de o Brasil ser efetivamente a 5ª ou, quiçá, a 4ª maior economia do mundo!

Muito obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, professor Arquimedes, pelo privilégio de ouvi-lo. E quero dizer aos senhores convidados que esta está sendo uma audiência extremamente rica para todos nós.

Parabenizo novamente os Senadores Wellington e Walter pela iniciativa. Volto ao início de suas palavras quando disse que a inovação não se faz através de decreto, mas sim através de gente. Como também a educação. Por falar em educação, foi convidado também o MEC, mas infelizmente não mandaram representante e só disseram que o Ministro tinha outras ocupações. Acho que seria muito importante terem ouvido isso. Essa integração da inovação com a educação é uma ponte que não vai mais de desfazer.

O senhor nos mostrou aqui também, Professor, que em Macaíba está-se aprendendo com consciência. Eu, por exemplo, quando fiz o cursinho para o vestibular de Engenharia – e não me formei em Engenharia porque depois fui fazer Economia – aprendi através de uma regra mnemônica, através de um samba, que o quadrado da hipotenusa é igual a soma dos quadrados dos catetos. Vejam, é uma regra mnemônica. E a essência? Como é que a gente vai buscar o entendimento? A gente tem visto hoje aqui.

Deixo aqui, primeiro, uma pergunta minha ao Professor Nicolelis. Esse sonho do curso continuado, que o senhor começou, é um sonho que temos de realizar no Brasil inteiro, senão não vamos atingir as nossas metas. Temos a menor carga horária, uma das menores cargas horárias de ensino do País. Pergunto-lhe: como podemos acelerar o processo de ter várias Macaíbas? Também pergunto ao Professor Arquimedes: qual é o grau de compreensão que os empresários brasileiros possuem, de fato, sobre a sistemática introduzida pela lei da inovação e pela lei do bem. Deixo essas duas perguntas para que as responda em conjunto com a dos nossos autores. Para sermos imparciais, os dois Senadores, vou, por ordem alfabética...Se bem que o primeiro começa com "w" e o outro também. Então, vamos para a segunda letra. É o Walter. Se fosse Wallington, só iríamos desempatar na terceira. Então, passo a palavra ao requerente, Senador Walter Pinheiro. Posteriormente, ao Senador Wellington Dias. Depois, os senhores terão oportunidade de responder a essas perguntas e abriremos a oportunidade para os demais Senadores.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Há uma música muito cantada, viu Nicolelis, pelos baianos que fala, exatamente: "um índio descerá de uma estrela." Já ouviu essa música? Muito cantada pelo nosso grande Caetano Veloso. Então, em homenagem a "Um Índio", já que estamos falando de tantas coisas importantes da Ciência e da Tecnologia, vamos permitir que o nosso índio fale primeiro. Falarei depois. Fale, índio.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiramente, quero dizer que fico grato pelo nosso grande Líder nacional baiano, Senador Walter Pinheiro. Quero saudar aqui V. Exª, Senador Cyro Miranda. Quero dizer ao meu querido Cássio que é

uma honra estar aqui. Aliás, sugiro fazer um bloco só, já que estamos nós quadro aqui.

Quero, primeiro, agradecer ao Dr. Miguel Nicolelis e também ao Arquimedes e fazer um registro sobre o lamento que faço pela ausência do MEC. Aliás, liguei para o MEC para dizer que é lamentável.

Creio que a gente tem aqui uma série de audiências públicas muitas vezes levadas por uma manchete de normal, outras por uma conjuntura imediatista. Esse é daqueles encontros que, eu acho, têm tudo a ver com os desafios do Brasil. Conto a história de um índio. Um artista paraense fez muito sucesso. Teve um problema de câncer, fez quimioterapia, voltou para uma cidade do interior do Pará. Lá, quando estava com sua família, sua mãe o recomendou conversar com o pagé de uma tribo. Naquele encontro, o pagéle passou-lhe uma garrafada e ele se curou do câncer. Depois que ele se curou, ele veio uma vez ao Piauí porque ele era patrocinado por um grupo chamado Meio Norte, um grupo empresarial do meu Estado, e o Auro Costa, que é uma pessoa que estava na equipe de governo – eu era governador na época. Era o contato que ele tinha.

Ele tratou desse tema.

Vejam só: tentamos com vários empresários o patrocínio de uma pesquisa, a partir das substâncias usadas por esse índio, e não encontramos. Terminou a pinga Pirassununga, a 51, famosa, o empresário é que veio a patrocinar.

Estive nesses dias com o Ministro Aloízio Mercadante, com a ANVISA e com o Ministro da Saúde para trabalharmos nesse sentido de ser liberado agora. Inclusive o Vice-Presidente José Alencar chegou ainda a utilizar. Ouvi o Josué, filho dele, dizer que, de onze tumores que ele tinha, que ele chegou a ser completamente curado de oito. E é uma substância que vem do que eu chamava lá no Piauí de cachorro pelado, uma planta chamada aveloz, muito comum no Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, enfim, em várias regiões do Brasil. Vai ser liberada agora nesse semestre, a última fase, já liberando para comercialização.

Cito isso para mostrar o quanto o Brasil precisa se descobrir, o quanto a inteligência brasileira é pouco utilizada tanto do conhecimento dos nossos ancestrais como da capacidade da nossa juventude, das nossas gerações.

Encanta-me muito esse momento aqui hoje. Sou um apaixonado pelas chances que o Brasil tem nessa área. Temos que, ao mesmo tempo, lidar com a erradicação do analfabetismo e a outra ponta.

O meu Estado, inclusive, deve ser, para meu orgulho, no próximo ano, o primeiro Estado brasileiro a ter o ciclo completo da educação em 224 Municípios, é do tamanho da Paraíba. Ou seja, você poder ter, desde o pré-escolar, a alfabetização, até a pós-graduação, em cada Município. Exatamente para estabelecer a presença de conhecimento em todos os Municípios, num misto de ensino presencial, serão cerca de 50 cidades polos com ensino presencial, de ensino técnico e ensino superior, e num modelo que é um misto de a distância e presencial, o E-TEC, o AB, como foi implantado e nós contribuímos com isso no Governo do Presidente Lula, mas, junto com isso, a pesquisa e a inovação; o conhecimento de línguas, o conhecimento do mundo digital e a pesquisa tecnológica.

Estive na cidade de Picos, onde há um centro tecnológico voltado para a área do caju e do mel. Lá, nesse dia, estamos trabalhando para a área da aquicultura, assim como outro, da Embrapa, em Parnaíba.

Creio que é isso que o Brasil precisa, garantir as condições da pesquisa, da inovação, do incentivo à inovação. E nisso eu concordo aqui com os dois palestrantes. Nosso modelo de educação é o contrário de incentivador, ele é inibidor da livre iniciativa, que vale desde a pesquisa, o empreendedorismo, enfim, ele é podador dessa liberdade.

E cito dois exemplos: um, a cidade de José de Freitas, que apresentamos na Comissão de Educação, cidade onde 100% das escolas trabalham com os resultados já da tecnologia. Ou seja, o aluno, já no pré-escolar, na alfabetização, já está lidando com um computador, com um *laptop*, como chamávamos, com um iPed agora. A alfabetização já é feita com o mundo digital, onde o aluno está ali escolhendo letras, brincando e aprendendo nessa área da tecnologia; o professor com lousa digital, enfim, estive lá agora, inaugurando uma subestação e fiz questão de visitar uma nova escola, toda centrada nessa área. Resultado: é próximo de zero o índice de evasão do pré-escolar ao ensino médio. E, a partir daí, logicamente, há ainda as regras do vestibular, nem todo mundo consegue chegar pelo mérito.

Esse Município era um dos mais atrasados nas avaliações do Ideb. Nós já ultrapassamos a média do Brasil.

Cito Cocal dos Alves, onde o Ministro Fernando Haddad esteve recentemente. Esse Município ganhou 65 medalhas nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática, para dar um exemplo. É um Município de cinco mil habitantes, não tem nada de espetacular, a não ser pessoas como o senhor, pessoas que acreditam no ser humano. Pela vontade de um professor, o Prof. Xavier, a partir de um aluno, que é um dos maiores cientistas dessa área da matemática do Brasil, que escolheu lá permanecer, poderia estar em qualquer lugar do mundo, mas preferiu ficar lá, e pela vontade

de alguns alunos dele, que se tornaram professores e que hoje são mestres, doutores na mesma linha.

E vi uma coisa espetacular nessa visita, que eu mesmo não tinha compreendido: cada aluno medalhista desse trouxe para o seu entorno um grupo de seis, dez, doze alunos, que se encarrega de aperfeiçoar o que o professor ensina na sala de aula, criando uma competição entre os grupos de medalhistas. Agora vai, além da matemática, também física, química, enfim, outras áreas.

O que eu quero aqui, com essas palavras, é dizer que isso que é possível lá, no Rio Grande do Norte, no Piauí, em outras regiões, é possível em qualquer lugar do Brasil. Nesta audiência aqui, quero examinar apenas uma pergunta, por essa experiência do Rio Grande do Norte, com esse aspecto social. Como o senhor encara a dificuldade de construir esses talentos? Para isso, eu vi ali, tem de ter o mecanismo de atrair o máximo de conhecimentos para lugares remotos como esse. Ou seja, não é fácil. Convidar alguém para trabalhar numa capital, você encontra até com razoável facilidade. Agora, para ir para uma cidade mais afastada, mais longínqua, que é onde o Brasil está precisando, a gente encontra dificuldade.

Vi aqui agora – e quero parabenizar, além do Arquimedes, a equipe do nosso querido Mercadante: a gente está trabalhando essa vertente de, por um lado, brasileiros indo a várias partes do mundo, de outro lado, a gente poder trazer. O que quero examinar é se é mesmo possível a gente, com o que a gente remunera, com o que a gente paga, conseguir trazer. Qual é o mecanismo que o senhor acha que é possível o Brasil apoiar para fazermos isso descentralizadamente?

Ao mesmo tempo, esse casamento, estou defendendo com o Senador Aloizio Mercadante, estou presidindo uma comissão nessa área do acompanhamento do Brasil Sem Miséria, e uma das ideias é esta: o que houver de implantação de coisas novas como esta, fazermos nesses grandes vazios de economia que o Brasil ainda tem, com cérebros da melhor qualidade espalhados na mesma região.

Então, eu queria examinar, do que o senhor sabe que existe, o que ainda precisa ser feito.

Minha pergunta é única.

Com certeza, gostaria de aqui agradecer, pela nossa Comissão de Educação, por essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias.

Com muito prazer, passo a palavra ao Exmº Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, eu diria que esse é um momento dos mais sublimes, na minha opinião, dos debates nesta Casa, da nobreza, inclusive, do trabalho desta Comissão – e me refiro às duas Comissões, à Comissão de Educação e à Comissão de Ciência e Tecnologia – uma vez que a gente vai se acostumando, meu caro Wellington, no Parlamento, a uma lógica de que essas comissões trabalham como se o correto fosse a gente produzir, no final do dia, Nicolelis, somente leis, dum, dum, dum, dum, dum, como se fôssemos uma fábrica de sandálias. No bom estilo da propaganda de uma delas, diz que umas soltam as tiras e outras deixam mau cheiro.

Então, é muito preocupante. A nossa tarefa aqui é votar, mas a nossa tarefa preponderante, principalmente numa comissão, é a gente aprofundar o nível de conhecimento e o debate para que possamos produzir essa legislação, que pode ser em pequena quantidade, meu caro Senador Cássio, porque, senão, fica-se tratando aqui como se a produtividade do Parlamento estivesse relacionada à quantidade.

Vejo muita gente dizer que o Senado não votou nada. Seria importante que a gente passasse até meses inteiros sem votar nada e o dia em que estivéssemos promovendo uma votação fosse o resultado de momentos como esse em que a gente pudesse fazer exatamente qual é o uso dessas ferramentas para o impacto social, que é o que nós efetivamente buscamos discutir aqui nessa questão do uso da ciência e tecnologia na vida das pessoas.

Coincidentemente, outro dia aqui falei de Santos Dumont, numa de nossas audiências, porque estava lendo, se não me engano, há 15 ou 20 dias, um material sobre ele e me chamavam a atenção duas coisas. Santos Dumont tirou sua própria vida. Augusto Cury, um psicanalista que escreve muito sobre as alterações comportamentais do ser humano, usa uma expressão muito forte: "Quando uma pessoa pensa em suicídio, ela quer matar a dor, mas nunca a vida". E Santos Dumont, naquele momento, queria exatamente se livrar da dor que o atormentava, que era ver um dos seus grandes inventos, a sua maior criação ser utilizada contra o homem e não em favor da vida.

E esse é o cerne dessa questão do trabalho que o senhor desenvolve com tanta maestria, com tanto entusiasmo, com tanta paixão, fazendo essa associação belíssima, ou seja, da capacidade do ser humano, que é uma coisa com que, na ciência, a gente costuma brincar muito: a diferença entre o que é tecnologia e o que é ciência. A ciência está aqui, sobre a cabeça de todos nós. Aí tem uns que a aplicam e a transformam em tecnologia. Esse é o desafio maior.

Como a gente permite que várias mentes, independentemente se elas estão no semiárido ou no sertão produtivo, como eu prefiro chamar o meu semiárido. A Bahia tem quase 70% de seu território no semiárido.

Este foi um trabalho que fiz quando era Secretário de Planejamento: separei o mapa da Bahia entre essa história do litoral e o rio São Francisco. Então, nós ficamos exatamente nessa linha, da BR-116, que é a estrada mais conhecida no Brasil, e olhe que ela só corta de norte a sul, e colada quase no litoral; ela não é de leste a oeste nem tampouco no meio. Dessa 116 até o São Francisco, temos exatamente a maior Bahia e uma outra Bahia. Agora, é a Bahia mais rica; é onde temos o mineral, a proeza do sisal, lá na Serrinha. O Wellington brincava comigo, dizendo que eu não era de lá. Respondi que não tive a honra de nascer em Serrinha, mas minha mãe e metade dos meus irmãos são de Serrinha. Portanto, a origem da minha família é nessa cidade que fica na região do sisal na Bahia.

Quando a gente pega a proeza do sertanejo que está no semiárido, para a gente ver as descobertas, na Bahia, agora, Nicolelis, está se discutindo muito para se tornar o grande parque eólico do Brasil. Hoje, 20% de todo o processo de concessão e de licitação de energia eólica estão na Bahia. São 52 parques. O sertanejo de Serrinha, ou de Chorrochó, ou de Xique-Xique, na beira do São Francisco, sempre dizia que quanto mais seco mais lento. É óbvio que é o contrário, que aí estava se relacionando exatamente com a chuva, mas, na sabedoria dele, sem nenhuma escola, sem nenhuma formação, sem analisar a ciência, mas convivendo com a ciência na prática, no seu cotidiano e na pele, no dia a dia. Ele saca que não tem chuva porque é a característica da região. A ausência dessa chuva é, inclusive, motivada pelo vento, que a carrega. Então, quanto mais seco, mais vento. Na realidade, é por conta de haver muito mais vento que se torna mais seco.

E, aí, o cara vai lá e aplica isso para a eólica. É por isso que essa região foi escolhida, no semiárido, como o melhor lugar para a gente implantar os parques eólicos: intensidade, regularidade de um vento que vai nos produzir energia no semiárido, que diziam que não dava nada. É o que nós estamos chamando lá, viu, meu caro Wellington, de *royalty* do sertão. Não há os *royalties* do petróleo? O *royalty* do sertão é exatamente o vento.

Então, é esta a característica que acho é importante a gente discutir: como é que nós vamos adotar medidas, do ponto de vista do MCT ou do Ministério da Educação, para trabalhar nessas áreas? E não é só uma questão de dizer que nós precisamos inverter prioridades e tal, o que é fundamental. Mas qual foi o problema nosso aqui ao longo dos anos?

O nível de investimento em ciência e tecnologia sempre foi muito baixo. Começa pela prioridade, todo mundo fala disso, mas na hora de a gente, inclusive, no orçamento, colocar isso como uma questão mais importante não ocorre porque outras coisas terminam pressionando o orçamento para a importância ou para as coisas imediatas e não as coisas derivadas. Para derivar, eu preciso, inclusive, usar isto aqui: a base é ciência e tecnologia.

Eu fiquei ouvindo você falar das derivadas. Eu estudei em uma escola técnica e isso me chamava muito a atenção na época, porque, por exemplo, a escola técnica era a única escola de segundo grau em Salvador em que a gente estudava cálculo estrutural e cálculo diferencial, matérias hoje só do currículo de quem está pelo menos no primeiro ano de Matemática ou no primeiro ano de Engenharia. Aí, depois, eu fui estudar esses cálculos no primeiro ano de Matemática na universidade federal, mas eu já os tinha estudado na escola técnica. E eu fui monitor de física e de matemática, até para ganhar a vida, já que me casei quando eu era ainda jovem dentro da escola técnica. E uma das coisas que a gente aprendia era isto: a gente tem de trabalhar com derivadas, matrizes e cálculo porque, senão, a gente não consegue desenvolver absolutamente nada! E, no curso de eletrônica e telecomunicações, essas coisas são pressupostos básicos, senão, você não consegue desenvolver; você vai só decorar como é que chega ao cálculo de um amplificador sem conhecer absolutamente nada de derivadas, muito menos de cálculo estrutural.

Então, por que isso não pode ser ofertado para essa gente que está espalhada? A definição é pelo quê? É pela cor dos olhos, pela cor da pele ou pela localização geográfica de cada cidadão? A esses se disponibiliza, meu caro Cyro, uma educação nessa condição?

A esse sertanejo que sabe exatamente discernir o vento tem de ser dada oportunidade. Nessa mesma região do sisal, Nicolelis, foi um sertanejo, da escola técnica inclusive, que descobriu uma maquininha para resolver um dos graves problemas que afligem a maioria das pessoas que trabalha no sisal.

Eu estou discutindo com a Ford a partir do sisal – e essa foi uma das coisas que nós estamos colocando como imposição. Quem se lembra, no plenário desta Casa, de que eu falei sobre isso na Medida Provisória nº 512? Nós queremos uma política de incentivo, mas ela tem de vir, obrigado – eu disse isto ao Mercadante. O MCT tem de colar no MDIC para dizer: "Nós vamos levar montadoras para os lugares, mas eu quero saber quando é que eles vão investir em pesquisa e em desenvolvimento em cada região que eles se instalam."

E, aí, uma das ofertas que eu fiz lá para a Ford é o negócio do sisal. O sisal, se produzido, vira um painel de carro da melhor consistência. A pesquisa aplicada

ao sisal pode transformá-lo, inclusive, em cabo de telecomando, para ser utilizado no nosso pré-sal. Ele é muito melhor do que o chamado CTP APL ou PVC, que é um cabo com estrutura plástica que pesa muito mais; o do sisal é muito mais leve para ir a águas profundas. É do sisal! O mesmo sisal que faz a rede, o mesmo sisal que faz o bocapiu, como a gente chamava lá, que é uma sacola. O meu pai ia muito à feira – meu pai era *marchand*, portanto, vivia, até depois virar ferroviário, de vender, de comercializar os produtos da agricultura familiar.

Então, foi nessa mesma área que o sujeito inventou uma maquininha para processar o sisal, para que o sisal não seja depois utilizado com um dedo, um braço, uma mão, uma marca de sangue das pessoas que trabalham naquela região. Então, fruto de um desenvolvimento. Isso pode sair exatamente dessas coisas que você colocou agora. São jovens que, até pela própria experiência, vão trabalhando a estrutura da inovação do desenvolvimento a partir, inclusive, da sua vida, do seu cotidiano, como melhorar aquelas coisas.

O problema é que nós partimos, meu caro Arquimedes, do princípio de que inovação só tem quando vamos tratar de LED, LCD, Chip, como se inovar, por exemplo, na Embrapa, não fosse fundamental para a agricultura familiar, na produção de rede, inovar na comercialização e inovar, principalmente – esta é uma das coisas que chama muito a atenção da gente, de seu desafio –, na forma de criar as condições para tratar as pessoas desde o ventre, permitir-lhe a oportunidade. Essa é que é a grande proeza desse momento. É importante isso.

Aqui na Comissão de Ciências e Tecnologia votamos recursos para investir em pesquisa. Historicamente, sempre batalho aqui na Comissão. Estou no Parlamento no meu quinto mandato e sempre fui membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, sempre, desde o primeiro mandato. E me diziam na Bahia: "Pinheiro, ciência e tecnologia não dá voto. Quando chega a época da eleição, os caras pelos quais você batalha lá do CNPq, um está na Inglaterra fazendo não sei o quê, o outro está não sei onde". O Prof. Nelson Preto, que você deve conhecer lá da escola, uma vez ligou para mim e disse: "Pinheiro, estou aqui, longe". Eu respondi-lhe: "O que posso fazer, Nelson Preto? Vou perder seu voto. É um a menos". Mas acho que é importante fazermos isso, para tentarmos, de uma vez por todas, recuperar esse terreno perdido, disponibilizar essa oportunidade e sacudir...Um país que tem uma criatividade como essa precisa que sejam dadas as condições. Os nossos jovens, os nossos filhos não são menos inteligentes do que os europeus, do que os filhos de americanos, a diferença está na oportunidade, nas condições que são dadas.

Quero encerrar usando um exemplo. Certa feita, um colega de trabalho e, depois, colega de ação sindical, Domário da Cruz, um poeta que faleceu recentemente de câncer de pulmão, fazia muita pesquisa com os meninos de rua em Salvador, até para escrever seus poemas e fazer suas coisas. E chegamos uma vez à Barra, um dos pontos turísticos mais frequentados, e começamos a conversar com um menino de 14 a 15 anos. Perguntamos-lhe onde ele tinha aprendido inglês, pois ele falava muito melhor do que eu e Damário, tinha uma pronúncia limpa. Um moleque que, desde seus seis anos, ficava só ouvindo, aprendeu. Ele falava limpinho. E não era só aquela estória de chamadas frases soltas, não; ele estava navegando no inglês. Então, perguntei-lhe: "Mas você não sabe escrever e ler?" "Não". E Damário perguntou-lhe: "E você pega ônibus como, se não sabe ler?" Ele respondeu: "Ah, aí também é mole". Vinha passando um ônibus, o Aeroporto. Ele disse: "Olha lá, está vendo ali? Começa com essa letra, que é "a", a palavra é grande pra caramba e termina com "o": aeroporto. É mole". Ele olhava cada traço daquele e associava-os a uma grafia e a um conteúdo.

Essas pessoas foram se desenvolvendo, foram retirando essas dificuldades para enfrentar a vida. Imaginem se esse sujeito tivesse oportunidade de não só entender a partir do que era um traço, mas ter a capacidade de ir mais profundamente para entender o conteúdo, para discernir, para desenvolver. Se ele tem capacidade de fazer isso sem ter passado por um banco escolar, identificar mesmo com os traços o que aquilo significa, imaginem se a ele fosse dada a condição de desenvolver muito mais coisas.

Então, precisamos discutir isto: como fazermos. Tem um tripé apresentado pelo Ministério que foi apresentado na nossa Comissão pelo Ministro Aloízio Mercadante, que é muito importante. É preciso mexer na infraestrutura da ciência e tecnologia no Brasil. Correto. É preciso aprofundar e colocar mais dinheiro na inovação. Correto. Mas a base central desse tripé chama-se recursos humanos. . Essa é a base principal. Se eu não tiver isso, não adianta ter as outras duas coisas, porque como eu vou ficar? Eu tenho, mas não tenho gente para tocar, não tenho gente para desenvolver. E alguns dos nossos filhos estão nos Estados Unidos. Na Califórnia, há um jovem baiano que foi para lá acho que com 22 anos de idade. O Cláudio é professor de uma universidade da Califórnia, em San Diego. É pesquisador, foi da Novartis, é da área de Biologia e toda vez ele me diz: "Pinheiro, eu fui embora exatamente por isso, em busca dessa oportunidade". Nós esta-

mos inclusive tentando trazê-lo, como já fizemos com algumas partes.

Então, eu queria concluir, Cyro, dizendo que a minha preocupação é que o Ministério poderia ter colocado neste PPA, assim como nós fomos ajustando, e eu conversei bastante com os membros do MCT, algo que pudéssemos pegar essa experiência, não do ponto de vista da estrutura física, mas pelo menos da experiência do projeto central dessa formação de gente. Que pudéssemos trabalhar isso como uma das peças centrais do MCT para esse período e do próprio Governo para os próximos quatro anos. Ainda há tempo. A partir do que temos, como pegar essas ideias tão importantes, todo esse projeto apresentado pelo MCT e como traduzirmos isso num programa que, efetivamente, possa nos dar a certeza de que vamos bater os Brics e quem quer que seja, quando começarmos a trabalhar isso e produzir as oportunidades para essa nossa gente possa ocupar esse espaço. E mais do produzir ciência e tecnologia, produzir, através da inovação, a melhoria da vida dos outros. Nós vamos acabar com a seca do sertão, mas nós precisamos aprender a conviver com ela. E para aprender a conviver com ela, nós precisamos chegar com alguns instrumentos que nos permitam dar a esse sertanejo a oportunidade de viver e de se alegrar no semiárido em que vive.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Walter, não só pela iniciativa, como também pelo seu pronunciamento, mormente ao Senador Wellington.

Eu quero passar a palavra e fazer uma referência muito especial ao meu companheiro Senador Cássio Cunha Lima porque estou tendo, pela primeira vez, o prazer de estar junto dele numa comissão. Quero dizer, Senador, que o senhor vem abrilhantar este Congresso, o senhor vem somar muito aqui no Senado com a sua experiência. Nós nos conhecemos pouco, mas conheço muito da sua vida, muito das suas realizações. Nós estamos de parabéns. Seja muito bem-vindo.

Passo-lhe a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Só posso naturalmente agradecer a imensa generosidade do Senador Cyro Miranda, que pela suspeição do companheirismo, me traz essas boas-vindas.

Chego, Presidente, com o bonde andando e vou tentar fazer uma participação muito rápida. Começo cumprimentando o prezado Miguel, o Arquimedes, os Senadores e todos os que estão presentes nesta Comissão.

Duas breves histórias do folclore paraibano, do folclore nordestino, para complementar um pouco o que o Wellington e o Walter fizeram há poucos instantes.

Eu me recordo de uma historinha contada por Ariano Suassuna. Talvez muitos daqui já tenham ouvido o próprio Ariano, um talento nato, reportando um estudo que foi realizado por um instituto de pesquisa sobre o grau de desconhecimento e ignorância do povo do sertão do Nordeste e foram bater lá em Taperoá – e Ariano faz questão de registrar Taperoá, que é a sua cidade natal.

Ali na beira de um açude, o pesquisador se depara com um pescador que jogava, tranquila e calmamente, sua tarrafa no açude e cada peixe que pegava colocava dentro do balaio enquanto o pesquisador indagava: "o senhor sabe quem é o Ministro da Educação?". O pescador dizia: "Sei não, senhor". "O senhor sabe quem é o Ministro da Ciência e Tecnologia?" "Sei não, senhor." "O senhor sabe quem o Presidente da República?" "Sei não, senhor." Ao término do conjunto de perguntas, o pesquisador, espantado e irritado, disse: "Mas como o senhor é ignorante!". O pescador, muito calmamente, pegava um dos peixes do balaio e dizia: "o senhor sabe que peixe é esse?" O pequisador dizia: "sei não, senhor". "É uma tilápia." "O senhor sabe que peixe é este?" "Sei não, senhor." "É um curimatã." "O senhor sabe que peixe é este?" "Sei não, senhor." "É uma traíra. Pois é, doutor, cada cá com sua ignorância." (*Risos*.)

E é exatamente esse o desafio. O desafio de poder compreender os nossos limites, só que o nosso grau de fragilidade ainda remonta a situações que são básicas, basilares para que este País possa se desenvolver.

Eu tenho batido aqui numa tecla e é um compromisso que tenho comigo mesmo – mesmo que desvie um pouco dos temas das audiências públicas –, trazer um debate, ou pelo menos fomentar uma discussão para criar um caldo de cultura que tenho certeza mais adiante nós teremos que nos deparar com esta realidade do pacto federativo. E as indicações que eu gostaria de fazer, sobretudo a Miguel – desculpe-me tratá-lo assim –, trazendo uma palavra de felicitações: há muito tempo não via uma apresentação com tanto talento, tanta desenvoltura, tanto brilho e tanto encantamento.

Acredito que esta audiência ganhou em qualidade. Claro que Arquimedes não ficou a desejar, mas eu faço questão, Miguel, de trazer essa palavra, porque fiquei encantado e lamentei muito ter chegado já após o início da sua fala.

Para que nós possamos compreender um pouco como essa experiência do Rio Grande do Norte tem funcionado nos aspectos já apresentados, mas também nos obstáculos. Eu gostaria e teria muita curiosidade de saber qual o grau de interação que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte tem, que a prefeitura local possui, que o Governo do Estado, a estadual e,

ao final, indagá-lo sobre qual a possibilidade de multiplicarmos essas experiências Brasil afora.

Eu represento aqui um Estado vizinho ao Rio Grande do Norte, que é a Paraíba, e conheço bem de perto Pierre, conheço todo trabalho que ele realiza, porque inclusive como governador que fui também pude, de forma modesta, apoiar algumas das iniciativas de Pierre e todo seu trabalho.

Qual o modelo que poderíamos adotar para, envolvendo os governos nos três níveis, o setor privado, as nossas universidades, e no caso da Paraíba, a Universidade Estadual conquistou a sua autonomia orçamentária e administrativa de forma pioneira no Brasil; fizemos uma legislação que de fato tornou a UEPB uma referência de autonomia universitária no nosso País. A indagação é nesse sentido: quais os caminhos, com compromisso público que firmo aqui, que durante este mandato poderei colaborar com emendas, com proposta que esta Comissão também pode reforçar, para que possamos enfim multiplicar essa experiência e mais do que a experiência, a iniciativa...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me, Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Pois não, Senador Wellington, com prazer.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu acho que, inclusive, antes que passe da hora, poderíamos organizar na Comissão de Educação uma visita a essa experiência. O que os olhos não veem, o coração não sente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Perfeito.

Então, o conceito da minha intervenção fica compreendida e eu termino com outra historinha, muito rápida, de Ribamar, que é um autodidata em inglês que faz um trabalho de assistência turística num local bastante conhecido no sermiárido da Paraíba, chamado Lajedo de Pai Mateus.

O Ribamar, autodidata mesmo em inglês, extremamente extrovertido, inteligente, com uma capacidade fantástica, deixou encantado o nosso ex-Ministro extremamente talentoso Gilberto Gil. A Bahia, como sempre, exportando seus talentos.

E foi bater lá em Pai Mateus, passou ali um fim de semana e ficou tão encantado com o talento de Ribamar que, ao final da visita, acreditando que estava fazendo algo fantástico para o Ribamar, autografou o violão que ele usava nos shows e disse: "Ribamar, eu vou lhe dar de presente este violão." A resposta de Ribamar: "Quero não, Gil. Eu não sei tocar." (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Cássio Cunha Lima. Realmente. Nós não estamos enganados, o senhor vem abrilhantar e corroborar com esta reunião.

Eu pergunto aos Srs. Senadores Anibal Diniz e ao meu querido amigo e Senador Agripino se querem fazer uso da palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com certeza, Presidente, se puder.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Por gentileza.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Presidente, eu fiz questão de vir aqui – eu estava reunido com presidentes de partidos, depois com o Ministro do STJ, depois recebendo a delegação da Venezuela, mas com a preocupação de vir aqui – porque não que neste momento esteja um potiguar fazendo a exposição, mas é um potiguar por adoção, o Sr. Nicolelis, que vive nos Estados Unidos; vive de Macaíba para os Estados Unidos. Ele tem apoio do Banco Safra, tem apoio da iniciativa privada. Tudo mérito dele. Se eu fosse governador, se eu fosse prefeito, eu estaria carregando esse homem no colo, por uma razão muito simples: ele está dando prestígio ao meu Estado por uma ação inédita, singular – este é o testemunho que quero dar à Comissão –: ele pega a criança no útero da mãe.

Trata-se de uma instituição em Macaíba. Ele tem queixas do Poder Público, porque não fazem estradas. Tem queixas, e todas procedentes. Mas, mesmo com as queixas, ele está avançando e produzindo resultados.

Mas o que está acontecendo no Rio Grande do Norte, em Macaíba?

A criança, desde o útero, é cuidada por uma instituição que, do ponto de vista da inteligência, ele pauta. Até a idade escolar. Com isso, ele envolve a comunidade por inteiro, disciplina a comunidade e a prepara. E isso ao lado de uma experiência, que eu acho que vai dar certo, que é a solução para os paraplégicos.

Isso é algo com o qual o mundo vai se assombrar, e, por isso, Macaíba vai ser conhecida no mundo inteiro. Na hora em que esse gol for feito, Macaíba vai ser mais importante do que o Vale do Silício, vai ser mais importante do que a cidade da Califórnia, onde estão situadas as Microsofts da vida, porque será feito um gol fenomenal.

Tudo isso é produto da iniciativa de um brasileiro, que é o Prof. Miguel Nicolelis, que anonimamente chegou lá. Anonimamente. Conseguiu recursos privados, pede o apoio do Poder Público, que apenas parcialmente lhe atende, o que é uma pena – mas progressivamente as coisas estão acontecendo –, para criar modelos inéditos. O mérito de Nicolelis é criar modelos inéditos que vão ser copiados, porque tudo que é bom termina sendo copiado.

Então, há o embrião de algo espetacular que está acontecendo no meu Estado, na cidade de Macaíba, por iniciativa dele.

Ele é um brigão! Vive às turras com quem diverge, com quem tem dificuldade. Agora está tendo uma briga com a universidade. Eu estou do lado dele. Não que eu esteja contra o pessoal da universidade, mas estou do lado dele por todos os méritos; por todos os méritos, acho que ele tem a coroa de louro na cabeça que merece ter.

Então, fiz questão de vir aqui para incentivar e dar o meu testemunho de Senador pelo Estado do Rio Grande do Norte a algo que está acontecendo no meu Estado, na cidade de Macaíba, que é inédito, que é exemplo para o Brasil, exemplo para o mundo e que, se der certo, como vai dar, vai produzir efeitos positivos para a humanidade. Esse é o exemplo que o Brasil pode dar à humanidade.

É o que eu queria dizer àqueles que nos visitam, com meus cumprimentos.

Vou querer o vídeo da exposição do Sr. Nicolelis para, em casa, eu ver bem direitinho o que foi dito, para que eu possa aprender um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Realmente, nós tivemos aqui, hoje, uma aula brilhante. Nós tivemos uma exposição, e, daqui para frente, só podemos pedir para que haja várias Macaíbas por este Brasil afora, porque, assim, nós vamos atingir nosso objetivo.

Senador Anibal, V. Exª gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Como eu não pude participar da exposição, eu também faço a solicitação do vídeo.

Estou muito feliz com o resultado de todas as manifestações aqui feitas.

Parabéns! E vou estar nessa visita proposta pelo Senador Wellington Dias a essa experiência.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sendo aqui intrometido – é assim que se diz, quando se ousa falar demais –, eu gostaria que pudesse também nos dizer aqui qual a sua visão sobre as regras brasileiras para o registro de patentes.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, inicialmente, o Sr. Miguel Nicolelis.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Muito obrigado por todas as intervenções dos Srs. Senadores. É um grande prazer.

Acho que posso combinar todas as indagações em três grandes áreas: a sensação que tive ouvindo a palestra do MCT, a descrição do MCT, da visão estratégica do MCT e as indagações dos Srs. Senadores. A primeira delas: é possível multiplicar essa experiência? Na realidade, nós já temos um projeto apresentado ao Governo brasileiro, ao Ministério da Educação, apresentado também ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que é replicar esse modelo, ontem à noite – o Ministério da Saúde, perdão; quase esqueço –, o que é muito difícil no Brasil. No nosso modelo de gestão pública no Brasil, diferente de outros países, as ações interministeriais são muito difíceis de serem feitas, e cada ministério é como se fosse um castelo próprio, cada ministério funciona como um castelo administrativo jurídico. Pareceres jurídicos de um ministério não batem com os pareceres de outro ministério.

Para a formação de projetos públicos no Brasil, nós temos um potencial humano e de ideias públicas. Nós temos políticas públicas que são invejadas no mundo inteiro – várias políticas públicas. Mas nós temos um grave problema: os nossos projetos tramitam por todo o processo administrativo e, no final, os departamentos jurídicos fazem o que todo advogado faz muito bem: dizem não. Porque sempre existe um entrevero jurídico que aparece no último passo da promulgação da política pública, aí tudo para.

No mundo todo por onde eu viajo, Estados Unidos e Europa, o parecer jurídico de qualquer ideia é no começo; ele é feito no início da tentativa de ação. E esse é o grande obstáculo de ações interministeriais.

Por que estou dizendo isso? Porque, para replicar esse projeto, a proposta que fizemos ao Governo federal, para o qual eu pediria apoio aos Srs. Senadores aqui, como fiz ontem na Câmara dos Deputados, se utilizaria a base instalada, que já existe instalada, dos institutos federais, entre os quais o de Natal é um dos melhores do Brasil, é um dos exemplos para todo o Brasil. Para que os institutos federais ampliassem a sua missão para o ensino fundamental, para usar a experiência que usamos em Macaíba, para criar, pela primeira vez na história do Brasil, uma escola de turno integral. Ou seja, metade do período na escola pública e metade num currículo de iniciação científica, que começaria no momento em que você recruta a mente humana para se fazer ciência, se fazer engenharia e, como o Senador bem colocou, fugir da média, atingir o sonho, porque o sonho é realizável.

E nós temos condições, com o talento humano que nós temos no Brasil, de transformar este País num

berço de sonhadores, que irão muito além do que nós fomos capazes de fazer na nossa geração. Mas para isso temos que massificar esses aeroportos de Santos Dumont.

Se não me engano, atualmente, depois da iniciativa do Presidente Lula, passamos a ter mais de 340 institutos federais. Até o término do plano plurianual da atual administração, nós teremos quase 500. Ou seja, se nós ampliarmos a ação desses institutos para o ensino fundamental, começando no ensino fundamental mesmo, no turno oposto da escola pública, nós teremos condições, nos próximos quatro anos, pelos cálculos feitos, de atingir um milhão de crianças com esse currículo. Aí é que vem a iniciativa interministerial. Se nós casarmos essa educação libertadora, cidadã e de inovação. E volto a repetir: nós só vamos fazer inovação quando as nossas crianças tiverem, no sistema educacional, os mecanismos de libertação de suas mentes. Ninguém vai impor inovação.

Quando o trabalhador do sisal inventou a máquina do sisal, ninguém estava na cabeça dele dizendo: inove, inove, há um incentivo fiscal para você inovar. Não. Ele inovou porque a vida dele dependia da inovação. A nossa espécie evoluiu como evoluiu porque a inovação faz parte do nosso genoma. Nós não estaríamos aqui usando linguagem verbal se os nossos antepassados não tivessem tido que inovar para sobreviver.

Então, se nós conseguíssemos casar essa política educacional com as políticas estratégicas do Ministério da Ciência e Tecnologia e políticas como, por exemplo, a Rede Cegonha do Ministério da Saúde, que permitiria que um número muito maior de mães no Brasil pudesse ter um pré-natal de qualidade, para que essas crianças pudessem entrar no ensino fundamental no currículo que nós estamos descrevendo, nós criaríamos um processo catalítico de inovação que é maior do que qualquer investimento em qualquer empresa *start up* em qualquer lugar do mundo, porque nós estaríamos infundindo a um custo muito menor, um custo para o setor público muito menor, instigando no DNA da nossa juventude as ferramentas necessárias para que, 20 anos, 30 anos depois do nascimento, essas crianças construam novas indústrias, novos processos, novas patentes.

Então, a primeira resposta a pergunta dos senhores – e eu quero dizer agora e posso dizer publicamente, porque pouco a pouco as pessoas sabem –, eu visitei o sul do Piauí, São Raimundo Nonato, com o intuito de criar do lado do Museu do Homem o primeiro instituto de biotecnologia alimentícia do Brasil. Então, anonimamente eu fui visitar, passei dois dias, conheci toda a região; de bicicleta, eu passei por toda a João Pessoa, descobri sem querer por acidente a...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não sei se ainda é, mas lá era a única universidade do Brasil que tinha graduação em arqueologia. Sabe disso?

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Mas tem um fato mais interessante. Quando eu dou as minhas palestras no Jardim Europa, em Higienópolis, em São Paulo, com as audiências como o senhor pode imaginar, eu sempre gosto de dizer – em todos os lugares do Brasil quase – que todo mundo deveria saber que o homem brasiliano, o *homo brasilianus*, nasceu no sul do Piauí. O resquício da primeira demonstração da ocupação...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – E me permita completar: lá nós preservamos a mais completa biblioteca da história da humanidade.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Ah, sim, eu visitei.

Mas eu estava dizendo que de bicicleta, andando pela orla de João Pessoa, que eu reconheci meses atrás, depois de 30 anos sem ir a João Pessoa, eu descobri, subindo uma ladeira que quase me matou, a estação ciência, do nada. E fio um choque, porque era no final da tarde, o pôr-do-sol, as luzes estavam acendendo na estação ciência, é um prédio que se não me engano é do Oscar Niemeyer, e para quem voltou para o Brasil como eu voltei depois de 22 anos de exílio voluntário, estar andando de bicicleta numa cidade muito simpática, como João Pessoa e, de repente, depois de quase perder o fôlego, descobrir aquilo, a gente tem esperança de que é possível fazer.

Empreendimentos como este podem ser clonados. Como eu nasci na Bela Vista, sou palmeirense, tenho que dizer isso, a minha ambição pessoal de ver na minha vida não é ver o Brasil a quarta economia do mundo ou a 10ª produção de ciência, porque eu tenho várias críticas ao número de produção de trabalhos. Não é o número que interessa, é o que está dentro dele. Essa é uma questão fundamental que nós não discutimos no Brasil. Em ciência não é quantidade – é como no Congresso –, é a qualidade.

E aí quando nós olhamos o índice de citação da ciência brasileira, nós estamos devendo como cientistas – eu tenho que dizer isso –, mas a minha ambição é sempre galgar o primeiro lugar. Para mim, o Brasil tem que ser a maior economia do mundo, ela tem que ser a economia que dê esperança ao mundo. Quando eu viajo para fora do Brasil, e é isso que eu faço boa parte da minha vida, hoje a esperança política, econômica e social do mundo chama-se Brasil. Não existe outro país, nenhum dos BRICS – me perdoem, eu tenho amigos na Índia, na China, na Rússia, grandes amigos cientistas e todos são unânimes: se nós soubermos jogar o jogo corretamente, decisões como a que os senhores vão tomar aqui sobre os *royalties* do pré-sal são decisões históricas. Os senhores estão sentados

numa... eu não tenho inveja da posição dos senhores, porque os senhores estão sentados e vão ser julgados daqui a 30 a 40 anos por gerações que nem nasceram ainda da decisão histórica que os senhores vão tomar daqui a uns dias. Os senhores estão decidindo o futuro de múltiplas gerações do Brasil.

E esse futuro, como os senhores todos sabem – e aí a segunda reposta –, sem ações que alavanquem a saúde materno-infantil, a educação e a ciência e tecnologia casadas, falando a mesma linguagem, indo na mesma direção, trabalhando com os departamentos jurídicos, um só – não precisa ter um departamento jurídico para cada ministério, tem que um da União, porque a lei é para todo mundo, a lei é de todo mundo. Esse casamento abre o túnel do futuro do Brasil. A não-criação desse casamento, a desunião de casamento tripatite fecha a porta do futuro do Brasil, porque a competição lá fora – posso dizer isso com total tranquilidade, porque vivo lá fora – é muito mais cruel e difícil do que se imagina. E se nós não apostarmos no maior *asset* que nós temos, que é o ser humano, que são as nossas crianças, não teremos a menor chance de competir. São essas crianças de Macaíba, de São Raimundo Nonato, de Cabedelo, de Mossoró que vão nos dar a chance de competir, porque, se ficarmos restritos a 70% da produção científica brasileira no Estado de São Paulo – eu sou de São Paulo, adoro São Paulo, e a Fapesp é o maior exemplo de gestão científica do Brasil e uma das melhores do mundo, não há dúvida nenhuma –, se não ampliarmos isso para o resto do Brasil, não teremos a menor chance.

Então, clonar ou levar iniciativas como a nossa e outras para o Brasil inteiro não é nem uma opção. É o único caminho. E são os senhores que vão poder decidir como galgar esse caminho, evidentemente com o respaldo da sociedade brasileira.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Só para colocar uma coisa.

Insisti naquele negócio do programa com a MCT, Nicolelis, pelo seguinte: estou terminando o PPA. Tenho conversado muito com o Ministério sobre isso.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Certo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Essa coisa que você propõe, o chamado tripartite, ciência e tecnologia, educação e saúde, na minha visão, para superarmos hoje esse problema da burocracia e das fogueiras quaisquer, inclusive as da vaidade, devemos trabalharmos um programa em que os outros dois ministérios entrem com a transversalidade, portanto com a obrigação de cumprir com a estrutura.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Sim.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Então, a ideia é ter o programa, que é esse. Portanto, trata-se um programa não para ele entrar na grade da rede de educação, nem tampouco para ele entrar na rede de saúde, mas para ele entrar com um objetivo central. Então, é um programa que na minha opinião deveria estar na MCT, exatamente pela natureza dele, porque ele não é uma formação básica nem é um programa de atenção básica à saúde.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Sim.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Bom, então, esse programa. Aí, a estrutura desse programa da área educacional tem que ser a da educação. Refiro-me à estrutura física, que você falou, que são os Cefets.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Sim.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – E a estrutura para complementar na área da saúde tem que ser a do Ministério da Saúde.

Então, essa transversalidade encontraria condições práticas para funcionar e não dependeria da vontade ou do desejo de consultores ou de ministros.

Essa é a proposta que discutimos com o MCT. Era importante. Ainda há tempo de se fazer isso no PPA, cujo relatório devo entregar no dia 2, agora, sexta-feira.

Aproveitando as contribuições do Ministério da Ciência e Tecnologia e as diversas contribuições individuais dos Parlamentaremos, nós materializaríamos esse programa e o amarraríamos. Para ele funcionar, deveria haver um prédio com o que continuo chamando de escola técnica, porque, quando estudei, era escola técnica.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Sim.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não era Ifet, sofiscado como é hoje. Era escola técnica. E seria utilizada a rede da saúde como complemento para essas duas pernas a que você se refere.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Deixe-me dar só dois números que foram mencionados pelo senhor: um, no meu; e outro, na palestra do Prof. Arquimedes. Se os senhores pararem e fizerem as conexões dos números, os dois mostram o gargalo que estamos vivendo já. Num dos números aqui, 17% das crianças com idade dos jovens, com idade para ir à universidade, estão na universidade no Brasil. Na Noruega, na Finlândia, na Suécia, esse número é acima de 80%.

Número de óbitos de mãe e filho: 87 por 100 mil. Se o senhor puser esses dois números um do lado do outro, eles mostram a situação dramática que nós vivemos.

Vou ser um pouco mais crítico: dos 30 mil engenheiros que nós formamos, nós deveríamos ter 300 mil. A China, na realidade, se o senhor contar o curso de engenharia de dois anos – é um engenheiro técnico o chinês –, eles não falam 450 mil; eles falam 750 mil

por ano. Dos 30 mil engenheiros brasileiros – isto dito por engenheiros profissionais –, 10 mil têm condição de atuar no mercado de trabalho por ano. Ou seja, da nossa dependência mínima, 70 mil, nós temos 10 mil.

Então, o que nós estamos fazendo? Em resposta ao questionamento do senhor, além de proliferar, disseminar programas transversais pelo País todo, adotando ou usando a infraestrutura que já existe... Não é preciso que se construam mais prédios, já há prédios, aliás, já há um monte de equipamento espalhado pelo Brasil. Nós precisamos de gente.

O terceiro questionamento: como é que o senhor leva profissionais altamente capacitados para zonas do interior do Brasil, oeste da Paraíba, para Sousa, para o Seridó, do Rio Grande do Norte? Como é que você leva cientistas, professores, médicos? Nós temos três neuropediatras no nosso centro de saúde de Macaíba. Eu não conheço outro centro de saúde no Rio Grande do Norte que tenha três neuropediatras, trabalhando 20 horas por semana. Como é que você leva essas pessoas? A receita é simples, e não é só dinheiro; é sonho. Você vende o sonho. Você vende o sonho e recebe em troca o comprometimento.

A gente pode achar, nos nossos ambientes de trabalho, como aqui, nos laboratórios de pesquisa, quando somos mais cínicos, que isso já não existe mais. O projeto de Macaíba foi construído assim: a nossa diretora educacional, a Prof. Dora Montenegro, parente do Brigadeiro Montenegro, uma das melhores educadoras da cidade de São Paulo, deixou, aos 72 anos de idade, cachorro, gato, filho, neto, casa, e levou o marido para Macaíba para criar um sonho da vida dela, que era ter essa escola. Essa escola é o produto do sonho dessa senhora.

Nossos médicos de Pernambuco, nosso diretor clínico é nascido em Pernambuco, mora no Rio Grande do Norte, é pós-doutor em Ribeirão Preto, da USP de Ribeirão Preto, e poderia ir para qualquer lugar do Brasil. Mas onde ele está? Trabalhando 20 horas semanais no centro de saúde de Macaíba, e também é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em tempo parcial. Ou seja, quando você tem um projeto que alavanca o sonho individual, não só das nossas crianças, mas dos profissionais que vão trabalhar nesse projeto... E você, evidentemente, oferece os ganhos materiais necessários para essa pessoa ter uma vida digna; nós pagamos os melhores salários de professores, os melhores salários de cientistas, de médicos, para poder garantir a receita explosiva.

Quando comecei esse projeto, um dos lemas que criamos que causou um alvoroço onde eu morava, que era a cidade de São Paulo, era "todos os caminhos levam a Natal". O povo ficou muito bravo comigo porque dava a sensação que Natal se transformaria no centro do mundo. Não, não era essa a ideia. A ideia era a de que, se você queria construir uma utopia naquele momento, no Brasil, só havia uma estrada: a estrada de onde você morava indo a Natal. Só lá é que você ia dar vazão ao seu sonho utópico, que não é mais utopia; é realidade.

Investimento total: um terço dele privado e dois terços público, só federal, recursos federais.

Respondendo as perguntas que o senhor me fez, nós temos apoio integral da Prefeitura de Macaíba. Eu me considero cidadão de Macaíba, apesar de ter nascido em São Paulo; sou cidadão potiguar. A Prefeitura de Macaíba é nossa parceira integral. O investimento total, entre infraestrutura do MEC construída, investimentos privados, supercomputador, tudo, é de R$125 milhões, em 8 anos, de um trabalho voluntário. É possível ser feito. Não há a mínima dúvida de que é possível ser feito. O *campus* de Macaíba que está sendo construído em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que é a nossa parceira desde o primeiro momento, desde o primeiro instante, é o maior *campus* de pesquisa do Nordeste neste momento, em construção. E não há segredo. É apenas ter uma ideia, perseguir a ideia com um certo grau de compulsão e mostrar resultados. E os resultados são esses.

Agora, eu volto a repetir – o senhor tocou num ponto crucial –: enquanto não tivermos um planejamento estratégico de nação, como fizemos da macroeconomia brasileira que nós temos – e o nosso é um dos poucos países do mundo que têm uma consistência da política econômica há várias gestões presidenciais –, enquanto nós não tivermos o mesmo em termos de políticas transversais, que acavalam o potencial humano brasileiro, vai ficar difícil competir. Mas no momento que nós tomarmos essa decisão, a inovação brasileira vai explodir. Se o talento humano for incorporado, e não vai ser só com *startup* de investidores americanos vindo aqui criar as *startups* deles, porque está acontecendo isso... O Brasil está sofrendo um processo de que ninguém fala na mídia nem pessoalmente, em que os empreendedores europeus e americanos que não têm mais capital para executar seus projetos nos Estados Unidos estão vindo para cá para criar os seus empreendimentos aqui, porque, aqui, o dinheiro existe. E os empreendedores brasileiros correm o risco de, em longo prazo, transformarem-se em empregados dos empreendedores estrangeiros. Nada há de errado nisso, é muito bom que venha gente de talento para cá, mas temos de dar vazão ao empreendedorismo nacional. Isso só vai acontecer se houver o pré-natal e se a criança construir todos os neurônios que ela poderia construir nos nove meses de gravidez.

Então, as três respostas são essas. Isso é possível. Um projeto apresentado ao Governo brasileiro chama-se Projeto Alberto Santos Dumont de Educação Científica, que foi apresentado ao MEC, ao MCT e ao Ministério da Saúde – é um projeto casado.

Há um projeto que considero muito bonito que se chama Escola Sem Fronteiras. Selecionamos doze localidades das fronteiras brasileiras com os países sul-americanos. São localidades de risco, onde há problemas seriíssimos de fronteira. E a proposta que fizemos foi a de ocupar as fronteiras brasileiras com escolas, não com muros ou com arames farpados. Nessas escolas, metade das crianças é brasileira, e a outra metade é proveniente do país fronteiriço; metade dos professores é brasileira, e a outra metade é do país fronteiriço. Nessas escolas, aprende-se em português e em espanhol o mesmo currículo científico, artístico e humanístico. Com isso, as comunidades fronteiriças podem ter a noção de que o Brasil não vai ocupar essas fronteiras de maneira cotidiana, praticada no mundo fora daqui. As escolas serão nossas pontes de integração. E aí isso ocorrerá verdadeiramente.

Todo mundo ouve na escola a expressão "do Oiapoque ao Chuí", mas ninguém sabe onde fica o Chuí ou onde fica o Oiapoque e o que há lá – alguns sabem disso no Rio Grande do Sul. Mas o que podemos fazer do Oiapoque ao Chuí, nas doze localidades mais precárias da fronteira brasileira, é ocupá-las com um modelo educacional nacional que tenha a capacidade de revolucionar o nosso potencial humano. Assim é que se faz inovação.

Penso que, assim, consegui responder a algumas perguntas que os senhores fizeram.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer somente uma observação, se fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Professor Nicolelis, estamos falando aqui de *case*. Existe no Brasil uma instituição chamada Rede Sarah Kubitschek de Hospitais, que é um *case*, produto do talento, da obstinação e da ranzinzice de um homem chamado Professor Campos da Paz. Ele consegue arrancar até de nós, parlamentares, emenda parlamentar individual – eu dou todo ano, há anos e anos – para sustentar o Sarah Kubitschek, que, se fosse do sistema SUS, estaria longe de ser o que é. Mas, pela obstinação, no campo da saúde, de Campos da Paz, que é o Nicolelis no campo da ciência e tecnologia, *case* é *case*.

O exemplo do Sarah de Brasília já se multiplicou por Fortaleza, Salvador, Rio de Janeiro. Está se multiplicando. Então, o que precisamos fazer? Precisamos fortalecer o seu *case* para ele dar certo, porque o brasileiro imita muito o que dá certo. Precisamos ir nesse caminho. A imitação do que dá certo vence barreiras. É aquela história do advogado, que, ao final, diz "não". Ele perde a condição de dizer "não" se ele estiver diante de uma evidência escrachada de uma coisa que deu muito certo. Essa história de tomar conta da criança desde o nascedouro no sistema SUS é impossível, cai na vala comum. É preciso que a gente crie um *case* dentro de um modelo de excelência que interessa ao Brasil, para o Brasil passar na frente do BRICS – Rússia, Índia, China e África do Sul –, gerando um naipe de cientistas estruturalmente preparados, com a cabeça arrumada, até porque foram cuidados desde o nascimento. Depois, não sei como seria a inserção dessa moçada nas Escolas Técnicas Federais, como se faria a escola de tempo integral e o ramo com a ciência e tecnologia.

Aí há uma coisa positiva. Conheço bem o Mercadante, que foi meu colega aqui, no Senado. É um sujeito tinhoso, que está enamorado do exemplo de Macaíba, da relação com Nicolelis. Explore muito essa relação com o Mercadante, porque ela pode produzir bons resultados na ponta da linha! Mas temos de fortalecer a sua ação no seu *case*, para ele dar certo, para ele ser multiplicado. No Brasil, imita-se o que deu certo, e o que deu certo supera fronteiras, quebra tabus.

A gente poderá, como Campos da Paz conseguiu botar para o Sarah Kubitschek dinheiro privilegiado, neste modelo e neste exemplo, criar caminhos.

Pode contar com a nossa ajuda, mas a tarefa fundamental é a sua coordenação de obter os 75% de capital privado com dinheiro público. E quanto mais em *Veja* o senhor aparecer, quanto mais na TV Globo o senhor aparecer, quanto mais na *Folha de S.Paulo* e em *O Estadão* o senhor aparecer, melhores as suas chances de bater na mesa e conseguir dinheiro para o seu *case* dar certo, que é o *case* do Brasil.

Era só essa observação.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Então, eu já tenho um primeiro pedido para o senhor.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Às ordens.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Nós nunca tivemos uma emenda da bancada do Rio Grande do Norte nem da bancada do Nordeste. Então, para o próximo ano, já está o pedido feito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Está aí. Terá.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Nós podemos ter uma emenda parlamentar. Seria a primeira vez em oito anos. Nós ficaremos muito felizes.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Vai ter. Pode esperar. Vai ter a minha. Do tamanho da emenda que eu vou dar, que é pequena, para o Sarah Kubitschek, vai ter para a sua instituição. Pode esperar.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Muito obrigado. Agradecemos muito.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Agripino, o senhor me coloque isso hoje, porque eu sou Sub-Relator de Ciência e Tecnologia e, de acordo com o prazo, vou fechar o relatório hoje.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Vou voltar para o gabinete e acertar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Por gentileza, o senhor corra, por favor.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Agora, eu espero que outros aqui se movam na mesma direção.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Devemos sim.

Eu passo, com muito prazer, a palavra ao Professor Arquimedes, para as suas considerações e respostas.

O SR. ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI – Obrigado, Senador Cyro Miranda. Reitero a honra de ter participado desta audiência pública e de ter aprendido tanto e visto a consonância de objetivos do Professor Nicolelis com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Eu vou responder rapidamente.

Começo com o senhor, Senador Cyro Miranda. O meio empresarial praticamente já nos deu resposta. Eu não tenho ainda os números, mas posso dizer, posso afiançar, que as 25 mil bolsas, se não o foram, serão atingidas. Nós vamos chegar a 100 mil bolsas no programa Ciência sem Fronteiras, e, com certeza, essas bolsas permitirão, Nicolelis, que tenhamos pessoal formado em número suficiente para atender às empresas. Nós estamos também com os mecanismos novos que estamos implantando na Finep. Estamos sim oferecendo ajuda ao pequeno, ao médio e ao microempresário, mas nós queremos que ele produza ciência, que ele tenha a sua base científica instalada. Podem dizer: "Ah, mas não tem gente formada, como vou instalar base de pesquisa se não tem engenheiros?". Agora nós estamos formando. Estamos formando a geração que nos propiciará dar o salto tanto no número de patentes como também – e o senhor chamou muito bem a atenção para isso – na qualidade das nossas publicações. Eu citei seu índex. Realmente, nós ainda não estamos em décimo terceiro, não há consonância entre a nossa produção e a nossa "citabilidade", se me permite assim chamá-la.

Os empresários, com certeza, Senador Cyro Miranda, receberam e vêm usando muito bem a Lei do Bem e a Lei de Inovação, e têm sido nossos parceiros. Eu não tenho aqui, infelizmente, os dados – estão em outra apresentação –, mas cresce a cada dia o número de empresas fazendo inovação no Brasil. Nós estamos com uma relação muito boa com as entidades de classe e, com certeza, posso afirmar que, a cada ano, o indexador das empresas inovadoras do Brasil crescerá substancialmente, principalmente ao longo desta década e principalmente com a volta da garotada que vai usufruir do Ciência sem Fronteiras.

Aproveito para justificar aqui a ausência do Ministro Mercadante. Ele me designou, e foi com muita honra que eu o fiz, para vir nesta audiência pública, porque, neste momento, ele preside uma reunião do secretariado, já previamente convocada, em que vai lançar outra ideia. O Mercadante é certamente um ministro dos mais inovadores. Preocupado com as assimetrias regionais, Senador Walter Pinheiro e Senador Cássio Cunha Lima, ele está lançando a ideia de um planejamento. Nós vamos nos aproximar mais dos governadores dos Estados do Norte, do Nordeste e aqui do Centro-Oeste para regionalizar, para termos versões regionais da Enct, da estratégia nacional, com planos: Plano Centro-Oeste, Plano Norte e Plano Nordeste de Ciência, Tecnologia e Inovação. E ele vai convidar. Não vou aqui citar os nomes porque caberá ao Ministro Mercadante fazê-lo. Hoje, tivemos uma reunião com um luminar da política nordestina, um homem que, e, quando for apresentado aos senhores, os senhores entenderão o que estou, aqui, dizendo, será o coordenador desse projeto pelo Nordeste. Teremos, também, pessoas de profundo conhecimento político e administrativo para o plano norte e para o plano centro-oeste, justamente para combater as assimetrias que o Mercadante detecta muito bem.

O Ministro fez... Nós tivemos oportunidade de assistir a uma apresentação por um dos pró-reitores vinculados à Andifes, entidade da qual já fiz parte, já fui presidente da Andifes, em que ficou patente a assimetria, a distribuição dos nossos recursos humanos de alta qualidade, em termos dos nossos mestrados e doutorados. Por isso a gente está lançando, também, uma regionalização da nossa estratégia nacional.

É preciso ter em mente... Ouviu, Nicolelis? Você acompanha isso muito bem. Nós passamos de... Em 2003, nós tínhamos 43 *campi* universitários federais no Brasil. Somos 230 hoje.

O programa Reuni, em boa hora lançado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já levou a uma descentralização extraordinária. Nós estamos colocando jovens doutores, aos borbotões, em diferentes

rincões pátrios que antes não dispunham sequer de escola técnica, isso para não falar nos Ifets e Cefets.

Apenas em universidades federais, hoje, são 230 *campi*, vinculados s 62 universidades federais, uma das quais, a Unila, Universidade para Integração Latino-Americana, em Foz do Iguaçu, faz exatamente aquilo que o senhor defendeu tão bem. É uma universidade, das novas universidades, em que metade dos professores são brasileiros e a outra metade são argentinos, paraguaios e uruguaios; metade dos alunos, brasileiros; metade dos alunos, provenientes de países da Língua espanhola, exatamente para promover uma maior integração dos nossos países, dentro da iniciativa de aproximação, da criação, enfim, do nosso "Mercado Comum Europeu".

É preciso que a América Latina... Eu adoro ganhar da Argentina no futebol, mas não posso deixar de olhar a Argentina como nossa coirmã. Tem problemas semelhantes e juntos a gente pode resolver muita coisa.

O Ministro Mercadante, portanto, está cuidando também dessa questão das assimetrias e nós estamos nos aproximando das universidades.

Uma pergunta do Senador Cássio Cunha Lima me fez também lembrar do seguinte: o senhor tem uma grande contribuição, sim, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, desde o então Reitor Ivonildo à atual Reitora, Profª Ângela, e é uma figura que precisa, Senador Agripino, crescer muito nos próximos anos. É uma figura que nós temos de fomento, lá no Ministério, que é a figura das entidades associadas.

Eu estou trabalhando, por determinação, também, do Ministro, na aproximação das 62 universidades federais e dos seus 230 *campi* aos nossos, num futuro próximo, já serão 23 institutos – hoje são, atualmente, 19 –, porque nós podemos, devemos nos aproximar. Por nossa vez, os institutos e as universidades, temos de nos aproximar do meio privado para ajudar a resolver as grandes questões que a regionalização nos trará.

Nós podemos contribuir com iniciativas como a que o Senador Walter Pinheiro citou, do colega que inventou a maquininha do sisal. Podemos, devemos e vamos contribuir.

Senador Cássio Cunha Lima, o senhor, como um defensor das causas da Paraíba, leve os colegas lá, para visitar o nosso Insa. Eu inaugurei, fi-lo em nome do Ministro, o nosso Instituto Nacional do Semiárido, que está à disposição, ouviu Nicolelis?

Nós temos, lá, uma área imensa ainda para crescer, para duplicar, talvez triplicar o tamanho do Instituto em futuro próximo, e, com certeza, é a proximidade do MCTI às causas do semiárido.

Não seria ruim uma emendinha também, aí, se puder. Não, mas hoje nós vamos ajudar. O Prof. Nicolelis está há oito anos aí nessa batalha. Nós já estamos recebendo emendas dos parlamentares.

O Senador Walter Pinheiro trabalha muito com o Dr. Elias, nosso secretário executivo, nessa direção, mas nós temos lá, também, portanto, esse instituto para ajudá-los.

Chamo a atenção, também, para o conselhão.

A princípio, reitero, a reunião está marcada para o próximo 15 de dezembro, mas nesse conselho nós teremos a oportunidade cada vez maior... Esse conselho nasceu praticamente, ele começou a funcionar – ele nasceu muito antes –, mas começou a funcionar, como nós sonhamos, em 2007, Nicolelis. Eu fazia parte, então, representando a Andifes, representando os reitores federais. Vi nascer o trabalho desse conselho e do então Ministro Sérgio Resende, quando tivemos a primeira versão do Plano Nacional. Planejamento que a minha geração – nos que vimos nascer a pós-graduação no Brasil, nós que estamos há tanto tempo aí –, lutou mais de 20 anos para que tivéssemos um Plano Nacional, que hoje se transforma em estratégia. E essa estratégia costurará, com certeza, educação, ciência e tecnologia e saúde. Usando as suas palavras, nós abriremos esse portal do futuro, com toda a certeza, com toda essa revolução silenciosa que o Brasil está vivendo.

A disseminação das universidades federais, a descentralização dos institutos, a maior proximidade, porque assim nos determina o Ministro Mercadante dos nossos institutos, às questões levantadas pelo meio industrial, com certeza ajudarão a que o objetivo pelo qual o senhor também luta seja mais rapidamente alcançado.

Respondi à questão e respondi às questões dos demais Senadores e fico à disposição para outras perguntas.

Reitero que foi uma honra. Acho que essa audiência pública eu quero também ter o filme, até porque hoje, aqui, aprendi um pouco mais com o Prof. Nicolelis.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Prof. Arquimedes pela sua participação.

Quero agradecer a todos, antes, porém, dar uma notícia, acho que alvissareira: na terça-feira será relatado um projeto pelo Senador Inácio Arruda, aliás, de autoria do Senador Arruda – obrigado, Senador Valadares –, o Senador Valadares é quem tem a relatoria, e a autoria do Senador Inácio Arruda, em que será destinando parte dos *royalties* do petróleo para a educação, saúde e ciência e tecnologia. Esse, eu acho, será realmente um marco nesta Casa.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Na verdade, ele está colocando educação, ciência e tecnologia da parte relacionada ao fundo social, que é – estamos aqui discutindo os Estados e os Municípios – a rebarba dos *royalties* que, na verdade, é a parte licitada, num percentual que corresponde a mais ou menos 15% sobre o valor total da venda. Nesse caso, estamos falando de mais ou e menos 60% do que for extraído de petróleo e transformado em recurso. Então, é um volume realmente considerável.

Tenho a certeza de que é a forma que o Brasil aponta para essa riqueza, que é finita, possa ter um resultado permanente para o futuro das novas gerações.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado pela complementação.

Mais uma vez – repito –, sentimo-nos frustrados em não contar com a presença de um representante do MEC, pela importância e pela integração que esse segmento faz.

Resta-nos, aqui, agradecer.

Cumprimos, com brilhantismo, a nossa finalidade...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Cyro, eu queria insistir nessa coisa do fechamento da proposta. Eu volto a insistir, porque conversei bastante com o MCT, e acho que desta audiência aqui o MCT poderia sair, nós temos até sexta-feira para materializarmos no Plano Plurianual, portanto, a proposta da instituição do programa. Então, tem todas as condições para isso, a algumas emendas foram feitas, o meu relatório só deve ficar pronto provavelmente na própria sexta-feira, durante o dia, então, temos todas as condições para que possamos dar essa contribuição, a partir inclusive não só deste debate mais de outras intervenções que foram feitas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perfeito, Senador. Eu me coloco à disposição para que possamos juntos discuti-los.

O brilhantismo desta audiência se deu pelas presenças de dois grandes convidados e também da participação das Srªs e dos Srs. Senadores.

Quero dizer ao senhor, Prof. Miguel, que os neurônios foram bem-formados aqui nesta Casa, graças a Deus.

Quero também dizer que o pontapé inicial desta partida já foi dado. O sonho sonhado está se materializando. Que a oportunidade seja dada, que aprendamos o Teorema de Pitágoras realmente bem entendido, e não através de um samba, porque o brasileiro só precisa de oportunidade!

Declaro encerrada a presente reunião e agradeço a presença de todos.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.)

ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 2011.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia seis de dezembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, João Ribeiro, Marinor Brito, Anibal Diniz, Marta Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ângela Portela, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Garibaldi Alves, José Agripino, Magno Malta e Flexa Ribeiro, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentual para destinação de recursos do Fundo Social para a educação". O relator designado é o Senador Antonio Carlos Valadares e o parecer favorável, com as emendas nº 1-CE e 2-CE, é aprovado. Neste momento, a Presidência retorna à ordem original da pauta uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que "Dispõe sobre os programas suplementares da União de seleção, aquisição e distribuição de material didático-escolar para a educação básica". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ana Amélia e o projeto é aprovado por 16 (dezesseis) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 1-CE, aprovada por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "Obriga as escolas públicas de ensino fundamental e médio a exporem em placa visível os seus resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica". O

relator designado é o Senador Sérgio Petecão e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 245, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Nelson Trad, que "Denomina Aeroporto de Três Lagoas Ramez Tebet o Aeroporto de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o parecer é pela rejeição do projeto. Durante a discussão, o relator retira seu relatório e apresenta Requerimento para oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição, o que é aprovado. Neste momento, a Presidência dá início a votação das proposições a serem deliberadas em bloco, conforme o disposto na Decisão nº 1/09-CE. **Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 185, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Iderlei Cordeiro, que "Denomina Rodovia Deputado Ildefonço Cordeiro o trecho da Rodovia BR-364, entre as localidades de Nova Califórnia e Boqueirão da Esperança, Estado do Acre". O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é rejeitado por 13 (treze) votos, com o voto contrário do Senador Sérgio Petecão. **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "Denomina que o aeroporto de Jaguaruna, em Santa Catarina, seja denominado 'Aeroporto Zilda Arns'". O relator designado é o Senador Vital do Rêgo e o projeto é rejeitado por 14 (quatorze) votos. Neste momento, o Senhor Senador Waldemir Moka requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para deliberação do item 15, o que é aprovado. **Item 15: Requerimento nº 71/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Waldemir Moka, que requer "... nos termos do art. 101, I do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 70, de 2011, previamente à sua apreciação, em caráter terminativo, por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte". O Requerimento é aprovado. **Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Marcelo Teixeira, que "Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicura, pedicura, depilador e maquiador", **que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2011**, de autoria do Deputado Salatiel Carvalho, que "Dispõe sobre a regulamentação das profissões de cabeleireiro, manicuro, pedicuro e profissionais de beleza em geral". A Relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer favorável ao PLC nº 112, de 2007, com as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, e pela prejudicialidade do PLC nº 95, de 2011, é aprovado. **Item 14: Requerimento nº 73/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, Cássio Cunha Lima e Mozarildo Cavalcanti, que requerem "... nos termos regimentais, a realização de um Ciclo de Audiências Públicas no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir o tema 'Federalismo e a Educação'. A relação dos convidados e a programação do evento serão posteriormente apresentadas". O Requerimento é aprovado. **Item 3: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador Valdir Raupp ao **Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Sarney, que "Altera a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, que 'Dispõe sobre o depósito legal e de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências', para incluir as bibliotecas públicas estaduais e do Distrito Federal entre as destinatárias de exemplares de publicações referentes ao depósito legal". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 16: Comunicados da Presidência:** Não houve comunicados. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009; Item 7: Projeto de Resolução do Senado nº 39, de 2011; Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010; Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2010 e Item 13: Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2011**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice– Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Bauer,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Cumprimentando os Srs. Senadores e Senadoras presentes e havendo quórum regimental, declaro aberta a 68ª reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Primeira Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do plenário proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Como todos os presentes já tem conhecimento, nós temos uma pauta de assuntos de quinze itens já previamente informados a V. Exªs, dentre os quais temos matérias terminativas e não terminativas. Tendo em vista que temos quórum regimental para o início dos trabalhos, mas não temos quórum qualificado para votação nominal, nós iniciaremos apreciando as matérias não terminativas, conforme é de praxe desta Comissão. Mas antes quero mencionar e registrar que, na última reunião, ficaram apenas duas matérias pendentes para apreciação nesta reunião de hoje.

Uma delas ficou pendente por pedido de vistas, feito pelo Senador Wellington Dias, coincidentemente trata-se de um projeto de lei de minha autoria e que já havia sido objeto de relatório pelo Senador Cristovam Buarque na reunião anterior, relatório que o Senador apresentou com parecer favorável mas que não foi discutido por falta de quórum. Como na última reunião, o Senador Wellington Dias solicitou vistas, obviamente, a Mesa concedeu vistas inclusive coletiva, já que também houve solicitação de outros Senadores de vistas da mesma matéria.

Eu quero apenas informar, especialmente ao Senador Cristovam, agradecendo a ele pela boa vontade e pela atenção que dispensou ao assunto, que o assunto não se encontra mais nessas condições na Comissão porque a Bancada do Governo entendeu de solicitar uma audiência pública na CCJ para essa matéria. E como sabemos que existem mais de mil pedidos na CCJ de igual ordem, obviamente, nunca vamos ter sucesso na análise dessa matéria, o que é lamentável.

Quero aqui dividir com V. Exªs a minha frustração com essa iniciativa governamental, porque eu tenho me pautado na Comissão de Educação de uma forma completamente apartidária. E tenho conduzido a minha atuação no Parlamento e nesta Comissão quando se trata de educação, absolutamente orientado com o propósito de fazer o bem ao País. E a matéria a qual estou me referindo não é um fato desconhecido do Ministério da Educação porque, quando esteve presente aqui o Ministro da Educação, eu próprio, numa audiência pública, sugeri a ele a providência do exame ao término do terceiro ano do ensino fundamental para avaliar se os alunos tinham condições de progresso automático para o quarto sem a necessidade de qualquer reforço. O Ministro se mostrou sensibilizado para com o assunto e depois nenhum foi adotada pelo Ministério – aliás, parece que o Ministério está muito preocupado com eleição na capital de São Paulo, parece que essa é a coisa mais prioritária de hoje.

Mas devo dizer que numa reunião anterior à última, a Senadora Ana Rita, nossa grande colega, inclusive me questionou sobre a matéria, se poderia eu providenciar sua retirada. Não faria isso – expliquei a ela – porque o assunto foi muito divulgado no meu *site* em meu Estado e o próprio relatório do Senador Cristovam Buarque favorável à matéria me trouxe muita satisfação, já que ele é o nosso professor em matéria educacional nesta Casa. E obviamente eu não faria isso de retirar depois de ter o parecer favorável. Agora, não quero e não posso deixar de registrar aqui hoje, na condição de autor da matéria, não na condição de Presidente, a minha completa frustração pela decisão da bancada do Governo e do Governo de requerer uma audiência na CCJ a respeito desse assunto.

Quer dizer que, quando interessa ao Governo, o assunto se resolve na Comissão de Educação; quando não interessa, ele manda para a CCJ. Onde poderíamos imaginar que um assunto dessa envergadura, Senador Cristovam, um assunto eminentemente educacional, que diz respeito às crianças do nosso País, que diz respeito ao conhecimento que elas precisam e podem e devem adquirir seja assunto de CCJ antes de se esgotar a própria votação da matéria nesta Casa? É um desrespeito comigo, permitam-me registrar, e um desrespeito com o Senador Cristovam Buarque, que apresentou o seu relatório antes mesmo de ser considerada a hipótese de votação pelos membros daqui.

Se houvesse uma derrota da matéria aqui na Comissão, eu obviamente me submeteria, como democrata que sou, à derrota da minha proposição. Mas usar desse artifício me parece uma providência equivocada do Governo, parece-me uma providência equivocada dos colegas que dão apoio às ações. O Ministério da Educação perde com isso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Antes de ouvir o Senador Valadares, ouço o Senador Cristovam, que havia pedido a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Bauer, não é só um desrespeito ao senhor e a mim; eu acho até que isso faz parte do jogo. O problema é que é um desrespeito à educação, é um desrespeito à criança, é um desrespeito ao futuro do Brasil.

O seu projeto traria bom-senso ao processo educacional, em vez de continuar esta coisa absurda da promoção automática, como é ela é feita. Eu creio que é lamentável que isso seja feito. O único argumento talvez fosse não porque é seu o projeto, não porque eu sou o orador, mas sim porque isso vai aumentar

um pouquinho os gastos, sim, porque será preciso contratar professores. Agora o que é incrível é que o Governo do PT no Distrito Federal, que tive a honra de ser governador, adotou isso e agora não quer fazer. E que argumento: ir para ir à CCJ! E que argumento: fazer audiência pública na CCJ em vez de fazer aqui? Eu acho lamentável, mas não estranho. Isso tem sido repetido, repetido, repetido.

Eu sou da base de apoio ao Governo, mas nunca pedi um cargo, nunca pedi emenda. Eu não sou da base por causa de emenda nem de cargo. Agora eu gostaria de ser da base por entendimento do Governo nos bons projetos. Só isso que peço. E o seu projeto é muito bom. Eu só lamento, como disse, que tenha demorado tanto a chegar aqui um projeto desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Eu agradeço a manifestação de V. Exª.

Quero acrescentar apenas que, se existe despesa, aquele outro projeto que votamos nesta Casa favoravelmente aumentando o número de horas/aula para os alunos do ensino fundamental a cada ano também gera despesa, porque tem merenda, porque tem transporte escolar, porque tem luz elétrica, porque tem água, porque tem giz, porque tem, enfim, uma série de despesas que são pagas pelo Governo quando se aumenta o número de horas/aula por ano.

Essa incoerência me assusta. Por muito menos o Governo já perdeu aliados. E eu, que sou da oposição, mas no caso da educação sempre fui um aliado de qualquer governo, poderei me tornar um grande adversário do Governo. Esse recado eu quero deixar aqui para os que representam o Governo, porque não é possível, não pode ser aceito esse procedimento, até em nome da valorização e do respeito que se deve dar a esta Comissão, que, aliás, em outros tempos, não foi tão valorizada e tão respeitada quanto está sendo hoje, graças à atuação de todos os Senadores e Senadoras aqui presentes.

Nós não podemos, Senador Cristovam, nos submeter às tangências, aos escapes que o Regimento oferece e nos silenciarmos. Nós sabemos que a audiência à Comissão de Constituição e Justiça sobre um tema que tramita nesta Casa vai levar dois, três anos para ser respondida. Eu mesmo tenho uma PEC na Comissão de Constituição e Justiça que trata da mudança do critério da medida provisória que é anterior àquela PEC apresentada pelo Presidente Sarney e até hoje não tem relator. A minha é a primeira e não tem relator até hoje. Há uma manipulação de interesses e que são prejudiciais, sem dúvida nenhuma, à democracia representativa que nós devemos honrar e valorizar nesta Casa.

Eu concedo a palavra ao Senador Valadares, que havia solicitado a oportunidade de manifestar-se.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, que acho que V. Exª já está tomando essa providência que eu vou solicitar, que é a colocação para o debate do Projeto de Lei nº 138 de 2011, que altera a Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010...

O SR. PRESIDENTE Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Ok.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ...estabelecendo percentual para destinação de recursos do Fundo Social para a Educação. Esse projeto é da autoria do Senador Inácio Arruda.

Quero dizer a V. Exª que existem centenas de estudantes acampados aqui nas proximidades do Senado Federal, aguardando que essa matéria seja apreciada e votada por esta Comissão.

E eu sou o relator da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Sr. Senador, eu informo a V. Exª que será o primeiro item, até porque ele é não terminativo e o quórum permite.

Mas, antes, ouço a Senadora Ana Rita, para então, após a manifestação de V. Exª, iniciarmos a apreciação das matérias pautadas.

Por favor, Senadora Ana Rita...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria também de fazer um esclarecimento, porque eu cumpro uma tarefa difícil, mas extremamente necessária, porque eu coordeno o Núcleo Social da nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores. Como coordenadora do Núcleo, cabe-me a tarefa de dialogar com os Parlamentares, autores e relatores dos projetos de lei em que o Governo se manifesta através dos seus ministérios.

O projeto que V. Exª fala, eu, particularmente, considero-o extremamente importante, necessário; inclusive, trabalhei numa prefeitura onde nós tivemos a oportunidade de implementar o tempo integral para todas as crianças. Sabemos como isso é importante e necessário. Mas o que está em debate aqui não é a importância do projeto; o que está em debate aqui é de fato a iniciativa, porque realmente ela gera muita despesa.

A Prefeitura de Vitória, que é uma prefeitura que naquele momento, financeiramente, estava muito bem, foi paulatinamente implementando o tempo integral e não conseguiu fazer com que se universalizasse no

Município o tempo integral, porque demandava custos muito altos.

Portanto, a iniciativa do projeto realmente ela deveria ser e deve ser do Executivo, porque demanda recursos financeiros. Não é com relação ao mérito; o mérito é extremamente importante, supernecessário. Eu sou uma defensora da educação, embora não seja profissional da área, sou militante da área e acho isso extremamente importante isso. Mas a nossa solicitação, atendendo a um pedido do Governo, e aí digo novamente: eu cumpro um papel de ser coordenadora da área social e como coordenadora da área social me cabe a tarefa de fazer esses encaminhamentos, muitas vezes difíceis, porque temos que dialogar com os nossos colegas Senadores e Senadoras e não é só com V. Exª – viu, Senador? -, por quem tenho uma profunda admiração, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) –Igualmente.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – SE) – Mas também tem uma outra questão que nos levou a fazer a solicitação de que o projeto fosse encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça, porque está para chegar nesta Casa o Plano Nacional de Educação. O Plano Nacional de Educação está sendo muito debatido na Câmara dos Deputados e está previsto entre as suas metas, ao todo são vinte metas, também o tempo integral. Então esse é um debate que nós vamos fazer com muita profundidade nesta Casa assim que ele chegar aqui.

Então por essas razões é que nós solicitamos que o projeto fosse encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça Nada contra V. Exª, nada contra o projeto. Ele é muito importante, mas em função dessas duas questões é que nós pedimos que ele fosse encaminhado para a CCJ.

Fiz esse esclarecimento para não gerar nenhuma dúvida quanto à nossa participação aqui nesta Comissão, viu, Senador? Tenho profundo respeito e carinho pelo senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senadora Ana Rita, eu agradeço a sua manifestação, acolho sua manifestação e devo informá-la de que sequer sabia dessa sua missão dentro da bancada do Governo e tampouco que fosse da sua autoria esse requerimento para a Comissão de Constituição e Justiça. Até imaginei que a autoria fosse de algum Senador da Comissão de Constituição e Justiça e que não estivesse participando da nossa Comissão.

Entretanto, devo informar a V. Exª que, de fato, há despesas, mas não há no meu projeto um propósito de turno integral. Havia um projeto de aulas de reforço no contraturno apenas dos alunos da quarta série, se não tivesse alcançado nível de aproveitamento suficiente em disciplinas como português e matemática no terceiro ano. Portanto, não é o turno integral que se coloca em discussão.

E naturalmente se temos um plano nacional de educação tramitando na Câmara dos Deputados, ele vai chegar aqui. Espero que chegue, porque realmente está demorando muito. Há mais de um ano, Senador Inácio Arruda, tramita na Câmara dos Deputados um assunto dessa importância e dessa magnitude, sem que a Câmara delibere e decida a respeito.

E mais do que isso, é importante dizer também, essa proposta que apresentei, se fosse para questionar a questão financeira, o órgão apropriado do Senado para fazê-lo seria a CAE e não a CCJ, onde, como eu disse, o que lamento, o assunto ficará por mais de um ano. Mas vou ter paciência. Quem sabe, teremos um projeto do próprio Governo que também mereça um retardo de um ano e vamos tratá-lo da mesma forma que tratam nossos projetos. Essa é, infelizmente, a opção que nos resta.

Dando sequência aos trabalhos da Comissão e desta reunião, vamos para o item 4, não terminativo, que pode ser objeto de deliberação.

ITEM 4
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2011

Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentual para destinação de recursos do Fundo Social para a educação.

Autoria: Senador Inácio Arruda
Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas
Observação: *1– Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos*

Com a palavra o eminente Senador Antonio Carlos Valadares, para apresentação de seu relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, é submetido à apreciação desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda, que propõe destinar o mínimo de 50% para educação do total dos recursos destinados ao Fundo Social para financiar projetos e programas sociais.

O projeto também contém dispositivo que permite ao Poder Executivo, sem anuência do Congresso Nacional, propor uso de recursos correspondentes ao principal do Fundo Social na etapa inicial de formação de poupança do Fundo.

A matéria foi apreciada na Comissão de Infraestrutura, na qual recebeu parecer favorável em 4 de agosto de 2011, com emenda da Relatora Senadora Vanessa Grazziotin, suprimindo o dispositivo que autorizava o saque de recursos do montante principal do Fundo.

Aquela Comissão considerou que, se o objetivo do Fundo Social é criar poupança de longo prazo, somente seus rendimentos podem ser utilizados, devendo-se preservar o principal.

Em 31 de agosto de 2011, por requerimento dos Senadores Inácio Arruda e Paulo Paim, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte realizou audiência pública para instruir o projeto, com os seguintes convidados: Carlos Augusto Abicalil, Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino; Estevão Cruz, Diretor de Políticas Educacionais da União Nacional dos Estudantes; Heleno Araújo Filho, Secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação; Leocádia Maria da Hora Neta, representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; e Cláudio Ricardo Gomes de Lima, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

Em 27 de setembro de 2011, por requerimento do Senador Eduardo Braga, aprovado pelo Plenário, o projeto passou a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2011, que dispõe sobre regime do pré-sal e a distribuição dos *royalties* decorrentes de sua exploração.

Em 18 de outubro, o projeto voltou a ter tramitação autônoma, com aprovação do Requerimento nº 1.263, de minha autoria. Quer dizer, esse projeto estava anexado ao projeto de lei da Câmara que tratava justamente do mesmo assunto. Mas para que não retardasse o andamento desta proposição de autoria do Senador Inácio Arruda, propusemos uma separação, uma tramitação própria.

Após a deliberação desta Comissão de Educação e Cultura, a matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos para decisão em caráter terminativo. Não foram recebidas emendas dentro do prazo regimental.

Passando à análise.

Nos termos do artigo 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) opinar sobre matérias pertinentes a educação, cultura, ensino e outros assuntos correlatos.

No que diz respeito aos aspectos constitucionais e legais, não há reparos a fazer. Em particular, a iniciativa do PLS é legítima, pois dispõe sobre temas de competência da União, conforme o art. 48 da Constituição Federal, sem invadir a competência privativa de iniciativa do Presidente da República, prevista no § 1º de nossa Carta Magna.

Quanto ao mérito, consideramos louvável a proposta de destinar no mínimo metade dos recursos do Fundo Social para a educação. Como lembra o autor em sua justificação, trata-se de "um ato de comprometimento com a elevação quantitativa e qualitativa da educação no Brasil".

A destinação de recursos mais expressivos para a educação é coerente com as metas fixadas pelo Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, enviado pela Presidenta Dilma Rousseff ao Congresso Nacional, em dezembro de 2010. Entre as metas estão: universalizar o atendimento escolar às crianças de quatro e cinco anos; universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de seis a quatorze anos; oferecer educação em tempo integral em cinquenta por cento das escolas públicas de educação básica; duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio; formar cinquenta por cento dos professores da educação básica em nível de pós-graduação e; ampliar o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto do País.

Estudantes de todo o País têm se mobilizado para inserir, entre as pautas prioritárias do debate sobre o desenvolvimento nacional, a destinação de 10% do PIB e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para educação. Não há dúvidas de que essa é uma demanda que encontra apoio de toda a sociedade, por ser legítima, justa e adequada à construção de uma nação democrática, igualitária e soberana. A geração de empregos e de qualificação profissional, assim como a garantia dos direitos sociais, depende do investimento em setores estratégicos de nossa sociedade de nossa economia.

Entre os setores que mais podem contribuir com o desenvolvimento econômico e social, na sociedade contemporânea pósindustrial, dinamizada que é pelo acesso à informação e pela geração de conhecimento, está o da ciência e tecnologia. A destinação de recursos à pesquisa e à inovação, produção de novas tecnologias, criação de produtos, processos, gestão e patentes nacionais favorece saltos qualitativos ao desenvolvimento. Essa é a missão de dezoito centros ou institutos nacionais de pesquisa vinculados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e que resultam em benefícios de toda a sociedade no curto, médio e longo prazos. Por esse motivo, apresentamos emenda que assegura que dez por cento da reserva de recursos proposta pelo projeto sejam destinados ao setor.

Com relação ao segundo objetivo do projeto, de permitir que o Executivo autorize saques de recursos do

montante principal do Fundo Social, acompanhamos o entendimento da Comissão de Infraestrutura, de manter essa possibilidade sob a reserva de lei, considerando que estratégia de desenvolvimento de longo prado do País precisa de maior segurança e estabilidade.

A emenda que ora apresentamos, portanto, altera o art. 1º do projeto para suprimir a alteração que autorizava o Poder Executivo a sacar recursos do montante principal do Fundo Social e incluir a área de ciência e tecnologia entre as beneficiárias da reserva de 50% dos recursos do pré-sal, na proporção de um décimo desse montante. Por decorrência lógica, outra emenda altera a Emenda da proposição.

Em face do exposto, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CE
(ao PLS nº 138, de 2011)

Dê-se à Ementa do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2011, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentuais para destinação dos recursos do Fundo Social para educação, ciência e tecnologia."

EMENDA Nº – CE
(ao PLS nº 138, de 2011)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2011, a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 47 .....
.....

§ 3º Do total dos recursos do FS destinados a financiar programas e projetos de que trata o *caput*, pelo menos cinquenta por cento devem ser aplicados no desenvolvimento da educação e da ciência e tecnologia, observada a seguinte proporção:

I – setenta por cento para a educação pública básica;

II – vinte por cento para a educação pública superior;

III – dez por cento para ciência e tecnologia." (N.R.)

Em resumo, Sr. Presidente, o Senador Inácio Arruda apresentou um projeto de lei dispondo que, do total dos recursos arrecadados para o fundo social, 50% devem ser aplicados em educação. Eu apresentei, então, uma emenda fixando que desse montante de 50%...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Solicito o devido silêncio, uma vez que o Senador Valadares está relatando a matéria e estamos ouvindo muitas conversas paralelas. Por favor, a contribuição de todos ajudará.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Trata-se de uma matéria muito importante de vez que lida com o futuro de nossas gerações.

Então, Sr. Presidente, repetindo, o Senador Inácio Arruda propõe que, do total arrecadado para o Fundo Social, 50% seja destinado à educação, e eu proponho que destes 50%:

– 70%, pelo menos, para a educação básica;

– 20% para a educação superior, e

– 10% para ciência e tecnologia.

É o parecer, salvo melhor juízo desta Comissão. Espero que os membros desta Comissão possam entender que esta matéria vem ao encontro do desejo, não apenas dos estudantes, mas da sociedade que pensa no futuro, em construir um País livre. E a liberdade só se faz através da educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço ao Senador Valadares pelo relatório apresentado. Coloco-o em discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu quero parabenizar o Senador Antonio Carlos Valadares; aliás, é a segunda tentativa que ele faz e acho que, desta vez, ele será vencedor, porque não se faz educação por decreto, muito menos através de leis e sim por um investimento maciço. A Nação brasileira é carente – e há muito – de que se faça investimento forte na educação.

O senhor, Presidente, que já foi Secretário de Educação em seu Estado, sabe disso melhor do que ninguém. Portanto, eu parabenizo e peço aos nobres Senadores e Senadoras que apóiem este projeto. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Quero dar a seguinte explicação. Como esta matéria, aqui na Comissão, não é terminativa e o mérito será discutido na Comissão de Assuntos Econômicos, eu pediria aos membros desta Comissão que, se por acaso estivesse pensando em pedir vista, que o faça lá na Comissão própria que vai discutir o mérito, que é a Comissão de Assuntos Econômicos, o que dará tempo para o Governo pensar melhor sobre esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Com a palavra o Senador Wellington Dias que havia solicitado a oportunidade de discutir a matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu quero também parabenizar o Senador Valadares que trava esta luta aqui há um longo tempo; eu tenho acompanhado a outra parte do pré-sal.

Eu queria só chamar a atenção, Senador (eu estive vendo a redação), porque, veja, é trabalhado um princípio e, por isso, eu louvo a iniciativa feita pelo Presidente Lula de que, na área do pré-sal – é para todo o mundo compreender aqui –, toda essa discussão que há, neste instante, quanto à distribuição, diz respeito a uma área de 28% já licitada. Isso é o que gera uma expectativa de alcançar, daqui a uns dez anos, uma receita de *royalties*, uma participação especial, em torno de R$100 bilhões, mais ou menos. Com a aprovação, pelo Congresso ou pela Câmara ou a Câmara alterando e retornando ao Senado, abrem-se as regras para o leilão de 72%. É nessa área de partilha que tem o Fundo Social. Estamos falando de 72% de poços profundos onde é prevista a possibilidade de alcançar 15 milhões de barris/dia nessa nova área colocada.

Lá na área da partilha – para quem não domina bem essa área – na verdade, o Governo paga pelo serviço da perfuração dos poços – usando uma linguagem bem do povo – e na extração, mais o lucro. Isso é estimado, pela experiência de outros países, em torno de 30%. Tem um óleo excedente, um saldo de mais ou menos 60% a 70% em petróleo, que é o que vai para o Fundo. A estimativa, a partir das primeiras prospecções é de alcançarmos US$1,5 trilhão no Fundo Social.

Então, para que eu quero chamar a atenção? Na verdade, a lei, como ficou, prevê o uso da remuneração dessa poupança. Qual é a ideia? O petróleo um dia vai acabar e o que fica? Fica educação, fica ciência e tecnologia, uma área importantíssima para esta e para as gerações futuras e mais a ideia de que o Governo brasileiro só tenha autonomia para administrar a remuneração dessa poupança.

Eu acho que esse é um ponto que claro pode ser discutido na Comissão de Assuntos Econômicos, mas no mérito precisa ser modificada. Do contrário, estamos falando aqui de metade de 1,5 trilhão para educação. Não precisa desses recursos, por maior que seja as despesas, só para educação. Estamos falando de uma remuneração, de um montante considerado muito elevado.

Então, eu quero aqui e estou colocando isso aqui como membro do Partido da Presidente, sei que há orientações no sentido contrário, mas eu compreendo que a nossa geração tem que ter muita responsabilidade com esse recurso e não há na minha visão, mantendo essa observação, uma forma mais adequada de se aplicarem esses recursos do que em educação. Porque é isso que a nossa geração, que utilizou uma riqueza finita, deixa de riqueza infinita para as futuras gerações.

Quero aprovar o projeto, parabenizando o Senador Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Frase histórica essa, Senador. Frase de Senador. Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu já estou quase virando coautor da matéria pelas iniciativas adotadas pelo relator.

Eu gostaria de dizer que nós, ao tratarmos dessa matéria, buscamos nos inspirar em grandes figuras do nosso País ligadas à educação. Eu cito os extraordinários Anísio Teixeira; Lourenço Filho; o inesquecível Paulo Freire, em memória, porque são os grandes batalhadores da educação; um João Calmon –imagina se não houvesse a emenda Calmon, meu caro Cristovam Buarque e outros que acompanharam esse debate, as dificuldades na área de educação no nosso País. Talvez seja a área mais sensível e, hoje, apresentada, diante do desenvolvimento e do crescimento econômico, como uma situação de escassez. Estamos com dificuldade porque a nossa população não foi formada adequadamente para responder às necessidades de um *boom* de crescimento econômico.

Então, Sr. Presidente, nos ombros desses gigantes da história educacional brasileira, é que nós nos inspiramos. Diante do surgimento de algo especialíssimo, que foi uma riqueza que o nosso País desenvolveu, com esforço concentrado, porque também foi o esforço da ciência e da tecnologia.

Eu também quero lembrar a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, a União Brasileira dos Estudantes e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, instituição também vinculada aos anseios democráticos avançados do nosso País e, sobretudo, à educação, à ciência e à tecnologia.

A Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – aqui já trouxemos várias vezes o Presidente emérito, Aziz Ab'Saber –, Drª Helena, pesquisadora, dedicada, dirigiu-se a muitos Senadores, a mim, a Valadares, a muitos Deputados Federais quando da discussão do pré-sal, da sua regulamentação, ainda na fase em que estávamos discutindo o projeto de Wellington Dias, a distribuição das riquezas dos *royalties* do pré-sal para o conjunto da Nação. A Profª Helena disse que talvez a ciência e a tecnologia precisassem da parte desse rendimento; é correto o que o Wellington está dizendo. Nós estamos discutin-

do aqui os 50% do rendimento, mas o rendimento de uma montanha de dinheiro. Esse rendimento é muito importante, muito valioso para a educação. Ela disse que estava de acordo conosco, que havia conversado com alguns Senadores no sentido de ciência e tecnologia é mais do que estratégico, é chave, mas que não há nada igual à educação infantil e ao ensino fundamental. Essa é a opinião da Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Foi ela que se dirigiu a nós no sentido de distribuir, de incluir a ciência e a tecnologia, mas com menos, pois é preciso formar a nossa criança. Ela que vai ser a cientista, a pesquisadora. Pode-se colocar dinheiro para a ciência e tecnologia, mas se não se formar a criançada, a juventude, não se fará absolutamente nada.

Então nós estamos discutindo esse conjunto. Não acredito que encontremos oposição a esse projeto nem da base do Governo nem da oposição. Nem mesmo o Governo, em si, vai se opor a uma medida como essa, mesmo porque toda a inspiração da criação do fundo social do pré-sal estava vinculada quase que unicamente à educação. Eu lembro quando o Presidente Lula discutia conosco a questão de mandar a matéria regulamentando o pré-sal, quer dizer, o fundo social para a educação. Depois, evidentemente, nós temos muitos interesses, todo mundo tem dificuldade, aí vamos incluindo vários outros: meio ambiente, cultura, esporte. Tudo foi entrando no fundo social do pré-sal. Eu digo que, se conseguirmos incluir a educação e ciência e tecnologia com 50%, nós ajudamos o meio ambiente, nós ajudamos a cultura e a todas as outras áreas, porque é um povo formado e bem preparado que defende uma cultura avançada, um meio ambiente preservado e um futuro melhor para o nosso País.

Por isso quero me congratular especialmente com o Senador Valadares pela sua luta em prol desse projeto. Nós apenas tivemos a iniciativa, apenas demos o pontapé inicial, mas foi S. Exª que o abraçou e discutiu com o Ministério de Ciência e Tecnologia, com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, com a União Nacional dos Estudantes, com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Todos foram chamados a dar a sua opinião.

Portanto, Sr. Presidente, eu peço a aprovação unânime dos nossos colegas Senadores. Peço aqui na Comissão de Educação e já aproveito para pedir aos Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos que a gente vote por unanimidade. Esse projeto tem um valor simbólico, forte para o nosso País e para a nossa Casa; é o Congresso Nacional respondendo a uma necessidade básica da população brasileira e do Estado brasileiro. Às vezes se discute o projeto da defesa. Que projeto de defesa se você não tem formação e preparo?

Então é o apelo que faço e a solicitação para que os Senadores votem unanimemente esse projeto pela causa, não pela minha autoria, nem pela relatoria do Senador Antonio Carlos Valadares. Temos aqui pessoas dedicadíssimas: Cristovam Buarque, Ana Rita, Angela Portela, que discutiu aqui recentemente conosco, Lídice da Mata. São Senadoras e Senadores que abraçaram e que abraçam a causa da formação da educação.

Então, apenas em um determinado momento, em determinada hora, alguém toma uma iniciativa, mas essa não é causa de um Senador. V. Exª foi Secretário de Educação no Estado de V. Exª e sabe perfeitamente da importância de se alocar recursos para se garantir formação de qualidade para o povo brasileiro.

Por isso, solicito a todos que votemos com esse caráter de unanimidade. Existe a frase do nosso querido autor de tantas novelas, de tantos livros, de que toda unanimidade é burra. Não é verdade! Essa unanimidade é exatamente para ter o efeito contrário, para garantirmos uma formação de alta qualidade para o povo brasileiro; e tem um valor simbólico e uma força muito grande.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos a manifestação.

Ouço o Senador Valadares mais uma vez.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Quero agradecer ao Senador Inácio Arruda pelo reconhecimento do nosso relatório, do nosso parecer, porque trabalhamos em conjunto, trabalhamos numa pareceria que não é só de agora, mas desde a primeira vez, quando surgiu aqui o projeto do pré-sal e a discussão dos *royalties*. Desde esse momento, nós, em conjunto, propusemos, em nome da classe estudantil do Brasil, essa emenda.

Agora, quero registrar que estão presentes aqui estudantes que representam a UNE e a UBES e que participam deste evento histórico na Comissão de Educação. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado.

Continua em discussão. *(Palmas.)*

Não havendo mais quem queira discutir, a matéria vai à votação. Tendo em vista que a matéria é não terminativa, a votação é simbólica, apesar de termos um elevadíssimo quórum, que permitiria, com certeza, a votação nominal. Mas, já que o Senador Inácio Arruda quer e pede que a votação seja unânime, ele até terá mais probabilidade de ver isso acontecer.

Então, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. Por unanimidade. *(Palmas.)*

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Seguindo a pauta dos trabalhos, pela ordem, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Só para aproveitar o momento do nosso quórum pleno para votarmos esse Item 8, que é terminativo, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Sr. Senador, temos três itens terminativos. V. Exª está requerendo a inversão de pauta, é isso?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Se possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Porque é um projeto de lei que denomina uma rodovia, e eu pediria a compreensão de V. Exª, porque, no caso de denominação de rodovias e de outros logradouros, temos adotado o critério da votação em bloco. Se eu separar a matéria que V. Exª requer, eu começo a ter dificuldade para dar andamento à reunião. Eu pediria a compreensão de V. Exª para que pudéssemos analisá-la junto com os demais. Temos quatro itens apenas para votação terminativa, e aí passaremos imediatamente para essa matéria, juntamente com as demais.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – E faremos isso de forma muito célere. Tenho certeza.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Perfeito. Só com o cuidado de que, nesse relatório, somos pela rejeição, e há a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Não há problema.

Agradeço a compreensão de V. Exª.

Vamos para o Item 1 da pauta, que é matéria terminativa.

ITEM 1
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, DE 2011

Dispõe sobre os programas suplementares da União de seleção, aquisição e distribuição de material didático-escolar para a educação básica.

Autoria: Senador Paulo Bauer.
Relatoria: Senador Magno Malta.
Relatório: favorável, com a emenda oferecida.

Observação: *1 – serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda.*

Solicitamos aos Senadores e aos que prestigiam esta reunião que contribuam com os trabalhos, guardando possível silêncio, não o silêncio total, mas o possível.

Tendo em vista a ausência do Senador Magno Malta e também a solicitação do mesmo para que a matéria fosse apreciada nesta reunião, consultada a Senadora Ana Amélia, ela aceitou ser designada relatora *ad hoc* da matéria.

Concedo a palavra a V. Exª, Senadora Ana Amélia, para a leitura do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vou direto à análise desta matéria já explicitada por V. Exª, Sr. Presidente Paulo Bauer.

A apreciação de mérito desta Comissão relativamente a matérias de natureza educacional, como é o caso do PLS nº 415, de 2011, decorre de sua competência inscrita no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Já a sua legitimação para deliberar terminativamente sobre o assunto tem respaldo no inciso I do art. 91 do mesmo normativo.

No que tange ao caso em exame, verifica-se que a iniciativa não envolve a instituição de programas governamentais, mas o estabelecimento de bases mínimas de funcionamento dos programas existentes ou que venham a ser adotados na área de aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos para a educação básica. De pronto, não cabe falar em interferência nos gastos atualmente realizados com a execução dos programas de livros e materiais didáticos, tampouco na criação de nova despesa.

No mais, o tema se insere entre as competências da União, a teor do disposto nos arts. 22, inciso XXIV, e 24, inciso IX, da Constituição Federal. Por essa razão, o Congresso Nacional está legitimado a legislar sobre o assunto, consoante disposto no art. 48 da mesma Carta.

No que concerne particularmente ao mérito, a proposição valoriza os esforços envidados pela União para assegurar a distribuição de materiais didáticos, de relativa qualidade, ao conjunto de alunos da educação básica. É inegável a importância dos recursos didáticos distribuídos por esses programas para o pleno acesso dos alunos aos conteúdos trabalhados nas aulas, o que pode redundar em melhoria na aprendizagem, além de despertar maior interesse dos alunos pelas aulas e ajudá-los a permanecer na escola.

Um grande diferencial da proposta em exame é a relativa garantia de perenidade aos requisitos dos programas em execução ou que venham a ser adotados. Tal medida pode contribuir para melhoria da qualidade

dos materiais e para a efetividade desses programas. Dessa forma, consoante argui o autor, a proposição é oportuna por suprir, inclusive, lacuna historicamente detectada nos normativos infralegais que têm sido editados para regulamentar o tema, por meio de uma norma que se quer mais duradoura, e chancelada pelo Parlamento.

No que concerne à técnica legislativa, entendemos que a ementa do projeto poderia ser reescrita, de modo a refletir, com maior clareza, o objeto da proposição. Para esse fim, oferecemos uma emenda de redação que, a nosso juízo, em nada altera ou compromete o mérito do PLS nº 415, de 2011.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2011, e, no mérito, por sua aprovação, com a emenda a seguir.

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2011, a seguinte redação:

> "Dispõe sobre critérios e diretrizes a serem observados no âmbito dos programas federais de seleção, aquisição e distribuição de material didático-escolar para a educação básica."

Essa é a emenda sugerida pelo Relator, Senador Magno Malta, que acabo de apresentar como relatora *ad hoc*, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Coloco a matéria em votação, naturalmente abstendo-me de discuti-la, porque, na condição de Presidente, fica um tanto quanto impróprio fazê-lo. Mas agradeço à Senadora Ana Amélia por ter feito a leitura do relatório e também ao Senador Magno Malta pela elaboração do trabalho.

Vou consultar os Senadores aqui presentes nominalmente, para saber como votam.

Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a Relatora e com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Cristovam Buarque? (*Pausa.*)

O Senador Cristovam não se encontra aqui no momento.

Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Acompanho a Relatoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Pedro Simon? (*Pausa.*)

S. Exª está ausente.

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Meu voto é conhecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora e com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado.

Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Maria do Carmo Alves?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com a Relatora e com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Algum Senador ou Senadora deixou de ser chamado? (*Pausa.*)

A matéria está aprovada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Srª Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso prova que houve boa vontade da Senadora Ana Rita com um projeto de sua autoria e de relatoria do Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado. Fico muito grato.

Consulto os Srs. Senadores e Senadoras que votaram se mantêm a mesma manifestação de voto em relação à emenda proposta pela Relatora. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira mudar o voto, mantendo-se todos os votos, declaro aprovada a emenda proposta.

ITEM 2
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2011

Obriga as escolas públicas de ensino fundamental e médio a exporem em placa visível os seus resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

Relatoria: Senador Sérgio Petecão.

Relatório: favorável, com a emenda oferecida.

Observação: *1– Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda.*

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Vamos à leitura do relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 341, de 2011, da Senadora Lúcia Vânia – aproveito para parabenizar a Senadora Lúcia Vânia pela iniciativa desse Projeto –, que obriga as escolas públicas de ensino fundamental e médio do País a exporem em placa visível os seus resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O art 1º estabelece que a placa possua metragem mínima de um metro quadrado (1m²) e que seja posta ao lado da entrada principal do estabelecimento escolar. Também indica que as duas últimas aferições do Ideb deverão ser ali inscritas, bem como o Ideb médio do Município e do Estado onde a escola se situa.

No parágrafo único do art. 1º, o projeto dispõe que, no caso do Distrito Federal (DF), as placas deverão possuir, além do Ideb da instituição, a média do DF e da respectiva região administrativa em que se localiza o estabelecimento escolar.

O art. 2º informa que a lei em que se transformar o projeto terá validade a partir da data de sua publicação.

Passo diretamente ao voto.

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2011 (...)

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2011, a seguinte redação, suprimindo-se seu parágrafo único:

> "Art. 1º. Ficam todas as escolas públicas de ensino fundamental e médio do País obrigadas a publicar, em placa visível, de pelo menos um metro quadrado, junto à sua porta principal, os dados referentes a seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, nas duas últimas aferições, bem como o Ideb projetado como meta para o ano em curso do estado onde se situa, ou do Distrito Federal."

Sr. Presidente, o nosso parecer foi a favor, por entender que o projeto da Senadora Lúcia Vânia, com certeza, vai incentivar que as escolas melhorem os seus índices, principalmente na região Norte e no meu Estado, o Estado do Acre.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Conhecido o relatório apresentado pelo Senador Sérgio Petecão, consulto os Srs. Senadores quem deseja se manifestar a respeito do mesmo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Cyro Miranda tem a palavra. Depois, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu quero parabenizar o Senador Sérgio Petecão e a autora, Lúcia Vânia, porque isso realmente vem ao encontro do estímulo. E aqueles que vão se manter sempre numa posição... É o caso, por exemplo, do que foi relatado pelo Jornal Nacional, a Escola Municipal Francisco Bibiano de Carvalho, no Estado de Goiás, que teve nota 7,1. Essa é uma maneira de estímulo. E aqueles que estão devendo também vão procurar visivelmente uma recuperação. Então, eu peço a aprovação dos colegas porque, realmente, é meritório esse projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu me somo às palavras do Senador Cyro em relação ao elogio ao Senador Petecão e à iniciativa da Senadora Lúcia Vânia, mas quero dividir com esta Comissão uma preocupação que tenho em relação à possível disputa lateral que se cria com as escolas a partir da publicação para o público externo das notas dessas avaliações. Não creio que isso poderá resolver os problemas que temos que enfrentar. É preciso encontrar um mecanismo em que esses dados sejam amplamente divulgados no interior da escola, para que todos os alunos, pais, professores e funcionários, enfim, toda a comunidade escolar tenha a exata dimensão do seu desempenho e possa acompanhar a evolução ou, eventualmente, a involução das avaliações. Expor na porta de entrada, na porta principal das escolas as avaliações vai provocar uma disputa de escola para escola e vai, de forma prática, provocar uma corrida em busca de matrículas, dentro de uma mesma comunidade, de um mesmo bairro, por parte dos pais, sempre em busca da melhor educação para seus filhos, naquelas escolas melhor avaliadas. E isso termina provocando, talvez, uma disputa que não resolve aquilo que é o objetivo nosso, nesta Comissão e no Brasil, que é melhorar a qualidade da educação.

Caso não cause nenhum constrangimento ao nobre Relator, eu gostaria de pedir vistas ao projeto para que possamos melhor analisar – se possível, não sei se o Regimento permite; estou chegando na Casa agora – e preservar o espírito da iniciativa da Senadora Lúcia Vânia, que é exatamente assegurar e garantir a ampla divulgação da avaliação, que, creio, deve ser feita dentro da própria escola, para que a própria escola encontre os caminhos para melhorar o seu desempenho. Não sei se cabe vista neste instante, confesso que não conheço ainda o Regimento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Cabe. Cabe e é de bom...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Portanto, peço vista ao projeto para que possamos melhor discuti-lo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT -–PI) – Primeiro, eu quero aqui também louvar a iniciativa e, por outro lado, concordar aqui com o Senador Cássio.

Veja, você tem, em cada Estado do Brasil, milhares de escolas. Essas escolas, eu acho que com a avaliação de um lado... E hoje isso já é de domínio público, ou seja, o Ideb é divulgado pela imprensa e de várias formas.

Eu também quero concordar que, dependendo de como a gente se utiliza isso, a gente pode criar estigmas com relação a algumas escolas. Às vezes, uma escola teve um problema conjuntural quando, em determinado ano, um professor adoeceu e, por alguma razão, não teve um substituto, um substituto à altura, enfim... Então, por essa razão, eu acho que, se pudéssemos ter... Não sei se lei tem espírito, mas eu vou usar esse termo... Eu acho que o objetivo da Senadora é nobre e bate com um dos interesses da ideia de ter o Ideb, ou seja, que é o da divulgação e o de dar, inclusive, o direito de escolha aos pais e responsáveis no momento da matrícula.

Mas eu acredito que, como disse aqui o Senador Cássio, acho que podemos ter uma redação em que possamos ter essa forma de educação de tal maneira que não fique a escola estigmatizada, ou seja, que fique ali... Às vezes, a escola tem vários pontos positivos, enfim...

Então, eu quero concordar... Eu acho que esse pedido de vista nos permite tempo e eu me somo a esse prazo para que a gente possa analisar. Eu mesmo me comprometo, meu querido Cássio, de estar me juntando para que a gente encontre alternativas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Eu quero apenas assumir o compromisso de ter um pedido de vista e não um perder de vista. Trarei a sugestão, já na próxima semana, para que o projeto retome sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Ok. O prazo regimental é de cinco dias e está concedido o pedido de vista coletiva para a matéria.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O item 9, do qual sou Relator, eu gostaria de pedir a V. Exª que, se possível, o retire de pauta. É uma coisa muito interessante e se reveste de importância porque se trata de um ex-Presidenta de nossa Casa a homenagem que se quer prestar. E eu preciso examinar com mais cautela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Eu acolho a solicitação de V. Exª, e o item está retirado.

Informo aos presentes que, tendo em vista o quórum que temos no presente momento, nós não faremos a leitura do item 3, que é apenas a leitura em turno

suplementar da matéria. O item 5 tem como Relator o Senador Pedro Simon, que já esteve conosco, mas, no momento, se encontra ausente. Portanto, nós não faremos a apreciação da matéria neste momento. O item 6 é não terminativo e ficará para o final; o item 7 ficará para o final pela mesma razão. O item 8 poderá ser apreciado, já que ele é... O Senador Relator, Anibal Diniz, se encontra. O item 10 também não poderá ser apreciado, porque o Senador Vital do Rêgo não se encontra. O item 11 também não será apreciado porque o Senador Vicentinho Alves não se encontra. O item 12 será apreciado porque a Relatora é a Senadora Lídice da Mata; o item 13 é este Senador que vos fala. Portanto, em bloco, apreciaremos todas essas matérias e eu peço a colaboração...

Vital do Rêgo chegou? *(Pausa.)*

Não, abriu mão. Faremos *ad hoc* o item 10.

Iniciamos – e eu peço a compreensão de todos – a leitura de todos os relatórios para, ao final, votarmos em bloco todas as matérias.

ITEM 8
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 185, DE 2009

Denomina Rodovia Deputado Ildefonço Cordeiro o trecho da Rodovia BR-364, entre as localidades de Nova Califórnia e Boqueirão da Esperança, Estado do Acre.

Autoria: Deputado Ilderlei Cordeiro
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela rejeição
Observação: ***1– Matéria a ser votada em bloco***

Com a palavra, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente, este projeto é de iniciativa do Deputado Ilderlei Cordeiro.

O PLC nº 185, da Câmara, propõe que seja denominado Deputado Ildefonso Cordeiro o trecho da BR-364, entre Nova Califórnia e Boqueirão da Esperança. Esse trecho significa toda a extensão da BR-364 no território do Estado do Acre. E essa homenagem se dá em função da morte do Deputado Ildefonso Cordeiro quando estava em pleno exercício do mandato, em 2002.

Da Análise.

Por atribuir denominação de rodovia federal, a matéria insere-se entre aquelas de competência da União, prevista no art. 21, inciso XXI, da Constituição Federal.

Nessa condição e nos termos do art. 48 da Constituição, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre assunto que não integra a reserva de iniciativa do outro poder.

No mérito, contudo, não há como acolher a pretensão do autor, pois desde 1993 a rodovia BR-364, aí incluído o trecho objeto do PLC nº 185, de 2009, já conta com outra denominação supletiva igualmente atribuída por lei. Trata-se da Lei nº 8.733, de 25 de novembro de 1993, que deu àquela rodovia a denominação de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Como a lei não traz indicação de trecho para a aplicação da homenagem dirigida ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek, admite-se que a referida denominação aplica-se a toda a extensão da rodovia.

E vale lembrar que a BR-364 teve a sua implantação iniciada no governo de Juscelino Kubitschek, após histórica reunião realizada em 2 de fevereiro de 1960 com os governadores dos Estados da Região Norte, na qual o Presidente, num ato de coragem e arrojo, decidiu construir uma rodovia ligando Cuiabá, no Mato Grosso, a Porto Velho, em Rondônia, e Rio Branco, no Acre.

Essa rodovia cujo traçado atual se estende desde o Estado de São Paulo até a fronteira do Brasil com o Peru, no Estado do Acre, além de ter sido decisiva para a integração do Norte e do Centro-Oeste ao restante do País, viria a se constituir no principal eixo de escoamento da produção daquelas regiões.

Então, Sr. Presidente, como se trata de uma rodovia já denominada por mérito ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek, ante o exposto, o voto é pela rejeição do PLC nº 185, de 2009.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Conhecido o relatório do Senador Aníbal Diniz, vamos colocá-lo em discussão.*(Pausa)*

Não havendo quem queira discuti-lo...

Pois não.

Sr. Senador Sérgio Petecão com a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Presidente, eu queria só externar o meu voto.

Eu sou contra o relatório do Senador Aníbal Diniz, por entender que o projeto do Deputado Ilderlei Cordeiro, ex-colega Deputado Federal, tive o prazer de ser Deputado junto com ele lá na Câmara Federal, é uma homenagem justa. O seu Ildefonso era pai do Deputado Ilderlei, que morreu tragicamente num acidente aéreo. Foi um Parlamentar que ajudou muito aquela região, a região do Vale do Juruá.

Nós entendemos que... Eu, principalmente, já votei vários projetos aqui pelos quais a gente reconhece essas pessoas que têm uma vida, uma dedicação a essa região.

Então eu acho que o projeto do Deputado Ilderlei é justo e queria aqui externar o meu voto contra o parecer do Senador Aníbal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Feito o registro, consulto se mais algum Senador ou Senadora deseja se manifestar.

Encerro a discussão.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Sim, Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – É só mesmo para reforçar essa posição.

Não se trata de um demérito ao homenageado. Ocorre que já havia uma lei de 1993 que atribuía ao Presidente Juscelino Kubitschek, que foi justamente o iniciador dessa rodovia.

Então, na realidade, nós não estamos apresentando nenhum demérito à proposição do homenageado. É porque já existia uma outra lei que atribuía esse nome ao Presidente Juscelino Kubitschek e achamos que, por uma questão de justiça, seria melhor deixar como estava anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Quem sabe o Governo constrói uma outra rodovia lá no Acre e o nome sugerido acaba sendo aproveitado e homenageado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É só para constar nos registros.

O senhor sabe que é só no Brasil que existe nomenclatura de personalidades nas rodovias, porque você traz um transtorno para os mapas. Eu acho que podia ser feita uma homenagem à rodovia BR, no caso aqui, 364 homenageia fulano de tal, etc. Agora, ficar trocando nome é uma confusão... Tem mapas, tem uma série de coisas envolvidas nacional e internacionalmente. BR é BR, GO é GO, SC... Então, faz um busto, faz uma coisa e homenageia dessa maneira. Acho que esta Casa podia até pensar em nós fazermos alguma coisa nesse sentido. Não é que não seja meritório. Aí é uma questão de cada um é melhor do que o outro ou merece mais, mas vai dar uma confusão... Quando você pega um mapa, você põe um GPS hoje, não vai constar o nome de ninguém, vai constar BR-364.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Isso também deveria valer,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – ... Presidente, para as ruas e avenidas, porque a cada legislatura de vereadores – com todo respeito, porque já fui vereador também –, troca-se o nome de ruas. Tem rua que já trocou de nome dez vezes. Aí você não sabe mais. E ficam falando o nome antigo ainda. A rua mudou de nome, mas todo mundo se refere ao nome antigo da rua ainda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito bem. Eu...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – ... preciso pedir a colaboração dos Srs. Senadores e Senadoras para que a gente agilize, porque, senão, nós perderemos o quórum e vamos ter problemas com a votação.

Senador Sérgio Petecão, por favor.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Foi dada aqui a sugestão do busto. Eu acho que o Senador Aníbal, que faz parte do Governo do Estado, podia pedir ao Governador que fizesse um busto lá do nosso amigo Idelfonso, que morreu tragicamente num acidente de avião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Está feito o registro para o Senador Aníbal encaminhá-lo a quem de direito.

Encerrada a discussão da matéria, passaremos ao Item 10.

ITEM 10
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 2010

Denomina que o aeroporto de Jaguaruna, em Santa Catarina, seja denominado "Aeroporto Zilda Arns".

Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Pela rejeição
Observação: ***1– Matéria a ser votada em bloco***

O Senador Vital do Rêgo não se encontra, mas pediu que o seu relatório fosse lido na presente reunião por um Senador designado *ad hoc*.

Por isso, consultado o Senador Petecão, diante da sua concordância, fica ele designado Relator *ad hoc*.

Com a palavra o Relator *ad hoc* designado.

Já informo que votaremos esses dois itens, já que os relatórios são pela rejeição em bloco. Depois votaremos os dois outros que tem relatório favorável.

Portanto, com a palavra o Senador Sérgio Petecão para a leitura do relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Relatório do nobre Senador Vital do Rêgo.

Relatório.

O Projeto de Lei em análise atribui a denominação de Aeroporto Zilda Arns ao aeroporto de Jaguaruna, em Santa Catarina.

O autor, Senador Raimundo Colombo, considera a homenageada a maior brasileira dedicada à causa da família e da infância.

Nascida em Forquilhinha, Santa Catarina, em 1934, Zilda Arns foi médica pediatra e sanitarista. Foi também fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, organização que recebeu vários prêmios pelos trabalhos desenvolvidos.

A atuação da Pastoral da Criança resultou em expressiva redução da mortalidade infantil e salvou crianças pobres da desnutrição e da violência mediante a disseminação de conhecimentos sobre a prevenção de doenças junto a suas famílias.

Em 25 anos, a Pastoral acompanhou mais de 1,8 milhão de crianças em 4.060 Municípios, por meio de 261.962 voluntários.

A matéria em análise, por tratar de homenagem cívica, enquadra-se entre aquelas passíveis de apreciação pela Comissão de Educação, nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, vez que se trata de decisão terminativa e exclusiva. Será aqui analisado não só o mérito da proposta, mas também a adequação aos princípios constitucionais vigentes.

O equipamento cuja denominação se pretende alterar ainda não foi inaugurado. Quando pronto, não pertencerá, entretanto, à União, mas ao Estado de Santa Catarina, que já adotou, inclusive, a denominação de "Aeroporto Regional Sul".

Em se tratando de um bem estadual, não se admite, em respeito ao princípio federativo, que lei federal lhe altere a denominação.

Por certo, não faltarão oportunidades para prestar a justa homenagem à Doutora Zilda Arns, que, como bem apontou o Senador Raimundo Colombo, foi uma incansável defensora das crianças mais pobres do nosso País.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição, por inconstitucionalidade, do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2010.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço a leitura do relatório pelo Senador Sérgio Petecão.

A matéria se encontra em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discuti-la, encerro a discussão.

Tendo em vista que os dois relatórios, o do item 10 e o do item 08, são pela rejeição das matérias, colocamos ambos os relatórios em votação: o relatório apresentado pelo Senador Anibal Diniz e o relatório apresentado pelo Senador Sérgio Petecão.

Consulto os Srs. Senadores e as Senadoras como votam.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Com os Relatores.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – "Os"?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Sim.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

Não se encontra mais.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com os Relatores e o Bush do Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)* Ausente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Ah, mudou de lugar. Pois não, Senador. Desculpe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com os Relatores, mas contra o voto do parecer do Senador Anibal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Feito o registro do seu voto contrário, mas as duas matérias, os dois relatórios estão aprovados da forma como foram apresentados.

Portanto, os projetos vão ao arquivo.

Seguimos, agora, a nossa ordem do dia, também para votação em bloco do item 10 – perdão –, 11, 12 e 13.

O item 11 é matéria terminativa.

Nós temos aqui uma solicitação do nosso nobre Senador Waldemir Moka, membro da Mesa, que tem um compromisso a que precisa atender em nome da Casa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas eu não vou tirar o quórum; o quórum será mantido. Só estou avisando que eu vou ter que...

Eu sou o Relator do item 15. Só quero dizer que é a mesma coisa. As pessoas estão dando denominação, mas a consultoria informa que isso não é permitido. Para não rejeitar, estou enviando a matéria à Comissão de Constituição e Justiça, porque aí a rejeição tem uma questão jurídica e não ficamos com essa questão de ter que rejeitar, às vezes, homenagens justas. Então, como é uma votação final, a Comissão de Constituição e Justiça vai, evidentemente, dizer que isso não é possível, e aí ficamos liberados de dar um voto, às vezes, sobre uma homenagem que se pretende a mais justa possível.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Peço que inclua no requerimento do Senador Waldemir Moka o Projeto de Lei da Câmara nº 245, de 2009, de autoria do Deputado Nelson Trad, se V. Exª acatar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não sei se, regimentalmente, o nobre Senador Moka poderia transformar essa proposição num requerimento ou numa indicação ao Governador do Estado, propondo a denominação de Zilda Arns. Quer dizer, transformaria... Já que realmente se trata de um patrimônio do Estado, nós não podemos intervir.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não é a mesma. É outra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É outra matéria?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É outra matéria. Trata-se de uma universidade. E as universidades têm autonomia para isso. Não se admite.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas podemos fazer um requerimento sugerindo isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu estou enviando à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas aí demora. Assim vai perder a finalidade. Se V. Exª, como Relator, transformasse em requerimento, poderia ser. Vou pedir ao autor para fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Srs. Senadores e Senadoras, o que o Senador Waldemir Moka está solicitando é uma inversão de pauta. Feita a justificativa, eu não posso acolher a solicitação do Senador Inácio Arruda. O que pode ser feito é o Senador Moka acolher sua proposição e, em seguida, a matéria ir por requerimento dele.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – V. Exª acolhe, Senador Moka?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Então vai ter que obviamente haver um novo requerimento. Não pode haver apresentação, segundo a Secretaria da Mesa, de duas matérias no mesmo requerimento. Então fica prejudicada essa possibilidade. De qualquer forma, consulto...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Já apresento o requerimento então, Sr. Presidente, no mesmo teor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

Consulto os Srs. Senadores e Senadoras se concordam com a inversão de pauta.

Não havendo quem queira se manifestar, aprovada.

Agora colho os votos dos Srs. Senadores e das Senadoras se aprovam os requerimentos apresentados pelo Senador Waldemir Moka e também pelo Senador Inácio Arruda de encaminhamento do Projeto nº 70, da Câmara dos Deputados, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e também do Requerimento nº 245 de 2009. (Pausa.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aprovado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Havendo manifestação favorável de todos, aprovado.

Tendo em vista a perda do quórum para deliberação, é o que nós previámos, o Senador Waldemir Moka fica nos devendo, para uma próxima reunião, a contribuição para que o quórum se mantenha.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu quero informar que eu me mantive aqui e sou apenas Senador suplente nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Perfeitamente. Por isso eu tenho certeza de que V. Exª nos auxiliará sempre que necessário.

Senadora Ana Amélia, V. Exª solicita a palavra. Com muito prazer lhe concedo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É apenas para voltar a ordem para eu apresentar. Eu queria pedir, no Item 6, o apoio da Senadora Ana Rita em função de ser essa a matéria que o Governo quer a rejeição. É a questão da regulamentação dos cabeleireiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – OK. Tendo em vista não termos mais quórum qualificado para votação, voltamos agora aos itens não terminativos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É este o caso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – E o primeiro da pauta é exatamente o Item 6, que dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicura, pedicura – os nomes estão inadequados, mas eu devo lê-los como apresentado na proposição –, depilador e maquiador.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pedicure e manicure. Tem que corrigir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) –

ITEM 6
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2007

Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicura, pedicura, depilador e maquiador.

Autoria: Deputado Marcelo Teixeira

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas, e pela prejudicialidade do PLC nº 95, de 2011

Observações: *1– Matéria terminativa em Plenário*

2– No dia 20/05/09 foi realizada audiência pública para instruir o projeto

3– Na reunião do dia 16/06/09, foi aprovado o parecer com as emendas 01-CE e 02-CE

4– Em 20/10/11, o projeto passa a tramitar em conjunto com PLC nº 95, de 2011

5– Na reunião do dia 29/11/11, a matéria foi lida, iniciada a discussão e concedida vista coletiva

Portanto, agora, terminado o prazo da vista coletiva, a matéria volta à discussão.

A Srª Senadora Ana Amélia tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria pedir a compreensão da Senadora Ana Rita, que aqui representa a posição do Governo nesta Comissão, porque não é terminativa essa matéria, seu mérito já foi tratado na Comissão de Assuntos Sociais e o projeto ainda precisa ser apreciado pelo Plenário.

Do ponto de vista da educação, ao contrário do que foi argumentado pelo Ministério da Educação, não há contradição, porque é uma atividade que hoje opera na informalidade total e, quando se estabelece um nível de experiência prática e também de ensino fundamental e ensino técnico de acordo com as especificidades da localidade onde está o estabelecimento que trata de estética e beleza, então visa, ao contrário do que está dito na contradição, criar condições de aumento de escolaridade dos profissionais que operam na área.

Como eu disse, a matéria já foi submetida. São dois projetos vindos da Câmara, dois projetos que foram apensados aqui e, por isso, eles retomam o mesmo caminho que já tiveram. Há um grande desejo dos profissionais dessa área no sentido de prestar um serviço já com a segurança da regulamentação. Não há vício de iniciativa, como quer provar a Consultoria, porque os arts. 22 e 48 da Constituição dão legitimidade ao Congresso para tratar dessa matéria.

Então, eu gostaria da compreensão até do Governo, da Senadora Ana Rita, dos demais Senadores, para que a gente vote e aprove e encaminhe à Comissão de Assuntos Sociais, onde será tratado o mérito des-

ta matéria. Apenas para não ficarmos aqui sem votar, ou derrotar uma matéria que foi aprovada em todas as comissões, inclusive na Comissão de Constituição e Justiça, na Câmara dos Deputados, e uma homenagem a uma categoria tão importante como esta, dos profissionais que trabalham com a beleza.

Esse é o meu pronunciamento e a minha solicitação, Presidente Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Continua em discussão.

Senadora Ana Rita com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Quero aqui também me manifestar e dizer com a Senadora Ana Amélia que, realmente, o Ministério do Trabalho faz algumas ponderações com relação ao projeto, mas que considero extremamente importante regularizar essa profissão, que está em ascensão no País. O número de salões de beleza tem crescido muito. Agora, é necessário assegurar a esses trabalhadores e trabalhadoras os direitos trabalhistas. Portanto, acho necessário, realmente, que possamos conversar melhor com o Ministério do Trabalho. Vai ficar para a próxima reunião?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu pedi que a gente aprovasse e mandasse para a CAS, para que se examinassem essas questões.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É isso, com certeza. Podemos aprovar hoje e faremos uma melhor conversa na Comissão de Assuntos Sociais, que é a comissão mais pertinente para a gente discutir esse tema. Tem nossa plena concordância.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não. A matéria é não terminativa e a votação é simbólica. Portanto, consulto se mais algum Senador deseja discuti-la. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-la, coloco em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o relatório apresentado permaneçam como se encontram.

A matéria está aprovada.

Tendo em vista a presença de um dos autores, passamos agora ao item 14, não terminativo.

ITEM 14
– Não Terminativo –
REQUERIMENTO Nº /2011 – CE

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de um Ciclo de Audiências Públicas no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir o tema "Federalismo e a Educação".

A relação dos convidados e a programação do evento serão posteriormente apresentadas.

Autoria: *Senadores Cristovam Buarque, Cássio Cunha Lima e Mozarildo Cavalcanti.*

Estando presente o autor, Senador Cássio Cunha Lima, com a palavra V. Exª.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – A iniciativa apresentada no requerimento do Senador Cristovam, subscrita por mim e também pelo Senador Mozarildo, tem como objetivo promover, a partir do próximo ano, não mais neste período de 2011, este ciclo de debates para que possamos aprofundar a discussão sobre o pacto federativo e a educação decorrência de todos os problemas que enfrentamos.

Peço aos meus pares o apoio para aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

O último item da pauta é o item 3, matéria terminativa, mas que se apresenta agora em turno suplementar.

ITEM 3
– Terminativo -
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, DE 2010
(Turno Suplementar)

Altera a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, que "Dispõe sobre o depósito legal e de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências", para incluir as bibliotecas públicas estaduais e do Distrito Federal entre as destinatárias de exemplares de publicações referentes ao depósito legal.

Autoria do Substitutivo: Senador Valdir Raupp
Autoria do PLS 198/10: Senador José Sarney
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações: *1– O substitutivo de autoria do Senador Valdir Raupp ao PLS 198/10 foi aprovado na reunião do dia 29/11/11*

2– Não foram oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão. A matéria é dada como definitivamente adotada pela comissão, segundo o que preceitua o art. 284, combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal

Tendo em vista estar esgotada a pauta de trabalhos da presente reunião, consulto se os Srs. Senadores e Senadoras têm mais alguma manifestação.(Pausa.)

O Item 3 fica aprovado automaticamente tendo em vista não terem sido apresentadas novas emendas.

Convoco, portanto, ao encerramento desta reunião, uma reunião extraordinária para amanhã, às 10 horas, quando será realizada uma reunião para homenagear os alunos brasileiros ganhadores de medalhas e outros participantes da olimpíada mundial do ensino de 2011, na 41ª World Skills, em Londres. A autoria do requerimento é do Senador Cristovam Buarque, Armando Monteiro e Roberto Requião. Portanto, convoco as senhoras e os senhores Senadores para amanhã, no horário previsto já anunciado, de 10 horas da manhã.

Declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a contribuição e a colaboração de toda a assessoria da Mesa, a divulgação feita pela TV Senado, TV Câmara e Agência Senado e a todos os que participaram como assistência na presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos.)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 69ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE DEZEMBRO DE 2011. SESSÃO DE HOMENAGEM

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia sete de dezembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Armando Monteiro, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Clésio Andrade e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Roberto Requião, Geovani Borges, Garibaldi Alves, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Maria do Carmo Alves, José Agripino, João Vicente Claudino, Magno Malta, João Ribeiro e Marinor Brito. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Sessão de Homenagem, atendendo ao Requerimento nº 67/11–CE, de autoria dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Armando Monteiro e Roberto Requião, destinada a **"Homenagear os alunos brasileiros ganhadores de medalhas e outros participantes da Olimpíada Mundial do Ensino Técnico – 2011, 41º *WorldSkills*, Londres"**. Neste momento, é proclamada a relação de nomes, Estados e condecorações dos homenageados: **Andre Luiz Peripolli**, de Santa Catarina, ganhador do certificado de excelência na categoria Robótica Móvel; **Avner Miguel de Lima Santos**, de Alagoas, ganhador do certificado de excelência na categoria Instalação e Manutenção de Redes; **Christian Alessi**, do Rio Grande do Sul, ganhador da medalha de ouro na categoria Mecânica; **Daniela Silva de Mello**, do Rio Grande do Sul, participante da olimpíada na categoria Cabeleireiro; **Gabriel D'Espindula**, do Paraná, ganhador da medalha de ouro na categoria Eletrônica Industrial; **Guilherme Augusto Franco de Souza**, de São Paulo, ganhador da medalha de ouro na categoria Desenho Mecânico em CAD; **Guilherme de Souza Vieira**, de São Paulo, ganhador da medalha de prata na categoria Design Gráfico; **Hemilton Heverton dos Santos**, da Bahia, ganhador do certificado de excelência na categoria Serviço de Restaurante; **Jecivaldo Oliveira da Silva**, do Distrito Federal, ganhador do certificado de excelência na categoria Aplicação de Revestimento Cerâmico; **Jéssica Peyer do Amaral**, do Rio Grande do Sul, ganhadora do certificado de excelência na categoria Técnico em Enfermagem; **Laysa Barreto de Menezes**, da Bahia, ganhadora do certificado de excelência na categoria Cozinha; **Leandro Duarte Machado**, de Santa Catarina, ganhador do certificado de excelência na categoria Robótica Móvel; **Lucas Landriny Costa Filgueira**, do Rio Grande do Norte, ganhador da medalha de bronze na categoria Soldagem; **Lucas Rodrigues de Souza**, de Minas Gerais, ganhador do certificado de excelência na categoria Eletricidade Predial; **Lucas Silva Terra**, de São Paulo, participante da olimpíada na categoria Construção Moldes; **Maicon Carlos Pelissaro Pasi**, do Rio Grande do Sul, ganhador da medalha de ouro na categoria Mecânica; **Marcos Paulo dos Santos**, de Minas Gerais, ganhador do certificado de excelência na categoria Eletricidade Industrial; **Natã Miccael Barbosa**, de Santa Catarina, ganhador da medalha de ouro na categoria Web Design; **Othon Alonso Almeida Barreto**, de São Paulo, participante da olimpíada na categoria STI; **Paolo Haji de Carvalho Bueno**, de

São Paulo, ganhador da medalha de prata na categoria Tecnologia da Informação; **Priscilla Silva Teixeira**, de Minas Gerais, ganhadora do certificado de excelência na categoria Confeitaria; **Rafael de Oliveira dos Santos**, de Minas Gerais, ganhador do certificado de excelência na categoria Tornearia; **Rafael Rosan Trombini**, de São Paulo, participante da olimpíada na categoria Marcenaria; **Renata Araújo Machado**, do Rio Grande do Sul, ganhadora do certificado de excelência na categoria Técnico de Enfermagem; **Rodrigo da Silva Panifer**, de São Paulo, ganhador da medalha de prata na categoria Polimecânica; **Rodrigo Ferreira da Silva**, do Rio de Janeiro, ganhador da medalha de ouro na categoria Joalheria; **Thiago Guilherme de Carvalho**, de Minas Gerais, ganhador da medalha de bronze na categoria Fresagem; **Willian Ramon Grassioti de Souza**, do Distrito Federal, ganhador da medalha de ouro na categoria Mecância de Refrigeração. Logo após, é registrada a presença para acompanhar a reunião do Senhor Glauco José Côrte, Presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina; Senhor Paulo Afonso Ferreira, Diretor Primeiro-Secretário da Confederação Nacional da Indústria; Senhora Monica Messemberg, Diretora de Relações Institucionais do Conselho Nacional da Indústria; Senhor Henry Uliano Quaresma, Diretor de Relações Industriais e Institucionais da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina; Senhor Rafael Lucchesi, Diretor Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Diretor de Educação e Tecnologia do Conselho Nacional da Indústria; Senhor Albano Esteves de Abreu, Diretor Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Distrito Federal; Senhor Marcelo de Souza Carvalho, Diretor de Unidades do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Distrito Federal; Senhor José Manuel de Aguiar Martins, Consultor Geral do Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; Senhor Carlos Barreiros, Diretor de Comunicação do Conselho Nacional da Indústria; Senhor Roberto Monteiro Spada, Diretor de Relações Externas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Vice-Presidente da *WorldSkills* Internacional; Senhor Marcos Cesar Pontes, Embaixador da *WorldSkills* Foundation e Astronauta da Agência Espacial Brasileira e Senhor José Luís Gonçalves Leitão, Delegado Técnico da *WorldSkills* Brasil. Como convidados para comporem a Mesa, comparecem à Sessão de Homenagem o **Senhor Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI/SENAI; Senhor Tjerk Dusseldorp, Presidente da *WorldSkills International;* Senhora Shirley Moraes, Chefe do Centro de Programas Educacionais e Coordenadora Nacional do Projeto na *WorldSkills,* da Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo – CNC/SESC e Natã Miccael Barbosa, Representante dos 28 alunos ganhadores de medalhas e participantes da Olimpíada Mundial do Ensino Técnico – 2011, *WorldSkills*, Londres**. Neste momento, o Senhor Senador Cristovam Buarque sugere que integre a Mesa da presente reunião o Senhor Marcos Cesar Pontes, Embaixador da *WorldSkills Foundation* e Astronauta da Agência Espacial Brasileira, o que é acatado pela Presidência. Finda a exposição dos componentes da Mesa, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Armando Monteiro, autores do Requerimento, e os Senhores Senadores Ana Amélia, Inácio Arruda, Cyro Miranda, Benedito de Lira, Anibal Diniz, Flexa Ribeiro e Aécio Neves (não-membro desta Comissão). Logo após, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Bauer,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras, ilustre convidados, bom dia a todos que participam desta reunião solene.

Declaro aberta a 69ª reunião extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Convido para compor a Mesa o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; o Sr. Tjerk Dusseldorp, Presidente da WorldSkills Internacional; a Srª Shirley Moraes, Chefe do Centro de Programas Educacionais e Coordenadora Nacional do Projeto na WorldSkills, Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo; e Natã Miccael Barbosa, Representante dos 28 alunos ganhadores de medalhas e participantes da Olimpíada Mundial de Ensino Técnico 2011, WorldSkills, Londres.

Havendo número regimental, declaro aberta esta reunião.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da Ata de reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 67/11-CE, de autoria dos Srs. Senadores Cristovam Buarque, Armando Monteiro e Roberto Requião, destinado a homenagear os alunos brasileiros ganhadores de medalhas e outros participantes da Olimpíada Mundial do Ensino Técnico – 2011, 41ª WorldSkills, em Londres.

Passo a palavra à locutora para dar sequência aos trabalhos.

A SRª LOCUTORA – Senhoras e senhores, bom dia. Esta reunião extraordinária destina-se a homenagear os jovens alunos brasileiros ganhadores de medalhas e outros participantes da 41ª WorldSkills Competition, Olimpíada Mundial do Ensino Técnico, realizada em Londres, nos dias 5 a 8 de outubro do presente ano.

A competição simula o dia a dia do trabalho em 46 profissões. Os alunos realizam tarefas dentro de padrões internacionais de qualidade e no prazo estipulado. Seus objetivos são: promover o intercâmbio entre jovens profissionais de várias regiões do mundo, troca de habilidades, experiências e inovações tecnológicas, além de despertar o espírito competitivo dos profissionais.

Este ano, o Brasil ficou em segundo lugar na colocação geral, seguido da Coreia.

Parabenizamos os participantes e medalhistas do 41º WorldSkills: Andre Luiz Peripolli, de Santa Catarina, ganhador do certificado de excelência na categoria Robótica Móvel; Avner Miguel de Lima Santos, de Alagoas, ganhador do certificado...

Por gentileza, peço que, ao falarmos os seus nomes, levantem a mão para que possamos identificá-los.

Vou repetir.

Parabenizamos os participantes e medalhistas do 41º WorldSkills: Andre Luiz Peripolli, de Santa Catarina, ganhador do certificado de excelência na categoria Robótica Móvel *(Palmas.);* Avner Miguel de Lima Santos, de Alagoas, ganhador do certificado de excelência na categoria Instalação e Manutenção de Redes *(Palmas.);* Christian Alessi, do Rio Grande do Sul, ganhador de medalha de ouro na Categoria Mecânica *(Palmas.);* Daniela Silva de Mello, do Rio Grande do Sul, participante da Olimpíada na categoria Cabeleireiro *(Palmas.);* Gabriel D'Espindula, do Paraná, ganhador de medalha de ouro na Categoria Eletrônica Industrial *(Palmas.);* Guilherme Augusto Franco de Souza, de São Paulo, ganhador de medalha de ouro na categoria Desenho Mecânico em CAD *(Palmas.);* Guilherme de Souza Vieira, de São Paulo, ganhador de medalha de prata na Categoria Design Gráfico *(Palmas.);* Hemilton Heverton dos Santos, da Bahia, ganhador do certificado de excelência na categoria Serviço de Restaurante *(Palmas.);* Jecivaldo Oliveira da Silva, do Distrito Federal, ganhador do certificado de excelência na categoria Aplicação de Revestimento Cerâmico (*Palmas)* ; Jéssica Peyer do Amaral, do Rio Grande do Sul, ganhadora do certificado de excelência na categoria Técnico em Enfermagem (*Palmas)*.

Por favor, vou pedir, então, que vocês se levantem. Tudo bem? Obrigada. Layza Barreto de Menezes, da Bahia. Não veio? Ganhadora do certificado de excelência na categoria Cozinha; Leandro Duarte Machado, de Santa Catarina, ganhador do certificado de excelência na categoria Robótica Móvel (*Palmas)*; Lucas Landriny Costa Filgueira, do Rio Grande do Norte, ganhador da medalha de bronze na categoria Soldagem (*Palmas)*; Lucas Rodrigues de Souza, de Minas Gerais, ganhador do certificado de excelência na categoria Eletricidade Predial (*Palmas)*; Lucas da Silva Terra, de São Paulo, participante da olimpíada na categoria Construção/ Moldes (*Palmas)*; Maicon Carlos Pelissaro Pasin, do Rio Grande do Sul, ganhador da medalha de ouro na categoria Mecânica (*Palmas)*; Marcos Paulo dos Santos, de Minas Gerais, ganhador do certificado de excelência na categoria Eletricidade Industrial (*Palmas)*; Natã Miccael Barbosa, de Santa Catarina, ganhador da medalha de ouro na categoria Web Design (*Palmas)*; Othon Alonso Almeida Barreto, de São Paulo, participante da olimpíada na categoria STI (*Palmas)*; Paolo Haji de Carvalho Bueno, de São Paulo, ganhador da medalha de prata na categoria Tecnologia da Informação (*Palmas)*; Priscilla Silva Teixeira, de Minas Gerais, ganhadora do certificado de excelência na categoria Confeitaria (*Palmas)*; Rafael de Oliveira dos Santos, de Minas Gerais, ganhador do certificado de excelência na categoria Tornearia (*Palmas)*; Rafael Rosan Trombini, de São Paulo, participante da olimpíada na categoria Marcenaria (*Palmas);* Renata Araújo Machado, do Rio Grande do Sul, ganhadora do certificado de excelência na categoria Técnico de Enfermagem (*Palmas)*; Rodrigo da Silva Panifer, de São Paulo, ganhador da medalha de prata na categoria Polimecânica (*Palmas)*; Rodrigo Ferreira da Silva, do Rio de Janeiro, ganhador da medalha de ouro na categoria Joalheria (*Palmas)*; Thiago Guilherme de Carvalho, de Minas Gerais, ganhador da medalha de bronze na categoria Fresagem (*Palmas)*; William Ramon Grassioti de Souza, do Distrito Federal, ganhador da medalha de ouro na categoria Mecânica de Refrigeração (*Palmas)*.

Com a palavra o Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Exmº Sr. Senador Paulo Bauer, que irá dar prosseguimento às atividades da reunião extraordinária.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Cumprimentando a todos os já mencionados vencedores

e participantes do evento, quero dar seguimento aos trabalhos desta Comissão, informando que nós concederemos a cada uma das personalidades convidadas cinco minutos para a sua manifestação, alertando que quando a campainha tocar é porque está faltando um minuto para terminar o tempo. Normalmente quando a campainha é acionada, e isso se faz automaticamente, o palestrante que está usando da palavra imagina que o tempo já acabou, mas ainda restará um minuto, sempre resta um minuto. E se também houver necessidade de um tempo além desse, esta Presidência poderá conferir o tempo para conclusão do raciocínio ou pensamento.

Pois não. O Senador Aloysio Nunes está justificando que terá que estar presente em minutos em outra Comissão. Aliás, por esse motivo, muitos Srs. Senadores e Srsª Senadoras não estão presentes neste momento, estão na Casa, estão em outros trabalhos nas demais comissões.

E é bom também mencionar a todos os jovens homenageados nesta reunião e também aos convidados que a TV Senado, a Rádio Senado, a Agência Senado, o *Jornal Senado* estão dando ampla cobertura a esse evento que será, obviamente, retransmitido e informado a todo o País.

Concedemos a palavra, inicialmente, à Srª Shirley Moraes, chefe do Centro de Programas Educacionais e Coordenadora Nacional do Projeto da *WorldSkills* .

A SRª SHIRLEY MORAES – Sr. Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado, Sr. Paulo Bauer; Sr. Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade; Sr. Presidente da *WorldSkills*, Tjerk Dusseldorp; prezado Natã, representante dos alunos; Srs. Senadores presentes; demais presentes, bom-dia.

Em nome do Presidente da Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Dr. Antonio Oliveira Santos, e do Diretor-Geral do Departamento Nacional do Senac, Sr. Sidney Cunha, gostaria, primeiramente, de expressar, em nome do Sistema CNC/SESC/Senac, a grande honra com que o Senac participa desta cerimônia em homenagem aos alunos brasileiros participantes da 41ª edição da *WorldSkills* que ocorreu em outubro deste ano, em Londres.

E foi também com muito orgulho que o Senac, que participou pela segunda vez dessa grande competição mundial, após estrear, em 2009, em Calgary, Canadá, integrou, ao lado do Senai, a delegação brasileira com nossos jovens alunos competidores nas modalidades do setor de comércio e serviço.

Sem dúvida, o resultado veio comprovar a excelência e o alto padrão da educação profissional em nosso País. Seis medalhas de ouro, três de prata, duas de bronze, além de dez certificados de excelência, que nos deram o segundo lugar no quadro comparativo da média total de pontos por número de competidores, com a segunda melhor média de pontuação por medalha, atrás apenas da Coreia do Sul, podemos afirmar que a educação profissional brasileira mostrou que não fica a dever a ninguém.

Participar da *WolrdSkills* é muito mais do que participar de um torneio de alunos, é uma oportunidade única para estabelecer uma importante troca de experiências e comparar competências entre países de diversas regiões do mundo e diferentes culturas dos setores industriais e de serviço da economia global. E essa troca que foi realizada de modo intenso durante o evento é um instrumento fundamental para melhorarmos, cada vez mais, o nosso processo de ensino e aprendizagem e reafirmar a constante preocupação de nossas instituições em unir a prática e a teoria em prol da qualidade da educação profissional, um efetivo atendimento às demandas atuais e futuras do mundo do trabalho.

E o Senac, sempre mirando o futuro e alinhado à sua missão histórica de educar para o mundo do trabalho, tem procurado contribuir há 65 anos com o desenvolvimento econômico e social do nosso País por meio da educação profissional para o setor de comércio de bens e serviços e de turismo.

Desse modo e sempre alinhado às políticas públicas, o Senac tem sido parceiro de primeira hora do Governo, investindo em programas voltados para a inclusão, como foi o caso do Programa Senac de Gratuidade, que veio ampliar a oferta de cursos gratuitos e no qual, desde 2009, a Instituição se compromete a dedicar parte de seus recursos oriundos da receita compulsória à oferta de cursos gratuitos nos mais variados segmentos à população de baixa renda, mais recentemente, com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, que tem como foco promover a democratização do acesso à educação profissional de qualidade em todo o País.

Aliás, a participação de um dos nossos alunos competidores na Worldskills atesta esse compromisso institucional.

Gostaria de destacar que Hemilton Heverton, do Programa Senac de Gratuidade da Bahia, foi o mais bem colocado na etapa nacional e na rigorosa preparação a que nossos alunos foram submetidos ao longo de um ano, representando o nosso País em Londres na modalidade Serviço de Restaurante.

Realmente, foi emocionante ver, ao longo da competição, os nossos futuros profissionais tendo a oportunidade de demonstrar os conhecimentos e ha-

bilidades adquiridos nos cursos da Instituição e que certamente farão a diferença no mercado de trabalho.

Além de Heverton, que recebeu a medalha de excelência por seu desempenho, gostaria, em nome de todo o Senac, de cumprimentar Laysa Barretto de Menezes, também da Bahia, que participou na ocupação Cozinha, obtendo o quarto lugar; as gaúchas Renata Araújo Machado e Jéssica Peyer do Amaral, da ocupação Caring, que obtiveram a quinta colocação; e ainda Daniela Melo, que participou na ocupação Cabeleireiro.

Meus parabéns também aos jovens alunos do Senai que representaram brilhantemente o Brasil nas competições industriais. Em nome do Senac, os meus agradecimentos ao Senai pelo constante apoio e parceria.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É só para fazer uma referência de que está aqui conosco uma figura das mais importantes e que orgulham o Brasil que é o nosso astronauta Marcos Pontes. Eu gostaria de sugerir que ele fosse para a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não. Acolho a sugestão de V. Exª e peço à assessoria que providencie uma cadeira.

Convido o Marcos Pontes, realmente uma figura ilustre no Brasil, para participar da Mesa. *(Palmas.)*

Concedo a palavra ao aluno Natã Miccael Barbosa, para falar em nome dos alunos ganhadores das medalhas que são objeto da homenagem desta reunião.

O SR. NATÃ MICCAEL BARBOSA – Bom dia a todos presentes. Cumprimento os convidados. Estou muito grato por estar aqui hoje representando a nossa delegação. Em primeiro lugar, eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui compartilhando hoje com vocês e agradecer a homenagem que recebemos.

Vou aproveitar esses cinco minutos para contar um pouco para vocês o que é o sentimento de cada um de nós quando leva a bandeira do Brasil para fora do País, para representar o nosso País na educação profissional, cada um no que faz de melhor. Pelo menos eu acho que esse sentimento é único em cada um de nós, então vou compartilhar com vocês.

Em primeiro lugar, a gente tem um sentimento de gratidão pela oportunidade que nos foi dada desde o início do processo, pela oportunidade do Senai, pela oportunidade da CNI, que nos proporcionou ensino de qualidade e também essa oportunidade de levarmos o nosso conhecimento a um patamar mais elevado, além de todo o apoio durante o processo. Nós somos gratos por tudo isso, porque nós sabemos que essa conquista não foi única, não foi de cada um de nós, não foi individual. Foi a conquista de um grupo envolvido com o compromisso na educação do nosso País, um grupo envolvido com o melhor resultado possível em representar o nosso País e trazer essas medalhas que estão aqui hoje.

E também não digo só sobre as medalhas. Eu digo que todos que chegaram até a competição internacional estão de parabéns. Eu acho que todos são campeões. Eu acredito que essa oportunidade é única. Eu digo que eu não viverei momentos como vivi em Londres representando o nosso País na minha vida novamente, porque foi um momento único, e que cada um de vocês,.acredito, aproveitou da melhor maneira possível.

Eu queria deixar esse sentimento de gratidão realmente e dizer que esse é o resultado do esforço de toda uma equipe, de quem participou antes, de edições anteriores, de quem esteve acompanhando os professores, os diretores, os gerentes, os coordenadores, os presidentes. Todos que estão envolvidos com esse compromisso da nossa educação estão de parabéns e devem sentir-se orgulhosos, porque a medalha também é de cada um de vocês, é do esforço de cada um, e realmente é esse o sentimento que eu tenho e acredito que todos aqui têm esse sentimento de que a conquista não foi individual.

Realmente a gente preza isso e agradece de coração a oportunidade.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Sr. Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria, CNI/Senai

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Prezado Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente a Comissão de Educação, Cultura e Esporte; Senador, meu Líder Armando Monteiro; Senador Cristovam Buarque; presidente do WorldSkills International, Tjerk Dusseldorp; Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina; nosso companheiro de CNI, Glauco José Corte; diretor-geral do Senai e diretor de Educação e Tecnologia da CNI, Rafael Lucchesi, através de quem cumprimento todos os diretores da CNI; advogado da WorldSkills Foundation e astronauta da Agência Espacial Brasileira, Marcos Pontes; chefe do Centro de Programas Nacionais e Coordenadora Nacional do WorldSkills na CNC, Shirley Moraes; Natã Miccael Barbosa, através de quem cumprimento todos os competidores do WorldSkills aqui presentes; cumprimento também especial ao Prof. Martins, ao Prof. Espada, que representam aqui todos os colaboradores e professo-

res do Senai; senhoras e senhores; Parlamentares; Sr. Vice-Presidente da Comissão de Educação, Senador Paulo Bauer, em nome da comunidade industrial, gostaria de agradecer da V. Exª pela honrosa homenagem que esta Comissão, por proposta dos Senadores Roberto Requião, Armando Monteiro Neto e Cristovam Buarque, presta aos alunos do Senai, competidores da 41º Torneio Internacional de Formação Profissional, realizado em Londres, no início de outubro passado.

Há 30 anos que o Brasil é membro do WorldSkills Internacional, representado pelo Senai. A filiação ocorreu em 1981 e, em 1983, o Brasil participou pela primeira vez em uma competição internacional de formação profissional. Nos últimos três torneios internacionais de formação profissional, o Brasil, sempre representado pelo Senai, ficou duas vezes em segundo lugar e uma vez em terceiro. Nos últimos dez anos vem-se colocando sempre entre os cinco melhores. Tais resultados mostram que o Brasil conseguiu construir uma das melhores formações profissionais do mundo e que o Senai conquistou uma posição de destaque entre as melhores instituições de ensino profissionalizante, ao lado do Senac.

No torneio deste ano, os 23 alunos do Senai que representaram o nosso País, todos aqui presentes, conquistaram brilhantemente o segundo lugar dessa que é reconhecidamente como a maior competição de formação profissional do mundo. Nesse torneio, vencido pela Coreia do Sul, nosso alunos ficaram à frente de países como Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Alemanha, Suíça, dentre outros.

É de fato um resultado excepcional, uma vez que este ano o WorldSkills foi disputado por 51 países e quase mil estudantes de cursos técnicos profissionalizantes. A equipe brasileira competiu em 25 profissões e os alunos do Senai conquistaram 6 medalhas de ouro, 3 de prata, 2 de bronze e mais 7 certificados de excelência

Organizamos uma delegação de maior relevância, para acompanhar a participação dos alunos, composta por lideranças políticas, autoridades e dirigentes do Sistema Indústria.

Tivemos a honrosa presença dos Senadores Roberto Requião, Cristovam Buarque e Ciro Nogueira e dos Deputados Alex Canziani, Antônio Carlos Biffi, Jorginho dos Santos Mello e da Deputada Fátima Bezerra.

Estou certo de que a alta qualidade da competição presenciada pelos Parlamentares, bem como a relevância dos resultados alcançados pelos alunos do Senai e do Senac, constituem certamente a principal razão desta prestigiosa homenagem.

Srªs e Srs. Parlamentares, foi no início do processo da industrialização brasileira que o Senai, nos anos 40, então recém-criado, tornou-se um dos fatores preponderantes do desenvolvimento do parque industrial nacional. Ao longo de sua história, o Senai contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da indústria brasileira, criando na sua área de atuação, condições para o alcance do patamar de qualidade do qual hoje tanto nos orgulhamos.

O futuro da indústria e da economia brasileira está intimamente ligado à educação e ao conhecimento. O potencial de geração de inovações no País está diretamente associado à capacidade de acesso ao conhecimento e à qualidade do capital humano. Em um mundo marcado por um acelerado processo de transformações, o processo industrial vem exigindo crescentes níveis de conhecimento e complexidade em razão, exatamente, da velocidade com que estão sendo incorporadas as inovações tecnológicas e os novos modelos de organização da produção.

Vemos, portanto, com grande expectativa, a lei que cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Excelentíssima Senhora Presidente da República Dilma Rousseff.

A Confederação Nacional da Indústria considera esse programa extremamente oportuno, pois aponta soluções para as carências de mão de obra qualificada para Brasil, impulsionando a expansão da rede de atendimento à educação profissional.

A indústria brasileira tem especial satisfação em participar do Pronatec, por intermédio do Senai e do Sesi, que colocarão suas duas mil escolas em todo o País a serviço desse trabalho, para ampliar a rede nacional de atendimento à educação profissional.

Srsª e Srs. Parlamentares, esta comemoração também se presta a uma breve reflexão sobre as importantes responsabilidades que pesam sobre as Casas do Congresso Nacional.

Ao longo de nossa história republicana, o Congresso Nacional esteve sempre na vanguarda dos acontecimentos como agente modernizador do País, criando leis condizentes com as transformações econômicas, com as novas relações entre nações, com os avanços do progresso científico e tecnológico e com a evolução social. As maiores conquistas da indústria brasileira foram possíveis sempre que trilharam os caminhos do Legislativo. A indústria tem mantido um diálogo franco e transparente com o Congresso mediante um relacionamento institucional intenso, seja através do posicionamento de suas lideranças empresariais, seja através de subsídios e estudos técnicos encaminhados formalmente às duas Casas legislativas. Inquestionavelmente, o Congresso Nacional é o principal espaço da ação política. É indispensável que

os empresários dialoguem com a classe política em torno de uma agenda da competitividade para apresentar e defender nossas contribuições e empreender questões junto ao Parlamentares.

É justo registrar que muitas dessas contribuições têm sido acolhidas pelos ilustres Srs. Senadores e Deputados, transformando-se em normas legais indutoras do desenvolvimento e da competitividade da economia nacional.

Ao encerrar, quero fazer uma agradecimento especial ao Presidente e Senador Armando Monteiro Neto, que conduziu a CNI nos últimos anos e deu todo o direcionamento às ações do Sesi e do Senai. Nossos agradecimentos aos senhores membros desta Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal, na pessoa do seu eminente Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, por esta honrosa homenagem aos alunos do Senai e do Senac e à indústria brasileira. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB – SC) – Agradecemos ao Dr. Robson Braga de Andrade por suas palavras.

Concedo a palavra ao Sr. Tjerk Dusseldorp, Presidente da WorldSkills Internacional. Haverá tradução simultânea do pronunciamento do Dr. Tjerk.

O SR. TJERK DUSSELDORP – (*Pronunciamento em Inglês*.)

TRADUTOR – Gostaria, então, de reconhecer a presença de todas as autoridades, em especial do Prof. Martins, com quem já trabalhei, há bastante tempo, no WorldSkills. Gostaria, também, de pedir ao Senador Paulo Bauer um pouco de indulgência, um pouco de tolerância, em relação ao tempo. Sei que tem uma campainha que vai tocar depois de alguns minutos, mas como estou em uma situação de desvantagem pelo fato de estar falando Inglês, tendo a tradução depois, vou precisar de um pouco mais de tempo. Então, peço a tolerância dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB – SC) – Com certeza, o seu pedido foi deferido.

O SR. TJERK DUSSELDORP – (*Pronunciamento em Inglês*.)

TRADUTOR – Muito obrigado, mas prometo que vou ser breve.

Gostaria de esclarecer, também, que as coisas não estão tão claras. Na verdade, não sou o Presidente da WorldSkills Internacional. Meu mandato como Presidente da WorldSkills terminou logo após a Olimpíada de Londres, no mês de outubro, mas pedi ao novo Presidente a oportunidade de estar aqui com vocês. Esse foi o meu pedido: vir ao Brasil agradecer a participação do País. Ele me concedeu esse pedido.

E o Natã, um dos medalhistas, resumiu muito bem a missão da WorldSkills, essa missão de aumentar o intercâmbio e promover esse intercâmbio. Mas ele resumiu muito bem quando ele diz que todos os participantes da Olimpíada da WorldSkills são vencedores, todos são vitoriosos.

E uma das missões-chave da WorldSkills é aumentar a participação dos países membros, dos países participantes. Nos últimos quinze anos já houve um crescimento expressivo, nós mais que dobramos, temos atualmente 58 países participantes e a meta para os próximos anos, principalmente para 2017, quando pretendemos que o evento se realize no Brasil, pretendemos que 73 países estejam participando.

E na verdade nós criamos em Londres a Fundação WorldSkills porque existe uma grande necessidade de um trabalho constante. Não só nos eventos, nas olimpíadas, mas também entre esses eventos. Precisamos diminuir a distância que existe atualmente entre os participantes mais ricos e os participantes mais ricos do WorldSkills.

E o Brasil, além de ter participado nos últimos eventos, de ter tido uma participação de alto nível, também é um dos países que está mais contribuindo para a Fundação WorldSkills, para crescer a fundação e melhorar em nível global as habilidades técnicas e o treinamento profissional. Então o Brasil, além da participação nos eventos, tem contribuído para aumentar a participação, fazer frutificar os esforços da WorldSkills.

O Brasil, como foi mencionado, aderiu a WorldSkills em 1981 e também foi o mesmo ano em que a Austrália aderiu, em 1981. Atualmente existem 58 países membros da WorldSkills.

Para concluir, gostaria de falar como australiano, porque os nossos dois países, o Brasil e a Austrália, aderiram a WorldSkills no mesmo ano, em 1981.

Não sei o conhecimento que vocês teriam da história geológica mundial, mas gostaria de mencionar que, 15 milhões de anos atrás, o Brasil e a Austrália faziam parte do mesmo bloco continental no hemisfério sul.

E apesar de a Austrália estar se dirigindo rumo ao norte por cerca de 4 cm por ano, ainda assim eu sinto essa proximidade entre nossos dois países e principalmente como presidente da WorldSkills eu senti essa proximidade entre nossos dois países, eu senti essa energia brasileira e o esforço brasileiro.

E como presidente da WorldSkills, eu convidei o Sr. Robson e representantes do meio do trabalho, do meio industrial, todos os senhores para estarem conosco em Londres em outubro.

Nos meus doze anos à frente da WorldSkills, foi um evento único contar com uma participação tão expressiva e de tão alto nível, uma delegação com tantos

representantes de alto nível a um evento nosso. Então, foi um evento único.

E como os senhores devem estar lembrados, os que estavam presentes, o Brasil estava muito perto, na cerimônia de encerramento, estava muito perto lá do palco, e, logo do outro lado, estava o México.

Todos os participantes, todos os jovens muito animados, muito entusiasmados com as cores nacionais de cada País. Então, estavam todos presentes, todos entusiasmados.

E, quando começaram a anunciar as medalhas, anunciaram Coreia, claro, Alemanha, Suíça, vários países foram sendo mencionados, inclusive o Brasil. É importante observar que uma pequena porcentagem só dos participantes chegam à fase das medalhas, chegam a receber os prêmios.

E, no decorrer daquela cerimônia, eu estava muito perto da delegação mexicana e comecei a perceber que, com o passar do tempo, os representantes do México começaram a ficar desanimados, começaram a perder aquele ânimo inicial. Eles pararam de bater palmas.

E eu gostaria de mencionar também que alguns competidores, que estavam presentes, do Brasil, também perceberam isso. E esses brasileiros foram até os participantes do México, foram até eles e deram grandes abraços neles.

E, como o Natã falou, todos os participantes são vencedores, então, foi nesse espírito que o Brasil apoiou o México. Acredito que o Brasil vai continuar desempenhando um papel fundamental, fazendo essa ponte com outros países da América Latina, e também com a África, para estar à frente nesse esforço de aumentar o desenvolvimento mundial.

Então, gostaria de agradecer mais uma vez, elogiá-los mais uma vez, dar os parabéns mais uma vez a todos os competidores, a todos os vencedores, não só os que participaram, mas todos os demais que contribuíram e apoiaram para que vocês chegassem a esse alto nível de desempenho e de participação.

Então, gostaria de, mais uma vez, agradecer e dar os parabéns a todos vocês. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos as palavras e a manifestação do Sr. Tjerk Dusseldorp e, dando sequência a esta sessão de homenagem, quero justificar a ausência do Senador Roberto Requião, que é Presidente desta Comissão e também autor do requerimento que viabilizou esta sessão, que se encontra ausente de Brasília acompanhando um tratamento de saúde de um familiar seu e, por isso, pediu que eu transmitisse a todos o seu abraço e seus cumprimentos.

Quero informar a todos que estaremos, agora, abrindo inscrições para os Srs. Senadores que quiserem se manifestar, que quiserem apresentar sua manifestação, iniciando pelos autores do requerimento, conforme dispõe o Regimento Interno.

Também quero informar a todos os senhores presentes que, tão logo terminem as manifestações dos Srs. Senadores, devido à dificuldade de acomodar todos adequadamente aqui, nesta sala, fazendo com que os alunos homenageados permaneçam sentados nas laterais, inclusive nos fundos, vamos, depois da palavra dos Senadores e antes do encerramento da sessão, convidar os alunos para, aqui na frente, se colocarem para fazermos a foto oficial com os Senadores e todos os presentes e a Mesa.

Portanto, antecipo aos Senadores que a presença de S. Exªs se faz necessária para aquele momento, como também já quero deixar os fotógrafos e cinegrafistas informados para que se preparem para aquele momento.

Concedo a palavra ao Sr. Senador, autor do requerimento, Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Bom dia, Sr. Presidente.

Quero inicialmente dizer que os outros autores... o Senador Armando Monteiro vai estar aqui. Ah já está, me desculpe. Ele me pediu para dizer que ele voltaria. E o Senador Armando Monteiro não poderia deixar de estar presente pelo papel que teve em todo o momento, desde anos atrás, na CNI.

Quero cumprimentar muito especialmente o Robson – permita-me chamá-lo assim, sem colocar títulos na frente – que eu aprendi a admirar bastante pelo trabalho que vi lá durante as Olimpíadas e pela forma como convenceu o Sr. Dusseldorp a trazer as Olimpíadas para cá.

Quero cumprimentar o Barbosa, o Nata, que eu cumprimentei, a Srª Shirley Moraes e essa figura brasileira que é o Marcos Pontes.

Meu caro Robson, quero dizer que, quando fui convidado pelo senhor, pela CNI, pela citação do Armando, meu amigo, para eu ir a Londres, duvidei se deveria ir. Não é fácil a gente sair daqui. E tive dúvidas se valia a pena.

Mas quero dizer que, todo este ano de 2011, uma das coisas mais importantes que fiz e uma das emoções maiores que tive foi estar presente durante aqueles dias naquela imensa área em Londres, vendo todos esses jovens envolvidos no exercício de uma atividade profissional.

A maneira como eles se dedicavam sem ver quem estava por perto, a gente passava, e eles não tiravam os olhos do que faziam. Isso me emocionou muito, porque essa é a verdadeira olimpíada que deixa uma marca permanente. As outras olimpíadas pelas quais

tenho toda admiração dão medalha e pronto. Mas para esses jovens que aqui estão a medalha é apenas um detalhe do que está dentro da cabeça e do que eles são capazes de fazer com as mãos.

Essa medalha é um detalhe de um ofício que cada um deles tem por trás.

Além desta emoção, fiquei muito feliz de estar ali porque tenho insistido que o Brasil precisa descobrir que educação não se limita à educação de base e à universidade. Nós precisamos ter a formação de profissionais técnicos, sem o que não adianta ter todas as pessoas doutores e doutoras. E nós precisamos incentivar os nossos jovens para que eles procurem não apenas continuar pelo ramo da universidade, depois do ensino médio, mas que, já no ensino médio, adquiram um ofício e possam seguir outro galho dessa árvore da educação com ensinos pós-secundários, não necessariamente universitários.

As olimpíadas trazem isso, trazem incentivo aos jovens, sobretudo quando têm um astronauta como embaixador deles. E parabenizo o Sr. Dusseldorp por ter esse embaixador.

Finalmente, quero dizer que a emoção que tive também foi pelo fato de o Brasil ter ficado em uma posição destacada.

E quero chamar a atenção do papel de vocês, dentro da família CNI, a família CNC, todas essas famílias. Se nós ficássemos apenas na formação dentro do setor e sistema formal da educação, não teríamos ganhado medalhas. Não porque eles não têm suporte para irem a Londres, isso a gente resolveria, mas porque o papel de vocês é fundamental para a dinâmica da formação do ensino técnico no Brasil.

Quero, aqui, como brasileiro, agradecer o que eu pude vivenciar naqueles dias. Da esperança que eu fico que, a cada dia mais, meu caro Senador Armando, a gente possa ter mais jovens neste País percebendo que eles podem dar grandes contribuições a si próprio, à família e ao Brasil como profissionais técnicos de qualidade. Isso inclusive hoje traz mais e melhores salários do que mesmo muitos diplomas de universidade.

Então, como brasileiro, quero agradecer e dizer que contem comigo aqui, não como embaixador da WorldSkills, mas como um apoiador firme de tudo o que for preciso fazer aqui no Senado.

Finalmente, parabéns! A partir do Natã, como representante, parabéns a cada um é cada uma de vocês, meninos e meninas, que nos trouxeram não apenas essas medalhas, mas que carregam para o futuro do Brasil na cabeça e nas mãos a possibilidade de fazerem um Brasil melhor.

Muito obrigado a cada um e a cada uma de vocês. (*Palmas.).*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a palavra também ao Senador Armando Monteiro, autor do requerimento.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr Presidente desta reunião, Senador Paulo Bauer; ilustres convidados para esta reunião extraordinária; quero saudar o presidente da Confederação Nacional da Indústria e Presidente do Conselho Nacional do Senai, o companheiro Robson Braga de Andrade; saudar o Natã, através de quem gostaria de levar uma mensagem de muita alegria e de satisfação a todo esse time fantástico de brasileiros que puderam tão bem representar o nosso País nesse Torneiro Internacional de Formação Profissional; quero saudar a representante do Sistemas CNC, Shirley; cumprimentar o Sr. Tjerk Dusseldorp, Presidente do WorldSkills Internacional, dizer que essa conquista representa muito para o Brasil.

A agenda da qualificação e da educação profissional se insere como um grande desafio hoje no Brasil: o desfio de poder desenvolver novas competências, que são requeridas hoje pelo mundo do trabalho, esse mundo que vem sendo desafiado por um processo de intensas transformações, que são decorrentes inclusive da mudança do padrão tecnológico.

Então, o Brasil tem a consciência de que é fundamental intensificar e ampliar os esforços para que mais e mais brasileiros se insiram nesse novo ambiente, que cada vez mais desafia o País, a indústria especialmente, exatamente por conta desse acirramento da competição em escala global.

É importante nesse momento destacar o papel de instituições com o Senai e o Senac. Instituições que cumprem, ao longo de décadas, um papel fundamental e que está intimamente associado ao processo de industrialização do País.

No caso do Senai, isso foi fruto da inspiração e do sonho de dois ilustres brasileiros, que eu gostaria nesse momento de homenagear: o Dr. Euvaldo Lodi, presidente, em 1942, da Confederação Nacional da Indústria, e o Dr. Roberto Simonsen, presidente da Fiesp. Estes dois brasileiros levaram ao Presidente Getúlio Vargas, à época, uma proposta, que seria, meu caro Presidente Paulo Bauer, um modelo de autotributação. Eles disseram ao Presidente: “Presidente, nós queremos oferecer uma contribuição a esse processo de educação e formação profissional e, para isso, nós entendemos que podemos ser tributados, desde que tenhamos a responsabilidade de conduzir programas de formação e qualificação que tenham como foco a indústria.”

Olhando esses quase 70 anos do Senai é importante destacar como tem sido exemplarmente madura essa trajetória. É uma instituição que no início, meu caro Senador Benedito de Lira, formava apenas 15 mil brasileiros e já nos anos 50 estava presente em todo território nacional. Naquele momento em que, especialmente por meio da Presidência do saudoso Juscelino Kubitschek, o Brasil intensificava o seu processo de industrialização, o Senai representou um suporte estratégico fundamental.

Essa instituição, que oferecia 15 mil matrículas no final dos anos 40, hoje oferece 2 milhões e 300 mil matrículas por ano. Há um estoque de aproximadamente 50 milhões de brasileiros que, ao longo de quase 70 anos, passaram pelas escolas do Senai. Então, esse é um motivo de muita satisfação.

Eu tive a honra de presidir o Conselho do Senai durante oito anos e gostaria de aqui fazer um registro da presença do Diretor-Geral do Senai, Dr. Rafael Lucchesi; e também especialmente a presença de um professor do Senai que chegou a ser Diretor-Geral durante alguns anos e tem sido, desde essa época, um grande animador e estimulador da participação do Brasil nesses torneios internacionais: professor José Manuel Aguiar Martins, que está aqui conosco, a quem gostaria de cumprimentar especialmente.

Para concluir, Sr. Presidente, digo que temos todos a compreensão de que ainda há, diante de nós, desafios fantásticos. Mas o importante a destacar é que os brasileiros respondem sempre de forma muito positiva quando são estimulados por intermédio de ofertas de cursos de qualidade. Esse é o papel de instituições como o Senai, que cada vez mais se atualiza, investindo no reforço da infraestrutura tecnológica, no desenvolvimento de modelos de formação cada vez mais flexíveis, nos conteúdos e nas metodologias de ensino e, portanto, atualiza-se permanentemente, até porque hoje sabemos que o grande desafio é elevar o nível de escolaridade, reforçar e desenvolver novas competências para essa indústria cada vez mais exigente que teremos.

Como Senador, quero agradecer por esse momento em que o Senado da República tributa o seu reconhecimento ao trabalho dessas instituições e dá a esses jovens, que tão bem representaram nosso País, o testemunho do apreço que o Senado da República tem por eles, pela forma como representaram nosso País. E, sobretudo, o compromisso desta Casa com a agenda da educação, que tem tantos desafios.

Então, quero me congratular com todos e expressar a minha alegria por poder participar desta reunião.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a palavra à Srª Senadora Ana Amélia, que se inscreveu para fazê-lo.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Paulo Bauer e convidados para esta reunião, cumprimento os autores do requerimento para homenagear esses jovens que dão uma contribuição valiosíssima para o Brasil.

Tal qual o Senador Cristovam Buarque, que é o nosso mestre na área de educação, eu também tive dúvidas. Recebi o honroso convite para estar em Londres, a fim de participar dessa maratona do conhecimento e do ensino profissionalizante.

No meu caso, hoje estaria como o Senador Cristovam – e ouvi também relato do Senador Roberto Requião –, ambos ficaram impressionados com a qualidade do que viram ali. E eu também teria sentido a mesma percepção, mas não pude, por causa do Código Florestal, matéria com a qual tive muito envolvimento e interessa bastante ao meu Estado do Rio Grande do Sul.

Eu digo que hoje o Brasil tem um grande desafio, que é exatamente resolver, Senador Cristovam – falamos muitas vezes isso no plenário do Senado –, o apagão de mão-de-obra qualificada, especializada, porque o séc. XXI bateu à nossa porta. E, para ultrapassar a barreira da oitava economia do mundo, há uma qualificação cada vez maior.

O Sistema S, especialmente os representados aqui pelo Senai e Senac, tem uma contribuição valiosa. O Senai treinou um jovem que, durante oito anos, presidiu os destinos do País – o Presidente Lula –, num curso de torneiro mecânico. Isso dá apenas um símbolo do que significa esse aprendizado e do que significa o esforço de instituições como o Senac e o Senai na preparação desses jovens.

Embora o Natã esteja à Mesa, representando todos, gostaria, como Senadora do Rio Grande do Sul, de mencionar, de modo especial, os jovens do meu Estado, o Christian Aleci, ganhador da medalha de ouro na categoria mecânica; Daniela Silva Melo, participante da Olimpíada na categoria Cabeleireiro; a Jéssica do Amaral, ganhadora do certificado de excelência na categoria Técnico em Enfermagem; e a Renata Araújo Machado, ganhadora do certificado de excelência também na área de enfermagem.

Fico contente, porque há homens, jovens, mulheres também presentes a esse certame. Isso é muito importante. O empoderamento dessa juventude, que tem um papel relevante. Eles estão mostrando que, quando a oportunidade lhes é oferecida, eles a aproveitam.

Parabéns aos homenageados. Continuem orgulhando o Brasil, quando estiverem participando de certames como este.

Queria também cumprimentar o Presidente da WorldSkills pela iniciativa que faz, reunindo jovens de todo o mundo, de países desenvolvidos e de países em desenvolvimento, porque, dessa forma, globalizando a solidariedade e o esforço para formar juventude em todos os quadrantes do planeta, teremos um mundo de maior paz, de maior compreensão, de maior desenvolvimento social e de mais justiça social também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos à Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, convidados, cumprimento a todos na figura do Presidente da CNI, Robson Andrade, e também do jovem medalhista Natã.

E não podemos deixar de cumprimentar, Shirley, as mulheres, porque estão em plena ascensão no poder no Brasil e em todas as áreas do conhecimento no nosso País e no mundo.

Eu não poderia deixar de manifestar-me, primeiro porque sou ex-aluno do Senac e também do Senai. Em um, fiz o curso de Técnicas Comerciais, muito apropriado; depois, no Senai, fiz o curso de Desenho Mecânico, e com ele foi que consegui meu primeiro emprego numa metalúrgica, lá no Estado do Ceará, pelas portas, digamos assim, do Senai.

De lá, por sorte – nascido na periferia de Fortaleza, numa família muito pobre –, caí dentro da Escola Técnica Federal. É uma escola de nível médio, que permitiu que eu saísse dali graduado, com o curso de Eletrotécnica e, depois, para a Universidade Federal. Em razão da participação ativa nos movimentos sociais, tive de largar os dois cursos que iniciei: Matemática e Direito. Eu os deixei para lá e vim fazer o Direito aqui mesmo, nos bancos do Congresso Nacional; daqui a gente já sai graduado e pós-doutorado nessa área.

Então, Sr. Presidente, quero reafirmar essa importância e o papel destacado do Senai e do Senac, hoje espalhados em vários outros S, que têm buscado cumprir um grande papel em nosso País.

Quando falamos do apagão de mão de obra, quem se apresentou, com grande força, para responder, juntamente com o Governo, aliado a ele, foram também essas instituições, para dar velocidade na nossa formação, na nossa preparação, porque surge a oportunidade: o Brasil começa um novo ciclo de crescimento com desenvolvimento, com melhor distribuição da riqueza, que sempre foi muito concentrada em nosso País.

E uma das maneiras mais adequadas de distribuir riqueza é garantir boa formação para o nosso povo. Não basta ter o curso de nível médio; hoje cito o caso do Estado do Ceará, Presidente, em que há seiscentas e poucas escolas de nível médio. E todos os estudantes, quando concluíam o curso de nível médio nas escolas estaduais, você ****

Perguntava: "E agora, você é o quê?" E a pessoa dizia: "Ah, eu acho que vou fazer vestibular." E se não fizer, que era o caso de 90% dos alunos que não entravam na universidade naquela época? Eles diziam: "Eu não sou nada. Eu não tenho um curso técnico. Eu não tenho uma preparação para chegar numa empresa e dizer que sou especialista em um assunto, eu tenho conhecimento desse assunto. Eu me preparei, tenho um curso feito no Senac, no Senai, numa escola técnica."

Esse passo também não é fácil. Agora, estamos transformando de 600 escolas, 120, num esforço extraordinário, no caso do meu Estado. O mesmo está ocorrendo em outros Estados. São 120 das 600 serão escolas técnicas de formação profissional, mas não respondem às necessidades na velocidade de que precisamos.

Hoje, precisamos de soldadores lá no meu Estado. No Estado vizinho de Pernambuco, precisa atualmente de mais do que o dobro de soldadores. Está faltando soldador no Rio Grande do Sul. Existe uma demanda – estou citando um item –, mas em todos os outros, nós temos dificuldade de formação na velocidade necessária. Quem tem essa experiência no Brasil é o Sistema S. Eu sempre cito o Senai porque, como ex-aluno, a gente fica sempre muito ligado e muito próximo, tem a capacidade de formar com mais velocidade os nossos profissionais. E além de formar os nossos profissionais, ele se apresenta como grande capacidade. Vão as olimpíadas, ganham medalhas e voltam para cá com mais energia, mostrando que o conhecimento pode, sim, fazer a diferença, faz a diferença para nós.

Se nós queremos melhorar a qualidade de vida, não é apenas chegar com o PIB sendo o primeiro do mundo. Todas as nações almejam ser o primeiro PIB do mundo, mas não é o primeiro PIB do mundo, é o país com qualidade de vida para seu povo. E não há qualidade de vida sem a gente preparar a nossa juventude.

Ontem inspirado em muitos educadores, muitos dos que estão no Senai, Senac e outros órgãos do Sistema S, nós aprovamos aqui nesta Comissão uma proposta que destina 50% do fundo social do pré-sal para educação, ciência e tecnologia. Porque não há outro caminho para nós. E é preciso teimar. Se a Dona Lindu teimava, temos que teimar também aqui no Congresso Nacional para garantir esses recursos de uma

riqueza extraordinária que ainda é o petróleo sendo utilizado para educar a população brasileira.

Essa matéria vai tramitar aqui no Congresso Nacional, na Câmara, e eu peço apoio de todos o Sistema S para que a gente, assim como em determinadas matérias fazemos pressão para que seja aprovada, faça pressão, aquele *lobby* transparente, aberto, que não tem receio, não tem medo porque sabe que é uma causa muito importante para a Nação inteira: pegar esse dinheiro do pré-sal e colocar aqui na educação. Não vai ser gasto, não vai ser despesa, vai ser o maior investimento que nós podemos fazer para a nossa juventude e para o desenvolvimento do nosso País, inspirado nesses homens que aqui estão. Há pouco falou aqui o Cristovam, ontem eu falei que esse projeto é inspirado nele, é inspirado em grandes figuras do Congresso Nacional que se dedicam à causa da educação. Cada um com um viés, mas com o mesmo objetivo.

Acho que é assim que nós devemos trabalhar.

Nata, eu dou os parabéns a todos os nossos medalhistas no seu nome e assim se apresentam como grande símbolos para a nossa juventude. Tem outro caminho bem distinto que é o caminho do conhecimento, que ajuda a você, a cada um dos que ganharam medalha, ajuda a juventude brasileira e sobretudo ajuda o Brasil.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de fazer uma saudação muito especial a três grandes brasileiros acima de tudo, três grandes empresários: meu amigo Robson Andrade; ao Armando Monteiro, que saiu; e a um grande goiano que está aqui, Paulo Afonso, que presidiu a nossa entidade no Estado de Goiás e hoje é o primeiro secretário, pela doação que dão a essa grande causa.

Eu tenho uma estima muito grande pelo Sistema S, sou um defensor muito grande desse Sistema. A valia e o bem que eles prestam ao nosso País é inestimável.

Eu tenho também, como o Senador Inácio Arruda, um sentimento. Eu vou contar uma história muito rápida. Eu fazia cursinho para engenharia em São Paulo e fiquei muito amigo de um paranaense, e esse rapaz, a família mexia com café, de repente, teve uma debâcle e eles perderam tudo, e nós estávamos fazendo o primeiro ano de cursinho para engenharia e naquela época às vezes não se conseguia entrar na primeira vez e ele foi obrigado a ir para o mercado de trabalho, a família perdeu tudo.

Aí me deparei com uma situação, naquela época, se ficava quatro anos no primário, quatro anos no ginásio, como nós chamávamos, e mais três anos no científico ou clássico, eram 11 anos de estudo. E o que nós sabíamos? Todas as capitais do mundo, todas as ilhas gregas, mas não sabíamos, na época, o que era bater à máquina, não sabíamos reconhecer uma duplicata, nós éramos extremamente aptos para ser um *office boy*, depois de 11 anos de estudo. Então vem o sistema S com essa grande contribuição.

Venho agora parabenizar o Mr. Dusseldorp pela iniciativa de poder trazer a esses jovens, que, nós brasileiros, e esses jovens talentosos, os quais homenageio na pessoa do Natã, todos vocês só precisam da oportunidade para mostrar do que, nós brasileiros, somos capazes.

Robson, Paulo Afonso, o Sistema S, o Senac, os meus parabéns. E quero dizer que nós estamos aqui, no Congresso, no Parlamento, vigilantes porque às vezes iniciativas desastrosas querem macular o Sistema S ou até desviá-lo das suas funções. Vocês têm aqui vários guardiões.

De maneira que vocês estão de parabéns.

Robson, meu carinho, minha admiração por tudo que foi feito.

E aos autores deste requerimento, mais do que justo, Mr. Dusseldorp, continue com essa iniciativa, que os brasileiros vão dar uma resposta. Hoje nós conseguimos o segundo lugar, amanhã o primeiro lugar será nosso.

Parabéns a todos.

Obrigado. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Sr. Senador Cyro Miranda.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira e, depois, ao Senador Anibal Diniz, que se encontra inscrito.

E, com estas manifestações, estamos encerrando as inscrições de Senadores para se manifestarem.

V. Exª tem a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, peço permissão aos demais componentes da Mesa para cumprimentar na pessoa do Presidente Robson Braga, e eu quero cumprimentar este jovem Natã e ao seu lado o meu conterrâneo, muito feliz por ter um alagoano no rol desses jovens medalhistas, Avner Miguel de Lima Santos, ganhador do certificado de excelência na categoria instalação e manutenção de redes.

Meus caros Senadores e Senadoras, este momento faz com que cada um de nós possa reviver um pouco do histórico, do passado. Aqui ouvi a manifestação do meu colega, Senador Arruda, agora há pouco do meu querido amigo, Senador Miranda, eu vou contar também a minha.

A minha vida de estudante comecei na escola técnica. Os meus primeiros passos, àquela época de estudos acadêmicos, de ginásio, eu fui para uma escola agrícola para fazer o curso de mestre agrícola e futuramente técnico agrícola. Terminei o meu curso de mestrado, Robson, na agricultura, depois então fui fazer o meu segundo grau, hoje segundo grau, à época meu curso técnico, na Escola Técnica Federal de Alagoas.

E ao continuar caminhando, nobre Presidente, comecei a me preocupar com o sistema de educação do meu País e do meu Estado, com especialidade, enveredei por esse caminho, de ajudar a criar escolas, não técnicas, mas escolas acadêmicas, mas sempre defendendo a tese de o ensino técnico era de fundamental importância, que ele tivesse crescimento no nosso País.

Os países desenvolvidos dão prioridade considerável aos ensinamentos técnicos, à formação da mão de obra qualificada. E é exatamente o que tem feito ao longo dessas últimas décadas, mais de 70 anos, o Sistema S, que tem dado uma contribuição extraordinária à formação dos jovens na educação do meu País.

O Brasil, infelizmente, até pouco tempo, não investia nessa área para profissionalizar, qualificar. É como disseram colegas: ao terminar o meu segundo grau de então, o ginásio, o curso científico, na vida prática, o que representava isso? Absolutamente nada. Quando ele chegava para ser candidato a qualquer possibilidade de emprego, a pergunta que vinha era: o que você sabe fazer? Não tem qualificação. Aí, a coisa se tornava mais difícil.

Mas isso é realmente o desenvolvimento do País, Presidente. Nós precisamos comemorar este momento. Eu queria, nesta oportunidade, me congratular com estes jovens que, determinadamente, estão dando um exemplo fantástico para a juventude do País, do continente e do mundo.

Nós vivemos hoje momentos de muita dificuldade com os nossos jovens, quando muitos deles estão enveredando pelo caminho não do malfeito, mas da droga, da coisa terrível, que tem atrapalhado a vida das pessoas. E o grande potencial é o jovem. Mas nós precisamos abrir esses caminhos, para que eles possam se credenciar, para que amanhã eles possam desenvolver uma atividade produtiva capaz de gerar expectativas extraordinárias para o País, que está em fase de desenvolvimento.

Então, eu queria, Natã, na sua pessoa, meu prezado jovem, cumprimentá-lo e cumprimentar a todos. Quero cumprimentar o Sr. Dusseldorp. Que continue incentivando e fazendo com que as coisas possam acontecer.

É como disse o Miranda: hoje nós somos o segundo, mas nós temos muita vocação para sermos sempre o primeiro em tudo que fazemos. Nós não somos o primeiro apenas no futebol. Nós somos o primeiro também na capacidade de gerar expectativas de futuro.

Então, eu queria cumprimentá-lo, Robson, e, na sua pessoa, cumprimentar toda a indústria brasileira, que tem tido um papel fundamental no desenvolvimento das coisas boas que possam acontecer no País.

Parabéns ao Senador Armando Monteiro e ao Senador Cristovam Buarque pelo requerimento. O Professor Cristovam tem sido um incentivador permanente do sistema educacional brasileiro. Vamos continuar trabalhando nesta Casa, para cada vez mais melhorar o ensino técnico do meu País.

Parabéns e muitas felicidades para cada um daqueles que ganharam as medalhas. Que possam colocar em prática exatamente a ação que vocês desenvolveram fora do nosso País, dignificando o sistema técnico do ensino brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos ao Senador Benedito de Lira.

Ouviremos o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Paulo Bauer, quero iniciar aqui fazendo um cumprimento especial ao Senador Cristovam Buarque e ao Senador Armando Monteiro pela feliz iniciativa de propor esta homenagem a esses jovens vencedores dessa Olimpíada do Ensino Técnico, que tanto orgulho nos proporciona.

Quero dizer de antemão, Senador Cristovam, também em um cumprimento especial ao Presidente da CNI, Sr. Robson, ao Sr. Presidente da WorldSkills, Mr. Dusseldorp, que nós precisamos muito da excelência para que ela sirva de vitrine para os demais, porque os bons exemplos arrastam os bons exemplos arrastam e o fato de a gente ser vencedor em algo chama a atenção. Esses jovens são vencedores e merecem todo o nosso respeito.

Por isso o meu cumprimento especial ao jovem Natã, que está representando os 28 vencedores do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Distrito Federal e Alagoas. Vocês representam o Brasil e podem servir de exemplo para milhões e milhões de jovens brasileiros.

O ensino técnico no Brasil caminhou de maneira lenta e evoluiu tardiamente e tem uma contribuição fantástica do Sistema S. Querendo ou não, a gente tem que reconhecer que a passagem do Presidente Lula no comando do Brasil foi algo que fez uma tremenda diferença para o ensino técnico do Brasil. Nós saímos

de pouco mais de cem escolas técnicas, construídas ao longo de cem anos, para trezentas ou mais de trezentas escolas técnicas em oito anos. E com a Presidenta Dilma nós já temos o compromisso de chegar a quinhentas escolas técnicas. Então é algo que vai fazer uma grande diferença por todo o Brasil.

Vocês, vencedores dessa olimpíada, com visibilidade mundial, que tiveram a oportunidade de passar onze dias em Londres, mostrando o Brasil para o mundo, mostrando aquela solidariedade que o senhor verificou naquele momento em que deram força para o México, porque aquilo traduz bem o espírito do brasileiro. O brasileiro é, por excelência, solidário. Nós somos solidários nas nossas relações internacionais. E isso também se verificou nessa olimpíada. Então esses jovens podem servir de exemplo para milhões e milhões de jovens do Brasil. E vocês não fazem ideia do bem que estão fazendo para o futuro do Brasil ao conquistarem essas medalhas, para visibilidade em todo o mundo, mas fundamentalmente, para visibilidade dos jovens brasileiros.

Então eu encerro dizendo que me sinto muito orgulhoso pela oportunidade de participar desta reunião em homenagem a esses jovens. E espero que vocês sejam multiplicadores, que vocês sejam faróis para orientar o caminho de milhões e milhões de jovens no Brasil.

Parabéns e que Deus abençoe a trajetória de todos vocês. *(Palmas.)*

O SR PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecendo a manifestação do Senador Aníbal Diniz e não havendo mais Senadores inscritos, desejo aqui, como Presidente desta reunião, registrar também os meus cumprimentos a todos os homenageados, a todos os alunos.

Penso ser meu dever mencionar e registrar que esta Casa, o Senado Federal, se sente sem dúvida alguma orgulhosa por poder viver este momento e prestar esta homenagem. Naturalmente que os estudantes, os alunos aqui presentes, ouvindo tantos pronunciamentos, de tantos Senadores, podem imaginar, e têm até razão, por que tantos discursos. Esta Casa vive da manifestação dos representantes dos Estados brasileiros. Aqui nós temos 81 Senadores; 27 integram a Comissão de Educação, Cultura e Esportes; dos 27, nós tivemos presentes nesta reunião 12 Senadores. E é importante dizer que não estão todos aqui porque cada Senador tem a responsabilidade de participar de duas ou três comissões simultaneamente. Nós somos 81 Senadores que têm, obrigatoriamente, que dar conta da tarefa de legislar, dar conta da tarefa de fiscalizar, dar conta da tarefa de representar o povo brasileiro e, mais do que o povo, temos a tarefa de representar os Estados brasileiros. E, nessa tarefa, é evidente que muitas vezes precisamos nos multiplicar. Tenho certeza que a manifestação dos colegas Senadores aqui, homenageando a todos, representa a manifestação da Casa e do Brasil. E é importante dizer, se temos 81 Senadores, e penso que os jovens alunos talvez não tenham a informação que eu lhes darei agora: dos 81 Senadores, 20 já exerceram mandatos de Governador de Estado; cerca de 20 já exerceram cargos de Ministro de Estado; pelo menos uma dezena já exerceu o cargo de Vice-Governador de Estado; quase três dezenas já exerceram mandatos de Prefeito Municipal; quase todos já foram Deputados Estaduais, Deputados Federais ou mesmo Vereadores.

Aqui não temos nenhum Senador que não conheça o Brasil. Dois foram Presidentes da República. No início do mandato eram três. Infelizmente, o Senador Itamar Franco nos deixou. É importante registrar que tudo o que se faz no Brasil, tudo o que se realiza no Governo do nosso País, tudo o que não se realiza, é motivo de discussão, de debate, de análise, de crítica e de aplausos nesta Casa. Por isso, é importante registrar para todos que Niemeyer foi muito feliz quando idealizou a arquitetura do Congresso Nacional. Colocou, lá na Câmara dos Deputados, uma grande bacia com a boca aberta para cima para que lá pudessem caber todos os pedidos do povo brasileiro, já que os Deputados são representantes da população. Do lado de cá, colocou exatamente a tampa dessa panela, para que o Senador funcionasse como um órgão protetor, como uma casa protetora, protetora das instituições, garantidora da democracia e, acima de tudo, uma casa que soubesse valorizar os grandes brasileiros, brasileiros como Marcos Pontes que nos orgulha, que honra este País por ter sido o único que foi além do planeta, que foi acima dele, que o viu de lá. Orgulha o Brasil o trabalho que faz o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade, que aqui se manifestou, como orgulha o Brasil, sem dúvida nenhuma, todos aqueles que organizam o setor industrial, que organizam o setor de ensino profissional através do Senai, do Senac, que aqui se fazem presentes.

Permito-me encerrar minhas palavras dizendo que esta, sem dúvida nenhuma, é uma sessão solene, uma sessão de homenagem, que os autores (Senador Requião, Senador Cristovam, Senador Armando Monteiro) idealizaram com muita propriedade e com muita oportunidade. Certamente os homenageados, dentre os quais o Natã, que é do meu Estado, de Santa Catarina, também o Andre Peripolli e o Leandro Machado, merecem a homenagem que lhes está sendo oferecida. Também fico feliz de ver aqui o Presidente da Federação das Indústrias do meu Estado, Glauco

Corte, e o Diretor da FIESC, Henry Quaresma, numa demonstração de que Santa Catarina vibra e aplaude não só os seus filhos, mas todos os brasileiros que conquistaram e merecem a premiação que obtiveram lá em Londres.

Agradeço a todos pela participação, pela presença. A assessoria informa-me que o Senador Aécio Neves também solicita a palavra. Aqui todos têm o direito de falar quando requerem seu tempo. Também o Senador Flexa. Já havia encerrado as inscrições, mas acho que não podemos perder a oportunidade de ouvi-los. Com certeza, ouviremos a manifestação de ambos. Por favor, o Senador Aécio com a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB — MG) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Bauer. Será bastante breve a minha palavra.

V. Exª se antecipa e justifica, inclusive, nossa ausência durante toda a solenidade. Participávamos de importante votação na Comissão de Justiça. Mas faço questão de estar aqui para cumprimentar todos que estão na mesa, para cumprimentar de forma especialíssima esse fraterno amigo, grande dirigente – hoje talvez o mais importante – do setor produtivo nacional, Robson Braga de Andrade, meu conterrâneo de Minas Gerais. Buscou dar à delegação brasileira a estrutura necessária para que, com os talentos de jovens de várias partes do Brasil, pudéssemos hoje aqui estar comemorando os extraordinários resultados.

Cumprimento todos do WorldSkills. Quero apenas fazer uma constatação. Se temos aí propaladas e incomparáveis riquezas naturais, solo extremamente fértil, se temos hoje uma perspectiva de futuro que há muito não se via, acredito que acima de todos esses bens está esse que aqui hoje é homenageado: a capacidade da nossa juventude, a capacidade de termos talentos individuais e a capacidade de transformar esses talentos individuais em força motora para que o país possa se desenvolver cada vez com maior vigor, cada vez ultrapassando novas fronteiras e se preparando aí sim de forma definitiva para o futuro.

Temos permanentemente aqui embates entre Governo e oposição é natural, é da democracia, essa comissão mesmo é o cenário de muitos desses debates, mas esta Casa tem a capacidade de, em alguns momentos, acima desses debates, compreender que somos todos brasileiros, orgulhosos não apenas do que vem acontecendo no Brasil, mas daquilo que ainda está por vir.

Aos jovens que aqui estão, e me permitam, em especial, aos muitos mineiros que estão aqui hoje homenageados, fica a palavra de uma esperança muito grande. A esperança de que não há limites quando se tem talento, quando se tem capacidade de organizar este talento como faz a CNI e o Senai hoje, direcioná-lo para produção, para o rompimento de fronteiras.

Não tenho dúvidas, Senador Paulo Bauer, em afirmar que o futuro que nos espera é um futuro alvissareiro, é um futuro muito mais promissor do que aquele que quando éramos nós os jovens nós vislumbrávamos.

Portanto, não sou membro desta Comissão, como sabe V. Exª, mas fiz questão de aqui estar para, em nome também dos 20 milhões de mineiros, cumprimentar a todos os jovens brasileiros que levantaram no local mais alto possível a bandeira deste Brasil, o Brasil do trabalho, o Brasil da seriedade e não mais o Brasil do futuro, o Brasil do presente.

Muito obrigado a V. Exª, Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Senador Aécio Neves.

Ouviremos a manifestação do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Paulo Bauer, Presidente da Comissão de Educação, senhores membros da Mesa, em nome do Presidente da CNI Robson Andrade, meu amigo fraterno, Srs. Senadores, senhores convidados, alunos do Senai ganhadores das medalhas e dos certificados de excelência, senhoras e senhores, Senador Paulo Bauer, V. Exª fez referências aos Senadores, governadores, ministros, vice-governadores, deputados, e eu quero dizer a V. Exª que eu tive um privilégio especial. Eu convivi com o Sistema CNI por mais de uma década. Tive a experiência engrandecedora de presidir a Federação das Indústrias do Estado do Pará, por oito anos, e participar, como vice-presidente da CNI por quase 10 anos. Sei, por dentro, o que o Sistema CNI faz pelo Brasil, tanto no Senai, na qualificação profissional dos jovens e dos trabalhadores quanto no Sesi, na parte social e de atenção médica.

E aqui é o exemplo que estamos vendo, brasileiros de vários Estados ganhadores de olimpíadas em nível internacional. O 41º WorldSkills, em Londres, traz aqui medalhas. E temos aqui medalhas de ouro, de prata e certificados de excelência em várias áreas.

Eu já presidi, na legislatura passada, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal e sei que a área de ciência, tecnologia e inovação é fundamental. E essa área era agregada à Comissão de Educação do Senado Federal. É fundamental para o desenvolvimento, para a mudança do patamar do nosso país. E é isso que o Senai faz e faz bem, porque essa juventude vai para uma mostra para disputa internacional e volta com medalhas que os distingue, com medalhas de ouro e de prata. É o Brasil despontando em nível de inovação, de tecnologia e trazendo essa distinção para todos nós.

Parabéns a todos vocês, que representam o Brasil do amanhã, ou melhor, o Brasil de hoje porque já estão inseridos no mercado de trabalho.

Sejam felizes! Que Deus os abençoe! Parabéns, Robson, você que está à frente, com competência, da CNI. Siga em frente que o Brasil tem, com certeza absoluta, esperança pelo trabalho não só da CNI como de todos os brasileiros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Sr. Senador.

Vamos ouvir, agora, pelo cerimonial a menção de todas as autoridades que participaram e que estão presentes nesta sessão. Isso se faz necessário, porque, como já lhes disse, esta sessão é divulgada a todo o País pela TV Câmara, pela Rádio Câmara, pelo Jornal Câmara, pela Agência Senado, perdão, Agência Senado, o vício ainda do mandato de Deputado me trai. Mas vamos ouvir a citação de todas as autoridades e de todos os participantes para ficar registrados nos Anais da Casa.

Por favor, Cerimonial.

A SRª LOCUTORA – Agradecemos a presença das seguintes autoridades: Exmº Sr. Senador Aécio Neves, Exmª Srª Senadora Ana Amélia, Exmº Sr. Senador Aníbal Diniz, Exmº Sr. Senador Flexa Ribeiro, Exmº Sr. Senador Benedito de Lira, Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque, Exmº Sr. Senador Cyro Miranda, Exmº Sr. Deputado Federal Wilson Picler.

Estiveram presentes, nesta reunião, o Exmº Sr. Senador Armando Queiroz de Monteiro Neto; a Exmº Srª Senadora Lídice da Mata; o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Sr. Glauco José Corte; a Diretora de Relações Institucionais do Conselho Nacional da Indústria Srª Mônica Messenberg; o Diretor de Relações Industriais e Institucionais da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Sr. Henry Uliano Quaresma; o Diretor-Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Diretor de Educação e Tecnologia do Conselho Nacional da Indústria, Sr. Rafael Lucchesi; o Diretor Regional de Aprendizagem Industrial do Distrito Federal, Sr. Albano Esteves de Abreu; o Diretor de Unidades Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Alagoas, Sr. Marcelo de Souza; o Consultor-Geral do Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Sr. José Manuel de Aguiar Martins; o Diretor de Comunicação do Conselho Nacional da Indústria, Sr. Carlos Barreiros; o Diretor de Relações Externas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Vice-Presidente da WorldSkills International, Sr. Roberto Monteiro Espada; o Advogado da WorldSkills Foundation e Astronauta da Agência Espacial Brasileira, Sr. Marcos César Pontes; o Delegado Técnico do WorldSkills Brasil, Sr. José Luiz Gonçalves Leitão, e esteve também presente nesta reunião o Exmº Sr. Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos a presença de todas as autoridades citadas e, antes da fotografia, que foi prometida e anunciada...

Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria só pedir para fazer uma justiça pela omissão que cometi, ao registrar o nome dos agraciados do meu Estado Rio Grande do Sul, não tendo me referido ao que ganhou a medalha de ouro na categoria mecânica, o Maicon Carlos Pelissaro Pasin.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Está registrado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então, eu queria corrigir a injustiça e agradecer, Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

Antes da foto, vamos ouvir, por dois minutos, alguém muito especial que se faz presente, neste momento.

Concedo a palavra ao ilustre brasileiro Marcos César Pontes.

O SR. MARCOS CÉSAR PONTES – Boa tarde a todos. É um prazer muito grande. Gostaria de começar agradecendo pela oportunidade de participar, agradecer a presença de todas as autoridades, de todos os Senadores, de todos os diretores aqui presentes. Geralmente, aqui no Brasil falo como astronauta, mas hoje, nesta cerimônia falo como Embaixador mundial do WorldSkills International, essa organização que traz não só essas competições, mas agora, com também com a WorldSkills Foundation, que pode levar o ensino profissionalizante a crianças e jovens no mundo todo em condições difíceis. Digo que, como ex-aluno do Senai, o ensino profissionalizante muda vidas, ele transforma vidas. Se hoje estou sentado nessa posição é porque lá no começo, em Bauru, tive a oportunidade de fazer um curso do Senai como eletricista aprendiz da Rede Ferroviária Federal.

Não poderia deixar de ressaltar a importância, quando parabenizo a todos os nossos jovens que participaram, carregando a bandeira do Brasil lá, sei muito bem o peso de carregar a bandeira do Brasil perante o mundo. Então, parabéns a todos vocês pelos resultados, parabéns pela participação e pela brilhante represen-

tação do nosso país em Londres. Não poderia deixar de ressaltar que por trás de cada um desses alunos, por causa de cada um de nós aqui presentes, existe a figura do professor.Tenho certeza de que temos alguns professores, que já vejo aqui. Só para ressaltar a figura do professor, gostaria de lembrar o professor Martins, o professor Espada, que estão aqui, do Senai, e todos aqueles em nome dos quais eu parabenizo a todos os professores, que nos permitiram estar aqui hoje nas nossas carreiras, nas nossas funções, e assim por diante, porque eles nos deram a mão no início da nossa carreira.

Para finalizar – eu falei que iam ser dois minutos apenas – gostaria de, oficialmente anunciar que, e me colocar também a serviço, vamos dizer assim, desta Casa, do Senado, que na semana passada eu fui designado para a função de Embaixador da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, um dos quatro embaixadores no mundo dessa organização. Então, coloco-me aqui à disposição de todos, do Senado, da CNI, do CNC e de todos os presentes para que a gente possa trabalhar pelo Brasil e pelo mundo no sentido do desenvolvimento industrial sustentável e também da educação profissional.

Obrigado a todos.

Parabéns ao Senado, parabéns a todos os alunos presentes, parabéns aos professores por todas essas realizações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos a manifestação do Marcos Pontes...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Acho que houve um equívoco do cerimonial. Queria que fosse citada a presença do braço direito e esquerdo do Presidente Robson, do Paulo Afonso Ferreira, 1º Secretário da CNI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Está feito registro.

Agora, vamos fazer a fotografia. Convido os alunos homenageados para se colocarem nessa área aqui da frente e os Senadores aqui atrás.

Declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para a próxima terça-feira, no horário regimental.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 06 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 56ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, LUIZ HENRIQUE, WALDEMIR MOKA, EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO, VICENTINHO ALVES, RANDOLFE RODRIGUES, ANA RITA, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP, ROMERO JUCÁ, EDUARDO AMORIM, FLEXA RIBEIRO, BLAIRO MAGGI, LINDBERGH FARIAS** e os Senadores não-membros da CMA **ANA AMÉLIA e RENAN CALHEIROS.** Deixa de comparecer o Senhor Senador **ALVARO DIAS**. A presidência declara aberta a reunião e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Após, faz a leitura de dois requerimentos de modificação de emendas, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, que são retirados, com aprovação do plenário. **PAUTA**. **Item Único) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2011 – Não Terminativo**, que "Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências". Autoria: Deputado Sérgio Carvalho e outros. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 30 de 2011, rejeitando as emendas oferecidas perante a CMA, números 1, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110,

111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210 e 211; e acolhendo as emendas oferecidas perante a CMA, números 2, 3, 4, 7, 10, 24, 26, 29, 30, 31, 33, 50, 54, 55, 59, 60, 65, 73, 90, 98, 99, 101, 102, 107, 114, 132, 139, 142, 143, 168, 169, 180, 181, 185, 186, 188, 193, 194, 195, 196, 197 e 212, tudo na forma da Emenda (Substitutivo) apresentada. **O relatório foi aprovado na reunião do dia 23/11/2011, ressalvada pela Presidência a votação dos 77 destaques apresentados. Resultado da Votação dos destaques:** foram retirados pelos autores os requerimentos de destaque nºs 1, 2, 3, 10, 11, 15, 18, 19, 26, 28, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 62 e 76 (referentes, respectivamente, às emendas oferecidas perante a CMA de nºs 13, 14, 17, 132, 144, 147, 141, 143, 142, 128, 131, 158, 180, 22, 201, 200, 68, 36, 37, 38, 39, 40, 61, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 168, 41 e 34); prejudicados, com a aprovação do Plenário da CMA, os requerimentos de destaque nºs 4, 5, 12, 20, 21, 23 e 77 (referentes, respectivamente, às emendas oferecidas perante a CMA de nºs 18, 20, 167, 193, 199, 138 e 197), assim como prejudicados os requerimentos de destaque nºs 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74 e 75, em razão de terem sido apresentadas em duplicidade; rejeitados, com a aprovação do Plenário da CMA, os requerimentos de destaque nºs 6, 7, 8, 9, 13, referentes, respectivamente, às emendas oferecidas perante a CMA de nºs 103, 104, 105, 106 e 166 (voto vencido do Senador Randolfe Rodrigues); nº 14, referente à Emenda nº 148 (votos vencidos dos Senadores Randolfe Rodrigues, Aloysio Nunes Ferreira e Pedro Taques); nºs 22 e 33, referentes, respectivamente, às emendas oferecidas perante a CMA de nºs 137 e 136 (votos vencidos dos Senadores Acir Gurgacz, Blairo Maggi, Ivo Cassol e Valdir Raupp); nº 39, referente à Emenda nº 117 (voto vencido do Senador Randolfe Rodrigues), nº 40, referente à Emenda nº 118 (voto vencido do Senador Randolfe Rodrigues); nºs 57 e 58, referentes às Emendas nºs 93 e 120 (votos vencidos dos Senadores Antônio Carlos Valadares, Ivo Cassol, Acir Gurgacz e Blairo Maggi); nº 59, referente à Emenda nº 53 (votos vencidos dos Senadores Randolfe Rodrigues, Aloysio Nunes Ferreira e Valdir Raupp); e nº 60, referente à Emenda nº 189 (voto vencido do Senador Valdir Raupp); e acolhidos, com a aprovação do Plenário da CMA, os requerimentos de destaque nºs 16, 17, 25 e 63 (referentes, respectivamente, às emendas oferecidas perante a CMA de nºs 146, 145, 140 e 45). **Resultado final: É aprovado o relatório do Senador Jorge Viana, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 30 de 2011, rejeitando as emendas oferecidas perante a CMA números 1, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 141, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210 e 211; e acolhendo as emendas oferecidas perante a CMA números 2, 3, 4, 7, 10, 24, 26, 29, 30, 31, 33, 45, 50, 54, 55, 59, 60, 65, 73, 90, 98, 99, 101, 102, 107, 114, 132, 139, 140, 142, 143, 145, 146, 168, 169, 180, 181, 185, 186, 188, 193, 194, 195, 196, 197 e 212, tudo consolidado na forma da emenda nº 03-CMA (substitutivo)**. Usam da palavra os Senhores Senadores Jorge Viana, Blairo Maggi, Lindbergh Farias, Ivo Cassol, Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Braga, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Flexa Ribeiro, Luiz Henrique, Antonio Carlos Valadares, Anibal Diniz, Pedro Taques, Sérgio Souza, José Agripino, Eunício Oliveira e Valdir Raupp. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 120, DE 2011**, que "Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PLC nº 30 de 2011, que "Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado, com voto vencido do Senador Randolfe Rodrigues. **2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 121, DE 2011**, que "Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiências públicas conjuntas entre a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor,

Fiscalização e Controle – CMA e a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, para debater as causas e as consequências ambientais do vazamento de óleo proveniente do noticiado acidente ocorrido na plataforma Sedco706, utilizada pela Chevron, localizada no campo de Frade, na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, conforme a aprovação dos requerimentos nº 117/2011-CMA e 17/2011-CMMC". Autoria: Senador Sérgio Souza. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e três minutos, havendo lavrado a presente ata Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **RODRIGO ROLLEMBERG,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DE 24/11/2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 56ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Votação dos destaques de emendas do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011.

ITEM 1
– Não terminativo -
VOTAÇÃO DOS DESTAQUES DE EMENDAS DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2011

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Sérgio Carvalho e outros.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Informo que, em 21 de setembro de 2011, a matéria foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com parecer favorável ao projeto na forma da Emenda nº 01-CCJ (Substitutivo).

A matéria também foi aprovada, em 08/11/2011, pelas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em reunião conjunta, com parecer favorável ao projeto na forma da Emenda nº 02-CRA/CCT (Substitutivo).

Na 55ª Reunião Extraordinária da CMA, realizada ontem, a Comissão aprovou o relatório do Senador Jorge Viana, com voto contrário do Senador Randolfe Rodrigues, na forma da emenda (substitutivo) apresentada, ressalvados os destaques.

Foram aprovados 77 requerimentos de destaque para votação em separado de emendas.

Os quadros demonstrativos das 212 emendas e dos 77 requerimentos de destaque integram o avulso desta reunião.

Antes de dar início à votação dos destaques, esclareço que foram retirados pelos autores os seguintes requerimentos de destaque: Requerimentos nºs 41 a 45 e 47 a 54, todos de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que contribui para o bom andamento dos trabalhos; Requerimento nº 62, de autoria do Senador Blairo Maggi; Requerimentos nºs 19, 24, 26 e 64 a 75, todos de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira; Requerimento nº 10, dos Senadores Delcídio do Amaral e Flexa Ribeiro; e Requerimento nº 34, do Senador Acir Gurgacz.

Ao fazer esse registro, agradeço a presença dos nossos Presidentes da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz; do nosso Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga; e dos nossos Relatores, Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique.

Agradeço a colaboração de todos para o bom andamento dos trabalhos no dia de ontem e desejo que possamos ter novamente uma reunião tranquila e objetiva para a apreciação dos destaques.

Informo que a Mesa recebeu dois requerimentos.

Requerimento de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Aqui leio e submeterei, em seguida, ao Plenário.

Primeiro, solicito se é possível incluir na pauta dois requerimentos: um, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira; e outro, de autoria do Senador Valdir Raupp.

Aqueles que aprovam a inclusão do requerimento na pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vou ler o requerimento para deliberação do Plenário.

Requerimento, em primeiro lugar, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CMA

Sr. Presidente, a Emenda Nº 142, de minha autoria, contém o seguinte teor: inclua-se o §11 do art. 61 do Substitutivo da CMA ao PLC nº 30, de 2011, com a seguinte redação:

Art. 61 – Em bacias hidrográficas consideradas críticas pelo Conselho de Recursos Hídricos Nacional ou Estaduais, a consolidação de atividades rurais previstas no caput deste artigo dependerá do que for definido pelo Comitê de Bacia Hidrográfica competente ou, na ausência deste, pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente, que poderão definir metas de recuperação ou conservação da vegetação nativa superiores às estabelecidas no §4º.

Ocorre que, em razão do acolhimento pelo Relator da Emenda nº 196, de autoria do Senador Luiz Henrique e outros, o conteúdo do §4º foi separado em cinco parágrafos, o que resultou em desvirtuamento da remissão ao §4º constante na emenda apresentada.

Isso posto, serve o presente para requerer a correção do erro material decorrente da aprovação da Emenda nº 196, fazendo constar a seguinte redação:

Art. 61.

(...)

§11 – Em bacias hidrográficas consideradas críticas pelo Conselho de Recursos Hídricos Nacional ou Estaduais, a consolidação de atividades rurais prevista no caput deste artigo dependerá do que for definido pelo Comitê de Bacia Hidrográfica competente ou, na ausência deste, pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente, que poderão definir metas de recuperação ou conservação da vegetação nativa superiores às estabelecidas nos §§ 4º, 5º e 7º deste artigo.

Este é o requerimento que submeto agora à votação.

Com a palavra o Senador Jorge Viana para esclarecimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu só queria esclarecer.

Esta emenda foi aprovada ontem pelo plenário, já foi acolhida. Mas ela tem um problema. Como nós ontem votamos uma nova redação para o 61, ela está-se referindo apenas a alguns rios de menos de 10 metros. Então, não tem nenhuma mudança, não tem nenhuma alteração, mas a técnica legislativa fica absolutamente comprometida, porque o propósito da emenda está muito claro, mas a remissão para os outros artigos 5º e 7º é uma necessidade. Então, isso já é matéria vencida e aprovada; é só uma correção, porque temos que fazer conforme o Regimento.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Srs. Presidentes, eu só queria fazer uma colocação sobre essa emenda.

No dia de ontem, com toda aquela confusão, esta emenda passou, nós não a discutimos. Porém, tenho a impressão de que essa emenda vai facilitar ou vai fazer com que todo esforço que foi feito aqui e a discussão que foi feita sobre a recuperação das margens dos rios dos pequenos produtores, de 15 metros, os artigos que foram colocados para que não passe de 20% da sua propriedade. Enfim, toda discussão que fizemos durante todo o período, a impressão que eu tenho é de que essa emenda aqui coloca por terra tudo aquilo e está tirando do Congresso a legalidade de legislar e está dando para o Conselho de Recursos Hídricos.

E por que está dando? Porque está dizendo que, se essa bacia for considerada com baixo volume de área protegida – está colocado na justificativa do Senador –, o Conselho de Bacia pode dizer o seguinte: "Olha, a proteção aqui, em vez de ser de 15 metros, terá que ser de 30 ou de 50 metros". Quer dizer, toda a discussão que nós fizemos durante todo esse período, e lá na Câmara também, esta emenda simplesmente retira tudo.

Eu quero crer que, ontem, naquela confusão toda em que nós estávamos, isto aqui não foi discutido. Hoje pela manhã, eu vi alguns aqui defendendo esse ponto de vista. Mas quero deixar registrada a minha preocupação.

Assim, gostaria que o Relator pudesse me dar um esclarecimento sobre o assunto, porque acho, mais uma vez, que tudo e todas as discussões que fizemos ao longo de todo esse tempo, esta emenda está simplesmente tirando do Congresso Nacional a possibilidade de colocar regras claras de como nós negociamos até agora. Isto aqui vai abrir uma nova discussão nas bacias, com comissões que não conhecemos, não sabemos quem são, e vai incomodar de novo os pequenos produtores ao longo das bacias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O Senador Blairo Maggi poderia ter votado a minha proposta ontem, que pedia mais tempo para discutirmos e debatermos todos os temas, não é? Porque era esse o debate ontem.

Agora eu quero fazer uma questão de ordem sobre este ponto, que é uma emenda muito importante do Senador Aloysio Nunes, mas creio, nobre Relator, Senador Jorge Viana, que, como V. Exª acolheu várias emendas, problemas como este podem estar acontecendo em outras emendas.

Faço uma consulta à Mesa. Esta é uma matéria superada. Já foi acolhida pelo Relator. Eu acho que o Relator vai ter de fazer ajustes em vários pontos, talvez não só neste.

Então, essa, a consulta que faço à Mesa, uma vez que esse é um tema superado, já discutido ontem, é se é necessário colocar esse requerimento em discussão aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Veja bem...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Porque V. Exª... Meu argumento é que não é só este ponto. São tantas emendas, que o Senador Jorge Viana vai ter de fazer adaptações, de fato, ao texto. Talvez não só neste ponto.

Então, é a minha consulta à Mesa. Eu acho que era um assunto superado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Mesa vai responder.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero aqui confirmar as palavras e a preocupação do Senador Blairo Maggi. O Estado de Rondônia foi um modelo de reforma agrária na década de 70, na ditadura militar, e não é diferente agora. Na Amazônia, o Estado de Rondônia é diferente do Estado do Acre – de que Jorge Viana é Senador, como o Eduardo Braga, do Amazonas –, assim como os demais Estados. Está aqui o Senador Acir, que é Presidente da Comissão de Agricultura e sabe disso. Lá, nós temos propriedades, Sr. Presidente, de cem hectares o módulo, ou cinquenta hectares (0,5 de cada módulo).

Portanto, Senador Jorge Viana, nosso Relator, eu só queria aproveitar esta oportunidade... (*Pausa.*)

Eu preciso da atenção do Senador Jorge. Desculpe, Senador, eu pensei que estava... Sei que, como Relator do Código Florestal, é requisitado por todos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Então, o que acontece? No Estado de Rondônia, 97% das propriedades são pequenas propriedades de cerca de 100 hectares e de 50 hectares. E temos locais – não como Vilhena ou Porto Velho – que são planos. Quando o local é plano, você não tem esse problema do art. 61. Mas quando você pega a região de Ariquemes, a região de Jaru, a região de Ouro Preto, a região de Ji-Paraná, a região de Colorado, a região da Zona da Mata – Cacoal e Pimenta Bueno –, nós temos, dentro das propriedades, vários córregos pequenos, de 1m, 2m de largura, dentro da mesma propriedade. Em 500m, você tem às vezes dois, três córregos que passam. Se você for exigir a preservação do jeito que está, o que nós temos que fazer? Vai valer os 15% em cima de 80%, Eduardo Braga – 15% em cima de 80%. E isso vai acabar nos prejudicando.

É preciso, então, que seja a mesma regra em âmbito nacional: se é 20% para os outros, vamos colocar, nessas áreas consolidadas – só nas áreas consolidadas – que seja 20% para todo mundo. Não podemos estar em um país em que somos tratados de forma desigual. Não é justo isso!

Quanto à questão daqui para frente, todo mundo sabe a minha opinião. Sou contra qualquer tipo de desmatamento na Amazônia. E que se recuperem as áreas que estão aí. Então, precisamos só dar legalidade e dar garantia, como disse o Blairo Maggi e como o Acir, que também está aqui, também defendeu ontem, para os que já estão... Nós precisamos defender isso.

Então, é isso que eu gostaria de reforçar aqui com o nobre Relator, porque Rondônia vai sofrer na pele. Em Rondônia, os agricultores não têm dinheiro para poder fazer o reflorestamento que estão querendo colocar aí.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero só dar uma explicação, para não perdermos tempo com questões... Isso aqui é uma questão...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Moka, desculpe, mas é só para dar uma explicação, que acho importante.

Essa questão que estamos resolvendo aqui é meramente formal. O texto dessa emenda está aprovado pelo substitutivo do Relator. Qualquer nova discussão sobre ela deverá ser feita em plenário, porque não há destaque para ela. O que se está fazendo aqui é meramente uma correção de texto, porque ela remetia para um artigo que foi alterado.

Agora, parece que a Consultoria...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Nós conversamos com a Consultoria, que nos alega o seguinte: qualquer mudança de texto em alguma emenda agora abre uma oportunidade para se pedir vista. Então, no nosso entendimento, não se deve fazer mudança em nenhuma...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não tem mais vista.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Não se pode fazer nenhuma alteração nas emendas de destaque. Ou aprova, ou desaprova. Não se pode mexer no texto do destaque. No mérito, não pode. É o que está sendo feito. É uma tentativa de mudar o texto.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Pela ordem, Presidente. Não vamos discutir no mérito. Vamos discutir aqui no destaque do Senador Acir...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não; o destaque é posteriormente.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Que também beneficia.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só para facilitarmos os trabalhos...

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Deixe-me tentar contribuir aqui.

Estamos diante de uma situação em que há uma emenda que foi aprovada – ela está aprovada -, mas que tem dificuldades, porque, na verdade, ela remete... Para enquadrar isso no relatório. A minha sugestão é que não votemos o requerimento, mas que o Relator fique com a confiança de que ele vá fazer essas adaptações e que o texto dessa emenda vá ser submetido, evidentemente, ao Plenário. O relator fica com a prerrogativa de sentar e conversar. Sugiro que, nessa conversa, V. Exª chame também, além do Senador Aloysio Nunes, o Senador Blairo Maggi, as pessoas que, de alguma forma, estão divergindo do conteúdo. Mas eu acho que essa seria a melhor solução, por enquanto, Sr. Presidente. É apenas uma sugestão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Moka, veja V. Exª o seu prestígio: quando sugere isso à Mesa, V. Exª foi prontamente atendido, mas eu tinha falado a mesma coisa.

Eu acho, Senador Jorge Viana, que vão existir outras situações parecidas com esta. São muitas emendas. V. Exª, como Relator, vai ter de fazer essas adaptações.

Então, acho que esse requerimento também, concordando...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Primeiro, quero registrar que V. Exª tem desta Mesa toda e total deferência e sempre terá. Quero registrar também que as modificações a serem feitas posteriores pelo Relator são modificações de redação. Não poderá haver nenhuma modificação de mérito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Aloysio Nunes, para encaminhar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria apenas esclarecer aos nossos colegas que minha emenda não visa instituir a opinião decisiva de, como diz o meu querido amigo Blairo Maggi, uma pessoa qualquer, para ir lá e dizer que não pode fazer e tal. Não é isso. Os Comitês de Bacia Hidrográfica foram criados pela legislação federal e são uma instituição criada pela Lei das Águas. Essa instituição – os Comitês de Bacias – é composta por representantes da sociedade civil, que são os produtores, os usuários de água, inclusive as empresas fornecedoras de energia, os prefeitos e os representantes do Governo estadual, quer dizer, não é um órgão qualquer que se reúne segundo a conveniência de uma... Não é uma ONG; é uma instituição criada pela legislação, que tem como objetivo a preservação, sobretudo, da água.

Então, o que essa emenda prevê é que, em determinadas bacias onde a supressão de vegetação esteja comprometendo os recursos hídricos, que são absolutamente vitais inclusive para a agricultura, o Comitê de Bacias, reunido, poderá determinar exigências novas nos programas de recuperação.

É isso: é abrir espaço para que, dentro de uma situação específica, localizada, quando haja ameaça aos recursos hídricos de uma determinada bacia, esse comitê, que é uma instituição pluralista, onde predomina a sociedade civil, onde os agricultores e os usuários têm presença, assento e voz, prefeitos... Não é uma coisa qualquer. Enfim, é por isso.

Agora, eu penso que, daqui até o Plenário, nós podemos estudar uma redação que possa espancar qualquer tipo de dúvida quanto a isso.

O Comitê de Bacias não é um órgão licenciador. Já ouvi alguém dizendo assim: "Olha, agora, precisa de autorização do Comitê de Bacias para obter financiamento". Não é verdade. Eu fiz o financiamento de um trator há um mês e não precisei ouvir Comitê de Bacias nenhum. Não se trata, pois, de um órgão licenciador.

Então, eu acho que a gente pode... Como se trata apenas de um erro formal, causado pelo fato de ter sido admitida uma emenda do Senador Luiz Henrique, que foi a grande salvação da lavoura, aqui entre nós, e com

isso ter sido reordenado o número dos incisos, é que essa emenda ficou, digamos, imperfeita. Ela está ruim.

Agora, daqui ao Plenário, Senador Moka e meus queridos companheiros que participaram tão ativamente desse entendimento, o que nós podemos fazer é buscar uma redação que tranquilize a todos.

Se, porventura, não se conseguir, ela será derrubada no Plenário, evidentemente. Se prevalecer a visão, digamos, terrorista, é claro que ela não será aprovada.

Vamos encontrar, daqui até o Plenário, uma redação, Moka, que possa deixar todo mundo tranquilo. Agora, o que há, hoje, é simplesmente um erro formal de uma emenda já aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero propor um encaminhamento, aqui, que é esse encaminhamento proposto pelo Senador Moka.

Eu vou sugerir a retirada dos dois requerimentos e, é claro, que qualquer ajuste de redação a ser feito que não implique mudança de mérito será feito pelo relator. Mudança de mérito, só em plenário.

Então, submeto ao Plenário a retirada dos dois requerimentos.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Os requerimentos estão retirados.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Passamos à votação dos destaques.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, como as emendas todas já são conhecidas e todos nós temos, aqui, a relação das emendas, eu quero propor que a gente vote em globo, Senador Jorge Viana, as que V. Exª acatou e as que não acatou, para que a gente possa avançar.

Se tiver algum destaque, ainda, alguém possa pedir um destaque para votar em separado, mas, *a priori*, votar em globo, Sr. Presidente, as acatadas e as rejeitadas pelo Relator, Sr. Presidente.

É uma proposta para a gente avançar e ter mais agilidade nos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Bom, submeto...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não, Sr. Presidente. Nós estivemos na CCJ e na CCT e diziam que a discussão das emendas ia se dar nesta Comissão. Então, aqui, há que se ter calma, votar uma a uma. Eu tenho várias emendas que destaquei, que considero muitíssimo importantes; então, eu peço à Presidência que proceda dessa forma.

Agora, é hora de debater. Na CCJ e na Comissão de Ciência e Tecnologia, o argumento era esse.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Deixe-me fazer uma proposta de encaminhamento: que possamos votar em globo aquelas que foram acatadas pelo Relator, os destaques que foram acatados pelo relator e, em seguida, iniciamos, individualmente, a votação das emendas, dos destaques rejeitados.

Se, ao longo da reunião, entendermos que há um conjunto que pode ser votado em globo, passaremos à votação em globo.

Todos concordam com esse procedimento? *(Pausa.)*

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu só gostaria que V. Exª, então, colocasse primeiro as emendas que foram acatadas, para que a gente possa saber se tem... Eventualmente pode ter uma que o Senador Relator acatou, mas que a gente possa ter divergência. Então, é importante conhecer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeito.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas as acatadas foram votadas ontem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Entre os destaques. Gente, espera aí...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Estamos falando sobre os destaques, não sobre aquelas acatadas ontem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Desculpe-me. Eu estou entendendo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Os destaques foram justamente os que não foram acatados.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu quero ser muito claro nisso. Eu entendo que o que for acatado não está em discussão aqui hoje. O que... Agora ele está dizendo o seguinte: entre os destaques há emendas que o Relator está acatando e há emendas de destaque que o Relator está rejeitando.

O que eu estou pedindo, apenas e tão somente – e eu gostaria de votar em bloco –, é para que eu tivesse o conhecimento dos destaques que o Relator acatou. A minha tendência, evidentemente, é de votar com o Relator, mas eu gostaria de conhecer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só para facilitar o entendimento, é importante ressaltar que os Senadores têm aí – foi distribuído – um quadro com as emendas que têm parecer

favorável do Relator – na pauta cheia. Se houver mais alguma que foi acatada posteriormente, em seguida o Senador Jorge Viana pode falar. Mas eu posso ler. (*Pausa.*)

Só um minuto, pois a Secretaria da Comissão está providenciando. (*Pausa.*)

Vou passar a palavra ao Relator da matéria, que vai apresentar o seu parecer, quais são os destaques que ele está acatando e quais são os destaques que ele está rejeitando. (*Pausa.*)

Só para orientação: as emendas oferecidas estão às páginas 66 e os requerimentos de destaque estão às páginas 124 do avulso distribuído.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

Passo a Presidência, temporariamente, ao Senador Luiz Henrique.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senadores, com a proposta que foi feita pelo Senador Lindbergh e, depois, completada pelo Senador Moka, eu queria informar...

O SR. PERSIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço atenção para o ilustre Relator.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – (...) que nós tínhamos identificado dois problemas só. Então, não são vários problemas, e que eu vou, obviamente, fazer os devidos ajustes. Certamente vamos tratar disso antes de levar ao Plenário. Então, estou assumindo esse compromisso. Isso pode facilitar um destaque ou outro que se queira fazer no Plenário sobre os dois pontos em relação às Emendas nºs 142 e 43. Esses foram os pontos que eu encontrei que mereceriam os requerimentos de hoje que os Senadores tinham apreciado. Mas como Plenário nos deu a prerrogativa de fazer esse encaminhamento, seguirei.

Também o Plenário está me dando uma proposta de como encaminhar o meu parecer, começando pelas emendas acatadas ou que já tenham sido acolhidas no relatório votado ontem. O que acontece? Alguns Senadores destacaram emendas que depois foram acolhidas e que já não estão mais em discussão, por serem parte do corpo do projeto votado ontem, ou seja, não são mais destaques, são emendas aprovadas e acolhidas no projeto.

Há outro número de emendas às quais vou dar meu parecer rejeitando, e cada uma delas poderá ser objeto do debate e da discussão aqui no plenário, como foi solicitado pelo Senador Lindbergh, ou seja, que não se inclua o bloco de emendas rejeitadas para se votar, mas que se faça o debate. É isso que estou entendendo que o Plenário deliberou. Não é isso? (*Pausa.*)

Então, como todos estão com a separata, vou passar à Emenda de nº 18, que trata do art. 14, de autoria do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Jorge, se for possível falar pelo número do destaque, vai ser mais fácil de acompanhar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Desculpe-me. Destaque nº 4. São 77, mas estou começando pelo de nº 4, porque esta emenda do Senador Romero Jucá está prejudicada, uma vez que ela já está acolhida no que foi aprovado ontem. Então, é uma emenda acolhida e aprovada. Está prejudicada.

Também o Destaque de nº 5 está prejudicado, porque já está incluído no que foi votado ontem. Ou seja, a proposta do Senador Romero Jucá fica prejudicada por conta... Aqui, até eu explicaria, Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Item nº 1, começando com 1, 2 ou 3 ou 4.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Isso está na página 124.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É a pág. 124. Ele está indo pelo número do destaque para facilitar o acompanhamento. Os Destaque nºs 4 e 5 estão prejudicados, segundo o Relator, porque já teriam sido atendidos em emendas anteriores ou no relatório.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O meu questionamento só aqui – e não quero protelar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – A pergunta é a seguinte: houve um erro, Senador Jorge Viana, porque... Veja bem, ontem houve o acolhimento ou não de emendas. V. Exª está dizendo que esses Destaques nºs 4 e 5 já tinham sido acolhidos ontem?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não, foram acolhidos em outras emendas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Há um caso, Senador, caro colega, em que foram acolhidas emendas de outros proponentes; então, fica prejudicado esse destaque. Estamos tratando do seguinte: sobre o que foi aprovado ontem não se pode deliberar hoje.

Repetindo: estou dizendo que o Destaque nº 4, de autoria do Senador Romero Jucá, está prejudicado por conta da deliberação de ontem. O Destaque de nº 5, também de autoria do Senador Romero Jucá, já está contemplado, no meu ponto de vista, porque ele pede aqui, na letra *c*, que os "imóveis situados na área de campos gerais e lavrados tenham o tratamento de 20%". O problema é que o corpo aprovado ontem já dá esse tratamento, ou seja, já está incluído. Então,

não tem razão, não cabe o destaque. O novo Código Florestal contempla essa emenda.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu quero questionar a Emenda nº 4. Eu não sei como foi aprovado esse Destaque nº 4. Em que outra emenda foi acolhido isso aqui? Muito confuso. Não consigo... Em que outra emenda foi acolhida essa parte aqui. Está reduzindo de 35%...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Jorge Viana...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – O texto base do novo Código Florestal traz tratamento diferenciado para três tipos: 80% na Amazônia Legal, em caso de floresta; 35% na área do cerrado e 20% nas demais tipologias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Você está tirando de 35 para 20, neste caso?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, não estou tirando nada. É que está escrito no corpo... Deixe-me pegar o...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu acho que aqui a gente está diminuindo de 35% para 20%.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, não tem nada de diminuição. Eu posso explicar. Não tem nenhuma diminuição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É porque é campos gerais.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – A confusão... Desculpe-me, Senador, eu não quero aqui tumultuar, não quero protelar, só vou apresentar quatro destaques. Mas a confusão toda aqui é que ontem V. Exª acolheu uma série de emendas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – V. Exª tem que ver o seguinte.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Deem licença!

O Código Florestal, antes do novo, já acolhe isso. Campos gerais é 20%. Não tem mudança. V. Exª teria que dar uma olhada. O que estou dizendo é que não tem nenhuma alteração.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – O que nós estamos dizendo, Senador Lindbergh, é que o lavrado é um campo geral. Na verdade, não se chama campo geral, chama-se lavrado. Então é isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, Senador Jorge, essa dificuldade toda está ocorrendo porque nós estamos aqui sem o texto base que foi aprovado ontem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não tem nenhuma contradição. É só ler o Código Florestal, que já trata disso.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Desculpem-me, eu não sou especialista, mas nós temos uma equipe aqui que está dizendo que lavrado é cerrado, no caso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu estou esclarecendo. Não está havendo nenhuma modificação. Eu estou dizendo que o destaque do Senador está prejudicado porque ele tenta alterar algo que já está estabelecido no Código. Não tem nenhuma alteração.

Vamos seguir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos seguindo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – O Destaque nº 5.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Isso já está garantido no velho código e no novo código. Não há nenhuma alteração.

Agora, é muito importante que se diga que não estou tentando fazer nenhuma alteração quando eu não estou. Por favor! Eu aceito esclarecer, porque é muito importante que cada ponto fique bem esclarecido, como o nosso colega Senador Lindbergh está solicitando. Então, quando houver alguma alteração questionada, vamos dizer: "olha, tem uma alteração aqui".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

Eu gostaria que os Senadores que quiserem falar se dirigissem à Presidência da Mesa.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só para colaborar com a discussão e reafirmar o que o nosso Relator está dizendo. Em nenhum momento dessa discussão, nós tratamos de reduzir qualquer limite de área anteriormente aprovado. Eu muito gostaria de ter mudado o de Mato Grosso, porque é cerrado, igual a Goiás, a Mato Grosso do Sul e a qualquer outro, e lá é 35% e o resto é 20%. Mas deixamos lá, para não criar mais confusão.

Portanto, eu até propus ao Senador Rollemberg que propusesse uma emenda para trazer 35% em todo o cerrado brasileiro. Mas a gente sabe da confusão que ia ser. Então, não se tratou desse assunto em nenhum momento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu só quero registrar, Senador Blairo Ma-

ggi, que eu também gostaria de aumentar para 35% a área de cerrado preservada nas demais regiões do País.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu gostaria de encerrar essa discussão, porque ela já está resolvida. Não alterou nenhum percentual.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Eduardo Braga. Em seguida, vou passar a palavra ao Relator, para dar continuidade à leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para que fique muito clara a colocação do Senador Lindbergh. O texto base aprovado ontem por esta Comissão, apenas com voto contrário do Senador Randolfe, no seu art. 12, inciso I, dispõe que:

> I – localizado na Amazônia Legal:
>
> **a**) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas;
>
> **b**) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado; e
>
> **c**) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais; (...)

Portanto, apenas para complementar o que disse o Relator, o destaque do Senador Romero Jucá está prejudicado porque, no texto base, aprovado ontem, já está "20% no imóvel situado em área de campos gerais". Por isso é que não há nenhuma discussão em relação a essa questão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu queria seguir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Acho que foi muito importante. Eu aproveito até o questionamento feito, tanto pelo colega Randolfe como pelo colega Lindbergh, para ficar bem claro, porque, como estão surgindo muitas versões sobre o que o Senado está deliberando... E algumas eu acho que temos que respeitar; outras atendem aos interesses das diferentes partes. Mas certamente a verdade vai se estabelecer em uma questão de dias. E eu vi no noticiário, mas isso é normal. Há ainda dúvidas.

Eu queria deixar bem claro: não houve e eu não acatei uma única proposição que alterasse os percentuais de reserva legal. Então, eu acho que isso põe claramente as coisas no devido lugar.

E não sofri pressões maiores, porque acho que houve uma compreensão do conjunto de Senadores de que essa é uma questão que o Brasil não precisa viver. Desejos todo mundo tem, como foi colocado. Mas então vamos seguir.

A mesma coisa no Destaque de nº 5, que nós entendemos que vai no mesmo propósito e, portanto, ele já está prejudicado.

De novo, temos aqui o Destaque de nº 12, do Senador Demóstenes Torres, que já está incorporado ao texto. Então está prejudicado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É o destaque do Senador Aloysio Nunes a uma emenda de autoria do Senador Demóstenes Torres.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É de autoria do Senador Aloysio Nunes, que alterou uma proposta de emenda anterior do Senador Demóstenes Torres que, lamentavelmente, não faz parte da nossa...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas foi incorporado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas está incorporado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – O de nº 14 incorporado então.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Desculpem; é de nº 12 o Destaque.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Relator está tratando dos destaques rejeitados?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, só os incorporados ou prejudicados por já estarem no texto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – /PA) – Está bom. Obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Depois trataremos dos que...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – Eu quero, só para facilitar o trabalho, lembrar aos Exmºs Srs. Senadores que aqueles que desejarem retirar os seus destaques podem fazê-lo a qualquer momento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu estava no de nº 12 e estou dizendo que está prejudicado o Destaque de nº 12, por já estar incluído no corpo da proposta.

E aqui eu estou acolhendo uma emenda que está sendo apresentada pelos Senadores Blairo Maggi e Aloysio Nunes. Desculpem; é um destaque.

A do Senador Aloysio é a de nº 12. Desculpem, é 17. (*Pausa.*)

Mas também tem um destaque do Senador Blairo Maggi que nós poderíamos agora tratar conjuntamente. Ele altera o art. 38, §3º, Senador Moka.

Então é o Destaque nº 17 que trata da apuração da responsabilidade pelo uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sr. Relator...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/ PT – AC) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para o melhor encaminhamento dos trabalhos, eu quero sugerir uma coisa: que V. Exª lesse primeiro todas as emendas prejudicadas e, em seguida, passasse a ler as emendas que estão sendo acolhidas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Bem, pode ser um caminho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Então, nós já temos, só para restabelecer, o Destaque nº 4, considerado prejudicado; o Destaque nº 5, considerado prejudicado; e o Destaque de nº 12, considerado prejudicado.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – A 17 foi acolhida, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos primeiro só os prejudicados; depois a gente reinicia os acolhidos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – O Destaque nº 17 da Emenda nº 145 é similar ao destaque feito pelo Senador Blairo Maggi, que é a Emenda nº 45. Mas nós vamos tratar daqui a pouco, para seguir a orientação. Primeiro vamos tratar daquilo que está prejudicado e depois daquilo que estou acolhendo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O 17 está prejudicado?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não. O 17 não está prejudicado; o 17 eu estarei acolhendo, mas vou tratar só daqui a pouco.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – O Destaque de nº 21, do Senador Romero Jucá, está comprometido, prejudicado por conta da emenda aprovada ontem do Senador Raupp. E é um dos dois pontos em que pretendo fazer um ajuste para que o propósito estabelecido na emenda aprovada ontem possa ser atendido.

Então, o Destaque nº 21 está prejudicado também, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Relator, o Destaque nº 20 também, em tese, estaria prejudicado, porque foi atendido. É aquela questão do "deverá" e do "poderá ser". É aquela questão da reserva legal.

Então, V. Exª, pela informação que recebi, acatou...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas ele está entrando como os que estou acatando, e não como os prejudicados. Então, na outra rodada...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Acatando. Então, está bem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Então, vamos tratar só dos destaques prejudicados, como o Presidente sugeriu. Depois, vamos tratar do que aprovamos.

O Destaque nº 23, do Senador Aloysio Nunes, está prejudicado por conta da aprovação da Emenda nº 196, ontem. (*Pausa.*)

Vamos em frente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. relator...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Relator Jorge Viana se refere à Emenda nº 138, minha.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Exatamente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ela foi acolhida?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É que ela está no corpo da Emenda nº 196, o destaque.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A minha objeção, Sr. Relator, é que o texto de V. Exª cria uma presunção legal de, digamos, identidade entre área indígena e agricultura familiar. Ora, entendo que não tem nenhum fundamento nos fatos esta assimilação: área indígena e propriedade familiar. Apenas isso. O que tem a ver uma coisa com outra? Nada!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu posso... Exatamente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É uma presunção legal de que área indígena deve ter o mesmo tratamento. Não tem. São coisas distintas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Nós não estamos querendo, com o estabelecimento de quatro módulos, agricultura familiar e terra indígena, aproximar a similaridade. É que, no corpo da lei, estabelece-se que se vai dar tratamento para a agricultura familiar, para as áreas indígenas e para quatro módulos. Para facilitar, a emenda do Senador Luiz Henrique, aprovada ontem, trata dessa questão. E, como a emenda de V. Exª, do Destaque nº 23, vai de encontro ao que foi votado ontem, ela está prejudicada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu pediria a V. Exª o seguinte, apenas...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente. Só para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – No texto da Emenda nº 196, nós elencamos as hipóteses que podem ser atendidas por aquele dispositivo: terras indígenas, agricultura familiar, agricultura até quatro módulos, mas sem estabelecer qualquer similaridade entre essas hipóteses. São hipóteses alternativas, nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Por isso, acredito que tem razão o Relator ao considerar prejudicada a emenda de V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu apenas...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu posso explicar. Senador, a sua proposta é de suprimir o parágrafo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Existe um parágrafo...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Se suprimirmos o parágrafo, nós vamos prejudicar, o que não é a intenção de V. Exª. V. Exª questiona estarem juntos, mas é que, para alguns benefícios dessa lei, estamos dizendo que terão acesso a, por exemplo, serviços ambientais: os indígenas, o agricultor familiar e quem tem até quatro módulos. Como V. Exª está propondo a supressão desse parágrafo, nós mudaríamos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É o parágrafo único do artigo...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Perderia completamente o sentido, o que eu sei que não é a intenção de V. Exª. Como a Emenda nº 196, votada ontem, dá esse tratamento diferenciado para a agricultura familiar, para os indígenas e para quem tem quatro módulos, ficaria completamente sem sentido, porque não teríamos a quem nos referir, já que está tudo nesse parágrafo. Por isso que digo que está prejudicada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Tratamento diferenciado significa inclusive consolidação de usos não conformes. É isso?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agora, veja, é exatamente essa a minha objeção, Sr. Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas é óbvio que é onde couber. São diferentes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Se nós vamos permitir tratamento de usos não conformes em todas as áreas indígenas, o Brasil tem milhões de hectares de áreas indígenas e muitas delas não são modelos de conservação, nós sabemos disso. A minha objeção é essa. Mas, enfim...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Senador Aloysio, gostaria de esclarecer, inclusive, que essa inserção da agricultura familiar e até quatro módulos resultou de uma proposta da CNBB.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, eu estou plenamente de acordo. Não tenho nenhuma discussão quanto a isso. Acho que foi uma proposta muito boa, estou plenamente de acordo, embora a CNBB não faça autoridade para mim, ela faz autoridade das questões da Igreja. Contudo, eu concordo plenamente. Há outras coisas da CNBB das quais discordo frontalmente. Mas, enfim, de acordo com esta solução, propriedades de agricultura familiar, quatro módulos.

A minha dúvida – e talvez eu possa deixar para a discussão no plenário – é por que se vai permitir consolidação de usos não conformes em áreas indígenas, da mesma forma como se permite consolidação de usos não conformes em propriedades de agricultura familiar em até quatro módulos? Apenas por isso. As áreas indígenas, no Brasil, somam milhões de hectares. E nós sabemos que existem usos não conformes. Então nós vamos legalizar tudo? Esse é que é o problema.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu quero contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O que o Senador Aloysio está dizendo...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Ele concorda que agricultura familiar e pequenas propriedades têm que ser tratadas de forma idêntica.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Óbvio!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Agora, ele não concorda – e acho que ele tem razão...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Que tivesse nesse lugar. Eu entendi.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas só que o que V. Exª manda imprimir é um parágrafo que, se for suprimido, se tira exatamente esse benefício da pequena propriedade, porque não tem como fazer só isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Também.

Senador Moka, vamos fazer o seguinte: existe um parágrafo, que é o parágrafo único do art. 3º, que é possível suprimir. E mais, é perfeitamente possível suprimir, mas isso talvez não seja neste momento, talvez seja no plenário, com uma emenda supressiva no texto da Emenda Luiz Henrique essa...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu acho que a sua supressão, como sou médico, entendo que precisa de uma precisão cirúrgica. É só nessa questão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Está bem. Na Emenda do Luiz Henrique. Então vamos deixar para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Se o Senador Aloysio concordar que ela seja dada como prejudicada, voltamos a discutir esse assunto posteriormente. Vamos dar continuidade.

Então, o Destaque nº 23 ficou prejudicado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – O Destaque nº 22, Senador Aloysio, também entendo como prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Destaque nº 22 prejudicado, pelo parecer do Relator.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu não sei se o Presidente já apresentou também os destaques que foram retirados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Apresentei no início da reunião os destaques retirados, mas posso repetir.

Foram retirados, só para...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Dezessete? Que estão prejudicados. Aí é importante que...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Foram retirados...

Atenção, por favor!

Foram retirados: os Destaques de nº 10, 19, 20, 24, 26...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – O destaque de nº 20 não, Sr. Presidente. O 20 está sendo atendido. O Destaque nº 20 é de minha autoria e está sendo atendido. Eu tinha perguntado se teria sido prejudicado...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. *Intervenção fora do microfone*.) – Está sendo atendido e, por isso, foi retirado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não. Desculpem. Veja bem: houve um erro da Secretaria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, informe qual foi o erro. Interessa muito ao meu Estado essa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu preciso de um esclarecimento aqui.

Vou ler os retirados aqui, dos originais: Destaques nº 10, 19, 24, 26, 34, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56 e 62. Esses foram os destaques retirados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem. O senhor pode me esclarecer em relação ao destaque nº 3? Foi retirado ou acatado?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. *Intervenção fora do microfone.*) – Ninguém falou nada do 3, não se tocou no 3.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Ainda não se falou do 3.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só esclarecendo novamente, porque acho que é importante para o Senador Randolfe. Eu pedi os destaques que foram retirados pelos autores, porque acho que é importante, quando eu chegar, já estarão retirados os destaques.

Os que eu não citei... Pediram que nós, primeiro, colocássemos os destaques prejudicados, nessa sequência. Agora, nós temos também a lista daqueles que estão retirados. Eu seguirei e, depois de passar pelos destaques que no meu entendimento estão prejudicados, obviamente como o plenário está fazendo, questionando, nós vamos para aqueles que estão sendo acolhidos. Depois, nós trataríamos daqueles que estão sendo rejeitados e, aí, obviamente, os autores vão estabelecer a sua ponderação a o plenário vai deliberar.

Vou seguir.

Foram retirados o 41, 42, 43...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Além disso, só para complementar a informação, foram também retirados os Destaques de nºs 64 a 75, todos de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, por repetição; eles repetem destaques anteriores. Então, eles também foram retirados. Estão prejudicados, porque são repetição de destaques anteriores.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Bem, Sr. Presidente, eu concluo então, os que entendo como prejudicados, que se somam àqueles que foram retirados.

Estou à disposição de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vou submeter à apreciação do Plenário se concorda com o parecer do Relator no sentido de que esses destaques sejam considerados prejudicados.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo agora a palavra ao Relator para se pronunciar quanto aos destaques acolhidos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. *Intervenção fora do microfone.)* – Sugestão de acolhimento, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É; sugestão. (*Pausa.)*

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito bem, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – V. Exª poderia, assim como falou todos os números dos retirados, falar a lista dos prejudicados também?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Lista dos prejudicados: Destaque nºs 4, 5, 12, 21, 22, 23... E mais os Destaques nºs 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74 e 75. Esses, prejudicados em função de repetir destaques anteriores.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – *Ok*. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Bom, aqueles que votam pela rejeição desses destaques considerados prejudicados permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Rejeitadas as emendas referidas nos destaques mencionados.

Passamos, então, agora, ao relatório dos destaques acolhidos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pelo Relator.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E que será submetido à deliberação deste Plenário.

Destaque nº 17, que se soma ao do Senador Aloysio... Eu queria propor, porque tratam do mesmo tema, da proposta também do Senador Blairo Maggi, que é a Emenda nº 45. Então, Destaque nº 17 e...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Destaque nº 17 e Destaque nº 63.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu proponho, porque se trata do mesmo tema, e ajudaria o Plenário na deliberação.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Os autores são Aloysio e Blairo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu gostaria, como nós estamos... Eu estou acolhendo o Destaque nº 63, de autoria do nobre Senador Blairo Maggi, e o Destaque nº 17. Todos os dois tratam do mesmo tema. Então, queria que ficasse registrado que os estou agrupando por conta da similaridade do tema.

Vamos em frente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos, em primeiro lugar, esperar a conclusão do relatório, com todas as emendas acolhidas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Está bem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Não seria melhor discutir um a um?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não, vamos, primeiro, ver todos os favoráveis.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Esse é favorável, Jorge?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Se houver interesse e possibilidade de votar em bloco, nós faremos a discussão e votação em bloco.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Para agilizar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos aguardar todo o final do relatório de acolhimento do Relator.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Também estou acolhendo o Destaque nº 19, do nobre Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Acolhido o Destaque nº 19. O parecer do Relator acolhe o Destaque nº 19.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. *Intervenção fora do microfone*.) – Esse de nº 63 aí acho que pode abrir espaço para queimadas...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É isso mesmo, porque já está acolhido, já está no texto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. *Intervenção fora do microfone*.) – O de nº 63 não tem problema, não?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Há um probleminha. Ele já está contemplado no texto da CMA de ontem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Relator, a emenda...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – De certa forma, ele deveria estar prejudicado, e não acolhido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, permita-me dizer que o objetivo da emenda é o de incluir nas obras de utilidade pública as obras do sistema viário que são necessárias ao parcelamento do uso do solo urbano. Há entendimento, aqui ou ali, de que o sistema viário é apenas o do entorno do loteamento, do empreendimento. Eu queria deixar claro que essa permissão se refere também ao sistema viário interno, aos empreendimentos e parcelamentos de solo urbano.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF. *Fazendo soar a campainha.*) – Continua com a palavra o Relator. (*Pausa.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – No entendimento, Senador, no fundo, V. Exª faz, com sua proposição, uma extensão para a área urbana, e estamos tratando exclusivamente do sistema viário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permita-me, Senador, dizer que o texto, com o qual concordo, inclui no regime da utilidade pública o sistema viário. Minha emenda visa a esclarecer que a expressão "sistema viário" inclui as obras necessárias aos parcelamentos de solo urbano aprovados pelos Municípios, de modo que não haja dúvida de que o arruamento dentro de um loteamento, aprovado pelo Município, está também incluído no conceito e no regime jurídico da utilidade pública.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – A única questão é que, no nosso entendimento, o sistema viário... V. Exª está tentando ir um pouco mais além...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Estou tentando esclarecer.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Entendemos que ele já inclui todo o sistema viário. Por isso, colocamos no parecer que isso estaria prejudicado, porque exatamente o termo genérico vai incluir isso certamente, e não haverá dúvida para o gestor público municipal ou estadual. Talvez, seja melhor um termo mais amplo do que um mais restrito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Recebi a informação de que há controvérsias judiciais a esse respeito e eu acharia melhor, mais correto, que se deixasse claro na lei que sistema viário inclui as ruas no interior do loteamento, embora pareça lógico que sistema viário compreende tudo. Enfim, como tem havido controvérsias sobre isso, apresentei a emenda.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Senador Aloysio, ficou bem claro, pela palavra do ilustre Relator, qual é a *mens legis*, qual é o objetivo da expressão "sistema viário" abrangendo tudo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – A Emenda nº 143 foi aprovada ontem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Foi acatada.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Então, em caso de controvérsia...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A emenda foi acatada. Era com isso que eu queria ajudar.

(Intervenções fora do microfone.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Peço um momento, que estou com a palavra.

Em caso de controvérsia, qualquer advogado pode recorrer aos anais desta sessão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Mas a Emenda nº 143 está aprovada.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É isso que estou falando. A emenda já está acolhida no texto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não fui eu que fiz o destaque. Não fui eu que destaquei.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quero apenas dizer que não fiz o destaque. Eu retirei o destaque.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Vamos seguir. Já estava acolhido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos seguir, então.

Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Vinte e quatro...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF. *Fazendo soar a campainha.*) – Vamos lá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador Jorge Viana, o Destaque nº 20... V. Exª passou do 19. O de nº 20 tem o parecer favorável e já ficou acertado de ser acatado – o Destaque nº 20.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É; o Destaque nº 20 nós estamos... Foi acolhido o Destaque nº 20, de autoria do Senador Romero Jucá.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, novamente, em relação ao Destaque nº 20, a emenda foi aprovada ontem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Por isso mesmo, já estava acolhido na emenda.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Portanto, o destaque tem de ser prejudicado. A emenda já está acolhida.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Mas eu tinha levantado isso e ele disse que ia contar como acolhido, por isso que... Eu não quero que fique fora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Bom; é importante que a assessoria do Relator, aqui, esclareça, porque o que já está no texto

não precisa ser destacado, e, nesse caso, a expressão correta é a prejudicialidade, não é o acolhimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Então, eu peço só um ajuste, Sr. Presidente. Que fiquem os Destaques de nº 19 e o de nº 20 prejudicados, por já estarem acolhidos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, como é que foi acolhido ontem?

Eu quero ler, aqui, o Destaque nº 20, do Senador Romero Jucá.

Diz o seguinte o §5º: "Nos casos da alínea *a* do inciso I, a reserva legal ficará reduzida para até 50% quando o Estado tiver mais de 65% do seu território ocupado por unidades de conservação da natureza de domínio público e terras indígenas homologadas".

Já foi acolhido ontem isso aqui?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Foi acolhido ontem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, Senador...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Por conta de que se está fazendo uma correção...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu não estou ouvindo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Está se fazendo uma correção...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Randolfe...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Na minha proposta original, estava "terras indígenas demarcadas". Havia uma emenda que estava colocada e acolhida como "terras indígenas demarcadas" e, aqui, está se colocando "terras indígenas homologadas", que é uma diferença muito importante, para que não tenha...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Jorge, foi acolhido isso?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Foi acolhido, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador, eu sou do Estado com o maior índice de unidades de conservação do Brasil.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Isso são novos desmatamentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Essa emenda será responsável por institucionalizar o desmatamento no meu Estado e nos Estados que tenham maior quantidade de unidades de conservação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, o Senador Jorge Viana, para esclarecimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Olha, o relatório que foi votado ontem, obviamente, será objeto de debate no plenário do Senado.

Essa é uma matéria que, se V. Exª se debruçar sobre ela, sendo do Amapá, um Estado que se preocupa com o meio ambiente, certamente, V. Exª será um dos maiores defensores dela lá no plenário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, eu estou só... V. Exª me permita.

Não tem nenhum Estado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Já passou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, já passou.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não tem nenhum Estado do Brasil que alcance isso.

As áreas de reserva legal hoje, no Brasil, boa parte delas, estão em propriedades privadas – estão em propriedades privadas!

Nós estamos falando que o Estado que tiver 65% de unidades de conservação sob o domínio do Estado, do domínio público, esse Estado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não tem nada privado; de domínio público – terras indígenas homologadas e unidades de conservação e de preservação permanente –, você terá um tratamento diferenciado.

O meu Estado do Acre, que sempre se preocupou, está longe de alcançar essa situação. O Estado de Roraima e o Estado do Amapá não alcançam essa situação.

É uma tentativa de estimular não o desmatamento, nobre Senador, mas a criação de unidades de conservação pelo Poder Público.

Hoje, nós temos, neste debate, ouvido que boa parte das unidades de reserva legal, neste País, está nas mãos das propriedades privadas. Agora, obviamente, V. Exª terá oportunidade de apresentar o destaque no plenário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não; perfeito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Nós, hoje, não estamos debatendo o que foi votado ontem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, claro. Estou surpreso inclusive com o acatamento, Senador Jorge.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu tenho uma questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A minha surpresa, o meu estarrecimento é exatamente pelo acatamento, porque, veja, a diferença é gritante. No texto de V. Exª, em que, inclusive, eu não teria nada a contestar, estava a seguinte redação: "Poderá reduzir a reserva legal para 50%". No texto, aqui, que V. Exª acatou, alterando o seu texto, fica o seguinte: "Nos casos da alínea do inciso I, a reserva legal ficará reduzida para até 50% quando o Estado tiver mais de 65% do seu território..."

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu gostaria que V. Exª, que sei ser um estudioso, se debruçasse sobre a importância de nós termos um estímulo aqui para que os Estados sigam criando unidade de conservação e de proteção neste País.

Mas essa é uma matéria vencida...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas uma questão, Senador Jorge. Eu não vou insistir para polemizar com V. Exª nesse ponto, mas...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Randolfe, com a palavra V. Exª, para que a gente possa concluir, porque eu vou partir para o ponto seguinte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ...uma questão não tem relação com a outra. Eu só quero dizer que fiquei surpreso, estarrecido.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – V. Exª vai me agradecer bastante por ter acolhido uma emenda como essa. E o ajuste, é óbvio, para dar segurança jurídica. Não pode haver incerteza jurídica na hora em que se aprova um texto. Isso foi matéria vencida ontem. Por isso é que ela está aqui como acolhida. Foi prejudicada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT —– RJ) – Presidente, quero fazer uma consideração sobre esse ponto.

Primeiro, o seguinte: tinha de ter sido ressalvado "desmatamentos anteriores". Do jeito que está no texto, pode possibilitar novos desmatamentos. Agora, isso não é o mais importante. O mais importante é dizer que V. Exª disse que ontem foi dito "terras indígenas demarcadas".

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não. No meu texto original.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Este texto aqui está "homologadas".

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não. Eu expliquei o contrário. É que, originalmente, estava "demarcada"; e, ontem, ficou "homologada". Porque é uma segurança, porque uma terra indígena demarcada...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Senador Pedro Taques pode esclarecer.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, eu esclareço. Uma terra indígena só "demarcada" e não "homologada" pode criar uma insegurança também, porque, se ela não for "homologada", ela não deve ainda ser considerada nos 65%; só se for "homologada". É para dar segurança jurídica ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço a colaboração dos Senadores para que possamos dar continuidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Senador; só aumenta a pressão por desmatamento. É exatamente o inverso. Eu não vou continuar insistindo. Mas é exatamente o inverso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – V. Exª certamente apresentará um destaque para esse assunto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não apresentarei. Meu querido Jorge, não vou contestar ou insistir em polemizar com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF. *Fazendo soar a campainha.*) – A palavra está com o Relator, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Estou também acolhendo o Destaque nº 24... Desculpe-me, este já foi retirado. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – *(Intervenção fora do microfone.)* O de nº 24 já foi retirado; falta o de nº 25.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, mas eu estou rejeitando. (*Pausa.*)

Estou chegando ao fim das emendas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E também está prejudicado.

Queria que juntássemos o Destaque nº 34, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – *(Intervenção fora do microfone.)* Já foi retirado; foi acolhido ontem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Estão dizendo que foi retirado o Destaque nº 34.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vejam bem, está havendo uma confusão da assessoria ao Senador Jorge Viana entre prejudicado e acolhido.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Já está acolhido no texto de ontem e prejudicado hoje. Fica prejudicado o Destaque nº 34, de autoria...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu gostaria que V. Exª fizesse a mesma coisa que fez com os rejeitados. Que desse uma lista daqueles que foram acolhidos ontem. Não se fala mais; foi acolhido; depois nós...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas é isso que nós estamos tentando fazer. Com isso vamos passar um pouco mais rápido.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Senador Jorge, quando o senhor fala "está prejudicado", a impressão que dá é a de ele não vai entrar. E, na verdade, ela já entrou, ele já foi.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – No caso, os prejudicados, eu vou citar: 34, está prejudicado, porque já foi acolhido ontem, Emendas do Senador Acir Gurgacz e Senador Blairo Maggi. Que conste na Ata.

Nós tivemos um problema, é bom esclarecer: houve destaques que foram colocados antes da votação. Mas estamos fazendo o devido reparo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vejam bem, muitos desses destaques... Só para esclarecer: muitos desses destaques foram apresentados antes da votação. Então, quando houve a votação, muitos deles foram acolhidos. Então, por isso, eles estão sendo retirados. Eles foram acolhidos pelo Relator e, em seguida, foram retirados pelos autores, ou estão sendo prejudicados.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com isso, Sr. Presidente, concluo o acolhimento de destaques.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Então, vamos lá. Quais são os acolhidos? (*Pausa.*)

Foi acolhido o Destaque nº 17, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, e foi acolhido o Destaque nº 63, de autoria do Senador Blairo Maggi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem. Esses destaques acolhidos irão a voto ainda?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Irão a voto. Com certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Entre eles o 20?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não; o 20 está prejudicado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – O 20 já foi atendido ontem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O 20 está prejudicado, porque já está no texto.

Com a palavra o Senador Jorge Viana. Há mais uma?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É que há um destaque do Senador Valdir Raupp que também...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – (*Intervenção fora do microfone.*) Fo Qual é o número?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É o de nº 77.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – (*Intervenção fora do microfone.*) O de nº 77 é da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Apresentado... É uma emenda... Não; o de nº 77 é apresentado pelo senador Valdir Raupp, que também estou acolhendo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Bom, a autora é a Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Eduardo Braga.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – São esses os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu consulto...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Esse Destaque nº 77 é parte de um dos dois requerimentos apresentados. Como o Plenário deliberou que eu apresentaria a devida modificação e que levaríamos ao Plenário do Senado para apreciar, então ele fica aqui como prejudicado e ficou, como deliberou aqui o Plenário, que nos dois casos do destaque do Senador Aloysio Nunes e este de nº 77 serão recolocados quando da apreciação pelo Plenário do Senado desses dois destaques. Então, ele fica prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Consulto...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Fica prejudicado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Consulto ao Plenário se podemos votar em bloco esses dois destaques, o de nº 17 e o de nº 63.

Aqueles que concordam com a votação em bloco desses dois destaques permaneçam como se encontram *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para uma questão de ordem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Apenas para que o Relator possa fazer o que ele acabou de mencionar em relação ao art. 43.

(Intervenções fora do microfone.)

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Apenas...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Por favor, com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para que o Relator possa realizar aquilo que ele acabou de colocar em relação ao art. 43...

(Intervenções fora do microfone.)

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, não estou ouvindo aqui, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – (...) o Destaque nº 77.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, não estou ouvindo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF. *Fazendo soar a campainha.*) Solicito silêncio para que possamos dar continuidade à nossa reunião.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Solicito às pessoas que nos honram muito com suas presenças aqui no plenário que colaborem com o andamento dos nossos trabalhos, senão serei obrigado a evacuar o plenário.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Parece que o impasse lá atrás é porque havia algumas pessoas com alguns cartazes e houve a intervenção de alguém para que retirassem os cartazes. Esta aqui é a Casa do povo, e é livre a manifestação que se estava fazendo de forma pacífica, calada.

De modo que quero protestas contra isso, Sr. Presidente.

(Palmas.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Parabéns, Senador. Isso mesmo!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Solicito à Segurança que garanta que as pessoas que queiram se manifestar de forma pacífica, que não seja de forma desrespeitosa com o Senado, possam fazê-lo.

(*Palmas*.)

E solicito que contribuam para o andamento dos trabalhos.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para...

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF. *Fazendo soar a campainha.*) – Solicito que colaborem com o andamento dos trabalhos, porque, se houver manifestações que atrapalhem o andamento dos trabalhos, nós solicitaremos a retirada.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para contribuir com o Relator. O destaque nº 77 precisa ser deliberado para que o Relator...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Não; ele não levou o requerimento à deliberação, porque, senão, o destaque não vai ficar... Para que possa alterar o texto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, Senador. Eu queria só esclarecer. Os dois requerimentos, os dois destaques, o Plenário autorizou que déssemos um tratamento e que se colocariam os dois casos à apreciação ainda no plenário. Ficou a cargo do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação das emendas destacadas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, só para registrar o voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Aprovado, com o voto contrário do Senador Randolfe.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o Regimento veda qualquer tipo de manifestação. Com cartaz ou sem cartaz, a galeria não pode se manifestar. Ainda mais um cartaz que agride o Relator.

Então, é impossível. Eu não aceito isso!

Recolham os cartazes e fiquem em silêncio! Esse é o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Aloysio Nunes, eu peço desculpas porque eu não estava conseguindo ler o cartaz. Eu disse aqui, na minha manifestação, que desde que fossem manifestações que não fossem desrespeitosas com o Senado ou com qualquer membro.

Peço que vocês retirem esses cartazes, porque, senão, vou solicitar a retirada do plenário imediatamente. (*Pausa.*)

Colocado em votação, foi aprovado, apenas com o voto contrário do Senador Randolfe.

Determino à Segurança que, se houver qualquer manifestação desrespeitosa a qualquer Senador ou a esta Casa que retirem as pessoas do plenário. (*Pausa.*)

Quanto aos demais destaques rejeitados, consulto se poderão ser votados em globo. (*Pausa.*)

Pela ordem, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – *(Intervenção fora do microfone.)* Sr. Presidente, eu tenho mais três destaques...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, não... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só um minuto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu retiro os Destaques nºs 1 e 2 e peço a votação do Destaque nº 3.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu solicito à Segurança que recolha esses cartazes, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

Esses cartazes aí não tem nada de desrespeito aos Senadores.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu não aceito isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Falam do novo Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O art. 89 do Regimento Interno diz que o Presidente organizará os trabalhos.

O Presidente está determinando a retirada dos cartazes.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Estão agredindo o nosso Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Esses cartazes agora não tem nenhum tipo de agressão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não pode nem a favor, nem contra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não importa. Tem que retirar. Vamos cumprir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu passo a palavra ao Senador Romero Jucá.

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – E quero registrar que, se atrapalharem o andamento da sessão, determinarei a retirada do plenário. Temos o maior prazer de ter a presença da assistência aqui, qualquer que seja a opinião dos que estão aqui, mas exigimos respeito com os Senadores e com o Senado.

Com a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador, só antes dizer o seguinte: eu também tenho sete destaques e quero abrir mão de três e quero condensar aqui em quatro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Senador Romero Jucá em primeiro lugar. Quais são os destaques que V. Exª retira?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – *(Intervenção fora do microfone.)* Retiro os Destaques nºs 1 e 2 e peço a votação do Destaque nº 3. Foi pela ordem de inscrição dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu mantenho o 27, o 29...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Primeiro, os que V. Exª retira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Aí você está me dificultando. (*Risos.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Calma, porque para mim também é complexo. Vamos mais devagar, que aí fica mais fácil para nós.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu mantenho o 27.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Um minuto. O meu problema é ainda maior, Senador. O 27 V; Exª mantém?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu vou retirar também o 29. Vou manter o 27, o 30 e o 76. Vou manter esses três.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Os Destaques de nºs 27, 30 e 76 mantidos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Corrigindo, Sr. Presidente: também mantenho o 29. Vamos ficar com os quatro mesmo. (*Risos.*)

Abri mão de três, estou facilitando!

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – A convicção do Lindbergh aqui está demais!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Qual é o outro?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Estou querendo aqui mostrar que não estamos com táticas protelatórias, que estamos aqui tentando facilitar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Qual é o último, Senador?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas se o Senador Blairo Maggi quiser, eu mantenho os sete.

(Intervenções fora do microfone.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu consulto o Senador Lindbergh se ele confirma a retirada do Destaque nº 28, do Destaque nº 31, do nº 36...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – E também o do Walter, o de nº 37. Está junto com o Walter.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – V. Exª está tirando o 36 e o 37 também. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – São esses. Confirma a retirada? (*Pausa.*)

Então, retirados os demais.

Mais algum Senador deseja retirar destaques? (*Pausa.*)

Bom, então vamos iniciar o processo de votação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Bem, seguindo. Eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu consulto, mais uma vez, se o Plenário deseja votar em bloco os destaques que são rejeitados pelo autor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, encaminho contrariamente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu pedi para excetuar o de nº 3. Então, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu vou solicitar o seguinte: quais são os Senadores autores de destaque que estão aqui que desejam votar os seus destaques de forma separada, porque os demais eu farei conjuntamente? (*Pausa.*)

Então vamos votando destaque a destaque.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É melhor porque eu penso que esse foi um compromisso de procedimento, no início dos trabalhos, de que pararíamos sobre cada um dos destaques que o Relator rejeitasse.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Essa foi uma proposta apresentada pelo Senador Lindbergh e o Senador Moka acolheu e endossou.

Então o Destaque de nº 3.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos iniciar pela apreciação do Destaque nº 3.

Passo a palavra ao autor do requerimento de destaque, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu queria pedir a atenção...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Que fique claro que estamos entrando agora nos destaques que foram rejeitados pelo Relator; e, obviamente, começa com a palavra o proponente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria da atenção de V. Exªs. Rapidamente vou defender o Destaque nº 3, que é muito importante para o Estado de Roraima e o Estado do Amapá.

O que é que pretendo o Destaque nº 3?

Eu pediria atenção ao Senador Moka, ao Senador Blairo, ao Senador Acir, ao Senador Ivo Cassol...

O que pretende? Que o Poder Público assegure aos Estados o direito de utilizar, no mínimo, 20% do seu território para uso alternativo do solo e promoção de cadeias produtivas a ser determinado pelo zoneamento econômico e ecológico do Estado, conforme proposta contida no Macrozoneamento Econômico e Ecológico da Amazônia Legal. Ou seja, nós queremos garantir, no caso de Roraima e do Amapá, o mínimo de 20% para a produção. Não é demais! Nós queremos garantir, dentro de um estudo do zoneamento, do estudo Macroeconômico da Amazônia Legal, ou seja, dentro de todas as normas, nós queremos garantir 20% para o Estado de Roraima e do Amapá.

Então peço a aprovação desse destaque, que é extremamente importante para os nossos Estados, Sr. Presidente.

É isso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pelo que penso, está em discussão, não é?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Para discutir, então, Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem.

Aqueles que concordam com o destaque apresentado...

O SR. ALOYSIO NUNCES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É importante que o Relator dê sua opinião.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Secretaria da Comissão está me dizendo que não existe a discussão do destaque, a cada destaque. Existe a defesa do autor e a palavra para encaminhar do Relator. Em seguida, vamos votar.

Vamos fazer absolutamente o que o Regimento Interno do Senado determina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, em nome do Regimento, art. 14, inciso VI, para encaminhar. Em nome do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Bem, eu rejeito, nobre Senador Romero Jucá, porque a normativa brasileira estabelece um regramento para as propriedades privadas. Para cada propriedade privada, dependendo de onde ela se encontra, em que região, temos um regramento que estabelece o uso, no caso da Amazônia, de 20% do território, e reserva legal, 80% do território. No caso de cerrado, temos 35%; nas demais áreas, 20%.

O nobre Senador que apresenta o destaque propõe que se crie uma normativa agora nos Estados. E aí não cabe ao Código Florestal, no meu entendimento, tratar dessa matéria. Logo, é uma matéria que não cabe no Código Florestal, não cabe no texto. Eu rejeitei porque entendo que o uso nas propriedades privadas já está estabelecido no Código Florestal, e não é próprio do Código Florestal estabelecer como serão usadas as terras públicas dos Estados.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Para contraditar rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Entendo que é cabível. Nós já aprovamos no texto que a reserva legal poderia ir até 50%, nos casos de 65%...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sim, em terra privada; mas aqui estamos garantindo o seguinte: o Estado... O que nós queremos? Queremos utilizar 20% do Estado em área produtiva. É como se toda a terra do Estado fosse mata, 80% está sendo preservado, e gente quer garantir 20%. Isso é o mínimo que o Estado pode pedir; isso é um indicativo político importante para que se possa fazer isso dentro do zoneamento.

Desse modo, mantenho o meu pedido de aprovação da proposta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – A mudança é muito grande. Nós saímos de dentro do que se estabelece para aquilo que tem que ser reserva legal nas propriedades e vamos tratar dos Estados.

Entendo, como Relator, que já está estabelecido que os Estados podem fazer uso dos 20%, obviamente respeitando o que o Código Florestal estabelece, por se tratar de áreas privadas.

Em relação ao meu voto, penso que está clara a minha posição e respeito muito a posição do Senador Jucá, que está fazendo uma ponderação ao Plenário.

Mantenho minha rejeição, meu voto contra esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para encaminhar o voto, Senador Randolfe Rodrigues.

Quero registrar que o Regimento garante cinco minutos para cada Senador não para discutir, mas para encaminhar o voto.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, quero apoiar plenamente o ilustre Relator no seu voto em relação a essa emenda de autoria do Senador Romero Jucá.

Na verdade, essa é a segunda DRU que o meu querido Senador Romero Jucá encaminha ao Senado no dia de hoje. A primeira vai ser daqui a pouco na CCJ e a segunda é esta, porque essa é a desregulamentação da proteção ambiental e da reserva legal. E, baseado, inclusive, em algo que não é verdadeiro, de que reserva legal não é produtiva: 98% do açaí que é tomado aqui em Brasília, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Sudeste do País, vêm do Amapá, vêm da Amazônia e são produzidos em reservas legais.

Então, é um mito essa história de que não há produção em reserva legal. Há produção, e produção do pequeno extrativista, produção sustentável na Amazônia, que tem de ser reconhecida.

O que vamos fazer com isso é criar uma reserva de mercado a mais para os grandes, inclusive prejudicando o pequeno trabalhador extrativista da Amazônia.

Eu quero, em apenas um aspecto, concordar com o ilustre Senador Romero Jucá em relação a essa matéria. A primeira parte, acatada anteriormente, no relatório de ontem, de fato, já é uma relativização das unidades de conservação da Amazônia. Essa seria a desregulamentação total, a flexibilização total; seria contra a produção do açaí, contra a produção do cupuaçu, contra as produções extrativistas na Amazônia. E isso vai ampliar claramente o desmatamento na Amazônia.

Vamos, pelo menos, rejeitar essa DRU, já que a outra está sendo difícil.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, art. 14. Eu fui citado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente! Presidente!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Simplesmente para registrar o seguinte: não estamos aqui defendendo grandes nem pequenos. Estamos defendendo o direito do Estado de Roraima de, efetivamente, utilizar para o sistema produtivo 20% do seu território – só! É isso o que nós queremos. É o mínimo. É como se todo o Estado fosse mata, 80% fossem preservados e apenas 20% pudessem ser utilizados dentro do zoneamento e dentro do macroestudo econômico da Amazônia Legal.

Portanto, não estamos defendendo nem pequeno, nem grande. Estamos defendendo o Estado como um todo e querendo ter um mínimo de capacidade de produção para que o Estado possa sobreviver.

O SR. BLAIRO MAGG (PR – MT) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, eu só...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Valadares, para encaminhar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, eu só quero dizer que apoio integralmente a posição do nosso Relator, Dr. Jorge Viana, que conhece mais do que qualquer um de nós a situação dessa região, mesmo porque a proposta, com todo respeito ao Senador Jucá, que é o Líder do Governo, é um indicativo de que pode haver novos desmatamentos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Lindbergh para encaminhar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu só quero também dizer, Senador Jorge Viana, que acompanhamos o voto do Relator. E, Senador Romero Jucá, houve tanta polêmica de ontem para hoje. Quero até apelar para o Senador Romero Jucá, porque acho que a emenda dele atrapalha essa discussão que está acontecendo.

Eu sei que V. Exª, como Líder do Governo, não está querendo atrapalhar. Aqui não está o Líder do Governo; está o Senador de Roraima.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Aqui está o Senador de Roraima, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu sei disso, eu sei disso, mas faço este apelo a V. Exª, porque o sentimento que se vai abrir com a possibilidade de aprovação disso é a possibilidade de novos desmatamentos.

Então, quero fazer um apelo aqui aos nobres Senadores para tentar apoiar a posição do Relator, Senador Jorge Viana.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para encaminhar, Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Para encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para encaminhar, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Jorge Viana, com todo o respeito a V. Exª, vou ter de divergir do parecer de V. Exª com relação à emenda do Senador Jucá – e aqui ele não está apenas como Senador de Roraima, mas como Senador da Amazônia. Quero dizer que lamento que não haja respeito por parte da União com os Estados. O Brasil, lamentavelmente, não é uma federação. Não há respeito com relação ao zoneamento econômico-ecológico dos Estados.

O meu Estado do Pará fez há mais de cinco ou seis anos, o seu zoneamento econômico-ecológico, depois de discutir com toda a sociedade, aprovado por unanimidade. E esse zoneamento econômico-ecológico, que está sendo implantado, não é respeitado. As áreas de proteção, sejam elas ambientais ou indígenas, são homologadas pelo Governo Federal por decreto e, para serem desafetadas, têm de vir ao Congresso Nacional. Por que, então, para serem homologadas, elas não passam pelo Congresso Nacional? Sou autor de uma PEC que não tramita aqui. Vários parlamentares são autores de PECs com esse aspecto.

O Senador Jorge Viana, ainda há pouco, disse: "Ah, isso vai incentivar os Estados a criarem áreas de proteção ambiental". Mas os Estados não criam essas áreas, quem as cria...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – *(Intervenção fora do microfone.)* Criam, sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Criam áreas estaduais. E o Estado do Pará as criou em áreas de propriedade do Estado, mas não em áreas federais.

Então, o que o Senador propõe é exatamente o que estamos aprovando aqui: 80% de reserva, 20% de áreas de produção.

Talvez, Senador Jucá, pudesse ser colocado aqui "em áreas já abertas", porque o zoneamento econômico-ecológico vai definir quais são as áreas de produção. E, nessas áreas de produção, não há por que não permitir que 20% sirvam para isso.

Vou votar favoravelmente à emenda do Senador Jucá.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Senador Aloysio Nunes. Depois, falarão o Senador Blairo Maggi e o Senador Anibal Diniz.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, creio que o Senador Flexa Ribeiro deu a senha de qual seria a sede adequada para discussão desse tema tão relevante proposto pelo Senador Romero Jucá: a proposta de emenda à Constituição.

Estamos tratando aqui do Código Florestal, uma lei ambiental, uma lei que trata dos usos da propriedade, pública ou privada. São limitações ambientais ao uso da propriedade. Aprovado o artigo proposto pelo Senador Jucá, não haveria como aplicar essa lei. Como fazer esse rebatimento de 20% sobre cada uma das propriedades do Estado? Quem faria isso? Seria um decreto do Governador? Isso não pode ser feito, porque essa é matéria de lei federal.

Desse modo, creio que o melhor seria que levássemos esse tema à discussão no nível de uma proposta de emenda à Constituição. Temos de verificar esse tema, como outras questões ligadas à Federação, no nível constitucional.

Creio que não é esse o instrumento legal para se disciplinar esse tipo de questão tão oportunamente levantada pelo Senador Jucá.

Por isso, vou acompanhar o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi, para encaminhar a votação da matéria.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, tenho todo o respeito pelo nosso Relator, mas não poderia deixar de dar minha opinião sobre esse assunto.

O Relator acolheu uma emenda lá atrás que diz que, no Estado em que 65% das reservas estiverem homologadas em terras indígenas, até 50% são de reserva legal, em terra privada. Acontece que o Estado de Roraima e, penso, o do Amapá já estão muito próximos disso. Se neles esse percentual chegar a 65%, restarão 35% para todos os usos. Se, dos 35%, pegarmos 50%, serão 17%. Se pegarmos 80%, serão 28%. Então, o Senador Jucá está pedindo, no mínimo, 20%. Sinceramente, não sei se é legal isso estar aqui ou não, mas acho isso justo. Acho engraçado um Estado ter de vir ao Senado Federal para dizer: "Pelo amor de Deus, deixem-me usar 20% do meu território!"

Então, vou encaminhar favoravelmente aqui. Não sei se este é o fórum ou não para tratar disso, mas eu não poderia deixar de fazer esse encaminhamento. Puxa vida, um Estado não ter a liberdade de usar 20% do seu território é algo extremamente grave!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, quero só prestar um esclarecimento. A conta que o nobre Senador Blairo acaba de fazer é uma bela resposta. O nosso colega Randolfe poderá ver que só acolhi isso porque, para quem quer defender o meio ambiente, a emenda que apresentei significa mais floresta, não menos floresta, como bem disse o nobre Senador Blairo Maggi. Mas como certamente será feito destaque para plenário, porque é um voto vencido, é exatamente por essa coerência que o Senador Blairo apresentou que eu me coloco contra a emenda do nosso colega Jucá, dizendo que, de fato, não cabe no Código Florestal um assunto constitucional e não do Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Anibal Diniz. Em seguida o Senador Eduardo Braga, e vamos...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu quero também manifestar meu apoio à posição do Relator exatamente porque é um assunto que já está especificado nas limitações de utilização e de reserva legal de cada propriedade. E depois, consultando aqui o nosso constitucionalista-mor, Pedro Taques, é um assunto inconstitucional, porque o Estado não pode ser confundido com uma fazenda. A delimitação é para as propriedades, e não para o Estado, nem para Roraima, nem para nenhum outro Estado. Então, vamos manter o que está no Código Florestal, e esse assunto não deve ser tratado aqui.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Senador Jorge, quando eu tentei defender o senhor naquela hora e falei "propriedades privadas", na discussão com o Senador Randolfe, me disseram: "Não, privada não". Mas eu queria mostrar exatamente isto, que, além das públicas, você ainda tem as reservas privadas. Portanto, os 65%...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente, nobre Senador Relator Romero Jucá, quero dizer a V. Exª que, quanto ao mérito, V. Exª tem toda razão: nenhum Estado poderia ter menos do que 20% de sua área total disponível para se fazer um trabalho produtivo. No entanto, no texto do Código Florestal, da forma como toda técnica legislativa e toda estruturação foi construída, nós não teríamos como assegurar uma invasão de legislação para medir terras públicas e privadas a fim de se estabelecer esse limite de 20%. E tenho certeza de que inúmeros Senadores aqui concordam com a tese de V. Exª. Só que, aqui no Código Florestal, nós teremos uma dificuldade jurídica, de segurança jurídica, com relação à aplicabilidade desse artigo.

Faço um apelo a V. Exª, pois tenho certeza que a intenção de V. Exª é garantir o uso do solo para 20%. No entanto, da forma como apresenta aqui, não alcançaremos isso. Por isso, tenho que acompanhar a posição do Relator, que é absolutamente coerente com todo o texto, até porque, nas terras privadas, de propriedade, como estabelece a competência do Código, já está definido 20%, no máximo, no uso do bioma da Amazônia e no uso do bioma de campos e outras áreas, como estabelecido no Código.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra...

Senador Romero Jucá, alguma observação?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – O Senador Moka queria dar uma palavra antes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Moka, para encaminhar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, estou imaginando o seguinte: eu acompanhei e, mais uma vez, dou o testemunho da enorme determinação com que o Relator Jorge Viana tem se dedicado. É uma questão que precisa ser colocada. Eu sei que um ou outro... Houve algumas provocações aqui, que eu não quero entrar no mérito, mas é isso. Você é muito maior do que isso, Senador Jorge, muito maior. O que eu quero pedir... Eu entendo a angústia do Senador Romero Jucá, porque Roraima, assim como os outros – e olha, gente, que parece incrível o que vou dizer –, mas você vir aqui pedir que seu Estado tenha 20% para produzir é uma coisa que a nós... Eu sou do Estado do Mato Grosso do Sul...

Agora, eu concordo com o seguinte: a forma, a técnica colocada vai nos dificultar. Estou vindo em um processo, por uma questão de coerência, acompanhando essa... Eu quero fazer um apelo ao meu Líder, meu companheiro Romero Jucá, para que possamos retirar esse destaque, nos sentarmos e recriar alguma alternativa que, de alguma forma, garanta isso ao Estado de Roraima.

Assim, quero fazer um apelo ao meu Líder, Senador Romero Jucá, que nos ajude no sentido de que nós... Tenho certeza de que contará com a boa vontade de todos nós no encaminhamento dessa questão, que é mais do que justa, insisto em dizer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com um apelo dessa magnitude feito pelo Senador Moka, eu passo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero dizer que o tempo todo aqui eu falei não como Líder do Governo e muito menos levantando qualquer questão contra o Senador Jorge Viana, que fez um trabalho brilhante, ajudou em outras emendas, aprovou emendas, procurou ajustar os textos. Na verdade, o que estou fazendo aqui é, como Senador de Roraima, levantando um tema que é fundamental para a Amazônia e para o meu Estado. Nós não temos hoje a perspectiva de ter 17% de terra para produzir no Estado. Quer dizer, um Estado agrícola, uma fronteira agrícola, com a demarcação de reservas ambientais, de reservas indígenas, de áreas do Exército, de áreas militares, termina vendo esvaída a sua capacidade produtiva. E o pior é que as áreas remanescentes, muitas vezes, ficam em locais que não são aptos à produção, porque o zoneamento econômico-ecológico indica outras áreas que efetivamente deveriam ser potencializadas.

Temos que ter essa discussão na Amazônia. Não adianta estar abrindo estrada na Amazônia e definindo um espaço de 100 hectares, 20% de produção e 80% de preservação, igualitariamente, independente da área de terra, independente que se tenha infraestrutura, independente que se tenha gente morando, independente que se tenha escola, ou seja, um processo burro de ocupação. E queremos otimizar isso.

Então, fico feliz de ter recebido o apoio de diversos Senadores. Entendo que a questão regimental, a questão factual da questão legal é um impeditivo.

Portanto, Sr. Presidente, quero dizer que, contando com o apoio dos Senadores que se colocaram aqui, inclusive do Senador Jorge Viana, do Senador Luiz Henrique, Relatores, e dos Presidentes das Comissões, vou transformar esta emenda em uma proposta de emenda à Constituição e, efetivamente, vamos voltar a discuti-la, quando pedirei a atenção de todos.

Saio daqui vencedor porque entendo que muitos dos Senadores se colocaram sensíveis à situação de Roraima. Portanto, faço a retirada do destaque, e esse destaque será apresentado como uma proposta de emenda à Constituição para a qual espero contar com o apoio de todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço ao Senador Romero Jucá pela compreensão.

O Destaque nº 3 está retirado.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, muito rapidamente quero aqui dar um depoimento a respeito desta matéria. Quero dar um depoimento fazendo justiça à Ministra Izabella Teixeira. Ela me disse, quando eu estava relatando esta matéria, seja na Comissão de Justiça,

seja na Comissão de Ciência e Tecnologia, seja na de Agricultura, várias vezes: temos que resolver o problema de Roraima e Amapá, porque são casos diversos do contexto da Amazônia.

Só não conseguimos, eu não consegui, embora tivéssemos consultado juristas, tivéssemos consultado cientistas, tivéssemos consultado vários especialistas a respeito do assunto, uma forma de resolver esse assunto no texto do Código.

Quando o Relator Jorge Viana rejeita a emenda, ele o faz constrangido; ele o faz penalizado, mas é que efetivamente tem razão o Senador Aloysio Nunes Ferreira: é matéria constitucional. E eu me proponho a ser o segundo signatário da emenda de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

Vamos para o próximo ponto: Destaque nº 6, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Delcídio do Amaral.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para encaminhar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – O item 6 é de autoria do Senador Delcídio do Amaral, e eu estou rejeitando. Ele trata da Emenda nº 103.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Flexa Ribeiro, para encaminhar o Destaque nº 6.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª quer defender?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vou defender.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para encaminhar, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Senador Delcídio do Amaral teve que viajar e pediu que eu subscrevesse a emenda...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Consulto antes ao Senador Flexa Ribeiro se poderíamos votar em conjunto os Destaques de nºs 6, 7, 8 e 9, todos de autoria do Senador Delcídio do Amaral e destacados por V. Exª, que se referem todos a questões em áreas urbanas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas eles tratam de assuntos diferentes. Eu pediria que fosse isoladamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Está bem. Então, vamos lá.

Destaque nº 6. Com a palavra, para encaminhar, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Serei breve.

O Destaque nº 6, que trata da Emenda nº 103, é bastante simples, Sr. Presidente, Sr. Relator. É para que não haja má interpretação no uso do Código Florestal.

Quando se trata de área rural e área urbana... Quando V. Exª coloca, na questão de área urbana, "área urbana consolidada", a proposição não define o que vem a ser área urbana.

A emenda do Senador Delcídio do Amaral propõe que, no art. 3º, no inciso IV, inclua-se "Área urbana: parcela do território, contínua ou não, incluída no perímetro urbano pelo plano diretor ou por lei municipal urbana".

A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, define área urbana consolidada como a parcela da área urbana com algumas condições, que atenda no mínimo dois dos seguintes equipamentos – há vários equipamentos que definem a área urbana consolidada. É preciso ter, pelo menos, dois dos seguintes equipamentos: drenagem de águas pluviais urbana, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, distribuição de energia elétrica, limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.

Se isso não for incluído, pode haver problema na interpretação do Código, trazendo dificuldades para o programa Minha Casa Minha Vida e para a regularização fundiária de assentamentos localizados em área urbana e outras providências. Então, torna-se imprescindível para prevenir dificuldades de interpretação na nova lei.

Então, peço aos meus pares e ao Relator, Senador Jorge Viana, que nós possamos incluir esse inciso IV apenas para definir o que é área urbana, que não deixemos da forma como está no art. 3º, o que traria dificuldades na interpretação da nova lei.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Relator.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Essa emenda do nobre Senador Delcídio, destacada pelo Senador Flexa, merece um reparo e por isso eu a estou rejeitando.

É que a Lei nº 6.766, de parcelamento do solo, é mais ampla do que a proposta que está sendo apresentada. Então, nós criaríamos um problema com a restrição. A lei já deixa bem claro, é mais completa. Dessa forma, estabelecer-se-ia uma melhor aplicabilidade do Código Florestal.

Com a emenda, você restringe, não amplia o uso nas áreas urbanas. Por isso é que acho que dificultaria, porque já há uma lei estabelecendo detalhadamente como vamos fazer uso do parcelamento do solo urbano, que é a Lei nº 6.766.

Assim, o meu voto é pela rejeição do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas para apoiar o relator neste ponto.

O conceito de área urbana já tem definição legal com outros pressupostos, como densidade mínima, e com os próprios equipamentos públicos a que o Senador fez referência. Aqui nós vamos reduzir esse conceito, O QUE é prejudicial.

Quero manifestar o encaminhamento: com o Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Randolfe para encaminhar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É no mesmo sentido, Presidente.

Já existe marco regulatório em relação ao plano diretor e, na verdade, essa aprovação... Quero apoiar o Relator neste encaminhamento, porque a aprovação desta emenda na verdade fará uma relativização do que nós temos, no Código Florestal, de proteção da reserva legal. Nós constituiremos... Uma fazenda, por acaso, poderá ser definida, por obra do disposto no Plano Diretor, como área urbana, e, aí, relativizará a necessidade da reserva legal.

Além de já ter marco regulatório, o que está disposto na emenda vai, na verdade, driblar a legislação presente para ter a possibilidade de ampliação de desmatamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do Relator, pela rejeição da emenda, permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer do Relator pela rejeição da emenda.

Destaque nº 7.

Com a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Da mesma forma, Presidente, Senador Rollemberg, Relator, Senador Jorge Viana, o Senador Delcídio do Amaral propõe, no Destaque nº 7 (Emenda nº 104), que se dê aos arts. 4º e 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, a seguinte redação ao art. 4º, inciso III:

As áreas do entorno dos reservatórios de águas artificiais, resguardados o disposto nos §§ 2º e 4º, em faixas de largura mínima:

a) 30m em zonas rurais,

b) 15m em áreas urbanas.

§4º: A licença ambiental do empreendimento poderá, de modo justificado, estabelecer limites superiores aos previstos no Inciso III do caput.

Art. 5º Na implementação e funcionamento do reservatório d'água artificial, é obrigatória a aquisição, desapropriação ou remuneração por restrição de uso pelo empreendedor das Áreas de Preservação Permanente criadas em seu entorno.

A presente emenda, Sr. Relator, tem por objetivo uniformizar o tratamento da delimitação das Áreas de Preservação Permanente, transportando os limites estabelecidos pelo art. 5º para o art. 4º, posição natural dentro da topografia do projeto para fixação desses limites.

Corrigimos um pequeno erro de referência, perfeitamente compreensível em vista da complexidade da matéria. Ao se referir no inciso III do art. 4º ao disposto no §4º, o Projeto quis, na verdade, referir-se ao §2º, que isenta da necessidade de faixa de proteção as acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a um hectare.

Além disso, fixada a largura mínima da Área de Preservação Permanente na espécie, mantém-se, mediante da inclusão de um novo §4º, a possibilidade de que o licenciamento ambiental estabeleça limites mais rigorosos, desde que o faça de modo justificado.

Acreditamos que a emenda que ora apresentamos previne futuras dificuldades de interpretação dos dispositivos alterados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Relator, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Os arts. 4º e 5º do PLC, os dois, já tratam dos limites de 30m e 100m. Cem metros para as zonas rurais e trinta metros para as áreas urbanas. E a emenda traz uma redução desses limites e remete para o licenciamento o aumento ou não.

Isso vai gerar uma insegurança jurídica tremenda e não ajuda, porque é uma matéria vencida. Nós já conseguimos aprovar o PLC, o texto básico, estabelecendo estes limites de 30 e de 100.

Então, por conta de envolver um licenciamento com uma redução, eu rejeito esse destaque e espero, sinceramente, que se possa seguir mantendo os limites de 100m para as zonas rurais e 30m para as zonas urbanas dos reservatórios de que tratam os §§ 2º e 4º.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que aprovam o relatório e voto, contrário à emenda, do Senador Relator Jorge Viana, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitada a emenda.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu gostaria apenas que o Relator me dissesse onde está essa limitação no art. 4º, porque eu entendo que a emenda estabelece um mínimo, um patamar mínimo. Mas onde no artigo? Confesso que não estou encontrando aqui a delimitação da metragem definida por V. Exª.

Acho que a emenda estabelece uma salvaguarda, um limite mínimo. É isso que eu...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só quero registrar que estou passando a palavra para o Senador Relator para dar as informações, mas já submeti a matéria à votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas não foi votado. Já foi votada?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Já foi votada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu entendi que V. Exª havia dito "quem concorda permaneça como se encontra", mas não havia proclamado o resultado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas eu esclareço o questionamento do Senador Aloysio, porque está contemplado, visto que no art. 5º já estabelece a faixa mínima de 30...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ah, no art. 5º. Eu estava procurando no art. 4º. V. Exª falou 4º...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Desculpe. Está colocada a faixa mínima de 30 e a máxima de 100. E também colocada... Aí, a emenda remete para...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Está bem. Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A matéria está vencida. Rejeitada conforme o voto do Relator.

Vamos para o Destaque nº 8, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Pergunto se o Senador quer encaminhar. (*Pausa.*)

Senador Flexa Ribeiro para encaminhar.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo ao ilustre Senador Flexa Ribeiro. Todos temos aqui o texto da emenda. Se puder dispensar a leitura, para abreviar os trabalhos, nós agradeceríamos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço, Senador Luiz Henrique, mas alguns Senadores não leram a ementa. Então, preciso fazer a justificativa por solicitação do Senador Delcídio, que teve que viajar.

O Destaque nº 8 refere-se à Emenda nº 105.

A Emenda nº 105 (§4º do art. 5º):

Para os reservatórios artificiais de água destinados à energia ou abastecimento público que foram registrados ou tiveram seus contratos de concessão ou autorização assinados anteriormente à Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, bem como para quaisquer outros preexistentes àquela data, a faixa da área de preservação permanente será de 30 metros em área rural e de 15 metros em área urbana.

Da maneira que foi fixado no substitutivo, as Áreas de Preservação Permanente no entorno dos reservatórios artificiais ficaram extremamente reduzidas, restando, na maioria das vezes, uma faixa de poucos metros. Nesse passo, urge ampliar tais faixas e, para haver coerência com o *caput* do artigo e em face da ausência de legislação específica naquele período que antecedeu a medida provisória, a faixa de APP deverá ser de 15 metros em área urbana e 30 metros em área rural.

Destarte, o parágrafo fica aperfeiçoado, promovendo a defesa do meio ambiente, restando harmônico com o *caput* e abrangendo todos os tipos de reservatórios artificiais.

Esta é a justificação, Sr. Presidente e Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Relator, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Caro Senador Flexa Ribeiro, este é um assunto que, com muita dificuldade, o novo Código tenta tratar, porque temos situações de reservatórios que foram criados antes de 2001, dos quais boa parte deles até 2015 terão seus contratos vencidos. O Brasil terá oportunidade de dar um tratamento adequado, fazendo valer o Código Florestal. Além disso, há hoje um conflito muito grande entre proprietários de terra no entorno dessas áreas que não foram desapropriadas porque não tinham sido afetadas pela desapropriação e as empresas que fazem uso da concessão.

Nós apresentamos uma proposta que é intermediária do "para até que se tenha o vencimento dessas concessões", e, certamente, os 30 metros em áreas rurais e 15 metros em áreas urbanas serão modificados. A proposta da emenda não considerará... Ou seja, o destaque está querendo considerar algo que vamos fazer valer, botamos isso inclusive nas disposi-

ções transitórias, porque o Código já apresenta o que deve ser cumprido por todos os novos reservatórios.

Então, isso é apenas para resolver a situação de reservatórios antes de 2001. Então, se ficar como está estabelecido no PLC, já em 2015 vamos ter a solução de recomposição dessas áreas estabelecidas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do Relator, pela rejeição da emenda, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer do Relator pela rejeição da emenda.

Destaque nº 7.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O 7 já foi.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perdão; Destaque nº 9.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Sr. Relator, o Destaque nº 9, que se refere à Emenda nº 106, é bastante importante; refere-se ao art. 69.

Os empreendimentos em área urbana que foram devidamente licenciados e implantados, de acordo com a legislação ambiental vigente à época da emissão da licença, são considerados atos jurídicos perfeitos e direitos adquiridos, nos termos do art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal.

Srs. Senadores, os empreendimentos imobiliários licenciados em áreas urbanas através das Leis Federais nºs 4.591, de 64, e 6.766, de 79, levaram em consideração as especificidades dessas leis, bem como as demais legislações correlatas federais, estaduais e municipais.

A proposta de inclusão desse artigo, Sr. Relator, visa preservar os licenciamentos realizados dentro das leis específicas, através das aprovações dos órgãos integrantes do Sisnama, evitando, dessa forma, a retroatividade da lei, preservando os empreendimentos regulares.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Relator da matéria.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – De novo eu recorro ao plenário, porque isso não é matéria que possa ser tratada no Código Florestal. Nós estamos falando de licenciamento, que é um procedimento administrativo condicionado. E, certamente, não cabe ao Código Florestal alcançar o próprio licenciamento nas condições que o destaque apresenta.

Por isso, sou pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que aprovam o parecer do Relator, pela rejeição da emenda, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, a emenda foi rejeitada.

Vamos para o Destaque nº 11, do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É o 10.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Destaque de nº 10 foi prejudicado, foi retirado pelo autor.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira para encaminhar o Destaque nº 11.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, este destaque visa evitar o parcelamento artificial, apenas com vistas a favorecer o proprietário que queira se beneficiar das regras específicas para imóveis até quatro módulos mediante fracionamento de sua propriedade. Esse parágrafo que pretendo acrescentar visa deixar absolutamente claro que esse tratamento mais benéfico aos proprietários ou possuidores de até quatro módulos fique imune a esse tipo de fraude que consiste no parcelamento da propriedade apenas para se beneficiar. Assiste-se hoje a uma corrida pelo registro de imóveis com vistas já à possível adoção da nossa lei, que é muito justa e muito correta.

Para evitar os efeitos perversos dessa lei, estou propondo a emenda que ora debatemos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Relator.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Nobre Senador, eu entendo a preocupação de V. Exª, mas nós deixamos bem claro, no novo Código Florestal, que nenhum parcelamento ou modificação de módulo fiscal de propriedade feito depois de 22 de julho de 2008 terá o benefício da lei. E, obviamente, isso está explícito e é de fácil comprovação.

Então, os benefícios e os propósitos da lei vão estar exclusivos para quem detinha propriedade de até quatro módulos até o dia 22 de julho de 2008.

Por isso, penso que o destaque fica prejudicado. E aí não é justo, porque nós estamos tratando para o conjunto das propriedades que tenham até quatro módulos até 22 de julho de 2008.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu considero muito saudável essa disposição que já consta do texto aprovado. Acontece que é possível que pessoas, antes de 2008, já detivessem a propriedade ou a posse de mais de um imóvel de quatro módulos. Apenas isso. Eu creio que uma pes-

soa que tenha várias propriedades dessa dimensão se beneficie das condições especiais previstas na lei.

Essa foi a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para encaminhamento, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Quero reforçar a importância desse destaque do Senador Aloysio Nunes. É um destaque muito importante! E, apesar de o Senador Aloysio Nunes se referir a 2008, Senador Jorge Viana, podemos ter o caso de um grande proprietário de terra que tenha dez propriedades com quatro módulos fiscais.

Então, o objetivo do destaque do Senador Aloysio Nunes é beneficiar aquelas pessoas que tenham uma propriedade de quatro módulos fiscais, para evitar o fracionamento.

Então, como entendo que esse é um destaque muitíssimo importante, eu quero encaminhar favorável ao destaque do Senador Aloysio Nunes.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu só estou esclarecendo que o que nós votamos e o que estamos votando era para todas as propriedades do Brasil. As que têm menos de quatro módulos terão um tratamento que a lei estabelece; as que têm mais de quatro módulos, outro tratamento.

Agora, nós não podemos sair levantando quem tenha duas propriedades de quatro módulos ou três ou quatro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Isso é um absurdo!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Isso é muito grave! Se nós fizermos isso, aí nós vamos criar outra regra que não cabe ao Código Florestal.

Sinceramente, o que nós estamos fazendo, tentando ser precavidos, é que ninguém que tenha feito adequação ou compartilhou sua propriedade em quatro módulos depois de 2008 se beneficie dessa lei. Isso está muito claro e garantido.

Esse é um esclarecimento importante.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para encaminhar, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu queria manifestar apoio a essa emenda do Senador Aloysio porque ela reafirma, dá a garantia e segurança, no texto do Código, de que não haverá beneficiamento para várias propriedades. Ela garante e assegura que cada um que tiver de receber o benefício deverá ter apenas o uma propriedade.

È, em especial, uma emenda de apoio à pequena propriedade rural, de apoio aos pequenos. E é uma emenda que impede e isenta que os benefícios sejam estendidos, indistintamente, mais de uma vez, a quem possua mais de uma propriedade.

Por isso, quero manifestar apoio à emenda do Senador Aloysio.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – De novo esclareço: nós estamos tratando das propriedades e não dos proprietários.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Tem razão. Tem razão...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Isso é muito importante. Eu acho que o Senador Aloysio Nunes podia ajudar, porque é um advogado, foi Ministro e sabe do que nós estamos tratando.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª me convenceu. Mas isso vai ter implicação mais adiante. Por quê? Porque a limitação para o uso da propriedade – a reserva legal – é algo que existe sobre a coisa e não sobre a pessoa. Foi uma... Ela tem uma característica *propter rem*. Eu acho que V. Exªs têm razão e convenceram a mim, porque seria impossível nós garantirmos a aplicação da lei.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Consulto o Senador Aloysio Nunes se concorda com a retirada do destaque. (*Pausa.*)

O destaque está retirado.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Prejudicada a discussão.

Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Olha, ontem, nós ficamos aqui até duas horas e duas e pouco, quando eu mandei buscar uns pastéis e uns negócios para nós matarmos a fome, e chegou atrasado. Eu quero só comunicar ao Presidente que eu já pedi antecipado, talvez chegue antes de a gente ir embora hoje, e a gente almoça aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF. *Fazendo soar a campainha.*) – Destaque nº 13.

Senador Aloysio Nunes Ferreira com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, a apresentação desta emenda é fruto direto de uma das audiências públicas realizadas aqui nesta Comissão; uma audiência pública que contou com a presença do eminente Ministro

Herman Benjamin. Essa emenda foi redigida pelo Senador Demóstenes Torres, e eu a acolhi e a subscrevi também. Ela foi sugerida, na verdade, pela intervenção do Ministro Herman Benjamin.

S. Exª citou, na audiência pública a que me refiro, a que ponto vai a subproteção legal, em matéria de Direito Penal, das nossas florestas. Ele estabeleceu o contrate entre a hipótese de um jovem estudante que vai com o livro tirar xérox no centro acadêmico. Ele estará cometendo um crime contra a propriedade intelectual, contra o direito autoral. Por ter tirado xérox e contribuído com o pagamento que vai eventualmente beneficiar o seu centro acadêmico, estará sujeito a uma pena superior à pena a que está sujeito, no Código Penal, hoje, alguém que desmatou milhares de hectares criminosamente.

De modo que é para aumentar o mínimo de tutela, que hoje está em um grau muito baixo, em nível de Direito Penal é que o Senador Demóstenes Torres e eu apresentamos essa emenda. Ela é fruto direto da intervenção do Ministro Herman Benjamin, que causou a mim um forte impacto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Relator, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Olha, eu sei que o propósito do Senador Aloysio Nunes é de colaborar, é de ajudar a aperfeiçoar a lei brasileira, o Código brasileiro que estamos aperfeiçoando hoje, que, já, já, será uma nova lei. Mas, Senador, toda a emenda, todo esse destaque está vinculado diretamente à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais). Aí eu faria, e V. Exª agora tem o fruto daquela audiência fundamental que nós fizemos, a seguinte colocação: se nós tratarmos o aumento de penalidades dentro do Código Florestal, alterando a Lei de Crimes Ambientais, acho que criamos um problema grave, de difícil solução dentro do Código, quando ele pode ser modificado com uma emenda que se faça, com uma modificação na Lei de Crimes Ambientais.

Então eu queria ver se não seria possível que V. Exª apreciasse a possibilidade de fazer uma alteração, uma proposição de alteração à Lei de Crimes Ambientais, fazendo essa equiparação, como V. Exª está fazendo, com outras situações que a legislação criminal exige. Acho que é oportuna a sua observação, acho que ela tem validade e tem justificativa, mas seria mais apropriado, no meu ponto de vista, como Relator, que fôssemos para a Lei de Crimes Ambientais.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Senador Demóstenes Torres, autor da emenda, quem redigiu a emenda, ele o fez levando em conta, evidentemente, uma dosimetria razoável das penas; ela não é discrepante do conjunto do nosso ordenamento penal. Eu não vejo nenhum inconveniente em se colocar uma parte penal na lei.

Vejam: ontem – não foi outrora, foi ontem –, o Senado aprovou um projeto de lei do Governo, que veio aqui, em regime urgência, criando uma empresa pública gigantesca para gerenciar todos os hospitais universitários do País. Pois bem; havia, nesse projeto de lei, que foi aprovado pelo Plenário do Senado ontem, depois de ter passado pela Câmara, alteração de dois tipos do Código Penal brasileiro.

De modo que não é nenhuma heresia jurídica o Congresso Nacional, ao tratar da legislação florestal, atualizar a legislação brasileira no que diz respeito a penas de quem cometeu crimes ambientais. Aliás, nós tratamos nessa matéria da ocorrência de crimes ambientais. Nós já tratamos e já aprovamos a suspensão de multas àqueles que tenham cometido crimes ambientais, suspensão esta condicionada à adesão aos programas de recuperação.

De modo que já foi tratado e já foi aprovado por esta Comissão o dispositivo que diz respeito à Lei dos Crimes Ambientais. Já foi tratado, repito, Senador Jorge Viana, nesta Comissão, e foi aprovado, um texto que isenta de multa quem cometeu crimes ambientais definidos na Lei de Crimes Ambientais, desde que se submetam ao programa de recuperação. E creio que até andamos bem em fazê-lo.

De modo que não há nenhuma heresia em se tratar de matéria penal aqui nesse passo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o novo Código que estamos votando muda o viés da lei ambiental; mantém o sistema de comando e controle, mas estatui, pela lucidez do relatório de V. Exª, uma nova visão da política ambiental, priorizando os incentivos governamentais, a preservação e a recuperação florestal ao sistema atual vigente, que tem um caráter predominantemente punitivo.

Eu tive oportunidade de apreciar essa emenda no meu parecer nas Comissões de Ciência e Tecnologia e na de Agricultura. E a rejeitei exatamente por ela confrontar-se com o novo tempo que estamos criando na política ambiental. Por outro lado, levei em consideração o mesmo argumento que aduziu agora o ilustre Relator Jorge Viana, de que é melhor, mais apropriado, tratar essa matéria na Lei dos Crimes Ambientais.

Por isso, Srs. Senadores, apelo para que acompanhem o voto do ilustre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu concordo que nós tenhamos a necessidade de estabelecer a razoabilidade das penas. Agora, penso e concordo com o Relator, discordando do Senador Aloysio, do Demóstenes, no sentido de que o melhor local e o melhor foro do debate será a Comissão Especial que foi criada nesta Casa para rediscutir o Código Penal. E explico o porquê. Nós temos no Brasil, hoje, mais de 1.500 tipos penais, mais de 100 leis especiais que criam tipos penais. Isso cria microssistemas. Nós vamos mudar isso na Comissão Especial, que é presidida pelo Ministro Dipp.

Por isso, concordo inteiramente com a razoabilidade do aumento dessas penas. O argumento do Senador Aloysio é válido, mas penso que o melhor caminho será discutido lá, nessa Comissão Especial, que já está trabalhando. Inclusive, amanhã, haverá uma reunião.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu acho que está suficientemente esclarecido, Sr. Presidente.

É só uma questão. Acho que estamos votando um código com o qual estamos estimulando o produtor à preservação. Estamos mudando essa questão. Em vez de criminalizar, vamos estimular a preservação. Concordo que isso pode ser tratado e tenho certeza de que esse argumento de que a floresta em pé, a árvore em pé tem muito mais valor. Por isso, vamos estimular. Vamos criar uma política de estímulo à preservação, e não criminalizar o produtor.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Para encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

Quero aqui só dizer que acompanho o voto do Relator, respeitando a posição do nobre Senador Aloysio Nunes, para dizer o seguinte: hoje, as nossas penitenciárias não têm espaço para quem mata, para quem sequestra; estão superlotadas.

Em vez de fazermos isso, tenho outra sugestão. Por que não pegamos esses recursos que vão ser gastos com cadeias e usá-los para indenizar as pessoas, pagar essas pessoas para preservarem? Com certeza, vai dar muito mais resultado do que nós ficarmos aí fomentando ainda mais. Aí, o cara vai querer ir para a cadeia para ganhar cerca de R$800,00, como tem acontecido até hoje. Está virando um vício.

Então, sou contra a matéria, e estou com o Relator, para que não conste nessa matéria aí...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só para encaminhar favoravelmente ao Relator. Acho que estamos tratando de matéria ambiental, com respeito à legalidade das questões do dia a dia. E não cabe aqui dentro essa discussão de penalidades.

O meu encaminhamento é voto favorável ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Meu caríssimo Relator, meu caríssimo Senador Moka, parece-me que, nessa emenda proposta pelo Senador Aloysio, não é o produtor quem está sendo criminalizado; está sendo criminalizado quem infringe a lei, quem desmata. Quem desmata, quem comete crime deve responder pelo crime que cometeu, e é isso que está claramente colocado na proposta apresentada pelo Senador Aloysio.

Além do mais, quem já cometeu crime nesse aspecto aqui não vai ser atingido pela lei. O tipo penal só atingirá quem vier a cometer o crime. Então, na verdade, quanto mais se puder criminalizar quem descumpre a lei, parece-me que é um princípio, um dispositivo, um princípio do Estado Democrático de Direito.

Então, queria saudar o Senador Aloysio por essa emenda e manifestar meu apoio a ela.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Invocando o art. 14, pois fui citado, queria dizer que não disse isso. Eu disse o seguinte: que aqui no Código Florestal, talvez, não fosse o caso, porque estamos dando outra característica a esse código. Só respondendo ao ilustre professor de Direito, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, acho que o Senador Pedro Taques deixou muito claro. E, também, agora há pouco, ouvi as palavras do Relator que "estamos tratando aqui de propriedades". O tipo penal – temos que delimitar aqui as linhas gerais para dizer o quanto cada propriedade tem de preservar; estamos falando de reserva legal, de mata ciliar, de APPs, dos biomas. Isso tem de ser tratado no texto geral. O tipo penal quem tem de criar é a legislação penal.

Então, Senador Aloysio, pedindo licença a V. Exª, quero encaminhar, neste caso, contra a sua emenda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do Relator, pela rejeição da emenda, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer do Relator pela rejeição da emenda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com voto contrário...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com voto contrário do Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira para o Destaque nº 14.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o art. 62 do texto do Senador Jorge Viana estabelece para os reservatórios destinados à geração de água ou para abastecimento público ou energia, que tiveram seus contratos de concessão ou autorização assinados anteriormente à Medida Provisória nº 2.166, de 2001, a faixa da proteção permanente será a distância entre o nível máximo operacional normal e a cota máxima *maximorum*. Isso quer dizer zero, porque essa diferença entre a cota máxima operacional, que é até onde chega o limite do reservatório normalmente, e a cota *maximorum,* que é aquela no caso de cheias, geralmente é de dois metros, um metro e meio. È muito pouco!

A adoção do art. 62, nos termos em que foi redigido, restringe a zero a proteção desses reservatórios, que são muito importantes do ponto de vista climático, do ponto de vista do abastecimento, da recarga dos lençóis freáticos e da própria preservação do reservatório em si, para os fins a que ele se destina.

Então, faço um apelo para que se adote uma proteção mais efetiva desses reservatórios. Do jeito que está, é zero.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Olha, esse destaque é muito parecido com o que nós acabamos de apreciar e o Plenário rejeitou, que tinha sido apresentado pelo Senador Delcídio e defendido aqui pelo Senador Flexa.

Estamos tratando – é bom termos atenção, e o Plenário rejeitou ainda há pouco – de situações anteriores a 2001, reservatórios anteriores a 2001. Há um número enorme de ações correndo hoje, porque esses reservatórios terão suas concessões vencidas até 2015. Aliás, o Brasil vai ter uma bela oportunidade de fazer políticas como essas que o Senador Aloysio tão bem colocou. O problema todo é que as ações hoje em curso na Justiça estão desvinculadas de quando da implantação do reservatório, que tinha uma legislação, que atendeu à legislação à época, foi feita a indenização e, agora, se chega e diz: "Não; como foi feito o barramento, como houve uma nova área de inundação, como foi indenizado todo mundo, agora tem que se fazer uma recomposição onde não tinha". E, aí, estão entrando com ações contra os proprietários dessas áreas vizinhas aos reservatórios.

O PLC que veio da Câmara jogou isso para as empresas concessionárias, e nós estamos apresentando uma proposta de mediação que dê segurança jurídica, que ponha a faixa máxima *maximorum.*

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Que não é nada!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Que não é nada não. É uma faixa bastante grande usada nos reservatórios. Recentemente, estivemos vendo o que significa um período de seca num reservatório por período de cheia. Essa faixa toda tem de estar garantida como área do reservatório. No mais, está garantido que a partir de 2005, inclusive, essas novas concessões vão ter de estar presas ao que nós votamos, que é de, no mínimo, trinta para as áreas urbanas e, no máximo, sessenta para as áreas rurais.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim, eu compreendo. V. Exª quer que, a partir das próximas concessões, haja uma faixa maior. Mas eu quero para as atuais – é exatamente isso –, porque esses reservatórios estão sendo ameaçados, a sua função ambiental está sendo comprometida e a própria utilização, o fim a que se destinam está sendo comprometido por falta de proteção. É só isso.

Diferença entre cota máxima e cota máxima *maximorum* é um negócio de dois metros, dois metros e pouco, que não significa nada. Essa é a minha objeção. Estamos comprometendo os reservatórios que já existem, foram implantados. Eu quero dar proteção a eles, em nome do abastecimento público de água das grandes cidades, sobretudo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Aloysio, eu acho que é muito importante. Eu só queria registrar que esses reservatórios existem há 20 anos e estão completando 30 anos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Parabéns!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Temos dois anos para que vençam essas concessões. O novo Código está estabelecendo o mínimo que eles têm de ter. Temos um período, de agora até 2015, em que se está trabalhando com isso, mas, nas novas concessões, certamente, quanto à preocupação que o senhor

está colocando, desses mesmos lugares, vai ter que incorporar o mínimo de vegetação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que concordam com o voto do Relator, pela rejeição da emenda, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A emenda foi rejeitada, conforme o voto do Relator, com três votos contrários: Senador Aloysio Nunes, Senador Pedro Taques, Senador Randolfe Rodrigues.

Destaque nº 15. Autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, a quem concedo a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Jorge, esse é aquele. Lembra?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Se o Presidente me permite, ainda hoje de manhã... Nós temos, sobre esse Destaque nº 15, uma situação: o PLC da Câmara trouxe uma insegurança para a definição de áreas de APPs em topos de morro. De fato, era um dos problemas que estamos corrigindo aqui, no Senado. Fizemos uma modificação importante no que significa APP de topo de morro, estamos tendo mais APPs no topo de morro. Isso foi votado, já colocado pelo nobre Senador Luiz Henrique, e eu acatei, mas assumi um compromisso, hoje de manhã ainda, como Relator nesta Comissão, que é de mérito, que vou fazer os estudos necessários, daqui até a votação, Senador Aloysio, para verificar se há dúvida sobre a formulação que possa dar prejuízo, como engenheiro florestal, tanto à posição de floresta nessas áreas como à proteção de áreas de preservação permanente em topo de morro.

Eu assumi o compromisso de que faria o destaque caso fosse necessário. Então, eu queria colocar na preliminar, porque isso, se V. Exª acatar, prejudicaria a apreciação desse destaque.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Concordo, Sr. Presidente. Retiro o destaque.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Então, fica prejudicado o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Prejudicado o Destaque nº 15.

Passamos ao Destaque nº...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Tenho quatro destaques, que eu queria muito sustentar. Eu queria que V. Exª os deixasse por último. Tenho um compromisso neste instante, vou sair; depois volto para cá.

Deixei os destaques com o Senador Randolfe, mas, se V. Exª deixasse para o fim, eu teria oportunidade de fazer a sustentação desses destaques aqui.

Então, faço esse pedido a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª será atendido.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes para o Destaque nº 16.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Esse destaque, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só uma confirmação antes, para que não paire dúvida, Senador Aloysio: estou dando o Destaque nº 15 como retirado. É isso?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Retirado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, se houver possibilidade, se V. Exª puder, eu pediria que retirasse o Destaque nº 32. Se V. Exª puder, já que o Senador Lindbergh pediu que deixasse os destaques dele para o final, que invertêssemos a ordem para que pudéssemos votar o 46 e deixar para o final os Destaques nºs 55 e 32.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, o de nº 32...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O de nº 32 V. Exª...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O de nº 32 estou retirando. Eu gostaria de votar o de nº 46 e deixar para o final o de nº 55, por favor.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Retira o de nº 32.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Retiro o de nº 32.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O de nº 46... Em seguida, vamos votar o de nº 46.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Antecipar o nº 46 e deixar o de nº 56 para o final.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Senador Flexa Ribeiro, o de nº 32 consta aqui como sendo destaque do Senador Jayme Campos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É. Eu subscrevi e estou retirando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Está retirado.

Eu só vou fazer uma observação. Se começarmos a ter inversões, isso vai virar... Mas vou atender, excepcionalmente. Vamos ouvir o Senador Aloysio, e vou atender em relação ao Destaque nº 46. Todavia, faço um apelo para que não haja mais esse tipo de pedido. É diferente de pedir para ficar para o final.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Estamos tratando do Destaque nº 16.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu já havia, quando o PLC foi examinado na Comissão de Constituição e Justiça, levantado uma dúvida quanto à constitucionalidade, face ao texto da Constituição de 88, desta faculdade que é concedida ao Chefe do Poder Executivo de incluir outras atividades, ao seu talante, nos regimes jurídicos da utilidade pública ou de interesse social. Por quê? Embora essa faculdade conste efetivamente do Código Florestal em vigor, houve a superveniência da Constituição de 88, que exige, para a autorização, digamos assim, de supressão vegetal nesses casos, lei, lei no sentido formal.

Pois bem. Essa questão já foi submetida ao Supremo Tribunal Federal no momento em que houve tentativa de mudança no Código Florestal. Nessa ocasião, o ilustre Ministro Celso de Mello proferiu um voto em que ele, embora não suprimindo essa prerrogativa do Poder Executivo, colocou certo bemol, certo limite a essa prerrogativa. Ou seja: ele, que foi acompanhado em seu voto pelos Ministros do Supremo... A liminar foi concedida. O mérito da Adin ainda não foi julgado, mas contra a liminar não houve nenhuma contestação. O Ministro Celso de Mello disse que cheque em branco nessa matéria não é admissível e ele sugere balizamento para o ato do Poder Executivo.

Foi exatamente esse balizamento que procurei incluir no nosso projeto de tal forma a evitar que ele venha a ser questionado perante o Supremo Tribunal Federal. O balizamento qual é? Outras atividades similares, que guardam semelhança com aquelas, devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica ou locacional ao empreendimento proposto.

Quer dizer, não é um simples ato; é um ato do Poder Executivo, balizado num processo administrativo quando não houver alternativa técnica ou locacional, que tem que ser justificada nesse procedimento administrativo, e as atividades autorizadas têm que ser similares àquelas elencadas nos artigos que definem utilidade pública e interesse social.

Essa foi uma cautela para evitarmos que o artigo proposto pelo Senador Luiz Henrique, essa definição legal, aprovada por nós, venha a ser contestada perante o Supremo Tribunal Federal. Uma cautela! Cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém, especialmente em se tratando de julgamento de constitucionalidade.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Acho que o propósito de V. Exª é muito nobre, mas, quando rejeito... Essa proposição já me chegou várias vezes. Tenho receio da insegurança jurídica, e vou explicar. Nós estamos criando um regramento, é importante que os Senadores entendam, para as exceções. Por mais que alguns falem que estamos aqui flexibilizando, digo que não. Nós temos uma regra, em que a Área de Preservação Permanente está muito bem colocada. É a regra geral. As exceções têm que estar contidas aqui ou poderão constar de ato do Executivo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Absolutamente discricionário do jeito que V. Exª propõe. Absolutamente discricionário! Por ato, o Poder Executivo pode fazer tudo. Isso é inconstitucional!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Essa proposta foi feita pelo Senador Luiz Henrique e nós todos, inclusive V. Exª, reconhecemos que ela melhorou bastante...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não tenho dúvida, e quero melhorar ainda mais!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – (...) do ponto de vista de separarmos as disposições transitórias das permanentes, e deixado claro o que pode e o que não pode.

Mas eu só queria fazer uma ponderação: quando se coloca aqui que, quando inexistir alternativa técnica e locacional, aí nós estamos remetendo para o técnico. O técnico tem seus lados. Um técnico pode dar um parecer, dizendo "não há alternativa", e o outro pode dizer "esta é a melhor alternativa". E nós vamos trazer o que estou chamando de insegurança para algo em que não se pode ter insegurança. Por exemplo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Desculpe, Senador. V. Exª foi governador, e foi um excelente governador. V. Exª recebeu pareceres de técnicos e estava jungido a obedecê-los.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas podemos ter aí, Senador, o bloqueio de licenciamentos indefinidamente. V. Exª tem que buscar...

Vou dar um exemplo: fazer a captação de água na margem de um rio. Você tem que estar autorizado, porque você vai fazer supressão de APP para chegar até a margem do rio. Os técnicos vão dizer: "Não, você

não vai pegar da margem do rio; você faz um poço de 1km, de 500m, e lá embaixo tem água".

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Isso está previsto na lei.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Vai ficar essa disputa, porque vou ter que provar que não tenho alternativa técnica para fazer. Isso é muito grave e pode dar uma insegurança jurídica muito grande para algo que veio do Senador Luiz Henrique e que, para mim, nos ajuda a não ficarmos bloqueando aquilo que é de interesse público, de utilidade pública e de interesse social.

É essa intenção que está colocada. Do jeito que está aqui, nós vamos depender de uma declaração, de uma comprovação técnica de que não há alternativa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para as exceções! A regra é clara!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – São das exceções que estou falando.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Senador Luiz Henrique colocou muito claramente quais são os pressupostos. Agora, abre-se ao prefeito, ao governador, ao presidente a prerrogativa de fazerem o que quiserem. A insegurança jurídica é isso! E isso vai ao Supremo Tribunal Federal e vai ser derrubado! Não tenho dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vou conceder a palavra ao Senador Luiz Henrique e, em seguida, ao Senador Pedro Taques.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobre Relator, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, uma das contestações à Emenda nº 164, quando ela estabeleceu como exceções à intervenção ou supressão de vegetação em APP, definiu essa possibilidade em caso de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental. Mas o projeto que nos veio da Câmara não estabeleceu uma definição do que seriam esses três institutos jurídicos. E nós fizemos a definição, apropriando-nos, *ipsis litteris*, da definição estabelecida no atual Código, para utilidade pública e interesse social, e numa Resolução do Conama que trata do assunto, para o baixo impacto ambiental. Por quê? Porque essas questões estavam já amadurecidas num longo debate. E mantivemos aquela definição de que poderiam ser estabelecidas outras hipóteses, não por um regulamento qualquer, mas por ato do chefe do Poder Executivo.

Agora, existem realmente decisões do Supremo dizendo da inconstitucionalidade de uma delegação em aberto como essa. O projeto do ilustre Senador Aloysio Nunes Ferreira procura estabelecer um limite a essa delegação.

De modo que, se V. Exª puder reconsiderar, eu gostaria que essa proposição fosse acolhida.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Senador Pedro Taques, para encaminhar.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – De forma rápida, só para concordar inteiramente com o trazido pelo Senador Aloysio. Precisamos estabelecer essa salvaguarda no procedimento administrativo. Se o procedimento administrativo demorar, existe lei que estabelece prazo de procedimento administrativo, e aí há mecanismos para que ele possa ser cumprido.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Se o Senador Pedro Taques está sugerindo, acho melhor V. Exª acatar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Nós todos que estamos trabalhando queremos o melhor para o Brasil e queremos ter um cuidado muito grande nessas exceções. Fazer intervenção em área de preservação é coisa muito séria, e nós não podemos ter... O propósito do nobre Senador Luiz Henrique – e o mérito é dele – foi de trazer o que pode e o que não pode e deixar bem claro quem é que pode seguir fazendo as exceções. E o Senador Aloysio está fazendo a precaução de tomarmos todo o cuidado, de termos um posicionamento técnico, respaldando o ato do Executivo.

O SR. ALOYSIO NUNVES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Se me permite V. Exª, na Comissão de Constituição e Justiça eu já havia levantado esse problema ao Senador Luiz Henrique, que, naquele momento, se sensibilizou e se propôs a examinarmos com mais cuidado a matéria, e eu agradeço muito a manifestação de S. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Só não encontrei uma fórmula salvadora como V. Exª acabou de achar.

O SR. ALOYSIO NUNVES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Inspirado por V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com esse espírito de seguir aqui construindo um texto do novo Código Florestal que seja do conjunto dos Senadores que estão nessa luta desde o começo nos ajudando, acho que é mais do que justificado, foi muito bem defendido e eu acolho esse destaque do Senador Aloysio Nunes.

Peço que conste em Ata que faço o acolhimento, porque aperfeiçoa o nosso propósito de dar segurança jurídica ao Código Florestal.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, só para elogiar mais uma vez o Relator, por ter aceito a proposta do Senador Aloysio, que, em parte, estava contida na Emenda nº 99, de nossa autoria, que falava nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social e baixo impacto ambiental, devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo, como também nós apresentamos a análise da alternativa técnica e locacional.

Então, muito embora a nossa emenda não tenha sido contemplada inicialmente, agora me considero contemplado por meio do Senador Aloysio Nunes e pela aceitação dos nobres Relatores.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu agradeço, com a permissão do Presidente, porque foi muito importante a preocupação de V. Exª, Senador Valadares. Devo registrar também a sua busca por nos ajudar fazer o texto com segurança jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que aprovam o parecer do Relator, pela aprovação do destaque, permaneçam...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Qual é o destaque, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É o Destaque de nº 16.

O parecer foi pelo acolhimento da emenda...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Que antes era pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Ele modificou e agora é pelo acolhimento.

Aqueles que concordam com a aprovação da emenda destacada (Destaque nº 16) permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, estamos aqui, vários Senadores, do Ceará, do Rio Grande do Norte, de Sergipe, de Alagoas, para tratar de um assunto que vai ser deliberado pelo Plenário e que diz respeito a uma questão importante do Nordeste dentro do Código Florestal.

Hoje é um dia complicado, muitos vão ter que se ausentar, e esta é uma matéria de bastante importante. O que eu queria?

Eu compreendo que V. Exª não queira quebrar a ordem cronológica da apreciação dos destaques pela numeração. Eu pediria a V. Exª que submetesse ao Plenário o pedido de fazemos – o Senador Eunício, eu, o Senador Eduardo Braga, o Senador Inácio Arruda, o Senador Renan Calheiros, o Senador Valadares até – no sentido de que se invertesse a ordem para apreciação agora somente desse item 46, tendo em vista a relevância da matéria, para que, com o quórum qualificado, essa matéria pudesse ser apreciada e votada.

É o apelo que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu alerto apenas o Plenário... Submeterei à apreciação do Plenário a solicitação do Senador Agripino. Só alerto para o risco de cada Senador querer primeiro aqui apreciar os seus destaques e virar...

Eu submeto, excepcionalmente, ao Plenário, neste caso específico, se concordam com a apreciação desta matéria, visto que o autor do destaque já está presente, o Senador Flexa Ribeiro.

Aqueles que concordam com a inversão de pauta para que possamos analisar o Destaque nº 46 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inserção, vamos para o Destaque nº 46.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Rollemberg, Sr. Relator, Senador Jorge Viana, o Destaque nº 46 trata da alteração ao §3º do art. 4º e ao inciso III do art. 6º:

> Art. 4º. .....
> (...)
> §3º Não é considerada Área de Preservação Permanente a várzea fora dos limites previstos no inciso I, bem como salgados e apicuns em sua extensão, exceto quando ato do Poder Público dispuser em contrário nos termos do inciso III do art. 6°.
> [...]
> Art. 6°. .....
> (...)
> III – proteger várzeas e manguezais.

Sr. Relator, a emenda remete à questão para o Poder Público definir se os salgados e apicuns devem ser considerados Áreas de Preservação Permanente quando forem necessários para proteger áreas de várzeas e manguezais, o que vem ao encontro do que já foi definido pelo Conama, que, na sua 67ª Reunião, definiu que apicuns e salgados não são mangues.

Então, eu peço aos meus Pares que votem favoravelmente à emenda que foi destacada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Relator, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Srs. Senadores, nós temos um ponto que foi objeto de um debate e de uma deliberação quando da votação do Código Florestal na Câmara. Na forma como foi votado na Câmara, como veio no PLC da Câmara, nós tínhamos o comprometimento do que nós entendemos: toda a área do manguezal é um ecossistema da maior importância para a fauna marinha e é um verdadeiro berçário para toda a fauna marinha.

Da maneira como foi votado na Câmara, nós teremos sérios problemas para justificar perante o mundo que esse Código Florestal não tem um problema tão grave como esse que foi colocado ainda na matéria.

Aqui, no Senado, eu queria chamar a atenção dos Senadores: quando fizemos a relatoria, ainda com o Senador Luiz Henrique, nós colocamos, conceitualmente, apicuns e salgados, livramos todo o manguezal como um único ecossistema e estabelecemos, como estamos fazendo com outras atividades produtivas, a data do dia 22 de julho de 2008 para que se tenha, como área consolidada, toda a área da carcinicultura.

Isso está bem resolvido até 22 de julho de 2008 para trás. É uma atividade desenvolvida em muitos lugares, adequadamente licenciada, mas temos seriíssimos problemas ao meio ambiente em outras áreas.

Fizemos mais: apresentamos, claramente, uma mudança importante, quando incluímos as salineiras como de utilidade pública. Isso significa também uma outra parte do problema bem resolvida. E foi colocada uma situação ainda nova, que estou aqui esclarecendo, que tem uma solicitação de setores importantes querendo que se resolva também a situação do dia 22 de julho de 2008 para cá.

O Código Florestal, que tenho com tranquilidade... E aqueles que lerem o Código novo, certamente, que não se prenderem a outra circunstância, mas que se prenderem à verdade e lerem, esse Código não faz flexibilização, como inclusive ontem tenho que ouvir com a paciência que Deus me deu, mas, certamente, em uma semana, em cinco dias, a mentira vai ser derrotada, porque a verdade vai prevalecer. Eu não tenho nenhuma dúvida. Ouvi alguns absurdos de alguns setores de ontem para hoje, mas esse é um tema importante, e aqui a decisão é política.

Eu estou colocando todo um procedimento que eu e o Senador Luiz Henrique já fizemos, tratando com cautela, consultando o Ministério do Meio Ambiente. E até aonde eu fui penso que estamos trabalhando em defesa do meio ambiente, de um ecossistema importante.

Agora, essa outra parte, essa outra posição, alguns Senadores apresentaram uma emenda, colocando a aquicultura como de utilidade pública. Está no lugar equivocado. Se fosse para colocar, teria que estar de interesse social e não de utilidade pública. Essa emenda foi retirada.

Agora, o questionamento que se está colocando – o posicionamento de trazer o mesmo texto que estava na Câmara –, a meu ver, é grave. Sei dos problemas dos companheiros que trabalham no Nordeste. Eu só queria que considerassem com segurança ambiental, pensando no ambiente. Nós fizemos as mudanças aqui no Senado muito importantes e encaminhamos a solução segura de boa parte do problema. Tem uma pendência que, com legitimidade, os Senadores trazem, sobre o qual este Plenário tem, obviamente, o poder de deliberar. Eu, como relator, rejeitei a emenda. Recoloco o meu voto contra essa emenda, com base nos argumentos todos que acabo de apresentar ao Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria fazer um apelo. Dentro da argumentação já feita pelo nobre Líder, tive oportunidade de conversar com o meu Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício Oliveira, com o grande Presidente José Agripino, com o Senador Valadares, com o Senador Flexa, com o Senador Armando. E quero aqui repetir, reforçar o apelo. Como não há emenda no sentido do que falou o ilustre Relator Jorge Viana, queria fazer um apelo no sentido de que esse destaque fosse retirado, que fosse reapresentado em Plenário dentro do espaço adequado, colocando a aquicultura no interesse social. E, assim, tanto o Senador Jorge Viana como eu vamos dar o nosso parecer veemente pela aprovação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu confio inteira e completamente no posicionamento tanto do Senador Jorge Viana como do Senador Luiz Henrique. O Senador Luiz Henrique é um homem conciliador, experiente, fez uma proposta conciliatória. Agora, nós sabemos que esta Casa recebe pressões. Essa matéria já veio da Câmara com um posicionamento claro relativo aos apicuns e aos salgados, claríssimo. Esse posicionamento foi mudado por pressões que se manifestaram no Senado e modificaram o texto.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Claro que sim.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Quero que V. Exª aceite o meu depoimento. Eu não recebi pressão de ninguém. Fui eu que mudei a forma de tratar do assunto, porque, quando o Senador Jorge Vianna propôs que o projeto fosse dividido em duas partes, a permanente e a transitória, eu imaginei que, colocando sob proteção na parte permanente os manguezais em toda a sua extensão e dando aos apicuns e salgados o mesmo tratamento que demos às áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008, eu teria resolvido o problema.

Liguei para meu Líder na Câmara, meu companheiro de tantos mandatos na Câmara, Henrique Eduardo Alves, e – evidentemente que foi num telefonema, ele não teve a oportunidade de um exame mais acurado – ele me disse que ficaria adequado assim.

Então, quem operou isso... Se algum erro foi cometido, foi meu, na melhor das intenções, no sentido de proteger adequadamente os criadores de camarão e os salineiros nesse processo. Quero aqui ressaltar que não houve nenhuma pressão do Governo. Eu não tenho dúvida de que, se fizermos aqui um acordo nesta Comissão, sob o comando do nosso Presidente, nós haveremos de reproduzir esse acordo no Plenário.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Senador Luiz Henrique, depois de ouvir as explicações de V. Exª, melhor ainda: se não houve pressão; houve, portanto, o encaminhamento que eu diria equivocado, em alguns momentos, de uma questão que é fulcral, porque ninguém mais do que o Deputado Henrique Alves é interessado em uma solução que diga respeito ao interesse da manutenção do emprego, principalmente nos criatórios de camarão em cativeiro, no Rio Grande do Norte, no Ceará, em Alagoas, em Sergipe, na Bahia. E ele deu um tratamento especial a essa questão.

Se houve um ruído na comunicação entre ele e os Relatores, aqui no Senado, estamos, nesse momento, com um problema, e a nós cabe encontrar a solução, solução política, sem agressão ao meio ambiente. E a solução política que nós encontramos – e para isso estamos aqui, os Senadores desses Estados citados – é garantir, independentemente de qualquer tipo de dúvida, que os apicuns e os salgados – os salgados abrigam as salinas; os apicuns abrigam os empregos daqueles que criam camarão –, repito, garantir, no Código Florestal, que eles terão seus direitos preservados.

Não há aqui nenhuma dúvida com relação ao posicionamento nem do Relator Jorge Viana, nem de V. Exª. Agora, há, sim, uma obrigação nossa: a de garantir aquilo que na Câmara existia e que deixou de existir aqui, sem que isso signifique, longe disso, qualquer desconfiança de que V. Exª não venha a colocar no texto final, em plenário, a inclusão das atividades salineiras e de apicuns na questão social.

Mas nós insistimos – essa é minha posição – que a gente vote para recuperar o texto da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Minha intervenção era apenas para perguntar ao Senador Jorge Viana se ele tem a mesma posição do Relator Senador Luiz Henrique em relação à proposta que ele fez aqui, ao plenário, da garantia de que o texto não iria mais por emenda, e, sim, iria no texto final, no plenário, apresentado pelo senhores, como proposta de relatores. Foi o que eu entendi da palavra do Senador Luiz Henrique. Como nós temos dois relatores, eu queria só saber se essa é a mesma posição do Senador Jorge Viana, de colocar no texto o interesse social dessa atividade.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Eunício, V. Exª, que ajudou tanto e tem ajudado na condução dessa matéria, V. Exª e o nobre Senador Agripino, com quem também tenho conversado, sabem, e eu já falei pessoalmente, que estamos falando de uma das áreas mais sensíveis do nosso País, dos nossos recursos naturais. É um ecossistema sensível.

O Senador Luiz Henrique tem o mérito de ter trazido uma proteção aos manguezais em toda a sua extensão; ele que também é um morador da costa brasileira. V. Exªs também defendem os interesses da costa – eu sou mais do interior do País –, e estamos tendo gravíssimos problemas ambientais com a ampliação desse tipo de atividade nas áreas conhecidas como apicuns. Os salgados, onde temos as salinas, são algo mais tranquilo de se lidar, isso está bem resolvido. E penso que, do jeito que está colocado aqui, os executivos, o Governo Executivo vai fazer.

Mas, do dia em que se começou a debater o Código Florestal até aqui, com a decisão que veio da Câmara, os problemas ambientais se agravaram muito. É uma das preocupações maiores da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Ela tem colocado isso como um cuidado com algo que nós não vemos, sobre o qual não temos um conhecimento maior, que é toda a fauna marinha, toda essa área. É muito sensível. Nós fomos até o limite da segurança ambiental, colocando os conceitos de apicuns, salgados, incluindo as salinas e fazendo com que se dê tratamento de área consolidada até 22 de julho de 2008.

Eu penso que essa alternativa...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Senador Relator, eu fiz apenas uma indagação a V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Vou chegar a ela.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Admiro muito o discurso de V. Exª, mas eu queria apenas, para me posicionar...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Vou responder a V. Exª.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Porque a posição do Senador Luiz Henrique, que fez aqui um apelo público, é uma posição intermediária. Portanto, eu quero só saber se há de V. Exª o compromisso de colocar essa proposta do Senador Luiz Henrique no texto ou não. Porque, se não, V. Exª já colocou sua posição em relação a essa questão.

Eu só quero deixar claro que eu sou RPPN, sou da área de conservação ambiental, não estou defendendo... A Resolução do Conama não colocava salgados e apicuns em área de preservação ambiental. A Resolução nº 302 do Conama não colocava.

Aqui ninguém é mais defensor do meio ambiente do que o Senador Eunício. Agora, não é justo que se coloquem, por exemplo, as salinas, que, no meu entendimento, prejudicam mais o meio ambiente do que os apicuns... Os apicuns inclusive dão mais emprego do que as salinas. Por que trouxeram as salinas – e eu defendo que traga, não estou defendendo que está errado – e excluíram os apicuns, quando o próprio Conama aceitava os apicuns como área... São áreas lindeiras, e não estamos defendendo aqui para derrubar manguezais. Estamos preservando o meio ambiente, mas também precisamos preservar milhares de empregos dos pescadores, que não têm mais onde pescar e que estão vivendo nessas áreas de camarão.

Então, é o apelo que faço a V. Exª, apenas no sentido de V. Exª pronunciar-se se é contrário à proposta do Senador Luiz Henrique, que é uma proposta intermediária, ou então vamos a voto. O Senador José Agripino já colocou a posição aqui do... Então, vamos a voto. Se perdermos, paciência!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Antes de responder a V. Exª, eu gostaria de fazer um pequeno esclarecimento, porque é uma matéria que envolve conhecimento técnico e científico e Resolução do Conama.

É só uma observação: a Resolução do Conama não separa, em nenhum momento, apicuns e salgados – então, é um reparo, isso pode ser verificado depois, eu queria que ficasse claro – de manguezal. Não separa.

Mas V. Exª está fazendo uma pergunta objetiva. Primeiro que nós não podemos – e aí o Plenário é soberano – incorporar ao nosso texto, sob pena de estarmos descumprindo o que estabelece o Regimento, qualquer emenda que não tenha uma deliberação, que não tenha se tornado destaque aqui e que seja votada aqui.

O que podemos fazer é apresentar um destaque no Plenário, que eu acho que é o propósito que o Senador Luiz Henrique colocou: apresentar-se uma emenda de destaque para esse tema no Plenário, incluindo – que acho foi isso que o Senador Luiz Henrique disse – aquicultura na área de interesse social, que ficaria vinculado a, obviamente, atos do Executivo. Isso me parece que é a proposta do Senador Luiz Henrique, que eu, dessa maneira, conduziria. Mas...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Do Senador Luiz Henrique. Mas eu perguntei a V. Exª; não perguntei ao Senador Luiz Henrique.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas eu estou falando que eu incluiria. Estou primeiro esclarecendo, que é bem diferente. Não pode ser aqui e não pode ser no texto. É como destaque. Mas eu faria.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Senador Jorge Viana, com todo respeito a V. Exª...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – O que o Senador Luiz Henrique está colocando eu incluiria nos destaques para o Plenário.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – (...) eu conheço o Regimento, menos que V. Exª, mas também conheço um pouco do Regimento. Sei que é impossível. Quero o compromisso de V. Exª de ...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Apresentar o destaque.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Não; apresentar o destaque é direito de todos os Senadores. Mas o compromisso de acatar o destaque, é o parecer favorável ao destaque em plenário. É isso que estou perguntando.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas tem uma diferença enorme. Não posso acatar um destaque. Quem vai deliberar é o Plenário do Senado. Posso garantir a V. Exª que levarei o destaque...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Senador Jorge Viana, o destaque de V. Exª tem que ter o parecer de V. Exª no Plenário, a favor ou contra. É regimental, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu acho que posso contribuir para...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – De incluir? Não, mas aí eu não quero que tenha dúvida, porque quem trabalhou comigo, lamentavelmente algumas pessoas que me conhecem há algum tempo, agora, por alguns holofotes que aparecem na frente delas, parece que deixaram de me conhecer. Mas, os que não me conheciam sabem que eu estou honrando

a minha palavra desde o primeiro dia. E o Senador, o querido amigo Eunício, está me ajudando a falar o que não é um desabafo, é apenas uma coisa para olhar para os colegas Senadores que me conhecem pouco.

Estou defendendo o que o Senador Luiz Henrique defendeu e vou colocar lá, no Plenário do Senado, o destaque para que inclua a aquicultura no interesse social.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Tudo bem, Senador.

Senador Jorge Viana, pelo amor de Deus! Com todo respeito...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só um pouquinho. Estou falando de outras pessoas.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Ah...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador, eu fiz a ressalva e V. Exª está me ajudando a esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Eunício.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Quero deixar claro o seguinte: tenho vindo a esta Comissão, várias vezes; e fiquei sentado ali, como Presidente da CCJ e não me manifestei nem aqui, nem fora. Não quero que pairem dúvidas sobre isso.

Não preciso e não vivo de holofotes.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador, eu não me referi a V. Exª.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – V. Exª estava falando comigo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, eu tenho que lhe explicar. Você está me ajudando em uma coisa.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Eu agradeço o esclarecimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – De ontem para cá, algumas pessoas que me conhecem há muitas décadas, algumas pessoas que me conhecem há muitos anos estão fazendo mal uso de uma leitura equivocada e tendenciosa de um relatório que eu fiz. Algumas pessoas!

V. Exª está me ajudando, Senador, porque V. Exª não me conhece há muito tempo. E muitos Senadores aqui estão conhecendo e estão me acolhendo. Estou agradecendo.

Em nenhum momento é V. Exª. Em nenhum momento!

V. Exª está me ajudando porque aqui, neste Senado, há gente que me conhece há muito tempo e não está mostrando que me conhecem. Estão me colocando como se não me conhecessem. Pessoas vieram aqui ontem, Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador, o senhor está me ajudando! Não é V. Exª.

Estou aproveitando e falando de pessoas que me conhecem há muito tempo, que agora fica parecendo que eu estou tendo uma posição ou outra. Só estou tendo uma. E, se não fosse a intervenção de V. Exª, que tenho que deixar claro aqui o meu papel como Relator na Comissão de mérito, estou dizendo para o senhor, que não me conhece há tanto tempo, mas que confia em mim, dizendo: "Olhe, Senador, vou fazer exatamente como o Senador Luiz Henrique está colocando; vou apresentar um destaque, vou dar meu parecer que se inclua o interesse social, onde tem que colocar a aquicultura", que é a solicitação de V. Exª. E estou pegando uma carona na sua deixa, que está confiando na minha palavra, para dar um recado para as pessoas que me conhecem e que, lamentavelmente, por paixões menores, estão pondo em dúvida os meus princípios.

Muito obrigado, Senador.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, eu só queria...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só para esclarecer. Vou dar a palavra a V. Exª.

O que eu estou compreendendo, como Presidente, e quero encaminhar e consultar a todos os membros, que é importante que este acordo...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, é importante...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – (...) seja feito de forma muito clara, é que aqui alguém apresentaria uma emenda que seria acolhida... Os Relatores vão apresentar, definindo aquicultura como atividade de interesse social. É isso?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Eunício.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, só para deixar claro em relação ao Senador Jorge Viana. É que o Senador fez um desabafo...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Um desabafo por outras coisas, que não têm nada a ver com o senhor.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Fez um desabafo tão veemente que eu, que estava fazendo um questionamento a S. Exª, quero deixar bem claro o seguinte: da mesma forma como o Senador Luiz

Henrique se posicionou e agora V. Exª se posiciona, eu não coloco em dúvida, nenhum milímetro, a palavra nem o comportamento de V. Exª. Quero deixar bem claro isto aqui, bem claro: confio plenamente em V. Exª!

Por esse motivo, eu consulto o Senador José Agripino, dizendo o seguinte: essa emenda talvez não seja a ideal, mas a mim, se os demais companheiros concordarem, ela é, com a palavra de V. Exª e de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu consulto o Senador Agripino e o Senador Flexa se concordam e faço um apelo pelo entendimento, para que possamos levar essa matéria a plenário, na forma do entendimento proposto pelo Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu conversei com o Senador Flexa Ribeiro, que é o autor do destaque, conversei com o Senador Eunício, com o Senador Eduardo Braga, com o Senador Inácio Arruda, as pessoas que estão mais interessadas nessa matéria, e propus a eles, eu tomei a iniciativa – eu, que tinha um posicionamento mais extremado – de propor a eles que, em função do posicionamento claro e público tomado pelo Senador Luiz Henrique, a quem cumprimento, e do Senador Jorge Viana, que também reafirmou e reiterou a disposição de eles dois, Relatores, tomarem a iniciativa de, no relatório de plenário, incluírem salgados e apicuns como matéria de interesse social, o que resguarda o interesse da manutenção de empregos que nós defendemos, nós não teríamos como, visto inclusive o ambiente do plenário, recusar o acordo que está proposto. Esta é uma Casa política, onde vale muito mais um acordo do que o desforço, que pode deixar sequelas.

Em nome de não ter sequelas, eu me manifesto pelo entendimento e pelo acordo, confiando na palavra do Senador Jorge Viana e do Senador Luiz Henrique.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só para esclarecer: pelo que eu estou entendendo, a atividade de salinas já consta em interesse social...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sim; salinas, utilidade pública. E atividade de aquicultura entraria como de interesse social. Isso atenderia. Essa seria a proposta de acordo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, como disse o Senador Agripino, nós não vamos, em hipótese nenhuma, deixar de reconhecer a competência e a lisura dos Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique. Eles têm cumprido todos os compromissos que firmaram, desde os relatórios na CCJ, na CCT. De modo que não vai ser agora que não cumprirão.

Então, eu vou retirar o destaque e nós vamos aguardar, em plenário, que os Senadores façam a emenda, considerando a aquicultura como de interesse social, para resolver essa questão.

(*Palmas.*)

Porque não é só o Nordeste, Senador Jorge Viana e Senador Luiz Henrique. O Estado do Pará e o Estado do Amapá, do Senador Randolfe, têm potencial para carcinicultura enorme, até porque a salinidade das águas marítimas da costa paraense e da costa amapaense é muito melhor do que a da costa do Nordeste, em função da mistura com as águas doces do rio Amazonas.

Então, eu retiro o destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Retirado o destaque. Que conste em Ata.

Vamos para o próximo item da pauta: Destaque nº 18, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu conversava hoje de manhã, antes da sessão, com o Senador Jorge Viana, que me fez uma objeção ao conteúdo da modificação que eu pretendo fazer no texto.

Disse-me o Relator que a emenda é de tal modo abrangente que ela impediria empreendimentos, iniciativas como uma de que me lembro, que foi exemplar, na cidade de São Paulo, que foi uma obra de preservação do córrego Tiquatira, em São Paulo, que foi feita pelo então Prefeito Mário Covas, que encontrou na construção de campos de futebol, áreas de lazer, parques, a melhor forma de preservar as margens do Tiquatira. E nós estamos, em São Paulo, o Governo de São Paulo está fazendo, em parceria com a Prefeitura, hoje, ao longo da margem do Tietê, rumo à nascente do Tietê, em Salesópolis, um grande parque linear abrigando campos de futebol, quadras esportivas, ciclovias, empreendimentos que ficariam inviabilizados caso fosse aprovada essa minha sugestão.

Então, eu me rendo ao argumento dos nobres Relatores e, com base numa experiência já vivida e vista, eu retiro o meu destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Está retirado o Destaque nº 18.

Peço uma explicação à assessoria. O de nº 20 foi prejudicado, porque foi acatado parcialmente pelo Relator.

Vamos para a Emenda nº 25, também de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Destaque nº 22.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O 22 está como prejudicado pelo Relator.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Destaque nº 25. (*Pausa.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu estou falando que temos o Destaque nº 22. Ainda não se deliberou sobre ele.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu gostaria de sustentá-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Desculpe-me, Senador Aloysio Nunes. Na relação que chegou para mim, preparada pela assessoria, estava como prejudicado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Relatores, eu pretendo suprimir...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vou fazer uma retificação de que não foi prejudicado e vamos, então, para a apreciação do Destaque nº 22.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o texto do Substitutivo dispensa da averbação no registro de imóveis a reserva legal uma vez que ela já tenha sido registrada no CAR.

Se isso acontecer, nós teremos o congelamento de todas as transações imobiliárias no País. Por quê? Eu não compraria, se tivesse dinheiro, não tenho, mas não compraria uma fazenda sem que, no registro de imóveis, estivesse absolutamente claros os ônus que pesam sobre ela.

Ora, a reserva legal tem um caráter de natureza real, como diria o Senador Pedro Taques, *propter rem* – acompanha a coisa. Quem é que vai comprar uma terra sem saber se ela tem ou não reserva legal, se ela está ou não submetida a um regime de recuperação, às exigências de recuperação, às obrigações de recuperação, que são atinentes ao imóvel, não ao proprietário? Isso foi salientado, ainda há pouco, na votação de um inciso anterior, em que eu pretendia não fosse possível que mais de um proprietário de propriedade de mais de quatro imóveis se beneficiasse do regime especial das pequenas propriedades.

Quer dizer, se não for aprovado isso, nós vamos ter um congelamento. Eu não compraria. Eu, pessoalmente, não compraria. O Luiz Henrique, que é advogado – e bom advogado –, também não compraria.

Além do mais, essa exigência de averbação da reserva legal no registro de imóveis já consta de outros dispositivos já aprovados. Por exemplo, o art. 30; o art. 45, §1º, inciso I; o art. 57, inciso III; o art. 67, §1º. Então, todos esses dispositivos, já aprovados, remetem a essa exigência. E, já que a preocupação de todos nós é a segurança jurídica, em nome da segurança jurídica eu não desobrigaria o registro do CAR no competente registro de imóveis. Não desobrigaria. Isso vai criar uma enorme confusão.

Esse é o meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Primeiro, sei que V. Exª não dispõe de tantos recursos como o Senador Moka, que dispõe dos recursos, mas não compra a fazenda. De certa forma... Senador Moka, enfim, está... De certa forma, eu queria só esclarecer uma coisa. É um instrumento muito moderno e transparente o CAR.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É claro. Eu aprovo o CAR. Não é nada disso. Eu sou a favor.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – O CAR vai reunir todas as preocupações de V. Exª e vai ficar disponível para que todos nós tenhamos acesso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Jorge, a propriedade imobiliária se transfere com a averbação no registro de imóveis.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Aí é que está.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Isso é de consulta obrigatória. A consulta ao CAR não é obrigatória. Para dar efetividade inclusive ao CAR, eu acho que isso deve constar da matrícula. "Essa propriedade tem uma área que está sujeita à recuperação, está no plano de recuperação. As obrigações são essas", para dar segurança.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas eu queria reforçar a seguinte tese: o CAR reúne todas as informações. Hoje, o Brasil está na situação em que está porque nós estamos encaminhando tudo para o cartório. Eu não estou aqui fazendo juízo de cartório, mas é um problema. É caro e tem todo tipo de situação. Não quero fazer juízo.

O CAR vai reunir as informações, vai dar transparência, precisa ser simplificado, porque é um cadastro nacional. Mas, Senador, na hora em que alguém for transacionar a área, ele vai ter que recorrer, e isso vai ter que ficar registrado no cartório. É isso que está estabelecido no CAR. Então, obrigatoriamente, em

qualquer mudança de posse ou aquisição, pega no CAR e vai para o cartório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas quando nós vamos ter CAR?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Nesse caso, vai fazer averbação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – CAR é um negócio complicado; demora, Jorge. Até agora não temos...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – O problema todo é que, se nós colocarmos essa condicionante e não simplificarmos, todos os proprietários rurais – 5,2 milhões propriedades... Nós vamos ter um problema que vai atender muito bem aos cartórios, mas não vai ajudar muito, porque vai continuar sem transparência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A minha preocupação não é cartório, não. Jorge, desculpe-me. A minha preocupação não é cartório nenhum. Eu não tenho nada a ver com cartório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu sei.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Nada, nada. Acho até que deveria ser público esse negócio. O problema é que o Código Civil, a legislação brasileira exige, prescreve que a transferência da propriedade se faz no registro de imóveis. Se ele é público, se é privado, é outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vou passar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então, para ter segurança na comercialização, acho que deveria constar da matrícula quais são os ônus que pesam sobre o imóvel. Só isso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas, Senador, não tem nenhuma mudança para as regras de hoje. Em qualquer transação, tem que se recorrer imediatamente ao cartório de registro de imóveis. Isso está bem garantido.

O CAR é uma simplificação, com transparência, para reunir um conjunto de informações sobre a propriedade. Vão estar lá, já, já, as imagens de satélite que eu sei que o Governo está adquirindo, com resolução de um metro. Nós vamos poder acompanhar pela Internet como está a situação das propriedades. Agora, os cartórios... Em qualquer atividade transacional, vai ter que se cumprir o que está estabelecido hoje. Vai para o cartório, tem transferência, fica registrado no cartório de imóveis.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Senador Aloysio, esse dispositivo já vem do meu relatório e foi uma reivindicação das cooperativas, das associações de pequenos produtores, da agricultura familiar, para baratear o processo e desburocratizar para os agricultores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que aprovam o parecer do Relator, pela rejeição do Destaque nº 22, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A emenda foi rejeitada, com dois votos contrários.

Destaque nº 25.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O que diz essa emenda? Eu já tive oportunidade de conversar com vários dos nossos colegas aqui.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Aloysio, essa emenda foi ultrapassada pelo grande entendimento pelo futuro do Brasil que fizemos aqui, nesta Comissão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Qual?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Se V. Exª pudesse retirá-la eu agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Destaque de nº 25.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Deixe-me ver, espere aí. Só um minutinho. É que eu não tenho memória.

Não, isso aqui não tem acordo, não. Pelo amor de Deus! É a 140?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É a 140.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, não. É o seguinte: isso aqui é uma coisa da maior gravidade. Isso é da maior gravidade.

Veja, o que diz a emenda?

> "As áreas de preservação permanente localizadas nos imóveis inseridos nos limites de unidades de conservação de proteção integral, criadas por ato do poder público e até a data da proclamação desta lei, não são passíveis de quaisquer atividades consideradas como consolidadas, nos termos do caput e dos parágrafos anteriores."

Então, vejam o que acontece...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª me perdoe.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – O entendimento foi de acatar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ah, de acatar! Então está ótimo! Então não vou gastar o meu latim.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É muito importante, porque houve um entendimento. O Senador Luiz Henrique não estava errado nem V. Exª...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado. O Erário público agradece.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – **(**...) mas era de acatar a emenda de V. Exª, que nos ajuda a fazer um Código melhor ainda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que concordam com o voto do Relator, pelo acolhimento da emenda, permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

A emenda foi aprovada.

Destaque de nº 33.

Os de nº 27, 29 e 30 são de autoria do Senador Lindbergh e, por solicitação de S. Exª, ficaram para o final da reunião.

Destaque nº 33, de autoria do Senador Acir Gurgacz.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, queremos fazer justiça com o pequeno produtor, com aquele de até quatro módulos que more em Rondônia, no Rio Grande do Sul ou no Mato Grosso ou em Santa Catarina. Entendemos que todos os pequenos agricultores devem ter a mesma limitação de 20% de reserva.

Há uma diferença muito grande no texto, inclusive faz parte de um acordo que nós fizemos: onde incluía 20% não seria submetido à reserva legal da região. Eram 20% em todo o País.

Queremos fazer justiça, Sr. Relator, com os pequenos agricultores. Isso é, Sr. Presidente, nas áreas consolidadas e nas áreas de até quatro módulos. Nós entendemos que o pequeno agricultor, estando na Amazônia ou no Sul, é a mesma coisa, é sempre um pequeno agricultor. Sempre será dentro dos quatro módulos e em áreas consolidadas.

O acordo que anteriormente fizemos com o então Relator Luiz Henrique, na Comissão de Agricultura, estava incluído naquela emenda como 20% em todo o País. Não havia diferenciação em biomas diferentes.

Então, eu gostaria que fosse revista essa questão. E peço aos dois Relatores, Senador Jorge Viana e Senador Luiz Henrique, que deem uma atenção especial a este caso. Nós não podemos diferenciar entre o pequeno agricultor do Estado de Rondônia e do Estado de Santa Catarina, do Estado do Rio Grande do Sul, do Estado do Paraná. Entendo que uma coisa é área consolidada; e, segunda posição, dentro dos quatro módulos.

Vamos dar essa oportunidade para que estejam todos iguais perante a lei. Não podemos diferenciar as pessoas que moram dentro do nosso País, Senador Jorge Viana.

Peço a V. Exª que nos auxilie a colocar no texto essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador, eu não sei como me referir a V. Exª, que me levou para as audiências, que me fez aprender mais sobre os problemas do Brasil, que esteve conosco todos os dias, que preside a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e que, de fato, tem sido um grande colaborador e um grande construtor desse entendimento pelo Brasil. Mas esse Destaque nº 33 enfrenta não só o meu voto contrário, mas enfrenta também a Emenda nº 196, que foi fruto de um entendimento que se fez sob vários aspectos.

De fato, se esse destaque for aprovado, nós vamos ter a possibilidade de diminuição de reserva legal na Amazônia. Isso significa desmatamento onde hoje são áreas protegidas.

O entendimento que nós fizemos foi o possível. Nós não estamos flexibilizando, por mais que alguns possam distorcer, dizendo que V. Exª, eu, o Senador Luiz Henrique e outros... Mas o tempo, certamente, e pouco tempo, vai esclarecer que não há flexibilização sobre área de preservação permanente, que não há flexibilização sobre área de reserva legal. Não tem nenhuma linha do Código Florestal votado ontem, na Emenda nº 196, nenhuma flexibilização sobre áreas de reserva legal ou sobre áreas de preservação permanente. E essa emenda, quando entra no mérito de que tem que estar vinculada à área total do respectivo imóvel, quando ela coloca o limite de 20%, cria essa condicionante de se diminuir a área de reserva legal na Amazônia. E, aí, eu gostaria muito da atenção dos colegas que estão aqui, porque ela romperia um entendimento da Emenda nº 196, e nós temos um entendimento. Essa Emenda nº 196 foi assinada por um conjunto de Senadores, inclusive por V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Só que, na época, era 20%, Senador Jorge Viana. Não remetia...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É um entendimento. Mas isso aqui modifica o art. 61 do pro-

jeto, e modifica fortemente, e faz uma alteração que implica diminuição de reserva legal nas propriedades.

Faço um apelo ao contrário: mantemos aquilo que nos uniu, que os trouxe até aqui e que pode nos unir na votação do novo Código. Eu sei que nós vamos entrar na Lei dos Biomas no pós-Código. Não estou dizendo que a Lei dos Biomas vai facilitar, mas eu sou de um Estado que, sem fazer diminuição de reserva legal, sem fazer diminuição de APP, garantindo que a gente tenha redução do desmatamento com zoneamento, nós estamos fazendo a compensação adequada. E tem sido seguro.

Acredito que, por melhores que sejam os propósitos que V. Exª, esse destaque romperia – e não é o propósito de V. Exª – com o que nós assinamos na 196, ontem.

Então, é o apelo que faço. Sei que V. Exª, que nos ajudou tanto, vai nos ajudar a resolver definitivamente esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Na mesma linha, eu faria até um apelo ao Senador Acir Gurgacz, meu Presidente na Comissão de Agricultura, que deu uma contribuição extraordinária para chegarmos até aqui. Sem V. Exª, sem as audiências públicas que V. Exª fez, sem as proposições que V. Exª apresentou, nós não teríamos o êxito que tivemos na condução desse processo.

Como o art. 61 foi objeto de um entendimento pelo futuro do nosso País, que nos uniu a todos, que foi o grande condutor das votações nesta Comissão, eu faria um apelo a V. Exª para que retirasse o destaque.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Antes de passar a palavra ao...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero só aqui dizer que o trabalho que o Senador Luiz Henrique fez, como Relator, e também o Senador Jorge Viana, é louvável, mas eu quero deixar bem claro nessa emenda: com o que está sendo dito pelos Relatores aí eu não concordo. Não tem aumento de desmatamento nada! Mas nada! Um proprietário que tem uma propriedade de 100ha, que não desmatou nem 1m², a única coisa que se está pedindo aqui, é que seja utilizado para fins de constituição de servidão, não está falando em termos de desmatamento. Está aqui: servidão. Servidão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É outra emenda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador, nós estamos falando do Destaque nº 33.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Nº 34... Está aceita. É que vocês tanto mudam de número, volta para cá, volta para lá...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para responder aos apelos.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, só para fazer um encaminhamento rápido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Todos nós estamos cobrando o acordo que foi feito. Só quero dizer que o Senador Acir não estava na noite em que nós fizemos o acordo. Então, ele está desobrigado. Ele deveria ter retirado isso. Não fez. Mas acho que ele tem razão em estar insistindo na questão da Amazônia. Eu vou votar com o Senador. Sei que vamos perder aqui, na Comissão, mas, se ele não retirar, conte aqui com o companheiro, vamos embora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para responder aos apelos veementes dos nossos dois Relatores.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pois é, o apelo é exatamente para os Relatores, para que eles nos ajudem a ajudar um pouco a Amazônia, já que a Amazônia está completamente engessada, Senador Jorge Viana, Senador Luiz Henrique. Vamos engessar em definitivo a Amazônia, com 80%, toda ela... Isso já está feito. Estou preocupado é com o pequeno agricultor, com o agricultor familiar, com aquele que tem até quatro módulos, que entrou na Amazônia por meio dos rios. Foi assim que aconteceu a entrada na Amazônia. Aliás, não só na Amazônia, mas na Amazônia porque é mais recente. E ele começou a fazer sua transformação da área a partir dos rios. Nós estamos falando das APPs na beira dos córregos até quatro módulos e áreas consolidadas, Senador Jorge Viana.

Então, o apelo que eu faço é para que V. Exª nos auxilie, ajude-nos a colocar, a dar esse incentivo aos agricultores, aos pequenos agricultores, àqueles que estão com a área consolidada. Muitos deles têm a sua reserva no fundo do seu terreno, não têm à beira dos córregos, não têm na beira dos rios. Se V. Exª não concordar conosco, é evidente que a minha única alternativa é retirar. Agora, eu acho que é um desrespeito ao agricultor da Amazônia, principalmente ao

agricultor de Rondônia, que precisa dessa emenda, Senador Jorge Viana.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Aos dois Relatores, Senador Jorge Viana, eu queria dizer o seguinte: Rondônia, eu falei agora há pouco, serviu de modelo agrário tanto na época da ditadura militar quanto no atual Governo. Noventa e sete por cento das propriedades são pequenas propriedades. Temos regiões como Ariquemes, Jaru, Ouro Preto, a região de Ji-Paraná, a minha região da Zona Mata, Cacoal, e a região de Colorado, Senador Jorge Viana, o senhor conhece aquela região, o senhor, como Relator.

Nós, neste artigo, nesta lei, estamos tratando nosso Brasil como se fosse dois países, estamos tratando Amazônia e Rondônia como se fossem bolivianas ou peruanas. Temos, para o resto do Brasil, 20%, 15% em cima de 20%, enquanto – e o senhor está correto, Senador Acir nessa emenda aqui – para nós lá, vale até os 80% de recomposição. Isso é uma injustiça que vão fazer conosco, é uma injustiça que estão fazendo com os pequenos produtores, Sr. Presidente! Isso é a realidade. É uma injustiça, porque há propriedade no nosso Estado, e eu fui Governador, tive mandato, há propriedade no nosso Estado que vai ter que reflorestar em torno de 80% da sua propriedade, e não tem dinheiro. E o Governo Federal não vai dar nada. Não vai dar nada! Então, infelizmente, os pequenos proprietários que foram assentados pelo Governo Federal vão ficar sem poder produzir, sem poder cumprir o que está na legislação, porque o que diz o artigo anterior? Diz que, de 0m a 10m, tem que reflorestar 15m. Áreas consolidadas, gente! E a cada 200m, 300m, temos um corregozinho de 1m que está passando. Assim são essas regiões lá. São diferentes dessas áreas de Mato Grosso, Rondonópolis, que são planas; ou da região de Vilhena, que é plana, ou da região de Porto Velho, que é plana. Está certo, Sr. Relator Jorge Viana?

Essa é a nossa reivindicação, e faz sentido o que o Senador Acir colocou na emenda dele. Isso é fundamental para nós. É dar estabilidade para quem já está instalado. Não é para quem tem grandes propriedades, não, mas até quatro módulos. Só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Cassol, querido Senador Acir, não sei por que... A minha missão de Relator, gente, é muito difícil. Sei que cada dia que passa é uma agonia nova que vem, mas o bom-senso tem que prevalecer e uma certa coerência no nosso texto.

Senador Acir, apelo a V. Exª pelo seguinte.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – (*Intervenção fora do microfone.*) O apelo é meu; o apelo é da Amazônia.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu sei, eu entendo. Estamos falando de um regramento de quatro módulos. Quatro módulos no Sul do País são 40 hectares; quatro módulos lá no meu Estado são 400 hectares, e são os mesmos quatro módulos.

Para a situação do destaque de V. Exª, estamos falando para rios acima de 30 metros. Acima de 30 metros em áreas consolidadas, o reparo é de 30 metros; começa em 30 metros e depois vai crescendo progressivamente até chegar ao limite de 100 metros. E digo com conhecimento de causa: no meu Estado, fizemos o zoneamento, usamos o velho Código Florestal e conseguimos equalizar, com programas envolvendo entidades não governamentais e federação de agricultura, e dar um tratamento ao passivo ambiental que é uma referência para o Brasil, como o Mato Grosso está fazendo e outros Estados e Municípios.

Posso assegurar a V. Exª que devemos manter a coerência desse propósito nosso. Os instrumentos que estão aqui não dão margem para que a gente possa ser cobrado por estarmos comprometendo aquilo que é essencial, que é um regramento para todo o Brasil. A proposta, no mérito, fere aquilo que colocamos na 196 ontem, que foi tão bem redigida pelo Senador Luiz Henrique e que teve o apoio de 14 Senadores e Senadoras. Peço desculpas a V. Exª, mas tenho que manter a minha posição de rejeitar o Destaque nº 33.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Definida a posição do Senador Jorge Viana, consulto o autor do destaque, Senador Acir Gurgacz, se retira o destaque.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Não, prefiro ir a voto, Sr. Presidente, porque vou ser cobrado pela população do meu Estado, vou ser cobrado pelos agricultores e não quero ter na minha consciência esse peso pelo resto da minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que aprovam o parecer do Relator, Senador Jorge Viana, contrário ao destaque e à emenda, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A emenda foi rejeitada, conforme o voto do Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sei que V. Exª já fez um apelo para que ninguém mais peça inversão na ordem da pauta, mas tenho uma palestra daqui a meia hora, que já está agendada há algum tempo, às 15 horas. Se eu pudesse contar com a compreensão da Mesa para fazer o meu destaque...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Qual é?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – São os de nº 53 e 60... Perdão, Destaque nº 59.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos apreciar a emenda...

Qual é a solicitação, Senador?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – São os Destaques de nºs 59 e 60.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Senador Acir Gurgacz está comunicando que o Destaque nº 35 está sendo retirado.

Consulto o Plenário se concorda com a sugestão do Senador Valdir Raupp de inverter a ordem de votação para apreciar os Destaques de nºs 59 e 60.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Concordando, vamos apreciar a Emenda nº 59.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, meu Destaque nº 38 versa sobre o desmatamento em todo o território nacional. Acho que inclusive tem uma amplitude maior do que um dos destaques apresentados pelo eminente Senador Valdir Raupp, o Destaque nº 59, que fala da moratória de dez anos do desmatamento na Amazônia.

Para ninguém dizer que sou inflexível e para colocar a disposição da possibilidade de acordo, quero retirar o meu destaque da minha Emenda nº 68, que é o Destaque nº 38, em favor da emenda apresentada pelo Senador Valdir Raupp.

Retiro em favor e em apoio à emenda do Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Retirado o Destaque nº 38.

Vamos, então, à votação do Destaque nº 59, de autoria do Senador Valdir Raupp, a quem concedo a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, vou ressaltar, em síntese, alguns aspectos vantajosos da Emenda do desmatamento zero, que acredito seja o caminho para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Em princípio, é preciso ressaltar que a emenda é dirigida apenas à Amazônia brasileira, ressalvados os casos de utilidade pública.

A Amazônia, como se sabe, é alvo dos olhares do mundo. Buscar uma solução de desenvolvimento sustentável para a nossa região é, antes de tudo, promover uma defesa efetiva da região, de sorte que estaremos garantindo também a soberania do Estado brasileiro sobre a floresta, sobre a região e sobre toda a sua riqueza.

Assim sendo, é importante que sejamos os atores e agentes da mudança para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Essa mudança deve ser pensada de forma global, sob o ponto de vista do meio ambiente, da economia e de ganhos sociais. Esta emenda integra todos esses aspectos. Preserva o solo, protege o subsolo, desenvolve a economia voltada para o ser humano, trazendo imensurável ganho para a sociedade como um todo.

Manter a floresta em pé e agregar valor aos produtos de sua biodiversidade, mais que tudo, é ganhar e difundir uma sabedoria diferenciada na forma de tratar o desenvolvimento.

É importante, Sr. Presidente, lembrar que a real riqueza da Amazônia ainda não é de todo conhecida: a água, o ar, as plantas, infinidade de espécies oferecidas. Basta dizer que apenas de uma espécie podem-se extrair mais de cinquenta utilidades econômicas, além das suas funções naturais, como as medicinais, há séculos utilizadas pelos animais e pelos povos da floresta.

Não custa lembrar também que o efeito estufa resulta de, entre outros aspectos, emissões de gases provocadas por queimadas e desmatamentos de florestas...

(Manifestações das galerias.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Preservando a floresta, quem sabe...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – (...) não podemos ganhar o crédito de carbono?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu solicito à Segurança que retire imediatamente os cartazes.

E quero registrar que, se não houver silêncio imediato, vou pedir a retirada de todos do plenário.

(Manifestações das galerias.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu solicito à Segurança que retire todos do plenário!

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, a emenda do Senador Acir Gurgacz...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu só queria pedir... Eu acho que a manifestação é...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Passou dos limites!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – A manifestação dos companheiros que estão aí, estão colocando... Eu acho que seria bom ter a sociedade, mas que se mantenha o respeito com o Senador Luiz Henrique...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Que sociedade! Eles têm que respeitar o Senado!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não tem sentido...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não tem essa conversa de sociedade, não!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – (...) nós deliberarmos... Então, vamos...

(Manifestações das galerias.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Aqui não pode, não! Aqui não pode!

(Manifestações das galerias.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Vocês nunca viram uma galinha viva na vida!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu peço à Segurança... Atenção, Segurança! Atenção, Segurança! Atenção, Segurança: aqueles que estão protestando pacificamente podem ficar!

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Segurança, deixe o pessoal aí!

(Manifestações das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Antes de tudo, eu quero dizer que reprovo veementemente o que foi falado agora aqui contra o Senador e Governador Luiz Henrique, porque ele fez um esforço muito grande e fez um grande relatório em todas as comissões – já disso isso ontem aqui –, nas três comissões em que ele relatou aqui, no Senado Federal.

Então, eu queria encerrar, Sr. Presidente, dizendo que, com a emenda do Senador Acir Gurgacz, que já prevê que as reservas daqueles que não desmataram poderão ser usadas como servidão – isso é dinheiro no bolso, é ativo econômico da floresta em pé –, aqueles que não derrubaram, não vão ficar prejudicados.

E já houve a compensação dos quatro módulos também. Esses que desmataram um pouco mais do previsto em lei já estão compensados com o não reflorestamento da reserva legal.

De forma que, diante de tudo isso, entendo que defender o desmatamento zero na Amazônia não é nenhuma aberração; é uma causa justa que pode muito bem ser aprovada pelas Srªs e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu penso que toda a precaução, toda a cautela e a condução adequada para que possamos pôr fim ao desmatamento ilegal no Brasil estão dadas com o que nós deliberamos ontem e com as deliberações de hoje.

Eu acho que são importantes as preocupações do Senador Raupp, mas esse não é um caminho que ajuda a conciliar a atividade produtiva com a conservação do meio ambiente, por mais nobre que possa ser a iniciativa. Eu já tinha dado um parecer contrário quando essa emenda foi apresentada na primeira etapa, na elaboração do meu relatório, e sigo com o mesmo posicionamento. Os instrumentos votados aqui, no Senado, são garantias de que nós podemos zerar o desmatamento ilegal no Brasil, obviamente com esses instrumentos, caso seja a deliberação do Senado e da Câmara dos Deputados nos próximos dias.

É por isso que mantenho a minha posição de rejeição ao Destaque nº 59.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu acatei...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu acho que nós não podemos ter excessos de nenhuma parte. É verdade que não podemos aceitar excessos aqui dentro, mas também não podemos ter excessos da parte da Segurança do Senado.

Eu tive informações de que estão utilizando choque nos manifestantes. Eu acho que é desnecessário esse tipo de excesso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu já determinei à Segurança...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero esclarecer: determinei à Segurança que retirem os manifestantes do corredor porque estão atrapalhando o andamento da sessão e que o façam sem violência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Essa foi a determinação da Presidência da sessão. Mas nós não podemos conviver com o desrespeito aos Senadores e ao Senado de quem quer que seja!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, a Segurança está fazendo o seu trabalho, o trabalho dela, que é ajudar a Presidência da Comissão a manter o decoro no Senado, a manter a ordem do Senado. As pessoas que vêm aqui são bem-vindas, mas devem saber que não se pode fazer nenhum tipo de manifestação, nem a favor, nem contra.

Imagine se isso seria admissível no Senado dos Estados Unidos, da França, da Itália e de qualquer lugar civilizado! É impossível uma coisa destas: um grupo de pessoas virem aqui ofender os representantes do povo. Não pode!

Agora, se estão usando choque ou não estão, é claro que eles têm que usar dos meios necessários e moderadamente, mas eles têm que fazer o trabalho deles: são formados para isso, são pagos para isso e têm que ser respeitados. Senão, amanhã, essa escalada de violência contra o Poder Legislativo – porque considero isso uma violência contra o Poder Legislativo – vai aumentar, pois sabem que serão tratados com leniência, são jovens, não sei o quê, manifestação democrática e vai aumentando. Daqui a pouco você não pode mais circular pelo corredor sem ameaça de uma agressão, seja de um grupo de pressão, seja de outro.

Então, com todo o respeito, Sr. Presidente, a Segurança tem que fazer o trabalho dela, cumprir o seu dever.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Segurança está cumprindo o seu dever e tenho a convicção...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Caríssimo Senador Aloysio, quando for necessário e moderadamente. Eu condenei excesso de ambas as partes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeito.

Vamos dar continuidade aos trabalhos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Quero reiterar, inclusive, que o termo necessário...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Temos outros destaques. A questão está controlada pela Segurança.

Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero fazer a defesa, tanto pelo Relator Jorge Viana quanto pelo Relator Luiz Henrique.

Infelizmente a gente vê cenas iguais a essa e muitas vezes a gente vê a imprensa ainda dando destaque a isso. Sabe por que, nosso Relator, Senador Luiz Henrique? Eu queria perguntar para essas pessoas se na terra delas arroz dá em árvore, eu queria perguntar para eles se na terra deles açúcar dá em árvore, eu quero perguntar àqueles que gostam de andar bem enfeitados com roupas de algodão se algodão na terra deles dá em árvore, eu quero perguntar para cada um desses que é contra quem produz neste País. Eles teriam que dar graças a Deus pelas mãos calejadas que têm coragem de enfrentar e poder produzir. E vêm aqui, a esta Casa, tratar vocês com decência. É o que eles não sabem fazer. É isso que nos entristece muito. São pessoas folgadas, acomodadas, e alguém está pagando para tentar diminuir o sistema brasileiro de produção.

Então, sou a favor de vocês, sou a favor de quem produz e de quem protege também, mas não podemos aceitar o que acabaram de fazer agora a pouco, com um cartaz, com o Senador Jorge Viana, que sempre foi um defensor da natureza, e também, em seguida, com o Senador Luiz Henrique.

Essas pessoas deveriam estudar um pouco mais para saber que essa produção que os alimenta e sustenta, a eles e a seus familiares, para eles poderem se vestir ou tomar uma cervejinha gelada é preciso, infelizmente, produzir na terra. E a terra acaba gerando esse conflito. Mas eles têm que fazer isso com respeito.

Era só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero saber se alguém mais quer encaminhar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – (...) a proposta apresentada pelo Senador Valdir Raupp.

Com a palavra, para encaminhamento, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, em todo o debate do Código Florestal me

parece que dois consensos foram estabelecidos, o primeiro, inclusive, declaração da Senadora Kátia Abreu de que não é necessário, não precisa mais desmatar.

Ora, se não precisa mais desmatar, é inclusive em nome disso que eu retirei a minha Emenda nº 68, que dá conta do Destaque nº 38, e estou aqui apoiando a emenda do Senador Valdir Raupp, porque essa emenda é assinatura, é subscrever o que tem sido dito aqui: que não precisa mais desmatar. É o cumprimento desse dispositivo.

O outro consenso em todo esse debate é em relação à agricultura familiar, em relação à qual tanto nós quanto quem tem posição distinta tem afirmado que deve ser tratada de forma diferente.

Esses consensos estão estabelecidos, estão aguardando a subscritura favorável nessa emenda do Senador Valdir Raupp. Inclusive, para não se dizer que há intolerância de nossa parte, eu retirei a minha emenda, que tinha um caráter mais amplo, em favor, em apoio a essa emenda do Senador Valdir Raupp.

Dessa maneira, Sr. Presidente, quero manifestar apoio à emenda do Senador Valdir Raupp, pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para encaminhar, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu vou encaminhar contrariamente a essa proposição do nobre Senador Valdir Raupp. Sinceramente acho que isso – já falei até para o Senador – é contra as pessoas que moram na Amazônia. Também tenho defendido que não precisamos desmatar mais para ampliar, agora tirar das pessoas o direito à pequena parcela que elas têm de 20% que a lei permite e dizer simplesmente: você não pode fazer mais nada? Desculpem, mas me soa como demagogia esse tipo de coisa.

Então eu quero aqui, em nome da produção sustentada e sustentável, dizer que esse tipo de coisa nós não podemos aceitar.

Há pouco tempo, aqui, o Senador Romero Jucá fez um apelo para que o Estado de Roraima pudesse ter, pelo menos, 20% para utilização, agora vamos fazer um negócio de proibição total e absoluta? Eu simplesmente não concordo, embora tenha defendido a questão do desmatamento zero na questão da ilegalidade. Nisso, o Estado tem que fazer a sua parte, tem que fazer a parte dos comandos de controle, principalmente no convencimento, na educação.

Nós conseguimos fazer, Senador Jorge, uma redução de 94% de desmatamento no Mato Grosso e levando setores produtivos junto na discussão. Aquilo não foi um projeto só do Governador Blairo Maggi, mas um projeto da sociedade de Mato Grosso, que entendeu que era hora e necessário fazer e fez junto com o Governo a discussão.

Em determinados momentos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu tenho cinco minutos para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É por causa do barulho. (*Risos.*)

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Em determinados momentos, o Governo Federal, através do Ministério do Meio Ambiente e de outros Ministérios, teve que usar da força, tiveram que usar da Força Nacional, do Exército, que foram lá e demonstraram sua força, e foi feito com o convencimento. Está lá o resultado. Agora, simplesmente chegar e falar que não pode fazer nada, eu não concordo e, então, meu encaminhamento é contrário à proposta. Com todo o respeito e a amizade que tenho pelo Senador Valdir Raupp, são pontos de vista diferentes neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Eu soei a campainha por causa do barulho, não por causa do tempo.

A Emenda 59 está em votação.

Aqueles que acompanham o Relator, Senador Jorge Viana, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada a emenda do...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL AP) – Com voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Rejeitado o destaque, com o apoio do Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL AP) – Não, com o voto contrário do Senador Randolfe e do Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com os votos contrários dos Senadores Randolfe e Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira.

Passamos para o Destaque nº 60, do Senador Valdir Raupp.

Ele pediu inversão.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, essa aqui é mais simples.

Antes, porém, eu só queria, infelizmente, discordar um pouco daqueles que encaminharam contra, com todo respeito ao Senador Blairo Maggi, nosso querido Governador de Mato Grosso, porque, se você perguntar para todos, todos dizem a mesma coisa: não precisa mais desmatar. A Senadora Kátia Abreu, que é Presidente da Confederação Nacional da Agricultura...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL AP) – Perfeito, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – ..., que é agricultura e pecuária, diz que não precisa mais desmatar.

Se você faz uma pesquisa, 96% dizem que não precisa mais desmatar. No meu Estado acho que dá mais do que isso, dá 99,9% dizendo que não precisa mais desmatar. E aí deixa aberto para os desmatadores... Talvez não aqueles que têm documento da terra, mas tinha que dar um choque. Desmatamento Zero é para dar um choque para se criar uma consciência ambiental. Nada contra os produtores. Os produtores estão tranquilos. Eles não querem mais desmatar. Essa é a minha defesa.

Bom, rapidamente passo a encaminhar o de nº 60.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, aqui diz o seguinte: "os proprietários rurais, pessoas físicas ou jurídicas, poderão deduzir do imposto de renda devido as importâncias aplicadas no ano-base na implantação e manutenção de reflorestamentos que se destinem à reconstituição das áreas de preservação permanente e da reserva florestal legal definida nesta Lei".

É o quê? Para incentivar o reflorestamento deduzindo do imposto de renda para aqueles que reflorestarem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente e colegas Senadores, temos o problema da proximidade da Ordem do Dia e eu não vou me alongar, mas essa proposta de por um novo artigo, o novo Código Florestal tem um artigo muito bem posicionado, que foi elogiado por todos, que trata de criar instrumentos econômicos de estímulo.

Isso aqui trata de matéria de competência exclusiva do Executivo e eu mantenho o meu voto pela rejeição do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que aprovam o relatório do Senador Jorge Viana, pela rejeição da emenda, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A emenda foi rejeitada, com apenas um voto contrário.

O próximo item é o de nº 39. O de nº 38 foi retirado pelo Senador Randolfe.

Senador Randolfe Rodrigues, será o Destaque nº 39. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Rodolfo Rodrigues.

Não havendo quem queira encaminhar...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Destaque 39.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, vou ser breve, vou ser rápido aqui na justificação. Estamos retirando o inteiro teor do Capítulo 13 que, no nosso entender, é um capítulo que mantém anistia aos desmatadores. O teor do conjunto desse capítulo, no nosso entender, é a manutenção para anistia que não se justifica porque é a manutenção de todos os dispositivos que existiram desde o início da discussão na Câmara dos Deputados e que anistia todos os que desmataram até a data de abril de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Relator.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Meu querido companheiro Randolfe, que orgulha o Senado com a sua estreia já no primeiro ano, está pedindo que façamos a supressão do capítulo que significa a possibilidade do Brasil se reencontrar com a paz no campo e com a proteção ao meio ambiente. A supressão do Capítulo 13 é a destruição de todos os instrumentos que estamos querendo criar para que não haja mais desmatamento. O Brasil criou, em 1998, a lei de crimes ambientais e não resolveu nada. O Brasil começou a fazer medidas, uma atrás da outra, e o desmatamento seguiu do mesmo jeito. Chegamos a ter 29mil quilômetros quadrados de floresta destruída num único ano em queimada. Pessoas ocuparam o Governo, chamaram a polícia. Esses instrumentos de comando e controle são limitados à possibilidade deles.

O Senado está apresentando uma proposta objetiva, que não significa anistia. Anistia é outra coisa e não é menos meritória não. Graças à anistia que se colocou neste País é que temos a convivência democrática, mas o que estou falando é que nesse nosso texto não tem anistia, não tem, porque tem a troca de algo que não funciona, que é uma punição. Hoje de manhã, no programa Bom Dia Brasil, sabe qual é o valor das multas aplicadas na área ambiental do Brasil, Senador Randolfe? R$10bilhões. Sabe quanto foi pago desse valor? 50, só 50. Esse instrumento não funciona, não traz uma única árvore de volta, não alimenta nenhuma família com fome.

O Senado, fora de querer fazer anistia, está pegando todo um passivo ambiental, porque todos aqueles que ocuparam ministérios, governos, não trouxeram nenhuma árvore de volta. Com a aprovação dessa lei que tenho a honra de ser Relator, com esse homem honrado, que a História do Brasil reconhece nos seus 40 anos, mas que tentaram colocar a ele uma pecha de que era contra o meio ambiente e ele tem sido um lutador pelo equilíbrio entre quem produz e quem quer preservar, Senador Luiz Henrique, posso afirmar a V.

Exª, colocar a recuperação obrigatória de 15 metros em rios até o limite de 10 metros de largura para todo mundo, não pode ser chamado de anistia Senador. Colocar 30 metros de recomposição entre rios de 10 para frente até 100 metros não pode ser anistia, não pode ser colocado. Esse PRA vai ser implementado em todos os Estados, inclusive no Estado de V. Exª. O problema é que enquanto alguns não leram o Código Florestal alguns se aproveitam – e não é o caso de V. Exª que faz o debate aqui honrando esse relatório que estou tendo a honra de completar o trabalho dele e o Senador Luiz Henrique – mas vemos muita gente distorcendo o que estamos votando aqui mas não tenho nenhum problema porque em poucos dias todos vão ler, todos vão ficar esclarecidos e vão ver que não tem anistia.

Então, se tirarmos o Capítulo XIII, seria melhor não termos mais trabalho daqui para frente. Essa seria uma espécie de emenda Hiroshima, bateu, acaba tudo e não sobra vota nada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que concordam...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª já encaminhou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª já encaminhou.

Aqueles que concordam com a aprovação do voto do Relator, pela rejeição do Destaque nº 39, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O destaque foi rejeitado com apenas um voto contrário.

Destaque nº 40, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra, para encaminhar, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, só em relação ao debate anterior, com todo carinho, inclusive o nível, que tenho mantido neste debate com o Senador Jorge Viana, hoje, na legislação, são trinta metros. Na verdade, então, nós estamos estabelecendo quinze metros. Então, há uma diferença.

Os meus números sobre o que representa, e me permita, Jorge, eu vou insistir em definir como anistia, dão conta de que 13 a 26 bilhões a União vai deixar de arrecadar com a aprovação desse capítulo. Mas fui voto vencido, acato o encaminhamento de V. Exª.

No outro encaminhamento, no Destaque nº 40, nossa Emenda nº 118, Sr. Presidente, estou propondo claramente que em relação ao que é definido como quatro módulos fiscais, estou dizendo claramente que os pequenos – a agricultura familiar – devem ser de fato isentados dos quatro módulos fiscais no que estamos estabelecendo nessa Emenda nº 118, que é o Destaque nº 40.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador querido, Randolfe, esse era o meu propósito: apresentar até quatro módulos de agricultura familiar. Mas eu estava sendo injusto, porque, se nós atentarmos, o que significa o § 9º do art. 41? Ministro Reinhold, o que significa isso? É que o Capítulo 13, que acabamos de reafirmar que fica, trata de uma coisa que é como o Brasil fazer a recomposição de área de reserva legal e área de preservação permanente.

Temos situações no Brasil, não são poucas, em todos os Estados, de pessoas que desmataram de acordo com o que a lei estabelece, ou seja, houve supressão de vegetação onde é permitido ter. Por isso é importante que V. Exª atente. Aqui não está se fazendo anistia.

O que está se dizendo é o seguinte, no art. 41, § 9º: que o Governo Federal fica autorizado a apresentar um programa para o País que faça a conversão dessas multas que ninguém cobra em benefício do meio ambiente. Vai ter custo.

Agora, isso aqui não é para novas áreas a serem desmatadas, nem área de reserva legal, nem de APP. É só onde houve desmatamento no lugar que podia. Só no lugar em que podia! Dentro dos 20%!

Então, na imprensa está saindo, por enquanto... Não na imprensa. Algumas pessoas estão pondo que estamos anistiando quem foi multado. Não é nada disso. Nós estamos dizendo: onde houve a multa e era autorizado desmatar. Mas, às vezes, por uma licença atrasada, foi enquadrado no art. 50. Às vezes tem uma multa duas ou três vezes o valor da propriedade, o Governo implante um programa de fazer a conversão dessas multas em benefício do meio ambiente.

É esse o meu parecer pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que aprovam o relatório do Relator, pela rejeição da emenda, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A emenda foi rejeitada.

Destaque nº 57, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, a quem passo a palavra para encaminhar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Srs. Relatores, Sr. Presidente Acir Gurgacz, esse destaque atende a um clamor, a um apelo que eu considero legítimo das bacias hidrográficas do Brasil, dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Brasil. Também à comunidade científica. Eles defendem que as áreas de preservação, quer dizer, os critérios de medição das faixas das APPs, atualmente, esses critérios são estabelecidos a partir do nível mais alto das cheias ou das enchentes dos rios.

O texto propõe que seja a partir da calha do leito regular, quer dizer, durante o período normal, a calha do rio tem uma largura. Durante o período das cheias, essa largura vai a um nível mais elevado.

Na região amazônica, como sabe V. Exª, Senador Jorge Viana, a amplitude entre o pico das cheias e o pico da secas pode atingir até 10m, uma coluna de água equivalente à altura de um prédio e que altera, de forma expressiva, a paisagem e a vida da região.

Sem maiores delongas, Sr. Relator, uma vez que todo mundo aqui está sentindo os efeitos da fome e não os das secas, essa emenda é apenas uma oportunidade para V. Exª, Senador Jorge Viana, explicar à comunidade científica, aos comitês de bacia que essa redução, esse limite, a partir do qual haverá a medição para as faixas das APPs, não contribui para anistia ou mesmo o recrudescimento da invasão de matas ciliares, de vegetação das margens dos rios.

Por exemplo, quem, até hoje, suponhamos, pode usar ou está usando margens do rio para plantio, para habitação e, quem não está usando, a partir desse texto, o que pode acontecer, Sr. Relator? É o que pergunto. Aqueles que já ocuparam, nas faixas anteriormente permitidas das APPs nas margens dos rios e aqueles que não ocuparam, que obedeceram a legislação, o que vai acontecer, aprovado o texto?

Esse destaque é uma oportunidade para V. Exª, dentro do equilíbrio com que V. Exª se porta e se conduz como Relator, é uma oportunidade para V. Exª nos explicar principalmente à comunidade cientifica e aos comitês de bacias.

Eu sou de um Estado que é da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Relator, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – V. Exª tem tanta razão de trazer o tema. E eu também conversei com tantos cientistas. Estamos fazendo uma regra geral para o Brasil e digo, sem medo de errar, como temos rios bem encaixados, como temos rios que têm um comportamento completamente diferente, seria muito inseguro e impreciso se estabelecermos uma medição para poder fazer a recuperação, a recomposição das áreas, levando em conta a cheia dos últimos dez anos, onde atingiu e dali para frente.

A calha média do rio é algo conhecido, em que se faz a mensuração adequada e que pode o órgão fiscalizador alcançar.

Assim, mantenho meu parecer pela rejeição apesar de saber que V. Exª vai ver a sua preocupação implementada na lei dos biomas que serão tratados aqui neste Congresso após o Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que aprovam o voto do Relator pela rejeição da Emenda Destaque nº 57 permaneçam como se encontram. (Pausa).

A emenda foi rejeitada com dois votos contrários.

Destaque nº 58.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, esse destaque vem ao encontro de uma atividade econômica que é exercida na Bahia. Eu sou sergipano, mas eu defendo a proposta da Senadora Lídice da Mata, que é baiana, conhecedora profunda dos problemas do seu Estado e, notadamente, dessa área que funciona produzindo cacau acerca de 270 anos.

Noventa por cento dos rios que dão suporte às plantações de cacau, que é o chamado cacau cabruca, porque ele cresce à sombra das árvores, 90% dos rios que dão suporte, Sr. Presidente, serão atingidos se permanecer esse dispositivo apresentado no texto. A largura média dos rios, onde existem as fazendas de cacau, a largura média chega a no máximo um metro e meio. Quem me informa isso é o Dr. Henrique, Presidente da Associação dos Cacauicultores da Bahia, que está aqui presente. A largura de até um metro e meio. Quer dizer, são pequenos cursos d'água contínuos, que permitem, sem dúvida alguma, Sr. Relator, que permitem a conservação da Mata Atlântica.

Na medida em que essas árvores servem como sombra para o crescimento do cacau, do arbusto chamado cacau, esses cacauicultores estão trabalhando não só para produzir, também para a preservação da Mata Atlântica.

Desse modo, Sr. Presidente, 92% das propriedades têm menos de quatro módulos, cerca de 80 hectares.

Então, eu acho, Sr. Relator, que assim como V. Exªs se preocuparam com a questão dos apicuns, com questão das salinas, temos certeza absoluta de que V. Exªs vão se preocupar com essa atividade econômica histórica de quase trezentos anos, que é praticada na

Bahia, é suporte para a vida de milhares, pequenos, médios e grandes agricultores.

Portanto, Senador Jorge Viana, eu quero que V. Exª, com a inteligência que V. Exª tem, encontre uma solução social para a resolução desse grande problema, porque se for aprovado como está no texto, sem nenhuma segurança jurídica para a proteção dessa atividade econômica, temos certeza absoluta de que as consequências serão altamente danosas para a economia baiana.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu esclareço com tranquilidade, isso está vinculado ao art. 61, que implica nós trabalharmos em áreas consolidadas. Toda a atividade agroflorestal está garantia dentro do Código Florestal com tratamento diferenciado. Agora, V. Exª ainda há pouco, veja como é difícil para mim, V. Exª ainda há pouco queria uma maior rigidez na recomposição de áreas nas margens dos rios e agora V. Exª me apresenta uma proposta que fica dispensada a recomposição nas margens do rio. Eu sei que é meritório, mas nós fizemos uma regra, na Emenda nº 196.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu estou falando de uma situação especial.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu sei.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não genérica. A minha emenda era genérica, agora eu estou corrigindo o especial.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas seria única, Senador Valadares. Nós faríamos assim: fica dispensada a recomposição do que trata. Aí nós vamos ter que não cumprir os quinze metros nem os trinta nem a faixa de cem. Eu diria a V. Exª que quem está com o cacau nas margens lá, as instalações, as casas estão todas mantidas e a recomposição vai de quinze metros em rios até dez metros e rios acima de dez metros trinta metros de largura e vai, passa de trinta metros até a faixa de cem. Já está parcialmente acolhida na nova Emenda nº 196. Mas, nós não podemos incluir agora dispensar de recomposição, porque seria o primeiro caso em que nós dispensaríamos.

Por isso que eu...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Relator, eu gostaria de fazer uma ponderação: não poderia, incluir, então, esta atividade, que é importante para a Bahia, da mesma forma como incluiu a salinas e os apicuns na área social? Como atividade de caráter social? V. Exª não poderia, em nível de Plenário, assumir um compromisso, assim como houve um compromisso para atividade econômica.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas veja só, Senador, nós estamos falando de uma atividade agrícola.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu não estou falando mais de recomposição. Estou falando em proteger essa atividade econômica, dando a ela um caráter social.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Está bem, deixe-me explicar uma coisa. Quando estamos tratando de utilidade pública, de interesse social ou baixo impacto, são atividades que implicam em supressão de área de conservação permanente. Nós não podemos pegar uma cultura e dizer: essa cultura pode suprimir área de preservação permanente.

Isso seria um pouco o que a nobre Senadora Kátia Abreu sempre quis, mas nós estamos aqui criando uma regra de que nas margens 15 metros nos rios de 30 metros e de 100, não pode.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Meu amigo, acho que V. Exª está confundindo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não estou.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Está. Daqui para frente, zero! Não é nada disso. Eu estou falando as áreas atualmente ocupadas o que vai acontecer? O que vai acontecer com as áreas atualmente ocupadas?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Por isso eu estou falando...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Há séculos, há trezentos anos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não. Eu gostaria que V. Exª entendesse. As atividades de baixo impacto, interesse público...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Era só de baixo impacto, porque elas preservam o meio ambiente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, mas elas são daqui para frente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Daqui para frente, eu estou de acordo com V. Exª. Eu estou preocupado lá...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Se nós incluirmos lá nas atividades de baixo impacto, vai ficar autorizado daqui para frente que haja supressão de vegetação nas áreas de preservação permanente.

Esse é o problema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para encaminhar, o Senador Randolfe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Art. 61 não trata de transitório.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para ajudar o debate, o Senador Valadares está preocupado especificamente com a questão do cacau.

Salvo engano, no art. 8º, diz que "nas atividades das Áreas de Preservação Permanente, poderão ocorrer atividades de frutos, de sementes, castanhas..." E o Cacau é uma cultura que cresce ao lado das florestas. Então, se há uma cultura que está contemplada é a do cacau. Outras não estão, mas o cacau certamente, porque ele produz exatamente nas sombras das florestas.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero apenas manifestar o meu apoio ao Relator.

Meu querido Valadares, estive com V. Exª em todas as caminhadas. Lamento não estar nessa, mas tenho de manter coerência com os posicionamentos que tive até agora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que aprovam o Parecer do Relator, pela rejeição da Emenda, permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

A emenda foi rejeita, com três votos contrários.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Votei com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A emenda foi rejeitada por três votos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Olha aí; tem voto...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quatro votos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Viu? Foram quatro votos. A Bahia agradece.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos para o próximo item da pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu fui traído pelo meu parceiro, mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Item 61.

Os autores do destaque, Senadores Vanessa Grazziotin e Eduardo Braga, não se encontram.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF. *Fazendo soar a campainha.*) – Os autores do Destaque nº 61, Senadores Vanessa Grazziotin e Eduardo Braga, não se encontram no Plenário. Portanto, nos termos do art. 300, inciso XVII, do Regimento Interno do Senado Federal, anunciada votação de dispositivo ou emenda destacada, se o autor do requerimento de destaque não pedir a palavra para encaminhá-la, considerar-se-á como tendo o Plenário concordado com o Parecer da Comissão, tomando a matéria destacada a sorte das demais constantes do grupo a que pertencer.

Essa é a decisão em relação ao 61.

Emenda prejudicada.

Vamos para a Emenda de nº 56.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, por questão de ordem. Na votação anterior, do Valadares, a contagem que deu aí parece que não bate com os números que foram colhidos aquela hora lá.

A contagem de votos... O senhor deu o resultado, mas, na verdade, nós tivemos a maioria dos votos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A votação já foi encerrada, Senador...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Foi encerrada, mas a maioria dos votos foi nossa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª pediu... Perdeu a oportunidade. Poderia ter pedido votação nominal na ocasião.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Mas é que o senhor foi tão rápido e, ainda por cima...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Recorre ao Plenário, Ivo. Recorre ao Plenário. Vai ao Plenário, o Plenário do Senado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Então, quero ver o resultado dos votos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Destaque nº 76...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Já foi, Ivo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Ivo Cassol, as declarações de voto aqui: Senador Randolfe, Senador Sérgio Souza, Senador Aloysio, Senador Luiz Henrique, Senador Jorge Viana. Só aí são cinco votos. Vocês tiveram quatro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – *(Intervenção fora do microfone.)* Faltou pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra... Destaque nº 76, de autoria dos Senadores Lindbergh e Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Retiro. Retiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Retirada...

A de nº 77, de autoria da Senadora Vanessa... Essa foi prejudicada.

Quanto às Emendas de nºs 27, 29 e 30...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Rodrigo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não estando presente o Senador Lindbergh – e a pedido do Senador, nós deixamos para o final –, não estando presente o autor do requerimento do destaque, nos termos do art. 300, inciso XVII, do Regimento Interno do Senado Federal, anunciada a votação da matéria, do dispositivo ou emenda destacada, se o autor do requerimento de destaque não pedir a palavra para encaminhá-la, considerar-se-á como tendo o Plenário concordado com o parecer da Comissão, tomando a matéria destacada a sorte das demais constantes do grupo a que pertencer.

Essa é a decisão da Mesa, e passo a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu acabei de fazer o contato com o Senador Lindbergh, e ele já se encontra no prédio do Senado. Eu percebo que, antes do Senador Lindbergh, nós temos dois requerimentos do Senador Blairo Maggi. O Senador Lindbergh havia pedido a V. Exª para deixar os requerimentos dele por último. Então, já que temos ainda... O último é depois de todos que estão aqui. Como ainda temos o Senador Blairo, depois do Senador Blairo, teremos o Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Randolfe, apenas a Mesa adotou o procedimento... Demos a oportunidade para o Senador Lindbergh, colocando as emendas dele ao final. Infelizmente, ele não chegou a tempo, e eu tenho que cumprir o Regimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não é possível mais.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Só quero dizer que não tenho mais nada aqui em meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Mesa sabe disso.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Já acatou,e já desisti também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para o Destaque nº 55, do Senador Flexa Ribeiro, o mesmo encaminhamento.

Nos termos do art. 300, inciso XVII, do Regimento Interno do Senado Federal, anunciada a votação de dispositivo ou emenda destacada, se o autor do requerimento de destaque não pedir a palavra para encaminhá-la, considerar-se-á como tendo o Plenário concordado com o parecer da comissão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – (...) tomando a matéria destacada a sorte das demais constantes do grupo a que pertencer.

É a decisão da Presidência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, eu queria insistir com V. Exª sobre a possibilidade de subscrição. Parece-me que, claramente, o Regimento Interno possibilita esse dispositivo. Peço que V. Exª faça uma rápida consulta à Mesa. E não quero questionar, não quero duvidar do entendimento de V. Exª, mas faça uma breve consulta à assessoria da Comissão, porque me parece que claramente o Regimento possibilita esse dispositivo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Randolfe, isso é matéria vencida, porque nós tínhamos um prazo para a apresentação do destaque. As assinaturas que valem são as apostas no momento de apresentação dos destaques. Então, portanto... E essa matéria já está vencida.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, eu não gosto de revolver o passado nem o recente, mas eu acho que essa votação foi um caso mal resolvido, a do cacau.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ah, eu pensava que era tudo, Sr. Senador. Se for tudo, eu concordo; só o cacau, não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Foi um caso mal resolvido. Eu não gosto de reviver o passado.

Agora, o chocolate foi prejudicado, pelo seguinte: eu pensei que nós só tínhamos quatro votos, mas depois o Senador Cassol, que usou da perspicácia e da realidade, porque eu estava muito emocionado, principalmente levado pela fome... Eu não contei os votos; quem contou foi o Senador Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quem contou foi o Presidente, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Caso mal resolvido é o samba canção da Dolores Duran.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pode ficar absolutamente tranquilo que a vontade do Plenário foi respeitada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Esse é o samba do cacau mal resolvido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Para terminar, este caso está mal resolvido, mas vai voltar ao plenário. Não vai ficar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª tem todo o direito de reapresentar as emendas que desejar. Inclusive, Senador, V. Exª não percebeu porque estava conversando com os demais Senadores, mas eu nominei os Senadores aqui, mostrando que a maioria foi clara pela rejeição da emenda.

Quero agora solicitar a inclusão extrapauta...

(Intervenções fora do microfone.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Peço a atenção das Srªs e dos Srs. Senadores para a inclusão de dois requerimentos.

Vou ler o primeiro. Estou solicitando inclusão na pauta. (*Pausa.*)

Primeiro vamos aprovar o requerimento, de autoria de vários Senadores.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CMA

Nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgência para o PLC nº 30, de 2011, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166, de 67, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências.

Porém, antes de colocar em apreciação o requerimento, comunico o resultado da deliberação sobre os destaques.

Destaques prejudicados por terem sido retirados pelos autores: nºs 1, 2, 3, de autoria do Senador Romero Jucá; nº 10, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Delcídio do Amaral; nºs 11, 15, 18, 19, 24 e 26, todos de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira; Requerimentos nºs 28, 31, 36, 37, 76, todos de autoria do Senador Lindbergh Farias; Requerimentos nºs 34 e 35, de autoria do Senador Acir Gurgacz; Requerimentos nº 32 e de nºs 41 a 54, de autoria do Senador Flexa Ribeiro; Requerimento de nº 56, de autoria do Senador Eduardo Braga; Requerimento de nº 62, de autoria do Senador Blairo Maggi.

Os Requerimentos nºs 64 a 75, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira ficam prejudicados por duplicidade. Requerimento nº 38, do Senador Randolfe Rodrigues.

Destaques prejudicados pelo Relator com aprovação do Plenário: Requerimentos nºs 4, 5, 20 e 21, de autoria do Senador Romero Jucá; Requerimentos nºs 12 e 23, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Destaques acolhidos pelo Relator com aprovação do Plenário: Requerimentos nºs 16, 17 e 25, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira; Requerimento nº 63, de autoria do Senador Blairo Maggi.

Prejudicados pela ausência (art. 300)...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, o Senador Lindbergh já se encontra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Requerimentos de nºs 27, 29, 30, 55 e 61.

Destaques rejeitados pelo Relator, com aprovação do Plenário: Requerimentos nºs 6, 7, 8, 9, 13, 14, 22, 33, 39, 40, 57, 59 e 60.

Mais algum? (*Pausa.*)

Esse é o resultado proclamado da reunião.

Passo agora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, o Senador Lindbergh já se encontra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A votação já foi encerrada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Nós ainda não terminamos a votação do Código Florestal, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu só quero fazer um registro, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para um registro, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não precisava disso. Os senhores sabem que eu sou suplente do Senador Randolfe e eu tinha deixado as emendas com ele. Não precisava; não era necessário. Eu só quero registrar isso. Só quero registrar isso. Quatro emendas! Não era necessário. Saí, deixei com o Senador Randolfe, de quem sou suplente. Só quero deixar isto registrado: não era necessário!

Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero apelar para a Mesa: ainda não acabou a votação, ainda cabe a apreciação das emendas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O resultado já foi proclamado e o horário da reunião é público. Todos nós estamos aqui desde cedo. É obrigação de todos cumprir com o Regimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O Senador Lindbergh fez um apelo a V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Nós também estamos aqui, Senador. Saímos porque temos outras obrigações, V. Exª sabe disso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E foi acordada e foi pública a saída do Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Nós não queremos criar nenhum tipo de conflito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu peço que V. Exª leia o art. 300 do Regimento Interno.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não, não quero. Só quero fazer a reclamação que não era necessário...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A saída do Senador Lindbergh, Sr. Presidente, foi pública, foi de conhecimento de todos. A votação não acabou; é excesso desnecessário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não era necessário fazer isso. Só quero dizer isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Lindbergh, atendi o seu pleito, abrimos uma exceção, atendemos o seu pleito e aguardamos o final. Agora V. Exª tem que compreender que não poderíamos ficar aqui esperando V. Exª voltar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas a reunião ainda não acabou, Presidente. A reunião ainda não acabou!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Concluída a votação dos destaques.

Comunico que os destaques aprovados serão consolidados ao Substitutivo aprovado pela Comissão. Sendo assim, a Comissão aprova o relatório do Senador Jorge Viana, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 3-CMA (Substitutivo).

(*Palmas.*)

Submeto à votação do Plenário requerimento de urgência já lido.

Em votação a inclusão extrapauta do requerimento de urgência.

Aqueles que concordam com a inclusão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Verificação, Presidente. Verificação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª precisa ter o apoio de mais três Senadores para pedir verificação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Valadares? (*Pausa.*) Senador Taques? (*Pausa.*)

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não havendo número suficiente, em votação a inclusão extrapauta do requerimento de urgência.

Aqueles que concordam com a inclusão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Voto contra, Excelência, e faço o registro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Aprovado, com o voto contrário do Senador Randolfe.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu quero apenas e tão somente registrar o seguinte: quando V. Exª encerrou, fez a votação, para que não fique nenhum mal-entendido, se o Senador Lindbergh tivesse chegado aqui antes de V. Exª votar e proclamar o resultado, eu seria o primeiro a defendê-lo. Agora, o Senador Randolfe Rodrigues sabia que isso já tinha sido votado. Então eu acho que essas coisas só criam um clima de aparente discriminação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Por favor, quero que V. Exª ouça.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro que escuto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Isso é fundamental, porque o Presidente, que conduziu até agora, conduziu isso de forma democrática. Agora, eu entendo que aqui é uma loucura! Eu também fui demandado para sair antes do final da votação; só que eu não saí. Nós votamos isso aqui. Quero que fique registrado que não houve aqui nenhuma intenção de prejudicar qualquer tipo de destaque, porque, veja bem, o esforço de um dia inteiro, votamos todos os destaques da forma que V. Exªs pediram, de *per se*, e agora V. Exª pediu para ficar por último, foi colocado por último. Eu entendo, V. Exª não pôde chegar a tempo do término, mas chegou depois que estava encerrado.

E, para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer o seguinte. Falei até muito pouco durante a discussão. Eu quero fazer um registro e dizer que o que aconteceu hoje aqui é uma demonstração de que esta Casa tentou... E eu tentei, não pensem V. Exªs que eu não fiquei contido quando aqui eu ouvi dizer que produtor

é criminoso, é assassino. Quero dizer que, às vezes, ficamos aqui ouvindo essas coisas para não criar tumulto. Eu quero dizer que o produtor rural, mesmo aquele que comete um a ilegalidade, muitas vezes o faz por absoluta falta de recurso. Essa que é a verdade. Eu estou defendo não o grande, mas o pequeno produtor, que muitas vezes recebe uma multa de valor maior que o da sua propriedade, pessoas que têm dificuldade. Essa que é a verdade.

E vamos votar um código que, podem ter certeza, Senador Luiz Henrique, Senador Jorge Viana, Senador Acir Gurgacz, não atenderá 100% de um lado nem de outro, mas foi o resultado do esforço que pudemos fazer aqui.

Quero dizer ao Senador Luiz Henrique que V. Exª tem de sair daqui hoje com a cabeça erguida. V. Exª foi um exemplo de cidadão equilibrado e que abriu mão de muitas das suas convicções, como eu também o fiz.

Parabéns, Presidente Rodrigo Rollemberg, pela sua condução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Waldemir Moka.

Quero me dirigir, de forma especial, ao Senador Lindbergh, por quem eu tenho uma profunda admiração, carinho, respeito. Quero lhe pedir desculpas por ter elevado o tom de minha voz.

Aqui todos são testemunhas de que apreciamos, num ambiente de tensão, cansaço. Desde as 9 horas estamos aqui, sem almoço. Todos os Senadores que quiseram apresentar seus destaques o fizeram e tiveram o tempo necessário para o debate. A Mesa foi absolutamente condescendente, para que prevalecesse a opinião da maioria.

O que foi aprovado foi exatamente a expressão da maioria da Comissão de Meio Ambiente.

Quero agradecer e fazer um cumprimento especial aos Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique, manifestar o meu apreço, o meu respeito, a minha admiração pela figura humana, pelo homem público e pelo trabalho realizado.

Tenho a convicção, Senador Jorge Viana, como V. Exª disse, que quando a poeira baixar, quando as manipulações de parte a parte forem esclarecidas ou dizimadas e prevalecer a simples leitura, a leitura do texto, a verdade, todos, o Brasil perceberá que o que aprovamos aqui foi um Código Florestal compatível com a realidade brasileira, um Código que não reduz em nada as áreas de preservação permanente no Brasil, que não reduz em nada as áreas de reserva legal no País e que define obrigatoriedade de recomposição de áreas de preservação permanente de 15 a 100 metros, de áreas de reserva legal, e cria instrumentos econômicos que incentivam a preservação. Enfim, é um Código, como diz o Senador Waldemir Moka, que afastou os radicais, os radicais ruralistas, os radicais ambientalistas e representa a média da opinião do Congresso Nacional e, portanto, a média da opinião dos brasileiros.

Quero agradecer aos Presidentes Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Eunício Oliveira, a todos os servidores do Senado Federal, à segurança do Senado Federal, que garantiu a tranquilidade do nosso trabalho, à consultoria do Senado, a todos os servidores das comissões, especialmente desta Comissão. À assessoria legislativa, quero fazer um agradecimento especial, mas o agradecimento mais especial ao Senador Luiz Henrique e ao Senador Jorge Viana.

Saibam que V. Exªs têm a minha admiração, o meu respeito, o meu apreço pelas figuras que são e pelo trabalho que realizaram.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero pedir a atenção de todos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Se possível, concedam-me a atenção por alguns minutos. *(Pausa.)*

Não vou falar nada além do que alguns instantes.

A história registra, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, fatos lamentáveis de turba incitada avançar contra as propriedades de minorias inocentes na Alemanha nazista. A história registra, e eu vi com os meus próprios olhos, protestando, uma turba inocente manipulada queimando livros de Tolstói e Dostoiévski, queimando uma livraria no centro de Florianópolis em abril de 1964.

O que tenho a dizer sobre o episodio de hoje? Apenas e simplesmente as palavras de Jesus: "Perdoai-vos Senhor, eles não sabem o que fazem".

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg.Bloco/PSDB – DF) – Passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Luiz Henrique, Sr. Presidente, colegas Senadores, eu não posso, eu já falei muito hoje nessa sessão longa, porque eu tinha que posicionar sobre cada um dos pontos destacados. Só quero, cumprimentando e agradecendo a todos que nos ajudaram a construir a proposta, a discutir a proposta, a votar a proposta agradecer pelo privilégio por esse convívio democrático, lamentar outra situação, mas V. Exª já foi governador e eu também já fui; V. Exª foi prefeito e eu também já fui e nós já enfrentamos problemas gravíssimos – eu nem

falo dos meus, como o crime organizado. Enfrentamos todo tipo de pressão na hora de decidir, quando temos que tomar, às vezes, uma decisão monocrática. Certamente, hoje, estamos mais tranquilos, porque a decisão é do Plenário, mas eu tenho um orgulho danado, Senador, de ter trabalhado, construído a proposta do Novo Código Florestal do Brasil. Não teria sido possível sozinho, por mais conhecimento que tivesse. Pedi a ajuda de todos: de quem planta, cria e de quem é grande e pequeno; pedi ajuda daqueles que trabalham nas entidades Não Governamentais, que queriam ajudar e tiveram oportunidade de ajudar; pedi a oportunidade de todos aqueles interessados, de toda parta, para nos ajudar. Estou com a consciência tranquila, sabendo sempre que, por mais adequada que fosse a proposta, ela teria um debate, um enfrentamento, porque um tema do interesse do País e, certamente, alguns, com radicalidade estão fazendo a defesa de suas convicções legítimas. Outros fazem de outra parte. Mas eu digo, com sinceridade, com ajuda do Governo, da Ministra Isabela, eu olhei com precaução em cada linha do que está escrito nesse Novo Código, pensando a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. Cada linha, conversando com o Ministro Mendes, ouvindo os conselhos dele levei em conta os interesses dos produtores. Com os colegas aqui, que não tem causa não, para alguns aqui a causa que nos tem, alguns, as causas ambientais nos temos, é o meu caso. Outro é causa da produção, mas nós já estamos nos aproximando.

Quando nós votamos essa lei hoje, esse projeto que está se tornando lei, com recuperação de passivo ambiental nós não estamos afastando agricultura do meio ambiente; estamos aproximando. O agricultor vai ter que fazer a sua recomposição. Agora, isso, certamente é melhor do que alguns discursos que nós sempre fazemos. Isso é uma atitude, e, aí, meu querido amigo Randolfe, de vez em quando citando Lênin, penso eu, disse que é a atitude. O exemplo é uma coisa, mas a atitude arrasta, vai. Nós estamos tomando uma atitude neste País, arrastando todo mundo para fazer alguma coisa pelo meio ambiente. Os produtores aceitaram, gente.

Eu só queria fazer um apelo. Este debate, certamente, vai seguir. Nestes primeiros dias, ele está seguindo sem que se conheça, sem que se olhe a frieza do texto, que não é frio, porque ele vem carregado de um amor, de um sentimento de fazer o melhor pelo Brasil. Mas será possível que daqui até o plenário e do plenário até a Câmara vão prevalecer as versões em vez dos fatos? Será possível? Será possível que vão prevalecer os interesses e as paixões, não as grandes, menores de alguns? Eu queria, sinceramente, pedir a todos, àqueles que divergem em um ponto ou em outro: se divergirem do relatório como um todo, que se pronunciem como tal – é legítimo –, mas que se respeite aquilo que fizemos de bom neste novo Código Florestal.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu vou apresentar aqui a inclusão extrapauta de um requerimento de autoria do Senador Sérgio Souza.

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CMA

Requerimento de realização de audiência pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e da Comissão de Mudanças Climáticas sobre o caso da Chevron.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 43 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 57ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA), EM CONJUNTO COM A 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (CMMC), DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às nove horas e dezessete minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG e SÉRGIO SOUZA**, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Comissão Mista de Mudanças Climáticas – CMMC. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANTONIO CARLOS VALADARES, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, IVO CASSOL, JAYME CAMPOS, LINDBERGH FARIAS, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, VALDIR RAUPP, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES e WALDEMIR MOKA**; e os Senhores Deputados **ANTONIO CARLOS MENDES THAME e ALFREDO SI-**

RKIS. Deixam de comparecer os demais parlamentares titulares das referidas comissões. O Senhor Senador Cristovam Buarque justificou sua ausência, conforme Memo GSCB nº 11-349/2011. A presidência declara aberta a reunião e submete ao plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Passa-se à **PAUTA. Audiência Pública**, com o objetivo de debater os danos ambientais causados pelo vazamento de óleo proveniente do noticiado acidente ocorrido na plataforma Sedco706, utilizada pela Chevron, localizada no campo de Frade, na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, com a participação dos seguintes convidados: **Sílvio Jablonski**, Assessor de Diretoria, e **Edson Montez,** Coordenador Adjunto de Meio Ambiente, ambos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); **Curt Trennepohl**, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); **Mário José Guisi**, Subprocurador-Geral da República do Ministério Público Federal (MPF); e **Luis Alberto Pimenta Borges Bastos**, Supervisor de Meio Ambiente da CHEVRON Brasil, representando o Presidente da empresa, George Buck. Deixam de comparecer os Srs. Carlos Minc Baumfeld, Secretário Estadual da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, e John Amos, da Organização Não-governamental SkyTruth, que justificou sua ausência. Após a exposição dos convidados, a Presidência suspende a reunião ás 11h09 e reabre a sessão às 11h19. Usam da palavra os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA e MARCELO CRIVELLA;** e os Senhores Deputados **ANTONIO CARLOS MENDES THAME e ALFREDO SIRKIS**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. É aprovada pelos membros da CMA a inclusão **EXTRA-PAUTA** da seguinte matéria: **1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 122, DE 2011**, que "requeiro, nos termos do art. 93 do regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos nomes abaixo relacionados entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata os Requerimentos nº 118 e 119, de 2011-CMA: Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Sr. Márcio Zimmermann; e Presidente do ICMBIO (MMA), Sr. Rômulo José Fernandes B. Mello". Autoria: Senador Valdir Raupp. Colocado em votação, a CMA aprova o Requerimento nº 122, de 2011-CMA. Ao final, a Presidência submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos, havendo lavrado a presente ata Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senador **Sérgio Souza,** Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DE 29/11/2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 57ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto com a 15ª Reunião da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. e Srªs Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente audiência pública conjunta objetiva debater os danos ambientais causados pelo vazamento de óleo proveniente do noticiado acidente ocorrido na plataforma Sedco706, utilizada pela Chevron, localizada no campo de Frade, na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, com a participação dos seguintes convidados: Sílvio Jablonski, Assessor de Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que convido para a Mesa; Sr. Curt Trennepohl, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Dr. Mário José Guisi, Subprocurador-Geral da República do Ministério Público Federal (MPF); Carlos Minc Baumfeld, Secretário Estadual da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, que não confirmou presença; e Luiz Alberto Pimenta Borges Bastos, representante da Chevron do Brasil, a quem convido para a Mesa.

Informo que o representante da Organização Não Governamental Sky Truth, Sr. John Amos, justificou sua ausência.

Quero registrar aqui, com muita alegria, a presença do Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, esclarecendo que esta é uma audiência conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização

e Controle e da Comissão de Mudanças Climáticas, tão bem presidida pelo Senador Sérgio Souza.

Antes de passar a palavra ao Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, para as suas observações iniciais, e aos nossos convidados, quero registrar apenas a preocupação de toda a população brasileira com o acidente ocorrido na Bacia de Campos, motivado pelo vazamento de petróleo no campo explorado pela Chevron.

O objetivo desta audiência pública, que não é isolada, é fazer um conjunto de audiências públicas para aprofundar este tema no âmbito do Parlamento.

Dividiria em duas preocupações: uma imediata, que é compreender, inicialmente, as causas desse acidente específico. Se houve negligência da empresa, quais foram as razões de um acidente desse tipo, quais foram as providências tomadas pelos órgãos responsáveis, o Ibama, a Agência Nacional de Petróleo, o Ministério Público Federal, enfim. Informações trazidas pela imprensa, desde ontem, sobre o acondicionamento do óleo retirado do mar e levado para Duque de Caxias. Se foi feito adequadamente, se efetivamente ali também houve negligência ou não da empresa ou das empresas no acondicionamento daquele óleo. São informações importantes que o País precisa ter conhecimento, especialmente o Senado, sobre esse acidente específico.

O outro tema, que pretendemos nos aprofundar nas audiências públicas seguintes, é que o Brasil é um país que é vanguarda no desenvolvimento tecnológico e na exploração de petróleo em águas profundas, por meio de tecnologias desenvolvidas pela Petrobras. O que o Brasil está fazendo, efetivamente, para poder explorar o pré-sal com o máximo de segurança?

Por outro lado, é importante questionar por que, até este momento, ainda não temos um plano de contingência, o que está faltando para, efetivamente, o Governo cumprir o que está previsto na lei aprovada desde 2001, salvo engano, e que previa um plano de contingência. De quem será a responsabilidade maior nesse plano de contingência. É importante que o Senado conheça, com profundidade, o plano de contingência, quais são as responsabilidade de cada Ministério, a responsabilidade da Agência Nacional do Petróleo, do Ibama, enfim, é importante saber.

Outra coisa é uma rediscussão da Lei de Crimes Ambientais. Será que as multas previstas na legislação brasileira são suficientes para acidentes que causam danos de tal magnitude? A imprensa noticiou que, no ano passado, quando tivemos o acidente no Golfo do México, envolvendo a British Petroleum, as multas chegaram a US$ 20 bilhões. No Brasil, a multa maior, individualmente, é de R$ 50 milhões. Segundo o delegado da Polícia Federal que investiga o caso, Dr, Fábio Scliar, uma média de 53 minutos de extração de petróleo pagaria uma multa desse valor. Não seria o caso de rediscutirmos os valores das multas previstas na Lei dos Crimes Ambientais?

Uma outra questão que se coloca, também para um debate futuro, é que os Estados que são produtores de petróleo, ou os Estados confrontantes com a exploração de petróleo, recebem uma quantia bastante elevada de *royalties* e participações especiais. Será que esses recursos estão sendo bem investidos? Que percentual desses recursos estão sendo utilizados na fiscalização, na dotação de sistemas de proteção e de socorro, no caso de acidentes?

Outra questão levantada ontem, com grande destaque, na primeira página do jornal *O Globo*: Será que o orçamento da Agência Nacional do Petróleo, o orçamento destinado à fiscalização, é compatível com os imensos desafios que o País tem na exploração do petróleo, especialmente agora, com o advento do pré-sal? Como podemos capacitar e instrumentalizar as agências e as instituições, como Ibama e ANP, para que possam, efetivamente, cumprir as suas missões legais?

São questões que precisam estar colocadas, é um privilégio para um país como o Brasil ter uma matriz energética extremamente diversificada – registro aqui, com muita alegria, a presença do segundo Vice-Presidente da Casa, Senador Waldemir Moka – e não podemos deixar de reconhecer o que poderá significar para o Brasil, do ponto de vista do avanço tecnológico, dos investimentos em educação, ciência, tecnologia, inovação e das melhorias das condições de vida da nossa população, se soubermos usar, com inteligência e de forma estratégica, os recursos auferidos do pré-sal.

Mas também temos que ter a plena consciência da necessidade de investirmos em segurança, para que possamos realizar todos os investimentos necessários e a prospecção e a extração de petróleo com o nível máximo de segurança. Para isso, é fundamental que as autoridades do nosso País, especialmente o Senado Federal, tenham conhecimento completo, pormenorizado, profundo, de todas as ações e iniciativas que o Governo Federal vem tomando nesse sentido e o que cabe como responsabilidade ao Senado Federal, ao Congresso Nacional, no sentido do aperfeiçoamento da legislação brasileira.

Então, dividiria em dois tópicos o nosso interesse: o esclarecimento deste acidente específico, das responsabilidades e das providências que estão sendo tomadas pelos órgãos ambientais brasileiros e, ao mesmo tempo, o que precisamos fazer para o futuro, para dar maior segurança à extração de petróleo em nosso País.

Passo, neste momento, a palavra ao Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Muito do que V. Exª falou também é preocupação da Comissão Mista de Mudanças Climáticas. O Brasil vem constantemente aumentando a prospecção de petróleo. O País, nas últimas décadas, principalmente na última, tornou-se um grande produtor mundial de petróleo, mas o petróleo do Brasil está em águas, principalmente em águas profundas – e esse tipo de segurança é que temos que ter.

O Congresso Nacional não pode se furtar dessa responsabilidade, tanto no cuidado com o meio ambiente, como também com relação à fiscalização, porque, em um acidente como esse, que não me parece ser pequeno, com uma amplitude deste tamanho, talvez as sanções pecuniárias, principalmente multas, que devem ser exemplares, não são à altura de um acidente dessa natureza. Mas é isso que estamos aqui para discutir e até mesmo para pautar uma sequência futura propositiva ao Poder Executivo ou ao Legislativo, no que diz respeito à fixação de um nível maior de multas.

Temos que nos preparar, Senador Moka, para explorar esse petróleo do Brasil – e cada vez mais são descobertos campos com grandes reservas de petróleo, em áreas cada vez mais profundas da nossa costa.

A responsabilidade deste Congresso Nacional e do Governo Federal tem que ser ainda maior. Temos que ter um controle para que toda a população brasileira e mundial seja preservada por um eventual vazamento dessa natureza e outros que podem ter proporções ainda maiores. Sabemos que isso é possível de acontecer, porque aconteceu, recentemente, no Golfo do México, algo parecido e com proporções ainda maiores.

Acredito que o Congresso Nacional tenha a função muito mais de pautar, no preventivo, as ações necessárias para que acidentes como este não venham a ocorrer, e esta pauta pode ser na formulação ou na recomendação normativa, para promovermos uma prevenção necessária, e também, lógico, a impositiva, com a criação de multas que sejam adequadas a eventos como esse.

A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, uma Comissão Permanente do Congresso Nacional, em conversa com a Comissão de Meio Ambiente, na semana passada, tomou a decisão de promover esta audiência pública, em conjunto, porque é um debate que interessa não só ao Senado Federal, mas também ao Congresso Nacional e a toda população brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Gostaria, então, de iniciar ouvindo o representante da Chevron.

O SR. LUIZ ALBERTO PIMENTA BORGES BASTOS – Bom-dia a todos. Em nome da Chevron, agradeço a oportunidade de poder aqui trazer esclarecimentos sobre este acontecimento, um vazamento que tivemos, em função de um problema técnico no poço, na bacia de Campos, no campo do Frade.

Desculpe, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Se trocar de lugar, fica melhor.

O SR. LUIZ ALBERTO PIMENTA BORGES BASTOS – Bom dia a todos.

Exmo Sr. Dr. Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização; Exmo Sr. Sérgio Souza, Senador, Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas; outros Senadores presentes; a Chevron agradece a oportunidade de poder estar aqui falando sobre o nosso incidente no Campo do Frade, trazendo explicações e informações que achamos fundamentais pela pauta colocada pelo Sr. Senador.

Eu vou passar a apresentação e, depois, estarei aqui para responder as perguntas e as colocações que forem feitas.

Inicialmente, eu gostaria de posicionar que a Chevron é uma empresa com alicerces muito fortes e padrões de qualidade muito altos, que são exercidos no mundo inteiro e que não são diferentes aqui, no Brasil. Temos princípios que regem a nossa conduta. Todas as pessoas da empresa são consideradas valores da empresa e todos nós temos conexão com os valores que fazem parte do nosso modo de operar: integridade, confiança, diversidade, criatividade, parceria, proteção às pessoas e ao meio ambiente e sempre alto nível de desempenho. A empresa sempre procura ser reconhecida e ter o grande objetivo de ser o que chamamos de primeiro nível mundial, então, ser referência para todas as outras empresas.

Próximo, por favor.

Uma breve descrição sobre o incidente. Esse é um esquema em que vocês podem ver a plataforma Sedco 706, a estrutura descida no momento em que houve o problema. Nós estávamos com a coluna de perfuração, o BOP colocado, porque havia a expectativa de atingir uma camada portadora de hidrocarboneto. Já haviam sido feitos revestimentos de 36 e 13 3/8, cimentados. Estava na fase de poço aberto para perfuração, quando encontramos um ponto de pressão não esperada, aci-

ma do que estava esperado dentro da perfuração. Essa pressão causou o que é chamado de *kick*, que é um influxo de fluido para dentro da coluna de perfuração, que é identificado pelo aumento de lama nos sensores da borda da plataforma. Quando ocorreu isso, o BOP foi ativado instantaneamente e conteve o *kick*, não causando maiores problemas. O que não esperávamos é que a formação abaixo da sapata de 13 3/8 tivesse uma fissura. A avaliação técnica é que, na subida do óleo, quando teve o *kick*, ele encontrou resistência da sapata que não cedeu. Então, abaixo dela, houve um ponto de pressão e uma chamada ruptura na formação, abaixo da sapata. Nesse momento, com tudo parado, ou seja, o poço fechado com o BOP, controlado, não havia ideia de que isso estava ocorrendo. Depois, vou mostrar para os senhores uma linha do tempo, em que podem ser vistos os eventos.

Próximo, por favor.

O que aconteceu no dia 7 de novembro? Foi controlado e comunicado às agências no dia seguinte. Foi comunicado ao Ibama e à ANP. No dia 8 de novembro, então, foi vista um mancha ao sul da nossa plataforma, através de um helicóptero que fazia a troca de pessoal no FPSO Brasil. Primeira vez que essa mancha foi observada. O óleo não apareceria à superfície de forma espessa...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só para esclarecer: o que é FPSO?

O SR. LUIZ ALBERTO PIMENTA BORGES BASTOS – FPSO é uma unidade de processamento, produção e armazenamento de óleo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – De quem é essa unidade?

O SR. LUIZ ALBERTO PIMENTA BORGES BASTOS – FPSO Frade é da Chevron, no Campo do Frade. FPSO Brasil é da Petrobras, no Campo de Roncador.

Então, a distância entre essas duas unidades, a nossa sonda e a FPSO Brasil, é de 4.600 metros. A mancha apareceu a cerca de três quilômetros, na distância ao sul, sendo visível, então, pelas condições dela, pelo helicóptero que estava fazendo a troca de pessoal na unidade FPSO Brasil. Nesse momento, a Petrobras avisou a todos na área, ao nosso campo, que é próximo, e achávamos tratar-se de uma mancha órfã. A Petrobras começou o combate a essa mancha, e nós colocamos nossos barcos à disposição, para auxiliá-la nesse combate, como é o padrão quando se tem uma mancha órfã próxima das unidades. Foi feita uma avaliação nas condições do poço. Não havia indício de problema algum, mas identificamos que foi um *kick* de óleo, e não havia registros de perda do óleo ou de problemas na coluna.

Então, a Petrobras também começou nesse momento a avaliar suas estruturas. O campo de Roncador tem várias estruturas submarinas na área. Foi feita uma avaliação.

O FPSO Frade começou também uma avaliação, em todos os poços já produzindo, pela avaliação dos registros que estavam vindo, e todos eles foram identificados como não havendo problema.

No dia seguinte, o ROV da Chevron, uma vez informado, ninguém achou a causa. Começamos a expandir as áreas de busca, quando, então, o ROV da Sonda, 706, o nosso ROV, foi descido e afastado, no seu limite, ou seja, longe da plataforma, e conseguiu ver a primeira fissura. Nesse exato momento, nós começamos a assumir a resposta. Até então, estávamos participando em apoio à Petrobras. Nesse momento, nós assumimos a resposta, e começamos toda a estrutura para ativar o nosso plano de emergência, colocar em operação o plano de emergência e fazer as devidas comunicações.

Aqui tem uma linha do tempo mostrando que houve um aumento de pressão e um *kick* detectado, com BOP funcionando no dia 7. No dia 8, foi achada a primeira mancha, e começaram as análises para descobrir onde poderia estar o problema. No dia 9, as análises continuaram, com a primeira exsudação sendo identificada, e a nossa equipe de resposta, que já estava em *stand by*, ou seja, de prontidão, desde o dia anterior, foi efetivada. Começamos, então, nos dias 10 e 11, o combate à mancha e, principalmente, a preparação da lama pesada, para o controle da fonte.

Desde o início, nosso presidente colocou três grandes objetivos muito claros: primeiro, segurança do pessoal envolvido; segundo, controle da fonte; terceiro, resposta de emergência para minimizar os danos ao meio ambiente.

No dia 12, foi confirmado esse fluxo abaixo do revestimento – as análises indicaram isso –, e nós continuamos a resposta emergência, já com a tentativa de contenção e recolhimento, e com a técnica de dispersão mecânica. Contenção e recolhimento não se mostraram adequados pela característica com que o óleo chegava à superfície. Ele não formava manchas visíveis, ficando um pouco na subsuperfície. Isso dificultava tanto a identificação pelos barcos, como a eficiência das barreiras que são utilizadas para contenção e recolhimento em alto-mar.

Várias estratégias foram sendo desenvolvidas, como tentar passar os barcos por cima, para tentar levantar, e esse óleo soltar um pouco para que chegasse à superfície, mas elas não surtiram grande efeito. Isso devido ao volume que estava saindo ao fundo. Esse deslocamento, desde o ponto em que houve a ruptura,

até o fundo do mar, que ainda é motivo de análise. A gente não sabe que caminho esse óleo percorreu. E, depois, o deslocamento na coluna d´água até a superfície levava esse óleo a já chegar à superfície espalhado, o que diminuía muito a espessura dele na superfície. A gente via alguns locais em que havia concentração, porque, com as ondas, no momento, algumas daquelas partículas iam de novo se aglutinando. Em alguns lugares, você o via mais concentrado. Era onde nós tentávamos atacar.

Desde o dia 10, começamos a estratégia de voos para identificação. Como eu disse, era muito difícil ver esse óleo do barco. Os barcos não conseguiam identificar. Viam o prateado, mas não conseguiam identificar o óleo que estava na superfície muito claramente. Então, com os sobrevoos diários de helicóptero, de duas até três vezes, com a presença de representantes da ALP, da Marinha, do Ibama, mas passávamos a estratégia, para que os barcos pudessem fazer essa resposta.

No dia 13 de novembro, quatro dias depois de conseguirmos identificar a fonte, a lama pesada foi bombeada, e a fonte isolada. A mesma função da lama pesada é você conter e evitar que qualquer coisa saia do reservatório. Então, no momento em que essa lama pesada foi passada, o fluxo que já tinha saído no poço acabou. Ou seja, a fonte de alimentação para aquele vazamento foi cessada.

Então, o que nós tivemos a partir daí – vocês vão ver num *slide* futuro – é um caimento do valor. Ou seja, apenas o óleo que já havia saído e estava no trajeto, ao longo do sedimento e na coluna d'água, é que continuava a vazar.

No dia 14, continuam as ações de combate.

No dia 15, condições climáticas desfavoráveis. Houve uma passagem de frente fria, com ondas de 4 a 6 metros no local. Isso durou de 3 a 4 dias.

Estrategicamente, nós trouxemos as nossas embarcações para terra para que elas pudessem ser reabastecidas, realimentadas e ter a tripulação trocada. Nesse processo, foi tomado todo o cuidado, nessas embarcações que tivessem vindo da área, ao chegar próximo da costa, elas eram, identificado que havia alguma contaminação de óleo, elas eram acompanhadas por embarcações batedoras até um porto no Rio de Janeiro, uma área no Rio, onde fizemos a descontaminação dessas embarcações.

No dia 16, houve a cimentação do primeiro tampão do poço. Uma vez a fonte controlada com a lama, foi feito um plano de cimentação para o abandono do poço, alinhado, apresentado e aprovado pela ANP em cada um dos passos. E sempre é discutido com a ANP em função dos resultados. Então, o primeiro tampão foi colocado no poço.

E agora, do dia 17 ao dia 28, nós continuamos com o combate. A mancha que ainda existe na superfície, que é cada vez mais fina, não permite o recolhimento, está sendo dada a dispersão mecânica, que é um processo dado em resposta de emergência a esse tipo de mancha. Há um monitoramento do poço, continuando, está confirmado que houve interrupção da fonte e estamos começando as preparações para as operações finais.

Continuamos fazendo o sobrevoo. A partir do dia 17, começamos sobrevoos com aeronaves para aumentar a autonomia da avaliação. Esses sobrevoos também têm participação de técnicos do Ibama, de técnicos do Inea, que estão embarcando constantemente e acompanhando essa redução das manchas.

Como eu falei, a prioridade da resposta foi garantir a segurança das equipes. Temos orgulho de falar que desde o dia 10, quando começamos a resposta, não houve um caso de acidente com qualquer pessoa na resposta. São quatrocentas pessoas envolvidas.

Interrompemos a fonte do vazamento. A interrupção era outro... E a recuperação do meio ambiente... Dar as tratativas e as ações para fazer a armação de resposta.

Então, aí existem vários pontos, como vocês podem ver, vários barcos dedicados, o uso de imagens de satélite para poder comprovar e ser validada junto à avaliação feita do sobrevoo, que é o que indica, para você ter uma avaliação mais crítica da quantidade de óleo na água. Especialistas em controle de poço foram chamados para auxiliar, mobilização da equipe de resposta mundial da Chevron, ou seja, especialistas, tanto remotamente quanto alguns que vieram para o País, deram apoio na resposta.

No dia seguinte, no dia 11, conseguimos chegar com o Skandi Salvador, que era a embarcação multifunção que temos sob contrato, com dois ROVs, e desde então ele vem fazendo o monitoramento dos pontos onde estava saindo o óleo. Tem todo esse acompanhamento, todas elas foram mapeadas, e é acompanhamento diário das condições do vazamento no fundo.

Temos toda a estrutura de comando. Foi considerado e foi contratado um navio-tanque da Petrobras para que a gente tivesse, no caso da eficiência do recolhimento de óleo, não perdêssemos tempo tirando as embarcações do cenário onde você tinha mancha. Seria passado para esse navio-tanque para poder otimizar o que a gente tinha de capacidade de tancagem.

Houve o controle dessa fonte residual. E uma coisa que eu aproveito as palavras falando quanto ao plano de contingência e as ideias todas é que houve um apoio de toda a indústria do petróleo. A Chevron teve contribuições de várias empresas. Isso é um pa-

drão comum internacionalmente feito e aqui no Brasil funcionou também muito bem. E também tivemos o apoio da Marinha do Brasil, da ANP e do Ibama. Desde o primeiro momento, todas as autoridades foram notificadas e, a partir daí, as informações foram passadas, com relatórios diários, além da presença de técnicos na Chevron da ANP, do Ibama e também do Inea, instituto ambiental do Estado do Rio de Janeiro.

Próximo.

Para se ter uma ideia, quando houve a identificação do vazamento, no primeiro momento – como nós não tínhamos esses valores todos e ainda há uma série de coisas que estão sendo analisadas –, nós fizemos toda a avaliação de reservatório, de potencial de reservatório, das pressões, para poder chegar a essa curva, indicando os valores que foram vazados e mostrando claramente que, quando se obteve o controle da fonte no dia 13, houve um decréscimo grande e o que nós temos agora é apenas um afloramento de óleo residual, que já estava a caminho da superfície.

Próximo.

Para se ter uma noção de comparação, o que já foi muito feito, em Macondo, em 2010, foram quatro milhões, quase cinco milhões de barris, e o nosso vazamento foi de 2.400 barris; só para se ter, em escala, uma ideia de como é a dimensão de cada um dos incidentes.

Próximo.

Essa é uma imagem *mod* do dia 09. Vocês veem claramente a mancha na área onde estava... Eu sobrevoei a área nesses dias, e a mancha mostrava um padrão muito constante. A corrente estava muito forte, sem agitação, sem ondas. Então, não havia uma grande dispersão. Ela tinha uma propagação indo para sul/sudeste.

Próximo.

Também fizemos todas as análises com imagens de radar que são mais adequadas para esse rastreamento. Essa é uma imagem do dia 09, indicando a mancha. Nós fizemos e estamos fazendo ainda um acompanhamento dessas imagens.

Próximo.

Não sei se apagando a luz as pessoas poderão ver melhor essas imagens, mas essa era a fonte do vazamento. A aeronave está em cima da Sedco 706. O afloramento chegou ao ponto de 1,6 milhas ao sul, e há uma propagação dessa mancha.

Próximo.

Outra visão, já com os barcos dando o combate no momento em que ela aflora.

Próximo.

Essas imagens foram de ontem, do sobrevoo. É uma área muito pequena. Como a gente vem falando, é exatamente um óleo residual apenas que ainda está aflorando, com uma estrutura de resposta em local, ou seja, as embarcações ainda serão mantidas enquanto houver a situação. E como está descrito em nosso plano de emergência individual, o encerramento das operações só será dado após o acordo com o órgão ambiental sobre as situações.

Um técnico do Ibama viajou no dia 27 para acompanhar isso, e nós estamos mantendo esse acompanhamento também pelos órgãos ambientais, justamente para a tomada dessa decisão.

Aqui são algumas embarcações. Como eu falei, as principais estratégias que estavam sendo feitas estão relacionadas à dispersão mecânica pela característica do óleo na superfície do mar.

Tentamos o recolhimento. Naquelas condições em que o óleo aflorava mais, conseguimos identificar. Foi feito o recolhimento. Recolhemos 385 metros cúbicos de água oleosa. Existem algumas colocações, que vou aguardar para fazer, mas que já foram feitas pelo Presidente, pelo ilustríssimo Senador, quanto à destinação disso. Temos as posições.

Apenas vou rapidamente mostrar as imagens submarinas do ROV. Nós começamos a monitorar as localidades das manchas – cada uma delas foi identificada. Por isso, nós tínhamos, com esses *frames*, a identificação da localização com ROV para poder fazer uma avaliação, durante o tempo todo, de como está a saída das gotas de óleo do fundo.

Próximo.

Então, para concluir, agimos rapidamente. No momento em que fomos avisados e começamos a tomar o controle da resposta, todos os recursos foram colocados. Conseguimos matar, controlar a fonte em quatro dias. Estatisticamente, isso é um resultado excelente nas operações de controle de poço. Trabalhamos com total transparência, mantendo informadas todas as agências ambientais, a ANP, e àqueles que nos solicitaram participação foram dadas informações com clareza, levando ao local, avaliando, tendo toda a posição de estar sempre mostrando. E vamos analisar os detalhes desse evento para poder compartilhar com toda a indústria, para que isso nunca mais ocorra em águas brasileiras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A apresentação vai ficar e estará disponível imediatamente na Internet, após o término da audiência pública.

Passo a palavra ao Presidente do Ibama, Sr. Curt Trennepohl.

O SR. CURT TRENNEPOHL – Sr. Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio

Ambiente; Sr. Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas; Srs. Senadores; Dr. Guisi, do Ministério Público Federal; representantes da Chevron; Sérgio, da ANP; senhoras e senhores; eu gostaria de fazer rapidamente uma cronologia de como o Ibama se situou nessa operação.

No dia 7, a empresa Chevron, conforme ela já demonstrou – eu vou praticamente seguir essa cronologia, apenas inserindo o Ibama no contexto -, comunicou que teria havido um *kick*, um refluxo dentro do seu poço. Isso é um indicativo de que alguma coisa ocorreu, mas não obrigatoriamente é um indicativo de que houve um acidente. No dia 8, fomos comunicados pela Petrobras, conforme já mostrado pelo Chevron, de que havia um vazamento, possivelmente uma mancha órfã entre a estação do Frade e a estação do Roncador, entre as duas plataformas. Quando a Petrobras nos comunicou, às 19 horas e 28 minutos, que existia uma mancha de óleo de origem indeterminada, a nossa coordenação de emergências ambientais entrou em prontidão, porque uma mancha de origem indeterminada é indicativo de que ocorreu alguma coisa e tem de se descobrir onde é. No entanto, somente no dia 9/11, às 18 horas e 17 minutos, a Chevron conseguiu identificar a origem do vazamento e deu informação ao Ibama. No dia 9/11, às 18 horas e 17 minutos, nós fomos comunicados de que estava ocorrendo um vazamento de petróleo cru no fundo do oceano, próximo ao posto que estava sendo perfurado. A partir da manhã do dia 10/11, o nosso grupo de licenciamento de petróleo e gás e o nosso grupo de emergências ambientais passaram a atuar dentro da sala da emergência da Chevron, porque a Chevron estava coordenando as operações de contenção do vazamento e nós passamos a atuar juntamente com eles, assim como a própria Agência Nacional de Petróleo, que também passou a atuar dentro da sala de emergência.

Eu gostaria de deixar claro, Srs. Senadores, que o Ibama não combate – nós não temos nem a expertise nem os equipamentos nem essa função institucional – o vazamento do petróleo. Nós acompanhamos e fiscalizamos o combate feito pela empresa licenciada. Toda empresa, quando se habilita ao licenciamento para exploração de petróleo, obrigatoriamente, apresenta uma análise de risco e um programa de emergências individuais. O programa de emergências individuais prevê todo o *pari passu* que a empresa deverá tomar no caso de um vazamento. Nesse caso específico, a Chevron acionou o seu plano de emergências individuais para combater e nós ficamos no monitoramento dos trabalhos.

Um plano de emergência ambiental prevê equipamentos, pessoal, práticas numa sequência que nós acompanhamos. No entanto, estávamos – isto foi objeto de crítica em alguns lugares – recebendo informações da própria Chevron. Sim, porque nós não tínhamos o veículo submarino para acompanhar o vazamento, nós nem tínhamos o equipamento, nem era, a princípio, a nossa função estar lá, embaixo, procurando vazamento. Então, ficamos monitorando as atividades que a Chevron desenvolveu para conter o vazamento.

Após a conclusão do fechamento do posto, depois de conterem o vazamento na coluna onde ele aconteceu, nós solicitamos à Chevron toda a documentação referente ao plano de emergência, porque esse controle não precisa ser feito obrigatoriamente no momento.

Eu vi uma reportagem, numa revista, em que um delegado da Polícia Federal se dirigiu ao local e disse que viu somente uma embarcação. Nós solicitamos à Chevron, nós temos, no Plano de Emergência Individual, todas as embarcações que ela precisa operar no caso de uma emergência. E nós recebemos da empresa todas as embarcações que ela teria empregado.

Evidentemente, não foi possível, para nós, acompanhar, no teatro de operações, se todas essas embarcações estavam ou não no local. O que nós usamos? Nós cruzamos com as informações do Ministério da Marinha que ele tenha movimentação *pari passu* de todas as embarcações que circulam naquela área.

Então, nós recebemos da Chevron toda a documentação que, supostamente, comprovava que o Plano de Emergência Individual foi acionado e executado a contento e cruzamos eles com informações que nós temos, nossas mesmo, de observações de sobrevoos, da Marinha e da Agência Nacional de Petróleo.

Nesse cotejamento de informações, ontem encaminhamos à Chevron mais um comunicado que havia dois relatórios que não foram suficientes. Então, solicitamos a complementação desses estudos, e, possivelmente, até esse final de semana, o Ibama poderá dizer, conclusivamente, se o Plano de Emergência Individual foi executado conforme a obrigação.

Não tendo sido executado, tendo havido alguma falha, caberá uma autuação à empresa num valor máximo de R$10 milhões pela não execução das medidas de contenção da emergência.

Paralelamente a isso, o Ibama autuou a empresa não pela Lei de Crimes Ambientais, mas pela Lei do Óleo, porque houve um vazamento de óleo – isto é reconhecido – e é assumido pela empresa. Então, a materialidade e a autoria estão claramente identificadas e foi aplicada uma multa de R$50 milhões, que é a multa máxima, Senador Rollemberg, possível nesses casos.

Existe um grupo de trabalho formado por procuradores e técnicos nossos que está analisando a hi-

pótese de se aplicar mais um auto de infração agora com base na legislação ambiental.

Isto está sendo analisado porque, até o momento, um derramamento de óleo no mar é uma ocorrência que pode trazer resultados negativos e impactos ambientais daqui há muito tempo. Até este momento ainda não tivemos nenhum peixe morto ou nenhuma ave morta, o que não significa, em hipótese nenhuma, que não tenha ocorrido um dano ao meio ambiente, às algas, à microfauna, ao plâncton.

Então, existe um grupo técnico que está analisando a forma de mensurar esse dano e uma equipe de procuradores analisando a possibilidade de aplicar-se a Lei de Crimes Ambientais e o decreto sancionador conjuntamente com a Lei do Óleo, porque a Lei do Óleo, na verdade, não tem uma vinculação direta com o dano ambiental, mas com o derramamento de óleo.

Então, até este momento, senhores, o Ibama tem acompanhado as ocorrências, temos uma Coordenação de Emergências Ambientais que está acompanhando isso *pari passu* no Rio de Janeiro, temos o nosso pessoal de licenciamento de petróleo e gás...

Nesse aspecto, Sr. Senador, eu gostaria de fazer uma colocação. A fiscalização desses poços de petróleo é feita de uma maneira diferente. Nós não temos condições – aliás, seria praticamente impossível – de fazer uma fiscalização a essa profundidade para ver a possibilidade de rompimento. Então, a fiscalização de poços de exploração de petróleo, na verdade, o que nós fiscalizamos é o plano de emergência, o que acontecerá no caso de um incidente. Nós não podemos prever onde ocorrerá um acidente, onde poderá ocorrer um vazamento. Por isso, nós centramos o nosso trabalho de monitoramento em cima dos planos, basicamente.

Somente para os senhores terem uma ideia, no ano de 2011, nós emitimos 56 licenças de exploração de petróleo e gás, resultado de 469 análises técnicas, de 100 vistorias. E aqui entra o importante – este número já está defasado, são 17 –, nós fizemos, só naquela região da bacia de Campos, 17 exercícios simulados de acidente este ano. Então, por 17 vezes, a nossa equipe de petróleo e gás e a nossa equipe de emergências ambientais deflagraram um acidente hipotético. Nós nos deslocamos até uma determinada plataforma e avisamos à empresa que ocorreu um vazamento, e acompanhamos, durante dois, três dias, a evolução das medidas de prevenção que a empresa executa. No caso de perfuração de gás e petróleo, nós não fazemos uma fiscalização em dutos, em poços, na estrutura de perfuração e exploração. Só fazemos acidentes simulados para ver as respostas no caso de acidente.

Esse poço, infelizmente, não foi objeto de nenhum dos nossos simulados este ano, mas tenho a impressão de que, mesmo que tivesse sido, dificilmente se teria detectado ou previsto o vazamento que aconteceu. O máximo que nós teríamos feito é a avaliação prévia das emergências, o plano de emergência individual.

Então, senhores, o Ibama esteve presente desde o começo. Nós apenas nos mantivemos afastados da mídia. O Ibama apenas se comunicava através de notas, mesmo porque no começo existiam muitas hipóteses, algumas inclusive que depois não se confirmaram. Desde o começo, estivemos presentes. Não nos manifestamos porque havia muita incerteza sobre o que realmente tinha acontecido e o que precisava ser feito. Desde o dia 10, no dia imediatamente após a comunicação, que ocorreu de noite, ou seja, a partir do primeiro dia seguinte, estivemos presentes, acompanhando todas as medidas que estavam sendo implementadas. Até esse momento, de concreto, o Ibama autuou a empresa em R$50 milhões por vazamento de petróleo, concluirá, daqui a dois dias, a análise se a empresa cumpriu ou não o plano de emergência conforme licenciado – em não tendo cumprido, será autuada novamente no limite de R$10 milhões – e estuda a hipótese de aplicar mais uma multa de R$50 milhões por danos ambientais.

Eu gostaria de fazer um último comentário, Senador Rollemberg, quanto ao valor das multas. Eu concordo com o senhor em gênero, número e grau sobre o fato de esse valor como indenização, como compensação pelos danos causados ser irrisório. Como multa administrativa, com finalidade pedagógica, dissuasória, talvez o valor não seja tão irrisório, mas como uma punição para recuperar o dano causado ao meio ambiente é irrisório. Na ocorrência da British Petroleum, a multa aplicada pelo órgão ambiental foi US$75 milhões, mas o fundo para recomposição e indenização dos danos causados foi US$22 bilhões. Infelizmente, no Brasil, para se conseguir essa indenização por danos causados, normalmente é o Ministério Público Federal que precisa erguer a bandeira e entrar com ação civil pública. Aqui, no Brasil, infelizmente, dependemos do Judiciário para fixar a indenização por danos causados ao meio ambiente, através de uma ação do Ministério Público Federal. A multa administrativa de R$50 milhões é pequena. Não tem finalidade indenizatória, mas pedagógica, dissuasória. Ela não garante a recomposição do dano causado ao meio ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Curt pela sua colaboração ao debate.

Passo agora a palavra ao representante da Agência Nacional de Petróleo, Dr. Sílvio Jablonski.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Obrigado.

Bom dia, Srs.Senadores, demais presentes.

Em nome do nosso Diretor Geral, Haroldo Lima, e da diretora que cuida da parte de exploração e produção, Drª Magda Chambriard, agradecemos a oportunidade de estar aqui contribuindo com a apresentação da visão da ANP sobre esse incidente, esperando que nós tenhamos ensinamentos importantes a serem refletidos tanto na prática regulatória – e imagino que o Ibama também vai ter esse rebatimento nas suas práticas em relação a planos de emergência. *(Pausa.)*

Bom, eu posso tentar, inicialmente, fazendo um pequeno... Ela está completamente distorcida para baixo por alguma razão. Não sei... *(Pausa.)*

Tem a ANP, mas ela está toda distorcida. *(Pausa.)*

Bom, essa primeira figura reflete o padrão de atuação das três instâncias que trabalham na regulação de segurança e meio ambiente do Brasil: a Marinha, a autoridade marítima, que vai, por intermédio da Marinha e da Diretoria de Portos e Costas, cuidar da segurança marítima; o Ibama e o MMA, que cuidam da parte de meio ambiente e a ANP, que cuida de segurança operacional. Essas três engrenagens refletem a legislação aplicada no Brasil e mostram por que, mesmo sem um plano nacional de contingência ou, se fosse o caso, sequer sem um plano de área, é possível que haja concatenação e uma ação integrada dessas três instâncias.

Estamos trabalhando, antes mesmo de qualquer incidente, nas investigações, nas fiscalizações junto com a Marinha. Temos um convênio para avaliação de segurança marítima, segurança das embarcações. Estamos em contato frequente com a equipe de meio ambiente para que essas três peças da engrenagem funcionem no sentido de garantir o máximo de segurança aos empreendimentos que nós temos no Brasil.

Próximo.

Eu vou, talvez, ser um pouco repetitivo, mas vou passar bem rapidinho.

Do ponto de vista da ANP, essa é a linha de tempo, que já foi mostrada e depois citada pelo presidente do Ibama. A gente teve o *kick*, a Petrobras comunicou a mancha, a Chevron comunicou o acidente. Neste mesmo dia, 9 de novembro, a ANP designou uma equipe de acompanhamento, fez contato com a Marinha. No dia seguinte, estávamos no centro de comando da Chevron. Iniciamos aquilo que é pertinente à atividade da ANP, que era discutir o abandono do poço, como é que seria feita a cimentação para que esse poço pudesse ser abandonado e o vazamento contido. Voltamos ao centro de comando da Chevron e participamos de sobrevôo. No dia 13, foi aprovado o plano de abandono em caráter emergencial e, no dia 14, nós reunimos, apesar de já estarmos trabalhando em conjunto, o que nós chamamos de gabinete de crise, formado pela ANP, Marinha e IBAMA. Três dias depois, estávamos a bordo da plataforma, a Sedco 706, a DPC estava a bordo do navio Skandi, em Salvador, onde estavam sendo registradas as imagens do ROV, que é o equipamento que faz as filmagens submarinas. Tivemos uma reunião no gabinete de crise. Continuarmos com sobrevoos. No dia 21, a Chevron foi autuada pela ANP em relação a duas irregularidades constatadas: uma em relação à precariedade das informações prestadas quanto às imagens de fundo; e outra em relação à impossibilidade de cumprimento imediato do plano de abandono, que foi proposto pela própria companhia. Tivemos a multa do Ibama e, de lá para cá, continuamos com os sobrevoos e com o acompanhamento do trabalho de cimentação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só para não perder a oportunidade.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Acho que seria importante explicar, com um entendimento mais simples, o que é o *kick*.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – O *kick* eu vou explicar no próximo *slide*, por favor.

Isso aí é só para vocês terem uma ideia de onde fica o Campo de Frade. Ele está situado na porção norte do polígono do pré-sal. Então, ele está ali no segundo *slide*.

Está vendo alguma coisa aí? Sabe o que é? Eu mexi aqui... Ah, bom. Agora estou vendo aqui.

Aqui está o Campo de Frade; está nesta porção. Ele está dentro do polígono do pré-sal, mas essa perfuração estava na fase do pós-sal, isto é, acima da camada de sal.

Próximo.

Bom, isso é uma repetição daquele *slide*, da transparência que foi mostrada pela Chevron. Nós temos o nível do mar ali, zero metro; uma lâmina d'água de 1.184 metros; o final da fase revestida do poço com a sapata. Então, nós tínhamos ali o topo do primeiro reservatório, 2.140 metros; a profundidade alcançada, 2.279 metros; e uma profundidade linear de 3.329 metros. Ao alcançar a profundidade de 2.279 metros, houve o chamado *kick*.

O que é o *kick*? O *kick* é um influxo do fluido do reservatório dentro da coluna. Então, é como se... Em princípio, quando se está perfurando um poço, não temos olhos para ver o que está acontecendo lá embaixo. Existe um controle que é feito pelas... um controle das pressões. Existe uma pressão do reservatório, e

o operador trabalha colocando o que nós chamamos de lama ou fluido de perfuração, que tem diversas funções, como a de lubrificar a broca que está perfurando e também a de garantir a pressão hidrostática, que vai fazer com que broca continue e o fluido não suba até a superfície ou cause um acidente. Um *kick* não é exatamente um acidente, mas é um pequeno influxo de óleo ou de gás que começou a subir contra a vontade da concessionária, do perfurador, do operador que estava trabalhando.

Diante desse *kick*, com os sensores de pressão e com a presença do operador, foi fechado o BOP. O BOP não aparece na figura, mas ele está aqui. O BOP é aquele instrumento, aquele equipamento que fecha o poço instantaneamente. Como os senhores se lembram, ele não funcionou no caso de Deepwater Horizon, lá no Golfo do México, e causou todo o acidente. No nosso caso, o BOP fechou instantaneamente.

Do ponto de vista da ANP, estas são ainda suposições que estão em análise. A operadora tentou fazer o controle do poço, fazendo a recirculação do fluido, isto é, colocando o fluido para baixo de novo, e isso pode ter causado uma ruptura, como a Chevron já colocou, aqui na base da sapata. Então, houve uma conjugação talvez, um acidente relacionado a uma falha no uso da lama e no controle das pressões, associado, de maneira muito infeliz, a uma falha geológica existente aqui que rompeu a camada de substrato e fez com que o óleo migrasse para a superfície.

Próximo.

Essa figura mostra os diversos pontos de exsudação. Explicando: são os pontos onde houve vazamento de óleo de fundo. Então, esses pontos foram classificados de P2 a P28. Essas distâncias aqui equivalem a aproximadamente 30 metros – 30, 60, 90, 120 metros, mais ou menos. O poço está aqui. Então, aqui há os pontos – P13, P12 –, uma numeração que foi dada pela própria operadora.

Aqui é o P2, mostrado na apresentação da Chevron, que é o poço onde se detectaram as primeiras vazões. Só que, hoje, a gente não tem mais nenhum tipo de óleo exsudando aqui e temos, ou tínhamos, até o dia 24 uma exsudação aqui.

Essa é a imagem do fundo da fenda do P-28 no primeiro dia. Notem que a câmara está nesta altura: 3,84. Então, alguns dias depois, já não tem aquela fenda contínua com exsudação. No dia 20 de novembro, a câmara está a um metro de altura, liberando bolhas de gás. E, no dia 24 de novembro, que é o último filme que nós temos, com a câmara a 0,72 centímetros, ela está liberando pequenas gotículas de óleo no P-28. Esse é o último ponto onde ainda há alguma exsudação.

Próximo.

Só para a gente dizer que o papel da ANP obviamente não se restringe ao controle e à busca de causas de incidentes. Nós temos toda uma rotina de trabalho que passa pela avaliação prévia. Quando uma plataforma vai iniciar trabalhos no Brasil, 90 dias antes, se for uma plataforma de perfuração, 180 dias antes, se for uma plataforma de produção, ela encaminha à ANP o que chamamos de DSO – Documentação de Segurança Operacional. E nós temos um sistema de gestão composto de 17 práticas operacionais, de segurança operacional, que o operador é obrigado a cumprir. Ele concorda com essas práticas e nós iniciamos auditorias regulares em relação a todas as plataformas em atividade. Havendo um incidente, nós fazemos o controle desse incidente, fazemos uma avaliação de acordo com a nossa Resolução nº 44 e, finalmente, fazemos uma avaliação anual dos incidentes ocorridos no Brasil, tanto em terra quanto no mar.

Nos últimos 12 meses, nós fizemos, em ambiente *offshore,* no mar, 700 notificações de não conformidade, interditamos onze plataformas, sempre a partir de fiscalizações a bordo.

O que aconteceu nos dois, no FPSO Frade, que é a unidade flutuante de produção, armazenamento e descarga da Chevron, e na plataforma?

A ANP começou o processo em dezembro de 2008, aprovou em junho de 2009, fiscalizou a bordo aqui, fiscalizou a bordo aqui, fiscalizou a bordo em junho de 2010, fiscalizou a bordo em março de 2011, fiscalizou em junho e certificou a aderência da documentação de segurança operacional do FPSO.

Em relação à plataforma, foi submetido em março de 2009, foi fiscalizada em abril, aprovada em outubro, nova fiscalização em maio, houve convocação da Chevron por não conformidade, depois a ANP certificou a aderência, fez nova fiscalização aqui, controlando especificamente o BOP e hoje a plataforma está com a declaração de conformidade válida até maio de 2012.

Pós-incidente ou pós-acidente.

Nós estivemos, seguidamente, continuamos sempre presentes no centro de controle da Chevron, estamos acompanhando com o pessoal embarcado o programa de cimentação e vamos fazer a investigação do incidente. Estamos iniciando e vamos dar mais velocidade à investigação assim que cessar a contingência, estamos em contato com o pessoal do DPC, recebendo a cada 24 horas as filmagens feitas pelo ROV, estamos a bordo do FPSO para verificar como está a produção e se isso traz algum tipo de interação com o poço que estava sendo perfurado, estamos articulados com a ANP e com a Marinha do Brasil na realização desses sobrevoos diretos e na discussão da estratégia futura e fizemos as duas infrações por

aqueles motivos que nós havíamos mencionado, que é a garantia do cumprimento dos planos aprovados e a integridade das informações.

Finalmente, para a ANP, a prioridade hoje, em qualquer acidente, são as medidas de contenção e resposta. Isso é prioritário.

Nós iniciamos a apuração de responsabilidade com uma investigação minuciosa, a partir de procedimentos bem estabelecidos e de conhecimento técnico.

De acordo com a nossa própria resolução de comunicação de incidentes, isso, obrigatoriamente, vai nos levar a reavaliar o nosso processo regulatório.

Então, estamos sempre prontos a aprender com qualquer tipo de incidente que aconteça no Brasil.

Queremos garantir uma presença forte do Estado, monitoramente constante, com otimização de recursos. Nós estamos trabalhando em conjunto com a Marinha do Brasil. Temos um corpo técnico na ANP, na área de segurança nacional, altamente especializado, pequeno, mas altamente especializado, todos com certificação internacional.

Nós podemos adotar medidas do tipo notificações, multas, medidas cautelares, penalidades contratuais, porque temos um arcabouço regulatório que é respeitado pela indústria e tem reconhecimento mundial.

A ANP participa do Fórum Internacional de Reguladores, que reúne as mais importantes agências reguladoras mundiais e fazemos a troca de experiências anualmente ou na existência de qualquer incidente.

Fazemos questão de manter essa colaboração constante com os demais órgãos da administração pública e garantimos a máxima transparência no que estamos fazendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado.

Passo a palavra ao Dr. Mário José Guisi. Subprocurador-Geral da República do Ministério Público Federal.

O SR. MÁRIO JOSÉ GUISI – Cumprimento o Senador Rodrigo Rollemberg pela iniciativa da audiência pública que traz a debate para a sociedade uma questão extremamente relevante, diante do tipo de empreendimento de que tratamos; também cumprimento o Senador Sérgio Souza e os colegas de Mesa.

O nosso trabalho, além dessa oportunidade de tratarmos especificamente da questão desse vazamento de óleo, tem sido pensar nessas atividades, hoje empreendidas pela sociedade e pelas empresas, que são de alto risco e que colocam os órgãos em uma situação, muitas vezes, de impotência em relação à capacidade de conhecimento e de investigação do tipo de técnica que é utilizada para aquela atividade.

Digo isso porque, até citando aqui Ulrich Beck, muito oportuno, quando diz, citando outro alemão: "O conhecimento da física concerne aos físicos. Os efeitos, a todos os seres humanos. O que concerne a todos só pode ser solucionado por todos".

Portanto, esta audiência pública, é extremamente oportuna porque essas questões de alta tecnologia precisam ser consideradas e debatidas na perspectiva daqueles que vão sofrer as consequências. Quando falamos dessa questão, estamos falando de petróleo, de transgênicos, de atividades nucleares.

Eu confesso a V. Exª que quando chega a notícia de uma audiência pública para tratar de uma atividade de perfuração de poço de petróleo, me dá um frio na barriga. Por que eu digo isso? Porque não temos controle de ponta das técnicas utilizadas para aquela atividade. Não temos. Quem tem esse controle de ponta são técnicos, cientistas de ponta, aqueles que estão exatamente trabalhando nessa atividade nas empresas que melhor remuneram essa atividade.

Portanto, o Estado, na percepção do Ministério Público, está a um passo aquém daquilo que permite um controle dessa atividade. O que temos em mãos é essa possibilidade, como eu entendi do que trouxe o Presidente do Ibama, de termos algum controle dos planos ou do monitoriamente, para que, se alguma coisa não der certo, o que irá acontecer. Mas nós estamos completamente na mão daqueles que estão executando a atividade.

Aqui me chamou a atenção um aspecto – pode ser que eu esteja errado, porque sou leigo na matéria –, mas, quando se fala na perfuração desse poço específico e pelo que se descreveu do vazamento, verifica-se que esse poço não é revestido. Confirma isso? Essa perfuração da rocha não é revestida, ou então não teria acontecido um vazamento na rocha.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – A parte final, que ia até o ponto onde aconteceu o *kick,* não era revestida.

O SR. MÁRIO JOSÉ GUISI – Pois é. Aí nós podemos ter uma ideia de que temos uma dimensão de... pois não.

O SR. LUIZ ALBERTO PIMENTA BORGES BASTOS – A fase só é revestida. Isso é um procedimento internacional adotado. Não é nada que é feito só nesse caso. A fase só É revestida após você chegar ao ponto desejado. Quando você termina a perfuração de uma fase é que você a reveste. O Sílvio pode comprovar isso.

O SR. MÁRIO JOSÉ GUISI – É porque é plenamente previsível que pode ter um tipo de rocha, um sedimento, enfim, fissuras. Na verdade, esse desenvolvimento da perfuração, independentemente de ser acompanhado por uma luva de revestimento, obviamente é a assunção de uma possibilidade ou de um

risco de um acidente que, enfim, se assume quando se inicia essa prática. Evidentemente, sabe-se que, nessas atividades, independentemente de culpa ou não culpa, há responsabilidade do causador de dano, obviamente, e, claro, das consequências que isso venha a acarretar.

Enfim, gostaria de trazer esse panorama. Parece que nós vamos caminhando na medida em que os acidentes vão acontecendo. Quando nós assistimos ao acidente no golfo do México, eu torcia para que isso não acontecesse no Brasil. Eu falei: mas, olha, nós estamos com tantos poços, com tanta possibilidade de perfuração que a possibilidade de isso vir acontecer, como agora se confirma, e as possibilidades futuras também são bastante significativas.

De qualquer forma, ainda estamos na pendência de um planejamento mais eficiente com relação a essa questão das consequências, como já tem sido muito falado nos planos de emergência e contingenciamento.

Já foi trazido aqui muito bem pelo Senador Rodrigo Rollemberg a questão da multa. Hoje, se observarmos a dimensão do faturamento dessas empresas, comparativamente, a 50 milhões de reais, chega a ser ridículo. Na verdade, nós precisamos tratar isso numa dimensão de percentual de faturamento da empresa e não de um valor fixo como inicialmente. Mas é um caminhar em que busca trazer para melhores análises. Acredito que isso, no futuro, venha a ser modificado.

Com relação às atividades próprias do Ministério público nisso, obviamente que a lei mesmo prevê que o Ibama deverá encaminhar um relatório das consequências da dimensão do dano, para que o Ministério público possa, oportunamente... embora já tenhamos três inquéritos públicos civis instaurados a respeito especificamente desse tema.

Portanto, eram essas as questões que eu gostaria de trazer inicialmente e, eventualmente, na conversa, a gente pode melhorar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a participação do Dr. Mário Guisi. Quero registrar que esta Presidência recebeu uma correspondência da Chevron, George Buck, justificando a sua ausência, que estaria dedicado à contenção, redução e eliminação do vazamento e indicando o Sr. Luiz Alberto Pimenta Borges bastos para participar desta audiência pública.

Quero agradecer a participação de todos e gostaria de fazer alguns questionamentos, inicialmente, à Agência Nacional de Petróleo.

Pelas informações ou pelas investigações realizadas aqui, qual a responsabilidade direta da Chevron e qual a dimensão real do vazamento? Ao longo dos últimos dias houve informações desencontradas sobre o tamanho exato do vazamento.

Outra pergunta, ainda, à Agência Nacional do Petróleo: o vazamento poderia ter sido evitado? Houve de fato negligência da empresa ou os relatórios geológicos realizados foram insuficientes para prevenir os graves acidentes na exploração?

Outra pergunta, ainda, à ANP: as iniciativas de mitigação foram corretas? Até que ponto as medidas para esse enfrentamento foram, de fato, adequadas?

Outra questão que é muito grave, de extrema gravidade, divulgada por uma revista semanal, salvo engano a ISTOÉ: diz-se que haveria suspeitas de que a Chevron sem autorização da Agência Nacional do Petróleo estaria buscando a extração do petróleo na camada do Pré-Sal e não estaria autorizada a isso.

A Agência Nacional do Petróleo tem suspeitas ou tem indícios que confirma isso? O que a ANP tem a dizer dessa informação?

Uma empresa do porte da Chevron, considerada a terceira maior petroleira do mundo com receitas avaliadas em quase US$ 70 bilhões, deve pagar apenas pelo desastre, ou precisa também ser punida por ter mentido ao Estado brasileiro, caso seja confirmado que houve negligência no repasse das informações ao Estado brasileiro?

Até que ponto a prospecção por uma multinacional numa profundidade que lhe é legalmente vedada, se de fato se confirmar que havia interesse em perfurar e retirar petróleo do pré-sal, configura crime contra a soberania nacional quanto a essa riqueza submarina, além do crime ambiental?

Os jornais noticiaram também que a Agência Nacional do Petróleo tinha suspendido o registro, a atuação da Chevron no Brasil. Essa é uma decisão temporária ou é uma decisão definitiva?

Que fatos levaram a Agência Nacional do Petróleo a decidir pela suspensão das atividades da Chevron no Brasil?

Quais as exigências e as medidas de fiscalização previstas pelo governo para o acompanhamento da reparação das falhas de segurança?

Os Estados estão realmente preparados para esse desafio?

Afinal esse acidente mostra que a exploração petrolífera no Brasil deve ser discutida pela Federação. É uma dimensão muito mais ampla do que a simples partilha dos dividendos – no caso, os *royaties* do Pré-Sal –, principalmente a partilha de responsabilidades. É de responsabilidade da Agência Nacional do Petróleo fiscalizar a utilização de parte dos *royalties* para aparelhar Estados confrontantes no que se refere a ter condições para fiscalizar?

O representante da Chevron disse que foi feita uma avaliação e que não houve registro de perdas no poço. Ora, se foi feito esse levantamento e havia efetivamente – foi constatado depois – o vazamento, isso me parece constituir uma falha grave. Se também não foi prevista antecipadamente a fissura numa rocha que permitiu o vazamento do óleo, não houve falha nos levantamentos geológicos desse poço?

Ainda uma pergunta que, de certa forma, já foi respondida pelo Dr. Mário Guisi e pelo Presidente do Ibama: os valores dessas multas são adequados?

Mas eu gostaria de fazer uma outra questão em cima disso.

Segundo levantamentos que realizamos após esse acidente, o Ibama só recebe efetivamente 0,3% das multas que aplica. Portanto essas multas, além de serem muito baixas – 50 milhões por um acidente dessa magnitude –, podem nem se concretizar. Historicamente isso vem sendo confirmado.

No caso da Agência Nacional do Petróleo, os percentuais são um pouco mais altos, mas ainda insignificantes. Apenas 15% dessas multas são efetivadas.

Eu gostaria de perguntar ao Dr. Mário Guisi, ao Presidente do Ibama e ao representante da Agência Nacional do Petróleo o que fazer para que efetivamente essas multas sejam convertidas para o Tesouro Nacional e possam ser aplicadas pelo Estado brasileiro? Por que nós temos um percentual tão baixo de efetividade nessas multas aplicadas pelo Ibama e pela Agência Nacional do Petróleo?

E gostaria de ouvir a opinião do Presidente do Ibama sobre a sugestão do Dr. Mário Guisi: se nós deveríamos definir essas multas por percentual de faturamento ou por valores certamente maiores do que os que estão vigendo hoje.

Ainda uma outra pergunta para a Agência Nacional do Petróleo.

Ontem – e me referi a isso no início da minha fala – o jornal "O Globo" demonstrou com muito destaque o orçamento insignificante da Agência Nacional do Petróleo para promover fiscalização da extração de petróleo.

Que orçamento seria necessário para se fazer essa fiscalização? O corpo funcional da Agência Nacional do Petróleo é suficiente para exercer a fiscalização numa magnitude tão grande de perspectivas de exploração petrolífera no Brasil?

Outra questão que eu gostaria de apresentar.

É claro que há exigências de investimento em segurança por parte das empresas quando do licenciamento ambiental e da autorização para a exploração de petróleo, mas como isso é definido? Quais são os procedimentos que levam a... Por que a Agência Nacional do Petróleo não consegue detectar preventivamente a possibilidade de uma falha geológica, por exemplo, no procedimento de licenciamento do poço?

E ainda para o representante da Agência Nacional do Petróleo: o plano de contingência. O que falta para o plano de contingência e qual seria a responsabilidade da Agência Nacional do Petróleo num plano de contingência? A Agência Nacional do Petróleo tem também o poder fiscalizatório. Portanto, qual seria a sua responsabilidade num plano de contingência?

Eram esses os questionamentos que eu gostaria de fazer, registrando mais uma vez que a Comissão de Meio Ambiente vai se aprofundar nesse tema, nós temos o interesse específico de entender as causas desse acidente e a partir dele retirar lições. Queremos acompanhar também todos os desdobramentos desse acidente, as ações do Poder Público Federal, dos órgãos ambientais brasileiros, a efetividade das punições a serem adotadas nesse caso, mas estamos muito preocupados em contribuir para que o Brasil construa efetivamente um plano de contingência que seja debatido e conhecido pelo Senado Federal e que nos dê condições de fazer a exploração de petróleo em águas profundas com toda a segurança exigida.

Passo ao palavra ao Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

As indagações da Comissão de Mudanças Climáticas...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Peço licença ao Presidente Sérgio Souza para me retirar, mas retornarei em seguida. Eu tenho uma audiência muito rápida com o Presidente Sarney para tratar da tramitação do Código Florestal. O Senador Jorge Viana já está se dirigindo para o Gabinete do Presidente, que está nos aguardando. Retornarei imediatamente para acompanhar as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Rodrigo. As indagações colocadas pelo Senador Rodrigo Rollemberg são da sociedade como um todo e não deixam de ser, também, da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Mas estamos tratando muito, nesta audiência, das consequência desse desastre, do infortúnio que ocorreu na Bacia de Campos, no Campo de Frade.

Quanto às causas. Quais foram as causas desse incidente? Acho que aqui temos de cuidar muito das causas.

Notei que o Ibama colocou a sua posição de que cuida mais das consequências e de que tem uma responsabilidade no que diz respeito à autorização dessa prospecção, mas, naquilo que lhe é peculiar e quanto a alguns fatores, principalmente aqueles que estão

sob o mar, inclusive nas perfurações, não são de seu controle, até mesmo porque lhe falta a tecnologia necessária para essa observação.

Talvez aí esteja o ponto chave. Por que as causas desse incidente ocorrem de que forma? Por exemplo, li na transferência aqui apresentada pela Chevron que houve um aumento inesperado de pressão. Pelo que entendi da exposição, houve um refluxo e há uma tensão entre uma pressão vinda do poço e uma pressão colocada no momento da perfuração. Quando desse refluxo, aparentemente houve, naquele momento, um desespero e, imediatamente, ocorreu um aumento de pressão colocado pela própria empresa. Esse aumento de pressão não foi o que causou a ruptura? Esse aumento de pressão foi devidamente controlado? A empresa estava preparada para fazer esse aumento de pressão? Não houve até mesmo um medo de um dano ambiental ainda maior, parecido com aquele ocorrido no Golfo do México?

Como é que a empresa Chevron – aí a ANP poderá nos responder -, como ela agiu materialmente nessa questão da colocação dessa pressão? Foi com sedimento? Foi com gases? A tensão causada por isso acarretando a ruptura do solo. O solo foi analisado de forma ampla e correta? Foram promovidos estudos para prever a ruptura desse solo? Porque há uma pressão não só do próprio solo, mas também da água que está sobre esse solo. Então, imaginem o tamanho da pressão que não voltou desse poço, para que houvesse essa ruptura. Como foi feito o combate à mancha de petróleo? Muito foi dito e visto quanto a não haver a coleta desse óleo que foi derramado, e sim uma dispersão desse óleo por meio de lançamento de outros produtos químicos. Esses produtos não seriam danosos, também, ao meio ambiente?

Ouvimos aqui que houve o abandono desse poço, mas não foi abandonado o campo de petróleo. Acredito que isso seja uma riqueza brasileira e, provavelmente, haverá uma perfuração, nesse mesmo campo, no Campo de Frade, de um novo poço, para que não venhamos a perder todas as pesquisas desenvolvidas para encontrar o petróleo naquela região. Eu acredito que o petróleo ainda possa ser prospectado. Gostaria de ouvir dos palestrantes o que será feito nesse sentido.

Com relação ás multas, não sei se a ANP ou o Ibama é o mais adequado para responder. Verificamos que as multas aplicadas pelo Brasil, creio, não têm nem mesmo caráter pedagógico. No momento em que tratamos de um evento dessa magnitude, talvez a legislação não separe o dano ambiental que possa ocorrer em um campo em terra e um campo na água, principalmente em águas profundas. Como são elaboradas as multas? Qual a legislação de outros países? Como é feito? Os Estados Unidos chegaram a aplicar multas de US$ 20 bilhões por conta do vazamento no golfo do México, qual a fundamentação utilizada para isso? O parâmetro é de acordo com o faturamento da empresa? De acordo com o tamanho do dano ambiental? De acordo com o tamanho da falta de controle ou irresponsabilidade? Ou é um caráter pedagógico dado à aplicação dessa multa?

Então, são esses os questionamentos que coloco neste momento. Consulto se algum dos Srs. Parlamentares têm mais algum questionamento. (*Pausa.*)

Então, de imediato, passo a palavra ao representante da Chevron, que foi o primeiro expositor, para que promova as suas respostas.

O SR. LUIZ ALBERTO PIMENTA BORGES BASTOS – Senadores, Senador Rollemberg, Senador Sérgio Souza, inicialmente, gostaria de agradecer novamente a oportunidade com essas perguntas que a Chevron tem de trazer os elementos que foram feitos e as ações que foram tomadas e, talvez, dirimir algumas das dúvidas que estão acontecendo.

O Senador Rollemberg colocou sobre o registro de perdas do poço, da falha, que é que pode ter acontecido, se era previsto antecipadamente, valores, levantamentos geológicos.

Gostaria de deixar muito claro que esse acontecimento para a Chevron, foi uma grande surpresa. Todas as avaliações preliminares foram feitas e tomadas dentro dos rigores da operação, com parâmetros bem conservadores, ou seja, muito restritivos, para sobrelevar alguns valores relacionados a risco. De modo que isso é o que norteia nossas operações. Então, esse acontecimento está sendo amplamente analisado dentro da Chevron, para podermos entender exatamente o que aconteceu.

Como nosso presidente falou desde a primeira vez, nós não fazemos avaliações ou considerações, conjecturas. A Chevron trabalha em cima de dados e informações. Então, as análises estão sendo feitas e, assim que tivermos as informações, elas serão passadas.

Quanto às perguntas do Senador Sérgio Souza sobre as causas do incidente, descontrole, isso não foi visto na plataforma. O que todos os registros mostram é que, no momento de um pico de pressão, a estrutura máxima de segurança no poço, que é o BOP, funcionou, e funcionou muito bem, segurando.

Quanto ao adensamento ou colocar lamas mais pesadas, nós levamos exatamente quatro dias para poder matar o poço, ou seja, conter o vazamento, que essa lama não é feita a bordo. Durante a perfuração, você tem os tanques de lama próprios, com a lama em densidade que você pode variar um pouco para poder variar durante a perfuração, mas a lama de controle

do poço é de uma densidade muito mais elevada. Nós levamos, então, esse tempo. Em quatro dias, começamos a fazer, a desenvolver essa lama e fazer o plano de abandono do poço, ou seja, de matar o poço com a ANP, *pari passu*, cada passo desenvolvido, feito e aprovado pela ANP, que ia lá e era realizado.

Então, quanto ao descontrole pessoal a bordo da sonda, trabalhou de forma perfeita, de acordo com os registros e a forma como deve ser feita. E o BOP evitou, como o senhor mesmo falou, possibilidade de um incidente muito pior, como poderia ser o golfo do México, se nós tivéssemos o descontrole do poço.

Como a parte de material, parte de ruptura, pressão, isso tudo ainda é base de análises, está sendo avaliado para entender exatamente como é que o óleo saiu naquele ponto onde foi identificada uma fratura na camada sedimentar e chegou à superfície.

Existem no campo, os planos geológicos mostram claramente registros de sísmica, existem fraturas, mas nós não estávamos nesse ponto próximo à fratura. Mas é um elemento que está sendo analisado e há conhecimento sobre isso. Isso faz parte da análise que está sendo feita.

Quanto ao combate da mancha de óleo, é importante entender que existem várias técnicas que são utilizadas e que são definidas tanto pela agência americana... No *site* da EPA você tem essa informação. Há o *site* da IPIECA, que é uma estrutura de pesquisa da indústria de óleo. Isso tudo está lá definido. São padrões internacionais adotados. Com a presença do óleo ou uma determinada característica desse óleo na superfície ou na coluna d'água, é feita uma ação de resposta.

Quero deixar aqui muito claro que a Chevron nunca jogou areia em cima do óleo, porque esse não é um processo utilizado, não serve de nada; em algo mar a areia não tem nenhuma função de carrear ou querer levar óleo para o fundo. A Chevron também não aplicou dispersantes, nenhum dispersante químico foi aplicado porque, ao analisar a legislação, na Resolução Conama 269 existe uma área de tomada de decisão para avaliação da pertinência de aplicação de dispersantes ou não. O caso não se encaixa em nenhum dos casos onde a aplicação de dispersantes era autorizada. Isso foi comentado inicialmente porque faz parte do plano. Existem estratégias onde o dispersante passa a ser uma alternativa de resposta porque quando o óleo está se dirigindo para áreas sensíveis, há perigo à vida ou á saúde das pessoas, tem que se fazer uma avaliação para tomada de decisão, qual a técnica que vai ser usada. Isso faz parte da decisão da resposta num combate de vazamento.

Quanto ao abandono do poço, a Chevron está com as operações de perfuração paralisadas em função da análise e da conclusão desse poço. Todo o plano está sendo discutido com a ANP, como eu disse, *pari passu*. A cada determinação existe uma aprovação da ANP e é realizada a atividade. Estamos fazendo isso exatamente para garantir que todo procedimento adotado para isolamento desse poço – a gente fala em abandono, mas seria o completo isolamento desse poço – não causa nenhum problema mais, de possíveis problemas no futuro.

Desculpem se esqueci alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado.

Passo a palavra ao Dr. Curt Trennepohl, para responder as indagações feitas pelos Senadores.

O SR. CURT TRENNEPOHL – Senador Sérgio Souza, eu gostaria de fazer um pequeno comentário.

Desculpe, eu não estou fazendo uma advocacia da minha casa, mas eu gostaria de explicar alguma coisa sobre multas do Ibama.

Ultimamente, tem aparecido sistematicamente na mídia que o Ibama é o órgão mais ineficiente na cobrança de multa, que nós cobramos apenas, na verdade, 0,67% das multas que nós aplicamos.

Eu gostaria de fazer um pequeno comentário, Srs. Senadores, Dr. Mário Guisi, quem são os autuados pelo Ibama? Chevron: R$50 milhões. Isso é uma exceção. O autuado pelo Ibama é o agricultor, é o pescador, é o pequeno infrator ambiental, aquele que leva uma multa de valor muito pequeno. Vou dar um exemplo: 76% dos autos de infração aplicados pelo Ibama... São 115 mil autos de infração que neste momento estão pendentes de pagamento têm valor inferior a R$2 mil. Isso representa 0,48% do valor das multas aplicadas pelo Ibama. O pequeno é um volume infinitamente superior ao grande autuado. Então um grande autuado, se a Chevron demorar cinco ou dez anos para pagar, essa diferença, esse valor, vai ter um peso tão grande em cima da efetiva arrecadação do Ibama, que dá uma impressão de ineficiência, que às vezes não existe. Nós temos milhares de processos julgados, inscritos na dívida ativa, em execução fiscal, milhares e milhares de processos.

O problema é que a nossa legislação até 2008 previa quatro instâncias de recursos administrativos e após o quarto recurso administrativo, quer dizer, depois do trânsito em julgado administrativamente, os senhores não tenham a menor sobra de dúvida, esses autos de infração de valor mais elevado todos, sem exceção, são judicializados. Então nós temos toda uma cronologia administrativa. Quando ela termina – quatro, cinco, seis anos depois – aí começa toda a fase judicial.

Então, dizer que... À primeira vista, dá a impressão de que o Ibama não cobra multa. Cobra, e cobra muito!

O problema é que, das multas que nós aplicamos, mais de 95% são de valor muito pequeno. Quando o Ibama aplica uma multa de valor mais elevado, e essa multa é judicializada, isso tem um peso muito grande nessa relação autuação/cobrança efetiva. A maioria dos órgãos que detém poder de polícia e poder de autuação, autuam grandes concessionárias, grandes grupos empresariais. Nós não. Mais de 95% das nossas multas são pequenas; são infrações cujo valor é muito pequeno.

Então, evidentemente, tive autorização da Ministra Izabella Teixeira para fazer um estudo, propondo um decreto por parte da Presidência da República – isso será levado à Senhora Presidenta –, transformando todos os autos de infração com multa inferior a R$2 mil em advertência, porque, com isso, vamos tirar 115 mil processos administrativos que estão tramitando dentro do Ibama, isso por uma razão extremamente simples: não se trata de uma anistia. Existe um estudo do Ipea feito no ano passado que aponta que a cobrança judicial de um processo custa, no mínimo, R$4.379,00. O custo da tramitação administrativa deve ser mais ou menos a mesma coisa, para cobrar R$2 mil. Então, a mando da Ministra, fizemos esse estudo que a Ministra deverá levar à Presidenta para ver se tiramos esse volume enorme de autuações pequenas, transformando-as automaticamente em advertência.

Com respeito ao valor das multas, se elas deveriam ser um percentual sobre o faturamento da empresa, é uma alternativa, ou a capacidade contributiva, ou o faturamento, o lucro estimado previsto nesse poço, porque, no Brasil, infelizmente, não temos um seguro ambiental. Nós temos seguro contra terceiros, mas seguro por danos causados ao meio ambiente nós não temos.

Eu lancei, Sr. Senador e Dr. Mário Guisi, a ideia de que se criasse um fundo para garantir as ações compensatórias, mitigatórias e indenizatórias ao meio ambiente. Esse fundo, sim, poderia ser proporcional ao faturamento pretendido da empresa, ou o investimento nesse empreendimento, conjugado com o risco que representa, porque isso evitaria a necessidade de se partir sempre para o Judiciário, para estipular a indenização ao meio ambiente, à coletividade. Talvez seja, Senador, uma ideia que possa amadurecer, a criação de um fundo, a exemplo do fundo de defesa dos bens difusos, mas um fundo que, em não ocorrendo nenhum acidente, ao término na operação, seria devolvido à empresa. Seria uma garantia ambiental. Talvez essa seja uma forma de avançarmos.

Que a multa é pequena, Dr. Mário Guisi, é, principalmente quando se sabe que essa multa não tem finalidade reparatória.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Curt.

Vou passar a palavra ao Senador Crivella, que também tem indagações a V. Exªs.

V. Exª, Senador Crivella, tem a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza. É um prazer saudar aqui o Curt, o Mário, o Sílvio e o Luis.

Bom, as nossas preocupações são essas já expostas na mídia e que dizem respeito às providências que estão sendo tomadas para que possamos prevenir, monitorar. A partir do momento em que o acidente ocorre, e é impossível que acidentes não ocorram – por menores que sejam os riscos, eles sempre ocorrem –, o que fazer para minimizar seus efeitos?

Essas questões me parecem em andamento, e diversas sugestões têm sido apresentadas, com base também na experiência internacional, mas eu tenho dúvidas com respeito ao pré-sal porque não há experiência internacional, sobretudo com acidentes em perfurações tão profundas, o que, acho, hoje é a nossa maior preocupação, olhando para o futuro.

Não sei se poderíamos entrar nesse debate, mas como é que os senhores veem os esforços, ou se estão participando ou se foram consultados no plano de contingenciamento que o Governo elabora, no sentido de que a gente possa contribuir com o mundo na previsão de acidentes nessas altas pressões, altas profundidades, altas pressões que virão no pré-sal.

Eu gostaria também de saber de vocês se foi realmente o melhor e o mais acertado processo, uma vez verificado o vazamento daqueles, me parece, 400 mil barris de petróleo e uma mancha de mais de 100 quilômetros quadrados, dispersar o óleo com jatos d'água e se não haveria uma recomendação melhor, ainda que isso pudesse, de alguma forma, mostrar que não estávamos preparados ou que não tínhamos os equipamentos disponíveis naquele momento para fazer o melhor em termos de remediar esse acidente.

Eu queria também perguntar aos senhores se a Chevron, na opinião de vocês, realmente se mostrou, no acúmulo, com mais um acidente, vamos dizer assim, uma petroleira incapaz de lidar com os desafios do seu negócio. Há, no Congresso e na opinião pública, muitos que defendem a suspensão de suas atividades no País por um prazo de cinco anos, o que seria até mais construtivo do que apenas as multas.

Na opinião de vocês, qual seria o melhor emprego dos recursos obtidos com as multas, de que maneira

elas poderiam realmente ser justificadas, já que reparar danos ambientais, eu diria, não me parece exequível? São danos que, no fundo, no fundo, serão diluídos ao longo do tempo, mas a lição desse desastre poderá, com as multas aplicadas, se tivermos boas ideias, ser proveitosa. Por isso, eu gostaria de ouvi-los sobre como deveríamos aplicar esses recursos.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Crivella.

Antes de passar a palavra aos palestrantes, eu quero ouvir o Deputado Mendes Thame, que também é membro da Comissão de Mudanças Climáticas, V. Exª tem a palavra, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Souza, Srs. Senadores, Parlamentares, Srs. Conferencistas, convidados para esta audiência pública:

Num caso como esse, do incidente que ocorreu, nós temos duas hipóteses, não há uma terceira: ou a empresa cumpriu todas as medidas cautelares exigidas pelo órgão que dá licença ambiental e que autoriza a perfuração ou não cumpriu. Se cumpriu todas as exigências e ainda assim ocorreu esse imprevisto, que causou "tamanha surpresa", como disse o representante da Chevron, alguma coisa tem de ser mudada no rol das exigências para que não ocorra daqui para a frente. Se eles cumpriram tudo e mesmo assim ocorreu o imprevisto, quando ocorre o imprevisto muda-se o quadro, o estado das artes, e se estuda uma nova relação mais rigorosa para evitar que isso ocorra novamente. Se não cumpriu por que não o fez? Uma das perguntas que eu gostaria de fazer é a seguinte: quem responde pelos testes sismográficos e estatosgráficos exigidos para se obter a licença ambiental? É uma empresa idônea? Esses testes estavam corretos? Ou a falha constatada mostra que alguma coisa que foi detectada pelos testes não correspondeu? Os testes diziam: não há problema de passar de tamanha pressão e passou? Alguma coisa assim? Em suma, a Agência Nacional do Petróleo, o Ibama, têm alguma coisa em curso para mudar as exigências – seja no licenciamento ambiental – , tornando-o mais rigoroso? Ou houve alguma falha de fiscalização que permitiu que a empresa deixasse de cumprir alguma norma? Isso não é feito? Quando ela consegue a licença já assume um compromisso e, a partir daí, se analisa, se administra pelo resultado e não se fiscaliza, a cada momento, se ela está cumprindo ou não.

A terceira é um esforço, é uma pergunta muito oportuna do Senador Crivella, sobre como esse acidente pode ser co-relacionado, qual a interligação desse acidente com a perfuração em situações muito mais difíceis, com a perfuração em águas profundas. Como esse caso de 1,2 metros de profundidade da lâmina de água. E agora a perfuração do pré-sal, a 5 mil, 7 mil, 12 mil metros, em alguns casos. Como se faz isso se não há uma experiência acumulada internacionalmente. Qual a correlação, o que vai ser feito pelas autoridades para que a gente possa aumentar o grau de segurança, para minimizar a possibilidade de acidentes como esses se repetirem cotidiana e corriqueiramente?

É só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Mendes Thame.

Vamos suspender os trabalhos da Comissão por 15 minutos para que possamos esperar a chegada do Senador Rodrigo Rollemberg, que está, neste momento, na Presidência desta Casa, juntamente com o Senador Jorge Viana e o Presidente Sarney, tratando do cronograma para a votação do Código Florestal.

A reunião está suspensa por 15 minutos.

(Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião foi suspensa às 11 horas e 7 minutos e reaberta às 11 horas e 19 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos retomar a nossa audiência pública.

Quero agradecer ao Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, por ter suspendido, a meu pedido, essa reunião. Como disse, tinha uma audiência já agendada com o Presidente Sarney para entrega do Código Florestal, acompanhado dos relatores e dos demais Presidentes das Comissões, e gostaria muito de estar presente quando da respostas aos questionamentos que fiz aqui aos nossos convidados. Agradeço ao Senador Sérgio Souza pela compreensão.

Fui informado pela assessoria sobre os comentários feitos pelo Presidente do Ibama a respeito das multas, da constituição de um fundo de recebimento dessas multas para que essas multas sejam efetivamente aplicadas na recuperação dos danos ambientais e nas questões ambientais de uma forma geral, mas gostaria de fazer mais um questionamento ao representante da Agência Nacional do Petróleo.

Não seria o caso de exigirmos nesses postos um revestimento completo do poço de petróleo como questionou o sub-Procurador, Dr. Mário Guise, ampliando, com isso, as condições de segurança. Se, nesse caso específico, houve algum tipo de falha no revestimento do poço na parte que hoje seria obrigatório.

Vamos retomar e repasso a palavra, neste momento, ao Presidente do Ibama, Dr. Curt, registrando

com muita alegria a presença do nobre representante do Estado do Rio de Janeiro, Senador Marcelo Crivella.

Passo a palavra ao Presidente do Ibama, Dr. Curt.

O SR. CURT TRENNEPOHL – Pois não, Senador.

Gostaria de inverter a ordem das respostas começando com o Senador Crivella.

O senhor questiona se a Chevron se mostrou uma petroleira incapaz de lidar com os desafios de seu negócio. Possivelmente, em razão de um histórico de acidentes que precedeu à atuação da empresa no País. Parece-me que li notícias de alguns acidentes anteriores.

Para nós, no Ibama, Senador, é muito difícil avaliarmos a capacidade de uma empresa petrolífera. A avaliação que podemos fazer é o número de acidentes ocorridos. Sob a ótica ambiental, eu poderia analisar qual é a empresa que tem um grande número de acidentes e qual seria a que tem o menor número, só que também seria muito errônea essa minha anÁlise porque sabemos que a empresa que mais atua no Brasil é a Petrobrás que atua praticamente num percentual significativo dos poços.

Hoje, evidentemente, se formos analisar, a Petrobrás possivelmente tem um número de multas bem maior do que outras empresa, mas isso não significa dizer, de forma alguma, que a Petrobrás é incapaz. É porque a presença dela é maior.

Nesse caso específico, Senador Crivella, o que o Ibama vai analisar é: foi cumprido o plano de emergência ambiental? Sim ou não? Esse plano foi suficiente, sim ou não? Se ele não for cumprido a contento, evidentemente, a empresa terá que adequar esse plano ou alterar a sua forma de atuar para garantir uma resposta rápida no caso de um acidente porque, se ocorrer um acidente – tecnicamente, parece que isso ficou muito claro – por qualquer razão não muito claro, o que nós, da área ambiental, queremos saber é:

Houve resposta?

Foram tomadas as medidas para minimizar o dano ambiental? E depois vamos compensar esse eventual dano ambiental causado.

O senhor coloca também, Senador, como seria melhor empregado o recurso das multas. Se não seria melhor utilizar essas multas para reparar os danos. Essas multas, Senador, não são utilizadas para a reparação de danos. Essas multas são receita da União e não têm como finalidade reparar dano. As multas são só administrativas. Esse recurso não entra para o Fundo de Recomposição do Meio Ambiente.

A recomposição dos danos ambientais se busca através da ação civil pública. Normalmente é proposta pelo Ministério Público Federal e, muitas vezes, o Ibama propõe, mas via de regra é o Ministério Público Federal que entra com uma ação civil pública. Daí, nessa ação judicial é que se busca a recomposição dos danos. Não através da multa. A multa não é aplicada com essa finalidade

O Deputado Mendes Thame fez a colocação para saber se essa empresa cumpriu as medidas cautelares do órgão licenciador ou não e colocou que, se cumpriu e o acidente ocorreu, devem-se mudar as exigências. Foi um acidente. Em tendo sido um acidente – e, até este momento, nós ainda não temos essa conclusão das análises técnicas: se esse acidente ocorreu em razão de falha humana, em razão de falha de material, em razão de imperícia, negligência ou imprudência, essa análise ainda não está pronta. Mas essa é uma análise muito mais técnica e, portanto, quem tem a expertise para analisar isso com mais profundidade, evidentemente, é a ANP.

Eu costumo separar. A ANP trabalha na causa; nós trabalhamos na consequência. Então, essa análise sobre se as medidas recomendadas para a atividade de petróleo foram atendidas e seguidas à risca pela ANP ou pela Chevron ou não, isso evidentemente é um trabalho técnico que a ANP vai concluir.

O Senador Crivella coloca também que é preciso prevenir, monitorar e minimizar efeitos. E aí surge a dúvida do Pré-Sal, se nós estamos prontos ou não. Senador, prevenir e monitorar, dentro das limitações que nós temos, nós temos feito. Tanto nós fazemos como a ANP faz. Eu diria que até com muito mais frequência do que nós, porque operação é uma atribuição da ANP. Nós fazemos monitoramentos, fiscalizações rotineiras no que diz respeito ao aspecto ambiental. E no que diz respeito a acidentes, tudo que nós podemos fazer são simulações, fazer simulados, para ver como a empresa reage no caso de um acidente. Temos uma equipe hoje de 212 servidores, voltados exclusivamente para emergências ambientais. São treinados, com pessoas com especialização, inclusive, fora do país. Mas, voltando a dizer: não para operar e sim para monitorar e acompanhar. Nós não temos estrutura para...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Existem simuladores de acidentes?

O SR. CURT TRENNEPOHL – Não. Da resposta, somente, Senador; não do acidente. Nós não podemos simular o acidente. Nós simulamos a resposta. Então, nós chegamos a uma determinada plataforma...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu digo simuladores virtuais.

O SR. CURT TRENNEPOHL – Não, eu desconheço, Senador. Mas, se o Senhor me permitir, estou com o coordenador de emergências ambientais. João Raposo, existe simulador de acidente?

O SR. JOÃO RAPOSO – Algumas empresas trabalham nessa parte virtual de tecnologia de informação e conseguem simular algum tipo de coisa. Mas, da nossa parte, a gente não tem acesso.

O SR. CURT TRENNEPOHL – Eu espero tê-lo satisfeito, Senador. Não sei se foi suficiente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado.

O SR. CURT TRENNEPOHL – Muito obrigado, Senador Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Curt.

Passo, então, a palavra ao representante da Agência Nacional de Petróleo, Dr. Sílvio.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Bom, eu vou tentar responder a algumas ou a todas as questões, talvez fazendo alguns comentários, invertendo a ordem de algumas perguntas. Reforçando o que o Presidente do IBAMA colocou acerca da questão da multa. A multa na ANP é regulada também por uma Lei Federal, a de nº 9.847. O elemento que definiu a multa é identificado pela equipe que atendeu ao incidente ou ao evento, e essa multa depois é interpretada pelo departamento jurídico, em função do que prevê a Lei nº 9.847. A gente também tem o máximo, se não me engano, de cinquenta milhões, que é o valor máximo para uma multa.

Em relação às cobranças, quer dizer ao percentual que a ANP consegue recuperar, nós temos uma situação realmente próxima da do IBAMA. O foco da ANP hoje, aqui, nós chamamos de *upstream*, que é a parte de exploração e produção de petróleo. Então, o trabalho da ANP começa pelo reconhecimento geológico das bacias sedimentares, pela definição dos blocos que serão possivelmente licitados, pela preparação dos contratos e editais que vão fazer as rodadas de licitação, seja de concessão, seja de partilha. Nós cuidamos da repartição dos *royalties,* de acordo com a legislação existente, mas cuidamos também do que chamamos de *downstream*. Nós cuidamos da parte do refino, da distribuição, da comercialização, sem falar que cuidamos também dos biocombustíveis, do álcool, do biodiesel etc. Então, nós temos uma cadeia bastante longa, e, no final dessa cadeia, nós temos cerca de 35 mil pontos de abastecimento no território nacional.

Então, grande parte das multas é aplicada sobre distribuidores, GLP, postos, adulteração. Para isso, existe todo um processo de judicialização, de recurso etc. No caso de EP, a gente tem que estar muito atento no Brasil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Não, no caso é EP, desculpe, exploração e produção. A gente acaba usando um jargão que nem todos conhecem.

Então, na parte de exploração e produção, nós temos aqui no Brasil cerca de 78 empresas concessionárias, algumas operadoras, outras apenas participantes consórcios, atuando na exploração e produção de petróleo e gás natural. Dessas, uma empresa, que é a Petrobras, responde por cerca de 93% da produção brasileira. Existe, obviamente, um desbalanceamento entre a Petrobras e as demais empresas. Isso vai se refletir em uma série de questões que vão desembocar, mais adiante, no plano nacional de contingência. Na minha apresentação, falei de 700 definições de não conformidades, de 11 interdições de plataforma. A grande maioria se dá sobre a Petrobras, que, obviamente recorre – ela é obrigada a recorrer das multas aplicadas –, mas, quando fica comprovado que nós temos razão, ela paga essas multas. Então, essa questão do percentual, quando misturado dentro de um universo heterogêneo, dificulta um pouco a análise. A gente deveria talvez, não tenho elementos aqui, pegar essa relação do não-pagamento de multas e dividir por setor dentro da ANP. Assim, a gente teria um quadro um pouquinho mais claro.

Em relação também às multas, conforme o Curt, Presidente do Ibama, levantou, elas não servem para compensação ambiental, assim como não são os *royalties* recebidos pelos Estados que garantem recursos para compensação ou para mitigação. Ele está recebendo *royalties* porque está sendo, de alguma forma, afetado pelo uso de um recurso natural não renovável. No caso da multa, está havendo penalização, mas a empresa, e foi a primeira pergunta feita, se a empresa ...

Qual a responsabilidade direta da Chevron? A responsabilidade da Chevron é total. Ela é responsável. Está no nosso contrato de concessão que ela tem que responder por todas as licenças, por todos os projetos e por todas as consequências. Isso faz parte do contrato assinado entre a Agência Nacional de Petróleo, o operador e o consórcio do qual ele faz parte. Vai acontecer, aqui, no Brasil, deveria ou deve acontecer, a mesma coisa que aconteceu no Golfo do México. A multa que a BP sofreu chegou a US$75 milhões, o que não é, se for comparar em termos do faturamento da BP, significativo. Porém, para os gastos com compensação, limpeza e recuperação, eles voluntariamente criaram um fundo de US$20 bilhões. A gestão desse fundo não é feita pela BP, mas por um auditor independente que recebe o pleito dos potencialmente impactados e calcula das indenizações. Então, em termos da empresa, tudo sai do caixa. A BP está sendo penalizada em US$20 bilhões, mais US$75 milhões e por fatores

imponderáveis – prestígio da empresa, valor das suas ações na bolsa, futuras participações em licitações, entrada em áreas sensíveis etc.

Então, nenhuma empresa, até onde sabemos, hoje, no mundo, vai procurar aventuras. A gente pode discutir a multa, eu acho que devemos discutir o valor da multa, mas temos que estar com essa visão bem clara de o que é multa e o que é compensação.

Voltando às perguntas iniciais, então, a empresa é responsável direta por tudo que acontecer e o nosso contrato de concessão prevê um seguro. A empresa deve apresentar um seguro. Talvez seja uma falha não existir um valor definido pelo seguro, quer dizer, ele não é prescritivo, mas a empresa deve apresentar um seguro que cubra todos os danos relativos inclusive à recuperação do meio ambiente.

Qual foi a dimensão real do vazamento? Nós, na ANP, com base no conhecimento do reservatório que estava sendo prospectado, explorado no Campo de Frade, nossa equipe calculou entre 200 e 330 barris por dia no período entre 8 de novembro e 15 de novembro e, depois, um vazamento residual. Com isso, a gente tem em torno de 2.400 barris vazados, que é o mesmo volume que a Chevron levantou. Dois mil e quatrocentos barris equivalem a, aproximadamente, 400 metros cúbicos de petróleo, que dá exatamente 400 mil litros de petróleo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Então a informação é essa.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – A informação é essa.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Quatrocentos mil litros de petróleo.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Quatrocentos metros cúbicos, quatrocentos mil litros. Exatamente. Dois mil e quatrocentos barris. Eu estou fazendo uma conta... O barril...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu cheguei a ver quatrocentos mil litros de petróleo, mas isso é...

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Não, quatrocentos mil litros de petróleo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Quatrocentos mil barris. Não, isso não.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Não, não, não, de jeito algum. Com quatrocentos mil barris, a gente estaria num acidente próximo da...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Lá foram dois milhões e tantos barris.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – É. Então...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Mas o nosso, então, para guardar o número, quatrocentos mil litros de petróleo.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Eu estou fazendo uma conta aproximada. Eu teria de converter o metro cúbico. São 5,9, e por aí vai... Eu estou multiplicando por seis. Então é mais ou menos isso. A gente pode fazer entre 350 mil e 400 mil litros de petróleo.

Bom, o vazamento poderia ser evitado? Essa é uma pergunta que nós vamos ter que deixar... Hoje nós estamos numa situação que é a situação da contenção e da resposta.

Quando se faz contenção e resposta, o pessoal da plataforma está envolvido no abandono do poço, na cimentação, na colocação dos tampões, no isolamento do reservatório. Não cabe à equipe da ANP, nesse momento, ir à plataforma consultar os registros de pressão, da situação da lama de perfuração, se houve erro humano, se houve um erro de avaliação do reservatório. Isso não faz sentido. Internacionalmente, nós vamos esperar terminar a contingência nos próximos dias e iniciar o que se chama de apuração de responsabilidades e avaliação técnica do que aconteceu. E nós, em noventa dias, de acordo com o nosso chefe da Coordenação de Segurança Operacional, nós vamos ter esse relatório disponível.

Pela Resolução nº 44, de 2009, da ANP, a empresa é obrigada a fornecer um relatório detalhado trinta dias após o incidente. Então, entre 7 de novembro e 7 de dezembro nós vamos estar recebendo também um relatório detalhado. Hoje a nossa equipe está no FPSO para verificar a relação que possa haver entre o reservatório que está produzindo e o reservatório que foi objeto daquela perfuração.

Vamos entender que o petróleo pode ocorrer em reservatórios com pouca comunicação e semi-isolados dentro de um campo. Então, o concessionário, lá no Campo de Frade, quando ele recebeu a concessão, a ANP define uma espécie de um limite, que a gente chama de *ring fence*, que é uma cerca em volta dos reservatórios, na projeção vertical, do que ele pode explorar e produzir.

O Campo de Frade é um campo que está em fase de desenvolvimento e produção. Ele não está na fase... Senão, ele não se chamaria campo. No jargão da ANP, nós temos o bloco, que é oferecido nas rodadas de licitação, que é comprado pelo concessionário ou outorgado, de acordo com algumas novas legislações que vêm por aí, que já foram aprovados, no caso da cessão onerosa, etc, mas, normalmente, ele é concedido e ele tem o direito de fazer perfurações ali e tem direito ao petróleo que se encontra dentro daquele limite. Se esse petróleo se espalha por outros campos ou outros blocos, haverá uma unitização, haverá uma discussão, seja com a União, seja com outro concessionário, sobre os percentuais.

Mas o que ele pode fazer? "Bom, acabou, nós concedemos o bloco e até logo"? Não. Cada movimento da empresa dentro do bloco e, mais tarde, dentro do campo tem de ser autorizado pela ANP: uma atividade sísmica que é a avaliação do reservatório por ondas sonoras, a perfuração – ele deve entregar um projeto de perfuração, deve notificar a perfuração -, o desenvolvimento, que tem de ser acompanhado. Então, a pergunta que eu poderia fazer: "se estamos em fase de desenvolvimento, por que ele estava perfurando um poço ali?" Ele estava perfurando, neste caso, porque ele estava tentando melhor avaliar as condições daquele reservatório. Essa cabeça do poço já tinha sido a origem de, se não me engano, duas outras perfurações que foram feitas próximas àquele reservatório.

O que conhecemos da Bacia de Campos...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Dr. Sílvio, desculpe-me.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Pois não.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Vou ser breve.

O senhor precisa da autorização para um projeto técnico? O sujeito diz: "Olha, vou perfurar a 1.200, vou usar aço de espessura tal, com resistência tal, vou usar lama tal..." Ele apresenta ao senhor um projeto para que o senhor aprove esse projeto previamente?

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Ele apresenta o projeto na ANP. Agora, temos um pequeno problema. Não vamos falar só das soluções que nós apresentamos. No Brasil, perfuram-se por ano cerca de 900 poços de petróleo. Então, isso daria, em média, três poços por dia. Isso não é muito. Nos Estados Unidos, perfuram-se 20 mil poços por ano. Então, com 900 poços, não teríamos equipe na ANP, no momento, para verificar todos... Nós avaliamos o cenário do que vai acontecer, mas não posso dizer aqui que avaliamos detalhadamente o projeto de poço. Por quê? São tão grandes os cenários que toda atividade do petróleo se baseia no que chamamos de uma aproximação não prescritiva. Nosso sistema de gestão de segurança operacional, que tem 17 práticas de gestão, não diz assim: a sua broca deve ser de aço tal, o seu poço deve ser isso, o seu BOP tem de ter não sei quantas gavetas cisalhantes, sua sonda... etc. Com isso, até engessaríamos o desenvolvimento tecnológico da indústria. Então, o que se faz é definir obrigações em termos de gestão. Ele é obrigado a seguir as normas internacionais e as melhores práticas de segurança da indústria para perfurar um poço. Nós mandamos essa exigência prévia para a empresa e ela faz uma matriz. Para cada prática nossa, ela define: "a nossa perfuração segue a norma internacional tal e tal, nós fazemos dessa maneira". Com isso, nós vamos a bordo e identificamos. Se houver alguma coisa que esteja incompleta, nós notificamos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu acho que está perfeito. Quando, por exemplo, um sujeito vai construir um edifício aqui, em Brasília: ele apresenta um projeto de arquitetura e os técnicos analisam; ele apresenta um projeto estrutural, um cálculo estrutural, mas a prefeitura apenas verifica se o profissional que assinou aqueles cálculos é habilitado. A prefeitura também não quer assumir o risco, ela não quer ter um calculista para conferir e, depois, se amanhã tiver problemas estruturais, ela ser chamada na Justiça a reparar, se houver danos de queda, morte etc. Por isso, o sujeito é formado, ele assume a responsabilidade. Na ANP, vocês também têm um cadastro dos profissionais que estão habilitados a calcularem a perfuração de um poço?

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – De fato, eu vou ficar devendo essa pergunta, porque temos uma divisão de tarefas e, então, passamos. Quem faz a regulação e a autorização dos poços na fase exploratória chamamos de SEP – Superintendência de Exploração; quem faz isso na fase de desenvolvimento e produção, apesar de ser um poço também, é a Superintendência de Desenvolvimento e Produção. Então, sei que nós temos documentações padronizadas e exigências que estão inclusive no nosso sistema, que se chama Sigep. Ele é acessível aos operadores, eles podem colocar dados *on-line*. Alguns outros dados são entregues. Agora, eu não sei especificamente se confere a assinatura ou não, mas o que admitimos ali é que a operadora está se colocando como responsável por aquele projeto e dizendo que está respeitando a norma de segurança nº x, que define as condições de segurança internacionais de perfuração de poço.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Dr. Sílvio, só para concluir.

No Brasil, nós estamos estudando uma fórmula de as empresas apresentarem, para obras complexas, o cálculo do seu calculista e um cálculo de uma consultoria que ateste aquilo. Então, em obras complexas, nós ficaríamos a favor da segurança. Poderia isso ser adotado, sobretudo na área do pré-sal, pela ANP? A petroleira apresenta os detalhamentos, mas tem que apresentar também uma empresa de consultoria que ateste seus cálculos.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Isso é muito comum na indústria. Trata-se da auditoria de terceira parte, auditoria independente.

Eminentemente, em prévias discussões e comentários internos sobre a questão do poço de Frade, nós aventamos esta possibilidade de exigir... Como nós não temos condição e não faz sentido para nós

avaliarmos detalhadamente 900 – e nós esperamos que haja muito mais daqui para adiante –, teríamos que fazer o trabalho do concessionário, e isso não é o caso. Então, já pensamos nessa possibilidade. Esse é um dos rebatimentos regulatórios que nós vamos conseguir com o incidente.

Nós falamos do poço não revestido, por exemplo, na sua porção terminal. Isso é uma prática internacional que é aceita. Pode ser que, a partir da auditoria, nos próximos 90 dias, nós cheguemos à conclusão de que pode ser feito assim, contanto que se faça uma sísmica fina da geologia da área, porque – entrando no mérito da licença ambiental – a consultoria da licença ambiental faz uma visão geral da bacia. A Bacia de Campos, com 40 anos, tem todas as suas falhas perfeitamente reconhecidas, mas, de fato, essa microgeologia, que, de alguma maneira, concatenou-se, combinou com a questão do poço não revestido, foi, digamos, decisiva para que houvesse o vazamento.

Eu não estou imputando, no momento, responsabilidades ou dizendo que o cálculo da lama estava errado. Nada disso. Isso nós vamos fazer com o apoio da operadora, que nos vai passar toda a documentação dos registros de bordo para nós entendermos. Mas o que nós estamos querendo entender? Nós não estamos querendo simplesmente multar a companhia. Nós estamos querendo entender, para trazer para o processo regulatório inovações. É assim que se faz na indústria com as boas práticas internacionais.

Bom, em relação às iniciativas de mitigação – se elas foram corretas –, no nosso entender elas foram corretas. Então, foi acionado o plano de emergência, que não é da nossa competência – é da competência do Ibama –; ele foi acionado. A Petrobras, que estava ali por perto, dentro dos programas de ajuda mútua, estava presente para ajudar na contenção da mancha.

Depois, o BOP... Antes disso até, ele foi acionado com sucesso. O poço iniciou o processo de isolamento. Então, do ponto de vista das práticas usuais da indústria do petróleo, isso foi tranquilo. Também não posso dizer que, ao avaliar o procedimento com todos os registros, nós não identificamos aspectos que poderiam ter sido feitos e não o foram. Por isso, nessa fase, nós devemos ter um pouco de paciência.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – O senhor acha que o melhor seria realmente jato d'água para dispersar a mancha ou seria uma forma de recolhê-la?

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Vamos lá. Quando há um vazamento, o que acontece com o óleo? O óleo é um produto de hidrocarbonetos, complexo de hidrogênio, carbono, etc. Ele sofre vários processos que chamamos de intemperização, isto é, está submetido às condições do meio ambiente. Então, em primeiro lugar, ele vai espalhar muito, porque a tensão superficial leva ao espalhamento – depois de ele chegar à superfície. Depois, ele vai se fragmentar; as gotículas vão começar a se fragmentar. Parte dele vai emulsificar, vai combinar com a água e vai afundar um pouquinho na coluna d'água. Uma parte muito pequena vai sedimentar e uma parte extremamente importante, principalmente das frações leves, vai evaporar. Por isso a gente vê em acidentes de grande porte: cadê a mancha? Cadê a mancha? A evaporação é muito forte.

Neste caso, a técnica... A primeira opção que você tem que adotar, inclusive conforme a legislação brasileira, é o recolhimento do óleo. Tem que recolher esse óleo. A Resolução nº 398, do Conama, prevê a quantidade de barreiras que são necessárias para se fazer o recolhimento e a utilização de *skimmers*, que são aspiradores que vão puxar essa água misturada com óleo, de preferência o máximo de óleo e o mínimo de água, que vai ser levada para um navio-tanque, depois trazida para a terra, para a separação, e aquele óleo será aproveitado.

Isso é sempre possível de se fazer?

Não, não é. Em algumas condições, com o mar extremamente batido, a mancha passa por baixo das barreiras, então a contenção fica muito prejudicada. Primeira coisa.

Segunda, se o vazamento é próximo da costa, a contenção mecânica, que é feita por uma ou duas embarcações para fazer a retirada do óleo, é muito lenta. Então, o que aconteceu nos Estados Unidos, por exemplo? Foi adotada a aplicação de dispersantes químicos.

O que o dispersante químico faz? Como o nome está dizendo, ele dispersa as moléculas de óleo.

Por que é interessante que aconteça isso? Porque, quando você tem uma molécula menor, a relação superfície/volume cresce. Eu tenho mais superfície para pouco volume. E isso ajuda o consumo bacteriano. Então as bactérias que se alimentam naturalmente de petróleo agem com maior eficiência.

O dispersante químico faz isso. Só que, quando usa dispersante químico, você está introduzindo no meio ambiente uma substância química.

O Ibama autoriza o uso de um dispersante chamado Corexit, que é perfeitamente razoável. A Petrobras está cheia dele, a Chevron deve ter contratado com o reservatório de Corexit ou de outro dispersante qualquer pré-autorizado pelo Ibama. Mas, se você já tem uma condição de mar extremamente forte e a dispersão mecânica, então não vai colocar dispersante químico. Por isso eles estavam utilizando a metodologia... Tentou-se a contenção. Falhou a contenção por

causa das condições de mar e da mancha muito fina, dado que ela veio pouco a pouco do fundo e passou por uma camada de 500 metros de arenito ou de qualquer outra coisa. Lembro que entre o poço e a superfície havia rocha. Então esse óleo chegou disperso. No filme que mostrei, já se viam aquelas gotículas passando. E com isso a contenção se mostrou inviável. De fato eles contiveram uma quantidade de 300 e tantos metros cúbicos basicamente de água com algum teor de hidrocarboneto.

Então, o que manda a boa prática é a dispersão mecânica. Não tem outra coisa para se fazer naquele momento.

Se nós estivéssemos próximos da costa, como aconteceu no Golfo do México, ou mais próximos da costa, o dispersante químico seria essencial e uma coisa que eles utilizaram nos Estados Unidos, que é um pouco chocante à primeira vista, foi a queima em sítio. Então o óleo é queimado porque com isso se colocam na atmosfera algumas frações e produzindo CO2 e outros componentes que são, dentro do cenário do acidente, menos problemáticos, alguns até inócuos. Então a queima pode ser necessária, porque eles queriam, a todo custo, preservar a região costeira. Se o óleo chegasse à região costeira, a limpeza em regiões de mangue ou, nos Estados Unidos, em regiões de áreas úmidas, aquilo é muito complicado. Às vezes, em certas áreas, é melhor você nem sequer entrar. No manguezal, por exemplo, você vai ter que deixar o óleo lá para sempre, entregue aos processos biológicos.

Então o procedimento foi correto. Assim como nós tivemos um infortúnio na conjugação de uma falha geológica, tivemos uma certa felicidade no sentido da dispersão mecânica e das correntes marinhas que levaram esse óleo...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Tem risco de chegar às praias?

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Aparentemente, nenhum. Eu ouvi inclusive o Professor Rosman, de engenharia oceânica da Coppe. Ele disse que a probabilidade é praticamente zero.

Em termos estatísticos, a gente nunca fala que não há probabilidade, assim como não podemos falar que não há risco. A probabilidade de chegar à costa qualquer resíduo é praticamente zero.

Uma coisa importante é a questão da perfuração. Quando a ANP faz o contrato de perfuração e define o limite, mesmo quanto a poços do pré-sal que foram concedidos, não há nenhum impedimento legal para que o operador chegue ao pré-sal. Só que, como falei anteriormente – não é questão de ofensa à soberania –, ele pode fazer isso, mas o poço e o horizonte que ele vai pesquisar e produz tem de ser submetido previamente à ANP.

O que aconteceu? Assim como no Golfo do México, que a autoridade americana decretou uma moratória, que durou alguns meses, para perfuração em profundidade, a ANP optou por suspender as perfurações no Campo de Frade, sejam elas no pós-sal, sejam elas no pré-sal.

Então, essa proposta da Chevron está suspensa na ANP até que se resolvam e se entendam melhor as condições do reservatório.

Em nenhum momento se pensou em cassar registros da operadora no Brasil. Isso seria inviável em termos contratuais, a não ser que fosse cometida alguma coisa. Eu teria de ler o contrato com mais vagar para verificar isso. Mas, em princípio, isso não foi pensado, e temos lá um campo produtor com uma produção significativa, de mais de 70 mil barris por dia. Essa produção não guarda relação, aparentemente, com o reservatório que foi perfurado e teve de ser suspenso. Então, não faz sentido interrompermos essa produção.

Vai haver perfurações mais adiante? Provavelmente haverá, porque vamos estabelecer as medidas necessárias com base nos ensinamentos do que vimos na região.

Perguntou-se se a ANP pode dispor da aplicação dos *royalties*. Não. A ANP apenas calcula, faz a medição fiscal do óleo e do gás produzido e aplica o que está na legislação dos Estados e Municípios confrontantes ou dos Estados e Municípios onde é feita a produção do óleo e do gás. Isso é distribuído pelo operador, que faz um pagamento, da forma de um DARF, para o Tesouro Nacional. A ANP determina as frações, o valor desse óleo, de acordo com a corrente de produção, do preço de venda ou a corrente internacional, de um óleo similar àqueles e esses *royalties* são distribuídos a quem de direito, mas nós não definimos nem para quem vão esses *royalties*, muito menos o que cada beneficiário irá fazer com esses *royalties*.

Perguntou-se, também, se os Estados estavam preparados para um evento, digamos, catastrófico, com toque de óleo na costa. Isto aí, sim, entraria no âmbito do plano nacional de contingência.

Perguntou-se, também, por que não temos um plano nacional de contingência. Vimos trabalhando nesse plano nacional de contingência desde 2000, ciclicamente. Esse plano surgiu. Depois, ficou mais ou menos parado e, agora, voltou novamente à discussão – obviamente em função desse incidente e esperemos que muito brevemente tenhamos um plano.

Agora, a pergunta é: nós estamos desprotegidos? Não estamos, porque existe um trabalho de conjugação, como mostrei, de esforços entre a Marinha, o Ibama

e a ANP e contamos – como falei no início da minha colocação – dessa questão do desbalanceamento Petrobras, com mais empresas.

A Petrobras, depois do acidente da Baia de Guanabara, construiu uma estrutura que supera em muito os seus planos de emergências individuais. Acho que é do conhecimento de todos que ela dispõe de 11 centros de defesa ambiental ao longo da costa Brasil. Então, na prática, ela faz esse papel, de uma certa forma, que é o Plano de Contingência Coorporativa da Petrobras, e ela tem condição, na ausência do PNC, de suprir grande parte do que precisamos, além de ter contrato com associações internacionais, como a Clean Caribbean & Américas (CCA), uma empresa que coloca no país do associado, em 24 horas, condições extras de limpeza, de contenção etc. Mas uma coisa nós não temos. De fato, os órgãos estaduais de meio ambiente estão mais preparados para emergências voltadas para derramamento no interior, isto é, caminhões que derrapam na estrada. Então, tanto o Inea quanto a Cetesb, que têm pessoal de excelência, mas eles, em minha opinião, não estão preparados, em termos de material, para isso.

Então, nós estamos querendo – eu, pessoalmente, também – introduzir no Plano Nacional de Contingência que não só Ibama, ANP, Marinha, mas também o órgão estadual do meio ambiente da costa afetada ou da locação afetada participem também dos esforços do PNC.

Foi perguntado também se neste PNC, que agora, creio eu, vai sair muito rapidamente, qual o papel da ANP? A ANP participa desde o início na... enquanto o IBAMA vai cuidar da resposta e, juntamente com os órgãos do meio ambiente, vai cuidar da limpeza do acidente nas praias, caso ocorra, a ANP tem de cuidar da contenção. E nós tivemos agora dois incidentes que mostraram a importância da contenção: o do golfo do México, onde foi desenvolvida uma estrutura, que eles chamam de *capping*, que fecha a boca do poço e permite a injeção de dispersantes ali no local, em caso de necessidade.. Isso foi desenvolvido no Golfo do México, foi desenvolvido no Reino Unido. Existe outra em desenvolvimento, com a participação da Petrobras, da própria Chevron, da BP e das grandes empresas internacionais.

Esse foi o incidente do Golfo do México. Aqui também vimos um incidente, no Frade, em que o papel do órgão regulador, com seus especialistas em cimentação, em controle de poço se mostrou essencial, porque isso não é competência do Ibama.

Então, esse vai ser o papel da ANP. O Plano Nacional está sendo fechado nessas próximas semanas. Ele vai ter uma autoridade nacional, que é o Ministério do Meio Ambiente, vai ter uma coordenação operacional formada pela Marinha, ANP e Ibama e um comitê de suporte, formado pelos demais ministérios. Com isso, achamos que o País vai estar mais bem preparado para novos incidentes.

Eu acho que falei quase tudo, senão tudo. Só para terminar, acho que todas as investigações são bem-vindas, todas as críticas são bem-vindas, mas nós devemos estar atentos à fase que nós estamos vivendo. Nós temos que nos preocupar agora, como em qualquer vazamento, na contenção e na resposta. E, depois, nós temos que deixar que equipes, seja com auditorias de terceira parte, seja com pessoal da própria ANP, com os arquivos, os dados e a cooperação dos técnicos da operadora, nós temos que definir o que aconteceu, definir responsabilidades e, mais importante do que isso, definir novas normas que vão ser absorvidas obrigatoriamente pela ANP, na parte de gestão de segurança operacional e pelo Ibama e o Ministério do Meio Ambiente, na parte de definição do plano de Emergência Individual, do Plano de Área e do Plano Nacional de Contingência. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Sílvio. Eu apenas queria fazer duas observações, antes de passar a palavra para o Dr. Mário Guisi. Eu estava ausente, quem estava presidindo a reunião era o Senador Sérgio. O representante da Chevron já falou depois dos questionamentos.

Pelo que me parece, pelas explicações dadas pelo representante da Agência Nacional do Petróleo, a imprensa noticiou, em algum momento a possibilidade de que tivesse sido utilizado areia pela Chevron para fazer o óleo descer. Segundo levantamentos da Agência Nacional do Petróleo, isso não aconteceu.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Isso até me chamou muito a atenção, porque grande parte dos técnicos da ANP fazem cursos na Cetesb, junto às empresas internacionais que trabalham com contenção de manchas, apesar de não ser especificamente nossa área. Mas isso surgiu, não sei exatamente qual é o autor, mas é uma coisa absolutamente fora de questão. Não faz sentido você levar areia. Isso não é um método de dispersão. Você imagina pegar um barco de apoio e navegar 300 quilômetros de Macaé, a duzentos e poucos quilômetros, para chegar e jogar areia em cima de uma mancha seria, caso fosse viável, seria absolutamente ineficiente gastar recursos com isso; seria melhor levar dispersantes químicos, caso fosse necessário.

Então, o que os barcos faziam e jateavam... O barco está tirando água do mar, passando por compressor e jateando para facilitar a dispersão mecânica.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Antes de passar a palavra ao Dr. Mário Guisi, quero registrar duas informações que me parecem extremamente graves, graves do ponto de vista da força das informações.

A primeira é que no Brasil se perfuram cerca de 900 poços por ano, ou seja, quase três poços por dia, e que a Agência Nacional do Petróleo não tem efetivo suficiente para acompanhar a perfuração desses poços.

Eu gostaria de perguntar, antes de passar a palavra ao Dr. Mário Guisi, porque talvez essa informação seja importante, até para as considerações dele, quantos funcionários a Agência Nacional do Petróleo tem, quantos funcionários dedicados a essa fiscalização e que efetivo seria necessário para acompanhar, por exemplo, toda a perfuração de poços, que deve aumentar com a exploração do pré-sal.

A outra, que me pareceu também – eu desconhecia essa questão – extremamente grave é a de que não há legalmente nenhum impedimento para que a empresa possa também perfurar a área do pré-sal.

Então, só para eu entender direito: quando o Governo... Esse poço, esse Campo de Frade foi licitado pelo regime de concessão. No regime de concessão a empresa tem o risco de pesquisar, identificar qual o potencial de petróleo que há ali e explorar. Ela passa a ser dona do petróleo que há ali. No sistema de concessão, então não há nenhuma limitação em relação à profundidade; a limitação é apenas – digamos assim – vertical? Ele pode furar até onde conseguir?

Aí eu pergunto: normalmente, quando se faz o sistema de concessão no pós-sal se está fazendo a concessão para o pós-sal e, portanto, com condições de segurança e condições de exigibilidade – digamos assim – de tecnologias para determinada profundidade. Na possibilidade de que essas perfurações possam atingir o pré-sal – esse é um grande desfio tecnológico que o Brasil está enfrentando – me parece que seria bastante razoável e prudente exigir outras tecnologias mais avançadas e outros sistemas de segurança.

Eu gostaria que o representante da ANP, Dr. Sílvio, comentasse um pouco isso, como é que funciona efetivamente isso e se a cada perfuração dessa, especialmente do pré-sal, não deveria submeter o projeto à apreciação da Agência Nacional do Petróleo.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – De fato, em relação a esse campo, ele estava, ele preexistia à definição do polígono do pré-sal.

O polígono do pré-sal foi definido pela Lei da Partilha. Nós temos um contrato não só com a Chevron, mas também com outras empresas que já eram concessionárias daquela área. Então não há possibilidade de quebra de contrato. O contrato não menciona restrições à profundidade. Então se depois se descobriu um horizonte como o pré-sal, isso aí seria uma quebra de contrato, na visão da ANP, de restringir o concessionário.

Bom, devemos considerar também que pré-sal – usando um termo vulgar – não é uma piscina de óleo que estende ao logo de todo o polígono. Então, o pré-sal, de fato, está na Bacia de Santos, o pré-sal significativo. Nós temos bolsões do pré-sal ao longo do polígono e talvez tenhamos até em outras regiões do País, talvez, tanto que a Lei da Partilha teve o cuidado de dizer que a partilha era obrigatória no pré-sal e em outras áreas estratégicas a serem definidas. Então, não fechamos as portas para um polígono. Dado isso, a empresa tem condição de perfurar, mas certamente existe esse processo. Existe um processo na ANP, da Chevron, pedindo para perfurar no horizonte do pré-sal. Esse processo está em estudo e foi suspenso, no momento, em função da proibição de perfurações. É claro que sob o ponto de vista de segurança operacional, sob o ponto de vista da superintendência, do movimento da produção, de avaliação do projeto, ele vai ser um projeto... Quando digo que a gente não tem condições de avaliar 900 projetos de poço... Creio que não faria parte da atribuição da empresa avaliar todos esses projetos. Como o Senador apresentou, talvez usemos auditorias ou talvez consideremos a simples obrigatoriedade da adoção de melhores práticas. É claro que um poço que vai ser perfurado em um horizonte desses vai passar por uma averiguação técnica dentro da ANP muito mais rigorosa. Vamos nos lembrar, também, de que nesse caso específico a Chevron não está sozinha no consórcio. A Petrobras é consorciada da Chevron com um percentual de 30%. Então, certamente, conforme o acordo conjunto, ela vai participar, inclusive, do pagamento dessas multas e tudo o mais. É um acordo conjunto dentro do consórcio formador. Então, podemos dizer que nós temos, dentro do consórcio, a própria Petrobras. Não acho nem significativo. Creio que a própria empresa... Não podemos dizer, também, que a Petrobras é a única empresa do mundo capaz de perfurar poços em profundidade. Hoje, nós temos, se não dezenas, pelo menos dez empresas no mundo que perfuram em profundidade. O poço mais profundo do mundo não é aqui do pré-sal está lá, se não me engano, no Golfo do México. É um poço da Shell, um poço de grande profundidade. No pré-sal, a lâmina d'água, vai até 2,5 metros. A gente não tem condições de perfurar, não tem tecnologia, para vencer lâminas d'água de três mil metros, de três mil e pouco. O pré-sal começa a ficar profundo depois que você perfura o solo marinho. Aí você tem condições de plasticidade e etc que estão sendo estudadas. Nós

estamos falando de um pré-sal, na Bacia de Campos, no Frade, que é um pré-sal mais raso. Evidentemente, passaríamos por um controle bastante efetivo para autorizar esse poço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sem querer interromper, mas apenas porque acho que é importante a título de informação, nas apresentações que foram feitas aqui, salvo engano, a profundidade era em torno de 3,2 metros.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – É o seguinte: a gente tinha uma profundidade linear de perfuração que dava 3 mil metros, mas quero chamar a atenção para o fato de que existe uma profundidade vertical que está em 2 mil. O assoalho marinho está em 1,188 metros, 1,2 metros, depois a gente está indo até 2 mil e poucos metros.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nesse caso, V. Sª registrou que o pré-sal, na Bacia de Campos, é mais raso. Nessa profundidade de 2 mil e poucos metros já estaríamos no pré-sal?

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Não. Se estivesse, a empresa estaria incorrendo em uma ilegalidade, pois o poço que vai atingir o pré-sal está ainda em avaliação na ANP, seja por questões de segurança seja por questões de avaliação geológica. É uma avaliação que demanda um certo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – E a Agência Nacional de Petróleo tem segurança total nessa informação, de que naquela profundidade ainda não se está extraindo no pré-sal.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Total segurança.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário Guise.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO JOSÉ GUISE – (...) significa que a ANP tem um controle perfeito da profundidade que está sendo executada nos poços? Não tem perigo de eles se excederem na profundidade de exploração?

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Isso equivaleria a um rompimento de contrato e de contrariedade da atividade regulatória da empresa que daria início a um processo, aí sim, de exclusão da empresa do cenário brasileiro.

Deixei de responder uma pergunta sobre o número de funcionários que temos. A ANP, dentro de toda a cadeia de atividades, tem cerca de oitocentas ou mil pessoas oriundas. A ANP é de 1998. Nós fizemos um concurso em 2005, fizemos um outro concurso em 2008. O meu colega Edson, que está aqui, entrou no concurso de 2005. Eu entrei no concurso de 2008, na ANP. E nós estamos programando mais um concurso para a ANP, exatamente pensando no reforço da área de segurança operacional.

Por que estamos pensando nisso? Porque, se a gente vê, desses oitocentos funcionários que atuam ao longo de toda a cadeia, da definição geológica ao controle do posto de gasolina, nós temos uma equipe de segurança operacional muito bem formada, certificada internacionalmente, mas muito pequena. A gente quer dobrar essa equipe. Nós temos cerca de doze, se não me engano, a quinze técnicos trabalhando, que são responsáveis, inclusive, pela fiscalização a bordo. Quando a gente fala de setecentas notificações e onze interdições, significa que nós estamos a bordo fazendo isso.

Então, esses funcionários têm que avaliar projetos, verificar a reflexão do nosso sistema de gestão com o que está sendo feito efetivamente na instalação, mas nós temos apoio também. Esse é o núcleo do segurança operacional. Nós temos o pessoal da Superintendência de Exploração, mais oitenta pessoas, mais o pessoal da Superintendência de Desenvolvimento e Produção, que avalia também projetos de poço e projetos de desenvolvimento, mas, sem dúvida, isso é até uma reivindicação pública da ANP, nós queremos aumentar o número de funcionários da nossa Coordenação de Segurança Operacional.

O SR. MÁRIO JOSÉ GUISE – Bom, naquilo acho que tem pertinência com relação ao Ministério Público, eu gostaria, primeiro, a questão do fundo que foi trazida pelo Dr. Curt, também concordo perfeitamente. Acho que essa questão de formular o Fundo, de criar um Fundo, agora, não restringiria esse Fundo ao petróleo. Acho que ele deveria se expandir para a mineração em geral, porque, na verdade, temos aí um problema sério na questão da mineração e que ainda não foi resolvido adequadamente pela falta de uma garantia de efetivo ressarcimento ou de recomposição do dano após, embora, tenha até previsão constitucional a questão da mineração.

Enfim, de uma forma ou de outra, acho que é muito importante essa criação do Fundo. Sou plenamente favorável.

Impressiona, na realidade, no nosso País, a questão, como o Senador Rodrigo Rollemberg me perguntou, a questão das multas. Então, são quatro instâncias administrativas para uma multa, após isso ser questionado na Justiça. Ou seja, temos uma ineficácia total da cobrança das multas, porque, após esse período todo, a possibilidade de cobrança judicial muitas vezes se esgota até pela questão da prescrição. Não tem razão para tanta burocracia. E acho que é o caso de rever isso. E, no máximo uma instância além daquela que aplicou a multa para fazer uma revisão e assunto encerrado.

Olha vai até ao Ministro, passa pelo Conama. Quer dizer, é incrível a capacidade de criarmos mecanismos para evitar a aplicação da lei. Esse é um caso especifico, não é? E mostra a incapacidade do Estado de tornar efetivas as suas regras pela quantidade de mecanismos, enfim, de desvio.

E não é diferente na questão criminal, porque também como foi trazida a questão de eventual ilicitude na exploração de petróleo, não temos aí uma regra clara a respeito do crime. A não ser o que diz a Lei de Crimes Ambientais sobre pesquisa, lavra, extração de recursos minerais sem autorização. E que aí seria uma pena pífia, de seis meses a um ano. E isso, na verdade, foi trazido há pouco tempo, nesta comissão, por ocasião da discussão do Código Florestal, em que a multa seria proporcional ao dano causado. E ela, infelizmente, acabou não sendo adotada pelo entendimento da maioria.

A situação é idêntica aqui. Na verdade, o tratamento disso deve ser proporcional às circunstâncias, à gravidade e ao contexto em que ela se coloca, porque ela, num regime fixo permite tratar aquele pequeno infrator, que é o que sempre acaba sendo punido mesmo, de uma maneira igual ao grande infrator, o que significa, na prática, a uma impunidade.

Eu também gostaria de salientar que o Ministério Público Federal, sim, tem proposto ações civis públicas, mas o papel primordial do Ministério Público é fiscalizar os órgãos públicos. Portanto, a propositura ou as atividades de fiscalização, enfim, de ressarcimento, devem ser propostas originariamente pelos órgãos do Poder Executivo, responsáveis por aquela atividade. Caso não o façam, o Ministério Público vai cobrar desses órgãos e, portanto, acabam esses órgãos entrando como réu nas ações para, enfim, possibilitar a recomposição do dano. Mas primordialmente essa responsabilidade é do Poder Executivo. No caso, do Ibama, da ANP, enfim. E o Ministério Público gostaria de não ter de propor essas ações por uma ação eficiente dos respectivos órgãos em toda a sua cadeia, desde a multa até a indenização pelos danos causados.

Bom, não sei se deixei alguma coisa de fora. Só também me chama a atenção a questão da complexidade que é a análise sísmica para descobrir se tem petróleo a uma profundidade tão grande no solo, mas que nós, na exploração ou no início da exploração que seja, nós não tenhamos uma análise de solo suficiente para identificar se aquele solo é capaz de sofrer determinadas pressões ou não. Parece-me que isso é uma irresponsabilidade. O que se verifica aí é uma relação de lucro máximo na extração do petróleo. Portanto, considero isso de extrema gravidade.

Bom, eram essas as considerações. Evidentemente, também muito surpreso pela quantidade de poços perfurados por ano, a dimensão, e a potencialidade que isso tem no meio ambiente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu agradeço o Dr. Mário Guisi, os nossos outros convidados e os Senadores que participaram desta audiência.

Como disse, a nossa intenção era entender esse acidente e conhecer...

Sr. Luis Alberto, o Senhor está com a palavra.

O SR. LUIS ALBERTO PIMENTA BORGES BASTOS – V. Exª me desculpe, mas foram feitas algumas colocações e perguntas a empresas e que ainda não foram respondidas. Eu gostaria de aproveitar a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. LUIS ALBERTO PIMENTA BORGES BASTOS – Primeiramente, eu gostaria, com a permissão dos Senhores, de traçar aqui um perfil da empresa. É importante colocar esse contexto para análise da empresa que está sendo analisada neste evento.

Nós temos uma licença-prévia, três licenças de instalação, duas licenças de operação e uma licença...concedidas pelo Ibama, analisadas durante todo o processo licitatório e dadas as informações, temos as licenças.

Toda a regulamentação da ANP, desde o contrato de concessão, os planos anuais, a perfuração de cada poço, todos os documentos são encaminhados, de forma correta, clara e concisa, mostrando o que a empresa está fazendo.

Então, é só quanto à ideia de que não há irresponsabilidade quando se está perfurando fora da camada autorizada. Nosso objetivo ainda é num outro observatório, abaixo de onde nós tivemos a situação, e também autorizado, que faz parte dessa avaliação. Vamos colocar, como está sendo feito, no pós-sal do Frade. Temos toda uma avaliação do pré-sal, que já foi submetida ao Ibama. Não é só à ANP que submetemos todas as informações. As informações também vão ao Ibama para serem analisadas. Toxidade dos produtos utilizados, perfil do poço, todas as informações são passadas para análise. Então, eu gostaria de deixar claro que a empresa sempre cumpre.

Quanto ao plano de emergência, nós colocamos os recursos, ativamos o plano. O Ibama vai falar se fizemos ou não o que estava previsto.

Além disso, como foi dito aqui pelo representante da ANP, a Chevron tem dentro do seu plano também a possibilidade de trazer mais recursos, seja do plano de

ajuda mútua das empresas, coisa que funciona muito bem, mostrou toda a sua eficiência durante as ações no Golfo do México; seja do acionamento dessas grandes instituições internacionais, a CCA e a OSR, que são duas empresas que fornecem equipamentos técnicos e têm capacidade de trazer, dentro dos tempos definidos no plano de emergência, esses recursos para estarem disponíveis, no caso de seu escalonamento de um incidente mais grave.

Eu gostaria de responder ao Senador Crivella, que fez a consideração sobre a resposta.

Já foram colocadas aqui pelo meu colega da ANP as técnicas utilizadas. Quero deixar muito claro que nunca foi utilizado areia nem dispersante, pela avaliação legal. Areia não existe nesse processo. Se vocês olharem toda a metodologia de resposta de emergência, verão que não existe areia. A única parte em que vai aparecer é quando o óleo bate na costa e você normalmente faz um montinho de areia para evitar que ele suba praia acima – assim, aquela areia que já está contaminada fica ali como um dique para conter –, mas nunca combater uma mancha vagando com areia. A dispersão mecânica foi usada pelas condições encontradas do filme, do óleo, como ele se comportou na superfície, destacando que, onde tivemos chance de recolher, os esforços foram feitos e a água oleosa foi recolhida.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Lembro da teoria científica: se você encostar um tubo capilar na tensão superficial, o fluido vai subir infinitamente. É teoria científica.

Não existe uma técnica para retirar esse óleo, vamos dizer assim, usando a tensão superficial para que ele...

O SR. LUIS ALBERTO PIMENTA BORGES BASTOS – O problema é que o óleo da tensão superficial é o mais fino. Quando o óleo chega à superfície, a tendência dele é ir se espalhando. O volume é o mesmo, mas, para uma área maior, a espessura cada vez vai ficando menor.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – E as bactérias que ingerem esse...

O SR. LUIS ALBERTO PIMENTA BORGES BASTOS – Daí a dispersão mecânica. A dispersão mecânica é um processo em que você maximiza a relação área com volume, ou seja, quebrando as partículas, você permite que mais facilmente elas sejam colonizadas pelas bactérias e seja feita a degradação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Vocês que introduzem as bactérias?

O SR. LUIS ALBERTO PIMENTA BORGES BASTOS – Não, essas bactérias existem no oceano e essas bactérias são oportunistas, ou seja, no momento em que existe substrato para ela se alimentar, elas se proliferam e atacam aquela mancha.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu estou vendo que o Deputado Alfredo Sirkis está querendo fazer uma intervenção. Com a palavra o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Inicialmente, para o Dr. Sílvio, já existe claramente uma estimativa de custos globais desse acidente? Essa é a primeira pergunta.

A segunda, claramente, pelo que eu ouvi aqui, nós estamos correndo atrás das situações, ou seja, não temos ainda um plano de contingência – ele estava meio engavetado, mais foi tirado da gaveta a partir do momento em que se deu o acidente –, o efetivo de fiscalização é modesto, mas agora, que aconteceu o acidente, esforços serão aplicados no sentido de aumentá-lo, e por aí vai. Quando vejo isso e a escala de investimentos que se pressupõe no pré-sal, a quantidade de poços que vão ser perfurados no futuro e a complexidade dessa perfuração, sobretudo quando de fato se começar a explorar a camada do pré-sal, é um pouco assustadora essa cultura de privilegiar o início das operações com alguma estrutura, mas talvez não suficiente, e, depois, na medida em que vão se dando os acidentes, tentar correr atrás do prejuízo e expandir capacidades que normalmente deveriam ser capacidade de pronta resposta, até mesmo de prevenção. Essa é, na verdade, uma reflexão que eu faço, porque vejo que nós vamos entrar em uma etapa em que esse processo só vai se intensificar.

Se a gente for considerar realisticamente a probabilidade de acidentes, em virtude do que já ocorreu pelo mundo a fora, é muito grande.

Tivemos, há pouco tempo, a vivência daquilo que, de fato, é um acidente gravíssimo, o do Golfo do México. Em um determinado momento, parecia que não havia como controlar aquilo, e só a muito custo foi controlado. E, teoricamente, pode-se imaginar acidente mais grave do que aquele.

Então, de fato, o problema de fundo que se coloca é o seguinte: o nosso País optou claramente por uma grande sobrevida de sua vida de combustíveis fósseis, projetado para até o fim desse século, no momento em que, claro, existem pressões grandes no sentido de nós irmos optando por tecnologias limpas e prescindindo cada vez mais dos combustíveis fósseis.

Não esperar que o petróleo se esgote, como também não se esperou, para passar da idade da pedra em diante, de fato, as pedras se esgotassem. Elas nunca se esgotaram, e a humanidade foi além disso.

Então, a última pergunta que eu faria, e tem um pouco a ver com essa transição é a seguinte: o que

faria sentido com a questão do pré-sal, é, de fato, utilizar esses recursos também para investir pesadamente em uma transição. Uma transição para uma economia que se baseia basicamente em energias limpas e sustentáveis.

Por outro lado, sabemos que no próprio processo de extração do pré-sal, ao contrário de outros processos, o próprio processo vai significar um aumento significativo das emissões de gás de efeito estufa no próprio processo de extração. Não falo nem do uso subsequente dos combustíveis. Falo do próprio processo.

E aí já se mencionou, mas eu não cheguei a ver uma questão assim conclusiva sobre uma série de tecnologias que estariam sendo investigadas e aperfeiçoadas, no sentido da captura dessas emissões de gases do efeito estufa.

Então, a minha pergunta final é: a quantas anda isso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o representante da ANP.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Aproveita e responde também se existe risco de terremotos para grandes retiradas de petróleo nessas regiões do pós-sal, do pré-sal. Eu já vi especulações sobre isso em revistas especializadas.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Então, vamos começar por essa.

O petróleo, como até um reservatório de água, um aquífero, ele não forma um vazio, uma espécie de gruta cheia de óleo ou cheia de água. O petróleo, assim como a água no aquífero, está permeando poros de uma rocha.

É possível... Podemos ver em poços terrestres, em poços muito superficiais, pode haver pequenos afundamentos quando o reservatório é retirado. Mas são coisas muito localizadas. Em termos do nosso caso, em que estamos longe da falha geológica, eu não... é claro que não sou especialista, mas, do ponto de vista pessoal, eu posso dizer que esse é um risco inexistente.

Nós vamos retirar esse óleo, não vamos retirar o óleo todo, porque uma parte desse óleo, inclusive, ele não é retirável, não é recuperável. Mesmo que a gente faça ingestão de gás, etc.

Então, o risco é zero.

Os estudos de impacto ambiental exigidos pelo Ibama apontam grandes falhas e exigem que o operador demonstre que ele está fora de áreas sujeitas a atividades, a sismos, etc.

Em relação ao pré-sal, de fato, como o Deputado coloca, o processo vai exigir a emissão, exige a emissão de CO_2, e o CO_2 está associado, também, ao óleo retirado em quantidades maiores que em outros reservatórios. Então, o que está sendo feito aí, não na parte da ANP, mas a própria Petrobras, eu tenho participado de vários eventos da Petrobras em que o Presidente da Petrobras afirma que a Petrobras não vai ventilar nem CO_2 nem nenhum outro tipo de gás na atmosfera; ele vai fazer a reinjeção, sempre que possível, em condições de segurança, garantindo que os mecanismos de captura e reservatório, o CCS (Carbon Capture and Storage), vão ser perseguidos no pré-sal, até porque o Brasil tem não uma meta, mas uma proposta de contenção de emissão de gases de efeito estufa.

Em relação às energias outras – também não é uma questão da ANP, a não ser o biocombustível, de que a gerência participa, também tem entre suas atividades a questão do biocombustível –, o fundo social que vai ser criado com recursos do bônus de assinatura, que vai ser criado com parte dos *royalties* do pré-sal e da venda do óleo, que é propriedade do Estado brasileiro, esse fundo tem, entre os seus componentes, a pesquisa de energias alternativas. Então, já é alguma coisa. Se bem que, devemos concordar que é uma opção do Governo perseguir, durante mais algum tempo pelo menos, as questões das reservas do pré-sal e da utilização de combustíveis fósseis.

Em relação à ANP, mais propriamente, o senhor mostrou esse cenário inicial, dizendo que nós seguimos correndo atrás de certos efeitos. Isso em parte é verdadeiro, mas, em relação ao fortalecimento da coordenação de segurança operacional, essa reivindicação de aumento da equipe antecede em muito o acidente de Frade, e não é de agora que nós temos pretendido aumentar o nosso plantel. E a ANP tinha um concurso marcado, já com edital pronto, para o ano passado, se não me engano, mas isso foi vetado, por uma questão de gastos, e deve ser retomado agora, no ano que vem. Então, nós pretendemos ampliar esse quadro, e todos concordam que a ampliação desse quadro, a capacitação dos órgãos estaduais de meio ambiente, a capacitação do Ibama etc. são fundamentais para o pré-sal.

Só não devemos – para concluir – fazer comparações do tipo: a Petrobras gasta mais em café do que a ANP gasta... Porque isso são laranjas com bananas, que a gente não pode comparar. Senão, daqui a pouco, a gente está dizendo que a Exxon gasta mais em lenço de papel... Nós devemos gastar aquilo que é razoável que nós gastemos. Então, isso faz parte da mídia, eu concordo que faz parte da mídia, mas nós não podemos ficar respondendo, a cada momento, a coisas desse tipo. Temos de tentar focar no objetivo principal, que, hoje, é compreender esse incidente e adotar as medidas compatíveis para a melhoria da segurança operacional de contenção e de resposta no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Quanto aos custos – desculpe. Quanto aos custos... *(Falha na gravação.)* da ANP. Quais são os custos de um vazamento? Em geral, eles estão ligados aos custos da própria empresa. Se você considerar, ela está pagando multa, ela está tendo que rever procedimentos, ela está tendo perda em termos de ação, ela tem seus custos reais, seus custos virtuais.

Em relação ao meio ambiente, às comunidades, caso sejam atingidas, ela vai fazer toda a mitigação, toda a limpeza, toda a compensação, seja com recursos gastos diretamente por ela ou gastos repassando aos órgãos públicos envolvidos. Nós não temos, nesse caso, como o óleo não atingiu a costa, uma estimativa de custo, mas eu não creio que haverá custos altos. Mesmo o inquérito que está sendo desenvolvido agora, de obtenção de avaliação de compensação para pescadores... Eu tenho formação na área de pesca. Antes de entrar na ANP, eu trabalhei no Ibama, trabalhei junto ao Ministério do Meio Ambiente e fiz várias análises sobre atividade pesqueira no Rio de Janeiro. Nós estamos, ali, numa situação em que não existe atividade de pesca da frota artesanal. Existe atividade de pesca da frota industrial, que vai procurar a área das plataformas.

Não vou dizer que não existe artesanal. As frotas do sul do Espírito Santo e norte do Estado do Rio de Janeiro procuram a área das plataformas, e ali se estabelece um concentrador de espécies migratórias. Então, na verdade, é uma situação exótica, em que a própria indústria do petróleo criou uma área de pesca que não existia.

Então, o que vai acontecer? Como a mancha é muito pequena, essas embarcações estão sendo mantidas afastadas da região, mas aquilo não é um pesqueiro definido, uma área de pesca, etc. Esse é só um parêntesis. Em suma, nós achamos que não vai haver novos prejuízos, mas nós não temos uma visão clara disso. Em outros países – a gente pode estudar isso –, como Inglaterra e Reino Unidos, por exemplo, eles fizeram agora, pós-golfo do México, uma avaliação, com modelagem aerodinâmica, dos possíveis pontos de toque na costa, do custo que seria limpeza, de acordo com cada ecossistema, e chegaram a um valor de US$250 milhões, que é o valor que a imprensa se compromete a assegurar junto a uma instituição, digamos, de *liability*, de seguro-mútuo.

Então, essa foi uma solução britânica, não necessariamente uma solução brasileira, e devemos avançar nessa discussão. Esse acidente é um bom ponto de partida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero agradecer aqui a presença de todos os convidados desta Comissão.

Antes de encerrar, quero solicitar a inclusão extra-pauta de requerimento para convite de duas pessoas para uma outra audiência pública.

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vou submeter à Comissão o mérito do requerimento.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 122, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos nomes abaixo relacionados entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata os Requerimentos nº 118 e 119, de 2011-CMA: Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Sr. Márcio Zimmermann; e Presidente do ICMBIO (MMA), Sr. Rômulo José Fernandes B. Mello.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero registrar, como já disse no início, que vamos continuar esse debate, no sentido de como aperfeiçoar os instrumentos de prevenção de acidentes dessa natureza e de mitigação, especialmente o plano de contingência.

Antes de encerrar os trabalhos, submeto à aprovação a ata da presente reunião conjunta.

Aqueles que concordam com a dispensa da leitura e aprovação da ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Agradecendo, mais uma vez, a presença de todos, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 17 minutos, suspensa às 11 horas e 9 minutos, reaberta às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 11h, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA N° 7.

Às onze horas e cinqüenta e três minutos do dia seis de dezembro de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, RODRIGO ROLLEMBERG, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ANA RITA, CRISTOVAM BUARQUE, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP, LOBÃO FILHO, CÍCERO LUCENA, CLÓVIS FECURY e BLAIRO MAGGI.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, LUIZ HENRIQUE, WALDEMIR MOKA, SÉRGIO SOUZA, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO, VICENTINHO ALVES e RANDOLFE RODRIGUES**. Justificou a sua ausência o Senador **FLEXA RIBEIRO**. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e concede a palavra aos Senhores Senadores **BLAIRO MAGGI, IVO CASSOL**. Após, submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência faz o seguinte comunicado: 1) "comunico o recebimento do Ofício Circular nº 140/2011-SECEX, do Governo do Estado da Bahia, que contém "Moção de Solicitação de Inclusão em Ordem do Dia e pela aprovação da PEC 524/02, do Senador Antônio Carlos Valadares, que cria o Fundo de Revitalização Hidro Ambiental da Bacia do Rio São Francisco", atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados". Passa-se à **PAUTA**, destinada à deliberação de matérias**. ITEM 1) LEITURA DE AVISOS**. Leitura dos Avisos n°s 1603-Seses-TCU-Plenário, 1662-Seses-TCU-Plenário, 1696-Seses-TCU-Plenário e nº 85, de 2011 (Aviso nº 227-Seses-TCU-2ª Câmara na origem), em conformidade ao Ato n° 02, de 2009 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, aprovado em 08/12/2009. Comunico, para conhecimento, que a síntese de todos os avisos será incluída na pauta cheia e na ata desta reunião. **ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 123, DE 2011,** que "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor MÁRCIO PERCIVAL, Vice-Presidente de Finanças da Caixa Econômica Federal, para, em audiência pública nesta Comissão de Meio ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de que a Caixa Econômica Federal estaria tentando atrasar a operação de aporte de R$ 600 milhões no banco PanAmericano". Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 123, de 2011. **ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 124, DE 2011,** que "Requeiro, nos termos dos arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, e do art. 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Irmar Silva Batista, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Reparação de veículos e Acessórios do Estado de São Paulo – SIRVESP para, em audiência pública nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista Veja, acerca do suposto achaque que foi vitima ao tentar registrar a entidade no Ministério do Trabalho e Emprego. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usam da palavra os Senhores Senadores Valdir Raupp, Cícero Lucena, Ivo Cassol e Blairo Maggi. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 124, de 2011. **ITEM 4) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 8, DE 2005 – Não Terminativo**, que "Propõe, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX e com o artigo 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, a abertura de procedimento investigatório para averiguar os resultados dos processos de intervenção e liquidação de instituições financeiras públicas e privadas no âmbito do PROER, do PROEF e do PROES. Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Pedro Taques. Relatoria "ad hoc": Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela apresentação de requerimento de sobrestamento da matéria e de requerimentos de informações ao Ministro de Estado da Fazenda e ao Presidente do Banco Central do Brasil. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo sobrestamento da matéria e pela aprovação do Requerimento nº 125, de 2011-CMA, de informações ao Presidente do Banco Central do Brasil, e Requerimento nº 126, de 2011-CMA, de informações ao

Ministro de Estado da Fazenda. **ITEM 6) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 2, DE 2009 – Não Terminativo**, que "Propõe que a Comissão realize ato de fiscalização e controle sobre planejamento de investimentos em infra-estrutura". Autoria: Senador Jefferson Praia. Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Pelo envio de cópias do processado da Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2009, incluído este relatório, à Casa Civil da Presidência da República e ao Tribunal de Contas da União, para as providências que julgarem cabíveis, bem como seu posterior arquivamento. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo envio de cópias do processado da Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2009, incluído este relatório, à Casa Civil da Presidência da República e ao Tribunal de Contas da União, para as providências que julgarem cabíveis, bem como seu posterior arquivamento. **ITEM 7) INDICAÇÃO Nº 1, DE 2010 – Não Terminativo**, que "Indicação para que a CMA manifeste a sua posição sobre políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas junto ao Ministério das Relações Exteriores". Autoria: Senadora Marina Silva. Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Pela aprovação parcial da Indicação nº 1, de 2010, nos termos do plano de trabalho apresentado. Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 8) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 200, DE 2007 – Não Terminativo,** que "Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados no rio Mucajaí, no Estado de Roraima". Autoria: Senador Augusto Botelho. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do projeto. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela rejeição do projeto. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 612, DE 2007 – Não Terminativo,** que "Dispõe sobre a utilização de papel reciclado nos livros dos programas de distribuição de material didático do Ministério da Educação". Autoria: Senador Renato Casagrande. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, DE 2009 – Complementar – Não Terminativo,** que "Estabelece que os emissores de cartão de crédito deverão oferecer informações mais detalhadas sobre os custos e uso do cartão de crédito, não poderão alterar taxas e outras condições do contrato com menos de quarenta e cinco dias de antecedência e não poderão cobrar multas do titular do cartão por exceder o limite de crédito concedido". Autoria: Senador Raimundo Colombo. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 2010**, que "Proíbe às empresas responsáveis pela emissão e administração de cartões de crédito a renovarem o contrato do cartão automaticamente, impõe prazo mínimo para variação na taxa de juros de operações já contratadas e estabelece sanções". Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela prejudicialidade dos PLS nº 304, de 2009-Complementar e nº 127, 2010-Complementar. Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 440, DE 2011 – Não Terminativo,** que "Autoriza o Poder Executivo a criar empresa pública para gestão do licenciamento de pesquisa nos biomas brasileiros, estabelece o monopólio das patentes originadas dessas pesquisas, e dá outras providências". Autoria: Senador Sérgio Souza. Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Pela aprovação do projeto com acolhimento da emenda apresentada pelo Sen. Sérgio Souza. Usa da palavra o Senhor Senador Blairo Maggi. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CMA, com voto contrário (vencido) do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, DE 2011 – Não Terminativo**, que "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para instituir a obrigatoriedade de disponibilizar ao consumidor informações nutricionais de alimentos preparados". Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Pela aprovação do projeto. Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 17) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2011 – Não Terminativo,** que "Dispõe sobre o empregador rural; altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990, e 5.889, de 8 de junho de 1973; e dá outras providências". Autoria: Deputado Silvio Torres. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CRA/CAS. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CRA/CAS/CMA. **ITEM 26) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, DE 2011 – Terminativo**, que "Acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor, para exigir que os fornecedores varejistas de produtos ofertados ao consumidor afixem o preço de venda do produto e o preço por unidade padrão de medida". Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Jayme Campos. Relatório: Pela prejudicialidade do projeto. A matéria será redistribuída, em razão do desligamento do

Senador Jayme Campos da comissão. Ficam adiadas as demais matérias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 06/12/2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos a nossa reunião.

Enquanto aguardamos número regimental para deliberação, passo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu gostaria de fazer um registro aqui sobre os dados do desmatamento que foram divulgados acho que no dia de ontem. Eu o faço para as pessoas terem um pouco de conhecimento da luta que nós tivemos na questão contra o desmatamento no Estado de Mato Grosso ao longo dos últimos anos.

Quando eu assumi o Governo do Estado, em 2003, nós vínhamos num crescimento bastante grande na ocupação de áreas, chegando, em 2003, a 10.405 quilômetros quadrados, quer dizer, um milhão de hectares.

Cito 2003 porque os dados do desmatamento são feitos sempre de agosto a agosto e, então, não tem como separar um governo do outro e para mostrar, realmente, que era uma política no Estado de Mato Grosso.

Em 2004, já na minha gestão, nós fomos a 11.814 quilômetros quadrados. Depois disso, com as providências que tomamos, com as conversas com os setores produtivos do Estado, os TACs que assinamos, não com o Ministério Público, mas os termos de acordo que assinamos com o setor produtivo da pecuária, da soja, da madeira, da cana-de-açúcar, do milho, do algodão, com todos os produtores, através da Federação, e uma ONG chamada Ação Verde, começamos a fazer uma redução do desmatamento não só na base do comando e controle, mas também do reconhecimento e do conhecimento de que nós tínhamos que fazer algumas mudanças.

Começamos, então, uma redução no desmatamento, já em 2005, para 7 mil quilômetros quadrados, em 2006, para 4.300 quilômetros quadrados, em 2007, para 2.600, um pequeno repique em 2008, de 3.200, em 2009 fomos a 11 mil quilômetros quadrados e, em 2010, 871 quilômetros quadrados. Quer dizer, 94% menos desmatamento em relação ao maior desmatamento que o Estado teve.

E agora, no dia de ontem, foi divulgado o desmatamento, e apresenta-se Mato Grosso com um incremento de 29%, e as pessoas ficam assustadas com o crescimento.

Eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que, se nós compararmos 2011 com 2004, que foi o maior desmatamento que o Estado de Mato Grosso já teve, nós estamos a 90% do índice de 2004.

Então, nós não podemos ser penalizados. Acho que o Governo deveria tomar um pouco de cuidado quando da divulgação dos dados porque, com todo o esforço que setor produtivo e o Governo de Mato Grosso fizeram junto com o Governo Federal, reduzindo em 90% o desmatamento, no repique de 2010 para 2011, com 29% a mais sobre o menor índice que nós tivemos. Quer dizer, então não é justa a forma da colocação. E gostaria de deixar aqui registrado porque não quero que a sociedade olhe o Estado de Mato Grosso como o vilão da história. Tivemos aumento? Tivemos, mas temos que saber aqui – nunca é dito – o que é legal e o que é ilegal. Quer dizer, dentro dos números que temos aqui, de 1.126 quilômetros quadrados, temos também as atividades legais que o Mato Grosso faz.

Então, só para deixar registrado que, da forma como os números foram divulgados, parece que o Estado saiu de controle. Não, muito pelo contrário. O Estado continua no controle, continua no comando, e eu considero esses repiques sazonais. É quase natural que eles ocorram. O importante é que não tenhamos mais desmatamento ilegal. A partir da implantação do programa MT Legal que fizemos em 2007 no Estado de Mato Grosso, nós temos a certeza de que o Governo e a sociedade estão com o controle desse processo na mão.

Era esse o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente, e também quero registrar aqui a presença dos jovens empresários agrícolas que estão representando hoje a sociedade rural brasileira, que vieram aqui para acompanhar a votação do Código Florestal. E acredito que faremos isso hoje, com muita tranquilidade; com bastante discussão, mas com tranquilidade.

Os Senadores que não participaram da construção no dia a dia dessa lei, cujas modificações fizemos aqui no Senado, terão oportunidade, hoje, de questionar, terão oportunidade, hoje, de também colocar seu ponto de vista. Mas quero crer que vamos chegar ao melhor Código Florestal que podíamos chegar. Esse não é o sonho dos agricultores, não é o sonho dos ambientalistas. É o que foi possível construir nesta

Casa. E V. Exª sabe o quanto foi feito de discussão, o quanto nós ouvimos e o quanto falamos aqui também.

Então, eram esses, Sr. Presidente, os dois registros que eu queria fazer na manhã de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Apenas quero comunicar que já há número regimental. Portanto, declaro aberta, formalmente, a 58ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de passar a palavra ao Senador Ivo Cassol, quero comunicar o recebimento do Ofício Circular nº 140, de 2011, da Secex, do Governo do Estado da Bahia, que contém moção de solicitação de inclusão em Ordem do Dia e pela aprovação da PEC nº 524, de 2002, do Senador Antonio Carlos Valadares, que cria o Fundo para Revitalização Hidroambiental da Bacia do Rio São Francisco, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

Quero registrar que essa PEC tem todo o meu apoio.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Desculpe-me, Senador Ivo Cassol. Quero também registrar a presença de vários empreendedores do turismo rural brasileiro, que aguardam a tramitação de um projeto de lei do qual sou Relator e que pretendo relatar ainda nesta reunião, rapidamente.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Só quero aproveitar esta oportunidade e trilhar pelo mesmo caminho que o Senador Blairo Maggi trilhou.

Fui Governador do Estado de Rondônia de 2003 a 2010, quando nós conseguimos diminuir o desmatamento consideravelmente. Para os senhores terem uma ideia, em 2004, tínhamos 3.800 metros quadrados de desmatamento. Entregamos, em 2010, com 430 quilômetros quadrados de desmatamento.

Estranha-se muito hoje a posição e a divulgação de dados, como o próprio Senador Blairo Maggi mostrou, de algum órgão do Governo Federal, nas vésperas da votação do Código Florestal, colocando mais uma vez em xeque Estados da Amazônia. Fico muito triste porque, neste ano de 2011, comparado a 2004, tivemos uma redução de desmatamento de 344%. E os órgãos que fiscalizam e que acompanham o desmatamento, Sr. Presidente, tinham que verificar que o desmatamento, Senador Blairo Maggi, que hoje existe no Estado de Rondônia é oriundo das duas grandes usinas hidrelétricas que vão gerar energia para o Brasil. Não é só energia para Rondônia. Para Rondônia não precisaria de tudo aquilo, não. E estão colocando em xeque o desmatamento, a supressão que está sendo feita das duas usinas, tanto a de Santo Antônio quanto a de Jirau. Também está conosco aqui, na Comissão do Meio Ambiente, o Senador Raupp, que acompanha esses dados.

Nesta semana, nos próximos dias, será colocada em geração a primeira máquina de 75 mil megawatts, de um conjunto inteiro que haverá, e a equipe do Governo Federal divulga um desmatamento de 890 quilômetros quadrados no Estado de Rondônia, quando esse número é praticamente resultante de dados do desmatamento dos dois empreendimentos das usinas hidrelétricas do rio Madeira; tanto da usina de Jirau quanto da de Santo Antônio. Além disso, esse desmatamento, essa supressão acaba colocando os índices...

Para se ter uma ideia, Senador Blairo, lá atrás, quando o senhor era Governador e eu também, houve um desmatamento na usina do Apertado, no Município de Pimenta Bueno, em que derrubaram 5 mil hectares de terra para fazer um lago. Resultado: colocaram isso nos números, como se nós tivéssemos desmatado, quando, na verdade, foi uma concessão do Governo Federal que autorizou o desmatamento para que se pudesse fazer essa usina. Essa usina, hoje, está gerando energia no Estado de Rondônia.

Portanto, não estão sendo justos esses números, esses dados. Mais uma vez eu questiono esses dados, como questionei lá atrás. O que eles deveriam fazer urgentemente era tirar todo esse desmatamento que há em cima das áreas dos dois grandes empreendimentos, que são de interesse nacional, não são só de interesse do povo de Rondônia, mas de interesse nacional.

Portanto, eu questiono esses números porque o desmatamento em Rondônia é praticamente zero.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Quero cumprimentar todos os Senadores e todos que nos visitam.

Realmente, esse é um dado importante de ser divulgado, pois mostra que o Brasil vem conseguindo sucesso no esforço para reduzir o desmatamento na Amazônia. É claro que as quantias ainda são elevadas, mas demonstra, ao contrário do que muitos afirmam,

que o Brasil vem conseguindo reduzir a cada ano o desmatamento.

E tenho convicção de que, ao aprovar o novo Código Florestal hoje, que prevê a recuperação das Áreas de Preservação Permanente, e ao implementar os dispositivos desse novo Código Florestal, certamente teremos um grande programa de reflorestamento em nosso País, de áreas estratégicas, que são as Áreas de Preservação Permanente.

Consulto o Plenário se podemos inverter a pauta, pois sou relator de uma matéria, o Item 17, que trata do Projeto do Deputado Silvio Torres, que dispõe sobre o empregador rural. Projeto de interesse do turismo, dos empreendedores do turismo rural no Brasil.

Todos concordam com a inversão da pauta? *(Pausa.)*

Solicito, então, ao Senador Blairo Maggi que assuma a Presidência, como o mais experiente dos Senadores aqui presentes. Que assuma a Presidência para que eu possa fazer o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. (PR – MT) – Então vamos ao Item 17, que tem como Relator o Senador Rodrigo Rollemberg.

ITEM 17
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2011

Dispõe sobre o empregador rural; altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990, e 5.889, de 8 de junho de 1973; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Silvio Torres

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CRA/CAS

Observações: 1) Matéria já apreciada pela CRA e pelas CAS, com relatório favorável à matéria, com a emenda nº 1-CRA/CAS. 2) A matéria será analisada em decisão terminativa pela CDR.

Com a palavra o Relator, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 19, de 2011. Designada, na origem, como Projeto de Lei (PL) nº 5.077, de 2009, de autoria do Deputado Sílvio Torres, a proposição *dispõe sobre o empregador rural; altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990, e 5.889, de 8 de junho de 1973; e dá outras providências*.

O art. 1º do projeto renumera o parágrafo único como § 1º e acrescenta o § 2º ao art. 2º da Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990, que *altera a legislação do Imposto de Renda sobre o resultado da atividade rural*. O objetivo é incluir, como atividade rural na legislação tributária específica, os empreendimentos de: administração de hospedagem em meio rural; fornecimento de alimentação e bebidas em restaurantes e meios de hospedagem rurais; organização e promoção de visitas a propriedades rurais produtivas ou propriedades rurais inativas de importância histórica; exploração de vivência de práticas do meio rural; e exploração de manifestações artísticas ou religiosas no meio rural.

O art. 2º da proposição altera o § 1º do art. 3º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que *estatui normas reguladoras do trabalho rural*, para incluir os empregadores ligados ao turismo rural ancilar à exploração agroeconômica entre aqueles submetidos às regras empregatícias do trabalho rural.

Pelo art. 3º do projeto, a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

No Senado Federal, a matéria foi originalmente despachada às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Assuntos Sociais (CAS) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), cabendo à última a decisão terminativa. Todavia, em razão do Requerimento nº 982, de 2011, do Senador Sérgio Souza, o PLC nº 19, de 2011, também foi encaminhado à CMA. Na CRA foi aprovado substitutivo à proposição que modifica o art. 1º do PLC nº 19, de 2011, simplificando as alterações realizadas no texto da Lei nº 8.023, de 1990. A nova redação dada ao projeto inclui um inciso VI no *caput* do art. 2º da Lei nº 8.023, de 1990, para incluir entre as atividades rurais o *conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, que agreguem valor a produtos e serviços do meio rural*. Essa emenda substitutiva foi referendada pela CAS.

Até o momento, não foram apresentadas emendas à proposição.

ANÁLISE

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, II, alínea *a*, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente.

Com relação ao mérito, o autor afirma, na justificação do PLC nº 19, de 2011, que o turismo rural é atividade que "contribui sobremaneira para a preservação ambiental". É inegável que interessa ao empreendedor das atividades de turismo nas regiões rurais a conservação do meio ambiente, sendo, portanto, uma das atividades que contribui para o desenvolvimento sustentável.

Cabe ressaltar, entretanto, que a proposição merece reparos e que as alterações introduzidas no projeto

pela CRA aprimoram de modo relevante sua redação, tornando a intenção do legislador mais clara e objetiva.

VOTO

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2011, com o acolhimento da Emenda nº 01 – CRA (Substitutivo).

Quero aqui apenas, para complementar, registrar que, na Comissão de Assuntos Sociais, esse projeto teve como relator o eminente Senador Cícero Lucena, com o parecer também pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 19, com o acolhimento da Emenda nº 1 da CRA, e que é muito importante definir e reconhecer esse novo perfil do meio rural brasileiro, em que a atividade de serviços passa a ser um componente importante na agregação de valor à produção agropecuária.

Portanto, este é o voto, solicitando o apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

É o relatório que passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1, da CRA.

Devolvo, então, a Presidência ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Item 1.

ITEM 1
LEITURA DE AVISOS

Leitura dos Avisos n°s 1603-Seses-TCU-Plenário, 1662-Seses-TCU-Plenário, 1696-Seses-TCUPlenário e nº 85, de 2011 (Aviso nº 227-Seses-TCU-2ª Câmara na origem), em conformidade ao Ato n° 02, de 2009 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, aprovado em 08/12/2009. Comunico, para conhecimento, que a síntese de todos os avisos será incluída na pauta cheia e na ata desta reunião.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 123, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor MÁRCIO PERCIVAL, Vice-Presidente de Finanças da Caixa Econômica Federal, para, em audiência pública nesta Comissão de Meio ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de que a Caixa Econômica Federal estaria tentando atrasar a operação de aporte de R$600 milhões no banco PanAmericano.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 124 , DE 2011

Requeiro, nos termos dos arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, e do art. 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Irmar Silva Batista, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Reparação de veículos e Acessórios do Estado de São Paulo – SIRVESP para, em audiência pública nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista Veja acerca do suposto achaque que foi vitima ao tentar registrar a entidade no Ministério do Trabalho e Emprego.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, há uma nota aqui da Liderança do Governo encaminhando o voto contrário a esse requerimento. E fala que isso já foi devidamente esclarecido.

Portanto, eu oriento o voto contrário. Apenas faço esse encaminhamento aqui. Sei que o quórum está muito baixo, é difícil até de se proceder a uma votação entre três Senadores, mas encaminho o voto contrário a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para encaminhar, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu compreendo a leitura da nota técnica do Governo, por parte do nobre Senador Raupp, mas acho que a opinião pública brasileira ficará muito grata aos Senadores que aqui se encontram presentes, porque não passa de um convite para que o cidadão venha aqui negar ou afirmar algo que já ocorreu. Eu sei que o ministro que, em tese, viria a ser responsável por isso já caiu, aumentando a estatística anual, mas eu acho que esta Casa não deveria nos privar de ouvir esse cidadão, que tem algo a dizer. Não posso considerar se são verdades ou mentiras, mas os esclarecimentos eu acho que seriam muito válidos, por parte do Senado, a fim de deixar a opinião pública tomar o devido conhecimento.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para encaminhar, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu também sou a favor de votar contra a solicitação do Governo, uma vez que não é a primeira vez que eu já vejo em publicações... No Estado de Rondônia nós também temos funcionários, servidores de entidades, de empresas, de várias categorias que tentaram também abrir, registrar uma entidade junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e, infelizmente, não tiveram sucesso. Simplesmente, havia uma barreira muito grande e, como sempre, havia interesse em facilitar para a, para b ou para c. E já que, com relação ao próprio Ministro, não foi a bala que o pegou, mas foi a tinta da caneta da Presidente, portanto, ele já não faz parte do Ministério, mas nós não podemos, de maneira nenhuma, aceitar e não solicitar a presença das pessoas aqui, para que sejam ouvidas e, ao mesmo tempo, esclarecidos esses fatos.

Também aproveito a oportunidade para dizer ao nosso Senador Eduardo Braga, ex-Governador do Amazonas, que ele não está mais velho hoje, mas está fazendo mais um aniversário. Então, é com alegria, Eduardo Braga, que quero deixar os parabéns a V. Exª

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Obrigado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero aproveitar para, em nome de toda a Comissão, cumprimentar o Senador Eduardo Braga pela sua data natalícia, dizendo que não apenas a população do Amazonas, mas toda a população brasileira se regozija com a sua vida longa. Desejo que V. Exª tenha muita paz, muita saúde e muito sucesso na sua vida pessoal, profissional e política.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Não, é para discutir ainda, Presidente.

Eu estava inscrito, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para encaminhar. Não há discussão para requerimento. É encaminhamento.

Para encaminhar, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só para me somar ao posicionamento do Senador Cícero e do Senador Cassol. Eu acho que o Governo está encaminhando o contrário, mas nós vamos nos posicionar para que haja o convite para esse senhor vir até a Comissão. Depois da saída do Ministro Lupi é que fica melhor para discutir, porque já não há mais tanta pressão, e nós podemos chegar a uma conclusão melhor, se os fatos narrados pela imprensa durante todo esse período foram corretos ou não.

Eu encaminho o voto favorável ao convite para que ele venha à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 6
– Não Terminativo –
PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 2, DE 2009

Propõe que a Comissão realize ato de fiscalização e controle sobre planejamento de investimentos em infraestrutura.

Autoria: Senador Jefferson Praia
Relatoria: Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, primeiro, agradecendo as palavras generosas de V. Exª e do companheiro Ivo Cassol, nosso Senador pelo Estado de Rondônia, quero dizer que, depois dos 50, nós apenas contabilizamos, já não comemoramos aniversário.

Mas antes de entrar propriamente no mérito...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Senador Eduardo Braga, eu queria me associar ao Senador Rodrigo e ao Senador Ivo Cassol e dizer que eu gostaria de comemorar junto com V. Exª o segundo meio século. Estamos comemorando hoje o meio século, não é?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Combinado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Vamos combinar para comemorar o segundo meio século.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Está certo.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Parabéns, parabéns a V. Exª!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador, eu estou surpreso com essa...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Inclua-me nisso também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu estou surpreso com essa informação de que V. Exª já tem 50 anos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/ PMDB – AM) – Faço 51 hoje.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Imaginava que tivesse muito menos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/ PMDB – AM) – São os olhos de V. Exª e a água do Amazonas que é boa.

Sr. Presidente, antes de entrar propriamente no Item nº 6, gostaria de fazer uma solicitação a V. Exª. Também sou Relator do Item nº 7 da pauta, que trata de audiências que deveriam ter sido feitas para a COP 16. Eu já teria feito o relatório, levando para a COP 17. Como a COP 16 já aconteceu e a COP 17 está em curso, peço para retirá-lo de pauta para que possamos apresentar um parecer para a COP 18.

E faço um apelo a V. Exª para que, no ano vindouro, possamos, então, em tempo hábil, fazer as audiências com relação a essa sugestão, que foi da então Senadora Marina Silva. Mesmo assim, a matéria e o parecer, como V. Exª percebe, ficaram prejudicados. Peço a retirada de pauta, portanto, do Item nº 7.

Também sou Relator, Sr. Presidente, do Item nº 14 da pauta. E por sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Do Item nº 6 também.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/ PMDB – AM) – Do Item nº 6 vou ler, logo a seguir, o relatório. Apenas para ganhar tempo, estou pedindo a V. Exª, também, a retirada de pauta do Item nº 14, para que a Anvisa possa se manifestar. Peço a V. Exª, então, que na próxima semana o Item nº 14 retorne à pauta com a manifestação da Anvisa. Portanto, solicito a retirada de pauta dos Itens nºs 7 e 14. Do Item nº 14, para darmos tempo de a Anvisa se manifestar. E do Item nº 7, para que possamos readequá-lo para a COP 18.

Com relação...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª será atendido. Vamos ao Item nº 6.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/ PMDB – AM) – Com relação ao Item nº 6, Sr. Presidente. O relatório.

Submete-se ao conhecimento desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) a Proposta de Fiscalização e Controle (PFS) nº 2, de 2009, do Senador Jefferson Praia, que *propõe que a Comissão realize ato de* fiscalização e controle sobre planejamento de investimentos em infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Se V. Exª quiser, como todos já receberam o relatório, pode ir direto ao voto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/ PMDB – AM) – Vou apenas fazer a ementa, Sr. Presidente, e irei direto ao voto.

O Relatório Prévio, de autoria do Senador João Pedro, pela admissibilidade da matéria e do plano de trabalho apresentado, foi aprovado na sessão desta CMA de 8 de dezembro de 2009, estabelecendo-se um plano de execução.

O voto, Sr. Presidente, depois de todas as justificativas e da análise em relação a essa questão é o seguinte:

À luz do exposto, concluímos pelo envio de cópias do processado da Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2009, incluído este Relatório, à Casa Civil da Presidência da República e ao Tribunal de Contas da União, para as providências que julgarem cabíveis, bem como pelo seu posterior arquivamento.

Por que isso, Sr. Presidente? Porque, na realidade, entendemos que tanto o Tribunal de Contas da União quanto a Casa Civil da Presidência da República, ao tomarem conhecimento deste relatório, podem apresentar suas informações a esta Comissão. O projeto apresentado pelo então Senador Jefferson Praia ficaria absolutamente prejudicado. Portanto, recomendo o seu arquivamento.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o parecer do Senador Eduardo Braga.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CMA pelo envio de cópias do processado da Proposta de Fiscalização e Controle nº02/2009, incluído este relatório, à Casa Civil da Presidência da República e ao Tribunal de Contas da União para as providências que julgarem cabíveis, em como pelo seu posterior arquivamento.

ITEM 8
– Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 200, DE 2007

Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados no rio Mucajaí, no Estado de Roraima.

Autoria: Senador Augusto Botelho
Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Com a palavra o Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Qual o item, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Item nº 8.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/ PMDB – AM) – Página 94. Item 8, página 94.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, o Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 200, de 2007, de autoria do Senador Augusto Botelho, que objetiva autorizar o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, localizados no rio Mucajaí, no Estado de Roraima.

Vou direito ao voto.

À vista do exposto, posicionamo-nos, com a devida vênia, contrários à aprovação do projeto em questão, por ser inoportuno no atual momento.

Por essas razões, opinamos pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2007.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o voto do Relator, Senador Valdir Raupp, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pela rejeição do projeto.

ITEM 13
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 440, DE 2011

Autoriza o Poder Executivo a criar empresa pública para gestão do licenciamento de pesquisa nos biomas brasileiros, estabelece o monopólio das patentes originadas dessas pesquisas, e dá outras providências.

Autoria: Senador Sérgio Souza
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatório: Pela aprovação do projeto com acolhimento da emenda apresentada pelo Sen. Sérgio Souza
Observações: *1) A matéria será apreciada pela CCT e, em decisão terminativa, pela CCJ.*

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, o relatório submete ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 440, de 2011, do Senador Sérgio Souza.

A iniciativa "autoriza o Poder Executivo a criar empresa pública denominada Empresa para a Gestão do Licenciamento de Pesquisa no Bioma Brasileiro (Biobras), com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com prazo de duração indeterminado".

Prevê que o capital social da empresa será constituído por ações ordinárias nominativas de propriedade exclusiva da União e que a integralização será realizada com recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União, bem como de quaisquer bens.

VOTO

Antes de manifestar o voto, eu gostaria de fazer apenas a leitura de um parágrafo para que fique compreendido o voto.

A proposição representa iniciativa importante – isto, da análise – de estímulo à utilização sustentável dos recursos naturais brasileiros, possibilitando ainda que o País assegure para si os benefícios resultantes dessa utilização. Contribui, desse modo, para tornar concreto um dos princípios da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981), representado pelos "incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção de recursos ambientais" (art. 2º, VI).

Sr. Presidente, existem muitas pesquisas nessa direção, poucas patentes alcançadas no Brasil na área de biodiversidade. O Brasil é parte integrante do grupo G1 de biodiversidade. Temos um enorme potencial. Creio, portanto, que a aprovação da proposta do Senador Sérgio Souza é extremamente relevante para o interesse nacional.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2011, com a inclusão da emenda acima referida.

A emenda referida, Sr. Presidente, é exatamente a que trata da modificação da questão da Biobras para que ela possa se adequar à legislação existente no País e à estrutura organizacional.

Trata-se do seguinte: perante esta Comissão, o autor do projeto, Senador Sérgio Souza, apresenta a seguinte emenda: "Altere-se, onde couber, no PLS 440, de 2011, a sigla da Empresa para a Gestão do Licenciamento de Pesquisa no Bioma Brasileiro, passando de 'Biobras' para 'Emgebio'". Assim, portanto, ela não teria conflito de nomenclatura nem de interesses com paralelismo de ação em outras áreas do Governo Federal.

O relatório é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Antes de passar a palavra para o Senador Blairo Maggi, para discutir, só para tirar uma dúvida: a emenda é do próprio autor do projeto, Senador Sérgio Souza?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – A emenda é do próprio autor do projeto, que reconheceu e apresentou a alteração, passando de Biobras para Emgebio, e assim, portanto, adequando as características, a formalidade do conteúdo da matéria, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr.Presidente, só para minha orientação, eu gostaria de solicitar ao Senador Eduardo Braga duas coisas: primeiro, é um projeto autorizativo, não significa que vai ser implantado; e segundo, Senador, que estrutura que o Senador Sérgio Souza pensa para esse tipo de empresa? A minha preocupação é que venhamos a criar mais um monstrinho para atrapalhar, para arrecadar, enfim, já vimos isso acontecer muitas vezes aqui dentro do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, na realidade, como esta é uma matéria, como foi bem colocada pelo Senador Blairo, autorizativa, seria da competência do Executivo, quando da apresentação do projeto de lei de criação do Emgebio, a apresentação da estrutura. Fato é que, para que possamos implementar consequências às pesquisas, com registro de patentes, com uma série de registros de publicação de artigos, etc., a dinâmica de uma empresa seria completamente diferente do que os departamentos estabelecidos pelo Ministério do Meio Ambiente.

Portanto, o parecer favorável é dando ao Poder Executivo autorização para que elabore o projeto de estrutura, uma estrutura que imagino ser enxuta, uma estrutura que imagino ser dinâmica, para dar agilidade a uma das áreas em que temos grande dificuldade.

Só para que V. Exª tenha ideia, na justificação do projeto, o autor esclarece que sua iniciativa busca contribuir para a eliminação da biopirataria sobre os biomas brasileiros, permitindo que o Brasil possa ter maior controle sobre os resultados das pesquisas biotecnológicas e sobre os benefícios econômicos dela advindos.

Os benefícios econômicos dela advindos, Sr. Presidente, são exatamente a partir das patentes a serem registradas e publicadas a partir dessas pesquisas. E há outra situação extremamente cinzenta ou nebulosa na questão da biopirataria. Onde começa a biopirataria e onde começam a pesquisa e a ciência na área da biodiversidade? Exemplo: a retirada de sangue de primatas da Amazônia para a elaboração de genoma e desenvolvimento de DNA na Europa, isso é biopirataria ou isso é ciência, tecnologia, pesquisa? Todas essas questões precisam estar esclarecidas de forma prática, objetiva, direta, dinâmica, para que o Brasil tenha dinamismo nessa área.

Sr. Presidente, recentemente, na Comissão de Ciência e Tecnologia, tivemos, de um lado, a boa notícia de que o Brasil, nas áreas de publicações de ciência e tecnologia, está hoje entre as grandes potências do mundo. No entanto, na área de patentes, que gera exatamente os benefícios econômicos advindos dessas pesquisas, o Brasil sequer consegue competir com os países emergentes.

Para concluir a argumentação, Sr. Presidente, chegou-se ao ponto de cupuaçu e guaraná, que são duas frutas da Amazônia com grande impacto em biodiversidade, terem patentes e registros de patentes em países fora das nossas fronteiras.

Portanto, Sr. Presidente, acho que o Brasil precisa ser provocado de uma forma positiva para agir e se movimentar na direção de termos um dinamismo maior nesse setor, que pudesse ter resultados científicos tecnológicos e econômicos diante de uma grande reserva e de um grande potencial que o Brasil tem em biodiversidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do relatório do Senador Eduardo Braga permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pela aprovação do projeto com acolhimento da emenda apresentada pelo Senador Sérgio Souza.

Designo o Senador Ivo Cassol para ser o relator *ad hoc* do item nº.4.

ITEM 4
PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 8, DE 2005

Propõe, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX e com o artigo 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, a abertura de procedimento investigatório para averiguar os resultados dos processos de intervenção e liquidação de instituições financeiras públicas e privadas no âmbito do PROER, do PROEF e do PROES.

Página 35.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – É preciso ler todo o relatório, Sr. Presidente, ou podemos passar diretamente para o voto?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Fica a critério de V. Exª, Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Então, vamos fazer um resumo e passar à análise.

Em conformidade com o disposto no inciso X do art. 49 da Constituição Federal, é da competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Em face do exposto, concluímos pela apresentação de Requerimento de sobrestamento da Proposta de Fiscalização e Controle nº 8, de 2005, e dos Requerimentos de Informações aos ilustres Ministro de Estado da Fazenda e Presidente do Banco Central do Brasil, nos seguintes termos:

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Nos termos do art. 335, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o sobrestamento temporário do estudo da Proposta de Fiscalização e Controle nº 8, de 2005, nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, até que se obtenham os esclarecimentos a serem solicitados, por intermédio de Requerimentos de Informações ao Ministro de Estado da Fazenda e ao Presidente do Banco Central do Brasil, acerca da avaliação dos custos e dos benefícios econômicos e sociais dos Programas de estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional (PROER), de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF) e de Incentivo à Redução da Participação do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES).

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Senhor Presidente do Banco Central do Brasil as seguintes informações a respeito do Programa de Estímulo à Estruturação do Sistema Financeiro Nacional (PROER) e do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF):

I – Quais os montantes totais e desembolsados anualmente destinados ao PROER e ao PROEF, e para que fins foram alocados os recursos?

II – Quais foram os bancos privados socorridos? Que bancos e instituições financeiras foram liquidados e qual o montante de recursos concedidos para honrar seus compromissos com clientes/investidores?

III – Qual foi o total de recursos, por banco/instituição financeira privada, destinados a empréstimos e garantias a empréstimos concedidos?

IV – Que proporção desses recursos foi ressarcida ao Governo?Há em curso pagamentos sendo efetuados pelos proprietários das instituições privadas socorridas?

V – Qual o resultado dos processos judiciais ou administrativos instaurados em relação à administração dos bancos/instituições financeiras por gestão fraudulenta ou outras alegações?

VI – Qual o aporte concedido pelo PROEF aos bancos federais e qual o objetivo, em cada caso?

VII – Que parâmetros têm sido utilizados para aferir os resultados dos dois Programas e qual é a avaliação dos custos e benefícios econômicos e sociais de cada um?

VIII – Quais as principais mudanças no Sistema Financeiro Nacional, de médio e longo prazo, que podem ser atribuídas ao PROER? E as advindas do PROEF?

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações a respeito do Programa de Incentivo à Redução da Participação do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES):

I – Qual o montante alocado ao PROES, quais foram os bancos assistidos e qual a finalidade dos recursos alocados?

II – Quais foram os bancos/instituições financeiras estaduais privatizadas, quais foram liquidadas, e quais permaneceram estatais e por quê?

III – Quais foram os principais resultados obtido pelo PROES?

IV – Qual foi a avaliação global do PROES, na comparação de seus custos e de seus benefícios econômicos e sociais?

V – Qual foi o montante da dívida paga e a remanescente do PROES com o Tesouro Nacional? Qual é o custo anual dessa dívida?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do relatório do Senador Ivo Cassol, relatório *ad hoc* – relatório original do Senador Pedro Taques – permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA pela apresentação de requerimento de sobrestamento da matéria e de requerimento de informações ao Ministro de Estado da Fazenda e ao Presidente do Banco Central do Brasil.

Não há mais nenhum relator presente das matérias constantes em pauta. Quero registrar que, a partir da próxima reunião, para os projetos que já estiverem em pauta pela segunda vez, designaremos relatores *ad hoc* para que possamos limpar a pauta neste final de ano.

Agradeço a presença de todos. Estou muito curioso para saber do relato do Senador Cícero Lucena, de como foi a viagem, a reunião da Globe na África do Sul.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu, juntamente com o Senador Vicentinho, de Tocantins, fizemos requerimento solicitando nesta Casa a presença do Diretor do Consórcio Santo Antônio e Jirau. Pensei que já estava marcada essa audiência, mas parece que não, para que ele explique as dúvidas que temos, tais como: assoreamento do rio Madeira. Estão retirando o solo mole na saída de água e colocando milhões de metros cúbicos de terra, de areia no leito do rio. Além disso, há dúvidas quanto à questão da supressão, quando a outras questões. Estamos discutindo – a Câmara dos Deputados também está discutindo e convidou as autoridades estaduais e municipais do Estado de Rondônia e do Governo Federal e também dos dois consórcios – a questão das compensações.

No passado, eu era Governador do Estado de Rondônia e fiz um acordo com o Consórcio Jirau, que se comprometeu a, além da compensação que tinha, dar mais R$90 milhões para o Governo do Estado de Rondônia para a infraestrutura na área da saúde, na área de segurança pública, como aumento dos presídios em Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Costa Marques, Ji-Paraná e Porto Velho. Até agora, as compensações foram pagas só em parte, e tenho o relatório deles dizendo que já concluíram tudo.

Portanto, a presença deles aqui é importante para explicarem, nesta Casa, como estão sendo feitas as compensações porque, depois das usinas prontas, infelizmente, vai ficar somente o déficit, e não serão cumpridos os compromissos assumidos com a população do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço ao Senador Ivo Cassol. Vamos definir a data dessa audiência pública.

Quero aqui registrar, com muita alegria, a presença do Ministro Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que é o Presidente da Comissão de Juristas que trabalha na atualização do Código de Defesa do Consumidor. Certamente, esse será um tema importante da agenda legislativa no ano que vem, no Senado Federal, especialmente da Comissão do Meio Ambiente.

O Ministro Herman Benjamin deu uma contribuição bastante expressiva nos debates sobre a revisão do Código Florestal Brasileiro. Seja muito bem-vindo, Ministro Herman Benjamin, é uma honra tê-lo aqui, na Comissão de Meio Ambiente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9h, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA N° 15.

Às nove horas e vinte minutos do dia oito de dezembro de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor

e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, IVO CASSOL, ALVARO DIAS, VICENTINHO ALVES, DELCÍDIO DO AMARAL e FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANÍBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO e RANDOLFE RODRIGUES**. Fica registrada a presença em plenário dos Deputados Federais João Leão e Edson Pimenta. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA**, **Audiência Pública**, em atendimento aos Requerimentos nº 63 e 64, de 2011-CMA, de autoria, respectivamente, dos Senadores Álvaro Dias e Randolfe Rodrigues, com o objetivo esclarecer as denúncias de corrupção noticiadas na revista Istoé nº 2177, de 3 de agosto do corrente ano, acerca da liberação de recursos pelo Ministério das Cidades para obras consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União, com a presença do Senhor **Ministro das Cidades, Mário Negromonte.** Após a exposição do convidado, usam da palavra para tecer comentários sobre os assuntos abordados os Senhores Senadores **FRANCISCO DORNELLES, IVO CASSOL, ALVARO DIAS, VICENTINHO ALVES, WALTER PINHEIRO, BENEDITO DE LIRA e ANA AMÉLIA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 08/12/2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 59ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 58ª Reunião Ordinária, de 6 de dezembro de 2011.

Aqueles que concordam com a aprovação da Ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Pauta.

Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 63 e 64, de 2011-CMA, de autoria, respectivamente, dos Senadores Álvaro Dias e Randolfe Rodrigues, com o objetivo esclarecer as denúncias de corrupção noticiadas na revista Istoé nº 2177, de 3 de agosto do corrente ano, acerca da liberação de recursos pelo Ministério das Cidades para obras consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União, em atendimento aos Requerimentos nº 63 e 64, de 2011 – CMA, de autoria, respectivamente, dos Senadores Alvaro Dias e Randolfe Rodrigues.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Exª, Sr. Mário Negromonte, terá 30 minutos para fazer sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra dos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo ao ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Agradecendo a presença do Ministro Mário Negromonte aqui na Comissão de Meio Ambiente, passo a palavra ao Exmº. Ministro das Cidades.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador Rodrigo Rollemberg, quero cumprimentar V. Exª pelo trabalho que vem desenvolvendo na Presidência da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, presidindo esta comissão com muita categoria, muita classe e muita democracia, de modo que as minhas primeiras palavras são para cumprimentar V. Exª.

Queria, em seguida, cumprimentar o Ministro Mário Negromonte, membro do meu partido, pela sua atitude democrática, aberta e parlamentar, informando logo que desejava comparecer a esta comissão para explicar todos os problemas relacionados ao seu Ministério. O Ministro Mário Negromonte tem tido sempre uma linha de muita coerência e de muita correção, de modo que considero extremamente importante esse seu diálogo com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu que agradeço as suas palavras, Senador Francisco Dornelles. Tive a oportunidade de conviver com o Ministro Mário Negromonte na Câma-

ra dos Deputados – eu na condição de Líder do PSB, ele na condição de Líder do PP. Conheço a trajetória e agradeço também o fato de, desde o primeiro momento, ter se colocado à disposição desta Comissão para prestar todos os esclarecimentos às Srªs e Srs. Senadores.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente. Com alegria, quero cumprimentá-lo e, ao mesmo tempo, cumprimentar o nosso Ministro das Cidades, Mário Negromonte, e dizer que, como membro desta comissão e na aprovação do requerimento para que a presença do Ministro viesse tirar algumas dúvidas em notícias publicadas em jornais, *sites* e revistas, para nós é uma satisfação o PP ter no Ministério o Ministro Mário Negromonte.

Nós, que trabalhamos para poder contribuir com os investimentos e desenvolvimento desse Brasil, e com a experiência que tive por dois mandatos como Governador do Estado de Rondônia, muitas vezes senti na pele o que eram publicações, Ministro, não mexendo na vida da gente, mas revirando a vida da gente de perna à cabeça. Muitas vezes pagamos caro por algo que jamais fizemos. E, no momento em que se publica, que se bota o nosso nome na vala, que se coloca o nome das pessoas, muitas vezes, no lixo, especialmente dos homens públicos, a imprensa costuma fazer, Sr. Presidente, com destaque em todas as áreas.

E, quando se apura a verdade, quando a pessoa é inocentada, muitas vezes a imprensa nem sequer coloca e, quando coloca, é preciso pegar uma lupa para poder ler.

A exemplo disso, por que fiz questão de pedir a palavra? Recordo-me, na época em que era governador, de que meu filho foi denunciado como se tivesse feito tráfico de influência no meu governo. Ele nunca participou. Saiu de Rondônia algemado e foi embora para o Espírito Santo, no maior carnaval que fizeram. Meu filho foi inocentado na 1ª Vara, no Espírito Santo, e ontem foi inocentado no Rio de Janeiro.

Quero dizer o seguinte: quem paga esse preço? Quem paga esse custo perante a sociedade, perante os amigos, perante todo mundo?170

Portanto, vejo, muitas vezes, injustiças sendo plantadas, antecipando o velório dos homens públicos. E nós, aqui no Congresso, que temos a obrigação e o dever de fazer leis para que todos respondam dentro delas, vemos que muitos daqueles que denunciam sequer podem ser punidos depois. E fica no esmo, fica o dito pelo não dito. E nós, homens públicos, vamos para a vala do dia para a noite. E, muitas vezes, pessoas inocentes, humildes, simples, não conseguem sequer ressuscitar e pagar esse preço perante a sociedade.

Portanto, Ministro, quero dizer ao senhor que é uma alegria tê-lo aqui para esclarecer essas dúvidas que pairam no ar, para cima e para baixo, disse não disse, o que deixou de fazer ou acontecer. Sei que o Ministério é imenso, e a briga pelo poder aqui é muito grande. Muitas vezes, o que vemos é a base matando a própria base, os próprios partidos da base aliada querendo sacrificar pessoas que queiram ocupar o espaço. Mas o que importa para nós é que continuamos de cabeça erguida, trabalhando em prol do Brasil. Por isso, só queria fortalecer isso e dizer que, mesmo tarde, muitas vezes a verdade vem. Ela dói, machuca, mas ao mesmo tempo compensa, porque a população em geral espera isso de nós, homens públicos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, queria apresentar a V. Exª, ao Ministro e aos membros desta Comissão, pela experiência que tenho do passado. O Ministro faz uma exposição, aborda muitos assuntos que, muitas vezes, os Senadores aqui não têm interesse e deixa de abordar aqueles assuntos que estão sujeitos, por razão da convocação.

Queria perguntar a V. Exª – não sei se é possível, se é regimental e se o Ministro e os outros Senadores aqui presentes estariam de acordo – se o Ministro poderia ir direto ao debate, ou seja, colocaria a palavra aos Senadores, responderia e, no final, colocaria algum ponto, alguma informação que considere que não foi a ele colocada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Submeto à apreciação dos Senadores o procedimento que gostariam de adotar nesta audiência pública. Consulto, de forma especial, o autor do requerimento, Senador Alvaro Dias, sobre como gostaria de fazer o procedimento desta audiência pública.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, não há, da nossa parte, discordância em relação à proposta do Senador Dornelles. Cabe ao Ministro, que tem o direito de falar com precedência, decidir se deseja usar o tempo ou não. Da nossa parte, não há discordância em relação ao que deseja o Senador Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Passo a palavra ao Ministro Mário Negromonte, para que possa se pronunciar.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Bom dia, Srªs e Srs. Quero cumprimentar o Presidente da Comissão

de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senador Rodrigo Rollemberg, as Srªs e Srs. Senadores aqui presentes, o Presidente do meu partido, Senador Dornelles, e dizer que é motivo de grande alegria comparecer a esta Casa, Senador, uma vez que já circulei muito por esse ambiente quando era Vice-Presidente da CPI de Roubo de Cargas, em que o Presidente era o Senador Romeu Tuma. Tínhamos uma convivência muito salutar com os congressistas. Então, retornar a esta Casa é motivo de muita alegria e satisfação e me sinto muito honrado.

Também desfrutei da parceria de V. Exª, quando Líder do PSB, e eu, Líder do PP, na Câmara. Pude aprender muito com V. Exª. Lógico que o nosso professor maior, Senador Dornelles, apresenta uma sugestão inteligente, porque ganharíamos tempo. Posso ir direto ao assunto, respondendo às perguntas e ficando à disposição para falar sobre qualquer assunto sobre o Ministério das Cidades.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Então vamos dar esse encaminhamento. Inicialmente, passo a palavra ao Senador Alvaro Dias, como autor do requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Primeiramente, Presidente, agradeço a V. Exª as providências para que esta audiência pública pudesse ocorrer, oferecendo a oportunidade ao Ministro Negromonte de apresentar as explicações necessárias para fatos que se tornaram de conhecimento público desde o mês de agosto. São vários fatos.

É importante destacar que o desequilíbrio da representação popular nos retirou um instrumento essencial para que possamos cumprir uma das nossas missões essenciais, que é a de fiscalizar o Poder Executivo. Refiro-me ao instituto da Comissão Parlamentar de Inquérito. Estamos absolutamente impedidos, pela limitação numérica, de instalarmos comissões parlamentares de inquérito e o jornalismo investigativo tem cumprido um papel relevante exatamente porque acaba nos substituindo nessa tarefa, e é a razão de estarmos verificando, nos últimos meses, durante todo este ano, uma série de denúncias envolvendo vários Ministérios. V. Exª já recebeu um requerimento de nossa autoria, que também pretende ouvir o Ministro Pimentel, que é, no momento, alvo de denúncias veiculadas, nos últimos dias, na imprensa de todo o País.

É o papel que o Parlamento tem que desempenhar, não há, da nossa parte, nenhum objetivo de prejulgar quem quer que seja. Ao contrário, penso que até oferecemos o espaço para o direito de defesa, que é essencial no Estado Democrático de Direito.

Por isso, Ministro, vamos colocar para a sua apreciação e comentários várias questões que tiveram origem já no mês de agosto, para que V. Exª tenha oportunidade de expor a sua posição a respeito e possa, inclusive, contestar as denúncias que foram veiculadas pela imprensa do País.

A primeira delas dizia respeito a encontros que ocorriam naquilo que a revista *Veja* chamou de *bunker*, uma sala anexa ao seu gabinete, onde parlamentares se reuniam para tratar de apoio político a V. Exª. A indagação é se V. Exª tinha conhecimento disso, se isso era real e, o que é mais grave: a denúncia dava conta de que se pagava uma mesada, que parlamentares recebiam a oferta de R$ 30.000,00 como mesada, em troca do apoio político. Isso é que se veiculou pela imprensa e reproduzimos, sintetizando, evidente, para que V. Exª possa responder.

A outra questão diz respeito à liberação de recursos para obras consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União, algumas com recomendação de bloqueio, ou seja, de retenção dos pagamentos, e que a liberação era dirigida de conformidade com o interesse político-partidário. Esta é a denúncia. A indagação é se o fato é real, se era uma decisão de V. Exª ou se era uma decisão do Governo, e quem determinava o pagamento de obras irregulares, não atendendo a recomendação do Tribunal de Contas da União. Por exemplo, o Tribunal de Contas teria recomendado a retenção dos pagamentos das obras do metrô de Salvador e Fortaleza, com contratos de R$1,6 bilhão.

São várias as empreiteiras. E o ministério liberou um montante de 6,7 milhões para o metrô de Salvador e mais 100 milhões para o metrô de Fortaleza. A indagação é se há uma orientação no Governo para que se ignorem as decisões e recomendações do Tribunal de Contas da União. Nós já tivemos um episódio que ficou mais conhecido que foi o veto do Presidente Lula a um dispositivo da lei orçamentária que impedia o repasse de recursos para as obras de ampliação da Repar, uma refinaria no Município de Araucária, no Paraná. O Presidente vetou e determinou na continuidade desses repasses, fato que resultou em inquérito da Polícia Federal, porque o Tribunal de Contas da União confirmou e reiterou haver desvio da ordem de R$1,4 bilhão naquela obra. Então, a indagação é se há uma orientação do Governo para que os ministérios ignorem a recomendação do Tribunal de Contas da União.

A outra denúncia diz respeito à festa – esta foi uma das últimas denúncias – ocorrida no interior da Bahia, no Município de Paulo Afonso, com patrocínio de sete órgãos públicos. Houve a confecção de cartazes com o nome Negromonte. Isso fere a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei Eleitoral, porque fere o principio constitucional da impessoalidade. Então, a indagação é para que V. Exª esclareça esse fato: se

V. Exª autorizou, se não sabia, se mandou retirar o nome quando soube, enfim, são as questões que nós estamos procurando suscitar. Parece-me que esses cartazes ferem o disposto no art. 37 da Constituição Federal. Queremos ouvi-lo a respeito.

Finalmente, o fato mais recente diz respeito à fraude em um parecer feito pela Diretora de Mobilidade Urbana, sobre um projeto relativo à Copa do Mundo, que trocaria o uso de uma linha rápida de ônibus pelo chamado VLT em Cuiabá. Eu tenho em mãos fac-símile de dois documentos. O primeiro deles é do dia 8 de agosto de 2011. É a Nota Técnica nº 123, de 2011, que está na página 139, contrária à aprovação do projeto de Cuiabá que custa R$1,2 bilhão. O documento foi assinado pelo Analista de Infraestrutura Igor Guerra. Ele considera, na sua nota técnica, como conclusão, não haver uma posição clara sobre a melhor tecnologia, especialmente pelo fato de a escolha de um empreendimento ter ordem de investimento de R$1 bilhão, impactar nos dois principais eixos etc, faz a análise e não recomenda a adoção da proposta de mudança do sistema, que implicaria um aumento de despesas da ordem de R$700 milhões. Essa é a nota técnica assinada por Higor de Oliveira Guerra, Analista de Infraestrutura. Depois, a nota que substituiu. Essa nota técnica foi excluída e deu lugar a essa outra nota técnica, que é semelhante na forma, que tem a mesma data, 8 de agosto de 2011, e que é assinada pela Gerente de Projetos Cristina Maria Soja e por Luiza Gomide de Faria Vianna, Diretora de Mobilidade Urbana. Então, têm o mesmo número, a mesma data, na mesma página, e é diferente. Nesta nota técnica, o estudo indica fatores favoráveis à implantação do VLT.

O Sr. HIgor prestou depoimento na Polícia Federal, em que confirma a fraude e se justifica que, para se defender, denunciou. Ele diz que, a partir do dia 6 de outubro, apresentou resultado da análise da CGU, que seria uma nova nota técnica. Na análise, o depoente verificou que a análise da CGU coincidia com os pontos da sua análise inicial. Ou seja, havia coincidência entre a posição dele como técnico e a da CGU. Ele disse que teve quatro dias de desgastantes conversas com Cristina Soja, pois o depoente se recusou a alterar a nota técnica que já tinha produzido. Ele foi instado a alterar a nota técnica e se recusou. E disse aqui que foram quatro dias desgastantes, de desgastantes conversas.

A isto que eu peço a V. Exª que preste atenção: a Cristina dizia que a posição do órgão tinha que estar em sintonia com a decisão do Governo, que não poderia constar a discordância no processo. Ou seja, há uma insinuação de que a decisão era do Governo, e que ela, Cristina, cumpriu apenas uma determinação superior para alterar a nota técnica e documentar uma fraude. Porque é documentação de uma fraude, é a substituição de uma nota técnica por outra, com uma esperteza explícita que acabou sendo denunciada pelo fato de o Sr. Igor tentar se proteger, uma vez que todos nós sabemos que há uma comissão no Ministério Público Federal encarregada de acompanhar os eventos que dizem respeito à Copa do Mundo. Portanto, a nota técnica destinava-se a subsidiar uma decisão do Governo.

Enfim, ele se recusou a alterar a sua nota técnica, e a consequência foi a fraude denunciada. Ele afirma que, provavelmente, essa alteração, a nota técnica que substituiu com a mesma data, na mesma página, com assinaturas diferentes e texto diferente, mas com a mesma forma, na opinião dele, teria sido assinada por volta do dia 26 de outubro. Embora conste a data de 8 de setembro, teria sido assinada por volta do dia 26 de outubro, porque nessa data foi feito Xerox de todo o processo. Portanto, no dia 26 de outubro fez o Xerox do processo e se documentou a respeito. Ele afirma que isso não é normal ou comum no Ministério, que nunca foi feito anteriormente.

Enfim, o que nós queremos obviamente saber é se o Ministro participou disso, porque uma obra ou empreendimento que tenha o seu valor elevado em cerca de R$700 milhões, supõe-se que o Ministro tem participação direta, porque é a autoridade principal do Ministério, é o principal responsável.

Soa estranho imaginar que uma decisão dessa natureza não passe pelo Ministro. Nós queremos indagar sobre a responsabilidade de V. Exª nesse episódio: se V. Exª assume a responsabilidade. se foi uma decisão do Governo, se V. Exª cumpriu determinação da Presidência da República, enfim, se houve uma solicitação oficial do Governo para que o Ministério procedesse dessa forma, agindo...

Porque não há, Ministro, sem nenhuma ofensa, com todo o respeito...isso é uma fraude, é uma fraude documentada, que precisa ser mais do que explicada, condenada, punida. Tem que haver responsabilização. Se não foi responsabilidade de V. Exª ou de autoridades superiores do Governo, quais foram as providências adotadas depois do conhecimento do fato? Evidentemente, eu creio ser muito importante, porque aqui há uma afirmação, através do depoimento no Ministério Público Federal, de que foi uma decisão do Governo e que havia necessidade de alterar a nota técnica, em consonância com a determinação do Governo. Portanto, seria uma fraude avalizada pelo Governo e é essa a questão essencial desse fato que nós gostaríamos que V. Exª esclarecesse. São questões essenciais: se foi determinação de V. Exª, se V. Exª tomou conhecimen-

to, se concordou com a decisão, se o procedimento foi avalizado por V. Exª e se houve determinação superior para que esse fato ocorresse.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg.Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Passo então a palavra ao Ministro Mário Negromonte.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Bom, Senador, é um prazer enorme poder respondê-lo. Conheço a sua atuação como Parlamentar, um dos mais competentes Senadores, o que engrandece o seu Estado, e isso é notório no Congresso Nacional pela sua atuação; dizer que eu me sinto muito à vontade para responder suas perguntas e começando pelo encontro do Ministério das Cidades. Houve uma disputa, não sei se o senhor tomou conhecimento, houve uma disputa interna no partido, de liderança. O Líder era Nelson Meurer, do seu Estado, e outro grupo se uniu e juntou assinaturas, deu entrada na Presidência da Câmara e conseguiu tirar o Nelson Meurer e colocar o Aguinaldo Ribeiro. Esse grupo que perdeu me procurou para apoiá-lo para resgatar o Nelson Meurer, voltar. E o outro grupo tomou conhecimento de que esse grupo estava no ministério. Eu estava recebendo Deputados, Deputados do meu partido, de outros partidos estavam lá, inclusive citei todos. A imprensa me perguntou "quem são os Deputados que estavam lá", eu citei todos. No meu partido, é um partido que eu já recebi, como já disse aqui inicialmente, mais de trezentos Parlamentares entre Deputados e Senadores, e vazou que os Deputados estavam reunidos.

Outro grupo vazou para a imprensa que os Deputados estavam reunidos lá, tentando, tentando aliciar Deputados para colher assinatura – não foi apoio político para mim não -, colher assinatura para o Nelson Meurer retornar à liderança. Então apenas isso. Isso vazou, que eu estava oferecendo isso, aquilo outro e tal, mas nada comprovado. Apenas a revista *Veja* foi alimentada pelos adversários, dizendo que estava ocorrendo isso, e nada comprovado. Eu prestei depoimento, esclareci à *Veja*, mas os próprios Deputados que estavam lá foram entrevistados pela revista *Veja*; ninguém comprovou que teve doação de alguma coisa ou promessa de alguma coisa; ninguém comprovou, ninguém disse nada; apenas insinuações e dos Deputados que estavam do outro lado e forneceram dados à imprensa, e nada comprovado.

Mas houve irregularidades do TCU. Eu tive a oportunidade de ir à Câmara, espontaneamente, fazer esclarecimentos sobre essas obras do governo passado, nada no nosso Governo. E todas que foram citadas eu levei os acórdãos do TCU, orientando para que se desse continuidade à obra e os pagamentos. Tenho esses acórdãos e posso mandar para V. Exª; todas, todas as obras que foram citadas pela revista eu levei os acórdãos e comprovei que nós estávamos dando andamento às obras em função da autorização do TCU, todas. Não houve nenhuma... A gente tem comprovação. Eu posso disponibilizar depois para o seu gabinete.

A festa do bode. A festa do bode, Senador, nós que somos políticos estamos arriscados a isso. Eu até brinquei com a jornalista: se fosse festa da uva ou da maçã, certamente não estaria publicada numa revista de importância do Brasil. Como foi a Festa do Bode... Esse cidadão que é Presidente...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O bode deu notoriedade.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Exatamente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – E acabou dando bode, Ministro.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não deu não. Vou explicar a V. Exª como não deu. V. Exª já comeu bode, Senador? É gostoso. Bode com farinha.

Esse cidadão se chama Adelmiro do Bode, é Presidente de uma cooperativa lá em Paulo Afonso. Paulo Afonso fica no semi-árido da Bahia. Essa Festa do Bode acontece há 11 anos. Ele sempre procura as entidades regionais, é muito habilidoso, muito jeitoso. O que é que ele fazia? O que sempre fez? Manda um ofício solicitando o apoio. Antes de receber, já coloca o nome na placa, até para dar notoriedade à importância da festa. É uma festa que tem um cunho nacional. Então, estavam lá na placa: Petrobras, Governo do Estado, Secretaria de Agricultura, Adab, ABDA, Ministro Mário Negromento e Deputado Mário Negromonte Júnior. Aí os adversários locais, lá de Paulo Afonso, forneceram esses dados para a Revista *Época*. E foram para lá, viu Senador. Passaram uma semana lá vasculhando a minha vida, a de meu filho e a da minha esposa. Foram a Paulo Afonso e ficaram uma semana lá.

O proprietário, o que fez? Não. Ele me telefona e me pede, umas dez vezes, para que eu ligasse e falasse com o pessoal da Chesf. A Chesf tem sede em Paulo Afonso, fornece energia para oito Estados, sempre financiou festas da região. Como o bode faz parte da economia do semi-árido e sempre fazem essa festa, é a única festa no Nordeste, na Bahia, é como se estivessem dando divulgação ao fortalecimento da economia. O bode é uma atividade forte na nossa região, o caprino.

O ex-Governador fez um programa do bode para o semi-árido. Ele me pediu que falasse com a Chesf para dizer que a proposta dele estava lá. Assim o fiz. Depois de muita insistência, liguei para o pessoal da Chesf e disse-lhes: olha, tem uma proposta aí da cooperativa. Eles sempre fazem essa festa. Queria que

vocês analisassem a proposta dele. Foi essa minha intervenção. Depois – e vou passar também esse documento a V. Exª -, ele se retratou em um documento. Pediu desculpas à Chesf, à Petrobras, porque ninguém o autorizou a colocar o nome. Não estive presente, não fiz doação, não fiz nada. Mas como estou como Deputado, sempre... Já fui duas vezes a essa festa. Já ajudei, eu como pessoa física, como Deputado, já ajudei nessa festa. Reputo-a de muita importância, sempre que estou lá na região eu vou. De forma que foi essa a minha intervenção. Tenho esse documento da cooperativa no qual ele se retrata e pede mil desculpas à Chesf, à Petrobras. Ninguém doou nada.

A Chesf, parece-me, chegou a doar. Ninguém doou. Ele disse: "Coloca os nomes para depois...Tira fotos e vai lá atrás dos órgãos." "Olha, fiz um pedido a vocês, fiz a festa, divulguei o nome de vocês e queria saber se vocês podem fazer uma doação." Então, é essa a forma pela qual ele consegue. Tem tido êxito. É a 11ª festa.

Essas são as explicações, Senador. Posso mandar para V. Exª...Em função disso, para o Senhor ver como são as coisas, não é? Vida pública é uma coisa séria! Meu filho, o Deputado Mário Negromonte, foi questionado pelo Ministério Público lá de Paulo Afonso sobre se é possível candidato a Prefeito de Paulo Afonso. Isso seria propaganda antecipada. Ele está comprovando que não é candidato a Prefeito de Paulo Afonso e juntou esse documento da cooperativa dizendo que não teve participação nenhuma, que foi feito sem a anuência dele, sem minha anuência, enfim.

Com relação à questão do Governo do Mato Grosso, sobre a mudança do modal, quero dizer a V.Exª que o Governo da Presidenta Dilma, pela primeira vez, instalou um programa, o PAC Mobilidade Grandes Cidades, destinando recursos para melhorar a qualidade do transporte público em 24 cidades acima de 700 mil habitantes, além do PAC Copa, que vai também fazer investimentos em 12 cidades-sede da Copa, e recebemos as propostas de todos, inclusive, o Estado de V. Exª vai ter o metrô e mais cinco Cidades também o terão: Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza e Distrito Federal. E todos solicitaram mudança de modal, menos o Rio de Janeiro, todos os Estados e Capitais solicitaram. O Estado de Mato Grosso solicitou mudança de modal, e tem uma entrevista num jornal dizendo que foi à Presidenta Dilma solicitar, foi à Ministra Miriam Belchior, foi ao Ministro Orlando, foi ao Ministro Mário Negromonte, foi ao Presidente da Caixa Econômica e conversou com os técnicos e levou as argumentações técnicas, tal, tal. Uma das argumentações dele, que deixou bem clara, é que, com o BRT, teria 1.300 intervenções em desapropriações, ia encarecer muito e que gostaria de um transporte moderno para o seu Estado e que o BRT já nascia saturado e superado, segundo as palavras do Governador Sinval. Então, ele solicitou a mudança de modal, esteve conosco, eu disse a ele, inclusive está no jornal também, que tinha problema apenas no dinheiro, que o Governo Federal não tinha condições de aportar mais nenhum recurso. Então, os 423 milhões, inicialmente, ofertados para o PAC Copa estariam mantidos, e ele ia buscar financiamento e pagar com os recursos do Governo do Estado, quem iria assumir era o Governo do Estado com suas economias e participando do PAF, ia buscar nos bancos que o Governo do Estado achasse a conveniência da questão dos juros e assim o fez. "Não, vamos bancar, o Governo do Estado vai bancar porque queremos um transporte de qualidade melhor para o nosso Estado.

Então, ele encaminhou a proposta, tem um Grupo G Copa que analisa e deu anuência para o Ministério das Cidades. Este Ministério tem um grupo colegiado, a decisão é colegiada e, através da Diretora Luiza Gomide, que não teve conhecimento desse parecer e nem solicitou oficialmente o parecer do técnico. Viu, Senador, a Diretora Luiza Gomide não teve conhecimento, não solicitou oficialmente o parecer do técnico, depois, tomou conhecimento. Quero dizer a V. Exª que não determinei pessoalmente a Diretora, não determinei ao meu chefe de gabinete, nem liguei, nem pedi que ele fizesse nenhuma gestão a respeito disso, têm autonomia, são técnicos do G Copa, o trâmite é normal, a análise técnica é normal, mas qualquer erro, qualquer ação, lógico, sou Ministro, é por isso que, quer dizer, houve divergência, o técnico deu um parecer, ela, como Diretora do órgão, deu outro parecer, refutou o parecer dele e colocou...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – V. Exª não foi comunicado desse impasse...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não, não...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – entre um parecer e outro?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – ...não, não, não fui. É isso que estou dizendo a V. Exª, eles têm...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas V. Exª reconhece que esse é um procedimento incorreto.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Foi por isso que instaurei, no mesmo dia, solicitei a sindicância, mandei a cópia para a CGU, o Ministério Público está apurando, já ouviu a Drª Luiza Gomide, a sindicância já ouviu três funcionários, está certo? Se houve erro no procedimento, quem vai dizer é o Ministério Público, é a CGU, é o TCU e a sindicância, e não vamos passar a mão na cabeça de ninguém, Senador. Sempre costumo dizer o seguinte: a idade de mentir já passou. Então, estou usando da mais sincera aqui, se tiver qualquer Bíblia aqui para fazer juramento, eu farei.

Então não solicitei nenhum telefonema nem pessoalmente ao chefe de gabinete nem à Drª Luiza Gomide. Eles têm autonomia, é um colegiado, eles fazem parte de técnica do G-Copa e ela já consultou, inclusive, advogados que militam na área pública, do Direito Público, dizendo o seguinte: que ela tinha poder discricionário para fazer essa alteração de parecer.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Desse parecer da CGU V. Exª tinha tomado conhecimento, que era semelhante ao do Igor?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tinha, depois. O do Igor também não é decisório. Ele pede que seja reanalisado no final. Ele não diz que é pelo BRT nem pelo VLT. Ele pede que seja mais aprofundado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – De qualquer forma, V. Exª deve ter se sentido traído num episódio como este, porque envolve R$700 milhões, essa é a diferença. Há uma decisão, que é uma decisão de coadjuvantes do Ministério, de servidores do Ministério que estão abaixo da autoridade de V. Exª e não chegam até o Ministro para decidir conjuntamente. Adotam uma decisão desta natureza desta forma fraudulenta. Porque há uma fraude, Ministro. Lamentavelmente, há uma fraude. E, certamente, V. Exª agiu corretamente ao instaurar sindicância, ao pedir que se investigue. Este comportamento é o comportamento de correção. Imagino que esses servidores que estão envolvidos – não sei V. Exª adotou essa providência – deveriam ser afastados até a conclusão dessas investigações. Não sei se V. Exª adotou essa providência.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não, porque não queria fazer prejulgamento. Estou esperando que o Ministério Público e a sindicância apurem. Se realmente forem culpados, eu os afastarei.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas, Ministro, não se trata de prejulgamento, trata-se de uma precaução em defesa do interesse público.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Senador...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O afastamento tem por objetivo evitar que as investigações...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Deixe-me dizer uma coisa ao senhor. Houve divergência de parecer. A Suprema Corte...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas, Ministro.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – ... Alta Corte diverge e aqui os Srs. Senadores, nós, os congressistas, divergimos. Entendeu, Senador?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas, Ministro, para dizer a V. Exª que ninguém deseja prejulgar alguém. Temos que ter esse sentimento de justiça presente sempre. Acho que isso é fundamental, mas é uma prática da boa gestão afastar para evitar que a investigação possa ser obstruída de alguma forma. Evidentemente, se ao final a conclusão for de que houve licitude dos procedimentos, volta e é desagravado diante da opinião pública. Creio que este seja o procedimento correto. É evidente, não estou aqui para orientá-lo, para aconselhar, mas coloco isso até com uma posição crítica em relação aos procedimentos que são adotados pelo Governo atualmente. Não há nenhuma providência que resguarde o interesse público afastando os denunciados para que as investigações possam ocorrer de forma insuspeita. A presença daqueles que estão sendo denunciados... Certamente pode contaminar esta presença, pode contaminar a investigação. É esta a questão, não se trata de prejulgar, Ministro.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É claro. Existe o princípio da inocência. Entendeu, Senador?

Então, quero dizer a V. Exª que, inclusive, consultei o consultor jurídico sobre esse assunto e ninguém orientou para que pudesse acontecer o afastamento. E também, ela não decidiu. Quer dizer, quem fez a decisão por mudança de modal foi o Governo do Estado, que tem autonomia federativa, foi ele que fez a opção e disse que iria bancar com os recursos do Governo do Estado. Então, a princípio, se ela dissesse: "Olha, eu vou mudar porque o Governador fez opção pelo VLT, vou mudar para BRT porque o Governador me telefonou e pediu".

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Ministro, só para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB DF) – Com a palavra.

A Mesa está sendo flexível do ponto de vista regimental para que possamos ter condições de esclarecer o máximo possível.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Até a favor do Ministro, para que ele possa bem fundar os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB DF) – Perfeito.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não estamos aqui julgando, estamos apenas oferecendo o espaço para que o Ministro se explique e depois a sociedade julgue. Nós não vamos julgá-lo aqui.

Enfim, se o procedimento fosse correto, se as intenções fossem insuspeitas – não vou dizer que houve má-fé, precipitadamente, mas há suspeição. Há suspeição exatamente porque houve um procedimento esdrúxulo, que não tem outra denominação a não ser fraude, que é uma esperteza de substituir uma nota técnica colocando a mesma data na mesma página, com o mesmo número.

Se fosse algo insuspeito, certamente se faria uma nota técnica com a data correta, com a página correta, com o número correto, outros diferentes, para contestar a anterior, alegando que houve um equívoco de natureza técnica, já que ninguém é perfeito e todos nós corremos o risco do erro.

É evidente que o que levantou a suspeita, o que permitiu ao jornal *O Estado de S.Paulo* denunciar como uma fraude é esse fato. O procedimento é irregular, é ilícito, é fraudulento e nos autoriza a suspeitar das intenções desse procedimento. Essa é a questão, Ministro.

V. Exª determinou já as investigações e nós vamos aguardar. Mas não há como não suspeitarmos das intenções em relação a um procedimento que é fraudulento. E é uma fraude documentada, incontestável. Tanto é que o Ministro não está desmentindo o fato.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Em verdade, ela também... Posso dizer ao senhor que ela não solicitou oficialmente, formalmente, o parecer dele. Ele fez o parecer e saiu distribuindo, inclusive vazando para a imprensa. É uma coisa até inusitada. E ela reconhece, pode até reconhecer...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – No depoimento, ele diz que foi solicitado, inclusive, depois, a uma nova nota técnica. Ele alega que houve a solicitação.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ela pode até reconhecer que ela poderia ter feito o que o senhor está falando – colocar o parecer dela lá embaixo, e não substituí-lo. Então, por isso, nós instauramos uma sindicância, mandamos para a CGU, para apurar se realmente houve erro nesse procedimento de encaminhamento. Se houve erro, vai ter punição.

Volto a dizer, lá nós não vamos – nem eu nem a Presidenta Dilma – passar a mão na cabeça de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro. Eu quero registrar, com alegria, a presença entre nós do Deputado Federal João Leão.

Passo a palavra ao Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores visitantes, Deputados amigos – e aqui tem o nosso colega Deputado João Leão –, caro Ministro.

Eu vim aqui, Ministro, com muito prazer, para dizer que o tenho no rol dos grandes amigos. Tenho por V. Exª a mais alta estima e consideração, criada inclusive toda essa condição quando ainda Deputado Federal colega de V. Exª, colega do Senador Rodrigo Rollemberg. Eu pude, ali na Câmara dos Deputados, observar a atuação de V. Exª como Líder do PP. Nós tínhamos a bancada vizinha ali no microfone; logo em seguida era a do PR. O Senador Rodrigo Rollemberg era o Líder do PSB e também construímos uma grande amizade.

Quando V. Exª assumiu o Ministério das Cidades, eu pude perceber que foi uma grande escolha, uma grande indicação do seu Partido, o PP, Partido Progressista, tão bem conduzido pelo Senador Dornelles, e uma nomeação perfeita pela Presidenta Dilma.

V. Exª tem uma grande virtude como gestor: V. Exª não aparelhou o Ministério das Cidades. V. Exª sempre tem atendido todos os parlamentares de todos os partidos. Quando é possível o atendimento, V. Exª, com a franqueza que lhe é peculiar, diz o "sim"; quando não é, diz o "não". Isso é bom, porque nem todos os pleitos de um parlamentar devem ser atendidos, e nós compreendemos.

Eu vejo o equilíbrio e a forma verdadeira com que V. Exª se manifesta nesta audiência pública. V. Exª já tomou todas as providências. Pude perceber que este episódio do Mato Grosso foi uma decisão do Governador. Por exemplo, no Tocantins, o Governador Siqueira Campos quer implantar, em Palmas, o VLT. O Governador Marconi, de Goiás, também tem vontade. É a maioria dos governadores. Aliás, quando passo por esses velhos ônibus, falo: "Puxa, mas estamos tão atrasados!" Para que essa história de ônibus, corredor de ônibus, se podemos ter metrô, veículos leve sobre trilho. Podemos avançar nesse sentido. Como contrapartida, está muito claro que o governo do Estado iria complementar. Quer dizer, não vejo nenhum problema nesse sentido.

Quero ser muito breve, Ministro, porque temos uma votação de matéria importante na Comissão de Direitos Humanos, mas eu não poderia deixar de vir aqui. Em nome dos tocantinenses, em meu nome, quero dizer que o senhor pode contar com nosso apoio. Ver um baiano à frente do Ministério das Cidades...A Bahia é nossa grande vizinha do Tocantins, não é Walter? Nós nos sentimos representados por um baiano, um brasileiro comprometido sempre com a causa republicana. Tenha de mim sempre a minha solidariedade, o meu apoio. Saio daqui com a maior tranquilidade. Não poderia ser diferente. Após ouvir suas explicações, Ministro, não vimos aqui nada que extrapolasse a condição republicana de V. Exª frente ao Ministério das Cidades. Parabéns pela explicação. Conte com seu companheiro e seu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Vicentinho.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, creio que é importante saudarmos a vinda do Ministro Mário Negro Monte a esta audiência. Aqui no Senado temos tido a postura de, efetivamente, ouvir todos. V. Exª citou a presença de alguns Deputados,

mas, além de João Leão, tem o Deputado Edson Pimenta e o ex-Deputado, hoje coordenador atuando no Ministério das Cidades, Feu Rosa, capixaba.

Sr. Presidente, quero ir direto...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Um aparte, só para complementar. Fiz questão de citar os governadores Siqueira Campos e Marconi, que optam pelo VLT, porque são do PSDB, do amigo e líder do PSDB. De modo que, em todos os partidos, os governantes estão optando por isso.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Muito bem, Vicentinho.

Ministro, queria levantar três coisas nesse episódio aqui. A primeira é essa questão do modal e da discussão que foi feita na minha cidade de Salvador e em Cuiabá, que tem suscitado problemas do ponto de vista dessa decisão de mudança de modal. Em Salvador, mudamos de modal. E foi um debate extenso, que iniciou a partir do posicionamento do Ministério. Na época, quando se abriu essa discussão do modal, a Ministra Miriam Belchior, que está aqui ao lado, na Comissão de Infraestrutura, era coordenadora do PAC, juntamente com o Ministro Paulo Bernardo, com a Casa Civil, com Dilma. Miriam tocava pela Casa Civil. Na realidade, à época, a Presidente era a Ministra Chefe da Casa Civil. Começamos o debate sobre o modal da Copa no ano passado, a partir do próprio tratado assinado pelo Governo brasileiro, pelos compromissos assumidos pelo Governo brasileiro em relação à reestruturação, principalmente na questão do transporte nas doze cidades que seriam sede da Copa, meu caro Ministro Dorneles, nosso Senador. Então, nós fizemos esse debate. A Bahia, inclusive, fez a opção de, naquele momento, estender o trecho; a então Ministra Dilma Rousseff fez uma cobrança, quando ela esteve em Salvador, para que nós discutíssemos o novo modal, tendo como compromisso concluir o primeiro trecho de uma obra começada e que ainda se arrasta por dez anos na cidade de Salvador. Portanto, era concluir essa etapa e discutir de que forma o sistema seria integrado.

Fico perplexo, Ministro Mário, pelo seguinte: as pessoas vão levantando, vão sacando um conjunto de denúncias como se uma obra... Por exemplo, Cuiabá e Salvador são dois processos que ainda estão em manifestação pública de interesse. Não há, no momento, nenhum tipo de sinalização, nenhum tipo de sinalização de projeto básico, muito menos de edital de licitação. Nós temos proposta de manifestação de interesse, portanto, essas cidades têm discutido como vão apresentar essa estrutura modal. Então, estão condenando por projeto licitado, por empresa escolhida, por interesses atendidos, por uma série de coisas e matérias e projetos que nem sequer foram publicizados, do ponto de vista da estrutura que deve ser atendida. Mas, mesmo assim, o Governo Federal passou por diversas cidades, dentre elas Curitiba, Salvador e, se não me falha a memória, Belo Horizonte – V. Exª pode até me corrigir –, onde a Presidenta da República anunciou os recursos que a União deve aportar nessas cidades a partir da questão dos compromissos com a Copa.

O Ministério tem, de certa forma, com toda a autonomia de um Ministro, pelo menos – eu diria – um receituário a cumprir a partir do que está sendo decidido centralizadamente – é bom lembrar isso – pelo Governo Federal: quais são as prioridades, essas cidades, as regiões metropolitanas, a ampliação, a conclusão de trechos em obra, a ampliação do sistema de metrô. E há um outro debate nesse sentido, que é, além de atender o sistema da Copa – aí a cidade do nobre Senador Rodrigo Rollemberg –, a ideia é exatamente de que forma esse processo, esse momento se transforma num legado para cada cidade. O metrô ou, se houver, o VLT em Brasília vai ser colocado para atender três, quatro, cinco jogos que vão acontecer em Brasília? Nós vamos atender são os dois milhões de brasilienses que circulam, os três milhões de baianos. Então, na realidade, esse debate é importante. V. Exª tem que acentuar aqui como se deu esse processo e qual a participação do Ministério das Cidades nessa definição em relação à questão do metrô.

Quero aqui dizer que não pude participar porque estava fora, representando uma das comissões numa das tarefas que estamos discutindo para a Copa, que são os centros de monitoração. A ideia é a de que as cidades da Copa tenham um centro de monitoração. E nós estamos querendo transformar esses centros de monitoração, por exemplo, Senador Rodrigo Rollemberg, não só para o momento da Copa, mas para alterações climáticas, para transporte, para bombeiro. Então, vai servir... A mesma coisa é o metrô, Ministro Mário. Então, as pessoas sacam, levantam denúncias...

Refiro-me agora a um episódio com o Governador da Bahia, num ato em Salvador em que V. Exª estava, que todo mundo explorou: V. Exª terminou se emocionando. Aí disseram que poderia estar entregando o ministério. Mas que entregar ministério? As pessoas vão pegando e causando confusão...

A decisão de mudança de Salvador foi participação do Governo do Estado. Se fosse assim, V. Exª teria que ir para as páginas dos jornais dizendo que o ministro participou, com o Governador da Bahia e com o prefeito de Salvador, da mudança de modal. Mas não há mudança de modal definida ainda, nem uma liberação de recursos. Quer dizer, esse exagero do denuncismo e a antecipação, o pré-julgamento de algo que ainda vai acontecer é demais também. Há limite para essas coisas. Eu acho que é importante

V. Exª acentuar os processos e de que forma essas coisas ocorrerem.

Para concluir, Senador Rodrigo, sobre essa questão de patrocínio, de participação, de que cada mandato tem numa relação, dessas querelas locais. Alguém pega o nome da gente e bota num cartaz e eu viro... Ainda que V. Exª, como pessoa física, tivesse colocado qualquer ajuda ou ajudado a divulgar, Senador Rodrigo Rollemberg, que sabe disto também, assim como o Deputado Mário Negromonte – quero falar como Deputado -: aqui, durante anos, anos, anos e anos, todos os parlamentares colocaram recursos para o Ministério do Turismo para eventos. Todos os parlamentares! O motivo da suspensão e do não pagamento desses eventos passados era um processo de apuração, que foi natural. Eu tenho um posicionamento muito contrário a essas coisas, porque a gente tem de ter muito cuidado com isso, mas sempre foi feito assim: eventos com patrocínios. E as festas populares. Ou não têm festas no Brasil inteiro que são patrocinadas pelas empresas, como incentivo cultural, de Norte a Sul? Por que só no Nordeste...? Aí, aparece o preconceito. V. Exª falou da uva, da maçã. Não tem patrocínio de órgão público em nenhuma atividade desta no Brasil, nas festas populares, nas atividades culturais? Pode até separar: atividade lá é atividade privada, de um sujeito e tal.

Como trata isso? Como tratam os projetos e os programas que deram entrada em ministérios aqui, de diversas pessoas que produziram filmes no Brasil, patrocinados pelo Poder Público? Aí pode? Isso não é privado também? Eu concordo: nós temos de incentivar a cultura. Nós acabamos de aprovar um projeto importante nesta Casa, botando o dedo na ferida da produção do audiovisual brasileiro, o antigo PL 116, que veio da Câmara. Todo mundo só chama de projeto da TV por assinatura, mas ele é um projeto do audiovisual brasileiro, em que nós estamos cobrando a existência de cotas para publicidade para produção nacional. O projeto prevê isso, Mário Negromonte. O projeto prevê recursos para o fundo, retirando dinheiro de um dos outros fundos existentes, compondo algo em torno de 400 milhões, para financiar a produção cultural no Brasil. E ela vai ser uma produção cultural privada. Não tem empresa estatal fazendo produção cultural no Brasil. É dinheiro público financiando isso, para a gente fazer a disputa desse mercado, pois é um mercado. Hoje, a cultura é um dos elementos mais importantes que ainda sustentam a economia americana. Portanto, vamos tratar essas coisas nesse nível.

Vão lá, pegam um negócio pequenininho ali, Senador Dornelles, e transformam isso na grande questão. E vão fazendo chacota: aí é do bode, porque deu bode e porque vai dar bode. Entram no ritmo da chacota. É correto V. Exª pedir a apuração da participação de qualquer funcionário. É correta a postura de V. Exª. Às vezes, o afastamento é um prejulgamento, sim. É um prejulgamento. Pode tirar até alguém de determinadas funções, mas, na medida em que afasto alguém, já estou dizendo para a sociedade que essa pessoa é culpada. Todas as vezes que acontecia qualquer coisa desse tipo, meu pai dizia: "Olha, tem coisa na vida que a gente tem de ter cuidado. Travesseiro de pena: jogou para cima, você cata as penas depois, mas o travesseiro nunca mais". Qual a revista que vai dar em primeira capa a resposta disso aí? Isso vai sair em notas, pé de página, notas fúnebres; não sai mais como matéria principal. A resposta, o resultado, a apuração não virá mais como um processo de prioridade.

Por isso, é importante vir aqui. Eu sei que, às vezes, Ministro empata a agenda. Hoje, têm cinco. Eu estou tendo de sair daqui. A Ministra Miriam Belchior está aqui, a requerimento nosso, para vir aqui fazer uma prestação de contas do PAC. O requerimento foi feito pela base do Governo, feito por mim, Ministro Mário Negromonte, para que Ministra pudesse vir aqui, na Comissão de Infraestrutura, e apresentar tudo que o Governo está fazendo. Eu estou defendendo que dirigente de agência venha ao Senado pelo menos uma vez por ano, para prestar contas. Ele é sabatinado aqui. Por que não volta? Qual o problema disso? Transparência! Não tem nenhum problema. Assim como o Ministro da Fazenda vai, todo ano, à Comissão de Orçamento. Os sabatinados tinham de voltar aqui, para prestar contas. Isso é importante. É fundamental tratar disso nesse terreno. Queremos que as coisas fiquem claras.

O Congresso aprovou também a lei de acesso à informação, que vai permitir que nós, sociedade brasileira, possamos acompanhar amiúde, em detalhes, os passos dados pelos governantes, sejam eles de ministérios, sejam eles do Legislativo, sejam eles do Judiciário ou de prefeituras. Assim, além de fazer esse acompanhamento, poderemos até aumentar o nível de fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Passo a palavra ao Ministro Mário Negromonte.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quero agradecer a intervenção ao Senador Walter Pinheiro e dizer que o Senador conhece bem esse processo, conhece bem essa área e ajudou muito o Governo da Bahia a buscar soluções nos projetos, nas propostas.

V. Exª lembrou bem, primeiro, que não há a elaboração do projeto e, segundo, que não foi feita a licitação. Reunimos todos os governadores e prefeitos, e todos disseram: "Vamos entregar, antes da Copa, todas as obras e, se as obras não estiverem prontas na Copa, mesmo assim, vamos deixar um legado para cada cidade, para cada capital".

Dessa forma, Senador, agradeço a V. Exª a intervenção. Como baiano, eu me sinto muito honrado de tê-lo como companheiro e como defensor da sociedade baiana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Na minha lista de inscritos, não há mais nenhum orador inscrito, a não ser o Senador Pedro Taques, que não está presente aqui.

Passo a palavra ao Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, Srª Senadora, em primeiro lugar, eu queria pedir desculpas ao Presidente da Comissão e ao Ministro por ter chegado atrasado aqui e não ter ouvido a explanação do Ministro, até porque não me traria qualquer tipo de novidade o que viesse a ser exposto, a exposição que viesse a ser apresentada pelo Ministro Mário Negromonte.

Neste ano, no começo de governo, com a nova equipe de governo, temos visto algumas coisas, e, às vezes, eu me pergunto: a grande imprensa nacional não tem outra ocupação a não ser fazer esse tipo de processo investigativo? Quantas e quantas matérias importantes são tratadas nas Casas do Congresso Nacional e são do interesse da sociedade, e, sobre elas, ninguém vê uma linha escrita! Virou moda: é um, é outro, é um, é outro, e se entra no jogo, e se está muito bem satisfeito. É difícil, nobre Presidente, trabalharmos dessa forma.

Vou dar um exemplo. Sou relator do projeto de reforma administrativa do Senado na Comissão de Constituição e Justiça. Todos os dias, recebo algumas dezenas de telefonemas: "Quantos cortes vai fazer? Já cortou onde? Vai cortar em que lugar? O que está acontecendo? Por que não deu parecer ainda?". O que é isso, minha gente? Não se faz um processo dessa natureza, um projeto de reforma administrativa de uma Casa do tamanho do Senado Federal, com açodamento! É uma estrutura complexa. Não há jogo de interesses, não há interesse. Certo dia, já disseram na revista *Veja* da semana atrasada, se a memória não me falha, como aliado do Senador Renan Calheiros. Por quê? Porque nós somos de Alagoas, provavelmente. Eu estava procrastinando o parecer da reforma.

Agora, o sujeito não coloca uma linha sequer, por exemplo, da defesa que temos feito para que seja instalado um estaleiro no Estado de Alagoas, para melhorar a vida do povo, para dar a dimensão ao Estado.

Agora, ficam-se procurando picuinhas. E não é essa a primeira vez que o Ministro Mário Negromonte tem sido alvo das manchetes dos jornais. Graças a Deus, nisso aqui não tem nada contra. Não lhe pegaram ainda em nada, porque não vão pegar. O cumprimento fiel das suas obrigações o senhor tem feito no dia a dia; o senhor tem contado com o apoio do Partido, o partido que lhe dá sustentação no Ministério das Cidades.

Um ministério com a importância que tem o Ministério das Cidades para a vida das populações mais carentes do Brasil, e as pessoas não fazem esse tipo de observação. É lamentável e lastimável, mas é o dia a dia da nossa convivência com a grande imprensa do meu País e que aqui vive requentando todas as horas as... É crime a lei permitir. É crime a lei autorizar.

Eu me lembro quando era estudante, Presidente Dornelles, do meu curso de Direito: estudava com um japonês, que veio de lá, se naturalizou brasileiro e foi fazer curso de Direito na Universidade Federal de Alagoas. E ele dizia que as ações políticas desenvolvidas pelos parlamentares no Japão tinham correlação com a iniciativa privada; que a lei brasileira autoriza doação de campanha aos partidos políticos, mas que a nossa imprensa foca isso como crime, para um processo de execração daqueles que o partido teve a oportunidade de ajudar.

Então, eu queria nesta oportunidade, Presidente Dornelles, Ministro Mário Negromonte, Presidente Rollemberg, dizer ao Ministro Mário Negromonte que nós temos absoluta tranquilidade com a sua presença no Ministério das Cidades. O Partido acredita, continua confiando nas ações que V. Exª tem desenvolvido lá em benefício dos interesses do Brasil; não são interesses individualizados, e nós estamos aqui à disposição para continuarmos defendendo o Ministério das Cidades e sua administração, para que possamos realmente fazer aquilo que está previsto na programação do Ministério, e as ações que são ditadas pela Presidente Dilma. Essa tem sido a orientação que temos recebido aqui do nosso Presidente e Líder Francisco Dornelles.

Eu queria cumprimentar V. Exª, Deputado, por ter oportunizado pela sua Comissão a presença do Ministro nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

Passo a palavra ao Ministro Mário Negromonte.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Senador Benedito, quero agradecer as suas palavras e dizer que tivemos uma grande convivência na Câmara dos Deputados. V. Exª era meu primeiro vice-líder, e, por essa convivência e pela sua experiência – governador, deputado estadual, deputado federal –, nós pudemos desfrutar da sua sabedoria. Isso fez com que pudéssemos fazer um bom trabalho inclusive no Congresso Nacional e também no Ministério das Cidades.

Então, quero agradecer as suas palavras. Sinto-me muito honrado de ser seu companheiro, de ser seu parceiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Consulto se mais algum Senador deseja fazer uso da palavra, já que não há mais nenhum inscrito presente. *(Pausa.)*

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria aproveitar a presença do Ministro e cumprimentá-lo por ter aceitado o convite desta Comissão. Não faço parte dela, mas ...a atenciosa e sempre competente do nosso Presidente Rodrigo Rollemberg... Para coisas específicas de programas do Ministério e um tema especial, porque o Rio Grande do Sul tem o maior número de contratos, que é o programa Pró-Transporte. Então, queria uma palavra do Ministro, porque teria que haver uma excepcionalidade por parte do Conselho Monetário neste programa, que são financiamentos para questão de mobilidade urbana. Então se tiver alguma informação Ministro, porque os prefeitos que contrataram esses serviços ou esse financiamento, melhor dizendo, estão agora numa situação, porque foi publicado o contrato no Diário Oficial, e eles também anunciaram, então estão um pouco apreensivos com essa liberação. Então eu queria uma palavra do Senhor sobre...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Senadora, foi feita a seleção no governo passado, nós encaminhamos para a Caixa para análise, para ver a capacidade de endividamento, e está encaminhado para o Tesouro e também está lá na Casa Civil, Ministério do Planejamento, com a Presidenta da República para ver a questão da liberação do recurso. Estamos só aguardando a questão de recursos.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então devo passar na Ministra Miriam Belfort e já cobro dela. Obrigada Ministro.

O SR. MÁRIO NEGROMENTE – Isso! Pronto. Ajuda muito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu consulto se mais algum Senador deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

Não havendo Senadores, consulto o Ministro se quer complementar mais alguma questão.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não. Senador Rodrigo Rollemberg, só dizer que eu me sinto muito honrado em retornar a essa Casa e, dizer que o Ministério da Cidade está à disposição da Comissão e do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado Ministro. Nós é que agradecemos a sua disposição de vir aqui e prestar os esclarecimentos para todas as Srªs e Srs. Senadores. Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião e encerrada às 10 horas e 35 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE DIRETOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 06 DE JULHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 12 HORAS.

Às doze horas e doze minutos do dia seis de julho de dois mil e onze, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora (Ângela Portela), reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores: Ângela Portela, Lídice da Mata, Sérgio Petecão, Demóstenes Torres e Eunício Oliveira. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte PAUTA: Item 01. Requerimento nº 02, de 2011 – CDHSPDM, que requer a realização de audiência pública para debater as políticas públicas para a saúde da mulher, do Ministério da Saúde para os próximos anos, incluindo da mulher indígena. Convidados Alexandre Padilha – Ministro de Estado da saúde; Iriny Lopes – Ministra da Secretária de Políticas para as Mulheres; Renata Rossi – Subsecretaria de Planejamento e Gestão Interna da SEPM; Luiza Bairros – Ministra de Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, Antônio Alves de Souza – Secretário da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI e Kauara Rodrigues – Assessora técnica da CFEMEA. Autoria Senadora Ângela Portela. Resultado: Aprovado. Item 02. Requerimento nº 03, de 2011 – CDHSPDM, que requer a realização de audiência pública para discutir a situação da violência contra a mulher e os programas oficiais que se destinam à proteção das vítimas. Convidados Aparecida Gonçalves – Coordenadora do Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Regina Coeli Viola – Representante da Coordenação do Programa da Mulher, do Ministério da Saúde; Guacira César de Oliveira – Representante do CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Autora Senadora Ângela Portela. Resultado: Aprovado. Extrapauta. Item 01. Requerimento nº 04, de 2011 – CDHSPDM,"Em aditamento ao Reque-

rimento nº 03-CDHSPDM, de 2011, apresentado em 30 de junho de 2011, para a realização de uma Audiência Pública sobre violência contra a mulher, acrescentamos como convidada, nos termos regimentais, o nome da Dra. Maria Aparecida Fernandes Tavares, Delegada da Delegacia de Defesa dos Direitos da Mulher – DDM, para falar sobre os índices de violência na Amazônia, região do país onde se registram o maior número de vítimas."Autoria: Senadora Ângela Portela. Resultado: Aprovado. Item 02. Requerimento nº 05, de 2011 – CDHSPDM, "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a pesquisa de iniciativa do SESC em parceria com Fundação Perseu Abramo, "Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado" com foco na violência. Para cumprir tal finalidade, indicamos como convidados-expositores: Representante da Fundação Perseu Abramo; Representante do SESC."Autoria: Senadora Ângela Portela. Resultado: Aprovado. Item 03. Requerimento nº 06, de 2011 – CDHSPDM, "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM, com a finalidade de debater os resultados da 100ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho – OIT, ocorrida em Genebra, no dia 16 de junho do ano corrente, sobre as normas adotadas para equiparar as trabalhadoras e trabalhadores domésticos aos demais trabalhadores, com a presença dos seguintes convidados: a Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD, Sra. Creuza Maria; a Diretora da OIT Brasil, Sra. Laíz Abramo; o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Sr. Carlos Lupi; a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR/PR, Sra. Luiza Bairros; a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR, Sra. Iriny Lopes; e a Representante da ONU Mulheres Brasil e Cone Sul, Sra. Rebecca Reichmann Tavares."Autoria: Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. Item 04. Requerimento nº 07, de 2011 – CDHSPDM, que requer seja realizado, na Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Audiência Pública com a finalidade de debater, no dia 18 de agosto de 2011, os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, com a presença dos seguintes convidados: a representante da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, Sra. Silvia Camurça; a representante da Marcha Mundial das Mulheres, Sra. Sônia Coelho Orellana; a representante das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro, Sra. Paula Viana; a representante da Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores – SNMT/CUT, Sra. Maria Luiza da Costa; a representante da União Brasileira de Mulheres – UBM, Sra. Liège Rocha; e uma representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Sra. Carmen Helena Ferreira Foro."Autoria: Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. Às doze horas e vinte minutos a Senhora Presidente passa a presidência para a Senadora Lídice da Mata. Às doze horas e trinta e dois minutos a Senhora Presidente, Lídice da Mata, devolve a presidência. Fazem uso da palavra as seguintes senhoras Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ângela Portela,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Há número regimental. Declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (*Pausa*.)

Aprovada.

Convido, então, a Senadora Lídice da Mata para presidir os trabalhos, neste momento, desta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Passamos aos itens da pauta.

ITEM 1
REQUERIMENTO Nº 02 – CDH, DE 2011

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater as políticas públicas para a saúde da mulher do Ministério da Saúde para os próximos anos, incluindo a saúde da mulher indígena. Nessas condições, indico para convidados-expositores: Alexandre Padilha, Ministro da Saúde; Iriny Lopes, Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Renata Rossi, Subsecretária de Planejamento e Gestão Interna da SEPM; Luiza Bairros, Ministra da Secreta-

ria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); Antônio Alves de Souza, Secretário da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai); e Kauara Rodrigues, assessora técnica do CFEMEA.

Autoria: Senadora Ângela Portela.

Para defender o seu requerimento, tem a palavra a Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Srª Presidente, eu gostaria que a senhora lesse também o requerimento constante do Item 2 da pauta, para que fizéssemos as justificativas juntas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Pois não.

ITEM 2
REQUERIMENTO Nº03 – CDH, DE 2011

Requerimento nº – CDHSPDM, de 2011. Senhor Presidente, requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, audiência pública a fim de discutir a situação da violência contra a mulher e os programas oficiais que se destinam à proteção das vítimas. Para cumprir tal finalidade, indicamos como convidadas: Aparecida Gonçalves, Coordenadora do Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Regina Coeli Viola, representante da Coordenação do Programa da Mulher, do Ministério da Saúde; Guacira César de Oliveira, representante do CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria.

Autoria: Senadora Ângela Portela.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Srª Presidente, eu gostaria de aditar o Requerimento constante do Item 1, para incluir também, entre os convidados para participar da audiência pública, a Drª Maria Aparecida Fernandes Tavares, Delegada da Delegacia de Defesa dos Direitos da Mulher, para falar sobre os índices de violência na Amazônia, na região Norte.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Sem dúvida, está feita a incorporação de sua própria sugestão.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Eu gostaria também de requerer, extrapauta, mais um requerimento, solicitando, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, audiência pública com o objetivo de debater a pesquisa de iniciativa do Sesc, em parceria com a Fundação Perseu Abramo, "Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado", com foco na violência.

Então, para cumprir tal finalidade, indicamos como convidados os expositores: representante da Fundação Perseu Abramo e representante do Sesc.

Ontem, foi divulgada, pela grande mídia, essa pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, de que, em cada dez mulheres brasileiras, só no Estado de São Paulo, quatro já foram vítimas de violência doméstica; 43,1% dessas mulheres já foram vítimas de violência em sua própria residência; 25% foram vítimas de seus cônjuges ou ex-cônjuges.

A grande mídia tem dado grande destaque para esses dois temas que estamos propondo para a realização dessas audiências públicas na Subcomissão de Defesa dos Direitos das Mulheres.

Ontem, num programa da Rede Globo, Profissão Repórter, vimos uma ampla exposição sobre a dura realidade das mulheres vitimizadas em nosso País e também sobre a questão da saúde da mulher, mostrando, claramente, no Jornal Nacional também, as deficiências do atendimento do Sistema Único de Saúde no que diz respeito aos exames de prevenção do câncer de mama e do câncer de colo de útero.

Esta Comissão não pode estar distanciada dessa realidade que atinge as mulheres brasileiras. Por isso, apresentamos esse requerimento para discutir amplamente os problemas detectados em todo o Brasil. E gostaríamos de dar destaque especial à região Norte, porque a maior incidência de câncer de colo de útero tem sido entre as mulheres da região Norte do País. Isso se deve, certamente, à falta de acesso dessas mulheres às políticas públicas de saúde.

Então, pedimos a aprovação desses dois requerimentos, para que, aqui, possamos cumprir o papel da Comissão de Defesa da Mulher, para, de alguma forma, ajudarmos, sugerindo ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário medidas concretas para fazermos ações afirmativas integradas com os Poderes, para amenizar o sofrimento das mulheres brasileiras no que diz respeito à violência e no que diz respeito também à sua saúde.

Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Pelo grande mérito das proposições apresentadas, coloco em votação o pedido da Senadora Angela Portela para inclusão dos seus requerimentos extrapauta.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco em votação o requerimento.

Em aditamento ao Requerimento constantes do item 2 da pauta da Comissão de Direitos Humanos, Subcomissão de Direitos da Mulher, apresentado em 30 de junho de 2011, para realização de uma audiência pública sobre violência contra mulher, acrescentamos como convidada, nos termos regimentais, o nome da Drª Maria Aparecida Fernandes Tavares, Delegada da Delegacia de Defesa dos Direitos da Mulher (DDM), para falar sobre os índices de violência na Amazônia, região do País onde se registra o maior número de vítimas.

Coloco em votação o Requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Também coloco em votação o Requerimento extrapauta da Senadora Angela Portela, que, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita seja realizada, no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, audiência pública, com o objetivo de debater pesquisa de iniciativa do SESC, em parceria com a Fundação Perseu Abramo, "Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Públicos e Privados", com foco na violência.

Para cumprir tal finalidade, indicamos como convidados expositores um representante da Fundação Perseu Abramo e um representante do Sesc.

Coloco em votação o Requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco em votação os Requerimentos anteriormente anunciados, constantes do Item 1 e do Item 2 da pauta, conjuntamente, que já foram lidos e defendidos nesta reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovados.

Convido a Senadora Angela Portela a retomar seu lugar na Presidência dos trabalhos.

Senadora Angela, desde já, peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Pois não, Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senadora Angela Portela, peço-lhe também que possa incluir na circunstância de extrapauta dois requerimentos de nossa autoria. O primeiro requer uma audiência pública, no âmbito desta Subcomissão, para que possamos debater os resultados da 100ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ocorrida em Genebra, no dia 16 de junho do ano corrente, sobre as normas adotadas para equiparar as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos aos demais trabalhadores, com a presença dos seguintes convidados: a Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, minha querida amiga baiana Creuza Maria, Presidente da Fenatrad; a Diretora da OIT Brasil, Srª Laís Abramo; o Exmº Sr. Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Sr. Carlos Lupi; a Exmª Srª Ministra de Estado, Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Srª Luiza Bairros; a Exmª Srª Ministra de Estado, Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SEPM), Srª Iriny Lopes; e a Representante da ONU Mulheres Brasil e Cone Sul, Srª Rebecca Reichmann Tavares.

Também, ainda como requerimento extrapauta, solicitamos outra audiência pública a ser realizada no dia 18 de agosto de 2011, com a finalidade de debater os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, com a presença dos seguintes convidados: a representante da Articulação de Mulheres Brasileiras, Srª Silvia Camurça; a representante da Marcha Mundial das Mulheres, Srª Sônia Coelho Orellana; a representante das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro, Srª Paula Viana; a representante da Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, da Central Única dos Trabalhadores (SNMT/CUT), Srª Maria Luiza da Costa; a representante da União Brasileira de Mulheres (UBM), minha querida amiga, Srª Liège Rocha, também baiana; e uma representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Srª Carmen Helena Ferreira Foro.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Coloco em votação o pedido da Senadora Lídice, para inclusão de seus requerimentos extrapauta.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

A Senadora gostaria de defender os requerimentos?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não, creio que eles são autoexplicativos. Poderíamos avançar na sua aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Então, está aprovado.

Coloco em votação o Requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada. Vamos à luta!

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Não havendo mais nada a discutir, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 39 minutos.)

COMISSÃO DE DIRETOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA
DA MULHER

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 12 DE JULHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 11 HORAS.

Às onze horas e vinte oito minutos do dia doze de julho de dois mil e onze, na sala treze, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora (Ângela Portela), reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores: Ângela Portela, Lídice da Mata, Marta Suplicy e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte PAUTA: Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 5, de 2011 – CDHSPDM, de autoria da Senadora Ângela Portela, aprovado em 06/07/11, "para debater a pesquisa de iniciativa do SESC em parceria com Fundação Perseu Abramo, 'Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado' com foco na violência.". Convidados: Adelmir Araújo Santana, Presidente do SESC/DF; e Tatau Godinho, Cientista Social, representante da Fundação Perseu Abramo. Fazem uso da palavra as seguintes senhoras Senadoras e Senadores Ângela Portela, Eduardo Suplicy, Ana Rita, Marta Suplicy, Lídice da Mata e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Ângela Portela,** Presidente.

A SR. PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Declaro aberta a Quarta Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa dos Direitos da Mulher da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Audiência pública solicitada nos termos do Requerimento nº 05, de 2011, da Comissão de Direitos Humanos, de nossa autoria, aprovado em 06/07/2011 para debater a pesquisa de iniciativa do SESC, em parceria com a fundação Perseu Abramo, Mulheres Brasileiras e Gêneros nos Espaços Públicos e Privados, com foco na violência.

Os convidados para participar dessa audiência pública são o Ex-Senador Adelmir Santana, que é Presidente do SESC do Distrito Federal e Tatau Godinho, representante da Fundação Perseu Abramo.

Apresentamos esse requerimento porque temos todo um compromisso, todo um histórico. A nossa comissão luta pelos interesses, pela defesa dos direitos das mulheres brasileiras, e estamos sempre debatendo com muita ênfase, com muito compromisso a questão da violência doméstica e familiar. Temos observado, nos últimos dias, a grande mídia dando destaque a esse tema, tanto na Rede Globo, no Programa Profissão Repórter que fez uma demonstração preocupante das mulheres brasileiras no que diz respeito à violência domestica.

Os índices de violência são assustadores e queremos, nesta subcomissão, discutir e apresentar propostas ouvindo segmentos da sociedade civil organizada, do poder público. Nesse momento, as pesquisas que foram realizadas recentemente mostram que, apesar de quase 100% das mulheres brasileiras e dos homens terem conhecimento da Lei Maria da Penha, mesmo assim, os índices de violência não diminuíram, continuam intensos em todos os Estados da Federação Brasileira.

A nossa intenção é realizar essa série de audiências públicas, que houve no mês de março com a presença do Supremo Tribunal Federal, do Ministério de Políticas para as Mulheres. Esta audiência, hoje, na verdade, está dando continuidade a uma série de debates que pretendemos realizar para que a gente possa, ouvindo os segmentos da sociedade, apresentar soluções.

Queremos levar essas proposições para que possamos interferir também na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no orçamento da União, para assegurar a estrutura necessária para o cumprimento da Lei Maria da Penha. São as delegacias especializadas que precisam ser construídas nos Estados e nos Municípios, são as Defensorias Públicas, são os Centros de Referência. Temos, em nosso País, 5.645 Municípios e somente quatrocentos e poucos Municípios brasileiros têm delegacia especializada para a mulher.

É preciso muitos avanços ainda e, nós, nesta subcomissão, precisamos nos articular, debater, discutir, apresentar no orçamento da União, propostas para assegurar que Estados e Municípios possam

criar infraestrutura necessária para o cumprimento da Lei Maria da Penha e possamos contribuir para a redução desses índices de violência contra as mulheres brasileiras.

Dito isso, gostaria de convidar os nossos convidados, diante da pesquisa que foi realizada recentemente pelo SESC em parceria com Perseu Abramo, convidar o Ex Senador Adelmir Santana, Presidente do SESC do Distrito Federal e convidar também Tatau Godinho, representante da Fundação Perseu Abramo para que estejam conosco aqui na mesa e possam fazer as suas apresentações, a demonstração da pesquisa que foi realizada recentemente. *(Pausa).*

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Com a palavra o Presidente do SESC do Distrito Federal, Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA – Bom dia a todos e a todas.

Quero saudar a Senadora Ângela Portela e Tatau Gondim que veio aqui fazer a apresentação da pesquisa extremamente técnica.

Essa pesquisa foi celebrada ou foi patrocinada pelo SESC de São Paulo. Talvez porque, nós de Brasília, tivemos a oportunidade de trazer a pesquisa e reunirmos um grupo de, aproximadamente, 400 a 500 mulheres e fizemos um debate no SESC do Distrito Federal divulgando a pesquisa. Nesse debate fiz a inclusão de algumas personalidades locais, entre elas a Deputada Erika Kokay que é uma Deputada muito focada nas questões das minorias, das mulheres e minorias em geral. E, talvez por isso, eu tenha sido convidado a vir aqui, mas, na verdade, quem deveria estar aqui, se tivesse alguém que estar aqui ligado ao SESC, seria o Presidente do SESC de São Paulo.

Eu sou Presidente do SESC do Distrito Federal. O Presidente do SESC de São Paulo e Abram Szajman Chaves. Eu fiquei honrado com o convite, mas diria que é uma pesquisa de dados extremamente complicados porque são muitas informações. Queria dizer apenas que o SESC faz esse papel, uma instituição ligada ao serviço social, que tem mais de 60 anos no Brasil e que se interessa por essas questões sociais, não apenas do seu público alvo que são os comerciários e seus dependentes, mas a população em geral e que estende essa preocupação ao promover, ao patrocinar uma pesquisa como essa.

Todos nós sabemos que as conquistas das mulheres não são tão recentes assim. É uma evolução que tem crescido nos últimos anos, a pesquisa vai demonstrar claramente isso. Até recentemente, estava lendo um livro que mostra as mulheres há 60 anos, as esposas eram totalmente diferentes das esposas de hoje, a relação marido/mulher era uma coisa que chega a nos chocar. A história, em torno de 60, 70 anos, não é nada historicamente, mas essa evolução foi crescente. Ela é crescente. As mulheres conquistam muitos espaços, mas ainda existem muitas conquistas a ser objeto de lutas das próprias mulheres.

Dizia que a pesquisa vai mostrar isso, vai demonstrar as falhas que ainda existem na própria aplicação da legislação vigente, o machismo, as relações entre mulheres de ontem e mulheres de hoje, a relação entre a mulher e o ser homem, vai mostrar também o nível de satisfação da mulher e o nível de insatisfação, coisas dessa natureza.

Diria que venho a esse encontro muito mais para presenciar mais uma vez porque já presenciei outras e dizer que nós nos sentimos honrados, no caso, o SESC por ter dado essa contribuição ao País fazendo essa associação com a Fundação Abramo de São Paulo nessa pesquisa que foi uma pesquisa demorada e com uma amostragem extremamente ampla que vai chamar a atenção de todos os setores que queiram e que estejam interessados efetivamente nessa matéria.

De tudo, Sr. Presidente, esse é o papel que estou fazendo aqui. Coloco-me à disposição, sou também uma pessoa interessada por essas questões que envolvem os direitos não apenas das mulheres, mas todos os direitos e me interesso muito e, por isso, atendi prontamente ao convite de V. Exª.

Muito obrigado.

A SRª. PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente do SESC do Distrito Federal, Adelmir Santana, nesta audiência pública, vamos focar na questão da violência doméstica e familiar, mas temos interesse também e temos requerimento aprovado nesta subcomissão da nossa Vice-Presidente Lídice da Mata para discutir outros temas relacionados à saúde da mulher, os direitos reprodutivos e a saúde da mulher indígena.

Gostaria de destacar, Sr. Adelmir, que a Presidente Dilma tem demonstrado, no início do seu Governo, preocupação extrema com a saúde da mulher, com o diagnóstico, com a prevenção do câncer de colo de útero e do câncer de mama.

Gostaria de destacar porque, quando se discute a questão da violência, está muito associado à saúde porque a mulher violentada, vítima de violência é afetada em sua saúde física e psicológica.

Nós estamos presenciando o interesse da Presidenta Dilma no tema com essas ações do Ministério da Saúde, focados principalmente na região Norte do País onde há a maior incidência, o dobro da média nacional do câncer de colo de útero.

Não estamos dizendo que isso é motivo, é razão para que câncer de colo de útero tenha alguma coisa

a ver com a violência doméstica e familiar, mas tem a ver com a saúde física e com a saúde psicológica das mulheres brasileiras. É por isso que vamos focar nesses temas que são temas que estão em evidencia e, nós, como membros da Subcomissão, temos que estar muito atentos aos anseios da sociedade brasileira.

Dito isso, gostaria de passar a palavra para a nossa amiga Tatau Godinho, representante da Fundação Perseu Abramo.

Fique a vontade, Tatau.

A SRª TATAU GODINHO – Queria, em primeiro lugar, agradecer à Senadora Ângela Portela pelo convite e à Senadora Ana Rita também aqui presente e ao Sr. Adelmir Santana, Presidente do SESC e chamar a atenção de que a parceria entre a Fundação Perseu Abramo e o SESC já gerou outras pesquisas importantes.

Para nós essa é uma parceria muito boa, porque possibilita que um debate e um estudo sobre diferentes aspectos da sociedade brasileira, possa atingir mais gente do que atingiria apenas pelo trabalho da Fundação.

Como o debate aqui hoje é centrado na questão da violência contra as mulheres, eu fiz um recorte rápido na pesquisa e, como o Dr. Adelmir mencionou, ela é uma pesquisa muito extensa. Foi feita com pesquisa de campo em 2010 por meio de entrevistas com homens e mulheres, pegando todas as regiões brasileiras. Então, há toda uma explicação técnica das margens de erros, da avaliação, mas queria insistir em dois aspectos em relação a essa pesquisa.

Primeiro no caráter nacional da pesquisa e, nesse caráter nacional, a explicação de que essa é uma pesquisa de percepção. Portanto, ela é uma pesquisa da declaração das pessoas sobre determinados temas, e nós vamos perceber que, às vezes, a percepção de homens e mulheres sobre o mesmo fenômeno é distinta, dependendo exatamente da forma como cada um lida ou a forma como a socialização masculina ou feminina levou as pessoas a avaliarem cada um dos aspectos.

A segunda questão que gostaria de introduzir é a ideia de que a pesquisa é muito mais ampla que a questão da violência contra as mulheres. Vou, muito rapidamente, abordar alguns aspectos da igualdade entre mulheres e homens na sociedade brasileira, o que é essa percepção de ser mulher, a questão da mídia, trabalho e trabalho doméstico, a questão da sexualidade e de direitos reprodutivos, mas fiz um recorte intencionalmente para desembocar na questão do debate sobre a violência.

Caso o Senado ou a Comissão de Direitos Humanos se interesse, tenho certeza de que o SESC também terá maior interesse que a gente possa discutir em outro momento os outros aspectos da pesquisa.

Uma versão dessa pesquisa foi realizada em 2001. Naquele momento não com a parceria do SESC, mas o mesmo modelo de pesquisa e isso nos permitiu incluir alguns aspectos comparativos de evolução das discussões na sociedade brasileira.

Eu queria focar nesses temas, explicando que recortei muito para poder dar tempo de insistir na questão do debate da violência contra as mulheres.

Há uma percepção entre as mulheres de que melhorou a vida das mulheres no País, nos últimos anos. Então a pergunta é feita: você acha que melhorou a situação das mulheres, nos últimos vinte ou trinta anos? E a resposta comparativa de 2001 e 2010 mostra-nos que as mulheres estão mais otimistas em relação à sua própria situação. Muitos desses dados estão vinculados à participação no mercado de trabalho, à possibilidade de trabalhar fora, à autonomia, mas eu não vou mostrar esses dados todos. Vou mostrar um resumo do que é considerado pelas mulheres, o que é pior ou melhor em ser mulher e o que você mudaria se pudesse. É exatamente a pesquisa trabalhando nas percepções.

Então, 63% das mulheres elencam espontaneamente o que é melhor na vida das mulheres, é exatamente poder estar no mundo público; poder sair, trabalhar fora, ter mais liberdade, mais independência, trabalhar fora, mas há também uma valorização dos papéis tradicionais. Entre essas melhores coisas a possibilidade não apenas de ser mãe, mas os papéis atribuídos às mulheres; isso lhes dá aumento de autoestima, valorização e a possibilidade e enfrentar a discriminação.

Mas o que é pior? O pior também está dividido entre dois espaços: a maior referência é a idéia do machismo, pior é exatamente sofrer o machismo na sociedade brasileira, essas mesmas desigualdades no mundo do trabalho e no espaço privado. A pior coisa, o que foi mais mencionado, é exatamente a violência, mas também a falta de reconhecimento desse papel que as mulheres exercem na vida privada.

Algumas ainda mencionam as condições biológicas, que vamos perceber, inclusive, em outros aspectos da pesquisa, que há uma insistência também cultura, de que é ruim o cotidiano da vida física e sexual das mulheres. Isso influencia sua percepção do que é bom e ruim ser mulher.

A primeira coisa que elas fariam para melhorar, prestem a atenção, as duas coisas que se destacam são: as condições no mercado de trabalho e a questão da violência de gênero. Então, essa vinculação de ser independente, de ter autonomia, de poder trabalhar fora é muito presente.

E apontam com uma diferença entre ser homem e mulher no mundo de hoje novamente o machismo, disseminado na sociedade, e as dificuldades no mercado de trabalho. Então, há um número grande, significativo do ponto de vista estatístico, um quinto das mulheres, cerca de 20%, e ainda um pouco mais entre os homens, que acham que não há diferença nenhuma entre ser homem ou mulher. Não tem discriminação, não tem diferença nenhuma, é a mesma situação. Mas entre as piores coisas, se compararmos 2001 com 2010, na verdade, não há uma variação tão grande e é muito interessante percebermos que predomina o que é ruim nas referências à vida privada. Ou seja, quando a gente vai olhar é o trabalho doméstico e a violência sobre as mulheres o que mais se destaca no restante da pesquisa.

E, entre as melhores coisas de ser homem, é muito interessante porque eles valorizam essa masculinidade construída e acham que é muito bom não poder engravidar. Então. vocês imaginam o que significa isso também em termos da educação diferenciada entre meninos e meninas, que consideram um fardo a maternidade. Isso introjeta no cotidiano das pessoas e, claro, cria uma imagem negativa da vida sexual, da vida física de saúde das mulheres. Os homens reconhecem que têm mais oportunidade trabalho. Isso é melhor para eles.

E o que eles acham ruim? Exatamente o peso cobrado ainda de ser o provedor, de ter a maior responsabilidade econômica, cobrada pela sociedade, mas quase 40% acham que não há nada pior para os homens, em comparação com as mulheres, que é muito melhor ser homem. Vamos pensar o que significa na percepção do que é o cotidiano de homens e mulheres.

Tanto homens quanto mulheres reconhecem que existe machismo na sociedade brasileira. Aquela setinha é para mostrar se existe muito machismo ou pouco machismo e a diferença entre os anos. Temos na pesquisa de 2001 que 89% consideravam que tinha machismo na sociedade brasileira, isso subiu. Então, há uma consciência maior, tanto entre homens como entre as mulheres, dessa percepção do machismo. Isso é interessante quando perguntamos aos homens se ele se considera muito ou pouco machista

Setenta e quatro por cento dos homens não se consideram machistas. Reparem que 90% consideram que existe machismo na sociedade brasileira, mas 74% acham que não são machistas. Essa percepção, vamos perceber em outros temas, é a de que quase todos os temas polêmicos são jogados para os outros. Quando perguntamos, por exemplo, sobre violência, se já sofreu violência ou se conhece quem tenha sofrido violência ou casais que têm violência, eles dizem que conhecem em outros casais. Sempre são outros e às vezes vão distanciando em relação ao parentesco.

Isso é muito interessante para vermos a percepção. Se não há uma consciência efetiva do problema, não se mudam as relações. Perceber que existe o problema e reconhecê-lo nas suas atitudes facilita pensar em mudar comportamento.

Quando pensamos nisso, não são machistas. Cortei vários do trabalho doméstico, porque não cabia, mas ainda vamos perceber que, entre as mulheres, elas continuam quase sem mudança nenhuma como as responsáveis pelo trabalho doméstico. Os homens, sejam maridos ou parceiros, são muito poucos os que se colocam como responsáveis pelo trabalho domestico, a ponto de, como a pesquisa tem um controle estatístico grande, acabamos não dando o percentual ali entre pai e filho, irmão e genro, porque é tão pequenininho o número, que, na amostra estatística, acaba tendo que ser desprezado.

Isso é importante, porque quando a gente fala – olha a percepção de novo – que homens e mulheres deveriam dividir por igual o trabalho doméstico, 84% dos homens acham que sim, 93% das mulheres, mas quando se vai ver na prática do tempo do trabalho doméstico entre mulheres e homens, essa diferença é persistente e, o que é pior, não mudou nos últimos dez anos. Não há mudança significativa na sociedade brasileira, nos padrões cotidianos domésticos em relação ao trabalho e ao cuidado com os filhos.

Ali existem várias perguntas desse tipo, mas é importante percebermos o quanto a educação reforça esses valores, porque também as mulheres, em grande proporção, admitem – ali na terceira frase – quem deve decidir como é que organiza a casa, como é o trabalho doméstico, não importa que faça, mas quem decide sou eu.

Ora, isso significa também uma introjeção de valores e responsabilidade, que nós precisamos alterar na sociedade brasileira, porque essa relação familiar está profundamente vinculada à violência doméstica. A idéia é a de que o mundo das mulheres é um mundo privado, que a responsabilidade delas são as coisas privadas, o cotidiano e um cotidiano que não as valoriza.

Não vou entrar no detalhe, mas vou mostrar isso medido em horas. Entre mulheres e homens, qual a percepção do tempo que faz de trabalho doméstico? Vou mostrar, só o final da amostra, com serviços de limpeza, do cuidado da casa, passar; para o total da amostra, as mulheres declaravam 17 horas e 44 minutos semanais de trabalho doméstico e diziam que seu parceiro trabalhava 3 horas e 16 minutos por semana. Quando perguntávamos aos homens, eles aumentavam o seu tempo em relação ao que as mulheres perce-

biam que eles faziam, são 4 horas, mas eles percebiam mais trabalho ainda das mulheres do que elas próprias declaravam. Isso nos mostra que uma parte do trabalho cotidiano realizado pelas mulheres nem elas próprias caracterizam como trabalho. Quando se faz um bolo para o aniversário do filho é trabalho, e óbvio que é trabalho, mas a idéia de que eu sou mãe leva a pensar que é carinho, o que impede de perceber que aquilo é trabalho.

A diferença fica muito mais evidente quando olhamos o cuidado com os filhos: as mulheres dizem que gastam 10 horas de cuidado com os filhos e os homens dizem que elas gastam quase 17 horas de cuidado com os filhos, porque eles percebem que, quando ela põe o filho para dormir, aquilo é um trabalho. Afinal de contas, ela faz e não ele. Mas, na concepção dessa relação de trabalho, isso fica mais...

Passando adiante, é apenas para mostrar a divisão sexual do trabalho, que mostra muito a desigualdade entre mulheres e homens na sociedade.

Esse aqui é um outro bloco específico, eu mostrei só esse. É um bloco que discute a imagem das mulheres na mídia e qual a percepção que mulheres e homens têm dessa imagem. E a grande maioria é totalmente a favor de se aumentar os conteúdos sobre o controle da mídia, porque avaliam que a mídia, sim, reforça valores machistas e de opressão das mulheres e violência.

Não pus mais, porque não é o nosso tema, mas é importante saber que as pessoas fazem a relação entre o cotidiano, a violência e a desigualdade e as imagens que entram dentro em casa pela televisão.

Da mesma forma, no controle sobre a vida privada, percebemos, por exemplo, o uso da camisinha, que é extremamente importante hoje, inclusive com o aumento da AIDS entre as mulheres. É muito pouco o número de homens e mulheres que declaram o uso da camisinha nas relações. Vamos perceber que isso é uma questão importante, porque também vamos lidar com a área da saúde, como a Senadora lembrou como uma das áreas importantes no cuidado e do cotidiano das mulheres.

Ao mesmo tempo, há um aumento muito grande do teste de HIV entre as mulheres. Há o dado positivo de haver o teste, mas o negativo, que é o aumento do HIV entre as mulheres. Positivo. O Ministério da Saúde inclusive tem se preocupado com isso, porque o crescimento da contaminação entre as mulheres é muito grande. Nós não entramos nesse debate, mas, muitas vezes, a negação do uso da camisinha é dada "porque eu não gosto, porque tira o prazer, sem a concepção", ou entre as mulheres jovens porque o homem não aceita o uso da camisinha. Isso é extremamente importante de pensarmos para vermos as condições de atenção.

Entrando na violência, na área do atendimento à saúde, mostro só uma prévia para termos a idéia de vermos quem são as mulheres de que estamos falando na continuidade aqui. A pesquisa fez uma análise da questão da violência, em particular em relação ao parto, ao atendimento ao parto e às complicações vinculadas ao parto ou atendimentos vinculados.

O percentual de mulheres jovens, entre 16 e 18 anos, que teve o primeiro filho é muito alto no Brasil. Então, são mulheres jovens que procuram.

A segunda faixa é onde se concentra. Se nós somarmos ali a idade, na segunda faixa, a idade de homens e mulheres é mais parecida. Mas, entre as mulheres jovens, a diferença entre homens e mulheres é muito grande.

Isso mostra um problema muito importante para nós, da gravidez no período da juventude. Ela interrompe estudo, interrompe possibilidades de trabalho, interrompe opções de vida, e é uma sobrecarga para as mulheres jovens, no sentido da comparação com os homens, e que tem conseqüências também na sua falta de poder na hora do atendimento no serviço de saúde.

Em que rede que se fez o parto? São 68% as mulheres brasileiras atendidas pelo serviço público de saúde, SUS.

Isso é um dado extremamente importante. Por que, muitas vezes, nos debates de que participamos, as pessoas têm uma noção de que o atendimento ao parto é um atendimento privado, até porque nós vivemos numa camada que tem maior acesso a planos de saúde privados, conhecemos muitas mulheres que têm esse atendimento privado e não nos damos conta da grandeza do serviço de saúde pública no Brasil.

Foi uma analise sobre os maus-tratos em atendimento, em maternidade pública ou privada, e pré-natal. Sem separar os dois. Nós percebemos que 85% não declararam nenhum tipo de maltrato no atendimento, mas reparem como nas maternidades quase 10% das mulheres declararem algum tipo de maltrato é um índice muito alto.

È muito interessante que esse maus-tratos respondem não necessariamente à rede pública, ele é maior na rede privada, proporcionalmente; Inclusive, pelo tamanho do atendimento.

Claro que nós podemos considerar que talvez as mulheres de mais baixa renda e com mais dificuldade reclamem menos. É uma pesquisa de percepção, alguém poderia argumentar isso. Nós não detectamos isso na pesquisa.

A pesquisa fazia muitas perguntas. O que é que foi que aconteceu? Como é que foi? O que é que te

disseram? Mas isso demonstra, eu que sou uma defensora da saúde pública com bastante ênfase, um ganho. É uma demonstração de que a qualidade do atendimento em serviços específicos, no que diz respeito à humanidade do atendimento, também não é uma questão específica da saúde pública no Brasil.

Quais foram as perguntas feitas? É se o exame foi feito de forma dolorosa, se deixou de oferecer alívio para dor, que é uma questão importante. Então, 25% disseram que tiveram, que perceberam esses maus-tratos no momento do parto.

Ali atrás, estávamos vendo em todo o atendimento. Na maternidade, não se trata apenas do momento do parto, você tem a entrada, a recepção, por exemplo, se o médico ou a médica atendeu mal, gritando, usando violência, não informou o que estava acontecendo, portanto, deixou a mulher mais angustiada, mais insegura, com mais medo do que vai acontecer, se negou o atendimento, se xingou, ou humilhou.

Então, esses são os itens que aparecem. Prestem a atenção que o índice é alto. É muito alto. Se pensarmos o momento do parto, um momento em que a mulher está vulnerável, totalmente dependente do serviço de saúde, ela depende do médico para o controle da sua condição, da sua boa condição.

Então, esso é um elemento importante para nós pensarmos na qualidade do atendimento de saúde no Brasil. Aqui, nós fizemos a separação entre o local, separando agora parto em local e maternidade. Então, separando os locais. Fizemos isso para olhar um pouco mais. Aqui que eu queria chamar a atenção.

Se a pessoa viu algum despropósito, às vezes, o médico, a médica, o enfermeiro ou a atendente não fala diretamente com a mulher, mas, faz um comentário agressivo com o colega no ambiente.

Uma das coisas, por exemplo, é falar para as mulheres – olhem a agressividade em relação à questão da gravidez: "não chora que ano que vem você está aqui de novo, ou seja, você vai depender de mim de novo." Falam como se fosse um castigo ter filho, engravidar, e não um direito.

É a negação da sexualidade das mulheres.

Essa frase é uma negação do nosso direito à sexualidade, como se a vida afetiva das mulheres cobrasse o preço de depois ter o filho. É um castigo? Você não tem direito à vida sexual, e agora está pagando um preço caro no momento do parto. É um desrespeito absoluto à autonomia das mulheres em relação a sua sexualidade.

Esse tipo de ameaças é feito contra a mulher, que está totalmente vulnerável e, portanto, não tem condição de saber se aquilo é verdade ou não.

Reparem esta última frase, que coisa mais absurda: "se você gritar, vai fazer mal para o neném ou o seu neném vai nascer surdo". Algumas mencionaram.

A mulher está lá no atendimento, não tem condição de saber, necessariamente, qual é a realidade. Isso é muito importante. E eu queria só chamar a atenção para o fato de que o Ministério da Saúde, quando houve a divulgação dessa pesquisa, teve uma reação muito positiva, porque o Ministério da Saúde tem se preocupado com a humanização do parto, do atendimento, portanto, trabalhando com isso.

Isso acontece, também, de forma diferente, quando é caso de gravidez interrompida ou o aborto natural ou o aborto provocado. Então, reparem, os números não são pequenos: ¼ das mulheres em 2010 passaram pela interrupção da gravidez. Ali, se juntam os dois casos, e trata-se da mesma percepção que eu tinha mencionado antes.

Quando as pessoas dizem que conhecem pessoalmente quem fez, quem interrompeu a gravidez, as mulheres conhecem mais, naturalmente, e isso é compreensível. "Conhece pessoalmente ou tem alguém na família"? Aí os índices vão se separando das pessoas. As pessoas dizem que conhecem mais, é engraçado. Os números maiores estão entre sobrinha, prima, cunhada.

Então, é interessante porque ou existe uma negação da informação. Você não reconhece o caso das pessoas mais próximas a você ou aquilo é tão secreto dentro da família, que você até sabe quando é com outro, mas não sabe quando é na sua própria família.

Na assistência ao aborto, os casos de violência crescem.

Então, a pergunta insistentemente é: "se é um aborto criminoso ou não de acordo com a legislação brasileira, se mulher provocou aquilo ou não" Isso faz com que a mulher tenha medo de ser denunciada.

Se não informaram, quando não informaram, qual é o procedimento que seria utilizado? Se há ameaça de denúncia o tempo todo e se existe inclusive o atraso no atendimento como uma forma perversa de punição.

Só queria mostrar aqui que os índices são muito maiores do que no caso do parto.

A última é extremamente perversa, porque é um mecanismo de fazer a mulher se sentir culpada na interrupção da gravidez. E, interessante, eu perguntaria: quando alguém faz uma ponte de safena ou retira um nódulo de câncer no fígado, nunca pensei de um médico pegar aquele pedaço e mostrar para o paciente depois da operação. A não ser que o paciente seja outro médico, aí existe a discussão médica. Isso é uma forma de intimidar as mulheres e aumentar nelas o medo e o sentimento de culpa.

Então, é interessante essa medida para nos mostrar que aumentou o conhecimento das pessoas sobre a legislação e os casos em que se permite a realização do aborto no Brasil.

Não é de se espantar que o conhecimento é maior entre as mulheres do que entre os homens.

Pode passar.

Há o conhecimento da pílula do dia seguinte, que é legalizada, entregue no sistema público de saúde, mas vamos reparar que o grau de informação varia de acordo com a escolaridade, cai muito quando cai a escolaridade. Isso significa que esse acesso e essa informação ainda não chegam.

Nós não temos todos os dados. A pesquisa não conseguiu saber exatamente.

Os índices de aborto no Brasil, provocado, da interrupção voluntária da gravidez, reduziu nos últimos anos em todas as pesquisas que vemos. Uma das razões pode ser exatamente o aumento do uso da contracepção de emergência ou do atendimento do aborto legal preventivo.

Acho que esse é um dado importante, porque a prevenção é exatamente o que permite fazer com que a mulher não tenha de passar pela experiência de ter de interromper uma gravidez.

Então, os números ainda são significativos, 77% conhecem, mas ainda é alto o numero das pessoas que não conhecem.

Entrando especificamente na violência doméstica, os números não mudam. O mesmo numero da pesquisa de 2001 é o de agora. Ali mostra que aquelas já sofreram alguma violência.

Ali está escrito "espontânea" pela questão do método da pesquisa.

O debate sobre a violência contra as mulheres, a conversa, a entrevista, tem de ser sempre bem cuidadosa. Então, a entrevista e feita com o cuidado de não ter nenhuma outra pessoa da família ao lado. Não é feita a entrevista se o marido estiver do lado. Quando há criança pequena, que a mãe de outro jeito não faria a entrevista, o pesquisadores iriam, e por isso tem o espontâneo.

A primeira pergunta: "Já sofreu algum tipo de violência?" Essa resposta muda quando você pergunta: Você já levou algum tapa?

Vamos ver como isso é um aumento. Ali é uma classificação das formas de violência.

Então, esse é um detalhamento da violência: aí os números vão aumentando quando nós mencionamos.As que já disseram que sofreram violência, nós perguntamos que tipo de violência. Alguns são: controle ou cerceamento das ações das mulheres, proibir de sair de casa, não deixar sair, ficar vigiando, perseguindo ou esconder e rasgar documentos.Parece uma coisa ridícula quando nós comentamos publicamente, as pessoas acham que não é possível que algum faça isso. Faz!

É uma forma de impedir a mulher de ter acesso a outros serviços ou à sua cidadania. Porque sem documento você não faz nada. Além de ser uma forma de agressão, agressão imediata, do gesto agressivo, também é uma forma de impedir o acesso a outros direitos.

A violência física, qualquer tipo de violência, tanto um tapa, empurrão, espancada...Prestem atenção no índice de 10% que fala em "espancamento, deixando marcas." É um número muito alto. Então, quando a gente lida com o detalhamento da violência, a gente percebe que ela tem várias manifestações e que, ao destrinchar essas manifestações, a gente permite também que as mulheres tenham consciência de que aquilo não é aceitável. Esse é um elemento importante.

Uma síntese da resposta à pergunta "já sofreu alguma violência": ali, há uma queda quando você lida com as frases já. E isso é importante, para que a gente possa, de fato, perceber alguma alteração nas relações entre homens e mulheres. Mas as pesquisas são diferentes entre uma pesquisa e outra.

Nós temos pesquisas feitas nas delegacias levantando a última ocorrência. Esse é um método importante para saber a realidade, a forma de perguntar. Ela é usada em várias pesquisas. Ao invés de você perguntar qualquer coisa como: "Você já sofreu algum tipo de violência no último ano?" Às vezes, você pergunta para a pessoa: "Você vai sempre ao cinema "a"?" "Ah, vou muito." "Qual foi a última vez que você foi?" "Acho que foi em julho do ano passado." A ideia de perguntar é para concretizar a pergunta numa medida real. Então, é pensar nos índices da forma como as mulheres mencionam a questão da violência.

Eu queria só chamar a atenção lá embaixo, na questão da violência sexual, porque nós ainda não a mencionamos aqui. A ideia é de assédio sexual tocando; portanto, um assédio agressivo, mais agressivo do que simplesmente fazer as propostas verbais. E 17% dizendo que foi obrigada a manter formas de relação sexual em troca de promoção, de relações no trabalho. Esse é um elemento extremamente importante para nós, porque, muitas vezes, não aparece no mundo do trabalho.

Aqui nós temos um detalhamento do tipo de violência as mulheres sofrem. E ele nos mostra em dias, em anos, em minutos, o que seria cada uma das formas de violência. Isso é apenas um mecanismo para nos mostrar a frequência, o quotidiano dessa violência contra as mulheres. Então, quando a gente olha lá em cima e vê "Ficou controlando: aonde você ia, o que fa-

zia." Se a gente olhar, a cada oito minutos, no Brasil, uma mulher sofre esse tipo de violência.

Então, essa é a última coluninha para tentar mostrar qual é a recorrência desse tipo de violência entre homens e mulheres e qual é o resumo que a gente pode fazer aqui de como as mulheres reagem e quais são os agressores. Mais de 80% dos casos é o que nós caracterizamos, sem dúvida nenhuma, nenhuma, nenhuma, como violência doméstica. Marido, namorado, ex-marido, ex-namorado. São os casos totalmente tipificados na Lei Maria da Penha. Só aparece exceção, em grande quantidade, no caso de assédio sexual, e da violência sexual, quando ela ocorre na rua, porque aí aparecem não só os desconhecidos, mas outros parentes. Só uma menção, para evitar confusão, no caso da violência sexual, como o estupro, a grande maioria são casos de conhecidos da vítima; mais de 60%. Então, às vezes, não é o marido, o ex-marido, mas é o vizinho, o primo, o colega do irmão. São pessoas que conhecem a vítima e privam, de alguma forma, do conhecimento do seu quotidiano.

A continuidade do vínculo – e aí a pergunta – depois desses casos graves de violência, permaneceu ou não permaneceu? Quando a violência é psíquica, às vezes, é maior, porque às vezes, ela é mais difícil de construir um modelo de reação, uma forma de reação. Mas mesmo em 25% dos casos de espancamento, de considerar a violência física forte, ou outras formas de controle e cerceamento, as mulheres permanecem na relação de casamento, por um tempo, porque a pesquisa pega um tempo. Quem sabe, elas sairão dessa relação mais para frente.

E mais, os pedidos de ajuda têm aumentado. Talvez, pela denúncia, pela presença na sociedade, pelo fato de a legislação ter mudado. As mulheres buscam, em primeiro lugar, as mulheres parentes da família: mães, irmãs ou outros parentes. Mas, olhem bem, a denúncia, para os casos de autoridade policial ou judicial, não passa de 1/3. Então, é muito pouco, é muito pouco, se a gente pensar para as denúncias dos casos de violência.

Então, aqui é aquela mesma percepção que a gente mencionou: "Quem você conhece nos casos de violência?" 52% declaram que têm um amigo ou um conhecido que já bateu, que ele sabe que bateu; 75% é de um parente. Desculpe, é o contrário: 52% dizem que não conhecem ninguém; entre os parentes, 75%, e entre os próprios entrevistados, 92% nunca cometeu caso de violência.

Então, a estatística não bate entre as vítimas e os que cometem casos de violência. É claro que o mesmo agente da violência pode fazer isso com várias pessoas. Mas, prestem atenção aos que responderam que já cometeram casos de violência: 57% declaram que foi uma vez; 43%, algumas vezes. E olhem bem que há uma declaração de que agiu mal em 76%; mas 14% acha que agiu bem. 14% acha que fez corretamente, que a sua reação foi correta. E perguntando se repetiria, os mesmos, porque é 14%, 15%, dizem que sim, que cometeriam novamente a violência contra as mulheres.

Então, como as mulheres e os homens declaram o que os motivou, como eles explicam o que os motivou. A grande maioria declara que são questões relacionadas à fidelidade; ao ciúme, fidelidade, à relação entre companheiros, no sentido de marido e mulher, namorado. Alguns – é muito interessante – 23% das próprias mulheres e 13% dos homens acham que a pessoa é violenta, que tem uma predisposição psicológica. Então, fica brava e bate. Como se isso não fosse aprendido, não é? E um número importante acha que essa violência é uma forma de poder, de afirmação do poder, da autonomia. Temos de, às vezes, andar rápido; então, dificulta um pouco vocês acompanharem, mas é mais para a gente ter uma noção do fenômeno para poder pensar também em propostas.

Na questão dos conhecidos, relacionados com a experiência da infância, é um pouco para perceber se, entre homens e mulheres, eles conheciam, desde pequeno, quem perpetrava a violência.

Então, novamente, quando a gente fala de mulheres e homens, na percepção das mulheres, olhando essa amostra, para a gente pensar a freqüência de novo que está na última coluna: na infância. Por que essa análise sobre a infância? Porque muitas pesquisas mostram que o ambiente familiar, onde as questões são resolvidas na base da violência tem influência na vida adulta das pessoas, na forma como elas resolvem os seus problemas, os seus conflitos.

Então, há uma relação estatística entre as pessoas que sofreram violência na infância e que, às vezes, são agentes da violência na vida adulta; ou que sofrem violência na vida adulta e não reagem imediatamente contra esses casos de violência.

Como a Senadora mencionou, logo no começo, o conhecimento da Lei Maria da Penha aumentou muito e é grande no país; ele é grande e facilita também ser um instrumento de reação por perceber que tem políticas públicas, ainda que com todas as debilidades que a gente tem.

Então, as percepções positivas são muito maiores do que as negativas, tanto para homens como para mulheres. É uma lei que pune os homens – as pessoas, portanto, conhecem esse sentido da Lei Maria da Penha -; é uma Lei que protege as mulheres, que defende de maus tratos. Isso, realmente, é para ver se as pessoas

sabem o que é. Se você faz a pergunta: "Conhece a Lei Maria da Penha?" "Conheço". Mas, o que é essa lei? Às vezes, a pessoa diz que conhece, mas se refere a uma coisa diferente. A idéia é exatamente perceber se elas sabem qual lei é e do que essa lei trata.

E algumas pessoas inclusive mencionaram – só as mulheres; os homens, não – que é uma lei que garante o distanciamento do agressor em relação à vítima, o que é uma medida extremamente importante das medidas protetivas da lei. Uma vez que as mulheres sabem que direitos elas têm, é mais fácil brigar por esses direitos e exigir esses direitos.

E o que são as percepções negativas? São os aspectos de ineficácia da lei. A percepção negativa, principalmente, é achar que a lei não funciona, que a polícia não age devidamente, que a lei tinha de ser mais rigorosa, e que o tipo de punição que é dado não é eficiente. Esse é um dado muito positivo para nós, do ponto de vista da percepção e da divulgação da lei como um instrumento importante.

E agora, como estamos no Senado, eu queria só terminar com uma parte da nossa pesquisa, que não estou abordando aqui, mas que fala da questão das mulheres na política. Então, numa das perguntas feitas – "A política seria melhor se mais mulheres estivessem na política, em cargos importantes?" – setenta por cento das mulheres concordam mais do que discordam ou ficam neutras e 49% dos homens, ou seja, também achamos mais que os homens que precisamos aumentar nosso espaço de poder na política, porque isso reflete na autonomia, na igualdade e nas questões de combate à violência contra as mulheres.

É só uma provocação final, já que estamos em um espaço que é eminentemente político e que debate a participação das mulheres em espaços de poder.

Muito obrigada! *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Tatau, pela excelente explanação feita aqui, uma pesquisa abrangente demonstrando também a questão do trabalho doméstico, da gravidez precoce, da percepção da condição da mulher no mercado de trabalho, da percepção positiva e negativa da Lei Maria da Penha. Enfim, parabéns pela pesquisa realizada. Isso, sem dúvida nenhuma, vai contribuir para que o Governo Federal, com conhecimento dessa pesquisa e de outra que foram realizadas recentemente, possa direcionar políticas públicas para diminuir esses índices assustadores de violência contra a mulher.

Gostaria de passar a palavra agora para a Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senadora Ana Rita.

Gostaria também de agradecer aqui a presença dos Senadores Inácio Arruda, que esteve conosco, Paulo Bauer. Senador Eduardo Suplicy, muito obrigada pela sua presença, Senadora Marta... Em seguida passo a palavra para vocês.

Muito obrigada.

Senadora Ana Rita.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Como tenho que estar ainda em outra Comissão...

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Pois não, Senador. Fique à vontade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...queria muito cumprimentar o Senador Adelmir Santana e a Tatau Godinho, que, na Fundação Perseu Abramo, tem realizado essas pesquisas tão importantes.

Presidenta, Senadora Ângela Portela, acho que muitos aqui viram, mas, para os que não viram recomendo, sobre essa questão da participação da mulher na política, que todos lessem a entrevista tão bela dada pelo escritor Antonio Candido de Souza e Melo, quando falou sobre Oswald de Andrade e como Oswald de Andrade disse de maneira tão positiva a respeito da importância de as mulheres estarem em todos os âmbitos da vida, sobretudo na vida política, e de como isso vai ser melhor para a sociedade brasileira.

Então, apenas esse breve registro, cumprimentando V. Exª e todas aqui que estão defendendo a mulher na sociedade brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Gostaria também de registrar a presença e, em seguida, passar a palavra para a nossa Vice-Presidente da Subcomissão dos Direitos da Mulher, Senadora Lídice da Mata, e depois para nossa Vice-Presidente do Senado, Senadora Marta Suplicy.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Primeiramente, bom dia, aliás, boa tarde já, para os nossos convidados.

Quero inicialmente parabenizar a nossa Senadora Ângela Portela, que preside a Subcomissão da Mulher, ligada à Comissão de Direitos Humanos desta Casa, pela disposição de trabalhar todas as temáticas relacionadas à mulher, trazendo, no dia de hoje, para nós essa importante pesquisa realizada em parceria Fundação Perseu Abramo e o SESC. Por isso, quero saudar aqui também o Presidente do SESC de Brasília, o ex-Senadora Adelmir Araújo Santana.

Quero também saudar a Tatau Goldinho, já a conhecia pelo nome, e parabenizar pelas pesquisas que vocês trazem. Mais uma vez, acho que recebemos aqui informações bastante importantes, que merecem ser aprofundadas, que merecem ser conhecidas pela

sociedade, que merecem ser debatidas inclusive pelos movimentos feministas, pelas nossas mulheres. Acho que é importante que essas informações cheguem a toda sociedade.

Diante disso, Tatau, gostaria aqui de fazer duas perguntas. Uma pergunta é básica. Como poderemos acessar essas informações? Elas já estão disponíveis no *site* da Fundação?

Como poderemos aproveitar bem esses dados que vocês trazem? Considero-os bastante importantes, porque são bastante detalhados. A gente discute a violência contra a mulher de maneira mais ampla e a pesquisa aponta dados bastante detalhados. É interessante porque não só movimentos feministas, não só as mulheres, mas inclusive a saúde já se refere ao parto humanizado.

Conforme a senhora disse, o Ministério da Saúde recebeu com muita satisfação a pesquisa, até porque mostra que o parto humanizado está surtindo efeito. Os dados ainda mostram que precisamos melhorar muito mais, mas também nos dá sinais de que muita coisa já melhorou, que muita coisa já mudou. Então, quero saber como acessar melhor essa pesquisa.

Outra pergunta – me deu curiosidade – é com relação ao parto humanizado. Embora tenha melhorado, ainda temos muito que melhorar. Não sei se a pesquisa conseguiu identificar, na hora do parto, quem pratica esses atos de violência contra essa mãe gestante. São profissionais do sexo feminino ou do sexo masculino? A pesquisa consegue apontar isso? Na hora em que aborda a mãe gestante e que fala frases que a humilham, que tipo de profissional é esse? Para que a gente possa perceber se também tem profissionais do sexo feminino cometendo atos, atitudes, vamos dizer assim, que humilham a sua própria companheira mulher. Em que nível isso ocorre? São médicos, enfermeiros? *(Pausa.)*

A Senadora Marta está aqui agregando mais uma informação importante. A pesquisa consegue identificar isso?

Finalizando, quero parabenizar. Acho que é uma parceria muito importante. Fiquei feliz em saber que o SESC tem essa preocupação, Presidente, que vai além do seu público diretamente atendido. É uma pesquisa que vem trazer conhecimento para nós, principalmente, que atuamos no Parlamento. Isso nos ajuda muito para até pensarmos em projetos de lei que possam inclusive contribuir para que a gente possa combater de fato e erradicar a violência contra a mulher, que a cada dia maltrata muito as mulheres.

Só para dizer – e claro que a pesquisa não mostra isso, não era esse o objetivo aqui hoje da apresentação – um dado nos deixa muito triste. Sou do Estado do Espírito Santo, que hoje é o primeiro em homicídios contra as mulheres. É um Estado razoavelmente pequeno, comparado aos Estados brasileiros, mas está em primeiro lugar na violência em homicídios contra a mulher. São dados que nos deixam muito chocados. Muitas vezes ficamos nos perguntando o que precisamos fazer para reduzir esses índices de violência. Acho que muitas iniciativas têm sido adotadas, mas ainda estamos longe de resolver essas questões. Se, por ventura, vocês puderem contribuir inclusive dando alguma opinião sobre isso, gostaria de poder ouvir também a opinião de vocês de como poderíamos trabalhar melhor, nós, Parlamentares, Poder Público, Executivo inclusive, com as políticas públicas, no sentido de enfrentar essa realidade que a cada dia nos deixa mais chocados, embora reconhecendo os avanços que já tivemos nos últimos anos.

Muito obrigada!

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senadora Ana Rita.

O meu Estado de Roraima é o segundo lugar. O Espírito Santo é o primeiro em homicídio contra as mulheres e Roraima, com 480 mil habitantes, é o segundo. Isso aumenta nossa responsabilidade de estar engajada nessa luta em defesa das mulheres, procurando nesse momento de ampla discussão buscar caminhos para amenizar esse sofrimento das mulheres brasileiras e das mulheres do nosso Estado.

Passo a palavra agora para a Senadora Mara Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Primeiro, quero parabenizar a Senadora Ângela por essa iniciativa de trazer a pesquisa da Fundação Perseu Abramo.

Tatau, você foi a responsável pela pesquisa ou não?

A SRª TATAU GOLDINHO – Não.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quem foi?

A SRª TATAU GOLDINHO – A Fundação tem um núcleo de pesquisa e eu participei da elaboração das perguntas.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, ajudou bastante, Tatau. Trabalhamos juntas na Prefeitura de São Paulo. Ela era responsável pela questão da mulher.

A SRª TATAU GOLDINHO – Faço parte do Conselho da Fundação Perseu Abramo, mas não fui a campo, não fiz a análise. Participei da elaboração da pesquisa só.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acredito ser muito importante e tenho algumas indagações que são reflexões sem muita resposta.

Quando, me lembro, a gente atuava na TV Mulher, que começou em 1980, então, há 30 anos, começamos as denúncias também das violências. Depois de alguns anos, não foi no primeiro ano, começamos a ver as denúncias aparecerem com muito mais força. A minha interpretação na época foi de que as mulheres estavam se rebelando, não mais caladas. Elas não gostavam do que ouviam, retrucavam e apoiavam.

A segunda coisa que foi ficando evidente é que o medo tolhia muito as mulheres. Isso ficou muito claro em uma carta de uma jovem, não me lembro a idade, de um Estado do Nordeste. Ela dizia que o marido tinha cortado a orelha dela. Muito sem experiência, eu disse para ela ir embora de casa ou denunciar o marido ou qualquer coisa do gênero. Ela mandou de volta a carta e disse: "Não posso fazer isso porque senão ele corta a outra." Aí fui aprendendo como era a realidade brasileira.

Estava fazendo essa reflexão quando ouvi um pouco da pesquisa. Não é que mudou tanto. Aumentou o número das denúncias, o que é uma coisa positiva em um sentido. Acho que apanhar, sempre apanharam, mas agora denunciam. É uma coisa extremamente positiva. Agora o que vejo que está muito encalacrado é o encaminhamento, porque as casas abrigo são pouquíssimas, a proteção é pouquíssima. A Lei Maria da Penha foi um avanço extraordinário. Isso fez diferença. Essa fez diferença realmente. Mas os encaminhamentos é que são importantes, e nesse ponto a responsabilidade não vai ser da Tatau. A responsabilidade é aqui talvez do Senado, da nossa Subcomissão, da Senadora Angela poder encaminhar, e temos que estar juntas aqui na Comissão para chegarmos a um encaminhamento que ajude na solução, porque realmente a questão é muito séria.

Acredito que essa questão tenha a ver com as mulheres estarem mais independentes, autônomas, emancipadas, de não aguentarem mais um cala-boca e de também não terem o outro problema de não ter proteção, mas tem o problema de um mundo mais violento, e as pessoas não pensam nisso também, que é a incapacidade de resolver as questões conflitantes, conflituosas com negociação. A criança desde pequena vê um desenho animado em que há um conflito. Pode ser Tom e Jerry. Pode ser qualquer programa de desenho. O conflito é resolvido com uma bomba, e o outro explode; é resolvido com uma metralhadora, e acaba com o outro que está lá. Então, a criança aprende desde pequena que os conflitos se resolvem no tapa, na violência.

Se puder matar o outro, melhor. Isso fora as questões como desemprego, alcoolismo, situação familiar que acabam criando um clima de violência. A pesquisa mostra – e não é a primeira pesquisa que mostra isso, é reiterado – que, se você apanha na infância, se você tem uma família violenta, a possibilidade de reiterar isso é muito grande.

Então, temos que agir em várias frentes, e uma delas é a violência. Essa violência é muito difícil de tocar porque a televisão é um dos instrumentos que ajudam a violência a ficar cada vez pior no País.

Acho que essa pesquisa é um diagnóstico bastante bom e muito recente, por isso também muito importante, e com questões que não tinham em algumas outras pesquisas que antecederam. Acredito que a gente possa fazer um bom encaminhamento de algumas propostas.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Obrigada, Senadora Marta Suplicy.

Passo a palavra agora para a nossa Vice-Presidente da nossa Comissão, Senadora Lídice da Mata, e, em seguida, para o Senador Cristovam Buarque. Muito obrigada pela sua presença aqui, Senador.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Bom dia a todos e a toas presentes. Quero saudar a Mesa. Quero saudar o Senador Adelmir Araújo Santana, grande companheiro da luta pelo fortalecimento do turismo nacional, estivemos juntos em diversas ocasiões, eu representando a Câmara dos Deputados, na Comissão de Turismo, e ele representando o Senado, na época inclusive do mandato, melhor dizendo, da gestão, da Senadora Marta Suplicy, como Ministra do Turismo brasileiro. Quero saudar a Tatau Godinho, representante da Fundação Perseu Abramo.

Eu já tinha visto alguns dados da pesquisa que foram publicados, anunciados, e achei extremamente importante. E a Fundação Perseu Abramo cumpre assim uma função essencial quando busca, justamente, pesquisar segmentos da população mais vulnerável do nosso País, em particular quando aborda essa pesquisa na questão de gênero, do gênero feminino.

E eu quero parabenizar o SESC pela parceria que desenvolveu nesse setor, até porque, como uma referência do setor de serviços, tem uma grande presença feminina na mão-de-obra dos serviços brasileiros.

Aliás, no nosso primeiro ano de trabalho, nós fizemos aqui, Deputada Ângela, não sei se V. Exª se lembra, o ano da mulher no turismo e tínhamos a coincidência da Ministra ser uma Ministra mulher, a Ministra do Turismo, eu Presidente da Comissão do Turismo na Câmara e a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Turismo no Senado. Então, literalmente, o Senado e o Governo Federal, o turismo, sob o comando das mulheres.

Mas eu fiquei feliz com a questão levantada pela Senadora Ana Rita, porque eu pretendia perguntar nessa direção também, sobre essa questão que nos choca, muito embora o contato com essa área de saúde também faz com que a gente tenha essa dimensão, não é, do tratamento da mulher grávida. De um lado, a sociedade homenageia, como uma grande e talvez única razão da existência feminina, ser mãe, procriar. E em algumas situações, em algumas religiões, isto era a razão do sexo existir no casamento: justamente a procriação – e, por outro lado, como punem a mulher grávida, não é?

Na área do trabalho, na Constituinte, nós conseguimos acabar com aquelas revistas impostas às mulheres nas portas de fábrica, num amplo processo de denúncia do movimento feminista no Brasil daquela situação. De outro lado, todo o sofrimento que a mulher grávida tem em nosso País e algumas formulações inclusive de políticas de controle de natalidade em que a mulher era sempre colocada como uma culpada da gravidez e punida pela sociedade por sua gravidez, até os dias atuais, onde nós temos todo um sistema de saúde que é meio impessoalizado, em que cada vez mais mecanicamente se atende a essa situação e a mulher grávida é tratada dessa maneira.

Aliás, eu vivi uma situação muito especial, há quinze dias, não nesse nível de coisa, mas quando minha nora foi ao hospital aqui em Brasília e nós lutávamos para que a médica, que o seu médico tinha indicado, pudesse atendê-la. E, na madrugada, não conseguíamos falar. E, quando consegui, às oito horas, já perto de ela ter neném, já na sala de parto, a médica me disse, numa tranquilidade absoluta: "não, eu não vou, porque na verdade o médico se atrapalhou. Ele não sabia que eu tinha uma viagem agora de manhã e eu não vou poder dar alta a ela, portanto eu não vou"

Do ponto de vista do seu raciocínio profissional, até havia uma justificativa, porque para ela acompanhar aquela paciente, ela tinha que estar presente na alta e ela não estaria. Agora, é um completo desprezo pela situação daquela mulher em trabalho de parto, porque ela não teve a mínima delicadeza, em momento nenhum, de comunicar aquilo a ela, mesmo sabendo antes que era responsável, que esse parto poderia acontecer daquela maneira, a insistência com que...

Para mim, que venho de uma geração que nasceu dentro de casa, sem hospital, com os partos feitos pelas parteiras, até os dias atuais em que as mães têm toda a aparelhagem colocada à sua disposição – cada vez mais frias, porque os aparelhos são frios quando tocam na gente, qualquer um deles, metalizados –, esse tratamento que vai sendo cada vez mais impessoal às mulheres grávidas.

A situação dos pagamentos do SUS a um parto. E eu tive outro dia discutindo com diversas médicas jovens, que tentavam me convencer dizendo: "Olha nós não temos interesse de fazer um parto natural, porque o pagamento de um parto natural, pelo SUS ou pelo plano de saúde igualmente, é uma coisa tão pequena, tão pequena... E nós ficamos à disposição doze, treze, catorze horas para uma mulher em parto natural, por decisão de ter parto natural, enquanto no parto cesariano é rápido, nós marcamos a data, o momento e nós vamos lá e ganhamos mais."

Quer dizer, é uma política invertida dos planos de saúde e do próprio Governo em relação ao SUS. Então nós vamos tendo justamente, na hora do parto... E essa pesquisa revela o nível de agressividade a que ainda somos submetidas em muitos momentos: Está chorando por quê? Está gritando por quê? Não pensou antes que ia doer? Coisa desse nível, com uma pessoa colocada assim numa situação de absoluta fragilidade e vulnerabilidade naquele momento.

Então essa pesquisa, quando destaca isso, acho que tem o poder de revelar para a sociedade brasileira, para os profissionais de saúde, de colocar o dedo nessa ferida tão fundamental, para que seja curada por todos nós, que possa vir a ser curada.

Outra coisa que eu queria perguntar era se, na pesquisa, foi possível perceber alguma diferença de comportamento entre as regiões do País, no público pesquisado, como se comporta? Já que nós temos dados aqui de que no Espírito Santo, que antigamente era Leste, hoje é Sudeste, e no Norte, nós temos no Espírito Santo o maior índice de homicídio de mulheres e temos também, lá do outro lado, em Roraima, o segundo lugar, regiões tão diferentes? Em princípio, o Sudeste é o desenvolvido, é o rico e efetivamente o é, enquanto Roraima é empobrecida. E ainda assim nós temos realidades iguais de violência praticada contra a mulher brasileira.

É possível na pesquisa perceber alguma diferenciação mínima que nos dê alguma esperança de que algo possa ser feito e que talvez as regiões mais desenvolvidas possam ter um comportamento menos agressivo, menos desumano com as mulheres?

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Obrigada, Senadora Lídice.

O Brasil é campeão em partos cesariana. Isso destaca a sua fala aqui, a sua preocupação.

Senadora Marta...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu achei muito... A propósito, pode ser um dos encaminhamentos a fala da Senadora Lídice, em relação ao Ministério da Saúde ter que repensar, porque, apesar de ser uma cirurgia, quanto tempo demora uma cirur-

gia cesariana? E acho muito bem lembrado pela Senadora Lídice, que um médico que vai fazer um parto natural ele vai ficar lá, seis, oito, e às vezes doze horas. Ele não está lá só para isso, mas ele não pode sair do hospital, porque ele tem que estar à disposição. Está tudo invertido. Você está muito certa.

E os custos também.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Fora do microfone.) – São muito mais altos do que numa cesárea.

(Fora do microfone.) – Anestesia. Anestesista...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Exato. Mas aí outra coisa de que me lembrei. Quando eu era Deputada, uma vez eu fiz uma emenda para a propaganda na televisão contra a violência doméstica, e eu nem lembro se foi ao ar ou não. Eu não lembro como foi, mas eu lembro que eu fiz a emenda e ficava cobrando, era do Governo, que passasse a propaganda, porque eu tinha posto o meu recurso na propaganda. Mas é uma coisa que pode ser feita, que pode ser pensada. Às vezes não tem dinheiro que pague. Por exemplo, aquilo que aquela novela *Insensato Coração* está fazendo contra a homofobia, um preço daqueles que não há recursos com que poderíamos pagar o trabalho que o Gilberto está fazendo. E aproveito aqui para fazer este agradecimento de público.

Mas a gente pode também tentar fazer isso em novelas, sem pagamento. E a gente pode tentar fazer isso também como uma emenda da bancada feminina, ou de um grupo. Nós todos temos recursos aqui de emendas. Podemos colocar uma pequena parte e, somadas todas as Senadoras e talvez até Deputadas, talvez consigamos recurso para fazer uma campanha forte mesmo, que não só alerte para a existência de possibilidades, como a Lei Maria da Penha, que pessoas conhecem, mas não sabiam o que fazer, que não só mostrem como... Mas também teria que testar para ver se vale a pena gastar o recurso nisso, o que pode ser muito pouco para o efeito custo/benefício.

Mas também há formas de negociar, porque, às vezes, as pessoas não têm a dimensão de que você adquire num consultório, ou trabalhando, por exemplo, numa TV Mulher tanto tempo. As pessoas não sabem. Não é que elas não queiram, elas não foram acostumadas a conversar, não foram acostumadas a dizer com naturalidade: "eu não quero, eu não vou, eu não posso, eu não vou sair do meu emprego, eu vou manter o meu emprego" sem que o outro dê uma porrada na cara, porque ela está lá não querendo sair do emprego...

Então, essas possibilidades de negociação, eu vi muito quando eu trabalhei com adolescente. Você trabalhava com psicodrama, pedir para eles escreverem a historinha e aí eles faziam a negociação do "não", principalmente para a menina. Era o "não" para não ter relação sexual sem preservativo. E isso se aprende, a dizer "não". Então essas coisas, que são inimagináveis que alguém possa não ter esse aprendizado, é muito comum. Então, talvez pensar formas também, logo que a televisão não se propõe.

Nas novelas, acho que proporia, se a gente conversasse, mas, como nós não temos o encaminhamento disso, pelo custo, eu acho que a gente poderia pensar, eu estaria muito disposta a ceder uma verba para isso.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT –RR) – Muito bem, Senadora Marta, eu acho que é um bom encaminhamento, vamos discutir melhor isso.

A senadora Marta é pioneira nessa luta.

Passo a palavra agora para o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E eu quero começar dizendo, Senadora Marta, que conte comigo também para emendas. Se não for só... Incluam-me na bancada feminina.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Está incluído Senador. Que coisa boa!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Segundo, eu quero dizer que uma das coisas que eu aprendi, na minha primeira campanha eleitoral, em 1994, foi o drama da violência doméstica. Como Brasília era pequena, como o Distrito Federal era pequeno, a campanha aqui era muito de casa em casa. E eu ia, às tardes, de casa em casa, o Senador Adelmir, meu companheiro aqui de Brasília sabe, e quem está em casa de tarde são mulheres. Os homens ou estão trabalhando ou no bar. De repente eu comecei a descobrir esse problema.

Eu confesso que não tinha consciência da dramaticidade da violência contra as mulheres em casa. E como elas terminam contando, isso me surpreendeu muito e me despertou para a luta contra a violência doméstica. Por isso estou aqui. Ao mesmo tempo, eu fui percebendo que a violência contra as mulheres é maior do que a doméstica.

Quando um jovem é morto pela droga, a mãe é quem mais sofre. É uma violência contra a mãe, sobretudo. Claro que o pai sofre, sente e chora, mas é a mãe que sente isso mais fortemente.

Quando um jovem é preso, e tem uns quinhentos mil presos neste País, a mãe sofre uma violência muito grande. Quando uma criança não tem um médico, não tem um remédio, não tem a comida, a mãe sofre. A violência sexual é contra as mulheres. Então há uma quantidade enorme de violência contra as mulheres. Por isso eu fico triste que necessitemos ter esta comissão, Senadora Ângela, mas fico alegre que a senhora esteja carregando essa bandeira nesta Comissão.

Ao mesmo tempo, eu quero dizer que é preciso incorporar o máximo possível de Senadores nesta comissão, e não só de Senadoras. Isso tem que ser uma luta de todos. Por isso eu parabenizo o SESC, por estar fazendo isso.

E queria dar uma sugestão. E a Senadora Marta, pioneira da luta contra violência doméstica e também acompanhando violências que existem, de todos os tipos e preconceitos. Temos que ganhar a luta contra a violência na escola. Nós fazemos os homens violentos no machismo na escola desde o ensino fundamental. É ali que começa uma coisa que nem chamam de *bullying*, chamam de machismo, onde *bullying*, às vezes, é até mais grave. Por que não fazer uma cartilha, se é que já não existe, pelo MEC pedindo ao MEC ir lá para pedir que se faça uma cartilha como se fez contra a homofobia. Fazer uma cartilha para fazer tentar criar uma consciência ...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Um aparte nobre Senador?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o maior prazer.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu acho muito boa idéia porque inclusive pode haver uma capacitação de treinamento de professores disso que eu estava falando sobre aprender negociar, porque se aprende a negociar na escola, porque a família, se é violenta, não negocia, mas a escola tem condições de ensinar a negociação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É isso. Eu acho que essa é uma proposta.

A outra é ajudar, a partir daqui, para dar empoderamento às mulheres. É uma palavra feia, importada, mas termos que dar empoderamento às mulheres. É neste sentido que a erradicação do analfabetismo traria o impacto, seja de quem for, homem ou mulher, mas maior se for nas mulheres. Até porque filho de analfabeto homem até pode ficar analfabeto, não é analfabetizado, mas filho de mulher alfabetizada não fica analfabeto.

E a outra coisa nessa idéia do empoderamento é que eu sou, sim, favorável ao uso de quotas para as mulheres no processo eleitoral brasileiro. A eleição da Presidenta Dilma vai ter o impacto na luta contra a violência que não estamos percebendo ainda. As meninas se sentem empoderadas ao ver a mulher com aquela faixa presidencial. Isso vai ter, mas não basta a Presidenta, até porque a Presidenta vai ficar quatro, oito anos, mas pode vir um homem depois. A gente precisa mudar a cabeça dos meninos deste País. A violência contra as mulheres está na cabeça dos meninos desde pequenos.

Então, parabéns pela sua comissão e parabéns e meus agradecimentos, Senador Adelmir, o senhor, que é aqui de Brasília e figura tão importante no SESC, tenha feito este estudo e vamos usá-lo para mudar.

E a minha sugestão é essa: empoderamento às mulheres e cartilha para os meninos e as meninas também.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT –RR) – Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque, com relação à inclusão da violência doméstica contra as mulheres nas escolas, poderíamos estimular que, nos temas transversais, se pudesse discutir um pouco mais este tema, porque eu acho que desta forma poderíamos diminuir o machismo que prevalece ainda na sociedade brasileira.

Com relação ao empoderamento das mulheres, eu gostaria de fazer um comentário. Infelizmente Senadora Marta, Senadora Ana Rita, as nossas propostas apresentadas para a reforma política – parece-me – não vão avançar, não vão evoluir, infelizmente. Isso seria muito importante para o empoderamento das mulheres.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) **–** Eu acho que não podemos nem pensar em admitir uma coisa dessas. Se for para fazer assim, eu acho que tem que "aguar tudo" e fica do jeito que está. Porque, senão, nas próximas gerações. nós vamos pagar um preço bem caro.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT –RR) – – Pelo visto vai ficar do jeito que está.

A SRª. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) **–** Eu acho que está muito séria a questão. Mas eu não vejo nenhum interesse por parte dos Senadores em tocar esse tema.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) **–** Mas não tem mesmo. Querem manter como está.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Todos os temas são importantes, mas esse tema não é importante. Podem até querer um distrital, querer lista fechada. Quem quer lista fechada geralmente é porque aceita a questão da mulher. E uma das coisas mais sérias em relação a ser contra a lista fechada é porque as mulheres vão querer a alternância.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT –RR) – Mas é essa alternância que pretendemos.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) **–** Sim, mas eu estava pensando – não falei ainda, nem partidariamente – mas se conseguíssemos fazer metade... Por exemplo, vou dar um exemplo concreto. São Paulo tem 70 Deputados. Seriam 35 listas fechadas e 35 por voto proporcional, como vale agora.

Nós poderíamos ter a lista fechada, um determinado tipo de acordo, e, na lista proporcional, que mantivesse 30% de eleitas. Porque não precisamos

ser os 50. Hoje temos 30, mas que não são eleitas. Se tivéssemos, com garantia de eleição. já dávamos um salto extraordinário. Então, como nós percebemos que, do jeito que está sendo proposto, não vai passar, temos que começar a pensar em negociar, porque, senão, nós não vãos sair do lugar. ...

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT –RR) – Muito bem, a Senadora Marta Suplicy é membra da Comissão da Reforma Política.

Senadora Ana Rita também, não é?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sou da CCJ.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT –RR) – Pois é, mas a CCJ discutiu isto neste momento.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eles discutiram isso e derrotaram tudo.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT –RR) – **–** Mas é isso que estou dizendo, derrotaram tudo e parece que vai ficar do jeito que está.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) **–** Está no zero, o que vai ser não sei.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Na verdade, Senadora Ângela, na Comissão Especial de Reforma Política os trabalhos foram concluídos. Infelizmente, na Comissão de Constituição e Justiça é que nós estamos retrocedendo, porque aquilo que conseguimos conquistar na Comissão Especial na CCJ estamos perdendo, lamentavelmente.

A gente espera que, pelo menos, o financiamento público de campanha seja garantido. Acreditamos nisso. Vamos ver essa semana como é que ficarão os debates. Não é?

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT –RR) – Passo a palavra a gora para responder aos questionamentos das observações feitas pelos Senadores e Senadoras a Tatau Godinho

A SRª TATAU GODINHO – Quero agradecer os comentários das Senadoras e Senadores aqui presentes. Não vou conseguir responder a todos, mas, em primeiro lugar, Senadora Ana Rita, no *site* da Fundação Perseu Abramo a pesquisa inteira está acessível, inclusive com as lâminas já preparadas porque facilitam a leitura.

A pesquisa tem mais até do que está lá, porque há todos os questionários, mas o que está disponível no *site* é muito extenso, é muito maior do que o que eu apresentei aqui.

Então, vai inclusive subsidiar outro debate, as informações das Deputadas e outros Deputados, as propostas e vai responder algumas questões que eu talvez não consiga responder totalmente.

Acho que há nas perguntas da Senadora Marta Suplicy e Senadora Lídice da Mata, em relação à questão da saúde, o que é extremamente importante nesta pesquisa é exatamente desvendar uma realidade que não aparece.

Os dados, vamos dizer, a culpabilização e a idéia de ofender as mulheres no seu direito reprodutivo é muito presente. É muito presente! Então, a pesquisa é muito positiva nesse sentido porque traz isso à tona e possibilita que as autoridades públicas pensem efetivamente em mecanismos para resolver esse aspecto da violência.

Até onde eu me lembro – aí eu posso estar enganada – não há uma diferenciação muito grande entre os profissionais de saúde, até porque não fomos atrás disso com esse olhar. Fizemos a pergunta: "você sofreu essa violência no momento?" E nem todas as perguntas perguntavam por quem, se era por médico, enfermeira, e eles eram homem ou mulher.

Então, nós temos algumas coisas em relação a isso. Eu posso até ver se, no restante dos dados, conseguimos diferenciar um pouco mais, mas até onde avaliamos não há muito esse diferença porque não foi avaliado assim.

Todos vocês sabem que é um sofrimento fazer uma pesquisa porque temos que cortar perguntas. Você faz, aumenta, ouve. Nós montamos uma comissão na Fundação Perseu Abramo juntamente com o pessoal do SESC para fazer o questionário, discutir os blocos, pensar em todas perguntas. O sofrimento nosso é que não cabia tudo na pesquisa, porque também a entrevista fica tão longa, que se perde a qualidade na percepção da pesquisa. E um dado que o Senador Cristovam mencionou aqui e que eu acho muito importante – tentei mostrar isso um pouquinho no começo – é que a violência é um sintoma da desigualdade entre mulheres e homens, é um sintoma do machismo. Enquanto se tem uma percepção de desigualdade em relação às mulheres, porque elas são subordinadas, são mais desvalorizadas, são subordinadas, são mais desvalorizadas socialmente, então o trabalho que elas fazem não é valorizado, elas podem ganhar menos, elas são uma propriedade dos homens. Essa coisa de rasgar o documento tem uma simbologia muito grande, porque é uma conquista inclusive das mulheres o direito ao documento.

Como disse a Senadora Lídice da Mata – e eu sou dessa geração dela, que nasceu com parteira em casa – nós somos também de uma geração que em geral, as nossas mães não tinham documento. O CPF delas era do marido.

A minha mãe, que é de uma família de classe média, fez segundo grau, era professora, a primeira carteira de identidade dela foi com mais de 40 anos,

porque aonde ela ia apresentava a do meu pai. Essa era a identidade pedida para as mulheres antigamente.

Então, a construção dessa autonomia, do seu direito como cidadã, portanto, da mulher que fala em seu nome, que tem direitos e solicita, e não é um apêndice da família, é uma conquista recente e ainda frágil. Basta ver que muitas vezes alguns desses direitos que mencionamos aqui, o primeiro deles – qual a primeira razão anunciada para as pessoas para a violência doméstica? – a fidelidade. Ora, a fidelidade é um acordo entre as pessoas, que pode existir ou não existir, que não é cobrado da outra parte. E quantos casos individuais conhecemos – a pesquisa nos dá isso em números – em que em uma relação familiar o marido diz: "não, você não vai estudar fora, não vai sair de noite para ir à aula."

Estou com isso na cabeça porque estou lembrando de uma conhecida que recentemente, seis meses, se separou do marido. E a família acha que ela é sem-vergonha. É assim que as pessoas tratam. E eu sei porque conheci e conversei com ela, ela foi trabalhadora rural muito tempo, muitos anos acompanhei, por razões familiares, e ela dizia permanentemente que o marido não a deixava estudar. Era um trabalho absurdo ter que ir à cidade estudar, e ele achava que ela ia para namorar.

Então, assim, isso é uma simbologia da questão da mulher ainda sem autonomia. É assim que o machismo se expressa, não é? E nós também mencionamos, Senador, pois a Senadora Marta Suplicy mencionou e a pesquisa também mostra que as mulheres reagem, têm uma percepção que os meios de comunicação ainda reforçam muito, o machismo. É verdade que alguns temas também começam a aparecer, mas da forma como aparecem...

Ontem mesmo, em uma matéria no Estado de S. Paulo, eu só via manchete, não li porque não deu tempo de ler, estava na parte de cultura e televisão, assim: "Novela tem que ter tapa..."

É um cotidiano de aprender e repetir essas relações, um cotidiano que reforça outros valores. E foi assim que li ontem, mas cada vez que percebemos isso...Então, eu acho que, claro, vocês, como Senadoras e Senadores, podem ajudar muito, podem abrir caminhos, fazer propostas.

Eu quero só complementar, eu sou do Conselho da Fundação Perseu Abramo, ajudei a preparar os questionários das perguntas, no momento eu estou trabalhando na Secretaria de Política para as Mulheres do Governo Federal, então, eu estou sempre com aquela vontade de entrar no tema pelo outro lado.

Ou realmente ampliamos as políticas públicas que constroem possibilidades dessa autonomia e que garantem esses direitos reais ou a rede de atendimento à violência, como a Senadora mencionou no início, ou vamos mostrar os dados e não agir sobre eles. O nosso desafio é agir sobre eles para alterar essas relações de desigualdade entre mulheres e homens, porque a violência será alterada se as mulheres tiverem mais poder na sociedade, mais autonomia, mais igualdade e se a relação entre mulheres e homens não for uma relação de poder e propriedade, como ainda é em muitos casos.

Muito obrigada.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Permite-me, Senadora Angela?

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Pois não, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Tatau, gostei muito do que você disse agora no final: muitas vezes a gente mostra os dados, mas não consegue agir sobre eles. Esse é o principal desafio.

Eu fiquei aqui pensando, e não sei se vocês vão concordar com essa minha opinião, mas, quando a gente fala da violência contra a mulher, normalmente, de uma maneira geral – é claro que não é cem por cento assim –, a gente pensa em trabalhar a mulher para que ela possa ter o conhecimento dos seus direitos e, assim, não sofrer violência. Mas a gente precisa trabalhar também os homens. Acho que esse tipo de trabalho... Pelo menos já existem alguns sinais de organizações de homens que já estão começando a se reunir... Assim como o Senador Cristovam Buarque se manifestou aqui solidário à causa das mulheres – não sei se seria a palavra solidário –, comprometido, preocupado com a causa das mulheres, mas a gente precisa pensar em políticas também para os homens, porque eu acredito em uma mudança das coisas quando as pessoas mudarem a sua consciência. Então, não é suficiente apenas as mulheres tomarem consciência da sua situação de violência e buscar os caminhos para que possam conquistar a sua autonomia, enfim, conseguir melhorar sua vida. Mas é preciso que os homens também tomem consciência de que agem de forma violenta. Então, é preciso fazer um trabalho também com os homens. Então, se houver campanhas educativas, que sejam campanhas que trabalhem a questão da mulher, mas também trabalhem os homens.

A educação, com certeza, tem um papel fundamental nesse sentido. Acho que é preciso investir muito na educação, desde a pré-infância. Acho que a forma como as crianças hoje, na maioria das vezes, são educadas, em casa e na escola, reforça ou não, em grau maior ou menor, a questão da violência, tanto por parte dos meninos como por parte das próprias

meninas, que, muitas vezes, acabam sendo educadas de tal maneira que a violência é reforçada.

Era isso que eu gostaria de dizer nessa fala final. Acho que o desafio que fica para nós é pensar políticas públicas que, de fato, venham a combater essa questão da violência.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senadora Ana Rita.

Quero agradecer também a participação aqui da Tatau Godinho, que fez uma excelente explanação. Muito obrigada pela sua participação, pela sua presença. Penso que será uma grande parceira nossa da Subcomissão.

Eu queria passar a palavra, agora, para Adelmir Santana, ex-Senador, Presidente do Sesc.

O SR. ADELMIR SANTANA – Eu queria, mais uma vez, dizer que essa é uma pesquisa do Sesc de São Paulo. Eu estou aqui por ser Presidente do Sesc de Brasília e por ter trazido, difundido a pesquisa já aqui no Distrito Federal através do Sesc, fato que certamente ocorrerá em todos os Sescs regionais. Nós estamos procurando difundir a pesquisa, porque a pesquisa, como bem colocou a expositora, não é somente isso, ela é muito mais ampla. Ela é de uma grandiosidade que serve como instrumento, inclusive, para os políticos, Senadores e Senadoras, observarem-na para proposições nessa linha.

Nós estamos fazendo isso e, ao fazermos isso aqui em Brasília, tivemos mais de seiscentas pessoas presentes. Então, isso já dá uma divulgação, e aquilo certamente vai ter multiplicadores dessa pesquisa, porque ela foi feita integralmente, com detalhes e, depois, com o debate. Inclusive, nesse debate, tivemos a presença, como eu disse, da Deputada Erika Kokai.

Não sei se foi dito, no momento em que me retirei, mas já está a pesquisa, naturalmente, no *site* dessas instituições, tanto no Departamento Nacional do Sesc, como da Fundação. Mas eu acho que a pesquisa tem de ser divulgada no maior volume possível de instrumentos.

Uma coisa que chama atenção nessa pesquisa é que ela tem inclusive perguntas políticas. Inclusive nessa pesquisa descobriu-se que, em 2010, quando ninguém nem sabia que a Dilma era candidata do Lula, ela já vencia entre as mulheres com 34% dos votos. Depois foi crescendo, veio a candidatura Marina, aquela coisa histórica, mas, de qualquer modo, 22% das mulheres que votaram em Dilma votaram porque ela era mulher. Então, isso já demonstra também certa relação política na questão.

Mas a maioria, a pesquisa também indica que o resultado da eleição foi muito mais pela vinculação de Dilma com o Governo Lula, e não por ser mulher. A pesquisa inclusive dizia o seguinte, para vocês terem uma ideia, em um ponto: os candidatos que tivessem praticado ou tivessem participado de legalização de aborto tinham um percentual elevadíssimo de votos por parte das mulheres, 75% a 76%. Olhem que coisa interessante. E houve inclusive a pergunta "quem participou de luta armada contra a ditadura?", que também tinha um percentual elevado de preferência das mulheres: 46% votaram também levando em conta esse aspecto de ter lutado contra a ditadura. O que significa que aí os candidatos – Serra, Marina, Dilma – todos tiveram a sua ação contra a ditadura. Não há aqui determinante para esse ou aquele candidato. Mas a pesquisa também tinha esse sentido.

Então, eu quero dizer que o nosso papel foi estimular a pesquisa e promovê-la por meio de uma fundação séria, que tem credibilidade; e o papel nosso hoje, que estamos fazendo em nossos fóruns, é divulgar a pesquisa, comentá-la e também fazer mesas de debate a respeito dos resultados da pesquisa, que, como eu disse, é muito mais ampla do que foi apresentado aqui. Porque não haveria nem tempo, são muitos itens, muitas questões. Vejam que ela fez apenas comentários *en passant* sobre este ou aquele item, mas há coisas... E eu chamava aqui a atenção sem saber. Vai aparecer aí mulher maltratada no parto ou após o parto: "Você sabe que isso vai acontecer..."; "Por que não gritou antes?"; "Na hora do prazer..." São coisas assim, palavras de baixo calão. A pesquisa tem coisas muito interessantes, que devem realmente ser objeto de análise por todos os fóruns que têm interesse em diminuir essas divergências.

Então, eu queria dizer, Presidente Ângela Portela, que fiquei honrado em vir aqui. Mas quem deveria efetivamente estar aqui era o presidente do Sesc de São Paulo ou o presidente do Sesc nacional, o companheiro Antonio Oliveira Santos, que está neste instante convalescendo de uma cirurgia. Mas me incumbiram de vir aqui, em nome do Sesc, dizer que nós temos satisfação em promover esse tipo de coisa, independentemente das nossas ações, que sejam com o nosso público-alvo. Isso foge do nosso público-alvo, mas não foge da nossa responsabilidade como serviço social.

Foi isso o que nós fizemos. Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Adelmir Santana, ex-Senador. É sempre um grande prazer recebê-lo aqui no Senado Federal. Muito obrigada.

Eu gostaria também de agradecer a todos os assessores da Liderança do Governo, assessores dos Parlamentares, dos Senadores e das Senadoras, que estão aqui acompanhando a nossa audiência pública.

Eu gostaria de agradecer, mais uma vez, a presença da Senadora Ana Rita, do Senador Cristovam Buarque, da Senadora Lídice da Mata, que é Vice-Presidente desta Subcomissão, do Senador Inácio Arruda, que passou aqui conosco, da Senadora Marta Suplicy, do Senador Paulo Bauer, do Senador Eduardo Suplicy, do Senador Lindbergh Farias. Agradeço imensamente a presença de todos.

Esperamos que, em outras audiências públicas, possamos dar continuidade a esse debate tão rico. Recebemos aqui contribuições, sugestões de encaminhamento para aprimorar o nosso trabalho muito enriquecedoras. Espero que, nas próximas audiências, já possamos estar mostrando aqui os encaminhamentos, os avanços que conseguimos com essas discussões. Porque entendo que não dá para ficarmos só nas discussões e nos debates, temos que buscar ações afirmativas que possam se concretizar em benefício dessas mulheres brasileiras.

E aqui o tema "Violência Doméstica contra as Mulheres".

Apesar de todos esses aspectos que mostramos aqui, que a Tatau mostrou, da violência doméstica em nosso País, também não podemos esquecer alguns aspectos positivos: não podemos esquecer que, apesar de tudo, 61% das matrículas nas universidades brasileiras são de mulheres. Isso mostra o aumento da presença das mulheres brasileiras no mercado de trabalho, mostra também...

O SR. ADELMIR SANTANA – O Sesc é uma Casa feminina. A predominância é de mulheres também.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Lá no nosso Estado, o que há de mulheres competentes e trabalhadoras no Sesc é algo impressionante, Adelmir.

Mulheres são 45% dos empreendedores individuais no nosso País. Temos muitos avanços.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ADELMIR SANTANA – Vamos ter de fazer passeatas para conquistar os nossos espaços (*fora do microfone*)...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Vamos pedir cotas (*fora do microfone*). Há um setor em que já cheguei a defender cotas, que acho que seria positivo: professores da educação de base, porque o número de mulheres é avassalador...

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – São 95%.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E acho que isso não é bom para a educação. Para a educação é bom que haja professores homens e professoras mulheres.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Sem dúvida alguma, Senador.

Muito obrigada pela presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

Muito obrigada a todos.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 23 minutos.)

COMISSÃO DE DIRETOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA
DA MULHER

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 18 DE AGOSTO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e onze, no Auditório Petrônio Portela, Anexo II, do Senado Federal sob a Presidência da Senadora (Ângela Portela), reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. Assinam o livro de presença as seguintes Senhoras Senadoras: Ângela Portela e Lídice da Mata, o Senador Paulo Paim participa da reunião. A Senadora Ana Rita justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte PAUTA: Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 7, de 2011 – CDHSPDM, de autoria da Senadora Lídice da Mata, aprovado em 06/07/11, "para debater os direitos sexuais e reprodutivos das Mulheres.". Convidados: Silvia Camurça, Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB; Sônia Coelho Orellana, Marcha Mundial das Mulheres; Paula Viana, Secretária Executiva das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro; e Rosane Silva, Secretária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora – SNMT – CUT. Fazem uso da palavra as seguintes senhoras Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata e o Senador Paulo Paim. Às dez horas e quarenta e seis minutos a Senhora Presidente passa a presidência para a Senadora Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e oito minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Ângela Portela,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Bom dia a todos e a todas. Bom dia!

Declaro aberta a 5ª reunião da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa na Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência pública nos termos do Requerimento nº 07, de 2011 de autoria da Senadora Lídice da Mata, aprovado em 06/07/2011 para debater os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Chamamos para compor a Mesa a Srª Silvia Camurça da Articulação de Mulheres Brasileiras (Palmas); Sônia Coelho Orellana da Marcha Mundial das Mulheres (Palmas); Rosane Silva, Secretária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, da CUT (Palmas); Paula Viana, Secretária Executiva das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro (Palmas); (Pausa).

Eu gostaria de ler um comunicado enviado pela Senadora Ana Rita:

Caras companheiras e caros companheiros, como Vice-Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, dirijo estas palavras para justificar minha ausência.

Na manhã desta quinta-feira, acompanhei o Governador do meu Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande, juntamente com a Presidenta Dilma Rousseff na cidade de São Paulo para o lançamento do Pacto Sudeste Brasil Sem Miséria que celebrará os compromissos para a erradicação da miséria na região Sudeste e, consequentemente, no Estado do Espírito Santo.

Acredito que essa audiência pública, dando desfecho para as atividades da Marcha das Margaridas, em 2011, é fundamental para trazer, para dentro desta Casa do Senado da República, as justas e necessárias reivindicações das mulheres do campo e das florestas.

Esta comissão presta um papel importante nesta articulação para a visibilidade da pauta de reivindicações dos movimentos sociais. Desta forma, estamos sempre abertos para o debate, diálogo e, por isso, sempre que possível, utiliza esse espaço para ampliar as vozes dos movimentos sociais.

Um abraço fraterno a todas.

Senadora Ana Rita, do PT do Espírito Santo.

(Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Gostaria também de registrar que o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paim, esteve conosco aqui e, certamente, passará conosco para estar presente e prestigiar este evento.

Queria parabenizar todas por aquela imensa, grandiosa manifestação ontem, a Marcha das Margaridas. *(Palmas.)*

Confesso que fiquei emocionada por presenciar essa grande mobilização da mulher trabalhadora rural. Essa Quarta Edição da Marcha das Margaridas já tem resultados positivos. Podemos destacar alguns resultados positivos dessa mobilização. O projeto de formação de multiplicadoras em gênero saúde, direitos sexuais e reprodutivos em convênio com o Ministério da Saúde é uma conquista da Marcha das Margaridas e a reestruturação do Grupo Terra responsável pela construção da política de saúde para a população do campo, assim como a criação da Coordenadoria de Educação no Campo do Ministério da Educação.

Sei também que ontem a Presidenta Dilma se comprometeu com a pauta de reivindicações da Marcha das Margaridas. Portanto, estamos de parabéns, está de parabéns a grande mobilização da Marcha das Margaridas na sua quarta edição. (Pausa).

Dando continuidade a essa audiência pública, vamos passar agora a palavra para a Srª Silvia Camurça, da Articulação de Mulheres Brasileiras. (Palmas).

A SRª SILVIA CAMURÇA – Bom dia a todas as companheiras que, desde anteontem, estão aqui na Marcha das Margaridas e ficaram mais este dia de hoje.

Quero saudar inicialmente a Presidente desta Comissão de Direitos Humanos do Senado, a Senadora Ângela Portela, agradecer a presença nesta audiência pública, a Senadora Lídice da Mata, autora do requerimento e Vice-Presidente desta Comissão e, através dela, agradecer também ao próprio Senado que, neste momento, por conta desta quinta reunião desta comissão, vai filmar todos os nossos debates ao longo deste dia e transmitir para todo o Congresso Nacional e, com certeza também, na TV Senado. Então, essa audiência está sendo ouvida, neste momento, em vários outros espaços. Ela é muito maior do que o tamanho deste auditório.

Na minha intervenção, nesta quinta reunião da Comissão de Direitos Humanos, quero apresentar as denúncias do Movimento de Mulheres em relação aos projetos de lei que estão tramitando no Congresso e que, em nosso entender, violam os direitos humanos das mulheres, ameaçam em profundidade os direitos humanos das mulheres. (Pausa).

Temos um conjunto de projetos que tenta promover algumas alterações na Lei Maria da Penha, a gente tem pedido e dito que, nessa área de violência, a Lei Maria da Penha não precisa de emendas, ela precisa de recursos. Isso tanto tem a ver com orçamento para

as políticas de enfrentamento à violência e esta Casa vai voltar a debater orçamento público nos próximos dias como PPA e toda a discussão dos orçamentos para o ano que vem e a gente entende que boa parte das tentativas de emendas ou modificações, às vezes até com boa vontade, mas podem retardar, desviar a atenção da aplicação da lei para aprimoramento da lei e abrindo brecha também para retrocessos na lei.

A gente sabe que esta lei tem sido alvo de muita resistência e gostaria de deixar sublinhado que a violência segue sendo um problema para nós, mulheres, e não gostaríamos de ver, quero dizer, gostaríamos mais de ver as casas do Congresso Nacional, o Senado e a Câmara, contribuindo com a aprovação de um orçamento maior para o combate à violência e garantindo no PPA um programa específico para isso, coisa que está em discussão.

Em relação ao tema dos direitos reprodutivos, eu vou citar apenas alguns dos projetos que, a nosso ver, tipificam o aborto como crime e tentam agravar as penas. O PL nº 1.035 criminaliza os crimes de tortura e pretende incluir o aborto como um ato de tortura. Vejam: nós mulheres passaremos a ser consideradas torturadoras e teremos o mesmo status de criminosas que, por exemplo, os torturadores da ditadura militar. É de um absoluto desrespeito às mulheres e uma violação mesmo da nossa integridade como sujeitos políticos.

Alguns outros tentam transformar o aborto em crime hediondo. A gente conseguiu, por luta do movimento, durante um tempo, tipificar o crime de estupro como hediondo. Se o aborto fica classificado como crime hediondo, a gente se iguala ao estuprador. Então parte das leis passa a violar, inclusive, a nossa possibilidade de escolha.

Há pelo menos quatro projetos de lei tramitando aqui no Congresso Nacional nessa direção de transformar o aborto em crime hediondo. Dois tentam transformar o aborto em crime de tortura e nos classificar como torturadoras e outros tentam classificar o aborto como crime hediondo e nos tornar iguais ao estuprador.

Tem um, que é o que nos parece mais grave, que torna ilegais os abortos no caso de risco para a mãe e de estupro, ou seja, uma lei existe desde 1940, é imperfeita, porque só protege as mulheres que precisam abortar no caso de risco de vida e de estupro, mas um projeto de lei nesta Casa quer tornar crimes esses dois casos.

Há um outro PL que pretende também qualificar como crime toda essa discussão em torno da anencefalia. E dois outros tentam instituir, em nome da vida, uma discussão, a nosso ver, falsa, o Dia Nacional de Defesa da Vida e, em torno de uma suposta norma técnica, sustar a norma do Ministério da Saúde que orienta como o serviço de saúde, o SUS, deve atender as mulheres no caso de violência sexual e fazer a prevenção da gravidez indesejada, com pílula do dia seguinte e outras medidas, porque, como o aborto, quando a gente é vítima de estupro, é permitido, há uma norma técnica do SUS que orienta como este deve proceder com tratamento humanizado e toda a orientação. Então há propostas de lei que tentam sustar essa medida.

Tem ainda aquele famigerado PL que tenta instalar a Bolsa Estupro para que mulheres, no caso de estupro, passem a receber para manter a gravidez, para ter a criança. Continuarão recebendo um salário mínimo até os dezoito anos do filho. Algumas de nós ficamos muito revoltadas com isso, porque parece querer comprar nossa consciência. Não estão pensando nem um pouco no que vai acontecer com a criança quando nascer. Tem pelo menos um, dois, três, quatro, cinco, seis PLs, sigla que quer dizer projeto de lei, tentando mexer com essa história da Bolsa Estupro: o PL nº 478, de 2007; o PL nº 489, de 2007; o PL nº 3.748, de 2008; o PL nº 1.763, de 2007; e o PL nº 4.725, de 2009. Os autores são Parlamentares do PV, PHS, PT, PDT, PV, PL, PMDB.

Então tem gente em diferentes setores, Parlamentares com uma visão antidireitos humanos das mulheres em distintos partidos, dispondo sobre a assistência à mulher vítima de estupro, mas tudo no sentido de obrigá-la ou conduzi-la a ter um filho de estuprador de diferentes maneiras. Alguns tentam, inclusive, como uma proposta do Paes de Lira, do PTC de São Paulo, sustar os efeitos gerados por um consenso chamado Consenso de Brasília, que foi obtido aqui numa reunião da ONU, quer dizer, o Brasil se compromete, mas a proposta é que isso passe a não ter efeito para que a gente não possa cobrar o compromisso do Poder Executivo.

Então, resumidamente, a gente está enfrentando hoje, aqui no Congresso Nacional, uma ofensiva de vários Parlamentares de diferentes Partidos que atuam de forma articulada entre si formando uma bancada antidireitos humanos das mulheres. Como a gente diz, violam direitos, não nos respeitam nem na nossa condição de vítimas de violência, nem na nossa condição de mulheres responsáveis, que só interrompem a gravidez quando realmente precisam tomar essa decisão e o fazem depois de muita reflexão.

Então, tentam aumentar a criminalização sobre nós, retirar os direitos que já estão garantidos nesses dois casos, agravar a pena, deixar que passem a ser crimes os dois casos e, além do mais, também desobrigar o Governo brasileiro de compromissos interna-

cionais, o que obrigaria o Poder Executivo a revisar a legislação punitiva do aborto no nosso País.

Quero deixar então registrado, nesta 5ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos, esse alerta para que a Comissão dê atenção e monitore o processo desses PLs. A gente vai continuar na resistência contra eles.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada por sua participação em nossa audiência pública, Silvia.

Passo a palavra agora à Sônia Coelho, da Marcha Mundial das Mulheres.

A SRª SÔNIA COELHO ORELLANA – Boa-tarde, companheiras. Aliás, bom-dia. É que depois da Marcha das Margaridas, uma marcha tão vitoriosa, nós estamos bastante cansadas, então a gente já amanhece pensando na tarde.

Bom, esta audiência pública que também será seguida de uma plenária do movimento tem um aspecto muito importante. Nesta Casa, a Silvia foi relatando todos os projetos que afetam as nossas vidas, que fazem retroceder direitos. Aqui muito pouco se tem discutido o que significa a vida das mulheres, o que significa a contribuição das mulheres na sociedade e o que significa as mulheres, nesta sociedade, não terem o direito garantido de decidir sobre sua vida.

A gente vive um momento bastante complexo no nosso País. A gente vive um momento em que nós temos uma mulher Presidente, em que nós temos em pauta uma reforma política, estamos falando pelo Brasil todo que nós queremos mudar, que nós queremos listas alternadas de homens e mulheres, afirmamos com muita contundência que é preciso mudar essa situação de desigualdade entre homens e mulheres na sociedade, nós estamos vivendo um momento em que, inclusive, há uma certa empolgação.

Às vezes, as pessoas falam: "As mulheres podem". Podemos, sim. Podemos, como fizemos ontem na Marcha das Margaridas, com 100 mil mulheres organizadas no Brasil todo lutando, mulheres que vieram dos mais diferentes rincões. Podemos, sim, somos organizadas, lutamos, resistimos, mas a gente tem uma situação de muita desigualdade. É isto que nós queremos debater aqui neste Congresso.

Por que mulheres que têm essa capacidade organizativa, por que nós temos mulheres comandando este País e por que as mulheres, neste País, não têm o direito de decidir pela sua vida? Por que as mulheres não têm o direito de decidir pela maternidade? Por que nós somos tão responsáveis quando nós comandamos este País, quando nós fazemos todo o trabalho da casa, quando nós governamos cidades, mas somos irresponsáveis quando se trata do nosso corpo, quando temos que tomar uma decisão, se somente cada uma de nós sabe o momento que está vivendo e, portanto, somos nós que sabemos e podemos dizer: "Eu posso tomar esta decisão, eu posso ou não ter um filho neste momento da minha vida". Por que tantas outras vozes tentam decidir por nós, como nós falamos muitas vezes? Por que a igreja tenta decidir por nós? Por que o Papa tenta decidir por nós? Por que o Congresso quer decidir por nós aquilo que nós podemos decidir melhor? Ninguém melhor do que nós mesmas para saber quando nós devemos ou não pôr um filho no mundo. Então nós queremos colocar este debate aqui: por que nós somos consideradas irresponsáveis quando se trata de tomar decisão.

Nós acreditamos que esta Casa tem que dar sua contribuição para que a gente possa avançar no direito das mulheres, para que a gente possa avançar, a fim de que as mulheres, de fato, sejam consideradas cidadãs plenas.

A Silvia foi falando de projetos que esta Casa e a Câmara Federal têm, que fazem retroceder os direitos das mulheres, que colocam as mulheres, como o Estatuto do Nascituro, a gente pode falar isso, como não pessoa. E isso tudo tem um preço para as mulheres.

A gente sabe que a clandestinidade do aborto tem um preço para as mulheres. Esta Casa pode pesquisar e, de fato, pesquisa, com base em dados do Ministério da Saúde, o que tem significado o aborto no Brasil, o que a clandestinidade do aborto tem significado em termos de morte materna, em termos de cirurgias, de mortes e, sobretudo, do que a gente está falando: o que significa para a construção da nossa autonomia. E o que é mais grave: a gente sabe que vive num País onde as mulheres que têm dinheiro. As mulheres da classe média são mulheres que hoje têm total direito de decidir pela sua vida, quando elas querem ou não ser mães. A clandestinidade do aborto que nós estamos falando, no Brasil, afeta diretamente as mulheres pobres e as mulheres negras. São as mulheres pobres e as mulheres negras que têm medo de ir a um hospital público, como as pesquisas mostram muitas vezes, que as mulheres morrem com hemorragia, porque têm medo de ir a um hospital público e serem maltratadas e serem humilhadas, como tem acontecido e, muitas vezes, serem até torturadas, quando não recebem o tratamento adequado.

Então, é disso que nós estamos falando, é dessa população que nós estamos falando, que é afetada diretamente com a clandestinidade do aborto; o que significa para a maioria das mulheres neste País. E aí nós queremos fazer este debate aqui, nós queremos fazer um debate honesto sobre isso, nós queremos fazer um debate sobre a questão do aborto a partir

da realidade em que as mulheres vivem, da realidade profunda em que as mulheres vivem. Não é a partir de valores e concepções de alguns setores na sociedade. Nós queremos fazer a partir dessa realidade sim, e que a maioria das mulheres não é obrigada a viver suas vidas a partir de valores de determinados setores e pagar, muitas vezes, com a sua vida, tendo lesado o seu direito de tomar decisão sobre a sua vida.

Nós, neste dia aqui, estamos discutindo isso e nós estamos também discutindo, organizadas, denunciando porque não é só a punição que as mulheres recebem no hospital. Nós estamos vivendo um momento grave no nosso País, em que a gente tem de se indignar, em que a sociedade tem de se indignar e que nós gostaríamos que esta Casa também pudesse ter o seu grau de indignação, quando mulheres, dentro de um hospital, recebem uma algema, quando se discute, se, para a corrupção, coloca-se algema, se não se coloca algema, isso sempre aparece, só que há mulheres que saem do hospital com algema porque fizeram um aborto, como a gente já viu casos inclusive de empregada doméstica, que fez o aborto, saiu do hospital e foi algemada.

Então, essa é a situação em que a gente está vivendo, de criminalização, como aconteceu no Mato Grosso do Sul, em que foi violado o direito ético das mulheres. É essa a situação que nós queremos que coloque aqui, porque, em tudo isso, em todo esse contexto de criminalização das mulheres, de colocar as mulheres como irresponsáveis, nós estamos vivendo um momento também em que as mulheres podem, as mulheres são isso, mas existe um grau hoje de ojeriza, de misoginia na sociedade, trazido por esse conservadorismo que nós estamos vivendo, que é muito dramático para as mulheres, tem uma consequência muito grande em nossas vidas.

É para isso que nós estamos chamando atenção aqui, sim, porque nós queremos repudiar esses projetos que retrocedem os direitos das mulheres, e nós queremos colocar o debate no País pela legalização do aborto no Brasil, que ele seja feito no sistema público de saúde e que as mulheres sejam respeitadas nos seus direitos.

Obrigada. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia: Direito ao nosso corpo, legalizar o aborto!)

(Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Srª Sônia Coelho, da Marcha Mundial das Mulheres, obrigada por sua participação nesta audiência.

Convido agora para fazer uso da palavra a Rosane Silva, Secretária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT. *(Palmas.)*

A SRª ROSANE SILVA – Bom dia a todas as companheiras, às nossas Senadoras, à companheira, quero chamá-la assim, Angela Portela, já que somos militantes do mesmo partido político, e à companheira Lídice da Mata:

Agradeço por essa iniciativa, por este momento em que a gente está debatendo um tema tão difícil para nós, mulheres, no sentido de que, como a sociedade nos vê, é importante que esse espaço, que é um espaço dos trabalhadores e das trabalhadoras, que a gente considera um espaço do povo, possa debater um tema tão importante para as nossas vidas.

Também cumprimentar aqui as minhas companheiras e parceiras de Mesa e também desta luta na sociedade, a Sônia e a Sílvia – Sônia pela Marcha, a Sílvia pela AMB –, que a gente compõe um mesmo campo político que está lutando por esse debate na sociedade brasileira, a gente compõe o grupo impulsor da Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela legalização do aborto; também há um conjunto de outras organizações sociais, partidos políticos que compõem essa frente e que estão aqui, e, durante a nossa plenária, a gente vai poder debater com mais propriedade este tema e nos conhecer também em relação a este tema.

Queria apenas complementar um pouco do que falou as duas companheiras, pois há muito acordo na fala da Sílvia e da Sônia; a Sílvia que trouxe aí o conjunto de projetos que está em pauta nesta Casa, e eu falo Casa como Congresso Nacional, não é só Senado Federal. Há um conjunto de temas que está na pauta da Câmara Federal e que precisa que a sociedade brasileira e os Parlamentares... Primeiro, que a sociedade brasileira conheça o conteúdo desses projetos, o que esses projetos significam para nossas vidas e, segundo, que o Congresso Nacional, tanto a Câmara como o Senado, compreenda e delibere sobre temas que avançam em direitos para toda a população e, particularmente, para as mulheres do nosso País.

Como a Sônia disse, a gente vive um momento político no nosso País interessante porque nós mulheres temos dado a demonstração, nos últimos anos, de que a gente tem mobilização, de que a gente tem organização. A Marcha das Margaridas, ontem, como eu disse no caminhão de som, é uma demonstração disto – e nunca mais ninguém vai ousar dizer que a gente não tem esse poder de mobilização e de organização – e foi construído por diversas entidades, foram onze organizações que construíram o processo da Marcha. Claro, sob o protagonismo da Contag, mas diversas or-

ganizações compuseram e construíram coletivamente essa Marcha e também a gente vive o momento em que a gente elegeu a primeira mulher Presidenta do nosso País, num cenário, naquele momento, bastante complexo, com muita ofensiva da direita conservadora do nosso País em relação ao tema das mulheres. Todas nós lembramos o que foi o debate sobre aborto no período eleitoral e como isso foi utilizado pelos setores conservadores, para que nós mulheres não pudéssemos avançar nesse tema.

E, num momento como este, numa audiência, inclusive que está sendo transmitida, é importante que as pessoas compreendam, e particularmente quem está nesta Casa, que está com o poder de deliberar sobre leis que afetam a vida da população, compreendam que, neste País, quem está morrendo pela prática de aborto mal feito é a classe trabalhadora, são as mulheres pobres do nosso País, que utilizam as diversas formas de prática de aborto e acabam morrendo nas suas casas ou até mesmo nos hospitais. Muitas vezes, chegam aos hospitais e não são atendidas, como a Sônia frisou aqui.

Então, é necessário que a gente possa avançar nesse debate na sociedade, porque quem tem poder econômico neste País paga, paga muito bem às clínicas clandestinas e realizam aborto, ou vão para outros países onde o aborto é legalizado e lá praticam o aborto. São as mulheres pobres do nosso País que estão morrendo pela prática de aborto mal feito.

E a gente acha fundamental que esta Casa possa avançar no direito das mulheres. Quero frisar aqui um tema em que acho que foi importante a posição do Senado Federal e também da Câmara Federal: a ampliação da licença-maternidade. Foi uma política importante para as mulheres trabalhadoras do nosso País. Agora, a gente quer, sim, leis que protejam as mulheres e não somente leis ligadas à maternidade. Achamos isso importante e fundamental, não estamos desmerecendo esse avanço importante que houve, entretanto é necessário que tenha proteção àquelas mulheres que, naquele momento da sua vida em que engravidou, não estavam preparadas para ser mãe; que o Estado brasileiro proteja essas mulheres; que o Estado brasileiro dê condições para que essa mulher, primeiro, não venha a engravidar. Os métodos contraceptivos no nosso País são extremamente ineficazes e não atendem à maioria da população brasileira no nosso País, e a gente está falando na maioria daquelas mulheres que estavam aqui ontem, nas ruas de Brasília, que moram nos lugares mais distantes do nosso País, onde, muitas vezes, os postos de saúde não têm sequer a pílula ou a camisinha, porque este é outro debate também que nós queremos fazer com a sociedade: por que a proteção à maternidade é somente uma responsabilidade de nós mulheres? A proteção à gravidez, aos métodos contraceptivos, tem que ser uma responsabilidade de homens e de mulheres, e não somente de nós mulheres, porque, quando se pensa em proteção, pensa-se logo na pílula – "Ah, a mulher não tomou a pílula e engravidou". E qual o papel do homem nesse processo?

Eu sempre digo, nos debates que a gente faz na CUT, que parece que a criança é feita pelo Divino Espírito Santo, que não existe homem nesse processo. Todo mundo aqui, neste plenário, o Senado Federal, os Deputados sabem exatamente como uma gravidez acontece. *(Palmas.)*

A gente tem que fazer este debate, e este espaço aqui, de homens e mulheres, particularmente de homens e de brancos, porque esse é o debate que a Sônia colocou da reforma política, é um debate que a gente está fazendo na sociedade brasileira, nós queremos avançar numa reforma política que inclua a maioria da população brasileira, que está fora desse espaço, que somos nós, as mulheres, e os negros no nosso País. Uma reforma política que não venha atender as mulheres e os negros não é uma reforma política, é novamente um achado para proteger aqueles homens e brancos que estão aqui, neste espaço. *(Palmas.)*

Inclusive, a gente quer parabenizar as duas Senadoras que estão aqui, porque vocês são poucas, e a gente sabe como é a luta de vocês dentro desta Casa. Nós mulheres dos diversos movimentos estamos aqui para, junto com vocês, fazer essa luta, realizarmos uma reforma política, de fato, democrática, neste País.

Agora, voltando ao nosso tema, que é aqui a pauta da nossa audiência, o Congresso Nacional tem de olhar para isso, não pode fechar os olhos e deixar cada vez mais as frentes pró-vida, que nós consideramos frentes pró-morte, porque não protegem as mulheres, ditarem as regras dentro desse espaço.

Nós queremos que o Congresso Nacional, o Senado Federal e a Câmara Federal, olhe para maioria da população brasileira, e olhar para a maioria da população brasileira é olhar para as mulheres que estão nas localidades mais longínquas do nosso País e que precisam, sim, de proteção. O Estado brasileiro tem que garantir, no caso da mulher que venha a engravidar e, naquele momento, não quer ter aquele filho por várias razões, que ela possa ter o atendimento gratuito no SUS e possa interromper aquela gravidez, já que esse é um direito nosso, de nós mulheres. O Estado brasileiro tem que ser, de fato, um Estado laico, e o Estado brasileiro hoje, na nossa atualidade, não é laico, porque o Estado, a gente não está falando só do Poder Executivo, a gente está falando de todo o Esta-

do, a gente está falando do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, não é laico. O Poder Judiciário e o Poder Legislativo têm lado neste Estado, e o lado, infelizmente, é o lado da criminalização de nós, mulheres, é o lado de dizer que a mulher é obrigada a ser mãe. Nós não temos o direito, hoje, no nosso País, de decidir sobre o nosso corpo, de decidir se a gente quer ou não quer ser mãe. Então, o que nós queremos, neste momento aqui, é dizer para o Congresso Nacional: ouçam a voz de milhões de mulheres no nosso País, e vamos ter leis que, de fato, protejam a vida das mulheres, porque esses projetos que hoje estão em pauta no Congresso Nacional não somente nos criminalizam como levam milhões de mulheres à morte neste País.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Rosane.

Gostaria de registrar a presença da Srª Maria Margarida, da Subcomissão de Prevenção da Tortura das Nações Unidas, registrar também a presença da Srª Olgamir Amâncio Ferreira, Secretária de Estado da Mulher, do Distrito Federal.

Passo a palavra agora para Paula Viana, Secretária Executiva das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro. *(Palmas.)*

A SRª PAULA VIANA – Bom dia, bom dia a todas e a todos que estão aqui, com muita alegria e com a sensação de que nós estamos no caminho certo e sempre cumprindo o que a gente vem determinando ao longo desses anos de luta pela legalização do aborto no Brasil.

Acho que este é um dos momentos bem importantes nessa história.

Saúdo a Senadora Angela Portela e a Senadora Lídice da Mata, agradeço à Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa por acolher o requerimento da Senadora Lídice da Mata para essa audiência pública.

Minha voz representa a voz de várias pessoas que produziram um documento e aqui a minha fala vai ser a responsabilidade de apresentar esse documento que foi produzido em três anos de trabalho – 2008,2009 e 2010 – nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

Essa publicação que vocês estão recebendo advoga-se para o acesso aborto legal e seguro, semelhanças no impacto da ilegalidade na saúde das mulheres e nos serviços de saúde em Pernambuco, Bahia, Paraíba, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro; teve a participação de várias redes e articulações que compõem hoje a Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto e que, hoje, tem esse momento especial de debater, aqui dentro do Senado Federal, as questões urgentes que o tema do aborto vem revelando para todos os Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, no Brasil.

Essa publicação teve o objetivo de oferecer esse panorama da realidade do aborto inseguro no Brasil, a partir da reunião de dados e de levantamentos sobre a magnitude do abortamento inseguro e o impacto da ilegalidade na saúde das mulheres e no serviço de saúde desses Estados.

Foi utilizada metodologia tanto de trabalhar os dados qualitativos quanto também trabalhar os dados quantitativos. De forma geral, a situação da assistência ao abortamento é semelhante em todos esses Estados. Cremos também que, em todos os Estados do Brasil, infelizmente, persiste uma assistência desumanizada, como foi bem citada já aqui nesta mesa, que discrimina e que estigmatiza, penalizando as mulheres que abortam.

Os dados referentes, em especial à Bahia e ao Mato Grosso do Sul, Estados com alto percentual de mulheres negras e indígenas, respectivamente, enriqueceram muito esse trabalho, demonstrando que os marcadores de raça, etnia e classe social relacionam a problemática da clandestinidade do aborto à vulnerabilidade dos grupos sociais, tornando-se um problema de justiça social.

Nós tivemos que produzir os cinco dossiês – em cada Estado foi produzido um dossiê – e essa publicação de hoje é uma sistematização desses cinco dossiês, tendo como objetivo contribuir para dar visibilidade a esse problema. Partiu de uma vivência de várias organizações e redes dentro da Câmara dos Deputados, acompanhando a tramitação de alguns PLs que Silvia citou aqui. Nós presenciamos cenas da idade média, cenas de acender fogueiras e matar as mulheres. Dentro desse cenário de horror, infelizmente presenciando a fala de parlamentares totalmente fora do contexto, totalmente mal informados sobre a realidade do aborto, nós nos inspiramos nessa lacuna de um debate responsável para produzir esses dossiês com esse objetivo, o objetivo de oferecer subsídios para que se elaborem recomendações para o Poder Legislativo em especial, mas também para os poderes Executivo e Judiciário.

Nós tivemos a participação importante de alguns parlamentares que apoiaram a realização nos Estados e a apresentação desses dossiês dentro da Câmara dos Deputados e tivemos uma participação importante da Rede Feminista, da Articulação de Mulheres Brasileiras, da União Brasileira de Mulheres, de organizações dos Estados correspondentes, do Grupo

Curumim, ao qual eu pertenço, a Cunhã Coletivo Feminista da Paraíba, o Imais, que é o Instituto Mulheres pela Atenção Integral à Saúde Reprodutiva da Bahia, importante participação da Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto em todos esses Estados, o Cfemea e o Ipas, como o Grupo Curumim, Ipas e Cfemea, que se responsabilizaram pela feitura desse material.

O que esse material nos trouxe é realmente uma fotografia do cotidiano do atendimento às mulheres em situação de abortamento. Além disso ele também traz uma fotografia de como o SUS está hoje, lacunas no sistema de referência e contra-referência, uma infraestrutura que ainda precisa de bastante recurso, de bastante investimento do Poder Executivo, a não utilização das normas técnicas que o próprio Ministério da Saúde produz. As normas técnicas não são seguidas, os protocolos que são recomendados pela Organização Mundial de Saúde e pelo Ministério da Saúde não chegam às pontas, e quando chegam são engavetados, não são utilizados. Com isso, a não utilização, por exemplo, de tecnologias que são apropriadas, tecnologias que são baseadas no princípio da humanização da assistência e também tecnologias que envolvem uma economia de utilização de recursos considerável. Esse dossiê traz também essa análise de quanto o Brasil, esses Estados gastam com a não utilização dessas tecnologias que seriam muito melhores para as mulheres e para a saúde econômica desses serviços.

Com esse dossiê nós temos a fotografia das falhas, das lacunas e do não acesso ao planejamento reprodutivo, principalmente em regiões isoladas.

Também tivemos a revelação de que o planejamento reprodutivo não é uma prática nos serviços. E a gente sabe que nos países desenvolvidos em que o aborto é legalizado essa prática do planejamento reprodutivo pós-aborto é uma oportunidade de se diminuir consideravelmente o número de abortos. E é isso que eu acho que toda mulher aqui presente, toda mulher do Brasil quer. A gente quer diminuir o número de abortos no Brasil, a quer não precisar utilizar esse recurso, que é difícil, que hoje, como a ilegalidade é a realidade, nos coloca em risco. *(Palmas)*

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Paula.

A SRª PAULA VIANA – Desculpe, Senadora. Só para terminar.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Pode concluir, à vontade.

A SRª PAULA VIANA – Então a fotografia é esta: a espera, a fome, a ausência de informação, a falta de privacidade, o desconforto, a desumanização e muitas vezes a criminalização das mulheres dentro dos serviços de saúde.

Então, a recomendação em geral é que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados têm a obrigação de fazer um debate responsável e encaminhar projetos de lei que realmente tragam de volta a justiça para as mulheres e a dignidade de uma saúde integral, completa para nós.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Paula.

(Manifestação do Plenário: Direito ao nosso corpo, legalizar o aborto!)

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Obrigada, Paula.

Gostaria de registrar aqui a presença do Conselho Federal de Serviço Social, da Srª Raquel Felau, membro do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Santa Catarina, de Leidiane Oliveira, Secretária de Mulheres da CTB do Amapá, Denise Passinho, Coordenadora da UBN Amapá, Valesca Leão, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Mulher do GDF.

Gostaria também de anunciar a presença da Srª Marilene Betras, da Executiva Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, e de Elza Maria Campos, Coordenadora Nacional da União Brasileira de Mulheres – UBN.

Neste momento, passo a presidência dos trabalhos para a autora do requerimento, Senadora Lídice da Mata, que também é Vice-Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Bom dia.

Quero justificar a ausência da Deputada Federal Janete Rocha Pietá, do PT de São Paulo, que se encontra no lançamento do Projeto de Combate à Pobreza naquele Estado e que é também a nossa coordenadora da bancada feminina na Câmara dos Deputados.

Quero saudar todas as companheiras e companheiros aqui presentes e a nossa Presidente, a Senadora Ângela Portela, e todas as representantes de entidades que aqui se já se pronunciaram.

A nossa intenção ao fazer esse requerimento era dar oportunidade para que os segmentos organizados de mulheres no Brasil que há muitos anos têm empunhado a luta para garantir os direitos reprodutivos da mulher brasileira e, portanto, garantir o direito da mulher de optar pelo caminho que mais lhe puder atender naquele momento.

A discussão sobre o pertencimento da mulher, do seu próprio corpo, é a raiz da nossa discriminação, ela

se encontra nessa raiz. Na medida em que a mulher não tem o direito de se pertencer, se ela pertence a outrem, disso decorrem as mais diversas manifestações, seja de violência daqueles que se sentem donos do corpo da mulher, seja da definição da nossa identidade – a mulher é sempre filha de alguém, no nosso nome vem sempre o nome do marido ou do pai; é sempre com base no nome do homem que se constituem as famílias brasileiras –, e principalmente a ideia de que o debate sobre a legalização ou não do aborto no Brasil precisa se dar com a mesma liberdade que todos os temas políticos tiveram e têm na realidade nacional.

Foi a compreensão de que o movimento de mulheres está sendo lançado ao gueto, cada vez mais colocado na "marginalidade", depois que se transformou num debate político no Brasil, no período eleitoral, ser contra ou a favor do aborto.

Nenhum homem enfrentou essa discussão. Apenas quando uma mulher foi candidata à Presidência da República é que as forças se organizaram para colocar na pauta da agenda nacional um debate que durante tantos e tantos anos o movimento de mulheres no Brasil inteiro clamou para que se transformasse numa pauta da política nacional.*(Palmas)*

E, ao se colocar nessa pauta, foi feito de forma que não houvesse um debate sereno, um debate produtivo, um debate sério, calcado em dados sobre a saúde da mulher, sobre as consequências da gravidez indesejada para meninas, adolescentes e mulheres vítimas de estupro e mesmo a consequência do aborto mal feito e inseguro para as milhares de mulheres que morrem no Brasil ou têm sequelas graves na sua saúde.

Nada disso foi debatido. O que interessava era, na verdade, criar uma mistificação em relação à participação de uma mulher na Presidência da República como algo tão indesejado que era uma mulher que se confrontava com aquilo que se chamava o direito à vida.

Acho, portanto, que essa discussão precisa vir para o Congresso Nacional, sim.

Durante o período da Constituinte – eu fui Deputada Federal Constituinte e atuamos na coordenação da bancada feminina àquela época –, enfrentamos um debate muito grande no Congresso Nacional, no momento constituinte, e um Congresso muito mais aberto, muito mais amplo do que temos hoje, quase nos relegando a um espaço, como volto a dizer, marginal.

Esse debate também foi colocado no Rio de Janeiro, quando da eleição do Senado, contra a candidata Jandira Feghali e começou a se transformar inclusive num pânico. A mulher candidata, a primeira coisa que tem que decidir ou dizer é se é contra ou a favor do aborto para ser condenada, linchada na opinião pública ou permitida a sua candidatura.

Então essa discussão não pode ser escondida da sociedade brasileira. Independente das opiniões existentes, contra ou a favor, esse debate tem que se dar às claras, tem que se dar com um nível de informação à sociedade sobre o que estamos debatemos, para, justamente, fazer com que as mulheres brasileiras saiam da condição de malditas, de bruxas, e assumam a condição da sua dignidade e cidadania.

Portanto eu me dispus a fazer esse requerimento para que nós tivéssemos o espaço da Subcomissão da Mulher na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, justamente porque se localiza aí, numa questão de direitos humanos, esse debate sobre a legalização do aborto. Situa-se também no âmbito da discussão da comissão de saúde ou de qualquer questão que se relacione com a saúde pública no Brasil. E nós vamos, dessas formas, encontrando maneiras de garantir às mulheres que malditas que foram desde que a humanidade existe, do ponto de vista da sua condenação como responsável pelo pecado, como responsável, na Idade Média, pelo conhecimento, pelas bruxarias, e agora, na moderníssima idade em que vivemos, no Século XXI, numa sociedade pós-industrial, dita pós-moderna, nos colocamos na mesma posição de malditas e de marginalizadas que tivemos no passado.

É necessário superar esse patamar do debate político em que nós estamos colocadas e abrir as comportas da liberdade e da participação democrática das mulheres.

Quando nós debatemos a reforma política no Brasil e entendemos que essa reforma política – e eu me dou o direito de me colocar bastante cética em relação à reforma política que está por vir, que certamente, se existir, vai se limitar a uma reforma do sistema eleitoral brasileiro –, ainda assim, é importante para que nós, mulheres e o movimento de mulheres do Brasil possamos conquistar novos espaços de debate, novas tribunas de opinião, para realmente termos o espaço e o reconhecimento da cidadania da mulher brasileira.

Então, além de negociar para que possamos ter um grupo maior de mulheres ocupando os espaços deste auditório, que foi anteriormente limitado em 200 pessoas... Vejam, aqui neste plenário já aconteceram muitos congressos partidários, aqui neste plenário já aconteceram muitas manifestações de segmentos diversos da sociedade brasileira, e aqui neste plenário está se colocando uma série de restrições para que nós possamos reunir as mulheres brasileiras. *(Palmas.)*

Agora acaba de ser autorizada a entrada de todas as mulheres, mas é sempre um processo... *(Palmas.)*

(Manifestação do Plenário: Direito ao nosso corpo, legalizar o aborto!)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata.Bloco/PSB – BA) – ...e é nesse processo de negociação que nós temos que nos colocar.

Ontem aconteceu a Marcha das Margaridas.

Eu não tenho dúvidas: se essa Esplanada dos Ministérios tivesse uma manifestação de 100 mil homens seria algo muito grave que mereceria todas as capas de jornais e certamente estaria se colocando até em ameaça ao poder. Mas se reuniram 100 mil mulheres com sua pauta de reivindicações da luta das trabalhadoras rurais. No máximo foi o que as mulheres fizeram: atrapalharam o trânsito. Mostraram o seu conteúdo de luta, a sua firmeza, a sua capacidade de mobilização, e só atrapalharam o trânsito, o que já é uma grande vitória. Mas a vitória principal é de que possamos ter as nossas reivindicações colocadas em pauta e debatidas com a Presidente da República, o que efetivamente aconteceu.

Quero agora, minhas companheiras, registrar mais algumas presenças para passar a palavra à Silvia.

Vou registrar aqui a presença da Srª Maria Margarida Pressburger, da Ordem dos Advogados do Brasil, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária, de Laisy Moliere, Secretária Nacional de Mulheres do PT, de Carta Batista, representando Núcleos de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia, meu querido NEIM. Sejam bem-vindas as mulheres baianas, de Itamar de Oliveira, da Secretaria de Mulheres da CUT Amazonas e membro do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

Este é o espaço que conquistamos para a audiência pública. E a audiência pública acontece com a presença de um dos Senadores da Subcomissão. A nossa Presidente precisou se afastar, porque temos outras atividades aqui. O dia de quinta-feira é difícil, porque, além das atividades normais, geralmente, é um dia em que os compromissos nos Estados levam os Senadores a viajarem. Eu tinha acertado também minha participação aqui até agora, em função de uma mobilização da bancada baiana em torno de reivindicações do Estado. Então, pelo nosso acordo, encerraríamos aqui a nossa audiência pública, e o espaço seria mantido com a presença das mulheres, para elas continuarem sua plenária de discussão.

Além disso, registro as presenças de Madalena Silva, Secretária de Mulher Trabalhadora da CUT de Pernambuco; do Coletivo de Mulheres de Jaboatão, Pernambuco; do Sindicato dos Profissionais de Educação de Pernambuco; do Sindicato dos Bancários de Pernambuco; e do Sindserp de Pernambuco. (*Palmas.*)

Já fiquei frustrada, porque aqui só há pernambucanos, não baianos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ninguém me convidou, mas eu vim aqui.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Acabou de chegar o Presidente da nossa Comissão – ainda bem! –, o nosso firme defensor dos direitos humanos no Brasil, o Senador Paulo Paim, a quem passo, imediatamente, a palavra, para que possa saudar os participantes deste encontro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou assistir um pouco à reunião. Vou ouvir um pouco vocês aqui.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Elas já fizeram o depoimento. A ideia era a seguinte...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então, ouço vocês um pouco e, depois, eu falo.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Pronto! Exato. O senhor, então, pode dar continuidade aos trabalhos, como se fosse a Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É claro, mas vou ouvi-las um pouco ainda.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Depois de o senhor ouvi-las, elas vão continuar a reunião como uma plenária. Está certo?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Toque normalmente a reunião, como se eu não estivesse aqui. Vou ouvi-las.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Está certo.

Então, concedo a palavra à Sílvia, para que ela possa falar e conduzir os trabalhos.

Quero registrar a presença de Cláudia Prates, do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres.

Com a presença do Senador Presidente da Comissão, esta reunião, além de avalizada e prestigiada, como deve ser, está também formalmente constituída como reunião da Comissão de Direitos Humanos da Casa. (*Palmas.*)

A SRª SÍLVIA CAMURÇA – Vou conduzir a reunião como plenária, normalmente, não é?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Está certo. Pode conduzi-la normalmente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Como se eu tivesse passado a palavra a você.

A SRª SÍLVIA CAMURÇA – Muito obrigada.

Bom dia novamente, pessoal!

Agora, estamos seguindo a discussão sobre a nossa Frente. Está programado que, pela manhã, aprofundaremos a discussão sobre a plataforma contra a criminalização das mulheres e pela legalização do aborto. No final da manhã, teremos o retorno por parte de vocês. Talvez, possamos fazer algumas intervenções de complementação na plataforma. Na parte

da tarde, vamos discutir estratégias, explicando algumas dificuldades que estamos superando no processo.

O Congresso e o Senado estão muito resistentes a certos tipos de debate e até mesmo à participação da sociedade. Há três ônibus lá fora que querem aqui entrar. Durante esse período, houve uma série de negociações, e eles foram liberados. Formalmente, logo mais, vamos encerrar esta reunião, mas seguimos ocupando esse espaço até quando conseguirmos.

Eu queria chamar, para ocupar um assento à mesa, então...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA. *Fora do microfone.*) – Há a ideia de que a gente encerre realmente esta reunião.

A SRª SÍLVIA CAMURÇA – Está bom. Então, o Senador Paulo Paim vai encerrar, formalmente, a reunião, e aí a gente abre a nossa plenária, normal, com as outras companheiras do Grupo Impulsor aqui da Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Vou passar a palavra, portanto, ao Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos – portanto, mais poderoso do que a Subcomissão. (*Palmas*.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Minhas amigas e – permitam-me que eu diga também – meus amigos; Senadora Lídice da Mata, que preside, junto com a Senadora Portela, esta Subcomissão tão importante da nossa Comissão de Direitos Humanos, que é a Subcomissão da Mulher. Cumprimentando-a, cumprimento todas as nossas convidadas; e vocês também, do plenário.

Eu lhes confesso que eu estava lá atrás, olhei para cá e vi que não tinha nenhum homem aqui. Digo: é para lá que eu vou! E, bem feliz, vim para cá.

Com isso, digo da minha alegria em recebê-las aqui; a alegria que foi para este Congresso ouvir o que chamo de a batida dos tambores nas ruas, que foi a batida da caminhada de vocês, ontem, cerca de 70 mil mulheres. Isso é muito bom.

Eu sempre digo, aqui dentro do Congresso e por onde ando – amanhã estarei em Belo Horizonte, discutindo Previdência e a vida dos trabalhadores no transporte terrestre –, que colaborar até com a Presidenta Dilma e com o nosso Governo não é só bater palma e ficar em casa. Colaborar com a nossa Presidenta para um grande Governo é fazer o que vocês fizeram ontem: mobilizar, ter pauta, apresentar e exigir seus direitos. Por isso, vocês estão de parabéns.

É bom esse movimento. E que os homens copiem mais vocês, aprendam mais com vocês sobre a importância da mobilização. Sem a visão aqui de querer dizer que o importante são somente as mulheres. São as mulheres e os homens, nessa caminhada conjunta na busca de direitos.

Claro que é triste para nós – e para a Senadora Lídice também, porque é Vice-Presidente junto com a Portela – verificar o número da violência contra as mulheres, apesar da Lei Maria da Penha. Claro que, para nós, ainda soa de forma triste e preocupante não ter decisão sobre a questão do aborto. Por isso, vocês estão aqui; e recebi o documento da Frente Parlamentar. Podem ter certeza de que estou nesta Frente Parlamentar junto com vocês. (*Palmas*.)

E, para concluir esta rápida saudação, para que vocês possam realizar a plenária de vocês, eu ficaria um pouco mais – a Subcomissão já encerrando o primeiro momento – para ouvi-las: as reivindicações, os encaminhamentos e aquilo que nós todos podemos fazer juntos aqui, no Congresso Nacional.

Mas só repito dizendo para vocês: sem mobilização e sem pressão nada acontece dentro desta Casa. Lembramos aqui algo que o Mandela disse quando assumiu a Presidência da África do Sul: "Mobilizem-se, pressionem o meu governo, porque somente assim o outro lado da elite vai saber o que pensa o nosso povo e a nossa gente." (*Palmas*.)

Enfim, viva as mulheres brasileiras e do mundo! Esta luta é de todos nós, homens e mulheres.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Bom, dando continuidade a essas formalidades da Comissão, e não havendo mais nada a tratar nesta audiência pública, eu encerro a presente reunião.

A partir de agora, as companheiras permanecerão neste recinto com o desenvolvimento e a condução da plenária de mulheres.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

(Iniciada às 9 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 08 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO
ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 54ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 E 23 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e cinqüenta e três minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Blairo Maggi**, Vice-Presidente da Comissão, no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura,

com a presença dos Senadores **Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Ivo Cassol e Jayme Campos.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 53ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. Em seguida, dá-se início à deliberação da pauta. Deliberação das Emendas apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei nº 28, de 2011 – CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Vicentinho Alves. Usam da palavra para discutir os Senhores Senadores Ricardo Ferraço, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lúcia Vânia, Ivo Cassol. O Senador Ricardo Ferraço solicita vista do relatório, a vista é concedida. A reunião é suspensa às dez horas e trinta e sete minutos. O Presidente comunica a sua continuação da Reunião às nove horas e trinta e sete minutos, do dia 23 de novembro de 2011, concedendo a palavra ao Relator. São aprovadas integralmente as Emendas de Apropriação: **Emenda nº 01-CI** (Apropriação); Unidade Orçamentária: 39252; Título: Construção da ferrovia transcontinental – EF-354 – Trecho Lucas do Rio Verde/MT, Vilhena/RO, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, Cruzeiro do Sul/AC – Construção de trecho ferroviário – trecho Lucas do Rio Verde-MT, Cruzeiro do Sul-AC – na Região Centro-Oeste (trecho Lucas do Rio Verde-MT, Vilhena/RO, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, Cruzeiro do Sul/AC); no valor R$ 500.000.000,00; **Emenda nº 02-CI** (Apropriação); Unidade Orçamentária: 39252; Título: Construção da Eclusa de Lajeado – Nacional; no valor R$ 300.000.000,00; **Emenda nº 03-CI** (Apropriação); Unidade Orçamentária: 39252. Título: Adequação de Trecho Rodoviário – Trecho Entr BR-060/GO – Entr BR-365(A) (Xapetuba/MG) – na BR-452 – No Estado de Goiás; no valor R$ 200.000.000,00; Aprovada a seguinte emenda de Remanejamento: **Emenda nº 04-CI** (Remanejamento de Despesa); Unidade Orçamentária: 39252; Título: Manutenção de trechos rodoviários no Estado da Paraíba; no valor de R$ 30.000.000,00; e Aprovada com alteração do valor a **Emenda nº 05-CI** (Apropriação); Unidade Orçamentária: 39252. Título: Estudos e Projetos de Infraestrutura de Transportes – Nacional; no valor R$ 200.000.000,00. O Presidente propõe a dispensa da leitura da ata da presente Reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Blairo Maggi,** Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Declaro aberta a 54ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura da ata da reunião anterior, a 53ª reunião, e a sua aprovação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Está aprovada.

Vamos ao item 1 da pauta. Creio que seja o único item.

Item 1:

Deliberação das Emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ao PL nº 28/2011 – CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012 (PLOA).

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura

Relator: Senador Vicentinho Alves

O relatório está pendente.

Então, concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves, para proferir o seu relatório.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, Srªs e Srs. Senadores, o nosso relatório diz o seguinte:

Com base nos arts. 43 e 45 da Resolução nº 01/2006-CN, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura reúne-se para deliberar sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2012 – PLOA 2012 (PLN nº 28/2011).

Foram apresentadas 43 emendas, Sr. Presidente, todas de apropriação.

As emendas estão listadas no quadro em anexo, sendo referenciadas neste voto pelo seu número de ordem.

Critérios de Caráter Geral na Apreciação das Emendas.

Inicialmente, é preciso evidenciar a natureza dos critérios de "caráter institucional" e "interesse nacional", previstos no art. 44, inc. II, da Resolução nº 01/2006-CN.

O primeiro padrão é simples e não admite ampliações: tem caráter institucional aquelas emendas apresentadas aos órgãos vinculados a esta Comissão, conforme anexo à mencionada resolução, a saber, Ministérios dos Transportes, Minas e Energia e Comunicação e Secretaria Especial de Portos da Presidência da República.

Já quanto ao "interesse nacional", ressalto a dificuldade oriunda da ausência, tanto nesta Comissão como na própria Comissão Mista de Orçamentos, de critérios objetivos para sua avaliação. Algumas tentativas já se fizeram nesta Comissão, gerando avaliações em alguma medida dissonantes entre si. O relatório produzido pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas que, nos últimos anos, tem emitido diretrizes e orientações para a análise de admissibilidade de emendas ao PLOA e, portanto, poderia, em alguma medida, lançar luz sobre esse tema, não foi, até o presente momento, aprovado. Assim, este Relator assume a contingência de fazer esta avaliação caso a caso, em face do objeto da emenda e suas justificativas. Entretanto, darei, sempre que possível, prioridade àquelas emendas cuja execução física abranja mais de uma unidade da Federação.

Emendas de Texto, Cancelamento e Remanejamento.

Não foram propostas emendas de texto, cancelamento ou remanejamento.

Emendas de Apropriação (Acréscimo)

Sobre essas emendas incide o limite máximo de quatro emendas, fixado pelo art. 44, § 1º, inc. II, combinado com o Anexo, da Resolução nº 01/2006-CN, conforme atualização constante do Anexo I do Parecer Preliminar.

Inicialmente, devo propor que sejam inadmitidas as Emendas nºs 5, 9, 21, 22 e 23 por não atenderem ao critério de caráter institucional. Os órgãos responsáveis pelas ações alcançadas pelas emendas não estão incluídos entre aqueles passíveis de receber emendas desta Comissão, a saber: Ministério das Cidades (Emendas nºs 9, 21, 22 e 23) e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Emenda nº 5).

O quadro seguinte sintetiza a distribuição das emendas apresentadas e consideradas admissíveis em função das áreas de concentração da Comissão, quais sejam: Transportes (distribuído entre os modais rodoviário, ferroviário e hidroviário), Minas e Energia e Comunicações. Entendo, tendo em vista o limite de quatro emendas, que devam ser acolhidas emendas em função da proporção daquelas apresentadas em cada área de concentração, respeitando as prioridades que a própria Comissão escolheu em seu conjunto, com as observações abaixo.

Área de concentração: Transportes, que vêm a ser rodovias, ferrovias, hidrovias e portos. Foram apresentadas, Sr. Presidente, 20 emendas, que correspondem a 52,60%. Emendas aprovadas, quatro.

Minas e energia: foram apresentadas dez emendas, que correspondem a 26,30%.

Comunicações: apresentadas oito, com um percentual de 21,05%.

Total de 38 emendas apresentadas.

A leitura do quadro acima denota que a concentração em Transportes é tal que devem ser acolhidas majoritariamente as emendas desse segmento, totalizando um mínimo de três.

As restantes caberiam, em princípio, à área de Minas e Energia. Entretanto, percebo que cinco das nove emendas apresentadas na área propõem destinar recursos ao programa Luz para Todos. Não obstante ser de grande alcance social e vocação eminentemente nacional, esse programa de governo já está adequadamente contemplado na LOA e encontra-se em grande parte executado. Já a área de Transportes apresenta uma diversidade de ações que deve ser mais bem estudada. Assim, o quadro seguinte detalha as emendas apresentadas nessa área de concentração.

Área de concentração:

Transportes (rodovias): emendas apresentadas, sete. Percentual: 35%.

Transportes (estudos e projetos): emendas apresentadas, seis. Percentual: 30%. Daí, já se sugere uma na área de rodovias e uma na área de projetos.

Transportes (área de ferrovias): quatro emendas apresentadas; 20%. Sugere mais uma.

Transporte (área de portos e hidrovias): três emendas apresentadas; 15%. Emenda acatada, mais uma. Total de quatro emendas.

Constato, inicialmente, com satisfação, que a Comissão dá a mais alta prioridade à ação de "Estudos e Projetos de Infraestrutura de Transportes", objeto de seis emendas. Essa foi a ação individual que mais emendas recebeu dos membros da Comissão.

Trata-se de posicionamento de extrema relevância no seu mérito, pois todos os investimentos em transportes dependem de bons projetos e o Congresso Nacional vem, ano após ano, insistindo que as irregularidades nas obras, os prejuízos aos cofres públicos e os atrasos de cronogramas têm como causa principal a inadequação de projetos e estudos prévios.

Essa ação, por outro lado, pode cobrir a contratação de projetos ambientais, de viabilidade econômica e de engenharia em qualquer dos três modais de transportes, razão pela qual pode apoiar as diversas demandas de obras feitas através das demais emendas.

Assim, proponho acolher a Emenda nº 38, o que implicará acolher, igualmente, as Emendas nºs 1, 10, 12, 26 e 30. Quanto ao valor, proponho que a Comissão deva manter em R$200 milhões, que corresponde ao maior valor entre as emendas apresentadas.

Em seguida, aparecem os três modais (rodoviário, ferroviário e hidroviário), com sete, quatro e três

emendas respectivamente, todas com objetos distintos. O critério da maioria quantitativa já sinaliza para o modal rodoviário como destino da próxima emenda. Para escolher dentre esses projetos, há que acrescentar os critérios relativos à abrangência geográfica mais ampla das obras e de seus impactos, além das circunstâncias específicas das obras em questão.

Dentro desses parâmetros, verifico que algumas emendas relativas a rodovias trazem impactos bastante localizados, sem uma vinculação com maiores fluxos de tráfego inter-regionais. São elas as Emendas nºs 2, 7, 11 e 24. Os trechos que poderiam encaixar-se na ideia da ampliação de um corredor inter-regional seriam aqueles trazidos pela Emenda nº 16 – Adequação da BR/163-MS, e pela de nº 43 – Adequação da BR-452. A primeira rodovia recebe no PLOA/2012 dotações de construção e duplicação em vários trechos de outros Estados. Já a Emenda nº 43 – Adequação da BR-452 – interliga o importante eixo da BR-060 com todo o Triângulo Mineiro, com reflexos diretos no acesso entre Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais e interior de São Paulo. Pelo caráter multi-regional dessa obra, entendo deva ser essa a emenda atendida, Sr. Presidente.

Resta uma emenda de Transportes para completar o limite regimental de quatro, a ser escolhida entre os modais ferroviário e hidroviário. Para as ferrovias, tenho que as Emendas nºs 18 (extensão da Ferroeste) e 19 (Ferrovia do Pantanal) tratam de obras ainda sem projeto, o que tornaria inviável a utilização dos recursos para execução das obras. A Emenda nº 4 (manutenção da Ferrovia Norte-Sul) deve ser analisada com muita ponderação; por um lado, o trecho dessa ferrovia que vai de Açailândia até Palmas é objeto de subconcessão, que pertence à Vale do Rio Doce, a uma empresa privada, o que tornaria duvidosa a possibilidade de aplicação de recursos públicos para sua manutenção; já os trechos que lhe seguem na direção Sul ainda estão em fase de recebimento das obras de construção e, até a formalização completa desse recebimento, devem ter a manutenção sob responsabilidade da própria empreiteira que os implantou. Assim, considerando também que já consta dotação no PLOA para atender a essas necessidades de manutenção, creio firmemente que a Comissão não deve propor essa alocação. Já a emenda nº 6 (Ferrovia de Integração do Centro-Oeste-EF 354) refere-se a projeto da maior relevância para a integração inter-regional e internacional, e os seus projetos já tiveram início nos dois últimos anos. Além disso, não consta do orçamento da Valec no PLOA/2012 a continuidade desse esforço. Tendo em vista a importância do transporte ferroviário e a perspectiva de retomada imediata dos trabalhos da ferrovia, proponho a escolha dessa emenda pela Comissão.

No modal hidroviário, temos na Emenda nº 42 o projeto de implantação de mais um porto no litoral capixaba, cuja justificativa deixa claro que não há projeto e nem sequer modelagem da exploração (se pública ou privada). Este fato, cumulado com a previsão, já no PLOA/2012, de vultosos investimentos nos portos de Vitória e Barra do Riacho, faz com que entendo não ser adequada a priorização desse projeto.

Já os projetos fluviais da eclusa de Lajeado e da adequação de navegabilidade da hidrovia Araguaia-Tocantins (Emendas nºs 27 e 29) atendem aos critérios de priorização acima apontados: ambos têm por consequência a viabilização do tráfego fluvial de um canal de grande porte que vincula as três maiores regiões do País; ambos também são passíveis de execução em curto e médio prazo: a eclusa por encontrar-se paralisada a obra, e a adequação da hidrovia por ser, em sua própria natureza, um conjunto de intervenções pequenas e médias ao longo de toda a calha dos rios, derrocamentos, pontos de sinalização, etc, que são passíveis de desenvolvimento em curto prazo de tempo.

É importante ressaltar, Sr. Presidente, que, nessa eclusa de Lajeado, já foi efetivado um gasto de R$69 milhões por parte do Governo Federal, e encontra-se paralisada há um bom tempo. Portanto, não se pode permitir que recursos públicos gastos em uma obra deixem de tornar essa obra prioridade. Creio que tem que ser prioridade a sua conclusão, até porque R$69 milhões é um valor vultoso. Precisamos concluí-la.

Da conclusão

Em razão de todo o exposto, voto:

I) pela inadmissibilidade, ante a legislação pertinente, das Emendas de Apropriação nºs 5, 9, 21, 22 e 23;

II) pelo acolhimento integral, no mérito, das Emendas nºs 6, 27 e 43;

III) pelo acolhimento, no mérito, da Emenda nº 38, elevando seu valor para R$200 milhões, o que levará ao atendimento do objeto das Emendas nºs 1, 10, 12, 26 e 30;

IV) pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas neste relatório, das Emendas nºs 2, 3, 4, 7, 8, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 25, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41 e 42.

Sala das sessões, 22 de novembro de 2011. – Senador **Vicentinho Alves**, Relator.

É esse o nosso relatório, Sr. Presidente.

Em anexo, Sr. Presidente, está o quadro das emendas apresentadas. Farei só um resumo. Nós procuramos atender os modais rodoviário, ferroviário e hi-

droviário e, além do mais, uma emenda para estudos e projetos. Todas as demais emendas, rigorosamente, cada Senador com a preocupação legítima, mas como são apenas quatro para serem acolhidas, portanto, são essas as que acatamos e esperamos aprovação por parte dos nobres Senadores e da nobre Senadora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Um minutinho, Senador Ferraço. Quero agradecer a leitura do relatório feita pelo Senador Vicentinho Alves a esta Comissão.

Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, em que pese o esforço do Senador Vicentinho, para contemplar, para convergir em torno das emendas que foram apresentadas na Comissão, esta proposta nos foi distribuída ontem à noite. Não sei em que momento da noite ela chegou ao nosso conhecimento, mas não foi possível, de ontem à noite para agora, uma leitura atenta do parecer do eminente Senador. Então, quero requerer a V. Exª vista, para que possamos fazer uma análise dessa matéria, até por conta da premissa do art. 108, em seu parágrafo único, que determina uma antecedência mínima de pelo menos dois dias úteis aos membros da Comissão para que possamos proceder a nossa avaliação, e isso não foi obedecido.

Assim, requeiro vista a V. Exª, para que possamos estudar o acurado parecer do Senador Vicentinho, a fim de fazermos um debate qualificado, tendo em vista a importância dessas emendas para o capítulo infraestrutura em nosso País.

Dessa forma, com base no art. 108, § 1º, do Regimento Interno, solicito vista a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Senador Ferraço, temos um probleminha aqui neste assunto, porque esta Comissão tem que entregar este relatório amanhã, até às 18 horas, não temos mais prazo que isso. Então, fica uma situação complicada. Eu gostaria e posso atendê-lo, desde que esse pedido de vista seja até amanhã de manhã, por exemplo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Porque não temos como adiar a entrega desse relatório amanhã. Como vi aqui que vamos convocar uma reunião extraordinária para amanhã, para discutir algumas coisas, poderíamos, como primeiro item da pauta de amanhã, colocar esse assunto novamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sinto-me perfeitamente contemplado por esse prazo, mais do que justificado, para que eu possa fazer uma detida análise sobre as prioridades, até porque não tivemos tempo sequer de debatê-las com o nosso querido Relator. Precisamos debater um pouco isso, para que possamos, quem sabe, encontrar alternativas para questões que, a meu juízo, não estão respondidas. Com esse tempo, criamos toda uma oportunidade para conversar com o eminente Relator, para que possamos buscar um caminho. Creio que o tempo é adequado e me sinto contemplado com a manifestação de S. Exª.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Senador Ferraço, claro que me parece que será atendido o pedido de vista, mas consulto V. Exª sobre qual dúvida V. Exª teria aqui e que eu poderia explicar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Por exemplo, quando V. Exª rejeita uma emenda que apresentamos, a de número 42, V. Exª fala do projeto de implantação de mais um porto no litoral capixaba, cuja justificativa deixa claro que não há projeto e nem sequer modelagem de exploração. Ora, a Secretaria Nacional de Portos publicou, há 60 ou 90 dias, edital de concorrência pública para contratação desses estudos e desses projetos. Isso não foi considerado por V. Exª. Então, esse prazo abre a oportunidade para que possamos justificar e fundamentar as razões que me levaram a apresentar essa emenda, até porque fica – e tenho convicção de que não foi de V. Exª a iniciativa e, sim, da assessoria – parecendo que o nosso Estado está recebendo vultosos investimentos em nossa estrutura portuária. Isso não corresponde à realidade. Esses investimentos que estão anunciados para 2012, permita-me esclarecer a V. Exª, estão há dez anos anunciados e não acontecem.

Então, esse tempo me abre a oportunidade para que eu possa conversar com V. Exª sobre as oportunidades de ampliação nos investimentos portuários em nosso País. É esse o tempo que peço, para que possamos detalhar e aprofundar, e tentar convencer V. Exª.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Deixe-me explicar, caro amigo Ferraço. Nós, atendendo à questão hidroviária, por exemplo, deixamos de atender, exclusivamente, o Estado de V. Exª, que merece a nossa atenção, e estamos atendendo mais de seis Estados.

Quando se fala na eclusa de Lajeado, está-se atendendo o Piauí, a Bahia, o Maranhão, o Pará, o Mato Grosso, do Senador Blairo, e Goiás, da Senadora Lúcia Vânia. Veja bem. Porque só podemos atender uma, e a eclusa de Lajeado, que está paralisada, já tem R$69 milhões do Governo Federal investidos. Diferentemente de um projeto que ainda vai acontecer, quer dizer, a obra não está acontecendo. Lá, na eclusa, já é uma obra com investimento de R$69 milhões, e está a de quatro anos parada. É um dinheiro público

e essa obra tem que ser concluída. Como deveremos acatar apenas uma, claro que a prioridade está aí. É uma obra que já acontece, em que já se investiram R$69 milhões, e que está paralisada. Portanto, é um dinheiro público que tem que ser respeitado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Exª tem razão, mas V. Exª...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Então, como temos que acatar apenas na questão hidroviária, porque já acatamos na ferroviária e na rodoviária, com certeza, esse de estudos e projetos que acatamos vai contemplar V. Exª, porque o seu requerimento, pelo que compreendemos, ainda está na fase de projetos. Portanto, vai ser contemplado nessa de estudos e projetos.

É essa a colocação, e quero deixar clara a V. Exª a razão, de forma respeitosa, de não ter acatado o requerimento de V. Exª e acatado o da eclusa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É isso que exatamente me move, me preside, para que eu peça vista, porque V. Exª teve oportunidade de ter acesso a essas informações. Eu, pessoalmente, não tive, e quero crer que os colegas também não. Com esse pedido de vista até amanhã, teríamos a possibilidade de fazer um mergulho, em detalhe, nesses fundamentos que V. Exª toma como referência, para que possamos dar um voto, amanhã, absolutamente conscientes de que estamos fazendo o melhor para o Brasil.

Apenas quero reiterar que, quando reivindico esses investimentos para o meu Estado, não estamos colocando um olhar sobre o meu Estado, ainda que isso fosse absolutamente legítimo.

É importante acrescentar e registrar a V. Exª que os portos do Espírito Santo são janela para todo o Centro-Oeste. Pelo meu Estado e pelos portos capixabas, o Brasil exporta mais de 100 milhões de toneladas de minério de ferro e também de grãos, porque é uma via natural de escoamento dos Estados de Goiás e Minas Gerais. Então, estamos, sim, tratando de um tema de interesse nacional, estratégico para o País, até porque a estrutura portuária do meu Estado é responsável, em volume... Somos o terceiro porto em exportação do País e somos o quarto em importação. Portanto, a estrutura portuária do meu Estado não atende apenas aos capixabas; atende ao conjunto dos brasileiros e ao desenvolvimento nacional. Por isso, apelo à compreensão de V. Exª para que, nesse pedido de vista, possamos fazer um estudo detalhado a respeito do parecer que V. Exª fez, que, tenho certeza, mereceu de V. Exª todo o carinho e todo o critério, mas o tempo não foi suficiente para que pudéssemos avaliar. Portanto, reitero o pedido de vista, com base no art. 108, § 1º.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Quero saber se mais algum Senador ou Senadora deseja fazer uso da palavra, discutir essa questão. Caso contrário, vou suspender esta reunião até amanhã pela manhã, quando V. Exª deve trazer os seus pleitos, e o Senador relator vai aceitar ou não.

Creio que a margem de manobra do Senador Vicentinho é muito pequena...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – E outra coisa, Presidente, deixei claro que a reivindicação dele é justa, porém, ainda não houve investimento do Governo Federal na construção da obra, diferentemente da eclusa de Lajeado, na qual o Governo Federal já aplicou R$69 milhões. Quer dizer, a obra está paralisada. Tem que se dar prioridade a esse gasto público.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Aí pergunto a V. Exª, só para esclarecer. Tendo esse nível de prioridade, necessita queimarmos uma emenda aqui da Comissão? Não seria necessário que o próprio Governo incluísse, em seu orçamento, essa iniciativa?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Mas o Governo não incluiu.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Temos que nós, legisladores, Senadores, aqui queimarmos?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Se ela está aqui, é porque não incluiu, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas se é tão prioridade, por que o Governo Federal não fez? É isso que me chama atenção, porque já temos aqui restrição. São poucas emendas, uma matéria dessa prioridade, com a DRU sendo votada, com o raio de manobra e autonomia que tem o Governo Federal, por que não o fez o Governo Federal? São essas questões que precisamos problematizar e é isso que me faz, até amanhã, aprofundar os estudos para poder oferecer o parecer.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Deixe-me explicar, essa eclusa não está no orçamento. Está no PPA, com R$1 bilhão, e não está no Orçamento. Se está no PPA e não está no Orçamento, temos que incluí-la no Orçamento. E a forma é essa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Exª tem razão. Se tem esse grau de prioridade, e não duvido, por que o Governo Federal não incluiu em seu Orçamento?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Aí já é uma crítica ao Governo. Se não está no Orçamento, a forma de se incluir é aqui, inclusive contribuindo com o Governo Federal, porque, na realidade, muito embora estando no PPA, com um orçamento de R$1 bilhão, essa obra está há mais de quatro anos paralisada e isso não é bom para o Governo Federal nem para o País. Não é bom se ter um gasto dessa natureza. E a

forma de incluir essa obra é exatamente nesta Comissão, e o momento é este, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Senador Vicentinho, então nós vamos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Antes de V. Exª suspender aqui a reunião, foi acatada a Emenda nº 43, e estou procurando aqui e não a estou encontrando. Não está no espelho do relatório apresentado, Sr. Presidente.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Senador Blairo. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – A Emenda nº 43 diz respeito à adequação do trecho rodoviário entre a BR-060, Goiás, e o entroncamento da BR-365. E depois, também, na BR-452, no Estado de Goiás.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É a BR-060, a 452...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – BR-060, BR-365 e a BR-452.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Presidente, eu gostaria de contribuir com o Senador Ferraço. Estou aqui com a emenda dele. V. Exª está com ela aí, Senador Ferraço? A sua emenda está aí?

Eu acho que estamos falando quase a mesma linguagem, porque a emenda dele diz aqui: "Já consta no Plano Plurianual a previsão de uma ação específica de estudos e projetos..." Quer dizer, ele está sendo contemplado quando eu acato a emenda de estudos e projetos para a implantação de um novo porto. Quer dizer, uma coisa nova.

Então, V. Exª está sendo contemplado no outro item, que é de estudos e projetos, se V. Exª observar direitinho, denominando porto de águas profundas e tal.

Portanto, nesse item da emenda de V. Exª...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas, no texto, V. Exª rejeita *ipsis litteris*. V. Exª não faz essa observação. Esse tempo até amanhã é um tempo necessário para que nós possamos fazer esses ajustes.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Podemos. Nenhum problema. Mas V. Exª há de convir que, aqui no item de estudos e projetos, o pleito de V. Exª está sendo atendido.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Eu pergunto ao Senador Ferraço: se nós fizermos esse...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Não? Continua com o pedido de vista?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu quero também, Sr. Presidente.

O Senador Ferraço está levantando algumas questões que eu considero que devam servir não apenas para votação das emendas deste ano. Quem sabe devam servir para orientar os trabalhos da Comissão.

Na realidade, nós temos emendas aqui, porque são apenas quatro emendas de apropriação, ou seja, que podem apresentar recursos novos, a que a Comissão tem direito. O ideal, Sr. Presidente, como não há como atender a todos os Estados, seria pelo menos contemplarmos por regiões, e parece que isso não foi observado.

Eu quero dizer que, de minha parte, da região, a emenda apresentada pelo Senador Romero Jucá, salvo engano a de nº 31, trata do atendimento com energia elétrica para áreas isoladas. Eu não sei se não seria o caso, Presidente, de carimbarmos essa emenda colocando áreas isoladas na Amazônia, porque é a região que apresenta o maior índice de atraso do programa Luz Para Todos, em decorrência das dificuldades geográficas que todos nós conhecemos. Então, eu não sei se não seria o caso, Sr. Presidente, como forma de contemplar a Amazônia como um todo – eu vejo que Goiás está sendo muito bem contemplado, essa área do Centro-Oeste –, de carimbarmos para a Amazônia, que é quem efetivamente precisa dos recursos desse programa de interiorização e universalização de energia elétrica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Eu participei, Senadora Vanessa, de uma pequena reunião quando V. Exª chegou e até nos perguntou: "O que vocês estão fazendo aqui atrás? Por que não estão aí na frente?" Nós estávamos exatamente discutindo essas questões. Uma das questões levantadas – por exemplo, essa questão do Luz Para Todos – já é um programa do Governo, já tem, quer dizer, vamos gastar o pouquinho que tem para turbinar o que o Governo deve fazer.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Não, a eclusa não tem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – É que a eclusa está fora.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – É diferente. O programa Luz Para Todos inclusive já está quase na fase final. Pois é, não tem. E o momento de haver é agora.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – A realidade dos fatos é a seguinte: nós temos apenas quatro emendas e temos aqui 43 propostas. O Senador Vicentinho já fez um relatório. Foi dado vista até ama-

nhã pela manhã, na suspensão dessa reunião para amanhã de manhã, e certamente amanhã nós teremos que ir a voto. Não vai ter jeito, porque não há como contemplar todo mundo aqui dentro desse processo.

O que nós estamos vendo aqui, quando há esse questionamento do Senador Ferraço em relação à eclusa, é exatamente a desorganização do nosso País em construir uma barragem daquele tamanho, do tamanho daquele rio, navegável do que jeito que é, sem ter feito a eclusa. Então, a questão de planejamento das nossas infraestruturas é assim. E o pior é que isso continua acontecendo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não. V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Um momentinho. Lá no rio Madeira, por exemplo, fizeram duas grandes hidrelétricas, mas não foram feitas as eclusas. Poder-se-ia navegar até Guajará-Mirim e chegar até Mato Grosso adentro com essa navegação.

São esses pontos que nós aqui, nesta Comissão, temos que provocar o Governo Federal a corrigir pela frente para se evitarem os problemas que V. Exª está levantando.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – E há o problema sério de já se ter esse gasto de R$69 milhões, Presidente. É um valor bem grande de recursos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Tem alguma obra lá?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Muito pouca.

Então, é preciso dar continuidade, Senador Ferraço. Além disso, lá está se tirando o direito constitucional de as pessoas irem e virem. As cidades, ao longo do rio, foram formadas em função do rio. E o Governo Federal... Eu até apresentei aqui no Senado Federal um projeto de lei criando a obrigatoriedade de, quando se construírem hidrelétricas em rios navegáveis, que seja construída a eclusa, porque não é possível os nativos entregarem os nossos rios para gerar energia e riqueza para o País e ficarem com um prejuízo de não se poder navegar pelo rio.

Portanto, eu vejo, Sr. Presidente, que não vai haver problema nenhum de nós nos entendermos – o Senador Ferraço e eu –, em razão de que, quando observar a emenda dele e o que nós acatamos para estudos e projetos, com certeza ele vai ser contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp e, logo em seguida, o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu queria só fazer uma justificativa sobre a questão das usinas do Madeira, Senador Presidente Blairo Maggi.

Por que não foram feitas as eclusas? Encarecia muito a obra. O Brasil precisava de energia mais rapidamente e não adiantaria construir as duas eclusas, porque o rio Madeira não ficaria completamente navegável sem fazer a terceira usina, que seria contemplada por uma dessas emendas que apresentei aqui e que, infelizmente, também não foi acatada, que é a usina de Cachoeira Ribeirão. Então, os rios Guaporé, Mamoré e Madeira só se tornariam interligados e navegáveis se construíssem a terceira usina, que é a Cachoeira Ribeirão, próxima de Guajará-Mirim. Só com as duas usinas de Santo Antônio e de Jirau e as eclusas elas ficariam lá paradas – seria um gasto –, e a terceira usina é uma binacional, um pouco mais complicada para se poder construir, porque depende também da área ambiental da Bolívia, que está um pouco complicada. Os estudos estão sendo iniciados lá, os entendimentos, para se fazer essa terceira usina. Então, quando forem fazer a terceira usina, aí será preciso sair a eclusa e imediatamente construir também, paralelamente, as duas eclusas de Santo Antônio e Jirau.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Para discutir, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Primeiro, quero fazer um registro, Senadora Lúcia Vânia e Senador Blairo Maggi, que dirigem esta Comissão.

Eu estava conversando com os técnicos e com a assessoria. Este é o primeiro ano em que nós batemos recorde em termos de apresentação de emendas ao PLOA. Isso mostra que há uma intensa atividade da Comissão. Há comissões que sequer têm as próprias emendas a que a Resolução nº 1 dá direito. E nós estamos aqui com um grande problema que o Relator Vicentinho está tentando administrar, que são muitas emendas para pouca disponibilidade.

Eu encareço, já que nós estamos com um pedido de vista aprovado para amanhã, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – É.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Eu encaminho ao Relator, que está tentando essa ginástica, uma emenda de nossa autoria, a de nº 20, que atende a uma necessidade regional de todo o Nordeste. O PLOA, Senador Vicentinho, não trouxe recursos para a manutenção de trechos rodoviários no Nordeste. O senhor imagina que falha para nós com a necessidade específica.

Consulto V. Exª se poderia aceitar essa minha emenda dentro de uma emenda de caráter nacional que já está no PLOA. Essa 38 que o senhor aceitou, do Senador Delcídio, já está no PLOA. É o estudo de projetos de infraestrutura de transportes. O PLOA já contempla, ela não precisava ser aceita, mas, como o senhor aceitou, eu não sei se o senhor poderia abrir

esse espaço, aí dentro da nossa regulação, porque com ela a gente poderia – estudos e projetos de infraestrutura de transportes – colocar manutenções de trechos rodoviários regionais, acrescentar, como o da região Nordeste, que é a proposta da minha Emenda nº 20.

Eu tive a preocupação de não fazer nem para o meu Estado, a Paraíba, que precisa, mas fazer para toda a região Nordeste, obedecendo, assim, a um ditame da Comissão.

Ademais, quero dizer que, realmente, faz gosto a gente trabalhar nesta Comissão, por força do empenho e da atividade de todos os seus membros.

Muito obrigado, Senador.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR –TO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Pois não, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Como tem um pedido de vista do eminente Senador Ricardo Ferraço, eu gostaria de me reunir com o Senador Vital, meu bom amigo, e também com o bom amigo Ferraço, para a gente discutir isso aí logo aqui, em seguida.

O que eu puder fazer para... Não tenha a menor dúvida.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Pois não, Presidente Lúcia Vânia. A senhora quer o seu lugar?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Não, senhor. Está muito bem dado aí, esse lugar hoje.

Eu só gostaria, Sr. Presidente, de cumprimentar o Senador Vital do Rêgo e falar da nossa satisfação em vê-lo presidindo a Comissão de Orçamento.

Eu acho que é uma grande oportunidade que o Senado tem para poder se fazer presente naquela Comissão.

Eu tenho dito que nós temos feito um esforço muito grande, aqui no Senado, com os projetos, com os estudos. No entanto, nossa presença na Comissão de Orçamento é quase nula. O Senado não se faz presente naquela Comissão, o que eu acho uma grande distorção desta Casa.

Portanto, a presença de V. Exª poderá suscitar esse tema.

Eu acredito que o Presidente da Casa tem de tomar uma providência. Não é possível que o Senado Federal passe absolutamente omisso na Comissão de Orçamento.

Desde que entrei aqui, no primeiro mandato, tenho dito isso, porque de nada adianta nós estudarmos projetos, nós aqui debatermos se nós não tivermos a presença na Comissão de Orçamentos para assegurar recursos para aqueles projetos que julgamos serem prioritários para o País.

Portanto, eu quero aproveitar esta oportunidade e pedir a V. Exª que cuide do Senado naquela Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Somente, Presidente, com a vênia de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Pois não, com a palavra.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – V. Exª, Senadora Lúcia Vânia, suscita um assunto que eu acho que deve ser debatido publicamente.

Eu vejo o Senado mal representado na Comissão de Orçamento, não pelos membros que estão postos naquela Comissão, que são homens e mulheres de primeira estatura moral, social e parlamentar, mas até pela própria disposição física da Comissão de Orçamento. É uma Comissão de Orçamento que não interage com a Casa, com o Senado. Não interage. Fisicamente, ela está longe do Senado.

Eu acho que, quando V. Exª levanta essa questão, é muito importante, na minha condição de Presidente da CMO, dar o meu testemunho de que noto até dificuldade, Senador Raupp, de nós estabelecermos quórum dos Senadores que estão lá. A maior dificuldade de realização das sessões na CMO é exatamente o quórum do Senado, porque falham todos: os Senadores, que, muitas vezes, não têm interesse em participar da Comissão de Orçamento – não participam, aqueles que estão lá não participam da Comissão de Orçamentos –, e a própria Casa, o próprio Congresso Nacional, que não tem um território, digamos assim, de maior facilidade de trânsito, para que o Senado se sinta mais próximo da Comissão de Orçamento.

O Senador Ivo é de lá e ele pode ver.

Eu quero fazer um testemunho, Senador, de que o senhor nunca me faltou quando instado por nós para se fazer presente e dar quórum para deliberação na Comissão de Orçamento.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só para reforçar as suas palavras e cumprimentar os nobres colegas, quero dizer que, no meu caso, que passei dois mandatos por governador, e o Blairo Maggi também passou por isso, tem momentos, aqui, em que a gente se sente praticamente inútil, porque a gente vai lá, estão marcadas as reuniões, e não se produz. A gente marca uma reunião para fazer outra reunião, para marcar outra reunião, para definir na outra reunião, para, na semana seguinte, vir à outra reunião. Gente, sinceramente, muitas vezes, quando a gente

vê na mídia nacional o pessoal falar do Congresso, o pessoal tem razão.

Então, o que nós precisamos, entre nós, colegas aqui? Colocar um limite, porque, por qualquer motivo, o pessoal obstrui as reuniões. Fica ruim, e a gente paga o pato por todo o mundo. É um mico que a gente acaba pagando. Fiquei quatro meses afastado, mas sempre fiz questão de estar presente, junto com V. Exª lá.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Vital, veja V. Exª o seguinte: o Senado não tinha sequer o direito de apresentar uma emenda de bancada. Nós teríamos de nos reunir com a bancada da Câmara e, ali, entre aquelas emendas, nós participaríamos. A partir da vinda de alguns Senadores da Câmara para cá, na legislatura passada, o Senador Sérgio Guerra e eu fizemos introduzir uma emenda de bancada para o Senado. É a primeira vez que o Senado participa, agora, com a sua emenda de bancada, podendo contemplar o seu Estado, porque não é justo e não se entende como o Senado, que representa os Estados, não tem uma emenda de bancada – não tinha até então. É muito recente essa presença. Assim como nós conseguimos avançar na emenda, acho que temos de avançar na discussão da formação da Comissão de Orçamento. A nossa proporcionalidade lá é muito pequena, e não pode continuar dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Bom, antes de suspender a reunião, informo que amanhã, dia 23, quarta-feira, às 9 horas, realizaremos uma reunião para deliberar sobre três matérias terminativas, necessitando da presença dos Srs. Senadores no plenário da Comissão.

São os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2005, para instituir o Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica dos Sistemas Elétricos Isolados; Relator: Senador Walter Pinheiro. Também o Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2009, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas – Ana, sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos. O Senador Inácio Arruda é o Relator. Também o Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2010, que faz obrigar o fabricante ou importador de automóvel a inserir no manual de manutenção do veículo relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo. Relator: Senador Sérgio Souza.

Então, suspendo a reunião até amanhã às 9 horas, pedindo ao Senador Ferraço e ao Senador Vital do Rêgo, que pediram...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, então, vai valer o quórum de hoje para amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Vale o quórum de hoje. Continua o quórum, porque está só suspensa a reunião.

Então, só lembrando aos Senadores que pediram vista que, amanhã às 9 horas, faremos a votação dessa matéria. Temos de entregá-la até às 18 horas de amanhã.

Está suspensa a reunião da Comissão de Infraestrutura.

Muito obrigado pela presença.

(Iniciada às 9 horas e 52 minutos, a reunião é suspensa às 10 horas e 41 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Está reaberta a 54ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Deliberação das emendas da Comissão apresentadas ao PL nº 28, de 2011-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012", no projeto da LOA.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Relator: Senador Vicentinho Alves.

Observação: ontem, no dia 22/11, foi concedido vista ao Senador Ricardo Ferraço.

Concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves para proferir o seu relatório.

Com a palavra o eminente Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, Senador Blairo, vou passar a ler o nosso relatório a partir do item que gerou alguma dúvida, inclusive do pedido de vista em diante. É possível, não é? Para não se tornar repetitivo, vou passar a ler o relatório do item modal hidroviário em diante, que é onde gerou a dúvida e o motivo do pedido de vista. Ou V. Exª quer que eu o leia todo?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Pode prosseguir a partir do hidromodal, nos termos do art. 42.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no modal hidroviário, temos na Emenda nº 42 – inclusive, esta Emenda 42 é de autoria do eminente Senador Ricardo Ferraço – o projeto de implantação de mais um porto no litoral capixaba. Trata-se de um projeto de inegável relevância para o País, mas que, felizmente, já tem

recursos para os estudos preliminares contemplados no PLOA/2012, Ação 001F, em montante de cinco milhões – portanto, já está contemplado para 2012 –, adequado às necessidades de um estudo técnico-econômico dessa natureza.

Tais recursos serão ainda complementados por cerca de 13 milhões, previstos no Plano Plurianual, para locação em 2013 (Ação 12 LJ), data na qual o PPA prevê a conclusão dos projetos para implantação do porto.

Portanto, eminente Senador Ricardo Ferraço, o seu pleito, justo, está sendo já contemplado.

Dessa forma, esse importante objeto já tem os valores assegurados, permitindo à Comissão abrir, por meio de suas emendas, espaço para empreendimentos ainda não contemplados no Orçamento.

Já os projetos fluviais de Eclusa de Lajeado e da adequação de navegabilidade da hidrovia Araguaia/Tocantins (Emendas 27 e 29) atendem os critérios de priorização acima apontados. Ambos têm, por consequência, a viabilização do tráfego fluvial de um canal de grande porte, que vincula as três maiores regiões do País – Norte, Centro-Oeste e Nordeste –, ambos também são passíveis de execução a curto e médio prazos. A eclusa, por encontrar-se paralisada a obra, e a adequação da hidrovia, por ser, em sua própria natureza, um conjunto de intervenções pequenas e médias ao longo de toda a calha dos rios (derrocamentos, pontos de sinalização etc.), passíveis de desenvolvimento em curto prazo de tempo.

Por todas essas razões, entendo que, para a outra emenda dos modais de transporte, revela-se mais apropriada a emenda 27, relativa à retomada das obras da Eclusa de Lajeado.

Não foram propostas emendas de remanejamento. No entanto, recebi por parte do autor da Emenda 20, que é o eminente Senador Vital do Rêgo, o pleito de transformá-lo nessa modalidade, indicando os recursos correspondentes.

Estando em conformidade com a legislação pertinente, em especial o art. 45 da Resolução 0/2006/CN, acolho o pedido, propondo que a emenda seja acolhida como de remanejamento, com os cancelamentos indicados na ocasião pelo autor.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tanto o Senador Vital do Rêgo quanto o Senador Ricardo Ferraço estão atendidos nos seus pleitos.

Da conclusão

Em razão de todo o exposto, voto:

pela inadmissibilidade, ante a legislação pertinente, das Emendas de apropriação nºs 59, 21, 22 e 23;

pelo acolhimento integral, no mérito, das Emendas nºs 6, 27 e 43;

pelo acolhimento, no mérito, da Emenda nº 38, elevando-se o valor para R$200 milhões, o que elevará o atendimento objeto das Emendas nºs 1, 10, 12, 26 e 30;

pelo acolhimento, no mérito, da Emenda nº 20, transformada em emenda de remanejamento, com o cancelamento proposto pelo autor na ocasião;

pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas neste relatório, das Emendas nºs 2, 3, 4, 7, 8, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 24, 25, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41 e 42, Sr. Presidente.

Esse é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço, Senador Vicentinho Alves, pela leitura do seu relatório e cumprimento-o pelo acolhimento do que foi possível fazer, porque tínhamos aqui 40 emendas e temos condições de pôr quatro, Senador. O senhor fez algumas aglutinações e quero cumprimentá-lo por isso.

Então, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Vicentinho Alves.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR/TO) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Pois não, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR/TO) – Presidente, é apenas para agradecer aos Consultores – agradecer e reconhecer o trabalho de todos eles – Dr. Carlos Marshall, Dr. Fernando Moutinho, o Secretário desta Comissão, José Alexandre, e todos os demais servidores que contribuíram para que a gente chegasse a esse relatório.

Quero agradecer ao Fernando Damasceno e também reconhecer o nosso Chefe de Gabinete, que trabalhou muito nesse sentido, e, particularmente, a Presidente desta Comissão, Senadora Lúcia Vânia, por ter designado o nosso nome como Relator, por ter tido confiança neste modesto Senador amigo dela.

Agradeço também a V. Exª, que conduziu com maestria esta reunião e a anterior, e aos Pares que aprovaram este requerimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Obrigado, Senador Vicentinho Alves.

Cumprimento a nossa Presidente, Lúcia Vânia, a quem eu passo a palavra neste momento.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a V. Exª a colaboração no sentido de presidir, ontem e hoje, esta Comissão.

Quero agradecer, de forma muito especial, ao Senador Vicentinho pelo seu trabalho, cumprimentá-lo e dizer-lhe que ele mostrou a sua experiência, a sua competência e, principalmente, o seu poder de articulação, fazendo com que a Comissão pudesse apresentar ao Orçamento da União emendas que são realmente muito importantes para o desenvolvimento do País.

Portanto, Senador Vicentinho, receba os meus cumprimentos, os cumprimentos da Comissão pelo seu trabalho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Em função, então, da aprovação das emendas do Projeto de Lei nº 28, de 2011, do Conselho Nacional, informo que a ata desta reunião deve ser entregue à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Assim, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Não havendo mais quem queira tratar desse assunto, encerro a presente reunião.

Muito obrigado.

(Reaberta às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 46 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO
ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 55ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e onze, na sala de Reuniões nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da **Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores: **Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Jayme Campos e Vicentinho Alves.** Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente convida os palestrantes a tomarem assento à mesa: Sr. Felipe Eduardo Hideo Hayashi, Delegado da Polícia Federal; Sr. Eduardo Nery Machado Filho, Secretário de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União e Sr. Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário-Adjunto de Planejamento e Procedimento do Tribunal de Contas da União. A Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 61, de 2011– CI, aprovado em 20 de outubro do corrente, de autoria do Senador Álvaro Dias, com o objetivo de prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista Época, em sua edição de 10 de outubro do corrente, que trata de denúncias de superfaturamento nos contratos das obras de reforma e modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – Repar – em Araucária, no Estado do Paraná. A seguir, a Presidente concede a palavra aos participantes. Após a apresentação destes, usam da palavra os Senhores Senadores **Alvaro Dias** e **Sérgio Souza**. A Presidente concede a palavra aos participantes para responder aos questionamentos e fazer suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezesseis minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Declaro aberta a 55ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciar, convido para comporem a Mesa, como convidados desta audiência pública, as seguintes autoridades: Sr. Felipe Eduardo Hideo Hayashi, Delegado da Polícia Federal; Sr. Eduardo Nery Machado Filho, Secretário de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União, representando, neste ato, o Ministro Valmir Campelo; o Sr. Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário-Adjunto de Planejamento e Procedimento do Tribunal de Contas da União. O Ministro Valmir Campelo justificou sua ausência, tendo em vista a realização de sessão ordinária do Plenário da Corte neste mesmo horário.

Senhoras e senhores, damos início, nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, a mais uma audiência pública, na qual trataremos de

matéria publicada pela revista *Época* em sua edição de 10 de outubro do corrente. O assunto são as denúncias de superfaturamento nos contratos das obras de reforma e modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – Repar, em Araucária, no Estado do Paraná. A audiência é resultado da aprovação do requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 61, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Contamos hoje com a presença dos convidados que já foram nominados. Desde já, agradeço encarecidamente a presença de V. Sªs nesta audiência.

Srªs e Srs. Senadores, a revista *Época*, em sua edição do dia 10 de outubro do corrente, publicou matéria intitulada "Dinheiro saindo pelo ralo", a qual afirma que tanto o Tribunal de Contas da União quanto a Polícia Federal estão investigando os contratos das obras de reforma e modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – Repar, cujos preços poderiam estar acima dos valores de mercado.

A revista afirma que os contratos começaram a ser fiscalizados pelo TCU em maio de 2008 e que, nos últimos dois anos, o Tribunal recomendou a paralisação das obras. A mesma matéria afirma que o custo das obras motivou abertura de inquérito policial a cargo do Departamento da Polícia Federal desde fevereiro deste ano. A iniciativa tomada pelo nobre Senador Alvaro Dias segue na direção de que sejam esclarecidas as denúncias apresentadas na revista, as quais implicariam prejuízos aos cofres públicos da ordem de R$1,4 bilhão.

Tendo esta Casa também a prerrogativa de fiscalizar o uso de recursos públicos, realizaremos esta audiência pública, que representará, portanto, uma grande oportunidade para gerar as respostas que a sociedade espera.

Informo que, para melhor andamento dos trabalhos, vou conceder o tempo de 15 minutos para cada convidado.

Concedo a palavra ao Sr. Felipe Eduardo, Delegado da Polícia Federal.

O SR. FELIPE EDUARDO HIDEO HAYASHI – Exmª Srª Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senadora Lúcia Vânia; demais integrantes da mesa; Sr. Secretário José Alexandre Girão; Sr. Secretário de Fiscalização de Obras do TCU, Eduardo Nery Machado Filho; Sr. Secretário-Adjunto de Planejamento e Procedimento do Tribunal de Contas da União, Sr Marcelo Luiz Souza da Eira; Exmºs Srs. Senadores da República; demais presentes; é uma honra participar da presente audiência pública.

Na qualidade de Delegado da Polícia Federal, foi a mim incumbida, no âmbito da Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná, a presidência do IPL nº 59/2011, no intuito de apurar supostas irregularidades nas obras de modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – Repar, situada em Araucária, Paraná, que, em tese, podem configurar crime previsto na Lei de Licitações Públicas. O inquérito foi instaurado em fevereiro do corrente ano com base em relatório de fiscalização sintético do Tribunal de Contas da União, encaminhado pela Corregedoria-Geral da Polícia Federal, o qual apontou indícios de sobrepreços em valores acima de R$1,4 bilhão e superfaturamento, até abril de 2010, de mais de R$499 milhões, a partir da análise de cinco contratos.

A partir disso, iniciaram-se diligências no âmbito da Polícia Federal, a fim de buscar a verdade real nos autos para verificar se, de fato, há materialidade delitiva e indícios de autoria nesse sentido. O procedimento encontra-se em fase inicial, de maneira que, no atual estágio das investigações, não foi possível confirmar ainda os apontamentos relatados pelo Tribunal de Contas da União, pois é necessária perícia técnica específica nessas obras.

Foi solicitada ao Tribunal de Contas da União cópia integral dos processos de fiscalização abertos ou encerrados, relacionados às fiscalizações. No entanto, até o momento, tais documentos ainda não foram remetidos à Polícia Federal. A análise preliminar dessa documentação é indispensável para verificar toda a metodologia aplicada pelo Tribunal, observando sob quais critérios chegaram-se aos números referidos.

Além disso, serão efetivadas perícias *in loco*, minuciosas, no sentido de verificar se houve ou não sobrepreço e superfaturamento, e qual seria o montante exato desses valores, pois o relatório do Tribunal de Contas da União dá conta de uma estimativa de superfaturamento, com base em percentuais da execução da obra.

Em seu relatório, o Tribunal de Contas da União também aponta indícios de restrição ao caráter competitivo da licitação, sob o argumento de que foram previstas exigências técnicas que podem ter afunilado a execução das obras a algumas construtoras.

No âmbito do inquérito policial, é necessário apurar se tais exigências técnicas são realmente necessárias ou se foram impostas com a intenção de restringir o caráter competitivo do certame.

Nesse sentido, em suma, neste momento, é temerário tecer qualquer juízo de valor sobre a efetiva existência de crime e eventuais responsáveis. Trata-se de uma investigação de alta complexidade e extremamente técnica, que exige certa cautela nesses trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço o Sr. Felipe Eduardo e concedo a palavra ao Sr. Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário-

-Adjunto de Planejamento e Procedimento do Tribunal de Contas da União.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Muito obrigado, Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia. Cumprimento também o Senador Alvaro Dias, os demais presentes e os colegas participantes da Mesa. Nós estamos aqui representando o Ministro Valmir Campelo, ex-Senador, que é o relator do processo das obras da Repar no TCU.

Então, vou fazer uma breve introdução, falando sobre a fiscalização que o TCU exerce sobre as obras, de uma forma geral. E o relatório geral foi encaminhado pelo Ministro Raimundo Carreiro, este mês ainda, ao Congresso Nacional. Então, são informações relativamente recentes.

Bom, nesse período, foram fiscalizadas 230 obras, cerca de R$36,7 bilhões. A soma dos valores dessas obras e os trabalhos foram realizados entre outubro de 2010 e agosto deste ano. Além disso, em outros processos, o objeto tratado pelo TCU também foi obras. No total, 545 fiscalizações de obras podem ser computadas. A distribuição das auditorias, que são aquelas 230, foi em todos os Estados, e nas regiões do País estão distribuídas dessa forma. No caso da região Sul, foram 30 auditorias em obras.

Aí nós temos a fiscalização por tipo de obra. Em termos de quantidade de auditorias, a maior parte é em transporte, principalmente transporte rodoviário. Mas, em termos de recursos fiscalizados, a grande maioria é na área de energia, principalmente por causa da Petrobras, cujas obras são consideravelmente mais caras e de maior porte. Por isso, essa é a distribuição.

Aqui nós temos alguns resultados. Foram 15 casos de novas irregularidades graves que indicaram paralisação de obras. Quinze casos novos. Considerando 14 casos antigos que vinham de 2010 e persistiram, são 29 casos de obras em que o TCU recomendou a paralisação.

Ali nós temos, dessas 15 novas, a distribuição por órgão ou por unidade orçamentária. Então, nós teríamos ali duas na Valec, cinco na Funasa, uma no Dnocs, seis no Dnit e uma em outros.

Aqui, este quadro mostra que em nenhum caso o Tribunal recomendou a paralisação de uma obra que estivesse no estágio final de execução. As obras em que o Tribunal recomendou a paralisação estariam ali em vermelho, naquelas barras.

Então, a grande maioria ou praticamente todas têm menos de 50% executado, pouquíssimas entre 50% e 75% e nenhuma acima de 75%. Isso porque as obras que já estão em estágio final, vale mais a pena deixar que as obras sejam concluídas e comecem a entrar em operação, o que não quer dizer que as irregularidades não sejam punidas. As irregularidades continuam sendo apuradas e são punidas normalmente. Nesse caso, o TCU não recomenda que a obra seja paralisada. Ao contrário, quando a obra ainda não começou – nós temos ali zero por cento –, na maioria das vezes, se há uma irregularidade grave, é natural que essa obra nem seja iniciada, para evitar que se materialize o desvio dos recursos públicos.

Aqui nós temos os achados mais comuns, o que ocorre mais frequentemente em nossas obras.

Nós temos ali sobrepreço e superfaturamento. Em onze obras foi identificado isso. Quer dizer, preços que são praticados nas obras estão acima dos preços de mercado. Mas também tem problema de projeto, tem problema de restrição de caráter competitivo, que, inclusive, foi um dos problemas identificados na Repar, e diversos outros problemas que estão ali relacionados.

Aqui, em termos de benefícios, a atuação do Tribunal, as determinações que foram feitas pelo Tribunal, as correções que foram feitas podem resultar em R$2,4 bilhões de economia de recursos públicos. Parte desses valores já é de economias efetivas, aquelas obras em que o Tribunal identificou o sobrepreço, identificou o superfaturamento, determinou a correção e o órgão já corrigiu, juntamente com a empreiteira. Refizeram o contrato, reduzindo esses preços e ajustando. Então, já é economia real. Em outros casos isso ainda não foi feito, está sendo trabalhado e o TCU acompanha o andamento dessas questões.

Apenas para exemplificar, também há ali algumas irregularidades que não resultaram em paralisação da obra porque, antes mesmo que o Plenário do Tribunal se manifestasse, o órgão já tomou as providências que deveria tomar e corrigiu o problema.

Então, eu ali menciono, por exemplo, o aeroporto de Confins, que resultou numa economia de R$72 milhões. O edital do aeroporto de Confins, antes mesmo de haver a apresentação das propostas, foi auditado pelo TCU, que identificou que havia uma superestimativa de preço. Então, houve uma correção. Economia para os cofres públicos: R$72 milhões. Da mesma forma, a BR-364, em Rondônia: R$184 milhões. E assim por diante. Outros casos ainda: aeroporto de Florianópolis, Guarulhos e mais alguns. No total, R$444 milhões foram efetivamente economizados dessa forma.

Aqui, algumas obras que não chegaram a ser bloqueadas porque o gestor tomou a atitude. Depois que o Tribunal proferiu o acórdão, o gestor tomou a atitude que deveria ter tomado e corrigiu o problema. Temos aí algumas delas: BR-116, no Ceará, Ferrovia Oeste-Leste, na Bahia, e diversas obras.

Nesse outro quadro, as obras que não foram bloqueadas porque o gestor assumiu o compromisso for-

mal – esse compromisso é escrito – de corrigir aquilo que precisava ser corrigido, mas que, em virtude das peculiaridades do que precisa ser feito, ainda não foi possível concluir essas providências. Então, nós temos a questão do aeroporto de Vitória, do aeroporto de Goiânia e a BR-010, em Tocantins. Essas três obras não estão com recomendação de paralisação pelo TCU porque as providências estão sendo tomadas, há um compromisso formal de tomar essas providências, tanto pela Infraero quanto pelo Dnit. Também é o caso do aeroporto de Guarulhos, pista e pátio, e barragem Congonhas, em Minas Gerais.

Três obras de que o TCU não recomendou a paralisação porque o custo da paralisação seria muito alto. Então, não valia a pena paralisar. É o caso da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. O custo de paralisação seria perda de receitas mensais da ordem de R$200 milhões. Então, isso não justificaria a paralisação, embora haja um sobrepreço identificado nessa obra de R$1,3 bilhões. Então, de fato, embora não paralisada, essa obra continua sendo apontada como irregular pelo TCU, que continua cobrando a correção desses contratos e a restituição desse valor. Da mesma forma, a restauração da BR-050, em Minas, e a Ferrovia Norte-Sul. São casos semelhantes.

E, finalmente, a Repar, a Refinaria Presidente Getúlio Vargas, no Paraná, o TCU não recomendou a paralisação porque a obra está muito próxima de ser concluída, ela já tem cerca de 90% de sua obra concluída. Então, não seria razoável parar uma obra dessa. Mas foi identificado, sim, superfaturamento – o Eduardo vai mostrar aqui – e o TCU está cobrando a restituição desse valor pago a maior e a responsabilização de quem deu causa a isso.

Era essa a introdução que eu queria fazer e passo, então, ao meu colega Eduardo Nery, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Marcelo Luiz Souza da Eira e concedo a palavra ao Sr. Eduardo Nery Machado Filho, Secretário de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Boa tarde a todos. Cumprimento aqui, mais uma vez, a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão, e o Senador Alvaro Dias, bem como o Delegado da Polícia Federal, Felipe Hayashi e o colega do Tribunal de Contas, Secretário de Planejamento, Marcelo Eira e os demais presentes.

Vou passar agora algumas informações um pouco mais detalhadas sobre a atuação do TCU na fiscalização da Refinaria Getúlio Vargas, Refinaria Repar.

Vou apresentar alguns dados gerais, por ter fiscalizado a modernização e a adequação do sistema de produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas. O período da fiscalização dos trabalhos ocorreu entre abril e julho do ano de 2010 e foram fiscalizados, no ano passado, nessa ocasião, nessa fiscalização, R$7,7 bilhões de valores contratados pela Petrobras.

A título de histórico, a fiscalização dessa obra, na verdade, se iniciou em 2008. Foi a primeira fiscalização do TCU, quando a obra estava em estágio ainda bastante inicial. Em 2009, aí sim, já houve uma primeira análise mais aprofundada. Foram analisados 19 contratos. Em 19 contratos, foi recomendado pelo TCU que a obra fosse incluída no quadro-bloqueio da Lei Orçamentária Anual, que é a classificação chamada internamente de IGP, Irregularidade Grave com Recomendação de Paralisação. A razão dessa recomendação decorria de sobrepreço detectado nesses contratos.

Cabe destacar que, naquela ocasião, essa análise teve uma limitação pela falta de informações de que o Tribunal dispunha na época. Naquele momento, a Petrobras não apresentava as informações com o nível de detalhamento que o Tribunal requeria, não eram encaminhadas as planilhas em formato Excel e com um nível de detalhes que propiciava uma análise mais detalhada. Mesmo assim, foi possível identificar indícios de irregularidades, indícios de sobrepreço nesses contratos, e o Tribunal, assim, recomendou o bloqueio.

Naquela ocasião, em 2009, o Congresso Nacional acatou a recomendação do Tribunal e incluiu a obra no quadro-bloqueio. No entanto, o Presidente da República, à época, decidiu vetar, e a obra acabou não sendo incluída no quadro-bloqueio. E vamos ver que no ano seguinte ela também não foi incluída no quadro-bloqueio. Para registrar que nessa obra nunca houve qualquer paralisação devido à atuação conjunta do TCU e do Congresso.

Em 2010, foi realizada uma nova fiscalização, aprofundada a análise sobre alguns contratos, e o Tribunal reviu ali sua posição do ano anterior e recomendou a paralisação de sete contratos. Vou explicar o porquê da redução desses números. O indício de sobrepreço então apurado foi de R$1,4 bilhão, correspondente a 23% do valor contratado, em sete contratos, que somavam R$7,7 bilhões.

O porquê daquela redução. Por que foram sete contratos? A fiscalização foi realizada em abril de 2010 e, naquela ocasião, foram analisados cinco contratos que apresentavam grau de execução entre 4% e 59%. Nesses cinco contratos se mantiveram os indícios de sobrepreço. Daí a recomendação de manter a paralisação nesses cinco contratos.

Além desses cinco contratos – acho que está faltando ali na apresentação –, em outros dois con-

tatos se manteve também a recomendação porque, apesar de não ter sido feita uma análise mais detida, eles ainda apresentavam um grau de execução física baixo. Então, aproveitou-se a análise do ano anterior.

Em sete contratos se manteve a recomendação de paralisação. Em onze contratos foi reclassificada a IGP, porque esses contratos já apresentavam um grau de execução física muito elevado, acima de 70%. Historicamente, no Tribunal já sabemos que paralisar uma obra que apresenta um estágio de execução física bastante elevado, o valor do eventual prejuízo por essa paralisação costuma superar o valor do dano envolvido. Daí a razão de se retirar a recomendação de bloqueio nesses onze contratos. Um contrato foi analisado e se chegou à conclusão de que não havia mais um indício de sobrepreço, com informações mais detalhadas. Com uma análise mais aprofundada, não se manteve o indício de sobrepreço em um contrato.

A medida corretiva em todos esses sete contratos seria a repactuação deles com a redução do valor, no caso R$1,4 bilhão.

Em dezembro de 2010, o Congresso deliberou sobre a inclusão dessa obra no quadro-bloqueio ou não. Apenas para deixar claro no tempo.

Em abril de 2010, o Tribunal recomendou a paralisação de sete contratos. O Congresso Nacional só foi apreciar a inclusão ou não dessas obras no quadro-bloqueio em dezembro de 2010, transcorridos, portanto, quase oito meses. E houve um avanço físico da obra nesse período. Então, o próprio Congresso Nacional, naquele instante, deliberou pela não inclusão da obra no quadro-bloqueio porque o empreendimento como um todo já apresentava um grau de execução física bastante avançado, quase 80%.

Nessa mesma linha, em maio de 2011, ou seja, quase um ano depois da fiscalização, o Tribunal também retirou a recomendação de paralisação dessas sete obras pelo mesmo motivo, porque a obra tinha avançado mais ainda. Então, o empreendimento como um todo estava bastante avançado, e, dentro desse critério, não se recomendou mais a paralisação.

Importante frisar que o fato de não recomendar a paralisação não significa que está afastado o sobrepreço. O indício de sobrepreço apontado continua sendo apurado, no âmbito do Tribunal, em processos específicos. Agora vou apresentar a situação atual desses processos.

Então, dos 19 contratos auditados, foram autuados 19 processos no TCU. Após aquele indício de sobrepreço de R$1,4 bilhão, foram encaminhadas pela Petrobras informações mais detalhadas, informações referentes às estimativas de custos da Petrobras de que ainda não dispúnhamos. Além disso, esclarecimentos apresentados pela Petrobras tanto nesse processo quanto em outros processos correlatos que julgávamos pertinentes, que considerássemos também aquelas justificativas.

Então, na atual fase, dez processos já foram analisados. Esses dez processos receberam determinação de arquivamento ou apensamento. Ou seja, o sobrepreço, em dez processos, foi afastado em razão dessa análise mais aprofundada a partir de informações mais detalhadas recebidas, informações que não tinham sido fornecidas no momento da fiscalização. No entanto, permanecem nove processos em fase de análise, em fase de análise técnica adiantada.

Vou, agora, passar a informação desses nove processos, exatamente em cima dos quais recai aquele sobrepreço de R$1,4 bilhão.

Os contratos que foram questionados e receberam recomendação de paralisação são esses sete contratos, que somam R$7,7 bilhões. A tabela apresentada indica o valor contratado, o sobrepreço em cada um desses contratos e o percentual de execução, o atual percentual de execução.

Apenas para deixar claro que nenhum desses contratos foram apreciados pelo Tribunal. Portanto, esses sete contratos não integram a relação dos dez processos a que me referi que haviam sido arquivados. Esses sete contratos que estão sendo analisados integram aquela relação dos nove que estão em fase adiantada. São os contratos mais complexos, daí porque se explica que eles ainda não foram apreciados pelo Tribunal. Isso exige um esforço muito grande da equipe para buscar, para analisar todos os detalhes, todas as minutas, todas as justificativas adicionais que são apresentadas.

E a fase atual é esta: estão pendentes de análise do Tribunal, quer dizer, estão dependendo dessa análise que se encontra em estágio avançado pela unidade técnica. E, a partir dessa análise da unidade técnica, o Plenário vai se posicionar, vai haver uma confirmação desse valor, se mantém sobrepreço, se mantém esse montante do sobrepreço e, a partir disso, após essa conclusão, o Tribunal vai novamente instar os responsáveis a se manifestarem, caso se mantenha o sobrepreço. Os responsáveis aí seriam a Petrobras e as empresas contratadas, frisando, mais uma vez, caso se confirme o sobrepreço apontado.

Apenas para esclarecer alguns pontos em relação à análise que o Tribunal faz nesses empreendimentos, vou mostrar como são feitos os critérios que são utilizados. Muitas vezes, afirma-se que o TCU não leva em conta particularidades de uma obra do setor petrolífero e coisas do gênero. Nesse aspecto, é importante esse esclarecimento. O Tribunal já atua na fiscalização de

obras há dez anos e não comete erros, muitas vezes amadores, como se costuma afirmar.

Uma análise de obras envolve basicamente quatro aspectos: quantidades, na primeira e na segunda coluna; produtividade de mão de obra e equipamentos; consumo de materiais; e preço dos insumos. Percebe-se que, em grande medida, as particularidades das obras se concentram nas três primeiras colunas, ou seja, nas quantidades que são levantadas no projeto, na produtividade, no equipamento que pode ter uma produtividade "x" numa obra de alta complexidade, como uma obra petrolífera, e outra "x", numa obra de edificação, por exemplo; e no próprio consumo dos materiais.

Observa-se que, em relação a esses três aspectos, o TCU adotou os valores apresentados pelas empresas contratadas. Na fiscalização do Fiscobras 2010, o TCU adotou os valores apresentados pela empresa contratada. Portanto, espera-se que em grande medida esteja mitigada a questão da complexidade da obra.

O TCU concentrou sua análise, naquele momento, no preço dos insumos. Por exemplo, quanto custa um saco de cimento, o metro cúbico da areia, o quilo do aço, o valor horário de alguns equipamentos.

Acreditamos que esse tipo de referencial sofra um impacto muito menor em relação à especificidade da obra. Por exemplo, por que um saco de cimento numa edificação vai ter que custar mais caro? Ou o contrário: por que um saco de cimento em uma refinaria vai custar mais do que um saco de cimento em uma obra de edificação? A princípio, não há nenhuma justificativa para isso. Caso haja, os responsáveis vão apresentar as justificativas, que serão analisadas. A princípio, não haveria razões para isso. Por que uma hora de um equipamento, uma retroescavadeira, que é um equipamento convencional utilizado em qualquer tipo de obra, terá de ser mais cara em uma refinaria do que em uma obra de infraestrutura urbana? É esse tipo de análise que se faz.

Acreditamos que, com isso, se leva em conta as particularidades de uma obra do setor petrolífero.

Na fase atual, o que estamos fazendo? Além de levar em conta as justificativas já apresentadas pela Petrobras, estamos também adotando os valores que a Petrobras considerou para efeito de produtividade de mão de obra, equipamento e consumo de material.

Então, com base nessa análise, chegaremos a uma conclusão mais definitiva em relação ao sobrepreço – pelo menos uma nova posição em relação ao sobrepreço – e, obviamente, os responsáveis serão novamente ouvidos.

Dessa forma, apenas para reforçar, os critérios adotados foram baseados nos insumos.

Em relação aos equipamentos, é outro ponto que também merece esclarecimento. O TCU utiliza aquele equipamento que é mais compatível com a finalidade da obra. Então, partimos de tabelas da Abemi, que é a Associação Brasileira das Empresas de Montagem Industrial, o Sinapi e o Sicro.

Muitas vezes, alega-se que não se pode usar um Sicro em uma obra do setor petrolífero. Mas nós nem temos como utilizar o Sicro ou o Sinapi para determinados equipamentos que são típicos de montagem industrial. Por exemplo, guindastes de alta capacidade. Nesse caso, utilizamos tabela Abemi. Portanto, não há nenhum uso descontextualizado ou indevido dessas tabelas do Sicro e do Sinapi.

Com relação à mão de obra, utilizamos acordo coletivo de trabalho, sistema Datafolha e o cadastro de terceirizados para efeito de transporte, parâmetros que entendemos adequados.

Em relação ao BDI, também utilizamos BDI diferenciado para fornecimento de 13%, consonante ao que a Petrobras adota, que também é diferenciado. Há uma discordância em relação ao percentual, que está sendo analisado quanto às justificativas apresentadas.

Vou encerrar, frisando mais uma vez que a Petrobras costuma alegar – e entendemos que é pertinente – que suas obras apresentam valores maiores do que a média em função de exigências de segurança, meio ambiente e saúde, que são denominadas SMS. Pessoalmente, já verifiquei que canteiros da Petrobras apresentam custos com ar condicionado, um padrão para os operários superior à média das obras da construção pesada. Por isso mesmo, acatamos e consideramos esses aspectos quando analisamos o preço. Todas essas despesas são consideradas.

Portanto, naquele valor de R$1,4 bilhão, todos esses aspectos foram considerados.

Vou encerrar e me coloco à disposição das Exmºs Senadores para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco. PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Eduardo Nery e passo a palavra ao Senador Alvaro Dias, autor do requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Srª Presidente, convidados, em primeiro lugar, um agradecimento pela presença e pela colaboração. O objetivo é colocar esta Casa, que tem a responsabilidade também de fiscalizar de forma compatível com a gravidade da denúncia, no acompanhamento das providências que estão sendo adotadas tanto pelo Tribunal de Contas da União quanto pela Polícia Federal.

Indagaria inicialmente ao TCU sobre afirmações que fazem os dirigentes da Petrobras para contestar os

dados apresentados pelo Tribunal de Contas da União, mas antes fazendo referência a esse fato que é alvo do trabalho de hoje, que é o superfaturamento da Usina Getúlio Vargas em Araucária, no Paraná, apresentado ao País como um ato de atropelamento do Executivo sobre o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas.

O Presidente da República passou sobre o Tribunal de Contas e o Congresso Nacional. Desconsiderou a atuação técnica e qualificada do Tribunal de Contas e desconsiderou uma decisão do Congresso Nacional, que aprovou dispositivo para impedir o repasse de recursos a uma obra considerada superfaturada pelo Tribunal de Contas. O Presidente da República vetou e, até de certa forma afrontosa, foi a Araucária comemorar e fez um evento de natureza espetaculosa com objetivos de natureza eleitoral durante o ano eleitoral, ignorando o fato de que a obra está superfaturada, segundo o Tribunal de Contas, em R$1,4 bilhão.

Eu queria registrar esse fato, porque não tenho nenhuma dúvida de que foi um ato de desrespeito ao Tribunal de Contas e ao Congresso Nacional, uma afronta ao Tribunal de Contas e ao Congresso Nacional.

O que alega a Petrobras? Aliás, uma indagação que quero fazer é sobre a sonegação de informações. Quando da realização da CPI da Petrobras, o Tribunal de Contas informou ao Senado que a direção da Petrobras se recusava a fornecer informações requeridas e que o Tribunal de Contas tinha dificuldades para auditar as obras realizadas pela Petrobras em razão da sonegação de informações essenciais para o seu trabalho. O que indago é se, neste caso da Repar, também houve sonegação de informações, se a Petrobras se recusou a fornecer os documentos exigidos, as planilhas solicitadas, as informações requeridas pelo Tribunal de Contas.

O que diz o Tribunal de Contas sobre a afirmação da Petrobras de que os parâmetros adotados pelo Tribunal são inadequados? O Eduardo fez referência à afirmação da direção da Petrobras de que as obras são mais complexas e exigem a adoção de outros parâmetros para aferição de valores. Eu queria que essa questão ficasse esclarecida da parte do Tribunal de Contas.

A Petrobras afirma que não há superfaturamento, que não há sobrepreço ou qualquer outra irregularidade nas obras da Repar. O que se verifica, pelo trabalho do Tribunal de Contas, é que o desvio é de R$1,4 bilhão. O consórcio Camargo Corrêa e Promon Engenharia também questiona as conclusões do Tribunal, dizendo que o mesmo está baseado em referências de preços e projetos convencionais da construção civil, incompatíveis com os serviços de modernização da refinaria, bem mais complexos e exigentes. Ele vem na mesma linha de defesa da Petrobras. O que o Tribunal tem a dizer sobre esse questionamento?

Enfim, são essas as questões essenciais. Nós sabemos que o Tribunal não recomendou a paralisação das obras em função do seu adiantado estágio, mas essas obras deveriam ter sido paralisadas em 2009, portanto, em tempo para a correção dos desvios. Esse prejuízo é, a meu ver, irrecuperável. Eu não creio que seja honesto gerar falsa expectativa de que os cofres públicos do País serão ressarcidos desses valores, mas é preciso dedicação e esforço no sentido de apurar responsabilidades e é por isso que, em seguida, vamos fazer indagações ao Delegado da Polícia Federal, que também nos honra com a sua presença.

Em relação ao Tribunal de Contas, eu gostaria de saber quais são os próximos passos, se há providências em curso, se há desdobramento em relação ao que já foi realizado, se o Tribunal ainda pretende produzir um novo acórdão com recomendações, inclusive com propostas ao próprio Ministério Público, ou se, da parte do Tribunal de Contas, o assunto já foi esgotado.

Enfim, são essas as questões que eu coloco inicialmente aos dois representantes do Tribunal de Contas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Eduardo Nery. *(Pausa.)* Marcelo Luiz Souza.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Obrigado, Srª Presidente.

Respondendo ao Senador Alvaro Dias, sobre a questão de 2009, de fato, naquela oportunidade, o Tribunal recomendou a paralisação dessa obra. A obra estava ainda em estágio inicial e os indícios eram graves, como são graves até hoje. Havia, sim, motivos para recomendar a paralisação dessa obra. E o Congresso concordou com o Tribunal e incluiu no quadro-bloqueio da Lei de Diretrizes Orçamentárias a vedação de repasses para essa obra, mas isso foi vetado pelo Presidente da República na época.

Uma vez que esses indícios se confirmem e se comprove que foi gasta uma quantia de R$1,4 bilhão a mais que o custo real da obras, hoje é possível recuperar esse recurso? Concordo com V. Exª que dificilmente esse recurso será restituído. Porém, compete ao Tribunal de Contas processar e efetuar cobrança de quem deu causa. Está em andamento esse processo.

Respondendo apenas mais uma das questões – as outras serão respondidas pelo Eduardo –, V. Exª pergunta se, no caso da Repar, houve sonegação de informações por parte da Petrobras. O relacionamento entre o TCU e a Petrobras foi se aperfeiçoando com o tempo. Nós tivemos, sim, muita dificuldade nessa obra, como em outras da Petrobras. Havia documentos que

a Petrobras considerava que não deveria submeter ao TCU, alegando algum tipo de sigilo comercial ou sigilo estratégico para a empresa, mas, de 2010 para cá, a conversa evoluiu. Tivemos diversas reuniões e mostramos à Petrobras que, também no TCU, essas informações são guardadas de forma absolutamente segura e que o sigilo é preservado. Hoje, a grande maioria das informações demandadas é fornecida pela Petrobras. Inclusive isso foi o que possibilitou o andamento desse processo, porque havia um impasse: sem ter acesso aos documentos, de fato, os processos estavam parados. Isso evoluiu bastante. Ainda não é 100%, ainda temos algumas divergências, ainda há documentos que a Petrobras considera que não devem ser submetidos ao Tribunal, e o Tribunal, pela sua competência constitucional, continua exigindo a entrega desses documentos. Isso pode ser até que seja levado ao Poder Judiciário para deliberação, mas, hoje, a grande maioria das informações já está em nosso poder.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sr. Eduardo Nery Machado Filho.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Complementando os questionamentos do Senador Alvaro Dias, o Senador nos indaga sobre as afirmações apresentadas pelos gestores da Petrobras no sentido de que os parâmetros adotados pelo TCU não são adequados. Na própria apresentação, o objetivo era justamente tentar esclarecer os critérios que são utilizados, uma vez que temos convicção de que os critérios adotados refletem, em grande medida, as particularidades de uma obra do setor petrolífero, mesmo porque, conforme informado, os parâmetros adotados são aqueles apresentados ou pela contratada ou pela Petrobras. No caso da Repar, nós analisamos primeiro os parâmetros adotados pela contratada e, neste momento, nós estamos confrontando com os parâmetros que a Petrobras adota em relação à quantidade, que é levantada em projeto, coeficiente de produtividade da mão de obra e do equipamento... Então, se a obra é complexa, exige que a mão de obra leve mais tempo, que vai ter de ter um trabalho especializado em andaime, em que um soldador vai ter uma complexidade maior e que vai levar mais tempo, isso está sendo considerado – esperamos que esteja, porque os parâmetros são da própria Petrobras ou da empresa contratada.

Em relação aos requisitos de segurança, meio ambiente e saúde, que são outros aspectos que sabemos que encarecem as obras da Petrobras, também são considerados. Então, acho que essas são as principais particularidades que afetam uma obra do setor petrolífero, e isso é considerado.

É claro que existem pontos que são objeto de divergências e sobre os quais a Petrobras vem apresentando esclarecimentos e contestando alguns dos critérios. Nós estamos analisando caso a caso, mas, ainda que haja acatamento de algum esclarecimento ou de alguma particularidade que a Petrobras possa vir a apresentar, nós temos convicção de que o método adotado espelha, com margem de segurança, o posicionamento que foi adotado. Obviamente, se houver particularidades e elas venham a ser trazidas, elas vão ser acatadas e vão ser consideradas, mas, até o momento da fiscalização, elas não haviam sido apresentadas.

Emendando na pergunta do Senador, quando afirmou que o consórcio Camargo Corrêa e Promon também afirmou que as obras eram mais complexas e exigentes e que os parâmetros eram totalmente incompatíveis, valem as mesmas considerações. No caso, o que adotamos foi o próprio parâmetro adotado pelo consórcio Promon e Camargo Corrêa. Então, a produtividade de mão de obra e de equipamento é do próprio consórcio.

A diferença básica está no preço dos insumos. E, aí, retornando: por que o preço de um saco de cimento vai custar mais caro numa obra de refinaria que numa obra de edificação, por exemplo? Ou, então, por que um equipamento convencional vai custar mais caro numa obra... Trata-se somente do custo do insumo do equipamento, do custo horário; não estamos tratando da produtividade dele – a produtividade daquele equipamento está sendo considerada –, apenas o custo da hora daquela máquina. Com base nisso, temos muita segurança nos métodos que adotamos.

Se o TCU pretende produzir um novo acórdão ou se esse assunto foi esgotado, acho que o Marcelo Eira até já adiantou isso. Reiterando, existem atualmente nove processos que estão em fase de análise, em que serão analisados esses sete contratos com sobrepreço. Ainda que não paire mais sobre a obra a recomendação de bloqueio, esses sete contratos serão analisados do ponto de vista de se permanece ou não o sobrepreço e, caso haja o sobrepreço, o Tribunal vai ter um acórdão. Esperamos que tenha um acórdão o quanto antes. A unidade técnica está em fase adiantada de análise, que depois vai ser encaminhada para um relator, que vai submetê-la ao Plenário, mas vai haver um pronunciamento do TCU, um acórdão do TCU, já se posicionando, quase de forma definitiva, sobre esse sobrepreço.

Espero que tenhamos respondido os principais questionamentos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu quero agradecer os esclarecimentos.

Em relação a parâmetros inadequados, durante os trabalhos da CPI da Petrobras – que acabou sendo, de certa forma, abortada –, técnicos foram ouvidos e, tomando como parâmetros obras do gênero em outros países do mundo, o superfaturamento da Usina Abreu e Lima, por exemplo, em Pernambuco, é superior àquele auditado pelo Tribunal de Contas da União. Portanto, parece-me que o Tribunal de Contas está sendo até generoso em relação a parâmetros e à avaliação de superfaturamento sobre preços.

Eu queria até prestar uma homenagem ao Tribunal de Contas que, com quadros limitados em razão do enorme volume de obras num país como o nosso, tem prestado um serviço extraordinário. Por isso, nós condenamos essa tentativa que, de forma recorrente, se faz de limitar a capacidade de fiscalizar do Tribunal de Contas da União, tentando colocar determinados freios, não só em relação à legislação, com a flexibilização da legislação de licitação no País, mas reduzindo o poder de fiscalizar do Tribunal de Contas, quando achamos que deveríamos ampliá-lo, não só oferecendo maiores possibilidades de um quadro técnico qualificado e ampliado, mas mesmo acrescentando prerrogativas, discutindo inclusive a hipótese até de quebra de sigilo por iniciativa do Tribunal de Contas da União, já que estamos vivendo num país que se transforma no paraíso da corrupção. As avaliações são discrepantes umas das outras, mas, por exemplo, a Transparência Internacional fala em R$70 bilhões de prejuízo por ano em razão da corrupção no País. Portanto, há, sim, que se aprimorar os mecanismos de fiscalização e controle, ao contrário de limitá-los, como o próprio ex-Presidente da República desejou em várias oportunidades.

Eu agradeço as explicações oferecidas.

Não tenho acesso ainda aos autos do inquérito. Pretendo, Srª Presidente, requerer oficialmente os autos do inquérito para tomar conhecimento dele. Por isso, tenho de fazer algumas indagações preliminares ao Dr. Hayashi, que nos honra aqui com a sua presença. Como ele nos adiantou, ele está ainda no início do trabalho. Esperamos que tenha sucesso com o aprofundamento dessas investigações para apurar responsabilidades. Indagações no sentido de saber se essa perícia técnica que a Polícia Federal realiza é feita com quadros próprios ou se vai se valer da perícia oferecida pelo Tribunal de Contas e vai buscar o desdobramento da investigação; se já ouviu servidores da Petrobras; se já ouviu os responsáveis pelas empreiteiras de obras públicas; se depoimentos já foram colhidos; se houve já solicitação de quebra de sigilo bancário e fiscal – não sei se caberia quebra de sigilo telefônico nesse estágio dos trabalhos de investigação –; se essas providências já foram adotadas; se pretende adotá-las; se haverá essa iniciativa de quebra de sigilo, solicitando à Justiça Federal para que esse procedimento seja adotado.

Faço uma indagação também a respeito de outra empresa, que eu não vi na relação dos contratos, mas me parece ter sido uma empresa também contratada para as obras na Repar, que seria a Seebla – Serviços de Engenharia, que seria de Jader Bezerra Xavier, que foi servidor da Petrobras e que já foi beneficiado com vários contratos com a empresa, exatamente talvez pela facilidade de ter sido servidor da Petrobras. Eu indago se o próprio Delegado Felipe teria, já no inquérito, alguma providência relativamente a esta empresa Seebla – Serviços de Engenharia, ou se ela não consta do processo.

São algumas das indagações, que são preliminares, como disse, porque o próprio Dr. Felipe Hayashi informa que está apenas no início dos procedimentos desse inquérito. Parece-me que não há também prazo para a sua conclusão, mas indago se há uma previsão de tempo para a conclusão desse inquérito.

Eram as nossas indagações.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Felipe Eduardo.

O SR. FELIPE EDUARDO HIDEO HAYASHI – Então, respondendo aos questionamentos de V. Exª, a Polícia Federal, em suas investigações criminais, utiliza todos os meios legais disponíveis no intuito de apurar a materialidade e a autoria dos fatos que são trazidos ao seu conhecimento. No caso específico, certamente, a Polícia Federal conta com um corpo multidisciplinar de peritos aptos à realização de todo esse trabalho. Então, não haverá a necessidade de um eventual apoio externo na realização desse trabalho. É certo que essas perícias são bastante complexas e demandarão um tempo razoável, tendo em vista que, diferentemente da metodologia do Tribunal de Contas da União, haverá necessidade de averiguação *in loco* nessas obras, pontualmente verificando, de forma minuciosa, todos os insumos utilizados e averiguando as supostas irregularidades levantadas.

Na fase de investigação, como eu há havia colocado, não há... Neste momento ainda é muito preliminar, estamos numa fase incipiente do inquérito. Buscamos, neste momento, primeiro, subsidiar o procedimento com informações documentais do próprio Tribunal de Contas da União, uma vez que os autos possuem apenas o relatório sintético. Então, há necessidade das cópias desses procedimentos para que possamos analisar toda essa documentação. Nesse sentido, não é o momen-

to adequado ainda para se realizarem essas oitivas. Então, não constam oitivas realizadas neste instante.

Em relação a questionamentos de quebra de sigilo, como eu já falei, todos os meios legais serão utilizados. No momento, não há quebras efetivadas. Isso não obsta que possam ocorrer no momento oportuno.

Em relação à empresa que V. Exª mencionou, não há referência nos autos até este momento.

Diante da já mencionada complexidade e tecnicidade que envolve essa investigação, certamente indispensável é todo esse trabalho pericial, para que possamos ter aí um indicativo de materialidade delitiva. Isso tende a levar certo tempo, não obstante estejamos empreendendo os máximos esforços no sentido de concluir esse trabalho no menor espaço de tempo possível, diante de nossos recursos disponíveis neste momento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O TCU tem a informação de que essa empresa, a Seebla – Serviços de Engenharia participou desse consórcio, dessas obras?

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Senador, nós analisamos 19 contratos. Nesses 19 contratos, ela não está relacionada. Na Repar, na verdade, o número de contratos excede em muito. Esses são os principais contratos, os de maior monta. Então, o contrato da empresa Seebla não foi objeto de fiscalização.

Aproveitando, Senador, para fazer um complemento, um esclarecimento, em relação aos documentos solicitados pela Polícia Federal, eles foram solicitados ao ministro relator do Tribunal, com a autorização para encaminhamento à PF, já que se trata de dados sigilosos. Eles já devem estar sendo encaminhados. Hoje, o relator estava autorizando e esperamos que, até semana que vem, já possa ser encaminhada a documentação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito bem, Presidente.

Da minha parte, estou satisfeito.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Sérgio.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Srª Presidente Lúcia Vânia, colega Senador Alvaro Dias, aqui, enalteço a sua iniciativa de fazer esse requerimento para convidarmos tanto a Polícia Federal quanto o Tribunal de Contas da União para fornecerem informações ao Congresso Nacional, Senado Federal, que também tem por finalidade a fiscalização. Esta Comissão, por ser de a de Infraestrutura, não poderia ser a mais adequada.

No TCU, já temos um acórdão. Também não tive acesso, como V. Exª, aos dados do processo, mas eu queria fazer um apanhado geral no que diz respeito às obras de infraestrutura, até mesmo vendo que recebi aqui um relatório de fiscalização do TCU, pelo menos com as planilhas que tratam de todas as obras no Brasil inteiro. Tenho percebido que muitas obras no Brasil têm paralisado por conta de fiscalização. E a paralisação dessas obras, necessariamente, vai acarretar um aumento de seus custos, porque tem de se manter toda uma estrutura na paralisação. Temos uma experiência, no Paraná, que ocorreu por conta de um saneamento no litoral. Para se manter a área aberta para fazer o saneamento básico, tinha que tirar água, areia... Então, aquela obra parada, ao final, custou muito mais do que o valor da obra.

Então, essas são preocupações que nós temos que realmente ter. Eu vi que, no caso da Repar, ela não paralisou.

E eu faço algumas considerações. Primeiro, há hoje no Brasil, principalmente pela atuação forte da Polícia Federal, da Controladoria-Geral da União, do TCU, do Poder Judiciário, do Congresso Nacional, muito mais ação na fiscalização e transparência. Então, é natural que venham a assolar problemas. Isso é bom, isso é progredir no combate à corrupção. Se aparece o Brasil como um dos maiores corruptos do mundo, como colocou o Senador Alvaro Dias, talvez nosso *iceberg* esteja mais aparente que o dos demais países. O que vem ocorrendo nos últimos anos, principalmente nos últimos anos, é uma intensificação na fiscalização. Isso faz com que a população tenha maior acesso às informações, e, realmente, na sequência, há os atos que se devem adotar principalmente pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário no momento das proposições das ações necessárias para a responsabilização e também para a recuperação do passivo que foi despendido ilegalmente.

Nosso arcabouço jurídico é muito bom. O Brasil é muito avançado no que diz respeito ao controle dos gastos públicos, até mesmo exagerado em alguns momentos, principalmente em anos eleitorais, e isso acaba engessando um pouco o desenvolvimento do País, mormente no que diz respeito a obras de infraestrutura.

Nós temos um arcabouço de leis que começa pela Constituição Federal, com seus princípios, que nos dá a base para as demais legislações, mas que nos dá principalmente a base, em seu art. 37, para as questões de improbidade, por exemplo. Nós temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma lei que complementa a Constituição e que também vem muito nesse sentido. E nós temos leis próprias, como a Lei de Licitações, que trata de licitações e contratos, que é o que nós estamos debatendo aqui: se houve ou não sobrepreço em um contrato. E aí o Tribunal de Contas

fez a sua análise, o Ministério Público e a Polícia Federal também estão fazendo a sua.

Nós temos ainda uma lei de responsabilização, que é a Lei de Improbidade Administrativa. Essa lei é extremamente pesada. Aqueles que conhecem o sistema legislativo vão deparar com os artigos 9º, 10 e 11 da Lei de Improbidade Administrativa. Ela tem tipos extremamente abertos, e dificilmente o administrador consegue fugir daquela responsabilização.

Há pouco tempo, foi aprovada pelo Congresso Nacional – e o Supremo Tribunal Federal recentemente se manifestou a respeito – a Lei da Ficha Limpa, que altera dispositivos de várias leis, entre elas a Lei de Improbidade Administrativa, elevando a inelegibilidade, por exemplo, para oito anos. As sanções impostas por essa lei são diversas, entre elas: a devolução integral do valor e também multas que vão até três vezes o valor do dano causado ou, dependendo da característica da irregularidade, multas que são referências ao pró-labore ou ao subsídio do gestor responsabilizado.

Faço uma colocação geral para dizer que o Congresso Nacional tem feito a sua parte e que a oposição no Congresso Nacional é importantíssima, como é importante em todas as instâncias de governos, porque nós estamos em um país democrático e as coisas têm que realmente ser balizadas de forma que a população tenha conhecimento, mas que a população também exerça, por meio de seus representantes, ou os Estados, por meio de seus representantes, exerçam o poder de fiscalização, e a oposição tem muito esse papel.

E quero enaltecer também a questão do Governo. O Governo não tem poupado esforços necessários para ajudar nas investigações e incentivar os órgãos competentes para isso, a fim de que venhamos a apurar todos esses fatos.

Eu observei, na transparência trazida aqui pelo Tribunal de Contas da União, que há R$1,4 bilhão no que diz respeito a sobrepreço. Também ouvi atentamente o Dr. Eduardo e o Dr. Marcelo sobre os critérios para se chegar ao sobrepreço, mesmo levando-se em consideração as peculiaridades no que diz respeito à obra, quando se está falando de petróleo, com todo o cuidado, com a técnica necessária, a insalubridade, e assim por diante.

O País, pelo seu arcabouço de legislação... É lógico que aí nós temos o Estado Democrático de Direito, temos a ampla defesa e o contraditório e temos as leis para responsabilizar. A preocupação geral na minha fala se restringe ao seguinte ponto: paralisação de obras que vêm acontecendo em todas as escalas, desde a municipal, a estadual até a federal. Isso traz muito maior prejuízo ao governo e à população brasileira do que benefícios, porque o custo da paralisação de uma obra dessa... Isso é comum nós vermos. No Paraná, que é o meu Estado e também o Estado do Senador Alvaro Dias, existem algumas rodovias federais que há 40 anos estão em execução, em que terraplanagens – inclusive o Tribunal de Contas já passou com as suas auditorias por lá – se perderam no tempo por conta da erosão e por abandono da obra. Então, imagine o custo de ter de refazer todo o serviço, o quanto foi pago, e assim por diante.

Sabemos que, às vezes, nem todos são responsabilizados pelos seus atos, e a legislação e a morosidade, principalmente, podem permitir alguma falha ou espertezas daqueles que se utilizam das melhores bancas de advogados para se salvaguardar ou se salvar de eventuais responsabilizações.

Então, para essa questão da paralisação de obras, eu acho que nós temos que buscar uma solução, Presidente Lúcia Vânia. Não sei se na legislação... A própria Lei de Licitações, que data de 1993, teve poucas mudanças. Acho que nós temos que promover aqui no Congresso Nacional um avanço dentro dessa legislação, mas a própria Lei de Licitações prevê a exclusão de uma ou outra empresa, a chamada da segunda ou até mesmo a chamada de uma terceira, desde que seja nas mesmas condições, e assim por diante. O que não pode haver, de forma alguma, é a paralisação, porque esse é um prejuízo não só pelo investimento que já foi feito na obra, mas também um prejuízo para o País no que diz respeito ao seu desenvolvimento. E o Brasil está, hoje, para o mundo, com a sua economia, com a sua macroeconomia estabilizada e não está sofrendo os efeitos da crise, pelo menos não como outros países do Planeta. Por quê? Porque nós temos aqui um desenvolvimento acelerado e muito disso está nas obras de infraestrutura.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador.

Passo a palavra ao Sr. Marcelo.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Obrigado, Srª Presidente.

Respondendo ao Senador Sérgio Souza. V. Exª coloca a questão do custo da paralisação das obras e pergunta se isso não seria mais prejuízo do que benefício para a Administração Pública. Eu diria o seguinte: obras paralisadas no Brasil sempre existiram. Em 1995 ou muito antes de se iniciar esse procedimento de incluir na LDO o bloqueio de obras, houve uma Comissão aqui do Senado que concluiu que havia mais de 500 obras paralisadas no Brasil.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Duas mil e duzentas.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Como?

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Duas mil e duzentas.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Duas mil e duzentas, não é?

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Duas mil duzentas e quatorze.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Duas mil duzentas e quatorze obras. Com R$50 bilhões já investidos, sem nenhum retorno, porque as obras estavam paradas, em 1995.

Por que essas obras estavam paralisadas? Porque, para obras que começam sem projeto ou com um projeto deficiente, a estimativa de custo é completamente falsa, e, no início das obras ou no meio das obras, percebe-se que não há recursos suficientes para concluí-las. Às vezes, por questões políticas, muda o governo, e a obra é abandonada. Então, essa realidade foi enfrentada pelo Brasil a partir de 1997, quando se inseriu na Lei de Diretrizes Orçamentárias essa possibilidade de bloquear o recurso para as obras. Por quê? Porque, a partir daí, pela atuação do Congresso Nacional e do TCU, houve uma fiscalização muito mais efetiva das obras no sentido de verificar: essa obra é consistente? Tem um projeto? O que se previu gastar nessa obra de fato é o que vai ser gasto? Então, o orçamento é suficiente? Ela foi incluída no Plano Plurianual de forma consistente? Ou seja, essa obra vai ter início, meio e fim? Então, ótimo.

Em 2007, o TCU fez um levantamento das obras inacabadas no Brasil e constatou que 2% dessas obras estavam paralisadas por causa de acórdãos do TCU – 2% –, ou seja, 98% estavam paralisados por outros motivos, o que significa dizer que não é por conta do controle, não é por conta da fiscalização que as obras param. A maioria das obras para por inanição, para porque foram mal planejadas ou porque foram mal executadas.

Essa não é necessariamente uma realidade federal. Nós estamos falando de obras municipais, de obras estaduais; nós estamos falando de diversas fontes para esses recursos. Por outro lado, há que se concordar que a paralisação de uma obra sempre traz muitos inconvenientes e gera, sim, prejuízo. Isso é fato. Por isso, quando o TCU propõe a paralisação, propõe a interrupção de fluxo de recursos para determinada obra, ele analisa, entre outras coisas, se o custo dessa paralisação não seria maior do que terminar a obra. E isso nós verificamos em alguns casos, como citamos aqui a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, em que concluímos que paralisar aquela obra, ao invés de um benefício, seria um prejuízo para a Nação. Então, é melhor deixar que a obra continue. Agora,...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Permite-me só uma...

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Por favor, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu creio que, de outro lado, a não paralisação é um estímulo à corrupção, é uma facilidade, na medida em que se impõe uma obra superfaturada a pretexto de não paralisá-la. Se nós considerarmos os desdobramentos, são prejuízos que se avolumam. E é por essa razão que hoje estamos convivendo com esta realidade divulgada internacionalmente, de que há um prejuízo aqui de mais de R$70 bilhões por ano em razão da corrupção.

Por isso, defendo a posição do Tribunal de Contas de denunciar obras superfaturadas e recomendar ao Congresso Nacional a sua paralisação.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Perfeito. Esse procedimento tem sido adotado. Das 230 obras fiscalizadas neste ano, em 29 delas o TCU recomendou a paralisação. Quer dizer que só 29 tinham problemas? Não. Muitas outras tinham irregularidades também, mas as condições daquelas obras não recomendavam fossem paralizadas.

Então, respondendo bem objetivamente ao Senador Sérgio Souza, quando o TCU recomenda a paralisação é porque, de fato, aquela obra especificamente precisa ser paralisada, sob pena de que o prejuízo seja muito maior para a sociedade.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

Posteriormente, vou passar a palavra ao Dr. Hayashi, para que faça alguma observação.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado. Srª Presidente.

É só para complementar essa questão com o TCU. Veja só Dr. Marcelo Eira, na verdade, eu fiz um apanhando de tudo isso para dizer o seguinte: se há corrupção, se há improbidade, deve ser responsabilizado. E o Brasil tem todos os órgãos, desde os investigativos até os propositivos, inclusive o Poder Judiciário, com uma alta competência para responsabilizar, e sem medo, porque o nosso Supremo Tribunal Federal realmente é independente. Independente daquele presidente que indicou aquele ministro que está lá. Nós temos que aplaudir muito essa independência do Supremo, da Justiça no Brasil.

Mas a minha preocupação – eu acho que vocês têm plena razão – é que há obras cujo custo de continuidade é muito maior do que o custo da paralisação. Perfeito. Há obras que são inviáveis na sua continuidade e que não se deram realmente pela iniciativa dos

órgãos fiscalizadores e sim pela iniciativa do mau projeto, pela má aplicação do recurso ou de uma obra – às vezes acontece – até mesmo desnecessária. Por isso nós temos a legislação para responsabilizar aqueles gestores, desde a sua iniciativa, por todos esses prejuízos, para trazer de volta aos cofres públicos esses prejuízos, inclusive com as sanções acessórias, como inelegibilidade, e assim por diante.

A preocupação que tenho colocado é com aquela obra cuja paralisação é temporária, porque é fato que ela vai voltar a ser executada.

Foi aprovado recentemente no Congresso Nacional o RDC (Regime Diferenciado de Contratações), que já é uma evolução na legislação de contratos e licitações. Essa legislação prevê uma responsabilização da contratada no futuro, até mesmo com bloqueio no pagamento. Chega ao final, é retida determinada parte dos recursos disponibilizados para aquela obra, desde que ela não atenda exatamente ao que foi especificado no contrato, dentro dos preços estabelecidos e que esses preços estejam, é lógico, dentro da legalidade.

Então já houve um avanço. O que estou tentando dizer é que, nesses casos, você pode criar outros mecanismos para chegar ao final e dizer: "Olha, você não tem o direito de receber 100% daquilo que diz que executou, porque você não executou 100% do que foi contratado".

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Dr. Hayashi.

O SR. FELIPE EDUARDO HIDEO HAYASHI – V. Exªs comentaram a respeito das questões envolvendo uma possível configuração de improbidade administrativa.

Apenas para constar, no âmbito dos fatos que foram noticiados, o Ministério Público Federal nos informou que há inquérito civil público em curso para uma análise no âmbito de sua competência a respeito dessa situação.

Agora, não me referindo a qualquer fato em apuração, seja este ou qualquer outro, no aspecto jurídico, V. Exª Senador Alvaro Dias, comentou, a respeito da legislação, que ela seria suficiente no combate a atos de corrupção.

Eu destaco que, apesar disso, há ainda uma certa carência de legislação que muitas vezes obsta certa efetividade de resultados tanto da investigação quanto no curso do processo penal, do processo judicial. Não só a Constituição Federal como a legislação ordinária e, atualmente, inclusive há atos internacionais multilaterais dos quais o Brasil é signatário. Eu cito a Convenção das Nações Unidas relacionada à prevenção e repressão à corrupção na convenção interamericana. E a Convenção da ONU prevê medidas relacionadas à recuperação de ativos, no sentido de que eventual recurso objeto de desvio seja trazido de volta aos cofres públicos. Para tanto, prevê medidas que seriam de confisco e embargo preventivo.

Trata-se de medida não regulamentada no Brasil. Então, ainda há uma carência nesse aspecto, principalmente no aspecto do embargo preventivo, que é uma medida muito utilizada na Itália e que historicamente foi usada no combate à máfia. Essa medida se mostrou muito útil no sentido de, com base em indícios, promover uma apreensão cautelar, restrição cautelar de bens que supostamente podem ter sido objeto de proveito criminoso. É uma medida que, caso implementada no Brasil, certamente seria de bastante utilidade.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pergunto ao Senador Alvaro Dias se tem alguma observação a fazer.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para concluir, Presidente, destacar a importância das duas instituições, o Tribunal de Contas e a Polícia Federal, no combate à corrupção e à impunidade no País.

Creio ser este o grande drama do Brasil da atualidade. A corrupção endêmica, sistêmica, epidêmica assola todas as estruturas da Administração Pública, na administração direta e indireta, autárquica, fundacional. Nós temos fábricas de ONGs, fábricas de sindicatos. Enfim, é oportuno valorizar essas duas instituições, agradecendo a presença aqui e destacando o nosso integral apoio para que exerçam de forma independente e com ousadia suas funções, tanto a Polícia Federal quanto o Tribunal de Contas da União.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Srª Presidente, mais uma vez, quero agradecer a oportunidade conferida pela Comissão de Infraestrutura e a iniciativa do requerimento do Senador Alvaro Dias para debatermos assuntos de tamanha importância, como este, focado na questão da Repar, a refinaria do Paraná, mas também assuntos de interesse nacional.

Tenho acompanhado muito o trabalho da Polícia Federal nos últimos anos e tenho percebido que a Polícia Federal intensificou suas ações no que diz respeito à fiscalização. Por isso estão aparecendo cada vez mais fatos que antes não eram tão evidentes.

Não é diferente a atuação do Tribunal de Contas. Se nós voltarmos a 1995, 1997, não era com essa intensidade. Mas muito disso foi facilitado pela informatização, que dá a celeridade necessária. Hoje, até

mesmo a imprensa e as redes sociais têm nos pautado e fornecido dados necessários ou informações que levam à necessidade do debate aqui no Congresso Nacional e à investigação por V. Exªs.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Antes de passar a palavra ao Dr. Marcelo, eu gostaria de fazer uma pergunta a ele.

A Lei de Licitação está regulamentada pelo Executivo? Não seria essa uma das questões por que há tanto desencontro entre o Executivo e a interpretação dos projetos pelo Tribunal de Contas?

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Em relação a licitações, nós temos a Lei nº 8.666, que é de 1993. Até hoje, quase vinte anos depois, ainda há pontos que causam divergência. Até hoje se discute projeto básico. Tal informação deveria ou não estar no projeto básico?

Então, embora tenha havido alguns marcos legais e regulatórios nesse período, ainda há alguns vazios. Nós sentimos, por exemplo, que falta, em relação a essa definição de projeto, alguma regulamentação por parte do Executivo, de uma forma mais concreta, mais definitiva. E eu diria que o grande problema das obras públicas no Brasil hoje é projeto. É o maior problema. As obras, muitas vezes, começam sem projeto ou com um projeto que não pode ser considerado adequado. Então, nesse ponto, sim.

Nós tivemos, este ano, a aprovação do Regime Diferenciado de Contratação, o RDC, que vale para as obras da Copa e das Olimpíadas, traz algumas novidades e foi regulamentado por um decreto do Poder Executivo, que também facilita muita coisa e torna as contratações mais ágeis. Esse problema, no entanto, do projeto continua existindo. Acredito que há espaço, sim, para uma regulamentação mais efetiva.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Dr. Eduardo, suas considerações finais.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Presidente, na medida do possível, esperamos ter prestado os esclarecimentos e respondido às perguntas dos Exmºs Senadores.

De nossa parte, temos apenas que agradecer a oportunidade concedida pela Comissão e nos deixar à disposição para o caso de, no futuro, se forem necessários novos esclarecimentos ou novas informações, como de praxe, o Tribunal sempre se coloca à disposição.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Dr. Hayashi.

O SR. FELIPE EDUARDO HIDEO HAYASHI – Gostaria de agradecer o convite e apenas de fazer constar, como foi informado ao Senador Alvaro Dias, no caso de interesse do Senado Federal, tendo em vista que os fatos decorrem de apuração do Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Congresso Nacional, e pelo juízo do feito já ter acenado favoravelmente, colocando-se à disposição, conforme requerimento, a fornecer cópia do procedimento investigatório, caso solicitado.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Marcelo, ao Dr. Eduardo e ao Dr. Hayashi.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presença reunião.

(Inicia-se a reunião as 14 horas e 50 minutos e encerra-se às 16 horas e 16 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO
ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 56ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e cinqüenta e sete minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Antônio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Blairo Maggi, Humberto Costa, José Pimentel, Marcelo Crivella, Rodrigo Rollemberg, Sérgio Souza, Eduardo Amorim, Ivo Cassol e Aloysio Nunes Ferreira.** Justifica ausência o Senador Jayme Campos. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 55ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2010,** de autoria do Senador Neuto De Conto, que "Regulamenta o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) por meio da utilização de precatórios". A Presidente concede a palavra ao Relator *ad hoc* Senador Walter Pinheiro, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela rejeição do Projeto. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO**

Nº 5, DE 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (PROISOL)". Adiado. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2009,** de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que "Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agencia Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos". Adiado. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 2010,** de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Acrescenta art. 32-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fabricante ou o importador de automóvel a inserir, no manual de manutenção do veículo, relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo". Adiado. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2011,** de autoria do Deputado De Velasco, que "Acrescenta parágrafo ao art. 80 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tratar de sinalização indicativa em rodovias". Adiado. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, DE 2011,** de autoria do Senador Ivo Cassol, que "Acrescenta o art. 10-A na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo (ANP)". Adiado. Após a deliberação das matérias, usa da palavra o Senador Walter Pinheiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todas e a todos aqui presentes!

Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 55ª Reunião desta Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu gostaria de comunicar ao Sr. Senador Walter Pinheiro que, hoje, há apenas um item na pauta, uma vez que os Senadores solicitaram que os demais itens fossem retirados de pauta, já que os Senadores se encontram na votação do Código Florestal e também da DRU.

Portanto, vou direto ao Item 4. Os demais itens serão retirados de pauta para que sejam apreciados na próxima reunião.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2010

Regulamenta o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) por meio de utilização de precatórios.

Autoria: Senador Neuto De Conto.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Relatório: pela rejeição do Projeto.

Observações: – A matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos.

– A matéria constou da pauta do dia 17/11/2011.

Por ser o Relator do Código Florestal, o Senador Jorge Viana não pôde estar presente aqui.

Portanto, eu solicitaria ao Senador Walter Pinheiro que fosse o Relator *ad hoc* desse projeto.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2010, do Senador Neuto De Conto, que regulamenta o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) por meio de utilização de precatórios.

Há um relatório expedido... Penso que há alguma coisa errada aqui. É o Item 4, não é? (*Pausa*.)

Está certo. É isso mesmo. O número estava errado aqui.

Srª Presidenta, o Senador Jorge Viana, Relator da matéria, faz uma análise sobre a questão, principalmente sobre as competências desta Comissão, e relaciona isso com a CFEM, destacando a questão dos recursos minerais e sua principal interpretação dada pela legislação brasileira, como, portanto, bens da União. A determinação do valor e as alíquotas aplicadas sobre o faturamento líquido variam de acordo com a substância mineral.

É importante registrar também, na própria análise desenvolvida pelo Relator Jorge Viana, o fato de a CFEM ser devida pelas mineradoras em decorrência da exploração mineral e usada como fins de aproveitamento econômico. Portanto, o cálculo sobre o faturamento líquido das empresas com produto mineral vendido é feito a partir do valor também da venda do produto. Dessa forma, quando ocorre a venda do produto, por esse ter sido consumido, transformado ou utilizado pelo minerador, por exemplo, o valor da CFEM é calculado tendo como referência as somas das despesas registradas até o momento em que o produto foi utilizado.

Então, com essa questão, o aspecto levantado pelo nobre Relator no que diz respeito às dificuldades de aprovação da proposição é que os valores da CFEM são arrecadados por um único ente público – no caso, a União –, que os repassa a instâncias que, constitucional e legalmente, são destinatárias desses recursos. Portanto, se a União aceitar receber o pagamento da CFEM em precatórios – e esse é o centro do projeto apresentado pelo Senador –, na realidade, haverá certo nível de impedimento e de dificuldade no que diz respeito ao processamento desse pagamento, à recepção desse pagamento, em virtude de a titularidade, nesse particular, ou forma do pagamento desses títulos não pertencer à União.

Assim, considerando haver destinações legalmente vinculadas para esses recursos, a arrecadação deles em dinheiro se torna mais oportuna, relativamente a outras modalidades, como mediante o recebimento de títulos, ou outra forma de pagamento não monetário de ativos.

Então, Srª Presidenta, há essas dificuldades, ou até, como poderíamos classificar, essas ilegalidades, na medida em que esses dispositivos constitucionais e legais determinam uma lógica para a União no que diz respeito ao trato com esses títulos. Essas razões dificultam a aprovação da matéria ora em análise.

Ante o exposto, reconheço o esforço do nobre ex-Senador Neuto De Conto, mas, por esse motivo, somos pela rejeição do presente projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero comunicar aos Srs. Senadores que a última audiência pública que vamos ter na Comissão será em relação à avaliação do PAC. Estamos aguardando a Ministra do Planejamento se comunicar conosco, para determinar a data em que ela estará disponível no período em que ainda estivermos em atividade no Congresso Nacional e nas Comissões.

Portanto, eu solicitaria ao Senador Walter Pinheiro que entrasse em contato com a Ministra para que pudéssemos acelerar essa data.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidenta, deverei me encontrar com a Ministra hoje, até em decorrência das tratativas que envolvem o Plano Plurianual e o Orçamento. Eu diria até que essa importante audiência pública que vamos fazer vem no momento ideal.

O Ministério do Planejamento, se não me falha a memória, na terça-feira passada, fez um balanço dos recursos e das obras, ou seja, do percentual já alcançado, meu caro Cyro, e, ao mesmo tempo, o que seria um relato do cronograma físico dessas obras.

Então, seria importante que pudéssemos ter a Ministra aqui, mais do que uma sinalização pública ou a informação, já de forma muito enfática publicizada por ela e, ao mesmo tempo, divulgada pela mídia. Mas era importante fazermos esse debate aqui de forma amiúde.

Então, deverei estar com a Ministra hoje, à tarde, por volta das 16 ou 17 horas, e vamos tentar tornar possível a vinda de S. Exª. Seria importante para nós fazermos o encerramento dos trabalhos tendo exatamente um balanço da nossa área, o que se consagrou e o que temos de pendências, e como vamos – acho que esta é a parcela mais importante, inclusive defendida muito pela Srª Presidenta, Senadora Lúcia Vânia – compatibilizar esses prováveis problemas, ou até, de nossa parte, a leitura de prioridades, e encaixar isso no PPA e no Orçamento que estamos discutindo para 2012.

Então, isso faz muito sentido, para termos a oportunidade de gerar essa consequência. Acredito que, ainda no final da tarde, hoje, o esforço será o de fazermos essa audiência, se possível, na próxima quinta-feira. Aí teríamos, tranquilamente, tempo para fazer esse debate. Se, porventura, a Ministra se dispuser a vir aqui antes, será importante. Mas acredito que, no mais tardar, na próxima quinta-feira, teremos a oportunidade de fazer esse debate.

Quero aproveitar também, Srª Presidenta, para dizer que fiz um requerimento solicitando uma audiência pública para tratar de um dos problemas que temos vivenciado no Brasil, meu caro Senador Cyro Miranda, e que julgo ser importante. Essa é uma experiência existente em todos os Estados brasileiros. É uma política, eu diria, de caráter nacional, até porque se refere, nesse caso particular, a uma BR. Portanto, é de responsabilidade do Governo Federal. Trata-se da questão das concessões dessas estradas. Este foi um debate que se estabeleceu aqui desde governos

passados: a necessidade de se ampliar o nível de investimento e também de tratar de outra forma a questão da gestão das estradas.

Estamos enfrentando problemas no cumprimento de contratos. Assistimos a isso recentemente na área de petróleo. Inclusive, há uma decisão da ANP muito importante, na medida em que determina a suspensão. Essa tem sido – V. Exª é, inclusive, testemunha da nossa posição aqui – minha cobrança em relação às agências, à Aneel, à Anatel, à ANP, à ANTT. Essas Agências devem antecipar-se, garantindo a execução do serviço.

Há um caso mais recente, que provoca determinados níveis de irritação em todos. Quando o fato se processa, as agências chegam ali e, diante de nós, há uma situação muito peculiar, que é a cobrança do contrato. Agora, quando um contrato é cobrado somente quando um problema se apresenta, não se tem a capacidade de resolver o problema. Mas, quando um contrato é fiscalizado durante o exercício, ou durante a operação da concessão, podem-se evitar os problemas.

O caso agora na bacia – portanto, uma experiência que é muito mais fácil de discutirmos por conta do grande problema que causa à natureza –, isso assusta todos nós. Mas, por outro lado, a solução do problema, como sabemos, não virá mais.

Meu pai dizia sempre a nós, quando fazíamos determinada coisa errada: "Não trate isso como quem joga travesseiro de pena para o alto, porque, depois, você só cata as penas, mas nunca mais terá de volta o travesseiro". A resposta é mais ou menos esta: vamos catar as penas dessa situação e não vamos reconstituir de forma alguma esse travesseiro. Principalmente quando se trata de acidentes na natureza.

E, aqui, vem a questão da prestação do serviço. Estou me referindo às concessões de estradas. Na Bahia, há duas grandes... Aliás, das duas principais rodovias federais do Estado da Bahia, uma delas, inclusive, é uma das principais rodovias do Brasil. No eixo norte-sul, a BR-116 é a principal rodovia nossa. Ela corta todo o nosso Estado – o Estado da Bahia não é pequeno – e, ainda por cima, adentra o Estado de Minas Gerais.

Então, estamos com problemas, Senador Cyro, nessa concessão. E a outra estrada, a principal estrada – é a única saída da cidade de Salvador –, que é a BR-324, liga à única saída. Não é uma coisa qualquer. Para entrar em Salvador... Salvador é uma ponta que avançou para o mar, e a BR-324 é a única rota de saída da cidade de Salvador. Liga-a à principal cidade do interior do Estado, Feira de Santana, que é o nosso principal elo, a nossa principal ligação com o eixo norte-sul, e até o oeste. Portanto, a saída oeste e o eixo norte-sul. Então, estamos com problemas com essa concessão.

Há um requerimento, feito por mim, para que possamos ouvir a ANTT. Sei que não teremos mais condições de fazer essa audiência. Então, eu queria solicitar à Comissão que pudéssemos, na medida das condições da própria Agência, talvez deslocar essa audiência para a Assembleia Legislativa do Estado. E aí poderíamos fazer essa audiência numa segunda ou numa sexta, com a presença da ANTT, com a presença do consórcio, para que tivéssemos a oportunidade de discutir.

Esse processo já chegou à esfera da Justiça. Eu tenho conversado muito com o Governo Federal sobre essa questão. Continuo dizendo que nós concordamos com o processo de concessão, não tem nenhum problema. Do que nós discordamos é do cumprimento, por parte de uma concessionária, daquilo que ela assume, porque ninguém é inocente. Aí, depois alguém vai e reclama, Senador Cyro: "Ah, mas a tarifa...". Quando você disputou um processo, foi publicamente anunciado e auditado. Então, portanto, alguém foi lá e... Não há ninguém inexperiente, todas essas empresas têm uma larga experiência. Portanto, ainda que a concessão desse tipo de serviço no Brasil não seja algo tão consolidado e seja relativamente novo, não estamos lidando com nenhuma empresa inexperiente. Então, é cumprir o contrato. E essa é uma das preocupações, como também a qualidade, a própria questão da manutenção.

Então, eu pediria à Comissão que, em virtude dessa coisa do estrangulamento... Nós vivemos um ano atípico. No segundo semestre nosso – foi um ano atípico –, tivemos três feriados num período de 60 dias, que, consequentemente, nos derrotaram aí com três semanas. Então, é imaginar que, num período de 60 dias, 15 dias são descartados! É bom lembrarmos que, nessa esteira, estamos falando de nove dias úteis de funcionamento do Senado. E, aqui, eu quero fazer um registro, Senadora Lúcia Vânia. Eu estava em uma reunião, agora de manhã, com diversos Deputados: o Senado, diferentemente da Câmara, funciona, em termos de comissões, com todas as dificuldades, de segunda a sexta. Eu não vi nenhum órgão de imprensa fazer sequer um elogio a esse trabalho do Senado. Talvez, se a gente não estivesse funcionando, estivesse apanhando mais do que mala velha para largar o mofo. Mas não vi nenhum elogio. Essa é uma das coisas importantes.

O Senador Acir Gurgacz abre a Comissão de Agricultura às quintas-feiras pela manhã, às 8h30. A principal Comissão deste Senado, que trata dos temas mais importantes – é o maior PIB –, é esta Comissão,

e funciona dia de quinta-feira, não funciona às quartas. A Comissão de Relações Exteriores funciona no dia de hoje; hoje é a sua reunião ordinária. Portanto, temos às quintas-feiras, no Senado, as três principais comissões discutindo importantes temas. E funcionamos. Alguém pode dizer: "Ah, mas vai aqui, vai ali...". Vai aqui e ali aonde? Isso aqui tem funcionado, com todas as dificuldades, sem contar o esforço que V. Exª tem feito para garantir, por exemplo, o funcionamento de audiências públicas na terça à tarde, ainda que concorrendo com outras comissões. Então, sei do esforço de V. Exª e acho que fomos prejudicados por conta disso.

Assim, queria solicitar a V. Exª a possibilidade de realizarmos essa audiência pública. Sei que não é mais possível aqui, até porque vamos entrar inclusive numa esfera mais acelerada, que é tentar ainda semana que vem discutir com os relatores setoriais os relatórios. Nós vamos ter reunião agora – o Senador Vital do Rêgo, inclusive, não está aqui porque vai abrir a reunião agora, às 10h, no Orçamento, com os relatores setoriais, para ajustarmos as emendas – e, semana que vem, a expectativa é tentarmos fazer a primeira parte da leitura dos relatórios setoriais, para ver se é possível – no dia 15 pretendemos votar o PPA –, dia 21, votarmos a peça orçamentária em plenário, sem contar aí a estripulia para tentar votar isso na Comissão ainda. E o Senador Cyro é o nosso Vice-Presidente na Comissão de Orçamento.

Queria fazer essa solicitação, ao tempo em que reafirmo a V. Exª, ainda no dia de hoje, a resposta em relação à data com a Ministra Miriam Belchior.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria, Senador Walter Pinheiro, de consultar o Regimento, mas acho que é uma boa ideia. E quero aproveitar essa ideia para fazer em Goiânia – Cyro e eu – sobre a questão do aeroporto, porque todo dia há uma notícia em relação ao aeroporto e nunca uma coisa concreta. Mas vou olhar como é que nós utilizaríamos o Regimento. V. Exª poderia presidir a reunião, e nós faríamos uma também em Goiânia com esse objetivo.

Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senadora, a senhora antecipou justamente a ideia. Nós já nos comunicamos, acho, pelo olhar sobre os problemas do nosso Estado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A identificação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Exatamente. Eu ia justamente colocar isso. Eu acho brilhante a propositura do Senador Walter e nós podemos aproveitá-la e fazer da mesma maneira em Goiânia. Para V. Exª ter a surpresa que eu tive, cortaram – e vou pedir o auxílio do Senador Walter – R$38 milhões do aeroporto de Goiânia agora no Orçamento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Mas foi impedido, não?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Hein?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Foi impedido. Acho que foi.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Foi para o Plenário, vai para o Congresso, perdão. O Deputado André, de Santa Catarina, cortou, cancelou essa emenda. Temos ainda uma chance, agora, do PL...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas, veja, por quê? Aí fui conversar com ele. Ele já tinha cortado e não deu tempo, mas ele disse que não acreditava mais. Ele falou assim: "Não, nós estamos fazendo uma coisa aqui...". Agora, nos jornais hoje do nosso Estado, está em manchete que começa em março do ano que vem e que, no dia 20, vão ser assinados os contratos. Nós não sabemos se vão ou não, mas eu acho que vai ser uma oportunidade muito grande para colocarmos regras nesse jogo, para que não aconteça o que aconteceu.

Então, parabenizo mais uma vez a Senadora por ter antecipado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Olhando o Regimento, vou sugerir aos outros Senadores que quiserem também fazer um trabalho nessa direção, que poderão fazer.

Comunico aos senhores que encaminhei a cada um um mapa enviado pelo Dnit, um atlas, em que são focalizadas todas as obras mais importantes que estão sendo feitas, Estado por Estado. É um atlas muito importante para o debate que nós vamos ter com a Ministra do Planejamento. Ele versa sobre as estradas, ferrovias, hidrovias, enfim, todos os modais na área do transporte.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Aberta às 9 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 20 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO
ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 57ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia primeiro de dezembro de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa,

sob a Presidência do Senador **Blairo Maggi**, Presidente em Exercício da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Marcelo Crivella, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Ivo Cassol e Jayme Campos.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 56ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica o recebimento do Aviso nº 1689, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do Acórdão de auditoria de natureza operacional no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, com o objetivo de verificar os procedimentos utilizados pela entidade na criação de direito minerário, bem como na transferência e prorrogação dos direitos minerários. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, DE 2010,** de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "Veda a imposição, pelas prestadoras do Serviço Móvel Pessoal (telefonia celular), de prazo de validade para os créditos dos planos de serviço pré-pagos". O Presidente concede a palavra ao Relator *ad hoc* Senador Waldemir Moka, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2011,** de autoria do Deputado De Velasco, que "Acrescenta parágrafo ao art. 80 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tratar de sinalização indicativa em rodovias". O Presidente concede a palavra ao Relator *ad hoc* Senador Ricardo Ferraço, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto nos termos da emenda nº 01–CI (Substitutiva). **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, DE 2011,** de autoria do Senador Ivo Cassol, que "Acrescenta o art. 10-A na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo (ANP)". Retirado de pauta, a pedido do Relator, Senador Ricardo Ferraço. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, DE 2011,** de autoria da Senadora Ana Amélia e outros, que "Altera a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para extinguir a arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão (RGR)". Usa da palavra o Senador Waldemir Moka. Adiado. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2011,** de autoria do Deputado Lincoln Portela, que "Altera o art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 – Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, para dispor sobre a habilitação de amadores". Adiado. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI Nº 5, DE 2005**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (PROISOL)". Adiado. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2009,** de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que "Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agencia Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos". Adiado. **EXTRAPAUTA: ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 66, DE 2011–CI**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer "(...) nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater o despreparo da Agência Nacional do Petróleo (ANP) em dar uma resposta adequada ao vazamento de petróleo ocorrido no início do mês de novembro deste ano na Bacia de Campos, mais precisamente no campo do Frade. Para tanto, recomendo a presença do Senhor Haroldo Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP". É lido o Requerimento pelo Autor Senador Ricardo Ferraço. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka e Inácio Arruda. Aprovado. **Item 2 – REQUERIMENTO Nº 67, DE 2011–CI**, de autoria do Senador Cyro Miranda, que requer "(...) nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor MÁRIO NEGROMONTE, Ministro de Estado das Cidades e convidado o senhor LEODEGAR TISCOSKI, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental para, em audiência pública conjunta desta Comissão de Serviços de Infraestrutura com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista ISTOÉ, em sua edição de 3 de agosto do corrente, que trata de denúncias de liberação de recursos para obras consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União – TCU". É lido o Requerimento pelo Autor Senador Cyro Miranda. Aprovado. Usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço e Inácio Arruda. O Presidente registra a presença do Deputado Federal Valdir Colatto (PMDB/SC). Nada mais

havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e oito minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Blairo Maggi,** Presidente em Exercício.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 57ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes do início dos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 56ª reunião.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, na condição de relator do item 3, solicito a V. Exª que o retire de pauta. Estou refletindo um pouco mais sobre este projeto e peço vênia a V. Exª para que possa retirá-lo de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Muito obrigado, Senador. Vamos retirar de pauta o item nº 3.

Tenho um comunicado a fazer.

Comunico o recebimento do Aviso nº 1.689, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do acórdão de autoria de natureza operacional no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, com o objetivo de verificar os procedimentos utilizados pela entidade na criação de direito minerário, bem como na transferência e prorrogação dos direitos minerais.

O referido documento encontra-se à disposição dos Srs. Senadores e Senadoras.

O Senador Acir, relator do item 1 da pauta, não está no momento, portanto, vou passá-lo à frente.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, DE 2010

– Não Terminativo –

Veda a imposição, pelas prestadoras do Serviço Móvel Pessoal (telefonia celular), de prazo de validade para os créditos dos planos de serviço pré-pagos.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1 – A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.*

Consulto o Senador Moka se aceita ser relator, *ad hoc*, desta matéria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Sr. Presidente.

Vamos ao relatório.

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2010, do Senador Sérgio Zambiasi, que veda a imposição, pelas prestadoras do Serviço Móvel Pessoal (telefonia celular), de prazo de validade para os créditos dos planos de serviço pré-pagos.

Vem à análise da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 242, de 2010, de iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi, com o objetivo de proibir que prestadoras de telefonia celular, denominada Serviço Móvel Pessoal (SMP), imponham aos consumidores limites máximos de tempo para utilização de créditos em planos da modalidade pré-paga.

Se aprovado, o projeto exigirá que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) altere o Regulamento do SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, que hoje autoriza o estabelecimento do referido limite.

O autor do PLS nº 242, de 2010, argumenta que a existência de um prazo para consumo dos créditos obriga as pessoas a fazerem uso do serviço sem necessidade ou desobriga as empresas de prestarem um serviço pelo qual já foram pagas.

Após a análise desta Comissão, o projeto seguirá, em caráter terminativo, para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

A análise, Sr. Presidente.

Essa questão merece a atenção do Congresso Nacional na medida em que 82% dos mais de 200 milhões de usuários do SMP fazem uso da modalidade pré-paga e, assim, devem observar os prazos máximos estabelecidos pelas operadoras para utilização dos créditos adquiridos, sob pena de terem seu contrato rescindido.

Ao regulamentar a matéria, a Anatel assegurou certa proteção aos usuários, que podem adquirir créditos com até 180 dias de validade, utilizá-los parcialmente e, antes de findar o prazo, adquirir novos cré-

ditos que revalidam todo o restante por igual período, sucessivas vezes.

A Agência defende a existência de um prazo de validade em função dos custos decorrentes da manutenção de códigos de acesso de usuários inativos. O crescimento acelerado da base de assinantes do SMP agrava a escassez de recursos de numeração, principalmente nas regiões metropolitanas. Há também uma questão tributária envolvida. Toda prestadora de serviços de telecomunicações recolhe anualmente, junto ao Fundo de Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações (Fistel), a Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) sobre estações ativas. No caso do SMP, são consideradas estações as torres de transmissão e os terminais receptores (aparelhos celulares, *smartphones*, etc). A manutenção de terminais inativos na planta implica custos adicionais às prestadoras, que acabam repassados àqueles que fazem uso do serviço.

Contudo, não é aceitável que as operadoras se apropriem de um valor pago antecipadamente e não prestem o serviço, especialmente para cidadãos de baixa renda. A Anatel precisa adaptar a regulamentação para exigir que o cancelamento do contrato seja condicionado à devolução da quantia não utilizada, corrigida pela inflação do período.

Entendo que o Congresso precisa se manifestar sobre essa questão, pois a regulamentação editada não ampara adequadamente a parte hipossuficiente. Afinal, estamos tratando aqui de mais da metade da população brasileira, cujo direito de acesso às telecomunicações ainda precisa ser tutelado pelo Estado.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2010.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço ao Senador Moka e coloco a matéria em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. e Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão pela aprovação do projeto.

O projeto vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para prosseguimento de sua tramitação.

Também vamos colocar o item 1 com relator *ad hoc*, e consulto o Senador Ferraço se pode fazer a leitura do parecer.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2011

– Não Terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 80 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tratar de sinalização indicativa em rodovias.

Autoria: Deputado De Velasco

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Observações: *1 – A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.*

2 – A matéria constou da pauta nos dias 17 e 24/11/2011.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço, como relator *ad hoc* da matéria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Pois não, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Estou recebendo uma informação da assessoria de que, a pedido da assessoria do Governo, o Senador Acir retirou de pauta na sessão passada. É o que me informa, aqui, a assessora Valéria. O Senador Acir Gurgacz, que não está presente, recebeu uma nota. É possível que queira, eventualmente, atender. Se for o caso, posso pedir vista, se couber, no sentido de atender.

O Senador Acir, Presidente da Comissão de Agricultura, é nosso companheiro e, certamente, está na Presidência daquela comissão.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Senador Moka, a assessoria aqui informa que recebeu uma informação da assessoria do Senador Acir Gurgacz de que poderia colocar a matéria em apreciação, colocando um relator *ad hoc*.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Então gostaria que V. Exª desconsiderasse.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Muito obrigado pelo zelo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre matérias pertinentes a transportes, cabendo-lhe, no caso presente, o exame de mérito.

Consideramos que a proposição em pauta, ao regrar a sinalização em rodovias, aprimora o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

De fato, a chamada "sinalização de indicação", cujas mensagens, nos termos do CTB, "possuem um caráter meramente informativo ou educativo, não constituindo imposição", é um dos elementos mais importantes para a segurança do tráfego nas rodovias. Por esse meio, os condutores podem ser advertidos quanto às condições da via, bem como obter informações sobre distâncias, destinos e percursos, entre outras tantas possibilidades de comunicação.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2011, na forma da seguinte emenda substitutiva, que consta em anexo.

É como relato, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1, da Comissão de Infraestrutura.

O projeto vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento de sua tramitação.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, DE 2011

– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para extinguir a arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão (RGR).

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação, nos termos da emenda substitutiva apresentada

Observações: *1 – A matéria será ainda apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.*

2 – A matéria constou da pauta da reunião dos dias 22/09/2011 e 29/11/2011.

Convido o Senador Moka para que seja o relator *ad hoc*, agora de forma correta, nesse projeto.

É o item nº 4, Senador. Página 33 do nosso relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, cabe pedido de vista a esse projeto?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Cabe, sim.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vou pedir vista do projeto. Quero até informar a V. Exª que tem uma nota pedindo que seja rejeitado e a autora desse projeto é a Senadora Ana Amélia. Eu sempre acho que, quando há uma nota, evidentemente, nós da base do Governo não somos obrigados a aceitar essa recomendação, mas, quando vejo a recomendação da rejeição, sempre acho que é possível, e cabe uma nova discussão, quem sabe, para um entendimento.

Quero pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Senador Moka, o senhor pode pedir vista e, também, se não quiser ficar responsável pela vista, para depois apresentar o projeto, podemos retirá-lo de pauta e fazer a discussão. Aí V. Exª que...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Então, peço a retirada de pauta, até porque dá até mais tempo e fica sempre a possibilidade, ainda, do pedido de vista. Estou correto?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Correto.

Agradeço, então, ao Senador Moka.

Os outros itens da pauta, os de nºs 5, 6 e 7 são terminativos e não temos quórum para dar seguimento à votação.

Portanto, os itens ficam adiados para a próxima reunião da Comissão de Infraestrutura.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, os últimos acontecimentos relacionados à extração do petróleo, Senador Moka, sobretudo na Bacia de Campos, no Campo de Frade, que tem como concessionária a empresa norte-americana Chevron, demonstraram, a meu juízo, toda fragilidade do País, no que concerne à regulamentação, à fiscalização e à operação da exploração do petróleo ainda na camada pós-sal, no mar.

Considerando que estamos vivendo a antevéspera de uma nova fronteira econômica para o País, considerando o plano de negócios da Petrobras, considerando a expectativa que todos, como brasileiros, temos de que a nossa produção de petróleo poderá ampliar-se muito, dos atuais 2 milhões de barris/dia para 3, 4, 5 milhões, quem sabe, no médio prazo, e considerando a complexidade da exploração do petróleo na camada pré-sal, parece-me que as fragilidades sinalizadas, sobretudo pela Agência Nacional do Petróleo, determinam que podemos aprofundar, nesta Comissão, um pouco mais a avaliação, as análises e os estudos sobre a estrutura da nossa Agência Nacional do Petróleo.

É esta Comissão, Senador Inácio Arruda, Senador Moka, que aprova a indicação dos conselheiros para a Agência Nacional do Petróleo. Estamos com a legislação absolutamente atrasada no tempo. O nosso Plano Nacional de Contingenciamento, mesmo tendo sido publicado em 2000, ainda não foi regulamentado.

Enfim, estou apresentando um requerimento à Mesa e peço vênia a V. Exª – em função do tempo que temos, até o final do ano, peço, inclusive, a colaboração do Senador Inácio Arruda -, para que possamos convidar o Dr. Haroldo Lima, na condição de Presidente da ANP, para discutir aqui, nesta Comissão, a estrutura da ANP.

Chegou o momento de a ANP ser repensada, ser refundada, porque as tarefas da ANP são muito amplas e depoimentos dos últimos dias dão conta de que, por parte da ANP, ela não dispõe de infraestrutura adequada para cumprir com suas responsabilidades.

Então, parece-me muito adequado e peço vênia para que possamos incluir, nesta reunião, esse requerimento para colocar, quem sabe, na programação desta Comissão, uma audiência pública visando discutir a estrutura da ANP, face a suas prerrogativas, face a suas tarefas e à necessidade que teremos aqui de oferecer contribuições, sugestões, críticas, porque esta Comissão tem responsabilidade com isso, porque somos nós que sabatinamos os conselheiros não apenas da ANP, mas também das demais agências reguladoras.

Então, estamos com três requerimentos para tentar incluir ainda na pauta deste ano, e quem sabe o Senador Inácio Arruda possa nos ajudar a trazer o nosso companheiro Haroldo Lima a esta Comissão, para que possamos fazer um debate aprofundado nesta Comissão.

Então, a praxe da Comissão é que nós tenhamos que apresentar o requerimento numa sessão e somente na sessão seguinte a gente vote. Mas acho que este é um caso excepcional, porque todos nós estamos muito preocupados e talvez haja necessidade de esta Comissão oferecer contribuições, necessidade de aprofundarmos esse debate, necessidade de trazermos à luz experiências internacionais para que a gente possa melhorar a capacidade da ANP de oferecer respostas.

Ouço, com prazer, o eminente Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

Antes de lhe passar a palavra – desculpe-me –, Senador Ferraço, o senhor colocou três requerimentos. Nos três requerimentos consta o nome do Presidente da Agência Nacional do Petróleo. Nos três, tem um que é exclusivamente o Sr. Haroldo Lima; no segundo, Haroldo Lima mais Carlos Minc, George Buck, Presidente da petrolífera Chevron, e Aristides Soffiati. No outro requerimento, a Srª Ministra Izabela Mônica Teixeira, o Sr. Humberto de Azevedo Viana Filho, Secretário Nacional de Defesa Civil, o Sr. Manoel Barretto Rocha Neto, Diretor-Presidente da CPRM, e também, mais uma vez, o Sr. Haroldo Borges Rodrigues de Lima.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu priorizaria o requerimento que convida o Dr. Haroldo Lima e, evidentemente, as autoridades e os técnicos que ele desejar trazer, porque o sentido, em prioridade, é discutir a estrutura da ANP face às demandas e às respostas que a Agência Nacional do Petróleo precisa dar e que vão se intensificar nos próximos anos em razão da expansão da exploração do petróleo na camada do pós-sal, do pré-sal e exploração também de gás.

Mas ouço, com prazer, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Ricardo, apenas no sentido de...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Senador Ricardo Ferraço, só para conhecimento, a nossa assessoria nos informa que temos dois requerimentos aprovados aqui para que o Sr. Haroldo venha à Comissão, um aprovado no dia 4 de agosto e o outro também aprovado no dia 4 de agosto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas qual a finalidade, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – A finalidade... Ainda na questão da revista *Época*...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Mas nós podemos, acho que podemos aproveitar o convite e propor a ele a atualização do tema.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Perfeitamente. Só me parece importante que ele possa ser informado de que o desejo da Comissão é dissecar a estrutura da ANP e a capacidade da ANP de responder às demandas, para que nós tenhamos as informações, possamos conhecer por dentro a infraestrutura da ANP.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Passo a palavra ao Senador Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, para concordar com o Ricardo. Acho que o requerimento tem muito sentido. Deveríamos ouvir o Presidente a ANP, que já está à disposição. Como já havia convites anteriores, ele está completamente à disposição da Comissão.

Ao mesmo tempo, Ricardo, uma informação: tramita na Casa um projeto, uma sugestão de projeto de lei, que vai ser discutido por nós, sobre o problema de

contingenciamento de recursos das agências nacionais que têm responsabilidade de cuidar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É o fim da picada.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ... de áreas mais do que sensíveis: energia, petróleo, gás, biocombustíveis, telecomunicações. Esses recursos são corriqueiramente contingenciados e, evidentemente, essas agências não conseguem cumprir... A própria Agência Nacional do Petróleo, requisitada pela Marinha, tem disponibilidade de recursos, dentro do seu orçamento, para ajudar a Marinha a construir embarcações que permitam à Agência, em conjunto com a Marinha Brasileira, agir nesse mar imenso.

Imaginem você ter um vazamento de petróleo a 150km, 200 km, 300 km da costa e precisar requisitar um avião de um outro órgão que não tem aquela responsabilidade imediata de fazer...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ou mesmo o favor da concessionária de ceder o equipamento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – O que é mais comum acontecer.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Ou um favor. Dê-me o seu helicóptero para que eu possa fiscalizar você. É uma aberração. Acho que deveríamos, sim, fazer esse debate, essa discussão. Acho que o Haroldo tem condições de nos ajudar mostrando as dificuldades que hoje tem uma agência como a ANP para que a gente também possa, aqui, fazer a correção. Talvez a apresentação dele aqui sirva de iniciativa legislativa para a Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Esse é o sentido. Quem sabe a Comissão possa apresentar uma proposta coletiva que possamos abraçar de modo coletivo, uma proposta que possa fazer o Governo se sensibilizar.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O sentido é a gente garantir o pré-sal e a exploração no mar. Se nós não tivermos cuidado, vai começar uma campanha contra a exploração de uma riqueza extraordinária como pré-sal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Recentemente fiz uma viagem ao Golfo do México. O Presidente Barack Obama, em razão do acidente com a BP, estabeleceu uma moratória, ou seja, a partir daquele acidente não é possível aumentar a produção de petróleo e gás no Golfo do México. Então, por parecer-me absolutamente oportuno e intempestivo, peço a V. Exª que possamos, excepcionalmente, aprovar esse requerimento. Quem sabe o camarada, Senador Inácio Arruda, possa nos ajudar agilizando para trazer aqui o outro camarada, Haroldo Lima, para que possamos fazer um debate em torno desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, sou favorável. Acho que é importante essa discussão, mas de minha informação é a de que o Haroldo tem um mandato. O mandato dele vence agora dia 11 de dezembro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas e a experiência dele como presidente, as ameaças e oportunidades, os desafios que ele enfrentou na agência? Acho que servem como referência para o debate.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Concordo com V. Exª, mas essa informação não poderia deixar de colocar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Até porque vamos debater quem será o novo Presidente e sabatiná-lo. Então, é importante que as informações estejam disponíveis para que a sabatina do próximo presidente possa incluir as fragilidades da ANP face às demandas da exploração do petróleo *onshore* e *offshore*.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – É que talvez ele tenha de vir na condição de cidadão e ex-presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Está bom.

Esta Presidência vai aceitar o requerimento extrapauta. Vou solicitar, então, que o Senador Ricardo Ferraço leia o requerimento para que a gente possa aprová-lo.

Antes da leitura, gostaria de dizer que as colocações do Senador Arruda sobre a diminuição de recursos para a agência ou para as agências que controlam são preocupantes. Nós, que lidamos com agricultura, com pecuária – que são bem diferentes do petróleo -, sabemos que se não dermos trato para a vaca o leite vai diminuindo e a vaca morre. Então, é mais ou menos a analogia que estamos fazendo. A gente precisa da riqueza, quer a riqueza do petróleo, mas não investe, não tem os cuidados necessários para fazer a coisa rodar decentemente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Essa é a agência que, em última análise, tem como prioridade a fiscalização desse serviço.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Perfeitamente.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço para a leitura, então, do requerimento extrapauta do dia de hoje.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) –

EXTRA-PAUTA

ITEM 1
REQUERIMENTO Nº 66, DE 2011-CI
– Não Terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater o despreparo da Agência Nacional do Petróleo (ANP) em dar uma resposta adequada ao vazamento de petróleo ocorrido no início do mês de novembro deste ano na Bacia de Campos, mais precisamente no campo do Frade. Para tanto, recomendo a presença do Senhor Haroldo Lima – Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

A justificativa é auto-explicativa. Submeto à apreciação do plenário a aprovação deste requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado, então, o requerimento do Senador Ricardo Ferraço para que possamos, já, encaminhar o convite ao Sr. Haroldo Lima para que já nas próximas semanas nos conseguimos trazê-lo, antes da sua saída da Presidência da Agência.

Gostaria de saudar o nosso querido Deputado Valdir Colatto, que está fazendo parte da nossa Comissão.

Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pediria ao senhor, tenho aqui um requerimento do Senador Alvaro Dias que eu também estou subscrevendo, que fosse também, com a mesma generosidade, incluso como extrapauta para que pudéssemos ler e votar, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Se V. Exª fizer aqui a assinatura, sem problemas.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Já assinei.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Já assinou? Muito bem.

Aceito pela Presidência da mesma forma que aceito o primeiro.

ITEM 2
REQUERIMENTO Nº 67, DE 2011-CI
– Não Terminativo –

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja a convite o senhor MÁRIO NEGROMONTE, Ministro de Estado das Cidades e convidado o senhor LEODEGAR TISCOSKI, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental para, em audiência pública conjunta desta Comissão de Serviços de Infraestrutura com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista ISTOÉ, em sua edição de 3 de agosto do corrente, que trata de denúncias de liberação de recursos para obras consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Autoria: Senador Álvaro Dias e Senador Cyro Miranda

Então, coloco em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em aprovação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que votam favorável permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

Muito obrigado pela presença dos senhores.

(Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 8 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM NOVE DE NOVEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS QUATORZE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia nove de novembro do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número nove da Ala Alexandre Cos-

ta, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Ana Rita, Vicentinho Alves, João Durval, Lídice Mata, Maria do Carmo, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg e Reditario Cassol. Deixam de comparecer os Senadores Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Eduardo Amorim, Vital Rêgo, Ciro Nogueira e Cícero Nogueira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 25/2011-CDR, de autoria da Senadora Lídice da Mata, aprovado em 20/09/11, que propõe a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a "ampliação da produção e do consumo de biocombustível no Brasil, especialmente no Nordeste", com a presença do Sr. Miguel Rossetto, Presidente de Petrobras Biocombustível. Após a exposição do convidado, usam da palavra as Senadores Lídice da Mata, José Pimentel e Senador Mozarildo Cavalcanti e, ainda, o Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira. o Presidente submete os seguintes itens como **EXTRA PAUTA ITEM 01: REQUERIMENTO 28/2011-CDR** Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, e Fiscalização e Controle (CMA) para a discussão das ações governamentais em razão da realização da Copa do Mundo, com a participação dos seguintes convidados: Aldo Rebelo, Ministro de Estado do Esporte; Ricardo Teixeira – Presidente da Confederação Brasileira de Futebol e do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014; Guilherme Ramalho – Responsável pela Câmara de Infraestrutura para a Copa do Mundo, coordenada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Raquel Rolnik – relatora especial da Organização das Nações Unidas para o direito à moradia adequada; Athayde Ribeiro Costa – Procurador da República, Coordenador do Grupo de Trabalho Copa do Mundo FIFA 2014 da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF).Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e Randolfe Rodrigues Resultado: Aprovado**. ITEM 02: REQUERIMENTO 29/2011-CDR** Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater sobre os "Impactos Sociais da Venda das Unidades de Produção da Sadia no Distrito Federal" objeto do Termo de Compromisso de Desempenho assinado entre o CADE, Sadia e BRfoods, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); Representante da BR-Foods; Representante da União Brasileira de Avicultura (UBABEF); Representante do Governo do Distrito Federal (GDF); Representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal; Representantes dos Produtores Integrados de Aves; Representante da Academia/Especialista em Agribusiness; e Representante do Conselho Deliberativo do Fundo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (CONDEL/FCO). Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e Benedito de LiraResultado: Aprovado**. ITEM 03: REQUERIMENTO 30/2011-CDR** Requeiro, nos termos do inciso I, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado n.º 526, de 2011, que "altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com o objetivo de reduzir o limite de receita bruta decorrente de exportação para o exterior por pessoas jurídicas instaladas em ZPE localizada na faixa de fronteira da Região Norte", com a presença das seguintes autoridades: Presidente do Conselho Nacional das Zonas de Processamento e Exportação – CZPE; Secretário da Receita Federal do Brasil – RFB; e Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti Resultado: Aprovado. **ITEM 04: REQUERIMENTO 31/2011-CDR** Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 27 de 2011, de minha autoria, para incluir como convidados para o Ciclo de Debates que objetiva discutir Alternativas para o desenvolvimento auto-sustentável e geração de emprego e renda no Entorno do Distrito Federal, bem como O desenvolvimento social e condições de vida no Entorno: o desafio da segurança, educação, saúde, assistência social e moradia, os Senhores Henrique Villa – Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional; e Gastão de Araújo Leite – Secretário da Secretaria Extraordinária do Entorno do Distrito Federal.Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg Resultado: Aprovado**.**Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dez minutos lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador Benedito de Lira,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Srªs Senadoras e Srs. Senadores, declaro aberta a 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Temos como convidado o Dr. Miguel Rossetto, por iniciativa da Senadora Lídice da Mata, aprovada pelo Plenário desta Casa, desta Comissão. A pauta foi previamente distribuída aos Srs. Senadores.

Eu gostaria, antes de convidar o palestrante, de submeter à dispensa a leitura da Ata da reunião anterior. Se os Srs. Senadores e Senadoras concordarem, eu submeto à votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O nosso convidado terá tempo para fazer a sua apresentação e, depois, então, abriremos o debate.

Usará da palavra a Senadora Lídice da Mata, como autora do requerimento. Em seguida, se abrirá o debate para se fazerem as interpelações ao nosso palestrante.

Tenho o prazer e a honra de convidar o Ministro Miguel Rossetto para ocupar o seu lugar à mesa. (*Pausa*.)

Concedo a palavra ao Presidente da Petrobras Combustível, Dr. Miguel Rossetto.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Pois não. Muito boa tarde, Sr. Senador Benedito de Lira.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente. Só um minuto.

Eu vou pedir desculpas e, enquanto o presidente começa a dar uma ideia do assunto, eu vou correndo, literalmente correndo, dar presença, e voltar aqui, na Comissão que está votando a emenda do PPA. O Senador Paim me fez um apelo desesperado. É rapidíssimo. Como diria o Prof. Raimundo, é vapt-vupt.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – V. Exª vá em cima de um pé e volte em cima do outro.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Senador, nós aguardamos o retorno?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Não, o senhor pode começar.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Então, Senador Benedito de Lira, é uma honra e uma alegria, como Presidente da Petrobras Biocombustível, participar desta audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aqui do Senado Federal.

Agradeço e cumprimento a Senadora Lídice da Mata pela iniciativa de recuperar esse debate, essa agenda no Senado Federal. A expectativa é de que nós possamos colaborar.

Senador Mozarildo, é um prazer ver novamente o senhor.

Todos os convidados, assessores, imprensa, que estão aqui, conosco, aqueles que nos acompanham, é um prazer colaborar com a retomada de discussão de um tema estratégico e importante para o País, que, por inúmeras vezes, foi objeto de discussão aqui no Senado Federal.

A minha intervenção, Senador Benedito de Lira, será uma intervenção curta, rápida, em que, em paralelo, vou trabalhar em cima de dois temas. O primeiro, obviamente, é uma apresentação, um diagnóstico dos resultados do programa de biodiesel no Brasil até então. No segundo momento, rapidamente, vou informar aos senhores e às senhoras sobre a realidade de implantação da Petrobras Biocombustível, o que é essa empresa hoje, e encerrar a minha intervenção levantando alguns temas, Senadores, que penso fazem parte de uma agenda de futuro para o crescimento, a expansão e a qualificação do programa de biodiesel no nosso País.

Por favor.

O Programa Nacional de Biodiesel é um programa novo. Eu acho que essa é uma referência importante. É um programa novo, com quatro anos de experiência no nosso País e que teve um crescimento extraordinário. É um programa de grande sucesso, na medida em que todas as metas estabelecidas na primeira normativa, na primeira legislação, aprovada em janeiro de 2005, foram, todas elas antecipadas para janeiro de 2010. Portanto, é um programa de grande sucesso, uma expressão da enorme capacidade de resposta e de dinamismo da sociedade brasileira, da economia brasileira.

Esse programa, desde a sua origem, a partir da liderança do Presidente Lula e de diversos parlamentares, senadores, governadores, obviamente, incorpora forte componente ambiental; é um programa que busca fazer com que, também na matriz *diesel* do nosso País, a exemplo da matriz energética do ciclo Otto, que tem uma presença importante do etanol como combustível renovável, também na matriz *diesel* nós pudéssemos participar com um componente renovável importante, que era o biodiesel.

Ele, portanto, tem um componente ambiental central nesse programa. Ele qualifica a matriz energética brasileira mais ainda, na medida em que melhora a condição ambiental do *diesel* brasileiro. Ele tem um componente econômico à medida que reduz as importações que ainda realizamos no Brasil, do *diesel*, e tem um componente importante de renda na medida em que cria o mercado agrícola adicional, especialmente, obviamente, o mercado de óleos no Brasil, criando

mais um mercado agrícola, estabilizando o mercado de oleaginosas à medida que amplia o mercado de óleos para essas oleaginosas, fazendo com que isso dinamize uma renda agrícola brasileira. E, por fim, ele tem um componente central – obviamente vou me ater a esse componente – originário desse programa – por favor, volte – que é exatamente a ideia de que, para além das virtudes desse programa, ele deveria ter um diferencial desse programa em relação a outros países, que era, desde o início, ser pensado como um grande instrumento econômico para inclusão social produtiva, para o desenvolvimento regional e social, nas áreas do nosso País mais empobrecidas, com menor dinamismo econômico.

Portanto, desde o início, o programa assumiu o desafio de responder às questões econômicas, energéticas e ambientais e ter a capacidade de ser instrumento de inclusão produtiva através do desenvolvimento de mercados agrícolas regionais, a partir de políticas econômicas de que vamos tratar. Esse é o componente central, forte, do programa. O programa respondeu positivamente e vem respondendo na medida em que o Brasil hoje, com essa produção, Srs. Senadores, de 2,6 milhões de metros cúbicos de biodiesel, já contratados em 2011, é o segundo maior produtor de biodiesel do mundo e passará, ao final deste ano, ou no ano que vem, a Alemanha, que ainda é o maior produtor de biodiesel, um programa estruturado há 20 anos.

Mas o Brasil, mesmo mantendo B5, a mistura obrigatória de 5% de biodiesel no *diesel* fóssil, seguramente, será o maior produtor mundial dessa energia renovável, que é o biodiesel. Essa rampa de crescimento é a expressão rápida dessa enorme capacidade de produção e da enorme rede de distribuição no nosso País, em todos os quase 40 mil postos, em todos os Municípios do Brasil, em todos os postos. Srs. Senadores, hoje, essa mistura é distribuída em todo o território nacional, o que mostra a enorme capacidade de logística de que o Brasil dispõe.

Portanto, é um programa que cresceu, respondeu aos seus desafios, antecipou metas, e hoje o Brasil é uma referência de excelência mundial na capacidade de produção de biodiesel, a exemplo do que somos na produção do etanol como renovável do ciclo Otto, o que faz com que nosso País seja singular na nossa matriz energética limpa, ambientalmente sustentável.

Vamos, adiante, por favor.

Essa é um pouco a expressão territorial que me parece importante para ter uma visão nacionalizada e territorial da nossa...

Essa lâmina procura permitir uma visualização territorial da instalação das nossas usinas e das regiões que mais têm contribuído, participado da produção de biodiesel em escala nacional. O que nós vemos, obviamente, é uma concentração nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Do ponto de vista volumétrico, duas regiões se destacam: a região Centro-Oeste e a região Sul do nosso País. Logo em seguida, o Sudeste, o Nordeste e o Norte. Essa visualização nos parece muito importante na medida em que ela nos permite uma reflexão sobre um dos elementos centrais do programa. O programa sempre foi pensado sob o ponto de vista de uma palavra-chave, que é a descentralização da produção, descentralização de matérias-primas para a produção de biodiesel no Brasil. Portanto, uma forte concentração no Centro-Oeste e Sul.

Por favor.

Um dos elementos centrais nesse programa é a constituição do Selo Combustível Social. Esse instrumento chamado Selo Combustível Social procura traduzir, de forma simples, eficaz, uma rota econômica para a indústria do biodiesel estimular, apoiar a organização primária dos agricultores familiares nas regiões especialmente mais empobrecidas.

A ideia básica é que o Governo transfere para a indústria produtora de biodiesel uma responsabilidade de apoiar, de estimular e de compromissos com a aquisição de um percentual mínimo de matéria-prima para que essa empresa possa participar do mercado regulado de biodiesel, regulado pela Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis. Essa é a ideia básica. Os escritórios são simples. Nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste há uma obrigatoriedade de que pelo menos 30% da matéria-prima adquirida para a indústria ou pela indústria seja de agricultores familiares; 15%, nas regiões Norte e Centro-Oeste. Os contratos devem ser negociados diretamente com as organizações dos agricultores familiares, devem estabelecer previsão de preço e, ao mesmo tempo, é responsabilidade da indústria assegurar assistência técnica a esses agricultores contratados.

A contrapartida do Governo é uma redução de tributos federais PIS/Cofins proporcional a esse investimento para aquisição do Selo Combustível Social.

Vamos à frente.

Essa é uma ideia que começa a mostrar alguns desafios do programa. O programa mostra que, do ponto de vista do número de agricultores, nós temos um razoável equilíbrio entre a região Sul, que concentra 52% dos agricultores familiares – isso faz parte da tradição histórica dessa região –, e o Nordeste, 41%; e, depois, uma presença menor do Centro-Oeste e do Sudeste em relação à participação de agricultores familiares.

Nós estamos falando, no ano de 2010, em torno de 100 mil agricultores familiares participando desse programa, que é um número muito importante, com

uma estratégia de inclusão social. O fato que exige reflexão é que a renda de venda dessa produção não acompanha proporcionalmente essa participação, na medida em que a renda agregada da agricultura familiar do Sul absorve 68% dessa renda, enquanto a renda do Nordeste, 5%, o que significa que nós temos uma grande presença numérica de agricultores familiares, mas com uma baixa capacidade de produção frente à estrutura histórica, eu diria assim, da agricultura familiar da região Sul, que consegue ter um padrão de produtividade bem maior e, por isso, se apropria, obviamente, de uma parte maior dessa renda.

O que é importante salientar, Srªs e Srs. Senadores, é que o volume de recursos da agricultura familiar, em 2010, do faturamento foi na ordem de R$1 bilhão, ou seja, esse programa tem permitido que essa base econômica e social nacional dos agricultores familiares se apropriasse de R$1 bilhão, na medida em que participam desse programa, o que é muito importante na nossa opinião.

Por que isso acontece?

Vamos adiante.

Basicamente porque nós temos uma grande concentração de matéria-prima a partir do óleo de soja. O óleo da soja é a grande matéria-prima do Programa Nacional do Biodiesel, e o é porque o óleo de soja é a grande oleaginosa produzida no Brasil. O Brasil hoje, safra 10/11, encerra uma safra com quase 70 milhões de toneladas de soja. É um patrimônio produtivo do nosso País, que é um dos maiores produtores mundiais, se não for o maior produtor mundial da soja, e tem uma enorme capacidade de esmagamento de produção. 95% do óleo vegetal produzido no Brasil são provenientes da soja, e essa produção que se concentra basicamente na região Sul e na região Centro-Oeste do nosso País. É bem por isso que ele tem essa enorme presença regional e social.

Nós temos – faço essa referência regional importante – a Petrobras Biocombustível, que concentra suas atividades na região Nordeste e na região Sudene (norte de Minas Gerais). Nós temos quase 17% do óleo de algodão, o que mostra uma capacidade de estimulação que essa indústria tem sobre outros óleos vegetais. Esse óleo de algodão – basicamente nós estamos falando da Bahia, mas um pouco do Ceará também – recupera uma capacidade de produção, e a capacidade de compra desse mercado estimula a retomada da produção do algodão. Todos os senhores sabem que o que puxa o algodão é a pluma, mas a existência do mercado comprador de óleo compõe positivamente uma formulação econômica.

Vou falar, a partir dessa mensagem rápida, que nós queremos recuperar essas ideias centrais. É um programa de sucesso, um programa que respondeu ao desafio nacional, que coloca o Brasil em destaque mundial na estrutura de energia renovável, de combustíveis renováveis, foi capaz de incluir mais de 100 mil agricultores familiares. Está presente no território nacional, mas nos parece que ainda tem o desafio importante – ao final da minha fala vou procurar retomar isso – de ampliar a sua capacidade de inclusão social, de ampliar a sua capacidade de distribuição regional de produção em relação a esse programa.

Vou agora falar rapidamente da Petrobras Biocombustível.

Por favor.

A Petrobras Biocombustível é uma empresa jovem, criada em julho de 2008; é uma subsidiária integral da Petrobras cuja missão é ser o braço produtivo da Petrobras nos biocombustíveis. Hoje somos produtores de etanol e biodiesel, neste momento pesquisamos bioQAV, querosene de aviação renovável. Nós encerramos 2010 com participação direta e indireta associada a outros produtores em dez usinas de etanol, uma capacidade importante de produção de etanol, cinco usinas de biodiesel, três usinas próprias na Bahia, Ceará e Minas Gerais, duas usinas no Paraná e no Rio Grande do Sul, dois projetos de biodiesel em implantação – nós vamos falar sobre isso –, 64 mil agricultores familiares contratados no programa nacional da Petrobras Biocombustível.

Por favor.

A ideia aqui – pode avançar – é mostrar a distribuição espacial da nossa presença. As usinas de etanol se concentram no Estado de São Paulo, Goiás e Minas Gerais. Nós temos uma presença importante em Moçambique e nos preparamos para produzir etanol em Moçambique. É um mercado pequeno, mas é um desafio importante para o nosso País participar da produção de etanol na África do Sul. Pretendemos, portanto, no ano que vem, iniciar essa produção em Moçambique.

Por favor.

A ideia aqui é mostrar o cenário do biodiesel: duas usinas, Rio Grande do Sul e Paraná; dois polos no Pará; essas três usinas implantadas no Nordeste brasileiro; uma indústria de esmagamento de óleo na Bahia.

Este, parece-me, é o foco da nossa discussão. Vou agora me dedicar a falar um pouco da nossa implantação e da agenda para o Norte e o Nordeste do nosso País.

Volte lá, por favor.

No Pará, na região Norte, nós temos dois projetos fortes em fase de implantação. Nós temos um projeto já em implantação, que é o Projeto Pará, onde pretendemos, a partir de 2014, iniciar a produção de biodiesel

no Estado do Pará para atendermos parte da demanda da região Norte do País, tendo como matéria-prima o óleo da palma e de dendê para alimentar essa usina de biodiesel no Pará.

Já iniciamos, esse é o viveiro que está em fase de implantação, e a partir do ano que vem essas mudas vão, definitivamente, para as propriedades no Estado do Pará, aquelas regiões que fazem parte da região tocantinense, no rio Tocantins, e que vão ser a base da produção do Projeto Pará de produção de biodiesel.

Adiante, por favor.

Temos um segundo projeto no Pará que é uma associação que temos com a empresa Galp, de Portugal. O objetivo é produzir e participar do mercado de *green diesel*, de biodiesel na Europa, a partir da produção de biodiesel em Portugal. Portanto, a Petrobras entrar no mercado europeu de biocombustíveis. Todos os senhores sabem que a Europa é uma enorme demandante de *diesel*, especialmente porque seu mercado automotivo é demandante de *diesel*. E faz parte da estratégia da companhia participar desse mercado.

Esse é um segundo projeto que estamos implantando já no Estado do Pará, em outra região, ao sul, Tailândia e Moju, e também estamos em fase de implantação dos primeiros milhares de hectares de dendê que vamos produzir no Estado do Pará.

Essa é a nossa atuação para colaborarmos e participarmos do desenvolvimento social e econômico da região Norte e criarmos uma ambientação de produção de energia que será consumida na própria região num conceito de sustentabilidade energética na região Norte do nosso País.

Vamos falar um pouco sobre o Nordeste e semiárido ou região Sudene. Sempre temos estes três conceitos regionais: Nordeste semiárido, que pegamos parte do Estado de Minas Gerais, e o conceito de Sudene, que pega também o Vale do Mucuri.

No Ceará, Senador Pimentel, temos uma usina importante, no Município de Quixadá, com uma capacidade de 108 milhões de litros e uma força de trabalho direta de 180 pessoas.

E parece muito importante, Srs. Senadores e aqueles que nos acompanham, vez que essas indústrias têm uma grande capacidade de geração de emprego direto e indireto e, parece-nos, têm uma experiência e têm-nos mostrado uma grande capacidade de estimular, eu diria, tecnologia produtiva, tecnologia de contratação, tecnologia de comercialização. Então, parece-me muito importante a experiência que estamos tendo diretamente na produção de biodiesel em todos os Estados, e Quixadá é um exemplo disso.

Tivemos, na última safra, 40 mil produtores vinculados. A base da agricultura que abastece e que trabalha Ceará envolve Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. São 404 técnicos agrícolas contratados em toda essa região para levar assistência técnica a esses produtores.

Portanto, a experiência mostra que a instalação dessas usinas não só produz a renda direta, estimulando essa renda, a organização de novos arranjos agrícolas, mas tem a capacidade de produzir conhecimento e tecnologia em todos os níveis.

Srs. Senadores, uma empresa que é contratada pela Petrobras na prestação de serviços se capacita para ser fornecedora de outras atividades econômicas no Ceará e em outros Estados. Essa capacidade tecnológica é importante como polo de desenvolvimento produtivo.

Adiante, por favor.

Outra usina que quero fazer referência é Guamaré, no Rio Grande do Norte. Outro polo experimental, polo de desenvolvimento produtivo, de testes de tecnologias que, no ano que vem, pretendemos dar escala comercial como unidade produtiva da Petrobras. Hoje, esse é um polo associado à participação da Petrobras. Toda nova refinaria, todas as novas instalações de Guamaré, no Rio Grande do Norte, hoje são polos de pesquisa e de produção de tecnologia para o biodiesel, mas, no ano, que vem vamos transformar em uma atividade produtiva permanente de biodiesel.

Adiante, por favor.

Bahia, Candeias. Candeias é a maior unidade de produção de biodiesel da Petrobras Biocombustível. Nós temos 217 mil metros cúbicos de produção, duplicamos a nossa capacidade de produção, há uma grande presença da P-BIO na Bahia. Base de suprimento: Bahia e Sergipe. Número de agricultores importantes: 20 mil. São mais de 200 técnicos agrícolas que participam dessa atividade produtiva em Candeias. A estratégia de comercialização está relacionada à Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, também a partir da cabotagem, de um posicionamento estratégico logístico que temos no Estado da Bahia.

Adiante por favor.

Minas Gerais, Montes Claros.

Montes Claros: usina situada no norte do Estado de Minas Gerais, área da Sudene, onde também temos uma usina, a exemplo do Ceará, importante para o abastecimento do Estado de Minas Gerais, envolvendo mais de 164 pessoas diretamente, 39 técnicos, com um faturamento importante.

Volte por favor.

A ideia, Srs. Senadores, é demonstrar a presença da empresa, a capacidade de produção e desenvolvimento regional através do fomento de novos arranjos agrícolas, capacitação de profissionais alta-

mente qualificados para exercer atividades produtivas nessas usinas.

Por fim, duas ou três lâminas que fazem parte do grande desafio sobre o qual eu gostaria de, no final da minha fala, estimular uma reflexão e um debate a partir da nossa experiência. Há todo um conceito que achamos importante, que é o conceito de que essas tecnologias de produção de biodiesel são tecnologias muito flexíveis, o que significa dizer que elas são capazes de produzir biodiesel com qualidade a partir de uma enorme gama de óleos vegetais. As nossas usinas são construídas e capacitadas para operar com todos os tipos de óleos vegetais, o que significa uma enorme flexibilidade para estimular as vocações regionais, as produções regionais nas diversas escalas possíveis e, a partir da capacidade de compra dessas usinas, servir como um forte estímulo de desenvolvimento regional.

É evidente que nós temos um grande trabalho de fomento, de articulação, de estímulo à constituição dos novos arranjos produtivos locais a partir de uma histórica defasagem produtiva dessas regiões em relação a outras regiões do nosso País.

Essas regiões, Nordeste, semiárido e Sudene, têm como características solos pobres, solos compactados, baixas produtividades, pouca organização cooperativa, uma assistência técnica não efetiva, com grandes dificuldades, mercados pouco organizados. Essa é uma agenda desafiadora para todos nós, e nós assumimos o desafio, como outras empresas, outras instituições, de criarmos programas, de desenvolvermos estratégias que fossem capazes de superar esses desafios, apoiados por políticas públicas, e criar dinamismos, se não em todas essas áreas, pelo menos em grandes partes de nichos, de manchas que têm grande capacidade produtiva e que podem fazer parte ativamente dessa atividade econômica na medida em que recebam as adequadas políticas públicas: a pesquisa, a assistência técnica, a organização produtiva, todos os manejos.

A estratégia que trabalhamos tem como base as nossas políticas de contratação, assistência técnica, tecnologia, ampliação de produtividade. Temos contratos de cinco anos, são contratos fortes de opção de compra de parte do agricultor. Nós achamos que esses contratos dão mais estabilidade para o investimento, organização das propriedades dos agricultores familiares. Obviamente, adquirimos de grandes e médios produtores em todas as regiões.

Por fim, duas lâminas que dão conta de um dos desafios que temos, que nós buscamos operar, assim como outras empresas e instituições, que são lâminas que mostram a seguinte ideia forte, Srs. Senadores e Srª Senadora, que me parece uma ideia de possibilidades. Quer dizer, o que esta lâmina procura demonstrar é que as referências de produtividade – vá adiante, por favor –, tanto o girassol como a mamona, elas, caso nós tenhamos capacidade de levar a tecnologia existente hoje, portanto, não outro padrão tecnológico, nós teremos capacidade de superar uma média de produtividade de 600kg/hectare para uma média superior a 1.500kg/hectare – isso para utilizar uma linguagem: tecnologia de prateleira. Ou seja, nós não estamos falando em novas tecnologias. Nossa capacidade de usar tecnologia de correção de solo, sementes adequadas, manejo, tratos culturais permitiriam uma elevação, uma duplicação e quase triplicação de produtividade agrícola, o que significa, basicamente, assegurar níveis de competitividade, padrões de renda adequados a essa base econômica e a essa base social.

Eu trouxe um dado rápido da Índia. O Brasil hoje produz 100 mil toneladas de mamona, Bahia é o grande produtor e Ceará começa a produzir – isso como exemplo. Nós já produzimos 700 mil toneladas. A Índia, na década de 70 e 80, produzia menos que o Brasil. Hoje ela produz quase 10 vezes mais mamona que o Brasil. Ela é a grande produtora de preço no mercado mundial e buscou conhecimento e base genética no Brasil. Grande parte do banco genético indiano tem como base o banco brasileiro através de convênios de participação. E ela consegue produtividade de duas a três vezes superior à tecnologia brasileira.

O fato é que, por décadas e anos, nós não investimos em pesquisas nessas oleaginosas, nessas cultivares e, portanto, perdemos muito tempo. Hoje os mercados novos, demandantes de óleos vegetais, os mercados como os de biodiesel, os mercados de oleoquímica criam novas possibilidades para nosso País. E, a partir dessa confiança na capacidade de responder, a partir dessas tecnologias, aos mercados novos criados, com programas novos como estes, tanto os de combustíveis como os de oleoquímica, que nos parece que deveríamos olhar com muito carinho os avanços indiscutíveis do programa para nosso País, em todas as regiões, mas olharmos do ponto de vista de reflexão que agenda seria importante para fortalecer alguns princípios.

E essa última manifestação aqui, Senador, procura trazer alguns temas para a reflexão sobre o programa. A primeira delas é a ideia de atualização sobre os incentivos fiscais e tributários, pensados inicialmente para o programa e que, na nossa opinião, não foram capazes de responder aos objetivos originais. Digo isso, Srs. Senadores e Srª Senadora, com muita tranquilidade, porque tive a honra de participar ativamente da constituição deste programa – a partir da liderança do Presidente Lula – com vários outros Ministérios.

A primeira questão é com relação aos incentivos e correções e distorções tributárias. Vou ser absolutamente objetivo sobre este tema, apesar de não estar escrito.

A ideia (que nós pensamos) de incentivar novos arranjos agrícolas, especialmente na região Nordeste do País, regiões não consolidadas de agricultura familiar, tendo o raciocínio simples: a indústria aprova e incentiva esses arranjos e, como contrapartida, recebe parcela do PIS/Cofins, destinado ao Governo Federal, não funcionou, por uma razão fundamental nessa região, apesar de funcionar bem na região Sul e Centro-Oeste.

E por que não funciona? Por um dispositivo que foi incluído e que exige que, para participar do Programa de Incentivo Tributário, a matéria-prima estimulada deve fazer parte da produção de biodiesel. Qual é a situação criada? A matéria-prima que é usada na produção de biodiesel é a mais barata e a mais disponível. É evidente que eu tenho desníveis de preço em relação a uma cadeia produtiva como a soja, que tem 90 anos, e uma escala extraordinária de um novo arranjo agrícola que tem três, quatro, cinco anos de produção com níveis de produtividade muito diferenciados. E o programa não foi capaz de pensar em uma transição para os novos arranjos agrícolas.

Portanto, as empresas e os investidores que investem nos arranjos locais e que não têm competitividade de preço não são incentivados pelo programa objetivamente. A mamona, por exemplo, quanto ao óleo da mamona o mercado enxerga um valor neste óleo muito superior ao do óleo da soja. O óleo de mamona hoje tem um preço de mercado duas vezes em média superior ao do óleo de soja. A indústria não usa esse óleo por conta do preço, ela usa um óleo mais barato. Mas a indústria que fomentou a produção da mamona não recebe o subsídio como a indústria que fomentou a soja recebe. Aqui nos parece que há um ponto central a ser discutido, sob pena de desestimular a organização de novas cadeias agrícolas, de novas oleaginosas neste programa.

Parece-nos, Srs. Senadores, fundamental pensar no período de transição. Quer dizer, quem vai financiar esse período de transição e corrigir uma distorção que foi pensada para corrigir a distorção estrutural das cadeias Sul, Sudeste, Centro-Oeste com o Nordeste, em realidade, ela vem fortalecendo, não tendo capacidade de corrigir essa distorção. Aqui há um ponto central de pensar uma atualização sobre os mecanismos tributários que sejam capazes, de fato, de apoiar os investidores, as instituições comprometidas com o desenvolvimento agrícola de agricultura familiar em relação a regiões mais empobrecidas, Norte, Nordeste e norte de Minas Gerais, se me permitem.

É um tema central que achamos muito importante discutir. Achamos que existem oportunidades de curto prazo que seriam importantes. Se os Srs. Senadores me permitem, o Senado hoje deverá debater – se já não está debatendo – a MP 540. Existem iniciativas importantes sobre a atualização tributária para o biodiesel. Parece-me importante debater aquilo que pode ser construído para melhorar e qualificar um regime tributário adequado a todas as regiões, obviamente, mas um regime tributário adequado para tratar diferentemente os diferentes. Estamos à disposição para colaborar nesse sentido.

Segundo, é uma atualização do modelo de comercialização. A ANP e o Ministério de Minas e Energia já produziram essa alteração positivamente, basicamente levando em consideração os custos logísticos de transferência da soja. Isso é muito importante. A ANP já fez, a partir do último leilão, a adequação junto ao Ministério de Minas e Energia. Nós já temos um leilão de comercialização mais adequado, que garante competitividade às indústrias não localizadas no Sul e no Centro-Oeste, o que é muito positivo para recuperar um conceito fundamental do programa, que era a descentralização da produção.

O primeiro aspecto, obviamente, está vinculado a um conceito básico do programa. O programa cresce, mas deve estar permanentemente comprometido, com uma possibilidade de fazer com que parte da renda agrícola nova, gerada por esse programa, seja apropriada pelos agricultores mais empobrecidos e pelas regiões mais empobrecidas do nosso País.

O terceiro tema me parece central, Srs. Senadores, Srªs Senadora, é condensar uma estratégia de pesquisa e desenvolvimento para variáveis cultivares oleaginosas para essa região, com mais rusticidade, com mais produtividade. Nós temos hoje uma capacidade de produção tecnológica, instrumentais de biotecnologia, de biologia sintética, equipamentos públicos de enorme capacidade, Embrapas que fazem trabalhos, mas nos parece, de uma foram muito franca, que nós deveríamos ter uma concentração, um acompanhamento, uma dedicação maior para que pudéssemos associar o instrumental tecnológico para a pesquisa existente com a possibilidade de rapidamente termos a utilização dos recursos naturais brasileiros nessas condições adversas, o que geraria renda e produção agrícola aqui.

É muito importante a tecnologia agrícola, a tecnologia agronômica. Nós temos resultados importantíssimos. Por exemplo, quando associamos a biologia molecular, a biologia sintética à mamona, ao algodão,

temos resultados muito importantes de produtividade, em todas essas oleaginosas que nós temos produzido.

Por fim, uma ideia de crescimento do programa. Crescimento em relação ao aumento de percentual da mistura, crescimento de novos segmentos, crescimento de incentivo à exportação. O Brasil tem vocação exportadora, nós temos uma situação singular, obviamente, não é uma facilidade aqui, mas o Brasil hoje produz, eu fiz referência, a 60 milhões de toneladas, 70 milhões de toneladas de soja, e exportamos em grão metade dessa soja. Beneficiamos metade da soja no Brasil. Somos exportadores de óleo. Temos capacidade enorme de exportar mais óleo, mais biodiesel, mais valor agregado. A Argentina tem uma política clara de estimular o valor agregado, o biodiesel. Ela tem uma tributação inversa: tanto mais se agrega valor, menor o tributo, é o sistema Reintegra, que vocês já conhecem. Quer dizer, temos um espaço, parece-me, importante de trabalho, de pensar políticas tributárias que estimulem a expansão de uma política exportadora de biodiesel, *vis-à-vis* geração de renda no nosso País.

Essa ideias – e eu encerro aqui –, Srª Senadora, Srs. Senadores, buscam trabalhar com dois conceitos fundamentais. O primeiro é a partir da ideia do sucesso do programa. Já fiz referência à reposição do Brasil na liderança de um padrão de energia renovável, de uma matriz renovável energética e todos esses atributos. Segundo, ele busca preservar o programa naquilo que são variáveis, princípios, orientações originais fundamentais: qualidade ambiental, qualidade energética, qualidade econômica, instrumento de desenvolvimento regional e social. E esta é a grande qualidade do programa: pelo Brasil e pelas instituições que nós temos, ele tem se destacado em relação a outros programas.

Como aprofundar esses conceitos, como ampliar esses conceitos a partir da experiência de três anos a quatro anos pela qual nós, as indústrias, os agentes do Governo, as lideranças produtivas de todos os níveis aprendemos, e muito, parece-nos que é esse o desafio.

Nossa presença aqui é uma presença de quem vem atuando ativamente no programa, de quem vem participando dessa experiência nacional, de quem vem produzindo biodiesel e atendendo o mercado brasileiro, atendendo o mercado do Nordeste, o mercado do Sudeste, e de quem está disposto e com muita confiança nessa agenda de futuro.

A última frase é oleoquímica. Eu queria também trazer para reflexão, porque, além dos combustíveis, temos uma enorme oportunidade, Srs. Senadores, de pensamos um grande e novo mercado para essas matérias-primas que são os mercados que nós chamamos de oleoquímicos, todos eles. Nós, por exemplo, estamos concluindo estudos para utilização do óleo da mamona como uma resina capaz de ser protetora de tubulações de petróleo, por exemplo. É a utilização nesse nível, ou melhor, em vários níveis. Na área de biolubrificantes, por exemplo, os potenciais são enormes.

Eu quero agradecer muito por esta oportunidade, Sr. Senador Benedito de Lira, Srª Senadora, Srs. Senadores, por este convite, e, a exemplo de outros investidores, a exemplo da presença da Petrobras, o Brasil vive um momento extraordinário do ponto de vista energético. Não há país... E a Petrobras se sente orgulhosa de poder participar deste momento e de colaborar com este momento.

O séc. XXI será um século de transição energética. Faz parte da agenda mundial. O Brasil tem uma condição excepcional nesse período de transição, porque nós ampliamos enormemente a nossa capacidade de produção e extração de petróleo e gás natural. Poucos países têm a capacidade de entrar no séc. XXI com um crescimento tão extraordinário de combustíveis fósseis, necessários para abastecer a energia brasileira e mundial. E pouquíssimos países têm a condição brasileira de, ao mesmo tempo em que ampliamos a capacidade de produção de energia fóssil, temos a capacidade de ampliar a produção de energia renovável em todas as tecnologias existentes. E, nas energias renováveis, a biomassa tem e ocupa um papel central no desenvolvimento regional e econômico de inclusão social. Todas elas. Todas as tecnologias nas renováveis. Mas, dentro da biomassa, é um papel fundamental.

Pensarmos em energias renováveis como indutoras do desenvolvimento e associarmos essa extraordinária condição estratégica de potência energética é uma condição de nação, de potência energética singular da nossa capacidade. E esse é o esforço que o Senado vem fazendo, de forma exemplar – a Câmara, o Governo Federal, os governos estaduais, os agentes econômicos –, de pensar essa oportunidade energética e fazer deste momento e desta condição um instrumento extraordinário e gigantesco, à altura da energia gerada, de inclusão social. Parece-me que esse é o grande desafio a que todos nós estamos vinculados e submetidos, e é isso, parece-me, que justifica esta nossa audiência.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Ministro Miguel Rossetto, pela presença nesta Comissão. Ela compatibiliza, sem dúvida nenhuma. É o fundamento principal da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Foi muito feliz a Senadora Lídice da Mata ao propor esta audiência pública.

Nós temos realmente – e eu, particularmente, tenho – uma admiração muito profunda por esse setor.

Vamos trabalhar para que esse setor possa alcançar o mesmo êxito que vem alcançando a Petrobras com a exploração do petróleo.

Depois, eu farei outras intervenções, mas, neste primeiro momento, eu gostaria de agradecer a presença do Sr. Miguel Rossetto e passar a palavra à minha querida Senadora Lídice da Mata, autora do requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, caro Dr. Miguel Rossetto, presidente da Petrobras Biocombustível, a nossa ideia de trazer esta discussão aqui na nossa Comissão surgiu até do encontro eventual que tive com o presidente da Petrobras Biocombustível. Nesse encontro, destaquei que esta discussão aqui hoje tem tudo que ver com a existência desta Comissão, cujo objetivo é discutir, é organizar o desenvolvimento regional no País, obviamente buscando integrar os que estão em situação de desenvolvimento mais tímido, especialmente o Norte e o Nordeste do Brasil.

Diferentemente da energia fóssil vinda do petróleo, a energia do biocombustível se integra muito claramente à já existente economia regional. Digo isso porque, na minha região, a do recôncavo baiano, produtora, no passado, de cana-de-açúcar e de fumo e que hoje produz bem pouquinho, quando o petróleo entrou – e foi nessa região que ele se desenvolveu na Bahia –, apesar de ter levado um grande progresso, apesar de ter incorporado mão de obra, inclusive o fato foi saudado por nós como a incorporação da mão de obra negra na Bahia, por outro lado, desorganizou profundamente a produção agrícola, a produção rural, dos pequenos produtores e dos grandes produtores de cana-de-açúcar existentes no recôncavo. Depois disso, nunca mais se recuperou aquela agricultura.

Já o biocombustível permite justamente a existência dessa relação com a agricultura familiar, com o pequeno produtor. Mas ela não é uma relação fácil, como já foi destacado aqui. Precisamos dar um salto de qualidade no nosso desejo, no nosso sonho de ver o agricultor familiar, que muitas vezes produzia quase que só para a subsistência, ou com objetivos bem mais tímidos, colocado numa cadeia produtiva de produção energética.

Creio que o desafio que foi colocado aqui está muito claro na exposição do ministro, do presidente, que é mais do que ministro ser presidente do biocombustível. Muito ministro queria ser presidente da Petrobras Biocombustível ou da Petrobras. Então, ficou muito claro, e temos a alegria de ter aqui também o Líder do Governo e Relator da MP nº 540. Mesmo tendo esta situação, que é o Senado encurralado no canto da parede, com os prazos regimentais para as medidas provisórias, independentemente disso, se não conseguíssemos nessa medida provisória, talvez pudéssemos assumir aqui a responsabilidade de provocar o Governo para avançarmos nessa questão do estímulo tributário e fiscal para superar essa situação.

Parece-me que agora estamos vivendo aquela história de que fizemos a lei numa direção e ela se mostrou estimuladora justamente daquilo que não queríamos que acontecesse, que é a manutenção da soja como grande beneficiada desse processo. Não temos nada contra a produção de soja. Pelo contrário. O estímulo existiu justamente para que pudéssemos viabilizar essa pequena produção. A soja, no interior da Bahia, também grande produtora e não tenho dúvida do *boom* que significa de desenvolvimento para aquela região, também significou uma grande desagregação do pequeno produtor, do agricultor familiar naquela região, que foram expulsos completamente.

É na produção da mamona, na produção do dendê, que hoje na Bahia é quase extrativista, o dendê principalmente, que pudéssemos desenvolvê-la em toda a região do Nordeste, principalmente no semiárido. Não tratamos do etanol de V. Exª, em Alagoas, mas, realmente, surge como um dos grandes vetores de desenvolvimento para o semiárido nordestino e vinculado a um outro desafio, que é também o desafio da ciência, tecnologia e inovação, um outro vetor que pode significar a nossa libertação. Estamos vivendo um período de inflexão do Nordeste em relação ao País. Primeiro, o nosso grande crescimento após muitos e muitos anos de estagnação, com os últimos investimentos inclusive da Petrobras na nossa região, mas em outras áreas também, de infraestrutura em geral e nos portos. Mas o desafio de incorporar o Nordeste à economia globalizada continua ainda não sendo efetivado. Estamos correndo desesperados para ver se conseguimos alcançar o conjunto do Sudeste nesse processo de produção da economia brasileira.

Creio que a energia, a ciência, tecnologia e inovação e outra coisa que tem distância disso, mas que tem a ver com a nossa Comissão, que é o turismo, podem ser grandes vetores de desenvolvimento para o Nordeste brasileiro.

Então, creio que esta discussão aqui hoje se recoloca na pauta da nossa Comissão, na agenda dos assuntos e no debate econômico. O Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio, demonstrou para o Presidente desta Comissão, Senador Benedito de Lira, a vontade de estar aqui. Não está presente porque tinha outras agendas marcadas, mas demonstrou muito interesse nesse assunto porque crê que é justamente o momento que o Brasil tem para abordar essa questão e, no nosso caso, o Nordeste tem também de abordar, já que somos hoje o segundo na

produção de biocombustível no mundo e os primeiros consumidores. Isso nos coloca numa posição de correr atrás do desafio de não ficar parado, apenas deitado em berço esplêndido, como alguns diriam, achando que ser o segundo produtor é um grande tento que estamos realizando. Nós precisamos muito mais do que isso. Precisamos dar um salto na capacidade de produção e, principalmente, na produtividade.

Quero só fazer uma pergunta, porque não entendo mesmo. Do que eu estava olhando da produção de cada uma dessas usinas, verifiquei que há uma certa diferença entre aquilo que é o faturamento delas e o que é produzido. Refiro-me à usina de Minas Gerais, que tem uma capacidade em torno de 108 mil metros cúbicos por ano, e a de Candeias, por exemplo, que tem quase o dobro de capacidade produtiva, com uma força de trabalho igual e, no entanto, com quase o mesmo faturamento. Por que isso acontece? Queria entender um pouco isso.

É o mesmo caso de Quixadá, que tem um pouquinho só mais de gente e cujo número de agricultores familiares que envolve é quase o dobro do que é envolvido em Candeias, na Bahia. Por que mesmo essa diferença?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Peço a gentileza do nosso palestrante para que ouça os Senadores que estão inscritos se manifestarem, respondendo, depois, em bloco.

O segundo orador inscrito é o Senador José Pimentel; depois, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Abro parênteses para avisar aos Srs. Senadores que, depois da audiência pública, a Comissão permanecerá em reunião porque vamos apreciar as emendas ao PPA.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente desta reunião, nosso Benedito de Lira, quero aqui saudá-lo pela condução do trabalho, dar um forte abraço na Lídice da Mata e parabenizá-la pela oportunidade desta audiência pública, e, principalmente, saudar o nosso Presidente Miguel Rossetto, que nos dá aqui uma aula de atualização da nossa Petrobras Biodiesel e uma visão integrada do seu programa dentro da Petrobras, que chamo de empresa-mãe, por ser um grande conglomerado, e também as perspectivas cada vez mais fortes desse setor, também trazendo para nós alguns pontos que são cruciais para serem resolvidos, como forma de continuarmos tendo o crescimento desse programa, que, entendo, além da riqueza que traz para o Brasil, além da questão do combustível, também é, no caso do semiárido e da região nordestina, a grande porta de saída do Bolsa Família. Se nós observarmos aquela região, dos 16,2 milhões de pessoas que, no Brasil, ainda vivem abaixo da linha de pobreza, vamos verificar que 59% desse público está no semiárido nordestino. Quando se abre esse público, ele é basicamente formado por populações periféricas dos grandes centros que foram expulsos da pequena propriedade ou agricultores das pequenas propriedades, dos assentamentos, o meeiro, o parceiro e o arrendatário.

Esse desenho, quando foi feito lá em 2008, tinha, eu diria, três grandes objetivos: o primeiro deles era exatamente um grande conglomerado empresarial, como é este de capital nacional e de que todos nós temos orgulho pelo que representa, e também trazer uma contribuição para enfrentar as questões climáticas e o grande debate da questão ambiental que o mundo vivencia e para a qual o Brasil gostaria de dar sua grande colaboração, como vem dando. O segundo objetivo era exatamente criar o ambiente de trabalho que pudesse contribuir com o aumento da tecnologia, com formação de mão de obra, com a capacitação de um conjunto de trabalhadores que viviam ainda numa economia de subsistência, com tecnologia baixíssima. E o terceiro grande objetivo era direcionar a economia brasileira com o olhar para esses segmentos.

Eu diria que, com esses três grandes objetivos, se a gente observar depois de três anos, constatamos que estamos no rumo certo. Basta ver a aceitação do programa que temos nessas regiões, o envolvimento crescente dos poderes locais e regionais que são os governos estaduais em torno do programa, inclusive estimulando-o. Mas temos alguns gargalos, o que é natural em um programa dessa magnitude. O primeiro deles, aqui identificado, é a questão do incentivo fiscal e esse diferencial junto à lei que aprovamos em 2008.

Acredito, nossa Senadora Lídice da Mata, que quando aprovamos a lei, em 2008, como estávamos iniciando esse programa, não tínhamos muita clareza das suas variáveis, das suas diferenciações. Hoje ele está muito claro para nós. O que nós poderíamos, juntamente com a Petrobras Biodiesel e particularmente a Mesa Diretora desta Comissão, era colher essas informações todas e ver quais são as alterações que precisam ser feitas. Sou um daqueles, ao lado do nosso Presidente e dos membros da nossa Comissão, a batalhar, para que a gente possa iniciar 2012 com isso se não totalmente resolvido, mas pelo menos com um conjunto de itens superados.

Não há dificuldades para o Governo Federal enfrentar isso. Evidente que é o papel da Fazenda dar uma freada, e não pode ser diferente, mas tenho clareza de que, nessas matérias, dá para avançar muito. Não sei se dá para ter essa amplitude na 540, porque ela perde a sua eficácia dia 30 de novembro, e a previsão é de que será votada aqui no Senado somente

no dia 23 de novembro, ou seja, numa quarta-feira; e a terça-feira seguinte já é 30 de novembro, e talvez não tenhamos condições de fazer toda essa adequação nesta medida provisória, mas nós temos uma série de outras tramitando e eu queria aqui me colocar à disposição. Primeiro, porque sou um grande interessado pelas questões do Ceará e do Nordeste, segundo porque a Petrobras é merecedora por tudo que ela já fez pela economia brasileira, pela sociedade brasileira, e o que ela poderá fazer com o pré-sal e essa coisa toda que estamos discutindo.

A segunda questão que eu queria ponderar, nosso Presidente Miguel Rossetto, é no âmbito da formação da mão de obra, da capacitação dos nossos agricultores familiares. Sei do programa que a Petrobras tem para isso, o que já está sendo feito, mas nós temos hoje uma parceria muito forte, estruturada no Brasil e particularmente na região Nordeste, que são os institutos federais de tecnologia em educação. Essa rede está presente nos nove Estados de abrangência da Sudene, aliás, nos onze Estados de abrangência da Sudene, particularmente nos nove Estados da região Nordeste. Eu acredito que nós temos condição de ter uma forte parceria com esse setor e de trazer também o Pronatec, ou seja, a formação e a capacitação de mão de obra, e eles, através da sua estrutura física e também com os professores que já possuem, fazer uma parceria com a Petrobras Biodiesel para que a gente possa avançar nisso com o custo baixíssimo.

Tivemos o cuidado, nesse primeiro semestre de 2011, de fazer um desenho sobre isso, a partir dos técnicos da Petrobras Biodiesel de Quixadá e o Instituto Federal de Tecnologia do Ceará. Eles fizeram um grande trabalho. Há uma série de sugestões para que a Petrobras possa ser melhor atendida na formação e na capacitação do agricultor familiar, com manejo de solo, com novas tecnologias e, ao mesmo tempo, com um custo baixíssimo para o Estado Nacional, porque a rede física está montada. E não estamos falando aqui do técnico agrícola, estamos falando da formação da mão de obra do pequeno agricultor, daquele que precisa ter informação, em um curto espaço de tempo, com qualidade técnica muito melhor.

Ao mesmo tempo, tivemos um período, ali nas décadas de 80 e 90, em que o estímulo para o técnico agrícola foi mínimo, e, agora, com a agricultura familiar crescendo, com o crédito diferenciado para esse setor, está havendo uma demanda significativa para a formação de técnicos agrícolas de nível médio. Acredito que aqui também nós poderíamos fazer um dimensionamento da necessidade desses profissionais e planejar para cinco, seis anos, para que as escolas técnicas possam nos ajudar na formação da mão de obra desses estudantes de ensino médio profissionalizante como forma de abastecermos para frente – um espaço também significativo. E o presidente da entidade nacional dos institutos federais, o Cláudio Ricardo, é também o reitor do Ceará, uma pessoa muito dedicada que tem disposição para nos ajudar nesse debate.

Por último, a questão do crédito. Sabemos que os fundos constitucionais atuam fortemente nas regiões Norte e Nordeste e também na região Centro-Oeste, mas muito mais nas regiões Norte e Nordeste. Temos ali um diferencial de tarifas bancárias e de juros muito forte. Boa parte, no caso nosso, da região Nordeste, desse crédito estava indo para as eólicas. Foi tomada uma decisão no Conselho Deliberativo da Sudene, que preside também essa questão agora em 2011, para que fosse redirecionado o crédito, disponibilidade maior para esses setores. Eu diria aqui também que nós poderíamos ter uma conversa com o Ministro da Integração Nacional na Comissão, se você – deixe-me chamá-lo de você, que é nosso companheiro, chegamos juntos, em 95, à Câmara Federal; para chamar de senhor eu fico meio sem jeito –... Poderíamos ter uma conversa com o Ministro da Integração Nacional, dentro desse arranjo, para que não faltasse o crédito.

Portanto, acho que tem uma agenda muito grande. Vou ficar aqui com o dever de casa nessa lâmina e queria, aí por todo este mês de novembro ainda, com a anuência do nosso Presidente Benedito de Lira e da nossa Relatora, autora do requerimento, ver se a gente fechava essa proposta de alteração legislativa para começar a trabalhar nela.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Pimentel. Foi de muita importância a presença de V. Exª aqui, até porque, como Líder do Governo, vai nos ajudar a criar as condições para que possamos realmente colocar esse assunto em pauta, que é da maior importância para o País.

Com a palavra o Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, quero dizer, Dr. Miguel Rossetto, que gostei muito da exposição. Já tinha anotado aqui um ponto que ia abordar. E aí vejo a Senadora Lídice da Mata reclamar do Nordeste. E o que vou dizer do Norte agora? Pelas demonstrações feitas, na verdade, o programa está só no Pará, mas mesmo na verdade em Belém, próximo de Belém.

Eu queria deixar aqui justamente, digamos, uma solicitação para que possamos olhar essa região principalmente da Amazônia ocidental. Já que temos tanta preocupação de preservar a floresta, de não desmatar, aproveitar inclusive as áreas já antropologicamente

usadas, inclusive com assentamentos do Incra. Lá no meu Estado, por exemplo, o dendê é uma excelente fonte, mas também a mamona cipreste.

Então eu gostaria muito de deixar esse apelo como uma pauta para que pudéssemos incluir o Amazonas, o Estado de Roraima, o Acre, Rondônia, a Amazônia ocidental, porque quando a gente fala em Amazônia tende muito a ficar ali na Amazônia oriental, na antiga porta de entrada da Amazônia, que é justamente Belém do Pará. É lógico que eu também defendo que Belém é muito importante, o Pará é muito importante, mas evidente que a Amazônia é muito grande para ficar só em Belém.

Portanto, ao dizer que fico muito feliz com o avanço que já conseguimos, quero deixar essa sugestão. Inclusive já houve até, por parte de alguns órgãos do Governo, o estímulo para muitos produtores no sul do Estado de Roraima principalmente, área onde existem os assentamentos que foram feitos pelo Incra, da plantação do dendê. É importante que possamos também incluir Roraima nisso; daí o meu apelo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Uma brincadeira só. Enquanto a Petrobras Biocombustível não vai lá, os senhores aprendem a fazer moqueca de dendê.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em primeiro lugar, agradeço mais uma vez a presença do nosso amigo Dr. Miguel Rossetto.

Quando a Senadora Lídice da Mata me falou a respeito dessa possibilidade de fazermos esta audiência pública, eu disse que era uma coisa da melhor oportunidade, até porque, já faz alguns meses, fiz uma visita ao Presidente da Biodiesel Petrobras, Pimentel, e fui tratar com o Dr. Rossetto, ouvi-lo sobre o programa, as ações que estão sendo desenvolvidas pela sua Petrobras Biodiesel. E, logicamente, tive a intenção de fazer com que o Estado de Alagoas, o Nordeste pudesse receber incrementos, o máximo possível, e aproveitar o semiárido nordestino para a cultura da mamona, que é uma oleaginosa que se adapta muito bem àquela região.

No meu Estado, que é um dos grandes produtores de cana-de-açúcar do Brasil, hoje com uma produção de etanol considerável, há uma coisa que deixa muito a desejar: quando o açúcar alcança um valor considerável na balança internacional, os usineiros brasileiros deixam de produzir o álcool e vice-versa. Tanto é que nós temos problemas com o etanol, problemas de abastecimento. O preço do álcool deu uma alavancada extraordinária e se pergunta: mas por quê? Por conta da pouca capacidade de produção que está ocorrendo hoje. Quer dizer, o nosso estoque é bem pequeno para acompanhar a demanda que realmente se incentivou neste País na construção de carros a álcool e, ao mesmo tempo, com a adição de álcool à gasolina.

Pois bem, acho que a saída é por aí, mas, como disse o Senador Pimentel e o próprio Senador Mozarildo, precisamos ter os incentivos indispensáveis para incrementar realmente uma produção capaz de aumentar a nossa capacidade no mercado, permitindo em pouco tempo a existência da Petrobras Biodiesel.

Eu gostaria de ver – nós precisávamos estudar essa hipótese e o senhor vai nos dar os caminhos, se por acaso eles existirem – se há possibilidade de a Petrobras, por exemplo, abrir uma frente de investimento nessa área nos mesmos moldes que ela faz para a prospecção do petróleo: somas extraordinárias de recursos para a exploração de petróleo. Será que haveria possibilidade desse incremento através da própria Petrobras, um incentivo para que ela investisse nessa área? É uma pergunta que eu deixaria aqui para que a gente pudesse, no amanhã, melhorar isso ou até ter uma conversa, um contato com quem melhor pudesse nos orientar nessa direção lá na Petrobras.

Ao mesmo tempo, o próprio Pimentel tocou no assunto que eu ia mencionar, que era exatamente a qualificação da mão de obra, a qualificação dos técnicos através das escolas técnicas agrícolas, das universidades, para esse pessoal orientar o agricultor familiar para produzir mamona com capacidade de comercialização. Não é produzir como nós produzimos hoje lá.

O senhor diz que um hectare produz 600 quilos, com capacidade e logicamente com tecnologia para 1.500 quilos por hectare. Lá na nossa região talvez não se produzam 200 ou 300 quilos de mamona, porque é uma agricultura rudimentar, uma agricultura ainda da época do meu avô. Confesso que é exatamente isso que nós precisamos motivar, incentivar.

Como o senhor acabou de dizer, e é óbvio, o óleo mais fino que existe é o óleo da mamona não só para determinadas ações que são desenvolvidas, mas até para a perfumaria. Utiliza-se o óleo de mamona, que é finíssimo, de primeiríssima qualidade. Daí por que o adicionamento dele em determinadas misturas foge por conta do custo elevado. Mas o custo é compatível com a pequena produção. Quando tivermos condições de produzir mais, o seu custo diminuirá consideravelmente.

No resto, eu queria deixar apenas os nossos agradecimentos e dizer que é provável, Dr. Rossetto, que em outra oportunidade nós possamos convidá-lo novamente para, numa audiência mais ampla com outras comissões, como a Comissão de Assuntos Econômicos, como a Comissão de Meio Ambiente, como a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, como a Comissão de Agricultura, fazermos uma audiência pública não só com a sua presença, mas com

outros que poderão trazer grande contribuição para levarmos a cabo esse programa que é da maior importância para este País e para a nossa região, Senadora Lídice da Mata, bem como para a região Norte, que tem pequeno espaço de ocupação pelo que vimos aqui, nessas demonstrações.

Então eu queria cumprimentá-lo pelo trabalho que tem desenvolvido à frente dessa instituição e, consequentemente, retornar-lhe a palavra, para que o senhor possa responder às indagações que lhe foram feitas e tecer os seus últimos comentários.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Muito obrigado, Senador Benedito.

De uma forma muito rápida, todas as intervenções foram muito qualificadas.

Senadores, na verdade eu cometi uma...

Nós ampliamos a capacidade de produção de Candeias em 2011, mas os indicadores de faturamento são de 2010. Por isso a sua observação é absolutamente correta, mas a Bahia... Em 2011 é que nós entramos com a duplicação de Candeias. E as três unidades tinham praticamente a mesma capacidade de produção. Por isso tem essa diferença em relação ao faturamento.

São excelentes, Senador Pimentel, essas observações. A dimensão desse programa, por normativa e por obrigação da indústria, por conta do incentivo... A cada 100, 150 famílias, é obrigatório, pela normativa do MDA, que exista um técnico agrícola acompanhando. Nós contratamos 600 profissionais da área agrícola, a Petrobras Biocombustível. Todas as indústrias de biodiesel, para ter o Selo Combustível Social, para participar integralmente dos leilões da ANP, têm as mesmas obrigações.

Portanto, o programa cria uma dinâmica de formação e de qualificação enorme. E essa integração com as escolas técnicas é algo absolutamente fantástico. A equação será vencida com o aumento de produtividade. Essa é a equação fundamental, com sustentabilidade e boas técnicas, mais pesquisa, mais tecnologia, mais produtividade e mais rusticidade para permitir o aproveitamento de vastas áreas que hoje não são aproveitadas.

Nós vamos levar em consideração. Estamos iniciando a nossa presença no Norte e a expectativa é ampliar a produção, sim, na região Norte do nosso País. Da mesma forma como a Petrobras vem aplicando recursos em pesquisa... Eu fui muito econômico aqui, mas acho que a agenda que o senhor traz é absolutamente fundamental. Obviamente, sou um entusiasta dessa agenda e fiz referência na minha intervenção final que se pudesse retomar...

O Brasil tem um outro pré-sal. Pré-sal é um espaço extraordinário energético do nosso País. Nós temos um outro pré-sal a partir das energias renováveis que nós temos. As energias renováveis necessitam de um programa gêmeo do pré-sal. Essa é a ideia fundamental, o desafio. Quando nós somamos a capacidade conhecida de biomassa, de energia eólica, de energia solar, de energia hidráulica do nosso País, das renováveis, nós temos outro pré-sal em potência energética hoje existente. O padrão tecnológico de que nosso País dispõe de pesquisar, de avançar, de investir cria uma situação singular extraordinária, capaz de pensar a energia como a grande fonte de desenvolvimento a partir de seu processo de produção, não só na entrega da disponibilidade de energia. Nós temos condições de fazer essa produção como nenhum país tem. Nenhum país tem. Nós temos tecnologia, nós temos capital, nós temos qualidade e capacidade de trabalho, nós temos um mercado que permite, as inteligências que nós produzimos vêm estimulando outras energias, nós temos uma agenda.

Se o senhor me permite, já que o senhor fez referência aberta ao etanol, também, isso deve ser enfrentado, não é razoável o País se conformar. Acho que é um momento singular. Permita-me aqui, Senador, é singular por conta de crise de canavial etc., mas obviamente não é razoável o País se conformar em ser um importador de 900 mil metros cúbicos de etanol dos Estados Unidos, ao contrário. Nós temos uma capacidade gigantesca de produção. E crise de oferta é bom, é positivo para quem consegue resolver crise de oferta não reduzindo demanda, mas respondendo com oferta. Nós temos toda condição de responder com essa oferta, temos terras, capital, tecnologia, mercado, capacidade de trabalho. Portanto, programas que estimulem o aumento da produção no campo das renováveis ampliam a presença do nosso País de uma forma de vanguarda, de liderança na grande agenda planetária, que é a agenda de uma economia de baixo carbono, a que o Senador Pimentel fez referência.

Nós estamos inteiramente à disposição dos Senadores e da Senadora. Nós temos uma experiência acumulada. Outras instituições, outras empresas fazem parte desse programa. A Petrobras, como grande empresa de energia, fez essa opção estratégica de compartilhar sua produção e abastecer o mercado brasileiro também com energia renovável.

Queremos compartilhar nossa experiência, sugerir mudanças na perspectiva de ampliação dessa nossa capacidade de produção a partir de todas essas variáveis que nós qualificamos e dessa variável que é a grande possibilidade de desenvolvimento regional e social para o nosso País.

A ideia de sustentabilidade é uma agenda ambiental, mas, cada vez mais, sustentabilidade ambiental é sinônimo de sustentabilidade social e econômica, e nós temos uma agenda que nos permite contemplar isso.

Eu queria agradecer muito, colocar a empresa à disposição e convidar todos os Senadores e Senadoras, colocando todas as nossas usinas à disposição. Seria uma honra para a Petrobras Biocombustível uma visita dos senhores às nossas usinas, ao nosso trabalho. Seria muito positivo e nos sentiríamos honrados com a presença dos senhores em uma eventual visita programada para conhecer diretamente nossas atividades com agricultores e com as usinas de biodiesel.

Muito obrigado por essa oportunidade.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Nós vamos discutir isso aqui, em nível de Comissão. Realmente, é importante que possamos fazer, em alguma oportunidade, uma visita *in loco* a essas usinas de biodiesel.

Eu queria esclarecer que, ao aqui chegar o nosso Senador Rodrigo Rollemberg, eu estava terminando de fazer as minhas manifestações, e ele levantava o dedo, pedindo a palavra, mas eu já tinha concedido a V. Sª. Eu queria dizer ao nobre Senador que não foi por acaso que V. Exª não usou da palavra antecipadamente, mas V. Exª tem a palavra agora e a use para fazer as indagações que achar convenientes ao nosso querido amigo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, não farei indagação alguma, apenas quero cumprimentar o Ministro Miguel Rossetto, agora Presidente da Petrobras Biocombustíveis. É uma alegria muito grande revê-lo. Tive oportunidade de acompanhar e de admirar o trabalho fantástico desenvolvido pelo Ministro à frente do MDA, onde coordenou e apoiou muito fortemente a implantação desse programa de biodiesel no Brasil.

E quero me justificar, Sr. Presidente: não estava aqui desde o início porque estava presidindo a audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, da qual sou Presidente, sobre o impacto do Código Florestal nas cidades, já que o nosso relator deve fazer a leitura do seu relatório no dia 16. Mas eu queria aproveitar para solicitar a gentileza de V. Exª, Sr. Presidente, para, se for possível, votarmos o Requerimento nº 28, que está na pauta, e dois requerimentos extrapauta que apresentei.

Um discute os impactos sociais da venda das unidades de produção da Sadia no Distrito Federal. Para o senhor ter uma ideia, o maior item da pauta de exportações do Distrito Federal é o frango. Os produtores estão apavorados com a decisão tomada pelo Cade e pediram para fazer uma audiência pública para discutir essa questão com os convidados: representante do Cade; representante da BR Foods; representante da União Brasileira de Avicultura; representante do GDF; representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal; representante dos Produtores Integrados e da Academia/Especialistas, além do Conselho Deliberativo do FCO. E há também um aditivo a um requerimento já aprovado, o Requerimento nº 27, de minha autoria, acrescentando os nomes dos Srs. Henrique Villa e Gastão de Araújo Leite para participar dos debates sobre alternativas para o desenvolvimento autossustentável do entorno.

Essa é a solicitação que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu queria comunicar ao nobre Senador Rodrigo Rollemberg que os requerimentos de V. Exª já se encontravam aqui em pauta. Mas quero apenas suspender a reunião por alguns minutos para que possamos nos despedir do nosso convidado e nós reabriremos imediatamente, não só para cuidarmos dessa pauta, mas para fazermos a reunião para discutirmos as emendas para o PPA da Comissão.

Está suspensa a reunião por alguns minutos.

(Suspensa às 16 horas, a reunião é reaberta às 16 horas e 03 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Está reaberta a reunião.

Há quatro requerimentos sobre a mesa para a extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores e Senadoras se estão de acordo que esses requerimentos entrem extrapauta. (*Pausa.*)

Se ninguém se manifesta contrariamente, submeto à aprovação.

Aprovado, vamos agora fazer a leitura dos requerimentos, primeiro o de nº 28, de 2011, que solicita que seja realizada audiência pública para discutir sobre as ações governamentais voltadas à realização da Copa do Mundo de 2014.

Permanece o convite ao ex-Ministro Orlando Silva?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Substitui pelo atual Ministro do Esporte, Deputado Aldo Rebelo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) –

Extrapauta

ITEM 1

REQUERIMENTO 28/2011-CDR

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, e Fiscalização e Controle (CMA) para a discussão das ações governamentais em razão da realização da Copa do Mundo, com a participação dos seguintes convidados: Aldo Rebelo, Ministro de Estado do Esporte; Ricardo Teixeira, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol e do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014; Guilherme Ramalho, Responsável pela Câmara de Infraestrutura para a Copa do Mundo, coordenada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Raquel Rolnik, Relatora Especial da Organização das Nações Unidas para o Direito à Moradia Adequada; Athayde Ribeiro Costa, Procurador da República, Coordenador do Grupo de Trabalho Copa do Mundo FIFA 2014 da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF).

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Em discussão o requerimento.

Com a palavra o autor.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu entendi que, ao ver aprovado esse requerimento nas duas outras comissões, como esse é um assunto que diz respeito a esta Comissão, que esta Comissão também deveria participar dessa audiência pública conjunta. Esse é o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão.(*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 2
REQUERIMENTO 29/2011-CDR

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater sobre os "Impactos Sociais da Venda das Unidades de Produção da Sadia no Distrito Federal" objeto do Termo de Compromisso de Desempenho assinado entre o Cade, Sadia e BR Foods, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); Representante da BR Foods; Representante da União Brasileira de Avicultura (Ubabef); Representante do Governo do Distrito Federal (GDF); Representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal; Representantes dos Produtores Integrados de Aves; Representante da Academia/Especialista em Agribusiness; e Representante do Conselho Deliberativo do Fundo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/FCO).

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e Benedito de Lira.

Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 3
REQUERIMENTO 30/2011-CDR

Requeiro, nos termos do inciso I, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 526, de 2011, que "altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com o objetivo de reduzir o limite de receita bruta decorrente de exportação para o exterior por pessoas jurídicas instaladas em ZPE localizada na faixa de fronteira da Região Norte", com a presença das seguintes autoridades: Presidente do Conselho Nacional das Zonas de Processamento e Exportação – CZPE; Secretário da Receita Federal do Brasil – RFB; e Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Senador Mozarildo Cavalcanti, tem a palavra V. Exª.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Presidente, é apenas para, como V. Exª já esclareceu, instruir um projeto do qual sou relator. Então, eu gostaria de contar com a aprovação, para que nós pudéssemos ter – eu, como relator – melhor condição de relatar.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão. (*Pausa*.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 4
REQUERIMENTO 31/2011-CDR

Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 27 de 2011, de minha autoria, para incluir como convidados para o Ciclo de Debates que objetiva discutir Alternativas para o desenvolvimento auto-sustentável e geração de emprego e renda no Entorno do Distrito Federal, bem como O desenvolvimento social e condições de vida no Entorno: o desafio da segurança, educação, saúde, assistência social e moradia, os Senhores Henrique Villa – Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional; e Gastão de Araújo Leite – Secretário da Secretaria Extraordinária do Entorno do Distrito Federal.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Senador Rodrigo Rollemberg, com a palavra V. Exª.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, já tivemos oportunidade de aprovar aqui, com o apoio de V. Exª, esse ciclo de debates, fundamental para discutir políticas públicas que promovam o desenvolvimento integrado da região do Distrito Federal e entorno. Essa é uma região de problemas muito graves e que precisam ser enfrentados. O objetivo desse requerimento é acrescentar o nome de duas pessoas que têm uma grande contribuição a dar a esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão.(*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. .(*Pausa*.)

Aprovado.

Encerrada a Ordem do Dia, e, como vamos ter uma reunião logo em seguida, encerro a presente e convoco uma reunião extraordinária para que a gente possa discutir e votar as emendas de comissão ao PPA.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas.)

ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM NOVE DE NOVEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, APÓS A 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CDR, QUE ACONTECEU AS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dezesseis horas e onze minutos do dia nove de novembro do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número dezenove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Ana Rita, Vicentinho Alves, Lídice da Mata, Maria do Carmo Alves, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg e Reditário Cassol. Justificam a ausência os Senadores Vanessa Grazziotin e Wellington Dias. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a discussão e a votação das Emendas da Comissão ao Projeto de Lei de nº 29/2011-CN (Plano Plurianual para o período de 2012/2015) a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em seguida a Presidência concede a palavra ao Coordenador das Emendas, Senador Mozarildo Cavalcanti, para proferir o seu parecer sobre as emendas e as suas considerações. O Relator explana que foram apresentadas 17 Emendas ao PL nº 29/2011-CN, de autoria dos Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Benedito de Lira, Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Paulo Paim e Vital do Rêgo. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Rodrigo Rollemberg e José Pimentel. Colocadas em votação, a Comissão aprova 10 (dez) emendas, assim distribuídas: **Seis Emendas de Inclusão / Alteração de Iniciativa: 01) Desenvolvimento Regional – Nova; 02) Desenvolvimento Regional 2 – Nova; 03) Linha Verde – Nova; 04) 05. CDR – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nova; 05) CDR – Conservação de microbacias – Nova; e 06) Modifica iniciativa 02W3 do programa 2076 – CDR – Existente. Duas Emendas de Programa: 07) CDR – Inclui indicador para moradia coletiva para pessoas idosas, por sexo, e cor/etnia no programa 2049; e 08) Sen. Mozarildo Cavalcanti – Faixa de Fronteira. Duas Emendas de**

Texto: 09) Artigo 16 – Modificativa; e 10) Artigo 4 inciso I – Modificativa. Em seguida, a Presidência comunica que nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I da Resolução nº 01/2006-CN, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da Reunião que as aprovou. Neste sentido, o Presidente propõe a dispensa da leitura da ata e a submete a aprovação. **A ata é aprovada**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezoito minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador Benedito de Lira,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, reunião extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de começarmos a Ordem do Dia, proponha a dispensa da leitura da Ata. *(Pausa.)*

Submeto a Ata à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, conforme pauta previamente distribuída, esta reunião destina-se à discussão e à votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao Projeto de Lei nº 29, de 2011, do Congresso Nacional, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015.

A Comissão recebeu 17 emendas. Foi designado coordenador das emendas o Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem concedo a palavra para fazer a leitura do seu relatório e as suas considerações.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, conforme V. Exª já anunciou, foram apresentadas 17 emendas. Como o meu relatório e o voto já foram distribuídos, eu vou dispensar a leitura do relatório e vou direto para a análise e o voto.

Com exceção da Emenda nº 17, que se relaciona à matéria de competência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, as demais emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais e legais. Na seleção das emendas, optamos por contemplar as diversas áreas de responsabilidade desta Comissão.

Ainda dentro dessa orientação, optamos, dentro do conjunto de emendas apresentadas, pelas emendas de maior abrangência.

Como emenda de iniciativa, atenderemos às Emendas nºs 2, 3, 5, 7 e 14, as quais abrangem os Ministérios do Turismo, das Cidades e da Integração Nacional.

Como emendas de texto, as quais não têm limitação, indicamos a aprovação das Emendas nºs 1, 9, 10, 11 e 12.

O mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sendo assim, o meu voto é pela apresentação por esta Comissão das Emendas nºs 1, 2, 3, 5, 7, 9, 10, 11, 12 e 14.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o parecer, seguido do voto, do Senador Mozarildo Cavalcanti às emendas desta Comissão.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Só para...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Só para cumprimentar o Senador Mozarildo Cavalcanti e manifestar a minha posição favorável ao seu relatório e voto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu quero também parabenizar o nosso relator pelo parecer e fazer apenas uma ponderação. Há algumas emendas que têm o mesmo objeto, o mesmo enquadramento, a exemplo das Emendas nº 3 e 16. A Emenda nº 3, que foi acolhida, trata de estruturar e adensar arranjos produtivos locais e cadeias produtivas em múltiplas escalas, com vistas ao desenvolvimento sustentável. E a Emenda nº 16 trata da mesma questão: estrutura e adensar arranjos produtivos locais e cadeias produtivas em múltiplas escalas, com o mesmo enquadramento, o Programa 2029 e o Objetivo 0840.

Eu perguntaria ao nobre relator se não seria possível somar os valores das duas emendas e, no parecer, dar o crédito aos dois autores. Não sei. Acho que regimentalmente é possível, ou seja, poderíamos propor que a Emenda nº 16 fosse fundida à Emenda nº 3 para fins de dar o crédito aos dois autores, somando, no seu montante, os valores da 3 com a 16 como

sugestão para o Relator-Geral do PPA só como forma de dar o crédito aqui ao nosso Vital do Rêgo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Não vejo nenhuma objeção. No entanto, o que eu fiz? Procurei atender, pela ordem, a todo mundo. Então não sei se, também dessa forma como eu fiz, não está atendendo, porque só uma emenda deixei de tratar, só uma, a dezessete, porque não atende.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Tudo bem. Então obrigado. Está atendido.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Atende a exigência de V. Exª, aliás, a ponderação?

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Submeto a votação.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero cumprimentar S. Exª, o nosso Relator Mozarildo Cavalcanti, e aproveitar para informar, nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização juntamente com a ata da reunião que se aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura da Ata e submeto-a a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Não havendo mais nada a tratar, eu encerro a presente reunião e convoco os Srs. Senadores e Senadoras para a próxima reunião no horário regimental desta Comissão.

(Iniciada às 16 horas, a reunião é encerrada às 16 horas e 11 minutos.)

ATA DA TRIGÉSSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E DOIS DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA FEIRA ÀS QUATORZE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e seis minutos de vinte e dois de novembro do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número treze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Ana Rita, Vanessa Grazziotin, João Durval, Lídice da Mata, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena, Maria do Carmo Alves, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Wellington Dias, Ana Amélia, Eduardo Amorim, Vital Rêgo e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 26/2011-CDR, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, aprovado em 04/10/11, com a finalidade de discutir o "panorama dos acidentes aéreos ocorridos no Brasil envolvendo aviões e helicópteros e as ações mitigadoras dos órgãos ligados à aviação", tendo como convidados: Wagner Bittencourt – Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC; Marcelo Pacheco dos Guaranys – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; e Brigadeiro-do-Ar Carlos Alberto da Conceição – Chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – CENIPA. A Audiência Pública é realizada com a presença dos seguintes palestrantes: Sra. Clarice Bertoni de Lacerda Rodrigues, Secretária de Navegação Aérea Civil da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – Sac; Sr. David da Costa Faria Neto, Superintendente de Segurança Operacional da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac; e Brigadeiro-Do-Ar Carlos Alberto da Conceição, Chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – Cenipa. Após as exposições, usam da palavra os Senadores Maria do Carmo Alves, Cássio Cunha Lima, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin e, ainda, o Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e um minutos lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador Benedito de Lira,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, que tem como finalidade duas

pautas. Primeiro: audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 26/2011-CDR, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, com o objetivo de discutir o "panorama dos acidentes aéreos ocorridos no Brasil envolvendo aviões e helicópteros e as ações mitigadoras dos órgãos ligados à aviação". E o item 2, que vamos tratar em uma segunda reunião, referente às emendas da Comissão para o Orçamento de 2012.

Já estão presentes a Srª Clarice Bertoni de Lacerda Rodrigues, Secretária de Navegação Aérea Civil da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, representando o Exmº Sr. Wagner Bittencourt, Ministro da Secretaria de Aviação Civil; o Sr. David da Costa Faria Neto, Superintendente de Segurança Operacional da Agência Nacional de Aviação Civil, representando o Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, Diretor-Presidente da Anac; e Brigadeiro-do-Ar Carlos Alberto da Conceição, Chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa).

Em conformidade com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos.

A palavra às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores será concedida pela ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Assim sendo, convido para compor a Mesa a Srª Clarice Bertoni de Lacerda Rodrigues, o Sr. David da Costa Faria Neto e o Brigadeiro-do-Ar Carlos Alberto da Conceição.

Presentes os nossos convidados, eu gostaria de pedir desculpas às pessoas que aqui vieram para participar desta audiência pública, em especial os nossos convidados, considerando que hoje é um dia com agendas muito cheias por ser o último dia que teremos para apresentação de emendas de comissão e as emendas ao Orçamento da União. Mas, daqui a pouco, deverão chegar outros Senadores para participarem da audiência pública.

Gostaria de comunicar aos nossos palestrantes que cada um terá, no primeiro momento, vinte minutos para fazer sua exposição. Se for necessário, haverá prorrogação. Assim sendo, concedo a palavra à Srª Clarice Bertoni de Lacerda Rodrigues, que terá 20 minutos para fazer a exposição.

A SRª CLARICE BORTONI DE LACERDA RODRIGUES – Obrigada, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos, Srª Senadora, senhores e senhoras, inicialmente, eu queria pedir desculpas em nome do Ministro Wagner Bittencourt, por não ter podido comparecer a esta audiência, em virtude de problema na agenda; pediu-me que representasse a Secretaria de Aviação Civil, nos questionamentos que se fizerem necessários.

Eu queria também agradecer a oportunidade de estarmos aqui presentes, com os órgãos responsáveis pela condução dos assuntos relacionados à prevenção de acidentes aeronáuticos, Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), de divulgarmos e expormos a todos aqui o trabalho que é feito nessa área tão importante e fundamental para o desenvolvimento da aviação civil no Brasil.

Pode colocar o primeiro, por favor.

Preparei um roteiro rápido. Vou fazer um pequeno histórico, a contextualização da criação da Secretaria de Aviação Civil. Suas principais atribuições foram definidas na lei de sua criação. Como está atualmente sua estrutura organizacional. Rapidamente, fazer um relato de qual é a conjuntura setorial, com a qual a Secretaria de Aviação Civil hoje se depara e os principais desafios que essa conjuntura nos leva. Apresentar aos senhores também, rapidamente, qual é o planejamento de curto e médio prazo da Secretaria de Aviação Civil.

A criação da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, que ocorreu no início deste ano, vem dentro de um processo de transição gradual da ordem institucional que foi instituída no setor de aviação civil brasileiro por esta Casa.

O primeiro passo nesse processo se deu com a criação do Ministério da Defesa, em 1999, através da Lei Complementar nº 97. A partir daí várias outras medidas ocorreram dentro desse processo gradual. Eu pontuaria a segunda medida de maior profundidade que ocorreu, em 2006, com a criação da Agência Nacional de Aviação Civil, substituindo o Departamento de Aviação Civil, órgão do Ministério da Aeronáutica e, posteriormente, do Comando da Aeronáutica responsável pela regulação e fiscalização do setor de transporte aéreo civil brasileiro. Essa Agência foi criada através da Lei nº 11.182, na ocasião ainda vinculada ao Ministério da Defesa.

Em 2001, então, houve a criação da Secretaria de Aviação Civil, dentro da Presidência da República, fora, portanto, do Ministério da Defesa, através da Medida Provisória nº 527, que foi transformada então na Lei nº 12.462, de agosto de 2011.

Várias atribuições foram dadas a essa Secretaria, esse novo órgão de coordenação e de definição das políticas setoriais, mas eu destacaria essas cinco atribuições que eu considero talvez as mais relevantes. A primeira, a formulação, a coordenação e a supervisão das políticas para o desenvolvimento do setor de

aviação civil e das infraestruturas aeroportuárias e de aeronáutica civil.

A formulação e a implementação do planejamento estratégico do setor, definindo então as prioridades dos programas de investimento. A elaboração e aprovação dos planos de outorgas para a exploração da infraestrutura aeroportuária, que é o assunto talvez atualmente mais demandado – digamos assim – da Secretaria de Aviação Civil, em função da decisão do Governo brasileiro em fazer a concessão dos três que talvez sejam os maiores aeroportos ou três grandes aeroportos brasileiros, que é o de Brasília, Viracopos e Guarulhos.

A coordenação dos órgãos e entidades do sistema de aviação civil, tanto aqueles que são vinculados à Secretaria, que é a Anac e a Infraero, como aqueles que não têm nenhuma vinculação organizacional, mas por tratarem de alguns assuntos no âmbito da aviação civil, têm uma vinculação sistêmica, que são aqueles órgãos dentro do comando da Aeronáutica que têm atribuições relacionadas à aviação civil. E articula especialmente a articulação com o Ministério da Defesa no que se refere à política de navegação aérea civil.

Pode passar.

Essa é a estrutura organizacional atual da Secretaria. Ela é um órgão pequeno, com três secretarias. Tem uma secretaria executiva e a ela subordinadas as três secretarias. Uma Secretaria de Aeroportos, uma Secretaria de Política Regulatória da Aviação Civil e uma Secretaria de Navegação Aérea Civil, que também trata de todos os assuntos relacionados às questões de segurança operacional da área de aviação civil.

Pode voltar, por favor.

Vinculadas à Secretaria há a Infraero e a Anac e, sistemicamente, os dois principais órgãos que têm atribuições na área de aviação civil, dentro do Ministério da Defesa, que é o Departamento de Controle do Espaço Aéreo, DECEA e o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, que é o Cenipa.

Pode passar.

A conjuntura setorial com a qual a Secretaria se deparou foi... Este é um gráfico bastante simples, que demonstra claramente as elevadas taxas de crescimento do setor de transporte aéreo, que se observaram principalmente a partir de 2004, após 2004, principalmente no ano de 2010.

Só para os senhores terem uma ideia, entre o período de 2005 a 2010, a taxa de crescimento só de passageiros/quilômetros transportados pelas empresas brasileiras, tanto no transporte doméstico, quanto no internacional, foi em média de 15% ao ano. A taxa historicamente é em torno de 6% ao ano. Essa é uma taxa bastante elevada, nunca antes experimentada pelo setor de transporte aéreo brasileiro. A decorrência disso é que a taxa de ocupação das aeronaves nesses dois segmentos, principalmente no segmento doméstico, gira em torno, atualmente, de 72% em média anual, o que é uma média extremamente elevada, tendo em vista que a média histórica brasileira é em torno de 65%. Então, esse é realmente um crescimento auspicioso, mas para os órgãos que são responsáveis pela condução do setor e pela definição das políticas setoriais, ela é bastante preocupante no sentido de que isso demandará muito trabalho de todos nós.

Dada essa conjuntura e várias outras dentro desse processo gradual de mudança institucional do setor que vimos experimentando desde 1999, eu destacaria esses quatro desafios da Secretaria de Aviação Civil. Em primeiro lugar, a necessidade de expansão da capacidade da infraestrutura aeroportuária que está sendo atacada por várias medidas. A primeira delas é o investimento em obras de infraestrutura, tanto de reformas e expansão de aeroportos, de forma a poder sustentar esse crescimento.

A melhoria da gestão. Ou seja, as medidas de curto prazo que, de alguma foram, podem melhorar a operacionalidade dos aeroportos e, de alguma forma, melhorar a qualidade desses serviços prestados nesses aeroportos. Essas medidas estão relacionadas a investimentos em tecnologia, em qualificação de mão de obra na definição de novos processos dentro dos aeroportos, melhorias operacionais para o processamento e despacho de passageiros e cargas, algumas medidas de governança também. Foi instituída, recentemente, a autoridade aeroportuária com salas de decisão colaborativa nos aeroportos, envolvendo todos os entes responsáveis pela operação aeroportuária, de forma a melhorar a governança interna do próprio aeroporto.

A melhoria da atuação do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – o Profaa – tem condições de auxiliar os Estados na ampliação e na reforma da infraestrutura aeroportuária no interesse estadual. E, finalmente, todo processo de concessão de aeroportos, que está sendo coordenado no âmbito da Secretaria, que tem tomado um tempo bastante grande de nossos técnicos na modelagem desse trabalho. Nós trabalhamos com prazo do leilão dos três principais aeroportos, ocorre agora no dia 22 de dezembro deste ano. No ano que vem, no início do ano que vem, já seja possível, então, a assinatura do contrato de concessão e o início dos trabalhos de investimento, de ampliação, desses aeroportos.

Bom, o segundo desafio que eu destacaria aqui é o planejamento do setor de aviação civil de maneira integrada com outros modais e principalmente levando

em conta as características regionais. Nesse desafio eu destacaria toda questão do transporte aéreo regional que está sendo também estudado e modelado já na nova concepção do próprio Programa de Fomento Federal de Auxílio a Aeroportos, o Profaa, um dos instrumentos dentro desse planejamento.

O terceiro item, que é muito importante e que atualmente estamos desenvolvendo no âmbito da Secretaria, é o trabalho relacionado ao fomento da formação de recursos humanos necessário a fazer face ao crescimento do setor. Vocês podem imaginar que em um setor, cuja mão de obra é extremamente especializada, a questão da qualificação e da formação de mão de obra é extremamente importante. E, quando nós temos um crescimento dessa ordem, é fácil imaginar que, se não tomarmos as medidas adequadas no futuro, poderemos ter – talvez – falta de mão de obra para suportar esse crescimento. Então, isso é um programa, um item do planejamento da Secretaria, considerada prioritária pelo Ministro Wagner. Nós estamos fazendo um trabalho junto à Anac, inclusive, e ao comando da Aeronáutica para desenvolver um planejamento, um plano, um programa – na verdade – de capacitação de recursos humanos.

E o quarto desafio que eu destacaria é a necessidade de revisão do marco regulatório do setor, que foi instituído em 1986, anterior inclusive à nossa Constituição, e de outras normas que impactam o setor no contexto das concessões, inclusive a regulamentação da exploração da infraestrutura aeroportuária por meio de concessões.

A revisão do Código Brasileiro de Aeronáutica inclusive já é matéria em tramitação na Casa. Nós estamos fazendo um trabalho bastante grande de análise de todas as propostas que estão em tramitação para fazer a modernização dessa lei.

Como planejamento de médio e longo prazos da Secretaria, nós estamos trabalhando desta forma nesses quatro grandes assuntos (digamos assim) e todos eles relacionados à Política Nacional de Aviação Civil, que já está publicado e já está em vigor. O primeiro deles é o PAN (Plano Aeroviário Nacional) no qual há dois principais assuntos que estão em desenvolvimento no âmbito da Secretaria e um deles é o Plano de Outorgas, no qual existe o planejamento de quais aeroportos, da rede de aeroportos brasileira, estarão sob a concessão e quais deles serão explorados diretamente pela União através da Infraero e também quais serão os aeroportos considerados de interesse para a aviação regional para que a gente possa, então, fazer um trabalho de política pública no desenvolvimento dessas infraestruturas.

Outro bloco é a gestão aeroportuária. Então, são todas aquelas medidas de que falei anteriormente de melhoria da gestão aeroportuária, um trabalho junto à Infraero, diretamente, e não só de melhoria da gestão da própria Infraero, mas também dos próprios aeroportos.

Um bloco de capacitação, que é o plano nacional de capacitação de recursos humanos para a aviação civil, e outro bloco é aquele relacionado à navegação aérea civil, onde há uma interface muito grande com o comando da Aeronáutica, que é a responsável pela provisão desses serviços no Brasil. É o acompanhamento de todo o planejamento de investimento na área de navegação aérea civil, também de forma a suportar esse crescimento esperado na aviação civil brasileira.

O principal instrumento de que a gente disporá para fazer o trabalho de políticas públicas nesses quatro blocos é o próprio Fundo Nacional de Aviação Civil, que foi instituído com a criação da Secretaria, em sua lei de criação, cujos recursos hoje são apenas aqueles do Ataero, que é o adicional sobre as tarifas da infraestrutura aeroportuária, que são os 20% desse adicional que são direcionados ao Profaa. No entanto, o processo de concessão prevê que todos os recursos provenientes da outorga na concessão desses aeroportos constituirão o Fundo Nacional de Aviação Civil. Portanto, será o principal recurso de políticas públicas para que a gente possa levar adiante esse planejamento.

E, de forma destacada ali, toda participação de coordenação da Secretaria no planejamento de grandes eventos e a participação no Gecopa, que foi um grupo criado no âmbito do governo para fazer todo o planejamento da Copa. Há outros eventos de grandes proporções que também estão sendo acompanhados e a coordenação de toda a preparação do setor de aviação civil para fazer face a esses eventos, por exemplo, as Olimpíadas, o G20, que teremos aqui no Brasil, e toda a preparação estratégica para fazer face a esses grandes eventos.

Bom, senhores, de uma forma bastante rápida e ainda geral, essa é a atuação da Secretaria de Aviação Civil, planejamento nosso com relação a todos esses assuntos de grandes proporções que, com esse crescimento da aviação, nos demanda bastante tempo, mas eu gostaria de deixar aqui uma mensagem com relação à questão da segurança, o assunto desta audiência. A segurança é o objetivo fim de todas as ações dos órgãos que são responsáveis pela aviação civil, inclusive da Secretaria de Aviação Civil. Se os senhores forem olhar a própria política nacional de aviação civil, o item segurança é o primeiro item como objetivo estratégico do setor. E a prevenção, como não poderia deixar de ser, é um princípio de que ela é responsa-

bilidade de todos, não é responsabilidade de nenhum órgão específico, mas é responsabilidade de todos nós, conforme previsto no próprio Código Brasileiro de Aeronáutica, em seu art. 87.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradecemos a participação da Drª Clarice Bertoni de Lacerda. Muito obrigado pela sua exposição. Em sequência, concedo a palavra ao Sr. David da Costa Faria Neto, Superintendente de Segurança Operacional da Agência Nacional de Aviação Civil.

V. Sª tem a palavra.

O SR. DAVID DA COSTA FARIA NETO – Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, eu queria apresentar a desculpa do nosso Diretor-Presidente por não poder estar aqui, visto que, nos últimos dias, ele tem estado em constantes reuniões com vários órgãos do Governo Federal, com o objetivo de alinhar as intenções e as necessidades brasileiras para a concessão de aeroportos. E, em segundo lugar, agradecer pela oportunidade de apresentar a Agência Nacional de Aviação Civil, uma organização do Governo do Brasil, que completou apenas cinco anos de idade – é um pouco mais velha do que a Secretaria de Aviação Civil – no dia 21 de março de 2011.

Por favor.

Com esse objetivo, pretendo apresentar o marco regulatório, as principais leis e regras que margeiam a nossa atividade, a missão regimental da Agência, o organograma, para que entendamos de que forma se pensou a Agência e como ela hoje atua nas diversas áreas, nos diversos setores da aviação civil brasileira.

As principais atribuições; algumas poucas ferramentas de trabalho, porém as principais; algumas informações sobre fiscalizações realizadas nos dois últimos anos; apresentar o resultado que tivemos em duas importantes auditorias internacionais, a primeira, da ICAO, e a segunda, da autoridade de aviação civil americana; alguma informação sobre o crescimento do setor e algumas iniciativas que estamos tomando, modificando algum procedimento, para que a gente consiga suportar com as melhores práticas esse crescimento, que, em outra oportunidade, coloquei nesta mesma Casa, era um crescimento assustador e fui corrigido por um Deputado, que disse que era um crescimento auspicioso. Com certeza, para o nosso País, é um crescimento auspicioso, mas para todas as organizações que têm como responsabilidade a manutenção da conformidade e da segurança dessa atividade, um crescimento de dois dígitos, acima de 20%, é um crescimento assustador. Nenhum setor tem a capacidade de suportar isso aí impunemente.

Por favor.

Essas são as principais leis que regem a atividade da Agência Nacional de Aviação Civil. É o Código Brasileiro de Aeronáutica, que está atualmente sendo revisto pelo Congresso Nacional; a Lei 11.182, que criou a Agência; o Decreto que regulamentou o funcionamento da Agência; e a última grande norma, que foi a Medida Provisória 527, que hoje já e a lei, que criou a Secretaria de Aviação Civil.

Esta é a nossa missão, senhores e senhoras: promover a segurança e a excelência do sistema de aviação civil, de forma a contribuir para o desenvolvimento do País e o bem-estar da sociedade brasileira.

Temos, para atingir essa missão, este organograma. Esta é a nossa estrutura: uma diretoria colegiada, composta por cinco diretores, sendo um diretor presidente, um diretor de aeronavegabilidade, um de regulação econômica, um de infraestrutura aeroportuária e um diretor de operações de aeronaves, com superintendências e gerências.

Para, então, cumprir, fazendo uso dessa organização, temos estas atribuições: somos autoridade de aviação civil; temos a principal atribuição de regular e fiscalizar os nossos provedores, tanto no aspecto técnico quanto no aspecto econômico; integramos o sistema de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos; representamos o Governo brasileiro, no que toca à aviação civil, internacionalmente; regulamos e nos preocupamos com a proteção ao passageiro e o fomento da atividade. Para tanto, nós utilizamos várias ferramentas. Essas são as principais: os anexos, a convenção de Chicago, que são revistos pela organização de aviação civil internacional; as recomendações de segurança, a maioria advinda do Centro Nacional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, recomendações recebidas de fábricas e, enfim, de outras autoridades, a fim de que nós transformemos essas recomendações em requisitos para regular a atividade da indústria. Temos também resoluções e portarias, quando algumas decisões precisam ser tomadas de forma sumária e algumas temporariamente; e aquelas que se mostrarem necessárias a permanecer são incorporadas aos nossos regulamentos brasileiros de aviação civil.

Instruções de serviços, a fim de que o mercado saiba como nós sugerimos que ele atenda aos requisitos constantes nos nossos regulamentos. Os manuais de procedimento que orientam o trabalho dos nossos servidores e executamos auditorias e fiscalizações junto aos nossos regulados, a fim de que nós encontremos indicadores setoriais para qualificar a aplicação da nossa mão de obra.

Isso que os senhores estão vendo foi o resultado que obtivemos nas auditorias em 2009 da ICAO e

do FAA. Ficamos em nono lugar no *ranking* mundial. É importante destacar que esse *ranking* é composto por 192 nações, 192 países que têm autoridade de aviação civil devidamente constituída.

Apenas um destaque importante: estamos em quinto lugar entre os países do G-20 e, na auditoria do FAA, tivemos 100% de aprovação. A auditoria do FAA focou na segurança operacional. Numa auditoria da ICAO ou da OACI, na área de aeroportos, obtivemos 85%.

Esse extrato é apenas algumas das fiscalizações que foram realizadas no ano de 2010 e 2011. Quero destacar apenas algumas ali, como a primeira, onde houve uma diminuição da auditoria Empresas Aéreas Regulares.

Pode parecer que isso foi ruim. Quero destacar que essa redução foi porque qualificamos melhor, através dos indicadores, onde a gente precisaria atuar com mais frequência e também redirecionando essa capacidade de trabalho às aeronaves e empresas de menor porte.

Apenas para deixar registrado, entre 2003 e 2010, o Brasil teve um crescimento da indústria de 118%, enquanto o mundo cresceu 40%.

Esse dado não está aí, mas é um dado que pedi que fosse levantado, o do crescimento da nossa frota. Entre 2005 e 2010, foi acima de 40%. Em cinco anos, tivemos um aumento da frota de mais de 40%.

Em relação a passageiros, o Brasil, em 2010, cresceu 21%, e o mundo cresceu 6%. Até setembro de 2011 o setor cresceu 18,1% e o mundo não atingiu os 6,6%. Esta é nossa realidade e que nos preocupa sobremaneira: é um crescimento auspicioso como me corrigiu nosso Deputado, mas tem de ser preocupação de todos nós. A segurança, a prevenção de acidentes aeronáuticos têm de ser a preocupação maior de todos os brasileiros, mesmo aqueles que só participam disso como passageiro – até de forma bastante mais importante.

Essas foram uma das iniciativas que tomamos no ano de 2011. Aquele primeiro sistema, o Sistema DCERTA, é aquele que, quando a tripulação vai à sala de tráfego apresentar, registrar o planejamento de seu voo, ele fiscaliza a tripulação e a aeronave. Se a tripulação ou a aeronave apresentarem qualquer discrepância esse voo não vai ser autorizado.

Esse sistema eletrônico de registro de voo transforma aquele registro de voo, que até então era feito em papel, no chamado Diário de Bordo, ele hoje tem de ser feito eletronicamente. Isso é importante em vários aspectos. Quando ele, ainda em papel, imaginemos cruzar todos os seis mil ou sete mil voos que acontecem diariamente neste País. Não há a menor condição. Mas, eletronicamente, a gente consegue cuidar e analisar e fazer cruzamentos a fim de evitar o não cumprimento de requisitos de toda ordem. E o principal deles é a regulamentação do aeronauta, porque uma tripulação e um mecânico cansado terão suas performances prejudicadas.

Essa ação nacional, o foco foram todos provedores, porque sentimos a necessidade de nos aproximarmos, em especial, do pequeno regulado, do pequeno provedor, a fim de mostrar e conscientizá-lo da importância da atividade e da importância da conformidade da atividade, da obediência irrestrita a todos os requisitos, porque os requisitos da regulamentação são os que definem minimamente um voo seguro.

O Psoe-Anac, Plano de Segurança Operacional Específico, do Estado brasileiro, está sendo revisto e estará abrigando todas as melhores práticas que estão registradas em outras autoridades.

Também neste ano nós promulgamos o Regulamento Brasileiro de Aviação-120, que obriga a todos os provedores, a todos aqueles regulados a implantarem, para seus funcionários, um programa de álcool e drogas para afastar aquela pessoa que porventura enfrente alguma dificuldade com esse tipo de uso e não possa interferir na atividade.

E, por último, o sistema de gerenciamento do risco de fadiga. Podemos, em algum momento, entender que a lei do aeronauta, que é a lei que estipula limites de trabalho para os tripulantes brasileiros, é suficiente para a atividade. Nós entendemos que não, e o mundo todo entende que não.

Ela define ou deixa registrado em seus limites de trabalho que todos os tripulantes, que todos os profissionais têm a mesma capacidade, a mesma resistência física à atividade. E esse gerenciamento do risco da fadiga vai além da lei do aeronauta. Dentro daqueles limites também serão observados aqueles que, por qualquer dificuldade, encontrem-se no limite da sua capacidade física. Ao menor indício de que aquele limite foi ultrapassado, ele tem que ser afastado da atividade.

Enfim, senhoras e senhores, era isso que eu tinha para apresentar. Com certeza, serão bastante importantes os questionamentos. Estou aqui à disposição de todos para melhor esclarecer a nossa atividade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Sr. David.

Eu queria fazer um registro importante: os dois expositores falaram religiosamente dentro do prazo previsto, ainda ficaram com um crédito. Parabéns pelas informações sucintas e de grande objetividade.

Concedo a palavra, agora, ao nosso Brigadeiro do Ar Carlos Alberto da Conceição.

O SR. CARLOS ALBERTO DA CONCEIÇÃO – Exmº Sr. Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional; Exmª Srª Senadora Maria do Carmo Alves, requerente desta audiência pública; Ilmª Srª Clarice Bertoni Lacerda Rodrigues, representando o Exmº Sr. Ministro da SAC; Ilmº Sr. David da Costa Faria Neto, representando o Exmº Sr. Presidente da Anac; senhoras e senhores, atendendo a um convite desta Casa, estou aqui hoje para apresentar aos senhores o Cenipa (Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos), que fica localizado nesta cidade de Brasília, dentro da área do 6º Comando Aéreo Regional.

Nosso objetivo aqui hoje é apresentar aos senhores o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) e o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer), que é o sistema com que trabalhamos para o funcionamento de toda essa parte de investigação e prevenção de acidentes.

Para isso, vamos seguir um pequeno roteiro, onde vamos, inicialmente, mostrar um histórico, algumas atribuições, as principais, do Cenipa; a estrutura do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, o conhecido Sipaer; a filosofia desse sistema, como trabalhamos, qual a filosofia desse sistema; quais as ferramentas que utilizamos para a prevenção de acidentes aeronáuticos e, finalmente, a investigação de um acidente aeronáutico. Vai ser um resumo, mas uma ideia para todos os senhores.

Inicialmente, nossa parte histórica. Em 1941, houve a criação do Ministério da Aeronáutica e da Inspetoria-Geral de Aviação, que fazia esse papel de investigação de acidentes.

Em 1959, o Sipaer, conhecido hoje, era um serviço, não era um serviço, ele não era um sistema, era o Serviço de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, onde foi feito o primeiro programa de prevenção de acidentes aeronáuticos da aviação brasileira em 1959.

Em 1971, o Sipaer, serviço, passa a ser um sistema, que é hoje o Sipaer – Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos e a criação do Cenipa, do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos pelo decreto 69.565, de 19 de novembro de 1971. Completamos agora, no dia 19, no sábado, 40 anos do Cenipa e do Sipaer.

Em 1982, a reorganização do Sipaer e o Cenipa como organização militar e a criação do Comitê Nacional de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos. Esse Comitê, CNPA, criado pelo Decreto 87.249, de 7 de junho de 82.

Em 2007, a criação dos Serviços Regionais de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos. São sete serviços regionais que estão subordinados ao Cenipa e espalhados pelo Brasil.

Próximo, por favor.

Algumas das principais atribuições do Cenipa: normatizar, planejar, orientar, controlar e executar as atividades desse Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, emitir recomendações de segurança de vôo e elaborar e divulgar os relatórios finais dos acidentes.

Próximo, por favor.

Para isso, nós temos... Esse é o nosso funcionamento, o Cenipa, nosso organograma, onde temos uma chefia, a vice-chefia, assessorias de comunicação social, assessoria jurídica e seis divisões: a DA, Divisão Administrativa; a DAC, Divisão de Aviação Civil, que cuida de toda parte de investigação da aviação civil e prevenção; a Divisão de Aviação Militar, que cuida de toda parte de investigação, de acidentes militares e prevenção; a Divisão de Documentação, todos os registros, documentações; a Divisão de Formação e Aperfeiçoamento, que cuida de todos os cursos de formação para o País e a Divisão de Tecnologia da Informação. Abaixo do Cenipa, tenho sete organizações regionais.

Próximo, por gentileza.

Serviços Regionais de Investigação e Prevenção de Acidentes que são os Seripas, onde são comandos de tenentes-coronéis subordinados ao Cenipa, onde fazem todo o trabalho de investigação e prevenção de acidentes na sua área de responsabilidade. Então, no Seripa I toda essa área amarela aqui; o Seripa III; Seripa II, toda região Nordeste; o Seripa VI, toda essa região central; o VII, essa área da Amazônia; o IV São Paulo e uma parte de Mato Grosso e o V. Exª toda, toda região Sul do País.

Próximo, por gentileza.

Qual a estrutura desse sistema?

Próximo.

São ligações sistêmicas da filosofia do sistema.

O Cenipa é o órgão central desse sistema, onde temos vários elos. Aqui só citei alguns, mas são vários, uma infinidade de elos, toda comunidade aeronáutica faz parte do elo Sipaer. Então, temos desde infraestrutura, todos operadores, manutenção, Anac, Comando da Aeronáutica, Marinha, Exército, Indústria Aeronáutica, desde Helibras, Embraer, etc. Todos participam, todos são ligados sistemicamente.

Pode ir passando.

Ou seja, todos se comunicam entre si.

Próximo, por favor.

O próprio CBA define bem o que vem a ser sistema. O Sipaer – Sistema de Investigação e Prevenção, no qual o Cenipa é o órgão central desse tema, ele define que sistema é o conjunto de órgãos e elementos relacionados entre si por finalidade específica ou por interesse de coordenação, orientação técnica e normativa, não implicando insubordinação hierárquica. Isso faz parte do nosso CBA, do art. 25. Ou seja, todos falam entre si.

Próximo, por favor.

Qual a filosofia de trabalho desse sistema? Como que nós trabalhamos?

Pode passar, por favor.

É um conjunto de valores e princípios que rege uma conduta e a busca do saber e da verdade para estabelecer os fatores que desencadearam o acidente.

Dentro da filosofia do Sipaer, todo acidente deve ser evitado; todo acidente resulta de vários eventos, nunca de uma causa isolada, ou seja, são vários fatores contribuintes para os acidentes. Não há uma causa isolada. Todo acidente não tem uma causa isolada. São vários fatores que vão desencadear a ocorrência.

Todo acidente tem um precedente; a prevenção de acidentes requer mobilização geral – isso está inclusive no CBA, art. 87; prevenção de acidentes é responsabilidade de todos, como foi dito inclusive pela representante da SAC. Então a prevenção de acidentes requer mobilização geral.

O propósito da prevenção de acidentes não é restringir a atividade aérea, mas estimular o seu desenvolvimento com segurança; a alta direção é a principal responsável pela prevenção de acidentes aeronáuticos; na prevenção de acidentes não há segredos nem bandeiras, porque nós nos comunicamos com outros países, nós trocamos informações. Quando uma aeronave é operada aqui no Brasil, de fabricação da Embraer, uma fabricação nacional, e ela está operando com outra empresa de outro país, nós trocamos informações que são valiosas.

Acusações e punições de erros humanos agem contra os interesses da prevenção de acidentes. Esse é um aspecto importante, porque o nosso trabalho é voltado exclusivamente às investigações de acidentes aeronáuticos. Toda a nossa investigação é feita a fim de prevenir acidentes.

Para que possamos trabalhar nessa área, nós usamos várias ferramentas, as ferramentas da prevenção. Mas o profissional de segurança de voo não consegue trabalhar, não trabalha, não faz absolutamente nada se não tiver uma coisa muito importante que é a informação. Nós não fazemos absolutamente nada se não nos chegar a informação. E a informação é um elemento imprescindível para um efetivo sistema de prevenção. Imprescindível mesmo! Por isso acusações e punições não fazem parte do Cenipa, não fazem parte do Sipaer, porque deixamos, com isso, de ter informação.

Quais são essas ferramentas que nós utilizamos para fazer prevenção para investigação?

Nós temos várias. Nós temos recomendações de segurança de voo através dos nossos relatórios de investigação. Todo relatório de investigação gera recomendações de segurança de voo que são valiosíssimas, são ferramentas para a prevenção, são informações. São diversos programas que nós utilizamos, desde o gerenciamento de cabine de comando, programas como balão, risco aviário, a diminuição de acidentes nas aproximações e pousos, relatórios de prevenção, relatórios confidenciais de segurança de voo. Esse relatório é especificamente gerenciado pelo Cenipa, justamente para preservar a informação.

Nós temos vistorias de segurança de voo das quais, um pouquinho à frente, vou dar um exemplo, programas de prevenção de acidentes aeronáuticos – como falei, o primeiro foi em 1959 –, consumo de itens.

Nós não podemos nos limitar a simplesmente, na manutenção de uma aeronave, se houve uma troca, por exemplo, prematura de pneus ou de seja qual for o equipamento, não podemos simplesmente nos limitar a trocar. Um exemplo: se um pneu é para durar 100 pousos, mas durou apenas 50, nós temos que saber por que ele teve que ser trocado com 50 pousos. Será que o lote de fabricação está comprometido? Será que ele foi mal acondicionado na empresa ou algo que o valha?

Então nós temos o consumo de itens, que é valiosíssimo. É uma valiosa ferramenta de prevenção.

A vistoria de segurança de voo é apenas um exemplo para os senhores de atividades pró-ativas. Vistoria de segurança de voo é atividade pró-ativa de busca e análise de informações, sob a ótica do Sipaer, desse sistema que existe há 40 anos no País, que visa à identificação de condições latentes que possam afetar a segurança de voo e a recomendações de ações mitigadoras, ou seja, no momento em que vou fazer uma vistoria de segurança de voo, eu tenho uma condição observada, eu faço uma relação causa e efeito, faço a análise e proponho ações mitigadoras. Esse é o exemplo de uma ferramenta, que é uma informação. Sem a informação, eu não trabalho.

Próximo, por favor.

Outro aspecto é a nossa formação de pessoal para a aviação civil e militar. O Cenipa, essa casa Cenipa, que é da sociedade brasileira, já formou mais de 10 mil profissionais nessa área. Só para o exterior, já formamos mais de 360 pessoas voltadas para essa área. Curso de segurança de voo é um deles, onde

nós formamos, no módulo prevenção e investigação, o investigador de acidentes, tanto para aviação civil quanto para militar.

Curso de prevenção de acidentes. Temos cursos de fator humano; cursos de fator material; curso de manutenção; de controle do espaço aéreo; atividade aeroportuária e outros.

Curso básico de prevenção de acidentes, começamos este ano, é ensino à distância, onde estamos tendo... Abrimos com muita dificuldade, essa iniciativa é justamente porque, como a filosofia diz, requer-se mobilização geral; a quanto mais pessoas eu conseguir dar conhecimento, melhor. Então, nós fizemos, este ano já, dois cursos básicos de prevenção à distância para qualquer cidadão brasileiro. Basta entrar na página do Cenipa, inscrever-se e executar. Nosso gargalo, muitas vezes, é a formação de instrutores, mas fizemos dois cursos desses este ano, sucesso muito grande, foi muito bom, e vamos implementar para o ano que vem, já temos essa parte toda sendo implementada para o próximo ano.

Próximo, por favor.

Investigação de acidentes aeronáuticos. Outro foco é um trabalho onde a investigação... O que vem a ser investigação de acidentes? É o processo realizado com o propósito de prevenir novos acidentes. A gente investiga simplesmente com esse propósito. Esse propósito, essa definição não é minha. Essa definição é internacional, é do Anexo 13 da ICAO: é processo realizado com o propósito de prevenir novos acidentes e que compreende a reunião e a análise de informações e a obtenção de conclusões, incluindo a identificação dos fatores contribuintes para a ocorrência, visando à formulação de recomendações de segurança de voo. O principal foco é esse. Nós investigamos para propor recomendações de segurança de voo para que outro acidente igual não ocorra.

Próximo, por favor.

O que vem a ser recomendação de segurança de voo? É uma ação, ou conjunto de ações, dirigida a um determinado órgão e referente a uma circunstância específica, formulada e emitida com o objetivo de eliminar ou controlar uma situação de risco para a segurança de passageiros e tripulantes.

Próximo, por favor.

Para fechar o assunto de investigação, hoje, no Brasil, no Cenipa, que fica aqui, em Brasília, próximo, ali, no Lago Sul, dentro das instalações do 6º Comando Aéreo Regional, nós temos nosso laboratório de transcrição de gravadores de voo. Isso foi um esforço muito grande do Comando da Aeronáutica para que nós tivéssemos essa capacidade. Estamos implementando dia a dia. Então, quando nós temos qualquer tipo de acidente no País, nós temos plena condição de fazer a leitura das caixas-pretas, tanto das Cockpit Voice Recorders, que são gravadores de voz e de barulhos da cabine de comando, como do Flight Data Recorder, que nada mais é que informações de voo, dados da aeronave. São duas caixas, uma que vai dar todos os dados da aeronave e outra que vai registrar as vozes dos pilotos e os barulhos na cabine.

Eu queria deixar claro que quando vamos buscar as caixas-pretas ... Muitas vezes as pessoas pensam que se as caixas pretas foram achadas está resolvido o acidente. Não, não está resolvido; as caixas-pretas nada mais são do que mais uma peça de informação para o investigador, é mais um instrumento de ajuda para o investigador.

Para terem uma ideia, uma caixa-preta hoje chega a ter três mil parâmetros. Quando eu digo três mil parâmetros são velocidade, proa, motor etc. São todas as informações que a aeronave está fornecendo. Ela tem vários sensores que mandam essas informações para essa caixa, onde são gravados. Os investigadores é que vão ver o que nós necessitamos para elucidar aquele acidente. A complexidade de um acidente é muito grande. Nós não podemos dizer em quanto tempo nós vamos resolver, quanto tempo nós temos para resolver aquele acidente. Muitas vezes a opinião pública realmente cobra, quer saber em quanto tempo estará pronto esse acidente. Pode levar até dois anos; depende da complexidade do acidente.. Esse laboratório veio muito a calhar, nós temos poucos laboratórios no mundo e hoje na América do Sul o Brasil é o único país que tem esse laboratório. Nós, inclusive, fazemos transcrições para países da América do Sul , como Equador e outros países para os quais já fizemos transcrições de acidente 737, etc.

Próximo, por favor.

Esse é um Flight Data Recorder, por exemplo, um gravador de dados, que, dependendo do tipo de caixa, pode chegar até a três mil parâmetros, como eu disse.

Esse é um bico localizador. É uma pecinha – é uma peça desse tamanho, pequena –, que dá a informação quando uma caixa-preta dessa cai no mar para a gente realmente poder localizá-la. Ela é que dá o sinal para que a gente possa buscar no oceano a caixa.

Próximo.

Aqui é mais uma imagem de laboratório.

Próximo, por favor.

Este é um dos dados – são sete parâmetros que há aqui – que o investigador está analisando; somente sete dos três que eu disse. Então, os senhores vejam a dificuldade que é cada acidente.

Próximo, por favor.

Essa é uma parte onde fazemos toda a montagem em terceira dimensão do acidente. Não seria montagem, seria realmente o que aconteceu no acidente. Nós temos capacidade plena de reconstituir aquele acidente aqui no Cenipa.

Próximo, por favor.

Aqui é o momento de transcrição de voz, quando estamos fazendo a transcrição.

Eu sabia que eu ia "furar" o tempo, Senador. Faço um esforço muito grande... Quando dou aula, sempre "furo". O senhor me desculpe, Senador.

Próximo, por favor.

Esse é o outro laboratório que nós temos, que é o laboratório único também na América do Sul. São pouquíssimos laboratórios como esse no mundo, onde treinamos a ação inicial no local do acidente. Esse laboratório fica aqui, no Lago Sul, na organização que chefio. Esse é um acidente real. Nós o colocamos em escala para os nossos investigadores treinarem a ação inicial no local do acidente. Os países que não têm isso dão curso para seus investigadores e no primeiro acidente ele se depara... Não sabe nem por onde começar a investigação do acidente. Nós temos na América do Sul... É um orgulho para nós brasileiros termos um laboratório desses com vários acidentes, onde treinamos tanto helicóptero como aeronaves, etc.

Próximo, por favor.

Esse é outro laboratório onde fazemos o estudo de peças dos acidentes. Fora esse laboratório, nós temos um laboratório no DCTA da Aeronáutica, em São José dos Campos, onde tenho técnicos, doutores, que fazem análise, quando há acidentes aeronáuticos, de peças, motores. Também contamos com essa equipe lá em São José dos Campos. Muitas vezes além de analisarmos aqui, hoje em dia há acidentes com aeronaves com material composto, que é um material novo no mundo onde os investigadores estão ainda na luta para essa investigação desse tipo de material e nós lançamos mão, muitas vezes no exterior, para investigar esse tipo de acidente de material composto.

Próximo.

Isso, resumindo e furando o tempo, o senhor me desculpe, Senador, mas era essa a apresentação rápida que eu gostaria de fazer a respeito do Cenipa. Estarei à inteira disposição dos senhores para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Brigadeiro, é tão necessário que os Srs. Senadores e especialmente esta Comissão fiquem bem a par do assunto que o tempo de que o senhor precisasse nós daríamos, porque tem crédito, pois a Drª Clarice e o Dr. David deixaram alguns minutos à disposição.

Mas eu queria, antes de conceder a palavra à Senadora Maria do Carmo, autora do requerimento, cumprimentar o Senador Cássio Cunha Lima por estar chegando a esta Comissão agora. Ele é o mais jovem Senador da República, pois há cerca de, aproximadamente, uma semana ele assumiu o seu mandato como Senador. Eu queria cumprimentar o Senador Cássio.

Seja bem-vindo a esta Comissão. Nós temos muito o que fazer na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, onde o Estado de V. Exª, como o meu, como o da Senadora Maria do Carmo, necessita muito da presença desta Comissão e das ações que ela vai desenvolver, dar continuidade ao que está desenvolvendo.

Concedo a palavra à eminente Senadora Maria do Carmo, como autora do requerimento, para fazer as suas considerações.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Sr. Presidente, demais expositores, Senador, eu me sinto satisfeita com as explanações que ouvimos aqui e só temos que agradecer por todas as informações, que são importantíssimas para os brasileiros e para nós que fazemos parte da Comissão de Turismo do Senado.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Pergunto ao Senador Cássio se deseja fazer alguma consideração a respeito desta audiência pública.

Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Srª Senadora, autoridades que participam desta audiência pública, quero agradecer, em primeiro lugar, as boas-vindas. Chego a esta Casa com o intuito de tentar trazer minha experiência como ex-Prefeito de Campina Grande por três mandatos e ex-Governador do Estado da Paraíba em duas oportunidades para que eu possa trazer essa visão de desenvolvimento regional com um olhar muito especial para o nosso semiárido, naturalmente com todo o potencial que o turismo do Nordeste possui.

Chegando já no transcorrer da audiência, eu trago uma preocupação do meu Estado e, de forma especial, da minha cidade, Campina Grande, em relação aos equipamentos de navegação do aeroporto João Suassuna, sediado em Campina Grande.

Campina tem uma posição estratégica não apenas para a Paraíba, mas também para os Estados vizinhos do Nordeste, tem uma posição geográfica que a coloca numa situação privilegiada, como ponto logístico, e vem, ao longo das últimas décadas, enfrentando restrições na operação do aeroporto, que deixou de

ser H24, exatamente por falta da aquisição de equipamentos mais modernos na segurança da navegação naquele aeroporto.

Deixo consignado este apelo para que possamos, a partir desta Comissão e de todo o item do debate da segurança de voo, lembrar sempre da necessidade desses investimentos que estão sendo pleiteados perante o próprio Governo Federal, a agência, já posso dizer há décadas. E não se consegue efetivar os investimentos para que tenhamos um melhor controle da navegação aérea em Campina Grande, já que, em João Pessoa, tivemos investimentos mais recentes.

Portanto, fica consignado este apelo, esta lembrança, se assim posso dizer, para que, dentro do planejamento, das preocupações, das ações preventivas que se realizam nessa área, possamos lembrar da cidade de Campina Grande com a sua necessidade de maiores investimentos nos instrumentos de navegação do Aeroporto João Suassuna.

Ao terminar essa participação, felicito o Brigadeiro por sua exposição e me coloco à disposição para colaborar naquilo que for possível, dentro da minha ação como Senador da República, representando o Estado da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado.

Alguém deseja dar alguma informação?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, a Senadora autora do requerimento já deve ter usado da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Já.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O Senador também. Se V. Exª me permite, não vou nem fazer questionamentos, até porque não cheguei a tempo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Mas V. Exª tem a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada pela gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – V. Exª é bem-vinda e, ao mesmo tempo, é imprescindível sua participação porque, se o Amazonas não participar desta audiência pública, consequentemente, não teria maior valor, não faria sentido.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada pela gentileza.

Primeiro, eu gostaria de cumprimentar a Senadora Maria do Carmo por permitir esse debate importante nesta Casa.

Obviamente, quando tratamos de um tema tão amplo quanto este, acidentes aéreos ocorridos no Brasil – e eu ouvia o Senador Cássio falar a respeito da realidade do seu Estado da Paraíba – nós nos obrigamos a falar também um pouco da situação de cada uma das unidades da Federação, principalmente daquela que representamos aqui, no Senado Federal.

Quero dizer que, domingo agora, estive visitando dois Municípios no interior do meu Estado, o Município de Fonte Boa e o Município de Jutaí. Nós nos obrigamos a ir num hidroavião, Senador Cássio, porque no Município de Jutaí não há aeroporto. Então, precisamos fazer uso de hidroaviões para chegarmos. Desse Município, para chegar à capital, Manaus, leva-se quatro dias de ida; na volta, subindo o rio, são, no mínimo, dez dias. Então, vejam os senhores a situação de um doente, como fica. E o que é pior, o que agrava ainda mais a situação: aquele Município tem dois médicos, somente, atuando, nenhum com registro perante o Conselho Regional de Medicina, porque ambos são estrangeiros e atuam salvando a população, porque nenhum brasileiro quer prestar serviços lá.

Apenas cito isso como exemplo. O que é mais grave, Senador Benedito, é que, pela forma como o País se organiza, do ponto de vista da sua infraestrutura aeroportuária, os aeroportos que existem, grande parte dos que existem no meu Estado – a esmagadora maioria em situações precaríssimas, não são precárias, são precaríssimas – são aeroportos que estão sob o controle dos Municípios, das prefeituras municipais, que não têm arrecadação, a única arrecadação que têm são os repasses dos recursos estaduais, que mal conseguem pagar a folha de pagamento, mal conseguem cumprir a lei que determina um piso salarial para os professores. Como eles vão manter os aeroportos? Então, eu faço de conta que tenho e você faz de conta que mantém.

É um debate, Senador Benedito de Lira, em que entra a aviação regional, e sem falar no preço da passagem. Fonte Boa é outro Município, próximo de Jutaí, não tão próximo assim, em torno de 12 horas de viagem de barco, mas é o mais próximo, cuja passagem de ida é R$900, mais R$900 de volta para Manaus, são R$1.800. É mais do que o dobro do que pagamos para chegar a Brasília, vindo de Manaus.

Então, nós, desta Comissão, Senador Benedito, poderíamos colocar como meta da Presidência de V. Exª: vamos procurar resolver, se não todos os problemas, pelo menos parte significativa desses problemas.

Temos o fundo agora, que não está mais... O fundo saiu agora... Mas, mesmo assim, é um fundo, o fundo para ser aplicado nos aeroportos, o Profaa, mas os recursos que o Profaa disponibiliza não conseguem fazer frente a toda essa demanda.

E aí nós poderemos trabalhar com o seguinte, Senador Benedito, com o apoio dos senhores que

representam aqui a Aeronáutica, a Agência Nacional de Aviação Civil: nós poderíamos fazer uma viagem, Senador Benedito – nós liderados por V. Exª, todos os representantes desta comissão –, uma viagem de amostra, de reconhecimento. Seria importante que pudéssemos levar um grupo de Senadores ao interior do meu Estado, ao interior do Pará, ao interior da Paraíba, ao interior de Alagoas, para conhecermos de perto essa realidade. Porque nós sabemos, mas V. Exª, tenho certeza, não conhece a realidade do interior do meu Estado, como não conhece o Senador Cássio. E junto com a Anac, junto com a Aeronáutica.

E vamos procurar resolver... Nós temos, por exemplo, para a Amazônia, um Fundo de Desenvolvimento da Amazônia. É um fundo nacional, que foi estabelecido e é gerido pelo BNDES. A maior parte dos recursos são recursos que vêm de fora. Poderíamos utilizar esse recurso para isso. Vamos fazer um grande movimento, porque isso é possível. Porque, quando tratamos de viagem de avião para aqueles que vivem lá na parte norte do Brasil, não é um luxo, é uma necessidade. Vidas são perdidas. É um povo que vive de forma isolada, humilde, e o Estado brasileiro não pode amplificar esse isolamento em que eles estão, que eles já vivenciam por uma questão geográfica. E, a partir do momento em que o Estado não lhes permite o acesso ao transporte aéreo, não lhes permite o acesso à Internet, esse isolamento fica muito mais evidente.

Esse é quase um desabafo que faço aqui, e peço a colaboração das senhoras e dos senhores.

E, Senador Benedito, vamos fazer essa programação logo no início de 2012, quem sabe em fevereiro, antes do carnaval, porque, antes do carnaval, dizem que não acontece nada. Só acontece depois do carnaval. Então, antes do carnaval, podemos fazer pelo menos isso acontecer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero agradecer a participação da nobre Senadora e dizer apenas uma coisa que é nossa lá do Nordeste, que não é da Amazônia, não é do Norte, não é do Sul: quando a senhora ia, nós já estávamos voltando.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Que beleza!

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Então, o que a senhora está propondo – e que o Senador Cássio confirme ou negue essa informação de nordestino...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E olhe que somos de partidos diferentes. Já pensou se nós fôssemos do mesmo partido? Vejam só nossa convergência de opiniões.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Pois é. Então, o que quero dizer a V. Exª e aos demais Senadores é que nós estamos programando um encontro com o pessoal do Ministério da Integração Nacional, para exatamente tratarmos dos fundos constitucionais: o Fundo Constitucional do Centro-Oeste, o Fundo Constitucional do Nordeste e o Fundo Constitucional do Norte.

Então, logo, logo, quando confirmarem a audiência, V. Exª será convocada para que possamos realmente tratar desse assunto.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Cássio Cunha.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Apenas para complementar a informação, eu sofri um lapso de memória e não me lembrei do nome do equipamento que é reivindicado por Campina Grande. Nós lutávamos pelo VOR, e agora queremos o ILS, que é um equipamento mais sofisticado.

Quem pode traduzir isso é o Brigadeiro. Na verdade, o ILS nada mais é do que um instrumento que permite o monitoramento, sobretudo em situações de nebulosidade... Campina Grande tem uma altitude de 570 metros e é uma cidade que tem um potencial turístico muito forte, sobretudo no período junino. A cidade realiza o maior São João do mundo, tem uma referência hoje nacional no calendário turístico do Brasil, e, coincidentemente, a frustração...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA. *Fora do microfone*.) – ...a respeito desse assunto?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Há polêmica, porque a Bahia também tem grandes eventos juninos. Pernambuco e Parintins têm festas maravilhosas. Mas esse Brasil é diverso na sua cultura e na sua capacidade de realizar eventos folclóricos, como é o caso de São João.

Então, só para concluir, há uma coincidência que é exatamente a do período em que a cidade tem o maior fluxo de visitantes com o período de maior nebulosidade. As estatísticas da Anac podem comprovar essa minha afirmação de um volume considerável de frustrações de pousos, em decorrência da falta desse equipamento. A cidade tem essa característica da nebulosidade, que começa a partir de final de maio, iniciando junho e vai até agosto e, sobretudo no período noturno, há essa nebulosidade. E, pela ausência do ILS, há um volume exagerado de voos que têm o seu pouso frustrados, que são transferidos, sobretudo, para Recife, numa distância de mais de 200 quilômetros.

Então, o apelo – eu acho que o VOR foi instalado há algum tempo, eu não tenho plena certeza dessa

informação, mas a necessidade, pelas características do nosso aeródromo, pelas características da posição geográfica do aeroporto em Campinha Grande é a necessidade do ILS.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu queria, antes de encerrar a participação de todos nesta audiência pública, comunicar aos Srs. Senadores que, logo após, nós teremos uma sessão extraordinária para discutirmos e votarmos o relatório da Senadora Lídice da Mata no que diz respeito às emendas da Comissão para o orçamento de 2012.

Mas eu gostaria de fazer uma pergunta aqui à Drª Clarice.

Nós tivemos, esta Comissão, um encontro com o Ministro da Aviação Civil, e lá nós fomos tratar de um assunto que é realmente muito importante para nós que fazemos esta Comissão e para o Brasil como um todo: se já há algum estudo de viabilidade no que diz respeito à aviação regional.

Há uma coisa para a qual eu gostaria de chamar a atenção da Anac, da Secretaria de Aviação Civil e, logicamente, também da Aeronáutica. As grandes empresas de aviação civil deste País, ou mais precisamente GOL e TAM, num determinado momento em que alguém se propõe a fazer o transporte de passageiros regionalmente, criam uma linha para chegar até aquele Estado a, b ou c ou Município a, b ou c. À proporção que me tiram – porque eu não tenho como competir, estou começando e não tenho como competir, Senador Cássio, com essas gigantes –, à proporção que eu saio de atividade, elas também saem. E o resultado é que a coisa continua do mesmo jeito.

Então, nós estivemos lá com o Ministro e fizemos essa solicitação a ele, se havia algum estudo, se havia alguma viabilidade técnica, a fim de que ele pudesse apressar essas ações, para a gente poder ter a aviação regional.

Vou dar um exemplo. O Senador Cássio Cunha Lima citou aí, neste instante. Eu moro em Maceió, quero ir a Fortaleza e pego um avião: ou eu venho para Brasília ou vou para Recife e passo 6, 7, 8 horas no Aeroporto de Recife, esperando um voo de São Paulo ou de Brasília que vá para Fortaleza quando, se houvesse esse intercâmbio ou essa ação da Secretaria de Aviação Civil, logicamente nós ganharíamos tempo. Do meu Estado para Fortaleza eu vou gastar uma hora, uma hora e pouco; do Estado de Alagoas para a Paraíba, devo gastar 30, 40 minutos; para Recife, 20 minutos e vice-versa. Então, eu gostaria de fazer essa formulação.

A segunda: certo dia aqui, nós começamos a ouvir alguns comentários a respeito da possibilidade de privatização dos aeroportos, considerando, inclusive, essa hipótese da Copa do Mundo, das Olimpíadas e as dificuldades que há da falta de recursos para fazer essas ampliações ou até a construção de aeroportos. Vou dar um exemplo aqui: em Manaus, o Aeroporto de Manaus é absolutamente impraticável para esse tipo de atividade. Então, se há alguma disposição ou se há algum estudo em pauta para fazer privatização dos aeroportos, ou de quais.

A SRª CLARICE BERTONI LACERDA RODRIGUES – Senador Benedito de Lira, com relação à aviação regional, eu coloquei aqui como um dos desafios. E isso está previsto no plano estratégico da Secretaria, e já existe, sim, um estudo bastante adiantado com relação ao sistema regional – inclusive, a colocação da Senadora com relação a esse assunto foi muito pertinente –, já há uma proposta da Secretaria que está sendo levada à consideração da Presidenta da República, da Casa Civil, de mecanismos para fomentar a aviação regional, não só no que diz respeito à operação em sim, mas à adequação da infraestrutura aeroportuária necessária à operação desse segmento importante da aviação civil brasileira.

O senhor pergunta se já existe o estudo. Já existe, sim, já há algumas propostas de medidas de fomento que estão sendo levadas, não sei se esta semana, mas muito em breve, para a consideração, a aprovação da Presidenta da República.

Outro ponto que quero destacar aqui, que talvez não tenha ficado bastante claro na minha apresentação, é que o instrumento do Profaa é considerado extremamente importante dentro do Programa de Aviação Regional. Por quê? Porque é através dele que é possível fazer as políticas públicas de interesse regional, porque ele é um fundo específico para esse interesse.

Como eu disse, com o processo de concessão de aeroportos, o Fundo Nacional de Aviação Civil, que foi criado junto com a Secretaria, será expandido com os recursos provenientes da outorga desses grandes aeroportos. Então, haverá recursos, sim. Existem estudos, inclusive, para desenvolver ou melhorar a gestão do Fundo de forma que os Estados e Municípios possam se beneficiar melhor desse Fundo.

Então, respondendo à sua pergunta, há, sim, Senador. Os estudos já estão em estágio bastante adiantado de desenvolvimento.

Com relação à privatização de aeroportos, isso também está dentro do nosso planejamento estratégico. É exatamente o assunto relacionado ao Plano de Outorgas e ao desenvolvimento do decreto, da regulamentação da concessão de aeroportos. É exatamente no Plano de Outorgas que se vão colocar os critérios de quais aeroportos poderão estar sujeitos à concessão, ou melhor, concessão à iniciativa privada,

e quais deles poderão estar, deverão ser explorados diretamente pela União. É exatamente no Plano de Outorgas que se modelarão esses critérios.

O modelo do Plano de Outorgas, o modelo de concessão, um dos princípios que nortearam essa modelagem é exatamente manter ou ter instrumentos ou mecanismos que, ainda que houvesse a concessão desses aeroportos, houvesse a possibilidade, houvesse a viabilidade da manutenção da rede aeroportuária como um todo.

Um dos principais mecanismos nesse sentido, no caso de Guarulhos, Viracopos e Brasília, é a colocação da Infraero com participação acionária na empresa que será a vencedora do leilão, de forma que ela tenha seus recursos aumentados para a manutenção da rede que não tenha a mesma viabilidade econômica dos aeroportos concedidos.

Não sei se respondi à pergunta do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero agradecer à Drª Clarice.

Quero fazer agora uma pergunta, que acho que é para a Anac.

A Anac é o órgão disciplinador da aviação civil brasileira. A Anac tem autoridade, por exemplo, para dizer a essas empresas grandes que, por acaso, à proporção que o empresário de menor porte queira fazer a aviação regional, que ela não pode interferir naquela aviação ou que, se for para lá, ela terá que manter-se lá ou sair, à proporção que eu saio, como já aconteceu em diversas oportunidades?

Esse é um assunto sobre o qual eu gostaria, se fosse possível, que fosse dada alguma informação.

E ao meu querido amigo Brigadeiro pergunto qual é o tempo, de quanto tempo é que a Aeronáutica faz vistoria nas aeronaves para ver o problema da segurança.

O SR. DAVID DA COSTA FARIA NETO – Senador, a Agência Nacional de Aviação Civil tem os seus limites de atuação definidos na lei de criação da agência. E lá, se não me falha a memória, em seu art. 48, a única análise que é feita na concessão de linhas é quanto à disponibilidade da infraestrutura aeroportuária. Isso é o que consta na lei. Qualquer outro tipo de autoridade, há necessidade de se alterar a lei.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Vou aproveitar a explanação que o senhor está dando.

É preciso ter infraestrutura aeroportuária para se praticar a aviação regional; mas, por exemplo, eu estou em Alagoas e quero ir para Recife; eu estou em Alagoas e quero ir para a Paraíba; eu estou em Alagoas e quero ir para o Ceará, quero ir para São Luís; e vice-versa; lá nos temos a infraestrutura; o aeroporto de Maceió é bom, o do Recife é bom, o de João Pessoa é bom. É esse tipo de transporte que nós não temos.

É aquilo que acabei de dizer aqui: se eu que estou em Alagoas, ou o Senador Cássio, que está na Paraíba, se ele quiser ir a Maceió, em Alagoas, ele terá que esperar que um avião que saia de São Paulo ou de Brasília chegue a João Pessoa, ou melhor, em Salvador, para poder pegar o voo em Salvador. Então, é quanto a esse problema que a gente precisa adotar alguma providência. E a Agência Nacional da Aviação Civil é realmente o órgão responsável por isso. Onde há infraestrutura aeroportuária, logicamente é esse o clamor de todos nós aqui.

Para complementar esse raciocínio, eu queria conceder a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente, eu quero até pedir desculpas a V. Exª e a todos os outros membros da Comissão, inclusive aos nossos convidados, mas eu tive que estar até agora no Ministério de Integração Regional, acompanhando uma reunião da bancada da Bahia, acompanhando pleitos nossos do PAC com o Ministério. Só pude chegar agora, não tive condições de participar deste debate, que é um debate que venho acompanhando há algum tempo e que é uma luta de V. Exª e especialmente de todos nós nordestinos do Brasil, por toda a potencialidade turística dos nossos Estados e pelas dificuldades de fortalecimento da aviação regional.

Nós já tivemos uma aviação regional mais forte, na Bahia e nos Estados do Nordeste como um todo. Hoje, quase todos os Estados do Nordeste mantêm uma política de tributação específica para beneficiar a aviação regional – a Bahia tem, Pernambuco tem, não me lembro se a Paraíba tem, mas sei que Pernambuco e Ceará, com certeza, têm –, e ainda assim continuamos com esse grave problema, na medida em que temos uma malha aérea muito complicada, porque ela, obrigatoriamente, faz um trajeto, um desenho no sentido de acompanhamento do litoral. Ela sai do Amazonas, no Norte, e vem sempre no sentido do litoral, com dificuldades de se fazerem as linhas intermediárias. Quando faz intermediária, é diretamente em Brasília. Então, praticamente todas as linhas do Brasil param em Brasília e em São Paulo. E nós vamos ficando. Antes, um voo de Salvador para Maceió durava no máximo uma hora.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quarenta minutos!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Quarenta minutos. No entanto, somos obrigados a fazê-lo com uma duração muito mais longa. Alguém que queira voar de Salvador para Maceió, tenho de esperar o voo de Brasília porque, obrigatoriamente, não pode haver

um voo direto. E a linha que vai para Maceió, quando para em Salvador, em geral, a outra conexão é Sergipe. Então, nós vamos... Os voos de Brasília fazem conexão em Salvador para Sergipe, ou em Salvador para Maceió, ou em Salvador para Recife, fazendo com que a nossa conexão, a nossa comunicação seja a mais restrita possível em Estados aos quais de carro se pode chegar com 10 horas de viagem, com 8 horas de viagem. É o caso de Salvador para Maceió.

Então, nós sofremos muito hoje, todo o turismo do Nordeste, com o enfraquecimento da nossa aviação regional. E nós gostaríamos... Já há alguns anos, o *trade* turístico, todos os secretários de turismo do Brasil, especialmente do Norte e Nordeste, insistem que nós precisamos ter uma política de aviação regional. E o que nós estamos vendo é que as empresas se constituem em aviação regional, logo depois, começam a fortalecer-se, deixam de se caracterizar como uma atividade regional e passam a adotar uma política de aviação nacional.

Outro problema sobre o qual ainda acho que há uma discussão com a Anac é a situação da concentração dos horários das linhas dos voos. Cito a Bahia porque é o meu Estado, mas cito também por ser um dos Estados mais importantes do Brasil. Nós temos a terceira capital em população do País e não é possível que só haja voo do Aeroporto de Salvador para Brasília de manhã e à noite. Antes, nós já tivemos voos da Bahia para Brasília o dia inteiro.

Isso tudo é em função de uma malha, a cuja decisão nós não temos nunca acesso, que atende única e exclusivamente ao interesse das empresas, das poucas empresas que nós temos. E, aí, vivemos a crise dos aeroportos e, na maioria das vezes, os aeroportos teriam condição de funcionar sem tantos problemas se fossem aeroportos do dia inteiro. Os nossos aeroportos são aeroportos de dois horários. Quem chega a Brasília durante o dia vai encontrar um aeroporto vazio, às vezes abandonado. Agora, se você chegar de manhã cedo ou a partir de 6 horas da tarde, vai encontrar um aeroporto supercongestionado.

Então, eu creio que é uma questão sobre a qual a Anac precisa debruçar-se porque vem a Copa do Mundo e, mantendo-se essa situação, nós chegaremos, é claro, a uma situação caótica. E vamos ter de discutir sempre, recolocando a discussão da infraestrutura aeroportuária quando nós temos aeroportos grandes, que poderiam talvez, com outra distribuição da malha, ter condição de atender melhor as necessidades da população brasileira já hoje.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Há uma coisa, só para complementar. É bom que a Anac cuide disso, mas é bom que cuide com muito mais agressividade.

Acho que o interesse público deve estar acima de qualquer outro interesse. As empresas são privadas, é lógico, mas recebem concessão. Infelizmente, no meu Brasil, parece que as pessoas entendem que as concessões são um favor que se está fazendo, quando na verdade não são. O que a Senadora Lídice acabou de narrar é exatamente o que acontece no Brasil inteiro: os grandes, porque os pequenos não têm oportunidade, os médios não têm oportunidade.

Então, como sendo a Anac o órgão responsável pelo disciplinamento, pela orientação, pela fiscalização e, ao mesmo tempo, pelas normas, é esse o apelo que nós estamos fazendo aqui, para que o senhor leve ao presidente da Anac essas informações a respeito daquilo que nós vimos reivindicando, bem como à Secretaria de Aviação Civil.

Os estudos estão sendo feitos. Nós estivemos lá e o Ministro nos disse isso, mas nós precisamos ter é celeridade nisso aí. Celeridade! Na hora em que houver essa possibilidade vai aparecer alguém com disposição de montar empresas. Agora, é preciso que tenha a garantia. É preciso que haja a garantia de não permitir que o grande engula o pequeno. E o que tem acontecido aqui é infelizmente isso. Apareceram algumas empresas querendo se criar no Nordeste com especialidade, mas infelizmente não foi possível.

O fato é que, como disse a Senadora, os Estados nordestinos particularmente só têm dois horários de voos por dia: ou de madrugada ou à tarde. No meu caso, em Alagoas, ou eu saio às 5 horas da manhã, ou eu saio às 16 horas. No resto do dia, não há voo. É uma coisa inacreditável, mas é o que estamos vendo, é o que estamos discutindo, dialogando, para ver se chegamos a um entendimento daqui a algum tempo.

Concedo a palavra a V. Exª, para que possa fazer...

O SR. DAVID DA COSTA FARIA NETO – Senadora Lídice da Mata, Senador Benedito de Lira, a senhora não pôde estar aqui mais cedo, mas a Drª Clarice, representando o Ministro de Estado da Secretaria de Aviação Civil, colocou, de forma bastante incisiva, que o Estado brasileiro está preocupado, sim, com o transporte aéreo e, em especial, o transporte aéreo regional, porque nós entendemos, de forma bastante clara – e é importante que, em especial, os nossos legisladores tenham a consciência disto –, que o transporte aéreo não é um fornecimento de um serviço que vem com o desenvolvimento. Ele é indutor do desenvolvimento. Ele é que traz o desenvolvimento para as regiões menos assistidas, ou menos desenvolvidas.

Em outras épocas, o Brasil já teve suas linhas regionais subvencionadas. Não sei se essa vai ser a

direção que a Secretaria de Aviação Civil vai dar aos seus estudos. Mas gostaria de deixar registrado, de forma bastante clara, que as autoridades de aviação civil estão, sim, preocupadas com a aviação regional, e, em breve, muito breve, teremos esse estudo concluído e as orientações emanadas pelas autoridades competentes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Brigadeiro, para responder à pergunta que lhe foi feita sobre o período de tempo em que a Aeronáutica faz as vistorias nas aeronaves, sobre qual é o tempo mínimo de voo sem que ela faça essa vistoria.

O SR. CARLOS ALBERTO DA CONCEIÇÃO – Sr. Senador Benedito de Lira, eu gostaria só de esclarecer que a vistoria de segurança de voo é uma atividade de assessoria. É uma atividade que não é punitiva. Então, quando nós vamos a uma base aérea – vou dar um exemplo até militar – fazer uma vistoria de segurança de voo, nós levantamos as condições que possam levar a uma condição insegura, fazemos uma relação causa/efeito, uma análise, e propomos ações mitigadoras.

Esse trabalho de vistoria de segurança de voo é um trabalho de assessoria à Alta Direção, seja ela de uma empresa, seja ela do local onde se vai fazer essa vistoria, justamente para levantar essas condições, para que essa Alta Direção tome as providências cabíveis, com as ações mitigadoras que nós vamos recomendar. São propostas que nós fazemos.

Agora, como o senhor abordou, no tocante à vistoria nas aeronaves, nós não fazemos uma vistoria de segurança de voo na aeronave. O que nós temos, a própria Agência Nacional de Aviação Civil, e o Sr. David poderia explicar melhor como é que funciona essa parte toda de fiscalização, é que há todo um procedimento em relação às aeronaves, que não compete especificamente ao Cenipa. Só explicando ao senhor como é que funciona uma vistoria de segurança de voo. Simplesmente isso. Seria uma assessoria essa vistoria de segurança de voo em uma organização, seja o que for. O senhor pode levar um dia, dois ou até mesmo uma semana fazendo esse trabalho. No máximo, uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Mas eu estava querendo só saber o seguinte. Por exemplo, eu recebo uma aeronave hoje. Ela vem ou zero quilômetro – eu não sei qual é o procedimento disso. Eu quero saber o seguinte, o que interessa saber: a partir de hoje, qual é o tempo que ela, no Brasil ou pertencente a uma empresa brasileira, é alvo de uma vistoria, assim como a gente faz nos carros, uma revisão?

É isso o que nós gostaríamos de saber.

O SR. CARLOS ALBERTO DA CONCEIÇÃO – É justamente como eu disse para o senhor. Acredito que o Davi pode falar com o senhor.

O SR. DAVID DA COSTA FARIA NETO – São várias ações que são realizadas pela Anac, visando manter as características iniciais dos equipamentos de aviação.

O senhor citou a aeronave. Então, a aeronave, ao solicitar entrada no nosso País, sofre uma vistoria técnica inicial. Em qualquer alteração de destinação daquela aeronave, ela sofre uma vistoria técnica especial. Isso, pelo órgão regulador.

Porém, todas as aeronaves e de uma forma bastante mais contundente do que aquelas revisões que nós fazemos nos nossos carros, as aeronaves sofrem, operam debaixo de um programa de manutenção. E esse programa é auditado regularmente, seu cumprimento é fiscalizado pela Agência Nacional de Aviação Civil.

Então, todos os equipamentos de aviação, quaisquer que sejam, até um reboque de aeronave, sofrem manutenções rotineiras periódicas, debaixo de um programa de manutenção. E desse programa é rotineiramente fiscalizado o cumprimento pela agência.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quando eu citei os nossos carros era para dar um exemplo, até porque não sou técnico nem especialista nessa área de aviões.

Mas, vejam, eu queria agradecer à Drª Clarice Bertoni Lacerda, ao Dr. David e ao Brigadeiro-do-Ar pela presença. É evidente que trouxeram muita coisa, muito subsídio que vai dar condições para que a gente possa continuar trabalhando nesta Comissão em ações que venham a beneficiar diretamente a população brasileira.

A preocupação da Senadora Maria do Carmo no que diz respeito aos acidentes é natural. Há uma coisa – apesar de nós sabermos que o meio de transporte aéreo é um dos mais seguros do mundo, e é evidente que nós estamos aqui também abrindo uma frente no que diz respeito aos acidentes terrestres, que são muito mais volumosos do que os da aviação: todos os dias, e eu fiz um pronunciamento 15 dias passados, de 13 em 13 minutos morre alguém neste País, de acidente de automóvel. No ano de 2010, numa estatística ainda a ser atualizada, morreram mais de 42 mil pessoas. E ninguém nem fala disso. Ninguém nem fala! Agora, há uma coisa impressionante: quando um avião, por uma razão qualquer, por um erro humano ou por um

defeito da máquina, cai e morrem 100, 200 pessoas, há uma comoção social. É natural.

Por isso é que eu queria cumprimentar a Anac pelas ações que tem desenvolvido para manter, com fidelidade, a segurança dos voos. O Ministério da Aviação Civil, recém-criado, tenho certeza absoluta de que vai produzir muito. No que diz respeito às ações que terão que ser desenvolvidas pelo Ministério para melhor atender a população na área de aviação civil.

Eu cumprimento o Ministro, em nome da senhora, e o Presidente da Anac, em nome do seu representante. E queria cumprimentar a Aeronáutica, na pessoa do Brigadeiro do Ar, Carlos da Conceição. A Aeronáutica tem sido extraordinária no que diz respeito às ações que são de sua competência e à responsabilidade que tem, em especial no controle dos voos, pois é ali que está a segurança do passageiro e do transporte aéreo. São pessoas que estão no anonimato, que nós não vemos, não conhecemos, mas que são absolutamente os responsáveis pela tranquilidade dos que viajam. Quando entro em um avião, primeiro, agradeço a Deus por estar ali; em segundo lugar, peço a Ele para segurar a barca no ar, porque somente Ele segura no ar um museu daqueles.

Ao mesmo tempo, agradeço a responsabilidade desses rapazes que são da Aeronáutica. Não sei se já houve mudanças depois dos últimos desencontros entre os operadores de voo e o Ministério da Defesa, nas greves sucessivas que foram levadas a efeito. Surgiram informações de que poderia inclusive haver uma mudança na função do controlador de voo militar e do civil. Não sei se isso foi levado a sério, se foi consubstanciada essa ação. Mas a todos os senhores e senhoras que fazem essas ações, eu queria agradecer, em nome das Srªs e dos Srs. Senadores que compõem esta Comissão. Ficamos muito agradecidos pelas informações que nos trouxeram. Lógico que vamos continuar perseguindo esses objetivos, vamos fazer outras visitas ao Ministério, à Anac e, sem dúvida nenhuma, à Aeronáutica.

O senhor citou e chamou a atenção para o fato do crescimento extraordinário, vertiginoso, um absurdo, exatamente em função de que, num passado não muito distante, quem viajava de avião eram empresários, executivos, pessoas de melhor condição econômica e financeira. Hoje, todos viajam de avião, até porque existe uma política das próprias empresas de baixar o preço das passagens, viabilizando essa possibilidade a todo brasileiro, seja de gravata no pescoço ou com a foice para cortar cana. Recentemente, viajei em um voo de Maceió para São Paulo, com escala em Brasília, e metade do avião era de trabalhadores rurais que estavam se deslocando do meu Estado para São Paulo, já que estava se iniciando o período da safra da cana-de-açúcar. Isso é uma coisa fantástica. Uma coisa fantástica, eu sempre evidencio isto, graças à presença de um trabalhador na Presidência da República.

Certo dia, uma autoridade do meu Estado perguntou: "Como é que você vai votar no Lula, um homem que não tem sequer o curso primário completo?". Respondi: "Vou votar no Lula porque quero ver se um trabalhador melhora a vida deste País. Já votei em cientista, em letrados, em altíssimos e competentes de universidades do mundo, e não vi acontecer absolutamente nada. Este País é rico, extraordinário e maravilhoso, mas tem um povo pobre, a grande maioria da população brasileira". Tem rico? Tem. E ninguém pode evitar que não tenha. Agora, a massa, os pobres e trabalhadores nunca tiveram as oportunidades que conseguiram do governo Lula para cá. Nas cidades grandes, é absolutamente impraticável andar de carro porque o trânsito recebe milhares de carros todos os meses. Por quê? Porque o trabalhador passou a ter também direito a um carro para o seu trabalho e para o lazer da sua família.

Então, eu queria, com isso, cumprimentar a todos, agradecer a presença e nos colocar à disposição dos órgãos para que, num intercâmbio entre o Poder Político e as autoridades constituídas do meu País, possamos encontrar caminhos que atendam a necessidade da população brasileira.

Muito obrigado.

Antes de encerrar a reunião, eu queria...

Muito obrigado.

Antes de encerrar a reunião, comunico aos Srªs e Srs. Senadores que vou submeter, uma vez que não o fiz no começo da reunião, a Ata da reunião anterior.

Como há número, os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Encerro a presente reunião, agradecendo, mais uma vez, às pessoas que aqui vieram para participar desta audiência pública, e convoco, automaticamente, outra reunião extraordinária para que possamos tomar conhecimento do relatório da eminente Senadora Lídice da Mata no que diz respeito às emendas ao Orçamento de 2012 desta Comissão.

Obrigado.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 22 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATU-

RA, REALIZADA EM VINTE E DOIS DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, APÓS A 31ª REUNIÃO DA CDR, QUE ACONTECEU ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dezesseis horas e trinta e três minutos do dia vinte e dois de novembro do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Ana Rita, Vanessa Grazziotin, João Durval, Lídice da Mata, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena, Maria do Carmo Alves, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg e Randolfe Rodrigues. Justificam as ausências os Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Ana Amélia, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente comunica que a Comissão recebeu do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, a indicação para que o Senador Ivo Cassol componha a Subcomissão Permanente da Amazônia – CDRAM, em vaga ali existente, na condição de membro titular. Nos termos do art. 89, inciso IV do RISF, é feita a designação do eminente Senador para ocupar a vaga. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a discussão e a votação das Emendas da Comissão ao Projeto de Lei de nº 28/2011-CN (LOA 2012) a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em seguida a Presidência concede a palavra à Coordenadora das Emendas, Senadora Lídice da Mata, para proferir o seu parecer sobre as emendas e as suas considerações. A Relatora explana que foram apresentadas 24 Emendas ao PL nº 28/2011-CN, de autoria dos Senhores Senadores Vanessa Grazziotin, Ana Rita, Lídice da Mata, Maria do Carmo Alves, Acir Gurgacs, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, Benedito de Lira, Vital do Rêgo, Lúcia Vânia e Vicentinho Alves. Após a leitura do relatório, usa da palavra a Senador Vanessa Grazziotin. Submetidas a votação, a Comissão aprova 5 (cinco) emendas, distribuídas conforme segue: **Uma Emenda de Remanejamento de Despesa: Emenda nº 5 – UO 53207 – Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica – na RIDE/DF – Na Região Centro-Oeste – Localidade: Região Centro-Oeste-CO – Valor: 1.000.000; e Quatro Emendas de Apropriação de Despesa: Emenda nº 1 – UO 56101 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano-Nacional – Nacional-NA – Valor: 100.000.000; Emenda nº 2 – UO 53101 – Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica-Nacional – Nacional-NA – Valor: 300.000.000; Emenda nº 3 – UO 54101 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística-Nacional – Nacional-NA – Valor: 300.000.000; e Emenda nº 4 – UO 53101 – Apoio a Obras Preventivas de Desastres-Nacional – Nacional-NA – Valor: 300.000.000.** Em seguida, a Presidência comunica que nos termos dos arts. 43 e 44, inciso I da Resolução nº 01/2006-CN, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da Reunião que as aprovou. Neste sentido, o Presidente propõe a dispensa da leitura da ata e a submete a aprovação. **A ata é aprovada**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador Benedito de Lira,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, dou por aberta a 2ª reunião extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que, nesta oportunidade, tem como pauta o parecer da eminente Senadora Lídice da Mata quanto às emendas da Comissão para o Orçamento da União para 2012.

Antes de passar a palavra a S. Exª, a Senadora, eu queria comunicar ao Plenário desta Comissão que, por determinação do eminente Presidente da Casa, foram designados para constar nesta Comissão os Senadores Ivo Cassol, que ficará como suplente, e o Senador Cássio Cunha Lima, como membro titular.

Aproveitando a oportunidade, presente a Senadora Vanessa, que é Presidente da Subcomissão do Norte, eu comunico a S. Exª que estou acabando de designar o Senador Ivo Cassol para também compor a Subcomissão de Desenvolvimento do Norte, sob a presidência de V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Se V. Exª me permite, Sr. Presidente, nós havíamos falado a respeito de uma reunião que ia haver na cidade de Manaus, da organização do tratado dos países amazônicos.

Essa reunião começou hoje, mas hoje é uma reunião só com Chanceleres, com Ministros de Relações Exteriores dos sete países que compõem a Amazônia global.

A partir de amanhã, nós teremos um seminário, que acontecerá na quarta e na quinta-feira.

Eu me deslocarei para Manaus na quinta-feira e lá falarei por esta Comissão, se V. Exª me permitir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu não só terei muito prazer em ter V. Exª representando esta Comissão, com muita dignidade, e V. Exª está totalmente autorizada a fazer isso. Vamos lamentar profundamente a sua ausência aqui, porque sempre é agradável a presença de V. Exª não só na Casa, como particularmente nesta Comissão. Mas terei muito prazer em dizer que V. Exª assuma o comando da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo lá no Estado do Amazonas. Se V. Exª também desejar aqui, eu vou até renunciar à Presidência, para dar-lhe essa oportunidade.

Mas, dando continuidade, eu queria fazer aqui alguma comunicação. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata e submeto-a à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Conforme pauta previamente distribuída, discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao Projeto de Lei nº 28, de 2011, do Congresso Nacional, que estima a receita e estabelece a despesa da União para o exercício financeiro de 2012.

A Comissão recebeu 24 emendas. Foi designada coordenadora e relatora a Senadora Lídice da Mata, a quem eu concedo a palavra para a leitura do seu relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, agradeço a designação honrosa para relatar as emendas desta nossa querida Comissão.

A nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo é responsável, nas suas atribuições, por emendas de três Ministérios: Ministério de Turismo, Ministério das Cidades e Ministério da Integração Regional. A nossa Comissão recebeu nove emendas na área de turismo, sete emendas na área do Ministério das Cidades e seis emendas na área de integração regional.

Com fundamento, portanto, nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente em seus arts. 43 a 45, esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2012 (PLOA 2012), Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN.

Encontram-se sob a análise deste Plenário vinte e quatro (24) propostas de emendas, elaboradas pelos parlamentares Vanessa Grazziotin, Ana Rita, Lídice da Mata, Maria do Carmo Alves, Acir Gurgacz, Morazildo Cavalcanti, Paulo Paim, Benedito de Lira, Vital do Rêgo, Lúcia Vânia e Vicentinho Alves. As propostas contemplam programação orçamentária variada ao abrigo dos órgãos que compõem a subárea temática desta Comissão, nomeadamente: o Ministério das Cidades, o Ministério do Turismo e o Ministério da Integração Nacional.

É importante ressaltar que foram apresentadas emendas de apropriação em número que extrapola muito o limite máximo de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; e apenas duas emendas de Remanejamento. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação.

Não foi fácil escolher, Sr. Presidente. As emendas foram analisadas a partir de fundamentos estritamente técnicos, colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN, da Comissão de Orçamento, assim como no Parecer Preliminar. Subsidiariamente à Resolução nº 1, o Parecer Preliminar traça regras procedimentais para a confecção, a apresentação e a admissibilidade de emendas.

Importa consignar que dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro foi o de que as emendas exibissem caráter institucional. De que elas mantivessem estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional, não estivessem voltadas para programas direcionados regionalmente em função do limite que nós temos do número de emendas, mas da necessidade de, portanto, fazermos com que elas atendessem a todo o Brasil.

Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada deveriam desdobrar-se em plano nacional, jamais se limitando a região ou localidade específica.

Podemos afirmar que todas as emendas exibiram grande mérito, mas, tendo de definir por algumas delas, votamos pela apresentação ao PLOA 2012, por esta Comissão, das seguintes propostas de emendas, conforme o anexo quadro de detalhamento: Emenda nº 01 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Ministério das Cidades – Valor R$100 milhões (que abrange as Unidades Orçamentárias das

Emendas nºs 3, 6, 10, 11, 13 e 15, de diversos autores); Emenda nº 16 – Infraestrutura Econômica – Ministério da Integração Nacional – Valor R$300 milhões; Emenda nº 19 – Prevenção em Defesa Civil (Apoio a Obras Preventivas de Desastres) – Ministério da Integração Nacional – Valor R$300 milhões (que abrangem as Unidades Orçamentárias das Emendas nºs 14, 17, 20 e 21, contemplando, de certa forma, os mesmos objetivos); e Emenda nº 18 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – Ministério do Turismo, emenda que teve o maior número de autores, que teve o maior número de Senadores como autores, e eu escolhi justamente aquela emenda que é idêntica para diversos autores, inclusive eu própria fiz esta emenda, mas eu escolhi a emenda do autor que tivesse o maior valor, que foi o valor de R$300 milhões (que abrange as Unidades Orçamentárias das Emendas nºs 2, 4, 5, 7, 8, 9, 12 e 22). Também sugerimos a aprovação da Emenda nº 24 (de Remanejamento), que foi uma emenda que fiz – Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica na RIDE – Região Centro-Oeste (SUDECO), abrindo um valor simbólico de R$1 milhão, para criar a rubrica. É uma emenda para a Sudeco.

Quero destacar, Sr. Presidente, que acolhi a Emenda de Infraestrutura Econômica, no Ministério da Integração Regional, obviamente por todo o valor técnico também, mas também numa homenagem explícita e assumida a V. Exª, que foi o autor e é o Presidente da nossa Comissão e que faz, em muito boa hora, uma emenda buscando incorporar a promoção da infraestrutura econômica, que vai ser uma ação importante para a região Nordeste, a região Sudeste, através dos Fundos e através da ação direta do Ministério da Integração Regional.

Portanto, é esse o nosso parecer, e peço a acolhida dos nossos Pares, para que possamos aprová-lo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado à Senadora Lídice da Mata pelo seu circunstanciado parecer.

Em discussão o parecer.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu só gostaria, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Que foi muito bem atendida no relatório da Senadora Lídice da Mata.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Como V. Exª, aliás.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Não temos nada a reclamar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu estava...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu só atendi a mim mesma.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ah, ela atendeu a ela também, Sr. Presidente.

Eu só queria cumprimentar a Senadora Lídice da Mata pelo belo relatório produzido. Eu só gostaria de destacar que ela não teve tanto trabalho assim para elaborar esse relatório, visto que grande parte das emendas focaram no mesmo objetivo, não é, Senadora? O que mostra que estamos aqui trabalhando em total consonância.

Ou seja, temos uma grande tarefa pela frente, e eu espero, Senador Lira, que possamos acompanhar a execução orçamentária, porque, no geral, essas emendas aprovadas são aprovadas pro forma. Nós não temos a segurança de que elas serão executadas. E nós... V. Exª falou na audiência pública anteriormente de um encontro com o Ministro Fernando Bezerra, da Integração Nacional. Vamos tratar com ele esse tema também, Senador Benedito, Senadora Lídice. Vamos tratar com ele isso, para que a gente se sinta responsável também um pouco pela elaboração dessa política de integração nacional.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, no caso...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra a Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – No caso do Ministério da Integração Regional, o Ministério foi contemplado com duas das quatro emendas – portanto, metade delas –, e eu fiz isso muito voltada pela observação do que foi o trabalho desta Comissão ao longo do ano. Acho que seria mais justo que ela realmente... Os temas debatidos pela nossa Comissão se dirigiram à discussão da integração regional, e eu achei, portanto, que era mais coerente com o trabalho realizado que colocássemos duas. E hoje, inclusive, tendo a oportunidade de encontrar o Ministro numa audiência da bancada da Bahia, já levantei para ele que existia essa possibilidade e que o nosso Presidente já estava providenciando uma conversa da Comissão, para que tivéssemos a garantia de que estaríamos atendendo também a interesses do Ministério e do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Primeiro, eu quero agradecer, mais uma vez, à Senadora Lídice da Mata por seu parecer e quero dizer à Senadora Vanessa que realmente V. Exª tem razão, e nós não podemos continuar aprovando emendas nas comissões pro forma.

Eu quero me comprometer com V. Exª e com os demais Senadores da Comissão no sentido de que, logo após a aprovação pelo Orçamento, na aprovação do Orçamento, nós vamos trabalhar para aprovar o maior volume possível de recursos para o Ministério da Integração, fazemos um encontro com o Ministro e fazemos a parceria. É importante atender as necessidades dos Senadores, com relação aos seus Estados, às suas regiões, e, evidentemente, também atender o Ministério, que tem uma política diferenciada no momento atual.

Em discussão. (*Pausa*.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas as emendas relatadas pela eminente Senadora Lídice da Mata.

Nos termos do art. 43 e 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião, que se aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura da ata e a aprovação da ata da reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Solicito à Secretaria da Comissão o encaminhamento imediato da ata, que contém as emendas aprovadas na reunião na tarde de hoje.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião e convoco os Srs. Senadores para a próxima reunião, no horário regimental.

(Iniciada às 14 horas e 32 minutos, a reunião encerra-se às 16 horas e 50 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e nove de outubro do ano de dois mil e onze na sala de reuniões número 13, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias; Ana Rita; Vanessa Grazziotin; Lídice da Mata; Ana Amélia; Eduardo Amorim; Vicentinho Alves; Paulo Paim; José Pimentel; Eunício Oliveira e Magno Malta. Deixam de comparecer os Senadores: João Durval; Vital do Rêgo, Ciro Nogueira; Cássio Cunha Lima; Cícero Lucena e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: **ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2005 – COMPLEMENTAR**, "Altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira". **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. Tramita em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2007 – COMPLEMENTAR**, "Altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para a segurança pública não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira". **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. Tramita em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, DE 2011 – COMPLEMENTAR**, "Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com o objetivo de determinar que as despesas com cultura não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira". **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. Tramita em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2011 – COMPLEMENTAR**, "Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com o objetivo de determinar que as despesas com meio ambiente não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira". **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 150, de 2005 – Complementar; nº 90, de 2007 – Complementar; e nºs 20 e 21, de 2011 – Complementares. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 2 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, DE 2007**, "Institui o Balanço Social Empresarial, autoriza a criação do Selo Empresa Responsável, altera o § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e o inciso IV do art. 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências". **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. Tramita em conjunto com **– PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, DE 2008**, "Altera o § 3º do art. 2º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir a certificação da em-

presa por boas práticas ambientais entre os critérios de desempate nas licitações". **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda Substitutiva que apresenta, o qual incorpora as contribuições do PLS nº 366, de 2008, que fica prejudicado. Usa da palavra os Senadores José Pimentel e Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2007, nos termos da Emenda nº 01-CDR (Substitutivo), e pela rejeição do PLS nº 366, de 2008. **ITEM 3 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2011**, "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Porto Nacional, no Estado do Tocantins". **Autoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, DE 2011**, "Altera as Lei nºs 9.249 e 9.250, ambas de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do imposto de renda, das contribuições e doações efetuadas ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS instituído pela Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005". **Autoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatoria**: Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado**: A Presidência designa Relator "Ad Hoc" o Senador Wellington Dias, em substituição ao Senador Vital do Rêgo. Após a leitura do Relatório, foi concedida vista ao Senador José Pimentel, nos termos regimentais. **ITEM 5 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 495, DE 2011**, "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para ampliar o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatoria**: Senador Paulo Paim. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto. **Resultado** Adiado. **ITEM 6 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2010**, "Altera os incisos III e IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Aelton Freitas. **Relatoria**: Senador José Pimentel. **Relatório**: Pela rejeição do Projeto. **Resultado** Lido o Relatório, é encerrada a discussão, ficando adiada a votação da Matéria. **ITEM 7 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2006**, "Acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Roseana Sarney. **Relatoria**: Senador Eduardo Amorim. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado** Adiado. **ITEM 8 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2011**, "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para assegurar aos municípios a faculdade de direcionar integralmente as ações do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV ao atendimento de famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria**: Senador Benedito de Lira. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto. **Resultado** Adiado. **ITEM 9 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, DE 2011**, "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estimular a adoção de medidas voltadas para o amortecimento e a retenção das águas pluviais em áreas urbanas." **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria**: Senador Vital do Rêgo. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. **Resultado** Adiado. **ITEM 10 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 521, DE 2011**, "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para incluir os Municípios na composição do Sistema Nacional de Turismo." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria**: Senadora Ana Amélia. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado** Adiado. **EXTRA-PAUTA – ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO Nº 32/2011-CDR.** Requer, nos termos do disposto nos arts. 90, incisos IX, XI e XIII, e 104-A, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, e, em aditamento ao Requerimento 13/2011-CDR, que solicita o apoio desta Comissão à organização e realização do Projeto "II Fórum Legislativo nas Cidades-Sedes da

Copa do Mundo de Futebol no Brasil – O Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa 2014", a participação da comissão na realização da reunião de encerramento do referido projeto na Cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. Durante a cerimônia de encerramento, que contará com as presenças de representantes do Ministério de Esporte; do Ministério do Turismo; do Governo do Estado do Paraná; da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu; e dos membros desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, será apresentado o Relatório Final das visitas técnicas realizadas às Cidades-Sede, com a avaliação dos desafios, metas e estratégias para a realização dos jogos da Copa do Mundo 2014. **Autoria:** Senador Benedito de Lira. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e nove minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador Benedito de Lira,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, peço a dispensa da leitura da Ata. *(Pausa.)*

(Falha na gravação.) ...e vai para votação na hora em que houver número regimental para deliberação.

O Senado Federal tem, em conjunto com a Câmara dos Deputados, TSE, STF, TCU, GDF, Setur, Presidência da República, Procuradoria-Geral da República, Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Cultura do GDF, então, fazendo parte de um grupo que tem o objetivo de integrar as ações dos órgãos públicos que promovem visitação institucional em Brasília para melhor atender visitantes nacionais e estrangeiros, buscando a excelência dos serviços.

A demanda por uma padronização do receptivo nos órgãos públicos foi intensificada por causa dos grandes eventos esportivos que acontecerão no País.

A Secretaria da Comissão está participando dessas reuniões.

Conforme pauta distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições.

ITEM 1

– Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Altera o §2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

TRAMITA EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2007

Altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para a segurança pública não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

TRAMITA EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, DE 2011

Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com o objetivo de determinar que as despesas com cultura não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

TRAMITA EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2011

Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com o objetivo de determinar que as despesas com meio ambiente não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.

Autoria: Senadora Lídice Da Mata

Relatoria dos Projetos: Senador José Pimentel

Relatório: Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 150, de 2005-Complementar; nº 90, de 2007-Complementar; e nºs 20 e 21, de 2011-Complementares.

Observações: – As matérias ainda serão apreciadas pelas Co*missões de Educação, de*

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e de Assuntos Econômicos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Dialogando com a nossa Senadora Lídice da Mata, ela nos pediu que a gente retirasse de pauta, para estudar melhor a matéria.

Portanto, acolhendo a sugestão e como relator, estou pedindo a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – É regimental e defiro o pedido de V. Exª.

ITEM 2

– Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, DE 2007

Institui o Balanço Social Empresarial, autoriza a criação do Selo Empresa Responsável, altera o §2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e o inciso IV do art. 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2008.

Relatoria dos Projetos: Senadora Ana Amélia.

Relatório: pela aprovação.

TRAMITA EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, DE 2008

Altera o § 3º do art. 2º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir a certificação da empresa por boas práticas ambientais entre os critérios de desempate nas licitações.

Autoria: Senador Expedito Júnior

Relatoria dos Projetos: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda Substitutiva que apresenta, o qual incorpora as contribuições do PLS nº 366, de 2008, que fica prejudicado.

Observações: – As Matérias ainda serão apreciadas pelas Comissões de Assuntos Econômicos; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

– A Matéria constou na Pauta da 29ª Reunião da Comissão, realizada em 1º/11/11, tendo sido adiada a sua delibe*ração.*

Concedo a palavra à S. Exª para a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Benedito de Lira, vou diretamente à análise.

O PLS nº 224, de 2007, além da alteração da Lei 8.666, de 93, tem por objetivo estimular a divulgação de informação de natureza social e ambiental, demonstrando à sociedade a participação e a responsabilidade social e ambiental de cada empresa.

Para esse fim, propõe instituir o Balanço Social Empresarial e autoriza a criação do Selo Empresa Responsável. Também determina as informações que devem ser oferecidas pelas empresas para se habilitarem a serem beneficiadas em caso de empate nas licitações.

Conforme registrou a Senadora Patrícia Saboya no seu parecer ao PLS nº 224, de 2007, apresentado na CDR, em 2007, quando da tramitação individual da proposição, o projeto não delimita quais empresas estarão obrigadas a publicar o Balanço Social Empresarial, incluindo no seu âmbito de abrangência desde microempresas até empresas de grande porte.

Parece-nos, portanto, razoável que somente as empresas de maior porte deveriam estar obrigadas a publicar o Balanço Social Empresarial. Assim, a inclusão de dispositivo específico sobre demonstração social deveria ser feita na lei que trata das sociedades anônimas.

O PLS nº 366, de 2008, também propõe alterar Lei nº 8.666, de 1993, mas com um objetivo mais restrito, que seria incluir a certificação da empresa por boas práticas ambientais entre os critérios de desempate nas licitações.

É importante ressaltar que muitas empresas atualmente já prestam essas informações de natureza social e ambiental com base na Norma Brasileira de Contabilidade nº 15, de 2004.

Feitas essas considerações, registramos que, conforme o disposto no art. 260, II, *b*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) projetos de lei mais antigos têm precedência sobre os mais recentes, quando originários da mesma Casa.

Portanto, tendo em vista o comando regimental, recomendamos a aprovação do PLC n° 224, de 2007, na forma de substitutivo, o qual incorpora as contribuições do Projeto de Lei nº 366, de 2008, assim como as contribuições dos pareceres já apresentados nas comissões por onde passaram durante as tramitações iniciais.

Voto.

Pelos motivos expostos, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 224, de 2007, na forma de substitutivo, apresentado a seguir, o qual incorpora as contribuições do Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2008, que fica prejudicado.

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 139, (SUBSTITUTIVO), DE 2005

Altera a Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para instituir o balanço social, autoriza a criação do Selo Empresa Responsável e altera o § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993.

O CONGRESSO NACIONAL Nacional decreta:

Art. 1º A Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 176

IV – demonstração dos fluxos de caixa;

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado; e

VI – Balanço Social.

Seção VII
Balanço Social

"**Art. 188-A** O balanço social referido no inciso VI do *caput* do art. 176 desta Lei conterá informações sobre os benefícios gerados para a comunidade social, discriminando especialmente:

I – o valor das taxas, das contribuições obrigatórias e dos impostos recolhidos à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às respectivas autarquias e demais entes autônomos, individuando o destinatário e a espécie de tributo;

II – a quantidade dos empregados mantidos no início e no fim do período administrativo e o valor bruto da remuneração paga a eles;

III – o total recolhido em nome dos empregados para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

IV – o valor recolhido, como encargo patronal, à instituição oficial de previdência e assistência social;

V – a importância recolhida, a título de contribuição patronal, à entidade de previdência complementar, com sua denominação social e seu número de registro no órgão fiscalizador da União;

VI – a quantia despendida com a alimentação dos empregados;

VII – o montante das despesas com a assistência à saúde dos empregados, destacando os serviços voluntários e os obrigatórios;

VIII – a soma dos lucros distribuídos aos empregados, aos diretores e aos acionistas;

IX – o valor das contribuições voluntárias a associações de empregados e dos dispêndios para o lazer destes;

X – o valor correspondente aos serviços e às obras doadas à comunidade, destacando as espécies e os destinatários respectivos;

XI – o total despendido com patrocínios científicos, culturais ou esportivos;

XII – o montante dos investimentos e das despesas efetuadas com a proteção do meio ambiente, destacando as instalações industriais, as obras externas e outras espécies de dispêndios;

XIII – o valor das demais colaborações prestadas, separando as voluntárias e as obrigatórias.

Parágrafo único. O balanço social e as demais peças contábeis serão assinadas pelo contador da empresa. (NR)"

Art. 2º O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome fica autorizado a emitir o Selo Empresa Responsável, a ser concedido às empresas que publicarem seu balanço social com as informações mínimas estabelecidas no art. 188-A da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Parágrafo único. É vedada a concessão do selo a empresas que comprovadamente cometam crimes ambientais, adotem práticas discriminatórias ou sejam envolvidas com a exploração do trabalho infantil ou qualquer forma de trabalho forçado.

Art. 3º O § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

"Art.3.....
.....
.....
.....

§2º .....
.....
.....

IV – produzidos ou prestados por empresas detentoras do Selo Empresa Responsável.

.....
....(NR)"

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, quero parabenizar a nossa Senadora Ana Amélia pelo excelente substitutivo que ela produz, que permite uma clareza maior do projeto de lei às alterações aqui propostas e, ao mesmo tempo, disciplina com mais clareza a questão das licitações em caso de empate.

O Ministério do Planejamento é favorável à matéria, louva o parecer e propõe a sua aprovação. No entanto, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome levanta algumas preocupações. Como a matéria não é terminativa e vai tramitar em outras comissões, eu proponho que a gente aprove a matéria e, nesse período, o Ministério do Desenvolvimento Social terá um prazo para aprofundar os seus estudos, os seus entendimentos e, se tiver que fazer algum ajuste lá na frente, não tem nenhum impedimento.

Portanto o meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Continua em discussão.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu aproveito para agradecer ao Senador Pimentel, que retirou de pauta o item 1, que solicitei, para que pudéssemos ter tempo de debatê-lo mais, tratando-se principalmente do projeto que diz respeito ao não contingenciamento dos recursos do Ministério da Cultura, portanto, que tratam da cultura em nosso País, em função do baixo orçamento que esse Ministério já dispõe.

Além disso, Sr. Presidente, quero também parabenizar a Senadora Ana Amélia pelo cuidado que teve com esse projeto, tornando-o possível de aprovação, e dizer que, na medida em que possamos aprová-lo, tendo quórum, o meu voto será favorável.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Não havendo mais quem queira discutir e não tendo número regimental para a votação, ela fica adiada até que tenhamos quórum.

Item 3, retirado por solicitação da Relatora, Senadora Maria do Carmo Alves, que, por questão de voo, não teve oportunidade de chegar.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Presidente, uma consulta a V. Exª. Por tratar de projeto não terminativo, que é o caso concreto do item 2...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Mas eu não tenho quórum nem para não terminativo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Nós estamos em quatro.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Já tem quórum?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Já, já temos.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com ela, tem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ótimo! Esse é não terminativo?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Isso, então poderemos votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Encerrada a discussão, submeto-o à votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.(*Pausa.*)

Aprovado.

O item 3, por solicitação da Relatora, sai de pauta.

ITEM 4

– Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, DE 2011

Altera as Lei nºs 9.249 e 9.250, ambas de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do imposto de renda, das contribuições e doações efetuadas ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) instituído pela Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

Autoria: Senador Ciro Nogueira.

Relatoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatório: pela aprovação do projeto com a Emenda nº 01 que apresenta.

Não estando presente o Senador Vital do Rêgo, tomo a liberdade de indicar o Sr. Senador Wellington Dias para leitura do relatório como Relator *ad hoc*.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O PLS nº 472, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, do meu glorioso Piauí, tem por objetivo permitir a dedução da base de cálculo do imposto de renda das contribuições e doações feitas por pessoas físicas e jurídicas ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Lembra o autor que a Constituição Federal (CF) consagra a moradia como um dos direitos sociais e que a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, veio para disciplinar o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). O projeto visa justamente estimular as doações e contribuições da sociedade civil para o

incremento dos recursos desse fundo, contribuindo, assim, para garantir o acesso à moradia digna da população de menor renda.

O Relator, Senador Vital do Rêgo, a quem substituo, considera o projeto meritório e pronuncia-se por sua aprovação com uma emenda de redação. Essa emenda, Sr. Presidente, diz o seguinte: "Na nova redação dada ao art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, pelo art. 2º do PLS nº 472, de 2011, substitua-se a menção à alínea *h* por alínea *i*". Basicamente isso.

Do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 472, de 2011, com a emenda que foi apresentada e já lida.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o parecer do Senador Vital do Rêgo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – A pedido do Governo, estou pedindo vista para analisar melhor a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Há alguém mais que queira pedir vista? (*Pausa*.)

ITEM 5

– Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 495, DE 2011

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para ampliar o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Autoria: Senador Renan Calheiros.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Eu queria comunicar aos Srs. Senadores e Senadoras que os Senadores que estavam na sala vizinha poderiam aguardar alguns segundos para que ele pudesse chegar.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Presidente, poderia indicar um *ad hoc*, e já aprovaríamos a matéria. Vamos indicar um *ad hoc* se possível.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Posso relatar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O Senador Paim faz questão de relatar. Então, vou aguardar um minuto e, enquanto isso, vamos ao item 6, que é terminativo. Vamos fazer a leitura e, se tivermos número, votamos, senão fica adiada a votação.

ITEM 6

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2010

Altera os incisos III e IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e dá outras providências.

Autoria: Deputado Aelton Freitas.

Relatoria: Senador José Pimentel.

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o PLC nº 182, de 2010, se coaduna com os parâmetros constitucionais aplicáveis no tocante à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria, de acordo com o art. 48, *caput* e incisos I e IV da Constituição Federal. Quanto à iniciativa da proposição, também está amparada pelo art. 61, *caput*, da CF.

A proposição atende as normas regimentais desta Casa e, quanto à técnica legislativa, foram respeitadas as disposições para a elaboração e alteração de normas dispostas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que tange à juridicidade, a proposição apresenta-se adequada, haja vista a inovação do ordenamento jurídico e a generalidade e coercitividade das disposições, contempladas em instrumento gerador de lei ordinária.

Sobre o mérito, é louvável a preocupação do proponente em assegurar acesso privilegiado de Municípios mineiros aos recursos do FCO e do FNE. No entanto, é necessária uma avaliação sobre os argumentos utilizados para franquear o acesso de parte do território do Estado de Minas Gerais aos recursos dos fundos mencionados.

O texto em análise propõe a inclusão na região natural do Semi-Árido de todos os Municípios da área de atuação do FNE e daqueles Municípios do Vale do Rio Doce que atendam a critérios a serem estabelecidos em regulamento, bem como a expansão da Região Centro-Oeste de modo a incluir 18 Municípios mineiros na área de atuação do FCO.

O autor argumenta que a economia da região do norte mineiro apresenta condições semelhantes àquelas prevalecentes em muitos rincões nordestinos, tanto quanto às restrições climáticas como ao nível de desenvolvimento econômico e social.

Assim, a proposição em análise visa a estabelecer na Lei nº 7.827, de 1989, condições de igualdade entre todos os Municípios mineiros da área da Sudene e o Semi-Árido, a despeito do fato de que a realidade climática dos Municípios mineiros da área da Sudene é bastante distinta do Semi-Árido.

No entanto, a prioridade constitucional concedida à questão do Semi-Árido tem por base aspectos climáticos bem definidos, e o autor da proposição não faz referência à fundamentação técnica da vigente delimitação do Semi-Árido e justifica sua iniciativa em função da existência de condições diferenciadas de acesso ao FNE entre os Municípios mineiros incluídos na área mineira de atuação da Sudene.

É oportuno e necessário salientar que a desigualdade nas condições de acesso aos recursos do FNE também ocorre em Estados nordestinos, inclusive nos Estados onde há predominância da semi-aridez, como no Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, com mais de 70% de seus Municípios incluídos no Semi-Árido. O mesmo se passa em Pernambuco e na Bahia, onde dois terços dos Municípios se localizam no meio semi-árido. Por outro lado, Espírito Santo e Maranhão não apresentam Município algum com características de semiaridez.

Caso o PLS nº 511, de 2003, viesse a ser aprovado, Minas Gerais passaria a ter a totalidade de seus Municípios que integram a área de atuação da Sudene incluída no semiárido. Definitivamente, seria uma situação injustificável em face do fato de que os demais Estados nordestinos, onde a proporção dos Municípios beneficiados com as condições favorecidas no acesso aos recursos do FNE varia de 76%, na Paraíba, a 34% em Alagoas, continuariam a ter as restrições de acesso aos recursos do Fundo.

Estaria criada uma situação de tratamento diferenciado, sem base na realidade climática da semiaridez constatada por meio de estudos com base científica. No Estado de Minas Gerais, a semiaridez passaria a ser uma condição definida em lei, sem a devida fundamentação técnico-científica.

Se a inclusão dos Municípios mineiros da área de atuação da Sudene no rol dos que fazem jus ao acesso privilegiado aos recursos do FNE reservado ao semiárido já seria descabida, maior afastamento da norma vigente seria a inclusão dos Municípios do Vale do Rio Doce na região natural do semiárido em função do resultado da aplicação de "critérios climáticos e socioeconômicos objetivos".

Não há como justificar técnica e cientificamente tal alteração. Além disso, ocorreria a divisão dos recursos financeiros destinados pela Constituição Federal aos sertões nordestinos com os Municípios mineiros do Vale do Rio Doce. Certamente, há, naquela área, Municípios merecedores de atenção especial por parte do Poder Público Federal, mas a realidade dos nordestinos que convivem com as restrições climáticas e de escassez crônica de água típicas do semiárido não pode ser igualada às condições de vida da população do Vale do Rio Doce.

Quanto à proposta de incluir 18 Municípios mineiros na área de atuação do FCO, é preciso lembrar que há um critério objetivo para o acesso aos recursos do Fundo: estar situado na região geográfica do Centro-Oeste, no conceito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A aprovação do PLC nº 182, de 2010, eliminaria esse critério objetivo, abrindo um precedente que estimularia uma permanente pressão dos Municípios limítrofes aos que já tenham acesso aos recursos do FCO para que também passem a ter esse acesso. A similaridade das condições naturais entre Municípios vizinhos seria, quase sempre, uma justificativa plausível para a expansão continuada da área de abrangência do FCO, e tal similaridade poderá ser encontrada não apenas em Minas Gerais, mas em outros Estados vizinhos da região Centro-Oeste, da região Sul e também da região Sudeste, a exemplo do Paraná e de São Paulo.

A existência de um critério objetivo permite definir um ponto de corte no acesso aos recursos de critério oficial em condições subsidiadas dos Fundos de Desenvolvimento. Mesmo que, para o Município vizinho a outro que tenha acesso aos recursos subsidiados, pareça injustiça a impossibilidade de acesso àquela fonte de recursos, é preciso haver coerência entre a real situação do Município e as pré-condições especificadas em lei para o acesso aos recursos subsidiados.

O Senado Federal, responsável pelo equilíbrio do Pacto Federativo, tem o dever de zelar pela redução das diferenças entre as regiões brasileiras, não permitindo o avanço de proposições que visem a alterar a aplicação de recursos subsidiados destinados à superação das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento sem justificativas técnicas que sustentem a alteração proposta.

Portanto, Sr. Presidente, o objetivo do projeto é levar todos os Municípios da área de abrangência da Sudene e do Estado de Minas Gerais para o semiárido. Em nenhum Estado da Federação, toda a sua área está classificada como semiárido. Pretende-se também vin-

cular outra parte do Estado de Minas Gerais ao Fundo Constitucional da Região Centro-Oeste, argumentando que os Municípios têm indicadores muito próximos.

Em face do exposto, recomendamos a rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2010.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não há quórum. A matéria é terminativa e não há quórum. Mas se alguém quiser discutir, podemos discutir. Deveremos voltar. *(Pausa.)*

Então, vamos adiar a discussão e a votação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Pois não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Nós poderíamos encerrar a discussão e adiar só o votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Então, vamos, acatando a sua sugestão, encerrar a discussão.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Alguém quer discutir? Estão todos satisfeitos com o Relator?

Votar não podemos. Então, vamos seguir.

Próximo projeto.

O Item 7 já foi lido. Também é um projeto terminativo. Já foi discutido. Como não temos quórum, passaremos para... Passaríamos para o Item 8, mas o Relator, Senador Benedito de Lira, pediu para retirá-lo de pauta. Passaremos, então, para o Item 9, matéria da relatoria do Senador Vital do Rêgo. Vamos designar...

Bom, o Senador Vital do Rêgo não está presente.

Vamos encerrar a reunião.

Vou ler um requerimento apenas, já que não temos quórum para prosseguir com as votações.

EXTRA-PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 32/2011-CDR

Requer, nos termos do disposto nos arts. 90, incisos IX, XI e XIII, e 104-A, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, e, em aditamento ao Requerimento 13/2011-CDR, que solicita o apoio desta Comissão à organização e realização do Projeto "II Fórum Legislativo nas Cidades-Sedes da Copa do Mundo de Futebol no Brasil – O Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa 2014", a participação da comissão na realização da reunião de encerramento do referido projeto na Cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. Durante a cerimônia de encerramento, que contará com as presenças de representantes do Ministério de Esporte; do Ministério do Turismo; do Governo do Estado do Paraná; da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu; e dos membros desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, será apresentado o Relatório Final das visitas técnicas realizadas às Cidades-Sede, com a avaliação dos desafios, metas e estratégias para a realização dos jogos da Copa do Mundo 2014.

Autoria: Senador Benedito de Lira

Em votação o requerimento.

Quem concorda permaneça como está. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, convidando todos para a próxima reunião, na terça-feira da próxima semana.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 09 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA CDRAM

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA, CRIADA POR MEIO DO RDR Nº 01, DE 2011, COM A FINALIDADE DE "DEBATER A AMAZÔNIA BRASILEIRA, EM ESPECIAL O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL", EM CONJUNTO COM A 13ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, CRIADA POR MEIO DO RRE Nº 2, DE 2009, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 08:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia vinte e dois de setembro do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões número dezenove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia, em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Lúcia

Vânia e Reditário Cassol. Ainda com a presença do Senador Pedro Taques, membro da Comissão Temporária Externa – Conflito Agrário na Divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior da Subcomissão Permanente da Amazônia (CDRAM), que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, tendo como convidados representantes dos seguintes órgãos: Trabalhadores rurais dos estados do Pará, Amazonas e Rondônia (Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS); Ministério Público Federal; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Governo dos estados do Pará, Amazonas e Rondônia; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Conselho Federal, e Representação do Governo Federal (Secretaria Geral da Presidência da República); com a finalidade de "discutir os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Externa do Senado Federal criada para visitar "*in loco*" os locais dos assassinatos dos trabalhadores rurais nos estados do Pará e Rondônia", em atendimento aos Requerimentos nºs 9/2011-CDRAM e 3/2011-CREPAFF, de autoria dos Senadores Vanessa Grazziotin e Mozarildo Cavalcanti. A Audiência Pública é realizada com a presença dos seguintes convidados: Claudionor Muniz, Diretor Geral da Polícia Civil, representando o Governador do Estado de Rondônia, Confúcio Moura; Jayme Jemil Asfora Filho, Conselheiro Federal e Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos, representando a OAB; Joaquim Belo, representante do Conselho Nacional de Seringueiros; e Rafael Oliveira Claros, representante da Associação dos Camponeses do Amazonas (ASSCEDAM). **EXTRA-PAUTA – ITEM 01:** Requerimento nº 17/2011-CDRAM, que "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF, com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater a reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965). Para tanto requeiro sejam convidados representantes do Parlamento Amazônico". **Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti e Senadora Vanessa Grazziotin**. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, procede-se à votação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 02:** Requerimento nº 18/2011-CDRAM, que "Em aditamento ao Requerimento 14-CDRAM, aprovado em 13 de setembro do corrente, que solicita, "nos termos regimentais, a realização audiência pública, no âmbito desta Subcomissão, para discutir o acesso de estrangeiros às terras na Amazônia (...)", requeiro que se faça presente, também, um representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE)". **Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senadora VANESSA GRAZZIOTIN,** Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia – CDRAM; – **Senador MOZARILDO CAVALCANTE,** Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Havendo número regimento, declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia em conjunto com a 13ª Reunião da Subcomissão da Amazônia e Faixa de Fronteira, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata para sua aprovação. Refiro-me à ata da 3º Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Gostaria, antes de passar à pauta, de comunicar que essa audiência pública, na realidade, foi uma iniciativa tomada por duas subcomissões que tratam de assuntos relativos à Amazônia: a Subcomissão, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional, coordenada por mim, e a Subcomissão, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, coordenada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

O comunicado que faço é que o Senador Mozarildo Cavalcanti aqui não está porque não veio a Brasília esta semana em decorrência de compromissos políticos assumidos no Estado de Roraima.

Aproveitamos as atividades dessas duas Subcomissões para debatermos um tema que é objeto de uma comissão externa do Senado Federal que foi fazer visitas e uma análise a respeito dos assassinatos cometidos no campo – uma sequência de assassinatos, dois entre os quais tiveram maior destaque. Foram os assassinatos do Sr. Dinho, no Estado de Rondônia, na divisa com o Amazonas, e o assassinato do casal José Cláudio e Maria do Espírito Santo, no Pará. Este assassinato no Pará ocorreu no dia 24 do mês de

maio; e, no dia 27, menos de uma semana depois, do mesmo mês de maio, ocorreu o assassinato do Líder camponês Adelino Ramos, o Dinho.

Estivemos em visita às duas áreas, na confluência entre Amazonas e Rondônia. Fomos ao Amazonas e Rondônia e estivemos também no Pará, exatamente no assentamento de Nova Ipixuna, trabalhando e debatendo esse assunto.

Então, fizemos alguns convites hoje para que pudéssemos ouvir algumas pessoas a respeito não só do inquérito, dos procedimentos para a busca dos assassinos e dos mandantes, para que a gente possa fazer uma análise do desenrolar da questão judicial, penal, mas também tomar medidas que os casos suscitaram.

Logo após esses assassinatos houve algumas reuniões no Palácio do Planalto, sendo uma delas coordenada pela própria Presidente Dilma, que contou com a participação de três Governadores (Rondônia, Amazonas e Pará). Lá foram determinadas medidas que deveriam ser adotadas.

Então, esta audiência pública tem um pouco esse objetivo: fazermos um balanço do que foi feito de lá para cá, ou seja, desde que alguns meses já se passaram – maio, junho, julho e agosto. São quase quatro meses. Então, que possamos fazer um balanço e fecharmos o relatório.

O Senador Randolfe, que está a caminho, é o Relator da Comissão Externa. S. Exª deverá aproveitar esta audiência para elaborar o seu relatório.

Quero, neste momento, conforme a pauta distribuída a todos, convidar, para compor a mesa, o Sr. Claudionor Muniz, Diretor-geral da Polícia Civil, representando, neste ato, o Governador do Estado de Rondônia. (*Pausa.*)

Quero convidar também o Dr. Jayme Jemil Asfora Filho, Conselheiro Federal e Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil. (*Pausa.*)

Quero convidar o Sr. Rafael Oliveira Claros, representante da Associação de Camponeses do Amazonas, que atuou e atua ainda, salvo engano, como advogado em um dos casos, o caso que envolve o Sr. Adelino Ramos. (*Pausa.*)

Quero informar que o Sr. Joaquim Belo, que representa o Conselho Nacional de Seringueiros, vem do Pará. S. Sª seria a pessoa mais vinculada ao caso do Pará. S. Sª está a caminho. Já está aqui, entretanto entrou no prédio da Câmara dos Deputados, perdeu-se e teve de voltar. É onde está hospedado, mas o Senado já o está resgatando.

Quero comunicar a presença do Dr. Fernando e cumprimentá-lo. (*Pausa.*)

Vamos dar início à nossa audiência. Podemos começar com o Dr. Claudionor Muniz.

O período gira em torno de 15 minutos, mas, se o senhor puder fazer uma exposição sucinta...

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Bom dia a todos e a todas!

Gostaria de cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin, em nome de quem cumprimento todos os demais membros da mesa e aqueles que estão aqui.

Uma vez ocorrido o crime da vítima Adelino Ramos, a Polícia Civil do Estado de Rondônia encaminhou ao local uma equipe da Delegacia de Homicídios para acompanhar e servir de apoio nas diligências com o objetivo de apurar a autoria. Então, tínhamos duas equipes: uma equipe conhecia o local de forma bastante ampla, a equipe da Delegacia de Extrema, que atua na região de Vista Alegre do Abunã e aquelas outras regiões que existem na divisa entre os Estados de Rondônia e do Amazonas. Essa equipe acaba, também, servindo de apoio à região de Lábrea. Então, as duas equipes trabalharam conjuntamente. Instaurou-se o inquérito policial. Foram identificadas testemunhas. Todas as circunstâncias do crime, do momento do crime, foram esclarecidas. Até porque o crime foi praticado à luz do dia, na presença de testemunhas, que foram todas ouvidas. Foram submetidas ao reconhecimento, no caso, do suspeito infrator. Então, tivemos um pedido de prisão preventiva e o cumprimento do mandado de prisão preventiva de Ozias Vicente, o autor do crime.

Para os senhores entenderem um pouco do cenário, do pano de fundo do crime, tanto Ozias quanto Dinho estavam em conflito por conta de uma área de terra na região de Lábrea, Estado do Amazonas, há algum tempo. Ozias, por pertencer à família Machado. se sentia injustiçado porque estava naquela área há muitos anos, há mais de 11 anos. Sentiu-se esbulhado pelo movimento que lá então passou a lutar pela terra. Em decorrência disso iniciou-se o conflito. Ele realmente ganhou corpo no momento de uma discussão sobre a extração irregular de madeira na região.

O próprio Ozias Vicente teria comentado, na região de Lábrea, que pretendia matar Dinho e, com isso, por fim àquele movimento. Então, as provas foram colhidas nesse sentido, ou seja, não somente a prova testemunhal, mas aquilo que aconteceu antes, os episódios que aconteceram antes disso.

O estopim, digamos assim, da morte teria sido o fato de Dinho, Adelino Ramos, ter indicado locais de extração irregular de madeira, que era praticada por Ozias e outros. Houve apreensão de madeira por parte de uma operação executada pelo Ibama.

Então, logo em seguida à execução dessa operação, que foi exitosa, com a apreensão de caminhões

de madeira, Ozias decidiu matar o líder camponês, o que acabou acontecendo em uma sexta-feira, no período da manhã, em horário bem cedo, na presença de testemunhas.

Ozias Vicente encontra-se preso. Foi interrogado. Negou o crime. Inclusive, alegou um álibi, dizendo que sequer estava naquele local, que estaria trabalhando na construção de uma casa que possui na cidade de Vista Alegre do Abunã.

Nas oitivas das testemunhas, ou seja, dos vizinhos a essa construção, a essa casa, conseguiu-se apurar que ele não esteve naquele local, principalmente no horário em que ocorreu o homicídio. A única pessoa que tenta sustentar essa versão é a esposa dele, a esposa do suspeito infrator, Ozias Vicente.

O inquérito foi relatado, senhores, no prazo legal de dez dias. Uma vez decretada a prisão preventiva a Polícia Civil tinha um prazo de dez dias para conclusão do inquérito. Então, nesse prazo, as duas equipes – a Delegacia de Extrema, a Delegacia Especializada de Crimes de Homicídios – conseguiram ouvir o maior número de testemunhas possível para concluir o inquérito, tentando levantar as circunstâncias. E, em decorrência disso, o inquérito foi relatado.

Digo a todos que o inquérito foi denunciado no prazo legal; dois Promotores analisaram os autos e produziram a denúncia para iniciar a ação penal.

Aqui cabe um registro, porque a Delegacia de Polícia de Extrema instaurou outro inquérito, um inquérito suplementar a este, para prosseguir na apuração de eventual mandante. É bem verdade que Ozias Vicente...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Há outro inquérito?

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Há outro inquérito tramitando, mas eu vou chegar ainda em que momento está esse inquérito.

Então, concluído esse inquérito, o que está aqui em meu poder, ele foi remetido ao Ministério Público, e uma cópia foi, então, extraída para o prosseguimento da investigação com o objetivo de tentar levantar eventuais mandantes do crime ou fechar então a prova. Se foi somente o Ozias Vicente... Como autor direto, foi somente o Ozias, ele não estava acompanhado de uma terceira pessoa; no local somente ele estava no momento. Mas, para apurar eventual mandante, já que havia interesses, lá na região de Lábrea, de outros madeireiros, de outras pessoas com interesse na terra, então instaurou-se para continuar a apuração.

O que eu posso dizer aos senhores?

Esse segundo inquérito estava em tramitação, ou seja, continuou-se a fazer as oitivas de testemunhas, entre outras diligências e procedimentos policiais, só que, quando se chegou ao prazo de 30 dias, foi remetido ao Ministério Público para pedido de prazo para complementação das diligências. Foi neste momento em que a Polícia Civil tomou conhecimento de que a ação penal que estava na Justiça estadual teria sido remetida ao Juízo Federal, porque o Ministério Público que havia denunciado peticionou o Juiz, que entendia que a competência, neste caso específico, era da Justiça Federal. E os autos – então, o inquérito com a denúncia – foram remetidos à Justiça Federal para que, no caso, Ozias Vicente fosse julgado perante a Justiça Federal.

Acontece que o Juiz Federal também entendeu que não era competente, e agora estabeleceu-se o conflito negativo de competência. Em decorrência disso, senhores, essa ação está paralisada porque foi remetido o assunto a discussão para o STJ.

Esse é um fato que me preocupa, como autoridade, como Diretor de Polícia Civil do meu Estado, porque nós temos um autor onde a Polícia Civil sustenta que há provas suficientes do envolvimento direto dele na morte do líder camponês, mas a ação está aguardando uma decisão do STJ, e pode culminar com excesso de prazo e eventual soltura dele. Esse é um ponto.

Ai, para agravar a situação, Senadora, quanto à cópia do inquérito que foi remetida ao Ministério Público, decidiu-se que ela deveria permanecer em cartório da Justiça Federal enquanto se decide qual é o juízo competente. Ou seja, ai nós ficamos sem um inquérito, uma vez que, por ora, o inquérito está em cartório na Justiça Federal.

Então, a Polícia Civil iniciou uma investigação, concluiu a investigação no prazo legal, encaminhou para o Ministério Público, foi para a Justiça Estadual; a Justiça Estadual remeteu para a Federal; a Justiça Federal decidiu que era incompetente. E esta matéria está sendo discutida no STJ. Não sabemos em que prazo isso será solucionado, e, para agravar a situação, a investigação que fazia parte complementar, no que diz respeito aos mandantes, está então em cartório, aguardando o deslinde no STJ.

Obviamente que, na polícia, independente do inquérito original estar naquela circunstância, algumas diligências persistem, mas é um caso que nos preocupa tanto pelo fato de haver a possibilidade do autor ter êxito num pedido de *habeas corpus*, por exemplo, por excesso de prazo, como também a ter uma certa dificuldade na colheita de provas, considerando que as peças originais do inquéritos se encontram no Poder Judiciário.

Então, existe essa investigação. E é importante destacar que a Polícia Civil passa por um momento de grande troca de informações com a Polícia Federal; a Polícia Civil chegou nesse resultado graças a um tra-

balho em conjunto com a Polícia Federal. Os dois setores de inteligência trocam informações constantes, e é por isso que conseguimos lograr a conclusão desse inquérito e, também, temos algumas informações bastante interessantes no inquérito suplementar, que poderá levar a outras pessoas envolvidas, mesmo que não seja na morte direta da vítima Dinho, levará, com certeza, à prática de crimes contra o meio ambiente ou, até mesmo, à formação de quadrilha instalada naquela região.

Na verdade trata-se de um inquérito que extrapola o Estado de Rondônia, porque o evento morte foi no Estado de Rondônia, mas os fatos, na verdade, iniciaram na cidade de Lábrea. De Vista Alegre do Abunã até Lábrea são aproximadamente 30 quilômetros. Então, o acesso é melhor pelo Estado de Rondônia do que pelo próprio Estado do Amazonas. Mas, digamos, o conflito agrário instalado na Região do Amazonas e o evento morte foi praticado já no Estado de Rondônia onde se encontrava, naquele momento, Adelino Ramos.

Gostaria de destacar que, uma vez ocorrido esse crime, nós já estávamos fazendo o levantamento de todos os crimes de interesse da Ouvidoria Agrária. O Estado de Rondônia se reuniu numa mesa integradora, envolvendo várias secretarias, e essa mesa integradora realizou um projeto bastante interessante com o objetivo de coibir a prática de crimes ambientais e esses conflitos agrários, que foi denominada Plano Integrado para Redução da Violência no Campo, decorrente de conflitos agrários e ambientais. Um trabalho multidisciplinar envolvendo a Secretária de Segurança Pública, Defesa e Cidadania (Sesdec), a Secretaria de Agricultura, a Secretaria de Desenvolvimento Social, a Secretaria de Educação, a Secretaria de Justiça, a Secretaria do Meio Ambiente, a Secretaria de Saúde, Corpo de Bombeiros, a própria Polícia Civil e a própria Polícia Militar, para atuar não somente em Extrema, mas em todas as regiões que apresentam algum índice de violência em decorrência de crimes ambientais, ou conflito agrário.

Então, foi montado esse plano integrado entre todas as Secretarias, porque não será possível combater a violência apenas com a polícia, mas com educação, com saúde, com agricultura, trazendo, obviamente, um panorama totalmente diferenciado de desenvolvimento na região. E, neste plano, teve uma ousadia, digamos assim, o Estado de Rondônia em tentar buscar uma parceria, uma cooperação com o Executivo Federal. Inclusive no que diz respeito a aquisições, quem sabe de equipamentos, desde inteligência à construção de unidades nessas regiões onde apresentam índices de violência decorrentes desses crimes. Nós não tivemos, apensar de entregue todo o planejamento ao Governo Federal, ao Ministro da Justiça, à Secretária Nacional de Segurança Pública – o próprio Governador entregou o mesmo plano à Presidenta Dilma –, uma resposta, porque está sob análise, mas o Estado de Rondônia tem atuado na Região com a presença da Polícia Militar, da Polícia, temos, equipes que vão constantemente ao local, principalmente por conta do apuratório, é bom se destacar, porque este persisti.

Queremos concluir esse segundo inquérito, principalmente se ele voltar para delegacia. Estamos no seguinte momento: se a competência é federal, ele será concluído pela Polícia Federal; se estadual, será concluído pela Polícia Civil.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Já, Dr. Claudionor?

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Agradecemos a exposição do Dr. Claudionor, que trás informações importantes e, ao mesmo tempo, preocupantes.

Já tínhamos conhecimento dessa fato, de que o inquérito... Depois faremos mais perguntas, depois de ouvirmos os três, a respeito desse segundo inquérito.

Mas, para que eu entenda, antes de ouvirmos o segundo convidado, que é o Dr. Rafael, que também falará sobre o mesmo assunto e certamente irá completar, mas esse primeiro inquérito que foi concluído em dez dias, foi o inquérito que concluiu pela participação no crime do Sr. Ozias...

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Pela autoria.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Sim, pela autoria.

E há um segundo inquérito, pelo que eu entendi, foi para ir atrás do eventual mandante. Com trinta dias, vencido o prazo, foi encaminhado ao Ministério Público...

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Acontece o seguinte: o primeiro inquérito instaurado conseguiu apurar, de forma cabal, que o autor do crime é o Ozias Vicente, e que o Ozias Vicente tinha uma motivação pra isso.

Instaurou-se o outro inquérito para apurar se, além dessas motivações, haveriam outras motivações envolvendo outras pessoas que faziam parte do mesmo grupo do Ozias. Por isso instaurou-se esse segundo inquérito. Porque se, nesse inquérito, apurar que outras pessoas envolvidas, então, teríamos a possibilidade de responsabiliza-las. Nesse sentido é que se instaurou esse segundo feito.

Nesse segundo feito houve a oitiva de várias pessoas, para verificar se ocorreram reuniões entre as pessoas, Ozias e outros.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O inquérito foi aberto pela Polícia Civil.

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Sim; foi aberto pela Polícia Civil.

No momento do relatório, relatou-se, mas, em seguida, instaurou-se um inquérito suplementar.

Mas o que aconteceu foi a remessa deste inquérito com a denúncia a Justiça Federal. A Justiça Federal também se declarou incompetente e, hoje, está sendo analisada e estará sendo enfrentada pelo STJ. Mas o que preocupa um pouco não é somente o fato disso demorar e culminar com soltura de Ozias, que é o autor direto, mas também o fato de que, quando se pediu o prazo do inquérito suplementar, o inquérito também ficou com o Poder Judiciário, como se estivesse suspensa a investigação. Não podemos suspender a investigação.

O SR. *Não Identificado (Intervenção fora do microfone.)* – O segundo inquérito também está em cartório?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Só o segundo está em cartório.

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Também... O primeiro está em cartório aguardando a decisão do STJ. E o segundo também está com o seguinte despacho: "Determina-se a suspensão do presente inquérito no aguardo de decisão do Superior Tribunal de Justiça no incidente de conflito negativo de competência suscitado nos autos."

Portanto, temos dois inquéritos suspensos.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O segundo inquérito fez paralisar o primeiro, que, apesar de concluído, não teve o trâmite judicial.

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Não foi remetido de volta à delegacia para prosseguir as investigações, as do segundo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Chegou quando no STJ?

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Não tenho essa informação, de quando chegou. Tenho informação nos autos do momento em que foi decidida a remessa – no dia 01 de agosto.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Dia 1º de agosto; agora no mês passado.

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Dia 1º os autos teriam sido remetidos.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O processo é o número...

Gostaria que a nossa Consultoria, enquanto continuamos a nossa audiência pública... Vamos passar o número do processo para que seja verificado na rede do STJ a situação dele.

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Inclusive, Senadora, eu trouxe os autos não somente para me auxiliar como para deixar na Comissão para análise. O número dos autos é 7479-27.2001.8.22.0501. Ele estava na 5ª Vara da Justiça Federal no Estado de Rondônia.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – E que há a decisão para encaminhar ao STJ. Então, temos que procurar na Vara Federal e no STJ.

Registramos e agradecemos a presença da nossa querida e atuante Senadora Ana Amélia.

Muito obrigada Senadora.

Estamos aqui ouvindo representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, do Governo do Estado de Rondônia, representante da Associação dos Agricultores do Estado do Amazonas, que também atua como advogado do Sr. Adelino, que foi morto no mês de maio; e estamos debatendo a questão da violência o campo.

Passo a palavra ao Dr. Rafael.

O SR. RAFAEL OLIVEIRA CLAROS – Senadora Vanessa Grazziotin, agradeço a oportunidade de estar aqui contribuindo para que, pelo menos um dia – e espero que esteja próximo –, possamos coibir a situação de violência no campo no Brasil e ,principalmente na nossa região Norte, e mais ainda em relação à Ponta do Abunã, onde não é a primeira vez nem a segunda, mas a quinta vez que acontecem fatos dessa natureza. Quero aqui registrar que, no meu entender, o que aconteceu ali foi a falta do Estado do Amazonas, a falta do Estado de Rondônia e a falta do Estado do Acre estarem atuando na região.

Não quero aqui responsabilizar como coautor da situação, que acredito possa ter ou não, mas se houvesse um policiamento melhor em Vista Alegre em relação ao efetivo e em relação aos crimes que acontecem lá, e o Dr. Claudionor falou que já foi reforçado, que já foi melhorado e que existe um programa em relação a isso ou, pelo menos, a capacitação dos servidores da Ouvidoria Agrária Nacional em como tratar esse tipo de denúncia, porque, por exemplo, a Ouvidoria Agrária Nacional, ao ter essas denúncias, replica os e-mails a 30 pessoas de uma vez. Como vou replicar um e-mail sigiloso a 30 pessoas que às vezes não tem o menor compromisso com a coisa?

Então, o Dinho denunciava exploração de madeira, denunciava grilagem de terra para a Ouvidoria e vinha a Ouvidoria e dizia: "Sr. Adelino; com muita honra, vamos tomar as providências". Que providências vão ser tomadas? Vai ser tomada a providência de se passar e-mail para mais 30 pessoas para ficarem sabendo que está denunciando. Então, isso vai vazar informações. Acho que não se trata de vazar informações mas de colocar no jornal que, no caso, o camarada Dinho estava denunciando grilagem de terra ou, no caso do IBAMA, tanto o IBAMA Rondônia quanto o

IBAMA Amazonas, na hora que era denunciado para Ouvidoria Agrária Nacional o que estava acontecendo, o furto de madeira e todas as situações relativas aos crimes ambientais da região, o IBAMA entrava em contato com a Ouvidoria, passando para mais 30 e-mails, indo e voltando as informações. E qual era o resultado disso? As operações do IBAMA aconteciam, os helicópteros desciam na associação dos camponeses, na sede do projeto, em seguida, os helicópteros desciam e saíam apreendendo todo mundo com os caminhões na região. Ou seja, quem denunciou? O presidente da associação.

Aí falo da capacitação. Se tivessem capacitação para tratar dos conflitos agrários, para tratar dos conflitos ambientais, para tratar de como verificar essas denúncias *in loco,* mas não. Imagine que desce um helicóptero na casa do cidadão que denunciou para pegar informações para, a partir de então, apurar. Quinze minutos depois, o mesmo helicóptero aterrissa na frente de um caminhão e apreende o caminhão e leva todo mundo preso. Quem denunciou? Existiria alguma dúvida em relação a quem matou e por que matou? "Eu matei porque eu me senti denunciado, eu me senti coagido. Eu sabia que, se o Dinho continuasse ali, a presença do Dinho ali seria prejudicial à minha família". Porque a gente sabe que o toreiro, por mais que cometa o crime ambiental, ele está ali também para sustentar os filhos dele, para ter o meio de vida dele.

Então, como não há política pública necessária para coibir essas situações, como não há a capacitação dos servidores para coibir esse tipo de situação, vai acontecer não só uma ou só duas, mas dez mil vezes, porque é o normal, porque não há como descer um helicóptero e as viaturas do Ibama num determinado local que não levante suspeita de que foi aquela pessoa que denunciou.

Ao mesmo tempo, a Polícia Federal, em Rondônia, andou não cumprindo com seu papel, até mesmo a Procuradoria Especializada Federal, pois sabiam de muitas informações em relação a isso, tinham muitas informações relatadas, tinham muitos depoimentos, e não conseguiam prisões preventivas ou até mesmo a oitiva das pessoas ali constantes dos relatórios porque, por alguma falta de interesse ou alguma falta de preparo dos Procuradores, não buscavam.

E aí, quando aconteceu o assassinato do Dinho, a esposa dele, na hora em que ele foi alvejado, entrou em contato comigo por telefone gritando desesperada. A Eliana dizia: "Atiraram nele! Atiraram nele! Vou fazer o quê? O que eu faço?" Eu falei: "Manda ele para Extrema. Vou tentar a UTI no Ar. Vou tentar alguma coisa. Manda ele para Extrema. Não tem outro jeito, porque na balsa vai demorar." Agora, você imagina: Vista Alegre não tem um posto que funcione. Ou seja, na Ponta do Abunã, o único posto de saúde que pode fazer um atendimento desse fica em Extrema e também não funciona.

Então, a providência que a Comissão poderia tomar junto aos governos... Por que não um posto avançado em Vista Alegre do Abunã? Por que não um posto avançado da Polícia Militar e da Polícia Civil no Amazonas? Na região da Ponta do Abunã não tem.

O Estado do Amazonas, hoje, está deixando de arrecadar impostos, está deixando correr livre a situação sem ter a menor... Não sei se é falta de interesse do Estado ou o que é... Em algumas reuniões com a Secretaria de Produção do Estado, ela está intervindo na situação buscando postos móveis, mas não sai, a coisa não sai, o Governo do Estado está travado em relação a isso.

Aí vamos ao Governo do Estado de Rondônia. Por que não aparelha melhor os policiais? Por que não aparelha os postos de saúde? Por que não põe um hospital naquela região? Talvez, se o Dinho, na situação específica, tivesse sido atendido... Agora, nós temos informações também de que a Polícia Militar nada fez quando da ocorrência dos disparos, e que o carro que socorreu o Dinho até o posto de saúde mais próximo foi acompanhado por uma caminhonete que não deixava o carro andar rápido. E cadê a atuação da polícia? Por que a polícia permitiu que uma situação dessas acontecesse? Você imagina, vai uma caminhonete na frente do carro que está com uma pessoa morrendo, segurando para não deixar o carro correr. As informações já estavam em Extrema para que ele não fosse atendido.

Então, eu não sei se o assassino teria todo esse poder de entrar em contato com o hospital de Extrema pedindo para que ele não fosse atendido. Mas acredito que tenha. Não sei a influência daquele rapaz na situação.

Mas o que eu queria, o que eu acredito que possa contribuir para a comissão é justamente o pedido para que os servidores da Polícia Federal, da Ouvidoria Agrária Nacional e do IBAMA estejam melhor preparados para lidar com movimentos.

Porque o movimento, para ter força, ele trabalha com denúncia, ele trabalha com barulho, ele trabalha indo a luta. Qualquer movimento social depende disso para ter voz, para ter força. Como é que o movimento social vai buscar ter essa força sem ter o preparo do IBAMA, da Ouvidoria de como tratar essas situações, de como tratar de maneira sigilosa, de como tratar sem estar replicando *e-mail* para trinta pessoas para que os madeireiros ou os fazendeiros saibam o que está

acontecendo, o que é exatamente o conflito, e quem está denunciando.

Eu acredito que é essa a contribuição que a associação tem a dar. Eu digo associação, porque enquanto estávamos lá, enquanto o Dinho buscava fazer aquelas denúncias, tentávamos orientar: Olha, Dinho, não vai funcionar. Por que não vai funcionar? Porque a Ouvidoria não vai saber como lidar, porque O IBAMA não vai saber como lidar, a Polícia Federal não vai saber como lidar. Por quê? Porque vai chegar aqui e mostra que você está denunciando. Vamos tentar agir com mais cautela. Mas ele estava apavorado já com aquela situação toda e realmente denunciava. Por mais que falássemos: Olha, não é por aí, não vá assim. Ele falava: Eu não vou morrer, eu não posso morrer, eu tenho que denunciar para que eu tenha segurança. Denunciou, buscou proteção e nunca teve a proteção buscada.

Eu achei interessante que ontem vieram nossos colegas de trabalho, doutor, os juízes, buscar apoio. Os juízes têm condições, ou pela sua Associação dos Magistrados, ou do bolso, de vir a Brasília buscar apoio. O Dinho não tinha. Entende?

Os juízes vêm cá, de gabinete em gabinete, explicar a situação e buscar apoio para aumento salarial, e tal, e eu acho que é digno. Mas o Dinho, a associação não tinha. Ele não tinha como ligar para Porto Velho. Mas mandava *e-mails*, mandava ofícios para a Ouvidoria e nada foi feito. E a responsabilidade é de quem?

Então, na hora de atribuir a responsabilidade a madeireiro, a toreiro, eu não penso assim não. Eu não penso que foram madeireiros ou toreiros – é um meio de vida. Mas foi a inércia do Estado, a inércia da União em relação aos conflitos agrários, em relação aos conflitos ambientais na Ponta do Abunã.

Acredito, Senadora, que era até onde eu podia contribuir. Vou estar presente para que possamos discutir, para que possamos colocar nosso ponto de vista como associação camponesa. Para que possamos mostrar no Senado a dificuldade que o camponês tem lá. Porque, como eu comparei, é fácil para os juízes estarem aqui, para os servidores estarem aqui, mas o camponês não tem voz. E a voz que eles têm é através da Ouvidoria Agrária, que não sabe como proceder. Infelizmente, a realidade é essa.

Agradeço a oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Nós é que agradecemos, Dr. Rafael, pela sua participação.

Eu quero convidar para compor a Mesa conosco o Sr. Joaquim Belo, que nesta nossa audiência pública representa o Conselho Nacional dos Seringueiros. O senhor pode sentar conosco.

Eu passo a palavra agora para o Dr. Jayme Asfora, que representa a Ordem dos Advogados do Brasil, preside o Conselho de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, e participou, com a comissão externa, de uma das duas viagens, que foi a viagem até o Estado do Pará.

Infelizmente, não teve possibilidade de ir conosco aos Estados do Amazonas e Rondônia, que foram também viagens elucidativas importantes. Mas o Dr. Jayme esteve conosco no Pará e fala agora a respeito desse assunto.

O SR. JAYME JEMIL ASFORA FILHO – Bom dia.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Dr. Jayme, eu só gostaria de comunicar e agradecer a presença do Senador Acir Gurgacz de Roraima.

Já está indo, Senador Acir? (*Pausa.*)

Deve ir a outra comissão e volta já.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Votação nominal, terminativa, na Comissão de Infraestrutura.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Se puder votar por mim, porque eu também sou da Comissão de Infraestrutura. Se precisar de mim, chame que eu vou rapidamente.

E também registramos a presença do Senador Cassol, do Estado de Rondônia.

Muito obrigada, Senador.

Com a palavra o Dr. Jayme.

O SR. JAYME JEMIL ASFORA FILHO – Senadora Vanessa Grazziotin, que preside a Subcomissão da Amazônia, Dr. Claudionor Muniz, Diretor Geral da Polícia Civil de Rondônia, aqui representando o governador daquele Estado, Dr. Rafael Claros, meu colega advogado, aqui também representando a Associação dos Camponeses do Amazonas, e Joaquim Belo, representando o Conselho Nacional dos Seringueiros, quero saudar os Senadores presentes e saudar a todos os senhores e senhoras presentes, representantes de entidades e demais presentes, e dizer que para nós, da OAB, é muito importante estar aqui nesse trabalho de continuação.

Desde o começo estivemos junto com a comissão. Não eu pessoalmente, na primeira visita, mas o diretor tesoureiro da OAB, Miguel Cançado, me parece que foi representando a OAB na primeira visita aos Estados do Amazonas e de Rondônia.

E eu tive a alegria de estar com a comissão no Estado do Pará. Alegria, porque vi que a comissão estava fazendo um trabalho muito digno, muito importante democraticamente, mas ao mesmo tempo foi triste o que constatamos lá e ainda o que estamos constatando por aqui na avaliação que nós, da OAB, fazemos.

De qualquer maneira, eu quero dizer que, para nós, esse é um trabalho que tem tido êxito, é um trabalho que tem tido resultados, e resultados concretos, como, por exemplo, foi narrado aqui pelo Diretor da Polícia Civil do Estado de Rondônia. Houve um inquérito que, me parece, foi bem conduzido, bem feito, que resultou no indiciamento, depois na denúncia e na prisão do Ozias, como executor, como criminoso, como autor do homicídio contra o Dinho.

Infelizmente – isso acontece no Judiciário -, houve o conflito negativo de competência instalado, que será resolvido, como prevê a Constituição, no Superior Tribunal de Justiça.

A Senadora Vanessa, de maneira expedita, ágil, como sempre, já determinou que nós localizássemos como se encontra, processualmente, esse processo de conflito negativo de competência, para que nós – acredito – possamos atuar. Digo nós da OAB apoiando a Comissão junto ao STJ, para que ele tenha o deslinde, o desfecho rápido, porque esse crime é, dos últimos crimes, um dos dois mais emblemáticos. O outro mais emblemático foi o que vitimou o casal de extrativistas – não me recordo o nome -, no Pará, o Cláudio e a Maria.

Nós, inclusive, estivemos lá no assentamento, eu, pela OAB, acompanhando a Comissão, lá no Pará. Lá vimos um pouco do que o Dr. Rafael Claros colocou aqui: uma total desassistência do poder público local e Federal, envolvendo aí o INCRA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, etc., aos assentados, aos trabalhadores, enfim, aos agricultores que lá trabalham. Eles se ressentem de uma proteção do Estado que não existe e lá há, efetivamente, dificuldades até mesmo de sobrevivência. Dificuldades de subsistência, com pessoas, inclusive, passando fome, porque não há como plantar, como colher, enfim, como viver de sua agricultura. Há muitas outras pessoas ameaças de morte.

Foi preciso, Dr. Rafael, na primeira audiência, que aconteceu há dois meses, depois dessa visita ao Pará, que esta Comissão pedisse a proteção das mais de cem pessoas que estavam expressamente – porque há outras que preferem não comunicar, preferem se resguardando não denunciando isso – marcadas para morrer. Tinha expressamente requerido segurança e não tinham conseguido. A Comissão pediu para que todas as pessoas envolvidas tivessem segurança, ou melhor delineada, ou reforçada, para que não ocorressem novos crimes, crimes tão emblemáticos como esses que ocorrem há pouco tempo em Rondônia e no Pará.

Eu quero dizer que o mais importante para nós da OAB, nesse contexto todo, é a questão da impunidade, porque crime, violência, temos de procurar evitar, procurar minorar, prevenir, mas existem. E eles só proliferam, como proliferam os crimes no campo, crimes decorrentes de crimes agrários, que só acontecem à luz do dia, como aconteceu o que vitimou o Dinho, porque há a impunidade, há uma aposta na convicção de impunidade por parte dos mandantes, sobretudo. Os executores são, o mais das vezes, pessoas também humildes, que têm de ser presas, têm de ser punidas, mas são meramente agentes de uma ação criminosa orquestrada, de um crime organizado mesmo ou de um braço do crime organizado, que é esse que envolve os líderes camponeses, as lideranças que lutam por reforma agrária, por mais justiça no campo, por melhores condições de trabalho para os pequenos agricultores e pequenos camponeses.

Nós da OAB reiteramos a nossa disposição de acompanhar isso com a lupa, inclusive esse conflito negativo de competência que está no STJ. Acho que também tem de haver uma ação específica para procurar revogar essa decisão ou parte da decisão que suspende o segundo inquérito, porque – não é, Dr. Claudionor? – isso trava a ação policial, desestimula até os policiais envolvidos, até o Comando da Polícia, que, parece muito claro, está super bem-intencionado, comprometido com a busca da efetivação da justiça e de ir atrás dos verdadeiros responsáveis por esse crime, que são os mandantes, que são, o mais das vezes, pessoas com imbricações com o poder político e com o poder econômico do Estado ou dos Estados.

Essas pessoas, muitas vezes, apostam na impunidade porque têm cobertura, porque têm apoio de lideranças políticas expressivas e também, muitas vezes, do poder econômico. Eu digo isso como ex-Presidente da OAB de Pernambuco, como Conselheiro Federal da OAB de Pernambuco e como Presidente Nacional da Comissão de Direitos Humanos, sem nenhum problema, porque também, muitas vezes, contam com bons advogados, que podem fazer com que, nesse sistema que nós temos, com várias imperfeições, com corrupção também dentro do Judiciário, sejam protelados os processos e, muitas vezes, deixam os crimes, mesmo, prescrever.

Nesse caso de Rondônia, o que chama mais a atenção é a possibilidade de a prisão ser relaxada por causa do decurso de prazo, em função de esse inquérito ter sido travado, ter sido obstaculizada a sua sequência, por conta de uma decisão judicial do juiz federal – não foi Dr. Claudionor?

Bem, eu acho, também, que uma questão importante era, como relatório final, esta Comissão externa do Senado, que tem sido tão bem presidida pela Senadora Vanessa Grazziotin, e que também teve o apoio... Eu sei, porque vi, direto, lá no Pará, o apoio entusiasmado

e uma ação também enérgica do Senador Randolfe Rodrigues e também da Senadora Marinor Brito, que, na primeira audiência, esteve aqui.

Eu espero que seja feito um relatório, uma relação de todos os processos que estão parados, todos os processos decorrentes de crimes no campo, que apuram crimes no campo, os processos criminais que apuram homicídios ou outros crimes cometidos com essa motivação, nessas circunstâncias, para que nós, da OAB, possamos fazer um esforço junto ao CNJ, o Conselho Nacional de Justiça, para que o Conselho Nacional de Justiça averigúe se não está havendo má conduta por parte de alguns juízes, porque, eventualmente, isso pode estar acontecendo e os processos que não andam têm resultados concretos, que são as injustiças. Muitas vezes, familiares morrem sem ver os algozes dos seus parentes punidos e, muitas vezes, eles escapam pelo fenômeno da prescrição, que ocorre... Tem de existir o fenômeno da prescrição, mas ele não pode ser derivado da inércia abusiva ou até criminosa de membros do Judiciário, ou da polícia, ou agentes públicos de um modo geral.

Eu quero também salientar que na fala do representante do Governo de Rondônia eu vi com muito bons olhos esse plano integrado para redução da violência no campo decorrente de conflitos agrários e ambientais, e acho que esta Comissão também tem de fazer um esforço junto ao Governo central para que esse plano seja chancelado, seja posto em prática, porque a gente tem de, do mesmo jeito, criticar Governos ou setores do Estado que agem fazendo corpo mole ou querendo que as coisas permaneçam do jeito que estão, e apoiar setores do Estado, como me parecem ser a própria Polícia Civil e esse plano integrado, que é uma política pública, que querem buscar a redução da violência no campo decorrente de conflitos agrários e ambientais.

Eu acho, também, que um debate importante que tem de ser levado a cabo, dentro dessa perspectiva, dessa temática, é a questão da Defensoria Pública, porque muitos dos camponeses ou dos agricultores, das pessoas vítimas de crime de homicídio, de crime de ameaça, de lesões corporais, tortura, de abuso policial, enfim, e de outros crimes, abuso de poder, abuso de autoridade, não podem pagar ao advogado. Então, ou você fica sendo cuidado, do ponto de vista da sua defesa em juízo, da sua busca em juízo por um advogado que faz isso voluntariamente, por ser ligado a uma ONG, por ser idealista da causa, ou muitas vezes fica simplesmente sem advogado. Isso acontece, aliás, com os presidiários, com os presos encarcerados, de modo geral, no Brasil.

A falta da Defensoria Pública acarreta negativa de acesso à Justiça; acarreta negativa do exercício de outro direito fundamental, que é o direito à defesa, do exercício do contraditório, de maneira que seria importante, talvez, Senadora, que saísse também como recomendação, relativamente a esses Estados – digamos assim, para se circunstanciar melhor, porque o objeto desta Comissão é apurar os crimes e a violência agrária nesses Estados, a violência decorrente de conflitos agrários e os crimes nesses Estados –, que houvesse um ofício aos Governadores, perguntando-se como está a Defensoria Pública, se a Defensoria Pública está estruturada, se há Defensoria em todas as cidades, se nessas cidades há defensor público, por exemplo, porque é assim, através do advogado, que se acessa a Justiça, que a pessoa se protege e também exerce seu direito, de forma geral, na Justiça. Você não pode defender-se, se não tiver um advogado.

O Ministério Público, graças a Deus, é estruturado, então é preciso que haja por parte da advocacia pública, da advocacia aos mais necessitados, essa estruturação. Digo isso, porque há Estados que sequer têm Defensoria Pública. E as populações desses Estados, as populações carentes, são majoritárias – falo pelo Nordeste, inclusive; por Pernambuco, mais especificamente. Há pouco tempo, havia mais de 160 comarcas sem defensor público. Quer dizer, as pessoas que não podem pagar a um advogado simplesmente não têm acesso à Justiça e sentem, vivem, com isso, mais um lapso de cidadania, mais uma falta de cidadania no que diz respeito a esses dois direitos fundamentais: acesso à Justiça e ampla defesa e exercício do contraditório, que são fundamentalíssimos para a democracia e para a defesa dos bens mais importantes, como a vida, o patrimônio, a liberdade, etc.

No mais, quero dizer que nós, da OAB, fomos quem pedimos o primeiro caso de federalização relativo ao crime que envolvia a morte de um advogado em Pernambuco, Manoel Mattos. Infelizmente, isso não foi conseguido da missionária Dorothy Stang. O primeiro caso foi o do advogado pernambucano Manoel Mattos. E acho que a gente pode também estudar se alguns desses crimes não podem ser objeto de pedido de federalização ao STJ.

Na verdade, a federalização é pedida assim: é requerida ao Procurador-Geral de Justiça, que é quem tem legitimidade para propor ao STJ, que é quem tem competência para julgar os pedidos de federalização...

(Interrupção do som,)

O SR. JAYME JEMIL ASFORA FILHO – Estou terminando, Senadora.

Envolvendo o criminoso Ozias, que, não fiquei com nenhuma dúvida, foi objeto de ação policial efe-

tiva, bem-feita, com as melhores condições para que ocorresse realmente a prisão do executor e o desdobramento para a busca, para a persecução policial do mandante ou dos mandantes, já que há indícios – sempre há, ou quase sempre há – de que há mandantes. Raramente, esses crimes são motivados – principalmente quando envolvem lideranças que mexem ou que contrariam tantos interesses – somente por questões menores, individuais, particulares, ou mesmo são executados simplesmente por pessoas sem nenhuma ligação com o poder econômico ou com o poder político local ou regional.

Então, agradeço, mais uma vez, a oportunidade, Senadora, de estar aqui, na Comissão. E quero dizer que também lá cobramos no Pará a finalização do inquérito policial que envolvia o casal de extrativistas.

O inquérito depois teve a sua finalização, a sua conclusão, mas isso não quer dizer que agora precise ser deixado de lado. Pelo contrário, temos de acompanhar o processo no ponto em que se encontra. E esta Comissão e a OAB só poderão realmente descansar, acredito, quando executores e mandantes estiverem todos na prisão e quando pudermos, através de sugestões e recomendações, como essas relativas à impunidade e à Defensoria Pública, como a ação no CNJ com os Governos Estaduais, criar mecanismos democráticos e republicanos, para evitar que esses crimes ocorram novamente.

Agora a região está sob os holofotes da mídia, do Governo Federal. A Presidente Dilma me parece bastante preocupada com isso, haja vista ter feito a reunião com os Governadores, mas é preciso que esses holofotes do Poder Público e da sociedade nunca sejam totalmente desligados, porque senão mais crimes, infelizmente, acredito, voltarão a ocorrer.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. Jayme, pela sua participação.

Temos a certeza, a convicção de que a Ordem dos Advogados do Brasil, assim como a CPT e associações de agricultores e camponeses têm sido grandes parceiros. O que na realidade temos é um objetivo em comum: como acabar com a violência no campo. E a parceria da entidade que V. Exª representa aqui é muito importante não só no âmbito federal, mas também no âmbito dos Estados.

Passo a palavra, imediatamente, ao Sr. Joaquim Belo, que aqui, neste ato, representa o Conselho Nacional de Seringueiros.

O SR. JOAQUIM BELO – Bom dia a todos.

Agradeço à Mesa, em nome da Senadora Vanessa, o convite e aos Senadores presentes.

Esta discussão aqui, para o Conselho Nacional das Populações Extrativistas... É que mudou o nome, Senadora; está com mais de um ano que mudou de Conselho Nacional dos Seringueiros para Conselho Nacional das Populações Extrativistas, por reivindicação do setor de coletores de açaí, de castanha, de babaçu.

Mas, nós, nessa luta dos nossos 26 anos de existência... Esse segmento extrativista da Amazônia tem enfrentado desafios gigantescos, desde a época do Chico, já que esse movimento é fruto da luta do Chico Mendes, que se estendeu como um movimento com a Amazônia como um todo. Esse enfrentamento nosso do ponto de vista de galgar um espaço em que esse movimento seja reconhecido, a política de uma forma geral, tem sido intenso nessa luta.

Aí, como estratégia maior nossa, é esta questão da defesa dos nossos territórios, que são as reservas extrativistas, os projetos de assentamento extrativista, os PDS, a qual tem feito vítimas, como a Irmã Dorothy e, agora, o Cláudio e a D. Maria, enfim, muitos outros.

Isto para nós tem sido muito difícil: fazer esse debate do ponto de vista do nosso próprio movimento, porque ninguém tem conseguido, ao longo desses anos, fazer com que o Estado consiga enxergar a Amazônia como ela realmente é, com os desafios que tem.

Acho que o problema hoje enfrentado é de Estado, mas de sociedade, acima de tudo. Quando cheguei, o colega lá da ponta estava comentando alguma coisa nesse sentido. Quero dizer que é um problema de Estado, porque acho que o fato da ausência do Estado, de ele não estar no lugar, não me dá o direito de tirar a vida de ninguém. O fato de não haver policiamento numa comunidade não significa que aquele que tem mais poder pode ir lá e fazer as suas leis na bala, como quer que seja. Por isso, acho que é uma questão muito mais de sociedade e de Estado.

Primeiro, o Estado tem de estar bem mais presente na Amazônia e no interior da Amazônia. E a política pública do Estado não consegue uniformizar, para que se fortaleçam as pontas. Se você for ao interior da Amazônia, de uma forma geral, vai ver que as escolas não funcionam, que o professor não quer ficar no meio rural. Então, fica uma estrutura muito mais centralizada nos grandes centros e a periferia toda largada, porque a política pública não consegue fortalecer o conjunto dos Municípios desses Estados. E como a política não fortalece isso, acaba acontecendo o que acontece, o que todo mundo acompanha, o que todo mundo vê: é a violência, o descontrole total, entendeu?

Aí, essa questão nossa da violência, que vem desde muito tempo. até bem pouco tempo, era uma coisa muito focada na questão fundiária. Mas, de um certo momento para cá, principalmente de uns cinco anos

para cá, essa configuração vem mudando, ela não é uma questão simplesmente fundiária. É pelo controle dos recursos, tanto é que muitas mortes acontecem em áreas que o Estado, às vezes, já legalizou. Mas como o Estado não tem política para o setor, e a ilegalidade gera a violência, vêm ocorrendo essas coisas.

E aí, às vezes, eu me pergunto assim como é que o Estado se organiza para fazer o desenvolvimento, porque dentro de uma configuração fundiária, em qualquer propriedade você tem 20% para você fazer agricultura e 80% é reserva legal. Se isso é a lógica, no mínimo, estamos falando de 80% da Amazônia, onde o Estado não se debruça para ver o que vai fazer.

Como, na lógica, em 80% você tem reservas, parques, assim por diante, estamos falando de muito mais que isso! Só que o Estado se organiza muito mal ainda para trabalhar nos 20% que é agricultura familiar. Mas o setor dos ativos florestais fica abandonado o tempo todo. Onde não se tem uma política forte para o setor dos ativos florestais, onde se tenha crédito, onde se tenha assistência técnica, onde se tenha uma política forte para o setor. E esse setor fica muito vulnerável, porque como não tem política as explorações se fazem de forma clandestina. E como se faz de forma clandestina, a violência vem junto. Aí um segmento como o nosso, que é o extrativista, que moldou um modo de vida importante para a sociedade como um todo, paga o preço, muitas vezes, de estar defendendo o seu meio de vida, que é justamente o extrativismo, porque não há nada mais dolorido para o extrativista do que ter a sua vida ameaçada se a sua floresta for derrubada. Donde tira a castanha, o açaí e assim por diante.

Como não tem uma política forte para esse setor, ele fica vulnerável. Eu acho que aí o combate da violência tem que ser muito mais no âmbito da política pública séria. E aí a parte de controle, de policiamento, essas coisas, é um complemento, mas a política pública é o carro chefe do processo.

Nós vivemos em um País com a educação extremamente arrebentada, com um esforço muito grande por parte do Governo para tentar avançar. Quando a gente vai para o interior da Amazônia, isso é muito sério. Nós temos uma média de analfabetismo altíssima, mas quando se vai fazer o mapa... para localizar, há lugares onde 80% da população não sabe ler nem escrever. E são as pessoas que estão na linha de frente dessa vulnerabilidade que acabam sendo vítimas da violência.

Nesse aspecto, é fundamental esta Comissão para estar acompanhando essa ação toda, para que os crimes sejam punidos, para que a impunidade não gere mais violência. Mas eu acho que aqui, como essa Comissão tem esse papel de trabalhar a questão do desenvolvimento também, está também um pouco o olhar nesse sentido, eu acho que tem de haver uma frente maior para que o Estado se posicione e crie uma política para o setor florestal, madeireiro e não madeireiro, porque senão fica o velho discurso de que a floresta acaba sendo um empecilho para o desenvolvimento e porque os ativos dela não estão sendo colocados na economia brasileira.

Ultimamente, eu vi um levantamento em meu Estado dando conta que a maior economia do meu Estado, o Amapá, é o açaí. No Pará não é diferente, mas toda essa importância se dilui, porque tudo vai na informalidade. Você não sabe quantas toneladas de açaí são produzidas e quanto se gerou de economia, porque isso fica na clandestinidade. E, quando fica na clandestinidade, você acaba não vendo o papel desses ativos econômicos para a sociedade e para esse segmento, e assim para os outros produtos de floresta.

Então, se não tiver uma política que consiga fazer com que esses ativos florestais tenham a sua visibilidade feita, acaba coisa tão importante não aparecendo para o processo econômico. E aí nos fragiliza, do ponto de vista do debate.

Eu vejo quando o doutorado mostrou que no Amapá o açaí gera 15 mil empregos, todo mundo: "quinze mil empregos! Uma economia fantástica! Mas isso tudo está na informalidade. Então, o Estado precisa se organizar, para enxergar isso.

Aí eu vejo como um papel importante no combate à violência essas políticas fortalecidas. Outra coisa, é dentro da estrutura da questão fundiária, é como nós vamos resolver isso, porque hoje o problema da regularização fundiária na Amazônia, apesar de ter sido criada uma política específica para regularizar as terras na Amazônia, nós estamos aquém, muito aquém... nós não sabemos hoje quanto custa para regularizar as terras na Amazônia.

Inclusive, se for fazer um recorte menor: por exemplo, reservas extrativistas; projeto de assentamento extrativista, os projetos de assentamento do INCRA, ninguém tem noção hoje de quanto custa para regularizar isso. O Estado não tem isso para, quem sabe, vir para o Congresso ou para o Governo: "Olha, nós precisamos de dinheiro para regularizar as terras na Amazônia". O Estado não tem isso! Como é que a gente vai trabalhar um processo de desenvolvimento para uma região se a questão fundiária não está resolvida, e não se consegue resolver.

Para eu pegar um crédito eu preciso ter as minhas terras legalizadas. E a gente acaba arrumando o jeitinho brasileiro de estar superando essas coisas, mas essa é uma dificuldade muito grande. Eu acho que isso é uma coisa, Senadora, importante para se deba-

ter: a questão dos custos para regularizar a questão fundiária na Amazônia.

Esse é um preço alto. E hoje com todo mundo que a gente conversa no Governo ninguém sabe o valor disso. Só sabe que se fala de bilhões e bilhões, mas ninguém tem clareza do quanto custa isso. Eu acho importante que alguém se debruce para abrir um debate nesse sentido para saber o quanto custa isso e como se vai fazer, porque como não se sabe o quanto custa, não se aloca dinheiro e não se faz nada, e a política acaba sendo fragilizada em função disso.

Essa questão é central: abrir um debate para saber como vamos fazer para regularizar as terras da Amazônia e quanto vai custar isso, com todos os recortes que tem, certo?

Para finalizar, Senadora, eu quero colocar o Conselho Nacional das Populações Extrativistas, que tem uma luta intensa na Amazônia. Reunimos ultimamente com alguns ministros lá no Marajá, levamos lá para uma reserva extrativista para discutir justamente isso. Estamos em um esforço muito grande de dar visibilidade para todos esses desafios colocados e que foi comentado aqui pelo representante da OAB... Peguei parte lá do companheiro.

A situação é muito difícil! É difícil! Eu acho que se não for uma luta da sociedade como um todo é difícil a gente enfrentar essa situação. E a política pública é o caminho central para que a agente enfrente a violência. Sem política pública forte e organizada, não se combate isso, porque a gente fica sem controle nas pontas e nas comunidades. E as comunidades são aliadas desse processo, eu acho que não tem um segmento mais importante, que tem sido aliado desse País, do que as comunidades extrativistas. Elas desenvolvem o seu modo de vida e querem conservar uma floresta que pode ter a oportunidade dela, ter um novo papel para o desenvolvimento deste País.

Eu agradeço, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Eu gostaria, Sr. Joaquim, de perguntar se o senhor teria condições de falar alguma coisa. Se o Conselho Nacional dos Extrativistas – e acho que seria bom colocar das "extrativistas" também – se os senhores estão acompanhando... Por que nós já ouvimos muito a respeito do inquérito do assassinato ocorrido em Rondônia, em relação ao Sr. Adelino Ramos, mas, em relação ao casal, o senhor teria algo a falar sobre esse inquérito?

O SR. JOAQUIM BELO – Dentro da nossa entidade, a regional do Pará, na pessoa do Atanagildo Matos, que está em Marabá, que fica em Marabá, próximo ali a Novo Repartimento, Ipixuna, por ali, essa regional tem acompanhado de perto o tempo todo. E tem um grupo que é formado também com Direitos Humanos, que vem acompanhando isso permanentemente.

Ficamos muito satisfeitos quando ocorreu agora a prisão de dois – o terceiro, nem sei, porque estou aqui em Brasília, não sei se foi capturado o terceiro elemento. Mas ficamos muito felizes com isso. Estamos acompanhando, sim, junto com as famílias, essa ação toda da polícia. E, agora, como foi comentado aqui pelo colega da OAB, o importante é ver o desfecho disso tudo. Acho que tem ainda um foragido, mas já tem dois que foram capturados.

Então, é uma ação agora, porque, para nós, tem sido muito difícil, porque a gente percebe, muitas vezes, uma morosidade. Não sei se é intencionada ou não, mas existe uma morosidade muito grande por parte da Justiça. E essas pessoas, geralmente, que fazem esses crimes estão vinculadas, geralmente, a alguns grupos políticos. Isso dificulta muito para a gente. Mas nós temos acompanhado, sim, e vamos ficar atentos às respostas que isso poderá tomar.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Então, ouvindo nossos quatro convidados, pergunto ao Senador Reditario, que está presente, se teria alguns questionamentos a fazer.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, ilustre Presidenta, a quem quero cumprimentar, bem como a todas as autoridades que compõem a mesa.

(Interrupção do som.)

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – (...) sobre o assunto que está sendo discutido, sobre essa criminalidade, sobre o problema sério que nós temos no País, o qual me fez lembrar da data de 22 de fevereiro de 1978, quando assassinaram um funcionário nosso, atiraram em outro e atiraram no filho. Vejam bem: aqueles mal intencionados... No meio desses trabalhadores, existe o mal intencionado, e o lugar dele seria na cadeia. Vejam bem o que acontece. Vejam como são as coisas.

Portanto, temos de mudar, de alterar o Código Penal, porque a Justiça pode agir de uma maneira diferente. Tenho dado entrada... Na semana antes da Semana da Pátria, tenho dado entrada em um projeto de alteração do Código Penal, porque, do jeito que está no País, com essa violência cada dia mais, isso aí não pode continuar jamais. Vejam bem.

Portanto, essa tragédia que ocorreu lá, desse casal que foi assassinado, é coisa que jamais poderia acontecer. E vejam bem: tudo, com certeza, assunto referente a terras. Com certeza. Parece que, segundo informações, foi problema de área de terras. E nós temos tanta terra desocupada na Amazônia – não é

verdade? –, tanta terra que poderia ser dividida e se fazer assentamento legalmente. Nós precisamos criar uma lei, como existe Minha Casa Minha Vida, Minha Terra Minha Vida. É assentar essas famílias em cima de um pedacinho de terra, vejam bem, que elas passam a produzir. E aí isso evita esses acontecimentos, com certeza.

Temos que mudar muitas coisas, como que nós tivemos uma vez uma perseguição grande, ilustre Presidente, Senadora, lá na Amazônia, como a que percebi, no ano passado, em Rondônia, em Rondônia, até a Força Nacional fiscalizando madeireiras trabalhando legalmente, em dia, sete, oito, um do Ibama, dois com a barbaridade de polícia, e deixa ir a polícia atrás daqueles maus elementos, que vinham trazer essas tragédias absurdas que vêm acontecendo, de volta a volta.

A sua explicação também foi muito legal. Meus parabéns. Como o ilustre advogado aí também explicou, como o jovem aí antes também, foram feitas as explicações.

Realmente, o Brasil tem que tomar uma providência. Nós legisladores temos que criar leis que venham a beneficiar os trabalhadores, proteger as famílias que realmente precisam ser protegidas. Elas têm que ser mudadas um pouquinho, porque o lugar do mau elemento é na cadeia, e não com mordomias, como o que temos hoje.

Então, como foi falado pelo Ministério Público, hoje eles estão presos. O advogado pode bem dizer como é: prendem os assassinos, esses que assassinaram esse casal, e em pouco tempo estão soltos. Vejam bem, vejam como é, porque realmente as leis de hoje protegem muito a parte dos vagabundos, dos mal intencionados, e a família, que precisaria ser protegida, dos trabalhadores, nós tem força para ser protegida.

Não é o promotor o culpado, a promotora, a juíza, o juiz, a polícia, o delegado; nada disso aí é o delegado. São as leis que temos atualmente. Então, precisam ser mudadas e, realmente, de uma maneira que venha beneficiar mais o trabalhador, aquele que precisa de benefício, aquele que precisa de maior segurança, todas as famílias sérias e honestas que precisam aqui, Brasil afora. A gente se lembra de antigamente, quando éramos felizes e não sabíamos. Hoje, não há mais segurança em parte nenhuma.

Então, por isso precisamos botar a mão na consciência. Os legisladores precisam botar a mão na consciência e realmente fazer leis que venham beneficiar o cidadão que precisa ser beneficiado. É disso que nós precisamos no Brasil. É muito triste quando se vê a discussão em cima de tragédias que acontecem e que poderiam ser evitadas.

Então, estamos ao lado dos senhores, sem dúvida nenhuma. A Amazônia tem muita terra para o trabalhador trabalhar. Não é preciso grandes reservas. É claro que não é preciso. Agora, é preciso, sim, que a família tenha um pedacinho de terra em que ela possa trabalhar, produzir. É disso que nós precisamos. E precisamos, realmente, dar segurança a essas famílias, não só na Amazônia, como em todo o Brasil.

Portanto, a gente parabeniza, mas a gente lamenta quando se discute em cima de tragédias acontecidas, como as que nos fazem lembrar o velho tempo. Pessoas mal intencionadas, pessoas que realmente deviam estar presas; com certeza, aprontaram lá na Amazônia, porque fugiram de Rondônia para a Amazônia, aqueles que fizeram esse assassinato, naquele tempo, assim como aconteceram vários em Rondônia, portanto, sem necessidade, sem coisa nenhuma, só por ser elemento ruim, que devia estar na cadeia e estava aí, solto, porque a lei hoje realmente protege o vagabundo.

Então, quero congratular-me. Contem com a gente em tudo aquilo que precisarem, ao lado, a favor do trabalhador, da pessoa honesta e séria.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Reditario.

Eu só gostaria de informar que fizemos uma primeira busca, e o processo a que o Dr. Claudionor se referiu, que trata do inquérito... Na realidade, são os dois, porque um está paralisado por conta do conflito de competência do outro. Não é?!

Então, esse inquérito ele foi despachado pelos autos aqui. Os autos foram remetidos a juiz no dia 14 deste mês de setembro, no dia 15 houve uma movimentação, agora o importante é que no dia 16, na última sexta-feira o processo foi distribuído automaticamente ao Ministro Sebastião Reis Júnior, na terceira sessão do STJ.

Então, a Comissão atuará lá, sem dúvida nenhuma, no sentido de pedir agilidade. E eu queria fazer aqui alguns questionamentos e aí os senhores podem ficar à vontade, não vou me dirigir especialmente a ninguém, e levando em consideração também o que falou o nosso Senador Cassol fazer alguns questionamento e os que acharem que podem responder que o façam.

O primeiro deles diz respeito – deixa eu me organizar aqui em meus papéis – a uma série de ações que foram adotadas a partir desses dois acontecimentos. Não que a violência no campo já que seja algo recente, a violência no campo inclusive a própria pastoral da terra tem uma relação extensa, grande, de pessoas ameaçadas, que vivem no campo, mas que são ameaçadas, no caso de Dorothy Stang, enfim muitos casos.

Há também dentro do Ministério de Desenvolvimento Agrário, no INCRA, a Ouvidoria Agrária Nacional, também tem uma relação. Mas nós temos o entendimento de que é uma série de medidas, um conjunto de medidas, não somente uma medida ou uma medida ligada, ou várias medidas ligadas ao setor de segurança, mas inúmeras medidas precisam ser adotadas para nós solucionar esse problema, que vai desde a regularidade fundiária, a posse da terra efetiva, aqueles sem-terra que não tem terra e cada vez essas pessoas sobem mais para a Região Norte e para a Região Amazonas.

Nós estivemos na Região, Senador Cassol, de divisa entre o Amazonas e Rondônia e nós percebemos que são muitas pessoas, agricultores que vêm do Sudeste, do Sul e que vão na busca da Terra, ainda esta é a realidade brasileira, vão na busca da Terra. E essa é uma realidade recente, é uma área no Estado do Amazonas que nós estamos falando do Município de Lavra, que é um dos dois únicos municípios que se encontram na lista do Ministério de Meio Ambiente como os municípios que mais promovem o desmatamento.

Entretanto, essa parte é do interior do Município feito que a sede do Município de Lavra está muito distantes da sede onde este local onde esses conflitos que é o sul do município vem acontecendo ali na divisa do Estado de Rondônia.

Então, nessa nossa ida ao Pará nós percebemos que, primeiro tem que haver uma unidade entre as mais diferentes esferas de poder, uma unidade entre as mais diferentes esferas de Poder. Uma unidade entre o Poder Público Municipal, Estadual e Federal. Se nós quisermos que as coisas mudem e aconteçam efetivamente; em segundo lugar, as medidas que tem que ser adotadas elas são multifacetadas, porque elas envolvem muitos ministérios.

Está aqui o Dr. Claudionor falou do Plano Estadual que o Estado de Rondônia tem já estruturado e organizado e nós gostaríamos de receber cópia deste plano, os outros estados também têm ações neste sentido... Plano para resolver números de conflitos agrários e que envolvem inúmeras secretarias.

A Presidenta Dilma – logo depois do acontecido – primeiro fez uma reunião com o então Vice-Presidente Michael Temer. E depois com a Presidenta Dilma, e de lá saíram uma série de orientações. A partir daí o próprio Governo Federal fez uma série de visitas assim como nós fizemos pelo Senado, a Câmara dos Deputados fez também tivemos uma série de visitas – temos notícia – o Governo Federal também fez, envolvendo principalmente três ministérios, não que os outros não tiveram sendo envolvidos, mas o Ministério de Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Justiça e o Ministério de Direitos Humanos.

A Câmara dos Deputados realizou uma comissão externa com o âmbito e o intuito de combater esses assuntos, e o fato é que nós temos alguns documentos importantes, frutos dessas reuniões acontecidas. Por exemplo; eu participei da reunião com o Ministro da Justiça no Estado do Amazonas, em que ele estava muito dedicado em promover um grande mutirão com apoio, dando todo o apoio que os Estados necessitassem do Ministério da Justiça, para que os processos e inquéritos paralisados pudessem caminhar.

Portanto, o que queremos agora, neste momento, é fazer um balanço, se efetivamente esse mutirão foi feito ou não foi feito. Infelizmente a notícia que temos não é boa, pois é um processo extremamente recente e parece é o do caso do Sr. Adelino Ramos, que passa a ter o mesmo destino que as outras centenas de processos tiveram. Argüição de conflito de competência; então sai de uma gaveta para entrar em outra gaveta e assim vai.

O que queremos fazer é exatamente isso: ajudar os trabalhadores brasileiros e brasileiras no sentido de acompanharmos, junto com o Poder Executivo dos Municípios, mas principalmente Estados e União e, no caso, do Governo Federal, para que efetivamente se cumpram as determinações feitas.

Existe um plano nacional de combate à violência no campo, que foi um plano aprovado pela Ouvidoria Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário. É um conjunto de quatorze ações, que vai desde a criação do centro de gerenciamento de crises e direitos humanos nas polícias militares do Estado até o desarmamento da área de conflito, agilizar a regularização das terras públicas ou da posse da terra e não exatamente da pública. Enfim, mas o que é interessante é que o prazo... Há aqui uma tabelinha e o prazo. O prazo diz o seguinte: em tramitação, já criada e instalada, em execução. Ou seja, não há um prazo. Temos que criar um prazo, porque, enquanto não estabelecermos um prazo...

Vejam o Programa Luz para Todos. O Programa Luz para Todos tem prazo, a lei determina prazo, e já ampliamos esse prazo duas vezes. Ou seja, ainda que não se faça no prazo estabelecido, mas que se determine um prazo e, caso necessário, que se amplie esse prazo. Essas são medidas importantes.

A questão fundiária – e não é somente este o problema, mas é um problema grave também; a própria regularização das áreas demarcadas, de proteção ambiental. O José Cláudio e a Maria viviam em uma área de assentamento do INCRA, que é uma área de reserva extrativista, um a Resex, que até hoje não plano e não está legalizada.

Então, eu quero perguntar aos senhores... Eu ia fazer várias perguntas, mas uma pergunta genérica, a respeito dessas medidas que foram adotadas em relação ao mutirão judiciário relativo a inquéritos; em relação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário; à busca de uma agilidade maior na execução do Terra Legal, que é muito importante.

Nos Estados, principalmente nos da Amazônia, essa ação tem andado com muita lentidão, e não podemos aceitar que continue com essa vagareza. Porque, senão, essa ação nunca será concluída. É preciso que sejam determinados prazos e se saiba exatamente o curso dessa ação e determine o prazo como o Luz para Todos, que é um programa caro, muito caro, mas muito importante, assim como é a legalização fundiária na Região Amazônica.

Como os senhores veem essas medidas?

Por exemplo, há um plano em operação em defesa da vida, em relação ao campo, e que não temos em mãos o balanço do próprio Governo Federal, do Ministério da Justiça acerca de seu andamento.

Portanto, a pergunta que faria a todos é em relação a esses planos e programas, que, principalmente depois dessas duas mortes, foram estabelecidos. Ou seja: como os senhores analisam do ponto de vista da mobilidade do Governo Federal, mas também dos Governos Estaduais?

E peço ao Dr. Claudionor Muniz ou ao Sr. Rafael Claros que, se possível, nos deem notícia da esposa do Dinho. Nos a havíamos convidado para estar aqui. Soubemos que ela está sob proteção. Não sabemos onde, mas está sob proteção, e se haveria, Sr. Rafael, a possibilidade de a Comissão, talvez não em uma reunião aberta, mas em uma reunião reservada, ouvi-la para ver qual é a avaliação, como me que ela está, qual o nível de segurança que ela tem tido e falar um pouco daquele conflito que a gente vivenciou lá.

Acho que o nosso objetivo urgente, porque nós estamos acompanhando de perto o inquérito do Pará... Houve, num primeiro momento, uma reação de várias entidades, porque a princípio não se conseguiu fazer a prisão dos prováveis assassinos por conta de decisão judicial, de um Juiz que, à época, estava diante do caso. Houve um pedido de várias entidades para que o Juiz Murilo Lemos Simão fosse substituído, ou fosse investigado por conta dessa decisão, uma vez que não houve as prisões imediatamente, porque eles fugiram pela não previsão de decisão, ele não quis determinar a prisão preventiva. Mas a prisão aconteceu agora, e, diferente desse inquérito o outro está caminhando. Então nós queremos que esse tenha andamento, é necessário.

Então é uma coisa contraditória. O que adianta fazer mutirão de processos antigos se esses últimos, os mais novos, já estão entrando para o arquivo. É o arquivo geral da impunidade do campo. Então, que os senhores falassem um pouco disso. Acho que é importante que pudessem nos ajudar.

Outras autoridades não puderam estar aqui conosco, lamento a ausência da Ouvidoria Agrária. A Ouvidoria Agrária tinha que estar aqui. Lamento muito a ausência da Ouvidoria Agrária, mas que os senhores fizessem já uma breve análise dessas medidas agora e, depois, se puderem mandar por escrito, nos ajuda muito, porque nós queremos agora, imediatamente, no prazo de uma semana, o mais tardar, produzir esse relatório, para encaminhar. A produção desse relatório já vai ser uma forte pressão para que o STJ tome uma decisão ágil, uma decisão rápida a respeito desse assunto.

Então vou passar pela mesma ordem. O senhor quer começar? Pode começar pelo senhor.

O SR. JAYME JEMIL ASFORA FILHO – Eu me lembrei que aqui nesse Plano Nacional de Combate à Violência no Campo, que é produto do Ministério do Desenvolvimento Agrário, especificamente o Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos, realmente deveria estar aqui. Tem uma proposta de mudança que eu acho que deve ser estudada por esta Comissão, que é a mudança dos arts. 297 e 298 do CPC – Código de Processo Civil. Inclusive, Senadora, como a senhora sabe, o novo CPC já está em tramitação nesta Casa.

Não sei se o projeto que foi aprovado no Senado e que está agora na Câmara, contempla a mudança – pelo que eu vi aqui em uma rápida pesquisa pela Internet – não está contemplado no novo CPC mas há uma proposta de mudança por parte do Ministério, e aí, a comissão através da senhora, que é Parlamentar, poderia fazer incluir essa mudança, através de algum Deputado, até para facilitar talvez do mesmo partido, enfim, no projeto na Câmara. A OAB está olhando com uma lupa este projeto, mas esse aspecto não foi considerado por nós. O que é? Eu vi os artigos e foi até o Dr. Cláudio que me lembrou aqui qual o teor da mudança proposta pelo Ministério. Mas eu acho que realmente é importante, acho que é um aspecto que por parte de nós da OAB merece ser estudado.

Hoje, quando alguém pede a reintegração de sua posse ou a manutenção de sua posse, ou seja, quando sua posse está sendo esbulhada ou turbada como diz a lei, está sendo ameaçada ou foi tomada, foi retirada de sua alçada. Quer dizer, a pessoa deixou de usufruir, de poder exercer sua posse, o Juiz pode liminarmente mandar reintegrar ou manter a posse, desde

que a petição inicial do autor ou do proprietário, ou do posseiro, esteja devidamente instruída. Isso é muito vago. Muitas vezes há determinação de reintegração e manutenção de posse sem haver essa comprovação do direito líquido e certo.

Então, a mudança é que agora o Juiz seja obrigado em todos os casos – ele já é obrigado quando a ação é contra o Poder Público, em que ele só pode determinar a reintegração ou manutenção da posse ouvido o representante do Poder Público, o Procurador do Estado, enfim, o Procurador do Município, ou Advogado da União quando se trata de União, Estados-membros e Distrito Federal e Municípios. Mas, agora, em qualquer caso privado, tem que fazer uma inspeção no local para ver se realmente aquilo que está dito pelo autor, pelo proprietário ou pelo posseiro é verdade e não simplesmente, de maneira liminar, muitas vezes sem se acautelar, determinar a expulsão com a reintegração de posse ou manutenção de posse de famílias, às vezes, dezenas, centenas ou milhares de pessoas daquela localidade. Era isso, Senadora. Eu quis falar logo, me antecipei um pouco, porque acho que essa mudança que eu vou até levar ao próprio Presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo da OAB, Dr. Pedro Henrique Alves, porque a OAB também pode ajudar propondo ou apoiando essa modificação.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Nós faremos isso, Dr. Asfora; entraremos em contato com a Câmara dos Deputados, porque certamente a mudança no Código de Processo Civil deverá voltar para o Senado. Já saiu daqui para lá e deverá voltar porque é uma matéria extremamente complexa, então dificilmente a Câmara aprovará da forma como foi remetida pelo Senado. Mas nós vamos tomar essas providências para que isso seja feito.

Há uma reivindicação, segundo o Dr. Claudionor nos disse, não apenas da ouvidoria agrária, mas também de vários segmentos que atuam nessa área. Enfim, desde já agradeço a participação de V. Sª.

Passo a palavra ao Dr. Claudionor Muniz.

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Eu gostaria de dizer que eu vejo com bons olhos essa possível alteração do CPC, vez que o Poder Judiciário poderá, no local, verificar o nível de tensão, inclusive o resultado que poderá ocorrer caso decretada ou não a liminar. Vejo, com certeza, com bons olhos e que seria bastante interessante. Essa foi uma visão bastante estratégica da Ouvidoria Agrária com o objetivo de coibir, de reduzir a tensão.

Porque o que acontece? Uma vez o Juiz decretando essa liminar, dali aumenta o conflito porque passa então vários passos para a execução dessa liminar. Além do que, às vezes, a própria execução da liminar torna-se inútil. Então, às vezes, o juiz, indo àquele local, poderá ouvir os dois lados e poderá decidir até mesmo mediar, conciliar. Então, seria uma visão bastante interessante.

Vamos falar então. Pós-caso Adelino Ramos, no Estado de Rondônia, recebemos a visita do Ministro da Justiça, da Ministra Maria do Rosário, e outras autoridades do Governo Federal. Foi nesta ocasião que Rondônia apresentou para os Ministros e toda a comitiva federal, inclusive membros do CNP, do Conselho Nacional de Justiça, a OAB, o plano que nós pretendemos executar no Estado todo. E, daí, nós chamamos o Governo Federal para ser parceiro, principalmente porque o Estado de Rondônia não detém tantos recursos para um projeto tão ousado.

Por exemplo, vamos falar só da Ponta do Abunã. É um local onde existem pequenos distritos com uma população pequena, mas que, realmente, concordo com o advogado aqui representando a Associação dos Camponeses, não têm um posto de saúde, não têm um hospital, uma escola, que seria uma escola atuante pra atender toda a demanda lá existente...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PcdoB – AM) – Deixe-me lhes dizer. Foi-nos prometido que enviariam pra lá a Força de Segurança Nacional. Chegou?

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Vou tratar.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PcdoB – AM) – Ah, pois não. Desculpa.

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – O Estado tem essas dificuldades. Por isso peque foi,então, convidado o Governo Federal para auxiliar na execução desse projeto.

A respeito da Força Nacional de Segurança. A Força Nacional de Segurança, hoje, uma equipe dela, se encontra... Tanto a Força Nacional de Segurança, composta pela Polícia Militar, como a Força Nacional de Segurança Judiciária. Existe uma equipe no Estado de Rondônia, composta de dois delegados, dois peritos, dois escrivães e, salvo engano, seis agentes de polícia.

Esta equipe está atuando no eixo Buritis–Jacinópolis–Jacilândia–Nova Mamoré–Campo Novo, que é justamente a região onde nós temos o maior índice de inquéritos policiais que tratam de mortes que podem estar relacionadas a conflitos agrários e a extração irregular de madeira.

Por que foi decidida esta localidade? Justamente por causa da demanda reprimida. Já que é uma força-tarefa, nada mais natural, nada mais estratégico do que direcionar a equipe para servir de apoio à investigação policial que já está em andamento, para

a redução desses inquéritos e o início da ação penal contra os seus responsáveis.

Agora, é de se destacar que, apesar do envio dessa equipe, nós temos outras frentes, a exemplo de Extrema, a exemplo de Cerejeiras e Corumbiara, a exemplo de Machadinho d'Oeste e da própria região de Ariquemes. Então, nós temos outras localidades que também possuem tensão, tanto relacionada ao conflito agrário quanto aos crimes ambientais.

Então, a Força Nacional está? Está. Ela é suficiente para atender à expectativa da própria operação, do próprio plano? Não. Ela não é suficiente, porque uma equipe apenas com dois delegados, dois peritos, dois escrivães e seis agentes, ou que sejam até dez agentes, tem condição de dar uma resposta efetiva se for de forma muito pontuada, como está no momento, como está na região de Buritis. Agora, em nível estadual, não. Nós precisaríamos de mais equipes da Força Nacional, para distribuir, para servir de apoio para as delegacias que já estão trabalhando com esses inquéritos.

Eu sei que isso não seria muito fácil, porque a própria Força Nacional está pulverizada em outras localidades. Mas, a respeito do Estado de Rondônia, Senadora, eu posso dizer que existe a equipe, mas nós podemos ter um resultado não tão positivo quanto esperávamos por conta de ser apenas um pequeno grupo trabalhando num lugar, num gargalo, numa questão bastante pontual.

Acreditamos que se o Governo Federal pudesse disponibilizar outras equipes nós poderíamos dar uma resposta bem melhor, bem mais interessante, inclusive na região de Extrema.

Há uma resposta que começou a ser praticada nesta semana pelo Governo Federal, que foi a atuação do Exército na faixa de fronteira. E, a rigor, nessa faixa de fronteira, nós também temos conflitos agrários. Com a presença do Exército, certamente, haverá uma sensação de segurança que é bastante interessante.

Nesta semana, nós tivemos a prisão, digamos, do pistoleiro que seria o maior procurado por parte da Polícia Civil da região de Buritis, que era autor de homicídios naquela região. Então, só essa prisão, a presença da Força Nacional e da própria Polícia Civil na região lá de Buritis tem pacificado o local.

Agora, se queremos ter uma resposta na ousadia do próprio plano do Governo Federal, precisamos que sejam destinadas mais equipes para aquela região, para que a gente possa distribuir pelo menos em cinco frentes, em vez de uma.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. Claudionor.

Eu passo a palavra, imediatamente, ao Dr. Rafael, para fazer também as suas observações e considerações finais.

O SR. RAFAEL OLIVEIRA CLAROS – Senadora Vanessa, eu acredito que há curiosidade em relação a como está a viúva e os filhos hoje. A viúva do Dinho está no programa de proteção da Polícia Federal. Ela estava, até a semana passada, aos cuidados da Polícia Federal, em Brasília, e hoje está em um local já não mais sabido por nós, porque já está inclusa no programa. Ela, os pais e os filhos estão todos sob proteção da Polícia Federal. Graças a Deus, deu certo. Foi um pleito tanto desta Comissão quanto da Polícia Federal, em Porto Velho e do Amazonas, quanto nosso, de estar intervindo para que pudesse funcionar, para que ela pudesse afastar daquela situação de conflito, pois o Dinho foi assassinado ao lado dela. Ela estava muito próxima ao carro. E a ideia era que pudessem acertar o Dinho, não ela.

Então, por quê? Que mal ela faz a alguém? Que denúncia ela fez a alguém? Mas o Dinho, ele fez as denúncias. Mas para quê? Para preservar a floresta, para preservar aquela área de exploração já autorizada pelo Incra. Ele não estava lá indevidamente. Ele estava lá autorizado pelo Incra e pelo MDA.

Agora, acredito que é muito importante, como o nosso amigo Joaquim colocou, não só a presença do Estado para a segurança. As implantações das políticas públicas adequadas são necessárias. Porque aqui uma crítica que eu tenho a fazer, tanto ao Estado do Amazonas, quanto ao Estado de Rondônia e à União, em todos os seus setores, desde o dia em que o Dinho morreu, a União e os Estados não deram qualquer assistência à associação e ao próprio projeto.

Por muita coincidência, acredito, o projeto foi portariado dois dias depois do Dinho ter morrido. Isso foi um absurdo. Classifico como um absurdo a atitude do ministério e do Incra de terem me enviado um *e-mail*, como procurador da associação, dizendo que em até 60 dias seria publicada a portaria. Passou uma semana que o Dinho morreu, publicou. Então, por que não publicaram antes? Ah, por que não tinham os trabalhos técnicos. E fizeram em dois dias? Então, isso é o absurdo.

Por que não tem política pública voltada? Porque hoje o assentamento não tem mais a presidência, o presidente foi assassinado. E eu acredito que a vontade de quem quis matar, já quem quis matar foi o Ozias, a vontade dele prevaleceu. Por quê? Porque o assentamento parou.

Existe uma entidade. Existe a Assespro, hoje, no Amazonas, que está apoiando, ajudando. Mas a Assespro, a Secretaria de Produção quer o apoio mas o

Governo do Estado do Amazonas trava. E por conta desses entraves nada, Senadora, chegou até hoje lá, nem cestas básicas. Nós, como entidade privada e contratados pela associação para que ela não morra, não acabe, estamos investindo, ajudando, mandando alimento, a cesta básica, o transporte.

Agora, quando o Dinho morreu, nós pedimos apoio da Polícia Federal e do Ibama, para que pudéssemos voltar à área, buscar os documentos da associação, buscar algumas situações que pudessem ajudar como provas, alguns números que o Dinho tinha na agenda do celular. Fomos até lá. Foi cedido um helicóptero do Ibama, para que pudesse, junto à Política Federal, buscar essas informações.

A Polícia Federal me passou toda essa documentação, como responsável pela associação uma vez que ela estava sem o presidente. E até então não se conseguiu eleger um novo presidente. Por que como é que um presidente de associação vai ser eleito sem qualquer política para apoiar? Depois que o Dinho morreu, o projeto parou. O carro de transporte de tudo era o carro dele. O gerador de energia de lá, que era dele particular, parou de funcionar. E quem é que vai ajeitar?

Então, são probleminhas técnicos. Ah, isso é problema da associação. Mas se tivesse o incentivo do Estado, se funcionasse o incentivo da União, se o Incra, se o MDA, a ouvidoria tivessem enviado dez cestas básicas que sejam... O que custam dez cestas básicas? Nada.

Agora, nós pedimos apoio do Exército para o envio de cestas básicas, por mais que saíssem do bolso de alguns ajudantes, algumas pessoas que apóiam o projeto. O Exército disse que não tinha como, porque tinha que ser provocado por Brasília. E passou de volta a bola. Eles não atribuíram para si a responsabilidade de resolver.

Então, Senador Reditario, por mais que seja no Amazonas, mas aquela região ali toda é explorada por Rondônia, pelos madeireiros de Rondônia. Toda política pública ali vir por Rondônia e pelo Amazonas. E nós pedimos a intervenção de V. Exª, assim como pede da Senadora Vanessa, para que se possa, através das entidades estatais, estarem trabalhando ali.

A Secretaria de Produção do Estado do Amazonas vai recuperar a vicinal até o projeto. Acontece que parte da vicinal é Rondônia e parte é Amazonas. E aí vai ser recuperado do Amazonas para frente. E do Amazonas para trás?

Agora, não sei se V. Exª conhece a realidade, mas a coisa é feia – entende? –, a coisa é bem complicada. As vicinais são muito complicadas. Eu sei que a sua região em Rondônia é muito mais tranquila para se trabalhar, porque tem pedra, cascalho. Lá não tem. Então, existe toda essa dificuldade.

Agora, quanto à posição da Senadora em relação a definir o prazo para que o Terra Legal e as políticas do MDA funcionem é importante – importantíssimo até. Porém, como é que vai se buscar definir um prazo para o Terra Legal sem estar definido o Código Florestal? É temeroso, porque o Código Florestal tem que estar pronto, tem que estar aprovado, para que se saiba o custo, como o nosso amigo Joaquim falou, de legalização da produção.

Porque na Amazônia a produção é ilegal, infelizmente. Por quê? Porque não tem como regularizar terra, não tem como ter uma licença de exploração, uma licença ambiental se não tem documento. E isso não é de responsabilidade de outra pessoa. Isso é MDA.

São os governos dos Estados que podem buscar essa regularização, mas não têm o interesse. Não sei se não têm interesse por que não faz parte do interesse dos grandes, porque os grandes têm documento. Ou quando não é para ter documento é por que é boi pirata. É melhor que não tenha documento. Entende? É melhor que não tenha documento da terra, porque eu não preciso que saibam que eu tenho 30 mil cabeças de boi na Ponta do Abunã. Então, eu sei quem é que não quer, mas que o MDA não funciona, o Terra Legal não funciona.

Vamos tratar agora da operação em defesa da vida. É importantíssimo. Mas vai funcionar? Já está funcionando? Quando eles foram assassinados, na mídia nacional foi falado da operação em defesa da vida. Onde ela está hoje? Como é que ela está tramitando hoje? Como é que ela está no ministério? Está engavetada, está esquecida.

Por último, queria colocar aqui ao Dr. Jairo, representante da OAB, a situação que eu classifico como importantíssima, a situação da alteração da legislação do CPC. Porque eu acompanho alguns conflitos em Rondônia, acompanho alguns conflitos no Amazonas e, realmente, o que acontece é que vem o grande pecuarista ou, no caso dentro das cidades, o dono daquela área de terra, e fala: não, porque eu fui esbulhado da minha posse e tal. E o juiz, sabendo que aquela pessoa é influente ou não sei se está comprometido de alguma outra forma financeiramente ou do jeito que for, dá a liminar sem saber do impacto social que vai ter aquela liminar. Ah, mas existe um estudo de impacto social em relação àquela desapropriação. É falho, não funciona.

Então, doutor, eu queria que V. Exª pudesse também se empenhar. Sei que vai ser um pouco mais complexa a minha proposição em relação a isso. Mas imagine se a gente pudesse tornar não obrigatório,

mas pelo menos a possibilidade de ser comunicado ao MDA, para que na hora em que o juiz fosse tentar intervir naquele conflito, antes de conceder a liminar, ou ao próprio Ministério das Cidades, porque existe a possibilidade de que o *(fala fora do microfone)...*

Comunicar antes ao MDA, pelo menos para que ele, se tiver interesse, se manifeste. Por que aí o que pode acontecer? O Ministério Público pode intervir e pode verificar se existe uma possibilidade de, naquele local, tornar um assentamento, ou senão dentro das cidades.

Eu estou acompanhando uma situação recente em Porto Velho, que hoje tem 1.200 famílias numa área próxima à cidade, que são tratadas por 1.200 invasores. Mas elas estavam ali acreditando que fosse uma terra da União. Construíram suas casas. Agora, veio o proprietário e falou: não, é minha. E conseguiu a liminar. E agora, vai fazer o quê? E aquelas 1.200 famílias? Que impacto social que vai ter isso?

Se houver uma situação de que possa ser oficiado ao Ministério das Cidades, esse órgão pode indenizar. Mas não tira as famílias, indeniza. Vamos buscar o Minha Casa Minha Vida 2 para que possa indenizar aquela propriedade, para que possam as famílias se manterem ali. E eu vejo a situação do Dinho. Ele estava autorizado a estar ali. Essas pessoas que estavam, no caso de Porto Velho, não estavam autorizadas, mas entendiam que a terra é da União e que um dia podiam pleitear. E construíram suas casas. Não estão lá em barracos. Estão em casas. Para agora vir um juiz, conceder uma liminar numa situação dessas. Vão tirar, vão passar máquina em cima. Entendem?

O senhor, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, às vezes, pode tentar intervir. Eu não estou dizendo não só na situação de Porto Velho. Mas que exista essa alteração legal, para que possa ser vista com outros olhos essa situação.

E estou à disposição como associação dos camponeses tanto do Estado de Rondônia, quanto do Estado do Amazonas. Eu estou à disposição, Senador Reditario, tanto do Senado, quanto do Governo do Estado do Rondônia – também o nosso amigo Claudionor –, para a Senadora Vanessa, o Governo do Estado do Amazonas, para que a gente possa tratar de políticas públicas. Eu sou parceiro. Eu tenho dados técnicos. Eu tenho a realidade de lá. No que precisar me procurem, porque temos à disposição. Nós queremos que aquilo lá funcione. Nós queremos que o assentamento do Dinho não morra, porque morreu.

O assentamento hoje está completamente parado. Hoje há cerca de 15 a 20 famílias que estão sem assistência nenhuma. Entendem? O diesel que estão usando lá quem está pagando é o nosso escritório. As cestas básicas que está mandando é a nossa empresa. Mas por quê? Por que é o idealismo nosso? É o quê? Eu não sei nem hoje dizer o que é. Mas a gente quer que funcione, que o sonho daquele amigo, que eu tinha e daquele cliente que eu tinha, continue agora. Sem uma política pública, sem uma ajuda dos Estados ou da União, é difícil. É difícil, porque eu, como entidade privada, não tenho condições de dar a assistência necessária.

Eu acredito que, no que eu puder contribuir, estou à disposição, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. Rafael, pela participação. E nós aguardamos...

Pois não, Senador Reditario.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – O doutor aí me fez lembrar esta semana, na terça-feira, quando eu recebi a visita do Mineiro, apelido, lá de Rondônia, do Município de Parecis, um dos 27 Municípios que fui autor do projeto de criação quando deputado, bem semelhante à questão que V. Exª falou.

Vejam bem, foram despejadas no ano passado 12 famílias que residiam na terra por 28 anos. Eu fui à presidência, à Ministra – esqueci o nome –, que me encaminhou ao Incra. Eles ligaram lá, marcaram audiência. Fomos ao Incra. E aí a presidência, sem dúvida nenhuma, nos atendeu muito bem. Nós fomos encaminhados à procuradoria. Levantamos o assunto bem direitinho. Resultado: o Incra deu garantia de que eles vão retornar à terra.

Vejam bem, por que não é possível um caso desses. É uma área de terra em que eles entraram, inclusive, com autorização do Incra. O Incra cortou a área, porque a área tinha sido vendida em concorrência. Quem ganhou não pagou. Venceu o prazo, perdeu.

O Incra transformou a área em pequenos lotes, onde 12 famílias foram assentadas. Mais de 60 pessoas, 28 anos residindo na terra, foram tiradas lá do Município de Parecis, do Estado de Rondônia. Foram despejadas no ano passado. Mas o Incra deu certeza de que eles vão.... Está na justiça. Inclusive, teve parte da justiça que foi a favor deles. Mas sabem como é, pode existir algo no meio – entendeu, doutor? – disso aí.

E quem está questionando é um grande fazendeiro lá em Rondônia. Mas essa área não pertence a ele, porque ele nunca pagou nada para o Incra. é lamentável um caso como esse: As 12 famílias estão na rua, sem nada. Todas essas pessoas passam de 60. Vejam como nós temos erros muito grandes dentro da própria justiça.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Reditario. Se

V. Exª quiser, por meio de seu gabinete, poderá encaminhar alguns assuntos, algumas questões, mesmo que sejam simbólicas. Para esta Subcomissão será muito importante.

Passo a palavra, para que a gente possa encerrar a nossa audiência pública, ao Sr. Joaquim Belo.

O SR. JOAQUIM BELO – Acho que qualquer esforço, Senadora, que se faça para a gente superar uma série de desafios é bem-vindo. Acho que a Senhora tem toda a razão. Um esforço desse, esse grande mutirão, tem de ter prazo. Sem prazo a gente não vislumbra as metas do que vai fazer. Mas seria importante que houvesse uma grande articulação. Não só presente o Governo Federal, mas com Estados e Municípios, que têm limitações financeiras muito grandes. Quem sabe aí nesse aspecto pudesse haver uma parceria bem mais fortalecida. Outra coisa, acho que está na hora de haver um PAC, um PAC rural, uma medida forte do Governo para a ruralidade brasileira, principalmente amazônica. A gente vê grandes investimentos, a questão do setor energético na Amazônia, com grandes investimentos. Nem sabemos que é para nós, a gente sabe que não é para nós. Temos consciência de que não é para a população da Amazônia.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Agora vai ser.

O SR. JOAQUIM BELO – Um ou outro. Que haja investimentos nesse sentido, investimentos de verdade no setor econômico, em geral, na Amazônia. Que se tire essa diferença, esse atraso. Até então, a Amazônia tem servido muito abastecer os grandes centros urbanos deste País com suas riquezas, com seus minerais e assim por diante. Pouca coisa tem sido distribuída para o seu próprio povo. Acho que está na hora de termos um PAC nesse sentido.

Agradeço o convite. Fico à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PcdoB – AM) – Nós é que agradecemos, mais uma vez, a sua participação, Sr. Joaquim.

Agradecemos a audiência de todos. Entendemos – e por isso fizemos essa audiência pública – que vai servir muito para o relatório de uma Comissão externa. Aqui, temos a reunião de duas subcomissões da Amazônia: uma coordenada pelo Senador Mozarildo, no âmbito das relações exteriores que é Amazônia e Faixa de Fronteira; a outra no âmbito da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional, que trata do desenvolvimento sustentável de tudo.

Nosso objetivo, Sr. Joaquim, é trabalhar os mais diferentes problemas da região. Há um que é o maior de todos: o Brasil precisa considerar a região prioritária. Hoje já abastecemos, Senador Cassol, o Brasil com muitas de nossas riquezas. O potencial energético brasileiro se concentra exatamente na Região Amazônica. A riqueza da biodiversidade é algo que ainda não está plenamente, perfeitamente, mensurada. A reserva de água, enfim. Poderíamos falar aqui o dia inteiro sobre tudo o que tem a Amazônia, mas isso pode transformar-se em uma riqueza muito maior ainda do que já há hoje.

Os Estados do Amapá, do Pará, que têm – o Pará sobretudo – uma atividade de extração mineral muito forte sabem que as coisas não podem continuar como estão. Aquele trem passa rápido levando o minério e o povo de lá continua morrendo em conflitos agrários, no campo. Quanto à energia, vem uma hidrelétrica, o linhão passa por cima, mas embaixo não há luz.

Enfim, são esses os problemas dos quais estamos cuidando. O conjunto de Senadores que representa a Amazônia está muito envolvido, dedicado a sensibilizar o Brasil como um todo para que a gente viva esse novo tempo. O novo tempo para o Brasil como um todo tem de ter um olhar mais forte sobre a Região Amazônica.

Agradeço a participação de todos.

Antes de encerrar a nossa reunião, temos de apreciar o Requerimento nº 18, de minha autoria, que se agrega a um requerimento anterior. Foi aprovado em outra audiência pública para discutir o acesso de estrangeiros à terra na Amazônia. Para tanto, convidamos o Ministério da Justiça, a Advocacia-Geral da União, a Secretaria do Patrimônio da União e o Ministério da Defesa. Agora, estamos também convidando o Ministério das Relações Exteriores.

Esse adendo está em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2011

De autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, subscrito por mim.

Requer, de acordo com o Regimento, a realização de audiência pública, em conjunto com a Subcomissão da Amazônia e Faixa de Fronteira, com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para debater a reforma do Código Florestal. Para tanto, requeiro sejam convidados representantes do Parlamento Amazônico.

Será o primeiro debate sobre o Código Florestal que envolverá os parlamentos dos Estados da Amazônia.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Submeto à apreciação a ata da reunião conjunta.

Em votação.

Não havendo observações, declaro-a aprovada.

Nada mais havendo a tratar, nossa reunião está encerrada.

Agradeço a todos pela audiência.

(Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 31 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA EM CONJUNTO COM A 38ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 15ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, E 39ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011.

Às oito horas e trinta e seis minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência dos Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, MOZARILDO CAVALCANTE e RODRIGO ROLLEMBERG**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF, Subcomissão Permanente da Amazônia – CDRAM e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, ANA AMÉLIA, ANTONIO RUSSO, ARMANDO MONTEIRO, BLAIRO MAGGI, CÍCERO LUCENA, CLÉSIO ANDRADE, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, LUIZ HENRIQUE, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO TAQUES, REDITARIO CASSOL, VANESSA GRAZZIOTIN, WALDEMIR MOKA e ZEZE PERRELLA.** Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. A presidência declara aberta a reunião e submete ao plenário a dispensa da leitura das atas da reunião anterior da CRA, CREPAFF, CDRAM e CMA, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública Conjunta,** em cumprimento ao **Requerimento nº 60, de 2011-CRA** aprovado em 22 de setembro de 2011, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ana Amélia; **Requerimento nº 4 , de 2011-CREPAFF**; **Requerimento nº 17, de 2011-CDRAM** e **Requerimento nº 97, de 2011-CMA**, com a finalidade de debater a reforma do **Código Florestal** (**Lei 4.771, de 1965**), com a presença dos seguintes convidados: **Deputado Mecias de Jesus – Presidente do Parlamento Amazônico; Deputado José Luís Schafer – Presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE; Deputado Freire Júnior – Representando a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins – TO; Deputado Ribamar Araújo – Representando a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia – RO; Deputado Manoel Pioneiro – Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará – PA; Deputado Hélio Soares – Representando a Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão – MA**. Após a exposição dos senhores convidados, usam da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senhores(as) Senadores(as): **RODRIGO ROLLEMBERG, BLAIRO MAGGI, ACIR GURGACZ, MOZARILDO CAVALCANTI, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, LUIZ HENRIQUE, PEDRO TAQUES, JAYME CAMPOS e REDITÁRIO CASSOL.** Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezesseis minutos, havendo lavrado a presente ata Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Alvaro Araújo Sousa, Secretário da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Subcomissão Permanente da Amazônia e Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – **Senadora VANESSA GRAZZIOTIN,** Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia; – **Senador ACIR GURCACZ,** Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; – **Senador MOZARILDO CAVALCANTE,** Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira; – **Senador RODRIGO ROLLEMBERG,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em conjunto com a 15ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, 5ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e 39ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião tem por objetivo a realização de audiência conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 60, de 2011-CRA, aprovado em 22 de setembro de 2011, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ana Amélia; Requerimento nº 4, de 2011; Requerimento nº 17, de 2011; e Requerimento nº 97, de 2011-CMA, com a finalidade de debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), com a presença de vários convidados, representantes do Parlamento Amazônico.

Senhoras e senhores, a importância da consulta popular é ouvir os diversos setores da sociedade nas audiências realizadas pela CRA.

Ao início dos debates com relação à reforma do Código Florestal Brasileiro, nós realizamos as audiências públicas somente na Comissão de Agricultura. Depois, nós convidamos a Comissão de Meio Ambiente, para que façamos as audiências sempre em conjunto, para que nós possamos ouvir toda a sociedade brasileira, ou todas aquelas pessoas que queiram dar a sua opinião, a sua sugestão e contribuir para que o nosso trabalho, o trabalho dos nossos relatores – Relator na Comissão de Agricultura, Luiz Henrique – possam ter a tranquilidade para fazer um trabalho positivo com relação à reforma do Código Florestal brasileiro.

Já foram realizadas audiências em Esteio, no Rio Grande do Sul; em Curitiba, no Paraná; em Chapecó, em Santa Catarina; e em Ji-Paraná e Vilhena, no Estado de Rondônia. Nesta semana, estivemos na Fiesp, em São Paulo, debatendo o Código Florestal.

Em Vilhena, diante de um auditório lotado, estivemos presentes com o Senador Reditario Cassol e apresentamos um depoimento gravado em vídeo pelo Senador Luiz Henrique. Encontramos uma plateia muito preocupada em obter mais informações sobre a tramitação do projeto de lei do Código Florestal brasileiro, em saber qual o impacto do mesmo em suas atividades produtivas e querendo manifestar a sua opinião.

A grande preocupação com relação à reforma do Código Florestal é, a nosso ver, a questão amazônica, a Região Amazônica. Nós todos sabemos que 60% da área territorial brasileira são constituídos pela Floresta Amazônica.

Nós entendemos que uma lei única para gerir ou para administrar toda a Floresta Amazônica é um contrassenso. Nós entendemos que temos de cuidar e tratar da Amazônia com as diferentes peculiaridades de cada região. Os Estados têm as suas diferenças de migração, de formação de floresta, as suas bacias hidrográficas têm uma diferença muito grande, ou seja, Rondônia é diferente de Mato Grosso, que é diferente de Roraima, que é diferente do Acre, que não é igual ao Amazonas, e que não é igual a Roraima também.

Portanto, nós temos de estudar todas as necessidades dessas regiões.

Essa foi a discussão que nós tivemos em Vilhena e essa também foi a discussão que nós tivemos na Fiesp, em São Paulo, porque muitas pessoas aqui da região Sul e da Centro-Oeste imaginam o seguinte: "Vamos resolver o nosso problema, vamos deixar como está aqui, na região Sul, e a Amazônia que fique em pé. A Amazônia pode ficar intocada." Não é bem assim. Nós temos regiões da Amazônia que podem ser exploradas sem ter que haver desmatamento. Temos regiões na Amazônia que não podem ser mexidas; são intocadas; são regiões que, se forem derrubadas, com certeza, vão virar um deserto. Temos regiões que são muito alagadas na época das chuvas. Essas regiões também não podem ser mexidas. Não poderá haver a transformação de reserva em áreas produtivas, porque jamais serão produtivas. Portanto, a nossa Amazônia é muito grande.

Eu dizia para colegas, nesta semana, que o Brasil ainda tem de conhecer a Amazônia. O Brasil não conhece o potencial e as diversidades que temos na Amazônia: potencial de produção agrícola, produção de produção do extrativismo e, o que é principal, o potencial do ecoturismo na Amazônia. O mundo inteiro fala da Amazônia, mas não conhece a Amazônia. O próprio brasileiro fala da Amazônia, mas não conhece. Não se conhece, porque não se tem infraestrutura turística para recepcionar as pessoas que querem conhecer a Amazônia. O mundo quer conhecer a nossa Amazônia. Portanto, precisamos conduzir a situação, nos próximos anos, para que a Amazônia tenha uma infraestrutura que possa recepcionar os turistas, como temos na Amazônia da Venezuela, na Amazônia do Peru, países vizinhos que já têm essa infraestrutura que recepciona turistas americanos e europeus que querem conhecer a Amazônia, sem destruir a floresta. Muito pelo contrário. Nós, amazônidas, sabemos muito bem a importância que a Amazônia tem para nós. É evidente que a Amazônia é importante para o Brasil e para o Planeta, mas ela é importante para nós, que moramos na Amazônia. Portanto, não queremos destruir a floresta amazônica. Pelo contrário. Queremos preservar as nossas florestas e, acima de tudo, queremos preservar as pessoas que moram lá, as pessoas que deixaram as suas áreas, as suas famílias nos anos 70, nos anos 80 e foram desbravar a Amazônia.

Tivemos um depoimento, Senador Blairo Maggi, de uma pessoa, em Vilhena, que contou a sua história. No final da década de 70, ele saiu do sul do País, foi

para Vilhena e entrou mato adentro com cacaio nas costas – as pessoas não sabem o que é cacaio, mas cacaio é uma mochila – que, contando ele, pesava em torno de 40 quilos, com mantimentos mais a foice e tal. Ele entrou mato adentro, andando 40, 50, 60, 80 até 100 quilômetros a pé, para conseguir chegar ao seu lote e fazer aquele clarão, para construir o seu barraco e, posteriormente, a sua casa, levar a sua família e tornar aquela área produtiva, enfrentando malária, febre, as adversidades da região amazônica, chuva, sol e tudo mais. Hoje, ele não pode mais atuar, não pode mais produzir, porque a lei diz que ele pode produzir somente em 20% da sua área. É uma situação bastante complicada.

Precisamos e estamos debatendo esse assunto junto com os demais Senadores e os nossos relatores, para que possamos ajudar essas famílias. Essas famílias...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. V. Exª tem a palavra, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento o nosso Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Rodrigo Rollemberg, e o Senador Jayme Campos, que está na bancada comigo.

O que V. Exª está colocando é a realidade do que nós vivíamos e vivemos na Amazônia. Quando falo vivíamos, refere-se à questão da ocupação. As pessoas, desde a época da borracha, foram incentivadas a ir para aquela região. Obviamente, na época, tinha-se permissão para se ocupar 50% dos terrenos naquela região...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, desculpe-me, Senador, mas a permissão era de 75%. Até 1973.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Então, vou corrigir aqui: 75%. Mas, quando a grande ocupação do Estado de Rondônia chegou, as pessoas foram para lá com uma designação de poderem abrir aquela região. A grande maioria dos brasileiros já ouviu isso. Quer dizer, tínhamos que integrar a Amazônia para não entregá-la aos interesses internacionais. Lembro-me de que, da região de onde eu vim, de onde V. Exª veio, da região oeste do Paraná, milhares e milhares de pessoas foram para aquela região. Para muitos deu certo, e muitos erraram na sua ida e acabaram voltando ou perdendo a sua vida ou a sua juventude no meio da floresta.

Então, na lei da ocupação da época e na lei de hoje, há uma diferença bastante grande. E o que temos debatido aqui, nesta Comissão, na questão do Código Florestal, é para que a sociedade brasileira entenda que não podemos retirar o direito adquirido daquelas pessoas que foram para lá na década de 70 e na década de 80.

Em nenhum momento, nesta Comissão, nenhum dos Senadores, nem da Amazônia, nem de outra região, trouxe qualquer notícia, qualquer comentário sobre a possibilidade de sairmos dos atuais 20% permitidos para voltarmos aos 50%. Pode ser que ainda apareça, agora, nas emendas que vão ser apresentadas, mas, nas discussões que fizemos aqui, nenhum dos Senadores da Amazônia ou de outros Estados, pelo que vi até agora, qualquer manifestação nesse sentido.

Portanto, quando fizemos aqui a defesa de que temos que preservar o meio ambiente, também temos que preservar o homem no meio ambiente. Para mim, em primeiro lugar, está o homem. Então, quando tenho defendido que as coisas devem ser legalizadas a partir da lei em que ele foi estimulado para ocupar o seu terreno, quer seja em Rondônia, em Mato Grosso, no Amazonas, no Acre, no Amapá, no Pará, no Tocantins, em qualquer um dos Estados que estão aí colocados dentro da Amazônia, essa é a defesa, e a defesa dos pequenos agricultores, principalmente, daqueles que vivem nas margens dos rios, daqueles que estão ali há dezenas de anos vivendo em harmonia com o meio ambiente, porque não creio, não acredito e não vejo que uma pessoa que tem uma casa pequena ou, muitas vezes, um rancho, vive na beira do rio, vive da pesca, vive da agricultura de subsistência esteja fazendo qualquer agressão ao meio ambiente. Ela está em harmonia com o meio ambiente.

E essas coisas, às vezes, percebemos aqui, nas nossas comissões, não tanto dos Parlamentares, dos Senadores, mas muito mais daqueles que vêm a esta Comissão para falar, principalmente daqueles que vivem nas cidades, não têm o conhecimento da prática do que é viver na floresta, viver no campo, e conhecem pela teoria. Então, há uma diferença bastante grande.

Eu tenho feito essa defesa intransigente de que não podemos, pela lei que vamos votar, fazer uma mudança radical na vida de milhares e milhares de pessoas que vivem no interior deste Brasil. É isto que temos que respeitar, Sr. Presidente: dar a eles a oportunidade de lá permanecerem.

E faço uma analogia que já foi feita aqui, nestas comissões, e já a fazia antes de chegar ao Senado Federal. As cidades, Senador Rodrigo Rollemberg, também mudam as suas leis, também mudam o código de postura, também mudam e, em determinadas regiões das cidades, não se permite mais, a partir de um ano ou de uma data, conforme a lei municipal, construir prédios acima de seis ou 10 andares, por

exemplo. Ou, às vezes, não pode nem construir prédio em determinada área. Agora, não vi ninguém, não vi um promotor público, não vi ninguém do Ministério Público ir lá e mandar derrubar um prédio que já havia sido construído no período antes da mudança da lei, quer seja ele de seis, 10, 12 andares. Não. Na cidade, é respeitado o direito adquirido do cidadão. Por que no campo não podemos também dar o direito adquirido com suor e trabalho da pessoa que vive lá?

Então, são esses pontos que estamos discutindo aqui, no Código Florestal. Estou fazendo aqui só um preâmbulo das nossas discussões de hoje, já que não vamos receber aqui praticamente todos os Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil. Eles estarão aqui – já confirmaram as suas presenças –, e poderemos ouvi-los, eles que são aqueles que têm o direito e a obrigação da defesa do povo de cada Estado. Hoje vamos ouvir, tenho certeza, opiniões importantes sobre a questão ambiental.

Quero crer que as nossas discussões no Senado estão indo por um caminho tranquilo, correto; mas temos que diferenciar grande produtor de pequeno produtor; pequena propriedade de grande propriedade; cidades de interior; e, principalmente, como disse antes, o modo como as pessoas vivem, além de dar oportunidade àqueles que estão errados, que estão foram da legislação, de virem para dentro dela, obviamente atendendo a todos os quesitos e requisitos que a lei estabelecerá para que ele possa fazer isso.

Então, Sr. Presidente, quando o senhor traz o relato de Rondônia, eu digo que esse é o relato do Brasil, porque a Rondônia de 1970 é o Oeste do Paraná de 1950; é o Sul do Brasil; é o Rio Grande do Sul, Caxias do Sul da década de 30, de 20, quando da chegada dos italianos.

Então, não há condições de fazer o que muitos ambientalistas querem, ou seja, simplesmente fechar tudo isso e deixar, novamente, a vegetação, a natureza voltar a sua forma original. Para tanto, nós teríamos de ir embora daqui. Entregar o País. Chamar o Cabral e entregar o Brasil a ele, pra que ele possa entregá-lo para os índios, e buscarmos um novo lugar para ir. Como isso não é possível, temos de achar um jeito de conviver. E vamos encontrar, aqui no Senado, uma forma correta de fazer essa legislação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/ PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo.

Com relação às emendas, eu aproveito a oportunidade, Senador Blairo, Senador Jayme, Senador Moka, Senador Rodrigo, para pedir o apoio de V. Exªs.

Nós estamos estudando uma emenda no sentido de que nos Estados, Senador Moka, que tenham reservas acima de 50%, o Governo possa fazer as alterações de acordo o zoneamento ecológico e econômico de seus Estados, e não ficarem engessado em 80 por 20 ou em contrário, mas que o Senado possa ter a liberdade de fazer o zoneamento e colocá-lo em prática. Em algumas regiões de nosso Estado, podem-se desmatar 80%; em outras, não se pode desmatar nada. Cientificamente, isso pode ser comprovado através do zoneamento.

Então, essa emenda está sendo preparada e eu, antecipadamente, peço apoio dos meus pares, principalmente, aos da região Amazônica.

Neste momento, passo a palavra ao nosso colega Presidente Rodrigo Rollemberg, da Comissão de Meio Ambiente, que tem feito um trabalho muito importante à frente da Comissão de Meio Ambiente e a tem conduzido de uma forma muito exemplar, muito imparcial, com relação ao interesse da população brasileira.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz. Quero cumprimentar V. Exª pelo trabalho desenvolvido à frente da Comissão de Agricultura, cumprimentar o Deputado Mecias de Jesus, Presidente do Parlamento Amazônico, que nos honra com sua presença, também o Deputado José Luis Schafer, Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais. Gostaria de convidar V. Exª para compor também a nossa Mesa aqui. E cumprimentar, de forma muito especial, os nossos Senadores da Amazônia aqui presentes, Reditario Cassol, Jayme Campos, Blairo Maggi, Waldemir Moka.

Quero registrar aqui que, como representante do Distrito Federal, ou seja, o único Senador aqui presente que não é da região Amazônica, ...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só uma observação, Senador. Nosso sonho, o sonho de Mato Grosso do Sul é fazer parte da Amazônia, mas, lamentavelmente, não conseguimos. Mas me integro...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – É verdade. Esse é o sonho de Mato Grosso. Desculpe-me.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas eu me integro aqui, em solidariedade ao Parlamento Amazônico.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Quero registrar aqui, Senador Moka, que nós, aqui, Senador Jayme Campos, como representantes do Distrito Federal, temos a representação de todos os Estados brasileiros, um pouco de toda a cultura brasileira, e temos muito orgulho disso, mas quero registrar, Senador Jayme, que a primeira militância política da minha vida foi no movimento de defesa da Amazônia. Enquanto o Senador Acir comentava aqui,

eu me lembrava disso, lá pelos idos de 1979, ainda com o Professor Cafu, que era o coordenador, aqui, do movimento de defesa da Amazônia.

Quero registrar também a minha expectativa muito positiva da importância desse debate, de ouvir aqui os representantes da população dos Estados que compõem a região amazônica, que convivem com os problemas de perto, e manifestar, mais uma vez, a minha confiança num bom resultado desse trabalho desenvolvido pelo Senado, pelo ambiente que está sendo construído. O Projeto já chegou à Comissão de Ciência e Tecnologia, há o compromisso do Relator, Senador Luiz Henrique, de adotar, de recepcionar, de agasalhar, como ele se referiu, algumas sugestões apresentadas pelo conjunto de Parlamentares no sentido de aperfeiçoar o nosso Código Florestal.

Entendo, Senador Blairo, acho que uma questão que já é consenso entre os Senadores, pelo menos não vi ninguém divergir desse entendimento, é que aquelas pessoas que ocuparam e que converteram parte das suas propriedades para o uso antrópico dentro da lei da época, essas pessoas têm o seu direito garantido. Ninguém está querendo questionar isso, até porque, no meu entendimento, isso seria absolutamente constitucional. A pessoa cumpriu a legislação vigente à época e, portanto, não pode ser considerada da mesma forma que pessoas que, diante de uma legislação, fizeram uma ocupação diferente.

Tenho convicção... O Senador Luiz Henrique acolheu uma sugestão importante, trazida aqui na contribuição dada pelos juristas que participaram desse debate, especialmente o Ministro Herman Benjamim, de procurar separar o que é transitório do que é definitivo. Ou seja, separar no texto da lei aquilo que se refere à regularização de atividades consolidadas ao longo dos anos dos instrumentos previstos daqui para frente. Isso já foi um grande avanço e, sem dúvida, facilitará o entendimento.

Quero registrar que o Senado adotou uma postura, que acho absolutamente correta, de buscar, gradualmente, construir o entendimento. E nós temos agora a oportunidade de três Comissões, estamos fazendo esses debates conjuntos – este é mais um debate conjunto da Comissão de Meio Ambiente com a Comissão de Agricultura –, e a ideia é ir construindo os aperfeiçoamentos do texto para, no momento em que entendermos que ele está pronto, que possamos votar nas três Comissões, simultânea ou separadamente.

Quero registrar que devemos fazer todo o esforço para construir o melhor texto possível ainda em meados de novembro. Acho que uma visão realista é que tenhamos condições de, em meados de novembro, fazer uma apreciação do texto final dos dois Relatores para que possamos encerrar a matéria ainda este ano. É claro que nós não podemos correr e adotar uma pressa que comprometa a qualidade do texto, mas eu tenho convicção de que, em função de todos os debates que estão sendo realizados, praticamente a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura têm dedicado mais de dois terços de seu tempo a esse debate.

Tenho muita confiança de que, neste período – o mês de outubro será fundamental para isso –, nós vamos conseguir avançar e produzir os aperfeiçoamentos necessários para entregar uma legislação moderna ao Brasil, que dê tranquilidade, que dê segurança jurídica aos nossos produtores rurais, mas também que aponte para o futuro do País, que não pode abrir mão da sua imensa biodiversidade, de toda a sua riqueza ambiental.

Considero – e vou reiterar o que já disse outras vezes – que temos tudo para sermos uma grande potência na produção de alimentos, na produção de agroenergia e também uma grande potência ambiental.

Portanto, tenho uma expectativa muito positiva em relação a este debate, em que teremos a oportunidade de ouvir vários Presidentes de Assembleias Legislativas dos Estados que compõem a região Amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Presidente Rodrigo Rollemberg.

Nós iniciaremos os nossos debates.

Agradeço a presença do Deputado Mecias de Jesus, Presidente do Parlamento Amazônico, e do Deputado José Luis Schafer, nosso companheiro Tchê, que é Presidente da União Nacional dos Legisladores e também Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre. Sejam muito bem-vindos!

Neste momento, passo a palavra ao Deputado Mecias de Jesus, que é Presidente do Parlamento Amazônico e que hoje está nos dando a honra da sua presença em nossa Comissão de Agricultura e Meio Ambiente.

V. Exª tem quinze minutos para fazer suas colocações.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – Quero agradecer a todos pela oportunidade.

Senador Acir Gurgacz, quero cumprimentar também o Deputado Luis Tchê, Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais, Unale. Cumprimento os Senadores presentes, Senador Jayme Campos, Senador Blairo Maggi, Senador Waldemir Moka, Senador Reditário Cassol e Senador Rodrigo Rollemberg, que acaba de deixar o plenário. Cumprimento os colegas que já se encontram aqui, o Deputado Hélio Soares, do Maranhão, e Deputado José Ribamar, de Rondônia.

Sr. Presidente, eu gostaria de lamentar um equívoco. Na nossa agenda, estava marcada esta reunião

para as 14 horas. Infelizmente, talvez alguns colegas não cheguem neste período da manhã, mas ainda estamos esperando alguns colegas do Tocantins e do Amazonas, que já confirmaram e que devem se fazer presentes aqui a qualquer momento.

Agradeço o Senador Mozarildo Cavalcanti, do meu Estado, por meio de quem, garantimos a participação do Parlamento Amazônico, representando as Assembleias Legislativas da Amazônia e do Presidente Nacional da Unale, Deputado Luis Tchê.

Sr. Presidente, escrevi algumas palavras de que eu gostaria de fazer a leitura, para eu não me perder daquilo a que me propus a dizer.

Mais uma vez nos debruçamos sobre o tema Amazônia, sobre a Amazônia observada do ponto de vista de quem reside na Amazônia. Falamos de uma região com mais de 60% do território nacional, mais de 25 milhões de habitantes e mais de 805 Municípios.

Ações mirabolantes e reais, iniciativas mal-intencionadas e projetos apenas para sugar recursos públicos sempre existiram, mas iniciativas que visassem realmente o bem-estar e o desenvolvimento sustentável da Amazônia e de quem vive nela nunca foram colocadas em prática. Faltam iniciativas que busquem a integração regional e nacional, através do respeito com a biodiversidade e com as populações nativas, incluindo os indígenas e ribeirinhos.

Precisamos traduzir a Amazônia para os próprios brasileiros, definir as várias Amazônias existentes dentro da Amazônia, diferenciando legalmente os diversos biomas que compõem a região.

Lembro-me de que o Senador Waldemir Moka acaba de dizer que, antes, o Mato Grosso do Sul fazia parte da Amazônia legal. Agora, não sei, depois de...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não, nunca fez. Na limitação, nós ficamos fora, mas é uma questão geográfica.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – É uma questão geográfica apenas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É geográfica mesmo.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – O Mato Grosso do Sul faz parte da Amazônia, sem dúvida nenhuma. Embora haja a limitação geográfica, eu sei que está no coração de todos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sem dúvida! Nós, sul-matogrossenses, temos o maior carinho e admiração pelos amazônidas.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – Obrigado, Senador.

A partir desse ponto, o Governo Federal poderá ser mais flexível, quando tiver de ser, e mais duro, na mesma proporção. Em Roraima, por exemplo, grande parte da cobertura vegetal não é floresta amazônica, mesmo assim a legislação trata genericamente o tema, e assim ficamos impedidos de promover a cultura de cana-de-açúcar, dentre outras, em um ambiente em que não seria necessário desmatar uma árvore sequer.

Problemas semelhantes são enfrentados por outros Estados, como no Pará. Existe uma proposta do governo local em ampliar as áreas pretendidas pelo Governo Federal para preservação, desde que para outras áreas fossem aplicadas regras mais condizentes com a realidade, e, por incrível que pareça, essa proposta não prospera, devido à legislação e às dificuldades criadas por quem não conhece a região.

Precisamos de uma visão coletiva de desenvolvimento, focada no bem estar da população e na promoção da cidadania. Qualquer modelo econômico adotado pode minimizar os impactos sociais e ser capaz de contemplar várias Amazônias que existem na região, incorporando essas diversidades, desde que seja sugerido e discutido pela sua sociedade. Precisamos de uma presença maior, mais efetiva e mais producente do poder público nas nossas fronteiras. O poder público tem que se integrar para prestar os serviços que a comunidade tem direito e para coibir crimes, como o contrabando e o tráfico de pessoas.

O cidadão da Amazônia, ao permanecer na condição de pobreza, tende a desgastar os recursos naturais para sobreviver, mas isso pode ser mudado com agregação de valor ao longo das cadeias de produção. Não se combate a pobreza na Amazônia sem desenvolvimento, mas, aqui, esse termo não é sinônimo de desenvolvimento, pois a Amazônia comporta outras modalidades de crescimento econômico. A sociedade amazônica clama por um conjunto de ações que podem ser resumidas de modo até simplificado, que a Amazônia não tenha apenas – apesar de também ser importante – uma função global, mas que seja vista como uma civilização diferenciada e que precisa se desenvolver de modo sustentável.

Precisamos de investimentos na educação, formação e capacitação do amazônida, para otimizar as potencialidades de seus recursos naturais, através de uma participação mais efetiva no desenvolvimento científico e tecnológico do País, buscando, por exemplo, metas defendidas pelas universidades da Amazônia de triplicar o número de doutores até 2020.

Precisamos manter e ampliar vias de transportes imprescindíveis para integração regional, seja na modalidade de transporte aéreo, rodoviário e, principalmente, o hidroviário. Essa última, que nunca foi explorada totalmente. O transporte por hidrovias geraria a criação de novas alternativas de escoamento da produção. Precisamos conciliar a construção de

barragens e hidrelétricas com os cuidados necessários com a navegação interna. Não podemos empobrecer a vida aquática, reforçando apenas o modo rodoviário, multiplicando danos ambientais, mortes nas estradas e diminuindo a nossa capacidade de reter as riquezas, que criamos nos nossos vales. Isso será possível com a construção de hidrelétricas, com eclusas, para garantir a geração de energia e também o fluxo hidroviário.

Reiteramos aqui a necessidade de diminuir as desigualdades regionais, através de investimentos pesados do Governo Federal, e entendemos que o Fundo Especial oriundo dos recursos do pré-sal é uma boa alternativa, e não entendemos como parlamentares da Amazônia ainda se colocam contra essa ideia.

Clamamos pela conclusão de inicialmente essenciais para a região, como o projeto de Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia, uma iniciativa do Governo Federal que ainda não deslanchou. Em Roraima, por exemplo, há três anos aprovamos, na Assembleia Legislativa, o nosso Zoneamento Econômico, e até hoje está engavetado no Conama.

Outro ponto que o Parlamento amazônico entende como crucial, para que a Amazônia possa, enfim, encontrar o caminho do desenvolvimento, é a aprovação do Código Florestal. Dias atrás, a CCJ do Senado aprovou o projeto de reforma do Código Florestal, foi acolhido o texto do Senador Luiz Henrique, do PMDB de Santa Catarina, que já anunciou algumas alterações no texto aprovado na Câmara. Estamos ansiosos sobre qual texto será produzido por esta Casa. Teremos um Código razoável com a realidade amazônica, ou deixaremos escapar, talvez, a única oportunidade que nos está sendo oferecida para que tenhamos uma legislação justa com a Amazônia?

Encerro minhas palavras convidando os brasileiros a conhecerem a Amazônia, pois, quando se conhece, fica mais fácil amar e defender.

E aqui, Sr. Presidente, para encerrar, fico feliz em ouvir aqui as palavras do Senador Blairo Maggi. Tive oportunidade de encontrá-lo há poucos dias em Mato Grosso, no encontro na Assembleia Legislativa, e fico feliz de ouvi-lo, porque ele certamente encabeçará essa emenda de voltar os 50% para legalização das terras na Amazônia.

Roraima, por exemplo, já é totalmente preservada, Sr. Presidente, Srs. Senadores. 60% das terras são dos índios, já está preservada. Então, por que não transformar esses 20% do Estado? Esses 20% de preservação seja do Estado, e aí temos em Roraima apenas 8% das terras para produzir. Desses 8%, ainda temos que tirar 20% dessa terra. Ou seja, temos cerca de seis milhões de hectares e, disso aí, ainda tem áreas alagadiças, áreas de montanhas, ou seja, menos de 8% das terras do Estado são para nós, e 18% ainda temos que produzir, em apenas 20% delas. Na realidade, muita gente legisla sobre o Brasil, sobre a Amazônia, e nem conhece a Amazônia. A Amazônia tem que ser tratada de forma diferenciada.

Louvo e aplaudo aqui a ideia do Senador Blairo Maggi; que essa emenda possa prosperar, que V. Exª seja um dos autores dessa emenda. A Amazônia vai aplaudir V. Exª, o Brasil certamente também, vai aplaudir o Congresso Nacional, porque precisamos, urgentemente, transformar o nosso País e fazer o Brasil produzir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Mecias de Jesus. V. Exª tem toda razão. Esse é o momento único que temos para proteger nossa Amazônia, e o meio mais correto de protegê-la é proteger os amazônidas. São as pessoas que moram na Amazônia que irão cuidar das florestas da nossa Amazônia.

Saúdo o nosso Deputado Ribamar Araújo, do Estado de Rondônia, que se faz presente junto conosco, seja bem-vindo a nossa audiência; Deputado Hélio Soares, do Maranhão, seja bem-vindo a nossa audiência; saúdo o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. Passo a palavra a V. Exª para também fazer suas colocações com relação a nossa audiência.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Bom, inicialmente, quero pedir desculpas por ter chegado um pouquinho atrasado, porque, infelizmente, do Lago Norte para cá pegamos só três acidentes e, portanto, o engarrafamento foi muito grande.

Quero dizer da felicidade de se realizar esta reunião hoje, porque a Amazônia e a Faixa de Fronteira do Brasil, de norte a sul – Rio Grande do Sul, da Senadora Ana Amélia –, representa mais de 70% da área do território nacional e, coincidentemente, são áreas que têm mais dificuldades, mais limitações, até pela legislação federal, já que a Faixa de Fronteira é restritiva para uma série de atividades. É importante que encontremos, nessa votação do Código Florestal, uma forma que não seja como costumam ser as leis brasileiras, uniformes para todo o País, com tanta diversidade de localidades. A Amazônia mesmo não é um ecossistema só, o Deputado Mecias já disse. No nosso Estado, temos 60% de reservas indígenas e ecológicas; o resto, tirando as áreas alagadiças e as áreas institucionais do Exército e das Forças Armadas, para o Estado sobra alguma coisa em torno de 20% da área territorial, que é uma área boa. Inclusive, diferentemente do resto da Amazônia, grande parte do

Estado é de lavrados, áreas que são um misto entre os pampas gaúchos e o cerrado do Centro-Oeste.

Então, nós temos de ter, realmente, uma legislação que seja realista, que leve em conta essas diversidades, até mesmo dentro da própria Amazônia.

Então, eu queria falar da minha satisfação por estarmos promovendo esta reunião, esta audiência, ouvindo o Presidente do Parlamento Amazônico, que, por coincidência é um Deputado Estadual do meu Estado.

Também vamos ouvir o Deputado José Luiz Scheffer, Presidente da Unale, que é a União Nacional dos Legislativos Estaduais, que, portanto, engloba todas as Assembleias, de todo o Brasil. É muito ruim que a gente legisle, aqui, sem ter, realmente, uma ausculta de quem está mais próximo do povo, lá, que são os Deputados Estaduais.

Então, eu quero registrar isso e deixar para o final que a gente possa acrescentar mais alguma coisa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora Ana Amelia. Pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu e o Senador Mozarildo somos os requerentes desta audiência pública e tivemos o mesmo problema. Como a gente costuma chegar sempre em primeiro lugar, quando chega um pouco atrasado, já um colega reclama. Meu querido Blairo Maggi.

Pelo mesmo problema do Senador Mozarildo... E a gente vê quantos problemas logísticos temos numa cidade como a Capital da República para chegar até o trabalho. Três ou quatro acidentes e a coisa fica muito perturbada.

Eu queria, primeiro, dizer que foi muito oportuna a iniciativa do Senador Mozarildo, que eu tive o prazer de subscrever, também, junto com ele, porque é preciso ter essa visão, que não é uma visão unânime dentro da própria Amazônia.

A oportunidade que esta audiência pública da CRA está promovendo mostra que, dentro da região, que tem uma área dedicada a parques nacionais, reservas indígenas, há outras áreas que são de preservação e que poderiam ter a aplicação de uma legislação de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, sem agredir o ambiente, perfeitamente compatível com os dados, certamente técnicos, que V. Exªs apresentaram aqui.

Eu queria dizer que, nesta bancada, não há nenhuma dúvida em relação aos pleitos que os representantes legislativos da Amazônia trouxeram. Também acho oportuno que vocês, e certamente já o fizeram, contatem o Senador Eduardo Braga, que é do Estado do Amazonas, e o Senador Jorge Viana, que é o Relator da Comissão de Meio Ambiente, porque são matérias pertinentes, especificamente, à área.

O Senador Mozarildo disse uma coisa muito correta: o Brasil é muito grande, é um País continental, e não se pode aplicar uma regra geral para questões diferentes.

Eu tenho dito que o meu Estado, o Rio Grande do Sul, tem mata nativa num percentual bastante significativo; há uma agricultura que faz curva de nível, que faz plantio direto na palha, como faz o Blairo Maggi no Mato Grosso – no Mato Grosso do Sul, também, muitos produtores estão aplicando essa tecnologia preservacionista –, uso de biotecnologia, uso de agricultura de alta precisão. Então, tudo isso tem de ser reconhecido e não pode ser colocado numa vala comum, sem se ver o esforço que fazem – como também, certamente, na Amazônia – muitos produtores.

A inviabilização da produção de arroz em Roraima é a prova disso, quer dizer, foram levados para lá, estimulados a ir para lá e, de uma hora para outra, a segurança jurídica é rachada, quebrada, e o agricultor tem de sair com uma mão na frente e outra atrás, depois de ter acreditado e investido naquela área.

O que sobrou para Roraima depois da decisão em relação a Raposa Serra do Sol?

Então, esses dilemas, fazem bem os legisladores da região de trazer ao conhecimento público, para que a sociedade brasileira entenda que não podem ser tratadas de maneira igual situações completamente diversas.

Cumprimento V. Exªs e lamento profundamente não ficar até o final, porque sou, também, requerente de um ciclo de avaliação da Copa do Mundo e também requerente da presença do Ministro Celso Amorim na CRE, Comissão de Relações Exteriores, que tem questões de fronteira muito sérias. Como sou requerente da presença dele aqui nesta Casa, eu preciso estar presente.

Então, agradeço, Presidente Acir Gurgacz, cumprimentando-o pela condução dos trabalhos e também ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Também peço a V. Exª o apoio à nossa causa, à nossa emenda, que diz basicamente que os Estados que já têm uma preservação natural de 50% ou mais possam colocar em prática o zoneamento ecológico e econômico dos seus Estados. Temos regiões em que podemos desmatar ou fazer a transformação de floresta para plantio na sua totalidade, mas temos regiões que, em contrário, não podem ser mexidas na sua totalidade. Isso só pode mapeado com o zonea-

mento. Peço o apoio a V. Exª para essa justa causa. É o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como o conheço bem, Senador Acir, o senhor pede sempre questões que são de interesse local. O senhor defende muito o seu Estado de Rondônia. Certamente, estou junto nessa emenda. Conte com o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Muito obrigado.

Dando sequência aos nossos trabalhos, passo a palavra ao Deputado Luis Tchê, que é Presidente da União Nacional dos Legisladores, Deputado do Acre.

O SR. LUIS TCHÊ (PDT – AC) – Eu gostaria de cumprimentar o nosso Presidente, Senador Acir, do meu partido, o PDT, e parabenizar pelo brilhante trabalho que vem realizando. Nós nos encontramos em Curitiba, numa audiência pública, pois tínhamos uma reunião lá também da Unale. Eu queria cumprimentar o Senador Mozarildo Cavalcanti. Cumprimento o Deputado Mecias de Jesus, o Presidente do Parlamento Amazônico; o Senador Blairo Maggi, que se encontra aqui; o Senador Jayme Campos; o Senador Moka, de Mato Grosso; o Senador Cassol, o Senador Antonio Russo. Eu gostaria também de cumprimentar o Deputado Hélio Soares, do Maranhão, e o Deputado Ribamar Araújo, de Rondônia.

Quero dizer da felicidade de estar aqui, nesta comissão, para discutirmos um assunto, que é extremamente importante. Conversando um pouco com Mozarildo, falamos que talvez o Código Florestal não devesse se chamar Código Florestal, mas, sim, o Código do Solo, enfim. Isso poderia ser mudado, porque parece que é só a Amazônia que estamos discutindo. O Senador Blairo Maggi, na sua fala anterior, coloca que o Acre – eu represento o Acre – é diferente do Rio Grande do Sul, como a Paraíba é diferente de Roraima. Então, nessa questão do Código Florestal, defendo que deveríamos ter uma legislação estadual. Ter a legislação federal, sim, com a aprovação do código federal, mas tínhamos de ter uma legislação estadual, porque o que estamos discutindo aqui vale para o Brasil todo.

Na realidade, quero fazer uma fala aqui direcionada muito ao meu Estado do Acre, com o qual convivo e no qual vivo, para demonstrar aos Srs. Senadores o preço da preservação que estamos pagando no Estado do Acre, haja vista que o Estado do Acre é um Estado novo da nossa federação, pois era um território, que precisa muito do apoio do Governo Federal.

No nosso Estado, 85% das nossas florestas são preservadas hoje. Temos praticamente 15% desmatados. Devido à falta de infraestrutura básica e à distância dos grandes centros de consumo, inviabilizou-se um processo de industrialização desse nosso Estado. Eu tenho aqui o Acre em Números, o último, o de 2011, uma edição feita pelo nosso Governo do Estado. Temos 45% do solo do nosso Estado propícios para produção agrícola, o que representam uma área hoje de 7,3 milhões de hectares. Eu vou comparar com o Estado de Mato Grosso, que atualmente tem 6,4 milhões de hectares com plantio de soja – eu vou fazer, Senador Blairo, a comparação com soja, pois vai ficar mais fácil; poderia ser eucalipto, poderia ser com milho, poderia ser com outro tipo de produção -, e também com o Estado do Paraná, que tem 4,6 milhões de hectares de plantio de soja. Aí, o Senador Blairo Maggi pode me auxiliar, porque, na realidade, estou fazendo uma comparação, Senador. O Acre tem 45% de área agricultável e, se comparar esses 45%, nós temos 7,3 milhões de hectares para produção agrícola. Comparando com Mato Grosso, que tem 6,4 milhões de hectares e o Paraná com 4,6 milhões de hectares. Se considerarmos apenas que 20% dessa área do Estado do Acre poderia ser agricultável, nós teríamos 1,4 milhão de hectares. Comparando com os Estados de Mato Grosso e Paraná, que produzem 3 toneladas de soja por hectare – se eu estou errado, o Senador pode me ajudar a corrigir –, nós teríamos hoje no Estado do Acre, 1,4 milhão com 3 toneladas por hectare, 4,380 milhões de toneladas de soja. Estou falando em soja porque é mais fácil, mas poderia falar de eucalipto ou outro tipo de produção. Pegando esse valor vezes a tonelada da soja de hoje, que é R$900,00, nós temos R$3.942.000,00/ano no Estado do Acre. Isso requer o nosso orçamento do Estado.

Eu trago esses números para nós analisarmos de que forma esses Estados mais pobres da região Norte – Roraima, Amapá, Acre – poderiam ser compensados por manter essa floresta em pé. Que tipo de compensação teriam esses Estados? Nós estamos discutindo e eu faço a comparação com o pré-sal, em que os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro estão discutindo a questão do pré-sal. Entendo e concordo com o Senador Blairo Maggi que não seria do Estado do Rio de Janeiro ou do Espírito Santo, mas que seria sim da União. Mas a floresta é do Estado do Acre. E se a gente levar em consideração, pegando ainda os números do Acre, podemos constatar uma evolução da população do nosso Estado: em 1970, tínhamos 72% dessa população na área rural e 28% na área urbana,com 215 mil habitantes. Hoje, o Acre tem 750 mil habitantes e temos 27% na área rural e 73% na área urbana. Como é que vai viver esse povo? Como é que nós vamos viver preservando 85% das nossas florestas? Nós somos a salvação do mundo, somos o pulmão do mundo, mas como é que nós vivemos? Onde está a nossa economia? O que nós vamos fazer?

Sem contar que se esse 1,4 milhão de hectares fosse desmatado para produção, calculando rapidamente em valores, o metro cúbico da madeira daria na faixa de R$70,00 o meto cúbico. Isso daria em torno hoje de R$7,4 bilhões. Aí sim eu diria que o nosso Estado poderia começar a se desenvolver. Temos uma saída para o Pacífico inaugurada agora. O que aquela estrada vai fazer? Será que o Acre vai ser um corredor de exportação só? Será que tudo vai passar por ali ou não vai passar?

A minha pergunta é esta: que tipo de compensação o Estado do Acre tem que está no nosso Código Florestal? Será que nós poderíamos ter uma compensação? Vamos trabalhar aqui talvez...aí poderiam me perguntar que tipo de compensação, Deputado, que nós poderíamos ter? Porque o Acre não pode ter uma zona franca, como foi feito em Manaus? Para compensar a floresta que nós preservamos, para gerar emprego e renda para o nosso povo tão sofrido daquele cantinho da Amazônia, do Brasil. Ah, mas a zona franca é difícil, não é problema. Nós somos vizinhos do Peru, Cusco fica a 300km. Talvez nós poderíamos pensar em incentivar o turismo para aquela região. Mas de que forma? Como foi feito em Lãs Vegas, naquela oportunidade, em que foram instalados os cassinos? E hoje todo mundo está visitando!

Talvez, naquele cantinho do Brasil, o Acre, Roraima, Amapá poderiam ter liberado o jogo de cassino para gerar emprego e renda. Por que não podemos pensar, se vamos discutir o fundo de participação dos Estados, em um pré-sal? Por que não temos uma pré-mata ou talvez um FPE Verde para quem compensou?

Com toda tranquilidade, o povo do Acre hoje está sensível a isso e sabe que precisa preservar, mas nós sabemos também que precisamos dar o que comer ao nosso povo. O nosso maior PIB é o nosso funcionário público e nós não podemos admitir discutir o Código Florestal sem existir uma compensação para um Estado como o Estado do Acre, o Estado de Roraima, o Estado do Amapá. Estou falando aqui dos Estados mais pobres, porque o Estado de Rondônia é um Estado muito mais desenvolvido, como é o Estado do Mato Grosso. E aí fica essa minha fala.

Eu gostaria também, Senador, de deixar uma sugestão na questão do Código e pedir a esta Comissão para fazermos antes dessa votação uma reunião com todos os deputados estaduais do Brasil. A Unale se encarregaria de fazer o mais rápido, marcar uma data. Porque, na reunião que nós tivemos em Curitiba, na última reunião, foi deliberado que fizéssemos uma reunião com a Comissão, com pelo menos um deputado de cada Estado. Seriam 27 deputados estaduais participando. Mas tenho certeza de que aumenta o número, porque o interesse é muito grande para se discutir esse tema. Essa audiência, eu gostaria de, se fosse possível, antes de a gente ter essa votação... Também entendo que talvez ocorra que um pouco o quórum hoje depende muito. Nós estamos perto das eleições, os últimos dias das filiações partidárias. Isso tem movimentado muito também, inclusive lá no meu Estado.

Para encerrar, eu gostaria de agradecer a oportunidade. Que os Senadores nos ajudassem nessa contribuição. Nós não queremos desmatar, a intenção nossa não é plantar soja, a intenção nossa não é plantar eucalipto, é realmente preservar, cuidar da nossa biodiversidade. Mas que os Senadores nos ajudem a encontrarmos uma saída para que o nosso Estado se desenvolva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós é que agradecemos ao Luis Tchê, do Estado do Acre, Presidente da União Nacional dos Legisladores. E fica aceita a reunião da nossa parte com os Deputados. Assim que V. Exªs quiserem fazer a reunião, é só marcar conosco. Nós estamos à disposição aqui em Brasília. Tenho certeza de que os demais Senadores também gostariam de participar, ouvir e dar suas opiniões e suas sugestões.

Antes de ouvir o Senador Luiz Henrique, que é o nosso Relator, consulto o Deputado Ribamar Araújo, se V. Exª quiser fazer uso da palavra para cumprimentar.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só para não aumentar a confusão, o Deputado Mecias fez referência aqui que vou apresentar uma emenda para voltar a 50%. Eu não vou fazer isso, Deputado. Eu estava fazendo um relato sobre a história da ocupação amazônica. Para daqui a pouco não tirar a emenda do Acir Gurgacz e não criar confusão, eu queria deixar clara minha posição a respeito desse assunto.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – O Senador Acir já me explicou, Senador Blairo Maggi. Nós contamos apenas com o apoio importante de V. Exª e dos demais Senadores para aprovação da emenda dele.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, senador Blairo. Eu sei que V. Exª tem a preocupação grande no sentido de não querer a imagem de estar provocando o desmatamento da Amazônia, mas a nossa intenção também não é essa, provocar.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Para quem já ganhou motosserra de ouro, tem que tomar cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu entendo V. Exª. Mas, só para esclarecer também, a nossa intenção não é provocar o desmatamento da Amazônia, em hipótese alguma, é preservar as pessoas que lá estão.

Eu passo a palavra, então, ao Ribamar. Senador Moka, só o nosso Deputado Ribamar de Rondônia, da Assembleia, que foi convidado. Só para fazer lhe um cumprimento.

Deputado Ribamar, V. Exª tem a palavra,

Obrigado, Senador Moka.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (PT – RO) – Bom dia a todos. Queria cumprimentar o Presidente dos trabalhos, Senador pelo meu Estado, Senador Acir Gurgacz; da mesma forma, cumprimentar o Senador Mozarildo, de Roraima, fazendo parte da Mesa; cumprimentar o Tchê, Presidente da Unale; cumprimentar, da mesma forma, o Presidente do Parlamento Amazônico; colega, Deputado Mecias de Jesus; cumprimentar a imprensa e todos os presentes, os Senadores.

Eu queria, complementando a fala do Tchê, dizer que acredito, Tchê, que a maior compensação reivindicada pelo senhor neste momento para o Estado do Acre seria deixar o povo do Acre trabalhar. Acho que o Brasil é o único País do mundo que faz legislação impedindo o povo de trabalhar.

Sou do Estado de Rondônia, que, há 30 anos, era uma floresta intacta, não produzia nada, não representava nada para o PIB do Norte nem do Brasil, e hoje, somente 30 anos depois, encontra-se a agricultura e a pecuária, e não tem como produzir na terra sem alterar seu estado natural.

Somos, hoje, um dos Estados mais pujantes da Federação, contrariando tudo o que muitos ecologistas falam. O Estado de Rondônia, pelo seu desenvolvimento e, consequentemente, pelo bem-estar do seu povo, contraria muita teoria que, na prática, nunca deu certo.

Lamento profundamente não estar aqui, neste momento, o Senador Eduardo Braga. Quem ouve o discurso do Senador Eduardo Braga, principalmente quando ele era Governador, fica encantado. Só que a realidade é totalmente diferente do que ele fala. O Estado do Amazonas é um Estado rico, em termos de Norte – o maior PIB do Norte –, mas porque todos nós, brasileiros, contribuímos com a Zona Franca de Manaus. Eles podem se glorificar pelo fato de terem 98% do seu território preservado. Agora, tem 98%, mas o Estado do Amazonas é o maior Estado brasileiro, com mais de um milhão e quinhentos mil quilômetros quadrados. A maioria do seu povo vive na miséria. Só vive melhor o povo do centro de Manaus; o resto, o do interior, é todo na miséria. Todos sofrendo muito.

Ele fala e encanta as pessoas do mundo inteiro, mas a realidade é muito diferente. Quando ele dá uma declaração, como eu vi, dizendo que criou uma reserva para barrar o avanço da soja, ele prejudica, sem notar e sem querer, talvez, o Estado de Rondônia, que encontrou na agricultura e no desflorestamento, evidentemente, a base do seu desenvolvimento. Na teoria, existem muitas formas de se desenvolver, mas, em Rondônia, a única forma que nós encontramos de desenvolver nosso Estado foi a floresta, substituída pela agricultura, pela pecuária e caminhando com certa celeridade agora para nossa industrialização.

Rondônia, repito, há 30 anos, era menor em termos de população, em termos de PIB, em termos de rebanho bovino; menor do que o Acre, menor do que Roraima e menor do que outros Estados. Hoje, Rondônia, 30 anos depois, supera esses Estados. O PIB de Rondônia é maior do que o PIB do Acre, de Roraima e do Amapá juntos – coincidentemente, talvez, os três Estados mais preservados.

Eu gostaria muito que o Senado Federal, nessa questão do Código Florestal, tivesse a mesma sensibilidade, a mesma sabedoria e o mesmo senso de brasilidade que teve a Câmara Federal.

Aqui, faço um cumprimento especial ao Relator do Código Florestal na Câmara dos Deputados, o Deputado Aldo Rebelo, que foi de uma sabedoria imensa, sem ser ruralista e sem ser ambientalista, mas, acima de tudo, produzindo um código que atende, principalmente, os interesses do Brasil, e não os interesses de quem quer que seja lá fora ou os interesses de pequenos grupos aqui dentro do Brasil.

Esta é minha fala, Senador, apelando para que o Senado tenha sensibilidade e vote este Código Florestal, se possível, com pequenas modificações, para não atrasar mais e ter de voltar para a Câmara Federal.

A todos vocês, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Ribamar Araújo.

Consulto o Deputado Hélio Soares se gostaria de fazer os cumprimentos também, encerrando a participação dos nossos Deputados Estaduais e iniciando o debate com os demais Senadores presentes. *(Pausa.)*

Deputado Hélio Soares com a palavra.

O SR. HÉLIO SOARES (PP – MA) – Vou ser breve, mas tenho que fazer o registro, representando o nosso Presidente da Assembleia, Arnaldo Melo, sou o 1º Secretário daquela Casa, por várias vezes. Quero dividir a emoção com o meu companheiro. Não estou sentindo a mesma emoção dele ao falar com os Senadores do Estado dele, porque os nossos Senadores estão ausentes, mas eu tenho certeza de que, nas próximas reuniões, estarão aqui, até porque os Estados

que compõem a Amazônia têm quase que as mesmas dificuldades com as características diferenciadas.

Vou resumir. Estamos em pleno século XXI e é inadmissível que nós, Parlamentares, nos preocupemos com as questões principais, mas esqueçamos de uma preocupação que temos que ter em primeiro lugar. Nós temos que cuidar, acima de tudo, do principal produto do meio, que é o homem. Se não nos preocuparmos em mudar a mentalidade, aperfeiçoarmos o espírito de preservação que, creio eu, todos temos nas suas características e para o seu próprio desenvolvimento, em transformar a mentalidade de destruição para sustentabilidade, para criatividade; se não cuidarmos desse zoneamento econômico e ecológico, não prepararmos a sociedade para uma transformação verdadeira em nosso País, não chegaremos a lugar nenhum. Isso é importante.

Parabenizo o Presidente da nossa Federação, da Unale, nosso amigo Tchê, e meu Presidente. Dirijo-me dessa maneira porque faço parte do Parlamento Amazônico e precisamos envolver os Senadores e Deputados Federais, com quem só temos contato na época das campanhas. Somos todos irmãos. Quando terminam as campanhas, a gente só se lembra quando tem a oportunidade de ir a um aniversário, ao casamento de um filho ou em uma posse inesperada por algum incidente. Essa integralização, essa união dos Parlamentares é importante, para que possamos discutir esses problemas fundamentais para a transformação do nosso País.

A Amazônia é o pulmão do nosso Brasil. Considero que todos os brasileiros são amazônidas. Então é importante uma discussão como essa. Inclusive sugiro ao Presidente da Unale que possamos participar de outras discussões, um Deputado Estadual, o Presidente da Assembleia, sei que os afazeres são muitos e a disponibilidade de tempo é muito pequena, mas que possamos participar de outras discussões na área da saúde, na área da educação. É inadmissível hoje, meu Presidente Mecias, que Estados mais ricos em reservas minerais, como o Pará e o Maranhão, cujos corredores de exportação são os melhores, ainda concentrem a maioria da população abaixo da linha da pobreza. Há um contraste nesse aspecto que precisamos discutir com mais sentimento e mais responsabilidade.

Era a minha participação.

Parabenizo o Presidente da Comissão por dar a abertura para que essa discussão verdadeiramente seja feita no Brasil inteiro com a participação dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Hélio Soares, por sua participação e por sua presença conosco.

Com a palavra o Senador Moka, enquanto o Relator conclui a sua ligação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente Acir Gurgacz, eu entendo a preocupação dos Deputados Estaduais quanto à ausência de alguns Senadores que representam os Estados.

Eu começo por aí. Na Câmara dos Deputados, essa discussão do Código Florestal é antiga e sempre tem esta questão: é difícil defender essas posições, porque, do ponto de vista da opinião publicada, você, às vezes, é confundido e tomado por um grande devastador. Dizem que você quer acabar com a floresta, que você quer acabar com o meio ambiente. Mas será que há alguma coisa mais lógica do que se fazer, como propõe o Presidente da Comissão, um zoneamento econômico e ecológico de cada um dos Estados? Vale dizer: você vai analisar o tipo de solo, a questão ambiental, e o zoneamento vai indicar o que se deve colocar ali, onde colocar e o quanto colocar. Isso é, realmente, ciência. O Código Florestal, em qualquer um dos Estados, a meu juízo, pode propiciar isso.

O Governador André Puccinelli era candidato e, como candidato, já encomendou um zoneamento econômico e ecológico, que foi votado na Assembleia Legislativa. No Mato Grosso do Sul, há aquela grande discussão: "Ah, vai colocar usina no pantanal!". Você vai dizer para um pantaneiro que se vai colocar usina lá? É claro que ninguém vai colocar usina lá. Mas há regiões que nada tem a ver com o pantanal em que a legislação proíbe isso do mesmo jeito. Essas coisas precisam ser mais bem discutidas.

Não sou da região, conheço muito pouco a região, mas acho que é exatamente isso. O que precisa aflorar – aí os Deputados Estaduais e as Câmaras Municipais têm um grande papel – é a mobilização da sociedade que lá vive, mostrando a realidade. Quando da discussão do Código, como Deputado Federal, nas audiências públicas, o Deputado Aldo e nós ouvimos muito sobre isso. Como é que se vai fazer? É bonito dizer que vamos preservar, que há 80% ou não sei quantos por cento. Mas há alguma compensação? Como é que fica a questão da população? Essa é uma questão importante.

Evidentemente, está aqui alguém que não tem profundidade para discutir esse assunto, nem quero fazê-lo. Mas acho que temos de ouvir as pessoas que lá moram, que lá vivem. Quero ouvi-las, quero aprender e conhecer aquela realidade.

Meu caro Presidente, a sua emenda, evidentemente, vai ser discutida. Mas, Senador Acir, temos de tomar cuidado, como disse o Senador Blairo, senão, daqui a pouco, vão pegar uma motosserra e entregá-

-la a V. Exª. Então, essa é a preocupação. Temos de dizer aqui que ninguém defende isso.

Uma coisa que me deixa revoltado é acusarem o produtor rural de ser o responsável por todas as mazelas ambientais do País. Isso não é verdade! Isso não corresponde à realidade. O pantanal do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, talvez, seja um dos biomas mais preservados do País. E lá, há mais de 250 anos, produz-se a proteína vermelha, com a chamada pecuária extensiva.

Então, essa é uma questão para a gente discutir. Graças a Deus, no Senado, esse debate tem sido equilibrado, tranquilo. Ainda ontem, participamos de uma reunião da Frente Parlamentar do Cooperativismo. Vieram aqui representantes das cooperativas e da agricultura familiar. As cooperativas agropecuárias, em sua grande maioria, são formadas por pequenos produtores principalmente do sul do País e também do Centro-Oeste. Essas cooperativas que aglutinam pequenos produtores rurais mostraram a necessidade de um marco legal, de uma legislação juridicamente perfeita, que dê tranquilidade para que se possa produzir.

Quero parabenizar o Senador Mozarildo Cavalcanti, por trazer esse debate aqui.

Finalizo, dizendo que o Acre conta aqui com duas forças poderosas: o Relator da Comissão de Meio Ambiente e o Líder do Governo no Senado. São duas forças políticas que, tenho certeza, vão ouvir aqui os Deputados Estaduais e os amazônidas. E está aqui um Senador que fez uma proposta e que está preocupado com a discussão que envolve mais a sua população, a sua gente, as pessoas que lá vivem.

Fico feliz porque, Presidente, aqui estamos ouvindo deputados estaduais, que vivem e convivem com a população desses Estados que formam a chamada Amazônia Legal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Senador Vice-Presidente desta Comissão Waldemir Moka.

Passo a palavra ao nosso relator, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente Acir Gurgacz; Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão da Amazônia e Faixa de Fronteira; senhores debatedores; Deputado Mecias, Presidente do Parlamento Amazônico; Deputado José Luís, Presidente da Unale, que nos honram com sua presença; Presidente da Assembleia de Rondônia, em primeiro lugar, eu gostaria de pedir escusas pelo meu pequeno atraso em chegar a esta reunião, mas é porque, sendo relator do Código Ambiental em três comissões, sou requisitado por pessoas, por entidades, por corporações, e hoje pela manhã, concedi duas audiências que me retardaram para chegar a esta Comissão. Por outro lado, quero pedir escusas também porque devo presidir, às 10h, na Comissão de Relações Exteriores, a subcomissão que está tratando do inventário das Forças Armadas e a necessidade de seu reaparelhamento, com a presença do Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim.

Quero dizer a V. Exª, Presidente Mozaridlo, que o Senador Eduardo Braga, o Senador Jorge Viana e o Senador Romero Jucá, que gostariam muito de estar nesta reunião, mantiveram contato comigo pedindo que justificasse a ausência de S. Exªs por compromissos inadiáveis que assumiram, inclusive em relação a este assunto de que estamos tratando aqui.

Eu quero dizer aos presentes, principalmente aos ilustres convidados que vêm da Amazônia, que nós, o Senador Jorge Viana e eu, estamos tratando da condução desse processo de forma a produzir um consenso. Por isso, as Comissões de Agricultura, de Ciência e Tecnologia, de Meio Ambiente e até mesmo a de Justiça têm realizado exaustivas audiências que somam já mais de duas dezenas, ouvindo todos os setores, as corporações, as entidades mais importantes deste País, técnicos, juristas, engenheiros florestais, porque o nosso objetivo é produzir uma lei que seja duradoura, que seja autoaplicável, que não transborde para o Judiciário e que garanta duas expressões que são tão íntimas que começam com a mesma letra: preservar e produzir. É preciso que uma não sufoque a outra, é preciso que uma não anule a outra, até por que a floresta e a lavoura são como irmãs siamesas, irmãs xifópagas, isquiópagas. São atividades que interdependem um da outra. A questão da Amazônia está sendo tratada com todo cuidado, assim como a questão do Pantanal, a questão da Serra do Mar, a questão dos Campos gerais, a questão do Litoral. Os cinco biomas definidos na Constituição estão tendo um tratamento muito criterioso, muito cuidadoso. A primeira conclusão a que chegamos é que cada um, pelas suas especificidades, terá de ter sua lei específica, como já tem a Serra do mar.

Por outro lado, temos a consciência de que a lei que estamos elaborando deverá estar absolutamente alinhada com a Constituição. O nosso ordenamento jurídico é baseado no princípio da hierarquia das leis. A Constituição é chamada de Carta Magna porque é a lei maior à qual todas as demais devem se submeter.

Ora, o que diz nossa Constituição cidadã?

Ela diz duas coisas muito importantes. Ela diz que em matéria ambiental, em todos os aspectos da matéria ambiental, à União cabe, exclusivamente, estabelecer normas gerais.

Como o País e uma Federação, ele tem de ter o ordenamento geral que valha para todo o território, mas o parágrafo primeiro, conectado com o *caput*, traz outra definição, a de que os Estados têm competência concorrente para legislar em matéria ambiental.

Qual seria a interpretação mais correta, qual seria a exegese mais perfeita do *caput* e dos parágrafos? É a de que, traçando a União as normas gerais, caberá a cada Estado estabelecer as normas complementares, as normas detalhadoras da sua realidade peculiar.

A Amazônia tem sido tratada ao longo dos anos como se fosse uma unidade territorial carregada de absoluta similaridade. Assim como nós temos em nosso País uma legislação, o ordenamento jurídico constitucional, que estabelece uma concentração de poderes na União como se o Brasil fosse um só Brasil e não tivesse suas peculiaridades, em relação a meio ambiente, nós constituintes, Senador Mozarildo, andamos bem porque caminhamos no sentido da descentralização.

Eu creio que essas especificidades amazônicas terão de ser definidas posteriormente em normas complementares, meu Presidente, pelas Assembleias Estaduais de cada Estado. Elas que estão próximas dos problemas têm melhores condições de defini-las.

Acho que assim, com uma lei geral nacional meio-ambiental, com uma lei geral nacional para o complexo amazônico e as normas complementares estatuídas por cada Assembleia, vamos obter um resultado extraordinário: uma política meio-ambiental que seja fiel a essa dicotomia, que não é dicotômica, que é integradora, de preservar e produzir.

Sr. Presidente, peço desculpas, mas temos de abrir a reunião aqui na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço as palavras do Senador Luiz Henrique, que é um dos relatores do Código Florestal. Foi muito importante a explanação de o que se busca, realmente, tanto com o Senador Luiz Henrique, como com o Senador Jorge Viana, com essas audiências sucessivas, é o que ele falou: um consenso que tenha legitimidade jurídica, mas que tenha também aplicabilidade.

Quero conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Jayme Campos e em seguida... *(Pausa.)*

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Por favor, antiguidade é posto. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Então, Senador Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados Estaduais, a quem recebo com atenção e respeito nesta Casa da Federação.

Nós estamos num momento de quase chegarmos à decisão a respeito desse novo Código Florestal.

O Relator, o Senador Luiz Henrique, vem fazendo um trabalho na busca de um consenso. Vejo que esse debate veio da Câmara dos Deputados de uma forma esgarçada e o Senado da República tem esta função, até em razão da quantidade de membros por Estado que representam a Federação aqui, de acabar com essa distensão. Penso que está seja uma das funções do Senado da República.

Muito bem! O Senador Luiz Henrique fez referências à Constituição.

A nossa Constituição estabelece a preservação ambiental como direito fundamental do cidadão, o meio-ambiente ecologicamente equilibrado, como direito fundamental do cidadão. Agora, a mesma Constituição estabelece que vivemos numa sociedade que adota a iniciativa privada. A produção é importante não só para o produtor, mas para a República Federativa do Brasil, para a região, para o Estado e para aquela localidade, porque a produção faz desenvolver o homem e também faz desenvolver a sua região.

A nossa função nesta Casa será afastar o fundamentalismo de ambos os lados. A nossa função nesta Casa será encontrar esse ponto de ponderação de que a Constituição nos dá notícia. Nós não podemos nos esquecer, como bem disse o Relator, que o nosso sistema legal estabelece a Constituição como uma norma que esteja acima das demais normas.

Esse Código Florestal deve buscar a preservação e deve buscar também a produção. Para isso, temos de encontrar o que se denomina na ciência jurídica de segurança jurídica. Essa segurança jurídica significa nada mais, Senador Jayme Campos, do que a tranquilidade: conhecer as regras do jogo antes que jogo se inicie. A Constituição estabelece um mecanismo de divisão de competência legislativa entre os entes federados. No art. 24, como bem disse o Sr. Relator, ela prega que a União estabeleça normas gerais. Essas normas gerais não podem de forma alguma, em razão da característica da própria formação da nossa Federação, essas normas gerais não podem de forma alguma, repito, ser inviabilizadas, desrespeitadas e violadas pelas normas estaduais.

Senador Mozarildo, a história da nossa Federação, da formação da nossa Federação, é a causa da manutenção da unidade do nosso território. Não podemos comparar a nossa Federação com a Federação americana, pois, esta dá aos Estados membros, às unidades federadas maior poder no momento da criação legislativa, diferentemente do que ocorre aqui, na República Federativa do Brasil. Esse ponto do art. 24

da Constituição, penso, é o mais importante do debate que deva ser feito aqui, nesta Casa.

É lógico que um dos princípios do direito a brasileiro é a isonomia. Isso não significa, Senador Jayme Campos, que tenhamos que tratar todos de forma igualitária. Vamos trazer isso para a questão ambiental.

Vivemos num Estado continental, isso é quase um chavão falar, que possui vários biomas, vários ecossistemas. Como podemos tratar o cerrado igual ao pantanal? Como podemos tratar o Pantanal igual ao Araguaia? Como podemos tratar o Pantanal, o Cerrado, o Araguaia igual à área de transição do Cerrado e a Floresta Amazônica? Percebam que só fiz referência aos biomas, aos ecossistemas do Estado de Mato Grosso, Estado que representamos com muito orgulho. Como podemos tratar esses biomas de forma diferente? O ideal seria que o Código Florestal estabelecesse normas gerais também para esses biomas que são diferentes.

Penso que, hoje, de acordo com a nossa Constituição, não caiba aos Estados membros legislar sobre esses aspectos, mesmo em se tratando de biomas que são específicos das unidades federadas.

O Supremo Tribunal Federal tem decidido isso de forma reiterada, e a principal decisão, que ainda não ocorreu, trata do Código Florestal de Santa Catarina, porque existe uma ação direta de inconstitucionalidade decidindo a respeito da competência dos Estados membros para legislar sobre esse aspecto do que seria a legislação concorrente e legislação suplementar.

Portanto, esse debate deve ser feito aqui, e nós, lá, na Comissão de Constituição e Justiça, fizemos um acordo com o Sr. Relator, no sentido de que esses debates também seriam trazidos para as Comissões de mérito de Meio Ambiente e Agricultura.

Senador Jayme, não podemos desprezar o setor produtivo, que deve ser respeitado e orgulhar a sociedade brasileira. Isso é fato! Não podemos deixar de entender que a Constituição da República garante, no art. 170 da Ordem Econômica, a possibilidade de produzir para que possamos, inclusive, afastar a nossa dependência de outros Estados, aqui, Estados no sentido de países. Isso significa soberania alimentar, segurança alimentar. Isso é fato!

Então, neste debate, encerro a minha fala, dizendo que o Senado tem esta grande responsabilidade: afastar o fundamentalismo de ambos os lados e buscar um Código que seja bom para brasileiros. Esse Código só pode ser bom para brasileiros se respeitar a Constituição dos brasileiros, a não ser que tenhamos que rasgar a Constituição da República ou criar outra Constituição, como alguns já estão a defender. Defendo a manutenção desta Constituição. Defendo que esta Constituição deve ser respeitada. Defendo modificações nesta Constituição, se existir essa necessidade. Um Estado que não respeita a sua Constituição não pode ser chamado de Estado, é um agrupamento de pessoas que não pode ser tido como um Estado.

Parabenizo V. Exª, Senador Mozarildo, que é um entusiasta deste debate sobre o pacto federativo no Brasil. Aos Deputados Estaduais, quero expressar o meu respeito, porque conheço o trabalho desempenhado por eles. Eles estão lá na base recebendo os anseios da sociedade; nós estamos aqui, em Brasília, voltamos só no final de semana. Parabéns pelo trabalho que V. Exªs desenvolvem nos Estados! Os Senadores do Estado de Mato Grosso se fazem presentes nesta audiência, porque entendemos que é importante para o pacto federativo e, sobretudo, para o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço ao Senador Pedro Taques.

Quero dizer que o Senador Pedro Taques vai ser muito importante nesse trabalho. Ele é um constitucionalista e um homem que evidentemente tem, como ele disse, uma missão importante. Aliás, nós todos queremos isto: eliminar os fundamentalismos e realmente buscar uma lei que possa ser, como eu falo, duradoura, mas, sobretudo, humana. Que a gente possa, de fato, permitir que os seres humanos dessas regiões possam produzir, viver bem e contribuir para o desenvolvimento do País.

Quero registrar aqui a presença, neste momento, no plenário desta Comissão, do Deputado Freire Júnior, do Estado do Tocantins, que nos honra muito com a sua presença.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, que já está inscrito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, meu caro e prezado amigo Senador Mozarildo Cavalcanti; meu caro Deputado Mecias de Jesus, que representa o Parlamento Amazônico; meu caro Deputado José Luís, que representa a Unale; prezado e valoroso Senador Pedro Taques; demais Deputados; representantes dos Estados; Senador Cassol; meus senhores e minhas senhoras, eu serei muito rápido e objetivo na minha fala aqui, na minha intervenção.

Já ouvi, naturalmente, não só o Mecias, mas também outros Senadores que por aqui passaram, alguns Deputados. Todavia, se me permitisse, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer apenas uma pequena reflexão em relação às palavras que o Senador Blairo disse aqui anteriormente.

Na verdade, eu posso aqui dizer, em alto e bom som, porque eu sou da Região Amazônia do Brasil, que a sensação que eu tenho é de que se criou um dogma em relação a todos nós, dando a entender que somos

menos importantes do que um pássaro selvagem. O Blairo defendia a tese de que as pessoas que foram para essa vasta região do Brasil, nas décadas de 70 e de 80, por indução do próprio Governo Federal, não estão tendo o tratamento que merecem.

Recordo muito bem que, no primeiro conflito, Senador Pedro Taques, que houve lá no Estado do Rio Grande do Sul, em Ronda Alta, o Governo Federal transferiu algumas centenas de famílias, implantando-as ao longo da abertura da BR-163, lá na cidade de Terra Nova do Norte. Trata-se de um projeto do Governo Federal que levou essas pessoas para lá. Não satisfeito, outras cidades foram criadas pelo Governo Federal, dentre elas a cidade de Lucas do Rio Verde, uma cidade promissora, que foi um assentamento do antigo Incra na década de 70.

Feito isso, o que ocorre hoje? Nós vivemos numa insegurança jurídica nunca vista na história republicana deste País. O Brasil, hoje, tem mais de trezentos e tantos decretos, resoluções, portarias em relação ao Código Florestal Brasileiro. Isso traz um transtorno sério não só para o grande nem para o médio, mas também para o pequeno produtor.

Ontem mesmo, aqui – fazendo uma observação –, foi aprovada uma medida provisória dizendo que o Governo quer criar a Bolsa Verde, para dar, de três em três meses, R$300,00, ou seja, a cada três meses, R$300,00. Eu, particularmente, como brasileiro, defendo este País, porque acredito nele e entendo que a sociedade, sobretudo o pequeno cidadão brasileiro, não está buscando Bolsa Família, não quer sacolão. Ele quer o quê? Direito de trabalhar, de produzir. É vergonhoso quando o Governo fala: "Olha, de três em três meses, nós vamos dar R$300,00." Quem quer ser mendigo neste País? Não acredito que nenhum cidadão de bem, um homem que tenha vergonha na cara, queira viver de R$300,00 de três em três meses. O que, na verdade, nós queremos chama-se oportunidade.

Eu disse e reitero aqui que, por incrível que pareça – estou aqui há quatro anos e pouco; V. Exª chegou há pouco tempo, menos de um ano, nesta Casa, Senador Pedro Taques –, este é um dos projetos mais importantes que nós estamos discutindo. O que estamos discutindo não é para hoje, mas para as futuras gerações do Brasil. Nós estamos mexendo com milhões de vidas do homem da cidade e do homem do campo.

Por isso, quero crer que esta matéria – V. Exª disse aqui – não tem que ter fundamentalismo. Nós temos que ter uma clareza do que queremos em nosso País. Nós não podemos ficar, em hipótese alguma, à mercê, muitas vezes, de interferências internacionais. Nada mais é do que eu tenho acompanhado ao longo do tempo aqui: só interferência.

O Governo brasileiro – que me desculpe aqui – tem sido contra o povo brasileiro. Digo isso porque conheço alguns países e estudei, aprofundei-me no assunto da matéria.

Quando você vai à Alemanha, fala-se em Floresta Negra. Você sabe qual é o tamanho dela? São 35 hectares de terra. É comentada no mundo inteiro. Você vai aos países da Europa, não existe APP, não existe coisíssima alguma. O cara nem sabe o que é APP.

Então, neste caso, o primeiro responsável tudo que está acontecendo é o próprio Governo Federal, que não dá segurança.

Concordo com V. Exª, Senador Pedro Taques, quando diz que nós temos que respeitar a Constituição. É obrigação de todos nós. Todavia a própria Constituição, muitas vezes, tem atropelado o cidadão brasileiro. É de se questionar. Nós temos que fazer uma revisão na própria Constituição Federal o mais urgentemente possível para sanear algumas dúvidas de interpretação jurídica que há na própria Constituição Federal.

Eu acho, Senador Mozarildo Cavalcanti, que este evento promovido por V. Exª, com a participação do Presidente do Parlamento Amazônico, ela tem que ter uma participação mais efetiva, sobretudo na medida em que essa vasta região do Brasil tem sido penalizada.

Há pouco tempo, nós aprovamos uma medida provisória, Senador Pedro Taques, dando a faculdade, a liberdade, a prerrogativa para o MDA e o Incra titularem 63 milhões de hectares de terras na Região Amazônica do Brasil. Até agora não andou coisíssima alguma. Deu recursos e instrumentos, mecanismos suficientes para buscar, porque um dos maiores e graves problemas daqui, Deputados, foi, na verdade, o próprio Governo que criou.

Mato Grosso tem 500 assentamentos. Dos 500 assentamentos, 490 não tiveram acesso ao documento da terra. Isso tem penalizado. E agora passaram a ser também tratados como bandidos. Na medida em que ele não tem LAU, não tem GEO, não tem acesso ao crédito do banco. A agricultura familiar não recebe lá o Pronaf, que está inviabilizado. Então passaram a ser bolsões de miséria. Estive visitando alguns assentamentos lá e me tocou profundamente o coração, Senador, ver essa gente vivendo lá em condições sub-humanas: sem estrada, sem escola, sem saúde, sem educação, sem coisa alguma.

Essa é a política do Governo Federal. Nós temos que mudar. E temos que ser donos do nosso nariz. É inconcebível que num país como este, Senador Mozarildo, ainda haja milhares, milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da miséria diante da falta de políticas públicas que realmente satisfaçam para que possamos

tirar essas pessoas e dar-lhes cidadania. Mas não é a visão que o Governo tem, muito pelo contrário.

O Governo agora vem, manda este Código Florestal, está protelando. Por sinal, eu faço uma crítica ao Presidente dessa Comissão. Já houve mais de 100 audiências públicas na Comissão Especial lá da Câmara, liderada pelo Deputado Aldo Rebelo, e aqui já foram mais de 30. Se correr da forma como está indo, a passos de cágado, nós não vamos aprovar o Código Florestal este ano. Vai remeter para o ano que vem. E eu não sei aonde vai parar.

Dessa maneira, enquanto estamos discutindo aqui, já ouvimos as grandes academias, Embrapa, etc. Eu quero crer que nós temos que finalizar.

Há poucos dias, ouvi uma denúncia do Senador Acir Gurgacz em relação à política do Ibama praticada no seu Estado de Rondônia: cidadãos recebendo multas de três milhões, quatro milhões, e eles não têm 400 reais no bolso.

Então eu acho que chega o momento de nós darmos um basta. E o Senado Federal tem essa missão nobre. Nós temos que ter a coragem de fazer o enfrentamento e votar aquilo que é bom para o povo brasileiro.

É claro e evidente que ninguém aqui defende o marginal, aquele cidadão que não tem compromisso com a natureza. Nós queremos o quê? Nós queremos compatibilizar o desenvolvimento com a preservação, mas nunca perdendo o homem de vista. Ele é o produto do meio e é ele que tem de ser respeitado.

A sensação que eu tenho – às vezes eu fico até indignado – é a de impotência de um Senador quando pensa que as coisas poderiam ser realmente mais claras, sobretudo respeitando aqueles que produzem e constroem a grandeza brasileira.

O Brasil, Deputados, é o País que mais respeita os povos indígenas. Temos 120 milhões de hectares de terra à disposição dos povos indígenas. Temos, ainda, quase 60% do nosso território com cobertura vegetal.

Se o Brasil for exigir, de fato, de outros países o que nosso País já pratica do Código Florestal, não contrariamos nada deles, porque eles não têm condições de oferecer nada em contrapartida. Mentira! A Europa, os Estados Unidos já desmataram tudo. Agora, é inconcebível viver nessa insegurança jurídica.

Queremos que esse Código Florestal retrate, espelhe realmente o sentimento e, sobretudo, dê garantia ao cidadão brasileiro, ao trabalhador brasileiro, ao homem do campo.

A matéria que se discute aqui já foi debatida. Estamos chegando à reta final e temos que votá-la, mas acho, sobretudo, que o Parlamento Amazônico tem um papel preponderante.

Se não me engano, esta é a primeira vez que vocês estão aqui. Vocês têm de elencar, formalizar um documento. A nossa voz e a voz dos senhores, que são os legítimos representantes do povo dos seus Estados nas Assembleias Legislativas, têm de prevalecer. Tem de ocorrer alguma ressonância aqui, porque não é esse simples debate aqui nesta Comissão que deve prevalecer. Vocês devem fazer um grande movimento. Entendo que deva ser um movimento cívico em defesa dos interesses da população de seus, de nossos Estados.

Falar que vocês são da região Amazônia, mas o Senador Jonas Pinheiro tinha um projeto aqui nesta Casa, meu caro Senador Pedro Taques, em que tentava retirar o Mato Grosso da região Amazônia. O que ganhamos até hoje? Nada! Na década de 70, ainda havia incentivos fiscais da Sudam. De lá para cá, ganhamos porrada, ou seja, todos os dias acontecem fatos que nos deixam estarrecidos pela nossa impotência.

Hoje, de fato e de direito, ninguém sabe a quem atendemos: se à Sema, que é a Secretaria, ou se ao Ibama. Muitas vezes, o próprio Ministério Público bate duro. Mas pergunto a V. Exª, que é homem de lá, mas é sensato, que segurança temos? A quem devemos nos dirigir? Hoje, não sabemos.

Desta feita, Senador Mozarildo, queremos cumprimentar V. Exª e pedir ao Mecias, que é o Presidente, para identificar e trazer para esta Casa. Este momento é ímpar e é imperativo que nos tragam realmente e formulem.

Eu, particularmente, acho que os Estados têm competência. Conversando com os Senador Eduardo Braga, ele acha que os Estados muitas vezes não têm pessoas competentes. Eu penso, Pedro Taques, que não há nada melhor que os próprios Estados façam sua política. O Brasil é um País de dimensão continental. Em Mato Grosso mesmo, lá temos a questão do Pantanal, que aqui não foi discutida. As macegas – V. Exª sabe disso -, na época da seca, entram em combustão e incendeiam tudo. Ninguém põe fogo. Muito pelo contrário, aquilo vira realmente, depois de 3, 4 anos. Antes o pantaneiro sempre queimava as suas macegas. Hoje é proibido. Entretanto, de vez em quando ocorre um incêndio e 200, 300 mil hectares são queimados, porque não foi definida uma política, e o pantaneiro fica empobrecido, porque ele está inviabilizado. Como ele fazia? Ele queimava a macega e, na época das águas, ele colocasse seu gado. Hoje, não. Mas esse setor, eu quero crer, não foi ouvido ainda aqui.

É muito fácil fazer política de gabinetes, aqui em Brasília, de ar refrigerado, de pessoas que não conhecem a região Centro-Oeste, não conhecem a nossa

região Amazônica, e são essas as pessoas que querem ditar as nossas regras, penalizando.

Ninguém é a favor – é bom que se esclareça – de nenhum devastador. Criminosos? Prendam. Ponham na cadeia. O que queremos é uma política justa.

Fui governador do meu Estado de 1991 a 1995. Recordo muito bem que estive na Presidência da República, conversando com Eliezer Batista – naquela oportunidade ele era Secretário Estratégico da Presidência da República –, um homem de visão. Discutimos quase uma geopolítica diante do enfrentamento de algo que ele via, já à frente, em relação, lamentavelmente, à questão das políticas sociais. Toda família brasileira hoje está vivendo um problema de ordem social muito grande. Há uma degradação do tecido social da família brasileira. Ele me dizia: "Governador Jayme Campos, resta-nos uma saída para a nossa grande concentração na Região Sudeste do Brasil." São Paulo já havia avançado a sua população, o Rio de Janeiro etc. Ele já tinha uma preocupação. "Só existe uma possibilidade para desconcentrarmos, naturalmente, esse peso da carga social que virá no futuro, que é ocuparmos a Região Centro-Oeste e a região Amazônica, no Brasil, que têm terras em abundância, terras férteis, clima apropriado etc." Eu falei: "Olha, não é fácil, depende do gerenciamento do governo federal."

E eu quero crer, Senador Pedro Taques, que se, de fato, o Governo Federal tivesse ouvido a sua sugestão, desconcentrando essa população – porque a nossa população não era muito rarefeita, vamos ser honestos aqui – ocupando, talvez não teríamos hoje esse índice de violência tão grande, que está assustando do Brasil e toda a sociedade brasileira.

Concluindo a minha participação, eu quero, nesta oportunidade, dizer que, quando se discute o Código Florestal, nós temos que fazer com que seja respeitado em segurança jurídica, sobretudo quando o Bráulio disse aqui da relação de nós termos 50% garantidos através do próprio Código Florestal. Para se ter uma noção, Senador Pedro Taques, V. Exª sabe, há pessoas que têm averbado na sua escritura pública, quando comprou, que poderiam derrubar 50%. Feito isso, vem uma medida provisória do Governo Fernando Henrique Cardoso – uma medida provisória – que proibiu, ou seja, o cidadão perdeu aquilo que tinha. Muitas vezes até tentou preservar, até mesmo por condições financeiras não tinha condições de fazer o seu desmatamento, mas hoje ele perdeu. Inviabilizou a sua propriedade diante do quê? De uma medida provisória que está há 14 anos no limbo na Câmara Federal, mas não tiveram a coragem de aprovar.

O que precisamos é, de fato, ter a consciência e, sobretudo, ter a coragem, o espírito democrático e de altivez para nós propiciarmos leis que realmente possam atender o cidadão brasileiro, não interesses internacionais.

O Brasil é muito competitivo, sabiam? Mato Grosso é um exemplo. Nós trazemos soja a 1.600 quilômetros do norte do Estado, ao longo da BR-163, vamos para o Porto de Paranaguá ou vamos para o Porto de Santos, exportamos e somos competitivos com os americanos lá fora.

E no Brasil há um contraditório grande. Para vocês terem noção, estamos importando etanol de milho dos Estados Unidos. Somos, contudo, um país que hoje tem todas as condições de produzir para não só atender a nossa demanda, mas, sobretudo, para exportar.

Um exemplo só, Senador Pedro Taques, e V. Exª sabe. O Governo Federal, de forma desrespeitosa, baixou um decreto inviabilizando o plantio de cana na bacia do Alto Paraguai. Temos lá um potencial fantástico. Por incrível que pareça, nós tínhamos ali algo parecido, Mecias, já de três ou quatro usinas produzindo há 20, 30 anos. Todavia, agora, disseram que nós não podíamos mais plantar. Essas áreas foram inutilizadas há 200 anos, porque eram áreas no ciclo do diamante – V. Exª sabe disso perfeitamente – e agora foram inviabilizadas por um simples decreto do Governo Federal. São áreas abertas já. Não desmatamos um pé de mato. Muito pelo contrário, nós íamos produzir em cima de áreas degradadas, que iam nos possibilitar o quê? Produzir, gerar empregos e impostos para o governo.

Então, concluindo aqui, cumprimento os senhores e faço este apelo para que o Parlamento participe de forma mais efetiva. Não sei quais são os instrumentos, ferramentas que estão buscando, mas os senhores têm que ter uma participação efetiva nesse grande debate, que é um debate nacional, um debate também de soberania nacional.

Meu caro e valoroso Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª é um defensor intransigente, grande brasileiro. Tem peito, tem coragem, vem aqui e fala, porque há muitos que jogam para plateia. Ficam aqui só aparecendo em televisão. O Senador Mozarildo é um homem que tem suas convicções. É um homem a quem respeito e por quem tenho a maior, diante da sua coragem de falar aquilo que de fato representa o sentimento do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço as palavras do Senador Jayme Campos, tanto no que tange à questão que estamos aqui debatendo, o Código Florestal, mostrando realmente as incoerências existentes na legislação atual, como também as palavras dirigidas a minha pessoa.

Eu quero aqui também registrar a presença do Deputado Manoel Pioneiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Pará. Já registrei a presença do Deputado Freire Júnior, representando o Presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins. Quero, assim como tiveram oportunidade de falar deputados de Rondônia e do Mato Grosso, ouvir o Deputado Freire Júnior, que chegou primeiro, e depois, o Deputado Manoel Pioneiro.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, quero, em primeiro lugar, e devo, antes de qualquer outra palavra, pedir minhas escusas pelo atraso. Chegando ontem, ainda, de Palmas, agora, pela manhã, fui convocado pelo governador para outra reunião e acabei atrasando a minha chegada aqui, o que não era da minha intenção, muito menos da minha vontade.

Mas quero, Deputado Mecias, nobre Presidente, parabenizá-lo, não só por essa iniciativa, mas pelo trabalho que, paulatinamente, ao longo do tempo, vem sendo feito por V. Exª no sentido de fortalecer as instituições do Parlamento Amazônico e da região Amazônica, Presidente, Senador Mozarildo.

Nós vivemos uma realidade – e eu ouvi aqui a fala do Senador Pedro Taques e ouvi a fala do Senador Jayme Campos, ambos da região Amazônica, ambos profundos conhecedores da nossa dura, triste, inaceitável realidade – de insegurança jurídica, a ponto de um decreto proibir plantio de cana-de-açúcar já replantada. Há a insegurança ou a incerteza da aprovação, ou não, do Código Florestal. Há também um elenco de normas, de instruções, de portarias, enfim, normativas de toda natureza, a ponto de não se saber quem vai atuar: se a Secretaria do Meio Ambiente, no caso a Sema, no Estado do Mato Grosso, ou, no caso do Tocantins, o Naturatins – Instituto Natureza do Tocantins, órgãos que zelam do meio ambiente nos Estados, e penso que nos outros Estados também. Não sabemos se é o Ibama ou se é o Naturatins. Há uma superposição de funções e atribuições, que são nefastas não só pela falta ou pela impossibilidade de uma ação mais efetiva dos órgãos e pela insegurança jurídica, repito, que isso traz.

Portanto, é imprescindível e é necessário que nós possamos, com essas ações que estamos aqui desenvolvendo, avançar no sentido de forçar o Senado Federal a aprovar o Código Florestal na forma em que foi aprovado na Câmara e veio para esta Casa. Não é possível mais que não estejam sensibilizados os membros desta Casa, membros do Senado Federal, para essa realidade, que não só traz prejuízos para a Região Norte, a região Amazônica do País, mas para o Brasil de forma geral.

Quero, mais uma vez, parabenizá-lo, Deputado Mecias, por essas iniciativas e reiterar o nosso apoio, a nossa disposição de envidar todos os esforços para que nós possamos alcançar o sucesso nessa empreitada.

Parabéns a V. Exª! Parabéns, Senador Mozarildo Cavalcanti!

E já registro a nossa gratidão, o nosso reconhecimento pelo apoio que V. Exª tem dado a esta causa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de passar a palavra ao Senador Reditario Cassol, eu queria só, Senador, se o senhor permitir, sugerir ouvir o deputado Presidente da Assembleia do Pará, até porque pode ser que ele diga alguma coisa que V. Exª queira complementar. Vamos ouvir, então, o Presidente da Assembleia do Pará e, em seguida, V. Exª.

O SR. REDITARIO CASSOL (PP – RO) – Quero cumprimentar V. Exª, Sr. Presidente, demais Senadores, autoridades que compõem a Mesa, deputados que estão aqui representando os Estados e todos os presentes.

Para mim é uma grande satisfação, sem dúvida nenhuma, encontrar aqui novamente nos debates que já tenho acompanhado o Presidente Acir Gurgacz.

O Código Florestal, aliado com a agricultura, porque um depende do outro, é importantíssimo nós apressarmos realmente para aprovação. Quanto mais urgente, melhor, para acabar com este abuso que nós temos aí em certos setores.

O Senador que falou recentemente, antes do ilustre, tratou sobre multas que o Ibama tem aplicado aos agricultores. Não é só o Ibama. Esta semana que passou houve reclamações em Rondônia da parte do Ministério Público.

Acho que isso não pode jamais continuar, porque, se houve erros anteriores, a maioria dos erros era dos próprios governantes. Tinha que derrubar para não perder o lote. Se não era derrubada determinada quantidade do lote, não liberava a escritura, o título, que era através do Incra. Não vamos dizer que não houve erros a mais, mas para tudo tem meios para recuperar aquela mata que foi destruída, sem dúvida nenhuma, fazendo reflorestamento ou com a própria natureza.

Se é para o Ministério Público e o Ibama continuarem com essas perseguições ao nosso agricultor, principalmente aos pequenos pecuaristas, a primeira notificação, a primeira multa que deveria ser aplicada, o ilustre deputado estadual que está aqui presente, como de outro Estado, como deputados com certeza também houve o mesmo regime. Quando estávamos morando em Santa Catarina, meu finado pai mexia com pequena madeireira, lá tínhamos que plantar ou pagar. Era o

Instituto Nacional do Pinho. Em 1977 mudamos para Rondônia e em 1980 começamos com madeireira lá.

Lá, a história foi diferente. Foi extinto o Instituto Nacional do Pinho, entrou outro e depois criaram o Ibama. O Ibama cobrava a reposição florestal. Nós pagávamos e estamos pagando hoje a reposição florestal. Falei aqui nesta Casa anteriormente. O Ibama cobrava de todos os madeireiros a reposição florestal. Santa Catarina, que tinha que plantar ou pagar para plantar, há dois anos me surpreendeu. Quando fui visitar minha terra natal, duas grandes madeireiras naquele distrito, com imenso número de funcionários, serrando madeira do reflorestamento. Vejam bem, em Rondônia, não tivemos esse prazer. Por que o IBAMA não fez a reposição?

Volto a falar aquilo que falei, e é bom que o ilustre Deputado leve ao conhecimento da nossa população, principalmente à Assembleia Legislativa, da qual fez parte por quatro anos, tendo sido 1º Secretário, onde foi autor da criação de 17 municípios no Estado de Rondônia: Ilustre Deputado, se vocês, Deputados da Assembleia Legislativa, descobrirem onde é que o Ibama fez o reflorestamento daquilo que ele cobrava, que cobrou todo esse tempo, eu dou um jeito de pagar, por cada pé de árvore, uma Mercedes importada, porque houve um erro muito grande do Ibama, que não plantou, até hoje não descobri onde o Ibama plantou um pé de árvore. Está ali notificando esse ou aquele, perseguindo os madeireiros que tiram o pau já seco, derrubado. Tem madeira presa ao longo dessa rodovia. Não é, Deputado? Foi presa. Está na Polícia Federal a madeira apodrecendo, nas cidades, e assim afora.

Vejam bem como são as coisas, sendo o erro maior, em primeiro lugar, dos nossos governantes. Temos de apressar a aprovação disso. Como diz o ditado do gaúcho, "botar as cartas na mesa" e fazer, mas não somente nós, agricultores, de que faço parte. Criei-me na roça, também na pecuária, eu me incluo entre eles, como a maioria dos Senadores, que são pecuaristas ou agricultores. Vejam bem, é preciso passar a responsabilidade também aos nossos governantes para que eles a cumpram, porque o Governo anterior não cumpriu, o Ibama não cumpriu, de forma nenhuma. Eu não condeno esse que está aí, porque é coisa anterior a ele.

Então, está na hora de dizer um basta para essas notificações, que eles aguardem a aprovação, primeiro, do Senado e da Câmara, para a decisão definitiva sobre o Código Florestal, em acordo entre a agricultura e a parte ambiental, a pecuária, porque tudo faz parte. Sem dúvida nenhuma, em primeiro lugar, é importante a mata ciliar. É importantíssima!

Fiz um movimento há dez anos. Às custas da empresa Cassol, nós levantamos no Estado toda a situação dos rios, fizemos um projeto e entregamos para a Secretaria de Meio Ambiente. O Estado deu início ao trabalho na ocasião. Ao Ibama também, da mesma forma, entregamos e nem bola ele deu, não se importou em se aliar, se irmanar, fazer um trabalho pelo menos de conquistar os proprietários, pelo menos de afastar do leito do rio, das nascentes, afastar das lavouras, do leito dos riachos afora. E nada, eles nem quiseram falar, só pensam em notificar, esqueceram dos erros que eles cometeram.

Então, Sr. Presidente, nobres Senadores, companheiros desta Casa, vamos nos aliar, vamos apressar a aprovação, sempre pensando como os ilustres estão preocupados, principalmente o companheiro que andou em muitas caminhadas, o Senador Acir, de Rondônia. Vejam bem! Na preocupação, na defesa de nosso agricultor – principalmente ao pequeno pecuarista. É isso o que nós precisamos. É importantíssimo (é importantíssimo) mata! Claro que precisa! Mas em primeiro lugar é a água que nós temos de salvar. Isso é o que é mais importante. Agora, não adianta fazer o pequeno agricultor, que tem Estado em que o agricultor tem 10 hectares, ter que abandonar o eito de sua pequena laboria para fazer florestamento. Eu acho que não há necessidade disso com os pequenos, de forma nenhuma.

Então, isso é importantíssimo que nós, realmente irmanados, não nos apressarmos muito rapidamente. E puxar a orelha também dos governantes que não passam a cumprir com suas obrigações, como o caso do Ibama. Portanto, é o caso, ilustre Deputado, de nós pensarmos muito: aonde foi esse dinheiro que o Ibama arrecadou para a reposição florestal. Acho que esta Casa, ilustre Presidente, nós teríamos, principalmente por iniciativa de V. Exª, requerer a prestação de conta de onde eles fizeram esse reflorestamento, o que eles fizeram com esse dinheiro? Porque o que era destinado à reposição florestal deveria ter sido pelo menos uma parte de reposição florestal.

Portanto, eu agradeço de coração a mente para este amor que os ilustres estão tendo para realmente nós resolvermos o Código Florestal dentro daquilo que não venha a prejudicar principalmente os pequenos, de forma nenhuma. É claro que é necessário. Muito importante, sem dúvida nenhuma! Mas nós não podemos deixar prejudicar aqueles que trabalharam com sacrifício, estão produzindo e cometeram um erro porque era mandado pelos próprios governantes, pelo próprio Governo Federal.

Meu abraço, minha consideração, meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Reditario Cassol, por suas colocações. V. Exª tem toda razão: nós precisamos buscar... Onde foi parar aquele dinheiro que o Ibama recolheu ao longo de muitos anos para o reflorestamento e tal...

Nós vamos, junto com V. Exª, fazer um requerimento ao Ibama, que ele venha aqui prestar conta do que foi feito. Me alio a V. Exª para que a gente faça um requerimento convidando o Ibama para das as explicações necessárias. De repente, ele até ganha essa Mercedes que o senhor está colocando. Vai que a gente consegue essa Mercedes... Não sei, eu estou na fila aí da...

Brincadeiras à parte, para deixar nossa audiência mais tranquila, vamos, sim, junto com V. Exª fazer o requerimento. Peço que nossa assessoria faça o requerimento e convidemos o Ibama aqui para falar, especificamente, sobre o que foi feito com aquele dinheiro que foi arrecadado através dos madeireiros, dos produtores que fizeram o desmatamento, utilizaram as madeiras, recolheram aquelas taxas – e não sabemos aonde foi. Plantado não foi! Isso nós sabemos.

Muito obrigado, Senador Cassol, por sua colocação. Cumprimento-o pelo seu pronunciamento. Passo a palavra agora ao Deputado Freire Júnior... Já falou? Ah, sim... Deputado Manoel Pioneiro, Presidente da Assembleia do Pará.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Pois não.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Já tinha falado, mas V. Exª me chamou novamente e vou aproveitar a deixa, até para poder...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – O importante é o debate.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Um debate aberto e franco para poder colaborar com as colocações feitas pelo nobre Senador que me antecedeu. Eu entendo, Sr. Presidente, que essa questão de fazer um requerimento ao Ibama para ver onde... Acho que essa é uma questão acessória dentro do processo de urgência – e de que precisamos – para que se vote o Código Florestal. Essa pode ser uma ação – e até deve ser – uma ação paralela, mas com a prioridade, com o foco. Nós não podemos perder o foco sob pena de nossos esforços se diluírem nesse processo que, para nós, é fundamental. Eu não estou, nobre Senador, discordando de V. Exª. Eu entendo que é preciso. Mas pode e deve ser feito esse tipo de requerimento, volto a repetir, como uma questão secundária, acessória. Porque, se V. Exª puder juntar o esforço que vai despender para fazer o requerimento, junte esse esforço para fazer com que a Casa, o Senado Federal, se sensibilize para votar, para provocar o Presidente da Casa, os líderes partidários para colocar na pauta o que é que nós queremos de fato. Entende, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem... Obrigado, Deputado.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Penso que se nós alcançarmos este objetivo: centrar o foco, envidar todos os esforços, juntar – não só os Parlamentos – os Poderes Judiciários, os Ministérios Públicos Estaduais, os Governos Estaduais, sensibilizar toda a sociedade, não só da região norte, da região amazônica, mas até mesmo das demais regiões, que isso é fundamental para todos, não é só para o Parlamento, não é só para a região amazônica – é para o Brasil!

Nós não podemos continuar desgastando e gastando ações na justiça... Enfim, essa insegurança jurídica não pode perdurar. O Deputado Aldo Rebello fez um grande trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – É preciso... Apenas era essa colocação, Sr. Presidente, no sentido de nós, mais uma vez, focarmos a grande questão que é a votação do Código Florestal. Obrigado, por V. Exª ter me concedido esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Deputado Freire, nós estamos concentrados na aprovação do Código Florestal – todos os Senadores.

Nós estivemos anteontem à noite em uma reunião com a Ministra Ideli, Ministra Izabella, Ministro da Agricultura, Ministro Afonso do MDA, os Presidentes das três Comissões, os dois relatores traçamos um cronograma para se aprovar o Código Florestal no menor tempo possível.

Nós aqui estamos fazendo todo esforço possível para aprovar, o mais rápido, o Código Florestais Brasileiro, a ponto de termos audiências públicas, somente em conjunto, entre as Comissões que estão discutindo este tema: Agricultura, Meio Ambiente, Constituição e Justiça. Vamos para a votação também em conjunto. Estamos vendo a parte legal de como fazê-lo. Se aprovarmos um requerimento, Senador Mozarildo, para votarmos em uma votação única, a equipe jurídica está analisando se é possível, se não vamos estar todos os Presidentes em uma mesma sala, com todos os Senadores relativos às Comissões, e fazer três votações simultâneas. Mas vamos fazê-la no mesmo dia... Tudo isso na concentração de aprovarmos o Código Florestal Brasileiro. Portanto, o requerimento que o Deputado Reditario sugere não anulará e não terá o menor atrapalho para a votação do Código Florestal

Brasileiro. O que nós não podemos é parar o País, ou qualquer outra função, por causa do Código Florestal.

Nós estamos dando a celeridade que o Código Florestal exige, não só para nós amazônidas, mas par ao Brasil inteiro. Esse esforço, eu não posso negar, está acontecendo aqui por parte, principalmente de nossos Relatores: Luiz Henrique e Jorge Viana. Estão se empenhando ao máximo! Fazem reuniões de manhã, de tarde, à noite, de madrugada. Já fizemos reuniões, quatro ou cinco reuniões por dia, buscando o entendimento. O que nós não queremos...

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, quero levar ao conhecimento de que V. Exª, por passar dias em reuniões e audiências públicas, ficaram sem almoçar para não perder a hora. Sem almoçar! Passaram naquele dia... Foi numa sexta-feira, não me recordo o dia, lá em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sexta-feira em Santa Catarina e depois em Vilhena também.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Justamente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, o esforço é muito grande dos nossos relatores e dos demais presentes: Rodrigo Rollemberg, Senador Eduardo Braga... Enfim, todos nós pensamos aqui Código Florestal 24 horas por dia, só para justificar.

Passo a palavra agora ao Deputado Manoel Pioneiro, que é Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

V. Exª tem cinco minutos para as suas colocações.

Muito obrigado.

O SR. MANOEL PIONEIRO (PSDB – PA) – Eu consigo, Senador, porque sou muito prático e, às vezes, até breve.

Em primeiro lugar, cumprimentar aqui o nosso Senador Mozarildo, que estava presidindo até ainda há pouco, o Senador Acir, meu caro Deputado Mecias, Presidente do nosso Parlamento amazônico, meu caro Tchê, Presidente da Unale, a quem agradeço o convite de estarmos fazendo parte desse momento aqui.

Meus caros Senadores, meus caros Deputados, o problema da Amazônia é muito sério. Nós temos a Constituição Federal que nos permite e dá condições aos Estados, meus caros Senadores, para que também possam participar e decidir sobre os seus Municípios, sobre o seu território.

Nós, no Estado do Pará, temos 1 milhão 250 mil metros quadrados de terras e hoje estamos vendo o Estado do Pará na iminência de ser dividido em três Estados. Mas isso caberá à população, no dia 11 de dezembro. Isso não é só discurso, mas são problemas sérios que eu vou mostrar a diferenciação entre uma área, uma região e outra.

E quero dizer aqui que, enquanto nós não tivermos, como já foi feito no Estado do Pará, o código econômico ecológico por região, em cada Estado, nós vamos continuar pecando, brigando, lutando. A Amazônia ficará decidido que terá 80% da sua área de preservação territorial de mata.

Como é que nós vamos fazer numa região no Estado do Pará, por exemplo, chamada nordeste paraense que já tem mais de 200 anos? Essa região foi desmatada. Hoje é área antropizada, diferentemente do sul do Pará, onde, desde 1970, foi convocado pelo Governo Federal, através da Voz do Brasil, que já não se ouve quase, todo o povo do Brasil para que fosse habitar aquela região, para que fosse para ali fazer as suas derrubadas, como foi o caso do meu pai, meus tios, vários pessoas que hoje já estão com seus 80, 85 anos de idade, que não sabem mais o que fazer, foram para cuidar de boi, por exemplo. Incentivados a derrubar 50% da terra, caso contrário não teriam a documentação dessas terras.

Hoje, essas mesmas terras, que podem estar com 50%, 60% de derrubada, serão obrigadas a serem reflorestadas. Enquanto nós temos, no nordeste paraense, como disse ainda há pouco, uma área que já tem mais de 200 anos que está antropizada.

Eu só vejo uma solução nisso tudo: é a Constituição Federal, continuando dando permissão a que seus governadores possam, em cada Estado, ter a decisão de fazer o seu próprio código econômico ecológico. Assim, nós passaremos a ter decisões tomadas, onde o Estado do Pará hoje, que tem de 64% a 74% de área preservada e é tido como um dos Estados mais devastadores. Por incrível que pareça, é o Estado que só aparece na imprensa por coisas ruins. Dificilmente, nós estamos ouvindo falar no Estado do Pará.

Há poucos dias, estive andando com o governador do Pará e com o governador do Mato Grosso, numa caravana, percorrendo a Santarém-Cuiabá. Andamos pela BR-163 e estávamos vendo a situação do Mato Grosso, que precisa exportar os seus grãos. Esses grãos poderão ser transportados, pura e simplesmente, pelos portos que temos em Santarém e também num Município chamado Itaituba, Municípios esses territorialmente grandes.

E nós não estamos vendo outra saída. Nós estamos vendo hoje Mato Grosso ter que transportar o seu produto, saindo de lá, chegando até Santos e voltando pela mesma região, fazendo o mesmo percurso. Isso tudo para demonstrar o que nós temos de desenvolvimento naquelas regiões.

O oeste do Pará nós já votamos na assembleia o código econômico ecológico, para que pudesse ter aquela região uma decisão, uma definição. Foi feito. Mas precisamos para as outras regiões. Não adiantou porque o Código Florestal, que deve ser votado nacionalmente, está emperrado. Enquanto não tivermos a decisão de que já passou na Câmara dos Deputados... Agora nós acreditamos, Senador Acir, que podemos ter o apoio de V. Exªs para que possamos ter um mínimo de sensibilidade porque em cada região o caso é diferente. É diferente caso a caso. Não existem, hoje, Municípios... No Estado do Pará, por exemplo, temos Municípios que estão praticamente em zero, assim como temos as regiões metropolitanas, onde também não estamos vendo a briga, a luta, para segurar a proteção do pouco verde que ainda existe. Vemos construções já saindo da zona rural e entrando na urbana. Vemos as poucas áreas verdes serem transformadas em condomínios.

Agora nos voltamos para o produtor. O produtor que coloca o feijão, o arroz, os grãos na nossa mesa, é tido como bandido, como desmatador. Outrora era herói, outrora era o homem que veio para salvar o País, para proteger a Amazônia, para proteger as áreas que nós temos de fronteiras. Hoje, essa mesma população, esses mesmos senhores que outrora eram desbravadores, virarem pura e simplesmente desmatadores e são perseguidos.

Tivemos no Pará, também, assim como em toda a Amazônia, aquela ação Arco de Fogo. Essa mesma ação Arco de Fogo, que tivemos no Pará, atingiu vários Municípios de outros Estados. Nós vimos um Município, no Estado do Pará, se soerguer. É um Município que colocou fogo no Incra, que colocou fogo em máquinas. A população se revoltou. Lá estiveram o Ibama, a Polícia Federal e vários órgãos do Governo Federal. Foi o Município de Paragominas. Esse Município, hoje, tem desmatamento zero. Esse Município, hoje, saiu de uma zona de desmatamento e é um exemplo de como se refloresta.

Hoje, quando se fala em reflorestamento, quando você quer fazer um reflorestamento para desmatar em seguida... Não é preciso tirar um pau novo – e vamos deixar bem claro, Mozarildo. Não é preciso desmatar nada. A mata virgem não precisa ser tocada. O que nós temos já serve. Mas, quando você quer tirar uma licença ambiental para fazer um reflorestamento para Paricá, para qualquer madeira no Estado do Pará, essa licença ambiental leva, no mínimo, quase dois anos. Como vamos resolver uma situação como essa?

Temos outros problemas que também devem ser resolvidos nesse novo Código Florestal. Temos áreas dominadas pelo Incra e outras que são dominadas pelo Iterpa – Instituto de Terras do Estado do Pará. Um não pode dar o título definitivo; o outro também não. Começamos a ter problemas. O produtor já está há 20, 30 anos, naquela área e passa a ser grileiro.

São coisas desse tipo que, acho, temos de estudar muito.

Esse nosso tempo é muito curto e cheguei atrasado. Dizem que quem chega atrasado não tem direito à mesa e nem à fala. Agradeço o tempo que me deram, mas o Pará já foi a terra da borracha, a terra da castanha, já foi um dos maiores exportadores de madeira. Hoje é o quinto na produção de gado, de boi. O Pará, hoje, é o segundo maior produtor de minério, também produz muitos grãos. Está partindo para ser um dos maiores produtores de biodisel do País. Então, não vejo como não termos a sensibilidade de estudarmos e de fazermos com que o Código Florestal deixe que os Estados decidam e garatam que não teremos, de maneira alguma, o avanço na floresta virgem.

Portanto, caro Senador, muito obrigado pelo aparte. Agradeço a oportunidade aos Senhores. Quero juntar-me a todos os deputados estaduais, federais e senadores para que possamos fazer um Código Florestal justo para a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Manoel Pioneiro, Presidente da Assembleia do Pará.

Para as considerações finais, passo a palavra ao Deputado Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – Obrigado, Senador Acir, Senador Mozarildo, Senado Cassol, caros colegas, quero dizer da alegria de estar aqui e dizer muito obrigado pela oportunidade que os senhores nos concederam, concederam às Assembleias da Amazônia, ao Parlamento Amazônico, à Unale de falar aqui hoje sobre as nossas questões.

Nós estamos encaminhando – como já pediu o Senador Jayme Campos, a quem parabenizo pelas palavras aqui e agradeço – a todos os senadores, ao gabinete de V. Exªs as propostas do Parlamento Amazônico, das Assembleias da Amazônia para o Código Florestal. Estará em vossos gabinetes. De antemão, eu também o parabenizo pela ideia, pela emenda que, certamente, resolverá todas essas questões, questões que o Pioneiro falou, que os deputados do Maranhão, de Rondônia, do Tocantins falaram. Sem dúvida nenhuma, sendo aprovada, Senador, essa emenda resolverá os nossos problemas.

Não adianta olhar o fundamentalismo, como disse o Senador Pedro Taques, e esquecer o homem, porque, em alguns momentos, um pássaro, sem dúvida, está valendo mais do que um homem, muito mais. Eu acho que os dois têm seus valores, valores diferentes,

valores diferenciados. A vida humana tem que ser preservada. E nós agradecemos e reconhecemos a luta do Senado Federal através de V. Exªs para a aprovação do Código Florestal.

O Deputado Aldo Rebelo visitou o Brasil. Conheceu, conversou com deputados estaduais, com vereadores, com produtores rurais em todos esses rincões do País para apresentar aquela proposta. E eu tenho certeza de que ela será melhorada ainda mais aqui, no Senado Federal, para o engrandecimento do Brasil e da Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Mecias.

Para as suas considerações, Deputado Luis Tchê, Presidente da Unale.

O SR. LUIS TCHÊ (PDT – AC) – Presidente, na realidade, quero agradecer a oportunidade que a gente vem tendo. Quero já confirmar essa nossa nova reunião, nossa nova audiência com os deputados estaduais do Brasil todo. Faremos uma reunião e a gente entra em contato rapidamente, porque eu acho que é extremamente importante, antes de fechar essa questão do Código Florestal, nós ouvirmos deputados do Brasil todo. Tenho certeza absoluta de que a gente consegue mobilizar isso porque há interesse dos deputados estaduais. É um momento em que os deputados estaduais sempre pleiteiam que a gente acaba virando cabo eleitoral de deputado federal e de senador, mas essa é a grande oportunidade que temos de, juntos, fazer esse trabalho nessa questão do Código Florestal.

Na realidade, a compensação, de que tenho tanto falado, e falo muito do meu Estado, eu tenho certeza absoluta de que pode e deve ser levada em conta porque é um Estado da região Amazônica pobre. Precisamos que aquele nosso homem tenha um prato de comida na sua mesa. Precisamos trabalhar a questão de geração de emprego e renda. E, se o nosso maior patrimônio do Estado do Acre é a floresta, por que nós não temos essa compensação?

Então, fica aqui o meu agradecimento ao Senador Mozarildo, aos deputados estaduais, aos nossos senadores que se encontram aqui neste momento. Tenho certeza de que teremos outra oportunidade para a gente dar nossa contribuição. Quero dizer aos Senadores e Deputados que a Unale está sempre à disposição de todos para a gente enriquecer cada vez mais o nosso debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Luis Tchê pela sua presença e pelo seu pronunciamento.

Também cumprimento, mais uma vez, o Senador Mozarildo pela iniciativa de trazer a esta Casa e a nossa Comissão esse debate tão importante. Realmente estava faltando a participação dos Estados através dos nossos deputados estaduais, que hoje têm a oportunidade de trazer o pensamento, o sentimento de cada Estado, principalmente da nossa Amazônia, que é vista como uma beleza do mundo, o pulmão do mundo, mas, por outro lado, nós, amazônidas, somos vistos como intrusos na Amazônia e nós estamos lá para cuidar da Amazônia. Eu tinha colocado, Deputado Mecias, que, para cuidar da Amazônia, tem que cuidar das pessoas que vivem lá. Somos nós que cuidamos da Amazônia, nós, que cuidamos da preservação da Amazônia. Tenho certeza de que este é o interesse de todos nós, amazônidas.

Portanto, cumprimento o Senador Mozarildo pela iniciativa e pelo belo trabalho que sempre faz em favor do seu Estado de Roraima na Comissão, no plenário, no dia a dia. S. Exª nos convoca sempre para estarmos juntos em defesa da nossa Amazônia.

Passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Senador Acir, eu quero agradecer a V. Exª e também ao Senador Rollemberg, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente. S. Exª passou aqui, mas tinha outro compromisso. O Senador Rollemberg está inclusive inteirado da questão e vai receber esses documentos que serão produzidos pelo Parlamento Amazônico e, espero, também em conjunto, pela Unale.

Inicialmente pedimos uma reunião conjunta com o Ministério de Reforma Agrária e Agricultura, Meio Ambiente, a Subcomissão Permanente da Amazônia, que é da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e a Subcomissão da Amazônia, da Comissão de Desenvolvimento Regional, que é presidida pela Senadora Vanessa. Por quê? Porque realmente o que nós estávamos vendo é que precisava estar mais presente aqui a voz dos deputados estaduais, notadamente da Amazônia e da faixa de fronteira, mas, como disse o nosso Presidente da Unale, de todo o País. Ouvimos a academia, os doutores, ouvimos as instituições científicas, ouvimos os ambientalistas e temos que ouvir, de fato, quem mora lá, quem vive a realidade.

Como disse muito bem o Senador Acir, nós que vivemos na Amazônia somos vistos como intrusos. Aliás, quando retiraram as 400 famílias da reserva Raposa Serra do Sol, o termo usado foi desintrusão das pessoas. Então, aquelas pessoas que foram para lá há mais de dois séculos eram intrusos no País.

De qualquer forma, sinto, Senador Acir, pelo esforço de V. Exª, do Senador Rollemberg e dos dois relatores, que estamos caminhando realmente para um consenso. Não é uma tarefa fácil. Vejam que na Câmara foi uma batalha dura, e foi ressaltado aqui o trabalho do Deputado Aldo Rebelo, que é um homem nacionalista, preocupado com as questões das pessoas. Aqui, no Senado, como Casa Revisora, temos que aperfeiçoar qualquer eventual falha. Não podemos ficar, como a história da música, como a "Geni". Todo mundo atira pedra em quem vive na Amazônia. Acusam a Amazônia. Aliás, eu li um livro de um célebre escritor que disse que, na Amazônia, existe um conjunto de bandidos: quem queima, quem derruba mata. E como disse o Senador Acir: como pensar em preservar, quando você vê uma pessoa morando na floresta ou tendo um terreno dado até pelo Incra contemplando a árvore e morrendo de fome, vendo a sua família morrer de fome? Então, não é só com essa política de bolsa verde que o Governo Federal vai efetivamente motivar as pessoas a terem consciência de que preserve, mas que também possam produzir. Não pode ter só uma coisa.

Fico muito feliz por ter – o Senador Acir inclusive foi quem liderou a possibilidade dessa reunião, já que as duas Comissões, tanto da Agricultura quanto do Meio Ambiente, estão assoberbadas de reunião, umas atrás das outras – tido a oportunidade de ouvir vocês. Tivemos seis Estados do Brasil representados aqui, coincidentemente todos da Amazônia, mas espero que de fato possamos ter essa contribuição de vocês e poder, portanto, fechar o relatório dos dois relatores e, como disse o Senador Acir, se possível, votar conjuntamente, senão, votar na mesma sala, no mesmo dia.

Muito obrigado a todos.

Fico muito feliz pela reunião.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Mozarildo. Também agradeço ao Deputado do meu Estado Ribamar Araújo pela presença. Transmita o nosso abraço ao nosso Presidente Valter Araújo pela condução dos trabalhos à frente da Assembleia juntamente com os demais deputados estaduais do meu querido Estado de Rondônia.

Agradeço a presença do Luis Tchê, do Deputado Mecias de Jesus, do Deputado Eri Soares, Deputado Freire Junior, Deputado Manuel Pioneiro, Referências ao nobre Senador Reditário Cassol, que sempre tem nos acompanhado.

Quero dizer que hoje fiquei muito feliz, porque aquilo que vínhamos falando, Senador Mozarildo, não só aqui na Comissão, mas no plenário, todos os Senhores falaram também. Há pouco tempo eu era uma voz solitária com relação a esse assunto aqui, era um desafio falar a favor da Amazônia, Deputado, porque ninguém conhece a Amazônia, além da gente. Com certeza, o Senador Mozarildo sempre nos acompanhou quando falávamos da preocupação com os amazônidas. Não queremos derrubar a Amazônia, derrubar a floresta amazônica, queremos preservar a Amazônia, mas era difícil falar sobre esse assunto aqui no Congresso Nacional, era difícil falar na tribuna sobre esse assunto. Aos poucos nós fomos mostrando. Tenho andado em todo o País levando essa mensagem da Amazônia. Ou cada Estado pegue de volta os seus hoje amazônidas. Temos lá na Amazônia gaúchos, paranaenses, catarinenses, paulistas, mineiros, capixabas, maranhenses, cearenses, paraibanos, enfim, o Brasil todo mandou uma parcela de pessoas para ajudar a integrar a Amazônia. Então, hoje, tenho andado por todo o país levando as informações, buscando apoio para que a nossa Amazônia possa continuar recebendo a nós todos, produzindo naquela região.

Agradeço a todos pela presença aqui e pelo maravilhoso debate que tivemos hoje, junto com o Senador Mozarildo, demais Senadores, Senador Perrella, que acaba de chegar, o Senador Clésio Andrade, que também acaba de chegar. Muito obrigado pela presença de todos.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 50ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às onze horas e dezoito minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e dez, na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ,** reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **RODRIGO ROLLEMBERG, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, ANGELA PORTELA, WALTER PINHEIRO, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP, MOZARILDO CAVALCANTI e BLARIO MAGGI.** O Senhor Presidente da Comissão, Senador **ACIR GURGACZ**, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas de Apropriação e Remanejamento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA ao **PROJETO DE LEI**

Nº 28/2011-CN – que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012 **(MENSAGEM Nº 86/2011-CN, Nº 344/2011, na origem)**. Em seguida, o Presidente esclarece que, dentre 65 (sessenta e cinco) emendas de apropriação apresentadas e nenhuma de remanejamento, foram deliberadas na Comissão, as 4 (quatro) emendas, de apropriação, de acordo com suas relevâncias para o País. A Comissão aprovou, tendo como Relatora a Senadora **Ana Amélia**, as seguintes emendas de apropriação: **Emenda nº 1-CRA: 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário – Nacional, Valor: 120.000.000**; **Emenda nº 2-CRA: 099F – Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003) – Nacional, Valor: 669.719.945**; **Emenda nº 3-CRA: 4668 – Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos da Agropecuária – EMBRAPA -Nacional, Valor: 120.000.000**; **Emenda nº 4-CRA – 8991 – Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais – Nacional, Valor: 300.000.000.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **SENADOR ACIR GURGACZ,** PRESIDENTE DA COMISSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e à votação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012, Lei Orçamentária Anual – LOA 2012 (Mensagem nº 86/2011, nº 344/2011, na origem).

Comunico à Comissão que a Mensagem nº 377, de 2011, na origem, encaminhando informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2012 foi lida na sessão do Senado Federal de 15 de setembro do corrente ano.

Esclareço que foram apresentadas 65 emendas à LOA 2012, conforme o quadro que se encontra sobre as bancadas.

Com a palavra a nobre Relatora, Senadora Ana Amélia, para fazer a leitura do seu relatório, não sem antes eu agradecer a sua presteza, Senadora, e o apoio que sempre tem dado à Comissão de Agricultura. A sua atuação tem sido muito importante para todos nós, principalmente para mim, que chego cedo e a senhora sempre está junto conosco, abrindo as reuniões e levando adiante os assuntos de interesse da nossa Comissão de Agricultura. Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada pela estimulante palavra dada a esta relatoria, caro Presidente Acir Gurgacz. Isso é realmente importante quando trabalhamos.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer muito a Consultoria do Senado e desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária pelo apoio técnico na elaboração, porque é um trabalho muito minucioso. São questões de tempo e de prazos de apresentação das emendas, que todos os Senadores apresentaram. Inclusive agora, de manhã, o nosso colega Senador Valdir Raupp também ligou para falar sobre isso.

Eu vou direto à análise das propostas apresentadas, Senador Acir Gurgacz.

Importa, preliminarmente, ressaltar que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do art. 44, §1º, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, pode apresentar até oito emendas ao Projeto de Lei Orçamentária, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento, relativas às matérias que lhe sejam afetas regimentalmente.

A análise por nós empreendida focalizou, inicialmente, o exame da adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito à área de competência da Comissão e ao interesse nacional.

Tecnicamente, são inadmissíveis as emendas listadas a seguir por estarem em desacordo com o anexo 1 do parecer preliminar, que atualiza o anexo da Resolução nº 1, de 2006-CN, nos termos do §2º do art. 26, definindo as subáreas temáticas para as quais a CRA pode apresentar emendas: Emendas n°s 16, 57, 64, 59 e 63.

Recomendamos que as emendas acima sejam encaminhadas à Comissão de Assuntos Econômicos, dado que sua execução orçamentária está a cargo do Ministério da Fazenda e da Suframa.

Com o objetivo de atender ao maior número possível de propostas, todas de inegável mérito, nosso estudo contemplou a semelhança verificada entre emendas de apropriação que propõem ações dentro da mesma unidade orçamentária, conforme o anexo 2, de forma a proceder à aglutinação das mesmas, e

atingir o número de emendas que cabe à Comissão, ou seja, 4 emendas, lamentavelmente, Sr. Presidente.

As demais emendas, a despeito do mérito, foram rejeitadas.

Dessa forma, propomos a aprovação das seguintes emendas de apropriação. Emendas de apropriação aprovadas pela relatoria:

Emenda nº 10, da autoria desta Relatora; a unidade orçamentária é o Mapa; a ação é a 8.611, apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário nacional; o valor é de R$120 milhões; foram aglutinadas, nessa emenda, sugestões das Emendas nº1 do Senador Jayme Campos, nº 7 do Senador Eduardo Amorim, nº 8 do Senador Sérgio Souza, nº 9 do Senador João Durval, nº 12 do Senador Casildo Maldaner, nº 13 do Senador Mozarildo Cavalcanti, nº 14 do Senador Antônio Carlos Valadares, nº 15, 17, 18 e 62 do Presidente Acir Gurgacz, nº 32 do Senador Flexa Ribeiro, nº 37 do Senador Benedito de Lira, nº 41 do Senador Antonio Russo, nº 42 do Senador Aloysio Nunes Ferreira, nº 45 do Senador Cyro Miranda, nº s 50, 51 e 58 do Senador Waldemir Moka;

Emenda nº 23, de autoria do Presidente Acir Gurgacz; também destinada ao Mapa; da rubrica 099F – concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003), para efeitos de aplicação nacional; o valor dessa emenda é de R$669.719.945; nela, estão aglutinadas as Emendas nº 4 do Senador Blairo Maggi, nº 24 do Senador Acir Gurgacz, nº 33 de autoria desta relatora, nº 39 do Senador Antônio Russo e nº 55 do Senador Waldemir Moka;

Outra emenda, do Senador Jayme Campos; a unidade orçamentária é a Embrapa; a rubrica é para pesquisa e desenvolvimento para a competitividade e sustentabilidade das cadeias de produtos de origem vegetal nacional; o valor dessa emenda é R$120 milhões; ela tem o apoiamento de Rodrigo Rollemberg, de Acir Gurgacz, meu, do Senador Antonio Russo e do Senador Waldemir Moka;

A quarta emenda é a Emenda nº 53, do Senador Waldemir Moka; a unidade orçamentária é o MDA; apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais – nacional; são R$300 milhões; tem apoio dos Senadores Acir Gurgacz, Cyro Miranda e Waldemir Moka.

Propomos, ainda, que a Secretaria desta Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias a formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Na data de hoje, com a minha assinatura e do Presidente Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Ana Amélia. Muito obrigado pela sua relatoria.

A Relatora concluiu que as emendas atendem às disposições constitucionais e legais aplicáveis e, no mérito, pela apresentação das emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de colocar em discussão, só para registro – eu tenho de fazê-lo por dever de ofício -, o Senador Antonio Russo não faz mais parte da nossa comissão. Ele foi substituído, o partido trocou o nosso integrante. Só para registro.

Em discussão a matéria.

Senador Moka, com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É uma crítica que faço a mim mesmo.

Nós fizemos aqui emenda para o Ministério da Agricultura, para o Embrapa, para o MDA e não colocamos nada para o Ministério da Pesca. Esse ministério sempre fica fora dessa questão. Na verdade, o Ministério da Pesca antigamente era vinculado ao da Agricultura, mas hoje não...

Eu mesmo, por exemplo, não me lembro de ter discutido com a minha assessoria nenhuma emenda para o Ministério da Pesca.

Isso é só para que, de alguma forma, no ano que vem, nos próximos orçamentos, não deixemos isso passar. Eu me penitencio de não ter...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Moka, permita-me dar um esclarecimento.

O Senador Valor Raupp me telefonou, pela manhã, exatamente para reforçar o pedido para isso. Acontece que são só quatro emendas e vieram três apoiamentos para a questão da pesca. Nós ficamos aqui numa escolha de Sofia: o que fazer? Tirar da Embrapa para colocar nisso? Tirar do MDA, que é agricultura familiar? Tirar do seguro? Então, realmente, é uma situação muito difícil fazer uma opção, porque uma delas teria de cair. Essa é outra limitação que penso que deveríamos examinar em relação ao número de emendas que a Comissão apresenta. Se fossem cinco, poderíamos ter abrigado, sem dúvida, a questão da pesca, que é relevante.

Registro novamente aqui não só a sua preocupação, mas também do Senador Valdir Raupp, que colocou esse problema para que avaliássemos, mas, lamentavelmente, era essa a questão da escolha.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu quero dizer que concordo com o critério de V. Exª. A minha assessoria me socorre aqui, dizendo-me que também apresentei uma emenda para o Ministério da Pesca, só que o critério é este: V. Exª procurou, den-

tro das quatro emendas, aquelas que tinham o maior número de convergência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Tenho de concordar que é o critério mais justo o que V. Exª adotou.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Da maioria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto com a relatora, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Por exemplo, eu até gostaria de dar muito mais recursos para a Embrapa que tem grandes desafios, inclusive agora à luz do Código Florestal, para o MDA, mas são as limitações que nos impõem não só os números, mas também as áreas de abrangência de cada um dos setores abrigados pelas emendas.

Agradeço muito o Senador Moka pela colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Ainda em discussão. Há alguém que queira discutir?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Blairo Maggi, com a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só uma informação da Relatora.

Nós colocamos nessa aqui – eu também estou apoiando essa do seguro -, que já é uma lei, já é uma coisa do Governo. Por que temos de colocar emendas nesse assunto, se é uma política do Governo?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É uma boa pergunta, Senador Blairo Maggi. Isso vale para qualquer área, para o Ministério das Cidades, para o Ministério da Agricultura, para o Ministério do Turismo, para o Ministério da Educação. Os próprios Ministros vêm nos pedir para que ajudemos a dar uma dotação orçamentária maior. Então, é uma coisa da confusão que temos em relação a isso. Não fosse isso, não estariam os parlamentares correndo para atender prefeitos que vêm aqui buscar emendas para áreas que já deveriam ser... V. Exª, que já foi governador – claro que num Estado onde a gestão deve ser diferente, assim como a execução orçamentária –, talvez não tenha vivido esse problema, porque, para cada área, o senhor designa os recursos disponíveis que são trabalhados assim. No Governo Federal, aqui, a situação é muito diferente e os próprios ministérios vêm nos pedir, quando deveria ser automático: a política de agricultura é essa. Aí, ficamos nesse dilema.

V. Exª ia mandar a questão de recuperação de pastagem, que é muito importante também, à luz agora do Código, e para defesa agropecuária. É importantíssima. É o meu entendimento também, mas é aquela história do cobertor curto: cobre a cabeça e fica o pé descoberto.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu gostaria de continuar discutindo, mas a Relatora já passou a mão pelo microfone e já se defendeu aqui.

Eu apenas gostaria de deixar registrada uma constatação – e a Senadora já fez a defesa. Eu penso que, uma vez tem um programa, que tem uma lei, para essas coisas, o Governo deveria trazer os recursos suficientes para atender ao programa que ele determinou. O programa de Subvenção Econômica do Seguro Rural é um programa de governo. Então, ele deveria se preocupar em dar o orçamento. Vai fazer o programa e vem pedir para nós, aqui?!

Agora, por exemplo, na questão da defesa vegetal, é obrigação do governo fazer isso; só que percebermos que os recursos destinados são poucos. Então, quando eu faço uma emenda para ajudar uma questão desta, é porque é uma questão de segurança nacional também. Sei que ali estão faltando recursos para tocar adiante o dia a dia da defesa.

Todos nós sabemos que a agricultura é dividida em duas partes. Têm os produtores que fazem, e fazem muito bem-feito, a sua função. Agora, se não tivermos o Governo organizado, com pessoas competentes nos postos-chaves para fazer o que deve ser feito, nem exportar, nós conseguimos. Nós não cumprimos com a nossa determinação de fazer. Em vários momentos, por exemplo, já na defesa animal, nos frigoríficos que são controlados pelo SIF, que está ligado ao Mapa, não se tem gente para trabalhar, não se tem orçamento para trabalhar. Então, de fato, é um problema sério.

Eu gostaria que a Comissão de Agricultura olhasse para a questão da defesa animal e vegetal sob pena de, uma hora dessas, sermos barrados pela Comunidade Europeia na exportação. Quando governador, estive na Comunidade Europeia, em Bruxelas, discutindo e, naquela oportunidade, em 2007 ou 2008, por muito pouco, a Comunidade não fechou as portas para o Brasil na área da importação da carne brasileira, porque nós não estávamos conseguindo cumprir com a questão da rastreabilidade que é uma coisa simples, aqui, no Brasil. Então, eu gostaria de deixar o meu registro aqui, na Comissão, para que, futuramente, possamos reservar recursos para mais essa área também.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Posso agora?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em discussão. Com a palavra agora o Senador.....

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu vou ceder um aparte à Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos seguir aqui...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu acho melhor a senhora ouvir e, depois, a senhora faz a argumentação no bloco.

Eu quero dizer ao Senador Blairo Maggi que eu estou aqui há 14 anos e, todo ano, é esta história de defesa animal e vegetal. No caso da carne especificamente, suinocultura, avicultura, é um negócio de mais de R$5 bilhões de divisa para o nosso País e não conseguimos colocar R$300 milhões para defesa. E aí entra, por exemplo, febre aftosa e é um prejuízo enorme. É um negócio que não dá para entender, Senadora Ana Amélia. Por isso, Senador, acho que V. Exª tem razão: para aquilo que é programa de governo, o Governo deveria mandar, mas, infelizmente, não manda. Se nós, aqui, no Congresso, não lutarmos para aumentar, fica essa questão.

E digo mais. No ano passado, eu presidi a Comissão de Orçamento e eu coloquei uma emenda no PPA, dizendo que esse recurso não podia ser contingrnciado, porque, no início do ano, é pouco e ainda contingenciam. Aí,é assim: a ação é delegada. O Governo Federal delega aos Estados a vigilância animal e vegetal. Aí tem de haver o convênio, e os Governos dos Estados – pode checar no seu Estado, Senador Walter Pinheiro – gastam duas, três vezes mais com os órgãos. Nós temos a Uniagro, em Rondônia.

Esses recursos precisam aumentar e devem estar disponível já no começo do ano, pois se trata de uma ação preventiva. Depois que aparece a ferrugem ou uma série de doenças, não há mais o que fazer. Temos de atuar preventivamente.

Então, quero me somar. Eu apoiei essa emenda e acho que ela é fundamental.

Digo o mesmo em relação ao seguro. Quem pede para dispor dinheiro para o seguro somos nós. O Governo disponibiliza um valor quase que simbólico e temos que aumentá-lo, porque é algo importante, especialmente para os nossos produtores rurais.

Só queria me somar ao argumento de V. Exª.

Senador Ana Amélia, esta Comissão não poderia ter melhor Relatora, mais eficiente do que V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só para colaborar com o Senador Moka.

Eu passei pelo Governo do Estado e sei que o Governo age assim mesmo. Ele sabe que tem que apresentar emendas, faz parte do processo aqui na Casa. Ele já se acostumou, como disse V. Exª, e disponibiliza pouco. Então, os parlamentares complementam.

Mas se formos organizados aqui e dissermos sempre ao Governo que cumpra com a sua parte, nós faremos aquilo que não está previsto em seu programa.

Eu, por exemplo, no Estado do Mato Grosso, não aceitava, em nenhum momento dos quase oito anos em que fiquei no Governo, que os secretários de Estado fossem à Assembleia Legislativa requerer mais dinheiro do que estava previsto no Orçamento.

Não faz sentido. O Estado dá o que é possível. Então, os parlamentares sempre ficaram livres para apresentar emendas para as áreas em que o Governo não consegue chegar.

Eu sempre defendi a questão das emendas parlamentares, apesar de toda a confusão que é armada sobre elas – algumas vezes injustamente, outras de modo justo -, mas as emendas parlamentares, principalmente as individuais, fazerm com que o Estado e a União cheguem a locais onde não conseguimos chegar com programas de Governo.

Sei que não é o caso aqui, mas vou dar um exemplo. Uma vez fui a um parque de exposição em Alta Floresta. O presidente do parque e da feira me mostrou a obra que tinha sido construída com o dinheiro que um parlamentar da cidade tinha levado para lá. A obra era um banheiro. Quando o Estado iria se preocupar em fazer um banheiro num parque de exposição? Mas o parlamentar que lá vive, que lá mora faz chegar.

Então, defendo que as emendas, quando de responsabilidade dos parlamentares, têm de ser dirigidas para aquelas áreas onde o Governo não consegue chegar, e não complementar aquilo que o Governo nos joga só para cumprir tabela, como se diz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) –Muito obrigado, Senador Blairo.

Antes, Senadora Ana Amélia,...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – ...vamos passar a palavra ao Senador Walter Pinheiro, que também gostaria de discutir a matéria.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, acho que a reclamação do Senador Blairo Maggi é até procedente, mas é normal que os Ministérios façam, desse momento, um espécie de grau de recurso ou caminho para mais recursos.

Se pegarmos aqui, por exemplo, no caso específico de uma emenda acatadas pela nossa Senadora, uma emenda importantíssima para pesquisa – espe-

cificamente para a Embrapa -, durante anos e anos a fio, enfrentamos o problema exatamente dessa disputa de recursos para pesquisa. Particularmente aqui no Congresso Nacional – o Senador Moka que também viveu isso, como eu, na Câmara dos Deputados -, com a mudança, com a Resolução nº 1 e o critério para apresentação de emendas, deixamos de fazer emendas para pesquisa da Embrapa na Comissão de Ciência e Tecnologia. Então, isso terminou indo para a Comissão de Agricultura.

Mesmo na Comissão de Ciência e Tecnologia, a Embrapa disputava com centenas de frentes, do pondo de vista do desenvolvimento científico e tecnológico. Agora, na própria agricultura, as pessoas estão julgando necessário outro tipo de emenda que não uma para essa instituição. Agora, não há como não ajudarmos a Embrapa, não só pelo esquecimento do Governo – poderíamos dizer assim – ou pelo cobertor curto que há no Orçamento.

Na realidade, para nós, isso é essencial, porque combina, por exemplo, com as duas frentes de emendas adotadas aqui pela nossa Relatora: o apoio ao pequeno e médio agricultor, no mapa, e a emenda para os territórios nacionais. Poderíamos dizer: mas o Governo poderia colocar mais dinheiro no MDA para os territórios! Mas, da mesma fora, na distribuição dos recursos, uma parcela desse dinheiro tem de ser distribuída para a Secretaria de Agricultura Familiar (Safi). No próprio mapa, para outras frentes, a aquisição de equipamentos e a política de territórios é, inclusive, muito nova, mas extremamente acertada. A divisão em territórios, de identidades ou territórios da cidadania nos permite trabalhar as diversas características.

Quero parabenizar a Relatora. Essas emendas aqui foram... Ainda que tenha, também, que fazer escolha – a própria escolha aqui na Comissão -, a Senadora Ana Amélia recebeu aqui um caminhão de emendas. Não conheço o número final, mas, das quase 65 emendas, ela teve que jogar fora pelo menos, já que há alguma que são, na realidade, junções. Mas é fundamental que se entenda que ela teve que, desse cobertor, daquilo que era disponível nesse cobertor curto, buscar identificar exatamente o que melhor cobria nacionalmente – que é outra coisa importante nessa relatoria.

Dizia neste instante a V. Exª, Senador Blairo Maggi, que, em uma comissão, não dá para tentar emplacar emendas. É óbvio que elas cumprem corretamente, licitamente, diria até necessariamente, interesses locais, mas, nesse particular, Moka, devemos buscar emendas que possam contemplar toda a natureza de caráter mais abrangente e de preferência nacional. É óbvio que não haverá aplicação de emenda nacional. Emenda se aplica no Município. Não existe isso, mas se a faz estruturante, lá adiante, o Senador, o Deputado pode, tranquilamente, junto ao Ministério, na liberação da emenda, atender desde o banheiro até a própria questão, extremamente correta, levantada aqui pelo Senador Moka, de uma das áreas que, aparentemente, pode parecer pontual e local, mas que tem uma incidência na economia – dados apresentados aqui pelo próprio Moka. Investem-se R$ 500 milhões, para poder arrecadar R$ 5 bilhões, em uma comercialização de um dos produtos que entra tranquilamente na balança comercial, principalmente na balança de exportações.

Portanto, esse conjunto de emendas aqui, mesmo tendo que fazer ajustes, reclamando aqui, acolá, é exatamente – na minha opinião – o caminho correto da Comissão.

Por último, os Ministérios, Senador Blairo. Temos uma parcela de recursos do Orçamento que vem para o Congresso Nacional para que ele faça exatamente isso. O próprio Presidente desta Comissão é o Relator da receita na Comissão de Orçamento. Por um trabalho muito bem feito pelo Senador Acir, nós estimamos um valor a mais em torno e R$ 26 bilhões no Orçamento de 2012.

Dentro desse contexto também de receita, há a parcela que cabe ao Congresso Nacional. O relatório do Arlindo Chinaglia aumenta para 15 as emendas individuais. Portanto, são R$ 2 milhões por cada parlamentar, no ano de 2012. Esses recursos não estavam disponíveis para o Executivo, que não poderia distribuir esses recursos entre os Ministérios, porque teria de vir para cá.

Portanto, é nossa tarefa, em olhando os recursos de emendas de comissão, de bancada, individuais, aproveitar e fazer o reforço orçamentário de determinados programas. Nesse particular, as emendas de bancada e de comissões ganham caráter muito mais estruturante. As de Estado, meu caro Acir – mais estadualizadas, é claro –, se localizam um pouco mais; as emendas de comissão têm um caráter muito mais voltado para os Ministérios, para atender a programas nacionais.

Portanto, essa é uma justificativa que considero plausível. Não é à toa que os Ministros, nas semanas que geralmente antecedem o prazo final, se mobilizam aqui nesta Casa não só procurando os parlamentares, mas, ao mesmo tempo, procurando as comissões e as bancadas, para que determinados programas possam ser vitaminados, digamos assim.

Também ganhamos, de volta, o compromisso, Senadora Ana Amélia, da execução. É essa uma forma de também discutirmos com os Ministérios, porque fazemos emenda não com um processo de troca, mas

também fazermos emenda de caráter mais estruturante, alocadas em programas existentes, o que aumenta a possibilidade, inclusive, de sua execução e, consequentemente, o atendimento de cada localidade, para cuidar, de forma muito pontual, como levantou o meu caro Senador Blairo Maggi, não só a do banheiro, mas também para cuidar da carne das vacas e dos bois que será exportada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, que fez milagre com as emendas. Das 65 emendas propostas, ela atendeu 33 emendas. Eu contei aqui, Senadores, que trinta e três emendas, das quatro propostas, foram coladas. Então, atendeu mais de 60% das emendas individuais. Meus cumprimentos pelo seu trabalho. V. Exª fez milagre, em quatro emendas atendeu a maioria dos Senadores.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço ao Presidente Acir, mais especialmente ao advogado de defesa, o Senador Walter Pinheiro. Não o constitui, mas ele o fez espontaneamente e com grande brilho. Agradeço muito as referências.

De fato, Senador Blairo, concordo em gênero, número e grau. Para a jornalista e agora Senadora que acompanhou a crise provocada pelo Canadá, quando disse que o Brasil tinha a vaca louca. Naquele momento, eu fiz um comentário exatamente sobre o ponto que o Senador Walter Pinheiro aborda. Há uma distância entre estar previsto no Orçamento e estar executado no Orçamento previsto.

Naquele momento, por ter feito esse comentário, fui alvo, inclusive, de que, digamos, de um total, apenas um terço do valor da defesa agropecuária havia sido aplicado pelo Ministério da Agricultura. Motivo pelo qual o próprio Luis Fernando Veríssimo – vejam só – entrou na questão da vaca louco e abordou esse tema em um comentário em um jornal de circulação nacional, para ver o tom que um tema dessa envergadura suscita, pela sua importância.

Acredito muito na habilidade do Ministro Mendes Ribeiro Filho. Quando houve a primeira manifestação de incidência de aftosa no Paraguai, ele não esperou um segundo para mobilizar as Forças Armadas, o Exército, para que fizessem um cinturão de segurança, evitando, tomando medidas sanitárias necessárias, emergenciais. Com isso, foi, de fato, possível evitar a contaminação por uma doença que provocaria um grande prejuízo ao nosso País.

Então, depende muito da iniciativa do gestor. Nesse caso, ele tomou. Espero que em relação à execução orçamentária, a defesa agropecuária – um setor que eu defendi muito –, não só aos fiscais federais, mas à estrutura toda do Ministério esteja acolhida no Orçamento Geral do Ministério e que o Ministro possa, da mesma forma, realizar esse trabalho.

A questão da pesca, como já foi referido pelo Senador Moka, é um outro fator. Como disse, se incluísse a pesca, sairia a Embrapa, ou o MDA, ou o seguro agrícola, ou o próprio Ministério da Agricultura.

São essas as escolhas que temos de fazer, mas penso que, ao longo do tempo, possamos ajustar, como afinamento maior, essas prioridades que não podem, como disse o Senador Blairo, ser descuidadas. O Senador Moka ressaltou a importância disso para um País que tem, na agropecuária, um superávit de US$ 65 bilhões – dado informado hoje.

Teremos, até o ano de 2020, uma produção chegando a 300 milhões de toneladas de grãos, um recorde. Seremos realmente o maior protagonista no mundo, no planeta, na produção de alimentos de origem animal ou vegetal.

Então, agradeço muito a compreensão dos Senadores. Entendo perfeitamente todas as objeções feitas e as argumentações. Do meu ponto de vista, isso nos irá permitir fazer alguma alteração, na montagem desse orçamento, que flexibilize um pouco mais, para que possamos agregar outras propostas de igual valor, como defesa sanitária ou a pesca.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, demais Senadores presentes, por suas opiniões.

Não havendo mais quem queria discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a relatoria da Senadora Ana Amélia permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As quatro emendas de apropriação aglutinadas serão encaminhadas à Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não havendo nada mais a tratar, vou encerrar esta reunião, agradecendo a presença dos nobres Senadores e Senadores, em especial, a nossa nobre Relatora Ana Amélia, pelo seu brilhante trabalho.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.)

ATA DA 51ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁ-

RIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2011.

Às dez horas e oito minutos do dia primeiro de dezembro de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **RODRIGO ROLLEMBERG, ANTONIO RUSSO, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA, CLÉSIO ANDRADE, MOZARILDO CAVALCANTI e BLARIO MAGGI.** Deixam de comparecer, os Senhores Senadores: Delcídio do Amaral, Zeze Perrella, Eduardo Amorim e Flexa Ribeiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2011 – EMENTA:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de excedente, chamado de produção excedente, entre os períodos das águas. **Autoria:** Deputado Reginaldo Lopes. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1. **Observações:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. Na 49ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 17/11/2011, o Projeto é incluído como item Extrapauta. Colacada a matéria em discussão, após a leitura do relatório pelo Senador Acir Gurgacz, relator, a Presidência suspende a discussão, que será retomada na próxima reunião deliberativa. Matéria em fase de discussão. Votação Nominal. **Resultado: Retirado de Pauta, a pedido do Relator, para reexame. ITEM 2: – Não Terminativo – EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 1998 – EMENTA:** Dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola. **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação das Emendas da Câmara oferecidas ao PLS nº 126/1998. **Observações:** A matéria será apreciada pela CAE. **Resultado: Retirado de Pauta, a pedido do Relator, para reexame. ITEM 3: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, DE 2009 – EMENTA:** Concede seguro-desemprego, no período de entressafra, ao trabalhador rural que atua no cultivo de cana-de-açúcar. **Autoria:** Senador Jarbas Vasconcelos. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 a 6. **Observações:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. O Projeto constou da pauta da 49ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 17/11/2011. A matéria será apreciada pela CAE e posteriormente pela CAS em decisão terminativa. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 4: REQUERIMENTO Nº 73, DE 2011 – CRA – ASSUNTO:** Requeiro, nos termos regimentais, seja realizado o 23º Seminário, no âmbito do Ciclo de palestras e debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, em 2 de dezembro de 2011, sexta-feira, às 15 horas, na Câmara Municipal de Ariquemes – Rondônia-RO, com o objetivo de avaliar e debater a questão fundiária da Amazônia em especial em Rondônia e as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e do Governo do Estado de Rondônia, com a presença dos seguintes convidados: Srª. Shirley Nascimento – Secretária Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – **SERFAL/MDA**; Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – **INCRA**; Sr. Anselmo de Jesus – Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – **SEAGRI/RO**; Sr. Carlino Lima – Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Rondônia – **INCRA/RO. Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – SENADOR **ACIR GURGACZ,** PRESIDENTE DA CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento do Aviso nº 1.705, do TCU, de 17 de novembro corrente, subscrito pelo Ministro Benjamin Zymler, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 2.903, de 2011, que trata de monitoramento referente à auditoria operacional do programa Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura. O pre-

sente aviso será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para autuação e, posteriormente, será encaminhado a relator para análise.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

ITEM 1

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2011

Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de excedente, chamado de produção excedente, entre os períodos das águas.

Autoria: Deputado Reginaldo Lopes.

Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

Como esse projeto ainda está em fase de discussão e não se chegou a acordo, ele foi retirado de pauta, a nosso pedido. Portanto, o item 1 foi retirado de pauta.

ITEM 2

– Não Terminativo -

EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 1998

Dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

O Senador Cyro Miranda diz o seguinte: solicito a V. Exª que o PLS nº 126, de 1998, do qual sou relator, seja retirado de pauta desta quinta-feira.

Portanto, também está retirado de pauta.

Bom dia, Deputados, Senadores, Senadoras.

ITEM 3

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, DE 2009

Concede seguro-desemprego, no período de entressafra, ao trabalhador rural que atua no cultivo de cana-de-açúcar.

Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Como o Relator Benedito de Lira não está presente, também retiramos o item da pauta, porque o mesmo pediu que o aguardássemos para o relatório.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CRA

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizado o 23º Seminário, no âmbito do ciclo de palestras e debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, em 2 de dezembro de 2011, sexta-feira, às 13 horas, horário local, às 15 horas, no horário de Brasília, na Câmara Municipal de Ariquemes, Rondônia-RO, com o objetivo de avaliar e debater a questão fundiária da Amazônia, em especial em Rondônia, e as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e do Governo do Estado de Rondônia, com a presença dos seguintes convidados:

Srª Shirley Nascimento – Secretária Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – Serfal/MDA; Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra; Sr. Anselmo de Jesus – Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – Seagri/RO; Sr. Carlino Lima – Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Rondônia – Incra/RO.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Também com a presença da CNA e da Contag.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não havendo nenhuma matéria, cumprimento os nossos Senadores e a nossa Senadora Ana Amélia, sempre presente.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Acir, esta Comissão tem, digamos, a prioridade para tratar de uma questão relevante a todos os produtores rurais brasileiros. Refiro-me especificamente ao Código Florestal. Então, eu queria renovar os cumprimentos a V. Exª pela forma com que, junto com o Senador Jorge Viana, o Senador Luiz Henrique, os Presidentes da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga, e da Comissão de Meio Ambiente, Senador Rodrigo Rollemberg, trataram desta questão – em primeira instância o Senador Eunício Oliveira, Presidente da CCJ –, para que chegássemos a um termo final que desejamos todos aconteça, com toda tranquilidade, na próxima semana. Ontem, foi aprovado pelo Plenário do Senado, requerimento de urgência para esta matéria,

com maioria muito folgada, o que nos dá a garantia de que esta questão tem uma boa acolhida por todo o Plenário do Senado Federal.

Então, eu queria renovar os cumprimentos a V. Exª pela forma com que se empenhou nesta matéria na nossa Comissão, especificamente o nosso Senador Waldemir Moka, que fez um trabalho de articulação política muito valiosa junto às autoridades e, também, junto ao Congresso Nacional, mobilizando os negociadores da Câmara e do Senador para que fosse isso.

O Senador Blairo Maggi, ontem, foi muito feliz quando ocupou a tribuna do Senado para dizer que o Código Florestal não é para o interesse dos ambientalistas ou dos produtores rurais. É um projeto, é um marco regulatório para o Brasil, que é o maior protagonista, hoje, na área da produção agropecuária e que deu um superávit comercial, neste ano, até agora, de mais de US$60 bilhões. É impossível ignorar uma realidade dessa envergadura.

Então, eu queria renovar os cumprimentos pelo trabalho desempenhado pelos Senadores citados.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Retribuo o elogio e divido-o com todos os membros desta Comissão. Todos os Senadores que fazem parte da Comissão de Agricultura debateram, discutiram esse tema com muita profundidade, com muito conhecimento de causa. E chegamos a um bom termo exatamente porque tivemos a vontade de trabalhar com muita presteza e debater o assunto amplamente. Fizemos isso ao longo dos oito meses que se passaram, sem aquele cabo de força.

Às vezes, as pessoas podem estar enjoadas dessa colocação que nós sempre fazemos. Mas é importante fazê-la porque entendo que foi importante não deixar entrar, aqui no Senado, esse cabo de força entre produtores e não produtores. Entendo que isso foi fundamental para que a gente pudesse chegar a este momento com a maioria absoluta dos Senadores querendo aprovar o texto que ora foi elaborado.

E aqui temos que destacar muito a atuação dos nossos dois Relatores: Senador Luiz Henrique, ex-Governador – aliás, bom ex-Governador do sul –, e um bom ex-Governador do norte, que é o Jorge Viana. São duas pessoas experimentadas que fizeram um trabalho maravilhoso e, hoje, temos um texto que atende à população brasileira Não a ruralistas, não a produtores, não a não produtores também, mas, sim, à população brasileira. Acho que este é grande desafio que nós tínhamos, e temos, porque ainda não foi aprovado no Senado.

Temos ainda, Senador Cyro, alguns debates a serem feitos, e vão ser feitos, porque esta é a Casa do debate e a democracia impera aqui.

Teremos, com certeza, algumas emendas no plenário. O que é legítimo, porque o Regimento diz que é possível. Depois de debatidas nas comissões e votadas, algumas coisas podem ser ajustadas. E nós não podemos perder a oportunidade – já conversamos com o Senador Moka – de fazer aquilo que tem que ser feito porque este é o momento e a nossa última oportunidade, vamos dizer assim, de azeitar e tirar as arestas será agora no plenário, na próxima terça-feira, se todos os Senadores decidirem. É o momento certo, é o local ideal para se fazer isso. Portanto, vejo que é importante o debate e que nós continuemos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas não corre o risco de voltar, dependendo da modificação?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Ele vai para a Câmara de qualquer forma.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Vai de qualquer forma.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A discussão é democrática, ela é pertinente, e o Regimento a permite. Portanto, vai acontecer de uma forma muito democrática e ampla. É importante que se faça esse debate, essa discussão para que, lá na frente, ninguém venha dizer que não discutiu, que não deu sua opinião, que não pôde debater. E que fique bem claro para toda a população brasileira que nós aqui no Senado queremos debater, discutir, ouvir todos. Às vezes nós ouvimos o que não gostaríamos e com que não concordamos, mas ouvimos. Isso é importante.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente Acir...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, Presidente.

Eu queria me posicionar a respeito do que V. Exª acabou de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Senador Moka.

Na sequência, o Senador Cyro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro, Senadora Ana Amélia, Senador Blairo, meu amigo Deputado Federal Colatto, primeiro quero justificar meu atraso, Senadora Ana Amélia e Senador Cyro: eu estava relatando um projeto de V. Exªs na Comissão de Infraestrutura; senti-me na obrigação de fazê-lo – de conversão, de V. Exª, Senadora, e de transporte, do Senador Cyro, que foi aprovado; quanto ao de V. Exª, Senadora Ana Amélia, pedi que fosse retirado de pauta depois de um pedido pela rejeição.

Eu sempre acho que cabe uma rodada para que V. Exª possa, ou o Relator...

Eu quero dizer o seguinte: eu acho que nós temos que debater. Eu acho que não houve um assunto mais debatido neste País do que o Código Florestal. Na Câmara faz dois anos que o estão debatendo.

Não V. Exª, que eu respeito e sei o que V. Exª está dizendo, mas a gente tem que separar, Senadores, aquilo que é debate... Existem aqueles inconformados com a mudança do Código, que querem postergar a aprovação do Código e levar esse debate ou essa votação para o ano que vem. Então é só um reparo que quero fazer.

Estou com V. Exª, vamos debater, V. Exª tem o meu apoio. Sei da luta de V. Exª naquela emenda da servidão, que é mais do que justa. Mas acho que nós, principalmente nós, temos que prestar atenção porque, às vezes, sem querer, de forma mais legítima possível, ao garantir o debate, se não prestarmos atenção, podemos fazer o jogo daqueles, Senador Blairo – e nós sentimos isso –, que não querem...

Eu quero lembrar-lhes que esse projeto tem de ir à Câmara – está aqui o Deputado Federal Valdir Colatto –, porque houve modificações, e a Câmara tem legitimidade e autonomia para acatar as modificações, ou rejeitá-las, mas vai haver um debate na Câmara a respeito disso. Aí a Presidente Dilma, depois de aprovado na Câmara, ainda tem de sancioná-lo. Tenho certeza de que a Presidente Dilma também será alvo de um *lobby* muito forte no sentido de vetar ou coisa desse tipo.

Eu queria apenas e tão somente... Neste semestre, tivemos muitas atividades, mas eu, particularmente – acho que V. Exªs também –, tenho me dedicado quase que exclusivamente a esse debate. O pessoal, os cientistas – há cientistas aqui que eu ouvi quatro vezes – quatro vezes! A gente percebe que... Uma coisa é ouvir e debater; e outra coisa é... E o que eles estão propondo não encontrou guarida entre os Relatores. Isso é diferente. O fato de debater não significa que o que eles dizem vai encontrar ressonância ou respaldo em quem relatou o projeto. São coisas absolutamente diferentes.

Acho que o debate foi garantido. Concordo com V. Exª que terça-feira é o prazo. O Plenário do Senado é soberano e cabem emendas de plenário, legítimas, e nós haveremos de debatê-las exaustivamente.

Eu só gostaria que a gente pudesse, na terça-feira, democraticamente, com o voto da maioria, que aliás, ontem ficou claro...

Mas há uns aqui que só falam "os criminosos", "os bandidos"...

Sr. Presidente, não posso mais concordar com esse tipo de fala, e vou avisar: vou reagir a esse tipo de coisa, quando querem criminalizar aquele que produz, que gera emprego e renda e que tem, sem dúvida nenhuma, colocado o nosso País no rumo do desenvolvimento.

Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Concordo com V. Exª: não há espaço para radicalização, Deputado, e não houve radicalização ao longo destes oito meses de debate nesta Casa. Não podemos deixar que isso aconteça agora no plenário, e tenho certeza de que não vai acontecer.

Quando dizemos que há espaço para o debate, é o debate natural, puro, objetivo, claro, na intenção de ajudar, de melhorar, de aprimorar ainda mais o Código Florestal.

Com a palavra, Cyro Miranda; depois, Senador Blairo Maggi.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero saudar a presença do Deputado Colatto. Seja bem-vindo.

Na mesma linha do Senador Moka, acho que, pelo menos nesta Casa, nestes últimos anos, eu não vi um debate tão exaustivo. Realmente, exerceu-se a democracia. Agora, preocupa-me, e é justamente a linha que eu ia tomar, o final: um grupo muito pequeno não só de parlamentares, mas incentivando algumas entidades, está colocando a aprovação do Código Florestal como se fosse a pior do mundo, que estamos sendo criminosos. E nós temos que mostrar a realidade, porque o povo vai ficar com uma sensação de que foi não foi feita uma justiça. Se há desmandos durante séculos, eles não podem querer corrigir isso numa semana, sacrificando toda a produção que temos no País.

Então, Sr. Presidente, acho que, após isso ou durante esse evento, temos de deixar bem claro que foi um projeto equilibrado, houve muito equilíbrio. Cede-se daqui, cede-se dali, mas cede-se em coisas conscientes, ninguém fez nada cedendo ou para prejudicar alguma coisa. Estamos tendo uma pecha de que somos criminosos, de que estamos apoiando, elegendo-nos com troféu de motosserra e outras coisas. Temos que deixar para a população, para o povo brasileiro que foi um trabalho democrático.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Cyro.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, Srª Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, nessa linha em que está sendo colocada a questão na terça-

-feira, e tenho ouvido, lido, visto na TV e conversado com alguns jornalistas, estou vendo um movimento com o qual não concordo, porque os mesmos que estão agora se posicionando do outro lado para criticar o que foi feito são os que estavam nas nossas comissões e discussões durante todo o período aqui. Claro que não há massa de manobra, mas os intelectuais, os cabeças desses movimentos estavam conosco; eu conheço a grande maioria. Tive a oportunidade de ver na TV: aqueles que foram conversar com a Presidente Dilma são os mesmos que estavam conversando conosco.

Então, eles passaram o tempo inteiro aqui, e nenhuma matéria aqui foi levada de goela abaixo, não ouve nem votação para trazê-las e nem para retirá-las, porque era o consenso das discussões, depois de muita discussão, então eu fico preocupado nesse sentido. Quer dizer, ajudaram a fazer, negociaram, e agora se posicionam de forma diferente.

Nós precisamos reagir a isso também. Na terça-feira, eu não queria e não quero ver aqui um campo de batalha, mas a gente tem que ter um campo de apoiamento. Na terça-feira, nós queremos ver aqui os setores produtivos também, porque os ambientalistas estarão aqui, porque para eles nunca está boa a situação. Você dá um passo à frente, chega aonde era a briga, aonde era possível, depois eles mudam a estaca de novo, e você tem que caminhar mais um pouco.

Quero dizer que não concordo com esse posicionamento. A exemplo do que o Senador Moka disse ontem numa reunião, para mim, também chega. Também não vou mais aceitar as provocações que foram feitas durante todas as comissões, porque ali tínhamos de ter paciência para construir, mas não vou mais aceitar que se chame qualquer produtor agrícola brasileiro de criminoso, porque isso inclui o meu pai, os meus avós, os meus descendentes e a grande maioria dos brasileiros que botaram no chão, sim, a floresta para fazer do País o que ele é.

Isso não é nenhuma vergonha, nenhum crime. O que estamos fazendo é preservar aquilo que achamos possível preservar, porque ainda podemos produzir com aquilo que nós temos, com o aumento da tecnologia e o reaproveitamento das terras, senão a discussão seria outra.

Então nós não vamos mais aceitar esse tipo de provocação. Vamos reagir à altura, conforme a provocação.

Nós, da Comissão de Agricultura, temos que reagir a esse tipo de provocação, porque ela não é contra mim. As pessoas falam olhando para mim, mas eu estou num jogo político. Compreendo como é o negócio. Podem vir aqui me xingar, criticar, eu entendo. Mas quando começa a passar desse ponto, do limite, para aqueles que têm a mão calejada de trabalhar no dia a dia no campo, de preocupação, de brigar com São Pedro, ou melhor, rezar para São Pedro todo dia e ter que botar a enxada no chão para produzir... Não dá para entender como essas pessoas são criminosas. Criminosas seriam se não estivessem fazendo a sua função lá na terra, a função social de produzir, de botar o leite na prateleira, os ovos, todo dia. Se não houver o agricultor, se não houver o campo para sustentar as cidades, elas morrem, todo mundo sabe disso. O problema, Senadora Ana Amélia, é que as pessoas que moram na cidade hoje acham que tudo nasce na gôndola do supermercado. Elas têm dó de ver matar um frango, de abater um boi, mas gostam de comer um bife, de comer um ovo. Então, a gente tem que parar com essa hipocrisia e falar a realidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Na verdade, Presidente, com a sua permissão, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...corroborando o que disse o Senador Blairo Maggi, aqui quem não tem voto quer ganhar no grito. E a gente já conhece esse jogo, porque aqui, como disse o ex-Ministro Nelson Jobim numa das audiências que fizemos no Poder Judiciário, há uma divisão em dois grupos: o grupo que quer simplesmente marcar posição e o grupo que tem preocupação em criar soluções, que acho que corresponde à maioria dos Senadores que pretendem encaminhar bem a votação na terça-feira.

Só peço licença porque sou relatora de duas indicações do Ministério das Relações Exteriores, por isso não ficarei até o final da reunião, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Antes de passar a palavra para o Senador Casildo, quero lembrar que foi iniciativa desta Comissão, Senador Blairo Maggi, debater o Código Florestal antes de o PLC nº 30 chegar a esta Casa. Debatemos exaustivamente, Deputado Colatto, ouvimos toda a sociedade, conversamos.

Volto a dizer: ouvimos aquilo que queríamos, o que não queríamos, mas ouvimos, porque era nossa obrigação ouvir, e demos apoio aos nossos relatores, ainda, na época, futuros relatores, porque nem sabíamos quem seria. Mas iniciamos o debate aqui, Senador Casildo, e V. Exª nos acompanhou, também fez parte daquela iniciativa no dia 29 de março, sem antes ter sido votado na Câmara, porque nós sabía-

mos da importância e que precisaríamos ouvir a sociedade brasileira.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É apenas um comentário, Sr. Presidente Acir, caros colegas. O destaque também é o catarinense Valdir Colatto, que a esta Comissão comparece. Na verdade, o Senador Blairo disse muito bem, nós fomos bandeirantes, quer dizer, os meus pais. Eu saí do Rio Grande do Sul com dois anos de idade para Santa Catarina à procura de terras. E os antigos – papai conta –, os avós assim foram. Eles iam pelos rios procurando se estabelecer. Eram selvas. E os governos incentivavam que os agricultores fossem desbravadores, bandeirantes à procura de novas terras para produzir. Isso, aliás, começou na Europa, os governos estimulavam que viéssemos para as Américas. E começavam pelos rios. Eu sei que, em Santa Catarina, o rio Uruguai é um deles, o rio Chapecó é outro. As pessoas adentravam, as famílias, e buscavam se estabelecer mais próximas de onde havia água, naturalmente, porque iam pela água. Não havia estradas, da questão aérea nem se falava, então era assim que se acomodavam. E essas pessoas não têm culpa alguma por abrir espaços, por buscar. Aliás, eram incentivadas pelo Poder Público, pelo Governo, a desbravarem, a buscarem, inclusive para tomarem posse do Brasil, para dizerem que aqui existem brasileiros a enfrentar vicissitudes de toda ordem.

Agora, vem essa questão de acomodar. Claro que precisamos ter sustentabilidade. Acho que o papel está sendo exercido por todos nós. Nesta Comissão, principalmente, os membros tiveram o diálogo, acho que a paciência, eu diria até que certa sacrossanta paciência. Mas tudo tem um limite, naturalmente. Deve-se ter paciência, sim. Eu sempre defendi o diálogo, mesmo quando exerci o governo de Santa Catarina. O diálogo é a primeira coisa. Melhor duas horas de diálogo, eu sempre dizia, do que cinco minutos de tiroteio, Senador Jayme Campos. É melhor que tudo. E acho que nós exercitamos o diálogo das duas horas. Quer dizer, como diz o Presidente Acir, do dia 29 de março até agora, dezembro, praticamente. Na terça-feira vai ser dezembro, praticamente um ano. Duas horas, entre aspas, é um grande diálogo, ouvindo, sentindo de todos os lados e, finalmente, estamos chegando ao melhor que temos, ao consenso, ouvindo de um lado, ouvindo de outro, e construindo aquilo que é melhor na sustentabilidade também da produção.

Eu acho que é um papel que o Senado está respondendo ao Brasil e do melhor modo possível. Se não é o desejo de todos, mas pelo menos vai expressar o sentimento da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, a minha intervenção é muito curta aqui. V. Exª expressou até a data em que iniciamos esse diálogo, esse entendimento na busca do novo Código Florestal Brasil.

O Código está sendo discutido há quinze anos, é bom que se esclareça. Entretanto, nos últimos tempos, o Deputado Aldo Rabelo fez lá na Câmara mais de cem audiências públicas, sentindo, naturalmente, a população brasileira, sobretudo o homem do campo, os ambientalistas, enfim, pessoas envolvidas. Não foi o suficiente. Quando veio para o Senado, eu acho que mais de cem audiências também foram realizadas e visitas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, pela Comissão de Meio Ambiente.

Enfim, indiscutivelmente, fizemos um trabalho zeloso. Não foi tomada nenhuma decisão de forma açodada, muito pelo contrário. Notadamente, o que se percebia era a paciência dos relatores das comissões ouvindo todos os segmentos da sociedade. De modo que estou tranquilo com minha consciência, na medida em que o nosso voto que foi depositado nas comissões e, certamente, no plenário, onde vai ser a votação na próxima terça-feira, eu não tenho dúvida alguma de que estamos votando o Código com muita responsabilidade, buscando a compatibilização entre o desenvolvimento e a preservação.

Agora, nós não podemos entrar no jogo, em hipótese alguma, daqueles que estão fazendo deste Código Florestal um negócio, tendo em vista que a maioria daqueles que estão do outro lado, defendendo a questão ambiental são pessoas envolvidas em ONGs ou defendendo interesses de qualquer um que seja.

Mas, nesse caso, tenha a certeza, meu caro Deputado Colatto, de que foi o valoroso Deputado lá na Câmara, que lutou e que está acompanhando já há muito tempo essa matéria, acho que o mais importante, Moka, é que o Código Florestal Brasileiro vai dar segurança jurídica. Nós temos um novo marco regulatório. É o que nós queremos, na verdade.

Muitos não avaliam o quanto essa insegurança está sendo perniciosa aos nossos pequenos, médios e grandes produtores rurais brasileiros. E, nesse caso, Moka, eu tenho a convicção de que, particularmente – e eu falo em nome do meu Estado de Mato Grosso –, o sentimento da população está realmente mais tranquilo. Parece que estão vivendo um novo momento porque já se tem, pelo menos, uma data estipulada.

A minha preocupação era de que essa matéria não seria votada neste ano. Entretanto, o trabalho que foi feito, sobretudo de forma consciente, de forma que poderíamos ter a tranquilidade de que este Código não é para atender a ou b, a segmento ambientalista ou não ambientalista. Pensamos na futura geração do Brasil, ou seja, é um Código que vai dar tranquilidade e, acima de tudo, tenho certeza de que, a partir de terça-feira, votado o Código, caro Senador Blairo Maggi, o Brasil terá um novo momento, sem sombra de dúvida, um Brasil de tranqüilidade, de paz, em que o cidadão sentirá segurança jurídica e saberá, de fato, o que ele pode fazer e o que não pode fazer. Nós não poderíamos ficar nesse marasmo em que estamos há tantos anos – decreto e mais decreto, portaria e mais portaria, resolução e mais resolução.

Por isso, quero aqui, de público, cumprimentar V. Exª, meu caro Presidente Acir Gurgacz, pelo trabalho operoso, competente e, acima de tudo, imparcial que V. Exª fez nesta Comissão, como fez Eduardo Braga na Comissão de Ciência e Tecnologia, nosso prezado amigo Rodrigo Rollemberg na CMA e o Presidente da Comissão de Constituição e justiça, Senador Eunício Oliveira. Destaco, ainda, o trabalho dos Senadores Luiz Henrique e o companheiro Jorge Viana, que fez um trabalho, com certeza, competente, deixando a paixão, o fundamentalismo e votando em favor do Brasil esse novo Código Florestal, que certamente vamos votar na próxima terça-feira.

Obrigado.

O SR. PRSIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Agradeço, mais uma vez V. Exª pelo apoio dado sempre às nossas causas e a sua atuação nesta Comissão.

Voltando ao que V. Exª colocou, Senador Blairo Maggi, a população, ou melhor, os radicais do meio ambiente colocam o seguinte: o agricultor que tem uma boa produção é eficiente e é bandido; aquele que não tem uma boa produção é incompetente. Ou seja, nunca está bom, nunca serve, e nós temos, infelizmente, de conviver com isso.

Na próxima semana, nós precisamos dar uma resposta à população brasileira, uma resposta aos agricultores, aos verdadeiros ambientalistas que entendem o que estamos fazendo, colaboram com o que estamos fazendo e apóiam o que esta sendo feito. Com os radicais não podemos contar nem de um lado nem do outro. Aliás, nós excluímos os radicais do nosso debate. Ouvimos sim, mas excluímos na hora de decisão porque não é com radicalismo que a gente consegue resolver os problemas do Brasil.

Portanto, esperamos que, na próxima terça-feira, possamos votar e aprovar a reforma do novo Código Florestal Brasileiro.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, encerro esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 39 minutos.)

ATA DA 52ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2011.

Às oito horas e quarenta minutos do dia oito de dezembro de dois mil e onze, no plenário nº 19 da ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO DO AMARAL, ZEZE PERRELLA, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, LAURO ANTONIO, ANA AMÉLIA, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, CLÉSIO ANDRADE e EDUARDO SUPLICY.** Deixam de comparecer os seguintes Senhores Senadores: Antonio Russo, Casildo Maldaner, Ivo Cassol, Cyro Miranda e Sérgio Souza. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública,** em cumprimento ao **Requerimento nº 70, de 2011-CRA**, aprovado em 27/10/2011, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro, Acir Gurgacz e Eduardo Suplicy, para que seja convidado o Senhor **LUIZ SÉRGIO NOBREGA DE OLIVEIRA**, Ministro de Estado da Pesca e Aqüicultura, para prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta. Após a exposição do senhor convidado, usam da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Ana Amélia, Eduardo Suplicy, Acir Gurgacz, Jayme Campos e Delcídio do Amaral. O convidado responde aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **ACIR GURCACZ,** Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 52ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião tem por objetivo a realização de audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 70, de 2011, aprovado em 27/10/2011, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro, Eduardo Suplicy e de minha autoria também.

Convidamos o Sr. Luiz Sérgio Nobrega de Oliveira, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, para prestar informações sobre assuntos relacionados à sua Pasta.

Srªs e Srs. Senadores, é com satisfação que recebemos, hoje, o Ministro Luiz Sérgio, da Pesca e Aquicultura, para nos apresentar um panorama sobre os principais programas e ações desenvolvidas pelo Ministério da Pesca, um Ministério que cresce em importância e destaque na mesma medida em que a atividade da pesca e da aquicultura se desenvolve no País.

A piscicultura, por sinal, já é a segunda principal atividade do meio rural brasileiro e vem atraindo produtores familiares e novos empresários agrícolas a cada ano. Em muitos casos, tem-se tornado a principal atividade dessas famílias e desses empresários.

Esse fenômeno ocorre em todo o Brasil, especialmente no nosso Estado de Rondônia, que, além da forte vocação para a agricultura e a pecuária, é, também, um Estado natural da pesca, pois conta com rios caudalosos e extremamente piscosos, além de reunir condições favoráveis para o desenvolvimento da piscicultura.

Rondônia produz, atualmente, 12 mil toneladas de pescado/ano. É o terceiro maior produtor em quantidade de peixes capturados nos rios amazônicos, ficando atrás do Pará e do Amazonas, e o primeiro na produção de peixes em cativeiro.

A especialidade da piscicultura em Rondônia é a produção do tambaqui e do tucunaré, e avançando muito na produção de pirarucu também em cativeiro, que, além de ser vendido em todas as feiras livres e supermercados do Estado, também abastece outros mercados, como o mercado de Manaus, por exemplo.

É uma produção ainda pequena, considerando o enorme potencial de crescimento que tem o nosso Estado. Se levarmos em conta os projetos que estão sendo desenvolvidos pelo Governo do Estado, com o apoio das usinas hidrelétricas para o aproveitamento do lago das barragens, Rondônia poderá saltar de uma produção de 12 mil toneladas/ano para 80 mil toneladas/ano, assumindo a sua capacidade de produção máxima e o topo do *ranking* nacional na produção do pescado. O que falta é, justamente, mais atenção do poder público para que os pescadores e aquicultores possam desenvolver suas atividades com melhores condições técnicas, estruturais e organizacionais, com o apoio dos governos municipal, estadual e federal na organização de toda a cadeia produtiva do peixe.

Precisamos, especialmente, do Ministério da Pesca para viabilizar os recursos necessários para a implantação de uma infraestrutura básica para o setor, como a construção e melhoria dos terminais pesqueiros de Porto Velho, na bacia do rio Madeira – o terminal pesqueiro de Porto Velho já virou uma novela para nós, em Rondônia, porque não desenvolve, não avança e está lá com o dinheiro público empregado, sem atender aos nossos pescadores e, por sinal, evidentemente e por consequência, sem atender à comunidade –, também como de Rolim de Moura, na bacia do Guaporé, de Ji-Paraná, na bacia do rio Machado, de Ariquemes, na bacia do rio Jamari, e de Guajará-mirim, na bacia do rio Mamoré, além de recursos para a conclusão de uma fábrica de gelo em Ariquemes, bem como para outros projetos apresentados pelo Governo do Estado e pelas colônias de pescadores, cooperativas de aquicultores, que tratam da infraestrutura, assistência técnica e organização do setor pesqueiro e aquícola no Estado de Rondônia.

Já tivemos mais de uma audiência com o Ministro Luiz Sérgio, que se comprometeu conosco em auxiliar o Estado de Rondônia. O Ministro tem nos recebido muito bem e, inclusive, já atendeu parte dos nossos pleitos quando esteve em Cacoal, no dia 08 de outubro, para a entrega de uma máquina escavadeira viabilizada por meio de uma emenda de bancada para que os piscicultores possam construir os seus açudes. Os outros projetos ainda estão aguardando uma definição do Ministério da Pesca, para os quais solicitamos, mais uma vez, atenção especial do Ministro Luiz Sérgio. É bom lembrar que todos esses pedidos já haviam sido feitos para a ex-Ministra da Pesca Ideli Salvatti. Portanto, são mais do que urgentes para o nosso Estado.

É evidente que vamos tratar aqui da situação da pesca e da aquicultura do País, mas não poderia deixar de reforçar a nossa preocupação com a pesca no nosso Estado de Rondônia.

Antes de passar a palavra ao Ministro Luiz Sérgio, passo a palavra à Senadora Ana Amélia, cumprimentando-a e agradecendo a sua sempre presença junto conosco.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Acir Gurgacz, eu queria cumprimentar o Ministro Luiz Sérgio por ter atendido ao convite do requerimento de alguns Senadores. Não fui signatá-

ria desse requerimento, mas fico muito feliz com sua presença aqui sempre atenciosa. Pedi uma audiência ao senhor quando estava na articulação do Governo, e o senhor também nos atendeu com muita gentileza e presteza.

Queria aproveitar, caro Ministro Luiz Sérgio e, especialmente, Presidente Acir Gurgacz, para renovar os agradecimentos e os cumprimentos pelo trabalho desenvolvido pelo nosso Presidente no âmbito da definição do marco regulatório para o Código Florestal, que tem também a ver com pesca, porque a preservação de rios e nascentes é uma fonte de riqueza para a piscicultura também. Quero cumprimentar o Senador Acir pela forma extremamente responsável, equilibrada e com habilidade política necessária a um grande líder para, junto com os demais Presidentes – Rodrigo Rollemberg, da Comissão de Meio Ambiente; Eduardo Braga, da Comissão de Ciência e Tecnologia; e Eunício Oliveira, da Comissão de Constituição e Justiça – e os relatores – Senador Luiz Henrique da Silveira e Senador Jorge Viana –, chegarmos a um bom termo e cumprirmos a nossa missão. Então, queria renovar esses cumprimentos ao senhor, Senador Acir Gurgacz, porque desde o início nós começamos aqui, nesta Comissão, junto com a Comissão de Meio Ambiente, um amplo, democrático e plural debate a respeito desse tema. Queixas, evidentemente, acontecerão de todas as partes, mas nós cumprimos com a nossa responsabilidade.

Da mesma forma, votamos ontem também. Lamentavelmente, não foi possível atender aquilo que pensávamos em relação à Emenda nº 29.

Eu gostaria muito de ficar aqui, mas o Líder do meu Partido, Francisco Dornelles, pediu-me que estivesse junto para recepcionar o Ministro das Cidades, do meu Partido, em seu gabinete. Então, esse é o motivo pelo qual eu não aguardarei aqui com V. Exª o depoimento e as explanações, que serão muito proveitosas, do Ministro Luiz Sérgio. Então, peço desculpas antecipadas, mas acho que o Ministro Luiz Sérgio e o senhor entenderão também, porque estamos aqui na escolha de Sofia, porque são tantas comissões ao mesmo tempo. Também aqui, na Comissão de Infraestrutura, a Ministra Miriam Belchior está presente, e a Senadora Lúcia Vânia também pediu que eu estivesse lá presente. Tem que fazer uma clonagem – não é, Ministro Luiz Sérgio? – para poder largar um pedaço de cada um de nós em cada comissão.

Muito sucesso ao senhor e meus agradecimentos em nome dos Senadores que fizeram o convite ao senhor.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, que sempre está conosco atuando na Comissão de Agricultura. Entendemos e agradecemos a sua presença neste início dos trabalhos na Comissão de Agricultura.

Na verdade, hoje temos vários Ministros na Casa em várias comissões. Realmente será uma disputa pelo horário. E nós, como temos tradicionalmente começado bem cedo, temos algumas preferências, Ministro, pelo horário.

Agradecemos a sua presença aqui conosco. Tenho certeza de que V. Exª tem feito um bom trabalho à frente do Ministério. Se não me engano, tem uma agenda para Rondônia no final de semana. Amanhã, não tem uma agenda em Porto Velho e no interior do Estado. É um prazer recebê-lo conosco e passo a palavra a V. Exª para que faça sua apresentação. Muito obrigado.

O SR. LUIZ SÉRGIO NÓBREGA DE OLIVEIRA – Bom-dia a todos. Quero aqui saudar o Senador Acir Gurgacz, Presidente desta Comissão, à Senadora Ana Amélia por suas palavras, sempre gentis e carinhosas, e agradecer a todos os membros da Comissão pelo convite e por esta oportunidade.

Sr. Presidente, antes de entrar no mérito das ações do Ministério, vou me atrever a fazer um leve apontamentos históricos do que foi e do que é a luta dos pescadores e pescadoras brasileiras ao longo de quase dois séculos de história.

A pesca é, seguramente, uma das mais antigas atividades econômicas do Brasil. Os pescadores brasileiros foram dos primeiros a se organizar e lutar por melhores condições de trabalho e por representatividade.

Em 1815, acontece em Recife a **Revolta dos Pescadores** contra a cobrança de "foros" pelos donos de mangues e viveiros de pesca.

Em 1818, D. João VI cria, em Santa Catarina, a 1ª Colónia de Pescadores.

Em 1941 parte de Fortaleza, a Jangada São Pedro, com destino ao Rio de Janeiro, levando os pescadores Manoel Olímpio Meira, o Jacaré, Raimundo Correia Lima, o Tatá, e Manoel Pereira da Silva, o Preto, os quais foram recebidos pelo então Presidente da República, Getúiio Vargas, quando foi feita a denúncia formal sobre o abandono dos pescadores pelo Governo Federal.

Em 1962, a Lei Delegada n° 10 cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – Sudepe.

Em 1972, outra Jangada parte de Fortaleza até São Paulo, para reivindicar a aposentadoria dos pescadores profissionais.

Em 1989, é extinta a Sudepe e a gestão da pesca passa a ser de responsabilidade do Ibama.

Em 1991, criado o Seguro Desemprego ao Pescador Profissional Artesanal, durante os períodos de defeso.

Em 1998, a produção aquícola brasileira, notadamente a criação de camarão marinho começa a aparecer como grande potencial de desenvolvimento da atividade.

Gostaria só de dar um exemplo aqui que, como Ministro da Pesca, quero agradecer ao Senado da República que, na votação do Código Florestal, buscou um entendimento com relação ao desenvolvimento da atividade da criação de camarão no nordeste, no grande debate de apicu e salgado e, como sempre – e esta é a grande virtude do Parlamento –, do debate se chega àquela posição que não é individual de um Senador ou de um Deputado nem mesmo de um representante de uma atividade econômica, mas expressa a média ponderada fruto de um debate democrático que acontece na Casa e se chegou à proposta, a meu ver, muito boa e que espero que a Câmara possa confirmar, porque essa atividade tem muito a representar para a economia brasileira. Só dando um exemplo: o Equador, que é menor do que o Estado do Ceará, tem algo em torno de 200 mil hectares de fazenda marinha de camarão, e nosso Brasil inteiro tem, no máximo, 18 mil hectares de fazenda de camarão. Então, nós temos, com esse Código, todas as condições de ampliar essa atividade, preservando o meio ambiente, preservando os nossos mangues. Eu quero aqui, como Ministro da Pesca do Brasil, agradecer ao Senado por essa postura.

Em 2003 é criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca vinculada à Presidência da República com responsabilidade pelo fomento e o desenvolvimento da pesca no Brasil, com a participação do MMA e Ibama.

Quero aqui reforçar que, mesmo com a criação da Secretaria Especial, a quase totalidade das ações ainda se encontravam com o Ibama e com o Meio Ambiente.

Em 2009 o Presidente Lula cria, com ampla aprovação do Congresso Nacional, o Ministério da Pesca e Aquicultura. Nesse mesmo ano é publicada a nova Lei da Pesca (Lei 11.959). Quem criou o Ministério da Pesca, na realidade, foi a Câmara e o Senado, o Congresso Nacional, que, por unanimidade, aprovaram a criação desse Ministério – siutação e oposição, num entendimento de que era preciso criar e fomentar essa atividade econômica. E nesse mesmo ano é publicada a nova lei da pesca, a Lei nº 11.959.

A gestão da pesca brasileira foi, ao longo do tempo, de responsabilidade de vários organismos, com destaque para a Marinha, Sudepe, Ibama, Mapa, SEAP/PR e, atualmente, MPA.

Quero aqui reforçar que, com a extinção da Sudepe até a criação da SEAP, nós tivemos um vazio de 14 anos em que os pescadores, os empresários, os armadores ficaram meio que perdidos no oceano ou nos rios, sem ter uma porta, sem ter um órgão que pudesse fomentar, aglutinar, unificar essa atividade para que ela representasse para o Brasil o potencial que nós temos.

Em junho de 2009, por meio da Lei 11.958, foi criado o Ministério da Pesca e Aquicultura com a missão de definir a política nacional pesqueira e aquícoia, abrangendo:

produção
transporte
beneficiamento
transformação
comercialização
abastecimento
armazenagem

Vale lembrar que no que se refere à normatização da atividade pesqueira e aquícola foi definido o sistema de gestão compartilhada entre os Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente

Principais ações do MPA:

Comitês Permanentes de Gestão: através da criação dos CPGs, governo e sociedade passarão a definir diretamente a gestão dos recursos pesqueiros do país. Ao todo serão criados 21 CPGs como se pode ver no gráfico**.** Eles serão formados por representantes que integram o Conselho Nacional de Pesca (CONAPE), entidade criada a partir das Conferências Nacionais da Pesca e que reúne os agentes governamentais que possuem relação com a atividade pesqueira e aquícola, bem como o setor produtivo.

Quero aqui ressaltar que acho muito importantes os comitês permanentes de gestão, porque, neles, governo e sociedade discutirão por bacia, por espécies a serem capturadas, toda a política para o setor do defeso, o momento adequado para pesca, qual o tipo de ferramento vão utilizar na atividade pesqueira. E esses comitês têm tido um espaço acima de tudo de diálogo entre o governo, a sociedade e os representantes da atividade pesqueira.

Dentro dessa política, cabe também ao Ministério da Pesca e Aquicultura uma política de terminais pesqueiros públicos. O Presidente da Comissão, Senador Acir Gurgacz, tão bem representando o Estado de Rondônia, já pôde levantar pontos, em audiência comigo, no Ministério da Pesca e Aquicultura, e em reuniões ainda quando Ministro da Secretaria de Relações Institucionais, na defesa dessa atividade que vem se desenvolvendo muito no Estado de Rondônia.

O Ministério da Pesca e Aquicultura possui um planejamento para 20 Terminais Públicos em todo o País.

São estruturas físicas construídas e aparelhadas para atender às necessidades das atividades de movimentação e armazenagem de pescado e de mercadorias relacionadas à pesca, podendo ser dotados de estruturas de entreposto de comercialização de pescado, de unidades de beneficiamento de pescado e de apoio à navegação de embarcações pesqueiras.

Atualmente, há cinco Terminais Pesqueiros Públicos(TPPs) em operação: Santos e Cananeia, em São Paulo; Laguna, em Santa Catarina; Vitória, no Espírito Santo. Camocim, no Ceará.

Os demais Terminais Pesqueiros se encontram na seguinte situação:

fase de pré-operação (2 TPP): Cabedelo (PB); Niterói (RJ);

fase de construção/aparelhamento (8 TPPs): Manaus (AM), Santana (AP), Belém (PA), Beberibe (CE), Jacundá (PA), Salvador (BA), Ilhéus (BA) e Natal/ (RN).

Quero aqui reforçar que o de Manaus foi construído com recursos do Ministério do Transporte, em um convênio com a Prefeitura de Manaus, mas está sendo repassado para o Ministério da Pesca e Aquicultura, para que nós possamos equipá-los e colocá-lo em funcionamento;

fase de projeto/licenciamento (3 TPPs): Porto Veiho (RO), que V. Exª já reforçou aqui, Bragança (PA), Aracaju (SE);

fase de definição de área (2 TPPs): há uma busca de área para a construção e a elaboração de um projeto de um terminal para o Rio de Janeiro e outro para Recife (PE).

Quero aqui reforçar que, a partir da minha chegada no Ministério da Pesca e Aquicultura, o funcionamento, a operacionalização dos terminais estamos discutindo e construindo um temo de cooperação com a Conab, que é aquela que possui *expertise* para o funcionamento desse tipo de equipamento.

Fábricas de gelo.

Tem como objetivo estabelecer uma política nacional e permanente de qualificação da cadeia produtiva do pescado, com fabricação e distribuição de gelo, tendo em vista a melhora das condições de conservação do pescado, a redução de custos e aumento da renda dos pescadores artesanais e a oferta de pescado de melhor qualidade e com preço mais acessível aos consumidores.

Foram adquiridas 165 fábricas de gelo; foram entregues 130; a ser instaladas, 35; número de Municípios contemplados, 161 e uma capacidade nominal de produção de 489 toneladas/dia.

Cipar (Centro Integrado de Pesca Artesanal)

Atualmente existem 15 Cipar em diferentes estágios de implantação.

O Programa dos Centros Integrados da Pesca Artesanal (Cipar), do Ministério da Pesca e Aquicultura, busca apoiar as colônias, associações e comunidades de pescadores, em Municípios e mesmo em regiões, a estruturarem as suas cadeias produtivas, com o objetivo de agregar valor e gerar trabalho e renda.

Ao todo, estima-se que esse projeto beneficie cerca de 42.000 trabalhadores da atividade pesqueira artesanal em 48 comunidades de 10 Estados.

Unidade de beneficiamento de pescado.

As unidades de beneficiamento de pescado são um conjunto integrado e regionalizado de infraestruturas de pequeno e médio porte para o desenvolvimento da cadeia produtiva da pesca e da aquicultura com agregação de valor e qualidade ao pescado.

Situação de implantação das unidades de beneficiamento de pescado. Quantidade total: 35; obras concluídas, 5; obras em aparelhamento e licenciamento, 27; número de Municípios contemplados, 35.

Quero aqui reforçar que, nos Municípios em que essas unidades de beneficiamento foram concluídas, tem havido um enorme avanço no que se refere à agregação de valor, tanto dos peixes capturados quanto daqueles criados em cativeiro, que são beneficiados nessas unidades.

Um outro programa é o programa da subvenção do óleo diesel. O Ministério da Pesca e Aquicultura possui o Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Adquirido para o Abastecimento de Embarcações Pesqueiras Nacionais, fruto de uma parceria entre o Governo Federal e os Governos Estaduais. O principal objetivo do programa é promover a equalização do preço do óleo diesel marítimo nacional ao preço do óleo diesel marítimo internacional, possibilitando, assim, o aumento da competitividade do pescado brasileiro no mercado internacional e o aumento da rentabilidade daqueles trabalhadores envolvidos na atividade pesqueira.

O Ministério da Pesca e Aquicultura tem um outro programa muito importante, que é o da renovação da frota e crédito. A situação das frotas pesqueiras artesanais no Brasil é bastante precária. Grande parte das embarcações opera com motores inadequados ou com tecnologia defasada, o que gera maior consumo de combustível e maiores custos operacionais. Essa situação compromete também a segurança dos trabalhadores a bordo e as condições de conservação do pescado. Ao longo do processo, ocorrem perdas estimadas em 20% do pescado capturado, principalmente por falta de gelo e condições sanitárias adequadas.

Frente a este cenário, em 2009 houve a inclusão dos pescadores profissionais artesanais e aquicultores familiares na linha de crédito "Pronaf Mais Alimentos", do Governo Federal, para a obtenção de recursos de forma subsidiada, como ocorre na agropecuária. Os créditos são concedidos através do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia.

Considero a inclusão dos pescadores artesanais e aquicultores familiares nos créditos do Pronaf um avanço extraordinário, para que esses trabalhadores, esses brasileiros possam modernizar sua frota, comprar apetrechos mais adequados para sua pesca.

O acesso aos recursos é realizado por meio do Programa Revitaliza, lançado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, que tem por objetivo promover a modernização de embarcações de pequeno porte da frota pesqueira artesanaí.

Aíém do Revitaliza, existe o Profrota Pesqueira, que é o Programa Nacional de Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional e visa a financiar a recuperação de nossa frota industrial.

Temos ainda o Plano Safra das Águas que surge para melhorar as condições de trabalho dos pescadores brasileiros através de linhas de financiamento para o desenvolvimento da pesca e aquicultura nacional atendendo demandas de investimento, custeio, comercialização e infraestrutura produtiva.

Mais recentemente começamos a trabalhar em Novas Opções de Crédito para a pesca e a aquicultura. Uma conquista para toda a cadeia produtiva do setor pesqueiro e aquícola foi a parceria do ministério com o BNDES**,** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, realizada ainda em 2011, que promete abrir o caminho para o País se transformar em um grande produtor de pescados em nível mundial. A produção em cativeiro de peixes (piscicultura), mariscos (mitilicultura), algas (aigicultura) ou camarões (carcinicultura), bem como a implantação de unidades de beneficiamento, são alguns dos investimentos que já estão recebendo maior atenção do banco.

O Ministério da Pesca e Aquicultura estabeleceu ainda parcerias com o Banco do Brasil e a Fundação Banco do Brasil para o financiamento da infraestrutura da pesca artesanal e, sobretudo, da aquicultura familiar.

Finalmente, temos o Fundo Amazônico, que pode vir a financiar projetos sustentáveis de aquicultura como forma de oferecer alternativa de renda a produtores rurais, evitando a ocorrência de desmatamento.

Quero aqui reforçar que, quando estive na Noruega, com a Ministra da Pesca da Noruega, este tema foi debatido. O Fundo Amazônico tem como objetivo financiar ações de preservação da Amazônia, e todos nós temos claro que uma das formas de preservar a Floresta Amazônica é dar uma atividade econômica à população daquela região. E uma atividade econômica que nós podemos assegurar, com certeza, que se compatibiliza com a preservação da Floresta Amazônica é a piscicultura.

Nós estamos falando da maior bacia hidrográfica do mundo, com maior diversividade de espécies de peixes. E entendo que, num bom momento, nós temos de travar essa luta para que o Fundo Amazônico possa também financiar a aquicultura em toda a região Norte do País. E é a velha história: quando querem plantar soja, há o debate de que se quer desmatar; quando querem criar gado, há o debate que para isso querem desmatar; mas, se nós quisermos criar peixe na Amazônia, nós não precisaremos derrubar um pé de pau, porque apenas vamos colocar gaiolas nos rios, nos lagos e nos reservatórios. Então, acho que este debate de utilização do Fundo Amazônico para financiar a aquicultura é o debate que precisamos travar, evidentemente, em todo espaço democrático de debate, e nenhum espaço democrático para o debate é mais legítimo do que o Congresso Nacional.

Parques aquícolas

Os Parques Aquícolas consistem na definição de áreas propícias para o desenvolvimento da aquicultura em águas da União, demarcadas após estudos detalhados de variáveis ambientais e socioeconômicas. As áreas definidas são licitadas para produção respeitando-se a proporção média de 80% para pequenos produtores (não onerosa) e 20% para grandes produtores (onerosa).

A criação dos Parques Aquícolas pode ser considerada, em termos da produção de pescado, o grande diferencial brasileiro no mundo, representando um potencial que não encontra paralelo em nenhum outro país.

Em relação a essa questão, eu defendo e tenho convicção plena de que, a partir deste diálogo, os Senadores também irão defender, porque hoje para se construir uma hidrelétrica, para se fazer um lago... E tem que ser assim, as exigências ambientais determinam enormes estudos. Entendo que seria um bom momento se, dentro do estudo, pudesse incorporar, já no licenciamento, a definição do potencial produtivo desse lago, quantas gaiolas nós poderíamos colocar nesses lagos, tanto é que, quando se busca fazer um reservatório, os primeiros a gritarem, a se manifestarem, a se sentirem prejudicados são os pescadores. E muitos dos estudos dos impactos ambientais versam dar uma oportunidade de trabalho a esses nativos que estavam na atividade da pesca.

Então, se os estudos já definirem quantos viveiros nós podemos colocar dentro de cada um desses reservatórios, que espécie pode ser criada, nós já estaremos solucionando um problema. Por que estou reforçando isso? Porque, hoje, para o Ministério da Pesca licenciar um parque aquícola num reservatório, temos de fazer enormes estudos, que demoram mais de um ano, em cima de lagos. E já foram feitos muitos estudos. Então, acho que a determinação do potencial produtivo de um parque já deveria estar inclusa no estudo de licenciamento desses reservatórios.

O que é mais importante é que a aquicultura já é uma realidade no Brasil, graças ao trabalho desenvolvido pelo Governo Federal por meio do Ministério da Pesca e Aquicultura. A aquicultura brasileira vem crescendo significativamente nos últimos anos, e não há dúvida de que isso se deve, em grande parte, ao surgimento dos parques aquícolas. O litoral de nove Estados brasileiros foi e continua sendo estudado para a demarcação de parques aquícolas. Em novembro, Santa Catarina ganhou o primeiro parque aquícola marinho a receber licença para operação, que já se encontra em produção. Até 2011, seis reservatórios em seis Estados tiveram parques demarcados. Em 2012, o Ministério da Pesca e Aquicultura finalizará o estudo de mais trinta reservatórios em diversos Estados, o que possibilitará um aumento da produção da ordem de mais de 500 mil toneladas/ano até 2015 e a inclusão de cerca de 100 mil famílias no processo produtivo.

Quanto às pesquisas, quero dizer que todos nós, no Brasil – vejo aqui o Senador Moka, um lutador pela agricultura brasileira –, temos orgulho da Embrapa, que é um referencial no Brasil e no mundo em termos de pesquisa de excelência e ajudou muito o Brasil, o setor agropecuário e agrícola do País.

Um dos grandes acertos foi a criação da Embrapa Pesca e Aquicultura. Tenho a plena convicção de que, em pouco espaço de tempo, a Embrapa Pesca e Aquicultura vai proporcionar uma revolução nessa atividade no País, porque, a partir da pesquisa, vamos chegar a criar em cativeiro um peixe perfeito geneticamente, e a ação consumida por peso/ganho será fantástica. Com isso, vamos garantir o fornecimento ao mercado interno e vamos ganhar o mercado externo, como o fizemos na pecuária, na agricultura, na criação de aves. A Embrapa Pesca foi criada – sua sede está em Palmas, no Tocantins; aproveitou-se uma estrutura que já estava focada na aquicultura – e será, em curto espaço de tempo, orgulho nacional, como é, hoje, a Embrapa nas áreas agropecuária e agrícola no País.

Devo dizer que, ao todo, 70 mil famílias foram atendidas em ações do Ministério da Pesca e Aquicultura nas áreas de assistência técnica, de extensão pesqueira e aquícola e de capacitação. Sabemos que, nos Estados, os produtores rurais recebem esse tipo de assistência da Emater e estamos buscando suprir a falta de um serviço similar para a pesca e aquicultura. Atualmente, existem 49 convênios em execução para a assistência técnica e capacitação. No total, 36 mil famílias de pescadores artesanais e de pequenos aquicultores estão sendo atendidas pelo convênio de assistência técnica e capacitação atualmente em vigência.

Quero reforçar – isto é muito importante – que todos nós reconhecemos o enorme papel de apoio e de assistência técnica que a Emater cumpre nos Estados. Para a atividade da aquicultura, que é uma atividade nova, ainda não há uma estrutura consolidada de assistência técnica. Estamos buscando suprir isso com os convênios em execução.

Registro Geral da Pesca.

O Registro Geral da Pesca foi instituído pelo Decreto-Lei nº221, de 1967, e ratificado pela Lei Geral da Pesca com nova estrutura e a denominação mais abrangente de Registro Geral da Atividade Pesqueira.

Com essa nova estrutura o Registro Geral da Pesca contempla o cadastramento de todos os agentes da cadeia produtiva da pesca e da aquicultura, tais como: pescadores profissionais, armadores de pesca e aquicultores, entre outros.

O RGP é o instrumento de credenciamento do agente produtivo para o pleno exercício de sua atividade, além de se constituir um banco de dados capaz de subsidiar a adoção de políticas públicas para o setor.

Fiscalização.

O Ministério da Pesca e Aquicultura adquiriu 28 lanchas para patrulhas com o objetivo de realizar a fiscalização da atividade pesqueira em todo o País. Essas lanchas estão sendo operadas por entes públicos da União e dos Estados que também possuem competência para fiscalizar os recursos e atividades pesqueiras em conjunto com o Ministério da Pesca e a aquicultura.

As lanchas estão assim distribuídas: 11, Marinha do Brasil; 08, Polícia Militar de vários Estados; 03, Polícia Federal; 02, Instituição Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro; 02, ICM-Bio da Bahia e Pernambuco; 01, IBAMA; e 01, Secretaria de Desenvolvimento Agrário, no Estado do Ceará.

Quero aqui reforçar que a pesca no Ceará estava dentro da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, mas lá já foi criado o Ministério da Pesca, hoje comandado pelo ex-Deputado que presidiu a Comissão Especial que criou o Ministério da Pesca na Câmara dos Deputados, o Bezerra.

PREPS.

Outro instrumento importante de fiscalização é o programa de rastreamento de embarcações pesqueiras por satélites, o PREPS, realizado em parceria com o Ministério da Pesca e Aquicultura, com a Marinha e o Ministério do Meio Ambiente.

Atualmente o PREPS monitora através de GPS as atividades de 1.500 embarcações pesqueiras de grande porte. Tem como objetivo salvaguarda da vida humana no mar, acompanhamento em tempo real das atividades das embarcações, avaliação das medidas de gestão e ordenamento e apoio à fiscalização.

Esse é um programa que está em curso e nós estamos debatendo agora para colocar os PREPS nas embarcações de lagosta. Se alguns dos Senadores forem ao Ministério da Pesca, poderão ver na tela do computador onde estão neste momento essas embarcações que já estão nesses equipamentos.

Para se colocar o instrumento do PREPS foi necessário muito diálogo, porque no primeiro momento o sentimento era de ser repressivo. Mas não é isso. O sentimento é acima de tudo de poder salvar vidas, porque, a partir dessa localização, no caso de um acidente, podemos, rapidamente, comunicar à Marinha do Brasil para as suas ações de segurança.

Perspectivas.

Estou concluindo.

Nos últimos anos o Brasil tem avançado em diversas frentes relacionadas ao planejamento, ordenamento e aproveitamento de seu extraordinário potencial para a produção da aquicultura e pesca. Quando o Presidente Lula, com o apoio do Congresso Nacional, criou a Secretaria Especial da Pesca e depois o Ministério da Pesca e Aquicultura, o pensamento central era o desenvolvimento do negócio pescado para garantir emprego e renda para uma grande parcela de nossa população. Hoje, há grande quantidade de brasileiros e brasileiras que vivem direta e indiretamente da pesca. Essas pessoas, no entanto, têm visto os recursos pesqueiros obtidos através do extrativismo diminuírem ano após ano. Isso se dá principalmente porque o Brasil está situado em uma área de baixa concentração de nutrientes no oceano, como pode ser visto neste mapeamento feito pela NASA, Agência Espacial Norte-Americana.

Pelas imagens podemos ver a baixa concentração de nutrientes em nossa costa. Se compararmos com concentrações encontradas no Peru, por exemplo, podemos explicar por que esse país tem uma produção de peixe maior do que a do Brasil, mesmo possuindo uma costa muito menor. Aquele verde meio amarelo sinaliza onde há a maior presença de nutrientes. Onde há maior presença de nutrientes, há cardumes maiores. Menor quantidade de nutrientes, maior variedade de espécies e menor cardumes. Mas isso não significa que a pesca no Brasil não tenha futuro. Muito pelo contrário, nesta outra ilustração, elaborada pela FAO, fica clara a consequência dessa falta de nutriente em nosso mar.

O Brasil tem grande costa, com grande diversidade de espécies, mas os cardumes são limitados, o que, no fim das contas, também limita a nossa captura.

É claro que podemos aumentar a produção pesqueira, como é possível ver neste outro mapa. Temos uma posição privilegiada em relação às grandes rotas de migração, principalmente do atum atlântico.

O atum é um dos peixes com o maior valor no mercado internacional hoje. Como as nossas embarcações pescam muito próximo da costa, nós participamos com praticamente 3 a 4% daquilo que podemos capturar desse peixe de migração, que está em nossa costa e tem um valor enorme no mercado internacional.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ministro Luiz Sérgio, permita-me, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ SÉRGIO NÓBREGA DE OLIVEIRA – Quem aqui permite é o nosso Presidente, mas como...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu estou sendo chamado para uma votação muito importante na Comissão de Direitos Humanos, que vai acontecer daqui a instantes, relativa a assunto de grande polêmica, e é preciso que eu esteja lá sem falta.

Sou um dos requerentes e tenho, inclusive, algumas questões. Gostaria de dizer, se me permite o meu querido Ministro Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira, que V. Exª está, com sua exposição, respondendo a uma das principais indagações que tenho, qual seja, a de que tem estado na imprensa a entrevista do empresário Gerdau relativa à importância da redução do número de ministérios por parte da Presidenta e houve uma preocupação muito grande em relação a alguns ministérios, dentre os quais, o Ministério da Pesca.

Eu ouvi sua exposição desde o começo, parte pelo rádio, e V. Exª nos reporta como é importante para o Brasil a administração pública dar atenção aos pescadores e nos trouxe um depoimento muito significativo, remontando o século XIX, tudo o que aconteceu, a preocupação dos pescadores no Brasil, e percebo que a sua exposição nos mostra a relevância e como o Governo tem dado atenção tanto para a pesca oceânica, quanto na extraordinária rede de rios da bacia hidrográfica brasileira.

Tudo isso é muito significativo, mas eu gostaria que V. Exª nos transmita um pouco do diálogo com a Presidenta e com o empresário Gerdau, que tem um grau de amizade e de diálogo muito intenso com o Governo.

Ainda ontem, uma pessoa me telefonou e informou que vários empresários da área da pesca gostariam muito de dialogar, inclusive com o Sr. Gerdau, sobre a importância da existência do Ministério da Pesca.

Creio que terei de ir votar, porque estão, novamente, me chamado e voltarei aqui logo após.

Peço licença, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. LUIZ SÉRGIO NÓBREGA DE OLIVEIRA – Agradeço as suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós lhe aguardamos.

O SR. LUIZ SÉRGIO NÓBREGA DE OLIVEIRA – Como o Senador vai retornar, espero que seja a tempo de responder-lhe, apenas para não perder a votação.

No entanto, o crescimento da pesca extrativista apresenta limites claros. E isso não ocorre apenas no Brasil.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu lhe farei uma visita lá, porque de fato é a votação.

O SR. LUIZ SÉRGIO NÓBREGA DE OLIVEIRA – Como podemos ver nesse gráfico, 75% dos recursos pesqueiros mundiais encontram-se em situação de esgotamento. É por isso que tenho a convicção de que a saída para que o Brasil passe a ser um grande produtor de pescado está na aquicultura.

Vejam nesse gráfico que o cultivo de peixes representa 33% de todo o pescado produzido no País e encontra-se em movimento ascendente. Hoje a aquicultura contribui com 416.649 toneladas do total de 1.240.813 toneladas produzidas pelo Brasil. E a tendência é de que esses números aumentem nos próximos anos.

Na comparação com outras proteínas de origem animal, o pescado proveniente da aquicultura brasileira apresenta crescimento bem maior do que a média, de acordo com dados do IBGE. São 43% de crescimento de 2007 a 2009 contra 12,9% das aves e 9,2% dos suínos, e uma diminuição de 8,9% dos bovinos. E o caminho para acelerar esse crescimento está aberto. Temos um mercado interno consumidor bastante promissor.

O gráfico mostra que apesar de termos aumentado o consumo de pescado nos últimos anos ainda temos muito o que crescer. Consumimos menos do que recomenda a FAO. Para isso é preciso investir fortemente no desenvolvimento de nossa aquicultura.

O Brasil é o País com maior potencial para o desenvolvimento da aquicultura sustentável do mundo. Sua potencialidade se justifica em face do imenso espelho d'água com potencial produtivo distribuído em corpos hídricos continentais, 5,5 milhões de hectares, e mar territorial, 18,7 milhões de hectares.

O Brasil tem vocação para a aquicultura. Temos possibilidades reais de produzir diferentes espécies em praticamente todo o nosso território, seja a tilápia, que se adapta praticamente a qualquer clima, até o camarão marinho no Nordeste, a truta e os moluscos no Sul, as carpas, também no Sul, o pirarucu e o tambaqui no Norte e o surubim e o pacu no Centro-Oeste.

Nós estamos, de fato, diante de um enorme potencial de riqueza para todo o País. É uma janela de oportunidade que temos a obrigação de aproveitar. Além do enorme potencial de nosso mercado interno, as previsões da FAO mostram que até 2030 a demanda internacional de pescado aumentará em mais de 100 milhões de toneladas por ano.

Nesse contexto, o Brasil, com a tecnologia atual e utilizando as condições existentes para o desenvolvimento da aquicultura de forma ordenada e sustentável, é considerado o principal País com condições de atender a essa crescente demanda de pescado.

O Brasil por enquanto ainda possui déficit em sua balança comercial, no item pescado. Gastamos mais de um bilhão de dólares com a importação de pescado em 2010 e exportamos apenas 263 milhões de dólares, o que nos deixou com um saldo negativo de quase 750 milhões de dólares.

A China, maior produtor de pescado do mundo, já aparece também entre os maiores exportadores de peixe para o Brasil, com um crescimento impressionante nos últimos anos.

No entanto, o Brasil pode fazer frente a essa situação para atender às demandas do seu mercado interno e competir internacionalmente por outros mercados. Mas queremos fazer isso de forma sustentável. Por isso a importância da atuação do Ministério da Pesca e Aquicultura no planejamento, ordenamento e monitoramento da atividade.

Observem essas imagens. Na foto maior temos a produção em uma localidade da China. Quero ressaltar aqui que lá eles moram, as famílias moram praticamente no local onde os peixes estão sendo criados.

À direita, no alto, uma estação de produção da Noruega, e abaixo um exemplo da produção no lago de Itaipu, no Brasil. A China, como já dissemos, é o maior produtor de pescado do mundo, e grande parte dos peixes que os chineses produzem vem da aquicultura. O Brasil pode atingir os níveis chineses de produção utilizando apenas 1% do espelho d'água de seus 216 reservatórios, e podemos fazer isso de forma ordenada, sem agredir o meio ambiente e garantindo condições dignas de trabalho para nossos pescadores e uma qualidade de excelência para os nossos produtos.

Para finalizar, vou mostrar aos senhores a capa da revista *Time* que circulou no dia 18 de julho de

2011. No fim de uma reportagem de seis páginas que faz uma radiografia completa das perspectivas da produção de pescado no mundo, os jornalistas escrevem o seguinte:

Se quisermos continuar sobrevivendo em um mundo cada vez mais populoso, precisaremos cultivar os mares e as águas da mesma forma como cultivamos a terra. E se fizermos isso bem, a aquicultura pode ser mais um passo no sentido de salvar a espécie humana.

Eu tenho, como Ministro da Pesca, a mais completa convicção de que o Governo Federal, através do Ministério da Pesca e Aquicultura, com o apoio do Congresso Nacional, tem todas as condições de conduzir o País a explorar essa nova fronteira da produção de alimentos no mundo e, com isso, trazer ainda mais empregos, mais renda e proteína de qualidade para a mesa dos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Ministro Luiz Sérgio, pela sua presença aqui e pela sua bela explanação.

Sabemos do potencial que o nosso País tem para aumentar a produção de pescado e também aumentar o consumo, porque o consumo de peixe no Brasil ainda é muito pequeno, não é, Ministro? Mas é pequeno exataemten pela falta de oportunidade de as pessoas terem acesso ao pescado. E o Ministério da Pesca tem essa grande meta, esse grande desafio de aumentar a produção, aumentar a produtividade do pescado brasileiro, sabendo todos nós que a capacidade de produção no Brasil é muito grande.

Aproveito que o nosso autor se ausentou, não é, Senador Jayme Campos... Ele era o primeiro da lista aqui, porque é o autor do requerimento. Passo a palavra, então, para fazer as colocações, ao nobre Senador Jayme Campos, já agradecendo aqui sua presença, não só hoje, mas sempre, sempre abrilhantando e ajudando a gente a fazer um trabalho importante para a populaçao do nosso País.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, prezado Ministro Luiz Sérgio, Ministro da Pesca, V. Exª hoje teve a oportunidade ímpar de demonstrar não só aos Senadores, mas ao povo brasileiro a pujança que é e poderá ser ainda, num futuro bem breve, a pesca brasileira.

Entretanto, Ministro, para não tomar muito tempo, vou ser muito pragmático. Eu queria fazer umas pequenas indagações a V. Exª.

Segundo a Embrapa, o Brasil importa, anualmente, mais de US$350 milhões em pescados, o que não condiz com o fato de termos uma das maiores faixas costeiras do mundo, com mais de 8.500 quilômetros de extensão, e uma área superior a 3,5 milhões de quilômetros quadrados de zona econômica exclusiva, além de determos a maior quantidade de água doce deste Planeta. A que V. Exª atribui essa distorção e em que prazo acredita V. Exª que poderemos vir a ser um país exportador?

Segunda: há cerca de três meses, o MPA anunciou tratativas com o BNDES no sentido da inserção do banco em ações de fomento à produção pesqueira e aquícola, "seja com o financiamento de projetos aquícolas, seja no incentivo a cooperativas de pescadores, ou ainda na renovação de nossa frota pesqueira". Na ocasião V. Exª falou da existência de um trabalho conjunto para "identificar as necessidades do setor e trabalhar para desenvolvê-lo". V. Exª poderia relatar-nos o teor desse trabalho e elencar as próximas ações nele previstas? Em que pese V. Exª ter dito aqui que a frota brasileira está sendo renovada através de financiamento do BNDES, do Banco da Amazônia, do Banco do Brasil, confesso que os números... De concreto, o que aconteceu até agora? Particularmente, se V. Exª prestasse essa informação, eu ficaria muito grato.

Terceira, Sr. Ministro, para concluir: recentemente, em resposta a um repórter da minha cidade de Várzea Grande, no programa Bom Dia, Ministro, V. Exª referiu-se à abundância das espécies tambaqui e pintado em Mato Grosso e também "às espécies geneticamente muito bem preparadas". Nesse contexto, V. Exª comentou sobre o projeto do Ministério de "fornecer os alevinos para aqueles que, hoje, têm fazendas que criam boi", dizendo que "podem, também, no lago, criar o peixe para ser um fornecedor duplo de proteína animal, no que se refere ao gado, mas também ao pescado". Poderia V. Exª falar um pouco mais sobre esse projeto de interesse dos criadores de gado de Mato Grosso?

V. Exª fez aqui, mais ou menos, um preâmbulo do que se poderia fazer em termos de proteína, fazendo esse consórcio ou compatibilizando a questão da produção do bovino – é óbvio e evidente –, mas também dos peixes.

Fatalmente, eu acho que essa é uma ideia meritória, visto que, eu acredito, vai aumentar, sobremaneira, a renda familiar desses produtores. Todavia, nós precisamos de créditos de financiamentos.

V. Exª disse aqui que o Banco da Amazônia, o Banco do Brasil e o próprio BNDES, propondo a criação de fundo, poderão contribuir, sobremaneira, com o aumento da produção de pescado. Entretanto, Ministro, é bom que se esclareça que esses bancos, essas instituições a que V. Exª se referiu aqui, têm perdido... Ou seja, o foco não tem sido dirigido para essas áreas. Vou exemplificar aqui.

O Banco da Amazônia, neste ano de 2011, aplicou, daquilo previsto orçamentariamente, algo em torno de apenas 30% a 32%, ou seja, menos da metade.

Então, nós precisamos cobrar dessas instituições, sobretudo com foco nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, para que, de fato, o Basa seja o banco de fomento, principalmente incentivando essas atividades que vão melhorar a renda das famílias, até para evitarmos os desmatamentos. O aumento dos desmatamentos não tem sido uma constante, já que houve uma redução. Entretanto, o Governo ainda tem permitido o desmatamento por falta de apoio, de incentivo a essas áreas de financiamento e também por falta de créditos subsidiados para a recuperação das áreas degradadas.

Ministro, essas eram as minhas indagações. Espero que V. Exª possa nos atender com as respostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Antes de passar a palavra ao Ministro, também farei algumas perguntas para que possa respondê-las, Ministro, em bloco.

Antes de fazê-las, cumprimento o nosso Senador Lauro Antonio. Seja bem-vindo à nossa Comissão e tenha um bom trabalho. Temos a certeza de que assim o fará não só aqui na Comissão de Agricultura, mas também no Senado, representando o seu Estado. Seja bem-vindo!

Ministro, o Estado de Rondônia lançou o Programa Água Produtiva e deve investir, neste ano, em torno de R$10 milhões na produção de pescado no Estado de Rondônia, nos Municípios de Ji-Paraná, Ouro Preto, Urupá, Mirante da Serra, Vale do Paraíso, Nova Mamoré, Jaru, Alvorada d'Oeste, Rolim de Moura, Vilhena e Ariquemes.

Foi feito um termo de recuperação entre o Ministério e o Governo do Estado ou isso está sendo programado ou já houve esse termo de cooperação e como se deu o investimento do Ministério da Pesca no Estado de Rondônia, em face de um programa existente no Estado? Não é um investimento que vai ser feito sem um programa geral, mas, sim, um investimento feito dentro de um programa estudado, elaborado pelos técnicos do nosso Estado.

Eu entendo que é importante o Ministério participar. Eu acredito que deva estar participando. V. Exª poderia informar para nós que participação o Ministério está tendo nesse programa que está sendo elaborado pelo Governador Confúcio Moura e toda a sua equipe, que vai fazer com que o Estado de Rondônia passe de uma produção de 12 mil toneladas ao ano para 80 mil toneladas ao ano a produção de pescado no Estado, podendo tornar-se o Estado com a maior produção de pescado do nosso País?

A colônia de pescadores de Porto Velho, através da Presidenta Marina Gomes, fez alguns questionamentos que passo a V. Exª. Diz o seguinte: "Ao longo das comunidades ribeirinhas do rio Madeira, necessitamos urgente de pequenas e inúmeras fábricas de gelo e de transporte fluvial para atender os pescadores das comunidades ribeirinhas. Qual o apoio que o Ministério está dando em projetos para a pesca artesanal, tais como Pronaf, FNO e outros?

Com relação à piscicultura para os pescadores artesanais, isto é, de Rondônia no modo geral, no projeto de revitalização geral do terminal pesqueiro que tramita entre a Seagri e a Santo Antônio Energia – esse terminal pesqueiro é uma novela, Ministro –, e às ações indenizatórias de perda de produção movidas pela colônia dos pescadores e agricultores da Z1 Tenente Santana contra as empresas responsáveis pela construção das usinas do Madeira, há uma discussão grande dos pescadores com relação ao apoio que as indústrias, as empresas que estão construindo nas usinas deveriam dar aos nossos pescadores e isso não vem acontecendo. Pelo menos tenho tido reuniões com os nossos pescadores do Estado de Rondônia nessa região, Ministro, e eles estão totalmente insatisfeitos com a atuação das usinas, esse termo de recuperação. Nós entendemos que é o Ministério da Pesca que tem que fazer essa interlocução.

Várias reuniões já foram feitas com os técnicos do Ministério e também *in loco* lá em Porto Velho, de modo que a gente deixa essas perguntas para que V. Exª possa nos responder se for possível, principalmente a esse programa Água Produtiva do nosso Estado.

Então passo a palavra a V. Exª para responder os questionamentos do nosso Senador Jayme Campos e os que nós fizemos também, Ministro.

O SR. LUIZ SÉRGIO NÓBREGA DE OLIVEIRA – Primeiro, quero aqui agradecer ao Senador Jayme Campos, até porque Mato Grosso é o Estado onde, eu tenho plena convicção, a aquicultura será um dos pilares econômicos importantes, como é hoje a pecuária e toda a produção agrícola do Estado do Mato Grosso.

Em Mato Grosso, por exemplo, nós temos uma empresa, a Nativ, que já está conquistando o mercado brasileiro e vem de uma família que tem experiência nisso. Vem dos que criaram a Sadia no Brasil, da família Furlan, de um jovem empreendedor que luta para fazer com o peixe o que seus pais e avós fizeram com o frango. E eu tenho muita convicção de que eles vão deslanchar.

Vamos direto, em relação ao BNDES, o que é que avançou? Eu acho muito importante que o BNDES tem suas espécies de cadeias produtivas, debate os problemas, as cadeias que acha necessário desenvolver no Brasil e cria um programa de financiamento. Então, a cadeia produtiva da atividade pesca e aquicultura foi

absorvida pelo banco, que entendeu que essa é uma atividade que tem potencial e que eles precisam incentivar, induzir, como outra atividade no Brasil. Essa cadeia produtiva já está sendo debatida.

Outra questão é em relação à criação do Profrota. Mostramos aqui principalmente os peixes migratórios. Entre eles estão os mais valiosos, que são os atuns, que nós pescamos pouco. O Profrota é um programa para financiar embarcações oceânicas. Nós já tivemos investimento para três embarcações. É muito pouco? É, mas é o início. E o que é melhor: quando estive em Santa Catarina, o empresário que financiou uma dessas embarcações já quer um novo financiamento e ele está feliz da vida porque, por exemplo, na pesca da sardinha, praticamente 20% da produção é perdida, pela forma como ela é armazenada no barco.

Há de se convir aqui que nenhuma atividade econômica consegue sobreviver perdendo 20% de sua produção. Com essa embarcação, ele deixou de perder esses 20% da sua produção.

Sou metalúrgico de profissão, presidi o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Naval em Angra dos Reis. Participei durante anos dessa luta. Nós temos um problema ainda a ser solucionado na busca do financiamento dessas embarcações,que são relativamente caras, que é a garantia que precisa ser dada para se obter esse financiamento. Então, foi um saldo positivo ter criado, mas nós esbarramos ainda em um problema em relação à garantia.

Isso também ocorria na construção de navios, porque mesmo os grandes empresários, em se tratando de um bem de valor considerável, tinham dificuldade de dar essa garantia. No caso, foi criado um fundo garantidor para a indústria naval. Eu não diria um fundo garantidor para a pesca oceânica no Brasil, mas, talvez, incorporar aqueles que queiram o financiamento para as embarcações de captura a esse programa já existente.

A realidade nos coloca diante de um fator. Precisamos aprimorar o já existente para que ele possa atingir a sua finalidade.

E tem a questão relativa aos alevinos. É preciso lembrar aqui que o Ministério só tem dois anos. Mas, que bom que temos uma demanda enorme, porque isso demonstra que nós temos uma demanda reprimida e temos, acima de tudo, governos estaduais e municipais, lideranças importantes como V. Exª, que estão vislumbrando que nós temos de recuperar esse tempo perdido.

Hoje, o caminho tem sido buscar conveniar com Estados, inclusive com Municípios. Temos feito um debate porque não podemos, de repente, em cada Município, querer ter uma estação de criação de alevinos porque teríamos uma dificuldade de custo, mas buscamos nos planejar em construir essas estações de criação de alevinos.

Recentemente, estive em dois Municípios do Amazonas, por se tratar de Municípios muito distantes, para a criação de estação de alevinos para distribuir aos pequenos produtores.

No caso específico aqui do Mato Grosso, como o Tocantins não está tão distante, eu tenho muita convicção de que, com a Embrapa Pesca, nós vamos produzir ali as melhores matrizes, nós poderemos suprir perfeitamente os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Porque em se tratando de alevinos de peixe nós já temos um conhecimento científico muito grande no Brasil. O que ocorre é que ele está muito disperso. Se nós chegarmos em vários Estados, em universidades, secretarias estaduais, em muitas delas a agricultura absorvia a pesca e, hoje, praticamente todos os Estados estão criando a secretaria da pesca. Quando nós aglutinarmos esse conhecimento teremos um avanço muito grande em pouco tempo.

Em relação à questão bovino/peixe, primeiro, é preciso deixar claro que não queremos substituir uma atividade pela outra. Todos nós no Brasil temos enorme orgulho da produção agropecuária brasileira. O Brasil tem um dos maiores rebanhos do mundo, ocupa o mercado internacional de forma da qual nos orgulhamos, contribui muito para o superávit da nossa balança comercial, é uma produção que vem se aperfeiçoando cada vez mais e isso nos orgulha muito.

Eu queria apresentar um dado: o Japão sozinho importa 14 bilhões de dólares ano de produtos aquáticos, já que o Japão tem um dos maiores consumos *per capta* do mundo. Quatorze bilhões de dólares é mais do que o Brasil exporta do somatório de suas proteínas, tanto a bovina, quanto a suína, as aves e outras espécies. Então, estamos falando de uma janela de oportunidades que o mundo disputa e, pelo que verificamos aqui no gráfico, a China está ocupando e hoje já é um dos grandes importadores de pescado do Brasil produzido da forma que verificamos ali. Mas os *slides* nos colocam dúvida em relação a sua sanidade.

É outro debate que precisamos fazer. Por quê? Porque aqui no Brasil, para podermos ter um parque aquícola num reservatório, num açude ou num rio, os estudos ambientais exigidos... E acho que é necessária esta rigidez ambiental para que possamos compatibilizar a produção com a preservação do meio ambiente e com isso garantir por décadas e décadas a nossa produção. Ao menos deveríamos exigir uma reciprocidade de condições sanitárias e ambientais. Por que se aqui, para produzir, nós precisamos exigir enormes condições ambientais, passaremos a comprar

daqueles que produzem sem nenhuma preocupação ambiental? Isso não se constitui justiça com o produtor brasileiro. Mas tenho muita certeza de que vamos avançar nessa área.

Aqui, para o nosso Senador Acir Gurgacz, uma boa noticia porque no Estado de Rondônia temos algumas pessoas, alguns empresários criando o pirarucu. E o mundo, nos seminários de que já pude participar, se surpreende porque o pirarucu tem uma tabela de conversão em que em um ano ele chega a oito quilos. Alguns chegam a 12 quilos ano. Essa é uma tabela de conversão que aqueles que estudam aquicultura do mundo não conseguem compreender como se dá. Mas o pirarucu é um peixe classificado como em extinção. Em Rondônia ele vem sendo criado em algumas fazendas de aquicultura com muito sucesso, e há países interessados na compra desse peixe. Por exemplo, Japão, Alemanha e França têm interesse na importação desse peixe. E nós não podíamos exportar esse peixe porque ele é um peixe classificado como peixe em extinção.

Num bom momento, numa boa hora, depois de um bom entendimento o Ibama regularizou a criação do pirarucu em cativeiro. Como aquele peixe tem uma origem que é da produção em cativeiro, poderá ser exportado. Este empresário de Rondônia que está produzindo o pirarucu em cativeiro – vou convidar V. Exª para este ato – vai assinar carta de intenção com empresas do Japão, da Alemanha, da França e, me parece, da Suíça que estão interessados na importação desse peixe. Ele está vibrando porque acha que com isso vai multiplicar varias vezes a sua produção. É um peixe brasileiro conquistando o mercado internacional.

Em relação ao termo de cooperação, e já disse aqui, hoje, praticamente todos os Estados possuem uma assistência técnica à agricultura familiar, a grande agricultura. Existe aquele técnico que vai à propriedade rural e orienta a criação de gado, de suíno ou de frango e a agricultura. No que se refere à piscicultura, que é uma atividade nova, não temos uma assistência técnica como na agricultura. Estamos, nesses dois anos, buscando fazer convênios com o governo dos Estados, buscando fazer cursos de aperfeiçoamento desta atividade para formar esses técnicos. Esses técnicos, dentro desses convênios, poderão prestar essa assistência técnica necessária.

Em relação à questão dos terminais, vejam, em dois anos de criação do Ministério, tivemos uma demanda de terminais, e preciso reconhecer, acima da capacidade do Ministério de responder de forma imediata. Segundo, os terminais na maioria dos Estados brasileiros, por estarem em áreas na maioria das vezes pertencentes à União, serviço de patrimônio da União, estão normalmente com dificuldades para legalizar a área do terreno e ter também o processo de licenciamento da atividade.

Essa grande demanda que existe de terminais só confirma claramente a luta de 1941, quando o Jacaré saiu do Ceará, e foi recebido pelo Getúlio Vargas, para denunciar que havia um abandono da atividade pesqueira no Brasil. A atividade ainda estava no abandono, mas, através da ação do Ministério, em conjunto com a representação de pescadores, empresários e Parlamentares, está se transformando em uma atividade tão importante quanto é a agricultura e a pecuária no Brasil na geração de emprego e renda. Então, estamos convergindo para poder dar uma resposta a essas demandas que estão reprimidas, diante de um Ministério que é novo, de um Ministério que é relativamente pequeno.

Aproveitando para responder, comungo plenamente com a fala tanto do Senador Jayme Campos, quanto do Senador Eduardo Suplicy. O Presidente Lula enviou para o Congresso Nacional uma mensagem criando o Ministério da Pesca. Foi aprovada na Câmara e no Senado, com unanimidade de votos da situação e da oposição. Não é fácil, no Parlamento, criar cargos e ministérios, mas aquele foi aprovado por unanimidade. Esta unanimidade expressou acima de tudo que o Parlamento brasileiro estava resgatando uma luta histórica de um setor que buscava ter uma representação ministerial para fazer dessa atividade uma atividade que irá representar, para o Brasil, o que representa hoje a agricultura e a pecuária.

Essas suas demandas mais pontuais, que aqui V. Exª trouxe em forma de perguntas, vou recolher e responder, uma a uma, com mais detalhamento técnico, com mais precisão de data, para que V. Exª tenha todos os dados, já que, em muitas das audiências, nas duas audiências que tive com V. Exª, V. Exª demonstrou não só estar defendendo o interesse de Rondônia, mas, acima de tudo, enorme interesse em fazer dessa atividade uma atividade econômica pungente no País, em particular no Estado que V. Exª representa nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Entendo que as demandas por terminais são grandes. É evidente que a capacidade do Governo, não que ela seja superior à demanda, mas há uma demanda reprimida. Além disso, ao longo dos anos, não houve investimento na área. Mesmo assim, peço uma atenção especial para o terminal de Porto Velho.

Há algum tempo, o terminal de Porto Velho já está praticamente pronto, faltando alguns detalhes para começar a funcionar. Se não começar a funcionar, sabemos que maquinário parado vai deteriorar causando

prejuízos. Então, peço a V. Exª, já conversamos sobre esse assunto, seus técnicos que estão aqui conhecem a matéria, uma atenção especial para os ribeirinhos de Porto Velho. Eles têm uma necessidade grande de ter uma atenção especial do Governo, assistência técnica e tudo mais, principalmente a liberação daquele pesqueiro, que muitas vezes não depende só do Ministério mas, do Governo de Estado, depende também da colônia de pescadores. Já conversei com os ribeirinhos e coloquei que eles também precisam ajudar o Ministério. O Ministério não pode fazer tudo sozinho. O Ministério pode ajudá-los, mas eles também precisam cooperar.

Então, fica aqui o nosso pedido. É um prazer tê-lo aqui na nossa audiência.

Senador Delcídio do Amaral, passo a palavra a V. Exª para fazer as indagações ao nosso nobre Ministro.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Acir Gurgacz, cumprimento o Ministro Luiz Sérgio.

Primeiramente, agradeço porque, agora, estivemos com o Deputado Biffi, no Município de Coxim, para inaugurar a Casa do Pescador com recursos do Ministério da Pesca. A colônia de Coxim é muito forte, exerce uma liderança grande entre os pescadores do nosso Estado do Mato Grosso do Sul. Portanto, quero agradecer. Tivemos a presença da Secretaria-Executiva do Ministério da Pesca, Maria Aparecida, e hoje, de viva voz, quero agradecer esses investimentos num setor tão importante para o meu Estado. Assim como o Estado de Rondônia do Senador Acir, Mato Grosso do Sul tem um potencial extraordinário na produção de pescados. Temos vários exemplos, principalmente na região da Grande Dourados, mais especificamente no Município de Itaporã, em Terenos e em outros locais, onde indústrias estão se instalando com capacidade produtiva grande e qualidade e exportando pescado para o exterior, filé de pescado, dentro das especificidades que o Ministro Luiz Sérgio detalhou e relatou.

Quero só fazer um comentário. O meu Estado é mesopotâmico, ele tem o rio Paraguai de um lado e o rio Paraná do outro. Temos uma riqueza extraordinária, sob o ponto de vista de espécies, muitas delas extremamente apreciadas, não só aqui no Brasil, mas fora do País também. Temos uma relação muito intensa com o superintendente Paulo, do Ministério da Pesca e Aquicultura, em Mato Grosso do Sul.

Cheguei e estamos com quatro reuniões, Sr. Presidente, acontecendo ao mesmo tempo. Está o Ministro Luiz Sérgio aqui, está o Ministro Mário Negromonte na sala ao lado, está a Ministra Miriam Belchior na outra sala e tem mais um ministro... Mario Negromonte, Ministro Luiz Sérgio. Ah, não, é a votação, na CDH, de um projeto que já vem sendo discutido aqui há algum tempo. Nós temos que nos dividir, Ministro Luiz Sérgio, V. Exª conhece muito bem isso, é parlamentar e conhece as dificuldades do nosso dia a dia.

Mas eu queria só fazer uma pergunta, talvez o senhor já a tenha respondido, com relação aos tanques rede. Existem vários projetos sendo desenvolvidos no rio Paraná, especialmente em função das barragens da Sesp no rio Paraná, Porto Primavera, Jupiá, Ilha Solteira. E, evidentemente, também, nós temos interesse no rio Paraguai, até em função da bacia pantaneira. Então, o objetivo, talvez o Ministro Luiz Sérgio já tenha respondido a essa questão, mas, eu gostaria, se ele pudesse falar um pouco sobre esse assunto, porque nos interessa, e a indústria da pesca cresce em Mato Grosso do Sul. Eu ouvi no rádio o Ministro falando da comparação com a agricultura, com a pecuária, o pouco impacto ambiental que a piscicultura traz, especialmente os tanques rede. Então, eu queria só aproveitar a oportunidade para ouvir do Ministro Luiz Sérgio os projetos do Governo Federal, principalmente no que se refere a Mato Grosso do Sul, que, volto a repetir, tem um potencial extraordinário entre os Estados brasileiros para ter uma indústria pesqueira competitiva.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Delcídio. O impacto do pescado no meio ambiente tem sido positivo, porque o agricultor tem a preocupação de cuidar das águas para poder ter produção de peixe. Então, o meio ambiente agradece quando há investimento na aquicultura.

Ministro, V. Exª tem a palavra.

O SR. LUIZ SÉRGIO NÓBREGA DE OLIVEIRA – Senador Delcídio Amaral, primeiro, como Ministro, sou eu que agradeço, porque na Casa do Pescador, tanto V. Exª colocou recursos orçamentários de emenda parlamentar quanto o meu amigo Deputado Biffi também colocou recursos. E colocar recursos no Ministério e nos dar a possibilidade de realizar, o agradecimento não é de V. Exª, é meu.

A Secretária Executiva foi e pode verificar a importância desses recursos, e é um bom momento também, porque sempre se faz o grande debate dos recursos da emenda parlamentar. O recurso da emenda parlamentar propicia, na maioria das vezes, que o Governo Federal possa estar presente no pequeno município, numa pequena demanda que, embora pequena, é muito importante para aquela comunidade local.

Então, propicia que o Governo Federal possa estar presente nos mais equidistantes locais, onde a atenção do Parlamentar, a sua atuação política, na maioria das vezes, é a voz e o porta voz desses pleitos a que o ministério não consegue chegar.

Segundo, eu também concordo com V. Exª que o Estado do Mato Grosso do Sul tem, na aquicultura, uma enorme potencialidade. Aqui na minha fala inicial eu coloquei que, hoje, para se construir um reservatório para hidrelétrica, ou para açude, os estudos ambientais são enormes. Talvez nós não estivéssemos ainda atentos para colocar ali naqueles estudos que levaram ao licenciamento o item de quantos tanques rede poderiam ser colocados dentro desse reservatório, dentro desse açude e que espécie poderia ser criada ali. Então, ao licenciar o reservatório, estaríamos também licenciando e transformando esses reservatórios em parques aquícolas.

Nós chegamos um pouquinho atrasados nessa luta, mas não em tempo de incorporar esses pleitos nos nobres estudos que estão sendo feitos dos novos reservatórios das novas hidrelétricas que estão sendo construídas no Brasil. Acho que esse debate, esse pleito precisa ser incorporado.

Em se tratando dos parques aquícolas, em novembro desse ano, pudemos legalizar o primeiro parque aquícola marinho que recebeu licença em Santa Catarina. Ainda em 2011, seis reservatórios, em seis Estados, tiveram os parques aquícolas demarcados. Depois, eu vou enviar para V. Exª a relação desses reservatórios e em que Estados estão.

Em 2012, pretendemos terminar os estudos de mais trinta reservatórios em novos Estados. Esse trabalho está sendo feito, mas como qualquer outro trabalho de licenciamento, é um trabalho que não é barato, é um trabalho relativamente caro para o Ministério, é necessário que seja feito, mas pretendemos liberar em 2012 mais trinta reservatórios, mais trinta novos parques aquícolas.

Eu tenho aqui uma relação, que eu estava procurando nas pastas, mas depois lhe passo. Mas Mato Grosso do Sul, não sei aqui definir que reservatório, mas tenho certeza de que o Mato Grosso do Sul está dentre esses trinta reservatórios que pretendemos entregar prontos em 2012 e, assim, o pleito.

Estão aqui me soprando que, em relação ao parque aquícola do Mato Grosso do Sul é o parque aquícola da Ilha Solteira que está entre os trinta que pretendemos entregar em 2012 e, assim, um dos pleitos de V. Exª.

Hoje é uma cobrança pública na audiência, mas V. Exª, tanto quando estava no Ministério da Secretaria de Relações Institucionais, quanto das vezes em que o recebi no Ministério da Pesca, V. Exª estava ali puxando a brasa para a sardinha do Estado do Mato Grosso do Sul que é muito natural sendo representante daquele Estado, mas o reservatório, o parque aquícola da ilha Solteira estamos trabalhando para liberá-lo em 2012.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Uma última pergunta, Ministro.

Como é que o Ministério está analisando a utilização dos lagos que serão formados com a construção das hidrelétricas de Santo Antonio e Giral, no rio Madeira? Existe já um estudo que está sendo feito ou ainda estamos aguardando para fazer esse estudo, Ministro?

O SR. LUIZ SÉRGIO NÓBREGA DE OLIVEIRA – Eu estive em uma reunião com o Presidente da Eletrobrás, estive também com o Presidente da Agência Nacional de Águas no sentido de que nos estudos que estão sendo feitos já pudesse contemplar e que, no licenciamento, já pudesse definir não só o lago para a produção de energia, mas ele saísse como financiamento de um parque aquícola.

Tanto na Eletrobrás, quanto com a Agência Nacional de Águas, a conversa foi muito proveitosa e o entendimento deles é que poderíamos avançar no sentido de incorporar esse pleito do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Nós vamos estar – nós, no Ministério, no Parlamento – vigilantes, para que esse pleito possa ser atendido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Muito obrigado, Sr. Ministro. Nós sabemos que o potencial da produção do pescado em Rondônia é muito grande e que com essas hidrelétricas se formará, embora com lagos menores, pequenos, uma capacidade de produção de pescado, senador, muito grande. É uma oportunidade que Rondônia tem para ampliar ainda mais.

Não quero comparar Rondônia com o seu Estado, pois o seu Estado tem uma capacidade de produção muito grande. São Estados distintos; ambos com uma capacidade de produção de pescado muito grande, se houver investimento, tanto por parte do Ministério, quanto por parte dos governos dos Estados. Sabendo, Ministro, que há uma demanda reprimida. Ao longo dos anos, não houve um investimento. Agora, depois do Governo Lula, é que está tendo uma consciência por parte do Governo de que há necessidade de investimento grande para que a gente possa aumentar a produção. Então, sabendo dessa demanda reprimida, é evidente que todos os Estados querem um investimento nos seus Estados para aumentar a produção agrícola.

Pois não, Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É só para registrar também, em adição ao que o Senhor falou. Eu vim da área de energia e é interessante... Vou dar um exemplo específico: a Usina de Tucuruí. Eu ouvi o Ministro falar de pirarucu e é interessante a

ambiência que se estabelece quando se faz uma barragem. Só o projeto traz benefícios, especialmente no desenvolvimento de determinadas espécies que se adaptam bem a uma característica de níveis constantes de reservatório, estabilidade.

Por exemplo, no Rio Tocantins é impressionante a proliferação, Ministro, do tucunaré. O tucunaré é um peixe apreciado, é um peixe típico da região da Amazônia, apesar de já existir tucunaré hoje... Ele já começou a descer. No caso do Pantanal, foi um rompimento de tanques que levou os tucunarés. Mas uma proliferação acentuada evidentemente traz disputas. Por exemplo, no Rio Tocantins, eram tucunaré e piranha, um predando o outro. Mas há também o desenvolvimento de pirarucus e de uma série de espécies importantes, também apreciadas. Agora, imagine, na linha do Ministro Luiz Sérgio, uma coisa já previamente estabelecida, desenvolvida, aproveitando esses projetos, o quanto o Brasil pode ganhar com isso. E sem impactos ambientais, porque, na verdade, para o produtor, o que vale é a qualidade, é a qualidade da água. É como o caso de Mato Grosso do Sul. Por que nós temos um potencial grande? É a qualidade de água, é a insolação, quer dizer, itens importantes para que a gente tenha produtividade e tenha uma produção de pescado de qualidade.

É só para fazer esse registro. Eu pesquei muito lá no reservatório e pegava tucunaré no tapa, dependendo da época.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Delcídio. Em Coxim continua com muito pacu?

O SR. LUIZ SÉRGIO NÓBREGA DE OLIVEIRA – O pacu em Coxim é fantástico.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – A nossa especialidade é pacu, pintado, dourado. Essa é uma tradição da nossa região. Ali e em toda a Bacia do pantanal. Então, essa é uma riqueza absolutamente extraordinária. E, se não for para pescar, eu convido V. Exª e o Ministro – o Ministro já conhece – para ir a Bonito, para ver cada pacu desse tamanho assim, no Rio da Prata, dando moleza lá. Dá vontade de comer, mas não pode tocar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Ainda não pode.

O SR. LUIZ SÉRGIO NÓBREGA DE OLIVEIRA – Eu ainda não fui a Bonito, embora já tenha sido muitas vezes convidado pelo Biffi.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Então, mais uma vez, V. Exª está convidado para ir a Bonito também, além do Pantanal.

O SR. LUIZ SÉRGIO NÓBREGA DE OLIVEIRA – Está certo. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida. Nós temos um peixe muito famoso em Ji-Paraná, Ministro, que é a pescada branca, só que tem uma quantidade muito pequena e a demanda é muito grande. Ele não é ainda produzido em cativeiro. Apenas no rio Machado e abaixo de Ji-Paraná alguns quilômetros. Mas é um peixe sensacional, para o qual existe a demanda, mas não a quantidade para atendê-la.

O SR. LUIZ SÉRGIO NÓBREGA DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, essa fala final, de maneira muito cordial, evidencia um dado que é único no Brasil. Nós temos 13% da água doce do mundo, uma das maiores bacias hidrográficas do mundo e temos a maior variedade de espécies do mundo! E essa variedade de espécies, como aqui o nosso Presidente já falou da pescada amarela de água doce, que poucas pessoas no Brasil devem conhecer – e ele está dizendo que é muito apreciada –, são peixes que são muito apreciados. Em Bruxelas, todos os anos há um festival internacional de produtos oriundos do mar. Esse empresário de Rondônia, que agora vai exportar o pirarucu para o mundo a partir dessa regulamentação da criação, mandou para a feira internacional de produtos do mar, a costela do tambaqui. Um cozinheiro lá inventou uma receita usando o tambaqui com um molho, de que não me recordo agora, e ele foi premiado com a medalha de ouro.

Esse é um pequeno exemplo, um pequeno demonstrativo, mas mostra o potencial que nós temos a conquistar.

Então, eu tenho convicção de que, como a carne bovina brasileira conquistou os mercados internacionais e representa muito para a economia brasileira, a partir da pesquisa – e a Embrapa colaborou muito –, ficamos quase imbatíveis na produção de frango, de suíno e de grãos como a soja. Temos uma janela de oportunidades para o item pescado. Temos todas as condições: água, espécie, clima. O que precisávamos é estar atentos a essa janela de oportunidade.

Eu acho que em boa hora estamos nos atentando para o fato de a pesca pode, em um curto espaço de tempo, representar para a economia nacional aquilo que a pecuária e a agricultura representam para o Brasil.

Eu acho que esse é o desafio que nos é colocado, e, como o brasileiro gosta de superar desafios, eu tenho certeza de que vamos superar mais esse.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Muito obrigado, Sr. Ministro Luiz Sérgio, pelas suas explanações. Tenho certeza de que a capacidade de produção do Brasil é muito grande, e nós vamos alcançar as nossas metas, com essa diversidade de

produtos – saímos da sardinha das águas do Sul do País, nas águas salgadas, e vamos ao pirarucu, ao tambaqui, ao pintado, ao tucunaré, na Amazônia. Enfim, a capacidade de produção do Brasil é muito grande.

E o mundo está conhecendo essas iguarias brasileiras e está gostando, o que é mais importante porque abre essas oportunidades a todos nós.

Portanto, agradeço, em nome de todos os membros da Comissão de Agricultura, a sua presença, a sua explanação e o seu trabalho à frente desse Ministério tão importante para a produção brasileira.

Passo a palavra a V. Exª para que possa fazer as suas considerações finais.

O SR. LUIZ SÉRGIO NÓBREGA DE OLIVEIRA – As minhas palavras são de agradecimento as suas palavras, à Comissão, pela oportunidade que foi dada com esse convite de fazer a apresentação do que vem fazendo o Ministério da Pesca e Aquicultura. É um Ministério novo, que só tem praticamente dois anos, mas já, a meu ver, conseguiu dar aquele passo inicial que foi poder fazer com que setores empresariais e políticos pudessem atentar para essa janela de oportunidade que temos na pesca e na aquicultura, que o Brasil precisa aproveitar, e o Brasil saberá aproveitar essa oportunidade. Tenho muita convicção de que muito rapidamente a pesca e a aquicultura representarão para o Brasil o que representa hoje a pecuária e a agricultura.

Agradeço a todos pela oportunidade e pela forma respeitosa com que travamos não este debate, mas esta conversa a bem do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado. Nós é que agradecemos, Ministro, pela sua presença. Conte com a nossa Comissão de Agricultura para tudo que lhe for necessário para ajudar o Ministério a avançar cada vez mais.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 31 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Gim Argello, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Antonio Carlos Valadares, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Lobão Filho, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Gim Argello, Delcídio do Amaral, Paulo Paim, Lídice da Mata, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Reditario Cassol, Benedito de Lira e Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira. Justifica a ausência o Senhor Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Gim Argello, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei Senado n.º 439, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Humberto Costa, que "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para criar mecanismos de proteção ao consumidor no âmbito do comércio eletrônico." A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o relatório é favorável, com as emendas oferecidas. É concedida vista ao Senador Cyro Miranda, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 2: Projeto de Lei Senado n.º 490, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "Institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos." O relator designado é o Senador Rodrigo Rollemberg e o relatório é favorável à matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. A matéria é retirada de pauta, atendendo solicitação do relator para reexame da matéria. **Item 3: Projeto de Lei da Câmara n.º 198, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Inocêncio Oliveira, que "Dispõe sobre a consignação de canais de televisão para a União no Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre." O relator designado é o Senador Lobão Filho e a declaração de prejudicialidade do projeto é aprovada por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 4: Requerimento n.º 58, de 2011-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Eduardo Braga, Gim Argello, Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Rodrigo Rollemberg, que "Em aditamento aos Requerimentos 17 e 29/2011, desta Comissão, requeiro nos termos regimentais estabelecidos a partir dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, todos do RISF, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT para debates em torno do tema "Ciência na Educação de Base: Recurso Humano para o Futuro do País", como parte das Comemorações do "Dia Mundial da

Ciência" e uma iniciativa conjunta entre o Senado Federal e a UNESCO, conforme Memorando de Entendimentos no 001/2009, assinado em 29 de setembro de 2009. A Audiência Pública será realizada em complemento à 1ª Jornada pela Inovação, já em curso perante esta Comissão, e em havendo deliberação favorável, indico que sejam convidadas as seguintes pessoas, sem prejuízo de outras que possam enriquecer o debate: Vicente Defourny – Embaixador da UNESCO no Brasil; Maria Nilene Badeca da Costa – Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; Miguel Nicolelis – Cientista e Diretor Científico do Instituto Internacional de NeuroCiências de Natal Edmond e Lily Safra – IINN-ELS." O requerimento é aprovado. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo n.º 34, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RBS TV Criciúma Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Rodrigo Rollemberg e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 160, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos do ROLADOR – ACOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolador, Estado do Rio Grande do Sul." A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 43, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Palminópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palminópolis, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 145, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Alpestrense de Cultura e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Henrique e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 157, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Diamantinense de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FUNDAEPE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Henrique e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 150, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Amigos do Brooklin para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 149, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Estância Turística de Itu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itu, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 121, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Terra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 336, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Libertação FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 161, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Repórter Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 1, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Noroeste de Comunicação Ltda. EPP para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Campina do Monte Alegre – SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 46, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Difusora Lucélia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lucélia, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 49, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Onda Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Onda Verde, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 158, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema FM de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 442, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranhos, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 12, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO e TV Centauro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divino, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 168, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga à União Municipal dos Estudantes e Comunidades de Caucaia – UMECC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, Estado do Ceará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 19, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tutóia, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador Reditário Cassol e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores Luiz Henrique, Gim Argello, Benedito de Lira e Walter Pinheiro requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimentos e Projeto, com o que todos concordam**. Extrapauta, Item 1: Requerimento n.º 59, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Luiz Henrique, que requer "..., nos termos do art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (novo Código Florestal), tenha apreciação conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)." O requerimento é aprovado. **Item 2: Requerimento n.º 60, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Eduardo Braga e Gim Argello, que requer "..., nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT para a realização de debates em torno do tema "Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE) – Novas

Licitações de Posições Orbitais – Programa do Satélite Geoestacionário Brasileiro – Atendimento às Regiões Norte e Nordeste", e em havendo deliberação favorável, que sejam convidados os seguintes especialistas e representantes, sem prejuízo de outros que possam enriquecer o debate: Marco Antonio Raupp – Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB); Ronaldo Mota – Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) – Embaixador Ronaldo Sardenberg – Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)." O requerimento é aprovado. **Item 3: Projeto de Decreto Legislativo n.º 193, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Deputado Humberto Reis da Silveira para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 4: Requerimento n.º 61, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro e Cyro Miranda, que requerem "..., nos termos do disposto nos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participarmos da Conferência "Investing in Brazilian Healthcare Summit" e da visita ao Centro de Emergência (911) na cidade de New York, NY – USA, respectivamente, entre os dias 14 e 16 de novembro de 2011; e, da visita também ao Centro de Emergência (911) do Estado da Flórida – USA, entre 17 e 18 de novembro de 2011." O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e quarenta e nove minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Gim Argello,** Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Declaro aberta a 45º Reunião da Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Antes de iniciarmos os trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Pela ordem, com a palavra o nobre Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, estou requerendo, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa do Código Florestal, seja apreciado em sessão conjunta desta Comissão e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

E justifico, Sr. Presidente: eu sou o Relator dessa matéria em ambas as Comissões e eu tenho condições de apresentar o meu parecer, de ler o meu parecer no próximo dia 25, terça-feira. Sendo assim, requeiro a V. Exª que submeta aos demais membros desta Comissão a aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito bem, nobre Senador Luiz Henrique, representante da nossa querida Santa Catarina.

Eu vou atender, então, ao pedido do Senador para colocarmos esse requerimento de sua autoria, da autoria do Senador Luiz Henrique, extrapauta, na nossa reunião de hoje.

Se todos concordam, permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Está aprovado, então, esse requerimento extrapauta.

Agora, coloco em votação o requerimento do Senador Luiz Henrique.

É o seguinte o requerimento:

ITEM EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO Nº 59, DE 2011 – CCT
– Não Terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (novo Código Florestal), tenha apreciação conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Autoria: Senador Luiz Henrique

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Em votação.

Primeiramente, em discussão. (*Pausa*.)

Alguém gostaria de discutir? (*Pausa*.)

Sem discussão.

Em votação. (*Pausa*.)

Portanto, está aprovado por unanimidade o requerimento do nobre Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu agradeço a V. Exª e quero dizer que, com essa aprovação e a deliberação que vamos solicitar à Comissão de Agricultura na sessão de amanhã, nós viabilizaremos a aprovação desse projeto – que é o mais importante que tramita nesta Casa – ainda este ano, possibilitando que no dia 8 de novembro nós votemos as matérias em ambas as Comissões; possibilitando também ao Senador Jorge Viana que apresente o seu parecer na Comissão de Meio Ambiente logo em seguida, para votá-lo naquela Comissão por volta do dia 22, 23; e votarmos em plenário até o final do mês de novembro, permitindo um prazo razoável à Câmara para a apreciação das emendas e permitindo à Presidente Dilma Rousseff que venha a sancionar a matéria.

Tendo em vista que nós estamos construindo, o Senador Jorge Viana e eu, uma convergência em relação a esse tema tão importante, ouvindo a sociedade, ouvindo o Governo e ouvindo a Câmara dos Deputados, não adianta nós fazermos alguma alteração sem combinar com os Deputados. Porque, como essa matéria foi votada por 410 dos Srs. Deputados Federais, qualquer alteração que nós façamos aqui em desacordo com os Srs. Deputados poderá vir a ser derrotada, revogada em sessão da Câmara.

Quero comunicar a V. Exª que os entendimentos que estamos fazendo, seja com o Governo, seja com os Srs. Deputados, seja com as entidades representativas da sociedade civil, organizações não-governamentais, Ministério Público, Poder Judiciário, agricultores familiares, representantes do agrobussiness, comunidade científica, está resultando em uma grande convergência. E acredito que nós possamos ter o consenso máximo em relação a essa matéria.

Agradeço a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Esta Presidência é que agradece a V. Exª, nobre Senador Luiz Henrique, que contribui com sua experiência como ex-governador, ex-parlamentar desta Casa, com a vida pública toda reconhecida pela força do seu trabalho, em conjunto com nosso Senador Jorge Viana, que vem desenvolvendo um grande trabalho.

Então, é uma matéria das mais importantes para o Brasil, para o desenvolvimento do nosso País, e está muito bem entregue.

A nossa Comissão só fez a sua parte. Votar esse requerimento de V. Exª hoje faz parte. Agradeço ao Senador Walter Pinheiro e à Senadora Angela Portela.

Na mesma linha, há mais dois requerimentos em pauta: um extrapauta, que passo a ler.

ITEM EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2011 – CCT
– Não Terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), para a realização de debates em torno do tema "Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (Pndae) – Novas Licitações de Posições Orbitais – Programa do Satélite Geoestacionário Brasileiro – Atendimento às Regiões Norte e Nordeste", e, em havendo deliberação favorável, que sejam convidados os seguintes especialistas e representantes, sem prejuízo de outros que possam enriquecer o debate: Marco Antonio Raupp, Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB); Ronaldo Mota, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Embaixador Ronaldo Sardenberg – Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O requerimento tem a justificativa e é de autoria do nosso Presidente Eduardo Braga.

Em discussão o requerimento. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado o segundo requerimento.

Item 4 da pauta, que é outro requerimento:

ITEM 4
– Não Terminativo –
REQUERIMENTO N.º 58, DE 2011 – CCT

Em aditamento aos Requerimentos 17 e 29/2011, desta Comissão, requeiro nos termos regimentais estabelecidos a partir dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, todos do RISF, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT para debates em torno do tema "CIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE BASE: RECURSO HUMANO PARA O FUTURO DO

PAÍS", como parte das Comemorações do "DIA MUNDIAL DA CIÊNCIA" e uma iniciativa conjunta entre o Senado Federal e a UNESCO, conforme Memorando de Entendimentos no 001/2009, assinado em 29 de setembro de 2009. A Audiência Pública será realizada em complemento à 1ª JORNADA PELA INOVAÇÃO, já em curso perante esta Comissão, e, em havendo deliberação favorável, indico que sejam convidadas as seguintes pessoas, sem prejuízo de outras que possam enriquecer o debate: VICENTE DEFOURNY – Embaixador da UNESCO no Brasil; MARIA NILENE BADECA DA COSTA – Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; MIGUEL NICOLELIS – Cientista e Diretor Científico do Instituto Internacional de NeuroCiências de Natal Edmond e Lily Safra – IINN-ELS.

Então, coloco em discussão este Requerimento nº 58, que é o Item 4 da Ordem do Dia. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado também o Item 4 da Ordem do Dia.

Temos comunicados da Presidência para serem lidos.

COMUNICADOS

O Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil) convida os integrantes da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática a participar, em 21/11/11, de visita técnica ao Centro de Controle das Redes em Santana, São Paulo, no Grupo Telefônica Brasil.

Vamos partir, então, para a nossa Ordem do Dia.

ITEM 1
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 439, DE 2011

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para criar mecanismos de proteção ao consumidor no âmbito do comércio eletrônico.

Autoria: nobre Senador Humberto Costa.

Relatoria: nobre Senadora Angela Portela.

Relatório: favorável, com as emendas oferecidas.

Observações:

Obs. 1: Matéria terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;

Obs. 2: Na reunião do dia 28/09/11, o relatório foi lido, e a discussão e a votação da matéria adiados.

O relatório já foi lido pela Relatora na 41ª Reunião, realizada em 28 de setembro.

Pergunto à Relatora, Senadora Angela Portela, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu vou pedir vista desse projeto.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, na reunião passada, nós lemos o relatório, houve a discussão e, como não havia quórum para votação, ficou sobrestada.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – A Secretaria me informa, nobre Senadora Angela Portela, que não chegou a haver discussão. Eu ia abrir a discussão agora...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Houve discussão, sim. Iniciou-se a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Como existe o pedido de vista do nobre Senador Cyro Miranda, então, está concedida vista ao Senador Cyro Miranda, por ser regimental.

Obrigado, Senadores.

Item 2 da Ordem do Dia. A relatoria seria feita pelo nobre Senador Rodrigo Rollemberg, que deve estar a caminho. Então, vamos pular para o item 3 da Ordem do Dia.

Item 3. Da mesma forma, o nobre Senador Lobão Filho pediu que aguardássemos por ele um minutinho, que também está chegando, está em outra Comissão.

O Item 4 já foi votado.

Item 5: Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2011. Item 5 da Ordem do Dia. Item 5, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O Flexa é o Item 10!

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – A pedido do nobre Senador Walter Pinheiro, vamos para o Item 6, cuja Relatora se encontra presente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, o Item 5... Eu acho que uma política que nós poderíamos adotar em alguns casos, principalmente nesses aqui, que são decretos legislativos: a não ser que haja alguma manifestação veemente do relator designado, a minha proposta é que nós nomeemos aqui relatores *ad hoc* para que possamos fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Avançar na pauta.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Faz-se a leitura e, na medida em que houver quórum, trabalhamos isso.

Em alguns casos, os projetos efetivamente têm mais dificuldade, mas principalmente os que tratam de renovação e/ou concessão de rádio e TV, acho que a gente poderia ir avançando nessa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – A Secretária me informa que os Senadores ligaram para cá pedindo para aguardar, mas eu vou seguir a sugestão de V. Exª e foi designar os relatores *ad hoc* e vamos avançar...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Vamos lendo, porque, na medida em que cada um... Eu só estou levantando isso porque, na hora em que um deles chegar aqui, provavelmente, outros já terão saído. Então, vamos ficar com esse quórum. Então, a ideia é tentar ver se fazemos a leitura, fazemos uma carta de Senadores, para permitir, no momento de quórum, nós votarmos as matérias.

Eu mesmo, Sr. Presidente, estou precisando me deslocar para a Comissão de Orçamento, onde nós estamos votando, inclusive, o relatório, na prática, de uma reestimativa de receita que tem muito a ver com o nosso setor. E quero, inclusive, dizer aqui que já fizemos essa solicitação à Comissão. Os relatores, tanto da receita do PPA, que é este cidadão que vos fala, e o relator da LOA, nós estamos chamando as comissões da Câmara e do Senado, com os Ministérios das áreas, para inclusive termos uma conversa. Nessa quinta à tarde, por exemplo, vamos ter uma conversa com a área de ciência e tecnologia – o Ministério, as duas comissões – e, nessa conversa, inserimos o MDIC, que tem muita coisa em comum, e o Ministério das Comunicações, que também tem a ver com a nossa Comissão. Até para preparamos o relatório, estamos fazendo isso. Primeiro, para preparar um caminho nosso aqui para apresentação das emendas à CCT, para que façamos isso de forma cada vez mais integrada ao eixo do Plano Plurianual e, obviamente, atendendo aos interesses dos Estados e das Srªs e dos Srs. Parlamentares desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito bem!

Seguindo orientação...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Pela ordem, nobre Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu gostaria, atendendo inclusive ao que falou o Senador Walter Pinheiro, que V. Exª mantivesse a prioridade agora ao Item 6 – a Senadora Angela Portela se encontra presente – e, se até lá não chegarem os relatores das matérias anteriores, então que V. Exª designe os relatores *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito obrigado pela sugestão. Faremos dessa forma, então.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, só complementando o que o nobre Senador falou.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Pois não.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Acho que deveria ser dada sempre preferência, quanto aos relatórios, aos que estão presentes. Depois, o senhor vai à relatoria *ad hoc*, porque senão seria um desprestígio a nós que estamos aqui. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito bem, Senador. Achamos um formato então. Vamos lá.

Item 6.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Questão de ordem, nobre Senador.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Tenho compromisso com o Ministério das Cidades agora, daqui a alguns minutos, e sou o Relator do item 23. V. Exª não poderia adiantar o meu relatório e me dispensar para que eu possa ir?

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Farei isso, logo em seguida ao item 6, em deferência à nobre Senadora Angela Portela que se encontra aqui.

(*Manifestação fora do microfone*.)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – É verdade!

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Desde às 8h30, é verdade.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Senadora Angela Portela, Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2011.

É o seguinte o item:

ITEM 6
– Terminativo –
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 160, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO ROLADOR – ACOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolador, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senadora Angela Portela

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – V. Exª está com a palavra.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pois não. Vamos fazer um resumo do relatório.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática na Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável do seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS n° 160, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 160, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos do Rolador – ACOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolador, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradeço, nobre Senadora Angela Portela.

A discussão e a votação serão realizadas ao final das leituras dos relatórios.

Concedo a palavra ao nobre Senador Reditário Cassol, Relator do item 23.

É o seguinte o item:

ITEM 23
– Terminativo –
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 19, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tutóia, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Reditario Cassol

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 19, de 2011 (n° 2.553, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tutóia, Estado do Maranhão. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 19, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tutóia, Estado do Maranhão, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito obrigado, nobre Senador Reditário Cassol.

A discussão e votação serão realizadas ao final das leituras dos relatórios.

Agradeço a V. Exª. Daqui a pouco colocaremos em votação. Aguarde só um minutinho, por favor.

Passo a palavra ao Relator do item 2, nobre representante do Distrito Federal, Senador Rodrigo Rollemberg.

ITEM 2
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 490, DE 2009

Institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos.

Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Presidente Gim Argello, meu parecer está pronto, como V. Exª percebe, distribuído nos avulsos, mas o Senador Walter Pinheiro me fez uma solicitação. Pediria vista do relatório, mas me fez uma solicitação de que queria apresentar, no entendimento dele, algumas sugestões que constam de um projeto de S. Exª que tem objetivos semelhantes.

Então, se não houver óbice da Presidência, vou solicitar a retirada desse projeto da pauta, vou ouvir as sugestões e contribuições do Senador Walter Pinheiro, que, sem dúvida alguma, por toda a sua história política, deve contribuir muito para aperfeiçoar meu relatório, e, logo em seguida, retorno o projeto à pauta, se assim V. Exª concordar.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Concordo. Então, está retirado da pauta, a pedido do Relator e a pedido do Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, eu conversei com o Senador Rodrigo Rollemberg – obviamente, eu pediria vista dessa matéria – e a proposta é que nós avancemos um pouquinho mais nessa questão de centros de prevenção de desastres.

Estamos discutindo na Casa uma política de defesa civil e temos também discutido com o Governo, meu caro Senador Rodrigo Rollemberg, a oportunidade de estabelecer no Brasil uma política de centros de defesa civil e de emergência.

Temos uma única unidade funcionando na cidade do Rio de Janeiro – por sinal, um centro de emergência muito bem construído.

Há uma semelhança, nesse projeto, com o que se pratica hoje na Europa, nos Estados Unidos, mais conhecido por todo mundo como o 112 europeu ou o 911, para não entrar aqui no chamado esforço da verdadeira utilização da expressão como é conhecida na língua inglesa.

Mas o aspecto desses centros, meu caro Rodrigo Rollemberg, encaixa-se perfeitamente nessa necessidade de ação de prevenções de defesa civil, essas questões de monitoramento das questões climáticas e monitoramento de modo geral.

Inclusive, estou apresentando à Comissão, no dia de hoje, um pedido de autorização para uma viagem minha, nos próximos dias 10 e 11 de novembro, para participar de um seminário, como palestrante, sobre a questão de saúde e a perspectiva de utilização de tecnologia, principalmente nessas áreas. E também faço a visita a dois centros de emergência: o da cidade de Nova York e o centro de emergência que atende a Flórida. Portanto, eu quero pedir ao Senador Rodrigo Rollemberg...

Esse é um debate, meu caro Gim Argello, para o qual, desde o mês de fevereiro deste ano, eu venho chamando a atenção do Governo. Nós vamos construir vários centros de monitoração para a Copa. Em Brasília, por exemplo, Rodrigo, que vai sediar a Copa, não faz nenhum sentido a gente construir um centro de monitoração que funcione exclusivamente para monitorar os três jogos da Copa do Mundo que vão acontecer em Brasília – três ou quatro, se Brasília conseguir arrancar a chamada partida de abertura da Copa do Mundo.

Salvador também será cidade-sede. Então, em Salvador, meu caro Rodrigo, na Bahia, nós estamos abrindo um processo licitatório para construção de um centro de emergência. E o que abriga um centro de emergência, além dessas questões climáticas? Defesa civil, toda a monitoração da área de saúde, regulação, leitos hospitalares, o controle e a circulação de ambulâncias, o sistema Samu, todo o acompanhamento da polícia – Polícia Civil, Militar e Bombeiros. Então, é importante que façamos isso.

Eu até tenho insistido muito aqui e falei com o Senador Eduardo Braga sobre isto: que alguns membros desta Comissão visitem, meu caro Cyro Miranda, a experiência de centro de emergência que há no Rio de Janeiro. Ele não pôde ser nessa magnitude porque é um centro municipal, mas o Governo do Rio, inclusive a partir dessa provocação nossa, já está fazendo a parceria com a cidade do Rio e transformando o centro de emergência num centro estadual, incluindo naquele centro a área de saúde e operações de bombeiros e de polícia, porque são atividades inerentes à ação do Estado e não do Município. Isso serve para monitorar trânsito, para você trabalhar, inclusive, a orientação.

Então, é importante que a gente já pudesse, nesse projeto – e é isso que eu gostaria de aproveitar –, trabalhar aí, Senador Rodrigo, até pelas mãos de V. Exª, a instituição do Programa Brasileiro de Centros de Emergência. É esta a proposta que estou fazendo a V. Exª, para que a gente tenha a oportunidade de

contribuir neste importante momento e de aproveitar o legado da Copa, porque aí nós vamos ter de fazer esse investimento, e esse legado, efetivamente, expandirmos para o resto do Brasil, adotando, portanto, uma política corretíssima.

Quem não conhece, eu sugiro sempre que as pessoas visitem. E há como você, até pela Internet, pesquisar. Vou dar um exemplo bem claro, Rodrigo, de como é importante um centro dessa natureza. Todo mundo se lembra daquele momento ali, na Estação de Atocha, na Espanha, quando da explosão de bombas em um de seus vagões. Um centro de emergência tem uma capacidade enorme não só de atendimento, como também da forma como você avisa às diversas regiões, para evitar deslocamento, para facilitar a orientação à população. Então, isso é fundamental e funciona perfeitamente.

Hoje, nós temos uma série de números. Se eu perguntar a qualquer Senador que me diga os quatro números dos serviços essenciais das suas cidades, estamos arriscados a nos atrapalhar: Bombeiro, Polícia, Defesa Civil e transporte, todos eles têm quatro números diferentes. Isso, congregado em um único número – estou discutindo isso, inclusive, com a Anatel e é importante que a gente faça isso –, um único número que seja dispensado para você atuar em emergência e para que o cidadão possa também se dirigir a esses centros.

Então, é importante que a gente institua essa política. E é esse o esforço que a gente vem fazendo, meu caro Rodrigo. Tenho trabalhado de forma, eu diria, até pesada e insisti para que o Governo mandasse. O Governo ainda está muito lento na preparação dessa proposta.

E eu queria aproveitar inclusive, já que V. Exª pode, em sediando a Copa aqui em Brasília como um bom anfitrião, fazer com que Brasília seja um ponto de referência para um centro dessa magnitude. Acho que, principalmente aqui, é fundamental que a gente pudesse dar esse exemplo para o resto do Brasil.

E aí fica esse convite. Dia 21, por exemplo, como está sendo chamado pela Telebrasil... Era importante que a Telebrasil, até porque as operadoras de telecomunicações operam o centro do Rio, e, no mundo afora, é sempre uma operadora de telecomunicações que opera um centro de emergência desses, o que facilita, consequentemente, toda uma linha de serviços.

Isso serve, meu caro Luiz Henrique, para esse novo Código Florestal. Isso serve para a gente fazer o acompanhamento e monitoração dessas questões que envolvem as florestas e a agricultura.

Portanto, é uma experiência que a gente não pode deixar passar neste momento em que o Brasil está discutindo a constituição de instalações dessa natureza.

Era isso que queria pedir a V. Exª. Vou, inclusive, entregar o ofício em que solicito também autorização para esse meu deslocamento para participar desses três eventos.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Já coloco, então, em discussão esse pedido do nobre Senador Walter Pinheiro para participar desses três eventos que serão realizados nos Estados Unidos entre os dias 10 e 11.

Submeto a esta Comissão.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação a autorização para o nobre Senador Walter Pinheiro fazer essa viagem, representando esta Comissão, aos centros, nos Estados Unidos. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Antes de dar a palavra pela ordem ao Senador Benedito de Lira para que fale sobre esse mesmo tema, o Item 2, desastres climáticos, devo dizer que é muito importante que a gente consiga realmente fazer e votar essas matérias. Quanto ao exemplo que o senhor deu, que deveria ser no Distrito Federal, o Distrito Federal está vivendo um drama desde ontem num bairro mais afastado, em Ceilândia, na cidade satélite de Ceilândia, nos condomínios chamados Pôr-do-Sol e Sol Nascente, onde as chuvas de ontem destruíram várias casas por falta desse centro que o Senador Rodrigo queria votar hoje, justamente. Toda a cidade hoje está muito triste porque destruíram várias casas esta noite essas chuvas que aconteceram de ontem para hoje aqui, no Distrito Federal.

Então, é muito importante esse assunto, e que a prevenção de desastres climáticos possa realmente ter esses centros funcionando, porque evitaria essas perdas que aconteceram de ontem para hoje aqui, no Distrito Federal, na cidade de Ceilândia. É a preocupação de toda a Bancada. O Coordenador da Bancada, Senador Rodrigo Rollemberg, já até convocou reunião da Bancada para amanhã para que a gente possa discutir isso mais a fundo.

Neste momento, dou a palavra para uma questão de ordem ao nobre Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, requeiro a V. Exª, ouvido o Plenário, lógico, tendo em vista a necessidade urgente de decidirmos a respeito desse projeto, gostaria de solicitar a V. Exª, ouvido o Plenário, a inclusão extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2011, do Senado Federal, que concede outorga, permissão à Fundação Rá-

dio e Televisão Deputado Humberto Reis da Silveira, no Estado do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – O nobre Senador Benedito de Lira pede inclusão do item extrapauta.

Em discussão no plenário. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Está aprovado, Senador Benedito de Lira. Vamos fazer a apreciação extrapauta desse item que V. Exª pediu.

Passo a palavra ao nobre Senador Lobão Filho, que se encontra presente e que a pediu. Na sequência dos itens, Senador Valdir Raupp.

Senador Lobão Filho, vamos fazer – foi uma determinação do Plenário – a leitura do relatório de acordo, pela ordem da pauta, com os Senadores que se encontram presentes.

Então, o Senador Lobão Filho se encontra presente.

ITEM 3
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 198, DE 2009

Dispõe sobre a consignação de canais de televisão para a União no Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Autoria: nobre Deputado Inocêncio Oliveira

Relatoria: nobre Senador Lobão Filho

Senador Lobão Filho, V. Exª está com a palavra.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é submetido ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para parecer em caráter terminativo, o Projeto de Lei da Câmara nº 198, de 2009, de iniciativa do nobre Deputado Inocêncio Oliveira, que dispõe sobre a consignação de canais de televisão para a União no Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

A proposição prevê que a União consigne, nos Municípios contemplados pelo Plano Básico de Distribuição de Canais Digitais, oito canais digitais com largura de banda de 6 MHz (seis megahertz) cada um, para execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital.

Esses canais seriam distribuídos da seguinte forma:

um canal para o Senado Federal;

um canal para a Câmara dos Deputados;

um canal para o Supremo Tribunal Federal;

um canal para o Poder Executivo;

um canal para a prestação de serviços de radiodifusão pública também pelo Poder Executivo; e

mais três canais destinados à Educação, à Cultura e à Cidadania, os quais seriam utilizados, respectivamente, para o desenvolvimento e o aprimoramento do ensino a distância e capacitação de professores; transmissão de produções culturais e programas regionais; e transmissão de programações das comunidades locais e divulgação de atos, trabalhos, projetos, sessões, eventos e programas dos poderes públicos federal, estaduais e municipais.

Análise

A matéria se insere, sim, no rol de competências desta Comissão.

Do ponto de vista do mérito da medida, conquanto sejam compreensíveis as preocupações do autor, as propostas contidas no PLC nº 198, de 2009, já se encontram previstas em outros diplomas legais e infralegais. Por consequência, não há necessidade de a medida prosperar.

Com relação à utilização de canais digitais pelas emissoras legislativas, deve-se informar que tanto o Senado Federal quanto a Câmara dos Deputados já estão transmitindo seus sinais em tecnologia digital em algumas capitais do País.

Resta evidente, portanto, que o objeto do PLS sob análise já se encontra plenamente contemplado no ordenamento vigente, razão pela qual deverá ser declarada sua prejudicialidade.

Voto

Em vista do exposto, nosso voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 198, de 2009, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito obrigado, nobre Senador Lobão Filho.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela Comissão de Infraestrutura com parecer também pela prejudicialidade. Lembro que os projetos são terminativos e exigem quórum qualificado.

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os senhores que concordam pronunciem "sim" ou "não".

Primeira Senadora a votar, Senadora Angela Portela. Como vota?

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com o relator

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, acompanho o voto do relator.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com o relator.

Nobre Relator Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o relator

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com o relator

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com o relator.

Senador Lobão Filho, voto conhecido.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com o relator.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com o relator.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com o relator.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Declaro prejudicado o projeto, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Próximo item, Item 5:

ITEM 5
– Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 34, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RBS TV CRICIÚMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

O Relator é o nobre Senador Rodrigo Rollemberg. O relatório é favorável.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 34, de 2011 (n° 2.671, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *RBS TV Criciúma Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3°, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Peço autorização para ir direto ao voto.

Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 34, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à *RBS TV Criciúma Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Estes são o relatório e o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

A discussão e a votação serão realizadas ao final da leitura dos relatórios.

Peço ao nobre Senador Cyro Miranda que faça a leitura do Item 7:

ITEM 7
– Terminativo –
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 43, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PALMINÓPOLIS

para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palminópolis, Estado de Goiás.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este projeto destina-se a aprovar o ato de outorga e autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Palminópolis, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palminópolis, Estado de Goiás.

O referido projeto já foi aprovado pela Comissão de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática na Câmara dos Deputados.

Voto

Quanto ao voto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 43, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Palminópolis.

Esse é o nosso voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Obrigado, nobre Senador Cyro Miranda.

O projeto será discutido e votado ao final, como os outros.

Peço ao nobre Senador Flexa Ribeiro, por favor, que faça a leitura do Item 10 da Ordem do Dia, Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2011.

É o seguinte o item:

ITEM 10
– Terminativo –
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 150, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DO BROOKLIN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com a palavra, o nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Gim Argello, Srª Senadora, Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 150, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural Amigos do Brooklin para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito obrigado, nobre Senador Flexa Ribeiro.

A discussão e a votação serão realizadas ao final da leitura dos relatórios.

Peço ao nobre Senador Valdir Raupp que faça a leitura do Item 12.

É o seguinte o item:

ITEM 12
– Terminativo –
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 121, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA TERRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Presidente.

Senhoras e senhores Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 121, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Terra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito obrigado.

Senador Rodrigo Rollemberg, peço a V. Exª só mais cinco minutos. Vamos fazer a votação terminativa e liberamos todos os Senadores, para não perdermos o quórum.

Agradeço ao nobre Senador Valdir Raupp.

A discussão e a votação serão realizadas ao final da leitura desses relatórios.

Vamos indicar os relatores *ad hoc*.

Item 13, PDS nº 336, de 2009.

É o seguinte o item:

ITEM 13
– Terminativo –
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 336, DE 2009

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO LIBERTAÇÃO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Peço ao nobre Senador Flexa Ribeiro que, por favor, faça o relatório do Item nº 13 e do Item nº 14, PDS nº 161, de 2011, em lugar do nobre Senador Vital do Rêgo, na condição de Relator *ad hoc*.

É o seguinte o item:

ITEM 14
– Terminativo –
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 161, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO REPÓRTER LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Item 13, Sr. Presidente, Senador Gim Argello. Trata-se do PDS nº 336, de 2009.

Não havendo constatação de nenhum reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Libertação FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora de frequência modulada na cidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O Item 14 trata do PDS nº 161, de 2011. Da mesma forma, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Repórter Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, na forma de projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

São os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradeço ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

A discussão e a votação serão realizadas ao final da leitura dos relatórios.

Peço ao nobre Senador Lobão Filho que, por favor faça a leitura dos itens da pauta nºs 15, 16, 17 e 18, de que seria Relator o nobre Senador Aloysio Nunes. São o PDS nº 1, de 2011, o PDS nº 42, de 2011, o PDS nº 46, de 2011, e o PDS nº 49, de 2011.

São os seguintes os itens:

ITEM 15
– Terminativo –
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 1, DE 2011

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. EPP para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

ITEM 16
– Terminativo –
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 42, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA CAMPINA DO MONTE ALEGRE – SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

ITEM 17
– Terminativo –
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 46, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA LUCÉLIA LTDA. para explorar serviço

de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lucélia, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

ITEM 18
– Terminativo –
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 49, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ONDA VERDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Onda Verde, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com a palavra, o nobre Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, o Item 15 aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Noroeste de Comunicação Ltda. EPP para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo.

O voto é pela aprovação, devido aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Quanto ao Item 16, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Campina do Monte Alegre –SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo, o voto também é pela aprovação, devido aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Finalmente, o Item 17, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Difusora Lucélia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lucélia, Estado de São Paulo, tem o seu voto também pela aprovação devido aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O Item 18, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Onda Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Onda Verde, Estado de São Paulo, também tem voto pela aprovação devido aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Esses são os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradeço, Senador Lobão Filho.

A discussão e a votação serão realizadas no final das leituras dos relatórios.

Peço ao senador Benedito de Lira que, por favor, faça a leitura do item que seria relatado por mim, o Item 11, o PDS nº 149/2011.

É o seguinte o item:

ITEM 11
– Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 149, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itu, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Gim Argello

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2011 (n° 2.058, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Estância Turística de Itu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itu, Estado de São Paulo.

A matéria em exame atende aos pré-requisitos estabelecidos pelo Regimento Interno do Senado Federal, bem como não traz nenhuma inconstitucionalidade quanto aos aspectos jurídicos legais.

Por essa razão, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Estância Turística de Itu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itu, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argelo. PTB – DF) – Agradeço ao nobre Senador Benedito de Lira.

A discussão e a votação serão realizadas ao final das leituras dos relatórios.

Peço ao nobre Senador Luiz Henrique que faça a leitura, na condição de Relator *ad hoc*, dos Itens 8 e 9, o PDS nº 145, de 2011, e o PDS nº 157, de 2011.

São os seguintes os itens:

ITEM 8
– Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 145, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ALPESTRENSE DE CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Anibal Diniz

ITEM 9
– Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 157, DE 2011

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO DIAMANTINENSE DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – FUNDAEPE para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Anibal Diniz

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com a palavra, o nobre Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os pareceres bem lavrados pelo Senador Anibal Diniz aprovam o ato que outorga autorização à Associação Alpestrense de Cultura e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul.

Identicamente para o ato que outorga permissão à Fundação Diamantinense de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – Fundaepe para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

O parecer é favorável.

Voto pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argelo. PTB – DF) – Muito obrigado, nobre Senador Luiz Henrique. A discussão e a votação serão realizadas ao final das leituras dos relatórios.

Peço ao nobre Senador Delcídio do Amaral que faça a leitura, na condição de Relator *ad hoc*, do Item 19, que é o PDS nº 158, de 2011; e, na condição de Relator próprio, do Item 20, que é o PDS nº 442, de 2010.

São os seguintes os itens:

ITEM 19
– Terminativo –
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 158, DE 2011

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA FM DE RÁDIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

ITEM 20
– Terminativo –
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 442, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO PANTANEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranhos, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com a palavra, o nobre Senador Presidente da nossa CAE, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Presidente, Senador Gim Argelo.

O relatório é bastante sucinto. Aprecia em caráter terminativo o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 158, de 2011 (nº 2.704, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão outorgada ao Sistema FM de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 233, § 3º, ambos da Constituição Federal.

Aqui segue a análise. E, para resumir o relatório, o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 158, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a permissão outorgada ao *Sistema FM de Rádio Ltda.* para explorar

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradeço ao Senador Delcídio do Amaral.

A discussão e a votação serão realizadas ao final das leituras dos relatórios.

Peço ao Senador Cyro Miranda que, por favor, leia o relatório, na condição de Senador *ad hoc*...

Tem o Item 20 ainda. Desculpe-me, Senador Delcídio do Amaral. Volto a palavra a V. Exª.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – O Item 20, também, refere-se ao PDS nº 442, de 2010 (nº 2.370, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Rádio e Difusão Pantaneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranhos, lá no meu Mato Grosso do Sul.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

Quanto ao voto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 442, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à *Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranhos, nossa cidade lá de Mato Grosso do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradeço ao nobre Senador Delcídio Amaral pela agilidade.

Passo a palavra, então, para relatar – agora, sim – os Itens 21 e 22, ao nobre Senador Cyro Miranda.

ITEM 21
– Terminativo –
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 12, DE 2011

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV CENTAURO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divino, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

ITEM 22
– Terminativo –
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 168, DE 2011

Aprova o ato que outorga à UNIÃO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES E COMUNIDADES DE CAUCAIA – UMECC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, esse projeto de decreto legislativo aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Centauro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divino, Estado de Minas Gerais.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 12, de 2011, não evidenciou violação da legislação, somos pela aprovação desse projeto.

Também, Sr. Presidente, destinado a aprovar o ato que outorga autorização à União Municipal dos Estudantes e Comunidades de Caucaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.

Tendo em vista que o exame da documentação que o acompanha não evidenciou violação da legislação, somos pela aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradeço ao nobre Senador Cyro Miranda.

A discussão e a votação serão realizadas agora, no final das leituras dos relatórios.

Falta somente um relatório, um item extrapauta que foi aprovado por este Plenário. É o Decreto Legislativo nº 193, de 2011.

É o seguinte o item:

ITEM EXTRAPAUTA
– Terminativo –
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 193, DE 2011

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO DEPUTADO HUMBERTO REIS DA SILVEIRA para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Benedito de Lira

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Passo a palavra, então, ao nobre Relator, que é o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, essa proposição está de acordo com o que estabelecem as normas previstas no Regimento Interno do Senado Federal, bem como com o que estabelecem os preceitos da Constituição. Outorga o projeto de projeto de decreto legislativo permissão à Fundação Rádio e Televisão Deputado Humberto Reis da Silveira para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, no Estado do Piauí.

A matéria, Sr. Presidente, não fere qualquer preceito constitucional, bem como a sua técnica legislativa está de acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Senado Federal.

Por essa razão, o nosso voto é pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradeço ao nobre Senador Benedito de Lira.

Vamos, então, colocar todos os itens: os Itens nºs 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e o item extrapauta, que é o do PDS nº 193, de 2011.

Todos em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, submeto à apreciação de V. Exªs. Vou fazer a votação nominal de todos esses itens.

Por favor, como vota a nobre Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com os Relatores.

Senador Valter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com o Relator.

Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com os Relatores.

Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com os Relatores.

Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com os Relatores.

Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com os Relatores.

Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com os Relatores.

Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Senador Delcídio do Amaral?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Com os Relatores, meu Presidente e Senador Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito obrigado, nobre Delcídio do Amaral.

Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com os Relatores.

Nobre Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com os Relatores.

Portanto, estão aprovados os PDS: PDS nº 34/2011, PDS nº 160/2011, PDS nº 43/2011, PDS nº 145/2011, PDS nº 157/2011, PDS nº 150/2011, PDS nº 149/2011, PDS nº 121/2011, PDS nº 336/2009, PDS nº 161/2011, PDS nº 01/2011, PDS nº 42/2011, PDS nº 46/2011, PDS nº 49/2011, PDS nº 158/2011, PDS nº 442/2010, PDS nº 12/2011, PDS nº 168/2011, PDS nº 19/2011 e o PDS, extrapauta, nº 193/2011.

Todos, então, foram devidamente aprovados.

Convido todos os Senadores desta Comissão para, na próxima terça-feira, às 9 hora, quando então o nobre Senador Luiz Henrique, em uma reunião conjunta que foi aprovada por esta Comissão, fará a apresentação do seu relatório para o novo Código Florestal brasileiro.

Então, todos os membros desta Comissão estão convocados. Senador Walter Pinheiro, Senador Lobão Filho, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Bene-

dito de Lira, todos estão convocados para a próxima terça-feira, às 9 horas da manhã, quando o Senador Luiz Henrique apresentará o relatório sobre o Código Florestal brasileiro.

Agradeço a todos os Senadores e Senadoras.

Dou por encerrada mais uma reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 49 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO
ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 46ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA EM CONJUNTO COM A 45ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 40ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011.

Às oito horas e trinta e sete minutos do dia vinte de outubro de dois mil e onze, no plenário nº 19 da ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador **ACIR GURGACZ,** , reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença os Senhores(as) Senadores(as) **ANA AMÉLIA, ANÍBAL DINIZ, ANTONIO RUSSO, BENEDITO DE LIRA, BLAIRO MAGGI, CASILDO MALDANER, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, JOÃO RIBEIRO, JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, PEDRO TAQUES, REDITARIO CASSOL, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, VANESSA GRAZZIOTIN, WALDEMIR MOKA E WELLINGTON DIAS.** Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senhor Senador Eduardo Braga. A presidência declara aberta a reunião e submete ao plenário a dispensa da leitura das atas da reunião anterior da CMA, CRA e CCT, que são dadas como aprovadas. **PRIMEIRA PARTE: DELIBERAÇÃO DE REQUERIMENTO – ITEM ÚNICO – Não Terminativo** – **REQUERIMENTO Nº 68, DE 2011-CRA**, **REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011-CCT** e **REQUERIMENTO Nº 108, DE 2011-CMA** – **Ementa:** *Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA; Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com a finalidade de debater o projeto de Lei da Câmara nº 30, 2011, que trata da reforma do Código Florestal, com a presença dos Presidentes ou representantes das Assembléias Legislativas Estaduais, às quais compões a UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.* Autoria: Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Gim Argello. Colocado em votação, a CMA, CCT e CRA aprovam o requerimento. **SEGUNDA PARTE**: **Audiência Pública Conjunta, em cumprimento aos Requerimento nº 68, de 2011-CRA, Requerimento nº 108, de 2011-CMA e Requerimento nº 59, de 2011-CCT** de autoria dos Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Gim Argello, com a finalidade de debater **a reforma do Código Florestal** – **Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011**, com a presença dos Presidentes ou representantes das Assembléias Legislativas Estaduais, às quais compõem a **UNALE:** Deputado **José Luís Schafer –** Presidente; Deputado **Elson Santiago** – Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – **AL/AC**; Sr. Deputado **Judson Cabral** – Representante da Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas – AL – **AL/AL;** Sr. Deputado **Eider Pena** – Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá – AP **– AL/AP;** Sr. Deputado **Deraldo Damasceno** – Representante da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia – BA **– AL/BA;** Sr. Deputado **Hermínio Resende** – Presidente da Comissão de Agropecuária da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará – CE **– AL/CE;** Sr. Deputado **Patrício** – Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal – DF – **CL/DF;** Sr. Deputado **Wagner Siqueira** – Representante da Assembléia Legislativa do Estado do Goiás – GO – **AL/GO;** Sr. Deputado **Hélio Soares** – Representante da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão – MA – **AL/MA;** Sr. Deputado **José Riva** – Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso – MT – **AL/MT;** Sr. Deputado **Célio Moreira –** Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – MG – **AL/MG;** Sr. Deputado **Antonio Carlos Arantes** – Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais **–** MG – **AL/MG;** Sr. Deputado **Ribamar Araújo** – Representante da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia – RO **– AL/RO;** Sr. Deputado **Gabriel Guerreiro** – Vice-Presidente do Parlamento Amazônico; Sr. Deputado **Erci Moraes –** Representante da Assembléia Legislativa do Estado

de Roraima – RR – **AL/RR;** Sr. Deputado **Zico Prado** – Representante da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo **–** SP – **AL/SP;** Sr. Deputada **Conceição Vieira** – Representante da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe – SE – **AL/SE;** Sr. Deputado **Freire Júnior** – Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins – TO – **AL/TO. EXTRAPAUTA: ITEM ÚNICO** – – Não Terminativo – **REQUERIMENTO Nº 69, DE 2011-CRA** – **ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (novo Código Florestal), tenha apreciação conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). **Autoria:** Senadores Luiz Henrique e Ana Amélia. No encaminhamento não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Após a exposição dos senhores convidados, usam da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senhores(as) Senadores(as): **ACIR GURCACZ, ANA AMÉLIA, BLAIRO MAGGI, JAYME CAMPOS, LUIZ HENRIQUE, WALDEMIR MOKA, RODRIGO ROLLEMBERG, ANÍBAL DINIZ, REDITÁRIO CASSOL e JORGE VIANA.** Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos, havendo lavrado a presente ata Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Acir Gurcacz,** Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente. – Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senador **Gim Argello,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em conjunto com a 45ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e 46ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa das leituras das Atas das reuniões anteriores que, com anuência do Plenário, são dadas como lidas.

A presente reunião tem por objetivo a realização de audiência pública conjunta, em cumprimento a requerimento a ser apreciado, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Gim Argello e de minha autoria, com a finalidade de debater a reforma do Código Florestal – Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 –, com a presença dos Presidentes e representantes das Assembleias Legislativas Estaduais.

Estamos entrando na fase final de tramitação do Código Florestal aqui no Senado e creio que esta será uma audiência decisiva, para que os nossos relatores e todos os Senadores tenham uma compreensão ainda mais ampla sobre a abrangência desta lei florestal, e sobre a importância de aprovarmos um texto equilibrado, contemplando as especificidades de cada bioma e de cada Estado da Federação desse nosso grande País. Para isso, nada mais justo e acertado do que trazer aqui, para esta audiência, os representantes das Assembleias Legislativas de cada Estado brasileiro, visto que são os legítimos representantes desse mosaico étnico, social e cultural que é o povo brasileiro.

Creio que cada Deputado poderá falar aqui hoje um pouco sobre as particularidades socioambientais de seu Estado e de como eles serão impactados pela proposta do Código Florestal que estamos discutindo, e serão argumentos legítimos, visto que a competência legislativa sobre os assuntos relativos ao meio ambiente, conforme previsão constitucional, é concorrente à União e aos Estados.

Nesse sentido, quero apresentar aqui algumas particularidades sobre a Amazônia Legal e o meu Estado de Rondônia, onde, por conta de características ambientais, históricas e sociais, defendemos um tratamento diferenciado.

O Estado de Rondônia, situado em plena Amazônia Legal, passou por um intenso processo de colonização e reforma agrária, nos anos de 1969, 70 e 80, quando milhares de brasileiros de todos os cantos migraram para a região Norte do País, atendendo ao chamado do Governo Federal para integrar a Amazônia ao projeto de desenvolvimento nacional.

Hoje, segundo o censo agropecuário de 2006, do IBGE, o número de estabelecimentos da agricultura familiar, em Rondônia, chega a 76.000 propriedades

rurais, o que corresponde a 86% dos imóveis rurais do Estado. Eles ocupam 40% da área destinada à agropecuária e são responsáveis por 84% do pessoal ocupado no meio rural e 74% do valor bruto da produção agropecuária de Rondônia.

A agricultura familiar responde por 93% da produção de feijão, 92% da produção de mandioca, 90% da produção de café, 82% da produção de leite, 82% da produção de suínos e 65% da produção de aves em todo o nosso Estado de Rondônia.

São essas famílias que lutaram, no passado, para desbravar a Amazônia, integrá-la ao projeto de desenvolvimento nacional. São essas famílias que, hoje, ainda lutam contra uma série de adversidades para colocar alimentos na mesa dos brasileiros. E, para atender às particularidades de Rondônia e projetar o seu desenvolvimento, elaboramos o Zoneamento Ecológico-Econômico de nosso Estado, de forma pioneira no País.

É um documento exemplar, com base técnica e científica, e precisamos colocá-lo em prática, criando dispositivos necessários no Código Florestal, para que ele seja implementado integralmente.

A Amazônia Legal ocupa 60% do território brasileiro, sendo que 76% de sua área é ocupada por terras públicas formadas por unidades de conservação, terras indígenas e florestas preservadas; e apenas 24% são de imóveis privados. A grande diversidade dos ecossistemas, da cultura e da economia da Amazônia torna necessária uma abordagem diferenciada para cada Estado, no que diz respeito ao uso do solo e das suas florestas.

Na maioria dos Estados, esses estudos são para identificar áreas adequadas ao uso alternativo do solo e o desenvolvimento das cadeias produtivas que lá foram elaborados. Portanto, entendemos que o Zoneamento Ecológico-Econômico estadual é o instrumento apropriado para a definição da aptidão agrícola e do correto uso do solo e das florestas. É por isso que apresentamos uma proposta de emenda ao Código Florestal, para que as questões referentes à Reserva Legal na Amazônia sejam submetidas ao Zoneamento Ecológico-Econômico de cada Estado.

Desta forma, a Amazônia, além de se transformar no motor de desenvolvimento do País, com toda a sua riqueza e diversidade, também saberá proteger suas florestas, fazer uso apropriado do seu solo e de suas riquezas, além de oferecer qualidade de vida para os mais de 25 milhões de amazônidas, que devem ser tratados com todo cuidado por todos nós, Senadores. São 25 milhões de brasileiros que atenderam ao chamamento do Governo Federal, para integrar a Amazônia, para desenvolver aquela região, rica como é. Lembrando sempre que a Amazônia corresponde a 60% do território brasileiro. Se, hoje, a Amazônia, com uma pequena produção agrícola, o Brasil é um dos maiores produtores de alimentos, se investirmos na Amazônia, preservando as nossas florestas, mas investirmos naquilo que é possível plantar, imaginemos qual será a importância do Brasil na geração de alimentos no mundo.

Produção de alimentos é uma das maiores riquezas que temos. A cada seis meses, em média, o Brasil produz uma nova riqueza, uma nova safra, um novo plantio. É uma riqueza que não se acaba, se renova e melhora a cada ano, em função do conhecimento do homem e da tecnologia que é levada ao campo. O Brasil tem batido recorde de produção agrícola, tem batido recorde na balança comercial brasileira, em função do agronegócio. Tivemos, mais uma vez, no mês de setembro, o melhor setembro da sua história; batemos um novo recorde de receita dos meses de setembro, nesse ano vigente.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, vou submeter à apreciação das comissões o requerimento de minha autoria e de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Gim Argello, que trata da presente reunião.

PRIMEIRA PARTE

DELIBERAÇÃO DE REQUERIMENTO

ITEM ÚNICO

REQUERIMENTO Nº 68, DE 2011-CRA

REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011-CCT

REQUERIMENTO Nº 108, DE 2011-CMA

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA; Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com a finalidade de debater o projeto de Lei da Câmara nº 30, 2011, que trata da reforma do Código Florestal, com a presença dos Presidentes ou representantes das Assembleias Legislativas Estaduais, às quais compões a UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.

Autoria: Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Gim Argello.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apenas para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, há dois requerimentos, que passo a ler.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981; 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965; e 7.754, de 14 de abril de 1989; e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (novo Código Florestal), tenha apreciação conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Autoria: Senador Luiz Henrique da Silveira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu gostaria de subscrever esse requerimento, em função da própria ausência do autor. Queria subscrevê-lo para poder defender a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Assim será feito.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Nós gostaríamos de ter a apreciação do novo Código Florestal em conjunto também, como estamos fazendo desde o início dos nossos trabalhos, com as três comissões: Comissão de Ciência e Tecnologia; Comissão de Agricultura; e Comissão do Meio Ambiente. Esta seria talvez a medida mais acertada por nós. Mas, respeitando o acordo feito entre os Relatores Luiz Henrique e Jorge Viana, acatamos e entendemos que assim deva ser procedido, na expectativa de aprovamos, o mais rápido possível, essa reforma do Código Florestal, votando desta forma, em conjunto: Comissão de Agricultura e Comissão de Ciência e Tecnologia, onde será lido o relatório na próxima terça-feira, dia 25 de outubro. Na semana seguinte ou na mesma semana, dependendo de como serão as discussões no dia 25, vamos colocar uma data para votarmos esse novo Código Florestal na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e na Comissão de Ciência e Tecnologia, portanto, deixando para a próxima semana a votação na Comissão do Meio Ambiente. Entendemos, assim, que estamos ajudando para acelerar a votação do Código Florestal brasileiro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Até porque, Presidente, o tema foi exaustivamente debatido nas diversas e incontáveis audiências públicas com a área acadêmica. Eu, pelo menos, assisti a três audiências com a área acadêmica – SBPC, ABC –, com ex-ministros do Meio Ambiente, ex-ministros da Agricultura, Embrapa, centros de excelência, academia; também todas as áreas regionais: amazônia, região Sul; todos os especialistas na área: economistas, ambientalistas, independentemente de participarem dessas organizações.

Então, penso que estamos preparados para esse enorme desafio que é a votação aqui, na Comissão de Agricultura e na Comissão do Meio Ambiente – porque já na Comissão de Constituição e Justiça já passou a matéria com o brilho e o empenho de nossos Relatores Luiz Henrique da Silveira e também Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento o presidente, a Senadora Ana Amélia e o Senador Jayme, que já se encontram conosco; também o Deputado José Luís Tchê, do Rio Grande, que está conosco também.

Quero aqui defender que, já na próxima semana, o Senador Luiz Henrique leia o seu relatório e que, o mais rápido possível, acho que na próxima reunião, que seria no dia 8, pudéssemos votar esse relatório. E, obviamente, na nossa Comissão de Meio Ambiente também levar adiante o pedido, para que a gente possa ler o relatório e depois votar e levar ao Plenário.

Eu também, a exemplo da Senadora Ana Amélia e do Senador Jayme que estão aqui, nós participamos de muitas audiências. Eu talvez em 95% das audiências que ocorreram dessa matéria tive oportunidade de estar presente. Nesta semana ainda, na segunda-feira, junto com o Senador Aloysio, o Senador Jorge Viana e o Senador Rollemberg, estivemos na Universidade Luiz de Queiroz, em Piracicaba, onde mais uma vez nos reunimos, Senadora Ana Amélia, com cientistas.

Eles que, desde o início, reclamavam muito de que não tinham sido ouvidos, de que não estavam presentes na discussão, não têm mais essa reclamação porque foram, de fato, ouvidos, tiveram tempo para dispor. Claro que sempre há a reclamação de que precisa de mais estudo disso, mais estudo daquilo, mas não podemos deixar de votar uma matéria tão importante porque diz respeito à vida de milhares e milhares de pessoas.

Nesse encontro, na segunda-feira, o que deu para perceber é que, mesmo com a ciência com algumas divergências que ainda eles têm, nós vamos chegar a um entendimento. Agora, também percebi lá, Sr. Presidente, que nós não podemos nos deixar levar por esse pequeno movimento que começa em um sentimento que tem ainda arraigado lá na questão principalmente dos estudantes, é que eles acham que não devemos votar esse relatório este ano. Estão fazendo uma sessão de empurra para deixar para o ano que vem, quando começa a Rio+20 etc. e não queremos misturar as coisas. O Brasil tem que ser independente nas suas posições, na sua política e fazer aquilo que é necessário.

A minha posição lá nessa reunião, junto com os demais Senadores, é que, de fato, a ciência às vezes tem alguma razão ou tem razão em determinados pontos que precisaria estudar melhor e definir melhor. Como, por exemplo, na própria questão das APP, quando eles afirmam que APP não deveria ser simplesmente delimitada por questão de metros. Até concordo com eles. Numa APP teria que ser levado em conta o tipo de solo, não só a topografia, mas quimicamente, se é hidromórfico ou não, se tem boa drenagem ou não. Se formos levar isso adiante – e temos que mapear o Brasil inteiro – vamos ficar aqui talvez mais cinco ou dez anos, até que a Embrapa ou outra instituição brasileira faça isso. E temos capacidade e conhecimento para fazê-lo, mas demora muito tempo.

Então, temos que levar adiante o que temos agora, dar aos produtores e à sociedade brasileira a tranquilidade de que quem está produzindo possa produzir dentro dos limites que a lei será dada pelo Congresso Nacional.

Agora, é lamentável, Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, a diferença de pensamento que têm a cidade, o meio acadêmico e o restante do País. Pensam que simplesmente podemos nós aqui, como Senadores, e os Deputados também, tomar a decisão política de retirar todas as pessoas de onde elas se encontram, como se a sua história, como se o seu passado e a sua família não tivessem a menor importância sobre o que está acontecendo. E aí voltamos, mais uma vez, à questão das APP. Ela é importante e é necessária. Agora, como fica a história de uma família, de um pescador, de um pequeno sitiante que está ocupando um terreno, principalmente no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, há mais de 50 anos, há mais de 100 anos, 200 anos, com a família no mesmo lugar, e agora, numa canetada, vamos lá e dizer: "Olha, não dá para você ficar aqui, você está fazendo mal à sociedade, fazendo mal ao meio ambiente e você vai para uma favela na beira de uma cidade". Isso é uma insanidade. Isso é uma insanidade. Então, se for para fazer um código ambiental conforme a ciência pensa que deveria ser ou os ambientalistas pensam que deveria ser, pura e simplesmente, não precisaria nem de discussão, era só pegar as ideias de cada um deles e fechar o País do jeito que eles querem, e estaria tudo certo.

O papel do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara, e, depois, do Executivo na aprovação desse código é dar o tempero político, olhar para o Brasil do jeito que ele se encontra e buscar uma solução para o jeito que nós nos encontramos. Não é simplesmente pegar os brasileiros que vivem nessas situações e mandá-los embora, para irem para outro lugar, em nome da ciência e do ambientalismo. Não, não é assim. Esta Casa tem a responsabilidade de fazer com que as coisas sejam colocadas no seu devido lugar, olhando a ciência, olhando o ambiente, mas principalmente olhando o homem. O primeiro artigo da nossa Constituição fala que, em primeiro lugar, está o homem e, depois, o resto. Nós, aqui – o Senador Luiz Henrique chega aqui, à comissão, neste momento, e vai apresentar o seu relatório na semana que vem –, estamos trabalhando firmemente nesta direção de olhar para o homem. Podemos e vamos colocar impeditivos para ocupações futuras, para aquilo que hoje temos certeza de não deve mais ser feito. Então, vamos respeitar, vamos colocar e vamos dar garantias na lei, para que, depois, o Ministério Público, a Justiça e a própria sociedade façam pressão sobre aqueles que eventualmente venham cometer algum deslize ou que venham tentar fazer alguma coisa que a lei não permite.

Não se pode mais alegar, como antigamente, o desconhecimento: "eu estava na Amazônia, eu estava no meio do mato, eu não sabia". Hoje, tem TV por parabólica em todo lugar, todo mundo assiste a novelas, a jornais. Está todo mundo bem informado em todos os lugares deste País. Até os nossos irmãos índios de Mato Grosso têm suas TVs, seus equipamentos e conhecem melhor e mais profundamente os assuntos que nós que estamos aqui, porque somos apenas um ator aqui, nesta peça deste momento. Como, ali, ao lado, várias peças estão ocorrendo em várias comissões, quem está fora está nos escutando e nos assistindo, tendo a opção de saber o que acontece nas

outras comissões, enquanto estamos fechados nesta única comissão.

Presidente, quero cumprimentar o Senador Luiz Henrique, que vai apresentar o seu relatório. Quero cumprimentar aqueles que já apresentaram aqui o requerimento, porque, de fato, na próxima reunião, o Senador deve ler o relatório e já devermos marcar a data para o dia 8, que é uma terça-feira, para fazer a votação e encerrar essa etapa aqui, na comissão.

Quero cumprimentar V. Exª, Senador Acir, pela condução dos trabalhos nesta comissão, junto com a Comissão de Ciência e Tecnologia e a Comissão de Meio Ambiente. Todas as nossas audiências foram conjuntas, temos os mesmos conhecimentos. Podemos não ter a mesma decisão no final, mas o conhecimento é igual. Aí, naquilo que não for convergente, vamos para o voto, como fomos, ontem, na questão dos royalties. Entendemos a posição do Rio de Janeiro, entendemos a posição do Espírito Santo. Foi dada a oportunidade para que os seis Senadores debatessem a matéria, brigassem e esperneassem por aquilo que estavam perdendo. Nós, Senadores, que estávamos defendendo os Estados que iam ganhar, abrimos mão de falar na tribuna e de defender aquilo que pensávamos, para dar oportunidades a eles. No final, valeram a democracia e o espírito da Casa, onde não houve vencidos nem vencedores, pois tivemos uma decisão democrática, no voto. É assim que espero que façamos na questão do meio ambiente e do Código Florestal. Então, parabéns, Sr. Presidente.

Vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, é apenas um adendo.

Quero saudar V. Exª, o nosso Presidente do Unale, os demais Deputados e os Srs. Senadores que aqui estão presentes, Ana Amélia, Blairo Maggi e Luiz Henrique.

Na próxima terça-feira, conforme o entendimento que tivemos ontem e o comunicado do ilustre Senador Luiz Henrique, vamos fazer a leitura do seu relatório. Se possível, temos de votar, no máximo até o dia 8 ou dia 10 de novembro, essa matéria, que já está sendo desgastante. Ela já foi discutida de forma exaustiva. Nunca vi tanta audiência pública neste País como para discutir o Código Florestal brasileiro. Desconheço. Estou com 60 anos de idade, participo da política desde 1982 e nunca vi um projeto tão discutido como foi esse. O que não podemos é ficar nessa lenga-lenga, desculpem-me pelo termo, na medida em que todo mundo quer dar pitaco. Tem gente que não sabe o que é um alqueire de terra, o que é um hectare, o que é meeiro, o que é posseiro. Não sabe nada. Alguns nunca foram numa propriedade rural, ou seja, sempre pisaram em prédios, granito, mosaico etc, não sabem nem o que é a terra e vêm dar piruada.

Então, aqui precisamos ser independentes. O Congresso Nacional não pode ser subserviente e, sobretudo, não pode concordar com aquelas pessoas que não entendem da matéria. Eu faço um apelo aqui... Ontem, recebi um apelo do Presidente da Famato do Mato Grosso, já mostrando a preocupação, sobretudo porque continuamos no mesmo caminho da insegurança jurídica.

O Senador Luiz Henrique fez, de forma competente, o seu relatório; já leu na CCJ, junto com o Senador Jorge Viana; estamos aguardando a leitura aqui, na próxima terça-feira, e, *a posteriori*, lá na CMA.

De tal maneira, meu caro Presidente, essa história de que universidades, ONGs, grandes academias querem participar, acho mais do que justo, e todos já tiveram a oportunidade ímpar de vir nas Comissões e discutir. De concreto, quase nada, porque sugestões não têm. Eles querem saber... O Blairo colocou muito bem aqui, nós temos alguns critérios para serem adotados. Todavia, cada caso é um caso. É questão da textura da terra.

Quer ver o maior absurdo que vão cometer, Blairo, é bom que V. Exª tenha conhecimento e o Senador Pedro Taques. Há uma preocupação, meu caro Senador Pedro Taques...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de V. Exª de um minuto de sua atenção.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Mais do que um, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado. Como sempre, atencioso. É a questão do Pantanal. Ligaram para mim professores da Universidade Federal do nosso Estado e pedi que se comunicassem com V. Exª, e V. Exª, como sempre, eficiente, educadamente atendeu o Mestre da Universidade Federal do Mato Grosso, Dr. Rubens Mauro, diante da preocupação em relação ao Pantanal Matogrossense, tanto do Mato Grosso quanto, e sobretudo, do Mato Grosso do Sul. Está aqui o Waldemir Moka, nosso valoroso representante desse Estado. Ora, se de fato prevalecer aquilo que, eventualmente, poderá ser aprovado em relação ao Pantanal, estamos liquidando a fatura, diante do que vão querer pegar, ou seja, das enchentes, onde for o alagamento, isso vai reduzir o Pantanal sobremaneira. Ou seja, está inviabilizando o homem pantaneiro, que já está falido, Dr. Acir Gurgacz.

Antigamente, meu Presidente, ser homem pantaneiro lá, no Mato Grosso, já era sinônimo de homem rico, homem que vivia da sua propriedade. Hoje, não faz nem para comida, nem para a bóia de que vocês precisam muito lá. Estão literalmente falidos. O pantaneiro, antigamente, vivia, os filhos estudavam no Rio de Janeiro, tinham aviões. Hoje não tem nem... De vez em quando, vê-se algum com uma caminhonete C-10, aquela caminhonete velha. Por quê? Porque está inviabilizado. Agora, ainda vem um projeto, o Código Florestal, se aprovado dessa forma, com certeza, estamos liquidando, quebrando, de uma vez por todas, o homem pantaneiro.

Então, meu caro Senador Pedro Taques, V. Exª recebeu telefonema do professor emérito da Universidade Federal do Mato Grosso, Prof. Rubens Mauro, que pedi que se dirigisse a V. Exª e também ao Senador Blairo Maggi, que também está no nosso Mato Grosso, que tem esse bioma fantástico, que é uma das maiores e belas naturezas do mundo, para que nós façamos aqui realmente o projeto, de forma racional e, sobretudo, respeitosa. Falam em áreas de APP, que é muito. Como é que é muito? As grandes academias dizem que temos que ver a questão da textura da terra. Quando o Blairo fala que poderia ser um critério a ser adotado, todavia, meu caro Presidente, nós não temos estrutura coisa alguma. Quem vai fazer esse trabalho de levantamento, de que maneira será feito, se será através de satélite, se será através de homem do campo? Nós não temos capacidade tecnológica ainda suficiente para atender essa demanda. Só existe capacidade tecnológica para ferrar o cidadão do interior. É isso aí. Lá, no Mato Grosso, criou-se uma falsa, há poucos dias, uma falsa, os dados do Deter são mentirosos na medida em que anunciou que está vindo o maior desmatamento.

O cidadão que está aqui não entende. Quando você vai fazer recuperação numa área, numa juquira, ou seja, essa terra foi desmatada, o cidadão, por estar quebrado, não tem condições de manter limpo. Demora dois, três, quatro anos para eu conseguir ter a vegetação. Quando o cidadão consegue, o que ele faz? Ele vai lá e roça o pasto. Eles estão dizendo o seguinte: olha, estão desmatando. O Deter, todos os dias, monta uma falsa, até porque os equipamentos que existem hoje não são confiáveis. Se estiver chovendo, não apura direito; se tiver uma grande camada, ou seja, nuvens, ele não apura direito. Então, criaram uma falsa contra nós lá no Mato Grosso, a região do Brasil aí, e quero crer que nós vamos poder, com este novo código florestal realmente ter um instrumento, uma ferramenta jurídica aqui, sobretudo constitucional, legal, para dar segurança para nós.

Então, faço um apelo a V. Exª para lermos na terça feira e vamos votar, meu caro Senador Governador Luiz Henrique. A V. Exª, que está relatando, me parece, duas comissões, faço um apelo para lermos e votarmos. Temos que exigir dos presidentes das comissões que coloquem a matéria na pauta das nossas comissões; se possível, votaremos até o dia 10 e vamos ainda encaminhar para a Câmara. Caso contrário, vamos passar 2012... E, olhem, lá vem a Rio +20, não sei o que mais, daqui a pouco fica para 2013, e nós vamos ficar nesta insegurança, sobretudo, reféns naturalmente de uma política nefasta que é contra o povo brasileiro. Hoje é o Estado brasileiro contra o povo brasileiro. É uma vergonha. Nós temos que ser pragmáticos acima de tudo. Não tem brasileiro mais do que nós.

Agora, não podemos admitir interferência não só de pessoas de outros países, mas também das falsas e pseudo-ONGs – todas são bancadas, ou a maioria, com dinheiros internacionais e também com dinheiro federal. Lamentavelmente, estamos acompanhando as denúncias. Se abrirmos a caixa preta em relação às ONGs, gente, não sei onde vamos parar. Vão ser necessárias mil papudas, ou seja, presídios federais, para recolher os falsos "ongueiros" deste País. O Brasil tem hoje quase 300 mil ONGs. Só na Amazônia, por informação do Senador Mozarildo, que é um estudioso em relação a isso, nós temos 100 mil ONGs. Então, gente, vamos parar. Nós temos que trabalhar para os nossos interesses nacionais, sobretudo para a nossa soberania.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Lembro aos nossos colegas Senadores que iniciamos a discussão do código florestal, Senador Moka, aqui na Comissão de Agricultura, dia 29 de março. Antes mesmo de chegar a lei aqui no Senado, nós iniciamos os debates. Faço questão de ressaltar que os Senadores que aqui estão sempre estiveram conosco nesse debate, Senador Moka, Senador Luiz Henrique, Senador Blairo Maggi, Senador Jayme Campos, Senadora Ana Amélia, sempre estiveram conosco, desde o primeiro debate, sempre dando apoio, dando a sua contribuição para o debate e fazendo a discussão de maneira ampla. Ouvimos todos os segmentos da sociedade e hoje estamos fazendo a última audiência pública sobre este tema. E estamos encerrando com a presença de Deputados estaduais das assembleias legislativas de todos os Estados brasileiros. Entendemos que estamos fechando com chave de ouro este ciclo de audiências públicas com pessoas tão importantes da política brasileira.

Em nome do nosso Deputado Ribamar Araujo do meu Estado de Rondônia, saúdo os demais De-

putados estaduais, presidentes de assembleias legislativas, seus representantes, Deputados dos nossos Estados. Saúdo nosso Deputado José Luís Tchê, que é Presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais. Agradeço a presença de todos.

Luiz Tchê, chegue para cá, e vamos iniciar então os nossos trabalhos, já que esta é a nossa última audiência pública.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – Pois não, pela ordem, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Apenas para dar algumas informações aos membros das comissões que se reúnem hoje conjuntamente e aos colegas Deputados estaduais.

Falo colegas Deputados estaduais porque o mandato legislativo na Assembleia de Santa Catarina foi o primeiro dos 12 mandatos que conquistei ao longo desses últimos 40 anos. Um após o outro. A Assembleia Legislativa foi minha grande escola; foi lá que aprendi a arte da negociação política, foi lá que obtive os mais valiosos ensinamentos que balizaram a minha carreira política. Então quero saudar os meus colegas estaduais, tenho grande orgulho de tê-lo sido e de recebê-los aqui, Sr. Presidente.

Eu começo pela observação do nobre colega Jayme Campos. Quando ele menciona a excepcionalidade característica da região do Pantanal mato-grossense ou dos pantanais mato-grossenses. Quero dizer, Senador Jayme Campos que este código não é a linha de chegada, mas é linha intermediária, de partida para outras ações legislativas que precisamos fazer ao longo desta legislatura. Assim como a Serra do Mar tem o seu ordenamento jurídico, tem as suas regras próprias, tem o seu ordenamento próprio, já é consenso nesta Casa e no Governo que, uma vez aprovado o código florestal, vamos partir para a aprovação de leis específicas para o demais biomas, como Pantanal, Amazônia Legal, Serra Geral, região costeira e por aí afora.

A primeira palavra que quero dar aqui é que o código florestal, por melhor que fique o texto... E estamos nos esforçando, Srªs e Srs. Senadores, para elaborar o melhor texto possível, uma lei que seja absolutamente alinhada com a Constituição, que seja o máximo possível auto-aplicável, que tenha regras claras e objetivas que não permitam o transbordamento que hoje existe, para definições pelo Poder Judiciário que o legislador deixou omissas ou duvidosas.

Como estamos trabalhando para a elaboração deste relatório que queremos ler na terça-feira? Temos certeza que, pela complexidade da matéria, os Srs. Senadores exercerão o seu direito de vista e, como haverá a interposição de um feriado na semana seguinte, nós solicitamos aos Srs. Presidentes Acir Gurgacz e Eduardo Braga, da Comissão de Ciência e Tecnologia, que, no dia 8 de novembro, nós votemos esta matéria em reunião conjunta das duas comissões.

Como estamos trabalhando? Estamos trabalhando em três direções. Em primeiro lugar, ouvindo o Senado. Porque ouvindo o Senado estamos ouvindo os Estados e ouvindo o povo brasileiro. Estamos trabalhando ouvindo a comunidade nacional nas audiências públicas que já realizamos e que estamos realizando. Deveremos realizar outra audiência pública ainda na Comissão de Ciência e Tecnologia requerida pelo seu Presidente, Senador Eduardo Braga, mas, além disso, temos feito reuniões muito proveitosas, sentando-nos à mesa com diversas comunidades que representam setores corporativos da população.

O Senador Jorge Viana, que é relator na Comissão de Meio Ambiente, está trabalhando comigo, a quatro mãos; nós nos reunimos, examinamos item por item do projeto com o Ministério Público Federal, com o Ministério Público Estadual, com representantes do Poder Judiciário, com representantes das principais organizações não governamentais que atuam na área de meio ambiente, com representantes dos pequenos agricultores e da agricultura familiar, com representantes do setor cooperativo, com representantes das grandes empresas com representam o *agribusiness* brasileiro, com representantes da comunidade cientifica, com representantes da comunidade jurídica. Estamos trabalhando em três direções. E esta é a primeira direção: ascultar a verdadeira realidade nacional, como dizia o Senador Blairo maggi, no seu pronunciamento que antecedeu o meu.

Mas aprendi ao longo da minha vida pública de 40 anos de mandato que em política você não deve praticar gestos inúteis. E seria praticar gestos inúteis se não conversássemos com o Governo. Primeiro porque o Governo tem legítimo interesse nesta matéria; ele vai executar esta matéria. E, mais, se não trabalharmos consonantemente com o Governo, nós vamos sofrer o revés de um veto ou de dois vetos ou de três vetos ou de quatro vetos. E estamos trabalhando em consonância com as lideranças envolvidas nesse processo desde o início, responsáveis pela proposição desta matéria da Câmara Federal. E o nosso principal interlocutor é o Senador Waldemir Moka, que é um dos autores, um dos inspiradores desse projeto, junto com o Deputado Valdir Colatto, com o Deputado Paulo Piau, com o Deputado Moacir Micheletto, com o Deputado Luiz Carlos Heinze, com o Relator Aldo Rebelo e com o Deputado Sperafico, porque seria a prática de outro gesto inútil

se nós operássemos alguma mudança que sofresse revés na análise da Câmara.

Como nós estamos determinados a aprovar essa matéria este ano, Senador Jayme, requeri que as duas Comissões, de Agricultura e de Ciência e Tecnologia, deliberem sobre essa matéria conjuntamente. Fazendo um projeto convergente com o Governo, com a sociedade e com a Câmara Federal, nós vamos obter um consenso máximo. Não pretendemos a unanimidade, até porque Nelson Rodrigues proclamou que a unanimidade é burra, mas queremos realizar uma grande convergência.

O projeto, que tem altíssima qualidade, vai receber no Senado um aprimoramento e também uma mudança, Senadora Ana Amélia, uma mudança do eixo político da atuação ambiental.

O que a atual legislação tem como característica fundamental? Algo que os cientistas chamam de comando e controle.

O que é isso? O guarda da esquina, o agente do órgão ambiental, a multa, a prisão, o termo de ajuste de conduta, e o agricultor vivendo numa verdadeira apreensão, num grande estresse.

O que nós vamos operar, que está a caminho, está no forno, está quase pronto é a substituição da prevalência da política ambiental policialesca pela política ambiental de incentivos: incentivos econômicos, incentivos creditícios, privilégios, principalmente para os pequenos agricultores, para os agricultores familiares, os agricultores que lavram terras com menos de quatro módulos, e o reconhecimento de situações históricas e consolidadas. O que nós estamos procurando é o equilíbrio.

Há uma crítica justa do setor ambientalista de que, na definição dos bens protegidos em APP, foram excluídos, foram omitidos os manguezais, substituídos por apicus, marismas e salgados.

É uma crítica justa, porque apicus, marismas e salgados integram o mesmo sistema chamado manguezal. Todavia há atividade histórica consolidada de salinas e de carcinicultura em apicus e salgados.

Como resolver isso? Como a Câmara resolveu em relação às outras situações consolidadas.

Por isso, por uma lúcida sugestão do Senador Jorge Viana, nós separamos o projeto em duas partes: uma parte permanente e uma parte transitória. A parte permanente estabelece regras para o futuro, que eu espero sejam mais duradouras do que o Código de 65; e a parte transitória regularizando passado, permitindo a regularização, não anistiando, não perdoando, mas simplesmente suspendendo o processo punitivo para quem cumprir aquelas regras de adesão ao programa de recuperação ambiental, etc.

Então a mesma metodologia – não tem nenhum Senador nordestino aqui –, nós queremos adotar para apicus e salgados, para não inviabilizar aquela atividade histórica que emprega milhares de pessoas.

Essa é, digamos assim, a mudança de rumo, o novo rumo que terá o projeto. Por isso eu percebo que nós vamos conseguir uma grande convergência. Ao invés de uma votação cheia de paixões, cheia de discussões ásperas, acredito que aqui no Senado nós possamos produzir, até para sermos coerentes com a arquitetura do prédio...

Oscar Niemayer foi fantástico, não é? O que o Oscar Niemayer fez quando desenhou o Congresso? Ele colocou a Câmara numa concha convexa e o Senado, numa concha côncava e simbolizou o seguinte: a Câmara é própria da luta mais ardorosa, do debate mais áspero, mais barulhento, enquanto o Senado é próprio para uma decisão mais madura, mais calma, mais serena, mais cheia de bom senso, porque nós, Senadores, viemos de uma longa trajetória política.

O Luiz Henrique, Deputado do grupo autêntico do PMDB, era vociferante. Quando vejo o Senador Lindbergh Farias, eu me vejo no meu primeiro mandato de Deputado Federal. Eu era assim, agitado, intempestivo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) *(Fora do microfone.)* – Dr. Ulysses aguentava tudo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – E Ulysses, eu fui o companheiro que mais conviveu com ele nos últimos dez anos. A minha luta com Ulysses começou no entrechoque, porque Ulysses era o líder do grupo moderado e nós éramos do grupo autêntico do MDB.

Então o Senador Luiz Henrique não mudou. Não mudei de partido, não mudei de convicções. Simplesmente, ao longo desses anos, aprendi que a serenidade é melhor do que a intempestividade. Aprendi com aquele velho ditado latino, *in medio virtus*, que a virtude está no meio. E nós, na elaboração deste código, estamos procurando a virtude no meio, desestressando antagonismos entre o setor produtivo e o setor de preservação. Aliás, preservação e produção coincidentemente começam com a mesma letra "p". Não é possível produzir sem preservar.

Para encerrar, Sr. Presidente, nós podemos ter orgulho, porque o Brasil foi o País que, diferentemente dos demais desenvolvidos, ainda é um país emergente... Mas os desenvolvidos não souberam ao mesmo tempo preservar e produzir. E o Brasil soube. O Brasil tem o maior acervo florestal do mundo, e mais importante, e tem também o agrobusiness tropical mais competente do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Saúdo a presença dos Deputados Estaduais que aqui estão: Deputado Élson Santiago, Presidente da Assembleia do Acre, Deputado Eider Pena, do Estado do Amapá, Deputado Hermínio Resende, do Ceará, Deputado Erci de Moraes, do Estado de Roraima, Deputado Antonio Carlos Arantes, Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e o meu querido Deputado Ribamar Araújo, do Estado de Rondônia. Seja bem-vindo. Deputado Walter Prado, Líder do PDT na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, seja bem-vindo. Deputado Manoel Moraes, também do Acre, Deputado Eduardo Farias, também do Acre, Deputado Gabriel Guerreiro, do Pará, e o Vice-Governador da Paraíba Rômulo Gouveia. Sejam todos bem-vindos. E a Deputada Eva Gouveia, da Paraíba.

Com a palavra...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) **–** Pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, não vou passar mais do que dois minutos falando.

Cumprimentar a todos, o Presidente da União Nacional dos Legisladores Estaduais. Seja bem-vindo a esta Casa, a Casa da Federação. E concordar com o que o Senador Jayme Campos fez referência, a respeito da necessidade de proteção do Pantanal.

Nós ouvimos o professor indicado por V. Exª, o Professor Doutor da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso Rubem Mauro a respeito da particularidade e da especificidade do Pantanal Mato-Grossense. Na semana que vem, esse professor virá aqui e V. Exª estará convidado, como todos, para ouvir um pouquinho mais a respeito do Pantanal Mato-Grossense, porque nós todos, os Senadores de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul temos essa unanimidade de proteção, que não é burra, é inteligente. É uma unanimidade de todos nós. A única unanimidade que nós não temos aqui é que o Pantanal do Estado de Mato Grosso é muito mais belo do que o Pantanal de Mato Grosso do Sul, cujo povo o Senador Moka representa muito bem. Mas o Pantanal de Mato Grosso, as espécies são mais bonitas, mais fortes, os peixes, maiores, a nossa flora é muito mais bonita.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu não vou entrar nessa discussão, porque em lá Rondônia o nosso Pantanal...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu já ia protestar, dizer que o bioma Pampa também é melhor do que...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos fazer uma votação, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Evidentemente não vou fazer referência. Quero registrar que o Pantanal, um terço fica no Mato Grosso e dois terços, no Mato Grosso do Sul. Acho que isso acaba com essa discussão, que é menor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O importante é que o Pantanal Mato-Grossense e de Mato Grosso do Sul é brasileiro. Essa é a importância para todos nós.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Agora, o Pedro Taques se esqueceu de dizer que são também muito modestos os mato-grossenses.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Lembro às Senadoras e aos Senadores que está aberto o prazo de emendas para o novo Código Florestal aqui na CRA e também na CCT. Na próxima terça-feira, dia 25, 8h30 da manhã, convoco todos para ouvirmos a leitura do relatório do eminente Senador Relator Luiz Henrique.

Portanto, estamos dentro do prazo, Senador Luiz Henrique, que nós mesmos estipulamos em reunião com os demais Pares como nossa meta. Até o final de outubro, seria lido e, se possível, votado. Portanto, agradeço a V. Exª e parabenizo-o pelo seu trabalho e pela forma como conduziu todo esse tempo a relatoria aqui, na Comissão de Agricultura, ouvindo toda a sociedade, dando espaço para que todos pudessem dar a sua opinião, sugestão, tanto nós, Senadores, como também a sociedade organizada brasileira.

Tenho absoluta certeza de que ninguém pode reclamar, Senador Moka, de que não foi ouvido aqui no Senado, tanto na Comissão de Agricultura quanto na Comissão de Ciência e Tecnologia, como também na Comissão de Meio Ambiente, pois fizemos as audiências públicas todas em conjunto, ouvimos toda a sociedade brasileira, uma, duas, três, quatro vezes, repetimos as audiências, repetimos os convites. O Tchê já é a terceira vez que está aqui conosco, trazendo a sua opinião, a sua experiência para o nosso relatório.

A primeira audiência pública foi no dia 29 de março, mesmo antes de o Código Florestal chegar aqui, mesmo antes de a lei que foi aprovada na Câmara chegar a esta Casa. Então, entendemos todos nós que estamos cumprindo o nosso dever, a nossa obrigação de atender toda a sociedade brasileira.

Com muito prazer, passo a palavra ao Deputado Estadual José Luis Tchê.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra por meio minuto, antes de ouvirmos o...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos abrir uma grande exceção a V. Exª.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Só para fazer um adendo às palavras mansas, tranquilas e pacíficas do Senador Luiz Henrique, de que aqui a coisa tem que caminhar de forma mais tranquila, nada de forma açodada, ou no afã de acertar, como muitos Deputados, que, até pela sua juventude, exercem o seu mandato. Entretanto, pelo que tenho percebido aqui, Senador Luiz Henrique, V. Exª é muito mais experiente do que a gente, mas aqui alguma coisa tem que ser atropelada. Se não atropelamos, não atingimos nossos objetivos. Por incrível que pareça, tem projetos – sou Presidente da Comissão de Assuntos Sociais – que estão há 17 anos aqui em Comissão. Fico pasmo, perplexo, de ver projetos com 17 anos. Tem algumas coisas aqui que temos que atropelar até para votar. Pelo calendário que vi, se não corrermos, não votamos, até porque temos dois feriados – dia 2, V. Exª sabe, e no dia 15. E nós já temos em curso o Orçamento, que também será um grande debate para votarmos ainda neste ano. Temos que votar o Orçamento.

Então, vamos imaginar aqui que temos o Orçamento, que também é uma peça muito importante no contexto, e mais o Código. Temos que dar velocidade e atropelar, no bom sentido, é evidente, para que nós consigamos, de fato, concretizar, materializar a votação do Código Florestal.

Essa é a minha observação, visto que V. Exª é mestre, professor e já demonstrou isso em suas intervenções e observações, e a gente aprende muito com V. Exª.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Nós, se possível, poderemos votar até na terça-feira o Código Florestal. Da nossa parte, da parte desta Presidência, nós estamos prontos para votar o Código Florestal. Depende dos nossos Pares, se daqui até terça-feira, poderão fazer as suas emendas, cumprir o rito regimental. Aliás, o rito regimental está cumprido, está sendo feito, depende apenas dos nossos colegas, dos nossos Pares, atendendo à necessidade, principalmente do nosso Estado de Rondônia, Senador Luiz Henrique, porque tenho acompanhado a sua vontade e o seu empenho em atender àquelas pessoas que moram em parte da Região Amazônica, que é nosso Estado de Rondônia, atender àquelas pessoas que foram para a Amazônia desbravar, que estão hoje numa situação muito delicada. Estão ilegais perante a lei. Precisamos colocar essas famílias na legalidade e fazer com que eles continuem a trabalhar. Não podemos diminuir a área de plantio brasileira. É uma das grandes responsabilidades que nós temos e que V. Exª tem.

Então, nós queremos votar, se possível, na semana que vem.

Senador Moka, deseja falar?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Jayme, eu, particularmente, tenho acompanhado essa mediação. O cronograma está praticamente definido, quer dizer, vamos votar um texto só para Ciência e Tecnologia e Agricultura, e, nas palavras do próprio Relator do Meio Ambiente, Jorge Viana, ele acredita que o texto aprovado representa praticamente 90% a mais daquilo que será também o relatório do Meio Ambiente. A ideia é que a gente possa fazer um texto só. Se não for possível, dois ou três destaques seriam definidos no plenário. Mas essa é a ideia, sim, até para passar para a sociedade também que essas coisas, principalmente o Presidente Acir, juntamente com Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga, estamos trabalhando, e eu, particularmente, tenho muito cuidado nisso porque sou um daqueles que acha que, em havendo convergência e consenso, não precisaremos nem da questão regimental, porque, se entrar a questão regimental, aí nós vamos para o final do ano e, quem sabe, para o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Com a palavra o Deputado José Luis Tchê, Presidente da Unale.

O SR. JOSÉ LUIS TCHÊ (PDT – AC) – Bom dia a todos e a todas. Primeiro, quero cumprimentar o nosso Senador Acir Gurgacz – tenho certeza de que treinei em casa, Senador Luiz Henrique, para dizer Gurgacz –, está correto?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Está correto.

O SR. JOSÉ LUIS TCHÊ (PDT – AC) – Cumprimento o nosso Senador Blairo Maggi, que já saiu daqui; o Senador Jayme Campos, que está aqui ao nosso lado, prazer em tê-lo aqui; Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul; Senador Luiz Henrique, que tem feito um belo trabalho na relatoria, juntamente com o Senador Jorge Viana; Senador Moka, incansável Moka; Senador Pedro Taques, que saiu há pouco; nosso Senador Casildo Maldaner; Senador Aníbal Diniz, do Estado do Acre; Senador Sérgio Souza. E gostaria de cumprimentar, em nome dos Deputados Estaduais, o nosso Presidente da Assembleia, Elson Santiago, que nos acompanha aqui, e o Vice-Presidente do Parlamento Amazônico, nosso guerreiro, Gabriel Guerreiro.

Srs. Senadores, colegas parlamentares presentes, povo brasileiro, a razão que nos traz pela terceira vez a esta Casa para falar do Código Florestal é mo-

tivada por um sentimento de justiça e esperança na paz social para o nosso País.

No momento em que dados da ONU alertam para o crescimento da fome no Planeta e a necessidade de aumentar a produção de alimentos, não há mais tempo a perder. No momento em que os grandes centros urbanos do mundo são tomados por multidões indignadas com a injustiça do sistema financeiro internacional, não há mais tempo a perder.

O Brasil, por seu potencial de riquezas naturais e a capacidade de produzir alimentos, precisa olhar para o futuro sem se curvar aos interesses de poucos nem fugir de sua responsabilidade com a soberania e o futuro da humanidade.

Entendemos que é urgente devolver aos nossos cidadãos tranquilidade e oferecer políticas agrícolas e tecnológicas adequadas para produzir com sustentabilidade.

Tenho a impressão de que a nossa sociedade não tem conhecimento da importância das consequências dessa discussão, porque cristalizamos uma ideia de que problemas ambientais são provocados exclusivamente no meio rural e principalmente na Amazônia. Quando, na verdade, estes têm sua origem no meio urbano e industrial.

Cabe lembrar que 80% do PIB nacional se concentram ao longo da costa brasileira, onde reside a maior parcela da população.

Quero lembrar que o primeiro Código Florestal Brasileiro foi instituído por Getúlio Vargas em 1934, época em que matriz energética nacional era à base de carvão e lenha, e obrigava os donos dos imóveis a manter cobertura de mata original igual a um quarto, ou seja, 25% de área de seus imóveis. Naquele período, as serrarias estrangeiras, a exemplo da americana Southern Brazil Lumber and Colonization Company, já havia feito fortuna por conta da destruição das florestas...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) **–** Devastou toda a araucária do planalto norte-catarinense.

O SR. JOSÉ LUIS TCHÊ (PDT – AC) – Destruiu todas as florestas de araucária, imbuia e cedro nos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Somente essa empresa chegou a comprar 3.248 quilômetros quadrados de terras, onde se estimava que existiam mais de oito milhões de pinheiros, mais de quatro milhões de imbuias e cedros, tudo isso comprado por algumas migalhas.

Justificando a necessidade de desenvolvimento daquela região, tudo isso aconteceu com derramamento de sangue e a morte de muitos moradores dessas terras, promovidos pelas forças do governo, episódio conhecido como a Guerra do Contestado, no período de 1913 a 1916.

A mata de araucária rapidamente desapareceu, e o Código de 1934 chegou tarde. Os povos da floresta daquela época, os caboclos, foram reprimidos, as populações indígenas quase desapareceram. Porém, vejam a contradição. A Região Sul, em quatro gerações e com melhor nível de vida, é aquela que tem dado as melhores consciências em relação à busca de melhorias ambientais.

Na ocupação pacífica e ordeira da Região Amazônia, onde nós não repetimos esses erros e criamos unidades de conservação grandiosas, marcamos áreas que permitem que a população indígena cresça a taxas maiores do que a média nacional. Não alcançamos essa qualidade de vida.

O atual Código Florestal, promulgado em 1965, pelo General Castelo Branco, quando o País tinha um pouco mais de um terço da atual população e era um grande importador de alimentos, estabeleceu-se a reserva legal, que era parte de cada bioma que deveria ser preservado em 50% na Amazônia e 20% no restante do País. Desde o período militar, ainda passou uma geração e estamos vivenciando um ciclo de construção de um novo espaço nacional. Como brasileiros e trabalhadores, nos orgulhamos de construir na Amazônia e em todas as regiões atividades produtivas com mais cuidados ecológicos e com maiores garantias da nossa pluralidade cultural. De lá para cá, a lei foi mudada de modo indevido, e autoridades, por meio de muitas emendas feitas por decretos e por medidas provisórias, sem nenhuma participação do Congresso ou da sociedade. Com a imposição de reserva legal de 50%, cada colono transplantado para a Região Amazônica seria dono de uma fração de terra igual ou o dobro daquela que desmatasse e colocasse em produção pasto ou agricultura.

Nos assentamentos do Incra feitos nos anos 60 e 70, o governo exigia que os colonos desmatassem 50% de seus lotes, sob pena de terem a área retomada caso a cobertura vegetal não fosse removida. Em casos em que os colonos desmatavam 100% dos lotes que recebiam, o governo dava outro lote de igual tamanho para que ele ficasse dentro da lei, ou seja, 50% de uso e 50% de reserva legal.

Em agosto de 1996, o Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou a Medida Provisória nº 1.511, de 1996, que mudou o percentual de reserva legal na Amazônia previsto no Código Florestal, de 50% para 80%. Os que foram assentados na Amazônia, induzidos pelo próprio governo a desmatar 50% de suas áreas e que estavam dentro da lei em julho de 1996, passaram a margem dela após a assinatura da Medida Provisória nº 1.511, de 1996, que estabeleceu prazos para adequação. Aliás, ela não estabeleceu prazos

para adequação e entrou em vigor na data de sua publicação. Essa medida provisória, pelo que me consta, nunca chegou a ser apreciada pelo Legislativo e sofreu inúmeras reedições até o ano de 2000. Lembramos que as medidas provisórias tinham 30 dias para serem apreciadas pelo Congresso ou serem reeditadas. A Constituição de 1988 cumpre em sua função social apenas imóveis rurais que, além de produzir, também preservaram o meio ambiente.

Assim, podemos sintetizar o momento atual com as palavras do Prof. Evaristo Miranda:

De novo, deparamos com a nossa incapacidade de reconhecer a diversidade e a ocupação territorial do Brasil. É preciso levar em conta as áreas consolidadas nas quais a agricultura está há séculos, como os vinhedos no Rio Grande do Sul, as maçãs em Santa Catarina, o café em Minas Gerais e assim por diante.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JOSÉ LUIS TCHÊ (PDT – AC) – A cana no Nordeste.

Srs. Senadores, precisamos da sensibilidade humana e da interpretação lógica dos fatos, para não continuar imputando a culpa àqueles que agiram de acordo com a legislação da época ou pelo bom senso, quando a omissão do Poder Público não definiu as regras daquele momento. Se não fizermos agora, não podemos assegurar o futuro com sustentabilidade.

Quero reconhecer a profundidade do trabalho do Senador Luiz Henrique como relator do projeto da Comissão de Constituição e Justiça, no Senado, a quem peço permissão para destacar algumas observações importantes que constato no seu relatório. Assim escreveu o Sr. Senador:

O projeto em tela resulta de uma dedicada, paciente, minuciosa e competente obra legislativa, coordenada pelo ilustre Deputado Aldo Rebelo, a quem quero prestar as minhas homenagens.

Chegou a esta Casa – no que diz respeito ao texto principal – com o apoio de 410 dos 513 Senhores Deputados federais, o que traduz inequívoca expressiva representação da vontade nacional.

Mais adiante:

O projeto prevê, ainda, que a União, os Estados e o Distrito Federal deverão

implantar programas de regularização ambiental de posses e propriedades rurais com o objetivo de adequar as áreas rurais consolidadas aos termos da lei que resultar da proposição.

Observou ainda que:

> O art. 24, inciso VI da Constituição, estabelece, expressamente, que "compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição".
>
> *Prevê ainda o § 1º do mesmo artigo que: "No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais".*
>
> *O sentido dessa norma constitucional nos parece bastante claro: garantir a descentralização político-administrativa, para o bom funcionamento da Federação, contemplando e respeitando as profundas diferenças regionais de nosso território continental.*
>
> (...)
>
> *Nesse sentido, a norma geral federal tem que se restringir às grandes definições e, por isso, não pode avançar sobre normas de natureza específica, detalhista, casuística, sob pena de invasão na competência legislativa dos Estados e do Distrito Federal.*

Bem lembrou:

o desvirtuamento da divisão de competência concorrente prevista pelo art. 24 conduz a um perigoso processo de esvaziamento da atuação legislativa dos Estados, preocupação também reiterada pelo Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, em manifestação na ADI 3.645/PR:

"Observa-se, também, que, no âmbito da competência concorrente prevista no art. 24 da Carta Magna, cada vez mais vemos esvaziada a competência dos Estados, porque a União, quando legisla, esgota o assunto, não se limita a editar apenas normas gerais".

Diante do exposto, a Unale entende que as diferenças regionais e as situações consolidadas não podem ser tratadas de forma genérica e que a autonomia dos Estados deve ser respeitada, no que diz respeito à aplicação do cumprimento das legislações sobre ocupação de solo. Sabe que são muitos os interesses para adiar a aprovação da legislação, mas não podemos mais fomentar a insegurança na ocupação de terras, sob pena de tornar irreversível uma guerra de ações no campo jurídico e a consequente penalização de atividades produtivas importantes para o nosso País.

Como esta é a Casa dos Estados, que são diferentes do ponto de vista histórico e natural, com várias vocações e aspirações econômicas, esperamos que os senhores tenham a sensibilidade de aprovar esse código nos moldes já aprovados na Casa do Povo, que é a Câmara Federal.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Luís Tchê, pelas suas

colocações, lembrando a preocupação que temos com os amazônidas que estão lá, hoje, ilegais perante a lei.

Saúdo a Deputada Conceição Vieira, do Sergipe, e o Deputado Hélio Soares, do Maranhão. Sejam bem-vindos. E o Deputado César Halum, Deputado Federal, seja bem-vindo.

Senador Luiz Henrique, por favor.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu só queria salientar que o rumo do código no sentido da proclamação da competência concorrente não teve nenhuma alteração, não obstante uma matéria que foi veiculada por um grande jornal brasileiro. Os Estados continuarão, dentro da sua competência concorrente, a legislar de modo complementar e supletivo, dentro das suas peculiaridades regionais, climáticas, geográficas. O código que estamos elaborando é um ordenamento de regras gerais, de normas gerais. Essas normas, como vêm assinalando Ministros do Supremo em várias decisões, são ordenatórias para todo o País. Somos uma Federação, não somos uma confederação. Se fôssemos uma confederação, não teríamos uma regra nacional, teríamos regras estaduais autônomas. Dentro do princípio federativo, temos as normas federais gerais e as normas complementares estão a cargo das Assembleias Legislativas dos Estados. Agora, elas têm de obedecer ao ordenamento federal; senão, como assinalou o Ministro Nelson Jobim, que é o grande redator dessa Constituição, numa audiência pública realizada nesta Casa, estabelecer-se-ia uma guerra legislativa que não teria fim e que não propiciaria uma política ambiental, uma política florestal que garantisse o desenvolvimento do País.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria ficar mais tempo, mas tem a reunião da Comissão de Relações Exteriores e, como sou relatora lá de uma indicação de um Embaixador, tenho de participar de uma sabatina.

Então, eu queria, primeiro, cumprimentar o depoimento do Deputado José Luís Tchê, como representante da União Nacional dos Legisladores Estaduais.

Desde o começo da colonização da região Norte, da Amazônia, revela-se exatamente o grau de insegurança jurídica que, desde aquele momento, os produtores rurais estão vivendo no País. Eles apenas seguiram normas estabelecidas por políticas oficias de governo para uma integração nacional, que foi feita, claro, àquela época, às avessas, não levando em conta os critérios de preservação ambiental. Era outro tempo. Hoje, há uma consciência muito maior e há um olhar internacional sobre a Amazônia, que é, sobretudo, um patrimônio brasileiro – não podemos abrir mão da soberania.

Penso que a questão fundamental é, não só em relação aos aspectos federativos, como foi lembrado muito bem pelo Relator, Senador Luiz Henrique – aliás, autor de uma lei, no seu Estado de Santa Catarina, a respeito da questão ambiental, o que confere é exatamente seguir uma norma constitucional -, mas, sobretudo, em relação à necessidade de dar aos milhares de agricultores brasileiros a segurança jurídica necessária para produzir comida com sustentabilidade. Hoje, é o próprio agricultor que tem consciência da necessidade, Deputado Tchê, em relação a esta prioridade que é preservar aquele patrimônio que ele tem, pois é dali que ele tira o sustento da sua família, a sua própria sobrevivência e também a renda para crescer. Um pequeno agricultor sonha em ser um médio e um grande agricultor.

No meu Estado, Rio Grande do Sul, eu costuma repetir sempre que é um Estado em que a maior parte dos seus agricultores tem consciência, aplicando manejos de preservação ambiental, curvas de nível, plantio na palha, agricultura de alta precisão, com índices de produtividade bastante elevados.

É disto que precisamos: um debate sereno, racional, levando em consideração tudo que ouvimos aqui, dos cientistas aos produtores, passando por ministros de todas as áreas. A responsabilidade será essa.

Está em excelentes mãos, as do Senador Luiz Henrique da Silveira e do Senador Jorge Viana, com o comando da Presidência da Comissão de Meio Ambiente, com o Senador Rodrigo Rollemberg, do Presidente Acir Gurgacz, do Senador Eduardo Braga, na Comissão de Ciência e Tecnologia, e do Senador Eunício Oliveira, na Comissão de Constituição e Justiça, por onde a matéria já passou, o exame desse tema de grande interesse nacional, muito maior que o interesse do que foi examinado ontem em relação aos *royalties* do petróleo. Aqui, estamos tratando de comida, para brasileiros e também para o mundo.

Então, eu queria cumprimentá-lo, exatamente porque o seu depoimento reafirmou a necessidade da norma jurídica para dar tranquilidade aos agricultores brasileiros.

Muito obrigada.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra agora ao Presidente Rodrigo Rollemberg, que é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Só para entender. Após a fala do Senador Rodrigo, qual seria a sequência? Só para podermos nos orientar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós vamos pedir...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, vou pedir licença. Eu tenho um compromisso na Comissão de Relações Exteriores também.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Luiz Henrique.

Vamos passar a palavra aos Senadores.

Vou abrir inscrição para que os Deputados Estaduais possam se inscrever para poder utilizar a palavra. A inscrição está aberta.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, prezado Deputado José Luís Tchê, a quem quero cumprimentar como Presidente da União Nacional dos Legisladores Estaduais, prezadas Senadoras, prezados Senadores, prezados Deputados Estaduais que nos honram com a sua presença, no momento em que estamos avançando nos entendimentos em relação ao Código Florestal e em que duas comissões já terão oportunidade, na próxima terça-feira, de ouvir a apresentação do relatório do Senador Luiz Henrique, eu quero manifestar, mais uma vez, o meu otimismo de que o Senado Federal estará à altura das expectativas da população brasileira e apresentará ao País um Código Florestal moderno, devolvendo-o à Câmara dos Deputados, um código que dê tranquilidade e segurança jurídica aos nossos produtores rurais, mas que tenha os olhos voltados para o futuro. Ter os olhos voltados para o futuro significa garantir a sustentabilidade da agricultura brasileira e significa garantir que o Brasil possa ser cada vez mais uma potência na produção de alimentos e de agroenergia, mas também uma grande potência na biodiversidade.

Neste momento, que possivelmente seja a última audiência conjunta sobre esse tema da Comissão de Agricultura com a Comissão de Meio Ambiente, eu quero aqui cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, o Senador Eduardo Braga e o Senador Eunício Oliveira, os Presidentes das outras comissões, e dizer, Senador Moka – eu tenho dito isto -, que, após todos esses entendimentos, temos de construir uma agenda pós-Código Florestal e uma agenda conjunta cada vez maior entre agricultura, meio ambiente, ciência e tecnologia e inovação, até porque fica muito claro que, para que o Brasil tenha uma agricultura cada vez mais competitiva no cenário internacional, o grande diferencial dessa competitividade será a sustentabilidade. A forma melhor, mais rápida, mais barata, mais inteligente, mais sustentável de garantir aumento da produção e da produtividade com sustentabilidade ambiental é investindo em conhecimento, investindo em ciência, tecnologia e inovação. Portanto, é muito importante que tenhamos uma agenda comum dessas comissões para dar continuidade aos desdobramentos do código florestal.

Mas quero aqui também registrar – o que já tive oportunidade de fazer outras vezes e não me cansarei de fazê-lo – a felicidade que tivemos de colocar os destinos da revisão do código florestal nas mãos de dois Senadores, dois grandes brasileiros, dois homens experientes como o Senador Luiz Henrique, ex-governador do Estado de Santa Catarina, ex-Ministro de Ciência e Tecnologia, e o Senador Jorge Viana, ex-governador do Estado do Acre, que implementou naquele Estado programas reconhecidos internacionalmente de sustentabilidade ambiental.

Cumprimento todos os membros das comissões por onde tramita este projeto, pelo clima de equilíbrio, de bom senso, de moderação que vem permeando os debates sobre o código florestal.

O Senador Luiz Henrique apresentará o relatório conjunto para as Comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura na próxima terça feira. Registro minhas expectativas e minha confiança em que este relatório esteja sendo aperfeiçoado por conta das inúmeras contribuições recebidas aqui de todos os segmentos da sociedade. Tivemos oportunidade de ouvir por várias vezes a comunidade científica. Ainda na última segunda feira, o Senador Jorge Viana, o Senador Aloysio Nunes, Senador Blairo Maggi e eu passamos o dia na Esalq, Escola Superior de Agronomia Luis de Queiroz, em Piracicaba, aprofundando o debate com os cientistas. Temos tido interlocução permanente com o Governo Federal por meio do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário; com os produtores rurais, por meio de suas entidades representativas, seja a Confederação Nacional da Agricultura, sejam outras entidades representativas de pequenos produtores rurais; estivemos abertos aos debates com ONGs; enfim, estamos fechando o ciclo, Senador Moka, e quero manifestar o meu otimismo de que possamos aprovar o código florestal moderno.

O Senador Luiz Henrique acatou algumas sugestões importantes como a de separar no texto o que

são disposições transitórias, que são disposições para regularizar o passivo existente e dar tranquilidade e segurança jurídica aos nossos produtores rurais e, ao mesmo tempo, separar das regras que vão balizar o desenvolvimento da agricultura, da pecuária, agroenergia e da preservação ambiental no Brasil para o futuro.

Após a aprovação deste código florestal...

Quero concordar com a Senadora Ana Amélia, Senadora sempre muito assídua, muito presente aos debates, sempre dando contribuição muito efetiva nesses debates e a cumprimento, manifestando a minha segurança, tranquilizando os Deputados estaduais de todo o País de que o código está em ótimas mãos, está tendo ótimo encaminhamento. Vamos apresentar ao País uma legislação moderna e, como disse a Senadora Ana Amélia, a mais importante que estamos nesse momento apreciando no Congresso Nacional brasileiro não apenas pela produção de alimentos, mas também pelo impacto que terá na vida de todos, produtores rurais, ambientalistas. Estamos tratando de uma lei que diz respeito e dirá respeito sempre, para sempre no tempo, às futuras gerações. Não há dúvida, portanto, que esta é a legislação mais importante que está sendo apreciada neste momento no Congresso Nacional.

Mais uma vez, Senador Acir, quero cumprimentá-lo por sua condução, cumprimentar todos os Senadores dessas quatro Comissões por onde tramita o Projeto pelo alto espírito público de estar fazendo essa discussão nesse clima de moderação, de equilíbrio, de bom senso, que é o que a população brasileira espera de nós.

Não poderíamos encerrar este ciclo sem ouvir a opinião dos representantes dos Legislativos estaduais num país com tal diversidade como o Brasil, em que cada um ali está na ponta, conhecendo as expectativas da sua população, desde o Norte até o Sul do País, passando pelo Centro-Oeste, região que represento como Senador de Brasília.

Ficam aqui os meus agradecimentos, Senador Acir, meu desejo e minha convicção de que continuaremos atuando juntos em prol do desenvolvimento da agricultura e do meio ambiente brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que tem contribuído muito para esse debate, para o sucesso desse debate.

Iniciamos, Senador Aníbal, no dia 29 de março o debate nesta Comissão. Começamos com a seguinte frase: "O Brasil quer produzir conservando". E nós encerramos o nosso ciclo de audiências públicas hoje com a mesma frase. Queremos um Brasil produzindo e conservando.

Com a palavra o Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, que conduz com muita competência e muito equilíbrio esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e Deputado Estadual Luiz Tchê, que, neste momento, representa o orgulho e a qualidade do Legislativo acreano no plano nacional, porque é um legislador do Acre, da Assembleia Legislativa do Acre, que está na presidência da União Nacional dos Legisladores Estaduais. Então, quero manifestar aqui o meu orgulho por tê-lo na representação maior dos legisladores brasileiros que atuam nos Estados.

Saúdo também o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Deputado Elson Santiago, o Deputado Walter Prado, companheiro do PDT que também tem grande contribuição ao Estado do Acre, o Deputado Manoel Moraes, do PSB, e o Deputado Eduardo Farias, confrade do grande Deputado Federal Aldo Rebelo, que fez e conseguiu aprovar o relatório que está hoje em debate aqui no Senado Federal.

Srs. Deputados e Srs. Senadores aqui presentes, as etapas cumpridas até aqui, em relação ao Código Florestal, são etapas muito importantes. Acredito que o que foi manifestado pelo Senador Acir Gurgacz é o sentimento que está presente hoje em todas as Comissões do Senado Federal, é como fazer para aumentar a nossa produção tanto no que diz respeito à geração de divisas quanto no que diz respeito à contribuição para atender ao desafio de alimentar o Brasil e o mundo, porque a contribuição do Brasil é muito especial, mas, fundamentalmente, como a gente evitar os desastres ocorridos no passado e como corrigir certas falhas que ocorreram e que colocaram em risco o equilíbrio ambiental do nosso País.

A presença dos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana nas relatorias nessas Comissões temáticas de Meio Ambiente e Reforma Agrária e de Ciência e Tecnologia é uma segurança a mais que nós temos de que esse projeto está sendo tratado com a devida atenção.

A aprovação, por acordo, por unanimidade, praticamente, porque houve algumas discordâncias, mas muito minoritárias, do relatório inicial do Senador Luiz Henrique na Comissão de Constituição e Justiça foi mediante um acordo no sentido de que nós trataríamos ali apenas dos pressupostos de constitucionalidade, ficando o acordo de que todas as contribuições dos demais Senadores seriam analisadas com maior atenção nas outras comissões temáticas. Isso está acontecendo. As informações que nós temos são de que o

relatório a ser lido na terça-feira já é bem mais amplo e tem contribuições muito interessantes no sentido de corrigir falhas de origem.

Nesse aspecto vale muito à pena reforçarmos aquilo que disse aqui o Senador Luiz Henrique: a Câmara, com o seu retrato, com a simbologia daquela concha côncava sendo o receptáculo maior de todos os sentimentos da Nação, aprovou um projeto recebendo e tentando dar atenção à diversidade das culturas, das propostas, das necessidades e das exigências de todo o Brasil.

Então, esse trabalho aprovado na Câmara tem uma grande importância e é um excelente ponto de partida para o que pode ser trabalhado aqui no Senado, que tem a característica de ser uma casa da Federação, uma casa do equilíbrio, onde, verdadeiramente, tem que prevalecer a maturidade. Neste sentido, a gente está muito confiante no trabalho dos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, que, inclusive, estão se reunindo com frequência, para trabalhar um relatório que seja sincronizado com as necessidades do País.

E quero, aqui, fazer um elogio muito especial ao pronunciamento inicial do Deputado Luiz Tchê porque, na realidade, essa qualidade expressa no seu pronunciamento, para nós, acreanos, é um orgulho, porque V. Exª demonstra total preocupação no sentido de não prejudicar aqueles que produzem e, ao mesmo tempo, garantir a preservação dos nossos recursos naturais para dar às futuras gerações a oportunidade de terem o direito a um meio ambiente equilibrado.

O vosso pronunciamento é um retrato fiel de tudo que aconteceu no Brasil até aqui, do quanto estamos diante de situações complexas a serem resolvidas.

Nesse sentido, a proposta do Senador Jorge Viana, que foi acolhida pelo Senador Luiz Henrique, de separar o que é transitório do que é permanente, é a chave da solução dos problemas, porque alguém que foi orientado a desmatar 50% da sua propriedade não pode ser penalizado hoje por ter cumprido a lei no passado. Mas isso também não pode estar na legislação permanente. Então, tem que ser algo transitório para resolver o passivo. O passivo se resolve de maneira transitória com uma solução para o passivo. Agora, temos que nos preocupar com daqui para frente, com como vamos fazer para melhorar nossa tecnologia, produzir mais, garantir maior produção, maior rentabilidade, maior mecanização e, ao mesmo tempo, maior proteção dos nossos mananciais, dos nossos rios, das nossas florestas e tal.

Então, isso tudo está presente nessa separação entre o que é transitório e o que é permanente. Nesse sentido, fiz um pronunciamento há poucos dias e queria retratar aqui um exemplo do que é permanente e do que é transitório.

Quando assumimos o Governo do Estado, em 1999, o salário dos servidores estava atrasado cinco meses. No primeiro mês os servidores queriam o recebimento do atrasado, e nós tivemos que dar uma resposta, orientados pelo então Governador Jorge Viana, no seguinte sentido: "vamos tratar do que é permanente. De hoje em diante, não tem mais atraso no salário. Agora, o passivo nós vamos negociar". E assim foi feito. Começou a se pagar em dia, no mês de janeiro de 1999. E desde então nunca mais se atrasou um dia o pagamento dos servidores do Acre. E com seis, sete ou oito meses nós conseguimos parcelar o passivo, conseguimos atualizar o passivo e conseguimos fazer um compromisso de fé que nunca mais se quebrou dali para frente e todo mundo foi pago em dia.

Então, acho que, neste momento, quando se separa o que é o passivo do que é o permanente, nós temos que fazer um acordo em relação ao passivo, que vai demorar um tempo para a gente corrigir, mas o fundamental mesmo é nós estabelecermos uma legislação permanente que seja uma proteção segura para o nosso meio ambiente, para garantir que a gente vai ter aumento de produtividade, mas sem agressão ao meio ambiente e sem ameaça às gerações futuras.

Acho que, nesse aspecto, tenho certeza de que o Deputado Luiz Tchê e os demais Deputados das outras regiões que estão aqui presentes vão concordar que nós temos, sim, que manter o Brasil sendo o nosso grande produtor de alimentos para o Brasil e para o mundo, e, ao mesmo tempo, o nosso exemplo de sustentabilidade, aquele país que produz preservando, que aumenta a produção mas mantém o seu marco legal de proteção das florestas, dos nossos mananciais e dos nossos mais variados biomas, que são tantos no Brasil e requerem tantos estudos e tantas atenções técnicas para que a gente logre sucesso nessa missão grandiosa que o Senado Federal tem hoje de dar uma resposta à altura das necessidades do povo brasileiro.

Era isso.

Confio demais no trabalho do Senador Jorge Viana e do Senador Luiz Henrique e tenho certeza de que a lei que vai sair do Senado Federal vai ser uma lei muito mais com a cara e com as necessidades do Brasil e do povo brasileiro.

Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Aníbal.

Faço um adendo nessa sua colocação com relação ao passado, ao que é passivo.

Todas aquelas propriedades que foram entregues à população fazem parte do passivo. Nós temos pessoas, Senador Moka, que resolveram guardar suas florestas para que – pensamento da época – no futuro fosse explorada sua madeira. Na época, a madeira tinha uma receita muito pequena. À conta de que, no futuro, fosse melhorar, essas pessoas guardaram suas florestas para poder desfrutar de um preço melhor da madeira no futuro, e hoje não podem fazê-lo.

Então, eu entendo que o passado também é aquelas pessoas que receberam a sua terra. Vamos falar do futuro? Aquelas pessoas que irão, porventura, receber terras novas do Governo ou fazer novas licitações, essas, sim, terão uma lei nova. Mas aquelas pessoas que receberam a sua terra, elas devem, Deputado Tchê, permanecer sob a lei da época mesmo tendo condições de usufruir das suas florestas dentro dos 50%. Essa é a nossa proposta. É por isso que nós encaminhamos uma emenda no sentido de que deveremos ter um zoneamento econômico e ecológico para que a ciência possa tratar disso com mais eficiência.

De onde surgiu 80% para a Amazônia? Qual a explicação científica que alguém pode nos dar de porquê, no meu Estado de Rondônia, nós precisamos preservar ou ter uma reserva legal de 80%? De onde surgiu esse número? Como que se partiu de 25% para 50% e de 50% para 80%? Daqui a pouco vamos ter que sair do nosso Estado. Temos que ter cuidado com as leis. É exatamente por essa razão que estamos debatendo com tanta preocupação e com tanta insistência nessa questão da Amazônia. Aquelas pessoas que receberam suas terras à lei da época, mesmo que não utilizaram a floresta na época, no meu entendimento, elas têm o direito de usufruir, porque receberam sob a lei vigente naquele momento.

Pela ordem de inscrição...

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu tenho uma inscrição aqui do Senador Waldemir Moka. Na sequência passo a V. Exª, Senador Cassol.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

Senador Waldemir Moka, V. Exª quer falar agora ou quer falar mais tarde?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu vou aproveitar, Senador Acir, porque a presença dos Deputados Estaduais aqui é fundamental. Aqui, no Congresso – percebo isso claramente – nós vamos votar um texto. Essa questão da legislação geral e da possibilidade, na minha avaliação constitucional, de as assembleias fazerem a legislação específica dos seus Estados acho que temos que garantir. Em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul, nós queremos que as Assembleias Legislativas de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul possam fazer uma legislação específica para o Pantanal, até porque não vejo sentido. Só existe o Pantanal no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul. Como é que essa legislação vai ser nacional? É exatamente aí que podem... E eu acho que as assembleias têm competência. Aliás, eu sempre me pergunto por que as assembleias legislativas, que estão muito mais próximas da população dos Estados, não vão... Evidentemente, a legislação será específica, de quem conhece a realidade de cada Estado.

Agora, nós não estamos aqui também dizendo que o País vai ser uma colcha de retalhos. É preciso garantir os limites máximos e mínimos e, dentro disso daí, legislações específicas. É o que o Senador Luiz Henrique pretende. Agora, não se iludam que aqui esse debate vai ser intenso. E nós precisamos exatamente garantir que o texto dê legitimidade para que as assembleias legislativas possam fazer a legislação suplementar, que considero fundamental.

Essa é uma questão importante. No seu Estado, Rondônia, por exemplo, é fundamental que as assembleias tenham... E o zoneamento econômico... Mato Grosso do Sul já tem o zoneamento econômico e ecológico. Dentro daquilo, aí sim, à luz de todo um estudo de solo, de vegetação, do tipo de indústria pode se instalar nesse e naquele lugar, essa preocupação nós já tivemos.

A partir dessa constatação é que as assembleias legislativas vão legislar, depois de um zoneamento econômico e ecológico. Isso foi muito debatido quando eu era ainda Deputado Federal. E eu percebo que essa ideia no Plenário do Senado pode ser consolidada.

Quando o Senador fala em separar o que é passivo do permanente, na verdade isso é técnica legislativa. Mas o Deputado Federal Aldo Rebelo em momento algum quis que isso fosse diferente. Nós nunca defendemos na Câmara, como Deputado... Nós queríamos o quê? O que está consolidado.

O que nós vamos fazer com o plantio de café em Minas Gerais? Com as maçãs de Santa Catarina? São culturas que têm mais de 100 anos. Em Mato Grosso do Sul, 78% do Pantanal são preservados. E há mais de 250 anos nós praticamos lá a pecuária extensiva. Nem por isso o Pantanal foi degradado. Aliás, quem sempre preservou o Pantanal foi o pantaneiro.

Essas coisas são fundamentais para o nosso debate.

Evidentemente, e volto a insistir, nós vamos sempre procurar o equilíbrio e o consenso. E temos conse-

guido. Agora, consenso também não significa recuar em tudo. O consenso significa estabelecer aquilo que é o bom senso, o equilíbrio.

Insisto em dizer: o Brasil é de longe o País que mais preservou o seu patrimônio ambiental. Sessenta e um por cento de nossas florestas são preservadas. Aqueles que mais nos impõem restrições, que são os países europeus, não têm preservado nem 0,5% de suas florestas. Então nós, de longe, somos o País que mais preservou. Tudo isso tem que ser colocado na mesa também, porque a pretexto de condições ambientais e de preservação ambiental nós sabemos que por trás disso tem uma grande jogada comercial, que é exatamente impor limites, barreiras, melhor dizendo, fitossanitárias. Essa questão fitossanitária e também barreiras ambientais, aumentar o nosso custo de produção para que os nossos produtos cheguem lá fora com preço mais elevado, tudo isso faz parte dessa discussão.

Eu tenho estado aqui – V. Exª é testemunha disso, Presidente – e tenho procurado ser aquele Senador que ouve os lados que contribuem para o consenso.

Conversava ontem com V. Exª, com o Senador Acir Gurgacz e com o Senador Jorge Viana, que precisamos agora ir à votação, na Agricultura, na Ciência e Tecnologia e, logo em seguida, no Meio Ambiente. Aquilo que não for consenso o Plenário do Senado vai ter que decidir, e a presença dos deputados estaduais é fundamental nessa discussão para que a gente possa garantir o direito de os Estados também legislarem nas suas questões específicas e regionais. Tenho certeza de que ninguém melhor que os deputados estaduais para fazerem a legislação específica ambiental do seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Lembro também que o primeiro Estado brasileiro a produzir um zoneamento econômico e ecológico foi o Estado de Rondônia. Infelizmente está parado no Conama, desde então, há mais de dez anos. Foram gastos US$19 milhões para produzir o zoneamento e o Conama não autorizou o Estado a executar o nosso zoneamento. Portanto, peço aos Deputados Estaduais que conversem com os seus Senadores para que apoiem a nossa emenda, para que esteja incluído no Código Florestal o zoneamento de cada Estado, feito pelo Governo do Estado e aprovado pelas Assembleias Legislativas. Pode ter o veto da União, mas não que se necessite de autorização da União, do Conama, para pôr em prática. Se há um estudo científico feito por técnicos dos Governos e aprovado pela Assembleias Legislativas, por que precisamos de uma autorização do Conama para pôr em prática? Poderemos ter talvez um veto, o veto do Executivo Federal, mas não uma autorização. Entendo que isso tenha atrasado muitos Estados para colocar em prática o seu zoneamento.

Passo a palavra ao Senador Reditário Cassol. Agradecemos sempre o apoio e a presença de V. Exª aqui na Comissão de Agricultura.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todo mundo. Cheguei atrasado, estava com outros compromissos, atendendo o povo, mas, se V. Exª me permite, temos que agradecer a presença dos representantes dos Legislativos dos Estados brasileiros que estão aqui nos honrando com a presença deles.

V. Exª tocou num assunto do Estado de Rondônia de 80%.

É bom lembrar, Sr. Presidente, no sul do País, e sou natural de Santa Catarina, dos ambientalistas, porque naqueles velhos tempos os madeireiros tinham que florestar, eles mesmos, ou pagar para alguém fazer. Hoje está o exemplo lá. Tantas madeireiras que nós temos aproveitando o florestamento. Quando fomos para o Norte, em Rondônia, em 1977, foi mais ou menos na época em que se transformou, em que mudaram o nome de Instituto Nacional do Pinho, para outro nome e, depois, para Ibama.

O Ibama exigia dos madeireiros a reposição florestal paga a eles. Vejam bem, o Ibama não plantou um pé de árvore. Já falei em reunião anterior que quem descobrir que o Ibama plantou um pé de árvore ganha uma caminhonete importada por cada pé de árvore. Então, temos que também responsabilizar os ambientalistas. O Ibama, em Rondônia, já aplicou multa para ex-governadores pela abertura de rodovias para beneficiar o povo, para beneficiar certas cidades, certas vilas. Aplicou multas sérias. Está na Justiça. Agora, temos que responsabilizar o Ibama também para que ele reponha aquilo que receberam, dinheiro que se pagava sobre a extração de madeiras. Eles, com certeza, não plantaram nenhum pé.

Então, ilustre Presidente, como fazer realmente a aprovação, como V. Exª falou, e eu parabenizo todos os que apóiam, este projeto sobre o Código Ambiental, que não venha prejudicar os pequenos agricultores e também os grandes, todo mundo. Sem dúvida nenhuma, preservar aquilo, ou repor principalmente as nascentes, ao longo dos riachos. Isso é importante. A água aumenta e valoriza a própria propriedade, mas também fazer injustiça como que temos lá em Rondônia. Informaram-me que até o Ministério Público aplicou multa para os agricultores, o Ibama está sempre em cima, aplicando multa.

Veja bem, se houve falha, uma pequena falha, alguma coisa... Mas, antigamente o que se exigia era derrubar para ter o direito da documentação. Agora, nós também temos que exigir aquilo que os ambientalistas não fizeram e receberam. Portanto, isso é...

Nós temos grande prejuízo, e não é só em Rondônia, é no País todo. Um grande prejuízo que foi pago, receberam o dinheiro e não plantaram nada.

Portanto, nós vamos fazer a coisa correta. Sem dúvida, a parte ambiental é muito importante, porque tem que ser preservada, principalmente nas nascentes, ao longo dos rios, nas montanhas e assim por diante. Isso é importantíssimo. Até para a saúde é melhor. Os velhos antigamente diziam: "a mata filtra o ar". Portanto, eu sempre falava isso, isso é importante.

Mas, vamos chamar a atenção dos ambientalistas para prestar conta, responsabilizar e fazer algo daquilo que eles receberam em devolução, em benefício dos Estados, com a plantação daquilo que eles receberam e não fizeram. E contem com o apoio desse pequeno Parlamentar, como se diz, em todos os momentos que precisarem.

Que Deus abençoe todo mundo, principalmente, para que, relamente, possamos fazer sempre as coisas corretas e certas, voltadas sempre em benefício da população, sem dúvida nenhuma, dando garantia àquilo que nós precisamos, como a parte ambiental que também é necessária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Reditário Cassol

Vamos agora à lista de inscrição. Estão escritos o Deputado Grabriel Guerreiro, do Pará; Deputado Manoel Moraes, do Acre; Deputado Erminio Pena, do Amapá; Deputados Eduardo Farias, do Acre; Deputado Eder Penha, do Amapá; Deputado Hélio Soares, do Maranhão; Deputado Antonio Arantes, de Minas Gerais e Deputado Ribamar Araújo, de Rondônia.

Passo a palavra, por três minutos, ao Deputado Gabriel Guerreiro.

Peço que nos ajudem em relação ao tempo. Deputado Gabriel Guerreiro, V. Exª, do Pará, V. Exª tem a palavra por três minutos.

O SR. GABRIEL GUERREIRO (PV – PA) – Meu caro Senador Acir, Presidente desta reunião, em seu nome, quero cumprimentar todos os Senadores aqui presentes.

Meu caro Presidente da Unale, nosso companheiro Luis Tche, em seu nome quero cumprimentar os Deputados Estaduais aqui presentes.

Estou aqui com a incumbência de representar o... amazônico, e o tempo é muito curto. Portanto, vou colocar aqui algumas questões fundamentais para que os Senadores, ao tomarem a decisão sobre o Código Florestal, possam ter a antevisão do que este País tem de responsabilidade sobre a Amazônia.

Eu gostaria de falar aqui sobre vários pontos que já foram abordados, mas vou centrar a minha questão em um problema crítico. Este País tem uma diversidade muito grande em todo o seu território – o Pantanal, a costa brasileira etc.

Mas há uma questão que é fundamental: tem que entender o que é a Amazônia. A Amazônia é uma bacia fechada continental. Eu sou geólogo e fiz Física antes de fazer Geologia. Entendo a Amazônia do ponto de vista físico, químico, termodinâmico. Gastei minha vida estudando isso e já sou Parlamentar há vinte e tantos anos. Fui constituinte nesta Casa – o Deputado Luiz Henrique era constituinte nessa época – e tratei da questão ambiental aqui. Mas a Amazônia é uma parte não do Brasil; ela é uma parte do Globo Terrestre. Ela é um ambiente, do ponto de vista geológico, do ponto de vista físico, químico, termodinâmico, absolutamente único no Planeta. E ela tem dois aspectos que precisam ser levados em consideração nessa questão: a sua natureza e a diversidade dessa natureza; e a diversidade antropológica que está em cima da Amazônia. Nós somos hoje 25 milhões de habitantes e precisamos ter direito ao que o mundo já produziu e ao que o mundo é hoje.

V. Exª falou, Presidente, sobre o zoneamento, inclusive de Rondônia. Eu fui Secretário do Meio Ambiente do Pará. E o Pará é um Estado maior do que a Península Ibérica – França, Portugal e Espanha lá dentro, e ainda sobra Pará. É um país enorme. Veja V. Exª: nós temos lá dois aspectos críticos no zoneamento. Eu fui o executor do zoneamento. Não tive ações de ter US$19 milhões, mas tive uma equipe muito boa. Há uma fronteira aberta no Pará, que é o Estado mais populoso da Amazônia, e essa fronteira aberta tem que ser tratada dentro do conjunto da Amazônia, como uma coisa muito particular. Chegar aqui ao Congresso Nacional e dizer que é preciso fazer 80% de reserva legal sobre a área de floresta da Amazônia é um absurdo, porque há áreas no Pará em que há 300 anos a floresta não existe mais. Igual a São Paulo. São Paulo é uma bacia pequena, mas é uma bacia tropical coberta de floresta; foi desmatada completamente. A área Bragantina, no Pará, é igual a São Paulo.

Estou pronto a desafiar qualquer cientista. Sou ambientalista e do Partido Verde, mas sou um ambientalista que tem base técnico-científica e humana. Não há como preservar a Amazônia se nós não construirmos, nessa área específica do Globo Terrestre, uma civilização própria do trópico úmido da Amazônia, que é única no mundo. Nós temos necessidade, aqui no Senado,

de discutir qual é a nossa visão de Amazônia, porque discutir, como se discute hoje, a legislação brasileira de forma homogênea é um absurdo para a Amazônia. Um Estado como o Pará tinha que ter uma legislação própria feita por quem conhece o Pará, pelos cientistas, pela Assembleia Legislativa específica do Pará. Que haja normas gerais é fundamental. Getúlio Vargas, em 1934, estabeleceu, por causa da matriz energética, uma reserva legal, e nós continuamos achando que reserva legal resolve o problema ambiental, e não resolve. As APPs são muito mais importantes, do ponto de vista do ecossistema e da preservação do bioma amazônico, do que reserva legal, que pode ser um picadinho de coisas que não interessam a ninguém. Depende do dono da terra onde ele deixa a reserva legal. A APP, por exemplo, nas matas ciliares, elas não só preservam a floresta. O que precisa ser entendido é que, para haver floresta, é preciso haver solo e subsolo com água. A capa de solo da Amazônia, que depende da sua termodinâmica, é fundamental para manter as florestas, e é preciso haver a recarga do lençol freático. Se você secar o lençol freático, você estoura completamente toda a drenagem amazônica.

Essa é uma discussão que precisa ser feita. Eu já fui a muitos fóruns. Infelizmente, eu não pude vir ao Senado nessas audiências públicas. É a primeira a que venho, no final da história. Mas eu deixei aqui nesta Casa do Congresso Nacional, na Constituinte, algumas premissas que eram importantes. Essa questão da Amazônia é uma delas.

A floresta deve ser nacional, mas o trato da floresta tem que ser específico de cada Estado da Amazônia, porque o Acre é uma coisa, o Pará é outra; e Roraima é outra coisa, Rondônia parece um pouco mais com o oeste do Pará, mas Roraima é totalmente diferente, em todos os seus aspectos físicos e até termodinâmicos.

Então, eu gostaria de deixar essas observações porque nós precisamos tratar, neste Código Florestal, as duas coisas: a natureza da Amazônia e a fronteira aberta, que é um problema antropológico, que é um problema de presença humana. Nós precisamos fazer o zoneamento cuidando da fronteira aberta e nela estabelecer parâmetros para serem utilizados, para serem aplicados sobre o solo da Amazônia. E não podemos fazer isso olhando Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, etc. Nós temos condições de ter uma ampliação enorme das áreas de cultivo na Amazônia, bastando, para isso, que se tenha uma boa visão do zoneamento ecológico-econômico baseado na diferença do que é fronteira aberta e do que é fronteira natural.

O Pará tem dois terços das suas áreas sobre a égide de leis de preservação ambiental. Portanto, o restante, que ainda é maior do que o Estado de São Paulo, pode ser utilizado para uma enorme produção agrícola, pecuária e de todas as atividades humanas. De forma que o Senado tem a obrigação, sendo a Casa que representa os Estados, de defender o que a Unale vem defendendo, que é o poder das Assembleias Legislativas de legislar complementarmente sim, porque as leis que se fazem no Congresso Nacional descem a especificidades enormes, muito detalhadas e não estabelecem os princípios gerais; e as Assembleias Legislativas não podem legislar sobre as suas especificidades, que são importantíssimas para garantir a preservação do ecossistema amazônico e para criar uma civilização no trópico úmido da Amazônia, capaz de ser moderna, avançada, rica e educada, porque nós não vamos ter a preservação da Amazônia com uma sociedade ignorante, atrasada e pobre. Nós não vamos preservar a Amazônia, porque a pobreza se vale do estoque natural para sua sobrevivência, e o estoque natural não aguenta o crescimento da população.

Eu gostaria de deixar essas observações que, infelizmente, estão um pouco atrasadas, mas que acho que são fundamentais para o entendimento da questão do Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Gabriel Guerreiro.

Passo a palavra agora ao Deputado Manoel Moraes, do Acre.

O SR. MANOEL MORAES (PSB – AC) **–** Bom dia, Sr. Presidente, nosso Presidente Tchê, nossos colegas Deputados do Acre, nosso Presidente da Assembleia e nosso Senador do Acre Jorge Viana, que tem um destaque importante.

Eu acompanho a tramitação do Código Florestal, Sr. Presidente, com muita preocupação. Quando o Aldo Rebelo esteve no Acre, por duas vezes eu o acompanhei. Agora, tenho acompanhado o Luiz Henrique. Eu sou funcionário de carreira do Ibama e acompanho, há vinte anos, as mudanças das leis, das normas. As coisas vêm mudando, vem outra norma, e ninguém a cumpre. Vem mudando, vem mudando.

Em 2008, foi feito o Decreto nº 6.514. No dia em que o li, falei: "Acabaram com o produtor rural do Brasil, não deixaram uma saída sequer." E falei para os colegas do Ibama que não sabia como aquilo tinha acontecido no Brasil naquela época. Vi que nós, como funcionário do Ibama, não poderíamos mais trabalhar, sob pena de prejudicarmos milhares de pessoas injustamente. Naquele momento, pedi minha transferência do Ibama para o Instituto Chico Mendes, porque eu achava improvável fiscalizarmos daquela maneira. Aquela lei retroagiu cinco anos para prejudicar certas pessoas que fizeram um trabalho em cima da outra legislação.

Então, aquelas áreas de APPs, que são importantes em todo o Brasil e que prevêem a maior cheia dos rios... Se assim fosse – e houve uma grande alagação no Acre, no rio Acre –, um terço da população não poderia morar naquelas áreas. Se fosse feita a medida da maior cheia do rio Acre, um terço da população do Acre não poderia morar lá. Teriam de ser destituídos de seus locais, como de outros locais de plantio de maçã, de tudo.

Aquela lei veio de uma maneira que nos deixou pasmos. Eu, no meu caso, fiquei pasmado. Temos, na Amazônia, muitas áreas protegidas. Temos legislação. Os moradores da Amazônia não querem mais desmatar, mas não querem pagar um preço que não é deles. Um produtor mora há 30 anos em uma propriedade, trabalhou, produziu, construiu um patrimônio de R$300 mil, mas, de repente, recebe uma multa de R$400 mil. A vida toda dele acabou-se em nada. Isso precisamos corrigir. Vemos com preocupação e somos solidários. Falam que vão absolver das multas. Não é isso! Essas últimas multas já vieram de maneira ilegal pelo valor e pela maneira como foram feitas. Então, nos preocupamos.

Vemos o trabalho do Senado. Temos certeza de que o Senado, junto com a Câmara, vai conseguir, sim, dar segurança jurídica para o Brasil. Não é novo desmatamento. Quero parabenizar Aldo Rebelo e Luiz Henrique, que estão fazendo um grande trabalho.

Essa é a nossa preocupação. Deixo nossa solidariedade para que o povo brasileiro ache o melhor caminho para o Brasil, independentemente de pressão, seja de onde venha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Deputado Manoel.

Passo a palavra ao Deputado Hermínio Pena, do Amapá.

O SR. HERMÍNIO RESENDE (PSL – CE) – V. Exª misturou dois Deputados, do Ceará e do Amapá. Hermínio é do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Foi meu Secretário que não me passou corretamente. Meu Secretário, Deputado Luís Tchê.

Falará o Deputado Hermínio Resende, do Ceará. Desculpe-me.

O SR. HERMÍNIO RESENDE (PSL – CE) – Gostaria de parabenizar o Senado na pessoa.... *(Falha na gravação.)* ...proporcionando essa oportunidade à Assembleia Legislativa. O Presidente Roberto Cláudio não pode comparecer a esta reunião, mas delegou-me, como Presidente da Comissão de Agropecuária, a missão.

Não quero ser repetitivo. Ouvi atentamente a palavra do Senador Moka, do nosso Presidente da Unale, do nosso companheiro e guerreiro. O que queria dizer é exatamente o que disseram.

Seria uma grande conquista para as assembleias legislativas que o Congresso Nacional desse a oportunidade de nós, Deputados, podermos legislar, porque o Brasil é muito grande. A especificidade da Amazônia é uma; do Ceará é outra. Para os senhores terem uma ideia, o Ceará tem 580km de costa, de litoral. O pessoal da carcinicultura está sofrendo muito e estão todos irregulares. Então, seria uma contribuição grande do Congresso Nacional devolver às assembleias o nosso poder de legislar.

Infelizmente, hoje, podemos fazer muito pouco pela população. Até os limites de nossos Municípios, a criação de novos Municípios, tiraram de nós. Então, isso é lamentável porque nós é que estamos dia a dia com a população. Agora, estamos vivendo um problema seriíssimo, o Estado do Ceará e do Piauí, com relação à definição de limites.

Seria uma contribuição enorme do Congresso Nacional se também deixassem, no Código Florestal, que cada Estado pudesse dar a sua legislação, a sua opinião, é claro, respeitando a Constituição Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Hermínio Resende, do Ceará. Agora está certo.

Passo a palavra ao Relator da Comissão de Meio Ambiente, Senador Jorge Viana, para fazer suas colocações frente ao seu trabalho, ao seu importante trabalho, neste momento, que é relatar essa matéria na Comissão do Meio Ambiente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Presidente.

Queria cumprimentar o Deputado Luís Tchê, meu conterrâneo, é um acreucho – gaúcho e acreano– e foi muito bem aceito no Acre, que deve a um dos herois da pátria, que é o Plácido de Castro, gaúcho também, a própria conquista do território.

E o Deputado Tchê com o apoio do conjunto dos Parlamentares, homens e mulheres, que lideram os processos legislativos nas assembleias do Brasil, foi eleito, que muito honra o Acre, a bancada acreana na assembleia, o fato de ele ter sido eleito para Unale. E ele tem dado uma dinâmica a essa entidade que tem conquistado espaços no Brasil, assim como ele dá à sua carreira política no Acre, à sua vida empresarial no Acre. É uma pessoa dinâmica, determinada.

E graças a ele e a muitos dos senhores que estão aqui é qu estamos fazendo esta audiência, que entendo da maior importância, porque é um encontro de legis-

ladores. Nós aqui estamos com a missão de legislar sobre um dos temas mais importantes para o País.

Ontem, votamos, à noite, aqui no Senado, um regramento novo para a distribuição dos *royalties* no Brasil. Parece pouca coisa para um trabalho parlamentar, mas podemos ter iniciado ontem a transformação real do Brasil a partir do melhor uso de suas riquezas naturais, no caso, uma riqueza finita como é o petróleo, que é estratégica para o País, já que ela é finita.

Não vou aqui repetir a importância que tem uma boa lei, seja do ponto de vista de melhorar o País, diminuindo as desigualdades, como estabelece a Constituição Federal. E, agora mesmo, estamos sendo questionados por uma ação no Supremo que questiona a distribuição do Fundo de Participação dos Estados. O Supremo deu. Veja que situação que nós legisladores estamos. Está aqui o autor, Wellington Dias, companheiro que andou o Brasil inteiro e corajosamente resolveu dar sua contribuição como ex-Governador e como Senador para que o Brasil fique melhor, tenha melhor qualidade na distribuição de seus recursos e no uso de seus recursos.

Eu estava falando, Senador Wellington, da importância de termos votado ontem e de outro desafio que temos, porque a Constituição estabeleceu critérios de distribuição do FPE baseado no princípio de ajudar a diminuir as desigualdades dentro do País. Daí que Estados da região Norte e Nordeste deveriam ter uma maior participação na distribuição desses recursos, que são oriundos de parte dos impostos.

E por que o Supremo resolveu tratar como inconstitucional esta matéria? Não é pelo princípio dela de fazer e melhorar a igualdade no Brasil diminuindo a desigualdade regional. Não é por conta disso. É porque, na Constituição, consta que tem que ser um processo dinâmico. Só por isso. O que é ser dinâmico? É logo que um Estado consegue sair de uma situação de desigual para uma situação de mais igual perante os outros do Sul e Sudeste, especificamente, ele tem que deixar de ter esse critério. É só isso que está faltando na lei que estabelece o Fundo de Participação dos Estados.

Então, que fique bem claro. Eu também concordo com esse princípio.

Você tem situações hoje em que o Estado da Bahia, que vive uma dinâmica econômica muito importante, está sendo tratado muito melhor que muitos Estados da região Norte, que estão passando por muita dificuldade, bem diferente da Bahia.

Essa dinâmica que o questionamento do Supremo estabelece para nós todos.

Aí, na Lei dos *Royalties*, votada ontem, com relatório do Vital do Rêgo em cima de um projeto do Senador Wellington.

Gente, sou defensor de darmos um tratamento diferenciado para Estados que sejam, em terra ou mesmo nas áreas próximas, produtores. Óbvio que não pode ter prejuízo, mas nós estamos discutindo agora, como diz o Presidente Lula, um bilhete premiado: a possibilidade de daqui a algumas décadas, quando esse recurso finito ficar escasso ou ser substituído no mundo, o Brasil ter mudado de patamar. Por isso, a destinação é uma destinação carimbada. Penso que os Estados devam, inclusive, radicalizar. Eu acho que ainda se flexibilizou muito. Para mim, esses recursos deveriam, pelo menos durante uma ou duas décadas, ter as prioridades: um, a educação; dois, a educação; três, a educação; e a quarta, dividir os recursos para outras áreas. Sugiro isso para que o Brasil experimente uma das poucas receitas que todos concordam que seja transformadora: priorizarmos a educação. Quando se dilui, obviamente, a gente tem o risco de não ter prioridade nenhuma e, daqui a duas décadas ou três décadas, quem sabe, não estar um pouco melhor. Certamente, vamos estar – sou otimista –, mas não no nível em que gostaríamos de estar.

Então, lá está garantido recurso para a saúde, está garantido recurso para ciência e tecnologia, para proteção ambiental – óbvio, vem de um recurso –, mas e o Código Florestal?

Eu estou fazendo esse paralelo da Legislação porque aqui estou diante das Assembleias, que nos honram com as suas presenças. É muito importante que façamos. Fizemos audiências públicas aqui com juristas. Lembro que ouvi há alguns anos do Ministro Jobim que o Senado, o Congresso, isso de alguma maneira também vale para as Assembleias, estava pegando um caminho equivocado e do então Ministro da Justiça Paulo Brossard declarações sobre a independência dos Poderes. Ele, Presidente do Supremo, quando tinha questionamento sobre uma decisão do Parlamento, do Congresso, ele dizia: "Isso é uma questão do Congresso. Quem delibera sobre questões como essa é o Congresso." E o que tem ocorrido nos últimos vinte anos no Brasil? Uma judicialização da competência do Legislativo, boa parte, em decorrência, e por isso estou começando assim para chegar ao Código Florestal, da maneira como temos legislado. Aqui, no Congresso, ontem já ficou deliberado que "vamos ao Supremo". Quer dizer, a gente faz uma lei hoje e recorre ao Judiciário amanhã. Essa prática está judicializando o papel do legislador. Já não basta o que a Justiça Eleitoral faz.

Ontem, li que o Supremo decidiu que Senador Cássio Cunha Lima assume. Ora, a eleição já completou um ano: um Senador foi eleito, foi cassado; outro foi empossado; e agora o empossado é cassado e o eleito assume. Gente, isso não é sério! Isso não é uma postura de respeito à essência da democracia, que é o direito do voto. O voto no Brasil está sendo banalizado. Se temos uma Justiça exclusiva para o Eleitoral, por que não ter prazo para deliberar sobre isso? Dois meses, três meses depois da eleição, tudo bem. Um ano? Dois anos? Três anos? Como acontece diariamente no País, é uma vergonha! É uma vergonha! Não tem outra palavra.

Estou falando isso, gente, porque esse costume equivocado que pegamos de que quem perde na tese, no voto, nas Assembleias, na Câmara, no Senado, recorre à Justiça, invalida o Poder Legislativo e o Judiciário. Estamos transferindo uma parte do Legislativo para o Judiciário. Para o Código Florestal também não é diferente.

O art. 24 da Constituição é perigoso. O que eu e o Senador Luiz Henrique fizemos? O que eu ouvi já aqui, e está sendo transmitido pela rádio Senado, e isso é muito bom, o Brasil inteiro está acompanhando, inclusive os nossos amigos no Acre, e aqui temos uma delegação do Presidente da Assembleia, o Elson, o Manoel Moraes, o Walter Prado, o Eduardo Farias, que são Deputados, e os demais Parlamentares, representando as outras Assembleias... Gente, nós temos um problema, o art. 24 da Constituição fala que nós temos uma competência concorrente entre a União e os Estados. Concorrente. Isso gerou uma situação de todos acharem que pode ter um contra o outro.

Nós chamamos juristas, chamamos juristas, do STJ, do Supremo para cá. Fizemos uma audiência com os juristas para que esclarecessem, isto sim, o que é competência concorrente.

E o Ministro Jobim, ex-ministro, que foi o autor – convidado pela CNA, por mim, pelo Senador Luiz Henrique e pelos Presidentes das comissões – desse artigo na Constituinte, interpretou-o para nós, porque ele é baseado na Constituição Alemã. Também o Professor Paulo Afonso Leme Machado, que é uma sumidade nesta matéria, e o Ministro Erman Benjamin.

E todos coincidiram com a interpretação, e eu quero trazer para esta audiência, e eu já ouvi aqui de Parlamentares do nobre Deputado do nosso vizinho e longínquo Estado do Pará – são mais ou menos 4 mil quilômetros de distância. Na Amazônia é assim, o vizinho está a 4 mil quilômetros. Atravessa a Europa duas vezes, dependendo. É ele o vizinho próximo que temos.

E aí ele fala da competência concorrente, e que a União deve fixar normas gerais. O Ministro Jobim falou isso, o Ministro Erman Benjamim falou isso e o Paulo Afonso Leme Machado, que é um professor dos professores.

Normas gerais são aquelas que, normalmente, abrangem todo o território nacional. Então, cabe à Lei Maior, no caso o Congresso, deliberar sobre norma geral para todo o Congresso Nacional. Aí a gente tem que – ontem eu estava na Comissão da Verdade e há uma frase muito bonita que diz "para nós virarmos a página, temos de lê-la." A comissão, na verdade, quer ler a página desse período autoritário para querer vira-la.

Aqui, é a mesma coisa, para a gente mudar de página, então, vamos ler.

Competência concorrente. A União deve fixar normas gerais, as normas gerais, normalmente, é aquela que abrange todo o território nacional. Mas pode abranger também um ecossistema ou bioma. E quais são os nossos biomas? Mata Atlântica, Amazônia, Cerrado. Temos cinco biomas que poderíamos colocar. Como foi feita a Leia da Mata Atlântica. Ou seja, ela garante a uniformidade legal do País. Se não esse Brasil já teria várias regiões e cada um já estaria fazendo do seu jeito.

Então, se nós compreendermos isso... Mas os Estados podem legislar ou não? Podem. Eles vão aperfeiçoar essa norma geral, levando em conta as características regionais e locais. O Acre foi o Estado, com todo respeito, foi o Estado que mais usou o próprio artigo 24 no sentido de aperfeiçoar as normas gerais.

O Acre fez um aparato de legislação baseado no zoneamento que eu digo aos senhores e a quem estiver me ouvindo: o Acre, já em boa parte do território, já não está vinculado ao 80% estabelecidos. Mas não porque criou uma lei concorrendo dizendo "não vai ser 80%, vai ser 50%". Isso porque o Estado pegou as áreas que temos dentro do zoneamento, com aptidão de produção, as áreas já consolidadas e, com base na lei e no zoneamento e amparo na legislação nacional, a gente começou a fazer um aperfeiçoamento dessa legislação.

Então, tem um caminho, sim, onde é possível complementarmente fazer a legislação. Agora, gente, estamos tratando de uma lei – e eu queria aqui concluir, porque é importante seguirmos ouvindo os parlamentares. É esse o meu papel, e é isso o que temos feito. Essa matéria foi debatida, e o confronto foi debatido na Câmara dos Deputados.

Eu diria aos senhores, e todos aqui sabem, que, como foi dito pelo nosso colega Deputado do Pará, a legislação primeira sobre isso aconteceu em 1934. Foi o primeiro Código Florestal. Lá eles já falavam das florestas protetoras.

Foi muito bem colocada também a diferença entre reserva legal e preservação permanente. São coisas,

de fato, diferentes. Uma, o proprietário pode até escolher onde põe, independente do tamanho. A outra, não! Está estabelecida como protetora.

Só que no caso brasileiro, em 1934, agrônomos, no caso botânicos, estavam preocupados com a maneira agressiva como se estava fazendo a supressão da Mata Atlântica e de outras vegetações, principalmente na costa brasileira.

O Brasil leva o nome de uma árvore.

Foi feita com o propósito de frear um pouco a destruição que estava tendo.

Em 65, foi feita a segunda versão. Sessenta e cinco, gente. Em 1965, não tinha movimento ambientalista ainda, no mundo, porque só entrou com a Conferência de Estocolmo, em 72, a ideia do desenvolvimento sustentável. Só aí se começou a trabalhar alguma ideia de desenvolvimento sustentável, de um certo ambientalismo.

O Código Florestal Brasileiro não foi feito por ambientalista, foi feito por seis pessoas – esse código que nós estamos discutindo. Seis: três agrônomos e três juristas. Seis pessoas. Durante dois anos, debateram, ouviram, apresentaram uma proposta, que foi votada e aprovada. Essa proposta nos trouxe até aqui.

Agora, essa nova versão está sendo debatida há 10 anos; aqui, mais diretamente com o Deputado Aldo, há dois, na Câmara.

Aqui no Senado, o ambiente é completamente diferente. Graças ao Senador Acir, que preside esta Comissão, graças ao Senador Eduardo Braga, que preside a Comissão de Ciência e Tecnologia, graças ao Senador Rodrigo Rollemberg, que preside a Comissão de Meio Ambiente e esteve aqui ainda há pouco, graças ao Senador Eunício, nós tivemos audiências coletiva, diligências, audiências quase que semanalmente, promovidas pelo Senador Acir, em várias regiões do País. Eu participei de várias. Fizemos visitas e diligências.

Segunda-feira, agora, passei a manhã inteira, o dia inteiro na ESALQ, uma das mais conceituadas universidades do mundo, em São Paulo – eu , o Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Blairo Maggi e o Senador Aloysio Nunes, de São Paulo –, com uma bancada de cientistas, discutindo a parte central desse debate no Brasil: reserva legal e área de preservação permanente.

A base de se fazer a atualização do código, a mudança no código é por conta do passivo ambiental que o Brasil tem hoje. Aí, estou diante de Parlamentares que sabem... Em muitos casos, nós apoiamos as políticas dos Governos, mas nós sabemos que o passivo ambiental que o Brasil tem, ou seja, o déficit que nós temos de reserva legal e de área de preservação permanente, boa parte dele ou a maior parte dele é em decorrência de políticas oficiais, que foram estabelecidas especialmente na minha região, a Amazônia, e no Cerrado. Quem não se lembra dos programas de ocupação do cerrado? Quem não se lembra dos programas oficiais de ocupação da Amazônia?

Não é que se foi estimulado, não. Foi quase que obrigado, na Amazônia, a se fazer desmatamento, pelas políticas oficiais. Isso gerou uma ocupação que se chocou com o equilíbrio ambiental em algumas regiões, e, obviamente, de uns anos para cá, o Brasil tem ampliado as áreas de proteção na Amazônia, especificamente.

Vinte e sei por cento são unidades de conservação na Amazônia. Biomas com Mata Atlântica, perto de 5 ou 6%. Tem uma diferença enorme.

Agora, esse passivo ambiental que o Brasil tem precisa de uma solução.

Nós, como já foi dito aqui, dividimos, aqui no Senado, a estrutura do texto. Criamos as disposições transitórias, para tratar desse passivo desse passado: como é que nós vamos lidar para aproveitar melhor as áreas já desmatadas; como é que nós vamos lidar para trazer de volta parte daquilo que é importante que se traga de áreas perdidas, para ter um melhor equilíbrio até para produzir mais; e como é que nós vamos ter uma regra, uma lei duradoura para o futuro.

É isso, o texto está dividido para facilitar e nós estamos identificando o problema do passivo, tendo uma lei firme para a frente.

Agora, tem uma discussão central nisso, que eu queria pôr aqui: não acredito, porque as tentativas do Brasil têm sido muitas, desde 91, em tentar trazer de volta área de preservação permanente, encosta de morro, beira de rio. É difícil e se não tivermos mecanismos econômicos que estimulem o produtor – e para ele, inclusive, é um bom negócio – a recuperar parte daquilo que está perdido nas nascentes, na margem do rio... Porque para o produtor isso é fundamental também. Ninguém produz sem solo manejado e sem água, gente.

Então, dentro desse aspecto, nós dividimos o texto nessas duas condicionantes, o que já facilita para a gente ver o problema. Digo ainda que o texto da Câmara tem um erro de origem, grave, que gerou muitos conflitos e que eu acho que, se mantivéssemos daquela maneira, gente, com todo o respeito a quem o defende, porque estamos num processo de ouvir, se o mantivéssemos daquela maneira... O art. 8º, por exemplo, que é a Emenda nº 164, não é bom nem para o produtor que quer sair da judicialização em que está metido; não é bom para ele. Por quê? Porque, ao ler o artigo, ali estão duas coisas incompatíveis: a flexibilização para o passado e o regramento para o

futuro. Não dá. Cria-se o que se chama de insegurança jurídica. Sabe onde vai parar um texto desses, feito dessa maneira? Sabe onde vai parar? Nos tribunais. O Ministério Público Federal e os ministérios públicos estaduais Brasil afora vão pegar aquela Emenda nº 164 e, no outro dia, ajuizar uma ação atrás da outra na Justiça, e pode ser que ganhem muitas delas, porque o texto gerou uma insegurança jurídica.

Aí, a nossa definição é a seguinte: o que é melhor para quem quer sair desse risco, dessa judiciailzação, das multas? Todas estão vinculadas ao art. 50, lá, e aí complica. Não tem sentido um extrativista, na hora em que alguém vai aplicar uma multa lá, escolher aquilo que não é o que educa ou recupera; é aquilo que danifica quase de morte essa pessoa, porque o pequeno proprietário, o pequeno produtor não quer ter dívida. Ele gosta de pagar seus compromissos. Quando ele recebe uma multa que é duas vezes o valor da propriedade dele, ele não dorme mais; ele às vezes perde até a propriedade, e perde o sentido.

Então, dentro desse aspecto, gente, nós não podemos pegar essa exceção também e transformar em regra, mas nós precisamos estabelecer um regramento novo que possa garantir o que é o objetivo do Código, que é o Brasil parar de destruir e o Brasil aumentar sua produção. Duas coisas compatíveis: o Brasil proteger mais e produzir mais. E, para produzir mais, tem que ter água, tem que ter equilíbrio no manejo do solo. Então, nós estamos pegando as áreas consolidadas, Deputados, de maçã, de café em Minas, maçã no sul, de cana no Nordeste. Isso são áreas... É parte da cultura. Nós estamos separando isso e considerando que isso é parte da História do Brasil. Não se pode botar a mesma lei ali, senão não dá certo.

Então, vamos com critério, com uma condução adequada, fazer com que o Brasil tenha essas duas coisas. Eu encerraria dizendo que tem uma outra questão que sempre se coloca nos debates: é que, desse jeito, não dá para produzir. O Brasil, nos últimos dez anos, conseguiu fazer algo que o mundo inteiro admira. O Brasil é o país cuja produtividade mais cresce nos últimos dez anos, graças à Embrapa e outros centros de pesquisa e também a algumas políticas nossas. É a produtividade que mais cresce, crescimento maior que o dos Estados Unidos. O Brasil cresceu o PIB de maneira invejável, principalmente para Europa e América do Norte, e o Brasil é o melhor exemplo de diminuição do desmatamento no mundo. Então, não são incompatíveis. Tivemos a maior proteção de floresta, com leis. Algumas têm de ser mudadas mesmo, porque estão equivocadas, mas o Brasil saiu de 27 mil quilômetros quadrados de destruição anual de florestas para 6 mil quilômetros. E, nesse mesmo período, o Brasil aumentou o PIB e aumentou a sua produção e produtividade.

Então, gente, se a gente ler a página, virar a página e começar a tratar a coisa sem os dogmas... Eu ouvi uma frase na audiência dos juristas. O Ministro Jobim, reproduzindo falou: "Ás vezes, o inimigo da verdade não é a mentira. Às vezes, o inimigo da verdade são nossas convicções". Nós colocamos uma questão dentro de nós, vamos até o fim e não ouvimos o outro lado.

Eu e o Senador Luiz Henrique estamos ouvindo. O Senador Luiz Henrique abriu mão de algumas convicções dele. Todo o mundo achava que ele iria radicalizar com a questão dos 5% no Estado. Sabe por que ele não faz isso? Primeiro, ele acha que tem de pensar o Brasil todo; segundo, que ele acha que dá para separar aquela fantástica produção de Santa Catarina, produzindo em 15 hectares, com um pouquinho de floresta, com conservação dos recursos naturais. É até um exemplo Santa Catarina. Eu fui lá ver, visitamos, andamos. Mas é que ele entende que, se bater pé nisso, vai para a Justiça e, se for para a Justiça, provavelmente se perde. Então, para não termos uma judicialização de uma lei que é fundamental para quem quer produzir e criar, para quem quer usar bem a floresta, tem gente que bate no manejo.

Lá no Acre agora, há uma campanha irresponsável, de pessoas irresponsáveis, contra manejo florestal. Porque eu respeito algumas pessoas que, por algumas convicções, ou por alguma maneira de ver a vida, querem que não se faça nem manejo. Eu respeito. Mas as pessoas que tentam pegar, talvez, um dos poucos caminhos que a gente tem para fazer a floresta virar um ativo econômico e combatem isso estão querendo destruir a floresta. Quem faz o combate ao manejo dessa maneira politizada, no fundo, quer destruir a floresta e não fazer o uso econômico dela.

Então, gente, de coração, a contribuição dos senhores está sendo gravada. Estamos considerando essas audiências todas, fazendo um resumo delas com as nossas assessorias, levando em conta cada palavra. A posição que vem dos Estados, através das Assembleias, enriquece esse nosso relatório. Terça-feira será lido, na Comissão de Agricultura, Ciência e Tecnologia, provavelmente o relatório do Senador Luiz Henrique, a quem estou ajudando. Serão duas semanas, provavelmente, votando e, após uma semana, o meu relatório será lido, ou seja, daqui um mês, é possível o Senado estar deliberando sobre isso. Temos um mês ainda. Quando sair das duas comissões, o Senador Luiz Henrique vai seguir me ajudando. Trabalharemos a quatro mãos nesse projeto que é tão importante para o País.

Agora, sinceramente, se ganharmos confiança uns com os outros, vamos ter as Assembleias de todos os Estados nos ajudando a aperfeiçoar essa lei, porque, sem a legislação complementar e suplementar, eu diria, aperfeiçoando, vamos ter uma lei geral que normalmente não vai acontecer nos Estados. Então, vamos precisar das Assembleias, mas é muito, muito importante que haja um entendimento agora para que a gente faça uma lei que não vá parar nos tribunais: uma lei que seja boa para o produtor, boa para quem cria, mas também boa para aqueles que estão com a precaução de preocupação com o equilíbrio ambiental.

No ano que vem, o Brasil vai sediar a Rio+20, depois de vinte anos, e pode chegar com duas grandes bandeiras. A ONU quer que a produção mundial de alimentos cresça em 40%, até 2050, e que o Brasil seja responsável por 20% desse aumento. Também a ONU e as Nações do mundo querem trabalhar para que a temperatura do planeta não aumente em 2% até 2050. O Brasil pode ir na outra mão com a bandeira e dizer: o Brasil está fazendo seu dever de casa e vai garantir, no que puder, que o equilíbrio ambiental do Planeta se mantenha, porque, se esse desequilíbrio vier, quem vai pagar são as populações mais pobres. No mundo, são sete bilhões hoje de pessoas, mas seremos nove bilhões em 2050. Precisamos de um mundo melhor para nós e para os que vão vir depois da gente.

Muito obrigado. Eu me alonguei, mas eu queria especialmente trabalhar nessa busca do entendimento entre o Legislativo dos Estados e o Legislativo Federal, com Câmara e Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Nosso confiança em V. Exª é muito grande. V. Exª já demonstrou que merece essa confiança, através da dedicação para com esse tema, para com a população brasileira, buscando sempre o equilíbrio entre produtores e ambientalistas. Todos queremos um Brasil produzindo e conservando. Com o apoio sempre da nossa Ministra Isabela, temos tido grandes avanços, avanços para o nosso País. Todos nós queremos sempre a mesma coisa: queremos assegurar que o nosso povo tenha condições de plantar, de produzir e que aquelas pessoas que moram nas cidades recebam esses alimentos numa qualidade boa e com preço compatível. Esse é o grande desafio que tem, portanto, o Senador Jorge Viana.

Dando sequência às inscrições, passo a palavra ao Deputado Eduardo Farias, do Estado do Acre, por três minutos.

O SR. EDUARDO FARIAS (PCdoB – AC) – Caiu aqui o meu roteiro, mas primeiro gostaria de cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, que é o Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no Senado, o Senador Jorge Viana, Relator da matéria aqui no Senado, e o Deputado Tchê, que nos representa a partir da Unale.

Senadores, eu gostaria de fazer minha fala e trazer a minha mensagem aqui para a Comissão sobre dois aspectos: a celeridade do projeto e a perenidade do projeto.

Sobre o aspecto da celeridade, eu diria que ele tem que ser célere, porque o País vive hoje um momento de insegurança jurídica. O Código Florestal de 1965, na verdade, hoje, representa uma colcha de retalhos. Ele tem até portarias que estão regulamentando coisas que deveriam estar em leis. Ele traz insegurança jurídica sob todos os aspectos.

A gente tende muito a penalizar ou a culpar, por exemplo, agentes federais, como do Ibama, do ICMBio, mas, na verdade, o que ele tem na mão é um código draconiano, até certo ponto, que é aplicado ali: ou ele aplica ou ele prevarica no momento em que ele tem que ser o fiscalizador daquilo ali. Portanto, o problema está na lei. Não está exatamente no fiscal. Obviamente, o bom-senso em todos os lugares cabe, e muitas vezes falta o bom-senso na hora de aplicar uma lei desse tipo, mas o que ele tem ali é uma dúvida entre prevaricar ou aplicar uma muita que, em muitos dos casos, como disse o Senador Jorge Viana, ultrapassa duas ou três vezes o valor da propriedade que é multada. Isso traz insegurança jurídica.

Portanto, temos que ter celeridade nessa aprovação do Código, porque o País clama por isso. Isso trava inclusive a aprovação agrícola, tanto do agronegócio, do grande negócio como do pequeno. Nesse aspecto, portanto, rebaixa o Brasil na competitividade do mercado internacional de alimentos. Também esse é um aspecto que eu penso que nós temos que olhar quando pensamos em uma celeridade com a aprovação desse Código.

Com relação à perenidade, nós precisamos criar um Código que não possa a cada ano, a cada moda estar sendo emendado. Ele tem, portanto, que refletir o momento que o País vive, mas tem que ser pensado na média daquilo que pensa o País e na média daquilo que quer o País, sob pena de ele já no ano seguinte começar a ter perspectiva de emenda, de portarias, e, com isso, voltaremos para o cenário de que eu falava ainda há pouco para o Código de 1965. Portanto, ele precisa ter essa visão da... *(Fora do microfone. Inaudível.)* Não pode ser a minha ideia, não pode ser a ideia... *(Fora do microfone. Inaudível.)* Tem que ser a média do que a sociedade hoje... *(Fora do microfone. Inaudível.)*

Também aqui quero testemunhar porque, no ato e nas visitas que o Deputado Federal Rabelo fez, eu o acompanhei e vi um homem determinado, subindo igarapés, conversando com índios, conversando com produtores, com fazendeiros, conversando com ribeirinhos, ouvindo atentamente noite adentro, sob luz de lamparina. Ele estava ouvindo a Nação brasileira. Portanto, ele traz para cá, já com bastante densidade, aquilo que pensa o povo brasileiro. Obviamente, têm coisas que nós precisamos corrigir. E o Senado, como foi dito aqui, na figura do côncavo e do convexo, precisa fazer o seu papel de moderador, o seu papel de coerência, o seu papel de balizador da legislação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PT – RO) – Para concluir, por favor, Deputado.

O SR. EDUARDO FARIAS (PCdoB – AC) – Então, nesse sentido, encerro, Senador Acyr Gurgacz, não pelo seu pedido, mas também por ele e pela conclusão do meu raciocínio, dizendo que queremos pedir aqui celeridade, mas, ao mesmo tempo, um Código que seja perene e que garanta a segurança jurídica para quem produz e para quem pensa em meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PT – RO) – Muito obrigado, Deputado Eduardo Farias.

Com a palavra o Deputado Eider Pena, do Amapá.

O SR. EIDER PENA (PDT – AP) – Quero parabenizar o nosso Presidente da Unale por convidar todos os Parlamentares dos Estados para participarem justamente desta audiência, a primeira audiência, e ao mesmo tempo o Senador Acir.

Chama muito a atenção, Senador Jorge Viana, o art. 4º na questão das APP. Preocupa-me também, eu que sou da Amazônia, o fato de o Amapá ser constituído – e a própria capital já é uma ilha – por várias ilhas, e aqui coloco a questão das faixas marginais de qualquer curso de água natural desde a borda da calha do leito. Há os itens "a", "b", "c" e "d". Analisando o Amapá, por exemplo, nas áreas de várzeas, em grande adensamento de ilhas e fungos nos rios amazônicos, esses limites poderão ser definidos pelo zoneamento econômico e ecológico, respeitando as ocupações das sociedades ribeirinhas.

Quando se fala em APPs, se você for analisar, a frente do rio do Amapá, o rio Amazonas, tem mais de 5 km² praticamente. Então, 600 m para dentro ocupa praticamente quase meio quilometro da capital. Então, tem que se analisar as áreas de APP, principalmente no que tange à Amazônia, com muita cautela.

O art. 4º do projeto ele vai muito mais além, o que me preocupa muito, quando fala, por exemplo, do Pantanal, quando fala também da Ilha do Marajó, porque ele fala assim: "É de domínio o plantio de culturas temporárias e sazonais de vazante de ciclo curto". É verdade. Bem, mas ele não fala da pecuária, porque nós sabedores de que na vazante, o que acontece na Amazônia? Nascem as gramíneas e quilômetros e quilômetros de hectares são utilizados para utilização da pecuária. Então, ele só fala de agricultura, ele não fala de pecuária no art. 4º, §5º; se não nós vamos inviabilizar tanto a Ilha de Marajó quanto os pantanais. Então, essa é uma preocupação que nós temos.

Outra questão que me chama a atenção, art. 38, área de preservação permanente. Veja bem, o INCRA, ele concede corte raso para os assentamentos da reforma agrária. Então, o Amapá tem aproximadamente 11 mil assentados da reforma agrária. Então, ele permite corte raso, mas não permite reaproveitamento dessa matéria prima que fica no chão, sem que o pequeno agricultor possa fazer um plano de reposição florestal. Veja bem, o Amapá tem 98

(Falha na gravação.)

O SR. EIDER PENA (PDT – AP) – ...mais de 70% de área de preservação: área de preservação particular, municipal, estadual, federal, reserva indígena. E um dos maiores parques do Brasil que foi criado pelo Fernando Henrique Cardoso, Parque Nacional Montanha do Tumucumaque. Mas, vejam só, 11 mil assentados da reforma agrária, se pode queimar, pode entrar em processo de decomposição, mas não se pode fazer o reaproveitamento para melhorar a qualidade de vida desse cidadão.

Então, a minha proposta também é que os Estados que tenham acima de 70% de reservas entre indígenas, parques, que a reserva legal seja incluída dentro dessas áreas até quatro módulos fiscais, para que o extrativista e o pequeno agricultor não tenha problemas, para que ele possa avançar de forma tranquila, sem que possa ser criminalizado, como falou o companheiro do Pará que falou anteriormente. Ele fica praticamente marginalizado, mas querendo produzir para procurar melhorar a sua qualidade de vida.

Então, essas preocupações é bom que sejam colocadas porque, vejam bem, a Amazônia, o ecossistema, os novos Estados da Federação da Amazônia Legal, o ecossistema é parecido, mas as peculiaridades são diferenciadas. Então, é importante que a gente atente até nas vírgulas na questão do Código Florestal, porque se não iremos cometer algumas falhas que serão difíceis de serem recuperadas. Uma delas que eu coloquei agora, até em uma palavra a gente pode inviabilizar a Ilha do Marajó e os pantanais, porque fala da agricultura e não fala da pecuária. Uma palavra "e pecuária", no art. 5º, porque é uma peculiaridade da Amazônia e onde há uma potencialidade nossa na

questão de melhorar a qualidade de vida, desenvolver os nossos Estados e ajudar o Brasil a crescer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz**.** Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Deputado Eider.

Com a palavra o nosso Vice-Governador do Estado da Paraíba, Dr. Rômulo Gouveia. V. Exª dispõe de três minutos.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, primeiro parabenizar as Comissões da Casa, principalmente V. Exª na presidência, pela iniciativa, ao Presidente da Unale, e falo em meu nome e em nome da Deputada Eva Gouveia.

Também fui deputado federal e iniciei a discussão desse Código. Acho que o trabalho que foi feito, inclusive o trabalho do Deputado Aldo e daqui, desta Casa, como Casa revisora, com certeza dará uma grande contribuição.

E uma coisa positiva, Presidente Tchê, que encontro nessa discussão de hoje, é o reconhecimento de vários Senadores da necessidade de cada Estado de adaptar a sua realidade. Na Paraíba mesmo, nós temos bioma, temos a questão da caatinga, da desertificação; e se falava no Mato Grosso, sobre a preservação dos pantanais; na região de V. Exª também. Enfim, cada um com sua realidade.

Então, acho que outro fator positivo neste instante é que o Senado e o Congresso tenham esse sentimento e essa visão de poder fortalecer a autonomia dos Estados. Outro ponto importante no debate de hoje é em relação a essa questão.

Era essa a contribuição que eu gostaria de dar. Quero apenas dizer ao Senador Jorge que a Paraíba está muito feliz com a decisão do Supremo, ontem, do reconhecimento de mais de um milhão de votos do Senador Cássio Cunha Lima. Com certeza, será um grande representante da Paraíba nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Vice-Governador Rômulo Gouveia, ex-Deputado Federal, que contribuiu muito para a elaboração do Código Florestal, que hoje estamos debatendo aqui no Senado.

Passo a palavra ao Deputado Hélio Soares, do Maranhão.

O SR. HÉLIO SOARES (PP – MA) – Sr. Presidente desta Comissão, Senadores, Senador Relator, nosso Presidente Tchê, quero antecipar meus agradecimentos e meu orgulho de pertencer a sua gestão, como membro da direção da Unale. Nunca tivemos uma participação tão efetiva e significativa quanto agora, embora reconheça o interesse e o esforço que tiveram antecessores na Unale e que continuam colaborando para que a Unale seja, realmente, de fato e de direito, um instrumento político capaz de transformar alguma coisa no nosso País. É com esse sentimento que estou aqui representando o nosso Maranhão, na qualidade de 1º Secretário, e representando o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. E vou trazê-lo na próxima reunião de qualquer maneira, ele vai ter de cancelar qualquer compromisso para participar, para sentir, como estou sentindo aqui, a necessidade do Parlamento estadual brasileiro nessas discussões.

Não tenho a menor dúvida de que, ao discutirmos, Sr. Presidente, Sr. Senador, o Código Florestal, o meio ambiente, agricultura, – e aí faço essa sugestão ao nosso Presidente para que coloquemos como prioridade o debate da reforma da Constituição brasileira nossa, de 1988 – é inadmissível que os Estados, cada vez mais, fiquem enfraquecidos na sua soberania.

Vou tentar fazer as duas horas de pronunciamento que eu gostaria de fazer em três minutos. Então, há o primeiro desafio meu, pessoal.

O segundo desafio que temos pela frente: esse Código ser homogêneo com as suas heterogeneidades, vários Estados com características diferentes, que têm de ser respeitadas. Aí eu sugiro a abertura do fechamento desse Código para que possamos aprimorar nossos Estados à realidade constitucional dos próximos anos.

Estamos diante do grande desafio, que é a produção, a prosperidade – que é o progresso – junto com a preservação. E aí não podemos dispensar... E peço licença ao meu irmão Gabriel para adicionar meu sentimento e minhas palavras, fazer da analogia dele a minha, porque está sendo gravado e não vou ter oportunidade de expressar aqui meu grosseiro conhecimento, mas que é da realidade do Norte e Nordeste, com a qual vivo. É inadmissível, Sr. Presidente, que tenhamos aqui, no nosso País, a insuficiência de legislar quanto ao nosso subsolo.

Ora, vejamos, Gabriel, no nosso subsolo é que estão as nossas maiores riquezas. Elas fazem do Brasil um dos países mais ricos da América do Sul. Como podemos conviver...

Vou dar um exemplo rápido aqui, que me permitam os irmãos paraenses, porque morei lá por mais de 20 anos, aos meus irmãos de sangue maranhenses. Nós temos o pulmão econômico do Brasil no Maranhão, o nosso Porto do Itaqui. Nós temos o pulmão mineral no Pará, que é Parauapebas. E vivemos um verdadeiro paradoxo: a riqueza e a pobreza. Nós temos 35% da nossa população abaixo da linha da pobreza; 30% na linha da pobreza, e o resto é essa divisão entre os mais ricos, os mais pobres e os em desenvolvimento. E com as duas empresas mais ricas do mundo instaladas no nosso Estado!

Então, fica aqui o desafio para a reforma da nossa Constituição, através da nossa instituição, a Unale. E eu já estava até um pouco desanimado, Gabriel, porque estou no quinto mandato e, às vezes, as desilusões políticas por que nós passamos nos desanimam até certo ponto. Mas saio daqui energizado e até com vontade de ser candidato a Deputado Federal porque sinto a ausência dos nossos Deputados Federais aqui.

E eu me lembrei aqui das minhas parcerias que faço lá com os meus colegas – sem desmerecê-los porque sei que acontece isso com vocês também. A gente tem contato com Deputado Federal no dia da parceria e no dia da comemoração. Aí, esperamos mais quatro anos. A mesma coisa os Senadores de maneira geral.

Então, é esse estreitamento, é essa interação política que nós temos que fazer. Inclusive, defendo uma agenda permanente para a adequação e o aprimoramento desse Código, e que possamos fazer... *(Interrupção da gravação.)*

Obrigado pela participação a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Hélio Soares, do Maranhão.

Passo a palavra ao Deputado Antonio Arantes, de Minas Gerais.

O SR. ANTONIO CARLOS ARANTES (PSC – MG) – Eu gostaria de cumprimentar toda a Mesa, o Deputado José Luís Tchê, pela oportunidade desta audiência pública. Eu queria cumprimentar os Senadores Acir Gurgacz, Jorge Viana, Luiz Henrique e agradecer-lhes pela sabedoria que têm tido, para comandar a proposta do Código Florestal Brasileiro.

Eu fui prefeito por três vezes, morando no campo, morando na roça. Por duas oportunidades, tivemos premiações, até internacionais, por preservar o meio ambiente: projeto de preservação de um rio, plantando nascentes, replantando, distribuindo mudas, preservando também e fazendo um trabalho pioneiro de preservação do lixo – de preservação não, de fazer com que o lixo não fosse problema e, sim, grande solução, gerando emprego e renda.

Fui para a Assembleia e lá muita gente está meio decepcionada comigo porque achou que eu ia ficar do lado dos ambientalistas no Código Florestal. E eu estou, sim: eu estou do lado do Brasil! E, graças a Deus, que Aldo Rebelo teve sabedoria e soube conduzir com vocês, junto com o Senador Luiz Henrique, os Deputados que contribuíram muito – Paulo Piau, Micheletto, Luiz Carlos Heinze, o Moka –, o Rodrigo Rollemberg como Senador, que, inclusive, está num projeto importante lá na nossa região, na Serra da Canastra. Chegou lá e mudou de opinião, porque viu que realmente as coisas são muito mais sérias. Ontem, houve um produtor que foi multado em R$200 mil e não está dentro do Parque da Canastra. Para ver o sofrimento que é este povo! O Deputado Carlos Melles, que o ano passado estava aqui como Deputado e agora está como Secretário.

Minas Gerais, através do nosso Governador e da nossa Assembleia, quer um Código, sim, conciliador, que preserve a produção, que preserve o meio ambiente e que preserve o cidadão.

Em Minas Gerais, mais de 50% da atividade agropecuária está nas áreas de APP. Dos nossos cafés, 80% estão na mão dos pequenos produtores, e o leite também. Graças a Deus, a ocupação consolidada, que deverá valer aqui, vai poder preservar esses quase 2 milhões de empregos em Minas Gerais.

Mas temos grandes preocupações. As áreas de APPs, as nossas nascentes aí, cada nascente praticamente é um hectare. O pequeno produtor está descapitalizado. Como é que ele vai fazer o cercamento? Não se cerca uma nascente com menos de R$2 mil ou R$3 mil, com mourões simples; se for com qualidade... Ali, naquela área preservada, chega a seca, o gado, com pasto seco, vai querer entrar. Não é tão simples assim. O produtor não tem dinheiro! De onde virão esses recursos?

A maior preocupação ainda é depois do pós-Código; e, se Deus quiser, vai ser um Código equilibrado e bom. Mas e o pós-Código?

A legalização dessas propriedades. Os Estados não têm a mínima estrutura nem de pessoal, nem também de qualidade, de conhecer a verdadeira legislação. Vai ser um deus-nos-acuda. E o que vai aparecer de gente nas propriedades para fazer projeto para esses pequenos produtores tirando dinheiro deles vai ser muito sério. É uma grande preocupação.

Temos sugestões que eu não vi contempladas no Código. De repente, podem até estar. Por que não permitir às empresas que têm seus passivos ambientais e necessidades de fazer recuperações ambientais que o façam direto na propriedade desses pequenos produtores numa parceria: a empresa entra com o recurso e o produtor entra com o serviço e depois com a manutenção? Vejam os parques nacionais de que a União cuida. Está tudo queimado. Estão arrasados. Fora dos parques estão os produtores com suas nascentes preservadas. Então, o produtor, sim, precisa de recurso.

Financeiramente... *(Falha na gravação)* ...é a questão da exploração econômica também as áreas de APPs. É possível, para uma série de culturas é possível estar dentro da área e fazer uma exploração de forma conciliadora que venha a produzir, mas também venha a preservar.

Essas são as nossas preocupações.

Queríamos agradecer e pedir a Deus que dê sabedoria para os Senadores, para a nossa Presidente Dilma e para todas as pessoas que têm poder para que possam fazer um Código justo, honesto, cristão e que venha a contribuir com a necessidade do nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Antonio Arantes.

O nosso maior aliado nessa discussão do Código, só para colaborar com V. Exª, é exatamente o Ministério do Meio Ambiente. Nós estamos fazendo um Código para o povo brasileiro, para os ambientalistas, para os agricultores. Todos nós dependemos de um meio ambiente saudável para viver e dependemos da produção de alimentos, portanto, nós temos que ter um Código Florestal com equilíbrio. E é isso que propõe e está executando o nosso Relator Luiz Henrique e o nosso Relator Jorge Viana.

Passo a palavra ao Deputado Ribamar Araújo.

O SR. RIbamaR ARAÚJO (PT – RO) – Cumprimento o nosso querido Senador Acir Gurgacz, do meu Estado, presidente da Comissão de Agricultura que preside os trabalhos neste momento; cumprimento o nosso Presidente da Unale, querido Deputado pelo Estado do Acre, Deputado José Luis Tchê; cumprimento o Vice-Governador da Paraíba Rômulo Gouveia, cumprimento os colegas Deputados estaduais, a imprensa.

Minhas senhoras, meus senhores, o Código Florestal brasileiro, datado de 1965 e emendado, de lá para cá, por decretos, resoluções e medida provisória, por si só já diz da celeridade que precisa ter aqui no Congresso Nacional, mais precisamente aqui no Senado, porque, na Câmara dos Deputados, já foi votado graças ao esforço de um grande brasileiro que aqui quero homenagear, o Deputado Aldo Rebelo, a quem nós, todos os brasileiros, devemos homenagear.

É um grande perigo colocar algo na mão de quem tem o poder de decidir, mas, ao mesmo tempo, não conhece a realidade. E é dessa maneira, Senador Acir Gurgacz, que nós da Unale, os Deputados estaduais, e os Estados, de um modo geral, reivindicamos algo de que não se pode prescindir: essa prerrogativa de legislarmos nessa questão ambiental. A coisa é tão complicada que não poderia sequer deixar que essa legislação fosse elaborada em nível regional, porque, dentro das regiões, existem os mais diversos Estados, cada um com suas peculiaridades, cada um com suas especificidades. Rondônia é parecido com o Pará, que, por sua vez, é totalmente diferente do Estado do Pará, do Acre e do Estado do Amazonas.

E, quando o Senador, com muita propriedade, questionou o Senador Anibal sobre a Medida Provisória 2.166, que impõe uma preservação das propriedades da ordem de 80%, questionou com muita propriedade, porque o senhor questionou se aquela decisão foi aleatória, se foi calcada em bases científicas, ou por pressões internacionais contra os interesses do nosso País. O questionamento foi muito importante.

Então, digo isso, Senador, porque quem está nos ouvindo pode até dizer, não conhecendo a realidade: "Como é que o Estado de Rondônia, que tem 30% da sua área de floresta desmatada...?" E nós encontramos um único modelo de desenvolvimento, não na destruição da floresta, mas na substituição da floresta pela agricultura, pela pecuária, porque não se pode produzir na terra sem alterar o estado natural. E o Estado do Amazonas, por exemplo, tem 98% da sua cobertura florestal. Para quem não sabe, pode ficar uma dúvida muito grande, mas, para os que têm conhecimento, o Estado do Amazonas pode prescindir das suas terras para produção de alimentos porque lá existe uma Zona Franca para a qual todos nós, brasileiros, contribuímos. E eu duvido que, se não fosse o incentivo que o Amazonas tem, por meio da Zona Franca, que é importante – não se questiona esse incentivo, porque precisamos, evidentemente, desenvolver o Estado do Amazonas... Agora, não se pode admitir, por exemplo, que o Senador Eduardo Braga, que foi governador do Estado do Amazonas, queira muitas vezes se vangloriar e exigir que os Estados que preservaram mais tenham uma compensação maior em termos de incentivos, mais do que o Estado do Amazonas já tem, por meio da Zona Franca.

Então, quero parabenizar aqui o Deputado do Estado do Acre, cujo nome me foge à memória, funcionário do Ibama, por sua lucidez, meu Amigo, mas, acima de tudo, por ser um profundo conhecedor da realidade e deixar de estar ao lado do seu órgão, que preserva o seu emprego, para estar do lado da realidade, para estar do lado da justiça, porque esse órgão, pelo menos no Estado de Rondônia, é um órgão que tem se comportado acima da lei. Ele está acima da lei, inclusive praticando a antropofobia. Isso é uma coisa gravíssima, e nós não podemos admitir, mas, infelizmente, é a realidade.

Meus irmãos, há umas coisas que, quando são...

(Interrupção do som.)

O SR. RIbamaR ARAÚJO (PT – RO) – ...que não existe nenhum cidadão de bom senso que não concorde com área de proteção permanente, porque é de interesse nosso, é de interesse do povo brasileiro ter essas áreas de proteção permanente, para o nosso lucro, para o nosso desenvolvimento. Ao contrário dessas reservas legais. Nós que temos conhecimento, nós que conhecemos a realidade temos de questionar,

porque isso é uma aberração, que não existe no mundo inteiro, somente aqui no Brasil. E o que mais me incomoda, meus irmãos, é saber que tudo isso é feito, muitas vezes, não para um planejamento de melhoria do povo brasileiro.

O Senador Tião Viana disse que vamos agora para a Rio+20 já cercados de autoridade, porque fizemos o dever de casa. Agora eu pergunto ao Senador: não seria muito mais justo e muito mais lógico que tivéssemos feito o dever de casa, aumentado a nossa produção, aumentando a nossa produtividade, para acabar com a fome do povo brasileiro, para acabar com a miséria do povo brasileiro, para depois cuidarmos das outras questões?

Muito obrigado a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Deputado Ribamar Araújo pelas suas colocações.

Passo a palavra à Deputada Conceição Vieira, do Estado de Sergipe, para as suas considerações.

A SRª CONCEIÇÃO VIEIRA (PT – SE) – Minhas saudações aos Senadores Acir, Jorge Viana e ao Presidente da Unale.

Como representante da Secretaria de Mulheres da Unale, eu quero também deixar a impressão das deputadas estaduais com esta realização e também dos deputados e deputadas de Sergipe, como Primeira-Secretária da Assembleia Legislativa do meu Estado.

É uma honra para todos os deputados e deputadas estaduais de todo o Brasil ouvirmos a voz do nosso presidente da Unale, na manhã de hoje, deixando claro uma análise histórica do que tem sido a ocupação do solo neste Brasil e a questão do desenvolvimento da produção rural, mas levando em conta também a necessidade de se ter como resultante um código que atenda às necessidades não somente imediatas, mas às necessidades históricas, também, para o desenvolvimento deste País e para a referência que este Pais é na América Latina e América do Sul, mais precisamente. E deixar claro na sua fala, como deixou, que é importante ser escutado no código não somente neste instante, mas de existir deliberações estaduais.

As especificidades que ouvimos na manhã de hoje são muito grandes. Na Amazônia a diversidade é tão grande que parece que tem dez situações completamente distintas umas das outras. Nós temos os mais variados biomas. Nós temos o Nordeste, a grande maioria constituído por Estados de pequenos limites territoriais, mas que também sentem a necessidade, como é o caso de Sergipe, mas têm também a necessidade de tratar das suas especificidades, como o bioma Caatinga, como as atividades econômicas que têm se destacado hoje no Nordeste ligado ao camarão, ligado ao peixe em tanque/redes, e que também precisarão seguir essas mesmas orientações.

Então, nós vemos que ao se chegar... Aqui também deve estar o Senador Jorge Viana, que deixou claro que houve mudança no seu entendimento, indo *in loco* a uma determinada região.

Então, são essas questões específicas de cada lugar, dessa diversidade tão grande que é o Brasil, que nós precisamos descobrir uma alternativa de deixarmos a escuta e alguma coisa para ser deliberada, para ser votada, respeitando as questões locais, as assembleias precisam ser escutadas, os governadores precisam ser escutados.

Este instante é muito importante, estamos gratos por estarmos participando desta audiência pública, mas deixando de forma veemente a nossa reivindicação para esse poder de deliberar nos Estados. É preciso confiar, também, na nossa capacidade de interveniência, na nossa capacidade de buscar a preservação, levando em conta também o desenvolvimento que precisamos ter em nossas regiões.

Então, é deixar esse...

(Falha na gravação.)

A SRª CONCEIÇÃO VIEIRA – ...dos deputados e deputadas estaduais, mesmo nos Estados pequenos sabemos também da importância do zoneamento.

Queria deixar também essa reivindicação de que nós, principalmente deputados federais e senadores, fizéssemos uma reivindicação junto ao Conama para que realmente os Estados possam ter o seu zoneamento agrícola e ecológico, o seu zoneamento econômico e ecológico, e isso está um pouco barrado pelo Conama.

Então, se poder existir essa participação mais efetiva dos nossos parlamentares federais nesse sentido, isso também é de real importância.

Muito obrigada pelo espaço, mas deixando sempre veemente essa colocação para as especificidades do nosso código, que preciso ser perene, mas respeitando as questões locais. Então, minimamente, existir determinadas nuances que precisam ser respeitadas e votadas nos Estados. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputada Conceição Vieira.

Agradeço a presença do nosso sempre eterno Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, Deputado Federal, que muito nos honra com a sua presença e a sua atuação à frente do Ministério e nessa questão do Código Florestal a sua contribuição tem sido muito forte e foi muito importante essas audiências que tivemos com V. Exª aqui, dando a sua opinião e mostrando a todos nós senadores qual o caminho ideal para a agricultura brasileira.

Passo a palavra, para os seus cumprimentos, ao Deputado Walter Prado, do Acre.

O SR. WALTER PRADO (PDT – AC) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana e Exmº Sr. Deputado Tchê, meu líder, companheiro de partido, nós, do Acre, já nos sentimos, de certa forma, contemplados pela posição da Unale. Não haverá um Código Florestal bom para o Brasil e bom para a Nação se não se criar essa possibilidade de as regiões e, de modo especial, a Amazônia, Sr. Presidente, poderem legislar. Nós temos incitado, pela fala do Senador Anibal Diniz, uma preocupação, que eu gostaria de deixar como questionamento, se V. Exª ou o Senador Jorge Viana puderem me responder. É exatamente a mesma situação, creio, de Rondônia.

Na década de 70, o Governo brasileiro quase obrigava os assentamentos a procederem ao desmate de 50 hectares da propriedade, sob pena de, não fazendo o desmate, não ter o direito àquela propriedade. Esses proprietários, agora, Senador Jorge, se não houver uma medida que legalize essa situação, no Acre, estará praticamente todo mundo criminalizado.

Tenho um levantamento da Federação da Agricultura de que é o caso, mais ou menos, de quase 80% das propriedades. É um assunto que reputo característico nosso. E, Deputado Tchê, quero me sentir muito contemplado com sua fala, porque entendo que a única maneira de se fazer um Código Florestal que atenderia, com certeza, ao interesse do Brasil e dos produtores rurais seria se as assembleias pudessem, nas exceções, criar uma legislação.

Fora disso, não há como condensar. Sou da área jurídica. Minha formação é jurídica, e não há como formatar, dentro de um projeto nacional, essas peculiaridades, por exemplo, como essa que está sendo citada na Amazônia, quando os governos da revolução promoviam, além do assentamento, a campanha para desmatar. Era obrigatório. O Incra não expedia título – eu era Deputado nessa época – de propriedade...

O SR. REINHOLDS STEPHANES (PMDB – PR) – Eu era diretor do Incra.

O SR. WALTER PRADO (PDT – AC) – Você era diretor do Incra? Olhe que coincidência, o Ministro era diretor do Incra. Não se expedia o título de propriedade se não tivesse a comprovação do desmate em 50%. Quer dizer, isso está lá. Os promotores só estão mandando brasa, para o pessoal responder isso criminalmente; fora as multas, porque, quando chega na propriedade, ele não quer saber se foi desmatado há 20 anos, ele dá a multa, porque encontra lá o quê? Às vezes encontra uma capoeira, mas às vezes encontra uma parte que realmente está desmatada além da reserva permanente, que seria os 80%. Eu acho que, no Acre, a situação mais grave é essa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Walter.

Agradeço, mais uma vez, a presença do Ministro Reinholds Stephanes.

Passo a palavra, para seus cumprimentos finais, para encerrarmos, ao Senador Relator Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu queria agradecer a contribuição de todos e dizer também que o Ministro, que nos honra com sua presença e tem vindo constantemente, tem uma preocupação permanente com o Brasil e com a solução de um tema tão importante, Ministro Reinholds Stephanes.

Eu queria também, cumprimentando a todos pelos comentários e pelas observações, apenas dizer que, de fato, estamos conseguindo ter um ambiente de diálogo e de conversa. O envolvimento da Ministra Isabella e do Ministro Mendes nesse processo é direto. Lamentavelmente, ele se ausentou, mas já está se recuperando para voltar.

Nós fizemos, além das audiências, uma série de reuniões no próprio Ministério do Meio Ambiente, com os setores importantes. A última delas foi com a OCB. Estava a Única, estava a Bracelpa, estava a CNA, dialogando item por item e as preocupações dos diferentes setores. Fizemos reuniões com o Ministério Público Federal, com o Ministério Público Estadual, com a produção familiar. Então, estamos trabalhando – e, aí, eu ouvi muitas preocupações aqui dos Parlamentares –, estamos dando um tratamento, aprofundando os cuidados com a produção familiar, com a pequena propriedade. Isso vai ser trabalhado.

Segundo, Deputado Walter, não há como não deixar explícito no texto que a intemporalidade, quer dizer, naquilo que foi suprimido quando a lei estabelecia não pode haver dúvida; tem que ser explícito. Há uma concordância geral, nós estamos trabalhando em qual é o aperfeiçoamento que a gente pode fazer, na proposta que veio da Câmara – se é que é necessário –, para que não haja esse tipo de insegurança. E, obviamente, há essa novidade de buscarmos instrumentos, porque, como colocado aqui muito bem, o pequeno proprietário é descapitalizado. Se houver um custo a mais para ele, ele já não está dando conta dos seus interesses, de melhorar a produtividade, de expandir a sua produção.

Então, esses instrumentos, que a gente está chamando de instrumentos econômicos, que possam ser trabalhados como políticas do País também. Estamos buscando, junto com o Senador Luiz Henrique, uma formatação para fazermos isso.

E, aí, há uma última coisa importante, que também foi levantada aqui: nós sabemos que uma parcela im-

portante dos problemas de quem produz hoje no Brasil é em decorrência de deficiências da nossa política para o setor. Nós temos que aperfeiçoar isso. Eu ouvi isso dos ex-Ministros. O Ministro Stephanes estava lá. Há uma necessidade. A questão do seguro, por exemplo, é grave ainda, tem que melhorá-la muito mais.

Então, há algumas questões que não são ambientais; são do setor. Naquelas que estão vinculadas à questão ambiental nós vamos ter que trabalhar com maior zelo, para que possamos pelo menos superar boa parte desses problemas.

E a última questão mesmo é que o pós-Codigo Florestal, que precisa também seguir... O Brasil não tem uma política florestal adequada, gente! O Brasil tem a maior floresta tropical do mundo em área, é o segundo país em cobertura florestal do Planeta e participa com 4% do PIB mundial. Floresta também pode virar um ativo tão importante quanto o agronegócio ou próximo do agronegócio. É importante que o Brasil faça isso. Também tem de haver um pós-Código nesse aspecto.

E a lei dos biomas. Parte do que os Parlamentares estão colocando será uma lei nacional, mas a lei dos biomas vai nos ajudar a aperfeiçoar, como foi feito nas leis da Mata Atlântica.

Então, era isso que eu queria deixar claro. Nós temos uma tarefa enorme depois da votação do Código. É possível, pelo que eu ouvi aqui hoje dos Deputados – e a gente está anotando isso também –, parece-me que há a necessidade e um apelo para que se vote ainda este ano. Parece-me que é isso que eu tenho de levar anotado daqui por aqueles que falaram.

E, com a segurança necessária que o tema requer, nós estamos trabalhando, Ministro, para que, pelo menos 30 dias antes do recesso, essa matéria saia daqui, do Senado, que é o tempo necessário para tramitar na Câmara e não ter maiores riscos. Ou seja, no final de novembro, antes do final de novembro, lá pelo dia 20 de novembro, estaremos deliberando sobre essa matéria aqui. É possível – acabei de falar com o Senador Eduardo Braga, saí para isso. Falei com o Senador Luiz Henrique e estamos organizando para que, na terça-feira, seja feita a leitura na Agricultura, Ciência e Tecnologia; no dia 8 de novembro, provavelmente, a votação e, logo em seguida, na de Meio Ambiente, da qual eu estou encarregado. Podem ficar certos de que essa ponderação, essa preocupação a gente vai levar.

Mas digo, até com todo o carinho: parte das preocupações que a gente ouviu aqui hoje já está superada, já é página virada! Nós temos que realmente agora buscar esse ponto de equilíbrio. O Brasil tem que seguir sendo também respeitado pela postura em relação ao respeito aos recursos naturais, porque é essa a preocupação.

O Ministro Alysson Paulinelli me ensinou muito na vinda dele, como os outros ministros. Ele disse que ele hoje é um manejador de água, porque ele vive em Minas, tem uma propriedade na região das águas, como disse o José Carlos Carvalho, também ex-Ministro. E ele disse: "Olha, eu sou hoje uma pessoa aficionada em proteger as águas neste lugar onde as águas do Brasil nascem, ou boa parte das águas do Brasil nasce." E nos deu aulas de como a gente pode trabalhar. Temas que parecem que estão distantes, mas a gente pode aproximar.

Então, muito obrigado pelas contribuições.

O relatório daqui, da Comissão, é imediatamente chamado pelas Relatorias e as observações feitas serão consideradas, porque os senhores representam o Parlamento nos Estados e, para nós, é muito importante esta audiência.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Passo a palavra, para as suas considerações, ao Deputado Tchê.

O SR. JOSÉ LUIS TCHÊ (PDT – AC) – Primeiro, na realidade, quero agradecer. Eu tenho esta data como histórica para a Unale: pela primeira vez, a Unale participa de uma audiência pública com o Senado Federal. Então, isso eu gostaria que constasse nos Anais da Casa, da Unale, como uma data histórica.

Muitos Senadores por aqui passaram, como Blairo Maggi, Senador Moka, Senador Jayme Campos, Senadora Ana Amélia, Senador Jorge Viana, Senador Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg. Nós tivemos mais de 15 Senadores que passaram por aqui e, agora, o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz.

Aprovar o Código Florestal é algo que precisa correr, e com urgência. Não podemos parar a produção de alimentos e aumentar a instabilidade do meio rural por conta de interesses pequenos.

Saio daqui confiante no Senado Federal, acreditando que as peculiaridades e a autonomia dos Estados e das diferentes regiões do País serão respeitadas.

Repito: não podemos mais perder tempo. O Brasil precisa crescer, gerar desenvolvimento e bem-estar para o seu povo, independentemente do Estado em que se encontra.

Agradeço pela deferência, em nome dos Parlamentos e parlamentares estaduais, pela oportunidade de acolher as nossas preocupações. Queremos ser parceiros desta Casa e defensores do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Presidente da Unale, Deputado Tchê. "Acreúcho", é assim que se chama?

O SR. JOSÉ LUIS TCHÊ (PDT – AC) – No Acre, a gente chama de "acreúcho".

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – "Acreúcho", acreano que veio do Rio Grande do Sul. Muito bem.

Eu agradeço a vinda de todos os Deputados estaduais, a presença do nosso Vice-Governador da Paraíba e a presença do nosso Deputado Federal Reinhold Stephanes.

Atentamente, ouvimos os nossos Deputados e chegamos àquela conclusão, Deputado Gabriel, de que precisa estar no código o zoneamento econômico e ecológico. Se não estiver no código, não tem motivo para ter o zoneamento.

Todos os Estados investiram muito para ter o seu zoneamento ecológico e econômico, Ministro Reinhold. Nós não podemos deixar de fora do Código Florestal, por isso é importante nós debatermos o assunto, é importante termos, do nosso lado, a presença do nosso Relator Jorge Viana, como ouviu muito bem aqui, também, o nosso Relator Luiz Henrique, para que possa fazer constar desse Código Florestal o zoneamento e que cada Estado possa fazer, junto com seu Governador e os seus Deputados estaduais, o zoneamento ecológico e econômico, de acordo com o seu Estado.

Não podemos aceitar que toda a Amazônia, ou não podemos concordar que toda a Amazônia possa ter uma lei única, taxada com 80% de reserva e 20% de utilização do solo, sem um estudo científico para isso.

Então, o zoneamento, Senador Jorge Viana, assim como fez o Acre, deve ser a solução para os Estados da Amazônia.

Mais uma vez, agradeço a presença de todos os Deputados e Presidentes das Assembleias aqui presentes, em especial ao Ribamar Araújo, que é da Assembleia Legislativa do meu Estado, de Rondônia.

Não tendo mais nenhum assunto a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 37 minutos, a reunião encerra-se às 12 horas e 14 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 47ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTA COM A 41ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e onze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Senhor Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Antonio Carlos Valadares, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Delcídio do Amaral, Lídice da Mata, Marcelo Crivella, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Reditario Cassol, Benedito de Lira, Cícero Lucena, Antonio Russo, Zeze Perrella, Waldemir Moka, Cassildo Maldaner, Ana Amélia, Jayme Campos, Eduardo Suplicy e Mozarildo Cavalcanti, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Lobão Filho, José Agripino, Clésio Andrade e Eduardo Amorim. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item único: Projeto de Lei da Câmara n.º 30, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Sérgio Carvalho e outros, que "Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências." O relator designado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária é o Senador Luiz Henrique e o relatório é favorável, na forma do Substitutivo oferecido. Lido o relatório, é concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 132, § 1º, do RISF. Os Presidentes da CCT e da CRA estabeleceram, nos termos do art. 89, com aprovação do Plenário das duas Comissões, o prazo para recebimento de emendas ao PLC 30/2011, nas respectivas Comissões, até o dia 1º de novembro de 2011. Fazem uso da palavra para discutir a matéria os Senhores Senadores Ana Amélia, Rodrigo Rollemberg, Cyro Miranda, Renan Calheiros, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, não membro das Comissões, Sérgio Souza. O Presidente registra a presença do Deputado Federal Reinhold Stephanes. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra

a reunião, às onze horas e quarenta e oito minutos, determinando que nós, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** e **Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária** lavrassem a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Agricultura e Reforma Agrária e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia e a 41ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, reunião conjunta.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores.

Os Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário Oficial do Senado.

ITEM ÚNICO
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2011

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Sérgio Carvalho e outros

Relatoria na CCT e CRA: Senador Luiz Henrique

Obs.1: A matéria já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ com parecer na forma da Emenda nº 01-CCJ (Substitutivo).

Obs.2: A matéria será apreciada em conjunto com a Comissão da Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do art. 113, RISF, conforme Requerimentos nº 59/2011-CCT e nº 69/2011-CRA aprovados em 19/10/2011 e 20/10/2011, respectivamente.

Obs.3: Perante a CCT foram apresentadas emendas de nº 01 a 83 e perante a CRA, as emendas de nº 01 a 06.

Obs.4: A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Chamo a Mesa principal para passar a palavra ao Sr. Relator Senador Luiz Henrique.

A matéria, portanto, encontra-se, a partir deste momento, para relatório do Senador Luiz Henrique, mas, antes, gostaria de passar a palavra ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para que pudesse fazer suas considerações iniciais.

Eu gostaria de destacar a maturidade e o alto nível do debate no Senado da República. Este é o primeiro momento da discussão de relatório sobre mérito da matéria, que, obviamente, enseja um debate sobre o passado, o presente e o futuro, tendo em vista que o Brasil não é apenas o País de maior participação agrícola e do agronegócio no seu produto interno bruto, mas também o País que possui a maior floresta em pé tropical do mundo.

Ao passar a palavra ao Presidente Acir Gurgacz, saúdo a presença do nosso companheiro Senador Casildo Maldaner. É uma alegria revê-lo com plena saúde e com bastante entusiasmo para acompanhar os debates do Código Florestal nesta Casa. Uma alegria revê-lo em plena forma, Senador!

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Saúdo o Senador Luiz Henrique, Relator desta matéria nas duas Comissões – Comissão de Ciência e Tecnologia e Comissão de Agricultura. Saúdo os nossos Senadores e cumprimento a todos pelo longo trabalho que tivemos, Senador Gim, ao longo deste ano.

Iniciamos as audiências públicas no dia 29 de março, mesmo antes de o projeto chegar aqui ao Senado. Procuramos ouvir toda a sociedade brasileira, todos aqueles que queriam debater e dar a sua opinião com relação à reforma do Código Florestal. Nós o fizemos e chegamos a um ponto importante. Tenho certeza de que não temos aqui um relatório de consenso, mas um relatório que é importante para o nosso País. É importante para os brasileiros, para agricultores, para ambientalistas. E era o que nós buscávamos: um relatório equilibrado, que venha realmente atender aos anseios da sociedade brasileira.

Portanto, eu entendo que é um momento importante dessa nossa jornada. É um momento importante da reforma do Código Florestal brasileiro, quando nós

vamos receber o relatório do nosso Relator Luiz Henrique, que se debruçou durante meses, se empenhou, ouviu toda a sociedade. Todas aquelas pessoas que queriam dar a sua opinião, a sua contribuição, para melhorar o Código Florestal tiveram a atenção, tiveram o carinho do nosso Senador Relator Luiz Henrique, que pôde, por meio de todas essas informações, produzir o relatório que em seguida passa a ler.

Eram essas as minhas palavras, Senador Eduardo Braga. Desejo sucesso ao nosso Relator, para que possamos avançar rapidamente com aquelas questões em que há consenso e aquelas questões em que não há consenso e que vamos ter que levar a voto.

Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Agradecendo ao nosso Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, eu passo a palavra ao Sr. Relator, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Eduardo Braga; Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, vem ao exame conjunto das Comissões de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Agricultura e Reforma Agrária o parecer aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senador Federal sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 (nº 1.876, de 1999, na origem), do Deputado Sérgio Carvalho e outros Deputados, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências, conhecido como "Código Florestal".

O parecer foi distribuído a todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras e vou me remeter diretamente à análise do projeto, na pág. 3.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, participamos de diversas audiências públicas conjuntas que reuniram estas Comissões à de Meio Ambiente, à de Justiça e à de Relações Exteriores, de encontros, conferências e seminários realizados no Senado e em vários Estados. Além disso, ouvimos diretamente as mais diversas instituições públicas e privadas, associações e corporações, tanto dos setores rural e urbano, como das áreas ligadas ao meio ambiente.

Todos esses eventos em que procuramos ouvir as partes envolvidas nessa questão crucial para o desenvolvimento do País nos propiciaram a oportunidade de perceber as mais variadas visões sobre o tema. Trabalhamos, sobretudo, em três direções: ouvindo a sociedade, o Governo e a Câmara dos Deputados, sobretudo os propositores do projeto e o ilustre Deputado Aldo Rebelo, relator naquela Casa, a quem quero, mais uma vez, prestar as minhas homenagens.

O exercício de 12 mandatos populares, conquistados em 40 anos de vitórias eleitorais sucessivas, nos fizeram aprender que um dos piores pecados políticos é a prática de atos inúteis, por isso, além de procurar ouvir todos, buscamos a convergência com o Governo e com a Câmara dos Deputados. Assim, redigimos um texto que seja sancionável pela Srª Presidente da República, Dilma Rousseff, e que mereça aprovação pelo conjunto dos 410 Deputados federais que aprovaram o texto original.

Como representantes dos Estados e interlocutores do povo brasileiro, os colegas Senadores vêm tendo um papel preponderante, seja pela apresentação de 83 emendas na Comissão de Ciência e Tecnologia – e seis dela na Comissão de Agricultura –, seja pelas ideias, sugestões e críticas que propiciaram aos debates durantes as audiências públicas.

O parecer que estamos apresentando é fruto dessa longa e paciente oitiva. Busca a convergência nacional para conciliar preservação com produção, o que temos procurado atingir dentro da convicção de que a agropecuária e a ecologia interdependem, ligadas entre si como irmãs siamesas.

As medidas que ora propomos buscam assegurar a qualidade do solo e da água, sem a qual não há condições para o desempenho da atividade agropecuária. Essa qualidade depende da preservação das florestas e da sua recomposição em áreas que foram degradadas. Visam, por outro lado, garantir a missão que é atribuída ao nosso País de prosseguir como um dos principais supridores mundiais de alimentos.

A análise desses textos, acolhendo-os ou rejeitando-os, integra o presente relatório, com menção, inclusive, de proposições de mérito que não puderam ser examinadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, especificamente as Emendas nºs 18, 20, 53, 58, 64, 65 a 68, cujo conteúdo é muito similar a emendas apresentadas nas Comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura.

Nesse trabalho, aproveitando o mais que podemos da atividade legislativa dos Srs. Senadores integrantes das comissões ora reunidas, optamos pela elaboração de Emenda Substitutiva Global, absorvendo boa parte do trabalho dos ilustres colegas e fazendo ajustes de juridicidade e técnica legislativa necessários à obtenção de um texto alinhado com os princípios constitucionais, um texto claro e objetivo, um texto o mais que possível autoaplicável.

Da Emenda Substitutiva Global, do Texto Permanente e das Disposições Transitórias.

A intensidade do trabalho imprimido pelos Srs. Senadores integrantes das Comissões que aqui se reúnem em reunião conjunta, com a variação de temas abordados pelas emendas e mesmo a multiplicidade de proposições sobre o mesmo assunto, exigiu, como já falei, a elaboração de Emenda Substitutiva Global para melhor sistematização do seu objeto.

Essa Emenda Substitutiva Global começa por promover uma importante e necessária cirurgia de técnica legislativa, dividindo o texto da Câmara dos Deputados em duas partes: a permanente e a transitória. A primeira regulará o direito ambiental para o futuro, a segunda tratará de corrigir os erros do passado.

Essa alteração, de grande impacto na boa ordenação do projeto, foi sugerida pelo ilustre Senador Jorge Viana, relator na Comissão de Meio Ambiente, em audiência pública conjunta, com um grupo de juristas, recebendo recomendação abalizada dos Ministros Nelson Jobim e Herman Benjamin.

Aliás, devo ressaltar a valiosa parceria do Senador Jorge Viana, que vem trabalhando comigo diuturnamente na construção deste relatório que elaboramos a quatro mãos. O Senador Jorge Viana fez uma parte indispensável de interlocução com o Governo e com os mais diversos setores da sociedade, dentre os quais o ambientalista.

Do mesmo modo, vários colegas, especialmente os Senadores Waldemir Moka, Kátia Abreu, Ana Amélia, Blairo Maggi e Jayme Campos, prestaram-me inestimável apoio no diálogo com os Deputados integrantes da Frente Parlamentar da Agricultura e com as entidades que representam o setor rural.

Devo também ressaltar o papel dos Presidentes das comissões que se envolveram nesse debate, provocando a audiência do povo brasileiro, representado pelos colegas Senadores e por integrantes dos mais diversos setores da sociedade.

Manifesto a minha gratidão aos Presidentes Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Eunício de Oliveira e Fernando Collor, e a todos os líderes dos partidos representados nesta Casa, o que faço na pessoa do meu líder, Senador Renan Calheiros.

Comando e Controle e Incentivos Econômicos.

O tempo comprovou que os sistemas de comando e controle, isoladamente, não têm sido capazes de deter o desmatamento ilegal, a eles é preciso aditar novos mecanismos de incentivo econômico à preservação do meio ambiente.

Assim, depois de verificar que esse pensamento perpassa pela maioria no Congresso, no Governo e na sociedade, decidimos estabelecer as bases para um necessário sistema de incentivos, preferências, privilégios e remuneração que reconheçam a relevância dos serviços ambientais prestados, sobretudo, pelo pequeno produtor rural. Foi introduzido no texto, como tópico novo, também aqui já se direcionando de forma normativa para a elaboração de lei específica sobre esse tema essencial à completa equalização dos problemas hoje enfrentados.

Como já afirmamos, há um reconhecimento quase unânime do povo brasileiro sobre a necessidade de se estimular, por ganhos econômicos, a preservação florestal.

As audiências públicas que realizamos corroboraram a necessidade de se continuar a ter o produtor rural como o maior parceiro e guardião do meio ambiente. Isso reforçará, de agora em diante, o conteúdo institucional do *caput* do art. 225, da Constituição Federal, dando-lhe, além do conteúdo obrigacional sobre a responsabilidade solidária e coletiva da gestão ambiental, uma nova motivação para fazê-la, mediante o reconhecimento financeiro dos serviços ambientais.

Srªs e Srs. Senadores, no dia em que a árvore em pé valer mais do que a madeira serrada, a floresta estará integralmente salva. Nesse dia, o agricultor, mais capitalizado, produzirá mais e melhor, avançando na produtividade agrícola, sem precisar avançar sobre as florestas.

Como muitas das matérias que tratam de incentivos envolvendo o desembolso de recursos do Tesouro são de competência privativa do Poder Executivo, não poderíamos defini-la já nesse projeto. Além disso, há matérias de grande complexidade legislativa, algumas delas exigindo respeito a compromissos brasileiros e tratados internacionais, inclusive aqueles que regem a Organização Mundial de Comércio.

Como estamos propondo um programa de incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente, tarefa cuja iniciativa cabe ao Governo, optamos por deferir à Presidente Dilma o envio de projeto de lei, no prazo de 180 dias, contados da publicação da lei que resultar desse projeto, regulando toda a matéria.

Queremos assinalar o grau de importância das emendas sobre o tema, isso imprimirá qualidade e velocidade no trato dessa matéria. Entretanto, nas bases estabelecidas no presente sobre serviços ambientais, preocupamo-nos, sobremaneira, na compatibilização com o projeto governamental que já tramita na Câmara dos Deputados, cuja matéria aborda os mesmos temas que estamos prevendo no Capítulo 10 da Emenda Substitutiva Global que ora apresentamos.

Como já afirmamos, essa matéria vem obtendo amplo consenso, o que se revela, inclusive, pela pletora de emendas propondo privilégios a quem presta serviços ambientais. Por essa razão, estamos respondendo positivamente às sugestões formuladas nas Emendas

nºs 10, 11, 12, 14, 15, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 36, 39, 41 a 49 e 50, dos ilustres Senadores Eduardo Braga, que preside esta reunião, Rodrigo Rollemberg e Ricardo Ferraço, na Comissão de Ciência e Tecnologia; além da Emenda nº 5, de autoria do Senador Sérgio Souza, na Comissão de Agricultura.

Comparando a Emenda Substitutiva Global, das comissões ora reunidas, com o texto aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizaram-se importantes aprimoramentos, sem deixar de atender ao conjunto das proposições originais estabelecidas pelos Srs. Deputados federais.

No art. 2º, houve inserção de um § 1º, de remissão à Lei dos Crimes Ambientais, ampliando a clareza do dispositivo, para deixar explícita a norma de crimes e infrações administrativas do meio ambiente, com a supressão do § 2º, que ficou redundante, em face da melhor objetividade dada ao § 1º.

No § 3º, inciso XI, inserimos o prazo de 10 anos no conceito de pousio, homogeneizando com o conceito da Lei da Mata Atlântica.

Assim, atendemos parcialmente as preocupações da Emenda 52, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Inserimos no inciso XIII do mesmo art. 3º o conceito de manguezal, e aqui eu quero dar uma explicação aos Srs. Senadores: à luz da sugestão do Senador Jorge Viana, dividir parte permanente da parte transitória nos permitiu garantir a proteção dos manguezais para o futuro, na parte permanente, e fazer uma exceção para áreas consolidadas em apicuns e salgados, na parte transitória.

Inserimos no inciso XIII do mesmo art. 3º o conceito de manguezal, entendendo que se trata de um ecossistema complexo, que abrange os apicuns e salgados, não podendo deles ser dissociado. Dentre os diversos bens ambientais a serem protegidos, os manguezais são dos mais preciosos, porque se constituem num inestimável criadouro da fauna e da flora marinha.

Assim, as normas permanentes garantem a preservação presente e futura dos manguezais, e nas transitórias, a continuidade das ocupações antrópicas existentes nos apicuns e salgados existentes em 22 de julho de 2008.

No art. 4º, os manguezais em toda a sua extensão, ou seja, abrangendo apicuns e salgados, foram previstos como mais uma hipótese da área de preservação permanente no inciso VII, renumerando-se os demais incisos.

Além disso, no §5º do art. 4º, limitamos a agricultura de vazante, e tão somente a agricultura de vazante. Limitamos essa agricultura de vazante exclusivamente aos pequenos agricultores familiares, com o que acatamos a Emenda nº 2, apresentada pelo Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Quanto ao art. 5º, imprimimos nova redação ao §4º, relativo aos reservatórios artificiais que têm geração de energia e abastecimento público como sua atividade principal. Dessa forma, deixamos mais objetiva a limitação, atendendo a fundamento técnico vinculado aos projetos construtivos.

Como já afirmamos, a melhor técnica legislativa reclamou a divisão em duas partes, permanente e transitória, dos textos do art. 8º, que resultou da Emenda 164 da Câmara dos Deputados.

Nesse artigo, permaneceram apenas aquelas situações que têm *mens legis* para o futuro, ou seja, aquelas que limitam novas intervenções e supressões em áreas de APPs, nos casos de utilidade pública e interesse social e baixo impacto ambiental.

Incorporamos a esse artigo um parágrafo 3º, para deixar bem claro que a regularização de áreas consolidadas é um processo único, que não será repetido no futuro. Incorporamos ao art. 8º o parágrafo 3º, com o objetivo de deixar bem claro que esta é a primeira e única oportunidade para regularizar desmatamentos, ou seja, que no futuro não haverá outra chance para esse tipo de regularização.

Atendemos, assim, algumas preocupações manifestadas pelos ilustres Senadores Rodrigo Rollemberg e Antonio Carlos Valadares nas Emendas nºs 04 e 58 desta Comissão de Ciência e Tecnologia.

Quanto às exceções referentes às áreas rurais consolidadas em Área de Preservação Permanente, foram deslocadas para o Capítulo XII das Disposições Transitórias e o seu art. 53. O art. 13 foi renumerado como 12, e o 12 como 11. Deslocamos o § 7º para o Capítulo XII, no art. 59, para melhorar a sua redação, contemplando parcialmente as preocupações da Emenda nº 5 da Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria do Senador Rollemberg. Melhoramos o art. 14, deixando mais claro que a redução de 50%, para fins de regularização da reserva legal em imóveis com área rural consolidada na Amazônia Legal só poderá ocorrer por recomposição, regeneração ou compensação, sempre limitado ao que já está em uso na região, sem que tal ajuste possa significar a abertura de novas áreas. Nesse sentido, inclusive, levamos em consideração a proposição contida na Emenda nº 60 da Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria do Senador Valadares.

Quanto ao art. 16, acatamos a Emenda supressiva nº 6, proposta pelo Senador Rollemberg, considerando que o comando do texto é direcionado à Área de Preservação Permanente, não havendo de se tratar outro

assunto no mesmo dispositivo. No art. 19, renumerado como 18, inserimos o § 5º, para que o proprietário ou possuidor de imóvel rural – essa é uma modificação também importante – que realizar o registro de sua reserva legal fique desobrigado de averbá-la no cartório de registro de imóveis. Isso é importante para livrar de um ônus o pequeno agricultor. Reduz-se, assim, o ônus ao proprietário ou possuidor rural, sem perda dos mecanismos estatais de comando e controle. Nessa inclusão, contemplamos as preocupações das emendas da Comissão de Ciência e Tecnologia, de nº 7, do Senador Rollemberg, e nº 62, do Senador Valadares.

No art. 33, renumerado como 51, levamos em consideração as Emendas nºs 64 e 66, do Senador Valadares, na Comissão de Ciência e Tecnologia. Mesmo não sendo objeto de análise nessas comissões, as preocupações inseridas nas Emendas nº 67, do Senador Ricardo Ferraço, e nº 68, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, propostas na Comissão de Constituição e Justiça, foram atendidas na atual redação do §5º do substitutivo.

No art. 35, renumerado como 56, promoveu-se modificação na redação do inciso I, de modo a consignar a expressão "recomposta em 15 metros", a fim de conferir maior precisão ao dispositivo.

No que diz respeito ao art. 51, renumerado como 43, quando do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, esta Relatoria demonstrou a necessidade de respeito ao princípio de reserva de lei informal no trato das questões ambientais.

No entanto, por um lapso, deixamos de suprimir como fizemos em 32 outros artigos a expressão "na forma do regulamento", presente naquele artigo. Ao suprimir a supra referida expressão, deixamos o texto o mais que possível auto-aplicável.

Operamos uma modificação importante no art. 58, renumerado como 50, substituindo a norma facultativa "poderá embargar" da primeira parte do *caput* por "deverá embargar". Com isso, acatamos a Emenda nº 68, proposta pela Comissão de Ciência e Tecnologia, pelo Senador Antonio Carlos Valadares, cabendo ressaltar que essa preocupação já havia sido veiculada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pela Emenda nº 20, do próprio Senador Valadares, e do Senador Lindbergh Farias.

Conforme já mencionamos, criamos o Capítulo XII, dispondo nos arts. 51 a 61 sobre todas as matérias de conteúdo transitório. Os dispositivos que tratavam da regularização do passado até a data de 22 de julho 2008, esparsos no texto original, foram aglutinados e reordenados nesse capítulo, cabendo frisar que na seção I estão os dispositivos relativos ao programa de regularização ambiental, abrangendo a sua elaboração, as regras para a sua adesão e as consequências pelo atendimento das suas recomendações.

Na seção II, estão os dispositivos sobre as áreas consolidadas APPs, aqui sendo atendidas preocupações de vários Senadores com a supressão dos §§ 3º e 4º do art. 8º do substitutivo apresentado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e inserção de nova redação aos §§ 1º e 4º.

Na seção III, relativa às disposições de reserva legal, o texto foi aprimorado com a preocupação de também buscar clareza e segurança jurídica ao aplicador do mesmo e ao produtor rural. As alterações foram sempre neste sentido: o esclarecimento do novo art. 59, § 9º; a melhoria de redação do art. 6º, antigo § 7º do art. 13; e do 61, art. 39. Nesse ponto, a Emenda nº 9, da Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, permitiu-nos melhorar a redação do inciso IV § 5º do art. 59.

Assunto da maior relevância é o inventário nacional para que a União, em conjunto com os Estados e o Distrito Federal e os Municípios, possa manter registros precisos de cada árvore existente no País, seja em terras públicas ou em imóveis privados. E esse inventário, da forma como estamos propondo no art. 64, feito em colaboração com os três níveis governamentais da República, seria aquilo que estou chamando de uma espécie de RENAVAM da madeira.

As Emendas de nºs 1 e 55, da Comissão de Ciência e Tecnologia, dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Antonio Carlos Valadares, tratam sobre inserção de tipo de vegetação como área de preservação permanente, no caso dos manguezais e veredas.

Quanto aos manguezais, já atendemos com a definição do inciso XIII do art. 3º. Além disso, estamos acrescentando novo inciso, o VII, no art. 4º. De outra parte, as veredas já estão adequadamente contempladas, assim como as restingas, no art. 6º do projeto.

Pela quantidade e qualidade das intervenções do texto, nova sistematização se tornou obrigatória, daí surgida a emenda substitutiva global que apresentamos e colocamos para apreciação.

A procura do equilíbrio, a procura da convergência, a procura da elaboração de um texto claro, objetivo, auto-aplicável não nos permitiram agasalhar diversas emendas, as Emendas nºs 51, 29, 34, 35, 37, 38, 53, 54, 56, 57, 80 e 81 da Comissão de Ciência e Tecnologia, e as demais emendas ali estabelecidas.

O texto atual desfruta de enorme convergência, até porque amplia tais medidas antes que seja posto em vigor um programa de incentivo à preservação e à recomposição florestal, que é o objetivo básico que muda a filosofia, o paradigma da proposta que ora estamos apresentando.

Aqui fazemos várias justificativas pelo fato de não podermos agasalhar as emendas que estão sendo rejeitadas, que estão sendo objeto de anexo ao relatório.

Por fim, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o parecer é pela apresentação do substitutivo global, pedindo aos nobres Pares a sua aprovação.

Quero-lhes dizer que tanto eu quanto o Senador Jorge Viana estaremos à inteira disposição para elucidar dúvidas. Evidentemente, que é um trabalho complexo. Dedicamos muito tempo a ouvir todos os setores, a fim de buscarmos o equilíbrio entre toda essa conjugação de interesses. Continuamos à disposição dos Srs. Senadores para discutirmos suas demandas. Sei que o objetivo de todos é o mesmo do nosso, é o mesmo dos Srs. Presidentes, é o mesmo dos demais Senadores que não integram essas comissões, o objetivo de fazermos uma lei que seja duradoura e que sirva, sobretudo, para assegurar o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – A matéria está em discussão. Indago aos Srs. Senadores quem gostaria de fazer uso da palavra para discutir o relatório apresentado por S. Exª o Relator Luiz Henrique. Cumprimentando o Senador Luiz Henrique pelo brilhante trabalho executado e a forma bastante sucinta e bastante objetiva com que V. Exª apresenta o relatório neste momento.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia para discutir a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quero, Sr. Presidente Eduardo Braga, apenas ratificar a sua manifestação a respeito dos cumprimentos ao Senador Luiz Henrique, que, nesse relatório, democraticamente, procurou acolher propostas nos diversos capítulos sobre o Código Florestal, o que nós dá um alcance político e técnico de acolher exatamente as sugestões que aperfeiçoam o texto que veio da Câmara, de maneira que os Senadores pudessem trabalhar intensamente nas diversas áreas, como do meio ambiente, de ciência e tecnologia e da própria Comissão de Constituição e Justiça, bem como desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no sentido, exatamente, de oferecer ao País, através desse aperfeiçoamento, nesta Comissão conjunta – das duas Comissões e do Senado Federal –, aquilo que o Brasil mais precisa em matéria de sustentabilidade e de garantia de produção de alimentos, não só para o abastecimento interno, mas também para os nossos superávits comerciais, que são tão importantes para a estabilidade, no momento em que o mundo está aí numa crise econômica profunda.

Penso que o Senador Luiz Henrique conseguiu habilidade, juntando a sua experiência com a experiência Parlamentar de tantos mandatos – Governador de Santa Catarina –, para acolher esse conjunto de propostas dando a ideia, exatamente, da democracia que aplicou nesse acolhimento, não apenas sob o ponto de vista político, mas, sobretudo, sob o ponto de vista técnico, o que melhora substancialmente o que veio da Câmara.

Cumprimento o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Gostaria de propor que V. Exª chamasse à Mesa o meu colega Relator, Senador Jorge Viana, que é corresponsável pelo resultado a que chegamos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Convido, portanto, o Senador Jorge Viana, Relator na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, para fazer parte da Mesa dos debates.

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg para discutir o relatório.

O SR. RODRIGO ROLLEMBEG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura, prezados relatores – Senador Luiz Henrique, Relator na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e Senador Jorge Viana, Relator da Comissão de Meio Ambiente:

Em primeiro lugar, quero agradecer a V. Exªs por esse trabalho conjunto que estamos realizando até aqui. Quero já, de público, solicitar que, depois da aprovação do relatório do Senador Luiz Henrique nas duas Comissões – e o relatório irá para a Comissão de Meio Ambiente –, que V. Exªs continuem participando ativamente desse debate até o final.

Quero cumprimentar o Senador Luiz Henrique pela sua postura. S. Exª registrou, desde o início, que iria procurar ser um juiz nesse processo, que não iria comprimir, mas exprimir a vontade da média do Senado Federal. V. Exª já produziu avanços consideráveis, significativos no texto.

Quero registrar o ambiente de equilíbrio, o ambiente de bom-senso em que esse tema está envolvido, tema esse que é o mais importante que está sendo debatido no Senado Federal, no Congresso Nacional este ano. O tema não poderia estar em melhores mãos. São dois Senadores com uma grande trajetória de serviços prestados a este País. Falo do Senador Luiz Henrique, com quem estive longamente em seu gabinete. Disse-lhe que nunca perdeu uma eleição porque sempre teve o reconhecimento da população do Estado de Santa Catarina. Falo também do Senador Jorge Viana, ex-Governador do Acre, com imensa experiência. São dois homens testados no diálogo.

Quero cumprimentar V. Exª, Senador Luiz Henrique, pelos avanços produzidos no texto, que são extremamente significativos, e também o Senador Jorge Viana, porque tenho conhecimento, tenho acompanhado que isso vem sendo construído a quatro mãos.

Apenas gostaria de levantar dois pontos que me parecem importantes de serem submetidos à reflexão dos dois Relatores, ao longo dos próximos dias, quando teremos a oportunidade de votar o projeto no âmbito destas duas Comissões.

O primeiro deles refere-se ao art. 53, que, de forma correta, o Senador Luiz Henrique retirou do texto permanente e colocou como disposições transitórias, que é o início do art. 8º, originado pela Emenda nº 164, aprovada na Câmara dos Deputados, que diz que, nas Áreas de Preservação Permanente, fica autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008.

Qual é a minha sugestão nesse artigo? Que, ao final, tivesse uma vírgula e se colocasse: observado o disposto no art. 56 e nos outros artigos que falam das Áreas de Preservação Permanente, encostas e tal. Por quê? Porque tenho acompanhado, desde o início, a preocupação correta do Senador Luiz Henrique com a segurança jurídica desse texto e, se temos um dispositivo que consolida a continuidade das atividades agrossilvopastoris e turismo rural e, em outro artigo, estamos dizendo que, no caso de áreas rurais consolidadas localizadas em Áreas de Preservação Permanente nas margens de cursos d'água de até 10 metros, será admitida a manutenção das atividades agrossilvopastoris desenvolvidas, desde que as faixas marginais sejam recompostas em 15 metros, contados da calha do leito regular, parece-me que há uma contradição que, pela segurança jurídica, precisa ser corrigida. Essa é uma sugestão.

A outra: quero alertar para uma coisa que percebi – e olha que já li este texto do relatório do Código Florestal de trás para frente e de frente para trás várias vezes –, para uma questão que me parece que está descoberta, porque, no art. 56, diz:

No caso de áreas rurais consolidadas localizadas em Áreas de Preservação Permanente nas margens de cursos d'água de até 10 (dez) metros de largura, será admitida a manutenção das atividades agrossilvopastoris desenvolvidas, desde que: I – as faixas marginais sejam recompostas em, no mínimo, 15 (quinze) metros, contados da calha do leito regular, observado o disposto no art. 53; e II – sejam observados critérios técnicos de conservação do solo e água.

Vou trazer um exemplo, Senador Eduardo Braga, Senador Acir Gurgacz: imagine se você tiver uma área rural consolidada numa Área de Preservação Permanente num rio de 50 metros, de 100 metros, de 200 metros, de 500 metros, como é o rio São Francisco. Ela não está atendida por esse parágrafo. A obrigatoriedade pelo texto de recomposição de Áreas de Preservação Permanente de 15 metros é apenas para rios de até 10 metros de largura. Agora, percebam: se, no texto do Código Florestal, as Áreas de Preservação Permanente aumentam de acordo com a largura do rio, não tem sentido, não tem lógica prever a recuperação apenas dos rios de até 10 metros de largura. Essa é uma questão que coloco para reflexão do Relator, que tem demonstrado imensa sensibilidade com as questões apresentadas. Até agradeço aqui o acolhimento de várias emendas de minha autoria.

A outra questão que eu queria levantar refere-se ao art. 60, que diz: Nos imóveis com área de até 4 (quatro) módulos fiscais que possuam remanescentes de vegetação nativa em percentuais inferiores ao previsto no art. 12, a Reserva Legal será constituída com a área ocupada com a vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008, vedadas novas conversões para uso alternativo do solo. Aqui, além de deixar registrado que se refere à vegetação existente em 22 de julho de 2008, é importante, Senador Eduardo Braga, Senador Acir Gurgacz, constar também que é para os imóveis rurais existentes que tinham quatro módulos fiscais naquela data de 2008. Isso tem que ficar claro no texto.

Eu conversava aqui com o Senador Waldemir Moka. Todos concordam com isso, apenas não está claro no texto. Com o objetivo da segurança jurídica, é importante deixar isso claro, para evitar futuros parcelamentos do solo, de áreas rurais, o que poderia ensejar esse entendimento e levaria essa questão à Justiça.

Então, mais uma vez, cumprimento o Senador Luiz Henrique pelo trabalho, pelo espírito público; o Senador Jorge Viana, que tem contribuído permanentemente com esse trabalho; o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga; o Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz; e os Srs. Senadores. Quero agradecer-lhes, deixando aqui, a título de sugestão, essas duas ponderações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu é que agradeço a V. Exª a contribuição.

Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda, para discutir o relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, ao final do debate, para não atrapalhar, eu queria solicitar vista do projeto. Acho que há um acordo em torno do pedido de vista, mas eu o farei somente ao final do debate.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com certeza, Senador Rodrigo Rollemberg. Sugiro, inclusive, que esse pedido de vista seja feito de forma conjunta, para que se possa estabelecer o prazo regimental.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, depois, quero dar só uma palavrinha.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Srs. Presidentes Acir Gurgacz e Eduardo Braga.

Exmºs Srs. Relatores Luiz Henrique e Jorge Viana, primeiro, quero parabenizá-los. Segui, de perto, seu esforço para chegarmos a esta reta final. Acredito que chegamos não ao ideal, mas ao possível.

Estou apresentando uma emenda, Senador Luiz Henrique, que me foi levantada, na semana passada, no meu Estado, em relação à reserva legal para áreas urbanas. Eram áreas que não eram integradas ainda como áreas urbanas. E a legislação dos Municípios preceitua de forma diferente. Então, digo que a manutenção da reserva legal seja exigida exclusivamente para imóveis rurais, consoante o art. 13. A presente emenda visa apenas a afastar definitivamente a obrigatoriedade da reserva legal em áreas urbanas. Não lembro que isso tenha sido suscitado aqui. Então, apresento uma emenda nesse sentido.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Mais uma vez, quero parabenizá-lo, como também o Senador Jorge Viana, pelo espírito de compreensão, sabendo ceder.

Obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Senador Cyro Miranda, não me referi a essa emenda. Acho que cometi um lapso, porque não percebi essa emenda. V. Exª já a tinha apresentado?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu a estou apresentando hoje.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª a está apresentando hoje.

Uma das questões, Srªs e Srs. Senadores – é muito importante o que vou dizer –, que não conseguimos ainda equacionar é a incidência desse Código sobre áreas urbanas. Vamos trabalhar nisso, em interlocução com o Governo e com as várias corporações ligadas a esse processo, para vermos se conseguimos ainda definir, seja no meu parecer, seja no parecer do Senador Jorge Viana, uma solução satisfatória para as cidades, já que essa é uma grande reivindicação que sentimos por parte de todos os setores da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Líder Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente Eduardo Braga, quero aproveitar estes poucos minutos desta rápida intervenção para verdadeiramente cumprimentar o Senador Luiz Henrique pelo parecer de mérito que acaba de apresentar nesta reunião conjunta destas Comissões.

É fundamental perseguir o caminho sugerido pelo Senador Luiz Henrique. É preciso um Código permanente, definitivo, duradouro, que tenha eficácia e que, fundamentalmente, ajude no desenvolvimento sustentável de nosso País. O PMDB o apóia incondicionalmente. É claro que teremos de discutir os vários aspectos de seu parecer e vamos fazê-lo na presença de V. Exª, de modo a dirimir dúvidas, mas igualmente pensando em encaminhar a melhor solução. Temos, ainda, questões intrincadas, como adaptar o Código Florestal às regiões urbanas, mas tenho absoluta convicção de que essa convergência que V. Exª tem construído com o Senador Jorge Viana criará condições para que possamos definitivamente encontrar caminhos para que todas essas questões complexas sejam resolvidas. Conte com nosso apoio. A partir da próxima reunião, Presidente Eduardo Braga, podemos fazer uma discussão mais pormenorizada, ponto a ponto. A disposição de nossa bancada é colaborar no que for possível para que tenhamos nas comissões e no plenário do Senado Federal uma rápida conclusão do aperfeiçoamento desse Código, querendo aquilo que o Senador Luiz Henrique ressaltou que é que tenhamos definitivamente, permanentemente um código que ajude verdadeiramente no desenvolvimento sustentável de nosso País. Parabéns!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Senador Renan Calheiros, quero-lhe dizer que a forma como conduzimos esse parecer é absolutamente coerente com a história de nosso Partido. O primeiro documento político-partidário a abordar de forma contundente o meio ambiente foi o documento Esperança e Mudança, publicado em outubro de 1982, que já traçava as diretrizes que estamos acolhendo neste parecer. Por outro lado, o nosso programa de governo, o atual programa de governo do Partido, se for bem examinado, é um documento muito sereno, muito equilibrado, mas muito incisivo em defesa desses temas que acabamos

de abordar aqui, Sr. Líder. De modo que V. Exª tem absoluta tranquilidade de que o parecer é coerente com o princípio programático-ideológico de nosso Partido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passo a palavra ao Senador Moka, para discutir o relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga; Sr. Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz; Senador Jorge Viana, Relator do Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente; Senador Relator, meu amigo ilustre, ex-Governador de Santa Catarina, Senador Luiz Henrique; Senadoras e Senadores, talvez esteja eu com a maior dificuldade aqui no sentido de colocar posições. Tenho uma posição pessoal de quem ajudou a construir esse texto na Câmara dos Deputados, ajudando o ilustre brasileiro a quem não me canso de elogiar, o Deputado Federal Aldo Rebelo. As dificuldades que enfrentamos na Câmara seguramente não temos enfrentando aqui no Senado, mercê da habilidade dos Senadores Relatores Luiz Henrique e Jorge Viana, mas principalmente da condução habilidosa também dos Senadores Presidentes da Comissão de Meio Ambiente, o grande representante do Distrito Federal, Senador Rodrigo Rollemberg; Acir Gurgacz, de Rondônia, Eduardo Braga, do grande Estado do Amazonas e o Senador Eunício. Foi – aliás, bem lembrado, Senador Jorge Viana – a primeira Comissão a transpor a dificuldade.

A verdade é que ontem eu me reunia com praticamente 20 deputados federais. É claro que cumprindo uma missão, até porque eles me delegaram esse papel de colocá-los a par e o Senador Luiz Henrique pediu que os deputados federais tomassem conhecimento do teor do relatório que seria lido. Aliás, gesto esse que significou muito para os deputados federais. Evidente que, assim como em outros, nós teremos algumas dificuldades ainda a serem transpostas. Mas, pessoalmente, eu disse aos deputados federais que aqui no Senado havia um esforço muito grande de uma convergência e que, desde o início, procurou-se elaborar um relatório em que se ouvissem o Governo, pois – como disseram os dois Relatores – não adianta um texto que poderá ser vetado, como não adianta um texto que poderá ser rejeitado na Câmara dos Deputados. É exatamente esse equilíbrio que acho que esse relatório pretende. Na minha avaliação, mais de 90% disso é convergente.

Eu penso que, uma vez aprovado esse texto na Ciência e Tecnologia e na Agricultura – o próximo passo, que seria na Comissão de Meio Ambiente – 90% desse trabalho está sendo feito até porque o Senador Jorge Viana tem, ao lado do Senador Luiz Henrique, participado praticamente de todas essas tratativas.

Nesse sentido, ainda tenho que continuar conversando com os meus colegas deputados federais. Posso avalizar que ontem, na primeira rodada que fizemos, pude perceber que temos, seguramente, muito mais convergência do que divergência.

Pretendo ainda continuar fazendo essa interlocução, até porque fui designado mesmo por eles.

Quero pessoalmente dizer da minha alegria, Senador Luiz Henrique, de ver que V. Exª conseguiu construir um texto – com o Senador Jorge Viana e com o apoio dos Senadores – que realmente representa, não tenho dúvida, um ganho principalmente para a sociedade do nosso País, um ganho que vai preservar o nosso maior patrimônio, mas também não vai engessar os setores produtivos do nosso País.

Atrevo-me a dizer, acho que passou despercebido. Nós estamos dando condição para aquele que, por exemplo, não preservou a Área de Preservação Permanente, aquele que desmatou mata ciliar. Esse texto – não vi, ontem, chamaram-me a atenção, precisamos corrigir – ele não atende, Senador Acir Gurgacz, aquele produtor que poderia ter, tem reserva para isso, mas ele não tem uma licença ambiental, não consultou ou faltou alguma coisa. Quer dizer, aquele que cometeu até uma infração mais simples, nesse texto não é permitida a sua recuperação. Veja que às vezes a gente... E olha que eu já li esse texto inúmeras vezes. Mas ontem, ao me chamarem a atenção, eu me comprometi a falar isso hoje aqui e, com V. Exªs, procurar um texto dentro daquilo.

Ora, se você está dando oportunidade para quem não preservou uma área de preservação permanente, por exemplo, ou desmatou uma área ciliar, por que não prever também aquele produtor que poderia ter desmatado, só que desmatou sem a licença legal. Eu acho que isso, realmente, das penas, seria a menor e nós teríamos que ter previsto isso também, para que ele possa se reabilitar perante a sociedade, perante ele mesmo e recuperar aquilo que muitas vezes ele deixou de atender dentro da Legislação.

Encerro por aqui. Acho que o Rodrigo Rollemberg tem razão quando diz que aquela questão dos 10 metros precisa ser mis bem disciplinada, porque nós podemos cometer realmente no texto e deixar de fora milhares e milhares de pequenos produtores que são os ribeirinhos, Senador Luiz Henrique, que estão em rios muito maiores e que não estão contemplados. Assim, temos que tomar o cuidado para que a legislação dos 15 metros não interfira em áreas consolidadas. São coisas diferentes. Por exemplo, muitas pessoas têm casas a quatro metros do rio. Isso está dentro de

área consolidada. Então, se tiver que recuperar até 15 metros, vão perder as suas casas.

Mas penso que o texto não quer dizer isso. Área consolidada está fora disso. Ainda temos condições de melhorar junto com V. Exª e dirimir possíveis dúvidas.

Quero finalizar dizendo que fico satisfeito porque estamos conseguindo construir um texto sem nenhum tipo de radicalismo e o melhor possível, com uma cordialidade entre todos nós, que é o que a sociedade deseja.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Quero agradecer ao Senador Moka pelas palavras que nos dirigiu e quero sugerir a V. Exª que apresente emendas no sentido das preocupações dos nossos colegas da Frente Parlamentar da Agricultura, para que o Senador Jorge Viana e eu ainda possamos fazer a análise até o dia da votação que foi determinado pelos Srs. Presidentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação do Senador Moka e fazendo um registro muito especial, Senador, da importante contribuição que V. Exª tem dado para a construção deste debate em alto nível, um debate, como V. Exª destacou, livre de tensões, que possibilitou que pudéssemos trazer racionalidade, avanços e que com a ajuda extraordinária dos Srs. Relatores e das Srªs e dos Srs. Senadores da Comissão de Ciência e Tecnologia, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da Comissão de Meio Ambiente, Controle e Fiscalização, bem como da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, como foi bem lembrado pelo Senador Jorge Viana, fez com chegássemos a este momento em que podemos ainda, como foi dito pelo Senador Rollemberg, avançar na estratégia colocada pelo nosso Relator Luiz Henrique e pelo Relator Jorge Viana.

S. Exª, inclusive, telefonou especificamente sobre este tema, solicitando lêssemos o relatório no dia de hoje e tivéssemos pelo menos duas semanas de debates para avançarmos nas duas comissões e colocarmos em votação a matéria no próximo dia 8, às 8h30. Conversando com o Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e acatando a sugestão dos Srs. Relatores, concordamos que a votação seria no dia de 8 de novembro, às 8h30, nas Comissões de Ciência e Tecnologia e Agricultura e Reforma Agrária.

Obedecendo a ordem de inscrição, com a palavra o Senador Ricardo Ferraço. Logo a seguir, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, antes de comentar o trabalho do eminente Senador Luiz Henrique, gostaria, na prática, de cumprimentar V. Exª.

Ontem, o Estado do Amazonas e a cidade de Manaus entregaram àquele Estado e ao povo brasileiro duas obras da maior relevância: a Ponte sobre o rio Negro, uma obra iniciada quando V. Exª ainda era Governador do Estado do Amazonas.

Todos nós acompanhamos com extraordinário entusiasmo a manifestação popular com a presença da Presidenta Dilma, do ex-Presidente Lula, mais de 100 mil pessoas ocupando as ruas de Manaus. Todos nós ficamos orgulhosos, como brasileiros, por vermos a capacidade empreendedora de V. Exª, como Senador, como ex-Governador. O atual Governador Omar Aziz está dando continuidade a obra de V. Exª e entregando aos amazônidas, mas não apenas a eles, mas aos brasileiros uma obra que revela a nossa capacidade empreendedora, revela o nível de tecnologia da engenharia e da arquitetura brasileira.

Mas destaco também o fato de a Presidente Dilma ter ampliado em mais 50 anos a Zona Franca de Manaus, por conta de tudo o que tem a ver a Zona Franca de Manaus com a preservação e a conservação da nossa Floresta Amazônica, pelas alternativas e oportunidades que gera para os brasileiros daquela região, que são brasileiros com extraordinária capacidade de resistência.

Cumprimento, portanto, V. Exª na condição de nosso Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia por esses dois extraordinários avanços, assim como à Presidente Dilma por ter prorrogado em mais 50 anos a existência da Zona Franca de Manaus.

Meu caro relator, Senador Luiz Henrique, evidentemente não encontramos tempo ainda para uma avaliação, no mérito, do trabalho conduzido por V. Exª, mas evidentemente precisamos reconhecer a forma democrática, a forma com que V. Exª acolheu e permitiu que nós pudéssemos, no menor nível de detalhe, contribuir com V. Exª.

V. Exª disse na Comissão de Constituição e Justiça, onde apreciamos e votamos apenas o marco constitucional desta matéria, que nas comissões seguintes, Comissão de Ciência e Tecnologia, na Comissão de Agricultura, nós teríamos a oportunidade de incorporar sugestões. V. Exª cumpriu e está cumprindo integralmente com a palavra que assumiu na Comissão de Constituição e Justiça! V. Exª produz um texto que é compartilhado a muitas mãos.

Ao longo desse período, V. Exª ouviu não apenas Senadores. Temos informação de que V. Exª fez uma consulta muito ampla a instituições públicas, a organizações não governamentais, visando a incorporar aperfeiçoamentos e visando aprimorar esse texto, de modo que me congratulo com V. Exª pelo esforço. Nós estamos aqui pactuando um procedimento de um

debate muito permanente que teremos até o dia 8 de novembro, quando votaremos esse parecer.

De modo que quero cumprimentá-lo pela forma democrática, republicana com que conduziu o parecer, dando demonstração do homem público que é, sem impedir, sem inibir, sem vaidade – muito obrigado, Senador Valadares –, mas permitindo que pudéssemos construir a várias mãos esse texto. Quero cumprimentá-lo e, evidentemente, a partir do conhecimento que estamos tendo neste instante do relatório de V. Exª, faremos uma análise mais detida, mas já é possível, neste momento, identificarmos avanços. Nós estamos caminhando para a edificação de um código que pode ser mais apropriado à população brasileira, e não um código que seja uma letra fria, em que temos um texto legal, mas não apropriado a Estados e Municípios.

Então, estamos caminhando para uma avaliação de aperfeiçoamento. Quero cumprimentar V. Exª e, evidentemente, nestes dias que se sucederão, estaremos debatendo amplamente, de maneira aprofundada o texto apresentado por V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Quero agradecer ao Senador Ricardo Ferraço, inclusive pelo registro feito com relação à inauguração no dia de ontem na cidade de Manaus de uma grande obra estruturante, obra efetivamente iniciada quando tive a oportunidade de governar o Amazonas por duas vezes. Contamos com o apoio do ex-Presidente Lula, sem o qual não teria sido possível alavancar uma obra daquela ousadia, e com a determinação do Governador Omar Aziz e da Presidenta Dilma de poder concluí-la. Uma obra daquela envergadura foi executada em três anos e 10 meses, o que foi, efetivamente, algo desafiador. E isso consolida uma região metropolitana, no Estado do Amazonas, que vem possibilitar a Presidenta Dilma a fazer a prorrogação da Zona Franca por 50 anos, criando, portanto, uma das compensações econômicas e financeiras para a floresta em pé.

Quero, com isso, portanto, destacar, Sr. Relator, Luiz Henrique, nosso querido companheiro e Senador da República, e Senador Jorge Viana, a importância de um novo momento que este relatório traz para a discussão do Código. Ainda sobre bases que podemos – creio eu – avançar até o dia 08, mas é uma sinalização extremamente importante o que este relatório traz com relação aos incentivos econômicos e financeiros para a floresta.

O Senador Jorge Viana e eu temos uma luta histórica com relação à valorização econômica, social, financeira dos ativos florestais para o bem das populações que lá vivem e para os produtores, que também necessitam das reservas legais, das APPs não como um ônus, mas como um bônus e um ativo, Senador Moka. Creio que o passo que damos hoje é um passo inicial. Teremos, portanto, outros passos a dar, mas não tenho a menor dúvida de esta reunião conjunta das Comissões de Agricultura e de Ciência e Tecnologia sobre o relatório apresentado a várias mãos, como destacado pelo próprio Senador Luiz Henrique, contribui e avança muito na direção de podermos implementar incentivos econômicos e financeiros que possam beneficiar a floresta em pé e, ao mesmo tempo, reconhecer e valorizar aqueles agricultores que têm comprometimento com o equilíbrio do meio ambiente.

Dito isso, pergunto aos Senadores se querem acrescentar alguma coisa em resposta ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Quero agradecer, Srs. Presidentes, Srªs e Srs. Senadores, a manifestação do Senador Ricardo Ferraço, que tem uma contribuição muito grande na elaboração deste projeto.

Queria aproveitar este momento, Sr. Presidente, para, nos termos do art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado, que dá a V. Exªs a competência para ordenar e dirigir os trabalhos das Comissões, desejando receber mais contribuições dos Srs. Senadores, como o nobre Senador Waldemir Moka mencionou agora a necessidade de novas emendas, pedir que V. Exª, mediante a aprovação no plenário, estabeleça um rito, de hoje até o dia 08, no sentido de que, no momento em que ingressar alguma emenda dos Srs. Senadores, os demais membros da Comissão, imediatamente, recebam uma cópia para que já tenham vista da emenda e para que o parecer que apresentarmos no dia 08 possa ser aprovado para que o processo siga à Comissão de Meio Ambiente. Esse é o requerimento que faço a V. Exª.

Antes, gostaria de destacar o papel importantíssimo dos assessores, sejam os assessores das corporações, das organizações não governamentais, sejam os assessores do Governo, sejam os assessores dos Srs. Deputados. E quero fazê-lo citando quatro companheiros que foram muito valiosos para chegarmos a este momento: o Dr. Jorge Welter, o Dr. Eduardo Siqueira, o Dr. Leonardo Papp, o Dr. Gerson Schuertz, que me assessoram diretamente, e o Dr. Edvaldo Vasconcelos, assessor principal do Senador Jorge Viana. A eles quero dar meu tributo de imensa gratidão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para que possa discutir o relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; prezado Senador Luiz Henrique, prezado Senador Jorge Viana, quero, primeiro, enaltecer, Senador Luiz Henrique, o empenho de V. Exª em ouvir todas as partes, inclusive o Ministério do Meio Ambiente, todos os Srs. Senadores, procurando harmonizar aquilo que possa ser o interesse maior da Nação.

Gostaria de formular uma pergunta com respeito aos pequenos agricultores, aos agricultores familiares. Consideram que talvez devesse haver um tratamento diferenciado. Não seria o caso de haver um capítulo para agricultura familiar? Por exemplo, com respeito ao art. 60, Senador Luiz Henrique, seria o caso de ali haver uma consideração relativa aos agricultores familiares? Será que poderia haver uma referência de tratamento à questão dos quatro módulos fiscais? Pela Lei nº 11.326, de 2006, só quatro módulos fiscais nem sempre caracterizam o pequeno produtor da agricultura familiar.

Ainda ontem, por exemplo, tive um caso específico em Santo Antonio do Pinhal, um dos Municípios paulistas, na Serra da Mantiqueira, que teve uma evolução bastante interessante, porque foi um dos poucos que conseguiu reaver quase toda sua área, ou aumentou muito sua área de reserva florestal. Por outro lado, pequenos agricultores se preocupam porque, com o novo Código Florestal, poderiam ter algumas limitações. Até recebi uma carta do Presidente da Associação dos Agricultores, Sr. Marcelo Bufolin, que vou encaminhar a V. Exª e ao Jorge Viana, mostrando um pouco dessas preocupações.

Gostaria de deixar essa indagação relativa aos pequenos agricultores, aos agricultores familiares, uma vez que haveria sugestões de que eles poderiam ter um tratamento especial. Acredito que, em Santa Catarina, esse seja um tema de bastante sensibilidade, uma vez que, como V. Exª conhece tão bem, ali a agricultura muitas vezes é realizada por pequenos agricultores e agricultores familiares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique, para responder.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

Ontem, à noite, estivemos o Senador Jorge Viana e eu na CNBB, ouvindo o Comitê de Defesa das Florestas. Foi uma longa e profícua reunião. A questão de um privilégio mais forte, mais específico à agricultura familiar é uma preocupação nossa, tanto do Senador Jorge Viana quanto minha. Acho que podemos avançar nas negociações até o dia 8, para produzirmos um texto que atenda às preocupações de V. Exª e de grande parte da sociedade brasileira. A agricultura familiar engloba dos milhões de agricultores, é um segmento importante. A Ministra Izabella manifestou o seu interesse também em contribuir para um ordenamento a respeito dessa questão. Nós aqui no texto já temos vários dispositivos privilegiando agricultura familiar.

Quanto à questão dos quatro módulos fiscais, eles foram instituídos no projeto de lei da Câmara, porque essa é a medida estabelecida na lei que criou o Pronaf. Quer dizer, quando o Pronaf define o agricultor familiar no sentido de lhe dar legitimidade para receber financiamentos privilegiados para agricultura familiar, estabeleceu aquele que lavra em terra e até quatro módulos fiscais.

Mas V. Exª tem razão. Existe aí um vácuo em até quinze módulos e em até dez módulos fiscais que pode obter um tratamento. É preciso que a gente contemple o pequeno agricultor cooperado, o pequeno agricultor integrado – que produz aves e suínos, por exemplo, para os grandes frigoríficos – é preciso estabelecer uma rede de proteção a essa agricultura de menor porte. Nós temos tempo ainda. O nosso Presidente Eduardo Braga vai estabelecer as diretrizes de prazos para receber as emendas para que nós possamos, dentro da mesma metodologia que estamos adotando de ouvir todos, incorporar aquelas que tenham grande convergência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação ao Senador Eduardo Suplicy e antes de passar a palavra ao Senador Valadares para discutir o relatório, eu gostaria de ouvir o Plenário, Senador Moka, a respeito deste tema e desta questão de ordem levantada pelo Relator Luiz Henrique.

Efetivamente, pelo art. 89, inciso I, do Regimento Interno, cabe aos presidentes ordenar e disciplinar o funcionamento das Comissões. Mas também é estabelecida pelo próprio Regimento a possibilidade de se apresentarem emendas até a discussão final do relatório e a votação do relatório. Isso ensejaria a possibilidade de abertura de prazos para pedido de vistas em função das emendas.

Em função desta questão, eu gostaria de sugerir ao Plenário um seguinte rito, que só poderia ser estabelecido com a anuência do Plenário, porque extrapolaria a competência da Presidência.

Eu já tenho em mãos, por exemplo, apresentadas pelo Senador Cyro Miranda, seis emendas apresentadas no dia de hoje, aliás, sete emendas apresentadas

no dia de hoje. Obviamente que outros Senadores, pela manifestação, também haverão de apresentar novas emendas. Emendas estas que não são do conhecimento do Plenário que, portanto, poderia ensejar um pedido de vista pelo Regimento.

Proponho, portanto, ao Plenário que estabeleçamos um prazo para apresentação das emendas. Já que estamos estabelecendo o dia 8 como o dia para a votação do relatório final, que se estabeleça prazo até o dia 31 – portanto, nós estaríamos dando seis dias – para que os Srs. Senadores pudessem apresentar emendas à Comissão. Distribuiríamos essas emendas para todos os Senadores para que pudessem tomar conhecimento delas. Com essas emendas sendo do conhecimento geral, o Sr. Relator poderia apresentar o relatório com pedido de vista conjunto – portanto, não havendo mais pedido de vistas – no dia 8 para votação. Esse rito só poderá ser feito, se aprovado pelo Plenário de ambas as Comissões. Consultei o Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que também concorda.

Portanto, submeto aos Srs. Relatores e ao Plenário a sugestão de estabelecermos o prazo até o dia 31 para apresentação de emendas ao relatório para que possam ser distribuídas a todos os membros das duas Comissões, para que não haja mais pedidos de vista conjuntos e para que possamos votar, no âmbito das duas Comissões, no dia 8, o relatório final.

Coloco em discussão essa propositura.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Quero concordar com V. Exª, Sr. Presidente, e só sugerir que, em vez de ser dia 31, seja dia 1º. Ganharíamos mais um dia para apresentação de emendas e daria tempo para que todos tomassem conhecimento das emendas a serem apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Acatando a sugestão de V. Exª, passaríamos para até o dia 1º, ao final do dia.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Só uma última consulta: V. Exª já está considerando o pedido de vista conjunto?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O pedido de vista de V. Exª se transformando em... *(Pausa.)*

O Renan também pediu. Portanto, é um pedido de vista conjunto para que pudéssemos ter a votação, então, no dia 8.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Acho perfeito, Senador Eduardo Braga. O importante é que também o Plenário tome consciência de que também não temos outras alternativas, a não ser que a gente não queira votar mais este ano, porque, se aprovado no dia 8 de novembro, ainda temos o relatório na Comissão de Meio Ambiente, para, depois, ir ao plenário do Senado. Acho que o prazo é excelente. São sete dias para apresentação de emendas, ficando muito claro que 8 de novembro é o prazo para que possamos votar aqui o relatório do Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Consulto, portanto, o Plenário.

Aqueles que estão de acordo com a propositura de prazo de emenda até o dia 1º e de votação no dia 8 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a palavra o Senador Valadares para discussão do relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de destacar o trabalho hercúleo que vem sendo desenvolvido pelos dois Relatores, Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, e registrar que essa proposta, na sua fase original, tinha 34 artigos. *(Pausa.)*

Para não impedir o colóquio de V. Exª, parei um pouco.

Eu estava dizendo, Senador Luiz Henrique...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Desculpe, Senador, é que estávamos discutindo uma questão importante aqui, uma questão regimental.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sem dúvida. Por isso, parei. Não queria atrapalhar.

Então, eu estava destacando que essa proposta, na sua forma original, tinha 34 artigos, fora os parágrafos e incisos que também foram alterados. Hoje, o substitutivo apresentado pelo Senador Luiz Henrique contém 72 artigos, ou seja, mais do que dobrou o número de artigos em relação à proposta original, o que mostra...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Não, a proposta original estava com 69 artigos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não, a originalíssima tinha 34. Eu estava vendo. Falo da originalíssima, a primeiríssima.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Desculpe, V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, por aí se vê que V. Exª se debruçou com muita seriedade para conceder um texto mais extenso a fim de impedir qualquer interpretação errônea sobre a aplicação do código futuramente.

De outro lado, essa proposta está se preocupando com dois fatores que considero importantes. Em razão de uma sugestão do Senador Jorge Viana, V. Exª di-

vidiu o Código em duas preocupações: a permanente e a transitória. A permanente é a que diz respeito ao direito ambiental para o futuro e a transitória é a que trata de corrigir os erros cometidos no passado. Quer dizer, o Código está obedecendo, então, a uma lógica: preparar o futuro das novas gerações que vão usufruir da proteção legal concedida e proporcionar o direito à Nação da correção de erros que inadvertidamente foram cometidos ao longo de tantos anos.

Eu também gostaria de destacar que há uma preocupação, uma sintonia, uma integração, entre produzir e preservar o meio ambiente. Nós somos um país ainda em desenvolvimento, não atingimos o patamar de nações como os Estados Unidos e algumas nações europeias, mas nós temos uma condição ímpar, singular: temos florestas e rios que estão tendo o alvo da preocupação no sentido de sua preservação, que nações como essas que eu citei já não têm. Quer dizer, essa biodiversidade que nós possuímos em nosso Brasil.

Portanto, esse Código surge em boa hora, num momento em que o Brasil ainda não atingiu aquele desenvolvimento pleno, mas, para fazê-lo, vai preservar essas riquezas incomensuráveis que nós temos, lutando pela produção, pelo seu desenvolvimento, mas levando em conta o meio ambiente, para proteger as nossas gerações futuras.

V. Exª foi muito liberal, democrata, e não poderia ser diferente – mais de quarenta vitórias conseguidas na sua longa carreira pública, sempre através do diálogo, da construção de uma integração perfeita entre o que V. Exª poderia propor num determinado momento e o que a sociedade deseja. Então, eu acho que não é o que o relator deseja que sempre é aprovado. É o que a sociedade precisa que seja aprovado. V. Exª levou isso em consideração. É uma sensibilidade notável, que temos que elogiar em V. Exª. E essa amizade, essa perfeita integração entre V. Exª e o Senador Jorge Viana também é muito importante, porque são dois homens públicos preparados, conscientes do seu papel, de sua responsabilidade para com o futuro do nosso País.

Quero agradecer as oito emendas, mais ou menos, que V. Exªs aceitaram, tentando aperfeiçoar a proposta que chegou aqui ao Senado Federal.

Eu vou me debruçar ainda sobre o seu relatório, que nós estamos recebendo agora. Reconheço que V. Exª tentou até me procurar, mas, por motivo de viagem, nós não tivemos a possibilidade de conversar pessoalmente. Mas, de posse já do relatório, eu dou a palavra a V. Exª que continuarei com o mesmo interesse para colaborar com o aperfeiçoamento desta matéria e contribuir para um futuro melhor para o nosso País.

Agradeço a V. Exª, Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito grato, nobre Senador Valadares. A contribuição de V. Exª foi valiosa. V. Exª produziu uma pletora de emendas muito importante que aprimorou o texto na forma do substitutivo global.

Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, a quem agradeço a parceria que fizemos nesses últimos meses, tratando desse assunto tão importante, que é a reforma do Código Florestal brasileiro.

Cumprimento o nosso Relator, Senador Luiz Henrique, pelo belo trabalho que fez à frente dessa relatoria. S. Exª enfrentou diversas discussões, em razão de este ser um País continental, com problemas diferentes, mesmo dentro de Estados pequenos, como no seu próprio Estado, que tem diferenças climáticas e de solo. Portanto, há necessidade grande de se ter cuidado, e V. Exª o teve, fazendo com que praticamente todos os Estados, todos os biomas, todas as questões ligadas à produção e ao ambientalismo fossem reconhecidas em seu trabalho, no seu relatório.

No que se refere ao nosso Estado de Rondônia, a nossa grande preocupação era relativa ao reconhecimento daquele trabalho que foi feito à época, Senador Jorge Viana, com relação à transformação que as pessoas fizeram na lei da época. Essa matéria foi contemplada, está contemplada na reforma do Código Florestal. Portanto, essa era a principal preocupação da população do meu Estado de Rondônia.

Temos ainda questões a serem discutidas. Entendemos que temos duas semanas para acharmos uma solução para o zoneamento ecológico e econômico, que, no meu entendimento e no entendimento da população do Estado de Rondônia, deve ser contemplado no Código de forma que venha a atender o Estado de Rondônia, venha atender toda a Amazônia. Mas eu tenho certeza de que nesses próximos dias nós vamos conseguir achar uma solução para essa questão.

No mais, quero cumprimentar mais uma vez o Senador Luiz Henrique e também os técnicos que o acompanharam, tanto do seu gabinete quanto técnicos do Senado e dos demais Senadores. Quero reconhecer o trabalho excepcional que foi feito na Câmara dos Deputados e que neste momento está sendo contemplado, porque a maioria absoluta, quase 95% daquilo que foi discutido na Câmara dos Deputados, através dos Deputados e do nosso Relator Aldo Rebelo, está sendo contemplada. Portanto, é um Código com poucas modificações, mas modificações importantes que

aprimoraram ainda mais aquilo que foi feito na Câmara dos Deputados, faltando pouca coisa para a gente conseguir um consenso de quase 100% aqui no Senado.

No mais, cumprimentar também os Senadores que fizeram um debate com muita responsabilidade aqui no Senado com relação a esse tema. Sem colocar o cabo de força, Senador Zé Perrella, dividindo produtores e não produtores, nós tratamos esse assunto com a maior responsabilidade, com o maior equilíbrio, colocando aqui o interesse do povo brasileiro. Esse é o ponto mais alto, mais importante em que faço menção ao nosso Relator Senador Luiz Henrique e também ao Relator Jorge Viana, que continuará o trabalho daqui para frente, depois do dia 8, já que até o dia 8 nós ainda estaremos debatendo, junto com os dois Relatores, o que é importante. Não é uma questão regimental, mas é uma questão de honra fazer com que os trabalhos sejam discutidos com os dois Relatores e, também, como bem disse o Senador Moka, com concessão de vista aos nossos colegas Deputados que irão apreciar novamente. Portanto, é importante esse debate sempre com vistas a todos os atores que fazem parte desse processo.

Senador Eduardo Braga, obrigado pela parceria nas nossas Comissões. Desejo um bom trabalho no final da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sou eu quem agradeço V. Exª pelo companheirismo e pela forma extremamente correta com que V. Exª tem ajudado, juntamente como Senador Rollemberg, a fazermos a tramitação conjunta desta matéria.

Passo a palavra ao Relator da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Srs. Presidentes, Senadores Eduardo Braga e Acir Gurgacz, meu querido amigo e companheiro de missão, de tarefa, Senador Luiz Henrique, Senadores, eu não poderia deixar de, pelo menos, tentar registrar aqui em que o Senado Federal tem trabalhado e a maneira como estamos avançando em um tema tão completo, Senador Moka, que envolve tantos interesses que é capaz de ser um ponto de limite entre um Brasil do futuro, um Brasil que estamos buscando, e um Brasil do passado, que também passou por muitas dificuldades e que criou condições para que possamos construir esta nova etapa.

Essa matéria é complexa. Veio carregada de um debate acalorado na Câmara dos Deputados, com um posicionamento também bastante claro dos que compõem a Câmara dos Deputados, o que também tem de ser respeitado. A Câmara é conhecida como a Casa do Povo, e aqui somos conhecidos como a Casa da Federação. Lá, houve uma votação com uma posição bem clara, primeiro, da necessidade de se fazer a atualização do Código; depois, com algumas preocupações que estão embutidas naquela votação.

E parecia que esse ambiente de debate acalorado seguiria aqui no Senado, mas acho que, com o envolvimento direto dos Presidentes das quatro Comissões que já foram citados – no caso, eram três: o Senador Eunício, o Senador Acir e o Senador Rodrigo Rollemberg –, houve um aperfeiçoamento. Eu queria parabenizar o Senador Ferraço e o Senador Eduardo Braga, os proponentes da ideia de fazer que também viesse à Comissão de Ciência e Tecnologia esta matéria tão importante. Acho que isso ajudou a construir esse ambiente que estamos vivenciando hoje.

Houve uma questão em cujo mérito não vou entrar porque sei que inclusive os cientistas brasileiros queriam um pouco mais de tempo para se posicionarem diante da matéria – daí a importância dela. Na Câmara, eles pediram um prazo, e houve tempo de concluírem o trabalho que haviam feito. Aqui, também foram ouvidos em pelo menos três oportunidades e apresentaram seus pontos de vista, suas ponderações e suas propostas objetivas.

Também aperfeiçoamos o diálogo em outro clima. Acho que separamos os que queriam marcar posição daqueles que querem construir uma solução. E acho que o grande maestro desse processo foi, obviamente, um Senador escolhido para ser relator em três das Comissões. É muita confiança dada a um só. E o Senado, os Presidentes dessas três comissões acertaram quando escolheram o Senador Luiz Henrique. Obviamente só quem já está com uma etapa vitoriosa da vida concluída é que tem, talvez, a maturidade para fazer o que o Senador Luiz Henrique está fazendo.

Quando ele foi escolhido, levantou-se no Brasil um questionamento: vai-se acirrar ainda mais o debate, porque o Senador Luiz Henrique vem de Santa Catarina, um Estado que tentou, por conta das circunstâncias vividas no Estado, fazer uma revisão do Código Florestal a partir do que estabelece a Constituição, tentando atender a uma situação de insegurança vivida num Estado, que – também por contradição de quem não conhece, acusou-se o Senador Luiz Henrique – é o exemplo de reforma agrária, de busca de eficiência em produção em menor espaço de terreno e de de convivência com a conservação dos recursos. Quem conhece aquele Estado sabe disso. Relembro um dado de V. Exª ainda que com alguma imprecisão: uma área de pouco mais de 0,3% do território nacional responde por mais de 5% da produção de alimentos de

nosso País. Se isso não for uma referência do que nós devemos almejar e buscar, eu não sei mais o que é.

E V. Exª chega aqui e, em vez de trazer, com a autoridade de sua brilhante carreira política de doze mandatos consecutivos, as suas convicções, V. Exª nos ensina a colocar de lado inclusive convicções pessoais para que possamos construir um entendimento pensando no Brasil. Então, Senador Luiz Henrique, estou muito honrado por ter trabalhado até aqui e estou absolutamente seguro. V. Exª me convenceu nas primeiras palavras que dirigiu a minha pessoa quando me convidou e me deu a oportunidade objetiva de estar junto, às vezes sugerindo, às vezes ponderando, às vezes até apresentando algumas sugestões, mas sempre confiando no propósito de V. Exª de fazer algo que não fosse um improviso, de fazer algo que nos tirasse da armadilha de acabarmos de votar algo e esse algo ir parar nos tribunais.

Já que hoje é o dia da apresentação de parte do trabalho de V. Exª, faço uma cobrança pública. Depois de votarmos o relatório, o senhor assumiu o compromisso comigo de seguir trabalhando como se ainda fosse o relator dessa matéria até que ela pudesse ser levada ao Plenário e, lá, o Plenário mais importante desta Casa pudesse deliberar sobre ela. Então, estou seguro e vou seguir trabalhando, porque estou confiando que vou contar com a sua assessoria e com o trabalho de V. Exª até que esta matéria tenha uma deliberação final do Senado e possa retornar à Câmara.

Então, Senador Eduardo Braga, Senador Acir, eu penso que está claro para o Brasil hoje, com a leitura do relatório do Senador Luiz Henrique, que o ambiente é outro, que há uma compreensão maior. As audiências foram se multiplicando e, hoje à tarde, temos mais uma que vai tratar de queimadas e incêndios florestais, um problema gravíssimo que está destruindo unidades de conservação Brasil afora, só mudando o endereço. E o Brasil não está preparado para lidar com o que posso chamar de consequências desse ambiente de mudança climática que o mundo experimenta. Mesmo sendo um país que não tem temperaturas tão extremadas, nós hoje estamos vivendo uma situação grave, não importa o bioma, se é Mata Atlântica, se é Cerrado, se é Caatinga ou Floresta Amazônica. Nós temos um problema e, hoje, cientistas e especialistas estarão trabalhando, nos ajudando. Ou seja, o texto ainda tem de ser aperfeiçoado.

Há a questão das cidades, como V. Exª colocou. Há um aperfeiçoamento que o próprio Governo cobra, os movimentos sociais cobram, Senadores cobram e nós nos cobramos, que é o de procurar dar uma atenção ainda maior para a produção familiar, para a agricultura familiar, e considerar também a pequena propriedade. Então, são aspectos importantes com os quais devemos ainda seguir trabalhando.

Mas hoje é possível o Brasil tomar conhecimento, como tomou, de um texto que já muda bastante, e melhora muito, alguns pontos que eram questionados no que foi votado pela Câmara dos Deputados. O primeiro encontro que tive foi com o Deputado Aldo Rebelo, e ele me disse: "Há muitos pontos que o ambiente não permitiu abordar e que os Senadores precisam alterar nessa proposta". Com a ajuda de Senadores com o Senador Moka, que tem sido um interlocutor desde o primeiro dia, assim como outros Senadores, vamos, se Deus quiser, conseguir esse entendimento.

E digo com tranquilidade, Senador Eduardo Braga, uma das questões fundamentais em relação ao texto da Câmara, ouvindo juristas como ouvimos, é que ele deixava em dúvida, nos dava a insegurança de que ele poderia ser instrumento de ações judiciais logo depois de aprovado. Então, temos a tarefa aqui de romper esse ciclo vicioso, lamentável, que se estabeleceu no Congresso: deliberar uma lei num dia e, no outro, ela ser questionada nos tribunais. Essa não era a prática em nosso País.

Uma pessoa que militou muito ao seu lado, Senador Luiz Henrique, Paulo Brossard, quando Ministro do Supremo, questionava esse entendimento; quando se buscava tirar dúvida de uma legislação, de uma prerrogativa que era do Congresso, ele dizia: "Não. Isso é prerrogativa do Congresso. O Congresso que delibere sobre isso." Nas últimas décadas, o Brasil inverteu isso tudo. O Congresso está sendo questionado sobre o papel essencial da existência dele: que é o de legislar. Toda e qualquer legislação votada aqui no outro dia é questionada no Judiciário. Eu acho que nós podemos estancar essa sistemática, votando uma das leis mais complexas e mais importantes do País, que é o Código Florestal. Então, é dentro desse propósito que eu quero seguir trabalhando, é dentro dessa visão que eu espero que sigamos dialogando, ouvindo Senadores e Senadoras, conduzindo este trabalho com os Presidentes das Comissões, agora com o Senador Rodrigo Rollemberg, ouvindo e dialogando com o Governo e essencialmente debatendo e ouvindo a sociedade, como nós fizemos até aqui.

Então, estou seguro de que o Governador Luiz Henrique já fez uma parte do trabalho dele, mas ele ainda tem trabalho pela frente e é o de me ajudar a seguir trabalhando, a quatro mãos. E nós vamos ter a maturidade de, quando tiver algo que mereça destaque, seja na Comissão seguinte ou no Plenário, nós vamos: "Este texto está bem entendido. Isto aqui é um texto feito a quatro mãos, mas tem alguns assuntos importantes que nós não conseguimos achar melhor

formulação. Que possamos colocar esses pontos, essas questões a voto e que o Plenário do Senado delibere."

Se fizermos isso, como vamos fazer – tenho confiança nisso –, acho que nós vamos dar uma boa contribuição ao País para que o Brasil siga produzindo mais e melhor, com maior produtividade, e também se firmando, cada vez mais, na véspera da Rio+20, como o G1 da biodiversidade, como um país exemplar do ponto de vista da legislação ambiental. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação do Senador Jorge Viana. Creio que fez uma síntese muito precisa da evolução do processo do Código Florestal, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista legislativo no Senado da República. Volto a repetir e a enfatizar aquilo que vários Senadores já o fizeram: o grande mérito da maturidade desta Casa é conseguir distencionar o debate e fazer do debate (e V. Exª foi muito feliz em uma definição) entre aqueles que querem marcar posição e aqueles que querem construir algo que seja efetivo e de solução para um País que tem na sua economia a base do agronegócio, mas tem também, nas suas reservas estratégicas, a floresta em pé e uma população que depende dessa floresta, que precisa dessa floresta e que precisa de políticas públicas sociais inclusivas de cidadania que possam assegurar novas perspectivas para as futuras gerações.

Eu tenho certeza de que nós ainda haveremos de evoluir. Acho que nós precisamos compartilhar esses agradecimentos com o Executivo e com a interlocução que vem sendo feita com o Executivo. Creio que o Senador Luiz Henrique ainda vai fazê-lo de forma personalizada e estabelecendo, inclusive, os agradecimentos nominais. E gostaria de fazer aqui, mais uma vez, um esclarecimento, Senador Moka, para que não suscitem, no dia oito, novas discussões sobre esta matéria. Todo nosso zelo e todo nosso cuidado, como o disse o Senador Jorge Viana, é de que não se judicialize esta discussão e que também não se estabeleça aqui, em nossa Casa, uma discussão regimental sobre a matéria.

No art. 132, do nosso Regimento, estabeleceria que todas as vezes em que fosse mudado o relatório em função da apresentação de uma emenda, novamente se abriria prazos para vista. Tendo sido consultada a proposta e o Plenário decidido, eu quero aqui, antes de passar a palavra para as considerações finais do nosso Senador Luiz Henrique, resumir, Senador Gurgacz, a forma do texto da deliberação do Plenário.

Fica concedida vista coletiva pelo prazo regimental de cinco dias úteis, nos termos do art. 132, § 1º. Os presidentes da Comissão de Ciência e Tecnologia e Reforma Agrária e Agricultura estabeleceram, nos termos do art. 89, com aprovação do Plenário das duas Comissões, o prazo para recebimento de emendas ao PLC 30, de 2011, nas respectivas Comissões, até o dia 1º de novembro de 2011.

Fica, portanto, assim o texto que estará constando em Ata para aprovação na próxima reunião da nossa Comissão, que será inclusive estabelecida para antes do prazo da votação, no dia 8, para que, no dia 8, esse texto já esteja deliberado e votado em ambas as Comissões.

Passo, portanto, a palavra, para suas considerações finais, ao nosso Relator, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já destaquei o papel primordial do Senador Jorge Viana. Para ressaltar ainda mais como tem sido importante a contribuição do nobre Relator na Comissão de Meio Ambiente, eu diria que esse parecer não é meu, é nosso, é de ambos os Relatores.

Quero, como palavras finais, enaltecer a interlocução que tive com o Governo. O Governo é parte importante nesse processo. Primeiro, porque toda política nacional é de sua competência; segundo, porque é o Governo que vai executar essa lei, seja na instância federal, seja nas instâncias inferiores da República.

Quero ressaltar a interlocução que tive com a Ministra da Casa Civil e a Ministra de Assuntos Institucionais Ideli Salvatti, com o Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, e com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, mas, sobretudo, com a Ministra Izabella Teixeira, com quem estivemos, o Senador Jorge Viana e eu, praticamente todos os dia. Ela e seus principais assessores, o Dr. João de Deus e o nosso Luizão, foram incansáveis em ouvir a sociedade. A Ministra Izabella transformou o seu gabinete em um local de interlocução, ouvindo desde as organizações não governamentais nacionais e internacionais até os grandes produtores do agronegócio. Ela ouviu todo o leque de corporações que têm interesse legítimo nessa matéria. E por isso nos ajudou a superar grandes obstáculos que nós tínhamos na elaboração desse substitutivo.

Quero, portanto, agradecer ao Governo, especialmente na pessoa da sua Ministra do Meio Ambiente.

Quero ressaltar aqui a chegada de um grande brasileiro, de um brasileiro exemplar, que tem servido tanto a este País, o ex-Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, de quem recebi muitas e valiosas contribuições, e ainda espero receber até fecharmos o relatório final, no dia 8 de novembro, quando a matéria deverá ser votada.

Agradecendo a todos, quero dizer que sigo a máxima de Nereu Ramos, o maior político catarinense: o líder, e, no caso, o Relator, lidera o processo, mas não deve imprimir nos liderados as suas convicções, nem comprimi-los com elas. O líder deve exprimir as convicções de seus liderados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao nosso Relator Luiz Henrique. *(Palmas.)*

Cumprimentando também a presença do nosso Deputado Reinhold Stephanes aqui, Ministro da Agricultura e grande brasileiro contribuinte de muito dos avanços da agricultura de baixo carbono neste País.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, ouço V. Exª, Senador Sérgio.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, tive o prazer o privilégio de ouvir atentamente o relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique, inclusive que acatou uma emenda de minha autoria, mas tive que me ausentar para atender chamado de outras comissões onde debatíamos, Senador Luiz Henrique, inclusive, uma questão que envolve o seu Estado de Santa Catarina. Estava lá o Senador Casildo Maldaner defendendo e nós também estávamos defendendo toda a Região Sul. Passamos também pela Comissão de Infraestrutura, onde estávamos votando lá uma indicação para conselheiro da Anatel.

Mas cheguei a tempo de dizer a V. Exª, Senador Luiz Henrique, que V. Exª fez realmente um belo trabalho apresentando esse substitutivo que atende não só os interesses dos produtores, mas que atende também, meu amigo, meu conterrâneo Ministro Reinhold Stephanes, também as questões ambientais levantadas e tão debatidas em todas as comissões aqui. Nesses últimos meses fizemos inúmeras audiências públicas para ouvir todos os setores. V. Exª, Senador Luiz Henrique, soube consolidar isso nesse relatório, que não é somente seu e sim do povo brasileiro, porque atende aos anseios de todos no nosso País.

Parabéns, mais uma vez!

E tenho certeza de que o Senador Jorge Viana não será diferente na sua relatoria na CMA.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação de V. Exª.

Sei que nosso Senador Walter Pinheiro chega da sabatina. Eu não pude participar da sabatina.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, tenho que voltar para lá – eu vim aqui só para ver – para poder apurar, porque agora começou a votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Então, eu pretendo inclusive poder votar.

Mas eu gostaria de, ao encerrar os trabalhos da nossa comissão no dia de hoje...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas eu confio não só no meu presidente, como também nos outros. Portanto, nós estávamos sobejamente bem representados pelos dois relatores e pelo Presidente Acir. Temos que nos dividir para cada um cobrir uma parte.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É verdade. Tenho absoluta convicção disso, Senador Walter Pinheiro.

Quero, portanto, antes de finalizar os trabalhos, agradecer a participação de todos e dizer que proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da presente reunião conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Será publicada no *Diário do Senado*, consolidando, dessa forma, a decisão soberana deste Plenário com relação às demais questões do Regimento.

Muito obrigado, convocando para nova reunião, às 14 horas, conjunta, das comissões.

(Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO
ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 46ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EM CONJUNTO COM A 42ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 48ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença os Senhores(as) Senadores(as) **ANA RITA, ANGELA**

PORTELA, ANTONIO CARLOS VALADARES, BENEDITO DE LIRA, CÍCERO LUCENA, CLÉSIO ANDRADE, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO BRAGA, EDUARDO SUPLICY, FLEXA RIBEIRO, HUMBERTO COSTA, JOÃO RIBEIRO, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, VANESSA GRAZZIOTIN, WALDEMIR MOKA e **WILSON SANTIAGO.** Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. A presidência declara aberta a reunião e passa à **PAUTA.** **Audiência Pública Conjunta,** em atendimento aos **Requerimentos nº 104, de 2011-CMA; nº 56, de 2011-CCT e nº 66, de 2011-CRA**, de autoria dos Senadores Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga, com o objetivo de debater o tema incêndios florestais, com os seguintes convidados: Prof. Irving Foster Brown, da Universidade Federal do Acre e Centro de Pesquisa Woods Hole/EUA; Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Profa. Vânia Pivello, Depto. de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP); Prof. Leopoldo Coutinho, Depto. de Ecologia da USP. A presidência informa que a Profa. Heloisa Miranda, da UNB, justificou sua ausência. Após a exposição dos senhores convidados, usa da palavra para tecer comentários sobre os assuntos abordados o Senhor Senador **JORGE VIANA**. É aprovada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 110, DE 2011**, que "Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de conhecer e debater as providências e encaminhamentos relativos ao 6º Fórum Mundial da Água, que acontecerá em março de 2012, em Marselha – França. Sugiro que sejam convidados os seguintes especialistas: Dr. Benedito Braga – Coordenador do 6º Fórum Mundial da Água; Representante da Agência Nacional da Água – ANA; Representante do Ministério das Relações Exteriores". Autoria: Senador Paulo Davim. Colocado em votação, a CMA aprova o Requerimento nº 110, de 2011-CMA. **2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 111, DE 2011**, que "Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Audiência Pública, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2010, que " Cria a Área de Proteção Ambiental da Serra da Canastra, que passa a compor o mosaico de unidade de conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000." e apensado, dos quais sou Relator nesta CMA, com a participação dos seguintes convidados: Rômulo José Fernandes Barreto Mello, Presidente do Instituto Chico Mendes (ICMBio); Mario José Gisi, Subprocurador-geral da República, Coordenador da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (4ª CCR);Representante do Ministério de Minas e Energia (MME); Nilzo de Faria, Prefeito do Município de São Roque de Minas; André Luis Braga Picardi, Articulador Voluntário do Programa de Revitalização do rio São Francisco e ex-Secretário de Meio Ambiente do Município de São Roque de Minas; Reinaldo Sebastião de Almeida, Presidente da Associação e Instituição Representativa dos Canastreiros (AIRCA); e Jorge de Oliveira Penha, Presidente da Associação dos Extratores e Comerciadores de Quartzitos do Médio Rio Grande". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a CMA aprova o Requerimento nº 111, de 2011-CMA, com aditamento do Senador Jorge Viana para inclusão do Deputado Odair Cunha entre os convidados. **3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 113, DE 2011**, que "Requeiro, nos termos regimentais, a indicação dos Senadores Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg para participarem, como representantes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de audiência com a presença do corpo de cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, além de professores e reitores de Universidades do Estado do Amazonas, a realizar-se no dia 4 de novembro de 2011, na cidade de Manaus/AM, com o objetivo de instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30, de 2011 (Reforma do Código Florestal). Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a CMA aprova o Requerimento nº 113, de 2011-CMA. Encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e nove minutos, havendo lavrado a presente ata Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Acir Gurcacz,** Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. – Senador **Ro-**

drigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, em conjunto com a 42ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 48ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A reunião destina-se à audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nº 104, de 2011, da CNA, nº 56, de 2011, da CCT, e nº 66, de 2011, da CRA, de autoria dos Senadores Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga, com o objetivo de debater o tema "Incêndios Florestais", com a participação dos seguintes convidados, que convido para a Mesa: Professor Leopoldo Coutinho, do Departamento de Ecologia da USP; Professor Irving Foster Brown, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia; Professora Vânia Pivello, do Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo; e Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Estamos aqui com o Dr. Leopoldo Coutinho, do Departamento de Ecologia da USP, Professor Irving Foster Brown, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia, Professora Vânia Pivello, do Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo – USP; e Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Eu quero agradecer a presença de todos.

Informo que a Professora Heloísa Miranda, da UnB, foi convidada, mas, devido a compromissos inadiáveis, não pode comparecer.

Quero registrar também que recebi documento que está à disposição dos membros da Comissão de Meio Ambiente e das Comissões de Agricultura, Ciência e Tecnologia, com sugestões dos servidores do Ministério do Meio Ambiente acerca da revisão do Código Florestal. Agradeço a comissão, que nos honra com a sua presença.

Quero agradecer a presença dos nossos convidados e dizer da nossa expectativa em relação a esta audiência pública.

Sabemos da importância de preparar o País para combater os incêndios florestais. Nós, no Distrito Federal, sofremos terrivelmente este ano com os incêndios. Grande parte do nosso cerrado foi queimada. Algumas áreas de preservação ambiental, algumas unidades de conservação tiveram grande parte das suas áreas queimadas, com grandes prejuízos à biodiversidade.

Portanto, neste momento em que estamos discutindo a revisão do Código Florestal, que já teve a leitura do seu parecer na comissão de Agricultura, Ciência e Tecnologia no dia de hoje, nós temos uma expectativa muito grande em relação a esse debate, até pela possibilidade e conveniência de trazer alguma sugestão desse debate para constar do texto de revisão do Código Florestal.

Agradeço muito a presença dos convidados.

Vamos ouvi-los, começando pelo Professor Leopoldo Coutinho, do Departamento de Ecologia da USP.

Nós vamos destinar de quinze a vinte minutos para cada palestrante. Se houver necessidade, a Mesa será tolerante.

Com a palavra o Professor Leopoldo Coutinho.

O SR. LEOPOLDO COUTINHO – Boa tarde a todos. Quero agradecer o amável convite para participar desta reunião sobre um assunto que me toca muito de perto: os incêndios de vegetação.

Desde 1969, venho trabalhando com esse tipo de problema, particularmente, especificamente com o cerrado brasileiro. Eu não trabalho com incêndios florestais, certo? O Professor Irving é quem vai falar sobre este assunto. Trabalhei – já sou aposentado – especificamente com queimadas, incêndios em cerrado.

Ao longo desses anos, em função do que pude observar, ler e apreender, cheguei à seguinte conclusão: o cerrado ou a savana, melhor dizendo, num sentido mais amplo, no mundo inteiro, sofre a ação do fogo, que é um fator natural na savana, primitivamente provocado por raios.

Ainda hoje se sabe que os raios podem atear fogo a nossa savana, que é o cerrado. E este tipo de bioma praticamente exige, até certo ponto, a ação do fogo, não com freqüências desmedidas, mas com uma periodicidade adequada.

O principal problema desses incêndios de cerrado resulta de uma falsa tentativa de proteger o cerrado contra o fogo. Com isso, o que ocorre é que vai havendo o acúmulo de biomassa seca cada vez maior. Pode-se chegar, em três, quatro anos sem queima, a quinze toneladas de palha por hectare. Isso é uma massa de combustível, essa palha é um excelente combustível, porque é bem arejado. Quando pega fogo é extremamente difícil combater e acabar com o incêndio.

Então a melhor técnica de combate aos incêndios, pela qual sempre me bati, que é usada em países da África, por exemplo, que têm savana, é se antecipar a eles. Antes que ocorra um incêndio desastroso, que destrói quase tudo, quem maneja esse parque deve

atear fogo de uma forma esclarecida, protegendo, não deixando o fogo se alastrar por toda a área, fazendo aceiros, queimando parcelas, queimando em rodízio. Então, um ano ele queima essa parcela, ano que vem, ele não queima, queima a outra e, assim, vai fazendo um rodízio dentro da unidade de conservação. Com isso ele mantém baixa a quantidade de combustível. Então, se ocorrer um acidente de fogo entrar na vizinhança ou um raio atear fogo à vegetação, não haverá combustível em quantidade suficiente para que isso se torne um incêndio.

Então, esclarecendo, nós temos que fazer queimadas – queimada é fogo sob controle – para evitar incêndios, que são fogo fora de controle. Isso que tem ocorrido e que ocorreu principalmente no ano passado no Parque Nacional das Emas, que tem 132 mil hectares, um parque maravilhoso que deveria ser aproveitado para turismo, como na África do Sul se aproveita, queimou quase que 100%.

Quem mais sofre num incêndio como esse que ocorreu aqui não é tanto a vegetação. A vegetação herbácea está adaptada ao fogo, porque sempre ocorreu fogo proveniente de raios. Tenho dados de carvões que encontrei em Pirassununga com 8.600 anos de idade. Quer dizer, há 8.600 anos, já houve fogo naquela área. A Professora Marília, da UnB, encontrou indícios de queimadas há 32 mil anos.

Então, o fogo é um fator ambiental, só que nós não podemos... O que temos hoje de área de cerrado são ilhas no meio de um mar de soja ou de algodão. Nós não podemos deixar que essas áreas se queimem totalmente. Então é preciso manejar o fogo no seguinte sentido: reduzir a massa combustível para que ele, se ocorrer, possa ser controlado mais facilmente.

Para isso, naturalmente, essas unidades de conservação precisam de pessoal habilitado, de equipamentos tipo caminhão-pipa. Só para vocês terem uma ideia, no incêndio lá do Parque Nacional das Emas do ano passado, só havia um caminhão-pipa que havia sido queimado em 2008. Então ele estava encostado num canto do parque, fora de operação. Isso não pode acontecer. É preciso ter o equipamento e o pessoal de prontidão, para que, se acontecer uma entrada de fogo, todo o pessoal e todo o equipamento funcionem no combate.

E o que é indispensável é o manejo com fogo. Isso assusta, às vezes, as pessoas, que dizem: mas como? O senhor, que estuda queimadas, aconselha pôr fogo no cerrado? Eu aconselho pôr fogo no cerrado, mas de uma forma inteligente, de uma forma racional com um objetivo: controlar a massa combustível para evitar os grandes incêndios.

Quem mais sofre, como eu ia dizendo, não é tanto a vegetação, que consegue rebrotar, como vocês veem aqui nos arredores de Brasília e em todos os cerrados acontece. Quem mais sofre é a fauna, porque a fauna não rebrota, a fauna não renasce. Se a fauna morreu, acabou-se.

Não sei se foi em 85, num grande incêndio no Parque Nacional das Emas, fez-se um censo de animais mortos pelo incêndio. Oitocentos tamanduás-bandeira morreram. Daria para encher esta sala de tamanduás torrados. Isso é um absurdo. Não dá para entender. Não é como alguns dizem: bom, o biólogo é sempre aquela lenga-lenga, florzinha daqui, bichinho dali, bonitinho, borboleta. Não é isso. É uma questão de bom senso. Nós temos uma fauna maravilhosa, e não estamos cuidando dela.

Não basta cercar uma área, colocar o nome Parque Nacional das Emas, decreto número tal. Não basta. É preciso manejar sob todos os aspectos, inclusive o fogo, porque, como eu disse, isso é uma ilha. Alguém poderia dizer: mas e os raios no passado? Caíam, pegava fogo, queimava tudo, certo? Queimavam grandes áreas. Só que essas áreas não eram ilhas. Tudo era cerrado, savana. Então, a fauna das áreas vizinhas, depois do incêndio, podia gradativamente recolonizar a área queimada.

Hoje isso é impossível. O entorno de um parque hoje não tem mais essa fauna nativa. Então, não tem como recolonizar. Onde eu vou arranjar 800 tamanduás-bandeira para repovoar o Parque Nacional das Emas? Não tem como. Isso é uma perda definitiva. Se esses incêndios se repetirem – o tamanduá não se reproduz assim, não dá oito filhotes de cada vez – com certa frequência acaba a população de tamanduá do parque.

E, num parque nacional como o de cerrado, em grande parte, o atrativo é a fauna. Ninguém vai até Emas, no sul de Goiás, para ver árvore torta. Ninguém vai sair de São Paulo até o sudoeste de Goiás para ver árvore torta. Quer dizer, o turista quer ver bicho. Essa é a realidade. Ele quer ver anta, tamanduá, ema, veado campeiro, pássaros, arara, papagaio.

Conheço o parque desde 1985, foi a primeira vez que eu fui para lá. Ainda tinha muita fauna. Hoje é difícil encontramos os animais de grande porte. E a razão é esta: cada grande incêndio dizima a população, vai cada vez diminuindo mais. E uma evidência de que a população está diminuindo é que o número de indivíduos mortos encontrados nos sensos pós-incêndio está diminuído, não porque a proteção esteja aumentando, mas é que tem pouco bicho para morrer queimado. Então, não se encontra grande quantidade de indivíduos mortos. Por quê? A população está cada vez menor.

Para finalizar, não quero tomar mais tempo, acho que é preciso ter em mente que esses parques têm que ser manejados. E a melhor forma de manejo contra incêndios é se antecipar a eles. Fazer queimadas periódicas de pequenas áreas em rodízio, para evitar o acúmulo de combustíveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu que agradeço, Professor Leopoldo Coutinho, pela sua apresentação.

Agora, passo a palavra ao Professor Irving Foster Brown, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia.

O SR. IRVING FOSTER BROWN – Muito obrigado por essa oportunidade de estar aqui, Senador Jorge Viana, Senador Braga.

Estamos falando de um assunto que há 20 anos não seria assunto. Seria a questão dos incêndios acontecendo na Amazônia, especificamente na parte sudoeste, a Amazônia ocidental.

Então, vou tentar mostrar algumas experiências recentes e dar subsídios para se pensar um pouco no futuro.

A Amazônia tem várias amazônias. Vou falar sobre uma parte. Você pode ver onde tem Rio Branco, a parte ocidental. Em alguns casos, o que vou apresentar tem relevância para outras partes da Amazônia, mas nem tudo que vou apresentar serve para toda a Amazônia.

Foi curta a apresentação, já cheguei às conclusões. Mas eu queria dar um toque sobre essas conclusões e ver se posso justificar o que está colocado aqui.

O SR. JORGE VIANA – Pode voltar um pouco?

O SR. IRVING FOSTER BROWN – Não, está certo, Jorge.

Uma seca com potencial de incêndios florestais pior do que aconteceu em 2005 vai acontecer, e vai acontecer naturalmente. Raramente um cientista diz que garante, mas eu garanto que vai acontecer. Segundo ponto, desmatamento, fumaça e mudança de composição da atmosfera vão piorar a situação e aumentar a probabilidade de eventos extremos.

Incêndios florestais, depois de se espalharem – agora estou falando da Amazônia ocidental –, não são passíveis de controle atualmente.

Monitorar e alimentar um programa de prevenção com respostas rápidas vai ser essencial para minimizar o estrago. Um programa integrado de educação, do ensino básico até a pós-graduação, sobre defesa civil, incluindo especificamente secas e incêndios florestais, precisa ser implementado logo para ter efetividade no controle e respostas. Um centro nacional ligado fortemente aos centros de defesa civil nos níveis estadual e municipal ajudaria muito na coordenação dos pontos quatro e cinco.

Então, deixe-me ver se consigo justificar. Aqui uma imagem que foi publicada recentemente, em fevereiro deste ano, mostrando onde havia secas, de 2005 e 2010. E você pode ver cada um desses em termos de modelagem. No passado, falamos em estacionaridade. Em outras palavras, o sistema varia, mas basicamente voltará a ser como era antigamente.

Nesse caso, tivemos duas secas, e era para acontecer uma em cada 100 anos, quer dizer, havia 1% ao ano de chance de acontecer no espaço de seis anos. E, aliás, 2010 foi mais forte do que 2005, não necessariamente para nós, no Acre, mas em termos da Amazônia como um todo.

Nós estamos num processo de transformação no planeta, e esse foi um estudo comparando produção primária. O que é produção primária? É o crescimento da biomassa, plantas, etc., no período de 2000 a 2009 comparado com a década anterior. No Acre, foi um período em que houve uma redução nisso, uma queda na produção, principalmente na questão de florestas.

Mas será que isso é verdade? Vamos falar um pouco com pessoas que vivem ali. Nesse caso, eu fui dar um curso sobre mudanças climáticas para lideranças indígenas no centro do Acre. E o primeiro exercício, antes de iniciar a palestra, foi a pergunta: vocês estão observando que algo está mudando? Se está mudando, o que está mudando?

Eu vou dar um exemplo de um dos casos. Esse foi na aldeia Nova Vida Shanenawa. Isso foi antes da seca de 2010. Eles observaram muito calor, rios, igarapés e lagos secando, muita seca prejudicando as plantações. Em outras palavras, produção de cultivos baixando. Uma história que encontramos com produtores rurais e seringueiros em toda região: ar poluído, água poluída, grandes queimadas e desmatamento, fome e extinção dos animais.

Este foi um exemplo, e eu poderia ter listado várias capacitações que nós fizemos com essa mesma observação antes de falar sobre mudanças climáticas. Em outras palavras, as coisas estão mudando.

Alguns dados recentes: secas fortes, como eu estava mostrando, com incêndios florestais nessa parte na Amazônia, em 2005 e em 2010, dois e seis anos, uma chance que você coloca na probabilidade de 33 por ano, quando era considerado como algo que ia acontecer uma vez, 1% por ano.

A fumaça chega a concentrações-limites, conforme a Organização Mundial de Saúde, durante o dia, a três semanas em 2005 e em 2010. Algumas vezes, foi 20 vezes mais alta. Se pessoas de São Paulo reclamam de poluição do ar, venham para o Acre em setembro!

Inundações no Acre, tivemos acima da cota de 14 metros em 2005, 2006, 2009, 2010 e 2011, cinco em sete anos, com chances de 70% por ano.

Quando eu cheguei e comecei a trabalhar com defesa civil no Acre, eles tinham uma conta e botaram R$1,00 nessa conta porque não a usavam. Então, não tinha nada para a defesa civil fazer. Nos últimos cinco anos, entre 5 e 10 milhões são gastos por ano em relação aos impactos dessas inundações.

Tivemos problemas de abastecimento de alimentos e combustíveis, porque eles passam em balsas no rio Madeira, vindo de Rondônia e do Sul, afetando não só o Acre, mas toda a região.

Temos eventos extremos acontecendo com maior freqüência. Então, perturbação climática e vulnerabilidade social são evidentes.

Eu só queria colocar essas informações, por entender que elas poderiam ser levadas em conta na discussão sobre o Código Florestal, porque estamos mudando o sistema.

Aqui há uma publicação do grupo CPTEC, do INPE de São Paulo, sobre a seca em 2005. Então, várias informações estou tirando deste artigo.

Para as florestas, no caso do cerrado, como Leopoldo falou, o fogo faz parte do processo ecológico. No Acre e na Floresta Amazônica, que se pode ver ao fundo, tinha fogo também, mas, provavelmente, numa escala de 500 em 500 anos. Mega El Niño ou outros eventos, temos registros nessa parte. Agora, coisas freqüentes não eram parte de nossa história. E o problema é o seguinte: quando fica mais longa a época seca, a floresta chega a um ponto em que não há água suficiente para impedir a entrada do fogo. Quando isso acontece, há uma virada de situação: agora o fogo olha para a floresta como lenha. Então, não tem nada para parar a sua entrada.

Um exemplo aqui. Esse foi em setembro, em Acrelândia. Parecem pequenas as chamas, mas eu não estava agüentando o calor. Eu estava desse jeito e, obviamente, a vegetação não estava agüentando. Pelo menos, a parte de regeneração é pequena. O que acontece quando isso fica espalhado? Aqui, uma linha de fogo andando na floresta a mais de um quilômetro.

Não sei se alguém aqui já combateu incêndios florestais – levante a mão se tiver alguém. Quantas pessoas seriam necessárias para combater um incêndio como esse? As estimativas indicam uma para cada dez metros. Seriam pelo menos cem pessoas que precisam ser abastecidas com água, pegar acesso, como chegar, um monte de coisas. Então é quase impossível fazer o combate disso. No Acre, em 2005, foi Deus e as chuvas que acabaram os incêndios.

O que estamos vendo deveria estar verde, mas é marrom. É um exemplo do que acontece quando o fogo passa por baixo.

Aqui é uma imagem...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A parte que queimou é essa amarela?

O SR. IRVING FOSTER BROWN – Sim.

A parte preta é sombra. Há um pequeno problema de nuvem. Sombra e nuvem. Mas o resto, você vê algumas coisas. Nesse caso, taboca, principalmente, que já se transformou.

O que vocês estão vendo, só para dar uma ideia de escala: aqui são cinco quilômetros. Essa é a cidade de Xapuri, o rio Acre, e essas áreas em cor-de-rosa são áreas abertas. Nesse caso, são pastagens, em grande parte. Aqui foram pastagens que queimaram até 21 de agosto. Essas áreas menores são dos seringueiros, onde eles queimam para colocar roçados e coisas assim.

Até 21 de agosto, a floresta estava funcionando como uma barreira, mas isso se estendeu. Em setembro, o sistema virou, a floresta virou lenha. Quando isso aconteceu, tivemos esse resultado. Vejam o tamanho. São milhares de hectares de florestas que foram impactadas pelo fogo.

Aqui vocês veem essa distribuição em vários lugares. Tem projeto de colonização onde o impacto foi muito severo. O que vocês viram antes foram essas áreas. Essa área aqui, só para dar uma ideia de escala, é de dois mil hectares. Aqui, limpando, são cinco ou 10 mil hectares. Esse pode ser um incêndio que escapou ao controle e, com ventos muito fortes, foi-se espalhando para grandes áreas.

Então, só para citar uma história – o Senador tem uma história, acho que vai contá-la mais tarde, sobre a formação dele nessa área –, nós não estávamos preparados para isso. Havia um estudo que Elsa Mendonça fez para o mestrado dela, que reconheceu – tivemos a seca de 1998, mas o que impactou mais a parte norte da Amazônia ocorreu em 1997, 1998, e tivemos um pouco no Acre – que havia a possibilidade de a floresta pegar fogo, mas, em 2005, o problema explodiu. Tivemos mais de 330 mil hectares de florestas impactados pelos incêndios, mais de 200 mil hectares de áreas abertas. Em outras palavras, mais de 500 mil hectares foram impactados.

Temos cerca de 300 bombeiros no Acre. E, no auge desse problema, recebemos mais 100 que vieram do Distrito Federal, num total de 400 bombeiros. Quando se fazem as contas, são mais de 1.000 hectares de áreas incendiadas, sejam florestas ou queimadas, para cada bombeiro. Então, não é possível, com esse número de pessoas, resolver um problema desses.

Para tentar estimar qual seria o custo associado com esse evento, vamos usar, como indicadores das perdas de serviços ecossistêmicos e ambientais, a multa de R$1.000 por hectare. Então, o Acre ficou empobrecido em mais de R$300 milhões. Não saiu do bolso de ninguém, mas representa essa região que não existe mais ou a madeira que não está crescendo ou os nutrientes que não estão guardados ou problemas de escoamento de água, porque o sistema está comprometido.

Essa história se repetiu, mas numa escala um pouco menor, em 2010, muito rápida para um evento dessa magnitude. Mas 2005 e 2010 não foram as piores secas dos últimos 100 anos. O prêmio vai para o período de 1925 a 1926. Nessa época não havia problema com o efeito estufa nem com o desmatamento, mas foi conhecido como o ano em que não caiu chuva. Então temos, sem provocar o sistema, desastres que ocorrem naturalmente e que vão se repetir. Por isso garanto que vamos ter problemas no futuro. Então, vamos olhar um pouco mais esses acontecimentos.

Em Manaus, você pode olhar o nível do rio nos últimos 100 anos. Esse é um reflexo das chuvas que caem nas cabeceiras, em parte, onde estamos no Acre. Aqui, em 2005, foi muito baixo, mas tinha em vários outros. Esse período de setembro e outubro é quando o rio é mais baixo. Então, esses pontos mais baixos representam uma seca forte, prolongada. E vocês veem que houve várias, mas, no início, de 1906 a 1936, houve várias, de 10 em 10 anos. É impressionante. Mas houve uma, em 1926, que, quando era para ter muita água aqui, durante junho e julho, estava extremamente baixo o nível do rio. Por isso, foi chamado de o ano em que não caiu chuva.

Então, imaginem uma situação dessa, em que vocês têm incêndios florestais começando a se espalhar – por exemplo, pode ser no Acre, em Rondônia ou em outros lugares –, e não cai chuva em outubro, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, só em março. O que vai acontecer com as florestas durante esses meses? Se tivéssemos 300 mil hectares em 2005, qual seria a situação se a gente combinasse as duas coisas: uma seca igual à de 1926 e pontos de queimadas, vamos dizer, numa definição um pouco diferente do que o professor estava indicando? Eu gostei da definição, que me ajudou a pensar como se usam incêndios e queimadas. Qual vai ser a área impactada? E, se aconteceu no passado, em 1926 e em 2005 – dois eventos históricos –, vai acontecer no futuro, desta vez ampliado provavelmente por causa de mudanças no uso da terra e na composição atmosférica.

Por exemplo, o abastecimento de água na cidade de Rio Branco, em 1926, talvez fosse para 15 mil pessoas; em 2005 eram 250 mil. O rio não se expandiu, mas a necessidade, a demanda aumentou. Área desmatada, quase nada. Em 2005, tivemos mais de um milhão de hectares de áreas plantadas com grama da savana da África, propícia para queimar. Então, temos um sistema mais inflamável do que tivemos no passado.

Queria passar algumas lições aprendidas nessas experiências recentes. A primeira coisa é que me senti, realmente, como um peixe fora da água, porque alguém chegou para mim: "Não, não. Queimou aqui, isso foi há três meses, mas está queimando novamente." Não. Quando você queimar uma área uma vez, não vai queimar duas vezes. Mas o que acontece? Quando queima na primeira vez, você tem ainda muito material que já secou. E você pode ver... Eu olhei isso e pensei que não tinha queimado. Agora, limpando aqui, a gente viu cinzas por baixo. Então, todo esse material está pronto para queimar novamente. Havia relatos de florestas queimando três vezes. Por quê? Esses incêndios rasteiros produzem mais material combustível, permitindo que o fogo passe novamente.

A segunda lição é que, muitas vezes, esse fogo não aparece na copa. Então, os dados que nós calculamos são provavelmente subestimativas das áreas impactadas pelo fogo.

A lição do ano seguinte é que esses incêndios, quando entram na floresta, podem durar semanas. A gente estava lá, combatendo no mesmo lugar que combatemos em anos anteriores. Brasas podem durar dias, semanas, nos troncos das árvores. Em outras palavras, você pode pensar que está apagando o fogo, mas um vento pode reacender esses incêndios. E esses incêndios florestais são bombas-relógios para pastos e áreas agrícolas.

Não combater um incêndio florestal pode significar combater o incêndio num pasto ou numa área agrícola mais tarde. Resultado: incêndios florestais, quando espalhados nas florestas, são muito difíceis de se controlar, só pela própria natureza. Mas também vocês viram o número de pessoas disponíveis para a área a se cobrir.

Na seca de 2005/2010, o corpo de bombeiros teve dificuldade para controlar queimadas urbanas, sem falar nos incêndios florestais.

Um outro fator é que o desmatamento de outras áreas da Amazônia pode afetar chuvas na nossa parte da Amazônia e no Sul do Brasil. Isso se chama teleconexões. Mas, além da chuva, afeta a fumaça também.

Aqui uma publicação recente do pessoal do CPTEC. Vocês podem ver de onde vem a nossa água. Ela vem do oceano, passa em cima dessas florestas aqui, chega ao Acre, passa e vem para o Sul. E aqui temos um processo de reciclagem de água via flores-

tas. Então, o desmatamento aqui pode afetar o quanto a água vem para cá e quanto vai para o Sul. Essa é a preocupação que nós temos nesse processo.

Talvez vocês não saibam, mas o vento faz a curva no Acre.

Senador, desculpe, mas no Acre é onde o vento faz a curva.

E aqui você vê exatamente esse processo. Em 7 de setembro deste ano, você está vendo desta direção, passando em cima das florestas, chega perto dos Andes e vai para o Sul. E não é só água que passa assim, a fumaça, também. Você vê a quantidade de fumaça. Quando eu disse que foram dez vezes mais do limite permitido pela NOS, você pode visualizar isso neste sentido.

E aqui uma coisa que o Paulo Ottochi Neto, da USP, mandou passou para a gente. Era animado, mas não está funcionando, infelizmente. Você como a fumaça chega até São Paulo. Então, a nossa contribuição para a saúde de pessoas de São Paulo vem das nossas queimadas. E a revanche dos bolivianos acontece quando há uma friagem. O ar vem nessa direção. As queimadas de Santa Cruz de La Sierra vêm e invadem a área do Acre. Então, estamos em uma batalha aqui.

Lição da literatura. Essa foi uma publicação recente do pessoal da Inglaterra. Esses gráficos não nos preocupam tanto, mas a probabilidade de um evento como o de 2005 acontecer novamente.

Aqui é a concentração de CO^2. Estamos aqui no momento em que é aproximadamente 390. A probabilidade de um evento como o de 2005 seria de ponto 05 ou uma vez em 20 anos. Se o CO^2 aumenta até 450, essa probabilidade chega a ponto 5, quer dizer, um ano sim, um ano não. Quando isso vai acontecer? Baseado em gestões, daqui a 14 anos. Em outras palavras, pode ser que esse modelo seja errado, mas, baseado no que temos aqui, está indicando que a gente está mudando para uma outra situação.

Então, voltando às conclusões – espero que eu tenha justificado: seca com o potencial que nós tivemos vai acontecer, desmatamento, fumaça e mudança de composição da atmosfera vão piorar a situação, incêndios florestais depois de se espalharem são extremamente difíceis, basicamente impossíveis de se controlar.

Então, o que podemos fazer? Monitoramento, alimentação de programa, prevenção e respostas rápidas para apagar incêndios. Isso vai ser essencial. Um programa integrado à educação. Para mim isso é fundamental, desde o ensino básico, e tem que ser implementado, logo. Isso pode ser feito com ajuda de um centro nacional, por exemplo.

Só para refletir um pouco, nessas discussões, estamos falando do futuro. Quem tem o ônus da prova? Quem disser que o clima vai reagir a essas mudanças, mudar a nossa situação, ou com quem acha que não vai reagir? Ninguém tem certeza sobre o futuro. Aliás, quem aqui tem certeza de que vai estar vivo daqui a uma semana? Só para dar um exemplo.

Mas pensem bem, quais são as consequências de ser errado? E essa discussão sobre o Código Florestal... Baseados nas informações que nós temos, precisamos de mais florestas no lugar de menos para manter o ciclo de água na Amazônia. E, como vocês viram, isso está ligado ao resto do continente.

Aqui são referências. As pessoas que quiserem copiar essa palestra fiquem à vontade. E queria agradecer a vocês, mas lembrar uma coisa: todos nós estamos no mesmo barco, indo para o futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professor Irving Foster Brown, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia, pela sua boa e preocupante apresentação.

Quero registrar aqui a presença do Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga.

O nosso Relator do Código Florestal da Comissão de Meio Ambiente, Senador Jorge Viana, Senador Sérgio Souza, membro da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Agricultura.

Vamos ouvir agora a Professora Vânia Pivello, de Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo, USP.

A SRª VÂNIA PIVELLO – Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer o convite e queria registrar que acho muito importante essa aproximação dos políticos com os acadêmicos. Os acadêmicos têm muita contribuição a dar e já sei de outras reuniões que têm acontecido. Isso é muito louvável e gostaria que fosse cada vez mais estimulado.

Na verdade, o que eu vou falar – eu não combinei com ninguém a – é quase que um resumo do que foi falado aqui.

Então, o que eu queria deixar mais evidente, que já foi bastante explicado, seria a diferença entre fogo em floresta e fogo em cerrado. Eu também trabalho com cerrado e queria mostrar o que é mais importante em temos de legislação federal sobre o uso do fogo que já é previsto no Código Florestal. O seu emprego é previsto em algumas práticas agropastoris e florestais. Esse ponto foi normatizado posteriormente, e a gente tem essa legislação 2.661, onde existem vários pontos interessantes em que devemos nos pautar, porque sempre existe a conversa de que não se pode

queimar, não se pode queimar. Tudo bem, não se pode queimar, mas depende das circunstâncias.

Então, por exemplo, aqui, nós vemos que já em 1998 se coloca claramente que a queimada controlada é permitida para manejo de ecossistemas e prevenção de incêndios.Então, sim, isso está na legislação.

Queria mostrar também que existem interpretações errôneas. Então, eu nem conheço essa pessoa, mas neste texto ele vai radicalmente contra a ideia da queima controlada, colocando que incêndio nunca deveria existir.

Isso é o que vemos no senso comum. A mídia e as pessoas de uma forma geral têm essa ideia que o incêndio, o fogo, na verdade, é sempre ruim.

O fogo não é sempre ruim. Assim como colocou o Professor Coutinho muito bem, existem ambientes que precisam de fogo. E, como vimos, o cerrado é um deles. Ele precisa do fogo.

Temos aqui as conclusões de um grupo que fez um trabalho muito bom com relação a todos os biomas do mundo, onde eles separam os biomas que são dependentes do fogo. Nós temos aqui a área do cerrado no Brasil, assim como temos várias áreas de savanas e outros ambientes mais herbáceos. E temos aqui também, convivendo ao lado do cerrado, que é dependente do fogo, as florestas úmidas, que são sensíveis ao fogo.

Então, nessa classificação dos biomas mundiais, eles já colocam claramente o que são os ecossistemas. Haveria os independentes, que é onde o fogo nem acontece, mas os sensíveis ao fogo são aqueles aos quais o fogo causa dano e morte às espécies que não são adaptadas ao fogo. Isso perfaz 22% dos ecossistemas mundiais. E os ecossistemas dependentes do fogo, onde as espécies se beneficiam do fogo, como o Professor Coutinho já mostrou, são 53% dos biomas mundiais.

Se olharmos aqui no Brasil, o que vamos ter? Nós vamos ter fogo em todos os ambientes. Podemos ter queimadas desde a caatinga, passando pelo cerrado, a Mata Atlântica, Pampas, Pantanal, Floresta Amazônica. Então, todos os ambientes recebem fogo de uma forma ou de outra. Só que nós temos diferentes cenários. Savanas e campos são adaptados ao fogo; florestas tropicais não são adaptadas ao fogo. Esses são os que precisam do fogo e aqui estão os que são sensíveis ao fogo.

E nós temos também dois tipos de manejo: o manejo chamado tradicional, que é aquele mais antigo, das populações tradicionais, e os usos mais atuais, desde que o homem moderno ou o homem europeu está aqui no Brasil.

Nós vamos usar dois exemplos contraditórios: o exemplo da Floresta Amazônica, já comentado aqui, e o exemplo do cerrado.

No gradiente de cerrado, temos essa figura do Professor Leopoldo. Nós entendemos como cerrado tudo isso daqui, desde o campo limpo – o pessoal aqui do DF deve saber entender bem isso –, campo sujo, campo cerrado indo até o cerradão e os elementos lenhosos, quer dizer, as árvores, os arbustos. Os que têm matéria lenhosa vão aumentando nesse gradiente de campo limpo até o cerradão.

O fogo é mais frequente quanto menos lenhosas existem. Então, os ambientes mais herbáceos são mais adaptados ao fogo. E vemos também neste gráfico uma coisa interessante que é bom prestarmos a atenção: aqui nós temos a temperatura e aqui nós temos a chuva. Então temos, aqui na região do cerrado, três, quatro, até seis meses bastantes secos, o que leva o extrato predominantemente herbáceo a secar e formar uma massa combustível bastante grande.

Comentando sobre Floresta Amazônica e Cerrado, se olharmos no mapa, nós já vemos um verde muito mais intenso aqui e essa região muito mais amarelada. Isso é dado pela biomassa.

Nós temos um regime de chuvas aqui onde às chuvas são constantes durante o ano, o que favorece o acúmulo maior de biomassa aérea, que nós chamamos acima do chão. E aqui nós temos chuvas sazonais onde há um acúmulo de biomassa abaixo do chão.

Então, olhando a biomassa aérea, aquela que está em forma de folhas, galhos, etc., nós temos um cerrado mais aberto, com cerca de 5,5 toneladas em média. Mas, se olharmos o que nós não vimos, e não sabemos nem que isso acontece, a biomassa subterrânea é mais de três vezes a biomassa aérea no cerrado aberto. E quanto mais denso vai ficando o cerrado vai diminuindo essa proporção.

Isso leva a uma das importantes adaptações do cerrado ao fogo que é a rebrota, a facilidade de rebrota. Então, o que acontece? Queima, depois chove, às vezes até antes das chuvas, as gemas, os bulbos que estão embaixo da terra, que não vemos, eles começam a rebrotar. Então temos várias adaptações.

A temperatura do solo – essa figura também é do Professor Leopoldo – é bastante baixa. Um centímetro abaixo do solo já corresponde a uma temperatura muito insignificante com relação à temperatura acima do solo. O fogo mais forte vai estar mais ou menos de meio metro a um metro do solo, e a um ou dois centímetros abaixo praticamente não esquenta mais. E a gente tem várias adaptações a essa baixa temperatura que não chegam a danificar os bulbos, os rizomas, o que está embaixo do solo, aqueles elementos em

forma de raiz. Não chega a danificar muito os troncos. Quando abre aqui, você vê a parte viva. O fogo é rápido, chamusca o tronco e estimula a floração de várias espécies, o brotamento brota.

Por que estou passando isso? Para mostrar que os animais também, muitos deles têm adaptações ao fogo. Alguns têm a maior parte das suas casas, das suas colônias subterrâneas, onde o aquecimento é muito baixo. Então eles se escondem, fazem tocas; outros se aproveitam do fogo, porque eles comem o material que está rebrotando após o fogo; outros caçam os bichos que fogem do fogo. Então estamos vendo que temos uma série de adaptações à vegetação e também à fauna. Agora, depende do fogo, depende da intensidade do fogo. Desses fogos intensos a fauna não tem por onde escapar, ela fica simplesmente aprisionada e morre, como o Professor Coutinho já falou.

Quero chamar a atenção para outra coisa que já foi mencionada aqui: a questão da antiguidade do fogo. Esses fogos já ocorrem aí há pelo menos doze mil anos, sendo de origem humana. Mas existem estudos que mostram que a diversificação enorme que existe nas plantas do cerrado – temos cerca de 10 mil espécies de plantas nas regiões de cerrado –, essas dez mil espécies, muitas delas se formaram de quatro a dez milhões de anos atrás, sendo estimulada essa diversificação pelo fogo. Então o fogo é uma coisa muito antiga no cerrado. Ele faz parte no cerrado há milhões de anos. Não é uma coisa natural. E que fogos eram esses? Exatamente os fogos causados por relâmpagos.

Num trabalho que realizamos há algum tempo, 42 queimadas foram acompanhadas. Esse aluno morou no Parque das Emas durante quatro anos e acompanhou 42 focos de fogo que aconteceram lá dentro. Desses, 37 foram causados por raios. Quer dizer, 12% dos fogos foram causados por gente, fogos humanos que vinham da agricultura em volta.

Mais tarde um pouco, outro trabalho mostrou a mesma coisa. O nosso foi no Parque das Emas e esse foi no Parque da Serra da Canastra. Depois teve um terceiro também que mostrou a mesma coisa. Ou seja, o que a gente quer dizer? Que os fogos vão estar presentes. Mesmo que você cuide do entorno, que não permita queimadas em volta, eles vão acontecer na forma de relâmpagos, de fogos por raios.

E o que vemos hoje? O principal uso do fogo no cerrado é para a criação de gado, para estimular o brotamento e a pastagem para o gado. Como já comentamos, esses fogos tendem a favorecer as herbáceas, as gramíneas, as ervas e diminuir as plantas mais lenhosas, as árvores os arbustos.

O que devemos fazer? Por exemplo, para estimular uma alta biodiversidade, onde se tem um equilíbrio entre herbáceas e árvores e arbustos, os fogos têm que ser diferentes desses que ocorrem para pasto, do pessoal da pecuária. O pessoal da pecuária faz fogos no final da seca, quando a vegetação está bastante seca, já não tem chuva há muito tempo, o solo está seco e a umidade do ar está baixíssima.

As queimadas naturais ocorrem no início das chuvas, na época em que começa a chover. Claro, se é por relâmpago, tem que ter chuva. Embora existam raios secos, a maioria ocorre nessa época de transição, onde já existe uma atmosfera mais úmida, um ambiente mais úmido de uma forma geral.

Então o que vai acontecer? Esses fogos, são muito menos intensos, são fogos que não vão causar uma destruição como temos visto aqui nestes últimos meses. É esse fogo ameno que deve ser usado para controle da biomassa, como o Professor Coutinho comentou.

Ausência do fogo no cerrado.

A ausência do fogo no cerrado é ruim, por três coisas basicamente. Uma delas é esse desequilíbrio. Você desfavorece uma parte da biodiversidade do cerrado que precisa do fogo. Desfavorecendo essa biodiversidade, você tem aqui uma invasão por espécies exóticas.

O que é isso? Tem-se falado bastante dessa questão das invasões biológicas ultimamente. São plantas ou animais – no caso, estou falando de plantas, mas também ocorre por animais –, espécies que não são daquele ambiente, mas que vêm e acabam dominando e excluindo do ambiente as nativas.

Então a gente vê problemas aí. A braquiária é um horror, mas tem várias outras gramíneas invasoras do cerrado que são principalmente de origem africana. A gente tem várias aqui: a braquiária, o jaraguá, o gordura, o andropogon, o colonião... Há várias dessas aí.

O que acontece? Elas tomam conta do cerrado e as nativas vão se acabando. Todos os parques, todas as reservas que protegem o cerrado, têm uma ou mais dessas espécies invasoras.

A ausência de fogo no cerrado, como a gente viu, também causa esses incêndios em grandes proporções.

Esta imagem é do Parque Nacional das Emas, que o Professor Coutinho comentou há pouco: o início do incêndio em setembro do ano passado e o que sobrou depois do incêndio. Só esse pedacinho aqui não queimou. O parque inteiro foi devastado. Então qual é a ideia? A ideia é que não se deixe o fogo tomar conta e se tornar destrutivo. A ideia é que a gente faça queimadas controladas, numa época diferente dessa, quando o clima e a vegetação estão muito secos. São queimadas amenas em que você vai favorecer as espécies que precisam do fogo.

O que acontece com o fogo na Amazônia? A gente tem aqui o fogo, o cultivo de coivara, e os índios fazem isso, faziam e continuam fazendo. Eles queimam, geralmente, a borda da mata, fazem círculos onde queimam e fazem as suas plantações, utilizando então as cinzas como nutriente para as suas plantações.

Nesse caso, o que acontece? Você tem pequenas áreas queimadas e corredores que comunicam essas áreas de coivara. E essas florestas em volta vão servir de bancos de sementes, ou seja, dá para recolonizar essas áreas que vão ficar vinte, trinta ou quarenta anos sem ser queimadas novamente. Então existe uma condição de a vegetação se recuperar nessas áreas.

O que se faz hoje? Ou você queima a mata para colocar gado ou então você tem este ciclo: madeira, gado e agricultura.

Na madeira não se põe fogo quando tem extração, mas se abrem clareiras que vão secar o ambiente e aí os fogos, como o Professor Foster falou, vão ficar muito mais fáceis de chegar, porque há uma secura da atmosfera em geral e da vegetação que está aqui embaixo. Neste caso, sim, a floresta úmida não é mais uma barreira ao fogo, ela se torna também suscetível ao fogo.

O que eu queria mostrar também é que na Amazônia temos uma situação completamente diferente da do Cerrado. As raízes, muitas delas, são superficiais. Toda a reciclagem de nutrientes ocorre aqui, numa camada superficial do solo, enquanto também ocorre a morte das árvores. Se você queima ou se acontece um incêndio numa floresta, acabou a vegetação. Então, não vai mais ocorrer nada disso. Acontece a morte desse sistema que reciclava nutrientes, abrigava, fazia funcionar toda essa adubação natural da floresta, porque as árvores simplesmente morreram e tudo que está associado a essas bactérias, aos fungos, às raízes também vai morrer.

No cerrado é completamente diferente, como a gente mostrou. A parte subterrânea, que é maior do que a parte aérea, fica viva, rebrota. Ela fica lá, tranquilamente. Tanto na Amazônia quanto no cerrado nós temos uma quantidade imensa de emissões, e essa é uma grande preocupação hoje em dia, diminuir emissões.

Acontece que no cerrado também existe uma situação um pouco diferente, justamente porque a vegetação não está morta como está na Amazônia depois de um incêndio na floresta. A vegetação viva, que continua lá embaixo, que continua rebrotando, reabsorve, em um ano, tudo isso que foi enviado para a atmosfera.

Então, eu queria pontuar que são situações completamente diferentes. Quando se tem essa preocupação com relação ao fogo, que é bastante legítima em relação ao fogo em floresta, no cerrado é uma situação completamente diferente, porque o cerrado precisa de fogo ameno, não de incêndios que ocorrem se você não deixar queimar. Não dá para segurar cerrado sem queimar. Ele não vai ficar sem queimar. Vai passar um tempo, cinco, dez anos, e vai queimar de forma intensa, causando muito mais danos do que se você fizesse a queima controlada.

Para terminar essa fala, eu tenho algumas razões do uso do fogo tanto no cerrado como na floresta úmida. O que se coloca aqui é que na floresta úmida não se deve manejar com fogo, é completamente diferente. No cerrado, por outro lado, quando você quer manter a biodiversidade, eliminar ou pelo menos impedir algumas espécies invasoras, não todas, porque algumas até gostam do fogo, tem que ver o que tem lá e evitar incêndios descontrolados.

A gente pode e deve usar o fogo. Por quê? Primeiro, os nossos parques tem uma extensa área e o fogo é um instrumento barato, fácil de usar, versátil no sentido de que, conforme o regime de fogo que você usa...

O que é o regime de fogo? A época do ano em que você aplica o fogo e a intensidade com que você vai fazer aquela queimada. Isso tem a ver com a forma do fogo. Conforme esse regime de fogo, você pode ter situações até antagônicas, pode estimular herbáceas e pode estimular até arbóreas. Quer dizer, são coisas contraditórias que você consegue controlar conforme a época e o tipo de fogo que coloca.

Para terminar, queria concordar completamente com o que o Professor Leopoldo falou, de que para a conservação da biodiversidade nós precisamos da queimada controlada em mosaicos. Quer dizer, você vai queimando cada hora um lugar, não ficar queimando sempre o mesmo lugar, em regimes diferenciados, conforme os seus objetivos. Como eu falei, o fogo tem uma grande versatilidade e pode ser usado para diferentes objetivos.

Muito obrigada, agradeço a atenção. Era isso o que queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professora Vânia. Realmente, muito interessante a sua apresentação.

Passo agora a palavra ao Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade em Floresta no Ministério do Meio Ambiente.

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS – Boa tarde a todos. Agradeço o convite para participar deste debate ao Senador Rollemberg e ao Senador Jorge Viana.

Como os senhores puderam ver, essa questão do fogo é complexa. Então, dada toda essa complexidade dos fatos apresentados aqui, como a gente deve tratar essa questão em termos de legislação,

em termos de políticas públicas? É esse o debate que gostaria de fazer.

É evidente que, pelas apresentações, a situação é muito distinta nas áreas de florestas úmidas versus a situação em áreas de vegetação campestre ou de cerrado ou de matas decíduas. Então, são situações bastante distintas.

Acho que esse é um primeiro alerta, quer dizer, não devemos tratar o fogo nesses diferentes tipos de vegetação com a mesma regra. É evidente que as florestas úmidas não têm adaptação ao fogo. Quando entra o fogo, o impacto é enorme. Como foi colocado aqui, a maior parte das árvores das outras espécies morrem e a recuperação é muito lenta, se houver recuperação.

Devemos lembrar também, como o Professor Foster mostrou, que temos situações agora de mudanças climáticas. Então, uma coisa é entender qual é a situação atual e do passado, que é muito importante como referência, outra coisa é saber que os cenários futuros são de mudanças, aliás, não tão futuros. Acho que já está óbvio que essas mudanças começam a afetar o clima. Quer dizer, a frequência, a intensidade de eventos extremos, mesmo num País como o Brasil, já mudou. Estamos vendo claramente a maior frequência de grandes inundações, por exemplo, na cidade de São Paulo, na região serrana do Rio, Vale do Itajaí e tantas outras regiões. E a frequência de secas também está aumentando. Isso também complica o cenário em termos de políticas públicas e legislação.

Do ponto de vista de legislação e políticas, o ideal seria, em áreas de florestas úmidas, atuar, como foi colocado pelo Professor Foster, em termos de prevenção para evitar os riscos de incêndio, porque, uma vez ocorrendo, é muito difícil apagá-los.

Isso significa a adoção não só de atividades de educação, mas uma série de ações para mudar as práticas. Adoção de boas práticas, como se diz, práticas alternativas que reduzam a necessidade do uso do fogo nesses ambientes que são muito vulneráveis.

Uma questão precisa ser chamada à atenção, como a Professora Vânia colocou: é preciso reduzir aquelas atividades que tornam a floresta mais vulnerável. Atividades de abertura dessa floresta para exploração econômica, se não forem bem feitas, vão expor essa floresta ao ressecamento. Portanto, os riscos de incêndio será muito maior.

Nessas áreas florestais, como foi colocado, a situação no passado era de baixa frequência de incêndio, e talvez a gente não precisaria se preocupar tanto. Mas as condições estão mudando. O que poderíamos fazer? É um grande desafio. Se a gente olhar em alguns países que têm tradição de enfrentar grandes incêndios florestais, como Estados Unidos, Canadá, Austrália, eles fizeram grandes investimentos em formação de recursos humanos, equipes especializadas distribuídas em todo o território, grande uso de equipamentos, principalmente equipamentos aéreos, aeronaves, para fazer uso de água e retardantes nos combates a esses incêndios. Não é toda região que é propícia ao uso de aeronaves. Você precisa ter fontes e facilidade de reabastecer essas aeronaves de água. Isso tem um grande custo, compra de equipamento e manutenção de equipamento. No entanto, o Brasil vai ter que enfrentar isso. Acho que vai ser parte do nosso futuro fazer investimentos maiores em equipamentos, em face dessa situação de mudanças climáticas tornarem as nossas florestas úmidas mais vulneráveis a incêndios.

Uma coisas que, por exemplo, os Estados Unidos têm feito muito bem são os planos de contingência. E eles têm acordos prévios entre agências. Nenhuma unidade de bombeiro ou que faça combate a incêndio sozinha vai dar conta de combater um grande incêndio. Então o que os Estados Unidos fizeram foi investir bastante em acordo prévios entre agências. A legislação pode promover isso, no sentido de tornar uma obrigação das agências colaborar umas com as outras. Por exemplo, aqui no Brasil, os corpos de bombeiros são estaduais. É sempre uma dificuldade mobilizar os corpos de bombeiros de diferentes Estados para acudir um grande incêndio, porque os acordos não estão feitos. Quem vai pagar a conta? Como é feita essa transferências de recursos? Então é preciso um marco legal que favoreça essa cooperação interinstitucional inclusive entre organizações de diferentes Estados. É algo que talvez o marco legal possa promover, de uma obrigação de essas agências se engajarem e atenderem a solicitações de emergências ambientais.

Isso é um pouco o que faz a Defesa Civil, mas ela tem trabalhado muito mais na questão de inundação e muito menos na questão dos incêndios. Talvez, no futuro, em função da maior ocorrência de incêndios, isso naturalmente receba mais atenção na Defesa Civil.

A situação nos ambientes campestres e de cerrado – isso vale não só para o cerrado, mas para o pampa e algumas áreas campestres no Pantanal e na Caatinga e mesmo para as áreas de campinas e outras vegetações abertas na Amazônia –, como foi colocado aqui, é outra. Eu acho que a gente não pode ter ilusão nesses ambientes abertos onde os fatores que promovem acidentes estão muito presentes: raios, uso do fogo no manejo agropecuário, biomassa seca, estação seca longa. Esses fatores existem, portanto o risco de incêndio nesses ambientes é grande. Mais do que isso, como foi colocado, vários desses ecossistemas evoluíram com o fogo. Então, também não caberia estabelecer uma proibição do fogo nesses ambientes.

Hoje nós temos situações complexas. Por exemplo, o Estado do Rio Grande do sul, na sua legislação estadual, proibiu o fogo. Bem intencionados, os legisladores acharam que estavam ocorrendo muitos incêndios que deveriam ser proibidos.

Ora, estudos ecológicos mostram que,na ausência do fogo, esses ambientes campestre começam a ser tomados por vegetação lenhosa. Então a tendência é a substituição dessas áreas campestres por vegetação arbórea. Isso já acontece em algumas regiões, como, por exemplo, no Estado de São Paulo, algumas reservas do interior, pequenas, onde foi possível um trabalho muito efetivo de proteção, o que era campo cerrado 40 anos atrás. Hoje em dia é um cerradão.

Se o nosso objetivo é manter a diversidade de ecossistemas, então, para essas regiões, não caberia uma medida legal, drástica, de proibição de toda e qualquer situação de uso do fogo. É evidente que isso não é simples. Não se pode admitir a situação atual, de uma freqüência muito alta de incêndios, incêndios de grandes proporções com grandes danos ambientais, como foi colocado aqui, mas não se pode, por causa disso, achar que a solução é passar para uma situação de exclusão completa do fogo. Primeiro, isso não é razoável, ecologicamente falando, para aquelas áreas de vegetação aberta; segundo, isso não é factível.

Infelizmente a gente já teve experiência e vários aqui de Brasília presenciaram incêndios muito intensos aqui nos arredores, recentemente, no final dessa seca. Tivemos grandes incêndios ao redor de Brasília. Eram áreas submetidas a muita proteção, com brigadas de incêndios, etc. No entanto, as condições foram favoráveis para uma ocorrência de incêndio, porque se acumulou biomassa durante muitos anos de exclusão. Era uma época de muito calor, muito vento, muita secura. As condições são extremamente favoráveis para uma ocorrência de incêndio, e não é um incêndio benéfico; é um incêndio necessariamente maléfico, que vai causar muito dano.

Então é preciso que na legislação e nas políticas públicas se enfrente essa questão. Não são nem oito nem 80, quer dizer, nós não podemos nem aceitar a continuação dessa situação, desse excesso de queimadas no Brasil, como também não podemos, em ambientes que evoluíram com a presença do fogo, querer excluir o fogo.

Então, é preciso, sim, que a legislação dê abertura, como o Código atual prevê. É preciso garantir no novo Código a possibilidade, onde as condições ambientais e os subsídios científicos indicarem, de se fazer uso do fogo controlado, para promover, justamente como foi indicado aqui, o fogo em mosaicos e reduzir os riscos de grandes incêndios.

Agora, essa não pode ser uma receita para todos os ambientes no Brasil. Essa é uma receita para ambientes como o cerrado. E dentro do cerrado, nós precisamos lembrar que há um mosaico de vegetação. A mata ciliar no cerrado é muito vulnerável ao fogo. A vereda, no cerrado, é muito vulnerável ao fogo. Então, tem de haver uma diferenciação.

Como é que se faz isso nesses países que já têm mais tradição? Eles exigem que as áreas protegidas estabeleçam planos de manejo de fogo com zoneamento, identificando quais são os ambientes mais vulneráveis ao fogo, onde deve ser prioridade máxima a exclusão do fogo, a prevenção, etc., e aqueles ambientes que são mais inflamáveis e mais resistentes ao fogo e que, inclusive, contenham espécies que dependam do fogo para rebrotar, para florescer, para se reproduzir, onde se possa praticar o manejo do fogo.

Se você olhar planos de manejo de áreas protegidas da Austrália, dos Estados Unidos, da África do Sul, do Canadá, etc., eles têm essa previsão, tanto que em alguns planos de manejo na Austrália eles colocam um subtítulo: “Antecipando o inevitável.” Quer dizer, eles reconhecem que essa é uma realidade e que a forma de enfrentar isso é reduzindo a biomassa, reduzindo o risco de fogo e provocando um ambiente em mosaico. Assim, quando vier um grande incêndio de áreas vizinhas, não vai se propagar, porque não vai encontrar combustível suficiente para um grande incêndio.

Então, o que seria necessário? Orientar que todas as áreas protegidas naqueles ambientes onde o fogo faz parte da ecologia, que isso faça parte do seu plano de manejo. Tem de ter essa previsão, com o adequado subsídio científico, para que isso seja feito de forma adequada.

Voltando à questão de prevenção, ela já é feita no Brasil, o monitoramento é feito no Brasil, só que isso pode ser aperfeiçoado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Professor, essa parte de que o senhor acabou de falar, da incorporação como prática nos planos de manejo, obviamente nas regiões de que estamos tratando, se pudesse explicar um pouco melhor: o que tem hoje e como poderia entrar isso?

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS – Hoje, como é feito? Nos parques, por exemplo, de cerrado, a prática usual é fazer aceiros no entorno da unidade de conservação, ao longo da cerca. É um aceiro feito com trator, com patrol. Você faz um aceiro com remoção total da vegetação. E frequentemente se divide o parque também em algumas áreas, usando estradas e ampliando para servir de aceiros. É feito um monitoramento de risco de incêndio com a estação meteorológica, para que a gente tenha uma avaliação

do risco de incêndio, e essa informação é utilizada no uso da área. Quando o risco de incêndio é muito grande, você restringe o acesso às pessoas, proíbe a visitação. Há uma série de medidas que são adotadas.

No entanto, o que é feito hoje não é suficiente, porque se consegue o sucesso durante dois, três, quatro, cinco anos, às vezes, ao excluir o fogo, mas, eventualmente, depois desse tempo, vem um grande incêndio, como foi mostrado, aqui, no Parque das Emas. O mesmo se repete, infelizmente, com Canastra, Veadeiros e outros grandes parques em que simplesmente se queima o parque inteiro. Então todo aquele trabalho é perdido.

Então, as lições aprendidas são: não se seguram, não se previnem para sempre incêndios em grandes parques aqui do cerrado. Esses aceiros não são suficientes. Nós podemos verificar, em dias de muita seca e vento, no final da estação da seca, aqui no cerrado, que o fogo pula esses aceiros. O fogo pula um asfalto, pula uma estrada de pista dupla asfaltada. Então, achar que um pequeno aceiro vai ser suficiente, não vai.

A gente precisa usar essas lições para saber como avançar.

Lá nos Estados Unidos, que têm uma grande tradição, os planos de manejo fazem o mapeamento da área, um zoneamento, identificam as diferentes topologias da vegetação, o que é mais vulnerável e o que é mais resistente ao fogo, estudam o histórico de fogo na área, para verificar em quanto tempo cada área não é queimada ou quando houve queimas recorrentes, e essa informação é utilizada para, então, fazer recomendações.

Eles fazem dois tipos de recomendação: uma é no sentido de se tolerarem incêndios naturais causados por raios. Então, você pode prever isso nos planos e falar: "Olha, se cair um raio nessa área, deixe queimar; se cair nessa outra área, que é muito vulnerável, tem de combater." E faz-se também a previsão de onde é necessária uma intervenção humana, manuseando o fogo controlado.

É isso que existe nesses outros países.

Aqui no Brasil, havia e ainda há muita resistência da parte dos técnicos. E eu conheço bem, porque eles ficam inseguros de serem acusados de permitir incêndio dentro de uma área protegida, em função da legislação ambiental. Então, é preciso que a legislação ambiental seja compatível e reconheça: há situações em que, sim, isso tem de ser feito, senão as consequências poderão ser muito maiores.

É essa a complexidade. Infelizmente, a pesquisa mostra que não tem uma solução simples. Claramente, nós precisamos tratar de forma diferente as florestas úmidas das vegetações de campo e cerrado e temos de ter uma visão de futuro. Infelizmente, esses eventos extremos de grandes secas e inundações vão se tornar mais frequentes. Então, o Brasil tem de se preparar para isso.

Como é que se prepara para isso?

Já foram dadas várias sugestões: melhorar a infraestrutura de prevenção e monitoramento; melhorar o investimento em estruturas de combate – o Brasil vai ter de ampliar muito a sua capacidade de combate em relação ao que tem hoje; melhorar a organização e a cooperação interinstitucional – as instituições deveriam ter uma obrigação de atender a esses chamamentos em situações de emergência; e praticar o manejo para reduzir a vulnerabilidade aos incêndios.

Só esse conjunto de medidas pode fazer com que a gente avance para uma situação de maior tranquilidade no futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado. Quero agradecer ao Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente.

Registro com alegria a presença do Senador João Pedro, do Amazonas, do Deputado Sinésio Campos, Líder do PT na Assembleia Legislativa, do Deputado Estadual Luiz Castro, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Amazonas, do Jeanito, Presidente do Jardim Botânico do Distrito Federal.

Peço licença rapidamente aos nossos convidados – já vamos iniciar a Ordem do Dia daqui a pouco – para submeter à apreciação apenas dos membros da Comissão de Meio Ambiente, extrapauta, três requerimentos importantes para dar continuidade aos trabalhos desta Comissão.

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta dos requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Passo a ler os requerimentos.

Requerimento do Senador Paulo Davim.

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno desta Casa, requer realização de audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de conhecer e debater as providências e encaminhamentos relativos ao VI Fórum Mundial da Água, que acontecerá em março de 2012, em Marselha, França.

Sugiro sejam convidados os seguintes especialistas: Dr. Benedito Braga, Coordenador do VI Fórum Mundial da Água, representante da Agência Nacional

de Água (ANA) e representante do Ministério das Relações Exteriores.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Outro requerimento.

Requer, nos termos regimentais, seja realizada por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2010, que cria a área de proteção ambiental da Serra da Canastra, que passa a compor o Mosaico de Unidade de Conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, e apensados dos quais sou o Relator nesta Comissão de Meio Ambiente, com a participação dos seguintes convidados: Rômulo José Fernandes Barreto Mello, Presidente do Instituto Chico Mendes (ICMBio); Mário José Gisi, Subprocurador-Geral da República, Coordenador da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; representante do Ministério das Minas e Energia; Nilzo de Faria, Prefeito do Município de São Roque de Minas; André Luís Braga Picardi, articulador voluntário do Programa de Revitalização do rio São Francisco e ex-Secretário de Meio Ambiente do Município de São Roque de Minas; Reinaldo Sebastião de Almeida, Presidente da Associação Instituição Representativa dos Canastreiros, e Jorge de Oliveira Penha, Presidente da Associação dos Extratores e Comerciadores de Quartzitos do Médio Rio Grande.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O terceiro requerimento: requer, nos termos regimentais, a indicação dos Senadores Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg para participarem, como representantes da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de audiência, com a presença do corpo de cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), além de professores e reitores de universidades do Estado do Amazonas, a realizar-se no dia 4 de novembro de 2011, na cidade de Manaus, com o objetivo de instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 – reforma do Código Florestal.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de passar a palavra ao Senador Jorge Viana, quero agradecer a presença dos nossos debatedores, que trouxeram uma contribuição muito interessante a este debate. Também quero fazer algumas colocações.

Quero dizer que gostei muito, especialmente no que se refere ao cerrado. Quero registrar que sou um apaixonado pelo bioma cerrado. Acompanho o cerrado há muito tempo. Há cerca de 30 anos, nessa região goiana do Cerrado, a pecuária ainda utilizava o processo da queimada da macega no período da seca. Ao longo do tempo, essa prática foi diminuindo. Ainda existe hoje, mas em quantidade menor, com a substituição das gramíneas importadas, especialmente a braquiária e o andropolo. Eu até imaginava que o jaraguá e o capim gordura fossem nativos do cerrado. Aprendi hoje que também são exóticos.

Pois bem, aqueles fazendeiros mais antigos, considerados mais sábios na região, utilizavam a metodologia que tem muito a ver com o que foi dito aqui: eles deixavam para fazer a queimada após a primeira chuva, o que fazia com que as queimadas fossem mais brandas e não prejudicassem tanto o meio ambiente.

Achei muito interessante, porque Brasília – está ali o Diretor do Jardim Botânico – sofreu muito este ano com o fogo avassalador no Jardim Botânico exatamente por isso, porque quando se faz um grande esforço e passam-se muitos anos sem queimadas ou sem incêndios, ocorre um acúmulo de matéria seca e, quando vem o fogo, ele passa a ter proporções devastadoras, avassaladoras. Foi o caso de muitas regiões no Distrito Federal.

A minha pergunta é a seguinte: no caso da queimada controlada, ela também, ao longo do tempo, não provoca uma perda de biodiversidade no cerrado?

Essa é uma pergunta que eu gostaria de fazer, porque, efetivamente há perda de matéria orgânica. O grande prejuízo das queimadas é a questão da fauna. Mesmo as queimadas controladas, ou seja, com fogo mais brando, também acabam produzindo prejuízos à fauna, sobretudo aos animais menores e aos que têm dificuldade de deslocamento, como, por exemplo, as cobras, os pequenos pássaros, seus ninhos. Enfim, essa é uma pergunta que eu gostaria de fazer.

A outra questão, que eu gostaria que o Professor Irving Foster Brown a explicasse melhor, tem a ver com o papel dos chamados rios aéreos. Inclusive, recentemente, até porque sou Relator do projeto, realizei seis audiências públicas no Parque Nacional da Serra da Canastra e, na ocasião, ao visitar a nascente do rio São Francisco, algumas pessoas disseram que ali acontecia um fenômeno e que os estudos mostravam que grande parte dos afloramentos da água da nascente do rio São Francisco não eram apenas os naturais, mas sim, afloramentos dos tais rios voadores da Amazônia.

Eu gostaria de esclarecer essa questão.

Mais uma vez – e quero ressaltar as palavras da Professora Vânia – faz-se necessária uma interlocução cada vez maior do Congresso Nacional com a área científica, com a área acadêmica, no sentido de avançar os conhecimentos acerca dessa questão, porque fica muito claro que o fogo – eu estou absolutamente convencido disso –, para o cerrado deve ser um instrumento utilizado em manejo de determinadas áreas, para evitar incêndios avassaladores como os que tivemos em algumas regiões do Distrito Federal ao longo deste ano. É necessário investir em mais conhecimento científico para saber como usar, em que medida usar, em que escala usar, em que tempo usar, com que intervalo utilizar, para que também não haja perda da biodiversidade, especialmente a animal.

Realmente é impressionante a adaptação do cerrado ao fogo. A gente percebe, por exemplo, nessas áreas de campo limpo especialmente, ou de cerrado menos denso, que sete, oito dias depois surge essa flor característica do cerrado, que é muito bonita, a Caliandra. É impressionante a quantidade de flores que surgem exatamente depois do fogo. Nas minhas observações, eu já percebi que a Caliandra surge com muito mais força após a passagem do fogo.

São os questionamentos que eu gostaria de deixar aqui para os nossos convidados.

Entendo que chegou a hora, até em função da importância da nossa biodiversidade florestal e da biodiversidade do cerrado brasileiro, de o Brasil ter, efetivamente, um centro nacional em Brasília, em função da sua localização geográfica, e como Capital, de prevenção e combate a incêndios florestais; um centro bem equipado, bem montado, com instrumentos e também com pessoal capacitado e, ao mesmo tempo, com programas permanentes de qualificação, de mobilização, de recrutamento e de qualificação de voluntários, para que, no caso de grandes incêndios, possa ter condições de recrutar pessoal para evitar consequências danosas maiores.

Estes eram os registros e as colocações que eu gostaria de fazer.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Presidente Rodrigo, caros Senadores, nossos convidados, eu queria agradecer a presença de todos.

Quero dizer que hoje foi um dia duro aqui, porque tivemos o esforço concentrado para a leitura do Relatório do Senador Luiz Henrique, pela manhã, e a reunião de duas comissões. Então esta audiência ficou um pouco prejudicada, mas a atenção que lhe tem sido dada vai garantir que seja levado em conta no debate do novo Código Florestal um tema tão importante como esse que os senhores trouxeram aqui a convite nosso.

Esta é uma audiência gravada. Sou um dos relatores, ouvi atentamente as observações e começo, somando-me às preocupações do Senador Rodrigo Rollemberg, fazendo um apelo a cada um dos expositores: nós gostaríamos de receber, se fosse possível, contribuições objetivas para esta fase do Código Florestal que estamos vivendo, de como começar um processo de inclusão, na legislação brasileira, dos mecanismos legais necessários para que se possa lidar melhor com o fogo, seja fazendo uma utilização dele como parte da ecologia do cerrado, sejam as precauções e os cuidados que devemos adotar nas áreas de floresta tropical úmida.

É muito importante a presença do Professor Bráulio, com quem tenho conversado. E eu acho, Senador Rodrigo, que é uma oportunidade que nós temos. É óbvio que a diferenciação maior vai se dar quando nós estivermos trabalhando no que eu chamo de pós-Código Florestal. Fizemos a Lei do Bioma do Cerrado. Certamente vamos aprofundar um pouco mais, mas cabe no Código Florestal nós avançarmos no que der sobre a questão dos incêndios e do fogo.

Pena que não tínhamos a audiência, tivemos que fazer neste horário, porque seria muito importante. Agradeço pelo que pude aprender hoje aqui. Sou engenheiro florestal e, quando estudei o fogo, aqui em Brasília, aprendi um pouco, desenvolvi algum conhecimento sobre o cerrado, mas não me foi ensinado, nem tinha como, porque isso não fazia parte da nossa vida, do nosso cotidiano, como lidar com incêndios florestais na Amazônia.

Eu fui Governador, estava Governador durante a seca de 2005. Sobrevoei, com o Dr. Foster Brown, várias áreas. Ficávamos impressionados. As duas imagens que ele apresentou falam por si sós, uma imagem onde você tem ação antropizada com algum resquício de fogo, porque nessa época de agosto já tem algum fogo, mas que faz um contraste enorme com a imagem de outubro do mesmo ano, quarenta e cinco dias depois, quando nós tivemos um incêndio que chocou a todos nós no Acre.

Como ele explicou para todos, era uma novidade, aprofundaram um certo conhecimento e hoje nós temos condições de deliberar sobre esse assunto na região.

Eu queria dizer que nós estamos diante de uma situação em que ou adotamos algumas medidas, como bem falou o Professor Bráulio... O Professor Leopoldo Coutinho falou do quanto de danos já estamos tendo, porque já se extrapolou o limite da ecologia do cerrado. Nós estamos enfrentando desastres enormes especificamente com a nossa fauna, que é um problema hoje,

mas se não adotarmos medidas objetivas e em curto prazo, Senador Rodrigo Rollemberg... Quando nós discutimos a possibilidade desta audiência, ele, como Senador do Distrito Federal, imediatamente mostrou o respeito e a atenção que tem pela região e falou: "Isso é grave. Temos que dar um tratamento".

Espero estar errado, espero que possamos adotar as medidas preventivas nos antecipando ao que pode acontecer. Mas, pelo que sobrevoei este ano, em pouco tempo podemos ter vítimas desses incêndios entrando em cidades da região Centro-Oeste e vitimando um número muito importante de pessoas. Essa é uma possibilidade concreta.

Do mesmo jeito que o Professor Bráulio falou, às vezes a gente não quer acreditar como o fogo pulou algumas áreas. E eu não pude acreditar como ele não entrou em outras. Chegou e parou num pequeno aceiro na borda de alguns bairros de algumas cidades.

Como a ocupação desordenada está ocorrendo no Centro-Oeste, com cidades se estabelecendo em várias regiões, é uma questão de tempo, se não for adotada alguma medida imediatamente, para nós enfrentarmos, quem sabe, desastres de grandes proporções, vitimando muitas pessoas não do ponto de vista material, mas com perda de vidas.

Esse é um aspecto importante. E quando estamos tratando da legislação do Código Florestal, acho que podemos avançar um pouco no que puder.

Na Amazônia, hoje... Ainda esta semana eu tive uma reunião com o chefe do Ministério Público Federal e o chefe do Ministério Público Estadual no Acre. O desmatamento em grandes áreas do Estado do Acre, eu diria que está absolutamente sob controle, graças à ação do Governo Federal e do Estado e às políticas públicas que estamos implementando. Mas temos um problema sério: os assentados. Os pequenos produtores que são extrativistas e, em alguns casos, ribeirinhos, muitos em assentamentos, que fazem o que nós chamamos de "roçados", e os fazem anualmente. E, como bem disse a Professora Vânia, de fato a maior parte da nossa biomassa está acima do solo, no caso da nossa Região Amazônica. E no caso do cerrado, está abaixo do solo, chegando a uma proporção de três vezes a biomassa que tem acima.

No nosso caso, é óbvio, copiando um pouco os indígenas, que se usa o fogo para disponibilizar os nutrientes que estão armazenados nessa biomassa para o que se vai plantar, já que nossos solos são fracos. Aparentemente, é um sistema muito interessante. Você disponibiliza com roçado os nutrientes e a vegetação, com um pouco de chuva, que começa normalmente em setembro. Com isso se tem uma boa produção. Com um agravante: eles têm que fazer o pousio, repetindo isso em novas áreas, tendo em vista que aquela biomassa disponível foi toda consumida.

Obviamente o rendimento disso era muito baixo e a intensidade era pequena há alguns anos. Mas hoje em dia um número muito grande de pequenos produtores de agricultura de subsistência se utiliza disso. Estou falando de 30 ou 40 mil hectares por ano só no Estado do Acre. É um número bastante expressivo. E estamos pensando em substituir isso pelos roçados ecológicos, com alguns mecanismos. Portanto, esse programa do Bolsa Verde é determinante para que se possa por freio nesse tipo de atividade, porque boa parte dessas famílias podem utilizar os rios, as praias, fazer um plantio nas áreas. Aí já compõe um processo mais natural.

A substituição do fogo nessas regiões é uma necessidade. O que o Professor Foster colocou aqui é real. A combinação de uma seca intensa com o que temos de manejo de solos no Estado inteiro é assustador. Neste ano, Professor Foster, voando sobre o Acre e andando pelo interior do Estado, vi incêndios acontecendo. Como foram em proporções pequenas, o registro não foi alarmante ou grave, como vimos em outras situações. Ou seja, a partir da intervenção que fizemos, vamos ter que lidar com isso daqui para a frente. E não estamos preparados para tal, não temos as condições.

Portanto, mesmo que o custo seja grande, como o disse o Professor Bráulio, está passando da hora de o Brasil criar uma estrutura que não pode ser descentralizada, isto é, cada Estado faz o seu, pois é mais caro e menos eficiente. Tem que ser algo que tenha um grupamento treinado, com equipamento centralizado que ora vai para Roraima, ora vem para o cerrado, ora vai para o Acre, ora vai para o Nordeste, ora vai para o Sul, ora vai para o Sudeste.

É muito importante que se faça isso. E esta audiência pode ser uma nova história que estamos construindo, como disse a Professora Vânia, uma interação entre pesquisadores e cientistas, quem tem o conhecimento, quem estuda, com quem constrói cenários com a política, que delibera sobre as prioridades e sobre a legislação, que somos nós.

Eu mesmo tenho falado: na decisão do Código Florestal, na dúvida, vamos recorrer à ciência, vamos recorrer à comunidade que acumula conhecimento técnico-científico, obviamente sempre atentos à realidade do nosso País, pensando também nos produtores.

Portanto, nesta audiência, a dimensão que devemos dar é do tamanho de que necessitamos neste momento no País. É gravíssimo. Se já não temos tantos recursos para implementar os planos dentro das unidades de conservação, muito menos recursos nós

temos para recorrer. O que aconteceu este ano chocou o Brasil inteiro. Mas as medidas podem ser tomadas a partir de uma audiência como esta: ajudando-nos a encontrar a formulação adequada na legislação e o Brasil começar a se adaptar a uma situação que exige também uma atualização.

Falo isso porque como cidade, no Código Florestal... Quando foi feita a última versão do Código Florestal, em 1965, o Brasil era rural; hoje, o Brasil é urbano. Oitenta e quatro por cento da população vivem em cidades, em vilas, em lugarejos, e isso tem de ser levado em conta quando discutimos um tema como esse.

Então, agradeço a presença de todos. Quero dizer que foi muito importante para mim, para o Senado e para esta matéria sobre a qual temos de deliberar.

As disposições – faço questão de recolher cada uma delas, até para ter em arquivo pessoal e para incluí-las na nossa separata – sobre a história de Código Florestal novo, mas especialmente queria fazer este apelo, no sentido de que pudéssemos receber, durante estes dias que ainda temos, estas semanas, uma contribuição mais objetiva do ponto de vista de... Já que os senhores comparam com outros países, como os países lidam com isso? Como poderíamos lidar? Naquilo que diz respeito só ao Brasil, que é inovador, tudo bem, vamos inovar. Mas fazer uma adaptação do que já experimentaram alguns países também seria muito importante.

Era isso, Senador Rodrigo.

Muito obrigado.

Tomara que possamos incluir esse tema, da maneira adequada, dentro do Código.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Desculpe-me, só queria fazer um apelo também: que fosse incluído em um dos requerimentos que V. Exª pôs em apreciação – de uma audiência pública para discutir e que cria a área de proteção ambiental na Serra da Canastra – o nome do Deputado Odair Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeito. Ele tem participado...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É uma pessoa envolvida diretamente com esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeito. Ele tem participado de todas essas discussões.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Por gentileza, eu pediria a inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Submeto à apreciação do Plenário o requerimento.

Aqueles que concordam com a inclusão do nome do Deputado Odair Cunha permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo a palavra, na mesma ordem, para que possam fazer suas observações e cumprimentos finais.

Com a palavra, Dr. Leopoldo Coutinho.

O SR. LEOPOLDO COUTINHO – Bem, foram feitas algumas questões. Foram muitas, não vou recordar-me de todas elas. Mas, com relação, por exemplo, aos animais lentos – foi citada aqui a cobra –, essa fauna de menor porte, como cobras, calangos e tal, protege-se no interior de buraco de tatu. Eles entram para baixo da terra, então se protegem. O problema maior é a fauna de maior porte, que são os veados, as emas, os tamanduás, as antas. Esses são os animais que mais sofrem durante os incêndios.

A causa – eu já disse, mas vou insistir – está no acúmulo de combustível que se deixa ocorrer. Esse acúmulo tem de ser evitado. De que forma? Realizando-se queimadas em rodízio, para manter a quantidade de combustível baixa.

Eu queria fazer uma observação à questão do pessoal dos parques. Tenho algum contato com o pessoal dos parques, particularmente de Emas. Eles têm, sim, receio de praticar as queimadas para evitar os incêndios. Mas não é só uma questão de receio sem razões. Eles têm receio porque sentem que, se uma queimada que fizerem saltar e se alastrar, não há pessoal nem equipamento para controlar.

Fica a culpa para quem? Para eles. Então, eles preferem não fazer. Se fosse dado, em primeiro lugar, um suporte por parte de seus superiores, que dissessem: "Vocês têm permissão para fazer o manejo de fogo dentro do parque. Isso está na lei. Vocês podem fazer. Vamos fazer"; se fosse dada condição de pessoal, se fosse dada condição de equipamento, acredito que eles fariam.

Agora, as condições atuais são péssimas. O cara não tem um caminhão-pipa. O que tinha pegou fogo. Quer dizer, pegou fogo na caixa d'água. O helicóptero que mandaram no ano passado chegou lá sem gasolina. Como ele ia sobrevoar o parque, para jogar água no fogo, se não havia gasolina?

Então, são coisas assim que precisam estar estruturadas, organizadas, preparadas para esses eventos ou para o manejo do fogo. Aí ele vai sentir segurança. Aí ele vai dispor-se a fazer o manejo. Do contrário, ele prefere ficar na dele: "Eu não vou fazer manejo de fogo aqui. De repente pega fogo em tudo, e não tenho como controlar. Então, não vou fazer".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Desculpe-me interromper. Estou com

um problema, com uma dificuldade, porque acabo de ser informado de que começou a Ordem do Dia. E já começou com votação nominal de um projeto extremamente importante para a área ambiental, que é o PLC nº 1, que define as competências dos órgãos ambientais nacionais e federais.

Então, vou pedir desculpas a todos que estão presentes. Agradeço a presença, que realmente foi de extrema valia. Está tudo gravado. Nosso Relator certamente aproveitará as contribuições.

Vou declarar encerrada a reunião. Todas as sugestões e comentários os senhores podem mandar por *e-mail*.

Agradeço e peço desculpas, mas vou encerrar a presente reunião. Muito obrigado.

(Reunião iniciada às 14 horas e 35 minutos e encerrada às 16 horas e 32 minutos)

ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2011.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Walter Pinheiro, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Walter Pinheiro, Antônio Carlos Valadares, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral, Paulo Paim, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Reditário Cassol, Benedito de Lira, Cícero Lucena e Maria do Carmo Alves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, João Ribeiro, Eduardo Braga, Lobão Filho, Ciro Nogueira, José Agripino e Gim Argello. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Walter Pinheiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 439, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Humberto Costa, que "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para criar mecanismos de proteção ao consumidor no âmbito do comércio eletrônico." A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. O Projeto é retirado de pauta, atendendo solicitação da relatora, Senadora Ângela Portela, para análise das quatro emendas apresentadas pelo Senador Cyro Miranda. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 450, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para garantir a facilitação de atendimento do consumidor por órgãos públicos de proteção e fiscalização através da internet." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o parecer favorável, com as emendas de nº 01 a 07-CCT, é aprovado. Durante a discussão, faz usa da palavra o Senador Flexa Ribeiro. **Item 3: Projeto de Decreto Legislativo n.º 174, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à CV – Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul." A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 4: Projeto de Decreto Legislativo n.º 50, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Voluntários para Eventos Beneficentes de Santa Fé de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé de Goiás, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo n.º 51, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural de Peixe para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peixe, Estado do Tocantins." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 167, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Universal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 154, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Manancial FM de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade

de Ubatuba, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 173, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Sociedade Beneficente Amigos da Pedreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catarina, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 38, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Montanhesa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 287, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Gurjão – ACCECG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gurjão, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 314, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Fundação de Assistência ao Trabalho e Bem Estar Social São José para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Caiana, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 86, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária São Sebastião para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião de Lagoa de Roça, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 637, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão de Boa Vista – PB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 895, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ferreiros – ACCCFE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ferreiros, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 900, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura São Francisco para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jatobá, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 162, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Florianópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 47, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Liberal FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dracena, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 54, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Carioba Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Americana, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 59, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão out-

orgada à Rádio Difusora de Fernandópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 166, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Grande Associação Comunitária Lutamos pela Nossa Liberdade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Reditário Cassol e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 464, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Poté para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poté, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 156, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Giruá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e nove minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada, no diário do Senado Federal. – SENADOR **WALTER PINHEIRO**, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

ATA DA 50ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTA COM A 45ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às oito horas e quarenta e dois minutos do dia oito de novembro de dois mil e onze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senhores Senadores Eduardo Braga e Acir Gurgacz, Presidentes das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e Agricultura e Reforma Agrária, respectivamente, com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Antonio Carlos Valadares, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Delcídio do Amaral, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Reditário Cassol, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena, Marinor Brito, Antonio Russo, Clésio Andrade, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Ana Amélia, Jayme Campos, Eduardo Suplicy e Blairo Maggi, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Vital do Rêgo, Lobão Filho, José Agripino, Zeze Perrella e Eduardo Amorim. Comparecem à reunião os Senhores Senadores Jorge Viana, Randolfe Rodrigues e Kátia Abreu, não membros das Comissões. O Presidente registra a presença dos Senhores Deputados Federais Reinhold Stephanes, Valdir Colatto e Marcos Montes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item único: Projeto de Lei da Câmara n.º 30, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Sérgio Carvalho e outros, que "Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências." O relator designado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária é o Senador Luiz Henrique e o relatório favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, rejeitando as emendas 3, 8, 13, 16, 17, 18, 20, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 51, 53, 54, 56, 57, 59, 61, 63, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 12l, 122, 123, 124, 125, e 126 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e as emendas 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e acolhendo parcialmente as emendas 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11,

12, 14, 15, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 36, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 58, 60, 62, 64, 66, 68, da Comissão Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a emenda 5 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e acolhendo integralmente as emendas 108 e 109 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a emenda 15 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, é aprovado, na forma da emenda nº 2 CCT/CRA (Substitutivo), ressalvados os destaques para votação em separado das Emendas nº 35, 39, 40, 53, 58, 64, 65, 75, 103, 118 e 119 perante a CCT e 2, 5, 9, 12, 13, 14, 24, 27 e 29 perante a CRA. Fazem uso da palavra para discutir a matéria os Senhores Senadores Ana Amélia, Blairo Maggi, Rodrigo Rollemberg, Sérgio Souza, Cyro Miranda, Antonio Carlos Valadares, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Marinor Brito, Katia Abreu, Walter Pinheiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy. O Senhor Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Eduardo Braga convoca reunião para o dia 09/11/2011, às 8h30, para apreciação e votação das emendas destacadas. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às doze horas e dezoito minutos, determinando que nós, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** e **Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária** lavrassem a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Agricultura e Reforma Agrária e publicada, no diário do Senado Federal. – SENADOR **EDUARDO BRAGA**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; – SENADOR **ACIR GURGACZ**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Declaro aberta a 50ª Reunião de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a 45ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, reunião conjunta.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado* da República.

A pauta do dia de hoje tem como item único exatamente o debate, a discussão, e a votação, no mérito tanto na Comissão de Ciência e Tecnologia como na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, por primeiro, do Código Florestal, o Projeto de lei nº 30 da Câmara dos Deputados, de 2011, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981; 9.393, de 19 de dezembro de 1996 e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Lei nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 20 de agosto de 2001, e dá outras providências.

A propósito do debate, da discussão, e da votação do mérito deste relatório, é importante destacar o trabalho e o esforço da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, bem como da Comissão de Ciência e Tecnologia no sentido de poder abrir, disponibilizar e, ao mesmo tempo, levar ao debate nacional a questão do Código Florestal e fazê-lo de maneira a possibilitar que a ciência e a tecnologia contribuam de forma positiva para a construção de um Código Florestal que não seja apenas para a legalização ou para a resolução de problemas ocorridos no passado, mas que também possam preparar e construir um futuro inteligente para a nação brasileira.

Se de um lado o Brasil é um grande produtor do setor agrícola mundial, porque o agronegócio é um dos fundamentos da nossa economia, por outro lado, é também o Brasil o país que possui a maior floresta em pé do planeta, a maior floresta tropical do planeta e que possui na Amazônia brasileira não apenas uma reserva florestal importante, mas também o maior banco de biodiversidade do planeta.

É com essa expectativa e com a certeza de que haveremos de construir um modelo especial, comprometido com as futuras gerações, amplamente debatido com a sociedade, amplamente debatido com a nação brasileira, que abrimos a reunião de hoje, gostaria neste momento, portanto, de passar a palavra ao Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, para suas considerações iniciais na reunião que reputo histórica de hoje, uma reunião conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, para, sob a coordenadoria e a relatoria do Senador Luiz Henrique, votar pela primeira vez nesta Casa o mérito do novo Código Florestal brasileiro.

Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Saúdo o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Eduardo Braga; nosso Relator, Senador Luiz Henrique; Srs. e Srªs Senadoras.

Depois de nove meses de discussão dessa matéria e debates, chegamos ao ponto de votar nas Co-

missões de Ciência e Tecnologia e Agricultura e Reforma Agrária.

Faço questão de fazer um agradecimento especial aos Senadores que sempre estiveram conosco em audiências públicas e nesse debate tão importante para a agricultura brasileira, em especial a Senadora Ana Amélia e os Senadores Blairo Maggi, Casildo Maldaner, Moka, Jayme Campos, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Antonio Russo, Reditário Cassol e Flexa Ribeiro. Em todas as audiências públicas e em todos os debates, tivemos sempre a presença dos nossos Senadores, atuando e defendo seus interesses estaduais e regionais, para o bem do nosso País.

Procuramos, nesses nove meses, fazer um debate muito tranquilo, sem essa disputa de produtores contra não produtores, de ambientalistas contra não ambientalistas. De forma muito objetiva, debatemos, discutimos, ouvimos toda a sociedade brasileira, todas aquelas pessoas que queriam participar desse processo, que queriam dar a sua contribuição para que os relatores pudessem ter todas as informações necessárias para produzir um Código Florestal que atenda à população brasileira como um todo, não parcialmente, ou seja, produtores ou não produtores, cientistas ou não cientistas, mas que atendesse toda a sociedade brasileira. Esse foi o nosso principal objetivo, e nosso debate foi direcionado a esse resultado. Portanto, chegamos, hoje, no momento importante desse capítulo da reforma do Código Florestal brasileiro, onde teremos a votação, em conjunto, com Ciência e Tecnologia e Agricultura e Reforma Agrária.

Cumprimento, mais uma vez, nosso Presidente, Eduardo Braga, e também nosso Relator, Luiz Henrique, para que possamos ter um debate mais aguçado e apurado, hoje, no que se refere às emendas que foram acatadas, àquelas que não foram acatadas, àquelas que foram pedidas como destaque, para serem votadas à parte, nesse momento que entendo, Senador Eduardo Braga, como um momento importantíssimo da história do Código Florestal brasileiro e, principalmente, do nosso trabalho na Comissão de Agricultura, juntamente com os demais Senadores, e acredito, também, da mesma forma, na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Tenhamos todos uma boa votação.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço ao Senador Acir Gurgacz, agradeço também ao Senador Luiz Henrique, nosso Relator.

É importante podermos, no dia de hoje, destacar a forma democrática, extremamente construtiva com que o Senador Luiz Henrique, juntamente com o Senador Jorge Viana, buscaram construir o consenso e novas estruturas para o relatório e para o novo Código Florestal.

É importante dizer que a questão de comando e controle, a questão do combate ao desmatamento, a questão do combate ao cumprimento da Reserva Legal e das Áreas de Proteção Permanente não poderiam continuar nesse Código Florestal apenas a depender das ações de comando e controle, das ações de fiscalização e das ações de punibilidade que o Ministério do Meio Ambiente, a Polícia Federal, o Instituto Chico Mendes e o próprio Ibama pudessem exercer. Era preciso, também, reconhecer a importância e a necessidade de que aqueles grandes, pequenos e micros produtores que tenham cumprido a legislação e que tenham mantido o compromisso com a Reserva Legal e com as APPs pudessem não só ser incentivados e motivados para a manutenção dessas áreas na Mata Atlântica, na Floresta Amazônica, no Cerrado, no Centro-Oeste e em todo o território nacional, mas também estimulados para a evolução e o desenvolvimento de novas práticas, de nova ciência e tecnologia na agricultura brasileira, no sentido de melhorar o desenvolvimento sustentável da nossa agricultura, destacando agricultura de baixo carbono, destacando as novas atividades que aumentam a renda daqueles que estão em regiões de baixa aptidão agrícola, que possuem grande impacto. Eles, lamentavelmente, têm uma renda por hectare/ano ainda muito desigual em relação às áreas com maior adequação e maior visibilidade nesta área agrícola.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, ouço o Presidente da nossa Comissão de Agricultura.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Não poderia deixar de fazer um agradecimento, Senador Eduardo, à equipe nossa do Senado, que assessorou os nossos gabinetes, com relação a esse tema. As pessoas realmente estudaram e trabalharam com afinco para nos dar toda a assessoria, no sentido de podermos estar aqui, hoje, votando essa matéria tão importante.

Da mesma forma, cumprimento também a equipe do Ministério do Meio Ambiente, que esteve junto conosco desde o princípio, desde o mês do março, quando iniciamos os debates e as reuniões, também no sentido de aprimorarmos essa reforma do Código Florestal. Da mesma forma, juntamente com a Ministra Izabella, os técnicos do MDA, juntamente com o Ministro Afonso Florence que, junto conosco, esteve

sempre debatendo e discutindo essa matéria com muita profundidade, fazendo com que toda a população fosse contemplada no Código Florestal. Também o Ministério e os técnicos, juntamente com o Ministro da Agricultura, onde, por várias vezes, tivemos reuniões; e a Casa Civil, com a Ministra Gleisi. Enfim, o Governo participou, junto conosco, na tentativa de fazermos um Código Florestal que atendesse a toda a sociedade brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, apenas para registrar a importância da atuação dos técnicos, junto conosco, nessa matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª e faço das suas palavras também as palavras da Comissão de Ciência e Tecnologia, no sentido de reconhecer o esforço, a dedicação e o trabalho não apenas dos técnicos, mas também dos funcionários do Senado, que estiveram sempre à disposição para a formulação de audiências públicas e de debates amplos com os mais diversos setores da sociedade brasileira.

Tivemos momentos extremamente importantes em audiências conjuntas com a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, presidida, no Senado, pelo Senador Rollemberg, que também é membro da Comissão de Ciência e Tecnologia e registra a sua presença nesta audiência conjunta, juntamente com os demais Senadores e a Senadora Ana Amélia, para que pudéssemos dar início a este debate.

Quero, portanto, cumprimentar, mais uma vez, o Senador Luiz Henrique, cumprimentar, como bem disse o nosso Senador Acir Gurgacz, a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, bem como o corpo técnico do Ministério do Meio Ambiente, talvez na figura do nosso querido amigo Luizão, aqui presente, que, ainda há pouco, de forma entusiasmada, fazia aqui um debate com a Senadora Ana Amélia; e que possamos saudar os técnicos do Ministério do Meio Ambiente.

Quero também destacar a participação do Secretário João de Deus, que tem dado uma grande contribuição. Ele participou de várias audiências públicas na Comissão de Ciência e Tecnologia, trazendo perspectivas, informações e enfoques que reputo muito importantes.

A dedicação da nossa colega, Senadora Gleisi Hoffmann, na Casa Civil, e da nossa colega, também ex-Senadora da República, Ideli Salvatti, na Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, no esforço de construir um Código Florestal que seja inteligente, propositivo e que possa apontar para uma nova e importante estruturação, construindo um momento absolutamente diferente do que imaginavam ser o momento da votação e do debate nesta Casa.

Gostaria, portanto, de passar a palavra ao Senador Luiz Henrique, mas, antes de fazê-lo, quero apenas organizar com os Srs. Senadores o procedimento da nossa audiência conjunta de hoje. Logo após a participação do Senador Luiz Henrique, teremos a discussão e os debates sobre o relatório. Está aberta, portanto, a ordem de inscrição para os debates e também os pedidos de destaques para a votação do relatório. Votaremos, depois dos debates, por primeiro, a estrutura do relatório, para, em seguida, votarmos os destaques, em separado, apresentados pelos Srs. e Srªs Senadoras.

Passo a palavra ao nosso Relator, Senador Luiz Henrique, Relator da Comissão de Ciência e Tecnologia, Relator da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e Relator da nossa Comissão de Constituição e Justiça. Logo a seguir, a partir da conclusão dos trabalhos das Comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura, irá o Código Florestal para a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, presidida pelo Senador Rollemberg e com a relatoria do Senador Jorge Viana.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobre Senador Eduardo Braga; Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz; Srª Senadora Ana Amélia; Srs. Senadores; Srs. assessores dos órgãos ministeriais; Srs. dirigentes e assessores de organizações não governamentais interessadas na área do meio ambiente e na área da produção rural; Srs. membros da imprensa, que acompanham esta reunião conjunta; Srªs e Srs.; o projeto que vamos deliberar hoje guarda a essência da proposição original da Câmara dos Deputados, que foi relatada, de forma brilhante, pelo Deputado Aldo Rebelo. No entanto, o projeto mereceu uma operação aprimorada de técnica legislativa, com o que foi indispensável contar com a colaboração das Srªs e Srs. Senadores.

Quero recordar que a primeira grande alteração para melhorar o texto, para aprimorar a técnica legislativa, foi operada já pela Emenda Substitutiva que apresentei, com base em diversas emendas que foram propostas na Comissão de Constituição e Justiça. Lá, estabelecemos uma nova redação para o art. 8º, que resultou da Emenda nº 164, da Câmara dos Deputados, no sentido de deixar muito claro que somente, exclusivamente, aquelas exceções poderiam ser admitidas na futura lei, ou seja, que, ao se garantir a possibilidade de supressão de vegetação ou intervenção, isso só poderia ocorrer nas situações consolidadas antes de

28 de julho de 2008 ou em casos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental.

E nesse caso surgiu a primeira grande modificação que foi a definição desses três institutos. Nós definimos claramente, no texto do projeto, o que seja utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental. E reservamos a hipótese de exceção a ato do Chefe do Poder Executivo Federal. Por que do Chefe do Poder Executivo Federal? Porque se trata de uma norma geral. E a norma geral, nos termos do art. 24 da Constituição, em seu § 1º, é de competência da União, ou seja, da estrutura federal de Governo.

A outra grande intervenção que foi feita na Comissão de Constituição e Justiça buscou a auto-aplicabilidade do texto, escoimando a referência a regulamentos que havia em 33 dispositivos, ou seja, se mantivéssemos aquela referência, aprovaríamos uma lei sem auto-aplicabilidade. Ficaria dependendo no mais de seus artigos de regulamentação. Essa exclusão de referência a regulamentação tornou o texto, como já falei, mais auto-aplicável.

A segunda alteração importante, por sinal sugerida pelo Senador Jorge Viana, Relator na Comissão de Meio Ambiente, que me telefonou há pouco e estava partindo em viagem de São Paulo, devendo chegar aqui por volta das 10h30, essa alteração proposta pelo Senador Jorge Viana permitiu, então, dar um aprimoramento muito maior, muito mais amplo ao projeto quando estabelecemos, a partir daquela sugestão, a separação entre medidas permanentes para o futuro e medidas transitórias para atender ao passivo ambiental anterior a 22 de julho de 2008.

Essa alteração nos permitiu desdobrar o art. 8º na disposição permanente onde se refere à exceção atribuída a intervenções de casos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental e, na parte transitória, às referências às áreas consolidadas anteriormente à data já referida.

Isso nos permitiu também corrigir uma anomalia do projeto. Sob o ponto correto e justo de proteger atividades entrópicas em salgados e apicuns, acabou por excluir a referência aos manguezais como áreas de preservação permanente a serem rigorosamente protegidas.

A separação entre medidas permanentes e transitórias nos permitiu fixar como bem inalienável a ser protegido, desde o Amapá até Santa Catarina, na região costeira, o ecossistema dos manguezais e, nas disposições transitórias, excepcionar o uso antrópico preexistente em regiões de salgados e apicuns.

Ao consagrar a proteção ambiental aos manguezais, nós estamos consagrando, também, a proteção ambiental às restingas, aos salgados, aos apicuns, que constituem um único ecossistema: o ecossistema dos manguezais. E lá, nas disposições transitórias, nós permitimos, pelo mesmo processo com que se garantem as áreas rurais consolidadas, nós permitimos um processo de recuperação e cadastramento dessas áreas de mangue que foram ocupadas historicamente.

A outra grande alteração decorre principalmente, Sr. Presidente, da pertinácia de V. Exª, da visão de V. Exª de mudar o eixo da política ambiental brasileira, mantendo, é evidente, o sistema de comando e controle, mas fazendo dele não a peça fundamental da política ambiental, fazendo com que a estrutura básica da política ambiental seja calcada em um programa de incentivos à preservação e à recuperação florestal.

Nós escrevemos no relatório já lido que no dia em que a árvore em pé valer mais do que a árvore serrada o sistema florestal brasileiro estará preservado.

Então, essas mudanças, repito, sem mexer na essência da proposição original dos Srs. Deputados Federais, qualificam melhor o projeto, fazem jus à experiência dos Srs. Senadores, todos vindos, Senador Acir Gurgacz, de uma longa militância política; todos vindos de uma experiência obtida no decorrer de décadas de atividade política. Isso permitiu a V. Exªs, Srs. Senadores, contribuir para que este debate fosse estabelecido, na busca da convergência, na busca da construção, na busca de fazer a redação da melhor lei possível para o meio ambiente brasileiro, uma lei clara, objetiva e que ofereça segurança jurídica aos brasileiros no trato com as questões ambientais, que permita a conjugação entre preservação e produção, que permita, de um lado, manter o nosso rico acervo florestal e a missão, que é atribuída ao nosso País, de ser um dos principais fornecedores de alimentos para o mundo e um dos principais produtores de biocombustíveis, para, através da atividade agrícola, contribuir para a redução da emissão de gases de efeito estufa.

O mundo chegou à cifra de sete bilhões de habitantes. Eu quero lembrar que, em 1900, nós tínhamos um bilhão e trezentos milhões e habitantes. Quero lembrar também que, em 1960, nós éramos três bilhões, e hoje somos sete bilhões. E as projeções da Organização das Nações Unidas indicam que seremos, em 2050, nove bilhões e 300 milhões, e que atingiremos, em 2025, a cifra de oito bilhões de habitantes. Isso põe em destaque essa missão brasileira de, através da tecnologia, através da produtividade, através das políticas que são propostas aqui nesse projeto, através do programa de incentivos à preservação e à recuperação florestal, fazer com que o Brasil possa dobrar ou tresdobrar a produção agrícola para garantir a sua missão de supridor de alimentos.

Feita esta introdução, quero me referir ao processo de proposições de emendas, estabelecido na ultima reunião. Como o avulso foi distribuído aos Srs. Senadores no dia 3 de novembro, eu vou direto à página 20. Pediria aos colegas que se detivessem às páginas 20.

Emendas apresentadas na Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, após a leitura do relatório, em 25 de outubro de 2011.

Depois da leitura do relatório, o que ocorreu na reunião conjunta das Comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura, realizada em 25 de outubro de 2011, deliberaram estas Comissões, por unanimidade, fixar o prazo de 1º de novembro de 2011 para a apresentação de emendas.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com aquela deliberação, Sr. Presidente, que foi brilhantemente conduzida por V. Exª naquela reunião, foram apresentadas mais 43 emendas, no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e 23, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Essas 66 emendas foram distribuídas no dia 03 de novembro, por meio de publicação de avulsos, a todos os Srs. Senadores integrantes das Comissões ora reunidas em reunião conjunta.

Assim, ficou atendido o objeto daquela decisão da Comissão, ou seja, de que o Projeto de Lei da Câmara Federal nº 30, de 2011, venha a ser deliberado na presente reunião.

Com esse objetivo, fazemos a seguinte análise das novas emendas apresentadas pelos ilustres colegas Senadores, que, com suas contribuições, vêm buscando oferecer ao texto maior clareza, objetividade e segurança jurídica à futura lei.

Das novas emendas já contempladas no relatório do dia 25 de outubro, que é o caso das Emendas nºs 85 e 89, apresentadas pelo ilustre Senador Cyro Miranda, na Comissão de Ciência e Tecnologia, cujo texto já corresponde aos textos dos arts. 2º e 50 da emenda substitutiva global.

Quanto à Emenda nº 120, proposta na mesma Comissão, pelo ilustre Senador Rodrigo Rollemberg, aquela sugestão também já se encontra parcialmente acatada no art. 18, § 5º, do nosso substitutivo.

As preocupações da Emenda nº 8, subscrita pelo nobre Senador Zeze Perrella, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, já estão atendidas no § 1º do art. 54 da emenda substitutiva global, em que trata das situações transitórias.

A Emenda nº 104, da Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria do nobre Senador Ricardo Ferraço, também já se encontra inserida no texto do art. 59 do referido substitutivo do relator, pois ela prevê similar procedimento de regularização.

Das novas emendas acatadas, acate integralmente a Emenda nº 108, de autoria do Senador Cyro Miranda, apresentada na Comissão de Ciência e Tecnologia, tendo em vista que o uso antrópico anterior a 22 de julho de 2008 em áreas de salgados e apicuns já está ressalvado na redação do art. 53, § 1º, da emenda substitutiva global.

Como apicuns e salgados integram, como já disse, o sistema manguezal, fizemos a ressalva da continuidade de sua utilização naquele caso excepcional e somente naquele caso excepcional, previsto nas Disposições Transitórias, não cabendo a sua manutenção na parte permanente do texto.

Por isso, a emenda do ilustre colega de Goiás tem toda procedência. Ela melhora a técnica legislativa do projeto.

Aperfeiçoando o tratamento objetivo do tema PSS – Plano de Suprimento Sustentável, adotamos integralmente o texto das Emendas nºs 15, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e 109, da Comissão de Ciência e Tecnologia, dos Senadores Ana Amélia e Paulo Paim, que pretendem dar nova redação ao art. 35, § 3º, da emenda substitutiva global.

Essa contribuição é muito importante por ampliar a segurança jurídica aos pequenos fornecedores de matéria-prima florestal de espécies exóticas. No exaustivo trabalho que nos foi atribuído, após sopesar todas as emendas, expostos os motivos das agregadas ao texto, há de ser finalizado com a apresentação de motivos do não aproveitamento de tantas outras tarefas desenvolvidas no item abaixo.

Das emendas que não puderam ser acatadas.

Eu quero, antes da leitura, fazer uma ressalva. São emendas que ainda dependem do estabelecimento de um consenso ou de uma convergência máxima. Eu disse, no dia 25 de novembro, que temos procurado evitar a prática de atos inúteis, ou seja, que temos procurado acolher sugestões que passem pelo conjunto dos Srs. Senadores, que não sejam suscetíveis de serem vetadas pela Excelentíssima Senhora Presidente da República e que não sejam também suscetíveis de serem derrubadas pelos Srs. Deputados.

Na análise de cada proposição, procurei conversar com os Deputados e com o Governo, no sentido de redigir um texto que venha a ser respaldado na Câmara federal e também pela Presidência da República.

Das novas emendas que não puderam ser acatadas.

Art. 2º. Emenda nº 95 da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Razão pela qual não a acatei: a reforma do Código Civil Brasileiro se deu com a publicação da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, segundo a qual o uso nocivo deixou de ser utilizado, adotando-se em seu lugar um conceito de uso anormal da propriedade, ou seja, aquele que não atende à lei. Mais objetivo, sem adjetivação, como era o texto anterior.

Portanto, atualmente, a expressão "uso nocivo" sequer possui conceito jurídico, trazendo imprecisão por falta de definição, motivo pelo qual se opta por manter a expressão "uso anormal", com conceito e significado presente no Código Civil Brasileiro, o que garante uma maior homogeneidade entre a futura lei e aquele Código e, consequentemente, superior segurança jurídica.

Art. 3º. Emendas nº 16 e 17, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e Emendas nº 86, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 99, 100, 121, da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Tratam todas essa emendas de inserir, alterar ou suprimir conceitos jurídicos utilizados na emenda substitutiva global.

Considerando-se haver tratado do tema de forma sistemática e acurada, a alteração desses conceitos implicaria a reformulação severa da emenda substitutiva global como um todo, a qual foi sopesada e medida à exaustão.

Modificar conceitos aqui seria o mesmo que tirar um pilar de um prédio em construção; haveria de se colocar um ou mais deles em outro ponto.

Por isso, não se aproveitam neste momento as mencionadas sugestões legislativas.

Art. 4º. Emendas nº 87, 88, 97, 107, 110, 114 e 116, da Comissão de Ciência e Tecnologia, e Emenda nº 20, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

As emendas aqui analisadas guardam estrita relação com o que foi dito na exposição do item 4.2 do parecer apresentado no dia 25 de novembro, algumas coincidentes em redação ou variação do que já apresentado.

Peço desculpas aos Srs. Senadores e aos presentes, mas o Regimento me impõe que eu mencione emenda por emenda e faça a devida justificativa. Sei que é um momento monótono da reunião, mas peço, mais uma vez, a condescendência de todos presentes.

Art. 11, atual art. 10, da emenda substitutiva global, Emendas nºs 111 e 113 da Comissão de Ciência e Tecnologia.

A redação do art. 10 da emenda substitutiva global possui detalhamento mais acentuado, separando situação pretérita da presente, constatando, também, a pesquisa científica específica para aquela região, bem como a expressa menção ao poder de polícia preventivo, o licenciamento.

Nesse sentido, as preocupações das emendas acima mencionadas estão contempladas. Entretanto, caso assim não seja o entendimento, fundamenta-se o não aproveitamento das mesmas pela maior clareza do texto da emenda substitutiva global, possibilitando maior segurança jurídica, tanto para o bioma quanto para o proprietário rural daquela região.

Art. 12, atual art. 11 da emenda substitutiva global, Emenda nº 125 da Comissão de Ciência e Tecnologia.

A Emenda nº 125 da Comissão de Ciência e Tecnologia preocupa-se com a área de uso restrito exclusivamente em área da fisionomia florestal, ou seja, em nenhuma outra. Nesse sentido, não se vislumbra necessária a alteração do dispositivo pela desnecessidade fática.

A Emenda nº 18 da Comissão de Ciência e Tecnologia visa limitar o benefício exclusivamente à agricultura familiar, o que, via inversa, exclui mais de 1,5 milhão de pequenos produtores rurais que detinham direito similar desde o Código Florestal de 1934, mantido no Código atual, suprimido apenas no ano 2000, fruto da MP 2080.

Como dito anteriormente, nas emendas de aumento de APP, deixou-se claro que o texto foi tratado de forma sistemática e acurado. Sua alteração implicaria a reformulação severa da emenda substitutiva global como um todo, a qual foi sopesada e medida à exaustão.

Nesse caso, isso alteraria totalmente um consenso que vem, inclusive, com 410 votos da Câmara dos Deputados e nos criaria um obstáculo quando o projeto voltasse àquela Casa.

No caso da Emenda nº 122 da Comissão de Ciência e Tecnologia, a questão tem base constitucional, pois a mineração possui determinação de recomposição no § 2º do art. 225 da Constituição, havendo regras específicas no Código de Mineração e legislação correlata, indicando, ao final, a apresentação de projeto de recuperação de área degradada, sistemática que, no caso específico da mineração, impede de se aproveitar da regra geral destinada às demais atividades.

A Emenda nº 124 desta Comissão não foi aproveitada por ser sugestão e ainda não estar suficientemente debatida; considera-se ser proposição nova no debate, podendo ser renovada na última fase, deliberando-se na Comissão de Meio Ambiente.

E aqui quero dar um esclarecimento. Uma das dificuldades que se operaram na Câmara e que gerou todo o processo de tensão dos últimos dias de votação foi exatamente a mudança de regras, a admissão de novos elementos em cima do momento de votação. Nós

estamos evitando apresentar novidades sem ter antes a plena audiência dos Srs. Senadores, para que S. Exªs não sejam surpreendidos com inovações no texto.

Emendas nºs 25 e 26 ao art. 14, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. As emendas ora analisadas têm os mesmos atributos das apreciadas no relatório em 25 de outubro. Assim, a fundamentação lá expedida aqui também se ajusta. Portanto, adoto aqui os mesmos argumentos para a não-recepção das emendas no texto da Emenda Substitutiva Global.

Art. 15 da Emenda Substitutiva Global, Emendas nºs 112 e 123 desta Comissão de Ciência e Tecnologia. A redação do dispositivo em análise, conferida pela Emenda Substitutiva Global, ajusta-se ao que foi aprovado no Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2010. Portanto, a técnica jurídica recomenda a manutenção do texto como apresentado, afastando a sugestão das emendas aqui analisadas.

Art. 19, art. 18 da Emenda Substitutiva Global, Emendas nºs 105 e 120, da Comissão de Ciência e Tecnologia. O conteúdo da Emenda nº 105, da Comissão de Ciência e Tecnologia, é similar ao já analisado no Item 4.12 do relatório apresentado em 25 de outubro, cujos argumentos para cá se estendem no sentido de dar a mesma solução.

Art. 21, Emenda nº 84, da Comissão de Ciência e Tecnologia. As preocupações e sugestões dessa emenda se identificam com as Emendas nºs 35 e 38 da Comissão de Ciência e Tecnologia, cuja solução foi dada no Item 4.2 do relatório apresentado em 25 de outubro deste ano, motivo pelo qual se estendem aquelas conclusões para essa emenda com o mesmo reflexo de não-aproveitamento da proposição.

Art. 26 da Emenda Substitutiva Global, Emenda nº 18. Remete-se à análise da decisão do Item 4.10, art. 27, Emenda nº 63, da Comissão de Ciência e Tecnologia, aplicável aqui na íntegra.

Art. 29 da Emenda Substitutiva Global, antigo art. 30, Emendas nºs 101 e 106 da Comissão de Ciência e Tecnologia. A Emenda nº 101 da Comissão de Ciência e Tecnologia trata de regularização fundiária que deve preceder à regularização ambiental. Tal tema já vem sendo tratado às minúcias na Lei 11.952, de 25 de julho de 2009, também conhecida como Lei do Programa Terra Legal, a qual dá tratamento específico ao tema, criar dispositivo isolado para tratar de assunto que já está em andamento com todo o sistema jurídico já criado para solução poderá ter efeito inverso ao desejado, gerando demora para se resolver o conflito aparente de normas e levando a rejeitar a emenda exatamente para contemplar a preocupação de se acelerar a regularização fundiária.

A proposição da Emenda 106 da Comissão de Ciência e Tecnologia tem a mesma preocupação do atual texto da Emenda Substitutiva Global, mas a inversão cronológica que ela pretende pode incidir em posteriores retificações que afetariam as celeridades e a confiabilidade do cadastro ambiental rural. Este é um instrumento de gestão, necessariamente um banco de dados computacional e relacionamento quase infinitos.

Não é um simples formulário de regularização, mas uma ferramenta essencial no médio e longo prazo, para fornecer dados atualizados em todo e qualquer tipo de estudo ambiental de médio e grande porte, de arrimo de uma usina hidrelétrica ao plano de bacia e até mesmo ao zoneamento ecológico econômico. Sem ele, não haveria o salto de qualidade desejado.

Não é problema legal, é de execução, não sendo prudente inverter essa disposição por aumentar a probabilidade de falha e retrabalho, sendo que, via inversa, a proposta na emenda substitutiva global, os prazos estão otimizados ou não dependendo da eficácia na concepção e desenvolvimento do cadastro ambiental rural como instrumento de gestão.

Considerando essa visão de curto, médio e longo prazo, inclina-se pelo não atendimento da emenda analisada.

Arts. 36 e 38 da Emenda Substitutiva Global, Emendas nºs 13 e 14 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

As proposições geram conflitos com o Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2010, recém-aprovado, não se mostrando prudente acatá-las.

Art. 51 da Emenda Substitutiva Global, antigo art. 33, Emendas nºs 7, 12 e 19 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e Emenda 102 da Comissão de Ciência e Tecnologia.

As proposições das Emendas nºs 7 e 12 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária são relativas ao desenvolvimento do programa de regularização ambiental, instrumento ainda em desenvolvimento em que se reserva ainda mais uma etapa no seu aperfeiçoamento para a Comissão de Meio Ambiente, onde, efetivamente, chegar-se-á à sintonia correta, ao nível de regularização que se busca, o que impede sejam acatadas neste momento.

Emenda nº 102 da Comissão de Ciência e Tecnologia estabelece redação restringindo o programa de regularização ambiental, exclusivamente as áreas rurais consolidadas para cumprimento dessa lei. Portanto, caso o Programa de Regularização Ambiental desejasse incluir outros temas, outorga de água, retificação de licenciamentos etc., não poderia, pois tais situações não são necessariamente de área rural consolidada.

Assim, no sentido de manter sempre presente o poder de polícia preventiva, não poderemos aproveitar a Emenda.

A Emenda nº 17, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, estabelece delegação legislativa aberta, já reconhecida, institucional, na Comissão de Constituição e Justiça, motivo pelo qual não se considera possível o seu aproveitamento.

Art. 56 da Emenda Substitutiva Global, antigo art. 35, Emenda nº119, da Comissão de Ciência e Tecnologia. Emendas 24, 28 e 29 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. As emendas apresentadas são variações de redações propostas ao art. 56 do substitutivo global. Essa já é uma alteração em face da emenda substitutiva aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Analisando-as, acredito que a atual redação atenda melhor aos propósitos do projeto, motivo pelo qual ficam prejudicadas as emendas aqui abordadas, ressaltando que todas elas são atendidas parcialmente, divergindo apenas em grau de semelhança.

Art. 53 da emenda substitutiva global, antigo art.8º, segunda parte. Emenda nº 22, da Comissão de Agricultura e Reforça Agrária e Emendas nºs 98, 115 e 117 da Comissão de Ciência e Tecnologia.

A Emenda nº 22 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária reduz o rol de atividades passíveis de regularização, ou seja, atinge o conceito de área rural consolidada restringindo as plantações agrícolas e a silvicultura.

O princípio da isonomia é dependente do elemento diferenciador, que deve ser objetivo e estabelecido em razão do bem jurídico. Se não for bem estabelecido o elemento de discrime, a isonomia se quebra. Priorizar a agricultura e a silvicultura em detrimento das demais evidencia a constitucionalidade, especialmente porque o limitador presente na regra é a garantia de conservação do solo e água, ou seja, havendo garantia técnica desses elementos não é justa outra modalidade de discriminação, o que induz ao não aproveitamento da emenda analisada.

Considerando o acatamento da Emenda nº 108 da Comissão de Ciência e Tecnologia, resta prejudicada a Emenda nº 98 da mesma Comissão.

A redação da Emenda nº 115 da Comissão de Ciência e Tecnologia é variação de redação do texto do art. 53 da emenda substitutiva global, que é mais objetiva do que a proposição. Assim, pelo objetivo da clareza, opto pelo não aproveitamento da proposição.

A Emenda nº 117, da Comissão de Ciência e Tecnologia, exige a vinculação do responsável técnico pelo projeto de conservação do solo é água, bem como a instituição de projeto técnico de exploração do imóvel rural. Os dois requisitos apresentados não guardam harmonia com as regras jurídicas existentes e as que estão na eminência de entrarem em vigor. O registro do responsável técnico não guarda relevância, pois no programa de regularização ambiental serão analisadas as regras de conservação de solo e água, ou seja, haverá homologação da técnica ou esclarecimento, exigência agronômica. Portanto, o resultado final está vinculado mais à conduta do agente público do que ao profissional responsável pelo projeto, este que, findo o trabalho técnico, se desvincula dos atos de execução não dependentes dele e, sim, do proprietário rural. Portanto, a vinculação responsabiliza quem não tem sequer meios para cumpri-la.

A expressão “projeto técnico de exploração do imóvel rural” não possui conceito nem indicação e abrangência. Considerando que este assunto é tema do Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2010, recém-aprovado, não se mostra prudente adentrar nessa seara, quando lei específica já trata do tema.

Art. 54 da emenda substitutiva global, antigo art. 12, Emenda 21 da Comissão de Constituição, Agricultura e Reforma Agrária:

Serve como fundamentação aqui a análise da Emenda 22, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, exposta no item 4, XVI, acima, especialmente a redação do § 2º do mesmo artigo, indicando que o elemento discriminador é o mesmo: a possibilidade de manutenção das atividades com adoção de práticas de conservação do solo e da água.

Art. 59 da emenda substitutiva global, Emenda nº 14, da Comissão de Agricultura:

O tema é de grane relevância, mas o seu objeto é de essencial vinculação à Comissão do Meio Ambiente, para a qual se transfere futura análise, caso renovada lá a proposição.

Art. 61 da emenda substitutiva global, Emenda nº 27, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária:

Pelo mesmo motivo do item anterior, transfere-se a análise desse relevante tema para a Comissão de Meio Ambiente, pois a vinculação com esse tema especial prejudica a sua análise aqui.

Art. 68 da emenda substitutiva global, antigo art. 64:

Regimentalmente, não será possível a apreciação da referida emenda, pois o eminente autor não é membro da Comissão de Ciência e Tecnologia ou da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Ademais, o tema abrangido na mencionada emenda, a atualização dos crimes ambientais, demandaria análise global e mais criteriosa, até para se evitar a inadequação da legislação penal à realidade.

A emenda é de boa procedência, só que o autor não é membro da comissão. Se eu tivesse que admiti-

-la, alteraria o substitutivo global, o que implicaria retardamento da deliberação.

Emenda 103 da Comissão de Ciência e Tecnologia, que prevê inserção de novo artigo:

A proposição encontra dificuldade de ser aceita considerando as implicações sociais vinculadas. O término da validade das licenças levaria ao correspondente desemprego nas atividades que se encerrariam numa região pródiga, na variação de oportunidades. Talvez a melhor aplicação da ideia do desmatamento zero na Amazônia Legal seja transferir essa responsabilidade para cada unidade da federação lá estabelecida que, na criação do programa de regularização ambiental, poderia inserir um dispositivo com esse teor, cujo tema final fosse o término das regularizações.

Trata-se de matéria meritória que poderá mais exaustivamente ser examinada no âmbito da Comissão de Meio Ambiente.

Inserção de novo capítulo na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária:

O tratamento diferenciado para o pequeno agricultor familiar já tem dispositivos que vêm realizando essa função de forma sistemática por temas, não se considerando prudente consolidá-lo fora desse contexto, o que impede seja aprovada a referida emenda.

De toda forma, também a Comissão de Meio Ambiente poderá estabelecer rumos para essa matéria.

Art. 68, Emenda nº 9 – já estou concluindo Srªs e Srs. Senadores -, Emenda nº 9, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A sugestão apresentada sugere uma atualização da abrangência da Lei da Mata Atlântica. Acredito, salvo melhor juízo, não seja a regra geral a sede apropriada para tratar de escopo de lei especial, o que nos leva a não aproveitar a proposição e sugerir que ela seja apresentada como matéria de reformulação da Lei da Mata Atlântica.

Voto.

Destarte, no mérito, opino pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, rejeitando as Emendas nºs 3, 8, 13, 16, 17, 18, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 51, 53, 54, 56, 57, 59, 61, 63, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75,76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria pedir aos senhores e senhoras presentes nesta reunião que permanecessem em silêncio, para que nós pudéssemos concluir a leitura do relatório do eminente Senador Luiz Henrique.

Eu agradeço a contribuição de todos aqueles que estão participando desta audiência.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª e o cumprimento pela forma eficaz como preside esta reunião.

Continuando, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113,114, 115, 116, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125 e 126, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e as Emendas nºs 1, 2,3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e acolhendo parcialmente as Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 19, 21, 22, 23, 24, 27. 28, 36, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 58, 60, 62, 64, 66 e 68, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e a Emenda nº 5, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, acolhendo integralmente as Emendas nºs 108, 109, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e a Emenda nº15, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na forma de Emenda Substitutiva Global ora apresentada.

No entanto – quero assinalar fortemente isso –, Srªs e Srs. Senadores, alguns temas objeto de muitas das emendas não acatadas são da maior importância; todavia, não puderam ser equacionadas neste parecer por não ter sido possível a construção da convergência necessária sobre os mesmos.

Trabalhamos sempre no sentido de buscar essa convergência, seja com o Governo, seja com os colegas Senadores e com as lideranças da Câmara Federal, aonde o projeto deverá voltar. Tal procedimento é fundamental para o aperfeiçoamento da redação do projeto e sua consequente ratificação na Casa de origem e sua sanção presidencial.

Alguns desses temas serão, sem nenhum prejuízo, tratados quando da tramitação do projeto na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. Lá, seu ilustre Relator, o Senador Jorge Viana, conforme já se tem pronunciado repetidas vezes, empenhar-se-á na busca do consenso sobre as matérias cuja convergência ainda não foi possível obter.

Salvo melhor juízo, este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Ao cumprimentar o Senador Luiz Henrique, mais uma vez, pela forma eficiente e pela boa técnica legislativa apresentada em seu relatório, passaremos agora à discussão e ao debate do relatório e à apresentação dos destaques.

Chamo atenção dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras de que obedeceremos à ordem de chegada dos Srs. Senadores e Senadoras a esta Comissão, para

a sua inscrição. E, ao mesmo tempo, receberemos os pedidos de destaque na Mesa, para podermos, quando da votação do relatório, destacar as matérias.

Eu passo a palavra à Senadora Ana Amélia como a primeira Senadora inscrita. Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Eduardo Braga, Presidente Acir Gurgacz, caro Relator...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Senadora Ana Amélia, perdoe-me.

Eu queria som, por favor. Eu pediria aos senhores e senhoras presentes a esta audiência pública... Eu entendo o entusiasmo do tema, mas eu gostaria de solicitar, mais uma vez, ordem no plenário, para que nós possamos ouvir a contribuição das Srªs e dos Srs. Senadores no importante debate sobre o Código Florestal.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Eduardo Braga, agradeço-lhe esta atenção. Quero cumprimentar o nosso Relator Luiz Henrique, que nestas Comissões – Agricultura e Reforma Agrária e Ciência e Tecnologia – está apresentando o resultado de um entendimento possível de uma matéria tão complexa quanto esta. Não é fácil o trabalho da compatibilização de tantos interesses em jogo.

Percebi aqui uma grande preocupação e uma grande presença do Governo em relação a um tema que poderia ser de competência agora do Congresso Nacional. Mas entendo também que o cuidado que teve o nosso Relator foi evitar e impedir que a matéria sofra mutilação na Câmara e também mutilação por eventuais vetos da Presidenta Dilma Rousseff. Claro que esse objetivo é louvável de parte do Senador Luiz Henrique, embora, do meu ponto de vista, isso possa, digamos, retirar um pouco de competência do Poder Legislativo em torno de um tema de tanta relevância para o País.

Então, é nessa medida que queria fazer essa observação porque imagino, posteriormente, V. Exª colocará em votação o texto e depois as emendas destacadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para esclarecer o Plenário, quando da colocação da votação do texto, separaremos aqueles que tenham sido destacados para que, a seguir, possamos votar então os destaques em separado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como agora é apenas um debate em torno do tema, queria fazer essa observação, Presidente, sendo sucinta exatamente para permitir que a gente possa, com rapidez, fazer a apreciação do relatório e também não só do texto que apresentou agora o Senador Luiz Henrique, com tanta competência, dedicação e habilidade, também a apresentação das emendas em separado. Eu sou autora de uma delas.

Agradeço, e esta é a minha manifestação inicial a respeito desse tema tão complexo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª.

Apenas para ficar claro mais uma vez ao Plenário: receberemos à mesa requerimentos de pedido de destaque. Após a discussão e o debate dos Senadores, colocaremos em votação os requerimentos dos destaques. Aqueles que forem aprovados serão destacados do texto, ressalvados, obviamente, para que possamos votar o texto do relatório e, a seguir então, votarmos os destaques aprovados por esta Comissão.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento o Presidente da CCT, Senador Eduardo Braga, o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Luiz Henrique, que está relatando este projeto do Código Florestal, também cumprimento todos os Senadores aqui presentes e Senadoras.

Gostaria, Senador Eduardo Braga, de fazer uma pequena apresentação não exatamente sobre o que estamos aqui, tópico por tópico, discutindo, mas, na semana passada, falei na Comissão de Agricultura, aliás, na semana retrasada, que iria fazer uma visita ao Parque Nacional do Iguaçu, em São Miguel do Iguaçu e Foz, para trazer uma contribuição a esta Comissão sobre a questão da regeneração espontânea, que temos observado ao longo dos anos, que vem acontecendo em todas as partes do Brasil.

E, lá em São Miguel do Iguaçu, há trinta anos, trinta cinco anos, havia, dentro do Parque Nacional do Iguaçu, uma comunidade, aliás, três comunidades. Tinha uma comunidade chamada Volta da Taquara, Santo Alberto e São José do Iguaçu. Depois, o Governo exerceu o que tinha que exercer e tirou as pessoas de lá.

Então, eu, na semana passada, estive lá, em São Miguel e pedi autorização ao Coordenador do Parque Nacional do Iguaçu junto com a Polícia, a Força Verde, que eles chamam lá, a Polícia Florestal. Adentramos a floresta, caminhamos mais de uma hora mais ou menos até chegarmos onde era a localidade, para poder ver o que aconteceu nesses últimos trinta, quarenta anos com aquela região. E quero apresentar aqui rapidamente, se vocês puderem colocar as fotografias para mim. *(Pausa.)*

Vamos ver se vai chegar aqui. *(Pausa.)*

Deu uma pane aí? *(Pausa.)*

Bom, nessa comunidade, viviam lá talvez quatro, cinco mil pessoas, dez mil pessoas... *(Pausa.)*

Vim cedo aqui olhar, estava tudo certinho.

Mas as pessoas viviam lá, ocuparam parte desse Parque Nacional e depois foram retiradas pelo Governo. E era uma área já antropizada, tinha comércio, igreja, escola. Enfim, as pessoas lá viviam. A maioria das pessoas veio aqui para Rondônia, aqui para cima, foi o pai do Acir que trouxe o pessoal para Rondônia, e ele também. Eles foram deslocados para a região de Itaipu e, depois, retirados de lá também e trazidos para Rondônia. A região oeste do Paraná sempre foi uma região meio conturbada nessa questão, mas depois se chegou à situação de paz na região. Temos hoje uma regeneração lá completa. Fiquei impressionado ao ver como, nesse período de 30 anos, a floresta voltou totalmente, já com madeiras grossas, se fosse fazer manejo.

Aqui foi uma matéria que achei na Internet, de um jornal de Medianeira, no Paraná. Esta foto em que aparece o laguinho, eu gostaria de que vocês prestassem atenção nela, era na comunidade de São José do Iguaçu.

Pode vir a outra foto, por favor.

Olhem aqui, este ponto é o ponto do lago. Está aqui. Se nós entrarmos no Google, aqui ele ficou um pouquinho apagado, exatamente aqui é o lago.

Volta a foto para mim.

Está aqui, este laguinho aqui.

Podem voltar.

Então, vocês veem uma área antropizada...

Vamos à frente.

...e uma área, depois de 30, 40 anos, o que aconteceu nela.

Pode vir a próxima.

Olhem aqui. Essa é uma casa que nós achamos, abandonada, uma das poucas casas que tem na região porque na época eram todas casas de madeira. Esta aqui, me parece, era uma espécie de bar, um açougue. Tinha um pequeno balcão aqui. Então, vocês veem ali. No caso aqui, a vegetação nasceu pelo lado de fora da casa, entrou pela janela e saiu por cima. Então, a mata tomou conta de toda a região.

Vamos para a próxima.

Olhem aqui. É a vista de fora quando chegamos ao local.

A próxima, por favor.

Aqui ainda restos da presença do ser humano, laranjas. Achei pé de ameixa e outras coisas.

Aqui está o lago, onde nós identificamos a antiga São José do Iguaçu.

Aqui a equipe que foi comigo para dentro da floresta.

Quero dizer para vocês que é muito bonita a floresta, mas depois de andar uma hora, na volta, não tinha cipó que não enroscasse no pé. Estava difícil sair da floresta. E para não dizer que não achamos nada, naquela casa tinha um acampamento de caçador, que a polícia aproveitou para acabar. Achamos uma camisa do Senador Ivo Cassol, candidato a governador de Rondônia, no acampamento dentro da floresta. A polícia aproveitou para queimar, todo o acampamento que estava lá.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Não, queimou também. Queimamos a amostra do crime também.

Então, rapidamente, quis mostrar aos senhores.

Vamos agora, na sexta-feira, a Cuiabá, e sábado, vamos à Fazenda Tanguro, em Querência, junto com o Senador Rollemberg, Senador Jorge, e gostaria de convidar outros Senadores que quisessem ir também, porque temos até oito lugares para voltar a Brasília, no final da tarde. Vamos visitar também a regeneração espontânea que vem acontecendo na região de Querência, onde, na fazenda do grupo André Maggi, tem um programa junto com o Ipam.

Então, queremos consolidar essa ideia de que é possível se fazer a regeneração das APPs ou daqueles áreas que têm que ser feitas, que obrigatoriamente deverão ser feitas, sem a necessidade do plantio. O plantio fica muito caro, em torno de R$7 mil a R$10 mil por hectare. Quis mostrar, então, que é possível deixar que a natureza se resolva sozinha. Não tendo a presença do homem, do ser humano, ela toma conta e se regenera sozinha.

Então, é isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de mostrar e agradeço a compreensão de todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação de V. Exª, Senador Blairo Maggi.

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, como Senador inscrito pela ordem de chegada.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Sr. Presidente, Sr. Acir Gurgacz, Sr. Relator, Senador Luiz Henrique, eu quero cumprimentar V. Exªs pelo trabalho profícuo de construção gradual de um bom código florestal. Desde o início, investimos nesse entendimento, na busca de avanços graduais que permitissem a aprovação de um bom código florestal.

Eu quero aqui apenas fazer três observações que farão parte dos três destaques que estou apresentando com o objetivo de aperfeiçoar o texto do Senador Luiz Henrique, que mais uma vez, quero cumprimentar pelo espírito público, pela dedicação que demonstrou desde o primeiro momento, pela paciência e boa von-

tade de ouvir cada Parlamentar. Tive oportunidade de discutir profundamente com o Senador Luiz Henrique cada emenda.

Quero registrar uma questão que levantei na última reunião, porque me parece que ainda há um vazio no texto que pode trazer uma insegurança jurídica e é preciso corrigi-lo aqui ou na Comissão do Meio Ambiente. Gostaria de ouvir a opinião do Senador Luiz Henrique, nobre Relator, sobre a questão.

Eu me referi, na semana passada, ao artigo incorporado que veio do texto da Câmara que define como obrigatoriedade de recomposição da área de quinze metros de área de preservação permanente para os córregos de até metros de largura, mas não há nenhuma referência à obrigatoriedade de recuperação de área de preservação permanente em rios com largura superior a dez metros, o que seria uma contradição, ou seja, se obriga a recuperação de quinze metros no caso de largura de dez metros e não se define a obrigatoriedade de recuperação no caso de rios mais largos.

Nesse sentido, apresentei a Emenda de nº 119, buscando corrigir isso, que define critérios diferenciados para a agricultura familiar e para propriedades de até quatro módulos fiscais, que define quinze metros de obrigatoriedade de recuperação de APP para rios de até dez metros de largura, define para imóveis de agricultura familiar ou de até quatro módulos fiscais a obrigatoriedade de recuperação de trinta metros de APP para rios de dez a cem metros de largura, a obrigatoriedade de recomposição de cinquenta metros para rios de cem a duzentos metros de largura e a recuperação de cem metros de áreas de preservação permanente para rios de largura superior a duzentos metros e diz que em área fora da Amazônia Legal, a exigência da recomposição para a agricultura familiar não pode ser superior a 20%.

Essa emenda surgiu na Câmara, houve um debate sobre ela na Câmara, ela foi considerada uma boa alternativa, mas chegou um pouco tarde. Eu entendo que ela contribuiria para aperfeiçoar o texto.

Quanto à outra questão, tenho a impressão de que há um entendimento unânime. Quando se construiu na Câmara a desobrigação de recomposição de reserva legal para propriedades de até quatro módulos fiscais, estava claro naquela ocasião na cabeça de todos que participaram desse negociação que seria para imóveis que tivessem quatro módulos fiscais até aquela data de corte, que é 22 de julho de 2008. No entanto, no texto isso não está claro; ele se m refere-se apenas à vegetação remanescente na data de 22 de julho de 2008. É preciso que fique claro no texto que é não apenas a vegetação remanescente, mas que também a propriedade que tivesse quatro módulos fiscais naquela data. A Emenda nº118 procura corrigir isso definindo para a propriedade que tinha quatro módulos fiscais até aquela data.

A outra emenda, Sr. Presidente – estou sem o número dela –, se refere ao que o Senador Blairo Maggi levantou, colocando na lei o que foi objeto de uma resolução do Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente), definindo, como recomposição de área de preservação permanente de que trata o artigo, a condução da regeneração natural das espécies nativas, o plantio de espécies nativas e o plantio de espécies nativas conjugadas com a condução de regeneração de espécies nativas.

Ou seja, essa questão é importante porque, como mostrou o Senador Blairo Maggi, em muitos casos apenas o isolamento por muitos anos seguidos da área de preservação permanente promoverá a regeneração daquela área de preservação.

Então, são algumas observações que faço, são destaques que vou apresentar e que, no meu entendimento, caminham no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento do tema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço a V. Exª. E passo a palavra ao Senador Luiz Henrique para fazer comentários sobre as considerações do Senador Rodrigo Rollemberg.

Faço mais uma vez um apelo às Srªs e aos Srs. Senadores e às senhoras e aos senhores aqui presentes para o bom andamento da nossa audiência a fim de que possamos colocar em votação o texto do relatório. Portanto, pediria silêncio da plateia a fim de que o Srs. Senadores possam fazer uso da palavra.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como eu disse ao longo do meu pronunciamento nesta manhã, as matérias que acolhi foram aquelas que obtive consenso mínimo. Não vou falar nem no consenso máximo. As proposições do Senador Rollemberg realmente têm lógica e fundamento e há um propósito do Senador Jorge Viana de, em discutindo com o Senador, encontrar uma redação que propicie o acolhimento das suas proposições. E isso ocorrerá sem dúvida. Quando o Senador Jorge Viana chegar, ele vai lhe dizer isso. E mais, vai lhe dizer que quer contar com a minha colaboração na elaboração do parecer dele, assim como contei com a prestimosa colaboração dele.

Nesse sentido, acho que podemos construir uma convergência quando do parecer final, que é o parecer que vai ser votado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Só para ficar claro. Há uma concordância de V. Exª com o conceito dos temas apresentados aqui?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim, eles têm procedência. Mas temos que ver como se constrói a convergência, pois como já lhe disse, o que eu estabeleci aqui está longe de representar a minha convicção, representa a expressão do que é possível construir em torno de um projeto viável que não venha a ser vetado e que não seja derrubado na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza para as suas considerações e apresentação do seus debates.

V. Exª está inscrita, Senadora.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; cumprimento também o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e um cumprimento especial ao Senador Luiz Henrique, Relator nestas duas Comissões. Quero enaltecer o seu relatório e tenho absoluta convicção de que, nesses últimos meses, V. Exª tem se debruçado cotidianamente sobre esse projeto, o que tem tomado muito do seu tempo, para que venhamos construir um texto que seja, em primeiro lugar, aplicável e para que seja um texto em que a população brasileira, em que os ambientalistas e os ruralistas entendam que é o melhor texto para o nosso País, para nós bem conservarmos o meio ambiente, mas também para produzirmos alimentos necessários ao Brasil e ao mundo.

Quero dizer que partilho um pouco da preocupação colocada pelo Senador Rollemberg, inclusive vou pedir para destacar duas emendas e uma é nesse sentido. Mas também tenho a preocupação colocada pela Senadora Ana Amélia, qual seja, que temos que ter um texto coerente que não venha a ser vetado, como colocou V. Exª, Senador Luiz Henrique, porque dependendo de como ficar dentro do texto, pode abrir margem para o veto da Presidência da República, e, com isso, quem perde é toda a sociedade brasileira.

Então, é esta Casa, é o Senador da República, a Casa revisora que tem esse papel de construir o melhor texto, e digo que V. Exª foi brilhantemente escolhido para proferir o relatório em todas essas Comissões.

Meus parabéns até o momento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, o Senador Cyro Miranda, para as suas considerações.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero parabenizar as duas Presidências, da CRA e da CCT, e enfatizar ao Senador Luiz Henrique que, realmente, foi um trabalho de muito esforço, de muito diálogo, muita compreensão, e que se o senhor não conseguiu fazer o ideal, o senhor chegou muito perto. Nem sempre é possível fazer aquilo que nós idealizamos, mas acho que dentro de um consenso, com uma matéria extremamente polêmica, o senhor o conseguiu, com a sua habilidade.

Quero dizer que neste recesso vão ser merecidas, para o senhor, umas férias, para deixar, realmente, passar essa poeira e para que o senhor tenha um descanso merecido.

Eu queria, também, enfatizar que nós conversamos e que, em relação à reserva legal para as áreas urbanas, vai haver um capítulo com o Senador Jorge Viana. Então, eu vou deixar que o Senador Jorge Viana, o Relator, explicite bem essa parte da reserva legal.

No mais, quero agradecer, mais uma vez, pelo empenho de V. Exª e parabenizar todos desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Cyro Miranda e passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares, para o debate e a discussão da matéria, do PLC 30, de 2011.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Luiz Henrique, nós temos de considerar que o trabalho realizado pelo Relator foi um trabalho de fôlego, um trabalho profundo, para rever um projeto que veio da Câmara dos Deputados e torná-lo viável, para que o Senado o aprove de forma consensual.

Reconheço que nenhuma proposta, apesar do esforço realizado por qualquer Senador, pode ser considerada perfeita, ideal, mesmo porque a proposta é fruto de várias mãos de Senadores que apresentaram emendas e do próprio conceito que tem o Relator sobre as modificações a serem feitas.

Senador Luiz Henrique, nós apresentamos 19 emendas. Entretanto, algumas delas nós vamos deixar para discutir na Comissão de Meio Ambiente, mas eu fiz questão de destacar apenas quatro dessas 19.

A primeira é a Emenda nº 53, que se refere às faixas marginais do curso d'água natural.

Pela redação proposta, a medição das áreas de preservação começa a partir da borda da calha do rio, e nós estamos propondo, até para evitar a erosão e o assoreamento dos rios, que essa definição seja a partir do mais alto nível alcançado pelas águas, porque, assim, nós estaremos prevenindo não só a ocorrência de acidentes com pessoas que, tendo a possibilidade

de fazer uma construção na margem do rio, possam, depois, ser vítimas, nas cheias, de acidentes fatais.'

Além disso, da forma como está redigido esse artigo, o artigo 4º, isso vai provocar erosão e assoreamento. De modo que nós estamos propondo esta emenda. É uma luta dos comitês das bacias hidrográficas do Brasil, inclusive do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, do qual o nosso Estado faz parte. Eu pediria a V. Exª que apreciasse esta Emenda 53, cujo destaque já está na Mesa.

A Emenda 58 refere-se a mudanças no art. 8º.

Sr. Presidente, na verdade, o art. 8º, da forma como está escrito, deixa margem a algumas dúvidas. Por isso estamos propondo um acréscimo, uma melhoria na sua parte final. Onde se tem: "A supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente somente poderá ser autorizada nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei", nós estamos, então, propondo: "Devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto."

Sr. Presidente, o artigo tem uma redação, a meu ver, equivocada porque não estabelece, claramente, quais são as regras para que esses desmatamentos excepcionais ocorram. Por exemplo, hoje a legislação em vigor exige que haja autorização prévia do órgão estadual de meio ambiente (define competência), que seja comprovada a necessidade da atividade se realizar naquele local (análise de alternativa locacional) e que a área desmatada seja compensada com o replantio em outra área (compensação).

O art. 8º simplesmente mantém a redação do relatório anterior, fragilizando muito o sistema atual de controle do desmatamento em APPs. Além disso, o substitutivo não contemplou a proposta de novo parágrafo ao art. 8º, prevendo a dispensa de autorização do órgão ambiental para execução. Por isso, estamos apresentando esta Emenda 58, alterando um pouco a redação do art. 8º e a redação do § 2º do art. 8º, porque, como está redigida, Sr. Presidente, é altamente prejudicial às APPs.

Estamos propondo a seguinte redação: "O órgão ambiental competente indicará previamente a emissão da autorização para supressão de vegetação em áreas de preservação permanente, as medidas mitigadoras e compensatórias que deverão ser adotadas."

Outra emenda, Sr. Presidente, é a de nº 65. Eis como está redigido o § 2º do art. 8º:

> § 2º A intervenção ou supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente de que trata os incisos VI e VII do art. 4º, poderá ser autorizada excepcionalmente em locais onde a função ecológica do manguezal esteja comprometida, para execução de obras habitacionais e de urbanização [...]

Em resumo, é um parágrafo extenso. Estou propondo uma redução, para torná-lo mais confiável do ponto de vista jurídico.

Outra emenda, Sr. Presidente, trata do prazo para que os proprietários possam aderir ao Programa de Regularização Ambiental. A regularização ambiental prevista é de um ano, e, nesse tempo, não poderão ser aplicadas a ninguém sanções administrativas por desmatamento e uso irregular de APP e reserva legal, ocorridas até 2008.

Seria um incentivo, a meu ver, para que os proprietários buscassem a regularização, como já acontece no Estado de Mato Grosso. Enfim, esse § 2º do art. 51 dá a possibilidade de uma anistia eterna.

O que estamos propondo? Estamos propondo uma emenda em que o prazo, que pode ser prorrogado – § 2º, Sr. Presidente –, seja prorrogado uma única vez. Por quê? Acontece que o Poder Executivo, vamos dizer, um governador, por pressão de proprietários, poderá prorrogar indefinidamente, e essas sanções jamais poderão ser aplicadas durante a vigência do Código Florestal.

Então, a nossa preocupação é a de que esse Código venha a entrar em vigência e seja para valer, tenha credibilidade. Se não colocamos nenhum prazo para a vigência dessas sanções... Quando o Deputado sair da frente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu gostaria de assegurar a palavra ao Senador Valadares, para a sua conclusão...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Já estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ... pedindo, mais uma vez, a compreensão das Srªs e Srs. Senadores, bem como dos senhores e senhoras aqui presentes, para o bom andamento do nosso trabalho.

Com a palavra, o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, então, para que evitemos essa eterna anistia, ou anistia eterna, propomos essa mudança.

E, quanto a um outro, o substitutivo permite a suspensão das sanções, independentemente de adesão do interessado ao Programa de Regularização Ambiental.

O substitutivo mantém a redação do § 4º do art. 33, aprovado pela Câmara dos Deputados: "[...] pelo prazo de um ano, contado da data da publicação do

decreto regulamentador do Programa de Regularização Ambiental".

Esses dispositivos terão o efeito de suspender as multas e as demais sanções administrativas, independentemente da adesão do interessado ao PRA. Com essa redação, o dispositivo, em vez de incentivar o interessado a aderir, incentiva-o a postergar ao máximo a sua adesão.

Então, se ele já sabe que não terá a obrigatoriedade de receber uma sanção administrativa e tal, vai pedir ao governador sempre para fazer a prorrogação.

Seria de bom alvitre, Sr. Presidente, para o aperfeiçoamento do texto, que V. Exª verificasse a possibilidade de aprovação desses destaques.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, o Senador Luiz Henrique, para as suas considerações em relação às considerações do Senador Valadares.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Senador Antonio Carlos Valadares, V. Exª tem dado uma contribuição muito grande ao aprimoramento desse projeto.

Quando da leitura do parecer – que proferi no dia 25 de outubro –, já tive oportunidade, Sr. Senador, de acolher diversas emendas e sugestões de V. Exª.

Relativamente às emendas ora destacadas, devo dizer a V. Exª que a questão da calha regular observa um grande consenso, uma grande maioria nesta Casa, com repercussão no Governo e também na Câmara dos Deputados. Todos entendem que deve ser estabelecido como medida de metragem a calha regular durante o ano do rio.

Isso atende inclusive a situações, Senadora Ana Amélia, que são muito peculiares, como a de rizicultura de solo irrigado. Se considerarmos que a rizicultura brasileira de solo irrigado decorreu de um programa governamental durante o regime autoritário, o programa Pró-Várzeas. Se estabelecermos não a calha regular do rio, mas a da maior enchente, vamos praticamente inviabilizar a rizicultura de solo irrigado.

Essa é uma das razões – há outras – pela qual se formou um grande consenso. Atendi a um grande consenso. Quanto à renovação uma só vez, creio que se pode construir também um grande consenso aqui nesta Comissão. Ontem mesmo tive sinais de que isso poderá ocorrer. Só que estamos reservando, Senador Valadares... V. Exª é membro da Comissão de Meio Ambiente? Estamos reservando para definir essas questões no âmbito da Comissão de Meio Ambiente. E o senhor tem a minha palavra e o meu empenho e também do Senador Jorge Viana nesse sentido em relação a uma análise que possa aproveitar ainda mais as suas ideias. Agradeço pela grande e copiosa colaboração de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Luiz Henrique e darei prosseguimento concedendo a palavra ao Senador Benedito de Lira.

O Senador Benedito de Lira esteve presente, mas não se encontra mais. Passo a palavra ao Senador Lindbergh Farias que também estava presente, mas foi para a CAE. Indago ao Senador Waldemir Moka se vai fazer uso da palavra, com o perdão do nosso querido companheiro, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Presidente Eduardo Braga, se V. Exª me permitir, estou tentando um consenso. Assim, se for possível, gostaria de falar um pouco depois. Os outros Senadores que estiverem inscritos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Exª permuta com o próximo Senador inscrito, Senador Casildo Maldaner.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner para discutir o relatório e apresentar os seus destaques.

Pediria mais uma vez a contribuição dos senhores e senhoras aqui presentes para o bom andamento dos nossos trabalhos.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas, Srs. Presidentes das duas Comissões, Eduardo Braga e Acir Gurgacz, Ciência e Tecnologia e Agricultura, respectivamente, e nobre Relator Luiz Henrique, e endossando as palavras da Senadora Ana Amélia, não há dúvida de que o trabalho e o esforço em que se engajou o Senador Luiz Henrique é extraordinário, mas sabemos também, Sr. Presidente, que teremos ainda a Comissão de Meio Ambiente.

Com relação aos destaques apresentados, dentre eles nós temos um e esse nosso destaque tem certa coincidência com aqueles apresentados pela Senadora Ana Amélia, no que diz respeito às áreas de recuperação, que são áreas de APP, a distância entre o leito do rio e até aonde vai. Acho que houve um pequeno equívoco na hora da composição do projeto original, e muitas pessoas notaram isso, muitos colegas e nós precisamos fazer com que haja uma elasticidade em que o programa que manterá a regulamentação ambiental venha a analisar cientificamente se é 5 metros, se é 10 ou é 15 ou é 20, de acordo com as circunstâncias de cada rio, riacho ou coisa que o valha.

Nós entendemos que, no mérito, esse é um dos destaques ou dois destaques e eles têm procedência...

São vários os destaques que foram apresentados. Há um meio termo aqui entre os colegas, Sr. Presidenta, para ver se chegamos a um entendimento, porque são diversos os destaques que os companheiros e colegas não querem abrir mão deles, querem analisá-los.

Se nós formos colocar um por um em votação, sem dúvida alguma nós vamos avançar pela tarde, pela noite e podemos ir até amanhã.

A ideia de vários colegas é de que é possível votarmos o projeto básico relatado pelo eminente Senador Luiz Henrique, aprová-lo, ressalvando os destaques, para que, na Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg, em que o Senador Jorge Viana é o Relator, ressalvando os destaques, possamos lá, construir a quatro, seis mãos, em conjunto com as três Comissões...

Nós sabemos, e não é dado o direito a ninguém de ignorar, que regimentalmente não pode; ou seja, quem é membro desta Comissão, desta e de duas Comissões e não sendo daquela, não terá o direito de apresentar destaques lá. Mas se houver um entendimento entre cavalheiros, entre todos nós de que excepcionalmente, excepcionalmente, Presidente Rodrigo, se houver esse entendimento – está aqui o Presidente da Comissão de Meio Ambiente -, se o Senador Jorge Viana, que é o Relator também da Comissão de Meio Ambiente, de construirmos a análise de todos os destaques apresentados nessas duas Comissões, ressalvarmos esses destaques, para levá-los para lá e lá construirmos em conjunto, sem prejuízo de voz e de voto dos membros dessas duas Comissões, esse entendimento seria consensuado, aí seria consensuado Se não houver esse consenso, estou sentindo alguma dificuldade; ou seja, se nós aqui não tivermos o direito de opinarmos lá. Mas se nós pudermos consensuar isso e, num entendimento consensuado, fizermos isso harmoniosamente, num respeito mútuo entre as Comissões, para o melhor do Brasil, para o melhor do meio ambiente, da sustentabilidade que todos querem, na produção e na conservação... É isso que nós estamos... E a responsabilidade é nossa, do Senado. Nós temos isso nas mãos. Se nós construirmos isso, nós poderemos fazer, sem dúvida alguma. E aí votaremos a proposta original, do eminente Senador Luiz Henrique, construindo isso. Levamos esses destaques para construirmos a duas ou quatro mãos ou seis mãos, enfim, em conjunto com as três Comissões.

Eu trago essa proposta, é uma preliminar, eu até diria que é uma preliminar, Srs. Presidentes, Sr. Presidente Eduardo Braga, Sr. Presidente Acir, é uma preliminar. Se partirmos para esse entendimento – Senador Rodrigo, que é da Comissão de Meio Ambiente –, se nós tivermos esse entendimento, votaríamos o básico e aí, sem nos tirar o direito de continuarmos a entender isso até o fim do mês, começo de dezembro, tiraríamos essa solução para o Brasil.

O SR. O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – – Na realidade, S. Exª o Senador Casildo Maldaner apresenta uma questão de ordem, apresenta uma questão de ordem.

Eu gostaria inclusive de poder convidar o Senador Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Controle e Fiscalização para compor a Mesa, porque a questão de ordem apresentada por V. Exª, em que pese seja absolutamente pertinente, coloca tanto o Senador Acir Gurgacz, quanto o Senador Eduardo Braga, que presidem a Comissão de Reforma Agrária e Agricultura e Comissão de Ciência e Tecnologia, na seguinte situação: Perceba, V. Exª, que V. Exª propõe que os destaques de votação em separado que viessem a ser aprovados nessas comissões presididas por nós não fossem votados em separados aqui e que fossem remetidos à Comissão de Meio Ambiente, para que esses destaques pudessem permanecer as emendas vivas mesmo para aqueles que não sejam membros da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

Senador Casildo Maldaner, mesmo ouvido o Plenário dessas comissões aqui presentes, que é soberano em relação às funções dessas comissões, e cabe aos seus presidentes disciplinar, organizar o funcionamento dessas comissões, não podemos invadir a competência, pelo Regimento, da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

O que diz o Regimento? Terminada essa fase de debate, colocaríamos em votação os requerimentos de votação em separado. Aqueles que forem aprovados seriam apartados do texto do Senador Luiz Henrique. Votar-se-ia o texto, ressalvados os destaques. Após isso, iríamos votar individualmente cada um dos destaques de forma não nominal, portanto de forma simbólica, a não ser que Senadores peçam verificação nominal de votação.

Para que essas emendas possam ser remetidas a outra comissão, há uma questão regimental grave praticamente intransponível, sob pena de, amanhã, colocarem em risco, em um questionamento até no Judiciário, aquilo que viermos aprovar nas nossas comissões, porque não há fundamento legal para a permanência das emendas.

Agora, o Relator, na Comissão de Fiscalização, Controle e Meio Ambiente, Senador Jorge Viana, se aqui estivesse presente, poderia adotar um compromisso, como o Senador Luiz Henrique adotou na Comissão de Constituição e Justiça, onde mesmo as emendas que eram em relação a mérito e não em relação à admissibilidade, à constitucionalidade e à boa técnica

legislativa, por decisão do Sr. Relator, Senador Luiz Henrique, foram rejeitadas na Comissão de Constituição e Justiça e reapresentadas por S. Exª na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão de Agricultura.

Portanto, a única alternativa regimental para a proposta de V. Exª, e aí gostaria de poder ouvir o presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, Senador Rollemberg, é se houvesse um compromisso de que, ressalvados os destaques dessa comissão, o relator ou o presidente da comissão pudesse reapresentar todas as emendas, mantida obviamente a autoria e a ação de cada um dos nossos membros das comissões de Ciência e Tecnologia e Agricultura. Caso contrário, Senador Casildo Maldaner, estaríamos diante de uma situação intransponível do ponto de vista regimental.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Conversei no plenário da Comissão e quero indagar de V. Exª se poderíamos votar o texto, ressalvados os destaques. V. Exª, então, suspenderia esta reunião, a tempo de o Senador Jorge Viana, que é o relator, aqui chegar. Nesse intervalo de tempo, poderíamos decidir. Se suspendermos a reunião só votado o texto, vamos dizer que marcássemos a continuidade desta reunião de hoje para amanhã, teríamos tempo de conversarmos entre nós, estabelecermos alguns consensos. Se tivermos que votar alguns destaques, votaremos de forma consensual, com o Relator Luiz Henrique e o Relator Jorge Viana.

Penso que essa, talvez, seja a proposta mais convergente. Teríamos tempo de hoje para amanhã para tentarmos, em conjunto, fazer com que a gente possa convergir o texto do Senador Luiz Henrique. Mas defendo a aprovação do texto, ressalvados os destaques – ressalvados todos os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Em resposta à questão de ordem colocada pelo Senador Moka...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ...eu vou ouvir, pela ordem, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras.

Eu queria, apenas, estabelecer o seguinte, Senador Casildo: a colocação da questão de ordem pelo Senador Moka traz uma possibilidade regimental de se estabelecer o entendimento, ou seja, ouvido o debate dos Srs. Senadores, colocaríamos em votação os destaques. Os destaques aprovados seriam ressalvados no texto, colocaríamos em votação o texto, para que pudéssemos, portanto, suspender a reunião e, quem sabe, na parte da tarde de hoje ou amanhã pela manhã, retomar as votações dos destaques.

Acho até mais prudente fazermos amanhã pela manhã a votação dos destaques, para dar tempo do entendimento entre as diversas correntes daqui, da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Inclusive, na chegada cedo, aqui, eu comentei com o Senador Luiz Henrique que acreditava que esta seria, talvez, a melhor alternativa: que votássemos, hoje, o texto, ressalvados os destaques, e que amanhã, depois de exaustiva negociação com os membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, e de Agricultura, pudéssemos, então, votar os destaques que tivessem sido aprovados na reunião de hoje.

Antes de passar a palavra ao Presidente, eu gostaria de poder...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ... continuar ouvindo, pela ordem, os seguintes Senadores: a Senadora Marinor, logo a seguir o Senador Walter Pinheiro, em seguida o Senador Randolfe Rodrigues, em seguida o Senador... V. Exª também já tinha pedido e tem precedência, até por ser Senadora desta Casa.

Eu ouço, portanto, pela ordem, a Senadora Marinor e, logo a seguir, a Senador Kátia Abreu. Ouvirei, em seguida, os Srs. Senadores pela ordem.

Com a palavra, a Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Eduardo Braga, a despeito de nós termos conseguido imprimir um ritmo bem diferente de debate político, de ampliação das possibilidades de dialogar com o conteúdo do Código Florestal, aqui, no Senado Federal, ainda existem lacunas imensas a serem superadas no debate para encontrar um ponto de mediação, para encontrar um caminho comum.

Do dia 25 para cá, no último texto que foi apresentado pelo Senador Luiz Henrique, nós pudemos observar que algumas mudanças foram propostas, algumas alterações foram propostas, e a minha preliminar nesta questão de ordem é, inclusive, ouvir o Senador Luiz Henrique para me posicionar sobre o método de decisão, sobre o que, de fato, alterou, que propostas, exatamente, foram incorporadas ao texto do dia 25 para cá, que sugestões novas, que alterações de texto, seja do ponto de vista do conteúdo, seja do ponto de vista da forma de apresentação.

A meu ver, o tempo de apresentação desse texto, tendo novas sugestões, e, em rápidas pinceladas, nós

podemos perceber alterações no art. 4º, no §3º; no art. 35; no § 3º também com inclusão de dois incisos; depois uma sugestão da Senadora Ana Amélia na Emenda 15 da CRA; depois a Emenda 108 do Senador Ciro, da CCT; dentre outras questões que para mim ainda não tem... Eu ainda não tenho a possibilidade de me pronunciar sobre este conteúdo, além do que, Senador Eduardo Braga, este movimento que o Senado Federal propiciou à sociedade brasileira, diferentemente do que fez a Câmara, abre um leque absolutamente importante para que os interesses deste País, do desenvolvimento deste País na perspectiva sustentável, na perspectiva da harmonização com as nossas florestas, possam ser ouvidos e refletidos por esta Casa.

Esta semana, ainda na sexta-feira, para dar um exemplo desta mobilização, o Senador Jorge Viana, que, sem dúvida alguma, é uma pessoa absolutamente respeitada na área ambiental, faz na sua região um movimento de governo, de florestania. Ele tem se envolvido de forma importante nessa discussão. Recebeu contribuições do Inpa, em Manaus, para tratar de um debate absolutamente novo, e isso não pode deixar de ser refletido nesta Casa, como, por exemplo, a questão da várzea amazônica. Vamos deixar esse debate de fora? Vamos deixar de receber as contribuições de pesquisadores, de estudiosos deste País para refletir quais as melhores alternativas para o Código Florestal brasileiro?

Estão diversos setores mobilizados: SOS Floresta, Floresta Faz a Diferença, o Comitê Brasil em Defesa das Florestas. Tem muita gente tentando contribuir, tem muita gente que ainda não está satisfeito com o método e ainda não está satisfeito com o tempo para detalhar, para tentar convencer. Acho que este exercício político esta Casa não pode se negar a fazer, sobretudo e sob pena, inclusive, de uma pessoa que tem uma história importante, que se envolve, como o Senador Jorge Viana, nesta temática, de passar a ter apenas oito dias – de hoje para o dia 16 – para tentar dar uma resposta sintetizando toda essa complexidade, inclusive as emendas e as sugestões que aqui ainda não foram incorporadas no texto novo do Senador Luiz Henrique.

Sendo assim, Senador Eduardo Braga, tendo havido essa mudança, essa alteração de texto, a exemplo do que aconteceu na CCJ, em que já havia tido um pedido de vista e depois o Senador Randolfe pôde fazê-lo após a modificação apresentada pelo Senador Luiz Henrique, apelo, politica e regimentalmente, para que seja concedido, preliminarmente ao encaminhamento que está sendo proposto, pedido de vistas para poder analisar e contribuir com o debate que o Brasil está fazendo em paralelo e que tem o direito de fazer com o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Respondendo a questão de ordem de V. Exª, eu gostaria de esclarecer dois pontos. Na reunião da leitura do relatório do Senador Luiz Henrique, no dia 25, por deliberação do Plenário de ambas as comissões, foi estabelecido, em conformidade com o Regimento, pelos presidentes das comissões, tanto de Agricultura como de Ciência e Tecnologia, um organograma para o debate, com a seguinte regra aprovada pelo Plenário, que é soberano. O Regimento não é soberano em relação ao Plenário, o Plenário é soberano, sob pena de que a instância superior da Casa, que são os Plenários de cada uma das comissões, não possa ser ordenada. Portanto, o prazo para pedido de vista coletiva nessas comissões foi exaurido na reunião do dia 25.

V. Exª pode apresentar formalmente o seu pedido e eu posso submetê-lo ao Plenário, mas quero dizer-lhe que foi aprovado, por deliberação unânime do Plenário no dia 25, um rito para disciplinar a tramitação da votação do relatório lido por S. Exª, o Senador Luiz Henrique, estabelecendo, inclusive, prazo para a apresentação das emendas, estabelecendo prazo para a distribuição das emendas e estabelecendo, no dia de hoje, o prazo para discussão, debate, apresentação dos requerimentos de votação em separado, de destaques portanto, e, finalmente, a votação do texto do relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique. No entanto, V. Exª tem o direito, como Senadora e membro dessas comissões, de apresentar requerimento, que será submetido ao Plenário.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Eduardo, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Claro.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu fiz um pedido de esclarecimento, e eu queria informar, mais uma vez, o motivo desse pedido.

Essa decisão é válida, o cronograma... O Plenário seria soberano em relação ao Regimento se não tivesse havido mudança, mas houve mudança no texto do dia 25. O texto que estava na Mesa no dia 25 era um e, sobre esse texto do dia 25, foi tomada uma decisão. O texto que está na mesa de debates de hoje é outro. Então, eu me reservo o direito de voltar a recorrer ao Regimento Interno, por ter havido mudança no texto, e apresentar pedido de vista. Inclusive, eu pedi, antes de V. Exª se pronunciar, que o Senador Luiz Henrique se manifestasse sobre os itens que, grosso modo, com pinceladas rápidas, foram alterados, uma vez que não existe tempo político para se aprofundar tantas mudanças tão velozmente, pedi que ele se manifestasse sobre essas alterações.

Então, eu gostaria, se V. Exª me conceder a questão de ordem, que o Senador Luiz Henrique pudesse, inclusive, esclarecer um pouco o conteúdo dessa mudança que foi proposta através de alguns colegas nossos que estão interagindo no debate, que têm interesse de mexer, de melhorar o texto, como, por exemplo, a Senadora Ana Amélia fez na Emenda nº 15.

Então, eu gostaria que isso ficasse claro para nós aqui, para que não pareça que estamos tentando estender ou deixar de debater ou deixar de concordar com um processo que está sendo rico, que está sendo importante – precisamos reconhecer –, mas que precisa, de forma intensa, de forma profunda, garantir todas as possibilidades que cada um de nós aqui tem, assim como a sociedade, de achar o melhor caminho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Compreendendo as colocações de V. Exª, vamos ouvir o nosso relator. Gostaria apenas de esclarecer que, se V. Exª pedir à sua assessoria que consulte a ata do dia 25, verá que os temas abordados por V. Exª foram decididos pelo Plenário. O Plenário, no dia 25, imaginando exatamente que seria necessária uma adequação ao texto inicial do dia 25, estabeleceu uma série de regras, deliberadas pelo Plenário, para a tramitação em ambas as Comissões. Talvez fosse interessante, diante da postulação de V. Exª, que a assessoria de V. Exª – eu compreendo a preocupação que V. Exª tem em ampliar os debates – analisasse a decisão que foi adotada, de forma unânime, pelo Plenário de ambas as Comissões, no dia 25.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique para fazer os seus comentários em relação aos questionamentos feitos por V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho, em mãos, aqui, Sr. Presidente, as notas taquigráficas da reunião do dia 25. Vou ler alguns trechos desta reunião:

> *"O nosso Presidente Eduardo Braga [fala este Senador] vai estabelecer as diretrizes de prazos para receber as emendas para que nós possamos, dentro da mesma metodologia que estamos adotando de ouvir todos, incorporar aquelas que tenham grande relevância.*
>
> ***O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Proponho, portanto, ao Plenário que estabeleçamos um prazo para apresentação das emendas. Já que estamos estabelecendo o dia 8 como o dia para a votação do relatório final, que se estabeleça prazo até o dia 31 – portanto, nós estaríamos dando seis dias – para que os Srs. Senadores pudessem apresentar emendas à Comissão. Distribuiríamos essas emendas para todos os Senadores [o que foi feito] para que pudessem tomar conhecimento delas. Com essas emendas sendo do conhecimento geral, o Sr. Relator poderia apresentar o relatório com pedido de vista conjunto – portanto, não havendo mais pedido de vistas – no dia 8 para votação. Esse rito só poderá ser feito, se aprovado pelo Plenário de ambas as Comissões. Consultei o Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que também concorda.*
>
> *Portanto, submeto aos Srs. Relatores e ao Plenário a sugestão de estabelecermos o prazo até o dia 31 para apresentação de emendas ao relatório para que possam ser distribuídas a todos os membros das duas Comissões, para que não haja mais pedidos de vista conjuntos e para que possamos votar, no âmbito das duas Comissões, no dia 8, o relatório final.*
>
> ***O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB – DF) – Quero concordar com V. Exª, Sr. Presidente, e só sugerir que, em vez de ser dia 31, seja dia 1º. Ganharíamos mais um dia para apresentação de emendas e daria tempo para que todos tomassem conhecimento das emendas a serem apresentadas.*
>
> ***O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Acatando a sugestão de V. Exª, passaríamos para até o dia 1º, ao final do dia.*
>
> ***O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB – DF) – Só uma última consulta: V. Exª já está considerando o pedido de vista conjunto?*
>
> ***O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O pedido de vista de V. Exª se transformando em... (Pausa.)*
>
> *O Renan também pediu. Portanto, é um pedido de vista conjunto para que pudéssemos ter a votação, então, no dia 8.*

Pois bem, Srªs e Srs. Senadores, eu não mudei o substitutivo, a emenda substitutiva global, eu não mudei uma vírgula, eu apenas incorporei algumas emendas. Portanto, não há cabimento para novo pedido de vista, para nova protelação, até porque percebo uma vontade coletiva amplamente majoritária nesta Casa e na Câmara dos Deputados, a vontade do Governo e a vontade da sociedade, para que aprovemos este projeto neste ano e para que possamos ter uma lei clara, objetiva e segura para a posteridade.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Eduardo Braga, por favor, é porque o Senador Luiz Henrique...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senadora, apenas...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pela ordem, então.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Só para que possamos não...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Aguardo a minha vez, pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ouço a Senadora Kátia Abreu para fazer uma questão de ordem.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, não é questão de ordem. É pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Então, pela ordem.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Muito obrigada. Eu gostaria de pedir apenas, Sr. Presidente, que os colegas pudessem aqui não olhar apenas a questão do mérito dos metros ou dos percentuais de APP ou de Reserva Legal, apenas o mérito da questão ambiental. Eu gostaria muito que todos pudessem colocar em mente que estamos falando aqui apenas de 27,7% do País. É o espaço que o Brasil hoje ocupa para produzir. Os produtores rurais, na verdade, têm 38% do Território, mas já há de Reserva Legal e APP dentro das propriedades 100 milhões de hectares. Então, estamos discutindo aqui a vida do Brasil. Nós estamos discutindo 27% do Território, responsável por 40% das exportações, por um terço do emprego e por 25% do PIB. Qualquer redução nessa área amarela implica a redução desses indicadores econômicos. É claro que não estou aqui pregando, por conta dos indicadores econômicos, o vale-tudo, absolutamente.

Eu quero aqui ressalvar que nós temos 61% de preservação neste País. E o que temos que fazer? Não podemos deixar de observar os nossos concorrentes. Nós temos, na iniciativa privada, 320 milhões de hectares. Os americanos têm 373 milhões de hectares, com uma diferença muito simples: os americanos produzem em 100% dos 373 milhões de hectares, e nós, brasileiros, apenas em 230. Se nós deixarmos a recomposição da APP, como querem alguns, ou a recomposição da Reserva Legal, esses 230 passarão a ser 151 milhões de hectares apenas de produção neste País, porque o Ministério da Agricultura e o IBGE demonstram que, na APP, plantado de arroz com feijão e produzindo carne neste País, nós temos 43 milhões de hectares. Para se ter ideia do que são 43 milhões de hectares, toda a lavoura de grãos deste País é plantada em 49.

Então, estamos aqui tentando... E eu disse para o assessor da Ministra Izabella agora há pouco: nós vamos fazer de conta que vamos aprovar uma lei que vai acomodar o País ou vamos aprovar uma lei, de fato, que vá legalizar as áreas de produção?

E quero lembrar que 15 metros, 30 metros, 40 metros para um grande produtor não significam absolutamente nada, porque ele pode jogar a sua irrigação a quilômetros e quilômetros. Nós estamos falando de pequenos e médios agricultores que estão espalhados por essa APP do mundo e do País inteiro.

Eu fui, Sr. Presidente, a Bruxelas há duas semanas. Fiz uma escala em Portugal e tive a oportunidade de sobrevoar todos os rios até chegar a Bruxelas. Não estou aqui pregando que façamos o mesmo que a Europa fez, mas lá não tinha uma árvore sequer nem para fazer um chá. Nós passamos em cima do Douro, do Tejo, do Marne, do Loire, do Sena, todos. Não tinha nenhuma árvore nem de reserva legal nem de APP. Eu fiquei chocada, eu fiquei espantada, eu fiquei preocupadíssima com aqueles rios, porque nem para o mar e nem para a terra. Agora, excluir produtor rural e produção como se fosse erva daninha de todas as margens de rios do Brasil não é sano. Nós não estamos tendo bom senso. Nós não podemos permitir que isso aconteça, porque estamos ressalvando aqui, no texto, que poderemos continuar produzindo nas margens de rios, como o mundo inteiro fez, desde que o PRA indique essa possibilidade. O art. 56 do relatório do Senador Luiz Henrique, que fez um esforço sobre-humano para chegar até aqui, assim como está fazendo Jorge Viana, peço a todos que possam refletir sobre isso.

Os Deputados venceram essa batalha por 410 votos. Esse ganho na continuidade de plantio e produção na APP os Deputados não aceitarão, e passaremos a ver o projeto ser derrubado na Câmara e a possibilidade de a Presidente da República vetar. Para que esse conflito? Isso é um resultado ruim para nós, internacional e nacionalmente. Não queremos derrotar ninguém, nem ser vencedores. O Brasil precisa vencer essa batalha.

Lembrem-se desse espaço amarelo. Menos que isso? Como podemos pedir aos brasileiros que produzam em menos de 30% de onde estão produzindo? Nós temos praticamente 50 milhões de hectares de produção de grãos e 150 milhões de pastagens. "Ah, mas os pastos estão sobrando..." Claro, são as áreas que temos de salvaguarda.

E fiz agora a propaganda, em todos os Estados Unidos, nesta semana, e na Europa, de que é nessas áreas que vamos aumentar nossa produção. Se empatarmos 80 milhões de hectares aqui, pode avisar à FAO e à ONU que o Brasil vai ficar de fora das metas do milênio; não poderemos cumpri-las até 2020, porque não teremos nem um palmo sequer para aumentar a produção.

Então, que história é essa? Somos signatários da ONU, somos signatários do acordo da FAO. Nós nos incluímos nas metas de milênio de acabar com a fome. Como, sem território, sem chão? Nas áreas de grãos, não temos como aumentar a produção. O único lugar que nos resta são as áreas de pastagens.

Agora, pergunto: mostrem-me um país do mundo que tenha mais de 30% de preservação dos seus biomas. Nós temos 61%. E isso nem dinheiro ainda vale. Isso nem dinheiro ainda vale. Eduardo Braga é um defensor disso, de que esse patrimônio pode ser resgatado e transformado em ativo financeiro, para que o País continue enriquecendo, como todos do mundo fizeram.

Em março, no Fórum Mundial da Água, estaremos lá participando. E vamos lançar, juntamente com a ANA e com a Embrapa, os parâmetros técnicos universais de APP para o mundo inteiro, mas não com esse radicalismo. Nós vamos mostrar que não só os animais e as plantas precisam da água, mas os seres humanos também. É uma ignorância nossa imaginar que a margem de rio é um santuário. Não é assim no Brasil, nem em nenhuma parte do mundo.

Agora, Senadora Marinor, nós somos um exemplo. Nós somos um exemplo do mundo, tanto de preservação de parques maciços como de matas ciliares. Nós estamos dando um *show* de bola. Agora, também precisamos continuar dando um *show* de bola na produção de alimentos.

Então, peço aos amigos, aos colegas Senadores que, independentemente desses méritos específicos e técnicos, vamos pensar um pouco na vida real, no mundo real. Quem tem coragem de mandar pequenos agricultores arrancar curral; casa; pocilga; a produção de milho que está lá, há anos, com vaca de leite, com criação? Eu não tenho coragem. E quem vai pagar isso? Quem vai pagar essa conta?

Fazer aqui é muito simples, defender o meio ambiente. Por que a D. Christiane Torloni, que foi ao Faustão, não vai defender aquele poço de imundície que é a Lagoa Rodrigo de Freitas? E o Tietê? E o Pinheiros? Nunca vi um artista de lugar nenhum defender isso. Por que o mal está só no campo? Por que só está nos rios? Ao contrário. Ao contrário, mais de 80%... De 70% a 80% do País não têm tratamento de esgoto. Então, são as cidades que estão "imundando" os rios do Brasil, não são os produtores rurais, porque todos os dejetos não tratados são jogados nos rios, nas cabeceiras, nas nascentes. Não são os produtores que fazem mal ao rio, não. Sinto muito, não são.

Nós estamos dispostos, muito dispostos. Não estamos fazendo favor... Ao contrário, estamos fazendo favor a nós mesmos. Não vivemos sem água, não produzimos sem água, não queremos ver nossos rios secarem. Apontem-nos onde está o erro, que recuaremos, mas fazer disso uma norma geral e arrancar comida, como se fosse erva daninha, na altura dos acontecimentos, com o preço da comida subindo no mundo inteiro, com sete bilhões de pessoas no mundo, é um contrassenso. Nós não temos o direito de fazer isso com o Brasil.

Eu peço, Senador Luiz Henrique, com todo o seu esforço, que possamos resolver até amanhã essa questão. Vamos deixar claro. Se o texto não está claro, vamos escrever com todos os pontos e vírgulas. Que se recomponha, que se possa consolidar a produção, mas ressalvadas as áreas sensíveis. "Se não estiverem prejudicando e assoreando o rio", "se não estivermos prejudicando o fluxo gênico dos animais", vamos escrever isso, mas querer arrancar esse pessoal do lugar em que estão, em 43 milhões de hectares, isso não é possível fazer.

Já confesso que, se essa batalha for perdida, eu estarei aqui, de novo, pedindo a reformulação do Código, porque os produtores continuarão criminalizados.

Essa é realidade brasileira. E que todos os Senadores possam conversar com todos os produtores do seu Estado, como têm o costume de fazer, tenho certeza disso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro e, logo a seguir, V. Exª fará uso da palavra. Depois falará o Senador Eduardo Suplicy.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu estou inscrita também, não é, Senador? Eu pedi novamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Exª foi a primeira a fazer uso da palavra pela ordem. Agora estamos atendendo a sequência, com o Senador Walter Pinheiro.

Senador Walter Pinheiro com a palavra.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Agradeço, Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu quero, efetivamente, fazer uma questão de ordem, já que as questões de ordem foram usadas para discutir o mérito. Com todo respeito, também quero, quero discutir o 53, quero discutir a questão dos agricultores, quero discutir a questão das APPs, o próprio processo de utilização de topos, enfim, quero apresentar os meus destaques.

Agora, nós estamos diante de um problema, acho que isso é o fundamental: qual é o encaminhamento que vamos dar a essa questão? Essa é a questão de ordem que faço aqui.

Há um relatório lido, há um procedimento. Outros Senadores já apresentaram sugestões, até para permitir que façamos este debate de maneira a permitir que cada um possa ter contemplado o seu destaque e ter a oportunidade de incidir sobre essa matéria, fazendo a discussão do seu destaque. Nesse sentido, proporia que trabalhássemos na seguinte linha.

Primeiro: lido o relatório, esta comissão acataria os destaques apresentados, na linha, inclusive, do que foi colocado pelo Senador Waldemir Moka. Acho que seria importante que pudéssemos fazer isso e continuar, inclusive, recolhendo destaques. Nesta reunião poderíamos votar a matéria, ressalvados os destaques. Nós abriríamos o prazo entre esta reunião e a reunião da outra comissão, até, de novo, as rodadas de conversação e negociação com os relatores juntos, Senador Luiz Henrique, e aí nós partiríamos para a reunião da CMA, Rodrigo Rollemberg, com esse processo já trabalhado, sem eliminar o debate, que é fundamental na CMA, inclusive para avaliarmos esses destaques. Feito isso, produziríamos ali a votação final, já com a apreciação dos destaques, tendo, portanto, o texto-base sido aprovado nessa comissão – volto a insistir: ressalvados os destaques –, e essas rodadas de negociações e discussões e a própria audiência da próxima comissão, para que pudéssemos, inclusive, ter o nosso direito de incidir sobre a matéria, sobre o conteúdo.

Então, era essa proposta que eu queria que V. Exª pudesse submeter a este Plenário para que pudéssemos dar continuidade a esta discussão de forma mais organizada, permitindo a todo mundo, quem não conheceu, quem não teve oportunidade... Reconheço ser fundamental que nos debrucemos sobre a matéria, sobre cada um desses destaques. Assim, nós ganharíamos esse tempo e faríamos na CMA a discussão da matéria com os destaques, portanto já avançando nessa primeira etapa no que diz respeito...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para ficar clara a proposta de V. Exª: V. Exª aponta no sentido de que, aprovados os destaques desta comissão, vote-se o texto na comissão e, amanhã, seriam votados os destaques em separado numa nova reunião dessas comissões – de Ciência e Tecnologia, Agricultura e Reforma Agrária –, ficando, portanto, reaberto o prazo, como o Regimento estabelece, normalmente, na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle para os Senadores que são membros daquelas comissões e, finalmente, o Plenário, como estabelece o Regimento da Casa.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ouço o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Querido Presidente, não quero e não vou entrar no mérito da questão. Há um diploma que está acima do Plenário e de todos nós, que é o Regimento da Casa.

O que apresento neste momento é uma questão de ordem fundamentada no art. 403 do Regimento Interno. Portanto, seria necessária uma resposta de V. Exª. Sendo assim, eu peço a V. Exª a observação e, para tanto, uma resposta, já que é uma questão de ordem. Eu peço a V. Exª que observe o previsto no art. 132, § 1º, do Regimento Interno da Casa. Logicamente, a esse pedido e a resposta de V. Exª para esse pedido, decorrerão pedidos sequenciais nossos em relação a essa questão de ordem.

Objetivamente é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, mas eu acho que precisaria dar a resposta para a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – A questão de ordem apresentada por V. Exª será respondida tão logo eu possa ouvir, porque, como V. Exª pode perceber, a questão de ordem que V. Exª levanta sobre o art. 132, § 1º, em outras palavras, é a mesma questão de ordem levantada pela Senadora Marinor. Portanto, como as questões de ordem estão sendo repetidas sobre o mesmo tema, tanto eu quanto o Senador Acir Gurgacz, decidimos ouvir os Srs. Senadores para, em seguida, apresentar uma resposta e colocar uma deliberação ao Plenário, que é soberano sobre a questão.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, apresentei uma proposta de emenda relativa à agricultura familiar e o Relator Sr. Senador Luiz Henrique fez uma menção à mesma, dizendo que ela foi por ele considerada, mas que avalia seja mais bem considerada no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, pelo que compreendi.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Senador Suplicy, é preciso fazer um ajuste de redação apenas. Eu acho que o Senador Jorge Viana já manifestou a sua intenção de fazê-lo. V. Exª reapresenta na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Como não sou membro da Comissão de Meio Am-

biente, vou verificar se a Senadora Ana Rita, com afinidade com o mesmo propósito, pode fazer esse ajuste para, então, ali ser examinado, porque avaliamos muito importante seja considerada a questão da agricultura familiar.

É isso Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Eduardo Suplicy, sou membro da Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle e terei enorme prazer em poder reapresentar a emenda apresentada por V. Exª, mantendo, inclusive, a coautoria com V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Mas a Senadora Ana Rita também é membro e poderá fazê-lo na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quem sabe possamos assinar os três e mais os outros que queiram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Para uma questão de ordem, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu quero chamar atenção para a última reunião das duas comissões em conjunto. Está na Ata, Senadora Marinor. Eu não me lembro, eu acho que eles não estavam presentes. Essa questão foi exaustivamente discutida. Eu respeito a questão de ordem, mas é uma questão vencida, porque foi colocado por V. Exª. Está nos Anais da reunião de que nesta reunião não caberia mais pedido de vista, e V. Exª enfatizou. Nós tínhamos prazo, era o dia 31. O Senador Walter Pinheiro pediu até o dia primeiro, dar-se-ia conhecimento das emendas e nesta reunião não caberia pedido de vista. Ora, essa questão é, então, uma questão vencida. O que nós precisamos agora é ver se essas novas propostas – tem do Senador Casildo Maldaner –, com que quis contribuir dizendo que votaríamos o texto... Podemos suspender a reunião para dar tempo do entendimento e, na continuidade desta mesma reunião, decidiríamos sobre a questão dos destaques.

Acho que é isso que nós precisamos nesse momento encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É nessa linha, Sr. Presidente. Levantei a primeira e acho que o Senador Moka chegou em bom momento. Eu acho que o encaminhamento será melhor, em vez de transferirmos tudo para a Comissão do Meio Ambiente. Parece que estamos chegando para que fique em *stand by*. Vota-se o texto básico e, na continuação, nessas duas comissões, poderemos, então, até amanhã, resolver... *(Falha no microfone.)* mais ou menos resolvidas.

Acho que estamos chegando a um entendimento, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com licença, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois não.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Senador Casildo, a proposta de V. Exª vem na mesma direção de como temos elaborado os nossos pareceres, na busca sempre da convergência máxima. Unanimidade é impossível, até porque Nelson Rodrigues já cunhou a célebre frase de que a unanimidade é burra. Procuramos, então, uma convergência máxima.

Acho prudente, após votarmos o projeto, o Sr. Presidente designar para amanhã, pela manhã, talvez no mesmo horário, a continuidade da votação para que apreciemos os destaques. Até lá, conversando com os Srs. Deputados, principalmente com os propositores do projeto, e com os Ministros da Agricultura, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, poderemos chegar a um entendimento para concluir a votação na manhã de amanhã.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Eduardo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Vou voltar a V. Exª, mas tenho que assegurar também aos outros Senadores o direito da questão de ordem.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Claro, Exª, estou esperando a minha vez, só...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Exª terá, pela segunda vez, o direito de se manifestar sobre a mesma questão de ordem.

Ouço neste momento o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero registrar o seguinte. Desde o início desse processo, buscamos construir um clima de entendimento e de avanços graduais no texto do Código Florestal, que já avançou bastante, embora tenhamos que avançar bastante ainda. Quero manifestar mais uma vez a minha convicção de que conseguiremos fazer isso.

Para isso, é fundamental entender que aqui não prevalecerá a opinião individual de ninguém, nem sequer de segmentos específicos. Devemos buscar construir um texto que seja equilibrado e que garanta que o Brasil possa continuar sendo um grande produtor de alimentos, de agroenergia, mas também uma grande potência ambiental. Não podemos abrir mão

disso, até porque tenho dito que uma das condições de competitividade da agricultura brasileira no cenário internacional é exatamente a sustentabilidade.

Gostaria de fazer um apelo para que buscássemos investir, aprofundar, retomar o clima de entendimento no sentido de construir alternativas para o texto. Ainda temos toda tramitação na Comissão de Meio Ambiente. O Senador Jorge Viana deve estar chegando. Ele é o relator na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Ele já está aqui no plenário. Está chegando.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Falei há pouco com o Senador Jorge Viana. Ele ainda estava no avião, mas já estava em Brasília. Está chegando aqui à Comissão.

É claro que, qualquer que seja o entendimento desta Comissão, qualquer Senador membro da Comissão de Meio Ambiente poderá apresentar suas emendas na Comissão de Meio Ambiente, poderá apresentar os seus destaques na Comissão de Meio Ambiente. Essas emendas e esses destaques todos serão apreciados.

Quero reiterar que não adianta, em função de uma maioria eventual em uma ou em outra comissão, querer impor um texto que não seja de consenso, porque isso não prevalecerá nem no plenário do Senado, nem no plenário da Câmara. Insisto com a tese de que devemos buscar o entendimento para que possamos construir um texto à altura das expectativas da população brasileira. Se o entendimento dado pela Comissão de Ciência e Tecnologia for esse de votar o texto principal, ressalvados os destaques, para buscar o entendimento ainda nessas comissões em relação aos destaques apresentados, e fiz três destaques ao texto; se o entendimento for aprovar o relatório e deixar a apreciação das emendas e dos destaques para a Comissão de Meio Ambiente, também não haverá problema nenhum. Nós faremos a discussão com toda a tranquilidade, com toda a profundidade, com toda a responsabilidade, ouvindo todos os setores da sociedade, como estamos ouvindo.

Quero registrar que, amanhã, temos uma audiência pública para ouvir os Comitês de Bacias Hidrográficas; na quinta-feira, teremos uma audiência pública para discutir o impacto do Código Florestal nas cidades; na sexta-feira, temos uma audiência pública para debater o impacto do Código Florestal nas florestas; no sábado, temos uma diligência para conhecer a recuperação de uma Área de Preservação Permanente, e vamos continuar ouvindo a sociedade civil, como já ouvimos a comunidade científica por mais de quatro ou cinco audiências públicas aqui, no Senado. Tivemos a oportunidade, uma comissão de Senadores, de visitar a Esalq, e entendo que há a possibilidade de construirmos um entendimento sobre esse texto.

Insisto, devemos construir um entendimento. O embate será prejudicial a todos os lados porque não haverá segurança de que será sancionado pela Presidente da República. Além disso, se quisermos impor um texto que não seja negociado com a Câmara, corremos o risco de ver a Câmara modificar completamente o texto. Portanto, temos de buscar esse entendimento.

Essa é a nossa posição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Rodrigo Rollemberg, ouço, para um nova questão de ordem, a Senadora Marinor Brito,

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Obrigada, Senador Eduardo.

Depois de ter ouvido a fala da Senadora Kátia Abreu, estou mais convencida de que não existe entendimento sobre o conteúdo deste debate.

Diferentemente do que diz a Senadora, cerca de 70% da comida que está no prato dos brasileiros vêm da agricultura familiar. O agronegócio produz *commodities* agrícolas para exportação, Senadora Kátia Abreu. Nós estamos falando de coisas diferentes.

Se houvesse consenso, acordo nessa discussão, as entidades que estão acompanhando este debate, *pari passu*, o MST e outros, teriam concordância com o projeto do Código que foi aprovado na Câmara Federal. Nós não vamos permitir o escamoteamento do debate, Senador Eduardo Braga. Não existe acordo. Existem, como disse aqui o Senador Rodrigo Rollemberg, muitas questões a serem construídas. Não é de bom tom fazer com que esse debate aconteça de forma autoritária, arbitrária, obedecendo a um mero, por mais que tenha uma boa intenção, um acordo que aprovou um cronograma na reunião passada, e não vem ao caso quem estava presente ou não, porque o Senador Luiz Henrique, ao ler a ata da reunião passada, na frente de todos nós, nos apresentou claramente a informação de que incorporou emendas. Eu pergunto, incorporar emendas não é alterar o texto? Incorporar emendas não significa alterar o texto? O que é incorporar emendas? Então, queria refletir sobre isso.

Além do que, Senador Eduardo Braga, tem outros debates que estão colocados. Existem estudos feitos pelo Imazon que contraditam o posicionamento apresentado pela Senadora Kátia Abreu. É verdade, a Europa detonou as florestas, mas está reflorestando. O Sul e o Sudeste do País, hoje, têm menos floretas que a Alemanha.

Nós não podemos pensar esse debate sem distribuir, sem pensar este País em todas as suas regiões.

Nós não podemos pensar a importância da floresta como parte do interesse deste ou daquele setor. Isso é uma questão de interesse nacional. Precisa ser colocado dessa forma no debate. É a única possibilidade de buscarmos uma mediação, um encontro dos posicionamentos para sair daqui com uma posição mais ou menos costurada. Ou vocês acham que alguém que não concorda com o conteúdo deste Código, como é o caso dos estudantes, dos movimentos sociais, dos que aqui se fazem representar em nome dessas lutas, vai abrir mão de pedir vista, em um momento como esse, para tentar olhar, analisar, o que foi incorporado? Não podemos abrir mão, em hipótese nenhuma, de exercer, Senador, o nosso mandato. Faço mais uma vez um apelo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Dentro do art. 132 do nosso Regimento, apresento o nosso pedido de vista...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Para que a gente possa ter oportunidade de continuar essa discussão, minimizar e deixar de fazer uma discussão como aqui mencionou a Senadora Kátia Abreu. Existe uma verdade, existe uma vontade nacional. Parece que essa verdade nacional é a verdade dela, é a verdade do agronegócio. Não é. O povo brasileiro não se curva e não tem uma posição unificada em relação a isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senadora Marinor, antes de passar a palavra pela ordem para a Senadora Ana Amélia, gostaria apenas de lembrar a todos os senhores e senhoras aqui presentes nesta reunião conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária que é lícita a manifestação, como alguns estão fazendo, de forma absolutamente correta, levantando sua posição, seja com o seu cartão vermelho, seja com a sua manifestação por um voto para o Brasil. Agora, estas Presidências não poderão permitir a manifestação que venha para desrespeitar, de impedir o exercício do mandato de cada um dos senhores Senadores. Terei o maior prazer de debater horas a fio essa matéria, mas respeitando o exercício democrático e o direito democrático de cada um dos Senhores Senadores de acordo com a sua convicção, de acordo com o seu posicionamento.

Pela ordem, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, muito obrigada. Quero cumprimentá-lo pelas palavras que acaba de proferir a respeito dessa manifestação democrática.

A propósito das observações da Senadora Marinor, utilizo fontes da Embrapa e da Fundação Getúlio Vargas até para dizer que a grande preocupação, aqui não é desse ou daquele lado, mas uma preocupação nacional. E uma preocupação social é econômica também. Por quê? Segundo esses dados da Fundação Getúlio Vargas e da própria Embrapa, das 5,2 milhões de propriedades existentes no Brasil 3,7 milhões de propriedades – vou repetir, 3,7 milhões de propriedades – têm uma renda bruta de 0,4 salários mínimos por mês, 0,4 salários mínimos por mês. E 4,8 salários mínimos por ano. Então, não é possível ignorar a questão social envolvida nesse debate. Queria apenas, até, de certa forma reforçar o argumento da Senadora Marinor para dizer que não devemos postergar uma decisão exaustivamente debatida aqui no Senado Federal, ouvindo todos os segmentos.

O nosso Relator, Senador Luiz Henrique, ouviu o Ministério Público, o Poder Judiciário, ambientalistas, a academia. Foram mais de três ou quatro audiências públicas ouvindo todos os setores, produtores de todos os níveis, em todo o Brasil. Temos, hoje, condições, sem dúvida, de apreciar primeiramente o mérito e depois deixar para amanhã. Foi uma solução muito inteligente do Presidente Eduardo Braga compatibilizando a questão regimental com as questões políticas. Eu, inclusive, neste caso, como não sou da Comissão do Meio Ambiente, terei agora ver algum outro Senador para apresentar a minha emenda, como destaque, a Emenda 12, conforme explicou bem o Senador Eduardo Braga.

Este é o meu posicionamento, Senador.

Agradeço muito a gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a V. Exª.

Respondendo à questão de ordem da Senadora Marinor, do Senador Randolfe e de outros Senadores que vieram na mesma direção com relação ao art. 132, § 1º, citando o art. 89 no seu inciso I, compete aos presidentes das comissões ordenar os trabalhos da comissão, a fim de que não haja prejuízo da matéria.

Ficou deliberado pela instância máxima das nossas comissões e em reunião conjunta tanto da Comissão de Agricultura, como a Comissão de Ciência e Tecnologia, conforme já lido pelo Sr. Relator Senador Luiz Henrique, exposto na ata que representa a Reunião do dia 25/11, quando estas comissões concederam vista conjuntamente e admitiram prazos de emenda e ordenaram o funcionamento de um cronograma para que se pudesse estabelecer a votação do texto no dia de hoje, estabelecendo também o direito de os destaques

em separado, a colocação da questão de ordem de V. Exª, portanto, está superada pela decisão plenária do dia 25 do mês passado, quando a comissão conjuntamente decidiu por uma questão de ordenamento dos trabalhos de um cronograma de que haveria pedido de vista conjuntamente e que qualquer acatamento de emenda seria discutido, votado e estabelecida a solicitação do seu aparte, da sua votação em separado, para que pudesse manter a discussão daqueles itens que, porventura, não se encontrasse consenso.

Portanto, respondendo à questão de ordem: mantenho a decisão pela Comissão de Ciência e Tecnologia, consultei ainda há pouco o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, e, portanto, indeferimos a questão de ordem proposta pela Senadora Marinor Brito e pelo Senador Randolfe, entre outros Senadores.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agora, dando sequência...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agora dando sequência à nossa...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Eduardo Braga, queria fazer um recurso ao plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Perdão.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Quero recorrer ao Plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ah, vamos recorrer ao Plenário da Comissão...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – E queria também que V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ... Coloco em votação a decisão das Presidências da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Pela ordem, primeiro a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Os Srs. Senadores da Comissão de Ciência e Tecnologia que concordam com a decisão desta Presidência em não proferir nova vista de acordo com a decisão deste Plenário permaneçam como se encontram.

Aqueles que discordam que se manifestem.

Com voto contrário da Senadora Marinor, aprovada a decisão na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Coloco agora...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Excelência, o voto...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ...e submeto, ainda em processo de votação, coloco na...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) –... Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a decisão do Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, de não conceder nova vista ao Plenário.

Senadores que...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) –... concordam permaneçam como se encontram.

Os Senadores que não concordam que se manifestem.

Aprovada a...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Eduardo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ...decisão da Comissão...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ...queria que V. Exª verificasse o *quorum,* por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ouço agora... A Srª pede...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – O *quorum*, verificação do *quorum* das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Verificação de quorum nas Comissões.

Quero informar a V. Exª que a solicitação da verificação de quorum deveria ter sido feita no momento regimental oportuno. Portanto, V. Exª terá outras oportunidades, ainda nesta reunião, quando da votação do texto e quando da votação dos requerimentos da votação em separado...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Ainda não terminou, ainda não concluiu a votação, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Mas já houve a conclusão de votação...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ...V. Exª lamentavelmente...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ... ainda não concluiu. São três comissões, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ... V. Exª, lamentavelmente, perdeu a oportunidade de pedir verificação quando da votação em cada uma das comissões. V. Exª terá novamente a oportunidade quando da abertura do novo processo de votação.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Eduardo, com muita tranquilidade...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senadora Marinor, V. Exª sabe... Tenho absoluta tranquilidade e experiência legislativa e política para compreender o debate que V. Exª quer estabelecer...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – V. Exª tem mais do que eu, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Mas quero dizer a V. Exª que o interesse do Brasil é de poder avançar para construir um Código Florestal que possa garantir uma legislação que possa dar ao meio ambiente e ao setor produtivo a segurança... Mais uma vez quero dizer à plenária que toda manifestação é absolutamente bem-vinda, desde que não impeça o exercício dessas comissões aqui reunidas de forma conjunta. Portanto, vamos agora à votação dos destaques em separado. Quero, portanto, nominar as emendas...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Queria iniciar pedindo, então, a verificação de quórum, de todo o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agora V. Exª está pedindo em tempo hábil a verificação de quórum. Portanto, solicito... V. Exª é membro da Comissão.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Tem algum questionamento da minha participação aqui? Alguém está questionando o meu direito de ser membro de alguma Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não, Senadora. O direito de V. Exª está absolutamente assegurado e deferido o pedido de verificação de quórum. Solicito aos secretários das Comissões de Ciência e Tecnologia... Agora, V. Exª precisa de três apoiamentos para a apresentação do pedido, V. Exª precisa ter mais dois Senadores com V. Exª.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – V. Exª, por exemplo, poderia?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Exª sabe que eu, como presidente, não posso me manifestar. V. Exª precisará de mais dois Senadores para lhe apoiar. Mais três Senadores, são quatro. São quatro ou três? Onde está o artigo? Onde está escrito isso?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, já foi pedido, mas ela não tem apoiador. Regimentalmente não tem o número suficiente de Senadores apoiando a verificação de quórum. Neste caso, particularmente, faço um apelo a V. Exª para continuar com a reunião para não inviabilizarmos o bom andamento do trabalho que V. Exas estão conduzindo nesta manhã nas nossas Comissões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para garantir a absoluta transparência na condução do trabalho, solicitei à secretaria que apresentasse o artigo do Regimento que estabelece o quórum para verificação. Há uma dúvida se seriam três ou quatro Senadores. Estou solicitando o artigo do Regimento que estabelece o número de apoiadores.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Se prevalecer o Regimento na Comissão como no plenário da Casa são quatro apoiadores. Ou seja, a Senadora Marinor e mais três Senadores, se prevalecer o mesmo Regimento Interno do plenário da Casa com o desta reunião.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem o Sr. Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, em função da importância do tema que estamos apreciando, entendo que V. Exª, independente de ter quatro assinaturas, deveria proceder a votação nominal deste tema. É muito importante que as pessoas possam se pronunciar, registrar o seu voto. Faço esse apelo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu indagaria a V. Exª se V. Exª seria um dos Senadores a apoiar o pedido de verificação de quórum da Senadora Marinor Brito.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu assinaria, Sr. Presidente, pela relevância da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como V. Exª não está como presidente nesta reunião, porque é uma reunião conjunta da CMA e da CCT, V. Exª tem esse direito. O Senador Valadares também apoiando o pedido de vistas. Aliás, o pedido de verificação de quórum.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Até para assegurar a transparência e o espírito democrático desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Concordando com V. Exª, apenas quero dizer que está faltando um Senador para a verificação. Agora, com o apoiamento do Senador Anibal, está garantido o pedido de verificação de quórum. Solicito às secretarias da Comissão de Agricultura e da Comissão de Ciência e Tecnologia que façam a verificação de quórum em cada uma das respectivas comissões.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela Ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É questão de ordem. Na verdade, é uma reunião conjunta entre as duas comissões. Nesse caso, a verificação de quórum é feita pelas duas comissões, é bom que se esclareça.

Presidente Eduardo Braga, regimentalmente, é o seguinte: vai prevalecer a verificação de quórum das duas comissões. Os Senadores que, eventualmente, estejam aqui e que não fazem parte dessas duas comissões estão fora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Perfeito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Então, acho que V. Exª tem que começar a fazer o encaminhamento da matéria em relação à verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Então, apenas esclarecendo a questão de ordem levantada pelo Senador Jayme Campos: para efeito de verificação de quórum, constarão os membros das referidas comissões. Os Senadores presentes que porventura não façam parte da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Reforma Agrária e Agricultura não contarão para efeito de verificação de quórum. Por isso solicitei às secretarias de ambas as comissões que verificassem a presença de cada um.

Eu pediria, por favor, ao operador de som que aumente o som da Presidência. Por gentileza.

Verificação de quórum na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Presentes...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – O Senador Rodrigo Rollemberg, como Presidente da Comissão, não poderia ser apoiador. V. Exª consulte o Regimento Interno da Comissão. Ele não teria... Ele é membro, mas, como Presidente da Comissão, ele não tem direito a voto, ou seja, ele não poderia ser apoiador. É só para efeito de esclarecimento. É democrático, mas ele não podia ser apoiador na verificação de quórum, tendo em vista que ele estava na Mesa como Presidente da Comissão. É só uma observação que estou fazendo para que os senhores e as senhoras conheçam o regimento desta Comissão. É bom que se esclareça isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para esclarecer ao Senador Jayme Campos...

Solicito à coordenação dos trabalhos que pedisse para aumentar o som desta Presidência. O operador de som não está conseguindo aumentar o som desta Presidência.

Apenas para esclarecer ao Senador Jayme Campos que, por estar exercendo outras funções para o bom funcionamento desta Casa, chegou já no decorrer dos nossos trabalhos, quando da suscitação da primeira questão de ordem, esta Presidência convidou o Senador Rollemberg porque houve aqui uma propositura de que os destaques apresentados ficassem submetidos à Comissão de meio Ambiente. Como o Senador Relator não estava ainda na Comissão, porque também se encontrava em outra área e vindo também de um debate em outro Estado, solicitamos ao Senador Rollemberg, que é membro titular da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Agricultura que viesse à Mesa. Portanto, apenas para esclarecer a V. Exª, o Senador Rollemberg não está presidindo a presente reunião.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. A sua justificativa é plausível. Muito obrigado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSDB – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSDB – DF) – Longe de mim – V. Exª, o Senador Acir Gurgacz, Senador Luiz Henrique e o Senador Jorge Viana são testemunhas disso – querer tumultuar a reunião. Consultei a lista de presentes nas duas Comissões. Havia maioria, havia quórum para votar e os Senadores que não estão aqui estão nas outras comissões vizinhas. E é importante, pela relevância do tema, que cada Senador expresse de forma clara o seu apoio a esse entendimento conduzido por V. Exª, que tem todo o nosso apoio. Fiz essa proposta até para preservar as comissões e todo o processo legislativo.

Eu sugiro a V. Exª que determine ás Secretarias das duas Comissões que liguem para os Senadores que são da Comissão e que estão aqui para que possamos fazer a votação nominal, dando transparência completa ao processo, deixando muito claro o apoio que o entendimento construído tem nessas duas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu quero apenas começar respondendo à questão de verificação de quórum. Como determina o Regimento, o quórum é alcançado com a presença

de nove dos Srs. e Srªs Senadores em cada uma das Comissões.

Vou citar, Senadora Marinor, o nome de cada um dos Senadores presentes em cada uma das Comissões e V. Exª, como postulando da verificação de quórum, nos ajudará a confirmar a existência de quórum em ambas as Comissões.

Comissão de Ciência e Tecnologia:

Senador Anibal Diniz, presente.

Senador Antonio Carlos Valadares, presente.

Senador Rodrigo Rollemberg, presente.

Senador Eduardo Braga, presente.

Senador Valdir Raupp, presente.

Senador Ciro Nogueira, presente.

Senador Cyro Miranda, presente.

Senador Flexa Ribeiro, presente.

Mas conta.

Senador Sérgio Souza, presente.

Senador Luiz Henrique, relator da matéria, presente.

Senador Renan Calheiros, presente.

Senador Benedito de Lira, presente.

Senadora Marinor Brito, presente.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, também presente.

Quórum alcançado, 14 Senadores presentes na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Agora, vamos à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Senador Acir Gurgacz, presente.

Senador Antonio Russo, presente.

Senador Rodrigo Rollemberg, presente.

Senador Waldemir Moka, presente.

Senador Casildo Maldaner, presente.

Senadora Ana Amélia, presente.

Senador Flexa Ribeiro, presente.

Senador Ciro Miranda, presente.

Senador Jayme Campos, presente.

Senador Blairo Maggi, presente.

Senador Antonio Carlos Valadares, presente.

Senador Valdir Raupp, presente.

Senador Luiz Henrique, presente.

Senador Ciro Nogueira, presente.

Senador Sérgio Souza, presente.

São 15 Senadores presentes na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Portanto, quórum pleno em ambas as Comissões.

Atenção, consulto o Plenário desta Casa com relação à propositura do Senador Rodrigo Rollemberg de, em que pese não ser necessário, mas creio que pela transparência e pela relevância da matéria, fazermos votação nominal sobre o tema em ambas as Comissões, votação nominal e não votação simbólica. Para ficar clara a posição, indago às Srªs e aos Srs. Senadores que estejam de acordo com votação nominal que permaneçam como se encontram. Aqueles que não concordam que se manifestem. Aprovada a votação nominal, faremos votação nominal em cada uma das comissões.

Segunda propositura que gostaria de fazer ao Plenário para o bom andamento da Casa. Gostaria de propor votação em bloco dos destaques de votação em separado para que pudéssemos votar o texto a seguir. Se o Plenário concorda com votação em bloco da aprovação dos requerimentos para votação em separado dos destaques, eu submeteria em bloco a votação dos destaques...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Questão de ordem, só para eu entender.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Exª propõe uma questão de ordem.

Com a palavra a Senadora Marinor, para uma questão de ordem.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Só para tentar entender, em função das mudanças que ocorreram no texto e que foram admitidas aqui pelo Senador Luiz Henrique, gostaria que pudesse ficar claro quais foram os artigos que foram alterados e qual foi o conteúdo incorporado porque...

(Manifestação da audiência.)

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não tem cabimento votar sem fazer a discussão, porque aí...

(Manifestação da audiência.)

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não, não estou pedindo o recurso de não votar o texto, Excelência. Eu estou querendo saber o que eu vou votar. É diferente! Não estou pedindo recurso, Excelência.

(Manifestação da audiência.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM. *Fazendo soar a campainha*.) – Mais uma vez eu solicito à audiência presente nesta Casa que não interfira no bom andamento destas Comissões que aqui estão e no exercício do mandato dos Srs. Senadores da República e das Srªs Senadoras da República. É direito da Senadora Marinor fazer levantamento da questão de ordem, no entanto, repito a V. Exª, essa é uma questão já vencida, porque o relatório já foi lido, já houve discussão da matéria, amplo debate da matéria, e nós estamos, neste momento, deliberando sobre a metodologia da votação dos destaques em separado.

Consulto o Plenário: para a aprovação dos destaques em separado em bloco. As Srªs e os Srs. Se-

nadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Com o voto contrário da Senadora Marinor, aprovados os destaques em bloco.

Passaremos agora à votação nominal na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão de Agricultura... Apenas para acrescentar... Estabelecemos a aprovação em bloco dos destaques, cujos requerimentos serão estabelecidos, eles estarão com cada uma das emendas relacionadas na Ata da reunião, que será aprovada antes da votação de cada um dos destaques amanhã.

Vamos para a votação nominal do texto. Atenção, Srªs e Srs. Senadores, os destaques serão votados amanhã no mesmo horário, a partir das 8h30. Os destaques serão votados amanhã. Foram aprovados em bloco os destaques de votação em separado e agora vamos à votação nominal na Comissão de Ciência e Tecnologia do texto do Relator Luiz Henrique.

Lembro, mais uma vez, que está encerrada a discussão do relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique em ambas as comissões. Vamos dar início agora à votação nominal do texto proposto pelo Senador Luiz Henrique.

Em votação o texto, ressalvados os destaques aprovados em bloco, ainda há pouco, por ambas as comissões.

Pergunto à Senadora Angela Portela.

O Senador Eunício Oliveira chega do Ceará trazendo a alegria do povo cearense a este plenário.

Vamos aos votos.

Senadora Angela Portela, como vota V. Exª?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senadora Angela Portela vota "sim", com o Relator.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O Senador Walter Pinheiro vota "sim".

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, ressalvados os destaques, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ressalvados os destaques, como votaram os demais Senadores.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – "Sim", ressalvados os destaques e pelo entendimento.

Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Eunício Oliveira?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Sérgio Souza? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – "Sim", com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – "Sim", com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – "Sim", com o Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Senador Gim Argello está presente? Não.

Como vota a Senadora Marinor Brito?

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Em defesa das gerações futuras da Amazônia e do Brasil, "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O resultado da votação nominal na Comissão de Ciência e Tecnologia foi 12 votos "Sim" e um voto "Não".

Aprovada, portanto, na Comissão de Ciência e Tecnologia, o relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique.

Vamos agora à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Como vota o Senador Antonio Russo?

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Walter Pinheiro? *(Pausa.)*

A Senadora Angela Portela está presente. Como vota a Senadora Angela Portela?

(Interrupção do som por 15 segundos.)

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

(Interrupção do som por 10 segundos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Reditario Cassol?

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – "Sim", com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – "Sim", com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Voto com o Relator, "sim", e cumprimento V. Exª pelo belo relatório do Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – "Sim", com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Quinze votos SIM; nenhum voto NÃO.

Aprovado o texto, ressalvados os destaques, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. *(Palmas.)*

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Mais uma vez, solicito à audiência que não interfira nos trabalhos desta Comissão.

Encerro, portanto, esta reunião, convocando nova reunião conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia e de Agricultura, para amanhã, às 8h30, para darmos início à votação dos destaques em separado.

Antes de finalizar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da presente reunião conjunta da CCT e da CRA.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Próxima reunião às 8h30.

(Iniciada às 8 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)

ATA DA 51ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTA COM A 46ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às oito horas e quarenta e nove minutos do dia nove de novembro de dois mil e onze, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senhores Senadores Eduardo Braga e Acir Gurgacz, Presidentes das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e Agricultura e Reforma Agrária, respectivamente, com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Antonio Carlos Valadares, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Delcídio do Amaral, Lídice da Mata, Marcelo Crivella, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Reditário Cassol, Benedito de Lira, Cícero Lucena, Marinor Brito, Antonio Russo, Clésio Andrade, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Ana Amélia, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Blairo Maggi e Mozarildo Cavalcanti, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, José Agripino, Zeze Perrella e Eduardo Amorim. Comparecem à reunião os Senhores Senadores Jorge Viana e Kátia Abreu, não membros das Comissões. O Presidente registra a presença dos Deputados Federais Reinhold Stephanes, Valdir Colatto e Marcos Montes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item único: Emendas Destacadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Depu-

tado Sérgio Carvalho e outros, que "Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências." O relator designado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária é o Senador Luiz Henrique. Na CCT, dos 11 destaques para votação em separado, duas emendas, as Emendas de nº 53 e 58 (Destaques nº 04 e 05), foram rejeitadas e os demais Destaques foram retirados pelos autores. Na CRA, dos 9 destaques para votação em separado, uma emenda, nº 12 (Destaque nº 4), foi aprovada, e os demais Destaques foram retirados pelos autores. A emenda nº 12-CRA, aprovada, será incorporada à Emenda nº 2 CCT/CRA (Substitutivo) aprovado em 08/11/2011 pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Fazem uso da palavra para discutir a matéria os Senhores Senadores Sérgio Souza, Jorge Viana, Reditário Cassol, Blairo Maggi, Casildo Maldaner, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg, Antonio Carlos Valadares, Katia Abreu, Renan Calheiros, Marinor Brito, Valdir Raupp, Walter Pinheiro, Waldemir Moka, Ana Amélia, Jayme Campos e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte minutos, determinando que nós, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** e **Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária** lavrassem a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Agricultura e Reforma Agrária e publicada no diário do Senado Federal. – SENADOR **EDUARDO BRAGA**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; – SENADOR **ACIR GURGACZ**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a 46ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Reunião conjunta, para tratar do item único da pauta, não terminativo, emendas destacadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011.

É importante destacar que iniciaremos, logo a seguir, a votação dos destaques pela Comissão de Ciência e Tecnologia e, posteriormente, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, conforme a ordem da pauta distribuída às Srªs e aos Srs. Senadores.

É importante destacar também que, conforme o art. 300, inciso XVII, do Regimento Interno do Senado, anunciada a votação de emenda destacada, se o autor do requerimento do destaque – e eu pediria a atenção dos Srs. Senadores para este item do Regimento Interno do Senado – não estiver presente para pedir a palavra para encaminhá-la, considerar-se-á como tendo o Plenário concordado com o parecer da Comissão, tomando a matéria destacada à sorte das demais constantes do grupo a que pertencer.

Portanto, Srs. Senadores, eu chamaria para compor a Mesa o Senador Luiz Henrique, Relator na Comissão de Ciência e Tecnologia e também na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Eu pediria a contribuição dos senhores assessores, bem como dos demais companheiros presentes, para que pudéssemos dar início à nossa reunião conjunta, no dia de hoje.

Eu gostaria de chamar à mesa o Senador Jorge Viana, Relator na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle do Senado, que, a partir da votação das emendas destacadas ontem, na reunião conjunta de hoje, passará a ter a responsabilidade da condução da formulação do projeto do novo Código Florestal.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Srªs e Srs. Senadores – darei logo a seguir a palavra, pela ordem, a V. Exª –, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer muito a contribuição e a colaboração das Srªs e dos Srs. Senadores, para que pudéssemos levar a bom termo a reunião conjunta no dia de ontem.

No entanto, queria deixar aqui o meu mais profundo repúdio ao que aconteceu ontem, fora das nossas comissões, nos corredores do Senado, em relação a uma atitude absolutamente democrática dos estudantes em um enfrentamento com a Segurança do Senado. É importante que se garanta, com firmeza, o funcionamento da Casa, mas, ao mesmo tempo, que se garanta a democracia e a liberdade de expressão nesta Casa.

O amadurecimento do processo democrático brasileiro passa também pelo amadurecimento da consciência democrática de cada um. O meu direito democrático de liberdade de expressão, de manifestação do meu pensamento termina exatamente onde começa o direito do outro cidadão de se manifestar com a mesma independência, com a mesma liberdade. A partir do momento que todos possamos compreender os direitos individuais e coletivos da nossa sociedade e os nossos deveres e obrigações, tudo ficará

muito mais fácil no cumprimento do nosso dever, na cidadania, na democracia e na função parlamentar de Senador da República, conferida pelo povo brasileiro a cada um de nós. Nada justifica, no entanto, mesmo estando com os braços levantados, um estudante ser alvejado com um tiro de uma arma elétrica dentro das dependências do Senado.

Quero aqui, portanto, lamentar o episódio acontecido no dia de ontem e gostaria de manifestar a minha satisfação em ter visto a imediata providência por parte do Sr. Presidente do Senado, Senador José Sarney, em tomar as devidas providências para que possa ficar esclarecido e absolutamente transparente o compromisso do Senado com relação à democracia, à liberdade de expressão e ao respeito à ordem pública.

Dito isso, quero também dizer da importância do debate e da discussão, realizados ontem, do relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique para a evolução e o bom andamento do trabalho da Comissão de Ciência e Tecnologia, bem como da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Agora, atendo ao pedido pela ordem, agradecendo a compreensão dos Srs. Senadores e cumprimentando, mais uma vez, o Presidente da Comissão de Agricultura.

Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Sérgio e, logo a seguir, ao Senador Jorge Viana. Passarei a palavra também ao Senador Acir Gurgacz, para que possa fazer sua manifestação inicial.

Com a palavra o Senador Sérgio.

Por favor, Senador Sérgio, com a palavra, pela ordem.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a V. Exª, ao Presidente da CRA, Senador Acir Gurgacz, aos Relatores Luiz Henrique e Jorge Viana; bom dia a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes.

Presidente, tenho dois destaques que foram requeridos por mim ontem, e um deles – solicito a V. Exª que, se necessário, consulte o Plenário – quero retirar. É o destaque da Emenda nº 2, da CRA. É o primeiro item da pauta da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador, apenas para que eu possa tomar as providências aqui na mesa, V. Exª está retirando qual dos destaques?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – A Emenda nº 2.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – A Emenda nº 2?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – É. O item nº 1, na ordem da pauta, e está na pág. 242.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ou 342?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – 342.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É o item 1 que V. Exª está retirando?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O item 1 V. Exª está retirando. Ok.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Jorge Viana, pela ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Eduardo Braga, Sr. Presidente Acir, meu querido colega, Relator do Código Florestal em três comissões, Senador Luiz Henrique, Senadoras, Senadores, primeiro, eu queria agradecer e cumprimentar as duas comissões pela maneira como estão conduzindo uma matéria tão complexa e de tanto interesse para o nosso País e para todos os brasileiros, mas agradeço também a gentileza pela forma como estou sendo tratado.

Ontem, lamentavelmente, por uma questão do voo, da viagem de São Paulo a Brasília, cheguei já com um certo atraso à reunião, mas não faltei a nenhuma das reuniões até aqui que tratam dessa matéria. Tenho me dedicado, junto com o Senador Luiz Henrique e com muitos Senadores e Senadoras, e estou aqui na Mesa, hoje, por essa maneira respeitosa com que V. Exªs estão me tratando, porque nem mesmo sou membro das comissões que apreciam essa matéria agora.

Mas a minha fala neste momento, Senadores Eduardo Braga e Acir, que presidem os trabalhos, é para lamentar o episódio de ontem e me somar às palavras do Senador Eduardo Braga. Penso que essa matéria complexa tem sido debatida de maneira muito adequada pelos Senadores. O interesse está muito colocado.

Ontem, vi um plenário com representantes da sociedade das mais diferentes posições. De fato, havia um pouco de barulho, mas havia ali o sentimento de estarmos vivendo a plena democracia dentro do próprio plenário. Lamentavelmente, na parte exterior do plenário, houve o episódio em que um jovem estudante da Universidade de Brasília expressava, legitimamente, o seu posicionamento sobre essa matéria, e, de certa forma, até poderíamos encontrar mediação para que essa expressão seguisse, e os exageros fossem evitados, mas acho que o exagero maior veio por parte daqueles que são preparados para lidar com

isso, que se mostraram não preparados, com o uso de uma arma de choque.

Considerei extremamente lamentável esse episódio e queria deixar registrado que é necessário que a Polícia do Senado – sobre a qual, aliás, tenho algumas observações, mas não é o caso – possa encontrar uma maneira de lidar com os problemas que temos aqui, no dia a dia, sem fazer uso dessa violência que vimos ontem.

Queria fazer este registro e dizer que é lamentável esse episódio. Espero que não se repita e que nós, que ainda temos algumas semanas para tratar dessa matéria, possamos encontrar uma maneira de ver a sociedade participar junto conosco, de ouvir as diferentes posições que a sociedade expressa. Sei que isso não atrapalhará o andamento dos projetos.

Queria cumprimentar os dois Presidentes, agradecer e registrar também que achei importante a providência da Presidência do Senado de afastar o policial, mas o mais importante é que pactuemos de não permitir que atitudes violentas como essa de ontem possam se repetir, seja durante a tramitação dessa matéria ou de outras importantes para o Brasil e para a sociedade brasileira.

Então, quero, aqui, ser solidário com aqueles que sofreram ontem e, ao mesmo tempo, deixar registrado nos Anais do Senado o meu protesto contra a maneira como a polícia do Senado agiu ontem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Cassol, pela ordem.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado. Quero dar bom-dia a todos, cumprimentar o ilustre Presidente, todas as autoridades que compõem a Mesa e todos os nobres Senadores e Senadoras que estão aqui, que nos estão assessorando e outros que nos estão prestigiando.

É lamentável, pelos anos longos de política, lembrarmo-nos ainda do velho tempo dos militares e passarmos uma humilhação como a que passei, ontem, com aqueles jovens.

Portanto, ilustre Presidente, temos que conversar com o Chefe da Casa, o Senador José Sarney, e dizer-lhe que aqui não é Casa de bagunça, não; não é Casa de fazer faroeste. Tem que haver mais respeito.

Foi um desrespeito, e aquele que organizou essa rapaziada, essas manifestações é um covarde, um sem-vergonha que talvez nem conheça o Código Florestal, nem nunca sequer usou uma enxada, nunca sequer se lembrou de plantar uma muda de árvore, alguma coisa, nada, coisíssima nenhuma. Fazer uma palhaçada dessa, como disseram várias vezes que me vendi, e tanta coisa que ouvi, ainda atrás da gente, acompanhando e xingando!

Peço, por favor, que isso não aconteça mais, porque se não é um desrespeito.

Onde é que está nossa autoridade no Congresso Nacional? Onde é que está a segurança? O que eles estão fazendo? Ganhando o salário no final do mês? Isso é uma vergonha, porque trabalhamos sempre pelo melhor. Temos até que elogiar os Presidentes, os coordenadores desta Comissão, tanto faz da parte ambiental como da agricultura, pelo bom andamento, pelo jeito que estamos levando para, pensando sempre no homem do campo, no pequeno agricultor, no pequeno pecuarista, fazer com que fique bem para todos.

Eu vi umas coisas ontem: isso é um desrespeito. Quero que transmitam ao Presidente do Senado que ele tem de manter a autoridade e não um desrespeito como esse, porque isso é uma vergonha nacional. Espero que não aconteça mais.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª. Quero dizer a V. Exª, Senador Cassol, que manter a autoridade é todo o objetivo que nós temos, mas fazê-lo de forma democrática, fazê-lo respeitando tanto os direitos dos Senadores de exercer os seus mandatos, bem como o direito do cidadão de poder, com ordem, com respeito e com educação, manifestar as suas posições.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Mas isso não é educação, não! Isso é desrespeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Lamento muito o que, ontem, ocorreu na Casa do Senado. Não aconteceu dentro da nossa Comissão, graças a Deus, não aconteceu no nosso ambiente de trabalho, na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão de Reforma Agrária e Agricultura, mas, lamentavelmente, aconteceu nos corredores do Senado.

Tenho certeza de que o episódio lamentável de ontem servirá, também, para o aprendizado e para que o Senado também se previna diante de reuniões importantes como a do dia de ontem.

Tenho certeza de que todos os membros da Segurança do Senado estão, hoje, planejando e atuando no sentido de que possamos ter uma manhã tranquila de trabalho, para que cada um dos Srs. Senadores possa exercer o seu mandato como determina a Constituição.

Passo a palavra ao Senador...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Talvez o Senador Cassol não tenha se explicado, ou não tenha conseguido traduzir o que ele sentiu ontem. Logo que aconteceu com ele, eu o encontrei e ele estava bem nervoso.

Na verdade, a garotada enfrentou o Senador Cassol, falou um monte de besteiras para ele e foi atrás dele no corredor, até a saída por aqui. O Senador Cassol, obviamente, se incomodou com isso e está, até agora, nervoso.

Então, a reclamação do Senador Cassol é no sentido de que faltaram com o respeito com ele e, por isso, ele está um pouco revoltado, hoje, com o assunto, porque foi ele que passou na pele. Aliás, parece que não só ele. O Senador Aloysio Nunes também teve um problema no corredor.

Enfim, a gente sabe como é que essas coisas funcionam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria agradecer a V. Exª, Senador Blairo.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado. Só porque sou de Rondônia, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria agradecer a V. Exª, Senador Blairo, e sou de uma época em que os cabelos brancos impunham respeito, pelo menos fui criado assim.

Tenho certeza de que o Senador Cassol haverá de compreender que há um esforço de todos os Srs. Senadores e há um esforço, nesta Casa, para que possamos exercer o nosso mandato levando em consideração a manutenção da ordem, as condições de trabalho, mas, ao mesmo tempo, respeitando a liberdade de expressão, respeitando o Estado Democrático de Direito e respeitando o direito das minorias.

Com a palavra, o nosso querido Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Cumprimento os demais Senadores, nosso Relator Luiz Henrique e o Senador Jorge Viana.

Quero ressaltar o trabalho da equipe desta Comissão ao longo desses oito meses em que nós debatemos aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Todos os Senadores atuaram de uma maneira muito importante e direcionada ao desenvolvimento do País.

Tivemos várias audiências públicas aqui no Senado, audiências públicas fora do Senado, em outras cidades, envolvendo a sociedade brasileira, debatendo, discutindo esse tema que é da maior importância para todos nós. Portanto, chegamos, hoje, ao final do nosso trabalho, ao final do trabalho da Comissão de Agricultura. Chegamos a este momento com o sentimento do dever cumprido.

Quero, mais uma vez, agradecer o apoio de todos os Senadores que, desde o primeiro dia em que começamos a debater esta matéria, estiveram presentes em todas as reuniões, ajudando-nos nos debates e nas discussões, levando alternativas, subsídios para que o nosso Relator tivesse condições de fazer o relatório como o fez.

Quero cumprimentar também o Senador Luiz Henrique pelo seu empenho e vontade, tudo transformado em realidade, o que permitiu a construção de um texto equilibrado, que virá a atender a sociedade brasileira e não trazer um cabo de força entre produtores e não produtores. Mantivemos o equilíbrio, a imparcialidade, produzindo um texto que não veio promover o desmatamento, um texto que veio aumentar a produção agrícola brasileira. Dessa forma, entendemos que estamos atendendo a toda a sociedade brasileira.

Então, mais uma vez, agradeço aos Senadores e às Senadoras que, desde o primeiro dia, estão junto conosco debatendo este tema, assim como os nossos assessores e os assessores dos Senadores, assessores da Casa, que, junto conosco, produziram esta matéria, principalmente com o Senador Luiz Henrique, que é o nosso Relator, que chega, hoje, ao final deste trabalho, no meu entendimento, com sucesso absoluto.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. E pediria a V. Exª que iniciasse a votação dos destaques, a fim de que possamos, realmente, avançar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço a V. Exª, Senador Acir Gurgacz.

Também gostaria de registrar aqui os nossos agradecimentos aos servidores, consultores, assessores da Comissão de Ciência e Tecnologia bem como da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle. Além disso, quero agradecer às Srªs e aos Srs. Senadores pela grande contribuição, pois conseguimos construir um Código Florestal que olha não apenas as questões passadas, mas também que se preocupa com as questões futuras.

Quero também registrar a presença do Senador Rodrigo Rollemberg, que compõe a Mesa e que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

Daremos início à votação dos nossos destaques, mas quero apenas registrar que precisamos ter quórum em ambas as Comissões da nossa reunião conjunta, e ainda faltam dois Senadores na Comissão de

Ciência e Tecnologia para alcançarmos o quórum em tal Comissão.

Portanto, quero dizer ao Senador Luiz Henrique que lhe vou passar a palavra, para que ele possa se manifestar sobre as emendas destacadas, a fim de que possamos dar início.

Antes, no entanto, quero manifestar, aqui, os nossos agradecimentos pelo trabalho de V. Exª. Creio que o texto básico, aprovado no dia de ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia e pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, mostra o avanço e o esforço que estas Comissões do Senado da República vêm fazendo no sentido de que possamos ter um Código Florestal que olhe para a questão do pequeno produtor, que olhe para a questão do médio produtor, que olhe para os fundamentos da macroeconomia do Estado brasileiro, mas, ao mesmo tempo, reconheça a importância da manutenção do clima, a importância da floresta em pé, a importância do grande patrimônio que o povo brasileiro possui, que é a nossa biodiversidade e as possibilidades que isso representa para as futuras gerações na construção de uma sociedade mais equânime, uma sociedade com oportunidades iguais para os nossos jovens num futuro próximo. Além disso, para que possamos fazer valer com incentivos econômicos e financeiros não apenas a floresta amazônica, mas também a solução inteligente para as questões da reserva legal, das APPs, das margens de rios, para que possamos, assim, dar uma contribuição ao meio ambiente, dando tranquilidade ao produtor, dando tranquilidade para que o trabalhador do campo possa também ajudar na construção de um futuro país que seja cada vez melhor, mais justo e mais equânime para todos os brasileiros.

Passo a palavra a V. Exª, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Srs. Presidentes Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg, meu caro Relator da Comissão de Meio Ambiente, Senador Jorge Viana, Srªs e Srs. Senadores, a tarde e a noite de ontem foram despendidas em intensas negociações. Nós temos buscado, ao longo da elaboração dos nossos pareceres, a construção de uma convergência, aqui, no Senado, que nos permita ter uma lei durável, clara, objetiva, autoaplicável, ajustada aos princípios constitucionais e que garanta, ao mesmo tempo, a preservação e a produção. Repito essas expressões que já utilizei em várias outras sessões dos colegiados desta Casa.

Na busca do entendimento, continuamos naquela direção de dialogar com os Srs. Senadores e com os Srs. Deputados que tiveram participação na origem desse projeto, e também com o Governo, no sentido de podermos estabelecer o equilíbrio.

O projeto que veio da Câmara trouxe um dispositivo que, em área de preservação permanente, estabelece como regra 30 metros e, como exceção, quinze metros, destinados aos pequenos produtores.

Essa é uma norma que veio da Câmara, que foi aprovada por 410 dos Srs. Senadores. Mas observamos, no decorrer dos trabalhos, que é uma norma que não satisfaz a realidade nacional, que não garante situações consolidadas de pequenos produtores. E isso se refletiu na produção de emendas apresentadas na Comissão de Ciência e Tecnologia pelo Senador Rodrigo Rollemberg, conforme ele próprio explanou ontem, e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, por parte do Senador Acir Gurgacz.

Conversamos ontem, em reunião no Ministério do meio Ambiente, com a Ministra Izabella, com o Ministro interino da Agricultura e com uma série de técnicos e assessores. Lá, com a presença dos Presidentes Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e do Senador Jorge Viana, ficou muito claro que era preciso aperfeiçoar o projeto, agasalhando o espírito das emendas do Senador Rodrigo Rollemberg, vale dizer a Emenda nº 119, e a do Senador Acir Gurgacz, a Emenda nº 29.

Posteriormente, tivemos uma reunião com 11 Senadores que se aliam à proposta do Senador Acir Gurgacz ou à proposta do Senador Casildo Maldaner, que se propunha a revogar essa emenda, a disposição dos quinze metros. E, depois de longas discussões, de longos debates, em que foi valiosíssima a participação do ex-Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, estabeleceu-se um pré-entendimento que necessita ser ratificado aqui, hoje, nesta Comissão, em que, confiando no Relator Jorge Viana, tanto o Senador Rodrigo Rollemberg quanto o Senador Acir Gurgacz retirariam o destaque dessas emendas e a emenda do Senador Casildo. Caberia a mim, em contato com todas as partes, munindo-me da *expertise* das assessorias de todas as partes, elaborar uma emenda que mantivesse uma clara disposição de atender ao princípio de preservação das APPs e a garantia das excepcionalidades por situações consolidadas, o que daria tranquilidade para os pequenos agricultores, para os agricultores familiares, principalmente da região Sul, mas também de outras regiões do País.

E, nessas conversações, conforme demonstrou o Deputado Reinhold Stephanes, é preciso criar um sistema de gradualidade que possa beneficiar o produtor médio, que, na dura fixação dos quatro módulos, estaria prejudicado a partir do momento em que ele possa ter mais que quatro módulos. Nesse sentido, então, se o pré-entendimento for aqui ratificado, proponho-me a continuar a ouvir todos, a elaborar uma emenda que, ao mesmo tempo, garanta as normas rígidas

de preservação das APPs, no capítulo permanente, e estabeleça uma excepcionalidade, no capítulo das disposições transitórias.

Esse foi o ponto central, Sr. Presidente, das negociações que mantivemos ontem. Posteriormente, poderia me manifestar individualmente sobre cada destaque que for a votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu indagaria, portanto, ao Senador Rodrigo Rollemberg, ao Senador Casildo Maldaner e ao Senador Acir Gurgacz se, diante da colocação do nosso Relator Luiz Henrique com relação à questão das emendas destacadas pelos Srs. Senadores, no sentido de que o Relator Luiz Henrique buscaria a redação de uma emenda de Senador na Comissão de Meio Ambiente que pudesse representar a interpretação e o desejo da Emenda nº 119, do Senador Rodrigo Rollemberg, da Emenda nº 29, do Senador Acir Gurgacz, na Comissão de Ciência e Tecnologia; e da Emenda nº 24, do Senador Casildo Maldaner na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, os Senadores concordariam em retirar o pedido de destaque das referidas emendas para que assim pudéssemos abrir espaço para um entendimento e não votarmos esses destaques em separado, porque isso, obviamente, levaria à necessidade de o Plenário se manifestar.

Quanto ao mérito de cada uma dessas emendas, creio que, diante do entendimento construído na tarde e noite de ontem, com os diversos agentes envolvidos na matéria, parece-me superado. Portanto, consulto o Senador Casildo Maldaner se estaria de acordo com a retirada do pedido de destaque de votação em separado da Emenda nº 24 na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente e demais Presidentes das Comissões, Sr. Relator Luiz Henrique, Sr. Relator Jorge Viana, demais colegas, o nosso destaque, em tese, tem uma certa vinculação – e acho que teria que haver uma anuência prévia, uma correlação – com o Destaque nº 12, da Senadora Ana Amélia. Ela traz uma vinculação em função dos planos. Há uma certa vinculação. Por isso, acho que seria necessário que a Senadora Ana Amélia também se pronunciasse em função da vinculação, embora seja na Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador, apenas para ajudar no debate.

O destaque da Senadora Ana Amélia na Emenda nº 12 trata do art. 51: a União, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar Programas de Regularização Ambiental (PRAs) de posses e propriedades rurais com objetivo de adequá-los nos termos deste capítulo.

Portanto, não trata do tema em questão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Entendi. Embora o nosso destaque remeta a que, na prática, funcione a oitiva, ou melhor, submete à regulamentação do Programa de Regulamentação Ambiental (PRA).

O destaque da Senadora Ana Amélia prevê a implantação desse mesmo PRA. Então, de certo modo, indiretamente, tem algum vínculo. Mas, neste caso da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Querido Senador, apenas para...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu só gostaria de esclarecer ao Senador Casildo que o seu destaque se propõe a suprimir o art. 56.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu sei. Se passar o nosso destaque e também o da Ana Amélia, depois, na prática, vai haver vinculações no objetivo final da história, porque o nosso trata dos quinze metros e remete para que, depois, na implantação, o Plano de Regulamentação Ambiental (PRA) tome as providências, quando a nossa proposta, o nosso destaque entrar em vigor. Por isso há essa correlação, embora em duas comissões diferentes. Mas, como elas funcionam em conjunto, nós estamos pensando mais no atacado, pensando mais além do horizonte, indo um pouco mais à frente. Mas, nesse caso específico, estou sendo instado a ficar dentro desse caso.

Então, falando objetivamente nessa questão, nós estivemos discutindo, trocando ideias. O nosso destaque, também do Senador Acir e do Senador Rodrigo Rollemberg, tem vinculações. Disso não há dúvida, nesse caso específico, sem visar mais adiante.

Estivemos conversando ontem, à noite, na presença dos dois Relatores: na do Senador Luiz Henrique, nessas duas comissões, e também do Senador Jorge Viana, para ver se conseguíamos chegar a um entendimento. E o entendimento seria construirmos o consenso de, a quatro mãos, costurar essa proposta no conjunto, desde já, para levar para a última Comissão, que é a do Meio Ambiente.

Ela foi, acredito, até mais ou menos a meia-noite. Conversamos, trocamos ideias com alguns Senadores que aqui estão presentes também. Inclusive, o Senador Moka chegou a apresentar uma anteproposta. O Senador Luiz Henrique apresentaria, na Comissão de Meio Ambiente, uma proposição, uma solução para que, a quatro mãos, entre os membros dessas comissões, ou seja, das três comissões, culminando com a do Meio Ambiente, chegássemos a um consenso.

Para concluir, Srs. Presidentes, eu posso até abrir mão desse destaque em sintonia com os colegas Acir e Rollemberg. Então, temos esse entendimento.

Sempre defendo a tese de que é sempre melhor duas horas de diálogo do que cinco minutos de tiroteio. Passei por isso quando governei Santa Catarina. O diálogo sempre é o melhor resultado. Conversa, conversa, busca-se o melhor para essa nova proposta para o Brasil. E nós estamos aqui entre maduros e responsáveis. Se é para costuramos esse entendimento, estamos dispostos a, em conjunto, construir essa saída.

Essa é a minha posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas porque eu preciso do registro na Ata. V. Exª, portanto, retiraria o destaque da Emenda nº 24?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Da 24, e ficaria nessa condicional, nesse entendimento...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sim, claro. Se o Senador Rollemberg e o Senador...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Nós somos parceiros na construção desse consenso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Então, V. Exª retira o destaque da Emenda nº 24.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Questão de ordem.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Só para relembrar o entendimento de ontem. Até ficamos muito felizes por Minas Gerais, porque o Senador Luiz Henrique apresentará uma emenda, dentro do que falamos, que é o seu compromisso com o grupo todo – o Senador Jorge Viana a acatará –, que dará um tratamento especial entre quatro e quinze módulos, não é isso? Primeiro ponto. E, mais do que isto: o Senador Jorge Viana deu uma notícia que, para nós, foi extremamente importante em Minas Gerais, que é a questão do tratamento da população ribeirinha, que é um problema sério também do rio São Francisco. O rio São Francisco, em toda a sua extensão, precisa ter um tratamento muito especial. É preciso saber como é que se vai fazer com a população ribeirinha. Parece que foi esse o entendimento, avançado com essa colocação do Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Presidente, fui citado pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não precisa justificar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só para um breve esclarecimento que acho que o Senador está trazendo: é que estava havendo um debate ontem – e as emendas dizem respeito a isto – sobre a não exigência de recomposição dos quinze metros.

Então, há uma proposta muito clara do Senador Acir; há outra endossada também do Senador Casildo, que retirariam a obrigatoriedade de recomposição dos quinze metros. E há uma emenda do Senador Rodrigo Rollemberg que estabelece um regramento diferenciado, mas que garante a recomposição dos quinze metros. Ou seja, são emendas que tratam do art. 56, tratam do mesmo mérito, e são muito importantes.

E o entendimento que se está construindo aqui, como bem colocou o nosso Relator, Senador Luiz Henrique, é o de que ele elaboraria uma proposta, em que consideraria o que estava sendo tratado do ponto de vista do mérito nessas emendas e faria a manutenção dos quinze metros, como regra geral, para que, de fato, tenhamos uma regra geral de obrigatoriedade da recompsoição dos quinze metros; e ele construiria as excepcionalidades que poderiam acontecer, inclusive chegando a uma faixa de transição da pequena propriedade rural.

Foi isso que ficou. O Senador Luiz Henrique elaboraria essa emenda em entendimento com o próprio Ministério do Meio Ambiente, com os diferentes atores do Senado e da minha Comissão, a Comissão de que sou Relator, e ele vai seguir me auxiliando, acolheria.

É isso o que o Presidente está conduzindo, para ficar bem claro o que estamos fazendo: o entendimento de manter os quinze metros como obrigatoriedade, como regra geral, e as excepcionalidades seriam tratadas na emenda que o Senador Luiz Henrique elaborará.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Para acrescentar o que disse o Senador Jorge Viana, a ideia é não tensionar; a ideia seria distensionar entre estas duas Comissões e a Comissão de Meio Ambiente, entre este momento e aquele, e ali entraria a flexibilidade dos quinze metros em casos excepcionais – a ordem científica estudaria isso – e também em relação aos módulos, aos quatro módulos – e aí entra muito a questão do Senador Acir –, e poderíamos caminhar, quem sabe, até os quinze módulos.

Lembro-me que o Senador Acir tem me questionado. E quem tem 4,1 módulos ou 4,5, como fica isso? Então, há possibilidade de caminharmos dos quatro aos quinze módulos, distensionando isso.

Então, sujeitei-me, nesse entendimento, nesse conceito, para construir uma grande saída para o que seja melhor para o Brasil, para o meio ambiente, para a produtividade e para a sustentabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª e passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, apenas esclarecendo, porque é importante esclarecer àqueles que não dominam

essa questão de quatro módulos, 4.1, 4.5. Estamos tratando aqui dos pequenos produtores rurais, dos microprodutores rurais, da agricultura familiar e dos médios produtores, aqueles que estariam acima de quatro módulos fiscais e que, portanto, estariam entre quatro e quinze módulos fiscais.

O que estamos buscando fazer, na realidade, com a retirada do destaque de V. Exª, bem como o destaque do Senador Acir Gurgacz e do Senador Rollemberg, é dar oportunidade para que estas Comissões não adentrem o mérito, para que não haja matéria vencida. E o Senador Luiz Henrique, na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, apresentaria emenda que seria o consenso na busca de se estabelecer uma regra geral de recomposição de quinze metros, criando nas regras transitórias as excepcionalidades que protegeriam os casos específicos já consolidados em determinadas regiões e em determinados biomas.

Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, estamos trabalhando pelo entendimento. Ficou claro, ontem, Senador Casildo, que há um entendimento, há um acordo entre os Senadores e os Relatores, o atual e o futuro Relator, para que nós tenhamos não um acordo para achar uma solução, mas já o texto praticamente pronto; incluir na minha emenda, que vai até quatro módulos, até quinze módulos, para que possamos atender, dessa forma, ao nosso produtor rural.

Então, em função desse acordo, retiramos o destaque da Emenda nº 29, ressaltando, Senador Jorge Viana, que, no final, não haja aquela frase "excluindo a Amazônia". Todos os acordos que acontecem aqui, ao final dizem: "Excluindo a Amazônia". Nós não queremos que isso aconteça. Que realmente seja um acordo para todo o País.

Era essa a posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para deixar registrado em Ata: então, o Senador Casildo Maldaner e o Senador Acir Gurgacz concordam em retirar o destaque da Emenda nº 24, do Senador Casildo Maldaner, e a Emenda nº 29, para que o Senador Luiz Henrique possa, na Comissão de Meio Ambiente, apresentar emenda que represente esse pensamento.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Presidente Senador Eduardo Braga; Presidente Senador Acir Gurgacz; nobres Relatores, Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana; prezadas Senadoras; prezados Senadores, quero, aqui, inicialmente, mais uma vez, registrar que, desde o primeiro momento da vinda do Código Florestal para o Senado, nós estamos defendendo um clima de entendimento em que as mudanças pudessem ser feitas de forma gradual e que representassem uma média das opiniões do Senado Federal. Portanto, quero saudar o restabelecimento desse clima de entendimento.

Quero fazer um registro – é importante que fique registrado –manifestando total confiança na capacidade dos dois Relatores, Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, de construir um texto que possa resolver essa questão de recuperação de Áreas de Preservação Permanente. Mas preciso alertar que há divergência nas emendas.

A emenda do Senador Casildo Maldaner, por exemplo, propõe a retirada da obrigatoriedade de recomposição de quinze metros de Áreas de Preservação Permanente nos rios de até dez metros de largura. A minha emenda é exatamente o contrário. Eu percebi, ao longo do debate, que o texto só garantia a recuperação de quinze metros de Áreas de Preservação Permanente em rios de até dez metros de largura, o que seria um absoluto contrassenso não garantir um mínimo de recuperação de Áreas de Preservação Permanente em rios de maior largura. E aí eu defini, gradualmente, metragens de recuperação de acordo com a largura do rio.

Portanto, são emendas que tratam da mesma coisa, mas que têm sentidos completamente diferentes.

Ontem, aqui, o Deputado Luiz Carlos Heinze – acho que ele já saiu – levantou uma questão que precisa ser enfrentada nesse debate. Efetivamente – o Senador Clésio falou aqui do rio São Francisco, e conheço profundamente o São Francisco desde a sua nascente até a sua foz –, existem milhares de produtores rurais que têm sua residência, sua casa, pessoas simples, localizadas em Áreas de Preservação Permanente. E esse tema, está aqui o Senador Valadares, grande sergipano, sabe que essa é uma realidade de Canindé, de São Francisco, passando por Propriá, enfim, até chegar ao Cabeço, onde o rio São Francisco se encontra com o mar, essa questão precisa ser enfrentada. Mas ela tem de ser enfrentada, especificamente, no meu ponto de vista, talvez "excepcionalizando" a questão da residência dos pequenos produtores rurais.

E o nosso objetivo, com a emenda, é garantir a recuperação da vegetação da Área de Preservação Permanente, fundamental para garantir a qualidade da água e a quantidade de água.

Portanto, mais confiando em que vamos buscar um entendimento sobre o tema, mas alertando que os textos falam de coisas diferentes; confiando na busca do entendimento, para resolver o problema sobre o tema, também concordo com a retirada do destaque, confiando na capacidade do Senador Luiz Henrique

e do Senador Jorge Viana, ouvindo todos os setores envolvidos, de construir uma solução que seja a melhor para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a V. Exª.

Senador Rollemberg, dentro desse acordo também está o pedido de destaque à Emenda nº 75, de V. Exª, que também é complementar com relação ao mesmo tema.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Qual é a página?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – A página... A Emenda nº 75... Eu leio para V. Exª, porque para mim ficaria mais fácil. Tenho aqui o resumo.

A Emenda de V. Exª trata de parágrafo único.

A recomposição de que trata este artigo [o art. 35, que é o artigo em pauta] poderá ser feita pelos seguintes métodos:

I – condução de regeneração natural de espécies nativas;

II – plantio de espécies nativas;

III – plantio de espécies nativas conjugadas com a condução da regeneração natural de espécies nativas.

Na realidade, a Emenda nº 75 e a Emenda nº 119, de V. Exª, na CCT; a Emenda nº 29, de autoria do Senador Acir Gurgacz; e a Emenda nº 24, de Casildo Maldaner tratam do mesmo tema. Portanto, quanto a essas quatro emendas, os pedidos de destaque precisam ser retirados, para que elas possam dar o fundamento da emenda que será apresentada pelo Senador Luiz Henrique e acatada pelo Relator Jorge Viana, na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, que não por acaso é presidida por V. Exª.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, quero registrar apenas, antes de fazer formalmente a retirada desse outro destaque, dessa outra emenda, que esse texto, exatamente igual ao que propus em lei, já é fruto de uma resolução do Conama, Conselho Nacional do Meio Ambiente, e vem facilitar a vida dos pequenos produtores rurais, tornando mais fácil a recuperação das Áreas de Preservação Permanente, porque, em muitos biomas, como mostrou aqui, ontem, o Senador Blairo Maggi, o simples isolamento da Área de Preservação Permanente por muitos anos seguidos levaria a uma restauração daquela vegetação, daquela Área de Preservação Permanente.

Mas, confiando, mais uma vez, no entendimento e na capacidade dos dois Relatores, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, de construir uma boa solução para a recuperação das nossas Áreas de Preservação Permanente, nós concordamos com a retirada do destaque.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Rollemberg!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, de fato, confio em que os Relatores vão empenhar-se com este objetivo: de encontrar a melhor solução para esse problema. Mas, se não houver consenso, naturalmente esperamos que V. Ex repita a emenda na próxima Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Exª fique absolutamente tranquilo, porque lá estaremos: Senador Rollemberg, este que vos fala, o Senador Luiz Henrique, o Senador Jorge Viana, o Senador Acir Gurgacz. V. Exª pode ficar absolutamente tranquilo.

Eu gostaria apenas de aditar, porque foi mencionada aqui a questão do rio São Francisco pelo nosso querido Senador Rollemberg, que, na Amazônia, os nossos ribeirinhos vivem exatamente nessa circunstância. Portanto, essa não é uma questão apenas do rio São Francisco, essa é uma questão do rio Tapajós, do rio Solimões, do rio Juruá, do Japurá...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – De todas as bacias hidrográficas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Portanto, essa é uma questão que diz respeito à ocupação à beira dos rios no interior do Brasil. No entanto, é preciso deixar claro que, no caso dessa questão, trata-se de uma regra transitória, e nós precisamos construir uma regra permanente que não penalize a proteção das margens dos rios, que não inviabilize a manutenção do ritmo hidrológico nos nossos rios, tão importante para a agricultura.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, em função de minha origem sergipana, eu não poderia deixar de fazer essa referência amorosa ao rio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Exª tem toda razão, mas nós precisaríamos deixar claro que não há exceção com relação à Amazônia na questão das margens dos rios.

Pela ordem, ouço o Senador Sérgio e, em seguida, os Senadores Blairo Maggi e Kátia Abreu.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, não é diferente no Estado do Paraná: o rio Ivaí, o rio Iguaçu, o Piquiri, o Tibagi, o Paranazão e tantos outros rios que cortam o meu Estado.

No Estado do Paraná também temos esse problema, e eu partilho da opinião do Senador Rodrigo Rollemberg. Foi em função desse acordo que estamos construindo que eu também retirei a Emenda nº 2 da CRA, o destaque.

Eu percebi também no texto, Sr. Presidente, que realmente há uma obrigatoriedade de recomposição dos quinze metros, mas para rios até dez metros. No caso dos rios acima de dez metros, não haveria uma obrigatoriedade a não ser aquela prevista no programa de regularização ambiental.

Acho que, realmente, estamos aqui construindo um consenso que seja bom tanto para preservação do meio ambiente como para a produção de alimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Exª, com sua capacidade de síntese, resumiu aquilo que estamos buscando tanto na regra permanente quanto na regra transitória.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Srs. Presidentes, Srªs. e Srs. Senadores, quero cumprimentar os autores dos destaques pela retirada que foi feita com o intuito de chegarmos ao consenso sobre esse tema. Aliás, é um tema sobre o qual eu várias vezes eu tive oportunidade de me manifestar nas comissões e nas audiências públicas, que é exatamente a questão de como vamos tratar os ribeirinhos, os pequenos produtores e agricultores que têm a sua vida, que têm a sua história amarrada aos rios, aos córregos.

Toda ocupação ocorreu a partir dos rios; não ocorreu do morro ou do chapadão para baixo. Não, foi da beira do rio para fora. O importante é que estas duas Comissões chegaram ao entendimento de que é hora de prestar atenção ao homem que mora na beira do rio e que lá tem suas atividades.

Portanto, quero cumprimentá-los por isso e dizer que também vou colocar minha assessoria junto – já combinei ontem com o Senador Jorge e com o Senador Luiz Henrique – para buscarmos o entendimento sobre esse assunto, que considero ser o mais importante. Como disse várias vezes durante essas nossas reuniões, estamos olhando a questão do meio ambiente, mas, em primeiro lugar, temos que olhar o homem, o ser humano. Esse é o ponto principal e deve ser o ponto de partida de toda a nossa discussão na questão do Código Florestal, que, aliás, vira ambiental. Quando falamos em preservar para o futuro, pensamos em preservar para quem? Para o ser humano. Então, não podemos pegar o ser humano agora e jogá-lo fora de onde ele vive, de onde ele está acostumado e, enfim, tem suas tradições.

Então quero cumprimentar todos.

Vamos em frente que nós vamos construir um belo Código Florestal para esta geração e para as futuras também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço a V. Exª.

Eu gostaria de pedir, mais uma vez, aos senhores e às senhoras aqui presentes, para o bom andamento dos nossos trabalhos: sei que hoje há uma modernidade que alguns acham fabulosa; outros acham extremamente prejudicial, que é a questão do telefone celular. Lamentavelmente, quando nós estamos ao celular, cada um fala numa altura de voz. Por exemplo, agora, neste momento, nós estamos vendo um debate entre o Senador Valadares e o nosso Relator, Jorge Viana, e eu querendo passar a palavra à Senadora Kátia Abreu. Eu gostaria de pedir apenas a compreensão, a contribuição e a colaboração dos Srs. Senadores, bem como da audiência, para que nós possamos ouvir os Senadores, para que fique claro o entendimento que nós estamos buscando nesta Comissão, não apenas para o registro em Ata, mas também para o registro do povo brasileiro, que nos acompanha neste movimento pela TV Senado.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, apenas no que diz respeito ao seu comentário, V. Exª notou a modificação no meu visual, mas foi só. Não sei se foi para melhor, se foi para pior!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – (*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Muito obrigada. Folgo em saber! Fiquei mais tranquila agora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É o entendimento que corre nesta Casa!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Só faltou um pouquinho de ruge.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu fiquei muito feliz com esse comentário, porque isso aqui é a ausência de cabeleireiro. Então, é a economia que farei daqui para a frente. Desculpem-me. É brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu é que peço desculpa a V. Exª.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Imagine. Tudo bem.

Sr. Presidente, eu gostaria apenas de cumprimentar todos os colegas por essa circunstância, por essa situação, por esse entendimento, em se tratando de matéria tão complexa como a questão ambiental; complexa por ser nova. É um debate novo. Há apenas uma geração ainda discutindo o meio ambiente. Tenho certeza de que, nas próximas gerações, isso será uma

discussão tão natural e terá um embasamento científico, principalmente, muito forte, porque, daqui para frente, tenho certeza de que as pesquisas deverão ser implementadas com muita força em todas as instituições do País, para que possamos entender o que de fato é verdadeiro, o que de fato é necessário fazer, assim como o Projeto Biomas, que nós desenvolvemos com a Embrapa, na CNA, justamente estudando as vitrines tecnológicas para orientar melhor os produtores rurais.

Também quero deixar aqui registrada a mesma preocupação do Senador Rollemberg: as emendas são incompatíveis, mas não impossíveis de serem construídas com o mesmo sentimento, com o mesmo princípio, que é o cuidado com a mata ciliar e o cuidado com os seres humanos.

Eu quero aqui ressaltar que não há apenas o problema da moradia dessas pessoas. Nós temos problemas mais graves do que apenas a moradia. E não só dos pequenininhos, dos pobrezinhos, não; dos pobrezinhos, dos pequenos, dos médios e até dos grandes produtores. Um dia a margem deles foi de cinco metros e, depois, passou para trinta. Um dia a margem deles foi de cinquenta metros e passou para cem.

Direito é direito. Direito não tem cor, direito não tem raça, direito não tem gênero, direito não tem condição social. Direito é direito. Então, nós precisamos observar e deixar isso muito claro; e não fazer com que a matéria de meio ambiente tenha apenas o cuidado com a questão social. Com a questão social, sim, mas, em primeiríssimo lugar, o Estado de direito. Nós temos que preservar essa situação e entender todas essas diferenças.

As mudanças que houve na legislação ambiental não foram só na reserva legal. Nós estamos esquecendo de dizer isso aqui durante o debate. As mudanças também ocorreram nas Áreas de Preservação Permanente por várias vezes. Depois de vinte anos e depois de quinze anos, novamente, foram alteradas as matas ciliares. Então, é muito importante a manutenção das matas ciliares.

Estou completamente de acordo. Por isso a nossa luta foi tão grande para remeter o PRA, os detalhes e as peculiaridades aos Estados, justamente porque vai ser impossível montar uma emenda em Brasília – acho muito difícil – que possa detectar as exceções. As exceções são detectadas em cada Estado. Cada qual, cada qual, de acordo com cada rio e suas condições. Ao fim e ao cabo, chegaremos à conclusão de que será impossível estabelecer todas essas regras e esses detalhes. Mas confio no pragmatismo, na inteligência e na honestidade do Senador Jorge Viana e de todos os membros da Comissão de Meio Ambiente, de todos os colegas no sentido de que construiremos uma coisa boa para o Brasil, para as pessoas, para os seres humanos, que, neste momento, são produtores rurais e que estão habitando a margem dos rios.

Muito obrigada e parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para complementar o comentário de V. Exª, eu gostaria de destacar uma das importantes modificações que ocorreram na construção do Código Florestal.

Ao dividir o Código Florestal na estruturação de texto permanente e texto transitório, ficou possível tratar esse tema, que pode parecer antagônico nas proposituras divergentes que aqui estão, mas, na realidade, não são antagônicos do ponto de vista do futuro, mas do ponto de vista daquela regra de transição para as áreas já ocupadas e para as áreas já produtivas nas margens de rio.

Portanto, será possível a construção de duas emendas: uma na área permanente e outra na área transitória, que possa conciliar a preocupação que todos temos para com as margens dos rios; ao mesmo tempo, conciliar com a ocupação que já ocorreu e que já está consolidada, de acordo com o que estabelece o próprio texto, bem como as áreas produtivas que já estejam consolidadas ao longo dessas margens dos rios.

Creio que esse é o princípio e o espírito dessa matéria, para que fique claro o compromisso que está sendo assumido pelo Senador Luiz Henrique e por todos aqui, na Mesa, junto aos Srs. Senadores que estão retirando, em um voto de confiança a esses Senadores, os seus pedidos de destaque, a fim de que possa ser exercido esse trabalho de construção de um texto que garanta a proteção às margens dos rios e, ao mesmo tempo, garanta às pessoas, àqueles que usam e se beneficiam das margens dos rios, o direito de poderem ter também a sua produção e a sua moradia absolutamente pacificada pelo texto aprovado pelo Senado. Isso não apenas na região amazônica, mas em todo o território nacional.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Senador, apenas para fazer um comentário complementar.

Obrigada.

Com relação aos quatro e até quinze módulos, eu gostaria muito de comentar sobre a nossa penúltima reunião no Ministério do Meio Ambiente, onde tivemos a oportunidade de colocar essa proposta e tranquilizar os Senadores e o Brasil: de quatro até quinze módulos, nós não temos mais do que 250 mil produtores rurais, e o Brasil inteiro tem 5,175 milhões de produtores. Então, chegaremos a no máximo 300 mil produtores com uma área média – esses produtores de até quinze módulos – em torno de 70 a 80 hectares. Isso é muito pouco para que possa haver um comprometimento.

Tenho certeza de que encontraremos um texto para essa área intermediária que, com justiça, merece a nossa atenção, assim como a reforma agrária. São excluídos da reforma agrária os pequenos e os médios até quinze módulos, justamente por essa consideração e pelas condições de dificuldades em que essas pessoas se encontram.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Só para aditar a V. Exª que isso tudo diz respeito apenas a áreas produtivas, porque, lamentavelmente, poderá haver a interpretação de que chácaras, propriedades em beira de rios para entretenimento, lazer etc. estariam abrangidas como áreas produtivas, que têm, portanto, a função social da terra voltada para as famílias que ali trabalham, que sustentam suas famílias e ajudam o Brasil a crescer.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Mesmo em áreas produtivas e que não terá desmatamento novo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não haverá porque o texto permanente tratará da regra permanente para o Brasil.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, ontem à noite nós nos reunimos, 11 Senadores, a Comissão de Agricultura. É claro que tínhamos por objetivo aprovar a emenda do Senador Acir Gurgacz ou a do Senador Casildo Maldaner. Lá compareceu o Senador Luiz Henrique e, depois, com a presença do Senador Jorge Viana – quero insistir nisto –, teríamos hoje aqui, na minha avaliação, a não ser que algumas pessoas mudassem de opinião, votos suficientes para aprovar a emenda do Senador Acir Gurgacz, mas em nome desse entendimento e atendendo a um apelo do Senador Luiz Henrique, que se comprometeu, junto com os Senadores da Comissão de Agricultura, a elaborar um texto que teria, evidentemente, como referência, as três emendas. Nós achamos que isso é difícil, mas, em nome do entendimento e confiando na capacidade do Senador Luiz Henrique e na credibilidade do Senador Jorge Viana, que assumiu o compromisso de acatar essa emenda do Senador Luiz Henrique, nós, então, estamos abrindo mão daquilo que me parecer ser, hoje, a mais emblemática das discussões.

E vejam como é engraçado: nós já temos consenso para mais de 90% do Código Florestal.

Aqui foi colocado: o que vai ser feito dessa população que está às margens dos rios?

Senador Eduardo Braga, não é o caso de Mato Grosso do Sul. Nós não temos esse tipo de problema. Talvez no pantanal. É verdade, no pantanal teríamos os ribeirinhos.

O importante é que entendamos isto: qual é o grande acordo que se faz nesse Código Florestal? É um pacto. Áreas consolidadas é uma coisa, e nós vamos ter uma legislação específica para resolver essas situações, de pessoas, de questões sociais. Daqui para frente, vamos ter uma legislação com muito rigor exatamente para que, no futuro, não tenhamos mais esse tipo de problema. Isso tem que ficar muito claro para a população. Vamos resolver os problemas e vamos ter uma legislação que evite esse tipo de problema no futuro.

Então, acho que essa questão para nós, hoje, aqui, está superada. Vamos agora, se Deus quiser, avançar nos outros destaques – este, sem dúvida nenhuma, era o mais polêmico – e vamos, evidentemente, confiar na capacidade do entendimento que até agora norteou as três Comissões; até agora estamos buscando o consenso, a convergência e o entendimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a V. Exª.

Mais uma vez fica claro do que estamos tratando: são duas regras. Uma regra permanente, que será possível graças à reestruturação do texto, e uma regra transitória, que também será possível, porque hoje o Código Florestal tem tratamento em regra permanente e em regra transitória; e o Senador Luiz Henrique assim o fará.

Para que possamos dar curso e continuidade ao trabalho, apenas para resumo do que está acordado, informo que são retiradas as Emendas nºs 29, 119, 75 e 24. As quatro emendas estão com seu pedido de destaque retirado, além da emenda do Senador Sérgio, a Emenda nº 02, do art. 35, que também foi retirada.

Vamos dar início, portanto, agora, à votação dos demais destaques.

Passo a Presidência ao Senador Acir Gurgacz, porque os três primeiros pedidos de destaque na CCT são de minha autoria. Estão na página 213. Então, passo a Presidência a V. Exª para que...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu tenho um compromisso com o Vice-Presidente da República daqui a trinta minutos, e o meu destaque passa a ser o Item 1 da pauta da CRA.

Eu requeiro a V. Exª se poderia...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu só pediria a V. Exª uma pequena

compreensão pelo seguinte: a resolução da Mesa, que trata da matéria do Código Florestal, estabelece um rito de tramitação. Como há quórum, eu não tenho justificativa para inverter a resolução da Mesa, que estabelece o rito de tramitação, primeiro, na CCT e, em seguida, na Comissão de Agricultura. Como o item mais polêmico da pauta acaba de encontrar o entendimento, creio que a votação dos outros itens da pauta serão bem mais ágeis, e nós, com certeza, passaremos agora a uma votação bastante acelerada para a resolução dos demais itens da pauta.

Peço apenas essa compreensão a V. Exª para que nós possamos dar início...

(O Sr. Presidente faz acionar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Peço, mais uma vez, a compreensão dos senhores e senhoras.

Minha querida Senadora Miranor...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Peça para elevar um pouquinho o som do microfone de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois é, porque...

Vamos lá.

Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para dar início à votação dos pedidos de destaque na Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos dar início, então, à votação do Requerimento nº 1 da Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria do Senador Eduardo Braga.

Emenda nº 35 ao PLC nº 30, de 2011.

Acrescente-se ao art. 4º do PLC nº 30, o § VI, com a seguinte redação:

§ 6º Em áreas urbanas, as áreas de encostas com declividade acima de 25° serão preservadas.

§ 7º Em áreas urbanas, faixas de preservação de topo de morros adjacentes às encostas terão sua largura determinada pelo maior valor estabelecido por estudos geológicos, geomorfológicos e geotécnicos empreendidos pelo órgão gestor competente de modo a minimizar o risco de deslizamentos nas encostas adjacentes.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Senador propositor, autor do requerimento, Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer uma manifestação, pela ordem, em relação a esse pedido de destaque à Emenda nº 35, para que nós pudéssemos consultar o Senador Jorge Viana, porque, nas mesmas reuniões que aconteceram no dia de ontem, também ficou estabelecido que o tema da questão urbana no Código Florestal ficaria para ser discutido e debatido na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

Assim sendo, ouvido o Senador Jorge Viana com relação à garantia de que esse tema terá prioridade na Comissão de Meio Ambiente, nós gostaríamos de poder pedir ao Senador Jorge Viana que se manifestasse como Relator na Comissão de Meio Ambiente com relação à questão das APPs e das reservas legais nas áreas urbanas, porque em relação a este tema "urbano" há o entendimento de que ele deve ser tratado na Comissão de Meio Ambiente.

Eu lhe agradeço, Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Antes que o Senador Jorge Viana possa fazer a sua manifestação, quero registrar e convidar todos: hoje, às 14h, teremos uma audiência pública da Comissão de Meio Ambiente exatamente sobre o tema "Cidades", sobre o impacto do Código Florestal nas cidades e sugestões a serem incorporadas ao tema "Cidades".

Amanhã, pela manhã, teremos audiência pública sobre o tema "Com os Comitês de Bacias Hidrográficas" e na sexta-feira, também pela manhã, faremos uma audiência pública para tratar do tema "Florestas".

Portanto, só para acrescentar, antes de dar a palavra ao Senador Jorge Viana, todos estão convidados.

Hoje, faremos um debate exatamente sobre esse tema, recolhendo sugestões sobre a questão das cidades no Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Presidente.

Penso que essa emenda do Presidente, hoje, e mais Senador e proponente da Emenda nº 35, Senador Eduardo Braga, é da maior coerência.

Há um tema central que o Código Florestal guarda na versão de 1965; e temos, na versão de 2011, de debater, que é a questão das cidades. Foram dezenas de audiências que tive, e esse tema é recorrente.

Quando o Código Florestal foi feito, em 1965, o Brasil era um; hoje o Brasil é outro. O Brasil, em 1965, tinha 56% da população vivendo nas áreas rurais. O Código Florestal enxergava as cidades naquela época como extensão da área rural, e isso não estava errado. Mas e o Brasil de hoje? O Brasil de hoje tem 84% da

população vivendo nas cidades. E as cidades, hoje, não enxergam o Código Florestal como um regramento para elas. E quem pode fazer o encontro da realidade nova com a lei antiga e importante? O Congresso. O Senado.

O Senador Rodrigo Rollemberg levantou, e nós discutimos; sou proponente, junto com ele e com outros colegas, das três audiências que vamos fazer. Estamos aqui deliberando sobre duas comissões, daqui a pouco concluindo o trabalho. E, à tarde, é muito importante, Senadores e Senadoras, discutirmos com especialistas do Governo, da sociedade a questão das cidades.

Recebi dezenas de prefeitos e representantes de prefeituras. As cidades brasileiras, hoje, estão na ilegalidade, principalmente aquelas que estão às margens dos rios.

E há um agravante: sou Presidente da Comissão de Defesa Civil do Senado, temporária, que tem como Relator o nobre Senador Casildo Maldaner. Nós temos que incluir no Código Florestal o problema das cidades, das APPs, com área de risco.

Hoje, está-se iniciando uma ocupação pelo Estado brasileiro – parece surreal isto – de uma parte do território da cidade do Rio de Janeiro, chamada favela da Rocinha, que é uma encosta. O Brasil está cheio de exemplos como esse, de norte a sul, de leste a oeste.

Então, Senador, sua emenda tem uma importância muito grande, que é a de fazermos com que esse texto se encontre com a realidade do País e do futuro.

Eu queria aqui, publicamente, assumir o compromisso – acho que é importante, para não atrapalharmos o andamento dos trabalhos – de tratarmos dessa emenda já, hoje à tarde, na audiência sobre cidades. É muito importante a presença de todos. O Governo está muito preocupado também com esse tema. Há alguns especialistas ajudando-nos, e queremos dar um tratamento para a questão das cidades, em que possamos, de alguma maneira, vencer a situação, a realidade de hoje e, ao mesmo tempo, estabelecer um regramento, para que não sejamos conduzidos pela especulação imobiliária, que se esquece de Área de Preservação Permanente, que se esquece de área de risco e que avança numa expansão urbana sem regramento nenhum, pondo em risco os habitantes do País.

Muita gente vai comprando áreas, a sua casa, fazendo o maior sacrifício e, às vezes, está pagando por uma coisa e recebendo outra. E o Senado tem a responsabilidade de tratar desse tema.

Então, assumo, aqui, o compromisso de apreciarmos com mais tempo, como já combinei com o Senador Luiz Henrique, que se está debruçando em temas tão importantes, de tratarmos da questão das cidades na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, que está reservando um espaço de tempo maior para a questão das cidades.

E reforço: bacias hidrográficas. Amanhã, o debate sobre bacias hidrográficas. Acabamos de discutir aqui a possibilidade de adequarmos a presença humana e as atividades econômicas em margem de rio. Amanhã temos esse debate aqui.

E o último, sobre florestas. Não sei se fui claro, mas explicitamente assumo o compromisso de acolher essa proposição do Senador Eduardo Braga na Comissão de Meio Ambiente. Obviamente se tivermos de fazer a adequação do texto, nós a faremos.

Obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, diante da colocação do Senador Jorge Viana, Relator na Comissão de Meio Ambiente, eu gostaria de retirar o requerimento de pedido de destaque de votação em separado da Emenda nº 35.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Fica retirado de pauta, então, o Requerimento nº 1.

Passemos ao Requerimento nº 2, de autoria do Senador Eduardo Braga.

Dê-se ao art. 48 do PLC nº 30, de 2011, a seguinte redação:

Art. 48. O Poder Público instituirá programa de apoio financeiro às propriedades a que se refere o inciso IX do art. 3º como forma de promoção da manutenção e recomposição de Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, incluindo a possibilidade de pagamento por serviços ambientais.

§ 1º Para o financiamento das atividades previstas no caput o Poder Público poderá utilizar recursos oriundos de Pagamento por Serviços ambientais (PSA), via pagamento por Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+) e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), conforme regulamentação.

§ 2º O Poder Público instituirá programa de apoio técnico e financeiro às propriedades a que se refere o inciso IX do art. 3º, compatível com a realidade socioeconômica de suas atividades.

§ 3º O financiamento das atividades previstas no caput, e mencionadas § 1º serão aplicados preferencialmente nas propriedades referidas no inciso IX do art. 3º, deverá ser iniciado num prazo de até 2 (dois) anos a partir da vigência desta lei.

Com a palavra o requerente, Senador Eduardo Braga.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Por favor, Presidente, qual o número dessa emenda?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – Emenda nº 39. É o requerimento nº 2, Senadora.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pág. 316, Emenda nº 39.

Sr. Presidente, eu gostaria de destacar os avanços que já alcançamos no texto com relação aos incentivos econômicos e financeiros para a floresta, para a questão da reserva legal e das APPs, destacando, inclusive, a formulação do Capítulo X do texto aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia e pela Comissão de Agricultura.

No entanto, ao cumprimentar o esforço do Senador Luiz Henrique com relação a essa matéria, é importante que façamos um apelo às Srªs e aos Srs. Senadores para que possamos criar mecanismos que valorizem a floresta no Código Florestal. A floresta tem um papel fundamental no processo da agricultura e um processo fundamental na manutenção do clima e do ritmo hidrológico.

No entanto, Sr. Presidente, eu gostaria, mais uma vez, de poder ouvir o Senador Jorge Viana, porque ficou claro, nos entendimentos que buscamos ao longo de todos esses meses, que a Comissão de Meio Ambiente ficaria também com o tema "floresta" a ser tratado com mais ênfase e com mais profundidade.

Indago do Senador Jorge Viana se a estruturação da valorização das florestas, principalmente dos ativos florestais, estaria comprometida e compromissada por V. Exª como prioridade no debate das florestas na Comissão de Meio Ambiente, para que pudéssemos ter uma posição com relação a esse requerimento.

Peço, Sr. Presidente, que V. Exª ouça a posição do Relator da Comissão de Meio Ambiente, para que possamos posicionar-nos com relação a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Presidente.

Rapidamente, colegas Senadores, tive o privilégio de, nesta segunda-feira, estar num debate em Berlim, na Alemanha, um debate preparatório para um encontro que vai acontecer em Durban, na África, no final deste mês, começo do próximo mês.

A agenda do mundo inteiro, além da crise econômica, discute, hoje, como maior prioridade, mudança climática. E, no caso da busca de se evitar gases de efeito estufa e gases que ajudam a mudar a temperatura do Planeta em até dois graus – e já se fala em mais de dois graus –, o que afetará a população mais pobre da Terra, o Brasil assumiu metas muito objetivas na COP15. Aliás, uma das novidades foi a posição do Brasil, apresentada pela Presidente Dilma. O Brasil tem compromissos, e já está cumprindo parte deles, de redução do desmatamento na Amazônia em 80%, e no cerrado também, com redução de mais de 40%. Isso porque as emissões brasileiras estão diretamente vinculadas à destruição de nossas florestas. O Código Florestal trata exclusivamente de como vamos lidar com o uso do solo e com a proteção de florestas.

Há um problema grave que V. Exª colocou muito bem: nós estamos discutindo aqui como fazemos para conservar as áreas de preservação permanentes, as APP, e as áreas de reserva legal e como recuperar e recompor parte dessas áreas perdidas.

Boa parte do que houve no Brasil aconteceu em decorrência de políticas públicas. A União Federal e os Estados estimularam atividades que fizeram supressão de floresta – na Amazônia isso é evidenciado em todos os Estados. E aí, quando estamos aqui discutindo o Código Florestal, V. Exª traz propostas que ampliam as conquistas já colocadas pelo Senador Luiz Henrique – que nós trabalhamos, e ele, com muita sabedoria, incluiu –, especialmente nos artigos 40 e 41, que tratam do programa de incentivos à preservação de recursos ambientais. Essas propostas estão muito bem posicionadas e vão depender de uma decisão do Executivo federal para que possamos ter um programa de recomposição de áreas de preservação permanente (APP) e áreas de reserva legal.

Mas, sinceramente, acho que temos de avançar mais ainda para fazer com que as florestas brasileiras sejam um ativo econômico importante. E aí está o mérito da emenda que V. Exª apresenta.

Temos hoje reconhecidos mecanismos de mercado que atendem um novo padrão de consumo da população do mundo inteiro – temos sete bilhões de pessoas no mundo hoje e devemos chegar a nove bilhões em 2050. É preciso haver uma mudança no cidadão do mundo e no mercado mundial. O Brasil não pode, em 2011, ao fazer a revisão da primeira versão do Código, que foi feita em 1934 em função de proteção de florestas, e de sua segunda versão, que foi feita em 1965 em função de buscar proteção às florestas, não considerar a realidade do mundo de hoje e do futuro que nos aguarda ano que vem, com a Rio+20. Então, a minha posição é de que floresta tem de deixar de ser tratada como problema. A gente tem de parar de discutir só sobre supressão de florestas e buscar fazer o uso sustentável delas, transformá-las num ativo econômico importante.

Senador Eduardo, eu queria também aqui pedir que, na sexta-feira, como o Senador Rodrigo Rollemberg anunciou, na última audiência pública formal que queremos fazer, que é sobre floresta – o código é florestal –, tratássemos dessa matéria. Eu assumo

o compromisso, como engenheiro florestal e como relator, de me somar à propositura de V. Exª para que possamos estabelecer mecanismos ousados que tratem de desenvolvimento limpo e tratem do REDD plus também, já agora nessa proposta de Código Florestal, além, obviamente, de fortalecer um programa que faça com que o Brasil possa ser uma referência de pagamentos por serviços ambientais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Presidente, eu queria aqui fazer um destaque, agradecer as colocações do Senador Jorge Viana e dizer ao Senador Luiz Henrique o meu muito obrigado por ter acolhido diversas emendas apresentadas por nós ao longo desse processo para que estabelecêssemos incentivos econômicos e financeiros para a floresta.

Quero aqui, como membro da Comissão de Meio Ambiente – não mais de Ciência e Tecnologia –, dizer que é importantíssimo criarmos mecanismos que possam tratar a floresta como um ativo, como uma solução e não como um problema. Se assim procedermos, estaremos efetivamente contribuindo para a construção de um Código Florestal inteligente.

Peço, portanto, para retirar o pedido de Destaque nº 2...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – V. Exª me concede um aparte, Senador Eduardo Braga?

O SR. PRESIDENTE – (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Concedo um aparte.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – A minha Emenda, que é a Emenda nº 5, da CRA, que foi acatada parcialmente, o espírito dela já foi colocado pelo Senador Luiz Henrique, diz respeito ao mesmo dispositivo, que é o art. 48.

Então, pelo que estou entendo aqui, muitas das conversas de ontem à noite se produziram para que fosse praticamente retirado tudo e assumíssemos aqui o compromisso de se tratar esses temas polêmicos depois no relatório do Senador Jorge Viana. Primeiro, esse ponto que eu gostaria de entender. Se não, V. Exª coloca sua emenda retida e, daqui a pouco, vamos votar a minha. Como vai ficar isso? O meu destaque? Porque ninguém me sugeriu também que promovêssemos uma conversa, para que todos esses assuntos, que são emendas parecidas, fossem tratados em bloco e que também fosse combinado um acordo em bloco, como foi feito em relação às matas ciliares, em que todos nós, que apresentamos emenda naquele sentido, aceitamos.

A minha emenda é no mesmo sentido, a Emenda nº 5.

Vejo, Senador Luiz Henrique, que o senhor captou o espírito dela, mas ela está se restringindo, como restringe também a sua emenda, Eduardo Braga, a uns pequenos agricultores. E, se nós queremos enaltecer aquele que preserva o meio ambiente, ele não pode ser restrito aos pequenos agricultores. Temos que enaltecer todos aqueles que preservam; e aqueles que preservam além da sua obrigação, porque a obrigação a lei já impõe, inclusive com penalidades para aquele que preserva abaixo da sua obrigação, abaixo da obrigação legal. E aquele que preserva além da sua obrigação? Esse tem que ser enaltecido, porque temos que parar, no Brasil, de achar que a melhor solução é o jeitinho. O cidadão brasileiro que leva vantagem é entendido como esperto, como inteligente. E aquele cidadão brasileiro que preserva a sua cota legal e faz além da sua obrigação é o prejudicado nesse sistema todo.

Por isso nós enfrentamos debates como o de hoje, do Código Florestal, quando se fala em anistia, quando falamos em Refis, quando falamos de impostos nacionais e estaduais, porque aí é privilegiado aquele que foi o mau condutor.

Então, se for nesse sentido, Senador Jorge Viana, se é para construirmos aquilo que é de interesse do nosso País e para privilegiarmos também o cidadão de bem, aquele que preserva além da sua obrigação, também vou dizer, já, neste momento, que desta questão temos de tratar de uma única vez. Se não, vamos ficar aqui o dia inteiro tratando individualmente de coisas que são iguais.

Também vou retirar a minha emenda, se for nesse sentido e o compromisso de V. Exª.

É a nº 5, da CRA, o Item 2. Com esse compromisso.

O SR. PRESIDENTE – (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Fica, então, retirado de pauta também o Item 5 da CRA.

Pela ordem, o Senador Jorge Viana para discutir.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Acho que o Senador Sérgio tem toda a razão. Esse é um tema que, no mérito, diz respeito ao que a Emenda nº 35 do Senador Eduardo Braga traz.

Eu assumo o compromisso de tratarmos o mérito da sua emenda na Comissão de Meio Ambiente, porque é um tema da maior importância e relevância, ressaltando que há posições claras do Governo contra nós tratarmos com alguns desses mecanismos. Mas a posição do Governo tem que ser considerada e será considerada. Porém, o Congresso, e eu me sinto em condições, a sociedade brasileira tem um acúmulo. Vamos ter uma audiência sexta-feira. Podemos tratar disso, incluir aquilo que o Congresso entender ser o

melhor para o nosso País, relativamente às florestas, cumprindo a sua prerrogativa.

O SR. PRESIDENTE – (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Fica, portanto, retirado Requerimento nº 2 da CRA e também o nº 2 da Ciência e Tecnologia.

Passemos ao Requerimento nº 3, também de autoria do Senador Eduardo Braga.

Emenda nº 40.

Insira-se o seguinte art. 39 ao PLC nº 30, de 2011, renumerando-se os demais:

Art. 39. O cálculo do tamanho da reserva legal respeitará, para fins de recuperação ou compensação, além dos percentuais definidos no art. 38, os seguintes critérios:

I – Pelo menos 50% (cinquenta por cento) da compensação será feita dentro dos Estados, orientada por índices de deflação ou inflação definidos pelos governos estaduais e aprovados pelo Conama, considerando os seguintes parâmetros:

a) Valor para a conservação da biodiversidade;

b) Valor para a conservação dos recursos hídricos;

c) Valor para a conservação dos solos;

d) Valor para outros serviços ambientais;

II – No máximo 50% (cinquenta por cento) da compensação pode ser feita em outros Estados, hipótese em que deve ser ela multiplicada por um índice 4 (quatro) vezes a área a ser compensada.

III – Baseado nos CARs estaduais, compatíveis entre si, no âmbito do Sisnama.

§ 1º Para a montagem dos CARs estaduais deverá ser definido em regulamento um sistema de apoio aos Estados com base nos mecanismos de financiamento previstos nesta lei.

§ 2º Será de 2 (dois) anos o prazo para a União, os Estados e os produtores montarem seu Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Com a palavra o autor do requerimento, Senado Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, essa é uma emenda que trata de uma questão extremamente importante para a agricultura e para o meio ambiente, porque trata de uma possibilidade inovadora de se fazer a compensação de 50% dessas áreas em outros Estados; e nessa emenda, inclusive, nem fazendo restrição a bioma.

No entanto, há algumas questões, com relação à questão do Conama. No espírito do texto aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia, passou-se a adotar a questão com o ato do Poder Executivo.

Eu queria dizer que desejo retirar esse requerimento, porque vou apresentar essa emenda e vou procurar, inclusive, a Senadora Kátia Abreu e outros Senadores para debater com mais profundidade na Comissão de Meio Ambiente, dizendo que essa é uma emenda absolutamente inovadora e que fortalecerá o sistema de compensação, no espírito de todo o Código apresentado. Mas, como entendo que não houve o aprofundamento no debate sobre essa questão e não podendo, neste momento, pelo Regimento Interno, alterar mais a redação dessa emenda, eu retiro o requerimento para reapresentar a emenda com o novo texto na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Está retirado de pauta o requerimento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Fazendo os ajustes necessários com relação à questão dos critérios.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Estão retirados de pauta, portanto, também, o Requerimento nº 3 e o Requerimento nº 4.

Volto a palavra, agora, ao Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, para dar sequência nas votações.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Acir Gurgacz, vamos, então, ao Item 4 da CCT.

O Senador Antonio Valadares propõe destaque à Emenda nº 53.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDG – AM) – Antonio Carlos Valadares, que propõe destaque à Emenda nº 53, que trata do art. 4º, dando a seguinte redação:

Dê-se ao inciso I do caput do art. 4º do PLC nº 30, de 2011, a seguinte redação:

"Art. 4º

I – as faixas marginais de qualquer curso d água natural desde o seu nível mais alto, em largura mínima de:

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, essa emenda tenta resgatar o critério atualmente em vigor para a medição de faixas de Áreas de Preservação Permanente. São as áreas marginais dos rios. O que nós estamos propondo, na realidade, é que essa medição ocorra a partir do nível mais alto, do nível máximo na ocorrência das enchentes, e não como está proposto: "A partir das bordas da calha regular do rio". Porque isso vai implicar, sem dúvida alguma, a ocupação predatória das margens do rio, contribuindo, assim, para a erosão e para o desequilíbrio ecológico, como também contribuindo para a possibilidade de acidentes trágicos, como os que já

ocorreram em várias partes do Brasil no período das enchentes dos rios.

Por isso, essa emenda visa a preservar o equilíbrio ecológico através da proteção da não ocorrência de erosão e também da proteção de vidas humanas.

Eu acho que "a partir da borda da calha do rio" mudou, sem dúvida alguma, substancialmente a questão da medição, a partir da qual ocorrerão as áreas de preservação ambiental.

Portanto, Sr, Presidente, a nossa proposta é extremamente verde, protecionista dos rios brasileiros, e vem na mesma direção da lei atual.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A lei atual, nesse sentido, nesse aspecto protege mais do que o que se está propondo. Logicamente que mesmo assim, com a lei protegendo como ela protege hoje, vários rios tiveram suas margens danificadas, as suas matas ciliares destruídas, como é o caso do rio São Francisco, do rio Amazonas etc.. Imagine se deixarmos, agora, aumentar essa possibilidade de ocupação das margens dos rios de forma predatória!

Portanto, acho que essa emenda vem ao encontro do desejo dos comitês de bacias de todo o Brasil. Eu recebi correspondência de mais de 20 bacias hidrográficas do Brasil, que estão, através de seus representantes, preocupadas com a possibilidade de aprovação dessa proposta que vem no relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Antes de passar a palavra ao Senador Luiz Henrique, na condição de Relator, pela ordem, o Senador Líder Renan Calheiros.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pela ordem também depois, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Presidente Eduardo Braga, duas palavrinhas. Eu não poderia deixar de ressaltar o trabalho de V. Exª, o trabalho do Presidente Acir Gurgacz e o árduo trabalho do Relator Luiz Henrique e do Relator Jorge Viana. Parabéns! A noite foi longa, todos nós sabemos.

Aqui, conversávamos há pouco, paralelamente, e era isso que eu gostaria de transmitir a V. Exª, à Mesa como um todo e também ao Presidente Rodrigo Rollemberg, no sentido de que temos uma preocupação com relação ao andamento, ao encaminhamento processual. Se é verdade que avançamos rumo ao entendimento, talvez o mais recomendável fosse, paralelamente, avançarmos rumo às votações, porque temos tido reuniões simultâneas em várias Comissões do Senado Federal. Eu mesmo vou ter de me retirar daqui a pouco para a Comissão de Constituição e Justiça, onde deveremos apreciar a DRU. Portanto, talvez seja importante nós avançarmos. Eu percebo que o quórum começa a se esvaziar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – A propositura de V. Exª vem, obviamente, contribuir.

Eu gostaria de sugerir aos Srs. Senadores, as Srªs Senadoras e ao Senador Luiz Henrique a seguinte propositura: a partir dessa votação nós pudéssemos fazer por blocos.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não, Exª, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Blocos de requerimentos que tenham parecer favorável e blocos de requerimentos que tenham parecer contrário. Portanto, poderíamos colocar, de acordo com o parecer do Relator, Senador Luiz Henrique, os requerimentos com dois blocos: aqueles que têm bloco de parecer favorável, para que nós pudéssemos colocar em votação na Comissão de Ciência e Tecnologia, e, depois, bloco de requerimentos que tenham parecer contrário para votação na Comissão de Ciência e Tecnologia. Logo a seguir, pela mesma metodologia, poderíamos fazê-lo na Comissão de Agricultura já sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu ouço os Srs. Senadores para uma questão de encaminhamento.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu darei a palavra a V. Exª.

Apenas para encaminhamento, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu penso que a intervenção do Senador Renan é muito adequada e é uma oportunidade que as duas Comissões têm de dar o tratamento que essa matéria tem condição de receber hoje.

Minha proposta de encaminhamento é que nós tenhamos um Relator único nas duas Comissões: Senador Luiz Henrique, que tem em sua mão e é capaz de apresentar uma proposta objetiva imediatamente para o conjunto dos destaques. Que ele possa apresentar as propostas daquilo que ele entende deveria ser rejeitado e daquilo que deveria ser aprovado. Outras emendas têm acordo de passar para a próxima Comissão, da qual sou Relator. Quer dizer, se o Senador Luiz Henrique tivesse condição de colocar isso, nós faríamos uma votação em que separaríamos apenas na hora do voto quem é de uma Comissão ou de outra.

Mas, como há acordo e entendimento, o Senador Luiz Henrique apresentaria no relato e destacaria a emenda que ele achasse que mereceria destaque. Sendo Relator nas duas Comissões, poderia conduzir, e nós nos pronunciarmos em função das propostas apresentadas pelo Relator de votarmos a favor ou contra. No caso eu não voto, mas estou...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ouço a Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Eduardo, eu estou vendo nessa metodologia uma oportunidade de trazer para este debate a discussão de algumas emendas que não foram destacadas e que não foram incorporadas ao texto base. Por exemplo, eu fiz uma emenda que trata dos manguezais e que vem ao encontro do que acabou de apresentar o Senador Valadares. A única possibilidade de eu ver resgatada a necessidade de estarem refletidos no texto os berçários dos peixes, dos moluscos, dos animais de grande importância para o equilíbrio ambiental e para a sustentação da população ribeirinha da região amazônica, por exemplo, é ter a oportunidade nessa emenda, nesse destaque do Senador Valadares, de ver assegurada essa questão. Em que outro momento o meu direito de debater esse conteúdo estaria assegurado se essa metodologia prevalece, Senador?

Eu não estou aqui querendo atrapalhar a lógica e a movimentação política da maioria. Reconheço a minha posição de minoria, mas quero também ter reconhecido o direito de estar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria apenas esclarecer a V. Exª, respondendo à indagação feita, que, mesmo na votação em bloco, V. Exª teria a oportunidade de debater qualquer uma das emendas que estejam naquele bloco. Nada impediria que V. Exª pudesse tratar do debate e do conteúdo de uma emenda que esteja no bloco, ou com parecer favorável, ou com o parece contrário ao do Relator. Portanto, não há, de forma alguma, a frustração do direito de V. Exª de debater o mérito da emenda estabelecida.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É porque eu ouvi o Senador aqui do meu lado dizer: "Isso aqui já está condenado à morte". É ruim isso. É uma falta de respeito. É o rolo compressor e pronto. Falou aqui: "Essa aí está condenada à morte", ou seja, o que é de interesse do debate que nós estamos trazendo, que reflete os interesses da população mais pobre deste País, dos ribeirinho, dos pescadores, está condenado à morte! É ruim ouvir isso. É muito ruim. É ofensivo, é agressivo. Alguém pode até fazer graça, podemos até rir disso aqui, mas, no fundo, no fundo, é um grande desrespeito a um debate que está sendo feito no Brasil inteiro.

Aqui, ninguém é dono da verdade, como coloquei ontem. Não podemos deixar a sobrevivência de pessoas, de cidadãos que vivem do caranguejo do mangue. Muitos aqui talvez não saibam o que é o mangue. Talvez aqui muitos não tenham comido um caranguejo de mangue e não saibam que milhares de pessoas sobrevivem disso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria apenas dizer a V. Exª que não há intenção desta Comissão, nem de nenhum dos Senadores, de desrespeitar quem quer que seja, muito menos aqueles que produzem, que trabalham com o caranguejo nos mangues, no Estado do Pará ou na Amazônia brasileira ou no Nordeste, principalmente porque essa é uma das iguarias da culinária paraense, daquelas mais degustadas por todos aqueles que admiram a culinária do Estado do Pará.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique, para que possa proferir... Pela manifestação dos Srs. Senadores, está claro que a grande maioria concorda com que V. Exª, neste momento, aproveitando a emenda do Senador Antonio Carlos Valadares, já pudesse fazer a manifestação em bloco, dando seu parecer, para que pudéssemos colocar, de acordo com a sugestão do Relator Renan Calheiros, o parecer das emendas com o parecer favorável e a relação das emendas com o parecer contrário de V. Exª, para levarmos a votos.

Com a palavra, o Senador Relator Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, dentro do espírito de convergência, que foi criado nesta Casa, ao longo desses meses de tramitação do projeto, gostaria de antecipar uma fase.

Em vez de propor a votação dos destaques em bloco, os que são favoráveis e os que têm parecer contrário, antes disso, gostaria que V. Exª consultasse o Plenário sobre se mais alguns dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras – no sentido de contribuir para essa conciliação, para essa convergência e numa demonstração de absoluta confiança no Relator na Comissão de Meio Ambiente, Senador Jorge Viana – se proporiam a retirar seus destaques, para que eles possam vir a ser apreciados na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, em vista da sugestão do Senador Luiz Henrique e como conversei, há poucos instantes, com o Senador Jorge Viana, que se comprometeu a aceitar dois dos nossos destaques, ou seja, duas das nossas emendas, retiro os dois destaques referentes à Emenda nº 64, o Destaque nº 6 e o Destaque nº 7.

Retiro-os, combinado com o nobre Relator Jorge Viana, que dá sequência ao Senador Luiz Henrique nesse trabalho, para proporcionar ao Brasil um Código Florestal que venha a desenvolver, sem destruir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para contribuir: a Emenda nº 65, de V. Exª, que traz o Destaque nº 7...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Corretamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – DF) – Essa emenda tem parecer favorável.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – DF) – Essa emenda é para ser aprovada hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A de nº 64.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – DF) – As de nº 65 e 64 têm...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A de nº 65 mantém...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – DF) – As de nº 65 e 64 serão...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Incorporadas ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – DF) – Hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Portanto, V. Exª não deve retirar nem o Destaque nº 8...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Melhor ainda!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ...Nem o Destaque nº 9, porque V. Exª...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A encomenda está melhor do que o recado!

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O Valadares está ganhando a emenda e quer fazer a emenda da emenda. Ele quer destacar para retirar a emenda que ele ganhou. Vamos festejar, Valadares! Vamos destacar!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Se V. Exª quiser retirar os Destaques nºs 4 e 5...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Permita-me, não vou retirá-los.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Está bem. Então, não retire nenhum dos seus destaques, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não vou retirar nenhum destaque, graças à cordialidade e ao espírito democrático dos nossos Relatores e do nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito bem.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

Não, ele não retirou os 53.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não, é das faixas diárias de preservação permanente, marginais dos rios. Espero que essa emenda não morra afogada, já que estamos falando de rio. Ou atolada nos manguezais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Valdir Raupp com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vejo que o meu destaque, a minha Emenda nº 103 não tem consenso, nem mesmo da base do Governo. Espero buscar esse consenso na Comissão de Meio Ambiente. Gostaria de contar com o apoio do Relator na Comissão de Meio Ambiente, Jorge Viana, que sei que é um defensor do desmatamento zero. A minha emenda trata do desmatamento zero na Amazônia.

Entendo que a grande maioria dos produtores rurais, seja ele pequeno, médio ou grande, principalmente aquele que tem propriedade, que tem documento da propriedade, não quer mais desmatar. E o Governo está perdendo uma grande oportunidade de zerar o desmatamento na Amazônia. Mas não precisamos mais de derrubar para desenvolver nosso País e nossa região amazônica. Por isso, defendo o desmatamento zero.

Vou reapresentar essa emenda na Comissão de Meio Ambiente e gostaria de contar com o apoio de todos os companheiros. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Valdir Raupp.

Retirado o Item 9 da Comissão de Ciência e Tecnologia, do Senador Valdir Raupp.

Indago ao Senador Valadares se retira as Emendas nºs 53 e 58 do pedido de destaque, mantendo as Emendas nºs 64 e 65. E V. Exª reapresentaria essas emendas na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, estou compreendendo este momento de harmonia, de cordialidade entre os Relatores, o Presidente e todos os nossos Senadores.

Na verdade, sei que essas duas emendas sofrem alguma resistência nesta Comissão, o que possivelmente levará à nossa derrota.

Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não vai sobrar nem mangue, Exª, para nós nos atolarmos!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Na verdade, retirar essa emenda, do ponto de vista simbólico, não é bom para o PSB, não é bom para o meu Partido, que defende ardorosamente, não só através de minha pessoa como também do Senador Rollemberg, da Senadora Lídice da Mata, propostas desse tipo.

Não retiro porque é um compromisso do Partido. Não é do Senador Antonio Carlos Valadares. Agora, qualquer que seja o resultado, se as duas emendas forem aprovadas, tudo bem; se não forem, vou repeti-las na Comissão do Meio Ambiente.

Peço desculpas ao nosso Presidente, aos nossos Relatores, porque não posso retirá-las.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – O que não pode é delongar a retirada, e nós votarmos com quórum baixo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O Senador Luiz Henrique tem a palavra para, em bloco, apresentar seus pareceres às emendas com parecer favorável e às emendas com parecer contrário.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tem parecer favorável, de acordo com as conversações intensas ontem realizadas, a Emenda nº 12, de autoria da nobre Senadora Ana Amélia, apresentada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É preciso começar com a CCT. Então, vamos lá.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente Eduardo Braga, pela ordem.

Como já está bem definido aqui, por que não votarmos em bloco, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É o que estamos fazendo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Mas não está votado. Nós temos de votar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O Senador Luiz Henrique...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Por exemplo, as emendas do Senador Antonio Carlos Valadares, as de nºs 64 e 65, devem ir para o voto agora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É por isso que ele está proferindo o relatório!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Está ótimo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Como não obtivemos consenso, e verifico que não há possibilidade de encaminhar pelo encaminhamento de votação favorável, encaminho, com votação desfavorável, a Emenda nº 53, de autoria do nobre Senador Antonio Carlos Valadares; identicamente, a Emenda nº 58, do mesmo Senador; a Emenda nº 64...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – A de nº 64 é favorável. As de nºs 64 e 65 são favoráveis.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Aliás, a emenda...

São estas as emendas na Comissão de Ciência e Tecnologia – vou repetir – que têm parecer contrário: a Emenda nº 53, a Emenda nº 58...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – 64 e 65. Qual é a outra, depois?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Depois? A Emenda nº...

Vou repetir as emendas que têm parecer contrário: a Emenda nº 53 e a Emenda nº 58 do nobre Senador Antonio Carlos Valadares. As demais foram retiradas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – A 64 e a 65 foram retiradas?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Não, a 64 e a 65...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Essas têm parecer favorável.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Têm parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Em votação os Itens nºs 4 e 5 da pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia, com parecer contrário do Sr. Relator Senador Luiz Henrique.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Com o voto contrário da Senadora Miranor... Marinor...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Exª, vou pedir à assessoria da Mesa para colocar uma placa aqui, porque o meu nome é um nome bonito, é um nome diferente, e eu gostaria que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É que V. Exª inspira vários sentimentos.

Também com o voto contrário do Senador Antonio Carlos Valadares...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu não vou pedir votação nominal...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – E Senadora Lídice da Mata com votação contrária.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu não vou pedir votação nominal porque a nossa emenda foi inteiramente afogada, ela morreu

afogada. Não adianta mais, mas ela vai sobreviver na Comissão de Meio Ambiente.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a atenção de V. Exª.

Portanto, rejeitado o pedido de destaque dos Itens 4 e 5 da pauta.

Com a palavra o Sr. Relator, para manifestar o seu relatório sobre os Itens 6 e 7 da pauta da CCT.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Têm parecer favorável, Sr. Presidente, as Emendas nºs 64 e 65, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, e a Emenda nº 118, de autoria do nobre Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Parecer favorável?

O SR. (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Favorável. É a 118. É o Item 10 da pauta, Senador Rodrigo Rollemberg.

Em votação.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, pela ordem.

É só para esclarecer...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – É só para esclarecer...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Estou com a palavra, Senador Rollemberg. Só um minutinho. Estou com a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Senador, é pura compreensão. Ele está acatando a 12, a 64, a 65 e a 18?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pelos itens da pauta, ele está acatando o item...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Poderia falar a emenda, por favor, também?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu quero esclarecer a V. Exª que estamos tratando das emendas apresentadas na Comissão de Ciência e Tecnologia.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu sei. Eu quero só saber os números.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – As demais...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu compreendi a pergunta de V. Exª.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Isso porque, nessas quatro, há Senador que quer votar a favor de uma ou de outra, e não em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Vou repetir...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – É só para compreender.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Vou repetir, com calma, o item da pauta...

A votação é em bloco, e vou repetir, com calma, o item da pauta e o número da emenda.

Nós estamos com parecer favorável e com votação em bloco; Item 6, Emenda nº 64; Item 7, Emenda nº 65; Item 10, Emenda nº118.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – É só para esclarecer, porque, nos Avulsos, nesse papel distribuído junto dos Avulsos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Há um erro.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) –... onde consta, no Item 10, autoria do Senador Valdir Raupp, na verdade a emenda é de minha autoria. Como também o Item 11, que já foi retirada, consta como de autoria do Senador Valdir Raupp, mas, na verdade, a emenda é de minha autoria.

Houve um erro na distribuição dos Avulsos. Era só para fazer essa correção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo, na realidade, um erro não nos Avulsos, mas no índice grampeado na capa dos Avulsos.

Em votação o parecer favorável do Senador...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, eu poderia explicar, só para efeito de entendimento, o valor dessa emenda?

É o seguinte: é que o prazo para aderir ao programa de regularização é de um ano, e ele pode ser prorrogado indefinidamente. O que estou propondo? Que seja prorrogado só uma vez pelo Poder Executivo estadual.

É só isso.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, só para também esclarecer rapidamente.

Eu tive a oportunidade de expressar, ontem, aqui, a preocupação de que ficasse muito claro que a deso-

brigatoriedade de recomposição de reserva legal para propriedade de até quatro módulos fiscais, para dar segurança jurídica, é para dizer claramente que houvesse quatro módulos fiscais na data de 22 de julho, para evitar desmembramentos futuros.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço ao Senador Rodrigo Rollemberg.

Votação em bloco dos Itens 6, 7 e 10 da pauta.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário dos Senadores...

Podem verificar. Se quiserem pedir verificação, eu faço. Mas se V. ExªS concordarem, está aprovado, com o voto contrário da Senadora Ana Rita, do Senador Moka, Valdir Raupp...

O SR. (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Presidente, vamos explicitar melhor. Ninguém entendeu.

Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB –AM) – Isso está em votação na Comissão de Ciência e Tecnologia.

A Senadora Ana Amélia não é membro da Comissão; o Senador Moka não é membro da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Então, está em votação na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Passe a relação dos membros, por favor.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, chegamos até aqui numa rota de entendimentos. Não vamos, na conclusão dos trabalhos, esgarçar-nos no desentendimento.

Quero ressaltar o seguinte, Srs. Senadores: a matéria aprovada ou rejeitada aqui poderá voltar a ser tratada, e será certamente tratada, na Comissão de Meio Ambiente.

Então, volto a fazer um apelo, para que não haja relevância nessa votação, para que não nos dividamos e concluamos a votação desse projeto num espírito de convergência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, pelo que tenho observado, o entendimento que se fez ontem objetiva transferir as matérias mais complexas para uma apreciação definitiva na próxima comissão, onde o código vai tramitar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Perdão, Senador Renan Calheiros. O entendimento que houve tratou de algumas questões que deveriam ser retiradas e de outras questões que teriam parecer favorável do Senador Luiz Henrique; outras de parecer contrário irão a voto, com acordo. Agora, se aqui, no plenário, determinados Senadores querem quebrar o acordo, o voto é independente, é do juízo e da formação de cada Senador.

V. Exª há de entender que o acordo que foi firmado é que haveria emendas que seriam retiradas, para que pudessem ser formuladas, e emendas que seriam relatadas com parecer favorável ou parecer contrário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Se V. Exª me permitir, só uma interrupção rápida. Esse acordo precisa ficar claro, absolutamente claro. V. Exª fez um apelo ao nosso querido amigo Senador Valadares, para que ele retirasse e deixasse a apreciação do seu destaque para a próxima comissão, do Meio Ambiente. Ele não concordou. Isso tem que ficar claro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Perdoe-me, Senador. O que houve foi um mal-entendido entre a conversa do Senador Jorge Viana com o Senador Antonio Carlos Valadares. O Senador Jorge Viana estava pedindo ao Senador Antonio Carlos Valadares que ele retirasse o Item 4 e o Item 5 da pauta. E o Senador Antonio Carlos Valadares compreendeu que era o Item 6 e o Item 7 que estavam com parecer favorável do Relator Luiz Henrique. E ele estava retirando os itens equivocadamente. Portanto, houve uma informação ao Senador Antonio Carlos Valadares de que os Itens 4 e 5 teriam pareceres contrários e os Itens 6 e 7 teriam pareceres favoráveis do Relator Luiz Henrique. E aí o Senador Antonio Carlos Valadares decidiu não retirar os Itens 4 e 5, que já foram à votação, sendo rejeitados em bloco por esta comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E nós perdemos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agora está em votação o parecer favorável do Senador Luiz Henrique para os Itens 6, 7 e 10 da pauta. O Senador Luiz Henrique e o Senador Jorge Viana informaram a esta Presidência que havia um entendimento com a base de aprovação desses três itens da pauta, com parecer favorável do Senador Luiz Henrique. E estou verificando que, aqui, não há cumprimento desse entendimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – As pessoas precisam compreender o que é que o entendimento significa. O entendimento aconteceu mesmo em torno do quê? É isso que tem que ficar claro na anunciação do destaque da emenda.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem, só para ajudar. É o seguinte: nós estamos votando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Porque chega aqui apressadamente a assessoria do

Governo, do Ministério do Meio Ambiente, dizendo: "Tem que votar assim ou assado". Não é assim!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Renan, nós estamos votando...

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Braga. PMDB – AM) – Com todo respeito a V. Exª, assim como não é assim dizer que alguma emenda está morta. E eu tenho tido aqui toda a compreensão com relação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Mas não fui eu quem matou a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Braga. PMDB – AM) – Eu sei que não foi V. Exª. Aquilo que está acontecendo ao redor da Comissão, em derredor da Comissão, não é mérito do debate. É discussão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – É por isso que eu insisto que as coisas precisam ficar claras, para que não reste dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Braga. PMDB – AM) – Então, vamos deixar mais claro do que já está.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Porque se não ficar claro...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem. É o seguinte...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – O PMDB, por exemplo, apoiou, apoia, incondicionalmente, o parecer do Senador Luiz Henrique. Apoia. Mas o PMDB tem que ficar esclarecido sobre o encaminhamento que será adotado para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Braga. PMDB – AM) – Então, para esclarecer o encaminhamento a V. Exª...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, eu gostaria, como autor de um destaque...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Se não, infelizmente, nós não vamos ter como apoiar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ...de falar um minuto. Ele já falou muito tempo, o nosso Líder.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu vou esclarecer a V. Exª.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Relator, eu só queria dizer a V. Exª o seguinte: nós estamos votando o quê? Nós estamos votando três itens, sendo que dois se referem à anistia eterna. Isso é muito grave. Eu estou aqui propondo que a anistia não seja eterna.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, não é anistia eterna, não.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – (*Fora do microfone*.) Eu vou dar uma explicação ao meu Líder e a todos os Srs. Senadores.

Ontem, participamos de uma reunião no Ministério do Meio Ambiente: o Senador Jorge Viana, o Senador Eduardo Braga, o Senador Rodrigo Rollemberg e eu. Nessa reunião, presentes os Ministros da Agricultura, do Meio Ambiente e o Deputado Reinhold Stephanes, ex-Ministro da Agricultura, analisando um por um os destaques, chegamos à conclusão dos que deveríamos apoiar e dos que deveríamos rejeitar. Esses destaques que foram postos em votação com parecer favorável decorrem de um entendimento dos Ministros da Agricultura e do Meio Ambiente e com uma argumentação muito lúcida do ex-Ministro Reinhold Stephanes.

Portanto, o parecer que eu proferi visa a consagrar esse entendimento que fizemos naquela reunião, que eu, posteriormente, à noite, comuniquei – se não me engano – a 11 Srs. Senadores que se encontravam presentes à reunião.

Este é o esclarecimento que eu dou a V. Exª.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Assim como rejeitamos vários destaques, estamos opinando pela aprovação.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, pela ordem, Senador Blairo Maggi.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Braga. PMDB – AM) – Pela ordem, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, essa Emenda nº 64, que é do Item 6 da pauta, eu gostaria de pedir aos Senadores que nós fizéssemos uma reflexão sobre esse assunto, Senador Luiz Henrique.

Eu, quando Governador do Estado de Mato Grosso, fiz um programa muito parecido com esse, que se chama MT Legal. E lá também nós temos o CAR; lá também foi dado um ano, mais um ano, para os produtores virem espontaneamente e se apresentarem para o cargo. E não foi possível cumprir esse prazo. Temo e tenho certeza – não é quase – de que não vamos conseguir, no Brasil inteiro, fazer com que, em um ano, todos os produtores brasileiros, das mais de 5 millhões propriedades, se apresentem ao CAR com a possibilidade somente de uma renovação, Senador Valadares. Acho muito temeroso porque estamos colocando na lei.

Gostaria de pedir uma reflexão e deixar a 64 da forma como estava, porque é ato do Poder Executivo. É a Presidente da República que vai ter que falar sobre

isso. Quer dizer, nós, aqui no Congresso, vamos ter que ter a sensibilidade para, daqui a um ano, se não chegarmos com todas as propriedades dentro desses quadro, resolvermos um problema muito sério. Digo para vocês que tenho certeza absoluta de que em um ano, mais um ano, não vamos conseguir trazer todo mundo para o programa do CAR.

Então, gostaria de pedir uma reflexão e a consideração do Senador Antonio Carlos Valadares, porque não podemos, ao resolver um problema, já deixar um outro esperando na esquina. É o que vai acontecer com esse assunto.

Eu gostaria de pedir ao Senador Antonio Carlos Valadares que pensasse um pouquinho em retirar essa emenda, porque ela vai nos causar problemas no futuro.

Não é questão de proteger ninguém, mas de não criar mais confusão no setor produtivo e até ambiental do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, para responder aos nossos dois Relatores, Jorge Viana e Luiz Henrique, apesar da boa vontade demonstrada – e isso ficou configurado na aceitação das nossas Emendas de nºs 64 e 65 – e tendo em vista que há possibilidade de uma negociação na Comissão de Meio Ambiente com o Senador Jorge Viana de encontrarmos uma redação condizente com o desejo daquela Comissão, retiro as duas, para não criar problema para o Relator, que foi tão condescendente nas nossas duas propostas. Tenho certeza de que encontraremos uma redação, a melhor possível, para aperfeiçoar o Código Florestal. Logicamente, se não ocorrer esse entendimento na Comissão do Meio Ambiente, vamos partir para o voto, e essa emenda será reapresentada.

Agradeço a V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Retirado, portanto, o Item...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – A Mesa quer apenas informar ao Plenário que os Itens 6 e 7 da pauta, mesmo com parecer favorável, estão sendo retirados. São as Emendas nºs 64 e 65. As duas emendas estão sendo retiradas. O pedido de destaque das duas Emendas, nºs 64 e 65, está sendo retirado.

Portanto, passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, pela ordem. Em seguida, pela ordem, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu só queria...

Senador Valadares, até para que, processualmente, possamos ganhar esse tempo.

Em relação às duas emendas, a de nº64 e a de nº65, e principalmente em relação ao tema, qual foi a problemática que o Relator levantou muito bem? O problema do conjunto de critérios e normas que devem ser apresentados pelo Poder Executivo.

Então, eu proporia a V. Exª que, além da retirada, para fixar, deveríamos nos sentar com o Relator, caso contrário vamos repetir essa etapa na comissão adiante e vamos retardar o processo de avaliação.

Então, é acertar a redação com o Relator, caro Senador Valadares, no sentido, inclusive, de o conceito ser abraçado por ele. V. Exª não reeditaria essas duas emendas na Comissão seguinte, porque aí dá para se trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Walter Pinheiro, apenas para elucidar a questão de ordem de V. Exª: o Relator não tem mais poder para tanto. O relatório do Senador já está votado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, mas as emendas estão destacadas. Na medida em que ele...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Mas, na hora em que ele retira, ele não pode mais mudar. Pelo Regimento, ele não pode mais mudar o texto da redação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sim, mas ele não tem mais como reapresentar. Por isso que estou falando.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Na outra comissão, sim.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Na verdade, o que o Senador Walter Pinheiro está querendo dizer, pelo que estou entendendo, é que, na próxima Comissão, abrir-se-á novamente o prazo de emendas. O Senador Valadares pode reapresentar emendas, mas no curso. Antes de o Senador Jorge Viana apresentar o relatório final dele, ele já negocia uma redação adequada, que, pode ser, por exemplo, prorrogar por duas vezes, uma coisa intermediária que possa contemplar todos.

Essa, pelo que entendi, foi a sugestão do Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Na linha do que o Senador Luiz Henrique propôs aqui. Estou querendo absorver essa emenda. Não dá para abrir mão porque, se não, de novo, ele vai retirar, e esse item não entra nem como conceito.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, só quero chamar a atenção para o fato de que a emenda do Senador Antonio Valadares... O problema não está com o produtor. O Estado é que não tem essa estrutura, Sr. Presidente. E aí o produtor coloca, e o Estado não consegue atendê-lo. Ele é penalizado pela deficiência do Estado. Por isso que temos de discutir melhor essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, o Senador Jorge Viana.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Daí a importância de o Estado fixar regras.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Da maneira como o Senador Valadares se posicionou, acho que ajuda para seguirmos o trabalho, mas que fique bem claro que estamos falando do art. 33. Há uma emenda do Senador Aloysio Nunes, a Emenda nº 19, que trata do mesmo tema. É um tema importante.

Não podemos deixar um texto como esse estabelecer que temos que aderir a um programa de regularização ambiental sem prazo, sem haver limites. Se temos, a realidade nos impõe, como bem colocou o Senador Walter, problemas com o Estado – e o Moka colocou isso claramente.

Acho que temos que achar uma formulação e já trazer para o texto principal, para não cair naquilo que se chamou de anistia eterna, porque pode ser que alguns Estados fiquem postergando uma atitude em relação a isso a vida toda, o que não é aceitável. Parece-me que o Senador Moka concorda no mérito. Então, é só uma questão de redação.

Eu me disponho a me sentar com os colegas, e o Luiz Henrique vai nos ajudar, para achar uma formulação de não permitir essa visão correta de que pode haver uma anistia permanente.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Pela ordem.

Senador Jorge, só para colaborar com a discussão. Eu gostaria de dizer o seguinte: não adianta termos pressa nessa discussão porque ela é muito importante. Nós temos trezentas horas de audiência pública, ouvindo todo mundo, e o fechamento tem que ser bem feito, se não vai dar confusão.

O assunto aqui não é a questão de o produtor se apresentar; a questão é que o Estado brasileiro não tem condições, não tem a ferramenta para poder fazer isso. Se bem que a lei diz o seguinte: depois de apresentado o regulamento. Então, se o Estado demorar três anos para apresentar a ferramenta, isso só vai valer depois dos três anos. Mas, mesmo assim, no momento em que o Estado apresentar a ferramenta, as cinco milhões de propriedades que devem vir para o sistema em um ano não caberão. É a mesma coisa que você ter dez automóveis e querer colocar na garagem de um. Não vai caber. Tem que haver paciência. Temos que ouvir o Ministério do Meio Ambiente, o Executivo. Ele vai dizer para nós o prazo que ele quer, que ele precisa para fazer essa ferramenta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas é muito importante.

Já está havendo, hoje, a adesão ao cargo do jeito que está. E é uma questão, de fato, fazer essa análise, mas hoje está havendo uma adesão enorme em vários Estados, inclusive no seu.

Acho que é importante que façamos uma redação adequada, mas que haja consenso de que temos que estabelecer um regramento de prazo para esse tema.

Acho que esse é o entendimento. No mérito, estamos a favor de que tem de ser estabelecido um prazo. Vamos só considerar um pouco melhor a proposta do Senador Valadares e a do Senador Aloysio Nunes.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSB – TO) – Sr. Presidente, a 118 vai continuar ou também será retirada?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O Senador Rodrigo Rollemberg não retirou, até o momento.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Vejam bem o que diz a 118. Ela repete exatamente o texto que veio da Câmara. Apenas diz o seguinte: é para a propriedade que tem quatro módulos fiscais na data de 22 de julho de 2008, porque, se não, o que vai acontecer? A pessoa que tem oito módulos fiscais divide-os em dois de quatro, e aí ninguém vai fazer mais reserva legal neste País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senadora, em alguns segundos, eu darei a palavra a V. Exª.

Em votação o parecer favorável do Senador Luiz Henrique à Emenda nº 118, do Senador Rodrigo Rollemberg, que dá a seguinte redação ao art. 13 – Srªs e Srs. Senadores, Senadora Kátia Abreu, para que não haja dúvida, peço a atenção de V. Exª, porque vou ler a emenda do Senador Rodrigo Rollemberg:

Nos imóveis de que trata o inciso IX do art. 3º, que detinham até – atenção senhores e senhoras...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, na hora em que eu puder falar, se V. Exª puder me dar a palavra para discutir essa emenda...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Quero apenas ler a emenda, para que não fique dúvida sobre o que estamos votando.

Essa é uma emenda que torna claro o texto e o espírito do legislador, quando votou o Código Florestal, inclusive na Câmara dos Deputados.

Diz o seguinte:

Art. 13

§ 7º Nos imóveis de que trata o inciso IX do art. 3º que detinham, até 22 de julho de 2008, área de até quatro módulos fiscais, e que possuam remanescentes de vegetação nativa em percentuais inferiores ao previsto no caput do art. 13, a Reserva Legal será constituída com a área ocupada com a vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008, vedadas novas conversões para uso alternativo de solo.

Essa é a emenda que está em votação, com parecer favorável do Senador Luiz Henrique.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, a intenção da emenda é muito louvável, só que, quando ele especifica, em vez de quatro módulos substitui pelo inciso IX do art. 3º, ele está dando essa oportunidade da isenção da reserva legal apenas à agricultura familiar, com renda até 80%, com menos de dois funcionários, que é o nosso debate antigo, o que não podemos aceitar nesse momento. O Ministério do Meio Ambiente aceita a isenção de reserva legal nos quatro módulos.

O que está sendo confundido aqui e que foi debatido ontem, Senador Jorge Viana, na nossa reunião, é a confusão entre um Estado em que se encontra um produtor rural na sua atividade: ou ele é atividade de agricultura familiar, ou atividade de empreendedor rural; mas ambos estão nos quatro módulos. Quatro módulos é uma questão física, e posso ter estado na atividade antes de 22 de julho e hoje estar em outra condição. Então, se lá atrás eu era agricultor familiar, eu posso ficar isento de reserva legal. Quer dizer, se depois do dia 22 eu não for mais agricultor familiar, vou ter que recompor a minha reserva legal e vice-versa? Isso é uma confusão que não vai levar a nada.

Então, se ele quer especificar, que coloque: inciso IX do art. 3º e a pequena propriedade, em que estão implícitos todos até quatro módulos. Como é que vamos identificar tudo isso? Não há a menor possibilidade. Não podemos confundir o que é físico com o estado de circunstância.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Exª me permite apenas esclarecer: nós não podemos, no processo de votação, mudar mais o texto da redação da emenda.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Estou apelando para deixar para depois.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ele não pode mais mudar a redação da emenda. A emenda está em processo de votação.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Mas agora mesmo também estavam a 64 e a 65, e nós a retiramos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sim, mas o Senador Rodrigo Rollemberg não está retirando.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu estou tentando, Sr. Presidente. Estou argumentando, democraticamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Para discutir, com a palavra o Senador Moka.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – O Senador Luiz Henrique tem que estar bastante atento para o que ele está fazendo. O Estado dele é só pequena propriedade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Tenho certeza, Sr. Presidente, de que o Senador Rodrigo Rollemberg tem razão, e quero firmar esse compromisso com o Senador.

Senador, eu entendo a intenção e me somo a V. Exª. Quem tinha quatro módulos até 2008...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Quatro módulos. Está certo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quatro módulos. O cidadão que tem oito não pode dividir essa propriedade em duas para ter acesso. Concordo com V. Exª. A única coisa é que V. Exª está excluindo pequenas propriedades – e há mais de um milhão – que não têm característica de agricultura familiar, mas que também estão dentro dos quatro módulos.

Tenho certeza de que se V. Exª – e faço este apelo – retirar, nós vamos encontrar um texto que garante a intenção de V. Exª. E eu me somo a essa questão. Não podemos permitir que depois de votado o Código Florestal quem tem oito módulos possa dividir sua propriedade em duas para ter acesso...

(*Interrupção do som*.)

SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – … pequenas propriedades que não têm características de agricultura familiar, aí é uma injustiça com o pequeno produtor também. Às vezes colono.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Quero apenas dizer o seguinte ao Senador Moka: na realidade, o espírito do legislador está

claro quando estabelece a data de corte no dia 22 de julho, e não no momento em que estamos votando no Senado, mas, sim, no dia 22 de julho. Essa emenda deixa claro que a data e o espírito do legislador, de 22 de julho, e não na data da votação – na data de 22 de julho de 2008 – são para os quatro módulos.

SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas é exatamente isso que estou dizendo.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Ele modificou o texto, Sr. Presidente.

SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quer dizer, alguém que quis se aproveitar do debate não vai ter agasalho, mas não pode excluir aquele que não tem a característica...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O texto atual, que é o texto básico votado, não estabelece com clareza a regra, que é o espírito. Não estabelece a data de 22 de julho de 2008.

SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, leia a emenda toda, leia o artigo todo. Estabelece 22 de julho, sim, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem o Senador Luiz Henrique.

V. Exª tem a palavra.

SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero fazer mais um apelo. Eu verifiquei que essa proposição será aprovada por unanimidade na Comissão de Meio Ambiente. Lamentavelmente, não podemos, hoje, operar nenhuma alteração, mas trabalharei – e acredito que também o Senador Jorge Viana – para que se faça a correção, para que se aprimore o texto, incluindo os pequenos proprietários. É importante. O ex-Ministro da Agricultura, que está aqui, enfatiza muito isso, o Deputado Reinhold Stephanes.

Então, faço um apelo ao Senador Rodrigo Rollemberg para que retire a emenda com o compromisso coletivo de, incluindo o pequeno proprietário, nós a aprovarmos integralmente na Comissão de Meio Ambiente. E não só isso: no plenário do Senado também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu quero registrar que, quando cheguei a esta reunião, entendi que havia um entendimento firmado em torno do que deveria ser aprovado hoje, aqui, que seriam as emendas que já teriam parecer favorável do Relator; o que deveria ser retirado para buscar uma composição na Comissão de Meio Ambiente; que haveria entendimento de que deveríamos buscar uma alternativa de um texto mais adequado e um entendimento de que deveríamos recusar em função do acordo. E foi por esse entendimento que não votei a favor da emenda do Senador Valadares, compreendendo que havia um entendimento.

Em relação à questão colocada pelo Senado Luiz Henrique de que vamos tentar fazer aqui uma média da opinião dos Senadores, porque, na minha opinião, eu teria votado a favor da emenda do Senador Valadares e de vários outros, com a busca desse entendimento, eu me posicionei.

Tenho dito e quero repetir aqui: não adianta, nesse processo todo – e estou apostando num entendimento desde o primeiro momento nessas comissões –, em função de uma maioria numa determinada comissão, votar algo que não seja consensual, porque isso vai virar uma confusão no plenário do Senado ou da Câmara. É muito importante que busquemos construir esse entendimento total para a matéria chegar ao plenário do Senado e, depois, no plenário da Câmara arredondada, dentro do que é possível fazer de melhor para o Brasil.

Diante disso e confiando no Senador Jorge Viana – o Senador diz que vamos construir essa alternativa, atendendo a esse apelo –, quero registrar que até aqui, até este momento, eu vinha me posicionando em função de que havia um entendimento em torno das emendas que tiveram parecer favorável do Relator e das que não tiveram.

Nesse sentido, retiro a emenda, com o compromisso de que seja incorporada na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Retirado, então, o pedido de destaque à Emenda nº 118.

Conclui-se a pauta da CCT.

Passo a Presidência ao Senador Acir Gurgacz para a condução da votação na Comissão de Agricultura.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Nós temos o entendimento de fazer um corte vinculado ao módulo que existia em 22 de julho de 2008. É muito importante que isso fique bem claro, porque pretendo pôr no meu texto essa sugestão que o Senador Rodrigo traz já apresentado. Que fique público que há um entendimento, porque isso é fundamental para que possamos ganhar segurança jurídica nessa lei.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos iniciar, então, a votação na Comissão de Agricultura.

Cumprimento o Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, pela condução dos trabalhos, iniciando os trabalhos na Comissão de Agricultura.

Lembro que os Itens 1, 2, 7 e 9 já foram retirados de pauta. Esses itens não vão à votação.

Passemos ao Requerimento nº 3, de autoria da Senadora Ana Amélia, para darmos prosseguimento aos nossos trabalhos.

Junto com a Senadora Ana Amélia, subscreveram a Senadora Kátia Abreu, o Senador Blairo Maggi, o Senador Antonio Russo, Senador Waldemir Moka e eu.

Art. 68 do Projeto de Lei da Câmara nº 30.

Art. 68 *O parágrafo único do art. 2º e o caput do art. 35 da Lei nº*

11.428, de 22 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei somente aos

remanescentes de vegetação nativa primária e vegetação nativa secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração, mediante a associação da delimitação geográfica definida no caput, e a existência nestes locais, de florestas nativas eecossistemas associados da Mata Atlântica, não interferindo em áreas consolidadas com agricultura, cidades, pastagens e florestas plantadas ou outras áreas desprovidas de vegetação nativa ou não delimitadas pelo mapa definido no caput. (NR)

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Acir Gurgacz, antes de apresentar as minhas justificativas, eu que fiquei em silêncio durante toda a discussão na Comissão de Ciência e Tecnologia, gostaria apenas de cumprimentar a atitude do Senador Rodrigo Rollemberg, em ambiente de pacificação e harmonização para uma matéria da maior relevância, especialmente para o Paraná, do Senador Sérgio Souza; de Santa Catarina, do Senador Luiz Henrique; do Rio Grande do Sul, porque a sua proposta, a sua emenda, impacta especialmente nos pequenos produtores de aves e suínos desta região, que têm um peso importante, não só socialmente, mas também no âmbito econômico.

Cumprimento V. Exª, porque pelo menos é um alívio às preocupações desse setor importante.

Tenho a convicção de que, até o final, haverá entendimento maior sobre essa matéria, preservando-se o ambiente com a questão da sustentabilidade em relação à sua decisão.

Agora, a minha justificativa: na verdade, essa emenda apenas quer trazer do decreto para a lei, para evitar que essa falta de clareza no texto acabe levando os fiscais da área do Ibama ou das entidades ambientais nos Estados a diferentes interpretações daquilo que está escrito no decreto. Então, passando para a lei e com um texto mais claro, alivia-se e mitiga-se esse problema, que recai, às vezes, sobre a ineficiência do sistema de fiscalização equívocos na interpretação, que acabam gerando prejuízo aos produtores e aos produtores rurais.

A minha justificativa é que, desde a edição da Lei nº 11.428, de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica e dá outras providências, e do Decreto nº 6.660, de 2008, que regulamenta dispositivo dessa lei, temos visto nacionalmente divergentes interpretações quanto à aplicabilidade dessa lei, seus efeitos e abrangência.

Esses dispositivos legais, em tese, estabeleceram regramento, buscando a conservação e a proteção do bioma Mata Atlântica, delegando, art. 2º, da Lei nº 11.428, de 2006, ao IBGE, as delimitações de abrangência.

Já o parágrafo único do mesmo art. 2º estabeleceu que somente os remanescentes de vegetação nativa, no estágio primário e nos estágios secundário inicial, médio e avançado de regeneração na área de abrangência definida no *caput* deste artigo terão o seu uso e conservação regulados por essa lei.

Por sua vez, o Decreto nº 6.660, de 2008, também estabeleceu critérios da aplicabilidade da lei, e especificamente o § 1º do art. 2º foi taxativo ao determinar que somente os remanescentes de vegetação nativa primária e vegetação nativa secundária, nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração na área de abrangência do mapa, definido no *caput,* terão o seu uso e conservação regulados por esse decreto, não interferindo em áreas já ocupadas com agricultura, cidades, pastagens e florestas plantadas ou outras áreas desprovidas de vegetação nativa.

O que se vê, desde então, é a falta de critério ou uniformidade na aplicação conjugada da lei do decreto. Por isso, o texto dessa minha emenda, esse destaque, faz essa correção, trazendo do decreto para lei.

Enquanto alguns Estados ou Municípios sequer os aplica, outros usam como parâmetro somente o critério vegetação, desconsiderando a delimitação estabelecida no mapa do IBGE.

A presente proposta de alteração busca consagrar essa dupla exigência legal de proteção da vegetação definida pela lei e devidamente delimitada pelo mapa

do IBGE, com a explicação das exceções elencadas no § 1º do art. 2º do Decreto nº 6.660, de 2008, determinando, assim, não só uma correção textual para a Lei nº 11.428, de 2006, mas uma efetiva proteção a esse importante bioma, conforme o regramento está dispondo.

Essa é a argumentação e a minha justificativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Relator Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Essa matéria, igualmente, foi objeto de análise na reunião a que me referi ontem, com a presença dos Ministros do Meio Ambiente e da Agricultura. E o parecer é pela rejeição.

Mas eu faria, igualmente, à Senadora Ana Amélia, um apelo para que pudéssemos construir também um consenso sobre essa matéria e as demais que têm parecer contrário, a fim de que não procedamos a uma divisão no encerramento desta reunião.

Faço um apelo a V. Exª, no sentido de que se procurará fazer o entendimento sobre as emendas que V. Exª apresentou, da mesma maneira como outros Senadores procederam, para que possamos encontrar aqui um procedimento uniforme no sentido da convergência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Relator Luiz Henrique, não seria coerente da minha parte ter acabado de elogiar a atitude do Senador Rodrigo Rollemberg e não tomar a mesma atitude em relação a essa solicitação que V. Exª faz, em nome do entendimento e do diálogo.

Só penso que, a abrigar a minha proposta a esse entendimento, seria necessário faze-lo sob todos os aspectos: da legalidade, da preservação ambiental, dos direitos dos agricultores e também do próprio Estado como agente fiscalizador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A intenção de V. Exª é primorosa. Vamos levá-la em consideração. Eu próprio...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está aceito.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ... vou fazer esforço para que se agasalhe essa pretensão de V. Exª do texto a ser aprovado na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE – (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Fica retirado, então?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A de nº 9.

O SR. PRESIDENTE – (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O Requerimento nº 3.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Requerimento nº 3 e a Emenda nº 9.

O SR. PRESIDENTE – (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos fazer em bloco, Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE – (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Temos três, das quais V. Exª é autora, e passamos para os Itens 4, 5, e 6, pedindo para que o Senador Luiz Henrique possa fazer sua colocação sobre essas três emendas.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu faria o mesmo apelo, para que nós considerássemos todas as emendas no parecer do Senador Jorge Viana.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Relator Luiz Henrique, o parecer de V. Exª, nas três emendas da Senadora Ana Amélia, é pela rejeição?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Não. Na Emenda nº 12 é pela aprovaçao.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Acho que, havendo parecer favorável... V. Exª votou pela rejeição. Acho que, nesse caso, a Senadora retiraria, mas tem pela aprovação, não vejo por que não aprovar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, pela ordem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu sugeriria, Sr. Presidente, que o Relator Luiz Henrique pudesse proferir o parecer em bloco das emendas que têm parecer contrário e das que têm parecer favorável. V. Exª colocaria em votação as que têm parecer contrário e, depois, colocaria em votação as que têm parecer favorável, para que o Relator orientasse a votação e os demais Senadores pudessem retirar ou não as suas emendas, a fim de que se pudesse concluir a votação com a ordem estabelecida, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Atendendo ao ordenamento de V. Exª, o parecer é contrário a essa emenda a que já me referi...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A de nº 9. A de nº 13, a de nº 14 e também a Emenda nº 61, do Senador Acir Gurgacz...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A Emenda nº 27.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Não, é contrário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É contrário. Agora, temos o mesmo espírito, o mesmo espírito de tentar construir, porque não conseguimos consenso.

E há parecer favorável à Emenda nº 12, que modifica o *caput* do art. 51, com a seguinte ementa: "A União, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar programas de regularização ambiental de posses e propriedades rurais com objetivo de adequá-las nos termos desse capítulo".

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Faço um apelo ao nosso Relator Luiz Henrique, em nome desses trabalhos, desses oito meses que tivemos, para que mantenha o acordo. A expressão certa não é manter o acordo, mas que mantenha o parecer favorável à Emenda nº 27, que é de importância muito grande para o meu Estado de Rondônia e que não fere, em nenhum momento...

Não há ninguém contrário a essa emenda, Senador Luiz Henrique. O apelo que V. Exª fez durante todos esses dias, eu o faço a V. Exª, para que coloque a Emenda nº 27 junto com a Emenda nº 12 da Senadora Ana Amélia, a fim de que possamos votar em bloco. É o apelo que faço a V. Exª, no mesmo sentido que recebemos o seu apelo várias vezes e ajudamos a construir o consenso.

Eu entendo que essa matéria não é de discussão, não tem atrito, não tem divergência. É uma matéria convergente e que vai ajudar muito.

Então, faço um apelo a V. Exª.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, eu quero defender a Emenda nº 27. Para discutir.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu gostaria que V. Exª fizesse uma síntese da razão pela qual V. Exª insiste na votação da emenda.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pois não.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – A Emenda nº 27, do Senador Acir, vem no bojo e vem ao encontro daquilo que o Senador Eduardo Braga vem defendendo o tempo inteiro, que é dar valor à floresta em pé.

O que o Senador Acir está propondo é em relação àqueles que tinham autorização, que poderiam ter desmatado as suas áreas no tempo em que se permitia fazer 50% de desmatamento na Amazônia, que não o fizeram e que agora estão na regra dos 80%. Esses 30% não foram desmatados por opção do proprietário, porque ele tinha autorização. Ele não o fez, ele optou por não fazer. O que o Senador está dizendo? Que esses 30% que foram preservados às custas do proprietário e por determinação dele possam ser incluídos na possibilidade de o proprietário dessa área fazer servidão e ter um valor por essa área que ele preservou. É simplesmente dar valor àquilo que foi preservado no passado. Eu acho extremamente justa. Para a Amazônia Legal inteira, ela é fantástica, uma vez que ela vai premiar aqueles que fizeram a preservação, porque, na verdade, hoje, quem não fez a conversão no tempo dos 50% se penaliza hoje e fala: "Eu não fiz e não tenho valor nenhum por essa área". O que o Senador Acir está colocando na Emenda nº 27 é dar valor àqueles que preservaram no passado.

Eu acho extremamente justo e quero aqui também fazer o meu pedido para que seja considerada a 27 e que possamos levá-la até o plenário, para discutirmos, se for o caso. Mas eu sou favorável.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para discutir, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, eu concordo, sinceramente, com as colocações do Senador Blairo Maggi, desde que existissem serviços ambientais e desde que existissem mecanismos de remuneração para tanto. Até o momento, isso não existe. Para se estabelecer como área de servidão, o que ficou estabelecido no acordo é que as questões de floresta... E, por isso, na Comissão de Ciência e Tecnologia, ainda há pouco, todas as questões e todas as emendas que tratavam de floresta ficaram para se discutir e debater na Comissão de Meio Ambiente e Controle. Por quê? Porque foi feito um entendimento entre o Senador Luiz Henrique e o Senador Jorge Viana para que se facilitasse o entendimento em torno dos temas estabelecidos de que as emendas que tratassem de floresta, nós discutiríamos lá, porque, se não, Senador Jayme Campos, deixe-me dizer uma coisa para V. Exª.

O acordo precisa existir em mão dupla, porque, se não, o que vai ficar parecendo aqui? Que há um jogo de esperteza. Eu mesmo me sentirei frustrado, porque cumpri, retirando os pedidos de destaque das emendas de assunto florestal no cumprimento desse acordo, e, agora, na Comissão de Agricultura, não se retira, quando já se executou o processo de votação na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Portanto, o acordo foi feito para ser cumprido; e cumprido em amplos aspectos. Isso foi levantado inúmeras vezes aqui, Senador Jayme Campos, por vários, e o que ficou estabelecido é exatamente isso que estamos colocando, que as questões de floresta ficariam para ser debatidas no âmbito do meio ambiente. Se não, daqui a pouco, não vai funcionar, porque a regra funciona para alguns, nós a cumprimos, e, quando chega em determinado momento, não se cumpre. Aí é uma regra de esperteza, que, lamentavelmente, quero deixar aqui registrado, não faz parte do entendimento desta Casa, não faz parte da tradição nem da relação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Agradeço.

Só para lembrar, eu fui o primeiro a retirar aqui a emenda para o acordo. Fui o primeiro a retirar a Emenda nº 29, que estabeleceu o acordo num tema polêmico. Só que esse tema não é polêmico. Esse tema não tem debate.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, primeiro, aqui já foi dado o intróito pelo Senador Blairo Maggi em relação a essa possibilidade. Eu acho que seria mais do que lúcido que nossos Relatores e nossos Presidentes de Comissão acatassem, naturalmente, essa proposta feita pelo ilustre Senador Acir Gurgacz.

Vou dar só um exemplo: lá atrás, antes da edição da medida provisória feita pelo Governo FHC, permitia-se derrubar, nessa vasta região do Brasil, 50%, e 50% em pé. Todavia, o cidadão bem-intencionado e, sobretudo, acreditando no governo, fez o quê? Derrubou 20% e deixou 30% sem derrubar. E o que é mais grave: nessa escritura pública do cidadão está averbada essa possibilidade, ou seja, essa garantia de derrubar até os 50%.

Eu indago a V. Exªs e a todos os Senadores aqui: como que fica a garantia do cidadão? Quem o vai ressarcir desse prejuízo?

Nesse caso, particularmente, quando o Senador Eduardo Braga diz que nós não temos ainda os serviços ambientais do nosso País – pagando, naturalmente, esse serviço –, eu acho mais do que justo ser aprovada a proposta do Senador Acir Gurgacz, na medida em que ela vai entrar como servidão. É bom que se esclareça.

Senador Eduardo Braga, eu quero me dirigir a V. Exª. V. Exª questionou aqui os serviços ambientais; disse aqui com muita clareza. Mas aqui vai entrar como servidão. Não pode o cidadão ser penalizado. Diante do quê? Ora, baixaram uma medida provisória que até hoje está no limbo. Há 14, 15 anos. Foi um desrespeito do Governo Federal em relação a esse assunto, a essa matéria. Então, nesse caso, particularmente, o projeto dele é meritório. Vamos sair por cima.

V. Exª está se sentindo como se tivesse sido lesado. A realidade é essa. Está dizendo: "A esperteza não prevalece". Concordo, mas, nesse caso...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador, V. Exª sabe, apenas para contribuir, que o comportamento de todos nós nesta Casa é no sentido de que possamos cumprir aquilo que acordamos.

Lamentavelmente, ontem, o Senador Acir Gurgacz, em que pese eu ter estado com ele no plenário, para que pudéssemos ir à reunião em que foram fechados todos esses acordos e depois, à noite, os dois Relatores terem ido à reunião com V. Exªs para discutir o que havia sido proposto...

A informação que recebemos hoje, pela manhã, quando chegamos aqui, é que o acordado era fazer um consenso em torno das matérias estabelecidas, conforme fizemos na CCT, e que as questões da floresta ficariam para discussão com profundidade – e isso já foi repetido quinhentas mil vezes durante o debate na CCT pelo Senador Jorge Viana e pelos demais Senadores. Nós dissemos: ok, então, vamos retirar nossas emendas sobre essa questão para discutirmos no Meio Ambiente.

Agora, não podem ser dados dois pesos e duas medidas no processo. Isso não é correto, não é honesto. Agora, se é esse o estabelecimento que querem fazer, paciência, tenho de me curvar. No entanto, não foi esse o tratamento e o espírito da questão estabelecida.

Eu pediria, inclusive, a contribuição do Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não vou relevar aqui a sua colocação de honestidade. Vou retirá-la. Por favor, vou retirá-la, porque não vou aceitar uma colocação de V. Exª – ou de qualquer outra pessoa que seja – sobre esse tema em relação à minha pessoa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Não estou falando sobre V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Mas é sobre o tema.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – V. Exª me perdoe. É sobre o tema. V. Exª estava aqui e presenciou inúmeras vezes, durante o debate, que todos os temas e todas as questões sobre as florestas foram colocados dentro do espírito. V. Exª estava aqui e testemunhou, durante todo esse período, que isso estaria sendo fechado para a discussão na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Senador Eduardo Braga, quero fazer uma pergunta a V. Exª. V. Exª conhece bem o Regimento Interno das Comissões e do plenário da Casa. É um estudioso, valoroso e competente Senador. Partindo da premissa de que foi o Senador Acir Gurgacz que tivesse feito essa emenda, V. Exª, imagino, respeitaria, se fosse da minha parte, do Blairo ou de outro Senador. Foi feito um acordo entre presidentes de comissões e relatores. Se fosse encaminhado por nós, imagino, V. Exª não poderia fazer nenhum questionamento porque, regimentalmente, é permitido, ou seja, pode ser feito naturalmente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ...bom-senso. Todos nós concordamos com a louvável iniciativa do Senador Acir Gurgacz. Nesse caso, V. Exª, como um estadista, um democrata, também ouvindo o apelo de seus colegas Senadores, vai abrir mão desse seu posicionamento, desse acordo firmado lá atrás, para que possamos, com certeza, atender o Plenário desta Comissão, que é soberana, diante do encaminhamento das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Passo a palavra ao Senador Jorge Viana para sua questão de ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Por gentileza, chegamos na fase final de apreciação dos destaques em duas comissões. Acho que chegamos bem até aqui porque temos procurado o entendimento.

Que fique bem claro que o entendimento maior que aconteceu de ontem para hoje é que havia uma proposta de um grupo bastante representativo de Senadores que queria a retirada da obrigatoriedade, nas exposições gerais da lei, da recomposição de quinze metros. Estava colocado ontem. Houve um entendimento de que nós devemos manter isso no texto, como regra geral, como obrigatoriedade, a recomposição de quinze metros. E que seriam tratados como exceções os casos que temos de tratar de agricultura familiar, de pequenas propriedades, em uma emenda a ser apresentada pelo Senador Luiz Henrique. E, no centro desse entendimento, estava uma emenda do Senador Acir, que era a emenda que expunha, junto com a do Senador Casildo, e que tinha como contraponto a do Rodrigo. Essas três emendas muito importantes e conflitantes foram retiradas por conta desse entendimento. Sei – e foi o que entendi – que tínhamos o procedimento de procurar um entendimento nas demais emendas, como estamos fazendo até o momento.

Há, agora, uma emenda do Senador Acir. Senador Acir, eu sei do seu propósito. Conversei com vários colegas, inclusive com pessoas que estão nos ajudando já há algum tempo. Essa Emenda nº 27 – e o Senador Eduardo Braga tem razão – diz diretamente respeito não só à floresta, mas trata da nossa região. Consultei se a sua intenção é de fato restringir essa matéria à Amazônia, e ele me falou que a intenção dele, como legislador, é essa. E aí é um ponto importante, porque ela passa a ter a minha concordância também, porque ela é importante. Há outro aspecto: restrita à Amazônia e vinculada ao zoneamento, é o que já estamos trabalhando no próprio Acre, que poderia ficar na lei, o que seria algo muito importante.

Então, eu queria a atenção do Plenário, porque não está explícita a ligação ao ZEE e à Amazônia, mas, se ficar acordado aqui, diante do Senador Luiz Henrique, que ele possa apresentar uma nova emenda vinculando ao ZEE e à Amazônia, eu, publicamente, assumo acolher essa emenda dele. É uma proposta bastante objetiva: se V. Exª concordar em fazer um ajuste na redação, vinculando ao ZEE e restrito à Amazônia, estou assumindo o compromisso público de acolher, caso o Plenário concorde, porque aí faríamos o entendimento. Eu acolheria na minha Comissão, no meu relatório.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Mas, Relator, o ZEE seria em caso de desmatamento. Não é para desmatar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Claro, mas, fazendo dessa maneira, dá certinho.

Eu queria só saber do Senador Acir, que deu uma contribuição extraordinária: eu assumiria aprovar, acolher a emenda de V. Exª, publicamente, com esse pequeno ajuste, porque é muito importante que façamos esse ajuste no vínculo à Amazônia, que é a sua intenção, como bem colocou, e, ao mesmo tempo, à ZEE.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Só uma pergunta: por que não fazer esse ajuste com a emenda aprovada, Senador? Só para ver o entendimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Acho que o Senador Eduardo Braga tem razão. A parte de floresta nós vamos fazer juntos. Nós já não fizemos isso com a emenda do Rodrigo, nem com a do Valadares. Vamos manter esse procedimento, seria importante para concluirmos o trabalho.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – A proposta do Acir é a melhor de todas. Eu a apoio integralmente, com direito à retroatividade, para que possamos aplicar ao art. 13, ao 64 e ao 65.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Claro, com esse pequeno ajuste.

Acir, se o Plenário concordar, ela fica aprovada na minha Comissão.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) Ele está com dó, com pena, porque ele é o Presidente da Comissão de Agricultura e, como tal, gostaria de apresentar essa emenda.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Relatores, na verdade, acho que a emenda do Senador Acir é uma emenda inteligente. Não estamos aqui falando em supressão de vegetação, estamos falando em enaltecer aquele que preservou além da sua obrigatoriedade. Foi isso o que entendi. Isso está muito vinculado também à emenda que apre-

sentei, que o Senador Eduardo Braga apresentou, no que diz respeito aos serviços ambientais, que é para privilegiarmos o cidadão que preserva além da sua obrigação.

Então, se for algo para construir, que seja bom para o Brasil, seja bom para a Amazônia, seja bom para Rondônia e seja bom para todos os brasileiros...

Mais uma vez dizendo, Senador Luiz Henrique, que isso não venha de maneira alguma trazer prejuízos ao meio ambiente e também não venha a cercear a produção de alimentos neste País.

Acho que essa é a nossa função aqui, no Congresso Nacional, como Casa Revisora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Sérgio Souza.

Entendo que o Senador Luiz Henrique não atendeu ao nosso apelo, não é, Senador Luiz Henrique? Então, retiro a emenda, em razão do não atendimento de V. Exª a um apelo que nós fizemos, que eu fiz, desses trabalhos que nós realizamos ao longo dos meses.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu não pude atender ao apelo de V. Exª porque constatei que não havia consenso em relação à matéria e que ela precisava de aprimoramento.

Cumprimento V. Exª por ter compreendido isso.

Agora, há o compromisso aqui solene, público, do Senador Jorge Viana...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Estou muito satisfeito, até porque nós temos a garantia do Governador, do Senador Jorge Viana, de que está assegurado. Vai ser remetido ao CMA.

Presidente Acir, o projeto de V. Exª,...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ... conforme acordado pelo nosso Relator Jorge Viana, vai ser acatado lá na Comissão de Meio Ambiente.

Está encerrada essa matéria.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente Acir, uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senadora Kátia Abreu, para uma questão de ordem.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, quero falar sobre a segurança da Casa. Eu soube que houve algumas críticas ao trabalho dos seguranças do Senado, ontem, em relação aos manifestantes. Houve críticas por parte de alguns Senadores aos seguranças.

Eu pergunto a esses Senadores que foram contrários a essa atuação e que acharam que excederam ontem os seguranças: o que faremos hoje para sair daqui? Alguns não terão problemas. Eu, particularmente, terei. Já estão lá fora gritando o meu nome. "Fora!" Aqui é meu lugar de trabalho. Aqui é um lugar democrático, e eu não quero passar constrangimento no meu local de trabalho.

Qual é a sugestão dada? O que poderão fazer os policiais para que nenhum Senador sofra constrangimento nesta Casa? Porque todos os produtores rurais que já vieram aqui para qualquer embate ambiental nunca agrediram, atacaram ou xingaram nenhum Senador da República, nem Ministro de Estado, mesmo aquele que nos xingou de vigarista um dia.

Então, eu gostaria que houvesse reciprocidade, de ter condição de trabalhar legitimamente, democraticamente aqui, no Senado Federal, sem ser achincalhada pelos corredores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Kátia Abreu.

Em votação.

Retirado o Item 8, a Emenda 27, em votação...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, eu preciso de uma resposta para a minha questão de ordem. Preciso de uma resposta. Que providência será tomada? Porque eu quero sair da Comissão e não quero ser constrangida. A imprensa está toda lá fora, os manifestantes falando palavras que não devem. Eu quero saber o que vai acontecer. Como nós vamos sair daqui? Alguns saem de bonito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos comunicar a segurança para tomar as providências cabíveis. Enquanto nós terminamos a votação, peço que a nossa equipe tome as devidas providências com relação à segurança dos Senadores e das Senadoras ao saírem do plenário.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em votação as Emendas nºs 9, 13 e 14, com pareceres pela rejeição.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação o Requerimento nº 4, de autoria da Senadora Ana Amélia, a Emenda nº 12, com o parecer favorável, ou seja, pela aprovação do Relator.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação, com o parecer do Relator, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, estava pensando aqui no apelo que a

Senadora Kátia Abreu fez. É possível que seja necessário um diálogo com os manifestantes para que haja o devido respeito a todo e qualquer Senador, não importando a posição tomada.

Se a Mesa, tendo em conta o apelo da Senadora Kátia Abreu, avaliar que posso ajudar nesse sentido, eu procurarei ali tomar uma iniciativa, para ver se é possível. Vou tentar colaborar, está bem? Eu vou para lá para fazer um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Isso. Peço que V. Exª se encaminhe até os manifestantes para conversar com eles.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Quero esclarecer que as Emendas nºs 9, 13 e 14 estavam fora de pauta. Portanto, não precisava de votação. Só para colocar as coisas em ordem, conforme o combinado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Era esse o esclarecimento.

O senhor é, como sempre, muito atento. Eu queria lhe agradecer o esclarecimento necessário, porque eu as havia retirado, atendendo ao acordo para passar ao nosso Relator Luiz Henrique e ao Jorge Viana e apenas votar essa que ele acolheu, que é a Emenda nº 12.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Agradecendo aos Senadores e às Senadoras que trabalharam conosco na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e também agradecendo o nosso Senador Luiz Henrique pelo seu trabalho, declaro encerrada esta reunião.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O resultado foi: aprovada a emenda da Senadora Ana Amélia. Já foi proclamado. A Emenda nº 12. Já foi anunciado.

Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 08 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.)

ATA DA 52ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às quinze horas e vinte minutos do dia nove de novembro de dois mil e onze, na sala quinze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Delcídio do Amaral, Lídice da Mata, Marcelo Crivella, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Reditário Cassol, Benedito de Lira, Cícero Lucena e Marinor Brito, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os seguintes Senhores Senadores Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Eunício de Oliveira e José Agripino. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento n.º 58 de 2011-CCT**, de autoria do Senhores Senadores Eduardo Braga, Gim Argello, Flexa Ribeiro e Rodrigo Rollemberg, que requer " ..., nos termos regimentais estabelecidos a partir dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, todos do RISF, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT para debates em torno do tema "Ciência na Educação de Base: Recurso Humano Para o Futuro do País", como parte das Comemorações do "Dia Mundial da Ciência" e uma iniciativa conjunta entre o Senado Federal e a UNESCO, conforme Memorando de Entendimentos no 001/2009, assinado em 29 de setembro de 2009. A Audiência Pública será realizada em complemento à 1ª Jornada pela Inovação, já em curso perante esta Comissão, e em havendo deliberação favorável, indico que sejam convidadas as seguintes pessoas, sem prejuízo de outras que possam enriquecer o debate: Vicente Defourny – Embaixador da UNESCO no Brasil; Maria Nilene Badeca da Costa – Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; Miguel Nicolelis – Cientista e Diretor Científico do Instituto Internacional de NeuroCiências de Natal Edmond e Lily Safra – IINN-ELS." Comparecem à reunião o Senhor Lucien Muñoz, Representante da UNESCO no Brasil, em exercício; Gedeão Timóteo Amorim, Secretário de Estado da Educação do Amazonas e Membro do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; Maria Olívia Simão, Diretora-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM; João Evangelista Steiner, Professor Titular do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da USP. Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Antônio Carlos Valadares. Prosseguindo, o Senhor

Senador Eduardo Braga, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dezessete horas e quarenta minutos, determinando que eu**, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – SENADOR **EDUARDO BRAGA**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

ATA DA 53ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011.

EMENDAS AO PROJETO DE LEI DO PLANO PLURIANUAL – PLN 29/2011. (PPA)

Às dezessete horas e quarenta e três minutos do dia nove de novembro de dois mil e onze, na sala 15, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e com as presenças dos Senhores Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Antonio Carlos Valadares, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Delcídio do Amaral, Lídice da Mata, Marcelo Crivella, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Reditário Cassol, Benedito de Lira, Cícero Lucena e Marinor Brito, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira e José Agripino. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei n.º 29, de 2011 – CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015." Neste momento o Senhor Presidente, passa a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, Relator das Emendas ao PPA – 2012-2015 nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova 06 (seis) emendas ao PLN 29/2011, sendo 04 (quatro) emendas à despesa, de autoria dos Senadores Vital do Rêgo e Eduardo Braga e 02 (duas) emendas ao texto, de autoria do Senador Paulo Paim: **Emenda n.º 01**: Tipo da Emenda: à despesa. Ementa: CCT – Cinturões Digitais. Programa: 2025 – Comunicações para o Desenvolvimento, a inclusão e a Democracia. Objetivo: 0752 – Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País. Iniciativa: NOVA – Implantação de Rede de Banda Larga em Comunidades Periféricas – Cinturões Digitais. **Emenda n.º 02**: Tipo da Emenda: à despesa. Ementa: CCT – Rede Nacional de Pesquisa. Programa: 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação. Objetivo: 0403 – Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCT e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso. Iniciativa: NOVA – Interiorização da Nova Rede Nacional de Pequisa para aplicações em pesquisa e serviços inovadores. **Emenda n.º 03**: Tipo da Emenda: à despesa. Ementa: CCT – Regionalização de Centros Integrados de Emergência. Programa: 2040 – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. Objetivo: 0173 – Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais. Iniciativa: NOVA – Fortalecimento da infra-estrutura observacional através da regionalização de Centros Integrados de Emergência. **Emenda n.º 04**: Tipo da Emenda: à despesa. Ementa: CCT – Regionalização do Programa Nacional de Banda Larga. Programa: 2025 – Comunicações para o Desenvolvimento, a inclusão e a Democracia. Objetivo: 0751 – Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade. Iniciativa: NOVA – Implantação da Rede Nacional de banda Larga na Região Norte. **Emenda n.º 05**: Referência: Artigo 4º, inciso I. Tipo da Emenda: Modificativa. Texto Proposto: "Art. 4º O PPA 2012-2015 terá como diretrizes: I – a redução das desigualdades sociais, de gênero, étnico-racial e regionais". **Emenda n.º 06**: Referência: Artigo 16. Tipo da Emenda: Modificativa. Texto Proposto: "Art. 16. O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no processo de monitoramento dos Programas do PPA 2012-2015. § 1º. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão coordenará o Sistema Público de Monitoramento do PPA que terá efetiva participação social e transpa-

rência das informações. § 2º. Caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibilizar, na internet, a execução orçamentária dos Programas do PPA e anualmente, o quantitativo alcançado de cada meta prevista, inclusive a posição das metas qualitativas especificadas, e a evolução dos indicadores, quando couber. § 3º. Caberá à Secretaria Geral da Presidência da República coordenar e viabilizar a divulgação, no Sistema Público de Monitoramento do PPA, das informações dos Conselhos de Controle Social e as deliberações das Conferências Nacionais e sua interface, no que couber, com os Programas Temáticos e Metas do PPA. § 4º. O Fórum Interconselhos deverá compor o Sistema Público de Monitoramento do PPA, devendo se reunir no mínimo uma vez a cada semestre para monitorar a execução do PPA 2012-2015". Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao PLN 29/2011, o Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da presente Ata, que é dada como aprovada e determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às dezessete horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – SENADOR **EDUARDO BRAGA**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Declaro aberta a 53ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata anterior.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Item único da pauta:

Discussão e votação das Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei nº 29/2011, do Congresso Nacional, que *"institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012-2015*".

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

A Comissão recebeu seis emendas. Foi designado Relator das emendas o Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao Relator para fazer a leitura de seu parecer e de suas considerações.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, de acordo com o Parecer Preliminar ao Projeto do PPA de 2012 até 2015 aprovado em 1º de novembro de 2011 pela Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização, cada comissão permanente poderá apresentar até cinco emendas à despesa, que abrangem a inclusão de novas iniciativas ou alteração daquelas contidas no projeto. Referido Parecer Preliminar não estabeleceu limites de emendas ao texto.

No prazo estabelecido pela Comissão, foram oferecidas seis propostas de emenda ao Projeto de Lei nº 29 – CN, que *"institui o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015*". Dessas, duas são propostas de emenda ao texto e quatro são propostas de emenda à despesa.

Quanto às emendas do texto, o Senador Paulo Paim apresentou duas propostas. A primeira visa modificar o inciso I do art. 4º do Projeto, definindo que o PPA terá como diretrizes também a redução das desigualdades de gênero e etnorracial. A segunda inclui quatro parágrafos ao art. 16 do Projeto, dispondo sobre o monitoramento dos programas do PPA 2012-2015.

Quanto às emendas à despesa, o Senador Vital do Rêgo propõe a inclusão da inicativa "Implantação de Rede de Banda Larga em Comunidades Periféricas – Cinturões Digitais", no valor de R$500 milhões.

Por sua vez, o Senador Eduardo Braga propõe a inclusão das seguintes iniciativas: "Interiorização da Nova Rede Nacional de Pesquisa para Aplicação em Pesquisa e Serviço", no valor de R$400 milhões; "Fortalecimento da Infraestrutura Observacional através da Regionalização de Centros", no valor de R$700 milhões, e "Implantação da Rede Nacional de Banda Larga na Região Norte", no valor de R$280 milhões.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação de seis emendas ao Projeto de Lei nº 29/2011 – CN, que *"institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015"*, na forma das sugestões apresentadas por seus membros, sendo duas emendas ao texto do Projeto e quatro emendas à despesa.

Quero aproveitar a oportunidade para felicitar os autores das emendas, o Senador Vital do Rêgo, que inclui a implantação de rede de banda larga em comunidades periféricas, e o nosso Presidente, pelo fortalecimento de infraestrutura observacional através da regionalização de centros e implantação da rede nacional de banda larga na Região Norte – puxando a brasa para a sua sardinha! –, no valor de R$280 milhões.

Parabéns, Governador e Senador!

É o parecer, Sr. Presidente, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª.

Aos Senadores que queiram discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com a emenda sugerida pelo nobre Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a Ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata se encontra aprovada.

Encerro a presente reunião, convocando a próxima reunião no horário regimental.

(Iniciada às 17 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 47 minutos.)

ATA DA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e onze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Walter Pinheiro, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Aníbal Diniz, Antônio Carlos Valadares, Rodrigo Rollemberg, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral, Paulo Paim, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, José Agripino, Gim Argello e João Ribeiro. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Walter Pinheiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 344, de 2011 – Complementar**, de caráter não terminativo, de autoria Senador Paulo Bauer, que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo Simples Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte que se dediquem ao agenciamento de notícias e assessoria de comunicação e para definir os serviços de comunicação passíveis de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 500, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Autoriza o Poder executivo a desenvolver, lançar e operar satélite que atenda a Região Amazônica e a firmar acordo com demais países para compartilhamento dos custos e da utilização do satélite." O relator designado é o Senador Eduardo Braga e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 470, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que "Acrescenta § 6º ao art. 43 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para assegurar ao consumidor o acesso gratuito às informações sobre ele arquivadas nos cadastros de consumo, por meio da rede mundial de computadores." O relator designado é o Senador Rodrigo Rollemberg e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 4: Projeto de Decreto Legislativo n.º 62, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vox 90 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira. A deliberação da matéria é adiada. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo n.º 68, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada Rádio Eldorado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 70, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Liberdade e Trabalho pela Cultura de Altinópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altinópolis, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o relatório é favorável. A

deliberação da matéria é adiada. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 146, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Mensagem de Esperança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Rodrigo Rollemberg e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 209, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Barbacena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 210, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Verdes Mares Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 159, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Independente de Porteirinha Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porteirinha, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 530, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Agência Goiana de Comunicação – AGECOM para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o relatório é favorável, com as emendas que apresenta. A deliberação da matéria é adiada. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 266, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Olivedos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olivedos, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 350, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cacaré FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Sapé, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 1017, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Portal do Sertão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 230, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização Associação de Radiodifusão Goianinha FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goianinha, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado é o Senador Ciro Nogueira e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 231, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itapema FM de Florianópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Ciro Nogueira e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 177, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Assossiação Cultural de Rádio Comunitária do Riacho Fundo II – Candango FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho Fundo II, Distrito Federal." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 198, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Portel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade

de Portel, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Lobão Filho e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 200, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Maracajaú para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maxaranguape, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado é o Senador Lobão Filho e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 202, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Comunidade de Muriú para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado é o Senador Lobão Filho e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. Nesse momento, o Senhor Senador Walter Pinheiro requer, oralmente, a inclusão extra-pauta requerimento, com o que todos concordam. **Extra-pauta, Item 01: Requerimento nº 63, de 2011 – CCT,** de caráter não terminativo**,** de autoria Senador Walter Pinheiro, que requer "..., nos termos do disposto nos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar do "II Fórum Latino-Americano de Políticas Públicas para Internet, Comércio Eletrônico e Tecnologias Móveis: Impacto Econômico, Social e Cultural no desenvolvimento da América Latina", que será realizado no Hotel Four Seasons em Miami, Flórida, entre os dias 05 e 07 de dezembro de 2011." O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às nove horas e cinquenta e três minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – SENADOR **WALTER PINHEIRO**, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Declaro aberta a 54ª reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

ITEM EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Requeiro, nos termos do disposto nos arts, 39 e 40, do Regimento interno do Senado Federal, autorização para participar do "Fórum Latino-Amerícano de Políticas Públicos para Internet, Comércio Eletrônico e Tecnologias Móveis: Impacto Econômico, Social e Cultural no desenvolvimento da América Latina", que será realizado no Hotel Four Seasons em Miami, Flórida, entre os dias 05 e 07 de dezembro de 2011. **Senador Walter Pinheiro.**

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com a inclusão permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O requerimento é para autorização de viagem do Senador Walter Pinheiro.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram*. (Pausa.)*

Estou pensando no Senador Cícero, nosso Secretário-General.

Aprovado.

Acerca da pauta da reunião, quero sugerir aos Senadores que pudéssemos encerrar a pauta em virtude, inclusive, de projetos que dependem de quórum e, consequentemente, são terminativos. Há também necessidade de aprovação dos itens que compõem a nossa participação no Orçamento através das emendas. Portanto, sugiro às Srªs e Srs. Senadores que pudéssemos adiar a apreciação da pauta desta 54ª reunião da Comissão em virtude da necessidade de aprovarmos o relatório do Senador Valadares.

As Srsªs e Srs. Senadores que concordam com o adiamento desta pauta permaneçam como se encontram *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro encerrada a 54ª reunião da Comissão.

(Iniciada às 9 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 53 minutos.)

ATA DA 55ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

EMENDAS AO ORÇAMENTO 2012

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e onze, na sala

07, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Walter Pinheiro, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Aníbal Diniz, Antônio Carlos Valadares, Rodrigo Rollemberg, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral, Paulo Paim, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, José Agripino, Gim Argello e João Ribeiro. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente Eventual informa que o objetivo da reunião é de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, referentes ao Projeto de Lei n.º 28, de 2011 – CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, o texto do projeto de Lei que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012". Neste momento o Senhor Presidente Eventual, passa a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares, relator das Emendas ao Orçamento nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova 1 (uma) emenda de remanejamento de despesa ao **Orçamento de 2012: Emenda n.º 01** – "Apoio à Pesquisa no Mar e nas Ilhas Oceânicas", no valor de R$ 1,0 milhão, para a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, apresentada pelo Senador Vital do Rêgo, que oferece como cancelamento dotação consignada à "Pesquisa e Monitoramento Oceanográfico e Climatológico". E aprova 3 (três) emendas de apropriação de despesa ao **Orçamento de 2012: Emenda n.º 02** – "Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais", no valor de R$ 100 milhões, para o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação", apresentada pelos Senadores Lídice da Mata, Flexa Ribeiro e Cyro Miranda. **Emenda n.º 03** – "Fomento à Elaboração e à Implantação de Projetos Tecnológicos de Inclusão Digital", no valor de R$ 200 milhões, para o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, com base em dois conjuntos de propostas: propostas apresentadas pelos Senadores Lídice da Mata, Antônio Carlos Valadares, Cyro Miranda e Valdir Raupp, que sugerem alocação de recursos nessa ação, a qual prevê aplicação de recursos em "Espaços de Inclusão Digital" e "Infraestrutura de banda larga para Convergência Social e Cidade Digital e propostas apresentadas pelos Senadores Valdir Raupp, Antônio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro e Gim Argelo, que sugeriram aporte de recursos na ação "Apoio a Espaços Públicos de Inclusão Digital". **Emenda n.º 04** – "Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro", no valor de R$ 40 milhões, para a Comissão Nacional de Energia Nuclear, apresentada pelos Senadores Cyro Miranda e Eduardo Braga. Durante a discussão, faz uso da palavra o Senhor Senador Flexa Ribeiro. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao Orçamento de 2012, o Senhor Presidente Eventual determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e quinze minutos determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada, no Diário do Senado Federal. – SENADOR **WALTER PINHEIRO**, PresidenteEventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Declaro aberta a 55ª reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Item único da 55ª reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

ITEM ÚNICO

Discussão e votação das Emendas da CCT ao PLN nº 28, de 2011-CN, que estima receita e fixa despesas da União para o exercício financeiro de 2012".

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

A Comissão recebeu 54 emendas Foi designado o Senador Antonio Carlos Valadares para relatar as 54 emendas.

Concedo a palavra ao nobre relator para fazer a leitura do seu parecer e suas considerações.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Obrigado, Sr. Presidente, pela oportuni-

dade de relatar matérias tão importantes que dizem respeito ao Orçamento da União.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2006-CN, esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática pode apresentar até três emendas de apropriação e três emendas de remanejamento.

No prazo estabelecido pela Comissão foram oferecidas 54 propostos de emenda ao Projeto de Lei nº 28, de 201 l – CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012". Dessas, cinquenta e três são de apropriação de despesa e uma é de remanejamento.

As propostas de emenda de apropriação contemplam ações dos seguintes órgãos:

Ministério da Agricultura (Embrapa), l proposta; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Administração Direta, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN e Agência Espacial Brasileira – AEB), 37 propostas direcionadas a 20 ações.

Ministério das Comunicações (Administração Direta e Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL), 5 propostas direcionadas a 5 ações; e

Ministério da Defesa (Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mor), dez propostas direcionadas a 2 ações.

A proposta de emenda de remanejamento contempla programação do Ministério da Defesa (Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar).

Não se pode negar o mérito das propostas apresentadas pelos membros desta Comissão.

Contudo, em decorrência da limitação quanto à quantidade de emendas que esta Comissão pode apresentar ao Projeto de Lei Orçamentária, tivemos que escolher apenas três ações dentre aquelas que foram objeto das propostas apresentadas, para que esta Comissão apresente suas emendas de apropriação.

Assim, propomos que sejam apresentadas emendas de apropriação destinadas a:

"Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais", com base nas propostas apresentadas pelos Senadores Lídice da Mata, Flexa Ribeiro e Cyro Miranda (propostas 06, 19 e 23);

"Fomento à Elaboração e à implantação de Projetos Tecnológicos de Inclusão Digital", com a transferência de recursos para os Estados.

Esta emenda propõe que, ao invés de os recursos serem aplicados pela União, deverão eles ser aplicados pelos Estados, o que facilita, sem dúvida nenhuma, a sua execução.

Continuando:

Com base em dois conjuntos de propostas:

Propostas apresentadas pelos Senadores Lídice da Mata, Antônio Carlos Valadares, Cyro Miranda e Valdir Raupp (propostas 05, 12, 26 e 43), que sugerem alocação de recursos nessa ação, a qual prevê aplicação de recursos em "Espaços de Inclusão Digital" e "Infraestrutura de banda larga para Convergência Social e Cidade Digital".

Esse é um projeto, Sr. Presidente, da alçada do Ministério da Ciência e Tecnologia. Inclusive, estive pessoalmente com o Ministro Aloizio Mercadante, que assumiu um compromisso com esta Comissão e com os Senadores que a compõem de que os recursos serão direcionados para os Estados fazerem a banda larga. Isso é da maior importância a fim de universalizar o uso da internet.

E, seguindo:

Propostas apresentadas pelos Senadores Valdir Raupp, Antonio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro e Gim Argelo (propostas 11, 13, 18, 35 e 41), que sugeriram aporte de recursos na ação "Apoio a Espaços Públicos de Inclusão Digitai".

"Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro", com base nas propostas apresentadas pelos Senadores Cyro Miranda e Eduardo Braga (propostas 24 e 50).

Esse reator tem o objetivo principal de apoiar todas as ações que sejam desenvolvidas no Brasil no combate ao câncer. Ou seja, todos os sistemas de oncologia poderão ser beneficiados com a utilização desse reator. É também uma emenda de abrangência impressionante, principalmente no setor da saúde pública. É a ciência e a tecnologia a serviço também da saúde do Brasil.

Propomos ainda que seja... Aliás, ontem, o Ministro em exercício esteve comigo apoiando integralmente essas sugestões dos Senadores Cyro Miranda e Eduardo Braga, aos quais eu parabenizo, ao lado dos Senadores Lídice da Mata, Cyro Miranda, Valdir Raupp, bem como o nosso amigo Flexa Ribeiro, que apresentou várias emendas que nós juntamos em três. Ou seja, praticamente todas as emendas do Senador Flexa Ribeiro foram contempladas neste relatório, englobadas nas emendas de apropriação.

Voto do Relator.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática delibere pela apresentação das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2012 relacionadas a seguir:

De apropriação:

1) "Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais", no valor de R$100 milhões, para o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação;

2) "Fomento à Elaboração e à Implantação de Projetos Tecnológicos de Inclusão Digital", no valor de R$200 milhões, pata o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação; e

3) "Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro", no valor de R$40 milhões, para a Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Quer dizer, este projeto vai ser coordenado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear.

E a emenda de remanejamento, uma única:

1) "Apoio á Pesquisa no Mar e nas Ilhas Oceânicas", no valor de R$1 milhão, para a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Esta foi uma solicitação do Ministério da Marinha que está sendo atendida.

É o parecer, Sr. Presidente, salvo melhor juízo desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Em discussão a matéria.

Para discutir, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Walter Pinheiro, Srs. Senadores, apenas para parabenizar o Senador Antonio Carlos Valadares pelo seu relatório. Eu sei da dificuldade do Sr. Relator, entre um número tão expressivo de emendas (um total de 54 emendas), ter que selecionar três emendas de apropriação e uma emenda de remanejamento. E S. Exª o fez com muita propriedade, porque abrange três importantes temas: um de monitoramento e alerta de desastres naturais, de grande importância para o Ministério de Ciência e Tecnologia; e outro de implantação de projetos tecnológicos para inclusão digital, a tão esperada banda larga por todo o território nacional; e o outro, de implantação do reator multipropósito brasileiro.

Eu quero parabenizá-lo, Senador Valadares, e a Comissão, que, desta forma, propicia ao Orçamento para 2012 condições para que a área de ciência e tecnologia – e não só ela, como também a da comunicação – possa trazer melhoria para o desenvolvimento do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Ainda em discussão. (*Pausa.*)

Não sei se ainda há algum Senador inscrito, mas eu queria dizer, Senador Antonio Carlos Valadares, que V. Exª agiu de forma muito correta buscando atender nacionalmente. Eu só queria levantar que há uma lacuna que a gente efetivamente não conseguiu cobrir nas emendas da nossa Comissão, uma vez que a nossa Comissão também tem a responsabilidade não só de prover as condições para a inclusão digital, mas uma preocupação muito grande com a infraestrutura da rede nacional de banda larga. Portanto, a capilarização desse serviço só se dará na medida em que a gente tiver um processo de estruturação dessa banda larga.

Aqui, por exemplo, vejo os quatro Senadores que estão na bancada e o quinto Senador que preside, inclusive, esta Comissão são Senadores de regiões carentes da infraestrutura para essa inclusão digital. Então, eu acredito que esta Comissão poderia ter feito um esforço no sentido de atender também a essa demanda, já que a emenda no Ministério da Ciência e Tecnologia, ainda que o Ministério tenha a capacidade e a autoridade para discutir esse programa da inclusão digital, mas a parte da infraestrutura para banda larga – portanto, não se chega à última milha sem a infraestrutura principal – compete ao Ministério das Comunicações e não ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

E esta Comissão recebeu inclusive uma emenda do Senador Eduardo Braga nesse sentido. Então, eu queria fazer essa ponderação, que aliás essa é uma das principais emendas que estamos trabalhando inclusive no PPA, levando-se em consideração a carência e os problemas que nós temos principalmente, meu caro Senador Valares, na nossa região – e volto a insistir, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, haja vista que o próprio Plano Nacional de Banda Larga começa inclusive agora dando essa demonstração com as empresas assumindo alguns serviços de banda larga, meu caro Aníbal, e nós vamos encontrar que a maioria das cidades contempladas não estão nessas três regiões do País – Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Estado que tem mais cidades contempladas com a primeira ativação por parte das empresas é um Estado localizado no Sudeste brasileiro. Nada contra o Sudeste, mas lembrando que, mais uma vez, a gente vai começar exatamente pelo lugar onde a malha de infraestrutura está muito bem assentada ou pelo menos foi iniciada, o que é diferente dessas outras regiões do País.

Então, no aspecto da emenda de inclusão digital colocada pelo Senador Antonio Carlos Valadares é importante, ela abre perspectiva...

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – A gente vai continuar fazendo chover onde já está molhado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Ou jogando água, fazendo o velho ditado que diz que lamentavelmente o rio só corre para o mar. Então, portanto.. De vez em quando acontece o contrário, como estamos vendo lá na foz do rio São Francisco.

Mas, Senador, eu estou colocando isso como preocupação...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidência, se V. Exª me permitisse...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A nossa consultoria está me lembrando de que no próprio PL já existe para essa finalidade um montante de recursos da ordem de R$353,3 milhões. É participação da União no capital da Telebrás.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Naturalmente que isso dará uma configuração financeira maior à Telebrás para fazer essa infraestrutura a que se refere V. Exª, E como...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – V. Exª sabe que com R$300 milhões a gente não consegue cobrir nem a banda de Sergipe que divide com a Bahia, ali na nossa região.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas pelo menos o Nordeste dá. Não dá não?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Dá nada.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não pode aumentar, V. Exª como Relator?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Eu sou relator do PPA, aqui é o Orçamento.

Mas estou lembrando isso porque inclusive a Comissão terminou não fazendo nenhuma emenda para o Ministério das Comunicações.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas junto ao Relator Geral V. Exª não poderá fazer essa proposta?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Nós vamos trabalhar no sentido de aumentar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Não, isso é tarefa para os Ministros.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Na realidade, eu vou dizer a V. Exª que ontem eu recebi a visita do Secretário Executivo do Ministério, porque o Ministro Aloizio Mercadante está viajando...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – V. Exª conversou com o Dr. Luiz Antonio Elias.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Antonio Elias, exatamente. Ele veio como Ministro, e ele sugeriu como prioridade essas três emendas, que, por coincidência...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Mas o Ministério de Ciência e Tecnologia não pode querer da Comissão também todas as três emendas. Poderia ter deixado pelo menos uma para o Ministério das Comunicações.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ele, na verdade, sugeriu, mas essas emendas coincidem com emendas que foram de apropriação de Senadores desta Comissão. O Ministro não inovou, antes pelo contrário. Essa inovação partiu da própria Comissão. Eu não apresentei emendas em razão do apelo só do Ministro; apresentei por causa de emendas que foram apresentadas por Senadoras e Senadores desta Comissão. Então, aqui não nenhuma invenção; são iniciativas dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – V. Exª está correto, assim como o que estou dizendo aqui tem uma iniciativa do Senador Presidente desta Comissão, por isso que estou falando.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas eu aceitei uma dele.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Eu sei; eu não estou dizendo que V. Exª inventou. O relatório de V. Exª está correto, busca ser nacional. Eu só estou dizendo que nós vamos contribuir importantemente com essa coisa da inclusão digital é exatamente a condição para prover o atendimento à inclusão digital. E esse aspecto da infraestrutura não está na competência do MCT, mas da competência do Ministério das Comunicações. É para isso que quero chamar a atenção.

O meu companheiro Antonio Elias e o meu companheiro Aloizio Mercadante obviamente que estão corretos em buscar o atendimento à ponta. Agora, só e somente só a gente chegar na última milha sem ter a infraestrutura, dificilmente nós chegaremos...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com a DRU, a Presidenta vai ter R$60 bilhões a mais. Aí, poderá disponibilizar em favor...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Antonio Carlos Valadares, eu vou encaminhar para votação.

Há outro equívoco aqui que esta Comissão, diferentemente das outras – e não entendi porque os Senadores não propuseram alterar de três para quatro –, esta é a púnica Comissão da Casa que só tem direito a três e não a quatro emendas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Interessante.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Então, na realidade, é outra mudança: nós perdemos uma emenda em relação às outras comissões.

E quando todo mundo fala que as comissões... Está no orçamento, está no orçamento... Esses valores que são distribuídos para emendas de parlamentares de bancada e de comissões esses valores não estão no orçamento. Esses valores são de atribuição do Congresso Nacional para designar. Então, quando

alguém fala; "Ah, mas o Executivo poderia colocar!" Não; esses valores designados aqui para emendas são valores que cabem ao Legislativo determinar onde e de que forma esses valores serão aplicados, e não o Executivo.

Então, essas coisas de que nos estamos tentando ajudar ou coisa do gênero, não. Essa é nossa tarefa; nós é que decidimos onde alocar.

Então, eu vou encaminhar o processo de apreciação do relatório de V. Exª. Creio que todas as emendas que foram apresentadas são importantes, mas quero chamar a atenção e deixar registrado que nós vamos aprovar uma coisa e vai ficar faltando o complemento para que essa coisa se viabilize. É importante que a gente tenha certo nível de consequência. Eu sei que nós teríamos aqui um desejo de aprovar emendas para o CNPq, que é outra área importantíssima, e uma Comissão como esta não pode deixar de dar a sua contribuição. Eu sei que aí entram diversos fatores, mas é fundamental. Estou insistindo com isso também, Senador Valadares, porque é um órgão que, hoje, mais do que carente é vital para as nossas intenções, qual seja, a de formar gente para esse novo cenário. O CNPq contribui decisivamente para essa questão. E ainda outras áreas de pesquisa que efetivamente estariam contempladas.

Para que V. Exª pudesse entender até a proeza dessa dificuldade, nós negociamos no dia de ontem os recursos de pesquisa para a Embrapa na Comissão de Agricultura, exatamente para permitir exatamente atender aqui essa área de pesquisa no campo sem utilizar uma das emendas da nossa Comissão. Então, conseguimos aprovar isso lá na Comissão de Agricultura.

Então, são essas as considerações que eu queria fazer.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu louvo a preocupação de V. Exª com a estrutura que deve ser montada nos Estados para a inclusão digital. E eu já pedi aqui à nossa Consultoria para fazer um projeto de resolução corrigindo essa distorção. Se todas as Comissões têm direito a quatro emendas, só a nossa tem direito a três. E V. Exª será o autor desse projeto de resolução, o que faço questão e assino embaixo.

Agradeço a sua sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – *Ok*, Senador.

Em discussão o projeto. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Antonio Carlos Valadares.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório feito pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

Portanto, aprovada a matéria nos termos dos arts. 43, 44 e 45 da Resolução nº 1, de 2006-CN, combinado com a Resolução nº 3, de 2008-CN, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos. Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Neste sentido, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião corrente contendo as emendas destacadas e aprovadas.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião e convocando reunião ordinária desta Comissão para a próxima quarta-feira.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e15 minutos.)

ATA DA 67ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE CONJUNTA COM A 56ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e onze minutos do dia trinta de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Walter Pinheiro, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, José Agripino, João Ribeiro, Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento e Marcelo Crivella, reúnem-se as Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Ana Rita, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Garibaldi Alves, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Magno Malta, Marinor Brito, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira e Gim Argello. Justificam a ausência os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Braga. A Pre-

sidência submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 13/11–CE e nº 18/11-CCT, de autoria dos Senhores Senadores Wellington Dias e Walter Pinheiro, destinados a discutir **"O uso democrático da ciência para transformação social e econômica do país"**. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Professor Miguel Nicolelis (Ph.D), Criador do Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lilly de Safra (IINN-ELS), Professor Titular de Neurobiologia e Co-Diretor do Centro de Neuroengenharia da Duke University, Estados Unidos da América – EUA e o Senhor Arquimedes Diógenes Cilino, Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI**. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Cyro Miranda, informa ao Plenário que o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, convidado para a presente Audiência Pública, justificou sua ausência por compromissos anteriormente assumidos. A Presidência lamenta a ausência do Ministério da Educação para discussão de tão relevante tema. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Wellington Dias e Walter Pinheiro, autores dos Requerimentos e os Senhores Senadores Cyro Miranda, Cássio Cunha e Lima, José Agripino e Anibal Diniz. Neste momento, a Presidência acata sugestão do Senhor Senador Wellington Dias no sentido de organizar uma visita dos membros da Comissão ao Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lilly de Safra (IINN-ELS), em Natal – RN. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, determinando que nós, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrássemos a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CYRO MIRANDA**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 67ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, conjunta com a 56ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da ata das reuniões anteriores e a aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 13/11, e 18/11, da CCT e CAE, de autoria dos Senadores Wellington Dias e Walter pinheiro, para realização da audiência pública destinada a debater o uso democrático da ciência para transformação social e econômica do Brasil.

Dando início à audiência pública, solicito ao secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Convido o Prof. Miguel Nicolelis e o Prof. Arquimedes Diógenes Ciloni.

Aviso aos Srs. Senadores, às Srªs Senadoras e a todos que estamos com a mídia ao vivo, TV Senado, Rádio Senado, imprensa e, também, Internet.

Inicialmente, quero agradecer a presença de todos os nossos convidados.

Dando início aos nossos trabalhos, passo a palavra ao Prof. Miguel Nicolelis, que terá, inicialmente, o tempo d e 25 minutos e poderá ser prorrogado de acordo com a necessidade. Por gentileza, professor.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Primeiramente, bom dia a todos. Gostaria de agradecer ao Senado Federal e à Comissão por este convite. É um grande prazer e uma grande honra, pela primeira vez, participar de uma audiência pública no Senado do Brasil.

Para economizar o tempo, vou apresentar a nossa experiência, aqui no Brasil, de como a ciência se transformou num agente de modificação social num ambiente que, comumente, a gente não associaria com a produção de ciência de ponta. Esse lema, gostaria de enfatizar, só existe no Brasil. Ele foi criado aqui há oito anos, com o início dessa nossa experiência.

Próximo, por favor.

Hoje a gente fala muito de inovação no Brasil. Não se falava em 2003, quando eu trouxe esse gráfico pela primeira vez aqui para o Brasil. É muito importante que a gente entenda um pouquinho dessa curva. Essa é a

chamada reta de inovação, que relaciona a capacidade de inovação de uma sociedade com a sua capacidade de gerar riqueza econômica para o seu país. Essa é uma reta que mostra claramente, como vocês podem ver, quase 90% de correlação nos países que investiram na produção de conhecimento de ponta, seja por maior investimento em pesquisa acadêmica, seja por maior número de patentes, seja por maior inovação de processos industriais. Esses países galgaram essa reta da inovação e, como vocês podem ver, alcançaram uma projeção econômica mundial, que foi a grande característica da segunda metade do século XX.

Curiosamente, o que é importante nessa reta não é a posição estática dos países a cada momento no tempo. Esses são dados de 2004. Os dados mudaram pouca coisa desde então, mas o que é interessante ver é que alguns países aprenderam o caminho de subir essa reta. Coreia, Tawan, Israel, Cingapura, países com populações muito menores do que o Brasil, com muito menos recursos naturais do que o Brasil, investiram no acoplamento da educação de alto nível com a ciência que transforma a sociedade. E aí, por si só, nós já temos o primeiro exemplo de como a ciência de ponta e a ciência inovadora de verdade podem alterar as realidades de um país. Essa é uma equação muito conhecida no mundo, mas é uma equação que reverte, ou que mostra como produto o aumento do Produto Interno Bruto do país.

Eu estou falando de algo mais complexo do que isso; eu estou tentando demonstrar aos senhores...

Os senhores vêem que a posição do Brasil até 2004 era intermediária, mas ela mudou um pouquinho. A Companhia do Brasil, apesar de não ter nada contra os países que estão aqui, o Brasil realmente não pertence, ao lado da Latvia, Lituânia e Ucrânia, no que diz respeito á inovação, ciência e tecnologia. O grande drama do Brasil é que nós nunca tivemos uma política estratégica de Estado acoplando a educação de alto nível com a ciência e a tecnologia, porque a mensagem que eu gostaria de deixar para os senhores – talvez, a única grande mensagem, que é vital na minha opinião, – é que não se faz inovação por decreto; inovação se faz com gente; inovação se faz com gente que pensa diferente da média.

Entre os grandes inovadores que podemos citar aqui, os grandes exemplos do século passado – todo mundo hoje fala no Steve Jobs, por exemplo, – eu citaria Albert Einstein. Steve Jobs nunca foi para a escola; a escola a que ele foi ele a deixou, porque a escola estava removendo dele a capacidade de realizar a inovação que ele tinha na mente. Os grandes trabalhos de Albert Einstein ele os fez como diretor de um escritório de patentes; ele não trabalhava numa universidade. Ele devia ter ganho cinco Prêmios Nobel; ele ganhou um por resistência da Academia Sueca a premiar uma pessoa várias vezes no começo do século.

Pois bem. Como a gente faz isso? Dizem a mim, quando vou a alguns ambientes aqui no Brasil, que o Brasil não tem tradição inovadora. Não é verdade. É é importante que a gente desmistifique essa – eu não diria mentira, para não ser deselegante – falsidade, porque o Brasil tem grandes exemplos de inovação durante a sua história; é que nós não perpetuamos ou descrevemos esses exemplos. Santos Dumont é dos maiores exemplos, na minha opinião, o maior cientista brasileiro de todos os tempos, o maior engenheiro brasileiro de todos os tempos e eu o reputo o maior neurocientista de todos os tempos, porque Santos Dumont inovou de maneira dramática e revolucionária; ele criou uma das grandes indústrias do século XX. Ele fez isso sem nunca ter ido para a escola, porque se ele tivesse ido para a escola brasileira do final do século XIX e tivesse dito o que ele disse à mãe quando ela lhe perguntou o que ele queria ser quando crescesse e ele respondeu que queria ser aviador, a professora dele provavelmente ia dizer-lhe: filho, faz a tabuada, volta para casa, descansa.

Santos Dumont fez algo...

(*Intervenção fora do microfone.)*

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Exato, aprende o ABC. Ele aprendeu outro ABC; ele criou toda a indústria da aeronáutica dois anos antes do famoso voo dos irmãos Wright, dos Estados Unidos, que foi um voo verdadeiramente correto, o primeiro avião a voar no mundo foi o avião americano, mas na época em que Santos Dumont inventou todos os artefatos da indústria aeronáutica – estabilizador vertical, horizontal, motor dirigível, hélice para pôr esse troço para frente, os irmãos Wright estavam no Estado em que eu moro, na praia que eu frequento empinando papagaio. Eles só descobriram o que estava acontecendo quando eles viram o New York Times e na capa estava esta foto, dois anos antes do voo deles.

Mas como a gente acha os santos dumonts que vivem no Brasil hoje, que nascem em todo o Brasil?

Eles estão por todo o Brasil. O mito que ele tem de nascer no bairro de Higienópolis, em São Paulo, ou em Copacabana, no Rio de janeiro, é falso; os grandes inovadores brasileiros nascem em todos os municípios do Brasil. Eles só não têm oportunidade de expressar a sua genialidade.

Eu queria só dizer que o efeito de Santos Dumont, para vocês terem uma ideia, duas gerações depois, um inovador, um indivíduo completamente genial, inspirou outros indivíduos, duas gerações depois, a criar o que é hoje a terceira maior empresa de aviação do mun-

do. Eu voo de Embraer por todos os lugares Estados Unidos. A Embraer só existe porque existiram outros inovadores, como o Almirante Montenegro, que era um fã incondicional de Santos Dumont, ou seja, um homem no começo do século XX inspirou outro na segunda metade do século XX a criar um dos orgulhos do Brasil.

Mas como a gente procura essa equação?

Eu comecei essa busca indo a um lugar inesperado para se fazer ciência de ponta no Brasil, que eu reputo ser a Califórnia brasileira: o Semiárido brasileiro.

O Semiárido brasileiro tem duas vezes a área da Califórnia, tem o único ecossistema verdadeiramente brasileiro, porque a caatinga brasileira só existe aqui, com as características que nós temos. O que ela tem, o que ela possui, para todos nós que conhecemos um pouco melhor do que só a costa do Brasil, mas que já visitamos o interior do semiárido brasileiro, é o maior exemplo de sobrevivência biológica que eu conheço na minha carreira, porque tudo que cresce aqui tem que se adaptar às condições inóspitas de sobrevivência. Do inseto mais humilde ao ser humano que mora no semiárido brasileiro, o que nós temos é a expressão de mecanismos de sobrevivência impressionantes, que, curiosamente – eu não tenho tempo para falar sobre isso –, podem ser a base de uma indústria cientifica tropical em várias áreas, energia renovável, solar, eólica, fontes renováveis de biodiesel, que nós nem exploramos ainda. A biotecnologia do semiárido pode gerar, dento do contexto da biodiversidade tropical, indústrias múltiplas de fitofármacos, uma série de outras cadeias produtivas que nós nem começamos a explorar.

Pois bem, eu resolvi que, para provar que esse experimento, que a ciência pode ser um agente de transformação social, nós tínhamos que ir a um lugar onde a transformação social tem que ser iminente, tem que ser para ontem, e nós escolhemos o Estado que infelizmente detém os piores índices educacionais do País, que é o Rio Grande do Norte, junto com Alagoas, um pouquinho abaixo da Bahia, e resolvemos aplicar a nossa técnica de transmissão do conhecimento científico como ferramenta pedagógica na periferia de Natal, na cidade de Macaíba, e na saída da cidade de Natal.

Próximo, por favor.

Para isso, nós criamos a Associação Alberto Santos Dumont de apoio à pesquisa, em homenagem ao maior cientista brasileiro. Com o auxílio da iniciativa privada, com parcerias privadas e públicas com o Governo Federal brasileiro, instalamos, em 2003, o Instituto Internacional de Neurociências de Natal, que, dois anos depois, se transformou com a adesão Edmond e Lily Safra, com a maior doação privada para um projeto cientifico na história do Brasil.

Próximo.

Aqui nós iniciamos as nossas atividades na periferia de Natal. Este é o Município de Macaíba, Município com grande extensão rural que possuía um dos piores índices, na época, de desenvolvimento humano do Estado e abrigava as quatro das piores escolas do Rio Grande do Norte.

Em ciência, a gente aprende isso desde criancinha. Quando você quer provar um ponto, uma hipótese, você vai às condições mais extremas. Você escolhe condições as mais difíceis possíveis porque, se você provar a sua tese nessas condições, em condições mais favoráveis a tese é válida. E foi isso que nós escolhemos o pior distrito escolar do País.

Entrando em Macaíba – por favor, o próximo –, nós estabelecemos a estrutura global do Instituto, que tem no seu coração um instituto de pesquisa de ponta, como vou mostrar rapidamente aos senhores, voltado ao estudo do cérebro, porque, estudando o cérebro, você estuda tudo o que é humano. Você consegue entender, se você entender o cérebro, todas as macroestruturas, econômicas, políticas, sociais geradas pelo ser humano.

Mas esse Instituto, que é um dos poucos Institutos do mundo cujas paredes são porosas, porque o conhecimento transpira, transpiração que atinge o entorno desse Instituto, é um dos poucos Institutos do mundo, diferentemente das universidades do mundo, em que as pessoas que moram em volta do Instituto entram e conhecem o que acontece lá dentro. Exato, eles estão encaixados em sua comunidade.

Em volta, nós criamos um programa educacional chamado Educação para Toda a Vida, que, curiosamente, começa a seguir os seus alunos intrautetrinamente, ou seja, seguindo as mães dos nossos futuros alunos, realizando um programa de pré-natal em uma região que tem o pior índice de mortalidade materna durante a gravidez. No Nordeste brasileiro, a média é por volta de 87 óbitos por 100 mil habitantes, que é um dos índices mais pornográficos da saúde pública brasileira. Começamos a atuar com as mães e criamos um projeto-piloto educacional para 1.000 crianças, que mais recentemente, dois anos atrás, foi estendido à cidade de Serrinha, no semiárido baiano, como vocês vão ver, com os mesmo resultados.

Estamos entrando aqui na terceira fase, que é a construção da cidade do cérebro, que vai fechar nossa cadeia produtiva, constituindo o primeiro parque neurotecnológico do mundo, um parque industrial, de pesquisa industrial, para produzir, gerar produtos de alto valor agregado para a indústria do cérebro, que vai cuidar de todas as moléstias do sistema nervoso, que é o que vai, no futuro, ser a causa de maior mortalidade da nossa espécie.

Próximo, por favor.

Aqui nós constituímos nossos prédios de pesquisa. Construímos na periferia de Natal, em Macaíba, onde me disseram que era impossível de se fazer ciência de ponta, laboratórios tão bem equipados e tão bem geridos como tenho nos Estados Unidos, de Neurobiologia Molecular.

Próximo.

Outros laboratórios de Neuroengenharia, área em que milito profissionalmente, Neurobiologia Celular. Criamos linhas de pesquisa que competem hoje de igual para igual. Por exemplo, no nosso centro de primatas estamos estudando uma possível terapia para a doença de Parkinson, que se mostrou viável. Infelizmente, meu computador morreu ontem à noite e perdi os meus vídeos. Não consegui trazê-los. É uma terapia que começou em roedores – lá nos Estados Unidos foi capa da revista Science -, foi trazida para Natal e demonstrada sua eficácia em primatas. Duas semanas atrás, um grupo, em Paris, testou a nossa terapia em um primeiro paciente e os resultados foram fenomenais. O paciente está livre dos sintomas de Parkinson. Publicado isso, demonstramos que é possível fazer ciência de ponta e levá-la para o mundo afora.

Próximo.

Essa é uma história que não tenho muito tempo para contar. É um super computador que vai ser uma das máquinas mais velozes do Hemisfério Sul. Foi doada, em consequência da repercussão internacional do nosso projeto, pelo Governo da Suíça. São US$20 milhões, 8 toneladas de equipamentos, que foram doadas gratuitamente para o nosso projeto para que pudéssemos instalar aqui uma nova linha de pesquisa que vou mencionar ao final dessa apresentação. Esse é o único *invoice* da história da Lufthansa, empresa aérea alemã, que diz na capa das caixas Genebra/Macaíba. Isso nunca vai acontecer na história da Lufthansa novamente. Chegou e está lá em Macaíba para ser instalado.

Próximo.

Esse é o projeto Educação para Toda a Vida. Está sendo desenvolvida nos campos do cérebro, a sede que está sendo construída em nosso projeto. Já temos cinco unidades funcionando. Vou mostrar as duas novas unidades que vão ser inauguradas o ano que vem. No nosso centro de saúde Anita Garibaldi os alunos começam a ser seguido dentro do útero materno. Como neurobiologista, sei – e todos os meus colegas sabem – que se os senhores não oferecerem aos seus filhos, netos e outros brasileiros as condições para que eles nasçam com seu potencial neurobiológico completo, ótimo, nada do que fizermos depois funciona. Se essa criança tiver deficiências durante a gravidez – a criança ou a mãe, evidentemente – não há nada que possa ser feito. Não há dinheiro no mundo que compre neurônio que não foi formado durante a gravidez. Então, na concepção mais moderna da Neurociência atual, um projeto educacional tem que começar com um pré-natal garantido e na garantia do parto desta mulher. Conseguimos atender, hoje, 12 mil consultas de pré-natal gratuitas. Já vimos quase 30 mil mulheres, nesse período de atuação. Daquela mortalidade de 87 mulheres por cem mil habitantes, na cidade de Macaíba não existe mais óbito durante o pré-natal. Nossa marca é zero. Disseram-me que era impossível de atingir a marca zero, mas a marca zero foi atingida, é possível ser atingida. Essas crianças, ao nascerem, vão ser matriculadas nessa escola de tempo integral que está sendo concluída, agora em junho, com o apoio do MEC. É para três mil crianças, pode atender até 5 mil crianças, no futuro. Só que essa escola começa no berçário, começa verdadeiramente duas semanas depois do nascimento. Nosso centro de saúde acompanha essa criança por 24 meses, mas ela já começa a ir para a escola, em tempo integral, usando um currículo que foi testado, nos últimos cinco anos, nesse projeto piloto, com mil crianças no Rio Grande do Norte e 400 crianças, por ano, na Bahia. Vou mostrar aos senhores esse currículo. A razão pela qual chamo esse programa de Educação para toda a Vida é porque ele começa no útero, passa por toda a educação formal, até à universidade. Essa criança passa a ter acesso, como vocês vão ver, à universidade pública e pode seguir, na pós-graduação e para o resto da vida continuar estudando, seja lá o que ela fizer. Uma vez que criarmos crianças... E vou mostrar aos senhores quais são nossos critérios de avaliação entre os critérios normais. A nossa norma de avaliação mais fundamental, o critério único e fundamental de avaliação, é a felicidade de nossas crianças. Um indivíduo que é feliz, que atinge sua felicidade plena em um sistema educacional, muda o mundo, muda o seu mundo, ele muda o nosso mundo. Aí, ele passa em vestibular, ele passa no Enem, ele passa em tudo que é prova. Mas, o fundamental é que ele aceite a premissa de que ele não só é parceiro e protagonista da sua educação, mas que essa escola é o portal de libertação tanto da sua genialidade, da sua criatividade, como da sua cidadania.

Nós temos de formar, nas escolas brasileiras, cidadãos; cidadãos que tenham incorporado no seu DNA a noção de que a gente não faz as coisas só pela gente. A gente faz as coisas pela gente, mas pela comunidade onde a gente reside. Não só a comunidade local, mas a comunidade mundial. Nós somos parte

de uma espécie única. E é esse conceito que as essas crianças aprendem nas nossas escolas.

O próximo, por favor.

Esse é o nosso Centro Anita Garibaldi, onde realizamos o nosso pré-natal.

O próximo, por favor.

Essas são as nossas instalações. São as instalações mais modernas, disponíveis no país. Os hospitais privados de São Paulo têm instalações semelhantes. Só que aqui tudo é de graça. A consulta de pré-natal custa R$35. O custo real da nossa consulta é R$35. Eu não conheço, como médico, nenhuma consulta de pré-natal privada, no Brasil, que alguém faça por R$35. O SUS paga 5; vai pagar 10 na Rede Cegonha. Com 35, nós levamos a mortalidade a zero.

O próximo, por favor.

São as instalações dos nossos equipamentos, com ultrassom moderno; o nosso diretor clínico.

O próximo.

Essa é a nossa primeira escola, instalada no Bairro de Cidade Esperança, próximo de Felipe Camarão. Um minutinho só. São seiscentas crianças educadas por ano. Esse é um dos bairros mais problemáticos da cidade de Natal. É onde tudo que não presta acontece. Agora, se os Senhores forem lá nos visitar qualquer dia, será um grande prazer recebê-los. Os Senhores vão ver que o único prédio onde as paredes não têm grafite, onde os vidros são intactos e onde não existe nenhum dano ao nosso jardim, que é todo em volta da área da escola, é o nosso prédio. Porque a comunidade local – se os senhores olharem em volta, os prédios estão destruídos, tem venda de drogas nas esquinas, tem todos os problemas que conhecemos nas periferias das cidades do Brasil. Mas aqui ninguém encosta no prédio. Porque esse prédio, de acordo com a comunidade, se transformou no portal de libertação das crianças da região. Então, nós somos parte dessa comunidade.

O próximo.

Esse aqui foi o exame, a prova final de graduação da nossa classe. Como o critério é a felicidade dos nossos alunos, vocês podem ver que todo mundo tirou dez, não é? A escola abre às sete horas e vinte minutos da manhã; às seis e meia da manhã, as crianças estão sentadas na calçada, lendo. Se os Senhores nunca viram uma criança brasileira lendo um livro, os Senhores podem vir a esta escola a qualquer hora, porque tem livro até no banheiro. As crianças chegam uma hora antes e temos de chamar as Forças Armadas para tirar elas às cinco e meia da tarde para irem embora para casa, porque os pais não conseguem remover essas crianças, porque eles querem ficar lá, porque a escola é deles. Eles são protagonistas da educação.

E eles aprendem de uma maneira completamente diferente do que nos aprendemos, do que eu aprendi, quando fui para a escola.

Por favor.

Eles aprendem nos laboratórios de educação científica mais modernos disponíveis no Brasil. Crianças que vieram das famílias mais humildes da cidade de Natal, que eram consideradas pelo próprio sistema educacional como irreversíveis, como casos que deveriam ser abandonados, porque elas não teriam chance de progredir no sistema educacional, por uma série de problemas comportamentais, acadêmicos e outros, essas crianças hoje frequentam, dos dez aos quinze anos, laboratórios de robótica, informática, física, química e biologia.

Elas estudam as Leis de Kepler não como os Senhores e eu aprendemos. Alguém indo à lousa e fazendo decorar a elipse. Elas medem as órbitas das Luas de Júpiter para derivar a lei. Elas derivam o triângulo de Pitágoras construindo os triângulos de Pitágoras. Elas não têm de decorar quem era a Dona Hipotenusa, que era casada com os seus catetos, como eu aprendi, para entender o Teorema de Pitágoras. Elas derivam o Teorema de Pitágoras. E se você deriva, é como você plantar uma árvore. Você nunca mais esquece. Você põe mão dentro do barato.

Pois não.

Aqui é a descrição desse projeto. Vocês vêem que essas crianças, no laboratório de Biologia, elas realizam experimentos com a célula, com o DNA, para aprender os conceitos fundamentais da Biologia moderna.

Por favor, o próximo.

Elas constroem, com as próprias mãos, todos os artefatos que vão ser usados nesses experimentos. Ou seja, elas constroem os motores, as cascas dos robôs. Elas programam no laboratório de robótica. Ou seja, elas se imiscuem como protagonistas verdadeiras de cada aspecto desta escola, que tem assembleias. Essas crianças participam de assembleias com os professores, que, aliás, devo mencionar foram recrutados do Brasil inteiro, tanto para Serrinha quanto para escolas nossas no Rio Grande do Norte, e passaram um ano em um processo de formação de professor de ciências, antes de entrar em sala de aula. Hoje, continuamos, todas as sextas-feiras, a escola fecha para que os professores continuem a sua formação. De manhã, são os nossos professores e, à tarde, são os professores da rede pública das escolas de onde drenamos os nossos alunos, porque os nossos estudantes viraram problema. Os nossos estudantes voltaram para a escola pública e começaram a desafiar a autoridade estabelecida, porque evidentemente começaram a saber mais do que os professores que ensinavam. Não por culpa

dos professores, porque ninguém nunca permitiu esses professores fossem crianças novamente e aprendessem ciência fazendo ciência. Então, nós trazemos esses professores para fazer isso aqui.

Então, temos ciência e tecnologia; robótica – vocês vêem essas crianças montando robôs e, agora, participando de concursos nacionais de robóticas dos 10 aos 15 anos.

Próximo.

Química.

Próximo.

Biologia.

Próximo.

Física, História e Geografia.

Uma coisa fundamental é a autoestima dessas crianças. Quando elas chegaram para nós em 2007 elas não olhavam no olho dos professores nem de nenhum adulto. Elas olhavam para o chão, porque a autoestima delas não lhes permitia encarar de frente uma outra pessoa, um outro ser humano.

Hoje, como essas crianças aprenderam que são descendentes diretos dos índios tapuias, que foram os únicos índios tupi-guarani que resistiram até a morte do último elemento da tribo à colonização portuguesa, essas crianças são altivas, porque têm que ser. Elas olham no rosto de qualquer pessoa.

Eu já levei colegas dos senhores, Senadores da República, Presidentes do Senado, nessa escola. E, na volta, o que eu ouvi, com os Senadores suando a pio, que nunca foram arguidos de uma maneira tão incisiva, objetiva e direta como pelas crianças desta escola, porque essas crianças sabem que agora são cidadãs, com direitos. Elas têm responsabilidades, mas com direitos. E elas sabem expressar os seus direitos, usando o método científico.

Próximo, por favor.

Aqui, é ciência e arte.

E, agora, por favor, próximo. *(Pausa.)*

Próximo.

Esse é o laboratório de informática.

Próximo. *(Pausa.)*

Próximo.

Essa é a nossa escola em Macaíba, na região rural. São 400 crianças nesse projeto piloto.

Próximo.

Esse é o Centro de Formação Continuada de professores. Como eu perdi meu computador ontem, falta um gráfico nesta apresentação. Foi a primeira avaliação formal, feita com o MEC, da primeira turma que se formou nos três anos curriculares. Os primeiros 1.000 alunos... Nós fizemos uma amostragem com 130 crianças. A pergunta fundamental, como os senhores sabem, a taxa de evasão escolar do ensino fundamental para o ensino médio no Brasil é, na média, 57%. Ou seja, dos 15 milhões de crianças do ensino fundamental, nos restam 7 milhões. Ou seja, nós vamos de uma população enorme de crianças na escola primária para uma população do tamanho da Suíça. Ou seja, nós perdemos um grande potencial humano só aí.

Pois bem, das nossas crianças que se graduaram, o índice de evasão do fundamental – onde nós atuamos – para o médio foi de 2%.

O restante dessas crianças ou está matriculada e cursando o ensino médio ou já se graduou do ensino médio ou, algo que jamais aconteceu na história desses bairros ou dessas cidades, essas crianças entraram no Ifet do Rio Grande do Norte, que é um dos melhores do Brasil, e, pela primeira vez, entraram na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Essas crianças, sem fazer cursinho, sem entrar na máquina do vestibular, conseguiram penetrar em uma esfera que era absolutamente proibida para quem nascia na Cidade Esperança ou em Felipe Camarão. Elas começaram a penetrar na universidade pública federal brasileira, sonho de todas essas crianças que querem galgar o seu potencial intelectual.

Próximo, por favor.

Bom, algo inusitado aconteceu espontaneamente – quando eu falei dos Santos Dumonts que eu disse que existem pelo Brasil. Da primeira turma de mil crianças que se graduou nesse projeto educacional, nos primeiros três anos, 22 demonstraram um interesse, um talento acima da média para pesquisa científica. Nós decidimos, então – crianças que não tinham entrado no Ensino Médio ainda –, levá-las para trabalhar conosco no Instituto de Pesquisa e Neurociência. Ou seja, essas crianças começaram a ser aprendizes de cientista nos laboratórios de pesquisa de ponta de neurociência.

Nós fomos falar com o CNPq e com alguns doadores privados, quando nós vimos o talento dessas crianças, e, graciosamente, o CNPq nos concedeu bolsas de estudo, pela primeira vez no Brasil, de Jovens Cientistas. E a renda dessa bolsa é a maior renda da casa dessas crianças. Ou seja, para essas famílias, a ciência passou a ser algo absolutamente concreto e real, porque os filhos dessas famílias ganham a vida da família, em certo sentido, fazendo ciência.

Próximo.

Curiosamente, quatro dessas crianças conversaram conosco e disseram que não queriam estudar neurociência; elas queriam estudar potenciais fontes de biodiesel do semiárido brasileiro.

Em colaboração com um grande amigo meu, Dr. Pierre Landolt, que tem uma fazenda no semiári-

do brasileiro, onde ele estuda sementes, da potencial aplicação no biodiesel, nós conseguimos amostras de pinhão manso, que essas crianças mediram – mediram com uma máquina que só existe na Embrapa e em Macaíba, uma ressonância nuclear de bancada, que não existe em nenhum lugar do Brasil. E essas crianças conseguiram fazer medidas que são idênticas às medidas feitas na Embrapa, a um custo muito mais caro, do conteúdo de gordura dessas sementes.

Agora, essas crianças estão pensando em criar a empresa delas, no Ensino Médio, de certificação de óleo vegetal do semiárido brasileiro para potencial aplicação em biodiesel. Santos Dumonts existem; é só você dar a pista de decolagem e os materiais... Não dar o avião, porque o avião eles vão construir, o avião eles têm que construir. Você só dá a pista e os deixa expressarem a sua genialidade. É só não tirar a chance e não atrapalhar. A nossa função é não atrapalhar, é sair da frente.

Esses meninos – um de 14, uma de 15 e dois de 16 – são alunos, atualmente, do Ensino Médio. Eles não foram para a universidade ainda e já estão falando em criar a própria empresa deles.

Eu queria terminar, então, mostrando aos senhores o projeto do Campus do Cérebro, que está sendo construído. São 100 hectares, na periferia da cidade de Natal, em Macaíba, com o apoio do Ministério da Educação. É o maior investimento no Estado do Rio Grande do Norte.

Esse é o prédio, o nosso novo prédio de pesquisa, que vai estar pronto em setembro do ano que vem – são 45 laboratórios, 13 mil metros quadrados.

Ao lado desse prédio, vizinho, nós vamos ter...

Por favor, o próximo.

Apertar mais uma vez, por favor. Mais uma.

Vamos ter a Escola Lígia Maria, que vai ser a primeira escola brasileira em tempo integral, desde o nascimento até o final do Ensino Médio, usando os preceitos da neurociência moderna para ajudar e colaborar com os pedagogos do projeto para oferecer educação para essas crianças.

Próximo, por favor.

Esse é o nosso parque esportivo, que espero construir futuramente.

Mas, mais importante do que isso, eu queria terminar mostrando aos senhores – por favor – o que vai ser a primeira ilha do conhecimento brasileiro, em um arquipélago do conhecimento tupi-guarani, ou tupiniquim, ou tropical. Essa ilha, eu mostrei a vocês só a primeira parte dela, que é o Campus do Cérebro, com o Instituto de Neurociência, o Projeto Educação para Toda a Vida, Saúde da Mulher. Nós estamos negociando com o Governo brasileiro, neste momento, a criação de dois novos institutos no Campus: o Instituto de Tecnologia do Nordeste e o Instituto de Estudos Avançados, para abrigar o nosso supercomputador.

Dentro, ao lado do Campus do Cérebro, nós estamos também discutindo a criação, como eu disse aos senhores, da Cidade do Cérebro. Essa é a primeira cidade do mundo, o primeiro distrito do mundo onde tudo o que o cérebro faz – que é basicamente tudo – vai ser cultuado, desenvolvido para aplicação, como eu disse, da criação do primeiro parque neurotecnológico do Planeta, para onde as indústrias de engenharia biomédica, tanto as brasileiras como as internacionais, vão poder vir. Elas vão poder atuar, pela primeira vez, em uma zona de livre exportação, que é a zona de livre exportação de Macaíba, que foi criada ao redor do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, que vai ser o maior aeroporto de exportação do Brasil, de tal maneira que a genialidade das crianças dessas escolas, dos cientistas desses institutos possa ser convertida em produtos de alto valor agregado de engenharia biomédica e exportados para os Estados Unidos, Europa e África, porque Natal, como os senhores sabem, tem a maior proximidade dos três continentes. Falo de produtos feitos no Brasil, criados pela inteligência brasileira e que vão contribuir para a saúde de milhões de seres humanos que sofrem de patologias neurológicas ou neurocirúrgicas.

Para terminar, então, eu queria só mostrar que parte dessa tecnologia vai ser o desenvolvimento de interface cérebro-máquinas, que é a área de pesquisa onde eu milito, e a gente espera – vamos em frente, por favor! – que essa tecnologia possa servir para o tratamento da paralisia severa, quadriplegia ou paraplegia de pacientes com lesões medulares sérias, pela criação de alternativas terapêuticas onde a atividade cerebral do paciente com a lesão controla uma veste robótica que o paciente vai usar, de corpo inteiro – próximo –, que está sendo desenhada – próximo – em colaboração – próximo, por favor, próximo, isso! – com os melhores centros de robótica e informática em neurociência do mundo para que, no Brasil, eu espero, em três anos, se tudo der certo – a gente nunca sabe –, na abertura da Copa do Mundo no Brasil – próximo –, no dia 12 de junho de 2014, às 17 horas, no segundo melhor estádio da cidade de São Paulo, duas crianças brasileiras, um menino e uma menina, possam entrar em campo, capitaneando a seleção brasileira, andar até o meio de campo pela força do próprio pensamento, controlando uma veste robótica de corpo inteiro, chegar ao meio de campo e dar o pontapé inicial da Copa do Mundo, no país do futebol, para mostrar para o mundo que no país do futebol o primeiro pontapé foi da ciência brasileira para toda a humanidade.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Eu queria agradecer ao professor corintiano Miguel Nicolelis...

É corintiano? Palmeirense?

Mas o segundo maior estádio vai ser o do Corinthians, de São Paulo.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – O primeiro vai ser o do Palmeiras e o segundo o do Corinthians.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ah, o senhor já tirou o meu time, o São Paulo...

O SR. MIGUEL NICOLELIS – O São Paulo eu já...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Está perdoado por ser palmeirense, mas é um dos mais respeitados neurocientistas do mundo.

O Prof. Miguel Nicolelis é formado em Medicina pela USP e está há vinte anos nos Estados Unidos, onde é professor pesquisador da Universidade Duke. Já ganhou 38 prêmios internacionais por sua pesquisa, um deles em 2010, dos Institutos Nacionais de Saúde, dos Estados Unidos.

Ele mostrou aqui o que é possível fazer de uma das cidades mais pobres, onde o recurso era praticamente zero, tornar a Macaíba.

Antes, eu tinha um *slogan*, Professor, que eu ouvia em Pernambuco, que era do *Jornal do Commercio*, que era "Pernambuco falando para o mundo". Hoje a gente está ouvindo que é Macaíba falando para o mundo.

Parabéns! Foi um privilégio.

Por falar em privilégio, eu quero agradecer aos autores, Senador Wellington Dias e Senador Walter Pinheiro, por nos presentear com essas duas autoridades.

Continuando nosso privilégio, eu passo a palavra ao Prof. Arquimedes Diógenes Ciloni, Subsecretário de Coordenação da Unidade de Pesquisa do MCT.

O SR. ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI – Bom dia, Srs. Senadores.

Quero agradecer a gentileza do convite que foi feito ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e a honra de, como educador, participar desta audiência pública ao lado de um dos maiores cientistas brasileiros e mundiais, que é o Prof. Miguel Nicolelis.

Aliás, Prof. Nicolelis, como entusiasta, eu tenho acompanhado as suas entrevistas, vi o programa na GloboNews, tenho o seu livro e sou daqueles que, em silêncio, rezam para que o senhor consiga, na abertura da Copa, o seu principal intento, porque isso, com certeza, virá trazer alívio para milhões de pais e mães e crianças que sofrem com essa doença. Sou um daqueles que torcem para o senhor.

Eu ia comentar, mas já o fizeram, que o brilhantismo da exposição do Nicolelis esconde o seu principal defeito, que é o de ser palmeirense. Principalmente em semana de clássico, eu, como corintiano, não poderia deixar também de fazer aqui a brincadeira.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O importante era internar os dois em Macaíba, para ver se consertamos o cérebro de vocês.

O SR. ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI – Ninguém é perfeito, Senador Walter Pinheiro.

Parece-me que estamos ao vivo, Senador Cyro Miranda, a quem agradeço a gentileza da Presidência, e eu quero me dirigir especialmente aos senhores pais, mães, alunos universitários de todo o Brasil.

Na minha apresentação, a maior parte dos *slides* que os senhores verão é da lavra do Sr. Ministro Aloízio Mercadante Oliva, um ex-membro desta Casa, que foi um grande Senador, que é um grande Ministro, que é a nossa liderança. Eu pedi a ele que me emprestasse parte dos *slides* que vou apresentar.

Chamo atenção para o Ciência sem Fronteiras. Tenho dito, nas oportunidades que tenho de publicamente me manifestar, que estamos vivendo um momento muito virtuoso. Foi muito bem ver um educador do porte do Prof. Nicolelis salientar tanta coisa que está em consonância com aquilo que estamos fazendo no ministério, sob a liderança do Ministro Mercadante e sob inspiração da Presidente Dilma Roussef. Estamos num momento, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes, em que temos duas ferramentas extraordinárias que poderão nos ajudar a superar muitas das dificuldades que o Prof. Nicolelis apontou.

Abrindo rapidamente um parêntese, se Nicolelis me permite, quero dedicar esta apresentação e também a dele aos professores de todo o Brasil, que, com certeza, têm muita esperança na escola-modelo que ele nos apresentou e que eu espero que se torne uma experiência tão vencedora que possa ser disseminada por todo o Brasil. Temos Estados em que, infelizmente, ainda há resistência em se praticar o piso nacional do ensino público, em boa hora criado na gestão do Presidente Lula. Temos certeza de que, se os recursos advindos do pré-sal – esta Casa e a Câmara dos Deputados estão, neste momento, discutindo exatamente a aplicação desses recursos – forem canalizados prioritariamente para a educação, a belíssima experiência com que nos brindou o Prof. Miguel Nicolelis, com certeza, poderá ser disseminada. Como ele bem disse, temos muitos Santos Dumont espalhados pelo Brasil, como a Olimpíada de Matemática – uma das coisas que vou mostrar na minha apresentação – bem o demonstra. Portanto, aos professores de todo o Brasil, com o meu carinho, o meu respeito. Eu sou professor há 39 anos, 6 dos quais como professor de matemática em colégio técnico e 33 como professor de estruturas em Enge-

nharia Civil. Sou vinculado atualmente à Universidade Federal de Uberlândia e estou cedido, tendo a honra de fazer parte da equipe de pessoas que assessoram o Ministro Mercadante.

Fechando o parêntese, das duas ferramentas que mencionei, extraordinárias ferramentas de que não dispúnhamos antes, uma é a estratégia nacional em ciência, tecnologia e inovação, que procura costurar os muitos projetos que temos, que será votada, provavelmente, no próximo dia 15 de dezembro, em reunião, a ser presidida pela própria Presidente Dilma, do Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Essa comissão, que reúne oito ministérios, deverá aprofundar aquilo que vou apresentar aqui – isso será aprofundado, dilapidado pela fogueira das discussões à luz daquele conselho, que é altamente representativo da academia brasileira, além da parte administrativa, dos oito ministérios, da própria Presidente da República. Essa ferramenta se torna, mais que um plano de governo, uma estratégia de Estado, um plano de Estado para que, sendo seguido ao longo desta década, possamos, ao longo da próxima década, atingir o status de quinta economia do nosso Planeta.

Ao lado da estratégia nacional, eu coloco o plano Ciência Sem Fronteiras, em boa hora decidido por provocação do Ministro Mercadante e do Ministro Fernando Haddad, em boa hora decidido pela própria Presidente Dilma também, e eu vou detalhá-lo. No momento em que eu falar disso, peço ainda maior atenção dos senhores pais, dos senhores universitários deste Brasil, porque os senhores terão uma chance que eu quisera ter tido, quando estava nos bancos da graduação ou mesmo quando fazia o meu mestrado ou quando fazia o meu pós-doutorado. Era muito difícil sair do Brasil para a capacitação.

Hoje, temos menos de seis mil bolsas, mas, com a ajuda do meio privado, com as nossas 75 mil bolsas e com a contrapartida de estarmos pedindo, para cada três bolsas federais, uma bolsa privada, uma bolsa cedida pelo meio empresarial, nós vamos chegar, com outras 25 mil bolsas, à oferta de 100 mil bolsas e começaremos a divulgar os editais no próximo dia 13 de dezembro.

O CNPq e a Capes, em cujos *sites* os senhores pais podem averiguar, a partir do 13, disponibilizarão os editais do Ciência Sem Fronteiras. Isso estará à disposição da comunidade brasileira e será uma oportunidade muito representativa para levantarmos de vez o *status* da ciência nacional.

Pode prosseguir, por favor.

Nessa parte inicial – essa apresentação, obviamente, já foi distribuída aos Srs. Senadores e está à disposição também da comunidade –, faço uma rápida análise do nosso sistema educacional. Não vou passar por todos os pontos, mas vou mostrar, em outros *slides*, que nós estamos num instante bastante privilegiado.

Pode passar, por favor.

Segundo o penúltimo relatório global – eu estou atualizando isto aqui – da *Royal Society* britânica, divulgado em 2008, prevê-se que a China vai passar os Estados Unidos em 2013, tornando-se a líder mundial em ciência, em publicação científica.

Mas o dado alvissareiro para o qual eu quero chamar a atenção dos Srs. Senadores é que Brasil e Índia, dois dos chamados Brics, terão, até o final desta década – este dado é de 2008, portanto ele se refere a esta década –, produção científica maior do que França e Japão. Nós estamos, no momento, em 13º colocado como produtores de ciência mundial, mas há um disparate, um degrau muito grande a ser vencido, quando passamos para o lado da inovação, como bem chamou a atenção o Prof. Nicolelis. Nós não produzimos inovação paritariamente como estamos produzindo ciência. E eu vou mostrar também esse degrau.

Pode passar para o próximo, por favor.

Mais um dado alvissareiro. Fruto de décadas de investimento, pela primeira vez uma cidade sul-americana entrou no mapa das 20 mais produtivas cientificamente. São Paulo é citada, hoje, como um centro de pesquisa de grandeza semelhante a Nova York, Paris, Londres, Pequim e Tóquio e vem aplicando 13% de sua receita em ensino superior e pesquisa, apenas 1% a menos do que a Califórnia, Estado dos Estados Unidos que obviamente admiramos. Mas não há segredo. Investindo maciçamente, algumas décadas depois, temos um grande resultado que é o fato de São Paulo, hoje, estar entre as cidades citadas como centro de pesquisa de referência.

Pode passar, por favor.

Somente a USP – nós estamos formando um pouco menos de 13 mil doutores por ano –, sozinha, forma 2.200 doutores por ano. No momento, num esforço muito grande do Ministro Mercadante, estamos investindo 1,25% do PIB em ciência e tecnologia, mas precisamos elevar essa meta. A média dos países vinculados à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – é de 2,2%. Nossa meta é ultrapassar essa média e chegar a 2,5%, até 2022. Isso não será atingido somente com o Erário público. O Tesouro Nacional não tem condições de bancar essa conta. Nós precisamos do meio privado. Vou mostrar um *slide* mais à frente que reflete isso.

Por favor, o próximo.

Pode passar.

Pode continuar.

Os dois maiores desafios do recente Plano Nacional de Educação: continuar expandindo a educação, pública principalmente, com garantia de qualidade.

Pode passar. Pode agilizar.

Eu quero chegar rapidamente à Encit.

Pode passar.

São metas e dados que eu destaquei para os Srs. Senadores.

Volte a esta última.

Como engenheiro e professor de Engenharia que sou, não poderia deixar de analisar um pouco mais profundamente a minha própria área, na qual milito há 34 anos.

Nós temos um déficit hoje que ultrapassa 150 mil engenheiros no País. Graduamos 32 mil engenheiros em 2007, e isso representa menos de 5%... Se pegássemos todas as formaturas do Brasil, Administração, Economia, Medicina, Odontologia, etc., e colocássemos os graduados em Engenharia, nós representamos menos de 5% do total de formados naquele ano.

Essa relação é de 30% na Coreia do Sul. Portanto nós estamos muito aquém da demanda do mercado, que seria de 60 mil engenheiros no mínimo. No mesmo ano, foram oferecidas 198 mil vagas. Só 115 mil foram preenchidas.

Aqui, um outro problema. Já citei a estimativa da Confederação Nacional da Indústria. Em 2012, teremos um déficit de 150 mil engenheiros. E temos também que adequar os nossos currículos de engenharia. Eu tenho pregado isso aos diretores e coordenadores de curso de graduação.

Tenho um filho que trabalha na Embraer e um dos dados importantes que vi na documentação do meu menino foi o seguinte: um engenheiro que chega à fábrica, à Embraer, tem que ser treinado pela empresa em gestão de projetos. Na cabe à Embraer fazer isso; somos nós que temos que fazer, já na graduação, nos nossos cursos de Engenharia. Portanto temos que adequar também os nossos currículos.

Temos 400 escolas de Engenharia, 2.200 cursos de graduação na área, mas aqui, Nicolelis, um dado importante para o senhor, que está pregando uma nova escola desde o berçário praticamente até o ensino médio: nós precisamos ter 800 alunos no ensino fundamental para tirar um engenheiro lá no final. Um em cada 800 alunos do ensino fundamental inicia um curso de Engenharia. E, de cada três que iniciam, um praticamente... Em cada dez, quatro praticamente não terminam. Há uma evasão muito grande nos cursos de Engenharia.

Pode passar, por favor. Vou agilizar, tendo em vista o meu tempo.

Pode passar.

Aqui sim. Eu falei das duas ferramentas e aqui reitero a importância da atenção principalmente de quem, porventura, esteja nos assistindo e chamo a atenção especialmente dos senhores pais. Quero apresentar em primeira mão, e o Ministro Mercadante o fará quando convidado pelos Srs. Senadores com muito maior brilhantismo e com muito mais detalhes, mas quero fazer algumas rápidas considerações sobre aquilo que estamos fazendo no MCTI e a estratégia que estamos apresentando à Presidente Dilma para a apreciação pelo mencionado Conselho Nacional em reunião a princípio agendada para o dia 15 de dezembro próximo, como já mencionei.

A estratégia nacional em ciência, tecnologia e inovação vem ao encontro de muitas das aspirações aqui apresentadas pelo Professor Nicolelis.

Pode passar, por favor.

Essa é a nossa temática principal, é o nosso marco estratégico. Nós queremos colocar a ciência, tecnologia e inovação como eixo estruturante do desenvolvimento sustentável, para o que precisamos de quatro grandes linhas.

Vou detalhar em seguida – e a transparência colorida muito me auxiliará nisso –, sem entrar profundamente no assunto, cada uma das quatro grandes linhas do nosso marco estratégico, porque, para chegar a ter a CTI como eixo estruturante, nós precisamos reduzir a defasagem tecnológica por meio da ciência e da inovação – e isso trará em seguida uma série de linhas a serem perseguidas –, devemos contribuir para a inserção internacional soberana do Brasil – e o projeto do Professor Nicolelis é um dos nos ajudarão a fazer isso –, devemos fomentar a economia verde e criativa e devemos contribuir para a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades.

Para praticar essas quatro grandes linhas nós precisamos formar recursos humanos que sustentem esse projeto, fomentar a inovação, porque aqui está o nosso grande gargalo hoje, no que diz respeito a ciência, tecnologia e inovação: aumentar a infraestrutura para pesquisa científica e tecnológica no Brasil, como vem fazendo o professor Nicolelis.

Pode passar.

Para cada uma das quatro grandes linhas – volte aos *slides* anterior, por favor –, por exemplo, para contribuir para a erradicação da pobreza e redução da desigualdade – próximo *slide* -, temos todas essa linhas que serão detalhadas para a Presidente da República na próxima reunião. Não vou citar todas, mas passa por: erradicar a pobreza, transformar a nossa economia para uma economia criativa, etc.

A segunda grande linha – próximo *slide* –, para contribuir para inserção internacional soberana do

Brasil, temos todas essas sublinhas de atuação, que estarão devidamente contempladas no PPA.

Nós vamos colocar recursos, ao lado do discurso, para internacionalização e competitividade das empresas brasileiras, para atrair centros de pesquisa e desenvolvimento, etc.

A terceira linha, reduzir a defasagem tecnológica por meio da ciência e inovação.

Há essas sublinhas, na nossa estratégia, como: focar inovação em áreas e segmentos empresariais prioritários, reduzir déficits comerciais em setores críticos como, por exemplo, o setor de fármacos.

Nicolelis, o nosso déficit comercial ultrapassa os US$ 10 bilhões. Ora, nós só vamos reduzir esse déficit com profundo investimento na área de produção de fármacos.

Por favor, a próxima.

Fomentar a economia verde e criativa, com todas essas sublinhas.

Pode passar.

Rapidamente, estas são as políticas estruturais que estão em nosso marco estratégico. Não vou, obviamente, ter condições, pelo tempo aqui, de detalhá-las todas, mas são três principais linhas das políticas estruturais, formação e capacitação de recursos humanos, fomentos à pesquisa e infraestrutura científica e tecnológica e fomento à inovação.

Sob cada uma dessas grandes linhas, temos as linhas sequentes, colocadas embaixo. Em cada coluna, poderemos ler depois. Os senhores encontram aí todas as áreas que estamos detalhando para o Ministro apresentar à Presidente Dilma.

Pode passar.

Aí estão os nossos programas prioritários. Esses programas, Nicolelis, foram, obviamente, objeto de avaliação e são as áreas em que estamos concentrando, também, a necessidade de formação e as bolsas do Ciências sem Fronteiras.

Uma das áreas – vou detalhar em seguida – são os TICs, Tecnologia de Informação e Computação, Fármacos e Complexo Industrial da Saúde, etc., indústria química, energia, biotecnologia. Tudo isso está detalhado e vou apresentar, logo na sequência, aprofundar alguns desses parâmetros, para ideia de todos.

Por favor, prossiga.

Aqui uma notícia alvissareira. O Mercadante, como economista, chama muita atenção para isso. Em 2010, nosso País teve investimento estrangeiro direto, no total, de US$ 48 bilhões. De janeiro a outubro de 2010, foram US$ 29 bilhões. Este ano, até outubro passado, praticamente dobramos o que ocorreu de janeiro a outubro do ano passado. E passamos, até outubro, de US$ 48 bilhões para US$ 56 bilhões. Esse número ainda irá crescer e parte desse crescimento – próximo *slide,* por favor – está aí, já, uma das nossas grandes linhas, parte do investimento estrangeiro passa – isso é um forte trabalho do Ministro Mercadante – pela atração de centros de pesquisa e desenvolvimento, como as que eu menciono nesta transparência cedida pelo Ministro, reitero.

A GE está colocando no Brasil o seu único centro de pesquisa do Hemisfério Sul, previsão de US$ 150 milhões, em três anos. O projeto da IBM; o projeto EMC2. Hoje à tarde, o Ministro assina com a Huawei. Eles nos doarão US$ 50 milhões hoje à tarde, para investimentos a serem feitos pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, em uma solenidade com a nossa rede nacional de pesquisa, que é uma das nossas organizações sociais que tenho a honra de coordenar no cargo que ora ocupo no MCTI. Assim também os demais investimentos que estão aí citados.

Pode passar, por favor.

Aqui quero chamar a atenção para o papel político do Ministro Mercadante, o papel acadêmico, já que ele tem o pé nas duas canoas. Mercadante tem citado principalmente isto: o grande papel do MCTI a que toda a equipe está compromissada é impulsionar a nova economia brasileira pela via da economia do conhecimento e informação, economia verde e criativa e pelo fortalecimento do nosso mercado interno de consumo de massa e distribuição de renda.

Transformamos. Isso praticamente aqui já foi atingido, porque a ciência, tecnologia e inovação é um dos treze eixos principais do plano de governo da Presidente Dilma.

Pode passar.

Aqui, Nicolelis, o problema que o senhor muito bem detectou e aquilo que o Ministro Mercadante nos ensina em suas apresentações. O Brasil não está ruim, quando a gente vê o dispêndio governamental em ciência, tecnologia e inovação. Nós estamos aplicando 0,62% do PIB. Óbvio que isso aqui tem que crescer. Aqui não está a Petrobras, que hoje se tornou uma das grandes fomentadoras da pesquisa pela via da destinação de parte de seus recursos para pesquisa e desenvolvimento.

Nós não estamos mal. Vejam que o Japão aplica 054% do PIB; a Coreia, 085%; Estados Unidos, 0,75%. Nós não fazemos má figuração, quando tomamos por base o protagonismo governamental no que diz respeito À CTI. Mas, quando a gente vai para o lado das empresas, a Petrobras está aqui. Se tirarmos a Petrobras, cai ainda mais o 0,57% do PIB que aplicamos em 2010.

Quando a gente compara com Japão, Coreia, Estados Unidos, com países já em maior estágio de desenvolvimento, a gente vê a diferença. Enquanto a

nossa indústria, o meio empresarial aplica, no total, 0,57%, contando a Petrobras, no Japão são praticamente 2,7% do PIB japonês aplicados. Daí o gap, daí o degrau que eu mencionei anteriormente entre a nossa produção de ciência, em que somos 13º colocados, e a nossa inovação. O número de patentes brasileiras é irrisório, quando comparado com outros países. A razão principal está na falta de protagonismo das empresas. Isso aqui também tem que crescer. Nós estamos chamando os empresários à responsabilidade de dividir conosco as tarefas, para que a gente chegue àqueles 2,5% do PIB que o Mercadante está defendendo.

Por favor, pode passar.

Aqui posso falar rapidamente sobre o tema que me foi proposto pela Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, o uso democrático da ciência para o desenvolvimento brasileiro.

O Brasil é hoje o sétimo mercado de TICs, o terceiro mercado de computadores, o quinto mercado de celulares, o quarto mercado de usuários da Internet. Mas temos o déficit comercial, a diferença entre importação e exportação, quase US$19 bilhões. Por isso estamos trazendo a Foxconn, por isso estamos trazendo as outras empresas.

Vou mostrar em seguida aquilo que o Mercadante vem liderando, exatamente para impulsionar a nossa política de tecnologia da informação e comunicação. Nova política de *tablets*, ampliação das linhas de financiamento da FINEP e BNDES, desoneração da folha de pagamentos, o novo PADIS.

Pode passar, por favor, para o próximo.

Isso aqui é o total de mercado de TI no Brasil em 2010: US$85 bilhões, 39,5 T.I.s House. Os senhores têm aí os outros percentuais. Isso mostra a necessidade que a gente tem de investir profundamente nessa área.

Pode passar para o próximo.

Aqui são os três blocos de ações com que o Ministro Mercadante apresentará à Presidente Dilma o enfrentamento dessa questão dos TICs. Nós vamos atuar fortemente em *hardware* e sistemas, semicomputadores e *displays, softwares* e serviços.

Pode passar, por favor.

Aqui, Niocolelis, o senhor foi muito feliz. Eu sou entusiasta do trabalho do Brigadeiro Montenegro. A Embraer veio depois do ITA. Isso aqui é a nossa Embraer, como o Ministro costuma chamar. Nós estamos em via de começar a produção na nossa fábrica do Ceitec. É uma empresa pública instalada no Rio Grande do Sul. Está pronta a obra. Isso aqui é uma visão aérea. Nós não vamos produzir Boeing 777, nós não vamos produzir *chip* de última geração neste momento; nós vamos produzir, como diz o Ministro Mercadante, os nossos Bandeirantes, os nossos Brasílias, os nossos Xingus. Nós vamos produzir *chips* de menor tecnologia no começo para aprender a fazer, repetindo o processo que usou a Embraer para chegar hoje a ser a terceira indústria aeronáutica do planeta.

Isso aqui é parte do esforço do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação na direção de combater aquele déficit comercial dos *chips* que eu mencionei anteriormente.

Pode passar, por favor.

Nosso trabalho em energia limpa prevê atuação...

Energia fotovoltaica... Estamos com projetos...

O nosso CTI – Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer, em Campinas, tem uma célula, tem um centro avançado Fortaleza. Nós estamos trabalhando com o Governador Cid Gomes para que em breve tenhamos lá instalado um projeto na área de energia fotovoltaica. Estamos trabalhando na área de energia eólica, etanol, trabalhando fortemente com as empresas da área de elétrica para a implantação do *smart grid.*

Pode passar, por favor.

Isto aqui é outro projeto nosso, feito em conjunto com a UnB, com o Building Research Establishment e com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, que é a implantação do Parque de Inovação e Sustentabilidade do Ambiente Construído. É a ciência colocado á serviço da inclusão social, como foi o tema aqui proposto pelos Senadores.

Pode passar, por favor.

Aqui outra coisa: a Presidente Dilma chamou o Ministério em março e determinou-nos – está pronto, começa a funcionar agora – a criação do Cemaden. A Presidente não aceita que em janeiro próximo, na época das maiores chuvas, nós tenhamos a repetição do que aconteceu em janeiro passado.

É óbvio que é quase impossível, ainda, evitar mortes. Ocorrerão, mas ocorrerão, com certeza, em muito menor escala graças ao trabalho presidido pelo nosso secretário, Carlos Nobre, e pelo Prof. Fuck, ex-pró-reitor da UnB, junto ao Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, o Cemaden.

Sessenta e nove por cento das ocorrências de desastres naturais no Brasil é inundação e deslizamento – esses 58 com esses 11 aqui. Portanto, nós vamos atuar prioritariamente neste momento sobre inundação e deslizamento. A Defesa Civil trabalhando com o Cemaden nos ajudará. É a ciência colocada a serviço de uma necessidade de muitas pessoas de baixa renda, que, infelizmente, ainda vivem em áreas de declive e que podem ter sua casa e sua vida colocadas em risco por ocorrência de um grande temporal, por exemplo.

O nosso Cemaden veio para começar a tentar resolver esse que é um dos nossos grandes problemas.

Pode continuar, por favor.

Aqui uma boa notícia: o Ministro Mercadante sempre tem dito que, pela inclusão da nossa área costeira, a nossa área aumenta em quase cinco milhões de quilômetros quadrados e lá não tem só o Pré-Sal; lá nós temos terras raras, minerais raros. Portanto, nós estamos, junto com o Ministério da Defesa, com a Marinha, com a Vale, com a Petrobras, com a Agência Nacional do Petróleo, investindo fortemente para dota o País de novos navios de pesquisa na área oceanográfica.

Pode passar, por favor.

Aqui também outro programa do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, lançado há duas semanas pela Presidente Dilma. Foi aquela solenidade em que ela se emocionou e é realmente emocionante, como será emocionante ,se Deus quiser, ver o Prof. Nicolelis conduzindo o menino ou menina que dará o pontapé inicial na Copa do Mundo de 2014. Este programa causou emoção à Presidente e a quem assistiu à solenidade: programa Viver se Limites – Ciência, Tecnologia e Inovação colocadas a serviço da superação das pessoas com deficiências –, que tem essas quatro grandes áreas: acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade.

Por favor, porque já estamos com o tempo estourado...

Extensão tecnológica.

Eu só quero chamar a atenção aqui, Nicolelis, para uma coisa que o senhor falou e que calou fundo.

Quando o senhor falou do semiárido, eu já fiquei emocionado porque, há cinco meses, aproximadamente, eu inaugurei, em nome do Ministro, que não pôde estar em Campina Grande, o nosso Instituto do Semiárido, que, ao lado do Cetenes, são duas das nossas células no Nordeste que vêm tentando ajudar o semiárido no seu desenvolvimento.

No Nordeste, veio do Piauí um exemplo dignificante de vida de um professor de matemática que há vários anos vem fazendo vários campeões. A gente encontra Santos Dumont, como o senhor os chamou, em todo o Brasil, e nós detectamos lá grandes talentos por meio da olimpíada.

Pode passar.

Eu quero chegar finalmente. Aqui, este *slide* também é interessante.

Por favor, o próximo.

Um quilo de soja custa US$0.20, um quilo de avião US$10,000, um quilo de satélite US$50,000. Portanto, nós temos que começar, para alterar a nossa economia, a trabalhar também, e não estou querendo deixar a vocação agrária do Brasil de lado, com produtos de alto valor agregado, porque isso impulsiona, com certeza, definitivamente, a nossa economia.

Pode passar.

Essa é outra iniciativa do Ministro. Estamos criando a Embrapa da indústria, a Embrapi, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, que já está em fase bem adiantada.

Por favor, avance para que eu possa terminar.

Pode avançar.

Aqui reitero o pedido de atenção aos senhores pais, aos senhores universitários brasileiros.

Aqui estão, Presidente Cyro Miranda, Professor Miguel Nicolelis, as nossas 75 mil bolsas, que não só permitirão que nós enviemos nossos jovens cientistas como também... Temos aqui uma linha, que vai crescer, seguramente, e podemos trazer... Professor Nicolelis, se o senhor tiver algum colega, um Prêmio Nobel, alguém que queria vir trabalhar na nossa cidade do cérebro, aqui está uma das ferramentas que o senhor pode utilizar.

Nós estamos, com os nossos 19 institutos, aqueles que eu coordeno, bem como com a Agência Espacial Brasileira, bem como com as nossas demais agências, a Citec e a Cnen, trabalhando para trazer pessoas do exterior. Já temos acertadas as vindas de vários pesquisadores, brasileiros que estão lá, que vamos repatriar. Já há um Prêmio Nobel que virá para trabalhar conosco, mas nossa esperança está aqui.

Nós queremos, com essas 75 mil bolsas, e com a contrapartida de três para um, com as 25 mil bolsas do meio empresarial, chegar a 100 mil bolsas que levarão o Brasil ao patamar da China e de outros países, em termos de estudantes militando no estrangeiro e que, depois, voltam e ajudam o Brasil a dar o salto do desenvolvimento. Precisamos formar essa moçada, colocá-la na indústria para que a nossa indústria passe a investir ainda mais e a ter base de pesquisa. Essa é uma necessidade que eu considero que já tenha demonstrado aos Srs. Senadores e às pessoas aqui presentes. É preciso contratar essa moçada, quando voltar, para trabalhar no Brasil. Assim, a gente vai, com certeza, conseguir elevar, e muito, o nosso número de patentes, vai elevar, e muito, o número de empresas inovadoras no Brasil, que é um dos nossos maiores esforços.

Quisera eu, reitero, quando aluno de graduação ou quando aluno de mestrado ou quando aluno de doutorado, ter tido a chance que os senhores alunos dessas modalidades agora têm! Eu não tive essa oportunidade, mas a nossa geração está oferecendo a vocês. Espero que os estudantes saibam usufruir e voltem para ajudar a fazer um país ainda melhor.

Quem sabe, Nicolelis, algum dia estejamos, depois de o Corinthians ganhar do Palmeiras, num belo clássico, lá nos idos de 2025, usufruindo os grandes

frutos daquilo que plantamos aqui hoje e o fato de o Brasil ser efetivamente a 5ª ou, quiçá, a 4ª maior economia do mundo!

Muito obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, professor Arquimedes, pelo privilégio de ouvi-lo. E quero dizer aos senhores convidados que esta está sendo uma audiência extremamente rica para todos nós.

Parabenizo novamente os Senadores Wellington e Walter pela iniciativa. Volto ao início de suas palavras quando disse que a inovação não se faz através de decreto, mas sim através de gente. Como também a educação. Por falar em educação, foi convidado também o MEC, mas infelizmente não mandaram representante e só disseram que o Ministro tinha outras ocupações. Acho que seria muito importante terem ouvido isso. Essa integração da inovação com a educação é uma ponte que não vai mais de desfazer.

O senhor nos mostrou aqui também, Professor, que em Macaíba está-se aprendendo com consciência. Eu, por exemplo, quando fiz o cursinho para o vestibular de Engenharia – e não me formei em Engenharia porque depois fui fazer Economia – aprendi através de uma regra mnemônica, através de um samba, que o quadrado da hipotenusa é igual a soma dos quadrados dos catetos. Vejam, é uma regra mnemônica. E a essência? Como é que a gente vai buscar o entendimento? A gente tem visto hoje aqui.

Deixo aqui, primeiro, uma pergunta minha ao Professor Nicolelis. Esse sonho do curso continuado, que o senhor começou, é um sonho que temos de realizar no Brasil inteiro, senão não vamos atingir as nossas metas. Temos a menor carga horária, uma das menores cargas horárias de ensino do País. Pergunto-lhe: como podemos acelerar o processo de ter várias Macaíbas? Também pergunto ao Professor Arquimedes: qual é o grau de compreensão que os empresários brasileiros possuem, de fato, sobre a sistemática introduzida pela lei da inovação e pela lei do bem. Deixo essas duas perguntas para que as responda em conjunto com a dos nossos autores. Para sermos imparciais, os dois Senadores, vou, por ordem alfabética...Se bem que o primeiro começa com "w" e o outro também. Então, vamos para a segunda letra. É o Walter. Se fosse Wallington, só iríamos desempatar na terceira. Então, passo a palavra ao requerente, Senador Walter Pinheiro. Posteriormente, ao Senador Wellington Dias. Depois, os senhores terão oportunidade de responder a essas perguntas e abriremos a oportunidade para os demais Senadores.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Há uma música muito cantada, viu Nicolelis, pelos baianos que fala, exatamente: "um índio descerá de uma estrela." Já ouviu essa música? Muito cantada pelo nosso grande Caetano Veloso. Então, em homenagem a "Um Índio", já que estamos falando de tantas coisas importantes da Ciência e da Tecnologia, vamos permitir que o nosso índio fale primeiro. Falarei depois. Fale, índio.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiramente, quero dizer que fico grato pelo nosso grande Líder nacional baiano, Senador Walter Pinheiro. Quero saudar aqui V. Exª, Senador Cyro Miranda. Quero dizer ao meu querido Cássio que é uma honra estar aqui. Aliás, sugiro fazer um bloco só, já que estamos nós quadro aqui.

Quero, primeiro, agradecer ao Dr. Miguel Nicolelis e também ao Arquimedes e fazer um registro sobre o lamento que faço pela ausência do MEC. Aliás, liguei para o MEC para dizer que é lamentável.

Creio que a gente tem aqui uma série de audiências públicas muitas vezes levadas por uma manchete de normal, outras por uma conjuntura imediatista. Esse é daqueles encontros que, eu acho, têm tudo a ver com os desafios do Brasil. Conto a história de um índio. Um artista paraense fez muito sucesso. Teve um problema de câncer, fez quimioterapia, voltou para uma cidade do interior do Pará. Lá, quando estava com sua família, sua mãe o recomendou conversar com o pagé de uma tribo. Naquele encontro, o pagéle passou-lhe uma garrafada e ele se curou do câncer. Depois que ele se curou, ele veio uma vez ao Piauí porque ele era patrocinado por um grupo chamado Meio Norte, um grupo empresarial do meu Estado, e o Auro Costa, que é uma pessoa que estava na equipe de governo – eu era governador na época. Era o contato que ele tinha.

Ele tratou desse tema.

Vejam só: tentamos com vários empresários o patrocínio de uma pesquisa, a partir das substâncias usadas por esse índio, e não encontramos. Terminou a pinga Pirassununga, a 51, famosa, o empresário é que veio a patrocinar.

Estive nesses dias com o Ministro Aloízio Mercadante, com a ANVISA e com o Ministro da Saúde para trabalharmos nesse sentido de ser liberado agora. Inclusive o Vice-Presidente José Alencar chegou ainda a utilizar. Ouvi o Josué, filho dele, dizer que, de onze tumores que ele tinha, que ele chegou a ser completamente curado de oito. E é uma substância que vem do que eu chamava lá no Piauí de cachorro pelado, uma planta chamada aveloz, muito comum no Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, enfim, em várias regiões do Brasil. Vai ser liberada agora nesse semestre, a última fase, já liberando para comercialização.

Cito isso para mostrar o quanto o Brasil precisa se descobrir, o quanto a inteligência brasileira é pouco

utilizada tanto do conhecimento dos nossos ancestrais como da capacidade da nossa juventude, das nossas gerações.

Encanta-me muito esse momento aqui hoje. Sou um apaixonado pelas chances que o Brasil tem nessa área. Temos que, ao mesmo tempo, lidar com a erradicação do analfabetismo e a outra ponta.

O meu Estado, inclusive, deve ser, para meu orgulho, no próximo ano, o primeiro Estado brasileiro a ter o ciclo completo da educação em 224 Municípios, é do tamanho da Paraíba. Ou seja, você poder ter, desde o pré-escolar, a alfabetização, até a pós-graduação, em cada Município. Exatamente para estabelecer a presença de conhecimento em todos os Municípios, num misto de ensino presencial, serão cerca de 50 cidades polos com ensino presencial, de ensino técnico e ensino superior, e num modelo que é um misto de a distância e presencial, o E-TEC, o AB, como foi implantado e nós contribuímos com isso no Governo do Presidente Lula, mas, junto com isso, a pesquisa e a inovação; o conhecimento de línguas, o conhecimento do mundo digital e a pesquisa tecnológica.

Estive na cidade de Picos, onde há um centro tecnológico voltado para a área do caju e do mel. Lá, nesse dia, estamos trabalhando para a área da aquicultura, assim como outro, da Embrapa, em Parnaíba.

Creio que é isso que o Brasil precisa, garantir as condições da pesquisa, da inovação, do incentivo à inovação. E nisso eu concordo aqui com os dois palestrantes. Nosso modelo de educação é o contrário de incentivador, ele é inibidor da livre iniciativa, que vale desde a pesquisa, o empreendedorismo, enfim, ele é podador dessa liberdade.

E cito dois exemplos: um, a cidade de José de Freitas, que apresentamos na Comissão de Educação, cidade onde 100% das escolas trabalham com os resultados já da tecnologia. Ou seja, o aluno, já no pré-escolar, na alfabetização, já está lidando com um computador, com um *laptop*, como chamávamos, com um iPed agora. A alfabetização já é feita com o mundo digital, onde o aluno está ali escolhendo letras, brincando e aprendendo nessa área da tecnologia; o professor com lousa digital, enfim, estive lá agora, inaugurando uma subestação e fiz questão de visitar uma nova escola, toda centrada nessa área. Resultado: é próximo de zero o índice de evasão do pré-escolar ao ensino médio. E, a partir daí, logicamente, há ainda as regras do vestibular, nem todo mundo consegue chegar pelo mérito.

Esse Município era um dos mais atrasados nas avaliações do Ideb. Nós já ultrapassamos a média do Brasil.

Cito Cocal dos Alves, onde o Ministro Fernando Haddad esteve recentemente. Esse Município ganhou 65 medalhas nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática, para dar um exemplo. É um Município de cinco mil habitantes, não tem nada de espetacular, a não ser pessoas como o senhor, pessoas que acreditam no ser humano. Pela vontade de um professor, o Prof. Xavier, a partir de um aluno, que é um dos maiores cientistas dessa área da matemática do Brasil, que escolheu lá permanecer, poderia estar em qualquer lugar do mundo, mas preferiu ficar lá, e pela vontade de alguns alunos dele, que se tornaram professores e que hoje são mestres, doutores na mesma linha.

E vi uma coisa espetacular nessa visita, que eu mesmo não tinha compreendido: cada aluno medalhista desse trouxe para o seu entorno um grupo de seis, dez, doze alunos, que se encarrega de aperfeiçoar o que o professor ensina na sala de aula, criando uma competição entre os grupos de medalhistas. Agora vai, além da matemática, também física, química, enfim, outras áreas.

O que eu quero aqui, com essas palavras, é dizer que isso que é possível lá, no Rio Grande do Norte, no Piauí, em outras regiões, é possível em qualquer lugar do Brasil. Nesta audiência aqui, quero examinar apenas uma pergunta, por essa experiência do Rio Grande do Norte, com esse aspecto social. Como o senhor encara a dificuldade de construir esses talentos? Para isso, eu vi ali, tem de ter o mecanismo de atrair o máximo de conhecimentos para lugares remotos como esse. Ou seja, não é fácil. Convidar alguém para trabalhar numa capital, você encontra até com razoável facilidade. Agora, para ir para uma cidade mais afastada, mais longínqua, que é onde o Brasil está precisando, a gente encontra dificuldade.

Vi aqui agora – e quero parabenizar, além do Arquimedes, a equipe do nosso querido Mercadante: a gente está trabalhando essa vertente de, por um lado, brasileiros indo a várias partes do mundo, de outro lado, a gente poder trazer. O que quero examinar é se é mesmo possível a gente, com o que a gente remunera, com o que a gente paga, conseguir trazer. Qual é o mecanismo que o senhor acha que é possível o Brasil apoiar para fazermos isso descentralizadamente?

Ao mesmo tempo, esse casamento, estou defendendo com o Senador Aloizio Mercadante, estou presidindo uma comissão nessa área do acompanhamento do Brasil Sem Miséria, e uma das ideias é esta: o que houver de implantação de coisas novas como esta, fazermos nesses grandes vazios de economia que o Brasil ainda tem, com cérebros da melhor qualidade espalhados na mesma região.

Então, eu queria examinar, do que o senhor sabe que existe, o que ainda precisa ser feito.

Minha pergunta é única.

Com certeza, gostaria de aqui agradecer, pela nossa Comissão de Educação, por essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias.

Com muito prazer, passo a palavra ao Exmº Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, eu diria que esse é um momento dos mais sublimes, na minha opinião, dos debates nesta Casa, da nobreza, inclusive, do trabalho desta Comissão – e me refiro às duas Comissões, à Comissão de Educação e à Comissão de Ciência e Tecnologia – uma vez que a gente vai se acostumando, meu caro Wellington, no Parlamento, a uma lógica de que essas comissões trabalham como se o correto fosse a gente produzir, no final do dia, Nicolelis, somente leis, dum, dum, dum, dum, dum, como se fôssemos uma fábrica de sandálias. No bom estilo da propaganda de uma delas, diz que umas soltam as tiras e outras deixam mau cheiro.

Então, é muito preocupante. A nossa tarefa aqui é votar, mas a nossa tarefa preponderante, principalmente numa comissão, é a gente aprofundar o nível de conhecimento e o debate para que possamos produzir essa legislação, que pode ser em pequena quantidade, meu caro Senador Cássio, porque, senão, fica-se tratando aqui como se a produtividade do Parlamento estivesse relacionada à quantidade.

Vejo muita gente dizer que o Senado não votou nada. Seria importante que a gente passasse até meses inteiros sem votar nada e o dia em que estivéssemos promovendo uma votação fosse o resultado de momentos como esse em que a gente pudesse fazer exatamente qual é o uso dessas ferramentas para o impacto social, que é o que nós efetivamente buscamos discutir aqui nessa questão do uso da ciência e tecnologia na vida das pessoas.

Coincidentemente, outro dia aqui falei de Santos Dumont, numa de nossas audiências, porque estava lendo, se não me engano, há 15 ou 20 dias, um material sobre ele e me chamavam a atenção duas coisas. Santos Dumont tirou sua própria vida. Augusto Cury, um psicanalista que escreve muito sobre as alterações comportamentais do ser humano, usa uma expressão muito forte: "Quando uma pessoa pensa em suicídio, ela quer matar a dor, mas nunca a vida". E Santos Dumont, naquele momento, queria exatamente se livrar da dor que o atormentava, que era ver um dos seus grandes inventos, a sua maior criação ser utilizada contra o homem e não em favor da vida.

E esse é o cerne dessa questão do trabalho que o senhor desenvolve com tanta maestria, com tanto entusiasmo, com tanta paixão, fazendo essa associação belíssima, ou seja, da capacidade do ser humano, que é uma coisa com que, na ciência, a gente costuma brincar muito: a diferença entre o que é tecnologia e o que é ciência. A ciência está aqui, sobre a cabeça de todos nós. Aí tem uns que a aplicam e a transformam em tecnologia. Esse é o desafio maior.

Como a gente permite que várias mentes, independentemente se elas estão no semiárido ou no sertão produtivo, como eu prefiro chamar o meu semiárido. A Bahia tem quase 70% de seu território no semiárido. Este foi um trabalho que fiz quando era Secretário de Planejamento: separei o mapa da Bahia entre essa história do litoral e o rio São Francisco. Então, nós ficamos exatamente nessa linha, da BR-116, que é a estrada mais conhecida no Brasil, e olhe que ela só corta de norte a sul, e colada quase no litoral; ela não é de leste a oeste nem tampouco no meio. Dessa 116 até o São Francisco, temos exatamente a maior Bahia e uma outra Bahia. Agora, é a Bahia mais rica; é onde temos o mineral, a proeza do sisal, lá na Serrinha. O Wellington brincava comigo, dizendo que eu não era de lá. Respondi que não tive a honra de nascer em Serrinha, mas minha mãe e metade dos meus irmãos são de Serrinha. Portanto, a origem da minha família é nessa cidade que fica na região do sisal na Bahia.

Quando a gente pega a proeza do sertanejo que está no semiárido, para a gente ver as descobertas, na Bahia, agora, Nicolelis, está se discutindo muito para se tornar o grande parque eólico do Brasil. Hoje, 20% de todo o processo de concessão e de licitação de energia eólica estão na Bahia. São 52 parques. O sertanejo de Serrinha, ou de Chorrochó, ou de Xique-Xique, na beira do São Francisco, sempre dizia que quanto mais seco mais lento. É óbvio que é o contrário, que aí estava se relacionando exatamente com a chuva, mas, na sabedoria dele, sem nenhuma escola, sem nenhuma formação, sem analisar a ciência, mas convivendo com a ciência na prática, no seu cotidiano e na pele, no dia a dia. Ele saca que não tem chuva porque é a característica da região. A ausência dessa chuva é, inclusive, motivada pelo vento, que a carrega. Então, quanto mais seco, mais vento. Na realidade, é por conta de haver muito mais vento que se torna mais seco.

E, aí, o cara vai lá e aplica isso para a eólica. É por isso que essa região foi escolhida, no semiárido, como o melhor lugar para a gente implantar os parques eólicos: intensidade, regularidade de um vento que vai nos produzir energia no semiárido, que diziam que não dava nada. É o que nós estamos chamando

lá, viu, meu caro Wellington, de *royalty* do sertão. Não há os *royalties* do petróleo? O *royalty* do sertão é exatamente o vento.

Então, é esta a característica que acho é importante a gente discutir: como é que nós vamos adotar medidas, do ponto de vista do MCT ou do Ministério da Educação, para trabalhar nessas áreas? E não é só uma questão de dizer que nós precisamos inverter prioridades e tal, o que é fundamental. Mas qual foi o problema nosso aqui ao longo dos anos?

O nível de investimento em ciência e tecnologia sempre foi muito baixo. Começa pela prioridade, todo mundo fala disso, mas na hora de a gente, inclusive, no orçamento, colocar isso como uma questão mais importante não ocorre porque outras coisas terminam pressionando o orçamento para a importância ou para as coisas imediatas e não as coisas derivadas. Para derivar, eu preciso, inclusive, usar isto aqui: a base é ciência e tecnologia.

Eu fiquei ouvindo você falar das derivadas. Eu estudei em uma escola técnica e isso me chamava muito a atenção na época, porque, por exemplo, a escola técnica era a única escola de segundo grau em Salvador em que a gente estudava cálculo estrutural e cálculo diferencial, matérias hoje só do currículo de quem está pelo menos no primeiro ano de Matemática ou no primeiro ano de Engenharia. Aí, depois, eu fui estudar esses cálculos no primeiro ano de Matemática na universidade federal, mas eu já os tinha estudado na escola técnica. E eu fui monitor de física e de matemática, até para ganhar a vida, já que me casei quando eu era ainda jovem dentro da escola técnica. E uma das coisas que a gente aprendia era isto: a gente tem de trabalhar com derivadas, matrizes e cálculo porque, senão, a gente não consegue desenvolver absolutamente nada! E, no curso de eletrônica e telecomunicações, essas coisas são pressupostos básicos, senão, você não consegue desenvolver; você vai só decorar como é que chega ao cálculo de um amplificador sem conhecer absolutamente nada de derivadas, muito menos de cálculo estrutural.

Então, por que isso não pode ser ofertado para essa gente que está espalhada? A definição é pelo quê? É pela cor dos olhos, pela cor da pele ou pela localização geográfica de cada cidadão? A esses se disponibiliza, meu caro Cyro, uma educação nessa condição?

A esse sertanejo que sabe exatamente discernir o vento tem de ser dada oportunidade. Nessa mesma região do sisal, Nicolelis, foi um sertanejo, da escola técnica inclusive, que descobriu uma maquininha para resolver um dos graves problemas que afligem a maioria das pessoas que trabalha no sisal.

Eu estou discutindo com a Ford a partir do sisal – e essa foi uma das coisas que nós estamos colocando como imposição. Quem se lembra, no plenário desta Casa, de que eu falei sobre isso na Medida Provisória nº 512? Nós queremos uma política de incentivo, mas ela tem de vir, obrigado – eu disse isto ao Mercadante. O MCT tem de colar no MDIC para dizer: "Nós vamos levar montadoras para os lugares, mas eu quero saber quando é que eles vão investir em pesquisa e em desenvolvimento em cada região que eles se instalam."

E, aí, uma das ofertas que eu fiz lá para a Ford é o negócio do sisal. O sisal, se produzido, vira um painel de carro da melhor consistência. A pesquisa aplicada ao sisal pode transformá-lo, inclusive, em cabo de telecomando, para ser utilizado no nosso pré-sal. Ele é muito melhor do que o chamado CTP APL ou PVC, que é um cabo com estrutura plástica que pesa muito mais; o do sisal é muito mais leve para ir a águas profundas. É do sisal! O mesmo sisal que faz a rede, o mesmo sisal que faz o bocapiu, como a gente chamava lá, que é uma sacola. O meu pai ia muito à feira – meu pai era *marchand*, portanto, vivia, até depois virar ferroviário, de vender, de comercializar os produtos da agricultura familiar.

Então, foi nessa mesma área que o sujeito inventou uma maquininha para processar o sisal, para que o sisal não seja depois utilizado com um dedo, um braço, uma mão, uma marca de sangue das pessoas que trabalham naquela região. Então, fruto de um desenvolvimento. Isso pode sair exatamente dessas coisas que você colocou agora. São jovens que, até pela própria experiência, vão trabalhando a estrutura da inovação do desenvolvimento a partir, inclusive, da sua vida, do seu cotidiano, como melhorar aquelas coisas.

O problema é que nós partimos, meu caro Arquimedes, do princípio de que inovação só tem quando vamos tratar de LED, LCD, Chip, como se inovar, por exemplo, na Embrapa, não fosse fundamental para a agricultura familiar, na produção de rede, inovar na comercialização e inovar, principalmente – esta é uma das coisas que chama muito a atenção da gente, de seu desafio –, na forma de criar as condições para tratar as pessoas desde o ventre, permitir-lhe a oportunidade. Essa é que é a grande proeza desse momento. É importante isso.

Aqui na Comissão de Ciências e Tecnologia votamos recursos para investir em pesquisa. Historicamente, sempre batalho aqui na Comissão. Estou no Parlamento no meu quinto mandato e sempre fui membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, sempre, desde o primeiro mandato. E me diziam na Bahia: "Pinheiro, ciência e tecnologia não dá voto. Quando chega a época da eleição, os caras pelos quais você

batalha lá do CNPq, um está na Inglaterra fazendo não sei o quê, o outro está não sei onde". O Prof. Nelson Preto, que você deve conhecer lá da escola, uma vez ligou para mim e disse: "Pinheiro, estou aqui, longe". Eu respondi-lhe: "O que posso fazer, Nelson Preto? Vou perder seu voto. É um a menos". Mas acho que é importante fazermos isso, para tentarmos, de uma vez por todas, recuperar esse terreno perdido, disponibilizar essa oportunidade e sacudir...Um país que tem uma criatividade como essa precisa que sejam dadas as condições. Os nossos jovens, os nossos filhos não são menos inteligentes do que os europeus, do que os filhos de americanos, a diferença está na oportunidade, nas condições que são dadas.

Quero encerrar usando um exemplo. Certa feita, um colega de trabalho e, depois, colega de ação sindical, Domário da Cruz, um poeta que faleceu recentemente de câncer de pulmão, fazia muita pesquisa com os meninos de rua em Salvador, até para escrever seus poemas e fazer suas coisas. E chegamos uma vez à Barra, um dos pontos turísticos mais frequentados, e começamos a conversar com um menino de 14 a 15 anos. Perguntamos-lhe onde ele tinha aprendido inglês, pois ele falava muito melhor do que eu e Damário, tinha uma pronúncia limpa. Um moleque que, desde seus seis anos, ficava só ouvindo, aprendeu. Ele falava limpinho. E não era só aquela estória de chamadas frases soltas, não; ele estava navegando no inglês. Então, perguntei-lhe: "Mas você não sabe escrever e ler?" "Não". E Damário perguntou-lhe: "E você pega ônibus como, se não sabe ler?" Ele respondeu: "Ah, aí também é mole". Vinha passando um ônibus, o Aeroporto. Ele disse: "Olha lá, está vendo ali? Começa com essa letra, que é "a", a palavra é grande pra caramba e termina com "o": aeroporto. É mole". Ele olhava cada traço daquele e associava-os a uma grafia e a um conteúdo.

Essas pessoas foram se desenvolvendo, foram retirando essas dificuldades para enfrentar a vida. Imaginem se esse sujeito tivesse oportunidade de não só entender a partir do que era um traço, mas ter a capacidade de ir mais profundamente para entender o conteúdo, para discernir, para desenvolver. Se ele tem capacidade de fazer isso sem ter passado por um banco escolar, identificar mesmo com os traços o que aquilo significa, imaginem se a ele fosse dada a condição de desenvolver muito mais coisas.

Então, precisamos discutir isto: como fazermos. Tem um tripé apresentado pelo Ministério que foi apresentado na nossa Comissão pelo Ministro Aloízio Mercadante, que é muito importante. É preciso mexer na infraestrutura da ciência e tecnologia no Brasil. Correto. É preciso aprofundar e colocar mais dinheiro na inovação. Correto. Mas a base central desse tripé chama-se recursos humanos. . Essa é a base principal. Se eu não tiver isso, não adianta ter as outras duas coisas, porque como eu vou ficar? Eu tenho, mas não tenho gente para tocar, não tenho gente para desenvolver. E alguns dos nossos filhos estão nos Estados Unidos. Na Califórnia, há um jovem baiano que foi para lá acho que com 22 anos de idade. O Cláudio é professor de uma universidade da Califórnia, em San Diego. É pesquisador, foi da Novartis, é da área de Biologia e toda vez ele me diz: "Pinheiro, eu fui embora exatamente por isso, em busca dessa oportunidade". Nós estamos inclusive tentando trazê-lo, como já fizemos com algumas partes.

Então, eu queria concluir, Cyro, dizendo que a minha preocupação é que o Ministério poderia ter colocado neste PPA, assim como nós fomos ajustando, e eu conversei bastante com os membros do MCT, algo que pudéssemos pegar essa experiência, não do ponto de vista da estrutura física, mas pelo menos da experiência do projeto central dessa formação de gente. Que pudéssemos trabalhar isso como uma das peças centrais do MCT para esse período e do próprio Governo para os próximos quatro anos. Ainda há tempo. A partir do que temos, como pegar essas ideias tão importantes, todo esse projeto apresentado pelo MCT e como traduzirmos isso num programa que, efetivamente, possa nos dar a certeza de que vamos bater os Brics e quem quer que seja, quando começarmos a trabalhar isso e produzir as oportunidades para essa nossa gente possa ocupar esse espaço. E mais do produzir ciência e tecnologia, produzir, através da inovação, a melhoria da vida dos outros. Nós vamos acabar com a seca do sertão, mas nós precisamos aprender a conviver com ela. E para aprender a conviver com ela, nós precisamos chegar com alguns instrumentos que nos permitam dar a esse sertanejo a oportunidade de viver e de se alegrar no semiárido em que vive.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Walter, não só pela iniciativa, como também pelo seu pronunciamento, mormente ao Senador Wellington.

Eu quero passar a palavra e fazer uma referência muito especial ao meu companheiro Senador Cássio Cunha Lima porque estou tendo, pela primeira vez, o prazer de estar junto dele numa comissão. Quero dizer, Senador, que o senhor vem abrilhantar este Congresso, o senhor vem somar muito aqui no Senado com a sua experiência. Nós nos conhecemos pouco, mas conheço muito da sua vida, muito das suas realizações. Nós estamos de parabéns. Seja muito bem-vindo.

Passo-lhe a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Só posso naturalmente agradecer a imensa generosidade do Senador Cyro Miranda, que pela suspeição do companheirismo, me traz essas boas-vindas.

Chego, Presidente, com o bonde andando e vou tentar fazer uma participação muito rápida. Começo cumprimentando o prezado Miguel, o Arquimedes, os Senadores e todos os que estão presentes nesta Comissão.

Duas breves histórias do folclore paraibano, do folclore nordestino, para complementar um pouco o que o Wellington e o Walter fizeram há poucos instantes.

Eu me recordo de uma historinha contada por Ariano Suassuna. Talvez muitos daqui já tenham ouvido o próprio Ariano, um talento nato, reportando um estudo que foi realizado por um instituto de pesquisa sobre o grau de desconhecimento e ignorância do povo do sertão do Nordeste e foram bater lá em Taperoá – e Ariano faz questão de registrar Taperoá, que é a sua cidade natal.

Ali na beira de um açude, o pesquisador se depara com um pescador que jogava, tranquila e calmamente, sua tarrafa no açude e cada peixe que pegava colocava dentro do balaio enquanto o pesquisador indagava: "o senhor sabe quem é o Ministro da Educação?". O pescador dizia: "Sei não, senhor". "O senhor sabe quem é o Ministro da Ciência e Tecnologia?" "Sei não, senhor." "O senhor sabe quem o Presidente da República?" "Sei não, senhor." Ao término do conjunto de perguntas, o pesquisador, espantado e irritado, disse: "Mas como o senhor é ignorante!". O pescador, muito calmamente, pegava um dos peixes do balaio e dizia: "o senhor sabe que peixe é esse?" O pequisador dizia: "sei não, senhor". "É uma tilápia." "O senhor sabe que peixe é este?" "Sei não, senhor." "É um curimatã." "O senhor sabe que peixe é este?" "Sei não, senhor." "É uma traíra. Pois é, doutor, cada cá com sua ignorância." (*Risos*.)

E é exatamente esse o desafio. O desafio de poder compreender os nossos limites, só que o nosso grau de fragilidade ainda remonta a situações que são básicas, basilares para que este País possa se desenvolver.

Eu tenho batido aqui numa tecla e é um compromisso que tenho comigo mesmo – mesmo que desvie um pouco dos temas das audiências públicas –, trazer um debate, ou pelo menos fomentar uma discussão para criar um caldo de cultura que tenho certeza mais adiante nós teremos que nos deparar com esta realidade do pacto federativo. E as indicações que eu gostaria de fazer, sobretudo a Miguel – desculpe-me tratá-lo assim –, trazendo uma palavra de felicitações: há muito tempo não via uma apresentação com tanto talento, tanta desenvoltura, tanto brilho e tanto encantamento.

Acredito que esta audiência ganhou em qualidade. Claro que Arquimedes não ficou a desejar, mas eu faço questão, Miguel, de trazer essa palavra, porque fiquei encantado e lamentei muito ter chegado já após o início da sua fala.

Para que nós possamos compreender um pouco como essa experiência do Rio Grande do Norte tem funcionado nos aspectos já apresentados, mas também nos obstáculos. Eu gostaria e teria muita curiosidade de saber qual o grau de interação que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte tem, que a prefeitura local possui, que o Governo do Estado, a estadual e, ao final, indagá-lo sobre qual a possibilidade de multiplicarmos essas experiências Brasil afora.

Eu represento aqui um Estado vizinho ao Rio Grande do Norte, que é a Paraíba, e conheço bem de perto Pierre, conheço todo trabalho que ele realiza, porque inclusive como governador que fui também pude, de forma modesta, apoiar algumas das iniciativas de Pierre e todo seu trabalho.

Qual o modelo que poderíamos adotar para, envolvendo os governos nos três níveis, o setor privado, as nossas universidades, e no caso da Paraíba, a Universidade Estadual conquistou a sua autonomia orçamentária e administrativa de forma pioneira no Brasil; fizemos uma legislação que de fato tornou a UEPB uma referência de autonomia universitária no nosso País. A indagação é nesse sentido: quais os caminhos, com compromisso público que firmo aqui, que durante este mandato poderei colaborar com emendas, com proposta que esta Comissão também pode reforçar, para que possamos enfim multiplicar essa experiência e mais do que a experiência, a iniciativa...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me, Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Pois não, Senador Wellington, com prazer.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu acho que, inclusive, antes que passe da hora, poderíamos organizar na Comissão de Educação uma visita a essa experiência. O que os olhos não veem, o coração não sente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Perfeito.

Então, o conceito da minha intervenção fica compreendida e eu termino com outra historinha, muito rápida, de Ribamar, que é um autodidata em inglês que faz um trabalho de assistência turística num local bastante conhecido no sermiárido da Paraíba, chamado Lajedo de Pai Mateus.

O Ribamar, autodidata mesmo em inglês, extremamente extrovertido, inteligente, com uma capacidade fantástica, deixou encantado o nosso ex-Ministro

extremamente talentoso Gilberto Gil. A Bahia, como sempre, exportando seus talentos.

E foi bater lá em Pai Mateus, passou ali um fim de semana e ficou tão encantado com o talento de Ribamar que, ao final da visita, acreditando que estava fazendo algo fantástico para o Ribamar, autografou o violão que ele usava nos shows e disse: "Ribamar, eu vou lhe dar de presente este violão." A resposta de Ribamar: "Quero não, Gil. Eu não sei tocar." (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Cássio Cunha Lima. Realmente. Nós não estamos enganados, o senhor vem abrilhantar e corroborar com esta reunião.

Eu pergunto aos Srs. Senadores Anibal Diniz e ao meu querido amigo e Senador Agripino se querem fazer uso da palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com certeza, Presidente, se puder.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Por gentileza.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Presidente, eu fiz questão de vir aqui – eu estava reunido com presidentes de partidos, depois com o Ministro do STJ, depois recebendo a delegação da Venezuela, mas com a preocupação de vir aqui – porque não que neste momento esteja um potiguar fazendo a exposição, mas é um potiguar por adoção, o Sr. Nicolelis, que vive nos Estados Unidos; vive de Macaíba para os Estados Unidos. Ele tem apoio do Banco Safra, tem apoio da iniciativa privada. Tudo mérito dele. Se eu fosse governador, se eu fosse prefeito, eu estaria carregando esse homem no colo, por uma razão muito simples: ele está dando prestígio ao meu Estado por uma ação inédita, singular – este é o testemunho que quero dar à Comissão –: ele pega a criança no útero da mãe.

Trata-se de uma instituição em Macaíba. Ele tem queixas do Poder Público, porque não fazem estradas. Tem queixas, e todas procedentes. Mas, mesmo com as queixas, ele está avançando e produzindo resultados.

Mas o que está acontecendo no Rio Grande do Norte, em Macaíba?

A criança, desde o útero, é cuidada por uma instituição que, do ponto de vista da inteligência, ele pauta. Até a idade escolar. Com isso, ele envolve a comunidade por inteiro, disciplina a comunidade e a prepara. E isso ao lado de uma experiência, que eu acho que vai dar certo, que é a solução para os paraplégicos.

Isso é algo com o qual o mundo vai se assombrar, e, por isso, Macaíba vai ser conhecida no mundo inteiro. Na hora em que esse gol for feito, Macaíba vai ser mais importante do que o Vale do Silício, vai ser mais importante do que a cidade da Califórnia, onde estão situadas as Microsofts da vida, porque será feito um gol fenomenal.

Tudo isso é produto da iniciativa de um brasileiro, que é o Prof. Miguel Nicolelis, que anonimamente chegou lá. Anonimamente. Conseguiu recursos privados, pede o apoio do Poder Público, que apenas parcialmente lhe atende, o que é uma pena – mas progressivamente as coisas estão acontecendo –, para criar modelos inéditos. O mérito de Nicolelis é criar modelos inéditos que vão ser copiados, porque tudo que é bom termina sendo copiado.

Então, há o embrião de algo espetacular que está acontecendo no meu Estado, na cidade de Macaíba, por iniciativa dele.

Ele é um brigão! Vive às turras com quem diverge, com quem tem dificuldade. Agora está tendo uma briga com a universidade. Eu estou do lado dele. Não que eu esteja contra o pessoal da universidade, mas estou do lado dele por todos os méritos; por todos os méritos, acho que ele tem a coroa de louro na cabeça que merece ter.

Então, fiz questão de vir aqui para incentivar e dar o meu testemunho de Senador pelo Estado do Rio Grande do Norte a algo que está acontecendo no meu Estado, na cidade de Macaíba, que é inédito, que é exemplo para o Brasil, exemplo para o mundo e que, se der certo, como vai dar, vai produzir efeitos positivos para a humanidade. Esse é o exemplo que o Brasil pode dar à humanidade.

É o que eu queria dizer àqueles que nos visitam, com meus cumprimentos.

Vou querer o vídeo da exposição do Sr. Nicolelis para, em casa, eu ver bem direitinho o que foi dito, para que eu possa aprender um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Realmente, nós tivemos aqui, hoje, uma aula brilhante. Nós tivemos uma exposição, e, daqui para frente, só podemos pedir para que haja várias Macaíbas por este Brasil afora, porque, assim, nós vamos atingir nosso objetivo.

Senador Anibal, V. Exª gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Como eu não pude participar da exposição, eu também faço a solicitação do vídeo.

Estou muito feliz com o resultado de todas as manifestações aqui feitas.

Parabéns! E vou estar nessa visita proposta pelo Senador Wellington Dias a essa experiência.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sendo aqui intrometido – é assim que se diz, quando se ousa falar demais –, eu gostaria que pudesse também nos dizer aqui qual a sua visão sobre as regras brasileiras para o registro de patentes.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, inicialmente, o Sr. Miguel Nicolelis.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Muito obrigado por todas as intervenções dos Srs. Senadores. É um grande prazer.

Acho que posso combinar todas as indagações em três grandes áreas: a sensação que tive ouvindo a palestra do MCT, a descrição do MCT, da visão estratégica do MCT e as indagações dos Srs. Senadores. A primeira delas: é possível multiplicar essa experiência? Na realidade, nós já temos um projeto apresentado ao Governo brasileiro, ao Ministério da Educação, apresentado também ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que é replicar esse modelo, ontem à noite – o Ministério da Saúde, perdão; quase esqueço –, o que é muito difícil no Brasil. No nosso modelo de gestão pública no Brasil, diferente de outros países, as ações interministeriais são muito difíceis de serem feitas, e cada ministério é como se fosse um castelo próprio, cada ministério funciona como um castelo administrativo jurídico. Pareceres jurídicos de um ministério não batem com os pareceres de outro ministério.

Para a formação de projetos públicos no Brasil, nós temos um potencial humano e de ideias públicas. Nós temos políticas públicas que são invejadas no mundo inteiro – várias políticas públicas. Mas nós temos um grave problema: os nossos projetos tramitam por todo o processo administrativo e, no final, os departamentos jurídicos fazem o que todo advogado faz muito bem: dizem não. Porque sempre existe um entrevero jurídico que aparece no último passo da promulgação da política pública, aí tudo para.

No mundo todo por onde eu viajo, Estados Unidos e Europa, o parecer jurídico de qualquer ideia é no começo; ele é feito no início da tentativa de ação. E esse é o grande obstáculo de ações interministeriais.

Por que estou dizendo isso? Porque, para replicar esse projeto, a proposta que fizemos ao Governo federal, para o qual eu pediria apoio aos Srs. Senadores aqui, como fiz ontem na Câmara dos Deputados, se utilizaria a base instalada, que já existe instalada, dos institutos federais, entre os quais o de Natal é um dos melhores do Brasil, é um dos exemplos para todo o Brasil. Para que os institutos federais ampliassem a sua missão para o ensino fundamental, para usar a experiência que usamos em Macaíba, para criar, pela primeira vez na história do Brasil, uma escola de turno integral. Ou seja, metade do período na escola pública e metade num currículo de iniciação científica, que começaria no momento em que você recruta a mente humana para se fazer ciência, se fazer engenharia e, como o Senador bem colocou, fugir da média, atingir o sonho, porque o sonho é realizável.

E nós temos condições, com o talento humano que nós temos no Brasil, de transformar este País num berço de sonhadores, que irão muito além do que nós fomos capazes de fazer na nossa geração. Mas para isso temos que massificar esses aeroportos de Santos Dumont.

Se não me engano, atualmente, depois da iniciativa do Presidente Lula, passamos a ter mais de 340 institutos federais. Até o término do plano plurianual da atual administração, nós teremos quase 500. Ou seja, se nós ampliarmos a ação desses institutos para o ensino fundamental, começando no ensino fundamental mesmo, no turno oposto da escola pública, nós teremos condições, nos próximos quatro anos, pelos cálculos feitos, de atingir um milhão de crianças com esse currículo. Aí é que vem a iniciativa interministerial. Se nós casarmos essa educação libertadora, cidadã e de inovação. E volto a repetir: nós só vamos fazer inovação quando as nossas crianças tiverem, no sistema educacional, os mecanismos de libertação de suas mentes. Ninguém vai impor inovação.

Quando o trabalhador do sisal inventou a máquina do sisal, ninguém estava na cabeça dele dizendo: inove, inove, há um incentivo fiscal para você inovar. Não. Ele inovou porque a vida dele dependia da inovação. A nossa espécie evoluiu como evoluiu porque a inovação faz parte do nosso genoma. Nós não estaríamos aqui usando linguagem verbal se os nossos antepassados não tivessem tido que inovar para sobreviver.

Então, se nós conseguíssemos casar essa política educacional com as políticas estratégicas do Ministério da Ciência e Tecnologia e políticas como, por exemplo, a Rede Cegonha do Ministério da Saúde, que permitiria que um número muito maior de mães no Brasil pudesse ter um pré-natal de qualidade, para que essas crianças pudessem entrar no ensino fundamental no currículo que nós estamos descrevendo, nós criaríamos um processo catalítico de inovação que é maior do que qualquer investimento em qualquer empresa *start up* em qualquer lugar do mundo, porque nós estaríamos infundindo a um custo muito menor, um custo para o setor público muito menor, instigando no DNA da nossa juventude as ferramentas necessárias para

que, 20 anos, 30 anos depois do nascimento, essas crianças construam novas indústrias, novos processos, novas patentes.

Então, a primeira resposta a pergunta dos senhores – e eu quero dizer agora e posso dizer publicamente, porque pouco a pouco as pessoas sabem –, eu visitei o sul do Piauí, São Raimundo Nonato, com o intuito de criar do lado do Museu do Homem o primeiro instituto de biotecnologia alimentícia do Brasil. Então, anonimamente eu fui visitar, passei dois dias, conheci toda a região; de bicicleta, eu passei por toda a João Pessoa, descobri sem querer por acidente a...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não sei se ainda é, mas lá era a única universidade do Brasil que tinha graduação em arqueologia. Sabe disso?

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Mas tem um fato mais interessante. Quando eu dou as minhas palestras no Jardim Europa, em Higienópolis, em São Paulo, com as audiências como o senhor pode imaginar, eu sempre gosto de dizer – em todos os lugares do Brasil quase – que todo mundo deveria saber que o homem brasiliano, o *homo brasilianus*, nasceu no sul do Piauí. O resquício da primeira demonstração da ocupação...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – E me permita completar: lá nós preservamos a mais completa biblioteca da história da humanidade.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Ah, sim, eu visitei.

Mas eu estava dizendo que de bicicleta, andando pela orla de João Pessoa, que eu reconheci meses atrás, depois de 30 anos sem ir a João Pessoa, eu descobri, subindo uma ladeira que quase me matou, a estação ciência, do nada. E fio um choque, porque era no final da tarde, o pôr-do-sol, as luzes estavam acendendo na estação ciência, é um prédio que se não me engano é do Oscar Niemeyer, e para quem voltou para o Brasil como eu voltei depois de 22 anos de exílio voluntário, estar andando de bicicleta numa cidade muito simpática, como João Pessoa e, de repente, depois de quase perder o fôlego, descobrir aquilo, a gente tem esperança de que é possível fazer.

Empreendimentos como este podem ser clonados. Como eu nasci na Bela Vista, sou palmeirense, tenho que dizer isso, a minha ambição pessoal de ver na minha vida não é ver o Brasil a quarta economia do mundo ou a 10ª produção de ciência, porque eu tenho várias críticas ao número de produção de trabalhos. Não é o número que interessa, é o que está dentro dele. Essa é uma questão fundamental que nós não discutimos no Brasil. Em ciência não é quantidade – é como no Congresso –, é a qualidade.

E aí quando nós olhamos o índice de citação da ciência brasileira, nós estamos devendo como cientistas – eu tenho que dizer isso –, mas a minha ambição é sempre galgar o primeiro lugar. Para mim, o Brasil tem que ser a maior economia do mundo, ela tem que ser a economia que dê esperança ao mundo. Quando eu viajo para fora do Brasil, e é isso que eu faço boa parte da minha vida, hoje a esperança política, econômica e social do mundo chama-se Brasil. Não existe outro país, nenhum dos BRICS – me perdoem, eu tenho amigos na Índia, na China, na Rússia, grandes amigos cientistas e todos são unânimes: se nós soubermos jogar o jogo corretamente, decisões como a que os senhores vão tomar aqui sobre os *royalties* do pré-sal são decisões históricas. Os senhores estão sentados numa... eu não tenho inveja da posição dos senhores, porque os senhores estão sentados e vão ser julgados daqui a 30 a 40 anos por gerações que nem nasceram ainda da decisão histórica que os senhores vão tomar daqui a uns dias. Os senhores estão decidindo o futuro de múltiplas gerações do Brasil.

E esse futuro, como os senhores todos sabem – e aí a segunda reposta –, sem ações que alavanquem a saúde materno-infantil, a educação e a ciência e tecnologia casadas, falando a mesma linguagem, indo na mesma direção, trabalhando com os departamentos jurídicos, um só – não precisa ter um departamento jurídico para cada ministério, tem que um da União, porque a lei é para todo mundo, a lei é de todo mundo. Esse casamento abre o túnel do futuro do Brasil. A não-criação desse casamento, a desunião de casamento tripatite fecha a porta do futuro do Brasil, porque a competição lá fora – posso dizer isso com total tranquilidade, porque vivo lá fora – é muito mais cruel e difícil do que se imagina. E se nós não apostarmos no maior *asset* que nós temos, que é o ser humano, que são as nossas crianças, não teremos a menor chance de competir. São essas crianças de Macaíba, de São Raimundo Nonato, de Cabedelo, de Mossoró que vão nos dar a chance de competir, porque, se ficarmos restritos a 70% da produção científica brasileira no Estado de São Paulo – eu sou de São Paulo, adoro São Paulo, e a Fapesp é o maior exemplo de gestão científica do Brasil e uma das melhores do mundo, não há dúvida nenhuma –, se não ampliarmos isso para o resto do Brasil, não teremos a menor chance.

Então, clonar ou levar iniciativas como a nossa e outras para o Brasil inteiro não é nem uma opção. É o único caminho. E são os senhores que vão poder decidir como galgar esse caminho, evidentemente com o respaldo da sociedade brasileira.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Só para colocar uma coisa.

Insisti naquele negócio do programa com a MCT, Nicolelis, pelo seguinte: estou terminando o PPA. Tenho conversado muito com o Ministério sobre isso.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Certo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Essa coisa que você propõe, o chamado tripartite, ciência e tecnologia, educação e saúde, na minha visão, para superarmos hoje esse problema da burocracia e das fogueiras quaisquer, inclusive as da vaidade, devemos trabalharmos um programa em que os outros dois ministérios entrem com a transversalidade, portanto com a obrigação de cumprir com a estrutura.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Sim.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Então, a ideia é ter o programa, que é esse. Portanto, trata-se um programa não para ele entrar na grade da rede de educação, nem tampouco para ele entrar na rede de saúde, mas para ele entrar com um objetivo central. Então, é um programa que na minha opinião deveria estar na MCT, exatamente pela natureza dele, porque ele não é uma formação básica nem é um programa de atenção básica à saúde.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Sim.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Bom, então, esse programa. Aí, a estrutura desse programa da área educacional tem que ser a da educação. Refiro-me à estrutura física, que você falou, que são os Cefets.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Sim.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – E a estrutura para complementar na área da saúde tem que ser a do Ministério da Saúde.

Então, essa transversalidade encontraria condições práticas para funcionar e não dependeria da vontade ou do desejo de consultores ou de ministros.

Essa é a proposta que discutimos com o MCT. Era importante. Ainda há tempo de se fazer isso no PPA, cujo relatório devo entregar no dia 2, agora, sexta-feira.

Aproveitando as contribuições do Ministério da Ciência e Tecnologia e as diversas contribuições individuais dos Parlamentaremos, nós materializaríamos esse programa e o amarraríamos. Para ele funcionar, deveria haver um prédio com o que continuo chamando de escola técnica, porque, quando estudei, era escola técnica.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Sim.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não era Ifet, sofiscado como é hoje. Era escola técnica. E seria utilizada a rede da saúde como complemento para essas duas pernas a que você se refere.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Deixe-me dar só dois números que foram mencionados pelo senhor: um, no meu; e outro, na palestra do Prof. Arquimedes. Se os senhores pararem e fizerem as conexões dos números, os dois mostram o gargalo que estamos vivendo já. Num dos números aqui, 17% das crianças com idade dos jovens, com idade para ir à universidade, estão na universidade no Brasil. Na Noruega, na Finlândia, na Suécia, esse número é acima de 80%.

Número de óbitos de mãe e filho: 87 por 100 mil. Se o senhor puser esses dois números um do lado do outro, eles mostram a situação dramática que nós vivemos.

Vou ser um pouco mais crítico: dos 30 mil engenheiros que nós formamos, nós deveríamos ter 300 mil. A China, na realidade, se o senhor contar o curso de engenharia de dois anos – é um engenheiro técnico o chinês –, eles não falam 450 mil; eles falam 750 mil por ano. Dos 30 mil engenheiros brasileiros – isto dito por engenheiros profissionais –, 10 mil têm condição de atuar no mercado de trabalho por ano. Ou seja, da nossa dependência mínima, 70 mil, nós temos 10 mil.

Então, o que nós estamos fazendo? Em resposta ao questionamento do senhor, além de proliferar, disseminar programas transversais pelo País todo, adotando ou usando a infraestrutura que já existe... Não é preciso que se construam mais prédios, já há prédios, aliás, já há um monte de equipamento espalhado pelo Brasil. Nós precisamos de gente.

O terceiro questionamento: como é que o senhor leva profissionais altamente capacitados para zonas do interior do Brasil, oeste da Paraíba, para Sousa, para o Seridó, do Rio Grande do Norte? Como é que você leva cientistas, professores, médicos? Nós temos três neuropediatras no nosso centro de saúde de Macaíba. Eu não conheço outro centro de saúde no Rio Grande do Norte que tenha três neuropediatras, trabalhando 20 horas por semana. Como é que você leva essas pessoas? A receita é simples, e não é só dinheiro; é sonho. Você vende o sonho. Você vende o sonho e recebe em troca o comprometimento.

A gente pode achar, nos nossos ambientes de trabalho, como aqui, nos laboratórios de pesquisa, quando somos mais cínicos, que isso já não existe mais. O projeto de Macaíba foi construído assim: a nossa diretora educacional, a Prof. Dora Montenegro, parente do Brigadeiro Montenegro, uma das melhores educadoras da cidade de São Paulo, deixou, aos 72 anos de idade, cachorro, gato, filho, neto, casa, e levou o marido para Macaíba para criar um sonho da vida dela, que era ter essa escola. Essa escola é o produto do sonho dessa senhora.

Nossos médicos de Pernambuco, nosso diretor clínico é nascido em Pernambuco, mora no Rio Grande do Norte, é pós-doutor em Ribeirão Preto, da USP de Ribeirão Preto, e poderia ir para qualquer lugar do Brasil. Mas onde ele está? Trabalhando 20 horas semanais no centro de saúde de Macaíba, e também é professor da Universidade Federal do Rio Grande do

Norte em tempo parcial. Ou seja, quando você tem um projeto que alavanca o sonho individual, não só das nossas crianças, mas dos profissionais que vão trabalhar nesse projeto... E você, evidentemente, oferece os ganhos materiais necessários para essa pessoa ter uma vida digna; nós pagamos os melhores salários de professores, os melhores salários de cientistas, de médicos, para poder garantir a receita explosiva.

Quando comecei esse projeto, um dos lemas que criamos que causou um alvoroço onde eu morava, que era a cidade de São Paulo, era "todos os caminhos levam a Natal". O povo ficou muito bravo comigo porque dava a sensação que Natal se transformaria no centro do mundo. Não, não era essa a ideia. A ideia era a de que, se você queria construir uma utopia naquele momento, no Brasil, só havia uma estrada: a estrada de onde você morava indo a Natal. Só lá é que você ia dar vazão ao seu sonho utópico, que não é mais utopia; é realidade.

Investimento total: um terço dele privado e dois terços público, só federal, recursos federais.

Respondendo as perguntas que o senhor me fez, nós temos apoio integral da Prefeitura de Macaíba. Eu me considero cidadão de Macaíba, apesar de ter nascido em São Paulo; sou cidadão potiguar. A Prefeitura de Macaíba é nossa parceira integral. O investimento total, entre infraestrutura do MEC construída, investimentos privados, supercomputador, tudo, é de R$125 milhões, em 8 anos, de um trabalho voluntário. É possível ser feito. Não há a mínima dúvida de que é possível ser feito. O *campus* de Macaíba que está sendo construído em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que é a nossa parceira desde o primeiro momento, desde o primeiro instante, é o maior *campus* de pesquisa do Nordeste neste momento, em construção. E não há segredo. É apenas ter uma ideia, perseguir a ideia com um certo grau de compulsão e mostrar resultados. E os resultados são esses.

Agora, eu volto a repetir – o senhor tocou num ponto crucial –: enquanto não tivermos um planejamento estratégico de nação, como fizemos da macroeconomia brasileira que nós temos – e o nosso é um dos poucos países do mundo que têm uma consistência da política econômica há várias gestões presidenciais –, enquanto nós não tivermos o mesmo em termos de políticas transversais, que acavalam o potencial humano brasileiro, vai ficar difícil competir. Mas no momento que nós tomarmos essa decisão, a inovação brasileira vai explodir. Se o talento humano for incorporado, e não vai ser só com *startup* de investidores americanos vindo aqui criar as *startups* deles, porque está acontecendo isso... O Brasil está sofrendo um processo de que ninguém fala na mídia nem pessoalmente, em que os empreendedores europeus e americanos que não têm mais capital para executar seus projetos nos Estados Unidos estão vindo para cá para criar os seus empreendimentos aqui, porque, aqui, o dinheiro existe. E os empreendedores brasileiros correm o risco de, em longo prazo, transformarem-se em empregados dos empreendedores estrangeiros. Nada há de errado nisso, é muito bom que venha gente de talento para cá, mas temos de dar vazão ao empreendedorismo nacional. Isso só vai acontecer se houver o pré-natal e se a criança construir todos os neurônios que ela poderia construir nos nove meses de gravidez.

Então, as três respostas são essas. Isso é possível. Um projeto apresentado ao Governo brasileiro chama-se Projeto Alberto Santos Dumont de Educação Científica, que foi apresentado ao MEC, ao MCT e ao Ministério da Saúde – é um projeto casado.

Há um projeto que considero muito bonito que se chama Escola Sem Fronteiras. Selecionamos doze localidades das fronteiras brasileiras com os países sul-americanos. São localidades de risco, onde há problemas seriíssimos de fronteira. E a proposta que fizemos foi a de ocupar as fronteiras brasileiras com escolas, não com muros ou com arames farpados. Nessas escolas, metade das crianças é brasileira, e a outra metade é proveniente do país fronteiriço; metade dos professores é brasileira, e a outra metade é do país fronteiriço. Nessas escolas, aprende-se em português e em espanhol o mesmo currículo científico, artístico e humanístico. Com isso, as comunidades fronteiriças podem ter a noção de que o Brasil não vai ocupar essas fronteiras de maneira cotidiana, praticada no mundo fora daqui. As escolas serão nossas pontes de integração. E aí isso ocorrerá verdadeiramente.

Todo mundo ouve na escola a expressão "do Oiapoque ao Chuí", mas ninguém sabe onde fica o Chuí ou onde fica o Oiapoque e o que há lá – alguns sabem disso no Rio Grande do Sul. Mas o que podemos fazer do Oiapoque ao Chuí, nas doze localidades mais precárias da fronteira brasileira, é ocupá-las com um modelo educacional nacional que tenha a capacidade de revolucionar o nosso potencial humano. Assim é que se faz inovação.

Penso que, assim, consegui responder a algumas perguntas que os senhores fizeram.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer somente uma observação, se fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Professor Nicolelis, estamos falando aqui de *case*. Existe

no Brasil uma instituição chamada Rede Sarah Kubitschek de Hospitais, que é um *case*, produto do talento, da obstinação e da ranzinzice de um homem chamado Professor Campos da Paz. Ele consegue arrancar até de nós, parlamentares, emenda parlamentar individual – eu dou todo ano, há anos e anos – para sustentar o Sarah Kubitschek, que, se fosse do sistema SUS, estaria longe de ser o que é. Mas, pela obstinação, no campo da saúde, de Campos da Paz, que é o Nicolelis no campo da ciência e tecnologia, *case* é *case*.

O exemplo do Sarah de Brasília já se multiplicou por Fortaleza, Salvador, Rio de Janeiro. Está se multiplicando. Então, o que precisamos fazer? Precisamos fortalecer o seu *case* para ele dar certo, porque o brasileiro imita muito o que dá certo. Precisamos ir nesse caminho. A imitação do que dá certo vence barreiras. É aquela história do advogado, que, ao final, diz "não". Ele perde a condição de dizer "não" se ele estiver diante de uma evidência escrachada de uma coisa que deu muito certo. Essa história de tomar conta da criança desde o nascedouro no sistema SUS é impossível, cai na vala comum. É preciso que a gente crie um *case* dentro de um modelo de excelência que interessa ao Brasil, para o Brasil passar na frente do BRICS – Rússia, Índia, China e África do Sul –, gerando um naipe de cientistas estruturalmente preparados, com a cabeça arrumada, até porque foram cuidados desde o nascimento. Depois, não sei como seria a inserção dessa moçada nas Escolas Técnicas Federais, como se faria a escola de tempo integral e o ramo com a ciência e tecnologia.

Aí há uma coisa positiva. Conheço bem o Mercadante, que foi meu colega aqui, no Senado. É um sujeito tinhoso, que está enamorado do exemplo de Macaíba, da relação com Nicolelis. Explore muito essa relação com o Mercadante, porque ela pode produzir bons resultados na ponta da linha! Mas temos de fortalecer a sua ação no seu *case*, para ele dar certo, para ele ser multiplicado. No Brasil, imita-se o que deu certo, e o que deu certo supera fronteiras, quebra tabus.

A gente poderá, como Campos da Paz conseguiu botar para o Sarah Kubitschek dinheiro privilegiado, neste modelo e neste exemplo, criar caminhos.

Pode contar com a nossa ajuda, mas a tarefa fundamental é a sua coordenação de obter os 75% de capital privado com dinheiro público. E quanto mais em *Veja* o senhor aparecer, quanto mais na TV Globo o senhor aparecer, quanto mais na *Folha de S.Paulo* e em *O Estadão* o senhor aparecer, melhores as suas chances de bater na mesa e conseguir dinheiro para o seu *case* dar certo, que é o *case* do Brasil.

Era só essa observação.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Então, eu já tenho um primeiro pedido para o senhor.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Às ordens.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Nós nunca tivemos uma emenda da bancada do Rio Grande do Norte nem da bancada do Nordeste. Então, para o próximo ano, já está o pedido feito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Está aí. Terá.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Nós podemos ter uma emenda parlamentar. Seria a primeira vez em oito anos. Nós ficaremos muito felizes.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Vai ter. Pode esperar. Vai ter a minha. Do tamanho da emenda que eu vou dar, que é pequena, para o Sarah Kubitschek, vai ter para a sua instituição. Pode esperar.

O SR. MIGUEL NICOLELIS – Muito obrigado. Agradecemos muito.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Agripino, o senhor me coloque isso hoje, porque eu sou Sub-Relator de Ciência e Tecnologia e, de acordo com o prazo, vou fechar o relatório hoje.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Vou voltar para o gabinete e acertar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Por gentileza, o senhor corra, por favor.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Agora, eu espero que outros aqui se movam na mesma direção.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Devemos sim.

Eu passo, com muito prazer, a palavra ao Professor Arquimedes, para as suas considerações e respostas.

O SR. ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI – Obrigado, Senador Cyro Miranda. Reitero a honra de ter participado desta audiência pública e de ter aprendido tanto e visto a consonância de objetivos do Professor Nicolelis com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Eu vou responder rapidamente.

Começo com o senhor, Senador Cyro Miranda. O meio empresarial praticamente já nos deu resposta. Eu não tenho ainda os números, mas posso dizer, posso afiançar, que as 25 mil bolsas, se não o foram, serão atingidas. Nós vamos chegar a 100 mil bolsas no programa Ciência sem Fronteiras, e, com certeza, essas bolsas permitirão, Nicolelis, que tenhamos pessoal formado em número suficiente para atender às empresas. Nós estamos também com os mecanismos novos que estamos implantando na Finep. Estamos sim oferecendo ajuda ao pequeno, ao médio e ao microempresário,

mas nós queremos que ele produza ciência, que ele tenha a sua base científica instalada. Podem dizer: "Ah, mas não tem gente formada, como vou instalar base de pesquisa se não tem engenheiros?". Agora nós estamos formando. Estamos formando a geração que nos propiciará dar o salto tanto no número de patentes como também – e o senhor chamou muito bem a atenção para isso – na qualidade das nossas publicações. Eu citei seu índex. Realmente, nós ainda não estamos em décimo terceiro, não há consonância entre a nossa produção e a nossa "citabilidade", se me permite assim chamá-la.

Os empresários, com certeza, Senador Cyro Miranda, receberam e vêm usando muito bem a Lei do Bem e a Lei de Inovação, e têm sido nossos parceiros. Eu não tenho aqui, infelizmente, os dados – estão em outra apresentação –, mas cresce a cada dia o número de empresas fazendo inovação no Brasil. Nós estamos com uma relação muito boa com as entidades de classe e, com certeza, posso afirmar que, a cada ano, o indexador das empresas inovadoras do Brasil crescerá substancialmente, principalmente ao longo desta década e principalmente com a volta da garotada que vai usufruir do Ciência sem Fronteiras.

Aproveito para justificar aqui a ausência do Ministro Mercadante. Ele me designou, e foi com muita honra que eu o fiz, para vir nesta audiência pública, porque, neste momento, ele preside uma reunião do secretariado, já previamente convocada, em que vai lançar outra ideia. O Mercadante é certamente um ministro dos mais inovadores. Preocupado com as assimetrias regionais, Senador Walter Pinheiro e Senador Cássio Cunha Lima, ele está lançando a ideia de um planejamento. Nós vamos nos aproximar mais dos governadores dos Estados do Norte, do Nordeste e aqui do Centro-Oeste para regionalizar, para termos versões regionais da Enct, da estratégia nacional, com planos: Plano Centro-Oeste, Plano Norte e Plano Nordeste de Ciência, Tecnologia e Inovação. E ele vai convidar. Não vou aqui citar os nomes porque caberá ao Ministro Mercadante fazê-lo. Hoje, tivemos uma reunião com um luminar da política nordestina, um homem que, e, quando for apresentado aos senhores, os senhores entenderão o que estou, aqui, dizendo, será o coordenador desse projeto pelo Nordeste. Teremos, também, pessoas de profundo conhecimento político e administrativo para o plano norte e para o plano centro-oeste, justamente para combater as assimetrias que o Mercadante detecta muito bem.

O Ministro fez... Nós tivemos oportunidade de assistir a uma apresentação por um dos pró-reitores vinculados à Andifes, entidade da qual já fiz parte, já fui presidente da Andifes, em que ficou patente a assimetria, a distribuição dos nossos recursos humanos de alta qualidade, em termos dos nossos mestrados e doutorados. Por isso a gente está lançando, também, uma regionalização da nossa estratégia nacional.

É preciso ter em mente... Ouviu, Nicolelis? Você acompanha isso muito bem. Nós passamos de... Em 2003, nós tínhamos 43 *campi* universitários federais no Brasil. Somos 230 hoje.

O programa Reuni, em boa hora lançado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já levou a uma descentralização extraordinária. Nós estamos colocando jovens doutores, aos borbotões, em diferentes rincões pátrios que antes não dispunham sequer de escola técnica, isso para não falar nos Ifets e Cefets.

Apenas em universidades federais, hoje, são 230 *campi*, vinculados s 62 universidades federais, uma das quais, a Unila, Universidade para Integração Latino-Americana, em Foz do Iguaçu, faz exatamente aquilo que o senhor defendeu tão bem. É uma universidade, das novas universidades, em que metade dos professores são brasileiros e a outra metade são argentinos, paraguaios e uruguaios; metade dos alunos, brasileiros; metade dos alunos, provenientes de países da Língua espanhola, exatamente para promover uma maior integração dos nossos países, dentro da iniciativa de aproximação, da criação, enfim, do nosso "Mercado Comum Europeu".

É preciso que a América Latina... Eu adoro ganhar da Argentina no futebol, mas não posso deixar de olhar a Argentina como nossa coirmã. Tem problemas semelhantes e juntos a gente pode resolver muita coisa.

O Ministro Mercadante, portanto, está cuidando também dessa questão das assimetrias e nós estamos nos aproximando das universidades.

Uma pergunta do Senador Cássio Cunha Lima me fez também lembrar do seguinte: o senhor tem uma grande contribuição, sim, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, desde o então Reitor Ivonildo à atual Reitora, Profª Ângela, e é uma figura que precisa, Senador Agripino, crescer muito nos próximos anos. É uma figura que nós temos de fomento, lá no Ministério, que é a figura das entidades associadas.

Eu estou trabalhando, por determinação, também, do Ministro, na aproximação das 62 universidades federais e dos seus 230 *campi* aos nossos, num futuro próximo, já serão 23 institutos – hoje são, atualmente, 19 –, porque nós podemos, devemos nos aproximar. Por nossa vez, os institutos e as universidades, temos de nos aproximar do meio privado para ajudar a resolver as grandes questões que a regionalização nos trará.

Nós podemos contribuir com iniciativas como a que o Senador Walter Pinheiro citou, do colega que

inventou a maquininha do sisal. Podemos, devemos e vamos contribuir.

Senador Cássio Cunha Lima, o senhor, como um defensor das causas da Paraíba, leve os colegas lá, para visitar o nosso Insa. Eu inaugurei, fi-lo em nome do Ministro, o nosso Instituto Nacional do Semiárido, que está à disposição, ouviu Nicolelis?

Nós temos, lá, uma área imensa ainda para crescer, para duplicar, talvez triplicar o tamanho do Instituto em futuro próximo, e, com certeza, é a proximidade do MCTI às causas do semiárido.

Não seria ruim uma emendinha também, aí, se puder. Não, mas hoje nós vamos ajudar. O Prof. Nicolelis está há oito anos aí nessa batalha. Nós já estamos recebendo emendas dos parlamentares.

O Senador Walter Pinheiro trabalha muito com o Dr. Elias, nosso secretário executivo, nessa direção, mas nós temos lá, também, portanto, esse instituto para ajudá-los.

Chamo a atenção, também, para o conselhão.

A princípio, reitero, a reunião está marcada para o próximo 15 de dezembro, mas nesse conselho nós teremos a oportunidade cada vez maior... Esse conselho nasceu praticamente, ele começou a funcionar – ele nasceu muito antes –, mas começou a funcionar, como nós sonhamos, em 2007, Nicolelis. Eu fazia parte, então, representando a Andifes, representando os reitores federais. Vi nascer o trabalho desse conselho e do então Ministro Sérgio Resende, quando tivemos a primeira versão do Plano Nacional. Planejamento que a minha geração – nos que vimos nascer a pós-graduação no Brasil, nós que estamos há tanto tempo aí –, lutou mais de 20 anos para que tivéssemos um Plano Nacional, que hoje se transforma em estratégia. E essa estratégia costurará, com certeza, educação, ciência e tecnologia e saúde. Usando as suas palavras, nós abriremos esse portal do futuro, com toda a certeza, com toda essa revolução silenciosa que o Brasil está vivendo.

A disseminação das universidades federais, a descentralização dos institutos, a maior proximidade, porque assim nos determina o Ministro Mercadante dos nossos institutos, às questões levantadas pelo meio industrial, com certeza ajudarão a que o objetivo pelo qual o senhor também luta seja mais rapidamente alcançado.

Respondi à questão e respondi às questões dos demais Senadores e fico à disposição para outras perguntas.

Reitero que foi uma honra. Acho que essa audiência pública eu quero também ter o filme, até porque hoje, aqui, aprendi um pouco mais com o Prof. Nicolelis.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Prof. Arquimedes pela sua participação.

Quero agradecer a todos, antes, porém, dar uma notícia, acho que alvissareira: na terça-feira será relatado um projeto pelo Senador Inácio Arruda, aliás, de autoria do Senador Arruda – obrigado, Senador Valadares –, o Senador Valadares é quem tem a relatoria, e a autoria do Senador Inácio Arruda, em que será destinando parte dos *royalties* do petróleo para a educação, saúde e ciência e tecnologia. Esse, eu acho, será realmente um marco nesta Casa.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Na verdade, ele está colocando educação, ciência e tecnologia da parte relacionada ao fundo social, que é – estamos aqui discutindo os Estados e os Municípios – a rebarba dos *royalties* que, na verdade, é a parte licitada, num percentual que corresponde a mais ou menos 15% sobre o valor total da venda. Nesse caso, estamos falando de mais ou e menos 60% do que for extraído de petróleo e transformado em recurso. Então, é um volume realmente considerável.

Tenho a certeza de que é a forma que o Brasil aponta para essa riqueza, que é finita, possa ter um resultado permanente para o futuro das novas gerações.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado pela complementação.

Mais uma vez – repito –, sentimo-nos frustrados em não contar com a presença de um representante do MEC, pela importância e pela integração que esse segmento faz.

Resta-nos, aqui, agradecer.

Cumprimos, com brilhantismo, a nossa finalidade...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Cyro, eu queria insistir nessa coisa do fechamento da proposta. Eu volto a insistir, porque conversei bastante com o MCT, e acho que desta audiência aqui o MCT poderia sair, nós temos até sexta-feira para materializarmos no Plano Plurianual, portanto, a proposta da instituição do programa. Então, tem todas as condições para isso, a algumas emendas foram feitas, o meu relatório só deve ficar pronto provavelmente na própria sexta-feira, durante o dia, então, temos todas as condições para que possamos dar essa contribuição, a partir inclusive não só deste debate mais de outras intervenções que foram feitas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perfeito, Senador. Eu me coloco à disposição para que possamos juntos discuti-los.

O brilhantismo desta audiência se deu pelas presenças de dois grandes convidados e também da participação das Srªs e dos Srs. Senadores.

Quero dizer ao senhor, Prof. Miguel, que os neurônios foram bem-formados aqui nesta Casa, graças a Deus.

Quero também dizer que o pontapé inicial desta partida já foi dado. O sonho sonhado está se materializando. Que a oportunidade seja dada, que aprendamos o Teorema de Pitágoras realmente bem entendido, e não através de um samba, porque o brasileiro só precisa de oportunidade!

Declaro encerrada a presente reunião e agradeço a presença de todos.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.)

ATA DA 57ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2011.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia primeiro de dezembro de dois mil e onze, na sala nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Gim Argello, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Marcelo Crivella, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol, Benedito de Lira e João Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Antonio Carlos Valadares, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Flexa Ribeiro, José Agripino e Alfredo Nascimento. Justifica a ausência o Senhor Senador Eduardo Braga. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Gim Argello, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento n.º 60 de 2011-CCT**, de autoria do Senhores Senadores Eduardo Braga e Gim Argello que requer " ..., nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT para a realização de debates em torno do tema "Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE) – Novas Licitações de Posições Orbitais – Programa do Satélite Geoestacionário Brasileiro – Atendimento às Regiões Norte e Nordeste", e em havendo deliberação favorável, que sejam convidados os seguintes especialistas e representantes, sem prejuízo de outros que possam enriquecer o debate: Marco Antonio Raupp – Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB); Ronaldo Mota – Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Embaixador Ronaldo Sardenberg – Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)." Comparecem à reunião o senhor Marco Antonio Raupp – Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB); João Carlos Fagundes Albernaz – Gerente Geral de Satélites e Serviços Globais da Superintendência de Serviços Privados (SPV) da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e Manoel Almeida – Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Satélite – ABRASAT. Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, e Valdir Raupp. Prosseguindo, o Senhor Senador Gim Argello, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e oito minutos, determinando que eu**, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – SENADOR GIM ARGELLO, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Rogando a proteção divina, damos por aberta mais uma audiência da CCT, do Senado da República.

Srªs e Srs. Senadores presentes, eu declaro aberta a 57ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunicados da Presidência. Abrindo os trabalhos da reunião, faremos, inicialmente, os seguintes comunicados da Presidência: Divulgação da agenda

e respectivos temas das reuniões da CCT para o mês de dezembro, conforme Ofício Circular nº2/2011, enviado aos gabinetes dos Senadores, Membros Titulares e Suplentes desta Comissão.

Hoje. Audiência Pública. Política nacional de desenvolvimento das atividades espaciais. Novas licitações de posições orbitais. Programa do satélite geoestacionário brasileiro. Atendimento às Regiões Norte e Nordeste.

Dia 7/12 – Audiência Pública: Inovação e cadeia produtiva do petróleo e gás.

Dia 8/12 – Audiência Pública. Plano nacional de banda larga no País e deficiências de atendimento na transmissão de dados via Internet, com ênfase na Região Norte, bem como subsídios, subvenções e demais políticas públicas destinadas aos fornecedores desse serviço.

Dia 14/12 – Sessão deliberativa para apreciação de proposições legislativas.

Dia 15/12 – Audiência Pública. Avaliação das ações desenvolvidas no âmbito do plano de ação de ciência, tecnologia e inovação, no período de 2007 a 2010.

Essa audiência contará com a presença do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, o amigo Senador Aloizio Mercadante.

Pauta da nossa reunião.

Senadores e Senadoras aqui presentes, em continuação aos trabalhos, nós instalaremos, agora, Audiência Pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do Senado Federal, para debate sobre o tema Política nacional de desenvolvimento das atividades espaciais. Novas licitações de posições orbitais. Programa do satélite geoestacionário brasileiro. Atendimento às Regiões Norte e Nordeste, conforme Requerimento nº60, de 2011, de autoria do nobre Sr. Presidente da nossa comissão, Eduardo Braga, e minha, Gim Argello, que na condição de Vice-Presidente, hoje presido com muito orgulho a nossa comissão. Esse requerimento foi aprovado por este Plenário.

A Mesa da nossa audiência pública será composta pelos seguintes Srs. Expositores, aos quais neste momento convido, desde já, para tomarem assento à mesa:

Dr Marco Antonio Raupp, Presidente da Agência Espacial Brasileira. Por favor, Dr. Marco Antonio.

Dr. João Carlos Fagundes Albernaz, Gerente Geral de Satélites e Serviços Globais, da Superintendência de Serviços Privados da Anatel.

Dr. Manoel Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Satélite, Abrasat.

Justifica-se plenamente essa iniciativa, pois assuntos como o programa do satélite geoestacionário brasileiro e a licitação de novas posições orbitais de satélites geoestacionários realizados recentemente pela Anatel, assim como os rumos dessa política, especialmente no âmbito do tema "comunicação", estão em plena evidência.

É estratégico, para um país como o Brasil, possuir uma política satelital sólida, corrente, adaptada à evolução das necessidades da sociedade. Porém, vários equívocos e questões políticas contribuíram sobremaneira para que o Pnae sofresse um retrocesso, deixando o Brasil aquém de vários outros países mais avançados nesse ponto.

A Agência Espacial Brasileira foi criada pela Lei Federal nº 8.854, de 1994, com a finalidade de promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional. Apesar de não ser objeto dessa audiência, também não podemos deixar de citar a relação com o Programa Nacional de Banda Larga.

Além dos grandes desafios e metas do PNBL, algumas regiões apresentam necessidades e dificuldades ainda maiores, a exemplo da região Norte e parte da região Nordeste.

São grandes distâncias e áreas a serem cobertas, mas o Governo brasileiro não pode permitir que haja um crescimento do abismo que hoje separa essas regiões de outras desenvolvidas.

O progresso. Alguns serviços e benefícios, assim como as tecnologias de informação e comunicação somente chegarão às comunidades e cidades mais distantes com o efetivo cumprimento das metas do PNBL, Programa Nacional de Banda Larga, sendo a sua missão e objetivo a construção do caminho para superar o abismo social que divide a sociedade brasileira.

O Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo, em recente visita a esta comissão, numa outra audiência pública, apresentou grandes informações sobre o PNBL e o desenvolvimento da política de comunicações. E podemos considerar esta audiência, inclusive, como uma continuidade, sendo interessante frisar que também no dia 8/12, conforme relatei há pouco, será realizada uma audiência pública específica sobre o tema.

Há requerimento da nobre Senadora Angela Portela e do Senador Randolfe Rodrigues.

Busca, então, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática estabelecer o espaço adequado para o desenvolvimento do amplo debate e oportunidade para que tanto os Senadores que compõem este Plenário, assim como a sociedade tomem o conhecimento necessário da política de satélites e dos seus benefícios para o desenvolvimento tecnológico da indústria brasileira.

Queremos saber, então, o que vem sendo feito quanto à política nacional do desenvolvimento das atividades espaciais? Quais as dificuldades enfrentadas pela Agência Espacial Brasileira? Quais as metas e estratégias institucionais e também a atuação da iniciativa privada? Como será a execução do programa de desenvolvimento do satélite geoestacionário brasileiro, recentemente aprovado pela Srª Presidente Dilma Rousseff? E, em especial, como mesmo fala o tema dessa audiência pública, frente às dificuldades e necessidades qual será o enfoque especial para as regiões Norte e Nordeste?

Para uma melhor condução dos trabalhos da audiência pública, esta Presidência adotará os seguintes procedimentos: Os convidados farão exposição por quinze minutos cada, prorrogáveis se necessário. Em seguida, abriremos ao Plenário a oportunidade para as manifestações dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras, na ordem de sua inscrição. Por fim e na medida do desenvolvimento dos trabalhos terão os expositores a oportunidade de resposta aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras por igual prazo.

Por pedido do Senador Rodrigo Rollemberg, fizemos uma pequena inversão. Senador Cyro, por favor. Seja bem-vindo.

Convido, para fazer uso da palavra, o Dr. João Carlos Fagundes Albernaz. A palavra está com o senhor.

O SR. JOÃO CARLOS FAGUNDES ALBERNAZ – Bom-dia a todos.

Sr. Senador Gim Argello, Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de agradecer, em nome da Anatel, a oportunidade a nós oferecida de participar dessa audiência pública.

Nós temos alguns *slides* que vão me auxiliar nessa apresentação que farei a seguir e posteriormente essas informações estarão, evidentemente, à disposição de todos os senhores.

Inicialmente, eu gostaria de mencionar que para essa plateia seria desnecessário ressaltar a importância das comunicações por satélite de comunicações, na prestação de serviços de telecomunicação num país com a extensão do nosso Brasil.

De toda forma, eu, antes de avançar na apresentação, gostaria de ressaltar algumas dessas características que deverão ser mostradas na transparência que peço que seja apresentada.

Como os senhores podem acompanhar, os satélites têm uma vasta cobertura. Um único satélite pode cobrir todo um país como o Brasil, e o serviço pode ser evidentemente fornecido seja nas regiões povoadas, seja nas grandes cidades. Quer dizer, é uma característica intrínseca de satélites.

A celeridade na implantação Nas aplicações dos satélites é outra característica extremamente interessante. O custo atrativo, quando nós comparamos com outras alternativas, tendo em vista que a instalação da infraestrutura terrestre é alguma coisa que se faz com relativo custo baixo e numa velocidade bastante baixa, quando comparada com outras possibilidades...

E, finalmente, existe uma qualidade de prestação de serviço, que é extremamente elevada. Ela oferece, enfim, a possibilidade de tráfico de informações com velocidades bastante altas e com alta disponibilidade. Isso, como o Senador Gim Argello comentava há instantes, é uma possibilidade de que, num programa nacional de banda larga, os satélites sejam um componente bastante importante.

Mais tarde, vamos falar sobre alguns desses aspectos, mas inicialmente gostaria de comentar com os senhores que, desde a época da LGT, a nossa Lei Geral de Telecomunicações, foi, enfim, verificado... Ah, muito obrigado.

Foi na ocasião... Considerando a importância das telecomunicações por satélite em nosso País, a LGT faz menções específicas de como nós deveríamos seguir para... quais seriam os requisitos que deveriam ser... e critérios para a utilização de serviços de telecomunicações que utilizam satélites. E, também, na LGT foram lançadas as bases que pautam a atuação da Anatel nesse particular, que vou comentar a seguir.

Na próxima transparência, os senhores podem verificar aquilo que vou comentar de uma maneira bastante rápida: o que cabe à Anatel nessa área específica.

Em primeiro lugar, certamente é estabelecer as condições para o provimento da capacidade espacial em nosso País; fazer cumprir a LGT, naturalmente, para garantir o acesso do serviço de telecomunicações a toda a população, algo que pauta nossa atuação na Anatel.

Especificamente para a apresentação de hoje, vou fazer alguma menção, mais a seguir, a esse fato de que cabe à Anatel outorgar direito de exploração de satélites – ressalto, satélites brasileiros e estrangeiros. Também, numa parte mais final da apresentação, eu pularia para a última parte do que está mostrado ali, no eslaide, que é realizar a coordenação e o registro de redes de satélites em nome da Administração brasileira ante a OIT.

Eu chamava a atenção para a importância, que gostaria de tratar com os senhores, do que chamamos direito de exploração de satélites – especificamente, direito de exploração de satélite brasileiro e direito de exploração de satélite estrangeiro.

Como ali está escrito, gostaria de ler com bastante tranquilidade para os senhores.

O direito de exploração do satélite brasileiro assegura a ocupação do espectro radioelétrico notificado pelo Brasil junto à OIT, e o controle desse satélite vai estar necessariamente instalado em território brasileiro.

Isso para nós é bastante importante, e, durante a apresentação, gostaria de ressaltar esse fato. Quanto ao primeiro deles, o satélite brasileiro ocupa uma posição orbital em frequências que são registradas em nome do Brasil nesse organismo internacional, que todos os senhores certamente conhecem, que é a OIT.

Paralelamente, a nossa legislação permite e recebe a possibilidade de exploração de satélites estrangeiros. E, quanto aos satélites estrangeiros, a diferença que existe fundamentalmente é que aquele recurso não é notificado junto à OIT pelo Brasil; é notificado por outras administrações.

Mas, de todo jeito, é o que a nossa legislação estabelece, de tal forma que existe uma competição bastante salutar entre os satélites de quem tem o direito de exploração dos satélites brasileiros e os satélites estrangeiros.

De uma maneira breve, nos próximos eslaides, vou mostrar aos senhores que hoje há oito satélites brasileiros funcionando. Esses oito satélites, mais uma vez, foram notificados e estão registrados na OIT, em nome do Brasil, e o controle deles é feito em nosso território, de tal forma que, se uma daquelas três empresas de determinada época desistir de operar aqueles satélites naquela posição, naquelas condições, caberá à Administração brasileira identificar uma outra empresa que venha a prestar aquele serviço.

Portanto, o direito de exploração de um satélite brasileiro é alguma coisa extremamente estratégica para o nosso País.

Desde 1998, várias licitações foram organizadas pela Anatel. E nós passávamos... Antes da época da Telebrás e da Embratel, governamentais, nós tínhamos três satélites e hoje temos oito satélites, que foram, enfim, ao longo do tempo, licitados pelo Governo brasileiro.

A seguir, nós comentávamos que temos, no Brasil, a possibilidade de compartilhar a utilização dos serviços de telecomunicação por satélite com satélites estrangeiros.

Aquele quadro ali está mostrando os outros 31 satélites que operam, que têm o direito de operar em nosso País. A grande diferença entre o que falamos ou o que estamos falando agora, ou seja, satélites estrangeiros e satélites brasileiros, é que, se uma dessas empresas, por um motivo qualquer, resolver deixar de cobrir, de oferecer a capacidade espacial para o País, nada que podemos fazer. Existem evidentemente contratos comerciais, que certamente são obedecidos, mas que não têm aquela importância estratégica de um satélite brasileiro – que é a de ser posição, a de utilização de frequência específica do Governo, do nosso País, o Brasil.

Nós falávamos em 31 satélites estrangeiros e falamos em apenas oito satélites brasileiros. No próximo eslaide, os senhores vão verificar que, quanto à distribuição da capacidade em operação, existe um certo equilíbrio, de tal maneira que 42% da capacidade hoje oferecida no Brasil é oferecida por satélites brasileiros, e os satélites estrangeiros representam 57% dessa capacidade.

Deixei de mencionar, mas já verifiquei que, na palestra da Abrasat, vamos verificar o crescimento da capacidade em megahertz – da disponível antes de 1998 para a atual.

A seguir, já comentei com os senhores que esse aumento da capacidade oferecida por satélites brasileiros ocorre mediante a licitação, que é feita pela Anatel nas oportunidades que aparecem.

Neste ano tivemos a oportunidade de licitar quatro posições orbitais. Nós tivemos um leilão bastante concorrido, com sete empresas interessadas, e duas delas, a HMS Américas e a Star One, estão indicadas para ocupar aquelas posições, fazendo uso das faixas de frequência aí indicadas.

O procedimento licitatório está na sua fase final, de maneira que o direito ainda não foi conferido, mas, brevemente, no mais tardar, diria – ouso tentar –, no início de 2012, já no mês de janeiro, esses direitos já deverão ser conferidos.

Na sequência da apresentação, gostaria de mostrar também aos senhores que a Anatel periodicamente tem de fazer um planejamento de ocupação desse arco orbital.

Os satélites – telecomunicações – têm sido utilizados por vários países. A ocupação do arco orbital é bastante acirrada. Há muitos interessados, e o processo de conseguirmos aquela notificação, aquele registro na OIT, é feito de acordo com o regulamento da União Internacional de Telecomunicações, que estabelece um procedimento no qual os primeiros interessados são aqueles que devem ser servidos. Ali, os senhores podem verificar, o número de solicitações que o Brasil faz à OIT, de tal forma que, quando tivermos interesse em ocupar uma determinada posição orbital, esse procedimento de notificação e registro nessa organização internacional já esteja em andamento.

Eu queria comentar com os senhores – e falei que é um processo em que quem chega primeiro tem a preferência, mas, para evitar o monopólio dessas posições, cada um desses procedimentos que ali estão indicados tem um período de sete anos para se materializar – materializar-se no sentido de que o País,

a Administração brasileira, informa à OIT que tem interesse em ocupar uma determinada posição, utilizando uma determinada faixa de frequência, e tem sete anos para ocupá-la, isto é, para lançar o satélite.

Se, nesse período de sete anos, o satélite não for colocado em órbita, o que infelizmente acontece é que aquela solicitação deixa de ter valor, e, evidentemente, se o país tem interesse, nova notificação é feita.

Como esse procedimento de notificação envolve o que chamamos coordenação, de tal forma que os diversos satélites, os diversos operadores convivam entre si, esse processo de coordenação é demorado, daí a razão de haver esse período de sete anos para que o processo termine. Mas, de toda forma, o que a Anatel faz, evidentemente escutando os interessados, é solicitar periodicamente posições, de tal maneira que, na ocasião devida, tenhamos os satélites, a possibilidade de ocupar determinada posição.

O tempo está terminando, e vão ficar com os senhores exatamente as informações um pouco mais detalhadas não só das posições orbitais que nós solicitamos à OIT, como também das faixas de frequência que são ocupadas.

Em resumo, o que queria comentar com os senhores é que a atuação da Anatel, prevista na nossa competência, é garantir junto à OIT esse procedimento de notificação, coordenação e registro de satélites – para tanto, assim trabalhamos na Anatel, e as posições que mostramos ali são periodicamente revisadas. O segundo ponto bastante importante é que temos no Brasil a possibilidade de a capacidade espacial ser prestada por satélites brasileiros e por satélites estrangeiros, mas a estratégica de termos posições ocupadas pelo Brasil é alguma coisa que julgamos de muita importância. E, nesse sentido, a Anatel tem trabalhado, de tal forma que já temos aquelas oito posições que já estão notificadas e brevemente teremos mais quatro. E, se o mercado desejar, se as operadoras assim solicitarem, vamos certamente promover novas licitações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Nós agradecemos ao Dr. João Carlos Fagundes Albernaz, que é Mestre em Ciências no Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade de Stanford.

Neste momento, gostaríamos de escutar, pelo mesmo prazo, ele que é o Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Satélites, a Abrasat, Dr. Manoel Almeida.

Por favor, Dr. Manoel Almeida.

O SR. MANOEL ALMEIDA – Bom dia. Obrigado à Comissão de Ciência e Tecnologia e ao Senador Gim Argello pelo convite para participar desta audiência, buscando contribuir para o desenvolvimento da política de satélite no Brasil.

Eu dividi a apresentação que vou fazer em várias partes. Primeiro, tenho de apresentar a Abrasat e também o Sindisat – acredito que as pessoas não conheçam a associação. Em seguida, vamos falar um pouquinho do direito dos satélites brasileiros e estrangeiros, já abordado pelo Dr. Albernaz; também sobre a recente licitação de posições orbitais. Em seguida, a ideia é trazer algumas propostas do Sindisat e da Abrasat, para permitir o acesso a essa gama imensa de pessoas não atendidas na banda larga.

O conceito agora... Quer dizer, havia a universalização de voz. Agora tem de haver a universalização de acesso à banda larga.

Vou falar um pouquinho sobre a evolução do mercado e sobre os desafios que podemos enfrentar nesse caminho para implantar um sistema de satélite, dada a complexidade da tecnologia.

Dito isso, passaria para a segunda apresentação, que é falar da Abrasat, quer dizer, da Associação Brasileira das Empresas de Telecomunicações por Satélite, e também do sindicato, que é o Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite.

A Abrasat foi criada em 2003, e o Sindisat é um pouquinho mais recente, foi criado em 2007 – 2006 também. Os dois em conjunto trabalham abraçados, em estreita sintonia, reunindo todos os setores de comunicação por satélite, com a ressalva de que a gente sempre se voltou mais, desde a origem, desde a nossa criação, para o setor de comunicações por satélite; não se enveredou pelo caminho da observação da Terra, do sensoriamento remoto, essas coisas. Mas nada impede que a gente possa depois, mais tarde, desenvolver uma atividade em conjunto.

O foco nosso, até hoje, tem sido a parte exatamente de telecomunicações por satélite – satélite de telecomunicações.

Passando para o próximo, há uma lista das empresas. Vamos passar rapidamente. Acho que não vale a pena perder tempo com isso agora. Pode passar para o próximo, por favor.

Também é importante ressaltar e comentar a participação do satélite no mercado brasileiro. Hoje o setor representa – quer dizer, o número nem sempre é muito... não é grande, porque satélite é nicho – R$1,5 bilhão por ano, mas com uma importância no mercado muito maior do que meramente o faturamento anual. Esse é um dado para ilustrar.

Queria aproveitar a oportunidade e contar um pouquinho da história do satélite do Brasil, da qual tenho orgulho de fazer parte. Trabalho em satélite há mais de 30 anos, e algumas pessoas aqui na sala, também.

A comunicação por satélite começou com a organização da Intelsat, que era uma organização internacional, cujo objetivo era interligar continentes, porque, naquela época, não se conseguia falar para lugar nenhum, não havia como. Então, eram aqueles cabos de submarinos, de par metálico, e era quase impossível falar com qualquer lugar. E a Intelsat foi criada com esse objetivo, de interligar continentes. Era uma organização internacional.

E o satélite tem uma característica interessante. A criação da Intelsat foi com esse propósito, a criação do satélite foi feita com esse propósito. E, ao longo dos anos, desde os idos de 1964 – em que foi a criação da Intelsat – até hoje, a gente vem vendo uma adaptação do satélite, as mudanças de tecnologia e as mudanças das necessidades da sociedade. Essa interligação entre continentes por satélite deixou de ser necessária com a fibra ótica; o satélite foi migrando, e hoje se está falando de satélite para atender à banda larga. Não se pensava, de maneira nenhuma, em haver acessos individuais por satélites naquela época. As antenas eram de 30 metros de diâmetro. Imaginem botar uma antena de 30 metros de diâmetro em cada localidade.

Nesse tempo, começamos com a Organização Internacional; o Brasil, com a criação do Sistema Brasileiro de Telecomunicações por Satélite – não sei se alguém ainda se lembra da sigla, SBTS. Ele desenvolveu satélites que foram lançados pela então estatal Embratel, atendendo ao mercado em 1985. Depois, com a privatização – com a LGT, veio a privatização –, entraram diversos operadores estrangeiros.

Uma coisa interessante que a gente construiu nesses anos todos... E queria ressaltar o último item: são profissionais brasileiros em funções de destaque em todas as grandes empresas internacionais. Isso é algo a destacar. Construiu-se neste País uma cultura do satélite, e temos pessoas trabalhando em Luxemburgo, em Washington. Em todo lugar, há um brasileiro com quem a gente se comunica e que trabalha em satélite, desenvolvido aqui no Brasil, com a experiência de trabalho, apanhando, crescendo. Isso é uma coisa que nós conseguimos construir nesse tempo todo.

Acho até que é um assunto a se discutir: a preservação disso. Não agora, neste momento. Mas acho que a gente tem de pensar nisso também.

Próximo, por favor.

O Dr. Albernaz já colocou esse *slide*: são satélites brasileiros. Poderia passar rapidamente para o próximo.

O estrangeiro, também na definição de cooperador estrangeiro, é o satélite que ocupa uma posição estrangeira, ou seja, não notificada pelo Brasil. Temos operadoras: a Intelsat, SS, Eutelsat, Satmex, Inmarsat e Hispasat, num total de... Uma quantidade de satélites aí... Esses satélites, em conjunto com os satélites brasileiros, vêm atendendo ao mercado até hoje. E têm atendido.

Pode passar para o próximo, por favor.

Aproveitando a oportunidade, e também já foi comentada pelo Albenaz essa licitação, mas ele talvez não tenha entrado nos detalhes do valor da proposta, o resultado dessa última licitação de posições orbitais pela Anatel mostra – eu queria destacar nossa visão porque é importante isso, a resposta da iniciativa privada no atendimento do mercado brasileiro... Ou seja, a Anatel, através dos seus processos licitatórios, propicia a entrada no mercado, estimulando a competição, pois hoje em dia não se pode imaginar um mercado sem competição. Hoje em dia não se pode imaginar um mercado sem competição: competição é bom. Acho que competição não faz mal, desde que propriamente regulado – o que a Anatel tem feito. Mostra que os valores das empresas que participaram desse processo e o ágio em relação mostra que há, realmente, um efetivo interesse e significa exatamente uma resposta ao interesse do Governo em ter o satélite, tendo resposta da iniciativa privada.

Já se fala em pleitear um novo processo licitatório para 2012. Ou seja: o mercado (a iniciativa privada) está investindo e correspondendo à expectativa e à colocação da política pela Anatel.

Próximo.

Aqui também fala da evolução do mercado. Estes números, na verdade, estão em megahertz. Não é uma medida muito fácil, mas trata-se da capacidade teoricamente disponível.

Tem a última licitação assumindo... A última licitação, como Albernaz levantou, ainda não está encerrada. A gente está chegando a uma quantidade enorme de capacidade em megahertz, um crescimento no estrangeiro, ressaltando-se que o estrangeiro nem sempre usa toda capacidade aqui. Então, esse número pode ter uma certa variação. Está autorizado, mas ele pode usar aí os países também... E também eu não vejo por que um brasileiro não possa usar a capacidade de outros países também, pois o mercado é internacionalizado e global.

Próximo.

Aí tem um pequeno *slide*, uma pequena linha de tempo, para que a gente possa refletir sobre o que pode acontecer, em nossa visão, sobre existir realmente... A gente imagina que o SGB – a gente não tem o cronograma, não conhece os detalhes – entraria por volta de 2015. Ou seja, o SGB só vai começar a atender alguma capacidade por esse período. Nesse tempo, tem um *gap* de atendimento. E a gente espera... eu não coloquei aqui as novas capacidades comerciais

em banda ku, banda Ka, de diversos provedores (não interessa qual é o provedor). Mas a iniciativa privada tem vários operadores, tais como a SS, Hispasat, Hispamar, a própria Intelsat, estão lançando satélites para cobrir esse *gap* nesse período.

Próximo.

Aí... Recentemente, mudando um pouquinho de assunto, falando da proposta da Sindsat e, inevitavelmente, o assunto de banda larga passa por aqui também. Embora esta não seja audiência de banda larga, na sua fase de abertura, falou-se aí em atingir e desenvolver PMBL para reduzir o abismo social.

O Sindsat vem trabalhando e andou estudando modelos de outros países. Não que os modelos se apliquem integralmente aqui, pois nem sempre uma solução que funciona em outro país funciona aqui, mas é bom a gente aprender com a experiência dos outros. E um dos países modelos que a gente estudou foi o modelo australiano – que a gente falará em seguida aqui. Mas, basicamente, não dá para imaginar um atendimento de regiões hoje não atendidas, como a Amazônia, ou mesmo lugares, não tão remotos, mas não atendidos, porque o conceito de remoto em satélite é um pouco diferente. Pode ser aqui ao lado, não é? Que não é tão remoto no sentido geográfico... Mas especialmente a Amazônia não se pode imaginar que a gente possa atender sem ter um programa de governo. Eu cito sempre este exemplo de que, no meu tempo de Embratel, a gente implantava uma estação (em satélite) com uma quantidade de canais e, imediatamente, passados cinco meses, já era necessária uma expansão, porque se começou o processo de lance. Então, alguém tem de dar o pontapé inicial. Isso, na minha cabeça, é política de governo. De que maneira? Subsídios para o custo inicial de instalação e equipamentos – essa é nossa proposta. Ou seja, o custo de equipamentos e satélites não é barato hoje em dia, é caro. Por mais que se possa fazer, com ganho de escala e uma política de produção, ele é alto, e também isenção de impostos. Todo mundo sabe que imposto em telecomunicação é pesado. A conta que a gente recebe lá todo o mês, a gente sabe como é que é... Talvez uma proposta de política pública nesse sentido para garantir que a gente possa começar a implantar uma rede e que, depois de implantada, não tenho a menor dúvida, você começa o sistema e o consumo deslancha, porque as pessoas vão começar a usar e o acesso à informação traz mais necessidades e assim vai...

Então, acho que não há tempo para a gente ler todos os detalhes dessa ideia, mas o conceito basicamente é esse. Eu gostaria de passar para o *slide* seguinte, por favor, que trata do modelo australiano.

Basicamente, é assim: existe um banco de dados em que a pessoa que precisa de banda larga, que não é atendida, se cadastra. É aferido que esse lugar não é atendido e não tem outro meio de atender. Assim, o governo dá um subsídio para a implantação inicial e o interessado busca um operador, que atenda aquela região, e o contrata tendo como base esse subsídio. No caso do Brasil, nós acrescentamos a redução de impostos, porque o imposto é pesado e é um item muito grande também. Mas é um conceito muito simples e que a gente pode desenvolver com mais cuidado. Esse é um modelo que a gente propõe, pois não se consegue imaginar que alguém consiga investir sem ter... Não tem nem recursos para o consumidor, o mercado está lá... Então, acho que a política de governo seria esta: subsídio para implantação e redução de impostos para reduzir a taxa mensal, que é significativa. Há outras propostas adiante também...

Próximo.

Nessa mesma linha que a gente reconhece... A gente sabe que é impossível colocar fibra, acesso terrestre em todo o lugar, especialmente no Brasil e na geografia do Brasil. Então, quanto à satélite não há muito o que discutir sobre ele não ser a solução. Isso é ponto pacífico.

Segundo: fala-se mundo em banda ku e banda ka. Talvez alguns não estejam familiarizados com propagação. Mas fala-se que a banda ku é ruim para chuva, que a banda ka é ruim pra chuva também. Mas essa solução... Isso, talvez, há alguns anos era uma verdade, mas hoje, com a tecnologia, os equipamentos são adaptativos e que conseguem contornar (não totalmente) essa deficiência da propagação nas faixas mais altas.

Outro item que também começa a ficar mais sensível na medida em que a gente vai democratizando o acesso, expandindo o acesso são as taxas da Fistel. A ideia... Seria mais um item que o próprio governo tem: o controle poderia trabalhar para reduzir e melhorar o acesso. Essa redução da Fistel não vai beneficiar o provedor de serviço, ela vai beneficiar o recebedor do serviço.

Então, está aí a questão... A desoneração fiscal nós já valamos e do tipo de incentivos tem-se utilizado em outros lugares. Não – de novo – que a solução de outros lugares seja boa para nós, mas é para pensar.

Próximo.

Outra coisa interessante... Os satélites têm uma característica... Toda indústria de satélite, o mercado não deixou de ser atendido durante todo o tempo, desde os idos do início da organização até hoje. É claro que, devido à característica de um lançamento de satélite – falamos aqui em lançamento SGB só em 2015... E

a demanda... Nunca se consegue um ajuste exato da demanda e oferta. Eu vivi... Em 2002, um exemplo, havia sobra de capacidade de satélites. Eu já vi fazer...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha).

O SR. MANOEL ALMEIDA – Então, não se consegue um ajuste exato entre oferta e a demanda. Mas, ao longo prazo, com alguns momentos de ofertas em excesso ou alguns momentos com escassez de demanda em relação à oferta, o sistema vem atendendo. E o simples fato de ter quatro empresas interessadas na última licitação mostra que eles estão investindo para também atender. Claro que esses sistemas serão implantados para daqui a quatro anos ou, alguns, em cinco anos, mas mostra que a indústria está se preparando para atender a essa demanda.

Outra coisa interessante e que a gente tem de levar em consideração é que o satélite tem uma característica que... O operador de um satélite só... Tudo bem, sobrevive, está lá... Mas o satélite é uma coisa de massa, de quantidade. As empresas que hoje têm mais satélites controlam... reduzem o custo de operação, porque o centro de controle é único, têm mais flexibilidade para manejo de frota, para resolver qualquer necessidade de demanda. Então, satélites de comunicações... Estou falando de satélites de comunicações, não é? Com a ressalva de que estou falando de a todo o tempo aqui e não quero entrar na seara do sensoramento e outros. Mas ele tem uma importância de ter frota grande para poder gerenciar. Fica difícil você fazer uma gerência em frota pequena. É um negócio de alta complexidade.

Próxima.

Aí a ideia... Aproveitando aqui a oportunidade, pegando uma fonte de uma empresa de consultoria, mostra o aquecimento de oferta de satélites. Multiplicidade de consultorias, a gente acredita nelas também. E, especialmente, aquela linha azul ou lilás (não sei que cor é aquela ali), ela mostra que a banda ka tem sido também um dos principais investimentos no mundo. Isto aqui é oferta... Isso não é Brasil, é claro. Mas mostra exatamente um crescimento de 2012 a 2015, por quê? O satélite, agora, deixou de ser aquele satélite que atendia, ao longo dos tempos, somente interligações de uma massa e agora procura atender cada um dos usuários finais. E a banda ka é perfeita para esse tipo de aplicação.

Próximo.

Existem... Esta é mais uma coisa para a gente acompanhar também: as empresas de satélites têm se tornado cada vez maiores através do processo de fusão, há várias empresas se fundindo. Já falei do ganho de escala e de operações na rede, ou seja, quem opera um satélite tem o mesmo custo de operar 15 ou 20... O centro de controle é único, pouco mais de gente talvez, mas muito pouco. Mais flexibilidade...

Evidentemente, todo processo... Cada vez que se lança um satélite tem-se que buscar dinheiro para financiar. E a gente tem conseguido esse dinheiro no mercado, mesmo com a crise mundial. O mercado tem aportado dinheiro e tem colocado dinheiro no satélite. Dinheiro não é uma dificuldade de investimento, não é uma coisa que a gente tem... No mundo... Não é?

A questão também da televisão.

Além da banda larga, o mercado de TV, através de nova tecnologia: 3D, HD, todos esses dês que vão por aí... têm também aumentado a necessidade de capacidade. Uma coisa também, talvez uma informação a ser discutida aqui é talvez estudarmos com mais detalhe como é que está o mercado de banda ka em outros mercados, não – de novo – para que sejam utilizados aqui, mas, como está evoluindo, para que a gente possa beber da experiência dos outros.

Próximo.

O satélite é um investimento... Eu comparo muito o satélite ao hotel como investimento. Você só pode botar o hotel para funcionar depois que ele estiver todo montadinho: a piscina funcionando, o restaurante funcionando... Você não pode começar aos poucos. Você tem de montar o satélite da mesma maneira: ele é montado, lançado e nunca mais se mexe nele. Ele fica uns 15, 20 anos lá em cima e nunca mais se vê. Um dia recebi a imagem que dizia ser a última imagem do satélite tal. Na hora em que eles fecharem o satélite dentro do foguete, nunca mais vai ser visto. E tem de estar pronto e operar por 15 anos. É um investimento fechado: uns US$350 milhões para se lançar um satélite, sem o centro de controle; assumindo o centro de controle existente. Dura uns 15 anos... E é um projeto também de longa duração. Um projeto de lançamento de satélite é feito em uns quatro anos. Ninguém faz menos do que isso. É muito difícil! É um projeto também de alto investimento e de prazo longo.

Próximo.

Obrigado a todos. Eu queria falar um pouco mais sobre a história dos satélites, mas acho que o recado está dado aqui no início e depois estarei à disposição da mesa e do Plenário para quaisquer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Nós o agradecemos, Dr. Manoel Almeida.

Agora, já passo a palavra, de imediato, ao Dr. João Carlos Fagundes...

Desculpem-me... Passo a palavra ao nosso Presidente, Dr. Marco Antonio Raupp, Presidente da Agência Espacial Brasileira.

Por favor, Dr. Marco Antonio, V. Exª tem a palavra.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Muito obrigado, Sr. Presidente, Gim Argello. Obrigado por nos convidar aqui, juntamente com o Senador Eduardo Braga, Presidente-Titular, nos convidar – a Agência Espacial – para participarmos desta discussão aqui.

Colocaram as perguntas corretas e que já estão sendo colocadas neste Congresso aqui, há algum tempo, para direcionar a discussão sobre a política do Programa Nacional de Atividades Especiais e a política que o embasa. As perguntas que o Senador Gim Argello me passou são exatamente as grandes questões que estão aqui em discussão neste Congresso sobre o nosso Programa Espacial Brasileiro. Achei que está muito bem colocado e farei uma exposição que exatamente contempla... Ao longo da exposição, tentarei responder as perguntas.

Eu queria dizer o seguinte: essa discussão ocorreu de 2008 para cá, e o Congresso Nacional teve uma participação importante e, inclusive, produziu um documento, que é a Política Espacial Brasileira, produzida pelo Conselho de Altos Estudos da Câmara dos Deputados, relatado pelo hoje Senador Rodrigo Rollemberg. É um documento que faz uma análise importantíssima e foi um dos principais elementos que a gente fez nessa reavaliação do programa. Existem outros documentos também importantes do Executivo, que são os Desafios do Programa Espacial Brasileiro, um documento produzido pela SAE, do governo anterior, que analisa esse desempenho do programa, vis-à-vis a política espacial brasileira. E outro que é também a visão da Associação Aeroespacial Brasileira, que é a comunidade tecnológica espacial, uma associação sediada em São José dos Campos, e que também é muito importante. Esses documentos são claros e convergem muito em sua avaliação de por que o programa espacial tem se atrasado e não tem atingido os objetivos de nossa política espacial nos últimos tempos.

Então, foi nesse ambiente de questionamento do programa que o Ministro Aloysio Mercadante assumiu o Ministério da Ciência e Tecnologia e colocaram logo para ele esse desafio de uma reformulação do Programa Espacial Brasileiro, ainda mantendo os objetivos de política espacial, que é uma política de Estado; portanto, essa reformulação a ser feita sempre dentro dos paradigmas dessa política espacial.

Então, o que vou tentar fazer aqui, Senador, é exatamente o de dar a visão de qual é nossa política espacial, quais são as dificuldades da execução dessa política, ou seja, da execução do Programa Espacial, quais são os desafios que advêm dessas dificuldades e como é que a Agência Espacial, sob a liderança do Ministro Mercadante e da Presidenta Dilma Rousseff, tem aprovado encaminhamentos que estamos colocando e como é que essa questão está sendo tratada e está sendo fechada uma reformulação agora neste final de ano.

O Ministro Mercadante sempre colocou que, para o Programa Espacial, o Programa de 2011 seria um ano de reflexões e que, até final do ano, a gente tinha de ter propostas efetivas de como encaminharmos, daqui para frente, nosso Programa. É isso a que estamos chegando e estamos tentando agora validar essas nossas propostas. Portanto, essa reunião aqui vem em bom tempo e estamos abertos às sugestões do Congresso Nacional.

Encarem, por favor, estas colocações que faremos aqui (estas propostas) como uma tentativa de validação com o Congresso Nacional que tanto tem se preocupado com isso e que fez uma excelente análise da questão, em 2008, como já mencionei.

Farei duas coisas. A primeira é ver como estão os focos de nossa política espacial, como o programa espacial se organiza; e, depois, fazer comentários sobre as dificuldades – destes últimos 20 anos –, tanto na execução desse programa e, depois, vou focar em nossas propostas para um novo Programa Espacial.

Então, a Política Nacional de Atividades Espaciais... A política e o programa de ações e objetivos dessa política para que atinjam esses objetivos, contemplam três grandes focos: primeiro é o atendimento à sociedade. A sociedade é que comanda o Programa Espacial. Nosso Programa Espacial não está, por exemplo, voltado para explorar Marte, o espaço profundo, como se diz, porque são programas muito caros. Nós estamos interessados em ir ao espaço para olhar para a Terra, especialmente no território nacional e o que a tecnologia espacial pode ajudar para resolver os problemas nacionais por meio das chamadas aplicações espaciais. Estão aí as comunicações, que os nossos colegas já tão bem expuseram, mais muitas outras: questões de previsão de tempo, de observação do território para várias aplicações, para efeito de vigilância do território, para efeito de previsão, planejamento agrícola, monitoramento dos nossos recursos naturais. Enfim, a gestão de recursos hídricos, uma infinidade de aplicações. Este é um foco do nosso programa. O programa tem que atender – já que os investimentos no programa são governamentais – as demandas da sociedade, não podemos fugir disso.

Um outro foco é a questão da autonomia. Isso é uma questão de visão estratégica da nossa política que diz que o Brasil é um País que tem ambições – vamos dizer assim – justificadas e ele ambiciona lançar satélites fabricados aqui, maximamente, com lançadores daqui a partir do território nacional. E para isso também é uma questão fundamental o domínio

total dessas tecnologias de lançamento, fabricação de satélites, lançamento e uma formação de recursos humanos estratégicos para o setor. Então, essa visão de autonomia é uma visão estratégica muito importante, é um norte para nossa atividade.

Outra é a questão de que um programa desses deve envolver indústria. Em todos os países, essa é uma grande oportunidade, dados os requerimentos de alta qualificação da produção, da geração de produtos, da industrialização de produtos espaciais. É que ele capacita, ao envolver a indústria no desenvolvimento dos seus produtos espaciais, ele capacita essa indústria. Ela torna a indústria competitiva e inovadora. Portanto, é um elemento de modernização da capacidade produtiva, do sistema produtivo do País. Por exemplo, outro...

Então, esses são o norte da política. Isso aqui são demandas permanentes nacionais e gerais sobre a tecnologia de satélites que os senhores todos conhecem, não vou bater nisso.

Por favor, a outra.

A outra é a justificativa para inclusão de empresas da indústria nacional num programa espacial. É o alto valor agregado dos produtos espaciais. Um quilo de soja custa US$0.20, um quilo de aeronaves custa US$10 mil e um quilo de satélite custa US$50 mil. Então, são produtos de muito valor agregado. Nós não podemos enveredar com dinheiro público num programa ambicioso de construir veículos espaciais sem envolvimento da indústria, porque isso não só gera oportunidade de negócio, mas ele gera também capacitação da indústria para ela competir no mercado global.

Por favor, o outro.

Outra questão é a do emprego. A indústria espacial em todo mundo é uma indústria de alta qualificação, emprega um número bastante razoável tanto na Europa, nos Estados Unidos, na China e na índia nem se fala na quantidade de pessoas empregadas. É fundamental e importante desenvolvermos essa capacidade, essa oportunidade de emprego para nossos profissionais.

Por favor, o outro.

Como é que se organiza o programa espacial até hoje? Ele tem se organizado desta forma: existe a Agência Espacial Brasileira, que faz a coordenação do sistema e quem executa efetivamente são esses dois órgãos tecnológicos, o INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que têm sido o responsável pela execução de um programa de desenvolvimento de satélites, e o DCTA, um órgão do Ministério da Defesa, do Comando da Aeronáutica, que é responsável por programas de desenvolvimento de veículos lançadores, foguetes nacionais. Além disso, consideram-se como membro do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais as universidades e academia em geral que, em princípio, estariam executando programas de formação de recursos humanos, e também as empresas com agentes do sistema industrial, que seriam responsáveis pela industrialização desses produtos que estariam sendo desenvolvidos nesses órgãos tecnológicos. Isso tem sido a tradição aqui no Brasil. Começou assim, há 30 anos, e até hoje opera mais ou menos dessa maneira.

Qual é a proporção em que operamos? A pergunta agora é a seguinte: em termos dos três itens da nossa política espacial, como esse programa tem sido operado? Com relação ao atendimento da demanda da sociedade? É claro que temos demandas, por exemplo – e aqui foi mencionada pelo colega Manoel Almeida – a demanda de uma intervenção de satélites governamentais, por exemplo – isso aqui estou falando de programas governamentais, o programa espacial brasileiro é de programas de Governo – para cobrir vácuos deixados, por exemplo, pela iniciativa privada, como esse que ele mencionou, que terá um intervalo de tempo em que não vai ter atendimento na questão do programa de banda larga em regiões de difícil acesso. Isso é responsabilidade de Governo. Existe uma demanda, por exemplo, por satélites nessa questão de banda larga. Há algum tempo e até hoje o programa espacial não deu resposta a isso. Estamos agora fazendo um encaminhamento para isso, associados com a nossa empresa Telebrás e incorporando uma nova empresa industrial no processo, que é a Embraer.

A questão de, por exemplo, previsão de tempo. Nós não temos satélites brasileiros para fazer previsão de tempo neste País, nós usamos satélites americanos. Muitas vezes ficamos na mão – vamos dizer assim – no uso desses satélites. Quando não há interesse ou eles não têm oportunidade em nos cederem esses satélites, nós ficamos sem esses produtos de imagens satelitárias para usarmos na previsão do tempo, desastres naturais, etc. O normal mesmo está sendo procurar utilizar... No início deste ano tivemos desastres naturais importantes acontecendo aqui no litoral brasileiro, ficamos totalmente baseados em satélites estrangeiros.

Então, apesar de todo esforço desses 30 anos o que acontece é que temos deixado de lado o atendimento de muitas das grandes demandas da sociedade brasileira. O programa, então, não tem atendido plenamente aqueles objetivos de atender a sociedade brasileira como um foco da política espacial. É claro que alguns nós atendemos, nós também não estamos a zero. Por exemplo, quanto à geração de imagens óticas do território nacional, temos um programa com

a China que tem respondido a isso e gerado imagens que têm sido utilíssimas na questão do monitoramento das florestas, do desmatamento, da ocupação do território da região amazônica, por exemplo, pelo homem. E outros, desenvolvemos satélites que são usados na gestão de bacias hidrográficas, por exemplo. Satélites com 18 anos de vida, pequenos satélites que até hoje são sendo usados pela ANA. Então, há também sucesso, obviamente, mas a gama de aplicações é tão grande que a gente não conseguiu atender uma série de pontos.

Outra questão é a da autonomia. Estamos devendo um bom sistema de formação de recursos humanos qualificados para atuar no programa espacial. Hoje em dia, uma das grandes deficiências do programa é reconhecida como sendo a falta de recursos humanos – vamos dizer assim –, que possam ser incorporados a esse programa.

Senador, o senhor me colocou questões tão amplas aqui que vou precisar de um pouco mais de tempo para respondê-las. Estou só no preâmbulo aqui.

Então, isso é muito importante. A inclusão das universidades é muito importante. Como tem acontecido isso aqui? Os recursos, os investimentos que colocamos à disposição do programa, onde são usados? Aqui, nas empresas, na contratação de empresas têm sido usados no limite de 20% a 25% do total dos investimentos. Aqui, nas universidades, 1%. São as estatísticas nossas. Isso significa que sobram para o Inpe e para a DCTA a utilização de 70% desses recursos. São órgãos de Governo, têm grandes dificuldades na manutenção das suas equipes, a administração direta, e no desenvolvimento dessas contratações industriais que têm que ser feitas no desenvolvimento desses produtos espaciais. Aí mora a grande dificuldade.

Então, quando analisamos essas dificuldades, produzimos propostas para isso.

Por favor, a próxima.

Então, nesse novo Programa Nacional de Atividades Espaciais queremos focar, tentar superar, buscar uma maior participação industrial, não só no número de empresas participando, mas também no tamanho das empresas participantes, empresas com tamanho suficiente para assumirem responsabilidades por sistemas espaciais completos, por exemplo, uma empresa que a gente possa contratar para a construção de um satélite de comunicações que esse está sendo proposto aqui, o SGB, pela Telebrás. Está certo? Esse é um norte importante na ação que estamos propondo desenvolver neste momento. Um outro norte importante é o domínio de tecnologias críticas. Nós reclamamos permanentemente que não temos tido acesso à compra, à importação de bens sensíveis, que são usados nessas atividades e no desenvolvimento desses produtos espaciais. Pouco fizemos em termos de um programa agressivo de superarmos nós mesmos. Em vez de ficarmos chorando as mágoas de que o mundo não nos permite acessar tecnologias sensíveis, precisamos desenvolver essas tecnologias sensíveis. Nunca tivemos ainda um programa forte, voltado para tecnologias críticas no setor. Esse nosso programa prevê isso. Isso significa sustentabilidade para iniciativas maiores na linha de incluir maiores empresas.

Outra questão é a seguinte: como o programa se organiza até hoje, existe uma deficiência em matéria de governança claríssima. Tanto o Inpe quanto o DCTA são órgãos anteriores a agências espaciais, portanto, de muito mais tradição. A legislação espacial vigente dá a eles todo o comando das ações executivas do projeto. Uma vez colocado o recurso para o INPE e para o DCTA, ele está lá e não tem volta, você não consegue, não tem flexibilidade nenhuma para mudar políticas em meio de caminhos ou até alterar. Esse tem sido um reconhecido documento, por exemplo, daqui do Congresso Nacional, tem sido reconhecido como uma questão importantíssima.

Nós estamos propondo também uma nova carteira de projetos para incluir exatamente, para atendermos mais amplamente, na medida do possível, na medida de termos um novo orçamento – está certo? – incluirmos projetos que atendam essa demanda.

Por favor.

Vou agora detalhar, então, cada uma dessas propostas nossas aqui.

Uma nova carteira de projetos alinhada com essa orientação do novo projeto. Qual seria essa nova carteira? No que se refere a projetos de satélites, estamos conseguindo, por meio de uma parceria e a participação importante da empresa Telebrás – responsável que é pelo projeto de banda larga – de uma parceria no desenvolvimento desse Satélite Geoestacionário Brasileiro de telecomunicações. O projeto já aprovado pela Presidenta Dilma Rousseff. Esse satélite está sendo projetado na linha de atender o programa de banda larga, com *transponder* na banda Ka e também atender as comunicações militares na banda X, que é uma demanda também antiga do Ministério da Defesa que nunca foi atendida.

Estamos criando essa oportunidade de também trazermos empresas maiores para a participação no projeto, como a Telebrás, que é a "dona do satélite", que vai operar o satélite, então, ela vai também se dispor a participar, estar-se articulando com a Embraer para participar do projeto de gestão da construção do satélite. Isso vai ter uma implicação grande, como observei, no nosso Programa Espacial. Nós teremos aí

um consórcio empresarial nacional importante, privado, porque a maioria das ações, pelo que entendo, pelas discussões da Telebrás e da Embraer, vai ser da Embraer, que vai se responsabilizar pela gestão de todos esse processo de construção. Ou seja, nós vamos gerar daí, desse processo, dessa iniciativa concreta vamos gerar um elemento importante na política para atrair empresas maiores para o desenvolvimento de satélites no País. Este é um projeto mobilizador, portanto, para a nova política, no que se refere a satélites. Essa aqui é uma outra linha muito importante, que são os satélites sino-brasileiros de recursos terrestres. Nós estamos realinhando esse programa, que teve muitos atrasos. Mas estamos acertados agora, com plena garantia de que esse satélite Cbers-3 será lançado em novembro de 2012 e o Cbers-4 em novembro de 2014, portanto, dentro de um alcance bastante razoável, estarão produzindo imagens óticas do território nacional. Nós paramos de produzir essas imagens desde que o satélite Cbers-2B parou de funcionar dois anos atrás. Estamos usando hoje imagens de satélites estrangeiros. Isso aqui é a retomada de um programa importante que nós vamos manter. Este é um programa de cooperação com a China: 50% China, 50% Brasil. É um programa tradicional, que temos desde 1988, que já produziu três satélites e vai produzir agora, até 2014, mais dois.

Temos este programa aqui da Amazônia, são satélites de observação da Terra, também numa plataforma construída pelo Inpe, com tecnologia nacional. Isso também é um programa mobilizador tecnológico para o País na área de satélites.

Aqui, são satélites científicos feitos pelo ITA. Agora a Presidente Dilma esteve na África do Sul e decidimos fazer um satélite junto com a Índia, a ser lançado pela Índia, junto com a África do Sul, faremos um satélite para ser lançado por lançadores indianos. Esses projetos de cooperação internacional nessa área são fundamentais com parceiros que queiram abrir essas oportunidades tecnológicas dentro da parceria e a Índia se propõe a isso, nós temos muito a ganhar ao desenvolvermos também algumas parcerias com a Índia.

Há aqui também satélites de cooperação com a Argentina, aquele Sabia-Mar, satélite de observação oceânica, tanto para observação costeira quanto para observação de alto-mar. E satélites muito importantes no futuro, satélites geoestacionários de meteorologia, que seriam uma continuidade desses primeiros satélites brasileiros geoestacionários de comunicações. Está previsto também, a Telebrás tem esse interesse, desenvolver como *backup* desse sistema, um segundo satélite seria lançado em 2019, mas aqui, neste intermédio, temos também ideia, estamos propondo o lançamento de um satélite geoestacionário de meteorologia e um satélite com sensor radar, que permite, diferentemente do sensor ótico, observar a superfície da Terra mesmo em situações em que você tenha nuvens, etc. que perturbam sobremaneira o imageamento por meio de um sensor ótico. Essa tecnologia é fundamental para o País.

Por favor, a outra.

Na questão de lançadores, temos o nosso programa tecnológico usual, que é esse VLS, que sofreu grandes dificuldades devido a esse embargo em que não tivemos a capacidade tecnológica de suplantarmos por nós mesmos essas dificuldades. Então, o embargo tecnológico teve um efeito devastador nesse programa. Nós estamos agora associados com esse programa de tecnologias críticas querendo retomar isso como um projeto mobilizador tecnológico. Como um projeto importante aqui... Esses aqui são foguetes que lançam satélites de diferentes pesos em diferentes alturas. Altura de 300 quilômetros lança 140kg; 700 km, 250kg, etc.

Mas aqui um programa que vai avançar mais rapidamente a nossa capacidade de lançamento é esse programa de cooperação com a Ucrânia. A Ucrânia é um país que herdou tecnologias da União Soviética, tecnologias de satélites, de foguetes – de satélites também, mas principalmente de foguetes – dada a capacidade de fazer mísseis intercontinentais que tinham. Eles têm tecnologias para nos passar nisso aí. É um programa sobre o qual, no início deste Governo, o Ministro Mercadante fez uma avaliação séria. Identificou qual deveria ser a nossa abordagem em relação a esses programas da Ucrânia se deveríamos prosseguir, se deveríamos ir mais devagar. A conclusão a que se chegou depois de várias análises – e essa proposta sintetiza isso – é que nós queremos usar esse programa, expandi-lo dentro da máxima capacidade, usando-o, inclusive, para o estabelecimento da base de Alcântara. Associado, ele está intimamente ligado ao Programa Cyclone. Teve essa capacidade de termos, também, terminada a infraestrutura de lançamento de Alcântara.

Então, para dar uma ideia sobre essa questão de lançamentos, essa aqui é a infraestrutura do programas de satélites. Já desenvolvemos, no Governo Lula, nos últimos três anos, a partir do acidente de Alcântara – em que morreram aquelas pessoas –, desenvolve-se um grande programa de modernização do Centro de Lançamentos de Alcântara. Já são visões... Essa aqui é aquela torre móvel de integração e lançamento de foguetes que foi destruída. Ela já foi completamente reconstruída, com muita infraestrutura. Será inaugurada no início do outro ano.

Por favor, outro.

No que se refere ao setor de preparação e lançamento, vejam bem, está quase tudo pronto. Só faltam esses dois depósitos aqui que são suplementares.

Por favor.

No que se refere ao setor de comando e controle há bastante desenvolvimento. Destaco aqui o centro de controle completamente modernizado em termos de infraestrutura civil quanto, também, de infraestrutura de equipamentos tecnológicos. Está em perfeito funcionamento. Vai começar agora já, serão inauguradas as suas atividades. Já houve até lançamentos experimentais sendo controlados a partir desse centro.

Por favor, o outro.

No que se refere ao setor de comando e controle há ainda coisas por fazer, a construir. É o andamento em que está o nosso programa de modernização do CLA e do sítio de lançamento do Cyclone.

Por favor.

Está a meio caminho, vamos dizer assim. Mas já temos bastante investimentos.

Aqui é o setor aéreo-complexo, aeroportuário. É como está hoje.

Por favor, o próximo.

Isso aqui é o que está faltando. Está, também, com 50% ou mais de 50%. Esse aeroporto é usado, já, hoje em dia.

Por favor.

Aqui é o andamento das obras do sítio do Cyclone IV. Aqui há obras importantes como a plataforma de lançamento. Isso aqui é a plataforma para integração dos foguetes. Aqui é a plataforma para armazenagem de combustível. Então, todas essa iniciativas foram aprofundadas aqui, durante este ano, está certo. Aproveitando especialmente a estação das secas no Maranhão. Houve um grande progresso nessa atividade.

Por favor, outro.

Bom, com relação à política industrial. Como disse, a grande oportunidade que surgiu foi essa parceria com a Telebrás e sua associada a Embraer, a potencial associada Embraer e outras que se associarem, eventualmente. Estamos lá com a oportunidade de estimular o surgimento, no complexo espacial, de uma empresa integradora. Uma empresa com capacidade de fornecer sistemas completas, de estruturar a cadeia produtiva. Ela recebendo um contrato completo, de um sistema completo, vai contratar fornecedores de partes, o que estimulará o aparecimento de uma cadeia produtiva de porte. Esse é um objetivo estratégico do programa. E também parcerias internacionais.

Quem fazia essa integração, até hoje, eram o INPE e o DCTA, em nome da AEB. Vamos substituir isso por uma empresa integradora. No caso, no primeiro projeto a estimular isso, que foi o Projeto Geoestacionário, isso já acontecerá.

Por favor.

Aqui é um exemplo de como a Telebrás, o Ministério das Comunicação, o MCT e o Ministério da Defesa, que são parceiros nesse projeto, estão organizando a gestão desse processo de construção do Satélite Geoestacionário. Há um comitê diretor de projetos que dá todas as diretrizes gerais, repassa os recursos e que vai operar o sistema, por meio da empresa Telebrás. Há um escritório de projeto do qual participam a Telebrás, o Ministério da Defesa, a AEB, o Inpe e a FINEP, que vai fazer as especificações técnicas para a contratação dessa empresa industrial nacional, que é esse consórcio Embratel/Embraer/Telebrás. Esse consórcio vai contratar e vai promover o desenvolvimento do segmento satelital, do segmento solo, e também fazer a contratação dos serviços de lançamento.

Por favor.

É um exemplo, então, de uma nova formulação da política especial no Brasil promovendo um total envolvimento na industrialização desses produtos da indústria nacional. Só para esclarecer aqui, esse Satélite Geoestacionário terá *transponders* em banda "x", para comunicação estratégica do Governo, das Forças Armadas. Ele vai ter aqui *spots* que podem focar – esses são um *spot* fixo e um *spot* móvel. Em função de operações das Forças Armadas eles podem acompanhar e servirem aos propósitos de comunicação dessas forças onde elas estiverem. E também na banda "ka", que vai servir ao Programa Nacional de Banda Larga. Aqui há a resposta a um item. Já respondi a alguns, mas aqui há uma resposta especial sobre qual é o benefício para a Amazônia, para o Nordeste, enfim, para todos os rincões do País, de um satélite desse tipo. Ele vai prover comunicações em banda larga. Está aqui a cobertura dele, os vários *transponders*, nas várias frequências em que vão funcionar, cobrindo aí todo o território nacional. Isso é uma grande demanda dos Estados do Amazonas, Pará e todos os Estados Amazônicos, que querem... Lembro-me do Senador Eduardo Braga, como Governador do Estado, defendo essa questão: a importância maior de que tivéssemos um satélite fazendo a cobertura da Amazônia em locais onde esses sistemas de *backbones*, com fibra ótica, não são atingidas. Há muita dificuldade de atingi-los, como já foi dito aqui.

Por favor.

Esse é um satélite que vem nessa direção.

Tecnologias críticas são tecnologias que temos de desenvolver aqui para termos sustentabilidade dessas novas atividades todas e darmos capacitação. Os institutos tecnológicos, o Inpe e o DCTA, têm de se

envolver plenamente, mas também as empresas, para se capacitarem e desenvolverem esse tipo de sistema, esse tipo de componentes de satélites e de foguetes.

Por favor.

Um outro elemento importante é a questão da... Entendemos e estamos fazendo uma proposta de uma reorganização. Isso vem, também, dos documentos produzidos aqui no Congresso Nacional por aquele relatório que mencionei anteriormente sobre a absoluta necessidade de termos mais força institucional no programa espacial. Ele vai aumentar, inclusive, de patamar orçamentário, agora com essa incorporação de projetos mobilizadores grandes, como esses da Alcântara *Cyclone Space* e do Centro de Lançamento de Alcântara e do Satélite Geoestaconário de Comunicações. Então, é preciso que essa Agência Espacial Brasileira modifique o seu tipo de atuação. Estamos preconizando que a política espacial seja definida em um Conselho Nacional de Política Espacial. Se há uma política de estado que vai contemplar as demandas efetivas, selecionar quais são as demandas da sociedade que têm de ter o apoio de um programa desses, entendemos que isso deve ser definido no mais alto nível de Governo. Hoje em dia, a AEB, a Agência Espacial Brasileira, opera, Senador Crivella, com um Conselho que é presidido por mim. Sou um funcionário executivo. Quem tem de presidir conselhos, que vai definir onde é que o Governo, num programa de Estado, vai botar os recursos e quais são as demandas que tem de atender é o Presidente da República. Assim com o Conselho de Política Energética, o Conselho de Política Espacial, o Conselho de Política Nuclear, têm de ser definidos pelo Presidente da República e seus ministros. Eventualmente, indicaria representantes aqui do Congresso Nacional. Um representante da Câmara e um representante do Senado. Esse é o nível que se dá às decisões. Isso fortalece. A AEB tem de ser executora dessa política de estado. O Inpe e o DCTA, que hoje são operadores... Pelos dados que dei aí operam quase que integralmente o orçamento espacial. Eles têm de ser os braços da Agência na execução, no desenvolvimento de tecnologias, na capacitação das empresas, na parceria com empresas, para capacitá-las e para desenvolver esses novos programas espaciais. Essas aqui são diretorias que existem na Agência, mas que têm de ter uma característica diferente, características que são usuais em agências espaciais.

Por favor, mais um.

Tudo isso tem de ser feito. É necessário um outro patamar orçamentário. Hoje, no patamar orçamentário da AEB, por exemplo, no ano de 2011, operamos um orçamento de 300 milhões, algo por aí. Já previámos que este ano deveríamos ter muito mais, tendo em vista esses novos programas que estamos introduzindo. Então, este aqui prevê orçamento, Senador, não só para a AEB, mas para os parceiros da AEB. Por exemplo, o acordo Brasil/Ucrânia, essa ACS, orçamento para foguetes, no DCTA, orçamento para a Telebrás, para os Satélites Geoestacionários e de comunicações... Desculpem-me. E também orçamento para o programa de satélites. Isso aqui é orçamento ao a ACS e para a implementação de Alcântara. Isso aqui é de satélite. O vermelho é do Geoestacionário. O verde é de foguetes. O azul claro é o orçamento da AEB. São programas que a AEB conduz diretamente como, por exemplo, o programa de capacitação tecnológica.

Por favor.

Qual é a nossa previsão em termos de planejamento orçamentário, de PPAs e perspectivas? O orçamento executado este ano, como falei, incluindo esses dois... Esse aqui está no orçamento do MCT, para captar o da ACS. Esse vermelho é o orçamento da AEB. Esse aqui, ainda, é um suplemento orçamentário que está em discussão no Senado. São mais de 50 milhões. Lá no MCT nos dão notícia de que existe grande chance de ser aprovado. Então, estaríamos executando este ano – com suplementação, com a emenda orçamentária aqui – um orçamento de 350 milhões. Em 2012 já temos estabelecido esse orçamento da AEB, que cresce um pouco, mais o orçamento da Telebrás, que estou contabilizando aqui. Não é nosso, mas de um parceiro nosso. A visão que temos hoje de um programa espacial é a de que a AEB tem de estimular parcerias com outros agentes com capacidade de desenvolver projetos em conjunto conosco ou que estimulem o desenvolvimento do programa espacial e que estejam interessados no uso de satélites ou de operar Satélites, por exemplo, como é o caso da Telebrás.

Isso aqui é uma emenda orçamentária da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara que é destinada ao Centro de Lançamento de Alcântara e que é vital para termos o primeiro lançamento em 2013 do Cyclone IV, a partir de Alcântara. São R$165 milhões. Esses aqui são orçamentos previstos no PPA. É claro que, como já existe um déficit orçamentário, isso aqui vai passar para lá. Então, teremos uma certa diferença entre o que precisamos e o já temos estabelecido desde já. Mas, como muito bem diz a nossa Presidenta quando encara essa questão orçamentária: "Vocês têm uma base, o PPA é uma base. Vocês têm de fazer esses projetos, e os resultados dos projetos devem estimular o Governo e o Congresso a aumentar o orçamento de vocês." Isso é o que estamos querendo fazer, queremos apresentar resultados e obter orçamentos em função destes. Não queremos nada gratuito e apriorístico,

mas mostrar que as propostas que fazemos aqui têm condições de ter pleno êxito.

Muito obrigado e desculpe o alongamento.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Um alongamento mais que necessário. Nós é que agradecemos sua contribuição, Dr. Marco Antonio Raupp.

Passo, agora, a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Senador Anibal, é extremamente importante que esta discussão ocorra nesta Comissão.

Cheguei atrasado a esta reunião porque estava exatamente tendo agora de manhã uma discussão por último, nem como satélite, nem tampouco como já sacramentada, uma conversa com a Ministra Miriam Belchior, do Planejamento, sobre as últimas tratativas para que possamos apreciar tanto a peça orçamentária quanto o plano plurianual, do qual, inclusive, sou Relator. Um dos pontos que discutimos hoje de manhã tem a ver exatamente com essa nossa área aqui, a área de ciência, tecnologia e inovação. Ao longo dos anos, fomos experimentando uma série de problemas do ponto de vista, inclusive, não vou usar a expressão priorização, mas da destinação de recursos para essas áreas.

Eu conversava agora há pouco com o Senador Crivella acerca, por exemplo, da nossa visão em relação a pontos estruturantes e matrizes definidoras do processo de desenvolvimento econômico. Energia e comunicação são dois pilares fundamentais nessa estrutura. Lamentavelmente, no Brasil, ao longo dos anos, a estrutura de energia foi até olhada, mas a de comunicação, não. Todas as vezes em que se fala em matriz para o desenvolvimento, comunicações é sempre tratada como algo que pode ser agregado *a posteriori*, porque as pessoas têm uma visão exclusiva do aspecto dessa questão da comunicação, uma visão como sendo só, e ainda guardam essa lembrança, voz. Portanto, não associam a essa estrutura de comunicação principalmente a questão central: a informação, que é diferente. Então, é muito diferente e, se isso se materializa, através de imagem, transporte de dados etc. e tal, essa é outra face que precisaríamos aprofundar nessa relação com o Governo.

Na parte da energia, eu dizia nesse instante ao Senador Marcelo Crivella, que, pela outra Comissão de que participo, que é a Comissão de Infraestrutura, estivemos com o Ministro Lobão, e tenho insistido muito nessa questão do debate das renovações. O Ministro até me dizia que estamos com energia sobrando no Brasil. Agora, fiquei satisfeito porque acabei de ler nesse instante que o Ministro disse que o Brasil precisa crescer 5%, a cada ano, em energia. Então, não estava tão sobrando assim, não. E uma nação que quer apostar, mesmo num momento de crise, num processo de crescimento para chegar aos 5% não pode abrir mão de promover crescimento e investimento nessas duas áreas. Se preciso crescer 5%, e a expectativa nossa, inclusive, de crescimento da economia é abaixo disso, a partir, inclusive, das próprias questões da crise, preciso ter um crescimento diferenciado no investimento em ciência, tecnologia e comunicação. Preciso crescer, pelo menos, 3% acima da minha pretensão de crescimento econômico na área de energia, até porque as duas se somam. Não tenho, por exemplo, em determinadas áreas, a questão da informação, se eu não tiver suprimento de energia. Então, são áreas extremamente delicadas.

No caso do nosso satélite, a gente sempre conviveu com uma política, e vou chamar de errada, porque tratamos isso muito a partir do que cada setor fazia. Até fico contente hoje porque se tem uma simbiose, uma sinergia, uma reestruturação do pensamento nessa área a partir do papel do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério das Comunicações. Cometemos erros grosseiros no Brasil nessa área de satélite.

Recordo-me, por exemplo, que, em 1987, tivemos uma grande luta inclusive contra a Embratel, que era empresa estatal e que patrocinava um acordo extremamente danoso para o Brasil. Sei, inclusive, de cor e salteado, porque estava na porta da Embratel, em 1987, fazendo a manifestação contra um dos deletérios acordos contra o Estado brasileiro, principalmente nessa área da Vicon. O acordo era patrocinado pela Embratel, que era uma empresa estatal na época. Depois, fizemos um processo de reestruturação no setor de telecomunicações. Adotamos uma política completamente equivocada do ponto de vista dessa questão de satélite, ainda, na minha opinião, por incompreensão por parte do Ministério das Comunicações de qual o seu papel nesse processo. Por exemplo, não tínhamos nenhuma associação entre ação de ciência e tecnologia e o Ministério das Comunicações, até porque estes, no Brasil, sempre foram tratados como sendo moeda da relação política de ocupação de espaço. Não tenho nenhum problema em falar isso. Minha crítica sempre foi muito dura nessa área. Então, cometemos esse equívoco. Depois, disso, enfrentamos uma série de problemas.

O Dr. Marco Antonio nesse instante falava da necessidade, ou melhor, da dependência nossa em relação a informações que advêm dos satélites. Ficamos numa dependência exclusiva de satélites americanos para informações que são vitais para a nossa economia e para a vida no País. A informação de clima não é

informação só para abastecer o nosso desejo e saber se vou pegar uma boa praia, em Salvador, amanhã, ou não. Essa é talvez a informação mais utilizada, mas não é a informação que incide de forma tão vigorosa na nossa economia. A questão do controle do tempo, do acompanhamento do tempo, do que acontece com o tempo tem uma relação direta, inclusive, com a produção no campo. Tem um processo extremamente frágil nessa área.

Se pegarmos a história, e o senhor estava citando a Ucrânia, as parcerias. O Sputinik é de quando? De 1957. Foi a primeira experiência de satélite no mundo, satélite russo, ou, naquela época, soviético. Os soviéticos, em 1977, compravam – para quem não sabe – óleo de mamona de indústria brasileira para fazer experimentos aeroespaciais, porque o óleo de mamona, meu caro Anibal, resiste a baixas temperaturas e não muda as suas características, que é o biodiesel nosso hoje.

Estou falando da associação dessas coisas para entendermos que não dá para se tratar a política de satélite como responsabilidade da Agência Espacial Brasileira dizendo para ficar no canto e tratar o satélite enquanto vamos usando o de fora e brincando de tentar ver que ousadia tomamos em relação a fazer um satélite. Estou falando dessa priorização, porque a parceria com a China é de 1988. Não estamos falando de uma parceria agora. De 1988 para cá, meu caro Manoel, se esses satélites já tivessem sido lançados, estaria na hora, inclusive, de ser recolhido. Então, já podíamos estar utilizando, mas estamos ainda em fase de tratativas. Sei que isso tem um processo complicado. Na medida em que você vai andando, inclusive, vai tendo que, na mesma forma do desenvolvimento, produzir *upgrades*, alterar o processo para permitir, inclusive, que o satélite acompanhe o que está acontecendo no dia de hoje. Se pegarmos os dois principais satélites nossos do Brasil, os satélites SD1 e o SD2, ambos são velhinhos. Têm 18 anos. Já estão quase que no prazo de validade, quer dizer, já passaram da fase chamada do limite inferior de quinze anos, e estão indo para o prazo de validade completamente estourado. E tem uma importância, isso não é qualquer coisa.

O imageamento, meu caro Marcelo Crivella, que nós estamos tentando discutir agora no Código Florestal, como a gente faz, como a gente regula e tal, o imageamento desse Brasil é isso, ou a gente faz por satélite ou a gente vai ficar o tempo inteiro trabalhando nessas coisas de forma sempre amadorística.

Eu trabalhei um período na Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, e um dos desafios nossos foi colocarmos em prática uma ferrovia que foi pensada há muitos anos. A ferrovia foi pensada por um engenheiro baiano, Vasco Neto, que Juscelino deu maior apoio na década de sessenta. Chegou a construir o porto de chegada dessa ferrovia. E a ferrovia parte – sabe o que me espantou e me deixou assim perplexo: essas figuras como Vasco Neto e um tal de Rebouças, que, em 1796, obviamente ele não tinha satélite e nem GPS, absolutamente nada. O cara foi lá e fez um traçado, Raupp. Discutiu o traçado exatamente no sentido oeste brasileiro. Agora, tenho oportunidade de, exatamente usando essa tecnologia, discutir como vou fazer essas coisas que um Rebouças, um Vasco Neto, ou que a gente vai trabalhar para frente.

Então, não estamos tratando de um problema que é melhorar a base de Alcântara, fazer uma parceria com a China, tentar ver um satélite, ou usar os nossos transponders exclusivamente para agora não, porque temos TV por assinatura. Isso é uma parte do serviço que pode ser utilizado.

Resolver o grave problema nosso de comunicação nas áreas remotas. E não basta só levar a voz para esse lugar. Eu sempre digo que levar a voz para esse lugar hoje é conversa de índio com português. E aí todo mundo "vamos botar telefone público em aldeia". E aí é a história de trocar caixa de fósforos e espelho com índio. Não dá mais isso.

Por que não pode chegar nessa aldeia, meu caro Raupp? Por que não podem chegar dados? Banda larga atendida por satélites nessas áreas remotas?

Vamos ter licitação para o ano, espero eu, inclusive do 450, por parte do Governo brasileiro para a gente se expandir.

Então, como têm feito, por exemplo, os países que ousaram atender às suas áreas remotas nas mesmas condições que os grandes centros? Fizeram como? Utilizaram que infraestrutura? Fibra ótica é muito caro. Capilaridade de fibra ótica mais ainda. Deixe-me dar um dado aqui para a gente entender a proeza disso: a maior empresa de telecomunicações neste País, hoje, já que é uma empresa mundial, a telefônica de Espanha, que opera hoje, que é dona da Vivo, na cidade, onde a cidade mais rica deste Brasil, a cidade onde tem, obviamente, o maior volume de processamento de dados de comunicação do Brasil, sabe quantos clientes a telefônica atende com fibra ótica na cidade de São Paulo, Anibal? Trinta mil clientes com fibra ótica chegando na última milha, trinta mil, só e somente só. Não adianta pensar que tem mais do que isso.

Uma coisa é você fazer um entroncamento, outra coisa é você pegar e capilarizar isso. Temos duzentos e vinte milhões de celulares na mão de muita gente. Então, para chegar nesse celular, a gente tem que fazer isso.

Então, queria encerrar, dizer que acho o debate aqui importante para a gente entender isso. Nós fize-

mos um debate muito bom, ontem, na Comissão aqui, sobre essa questão do uso de tecnologia na vida das pessoas, para resolver os problemas. Com o Nicolelis aqui, hoje, a gente faz esse debate da ousadia e da proeza, da gente botar a mão nessa política de satélites no Brasil e dizer que isso tem que ser prioridade, isso não pode ser tratado como uma coisa que "ah, vamos ver como a gente desenvolve". Há dezessete anos estou falando aqui do SCD, isso foi desenvolvido pela gente. O Nico esteve nisso. Imagina dezessete anos atrás, estamos falando agora, dezessete anos atrás, o nosso CPQD, por exemplo, fez coisa do arco da velha neste Brasil. Então, não com saudosismo, nem tampouco com essa coisa de bravata. Nós temos capacidade de fazer. O problema é a gente priorizar isso, investir nisso, entender que essa questão é estruturante. Nós queremos mapear as grandes áreas, nós queremos resolver o problema da produção agrícola, nós queremos acompanhar, obviamente alguém dirá "nós não temos ciclones, terremotos". Mas eu preciso analisar essas movimentações ou esses eventos da natureza até para orientar a minha capacidade de produção. Eu preciso resolver problema de comunicação de longa distância. Eu preciso resolver o problema de controle do tráfego aéreo. Como a gente faz isso?

Na sua terra, por exemplo, lá, o início da comunicação ali era tropodifusão, meu caro Aníbal. Daqui para lá, além das distâncias, os morros. Não dá mais para a gente fazer tropodifusão. Mudou. Então, vamos chegar à Banda KU, para poder operar a Banda X, para fazer Banda Larga de forma intensa, é necessário que a gente pegue e trate dessa questão da infraestrutura para essa área, e satélite é uma ferramenta vital para essa questão.

Por isso acho fundamental e espero que a gente consiga fazer essa junção, Dr. Marco. Eu sempre tenho dito isso ao Ministro Mercadante: se essa política não tiver exatamente esse nível de sinergia, de junção, é papel do Ministério da Ciência e Tecnologia, sim, se meter nisso. Assim, como é papel do Ministério das Comunicações estar junto para a gente, inclusive, dar consequência daquilo que a gente pensa em desenvolver, daquilo que a gente desenvolve e daquilo que a gente pensa em aplicar e, efetivamente, deve e pode aplicar.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Walter Pinheiro.

E, agora, com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, o Senador Walter Pinheiro já explanou de maneira brilhante sobre a importância estratégica que as telecomunicações e os satélites também no monitoramento da nossa área continental, plataforma marítima, nossas fronteiras, a defesa nacional, fundamental, as previsões meteorológicas, a questão da nossa preservação dos recursos naturais e as previsões do tempo.

Acho que a palestra que hoje ouvimos aqui nos deixa muito orgulhosos como brasileiros. Primeiro, porque são três palestrantes, cujos currículos nos enchem de orgulho, não só pela no Brasil, mas também no exterior. E porque também estão preocupadíssimos com a nossa produção tecnológica.

Foi citado também pelo Dr. Marco Antonio Raupp uma coisa que preocupa a gente aqui, diversos debates já foram feitos, é a questão da soberania nacional, a partir do momento em que temos esses satélites bem licitados e bem controlados, os oito satélites, pela Anatel, mas que pertencem a um investidor mexicano. Nós ficamos, sexta, sétima economia do mundo, ficamos um pouco inseguros, porque acho que é natural que isso ocorra.

De tal maneira que nos enche de esperança esse programa de termos um satélite estacionado, satélite parado sobre nossa Nação em 2014, um projeto de satélite, lançador de tecnologia nacional, nossos técnicos.

E eu saio da nossa reunião com, vamos dizer assim, muita esperança, muita certeza de que o Brasil vai caminhar nessa direção.

Apenas para concluir, ontem à noite, eu conversava com o General do Gabinete Institucional da Presidência da República e com um Brigadeiro sobre o sucesso que foi a Embraer. Uma visão de Getúlio, prosseguida por Juscelino, que foi quem criou o CNPq, aqui citado pelo Senador Walter Pinheiro, e que hoje é um dos grandes plays, o projeto é nosso, ainda que Avionics, muitas peças importadas, mas o projeto é um projeto vencedor, adotado no mundo inteiro com imenso sucesso.

Nós esperamos, quer dizer, ficou provada a capacidade dos nossos técnicos. O ITA começa com professores americanos do MCTI, mas, depois, segue na, vamos dizer assim, pujança da inteligência nacional, da criatividade do homem brasileiro.

E acredito muito nesse nosso projeto de satélite, de veículos lançadores, nós teremos o mesmo sucesso, com certeza teremos o mesmo sucesso.

Temos que prosseguir. Garantir aqui, no Congresso Nacional, que os parlamentares entendam isso, sobretudo na votação dos orçamentos, e prosseguir no caminho.

Eu, Senador Aníbal, fico muito feliz de ter assistido a uma palestra tão lúcida, tão, vamos dizer assim, promissora. E quero crer que vamos avançar.

Era só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Marcelo Crivella.

Senador Raupp gostaria de usar a palavra?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Em breves palavras, Sr. Presidente, cumprimentar os convidados, Dr. Manuel Almeida, Marco Antonio Raupp, meu parente um pouco distante do Rio Grande do Sul, família Raupp é única no Brasil, descendente de três alemães que vieram, em 1828...

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – 1826.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – 1826, opa, errei por dois anos. Em 1826, três alemães migraram da Alemanha para o Brasil. Chegaram no Rio de Janeiro e mandaram para o Rio Grande do Sul para fundar uma colônia agrícola. E lá, hoje, se reúnem mais de setecentos, oitocentos descendentes dessas três famílias Raupp que vieram da Alemanha. É uma satisfação muito grande reencontrá-lo. Dr. Manuel Almeida, Dr. João Carlos Fagundes Albernaz, e o nosso Presidente, Aníbal Diniz, da nossa região, região Norte.

Acho que, se o Brasil quer se inserir no clube das grandes potências mundiais, está caminhando para isso, somos a sétima econômica do mundo, caminhando para a sexta, logo em breve para a quinta, rica e subdesenvolvida. Todas as superpotências têm que dominar o espaço. Está aí a potência americana, hegemonia mundial; Rússia, Japão, China, agora, se inserindo também nessa corrida espacial. E o Brasil está muito atrasado.

Eu não tenho o domínio que tem o meu colega Walter Pinheiro, quase que nasceu dentro da Embratel, da Telebahia, conhece essa área como ninguém. Fiquei até impressionado aqui com seus relatos, assim como falou Crivella, eu queria acrescentar um ponto da Amazônia e perguntar a essas autoridades renomadas na área espacial: qual está sendo a utilidade dos sistemas de vigilância da Amazônia, Sipam/Sivam, que têm uma base em Porto Velho, uma base em Belém e outra, em Manaus? Se não me falha a memória, são essas três bases desse sistema, que custou muito dinheiro para o Brasil, financiado por entidades, mas que o Brasil está pagando.

E, há poucos dias, tivemos um debate na Comissão de Ciência e Tecnologia, eu achava que a vigilância pelo menos do espaço aéreo para fins de voos na Amazônia estava bem protegido. Não está. Ainda existem vazios que não estão sendo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Área de sombra. E eu vi recentemente, em Porto Velho, um avião radar. Um avião que fica sobrevoando, não se se em todo o Brasil, mas estava lá um avião decolando, um avião grande, acho que da Embraer, com radares. E dizem que esse avião é para justamente sinalizar esses espaços vazios, que temos ainda no Brasil. Até nesse ponto da aviação, ainda estamos um pouco atrasados.

Então, parabenizo os palestrantes.

E acredito que o Brasil precisa investir mais. Sei que os investimentos são poucos do Ministério da Ciência e Tecnologia, mas o Brasil precisa destinar mais, fazer como os Estados Unidos, a Rússia, a China e outros, investir mais. E nós, aqui, temos condições de ajudar nesse sentido, se não nesse orçamento, no próximo orçamento para que a gente possa investir mais dinheiro nessa área, para que o Brasil possa se inserir no clube das grandes potências, dominando também o espaço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Não havendo mais Senadores inscritos, vamos às considerações finais, começando pelo Dr. João Carlos Fagundes Albernaz.

O SR. JOÃO CARLOS FAGUNDES ALBERNAZ – Sr. Presidente, como eu comentava, no início da apresentação, a Anatel, na realidade, é um parceiro que vai ser, enfim, utilizado quando necessário pela Telebrás, quando o satélite for lançado. E a nossa atividade, como eu comentava, ela certamente será na área da coordenação junto à OIT. O que eu posso comentar é que nós estaremos sempre à disposição, como temos estado à disposição do Ministério da Defesa, do Ministério das Comunicações, da própria Telebrás para discutir, passar as informações e estar sempre disponível nesse sentido.

Várias outras observações foram feitas pelo Senador Walter Pinheiro, um profundo conhecedor da nossa história, seja das telecomunicações, seja desenvolvimento tecnológico...

Não é da nossa competência, da Anatel, tratar desses assuntos. Eu poderia certamente, como cidadão, concordar muito com o que o Senador falou, mas de toda forma eu me ateria apenas a essa observação final, Senador Aníbal Diniz, que a Anatel estará certamente disposta no processo de lançamento do satélite brasileiro pela Telebrás, no que diz respeito evidentemente ao relacionamento com a OIT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Passo a palavra ao Dr. Manoel Almeida.

O SR. MANOEL ALMEIDA – Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui.

Eu queria comentar uma das coisas do Senador Walter Pinheiro, a questão que foi comentada rapida-

mente também aqui... Não é mais voz, é informação. E um País como o nosso, a gente vai ultrapassar a Inglaterra aí no final do ano em termos de economia mundial e temos um desnível, um abismo, como foi dito aqui também, de informação e atendimento ao povo impressionantes, incompatível com a nossa riqueza como País. E o satélite nesse ponto, para permitir o acesso, é o único meio. Não dá para se fazer capilaridade em fibra óptica em igarapé; não tem como. Então o satélite é o único meio, e vai ser por muito tempo, para atender essas regiões. Com a tecnologia da Banda Ka, acreditamos que ela realmente vai permitir um acesso mais democratizado. Os satélite vão ter que ser também feitos, vamos dizer assim, a palavra é customizados para cobrir o Brasil. Não é mais um satélite que você coloca e tem que desenhar o satélite para atender a região, com aqueles fechos todos. E a iniciativa privada e os provedores de capacidade estão se preparando para isso. Relembrando aqui o resultado do último – o tempo não acabou não, não é? – Leilão de Posições Orbitais. Foi a resposta, as empresas compareceram e estão trabalhando para isso. Eu acredito que a gente possa trabalhar, a iniciativa privada, Governo, coberta por uma política de governo para atender essa parte que realmente não é atendida no Brasil.

Então basicamente é isso. Eu queria também a oportunidade, sair um pouquinho do tema, mas um assunto que para mim é importante e que foi levantado aqui pelo Dr. Marco Antonio Raupp, a questão da capacitação de pessoal. Nós temos no Brasil uma quantidade de pessoas muito bem preparadas para trabalhar em satélites, mas a gente não pode perder esse patrimônio. Nós temos que de certa forma e eu não sei de que maneira não estou aqui para... É um sentimento que eu queria transmitir aqui; nós temos que trabalhar para desenvolver esse povo e continuar tendo controle, porque basicamente para ter tecnologia tem que ter dinheiro, tem que ter tudo, mas tem que ter gente. E sem gente treinada e preparada a gente não avança

É só isso.

Obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz.Bloco/PT – AC) – Obrigado, Dr. Manoel Almeida.

Agora com a palavra o Dr. Marco Antonio Raupp.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Muito obrigado, Presidente, Senador Aníbal.

Eu gostaria então de fazer alguns comentários. Em primeiro lugar, em relação ao Senador Walter Pinheiro, que falou coisas aqui importantes; ou seja, a tecnologia tem que estar cada vez mais na vida das pessoas. E esse é um grande exemplo, não é, Senador? Um País como o Brasil, com essa extensão, com as questões lá da Região Norte, que o Senador Raupp está colocando, sem satélite não tem salvação e satélites sofisticados. Faz-se um satélite com sensor óptico, quando tem muita chuva, lá tem, na Região Amazônica não dá, tem que se fazer um satélite com tecnologia de radar. E a coisa cada vez se sofistica mais. Isso é a pura verdade e eu acho que o Ministério da Ciência e Tecnologia tem desenvolvido uma ação, até mudou de nome, acrescentou um "e" ao nome exatamente para caracterizar que ciência e tecnologia têm que estar voltadas para o desenvolvimento do País e para influenciar no processo de desenvolvimento do País. Então isso aí é um paradigma da nossa, da equipe do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Com relação ao seu comentário sobre o velho SCD, está de pé, velhinho, mas está de pé. Eu queria dizer que nós estamos agora discutindo com a ANA, nessa nossa estratégia de buscarmos parcerias com outros órgãos. O Programa Espacial não pode estar voltado para si mesmo; a Agência Espacial pensar só nos interesses do Ministério da Ciência e Tecnologia. Tem que pensar também na ANA, tem que pensar na Telebrás, tem que pensar em todas as áreas do Governo, no Ministério de Meio Ambiente, no Ministério da Agricultura, em todas as áreas do Governo interessadas nessa questão.

Então nós estamos desenvolvendo agora uma abordagem de até ao fazermos as nossas propostas, fazermos propostas cooperativas entre as várias organizações. Um exemplo então é essa questão da ANA. Nós vamos fazer um novo satélite pequeno, mas importante para a questão de gestão de bacias, com a ANA. Estamos desenvolvendo os conceitos para fazer isso. E nós já temos tecnologia obviamente para fazer isso. Vai ser um satélite contratado diretamente na indústria, Senador. O Inpe tem já tecnologia para isso e vai repassar diretamente para a indústria.

Eu queria dizer-lhe o seguinte: eu tenho grande orgulho... O senhor mencionou que nós tivemos a capacidade de fazer esse SCD. Sabem em quanto tempo a gente fez esse SCD? Em três anos, em três anos! Esse programa espacial chamado A Missão Espacial Completa Brasileira surgiu lá no ano de 1980 e ele foi muito bem financiado durante o governo Figueiredo e o governo Sarney; foi um pico e só voltou a ter um valor semelhante agora, no governo Lula, porque durante os governos Collor e Fernando Henrique a coisa ficou lá embaixo. Mas o efeito desse financiamento, com o estabelecimento da infraestrutura necessária para fazer satélite é que nós fizemos esses dois satelitezinhos em três, quatro anos. Eu era diretor-geral do Inpe e fiquei envolvido diretamente nessa operação de viabilizar a construção de satélite e tenho grande orgulho disso.

Então esse é um efeito demonstrativo importante do que nós podemos fazer tendo condições.

Outra questão que o senhor colocou e que é fundamental é a questão da conjunção das ações dos vários Ministérios. O Ministério da Ciência e Tecnologia é uma ação transversal, vamos dizer assim. Ele tem que atuar junto com outros, porque nós, no fundo, somos elementos metodológicos para se alcançar determinada aplicação, determinado fim. Eu acho que é fundamental essa abordagem e a gente ganha muita força. Por exemplo, nós só conseguimos que esse programa do Satélite Geoestacionário Brasileiro contribuísse efetivamente para o programa espacial, para a política espacial, como está contribuindo, que é a oportunidade de juntar empresas novas, protagonistas novas e empresariais ao programa espacial, por quê? Porque nós fizemos uma ação conjunta de vários ministérios. Se a gente não tivesse acertado os ponteiros com o Ministério das Comunicações e com o Ministério da Defesa, que têm demandas claras e muito precisas na questão espacial, a gente não teria conseguido isso, não teria tido esse aumento que estamos tendo no programa espacial. Essa tem sido a orientação da Presidenta Dilma: vocês, trazendo projetos bons aqui e que exatamente atendam essa demanda, terão apoio. É claro que queremos sempre o apoio do Congresso, que é fundamental, para complementar as propostas do Poder Executivo.

Então essa visão é clara e ela traz dividendos, é isso que eu quero dizer, dividendos na capacidade de nós viabilizarmos as nossas propostas.

O Senador Raupp, meu caro, somos parentes de longa data, da mesma família lá do sul de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul; já nos conhecemos há algum tempo, aqui no Senado. Eu sempre que posso visito-o aqui.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. *Fora do microfone)* – ... estava nas. terras do norte ele mandou para o espaço

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Eu vim para o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Ele foi mais longe que eu e estou procurando sempre o espaço. Mas eu não tenho mais condição de viajar no espaço. Eu já passei do tempo, já cresci para os lados demais.

Bom, o Brasil, como o País que é, tem todas as condições para exercer liderança, pelo menos liderança regional .É fundamental o Programa Espacial. O Programa Espacial tem um ponto estratégico aí Por exemplo, o Brasil é um dos Brics, é um emergente. Eu acho, eu advogo que nós temos que ter um Programa Espacial à altura dos programas espaciais dos Brics. Nós temos que nos comparar, em termos de programa espacial, com a Rússia, com a China, com a Índia. A África do Sul é um dos Brics também e está um pouco mais atrasada do que a gente, mas também está fazendo um grande esforço para ter um programa espacial.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com relação à China e à Rússia, eu sei que nós estamos mais atrasados, e com a Índia qual a diferença?

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Nós estamos bem mais atrasados...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Mais atrasados do que a Índia?

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – ...em relação a todos esses quatro aí. Só estamos um pouco melhor do que a África do Sul. Mas em relação à Índia, eu sou um pioneiro desse Programa de Cooperação Brasil e China. Quando eu era diretor do Inpe foi estabelecido esse programa e, aliás, eu vim aqui com a esperança até de encontrar a pessoa que, como ministro assinou esse programa, o Senador Luiz Henrique, que é lá de Santa Catarina. O Senador Luiz Henrique foi quem assinou esse acordo com a China, acompanhando o Presidente Sarney lá, em 1988. Ele era o nosso ministro da Ciência e Tecnologia.

Então eu tenho essa experiência de olhar o desenvolvimento da China desde 1986, Senador. Eu fui lá em 1986. Veja bem, o Deng Xiaoping começou aquelas reformas no final dos anos 70, por aí. Então em 86 estavam começando aquelas coisas todas lá. Em vários setores nós estávamos na frente deles. Nós perdemos a corrida aí, tranquilo. Perdemos por quê? Porque nós somos muito dispersivos aqui. A falta de políticas durante anos, décadas em que nós não tivemos política nenhuma, nem política industrial, quanto mais política tecnológica, por exemplo, isso nos prejudicou sobremaneira. Se você não tiver política, você tem dúvidas sobre quem financiar. Se eu não tenho uma orientação global, como vou botar dinheiro nesse programa espacial? Onde está situado, ao nível de política pública, o programa espacial? Durante muito tempo nós ficamos sem estar situados em lugar nenhum. Agora, felizmente, nós estamos situados dentro da política de ciência e tecnologia, aquilo que o Senador Walter Pinheiro está falando aqui, que é essa política transversal para estimular todo mundo, e somos até parte da Estratégia Nacional de Defesa. A Estratégia Nacional de Defesa prega que uma das áreas de ciência e tecnologia que é crucial para o desenvolvimento de toda a infraestrutura de defesa chama-se área espacial.

Isso nos dá uma outra condição, Senadores. Nós estamos balizados; a nossa atuação está balizada. Nós temos que ter boas propostas e convencer o Governo e o Congresso, porque nós temos que ter o respaldo sempre do Congresso, porque nós advogamos que a política espacial seja uma política de Estado. Não é

só uma política de um governo, porque são eventos de longo prazo, de longa maturação. Leva muito tempo para você desenvolver todos esses objetivos do nosso programa Então a gente tem que estar sempre aqui dialogando com...

Então o Programa Espacial para o Brasil é fundamental. O nosso termo de referência, para usar essa linguagem burocrática – está certo? – em relação ao Programa Espacial são os Brics. Para ser um dos Brics nós temos que ter um bom programa espacial, esse que é o ponto. E nós temos necessidade disso também, como País amplo que somos.

Com relação ao seu questionamento sobre qual é a situação do Sipam e Sivam, quando surgiu essa discussão lá no governo, em 1990 e não sei quanto, eu fui contra esse programa Sipam, Sivam. Por que eu fui contra? Explico. Porque eu achava que, por exemplo, não o Sivam, Sivam é outra coisa, é controle de espaço aéreo, é negócio de defesa. Eu estou falando de Sipam. Sipam é controle ambiental, é observação ambiental. E nós tínhamos aqui uma instituição tradicional, que era o Inpe, em fazer esse controle ambiental; já usava satélites do mundo todo aqui para fazer isso. O Inpe foi deixado completamente fora disso. Na época, eu era vice-presidente da SBPC, lutei – está ali o nosso amigo, Monserrat, José Monserrat, que também era da SBPC –, nós lutamos com unhas e dentes para que o Inpe fosse colocado como órgão central no Sipam, e isso não aconteceu. Então, o Sipam era para substituir o Inpe, por exemplo, na geração de relatórios e monitoramentos sobre a Amazônia, sobre todas essas questões. Até hoje quem está fazendo é o Inpe, Senador, não é o Sipam.

O Sipam, o senhor quer saber a minha opinião, eu não sei direito o que eles fazem, não sei. Eu sou da área, mas não sei direito. Eu sei o que o Inpe faz. O INPE aparece no jornal. Todos os meses, eles fazem um relatório. Todo ano, fazem um relatório mais específico. Eles contribuem. Há estatística oficial sobre desmatamento e questão de observação das transformações do território na Amazônia. O Sipam, eu tenho minhas dúvidas. Eu preciso até visitar o Sipam, porque eu me coloco ao lado dele aqui em Brasília. A Agência Espacial é ao lado do Sipam. Eu tenho que ir lá para ver o que estão fazendo.

É uma coisa que o Senador Pinheiro, aqui, estava falando. Temos que usar nossas próprias forças antes de sairmos fazendo contratos milionários. Gastamos muito com o Sipam. Se tivesse colocado isso no programa espacial, acho que teria dado um grande salto.

A questão: quais sãs as possibilidades na região Norte? Nós estamos agora construindo essas possibilidades. Temos um amplo diálogo com o Ministério da Defesa, do tempo do Ministro Jobim, agora também. Eles têm planejamento de sistemas de defesa que são totalmente baseados em comunicações por satélite. Esse é o satélite geoestacionário para defesa e observação de fronteira, o Sisfron, que é o Sistema de Observação de Fronteira Terrestre aqui no Brasil e que depende totalmente de informação satelitária. Nós vamos ter que desenvolver isso. Essa é uma demanda concreta, efetiva e estratégica no País.

Outra coisa, o mar territorial, a observação e o controle do mar. Outra fronteira nossa: a nossa Amazônia azul aqui. A riqueza está lá, está aqui o pré-sal. Nós não podemos deixar aquele negócio assim. Nós temos que ter observação permanente lá. Obviamente que no mar é a Marinha que faz, mas a Marinha tem que ser informada amplamente sobre a situação.

Satélites de fronteira, tanto na fronteira marítima quanto na fronteira seca, que é a sua área, são fundamentais. Esse programa tem que se desenvolver. É isso que estou dizendo. Nós estamos tentando aqui uma reinicialização do programa espacial com coisas bem estratégicas, mas tem muitas outras coisas que têm que ser feitas, demandas que têm que ser atendidas e que nós temos que ter condições efetivas. Mas, como diz a nossa Presidente, você não quer todo o dinheiro agora para fazer tudo isso, vocês não vão querer abraçar o mundo, façam então alguma coisa e depois paulatinamente nos vamos aumentando e atendendo a essas necessidades. Então, essa é a nossa abordagem.

Eu gostaria de agradecer, Senador Anibal, o convite. Por favor, transmita ao Senador Eduardo Braga, que é um grande amigo.

O Senador Eduardo Braga é um homem da Amazônia. Foi Governador do Estado, como também V. Exª. Ele destacou ciência e tecnologia na Amazônia, na política dele da Amazônia, de forma espetacular. Testemunho isso porque eu tive uma cooperação com ele. Como Presidente da SBPC, fizemos várias reuniões na Amazônia para promover a ciência e tecnologia. Uma delas sabe onde? Em Tabatinga. O Governador foi lá, o Eduardo Braga foi lá, junto conosco, e nos abriu caminhos. Incluímos gente da tríplice fronteira. Convidamos colegas do Peru e da Colômbia. Sabe quantas pessoas a gente reuniu em Tabatinga com o auxílio do Senador Eduardo Braga? Três mil pessoas. Uma coisa surpreendente. Ele nos ajudou a mobilizar as populações da Amazônia porque ele acreditava nisso. Ele tinha os conceitos certos na cabeça. Ele criou um sistema de ciência e tecnologia no Amazonas que é invejável. Sempre o apoiamos. Acho, aqui, que ele tem uma grande contribuição a dar porque tem experiência, tem visão de como se implantam essas

coisas efetivamente e qual é a importância da ciência e tecnologia para as regiões.

O satélite geoestacionário de comunicações vai dar cobertura, em banda larga, para toda a Amazônia. Não precisa mais essa preocupação nossa de levar fibra ótica até a Amazônia, que é uma coisa complicadíssima. Mas não se trata nem de Amazônia. Como disse o Manoel Almeida, o satélite está aqui, mas você não tem a milha final. É complicado e custa dinheiro também. Então, o satélite ajuda. É um investimento maior num primeiro momento, mas ele atende amplamente. É muito mais democrático nesse sentido, no sentido da regionalização.

Estamos tendo essa iniciativa com todo apoio da Presidente. Acho que esse vai ser um excelente programa, em cooperação da Telebrás. A Telebrás é a dona desse satélite. A AEB só estimula e ajuda a Telebrás a fazer as parcerias necessárias para construir o satélite. Vai ser um sistema, vão ser dois satélites. Espero que a gente, tendo sucesso, comece a ter satélites meteorológicos, por exemplo, tanto na órbita geoestacionária, porque este enxerga a atmosfera de cima, está lá, 36 mil quilômetros, quanto de mais perto. Para as previsões de desastres, por exemplo, é preciso ter satélites que olhem de perto, que meçam com muito mais precisão a intensidade das chuvas, por exemplo, o local e a intensidade das chuvas, porque é isso que vai dizer se vai ter desastre ou não. Para isso, existem também sistemas sendo desenvolvidos no mundo. É uma cooperação entre Estados Unidos e Japão, que está desenvolvendo satélites desse tipo. Temos que dar um jeito de participar também. Temos feito esforços junto à NASA para participarmos de um projeto desse tipo, mas não tivemos ainda sucesso.

Eu queria agradecer, mais uma vez, Senador. Eu me alonguei em elogios ao Eduardo Braga. Depois, por favor, transmita a ele o obrigado da Agência Espacial, de toda a comunidade do Ministério da Ciência e Tecnologia, por essa abertura aqui, para trazermos aqui as nossas propostas. Espero que os senhores leiam. Deixei um documento sintético dizendo qual é a nossa proposta. Estamos abertos a contribuições. Por favor, contribuam.

Então, agradeço muito a possibilidade de participar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Nós é que agradecemos a sua grande contribuição, a contribuição do Sr. Manoel Almeida, a contribuição do Dr. João Carlos Albernaz.

Apresentamos também as nossas desculpas, primeiro, pela ausência do Presidente, Senador Eduardo Braga, que está representando o Senado em reunião da ONU, em Nova Iorque, e também por um problema que enfrentamos, aqui, no Senado – e o Senador Walter Pinheiro já questionou e já protestou contra isso inúmeras vezes –, de sobreposição de agendas das comissões aqui no Senado. Para a gente poder participar de uma audiência pública, tem que faltar à outra comissão que está acontecendo simultaneamente. Por isso, não está o Senador Luiz Henrique e outros integrantes da CCT que tiveram que dar quórum também a outras comissões que estão instaladas nesse momento.

Agradecemos imensamente as contribuições, o conteúdo apresentado. Estamos completamente cheios de expectativas em relação a essa tecnologia de satélite para cobrir a Região Norte. O Estado do Acre tem suas áreas isoladas, suas áreas de sombra, que precisam dessa tecnologia para poder se comunicar e poder partilhar com o mundo os conhecimentos que estão lá presentes também. A gente tem certeza de que esses investimentos vão, aos poucos, acontecer. Tivemos a pessoa certa, que é o Senador Walter Pinheiro, que está aí, como o relator do PPA, para nos ajudar para os anos futuros, 2012, 2013, 2014, certamente.

Muito obrigado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – A Comissão, na realidade, a Marinha, a própria questão do Ministério de Ciência e Tecnologia, priorizou recursos para essas áreas tanto no PPA quanto no orçamento. Só lamento que o debate, com o assunto de ontem que nós fizemos, tenha ocorrido posteriormente ao processo de fechamento das emendas desta Comissão. Isso ocorreu muito fruto não de responsabilidade do Senador Eduardo Braga, mas dessa loucura de agenda, que também é um negócio positivo para o Senado, porque a gente está tendo um nível de funcionamento relativamente acelerado. Sei que a gente tem que ter cuidado para que isso não vire só um eixo de estatística, tantas audiências, e não consigamos dar consequência a essas coisas.

Mas fico feliz, Anibal, porque a gente vai vendo coisas interessantes. Nessas áreas, por exemplo, algumas coisas ainda emocionam a gente, mexem, tocam a gente, o compromisso. Então, falei aqui muito sobre isso, porque eu vivi essa experiência, Dr. Marco Antonio, desde moleque. Entrei no Sistema Telebrás com 19 anos de idade. Completei neste ano 33 anos, mas já me desliguei da empresa em que trabalhava. Hoje, por força da própria privatização, era funcionário da Oi. Meu último contrato foi com a Telebahia. Passei para a Oi, no processo de privatização, ou seja, passei para a Telemar, depois Oi, e me desliguei recentemente da Oi, rompendo o meu vínculo empregatício. Mas minha primeira experiência, ainda como funcionário da Telebahia, foi no centro de televisão da Embratel. Esse foi

meu primeiro emprego, com 19 anos. Foi no centro de televisão da Embratel, em Salvador. Em 1981, na SBPC, em Salvador, discuti como funcionário da Telebahia e como estudante, na primeira SBPC, exatamente essas áreas. Tive oportunidade de participar da SBPC que aconteceu em Salvador. Então, é importante a gente pegar isso, a gente vai vendo experiências que foram exitosas. Quando o senhor fala do investimento, por exemplo, nós pegamos...

Ontem até faleceu o Gal. Alencastro, que foi presidente da Telebrás durante muitos anos e viveu talvez a fase mais esplendorosa do Sistema Telebrás, que foi a fase de investimento. Foi com o Sistema Telebrás que a gente viu nascer o CPQD, diversos níveis de desenvolvimento importantes para o Brasil. Tive oportunidade de conviver com isso. No Parlamento, fui obrigado a continuar fazendo a minha parte, estudando. Lembro-me de que, quando cheguei ao Parlamento, cheguei exatamente no momento do embate sobre a privatização, até me especializei muito na área de radiofrequência, de que gosto muito. É uma área muito delicada de trabalhar. Peguei o maior embate aqui. Mesmo como Deputado, eu continuava estudando até para poder enfrentar Guerreiro, Leite e outras figuras que estavam na Anatel. Não era para ficar só fazendo na base do discurso. Era preciso inclusive ir a fundo. Pegamos o primeiro embate. Então, são importantes essas experiências para a gente entender, Aníbal. Quando eu falei da vida das pessoas, é isso.

O celular é resultado de uma experiência que começou com uma atividade militar. Ou alguém não se lembra mais daqueles rádios velhos que ficavam nas costas? Tinha que ter um cara, em qualquer frente de batalha do Exército ou qualquer coisa do gênero, que carregava uma mala nas costas, que era um rádio de comunicação, e que essa disgrama hoje, com todo o respeito, virou um negócio que faz tudo na mão das pessoas. Não é mais numa mala.

Então, esse troço veio com isso. O objetivo era militar. E terminou vindo para a vida de cada um. Os satélites, ou seja, essa informação, vem disto: a partir de fronteiras, de defesa. E a gente foi ampliando. Isso tem que acabar. Isso tem que bater na vida das pessoas, chegar na vida de cada um.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – A Internet começou...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Exatamente.

Então, essas coisas, Anibal, principalmente para as áreas remotas, são vitais. Como é que eu faço chegar algumas das coisas mais avançadas da área da saúde se não utilizando essa lógica de transporte da informação?

Então, acho que esse é o papel nosso. E é por isso que acho que esta nossa comissão é das mais importantes. Eu tenho, ao longo da minha vida, atuado quase que exclusivamente na Comissão de Ciência e Tecnologia no Parlamento brasileiro. Fiz assim nos meus quatros mandatos de Deputado Federal e estou fazendo aqui no Senado. Acho que é importante este debate. Ainda que, sei lá, esvaziado ou coisa do gênero, mas acho que são importantes essas audiências, até para servirem como elemento, eu diria, até de elaboração para a gente, porque são informações...

Eu tenho uma prática: costumo recolher o material que vem, costumo ler. Aí é um pouco da característica de cada um, e aprendi uma coisa com o meu pai, que era um sujeito que não tinha lá essa formação toda, meu pai não tinha nem o primário completo, mas ele sempre nos dizia assim: "Se você não ler toda a noite alguma coisa, no outro dia você tem duas folhas para ler; no terceiro dia, três; no final do ano, 365, e você não lê nunca mais". E ele nos dizia isso para nos dar uma espécie de puxão de orelhas para a gente acompanhar as coisas da escola. Então, ele dizia: "Façam isso, peguem todo o dia. Ainda que seja cansativo, mas deem uma olhada pelo menos em uma folha" – ele não dizia "uma lauda". "Faça isso, e, no final do mês, você leu pelo menos umas trinta folhas. Agora, no final do mês, você não vai ler trinta folhas; você não lê mais."

Então, eu acho que são importantes as audiências públicas, porque elas podem, de forma muito mais vigorosa, contribuir conosco pelo menos com a informação de uma folha por dia. Se a gente conseguir fazer mais, a passagem nossa pelo Parlamento fica muito mais qualificada. Isso arma a gente para preparar um PPA. Isso arma a gente para votar um Código Florestal. Você vai criando as condições. Eu não me concebo aqui como um apertador de botões, de ficar nos painéis só votando. É uma lógica.

Então, esta contribuição aqui dos senhores é importante. Ela é uma história que tem caminho de volta. Vem um apelo para o Orçamento, vem um apelo para o recurso, mas, ao mesmo tempo, a gente extrai dos senhores várias da informações importantes que vão consubstanciar a nossa atuação, para a gente ver se fazemos deste Brasil uma outra nação.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado a todos.

Encerramos a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião encerra-se às 12 horas e 8 minutos.)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

ATA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, CONVOCADA PARA 12 DE JULHO DE 2011.

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e onze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 14. Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares**: Ademir Camilo, Andre Vargas, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Genecias Noronha, Giroto, João Dado, João Magalhães, Luciana Santos, Márcio Reinaldo Moreira e Roberto Britto; **– Senadores titulares:** Anibal Diniz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro; **– Deputados suplentes:** Alex Canziani, Alexandre Leite, Hugo Leal e Pedro Chaves; **– Senadores suplentes**: Eduardo Braga, Inácio Arruda e Lídice da Mata. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, George Hilton, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, José Priante, Marçal Filho, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira, Vitor Penido e Wellington Roberto; **– Senadores**: Acir Gurgacz, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Ricardo Ferraço e Sérgio Petecão. **ABERTURA:** às dez horas e vinte e nove minutos do dia doze de julho de dois mil e onze, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou iniciados os trabalhos. **AVISOS:** o Presidente comunicou a indicação do Senador Walter Pinheiro (PT/BA) para o cargo de Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012/2015, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, conforme Ofício n° 091/2011 – GLDBAG, de 7 de julho, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Humberto Costa. Fez uso da palavra, pela ordem, o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA) para solicitar, nos termos do *art. 134, § único da Resolução nº 1/2006-CN, alterada pela de nº 3/2008-CN,* o encerramento da reunião.

O presidente informou ao parlamentar que concederia a palavra ao Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentarias – PLDO 2012, Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG), para proferir considerações acerca do Relatório e em seguida encerraria os trabalhos. Concluída a intervenção do Deputado Márcio Reinaldo Moreira, o Presidente comunicou que encerraria a reunião. **ENCERRAMENTO:** Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação da Câmara dos Deputados, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*, o Presidente encerrou a reunião. Antes, informou que a próxima reunião convocada seria no dia 12 de julho, às 14 horas 30 minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às dez horas e quarenta e quatro minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. – Senador **Vital do Rêgo**. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito bom dia a todos. Hoje o som está bom. Parabéns! Solicito aos senhores assessores, profissionais de imprensa, convidados que estão neste plenário e Srs. Parlamentares que tomem seus lugares.

Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com a Pauta nº 14, de 2011.

Temos uma informação importante, eminente Senador Eduardo Braga, para passar à Comissão e aos profissionais da imprensa. Tendo em vista a assunção da Sra. Senadora Gleisi Roffmann à condição de Ministra-Chefe da Casa Civil, o Bloco do Governo, por meio do Líder do PT e do Líder do Bloco de apoio ao Governo, indicou o Senador Humberto Costa, indicou o Senador Walter Pinheiro para Relator do Plano Plurianual, no período de 2012 a 2015, baiano como V.Exa., Deputado Claudio Cajado.

Antes da apreciação das atas, passo a palavra ao Relator, Deputado Márcio Reinaldo, para trazer alguns informes principalmente aos Srs. Parlamentares que nos dão a honra da presença nesta abertura, para que S.Exa possa esclarecer o andamento dos nossos entendimentos. Estão presentes o Líder da Minoria, o Deputado Claudio Cajado; o Líder do Governo no Congresso Nacional, o Deputado Mendes Ribeiro.

Estamos avançando na semana derradeira desta Comissão neste período. Por força dessa necessidade é que estamos fazendo uma série de entendimentos para ainda hoje votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, tão bem relatada pelo Sr. Deputado Márcio Reinaldo. Eu acompanho, na condição de Presidente desta Comissão, o desenrolar dos entendimentos com a Oposição

e o Governo, no sentido de desatar os últimos entraves para a concepção deste diploma legal importantíssimo para o nosso Orçamento.

O Deputado Márcio Reinaldo pediu a palavra para fazer alguns informes, antes do Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Tem V.Exa. a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, são 10h31min, V.Exa. abriu a sessão e, como V.Exa. sabe, não há número suficiente para a deliberação.

Eu pediria que, após as informações do nobre Deputado Márcio Reinaldo, continuássemos conversando. Eu estou aqui para poder tratar com o nobre Relator sobre pontos que o partido considera fundamentais para que possamos avançar, com a intenção de chegarmos a um acordo e podermos votar sem açodamento e, muito menos, tratoragem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Posso dizer, Deputado Claudio Cajado, que V.Exa. está ajudando muito neste processo. Vou fazer, como V.Exa. requer, na forma regimental. Após a participação do Relator Márcio Reinaldo, vou consultar a Assessoria sobre o *quorum* para deliberação e tomarei as providências cabíveis no Regimento, porque V.Exa. sabe o rigor desta Presidência com o Regimento da Casa, com o Regimento Comum.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu agradeço e peço a V.Exa. que, após as palavras do Deputado Márcio Reinaldo, declare encerrada a sessão, já que temos mais oito sessões já previamente convocadas. Portanto, encerrando-se esta, poderemos abrir no período da tarde, porque V.Exa. já convocou para as 14h30min uma nova sessão. Este é o tempo que teremos para conversar com o Relator e podermos avançar nos pontos que consideramos fundamentais para termos um posicionamento sem confrontos no plenário.

Muito obrigado. Fica, de antemão, a questão de ordem formulada a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A V.Exa. assiste razão. Vamos consultar a Secretaria, após a participação do Relator, sobre o *quorum* para a deliberação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, baseio minha colocação no art. 134 da Resolução nº 01.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Márcio Reinaldo, para os Srs. Parlamentares que nos estão dando a honra da presença na Comissão e para os profissionais da imprensa e de toda a assessoria orçamentária da Casa, V.Exa. pode, de forma breve e resumida, levantar as principais dúvidas e arrolar as principais soluções que V.Exa. pôde dar nesse encontro de ideias, não confronto de ideias, mas encontro de ideias.

Tem a palavra o Deputado Márcio Reinaldo Moreira

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, desde a quarta-feira passada, tivemos reuniões permanentes nesta Casa e na Liderança do Governo com vários colegas dos vários partidos e até mesmo do Governo Federal. Se, por um lado, o relatório abre uma boa expectativa, por outro lado, não agrada aos Democratas nem ao PSDB. O Governo também não se sente muito à vontade em certas linhas que adotamos. Temos travado algumas discussões e debates em todo esse sentido.

Veja V.Exa. que, na semana passada, tínhamos uma redação específica sobre eventos e ações no Ministério da Cultura, um atendimento àquele próprio Ministério, que se julgava prejudicado por estar tolhido pela não realização de eventos, já que a maior parte das suas atividades se desenvolve mediante eventos. Portanto, a redação que o Ministério nos propôs e que chegamos a deliberar, com a Consultoria do Congresso, foi muito criticada pelo Ministério do Planejamento.

Eu disse a eles que me mandassem uma redação mais adequada, que atendesse ao Ministério da Cultura. Eles, finalmente, no último minuto da apresentação do relatório e do adendo, mandaram-me uma nova redação. Porém, essa nova redação tornava a matéria muito mais flexível e aberta do que antes. Eu cheguei a chamar a atenção dos técnicos do Ministério do Planejamento sobre este caso e até fiquei em dúvida se assinava ou não a alteração.

Hoje, em reunião na Liderança do Governo, eles confirmam que preferem aquela redação anterior, a primeira. Este é um caso em que vemos críticas e destaques prometidos pelo Democratas e pelo PSDB, em relação ao qual o próprio Governo tem dúvida.

A Lei Kandir é um outro item delicado. Parece que o Governo, que não concordava em fixar um valor, agora já avança para aceitar esse valor, embora seja um valor ainda muito histórico e muito aquém daquela renúncia efetiva que os Estados têm experimentado ao longo dos últimos anos.

O art. 127 diz respeito ao problema de obras irregulares. Há um questionamento que estamos discutindo: se ele seria regulamentado posteriormente por decreto legislativo, por lei ou por outro dispositivo.

Trata-se de um assunto que está na pauta e que estamos discutindo.

Em relação ao art. 3º, que diz respeito ao redutor da meta fiscal em favor do PAC, ao qual apresentamos emendas individuais, o Governo insiste em fazer uma abertura sobre isso. Eu não concordo, pois a matéria, de certa forma, deverá vir por meio da Liderança do Governo, nos moldes de um destaque.

Este é, portanto, um assunto sobre o qual vamos nos debruçar naturalmente na discussões, e o Plenário é que deverá decidir finalmente sobre essa forma.

Quando eles querem desmembrar, é para ficar mais fácil o veto, o veto daquilo que interessa ao Governo, e o aproveitamento daquilo que interessa ao Governo.

Da mesma forma, avança-se para o art. 4º do substitutivo, que versa sobre as prioridades e metas físicas, em que também incluímos as emendas individuais protegidas nessas prioridades. O Governo também se avoca o desejo de deliberar por meio de destaque sobre essa matéria, o que eu acho natural. Devemos discutir bastante sobre esse aspecto.

No que concerne aos arts. 52, 67 e 68, que dizem respeito à exclusão da parcela de emendas individuais até 1% da receita líquida da base de cálculos de contingenciamento, o Governo também quer fazer as devidas aberturas, mediante destaque, para naturalmente vir depois com o veto que melhor aprouver.

Mas vejo esses pontos como os mais delicados e pontuais da decisão que teremos de enfrentar ao longo das próximas sessões. Vejo outros assuntos que já começam a inquietar. A Consultoria do Congresso tem me trazido problemas de uma decisão do Tribunal de Contas sobre pessoas aposentadas que estão na ativa, que, agora, com o limite de remuneração máximo, passarão a ser descontados e apresentam algumas hipóteses de discussão sobre o tema.

O Senador Paulo Paim quer fazer uma emenda ou quer que se atenda uma emenda para os aposentados. É justo. Mas o Governo já me disse que, se fizermos, eles vão vetar na área de pessoal. É um alerta também que fica porque, antes que essa parte de pessoal seja deliberada, creio que é bom sabermos das consequências. O Governo já disse que, se pusermos, ele vai vetar.

Da mesma forma também foi o problema do pessoal do Judiciário. A pressão foi muito forte nesta Casa, mas a posição do Governo é de veto também, se entrarmos nesse particular. Sabe-se que o Governo vai tratar desse assunto brevemente. Talvez entre esse mês e o próximo, já na elaboração da Lei Orçamentária Anual, o Governo deve fixar a política salarial para o próximo ano.

Então vejo que esses capítulos são altamente importantes e delicados. As consequências são essas, quer dizer, a promessa de veto é muito grande. O Governo está com a caneta lá muito forte, muito afiada, com a vontade do Secretário do Tesouro, o alemão, e a nossa Presidenta já lhe deu carta branca para sugerir esses vetos. Isso é o que temos e trazemos a conhecimento do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado Márcio Reinaldo.

Quando V.Exas. me elegeram por unanimidade ou por aclamação nesta Casa, me fizeram, Deputado Alex Canziani, refém do Regimento. E eu não posso deixar de cumprir o mandamento regimental que diz que, às 10h30min, devo consultar se há *quorum* para deliberação nas duas Casas. Havia um esforço pessoal do Senado, havia *quorum* para deliberação no Senado e, às 10h30min, não havia *quorum* para deliberação na Câmara.

Em virtude do mandamento regimental encerro – não posso suspender, como gostaria, mas encerro – a sessão já com a outra sessão convocada, na forma do Regimento, às 14h30min, agradecendo os avanços ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira, que é um espetacular companheiro.

A sua sinceridade, a sua franqueza, a simplicidade com que ele conduz as coisas e a verdade com que ele professa as suas convicções são muito importante nesta companhia. Muito obrigado pelo trabalho que V.Exa. tem desempenhado.

Portanto, reconvoco esta Comissão para às 14h30min. Vamos continuar lutando para aprovar a LDO.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Agradeço a V.Exa. pela atenção rotineira. Isso só eleva V.Exa. como Presidente deste Colegiado.

Digo que nossa intenção é nos pautarmos pelo entendimento. Porém, o entendimento ainda não está feito, preciso conversar com o Relator, o partido precisa sentar-se, e acredito que até às 14 horas consigamos fazer acordo. Se não conseguirmos, às 14 horas nos encontraremos de novo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Agradeço a todos, fiquem com Deus, boa tarde, até mais tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – São 14h40min. Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Convido os Srs. Parlamentares a assumirem suas posições nas nossas bancadas. Peço à assessoria e às consultorias além dos profissionais de imprensa a devida atenção e respeito aos trabalhos desta Comissão.

Estamos apreciando as matérias constantes da Pauta 14, de 2011. Informo que os avulsos das maté-

rias encontram-se na mesa dos trabalhos. Há *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas por haverem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão, conforme estabelecido no art. 8º, coloco as atas em votação.

Em votação na Representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na Representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovada.

As atas estão aprovadas.

Conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

EXPEDIENTE

Correspondência recebida pela Secretaria da Comissão

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica **dispensada a leitura dos expedientes,** que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo, ainda, que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) OF. Nº 391/2011 – SGM, de 7 de julho, da Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Claudia Lyra Nascimento, comunicando que o Senador Alfredo Nascimento (PR/AM), reassumiu o exercício do seu mandato de Senador da República, a partir de 7 de julho do corrente.

2) OF. Nº 396/2011 – SGM, de 12 de julho, da Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Claudia Lyra Nascimento, comunicando que o Senador Zezé Perrella (PDT/MG), 1º Suplente do Senador Itamar Franco, assumiu o exercício do mandato de Senador da República, a partir de 11 de julho do corrente, em virtude do falecimento do titular, ocorrido em 2 de julho de 2011.

3) Of. Conjunto nº 03/2011/Coff/Conorf, de 12 de julho, informando que as Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal identificaram erro de ordem técnica no Autógrafo da Lei Orçamentária para 2011 (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011 – CN).

– Expediente encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão DEFERIDO pelo Presidente:

1) Ofício nº 00208/2011-GSCM, de 6 de julho, do Senador Cyro Miranda (PSDB/GO), justificando ausência no dia 5 de julho.

– Expediente encaminhando indicação para o cargo de Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012/2015:

1) Ofício n° 091/2011 – GLDBAG, de 7 de julho, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Humberto Costa, indicando o Senador Walter Pinheiro (PT/BA).

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

– Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 6 de julho:

1) Aviso n° 971/2011 (Acórdão nº 1.802/2011): Obra de construção da Penitenciária Estadual de Bento Gonçalves/RS.

2) Aviso n° 973/2011 (Acórdão nº 1.787/2011): Obra de execução da Barragem Congonhas, no Estado de Minas Gerais.

3) Aviso n° 974/2011 (Acórdão nº 1.800/2011): Obra de adequação de Trecho Rodoviário – Divisa MG/SP – Divisa MG/GO – na BR-050 – no Estado de Minas Gerais.

4) Aviso n° 978/2011 (Acórdão nº 1.803/2011): Obras de melhoramentos no Aeroporto de Vitória/ES.

5) Aviso n° 980/2011 (Acórdão nº 1.789/2011): Obras de implantação do Complexo de Geração e Transmissão de Energia Elétrica de Simplício – Queda Única, localizado no Rio Paraíba do Sul, na divisa dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

6) Aviso n° 987/2011 (Acórdão nº 1.801/2011): Obras de construção do Terminal de Passageiros, de Sistemas de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e de Sistema Viário no Aeroporto de Goiânia/GO.

7) Aviso n° 1.016/2011 (Acórdão nº 1.784/2011): Obras de construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife/PE.

8) Aviso n° 1.021/2011 (Acórdão nº 1.808/2011): Obras de ampliação do sistema de abastecimento de água de Porto Velho/RO.

– Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Aviso GP/TCU, de 28 de junho, anexado ao Aviso nº 12/2011-CN:

1) Aviso n° 1.110/2011 (Acórdão nº 1.546/2011): Foram constatados indícios de irregularidade grave nas

seguintes obras: BR-429/RO – Construção Presidente Médici – Costa Marques; BR-487/PR – Construção Porto Camargo – Campo Mourão; e BR-101/RN – Adequação Trecho Natal – Divisa RN/PB. As Obras a seguir indicadas, também apresentam novos indícios de irregularidade grave: Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste – Ilhéus – Barreiras – No Estado da Bahia; Construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste – Uruaçú/GO – Lucas do Rio Verde/MT.

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada por correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às lideranças partidárias.

Ordem do Dia.

Apreciação do relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, que trata do exame da admissibilidade das emendas, inclusive as de Relator apresentadas no projeto de lei orçamentária 2012. Autor: Comitê de Admissibilidade de Emenda.

Com a palavra o Coordenador do CAE, Deputado Danilo Forte para apresentação do relatório. *(Pausa.)*

Com a palavra meu secretário permanente, Senador Walter Pinheiro, a quem convido para fazer a leitura, já que S.Exa. é membro do CAE. V.Exa. não está disposto? Só este. São só duas linhas.

Agradeço o silêncio dos senhores.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas apresentadas à LDO 2012.

"Relatório preliminar.

Exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao PLN nº 02/2011, ao PLDO 2012 – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012. Preliminarmente, registra-se que logo após o encerramento da reunião extraordinária da CMO, realizada no dia 29 de junho, às 14h30min, os membros deste Comitê, por iniciativa do seu coordenador, do gabinete da Presidência, deliberaram por se reunir em 05 de julho às 11 horas.

Iniciada a reunião, os trabalhos foram dirigidos pelo Coordenador, Deputado Danilo Forte. Compareceram os seguintes membros: Deputado Danilo Forte, Wellington Roberto, Ademir Camilo, Fábio Ramalho, Alex Canziani e Hugo Leal. Foi registrada a presença de Deputados não membros do Comitê: Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Relator da LDO de 2012; Deputado Giroto e Deputado João Magalhães.

O Coordenador abriu os trabalhos e informou que havia questões a serem resolvidas com relação ao texto proposto pelo Relator. Após pronunciamento dos Deputados Alex Canziani, Wellington Roberto, Hugo Leal, Ademir Camilo, João Magalhães e o Relator da LDO, Márcio Reinaldo Moreira, foi feito acordo no sentido de acatar as demandas que lhes foram apresentadas, ficando de ser apresentado destaque em relação ao art. 125 do substitutivo.

Feito este registro preliminar, passa-se ao relatório, exame de admissibilidade que é apresentado em atendimento ao disposto no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, a ser votado pela CMO, antes da apreciação do mérito. O referido exame corresponde à análise preliminar anterior do mérito que verifica a compatibilidade da proposição com as normas constitucionais, legais e regimentais, nos termos do art. 146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional. Esse dispositivo determina que a emenda à proposição, em tramitação na CMO, que contraria normal constitucional legal, será inadmitida, caso aprovada na CMO a proposta do Comitê de Admissibilidade.

No que tange à compatibilidade com a Constituição Federal e com as normas infraconstitucionais deve ser observada em especial se as emendas..."

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, gostaria que o Senador Walter Pinheiro não tivesse de disputar com o restante aqui. Está difícil de compreender.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em atenção ao Senador Walter Pinheiro, que está fazendo um esforço, por força da sua flagrante afonia, para ler o relatório, peço encarecidamente ao Plenário e também aos Srs. Parlamentares um minuto de silêncio ou vários minutos de silêncio para ouvir o relatório.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – "No que tange a compatibilidade com a Constituição Federal e com as normas infraconstitucionais, deve ser observado em especial se as emendas propostas que circunscrevem a área de abrangência da Lei de Diretrizes Orçamentária, como definido no § 2º do art. 165, da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, na análise empreendida, entendemos que o conjunto das emendas atende às referidas normas. Observamos ainda que as emendas individuais coletivas e de Relator também cumprem as disposições internas, especialmente da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, bem como as constantes do parecer preliminar aprovado pela CMO com os critérios de admissibilidade.

Ressaltamos que a LDO de 2012 não contempla anexo de metas e prioridades como exercício anterior. Em vez disso, seu art. 4º estabelece que as metas e prioridades para 2012 correspondem as ações do PAC e a superação da extrema pobreza sem descriminá-las.

A ausência do anexo foi justificada pelo Executivo tendo em vista que está reorganizando o modelo de planejamento a ser retratado no Projeto de Plano

Plurianual para envio ao Poder Legislativo até 31 de agosto de 2011, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Em virtude disso, constatamos que não foram apresentadas emendas ao anexo de metas e prioridades do PLDO/2012. Assim, todas as emendas são consideradas como de texto e não conflitam com as normas constitucionais, legais e regimentais.

Voto.

Diante do exposto, estamos propondo que sejam consideradas admitidas todas as emendas individuais e coletivas apresentadas ao PLDO 2012.

Coordenador Danilo Forte."

Assinam também os Srs. Deputados o presente relatório do comitê de admissibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Parabenizo o coordenador e por conseguinte todos os membros do Comitê pelo relatório. De forma inusitada, é a primeira vez que há uma manifestação do Comitê na apreciação das emendas à Lei de Diretrizes Orçamentária.

O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação na Representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na Representação do Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório do CAE está aprovado.

Passamos à discussão do relatório final.

Apreciação do Relatório ao Projeto de Lei nº 2, de 2011, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências. Relator: Sr. Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Foram apresentadas de forma também inédita 3.010 emendas ao relatório. O voto do Sr. Relator é favorável ao projeto de lei, nos termos do substitutivo apresentado. Das 3.010 emendas apresentadas – gostaria da atenção dos companheiros –, o Relator ofereceu voto pela aprovação total em 122 emendas. Pela aprovação parcial, o Relator estendeu seu voto favorável a 1.276 emendas e foi pela rejeição das demais 1.612 emendas. Repetindo: pela aprovação, na totalidade, 122 emendas; parcial, 1.276; e pela rejeição de 1.612.

Não sei como anda a emenda do meu querido Senador Paulo Paim, que está presente a esta Comissão.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Estou aqui para apoiar a decisão de V.Exa., que eu sei que aponta para o caminho de atender aos aposentados. Parabéns a V.Exa. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Na quarta reunião extraordinária, realizada em 6 de julho de 2011, o Relator, Deputado Márcio Reinaldo Moreira, apresentou o relatório, a errata e os adendos 1 e 2. O prazo para apreciação de destaques foi iniciado neste momento e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da Comissão Mista de Orçamento.

Está iniciada a discussão, ao tempo em que está aberto o prazo para apresentação dos destaques.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Claudio Cajado, que disporá de 5 minutos. São 14h50min.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Vou tentar resumir em 5 minutos, mas peço a tolerância de V.Exa. e dos membros desta Comissão, até porque o Governo vota, e a Oposição fala. Não é assim?

Então, Sr. Presidente, eu queria inicialmente dizer que, em linhas gerais, tenho que dar os parabéns ao Deputado Márcio Reinaldo, porque S.Exa. tentou, nesses dias que antecederam a esta discussão, atender a maior parte possível dos pleitos, em especial das oposições.

O Deputado Walter Pinheiro está um pouco nervoso, que até quebrou o copo. Está emocionado.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Estou emocionado com vossas palavras, Deputado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Então, eu quero dizer que o Deputado Márcio Reinaldo avançou em alguns pontos, indiscutivelmente, e em outros nós vamos aguardar a discussão dos destaques, até porque esperamos que o Relator possa, nesse encaminhamento de acordo, apresentar, quem sabe, um novo adendo e fazermos uma votação mais célere.

Sr. Presidente, nobres colegas, o Governo insiste em certos pontos dos quais discordamos. Por exemplo, em relação às despesas primárias, a demonstração de boa vontade contida no texto da LDO não casa com a necessidade de podermos inserir metas dessas reduções das despesas primárias. Num momento de crise mundial, em que países como a Grécia passam por momentos dificílimos, em que Itália, Espanha e Portugal começam a ter inquietações no mercado internacional, diante dos quadros das suas contas, o Brasil não pode deixar de sinalizar positivamente para o controle das suas despesas, para assegurar seu superávit e, principalmente, cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Este momento é o adequado, apropriado, para que o Governo demonstre que quer, sim, controlar os seus gastos e impor um ajuste fiscal indispensável, não apenas para nós internamente, e sobrar recursos para investimento, abatendo um orçamento paralelo que se chama Restos a Pagar, mas também demonstrar aos

países do mundo que nós estamos, sim, comprometidos com a estabilidade econômica e com o ajuste fiscal.

Daí por que necessário se faz que o Relator possa afirmar – e nós apresentamos um destaque nesse sentido ao relatório – que as metas não podem ficar apenas como sinalização de boa vontade na letra fria do texto, mas sim que se assegure, através de uma meta, uma redução como a que fora feita em 2007. O próprio Governo enviou uma LDO prevendo uma redução de 0,1% das suas despesas primárias. Portanto, esse é o pleito que nós apresentamos e que o Relator ficou de analisar.

Temos também, Sr. Presidente, uma preocupação muito grande. Meritoriamente o Relator apresentou, no seu relatório, a possibilidade de organizações não governamentais, ONGs, poderem receber recursos do Orçamento para desenvolver atividades educacionais: educação especial, que nós concordamos, como as APAEs, por exemplo; educação básica, técnica e superior. Com essas três nós não concordamos. Nós achamos que é temerário, num recurso orçamentário extremamente restrito, abrir para ONGs. Eu acho que existem ONGs sérias, mas nós temos experiência de que repasse de recurso a entidade privada ou filantrópica é perigosíssimo.

Portanto, fica o apelo ao Relator para que avalie essa questão e, do ponto de vista da área de saúde para a questão dos deficientes, um apoio aos drogados, nós podemos transigir, mas na área educacional eu acho que o poder público dos entes federados, municipal, estadual e federal, tem condições amplas, sim, de acordo com as regras constitucionais e com as leis infraconstitucionais, de poder adequar essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Outro viés, Sr. Presidente, que nós queremos deixar claro aqui é que, em relação aos Restos a Pagar, o Relator acertou. V.Exa. foi corajoso, Deputado Márcio Reinaldo, ao poder incluir no montante de limitação da redução das programações incluídas não apenas o PAC, na verba de 40,6 milhões, mas também 10% de Restos a Pagar a cada ano e as emendas parlamentares. Por quê? Dizer que emenda parlamentar não é prioritário é fulminar de morte o Estado de Direito e o espírito federalista. Por quê? Porque nós, Deputados e Senadores, estamos a serviço dos nossos Estados para fazer o equilíbrio regional dos recursos oriundos do Governo Central.

Nós não podemos admitir que Estados ricos como São Paulo – nada contra São Paulo –, Estados riquíssimos como Minas Gerais, terra querida do nobre Relator, possam se igualar em patamar de investimento muito distante do que seja o Estado do Piauí ou da minha querida Bahia.

Nós estamos aqui para defender essa equidade, essa harmonização dos investimentos em vários Municípios e Estados da Federação, e essas emendas são importantes para que nós possamos ter esse espírito republicano e federalista.

Quero aqui ressaltar também, Sr. Presidente, o prazo assinalado como uma iniciativa ímpar do Relator para que os gestores, os órgãos que são executores de programas possam ter prazo para responder às diligências quando dos processos de auditoria do Tribunal de Contas da União. Hoje nós não temos prazo, ficam esses recursos muitas vezes pendentes, trazendo prejuízo ao Erário. Portanto, nós desejamos que o Relator reduza esse prazo de 50 para 30 ou 40 dias. Acho que nisso podemos evoluir também.

Por fim, quero agradecer ao Relator por ter retirado a questão do dispositivo da Lei de Licitações, no art. 125, onde existia uma possibilidade de se acrescer em 20% os preços medianos do SINAPI e do SICRO, que já são muitas vezes considerados excessivos. Então o Relator retirou essa questão, como também a possibilidade de se editar em 25%, modificando completamente o objeto do processo do certame licitatório.

Portanto, esses dois avanços...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O.k., nobre Deputado. Se o senhor não parar, os avanços que fiz em seu favor vão cair. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Então eu agradeço e vou me reservar para discutir mais detalhadamente o relatório na apresentação dos destaques.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado Claudio Cajado.

Como há uma extensa lista de oradores inscritos, peço a obediência aos 5 minutos regimentais.

Com a palavra o meu queridíssimo Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentá-lo, cumprimentar os Deputados e Senadores, cumprimentar V.Exa. pelo trabalho que tem realizado, comandando a Comissão de Orçamento, Comissão mais importante do Congresso.

Eu vou ser muito rápido, e só registrar a competência do Deputado Márcio, Relator da LDO, sereno, equilibrado, sensato. Vejam o trabalho hercúleo que foi realizado, mais de 3 mil emendas, e ele procurou não só ouvir a Base do Governo, mas a Oposição também.

Eu gostaria só de fazer dois registros, Márcio, do meu ponto de vista muito importantes na construção

da LDO, que vamos discutir e, não tenho dúvida nenhuma, aprovaremos.

Primeiro, a questão do contingenciamento, não contingenciamento, especialmente na área de pesquisa, ciência e tecnologia. Se não investirmos, se o Brasil não se preparar para esse desafio tecnológico, nós não vamos a lugar nenhum. Portanto, V.Exa. entendeu, foi compreensivo e, mais do que nunca, trouxe esse instrumento ou garantiu o não contingenciamento de uma área vital, se o Brasil quiser crescer, desenvolver-se e, acima de tudo, promover um futuro melhor para a sua gente.

E o segundo ponto, meu caro Deputado Márcio, meu Presidente, diz respeito à faixa de fronteira. A LDO olhava a faixa de fronteira – o Senador Anibal é de fronteira também, há vários fronteiriços aqui – só sob o ponto de vista de segurança pública, só na repressão, mas não essa a ação fundamental. É efetivamente se garantir projetos de desenvolvimento econômico e social para a região de fronteira. E acertadamente o Deputado Márcio teve a sensibilidade necessária para entender que na questão de fronteira a segurança pública é muito importante. Mas o mais importante é garantir perspectivas para as pessoas que vivem na região de fronteira.

Então, eu não podia deixar de destacar isso e parabenizar V.Exa. pelo trabalho, especialmente o nosso querido Márcio e o nosso companheiro Walter Pinheiro, Senador incansável aqui na Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa., Senador Delcídio. Espelho o nosso trabalho pelo que V.Exa. desempenha na Comissão de Assuntos Econômicos.

Representando o PMDB na Câmara dos Deputados, tem a palavra o Deputado goiano Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Obrigado, Presidente. Cumprimento V.Exa., o nosso Relator, Deputado Márcio Reinaldo, e os colegas presentes.

Serei também muito breve, Sr. Presidente, apenas para registrar, em nome do PMDB, os cumprimentos ao Deputado Márcio Reinaldo pelo seu relatório. Como disse o Senador Delcídio, S.Exa. foi muito sensato, equilibrado, correto, ouvindo a todos e procurando atender ao máximo o pleito dos Parlamentares.

E, Deputado Márcio Reinaldo, quero passar a V.Exa. os destaques apresentados pelos nossos colegas João Magalhães e Benjamin Maranhão, Destaques nºs 55, 56, 57, 58 e 59. Esses cinco destaques têm apoio de toda a nossa bancada. Queria me associar ao Deputado João Magalhães para apoiar esses destaques apresentados a V.Exa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço, Deputado Pedro Chaves.

Com a palavra o Deputado André Vargas, representando o PT na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Sem dúvida, Sr. Presidente, queria destacar o trabalho de V.Exa. na coordenação deste colegiado de Senadores e Deputados, que cumprem hoje uma etapa importante no processo da votação das leis orçamentárias, e também saudar o nosso companheiro Deputado Márcio Reinaldo Moreira e falar do acerto desta Comissão ao conduzi-lo a essa tarefa, a essa missão, da capacidade técnica que S.Exa. tem, que naturalmente ressalta e salta aos olhos, no belo trabalho que faz. É claro que nós teremos os destaques, mas alguns avanços são fundamentais.

A primeira questão fundamental é a prerrogativa do Congresso Nacional. Eu acho que isso é algo importante, independente de oposição ou governo. O relatório representa a vontade que esta Casa tem de orientar, definir e debater de forma legítima a questão orçamentária. Lamento, lamento mesmo, que por vezes a mídia, a grande imprensa, não reconheça o trabalho que o Parlamento faz, seja na LDO, seja na Lei Orçamentária, seja no Plano Plurianual.

Quero defender aqui, Sr. Presidente, não que este seja o momento, até porque nós teremos a votação do Orçamento, mas já de plano quero defender o Deputado Mendes Ribeiro Filho, Líder do Governo no Congresso Nacional. Gostaria de saudá-lo pela indicação. Realmente, com a indicação do Líder do Governo, as coisas passam a funcionar mais adequadamente.

Mas quero aqui, de público, dizer que não é possível assistir, de forma paralisada, aos ataques que alguns setores da mídia fazem às iniciativas parlamentares no Orçamento. Todas as iniciativas parlamentares no Orçamento, desde as emendas, até as emendas à LDO, são no sentido de ver um Brasil mais justo, de ver que todos os programas de governo cheguem de fato aos 5 mil quinhentos e tantos Municípios do Brasil. Nós não podemos permitir, não só a Comissão de Orçamento, que se construa uma imagem de que as iniciativas parlamentares namorem o fisiologismo e o clientelismo. Pelo contrário, são exatamente as iniciativas parlamentares que pulverizam as efetivas ações do Governo.

Quero ressaltar que, nesta LDO, o nosso Relator contemplou o ponto de vista do programa de governo em curso no País, porque é importante, Senador Vital do Rêgo, lembrar que quem venceu as eleições foi esse bloco PT, PMDB, PR, PTB, PSB, PCdoB e vários partidos.

Respeitamos a Oposição, mas o programa de Governo da Presidenta Dilma, de combate à pobreza, do PAC, do Minha Casa, Minha Vida, grande programa habitacional em curso no País, da efetiva realização de obras de infraestrutura, visando à diminuição das desigualdades, tudo isso está contemplado na LDO. Portanto, este é um relatório com o qual devemos concordar e votar.

Achamos que o relatório também moderniza na questão dos pequenos Municípios, quando, por sugestão de audiência pública aqui, o nosso partido fez algumas emendas, possibilitado a agilização da liberação das transferências voluntárias de até 500 mil reais. Agradeço o acolhimento dessa emenda.

No mais, quero dizer que nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, estaremos ao lado do relatório. Naturalmente temos alguns destaques dialogando com o Governo e com a Oposição, e, ao final, certamente será votada uma boa LDO para o Brasil.

Parabéns ao nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço o desempenho de V.Exa. nesta Comissão.

Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu me inscrevi exatamente para rebater a posição de que nós não devemos possibilitar que as organizações não governamentais possam gerenciar recursos neste País. Houve um tempo no Brasil em que houve muitos desvios de recursos das ONGs. De uns tempos para cá, eu tenho observado que a cada momento se tenta...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Estamos com uma sessão bastante prestigiada. Renovo o apelo a todos os presentes para que possamos ouvir as Sras. e Srs. Deputados e Senadores que estão apresentando destaques e justificativas ao Relator.

Devolvo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Obrigado, Sr. Presidente. Então, não é só para a educação nem para gerenciar recursos para a alfabetização de adultos e outros programas. Eu penso que os institutos, as associações, as cooperativas, as fundações ou outra organização não governamental, que são organizados, honestos e que estão fazendo grandes trabalhos para contribuir com o desenvolvimento deste País, podem receber recursos.

No meu Estado, no Pará, Sr. Presidente, hoje, das 143 Prefeituras, 125 estão na inadimplência. Então, quando eu coloco uma emenda aqui, muitas vezes, o prefeito tem dificuldade de receber essa emenda. E lá temos uma organização não governamental que pode receber uma emenda e fazer uma aplicação muitas vezes melhor do que algumas Prefeituras.

Nós temos neste País os órgãos de controle. Nós temos Tribunais de Contas dos Municípios em alguns Estados, Tribunais de Contas dos Estados, Tribunal de Contas da União, Ministérios Públicos Estadual e Federal, Polícia Federal. Se nós não podemos botar recursos para as organizações não governamentais, muitas Prefeituras, então, que fazem má gestão do dinheiro público, estão impossibilitadas de receber recursos.

Então, sempre que vejo alguém neste Congresso tentando fechar e podar cada vez mais a possibilidade de direcionar recursos para as ONGs, eu sempre vou me colocar contrário a isso, porque conheço centenas de experiências de ONGs fazendo um lindo trabalho de desenvolvimento social por este Brasil afora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Nós estamos encerrando a ordem de inscrição. Há inscritos: Deputados Vaz de Lima, Rogério Marinho, Domingos Sávio e Fábio Ramalho, como membros desta Comissão, e o Senador Paulo Paim, como não membro desta Comissão.

Há mais alguém que queira se inscrever? Deputado Marçal Filho. Estamos encerrando o levantamento dos pretendentes à inscrição.

Deputado Vaz de Lima, V.Exa. permuta? É melhor permutar do que trocar.

Deputado Domingos Sávio, com a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Sr. Presidente, colegas Deputados, não era ainda a minha vez de falar, mas estou acompanhando atentamente o debate e compreendo que o nobre colega Vaz de Lima precisa de concluir o seu telefonema.

Em primeiro lugar, cumprimento o nosso Relator, meu conterrâneo das Minas Gerais, Deputado Márcio Reinaldo, sempre com essa sua competência e seu estilo bem mineiro de construir o entendimento. Isso foi fundamental para que nós pudéssemos estar hoje já num clima bem propenso a fazermos a análise e, espero eu, a votação do seu relatório.

É claro que teremos, nos destaques, alguns temas ainda a buscar o aperfeiçoamento. Eu destaco agora, por exemplo, apenas a título de observação, que vimos trazendo sempre – e é uma redação que já veio de outros anos –, dentro do capítulo da seguridade, as questões ligadas ao orçamento da saúde, tratando que elas devem contemplar o que está previsto na Emenda 29. Aí fica mais uma vez a nossa preocupação para que, no segundo semestre, de fato, votemos a regulamentação da Emenda 29, porque o nosso Relator está fazendo o seu dever de casa aqui, está deixando bem claro que o nosso orçamento da saúde deve contemplar inteiramente o que prevê a Emenda 29.

Mas eu diria, Sr. Presidente, que nós temos, neste momento, um dos exercícios de democracia mais fundamentais deste Parlamento. Quero também cumprimentar o Líder do Governo no Congresso, Deputado Mendes Ribeiro, com quem tivemos a oportunidade de conversar sobre as nossas preocupações, e, dentre elas, uma que eu sinto que é convergente e traz a marca da ousadia deste Relator, que, desde o primeiro momento, manifestou o seu sentimento de que o Congresso tem que ser respeitado nas suas prerrogativas e que emenda parlamentar não pode ser apenas objeto de proselitismo.

Nós corremos um sério risco de comprometer a credibilidade da Casa se, ao elaborarmos emendas que atendem às demandas da saúde, da educação, do desenvolvimento urbano e da infraestrutura, gerarmos uma expectativa, numa sociedade carente por uma série de investimentos, e depois isso simplesmente ser frustrado.

Então, essa preocupação em construir mecanismos já na LDO de que as emendas têm que ser respeitadas é algo que não pode mais ser entendido como bandeira deste ou daquele, mas bandeira do Congresso, de uma Casa que, em alguns momentos, eu diria que nos grandes momentos, deve estar unida no interesse público e nacional. E aí não há que se falar em oposição ou em situação.

Assim podemos guardar o nosso tempo e o nosso esforço para fazer os grandes debates, e não ficarmos numa relação de subserviência ou de privilégio, para não confundirmos a relação de apoiar o Governo com subserviência, que não é a característica dos nobres Parlamentares aqui, e muito menos de que a Oposição é que não quer deixar as coisas acontecerem e fica travando.

É preciso que possamos construir o entendimento. Eu vim para esta Comissão com esse propósito e concluo dizendo, Sr. Presidente, que, em que pese ainda termos que debater nas emendas alguns aspectos que acreditamos possam ser aperfeiçoados, na íntegra do relatório, queremos cumprimentar o Deputado Márcio Reinaldo e contribuir para que a votação se dê hoje e da forma mais célere possível.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado Domingos Sávio.

Com a palavra outro mineiro, o Deputado Fábio Ramalho, do PV de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – Eu queria parabenizar o nobre Relator pelo excelente trabalho e dizer que nós estamos de acordo com o relatório.

Vamos torcer para que seja votado o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a disciplina do Deputado Fábio Ramalho.

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho, Líder do PSDB.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, hoje chegamos praticamente ao final deste primeiro semestre de trabalho. E, antes de passarmos à discussão do relatório, eu queria parabenizar a condução do Sr. Presidente, o comportamento dos Srs. Líderes do Governo, bem como dos nossos companheiros da Oposição, que, durante este semestre, se debruçaram sobre as matérias que aqui passaram e certamente o fizeram com a melhor das intenções.

Esta peça que hoje estamos discutindo, o relatório do Deputado Márcio Reinaldo, certamente é fruto de muitas mãos. O Deputado Márcio Reinaldo recebe um projeto por parte do Governo Federal e faz importantes intervenções no sentido de melhorar esse projeto, como era o esperado, em função de sua experiência e da sua condição de Parlamentar afeito ao tema. Inclusive, em negociações que teve com nós da Oposição, foi sensível em retirar alguns artigos e situações que imaginávamos – e foi acordado que assim o fosse – que impediam a transparência e a correta execução orçamentária que essa lei vai propiciar na formação do próximo Orçamento.

Entretanto, Deputado Márcio Reinaldo, Sras. e Srs. Congressistas, nós tivemos uma conversa hoje com o Líder do Governo, como consequência das várias conversas que estávamos tendo aqui no plenário desta Casa, e, dos 16 pontos que havíamos solicitado ao Governo e ao Relator para que fossem avaliados, em torno de 8 a 10 pontos já foram aceitos. Nós temos ainda de 6 a 8 pontos, meu amigo Relator, que terão que ir para o debate e para o voto. Considero que tivemos um grande avanço, mas existem situações absolutamente inegociáveis que vou discutir no momento oportuno. Não vou entrar no mérito da discussão dos destaques.

Mas, em linhas gerais, Sr. Relator, quero dizer a V.Exa. que a nossa responsabilidade nesta Casa transcende a questão ou a situação de ser governo ou oposição. É uma contingência do nosso processo democrático ter uma alternância natural de poder. Nós temos aqui a responsabilidade de valorizarmos o papel do Legislativo em atendimento à democracia e ao fortalecimento da nossa Constituição. Todas as ponderações que fizemos foram no sentido da transparência, da necessidade de propiciar que os órgãos de controle, que, em última instância, representam a sociedade, tenham acesso ao bojo do Orçamento, à execução orçamentária, no sentido de preservar as

atribuições desta Casa, que é o Poder que modera o Executivo. Eu acredito que esse é um pensamento que todos nós temos.

Por isso, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, a Oposição se comporta aqui, na verdade, como uma entidade que está querendo ajudar e está fazendo o seu papel para que essa peça, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, saia a melhor possível e seja o pensamento e a representação da média do que todos aqui pensam e estimam.

Então, agradeço a oportunidade de ter contato com os senhores. Não é uma despedida ainda, vamos discutir os destaques, mas fizemos um acordo, Sr. Presidente, e agora quero publicizá-lo, de votarmos o relatório, ressalvados os destaques, votarmos os destaques com os óbices e contraditórios que existem ainda, mas não há acordo de votarmos amanhã.

Amanhã é sessão congressual que está marcada?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Amanhã, às 10 horas.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Pronto. Então, antes da sessão congressual, certamente, afunilaremos ainda mais os pontos de divergência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos, vamos! As convergências são maiores do que as divergências. Parabenizo V.Exa. pelo trabalho que tem feito.

Com a palavra o Deputado Marçal Filho.

Eu informo aos senhores que nós temos mais de 200 destaques já apresentados, só mais dois oradores e o prazo se encerra ao final da fala do último orador, Senador Paulo Paim.

O Deputado Marçal está com a palavra.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero apenas aqui parabenizar o trabalho do Relator, Deputado Márcio, e dizer que muitos avanços tivemos. Reunimo-nos com o Relator, ele foi sensível a inúmeras causas que apresentamos e, oportunamente, durante a discussão dos destaques, vamos defender as nossas posições, acreditando que a colaboração de cada Parlamentar, de cada Congressista, vai realmente enriquecer esse relatório e fazer com que a contribuição de todos nós possa ser acatada. Evidentemente, isso trará frutos inegáveis à melhoria desse processo de elaboração da LDO.

Eu queria aqui reforçar aquilo que disseram alguns colegas, que precisamos desmistificar essa questão das emendas individuais, daquilo que os Parlamentares apresentam como anseio legítimo da população dos mais longínquos rincões deste País, emendas individuais que atendem Municípios pequenos, que às vezes não são alcançados pelo poder público. E os Parlamentares têm conhecimento, porque vivem em contato permanente com as suas bases, porque vivem constantemente em contato com a população e sabem muito bem quais são essas demandas. E isso o Relator deixou muito claro no momento em que faz com que as emendas individuais sejam acolhidas integralmente e possam ser efetivamente executadas. Oportunamente falarei sobre os destaques apresentados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa., Deputado Marçal Filho.

Como penúltimo orador, que permutou com o Deputado Domingos Sávio, o Deputado Vaz de Lima.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Obrigado pela compreensão, nobre Presidente e Deputado Domingos Sávio. Estava aqui me preparando para fazer a minha manifestação.

Quero cumprimentar todos os colegas, Senadores e Deputados, e cumprimentar também o nobre Relator. No meu ponto de vista, houve um grande avanço desde o início das discussões da LDO aqui. É a primeira vez que eu participo. Essa dinâmica implementada neste primeiro semestre, relativamente ao trabalho da Lei de Diretrizes Orçamentárias, espero que se repita lá na Lei de Orçamento, para que possamos obter avanços.

Então, quero registrar o trabalho e a ousadia do Relator, em determinados momentos, na tentativa de aperfeiçoar o texto que veio do Executivo.

No entanto, eu queria fazer uma única observação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Vaz, peço desculpa a V.Exa. É meu dever, a minha obrigação, até para garantir a ordem e a disciplina no plenário, em atenção, em respeito ao Deputado Vaz de Lima, que possamos continuar colaborando. Eu sei que a reunião é extensa, é nervosa, mas vamos cada um aqui cumprir o seu papel. Eu peço encarecidamente silêncio a todos os presentes.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Obrigado, mais uma vez, nobre Presidente.

Eu queria me ater apenas ao art. 127 da LDO. Do meu ponto de vista, no momento em que o Relator fez o seu relatório, houve um avanço no que diz respeito a esta questão, àquilo que é atribuição do Congresso Nacional. O Relator propôs a inclusão de um artigo, o 127-A, com a seguinte redação: *"As disposições do Capítulo VIII desta lei sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves terão eficácia até a aprovação pelo Congresso Nacional de normas específicas sobre a matéria, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal",* que diz o que exatamente? *"Competência exclusiva do Congresso Nacional: fiscalizar e controlar diretamente ou por qualquer de*

suas Casas os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta".

Na minha avaliação, a redação proposta pelo nobre Relator atendia bem o art. 49, nobre Relator. Ocorre que agora, na fase de adendo, V.Exa. muda a redação.

Então, eu queria deixar o meu registro. A redação proposta agora vem: *"As disposições estabelecidas no art. 8º terão eficácia durante a vigência desta lei até a publicação de legislação específica que regule a matéria".*

Do meu ponto de vista, a redação, como está proposta, pode dar ao Executivo a condição de fazer, até por decreto,...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – A ideia era o decreto legislativo.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – A ideia... Não, mas a ideia, nobre Relator, que está, com muito boa vontade, na cabeça e no coração de V.Exa. não está expressa aqui. Se V.Exa. puder deixar mais claro que será por...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Nós faremos isso.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Muito obrigado, Excelência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não precisa falar mais.

Está encerrada a discussão com os membros da Comissão.

Vamos ouvir o colega Senador, por quem eu tenho profunda admiração e respeito, Senador Paulo Paim. S.Exa. está com a palavra.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS – Sr. Presidente, pela ordem. Presidente Vital do Rêgo, eu queria me inscrever para falar por 1 minuto apenas após a fala do ilustre Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não posso deixar de atender a V.Exa., Governador Jayme Campos.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS – Muito grato. Como sempre, essa simpatia em pessoa!

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Sr. Relator, Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Senador Walter Pinheiro, meu querido amigo, Líder do Governo, inesquecível Mendes Ribeiro Filho – lembro-me do pai neste momento, permita-me, meu amigo também, já falecido – Sr. Presidente, eu estava muito preocupado, confesso, porque na primeira versão do meu colega e amigo Relator não constava nenhuma janela na Lei de Diretrizes Orçamentárias apontando para que o Orçamento contemplasse recursos para um grande entendimento entre as centrais, entre a COBAP, enfim, as entidades dos aposentados.

Mas tivemos uma conversa com V.Exa., com o Relator, com Walter Pinheiro e aqui com o meu amigo também Gilmar. Estive aqui conversando também com Marçal, respeitando a emenda dele, e a redação que me chega aqui contempla, no meu entendimento, essa janela. Se V.Exa. permitir, eu leria a redação, que é muito curta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Peço a V.Exa. que leia a nova redação.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – O que diz? *"Serão assegurados os recursos orçamentários necessários ao atendimento da política de ganhos reais aplicáveis às aposentadorias e pensões do Fundo do Regime de Previdência Social a ser definida* – como fizemos no ano passado e depois aprovamos 80% do PIB – *com as centrais sindicais e os representantes dos aposentados e também pensionistas".*

Eu acho que a LDO, dessa forma, permita-me – essa redação muito lembra o Gilmar –, ela dá a linha para que a gente, no Orçamento, construa o entendimento.

Então, eu retiro inclusive os meus argumentos, que estavam todos aqui amontoados, e cumprimento o Relator, que indica que é possível o entendimento nessa linha. Sei que o Senador Marçal tem uma emenda de 80%, a minha era de 100%. Mas eu entendi muito bem que aqui são tomadas as linhas, as diretrizes básicas, e lá no Orçamento, com essa janela aberta, é que a gente vai chegar ao grande entendimento.

Então, o meu cumprimento a todos. É uma alegria estar aqui com os senhores. V.Exa. cumpriu o que já havia me dito lá no plenário do Senado.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu queria parabenizar o Deputado Marçal e V.Exa., e muito ao Deputado Gilmar Machado, pela sensibilidade de convergir essa ideia, e ao nosso Relator, que conseguiu esse feito de manter viva uma tese tão importante para defendermos junto ao Relator-Geral do Orçamento, Deputado Arlindo Chinaglia, que já está presente e ouvindo tudo ali.

Bom, ainda há um Senador, para encerrar a discussão, o Senador querido Jayme Campos.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, serei rápido. Antes de mais nada, eu quero registrar aqui no plenário desta Comissão a presença dos Desembargadores Dr. Tarcísio Valente, que nos honra com a sua presença, e Dr. Edson Bueno, que são do Tribunal Regional do Trabalho do Mato Grosso, do TRT, e que, desta feita, participam aguardando a aprovação do PLN nº 04. Eles vieram aqui prestigiar esta Comissão.

Também quero elogiar o relatório do Deputado Márcio Reinaldo, que indiscutivelmente foi feito de forma zelosa. Espero que os itens aprovados, com certeza, sejam realizados, na medida em que, lamentavelmente, o que nós temos aprovado nesta Comissão não passa de uma peça de ficção, tendo em vista que o Governo, infelizmente, não tem cumprido.

Por isso, literalmente, eu tenho definido aqui nesta Comissão, meu caro Presidente, que o Orçamento é impositivo, na medida em que assim seria cumprido e, sobretudo, os nossos Parlamentares deixariam de ficar todos os dias batendo à porta dos Ministérios para que fosse empenhado.

De tal maneira, quero cumprimentar o Deputado pelo belo relatório, na certeza de que este Orçamento, eu espero, cresça e se cumpra literalmente, até porque é fundamental que este Congresso, sobretudo esta Comissão, seja respeitado diante daquilo que aprova.

Portanto, são minhas palavras, e aguardamos, com certeza, Sr. Presidente, que este relatório da LDO seja aprovado, discutido os destaques e aprovados os PLNs que se encontram nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa., eminente Senador.

A discussão e o prazo para apresentação dos destaques estão encerrados. Vamos saber quantos foram apresentados.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Está em votação, pela representação da Câmara dos Deputados, o relatório do Deputado Márcio Reinaldo, ressalvados os destaques. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório do Deputado Márcio Reinaldo. *(Palmas.)*

Êh, mineiro forte! *(Risos.)*

Vamos agora para os destaques. São quantos destaques? Ainda estão chegando os destaques. Vamos dar continuidade à nossa pauta.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente,...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu vou dar a palavra pela ordem a quem interessar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Um minuto só. Peço licença. Nós temos uma pauta extensa. Vou liberar o Deputado Márcio Reinaldo para conversar com os senhores autores dos destaques. Temos mais de 200 destaques apresentados. Vamos continuar fluindo a nossa pauta. Há avisos e uma série de ações que precisamos votar.

Com a palavra o Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, eu vou pedir a vênia de V.Exa. para podermos suspender a sessão, porque eu pessoalmente quero discutir com o Relator e tenho que estar presente à sessão para discutir os avisos e outras matérias que estão na pauta.

Então, eu pediria a V.Exa. que, como nós já estamos num processo avançado de acordo, acabamos de votar o relatório, ainda temos todo o dia de hoje, V.Exa., com muita competência, já marcou sessão até as 22 horas, então, eu espero que V.Exa. nos dê essa oportunidade de conversarmos com o Relator. V.Exa. poderia suspender a sessão e retornar lá pelas 17 horas, para que a gente possa discutir, avançar nessa pauta e depois concluir.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu vou ouvir.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Essa é a minha sugestão a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu vou ouvir, Deputado Cajado, Deputado Wellington, só 1 minuto, até para consertar. Sob o ponto de vista documental, eu preciso tomar essa atitude. São 303 destaques, 303 destaques.

Eu estou colocando o relatório, a errata e os adendos, que não coloquei, por equívoco desta Presidência, no momento da votação da LDO, o relatório, a errata e os Adendos nºs 1 e 2.

Renovo a votação na Câmara, ressalvados os destaques, obviamente. *(Pausa.)*

Aprovado.

Renovo a votação no Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Feito isso...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, só uma questão: está incluída aí a questão dos aposentados ou vai vir no novo parecer?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vai vir no novo parecer, quando trouxer.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Feito isso, voltamos a dar continuidade normal à nossa

sessão. Há um apelo, um apelo do Deputado Claudio Cajado, que é autor de diversos destaques. O Deputado Cajado está propondo a suspensão. Para que eu possa tomar essa atitude, eu tenho de ouvir as outras lideranças.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ouço a Liderança do PR, em exercício.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, o senhor que é o grande maestro dessa orquestra, presenciou no início da manhã de hoje um acordo para dar sequência à pauta, após a votação do relatório do nobre Deputado Márcio Reinaldo Moreira, que já foi feito. Então, eu gostaria que V.Exa. desse sequência à pauta, respeitando o pedido do nobre Deputado Cajado, mas esse acordo já havia sido feito anteriormente, hoje no início da manhã.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos ouvir o restante das Lideranças, com relação à proposta do Deputado Cajado.

Quem me pediu a palavra pela ordem?

O SR. DEPUTADO GIROTO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Giroto.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Eu gostaria de insistir: na nossa reunião passada eu solicitei a V.Exa. que nós invertêssemos a pauta para votar o Requerimento 14.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos primeiro, Deputado Giroto, aceitar ou não a posição do Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado André Vargas. Pediu a palavra pela ordem? Não? Concorda com a posição do Deputado Wellington Roberto ou do Deputado Cajado?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Concordo com a posição do Deputado Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Pedro.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Concordo com a posição do Deputado Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Há concordância do Deputado Fábio?

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – Concordo com o Deputado Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos tocando. A maioria dos Srs. Parlamentares entende que a votação deve continuar. Não me vejo em condições de suspender os trabalhos. Peço a sua vênia. V.Exa. sabe que, tendo condições regimentais...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Mas eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu sei, sim. Tendo condições regimentais, eu cumpro regiamente o Regimento. Como não há essa possibilidade, se não sob acordo, eu quero ouvir o Deputado Rogério Marinho. Com a palavra.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, nós estivemos mais cedo com o Líder do Governo e conversamos a respeito desse requerimento. Nós estamos aqui absolutamente desarmados, contribuindo para o processo do legislativo, apresentando, é evidente, o nosso contraditório, mas votando, sem o processo de obstrução, a LDO, que é o mais importante para todos nós. E pedimos que esse relatório não seja votado hoje, afinal, o que é o mais importante?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O requerimento.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – O requerimento, desculpe. Então, eu pediria a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos continuar negociando esse tema. O tema é a continuidade ou não da sessão. E eu ouço, para concluir, porque eu vou continuar, o Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu apenas queria que V.Exa. pudesse suspender a sessão, não sem deixar de dar continuidade à pauta, porém, para otimizarmos os nossos trabalhos.

Se V.Exa. desse a oportunidade que nós, os autores dos destaques, nos reuníssemos com o Relator, nós iríamos ganhar tempo. Por quê? Como o Relator está extremamente solícito a atender principalmente as oposições, a partir do momento em que nós fôssemos discutir com ele... Eu, por exemplo, porque o Deputado Márcio Reinaldo já acatou diversas sugestões nossas, apresentei aqui cinco destaques. Então, se eu pudesse negociar com ele a aprovação desses destaques através de um adendo, por exemplo, nós iríamos ter uma celeridade. Eu acho que o PSDB e outros partidos poderiam fazer o mesmo.

Então, se V.Exa. mantém o curso da sessão, eu não poderei me ausentar para discutir com o Relator. Portanto, eu vou ter de fazê-lo no processo de diálogo Plenário-Mesa, o que não vai dar, digamos assim, o que *(ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Fica apenas V.Exa., e quando vier uma matéria leve – e aí eu mesmo vou entender –, pedirei a V.Exa. para se ausentar, para continuar a discussão. Dê-me esse

crédito de confiança, meu querido Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, matéria leve nesta Comissão? Nem o corpo dos colegas... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pauta 14, Item 3.

Vamos fazer silêncio. Agradeço a compreensão dos Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos fazer silêncio.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Eu insisto...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu vou colocar o requerimento de V.Exa.

Vamos fazer silêncio. Há um Item 3, que estava em precedência, pronto para votar. Depois entra o pedido do Deputado Giroto.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei n.º 3, de 2011, que abre os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para reforço nas dotações constantes na lei orçamentária vigente. Relator, Senador João Vicente Claudino.

Foram apresentadas 35 emendas. O voto do Senador é favorável, nos termos do projeto, com a indicação pela inadmissibilidade das emendas 5, 6, 13, 17, 20, 26, 30, 31, e pela rejeição das demais.

Nomeio, *ad hoc*, o Relator Senador Acir Gurgacz, para emitir o voto, ler o voto do Senador João Vicente Claudino.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria que fosse lido o relatório e o voto, integralmente. Vou acompanhar daqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Peço ao Senador Acir que leia o relatório e o voto.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Pois não. O voto?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não. O relatório, Senador Acir. O Deputado Rogério pede que V.Exa. leia, com o poder da síntese, o relatório também.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Relatório...

O SR. DEPUTADO GIROTO – Sr. Presidente, eu volto a insistir na inversão de pauta do Requerimento 14.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Imediatamente, a seguir.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – "A Presidente da República, e mediante Mensagem n.º 1.041, de 2011, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3, de 2011, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de 999 bilhões, 119 milhões e 188 reais.

No último dia 8 de junho fomos designados pelo ilustre Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para emitir o relatório sobre a matéria.

A Exposição de Motivos nº 00089/2011/MP, de 1º de junho de 2011, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informa que a proposição em exame tem por finalidade fazer face às despesas decorrentes da instituição do Plano Brasil sem Miséria, que visa superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, tendo como eixos de atuação a garantia de renda, o acesso aos serviços públicos e a inclusão produtiva da população com renda familiar per capita mensal de até 70 reais.

O quadro a seguir representa as unidades orçamentárias contempladas no projeto em apreciação, bem com a origem dos recursos.

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Administração Direta: são 20 milhões e mais 20 milhões;

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: 979 milhões. Total: 999.119.180;

No que tange ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, a suplementação permitirá, conforme a Exposição de Motivos, a intensificação da inclusão produtiva dos agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar e do fortalecimento dos processos de operacionalização da aquisição, da armazenagem e da revenda desses produtos.

Já no que se refere ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o crédito viabilizará ações para a promoção da segurança alimentar por meio da aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, da operacionalização de estoques estratégicos, de acesso à água e da construção de cisternas para consumo e para a produção de alimentos. Ainda no âmbito do MDS, os recursos destinados ao Programa Bolsa Família possibilitarão localizar e atender as famílias que fazem parte do público-alvo do novo Plano e ainda não são beneficiadas, por meio do apoio aos Municípios em sua gestão e implementação. Além disso, viabilizarão a modificação da atual configuração dos benefícios, a fim de permitir o pagamento mensal de mais de três benefícios variáveis por família.

Ademais, ainda conforme a Exposição de Motivos o critério dos créditos fortalecerá, também no âmbito do MDS, os serviços de proteção social básica às famílias, de proteção social especial a indivíduos e fa-

mílias, e de proteção social especial para crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias, ofertados pelos Centros de Referência de Assistência Social e Centros de Referência Especializados em Assistência Social.

A EM informa que a abertura do crédito foi solicitada pelos Ministérios envolvidos e não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, tendo em vista que o Decreto n.º 7.445, de 1º de março de 2011, condiciona a execução das despesas primárias discricionárias aos limites estabelecidos no referido Decreto."

O voto, Sr. Presidente.

"Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3, de 2011 – CN, na forma proposta pelo Poder Executivo, com a conseqüente rejeição das emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 18, 19, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35. As emendas de nºs 5, 6, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31 devem ser declaradas inadmitidas pela Presidência da CMO, nos termos do Art. 15, XI, da Resolução n.º 1, de 2006 – CN.

Sala da Comissão."

Este é o voto do Senador João Vicente Claudino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Senador Acir Gurgacz pela leitura do relatório.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem...

Em conformidade com o disposto no parágrafo 2º do Art. 146 da Resolução 1, alterada pelo nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator em seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para discutir? Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu peço silêncio, por bondade. Rogério.

Vamos restabelecer o silêncio do plenário e da assistência, por bondade.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senadores e Senadoras, são 15h46min. Nós pedimos para iniciar esse processo de discussão justamente porque se trata de um crédito extremamente importante, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de quase 1 bilhão de reais.

Isso é mais uma demonstração, Sr. Presidente, de que o Governo tem dificuldades em operar o Orçamento. Um bilhão de reais não são 100 milhões ou 50 milhões de reais. E abre-se um crédito extraordinário nesse valor apenas seis meses depois de iniciado o período desse novo Governo, o que demonstra que não houve planejamento, não houve uma programação adequada.

O Governo, infelizmente, tem tratado o nosso Orçamento como uma peça de ficção. E como tem a condição, utilizando-se dos recursos que o Regimento lhe propicia, de fazer esse tipo de arranjo contábil, que é legal, que é normal, infelizmente ele não teve o necessário cuidado, quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária.

Aliado a isso, Sr. Presidente, é importante dizer que nós estamos com um projeto de lei e com um orçamento em vigor que há quase oito anos vem sendo pressionado, de forma geométrica, pelos restos a pagar, que todos os anos são aumentados, são superlativos e impedem a correta execução orçamentária do ano em vigor.

Vejam que no dia 30 de junho, terminados os primeiros seis meses da atual administração, o balanço do principal projeto do Governo, que trata de investimentos públicos, o PAC, apontava 4% apenas, 3,9% de investimentos no PAC. É muito pouco, Sr. Presidente: 3,9% de um orçamento de quase 40 bilhões de reais. E por que isso? Porque o Governo, a exemplo dos anos anteriores, vem com os restos a pagar, que foram inscritos na dívida da União, e isso pressiona o orçamento deste ano.

Então, para efeito de visibilidade, de transparência, de acompanhamento, é absolutamente impossível que esse Legislativo, que a Nação brasileira possa verificar, na prática, se o Orçamento, que é a peça mais importante do Legislativo, na hora em que é aprovado, representa verdadeiramente a vontade da Nação.

E essa situação é mais grave ainda na hora em que ela se configura como uma situação que é repetida. O Relator, inclusive, tentou tomar uma medida, que considero profilática, importante, de estabelecer um redutor nos restos a pagar do ano subsequente, para evitarmos atitudes que aconteceram no último ano do ano passado, quando o Presidente Lula, no dia 31, no último dia do seu Governo, emite um decreto determinando que os restos a pagar, no caso do Legislativo – quer dizer, oriundos de emendas parlamentares – seriam absolutamente extintos do Orçamento Geral da União a partir de abril. E em razão de um desgaste desnecessário entre o Legislativo e Executivo, esse

prazo foi ampliado e novamente ampliado, e, agora, temos um outro prazo, que me parece que será nos próximos 90 dias.

Então, essa é uma situação que aflige a todos nós e nos incomoda, porque não vemos a necessidade de trabalharmos o Orçamento dessa maneira, sem um redutor e sem a possibilidade de termos a visibilidade e a transparência adequada para que o Legislativo faça o seu papel, que é o papel importante e precípuo de fiscalizar o Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Dentro da hora!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, falta 1 minuto ainda. Comecei às 13h46min, falta 1 minutinho ainda.

Sr. Presidente, só para concluir, quero dizer a V.Exa. que nós estamos extremamente otimistas de que esta Comissão fará um trabalho adequado, as divergências serão superadas, e os nossos pontos de dissenso – que, na verdade, são e merecem ser o dissenso da Nação brasileira – imperarão no final.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito obrigado a V.Exa. pela disciplina do horário: não permite subtração, nem adição e não se deixar aditivar.

Deputado Vaz de Lima com a palavra. São 15h51min.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Sr. Presidente, ouvi atentamente a parte do relatório lido pelo Sr. Relator. Acho até que deveríamos ler – e vou fazer isso no próximo – os anexos tão importantes para podermos ver aqui, mas fui manuseando o processo, e, enquanto isso, percebi que no projeto de lei, que trata desse crédito suplementar em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor de quase 1 bilhão de reais, o nobre Relator deixou de examinar, na minha avaliação, com mais vagar, as emendas que foram propostas. E acabou, numa única canetada, rejeitando todas elas ou, de outra forma, fazendo uso do Regimento para que V.Exa. declarasse inadmitidas algumas delas.

Mas para conhecimento de todos – especialmente daqueles que veem e acompanham atuação deste Governo, que se diz um Governo voltado para o social –, vejam que emendas foram rejeitadas, algumas delas, pelo nobre Relator.

Por exemplo: uma emenda do nobre Deputado Efraim Filho estava propondo 3 milhões de reais para apoiar projetos de infra-estrutura e de serviço em territórios rurais no Estado da Paraíba. Foi rejeitada!

Ainda do Deputado Efraim Filho, propondo 5 milhões de reais para os Serviços de Proteção Social Especial para crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias, também foi rejeitada!

Bom, mas aí poderíamos dizer: o Deputado Efraim Filho é da Oposição. Mas não; O Deputado Milton Monti, que não é da Oposição, é do PR, propõe uma emenda para a estruturação da rede de serviço de proteção social no Estado de São Paulo. Também foi rejeitada!

O Deputado Edivaldo Holanda Júnior, que é do Maranhão e também da base governista, propõe, de forma semelhante, recursos para serviços de proteção social básica às famílias do Maranhão. Também essa emenda foi rejeitada.

O Deputado Sandro Mabel, também da base governista, propõe recursos para a estruturação de rede de Serviço de Proteção Social Básica. Aí não fala nem sequer o Estado. E também, Deputado Claudio Cajado, foi rejeitada.

Eu fico imaginando que este Governo, que fala tanto do social e rejeita emendas tão importantes como esta... Falo de uma última do Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para concluir, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Para concluir, Excelência.

Também uma outra de acesso à água para produção de alimento para autoconsumo. Também foi rejeitada, Excelência.

De maneira que quero deixar meu registro: a despeito de toda discussão que tem sido feita neste Governo no tocante à sua preocupação social, a rejeição dessas emendas leva-nos a pensar exatamente o contrário.

Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para discutir, Deputado Domingos Sávio. São 15h55min.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Sr. Presidente, na mesma linha do nobre colega que acaba de me anteceder, não posso deixar de registrar minha surpresa e, também, nossa decepção de constatar que a participação desta Casa, que a prerrogativa do Parlamento de contribuir para que a governabilidade ocorra, atendendo a todo o País, que a República de fato seja compreendida em toda sua dimensão vem sendo cerceada e, às vezes, aqui dentro mesmo.

Ao termos um projeto como este aprovado – e eu não quero aqui dirigir o foco da minha análise ao nobre colega Relator –, entendo que vivemos uma situação que precisa ser analisada de uma maneira mais ampla. Claro que o Relator é quem tem a prerrogativa de acatar ou de rejeitar as emendas. Mas eu sinto que o Congresso vive um paradoxo que precisa ser repensado por todos nós. E a Comissão de Orçamento deve ser palco dessa reflexão da autonomia do Congresso.

Não estou falando de Oposição ou de Situação, estou falando de um princípio fundamental para que a democracia seja plena. Além das prerrogativas de fiscalização, na organização do Orçamento e no acompanhamento da sua execução, assenta-se uma das principais funções deste Parlamento e a melhor condição de representarmos nosso povo.

E, aí, eu vejo uma conexão muito grande dessa matéria que estamos debatendo com a discussão da peça principal da pauta de hoje, que é a LDO, e da emenda que esta Casa acrescentou, preocupando-se em garantir que não haja contingenciamento nas emendas parlamentares. A conexão que eu faço, Sr. Presidente... E peço atenção dos colegas Deputados e Senadores, especialmente da base do Governo, para uma reflexão.

Eu digo isso como a tranquilidade de quem foi Líder do Governo em Minas Gerais, do nosso querido Governador Aécio Neves, em 8 anos de mandato como Parlamentar estadual, e acho que é hora de as Casas Parlamentares fazerem essa reflexão: emenda Parlamentar é algo que precisa ser tratado não apenas como um direito do parlamentar, mas um dever do Estado atinar para as demandas que vêm da sociedade e respeitá-las.

Quando isso não ocorre, emenda parlamentar vira favor, e quem mais perde com isso é a base do Governo. Quando alguém foi atendido, tendo suas emendas parlamentares liberadas, está perdendo a grande prerrogativa que o trouxe a esta Casa, que é discutir e ampliar em projetos como este a participação do povo, que é discutir e melhorar a estrutura do nosso País.

Não é a Oposição quem mais perde; quem mais perde, no meu entendimento, é a própria base do Governo. É claro que há uma conexão entre essas matérias. É frequente vermos a recusa de emendas, tanto da base do Governo, como de Oposição, como algo que vem de maneira generalizada. *"Não, não pode."*

Muitas vezes, um técnico de um Ministério, alguém que não tem nenhuma sensibilidade e nem um voto, decide, chega aqui e diz – *"Olha, pode ou não pode acolher emendas"* – a um Senador da República, e prevalece isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para concluir, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Estou caminhando para a conclusão, Sr. Presidente.

É hora desta Casa refletir sobre isso. Não podemos abrir mão das fundamentais prerrogativas deste Parlamento. Creio eu que o projeto poderia ter sido bem melhorado se essas emendas pudessem ter sido, pelo menos em parte, acolhidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A discussão está encerrada. Já tinha encerrado, mas...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Já tinha encerrada a discussão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Já tinha encerrado, mas eu vou ouvir – permitam-me – o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, na mesma linha que nós estamos nos posicionando, a peça orçamentária, a cada dia, fica mais fictícia. O que nós prezamos – e V.Exa. está conduzindo muito bem os trabalhos – é que pudéssemos, realmente, ter uma peça orçamentária em que os Parlamentares, os Senadores, os Deputados, os Governadores, os Prefeitos tivessem a tranquilidade de haver dentro da peça orçamentária metas estabelecidas e cumpridas.

No momento em que em poucos meses de um ano Legislativo recebemos um volume já significativo de suplementação, isso demonstra dois erros: um erro do Legislativo e um erro do Executivo. Ambos erraram nessa peça orçamentária que propusemos para o ano de 2011.

Não estamos ainda com execução orçamentária praticamente mínima, pífia, e já estamos fazendo substituições de rubricas orçamentárias, nós estamos fazendo suplementações de programas, muitos deles que, às vezes, efetivamente não vão nem acontecer.

Há suplementações e solicitações de suplementações em que observamos a necessidade de alocar recursos para pagamento de imóvel, por exemplo, na área da cultura. Pagamento de imóvel no Instituto Rio Branco.

Então, há necessidade de um planejamento mais eficaz, de um planejamento em que possamos, como Parlamentares, o Executivo, tanto o Executivo Municipal, o Executivo Estadual e o próprio Executivo federal, ter ciência de que essa peça orçamentária será cumprida e que ela realmente expressa aquilo que a população deseja, e não ficarmos horas e mais horas remanejando recursos, suplementando recursos, cancelando recursos. Se houve cancelamento é porque aquela meta não foi bem estabelecida; se houve suplementação é porque também aquela meta foi mal estimada nesse sentido.

Então, agradeço a V.Exa. a compreensão de nos ceder esse aparte para que possamos, cada vez mais, aprimorar a peça orçamentária em âmbito nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A discussão está agora encerrada.

Em votação o relatório do eminente Senador Acir Gurgacz. Inicialmente apresentado pelo Senador João Vicente Claudino, nomeado *ad hoc* Senador Acir Gurgacz, na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento de Inversão de Pauta.

"*Requeiro, nos termos do art. 175 do Regimento Interno do Senado, a apreciação da Pauta nº 14, de 2011, no sentido de ser apreciado inicialmente o Requerimento nº 14, de 2011; item 7, Requerimento nº 14 de 2011, nesta sessão ordinária.*"

Deputado Giroto, autor do requerimento, com a palavra por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Sr. Presidente, solicitei a inversão de pauta justamente pelo motivo que o requerimento do Deputado Wellington Roberto traz para esta Comissão um grupo de trabalho para que possamos orientar as obras que serão executadas para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

É dessa forma que eu solicito que V.Exa. coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira... Havendo quem queira discutir, são três inscritos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Rogério Marinho, Deputado Domingos Sávio e Deputado Vaz de Lima.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – O Deputado Raimundo Gomes de Matos também está inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ele não pediu, mas eu vou inscrevê-lo. O Deputado Raimundo Gomes de Matos também está inscrito.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, às 16h04min nós estamos na Comissão de Orçamento discutindo a inversão de pauta de um projeto em que, durante os últimos 2 meses, nós nos colocamos em obstrução. E não o fizemos, Sr. Presidente, por pirraça ou por uma questão circunstancial ou menor. Nós o fizemos fundamentados no respeito que esta instituição precisa ter com a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que foi criada justamente para moralizar esta Comissão, em função das graves acusações que ela havia sofrido, e permitir tanto a alternância dos seus membros quanto a participação equânime, equilibrada, da Oposição e da Situação nos Comitês que a compõem.

Sr. Presidente, a Resolução nº 1 permite a criação dos Comitês de Acompanhamento, inclusive no caso em tela, da execução orçamentária e financeira, por parte do Governo Federal. Essa incumbência é deste Comitê, o único Comitê – chamo a atenção das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados – presidido pela Oposição, presidido pelo ilustre Deputado Vaz de Lima, e que tem sido extremamente proativo, com vários requerimentos protocolados nesta Casa, todos eles na perspectiva de encontrarmos a melhor maneira de fazer com este Comitê funcione efetivamente. A execução orçamentária é extremamente importante, e o equilíbrio e o bom senso da Casa permitem que a Oposição aqui representada acompanhe a execução orçamentária e financeira do Governo Federal.

Com todo o respeito ao Deputado Giroto, aos Deputados do PR, autores do requerimento, que são bons e bem-intencionados Deputados, a meu ver, esse grupo de trabalho que está sendo criado, ou que se pretende criar, é uma superposição, Sr. Presidente, é uma espécie de comitê auxiliar do Comitê. E certamente vai haver algum confronto, o que não é necessário, e superposição, principalmente, de trabalho.

Por essa razão, nós nos colocamos contra essa inversão e pedimos aos companheiros Congressistas da Comissão, Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, que verifiquem a possibilidade de nos apoiar contra a inversão e, posteriormente, se ela acontecer, contra o requerimento, em função justamente da necessidade de termos um equilíbrio democrático nesta Comissão, que está sendo garantido pelo fato de que a Oposição aqui preside o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária da Comissão de Orçamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Deputado Domingos Sávio, às 16h07min.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Sr. Presidente, o coordenador da nossa bancada, Deputado Rogério Marinho, fez uma exposição, e eu venho complementar esse raciocínio da seguinte forma.

Esta Casa se organiza de forma regimental. E, por sua vez, também as Comissões desta Casa. As prerrogativas dessas Comissões são muito claras e, naturalmente, devem ser exercidas plenamente. Sempre que tivermos uma situação que possa trazer esse ou aquele entendimento de divergência à iniciativa de criar mais uma subcomissão ou mais um grupo de trabalho, fatalmente vamos acabar construindo aqui

uma Torre de Babel. Isso não é bom para o ambiente democrático.

É claro que somos absolutamente a favor de um acompanhamento rigoroso, não só das obras da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, mas também de toda e qualquer obra. Entendemos que esta seja talvez a função sagrada do Parlamento: a de fiscalizar. E a Comissão de Orçamento, em particular, deve debruçar-se sobre esse tema de maneira permanente, através de todos os seus membros, indiferentemente de serem da Oposição ou da base do Governo.

Ocorre, como já foi lembrado, que já existe um comitê ou uma subcomissão – é quase redundante; mas a expressão mantida no ordenamento jurídico da Casa é comitê de acompanhamento e execução de obras públicas ou execução orçamentária – com essa prerrogativa. Ora, daqui a pouco vão começar a criar outra comissão para cumprir a função da Comissão de Orçamento. Assim existem várias outras Comissões nesta Casa, que correm esse tipo de risco, de invasão da sua competência. Aliás, este é um princípio fundamental na organização do Estado de Direito: as competências do Executivo, do Legislativo, do Judiciário. E aqui também a competência da Comissão de Orçamento e dos seus Comitês.

Imaginem se agora os Deputados da Oposição começarem a pressionar para criar grupos de trabalho que se sobreponham ou que venham a concorrer com os Comitês presididos por outros partidos que não comungam com as nossas ideias. É uma precedência que pode vir a ocorrer nesta Casa.

E inverter a ordem da pauta neste momento é acirrar a discussão de um tema quando estamos buscando construir convergências, Sr. Presidente. Chamo a atenção dos demais colegas para isso. Nós estamos fazendo um esforço para construir convergência, para construir entendimento e votar a LDO, que é a pauta maior desta tarde. E, votando a LDO, criamos todo um clima favorável à continuidade do trabalho desta Comissão.

Então, não vejo razão para tentar votar uma matéria que gera polêmica numa tarde em que a nossa atenção deve estar concentrada em construir a convergência. Este tema vai acirrar a divergência.

De minha parte, tenho clareza de que não há nenhum problema em fazermos esforços para fiscalizar mais. Eu quero que fiscalize. A Oposição é quem mais quer que se fiscalizem as obras da Copa do Mundo e todas as outras obras. Isso é natural em qualquer governo. O que não queremos é que se crie um grupo de trabalho paralelo a algo que já existe no Regimento, tirando de certa forma prerrogativas de um comitê que já existe, que é regimental. A Oposição poderia ter focado seu interesse em outro comitê, na hora de fazer, como regimentalmente previsto, as escolhas. Regimentalmente, optamos por este Comitê. E agora vão tentar nos puxar o tapete? Para usar uma expressão bem popular.

Isso não é adequado, não é de bom alvitre, não vai contribuir para a convergência. Então, faço um apelo para que não votemos a favor desta inversão de pauta, porque ela não vai melhorar em nada o trabalho desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Domingos.

Em discussão.

Com a palavra o Deputado Vaz de Lima, às 16h12min.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – V.Exa. está rigoroso.

Sr. Presidente, nobres pares, o que estamos discutindo, ainda, é um requerimento de inversão de pauta.

Vejam só: estamos buscando neste semestre todo, como disse bem o Deputado Domingos Sávio, a convergência em assuntos importantes analisados por esta Comissão. Para que qualquer Comissão ou qualquer Casa legislativa funcione bem, há um ordenamento jurídico que disciplina esse funcionamento. E não é diferente aqui na Comissão Mista de Orçamento. A Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, dispõe sobre a Comissão Mista Permanente de Orçamento e disciplina como vamos dar andamento aos nossos trabalhos.

É bom que seja assim, é importante que seja assim, para que não fique ao alvitre da própria Presidência ou de um grupo majoritário dentro da Comissão, para que não haja dentro da Comissão sentimentos outros que não aqueles que preservem o direito de todas as bancadas e de todos os Parlamentares.

Pois bem. Não este colegiado atual, mas o colegiado que representava naquele momento – em 2006, para ser preciso – definiu que a Comissão Mista de Orçamento teria Comitês Permanentes. E disciplinou a sua constituição, o seu funcionamento. Naquela oportunidade, definiu a existência de quatro Comitês: o de Avaliação da Receita; o de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades; o de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária; e o de Admissibilidade de Emendas.

Pois bem, Excelência. O que pretende o requerimento? Que, se invertida a pauta, discutamos posteriormente. É exatamente adentrar no Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária. Vamos discutir isso posteriormente, se tempo tivermos.

Mas gostaria desde logo de apelar aos nobres pares para que não façamos a inversão pedida no

requerimento. Vamos nos ater àquilo que queremos agora: LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao querido Deputado Vaz de Lima.

Com a palavra o eminente Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, quero parabenizar a iniciativa do Deputado Wellington e por sua preocupação com a Copa do Mundo. Só que essa preocupação deveria ter sido manifestada nos anos de 2008, 2009, 2010 e não somente agora. Em termos de convocação extraordinária, estamos aqui para avançar na LDO. Creio ser inoportuno este requerimento, até porque vai haver superposição de ações, tendo em vista a Resolução nº 1, a primeira resolução da Comissão. Se aprovarmos este requerimento, vai chocar com a tarefa, a missão de fazer todo esse acompanhamento e essa articulação entre os órgãos federados para a execução das obras da Copa.

Ora, essa preocupação seria pertinente nos anos anteriores. Na justificativa que apresentou, o Deputado Wellington afirma: *"A FIFA não esconde sua preocupação com a Copa de 2014"*. Demonstrou que efetivamente o Governo do Presidente Lula e, até o momento, o Governo da Presidente Dilma não têm avançado na execução das obras da Copa. Mas não cabe agora aprovarmos requerimento para instituir um grupo de trabalho que, em 180 dias, apresente conclusões, já que temos um comitê que vem acompanhando esse assunto.

Então, para não gerar dificuldade na tramitação das outras matérias aqui pautadas, solicitamos ao Deputado Wellington que, se for o caso, retire esse requerimento porque é intempestivo e inoportuno. Se isso tivesse acontecido em 2007, 2008, 2009, poderíamos até concordar, mas, no exato momento, é inoportuno apreciarmos esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o último orador inscrito para discutir o requerimento de inversão, eminente Senador e poeta Inácio Arruda.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA – Grande poeta paraibano, quero dizer que há, somente no Senado, pelo menos duas subcomissões para acompanhar a Copa do Mundo. Então, não vejo nenhuma sobreposição de atividade que queremos aqui realizar ou que vá conflitar. Esse é o caso específico do quanto mais, melhor. Não haverá qualquer dificuldade. Por quê? Porque esta matéria é de interesse de todos os Parlamentares e de todo o Brasil.

Então, se já existem no Senado pelo menos duas subcomissões – e V.Exa. participa de uma delas; se aqui na Câmara já existem também algumas, acho que não vamos ter nenhuma dificuldade, acho que é mais uma forma de acompanharmos esse grande empreendimento que o Brasil realizará.

Por isso, estamos de acordo, com todo o respeito aos nossos colegas que se opõem.

Obrigado, Sr. Presidente. Vamos à frente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em votação na representação da Câmara dos Deputados o requerimento de inversão.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados, contra os votos dos Deputados Raimundo Gomes de Matos, Rogério Marinho, Domingos Sávio e Vaz de Lima.

Em votação no Senado. *(Pausa.)*

Aprovado, contra o voto do Senador Cyro Miranda.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, peço verificação na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pediu verificação na Câmara o Deputado Rogério Marinho. Depois faço a votação no Senado.

Regimentalmente, V.Exa. tem que ter apoiamento, e esse apoiamento é de 10% dos presentes. É bom V.Exa. "dosimetrá-lo", porque conta para a presença.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Eu questiono o seguinte: o apoiamento também conta para a presença?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Conta. O Regimento é bastante claro. Já o li de cima a baixo naquela vez passada. É o Regimento Único do Senado. Conta para a presença. Pode confiar.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Não é só quem faz, não?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não, não. Quem apoiou também. *(risos)* Pode confiar, porque eu já vi.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Então, é de quanto o mínimo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – De 10%.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Então, são três. Há 40 nesta Casa?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Há 40. Então, 10% equivalem a quatro... São três.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Três? São 30.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – São 31. Vamos aproximar para quatro ou para três? Está muito mais perto de três.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não existe meio Deputado nem meio Senador. São quatro Deputados.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Não, três. Três.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos lá, Rogério, são quatro Deputados. Enumere V.Exa. e mais três. Pronto.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Não, eu e mais dois: Cajado e Raimundo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ninguém aqui vai cortar um Deputado ou um Senador no meio. *(risos)* Então, esta Presidência decide que são quatro Deputados.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Raimundo, Cajado e Vaz.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Raimundo, Cajado e Vaz, além do Deputado Rogério são os quatro Deputados – até para efeito futuro, porque vamos fazer várias votações nesse sentido.

Raimundo, Cajado e Vaz. Quem pediu foi Rogério.

Vamos designar o Senador Anibal Diniz para secretariar os nossos trabalhos. *(Pausa.)*

O Senador Anibal Diniz vai fazer a chamada nominal, por força da verificação nominal pedida pelo PSDB, dos representantes da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Como vota o Deputado Arlindo Chinaglia?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Favorável ao requerimento de inversão de pauta.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Deputado Geraldo Simões.

O SR. DEPUTADO GERALDO SIMÕES – Sigo a orientação do partido, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Deputado Gilmar Machado. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Rui Costa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Peço aos Srs. Parlamentares que falem ao microfone, para efeito de registro pela Taquigrafia e de documento.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – "Sim".

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – "Sim".

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – O PT está completo.

PMDB:

Deputado André Zacharow. *(Pausa.)* Ausente.

Genecias Noronha.

O SR. DEPUTADO GENECIAS NORONHA – Favorável ao requerimento, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Deputado João Magalhães. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado José Priante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Favorável.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Deputado Marçal Filho.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – A favor da inversão.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Como vota o Deputado Raimundo Gomes de Matos?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – "Não" ao requerimento.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – "Não" ao requerimento.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Deputado Rodrigo de Castro. *(Pausa.)* Ausente.

PP:

Deputado Dilceu Sperafico. *(Pausa.)*

Deputado Márcio Reinaldo Moreira. *(Pausa.)*

Deputado Roberto Britto.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO – "Sim".

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – DEM:

Deputado Claudio Cajado. *(Pausa.)*

Deputado Efraim Filho. *(Pausa.)*

Deputado Vitor Penido. *(Pausa.)*

PR:

Deputado Giroto.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Pela inversão.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ– Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – "Sim".

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – PSB:

Deputado Gonzaga Patriota. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Valtenir Pereira. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ausente.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – PDT:

Deputado Ademir Camilo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ausente.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Deputado João Dado. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Fábio Ramalho. *(Pausa.)*

Deputado Rubens Bueno. *(Pausa.)* "Sim".

Deputado Nilton Capixaba.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA – "Sim".

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Deputado Edmar Arruda. *(Pausa.)* Ausente.

Deputada Luciana Santos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS – "Sim".

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Deputado George Hilton. *(Pausa.)*

Por acaso, algum titular deixou de votar? *(Pausa.)*

Vamos aos suplentes.

PMDB:

Votam dois: Deputado Benjamin Maranhão. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Danilo Forte. *(Pausa.)* Ausente.

Geraldo Resende. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – "Sim".

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – PSDB:

Vota um suplente: Deputado Carlos Brandão. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Vaz de Lima.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – "Não".

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – PP:

Votam dois suplentes: Deputado Carlos Magno. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Luiz Argôlo. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Roberto Teixeira. *(Pausa.)* Ausente.

DEM:

Votam dois suplentes: Deputado Alexandre Leite. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Heuler Cruvinel. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Pauderney Avelino. *(Pausa.)* Ausente.

PSB:

Votam dois: Deputado Audifax. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Edson Silva. *(Pausa.)* Ausente.

PDT:

Votam dois: Deputada Sueli Vidigal. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Ângelo Agnolin. *(Pausa.)* Ausente.

Bloco PV/PPS:

Deputado Antônio Roberto. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Moreira Mendes. *(Pausa.)* Ausente.

PSC:

Deputado Hugo Leal. *(Pausa.)* Ausente.

PRB:

Deputado Márcio Marinho. *(Pausa.)* Ausente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Encerrada a votação na Câmara dos Deputados.

Passa-se à contagem dos sufrágios. *(Pausa.)*

Vamos terminar a votação na Câmara, que eu passo à votação no Senado, como quer V.Exa. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Votos "sim": 16; votos "não": 3. Total: 19 votantes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Aprovada a inversão de pauta na Câmara.

Recolho os votos da representação do Senado.

Como vota o Senado? Às 16h30min.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – Sr. Presidente, peço verificação numérica para o Senado, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. tem que ter o apoiamento de mais dois Senadores. *(Pausa.)*

Senador Inácio Arruda, Senador Delcídio do Amaral, Senador Acir Gurgacz, Senadora Lídice da Mata, Senador Anibal Diniz e Senador Walter Pinheiro. Com o voto contrário do Senador Cyro Miranda.

Aprovada a inversão no Senado, com o voto contrário do Senador Cyro Miranda e do Senador Jayme Campos, meu queridíssimo Governador.

Vamos para a frente.

Apreciação do Requerimento nº 14, que requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

O autor, Deputado Wellington Roberto, está com a palavra.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, eu vou me ater àquilo que foi distribuído, até porque esse requerimento está mais conhecido do que Myrna e eu nesta Comissão. *(Risos.)* Esse requerimento já está mais conhecido do que Myrna, mais conhecida do que eu aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O requerimento está em discussão.

Deputados Rogério, Domingos, Vaz e Raimundo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – O Deputado Cajado também vai discutir.

Sr. Presidente, às 16 horas e...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Às 16h31min.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Às 16h32min.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Congressistas, é evidente que a discussão que se estabelece aqui é díspar. Há uma força muito forte aqui, do Governo na Casa, e essa força infelizmente impede que o debate ocorra na sua substância, no que ele é mais essencial. A nossa preocupação é a de defender aqui a isenção, a autoridade e a legitimidade da Comissão de Orçamento.

Sr. Presidente, nós estamos, é evidente, criando dentro da subcomissão de fiscalização da execução orçamentária e financeira uma superposição clara, quando precisamos justamente possibilitar um mínimo de equilíbrio nesta Casa. Qualquer democracia, em

qualquer país do mundo, necessita de uma oposição, não apenas como é a Oposição neste Parlamento, uma oposição atuante e propositiva, mas também com os instrumentos adequados para fazer o seu papel de fiscalizar de forma correta, de forma objetiva, de forma absolutamente impessoal a execução orçamentária do Executivo; para apontar e corrigir distorções; para apontar e corrigir eventuais superfaturamentos; para permitir que os órgãos de controle da sociedade, notadamente o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União e o Ministério Público, tenham deste Congresso uma posição proativa e não apenas uma posição receptiva e passiva, reagindo às denúncias veiculadas na grande imprensa do País.

É evidente que isso ocorre, Sr. Presidente, porque nós não estamos corretamente instrumentalizados. Nós estamos discutindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e a nossa maior preocupação desde o início foi com a transparência, com a possibilidade de obter uma condição melhor, mais lúcida, mais transparente, de verificar o que ocorre no Governo.

E, se esse projeto de lei passar, Sr. Presidente – e é evidente que nós todos, como falou o Deputado Domingos Sávio, queremos o maior nível de fiscalização possível –, como estabeleceremos, dentro da Comissão de Orçamento, em contraposição à própria Resolução nº 1, dois entes absolutamente idênticos, que vão ter a mesma função? É claro que vai haver alguma dificuldade, que vai haver superposição, que vai haver enfrentamento. E isso não é louvável, isso não é desejável. Não é o nosso entendimento nem o nosso desejo.

Por isso, Sr. Presidente, pedimos aos nossos pares, àqueles que talvez não tenham entendido o espírito desta nossa discussão e que votaram de forma açodada, que votaram certamente em função do pedido dos seus Líderes, que reflitam. O que estamos discutindo aqui não é uma posição de governo ou de oposição, mas a preservação da identidade do nosso Parlamento, o respeito à Oposição, porque vivemos num regime democrático. Oposição e situação são circunstâncias, são contingências. Quem hoje é oposição amanhã poderá ser governo. E queremos, evidentemente, na hora em que formos Governo, tratar a Oposição da mesma maneira como estamos sendo tratados, para o bem da sociedade, para o bem da democracia e para o bem do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Agradeço a V.Exa., mas ainda tenho 1 minuto. Eram 16h31min. Agora são 16h35min.

Só para concluir, Sr. Presidente, pediria a V.Exa., como magistrado que é – estou no limiar do meu tempo –...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com certeza.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – ... que, usando a autoridade moral que tem sobre nós pela sua condução firme, correta, equilibrada, equânime, fizesse ver, de acordo com as suas condições de magistrado, evidentemente, aos nossos companheiros Congressistas a importância de preservarmos o nosso Comitê, sem essa interferência que julgo indevida.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

Deputado Vaz de Lima, com a palavra, às 16h36min.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Pois não, Excelência.

Vamos agora ao mérito daquilo que estávamos votando. Votamos o requerimento de inversão; vamos votar agora o mérito.

O que se requer é a constituição de um grupo de trabalho para acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos... Ora, o que está em discussão é o fato de que já existe, dentro da Comissão Mista de Orçamento, o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, ao qual compete acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução orçamentária e financeira; apreciar o recebimento das informações; analisar as informações encaminhadas pelo tribunal; e, finalmente, analisar as demais informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, exceto as relativas a obras e serviços com indícios de irregularidade e as relativas à receita, porque existem comitês específicos para isso.

Ora, o que se propõe, com a criação desse grupo de trabalho, é exatamente usurpar do Comitê legitimamente constituído a sua condição de acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução orçamentária. O que está por trás de tudo isso? O que se quer com isso? Gostaria até de não ser o Coordenador do Comitê para poder dizer com mais propriedade essas coisas, para não legislar em causa própria.

O que há, Srs. Deputados, Srs. Senadores, no âmago do requerimento? Por que se pretende esvaziar o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária?

Aliás, esta Casa funciona com Comissões. Há aqui uma Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Naquela Comissão, à qual também pertenço – e o Deputado Wellington, autor do requerimento, também

pertence –, há um subcomitê, para acompanhar as obras da Copa. Por que vamos sobrepor, nesta Comissão, mais um órgão colegiado, um grupo de trabalho?

Eu gostaria de apelar para a consciência dos Srs. Congressistas no sentido de que não rasguemos o nosso Regimento. É ruim quando se trabalha assim. Quando se faz assim, Senador, o próximo passo, ou a próxima vítima pode ser um dos senhores, exercendo uma atividade num subcomitê, ou num grupo de trabalho, ou numa comissão. É ruim que façamos isso, que deixemos de lado aquilo que está organicamente constituído, para criar, ao sabor e ao prazer de alguns, um grupo de trabalho para usurpar competências.

Queria fazer esse registro. Preciso fazer esse registro. Respeito os nobres companheiros, mas é preciso que fique registrado nos Anais desta Comissão que o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária... Aliás, há aqui um requerimento, o item 10, em que são solicitadas informações adicionais ao Ministério do Planejamento e ao Ministério da Fazenda, exatamente de acordo com o que prevê o art. 22 do Regimento Interno desta Comissão Mista.

Eram esses o registro e o apelo que gostaria de fazer aos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – O.k., Deputado Vaz.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio, às 16h41min.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Sr. Presidente, na minha manifestação anterior, eu alertava sobre a minha preocupação em estabelecermos aqui uma superposição de funções, mas reiterava que desejo e considero como uma das funções magnas desta Casa a fiscalização detalhada, minuciosa.

Portanto, pode parecer contraditório quando estamos alertando que não nos parece adequado criar um grupo de trabalho com este propósito: fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento de compromissos financeiros das obras da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. Estamos alertando para o fato de que a superposição, ou essa competição interna, pode gerar problemas, principalmente para o Governo.

Estou surpreso. Ao mesmo tempo em que elogiei aqui, hoje, o Líder do Governo no Congresso, Deputado Mendes Ribeiro – e não o vejo aqui agora –, registrei esse alerta.

Eu já disse isto mais de uma vez: não vim para esta Casa para ser oposição intransigente. Tenho um compromisso com o País em primeiro lugar. Quero o bem do Brasil. Quero que a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos se deem de maneira adequada. E quero que a Presidenta Dilma seja bem-sucedida.

Mas estou preocupado. Estou pasmo aqui. O Governo está de certa forma incentivando a criação de uma sobreposição de atividades. E sem muita clareza. Há no próprio corpo do requerimento, Sr. Presidente, algo surpreendente. Esta Casa acabou de votar, por solicitação do Governo, a criação de um regime especial de licitação de obras públicas, justamente para a Copa e para os Jogos Olímpicos. O requerimento propõe que se crie um grupo de trabalho para fiscalizar isso, sob a luz da Lei 8.666. Meu Deus do céu! Parece que não estamos nem acompanhando o que estamos votando. Foi clara a mudança feita na MP 527, já aprovada no Senado. Agora vamos criar um grupo de trabalho, com uma missão sobre algo que já não existe? Com um prazo de 180 dias. Mas se dará um poder a esse grupo de trabalho, Sr. Presidente. Esse poder vai falar em nome do Congresso, para ir em cima de quem está fazendo jogos, de quem vai administrar bilhões de reais, e dizer: *"Olha, eu vim aqui para fiscalizar vocês"*.

Vamos falar português claro nesta Comissão! É isso que vai ajudar o Governo a fazer uma gestão melhor, com menos crises, com menos problemas?

Não tenho nenhum problema em votar. Vou continuar contra porque acho que não é bom para o Brasil e não é bom para esta Casa, para a transparência desta Casa, mas sinto que vai ser aprovado. Aí vou ter mais uma função: membro desta Comissão, vou acompanhar esse grupo de trabalho. Quero ver qual é o seu propósito. Se alguém quer fiscalizar e já é membro da Comissão de Orçamento e Fiscalização, tem prerrogativa para isso. Se alguém quer fiscalizar, há um comitê aqui dentro que já tem a função de fiscalizar a execução do Orçamento. Mas quer fiscalizar ou quer poder? Quer poder discricionário? Que pelo menos tivesse o cuidado de elaborar a proposta de poder ou a adequasse. É uma proposta de poder, para fiscalizar a Lei 8.666, que já nem tem a prerrogativa de acompanhar a execução de obras da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos.

É uma proposta de poder, para fiscalizar e cuidar de algo que vai acontecer daqui a 4 anos... Os Jogos Olímpicos serão daqui a 6 anos, parece-me. Enfim, da Copa do Mundo de 2014. Vai fazer um relatório em 180 dias. Tem poder. Mas ajuda o País? A minha indagação é esta: ajuda o País? Ajuda o Governo?

Eu acho que estou fazendo papel de Líder do Governo, neste momento, ao colocar isso nesse tom de desagravo para a Comissão de Orçamento.

Eu vou manter a minha posição contrária porque estou muito convencido de que não ajuda o País, de que não ajuda esta Comissão. E não é claro este requerimento. Pelo contrário: traz vícios de origem. O requerimento propõe criar um grupo de trabalho para

exercer o papel de fiscalização, focado nos ditames da Lei nº 8.666, para fiscalizar obras da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos.

Vai ser uma vergonha para esta Casa, para a Comissão de Orçamento, se sair isso amanhã na imprensa: *"A Comissão de Orçamento aprova um requerimento, que vai fiscalizar"...* Está aqui, Srs. Deputados, no teor da proposta, do requerimento:

"Caberá ao Grupo verificar se o planejamento, a execução e a articulação dos órgãos e entidades federais responsáveis pela realização ou pelo financiamento dos investimentos estão adequados e devidamente respaldados em projetos, estudos e orçamentos indispensáveis à sua execução, nos termos da legislação vigente, em especial da Lei 8.666/93."

Essa Lei 8.666, só para atualizar, todos sabem, foi alterada no que diz respeito exatamente às obras da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, aprovada por esta Casa e aprovada pelo Senado.

Fica o alerta, Sr. Presidente. Acredito que esta Casa tem ainda a oportunidade de rejeitar este requerimento e evitar mais um desserviço ao País.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Se fosse no âmbito do Comitê do Deputado Vaz de Lima, não seria uma vergonha. A criação de um grupo de trabalho é uma vergonha.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – Deputados!

Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – Não. Eu inclusive cortei o microfone.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – Deputados!

Eu até cortei o microfone, Deputado Domingos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – Não, eu cortei o dele. Ele está falando fora do microfone.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – Deputados!

Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – Eu peço ao Deputado Wellington Roberto que contribua com a continuidade dos trabalhos.

Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos, às 16h48min.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, quando da solicitação de inversão de pauta, eu solicitei – estão gravadas as minhas palavras – que o Deputado Wellington Roberto retirasse este requerimento. Eu não disse o porquê. Ele não teve nem o cuidado, nem sua assessoria – a assessoria do Deputado Wellington Roberto –, de verificar que se estava votando uma coisa inócua. Nem ele, nem a assessoria dele. Eu não disse o porquê.

O Deputado apresentou matéria inócua: está escrito e assinado pelo nobre Deputado nordestino, grande defensor do nosso Nordeste, que esse grupo de trabalho vai se deter na fiscalização e no acompanhamento, especificamente, de obras e ações, baseado na Lei 8.666.

Será que nós vamos aprovar, Srs. Senadores, Srs. Deputados? Das duas uma – vamos ser bem claros: ou os nobres Parlamentares não leram o que está escrito aqui, ou vão votar uma coisa e deixar mais uma vez o Congresso Nacional à mercê da imprensa, para interpretar os nossos posicionamentos.

Por isto é que muitos Senadores e Deputados em determinados momentos não se intitulam defensores dos seus mandatos, pela vergonha de determinadas manobras que se fazem em determinadas Comissões e por nós não termos clareza do que nós queremos.

Qual é o motivo desse Grupo de Trabalho? Alguém me dê por escrito quais são os reais motivos. Se não tivéssemos estabelecido aqui – e não importa se é PSDB, PT, PR, PMDB –, se a Comissão de Orçamento não tivesse, já na sua Resolução nº 1, não numa resolução de ontem, mas na Resolução nº 1, estabelecido um comitê para fazer esse acompanhamento, muito bem, concordo plenamente com o Deputado Wellington Roberto que nós precisaríamos compor uma Comissão para isso.

O que efetivamente esta Comissão vai fazer em 180 dias, se as licitações nem aconteceram, se nem os pré-projetos foram feitos? E vou além. Na própria justificativa, o Deputado diz o seguinte: *"O Brasil foi confirmado como a sede da Copa em 2007".* Em 2007! Sete anos terão se passado até o começo do evento. Nenhum país antes foi escolhido com tanta antecedência como o Brasil. Nós precisamos agora aprovar a Medida Provisória nº 527. Infelizmente, nós tivemos dois cearenses como Relatores, o Senador Inácio e o Deputado Guimarães. Coisa absurda!

O Brasil, em 2007, foi comunicado pela FIFA. Aqui se diz: *"Nunca um país foi escolhido com tanta antecedência".* Agora, de uma hora para outra, precisamos fazer comitê disto, comitê daquilo, mudar a lei

A, mudar a lei B, e tudo pela incompetência do Governo em fazer os devidos projetos. Incompetência do Governo não da Presidente Dilma, mas do Governo do Presidente Lula em aprovar, num pacto federativo, os orçamentos necessários para este grande momento para o Brasil que será a Copa de 2014. E ainda temos os jogos de 2016!

Eu solicitei ao nobre colega Deputado Wellington Roberto a retirada desse requerimento para não se gerar esse malestar, porque no requerimento há coisas inócuas, coisas que, ao pé da letra, não vão acontecer. Nós vamos aprovar esse requerimento, se for o caso, e instalar a Comissão com cinco membros, como é solicitado aqui: *"O Grupo de trabalho terá 180 dias, e serão designados cinco membros pelo Presidente da Comissão".* No momento em que for estabelecido, o que efetivamente esse Grupo de Trabalho vai fazer? Praticamente nada. Então vai ser uma coisa morta.

Por isso estamos nos posicionando contra. E mais uma vez pedimos que, se for o caso, seja refeito o requerimento. Mas aprová-lo tal como ele está é, acima de tudo, uma inconsequência para esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – Vamos votar.

Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu também quero fazer algumas ponderações aos colegas.

Lembro inicialmente que um dos pressupostos do Parlamento é o convívio compulsório entre partidos contrários. Assim estabeleceu a democracia, assim quis o povo. E os Parlamentos, evidentemente, decidem por maiorias. É preciso respeitar as maiorias. Mas também é intrínseca à finalidade do Parlamento o respeito às minorias. A ideia da proporcionalidade é que preside toda equação de divisão de espaços entre as múltiplas e inúmeras atribuições de um Parlamento. E, nesta Casa, verdade seja dita e justiça seja feita, ao longo dos tempos, embora sempre haja uma maioria, o direito à equação e aos espaços das minorias é preservado, vide, por exemplo, a definição das Comissões Permanentes. É lamentável que em algumas Casas Legislativas do Brasil – Assembleias ou Câmaras de Vereadores – a maioria se forme e não haja nenhuma Presidência de Comissão para partido de Oposição. Isso é péssimo não só para a Oposição, mas muito mais para a democracia.

Esta Casa preserva esse espírito.

Seguindo na esteira desse raciocínio, quando a Resolução nº 1 firma toda a disciplina de funcionamento desta Comissão, e o faz definindo pelo menos seis Comitês com atribuições específicas, a definição daqueles que compõem esses Comitês também se preserva, e essa é uma consequência do princípio da proporcionalidade. Por essa razão coube à Oposição exercer esse papel no Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução.

Então o princípio da proporcionalidade eu acho que fundamenta a justificativa de não ser necessário o advento de mais um Grupo de Trabalho ou de mais um subcomitê para essa finalidade, independentemente dos méritos, dos bons propósitos de se trabalhar em prol de algo que precisa ser de fato acompanhado mais amiúde.

Para se ter uma ideia, na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro, não faz muito tempo, nós ouvimos que a obra do estádio maior do mundo, o Maracanã, no início orçou-se em 400 milhões. Passado um pedaço, o orçamento tinha ido para 700 milhões. Agora apresentou-se ao Tribunal de Contas a dotação de 1 bilhão de reais para o soerguimento do Maracanã. Aí eu me lembro de Caetano Veloso, quando cantou São Paulo: *"A força da grana que ergue e destrói coisas belas".*

O Maracanã, desde que eu me entendo por gente, vem sofrendo reformas, e estava em estado razoável. Praticamente detonou-se o Maracanã para fazer um estádio novo, sob o argumento de que aquela parte de cobertura era uma obra imprescindível. Alto lá! A Comissão de Turismo esteve ontem na CBF, e nós observamos no elenco de exigências da FIFA que essa não é uma exigência, é uma recomendação. Então há um campo muito fértil de trabalho aí, que é dever do Congresso Nacional exercer. Para tanto já foi constituído um Comitê, que tem absoluta prerrogativa para exercer esse papel. Eu acho que os Deputados que têm vontade de trabalhar nessa questão devem se somar ao Comitê.

Essas são algumas das ponderações que eu queria fazer, Sr. Presidente.

E eu também poderia ilustrar essa situação com o exemplo do metrô da cidade do Rio de Janeiro, que terá dotações federais. Houve uma alteração do traçado de forma oblíqua, por assim dizer, sem se ouvir a sociedade local, e por aí vai. E haverá dotação do BNDES.

E os aeroportos, como ficam?

Portanto há muito o que fazer, mas o fato é que, para essa finalidade específica, nós já temos, à luz do princípio constitucional da proporcionalidade, que é respeitado nesta Casa, um órgão com essa atribuição definida, um órgão já composto.

Estas são algumas ponderações, que faço com absoluto respeito ao Deputado Wellington Roberto e às intenções de convergirmos todos. Aqueles que quiserem participar disso vão para esse Comitê, que é

plural, presidido por um Deputado do PSDB mas que deve estar composto majoritariamente por Deputados a favor do Governo. O que interessa é que a Copa aconteça da forma mais razoável e menos perdulária ao Erário da República, isto sim. Esse é o nosso papel.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – Com a palavra o Deputado José Priante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Eu vou procurar ser breve, Sr. Presidente.

Ouvi aqui considerações daqueles que entendem que não devamos aprovar a criação de um Grupo de Trabalho. Avaliadas essas considerações, eu gostaria de defender o meu voto.

Eu vou votar a favor da criação do Grupo de Trabalho. Não para que esse Grupo de Trabalho venha a conflitar ou a subtrair o poder de um Comitê desta Comissão, mesmo porque o Grupo de Trabalho tem o propósito de tratar de um tema específico, não de toda a agenda. O Comitê tem a finalidade de acompanhar as obras do Governo brasileiro, e, a rigor, em face do arcabouço da formatação da fiscalização nacional, já teríamos o TCU para acompanhá-las. A cada vez em que suspeitássemos de algo, poderíamos escalar o TCU, tendo em vista que ele é um órgão auxiliar do Poder Legislativo. Além do mais, a agenda do Governo brasileiro está repleta, a cada ano, de uma série de obras, de uma série de procedimentos, de uma série de processos, diferentemente de uma agenda excepcional que é a realização de uma Copa, um evento internacional no País.

Ora, se nós formos levar em consideração o fato de que o Poder Legislativo, através da Comissão de Orçamento, não deveria adentrar nesse tema, temos de rever o fato de que na Comissão de Desporto existe uma comissão de acompanhamento, na Comissão de Fiscalização e Controle existe uma comissão de acompanhamento, etc. Não vejo o porquê de tanto conflito em torno da atuação de um Grupo de Trabalho nessa matéria. Dado o exagero das argumentações, passo a estranhar o porquê de não quererem a participação do Grupo de Trabalho.

Quanto à formalidade do requerimento, se a forma está errada, é possível alterá-la. Só não vejo em que um Grupo de Trabalho composto de alguns Parlamentares e atuando durante 180 dias possa conflitar com o Comitê Permanente de Acompanhamento e Fiscalização de Obras. Eu não vejo o conflito, e acho, isto sim, que deva haver uma harmonia, para que o Grupo de Trabalho contribua para essa agenda excepcional para o País, que é exatamente a agenda que levou à alteração do rito de licitação dessas obras. E eu acho que esta sim merece uma lupa, uma atenção especial do Parlamento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – Muito obrigado.

Encerrada a discussão, coloco em votação a matéria.

Em votação o requerimento na representação da Câmara.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com os votos contrários dos Deputados Rogério Marinho, Domingos Sávio, Vaz de Lima. E

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – O Deputado Raimundo também votou contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Do Deputado Raimundo Gomes de Matos também.

Aprovado na Câmara.

Em votação na representação do Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A matéria foi aprovada.

Passo a direção dos trabalhos ao nobre Presidente.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – Com o voto contrário do Senador Cyro Miranda.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS – E do Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Senador Walter Pinheiro.

Vamos continuar votando.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Pela ordem, Sr. Presidente. Agradeço a todos os meus pares nesta Casa e aproveito para convidar V.Exa. para ser o Coordenador desse Grupo de Trabalho. A sua presença nos honraria muito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu já tenho muita bomba aqui.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Mas eu pediria a V.Exa. que aceitasse, nobre Presidente.

(Não identificado) – Eu faço esse apelo também, Presidente.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Só assim não pairariam dúvida sobre esse Grupo de Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a indicação de V.Exa.

Meu querido Senador Jayme Campos, eu gostaria de testemunhar o trabalho que V.Exa. teve para relatar Projeto de Lei nº 9, item 4 da pauta.

Peço a atenção dos Srs. Parlamentares.

O Senador Jayme Campos relatou crédito ao Orçamento Fiscal da União em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República,

do Ministério Público e do Conselho Nacional do Ministério Público, no valor global de R$48.993.000,00.

Foram apresentadas cinco emendas, e S.Exa. se posicionou favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade nas Emendas nºs 2 a 5 e pela rejeição da Emenda nº 1.

O Relator está com a palavra, para a apresentação do seu relatório.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, a Presidente da República, no uso da prerrogativa que lhe conferem os arts. 165, III, 84, XXIII, da Constituição Federal, mediante a Mensagem nº 49, de 2011-CN (nº 209/2011 na origem), submete à apreciação Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 9, de 2011-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito especial no valor global de R$48.993.402,00 reais, para incluir categorias de programação específicas na Lei Orçamentária Anual – LOA vigente (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), e acrescenta no Plano Plurianual 2008/2001 – PPA 2008/2011 (Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008) ações orçamentárias de caráter plurianual.

Os recursos necessários para o crédito especial decorrem de anulação de dotações orçamentárias, no valor de R$43.183.402,00 e de excesso de arrecadação de Recursos de Convênios, no valor de R$5.810.000,00, que, de acordo com a Exposição de Motivos – EM nº 00087/2011, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, será incluído no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao terceiro bimestre de 2011.

O crédito especial destina-se às finalidades descritas no quadro seguinte.

Não vou relatar esse item, Sr. Presidente, dianuma vez que a matéria já se encontra nesta Comissão há mais de 10 dias.

A EM informa que, no caso dos pleitos do Judiciário e do MPU, as suplementações e remanejamentos solicitados foram aprovados pelos respectivos conselhos nacionais, conforme estabelecido no art. 56, § 13, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2011 (Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010).

Informa ainda que, em virtude de o crédito ora analisado envolver dotações alocadas pelo Congresso Nacional por meio de emendas parlamentares, os respectivos autores concordaram, mediante ofício, com o remanejamento proposto.

O projeto inclui no PPA as seguintes ações, de caráter plurianual: "onstrução de Fórum Trabalhista em Alagoinhas – BA" e "Construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público – DF".

Foram apresentadas cinco emendas ao projeto.

Análise.

O referido projeto de lei de crédito encontra-se respaldado pela Constituição Federal, porquanto de iniciativa da Presidente da República com a finalidade de cumprir, em especial, as disposições do art. 166, *caput* e § 1º, e art. 167, V.

O art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece a necessidade de fonte de recursos para a abertura de crédito adicional. Essa fonte foi plenamente demonstrada no PL em exame.

Cumprem-se também as disposições da LDO 2011, uma vez que o crédito solicitado:

a) não acarretará, nos termos do item 4 da EM, prejuízo à execução das ações objeto de cancelamento, porque o remanejamento foi decidido com base nas possibilidades de execução dentro do corrente exercício (§ 5º do art. 56 da LDO 2011);

c) não afetará, segundo o item 6 da EM, a meta de superávit primário previsto no Anexo de Metas Fiscais (§ 12 do art. 56 da LDO 2011); e

d) apresenta a relação dos pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público em que, nos respectivos âmbitos, se aprovaram os créditos propostos (§ 13 do art. 56 da LDO 2011).

Dos demais a Comissão já tem conhecimento.

Vou para o voto, Sr. Presidente.

Voto.

Diante do exposto, tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade, mérito e técnica legislativa da proposição, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 09, de 2011-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Este é o voto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa. e quero dar o testemunho do esforço que V.Exa. fez para contemplar a Justiça Eleitoral, a Justiça do Trabalho e os membros do Ministério Público neste PLN, principalmente da atenção que V.Exa. tem ao seu Estado e à sua Região.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, alterada pela de nº 3 de 2008, ambas do Congresso, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto. A minha Supersecretária aqui não me deixa errar em nada. Obrigado.

Tem a palavra o Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Antes de discutir a matéria, Sr. Presidente, eu queria cum-

primentar e parabenizar o Senador Jayme Campos pelo seu relatório.

Ressalto que nesta proposta estão sendo destinados dois recursos para a construção de duas Varas do trabalho no Estado de Goiás. Para a cidade de Posse, que tenho a honra de representar como o Parlamentar mais votado naquela cidade, será destinado 1 milhão 665 mil reais, recurso que será revertidos para a construção da Vara do Trabalho. A outra cidade contemplada é Valparaíso de Goiás, no Entorno do Distrito Federal, Região Metropolitana do Distrito Federal.

Sr. Presidente, ressaltando os recursos que serão destinados a essas duas cidades goianas, eu gostaria mais uma vez de cumprimentar o Relator, Senador Jayme Campos. Peço aprovação a todos os Parlamentares presentes na nossa Comissão Mista.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Passou Goiás o senhor está junto, não é, Deputado?

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Estou junto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – A discussão do relatório está encerrada.

Em votação na Câmara.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Ah, outro goiano. Falou em Goiás, ele não ia perder a oportunidade.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – Eu queria parabenizar o Senador Jayme Campos pela dedicação que teve a esse relatório e pela forma como o apresentou. Agradeço em nome das duas cidades já citadas pelo Deputado Pedro Chaves.

Encaminhamos nosso voto pela aprovação total do relatório.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Dá para formar uma dupla sertaneja.

Em votação na Câmara dos Deputados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. (*Pausa*.)

Aprovado.

O relatório do Senador Jayme Campos foi aprovado.

Pauta nº 14, item 5, Relator o Senador Cyro Miranda.

Projeto de Lei nº 10/2011-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito de R$38.062.926,00.

Não foram apresentadas emendas. O voto é favorável, nos termos do projeto.

Senador Cyro, sem a obstrução, V.Exa. se atenha a ler o voto, até porque o relatório de V.Exa. é similar ao relatório do Senador Jayme Campos.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – Perfeito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, a Presidente da República, por meio da Mensagem nº 50, de 2011-CN, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 10/2011-CN, que abre Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 38.062.926,00 para atender à programação constante do Anexo I do referido Projeto de Lei.

Lida na sessão do Senado Federal em 20 de junho de 2011, a Mensagem foi remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e designado este Parlamentar para relatar a matéria, na forma regimental.

Não foram apresentadas emendas.

Voto.

Em decorrência do dispositivo no art. 167, inciso V, da Constituição e no art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, o projeto de lei sob exame indica as fontes de recursos que devem atender ao crédito suplementar, sendo todas derivadas de cancelamentos de dotações dos próprios órgãos beneficiados.

Também importa ressaltar que o projeto de lei em tela, se aprovado, não afetará a obtenção da meta de resultado primário fixada para o presente exercício, pois, conforme mencionado anteriormente, trata-se de remanejamento entre despesas primárias do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.

Assim, considera-se que o projeto de lei crédito especial em análise encontra-se em conformidade com as normas que regulam a matéria.

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 10, de 2011, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Era o que tínhamos a relatar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, coloco a matéria em votação na representação da Câmara dos Deputados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal. (*Pausa*.)

Aprovado.

Cumprimento o Senador Cyro Miranda pelo seu belíssimo trabalho.

O item 6 é da relatoria do Sr. Senador Jayme Campos.

Sr. Relator, por favor, só V.Exa. pode solicitar a retirada do item 6, em virtude do atendimento pelo Tribunal de Contas da União dos requisitos necessários, conforme determina o nosso Regimento. Tem a palavra V.Exa.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS – Sr. Presidente, diante do expediente que eu recebi aqui, peço a retirada de pauta da matéria, para que nós possamos fazer o seu reexame e *a posteriori* a colocarmos em votação.

Peço a V.Exa. que retire de pauta a referida matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Será atendida a solicitação de V.Exa., Sr. Senador Jayme Campos.

Passamos ao item seguinte, apreciação do Requerimento nº 16 de 2011. Como o autor do requerimento, o Deputado Efraim Filho, está ausente, fica adiada a apreciação do requerimento para a próxima sessão.

Tem a palavra o Senador Anibal Diniz.

Apreciação de requerimento...

O SR. SENADOR ANÍBAL DINIZ – O Aviso nº 4 de 2011, sobre relatório do Banco Central, nós não vamos votar hoje?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos. Ele está na pauta.

O SR. SENADOR ANÍBAL DINIZ – Está na pauta?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Está na pauta, e nós vamos invertê-la na hora em que V.Exa. o solicitar. Faça apenas um...

O SR. SENADOR ANÍBAL DINIZ – Eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pela elegância de V.Exa. e solidariedade a esta Comissão, V.Exa. tem franqueada aqui a mesa.

Requerimento nº 17, dos Deputados Danilo Forte e Benjamin Maranhão. Como S.Exas. estão ausentes, fica adiada a votação.

Requerimento de autoria do Deputado Vaz de Lima. Pauta 14, item 10: Requer informações adicionais aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, no âmbito de respectivas competências, acerca do Decreto nº 7.445, de 1º/03/2001 (Decreto de Limitação de Movimentação e Empenho.

V.Exa. está com a palavra, como autor e Coordenador do Comitê.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Sr. Presidente, o Comitê está cumprindo o seu papel. Este requerimento está embasado exatamente numa de suas funções, e tem que passar pelo Plenário da Comissão.

Não quero voltar à discussão anterior, Excelência, mas o requerimento originário do Comitê deve ser aprovado pelo Plenário desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discuti-lo, coloco-o em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item seguinte.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Eu queria pedir ao nobre Presidente Senador Vital do Rêgo Filho a retirada de um requerimento de nossa autoria, o de nº 19/2011, que requer a realização de audiência pública conjunta com das Comissões Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e de Fiscalização Financeira e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Atendido V.Exa., por perda de objeto.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, pela ordem. Estamos apreciando que pauta agora?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pauta 14. Veja a coincidência: o autor deste requerimento é V.Exa. V.Exa. está sempre nos lugares certos, nas horas aprazadas.

Item 12, Requerimento 20/2011: "Requer a inclusão ao Requerimento 01/2011, para fazer parte de audiência pública, o Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, o Sr. Paulo Safady Simão, em primeiro momento, para debater a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos (...)"

O Deputado Claudio Cajado é o autor do requerimento. S.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, esse requerimento é um aditamento a requerimento anterior que nós já aprovamos na Comissão. Infelizmente ainda não aconteceu a audiência pública para nós discutirmos essa alteração na Lei de Licitações com vistas na realização das obras para a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

V.Exa. é testemunha de que em uma medida provisória que já foi inclusive votada no Senado aprovou-se o RDC, Regime Diferenciado de Licitações. Nós gostaríamos de fazer essa discussão. Ainda que tenha sido aprovada, eu acho que é importante nós discutirmos essa matéria, porque estamos alterando

uma legislação de certames licitatórios para o futuro. É importante nós ouvirmos tanto a área de execução quanto a área de fiscalização, para vermos se há como aprimorar essa legislação no futuro, daí por que eu insisto no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. tem toda a razão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu reitero a V.Exa. que desenvolva esforços no sentido de fazer virem a esta Comissão os convidados, que já foram inclusive cientificados em comunicados anteriores. E eu peço o aditamento para...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Esta Presidência concorda com o pedido de aditamento de V.Exa. e fará esforços, já recomendou isso, para que, nas primeiras semanas de agosto, façamos aqui a discussão desse assunto, que mais do que nunca está em pauta.

Em discussão o requerimento do Deputado Claudio Cajado. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 13 da pauta, também de autoria do Deputado Claudio Cajado, é uma moção de pesar em virtude do falecimento do nosso ex-Presidente, membro titular desta Comissão, figura extraordinária, Senador Itamar Franco.

Com a palavra V.Exa. Pode falar em nome desta Presidência, em nome da Comissão, os requerimentos mais louváveis no dia de hoje.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Muito bem, Presidente. Faço uma menção honrosa ao ex-Presidente Itamar Franco. Eu motivei esta moção na Comissão por justamente, como disse V.Exa., o Presidente Itamar Franco ser membro titular desta Comissão de Orçamento e Fiscalização.

A morte surpreendente do Senador Itamar Franco chocou todo o País. Assistimos pela televisão, e muitos dos nossos colegas Parlamentares participaram do sepultamento e puderam constatar quanto o ex-Presidente, Senador Itamar Franco, era querido não apenas no seu Estado natal, Minas Gerais, mas também na Bahia, já que o Senador Itamar Franco era baiano no registro. E nós todos temos a grata convicção de que S.Exa. exerceu com denodo as funções públicas e os mandatos que o povo lhe concedeu, sempre com honradez, com dignidade e com uma posição reta, o que demonstra que a sua passagem na vida pública foi uma passagem que deve enobrecer todos os políticos brasileiros.

Por isso, peço o apoiamento dos Congressistas presentes a esta Comissão, para que possamos fazer a aprovação desta moção de pesar pelo passamento do ex-Presidente, querido Senador Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Continua em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Representação da Câmara dos Deputados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Representação do Senado Federal. (*Pausa*.)

Em nome desta Presidência, com a aprovação deste requerimento, gostaria de traduzir a imensa saudade e o vazio político, parlamentar e no Senado Federal que o Senador Itamar Franco faz a todos nós. Ao cabo de uma vida cheia de vitórias e de sacrifícios, o Senador nos privou de 4 meses de amizade, de uma amizade franca, fraterna, com todas as formas muito peculiares e claras do seu comportamento. E nós todos, do Senado, consternamo-nos com o rápido desfecho de um processo neoplásico que acometeu o Senador Itamar Franco.

A sua memória está permanentemente em rede viva. Por parte da imprensa, sempre vejo, ouço, além de artigos, declarações e depoimentos acerca da vida e da obra do Senador Itamar Franco. A sua memória para esta Comissão, como membro titular, sempre será lembrada.

Agradeço a V.Exa.

Item 14 da Pauta 14. Apreciação do relatório apresentado às matérias do Congresso Nacional sobre o Relatório Gestão Fiscal, do Governo Federal, referente ao exercício de 2006: o Aviso 44/2009, a Mensagem nº 20, de 2007, do Congresso Nacional, e os Ofícios 1 a 4, de 2007, do Congresso Nacional.

O Relator é o Deputado Danilo Forte.

Com a ausência justificada, passo a relatoria ao Deputado Ademir Camilo.

Vamos ao voto, Ademir.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – "Voto:

De acordo com as informações constantes no Relatório e Voto que fundamentam o Acórdão 2.354/2007, os Poderes e órgãos da esfera federal têm cumprido a Lei Complementar nº 101/2000.

As irregularidades verificadas tiveram a correspondente medida corretiva indicada pelo Tribunal de Contas da União.

Em face do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Aviso 44/2009, da Mensagem 20/2007, do Poder Executivo, dos Ofícios nºs 1, 2, 3 e 4, de 2007, relativos ao Relatório de Ges-

tão Fiscal da Câmara dos Deputados, do Superior Tribunal de Justiça, do Ministério Público da União e do Tribunal Superior Eleitoral, respectivamente, e das peças que acompanham, bem como autorizo o arquivamento dos autos.

Sala das Comissões, Deputado Danilo Forte, Relator."

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Representação da Câmara dos Deputados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Representação do Senado Federal. (*Pausa*.)

Aprovado.

Agradeço ao Deputado Ademir Camilo, futuro Senador, pelo relatório.

Pauta 14, item 15.

Apreciação do Ofício nº 40/2009, que encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos §§ IV e V da Lei nº 7.827, de 1989, o relatório do Banco do Brasil sobre atividades envolvidas e resultados obtidos com as aplicações do Fundo de Financiamento do Centro-Oeste.

O Relator é o Deputado Ângelo Agnolin. O voto é pelo arquivamento. Quem vai relatar é o Deputado João Dado.

Vamos ao Voto.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Voto do Relator:

"O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, previsto no art. 159, inciso I, alínea "c", regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com as alterações da Lei 9.126, de 10 de novembro de 1995, da Lei nº 10.177, de 2 de janeiro de 2001 e Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, é administrado pelo Banco do Brasil S/A com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento.

Comparando os dados dos exercícios constantes do balanço patrimonial, verifica-se que ocorreu um acréscimo no volume de financiamentos realizados no período, passando de 7,8 bilhões para 10,4 bilhões em 2008, o que representa 32,7% de aumento."

É um resultado bastante otimista do FCO.

Vamos imediatamente para o final, para o Voto.

"Diante do exposto, considerando-se que a prestação de contas do Fundo deverá ser analisada pelo Tribunal de Contas da União e que não se verifica a necessidade da adoção de qualquer providência no momento, voto no sentido de que esta Comissão conheça esta matéria e determine o seu envio ao arquivo."

Este é o voto do Deputado Ângelo Agnolin, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao querido Deputado João Dado pelo relatório.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Representação da Câmara dos Deputados.

Aprovado.

Representação do Senado Federal.

Aprovado.

Item 16 da Pauta 14.

O Relator é o Senador Ciro Miranda.

Apreciação do relatório sobre as demonstrações financeiras do Banco Central referentes ao exercício de 2009.

S.Exa. é forte! (*Risos*.) Relatar contas do Banco Central, imaginem! (*Risos.*)

Aviso nº 05, de 2010, e Avisos nºs 21, 40 e 51, de 2009

Vamos ao Voto, Senador Cyro Miranda, de 2009.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – Precisamos fazer um resumo.

O Banco Central registrou um lucro, Sr. Presidente, de 5,6 bilhões em 2009, e no segundo semestre o resultado foi de 6,6 bilhões. No primeiro semestre houve um prejuízo de 941,6 milhões.

Vamos ao Voto.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 2, da Resolução nº 1 de 2006, do Congresso Nacional, emitir parecer e deliberar sobre o sobre o cumprimento dos objetivos e metas da política monetária creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados no balanço. Tal competência também encontra respaldo no art. 112 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2009 (LDO).

Assim, com base nessa competência e levando em conta análise por nós efetuada, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo do relatório sobre a análise das demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil, referente ao 4º trimestre de 2009. Uma vez que não há providência a tomar, encaminhe-se ao arquivo.

Isso é o que tínhamos a relatar. Pelo arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Senador Cyro Miranda.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Relatório está aprovado.

Agradeço ao Senador Cyro Miranda.

Senador Aníbal Diniz, chegou o seu.

O Senador Aníbal Diniz vai relatar também a demonstração financeira do Banco Central do Brasil, referente ao exercício de 2010. É o Aviso nº 4/2011, além dos Avisos n°s 11, 27, 37, de 2010. Enviados ao Congresso Nacional.

O Relator Aníbal Diniz é pelo arquivamento da matéria.

Com a palavra S.Exa. Vamos ao Voto.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Obrigado.

Os avisos supracitados cumprem integralmente o disposto no art. 7º, § 2º e 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e também o art. 115 da Lei nº 12.017, de 2009, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2010.

Este Relatório esclarece que: 1º) o resultado do Banco Central do Brasil reflete as receitas e despesas de todas as suas operações; 2º) os resultados positivos são transferidos ao Tesouro Nacional e os negativos são cobertos pela União; 3º) os valores dos resultados transitam pelo Orçamento da União à conta do Tesouro Nacional.

Vale ressaltar que no ano de 2010 o Banco Central do Brasil apresentou um lucro de 15 bilhões e 740 milhões de reais.

Vamos ao Voto.

Diante do exposto, manifesto-me no sentido de que esta Comissão tome conhecimento dos Avisos nºs 11, 27 e 37, de 2010, e nº 4, de 2011, e delibere pela remessa dos respectivos processos ao arquivo, nos termos do art. 151, da Resolução nº 1, de 1970, e da Resolução nº 93, de 1970, do Senado Federal.

É o Voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço, Senador Anibal Diniz.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço ao Senador Anibal Diniz a prestimosidade sempre muito elegante de S.Exa.

Item 18, do Deputado André Vargas, que aprecia Aviso nº 15, que encaminha, nos termos do art. 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as demonstrações financeiras do Banco Central referentes ao primeiro trimestre de 2011.

Com a palavra o Deputado André. Seu Voto é pelo arquivamento.

Vamos ao Voto.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – O resultado BC, se negativo, deve constar como despesa de orçamento da União, sendo paga pelo Tesouro do Banco até o 10º dia útil do exercício financeiro subsequente à aprovação do balanço semestral. Essa é a forma de compensar o BC por suas perdas.

Se o resultado for positivo, será transferido ao Tesouro em 10 dias úteis da aprovação do balanço semestral.

O resultado positivo do BC no primeiro trimestre pode ser atribuído principalmente aos ganhos com instrumentos financeiros classificados como valor justo a resultado.

Atendendo às exigências legais, o Banco Central encaminhou o balancete trimestral do primeiro trimestre de 2011, acompanhado de nota explicativa que ora analisamos.

Recomendamos o arquivamento do Aviso nº 15, de 2011.

É o nosso Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão, na Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório de S.Exa.

Item 19.

Comunico a V.Exas. que o Relator já está terminando a apreciação dos destaques, e pediu mais 30 minutos para reiniciarmos essa apreciação. Neste momento, S.Exa. está com o Deputado Rogério Marinho, Líder do PSDB nesta Comissão.

Senador Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Senador, no futuro. Não sei no lugar de quem, mas...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Sim, com certeza. Condições, V.Exa. tem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Quando Walter Pinheiro voltar à Prefeitura de Salvador, no meu Estado, espero que S.Exa. possa lembrar aqui do companheiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Só não é na de Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – É, só não é na de Walter. Então, tem de ser na cadeira de outro baiano.

V.Exa. vai suspender a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não. Estamos terminando de votar mais três matérias.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Muito bem. Depois...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vai dar tempo de votar, de o Márcio Reinaldo chegar e continuarmos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Mas peço a V.Exa. que possa dar um tempo a este Parlamentar, porque eu tive de ficar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ah, sim! Sim, sim. Até peço a V.Exa... São três avisos. Se V.Exa. quiser ir logo...

Item 19 da pauta 14, cujo Relator é o Senador Fernando Collor, nomeado neste momento o Senador Acir Gurgacz para apreciar o relatório gerencial trimestral do BNDES referente a 2010; Ofícios nºs 21, 34 e 46, de 2010, e nº 2, de 2011.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Pois não, Sr. Presidente.

"Voto:

Diante do exposto, manifesto-me no sentido de que esta Comissão tome conhecimento dos Ofícios nºs 21, 34 e 46, de 2010, e nº 2, de 2011, e delibere pela remessa dos respectivos processos ao arquivo, nos termos do art. 151 da Resolução nº 1, de 1970, com o art. 133 da Resolução nº 93, de 1970, do Senado Federal."

Este é o Voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço, Senador Acir.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 20.

Apreciação do relatório à matéria do Congresso Nacional sobre o relatório das operações de redesconto e empréstimos realizadas pelo Banco Central do Brasil, referentes ao exercício de 2010; Avisos nºs 12, 18 e 34, de 2010, e nº 3, de 2011, do Senador Delcídio do Amaral.

Peço ao Senador Anibal Diniz que profira ao relatório *ad hoc* de S.Exa.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Vamos ao Voto, Sr. Presidente.

"Diante do exposto, manifesto-me no sentido de que esta Comissão: 1º) tome conhecimento dos Avisos nºs 12, 18 e 34, de 2010, e nº 3, de 2011, e delibere pela remessa dos respectivos processos ao arquivo, nos termos do art. 151 da Resolução nº 1, de 1970, e da Resolução nº 93, de 1970, do Senado Federal; 2º) adote a interpretação constante da nota jurídica PGBC, da lavra da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e endossada pela Diretoria e pela Presidência daquela autarquia."

É como vota o Sr. Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço, Senador Anibal.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço, Senador Anibal.

Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, estamos concluindo a pauta. E, de acordo com o art. 152 do Regimento Comum, cabe a esta Presidência...

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Essa alteração, essa errata ao autógrafo...

Desculpe, Sr. Presidente. Pensei que fosse encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Só cabe à Presidência; se não, era V.Exa. quem ia propor. Mas, de acordo ao art. 152, cabe à Presidência, e unicamente à Presidência, propor a errata, o que estamos fazendo agora, na forma do Regimento.

Requerimento de inclusão de pauta para apreciação do Ofício nº 4, de 2011, da CONOF. São as nossas Consultorias da Câmara e do Senado. Errata à LOA 2011, já justificada.

O requerimento está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Pausa.)*

Agora é a própria errata. É um ofício das duas Assessorias, COF e CONOF, que propõem a correção de um erro de ordem técnica verificado no autógrafo da Lei Orçamentária de 2011, a Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011.

A errata está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Na representação do Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovada.

Acabamos. Só falta a LDO! *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Cadê o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Relator pediu 20 minutos.

Vamos suspender por 20 minutos os nossos trabalhos. Impreterivelmente, às 18h, hora do anjo, estaremos reabrindo os nossos trabalhos.

Suspendo-os por 20 minutos.

(*A reunião é suspensa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – São 18h19m. Declaro reiniciada a 13ª reunião ordinária.

Comunico, por decisão do colegiado de líderes, que o Relator, Deputado Márcio Reinaldo Moreira, concluiu a apreciação dos 303 destaques, dos quais no máximo 10 ainda são divergentes e necessitam de consensualidade. Por isso, em reunião realizada neste exato momento no colegiado de Líderes, decidimos suspender a reunião, para que possam ser definidos os rumos de cada um desses 10 destaques, se haverá consenso ou se vai a voto.

Feito o relatório, as lideranças de Oposição, de forma tempestiva e justa, pediram a esta Comissão um tempo mínimo para ler o resultado de todo esse trabalho. E por acordo do colegiado de Líderes, ainda hoje, às 20h30, vamos retomar a votação, já com as definições e as metas a serem perseguidas.

Portanto, V.Exas. podem ir lanchar e retornar às 20h30.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Às 20h30min, declaro reabertos os nossos trabalhos, na forma do que foi decidido nesta reunião.

Reiniciados os nossos trabalhos da 13ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Conforme apreciação da Pauta nº 14, eu peço aos Srs. Parlamentares que ocupem os seus lugares.

Convido o Sr. Relator Márcio Reinaldo para, ao meu lado direito, sentar-se à mesa, à esquerda de V.Exa.

Antes da votação do relatório do Projeto nº 2/2011, o Senador Paulo Paim, os senhores se recordam, propôs ao Plenário desta CMO a inclusão do § 3º – peço a atenção de V.Exas. para reeditarmos essa lembrança – no art. 48 do substitutivo, que assegura os recursos orçamentários necessários ao atendimento da política de ganhos reais aplicável às aposentadorias e pensões do Fundo do Regime Geral da Previdência Social a ser definida em articulação com as centrais sindicais e com os representantes das organizações dos aposentados.

Tendo em vista que o Relator da matéria concordou com o texto, o mesmo passa a fazer parte no seu relatório, para o seu relatório ou do seu relatório, nos termos do Adendo nº 3, encaminhado a esta Comissão, com o que V.Exas. concordaram.

O Adendo nº 3 está em votação. É aquele texto do Senador Paim, com o apoio unânime da Casa.

Em votação. *(Pausa.)*

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está em votação. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara.

Aprovado na representação do Senado.

Resolvida, saneada essa questão.

Deputado Cajado, permita uma maior discrição de V.Exa., que fica... *(Risos.)* Ah, Deputado Cajado!...

Apreciação dos destaques.

Vamos retomar a sessão.

Há uma hora em que precisamos tirar uma forra. V.Exa. vive aqui me aperreando, na linguagem paraibana; então, tenho que tirar uma com V.Exa. também.

Apreciação dos destaques.

Gostaria de passar a palavra ao Relator antes de iniciarmos a apresentação dos destaques, para S.Exa. fazer, como fez na abertura da reunião, às 14h, um *briefing*, um resumo, uma síntese sobre os últimos acontecimentos, os últimos entendimentos entre S.Exa. e as lideranças representativas dos partidos na Casa – leia-se todos os partidos – que, durante as últimas duas horas, definiram termos comuns do ajuste ao relatório que vai encaminhar à apreciação de V.Exas. daqui a alguns minutos.

O relatório está sendo xerocopiado para efeito documental. Há uma síntese que V.Exas. podem acompanhar.

Então, passo a palavra ao Relator.

O Deputado Rogério Marinho...

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pois não.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Acabo de receber uma informação aqui de que o Deputado Rogério Marinho está chegando...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu ia falar em nome dele.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – ... e teria feito um entendimento para que...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para ter mais tempo para leitura do relatório como global.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – ... para ter um pouquinho mais de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos continuar ouvindo o Relator, debatendo, e o

tempo do Deputado Rogério Marinho passa a constar. S.Exa. acabou de falar comigo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – V.Exa. está abrindo a...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Explicações do Relator.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Pois não. Eu queria me inscrever para depois que o Relator falar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – E aí, Deputado Vaz de Lima, é o tempo que o Deputado Rogério Marinho precisa para que a sua assessoria possa ler, em profundidade, o relatório.

Nós combinamos um prazo de 45 minutos. Vai ser mais ou menos o tempo de desenrolar desta Comissão, enquanto a parte técnica do PSDB faz a sua leitura.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu já fico inscrito para a próxima concessão da palavra.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, 45 minutos após a entrega do relatório. Assim que nós recebermos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A secretária disse que já foi entregue o relatório.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Foi entregue?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Deputado Cláudio Cajado já se inscreveu.

Concedo a palavra ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, só um esclarecimento. Desculpa, Relator, rapidamente.

Nós recebemos, na verdade, o destaque de algumas emendas, mas não recebemos o texto do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O conjunto.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Então, não hora que nós recebemos... *(Pausa.)* Esse é o texto? Dos trezentos e tantos, só tem esse? Eu gostaria de saber todos; só tem 27 aqui na minha mão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Os destaques que não estão compilados neste texto estão rejeitados. Esse é o entendimento da secretaria para facilitar o nosso trabalho. O resumo geral já está nas honradas mãos de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Sra. Senadores. V.Exa. já descreveu bem a situação e, hoje à tarde, em acordo com as Lideranças da Casa, na sala de V.Exa., e sob o seu comando, nós avançamos bastante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com licença, com a devida vênia do Deputado Márcio Reinaldo Moreira, esclareço que estamos na fase final, no momento talvez mais importante desta Comissão, depois de 5 horas ininterruptas desse trabalho. Eu gostaria do máximo silêncio tantos dos Srs. Parlamentares quanto das assessorias e dos profissionais de imprensa para que possamos extrair, em pouco espaço de tempo, toda a definição desse estudo, que está atrasado.

Com a palavra o Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, eu dizia que, graças à reunião, sob o comando de V.Exa. lá na Presidência da Comissão, nós podemos evoluir bastante e acolher alguns destaques que já fazem parte dessa relação. Naturalmente que aqueles que não estão aqui são destaques que não estão considerados e rejeitados.

Eu começo pelo destaque da Senadora Lúcia Vânia, inclusão no art. 17, § 1.º, item 1: inclusão desse artigo sobre um "*demonstrativo bimestral da execução física de obras executadas diretamente pelo Governo, discriminando a unidade orçamentária, o programa de trabalho, os valores acumulados, objetos e a localidade.*"

O Destaque nº 52, do Senador Marçal Filho, também pela aprovação, que é a inclusão no art. 21 do § 3º: "*O Poder Executivo desenvolverá, até o final do exercício de 2012, banco informatizado de projetos de investimentos, o qual será utilizado para acompanhamento da execução dos projetos de investimentos dos Orçamentos da União em andamento, bem como para maturação de novos aptos a serem dotados.*"

Destaque nº 69, do Deputado Rogério Marinho, também pela aprovação, é o art. 99, voltar ao § 2º do projeto de lei. Esse § 2º dizia: "*Em cumprimento ao caput do art. 70 da Constituição Federal, o acesso irrestrito referido no caput será igualmente assegurado aos membros do Congresso Nacional para consulta, pelo menos a partir de 30 de outubro de 2011, aos sistemas ou informações referidos nos incisos II e VI do caput deste artigo, nos níveis de amplitude, abrangência e detalhamento concedido pelo SIAFI, referido no inciso I do caput deste artigo, e por iniciativa própria, a qualquer tempo, aos demais sistemas e cadastros.*"

Também o Destaque nº 71 do Roberto Marinho pela aprovação, que é retorno ao texto do substitutivo do art. 127-A: "*As disposições estabelecidas no capítulo 8, desta lei, sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves, terão eficácia até aprovação pelo Congresso Nacional de normas específicas sobre a matéria, nos termos do art. 49, X, da Constituição Federal*". Ou seja, um decreto legislativo.

Também do Deputado Rogério Marinho, Destaque nº 77, pela aprovação: "*Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional até 15 (quinze) dias após o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual, inclusive em meio eletrônico, demonstrativos, elaborados a preços correntes, contendo as informações complementares relacionadas no Anexo II desta Lei.*"

Destaque nº 81 do Deputado Rogério Marinho, pela aprovação, ao art 71, parágrafo único: "*Toda emissão de títulos da dívida de responsabilidade do Tesouro Nacional, quaisquer que sejam a finalidade e a forma da emissão, e a despesa a que fará face, entendida também como despesa a transferência e a entrega dos títulos a autarquia, fundação, fundo, empresa pública ou sociedade de economia mista integrantes da Administração Pública Federal, serão consignadas na lei orçamentária e nos créditos adicionais."*

Essa inclusive é uma emenda do nosso Senador, Aécio Neves, a qual eu já havia acolhido, mas, por pressão do Secretário do Tesouro, a retirei. Mas agradeço a V.Exa a participação por restabelecer esse..

Destaque nº 129 da Senadora Lídice da Mata pela aprovação parcial nos seguintes termos ao art. 20, § 5°: "*A vedação prevista no inciso XIII do caput deste artigo não se aplica às destinações, no Ministério da Cultura, para realização de eventos culturais tradicionais de caráter público realizados há, no máximo, cinco anos ininterruptamente, desde que haja prévia e ampla seleção promovida pelo órgão concedente ou pelo ente público convenente."*

Sr. Presidente, esse assunto volta pela segunda vez. Esse foi um apelo do Ministério da Cultura, o qual foi incluído. Houve uma reação negativa do Governo, principalmente do Planejamento e, finalmente, deram uma outra reação que tornava esse artigo altamente flexível. Agora, volta essa redação também por iniciativa do Ministério do Planejamento.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Deputado, só para esclarecer minha dúvida: é máximo ou mínimo? O senhor leu "máximo", e está escrito "mínimo".

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Ah, "*há, no mínimo, 5 anos ininterruptos*".

Agradeço a V.Exa; muito obrigado.

Destaque nº 163 do Deputado Nilton Capixaba pela aprovação parcial nos seguintes termos, Art. 78, § 9º: *"O anexo de que trata o caput deste artigo poderá contemplar recursos necessários à adoção do subsídio como forma de remuneração da carreira de que trata a Lei no 10.883, de 16 de junho de 2004."*

Destaque nº 202 do Deputado Cláudio Cajado, atendido parcialmente nos seguintes termos: "*Suprima-se os seguintes incisos do art. 65... "*os investimentos de inversões financeiras no âmbito do PAC, a despesa com execução... São os itens nºs IX, XI e XII.

Destaque nº 229 também do Deputado Cláudio Cajado, pela aprovação parcial nos seguintes termos: Art. 33 1: "*de atendimento direto e gratuito ao público, atendam ao disposto no art. 30 desta Lei e alternativamente sejam voltadas para:*

a)educação especial ou educação básica e se cancela educação profissional ou educação superior.

Também o Destaque nº 230 do Deputado Cláudio Cajado, pela aprovação parcial nos seguintes termos:

"Art. 34, I, d. "Construção, ampliação e conclusão de obras de entidades privadas que atenda ao disposto no caput do art. 30 nas áreas de saúde, assistência social e educação especial ou na alínea b do inciso III do art. 33 desta lei.

Destaque nº 257 do Deputado Gilmar Machado pela aprovação.

Art. 52, parágrafo 3º, III:

para as fontes de recursos dos orçamentos fiscal e de seguridade social, inclusive as de que trata o art. 90 desta lei, observadas as vinculações previstas na legislação para os identificadores de uso e de resultado primário."

Ou seja, estamos aqui cortando a ressalvada programação decorrente de iniciativa parlamentar individual que aproprie recurso da reserva primária do art. 13. Estamos, portanto, atendendo à recomendação do Deputado, e para as esferas orçamentárias.

Também o Destaque nº 258 do Deputado Gilmar Machado.

Retorna a redação do *caput* do art. 3º constante no Projeto de Lei nº 2... *(sic)*, de 2011, suprimindo-se por prejudicialidade o §3º do substitutivo.

"Art. 3º "A meta do superávit a que se refere o art. 2º desta lei poderá ser reduzida até o montante de 40 bilhões e 600 milhões de reais relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento -PAC contido nos orçamentos fiscal e de seguridade social, cujas programações serão identificadas no projeto e na Lei Orçamentária de 2012 com identificador de resultado primário previsto no art. 7º, parágrafo 4º, III, alínea b, desta lei".

Destaque nº 261, também do Deputado Gilmar Machado, pela aprovação.

"Art. 67 O montante de limitação a ser promovido pelos órgãos referidos no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesa primária classificada na Lei Orçamentária 2012, excluídas as despesas decorrentes de iniciativas parlamentares individuais que

apropriam reserva primária fixadas no art. 13 desta lei e as relativas às..."

Destaque nº 277, do Deputado Gilmar Machado, pela aprovação.

"Art. 127-C No procedimento de permuta de bens imóveis integrantes do Fundo de Regime Geral da Previdência Social, por imóveis edificados, ou não, ou por edificações a construir nos termos do art. 30 da Lei nº 9.636 de 15 de maio de 1998, o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, poderá optar de maneira motivada entre a concorrência e o leilão, respeitadas as disposições previstas na Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Para fins no disposto do caput, caberá ao INSS a realização do respectivo procedimento licitatório, não se aplicando no caso do leilão as condições previstas nos incisos I a X do art. 14 da Lei nº 11.481 de 31 de maio de 2007.

§ 2º Independentemente do procedimento licitatório escolhido, o critério de julgamento poderá contemplar a maior... em pecúnia.

§ 3º Ao INSS caberá a regulamentação de procedimento previsto neste artigo."

Os demais destaques contam com o nosso voto pela rejeição.

Sr . Presidente, eu gostaria também de trazer a informação dos nobres pares no parecer da Comissão Mista de Orçamento nº 2, o adendo de Plenário que seguiria junto com o nosso relatório para ser ajustado dentro do Congresso.

Item nº 1.

É o adendo de Plenário, portanto, Srs. Deputados e Senadores. (*Pausa*.)

De qualquer maneira, temos aqui algumas considerações, inclusive o déficit nominal que o Deputado Cajado tanto reclama está contemplado aqui também.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Pode ler.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Então, vamos ler.

No § 3º incluem-se dois novos parágrafos no art. 2º:

"A política fiscal atuará de forma a manter a estabilidade econômica e o crescimento sustentado, permitindo a continuidade da trajetória de queda da dívida pública líquida compatível com os resultados nominais previstos no Anexo III desta lei".

Leia-se § 3º: "A política fiscal, em articulação com as política monetária, cambial e creditícia atuará de forma a manter a estabilidade econômica e o crescimento sustentado, permitindo a continuidade da trajetória de queda da dívida pública líquida compatível com os resultados nominais previstos no Anexo III desta lei".

Inclua-se: "o déficit nominal, no exercício de 2012, observados o conjunto de premissas e parâmetros do Anexo III desta lei, não poderá ser superior a 0,87% do PIB para o setor público não financeiro".

Inclua-se parágrafo: "o crescimento das despesas correntes, primária e discricionárias, exceto nas funções de saúde, educação, não poderá superar o dos investimentos públicos no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social".

II. No inciso II, do parágrafo único do art. 30, onde se lê: "a certificação de que trata o caput", poderá ser:

"I – substituída, a critério da Administração Pública, pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizada e ainda pendente de análise junto ao órgão competente ou dispensada, desde que a entidade seja selecionada em processo público de ampla divulgação promovido pelo órgão ou entidade concedente para a execução de programas e ações em parceria com a Administração Pública Federal, preste atendimento integralmente gratuito e observe o princípio da universalidade sem preferência associados ou categorias profissionais".

I – Leia-se art. 30, parágrafo único: "dispensada, desde que a entidade seja selecionada em processo público de ampla divulgação, promovida pelo órgão ou entidade concedente para a execução de ações e programas ou serviços em parceria com a Administração Federal nas seguintes áreas:

atenção à saúde aos povos indígenas;

atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;

combate à pobreza extrema;

atendimento às pessoas com deficiência".

III. No Item nº 8 da Seção II do Anexo IV, onde se lê: "despesas relativas à política de desenvolvimento produtivo e ao Plano de Ação de Ciência e Tecnologia e Inovação", leia-se "despesas relativas a ações finalística voltada à ciência, à tecnologia e inovação, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia".

IV– no inciso I do § 7º, art. 37, onde se lê:

"I – antecipação para o mandatário de parcela dos recursos correspondentes quando da assinatura do convênio ou contrato de repasse", leia-se: I – "antecipação para o conveniente de parcela dos recursos correspondentes quando da assinatura do convênio ou contrato de trespasse.

V – Lei Kandir".

Art. 12: O projeto e a lei orçamentária para 2012 conterão os recursos destinados ao atendimento das programações a que se referem os incisos XVII e XVIII deste artigo, equivalentes a, no mínimo, os valores constantes da lei orçamentária para 2011.

6 – Repatriamento. Art. 127-C. Os recursos de repatriamento, quando provenientes de lesão a ente público, serão transferidos ao respectivo ente em guia de transferência especial no montante a ele pertinente.

7 – Prazos TCU: art. 91. A classificação, pelo TCU, das constatações de fiscalização nas modalidades previstas no § 1º, incisos IV e V deste artigo, dar-se-á por decisão monocrática ou colegiada, que deve ser proferida no prazo máximo de 40 dias – em vez de 50, leia-se 40 dias – corridos a contar da conclusão da auditoria pela unidade técnica, dentro do qual deverá ser assegurada a oportunidade de manifestação preliminar em 15 dias – em vez de 20 – corridos, aos órgãos e entidades aos quais foram atribuídas as supostas irregularidades.

Aqui também houve um telefonema do Presidente do Tribunal de Contas. Lá de Paris ele telefonou para o Cajado, e o Cajado foi atrás de mim lá para acertar esse detalhe final.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em Paris, não é, e tal...

Eu esclareço que o adendo lido deverá ser submetido ao Plenário do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Relator, numa tentativa de aperfeiçoar, cada vez mais, o seu relatório e não tendo amparo, nem em emendas, nem em destaques, em comunhão com os Líderes da Casa nesta Comissão preparou esse adendo que poderia ser dispensada inclusive sua leitura agora, já que ele apresentará esse adendo amanhã.

Esse adendo foi uma discussão cuja base legal para modificação e incorporação não existia, enquanto ele vai como adendo. Amanhã o Plenário vai ouvir.

Não é possível sua aprovação na CNO, neste momento, em função, como eu já disse, da falta dos destaques específicos. Portanto, o último adendo lido corresponde, neste momento, apenas a um compromisso político do Relator de encaminhar esse adendo ao Plenário do Congresso Nacional.

Essa é talvez a última manifestação, o último esforço do eminente Relator, para deixar o seu relatório com a máxima feição do Parlamento, da transparência deste Parlamento.

Agradeço muito aos Srs. Relatores.

Não sei se eu faria uma discussão, mas eu queria apenas ouvir rapidamente, em virtude de todo o adiantado da hora, dos trabalhos... Estou muito feliz. Posso dizer que estou muito feliz...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Está cedo ainda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Está cedo.

Ouço o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, primeiro, eu queria efetivamente parabenizar o Relator Deputado Márcio Reinaldo Moreira. V.Exa. está realmente de parabéns, não apenas pela postura democrática, mas pela paciência, tolerância e principalmente espírito público de ouvir as críticas e aproveitá-las na medida do entendimento.

Portanto, eu falo aqui como Líder do Democratas e Líder da Minoria. Nós nos consideramos absolutamente contemplados no relatório de V.Exa.

Lamento alguns pontos apenas. O que foi apresentado agora pelo Deputado Gilmar Machado, já que tirou as prerrogativas das emendas parlamentares e dos restos a pagar, no mesmo diapasão de preferência de prioridades que teriam outros recursos, principalmente na meta do superávit.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Mas Deputado Cajado, o art. 68 será mantido. O Deputado Gilmar nos garantiu que, em nome do Governo, em nome da Liderança do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O art. 68 contempla as emendas na mesma importância.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – ...e o art. 4º também.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Mas não será vetado, Sr. Relator?

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – A informação que eu tenho, dos membros do Governo, que inclusive estão aqui presentes, é que será preservado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A nossa parte nós estamos fazendo. O art. 68 está muito claro em defesa das emendas parlamentares.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu digo isso... Então, eu quero retirar aqui a crítica para o Deputado Gilmar, porque nós estamos aqui também para, como disse anteriormente, zelarmos pela distribuição dos recursos do Governo central, diante das desigualdades regionais. Se os Deputados e os Senadores não agirem dessa forma, quem o fará? Monocraticamente, uma decisão ministerial ou presidencial? De forma alguma.

Ao sermos eleitos, os Deputados representam o povo e os Senadores, os Estados federados. Daí por que nós precisamos e temos que dar a palavra final. É prerrogativa do Congresso Nacional decidir exclusivamente matéria orçamentária.

Ainda bem que o Governo não tem insistido na veia inconstitucional de editar medida provisória para tratar de matéria orçamentária. Isso tem ficado no

passado. Portanto, cabe a nós, congressistas, darmos a palavra final e fazermos o que nós fazemos: emendarmos com responsabilidade e, dentro dessa visão, fazermos com que os Municípios brasileiros e os Estados da Federação tenham, sim, participação dentro do seu peso, dentro da sua população e das suas prioridades, no recurso do Governo central.

Por outro lado, eu acho que uma das emendas que foram aceitas pelo Relator, e destaques também, restringem mais a aplicação do recurso público em benefício do seu objetivo.

Vou dar um exemplo: a questão de repasse para organizações não-governamentais, as ONGs. Estava muito aberta. Restringiu-se isso, principalmente para aproveitar as filantrópicas, no caso das Santas Casas e das APAEs.

Isso é importante porque nós asseguramos entidades que têm tradição na educação e no cuidado da saúde daquelas pessoas que necessitam, as mais humildes, para que o Governo possa ter esses parceiros também sendo beneficiados.

Por outro lado, Sr. Presidente, nós ouvimos aqui, para deixar claro que o acordo feito está contemplado, o adendo que o Relator irá apresentar, no dia de amanhã, no Plenário. Esse adendo foi feito para complementar os entendimentos. Eu elogio o Relator, porque nós conseguimos inserir nesse adendo que será lido amanhã, e eu me reservo para discutir amanhã, mais prolongadamente, essa questão, o fato de que hoje o Brasil, o País, o Governo tem assegurado metas de redução de suas despesas correntes e metas de superávit. Isso é importante num cenário em que países como Portugal, como Itália, como Espanha passam por vulnerabilidade. O Brasil não pode estar incluído nessa visão.

O texto do Relator Márcio Reinaldo prevê esse mecanismo de controle das despesas e das metas de superávit. Portanto, sinaliza para o mundo que o Brasil está, sim, preocupado com as suas contas e com o ajuste fiscal.

Graças a mim, não. V.Exa. ouviu e acatou a minha sugestão, mas o mérito é de V.Exa. porque foi quem assinou. Eu não tive esse prazer de estar com a caneta.

Como também V.Exa. acatou a redução dos prazos tanto para os gestores quanto para o TCU, em relação às obras com indício de irregularidades, fazendo com que, pela primeira vez na história deste País, tenhamos prazos para que se responda a obras com indícios de irregularidades.

Portanto, eu acho que o relatório contempla tanto a base do Governo quanto as oposições. Nós fizemos esse esforço enorme. Eu quero dizer, Sr. Presidente, que V.Exa. também leva os méritos, porque foi graças ao entendimento, graças ao diálogo, graças às transições que nós fizemos, no diálogo e na conversação, que chegamos a esse consenso.

Portanto, da nossa parte, o Democratas vota com galhardia, com satisfação esse relatório. Esperamos que amanhã nós possamos encerrar esse semestre com a convicção cada vez maior de que cada Parlamentar aqui deu a sua contribuição e fez parte desse relatório que efetivamente será o marco na nossa Comissão.

Parabéns, Deputado Márcio Reinaldo Moreira! Parabéns, Sr. Presidente! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa. pela contribuição que deu como Líder do Democratas e da Minoria.

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho para suas palavras derradeiras, meu caro Líder.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Não, ainda não. O senhor ainda vai me escutar muito. *(Risos.)*

Sr. Presidente, senhoras e senhores, eu tenho certeza de que V.Exa., quando fala assim, na verdade, está ansioso para me escutar várias vezes aqui no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com certeza, com certeza.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – V.Exa. e nossos companheiros congressistas, que estamos aqui às 21h07min.

Ora, Sr. Presidente, primeiro, quero dizer da nossa alegria de verificar que mais de 20 pontos foram destacados e conversados com o Relator, com a Liderança do Governo, a quem eu quero fazer justiça aqui, o Deputado Mendes Ribeiro, que não se encontra presente, mas certamente junto com V.Exa. e com o Relator foram importantes e decisivos aqui para que conseguíssemos chegar a uma posição majoritária de consenso.

É importante ressaltar que o que fizemos aqui, na verdade, foi aperfeiçoar o texto e preservarmos, como estamos repetindo aqui até à exaustão, as prerrogativas do Legislativo.

Eu acho que, antes de qualquer posição, que é contingencial, que é circunstancial de sermos Governo ou Oposição, nós representamos o Parlamento, que é o poder que modera e fiscaliza o Executivo.

Então, a obra que o Deputado Márcio Reinaldo nos apresenta hoje, certamente, é bem melhor do que aquela que veio do Executivo. É uma obra que contempla aqui a média do pensamento e o sentimento da Nação, que precisa de transparência na execução orçamentária. Que os órgãos de controle tenham os instrumentos adequados para fazer essa fiscalização, que é boa para a República e para a sociedade.

Eu apenas destacaria aqui o feito do Deputado Gilmar Machado. O Deputado Gilmar Machado tenta esfriar um pouco o nosso entusiasmo, Deputado Márcio Reinaldo, quando, nos seus adendos, o 257, 258 e 261, ele retira a vinculação que, para nós, é importante, apesar de V.Exa. estar colocando que o art. 68 restabelece essa situação. Já que se restabelece...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – E também o art. 4º.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – E também o art. 4º. Já que restabelece, você poderia inclusive riscar essas questões do Gilmar aqui para evitar que a gente tenha problema no futuro, de discussão etc. O Gilmar não vai se opor. A gente pode tirar isso daqui para evitar problema no futuro.

Por fim, quero dizer a V.Exa. que, diante do que nós ouvimos, principalmente o adendo que V.Exa. anunciou, que amanhã será lido no Congresso, às 17 horas, que foi o acordo que fizemos, nós temos apenas dois pontos que vamos destacar. Dois, dos 18. Um é o artigo 7º do § 11, que é a questão do identificador das obras da Copa e das Olimpíadas, a não ser que V.Exa., de alguma maneira, já tenha contemplado, que é o Destaque de Emenda nº 24470001. Identificação de Obras da Copa e das Olimpíadas dentro do PAC.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Eu determinei, por mais de uma vez, que incluísse esse documento.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Eu me lembro que V.Exa. falou.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Alguma coisa correu mal aí.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Mas infelizmente houve alguma falha aí. Eu farei o destaque e tenho a anuência de V.Exa...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Mas eu agradeço por sua observação e peço que a consultoria inclua, nesse adendo, esse destaque.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – V.Exa. tenta, faz o destaque e orienta votar favorável.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Já é a terceira vez que eu peço esse destaque.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Pois é, então, para evitar que V.Exa. tenha mais problema com a sua assessoria, a gente faz o destaque e encaminha à aprovação, já que não há problema.

Quanto ao art. 67, § 8º, certamente, o nosso Vice-Líder Gilmar vai nos ajudar a encaminhar favoravelmente parte do Governo. É a questão da programação do contingenciamento.

O Governo sempre, com isso, inicia o processo do início do período fiscal, faz o contingenciamento – trata-se do art. 67, § 8º – e destina um percentual financeiro, uma condição financeira para cada Ministério. Nós não temos nitidez em relação ao que é, efetivamente, contingenciado. Só acontece no final do período fiscal.

Então, como o Deputado Gilmar, que é um democrata, favorável à transparência, à fiscalização, que certamente é uma missão da Casa, esse destaque nós faremos e teremos o apoio do Governo aqui também para aprovar.

No mais, quero elogiar o trabalho do Relator, do Presidente, da bancada, de todos nós. E vamos a voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Parabenizo V.Exa. pela extraordinária contribuição que deu ao aperfeiçoamento do relatório.

Ouço o Deputado Weliton Prado.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO – Prometo que eu vou ser breve para que a gente possa votar, mas eu não poderia, de maneira alguma, deixar de fazer aqui um reconhecimento e parabenizar o mineiro, o nosso Relator, Deputado Márcio Reinaldo Moreira, pelo brilhante trabalho. Da mesma forma, faço com o Presidente da Comissão.

Tivemos muitos avanços, principalmente no que diz respeito a criar mecanismos de controle, de fiscalização e, acima de tudo, o entendimento, o consenso que foi trabalhado. Isso é fundamental. Questões realmente, além da fiscalização, do controle, foram já colocadas aqui, mas a possibilidade de contemplar também as APAEs, as Santas Casas. É fundamental já ir direto para o caixa. É uma forma de a gente contribuir muito, principalmente na área social e na área de saúde.

Então, eu gostaria realmente de agradecer, parabenizar todos os membros da Comissão, tanto da Situação quanto da Oposição, e, de forma muito especial, reconhecer aqui o trabalho feito pelo Deputado Márcio Reinaldo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ouço a querida Deputada pernambucana...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Muito obrigado, Deputado Weliton... Deixe-me só falar para o Weliton...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Sim... Fale.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Eu quero agradecer-lhe, Weliton, e falar o seguinte: é bom que você diga isso com todas as letras, sobre as Santas Casas e as APAEs, porque, infelizmente, nós temos muitos colegas que descem o cacete nas entidades filantrópicas. Às vezes, salvam-se essas por acaso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Está bom, Márcio. Pronto. Até esta hora, a sinceridade do Relator é forte e viva.

Deputada pernambucana Luciana Santos, com a palavra.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Márcio Reinaldo, nosso querido Relator, a Deputada Jandira Feghali havia solicitado e levantado a preocupação, junto ao Deputado Relator, sobre a vedação do Ministério da Cultura em relação ao financiamento de atividades, de eventos ou de produtores culturais que tivessem, no mínimo, 5 anos, ininterruptamente, de iniciativas culturais no Brasil.

Eu penso que, como no relatório já estava previsto, não é destaque – não foi feito destaque porque, no relatório final, foi acatada a sugestão.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – A Deputada Jandira foi muito importante nesse momento. Ela participou muito positivamente.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS – Mas, na medida em que...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – V.Exa. também.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS – Exato. Na medida em que isso retorna ao relatório, na forma como estava previsto antes, eu aqui quero justificar a nossa preocupação com a possibilidade ainda de, mesmo com a posição do Ministério da Cultura de manter essa vedação... Penso que isso é um prejuízo muito grande para os avanços e os saltos que nós demos na política cultural do Brasil, porque há entidades que historicamente cumpriram um papel muito grande na produção cultural do nosso País, como é o caso do Movimento de Cultura Popular, ainda da década de 60. Elas tiveram as entidades dos movimentos sociais como entidades estruturantes naquelas iniciativas, porque elas foram o pivô e o vetor de uma iniciativa que se transformou naqueles movimentos, assim como hoje há a política dos pontos de cultura, que vão ser prejudicados com essa medida, porque exatamente incentiva o que há de emergente. Uma coisa é você dar autonomia para o Ministério decidir se vai ou não financiar aquele tipo de evento, mas, na hora em que se veda, tudo que há de emergente no Brasil de iniciativa cultural vai ser simplesmente cortado na sua raiz.

Então, eu penso que isso é algo muito relevante que a gente não poderia deixar do jeito que está.

Fora isso, eu queria também fazer... O Destaque nº 296, que também é da Deputada Jandira Feghali, vai no mesmo sentido do Cultura Viva.

Ainda gostaria, Deputado Márcio Reinaldo, de chamar a atenção. Aqui no art. 4º, no parágrafo que trata dos financiamentos de projetos estruturantes e estratégicos para o País, eu destaquei a importância dos projetos dos complexos industriais. Nós temos, no País, um déficit – isto aqui também é da Comissão de Seguridade Social – de 10 bilhões de dólares na balança comercial de saúde, porque a gente importa alguns produtos importantes.

Por exemplo, em Pernambuco, nós temos a estatal da Hemobrás, que está em andamento, e vai economizar 1 bilhão de reais. Só a Hemobrás. Imaginem o restante de importados que a gente tem nessa área.

Nós precisamos incluir, no art. 4º, a necessidade de financiamento de complexos industriais de fármacos, medicamentos, para podermos dar conta disso, que é algo estratégico no nosso País. Além da complexidade do SUS, que é também o Destaque nº 289, que é hoje o nosso maior gargalo, que são as UTIs e as emergências. Então, chamaria a atenção para isso, para que a gente pudesse levar em conta essas observações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Feitas as anotações, querida Deputada Luciana. O Relator, ao final, vai se pronunciar.

Ouço, de forma sintética, como sempre o faz, o Deputado Marçal Filho.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, serei bastante econômico nas palavras, dado o adiantado da hora. Quero dizer, Presidente, que V.Exa. me escolheu como Relator para proferir parecer de avaliação do PPA do Governo Lula. Debruçando-nos sobre esse assunto, acabamos por ter realmente um raios X do nosso País, do desenvolvimento todo que o País vem sentindo nos últimos anos e também de tudo aquilo que nós precisamos ainda para avançar mais.

Queria parabenizar o Relator por todo o seu trabalho, por ter acolhido um destaque que eu acho extremamente importante, que eu apresentei, da criação de um banco informatizado de projetos do Governo Federal. O Governo precisa implantar um banco de projetos para a maturação desses projetos para nós termos, realmente, um plano a curto, médio e longo prazos, a fim de que não tenhamos, por exemplo, as famigeradas obras inacabadas. O Relator, em boa hora, acatou esse nosso Destaque de nº 52, a criação de um banco informatizado.

Quero agradecer também ao Relator pelo acolhimento, pelo provimento parcial do Destaque nº 49, da compatibilização entre o PPA e a LOA – este tripé, LDO, LOA, PPA, que é muito importante. Nós precisamos melhorar isso, precisamos, cada vez mais, tornar essas peças, esse cruzamento de informações para que, a exemplo do que acontece hoje com os projetos de grande vulto, que têm essa preocupação, nós a tenhamos também em relação a todos os demais projetos do Governo Federal e, parcialmente, o nosso Relator o aprovou.

Também parcialmente acolheu a questão dos Restos a Pagar, a questão do excesso de superávit que nós indicamos ao Relator. Não foi aquilo que a gente queria, que a gente esperava, que entendemos ser o ideal; mas, pelo menos parcialmente, ele fez o acolhimento.

Nós tivemos rejeitada a questão do reajuste dos aposentados acima do mínimo, mas acabamos sendo contemplados para que, da mesma forma como o Presidente Lula o fez, a Presidente Dilma também possa fazê-lo, colocando 80% do PIB mais a inflação do período.

O destaque que nós apresentamos e que o Relator não contemplou foi contemplado por outro colega Deputado Federal, Nilton Capixaba, sobre a mesma coisa, em relação ao subsídio para estrutura da carreira dos fiscais agropecuários, que é uma solicitação da ANFFA, um pedido da ANFFA que o Relator acolheu. Então, nós estamos contemplados também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Marçal...

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – Finalmente, Sr. Presidente, aí, sim, verdadeiramente, para encerrar, há um destaque rejeitado, mas fica aqui a nossa recomendação para que o Governo Federal invista cada vez mais, que mantenha os investimentos que foram feitos até agora – o Governo Lula vinha investindo –, porque nós temos aí as Olimpíadas, nós temos Copa do Mundo pela frente e queremos repetir o êxito que o País teve até agora em termos de desenvolvimento.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado Marçal.

Rubens Bueno com a palavra.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, filho do estimado e saudoso Deputado Vital do Rêgo, Deputado Márcio Reinaldo, nós apresentamos três destaques, amplamente discutidos com o Relator em reuniões que fizemos. Deles tivemos a aceitação de um. O nosso Destaque nº 002 foi o segundo destaque a dar entrada – o primeiro, o segundo e o terceiro foram de nossa autoria. É esse que o Relator Márcio Reinaldo traz como retirada da proposta do duodécimo, os investimentos, especialmente do PAC. Se aprovássemos o texto como estava, o Congresso seria absolutamente desnecessário para votar o Orçamento durante o ano de 2012.

Então, acho que V.Exa. teve aí a ...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Agradeço a V.Exa. e até já solicitei à Assessoria que faça a errata para que conste também esse destaque de V.Exa. que até antecedeu a este outro definido. Mas, efetivamente, divido com V.Exa. a vitória sobre esse caso; eu havia acatado isso dado a um apelo da Ministra do Planejamento, pelo carinho que ela tem sobretudo com o PAC, mas eu tenho que me silenciar diante das vozes maiores do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Não, e também os outros autores que entraram com destaque que contenha a mesma ideia devem estar presentes no seu relatório, lembrando que os Líderes concordaram, junto a V.Exa. E há o Destaque nº 001, que trata da questão do cadastro das ONGs. Há uma certa distância da organização cadastral para poder receber dinheiro público. Não é possível que se tire esse dinheiro do Orçamento, dos impostos que pagamos, e que ele vá para entidades sem critério no seu cadastramento, para poder ter exatamente o acompanhamento e a execução desse dinheiro aplicado.

E o terceiro, que é o Destaque nº 003, é o que trata dos 25%, que pode alterar em qualquer item da licitação feita. Por isso, vamos aguardar aqui em plenário a votação desses dois destaques, agradecendo mais uma vez ao Relator e parabenizando-o, assim como o Presidente e os Líderes, que chegaram a bom termo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Rubens Bueno.

Com a palavra o Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Sr. Presidente, tanto o PT como a base do Governo falam pouco e procuram votar. Portanto, saúdo o nosso Relator, elogio o comportamento da Oposição e também da base e do partido, que estão aqui presentes.

Vamos votar, porque amanhã haverá mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado André Vargas.

Deputado Edmar Arruda. Peço celeridade aos Srs. Parlamentares.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA – Sr. Presidente, quero apenas parabenizar o nosso Relator, V.Exa., pela condução dos trabalhos e quero dizer ao Relator que eu e mais alguns Deputados estamos juntos a ele na defesa das nossas entidades, e brigamos por isso, porque entendemos a sua necessidade por recursos do Governo para construir, por exemplo, uma clínica para recuperar aqueles que são dependentes químicos, em especial o *crack*, que é uma tragédia para as nossas famílias.

Parabéns, Relator, parabéns. É o meu primeiro mandato aqui, mas fico orgulhoso de tê-lo como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Tudo bem, Deputado Edmar.

Deputado Raimundo Gomes de Matos. Estamos já no final; só faltam duas inscrições.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, ao tempo em que apresen-

to minhas saudações ao nobre Relator pela firmeza, pelo compromisso que tem em aperfeiçoar essa peça, lado a lado com V.Exa., creio que todos nós aqui dependemos muito da Justiça Eleitoral. E creio também que neste momento é oportuno darmos a real estrutura necessária àqueles que fazem a Justiça Eleitoral, a fim de aprimorar todo esse processo.

Então, solicito uma revisão nesses destaques, que vai garantir que a Justiça Eleitoral possa implementar novas zonas eleitorais, assegurar a diminuição dos seus gastos com pagamento de aluguéis, de prédios, que às vezes inviabilizam o funcionamento da Justiça Eleitoral no tocante a três emendas modificativas e uma aditiva. As emendas modificativas não vão alterar tanto o texto, nobre Relator e senhores assessores.

A nossa solicitação é que seja revista essa questão da Justiça Eleitoral, até para que possamos aprimorar o processo. É claro que também existe uma proposta mais avante, que é justamente termos paralelo à votação secreta a impressão do voto no sistema eletrônico, a comprovação da cédula, e isso ajudaria a uma transparência maior no tocante a essa votação.

Então, seriam os Destaques nºs 003, 024, 23 e 22. Então, repetindo: 22, 23, 24 e o 003, e nós solicitamos anuência da Consultoria para colaborar com o nosso Relator, a fim de entrarmos num entendimento nesse sentido. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria de destacar o artigo 13, inciso III e parágrafos do relatório do projeto definitivo aprovado pelo Sr. Relator e que provavelmente irá à sanção por parte deste Plenário.

Sr. Presidente, Sr. Relator, essa medida reserva um recursos destinados ao estabelecimento de projetos pelo Parlamento e pelo Poder Executivo, que originalmente não foram contemplados na Lei Orçamentária. Então, isso cria a perspectiva de que possamos legislar e praticar políticas públicas no País.

Parabenizo, então, o Relator, que acolheu a emenda que em anos anteriores vinha cravada como valor financeiro e, nesta oportunidade, com 0,1% das receitas correntes.

E V.Exa., Sr. Presidente, fez uma manifestação importante com o nosso Presidente que vai garantir regimentalmente os acordos feitos. Eu gostaria de salientar que esse art. 13 e seus incisos, assim como o art. 4º, sejam preservados sem nenhum tipo de veto, para que tenhamos, aí, sim, um grande entendimento entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado João Dado e reafirmo os termos da nossa declaração na condição de Presidente da Casa. Deputado Nilton Capixaba.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero agradecer a V.Exa. por ter acolhido o Destaque nº 163, que cria esse subsídio como forma de remuneração para a carreira dos fiscais agropecuários, os do Ministério da Agriculta; são pessoas que estão esperando há muitos anos por esse momento e com certeza vão ficar muito felizes por podermos, a essa hora da noite, às 21h30min contemplá-los.

Então, agradeço a V.Exa. e parabéns pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Valeu, Nilton. Deputado Roberto Britto, meu amigo.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO – Quero parabenizar o nosso Presidente, Vital do Rêgo, pela condução brilhante dos trabalhos. V.Exa. desempenhou um papel extremamente importante para esta Comissão, e quero fazer também os meus agradecimentos ao nosso querido e competente Relator, Deputado Márcio Reinaldo, que realmente realizou um trabalho extremamente importante para a nossa Comissão.

Ficamos extremamente felizes, Márcio, com o seu trabalho, porque esta LDO tem uma característica diferente das outras; dela, os Deputados efetivamente participaram e viram as suas emendas, as suas sugestões acatadas por V.Exa. Eu tenho certeza absoluta, Márcio, de que essa LDO vai servir de exemplo para todos nós.

Sr. Presidente, vamos passar ao Orçamento. Nós temos um belo Relator de Orçamento, o companheiro, Deputado Arlindo Chinaglia, o qual também tenho certeza, baseado na LDO, prestigiará os Parlamentares desta Casa.

Um abraço a Márcio, a Vital do Rêgo.

Muito obrigado pela grande LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Roberto Britto pelo extraordinário apoio que V.Exa. deu à Mesa, na condição de membro. Deputado Vaz de Lima volta a intervir. Que cumpra o compromisso semiótico comigo, Deputado Vaz de Lima.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Sr. Presidente, na verdade gostaria de dizer duas palavras. Uma, a V.Exa. pela forma democrática como tem conduzido a Comissão. Tenho aprendido muito com V.Exa.; creia nisso. Segunda, cumprimento também o Deputado Márcio Reinaldo pelo bom exemplo dado nesta Relatoria. Quero dizer que também aprendi bastante nesse primeiro semestre, especialmente, Relator, por essa sua visão de Parlamento, no sentido de que o ele tem o dever e a autoridade de influir na peça orçamentária, que é o auge, o coração do momento aqui, na Casa.

Então, parabéns e espero que isso sirva de exemplo para nós, desta Comissão, e para a Casa, como um todo. Que possamos seguir nessa boa picada que V.Exa. abriu aqui, na LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Faço minhas, Deputado Vaz de Lima, integralmente, as suas palavras com respeito à força, à postura, ao comprometimento, ao espírito público do Deputado Márcio Reinaldo. Quando V.Exa. falava, eu dizia agora há pouco a ele: *"Márcio, você sai muito forte deste momento de congraçamento do Poder Legislativo. Raras as vezes nós nos sentimos tão úteis à democracia como esta hora em se vê um corolário de emendas e de participações efetivas."* Faço minhas as suas palavras.

Ouço o meu eminente e querido Senador Acir Gurgacz, pelo PDT.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Sr. Presidente, só para cumprimentar V.Exa. pela condução dos trabalhos aqui, na Comissão. E também ao nosso Relator, Deputado Márcio, os cumprimentos por esta união que V.Exa. conseguiu construir, mesmo ao final da noite. Isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Uma alegria para nós, Deputado.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – ...a maneira como V.Exa. conduziu. Só dessa forma poderia ser construído um acordo.

E agradecer pelas duas emendas que V.Exa. incluiu na LDO a pedido nosso, 2 integrais e 13 parciais. Agradeço a sua atenção a todos nós. Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Como último orador, e não por coincidência, será S.Exa. a, ao meu lado direito se sentar, a partir da volta do nosso recesso, assumindo a Lei Orçamentária Anual, mais um grande e extraordinário embate. Há confiança da Comissão no Deputado Arlindo Chinaglia, que tem a palavra neste momento como último orador antes de iniciarmos a votação final.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – De forma breve, Sr. Presidente, também quero cumprimentá-lo pelo esforço para que chegássemos a bom termo, e creio que conseguimos.

Portanto, V.Exa. demonstrou, na condução dos trabalhos desta Comissão, aquilo que nós já conhecíamos na sua atuação parlamentar. Para brincar com os Senadores, então, nós queremos dizer que V.Exa. leva da Câmara dos Deputados uma boa experiência, é claro, acrescentada à experiência agora adquirida no Senado.

Cumprimento o nosso prezado companheiro Márcio Reinaldo pela competente dedicação. Desde os primeiros momentos em que aqui cheguei, ainda em 1995, V.Exa. sabe, como outros aqui, tivemos várias oportunidades de atuar em momentos, às vezes até difíceis, em posições diferentes, mas sempre com o mesmo respeito. Espero, sinceramente, Deputado Márcio, que, após a conclusão da votação da LDO, eu consiga realizar um trabalho que pelo menos lembre o que V.Exa. realizou como Relator da LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu tenho certeza disso.

Sras. e Srs. Parlamentares, não há mais inscritos, mas vou abrir uma exceção em homenagem a todos os Srs. e Sras. Parlamentares. Quero prestar uma homenagem ao Líder do Governo, Deputado Mendes Ribeiro, pela rapidez no trabalho de consolidação dos entendimentos.

Ele não se inscreveu, mas queria lhe passar a palavra – é a tipificação do mentor talvez mais sofrido de todos nós, que merece desta Mesa as minhas homenagens. Passo a palavra para que S.Exa. tenha a condição de encerrar esta discussão. Deputado Gilmar Machado com a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. por esta oportunidade. Não me inscrevi porque o que queremos é encerrar esta votação.

Agradeço muito ao Deputado Márcio Reinaldo pela paciência que teve para poder fazer todos os diálogos. Em nome do nosso Líder, Deputado Mendes Ribeiro Filho, e da Liderança do Governo, agradeço à base também à Oposição, para demonstrar que este é um Governo que realmente dialoga. Aqui não há trator, mas pessoas que estão abertas. O Orçamento não é do Governo e nem da Oposição. O Orçamento é do País, não é do Governo nem da Oposição. Por isso, temos de construir juntos.

Quero agradecer ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira pela contribuição da Oposição. Acho que é dessa forma que vamos realmente ajudar a construir cada vez mais e melhor o País.

Muito obrigado a todos pelo apoio para que pudéssemos chegar a este momento. Se Deus quiser, amanhã de manhã concluiremos os trabalhos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos votar agora. Vamos votar. Deixem os parabéns para mais tarde.

Quero fazer um agradecimento muito especial às consultorias da Câmara e do Senado pela atenção, pela prestimosidade com que ofereceu ao Relator e à Mesa toda a sua eficácia, seu empenho e seu trabalho.

Sras. e Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela nº 3, de 2008,

ambas do Congresso Nacional, estabelece o seguinte, aspas:

"Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques."

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator.

Em votação.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, nós queremos fazer dois destaques. Vai votar em globo tudo?

O Destaque nº 24.470.024...

O 0074 e o 0079. Ok, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Era a hora que realmente V.Exa. deveria intervir.

Solicito autorização...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Sr. Presidente, apenas para... Como foi acatada a proposta que nós apresentamos sobre a questão dos investimentos do duodécimo – o nosso Relator a acatou – a Emenda 001 e a 003, dos 25%, que também foi acatada. Nós retiramos a Emenda nº 001, que fala sobre as ONGs. Já há um esclarecimento feito aqui pela Assessoria.

Nós agradecemos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço, Deputado Rubens Bueno.

Em votação a solicitação de autorização para votação em bloco, ressalvados os Destaques de nºs 74 e 79.

Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovada.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Também no Senado. *(Pausa.)*

Aprovada.

Destaques com voto.

Regimentalmente, temos de votar primeiro os dois destaques do Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – V.Exa. abre a discussão desses dois destaques?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Só o autor do destaque e o Relator. V.Exa. pede a um deles.

Aqui, conseguimos conciliar tudo. V.Exa. pega um destaque desses e fala.

Destaque nº 74.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Nós vamos dividir aqui, com o Deputado Cajado, a argumentação? Vamos argumentar em um e ele em outro? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Nós estamos sendo muito parcimoniosos. Vamos permitir que a Oposição tenha voz aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Falam um e outro.

É o Destaque nº 74, Emenda nº 244.700.10, de autoria do Deputado Rogério Marinho, ao texto da lei.

Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Sr. Relator, a quem peço especial atenção, e Líder do Governo, o que nós estamos propondo nada mais é do que é aprofundarmos e tornarmos mais transparente a execução orçamentária.

As principais obras que o Governo alega fazer nos próximos 2 anos são as obras de mobilidade urbana da Copa do Mundo e de infraestrutura, bem como as obras das Olimpíadas de 2016.

O que nós estamos pedindo neste destaque é que essas obras tenham um identificador. Apenas para que nós, do Parlamento, e a sociedade, tenhamos a possibilidade de, identificadas essas obras, fazermos o nosso papel de acompanhar o bom andamento dessas obras tão importantes, principalmente porque elas estão inseridas num regime especial de contratação, que foi aprovado no Parlamento brasileiro. Por isso mesmo, há a necessidade de um acompanhamento mais acurado.

Tivemos uma reunião mais cedo, Sr. Presidente, com o Governo, com o seu Líder e com os assessores do Planejamento e da Fazenda, e o Governo alega como identificar tecnicamente agora essas obras; não podem prever o identificador porque não podem identificar agora.

Nós não temos, Sr. Presidente, nenhuma intenção de impor ao Governo o planejamento que, aliás, ele não fez, porque, na verdade, já deveria ter esse planejamento. Mas não queremos impor. Queremos apenas prever na lei que, na hora em que essas obras forem definidas, elas serão identificadas, até porque isso aconteceu quando veio para cá a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que este ano não teve as metas e as prioridades do PPA. E nós entendemos essa situação, porque nós estamos no último ano do PPA que foi vigente no Governo anterior. E apenas houve uma meta geral, que foi de combate à miséria, se eu não estou enganado.

Então, nós entendemos essa situação, quer dizer, ninguém poderia prever antecipadamente, o que não é o caso, porque nós queremos apenas dizer que esteja previsto na lei, que na hora em que o Governo apontar

quais são as obras que serão parte da obra de Copa do Mundo e de Olimpíadas, elas seriam identificadas. Nós não estamos aqui, de nenhuma forma, querendo impor planejamento ao Governo.

Então, essas...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra... Com a palavra...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Essas são as argumentações, e peço o apoio, inclusive, do Presidente aí e dos demais companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Relator na forma regimental, autor e Relator.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – A Oposição falará também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Autor e Relator na forma regimental. Está aqui.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Eu quero encaminhar para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Encaminhar para a votação pode.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Ouço o Relator, e no encaminhamento eu...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Depois do encaminhamento. Relator.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Deputados, esse tema, de fato, nós o vimos em primeira mão positivamente.

Depois, em alguns debates com o Governo, recuamos, dada inclusive a colocação de que não era factível, que o Governo vetaria essa matéria. Então, tão logo esse assunto veio à baila, a Liderança do Governo veio até nós e disse; "Esse assunto não está factível de aprovação pelo Governo."

Então, eu pergunto ao Deputado Gilmar se ele quer justificar, mas efetivamente eu tenho aqui a palavra do Ministério do Planejamento, fundamentalmente do Secretário do Tesouro, que me disse que essas e outras matérias seriam vetadas naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para encaminhamento – o Relator já se posicionou –, Deputado Gilmar.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Só para... Nós estamos encaminhando contrariamente, porque o relatório já contempla os relatórios que o Governo terá que encaminhar bimestralmente, inclusive as obras da Copa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com as identificações.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Portanto, não há mais essa necessidade. Já estão identificadas. Portanto, o Governo encaminha "não".

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para encaminhamento, um minuto, na forma regimental, o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Olha a contradição do Líder Gilmar Machado. É a primeira vez que eu vejo que o que abunda prejudica. Se já está previsto no relatório bimestral, qual é o problema de acatar o destaque? Qual o problema? É obvio que não está.

Aliás, Presidente, eu não sei por que o Governo quer esconder essas obras da Copa. Eu não sei. Quando estava aquela coisa do sigilo, as obras da Copa não podem ser divulgadas, têm que ser escondidos os gastos, por que isso? Finalmente, o Governo caiu em si e resolveu divulgar os gastos da Copa. Qual o problema? O dinheiro é público. Nós não temos que esconder quanto é que vai se gastar para a Copa ou para a Olimpíada, os gastos com infraestrutura, etc.

Nós temos que efetivamente dar transparência a essas questões. E a emenda do Deputado Rogério Marinho vai nesse sentido, de poder dar transparência e poder identificar e discriminar essa relação de obras. Eu não vejo o porquê de a Comissão não aceitar, muito menos de o Governo se recusar. Eu entendo que o Relator quis atender o Governo, mas as explicações, para mim, não foram críveis e muito menos aceitas pelo próprio Líder do Governo, que disse que, se já estava explicitado, por que que não acata o parecer?

Então, nós encaminhamos favoravelmente à emenda. E esperamos que a Comissão aquiesça nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Encaminha favoravelmente. O.K. Os Democratas e a Minoria encaminham favoravelmente à emenda. O Governo encaminha contra.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – E o Relator também contra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Encaminha contra.

Em votação.

A representação da Câmara dos Deputados que concorda com o parecer do Relator, contrário à emenda, permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovada contra os votos de Cajado, Vaz, Raimundo – há dois votos ali –, Rodrigo, Rogério.

Vamos para a seguinte.

Cajado... Não, não. Você fica para encaminhar. O Rogério é o autor, fica lendo.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, por isso a importância do grupo de trabalho que foi criado hoje, para dar transparência às obras da Copa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não, isso aí já é matéria vencida, Sr. Deputado Wellington Roberto, pelo amor de Deus. *(Risos.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

Rogério, Rogério.

É o último destaque. É o último destaque do destaque do destaque. *(Risos.)*

Destaque nº 79, Emenda nº 244.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Por favor, silêncio.

Destaque nº 79, Emenda nº 2447.0024. Autoria, Deputado Rogério Marinho.

Ao texto da lei, o destaque é de V.Exa. Com a palavra às 21h48min.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Sr. Relator, primeiro, digo que, em relação à votação anterior, o argumento do Governo foi fraco. Mas, tudo bem. Quem ganhou foi o número. *(Risos.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Mas, em relação a esse texto, a essa emenda, eu tenho certeza de que o Deputado Gilmar vai mudar de posição e vai nos ajudar a aprovar, até porque nós estamos terminando. É o último destaque. É uma forma de ajudarmos o Parlamento e fazermos com que haja transparência na execução do Orçamento. E o Legislativo precisa ter esse instrumento na mão para poder fiscalizar de forma mais eficaz o que acontece nos Ministérios.

O que nós estamos propondo, Sr. Presidente, é muito simples. E aí eu peço a atenção do Sr. Relator, que certamente concorda conosco. O Governo Federal, sempre que se inicia o ano fiscal, faz um contingenciamento. É de praxe, depois da aprovação do Orçamento. Esse contingenciamento acontece em grandes números em caráter geral. Em seguida, ele estabelece um limite financeiro para os Ministérios.

Esse limite financeiro, quando é estabelecido... Imaginem que o Ministério que o Deputado Gilmar vai ocupar a partir do próximo ano tenha 10 milhões para executar e tenham sido contingenciados 5 milhões. Então, ele recebe um limite de 5 milhões. Esses 5 milhões que ele recebe, ele os usa de forma discricionária, e não há nitidez, por parte daquele Ministério, no "discricionamento" do que efetivamente foi contingenciado. E nós, do Legislativo, só temos ideia do que ocorreu efetivamente, ou nos relatórios quadrimestrais, ou no final do ano, no fim do exercício fiscal.

Então, nós estamos propondo, no art. 67, § 8º, uma vírgula a partir do que já está escrito, que

"*os órgãos e unidades orçamentárias deverão editar, em até 15 dias após a edição do decreto de contingenciamento, uma portaria especificando a programação objeto da alimentação do empenho e movimentação financeira, ou ainda do restabelecimento desses limites até o nível da ação orçamentária ou outra classificação correspondente que vier a ser adotada.*"

Então, nós apenas pedimos que haja transparência na execução orçamentária. Aqui, muito parecido com o que propomos anteriormente, é no sentido de aperfeiçoar um instrumento extremamente importante para a Oposição, para a sociedade brasileira, de podermos ter nitidez no acompanhamento do que efetivamente acontece nos Ministérios a partir do contingenciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço, Deputado Rogério Marinho.

Com a palavra, para se posicionar, o Relator, e aí encaminharemos com Gilmar e com Cajado.

Relator com a palavra.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, eu não vejo maiores problemas nesse destaque. E, sinceramente, eu tenho uma posição positiva sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Claudio Cajado. Inicialmente o Deputado Claudio Cajado, para dar tempo a Gilmar Mendes.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Se o Relator aceita o destaque, eu acredito que o Governo também vai aceitar. Portanto, encaminhamos todos favoravelmente, em nome da Oposição e do Governo. Correto, Deputado Márcio Reinaldo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Gilmar, com a palavra, com relação ao posicionamento do Relator, aceitando o destaque apresentado, Destaque nº 79.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, eu também gostaria de dizer que o art. 8º, que é o que está sendo tentado alterar, ele já diz aqui que o relatório vai ser, que se refere ao § 4º desse artigo, quer dizer, os relatórios serão, então, elaborados e encaminhados nos bimestres em que não houver limitação ou restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira, está certo?

Portanto, a informação que ele já está pedindo já está contemplada. Então, portanto, no meu entendimento, não há mais necessidade. O Governo vai informar todos os dados que já estão aqui colocados.

Portanto, eu gostaria muito de acompanhar o meu companheiro, o meu conterrâneo Márcio Reinaldo, mas infelizmente a minha orientação por parte do Governo é "não'.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O que está em votação não é o parecer sobre o desta-

que. Quem está em votação é o destaque. Então, em votação o destaque.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para encaminhar, pelo PSDB.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Só para ajudar o nosso Líder Gilmar.

Na verdade, o que ele coloca aí, faltou a vírgula. O que o Governo, no art. 8º, pretende é, a cada bimestre, enviar um relatório sem a necessidade de discriminar o que efetivamente foi contingenciado. O que nós estamos pedindo é que, após o decreto de contingenciamento, 15 dias depois, nós tenhamos essa informação, apenas para auxiliar o Deputado Gilmar, que certamente não entendeu o espírito da coisa. Então, o encaminhamento é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Terminou o encaminhamento.

Em votação...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Para encaminhar, o Democratas vota favoravelmente ao destaque e favoravelmente ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Democratas vota favoravelmente ao destaque e o Governo encaminha contra o destaque.

Em votação na Câmara

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Mas o Relator é favorável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Relator foi favorável ao destaque. O Governo está encaminhando contra o destaque. Quem está em votação é o destaque.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam o destaque permaneçam como se encontram. Aqueles que não aprovam o destaque levantem a mão. *(Pausa.)*

Por ampla maioria. Maioria. Rejeitado o destaque na Câmara. Não vai ao Senado.

Bom, concluída a fase dos dois destaques.

Agora, vamos para os destaques em globo, em votação global.

Destaques com o voto do Relator pela aprovação total.

São esses números: o Destaque nº 7, da Senadora Lúcia Vânia; o Destaque nº 52, do Deputado Marçal; o Destaque nº 69, do Deputado Rogério Marinho; o Destaque nº 71, que não é o 71, é o item....

A SRA. SECRETÁRIA (Myrna Lopes Pereira) – Não, não. É o 71.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É o 71, que diz respeito ao item 25 do adendo; o Destaque Nº 77, do Deputado Rogério Marinho; o Destaque nº 81, do Deputado Rogério Marinho; o Destaque nº 257, do Deputado Gilmar Machado; o Destaque nº 258, do Deputado Gilmar Machado; o de nº 261, também do Deputado Gilmar Machado; e o de nº 277, também do Deputado mineiro Gilmar Machado.

Em votação em globo os destaques, com o voto do Relator pela aprovação.

Representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Senado. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Agora, os destaques pela aprovação parcial. Atentem os senhores. Pela aprovação parcial o Destaque nº 129, da Senadora Lídice da Mata; o Destaque nº 163, do Deputado Nilton Capixaba; o Destaque nº 202, do Deputado Claudio Cajado; o Destaque nº 229, do Deputado Claudio Cajado; o Destaque nº 230, também do Deputado Claudio Cajado.

Aqueles que concordam, nesta votação global, pela aprovação parcial dos destaques, na representação da Câmara dos Deputados, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS – Contra o 129.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com o voto contra do 129 da... É em globo, é em globo. Já é em globo, Luciana.

A Consultoria informa que o Destaque nº 2, do Deputado Rubens Bueno, que estava pela rejeição, passa agora à aprovação.

Então, vamos votar pela aprovação do Destaque nº 2, do Deputado Rubens Bueno.

Aqueles que concordam com o destaque permaneçam como se encontram.

Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Último.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, pela ordem. Ah, deixa. Quando terminar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Destaques com voto do Relator pela rejeição. Vamos ler os destaques.

Os demais destaques, V.Exa... É óbvio que são os demais destaques, pela rejeição.

Aqueles que concordam com a rejeição, Câmara dos Deputados, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os destaques foram rejeitados, não serão apreciados pelo Senado Federal, conforme estabelecido no §1º do art. 43 do Regimento Comum.

Estamos acabando, acabando, acabando.

Rogério, quer falar mais ainda?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Não, só dizer... Você falou derradeiro e eu fiquei meio...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não. Você vai falar um de muitos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Se não morrer até amanhã...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado a todos. Obrigado pelo trabalho. Meus parabéns a todos. Muito obrigado! Fiquem com Deus! Até a próxima luta!

Concluídas as votações das matérias constantes da pauta, encerro os trabalhos, antes cancelo as demais reuniões convocadas para hoje, para amanhã, dia 13, e dia 14. Convoco para 02 de agosto, terça-feira, às 14h30min.

Está encerrada a votação. Amém, amém, amém!

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2011.

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e onze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 14. Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares**: Ademir Camilo, Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, João Dado, João Magalhães, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira, Vitor Penido e Wellington Roberto; **– Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro; **– Deputados suplentes:** Alexandre Leite, Daniel Almeida, Domingos Sávio, Edson Silva, Geraldo Resende, Hugo Leal, João Carlos Bacelar, José Airton, Pedro Chaves, Roberto Teixeira, Ronaldo Zulke, Valmir Assunção, Vaz de Lima, Weliton Prado e Zé Geraldo; **– Senadores suplentes**: Delcídio do Amaral, Eduardo Braga, Inácio Arruda e Lídice da Mata. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: Efraim Filho, George Hilton e Gonzaga Patriota; **– Senador**: Ricardo Ferraço. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão o Deputado Otavio Leite e o Senador Paulo Paim. **ABERTURA:** às quatorze horas e quarenta minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou iniciados os trabalhos. Tendo sido atingido o *quorum* para deliberação em ambas as Casas, o Presidente anunciou a apreciação das Atas das seguintes reuniões: Ata da 12ª Reunião Ordinária, realizada no dia 5/7/2011 e da 4ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 6/7/2011, as Atas foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a sua inclusão nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. **ORDEM DO DIA:** PAUTA 14. **1. Relatório do CAE que trata do Exame de Admissibilidade das emendas, inclusive as de Relator**, **apresentadas** ao Projeto de Lei nº 2/2011-CN (PLDO 2012) – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, conforme dispõe o *art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional.* Autor: Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE. Ausente o Coordenador do CAE, Deputado Danilo Forte (PMDB/CE), o Relatório foi apresentado pelo membro do Comitê, Senador Walter Pinheiro (PT/BA). Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei Nº 2/2011-CN,** que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências" – PLDO/2012**.** Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG). Foram apresentadas 3.010 emendas. Voto: favorável ao Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado. Das 3.010 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela APROVAÇÃO a 122, pela APROVAÇÃO PARCIAL a 1276 e pela REJEIÇÃO das demais 1612. O Relator já havia apresentado o Relatório, a Errata, o Adendo e o Adendo 2 na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/7/2011. O Presidente declarou iniciados a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Claudio Cajado (DEM/BA), Pedro Chaves (PMDB/GO), Andre Vargas (PT/PR), Zé Geraldo

(PT/PA), Domingos Sávio (PSDB/MG), Fábio Ramalho (PV/MG), Rogério Marinho (PSDB/RN), Marçal Filho (PMDB/MS), Vaz de Lima (PSDB/SP) e os Senadores Delcídio do Amara (PT/MS), Paulo Paim (PT/RS) e Jayme Campos (DEM/MT). O Presidente encerrou a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 303 destaques. O Presidente submeteu à votação o **Relatório, a Errata e os Adendos 1 e 2** que foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. O Deputado Claudio Cajado (DEM/BA) fez uso da palavra para propor a suspensão dos trabalhos para que os parlamentares, autores de destaques, pudessem reunir-se com o Relator da PLDO/2012, a fim de auxiliar na sua análise. Não houve acordo para a suspensão da reunião. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente retomou a apreciação das matérias constantes da pauta. **3 –** Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 3/2011-CN,** que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R$ 999.119.180,00 (novecentos e noventa e nove milhões, cento e dezenove mil, cento e oitenta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Senador João Vicente Claudino (PTB/PI). Foram apresentadas 35 emendas. Voto: favorável nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 5, 6, 13 a 17, 20 a 26, 30 e 31, e pela rejeição das demais. Ausente o Relator, foi designado o Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) como relator *ad hoc*. O Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN) solicitou a leitura integral do Relatório, que foi feita pelo relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n° 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator. Discutiram a matéria os Deputados Rogério Marinho (PSDB/RN), Vaz de Lima (PSDB/SP), Domingos Sávio (PSDB/MG) e Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE). Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **–** Apreciação do requerimento para inversão de pauta, com objetivo de apreciar preferencialmente o item 7 da pauta – **Requerimento nº 14/2011-CMO.** Autor: Deputado Giroto (PR/MS). O autor fez a apresentação do requerimento. Discutiram a matéria os Deputados Rogério Marinho, Domingos Sávio, Vaz de lima, Raimundo Gomes de Matos e o Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE). Finalizada a discussão, o Presidente anunciou a votação na representação da Câmara dos Deputados. Ao proclamar o resultado nessa Casa, o Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN) pediu verificação de votação, com o apoiamento dos Deputados Claudio Cajado (DEM/BA), Vaz de Lima (PSDB/SP) e Raimundo Gomes de Matos, conforme dispõe o *art. 136 da Resolução nº 1/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional.* O Presidente designou o Senador Anibal Diniz (PT/AC) para fazer a chamada nominal dos representantes da Câmara dos Deputados. O Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG), ao ser chamado, informou que estava em obstrução. O Presidente proclamou o resultado: votos SIM: 16; votos NÃO: 3; número total de votantes: 19. O Presidente informou que o requerimento de inversão de pauta havia sido **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados e, em votação na representação do Senado Federal, foi **aprovado** contra os votos dos Senadores Cyro Miranda (PSDB/GO) e Jayme Campos (DEM/MT). **7 –** Apreciação do **Requerimento n° 14/2011-CMO**, que "Requer a constituição de grupo de trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016". Autor: Deputado Wellington Roberto (PR/PB). O autor apresentou o requerimento. Discutiram a matéria os Deputados Rogério Marinho, Vaz de Lima. O Presidente convidou o Senador Walter Pinheiro (PT/BA) para sucedê-lo na direção dos trabalhos, conforme dispõe o *art. 14 da Resolução nº 1/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional*. O Presidente em exercício deu prosseguimento ao debate concedendo a palavra aos Deputados Domingos Sávio, Raimundo Gomes de Matos, Otávio Leite (PSDB/RJ) e José Priante (PMDB/PA). O Presidente em exercício encerrou a discussão. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** contra os votos dos Deputados Rogério Marinho, Raimundo Gomes de Matos e Domingos Sávio, na representação da Câmara dos Deputados e, em votação na representação do Senado Federal, foi **aprovado** contra o voto do Senador Cyro Miranda. O Senador Vital do Rêgo reassumiu a condução dos trabalhos. **4 –** Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 9/2011-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito especial no valor global de R$ 48.993.402,00 (quarenta e oito milhões, novecentos e noventa e três mil, quatrocentos e dois reais), para os

fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Senador Jayme Campos. Foram apresentadas 5 emendas. Voto: favorável nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2 a 5, e pela rejeição da emenda nº 1. Discutiram a matéria o Deputado Pedro Chaves e o Senador Cyro Miranda. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n° 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **5 –** Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 10/2011-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 38.062.926,00 (trinta e oito milhões, sessenta e dois mil, novecentos e vinte e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Senador Cyro Miranda. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do projeto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **6 –** Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011-CN,** que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011-TCU-Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6). Relator: Senador Jayme Campos. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela INCLUSÃO no Anexo VI da Lei nº 12.381/2011 (LOA 2011), os Programas de Trabalho 1451.0310.1D73.1554 e 1451.0310.1D73.0214, vinculados à Unidade Orçamentária 56.101 – Ministério das Cidades, relativos às obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, Edital de Concorrência nº 13/2010, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Propõe que a Comissão solicite ao Tribunal de Contas da União a manutenção do acompanhamento da obra. **Retirado** de pauta a pedido do Relator, em virtude do recebimento de novas informações sobre a matéria. **8 –** Apreciação do **Requerimento n° 16/2011-CMO**, que "Requer a constituição de grupo de trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados". Autor: Deputado Efraim Filho (DEM/PB). Apreciação **adiada** em virtude da ausência do autor. **9 –** Apreciação do **Requerimento nº 17/2011-CMO** que "Requer a constituição de grupo de trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Autores: Deputados Danilo Forte (PMDB/CE), Benjamin Maranhão (PMDB/PB) e Wellington Roberto (PR/PB). Apreciação **adiada** em virtude da ausência dos autores. **10 –** Apreciação do **Requerimento nº 18/2011-CMO**, que "Requer informações adicionais aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, no âmbito de suas respectivas competências, acerca do Decreto nº 7.445, de 1º/3/2011 (Decreto de Limitação de Movimentação e Empenho)". Autor: Deputado Vaz de Lima – Coordenador do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária – CFIS. Não houve debate. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **11 –** Apreciação do **Requerimento nº 19/2011-CMO,** que "Requer a realização de audiência pública conjunta das Comissões Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC, de Viação e Transportes – CVT e de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP, com o Ministro Alfredo Nascimento, para prestar esclarecimento acerca dos supostos fatos apresentados pela Revista Veja, edição nº 2224 – ano 44 – nº 27, de 6 de julho de 2011, páginas 64 a 70". Autor: Deputado Wellington Roberto. **Retirado** de pauta a pedido do autor, por perda de finalidade. **12 –** Apreciação do **Requerimento nº 20/2011-CMO,** que "Requer a inclusão ao Requerimento 01/2011, para fazer parte de Audiência Pública, o Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, o Sr. Paulo Safady Simão, em primeiro momento, para debater sobre a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo". Autor: Deputado Claudio Cajado. O autor apresentou o requerimento. Não houve debate. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **13 –** Apreciação do **Requerimento nº 21/2011-CMO,** que requer a aprovação da Moção de Pesar, com consignação da Comissão, em virtude do falecimento do ex-Presidente da República, Senador Itamar Franco. Autor: Deputado Claudio Cajado. O autor apresentou o requerimento. Não houve debate. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por

unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente teceu comentários acerca do caráter e das virtudes do ex-Presidente da República, Senador Itamar Franco. **14 –** Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 44/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2354/2007 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, realizado pela Secretaria de Macroavaliação Governamental – Semag, referentes ao 3º quadrimestre de 2006, sobre o acompanhamento das publicações e do envio a Corte de Contas pelos titulares dos Poderes e Órgãos da esfera federal. (TC 002.798/2007-0)", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 20/2007**–Poder Executivo; **OFN nº 01/2007**–Câmara dos Deputados; **OFN nº 02/2007**– Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 04/2007 -**Tribunal Superior Eleitoral; e **OFN nº 03/2007**–Ministério Público da União . Relator: Deputado Danilo Forte. Voto: pelo arquivamento da matéria. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Ademir Camilo (PDT/MG) como relator *ad hoc,* que fez a apresentação do voto constante no Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **15 –** Apreciação do Relatório apresentado ao **Ofício nº 40/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o relatório do Banco do Brasil S/A sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), no ano de 2008". Relator: Deputado Ângelo Agnolin (PDT/TO). Voto: pelo arquivamento da matéria. Ausente o Relator, foi designado o Deputado João Dado (PDT/SP) como relator *ad hoc,* que fez a apresentação do voto constante no Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **16 –** Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 5/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao exercício de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 21/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768, de 14.08.2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 40/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias, referente ao 1º semestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768 de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 51/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras deste Banco Central referentes ao 3º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768 de 14.08.2008 (LDO para 2009)". Relator: Senador Cyro Miranda. Voto: pelo arquivamento da matéria. O relator fez a apresentação do voto constante no Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **17 –** Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso 4/2011-CN,** que "Encaminha as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao exercício de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei 12.017 de 12.08.09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; **Aviso nº 11/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei 12.017, de 12.08.09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; **Aviso nº 27/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; e **Aviso 37/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional conforme determina o art. 115 da Lei 12.017, de 12.08.2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 3º trimestre de 2010". Relator: Senador Anibal Diniz (PT/AC). Voto: pelo arquivamento da matéria. O relator fez a apresentação do voto constante no Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **18 –** Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 15/2011-CN,** que "Encaminha, nos termos do art. 114 da Lei nº 12.309 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011), de 9 de agosto de 2010, as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2011". Relator: Deputado Andre Vargas. Voto: pelo arquivamento da matéria. O relator fez a apresentação do voto constante no Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **19 –** Apreciação do Relatório apresentado ao **Ofício nº 21/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o

Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2010"; **Ofício nº 34/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2010"; **Ofício nº 46/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2010"; e **Ofício 2/2011-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16.06.2009, o Relatório Gerencial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES referente ao quarto trimestre de 2010". Relator: Senador Fernando Collor (PTB/AL). Voto: pelo arquivamento da matéria. Ausente o Relator, foi designado o Senador Acir Gurgacz como relator *ad hoc,* que fez a apresentação do voto constante no Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **20 –** Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 12/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 1º trimestre de 2010"; **Aviso nº 18/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 2º trimestre de 2010"; **Aviso nº 34/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório trimestral sobre operações de redesconto e empréstimo realizadas nos termos da Lei 11.882, de 23 de dezembro de 2008"; **Aviso nº 3/2011-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, referente ao quarto trimestre de 2010". Relator: Senador Delcídio do Amaral (PT/MS). Voto: pelo arquivamento da matéria e recomendação que a Comissão adote a interpretação constante da Nota Jurídica PGBC– 527/2011, da lavra da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e endossada pela Diretoria e pela Presidência daquela Autarquia. Ausente o Relator, foi designado o Senador Anibal Diniz como relator *ad hoc,* que fez a apresentação do voto constante no Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **–** Apreciação do Requerimento para inclusão na pauta do **Ofício Conjunto nº 4/2011-Coff/Conorf**. (Errata à LOA/2011). Autor: Senador Vital do Rêgo, Presidente da CMO. O autor apresentou o requerimento. Não houve debate. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. **–** Apreciação do **Ofício Conjunto nº 4/2011/Coff/Conorf**, que propõe a "Correção de erro de ordem técnica verificada no Autógrafo da Lei Orçamentária para 2011 (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011)". (Errata à Lei Orçamentária Anual para 2011). Não houve debate. Em votação, a Errata foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às dezessete horas e trinta e nove minutos, o Presidente suspendeu a reunião para análise dos destaques apresentados ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012. Às dezoito horas e dezenove minutos, os trabalhos foram reiniciados. O Presidente informou que o Relator do PLDO/2012, Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG), solicitou mais tempo para análise dos destaques, tendo em vista que havia cerca de 10 destaques pendentes de decisão. E conforme acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na CMO, suspendeu a reunião e estabeleceu o seu reinício para às vinte horas e trinta minutos. Às vinte horas e trinta e três minutos, o Presidente reabriu a reunião e deu continuidade aos trabalhos. O Presidente informou que antes da votação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei Nº 2/2011-CN – (PLDO/2012), o Senador Paulo Paim (PT/RS) havia feito proposta com relação à inclusão do *§ 3º no art. 48 do Substitutivo* que assegura os recursos orçamentários necessários ao atendimento da política de ganhos reais aplicável às aposentadorias e pensões do Fundo do Regime Geral de Previdência Social a ser definida em articulação com as Centrais Sindicais e com representantes das organizações dos aposentados. Tendo em vista que o Relator da matéria concordou com o texto, este passou a fazer parte do seu Relatório nos termos do **Adendo 3**, encaminhado à Comissão. Não houve debate. Em votação, o Adendo 3 foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação dos 303 destaques apresentados ao **Projeto de Lei Nº 2/2011-CN,** que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências" – PLDO/2012**.** Fizeram uso da palavra os Deputados Vaz de Lima e Rogério Marinho para comentar sobre o trabalho do Relator quanto à análise dos destaques apresentados ao PLDO/2012. O Deputado Marcio Reinaldo Moreira, relator do PLDO/2012, fez a apresentação da análise

dos destaques. Apreciação dos destaques: 1**)** Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator, ressalvados os solicitados para votação separadamente de autoria do Deputado Rogério Marinho (PSDB-RN). Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2) Destaques com voto do Relator pela APROVAÇÃO: 7, 52, 69, 71, 77, 81, 257, 258, 261 e 277. Em votação, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3**)** Destaques com voto do Relator pela APROVAÇÃO PARCIAL: 129, 163, 202, 229 e 230. Em votação, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 4**)** Destaques com voto do Relator pela REJEIÇÃO: 3 a 6, 8 a 51, 53 a 68, 70, 72, 73, 75, 76, 78, 80, 82 a 128, 130 a 162, 164 a 201, 203 a 228, 231 a 256, 259, 260, 262 a 276 e 278 a 303. Em votação, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum. 5***)** Destaques solicitados para votação separadamente: 5.1) 74, à emenda 2447.0010, do Deputado Rogério Marinho. Voto do Relator: pela rejeição. O autor apresentou o destaque. Falaram, ainda, sobre a matéria os Deputados Gilmar Machado para encaminhar o voto contrário e Claudio Cajado para encaminhar o voto favorável. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados com voto contrário dos Deputados Rogério Marinho, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo de Castro e Claudio Cajado. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. 5.2) 79, à emenda 2447.0024, do Deputado Rogério Marinho. Voto do Relator: pela aprovação. O autor apresentou o destaque. Falaram, ainda, sobre a matéria o Deputado Gilmar Machado (PT/MG) para encaminhar o voto contrário e o Deputado Claudio Cajado para encaminhar o voto favorável. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. 6) Destaque cujo voto do Relator passou de "Pela Rejeição" para "Pela Aprovação": 02, à emenda 1876.0006, do Deputado Rubens Bueno. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Marcio Reinaldo Moreira, Relator do PLDO/2012, fez uso da palavra para fazer a leitura de um Adendo, a ser apresentado no Plenário do Congresso quando da apreciação do Projeto de Lei Nº 2/2011-CN. O Presidente esclareceu que o documento lido pelo relator não estava sujeito à apreciação pela Comissão. Fizeram uso da palavra para parabenizar o trabalho do Relator da PLDO/2012, os Deputados Claudio Cajado, Rogério Marinho e Welliton Prado (PT/MG). O Deputado Marcio Reinaldo Moreira agradeceu as palavras de congraçamento dos parlamentares e na oportunidade proferiu as suas considerações. Falaram, ainda, o Senador Acir Gugacz, os Deputados Marçal Filho, Luciana Santos (PC do B/PE), Rubens Bueno (PPS/PR), Andre Vargas, Edimar Arruda (PSC/PR), Raimundo Gomes de Matos, João Dado, Nilton Capixaba (PTB/RO), Roberto Britto (PP/BA), Vaz de Lima, Arlindo Chinaglia (PT/SP) e Gilmar Machado, este para agradecer ao Relator pelo trabalho à frente da relatoria do PLDO/2012, ao Presidente pela condução equilibrada e democrática dos trabalhos e à Assessoria de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal pela presteza e dedicação. O Presidente agradeceu o empenho de todos os parlamentares presentes, parabenizou o Relator e todo o corpo técnico das duas Casas do Congresso Nacional. **ENCERRAMENTO:** concluída a votação das matérias constantes da pauta, o Presidente encerrou os trabalhos. Antes, cancelou as demais reuniões que foram convocadas para os dias 12, 13 e 14 de julho e convocou reunião ordinária para o dia dois de agosto, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **VITAL DO RÊGO. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – São 14h40min. Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Convido os Srs. Parlamentares a assumirem suas posições nas nossas bancadas. Peço à assessoria e às consultorias além dos profissionais de imprensa a devida atenção e respeito aos trabalhos desta Comissão.

Estamos apreciando as matérias constantes da Pauta 14, de 2011. Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos. Há *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas por haverem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão, conforme estabelecido no art. 8º, coloco as atas em votação.

Em votação na Representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na Representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovada.

As atas estão aprovadas.

Conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

EXPEDIENTE

Correspondência recebida pela Secretaria da Comissão

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica **dispensada a leitura dos expedientes,** que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo, ainda, que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) OF. Nº 391/2011 – SGM, de 7 de julho, da Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Claudia Lyra Nascimento, comunicando que o Senador Alfredo Nascimento (PR/AM), reassumiu o exercício do seu mandato de Senador da República, a partir de 7 de julho do corrente.

2) OF. Nº 396/2011 – SGM, de 12 de julho, da Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Claudia Lyra Nascimento, comunicando que o Senador Zezé Perrella (PDT/MG), 1º Suplente do Senador Itamar Franco, assumiu o exercício do mandato de Senador da República, a partir de 11 de julho do corrente, em virtude do falecimento do titular, ocorrido em 2 de julho de 2011.

3) Of. Conjunto nº 03/2011/Coff/Conorf, de 12 de julho, informando que as Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal identificaram erro de ordem técnica no Autógrafo da Lei Orçamentária para 2011 (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011 – CN).

– Expediente encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão DEFERIDO pelo Presidente:

1) Ofício nº 00208/2011-GSCM, de 6 de julho, do Senador Cyro Miranda (PSDB/GO), justificando ausência no dia 5 de julho.

– Expediente encaminhando indicação para o cargo de Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012/2015:

1) Ofício n° 091/2011 – GLDBAG, de 7 de julho, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Humberto Costa, indicando o Senador Walter Pinheiro (PT/BA).

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

– Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 6 de julho:

1) Aviso n° 971/2011 (Acórdão nº 1.802/2011): Obra de construção da Penitenciária Estadual de Bento Gonçalves/RS.

2) Aviso n° 973/2011 (Acórdão nº 1.787/2011): Obra de execução da Barragem Congonhas, no Estado de Minas Gerais.

3) Aviso n° 974/2011 (Acórdão nº 1.800/2011): Obra de adequação de Trecho Rodoviário – Divisa MG/SP – Divisa MG/GO – na BR-050 – no Estado de Minas Gerais.

4) Aviso n° 978/2011 (Acórdão nº 1.803/2011): Obras de melhoramentos no Aeroporto de Vitória/ES.

5) Aviso n° 980/2011 (Acórdão nº 1.789/2011): Obras de implantação do Complexo de Geração e Transmissão de Energia Elétrica de Simplício – Queda Única, localizado no Rio Paraíba do Sul, na divisa dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

6) Aviso n° 987/2011 (Acórdão nº 1.801/2011): Obras de construção do Terminal de Passageiros, de Sistemas de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e de Sistema Viário no Aeroporto de Goiânia/GO.

7) Aviso n° 1.016/2011 (Acórdão nº 1.784/2011): Obras de construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife/PE.

8) Aviso n° 1.021/2011 (Acórdão nº 1.808/2011): Obras de ampliação do sistema de abastecimento de água de Porto Velho/RO.

– Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Aviso GP/TCU, de 28 de junho, anexado ao Aviso nº 12/2011-CN:

1) Aviso n° 1.110/2011 (Acórdão nº 1.546/2011): Foram constatados indícios de irregularidade grave nas seguintes obras: BR-429/RO – Construção Presidente Médici – Costa Marques; BR-487/PR – Construção Porto Camargo – Campo Mourão; e BR-101/RN – Adequação Trecho Natal – Divisa RN/PB. As Obras a seguir indicadas, também apresentam novos indícios de irregularidade grave: Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste – Ilhéus – Barreiras – No Estado da Bahia; Construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste – Uruaçú/GO – Lucas do Rio Verde/MT.

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada por correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às lideranças partidárias.

Ordem do Dia.

Apreciação do relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, que trata do exame da admissibilidade das emendas, inclusive as de Relator apresentadas no projeto de lei orçamentária 2012. Autor: Comitê de Admissibilidade de Emenda.

Com a palavra o Coordenador do CAE, Deputado Danilo Forte para apresentação do relatório. *(Pausa.)*

Com a palavra meu secretário permanente, Senador Walter Pinheiro, a quem convido para fazer a leitura, já que S.Exa. é membro do CAE. V.Exa. não está disposto? Só este. São só duas linhas.

Agradeço o silêncio dos senhores.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas apresentadas à LDO 2012.

"Relatório preliminar.

Exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao PLN nº 02/2011, ao PLDO 2012 – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012. Preliminarmente, registra-se que logo após o encerramento da reunião extraordinária da CMO, realizada no dia 29 de junho, às 14h30min, os membros deste Comitê, por iniciativa do seu coordenador, do gabinete da Presidência, deliberaram por se reunir em 05 de julho às 11 horas.

Iniciada a reunião, os trabalhos foram dirigidos pelo Coordenador, Deputado Danilo Forte. Compareceram os seguintes membros: Deputado Danilo Forte, Wellington Roberto, Ademir Camilo, Fábio Ramalho, Alex Canziani e Hugo Leal. Foi registrada a presença de Deputados não membros do Comitê: Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Relator da LDO de 2012; Deputado Giroto e Deputado João Magalhães.

O Coordenador abriu os trabalhos e informou que havia questões a serem resolvidas com relação ao texto proposto pelo Relator. Após pronunciamento dos Deputados Alex Canziani, Wellington Roberto, Hugo Leal, Ademir Camilo, João Magalhães e o Relator da LDO, Márcio Reinaldo Moreira, foi feito acordo no sentido de acatar as demandas que lhes foram apresentadas, ficando de ser apresentado destaque em relação ao art. 125 do substitutivo.

Feito este registro preliminar, passa-se ao relatório, exame de admissibilidade que é apresentado em atendimento ao disposto no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, a ser votado pela CMO, antes da apreciação do mérito. O referido exame corresponde à análise preliminar anterior do mérito que verifica a compatibilidade da proposição com as normas constitucionais, legais e regimentais, nos termos do art. 146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional. Esse dispositivo determina que a emenda à proposição, em tramitação na CMO, que contraria normal constitucional legal, será inadmitida, caso aprovada na CMO a proposta do Comitê de Admissibilidade.

No que tange à compatibilidade com a Constituição Federal e com as normas infraconstitucionais deve ser observada em especial se as emendas..."

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, gostaria que o Senador Walter Pinheiro não tivesse de disputar com o restante aqui. Está difícil de compreender.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em atenção ao Senador Walter Pinheiro, que está fazendo um esforço, por força da sua flagrante afonia, para ler o relatório, peço encarecidamente ao Plenário e também aos Srs. Parlamentares um minuto de silêncio ou vários minutos de silêncio para ouvir o relatório.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – "No que tange a compatibilidade com a Constituição Federal e com as normas infraconstitucionais, deve ser observado em especial se as emendas propostas que circunscrevem a área de abrangência da Lei de Diretrizes Orçamentária, como definido no § 2º do art. 165, da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, na análise empreendida, entendemos que o conjunto das emendas atende às referidas normas. Observamos ainda que as emendas individuais coletivas e de Relator também cumprem as disposições internas, especialmente da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, bem como as constantes do parecer preliminar aprovado pela CMO com os critérios de admissibilidade.

Ressaltamos que a LDO de 2012 não contempla anexo de metas e prioridades como exercício anterior. Em vez disso, seu art. 4º estabelece que as metas e prioridades para 2012 correspondem as ações do PAC e a superação da extrema pobreza sem descriminá-las.

A ausência do anexo foi justificada pelo Executivo tendo em vista que está reorganizando o modelo de planejamento a ser retratado no Projeto de Plano Plurianual para envio ao Poder Legislativo até 31 de agosto de 2011, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Em virtude disso, constatamos que não foram apresentadas emendas ao anexo de metas e prioridades do PLDO/2012. Assim, todas as emendas são consideradas como de texto e não conflitam com as normas constitucionais, legais e regimentais.

Voto.

Diante do exposto, estamos propondo que sejam consideradas admitidas todas as emendas individuais e coletivas apresentadas ao PLDO 2012.

Coordenador Danilo Forte."

Assinam também os Srs. Deputados o presente relatório do comitê de admissibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Parabenizo o coordenador e por conseguinte todos os membros do Comitê pelo relatório. De forma inusitada, é a primeira vez que há uma manifestação do Comitê na apreciação das emendas à Lei de Diretrizes Orçamentária.

O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação na Representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na Representação do Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório do CAE está aprovado.

Passamos à discussão do relatório final.

Apreciação do Relatório ao Projeto de Lei nº 2, de 2011, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências. Relator: Sr. Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Foram apresentadas de forma também inédita 3.010 emendas ao relatório. O voto do Sr. Relator é favorável ao projeto de lei, nos termos do substitutivo apresentado. Das 3.010 emendas apresentadas – gostaria da atenção dos companheiros –, o Relator ofereceu voto pela aprovação total em 122 emendas. Pela aprovação parcial, o Relator estendeu seu voto favorável a 1.276 emendas e foi pela rejeição das demais 1.612 emendas. Repetindo: pela aprovação, na totalidade, 122 emendas; parcial, 1.276; e pela rejeição de 1.612.

Não sei como anda a emenda do meu querido Senador Paulo Paim, que está presente a esta Comissão.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Estou aqui para apoiar a decisão de V.Exa., que eu sei que aponta para o caminho de atender aos aposentados. Parabéns a V.Exa. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Na quarta reunião extraordinária, realizada em 6 de julho de 2011, o Relator, Deputado Márcio Reinaldo Moreira, apresentou o relatório, a errata e os adendos 1 e 2. O prazo para apreciação de destaques foi iniciado neste momento e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da Comissão Mista de Orçamento.

Está iniciada a discussão, ao tempo em que está aberto o prazo para apresentação dos destaques.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Claudio Cajado, que disporá de 5 minutos. São 14h50min.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Vou tentar resumir em 5 minutos, mas peço a tolerância de V.Exa. e dos membros desta Comissão, até porque o Governo vota, e a Oposição fala. Não é assim?

Então, Sr. Presidente, eu queria inicialmente dizer que, em linhas gerais, tenho que dar os parabéns ao Deputado Márcio Reinaldo, porque S.Exa. tentou, nesses dias que antecederam a esta discussão, atender a maior parte possível dos pleitos, em especial das oposições.

O Deputado Walter Pinheiro está um pouco nervoso, que até quebrou o copo. Está emocionado.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Estou emocionado com vossas palavras, Deputado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Então, eu quero dizer que o Deputado Márcio Reinaldo avançou em alguns pontos, indiscutivelmente, e em outros nós vamos aguardar a discussão dos destaques, até porque esperamos que o Relator possa, nesse encaminhamento de acordo, apresentar, quem sabe, um novo adendo e fazermos uma votação mais célere.

Sr. Presidente, nobres colegas, o Governo insiste em certos pontos dos quais discordamos. Por exemplo, em relação às despesas primárias, a demonstração de boa vontade contida no texto da LDO não casa com a necessidade de podermos inserir metas dessas reduções das despesas primárias. Num momento de crise mundial, em que países como a Grécia passam por momentos dificílimos, em que Itália, Espanha e Portugal começam a ter inquietações no mercado internacional, diante dos quadros das suas contas, o Brasil não pode deixar de sinalizar positivamente para o controle das suas despesas, para assegurar seu superávit e, principalmente, cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Este momento é o adequado, apropriado, para que o Governo demonstre que quer, sim, controlar os seus gastos e impor um ajuste fiscal indispensável, não apenas para nós internamente, e sobrar recursos para investimento, abatendo um orçamento paralelo que se chama Restos a Pagar, mas também demonstrar aos países do mundo que nós estamos, sim, comprometidos com a estabilidade econômica e com o ajuste fiscal.

Daí por que necessário se faz que o Relator possa afirmar – e nós apresentamos um destaque nesse sentido ao relatório – que as metas não podem ficar apenas como sinalização de boa vontade na letra fria do texto, mas sim que se assegure, através de uma meta, uma redução como a que fora feita em 2007. O próprio Governo enviou uma LDO prevendo uma redução de 0,1% das suas despesas primárias. Portanto,

esse é o pleito que nós apresentamos e que o Relator ficou de analisar.

Temos também, Sr. Presidente, uma preocupação muito grande. Meritoriamente o Relator apresentou, no seu relatório, a possibilidade de organizações não governamentais, ONGs, poderem receber recursos do Orçamento para desenvolver atividades educacionais: educação especial, que nós concordamos, como as APAEs, por exemplo; educação básica, técnica e superior. Com essas três nós não concordamos. Nós achamos que é temerário, num recurso orçamentário extremamente restrito, abrir para ONGs. Eu acho que existem ONGs sérias, mas nós temos experiência de que repasse de recurso a entidade privada ou filantrópica é perigosíssimo.

Portanto, fica o apelo ao Relator para que avalie essa questão e, do ponto de vista da área de saúde para a questão dos deficientes, um apoio aos drogados, nós podemos transigir, mas na área educacional eu acho que o poder público dos entes federados, municipal, estadual e federal, tem condições amplas, sim, de acordo com as regras constitucionais e com as leis infraconstitucionais, de poder adequar essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Outro viés, Sr. Presidente, que nós queremos deixar claro aqui é que, em relação aos Restos a Pagar, o Relator acertou. V.Exa. foi corajoso, Deputado Márcio Reinaldo, ao poder incluir no montante de limitação da redução das programações incluídas não apenas o PAC, na verba de 40,6 milhões, mas também 10% de Restos a Pagar a cada ano e as emendas parlamentares. Por quê? Dizer que emenda parlamentar não é prioritário é fulminar de morte o Estado de Direito e o espírito federalista. Por quê? Porque nós, Deputados e Senadores, estamos a serviço dos nossos Estados para fazer o equilíbrio regional dos recursos oriundos do Governo Central.

Nós não podemos admitir que Estados ricos como São Paulo – nada contra São Paulo –, Estados riquíssimos como Minas Gerais, terra querida do nobre Relator, possam se igualar em patamar de investimento muito distante do que seja o Estado do Piauí ou da minha querida Bahia.

Nós estamos aqui para defender essa equidade, essa harmonização dos investimentos em vários Municípios e Estados da Federação, e essas emendas são importantes para que nós possamos ter esse espírito republicano e federalista.

Quero aqui ressaltar também, Sr. Presidente, o prazo assinalado como uma iniciativa ímpar do Relator para que os gestores, os órgãos que são executores de programas possam ter prazo para responder às diligências quando dos processos de auditoria do Tribunal de Contas da União. Hoje nós não temos prazo, ficam esses recursos muitas vezes pendentes, trazendo prejuízo ao Erário. Portanto, nós desejamos que o Relator reduza esse prazo de 50 para 30 ou 40 dias. Acho que nisso podemos evoluir também.

Por fim, quero agradecer ao Relator por ter retirado a questão do dispositivo da Lei de Licitações, no art. 125, onde existia uma possibilidade de se acrescer em 20% os preços medianos do SINAPI e do SICRO, que já são muitas vezes considerados excessivos. Então o Relator retirou essa questão, como também a possibilidade de se editar em 25%, modificando completamente o objeto do processo do certame licitatório.

Portanto, esses dois avanços...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O.k., nobre Deputado. Se o senhor não parar, os avanços que fiz em seu favor vão cair. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Então eu agradeço e vou me reservar para discutir mais detalhadamente o relatório na apresentação dos destaques.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado Claudio Cajado.

Como há uma extensa lista de oradores inscritos, peço a obediência aos 5 minutos regimentais.

Com a palavra o meu queridíssimo Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentá-lo, cumprimentar os Deputados e Senadores, cumprimentar V.Exa. pelo trabalho que tem realizado, comandando a Comissão de Orçamento, Comissão mais importante do Congresso.

Eu vou ser muito rápido, e só registrar a competência do Deputado Márcio, Relator da LDO, sereno, equilibrado, sensato. Vejam o trabalho hercúleo que foi realizado, mais de 3 mil emendas, e ele procurou não só ouvir a Base do Governo, mas a Oposição também.

Eu gostaria só de fazer dois registros, Márcio, do meu ponto de vista muito importantes na construção da LDO, que vamos discutir e, não tenho dúvida nenhuma, aprovaremos.

Primeiro, a questão do contingenciamento, não contingenciamento, especialmente na área de pesquisa, ciência e tecnologia. Se não investirmos, se o Brasil não se preparar para esse desafio tecnológico, nós não vamos a lugar nenhum. Portanto, V.Exa. entendeu, foi compreensivo e, mais do que nunca, trouxe esse instrumento ou garantiu o não contingenciamento de uma área vital, se o Brasil quiser crescer, desenvolver-

-se e, acima de tudo, promover um futuro melhor para a sua gente.

E o segundo ponto, meu caro Deputado Márcio, meu Presidente, diz respeito à faixa de fronteira. A LDO olhava a faixa de fronteira – o Senador Anibal é de fronteira também, há vários fronteiriços aqui – só sob o ponto de vista de segurança pública, só na repressão, mas não essa a ação fundamental. É efetivamente se garantir projetos de desenvolvimento econômico e social para a região de fronteira. E acertadamente o Deputado Márcio teve a sensibilidade necessária para entender que na questão de fronteira a segurança pública é muito importante. Mas o mais importante é garantir perspectivas para as pessoas que vivem na região de fronteira.

Então, eu não podia deixar de destacar isso e parabenizar V.Exa. pelo trabalho, especialmente o nosso querido Márcio e o nosso companheiro Walter Pinheiro, Senador incansável aqui na Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa., Senador Delcídio. Espelho o nosso trabalho pelo que V.Exa. desempenha na Comissão de Assuntos Econômicos.

Representando o PMDB na Câmara dos Deputados, tem a palavra o Deputado goiano Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Obrigado, Presidente. Cumprimento V.Exa., o nosso Relator, Deputado Márcio Reinaldo, e os colegas presentes.

Serei também muito breve, Sr. Presidente, apenas para registrar, em nome do PMDB, os cumprimentos ao Deputado Márcio Reinaldo pelo seu relatório. Como disse o Senador Delcídio, S.Exa. foi muito sensato, equilibrado, correto, ouvindo a todos e procurando atender ao máximo o pleito dos Parlamentares.

E, Deputado Márcio Reinaldo, quero passar a V.Exa. os destaques apresentados pelos nossos colegas João Magalhães e Benjamin Maranhão, Destaques nºs 55, 56, 57, 58 e 59. Esses cinco destaques têm apoio de toda a nossa bancada. Queria me associar ao Deputado João Magalhães para apoiar esses destaques apresentados a V.Exa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço, Deputado Pedro Chaves.

Com a palavra o Deputado André Vargas, representando o PT na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Sem dúvida, Sr. Presidente, queria destacar o trabalho de V.Exa. na coordenação deste colegiado de Senadores e Deputados, que cumprem hoje uma etapa importante no processo da votação das leis orçamentárias, e também saudar o nosso companheiro Deputado Márcio Reinaldo Moreira e falar do acerto desta Comissão ao conduzi-lo a essa tarefa, a essa missão, da capacidade técnica que S.Exa. tem, que naturalmente ressalta e salta aos olhos, no belo trabalho que faz. É claro que nós teremos os destaques, mas alguns avanços são fundamentais.

A primeira questão fundamental é a prerrogativa do Congresso Nacional. Eu acho que isso é algo importante, independente de oposição ou governo. O relatório representa a vontade que esta Casa tem de orientar, definir e debater de forma legítima a questão orçamentária. Lamento, lamento mesmo, que por vezes a mídia, a grande imprensa, não reconheça o trabalho que o Parlamento faz, seja na LDO, seja na Lei Orçamentária, seja no Plano Plurianual.

Quero defender aqui, Sr. Presidente, não que este seja o momento, até porque nós teremos a votação do Orçamento, mas já de plano quero defender o Deputado Mendes Ribeiro Filho, Líder do Governo no Congresso Nacional. Gostaria de saudá-lo pela indicação. Realmente, com a indicação do Líder do Governo, as coisas passam a funcionar mais adequadamente.

Mas quero aqui, de público, dizer que não é possível assistir, de forma paralisada, aos ataques que alguns setores da mídia fazem às iniciativas parlamentares no Orçamento. Todas as iniciativas parlamentares no Orçamento, desde as emendas, até as emendas à LDO, são no sentido de ver um Brasil mais justo, de ver que todos os programas de governo cheguem de fato aos 5 mil quinhentos e tantos Municípios do Brasil. Nós não podemos permitir, não só a Comissão de Orçamento, que se construa uma imagem de que as iniciativas parlamentares namorem o fisiologismo e o clientelismo. Pelo contrário, são exatamente as iniciativas parlamentares que pulverizam as efetivas ações do Governo.

Quero ressaltar que, nesta LDO, o nosso Relator contemplou o ponto de vista do programa de governo em curso no País, porque é importante, Senador Vital do Rêgo, lembrar que quem venceu as eleições foi esse bloco PT, PMDB, PR, PTB, PSB, PCdoB e vários partidos.

Respeitamos a Oposição, mas o programa de Governo da Presidenta Dilma, de combate à pobreza, do PAC, do Minha Casa, Minha Vida, grande programa habitacional em curso no País, da efetiva realização de obras de infraestrutura, visando à diminuição das desigualdades, tudo isso está contemplado na LDO. Portanto, este é um relatório com o qual devemos concordar e votar.

Achamos que o relatório também moderniza na questão dos pequenos Municípios, quando, por sugestão de audiência pública aqui, o nosso partido fez algumas emendas, possibilitado a agilização da libera-

ção das transferências voluntárias de até 500 mil reais. Agradeço o acolhimento dessa emenda.

No mais, quero dizer que nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, estaremos ao lado do relatório. Naturalmente temos alguns destaques dialogando com o Governo e com a Oposição, e, ao final, certamente será votada uma boa LDO para o Brasil.

Parabéns ao nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço o desempenho de V.Exa. nesta Comissão.

Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu me inscrevi exatamente para rebater a posição de que nós não devemos possibilitar que as organizações não governamentais possam gerenciar recursos neste País. Houve um tempo no Brasil em que houve muitos desvios de recursos das ONGs. De uns tempos para cá, eu tenho observado que a cada momento se tenta...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Estamos com uma sessão bastante prestigiada. Renovo o apelo a todos os presentes para que possamos ouvir as Sras. e Srs. Deputados e Senadores que estão apresentando destaques e justificativas ao Relator.

Devolvo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Obrigado, Sr. Presidente. Então, não é só para a educação nem para gerenciar recursos para a alfabetização de adultos e outros programas. Eu penso que os institutos, as associações, as cooperativas, as fundações ou outra organização não governamental, que são organizados, honestos e que estão fazendo grandes trabalhos para contribuir com o desenvolvimento deste País, podem receber recursos.

No meu Estado, no Pará, Sr. Presidente, hoje, das 143 Prefeituras, 125 estão na inadimplência. Então, quando eu coloco uma emenda aqui, muitas vezes, o prefeito tem dificuldade de receber essa emenda. E lá temos uma organização não governamental que pode receber uma emenda e fazer uma aplicação muitas vezes melhor do que algumas Prefeituras.

Nós temos neste País os órgãos de controle. Nós temos Tribunais de Contas dos Municípios em alguns Estados, Tribunais de Contas dos Estados, Tribunal de Contas da União, Ministérios Públicos Estadual e Federal, Polícia Federal. Se nós não podemos botar recursos para as organizações não governamentais, muitas Prefeituras, então, que fazem má gestão do dinheiro público, estão impossibilitadas de receber recursos.

Então, sempre que vejo alguém neste Congresso tentando fechar e podar cada vez mais a possibilidade de direcionar recursos para as ONGs, eu sempre vou me colocar contrário a isso, porque conheço centenas de experiências de ONGs fazendo um lindo trabalho de desenvolvimento social por este Brasil afora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Nós estamos encerrando a ordem de inscrição. Há inscritos: Deputados Vaz de Lima, Rogério Marinho, Domingos Sávio e Fábio Ramalho, como membros desta Comissão, e o Senador Paulo Paim, como não membro desta Comissão.

Há mais alguém que queira se inscrever? Deputado Marçal Filho. Estamos encerrando o levantamento dos pretendentes à inscrição.

Deputado Vaz de Lima, V.Exa. permuta? É melhor permutar do que trocar.

Deputado Domingos Sávio, com a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Sr. Presidente, colegas Deputados, não era ainda a minha vez de falar, mas estou acompanhando atentamente o debate e compreendo que o nobre colega Vaz de Lima precisa de concluir o seu telefonema.

Em primeiro lugar, cumprimento o nosso Relator, meu conterrâneo das Minas Gerais, Deputado Márcio Reinaldo, sempre com essa sua competência e seu estilo bem mineiro de construir o entendimento. Isso foi fundamental para que nós pudéssemos estar hoje já num clima bem propenso a fazermos a análise e, espero eu, a votação do seu relatório.

É claro que teremos, nos destaques, alguns temas ainda a buscar o aperfeiçoamento. Eu destaco agora, por exemplo, apenas a título de observação, que vimos trazendo sempre – e é uma redação que já veio de outros anos –, dentro do capítulo da seguridade, as questões ligadas ao orçamento da saúde, tratando que elas devem contemplar o que está previsto na Emenda 29. Aí fica mais uma vez a nossa preocupação para que, no segundo semestre, de fato, votemos a regulamentação da Emenda 29, porque o nosso Relator está fazendo o seu dever de casa aqui, está deixando bem claro que o nosso orçamento da saúde deve contemplar inteiramente o que prevê a Emenda 29.

Mas eu diria, Sr. Presidente, que nós temos, neste momento, um dos exercícios de democracia mais fundamentais deste Parlamento. Quero também cumprimentar o Líder do Governo no Congresso, Deputado Mendes Ribeiro, com quem tivemos a oportunidade de conversar sobre as nossas preocupações, e, dentre elas, uma que eu sinto que é convergente e traz a marca da ousadia deste Relator, que, desde o primeiro momento, manifestou o seu sentimento de que o Congresso tem que ser respeitado nas suas prerrogativas e que emenda parlamentar não pode ser apenas objeto de proselitismo.

Nós corremos um sério risco de comprometer a credibilidade da Casa se, ao elaborarmos emendas que atendem às demandas da saúde, da educação, do desenvolvimento urbano e da infraestrutura, gerarmos uma expectativa, numa sociedade carente por uma série de investimentos, e depois isso simplesmente ser frustrado.

Então, essa preocupação em construir mecanismos já na LDO de que as emendas têm que ser respeitadas é algo que não pode mais ser entendido como bandeira deste ou daquele, mas bandeira do Congresso, de uma Casa que, em alguns momentos, eu diria que nos grandes momentos, deve estar unida no interesse público e nacional. E aí não há que se falar em oposição ou em situação.

Assim podemos guardar o nosso tempo e o nosso esforço para fazer os grandes debates, e não ficarmos numa relação de subserviência ou de privilégio, para não confundirmos a relação de apoiar o Governo com subserviência, que não é a característica dos nobres Parlamentares aqui, e muito menos de que a Oposição é que não quer deixar as coisas acontecerem e fica travando.

É preciso que possamos construir o entendimento. Eu vim para esta Comissão com esse propósito e concluo dizendo, Sr. Presidente, que, em que pese ainda termos que debater nas emendas alguns aspectos que acreditamos possam ser aperfeiçoados, na íntegra do relatório, queremos cumprimentar o Deputado Márcio Reinaldo e contribuir para que a votação se dê hoje e da forma mais célere possível.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado Domingos Sávio.

Com a palavra outro mineiro, o Deputado Fábio Ramalho, do PV de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – Eu queria parabenizar o nobre Relator pelo excelente trabalho e dizer que nós estamos de acordo com o relatório.

Vamos torcer para que seja votado o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a disciplina do Deputado Fábio Ramalho.

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho, Líder do PSDB.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, hoje chegamos praticamente ao final deste primeiro semestre de trabalho. E, antes de passarmos à discussão do relatório, eu queria parabenizar a condução do Sr. Presidente, o comportamento dos Srs. Líderes do Governo, bem como dos nossos companheiros da Oposição, que, durante este semestre, se debruçaram sobre as matérias que aqui passaram e certamente o fizeram com a melhor das intenções.

Esta peça que hoje estamos discutindo, o relatório do Deputado Márcio Reinaldo, certamente é fruto de muitas mãos. O Deputado Márcio Reinaldo recebe um projeto por parte do Governo Federal e faz importantes intervenções no sentido de melhorar esse projeto, como era o esperado, em função de sua experiência e da sua condição de Parlamentar afeito ao tema. Inclusive, em negociações que teve com nós da Oposição, foi sensível em retirar alguns artigos e situações que imaginávamos – e foi acordado que assim o fosse – que impediam a transparência e a correta execução orçamentária que essa lei vai propiciar na formação do próximo Orçamento.

Entretanto, Deputado Márcio Reinaldo, Sras. e Srs. Congressistas, nós tivemos uma conversa hoje com o Líder do Governo, como consequência das várias conversas que estávamos tendo aqui no plenário desta Casa, e, dos 16 pontos que havíamos solicitado ao Governo e ao Relator para que fossem avaliados, em torno de 8 a 10 pontos já foram aceitos. Nós temos ainda de 6 a 8 pontos, meu amigo Relator, que terão que ir para o debate e para o voto. Considero que tivemos um grande avanço, mas existem situações absolutamente inegociáveis que vou discutir no momento oportuno. Não vou entrar no mérito da discussão dos destaques.

Mas, em linhas gerais, Sr. Relator, quero dizer a V.Exa. que a nossa responsabilidade nesta Casa transcende a questão ou a situação de ser governo ou oposição. É uma contingência do nosso processo democrático ter uma alternância natural de poder. Nós temos aqui a responsabilidade de valorizarmos o papel do Legislativo em atendimento à democracia e ao fortalecimento da nossa Constituição. Todas as ponderações que fizemos foram no sentido da transparência, da necessidade de propiciar que os órgãos de controle, que, em última instância, representam a sociedade, tenham acesso ao bojo do Orçamento, à execução orçamentária, no sentido de preservar as atribuições desta Casa, que é o Poder que modera o Executivo. Eu acredito que esse é um pensamento que todos nós temos.

Por isso, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, a Oposição se comporta aqui, na verdade, como uma entidade que está querendo ajudar e está fazendo o seu papel para que essa peça, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, saia a melhor possível e seja o pensamento e a representação da média do que todos aqui pensam e estimam.

Então, agradeço a oportunidade de ter contato com os senhores. Não é uma despedida ainda, vamos

discutir os destaques, mas fizemos um acordo, Sr. Presidente, e agora quero publicizá-lo, de votarmos o relatório, ressalvados os destaques, votarmos os destaques com os óbices e contraditórios que existem ainda, mas não há acordo de votarmos amanhã.

Amanhã é sessão congressual que está marcada?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Amanhã, às 10 horas.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Pronto. Então, antes da sessão congressual, certamente, afunilaremos ainda mais os pontos de divergência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos, vamos! As convergências são maiores do que as divergências. Parabenizo V.Exa. pelo trabalho que tem feito.

Com a palavra o Deputado Marçal Filho.

Eu informo aos senhores que nós temos mais de 200 destaques já apresentados, só mais dois oradores e o prazo se encerra ao final da fala do último orador, Senador Paulo Paim.

O Deputado Marçal está com a palavra.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero apenas aqui parabenizar o trabalho do Relator, Deputado Márcio, e dizer que muitos avanços tivemos. Reunimo-nos com o Relator, ele foi sensível a inúmeras causas que apresentamos e, oportunamente, durante a discussão dos destaques, vamos defender as nossas posições, acreditando que a colaboração de cada Parlamentar, de cada Congressista, vai realmente enriquecer esse relatório e fazer com que a contribuição de todos nós possa ser acatada. Evidentemente, isso trará frutos inegáveis à melhoria desse processo de elaboração da LDO.

Eu queria aqui reforçar aquilo que disseram alguns colegas, que precisamos desmistificar essa questão das emendas individuais, daquilo que os Parlamentares apresentam como anseio legítimo da população dos mais longínquos rincões deste País, emendas individuais que atendem Municípios pequenos, que às vezes não são alcançados pelo poder público. E os Parlamentares têm conhecimento, porque vivem em contato permanente com as suas bases, porque vivem constantemente em contato com a população e sabem muito bem quais são essas demandas. E isso o Relator deixou muito claro no momento em que faz com que as emendas individuais sejam acolhidas integralmente e possam ser efetivamente executadas. Oportunamente falarei sobre os destaques apresentados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa., Deputado Marçal Filho.

Como penúltimo orador, que permutou com o Deputado Domingos Sávio, o Deputado Vaz de Lima.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Obrigado pela compreensão, nobre Presidente e Deputado Domingos Sávio. Estava aqui me preparando para fazer a minha manifestação.

Quero cumprimentar todos os colegas, Senadores e Deputados, e cumprimentar também o nobre Relator. No meu ponto de vista, houve um grande avanço desde o início das discussões da LDO aqui. É a primeira vez que eu participo. Essa dinâmica implementada neste primeiro semestre, relativamente ao trabalho da Lei de Diretrizes Orçamentárias, espero que se repita lá na Lei de Orçamento, para que possamos obter avanços.

Então, quero registrar o trabalho e a ousadia do Relator, em determinados momentos, na tentativa de aperfeiçoar o texto que veio do Executivo.

No entanto, eu queria fazer uma única observação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Vaz, peço desculpa a V.Exa. É meu dever, a minha obrigação, até para garantir a ordem e a disciplina no plenário, em atenção, em respeito ao Deputado Vaz de Lima, que possamos continuar colaborando. Eu sei que a reunião é extensa, é nervosa, mas vamos cada um aqui cumprir o seu papel. Eu peço encarecidamente silêncio a todos os presentes.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Obrigado, mais uma vez, nobre Presidente.

Eu queria me ater apenas ao art. 127 da LDO. Do meu ponto de vista, no momento em que o Relator fez o seu relatório, houve um avanço no que diz respeito a esta questão, àquilo que é atribuição do Congresso Nacional. O Relator propôs a inclusão de um artigo, o 127-A, com a seguinte redação: *"As disposições do Capítulo VIII desta lei sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves terão eficácia até a aprovação pelo Congresso Nacional de normas específicas sobre a matéria, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal",* que diz o que exatamente? *"Competência exclusiva do Congresso Nacional: fiscalizar e controlar diretamente ou por qualquer de suas Casas os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta".*

Na minha avaliação, a redação proposta pelo nobre Relator atendia bem o art. 49, nobre Relator. Ocorre que agora, na fase de adendo, V.Exa. muda a redação.

Então, eu queria deixar o meu registro. A redação proposta agora vem: *"As disposições estabelecidas no art. 8º terão eficácia durante a vigência desta lei até a publicação de legislação específica que regule a matéria".*

Do meu ponto de vista, a redação, como está proposta, pode dar ao Executivo a condição de fazer, até por decreto,...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – A ideia era o decreto legislativo.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – A ideia... Não, mas a ideia, nobre Relator, que está, com muito boa vontade, na cabeça e no coração de V.Exa. não está expressa aqui. Se V.Exa. puder deixar mais claro que será por...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Nós faremos isso.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Muito obrigado, Excelência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não precisa falar mais.

Está encerrada a discussão com os membros da Comissão.

Vamos ouvir o colega Senador, por quem eu tenho profunda admiração e respeito, Senador Paulo Paim. S.Exa. está com a palavra.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS – Sr. Presidente, pela ordem. Presidente Vital do Rêgo, eu queria me inscrever para falar por 1 minuto apenas após a fala do ilustre Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não posso deixar de atender a V.Exa., Governador Jayme Campos.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS – Muito grato. Como sempre, essa simpatia em pessoa!

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Sr. Relator, Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Senador Walter Pinheiro, meu querido amigo, Líder do Governo, inesquecível Mendes Ribeiro Filho – lembro-me do pai neste momento, permita-me, meu amigo também, já falecido – Sr. Presidente, eu estava muito preocupado, confesso, porque na primeira versão do meu colega e amigo Relator não constava nenhuma janela na Lei de Diretrizes Orçamentárias apontando para que o Orçamento contemplasse recursos para um grande entendimento entre as centrais, entre a COBAP, enfim, as entidades dos aposentados.

Mas tivemos uma conversa com V.Exa., com o Relator, com Walter Pinheiro e aqui com o meu amigo também Gilmar. Estive aqui conversando também com Marçal, respeitando a emenda dele, e a redação que me chega aqui contempla, no meu entendimento, essa janela. Se V.Exa. permitir, eu leria a redação, que é muito curta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Peço a V.Exa. que leia a nova redação.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – O que diz? *"Serão assegurados os recursos orçamentários necessários ao atendimento da política de ganhos reais aplicáveis às aposentadorias e pensões do Fundo do Regime de Previdência Social a ser definida* – como fizemos no ano passado e depois aprovamos 80% do PIB – *com as centrais sindicais e os representantes dos aposentados e também pensionistas".*

Eu acho que a LDO, dessa forma, permita-me – essa redação muito lembra o Gilmar –, ela dá a linha para que a gente, no Orçamento, construa o entendimento.

Então, eu retiro inclusive os meus argumentos, que estavam todos aqui amontoados, e cumprimento o Relator, que indica que é possível o entendimento nessa linha. Sei que o Senador Marçal tem uma emenda de 80%, a minha era de 100%. Mas eu entendi muito bem que aqui são tomadas as linhas, as diretrizes básicas, e lá no Orçamento, com essa janela aberta, é que a gente vai chegar ao grande entendimento.

Então, o meu cumprimento a todos. É uma alegria estar aqui com os senhores. V.Exa. cumpriu o que já havia me dito lá no plenário do Senado.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu queria parabenizar o Deputado Marçal e V.Exa., e muito ao Deputado Gilmar Machado, pela sensibilidade de convergir essa ideia, e ao nosso Relator, que conseguiu esse feito de manter viva uma tese tão importante para defendermos junto ao Relator-Geral do Orçamento, Deputado Arlindo Chinaglia, que já está presente e ouvindo tudo ali.

Bom, ainda há um Senador, para encerrar a discussão, o Senador querido Jayme Campos.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, serei rápido. Antes de mais nada, eu quero registrar aqui no plenário desta Comissão a presença dos Desembargadores Dr. Tarcísio Valente, que nos honra com a sua presença, e Dr. Edson Bueno, que são do Tribunal Regional do Trabalho do Mato Grosso, do TRT, e que, desta feita, participam aguardando a aprovação do PLN nº 04. Eles vieram aqui prestigiar esta Comissão.

Também quero elogiar o relatório do Deputado Márcio Reinaldo, que indiscutivelmente foi feito de forma zelosa. Espero que os itens aprovados, com certeza, sejam realizados, na medida em que, lamentavelmente, o que nós temos aprovado nesta Comissão não passa de uma peça de ficção, tendo em vista que o Governo, infelizmente, não tem cumprido.

Por isso, literalmente, eu tenho definido aqui nesta Comissão, meu caro Presidente, que o Orçamento é impositivo, na medida em que assim seria cumprido e, sobretudo, os nossos Parlamentares deixariam de

ficar todos os dias batendo à porta dos Ministérios para que fosse empenhado.

De tal maneira, quero cumprimentar o Deputado pelo belo relatório, na certeza de que este Orçamento, eu espero, cresça e se cumpra literalmente, até porque é fundamental que este Congresso, sobretudo esta Comissão, seja respeitado diante daquilo que aprova.

Portanto, são minhas palavras, e aguardamos, com certeza, Sr. Presidente, que este relatório da LDO seja aprovado, discutido os destaques e aprovados os PLNs que se encontram nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa., eminente Senador.

A discussão e o prazo para apresentação dos destaques estão encerrados. Vamos saber quantos foram apresentados.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Está em votação, pela representação da Câmara dos Deputados, o relatório do Deputado Márcio Reinaldo, ressalvados os destaques. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório do Deputado Márcio Reinaldo. *(Palmas.)*

Êh, mineiro forte! *(Risos.)*

Vamos agora para os destaques. São quantos destaques? Ainda estão chegando os destaques. Vamos dar continuidade à nossa pauta.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente,...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu vou dar a palavra pela ordem a quem interessar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Um minuto só. Peço licença. Nós temos uma pauta extensa. Vou liberar o Deputado Márcio Reinaldo para conversar com os senhores autores dos destaques. Temos mais de 200 destaques apresentados. Vamos continuar fluindo a nossa pauta. Há avisos e uma série de ações que precisamos votar.

Com a palavra o Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, eu vou pedir a vênia de V.Exa. para podermos suspender a sessão, porque eu pessoalmente quero discutir com o Relator e tenho que estar presente à sessão para discutir os avisos e outras matérias que estão na pauta.

Então, eu pediria a V.Exa. que, como nós já estamos num processo avançado de acordo, acabamos de votar o relatório, ainda temos todo o dia de hoje, V.Exa., com muita competência, já marcou sessão até as 22 horas, então, eu espero que V.Exa. nos dê essa oportunidade de conversarmos com o Relator. V.Exa. poderia suspender a sessão e retornar lá pelas 17 horas, para que a gente possa discutir, avançar nessa pauta e depois concluir.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu vou ouvir.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Essa é a minha sugestão a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu vou ouvir, Deputado Cajado, Deputado Wellington, só 1 minuto, até para consertar. Sob o ponto de vista documental, eu preciso tomar essa atitude. São 303 destaques, 303 destaques.

Eu estou colocando o relatório, a errata e os adendos, que não coloquei, por equívoco desta Presidência, no momento da votação da LDO, o relatório, a errata e os Adendos nºs 1 e 2.

Renovo a votação na Câmara, ressalvados os destaques, obviamente. *(Pausa.)*

Aprovado.

Renovo a votação no Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Feito isso...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, só uma questão: está incluída aí a questão dos aposentados ou vai vir no novo parecer?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vai vir no novo parecer, quando trouxer.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Feito isso, voltamos a dar continuidade normal à nossa sessão. Há um apelo, um apelo do Deputado Claudio Cajado, que é autor de diversos destaques. O Deputado Cajado está propondo a suspensão. Para que eu possa tomar essa atitude, eu tenho de ouvir as outras lideranças.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ouço a Liderança do PR, em exercício.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, o senhor que é o grande maestro dessa

orquestra, presenciou no início da manhã de hoje um acordo para dar sequência à pauta, após a votação do relatório do nobre Deputado Márcio Reinaldo Moreira, que já foi feito. Então, eu gostaria que V.Exa. desse sequência à pauta, respeitando o pedido do nobre Deputado Cajado, mas esse acordo já havia sido feito anteriormente, hoje no início da manhã.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos ouvir o restante das Lideranças, com relação à proposta do Deputado Cajado.

Quem me pediu a palavra pela ordem?

O SR. DEPUTADO GIROTO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Giroto.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Eu gostaria de insistir: na nossa reunião passada eu solicitei a V.Exa. que nós invertêssemos a pauta para votar o Requerimento 14.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos primeiro, Deputado Giroto, aceitar ou não a posição do Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado André Vargas. Pediu a palavra pela ordem? Não? Concorda com a posição do Deputado Wellington Roberto ou do Deputado Cajado?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Concordo com a posição do Deputado Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Pedro.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Concordo com a posição do Deputado Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Há concordância do Deputado Fábio?

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – Concordo com o Deputado Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos tocando. A maioria dos Srs. Parlamentares entende que a votação deve continuar. Não me vejo em condições de suspender os trabalhos. Peço a sua vênia. V.Exa. sabe que, tendo condições regimentais...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Mas eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu sei, sim. Tendo condições regimentais, eu cumpro regiamente o Regimento. Como não há essa possibilidade, se não sob acordo, eu quero ouvir o Deputado Rogério Marinho. Com a palavra.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, nós estivemos mais cedo com o Líder do Governo e conversamos a respeito desse requerimento. Nós estamos aqui absolutamente desarmados, contribuindo para o processo do legislativo, apresentando, é evidente, o nosso contraditório, mas votando, sem o processo de obstrução, a LDO, que é o mais importante para todos nós. E pedimos que esse relatório não seja votado hoje, afinal, o que é o mais importante?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O requerimento.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – O requerimento, desculpe. Então, eu pediria a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos continuar negociando esse tema. O tema é a continuidade ou não da sessão. E eu ouço, para concluir, porque eu vou continuar, o Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu apenas queria que V.Exa. pudesse suspender a sessão, não sem deixar de dar continuidade à pauta, porém, para otimizarmos os nossos trabalhos.

Se V.Exa. desse a oportunidade que nós, os autores dos destaques, nos reuníssemos com o Relator, nós iríamos ganhar tempo. Por quê? Como o Relator está extremamente solícito a atender principalmente as oposições, a partir do momento em que nós fôssemos discutir com ele... Eu, por exemplo, porque o Deputado Márcio Reinaldo já acatou diversas sugestões nossas, apresentei aqui cinco destaques. Então, se eu pudesse negociar com ele a aprovação desses destaques através de um adendo, por exemplo, nós iríamos ter uma celeridade. Eu acho que o PSDB e outros partidos poderiam fazer o mesmo.

Então, se V.Exa. mantém o curso da sessão, eu não poderei me ausentar para discutir com o Relator. Portanto, eu vou ter de fazê-lo no processo de diálogo Plenário-Mesa, o que não vai dar, digamos assim, o que *(ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Fica apenas V.Exa., e quando vier uma matéria leve – e aí eu mesmo vou entender –, pedirei a V.Exa. para se ausentar, para continuar a discussão. Dê-me esse crédito de confiança, meu querido Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, matéria leve nesta Comissão? Nem o corpo dos colegas... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pauta 14, Item 3.

Vamos fazer silêncio. Agradeço a compreensão dos Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos fazer silêncio.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Eu insisto...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu vou colocar o requerimento de V.Exa.

Vamos fazer silêncio. Há um Item 3, que estava em precedência, pronto para votar. Depois entra o pedido do Deputado Giroto.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei n.º 3, de 2011, que abre os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para reforço nas dotações constantes na lei orçamentária vigente. Relator, Senador João Vicente Claudino.

Foram apresentadas 35 emendas. O voto do Senador é favorável, nos termos do projeto, com a indicação pela inadmissibilidade das emendas 5, 6, 13, 17, 20, 26, 30, 31, e pela rejeição das demais.

Nomeio, *ad hoc*, o Relator Senador Acir Gurgacz, para emitir o voto, ler o voto do Senador João Vicente Claudino.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria que fosse lido o relatório e o voto, integralmente. Vou acompanhar daqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Peço ao Senador Acir que leia o relatório e o voto.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Pois não. O voto?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não. O relatório, Senador Acir. O Deputado Rogério pede que V.Exa. leia, com o poder da síntese, o relatório também.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Relatório...

O SR. DEPUTADO GIROTO – Sr. Presidente, eu volto a insistir na inversão de pauta do Requerimento 14.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Imediatamente, a seguir.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – "A Presidente da República, e mediante Mensagem n.º 1.041, de 2011, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3, de 2011, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de 999 bilhões, 119 milhões e 188 reais.

No último dia 8 de junho fomos designados pelo ilustre Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para emitir o relatório sobre a matéria.

A Exposição de Motivos nº 00089/2011/MP, de 1º de junho de 2011, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informa que a proposição em exame tem por finalidade fazer face às despesas decorrentes da instituição do Plano Brasil sem Miséria, que visa superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, tendo como eixos de atuação a garantia de renda, o acesso aos serviços públicos e a inclusão produtiva da população com renda familiar per capita mensal de até 70 reais.

O quadro a seguir representa as unidades orçamentárias contempladas no projeto em apreciação, bem com a origem dos recursos.

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Administração Direta: são 20 milhões e mais 20 milhões;

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: 979 milhões. Total: 999.119.180;

No que tange ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, a suplementação permitirá, conforme a Exposição de Motivos, a intensificação da inclusão produtiva dos agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar e do fortalecimento dos processos de operacionalização da aquisição, da armazenagem e da revenda desses produtos.

Já no que se refere ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o crédito viabilizará ações para a promoção da segurança alimentar por meio da aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, da operacionalização de estoques estratégicos, de acesso à água e da construção de cisternas para consumo e para a produção de alimentos. Ainda no âmbito do MDS, os recursos destinados ao Programa Bolsa Família possibilitarão localizar e atender as famílias que fazem parte do público-alvo do novo Plano e ainda não são beneficiadas, por meio do apoio aos Municípios em sua gestão e implementação. Além disso, viabilizarão a modificação da atual configuração dos benefícios, a fim de permitir o pagamento mensal de mais de três benefícios variáveis por família.

Ademais, ainda conforme a Exposição de Motivos o critério dos créditos fortalecerá, também no âmbito do MDS, os serviços de proteção social básica às famílias, de proteção social especial a indivíduos e famílias, e de proteção social especial para crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias, ofertados pelos Centros de Referência de Assistência Social e Centros de Referência Especializados em Assistência Social.

A EM informa que a abertura do crédito foi solicitada pelos Ministérios envolvidos e não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, tendo em vista que o Decreto n.º 7.445, de 1º de março de 2011, condiciona

a execução das despesas primárias discricionárias aos limites estabelecidos no referido Decreto."

O voto, Sr. Presidente.

"Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3, de 2011 – CN, na forma proposta pelo Poder Executivo, com a conseqüente rejeição das emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 18, 19, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35. As emendas de nºs 5, 6, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31 devem ser declaradas inadmitidas pela Presidência da CMO, nos termos do Art. 15, XI, da Resolução n.º 1, de 2006 – CN.

Sala da Comissão."

Este é o voto do Senador João Vicente Claudino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Senador Acir Gurgacz pela leitura do relatório.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem...

Em conformidade com o disposto no parágrafo 2º do Art. 146 da Resolução 1, alterada pelo nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator em seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para discutir? Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu peço silêncio, por bondade. Rogério.

Vamos restabelecer o silêncio do plenário e da assistência, por bondade.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senadores e Senadoras, são 15h46min. Nós pedimos para iniciar esse processo de discussão justamente porque se trata de um crédito extremamente importante, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de quase 1 bilhão de reais.

Isso é mais uma demonstração, Sr. Presidente, de que o Governo tem dificuldades em operar o Orçamento. Um bilhão de reais não são 100 milhões ou 50 milhões de reais. E abre-se um crédito extraordinário nesse valor apenas seis meses depois de iniciado o período desse novo Governo, o que demonstra que não houve planejamento, não houve uma programação adequada.

O Governo, infelizmente, tem tratado o nosso Orçamento como uma peça de ficção. E como tem a condição, utilizando-se dos recursos que o Regimento lhe propicia, de fazer esse tipo de arranjo contábil, que é legal, que é normal, infelizmente ele não teve o necessário cuidado, quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária.

Aliado a isso, Sr. Presidente, é importante dizer que nós estamos com um projeto de lei e com um orçamento em vigor que há quase oito anos vem sendo pressionado, de forma geométrica, pelos restos a pagar, que todos os anos são aumentados, são superlativos e impedem a correta execução orçamentária do ano em vigor.

Vejam que no dia 30 de junho, terminados os primeiros seis meses da atual administração, o balanço do principal projeto do Governo, que trata de investimentos públicos, o PAC, apontava 4% apenas, 3,9% de investimentos no PAC. É muito pouco, Sr. Presidente: 3,9% de um orçamento de quase 40 bilhões de reais. E por que isso? Porque o Governo, a exemplo dos anos anteriores, vem com os restos a pagar, que foram inscritos na dívida da União, e isso pressiona o orçamento deste ano.

Então, para efeito de visibilidade, de transparência, de acompanhamento, é absolutamente impossível que esse Legislativo, que a Nação brasileira possa verificar, na prática, se o Orçamento, que é a peça mais importante do Legislativo, na hora em que é aprovado, representa verdadeiramente a vontade da Nação.

E essa situação é mais grave ainda na hora em que ela se configura como uma situação que é repetida. O Relator, inclusive, tentou tomar uma medida, que considero profilática, importante, de estabelecer um redutor nos restos a pagar do ano subsequente, para evitarmos atitudes que aconteceram no último ano do ano passado, quando o Presidente Lula, no dia 31, no último dia do seu Governo, emite um decreto determinando que os restos a pagar, no caso do Legislativo – quer dizer, oriundos de emendas parlamentares – seriam absolutamente extintos do Orçamento Geral da União a partir de abril. E em razão de um desgaste desnecessário entre o Legislativo e Executivo, esse prazo foi ampliado e novamente ampliado, e, agora, temos um outro prazo, que me parece que será nos próximos 90 dias.

Então, essa é uma situação que aflige a todos nós e nos incomoda, porque não vemos a necessidade de trabalharmos o Orçamento dessa maneira, sem um redutor e sem a possibilidade de termos a visibilidade e a transparência adequada para que o Legislativo faça o seu papel, que é o papel importante e precípuo de fiscalizar o Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Dentro da hora!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, falta 1 minuto ainda. Comecei às 13h46min, falta 1 minutinho ainda.

Sr. Presidente, só para concluir, quero dizer a V.Exa. que nós estamos extremamente otimistas de que esta Comissão fará um trabalho adequado, as divergências serão superadas, e os nossos pontos de dissenso – que, na verdade, são e merecem ser o dissenso da Nação brasileira – imperarão no final.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito obrigado a V.Exa. pela disciplina do horário: não permite subtração, nem adição e não se deixar aditivar.

Deputado Vaz de Lima com a palavra. São 15h51min.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Sr. Presidente, ouvi atentamente a parte do relatório lido pelo Sr. Relator. Acho até que deveríamos ler – e vou fazer isso no próximo – os anexos tão importantes para podermos ver aqui, mas fui manuseando o processo, e, enquanto isso, percebi que no projeto de lei, que trata desse crédito suplementar em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor de quase 1 bilhão de reais, o nobre Relator deixou de examinar, na minha avaliação, com mais vagar, as emendas que foram propostas. E acabou, numa única canetada, rejeitando todas elas ou, de outra forma, fazendo uso do Regimento para que V.Exa. declarasse inadmitidas algumas delas.

Mas para conhecimento de todos – especialmente daqueles que veem e acompanham atuação deste Governo, que se diz um Governo voltado para o social –, vejam que emendas foram rejeitadas, algumas delas, pelo nobre Relator.

Por exemplo: uma emenda do nobre Deputado Efraim Filho estava propondo 3 milhões de reais para apoiar projetos de infra-estrutura e de serviço em territórios rurais no Estado da Paraíba. Foi rejeitada!

Ainda do Deputado Efraim Filho, propondo 5 milhões de reais para os Serviços de Proteção Social Especial para crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias, também foi rejeitada!

Bom, mas aí poderíamos dizer: o Deputado Efraim Filho é da Oposição. Mas não; O Deputado Milton Monti, que não é da Oposição, é do PR, propõe uma emenda para a estruturação da rede de serviço de proteção social no Estado de São Paulo. Também foi rejeitada!

O Deputado Edivaldo Holanda Júnior, que é do Maranhão e também da base governista, propõe, de forma semelhante, recursos para serviços de proteção social básica às famílias do Maranhão. Também essa emenda foi rejeitada.

O Deputado Sandro Mabel, também da base governista, propõe recursos para a estruturação de rede de Serviço de Proteção Social Básica. Aí não fala nem sequer o Estado. E também, Deputado Claudio Cajado, foi rejeitada.

Eu fico imaginando que este Governo, que fala tanto do social e rejeita emendas tão importantes como esta... Falo de uma última do Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para concluir, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Para concluir, Excelência.

Também uma outra de acesso à água para produção de alimento para autoconsumo. Também foi rejeitada, Excelência.

De maneira que quero deixar meu registro: a despeito de toda discussão que tem sido feita neste Governo no tocante à sua preocupação social, a rejeição dessas emendas leva-nos a pensar exatamente o contrário.

Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para discutir, Deputado Domingos Sávio. São 15h55min.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Sr. Presidente, na mesma linha do nobre colega que acaba de me anteceder, não posso deixar de registrar minha surpresa e, também, nossa decepção de constatar que a participação desta Casa, que a prerrogativa do Parlamento de contribuir para que a governabilidade ocorra, atendendo a todo o País, que a República de fato seja compreendida em toda sua dimensão vem sendo cerceada e, às vezes, aqui dentro mesmo.

Ao termos um projeto como este aprovado – e eu não quero aqui dirigir o foco da minha análise ao nobre colega Relator –, entendo que vivemos uma situação que precisa ser analisada de uma maneira mais ampla. Claro que o Relator é quem tem a prerrogativa de acatar ou de rejeitar as emendas. Mas eu sinto que o Congresso vive um paradoxo que precisa ser repensado por todos nós. E a Comissão de Orçamento deve ser palco dessa reflexão da autonomia do Congresso.

Não estou falando de Oposição ou de Situação, estou falando de um princípio fundamental para que a democracia seja plena. Além das prerrogativas de fiscalização, na organização do Orçamento e no acompanhamento da sua execução, assenta-se uma das principais funções deste Parlamento e a melhor condição de representarmos nosso povo.

E, aí, eu vejo uma conexão muito grande dessa matéria que estamos debatendo com a discussão da peça principal da pauta de hoje, que é a LDO, e da

emenda que esta Casa acrescentou, preocupando-se em garantir que não haja contingenciamento nas emendas parlamentares. A conexão que eu faço, Sr. Presidente... E peço atenção dos colegas Deputados e Senadores, especialmente da base do Governo, para uma reflexão.

Eu digo isso como a tranquilidade de quem foi Líder do Governo em Minas Gerais, do nosso querido Governador Aécio Neves, em 8 anos de mandato como Parlamentar estadual, e acho que é hora de as Casas Parlamentares fazerem essa reflexão: emenda Parlamentar é algo que precisa ser tratado não apenas como um direito do parlamentar, mas um dever do Estado atinar para as demandas que vêm da sociedade e respeitá-las.

Quando isso não ocorre, emenda parlamentar vira favor, e quem mais perde com isso é a base do Governo. Quando alguém foi atendido, tendo suas emendas parlamentares liberadas, está perdendo a grande prerrogativa que o trouxe a esta Casa, que é discutir e ampliar em projetos como este a participação do povo, que é discutir e melhorar a estrutura do nosso País.

Não é a Oposição quem mais perde; quem mais perde, no meu entendimento, é a própria base do Governo. É claro que há uma conexão entre essas matérias. É frequente vermos a recusa de emendas, tanto da base do Governo, como de Oposição, como algo que vem de maneira generalizada. *"Não, não pode."*

Muitas vezes, um técnico de um Ministério, alguém que não tem nenhuma sensibilidade e nem um voto, decide, chega aqui e diz – *"Olha, pode ou não pode acolher emendas"* – a um Senador da República, e prevalece isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para concluir, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Estou caminhando para a conclusão, Sr. Presidente.

É hora desta Casa refletir sobre isso. Não podemos abrir mão das fundamentais prerrogativas deste Parlamento. Creio eu que o projeto poderia ter sido bem melhorado se essas emendas pudessem ter sido, pelo menos em parte, acolhidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A discussão está encerrada. Já tinha encerrado, mas...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Já tinha encerrada a discussão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Já tinha encerrado, mas eu vou ouvir – permitam-me – o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, na mesma linha que nós estamos nos posicionando, a peça orçamentária, a cada dia, fica mais fictícia. O que nós prezamos – e V.Exa. está conduzindo muito bem os trabalhos – é que pudéssemos, realmente, ter uma peça orçamentária em que os Parlamentares, os Senadores, os Deputados, os Governadores, os Prefeitos tivessem a tranquilidade de haver dentro da peça orçamentária metas estabelecidas e cumpridas.

No momento em que em poucos meses de um ano Legislativo recebemos um volume já significativo de suplementação, isso demonstra dois erros: um erro do Legislativo e um erro do Executivo. Ambos erraram nessa peça orçamentária que propusemos para o ano de 2011.

Não estamos ainda com execução orçamentária praticamente mínima, pífia, e já estamos fazendo substituições de rubricas orçamentárias, nós estamos fazendo suplementações de programas, muitos deles que, às vezes, efetivamente não vão nem acontecer.

Há suplementações e solicitações de suplementações em que observamos a necessidade de alocar recursos para pagamento de imóvel, por exemplo, na área da cultura. Pagamento de imóvel no Instituto Rio Branco.

Então, há necessidade de um planejamento mais eficaz, de um planejamento em que possamos, como Parlamentares, o Executivo, tanto o Executivo Municipal, o Executivo Estadual e o próprio Executivo federal, ter ciência de que essa peça orçamentária será cumprida e que ela realmente expressa aquilo que a população deseja, e não ficarmos horas e mais horas remanejando recursos, suplementando recursos, cancelando recursos. Se houve cancelamento é porque aquela meta não foi bem estabelecida; se houve suplementação é porque também aquela meta foi mal estimada nesse sentido.

Então, agradeço a V.Exa. a compreensão de nos ceder esse aparte para que possamos, cada vez mais, aprimorar a peça orçamentária em âmbito nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A discussão está agora encerrada.

Em votação o relatório do eminente Senador Acir Gurgacz. Inicialmente apresentado pelo Senador João Vicente Claudino, nomeado *ad hoc* Senador Acir Gurgacz, na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento de Inversão de Pauta.

"*Requeiro, nos termos do art. 175 do Regimento Interno do Senado, a apreciação da Pauta nº 14, de*

2011, no sentido de ser apreciado inicialmente o Requerimento nº 14, de 2011; item 7, Requerimento nº 14 de 2011, nesta sessão ordinária."

Deputado Giroto, autor do requerimento, com a palavra por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Sr. Presidente, solicitei a inversão de pauta justamente pelo motivo que o requerimento do Deputado Wellington Roberto traz para esta Comissão um grupo de trabalho para que possamos orientar as obras que serão executadas para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

É dessa forma que eu solicito que V.Exa. coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira... Havendo quem queira discutir, são três inscritos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Rogério Marinho, Deputado Domingos Sávio e Deputado Vaz de Lima.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – O Deputado Raimundo Gomes de Matos também está inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ele não pediu, mas eu vou inscrevê-lo. O Deputado Raimundo Gomes de Matos também está inscrito.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, às 16h04min nós estamos na Comissão de Orçamento discutindo a inversão de pauta de um projeto em que, durante os últimos 2 meses, nós nos colocamos em obstrução. E não o fizemos, Sr. Presidente, por pirraça ou por uma questão circunstancial ou menor. Nós o fizemos fundamentados no respeito que esta instituição precisa ter com a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que foi criada justamente para moralizar esta Comissão, em função das graves acusações que ela havia sofrido, e permitir tanto a alternância dos seus membros quanto a participação equânime, equilibrada, da Oposição e da Situação nos Comitês que a compõem.

Sr. Presidente, a Resolução nº 1 permite a criação dos Comitês de Acompanhamento, inclusive no caso em tela, da execução orçamentária e financeira, por parte do Governo Federal. Essa incumbência é deste Comitê, o único Comitê – chamo a atenção das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados – presidido pela Oposição, presidido pelo ilustre Deputado Vaz de Lima, e que tem sido extremamente proativo, com vários requerimentos protocolados nesta Casa, todos eles na perspectiva de encontrarmos a melhor maneira de fazer com este Comitê funcione efetivamente. A execução orçamentária é extremamente importante, e o equilíbrio e o bom senso da Casa permitem que a Oposição aqui representada acompanhe a execução orçamentária e financeira do Governo Federal.

Com todo o respeito ao Deputado Giroto, aos Deputados do PR, autores do requerimento, que são bons e bem-intencionados Deputados, a meu ver, esse grupo de trabalho que está sendo criado, ou que se pretende criar, é uma superposição, Sr. Presidente, é uma espécie de comitê auxiliar do Comitê. E certamente vai haver algum confronto, o que não é necessário, e superposição, principalmente, de trabalho.

Por essa razão, nós nos colocamos contra essa inversão e pedimos aos companheiros Congressistas da Comissão, Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, que verifiquem a possibilidade de nos apoiar contra a inversão e, posteriormente, se ela acontecer, contra o requerimento, em função justamente da necessidade de termos um equilíbrio democrático nesta Comissão, que está sendo garantido pelo fato de que a Oposição aqui preside o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária da Comissão de Orçamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Deputado Domingos Sávio, às 16h07min.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Sr. Presidente, o coordenador da nossa bancada, Deputado Rogério Marinho, fez uma exposição, e eu venho complementar esse raciocínio da seguinte forma.

Esta Casa se organiza de forma regimental. E, por sua vez, também as Comissões desta Casa. As prerrogativas dessas Comissões são muito claras e, naturalmente, devem ser exercidas plenamente. Sempre que tivermos uma situação que possa trazer esse ou aquele entendimento de divergência à iniciativa de criar mais uma subcomissão ou mais um grupo de trabalho, fatalmente vamos acabar construindo aqui uma Torre de Babel. Isso não é bom para o ambiente democrático.

É claro que somos absolutamente a favor de um acompanhamento rigoroso, não só das obras da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, mas também de toda e qualquer obra. Entendemos que esta seja talvez a função sagrada do Parlamento: a de fiscalizar. E a Comissão de Orçamento, em particular, deve debruçar-se sobre esse tema de maneira permanente, através de todos os seus membros, indiferentemente de serem da Oposição ou da base do Governo.

Ocorre, como já foi lembrado, que já existe um comitê ou uma subcomissão – é quase redundante; mas a expressão mantida no ordenamento jurídico da Casa é comitê de acompanhamento e execução de obras públicas ou execução orçamentária – com essa prerrogativa. Ora, daqui a pouco vão começar a criar outra comissão para cumprir a função da Comissão de Orçamento. Assim existem várias outras Comissões nesta Casa, que correm esse tipo de risco, de invasão da sua competência. Aliás, este é um princípio fundamental na organização do Estado de Direito: as competências do Executivo, do Legislativo, do Judiciário. E aqui também a competência da Comissão de Orçamento e dos seus Comitês.

Imaginem se agora os Deputados da Oposição começarem a pressionar para criar grupos de trabalho que se sobreponham ou que venham a concorrer com os Comitês presididos por outros partidos que não comungam com as nossas ideias. É uma precedência que pode vir a ocorrer nesta Casa.

E inverter a ordem da pauta neste momento é acirrar a discussão de um tema quando estamos buscando construir convergências, Sr. Presidente. Chamo a atenção dos demais colegas para isso. Nós estamos fazendo um esforço para construir convergência, para construir entendimento e votar a LDO, que é a pauta maior desta tarde. E, votando a LDO, criamos todo um clima favorável à continuidade do trabalho desta Comissão.

Então, não vejo razão para tentar votar uma matéria que gera polêmica numa tarde em que a nossa atenção deve estar concentrada em construir a convergência. Este tema vai acirrar a divergência.

De minha parte, tenho clareza de que não há nenhum problema em fazermos esforços para fiscalizar mais. Eu quero que fiscalize. A Oposição é quem mais quer que se fiscalizem as obras da Copa do Mundo e todas as outras obras. Isso é natural em qualquer governo. O que não queremos é que se crie um grupo de trabalho paralelo a algo que já existe no Regimento, tirando de certa forma prerrogativas de um comitê que já existe, que é regimental. A Oposição poderia ter focado seu interesse em outro comitê, na hora de fazer, como regimentalmente previsto, as escolhas. Regimentalmente, optamos por este Comitê. E agora vão tentar nos puxar o tapete? Para usar uma expressão bem popular.

Isso não é adequado, não é de bom alvitre, não vai contribuir para a convergência. Então, faço um apelo para que não votemos a favor desta inversão de pauta, porque ela não vai melhorar em nada o trabalho desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Domingos.

Em discussão.

Com a palavra o Deputado Vaz de Lima, às 16h12min.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – V.Exa. está rigoroso.

Sr. Presidente, nobres pares, o que estamos discutindo, ainda, é um requerimento de inversão de pauta.

Vejam só: estamos buscando neste semestre todo, como disse bem o Deputado Domingos Sávio, a convergência em assuntos importantes analisados por esta Comissão. Para que qualquer Comissão ou qualquer Casa legislativa funcione bem, há um ordenamento jurídico que disciplina esse funcionamento. E não é diferente aqui na Comissão Mista de Orçamento. A Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, dispõe sobre a Comissão Mista Permanente de Orçamento e disciplina como vamos dar andamento aos nossos trabalhos.

É bom que seja assim, é importante que seja assim, para que não fique ao alvitre da própria Presidência ou de um grupo majoritário dentro da Comissão, para que não haja dentro da Comissão sentimentos outros que não aqueles que preservem o direito de todas as bancadas e de todos os Parlamentares.

Pois bem. Não este colegiado atual, mas o colegiado que representava naquele momento – em 2006, para ser preciso – definiu que a Comissão Mista de Orçamento teria Comitês Permanentes. E disciplinou a sua constituição, o seu funcionamento. Naquela oportunidade, definiu a existência de quatro Comitês: o de Avaliação da Receita; o de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades; o de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária; e o de Admissibilidade de Emendas.

Pois bem, Excelência. O que pretende o requerimento? Que, se invertida a pauta, discutamos posteriormente. É exatamente adentrar no Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária. Vamos discutir isso posteriormente, se tempo tivermos.

Mas gostaria desde logo de apelar aos nobres pares para que não façamos a inversão pedida no requerimento. Vamos nos ater àquilo que queremos agora: LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao querido Deputado Vaz de Lima.

Com a palavra o eminente Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, quero parabenizar a iniciativa do Deputado Wellington e por sua preocupação com a Copa do Mundo. Só que essa preocupação deveria

ter sido manifestada nos anos de 2008, 2009, 2010 e não somente agora. Em termos de convocação extraordinária, estamos aqui para avançar na LDO. Creio ser inoportuno este requerimento, até porque vai haver superposição de ações, tendo em vista a Resolução nº 1, a primeira resolução da Comissão. Se aprovarmos este requerimento, vai chocar com a tarefa, a missão de fazer todo esse acompanhamento e essa articulação entre os órgãos federados para a execução das obras da Copa.

Ora, essa preocupação seria pertinente nos anos anteriores. Na justificativa que apresentou, o Deputado Wellington afirma: *"A FIFA não esconde sua preocupação com a Copa de 2014"*. Demonstrou que efetivamente o Governo do Presidente Lula e, até o momento, o Governo da Presidente Dilma não têm avançado na execução das obras da Copa. Mas não cabe agora aprovarmos requerimento para instituir um grupo de trabalho que, em 180 dias, apresente conclusões, já que temos um comitê que vem acompanhando esse assunto.

Então, para não gerar dificuldade na tramitação das outras matérias aqui pautadas, solicitamos ao Deputado Wellington que, se for o caso, retire esse requerimento porque é intempestivo e inoportuno. Se isso tivesse acontecido em 2007, 2008, 2009, poderíamos até concordar, mas, no exato momento, é inoportuno apreciarmos esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o último orador inscrito para discutir o requerimento de inversão, eminente Senador e poeta Inácio Arruda.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA – Grande poeta paraibano, quero dizer que há, somente no Senado, pelo menos duas subcomissões para acompanhar a Copa do Mundo. Então, não vejo nenhuma sobreposição de atividade que queremos aqui realizar ou que vá conflitar. Esse é o caso específico do quanto mais, melhor. Não haverá qualquer dificuldade. Por quê? Porque esta matéria é de interesse de todos os Parlamentares e de todo o Brasil.

Então, se já existem no Senado pelo menos duas subcomissões – e V.Exa. participa de uma delas; se aqui na Câmara já existem também algumas, acho que não vamos ter nenhuma dificuldade, acho que é mais uma forma de acompanharmos esse grande empreendimento que o Brasil realizará.

Por isso, estamos de acordo, com todo o respeito aos nossos colegas que se opõem.

Obrigado, Sr. Presidente. Vamos à frente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em votação na representação da Câmara dos Deputados o requerimento de inversão.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados, contra os votos dos Deputados Raimundo Gomes de Matos, Rogério Marinho, Domingos Sávio e Vaz de Lima.

Em votação no Senado. *(Pausa.)*

Aprovado, contra o voto do Senador Cyro Miranda.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, peço verificação na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pediu verificação na Câmara o Deputado Rogério Marinho. Depois faço a votação no Senado.

Regimentalmente, V.Exa. tem que ter apoiamento, e esse apoiamento é de 10% dos presentes. É bom V.Exa. "dosimetrá-lo", porque conta para a presença.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Eu questiono o seguinte: o apoiamento também conta para a presença?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Conta. O Regimento é bastante claro. Já o li de cima a baixo naquela vez passada. É o Regimento Único do Senado. Conta para a presença. Pode confiar.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Não é só quem faz, não?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não, não. Quem apoiou também. *(risos)* Pode confiar, porque eu já vi.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Então, é de quanto o mínimo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – De 10%.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Então, são três. Há 40 nesta Casa?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Há 40. Então, 10% equivalem a quatro... São três.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Três? São 30.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – São 31. Vamos aproximar para quatro ou para três? Está muito mais perto de três.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não existe meio Deputado nem meio Senador. São quatro Deputados.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Não, três. Três.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos lá, Rogério, são quatro Deputados. Enumere V.Exa. e mais três. Pronto.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Não, eu e mais dois: Cajado e Raimundo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ninguém aqui vai cortar um Deputado ou um Senador

no meio. *(risos)* Então, esta Presidência decide que são quatro Deputados.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Raimundo, Cajado e Vaz.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Raimundo, Cajado e Vaz, além do Deputado Rogério são os quatro Deputados – até para efeito futuro, porque vamos fazer várias votações nesse sentido.

Raimundo, Cajado e Vaz. Quem pediu foi Rogério.

Vamos designar o Senador Anibal Diniz para secretariar os nossos trabalhos. *(Pausa.)*

O Senador Anibal Diniz vai fazer a chamada nominal, por força da verificação nominal pedida pelo PSDB, dos representantes da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Como vota o Deputado Arlindo Chinaglia?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Favorável ao requerimento de inversão de pauta.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Deputado Geraldo Simões.

O SR. DEPUTADO GERALDO SIMÕES – Sigo a orientação do partido, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Deputado Gilmar Machado. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Rui Costa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Peço aos Srs. Parlamentares que falem ao microfone, para efeito de registro pela Taquigrafia e de documento.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – "Sim".

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – "Sim".

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – O PT está completo.

PMDB:

Deputado André Zacharow. *(Pausa.)* Ausente.

Genecias Noronha.

O SR. DEPUTADO GENECIAS NORONHA – Favorável ao requerimento, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Deputado João Magalhães. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado José Priante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Favorável.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Deputado Marçal Filho.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – A favor da inversão.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Como vota o Deputado Raimundo Gomes de Matos?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – "Não" ao requerimento.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – "Não" ao requerimento.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Deputado Rodrigo de Castro. *(Pausa.)* Ausente.

PP:

Deputado Dilceu Sperafico. *(Pausa.)*

Deputado Márcio Reinaldo Moreira. *(Pausa.)*

Deputado Roberto Britto.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO – "Sim".

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – DEM:

Deputado Claudio Cajado. *(Pausa.)*

Deputado Efraim Filho. *(Pausa.)*

Deputado Vitor Penido. *(Pausa.)*

PR:

Deputado Giroto.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Pela inversão.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ– Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – "Sim".

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – PSB:

Deputado Gonzaga Patriota. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Valtenir Pereira. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ausente.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – PDT:

Deputado Ademir Camilo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ausente.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Deputado João Dado. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Fábio Ramalho. *(Pausa.)*

Deputado Rubens Bueno. *(Pausa.)* "Sim".

Deputado Nilton Capixaba.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA – "Sim".

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Deputado Edmar Arruda. *(Pausa.)* Ausente.

Deputada Luciana Santos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS – "Sim".

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Deputado George Hilton. *(Pausa.)*

Por acaso, algum titular deixou de votar? *(Pausa.)*

Vamos aos suplentes.

PMDB:

Votam dois: Deputado Benjamin Maranhão. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Danilo Forte. *(Pausa.)* Ausente.

Geraldo Resende. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – "Sim".

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – PSDB:

Vota um suplente: Deputado Carlos Brandão. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Vaz de Lima.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – "Não".

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – PP:

Votam dois suplentes: Deputado Carlos Magno. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Luiz Argôlo. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Roberto Teixeira. *(Pausa.)* Ausente.

DEM:

Votam dois suplentes: Deputado Alexandre Leite. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Heuler Cruvinel. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Pauderney Avelino. *(Pausa.)* Ausente.

PSB:

Votam dois: Deputado Audifax. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Edson Silva. *(Pausa.)* Ausente.

PDT:

Votam dois: Deputada Sueli Vidigal. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Ângelo Agnolin. *(Pausa.)* Ausente.

Bloco PV/PPS:

Deputado Antônio Roberto. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Moreira Mendes. *(Pausa.)* Ausente.

PSC:

Deputado Hugo Leal. *(Pausa.)* Ausente.

PRB:

Deputado Márcio Marinho. *(Pausa.)* Ausente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Encerrada a votação na Câmara dos Deputados.

Passa-se à contagem dos sufrágios. *(Pausa.)*

Vamos terminar a votação na Câmara, que eu passo à votação no Senado, como quer V.Exa. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Votos "sim": 16; votos "não": 3. Total: 19 votantes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Aprovada a inversão de pauta na Câmara.

Recolho os votos da representação do Senado.

Como vota o Senado? Às 16h30min.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – Sr. Presidente, peço verificação numérica para o Senado, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. tem que ter o apoiamento de mais dois Senadores. *(Pausa.)*

Senador Inácio Arruda, Senador Delcídio do Amaral, Senador Acir Gurgacz, Senadora Lídice da Mata, Senador Anibal Diniz e Senador Walter Pinheiro. Com o voto contrário do Senador Cyro Miranda.

Aprovada a inversão no Senado, com o voto contrário do Senador Cyro Miranda e do Senador Jayme Campos, meu queridíssimo Governador.

Vamos para a frente.

Apreciação do Requerimento nº 14, que requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

O autor, Deputado Wellington Roberto, está com a palavra.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, eu vou me ater àquilo que foi distribuído, até porque esse requerimento está mais conhecido do que Myrna e eu nesta Comissão. *(Risos.)* Esse requerimento já está mais conhecido do que Myrna, mais conhecida do que eu aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O requerimento está em discussão.

Deputados Rogério, Domingos, Vaz e Raimundo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – O Deputado Cajado também vai discutir.

Sr. Presidente, às 16 horas e...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Às 16h31min.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Às 16h32min.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Congressistas, é evidente que a discussão que se estabelece aqui é díspar. Há uma força muito forte aqui, do Governo na Casa, e essa força infelizmente impede que o debate ocorra na sua substância, no que ele é mais essencial. A nossa preocupação é a de defender aqui a isenção, a autoridade e a legitimidade da Comissão de Orçamento.

Sr. Presidente, nós estamos, é evidente, criando dentro da subcomissão de fiscalização da execução orçamentária e financeira uma superposição clara, quando precisamos justamente possibilitar um mínimo de equilíbrio nesta Casa. Qualquer democracia, em qualquer país do mundo, necessita de uma oposição, não apenas como é a Oposição neste Parlamento, uma oposição atuante e propositiva, mas também com os instrumentos adequados para fazer o seu papel de fiscalizar de forma correta, de forma objetiva, de forma absolutamente impessoal a execução orçamentária do Executivo; para apontar e corrigir distorções; para apontar e corrigir eventuais superfaturamentos; para permitir que os órgãos de controle da sociedade, notadamente o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União e o Ministério Público, tenham deste Congresso uma posição proativa e não apenas

uma posição receptiva e passiva, reagindo às denúncias veiculadas na grande imprensa do País.

É evidente que isso ocorre, Sr. Presidente, porque nós não estamos corretamente instrumentalizados. Nós estamos discutindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e a nossa maior preocupação desde o início foi com a transparência, com a possibilidade de obter uma condição melhor, mais lúcida, mais transparente, de verificar o que ocorre no Governo.

E, se esse projeto de lei passar, Sr. Presidente – e é evidente que nós todos, como falou o Deputado Domingos Sávio, queremos o maior nível de fiscalização possível –, como estabeleceremos, dentro da Comissão de Orçamento, em contraposição à própria Resolução nº 1, dois entes absolutamente idênticos, que vão ter a mesma função? É claro que vai haver alguma dificuldade, que vai haver superposição, que vai haver enfrentamento. E isso não é louvável, isso não é desejável. Não é o nosso entendimento nem o nosso desejo.

Por isso, Sr. Presidente, pedimos aos nossos pares, àqueles que talvez não tenham entendido o espírito desta nossa discussão e que votaram de forma açodada, que votaram certamente em função do pedido dos seus Líderes, que reflitam. O que estamos discutindo aqui não é uma posição de governo ou de oposição, mas a preservação da identidade do nosso Parlamento, o respeito à Oposição, porque vivemos num regime democrático. Oposição e situação são circunstâncias, são contingências. Quem hoje é oposição amanhã poderá ser governo. E queremos, evidentemente, na hora em que formos Governo, tratar a Oposição da mesma maneira como estamos sendo tratados, para o bem da sociedade, para o bem da democracia e para o bem do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Agradeço a V.Exa., mas ainda tenho 1 minuto. Eram 16h31min. Agora são 16h35min.

Só para concluir, Sr. Presidente, pediria a V.Exa., como magistrado que é – estou no limiar do meu tempo –...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com certeza.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – ... que, usando a autoridade moral que tem sobre nós pela sua condução firme, correta, equilibrada, equânime, fizesse ver, de acordo com as suas condições de magistrado, evidentemente, aos nossos companheiros Congressistas a importância de preservarmos o nosso Comitê, sem essa interferência que julgo indevida.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

Deputado Vaz de Lima, com a palavra, às 16h36min.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Pois não, Excelência.

Vamos agora ao mérito daquilo que estávamos votando. Votamos o requerimento de inversão; vamos votar agora o mérito.

O que se requer é a constituição de um grupo de trabalho para acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos... Ora, o que está em discussão é o fato de que já existe, dentro da Comissão Mista de Orçamento, o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, ao qual compete acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução orçamentária e financeira; apreciar o recebimento das informações; analisar as informações encaminhadas pelo tribunal; e, finalmente, analisar as demais informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, exceto as relativas a obras e serviços com indícios de irregularidade e as relativas à receita, porque existem comitês específicos para isso.

Ora, o que se propõe, com a criação desse grupo de trabalho, é exatamente usurpar do Comitê legitimamente constituído a sua condição de acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução orçamentária. O que está por trás de tudo isso? O que se quer com isso? Gostaria até de não ser o Coordenador do Comitê para poder dizer com mais propriedade essas coisas, para não legislar em causa própria.

O que há, Srs. Deputados, Srs. Senadores, no âmago do requerimento? Por que se pretende esvaziar o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária?

Aliás, esta Casa funciona com Comissões. Há aqui uma Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Naquela Comissão, à qual também pertenço – e o Deputado Wellington, autor do requerimento, também pertence –, há um subcomitê, para acompanhar as obras da Copa. Por que vamos sobrepor, nesta Comissão, mais um órgão colegiado, um grupo de trabalho?

Eu gostaria de apelar para a consciência dos Srs. Congressistas no sentido de que não rasguemos o nosso Regimento. É ruim quando se trabalha assim. Quando se faz assim, Senador, o próximo passo, ou a próxima vítima pode ser um dos senhores, exercendo uma atividade num subcomitê, ou num grupo de trabalho, ou numa comissão. É ruim que façamos isso, que deixemos de lado aquilo que está organicamente constituído, para criar, ao sabor e ao prazer de alguns, um grupo de trabalho para usurpar competências.

Queria fazer esse registro. Preciso fazer esse registro. Respeito os nobres companheiros, mas é preciso que fique registrado nos Anais desta Comissão que o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária... Aliás, há aqui um requerimento, o item 10, em que são solicitadas informações adicionais ao Ministério do Planejamento e ao Ministério da Fazenda, exatamente de acordo com o que prevê o art. 22 do Regimento Interno desta Comissão Mista.

Eram esses o registro e o apelo que gostaria de fazer aos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – O.k., Deputado Vaz.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio, às 16h41min.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Sr. Presidente, na minha manifestação anterior, eu alertava sobre a minha preocupação em estabelecermos aqui uma superposição de funções, mas reiterava que desejo e considero como uma das funções magnas desta Casa a fiscalização detalhada, minuciosa.

Portanto, pode parecer contraditório quando estamos alertando que não nos parece adequado criar um grupo de trabalho com este propósito: fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento de compromissos financeiros das obras da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. Estamos alertando para o fato de que a superposição, ou essa competição interna, pode gerar problemas, principalmente para o Governo.

Estou surpreso. Ao mesmo tempo em que elogiei aqui, hoje, o Líder do Governo no Congresso, Deputado Mendes Ribeiro – e não o vejo aqui agora –, registrei esse alerta.

Eu já disse isto mais de uma vez: não vim para esta Casa para ser oposição intransigente. Tenho um compromisso com o País em primeiro lugar. Quero o bem do Brasil. Quero que a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos se deem de maneira adequada. E quero que a Presidenta Dilma seja bem-sucedida.

Mas estou preocupado. Estou pasmo aqui. O Governo está de certa forma incentivando a criação de uma sobreposição de atividades. E sem muita clareza. Há no próprio corpo do requerimento, Sr. Presidente, algo surpreendente. Esta Casa acabou de votar, por solicitação do Governo, a criação de um regime especial de licitação de obras públicas, justamente para a Copa e para os Jogos Olímpicos. O requerimento propõe que se crie um grupo de trabalho para fiscalizar isso, sob a luz da Lei 8.666. Meu Deus do céu! Parece que não estamos nem acompanhando o que estamos votando. Foi clara a mudança feita na MP 527, já aprovada no Senado. Agora vamos criar um grupo de trabalho, com uma missão sobre algo que já não existe? Com um prazo de 180 dias. Mas se dará um poder a esse grupo de trabalho, Sr. Presidente. Esse poder vai falar em nome do Congresso, para ir em cima de quem está fazendo jogos, de quem vai administrar bilhões de reais, e dizer: *"Olha, eu vim aqui para fiscalizar vocês"*.

Vamos falar português claro nesta Comissão! É isso que vai ajudar o Governo a fazer uma gestão melhor, com menos crises, com menos problemas?

Não tenho nenhum problema em votar. Vou continuar contra porque acho que não é bom para o Brasil e não é bom para esta Casa, para a transparência desta Casa, mas sinto que vai ser aprovado. Aí vou ter mais uma função: membro desta Comissão, vou acompanhar esse grupo de trabalho. Quero ver qual é o seu propósito. Se alguém quer fiscalizar e já é membro da Comissão de Orçamento e Fiscalização, tem prerrogativa para isso. Se alguém quer fiscalizar, há um comitê aqui dentro que já tem a função de fiscalizar a execução do Orçamento. Mas quer fiscalizar ou quer poder? Quer poder discricionário? Que pelo menos tivesse o cuidado de elaborar a proposta de poder ou a adequasse. É uma proposta de poder, para fiscalizar a Lei 8.666, que já nem tem a prerrogativa de acompanhar a execução de obras da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos.

É uma proposta de poder, para fiscalizar e cuidar de algo que vai acontecer daqui a 4 anos... Os Jogos Olímpicos serão daqui a 6 anos, parece-me. Enfim, da Copa do Mundo de 2014. Vai fazer um relatório em 180 dias. Tem poder. Mas ajuda o País? A minha indagação é esta: ajuda o País? Ajuda o Governo?

Eu acho que estou fazendo papel de Líder do Governo, neste momento, ao colocar isso nesse tom de desagravo para a Comissão de Orçamento.

Eu vou manter a minha posição contrária porque estou muito convencido de que não ajuda o País, de que não ajuda esta Comissão. E não é claro este requerimento. Pelo contrário: traz vícios de origem. O requerimento propõe criar um grupo de trabalho para exercer o papel de fiscalização, focado nos ditames da Lei nº 8.666, para fiscalizar obras da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos.

Vai ser uma vergonha para esta Casa, para a Comissão de Orçamento, se sair isso amanhã na imprensa: *"A Comissão de Orçamento aprova um requerimento, que vai fiscalizar"...* Está aqui, Srs. Deputados, no teor da proposta, do requerimento:

"Caberá ao Grupo verificar se o planejamento, a execução e a articulação dos órgãos e entidades federais responsáveis pela realização ou pelo financiamento dos investimentos estão adequados e devidamente respaldados em projetos, estudos e orçamentos indis-

pensáveis à sua execução, nos termos da legislação vigente, em especial da Lei 8.666/93."

Essa Lei 8.666, só para atualizar, todos sabem, foi alterada no que diz respeito exatamente às obras da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, aprovada por esta Casa e aprovada pelo Senado.

Fica o alerta, Sr. Presidente. Acredito que esta Casa tem ainda a oportunidade de rejeitar este requerimento e evitar mais um desserviço ao País.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Se fosse no âmbito do Comitê do Deputado Vaz de Lima, não seria uma vergonha. A criação de um grupo de trabalho é uma vergonha.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – Deputados!

Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – Não. Eu inclusive cortei o microfone.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – Deputados!

Eu até cortei o microfone, Deputado Domingos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – Não, eu cortei o dele. Ele está falando fora do microfone.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – Deputados!

Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – Eu peço ao Deputado Wellington Roberto que contribua com a continuidade dos trabalhos.

Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos, às 16h48min.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, quando da solicitação de inversão de pauta, eu solicitei – estão gravadas as minhas palavras – que o Deputado Wellington Roberto retirasse este requerimento. Eu não disse o porquê. Ele não teve nem o cuidado, nem sua assessoria – a assessoria do Deputado Wellington Roberto –, de verificar que se estava votando uma coisa inócua. Nem ele, nem a assessoria dele. Eu não disse o porquê.

O Deputado apresentou matéria inócua: está escrito e assinado pelo nobre Deputado nordestino, grande defensor do nosso Nordeste, que esse grupo de trabalho vai se deter na fiscalização e no acompanhamento, especificamente, de obras e ações, baseado na Lei 8.666.

Será que nós vamos aprovar, Srs. Senadores, Srs. Deputados? Das duas uma – vamos ser bem claros: ou os nobres Parlamentares não leram o que está escrito aqui, ou vão votar uma coisa e deixar mais uma vez o Congresso Nacional à mercê da imprensa, para interpretar os nossos posicionamentos.

Por isto é que muitos Senadores e Deputados em determinados momentos não se intitulam defensores dos seus mandatos, pela vergonha de determinadas manobras que se fazem em determinadas Comissões e por nós não termos clareza do que nós queremos.

Qual é o motivo desse Grupo de Trabalho? Alguém me dê por escrito quais são os reais motivos. Se não tivéssemos estabelecido aqui – e não importa se é PSDB, PT, PR, PMDB –, se a Comissão de Orçamento não tivesse, já na sua Resolução nº 1, não numa resolução de ontem, mas na Resolução nº 1, estabelecido um comitê para fazer esse acompanhamento, muito bem, concordo plenamente com o Deputado Wellington Roberto que nós precisaríamos compor uma Comissão para isso.

O que efetivamente esta Comissão vai fazer em 180 dias, se as licitações nem aconteceram, se nem os pré-projetos foram feitos? E vou além. Na própria justificativa, o Deputado diz o seguinte: *"O Brasil foi confirmado como a sede da Copa em 2007".* Em 2007! Sete anos terão se passado até o começo do evento. Nenhum país antes foi escolhido com tanta antecedência como o Brasil. Nós precisamos agora aprovar a Medida Provisória nº 527. Infelizmente, nós tivemos dois cearenses como Relatores, o Senador Inácio e o Deputado Guimarães. Coisa absurda!

O Brasil, em 2007, foi comunicado pela FIFA. Aqui se diz: *"Nunca um país foi escolhido com tanta antecedência".* Agora, de uma hora para outra, precisamos fazer comitê disto, comitê daquilo, mudar a lei A, mudar a lei B, e tudo pela incompetência do Governo em fazer os devidos projetos. Incompetência do Governo não da Presidente Dilma, mas do Governo do Presidente Lula em aprovar, num pacto federativo, os orçamentos necessários para este grande momento para o Brasil que será a Copa de 2014. E ainda temos os jogos de 2016!

Eu solicitei ao nobre colega Deputado Wellington Roberto a retirada desse requerimento para não se gerar esse malestar, porque no requerimento há coisas inócuas, coisas que, ao pé da letra, não vão acontecer. Nós vamos aprovar esse requerimento, se for o caso, e instalar a Comissão com cinco membros, como é

solicitado aqui: *"O Grupo de trabalho terá 180 dias, e serão designados cinco membros pelo Presidente da Comissão".* No momento em que for estabelecido, o que efetivamente esse Grupo de Trabalho vai fazer? Praticamente nada. Então vai ser uma coisa morta.

Por isso estamos nos posicionando contra. E mais uma vez pedimos que, se for o caso, seja refeito o requerimento. Mas aprová-lo tal como ele está é, acima de tudo, uma inconsequência para esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – Vamos votar.

Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu também quero fazer algumas ponderações aos colegas.

Lembro inicialmente que um dos pressupostos do Parlamento é o convívio compulsório entre partidos contrários. Assim estabeleceu a democracia, assim quis o povo. E os Parlamentos, evidentemente, decidem por maiorias. É preciso respeitar as maiorias. Mas também é intrínseca à finalidade do Parlamento o respeito às minorias. A ideia da proporcionalidade é que preside toda equação de divisão de espaços entre as múltiplas e inúmeras atribuições de um Parlamento. E, nesta Casa, verdade seja dita e justiça seja feita, ao longo dos tempos, embora sempre haja uma maioria, o direito à equação e aos espaços das minorias é preservado, vide, por exemplo, a definição das Comissões Permanentes. É lamentável que em algumas Casas Legislativas do Brasil – Assembleias ou Câmaras de Vereadores – a maioria se forme e não haja nenhuma Presidência de Comissão para partido de Oposição. Isso é péssimo não só para a Oposição, mas muito mais para a democracia.

Esta Casa preserva esse espírito.

Seguindo na esteira desse raciocínio, quando a Resolução nº 1 firma toda a disciplina de funcionamento desta Comissão, e o faz definindo pelo menos seis Comitês com atribuições específicas, a definição daqueles que compõem esses Comitês também se preserva, e essa é uma consequência do princípio da proporcionalidade. Por essa razão coube à Oposição exercer esse papel no Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução.

Então o princípio da proporcionalidade eu acho que fundamenta a justificativa de não ser necessário o advento de mais um Grupo de Trabalho ou de mais um subcomitê para essa finalidade, independentemente dos méritos, dos bons propósitos de se trabalhar em prol de algo que precisa ser de fato acompanhado mais amiúde.

Para se ter uma ideia, na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro, não faz muito tempo, nós ouvimos que a obra do estádio maior do mundo, o Maracanã, no início orçou-se em 400 milhões. Passado um pedaço, o orçamento tinha ido para 700 milhões. Agora apresentou-se ao Tribunal de Contas a dotação de 1 bilhão de reais para o soerguimento do Maracanã. Aí eu me lembro de Caetano Veloso, quando cantou São Paulo: *"A força da grana que ergue e destrói coisas belas".*

O Maracanã, desde que eu me entendo por gente, vem sofrendo reformas, e estava em estado razoável. Praticamente detonou-se o Maracanã para fazer um estádio novo, sob o argumento de que aquela parte de cobertura era uma obra imprescindível. Alto lá! A Comissão de Turismo esteve ontem na CBF, e nós observamos no elenco de exigências da FIFA que essa não é uma exigência, é uma recomendação. Então há um campo muito fértil de trabalho aí, que é dever do Congresso Nacional exercer. Para tanto já foi constituído um Comitê, que tem absoluta prerrogativa para exercer esse papel. Eu acho que os Deputados que têm vontade de trabalhar nessa questão devem se somar ao Comitê.

Essas são algumas das ponderações que eu queria fazer, Sr. Presidente.

E eu também poderia ilustrar essa situação com o exemplo do metrô da cidade do Rio de Janeiro, que terá dotações federais. Houve uma alteração do traçado de forma oblíqua, por assim dizer, sem se ouvir a sociedade local, e por aí vai. E haverá dotação do BNDES.

E os aeroportos, como ficam?

Portanto há muito o que fazer, mas o fato é que, para essa finalidade específica, nós já temos, à luz do princípio constitucional da proporcionalidade, que é respeitado nesta Casa, um órgão com essa atribuição definida, um órgão já composto.

Estas são algumas ponderações, que faço com absoluto respeito ao Deputado Wellington Roberto e às intenções de convergirmos todos. Aqueles que quiserem participar disso vão para esse Comitê, que é plural, presidido por um Deputado do PSDB mas que deve estar composto majoritariamente por Deputados a favor do Governo. O que interessa é que a Copa aconteça da forma mais razoável e menos perdulária ao Erário da República, isto sim. Esse é o nosso papel.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – Com a palavra o Deputado José Priante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Eu vou procurar ser breve, Sr. Presidente.

Ouvi aqui considerações daqueles que entendem que não devamos aprovar a criação de um Grupo de

Trabalho. Avaliadas essas considerações, eu gostaria de defender o meu voto.

Eu vou votar a favor da criação do Grupo de Trabalho. Não para que esse Grupo de Trabalho venha a conflitar ou a subtrair o poder de um Comitê desta Comissão, mesmo porque o Grupo de Trabalho tem o propósito de tratar de um tema específico, não de toda a agenda. O Comitê tem a finalidade de acompanhar as obras do Governo brasileiro, e, a rigor, em face do arcabouço da formatação da fiscalização nacional, já teríamos o TCU para acompanhá-las. A cada vez em que suspeitássemos de algo, poderíamos escalar o TCU, tendo em vista que ele é um órgão auxiliar do Poder Legislativo. Além do mais, a agenda do Governo brasileiro está repleta, a cada ano, de uma série de obras, de uma série de procedimentos, de uma série de processos, diferentemente de uma agenda excepcional que é a realização de uma Copa, um evento internacional no País.

Ora, se nós formos levar em consideração o fato de que o Poder Legislativo, através da Comissão de Orçamento, não deveria adentrar nesse tema, temos de rever o fato de que na Comissão de Desporto existe uma comissão de acompanhamento, na Comissão de Fiscalização e Controle existe uma comissão de acompanhamento, etc. Não vejo o porquê de tanto conflito em torno da atuação de um Grupo de Trabalho nessa matéria. Dado o exagero das argumentações, passo a estranhar o porquê de não quererem a participação do Grupo de Trabalho.

Quanto à formalidade do requerimento, se a forma está errada, é possível alterá-la. Só não vejo em que um Grupo de Trabalho composto de alguns Parlamentares e atuando durante 180 dias possa conflitar com o Comitê Permanente de Acompanhamento e Fiscalização de Obras. Eu não vejo o conflito, e acho, isto sim, que deva haver uma harmonia, para que o Grupo de Trabalho contribua para essa agenda excepcional para o País, que é exatamente a agenda que levou à alteração do rito de licitação dessas obras. E eu acho que esta sim merece uma lupa, uma atenção especial do Parlamento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Walter Pinheiro) – Muito obrigado.

Encerrada a discussão, coloco em votação a matéria.

Em votação o requerimento na representação da Câmara.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com os votos contrários dos Deputados Rogério Marinho, Domingos Sávio, Vaz de Lima. E

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – O Deputado Raimundo também votou contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Do Deputado Raimundo Gomes de Matos também.

Aprovado na Câmara.

Em votação na representação do Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A matéria foi aprovada.

Passo a direção dos trabalhos ao nobre Presidente.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – Com o voto contrário do Senador Cyro Miranda.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS – E do Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Senador Walter Pinheiro.

Vamos continuar votando.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Pela ordem, Sr. Presidente. Agradeço a todos os meus pares nesta Casa e aproveito para convidar V.Exa. para ser o Coordenador desse Grupo de Trabalho. A sua presença nos honraria muito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu já tenho muita bomba aqui.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Mas eu pediria a V.Exa. que aceitasse, nobre Presidente.

(Não identificado) – Eu faço esse apelo também, Presidente.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Só assim não pairariam dúvida sobre esse Grupo de Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a indicação de V.Exa.

Meu querido Senador Jayme Campos, eu gostaria de testemunhar o trabalho que V.Exa. teve para relatar Projeto de Lei nº 9, item 4 da pauta.

Peço a atenção dos Srs. Parlamentares.

O Senador Jayme Campos relatou crédito ao Orçamento Fiscal da União em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério Público e do Conselho Nacional do Ministério Público, no valor global de R$48.993.000,00.

Foram apresentadas cinco emendas, e S.Exa. se posicionou favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade nas Emendas nºs 2 a 5 e pela rejeição da Emenda nº 1.

O Relator está com a palavra, para a apresentação do seu relatório.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, a Presidente da República, no uso da prerrogativa que lhe conferem os arts. 165, III,

84, XXIII, da Constituição Federal, mediante a Mensagem nº 49, de 2011-CN (nº 209/2011 na origem), submete à apreciação Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 9, de 2011-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito especial no valor global de R$48.993.402,00 reais, para incluir categorias de programação específicas na Lei Orçamentária Anual – LOA vigente (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), e acrescenta no Plano Plurianual 2008/2001 – PPA 2008/2011 (Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008) ações orçamentárias de caráter plurianual.

Os recursos necessários para o crédito especial decorrem de anulação de dotações orçamentárias, no valor de R$43.183.402,00 e de excesso de arrecadação de Recursos de Convênios, no valor de R$5.810.000,00, que, de acordo com a Exposição de Motivos – EM nº 00087/2011, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, será incluído no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao terceiro bimestre de 2011.

O crédito especial destina-se às finalidades descritas no quadro seguinte.

Não vou relatar esse item, Sr. Presidente, dianuma vez que a matéria já se encontra nesta Comissão há mais de 10 dias.

A EM informa que, no caso dos pleitos do Judiciário e do MPU, as suplementações e remanejamentos solicitados foram aprovados pelos respectivos conselhos nacionais, conforme estabelecido no art. 56, § 13, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2011 (Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010).

Informa ainda que, em virtude de o crédito ora analisado envolver dotações alocadas pelo Congresso Nacional por meio de emendas parlamentares, os respectivos autores concordaram, mediante ofício, com o remanejamento proposto.

O projeto inclui no PPA as seguintes ações, de caráter plurianual: "onstrução de Fórum Trabalhista em Alagoinhas – BA" e "Construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público – DF".

Foram apresentadas cinco emendas ao projeto.

Análise.

O referido projeto de lei de crédito encontra-se respaldado pela Constituição Federal, porquanto de iniciativa da Presidente da República com a finalidade de cumprir, em especial, as disposições do art. 166, *caput* e § 1º, e art. 167, V.

O art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece a necessidade de fonte de recursos para a abertura de crédito adicional. Essa fonte foi plenamente demonstrada no PL em exame.

Cumprem-se também as disposições da LDO 2011, uma vez que o crédito solicitado:

a) não acarretará, nos termos do item 4 da EM, prejuízo à execução das ações objeto de cancelamento, porque o remanejamento foi decidido com base nas possibilidades de execução dentro do corrente exercício (§ 5º do art. 56 da LDO 2011);

c) não afetará, segundo o item 6 da EM, a meta de superávit primário previsto no Anexo de Metas Fiscais (§ 12 do art. 56 da LDO 2011); e

d) apresenta a relação dos pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público em que, nos respectivos âmbitos, se aprovaram os créditos propostos (§ 13 do art. 56 da LDO 2011).

Dos demais a Comissão já tem conhecimento.

Vou para o voto, Sr. Presidente.

Voto.

Diante do exposto, tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade, mérito e técnica legislativa da proposição, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 09, de 2011-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Este é o voto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa. e quero dar o testemunho do esforço que V.Exa. fez para contemplar a Justiça Eleitoral, a Justiça do Trabalho e os membros do Ministério Público neste PLN, principalmente da atenção que V.Exa. tem ao seu Estado e à sua Região.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, alterada pela de nº 3 de 2008, ambas do Congresso, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto. A minha Supersecretária aqui não me deixa errar em nada. Obrigado.

Tem a palavra o Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Antes de discutir a matéria, Sr. Presidente, eu queria cumprimentar e parabenizar o Senador Jayme Campos pelo seu relatório.

Ressalto que nesta proposta estão sendo destinados dois recursos para a construção de duas Varas do trabalho no Estado de Goiás. Para a cidade de Posse, que tenho a honra de representar como o Parlamentar mais votado naquela cidade, será destinado 1 milhão 665 mil reais, recurso que será revertidos para a construção da Vara do Trabalho. A outra cidade contemplada é Valparaíso de Goiás, no Entorno do Distrito Federal, Região Metropolitana do Distrito Federal.

Sr. Presidente, ressaltando os recursos que serão destinados a essas duas cidades goianas, eu gostaria mais uma vez de cumprimentar o Relator, Senador Jayme Campos. Peço aprovação a todos os Parlamentares presentes na nossa Comissão Mista.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Passou Goiás o senhor está junto, não é, Deputado?

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Estou junto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – A discussão do relatório está encerrada.

Em votação na Câmara.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Ah, outro goiano. Falou em Goiás, ele não ia perder a oportunidade.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – Eu queria parabenizar o Senador Jayme Campos pela dedicação que teve a esse relatório e pela forma como o apresentou. Agradeço em nome das duas cidades já citadas pelo Deputado Pedro Chaves.

Encaminhamos nosso voto pela aprovação total do relatório.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Dá para formar uma dupla sertaneja.

Em votação na Câmara dos Deputados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. (*Pausa*.)

Aprovado.

O relatório do Senador Jayme Campos foi aprovado.

Pauta nº 14, item 5, Relator o Senador Cyro Miranda.

Projeto de Lei nº 10/2011-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito de R$38.062.926,00.

Não foram apresentadas emendas. O voto é favorável, nos termos do projeto.

Senador Cyro, sem a obstrução, V.Exa. se atenha a ler o voto, até porque o relatório de V.Exa. é similar ao relatório do Senador Jayme Campos.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – Perfeito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, a Presidente da República, por meio da Mensagem nº 50, de 2011-CN, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 10/2011-CN, que abre Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 38.062.926,00 para atender à programação constante do Anexo I do referido Projeto de Lei.

Lida na sessão do Senado Federal em 20 de junho de 2011, a Mensagem foi remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e designado este Parlamentar para relatar a matéria, na forma regimental.

Não foram apresentadas emendas.

Voto.

Em decorrência do dispositivo no art. 167, inciso V, da Constituição e no art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, o projeto de lei sob exame indica as fontes de recursos que devem atender ao crédito suplementar, sendo todas derivadas de cancelamentos de dotações dos próprios órgãos beneficiados.

Também importa ressaltar que o projeto de lei em tela, se aprovado, não afetará a obtenção da meta de resultado primário fixada para o presente exercício, pois, conforme mencionado anteriormente, trata-se de remanejamento entre despesas primárias do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.

Assim, considera-se que o projeto de lei crédito especial em análise encontra-se em conformidade com as normas que regulam a matéria.

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 10, de 2011, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Era o que tínhamos a relatar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, coloco a matéria em votação na representação da Câmara dos Deputados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal. (*Pausa*.)

Aprovado.

Cumprimento o Senador Cyro Miranda pelo seu belíssimo trabalho.

O item 6 é da relatoria do Sr. Senador Jayme Campos.

Sr. Relator, por favor, só V.Exa. pode solicitar a retirada do item 6, em virtude do atendimento pelo Tribunal de Contas da União dos requisitos necessários, conforme determina o nosso Regimento. Tem a palavra V.Exa.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS – Sr. Presidente, diante do expediente que eu recebi aqui, peço a retirada de pauta da matéria, para que nós possamos fazer o seu reexame e *a posteriori* a colocarmos em votação.

Peço a V.Exa. que retire de pauta a referida matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Será atendida a solicitação de V.Exa., Sr. Senador Jayme Campos.

Passamos ao item seguinte, apreciação do Requerimento nº 16 de 2011. Como o autor do requerimento, o Deputado Efraim Filho, está ausente, fica adiada a apreciação do requerimento para a próxima sessão.

Tem a palavra o Senador Anibal Diniz.

Apreciação de requerimento...

O SR. SENADOR ANÍBAL DINIZ – O Aviso nº 4 de 2011, sobre relatório do Banco Central, nós não vamos votar hoje?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos. Ele está na pauta.

O SR. SENADOR ANÍBAL DINIZ – Está na pauta?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Está na pauta, e nós vamos invertê-la na hora em que V.Exa. o solicitar. Faça apenas um...

O SR. SENADOR ANÍBAL DINIZ – Eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pela elegância de V.Exa. e solidariedade a esta Comissão, V.Exa. tem franqueada aqui a mesa.

Requerimento nº 17, dos Deputados Danilo Forte e Benjamin Maranhão. Como S.Exas. estão ausentes, fica adiada a votação.

Requerimento de autoria do Deputado Vaz de Lima. Pauta 14, item 10: Requer informações adicionais aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, no âmbito de respectivas competências, acerca do Decreto nº 7.445, de 1º/03/2001 (Decreto de Limitação de Movimentação e Empenho.

V.Exa. está com a palavra, como autor e Coordenador do Comitê.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Sr. Presidente, o Comitê está cumprindo o seu papel. Este requerimento está embasado exatamente numa de suas funções, e tem que passar pelo Plenário da Comissão.

Não quero voltar à discussão anterior, Excelência, mas o requerimento originário do Comitê deve ser aprovado pelo Plenário desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discuti-lo, coloco-o em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item seguinte.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Eu queria pedir ao nobre Presidente Senador Vital do Rêgo Filho a retirada de um requerimento de nossa autoria, o de nº 19/2011, que requer a realização de audiência pública conjunta com das Comissões Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e de Fiscalização Financeira e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Atendido V.Exa., por perda de objeto.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, pela ordem. Estamos apreciando que pauta agora?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pauta 14. Veja a coincidência: o autor deste requerimento é V.Exa. V.Exa. está sempre nos lugares certos, nas horas aprazadas.

Item 12, Requerimento 20/2011: "Requer a inclusão ao Requerimento 01/2011, para fazer parte de audiência pública, o Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, o Sr. Paulo Safady Simão, em primeiro momento, para debater a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos (...)"

O Deputado Claudio Cajado é o autor do requerimento. S.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, esse requerimento é um aditamento a requerimento anterior que nós já aprovamos na Comissão. Infelizmente ainda não aconteceu a audiência pública para nós discutirmos essa alteração na Lei de Licitações com vistas na realização das obras para a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

V.Exa. é testemunha de que em uma medida provisória que já foi inclusive votada no Senado aprovou-se o RDC, Regime Diferenciado de Licitações. Nós gostaríamos de fazer essa discussão. Ainda que tenha sido aprovada, eu acho que é importante nós discutirmos essa matéria, porque estamos alterando uma legislação de certames licitatórios para o futuro. É importante nós ouvirmos tanto a área de execução quanto a área de fiscalização, para vermos se há como aprimorar essa legislação no futuro, daí por que eu insisto no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. tem toda a razão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu reitero a V.Exa. que desenvolva esforços no sentido de fazer virem a esta Comissão os convidados, que

já foram inclusive cientificados em comunicados anteriores. E eu peço o aditamento para...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Esta Presidência concorda com o pedido de aditamento de V.Exa. e fará esforços, já recomendou isso, para que, nas primeiras semanas de agosto, façamos aqui a discussão desse assunto, que mais do que nunca está em pauta.

Em discussão o requerimento do Deputado Claudio Cajado. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 13 da pauta, também de autoria do Deputado Claudio Cajado, é uma moção de pesar em virtude do falecimento do nosso ex-Presidente, membro titular desta Comissão, figura extraordinária, Senador Itamar Franco.

Com a palavra V.Exa. Pode falar em nome desta Presidência, em nome da Comissão, os requerimentos mais louváveis no dia de hoje.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Muito bem, Presidente. Faço uma menção honrosa ao ex-Presidente Itamar Franco. Eu motivei esta moção na Comissão por justamente, como disse V.Exa., o Presidente Itamar Franco ser membro titular desta Comissão de Orçamento e Fiscalização.

A morte surpreendente do Senador Itamar Franco chocou todo o País. Assistimos pela televisão, e muitos dos nossos colegas Parlamentares participaram do sepultamento e puderam constatar quanto o ex-Presidente, Senador Itamar Franco, era querido não apenas no seu Estado natal, Minas Gerais, mas também na Bahia, já que o Senador Itamar Franco era baiano no registro. E nós todos temos a grata convicção de que S.Exa. exerceu com denodo as funções públicas e os mandatos que o povo lhe concedeu, sempre com honradez, com dignidade e com uma posição reta, o que demonstra que a sua passagem na vida pública foi uma passagem que deve enobrecer todos os políticos brasileiros.

Por isso, peço o apoiamento dos Congressistas presentes a esta Comissão, para que possamos fazer a aprovação desta moção de pesar pelo passamento do ex-Presidente, querido Senador Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Continua em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Representação da Câmara dos Deputados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Representação do Senado Federal. (*Pausa*.)

Em nome desta Presidência, com a aprovação deste requerimento, gostaria de traduzir a imensa saudade e o vazio político, parlamentar e no Senado Federal que o Senador Itamar Franco faz a todos nós. Ao cabo de uma vida cheia de vitórias e de sacrifícios, o Senador nos privou de 4 meses de amizade, de uma amizade franca, fraterna, com todas as formas muito peculiares e claras do seu comportamento. E nós todos, do Senado, consternamo-nos com o rápido desfecho de um processo neoplásico que acometeu o Senador Itamar Franco.

A sua memória está permanentemente em rede viva. Por parte da imprensa, sempre vejo, ouço, além de artigos, declarações e depoimentos acerca da vida e da obra do Senador Itamar Franco. A sua memória para esta Comissão, como membro titular, sempre será lembrada.

Agradeço a V.Exa.

Item 14 da Pauta 14. Apreciação do relatório apresentado às matérias do Congresso Nacional sobre o Relatório Gestão Fiscal, do Governo Federal, referente ao exercício de 2006: o Aviso 44/2009, a Mensagem nº 20, de 2007, do Congresso Nacional, e os Ofícios 1 a 4, de 2007, do Congresso Nacional.

O Relator é o Deputado Danilo Forte.

Com a ausência justificada, passo a relatoria ao Deputado Ademir Camilo.

Vamos ao voto, Ademir.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – "Voto:

De acordo com as informações constantes no Relatório e Voto que fundamentam o Acórdão 2.354/2007, os Poderes e órgãos da esfera federal têm cumprido a Lei Complementar nº 101/2000.

As irregularidades verificadas tiveram a correspondente medida corretiva indicada pelo Tribunal de Contas da União.

Em face do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Aviso 44/2009, da Mensagem 20/2007, do Poder Executivo, dos Ofícios nºs 1, 2, 3 e 4, de 2007, relativos ao Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, do Superior Tribunal de Justiça, do Ministério Público da União e do Tribunal Superior Eleitoral, respectivamente, e das peças que acompanham, bem como autorizo o arquivamento dos autos.

Sala das Comissões, Deputado Danilo Forte, Relator."

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Representação da Câmara dos Deputados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Representação do Senado Federal. (*Pausa*.)

Aprovado.

Agradeço ao Deputado Ademir Camilo, futuro Senador, pelo relatório.

Pauta 14, item 15.

Apreciação do Ofício nº 40/2009, que encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos §§ IV e V da Lei nº 7.827, de 1989, o relatório do Banco do Brasil sobre atividades envolvidas e resultados obtidos com as aplicações do Fundo de Financiamento do Centro-Oeste.

O Relator é o Deputado Ângelo Agnolin. O voto é pelo arquivamento. Quem vai relatar é o Deputado João Dado.

Vamos ao Voto.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Voto do Relator:

"O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, previsto no art. 159, inciso I, alínea "c", regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com as alterações da Lei 9.126, de 10 de novembro de 1995, da Lei nº 10.177, de 2 de janeiro de 2001 e Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, é administrado pelo Banco do Brasil S/A com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento.

Comparando os dados dos exercícios constantes do balanço patrimonial, verifica-se que ocorreu um acréscimo no volume de financiamentos realizados no período, passando de 7,8 bilhões para 10,4 bilhões em 2008, o que representa 32,7% de aumento."

É um resultado bastante otimista do FCO.

Vamos imediatamente para o final, para o Voto.

"Diante do exposto, considerando-se que a prestação de contas do Fundo deverá ser analisada pelo Tribunal de Contas da União e que não se verifica a necessidade da adoção de qualquer providência no momento, voto no sentido de que esta Comissão conheça esta matéria e determine o seu envio ao arquivo."

Este é o voto do Deputado Ângelo Agnolin, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao querido Deputado João Dado pelo relatório.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Representação da Câmara dos Deputados.

Aprovado.

Representação do Senado Federal.

Aprovado.

Item 16 da Pauta 14.

O Relator é o Senador Ciro Miranda.

Apreciação do relatório sobre as demonstrações financeiras do Banco Central referentes ao exercício de 2009.

S.Exa. é forte! (*Risos*.) Relatar contas do Banco Central, imaginem! (*Risos.*)

Aviso nº 05, de 2010, e Avisos nºs 21, 40 e 51, de 2009

Vamos ao Voto, Senador Cyro Miranda, de 2009.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – Precisamos fazer um resumo.

O Banco Central registrou um lucro, Sr. Presidente, de 5,6 bilhões em 2009, e no segundo semestre o resultado foi de 6,6 bilhões. No primeiro semestre houve um prejuízo de 941,6 milhões.

Vamos ao Voto.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 2, da Resolução nº 1 de 2006, do Congresso Nacional, emitir parecer e deliberar sobre o sobre o cumprimento dos objetivos e metas da política monetária creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados no balanço. Tal competência também encontra respaldo no art. 112 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2009 (LDO).

Assim, com base nessa competência e levando em conta análise por nós efetuada, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo do relatório sobre a análise das demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil, referente ao 4º trimestre de 2009. Uma vez que não há providência a tomar, encaminhe-se ao arquivo.

Isso é o que tínhamos a relatar. Pelo arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Senador Cyro Miranda.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Relatório está aprovado.

Agradeço ao Senador Cyro Miranda.

Senador Aníbal Diniz, chegou o seu.

O Senador Aníbal Diniz vai relatar também a demonstração financeira do Banco Central do Brasil, referente ao exercício de 2010. É o Aviso nº 4/2011, além dos Avisos n°s 11, 27, 37, de 2010. Enviados ao Congresso Nacional.

O Relator Aníbal Diniz é pelo arquivamento da matéria.

Com a palavra S.Exa. Vamos ao Voto.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Obrigado.

Os avisos supracitados cumprem integralmente o disposto no art. 7º, § 2º e 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e também o art. 115 da Lei nº 12.017, de 2009, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2010.

Este Relatório esclarece que: 1º) o resultado do Banco Central do Brasil reflete as receitas e despesas de todas as suas operações; 2º) os resultados positivos são transferidos ao Tesouro Nacional e os negativos são cobertos pela União; 3º) os valores dos resultados transitam pelo Orçamento da União à conta do Tesouro Nacional.

Vale ressaltar que no ano de 2010 o Banco Central do Brasil apresentou um lucro de 15 bilhões e 740 milhões de reais.

Vamos ao Voto.

Diante do exposto, manifesto-me no sentido de que esta Comissão tome conhecimento dos Avisos nºs 11, 27 e 37, de 2010, e nº 4, de 2011, e delibere pela remessa dos respectivos processos ao arquivo, nos termos do art. 151, da Resolução nº 1, de 1970, e da Resolução nº 93, de 1970, do Senado Federal.

É o Voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço, Senador Anibal Diniz.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço ao Senador Anibal Diniz a prestimosidade sempre muito elegante de S.Exa.

Item 18, do Deputado André Vargas, que aprecia Aviso nº 15, que encaminha, nos termos do art. 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as demonstrações financeiras do Banco Central referentes ao primeiro trimestre de 2011.

Com a palavra o Deputado André. Seu Voto é pelo arquivamento.

Vamos ao Voto.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – O resultado BC, se negativo, deve constar como despesa de orçamento da União, sendo paga pelo Tesouro do Banco até o 10º dia útil do exercício financeiro subsequente à aprovação do balanço semestral. Essa é a forma de compensar o BC por suas perdas.

Se o resultado for positivo, será transferido ao Tesouro em 10 dias úteis da aprovação do balanço semestral.

O resultado positivo do BC no primeiro trimestre pode ser atribuído principalmente aos ganhos com instrumentos financeiros classificados como valor justo a resultado.

Atendendo às exigências legais, o Banco Central encaminhou o balancete trimestral do primeiro trimestre de 2011, acompanhado de nota explicativa que ora analisamos.

Recomendamos o arquivamento do Aviso nº 15, de 2011.

É o nosso Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão, na Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório de S.Exa.

Item 19.

Comunico a V.Exas. que o Relator já está terminando a apreciação dos destaques, e pediu mais 30 minutos para reiniciarmos essa apreciação. Neste momento, S.Exa. está com o Deputado Rogério Marinho, Líder do PSDB nesta Comissão.

Senador Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Senador, no futuro. Não sei no lugar de quem, mas...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Sim, com certeza. Condições, V.Exa. tem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Quando Walter Pinheiro voltar à Prefeitura de Salvador, no meu Estado, espero que S.Exa. possa lembrar aqui do companheiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Só não é na de Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – É, só não é na de Walter. Então, tem de ser na cadeira de outro baiano.

V.Exa. vai suspender a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não. Estamos terminando de votar mais três matérias.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Muito bem. Depois...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vai dar tempo de votar, de o Márcio Reinaldo chegar e continuarmos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Mas peço a V.Exa. que possa dar um tempo a este Parlamentar, porque eu tive de ficar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ah, sim! Sim, sim. Até peço a V.Exa... São três avisos. Se V.Exa. quiser ir logo...

Item 19 da pauta 14, cujo Relator é o Senador Fernando Collor, nomeado neste momento o Senador Acir Gurgacz para apreciar o relatório gerencial trimestral do BNDES referente a 2010; Ofícios nºs 21, 34 e 46, de 2010, e nº 2, de 2011.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Pois não, Sr. Presidente.

"Voto:

Diante do exposto, manifesto-me no sentido de que esta Comissão tome conhecimento dos Ofícios nºs 21, 34 e 46, de 2010, e nº 2, de 2011, e delibere pela remessa dos respectivos processos ao arquivo, nos termos do art. 151 da Resolução nº 1, de 1970, com o art. 133 da Resolução nº 93, de 1970, do Senado Federal."

Este é o Voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço, Senador Acir.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 20.

Apreciação do relatório à matéria do Congresso Nacional sobre o relatório das operações de redesconto e empréstimos realizadas pelo Banco Central do Brasil, referentes ao exercício de 2010; Avisos nºs 12, 18 e 34, de 2010, e nº 3, de 2011, do Senador Delcídio do Amaral.

Peço ao Senador Anibal Diniz que profira ao relatório *ad hoc* de S.Exa.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Vamos ao Voto, Sr. Presidente.

"Diante do exposto, manifesto-me no sentido de que esta Comissão: 1º) tome conhecimento dos Avisos nºs 12, 18 e 34, de 2010, e nº 3, de 2011, e delibere pela remessa dos respectivos processos ao arquivo, nos termos do art. 151 da Resolução nº 1, de 1970, e da Resolução nº 93, de 1970, do Senado Federal; 2º) adote a interpretação constante da nota jurídica PGBC, da lavra da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e endossada pela Diretoria e pela Presidência daquela autarquia."

É como vota o Sr. Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço, Senador Anibal.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço, Senador Anibal.

Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, estamos concluindo a pauta. E, de acordo com o art. 152 do Regimento Comum, cabe a esta Presidência...

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Essa alteração, essa errata ao autógrafo...

Desculpe, Sr. Presidente. Pensei que fosse encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Só cabe à Presidência; se não, era V.Exa. quem ia propor. Mas, de acordo ao art. 152, cabe à Presidência, e unicamente à Presidência, propor a errata, o que estamos fazendo agora, na forma do Regimento.

Requerimento de inclusão de pauta para apreciação do Ofício nº 4, de 2011, da CONOF. São as nossas Consultorias da Câmara e do Senado. Errata à LOA 2011, já justificada.

O requerimento está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Pausa.)*

Agora é a própria errata. É um ofício das duas Assessorias, COF e CONOF, que propõem a correção de um erro de ordem técnica verificado no autógrafo da Lei Orçamentária de 2011, a Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011.

A errata está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Na representação do Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovada.

Acabamos. Só falta a LDO! *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Cadê o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Relator pediu 20 minutos.

Vamos suspender por 20 minutos os nossos trabalhos. Impreterivelmente, às 18h, hora do anjo, estaremos reabrindo os nossos trabalhos.

Suspendo-os por 20 minutos.

(*A reunião é suspensa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – São 18h19m. Declaro reiniciada a 13ª reunião ordinária.

Comunico, por decisão do colegiado de líderes, que o Relator, Deputado Márcio Reinaldo Moreira, concluiu a apreciação dos 303 destaques, dos quais no máximo 10 ainda são divergentes e necessitam de consensualidade. Por isso, em reunião realizada neste exato momento no colegiado de Líderes, decidimos suspender a reunião, para que possam ser definidos os rumos de cada um desses 10 destaques, se haverá consenso ou se vai a voto.

Feito o relatório, as lideranças de Oposição, de forma tempestiva e justa, pediram a esta Comissão um tempo mínimo para ler o resultado de todo esse trabalho. E por acordo do colegiado de Líderes, ainda hoje, às 20h30, vamos retomar a votação, já com as definições e as metas a serem perseguidas.

Portanto, V.Exas. podem ir lanchar e retornar às 20h30.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Às 20h30min, declaro reabertos os nossos trabalhos, na forma do que foi decidido nesta reunião.

Reiniciados os nossos trabalhos da 13ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Conforme apreciação da Pauta nº 14, eu peço aos Srs. Parlamentares que ocupem os seus lugares.

Convido o Sr. Relator Márcio Reinaldo para, ao meu lado direito, sentar-se à mesa, à esquerda de V.Exa.

Antes da votação do relatório do Projeto nº 2/2011, o Senador Paulo Paim, os senhores se recordam, propôs ao Plenário desta CMO a inclusão do § 3º – peço a atenção de V.Exas. para reeditarmos essa lembrança – no art. 48 do substitutivo, que assegura os recursos orçamentários necessários ao atendimento da política de ganhos reais aplicável às aposentadorias e pensões do Fundo do Regime Geral da Previdência Social a ser definida em articulação com as centrais sindicais e com os representantes das organizações dos aposentados.

Tendo em vista que o Relator da matéria concordou com o texto, o mesmo passa a fazer parte no seu relatório, para o seu relatório ou do seu relatório, nos termos do Adendo nº 3, encaminhado a esta Comissão, com o que V.Exas. concordaram.

O Adendo nº 3 está em votação. É aquele texto do Senador Paim, com o apoio unânime da Casa.

Em votação. *(Pausa.)*

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está em votação. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara.

Aprovado na representação do Senado.

Resolvida, saneada essa questão.

Deputado Cajado, permita uma maior discrição de V.Exa., que fica... *(Risos.)* Ah, Deputado Cajado!...

Apreciação dos destaques.

Vamos retomar a sessão.

Há uma hora em que precisamos tirar uma forra. V.Exa. vive aqui me aperreando, na linguagem paraibana; então, tenho que tirar uma com V.Exa. também.

Apreciação dos destaques.

Gostaria de passar a palavra ao Relator antes de iniciarmos a apresentação dos destaques, para S.Exa. fazer, como fez na abertura da reunião, às 14h, um *briefing*, um resumo, uma síntese sobre os últimos acontecimentos, os últimos entendimentos entre S.Exa. e as lideranças representativas dos partidos na Casa – leia-se todos os partidos – que, durante as últimas duas horas, definiram termos comuns do ajuste ao relatório que vai encaminhar à apreciação de V.Exas. daqui a alguns minutos.

O relatório está sendo xerocopiado para efeito documental. Há uma síntese que V.Exas. podem acompanhar.

Então, passo a palavra ao Relator.

O Deputado Rogério Marinho...

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pois não.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Acabo de receber uma informação aqui de que o Deputado Rogério Marinho está chegando...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu ia falar em nome dele.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – ... e teria feito um entendimento para que...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para ter mais tempo para leitura do relatório como global.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – ... para ter um pouquinho mais de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos continuar ouvindo o Relator, debatendo, e o tempo do Deputado Rogério Marinho passa a constar. S.Exa. acabou de falar comigo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – V.Exa. está abrindo a...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Explicações do Relator.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Pois não. Eu queria me inscrever para depois que o Relator falar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – E aí, Deputado Vaz de Lima, é o tempo que o Deputado Rogério Marinho precisa para que a sua assessoria possa ler, em profundidade, o relatório.

Nós combinamos um prazo de 45 minutos. Vai ser mais ou menos o tempo de desenrolar desta Comissão, enquanto a parte técnica do PSDB faz a sua leitura.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu já fico inscrito para a próxima concessão da palavra.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, 45 minutos após a entrega do relatório. Assim que nós recebermos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A secretária disse que já foi entregue o relatório.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Foi entregue?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Deputado Cláudio Cajado já se inscreveu.

Concedo a palavra ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, só um esclarecimento. Desculpa, Relator, rapidamente.

Nós recebemos, na verdade, o destaque de algumas emendas, mas não recebemos o texto do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O conjunto.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Então, não hora que nós recebemos... *(Pausa.)* Esse é o texto? Dos trezentos e tantos, só tem esse? Eu gostaria de saber todos; só tem 27 aqui na minha mão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Os destaques que não estão compilados neste texto estão rejeitados. Esse é o entendimento da secretaria para facilitar o nosso trabalho. O resumo geral já está nas honradas mãos de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Sra. Senadores. V.Exa. já descreveu bem a situação e, hoje à tarde, em acordo com as Lideranças da Casa, na sala de V.Exa., e sob o seu comando, nós avançamos bastante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com licença, com a devida vênia do Deputado Márcio Reinaldo Moreira, esclareço que estamos na fase final, no momento talvez mais importante desta Comissão, depois de 5 horas ininterruptas desse trabalho. Eu gostaria do máximo silêncio tantos dos Srs. Parlamentares quanto das assessorias e dos profissionais de imprensa para que possamos extrair, em pouco espaço de tempo, toda a definição desse estudo, que está atrasado.

Com a palavra o Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, eu dizia que, graças à reunião, sob o comando de V.Exa. lá na Presidência da Comissão, nós podemos evoluir bastante e acolher alguns destaques que já fazem parte dessa relação. Naturalmente que aqueles que não estão aqui são destaques que não estão considerados e rejeitados.

Eu começo pelo destaque da Senadora Lúcia Vânia, inclusão no art. 17, § 1.º, item 1: inclusão desse artigo sobre um "*demonstrativo bimestral da execução física de obras executadas diretamente pelo Governo, discriminando a unidade orçamentária, o programa de trabalho, os valores acumulados, objetos e a localidade.*"

O Destaque nº 52, do Senador Marçal Filho, também pela aprovação, que é a inclusão no art. 21 do § 3º: "*O Poder Executivo desenvolverá, até o final do exercício de 2012, banco informatizado de projetos de investimentos, o qual será utilizado para acompanhamento da execução dos projetos de investimentos dos Orçamentos da União em andamento, bem como para maturação de novos aptos a serem dotados.*"

Destaque nº 69, do Deputado Rogério Marinho, também pela aprovação, é o art. 99, voltar ao § 2º do projeto de lei. Esse § 2º dizia: "*Em cumprimento ao caput do art. 70 da Constituição Federal, o acesso irrestrito referido no caput será igualmente assegurado aos membros do Congresso Nacional para consulta, pelo menos a partir de 30 de outubro de 2011, aos sistemas ou informações referidos nos incisos II e VI do caput deste artigo, nos níveis de amplitude, abrangência e detalhamento concedido pelo SIAFI, referido no inciso I do caput deste artigo, e por iniciativa própria, a qualquer tempo, aos demais sistemas e cadastros.*"

Também o Destaque nº 71 do Roberto Marinho pela aprovação, que é retorno ao texto do substitutivo do art. 127-A: "*As disposições estabelecidas no capítulo 8, desta lei, sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves, terão eficácia até aprovação pelo Congresso Nacional de normas específicas sobre a matéria, nos termos do art. 49, X, da Constituição Federal*". Ou seja, um decreto legislativo.

Também do Deputado Rogério Marinho, Destaque nº 77, pela aprovação: "*Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional até 15 (quinze) dias após o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual, inclusive em meio eletrônico, demonstrativos, elaborados a preços correntes, contendo as informações complementares relacionadas no Anexo II desta Lei.*"

Destaque nº 81 do Deputado Rogério Marinho, pela aprovação, ao art 71, parágrafo único: "*Toda emissão de títulos da dívida de responsabilidade do Tesouro Nacional, quaisquer que sejam a finalidade e a forma da emissão, e a despesa a que fará face, entendida também como despesa a transferência e a entrega dos títulos a autarquia, fundação, fundo, empresa pública ou sociedade de economia mista integrantes da Administração Pública Federal, serão consignadas na lei orçamentária e nos créditos adicionais.*"

Essa inclusive é uma emenda do nosso Senador, Aécio Neves, a qual eu já havia acolhido, mas, por pressão do Secretário do Tesouro, a retirei. Mas agradeço a V.Exa a participação por restabelecer esse..

Destaque nº 129 da Senadora Lídice da Mata pela aprovação parcial nos seguintes termos ao art. 20, § 5°: "*A vedação prevista no inciso XIII do caput deste artigo não se aplica às destinações, no Ministério da Cultura, para realização de eventos culturais tradicionais de caráter público realizados há, no máximo, cinco anos ininterruptamente, desde que haja prévia e ampla seleção promovida pelo órgão concedente ou pelo ente público convenente.*"

Sr. Presidente, esse assunto volta pela segunda vez. Esse foi um apelo do Ministério da Cultura, o qual foi incluído. Houve uma reação negativa do Governo, principalmente do Planejamento e, finalmente, deram uma outra reação que tornava esse artigo altamente flexível. Agora, volta essa redação também por iniciativa do Ministério do Planejamento.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Deputado, só para esclarecer minha dúvida: é máximo ou mínimo? O senhor leu "máximo", e está escrito "mínimo".

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Ah, "*há, no mínimo, 5 anos ininterruptos*".

Agradeço a V.Exa; muito obrigado.

Destaque nº 163 do Deputado Nilton Capixaba pela aprovação parcial nos seguintes termos, Art. 78, § 9º: *"O anexo de que trata o caput deste artigo poderá contemplar recursos necessários à adoção do subsídio como forma de remuneração da carreira de que trata a Lei no 10.883, de 16 de junho de 2004."*

Destaque nº 202 do Deputado Cláudio Cajado, atendido parcialmente nos seguintes termos: "*Suprima-se os seguintes incisos do art. 65... "*os investimentos de inversões financeiras no âmbito do PAC, a despesa com execução... São os itens nºs IX, XI e XII.

Destaque nº 229 também do Deputado Cláudio Cajado, pela aprovação parcial nos seguintes termos: Art. 33 1: "*de atendimento direto e gratuito ao público, atendam ao disposto no art. 30 desta Lei e alternativamente sejam voltadas para:*

a)educação especial ou educação básica e se cancela educação profissional ou educação superior.

Também o Destaque nº 230 do Deputado Cláudio Cajado, pela aprovação parcial nos seguintes termos:

"Art. 34, I, d. "Construção, ampliação e conclusão de obras de entidades privadas que atenda ao disposto no caput do art. 30 nas áreas de saúde, assistência social e educação especial ou na alínea b do inciso III do art. 33 desta lei.

Destaque nº 257 do Deputado Gilmar Machado pela aprovação.

Art. 52, parágrafo 3º, III:

para as fontes de recursos dos orçamentos fiscal e de seguridade social, inclusive as de que trata o art. 90 desta lei, observadas as vinculações previstas na legislação para os identificadores de uso e de resultado primário."

Ou seja, estamos aqui cortando a ressalvada programação decorrente de iniciativa parlamentar individual que aproprie recurso da reserva primária do art. 13. Estamos, portanto, atendendo à recomendação do Deputado, e para as esferas orçamentárias.

Também o Destaque nº 258 do Deputado Gilmar Machado.

Retorna a redação do *caput* do art. 3º constante no Projeto de Lei nº 2... *(sic)*, de 2011, suprimindo-se por prejudicialidade o §3º do substitutivo.

"Art. 3º "A meta do superávit a que se refere o art. 2º desta lei poderá ser reduzida até o montante de 40 bilhões e 600 milhões de reais relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento -PAC contido nos orçamentos fiscal e de seguridade social, cujas programações serão identificadas no projeto e na Lei Orçamentária de 2012 com identificador de resultado primário previsto no art. 7º, parágrafo 4º, III, alínea b, desta lei".

Destaque nº 261, também do Deputado Gilmar Machado, pela aprovação.

"Art. 67 O montante de limitação a ser promovido pelos órgãos referidos no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesa primária classificada na Lei Orçamentária 2012, excluídas as despesas decorrentes de iniciativas parlamentares individuais que apropriam reserva primária fixadas no art. 13 desta lei e as relativas às..."

Destaque nº 277, do Deputado Gilmar Machado, pela aprovação.

"Art. 127-C No procedimento de permuta de bens imóveis integrantes do Fundo de Regime Geral da Previdência Social, por imóveis edificados, ou não, ou por edificações a construir nos termos do art. 30 da Lei nº

9.636 de 15 de maio de 1998, o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, poderá optar de maneira motivada entre a concorrência e o leilão, respeitadas as disposições previstas na Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Para fins no disposto do caput, caberá ao INSS a realização do respectivo procedimento licitatório, não se aplicando no caso do leilão as condições previstas nos incisos I a X do art. 14 da Lei nº 11.481 de 31 de maio de 2007.

§ 2º Independentemente do procedimento licitatório escolhido, o critério de julgamento poderá contemplar a maior... em pecúnia.

§ 3º Ao INSS caberá a regulamentação de procedimento previsto neste artigo."

Os demais destaques contam com o nosso voto pela rejeição.

Sr . Presidente, eu gostaria também de trazer a informação dos nobres pares no parecer da Comissão Mista de Orçamento nº 2, o adendo de Plenário que seguiria junto com o nosso relatório para ser ajustado dentro do Congresso.

Item nº 1.

É o adendo de Plenário, portanto, Srs. Deputados e Senadores. (*Pausa*.)

De qualquer maneira, temos aqui algumas considerações, inclusive o déficit nominal que o Deputado Cajado tanto reclama está contemplado aqui também.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Pode ler.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Então, vamos ler.

No § 3º incluem-se dois novos parágrafos no art. 2º:

"A política fiscal atuará de forma a manter a estabilidade econômica e o crescimento sustentado, permitindo a continuidade da trajetória de queda da dívida pública líquida compatível com os resultados nominais previstos no Anexo III desta lei".

Leia-se § 3º: "A política fiscal, em articulação com as política monetária, cambial e creditícia atuará de forma a manter a estabilidade econômica e o crescimento sustentado, permitindo a continuidade da trajetória de queda da dívida pública líquida compatível com os resultados nominais previstos no Anexo III desta lei".

Inclua-se: "o déficit nominal, no exercício de 2012, observados o conjunto de premissas e parâmetros do Anexo III desta lei, não poderá ser superior a 0,87% do PIB para o setor público não financeiro".

Inclua-se parágrafo: "o crescimento das despesas correntes, primária e discricionárias, exceto nas funções de saúde, educação, não poderá superar o dos investimentos públicos no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social".

II. No inciso II, do parágrafo único do art. 30, onde se lê: "a certificação de que trata o caput", poderá ser:

"I – substituída, a critério da Administração Pública, pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizada e ainda pendente de análise junto ao órgão competente ou dispensada, desde que a entidade seja selecionada em processo público de ampla divulgação promovido pelo órgão ou entidade concedente para a execução de programas e ações em parceria com a Administração Pública Federal, preste atendimento integralmente gratuito e observe o princípio da universalidade sem preferência associados ou categorias profissionais".

I – Leia-se art. 30, parágrafo único: "dispensada, desde que a entidade seja selecionada em processo público de ampla divulgação, promovida pelo órgão ou entidade concedente para a execução de ações e programas ou serviços em parceria com a Administração Federal nas seguintes áreas:

atenção à saúde aos povos indígenas;

atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;

combate à pobreza extrema;

atendimento às pessoas com deficiência".

III. No Item nº 8 da Seção II do Anexo IV, onde se lê: "despesas relativas à política de desenvolvimento produtivo e ao Plano de Ação de Ciência e Tecnologia e Inovação", leia-se "despesas relativas a ações finalística voltada à ciência, à tecnologia e inovação, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia".

IV– no inciso I do § 7º, art. 37, onde se lê:

"I – antecipação para o mandatário de parcela dos recursos correspondentes quando da assinatura do convênio ou contrato de repasse", leia-se: I – "antecipação para o conveniente de parcela dos recursos correspondentes quando da assinatura do convênio ou contrato de trespasse.

V – Lei Kandir".

Art. 12: O projeto e a lei orçamentária para 2012 conterão os recursos destinados ao atendimento das programações a que se referem os incisos XVII e XVIII deste artigo, equivalentes a, no mínimo, os valores constantes da lei orçamentária para 2011.

6 – Repatriamento. Art. 127-C. Os recursos de repatriamento, quando provenientes de lesão a ente público, serão transferidos ao respectivo ente em guia de transferência especial no montante a ele pertinente.

7 – Prazos TCU: art. 91. A classificação, pelo TCU, das constatações de fiscalização nas modalidades previstas no § 1º, incisos IV e V deste artigo, dar-

-se-á por decisão monocrática ou colegiada, que deve ser proferida no prazo máximo de 40 dias – em vez de 50, leia-se 40 dias – corridos a contar da conclusão da auditoria pela unidade técnica, dentro do qual deverá ser assegurada a oportunidade de manifestação preliminar em 15 dias – em vez de 20 – corridos, aos órgãos e entidades aos quais foram atribuídas as supostas irregularidades.

Aqui também houve um telefonema do Presidente do Tribunal de Contas. Lá de Paris ele telefonou para o Cajado, e o Cajado foi atrás de mim lá para acertar esse detalhe final.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em Paris, não é, e tal...

Eu esclareço que o adendo lido deverá ser submetido ao Plenário do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Relator, numa tentativa de aperfeiçoar, cada vez mais, o seu relatório e não tendo amparo, nem em emendas, nem em destaques, em comunhão com os Líderes da Casa nesta Comissão preparou esse adendo que poderia ser dispensada inclusive sua leitura agora, já que ele apresentará esse adendo amanhã.

Esse adendo foi uma discussão cuja base legal para modificação e incorporação não existia, enquanto ele vai como adendo. Amanhã o Plenário vai ouvir.

Não é possível sua aprovação na CNO, neste momento, em função, como eu já disse, da falta dos destaques específicos. Portanto, o último adendo lido corresponde, neste momento, apenas a um compromisso político do Relator de encaminhar esse adendo ao Plenário do Congresso Nacional.

Essa é talvez a última manifestação, o último esforço do eminente Relator, para deixar o seu relatório com a máxima feição do Parlamento, da transparência deste Parlamento.

Agradeço muito aos Srs. Relatores.

Não sei se eu faria uma discussão, mas eu queria apenas ouvir rapidamente, em virtude de todo o adiantado da hora, dos trabalhos... Estou muito feliz. Posso dizer que estou muito feliz...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Está cedo ainda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Está cedo.

Ouço o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, primeiro, eu queria efetivamente parabenizar o Relator Deputado Márcio Reinaldo Moreira. V.Exa. está realmente de parabéns, não apenas pela postura democrática, mas pela paciência, tolerância e principalmente espírito público de ouvir as críticas e aproveitá-las na medida do entendimento.

Portanto, eu falo aqui como Líder do Democratas e Líder da Minoria. Nós nos consideramos absolutamente contemplados no relatório de V.Exa.

Lamento alguns pontos apenas. O que foi apresentado agora pelo Deputado Gilmar Machado, já que tirou as prerrogativas das emendas parlamentares e dos restos a pagar, no mesmo diapasão de preferência de prioridades que teriam outros recursos, principalmente na meta do superávit.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Mas Deputado Cajado, o art. 68 será mantido. O Deputado Gilmar nos garantiu que, em nome do Governo, em nome da Liderança do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O art. 68 contempla as emendas na mesma importância.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – ...e o art. 4º também.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Mas não será vetado, Sr. Relator?

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – A informação que eu tenho, dos membros do Governo, que inclusive estão aqui presentes, é que será preservado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A nossa parte nós estamos fazendo. O art. 68 está muito claro em defesa das emendas parlamentares.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu digo isso... Então, eu quero retirar aqui a crítica para o Deputado Gilmar, porque nós estamos aqui também para, como disse anteriormente, zelarmos pela distribuição dos recursos do Governo central, diante das desigualdades regionais. Se os Deputados e os Senadores não agirem dessa forma, quem o fará? Monocraticamente, uma decisão ministerial ou presidencial? De forma alguma.

Ao sermos eleitos, os Deputados representam o povo e os Senadores, os Estados federados. Daí por que nós precisamos e temos que dar a palavra final. É prerrogativa do Congresso Nacional decidir exclusivamente matéria orçamentária.

Ainda bem que o Governo não tem insistido na veia inconstitucional de editar medida provisória para tratar de matéria orçamentária. Isso tem ficado no passado. Portanto, cabe a nós, congressistas, darmos a palavra final e fazermos o que nós fazemos: emendarmos com responsabilidade e, dentro dessa visão, fazermos com que os Municípios brasileiros e os Estados da Federação tenham, sim, participação dentro do seu peso, dentro da sua população e das suas prioridades, no recurso do Governo central.

Por outro lado, eu acho que uma das emendas que foram aceitas pelo Relator, e destaques também, restringem mais a aplicação do recurso público em benefício do seu objetivo.

Vou dar um exemplo: a questão de repasse para organizações não-governamentais, as ONGs. Estava muito aberta. Restringiu-se isso, principalmente para aproveitar as filantrópicas, no caso das Santas Casas e das APAEs.

Isso é importante porque nós asseguramos entidades que têm tradição na educação e no cuidado da saúde daquelas pessoas que necessitam, as mais humildes, para que o Governo possa ter esses parceiros também sendo beneficiados.

Por outro lado, Sr. Presidente, nós ouvimos aqui, para deixar claro que o acordo feito está contemplado, o adendo que o Relator irá apresentar, no dia de amanhã, no Plenário. Esse adendo foi feito para complementar os entendimentos. Eu elogio o Relator, porque nós conseguimos inserir nesse adendo que será lido amanhã, e eu me reservo para discutir amanhã, mais prolongadamente, essa questão, o fato de que hoje o Brasil, o País, o Governo tem assegurado metas de redução de suas despesas correntes e metas de superávit. Isso é importante num cenário em que países como Portugal, como Itália, como Espanha passam por vulnerabilidade. O Brasil não pode estar incluído nessa visão.

O texto do Relator Márcio Reinaldo prevê esse mecanismo de controle das despesas e das metas de superávit. Portanto, sinaliza para o mundo que o Brasil está, sim, preocupado com as suas contas e com o ajuste fiscal.

Graças a mim, não. V.Exa. ouviu e acatou a minha sugestão, mas o mérito é de V.Exa. porque foi quem assinou. Eu não tive esse prazer de estar com a caneta.

Como também V.Exa. acatou a redução dos prazos tanto para os gestores quanto para o TCU, em relação às obras com indício de irregularidades, fazendo com que, pela primeira vez na história deste País, tenhamos prazos para que se responda a obras com indícios de irregularidades.

Portanto, eu acho que o relatório contempla tanto a base do Governo quanto as oposições. Nós fizemos esse esforço enorme. Eu quero dizer, Sr. Presidente, que V.Exa. também leva os méritos, porque foi graças ao entendimento, graças ao diálogo, graças às transições que nós fizemos, no diálogo e na conversação, que chegamos a esse consenso.

Portanto, da nossa parte, o Democratas vota com galhardia, com satisfação esse relatório. Esperamos que amanhã nós possamos encerrar esse semestre com a convicção cada vez maior de que cada Parlamentar aqui deu a sua contribuição e fez parte desse relatório que efetivamente será o marco na nossa Comissão.

Parabéns, Deputado Márcio Reinaldo Moreira! Parabéns, Sr. Presidente! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa. pela contribuição que deu como Líder do Democratas e da Minoria.

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho para suas palavras derradeiras, meu caro Líder.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Não, ainda não. O senhor ainda vai me escutar muito. *(Risos.)*

Sr. Presidente, senhoras e senhores, eu tenho certeza de que V.Exa., quando fala assim, na verdade, está ansioso para me escutar várias vezes aqui no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com certeza, com certeza.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – V.Exa. e nossos companheiros congressistas, que estamos aqui às 21h07min.

Ora, Sr. Presidente, primeiro, quero dizer da nossa alegria de verificar que mais de 20 pontos foram destacados e conversados com o Relator, com a Liderança do Governo, a quem eu quero fazer justiça aqui, o Deputado Mendes Ribeiro, que não se encontra presente, mas certamente junto com V.Exa. e com o Relator foram importantes e decisivos aqui para que conseguíssemos chegar a uma posição majoritária de consenso.

É importante ressaltar que o que fizemos aqui, na verdade, foi aperfeiçoar o texto e preservarmos, como estamos repetindo aqui até à exaustão, as prerrogativas do Legislativo.

Eu acho que, antes de qualquer posição, que é contingencial, que é circunstancial de sermos Governo ou Oposição, nós representamos o Parlamento, que é o poder que modera e fiscaliza o Executivo.

Então, a obra que o Deputado Márcio Reinaldo nos apresenta hoje, certamente, é bem melhor do que aquela que veio do Executivo. É uma obra que contempla aqui a média do pensamento e o sentimento da Nação, que precisa de transparência na execução orçamentária. Que os órgãos de controle tenham os instrumentos adequados para fazer essa fiscalização, que é boa para a República e para a sociedade.

Eu apenas destacaria aqui o feito do Deputado Gilmar Machado. O Deputado Gilmar Machado tenta esfriar um pouco o nosso entusiasmo, Deputado Márcio Reinaldo, quando, nos seus adendos, o 257, 258 e 261, ele retira a vinculação que, para nós, é importante, apesar de V.Exa. estar colocando que o art. 68 restabelece essa situação. Já que se restabelece...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – E também o art. 4º.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – E também o art. 4º. Já que restabelece, você poderia inclusive riscar essas questões do Gilmar aqui para evitar que a gente tenha problema no futuro, de discussão etc. O Gilmar não vai se opor. A gente pode tirar isso daqui para evitar problema no futuro.

Por fim, quero dizer a V.Exa. que, diante do que nós ouvimos, principalmente o adendo que V.Exa. anunciou, que amanhã será lido no Congresso, às 17 horas, que foi o acordo que fizemos, nós temos apenas dois pontos que vamos destacar. Dois, dos 18. Um é o artigo 7º do § 11, que é a questão do identificador das obras da Copa e das Olimpíadas, a não ser que V.Exa., de alguma maneira, já tenha contemplado, que é o Destaque de Emenda nº 24470001. Identificação de Obras da Copa e das Olimpíadas dentro do PAC.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Eu determinei, por mais de uma vez, que incluísse esse documento.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Eu me lembro que V.Exa. falou.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Alguma coisa correu mal aí.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Mas infelizmente houve alguma falha aí. Eu farei o destaque e tenho a anuência de V.Exa...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Mas eu agradeço por sua observação e peço que a consultoria inclua, nesse adendo, esse destaque.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – V.Exa. tenta, faz o destaque e orienta votar favorável.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Já é a terceira vez que eu peço esse destaque.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Pois é, então, para evitar que V.Exa. tenha mais problema com a sua assessoria, a gente faz o destaque e encaminha à aprovação, já que não há problema.

Quanto ao art. 67, § 8º, certamente, o nosso Vice-Líder Gilmar vai nos ajudar a encaminhar favoravelmente parte do Governo. É a questão da programação do contingenciamento.

O Governo sempre, com isso, inicia o processo do início do período fiscal, faz o contingenciamento – trata-se do art. 67, § 8º – e destina um percentual financeiro, uma condição financeira para cada Ministério. Nós não temos nitidez em relação ao que é, efetivamente, contingenciado. Só acontece no final do período fiscal.

Então, como o Deputado Gilmar, que é um democrata, favorável à transparência, à fiscalização, que certamente é uma missão da Casa, esse destaque nós faremos e teremos o apoio do Governo aqui também para aprovar.

No mais, quero elogiar o trabalho do Relator, do Presidente, da bancada, de todos nós. E vamos a voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Parabenizo V.Exa. pela extraordinária contribuição que deu ao aperfeiçoamento do relatório.

Ouço o Deputado Weliton Prado.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO – Prometo que eu vou ser breve para que a gente possa votar, mas eu não poderia, de maneira alguma, deixar de fazer aqui um reconhecimento e parabenizar o mineiro, o nosso Relator, Deputado Márcio Reinaldo Moreira, pelo brilhante trabalho. Da mesma forma, faço com o Presidente da Comissão.

Tivemos muitos avanços, principalmente no que diz respeito a criar mecanismos de controle, de fiscalização e, acima de tudo, o entendimento, o consenso que foi trabalhado. Isso é fundamental. Questões realmente, além da fiscalização, do controle, foram já colocadas aqui, mas a possibilidade de contemplar também as APAEs, as Santas Casas. É fundamental já ir direto para o caixa. É uma forma de a gente contribuir muito, principalmente na área social e na área de saúde.

Então, eu gostaria realmente de agradecer, parabenizar todos os membros da Comissão, tanto da Situação quanto da Oposição, e, de forma muito especial, reconhecer aqui o trabalho feito pelo Deputado Márcio Reinaldo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ouço a querida Deputada pernambucana...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Muito obrigado, Deputado Weliton... Deixe-me só falar para o Weliton...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Sim... Fale.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Eu quero agradecer-lhe, Weliton, e falar o seguinte: é bom que você diga isso com todas as letras, sobre as Santas Casas e as APAEs, porque, infelizmente, nós temos muitos colegas que descem o cacete nas entidades filantrópicas. Às vezes, salvam-se essas por acaso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Está bom, Márcio. Pronto. Até esta hora, a sinceridade do Relator é forte e viva.

Deputada pernambucana Luciana Santos, com a palavra.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Márcio Reinaldo, nosso querido Relator, a Deputada Jandira Feghali havia solicitado e levantado a preocupação, junto ao

Deputado Relator, sobre a vedação do Ministério da Cultura em relação ao financiamento de atividades, de eventos ou de produtores culturais que tivessem, no mínimo, 5 anos, ininterruptamente, de iniciativas culturais no Brasil.

Eu penso que, como no relatório já estava previsto, não é destaque – não foi feito destaque porque, no relatório final, foi acatada a sugestão.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – A Deputada Jandira foi muito importante nesse momento. Ela participou muito positivamente.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS – Mas, na medida em que...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – V.Exa. também.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS – Exato. Na medida em que isso retorna ao relatório, na forma como estava previsto antes, eu aqui quero justificar a nossa preocupação com a possibilidade ainda de, mesmo com a posição do Ministério da Cultura de manter essa vedação... Penso que isso é um prejuízo muito grande para os avanços e os saltos que nós demos na política cultural do Brasil, porque há entidades que historicamente cumpriram um papel muito grande na produção cultural do nosso País, como é o caso do Movimento de Cultura Popular, ainda da década de 60. Elas tiveram as entidades dos movimentos sociais como entidades estruturantes naquelas iniciativas, porque elas foram o pivô e o vetor de uma iniciativa que se transformou naqueles movimentos, assim como hoje há a política dos pontos de cultura, que vão ser prejudicados com essa medida, porque exatamente incentiva o que há de emergente. Uma coisa é você dar autonomia para o Ministério decidir se vai ou não financiar aquele tipo de evento, mas, na hora em que se veda, tudo que há de emergente no Brasil de iniciativa cultural vai ser simplesmente cortado na sua raiz.

Então, eu penso que isso é algo muito relevante que a gente não poderia deixar do jeito que está.

Fora isso, eu queria também fazer... O Destaque nº 296, que também é da Deputada Jandira Feghali, vai no mesmo sentido do Cultura Viva.

Ainda gostaria, Deputado Márcio Reinaldo, de chamar a atenção. Aqui no art. 4º, no parágrafo que trata dos financiamentos de projetos estruturantes e estratégicos para o País, eu destaquei a importância dos projetos dos complexos industriais. Nós temos, no País, um déficit – isto aqui também é da Comissão de Seguridade Social – de 10 bilhões de dólares na balança comercial de saúde, porque a gente importa alguns produtos importantes.

Por exemplo, em Pernambuco, nós temos a estatal da Hemobrás, que está em andamento, e vai economizar 1 bilhão de reais. Só a Hemobrás. Imaginem o restante de importados que a gente tem nessa área.

Nós precisamos incluir, no art. 4º, a necessidade de financiamento de complexos industriais de fármacos, medicamentos, para podermos dar conta disso, que é algo estratégico no nosso País. Além da complexidade do SUS, que é também o Destaque nº 289, que é hoje o nosso maior gargalo, que são as UTIs e as emergências. Então, chamaria a atenção para isso, para que a gente pudesse levar em conta essas observações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Feitas as anotações, querida Deputada Luciana. O Relator, ao final, vai se pronunciar.

Ouço, de forma sintética, como sempre o faz, o Deputado Marçal Filho.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, serei bastante econômico nas palavras, dado o adiantado da hora. Quero dizer, Presidente, que V.Exa. me escolheu como Relator para proferir parecer de avaliação do PPA do Governo Lula. Debruçando-nos sobre esse assunto, acabamos por ter realmente um raios X do nosso País, do desenvolvimento todo que o País vem sentindo nos últimos anos e também de tudo aquilo que nós precisamos ainda para avançar mais.

Queria parabenizar o Relator por todo o seu trabalho, por ter acolhido um destaque que eu acho extremamente importante, que eu apresentei, da criação de um banco informatizado de projetos do Governo Federal. O Governo precisa implantar um banco de projetos para a maturação desses projetos para nós termos, realmente, um plano a curto, médio e longo prazos, a fim de que não tenhamos, por exemplo, as famigeradas obras inacabadas. O Relator, em boa hora, acatou esse nosso Destaque de nº 52, a criação de um banco informatizado.

Quero agradecer também ao Relator pelo acolhimento, pelo provimento parcial do Destaque nº 49, da compatibilização entre o PPA e a LOA – este tripé, LDO, LOA, PPA, que é muito importante. Nós precisamos melhorar isso, precisamos, cada vez mais, tornar essas peças, esse cruzamento de informações para que, a exemplo do que acontece hoje com os projetos de grande vulto, que têm essa preocupação, nós a tenhamos também em relação a todos os demais projetos do Governo Federal e, parcialmente, o nosso Relator o aprovou.

Também parcialmente acolheu a questão dos Restos a Pagar, a questão do excesso de superávit que nós indicamos ao Relator. Não foi aquilo que a gente queria, que a gente esperava, que entendemos ser o ideal; mas, pelo menos parcialmente, ele fez o acolhimento.

Nós tivemos rejeitada a questão do reajuste dos aposentados acima do mínimo, mas acabamos sendo contemplados para que, da mesma forma como o Presidente Lula o fez, a Presidente Dilma também possa fazê-lo, colocando 80% do PIB mais a inflação do período.

O destaque que nós apresentamos e que o Relator não contemplou foi contemplado por outro colega Deputado Federal, Nilton Capixaba, sobre a mesma coisa, em relação ao subsídio para estrutura da carreira dos fiscais agropecuários, que é uma solicitação da ANFFA, um pedido da ANFFA que o Relator acolheu. Então, nós estamos contemplados também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Marçal...

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – Finalmente, Sr. Presidente, aí, sim, verdadeiramente, para encerrar, há um destaque rejeitado, mas fica aqui a nossa recomendação para que o Governo Federal invista cada vez mais, que mantenha os investimentos que foram feitos até agora – o Governo Lula vinha investindo –, porque nós temos aí as Olimpíadas, nós temos Copa do Mundo pela frente e queremos repetir o êxito que o País teve até agora em termos de desenvolvimento.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado Marçal.

Rubens Bueno com a palavra.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, filho do estimado e saudoso Deputado Vital do Rêgo, Deputado Márcio Reinaldo, nós apresentamos três destaques, amplamente discutidos com o Relator em reuniões que fizemos. Deles tivemos a aceitação de um. O nosso Destaque nº 002 foi o segundo destaque a dar entrada – o primeiro, o segundo e o terceiro foram de nossa autoria. É esse que o Relator Márcio Reinaldo traz como retirada da proposta do duodécimo, os investimentos, especialmente do PAC. Se aprovássemos o texto como estava, o Congresso seria absolutamente desnecessário para votar o Orçamento durante o ano de 2012.

Então, acho que V.Exa. teve aí a ...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Agradeço a V.Exa. e até já solicitei à Assessoria que faça a errata para que conste também esse destaque de V.Exa. que até antecedeu a este outro definido. Mas, efetivamente, divido com V.Exa. a vitória sobre esse caso; eu havia acatado isso dado a um apelo da Ministra do Planejamento, pelo carinho que ela tem sobretudo com o PAC, mas eu tenho que me silenciar diante das vozes maiores do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Não, e também os outros autores que entraram com destaque que contenha a mesma ideia devem estar presentes no seu relatório, lembrando que os Líderes concordaram, junto a V.Exa. E há o Destaque nº 001, que trata da questão do cadastro das ONGs. Há uma certa distância da organização cadastral para poder receber dinheiro público. Não é possível que se tire esse dinheiro do Orçamento, dos impostos que pagamos, e que ele vá para entidades sem critério no seu cadastramento, para poder ter exatamente o acompanhamento e a execução desse dinheiro aplicado.

E o terceiro, que é o Destaque nº 003, é o que trata dos 25%, que pode alterar em qualquer item da licitação feita. Por isso, vamos aguardar aqui em plenário a votação desses dois destaques, agradecendo mais uma vez ao Relator e parabenizando-o, assim como o Presidente e os Líderes, que chegaram a bom termo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Rubens Bueno.

Com a palavra o Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Sr. Presidente, tanto o PT como a base do Governo falam pouco e procuram votar. Portanto, saúdo o nosso Relator, elogio o comportamento da Oposição e também da base e do partido, que estão aqui presentes.

Vamos votar, porque amanhã haverá mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado André Vargas.

Deputado Edmar Arruda. Peço celeridade aos Srs. Parlamentares.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA – Sr. Presidente, quero apenas parabenizar o nosso Relator, V.Exa., pela condução dos trabalhos e quero dizer ao Relator que eu e mais alguns Deputados estamos juntos a ele na defesa das nossas entidades, e brigamos por isso, porque entendemos a sua necessidade por recursos do Governo para construir, por exemplo, uma clínica para recuperar aqueles que são dependentes químicos, em especial o *crack*, que é uma tragédia para as nossas famílias.

Parabéns, Relator, parabéns. É o meu primeiro mandato aqui, mas fico orgulhoso de tê-lo como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Tudo bem, Deputado Edmar.

Deputado Raimundo Gomes de Matos. Estamos já no final; só faltam duas inscrições.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, ao tempo em que apresento minhas saudações ao nobre Relator pela firmeza, pelo compromisso que tem em aperfeiçoar essa peça, lado a lado com V.Exa., creio que todos nós aqui dependemos muito da Justiça Eleitoral. E creio também que neste momento é oportuno darmos a real estru-

tura necessária àqueles que fazem a Justiça Eleitoral, a fim de aprimorar todo esse processo.

Então, solicito uma revisão nesses destaques, que vai garantir que a Justiça Eleitoral possa implementar novas zonas eleitorais, assegurar a diminuição dos seus gastos com pagamento de aluguéis, de prédios, que às vezes inviabilizam o funcionamento da Justiça Eleitoral no tocante a três emendas modificativas e uma aditiva. As emendas modificativas não vão alterar tanto o texto, nobre Relator e senhores assessores.

A nossa solicitação é que seja revista essa questão da Justiça Eleitoral, até para que possamos aprimorar o processo. É claro que também existe uma proposta mais avante, que é justamente termos paralelo à votação secreta a impressão do voto no sistema eletrônico, a comprovação da cédula, e isso ajudaria a uma transparência maior no tocante a essa votação.

Então, seriam os Destaques nºs 003, 024, 23 e 22. Então, repetindo: 22, 23, 24 e o 003, e nós solicitamos anuência da Consultoria para colaborar com o nosso Relator, a fim de entrarmos num entendimento nesse sentido. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria de destacar o artigo 13, inciso III e parágrafos do relatório do projeto definitivo aprovado pelo Sr. Relator e que provavelmente irá à sanção por parte deste Plenário.

Sr. Presidente, Sr. Relator, essa medida reserva um recursos destinados ao estabelecimento de projetos pelo Parlamento e pelo Poder Executivo, que originalmente não foram contemplados na Lei Orçamentária. Então, isso cria a perspectiva de que possamos legislar e praticar políticas públicas no País.

Parabenizo, então, o Relator, que acolheu a emenda que em anos anteriores vinha cravada como valor financeiro e, nesta oportunidade, com 0,1% das receitas correntes.

E V.Exa., Sr. Presidente, fez uma manifestação importante com o nosso Presidente que vai garantir regimentalmente os acordos feitos. Eu gostaria de salientar que esse art. 13 e seus incisos, assim como o art. 4º, sejam preservados sem nenhum tipo de veto, para que tenhamos, aí, sim, um grande entendimento entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado João Dado e reafirmo os termos da nossa declaração na condição de Presidente da Casa. Deputado Nilton Capixaba.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero agradecer a V.Exa. por ter acolhido o Destaque nº 163, que cria esse subsídio como forma de remuneração para a carreira dos fiscais agropecuários, os do Ministério da Agricultura; são pessoas que estão esperando há muitos anos por esse momento e com certeza vão ficar muito felizes por podermos, a essa hora da noite, às 21h30min contemplá-los.

Então, agradeço a V.Exa. e parabéns pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Valeu, Nilton. Deputado Roberto Britto, meu amigo.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO – Quero parabenizar o nosso Presidente, Vital do Rêgo, pela condução brilhante dos trabalhos. V.Exa. desempenhou um papel extremamente importante para esta Comissão, e quero fazer também os meus agradecimentos ao nosso querido e competente Relator, Deputado Márcio Reinaldo, que realmente realizou um trabalho extremamente importante para a nossa Comissão.

Ficamos extremamente felizes, Márcio, com o seu trabalho, porque esta LDO tem uma característica diferente das outras; dela, os Deputados efetivamente participaram e viram as suas emendas, as suas sugestões acatadas por V.Exa. Eu tenho certeza absoluta, Márcio, de que essa LDO vai servir de exemplo para todos nós.

Sr. Presidente, vamos passar ao Orçamento. Nós temos um belo Relator de Orçamento, o companheiro, Deputado Arlindo Chinaglia, o qual também tenho certeza, baseado na LDO, prestigiará os Parlamentares desta Casa.

Um abraço a Márcio, a Vital do Rêgo.

Muito obrigado pela grande LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Roberto Britto pelo extraordinário apoio que V.Exa. deu à Mesa, na condição de membro. Deputado Vaz de Lima volta a intervir. Que cumpra o compromisso semiótico comigo, Deputado Vaz de Lima.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Sr. Presidente, na verdade gostaria de dizer duas palavras. Uma, a V.Exa. pela forma democrática como tem conduzido a Comissão. Tenho aprendido muito com V.Exa.; creia nisso. Segunda, cumprimento também o Deputado Márcio Reinaldo pelo bom exemplo dado nesta Relatoria. Quero dizer que também aprendi bastante nesse primeiro semestre, especialmente, Relator, por essa sua visão de Parlamento, no sentido de que o ele tem o dever e a autoridade de influir na peça orçamentária, que é o auge, o coração do momento aqui, na Casa.

Então, parabéns e espero que isso sirva de exemplo para nós, desta Comissão, e para a Casa, como um todo. Que possamos seguir nessa boa picada que V.Exa. abriu aqui, na LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Faço minhas, Deputado Vaz de Lima, integralmente,

as suas palavras com respeito à força, à postura, ao comprometimento, ao espírito público do Deputado Márcio Reinaldo. Quando V.Exa. falava, eu dizia agora há pouco a ele: *"Márcio, você sai muito forte deste momento de congraçamento do Poder Legislativo. Raras as vezes nós nos sentimos tão úteis à democracia como esta hora em se vê um corolário de emendas e de participações efetivas."* Faço minhas as suas palavras.

Ouço o meu eminente e querido Senador Acir Gurgacz, pelo PDT.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Sr. Presidente, só para cumprimentar V.Exa. pela condução dos trabalhos aqui, na Comissão. E também ao nosso Relator, Deputado Márcio, os cumprimentos por esta união que V.Exa. conseguiu construir, mesmo ao final da noite. Isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Uma alegria para nós, Deputado.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – ...a maneira como V.Exa. conduziu. Só dessa forma poderia ser construído um acordo.

E agradecer pelas duas emendas que V.Exa. incluiu na LDO a pedido nosso, 2 integrais e 13 parciais. Agradeço a sua atenção a todos nós. Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Como último orador, e não por coincidência, será S.Exa. a, ao meu lado direito se sentar, a partir da volta do nosso recesso, assumindo a Lei Orçamentária Anual, mais um grande e extraordinário embate. Há confiança da Comissão no Deputado Arlindo Chinaglia, que tem a palavra neste momento como último orador antes de iniciarmos a votação final.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – De forma breve, Sr. Presidente, também quero cumprimentá-lo pelo esforço para que chegássemos a bom termo, e creio que conseguimos.

Portanto, V.Exa. demonstrou, na condução dos trabalhos desta Comissão, aquilo que nós já conhecíamos na sua atuação parlamentar. Para brincar com os Senadores, então, nós queremos dizer que V.Exa. leva da Câmara dos Deputados uma boa experiência, é claro, acrescentada à experiência agora adquirida no Senado.

Cumprimento o nosso prezado companheiro Márcio Reinaldo pela competente dedicação. Desde os primeiros momentos em que aqui cheguei, ainda em 1995, V.Exa. sabe, como outros aqui, tivemos várias oportunidades de atuar em momentos, às vezes até difíceis, em posições diferentes, mas sempre com o mesmo respeito. Espero, sinceramente, Deputado Márcio, que, após a conclusão da votação da LDO, eu consiga realizar um trabalho que pelo menos lembre o que V.Exa. realizou como Relator da LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu tenho certeza disso.

Sras. e Srs. Parlamentares, não há mais inscritos, mas vou abrir uma exceção em homenagem a todos os Srs. e Sras. Parlamentares. Quero prestar uma homenagem ao Líder do Governo, Deputado Mendes Ribeiro, pela rapidez no trabalho de consolidação dos entendimentos.

Ele não se inscreveu, mas queria lhe passar a palavra – é a tipificação do mentor talvez mais sofrido de todos nós, que merece desta Mesa as minhas homenagens. Passo a palavra para que S.Exa. tenha a condição de encerrar esta discussão. Deputado Gilmar Machado com a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. por esta oportunidade. Não me inscrevi porque o que queremos é encerrar esta votação.

Agradeço muito ao Deputado Márcio Reinaldo pela paciência que teve para poder fazer todos os diálogos. Em nome do nosso Líder, Deputado Mendes Ribeiro Filho, e da Liderança do Governo, agradeço à base também à Oposição, para demonstrar que este é um Governo que realmente dialoga. Aqui não há trator, mas pessoas que estão abertas. O Orçamento não é do Governo e nem da Oposição. O Orçamento é do País, não é do Governo nem da Oposição. Por isso, temos de construir juntos.

Quero agradecer ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira pela contribuição da Oposição. Acho que é dessa forma que vamos realmente ajudar a construir cada vez mais e melhor o País.

Muito obrigado a todos pelo apoio para que pudéssemos chegar a este momento. Se Deus quiser, amanhã de manhã concluiremos os trabalhos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos votar agora. Vamos votar. Deixem os parabéns para mais tarde.

Quero fazer um agradecimento muito especial às consultorias da Câmara e do Senado pela atenção, pela prestimosidade com que ofereceu ao Relator e à Mesa toda a sua eficácia, seu empenho e seu trabalho.

Sras. e Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, estabelece o seguinte, aspas:

"Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques."

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator.

Em votação.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, nós queremos fazer dois destaques. Vai votar em globo tudo?

O Destaque nº 24.470.024...

O 0074 e o 0079. Ok, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Era a hora que realmente V.Exa. deveria intervir.

Solicito autorização...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Sr. Presidente, apenas para... Como foi acatada a proposta que nós apresentamos sobre a questão dos investimentos do duodécimo – o nosso Relator a acatou – a Emenda 001 e a 003, dos 25%, que também foi acatada. Nós retiramos a Emenda nº 001, que fala sobre as ONGs. Já há um esclarecimento feito aqui pela Assessoria.

Nós agradecemos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço, Deputado Rubens Bueno.

Em votação a solicitação de autorização para votação em bloco, ressalvados os Destaques de nºs 74 e 79.

Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovada.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Também no Senado. *(Pausa.)*

Aprovada.

Destaques com voto.

Regimentalmente, temos de votar primeiro os dois destaques do Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – V.Exa. abre a discussão desses dois destaques?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Só o autor do destaque e o Relator. V.Exa. pede a um deles.

Aqui, conseguimos conciliar tudo. V.Exa. pega um destaque desses e fala.

Destaque nº 74.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Nós vamos dividir aqui, com o Deputado Cajado, a argumentação? Vamos argumentar em um e ele em outro? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Nós estamos sendo muito parcimoniosos. Vamos permitir que a Oposição tenha voz aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Falam um e outro.

É o Destaque nº 74, Emenda nº 244.700.10, de autoria do Deputado Rogério Marinho, ao texto da lei.

Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Sr. Relator, a quem peço especial atenção, e Líder do Governo, o que nós estamos propondo nada mais é do que é aprofundarmos e tornarmos mais transparente a execução orçamentária.

As principais obras que o Governo alega fazer nos próximos 2 anos são as obras de mobilidade urbana da Copa do Mundo e de infraestrutura, bem como as obras das Olimpíadas de 2016.

O que nós estamos pedindo neste destaque é que essas obras tenham um identificador. Apenas para que nós, do Parlamento, e a sociedade, tenhamos a possibilidade de, identificadas essas obras, fazermos o nosso papel de acompanhar o bom andamento dessas obras tão importantes, principalmente porque elas estão inseridas num regime especial de contratação, que foi aprovado no Parlamento brasileiro. Por isso mesmo, há a necessidade de um acompanhamento mais acurado.

Tivemos uma reunião mais cedo, Sr. Presidente, com o Governo, com o seu Líder e com os assessores do Planejamento e da Fazenda, e o Governo alega como identificar tecnicamente agora essas obras; não podem prever o identificador porque não podem identificar agora.

Nós não temos, Sr. Presidente, nenhuma intenção de impor ao Governo o planejamento que, aliás, ele não fez, porque, na verdade, já deveria ter esse planejamento. Mas não queremos impor. Queremos apenas prever na lei que, na hora em que essas obras forem definidas, elas serão identificadas, até porque isso aconteceu quando veio para cá a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que este ano não teve as metas e as prioridades do PPA. E nós entendemos essa situação, porque nós estamos no último ano do PPA que foi vigente no Governo anterior. E apenas houve uma meta geral, que foi de combate à miséria, se eu não estou enganado.

Então, nós entendemos essa situação, quer dizer, ninguém poderia prever antecipadamente, o que não é o caso, porque nós queremos apenas dizer que esteja previsto na lei, que na hora em que o Governo apontar quais são as obras que serão parte da obra de Copa do Mundo e de Olimpíadas, elas seriam identificadas. Nós não estamos aqui, de nenhuma forma, querendo impor planejamento ao Governo.

Então, essas...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra... Com a palavra...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Essas são as argumentações, e peço o apoio, inclusive, do Presidente aí e dos demais companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Relator na forma regimental, autor e Relator.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – A Oposição falará também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Autor e Relator na forma regimental. Está aqui.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Eu quero encaminhar para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Encaminhar para a votação pode.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Ouço o Relator, e no encaminhamento eu...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Depois do encaminhamento. Relator.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Deputados, esse tema, de fato, nós o vimos em primeira mão positivamente.

Depois, em alguns debates com o Governo, recuamos, dada inclusive a colocação de que não era factível, que o Governo vetaria essa matéria. Então, tão logo esse assunto veio à baila, a Liderança do Governo veio até nós e disse; "Esse assunto não está factível de aprovação pelo Governo."

Então, eu pergunto ao Deputado Gilmar se ele quer justificar, mas efetivamente eu tenho aqui a palavra do Ministério do Planejamento, fundamentalmente do Secretário do Tesouro, que me disse que essas e outras matérias seriam vetadas naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para encaminhamento – o Relator já se posicionou –, Deputado Gilmar.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Só para... Nós estamos encaminhando contrariamente, porque o relatório já contempla os relatórios que o Governo terá que encaminhar bimestralmente, inclusive as obras da Copa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com as identificações.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Portanto, não há mais essa necessidade. Já estão identificadas. Portanto, o Governo encaminha "não".

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para encaminhamento, um minuto, na forma regimental, o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Olha a contradição do Líder Gilmar Machado. É a primeira vez que eu vejo que o que abunda prejudica. Se já está previsto no relatório bimestral, qual é o problema de acatar o destaque? Qual o problema? É obvio que não está.

Aliás, Presidente, eu não sei por que o Governo quer esconder essas obras da Copa. Eu não sei. Quando estava aquela coisa do sigilo, as obras da Copa não podem ser divulgadas, têm que ser escondidos os gastos, por que isso? Finalmente, o Governo caiu em si e resolveu divulgar os gastos da Copa. Qual o problema? O dinheiro é público. Nós não temos que esconder quanto é que vai se gastar para a Copa ou para a Olimpíada, os gastos com infraestrutura, etc.

Nós temos que efetivamente dar transparência a essas questões. E a emenda do Deputado Rogério Marinho vai nesse sentido, de poder dar transparência e poder identificar e discriminar essa relação de obras. Eu não vejo o porquê de a Comissão não aceitar, muito menos de o Governo se recusar. Eu entendo que o Relator quis atender o Governo, mas as explicações, para mim, não foram críveis e muito menos aceitas pelo próprio Líder do Governo, que disse que, se já estava explicitado, por que que não acata o parecer?

Então, nós encaminhamos favoravelmente à emenda. E esperamos que a Comissão aquiesça nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Encaminha favoravelmente. O.K. Os Democratas e a Minoria encaminham favoravelmente à emenda. O Governo encaminha contra.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – E o Relator também contra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Encaminha contra.

Em votação.

A representação da Câmara dos Deputados que concorda com o parecer do Relator, contrário à emenda, permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovada contra os votos de Cajado, Vaz, Raimundo – há dois votos ali –, Rodrigo, Rogério.

Vamos para a seguinte.

Cajado... Não, não. Você fica para encaminhar. O Rogério é o autor, fica lendo.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, por isso a importância do grupo de trabalho que foi criado hoje, para dar transparência às obras da Copa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não, isso aí já é matéria vencida, Sr. Deputado Wellington Roberto, pelo amor de Deus. *(Risos.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

Rogério, Rogério.

É o último destaque. É o último destaque do destaque do destaque. *(Risos.)*

Destaque nº 79, Emenda nº 244.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Por favor, silêncio.

Destaque nº 79, Emenda nº 2447.0024. Autoria, Deputado Rogério Marinho.

Ao texto da lei, o destaque é de V.Exa. Com a palavra às 21h48min.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Sr. Relator, primeiro, digo que, em relação à votação anterior, o argumento do Governo foi fraco. Mas, tudo bem. Quem ganhou foi o número. *(Risos.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Mas, em relação a esse texto, a essa emenda, eu tenho certeza de que o Deputado Gilmar vai mudar de posição e vai nos ajudar a aprovar, até porque nós estamos terminando. É o último destaque. É uma forma de ajudarmos o Parlamento e fazermos com que haja transparência na execução do Orçamento. E o Legislativo precisa ter esse instrumento na mão para poder fiscalizar de forma mais eficaz o que acontece nos Ministérios.

O que nós estamos propondo, Sr. Presidente, é muito simples. E aí eu peço a atenção do Sr. Relator, que certamente concorda conosco. O Governo Federal, sempre que se inicia o ano fiscal, faz um contingenciamento. É de praxe, depois da aprovação do Orçamento. Esse contingenciamento acontece em grandes números em caráter geral. Em seguida, ele estabelece um limite financeiro para os Ministérios.

Esse limite financeiro, quando é estabelecido... Imaginem que o Ministério que o Deputado Gilmar vai ocupar a partir do próximo ano tenha 10 milhões para executar e tenham sido contingenciados 5 milhões. Então, ele recebe um limite de 5 milhões. Esses 5 milhões que ele recebe, ele os usa de forma discricionária, e não há nitidez, por parte daquele Ministério, no "discricionamento" do que efetivamente foi contingenciado. E nós, do Legislativo, só temos ideia do que ocorreu efetivamente, ou nos relatórios quadrimestrais, ou no final do ano, no fim do exercício fiscal.

Então, nós estamos propondo, no art. 67, § 8º, uma vírgula a partir do que já está escrito, que

"*os órgãos e unidades orçamentárias deverão editar, em até 15 dias após a edição do decreto de contingenciamento, uma portaria especificando a programação objeto da alimentação do empenho e movimentação financeira, ou ainda do restabelecimento desses limites até o nível da ação orçamentária ou outra classificação correspondente que vier a ser adotada.*"

Então, nós apenas pedimos que haja transparência na execução orçamentária. Aqui, muito parecido com o que propomos anteriormente, é no sentido de aperfeiçoar um instrumento extremamente importante para a Oposição, para a sociedade brasileira, de podermos ter nitidez no acompanhamento do que efetivamente acontece nos Ministérios a partir do contingenciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço, Deputado Rogério Marinho.

Com a palavra, para se posicionar, o Relator, e aí encaminharemos com Gilmar e com Cajado.

Relator com a palavra.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, eu não vejo maiores problemas nesse destaque. E, sinceramente, eu tenho uma posição positiva sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Claudio Cajado. Inicialmente o Deputado Claudio Cajado, para dar tempo a Gilmar Mendes.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Se o Relator aceita o destaque, eu acredito que o Governo também vai aceitar. Portanto, encaminhamos todos favoravelmente, em nome da Oposição e do Governo. Correto, Deputado Márcio Reinaldo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Gilmar, com a palavra, com relação ao posicionamento do Relator, aceitando o destaque apresentado, Destaque nº 79.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, eu também gostaria de dizer que o art. 8º, que é o que está sendo tentado alterar, ele já diz aqui que o relatório vai ser, que se refere ao § 4º desse artigo, quer dizer, os relatórios serão, então, elaborados e encaminhados nos bimestres em que não houver limitação ou restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira, está certo?

Portanto, a informação que ele já está pedindo já está contemplada. Então, portanto, no meu entendimento, não há mais necessidade. O Governo vai informar todos os dados que já estão aqui colocados.

Portanto, eu gostaria muito de acompanhar o meu companheiro, o meu conterrâneo Márcio Reinaldo, mas infelizmente a minha orientação por parte do Governo é "não'.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O que está em votação não é o parecer sobre o destaque. Quem está em votação é o destaque. Então, em votação o destaque.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para encaminhar, pelo PSDB.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Só para ajudar o nosso Líder Gilmar.

Na verdade, o que ele coloca aí, faltou a vírgula. O que o Governo, no art. 8º, pretende é, a cada bimestre, enviar um relatório sem a necessidade de discriminar o que efetivamente foi contingenciado. O que nós estamos pedindo é que, após o decreto de contingenciamento, 15 dias depois, nós tenhamos essa informação, apenas para auxiliar o Deputado Gilmar, que certamente não entendeu o espírito da coisa. Então, o encaminhamento é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Terminou o encaminhamento.

Em votação...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Para encaminhar, o Democratas vota favoravelmente ao destaque e favoravelmente ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Democratas vota favoravelmente ao destaque e o Governo encaminha contra o destaque.

Em votação na Câmara

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Mas o Relator é favorável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Relator foi favorável ao destaque. O Governo está encaminhando contra o destaque. Quem está em votação é o destaque.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam o destaque permaneçam como se encontram. Aqueles que não aprovam o destaque levantem a mão. *(Pausa.)*

Por ampla maioria. Maioria. Rejeitado o destaque na Câmara. Não vai ao Senado.

Bom, concluída a fase dos dois destaques.

Agora, vamos para os destaques em globo, em votação global.

Destaques com o voto do Relator pela aprovação total.

São esses números: o Destaque nº 7, da Senadora Lúcia Vânia; o Destaque nº 52, do Deputado Marçal; o Destaque nº 69, do Deputado Rogério Marinho; o Destaque nº 71, que não é o 71, é o item....

A SRA. SECRETÁRIA (Myrna Lopes Pereira) – Não, não. É o 71.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É o 71, que diz respeito ao item 25 do adendo; o Destaque Nº 77, do Deputado Rogério Marinho; o Destaque nº 81, do Deputado Rogério Marinho; o Destaque nº 257, do Deputado Gilmar Machado; o Destaque nº 258, do Deputado Gilmar Machado; o de nº 261, também do Deputado Gilmar Machado; e o de nº 277, também do Deputado mineiro Gilmar Machado.

Em votação em globo os destaques, com o voto do Relator pela aprovação.

Representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Senado. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Agora, os destaques pela aprovação parcial. Atentem os senhores. Pela aprovação parcial o Destaque nº 129, da Senadora Lídice da Mata; o Destaque nº 163, do Deputado Nilton Capixaba; o Destaque nº 202, do Deputado Claudio Cajado; o Destaque nº 229, do Deputado Claudio Cajado; o Destaque nº 230, também do Deputado Claudio Cajado.

Aqueles que concordam, nesta votação global, pela aprovação parcial dos destaques, na representação da Câmara dos Deputados, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS – Contra o 129.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com o voto contra do 129 da... É em globo, é em globo. Já é em globo, Luciana.

A Consultoria informa que o Destaque nº 2, do Deputado Rubens Bueno, que estava pela rejeição, passa agora à aprovação.

Então, vamos votar pela aprovação do Destaque nº 2, do Deputado Rubens Bueno.

Aqueles que concordam com o destaque permaneçam como se encontram.

Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Último.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, pela ordem. Ah, deixa. Quando terminar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Destaques com voto do Relator pela rejeição. Vamos ler os destaques.

Os demais destaques, V.Exa... É óbvio que são os demais destaques, pela rejeição.

Aqueles que concordam com a rejeição, Câmara dos Deputados, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os destaques foram rejeitados, não serão apreciados pelo Senado Federal, conforme estabelecido no §1º do art. 43 do Regimento Comum.

Estamos acabando, acabando, acabando.

Rogério, quer falar mais ainda?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Não, só dizer... Você falou derradeiro e eu fiquei meio...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não. Você vai falar um de muitos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Se não morrer até amanhã...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado a todos. Obrigado pelo trabalho. Meus parabéns a todos. Muito obrigado! Fiquem com Deus! Até a próxima luta!

Concluídas as votações das matérias constantes da pauta, encerro os trabalhos, antes cancelo as demais reuniões convocadas para hoje, para amanhã, dia 13, e dia 14. Convoco para 02 de agosto, terça-feira, às 14h30min.

Está encerrada a votação. Amém, amém, amém!

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 9 DE AGOSTO DE 2011.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia nove do mês de agosto de dois mil e onze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 15 e 16. Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares**: Ademir Camilo, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Genecias Noronha, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Marçal Filho, Nilton Capixaba e Rogério Marinho; **– Senadores titulares:** Cyro Miranda, Francisco Dornelles, João Vicente Claudino e Walter Pinheiro; – **Deputados suplentes**: Ângelo Agnolin, Ronaldo Zulke e Vaz de Lima; **Senador Suplente**: Inácio Arruda. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, George Hilton, Giroto, João Dado, João Magalhães, José Priante, Luciana Santos, Márcio Reinaldo Moreira, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira, Vitor Penido e Wellington Roberto; **– Senadores**: Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Jayme Campos, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão e Vital do Rêgo. **ABERTURA:** Havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Deputado Gilmar Machado (PT/MG), no exercício da Presidência, declarou iniciados os trabalhos conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*. **ENCERRAMENTO:** Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente em exercício encerrou a reunião. Antes, convocou reunião ordinária para o dia 16 de agosto, às 14 horas e 30 minutos, a ser realizada no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. – **Senador Vital do Rêgo. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 14ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 15 e 16, de 2011.

Em virtude da inexistência de *quorum* para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, encerro a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia 16 de agosto, terça-feira, às 14h30min, neste plenário.

A reunião está encerrada.

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2011.

Às quinze horas e um minuto do dia dezesseis de agosto de dois mil e onze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 15, 16 e 17. Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares**: Ademir Camilo, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Efraim Filho, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Rogério Marinho, Rubens Bueno e Rui Costa; **– Senadores titulares:** Cyro Miranda, Francisco Dornelles e Walter Pinheiro; – **Deputados suplentes**: Alex Canziani, Ângelo Agnolin, Benjamin Maranhão, Danilo Forte, Geraldo Resende, Pedro Chaves, Roberto Teixeira e Weliton Prado; – **Senador Suplente:** Delcídio do Amaral. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: Andre Vargas, André Zacharow, Edmar Arruda, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, George Hilton, João Magalhães, José Priante, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Valtenir Pereira, Vitor Peni-

do e Wellington Roberto; **– Senadores**: Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão e Vital do Rêgo. **ABERTURA:** Havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o 2º Vice-Presidente, Senador Cyro Miranda (PSDB/MG), no exercício da Presidência, declarou iniciados os trabalhos conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*. **ENCERRAMENTO:** Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*, o Presidente em exercício encerrou a reunião. Antes, convocou reunião ordinária para o dia 23 de agosto, às 14 horas e 30 minutos, a ser realizada no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. – **Senador Vital do Rêgo. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Cyro Miranda) – Declaro abertos os trabalhos.

Declaro iniciada a 15ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes nas Pautas nº 15, 16 e 17, de 2011.

Em virtude da inexistência de *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal, encerro a presente sessão, antes convocando reunião ordinária para o dia 23 de agosto, terça-feira, às 14h30 neste plenário.

A reunião está encerrada.

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2011.

Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e onze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 15, 16,17 e 18. Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares**: Ademir Camilo, Andre Vargas, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, Genecias Noronha, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, João Dado, Luciana Santos, Marçal Filho, Rubens Bueno, Rui Costa e Valtenir Pereira; **– Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Cyro Miranda, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro; – **Deputados suplentes**: Alex Canziani, Alexandre Leite, Ângelo Agnolin, Carlos Magno, Danilo Forte, Geraldo Resende, José Airton, Pauderney Avelino, Pedro Chaves, Roberto Teixeira, Ronaldo Zulke, Valmir Assunção, Vaz de Lima e Zé Geraldo; – **Senadores Suplentes:** Lídice da Mata e Zeze Perrella. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: André Zacharow, Fábio Ramalho, George Hilton, Giroto, João Magalhães, José Priante, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Vitor Penido e Wellington Roberto; **– Senadores**: Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Ricardo Ferraço e Sérgio Petecão. **ABERTURA:** Havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou iniciados os trabalhos. **AVISOS:** O Presidente comunicou a extinção do Grupo de Trabalho constituído pelo Requerimento nº 08/2011-CMO de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 12/07/2011, em virtude do término do prazo de 40 dias fixado no requerimento para apresentação das conclusões e propostas de alteração legislativa. Tendo sido atingido o *quorum* para deliberação em ambas as Casas, o Presidente anunciou a apreciação das Atas das seguintes reuniões: 13ª Reunião Ordinária, realizada em 12/07/2011; 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/07/2011 e 14ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 09/08/2011. Fez uso da palavra, para uma questão de ordem, o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA) para solicitar o encerramento da reunião, destacando não haver Senadores presentes em número mínimo fixado no *art. 28 do Regimento Comum*. O Deputado Gilmar Machado (PT/MG) manifestou-se no sentido de pedir ao Presidente, diante da solicitação do Deputado Claudio Cajado, que convocasse uma reunião extraordinária para o dia seguinte, esta precedida por uma reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na CMO. O Presidente, em atendimento às solicitações dos parlamentares, convocou reunião extraordinária para o dia 24 de agosto, às 15 horas, reunião de Colegiado de Representantes de Líderes para o mesmo dia às 14 horas e encerrou a reunião. Em consequência a apreciação das seguintes matérias foi **adiada:** Pauta nº 15 item **1 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda,

do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Foram apresentadas 42 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36 e 38 e pela rejeição das demais. **2 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Senador Sérgio Petecão. Foram apresentadas 5 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas. **3 – Requerimento nº 16/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados". Autor: Deputado Efraim Filho. **4 – Requerimento nº 17/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional". Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto. Pauta nº 16 item **1 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 04/2011-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor global de R$ 205.600.000,00 (duzentos e cinco milhões e seiscentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Giroto. Foram apresentadas 145 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 27, 28, 29, 32, 35, 36, 38, 39 e 40 e pela rejeição das demais. **2 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 44.891.709,00 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Carlos Brandão. Foram apresentadas 18 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. Foi retirada pelo autor, Deputado Carlos Brandão, a emenda de nº 17, e com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 02, 04, 06, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 16 e 18 e pela rejeição das demais. **3 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2011-CN**, que "Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010". Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira. Foi apresentada 1 emenda. Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, e pela rejeição da emenda nº 1. Pauta nº 17 item **1 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Marçal Filho. Foram apresentadas 23 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais. **2 – Requerimento n° 22/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, CMO, com o Senhor Nelson Henrique Barbosa Filho, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, para prestar esclarecimento acerca dos *royalties do Pré-sal*". Autores: Deputados Gilmar Machado e Márcio Reinaldo Moreira. **3 –** Apreciação do Relatório apresentado à **Mensagem nº 14/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de 2011". Relator: Senador Delcídio do Amaral. Voto: pelo arquivamento da matéria. **4 –** Relatório apresentado à **Mensagem nº 20/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao primeiro bimestre de 2011"; **Mensagem nº 35/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao segundo bimestre de 2011". Relator: Senador Delcídio do Amaral. Voto: pelo arquivamento da matéria. Pauta nº 18 item **1 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de

Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Acir Gurgacz. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. **2 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 17/2011-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$ 150.673.479,00 (cento e cinquenta milhões, seiscentos e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Foram apresentadas 9 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 4 e rejeição das demais. **3 –** Relatório apresentado à **Mensagem nº 107/2006-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, o relatório de avaliação do Plano Plurianual – (PPA) para 2004-2007", (Ano base 2005); **Mensagem nº 122/2007-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o relatório de avaliação do Plano Plurianual para o período 2004-2007", (Ano-base-2006); **Mensagem nº 112/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, o relatório de avaliação do Plano Plurianual 2004/2007", (Ano base 2007). Relator: Deputado Marçal Filho. Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento das matérias e demais documentos, bem como das apreciações e recomendações quanto aos "Relatórios de Avaliação do Plano Plurianual", relativo aos exercícios de 2005, 2006 e 2007 e ao período 2004 – 2007 e determine o seu arquivamento. **4 –** Relatório apresentado à **Mensagem nº 67/2011-CN,** que "Encaminha, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao terceiro bimestre de 2011". Relator: Senador Delcídio do Amaral. Voto: pelo arquivamento da matéria. **ENCERRAMENTO:** Em virtude da solicitação do Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), observado o disposto *no art. 29, § 2º do Regimento Comum*, o Presidente encerrou a reunião. Antes, convocou reunião extraordinária para o dia 24 de agosto, às 15 horas, a ser realizada no plenário 2 da Câmara dos Deputados e comunicou que haveria naquele mesmo dia, reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, às 14 horas, na sala de reunião da Presidência da Comissão. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e dois minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. – **Senador Vital do Rêgo. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito boa tarde a todas as senhoras e a todos os senhores – 14h57min.

Havendo número regimental, declaro abertos os nossos trabalhos. Dou por iniciada a 16ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 15, 16, 17 e 18, de 2001.

Informo que os avulsos das matérias – peço a compreensão e o silêncio de todos – encontram-se na mesa dos trabalhos.

Fui informado pela Secretaria, há *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal.

Só um aviso, antes de conceder a palavra pela ordem a V.Exa.: aviso que o grupo de trabalho destinado a avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário, no âmbito da CMO, e sugerir medidas de aperfeiçoamento, que tem – ou teve – como Coordenadora a Senadora Gleisi Hoffmann, foi constituído em razão do Requerimento nº 08, de 2011, da Senadora Gleisi Hoffmann, aprovado na primeira reunião extraordinária da Comissão. Em virtude do término do prazo de 40 dias para a efetivação e a apresentação das conclusões, de comum acordo, declaro extinto o grupo de trabalho.

Apreciação das atas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra, pela ordem, Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, eu peço a V.Exa., de acordo com a Resolução nº 01, que, por não haver o número necessário de Senadores presentes à reunião, a declare encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Atendo...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para contraditar, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Não, eu não vou contestar. Só gostaria que V.Exa. convocasse uma reunião extraordinária para amanhã, às 15h, para que nós pudéssemos buscar um entendimento e, amanhã, dar sequência, já que é importante, e também definir os relatores setoriais, que eu considero fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Atendo ao pedido inicial do Deputado Claudio Cajado, na forma regimental, por dever de ofício. Visualmente, não encontro nenhum outro Senador, fora este Presidente.

Também atendo ao Deputado Gilmar Machado, convocando reunião extraordinária para amanhã, às 15 horas, antecedida de uma reunião com os Líderes, e, na forma da discussão advinda da reunião de Líderes, especialmente com os que compõem os partidos da base do Governo, para definição final – e espero terminativa – dos relatores setoriais.

Deputado Arlindo, V.Exa. pediu a palavra?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Só para observar, Sr. Presidente, aquilo que V.Exa. já vem fazendo junto com os Líderes de bancada: que essa reunião das 15h seja antecedida dos contatos necessários, para que seja suficiente e para que amanhã, de fato, às 15h, V.Exa. possa, de forma definitiva, resolver essa questão. Então, naquilo que couber...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ficam V.Exa. e o Deputado Gilmar Machado, enquanto o Líder do Governo não for indicado formalmente, com a atribuição de discorrer junto à base sobre essas questões.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – No meu caso, eu vou começar inclusive com a Oposição.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu quero levantar aqui uma questão de ordem. Quando for formulado o pedido de encerramento da sessão, por falta de número, que se constate – e eu o farei –, no momento em que for levantada a questão, o horário que eu o fizer, porque, se ela se prorrogar e chegar outro membro ou Senador...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. pode ter a segurança de que, com esta Presidência, não acontecerá nenhum deslize.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO– Muito bem. Eu agradeço a V.Exa., porque pode-se levantar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não admitirei isso.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – E a segunda questão, Sr. Presidente – vou levantar mais duas questões...

Primeiro: se na reunião do Colégio de Líderes não prevalecer o acordo prévio, este Deputado, Líder do partido Democratas e das Oposições, não se assentará mais no Comitê, na reunião do Colégio de Líderes.

O Colégio de Líderes tem por finalidade definir a pauta de forma consensual. Não havendo consenso, aí, sim, nós viremos para cá sem consenso. Havendo acordo, tem que se definir lá. Não havendo acordo, não existe compromisso.

Então, eu quero dizer que, desde o primeiro momento, nós estamos fazendo no Colégio de Líderes a forma de se promover o entendimento. Portanto, quando propomos um entendimento que não é feito, eu não me sinto absolutamente confortável em ter que fazer acordo quando for do interesse do Governo e, quando for interesse da Oposição, nós apelarmos para ter o entendimento e não sermos ouvidos. Isso não é correto. Eu não concordo com esse tipo de procedimento.

Então, levanto esta questão para que V.Exa. e os demais Líderes a analisem.

Também aproveito aqui e informo a V.Exa. que a audiência pública que já está há mais de 5 meses aprovada sem ser realizada passa a ser mais um item de obstrução dos democratas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Atendido o pedido de V.Exa., está encerrada a presente reunião e convocada reunião extraordinária para amanhã, às 15h, antecedida de reunião de Líderes, em especial os Líderes da bancada do Governo.

Tenham todos uma boa tarde. Fiquem com Deus.

Declaro encerrados os nossos trabalhos.

ATA DA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011.

Às quinze horas e quatro minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e onze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 15, 16,17 e 18. Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares**: Andre Vargas, Claudio Cajado, Edmar Arruda, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Roberto Britto, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; **– Senadores titulares:** Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro; **– Deputados suplentes:** Danilo Forte, José Airton e Pedro Chaves; **– Senador suplente**: Lídice da Mata. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: Ademir Camilo, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Dilceu Sperafico, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, George Hilton, João Magalhães, José Priante, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo de Castro e Vitor Penido; **– Senadores**: Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Mag-

no Malta e Ricardo Ferraço. **ABERTURA:** Havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou iniciados os trabalhos e colocou à apreciação as seguintes atas: 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/7/2011; 13ª Reunião Ordinária, realizada em 12/7/2011; e 14ª Reunião Ordinária, realizada em 9/8/2011, dispensada a leitura tendo em vista prévia distribuição aos senhores membros. Em votação, as Atas foram aprovadas por unanimidade nas representações na Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada leitura dos expedientes**.** O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a sua inclusão nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. **AVISOS:** O Presidente informou que foram definidos os relatores setoriais das áreas temáticas do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 nos termos estabelecidos no *art. 26 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional,* foram designados: para a **Área Temática I – Infra-Estrutura :** Senador Delcídio do Amaral (PT/MS); **Área Temática II – Saúde:** Deputado Rui Costa (PT/BA); **Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente:** Deputado José Priante (PMDB/PA); **Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte:** Senador Cyro Miranda (PSDB/GO); **Área Temática V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano:** Deputado Giroto (PR/MS); **Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo:** Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE); **Área Temática VII – Justiça e Defesa:** Deputado Dilceu Sperafico (PP/PR); **Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação:** Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE); **Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES); e para a **Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social:** Deputado Efraim Filho (DEM/PB). O Presidente comunicou que enviaria expedientes às autoridades da administração pública com o objetivo de colocar este Órgão Técnico do Congresso Nacional à disposição para que sejam apresentadas a esta Comissão, proposta orçamentária dos diversos órgãos constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2012, bem como suas programações contidas no Projeto de Lei de Plano Plurianual 2012-2015, a serem encaminhadas pela Presidência da República a este Parlamento. Destacou, ainda, que o processo dar-se-ia por meio de reuniões de audiência pública a serem realizadas durante o mês de setembro próximo, sempre às quintas-feiras, no período da manhã ou tarde; e ressaltou o gesto de boa vontade do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que em contato com o Deputado Rui Costa, manifestou, espontaneamente, interesse em comparecer perante esta Comissão para expor assunto de relevância de seu Ministério, em reunião de audiência pública, na primeira semana de setembro, conforme disposto no *art. 397 § 1º do Regimento Interno do Senado Federal*. **ORDEM DO DIA:** O Presidente, ao iniciar a Ordem do Dia, esclareceu que conforme entendimentos estabelecidos na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, seria apreciado apenas o item 2, da Pauta 17. Pauta 17 item **2 –** Apreciação do **Requerimento n° 22/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, CMO, com o Senhor Nelson Henrique Barbosa Filho, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, para prestar esclarecimento acerca dos *royalties do Pré-sal*". Autores: Deputados Gilmar Machado e Márcio Reinaldo Moreira. Discutiram a matéria os Deputados Claudio Cajado (DEM/BA) e Rogério Marinho (PSDB/RN). Encerrada a discussão. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Tendo em vista a inexistência de acordo para dar prosseguimento à apreciação das demais matérias da pauta, o Presidente encerrou a reunião. Em consequência a apreciação das seguintes matérias foi **adiada:** Pauta nº 15 item **1 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Foram apresentadas 42 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36 e 38 e pela rejeição das demais. **2 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Senador Sérgio Petecão. Foram apresentadas 5 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibili-

dade das 5 emendas apresentadas. **3 – Requerimento nº 16/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados". Autor: Deputado Efraim Filho. **4 – Requerimento nº 17/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional". Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto. Pauta nº 16 item **1 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 04/2011-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor global de R$ 205.600.000,00 (duzentos e cinco milhões e seiscentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Giroto. Foram apresentadas 145 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 27, 28, 29, 32, 35, 36, 38, 39 e 40 e pela rejeição das demais. **2 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 44.891.709,00 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Carlos Brandão. Foram apresentadas 18 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. Foi retirada pelo autor, Deputado Carlos Brandão, a emenda de nº 17, e com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 02, 04, 06, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 16 e 18 e pela rejeição das demais. **3 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2011-CN**, que "Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010". Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira. Foi apresentada 1 emenda. Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, e pela rejeição da emenda nº 1. Pauta nº 17 item **1 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Marçal Filho. Foram apresentadas 23 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais. **3 –** Apreciação do Relatório apresentado à **Mensagem nº 14/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de 2011". Relator: Senador Delcídio do Amaral. Voto: pelo arquivamento da matéria. **4 –** Relatório apresentado à **Mensagem nº 20/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao primeiro bimestre de 2011"; **Mensagem nº 35/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao segundo bimestre de 2011". Relator: Senador Delcídio do Amaral. Voto: pelo arquivamento da matéria. Pauta nº 18 item **1 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Acir Gurgacz. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. **2 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 17/2011-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$ 150.673.479,00 (cento e cinquenta milhões, seiscentos e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Foram apresentadas 9 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 4 e rejeição das demais. **3 –** Relatório apresentado à **Mensagem nº 107/2006-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, o relatório de avaliação do Plano Plurianual – (PPA) para 2004-2007", (Ano base 2005); **Mensagem nº 122/2007-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o relatório de avaliação do Plano Plurianual para o período 2004-2007", (Ano-base-2006); **Mensagem nº**

112/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, o relatório de avaliação do Plano Plurianual 2004/2007", (Ano base 2007). Relator: Deputado Marçal Filho. Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento das matérias e demais documentos, bem como das apreciações e recomendações quanto aos "Relatórios de Avaliação do Plano Plurianual", relativo aos exercícios de 2005, 2006 e 2007 e ao período 2004 – 2007 e determine o seu arquivamento. **4 –** Relatório apresentado à **Mensagem nº 67/2011-CN,** que "Encaminha, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao terceiro bimestre de 2011". Relator: Senador Delcídio do Amaral. Voto: pelo arquivamento da matéria. **ENCERRAMENTO:** Concluída a apreciação da matéria consensual, o Presidente encerrou a reunião. Antes, convocou reunião ordinária para o dia 30 de agosto, às 14 horas 30 minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e dezesseis minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. – Senador **Vital do Rêgo. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Boa tarde a todos. Declaro abertos os nossos trabalhos. Havendo número regimental declaro iniciada a 6ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes nas Pautas nº 15, 16, 17 e 18, de 2011.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se sobre a mesa dos nossos trabalhos.

Há *quorum* para deliberação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas por terem sido distribuídas anteriormente. *(Pausa.)* Leitura dispensada.

Não havendo discussão, conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regimento Interno desta Comissão, coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 5ª reunião extraordinária, realizada em 12 de julho; 13º reunião ordinária, realizada em 12 de julho; e 14ª reunião ordinária, realizada em 09 de agosto.

Em votação as atas na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação as atas na representação do Senado *(Pausa.)*

Aprovadas.

Conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, em abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada por correio eletrônico aos gabinetes dos membros e lideranças partidárias.

EXPEDIENTE

Correspondência recebida pela Secretaria da Comissão

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica **dispensada a leitura dos expedientes,** que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo, ainda, que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) OF. 166/11-GAB/WF, de 13 de julho, do Deputado Wellington Fagundes (PR/MT), solicitando relatório completo e circunstanciado das emendas individuais de sua autoria, apresentadas ao Orçamento Geral da União, nos anos de 2000 e 2001.

2) OF. Nº 406/2011 – SGM, de 14 de julho, da Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Claudia Lyra Nascimento, comunicando que o Senador Ivo Cassol (PP/RO), licenciou-se do exercício do mandato de Senador da República, a partir de 11 de julho do corrente.

3) Ofício GP/JF nº 094/2011, de 15 de julho, da Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), solicitando correção, no sistema de acompanhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias, do parecer à emenda nº 1775.0017, de sua autoria, oferecida ao texto da LDO/2012, para que conste como parcialmente aprovada.

4) Ofício GAB nº. 117/2011, de 3 de agosto, do Deputado Carlos Brandão (PSDB/MA), solicitando a retirada da Emenda 00017, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 013/2011-CN.

5) Ofício nº 445/2011, de 9 de agosto, do Deputado João Dado (PDT/SP), solicitando esclarecimentos sobre o encerramento da reunião ordinária desta Comissão, realizada em 9 de agosto e o tratamento administrativo que será dado aos parlamentares que estavam presentes no período de 14h45 às 15 horas, daquele dia.

6) Of.Pres.Int. nº 082/2011-CLP, de 16 de agosto, do Deputado Vitor Paulo, Presidente da Comissão de Legislação Participativa, convidando o Presidente desta Comissão ou seu representante para participar de Audiência Pública, destinada a debater o "Ciclo Orçamentário, Despesa de Pessoal e Investimentos

Públicos", que será realizada no dia 24 de agosto, às 14h30min, no plenário 3 da Câmara dos Deputados.

– Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão DEFERIDOS pelo Presidente:

1) Of./GDDF/Nº132/11, de 7 de junho, do Deputado Danilo Forte (PMDB/CE), justificando ausência no período de 11 a 16 de julho.

2) Ofício nº 445/2011, de 2 de agosto, do Gabinete do Deputado João Dado (PDT/SP), justificando ausência no dia 2 de agosto.

3) OF./2011-GABDFHC, de 15 de agosto, do Gabinete do Deputado Heuler Cruvinel (DEM/GO), justificando ausência no período de 16 a 28 de agosto.

– Expediente encaminhando justificativa de falta à reunião da Comissão INDEFERIDO pelo Presidente:

1) Ofício nº 1.004/2011-BSB-ORÇ, de 9 de agosto, do Deputado Geraldo Resende (PMDB/MS), justificando ausência no dia 9 de agosto.

– Expediente com indicação para integrar o Comitê Permanente de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE):

1) Of. Nº 522, de 12 de julho de 2011, do Deputado Nelson Meurer, Líder do PP, indicando o Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG).

– Expedientes solicitando alteração em emendas apresentadas ao PLN 59/2010-CN (PLOA para 2011):

1) OF. Nº 213/11 – Gab-BSB, de 12 de julho, do Deputado Ademir Camilo (PDT/MG), solicitando alteração da GND 4 para GND 3, na Emenda nº 5031.0005, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara.

2) Expediente de 25 de agosto de 2011, da Deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), solicitando correção do objeto previsto na Emenda Orçamentária Individual nº 1331.0015, de sua autoria.

– Expediente encaminhado pelo Presidente do Congresso Nacional informando abertura do prazo para interposição de recurso a Projeto de Decreto Legislativo:

1) Ofício nº 345-CN, de 25 de julho, ao PDL nº 1/2011-CN.

– Expediente encaminhado pela Quarta Suplente, no exercício da Primeira Secretaria do Senado Federal, informando o envio de autógrafo de Decreto Legislativo:

1) Ofício nº 419-CN, de 8 de agosto, Decreto Legislativo nº 260/2011.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 374/2011/MP, de 14 de julho, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, encaminhando Nota Técnica nº 67/SPI/MP, de 26 de maio de 2011, da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos daquele Ministério, que versa sobre obras paralisadas e inacabadas custeadas, no todo ou em parte, com recursos da União, conforme solicitado no Of. Pres. n. 153/2011/CMO.

2) OF/SEMINFRA/Nº 180/2011, de 15 de julho, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Projetos e Obras Especiais da Prefeitura Municipal de Vila Velha, informando que os projetos, orçamentos, termos de referência e demais documentos que deverão integrar o novo processo licitatório para execução das obras e serviços de Macrodrenagem do Canal do Congo, em Vila Velha – ES, estão sendo alvo de criteriosa análise por parte da equipe de engenharia daquela Prefeitura e, tão logo estejam concluídos, serão submetidos ao crivo da Caixa Econômica Federal.

3) Ofício nº 46/2011-ASPAR/GAB/DPF, de 19 de julho, do Delegado Marcos Leôncio S. Ribeiro, do Departamento de Polícia Federal, solicitando aprovação dos Projetos de Lei nºs 15 e 17/2011-CN, de interesse da Polícia Federal.

4) Ofício nº 0279/2010/SUDENE, de 3 de agosto de 2011, do Superintendente Paulo Sérgio de Noronha Fontana, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, encaminhando o Relatório de Resultados e Impactos – Exercício 2010, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, o Parecer Conjunto nº 10/SFRI/SUDENE/MI, de 15/07/2011, e a Resolução do Conselho Deliberativo nº 039/2011, de 27/07/2011, que aprovou, "ad referendum" do CONDEL, o referido relatório.

5) Ofício nº 421/MP, de 10 de agosto de 2011, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, encaminhando Nota Técnica nº 09/SECAD/SOF/MP, de 14 de julho de 2011, da Secretaria de Orçamento Federal daquele Ministério, com informações sobre o Decreto nº 7.445, de 1º/03/2011 – Decreto de Limitação de Movimentação e Empenho, conforme solicitado no Of. Pres. n. 229/2011-CMO.

– Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1° quadrimestre de 2011 encaminhado em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 121 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, encaminhado pelo seguinte órgão:

– Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

– **Precatórios a serem incluídos na Proposta Orçamentária para 2012:**

1) Ofício n° 1.003/2011-SG/DP-TJ, de 01 de julho, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

2) Ofício n° 1.005/2011-SG/DP-TJ, de 01 de julho, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

3) Ofício n° 1.007/2011-SG/DP-TJ, de 01 de julho, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

4) Of. GP/n° 471/2011, de 18 de julho, do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

5) Ofício n° 371/2011– Prec., de 18 de julho, do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

6) OFÍCIO CSJT.GP.SG.ASPO n° 55/2011, de 19 de julho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

7) OF. GABPRES/DIPRE N° 337/2011, de 19 de julho, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

8) Ofício nº 1.142/2011 – DP, de 19 de julho, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

9) OFÍCIO N° 22.916/DEPRE, de 20 de julho de 2011, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

10) Ofício n° 711/GP, de 26 de julho de 2011, do Superior Tribunal de Justiça.

11) Ofício N. 29.171/SEG, de 17 de agosto de 2011, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

12) OFÍCIO/PR N. 2011020332, de 22 de agosto de 2011, do Consellho da Justiça Federal.

– Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 22 de junho :

1) Aviso n° 859/2011 (Acórdão nº 1.665/2011): Obras de implantação da Usina Hidrelétrica de Batalha, localizada na divisa dos Estados de Goiás (Cristalina-GO) e Minas Gerais (Paracatu-MG).

Avisos Seses de 6 de julho, anexado ao Aviso nº 12/2011-CN:

1) Aviso n° 974/2011 (Acórdão nº 1.800/2011): Obra de adequação de Trecho Rodoviário – Divisa MG/SP – Divisa MG/GO – na BR-050 – no Estado de Minas Gerais.

2) Aviso n° 978/2011 (Acórdão nº 1.803/2011): Obras de melhoramentos no Aeroporto de Vitória/ES.

3) Aviso n° 987/2011 (Acórdão nº 1.801/2011): Obras de construção do Terminal de Passageiros, de Sistemas de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e de Sistema Viário no Aeroporto de Goiânia/GO.

Avisos Seses de 20 de julho:

1) Aviso n° 1.049/2011 (Acórdão nº 1.895/2011): Obras de construção de unidades habitacionais em Fortaleza/CE.

2) Aviso n° 1.050/2011 (Acórdão nº 1.883/2011): Obra de construção da Cadeia Pública da cidade de Ceará Mirim/RN.

3) Aviso n° 1.051/2011 (Acórdão nº 1.884/2011): Obras públicas de construção da Cadeia Pública no Município de Macau/RN.

4) Aviso n° 1.052/2011 (Acórdão nº 1.898/2011): Obras públicas de reforma e ampliação do Estabelecimento Penal Masculino de Corumbá/MS.

5) Aviso n° 1.053/2011 (Acórdão nº 1.885/2011): Reforma do Complexo Penitenciário Francisco D'Oliveira Conde, localizado no Município de Rio Branco, no Estado do Acre.

6) Aviso n° 1.054/2011 (Acórdão nº 1.886/2011): Obra para construção de penitenciária em Porto Velho/RO.

7) Aviso n° 1.059/2011 (Acórdão nº 1.890/2011): Obras e serviços do sistema de esgotamento sanitário do município de Floriano/PI.

8) Aviso n° 1.061/2011 (Acórdão nº 1.882/2011): Obras de construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano.

9) Aviso n° 1.064/2011 (Acórdão nº 1.899/2011): Obras de construção do trecho rodoviário Cantá-Novo Paraíso, na BR 432, no estado de Roraima.

10) Aviso n° 1.066/2011 (Acórdão nº 1.894/2011): Obras de reforma, ampliação e alargamento do cais comercial do Porto de Vitória – ES.

Aviso GP/TCU, de 26 de julho:

1) Aviso n° 1.209/2011: Obras de ampliação e adequação do sistema de abastecimento de água no Município de Alto Paraguai, em Mato Grosso.

Avisos Seses de 27 de julho:

1) Aviso n° 1.071/2011 (Acórdão nº 1.938/2011): Obras de restauração da Rodovia BR-393/MG.

2) Aviso n° 1.073/2011 (Acórdão nº 1.941/2011): Obras de melhorias e adequação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, formado pelas rodovias federais BR-262, BR-381 e BR-040.

3) Aviso n° 1.093/2011 (Acórdão nº 1.949/2011): Obras da primeira etapa da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, entre Campinorte/GO – Água Boa/MT.

4) Aviso n° 1.095/2011 (Acórdão nº 1.922/2011): Obras de construção da Ferrovia Norte-Sul, trecho Aguiarnópolis-Palmas/TO.

5) Aviso n° 1.097/2011 (Acórdão nº 1.923/2011): Obras de construção da Ferrovia Norte-Sul, trecho Aguiarnópolis-Palmas/TO.

Avisos Seses de 3 de agosto:

1) Aviso n° 1.100/2011 (Acórdão nº 2.007/2011): Obras do Complexo Viário do Rio Baquirivu, no Município de Guarulhos/SP.

2) Aviso n° 1.102/2011 (Acórdão nº 2.014/2011): Obras de reforma, ampliação e alargamento do cais comercial do Porto de Vitória – ES.

3) Aviso n° 1.123/2011 (Acórdão nº 1.997/2011): Obras e serviços do sistema de coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário do município de Porto Velho-RO.

4) Aviso n° 1.174/2011 (Acórdão nº 2.012/2011): Obras de manutenção rodoviária (conservação/recuperação) na BR-101/AL, trecho Div. PE/AL – Div. AL/SE, segmento km 0,0 – km 248,4.

5) Aviso n° 1.099/2011 (Acórdão nº 2.006/2011): Obras de recuperação da BR-262/ES, trecho relativo à Divisa ES/MG.

Aviso Seses de 3 de agosto, anexado ao Aviso nº 11/2011-CN:

1) Aviso n° 1.112/2011 (Acórdão nº 2.008/2011): Obras de macrodrenagem do Canal do Congo em Vila Velha/ES.

Avisos Seses de 10 de agosto:

1) Aviso n° 1.190/2011 (Acórdão nº 2.097/2011): Relatórios de Gestão Fiscal, relativos ao 1º quadrimestre de 2011, dos Poderes e órgãos federais.

2) Aviso n° 1.194/2011 (Acórdão nº 2.082/2011): Obras do Sistema Produtor Pirapama, no Estado de Pernambuco.

3) Aviso n° 1.195/2011 (Acórdão nº 2.084/2011): Obras de reforma e ampliação do Terminal de Passageiros TPS-1 do Aeroporto de Manaus-AM.

4) Aviso n° 1.196/2011 (Acórdão nº 2.086/2011): Obras de adequação de trecho rodoviário na BR-290/RS, entroncamento BR-116 (para Guaíba) – entroncamento BR-471 (Pântano Grande).

Avisos Seses de 17 de agosto:

1) Aviso n° 1.217/2011 (Acórdão nº 2.155/2011): Obras de implantação e pavimentação da BR-230/PA, entre Medicilândia e Rurópolis, no Estado do Pará.

2) Aviso n° 1.220/2011 (Acórdão nº 2.157/2011): Atos de gestão relativos aos V Jogos Mundiais Militares do Conselho Internacional do Esporte Militar – CISM, realizados na Cidade do Rio de Janeiro, no período de 16 a 24 de julho de 2011.

3) Aviso n° 1.226/2011 (Acórdão nº 2.160/2011): Obras de Readequação da Infraestrutura da Universidade Federal do Acre (Ufac).

4) Aviso n° 1.235/2011 (Acórdão nº 2.168/2011): Obras na BR-493, relativas ao contorno rodoviário/entroncamento BR-040/entroncamento BR-116/entroncamento BR-101/Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro (Arco Metropolitano).

5) Aviso n° 1.236/2011 (Acórdão nº 2.145/2011): Obra de Adequação de Trecho Rodoviário – João Pessoa – Campina Grande – na BR-230 – no Estado da Paraíba.

6) Aviso n° 1.239/2011 (Acórdão nº 2.161/2011): Obras de expansão do Metrô de Porto Alegre/RS, trecho compreendido entre São Leopoldo e Novo Hamburgo.

7) Aviso n° 1.241/2011 (Acórdão nº 2.163/2011): Obra de ampliação da Cadeia Pública de Valparaíso de Goiás/GO.

8) Aviso n° 1.242/2011 (Acórdão nº 2.162/2011): Obra de reforma da Penitenciária Coronel Odenir Guimarães, no Município de Aparecida de Goiânia-GO.

9) Aviso n° 1.245/2011 (Acórdão nº 2.166/2011): Obras do Programa de Urbanização de Favelas em São Paulo – Heliópolis K.

10) Aviso n° 1.253/2011 (Acórdão nº 2.150/2011): Obras de Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros 1 do Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro.

11) Aviso n° 1.254/2011 (Acórdão nº 2.152/2011): Obras de reforma, ampliação do terminal de passageiros, do pátio de aeronaves, do sistema viário e de edificações complementares do Aeroporto Internacional de Brasília – DF.

12) Aviso n° 1.277/2011 (Acórdão nº 2.177/2011): Tomada de Contas ordinária da Comissão Naval Brasileira na Europa relativas ao exercício de 2008.

Aviso GP/TCU, de 17 de agosto:

1) Aviso n° 1.258/2011 (Acórdão nº 5.537/2011): Solicita informações sobre composição, dicionário de dados (tais como: tabelas, campos, domínio, semântica, relacionamento e etc) e o modelo de dados da estrutura da base de dados do sistema que aporta informação da Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional e encaminhada ao Poder Executivo.

– Avisos encaminhados pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 13 de julho:

1) Aviso n° 1.029/2011 (Acórdão nº 1.830/2011): Obras da Etapa II do Complexo Sede e Academia do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, em Brasília-DF.

2) Aviso n° 1.035/2011 (Acórdão nº 1.831/2011): Obra de construção da Penitenciária Estadual de Guaíba/RS.

3) Aviso n° 1.039/2011 (Acórdão nº 1.828/2011): Obras Complementares do Contorno Ferroviário em Barretos – SP.

4) Aviso n° 1.041/2011 (Acórdão nº 1.835/2011): Obras de construção de unidades de polietileno e polipropileno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

5) Aviso n° 1.042/2011 (Acórdão nº 1.836/2011): Obras de construção de unidade de etilenoglicol no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

6) Aviso n° 1.043/2011 (Acórdão nº 1.837/2011): Obras de construção de unidades de etilbenzeno e estireno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

7) Aviso n° 1.047/2011 (Acórdão nº 1.832/2011): Obra de construção da Segunda etapa da Penitenciária de Senador Guiomard – AC.

8) Aviso n° 1.048/2011 (Acórdão nº 1.833/2011): Obra de construção da Penitenciária de Porto Velho/RO.

Aviso GP/TCU, de 15 de julho:

1) Aviso n° 1.177/2011: Comunicando que foi autuado naquele Tribunal como processo nº TC-019.539/2011-8, e remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo, daquela casa, para adoção das providências pertinentes, expediente relativo as informações sobre o andamento das representações formalizadas pelo Ministério Público de Contas.

Aviso GP/TCU, de 11 de agosto:

1) Aviso n° 1.236/2011: Obras da BR-101/RN – Adequação Natal-Divisa PB/RN.

– Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Avisos Seses de 6 de julho:

1) Aviso n° 988/2011 (Acórdão nº 1.801/2011): Obras de construção do Terminal de Passageiros, de Sistemas de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e de Sistema Viário no Aeroporto de Goiânia/GO.

2) Aviso n° 1.020/2011 (Acórdão nº 1.808/2011): Obras de ampliação do sistema de abastecimento de água de Porto Velho/RO.

Aviso Seses de 17 de agosto:

1) Aviso n° 1.243/2011 (Acórdão nº 2.176/2011): Obras de modernização da malha viária do distrito industrial de Manaus/AM.

– Aviso encaminhado pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Aviso GP/TCU, de 25 de julho:

1) Aviso n° 1.201/2011: Obra de Adequação de Trecho Rodoviário – Divisa SE/BA – Entroncamento BR-324/BA – na BR-101 – no Estado da Bahia; Obras de Abastecimento de Água em Alto Paraguai – MT; e Obras de Drenagem em Plácido de Castro/AC.

– Ofício encaminhado pelo Tribunal de Contas da União – Secretaria de Controle Externo, à CMO:

Ofício TCU/SECEX-AC, de 12 de julho:

1) Ofício nº 609/2011: Serviços de construção de canal de drenagem a céu aberto com urbanização do entorno, no município de Plácido de Castro/AC.

Sras. e Srs. Parlamentares, conforme definido ontem temos uma pauta curta, rápida, mas profundamente importante para dar seguimento aos nossos trabalhos. Eu tenho a satisfação de anunciar à Comissão que, de acordo com reunião do Colégio de Líderes, concluímos a indicação, pelos Líderes, dos Relatores Setoriais que haverão de abraçar as áreas temáticas.

Antes de divulgar os nomes, em nome da Presidência faço uma moção de agradecimento ao gesto companheiro do Senador Ricardo Ferraço, que admitiu uma recomposição para satisfazer ao PT. *(Palmas.)*

Área temática Infraestrutura. Ministério de Minas e Energia, Ministério dos Transportes e Ministério das Comunicações. Relator: Senador Delcídio do Amaral, do PT.

Área temática Saúde. Ministério da Saúde. Foi designado para relatar a subárea temática da Saúde o Deputado Rui Costa, conforme expectativa de S.Exa.

Área temática Integração Nacional e Meio Ambiente. Ministério da Integração Nacional e Ministério do Meio Ambiente. Relator: Deputado José Priante, do PMDB.

Área temática Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia. Ministério da Educação, do Ministério da Cultura, do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério do Esporte. Relator: meu queridíssimo amigo Senador Cyro Miranda, do PSDB.

Área temática Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Ministério do Planejamento e os seus órgãos correlatos, do Ministério das Cidades e órgãos correlatos, e empresas específicas. Relator: Deputado Girotto, do PR.

Área temática Fazenda, Desenvolvimento e Turismo. Ministério da Fazenda, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério do Turismo, dos encargos financeiros da União, das operações oficiais de crédito, e do refinanciamento da dívida pública e mobília federal, além de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios. Relator: Deputado Raimundo Gomes de Matos, do PSDB.

Área temática Justiça e Defesa. Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa. Relator: Deputado Dilceu Sperafico, do Partido Progressista.

Área temática Poderes e representação do Estado. Poderes Executivos, Presidência da República, Ministério Público da União, Ministério das Relações Exteriores; Poder Judiciário, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça Militar da União, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do Distrito Federal e Territórios; Poder Legislativo, Câmara dos Deputados, Senado Federal e Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Inácio Arruda.

Área temática Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário e o

Ministério da Pesca e Aquicultura. Relator: Senador Ricardo Ferraço, do PMDB. *(Palmas.)*

Área temática Trabalho, Previdência e Assistência Social. Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Previdência Social, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Relator: Deputado Efraim Filho, do Democratas.

São essas as relatorias setoriais oficialmente anunciadas. Desejo sorte e êxito aos Srs. Relatores.

As reuniões terão início na primeira semana de setembro. Comunico que os Srs. Ministros de Estado se disponibilizaram a vir às audiências públicas programadas pela Comissão às quintas-feiras à tarde ou pela manhã, todas as semanas, a começar pelo Ministro da Saúde, que já marcou sua presença, a fim de discutirem com a Comissão os programas setoriais. As audiências serão sempre às quintas-feiras para não atrapalhar a reunião de terça-feira.

Ordem do Dia.

Conforme solicitou o Deputado Claudio Cajado, estamos dando início à Ordem do Dia, com apreciação do Relatório do Projeto de Lei nº 07, de 2011, que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$19.285.346 para reforço de dotações constantes na Lei Orçamentária vigente. Relator, Deputado Gonzaga Patriota."*

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Eu gostaria de esclarecer que quanto a esses créditos, nós teríamos condições de trabalhá-los melhor na próxima semana. O nosso entendimento é o de oficializarmos aos membros a relação e votarmos o requerimento que trata dos *royalties* – o convite do Dr. Nelson Barbosa, para tratar dos *royalties* –, que têm interferência inclusive na questão orçamentária, na redistribuição dos recursos da União. Esse era o compromisso, e, na próxima semana, daremos início à apreciação da pauta normal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu conheço o compromisso, mas não podia deixar de fazer a leitura porque na Ordem do Dia tenho que ler prioritariamente todos os projetos que estão na frente do requerimento de V.Exa., mas coloco em discussão e votação a solicitação do Deputado Gilmar Machado, que já está na Pauta nº 17.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Sr. Presidente, também será discutida a questão do FPE ou a do *royalties*?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Só os *royalties*, porque o FPE é uma definição exclusiva do Senado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Mas interfere.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Vamos discutir, mas a decisão sobre o FPE só o Senado pode fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Em razão de acordo, passamos à Pauta nº 17.

Item 2.

Requerimento nº 22/2011, que *"requer a realização de audiência pública nesta Comissão com o Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, para prestar esclarecimentos a respeito dos royalties do pré-sal. Assinam os Deputado Gilmar Machado e Márcio Reinaldo Moreira."*

Os autores estão com a palavra para a apresentação do requerimento.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, já foi auto explicativo e acho que todos têm interesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Deputado Claudio Cajado tem a palavra para discussão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Apenas para registrar, Presidente, que ontem tivemos alguns problemas de diálogo, mas hoje o diálogo foi estabelecido e diante do entendimento acordamos votar esse requerimento e continuarmos dialogando para, quem sabe, na próxima semana, possamos avançar nos itens da pauta apresentados. Portanto, o Democratas vota favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – É a mesma a posição do PSDB, Deputado Rogério Marinho?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sim, Sr. Presidente, já conversamos anteriormente, e esse é o acordo. Esperamos votar esse requerimento hoje e, a partir da próxima semana, dar seguimento ao restante da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento está aprovado.

Em virtude do acordo preestabelecido entre os partidos políticos que compõem o Colegiado de Liderança, damos por encerrada a Ordem do Dia e con-

vocamos nova sessão, para a próxima terça-feira, nos horários ordinários e preestabelecidos.

Tenham todos uma boa tarde. Fiquem com Deus!

Está encerrada a sessão.

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2011.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia trinta de agosto de dois mil e onze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 19. Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares**: Ademir Camilo, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, João Magalhães, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rubens Bueno e Rui Costa; **– Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Cyro Miranda, João Vicente Claudino, Ricardo Ferraço, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro; – **Deputados suplentes**: Alex Canziani, Ângelo Agnolin, Benjamin Maranhão, Darcísio Perondi, Geraldo Resende, Hugo Leal, Pedro Chaves, Roberto Teixeira, Ronaldo Zulke, Vaz de Lima e Weliton Prado; – **Senador Suplente:** Delcídio do Amaral. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: Andre Vargas, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, George Hilton, Geraldo Simões, Gilmar Machado, José Priante, Luciana Santos, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Valtenir Pereira, Vitor Penido e Wellington Roberto; **– Senadores**: Anibal Diniz, Francisco Dornelles, Jayme Campos, Magno Malta e Sérgio Petecão. **ABERTURA:** Havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou iniciados os trabalhos e colocou à apreciação as seguintes atas: 15ª Reunião Ordinária, realizada em16/8/2011; 16ª Reunião Ordinária, realizada em 23/8/2011; e 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 24/8/2011, dispensada a leitura tendo em vista prévia distribuição aos senhores membros. Em votação, as Atas foram aprovadas por unanimidade nas representações na Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada leitura dos expedientes**.** O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a sua inclusão nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. **ORDEM DO DIA:** O Presidente, ao iniciar a Ordem do Dia, esclareceu que conforme entendimentos estabelecidos na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, seriam apreciados apenas os itens de 11 a 15 da Pauta 19. Pauta 19 – Item **11 –** Apreciação do Relatório apresentado à **Mensagem nº 107/2006-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, o relatório de avaliação do Plano Plurianual – (PPA) para 2004-2007", (Ano base 2005); **Mensagem nº 122/2007-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o relatório de avaliação do Plano Plurianual para o período 2004-2007", (Ano-base-2006); **Mensagem nº 112/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, o relatório de avaliação do Plano Plurianual 2004/2007", (Ano base 2007). Relator: Deputado Marçal Filho. Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento das matérias e demais documentos, bem como das apreciações e recomendações quanto aos "Relatórios de Avaliação do Plano Plurianual", relativo aos exercícios de 2005, 2006 e 2007 e ao período 2004 – 2007 e determine o seu arquivamento. Ausente o relator, foi designado o Deputado Pedro Chaves (PMDB/GO) como relator *ad hoc,* que fez a apresentação do Voto constante no Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **12 –** Apreciação do Relatório apresentado à **Mensagem nº 14/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de 2011". Relator: Senador Delcídio do Amaral.Voto: pelo arquivamento da matéria. Ausente o relator, foi designado o Senador Cyro Miranda (PSDB/GO) como relator *ad hoc,* que fez a apresentação do Voto constante no Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **13 –** Apreciação do Relatório apresentado à **Mensagem nº 20/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao primeiro bimestre de 2011"; **Mensagem nº 35/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao segundo bimestre de 2011". Relator: Senador Delcídio do Ama-

ral. Voto: pelo arquivamento da matéria. Ausente o relator, foi designado o Senador Cyro Miranda (PSDB/GO) como relator *ad hoc,* que fez a apresentação do Voto constante no Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **14 –** Apreciação do Relatório apresentado à **Mensagem nº 67/2011-CN,** que "Encaminha, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao terceiro bimestre de 2011". Relator: Senador Delcídio do Amaral. Voto: pelo arquivamento da matéria. Ausente o relator, foi designado o Senador Cyro Miranda (PSDB/GO) como relator *ad hoc,* que fez a apresentação do Voto constante no Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **15 –** Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 14/2011-CN,** que "Encaminha, nos termos do disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre de 2011". Relator: Deputado Vaz de Lima. Voto: pelo arquivamento da matéria. O relator fez a apresentação do Voto constante no Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Tendo em vista a inexistência de acordo para dar prosseguimento à apreciação das demais matérias da pauta, o Presidente encerrou a reunião. Em consequência a apreciação das seguintes matérias foi **adiada: 1 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2011-CN**, que "Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010". Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira. Foi apresentada 1 emenda. Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, e pela rejeição da emenda nº 1. **2 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Foram apresentadas 42 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36 e 38 e pela rejeição das demais. **3 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Marçal Filho. Foram apresentadas 23 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais. **4 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 44.891.709,00 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Carlos Brandão. Foram apresentadas 18 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. Foi retirada pelo autor, Deputado Carlos Brandão, a emenda de nº 17, e com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 02, 04, 06, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 16 e 18 e pela rejeição das demais. **5 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Acir Gurgacz. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. **6 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências." Relator: Senador Sérgio Petecão. Foram apresentadas 5 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas. **7 – Requerimento nº 16/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados". Autor: Deputado Efraim Filho. **8 – Requerimento nº 17/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos

pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional". Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto. **9 – Requerimento n° 23/2011-CMO**, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS e a Petróleos de Venezuela S/A– PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. **10 – Requerimento n° 24/2011-CMO**, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária – CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina". Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos. **ENCERRAMENTO:** Concluída a apreciação das matérias consensuais, o Presidente encerrou a reunião. Antes, convocou reunião extraordinária para o dia 31 de agosto, às 14 horas 30 minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados para apreciação das matérias remanescentes da Pauta. Os trabalhos foram finalizados às quatorze horas e cinquenta e oito minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. – **Senador Vital do Rêgo. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Boa tarde a todos.

Peço a atenção de V.Exas. e da Assessoria para que todos se posicionem nos seus respectivos assentos e possamos dar início à nossa reunião.

Há número regimental para abertura dos nossos trabalhos.

Declaro iniciada a 17ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes na Pauta nº 19/2011.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos.

Há *quorum* na Câmara e no Senado.

Conclusão da apreciação das atas.

Havendo concordância do plenário, proponho a dispensa da leitura das atas – com a anuência de todos. *(Pausa.)*

Está dispensada, com apoio de todos, a leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão, conforme o estabelecido no art. 8º, coloco em votação as atas das 15ª e 16ª Reuniões Ordinárias, realizadas em 16 e 23 de agosto, e da 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de agosto.

As atas estão em votação na Câmara. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação no Senado.

Aprovadas também.

Conforme o estabelecido na 4ª Reunião Extraordinária, em abril de 2008, fica dispensada a leitura do expediente. As notas estão nos gabinetes de V.Exas.

EXPEDIENTE

Correspondência recebida pela Secretaria da Comissão

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica **dispensada a leitura dos expedientes,** que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo, ainda, que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

– **Expediente com indicação para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:**

1) Ofício nº 0117-2011, de 24 de agosto, do Senador Sérgio Petecão (PMN/AC), Líder do PMN, indicando o seu nome.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício GP/CMA/Nº 284, de 12 de agosto, da Presidente da Câmara Municipal de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro, informando o recebimento dos documentos SIAFI de 17/6/2011 e 26/7/2011, que comunica a transferência de recursos financeiros destinados aquele Município.

– **Precatórios a serem incluídos na Proposta Orçamentária para 2012:**

1) Ofício n°1.332/2011-SG/DP-TJ, de 15 de agosto, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

– Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Aviso Seses de 3 de agosto:

1) Aviso n° 1.106/2011 (Acórdão nº 2.028/2011): Implantação de loteamentos residenciais de especial interesse social no Município de Manaus/AM.

Avisos Seses de 17 de agosto:

1) Aviso n° 1.223/2011 (Acórdão nº 2.159/2011): Serviços de engenharia, com fornecimento de material

e equipamento, visando à implantação de sistema de esgotamento sanitário em Natal/RN.

2) Aviso n° 1.225/2011 (Acórdão nº 2.171/2011): Obras de construção do sistema de esgotamento sanitário do Município de Aracaju/SE.

Houve uma reunião que precede ordinariamente a de Líderes – esta reunião. Estamos com uma pauta consensual na reunião de Líderes para a qual peço a atenção de V.Exas. e dos Líderes: Pauta 19, Item 11, Mensagem nº 107; Item 12, Mensagem nº 14; Item 13, Mensagem nº 20 e Mensagem 35; Item 14, Mensagem nº 67, além do Aviso 15.

Apenas essas matérias deverão ser, por decisão do Colégio de Líderes – Aviso 14 –, deliberadas a partir de hoje, nesta reunião.

Ordem do Dia aberta.

Item 11.

Mensagem nº 107,que *"Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.933, de agosto de 2004, o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual – PPA, de 2004 a 2007, ano base 2005"*.

Mensagem nº 122, que *"Encaminha ao Congresso Nacional, Relatório de Avaliação do Plano Plurianual para o período 2004 a 2007*."

Mensagem nº 112, que *"Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.933, o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004 a 2007."*

O Relator é o Deputado Marçal Filho. Designo, *ad hoc*, o Deputado Pedro Chaves para ler o relatório e voto.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, vamos direto ao voto.

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento das Mensagens nºs 107, de 2006/Congresso Nacional, nº 796/2006 na origem; º 122, de 2007/Congresso Nacional, nº 687/2007 na origem; e nº 102, de 2008/Congresso Nacional, número 634/2008 na origem; e demais documentos, bem como das apreciações e recomendações que faço quanto aos Relatórios de Avaliação do Plano Plurianual relativos aos exercícios de 2005, 2006 e 2007 e ao período de 2004 a 2007, e determine o seu arquivamento.

Brasília, 16 de agosto de 2011.

Deputado Marçal Filho, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 12.

Mensagem nº 14, que *"Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do §5º do art. 70 da Lei nº 12.309, de agosto de 2010*, *o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de 2011"*.

Relator: Senador Delcídio do Amaral.

Peço ao Senador Cyro Miranda que leia o relatório e o voto do eminente Relator.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – Sr. Presidente, vamos ao voto.

"Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 14, de 2011, e dos demais documentos que compõem este processo, e determine o seu arquivamento."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco a matéria em votação na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria foi aprovada.

Item 13.

Mensagem nº 20/2011-CN, que *"Encaminha, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao primeiro bimestre de 2011"*.

Mensagem nº 35/2011-CN, que *"Encaminha, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao segundo bimestre de 2011"*.

Um relatório refere-se ao primeiro bimestre de 2011 e o outro refere-se ao segundo bimestre de 2011.

O Relator designado foi o Senador Delcídio do Amaral, e V.Exa., *ad hoc*, tão bem pode representá-lo.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – Muito obrigado, Excelência.

Vamos ao voto.

"Ante o exposto, votamos pela aprovação e pelo arquivamento da matéria em questão."

Era o que tínhamos a relatar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco a matéria em votação na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria foi aprovada.

Item 14.

Mensagem nº 67/2011-CN que *"Encaminha, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 09 de*

agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao terceiro bimestre de 2011".

Relator: Senador Delcídio do Amaral.

Com a palavra o Relator *ad hoc*. Trata-se do terceiro bimestre.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – Vamos ao voto.

"Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome da Mensagem de nº 67, de 2011, do Congresso Nacional, e dos demais documentos que compõem esse processo, e determine o seu arquivamento."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco a matéria em votação na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria foi aprovada.

Vamos ao último item.

Item 15.

Aviso nº 14/2011-CN, que *"Encaminha, nos termos do disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre de 2011"*.

Relator: Deputado Vaz de Lima.

Tem a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Sr. Presidente, o voto já foi entregue a todos. Vou ler apenas a conclusão.

"Diante do exposto, observa-se que o TCU agiu dentro de suas competências constitucionais e legais do período em exame, pelo que voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Relatório de Atividades relativas ao primeiro trimestre de 2011 daquela Corte de contas e determine seu arquivamento.

Sala das Comissões

Relator: Deputado Vaz de Lima."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco a matéria em votação na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria foi aprovada.

Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, por força de acordo havido em reunião dos Líderes, passo a convocar reunião para conclusão desta mesma pauta, com os requerimentos e PLNs prontos para votação, para amanhã, às 14h30min, no mesmo horário da reunião ordinária de hoje.

Tenham todos uma boa tarde.

Está encerrada a reunião.

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2011.

Às quinze horas e dois minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e onze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias remanescentes constantes da Pauta nº 19. Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares**: Ademir Camilo, Andre Vargas, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Genecias Noronha, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, João Magalhães, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rubens Bueno e Rui Costa; **– Senadores titulares:** Cyro Miranda, João Vicente Claudino e Vital do Rêgo; **– Deputados suplentes:** Ângelo Agnolin, Daniel Almeida, Danilo Forte, Geraldo Resende, Gorete Pereira, João Carlos Bacelar, José Airton, Pedro Chaves, Ronaldo Zulke e Vaz de Lima. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, George Hilton, Geraldo Simões, Gilmar Machado, José Priante, Nilton Capixaba, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Valtenir Pereira, Vitor Penido e Wellington Roberto; **– Senadores**: Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Francisco Dornelles, Jayme Campos, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão e Walter Pinheiro. **ABERTURA:** Havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Deputado Giroto (PR/MS), no exercício da Presidência, declarou iniciados os trabalhos conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*. **AVISOS:** O Presidente em exercício informou a constituição do *Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016,* atendendo ao Requerimento nº14/2011-CMO de autoria do De-

putado Wellington Roberto, aprovado na 13ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de julho de 2011. O início das atividades do Grupo de Trabalho foi fixado em 31 de agosto de 2011, com prazo de 180 dias para apresentação das conclusões dos trabalhos, prazo este que expira-se em 27 de fevereiro de 2012. Para compor o Grupo de Trabalho – GT Copa de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 foram designados os seguintes parlamentares: Coordenador: Deputado Wellington Roberto (PR/PB); Membros: Deputado Andre Vargas (PT/PR), Deputado Carlos Brandão (PSDB/MA), Deputado Roberto Britto (PP/BA), Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), Deputado Wellington Roberto (PR/PB), Deputado Ademir Camilo (PDT/MG), Deputado Nilton Capixaba (PTB/RO), Deputada Luciana Santos (PCdoB/PE), Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) e a Senadora Lídice da Mata (PSB/BA). O Presidente em exercício comunicou que não havia acordo para votação das matérias remanescentes da Pauta nº 19, tampouco havia *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, portanto encerraria os trabalhos. **ENCERRAMENTO:** Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, observado o disposto no *art. 29, § 1º do Regimento comum*, o Presidente em exercício encerrou a reunião. Antes, convocou reunião ordinária para o dia 13 de setembro, às 14 horas e 30 minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e cinco minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. – Senador **Vital do Rêgo. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giroto) – Havendo número regimental para abertura dos trabalhos, declaro iniciada a sétima reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias remanescentes da Pauta nº 19/2011.

Há *quorum* para deliberação da representação da Câmara, e não há *quorum* do Senado Federal

Aviso:

Grupo de Trabalho destinado a acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, visando a execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Comunico ao Plenário que, nesta data, 31 de agosto de 2011, constituo o Grupo de Trabalho GT Copa de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, conforme solicitado através do Requerimento nº 14, de 2011, CMO, do Deputado Wellington Roberto, aprovado na 13ª reunião da Comissão, realizada em 12 de julho de 2011.

Esclareço que o prazo de 180 dias para apresentação das conclusões de trabalho do Grupo de Trabalho expira-se em 27 de dezembro de 2012.

A seguir informo os Parlamentares que o compõem: Coordenador, Deputado Wellington Roberto, do PR, da Paraíba.

Câmara dos Deputados: Pelo PT, Deputado André Vargas; PSDB, Deputado Carlos Brandão; PP, Deputado Roberto Britto; DEM, Deputado Cláudio Cajado; PR, Deputado Wellington Roberto; PDT, Deputado Ademir Camilo; PTB. Deputado Nilton Capixaba; PCdoB, Deputada Luciana Santos.

Pelo Senado Federal: PMDB, Senador Vital do Rêgo; PSB, Senadora Lídice da Mata.

Em virtude da falta de acordo para votação das matérias remanescente da Pauta nº 19, de 2011, encerro os trabalhos. Antes porém, convoco reunião ordinária, para o dia 13 de setembro, terça-feira, às 14h30, neste plenário.

Declaro encerrada esta reunião.

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2011.

Às quinze horas e um minuto do dia treze de setembro de dois mil e onze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 20. Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares**: Ademir Camilo, Andre Vargas, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, Luciana Santos, Marçal Filho, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; **– Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, João Vicente Claudino, Ricardo Ferraço e Walter Pinheiro; – **Deputados suplentes**: Alex Canziani, Ângelo Agnolin, Benjamin Maranhão, Carlos Magno, Danilo Forte, Darcísio Perondi, Geraldo Resende, Hugo Leal, João Carlos Bacelar, Pedro Chaves, Ronaldo Zulke e Weliton Prado; – **Senador Suplente:** Inácio Arruda. Foi registrada a ausência dos

membros titulares: **– Deputados**: André Zacharow, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, George Hilton, João Magalhães, José Priante, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Rodrigo de Castro e Vitor Penido; **– Senadores**: Anibal Diniz, Jayme Campos, Magno Malta, Sérgio Petecão e Vital do Rêgo. **ABERTURA:** Havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o 3º Vice-Presidente, Deputado Roberto Britto (PP/BA), no exercício da Presidência, declarou iniciados os trabalhos conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*. Em seguida, o Presidente em exercício suspendeu a reunião por dez minutos em função da continuidade da reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO. Às quinze horas e onze minutos, os trabalhos foram reiniciados. **AVISOS:** O Presidente em exercício comunicou a realização de Reunião de Audiência Pública, marcada para o dia 14 de setembro, às 14 horas e 30 minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, convocada com a finalidade de ouvir a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Aparecida Belchior, sobre a Proposta Orçamentária para 2012 (Projeto de Lei nº 28/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o texto do Projeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012"), e sobre o Plano Plurianual 2012 – 2015, (Projeto de Lei nº 29/2011-CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015"). O Presidente em exercício, informou que na 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 24/8/2011, foi aprovada a Ata da 14ª Reunião Ordinária, realizada em 9/8/2011. Entretanto, após a sua aprovação, foi constatado, pela Secretaria da CMO, um erro no texto, especificamente no "ENCERRAMENTO", cujo teor *Ipsis litteris* é: ... "observado o disposto no *art. 29, § 1º do Regimento Comum"...* que foi retirado. Restou da redação da frase os seguintes termos: "Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente em exercício encerrou a reunião." Na referida reunião, presidida pelo Deputado Gilmar Machado, Sua Excelência não aguardou o prazo de 30 minutos para atingimento do *quorum,* logo, não se pode fazer menção ao *art. 29, § 1º do Regimento Comum.* Não houve discussão e conforme o estabelecido na *alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão*, o Presidente em exercício colocou em votação a Ata corrigida da 14ª Reunião Ordinária, realizada em 9/8/2011 que, por consenso, foi dispensada a sua leitura. Em votação, a Ata foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente em exercício colocou à apreciação as seguintes Atas: 17ª Reunião Ordinária, realizada em 30/8/2011 e 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 31/8/2011, dispensada a leitura tendo em vista prévia distribuição aos senhores membros. Em votação, as Atas foram aprovadas por unanimidade nas representações na Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada leitura dos expedientes**.** O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a sua inclusão nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. **ORDEM DO DIA:** O Presidente em exercício, ao iniciar a Ordem do Dia, esclareceu que conforme entendimentos estabelecidos na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, seriam apreciados apenas os itens 4 e 7 da Pauta 20. Pauta 20 – Item **4 –** Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 44.891.709,00 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Carlos Brandão. Foram apresentadas 18 emendas. Voto: favorável, nos termos do Projeto. Foi retirada pelo autor, Deputado Carlos Brandão, a emenda de nº 17 e com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 02, 04, 06, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 16 e 18 e pela rejeição das demais. Ausente o relator, foi designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) como relator *ad hoc,* que fez a apresentação do Voto constante no Relatório. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n° 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **7 –** Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 08/2011-CN,** que "Encaminha, nos termos do art. 56, caput e § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e no art. 101 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (LDO para 2010), a Presta-

ção de Contas do Tribunal de Contas da União relativa ao exercício de 2010". Relator: Senador Francisco Dornelles. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável à aprovação das Contas do Tribunal de Contas da União, relativas ao exercício de 2010, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Ausente o relator, foi designado o Deputado Giroto (PR/MS) como relator *ad hoc,* que fez a apresentação do Voto constante no Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Tendo em vista a inexistência de acordo para dar prosseguimento à apreciação das demais matérias da pauta, o Presidente em exercício encerrou a reunião. Em consequência a apreciação das seguintes matérias foi **adiada: 1 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2011-CN**, que "Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010". Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira. Foi apresentada 1 emenda. Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, e pela rejeição da emenda nº 1. **2 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Foram apresentadas 42 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36 e 38 e pela rejeição das demais. **3 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Marçal Filho. Foram apresentadas 23 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais. **5 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Acir Gurgacz. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. **6 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências." Relator: Senador Sérgio Petecão. Foram apresentadas 5 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas. **8 – Requerimento nº 16/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados". Autor: Deputado Efraim Filho. **9 – Requerimento nº 17/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional". Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto. **10 – Requerimento n° 23/2011-CMO**, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS e a Petróleos de Venezuela S/A– PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. **11 – Requerimento n° 24/2011-CMO**, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária – CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina". Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos. **12 – Requerimento n° 25/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega". Autor: Senador Vital do Rêgo. **13 –** Apreciação do **Requerimento n° 26/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por

Instrumento – Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da Infraero*".(Ministro da Defesa, Senhor Celso Amorim; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora Miriam Aparecida Belchior, e o Presidente da Infraero, Sr. Gustavo do Vale)*. Autor: Deputado Marçal Filho. **ENCERRAMENTO:** Concluída a apreciação das matérias consensuais, o Presidente em exercício encerrou a reunião. Antes, convocou reunião ordinária para o dia 20 de setembro, às 14 horas 30 minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados para apreciação das matérias remanescentes da Pauta. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e vinte e seis minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo 3º Vice-Presidente no exercício da Presidência e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. – **Deputado Roberto Britto**. **Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 18ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes na Pauta nº 20, de 2011.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa de trabalho.

Há *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal.

Quero suspender a reunião por 10 minutos, porque estamos fazendo um acordo de Lideranças para que nós possamos reiniciar os nossos trabalhos.

Então, está suspensa a reunião por 10 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Declaro reiniciada a 18ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes na Pauta nº 20, de 2011.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa de trabalho.

Há *quorum* para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Aviso.

Informo que no dia 14 de setembro, quarta-feira, às 14h30min, amanhã, neste plenário, será realizada reunião de audiência pública convocada com a finalidade de ouvir a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Aparecida Belchior, que irá discorrer sobre a Proposta Orçamentária de 2012 – o Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, texto de projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012 – e sobre o Plano Plurianual de 2012-2015, o Projeto de Lei nº 29, de 2011-CN, que institui o Plano Plurianual da União para o exercício de 2012-2015.

Apreciação da ata.

Na 6ª reunião extraordinária, realizada no dia 24 de agosto de 2011, foi aprovada a ata da 14ª reunião ordinária, realizada em 9 de agosto de 2011. Entretanto, após a aprovação, foi constatado pela Secretaria da CMO um erro no texto, exatamente no encerramento, a saber: *"(...) observado o disposto no art. 29, § 1º, do Regimento Comum",* que deverá ser retirado, ficando a redação dessa frase nos seguintes termos: *"Em virtude da inexistência de* quorum *regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente em exercício encerrou a reunião"*.

Na referida reunião, presidida pelo Deputado Gilmar Machado, S.Exa. não aguardou o prazo de 30 minutos para atingimento do *quorum*. Logo, não se pode fazer menção ao art. 29, § 1º, do Regimento Comum.

Não havendo discussão e conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação a ata corrigida da 14ª reunião ordinária, realizada no dia 9 de agosto de 2011.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Apreciação das atas.

Havendo concordância do plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente. *(Pausa.)*

Não havendo discussão e conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 17ª reunião ordinária, realizada no dia 30 de agosto de 2011, e 7ª reunião extraordinária, realizada no dia 31 de agosto de 2011. *(Pausa.)*

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Expediente.

Conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo, ainda, que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Vamos passar agora à Ordem do Dia. *(Pausa.)*

Tendo havido acordo nessas matérias aqui abaixo, vamos passar à apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 13/2011-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$44.891.709,00 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Carlos Brandão.

Como S.Exa. não se encontra presente, vamos nomear Relator *ad hoc* o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Foram apresentadas 18 emendas. Voto: favorável, nos termos do projeto. Foi retirada pelo autor, Deputado Carlos Brandão, a Emenda nº 17, com indicação pela inadmissibilidade das Emendas nºs 02, 04, 06, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 16 e 18 e pela rejeição das demais.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Deputado Raimundo Gomes de Matos, para apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, em virtude de o relatório apresentado com os avulsos ter sido entregue a todos os membros desta Comissão, solicito permissão para ir direto ao voto:

"II – Voto do Relator.

Do exame da proposição, verifica-se que a" indicação *"do Poder Executivo adota de forma apropriada a modalidade de crédito suplementar, dado que objetiva suplementar dotações orçamentárias em programações e unidades orçamentárias constantes da lei orçamentária em vigor.*

Da mesma forma, a proposição mostra-se consentânea com os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 (Lei nº 12.309/10) e com a Lei Orçamentária para 2011 (Lei nº 12.381/2011).

Constatou-se, igualmente, que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Com relação às emendas apresentadas, somos pela declaração de inadmissibilidade das emendas nº 02, 04, 06, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 16 e 18, por se enquadrarem nas hipóteses de" inadmissibilidade *"de emendas, previstas nos arts. 29, 109 e 147 da Resolução nº 01-CN, de 2001.*

Somos ainda pela rejeição das emendas nº 01, 03 e 09, pois as mesmas propõem cancelamento de dotação objeto de suplementação no PLN nº 13/2011. Entendemos que efeito conjugado dessas emendas se contrapõe a um dos objetivos que motivaram a apresentação do projeto em apreço, voltado para recompor recursos destinados a financiar despesas administrativas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as quais haviam sofrido cortes na lei orçamentária em vigor. Caso viessem a ser aprovadas as citadas emendas, os efeitos da suplementação seriam praticamente anulados, acarretando prejuízos para o cumprimento das atribuições daquele Ministério.

O mesmo raciocínio também se aplica às emendas nº 05, 07 e 15. Tais emendas baseiam-se no cancelamento parcial de dotações do Programa de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias, cujo estágio atual da execução financeira e orçamentária revela o elevado comprometimento dos recursos com as finalidades para as quais foram originalmente alocados. De fato, verifica-se que até o mês de julho já foi liquidado e pago cerca de 99% do valor autorizado na LOA 2011 para essa rubrica. Por esse motivo, o PLN nº 13/2011 propõe reforço de R$22,6 milhões nessas dotações, para que não haja descontinuidade na prestação dos serviços à população. Nesse contexto, não se mostra pertinente a aprovação de iniciativa que promova decréscimo nas disponibilidades relativas a essa ação governamental.

Em suma, após meticulosa análise dos termos do projeto somos levados a reconhecer a importância das ações que se pretende suplementar, sendo que o atendimento das emendas implicaria a pulverização dos recursos e a descaracterização da proposta originária do Poder Executivo, o que, nessa altura do exercício financeiro, pode inviabilizar sua execução.

Acompanha esse parecer relatório da execução dos programas abrangidos por este crédito suplementar.

Em consequência, somos pela aprovação do PL nº 13/2011-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo."

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

Em discussão o relatório lido pelo Deputado Raimundo Gomes de Matos. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerrada a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade, o relatório na Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade, no Senado Federal.

Dando continuidade a nossa pauta, item nº 7.

Apreciação do relatório apresentado ao Aviso nº 08, de 2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56, *caput* e § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e do art. 101 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (LDO para 2010), a Prestação de Contas do Tribunal de Contas da União relativa ao exercício de 2010".

Relator: Senador Francisco Dornelles, que está ausente.

Relator *ad hoc*: Deputado Giroto.

Voto: favorável à aprovação das contas do Tribunal de Contas da União relativas ao exercício de 2010, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado.

Com a palavra o Relator para apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Sr. Presidente, como Relator *ad hoc* do Senador Francisco Dornelles, passo a ler o voto:

"Ante todo o exposto, votamos pelo conhecimento das Contas concernentes ao exercício de 2010, em cumprimento ao art. 166, § 1º, c/c art. 71, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e, nos termos do § 2º do art. 56 da Lei Complementar nº 101/00, opinamos no sentido de que a Comissão emita parecer no sentido da aprovação das contas dos gestores do Tribunal de Contas da União e as encaminhe na forma do Projeto de Decreto Legislativo em anexo."

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Em discussão o relatório apresentado pelo Relator *ad hoc*, Deputado Giroto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerrada a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade, na Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade, no Senado Federal.

Em virtude da falta de acordo para a votação das demais matérias constantes na Pauta nº 20, de 2011, vou encerrar os nossos trabalhos. Antes, convoco reunião ordinária para o dia 20 de setembro, terça-feira, às 14h30min, neste plenário.

Declaro encerrada esta reunião.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2011.

Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos do dia quatorze do mês de setembro do ano de dois mil e onze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB). A reunião foi convocada para ouvir a Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Aparecida Belchior, acerca da Proposta Orçamentária para 2012 (Projeto de Lei nº 28/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o texto do Projeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012") e sobre o Plano Plurianual 2012 – 2015, (Projeto de Lei nº 29/2011-CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015"). Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares:** Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, João Dado, João Magalhães, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Roberto Britto, Rogério Marinho, Rubens Bueno e Rui Costa; **– Senadores titulares:** Anibal Diniz, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro; **– Deputados suplentes:** Alex Canziani, Ângelo Agnolin, Benjamin Maranhão, Carlos Magno, Darcísio Perondi, Domingos Sávio, Geraldo Resende, Gorete Pereira, João Carlos Bacelar, José Airton, Ronaldo Zulke, Sueli Vidigal, Valmir Assunção, Vaz de Lima e Weliton Prado;

e **– Senador suplente:** Inácio Arruda. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Devanir Ribeiro. **ABERTURA:** O Presidente declarou iniciada a reunião e convidou as seguintes autoridades para compor a mesa: Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Aparecida Belchior; a Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Célia Corrêa; o Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2012, Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP); o Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012/2015, Senador Walter Pinheiro (PT/BA); e o Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG). Em seguida, o Presidente esclareceu que de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal*, a palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição. Porém, tendo em vista que dois temas seriam expostos, a palestrante teria o tempo que julgasse satisfatório para explanação, só podendo ser aparteada desde que o permitisse. Conforme o estipulado no *art. 398, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal*, os parlamentares inscritos para interpelar a expositora poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo a inquirida igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Logo após, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate e transferiu a palavra à palestrante, que discorreu sobre os temas em apreço fazendo uso de projetor de multimídia. Encerrada a apresentação, o Presidente passou a palavra aos Deputados Arlindo Chinaglia (PT/SP), Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2012; e Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG), Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, que teceram alguns questionamentos relativos ao tema e agradeceram a presença da Ministra. A palestrante respondeu aos questionamentos. Foi assegurada réplica ao Deputado Arlindo Chinaglia. O Presidente anunciou a retirada do Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012/2015, Senador Walter Pinheiro e justificou a ausência do parlamentar em função de compromissos anteriormente assumidos. Houve consenso no sentido de a palestrante se pronunciar após intervenções de todos os parlamentares inscritos para o debate. O Presidente deu prosseguimento aos trabalhos e concedeu a palavra aos Deputados Rogério Marinho (PSDB/RN) e Claudio Cajado (DEM/BA). Antes, convidou o Deputado Arlindo Chinaglia, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2012, para sucedê-lo na Presidência dos trabalhos. O Presidente em exercício, Deputado Arlindo Chinaglia, deu continuidade ao debate concedendo a palavra aos Deputados Darcísio Perondi (PMDB/RS) e Edmar Arruda (PSC/PR). O Presidente, Senador Vital do Rego, reassumiu a Presidência da reunião e outorgou a palavra aos Deputados Gilmar Machado (PT/MG), José Priante (PMDB/PA), Luciana Santos (PCdoB/PE), Vaz de Lima (PSDB/SP), Marçal Filho (PMDB/MS) e Rui Costa (PT/BA). O Presidente encerrou a lista de inscrição para o debate e passou a palavra a Ministra para proceder às respostas e as considerações finais. Antes, comunicou aos presentes que, todas as quartas-feiras, haveria reunião de audiência pública com o Ministro de uma determinada pasta para que fosse apresentada as questões daquele ministério relativas à Proposta Orçamentária para 2012. A expositora respondeu aos questionamentos proferidos, assegurada réplica aos Deputados Darcísio Perondi, Marçal Filho e Rui Costa, concluiu a exposição agradecendo aos presentes e ao Presidente pela forma segura e respeitosa como fora conduzida a reunião. O Presidente ressaltou a configuração segura, clara e didática com que a Ministra conduziu a sua exposição. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu as presenças da Sra. Miriam Aparecida Belchior e sua equipe técnica, dos parlamentares e demais autoridades, e declarou encerrada a reunião. Os trabalhos foram finalizados às dezoito horas e dez minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. – **Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito boa tarde a todos os companheiros.

Convido os senhores a tomarem os seus respectivos assentos nas bancadas. Solicito às Sras e Srs. Senadores, Deputadas e Deputados que se posicionem. Solicito, igualmente, a compreensão física, dado o diminuto espaço que temos para uma reunião tão importante. Nós vamos precisar de silêncio para poder tocar esta reunião dentro da eficácia que desejamos. Conto com a compreensão de todos os companheiros, dos funcionários do Judiciário, do Ministério Público da União, que estão presentes. Sejam todos muito bem-vindos, senhores jornalistas, senhores assessores.

São 14h57min, declaro iniciada a terceira reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos,

Orçamentos e Fiscalização. Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Míriam Aparecida Belchior, que irá discorrer sobre a proposta orçamentária para 2012, Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício do 2012. Ao mesmo tempo, também falará sobre o Plano Plurianual de 2012-2015, Projeto de Lei nº 29, de 2011, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012-2015. Tenho a honra de recebê-la e já a convido para compor a Mesa.

Seja muito bem-vinda, Ministra. É uma alegria estar novamente com a senhora nesta Casa.

Convido também para compor a Mesa a Sra. Célia Corrêa, Secretária de Orçamento Federal; o Relator de Receita, Acir Gurgacz, que está chegando; o Relator-Geral, Deputado Arlindo Chinaglia, que já se encontra ao meu lado, e o Relator do PPA, Senador Walter Pinheiro.

Para melhor ordenamento dos nossos trabalhos, comunico, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X do Regimento Interno do Senado, que a palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, sem apartes.

Conforme o estipulado no art. 398, do inciso X do Regimento Interno do Senado, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar a expositora poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, no prazo de 5 minutos, tendo a interpelada igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica.

Nós definimos que teremos dois grandes blocos depois da exposição da Ministra: o primeiro será o dos Relatores, que precedem no uso da palavra, e o segundo será o dos Srs. Parlamentares, que vamos dividir em diversas etapas para compactá-las.

Eu quero convidar, numa atenção toda especial ao seu trabalho, o Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias para compor a Mesa, meu queridíssimo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Belchior.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Boa tarde, meu querido Senador Vital do Rêgo, Presidente da CMO; Senador Walter Pinheiro, Relator do Plano Plurianual; ex-Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, Relator-Geral do Orçamento. Ao cumprimentar o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, que foi o nosso Relator da LDO, cumprimento a todos os demais Parlamentares dos dois gêneros; senhoras e senhores, jornalistas, servidores.

(Segue-se exibição de imagens.)

Estamos aqui hoje para cumprir o requisito de realizar audiência pública tanto em relação ao Plano Plurianual quanto em relação ao Projeto de Lei Orçamentária de 2012.

Este é um ano diferente, porque todos os anos temos Orçamento, mas, no primeiro ano de cada Governo, temos também o Plano Plurianual. Certamente vou me estender um pouco mais porque quero fazer uma apresentação global dos dois. É sintética mas abrange os dois projetos enviados ao Congresso no último dia 31.

Dividido entre o PPA e o PLOA, vamos começar, então, com o PPA 2012-2015, em que eu devo dividir aqui em dois grandes blocos. O primeiro deles: os avanços do novo modelo e os grandes números do PPA.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que a entrega do novo PPA, que será relatado aqui neste Congresso Nacional pelo Senador Walter Pinheiro, traz inovações em relação aos planos anteriores. Ele é, portanto, reflexo desses planos e um aperfeiçoamento deles. Todos sabemos a importância do Plano Plurianual ao expressar as grandes prioridades para os próximos 4 anos.

Portanto, a peça que foi enviada ao Congresso Nacional, no último dia 31, traz inovações que nós consideramos importantes, e vou apresentá-las agora, para tornar o PPA, cada vez mais, um instrumento de gestão interna do Governo, de acompanhamento da sociedade e também do Legislativo.

O PPA apresentado consolida uma visão estratégica, participativa e territorializada do planejamento governamental. O PPA parte de uma visão de futuro, de cenários do que vai acontecer, no próximo período, no País, propõe valores que devem ser seguidos pela administração pública federal e permite a participação da sociedade. Permitiu isso na sua elaboração – vou falar mais disso adiante – e o permitirá, na sequência, através do seu acompanhamento da execução do Plano Plurianual.

Outra questão muito importante para nós é o plano valorizar a adversidade do País e territorializar, vamos falar mais disso também, as ações governamentais, como cada uma das ações se desdobram em território brasileiro.

Ele, portanto, define as políticas públicas a serem desenvolvidas no próximo período, próximos 4 anos, e reflete os compromissos que a Presidenta Dilma Rousseff fez durante o período eleitoral. Então, aquilo que foi compromisso de campanha está expresso no Plano Plurianual.

A grande novidade do Plano Plurianual é mudar o foco da gestão pública. Mudar o foco das minhas ações no meu Ministério, mudar o foco do volume de

insumos que eu preciso usar nas ações para a pergunta: o que eu vou entregar à sociedade? Este é o grande mote da mudança que nós estamos propondo no Plano Plurianual: torná-lo, cada vez mais, um reflexo do que deve ser entregue à sociedade brasileira nas várias políticas públicas.

Então, todo o nosso esforço, no âmbito da Esplanada, foi trabalhar com os Ministérios, para que eles expressassem como cada uma dessas políticas públicas chega ao cidadão, permitindo, com isso, trabalharmos melhor as transversalidades.

Nos últimos anos, temos feito um esforço importante para trabalhar matricialmente e intersetorialmente, para enfrentar problemas que têm esse caráter de envolvimento de várias políticas públicas. Eu acho que o combate à miséria é um dos exemplos da necessidade de compor várias políticas públicas ao mesmo tempo. E esse PPA alavanca, facilita ainda mais enxergarmos o problema do ponto de vista intersetorial, essa transversalidade.

Como eu disse, cada área mostra, no PPA, quais os benefícios das políticas para o cidadão. Uma coisa muito importante: o PPA para de flertar em ser uma peça orçamentária; ele deixa esse caráter um pouco orçamentário que ainda tinha, para ser, de fato, o Plano, o balizamento para a execução. Orçamento a gente tem todo ano; o Plano Plurianual não precisa e nem deve cumprir esse papel.

Ele trata também – uma inovação importante – da pactuação federativa de cada política, ou seja, o que é responsabilidade do Governo Federal e o que é responsabilidade dos demais entes governamentais da Federação.

Já falei da transversalidade, mas, ao estabelecer metas concretas para a sociedade, ele se torna um instrumento mais fácil, mais amigável, como dizemos na informática, para ser acompanhado e monitorado pela sociedade.

Concluindo essa lógica do que são essas vantagens, o PPA passa a mostrar, por meio das iniciativas e metas que vamos ver já a seguir, o que vai ser feito nos próximos 4 anos.

Anteriormente, os programas refletiam a estrutura de um Ministério, então, acabava que havia programas de inclusão digital em vários Ministérios. Nós demos uma enxugada nisso e tiramos essas superposições para que pudesse haver uma ação mais coesa de Governo e intersetorial.

Então, nós saímos dessa lógica institucional de programas de um Ministério, do tipo *"Este programa é meu"*, o que dificultava a visão transversal, e também tiramos esse viés orçamentário de um instrumento de gestão que é eminentemente de planejamento.

Além disso, as iniciativas e metas expressam resultados para a sociedade, maior transparência, como eu disse, e maior possibilidade de monitoramento.

Desse ponto de vista, o PPA tem condição – essa é a nossa aposta – de se tornar um importante instrumento de gestão interna e ganhar mais importância do que já tem para a gestão dos Ministérios, um instrumento que cada Ministro tem para fazer o monitoramento das suas ações, avaliar o alcance do resultado das suas ações.

Ele também é importante externamente, por permitir que a sociedade acompanhe a sua execução.

Com isso, nós separamos, com clareza, o que é a tarefa do PPA e o que é a tarefa do Orçamento. O Orçamento é o detalhamento do gasto, é o detalhamento do Plano. A partir do Orçamento, fazemos também um monitoramento da execução orçamentária, mas fazemos uma distinção clara entre esses dois instrumentos do ciclo de planejamento.

Para fazer o PPA, nós contamos com a participação da sociedade civil organizada e também de Estados e Municípios. Nós fizemos a discussão sobre o PPA em 34 conselhos nacionais – de saúde, assistência, transporte, criança e adolescente, enfim, todos os conselhos nacionais de políticas públicas. No âmbito do conselho, foi feita uma discussão temática, ou seja, lá no conselho de saúde, eles discutiram a lógica de saúde.

Depois, nós fizemos um grande seminário com 300 representantes desses conselhos, para fazer a discussão global do PPA não só com um olhar setorial, que foi feito nos conselhos, mas com um olhar global e também um olhar territorial.

O seminário foi em 2 dias. No primeiro dia, discutiu-se a lógica geral do PPA; e, no segundo dia, dividiu-se pelas cinco macrorregiões do País e foram discutidos o desdobramento, essa territorialização das ações no Plano.

Além disso, houve discussão a respeito do Plano no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselhão, e nós fizemos cinco grandes seminários nas quatro macrorregiões do País, com as representações dos governos dos Estados, em geral dos secretários de planejamento, e com representações das associações municipalistas.

Quanto à participação de representantes, não se pode fazer com 5.500 Municípios, mas houve representação das associações municipalistas, exatamente para também haver o olhar dos outros entes federados, Estados e Municípios, e, especialmente, visão de território.

O PPA está estruturado, como os senhores veem aqui, numa dimensão estratégica e, depois, mais na

sua parte de planejamento mesmo, de quais são os programas e de quais são os objetivos, metas, e iniciativas de que cada um desses programas se compõe.

A dimensão estratégica está composta de uma visão de futuro a partir da construção de cenários que nós fizemos, com os valores que vão orientar a administração pública federal, e 11 macrodesafios.

Aqui nós temos qual a visão de futuro que preside o PPA. O Brasil será um país reconhecido por:

– Desenvolvimento sustentável;

– Igualdade regional e igualdade social;

– Educação de qualidade com produção de conhecimento e inovação tecnológica;

– Sustentabilidade ambiental; e

– Ser uma nação democrática e soberana, que defende os direitos humanos, a liberdade, a paz e o desenvolvimento no mundo.

Para construir o PPA, nós discutimos cenários de diversas áreas. Eu queria aqui destacar aqui alguns deles para os senhores. O primeiro deles, queria apresentar duas informações a respeito do cenário social, de como será, no próximo período, a situação social do nosso País.

Em primeiro lugar, nós estamos vivendo, a partir desses últimos anos, essa caixa amarela que os senhores estão vendo no eslaide. Talvez esteja muito longe ou a letra seja muito pequena para poderem enxergar completamente, mas essa caixa amarela está mostrando 20 anos em que a evolução demográfica do nosso País nos dá um enorme bônus. É um momento em que a quantidade de população economicamente ativa é muito superior à necessária para sustentar a que não é economicamente ativa.

Esse é um momento muito especial na história de um país e precisa ser muito aproveitado. Por quê? Nós estamos vendo aqui esta curva de queda, que mostra exatamente a redução dessa dependência de crianças e idosos da população economicamente ativa. Isso, a partir de 2030 mais ou menos, começa a reverter. Então, esse é um momento fundamental.

As nossas políticas precisam dialogar com esse momento especial, para que, ao mesmo tempo, nós possamos combinar as ações de desenvolvimento econômico, de capacitação desses jovens para o mercado de trabalho – para alavancar ainda mais o desenvolvimento do nosso País, para que ele chegue a ser, nesse período, a quinta economia, talvez a quarta economia do mundo –, e possamos trabalhar no momento seguinte desse bônus demográfico, com melhores condições. Esse é um primeiro ponto.

Esse PPA já dialoga com esse cenário, ao incorporar programas que a Presidenta Dilma já lançou este ano, como o PRONATEC, que é exatamente a questão da qualificação profissional; o Brasil sem Miséria; o aumento das ações e dos recursos para ciência e tecnologia, fundamentais para o desenvolvimento do nosso País; os recursos de educação; e também o Plano Brasil Maior, que prevê melhores condições para que as nossas empresas possam produzir no País.

O segundo eslaide do cenário social, mostra qual é a trajetória que nós esperamos da desigualdade em nosso País. Aqui o Coeficiente de Gini mostra até agora, 2010/2011, mas a previsão com relação à pobreza e à desigualdade é de que elas continuem caindo bastante, como mostra esse gráfico – por isso o Brasil Sem Miséria –, e de que cresça, cada vez mais, a chamada nova classe média. E, como tem dito a nossa Presidenta Dilma, isso exigirá do Estado brasileiro, seja ele Federal, Estadual ou Municipal, a melhoria das políticas públicas que essa população da nova classe média almeja.

Além disso, no que se refere ao emprego, a linha azul mostra a curva de desemprego caindo cada vez mais – estamos aqui, 2010/2011. A linha vermelha mostra a crescente formalização da nossa força de trabalho, o que demonstra bem os resultados do desenvolvimento no País e da crescente formalização da mão de obra. Isso nos coloca um cenário de expansão da geração de emprego cada vez maior, como também da qualidade do emprego, não só em quantidade, mas também em qualidade.

Em relação ao cenário ambiental, nós acreditamos que temos um enorme desafio, que é o do uso sustentável dos nossos recursos naturais combinados com a necessária ampliação da infraestrutura do País. Nós vamos ter de trabalhar. Esse é um desafio do período, pois nós precisamos das duas coisas. Esse é um aprendizado que nós já temos desenvolvido nos últimos anos, e que precisará ser aprofundado no próximo período. Isso significa que precisamos :

– Trabalhar para aumentar a produtividade da agricultura, mas fazer isso de maneira sustentável;

– Ampliar a nossa matriz energética, mas manter essa matriz limpa e renovável;

– Começar a ampliar o aproveitamento econômico sustentável dos nossos recursos naturais;

– Ter uma eficiente gestão dos recursos hídricos, porque a água é um recurso escasso. O nosso País é muito beneficiado pela natureza, mas nós precisamos ter uma gestão mais eficiente dos nossos recursos hídricos;

– Universalizar a água e garantir saneamento e gestão de resíduos sólidos;

– Alcançar nossas metas de mudanças climáticas; e

– Tornar nossa matriz de transporte mais diversificada e ambientalmente mais limpa.

Aqui vemos os cenários construídos que, na área de energia, ainda vamos ampliar. O Brasil é um exemplo no mundo em termos de percentual de energia limpa e renovável na sua matriz, mas a previsão é de que ampliemos ainda mais – este tom azul escuro na parte de baixo do gráfico – a participação da energia hidráulica. Além disso, devemos aumentar a energia eólica e biomassa. Isso é exatamente continuar a ampliar ainda mais a parcela de energia limpa e renovável na nossa matriz energética.

Outra questão importante para nossa sustentabilidade ambiental é a redução do desmatamento na Amazônia. Nós vemos aqui que, no período de 2000 a 2005, saímos de uma média de 19 mil quilômetros quadrados de desmatamento e já caímos para 11 mil. A ideia é cair, até 2015, mais 42%; e, de 2015 até 2020, outros 42%.

Pela experiência do último período, nós acreditamos que isso será factível se todos os esforços nessa direção forem feitos. Além disso, conforme o nosso compromisso em Copenhague, que o Presidente Lula apresentou em Copenhague, no final de 2009 – a nossa atual Presidenta Dilma Rousseff foi a negociadora, juntamente com o Ministro Carlos Minc –, nós vamos reduzir em 36% o que está previsto de aumento de emissão de gases de efeito estufa. Faremos isso fundamentalmente com a redução do desmatamento na Amazônia; com a redução do desmatamento no Cerrado; com a recuperação de áreas de pastagens degradadas; com o plantio de florestas; e com aquela expansão de energia eólica, hidráulica e de biomassa. Essas ações permitirão alcançar essa redução.

Por fim, o último cenário que eu gostaria de mostrar é o cenário regional, o que vai acontecer com o desenvolvimento regional do País. Nos últimos 8 anos, nós vimos, com felicidade, uma redução não só da desigualdade social, mas também da desigualdade regional.

Todos sabemos que o Nordeste tem crescido, nos últimos anos, acima da média nacional, o que é muito importante para o nosso País, para que ele se torne mais igual.

Este mapa mostra um pouco isso: quanto mais escura a cor no mapa, maior foi o crescimento da formalização do emprego. Podemos ver que no Sul e no Sudeste está mais clarinho, não porque lá não se formalizou muito, mas porque lá a formalização já tinha um patamar mais alto. Enquanto isso, o Nordeste, o Norte e mesmo o Centro-Oeste estão com cores mais escuras, demonstrando essa evolução que já houve nos últimos tempos.

Com isso, nós acreditamos que vamos viver, no próximo período, maior equilíbrio regional na economia, com uma interiorização ainda maior do emprego e da renda e maior dinamismo da economia nessas regiões tradicionalmente com menor desenvolvimento.

Para isso será necessária uma maior articulação entre as dinâmicas produtivas locais e a educação profissional e a superior. Então, ao olhar este cenário, nós desenhamos as ações necessárias para aproveitar este momento e aprofundar ainda mais a redução das desigualdades regionais.

Quais são os valores que estão previstos na dimensão estratégica, que deverão reger a administração pública federal?

– Soberania;

– Democracia;

– Justiça social;

– Sustentabilidade;

– Diversidade cultural e identidade nacional – alguém poderia perguntar por que elas não estão em dois itens separados, mas nós achamos que isso precisa acontecer ao mesmo tempo: o País é muito diverso culturalmente, mas é necessário que a identidade nacional seja preservada;

– Participação social; e

– Excelência na gestão.

Quais são os grandes desafios do País para o próximo período? Nós listamos onze. O primeiro deles se refere ao projeto de desenvolvimento nacional. Aqui nós apontamos para a continuidade do projeto dos últimos 8 anos, ou seja, apoiado na redução das desigualdades regional e entre o rural e o urbano, não só regional – essa é uma distinção também muito importante, reduzir a desigualdade entre o campo e a cidade –; e na continuidade da transformação produtiva ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.

O segundo grande desafio é a erradicação da pobreza extrema. Prosseguir reduzindo as desigualdades sociais no País.

O terceiro macrodesafio é questão da ciência e tecnologia e inovação, fundamentais para o desenvolvimento do nosso País. É, portanto, um eixo estruturante desse desenvolvimento.

Educação, conhecimento, cultura e esportes. Para propiciar o acesso da população brasileira com equidade, qualidade e valorização da diversidade.

O quinto macrodesafio é saúde, previdência e assistência social. Promover o acesso universal, assegurando equidade e qualidade de vida.

O sexto é a questão da cidadania. Promover a igualdade de gênero e etnorracial, respeitar a diversidade das relações humanas, promover a universaliza-

ção do acesso e elevação da qualidade dos serviços públicos.

O sétimo é alavancar a infraestrutura produtiva, urbana e social de qualidade, garantindo a integração do território nacional e do País com a América do Sul.

O oitavo é a democracia e a participação. Fortalecer a democracia e estimular a participação da sociedade, ampliando a transparência da ação pública.

O nono é integridade e soberania nacional do nosso território. Participar ativamente da promoção e defesa dos direitos humanos, da paz e do desenvolvimento no mundo.

A questão da segurança pública. Promover a segurança e a integridade dos cidadãos.

Por fim, a questão da excelência na gestão pública. Aperfeiçoar os instrumentos de gestão do Estado, valorizando a ética no serviço público e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

Então, essa é a dimensão estratégica, é onde queremos chegar.

O segundo bloco é sobre como chegarmos nesse horizonte de valores, nesse horizonte de macro-objetivos. Aqui nós vemos os programas, que têm indicadores e valor global; os objetivos, em que estão assinalados quais são os órgãos executores de cada um deles; qual é a meta global e qual é a meta regionalizada pelo território do País; e quais são as iniciativas. É o que de fato vai ser entregue ao cidadão.

Aqui eu queria mostrar um exemplo dos programas, o programa de saúde, de aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, que tem treze objetivos. O primeiro dos objetivos é garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Esse objetivo se abre em dezenove metas. Quais são elas? Implantar 3.272 unidades básicas de saúde; reformar 8 mil unidades básicas de saúde; ampliar a área física de 15 mil unidades; ampliar em 40 mil o número de agentes comunitários; e assim por diante. Como eu havia dito, esta é a grande diferença.

Este foi um trabalho muito árduo, mas feito com bastante satisfação pelas equipes do Governo Federal: identificar o que eu vou entregar com clareza à sociedade. É isso o que – eu estou dizendo, então – vai permitir que o Congresso Nacional e a sociedade brasileira possam acompanhar os resultados desse Plano.

Por fim, aqui há uma distinção importante, para a qual eu gostaria de chamar bastante atenção, porque é uma novidade que me parece muito positiva para a gestão mais geral e também para as preocupações do Parlamento.

As ações não estão mais no PPA, exatamente para tirar o caráter orçamentário do Plano Plurianual. Então, as ações estarão apenas na Lei Orçamentária; elas se vinculam aos programas, que são o *link* entre o Orçamento e o Plano Plurianual.

Aqui nós fizemos um trabalho no interior do Ministério do Planejamento, com as equipes da Secretária Lúcia Falcón, da Secretaria de Planejamento e Investimentos, que é a responsável, em última instância, pela produção do Plano Plurianual junto com os Ministérios, mas numa permanente ligação com a SOF, com a equipe da Secretária Célia Corrêa, exatamente para sintonia dos dois instrumentos, para que o Orçamento converse de forma muito fina com o Plano Plurianual, e com – somente mulheres, está certo? – a equipe da Assessoria Econômica, capitaneada pela Secretária Esther Dweck, que discutiu a questão dos cenários e tudo mais.

Então, com essa sintonia, o que vai acontecer pelo fato de não haver mais ações no PPA? As grandes intervenções individualizadas, que estavam nas ações, só estarão nas iniciativas a partir de um certo valor. Então, por exemplo, uma rodovia só estará no PPA se o seu valor for mais do que 500 milhões. Se ela for menos do que isso, não precisará estar no PPA.

Portanto, quando o Congresso fizer aqui as modificações no Orçamento, não será mais necessário mudar o PPA, a não ser que essa iniciativa, essa obra seja maior do que 500 milhões. Então, isso vai facilitar o trabalho de proposições do Congresso, que não vai precisar mudar dois instrumentos – o PPA e o Orçamento –; vai precisar só mexer no Orçamento. Isso nos parece que garantirá a expressão dos grandes investimentos que serão feitos no próximo período, simplificando para aqueles que são menores.

Qual foi o resultado, então, em relação à quantidade de programas, com essa retirada de superposições, essa questão de se trabalharem as intersetorialidades? Nós estamos saindo de 217 programas finalísticos no atual PPA, para apenas 65 programas temáticos. Então os programas não são mais de um Ministério, mas são do Governo como um todo, favorecendo, como eu já disse, a intersetorialidade.

Os programas de gestão passam de 89 para 44. Então, temos uma maior coesão do Plano, o que simplifica a sua execução e, especialmente, o seu acompanhamento.

Desses programas temáticos, 65 se distribuem em 491 objetivos – nós vimos que, lá na saúde, são 19 objetivos – e em 2.500 iniciativas, metade delas de caráter orçamentário e metade delas sem ação orçamentária vinculada.

Vamos agora para os grandes números do PPA. O PPA tem uma previsão de 5,4 trilhões de reais, que é 38% superior ao último PPA.

Em relação às fontes de recursos, os 5,4 trilhões assim se distribuem: 68% são orçamento fiscal e seguridade; 25% são fontes extraorçamentárias (crédito, estatais, parcerias); e 7% são os investimentos das estatais.

Entre os programas, 83% dos recursos estão nos programas finalísticos, como era de se esperar, concentram-se nos programas finalísticos, temáticos; 14% estão nos programas de gestão, manutenção e serviços do Estado, do Executivo; e 3% nos do Legislativo e do Judiciário.

Dos 65 programas temáticos, 25 são da área social; 15 de infraestrutura; 17 de desenvolvimento produtivo e ambiental; e 8 do que chamamos de bloco dos programas especiais.

Em relação aos recursos, quase 57% estão no social; 26% em infraestrutura; quase 15% em desenvolvimento produtivo e ambiental; e 2,3% nos especiais.

Vou abrir cada um deles. Na área social, com 2,6 trilhões de reais, 55% estão na Previdência Social; 12% na saúde; 10% no trabalho; 8% na educação; 6% na assistência social; 4% na agricultura familiar; 3% no Bolsa Família; e 2% nas demais áreas sociais.

Na área de infraestrutura, com 1,2 trilhão de reais nos 4 anos, quase um terço são para moradia digna, incluindo o Minha Casa, Minha Vida; 25% são para energia; 19% para petróleo e gás; quase 10% para transporte – aqui juntando rodovias, ferrovias, portos e aeroportos e hidrovias; 5% para minerais; e 8,4% para as demais áreas.

Na área de desenvolvimento produtivo, com 663 bilhões de reais, quase um terço são para a agropecuária; 27% para o comércio exterior; 15% para o desenvolvimento produtivo; 13% para micro e pequenas empresas; e 13% para as demais áreas. Para as áreas especiais, 104 bilhões: metade para a Defesa, quase a outra metade, 42%, para desenvolvimento regional e territorial. E, para política externa, 4%.

Os senhores veem, na sequência da apresentação – não vou ler cada um porque isso serve mais como material de consulta –, todos os programas temáticos da área social, um a um, e o valor de cada um deles.

Com isso eu concluo a primeira parte da apresentação, relativa ao Plano Plurianual, o PPA. Entro, então, na sequência, na Proposta de Lei Orçamentária de 2012.

Em primeiro lugar, os parâmetros que nós utilizamos para a elaboração do Orçamento de 2012. Nós trabalhamos com IPCA de 4,8%; com IGP-DI de 5%; com crescimento do PIB de 5%, o que equivaleria a um PIB de 4,5 trilhões de reais no próximo ano; com taxa de câmbio de R$1,64; com salário mínimo de R$619,21 reais – vou falar dele mais adiante; com taxa de juros de 12,5%; e massa salarial nominal com um crescimento de quase 10%.

Salário Mínimo

A previsão é de um reajuste de 13,6%, que equivale a esses R$619,21. Como nós chegamos a esses 13,6%? Utilizando a lei, aprovada por este Congresso Nacional: o PIB de 2010, 7,5%, e o INPC previsto para 2011, que é de 5,7%. Isso equivale, então, a esse índice de 13,6%, que daria esse montante.

Os recursos necessários para dar conta desse reajuste estão previstos integralmente na peça orçamentária.

Só como referência, o salário mínimo corresponde a cerca de 370 dólares.

Em relação ao resultado primário do setor público, nós estamos trabalhando com um resultado primário de 139,8 bilhões, sendo 97 bilhões do Governo Federal e 42,8 bilhões de Estados e Municípios. E a LDO nos permitiria uma reserva, para garantir a execução dos investimentos no País, de 40,6 bilhões. Mas o Governo Federal resolveu não usar esses 40,6 bilhões integralmente. Então, a peça orçamentária tem uma possibilidade de abatimento de 25,6 bilhões de reais. Mas nós estamos focados nos 139,8 bilhões de reais.

Então, o nosso orçamento total de receitas é de 2,1 trilhões de reais – aumento de 8,9% nas receitas e aumento de 9,8% nas despesas.

Esses 2,1 trilhões são distribuídos desta forma – na "*pizza* verde": amortização da dívida, 41%; Previdência, 18%; despesas discricionárias, quase 11%; pessoal e encargos sociais, quase 9% – 8,9%; transferência a Estados e Municípios, 8,6%; juros e encargos da dívida, 6,6%; demais despesas financeiras, 4%.

O próximo gráfico, da evolução da despesa com pessoal, mostra que estamos mantendo mais ou menos a participação do PIB.

Aqui vemos a evolução do déficit do Regime Geral da Previdência Social. E aqui vemos que essa redução do déficit reflete exatamente os efeitos do crescimento econômico e da crescente formalização, que gera impactos bastante positivos no déficit da Previdência.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – O Presidente está dizendo que, em 5 anos, esse déficit caiu pela metade.

Desse montante de 2,1 trilhões, 89% são para as chamadas obrigações; 10,9%, quase 11%, referem-se às despesas discricionárias, aquelas em que há maior liberdade para a Presidência da República fazer a alocação dos recursos.

Esses 11% correspondem a 229,5 bilhões de reais e são distribuídos desta forma: 221 bilhões para o Poder Executivo e 8,6 bilhões para os demais Poderes – Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

Como os 221 bilhões das despesas discricionárias do Executivo são distribuídos? Em primeiro lugar, quase 32% para a saúde; 19,2% para o PAC; para as demais áreas, 13,9%; para a educação, 13,8%; para o Plano Brasil Sem Miséria, 11,6%; para a Defesa, 7%; e 2,8% para Ciência, Tecnologia e Inovação.

Eu gostaria de fazer uma pequena pausa aqui para comentar a importância – e já tinha comentado com os senhores – da sintonia entre o PPA e a Lei Orçamentária. Se nós formos analisar os grandes números do PPA, vamos ver que há uma enorme sintonia. É o mínimo que se poderia fazer, eu sei, mas acho que é fundamental também destacar essa sintonia entre o que esta lá no Plano e o que está destacado no Orçamento. Então, as grandes prioridades que estão no Plano estão também apresentadas aqui no PLOA 2012.

O que reforça o que já falei? A saúde, em 2012, terá 9,3 bilhões a mais do que tem neste ano; o Plano Brasil Sem Miséria, 8,8 bilhões; a educação ficou quase no mesmo patamar, com 8,3 bilhões – lembro que as despesas com educação vêm aumentando nos últimos anos mais ou menos nesse patamar, a cada ano; Defesa, 4,6 bilhões; grandes eventos, 1,4 bilhão; Ciência e Tecnologia, mais 1,3 bilhão de reais.

Grandes eventos são Copa do Mundo de Futebol, Olimpíadas e Rio+20, todos esses grandes eventos que o País está se preparando para executar.

E, caminhando para o fim da minha apresentação, vou mostrar como estão os investimentos no Orçamento de 2012.

Todos aqui sabem da nossa quase obsessão... Acho que dá para dizer que é uma obsessão em aumentar os investimentos no País, sejam públicos, sejam privados. E mais uma vez nós estamos aumentando a previsão de execução de investimentos no nosso Orçamento.

Essa série histórica mostra que vêm crescendo desde 2007, com o PAC, os recursos destinados a investimentos no País. Então, a previsão para 2012 é de 165,3 bilhões de reais. Deles, 58,5 bilhões do Orçamento Fiscal e da Seguridade e quase 107 bilhões das empresas estatais.

No que diz respeito ao Orçamento Fiscal e da Seguridade, dos 58,5 bilhões para investimentos, 42,5 bilhões referem-se ao PAC. De que maneira? Quase 17 milhões para infraestrutura logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrovias); 25,3 milhões para infraestrutura social e urbana (saneamento, habitação, educação, saúde e outros); e aqui, pequenininho, para infraestrutura energética, 424 milhões – porque a maior parte se concentra nas estatais.

Os *slides* seguintes mostram um pouco cada uma dessas informações. São 16 milhões e 812 mil reais para infraestrutura logística – houve algum problema aqui, quando se mexeu na planilha, mas tenho o material aberto, se alguém manifestar interesse em consultar. Por favor, olhem com cuidado a linha do total, porque aparentemente houve algum problema aí na finalização.

Eles refletem o cronograma de execução previsto no PAC para o próximo ano...

(Tumulto externo.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Continua com a palavra a Ministra.

O nosso ambiente está extraordinário. A zoada está do lado de fora. Vamos continuar aqui da forma como nós estamos nos conduzindo.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Sem dúvida.

Mas vamos lá. Estou quase terminando.

Aqui vemos cada uma das áreas, para facilitar a consulta. Para estatais, 107 bilhões; em termos de receita própria das estatais, quase 88 bilhões; aumento do patrimônio líquido, 11 bilhões; e operações de crédito de longo prazo, 5 bilhões.

Desses 107 milhões, quase...

(Manifestação no plenário.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Solicito à plateia que se comporte, por favor. Se não, nós vamos esvaziar o plenário.

(Tumulto no plenário.)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra a Ministra.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Estou quase terminando.

Então, dos 107 bilhões previstos, quase 69 bilhões são do PAC.

Como é que se distribuem esses 107 bilhões entre as empresas estatais? Noventa e três bilhões são do setor produtivo estatal; destes, 78 bilhões são da PETROBRAS; outros 10 bilhões, da ELETROBRAS; e 5 bilhões são das demais empresas estatais.

Do setor financeiro, 4,6 bilhões: 3 bilhões do Banco do Brasil; 1,3 bilhão da Caixa Econômica Federal, o que totaliza em investimentos no País quase 98 bilhões de reais.

Além disso, a PETROBRAS fará investimentos no exterior, no montante de 9 bilhões.

O total, então, é de 107 bilhões.

Com isso eu encerro a apresentação. Os senhores têm aí uma quantidade grande de anexos, com valores por Ministérios etc. Eu trouxe mais para consulta, se não estenderia muito a minha apresentação.

Quero agradecer a atenção a todos e me colocar à disposição para as perguntas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço à Sra. Ministra do Planejamento.

Esses aplausos, Ministra, são para toda a estrutura do Ministério do Planejamento, que nos preparou dois grandes projetos. Saúdo as Secretarias finalísticas desse projeto.

Agora, passamos à discussão.

Darei a palavra ao Relator-Geral da proposta orçamentária para 2012, Deputado Arlindo Chinaglia. Antes, informo que a lista de inscrição para o segundo bloco já está aberta. Já se inscreveram os Deputados Rogério Marinho e Claudio Cajado.

Peço a todos compreensão e que mantenham a disciplina e a educação neste plenário.

Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Obrigado, Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão.

Cumprimento todos os pares e, especialmente, a Ministra, pela exposição que fez, pela dimensão de conteúdo. Ao falar do PPA e do Orçamento, como já expôs S.Exa., mostra os objetivos estratégicos e também que a peça orçamentária corresponde às ações do PPA e às metas ali estabelecidas.

Eu pela primeira vez estou militando na Comissão de Orçamento e creio que seria por demais útil, até para estabelecer um diálogo com a sociedade, que o Parlamento tem o dever de procurar representar, e ao mesmo tempo com a responsabilidade ainda maior de pensarmos o País, que nós tomássemos a iniciativa, junto a V.Exa., de alguns temas que pelo menos já estão no noticiário. Creio também ser nosso dever, especialmente do Relator-Geral do Orçamento – mas não é exclusividade –, fazer um diálogo permanente e acima de tudo o mais sincero possível.

Na proposta orçamentária que o Governo enviou – e esta é a minha primeira pergunta – não há previsão orçamentária para reajustes no Judiciário, tampouco no Poder Legislativo, ainda que o noticiário tenha-se concentrado no Poder Judiciário. E, numa folha de pagamento de mais de 200 bilhões, para o Executivo veio uma previsão orçamentária de 1,6 bilhão, para questões pontuais do tipo reestruturação de carreira e provisão de cargos.

Fui perguntado sobre qual seria o papel do Parlamento numa condição especial. Em letras garrafais, quando a Presidente Dilma Rousseff enviou uma mensagem ao Congresso, enviando junto à mensagem – e este era o objetivo da mensagem – aquela que era a proposta específica do Judiciário, houve quem entendesse que o Executivo teria alterado alguma coisa da sua proposta orçamentária. Eu disse, então: *"Para haver qualquer alteração, é preciso que se aponte a receita"*. Disse isso quando nós ainda não conhecíamos o texto, o teor da mensagem.

E, aqui para nós, não apenas para os Parlamentares, Deputados e Senadores, mas também e principalmente para a sociedade... Primeiro, nem todos têm a obrigação de conhecer a peça orçamentária e os procedimentos. Quero fazer, então, uma pergunta a V.Exa., para que dê pelo menos, no momento atual, a opinião do Governo.

Para que houvesse qualquer reajuste para esses três Poderes – e também para o Ministério Público da União –, teria que haver uma alteração na proposta do Executivo, naquilo que a Constituição prevê. E seria uma mensagem modificativa do PLOA 2012. A minha pergunta seria esta: pretende o Executivo mandar uma mensagem modificativa do PLOA 2012?

Trabalhando com a hipótese até agora colocada pela mensagem da Presidente – e estou levando muito a sério o que ela escreveu –, tendo a entender que a resposta de V.Exa. será "não". A partir daí, quero sugerir publicamente um encaminhamento. Pelo PPA e pelo Projeto da Lei Orçamentária deste ano, eu queria fazer a segunda pergunta: no que o Executivo se concentrou, do ponto de vista do Orçamento, principalmente – repito –, como estratégico para tomar essa atitude de não prever nenhum reajuste?

Finalmente, da minha parte, quero registrar – até em homenagem aos presentes nesta plenária – que nós vamos fazer um diálogo permanente. A única coisa que não farei será prometer aquilo que não poderemos cumprir. Acho que esta é a maior atitude de respeito que temos que tomar em relação a todos os interlocutores, porque é muito fácil para o Relator responder, por exemplo, a qualquer Poder, a qualquer reivindicação, por mais justa que seja, *"pode deixar que nós vamos ver"*. E, lá na frente, não vermos nada. Isso é muito desagradável. Então, quero desde já estabelecer uma relação de diálogo permanente, como disse. Se eu puder colaborar, junto ao Executivo e aos demais Poderes, para algum entendimento, assim o farei.

Mas, sobre as duas perguntas que fiz, eu gostaria que V.Exa. desenvolvesse... E, se pergunto qual foi a estratégia do Governo, é porque recebo *e-mails* de pessoas que negam, por exemplo, a crise mundial, que me xingam e xingam todo mundo. Possivelmente por causa de uma visão, de uma necessidade, de uma premência, pensam: *"Tudo isso é conversa mole. No Congresso ninguém trabalha. A Presidência da Re-*

pública está enganando o povo". E por aí vai. Parece brincadeira, mas não é. As pessoas de fato não têm informação. E acho que é nosso dever, a partir desta audiência, começar a mostrar a seriedade que compete aos Poderes no que diz respeito ao gerenciamento dos recursos públicos brasileiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Márcio Reinaldo Moreira, V.Exa. também tem o direito, como Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, de participar da discussão inicialmente. *(Pausa.)* Declina?

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Agradeço, Sr. Presidente.

Só gostaria de cumprimentar a Ministra pela excelente exposição. Realmente aqui está um instrumento que vai nos propiciar – naquele capítulo das metas e prioridades do PPA –, naturalmente com muito mais desenvoltura, a esta altura, estabelecer essas metas todas junto com o Executivo.

Naturalmente, creio que o ponto central vai residir no relatório do nosso Deputado Arlindo Chinaglia. E creio que esse relatório terá uma peça muito fundamental, que é a política efetiva para pessoal. Não adianta pensarmos no grupo do Judiciário ou do Legislativo e esquecermos o grupo maior, que é o do Executivo, ou pensar em apenas alguns pontos. E qualquer posicionamento nesta situação vai estabelecer uma mudança significativa nos rumos desses números que nós vimos aqui.

Eu me limito no momento a essa colocação e agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Justifico a ausência do Senador Walter Pinheiro. No Senado, estamos discutindo a proposta de distribuição e aplicação dos *royalties* do pré-sal e fomos todos chamados. A condição de Presidente desta Comissão não me permitiu ir, até em atenção à presença da Ministra.

Desta forma justifico a ausência do Senador Walter Pinheiro, que também faz parte do grupo – o Senador José Pimentel também, que está aqui.

Senador Inácio Arruda, muito boa tarde.

Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Agradeço, Sr. Presidente.

Eu quero apenas fazer um comentário, nesta linha do diálogo com todos os setores. Por exemplo: é verdade que há previsão orçamentária para algo fundamental da vida nacional, que vai ser o reajuste, o aumento real do salário mínimo, com as regras transformadas em lei, já negociadas e votadas aqui no Congresso Nacional. Mas, quanto à Lei Kandir, não há nenhuma previsão. E só para os efeitos da Lei Kandir, nos últimos anos, foram 3,9 bilhões de reais.

É da lógica do debate aqui – portanto, não há nenhuma novidade: a agricultura sempre reivindica mais do que recebeu; a saúde, eu diria, principalmente para cumprir aqueles programas... Não sei quanto ganha um médico do Ministério da Saúde hoje. Sou médico licenciado do Ministério da Saúde, mas...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Três mil e quinhentos reais.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Três mil e quinhentos reais. Obrigado.

Veja: um médico, para não falar de outros profissionais da saúde, ganhar R$3.500,00 eu acho um absurdo. Agora estou sendo procurado pelas entidades representativas. Por exemplo: procedimentos de média e alta complexidade. E por aí vai. Aqui há uma natural reivindicação de Deputados e Senadores que são pressionados pelos seus Municípios, para que as emendas individuais sejam de fato realizadas. E a nossa margem de manobra está pior do que cobertor curto.

Aproveito a presença de V.Exa. aqui, Ministra, para repartir essas nossas dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Concluindo o primeiro bloco, passaremos a palavra à Ministra.

Já estão inscritos os Deputados Rogério Marinho, Claudio Cajado, Darcísio Perondi, Edmar Arruda e Gilmar Machado.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao sempre muito gentil Deputado Márcio Reinaldo, especialmente com a minha pessoa. Muito obrigada, Deputado.

Quanto às questões colocadas pelo Relator Arlindo Chinaglia, primeiro vou falar da questão relacionada ao Judiciário. Acho que o Deputado leu com bastante cuidado a mensagem que a Presidenta Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso, apresentando as propostas do Judiciário. Nós não incluímos na proposta orçamentária a proposta do Judiciário. O senhor até me poupou de citar alguns números, inclusive como nós tratamos, no âmbito do Executivo, de maneira que não dá nem para chamar de equilibrada, porque ela foi ínfima. Os próprios números confirmam isso: 1,6 bilhão, em mais de 200 bilhões da nossa folha de pagamento.

Qual é o nosso horizonte? Como é que nós construímos o Orçamento da União? Primeiro, num momento ainda não tão claro, para a maior parte da sociedade, da situação de retomada da crise internacional, nós começamos a elaborar o Orçamento – em junho ou julho. Ainda não estavam tão claros para a sociedade os problemas que nós temos hoje. Temos mais clareza a respeito deles agora em setembro. Foram notícia

nesses dias todos, em todos os jornais, como vai se dar esse repique da crise e os efeitos que ele pode ou não ter na nossa economia.

O Ministro Guido Mantega já esteve aqui no Congresso Nacional para fazer uma análise dessa situação. E acho que já apresentou aqui a nossa visão a respeito deste momento. O nosso País está até mais sólido do que estava em 2008, com resultados primários compatíveis com a redução da dívida pública, com o aumento do controle da inflação, estimulando investimentos em emprego, com maiores reservas internacionais, com uma política fiscal muito austera.

Costumo dizer que o que a Grécia veio a fazer no meio do ano e outros países europeus, por exemplo, nós já fizemos no começo do ano, com o ajuste de 50 bilhões. Ou seja, nós estamos muito bem preparados. O Banco Central fez uma série de outras ações macroprudenciais em relação ao nosso sistema bancário. Então, o País está muito preparado. Mas não temos nenhuma garantia de um eventual contágio. Não é essa a nossa aposta. E, a despeito de isto não ter grande destaque nas páginas dos jornais, a equipe econômica vem acompanhando com muita atenção o desenrolar, durante todo este ano, das maiores economias, onde a crise vem dando um repique, saindo do "V" para o "W". Então, este Orçamento foi feito com esta lógica.

O Deputado Arlindo Chinaglia cita a restrição enorme que nós fizemos para os reajustes no âmbito do Executivo. É exatamente porque ela está em consonância com o que achamos necessário para o País no próximo ano, que é garantia de investimento, garantia de desenvolvimento e geração de emprego e renda, num cenário que provavelmente será adverso. Desse ponto de vista, quer dizer, com essa lógica de garantir qualidade fiscal importante, nós acreditamos que não caberia no Orçamento a proposta de reajuste do Judiciário, que teria um impacto de 7,7 bilhões. O reajuste para o Judiciário e o MPU teria esse impacto. Por quê? Exatamente porque queremos garantir os investimentos e gerar emprego e renda no País, neste momento tão difícil.

Eu concordo com o senhor, Deputado – e não consigo trabalhar de outra maneira: acho que precisamos ser muito claros, francos e, mais do que tudo, abertos para a discussão. O Governo não mandará uma mensagem modificativa do Orçamento, mas também não se furtará a eventuais conversas. Acho que, de antemão, a Presidenta Dilma apresentou a posição do Governo em relação à possibilidade, neste momento, de um reajuste nesse patamar. Nós acreditamos que essa preocupação em relação à situação econômica do nosso País tem que ser de todos os brasileiros, de todos os Poderes. Por isso, então, é que não incorporamos essa despesa à Proposta de Lei Orçamentária.

Quais são as prioridades? Eu já tinha citado ali: para a saúde se adicionam os 9 bilhões. É da lei.

Quero até dizer – passaram-me aqui uma "colinha" – que é de mais de R$3.500,00 o salário do médico no início de carreira. Não estou dizendo que é muito, mas é de R$5.800,00 no início de carreira e, no fim de carreira, chega a R$8.600,00.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Até dezembro, eu ganhava dez. Então, não me parece tão pouco.

Então, é aquilo que já colocamos aqui: saúde, educação, continuar reduzindo desigualdade e garantir que o Brasil continue crescendo.

Lembrem o que nós fizemos com o Plano Brasil Maior, programa de inovação para a indústria brasileira, de defesa da nossa indústria, neste momento extremamente importante: são 21 bilhões de reais de desoneração.

Foram essas as escolhas que nós fizemos no Orçamento.

Acho que a última questão citada pelo Deputado Arlindo Chinaglia foi a da Lei Kandir. Do nosso ponto de vista, desde 2008 esta não é mais uma obrigação. O período de transição já se deu. Mas sabemos bem que é um debate importante que se faz no Congresso. E aí caberá ao nosso Relator conduzir, aqui, esse debate sobre a importância de introduzir isso na peça orçamentária.

Acho que com isso eu dei conta das questões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Há oito oradores inscritos. Serão dois blocos de quatro oradores. Falam quatro Parlamentares, a Ministra responde; depois, mais quatro Parlamentares falam.

O Deputado Rogério Marinho tem a palavra pelo tempo regimental de até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Cumprimento a Sra. Ministra, o Sr. Presidente, os Srs. Relatores, as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados.

De antemão, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. tolerância quanto ao tempo, dadas a complexidade do tema e a importância do fato de estar na nossa Casa a Ministra Miriam Belchior.

Ministra, eu acompanhei a explanação de V.Exa., mas recebi também o *briefing*, da sua Assessoria. Tenho acompanhado, desde o lançamento do Orçamento, quando foi enviada a esta Casa a proposta orçamentária, as entrevistas dadas por V.Exa. e pelas autoridades que conduzem a política econômica do Governo. E me chamou a atenção, Ministra – é o primeiro comentário que faço –, logo após o envio do Orçamento

a esta Casa, se não me engano no dia seguinte ou no mesmo dia, por ocasião de uma entrevista, a declaração de V.Exa. de que faria um contigenciamento neste Orçamento de alguma coisa como 25 bilhões de reais, utilizando, parece-me, a questão da meta do PAC – aquela questão do PAC –, amplamente discutido nesta Casa por ocasião da apresentação do relatório do Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

E o entendimento que nós temos – eu falo da nossa bancada, mas é compartilhado por vários Deputados; tanto é assim que foi aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias e vetado pela Presidente da República – é o de que, da forma como está o Orçamento, retirando-se o PAC do cálculo do superávit, na verdade há pouca visibilidade da realidade financeira do País, já que o PAC é investimento que efetivamente ou teoricamente é executado. Ainda mais quando há uma declaração, como a que V.Exa. deu logo após enviar o Orçamento a esta Casa, de que fará um contigenciamento nessa questão da meta do PAC de até 25 bilhões.

Então, a pergunta que eu faço a V.Exa. é se não seria mais fácil, dentro do discurso de austeridade que o Governo está fazendo – e nós queremos acreditar nele, já que temos, como V.Exa. e o Ministro Guido Mantega disseram, a possibilidade de enfrentar fatores supervenientes que não dizem respeito à economia local, mas ao cenário internacional, eventualmente sendo contagiados por esta crise menor com maior proporção e por isso temos que ter cuidado com a austeridade fiscal na execução orçamentária e nas contas públicas –, se não teria sido mais interessante e mais condizente com essa coerência que o Governo apregoa que tivéssemos mantido esse dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que daria inclusive essa condição de dizer qual era a meta real do superávit? Ou seja, não retirar o PAC dessa meta de superávit não tornaria mais nítido para a sociedade o superávit real que temos para abater a dívida, para a amortização da nossa dívida como um todo?

A primeira pergunta é esta: se não teria sido mais coerente da parte do Governo não vetar o dispositivo da questão da meta cheia.

O segundo assunto, Ministra, já foi inclusive citado pelo nosso Relator, o eminente Deputado Arlindo Chinaglia. Independentemente da questão financeira, eu pergunto a V.Exa., de acordo com a nossa Constituição e a interdependência dos Poderes... A Constituição permite que os Poderes – no caso, Judiciário e Legislativo – façam as suas propostas de aumento, desde que amparados pela lei. É o caso do Judiciário, porque essa proposta constava na LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. E, na hora em que o Governo retira essa previsão do Orçamento e manda um ofício, uma comunicação ao Congresso pedindo que faça a sua parte – ou mantendo esse aumento, ou diminuindo esse orçamento, ou não dando esse aumento –, não passa a impressão de que o Executivo está lavando as mãos nesse aspecto? Ou seja, o que acontecer vai acontecer. E a responsabilidade que o Executivo tem sobre a condução das finanças públicas de maneira geral? E o respeito aos Poderes Constituídos da nossa República? *(Palmas.)*

O terceiro item...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Mais 2 minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Fora a tolerância que V.Exa. já me deu previamente, Sr. Presidente, conceda-me mais 5 minutos. Tenho várias perguntas a fazer ainda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não posso, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Em relação ao Programa de Aceleração do Crescimento, Ministra, nós também discutimos muito, por ocasião da apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, neste ano, no ano anterior e nos anos anteriores em que acompanhamos aqui o Orçamento, o fato de que o Governo, talvez pela questão gerencial, de dificuldade de execução orçamentária, tem de forma geométrica acumulado um estoque de Restos a Pagar. Isso tem comprimido de forma violenta o orçamento do ano, inclusive desfigurando-o. Não vemos com nitidez o que acontece.

Do PAC, por exemplo – estou aqui com relatório extraído no dia 12 de setembro –, foram aplicados em 2011 3 bilhões e 282 milhões de reais, no dia 12 de setembro, o que equivale a 8% do PAC deste ano. É claro que foi paga uma quantidade muito maior de Restos a Pagar dos Orçamentos anteriores.

Nós propusemos, inclusive, com a anuência do Relator – aliás, foi uma ação do Deputado Márcio Reinaldo –, um redutor de 10%, ano a ano, desses Restos a Pagar, de tal maneira que em 10 anos zerássemos esses Restos a Pagar e tivéssemos um orçamento equilibrado.

Então, eu também não entendi por que o Governo, dentro do discurso da austeridade fiscal, da transparência na execução orçamentária, apresentou esse veto. Gostaria de saber de V.Exa. os motivos pelos quais o Governo não aceitou esse instrumento que eu acho tão importante para a execução orçamentária.

Uma coisa nos chamou a atenção no Projeto de Lei Orçamentária – e eu chamo a atenção de V.Exa. porque realmente é singular. Nós nos debruçamos sobre o Orçamento, mas não temos ainda o cômputo por-

que é muita coisa para averiguar. Mas a remuneração dos agentes financeiros, dos pagadores e operadores do seguro-desemprego e do abono salarial, cresceu este ano, em relação ao anterior, 352%; dos serviços de apoio à gestão descentralizada do Programa Bolsa Família, 102%. E o Governo acena com aumento de 7% apenas do número de beneficiários: de 12,7 para 13,6 milhões.

Então, nós estamos aumentando aqui absurdamente a remuneração dos bancos, dos agentes financeiros. Gostaria de saber de V.Exa. por quê.

Tenho mais algumas perguntas, mas, como o nosso Relator está querendo que eu termine logo, quero falar agora – se o Relator me permite –, pelos próximos 5 minutos, do PPA. Eu falei de Orçamento e agora vou passar para a outra fase. Aliás, vou terminar de falar sobre Orçamento.

Em relação ao...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu peço a V.Exa. que compreenda que agi com flexibilidade, em atenção ao seu pedido. Mas há nove oradores inscritos. Se eu conceder 50% a mais do tempo como tolerância – e já os concedi a V.Exa. –, nós vamos ficar...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Eu apelo a V.Exa. porque, apesar de haver nove oradores, acho que no debate é importante o contraditório. Só há dois ou três Deputados de Oposição. E não estou dizendo que os outros...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Deputado Vaz de Lima também já se inscreveu...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – ... não farão perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Mas continue, Deputado. Farei o que puder...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Eu agradeço a V.Exa. a generosidade. Aliás, proverbial.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Peço a V.Exa. apenas que...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Vou ser bem objetivo.

O último dado sobre o Orçamento, Ministra: o mercado está colocando – é o que se publica por aí – que o PIB vai crescer algo em torno de 3,6%, 3,8% no próximo ano. E o nosso Orçamento vem com a previsão de crescimento de 5%. E que a nossa inflação ficará em torno de 5,4%. Mas o nosso parâmetro aqui, se não estou enganado, é de 4,8%.

Isso, evidentemente, vai gerar um desequilíbrio na nossa expectativa de receita. E esta é uma missão para o nosso Relator de Receita. Mas, como está agregado ao fato de que várias situações não foram inseridas no Orçamento, pergunto como o Governo espera que se feche essa conta. E por que esse aumento tão expressivo da expectativa de crescimento, face à realidade do mercado?

Em relação ao PPA, Ministra, a primeira coisa que nos chamou a atenção foi essa modificação do seu conceito. E pergunto a V.Exa. se foram averiguados os preceitos da constitucionalidade dessa modificação. V.Exa. chegou a afirmar, na sua fala, que o PPA vai ter pouco a ver com o Orçamento – deu-me a entender isso. Na verdade, a Constituição é clara: diz que o Orçamento tem que se basear no PPA. Então, eu só queria que V.Exa. esclarecesse essa situação que não consegui entender.

Outra questão: V.Exa. fala de transparência, Ministra. Nesta Casa estou há 5 anos, há 2 anos nesta Comissão, mas sempre a acompanho. E há uma frustração enorme da nossa parte – não falo só dos Deputados de Oposição, mas também da sociedade como um todo – em relação à transparência. O Ministro Paulo Bernardo, que antecedeu V.Exa. no Ministério do Planejamento, esteve aqui no último ano apresentando também o PPA. E cobrei dele, naquela oportunidade, que fosse cumprido o dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que antecedia o Orçamento daquele ano, que permite o acesso aos sistemas de acompanhamento em tempo real da execução orçamentária e financeira, tanto das estatais quanto das empresas de economia direta – SIGPLAN e SIEST.

Naquela oportunidade, o Ministro disse que, em relação às estatais, eram informações relevantes e nós não poderíamos ter acesso a elas. Ora, o Legislativo não ter acesso a dados para fiscalizar o Executivo eu achei estranho. Mas tudo bem, passou. Em relação às empresas de economia direta, disse que tinha havido uma mudança no sistema operacional e tal. E até agora isso não aconteceu.

Então, sobre transparência, eu acho que o Governo ainda está a dever ao Legislativo e à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Última pergunta. Eu tenho duas, mas vou escolher uma.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com prazer.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Obrigado.

A última questão é, em relação ao PPA ainda, das avaliações e das revisões.

Os últimos PPAs, de 2004 a 2007 e de 2008 a 2011, foram objetos de avaliações anuais, é verdade, mas as revisões, também previstas em lei, ou não aconteceram ou aconteceram de forma superficial – que são mecanismos de controle importante, tanto

para a sociedade, quanto para o próprio Legislativo. E, nesse novo modelo que V.Sa. propõe, o monitoramento colocado me pareceu pouco nítido também. Eu gostaria de mais esclarecimentos em relação a esse monitoramento e a esse controle do PPA.

No mais, agradeço a benevolência do nosso Presidente, o Senador, aos Srs. Relatores e à Ministra pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. usou o tempo excedente até em testemunho à necessidade das minorias se pronunciarem. Por isso, fiz isso. Faço-o também com o Deputado Claudio Cajado, que vai colaborar comigo e ser sintético, na condição de Líder das oposições.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Garanto que as oposições, no particular, serão sintéticas até no tempo.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA – Sr. Presidente, pela ordem.

Tenho que me retirar. V.Exa. vai ficar, mas eu tenho que ir votar. Portanto, peço de antemão audiência à nossa Ministra para tratarmos desse assunto que ficou pendente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Certo. Comunico a V.Exa. que a Ordem do Dia no Senado já começou e já estão cobrando. Represente-me, por favor, Senador Inácio Arruda.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento V.Exa., o Relator, o Relator do OGU, Deputado Chinaglia, o Relator da LDO, Deputado Márcio Reinaldo, a Ministra Miriam Belchior.

Devo dizer, inicialmente, Ministra, que das apresentações que tivemos da LOA e do PPA essa foi uma das mais completas. V.Exa. efetivamente demonstrou, tanto na transparência, quanto na utilização do tempo, uma abrangência realmente maior do que usualmente nós temos presenciado.

E eu queria fazer algumas indagações. Eu vou deixar as perguntas para o final. Já estão aqui, vou formulá-las de uma vez só, mas queria, antes de apresentá-las, tecer alguns comentários.

Primeiro, Ministra, em relação à LDO. Nós tivemos aqui um trabalho enorme, hercúleo e o consenso nesta Casa é difícil. No entanto, conseguimos consenso na proposta, cuja lavra foi do eminente Relator Márcio Reinaldo, em que 32 emendas foram apresentadas. E nós sabemos que a prerrogativa do Congresso de poder discutir e decidir sobre matéria orçamentária é clara no Estado de Direito e no regime democrático. Até porque, diante das diferenças regionais, nós, Parlamentares, Congressistas, Senadores e Deputados, temos que levar em consideração não apenas a questão da população como as diferenças dos Estados e das Regiões que integram nosso País.

Diante disso, quando o nobre Deputado Márcio Reinaldo apresentou as emendas, claro que é um direito do Executivo vetá-las, mas vetar as 32 emendas, Ministra? Trinta e duas emendas vetadas.

Eu achei até que haveria, por parte da base do Governo, alguma manifestação. Por quê? Foi consensual. Houve apresentações de emendas das oposições? Houve, da minha parte, da parte do Deputado Rogério, representando os Democratas e o PSDB, mas também os partidos da base assim o fizeram. E nós ficamos surpresos. Eu, pessoalmente, fiquei surpreso com o veto das emendas apresentadas à LDO. E vetos que considerávamos e consideramos importantes.

Por exemplo: seria certo aumentar de 54,7 para 56,2 do Produto Interno Bruto a dívida bruta, de acordo com o que foi enviado pelo Governo no Orçamento para 2012? Seria não estabelecer limites para a contenção das despesas primárias? Seria não ter aceito, como propusemos, na LDO, que o Governo não poderia gastar mais do que arrecada? Seria não ter aceito uma meta para o déficit nominal, que não poderia ser superior a 0,87% do Produto Interno Bruto?

Ou seja, demonstrar clara e cristalinamente aos demais países do mundo que o Governo brasileiro teria um compromisso real com o controle dos gastos, num cenário inclusive de crise internacional, que recrudesce nesse momento, ao invés da simples intenção de promover esse controle de gastos, esse controle de déficit. Ou seja, a diferença era conceitual: estabelecermos uma meta para perseguí-la ou uma intenção para podermos ter a meta atingida. Ou ainda, Ministra, contingenciar os investimentos e aumentar o acúmulo do OGU paralelo, que são os Restos a Pagar, causando não apenas sofrimento aos inúmeros Prefeitos e Prefeitas brasileiras, Governadores, gestores, Governo de Estados, que têm os investimentos contingenciados. Também, Ministra, já foi dito aqui, na questão dos funcionários públicos, que o Orçamento prevê uma possível admissão e contratação de até 137 mil servidores. Como não se prevê recursos para o Poder Judiciário?

Em especial, temos aqui a presença dos trabalhadores da FENAJUFE *(palmas)*, que estão reivindicando de forma coerente. A informação que temos é que eles estão há 6 anos sem reajuste.

Se, por um lado, se prevê contratação, e do outro, não se prevê reajuste, num cenário em que no ano passado houve reajuste de diversas categorias, temos algumas contradições, e nós, do Parlamento, somos a favor do ajuste fiscal.

Uma das emenda que o Democratas apresentou foi no intuito de forçar a barra nos gastos de forma irresponsável. Pelo contrário, votamos a favor e somos a favor da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós achamos que o Brasil não pode fraquejar, tanto no controle das contas quanto no seu ajuste, mas as demonstrações que temos visto, principalmente em relação às despesas primárias, ao custeio, são de aumento cada vez maior, ano após ano.

Por outro lado, temos percebido alguns, digamos assim, bodes na sala. Por exemplo, todo ano esta Casa exige, representando o povo que nos elege nos Estados, e o Senado corrobora e avaliza, que a Lei Kandir seja prevista no Orçamento. E todo ano o Governo envia a proposta orçamentária sem a previsão dos recursos para a Lei Kandir.

Nós achamos que isso é uma forma de dizer: *"Ah! vamos negociar".* Mas essa negociação tem que passar talvez por outros pontos. Por exemplo, comumente – e aqui os técnicos da Comissão Mista de Orçamento raramente erram, e eu, pelo menos não vi um erro ainda – o Orçamento é enviado com as receitas subdimensionadas. Nós aqui, às vezes, as elevamos. Se formos comparar os últimos anos, houve muito mais acertos por parte da Comissão de Orçamento do que do Governo na previsão de receita. Com isso, achamos que temos a responsabilidade de fazer o certo – e iremos fazê-lo – para atender às demandas que nos são apresentadas.

Por fim, em relação à DRU – Desvinculação de Receitas da União, foi vinculada a ela a liberação das emendas parlamentares. Não sei se os nobres colegas aqui observaram que dos 8 bilhões, salvo engano, das emendas parlamentares, seis vírgula alguma coisa está condicionada à aprovação pela DRU.

Pergunto a V.Exa., Ministra: isso é uma forma de pressionar para aprovação da DRU, condicionar as emendas parlamentares à aprovação da Desvinculação de Receitas da União? E caso a DRU não seja aprovada, como ficarão as emendas parlamentares?

Bom, dito isso, em relação ao PPA, eu me ombreio com o que colocou o Deputado Rogério ao dizer que não houve a apresentação prévia para que o Orçamento seja discutido, está sendo correlato. E nós achamos que os valores não foram especificados. Como a gente vai poder no Orçamento, sem os valores especificados no PPA, definir os investimentos? Eu acho que vamos ter um problema.

Por isso vou passar para as perguntas diante do que foi exposto. Primeiro, com o afrouxamento das metas de superávit primário ao longo dos anos, paralelamente à elevação da dívida bruta, podemos prever um cenário de descontrole nas finanças públicas e consequente aumento do Risco Brasil? As metas irreais, como também o veto da Presidente à meta do resultado nominal não demonstra a falta de compromisso do Governo com o aumento do rigor fiscal, em um cenário de crises cada vez maiores nos países do Primeiro Mundo? Como o Governo irá prever recursos para a contratação dos 170 mil novos funcionários? E, neste caso, como ficarão os reajustes do Poder Judiciário?

Por fim, Ministra, em relação à Lei Kandir, qual é a previsão? O que o Governo fará em relação aos recursos do PPA? Não, desculpem-me, os recursos da Lei Kandir. E em relação ao PPA, como ficará a falta de valores nos seus quadros? Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) – Confesso que estou em dúvida se o Presidente Vital do Rêgo estabeleceu dois ou três Deputados. *(Pausa.)* Quatro, inicialmente, obrigado.

O próximo inscrito é o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Sra. Ministra, parabéns pela exposição. Vou repetir, a senhora foi maravilhosa no mês de março, quando a senhora foi a primeira dos agentes maiores do Governo que quis receber o grupo da Saúde, Senadores e Deputados, e lá foram 32. A senhora foi tolerante e paciente. Eu estava do seu lado. O Deputado Saraiva Felipe abriu a reunião, depois eu coordenei o resto. E vi que a senhora anotou tudo, as informações reais que os Parlamentares estavam lhe passando. A senhora ficou 2 horas conosco. Nós lhe agradecemos profundamente.

De outro lado, domingo a Presidenta Dilma surpreendeu na entrevista ao *Fantástico.* Alguém disse: *"Presidenta Dilma, o dinheiro da saúde*...etc, etc. Ela disse que a CPMF foi desviada e disse: *"Nós, na saúde pública do País, gastamos dois e meio vezes menos do que na saúde privada."* E é verdade, o gasto é mais privado do que público e pega mais os assalariados. Golaço da Dilma*. "Um País desse tamanho, o maior da América Latina, com a maior economia, gasta 42% menos na saúde do que a Argentina. Gastamos menos do que os países da África."* E a nossa querida Presidente continua: *"Para dar saúde de qualidade, nós vamos precisar de dinheiro, sim."* – domingo de noite para 50 milhões de telespectadores. *"Não tem jeito"* – disse ela, firme, serena. *"Tem que tirar de algum lugar."*

"Agora, o Brasil precisará aumentar o seu gasto com a saúde." Vou repetir: *"Agora* – meu caro Deputado Arlindo Chinaglia –, *o Brasil precisará aumentar o seu gasto com saúde."* Ponto. E usou um advérbio de modo – faz tempo que eu não estudo português, acho que é advérbio de modo –, *"Inexoravelmente."* Ponto. E a Patrícia perguntou: *"Isso seria quando?"* S.Exa., a Presidente da República: *"O mais rápido possível."*

Parabéns, Sra. Dilma. Eu não tinha ouvido, nos meus 35 anos de médico, 16 de Parlamento, uma Presidente com uma posição tão firme como teve no discurso de posse; depois silenciou, e agora resolveu dizer com clareza.

Aí, eu vejo a proposta orçamentária. Eu vou concordar com a senhora. Está cumprindo a Emenda 29. Aplicou o PIB nominal. Indiscutível. Claro, ficaram os Restos a Pagar etc. para trás, mas cumpriu e vem cumprindo. Aí, vejo os orçamentos dos outros Ministérios, e o Orçamento da Saúde não casa com o discurso da nossa Presidenta. Ela mostrou que ela conhece. E o que aumentou é muito pouco, muito pouco, Sra. Presidenta.

Eu li o programa temático. A equipe do nosso extraordinário Ministro Padilha trabalhou. Tem atenção básica, fala do DENASUS, mais auditores – e é preciso mesmo –, menos concurso no Poder Judiciário, menos concurso na Receita Federal, e mais concurso no Ministério da Saúde, mais auditores. Atenção especializada, quase não fala aqui. Chama, mas quase não fala. A senhora sabe, a senhora anotou: de cada 100 reais que o SUS compra de serviços, paga 60 reais de custeio. Por isso, temos a crise dos hospitais universitários; por isso, temos a crise das Santas Casas, que são as maiores parceiras do SUS; quer sim, quer não, maiores parceiras do SUS. Um parto custa R$1.400, o Ministério paga R$500; uma UTI, R$1.200, o Ministério paga R$450. E aqui não tem nada sobre isso. A atenção básica precisa muito mais do que tem aqui. Atenção básica, reconhecidamente, precisa muito mais. Nós vamos atacar a crise do SUS pela atenção básica, primeiro, e também pela atenção especializada, média e alta complexidade. Não tem nada, Ministra! V.Exa. anotou tão bem. Olhe de novo, olhe de novo. Depois, converse com o Deputado Arlindo Chinaglia e libere na reestimativa, para o Deputado Arlindo Chinaglia consertar um pouco.

Agora, vamos às perguntas. Brasil sem Miséria, sim, mas Brasil sem Miséria passa por educação e as pessoas viverem com saúde. Sim, Brasil sem Miséria, educação e saúde, Sra. Ministra! E vai ser ação consagradora da equipe da Presidenta Dilma, se assim o fizer. Mas não aparece aqui muito. Coitado do Ministro Padilha. No fim deste ano, vai faltar dinheiro para pagar o mês de novembro. E coitado do Ministro Padilha no ano que vem, porque vai faltar, de novo, dinheiro para fechar. E, hoje, é aniversário dele!

Perguntas...

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – O senhor já deu o presente. O senhor está dando o presente dele aqui agora. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Não. O presente é da senhora, que é a dona do cofre. *(Risos.) (Palmas.)*

Sra. Ministra, perguntas. Sairá a votação da regulamentação da Emenda 29 na semana que vem. É o destaque. Rejeitado, o projeto vai para o Senado, e o Senado ficará com a decisão de votar o seu projeto original, que a sociedade toda discutiu, inclusive o Ministério da Saúde, escondido da área econômica, na época, e o Senado aprovou; ou o projeto da Câmara, que foi estragado. Nós estragamos o projeto, estragamos uma parte. Mas se por acaso passarem os 10% das receitas correntes brutas, onde a senhora vai buscar o orçamento? Essa é a primeira pergunta.

Se passar o projeto do Senado e não o desfigurado por nós. Nós estamos fazendo todo esse trabalho para mandar o projeto para lá e fazer a grande discussão no Senado, meus queridos companheiros. Isso é o que queremos fazer. E se passarem os 10%, onde a senhora buscará o dinheiro? Eu tenho uma sugestão. Em outra oportunidade, vamos visitar. É uma questão de escolha.

Vamos às perguntas. Eu vi que, na Agricultura e no Turismo, o orçamento está pobre, muito pobre. Eu não sei por quê. São dois Ministérios do PMDB. Acho que não tem nada a ver. E vejo o Ministério do Desenvolvimento Agrário multiplicando cada vez mais o dinheiro. Esquecem o Ministério da Agricultura, que faz a política maior. Hoje, nossa balança de conta corrente está sustentada pelas *commodities*, grãos e carne, Ministério da Agricultura, e as *commodities* de minério. E está tão pobre o orçamento! Nós vamos ter que trabalhar essa questão.

Não sei. São dois Ministérios nossos. Mas acho que não tem nada a ver.

Moradia. No programa Minha Casa, Minha Vida, fase 2, foram 127 bilhões que a Presidenta Dilma lançou. Dá 18 bilhões de subsídios. A senhora acha que esses 18 bilhões anuais vão chegar aos pobres ou à classe média e média alta? O que a senhora acha?

Eu vi que não está de novo. O Congresso vai decidir ou não? Quero saber sobre a decisão de emissão de títulos do Governo, passar ao Tesouro e o Tesouro passar ao BNDES, e o BNDES emprestar a um pequeno grupo de grandes empresas a 6% ao ano e captar 12%? De novo? Isso não consta aqui. Quer dizer, se o Tesouro fizer isso de novo, vamos de novo não ser ouvidos. Achei que o planejamento seria mais ousado. Foi vetada a LDO, mas achei que o planejamento seria mais ousado. Gostaria que a senhora comentasse rapidamente isso.

Sobre as reservas cambiais. Se por acaso o Brasil reduzisse as reservas cambiais, porque já há mui-

tos economistas, inclusive petistas, como Amir Khair, dizendo que não precisa mais de 353 bilhões de dólares, que tem um custo anual de 70 bilhões. Não sei se está aqui. Pergunto se está aqui. Será precisa esse tamanho de reserva com tamanha necessidade? Queria saber sua opinião, rapidamente. Em 30 segundos a senhora responde.

Para encerrar, pois o Deputado Arlindo já me avisou, quero cumprimentar a Presidenta Dilma. O PMDB tem uma posição bem clara. A bandeira do PMDB é saúde. Nós somos Governo e vamos, dentro do Governo e aqui nesta Casa, discutir a solução de vez para o financiamento de saúde com gestão, de vez, de vez. Não basta apenas gestão.

Dois, Código Florestal e agricultura, educação e liberdade para a imprensa são bandeiras nossas. O PMDB também irá discutir a questão da política de juros.

E aí encerro com um elogio à Presidenta Dilma, que teve coragem de começar a reduzir a Taxa SELIC. A senhora sabe que a cada 1% da Taxa SELIC reduz-se 16 bilhões do serviço da dívida. O Presidente Lula dobrou a dívida interna. Este ano são 220 bilhões de reais o serviço da dívida, meus caros Deputados. Quem sabe a senhora ajuda a Presidenta Dilma a reduzir a Taxa SELIC, sem medo, ousar, como ela fez nos 0,5%. Ousar! Que ela olhe para os mais necessitados, para os assalariados e também para os que precisam. O Estado existe em função das pessoas, não para a PETROBRAS, não para as grandes construtoras, mas para as pessoas.

Então, que a Presidenta Dilma olhe mais para as pessoas, os desvalidos, os mais necessitados e bem menos para o capital. Isso passa por uma política mais ousada, macroeconômica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) – Com a palavra o Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA – Sra. Ministra, quero também parabenizá-la pela apresentação, porque realmente nos dá uma visão clara daquilo que o Governo está pensando em fazer.

Primeiro, quero, com a permissão do colega que me antecedeu, elogiar o programa Minha Casa, Minha Vida, e colaborar na resposta dizendo que a maior parte desse recurso é aplicado às famílias de baixa renda, em especial às famílias que ganham abaixo de 10 salários.

Nos últimos 35 anos — conheço um pouco sobre habitação —, jamais vi no Brasil um programa como esse. A Presidenta e o próprio Presidente Lula estão de parabéns.

Tinha outras perguntas, mas os colegas já as fizeram. Quero me ater a uma situação gravíssima para a qual não estamos apresentando uma solução, a questão da saúde.

O colega disse que é bandeira do PMDB e também creio que de 100% dos Parlamentares — são bandeiras a saúde, a educação, a segurança, a geração de emprego, etc.

Estive em Marabá, no Pará. Sou do Paraná. Lá temos o Hospital Universitário. Penalizo-me ao ver o sofrimento das pessoas no Hospital Universitário. Em Marabá, fui ao Hospital Municipal e confesso à senhora que passei mal ao entrar lá. Tive ânsia de vômito ao entrar na UTI. Vi a precariedade e a forma como o ser humano, irmão nosso está sendo tratado na saúde por esse Brasil afora.

Quero pegar uma carona na fala da Presidenta Dilma com relação aos investimentos na saúde. Saiu uma notícia de que o Brasil gasta 40% do que precisaria gastar para que pudéssemos dar uma saúde de qualidade para o nosso povo. E aí fiz uma regrinha de três. Se estamos prevendo um PIB de 4,5 trilhões para 2012, estamos prevendo um investimento na saúde de 71 bilhões, isso representa 1,5%. Se 1,5% são 40%, precisaríamos 4% do PIB — é mais ou menos isso se eu não estiver errado nas contas.

A minha pergunta objetiva é: se aprovado a CSS junto com a Emenda 29, de quanto seria esse recurso? Esse recurso seria suficiente para complementarmos esse valor? Qual a segurança que a população brasileira teria de que não aconteceria o mesmo que aconteceu com a CPMF, ou seja, que seria desviado descaradamente do propósito de utilizar na saúde? Qual seria a segurança do povo brasileiro para que esse Congresso pudesse encarar e aprovar uma contribuição como essa, quando a maior discussão no País é pela desoneração da folha de pagamento, pela redução da carga tributária, etc?

Quero dizer à Ministra que sou do PSC, partido da base do Governo, e estamos defendendo um projeto de equilíbrio fiscal, mas não sou da área da saúde. Como cidadão, como cristão, como ser humano, faço um apelo a V.Exa., a fim de que possamos buscar um investimento maior do que esse.

Visitei a Santa Casa de Maringá e peguei o relatório deles. Para cada R$10.000 gastos atendendo o SUS, eles recebem de ressarcimento apenas R$6.500. Isso é conta, é matemática, é relatório, é gerencial. Aí eles têm que atender uma outra parte no particular para poder pegar o ganho do particular e cobrir o déficit do SUS. Acho que isso não é justo. E olha que a Santa Casa de Maringá é um exemplo de atendimento.

Por não ser da área da saúde, por não ter interesse algum direto na área da saúde, mas como cidadão, faço um clamor para que V.Exa. busque, junto

com esta Casa, junto com o Senado, uma solução para fazermos mais investimentos nessa área.

Muito obrigado, Sra. Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado a todos.

Vamos ouvir mais um Parlamentar, Deputado Gilmar Machado, depois a Ministra se pronunciará.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sra. Ministra, quero, em primeiro lugar, cumprimentá-la, cumprimentar sua equipe e, ao mesmo tempo, dialogar com relação a algumas questões já levantadas. Pessoalmente, tenho uma visão um pouco diferente das aqui já expressadas. Faço um diálogo com relação à questão da receita.

O Relator, Deputado Arlindo Chinaglia, vai ter que cuidar de algumas questões. A primeira fase do relatório do Deputado Arlindo Chinaglia é exatamente o relatório de receita, cujo Relator é o Senador Acir Gurgacz. O Deputado Claudio Cajado disse, e tenho que concordar com S.Exa., que nos últimos 5 anos o planejamento não acertou a receita. O Ministério da Fazenda também não conseguiu acertar nenhum ano. Não por que não quis acertar, mas entendemos que a forma de elaboração para fazer a receita era colocar um pouco abaixo.

(Não identificado) – É dolo?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Não é dolo. A avaliação que estava sendo feita era uma forma e depois mudou. Aqui nós temos acertado.

Vamos ter que acertar algumas questões. A Lei Kandir não tem saída, vamos ter que fazer um ajuste. A Lei Kandir não existe, mas temos a compensação do destaque que não foi resolvida. Então, isso é real. Não temos como escapar disso. Alguma coisa vamos ter que apresentar. Esse projeto é um erro nosso, nós não votamos. Então, se não votamos, temos que ter alguma compensação até resolvermos o problema da compensação dos Estados, a questão da exportação.

Segunda questão. O Deputado Darcísio Perondi coloca com clareza. No ano passado acrescentamos à receita da saúde perto de um bilhão e meio, não é isso, Deputado Perondi, um bilhão e meio na média e na alta complexidade. E eu entendo que na atenção básica precisamos colocar alguma coisa. Acho que para ajustar, não sei se deveríamos repetir o valor do ano passado, mas alguma coisa temos que colocar.

(Não identificado) – Dez bilhões.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Dez bilhões, não. Vamos trabalhar com números mais realistas. Então, acho que o Relator terá de fazer algo.

A minha avaliação é que iremos acrescentar, Ministra, à receita no mínimo entre 20 e 30 bilhões, que foi mais ou menos o do ano passado, e não erramos. Tanto é que V.Exa. ficou feliz, assim como a Presidenta, quando tivemos um superávit. E, agora, mandou um crédito para cá aumentando o superávit em mais de 10 bilhões.

Houve uma questão atípica. Tudo bem. No ano que vem vamos ter uma questão atípica, que é o SIMPLES. Entre 20 a 30 mil novas empresas vão voltar para o SIMPLES e vão pagar o refinanciamento. Isso é dinheiro que vai entrar. Isso não está previsto. Então, vamos ter que saber trabalhar com esses dados.

Portanto, quero saber como a senhora avalia esse trabalho. Vamos ter que fazê-lo em conjunto, pois não queremos irresponsabilidade alguma. Ao mesmo tempo, sabemos que a crise é mais grave este ano, apesar de também sabermos que temos algumas coisas que nos dão mais segurança.

Com um salário mínimo desse, que chegará perto de R$620, o trabalhador não irá pegar esse dinheiro e pôr na poupança, mas sim gastá-lo. Ao gastar, vamos pegar esse dinheiro de volta no imposto. Então, logicamente a movimentação da economia vai ser maior.

Como podemos tentar nos aproximar mais realisticamente dos números? Quanto aos Restos a Pagar, como o Deputado Rogério disse, acho que V.Exa. fez uma coisa correta. Zerou 2005, 2006, e vamos começar a enxugar. Isso melhorou muito o pagamento dos Restos a Pagar. Com isso, no ano que vem vamos ter um orçamento muito mais realista do que estamos tendo este ano. É outra coisa que quero saudar.

Uma outra questão é com relação aos servidores. Quero encerrar falando disso. A política de negociação com as demais categorias foi correta. Tanto é que a educação fechou o acordo. Somente uma categoria não fechou o acordo, todas as outras fecharam e vieram os reajustes. Infelizmente, tivemos um problema com a FASUBRA, mas todas as outras fecharam o acordo. Já há reajuste, Deputado Arlindo Chinaglia, para a educação.

Vamos contratar 137 mil professores, Deputado Claudio Cajado, para a expansão do PRONATEC e de outros. O Governo já construiu a estratégia de desenvolvimento. Acho isso muito correto, e o PPA expressa essa visão.

Para encerrar, temos, Sra. Ministra, que achar uma saída para o Judiciário. Temos que fazer uma negociação conjunta. Pessoalmente, tenho expressado isso com clareza. Nós temos, no Orçamento de 2011, recursos para parte do reajuste do Judiciário no orçamento de magistrados. Em 2011, temos que começar. Se podemos resolver parte agora, por que vou deixar todo o problema para o ano que vem? Vamos começar a resolver. Essa é a minha proposta.

Vamos conversar também com os servidores para acharmos uma solução. Pessoalmente, nunca defendi e não defendo os 56%, mas não podemos deixar todo o ano o Judiciário sem nada. Alguma coisa temos de fazer. Tenho certeza de que o Deputado Arlindo Chinaglia vai achar uma proposta correta para fazermos algo conjuntamente, a fim de que possamos discutir com o Planejamento.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Quero consultar as duas partes, os Srs. Deputados e a Ministra. O Deputado José Priante entende que devemos continuar as participações.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, se V.Exa. permitir, até porque temos direito à tréplica, seria bom que a Ministra respondesse, para ver se surge alguma dúvida, porque senão fica muito longo.

(Não identificado) – Deputado Claudio Cajado, há outros Deputados querendo falar também.

(Não identificado) – Temos poucos Parlamentares presentes.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Mas claro.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Pela sua capacitação técnica e eloquência, V.Exa. ocupa todos os espaços.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – O que é isso, Deputado Rui Costa. Pelo contrário, é porque fica mais, na minha opinião, informativo e ilustrativo fazermos dois ou três blocos. Assim seria melhor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Gostaria de consultar os senhores se devemos ou não continuar em um bloco só.

(Não identificado) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Só um. É pela ordem.

(Não identificado) – Eu entendo que temos poucos Parlamentares na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Um, dois, três, quatro, cinco. Ainda há cinco Parlamentares.

(Não identificado) – Eu acho que, a partir da palavra da Ministra, efetivamente vai esvaziar a Comissão, e ninguém vai mais...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos tocar, a maioria quer que toque de uma vez. Até porque esvazia. Deputado José Priante com a palavra. A Ministra está voltando.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Hoje estou como Líder de plantão, e vai começar a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É mais necessário tocar de uma vez.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Mas eu teria problema de permanecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Mas sua ausência será substituída, não à sua altura física, mas à sua altura intelectual, pelo Deputado Efraim Filho. Só um segundo, a Ministra está voltando. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado José Priante.

Sra. Ministra, consulto V.Exa. se podemos fazer um bloco só, até para dar mais celeridade.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pediria aos cinco Parlamentares inscritos – Deputado José Priante, Deputada Luciana Santos, Deputado Vaz de Lima, Deputado Marçal Filho e Deputado Rui Costa – que tenhamos o poder da síntese e façamos as objetivas perguntas à nossa Ministra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Prezado Presidente, prezada Ministra, já sou o sétimo orador e fico com espaço restrito de questionamentos. Na verdade, as perguntas que me passaram na mente para fazer à Ministra foram, de certa forma, telepaticamente surrupiadas por alguns Parlamentares, a começar pelo nosso Relator-Geral, que fez perguntas gerais, já que é Relator-Geral, e acabou se somando aos questionamentos de outros Parlamentares.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Ministra pela presença e dizer que o anúncio do PPA sempre traz boas notícias, porque, na verdade, são metas anunciadas para o País. Cria-se expectativas. É o desenho de boas intenções, de vontades, de expectativas estudadas. Mas, ao mesmo tempo que se cria um projeto de PPA, evidentemente vem a pergunta de onde vem o recurso. E aí é claro que acaba remetendo à construção do PPA, ao Orçamento anual e ao que estamos nos debruçando nesta hora no Congresso.

Bem, iria fazer um questionamento no que diz respeito à questão da entrevista da Presidenta Dilma. Aliás. Aliás, foi uma entrevista muito simpática, muito agradável. Abriu o palácio para nossa também simpática repórter da *Rede Globo*, Patrícia Poeta, e foi uma entrevista muito interessante. Mas deixou algumas coisas nas entrelinhas. E eu fiquei realmente um tanto quanto curioso por saber das citações relativas à saúde, porque a Presidenta disse que é contra a CPMF, pois a contribuição tomou um rumo que historicamente não deveria ter tomado no País. Mas também fez a consideração de que há necessidade de se cobrir a questão orçamentária no que diz respeito ao enfrentamento da saúde. Aí nós podemos imaginar que está

em curso a construção de uma nova fonte de receita, de um novo desenho orçamentário para a construção da receita relativa à saúde.

Um outro questionamento que é sempre oportuno fazer, já que as minhas perguntas, do ponto de vista específico, já foram manifestadas, é no que diz respeito a esse embate permanente, e não é uma particularidade do Governo da Presidenta Dilma, sobre as emendas individuais dos Parlamentares, Senadores e Deputados.

O Orçamento brasileiro fez, no meu entendimento, uma divisão em categorias: o orçamento classe A e orçamento segunda categoria, o tal dos demais. Então, o que não está no PAC está nos demais. Classe A é o PAC, e segunda categoria são os demais. O orçamento é uma briga. Se você quer que aconteça, tem que transformar aquilo em PAC. Se não vai acontecer ou relativamente não vai acontecer, vai estar no terreno dos demais. Então, essa é uma discussão que invariavelmente acontece no Congresso e acontecerá na Comissão de Orçamento.

Percebo a ansiedade dos gestores municipais – esse é um sentimento que com certeza têm todos os Parlamentares, porque sofrem pressão nesse sentido – e uma preocupação inevitável no que diz respeito ao aperto orçamentário, especialmente os Municípios do Norte do Brasil, do Estado que represento, o Pará, e do Nordeste, que não têm nenhuma capacidade de investimento. É zero. Eles estão começando a fazer a conta do salário mínimo. Quer dizer, a partir do ano que vem, como ficará? Ser Prefeito passou a ser um grande desafio, um desgaste. É um gestor de folha de pagamento.

As emendas individuais, por mais que os governos entendam como uma coisa secundária, para essa unidade federativa é algo que passa a ser fundamental, porque é minimamente uma capacidade de investimento. Então, não é uma ânsia do Parlamentar, é um retrato do municipalismo brasileiro, que, por sinal, está aí. A marcha dos Prefeitos está aí em volta dos nossos gabinetes. É uma oportunidade de ter uma palavra da Ministra, que cresce a cada presença nesta Comissão, com o seu prestígio, de consolo e de conforto a essa expectativa do Congresso Nacional.

Eu não quero ver o meu amigo Arlindo Chinaglia passar para a história como um Relator que reduziu a cota das emendas dos Prefeitos, não é? Ministra, não faça isso com o nosso amigo, não deixe que o Governo faça isso. Nós não queremos isso para o nosso Relator-Geral do orçamento, o Deputado Arlindo Chinaglia, até porque eu sou um Relator setorial desse orçamento e não quero que isso aconteça sob a Presidência do nosso Senador.

Então, essas questões, de certa forma, desenham o dia a dia da Comissão de Orçamento. Uma outra questão que me faz levantar a oportunidade nesta hora é que o PPA é um desenho de metas, orçamento é um desenho de receitas, expectativas na construção do próprio PPA.

Eu sou de um Estado minerador, o Pará, que perdeu grandemente com a Lei Kandir, porque deixou de recolher ICMS na produção mineral e não teve a compensação. O paraense está vendo o ciclo mineral acontecer numa crescente. Os bens minerais são não renováveis, se exaurem, e nós não podemos ter essa perspectiva de um ciclo de riqueza que contribui substancialmente com a balança comercial do País – se o Pará fosse um País nós seríamos extremamente superavitários –, e não ter a compensação relativa a toda essa exploração mineral. E, junto com o Pará, há Minas Gerais, Maranhão, Bahia e outros Estados onde o minério ainda está escondido e com certeza ainda vai aflorar neste País de subsolo tão rico.

Estão sendo desenhadas, nos gabinetes do Governo, três novas leis para o Brasil: a lei do marco regulatório da mineração, a nova lei de *royalties* do minério e a lei que vai estabelecer a criação de uma agência mineral no País. Nós, Estados mineradores, estamos sob tremenda expectativa no que diz respeito a essa matéria, até porque pode ser um caminho para a redução do desequilíbrio de sermos um Estado minerador e não termos a compensação relativa à exploração do minério.

Então, vejo a questão com uma expectativa positiva. Afinal de contas, o petróleo tem uma compensação de cerca de 10%, e os de minérios, 2% do líquido da mineradora.

Essas são curiosidades típicas do Congresso para que a Sra. Ministra, se puder, nos esclareça de alguma forma, porque são fontes de receitas e expectativas que temos no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O.k, Deputado José Priante.

Com a palavra a Deputada Luciana Santos, renovando a todos o pedido de que sejam objetivos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS – Saúdo o Presidente da Comissão, os Srs. Deputados e a Sra. Ministra, que, mais uma vez, faz uma grande exposição sobre as metas e o conteúdo do programa que se espelha na peça orçamentária. Sem dúvida nenhuma, os compromissos da Presidenta Dilma com o povo brasileiro são retratados na peça orçamentária.

Atendendo ao apelo do Presidente para que sejamos objetivos, quero levantar apenas duas preocupações que tive nessa rápida apresentação e por força de algumas visitas que recebi dos movimentos

sociais. Recebi ontem a visita da CFEMEA, entidade feminista que acompanha a política para as mulheres na Câmara dos Deputados, e também da Articulação de Mulheres Brasileiras. Antes da sua chegada, Sra. Ministra, eu estava exatamente com a bancada feminina, com a Ministra Gleisi Hoffmann e com a Ministra Ideli Salvatti tratando desses assuntos.

A primeira preocupação diz respeito à diminuição da previsão orçamentária tanto para a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial como para a Secretaria de Direitos Humanos. Essas Secretarias, muito relevantes e estratégicos para o País, tiveram um corte expressivo num momento em que estamos enfrentando desigualdades. Penso que esses são gargalos importantes e precisaríamos, pelo menos, manter a previsão orçamentária de 2011 para 2012.

A outra questão que levanto penso ser estruturante para o País. A cada vez que pensamos na agenda de desenvolvimento do País um dos indicadores decisivos para aprofundar essa agenda é, sem dúvida, a taxa de investimento. Isso em qualquer parte do planeta. Quando a Nação se prepara para, de fato, induzir o seu crescimento, desenvolver as suas vocações econômicas a garantia daquilo que chamamos de economia real está concentrado na taxa de investimento.

Desde o Governo Lula, e agora continuado no Governo Dilma, a política macroeconômica sempre foi a combinação de dois fatores. Um é a manutenção de algumas variáveis da política macroeconômica ainda do Governo anterior, como é o caso do ajuste fiscal, com mudanças, claro, para melhor. Há uma flexibilização da política fiscal, mas permanece uma variável importante, até para manter o controle inflacionário e o tripé em que se sustenta.. Essas variáveis não só a inflação e também o câmbio, políticas que os países estabeleceram como parâmetros de monitoramento – e, mal ou bem, há uma flexibilização desse monitoramento na política macroeconômica mais recente do Governo.

Mas o que me chama atenção é que se, por um lado, existia a permanência de um ajuste fiscal, por outro, havia, por parte do BNDES, por parte das estatais, que, sem dúvida alguma, têm uma estrutura com força econômica, são indutores do desenvolvimento nacional, a decisão política de fazer com que esses órgãos – a rigor, se pudéssemos, toda arrecadação tributária estaria voltada para isso – induzissem e fomentassem o desenvolvimento.

Também me chama a atenção o fato de que, mesmo com o crescimento do PIB previsto de 2011 para 2012, há uma redução dos investimentos das estatais, pouca, mas há.

Então, quero levantar essas dúvidas para obter esclarecimentos sobre o que é possível fazer além das emendas orçamentárias, que é uma praxe na Casa, para alavancar algumas das previsões orçamentárias em relação às diversas políticas do País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Vaz de Lima, do PSDB de São Paulo, prócer altíssimo do PSDB de São Paulo, gente muito boa.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Obrigado, Presidente.

Vou ser o mais objetivo possível.

Quero cumprimentar a Ministra e também dizer que gostei da exposição. Acho que ela tem um nível de transparência, se não total, razoável o suficiente para a nossa compreensão nossa.

Três pontos, Excelência. Primeiro, em relação à saúde. O Governo não quer de fato regulamentar a Emenda 29?

Segundo, o Governo vai insistir na criação de um tributo, contrariando a expectativa da sociedade brasileira e elevando ainda mais a carga tributária?

Lei Kandir. Já tivemos, em 2005, um imbróglio semelhante a esse que podemos ter agora. Naquela oportunidade, o Congresso Nacional foi chamado e deu a sua contribuição. Mesmo sendo uma política de Estado – papel cumprido naquele momento –,colocou 3,4 bilhões de reais para compensar o ICMS e 1,8 bilhão para fomentar a exportação. Portanto, 5,2 bilhões. A partir daí, no ano seguinte, acertadamente, o Governo começou a colocar no Orçamento 2,6 bilhões e 1,3 bilhão. Não vimos isso agora. Acho que o Governo está, de fato, se apropriando das receitas para cobrir outras despesas. Isso não está correto, Excelência. Os Estados não podem viver sem esses recursos, assim como os Municípios. É direito deles.

Vamos enfrentar o desafio de regulamentar para valer essa situação. Quero crer que o Relator Arlindo Chinaglia vai fazer justiça aos Estados e Municípios. Os recursos da Lei Kandir não podem deixar de existir, Excelência.

Terceira questão. Aquele quadro que V.Exa. apresentou e que estava com problema, eu pedi para buscar. Evidentemente, não encontrei o quadro novo, mas encontrei outro semelhante, de quando V.Exa. esteve aqui da outra vez. Programa de Aceleração do Crescimento; Orçamentos fiscal e da seguridade, 42,5 bilhões. Tenho o quadro daquele época um pouco mais detalhado.

E me chamou a atenção a infraestrutura logística. Está me parecendo, Sr. Presidente, que o País não está muito preocupado com a infraestrutura. Por quê? No ano passado, pelo quadro que tenho aqui, a dotação para infraestrutura logística – portos, aeroportos, ferrovias, adequação, construção, manutenção de ro-

dovias – era 16, 368 bilhões de reais. Para o ano de 2012, 16.812 bilhões.

Depois, fui catar também no PAC o investimento das empresas – e, aí, eu não tenho o comparativo do ano anterior: mais 106,8 bilhões, sendo 68,8 nas ações do PAC. E, como disse um Deputado que me antecedeu, os demais.

Excelência, todos dizem que o ideal seria investir 7% do PIB em infraestrutura. O Brasil investe, parece-me, coisa de 3%. Vamos ter um colapso. Ou vamos fazer mais investimentos em portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, hidrovias ou o Brasil vai ter um colapso, vai ter problema.

Então, quero que V.Exa. comenta por que tão pouco investimento em infraestrutura, apesar dos recursos do PAC.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado Vaz de Lima.

Com a palavra o penúltimo orador, o Deputado Marçal Filho.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – Sr. Presidente, Sr. Relator, infelizmente, quando ficamos para o final, corremos o risco de ser repetitivos.

Eu gostaria inicialmente, Sra. Ministra, de cumprimentá-la e de agradecer por ter mantido o art. 20, § 5º, da LDO, resultado de uma emenda por mim apresentada e que prevê um banco de projetos que diz respeito ao seu Ministério:

"Os projetos técnicos cadastrados no âmbito do SICONV, aptos para execução e não conveniados, integrarão um banco de projetos, mantido no Portal de Convênios, no qual poderão ser disponibilizados projetos básicos e de engenharia pré-formatados para adesão".

Mas eu gostaria que avançássemos mais. Aqui fala apenas dos projetos conveniados do SICONV, mas seria conveniente que as obras de grande vulto do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento também pudessem, Sra. Ministra, ser colocadas nesse banco de projetos, para que fossem maturados, pudessem partir de um planejamento, tivessem início, meio e fim. Com o planejamento feito assim, não correríamos o risco de ter obras inacabadas ou paradas. Muitas obras ficam paradas ou inacabadas exatamente porque não há, muitas vezes, o acompanhamento daquilo que é previsto no Orçamento e dos recursos disponíveis à época para sua execução.

Então, acho que isso é importante para a transparência, já que falamos tanto disso, mas é essencial para o próprio Governo.

Uma outra observação que queria fazer a V.Exa. Fui designado pelo Presidente e apresentei os relatórios das avaliações dos últimos oito anos dos PPAs. Percebemos que houve uma evolução de um PPA para outro. Nesse, sentimos certa involução num aspecto para o qual queria chamar a atenção de V.Exa., a falta de colocação de indicadores sociais. Não só a menção da meta de execução, mas se esses indicadores estão, ano a ano, sendo alcançados, para orientação do próprio Governo de forma geral. Às vezes, investe-se em um posto de saúde, investe-se na compra de medicamentos, já que estamos falando sobre saúde, mas não se sabe, ao final daquele ano, se conseguimos diminuir a mortalidade infantil, melhorar a taxa de natalidade, alcançar índices na educação básica, por exemplo.

Então, esperamos que o Relator possa corrigir isso, que esta Comissão possa assim fazer, até para a correção de rumos acerca daquelas coisas em relação às quais o Governo tinha expectativas e não alcançou.

Eu gostaria de indagar de V.Exa., Sra. Ministra, o porquê da não colocação desses indicadores sociais, ano a ano, repito, até para a própria correção dos rumos que o Governo às vezes tem de fazer.

Ao final, quero pedir a V.Exa. que se lembre dos aposentados. Não conseguimos repetir o que o Presidente Lula havia feito no ano passado. O Presidente Lula, inclusive, havia assumido um compromisso de que isso se seguiria, mas os aposentados que ganham acima de um salário mínimo ficaram de fora. Então, eu gostaria que V.Exa., com a sua sensibilidade, olhasse para essa questão. Aliás, temos um Governo que respira sensibilidade, porque é formado, pelo menos no topo do poder, por mulheres, e as mulheres são muito mais sensíveis às questões que dizem respeito a crianças e a pessoas mais idosas.

Por fim, quero parabenizar V.Exa. pelo trabalho que vem realizando à frente da sua Pasta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Tem a palavra o último orador, Deputado Rui Costa, do PT de São Paulo. Da Bahia, desculpe-me.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Eu até gostaria de ser paulista, mas Deus quis que eu nascesse na Bahia, e estou muito satisfeito com isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Além disso, V.Exa. só tem 2 minutos, o tempo regimental. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Quero saudar o Sra. Ministra, o Senador Vital do Rêgo e desejar toda a sorte do mundo ao Relator Arlindo Chinaglia. Pelas intervenções aqui feitas, o seu trabalho será facílimo de ser realizado.

E tenho algo a dizer ao Deputado Gilmar Machado. Quando eu estava na escola de economia, um professor me disse assim: *"O economista que mais acerta no cálculo é aquele que faz o cálculo por último"*.

Por isso, os economistas mensalmente recalculam todos os índices, e vão fazendo isso de janeiro até novembro. Até o mês de novembro, um mês antes de encerrar o ano, eles recalculam e reestimam tudo, para tentar acertar.

Portanto, acho natural que esta Casa, como representa as necessidades e os anseios do povo, tente ser, e deve ser sempre assim, mais otimista no tocante às receitas do Executivo. E o Executivo, que tem a responsabilidade tanto de fazer políticas macroeconômicas quanto de conduzir este País, que é gigantesco, tem também a atribuição de planejar e de executar. Assim sendo, não pode correr o risco de estimar uma receita que não se realize. É melhor ter, eventualmente, alguma sobra de recurso, até para poder socorrer. Foi o que ocorreu este ano, quando o Governo, acertadamente, na minha opinião, mais uma vez, tomou medidas no sentido de dar estabilidade ao País e de fazer um aceno, interna e externamemte, de que o País tem condições de enfrentar mais uma crise internacional, ao anunciar o contingenciamento de mais 10 bilhões para superávit primário. Então, é melhor que seja assim. É melhor distribuirmos em 2012 uma sobra de receita do que sofrermos com indicadores ruins, que levem, eventualmente, à piora e à degradação das condições de vida do povo, com o crescimento da inflação etc.

Sra. Ministra, temos alguns assuntos importantes a tratar. E eu me somo à intervenção do Deputado José Priante, em dois aspectos. Primeiro, refiro-me à questão da saúde. Aqui, é unânime o desejo – porque esta Casa é o eco da sociedade – de um serviço de saúde melhor. Na Bahia, o Governador construiu mais 4 hospitais, mas ainda a população enfrenta fila para ser atendida, para fazer uma cirurgia, e não há condições de atender a todos. Foram 4 hospitais em 4 anos, mas ainda são insuficientes, não respondem à demanda.

Há unanimidade quando à necessidade de haver mais recursos para a saúde, e aqui nos dividimos quanto à origem. É evidente que a Oposição critica a assistência à saúde e pede mais recursos, mas quando se discute de onde virão os recursos, evidentemente, todos são contra um acréscimo, seja de quem for, para pagar a conta.

Acho que efetivamente o Governo precisa se debruçar sobre essa questão, e que nós, até dezembro, precisamos encontrar uma solução, venha de onde vier. É evidente que os encargos devem caber a quem mais pode pagar, ou seja, aos segmentos de mais alta renda no País. Mas, se vamos regular a Emenda nº 29, precisamos apontar de onde virão os recursos. Caso contrário, não será possível Municípios e Estados garantirem, na ponta, melhor qualidade da saúde.

Outro aspeto que eu queria abordar – hoje, de manhã, falei com o Secretário do Tesouro a respeito – é o pagamento dos convênios e dos contratos com os Municípios. E também quero parabenizá-la pelo enxugamento. Este é o meu primeiro mandato, e eu tomei um susto quando cheguei aqui, no início deste ano, e vi que há coisas de 2005 e de 2006 ainda sendo processadas, ou obras iniciadas e não pagas. Há um grande atraso nos pagamentos do Governo Federal, principalmente com Municípios, em relação a obras conveniadas e contratadas – atrasos de 6 meses, de 8 meses, de 10 meses. E não há executor na ponta que segure isso. Isso é desgaste para o Prefeito, é desgaste para o comércio local. Quem executou a obra às vezes não paga, empresas quebram. Então, é preciso encurtar o prazo de pagamento, é preciso melhorar esse fluxo, para que não acrescentemos mais dificuldades ainda aos Municípios.

Por último, quero falar sobre a questão do Judiciário. Hoje, pela manhã, em um embate natural da política nesta Casa, que é plural, a Oposição tentou pautar, na CFT, a votação do projeto do reajuste do Judiciário. Representando a bancada do PT, encaminhei pela obstrução. Já estivemos, inclusive, no Ministério do Planejamento. Entendo que devemos ajudar na solução e não priorizar nossa atuação apenas com a demarcação de embates políticos partidários. Os servidores do Judiciário, assim como todos os servidores públicos, merecem atenção e respeito e que essa questão seja tratada de forma adequada.

Portanto, renovo aqui o empenho, inclusive solicitado por outros Parlamentares, para que encontremos uma solução para o reajuste do Judiciário. É evidente, como já disse a eles, e volto a repetir, que os valores pretendidos estão acima da realidade do momento, da conjuntura que vivemos, mas é preciso encontrar um acordo que seja possível, inclusive no tocante ao parcelamento ao longo dos anos, para que possamos o mais breve possível resolver essa questão e o Relator poder incluir a despesa no orçamento do próximo ano, dando compatibilidade orçamentária e financeira ao projeto.

Por último, encerrando, há a questão da Lei Kandir. Aqui, eu serei sempre também um defensor de Estados e Municípios. Há Estados, inclusive o meu, que passam por dificuldades extremas. Se queremos honrar o compromisso com os exportadores, temos de colocar algo no orçamento que corresponda ao que será feito pelos Estados e Municípios no estímulo à exportação. Então, é preciso prever algo, e o Relator Arlindo Chinaglia, com certeza, terá muita facilidade de montar esse quebra-cabeça de algumas mil peças. Ele está se preparando para tal. Os cabelos brancos

que ele já tem serão todos revertidos a preto, brilhante, com esse trabalho que ele irá fazer.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Quero agradecer a contribuição dos amigos, como V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Tenho certeza disso.

Sra. Ministra, durante uma hora e vinte minutos, exatamente, V.Exa. foi inquirida, foram apresentadas sugestões, apelos, perguntas as mais diversas e variadas. Então, V.Exa. tem, da nossa parte, franqueado o tempo necessário para as respostas respectivas aos Srs. Parlamentares.

Com a palavra a Ministra Miriam Belchior.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Obrigada, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero agradecer, de coração, os elogios que vários Deputados fizeram a mim e à minha equipe. Quero também agradecer àqueles que, nas suas próprias falas, já responderam uma parte das questões aqui levantadas, como as relacionadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida, entre outras.

São muitas questões, algumas são repetidas. Então, vou tentar passar por todas, mas, por mais rapidamente que o faça, vai demorar um pouquinho. Então, quando surgir um tema comum eu gostaria que todos os Srs. Parlamentares se sentissem respondidos, apesar de ter sido outro Parlamentar que perguntou.

Vou começar com os questionamentos do nobre Deputado Rogério Marinho.

A primeira coisa que o nobre Deputado comentou é se não seria mais fácil fazer assim, ter essa alternativa. Quem já passou pelo exercício de fazer um orçamento nos âmbitos municipal, estadual ou nacional, ou quem, numa Comissão como esta, acompanha com cuidado – e eu sei que todos aqui acompanham – a votação do Orçamento, sabe que fazer um Orçamento não é fácil. É muito difícil.

Quanto a alguns outros questionamentos – qual é a prioridade, onde está a prioridade –, eu acho que, na apresentação, tentamos explicitar. Repito, é um exercício difícil. A Deputada Luciana Santos, que foi Prefeita, exercitou essa tarefa durante o seu mandato, sabe que é muito difícil. Temos que fazer escolhas, e nem sempre são as escolhas que gostaríamos de fazer, exatamente em função das limitações de recursos disponíveis.

E não podemos hoje fazer um raciocínio do que vai acontecer no ano que vem. Vai ou não vai ter contingenciamento, por exemplo. Não dá para sabermos. Se fizermos um levantamento de como isso se deu nos últimos anos, é fácil ver que não há uma correspondência direta entre uma coisa e outra.

Então, acho que essa é uma discussão sobre a qual precisamos esperar. Não temos o Orçamento ainda, não sabemos como sairá desta Casa o Orçamento, para poder antecipar qualquer discussão.

Quanto ao reajuste Judiciário, em primeiro lugar, como eu já havia falado quando respondi ao Relator Arlindo Chinaglia, o Governo tem posição e a expressou no Orçamento enviado a esta Casa. Nossa avaliação é a de que este ano não é o caso. Não estamos entrando no mérito, se é muito ou se é pouco. Mas o que temos pela frente não nos permite avançar nessa direção. Precisamos criar emprego, promover investimentos, e, por isso, estamos neste momento com essa contenção.

O Governo não está lavando as mãos. O Governo tem uma posição, mas, como foi dito pelo Deputado Arlindo Chinaglia, estamos dispostos também a conversar, e eu acho que o Legislativo é o palco essencial para essa discussão.

A outra questão que o Deputado levantou diz respeito ao crescente volume de RAP. Eu acredito, nobre Deputado, que, em algum momento, precisaremos, da mesma maneira que estamos fazendo um aperfeiçoamento do PPA – com boas novidades, eu acredito –, pensar se o Orçamento também não precisa receber inovações.

Hoje pela manhã, junto com a Presidenta, estive num seminário muito importante que o MEC está realizando sobre inovações na área de compras governamentais. Estava lá o Dr. Gerdau, estavam lá equipes da Fundação Getúlio Vargas que estão trabalhando nisso com o Governo Federal, com o MEC, especialmente, E o Presidente da Fundação Getúlio Vargas do Rio me falava: *"Ministra, nós precisamos repensar o Orçamento. Vou mandar para a senhora um paper a respeito".*

Por que eu estou dizendo isso? Porque nós convivemos, no Orçamento, com ações de caráter anual, *stricto sensu*, e com o ações de caráter plurianual. A maior parte do aumento do volume de RAP a que, acredito, o senhor se referiu tem a ver exatamente com isso, o fato de que existem obras que são plurianuais. Então, é natural que elas tenham esse tipo de desdobramento. Também tem o custeio, mas, se formos ver, a maior parte é de investimento.

E aqui eu queria aproveitar a pergunta que o senhor fez para dizer que, em relação ao PAC, tem uma diferença. Como não há nenhum tipo de limitação aos desembolsos relativos ao PAC, temos condição de, no máximo, a medição de dezembro ser paga em janeiro; na pior das hipóteses, em fevereiro.

Então, na verdade, o que está sendo pago como RAP são execuções feitas efetivamente durante este ano. Se não me engano, pelas minhas anotações –

posso estar enganada –, o senhor citou o veto em relação ao redutor previsto na LDO. Para todos os vetos, a Presidenta apresentou suas justificativas, e neste, em especial, nos preocupava exatamente as emendas parlamentares. Não acreditávamos que isso tivesse vindo do Parlamento, porque, ao indução de redução, que achamos que pode ser positiva, poderíamos estar prejudicando as emendas parlamentares. Por que os Parlamentares estariam prejudicando suas próprias emendas? Então, pelo menos a mim, surpreendeu esse tipo de emenda. Essa é uma das razões.

Segundo, o senhor comentou o crescimento dos pagamentos aos agentes financeiros. Dois terços dessa alocação, nobre Deputado, são passivos, que não estavam como Restos a Pagar. Um terço é do ano. O que estamos tentando é pagar os passivos que tínhamos com a Caixa e outras instituições financeiras. Por isso, é que há isso. Um terço é do ano e dois terços são passivos, é uma tentativa de equacionar o problema.

Outra pergunta do senhor referiu-se à previsão do PIB de 5% e de inflação de 4,8%. Acreditamos que essa previsão de crescimento está em linha com o PIB potencial do País. Quero lembrar, já usei esse exemplo no dia 31 com jornalistas e queria referi-lo aqui também, que em 2009, quando mandamos o Orçamento para o Congresso, prevíamos uma taxa de 4,5% de crescimento – o mercado naquele momento apontava 3,6%. E todos sabemos que em 2010 o PIB cresceu 7,5%.

Então, precisamos trabalhar melhor isso, e a nossa grade reflete a visão que temos do próximo período. É essa a aposta que o Governo está fazendo.

Nossas escolhas de realizar investimentos, de gerar emprego, de Brasil Maior é exatamente para o País continuar crescendo no patamar de 5%. A mesma coisa se refere à inflação. Achamos que os preços dos alimentos estão começando a cair, os de *commodities* já caíram. Isso deve levar ao patamar proposto.

Quero advertir que, de qualquer maneira, não sabemos como a situação internacional, especialmente, vai evoluir. Lembro que em novembro, é regimental, o Governo pode mandar uma nova grade de parâmetros para dar conta de eventuais oscilações.

Em relação ao PPA, o senhor questionou, primeiro, se é ou não constitucional? Sem dúvida, é constitucional. Quando começamos a discutir essas modificações, o nosso primeiro questionamento foi avaliar esse aspecto. E aí lembro que a Constituição diz que precisa estar no PPA diretrizes, objetivos e metas. Isso está na nova proposta. Não teria sentido fazer alguma proposta em desacordo com a Constituição.

A segunda questão que o senhor colocou é de não ter nada a ver com o Orçamento. É o contrário. Através dos programas, eu faço o *link* com o Orçamento, respeitando a Constituição. O plano deve orientar o orçamento e o orçamento ser o detalhamento anual do plano. Então, isso está absolutamente em linha com a norma constitucional.

O senhor colocou também a questão da transparência, a questão do acesso aos sistemas e das avaliações e revisões.

Em relação ao SIGPLAN, que acompanha o PPA, as senhas sempre estiveram disponíveis ao Congresso e a órgãos de controle. É o que a minha equipe está me informando. Os relatórios de avaliação são anuais. E eu pus hoje no SIDOF o relatório do último ano do plano.

Em relação ao SIEST, estamos terminando de fazer alguns ajustes, porque nem nós mesmos estamos satisfeitos com eles.

Na discussão que fizemos com a sociedade civil, nós nos comprometemos a , em outubro, na segunda quinzena, se eu não me engano, 13 de outubro, retomarmos aquele fórum de conselhos que debater o PPA exatamente para discutir a transparência: como vamos fazer o acompanhamento e o monitoramento, como será a distribuição de senhas e tudo o mais.

Parece-me que, com isso, daremos o passo que o senhor avalia ser necessário para o próximo momento.

As avaliações, como eu já referi, são anuais, e as revisões são feitas quando necessário, como o próprio nome diz. Se for necessário anualmente, serão feitas anualmente.

Com isso, acredito que encerrei as suas questões e passo para as do nobre Deputado Cláudio Cajado, do DEM.

A primeira diz respeito aos vetos da LDO. Primeiro, como o próprio Deputado citou, veto é parte do sistema democrático, é um direito da Presidenta vetar. Lembro que a maior parte dos acréscimos que o Congresso fez não foram vetados. E o que foi vetado está mais ou menos no mesmo patamar dos outros anos. Então, não há nada de espetacular para que houvesse estranheza. Está mais ou menos no mesmo patamar dos anos anteriores. E todas as justificativas foram apresentadas pela Presidenta quando esses vetos foram apostos.

O Deputado Claudio Cajado apresenta algumas observações a respeito se há ou não controle fiscal pelo Governo, que haveria uma flexibilização do controle fiscal. Eu não sei em que o nobre Deputado se baseia. Se formos comparar os últimos 8 anos, agora 9 anos, com os anteriores em termos do que se faz de superávit primário, acho que não é preciso discutir o assunto. O Governo tem se comprometido e entregue todos os seus compromissos, tanto no que se refere à redução de desigualdade, como no que se refere ao rigor fiscal. Então, não me parece que essa seja uma questão que possa ser cobrada deste Governo.

Quanto à contratação de 137 mil servidores *versus* reajuste, quero lembrar que 137 mil correspondem a criação de cargos. O que está previsto contratar no ano que vem são 55 mil, exatamente para áreas prioritárias – como lembrou bem o Deputado Gilmar Machado –, para a ampliação das universidades e das escolas técnicas por este País todo, fundamentais para o nosso desenvolvimento, para reposição de quadros, ampliação das agências do INSS, e assim por diante. Há vários jornais fazendo matérias a respeito do grande número de servidores que estão se aposentando. É necessário, então, repor o quadro de servidores. E é um número bastante razoável o que foi estabelecido no Orçamento do próximo ano. Portanto, não há nenhuma incoerência entre contratação e não reajuste.

Ele perguntou também sobre a DRU. São 62,5 bilhões de reais de despesas que estão alocadas de maneira condicionada à aprovação da DRU. Parte das emendas é 10% desse total. Há outros 56 bilhões nas diversas áreas que estão condicionadas, mas eu acredito que haverá a possibilidade da aprovação pelo Congresso.

Em relação ao PPA, o Deputado disse que os valores não estão especificados. Há valores para o PPA partir da grade de parâmetros previstos daqui até 2015. Todos os programas têm valores, todas as iniciativas têm valores. Talvez seja o caso de aprofundarmos a discussão na tramitação do projeto do PPA para esclarecer melhor essa questão.

Já falei da questão do afrouxamento de metas, da falta de compromisso e rigor fiscal e do reajuste do Poder Judiciário.

Lei Kandir. Sei que a Lei Kandir só não é mais candente, provavelmente, que a regulamentação Emenda Constitucional 29 e os *royalties* do pré-sal. Acho que essa é a ordem de importância do debate nesta Casa. O entendimento do Governo é que desde 2008 não é obrigatório colocar recursos para a Lei Kandir no Orçamento anual. Mas temos de respeitar todas as observações que foram feitas aqui por Deputados dos diversos partidos, do Governo e da Oposição, porque essa é uma questão importante para os Estados. Mas é importante também dizer que a receita de todos os Estados e de todos os Municípios cresceu em relação ao momento inicial. Então, se compensa ou não compensa é uma discussão que não vale a pena estender aqui. Mas acredito, assim como os demais, que o nobre Relator poderá ver como equacionar essa questão.

Deputado Darcísio Perondi, saúde. Aí, já abarco todos os Parlamentares que se referiram ao tema. Em primeiro lugar, alguns perguntaram qual é a minha opinião. Acho que, em relação à saúde, há problema de gestão e problema da fonte de recurso. Não consigo separar uma coisa da outra. Precisamos enfrentar o problema da gestão. É possível fazer mais com os recursos hoje disponíveis. É possível fazer tudo? A Presidenta já falou sobre tudo sobre isso, como o Deputado colocou, para 40 milhões, para 50 milhões de brasileiros no último domingo. Realmente, essa é uma questão que precisamos enfrentar – não lembro se ela falou, acho que sim. Ainda mais com a nova classe média, que, como vimos no nosso cenário de PPA, só vai crescer, porque se vai reduzir ainda mais a desigualdade neste País. Isso colocará uma tensão ainda maior por serviços de saúde de melhor qualidade. E essa é uma questão que nos une a todos.

Precisamos enfrentar outra questão: nos termos em que a Emenda Constitucional 29 está aqui, ela é suficiente ou não para dar conta da melhoria necessária, junto com os problemas de gestão? Não tenho todos os detalhes. Alguns aqui me perguntaram de quanto seria a arrecadação da CSS. Não tenho esses detalhes. Eu poderia ter trazido, mas não me dei conta de que poderia ter que entrar nesse tipo de detalhamento. Mas acho que essa é uma discussão que está colocada hoje para a sociedade. Essa é uma grande vantagem desses últimos 2 ou 3 meses. Isso entrou na pauta da sociedade, e precisamos prosseguir essa discussão. Não podemos deixar de reconhecer que a sociedade tem uma resistência enorme à instituição de uma nova fonte de recurso. Como equilibrar isso é uma tarefa de todos nós que estamos preocupados com essa questão.

O Deputado Darcísio Perondi também me perguntou se teria sido reduzido o valor do Turismo. Primeiro, vou repetir a história: alocar é muito difícil, fazer essas escolhas não é fácil. Há uma situação que não conseguimos separar em 2011: o que é fruto de emenda parlamentar? No Turismo, a emenda não é individual; ela agrega uma dotação tradicional do Ministério. Então, na verdade, o número do Turismo – em parte o da Agricultura também – reflete um número grande de emendas feitas nesses Ministérios. Por causa disso, fazer essa comparação não é o melhor jeito, porque não se tem como separar o que é emenda do que não é.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Quase dois terços do Turismo são de emendas. E 50% na Agricultura. Desculpe, Ministra.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Pois é. Parece que se está reduzindo. Mas acho que aí não há... Se compararmos com o PLOA, talvez fique mais claro que os recursos não tiveram essa queda que parecem ter tido.

Em relação ao Minha Casa, Minha Vida, o Deputado que o sucedeu já até respondeu. A maior parte do recurso de 127 bilhões de reais vai para 1,2 milhão de

unidades destinadas a renda de até 1.600 reais. Não é até 10 salários mínimos; é até 1.600 reais.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Quanto foi assegurado, ano passado, a essa parte de 1.600?

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – De 1 milhão contratados do Minha Casa, Minha Vida I, mais ou menos 440 mil são de até 1.600. O Minha Casa, Minha Vida II corresponde a 60% do total de 2 milhões, Deputado. Nesse caso...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Os Prefeitos estão fugindo disso.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Não é o que acontece lá no meu Ministério. Eles vão lá bater na minha porta, porque querem nos seus Municípios mais unidades do que estão recebendo.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Isso é uma inflação no mercado!

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE – Ministra, o programa é tão bom que inflacionou o mercado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Não vamos interromper, para que a gente consiga...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – São 18 bilhões para subsídio de gente morrendo. Temos que discutir isso nesta Casa. Mas continue, Ministra.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Está bem. Há muita gente morrendo e gastando mais na saúde porque mora muito mal, em beira de córrego, sem saneamento, sem água. Temos que levar... Porque isso reduz os gastos de saúde, melhora nossos indicadores sociais. E quem tem casa sabe a diferença que faz ter uma casa para morar. É o sonho de qualquer pessoa. É o primeiro sonho de qualquer pessoa.

Há outras questões que o senhor me colocou. A primeira delas é a questão da emissão de títulos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – A força empresária.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Sinto, mas não concordo com o senhor: porque, se não houver crédito, não há investimento; e, se não houver investimento, o País não cresce, o País não tem emprego, o País não tem receita para fazer saúde. Isso é só para tentar fazer uma parte do ciclo. É fundamental o País ter... Os empresários não têm capital para, sozinhos, fazerem os investimentos. É necessário o crédito. Esse é um dos grandes avanços do País nos últimos anos.

Sobre a questão de estar ou não no Orçamento, temos duas razões para ter feito o veto à LDO. A primeira é de que orçamento é fluxo de receita e despesa, e não de patrimônio. Essa é a primeira questão. Além disso, precisamos nos preocupar, porque se você antecipa as emissões, você dá uma informação muito complicada para os agentes econômicos. Você perde seu poder de regulação. Então, é muito complicado isso estar no Orçamento e, depois, se ter que fazer essa alteração todos os anos.

As reservas cambiais são daquelas questões muito polêmicas. Há gente que vai achar que talvez tenhamos muito, como o senhor. Mas quero lembrar que foi isso o que nos segurou, e muito bem, em 2009. Então, saber direito qual é o melhor ponto é uma discussão. Quem está conduzindo a política monetária vai trabalhar, certamente, com segurança. O que estamos vendo na Europa hoje nos preocupa muito. Então eu diria que esses 350 bilhões nos deixam mais confortáveis para enfrentar isso.

E, segundo, a questão da dívida pública tem caído, tem tido uma trajetória constante de queda. Pode não ser aquela de que gostaríamos. Mas esse recente sinal do Banco Central vai ajudar que esse movimento se acelere ainda mais, e que esses recursos possam ser redistribuídos para outras ações importantes.

A questão do Deputado Edmar Arruda, do PSC, era basicamente sobre a saúde. Então, acho que já respondi.

A questão do Deputado Gilmar Machado é sobre a receita, e houve mais um Parlamentar que se referiu a isso. Sobre essa questão de quem acerta mais a receita, até pedi para levantar como é isso. E o que me trouxeram aqui é que, até 2008, mais ou menos, o Congresso estava acertando mais, e que agora está mais para o Governo esse acerto. Mas eu acho que isso aqui não é uma aposta sobre quem acerta mais; é, de fato, de como a gente aloca da melhor maneira possível os recursos disponíveis, está certo?

Sobre a questão do Judiciário já falei.

A questão da FASUBRA.

Eu só lamento que eles tenham saído da mesa de negociação. Nós fizemos vários movimentos com eles, para eles saírem da greve e voltarem para a mesa, para aproveitar a janela até 31 de agosto. Lamentavelmente, pela conjuntura interna sindical, isso não foi possível. E eu lamento, porque gostaria de ter chegado a algum tipo de acordo com a FASUBRA.

Deputado José Priante, sobre a questão da receita, a questão das emendas... Evidentemente, emenda é um assunto eminentemente do Congresso. O Governo não interferirá nessa questão. Certamente, o Deputado Arlindo Chinaglia vai apresentar as suas regras do jogo para apresentação de emendas. Essa é uma questão que acho que está nas mãos dele encaminhar.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Este é o compromisso.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Não vou me manifestar, apesar de ter vontade! *(Risos.)*

A questão das emendas. Prefeituras pequenas, aumento do salário mínimo... A emenda é importan-

te, eu também acho isso. É por isso que nós estamos finalizando... Hoje, nós tivemos, na hora do almoço, uma reunião de todos os Ministros, finalizando a nova Portaria nº 127, que vai simplificar muito a execução, especialmente com a Caixa, quanto àquilo de todo mês ir verificar se a obra está sendo feita. Ela vai três vezes, porque essas obras são muito pequenas. Não há sentido isso. Então nós vamos fazer desembolsos, vamos dar *tranche* à frente, e a Caixa acompanha três vezes aquele convênio. Então, isso vai dar, nós acreditamos, uma agilidade, afora uma série de outras simplificações. Mas essa eu acho que é a mais importante de todas.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – É uma boa notícia aqui.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Nós acreditamos. Esse foi um compromisso da Presidenta com a Marcha dos Prefeitos. Nós tínhamos uma dificuldade jurídica, e conseguimos contorná-la. Então eu acredito que ela vá para a rua, espero, muito rapidamente. Dentro deste mês de setembro, tem condições de já estar na rua. E acredito que vai fazer... Pelo menos, essa é a nossa aposta, e, principalmente, essa é a aposta da Caixa, que fica absolutamente sufocada com a atual forma de funcionamento.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – Ministra, já existe o critério disso aí? Já existe o critério, nessas pequenas cidades? Qual é o critério para isso?

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Nós estamos estabelecendo um limite. Eu não sei se... Como eu tive que vir para cá, eu saí um pouco antes do final da reunião. Mas nós estamos estabelecendo que, até um determinado montante, o convênio pode ser feito dessa maneira simplificada. Mas é um montante bastante razoável. Então eu acredito que nós vamos ter uma simplificação bastante grande. Só não queria me antecipar porque eu não sei se houve algum ajuste no final da reunião.

E a outra questão que o senhor coloca, Deputado Priante, se refere à questão da área de minérios. Essa é uma prioridade absoluta da Presidenta. Nós já fizemos três ou quatro reuniões grandes com ela – afora as milhares que nós fazemos antes de fazer com ela. E essa é uma coisa que, eu acredito, na volta dela agora dessa viagem à ONU, vai ser a bola da vez. Ela também acha que é absolutamente injusta a forma como isso é resolvido hoje no País.

O Ministério de Minas e Energia fez um comparativo com outros países, como Austrália e Canadá, que têm uma tradição muito grande de extração mineral. Dá para chamar de um descalabro a forma como isso é feito no Brasil. Há um potencial enorme, especialmente... E aqui também há uma lógica de simplificar para aquilo que agrega pouco valor – cal, areia, etc. – e agregar cada vez mais valor e mercado para os minerais mais nobres. Então eu acredito que todos os Estados que o senhor citou, que têm uma grande participação em minérios, em extração de minérios, vão ficar muito satisfeitos com a proposta que deverá vir para a aprovação do Congresso.

Deputada Luciana Santos. Primeiro, sobre a questão dos recursos a que a senhora se refere, em relação à SEPPIR e à Secretaria de Política para as Mulheres.

A primeira coisa que eu quero dizer é que os recursos para gênero e igualdade racial não estão apenas nessas duas Secretarias. Pelo contrário, a maior parte deles está fora, está nos outros Ministérios. Portanto, esse não é o melhor jeito de comparar.

Segundo, o Brasil Sem Miséria vai pegar exatamente esse público, porque, quando a gente faz a fotografia de onde está a maior pobreza, é exatamente entre os negros, exatamente entre as mulheres, chefes de família pobre. Então, acho que a gente precisa fazer... Acho que esse é um debate interessante de fazer com essas entidades, de ver essa locação.

E quero dizer que, quando a gente começou a discutir o PPA, as duas Secretarias, mais a de Direitos Humanos, queriam fazer uma discussão conosco de como se iria garantir transversalidade, e tal e tal. Eu demorei um pouquinho, porque estava fazendo outras coisas muito importantes para a Presidenta. Pedi para elas 15 dias, para fazer a reunião.

Enquanto isso, aconteceu a reunião com a SPI. E elas me ligaram: *"Miriam, esquece a reunião. O PPA é maravilhoso para identificar as transversalidades, está obrigando os Ministérios-fins a explicitarem suas políticas para os vários temas."*

Então, foram muito interessantes as oficinas que foram feitas com os Ministérios, mais as Secretarias correspondentes, para se discutir a política para os próximos 4 anos.

E gostaria de dizer que pedi para levantar aqui os recursos para as Secretarias aí, estritamente: estão no mesmo patamar de 2011 – não comparando com a LOA, mas com os recursos disponibilizados este ano. Então, também isso não procede. Só para a gente fazer... Mas estamos lá à disposição para conversar sobre este tema.

A última questão que a senhora me colocou foi em relação à taxa de investimento, especialmente nas estatais. Na verdade, a redução do orçamento de investimento nas estatais se deve, fundamentalmente, à redução da PETROBRAS no exterior. Se a senhora for olhar o que seria a pág. 58 (não está numerado), a PETROBRAS, em 2011, prevê investir 12,6%, e, no próximo ano, 9%. Aqui no Brasil ela está mantendo o seu patamar de investimento.

Quer dizer, quanto à nossa preocupação quanto aos investimentos no País, a gente está mantendo o mesmo patamar deste ano.

Deputado Vaz de Lima: à saúde, já me referi aqui, à Lei Kandir, também. A questão...

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Excelência, só para eu poder entender.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Pois não.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – A senhora disse que o Governo tem um entendimento de que a questão da Lei Kandir se esgotou em 2008, se eu entendi corretamente.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Sim.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – *OK*.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – A obrigatoriedade, sim.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Sim, sim. Entendi corretamente.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – É por isso que a gente não coloca no Orçamento. Porque, se fosse obrigatório, nós teríamos que colocar.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Quer dizer, então, que o entendimento de vocês é de que o artigo da Disposição Transitória não vale?

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – O nosso entendimento é de que desde 2008 não é necessário.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Está bom.

(**Não identificado**) – Por isso é que é transitório.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Mas não é obrigatório.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Não é isso. Lá tem a obrigatoriedade de fazer o fundo, o que não foi feito. Essa discussão a gente faz depois.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Está bem.

A última questão que o senhor me colocou é em relação à necessidade de recursos para a infraestrutura logística.

Eu acho que... Eu acredito muito fortemente que a iniciativa do Presidente Lula, em 2007, reforçada pela Presidenta Dilma agora, de garantir recursos para a infraestrutura, através do PAC, e que esses recursos não são contingenciáveis, mostra exatamente essa mesma visão que o senhor apresenta, da necessidade de ampliação de recursos para a área de infraestrutura.

A gente sabe que o País há muitos anos não fazia tanto investimento em infraestrutura como tem feito nos últimos anos. Talvez não tanto quanto seria necessário, como também para a saúde e outras áreas, mas é uma ampliação brutal.

Só para lembrar: transportes, em 2003, eram 700 milhões de reais; ano passado, foi dez vezes mais. Então, acho que isso já dá uma dimensão dessa evolução.

Eu não trouxe aqui, mas nós temos a evolução do investimento em infraestrutura, feito pela ABDIB – Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, que mostra essa evolução tanto do público quanto do privado, que eu acho que é o caminho em que o País precisa continuar trilhando.

Deputado Marçal, na verdade, não há uma involução. Talvez também precisemos aprofundar aqui a questão do PPA, porque para todos os programas há indicadores de efetividade, na direção que o senhor apontou aqui. Então, acho que é uma questão sobre a qual podemos conversar, porque existem, sim, esses indicadores no PPA enviado aqui ao Congresso.

Segundo, a questão dos aposentados. Eles não ficarão de fora – os que ganham mais que o salário mínimo. Eles terão o INPC, que não é pequeno, que muitas outras categorias não têm. Então, está assegurado o poder de compra dos aposentados, com o INPC, como determina a lei, e isso está incorporado integralmente no Orçamento enviado pelo Executivo. O nobre Deputado Arlindo Chinaglia não precisará se preocupar com essa questão.

Por fim, mas não menos importante, do nosso Deputado Rui Costa, da Bahia. Sobre saúde, Judiciário, Lei Kandir já tratei. Então, é só a questão do pagamento de RAP.

Quero lembrar que até agosto foram desembolsados, só reforçando o que o senhor também colocou, 1,3 bilhão de reais; e isso deverá chegar a 1 bilhão e 700 milhões nesse mês agora de setembro.

Com isso, acho, acredito, consegui repassar todas as questões.

Gostaria, mais uma vez, de agradecer ao Presidente da Comissão, sempre muito gentil, hospitaleiro comigo; ao nosso Relator, Arlindo Chinaglia; a todos os Parlamentares que me honraram com a presença e com suas perguntas. E quero dizer que eu acredito que nós estamos começando. Do mesmo jeito de quando eu vim aqui para a LDO – nós estávamos começando um trabalho, que culminou na aprovação da LDO –, também no Orçamento e no PPA é a mesma coisa.

Há uma disposição total do Ministério do Planejamento para um trabalho conjunto, no que o Congresso considerar que seja necessária a nossa participação. Nossas equipes técnicas estão à disposição, e quando os senhores julgarem necessário eu também poderei estar aqui conversando sobre os assuntos que forem importantes de ser discutidos.

Então, quero agradecer e me despedir dos senhores. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Ministra, cada um de nós, a seu tempo, a seu modo, cumpriu o seu papel, mas os aplausos à sua exposição são mais do que a evidência, primeiro, que V.Exa. trouxe para cá dois projetos com consistência, tanto o PLOA quanto o PPA; depois, que V.Exa. não deixou nenhum dos Parlamentares sem uma resposta específica.

A atenção de V.Exa. a este Congresso Nacional, aqui reunido, merece destaque.

A bola está conosco e nós haveremos de fazer o melhor do nosso papel.

Convido os senhores: todas as quartas-feiras nós vamos estar aqui com um dos Ministros do Governo expondo a sua proposta orçamentária, a proposta orçamentária do seu Ministério. Vamos ter reuniões, sempre de caráter extraordinário, convidando um Ministro, um ou mais de um, para expor as suas demandas aqui, com o nosso Relator-Geral, que, pelo que eu estou vendo, vai resolver todos os problemas.

Tenham todos uma boa tarde. Fiquem com Deus. Obrigado.

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Às quinze horas e quatro minutos do dia vinte de setembro de dois mil e onze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 21. Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares**: Ademir Camilo, Andre Vargas, Arlindo Chinaglia, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, João Magalhães, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rubens Bueno, Rui Costa e Valtenir Pereira; **– Senadores titulares:** Anibal Diniz, Cyro Miranda, João Vicente Claudino e Walter Pinheiro; – **Deputados suplentes**: Ângelo Agnolin, Arthur Lira, Danilo Forte, Darcísio Perondi, Geraldo Resende, Hugo Leal, João Carlos Bacelar, Moreira Mendes, Pedro Chaves e Vaz de Lima; – **Senadores Suplentes:** Delcídio do Amaral e Lídice da Mata. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: André Zacharow, Claudio Cajado, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, George Hilton, José Priante, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Vitor Penido e Wellington Roberto; **– Senadores**: Acir Gurgacz, Francisco Dornelles, Jayme Campos, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão e Vital do Rêgo. **ABERTURA:** Havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o 2º Vice-Presidente, Senador Cyro Miranda (PSDB/GO), no exercício da Presidência, declarou iniciados os trabalhos conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*. Em seguida, informou que havia *quórum* para deliberação nas duas Casas. **ORDEM DO DIA:** O Presidente em exercício comunicou que não havia acordo para apreciar as matérias da pauta. Entretanto, após reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças na Comissão realizada às quatorze horas daquela data, havia acordo para inclusão de matéria na pauta, bem como para sua apreciação, do Requerimento nº 32/2011-CMO, que "Requer a realização de Seminários Regionais para debater o Projeto de Lei Orçamentária para 2012 e o Projeto de Lei do Plano Plurianual para 2012-2015, nos termos do *§ 2º do art. 29 e do art. 96, da Resolução nº 1, de 2006-CN".* Houve consenso no Plenário para sua apreciação. Em votação, o requerimento de inclusão na pauta foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Requerimento n° 32/2011-CMO**, que "Requer a realização de Seminários Regionais para debater o Projeto de Lei Orçamentária para 2012 e o Projeto de Lei do Plano Plurianual para 2012-2015, nos termos do *§ 2º do art. 29 e do art. 96, da Resolução nº 1, de 2006-CN*". Autores: Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP) – Relator do PLOA 2012, e Senador Walter Pinheiro (PT/BA) – Relator do PPPA 2012-2015. O Senador Walter Pinheiro apresentou o Requerimento. O Deputado Ademir Camilo (PDT/MG) solicitou a inclusão do município de Uberlândia-MG entre as cidades onde serão realizados os Seminários Regionais e teve sua sugestão acatada pelo Senador Walter Pinheiro. Em votação, o Requerimento nº 32/2011-CMO foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com a seguinte alteração de redação: "Os seminários serão realizados nas seguintes cidades: João Pessoa – PB, Salvador – BA, São Paulo – SP, Curitiba – PR, Porto Alegre – RS, Campo Grande – MS, Goiânia – GO, Porto Velho – RO, Rio Branco – AC, Vitória – ES e *Uberlândia – MG".* Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão para deliberação das matérias constantes da Pauta nº 21/2011, o Presidente em exercício anunciou que encerraria os trabalhos e deixaram de ser apreciadas as seguintes matérias: Ata da 18ª Reunião Ordinária, realizada no dia 13/9/2011; e Ata da 3ª

Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 14/9/2011. Pauta nº 21/2011. **1 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2011-CN**, que "Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010". Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira. Foi apresentada 1 emenda. Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, e pela rejeição da emenda nº 1. **2 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Foram apresentadas 42 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36 e 38 e pela rejeição das demais. **3 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 11/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 135.786.558,00 (cento e trinta e cinco milhões, setecentos e oitenta e seis mil quinhentos e cinquenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Wellington Roberto. Foram apresentadas 27 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 3, 7, 10, 17 a 22 e 24 e pela rejeição das demais. **4 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Marçal Filho. Foram apresentadas 23 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais. **5 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Acir Gurgacz. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. **6 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências." Relator: Senador Sérgio Petecão. Foram apresentadas 5 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas. **7 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Wellington Roberto. Foram apresentadas 69 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 67 e pela rejeição das demais. **8 –** Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)". Relator: Senador Jayme Campos. Voto: pelo arquivamento da matéria. **9 – Requerimento nº 16/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados". Autor: Deputado Efraim Filho. **10 – Requerimento nº 17/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional". Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto. **11 – Requerimento n° 23/2011-CMO**, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS e a Petróleos de Venezuela S/A– PDVSA". Autor: Deputado Claudio

Cajado. **12 – Requerimento n° 24/2011-CMO**, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária – CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina". Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos. **13 – Requerimento n° 25/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega". Autor: Senador Vital do Rêgo. **14 – Requerimento n° 26/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento – Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da INFRAERO".(Ministro da Defesa, Senhor CELSO AMORIM; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora Miriam Aparecida Belchior e o Presidente da Infraero, Sr. Gustavo do Vale). Autor: Deputado Marçal Filho. **15 – Requerimento n° 27/2011-CMO**, que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário". Autora: Deputada Luciana Santos. **16 – Requerimento n° 28/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e das demais entidades e órgãos envolvidos ou beneficiados pelo Plano". Autor: Deputado Marçal Filho. **17 – Requerimento n° 29/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste– FCO -, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da SUDECO e do Presidente do Banco do Brasil S.A." Autor: Deputado Marçal Filho. **18 – Requerimento n° 30/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa", com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica". Autor: Deputado Marçal Filho. **19 – Requerimento n° 31/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome". Autor: Deputado Marçal Filho. **20 –** Relatório apresentado ao **Ofício nº 35/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: pelo arquivamento da matéria. **21 –** Relatório apresentado ao **Ofício nº 12/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: pelo arquivamento da matéria. **ENCERRAMENTO:** Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das matérias constantes da Pauta nº 21/2011, o Presidente em exercício encerrou a reunião. Antes, convocou a realização de reunião extraordinária, para o dia 28 de setembro, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e quinze minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo 2º Vice-Presidente no exercício da Presidência e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. – **Senador Cyro Miranda. Segundo Vice-Presidente no exercício da Presidência.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cyro Miranda) – Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 19ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 21/2011.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se nas mesas de trabalho.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Por acordo do Colégio de Líderes, vamos incluir na extrapauta o Requerimento nº 32/2011, que *"requer a realização de seminários regionais para debater o Projeto de Lei Orçamentária de 2012 e o Projeto de Lei do Plano Plurianual para 2012-2015, nos termos 2º do art. 29 e do art. 96 da Resolução nº 01/2006-CN."*

Em votação a inclusão da matéria na Ordem do Dia:

"Requeiro, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso 3 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do Requerimento nº32/2011-CMO, seminários regionais, na Ordem do Dia da 19ª Reunião Ordinária desta Comissão, realizada em 20 de setembro de 2011."

Senador Walter Pinheiro.

Em votação na Câmara dos Deputados. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado.

Em votação no Senado Federal. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado.

Está incluído na Ordem do Dia o requerimento do Senador Walter Pinheiro.

Peço ao Senador Walter Pinheiro, Autor do requerimento, que faça a leitura do mesmo.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Requerimento nº 32/2011-CMO, que

"requer a realização de seminários regionais para debater o projeto de Lei Orçamentária para 2012 e o projeto de lei do Plano Plurianual para 2012-2015, nos termos do § 2º, art. 29, e do art. 96 da Resolução nº 01/2006, do Congresso Nacional."

Sr. Presidente, nos termos do § 2º, art. 29, e do art. 96 da Resolução nº 01/2006, requeremos que sejam realizados seminários regionais para debater o Projeto de Lei Orçamentária para 2012, Projeto de Lei nº 28/2011, e o Projeto de Lei do Plano Plurianual de 2012 a 2015, Projeto de Lei nº 28/2011-CN.

Os seminários serão realizados nas seguintes cidades: João Pessoa, PB; Salvador, BA; São Paulo, SP; Curitiba, PR; Porto Alegre, RS; Campo Grande, MS; Goiânia, GO; Porto Velho, RO; Rio Branco, AC; Vitória, ES.

Para o apoio à realização dos seminários será necessária a presença de um servidor da Secretaria da CMO, um consultor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, um consultor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Justificação. O requerimento visa proporcionar participação democrática da população nas discussões referentes à alocação de recursos públicos. Faz-se necessária a realização dos referidos seminários para que, ouvida a população, o Congresso Nacional possa distribuir os parcos recursos públicos, de forma a alcançar maiores retornos para o povo brasileiro.

Assinam o Deputado Arlindo Chinaglia, PT São Paulo, Relator do Projeto de Lei Orçamentária e o Senador Walter Pinheiro, Relator do PPA 2012/2015.

É esse o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cyro Miranda) – Está em discussão o Requerimento de nº 32. Deputado Ademir Camilo.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Sr. Senador Walter Pinheiro, aqui está faltando Minas Gerais e, em conversa com alguns Parlamentares, sugeriu-se incluir Minas Gerais, com a cidade de Uberlândia, já que no ano anterior, a Capital do Estado recebeu a Comissão de Orçamento. Agora estamos sugerindo que a cidade de Uberlândia, a segunda maior cidade de Minas Gerais, seja incluída, pois ela está na rota das outras cidades. Então, essa audiência poderia realizar-se nessa cidade. É a sugestão que faço. Eu gostaria que V.Exa., juntamente com os companheiros da Comissão, aceitasse essa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cyro Miranda) – Passo a palavra ao nobre Senador Walter Pinheiro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, fizemos um acordo com os Deputados: como tínhamos feito a escolha de duas cidades por região, acrescentamos, a pedido da bancada gloriosa de Minas, um encaixe em data posterior, acertada com a própria bancada da Comissão de Orçamento, Uberlândia – Minas Gerais, como outra cidade em que vamos realizar o seminário, portanto, mantendo o requerimento e acrescentando Uberlândia, capital do Triângulo Mineiro, como ponto de passagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cyro Miranda) – Com a palavra o Sr. Deputado Efraim Filho.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Sem comprar nenhuma briga com o povo de Uberaba, pelo amor de Deus!

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Sr.Presidente, eu gostaria apenas de apor a nossa concordância com a realização dos seminários. Em virtude de reunião com tivemos, abrimos exceção para votação deste requerimento. Queria ainda deixar registrado que, na justificativa, fala-se que o Congresso Nacional irá distribuir os parcos recursos públicos, Senador Walter Pinheiro, mas nós sabemos que hoje temos um Governo de caixa cheio, batendo recorde de arrecadação, que chega a quase 1 trilhão de reais, então acho que esses parcos recursos públicos estão muito humildemente colocados. Eu só queria deixar este registro a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cyro Miranda) – Muito obrigado, V.Exa. tem razão. Dependendo da ótica; parcos recursos podem representar alguns trilhões de reais. Então, fica incluso, no requerimento do Senador Walter Pinheiro, o Município de Uberlândia, para a realização de uma próxima reunião a ser agendada.

Em votação o Requerimento nº 32, de autoria do Senador Walter Pinheiro e do Deputado Arlindo Chinaglia.

Em votação na Câmara. *(Pausa.)*

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação no Senado. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – É só uma questão didática. É importante nós, através do cronograma que foi entregue, sabermos do nosso Relator se há possibilidade de modificarmos o calendário. De acordo com S.Exa., nós vamos fazer as audiências nos Estados e ouvi-los, onde com certeza surgirão demandas de emendas ao PPA. Pelo cronograma apresentado, nós teríamos a apresentação do relatório preliminar no dia 19 de setembro. Então, essas audiências seriam inócuas, porque o relatório já deveria estar na Casa. Seria de bom alvitre a Assessoria Técnica rever o calendário para readequar essas audiências para ir compatibilizando e até para fortalecer o relatório, em termos do pacto federativo.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Permita-me, Senador Cyro Miranda. Deputado Raimundo, há uma questão que eu diria que é quase automática do ponto de vista desse calendário. Nós seguimos as regras estabelecidas na própria resolução. Então, na medida em que a Comissão for tendo os seus trabalhos, vamos mudando esse calendário, ajustando-o à vida real da Comissão, porque no momento a Comissão, obrigatoriamente, tem de cumprir a resolução e abrir com esse calendário. Mas, por exemplo, dizíamos na reunião que, depois das audiências públicas, efetivamente, é que vamos apresentar o nosso relatório preliminar; depois de apresentado o relatório preliminar é que vamos abrir prazo para apresentação de emendas, inclusive das Sras. e Srs. Deputados e Senadores. Portanto, ajustaremos o calendário na medida do funcionamento da nossa Comissão. Acho que isso atende aí...

O SR. PRESIDENTE (Senador Cyro Miranda) – V.Exa., Deputado Raimundo, tem toda a razão. Só que não vai ser lido o relatório. Nós vamos fazendo as audiências, porque regimentalmente não podemos mudar.

Em virtude de falta de acordo para votação das demais matérias constantes da Pauta nº 21, de 2011, encerro os trabalhos. Antes, porém, convoco reunião extraordinária para o dia 28 de setembro, quarta-feira, às 14h30min, neste plenário.

Declaro encerrada esta sessão.

ATA DA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2011.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pauta nº 21-Alterada e 22. Foi registrado o comparecimento dos membros:**– Deputados titulares**: Andre Vargas, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Fábio Ramalho, Geraldo Simões, Gonzaga Patriota, João Magalhães, Luciana Santos, Marçal Filho, Nilton Capixaba, Roberto Britto, Rubens Bueno e Rui Costa; **– Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, João Vicente Claudino, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro; **– Deputados suplentes:** Alex Canziani, Ângelo Agnolin, Daniel Almeida, Danilo Forte, Geraldo Resende, Gorete Pereira, Hugo Leal, João Carlos Bacelar, José Airton, Pedro Chaves, Roberto Teixeira, Ronaldo Zulke, Sueli Vidigal, Valmir Assunção, Vaz de Lima e Weliton Prado; **– Senadores suplentes:** Delcídio do Amaral e Inácio Arruda. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: Ademir Camilo, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Efraim Filho, Genecias Noronha, George Hilton, Gilmar Machado, Giroto, João Dado, José Priante, Márcio Reinaldo Moreira, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo de Castro, Valtenir Pereira, Vitor Penido e Wellington Roberto ; e **– Senadores**: Anibal Diniz, Jayme Campos, Magno Malta, Ricardo Ferraço e Sérgio Petecão. **ABERTURA:** às quinze horas e cinco minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional, o* Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 do mesmo Diploma Legal,* declarou abertos os trabalhos e informou que havia *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. **ORDEM DO DIA**: O Presidente em exercício comunicou que não havia acordo para deliberação das matérias constantes das Pautas, e anunciou que encerraria os trabalhos, e deixaram de ser apreciadas as seguintes matérias: .Ata da 18ª Reunião Ordinária, realizada no dia 13/9/2011; . Ata da 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 14/9/2011; e Ata da 19ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20/9/2011. Pauta nº 21/2011 – Alterada. **1 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2011-CN**,

que "Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010". Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira. Foi apresentada 1 emenda. Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, e pela rejeição da emenda nº 1. **2 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Foram apresentadas 42 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36, e 38 e pela rejeição das demais. **3 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 11/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 135.786.558,00 (cento e trinta e cinco milhões, setecentos e oitenta e seis mil quinhentos e cinquenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Wellington Roberto. Foram apresentadas 27 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 3, 7, 10, 17 a 22, e 24 e pela rejeição das demais. **4 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Marçal Filho. Foram apresentadas 23 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais. **5 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Acir Gurgacz. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. **6 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências." Relator: Senador Sérgio Petecão. Foram apresentadas 5 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas. **7 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Wellington Roberto. Foram apresentadas 69 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 67 e pela rejeição das demais. **8 –** Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)". Relator: Senador Jayme Campos. Voto: pelo arquivamento da matéria. **9 – Requerimento nº 16/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados". Autor: Deputado Efraim Filho. **10 – Requerimento nº 17/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional". Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto. **11 – Requerimento n° 23/2011-CMO**, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS e a Petróleos de Venezuela S/A– PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. **12 – Requerimento n° 24/2011-CMO**, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Exe-

cução Orçamentária – CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina". Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos. **13 – Requerimento n° 25/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega". Autor: Senador Vital do Rêgo. **14 – Requerimento n° 26/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento – Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da INFRAERO*".(Ministro da Defesa, Senhor CELSO AMORIM; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora MIRIAM APARECIDA BELCHIOR e o Presidente da INFRAERO, Senhor GUSTAVO DO VALE)*. Autor: Deputado Marçal Filho. **15 – Requerimento n° 27/2011-CMO**, que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário". Autora: Deputada Luciana Santos. **16 – Requerimento n° 28/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e das demais entidades e órgãos envolvidos ou beneficiados pelo Plano". Autor: Deputado Marçal Filho. **17 – Requerimento n° 29/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro--Oeste– FCO -, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da SUDECO e do Presidente do Banco do Brasil S.A." Autor: Deputado Marçal Filho. **18 – Requerimento n° 30/2011-CMO**, que "Requer a realização Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa", com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica". Autor: Deputado Marçal Filho. **19 – Requerimento n° 31/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome". Autor: Deputado Marçal Filho. **20 –** Relatório apresentado ao **Ofício nº 35/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: pelo arquivamento da matéria. **21 –** Relatório apresentado ao **Ofício nº 12/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: pelo arquivamento da matéria. Pauta nº 22/2011. **1 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R$ 24.376.000,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente". Relator: Senador Eduardo Braga. Foram apresentadas 14 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 14. **2 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 20/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 593.754.077,00 (quinhentos e noventa e três milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, setenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária de 2011". Relator: Deputado Geraldo Simões. Foram apresentadas 136 emendas. Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, com emenda de relator e com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 6 a 9, 11, 12, 15, 16, 21, 22, 24 a 26, 28, 31 a 34, 41, 47, 50, 54 a 60, 82, 83, 90, 96, 97, 99 a 101, 104, 128, e 131 a 136, e pela rejeição das demais. **3 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 22/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado João Dado. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. **4 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 27/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Weliton Prado. Foram apresentadas

4 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 4. **ENCERRAMENTO:** Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das matérias constantes da Pauta nºs 21– Alterada e 22/2011, o Presidente em exercício encerrou a reunião. Antes, convocou a realização de reunião extraordinária, para o dia 4 de outubro, às dezesseis horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e oito minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. – **Senador Vital do Rêgo. Presidente. O SR. PRESIDENTE** (Deputado Claudio Cajado) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Como não houve acordo no Colégio de Líderes, vou encerrá-la, mas antes marco a próxima reunião para a semana que vem, dia 4 de outubro, às 16 horas.

Está encerrada a presente reunião.

ATA DA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 5 DE OUTUBRO DE 2011.

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 21-Alterada, 22 e 23/2011. Foi registrado o comparecimento dos membros:**– Deputados titulares**: Ademir Camilo, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Fábio Ramalho, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, João Dado, João Magalhães, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; **– Senadores titulares:** Anibal Diniz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro; **– Deputados suplentes:** Ângelo Agnolin, Benjamin Maranhão, Carlos Magno, Darcísio Perondi, Geraldo Resende, Gorete Pereira, João Carlos Bacelar, Pedro Chaves, Roberto Teixeira, Valmir Assunção, Vaz de Lima e Weliton Prado **– Senadores suplentes:** Inácio Arruda e Zeze Perrella . Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: Andre Vargas, André Zacharow, Edmar Arruda, Efraim Filho, Genecias Noronha, George Hilton, Gonzaga Patriota, Rodrigo de Castro e Vitor Penido; e **– Senadores**: Acir Gurgacz, Magno Malta e Ricardo Ferraço. **ABERTURA:** às quinze horas e quinze minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional, o* Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou iniciados os trabalhos. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. Em seguida, o Presidente informou que não havia *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, sugeriu a suspensão da reunião por 5 minutos, e obteve a concordância do Plenário. Às 15 horas e 25 minutos, o Presidente reabriu os trabalhos e informou que o *quorum* havia sido atingido nas duas Casas do Congresso Nacional. **ORDEM DO DIA**: O Presidente informou que na reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão houve acordo para apreciação dos itens 1 e 3 da Pauta nº 21/2011 – Alterada e o item 3 da Pauta nº 22/2011. Pauta nº 21/2011 – Alterada. 1 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2011-CN**, que "Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010". Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira. Foi apresentada 1 emenda. Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, e pela rejeição da emenda nº 1. O Relator apresentou o voto do Relatório. Às quinze horas e vinte e nove minutos, o 3º Vice-Presidente, Deputado Roberto Britto (PP/BA), assumiu a direção dos trabalhos. Não houve debate e o prazo para apresentação de destaques foi encerrado. O Presidente em exercício informou que foram apresentados 3 destaques. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques apresentados. Os Deputados Gilmar Machado (PT/MG) e Cláudio Cajado (DEM/BA) apresentaram subscrição dos destaques 1 e 2. O Presidente em exercício informou que a solicitação não tinha amparo regimental, porém, como o destaque era resultado de acordo, concederia. Apreciação dos destaques: Destaque 1 (supressivo), de autoria do Deputado Rogério Marinho, supressão total do artigo 1º ao Substitutivo. O autor apresentou o destaque. O Relator proferiu o voto pela aprovação. Em votação, o desta-

que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque 2 (supressivo), de autoria do Deputado Rogério Marinho, supressão total do artigo 2º ao Substitutivo. O autor apresentou o destaque. O Relator proferiu o voto pela aprovação. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque 3, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, à emenda 00001, da mesma autora. O destaque foi **prejudicado** pela ausência da autora. 3 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 11/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 135.786.558,00 (cento e trinta e cinco milhões, setecentos e oitenta e seis mil quinhentos e cinquenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Wellington Roberto. Foram apresentadas 27 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 3, 7, 10, 17 a 22, e 24 e pela rejeição das demais. O relator apresentou o voto constante do Relatório. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n° 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. O Deputado Claudio Cajado discutiu a matéria. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Pauta nº 22/2011. 3 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 22/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado João Dado. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Wellington Roberto como relator *ad hoc,* que leu o voto do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento apresentado pelo Deputado Márcio Reinaldo Moreira para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 25/2011-CN.** Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 25/2011-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$ 20.843.096,00 (vinte milhões, oitocentos e quarenta e três mil, noventa e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Deputado Ademir Camilo. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Márcio Reinaldo Moreira como relator *ad hoc,* que leu o voto do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão para deliberação das demais matérias constantes das Pautas nºs 21 – Alterada, 22 e 23/2011, o Presidente em exercício anunciou que encerraria os trabalhos e deixaram de ser apreciadas as seguintes matérias: Ata da 18ª Reunião Ordinária, realizada no dia 13/9/2011; Ata da 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 14/9/2011; Ata da 19ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20/9/2011; e Ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 28/9/2011. Pauta nº 21/2011 – Alterada. 2 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Foram apresentadas 42 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36, e 38 e pela rejeição das demais. 4 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Marçal Filho. Foram apresentadas 23 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais. 5 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil

e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Acir Gurgacz. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. 6 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências." Relator: Senador Sérgio Petecão. Foram apresentadas 5 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas. 7 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Wellington Roberto. Foram apresentadas 69 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 67 e pela rejeição das demais**.** 8 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)". Relator: Senador Jayme Campos. Voto: pelo arquivamento da matéria. 9 – **Requerimento nº 16/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados". Autor: Deputado Efraim Filho. 10 – **Requerimento nº 17/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional". Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto. 11 – **Requerimento n° 23/2011-CMO**, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS e a Petróleos de Venezuela S/A– PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. 12 – **Requerimento n° 24/2011-CMO**, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária – CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina". Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos. 13 – **Requerimento n° 25/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega". Autor: Senador Vital do Rêgo. 14 – **Requerimento n° 26/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento – Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da Infraero".(Ministro da Defesa, Senhor Celso Amorim; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora Miriam Aparecida Belchior e o Presidente da Infraero, Senhor Gustavo do Vale). Autor: Deputado Marçal Filho. 15 – **Requerimento n° 27/2011-CMO**, que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário". Autora: Deputada Luciana Santos. 16 – **Requerimento n° 28/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e das demais entidades e órgãos envolvidos ou beneficiados pelo Plano". Autor: Deputado Marçal Filho. 17 – **Requerimento n° 29/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste– FCO -, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da Sudeco e do Presidente do Banco do Brasil S.A". Autor: Deputado Marçal Filho. 18 – **Requerimento n° 30/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa", com a presença do Ministro

de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica". Autor: Deputado Marçal Filho. 19 – **Requerimento n° 31/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome". Autor: Deputado Marçal Filho. 20 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 35/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: pelo arquivamento da matéria. 21 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 12/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: pelo arquivamento da matéria. Pauta nº 22/2011. 1 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R$ 24.376.000,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente". Relator: Senador Eduardo Braga. Foram apresentadas 14 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 14. 2 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 20/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 593.754.077,00 (quinhentos e noventa e três milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, setenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária de 2011". Relator: Deputado Geraldo Simões. Foram apresentadas 136 emendas. Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, com emenda de relator e com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 6 a 9, 11, 12, 15, 16, 21, 22, 24 a 26, 28, 31 a 34, 41, 47, 50, 54 a 60, 82, 83, 90, 96, 97, 99 a 101, 104, 128, e 131 a 136, e pela rejeição das demais. 4 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 27/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Weliton Prado. Foram apresentadas 4 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 4. Pauta nº 23/2011. 1 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 8/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 90.980.000,00 (noventa milhões, novecentos e oitenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Deputado Roberto Britto. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. 2 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 21/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R$ 10.930.000,00 (dez milhões, novecentos e trinta mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Nilton Capixaba. Foram apresentadas 22 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, e pela rejeição das emendas apresentadas. 3 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 23/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 1.124.446.832,00 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e trinta e dois reais), em favor de empresas estatais, para os fins que especifica." Relator: Deputado Rubens Bueno. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. **ENCERRAMENTO:** Concluída a apreciação das matérias acordadas em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias da CMO, o Presidente em exercício encerrou a reunião. Antes, convocou a realização de reunião ordinária, para o dia 18 de outubro, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e cinquenta minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. – **Senador Vital do Rêgo. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Havendo número regimental para a abertura dos nossos trabalhos, declaro iniciada a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes nas Pautas nº 21, 22 e 23. De forma que os avulsos se encontram na mesa dos nossos trabalhos.

Peço aos Srs. Parlamentares e, principalmente, à assistência silêncio. Nós temos quatro projetos importantes para votar na tarde de hoje por acordo.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas

taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada por meio de correio eletrônico aos gabinetes dos membros e as Lideranças partidárias.

Passa-se à apreciação das atas.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Solicito a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Estou com dificuldade de *quorum* no Senado. Há *quorum* na Câmara, mas não no Senado. Falta um Senador.

Os senhores aguardariam mais alguns instantes para localizarmos o Senador que pode salvar a Pátria aqui? Eu não tenho condições de dar continuidade à votação sem a assinatura de mais um Senador.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Vamos suspender por 5 minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vou, então, suspender a sessão por 5 minutos para que chegue um Senador – e fui informado de que Senadora Lídice da Mata já está vindo.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu quero prestar uma homenagem ao Senador Anibal Diniz, que chegou a tempo para reiniciarmos a 9ª Sessão Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas 21, alterada, 22 e 23.

Há *quorum* para deliberação na Câmara e no Senado.

Ordem do Dia.

Apreciação do Projeto de Lei nº 16, de 2011, que altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309.

Foi apresentada uma emenda. O voto do Relator, Deputado Márcio Reinaldo Moreira é favorável.

Com a palavra o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, a quem peço que vá direito ao voto.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Obrigado, Sr. Presidente. Tentarei, então, apresentar uma síntese desse projeto.

Trata-se de alteração das leis que dispõem sobre o Plano Plurianual de 2008-2011, Lei nº 11.653, de 2008, e sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011, Lei nº 12.309, de 2010.

No que se refere à alteração da Lei do PPA, propõe-se que sejam semestrais, e não quadrimestrais, os relatórios do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a serem enviados ao Congresso Nacional e que estes incluam, além da avaliação de suas ações e respectivas metas consolidadas, os resultados de implementação e execução orçamentária e financeira também dos Restos a Pagar e, sempre que possível, o estágio das ações monitoradas.

Quanto à LDO de 2011, o texto do art. 32 diz:

"Art. 32. A transferência de recursos a título de subvenções sociais nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320, de 1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividade de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação, preste atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social nos termos da legislação vigente".

Acrescento parágrafo único com o seguinte teor:

"Parágrafo único. A certificação de que trata o caput *deste artigo poderá ser:*

I – substituída, a critério da Administração Pública Federal, pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente ou

II – dispensada, desde que a entidade seja selecionada em processo público de ampla divulgação promovido pelo órgão ou entidade concedente para execução do programa e ações em parceria com a administração federal que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, este é o relatório.

E, diante do exposto, votamos pela rejeição da emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 16, de 2011, e aprovação do Projeto de Lei nº 16, de 2011, na forma do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Há três destaques.

Em discussão o relatório do Deputado Márcio Reinaldo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação no Senado.

Lembro que esta votação está sendo feita ressalvados os destaques. São três os destaques apresentados, dois de autoria do Deputado Rogério Marinho e um da Senadora Lúcia Vânia.

Em votação na representação do Senado, ressalvados os destaques. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na Câmara.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Posso emitir meu voto sobre os destaques, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – O relatório está em votação na Câmara, Deputado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham, ressalvados os destaques. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação agora no Senado, ressalvados os destaques.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação dos destaques.

Destaque nº 1.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – O parecer é pela aprovação deste destaque, Sr. Presidente.

Em relação aos Destaques nº 1 e 2, sugiro aprovação, mas rejeito o Destaque nº 3.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Deputado Márcio Reinaldo, deixe-me fazer a leitura do destaque; depois V.Exa. apresenta seu parecer.

O Destaque nº 1, do Deputado Rogério Marinho, é para supressão total do art. 1º do Substitutivo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Há acordo.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Eu subscrevo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, se eu puder subscrever também, eu o farei, porque foi um acordo feito com o Governo para que nós votássemos a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Subscrito pelos Deputados Claudio Cajado e Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – É o que estabelece em quatro meses, não é isso? Eu queria confirmar com o Relator se é o que estabelece quatro meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Quero deixar claro aqui que, do ponto de vista regimental, não seria possível, mas como é fruto desse acordo, é bom ficar claro que está o.k., sem problema nenhum.

Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – A apresentação do destaque supressivo foi acolhida?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Isso. Inicialmente, houve a subscrição do Deputado Claudio Cajado e Gilmar Machado, devido ao acordo que existia na matéria.

Como V.Exa. chegou agora, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, o nosso destaque, subscrito pelos Líderes Claudio Cajado e Gilmar Machado, tem o objetivo de suprimir os §§ 1º e 2º do Substitutivo que está sendo apresentado pelo Relator Márcio Reinaldo.

A nossa intenção, Sr. Presidente, é justamente a de fazer com que o Orçamento, no que tange ao PAC, tenha maior visibilidade e transparência, como, na verdade, rege a nossa Constituição.

Nós, então, estamos propondo que volte a redação do texto anterior da Lei de Diretrizes Orçamentárias e que, em vez de esse relatório ser apresentado a cada 6 meses, inclusive 60 dias depois do mês de agosto, depois do relatório – ou seja, teríamos só um relatório anual –, estamos propondo que seja quadrimestral, como era anteriormente. Então, teria esta Comissão de receber, pelo menos três vezes durante o ano, um relatório circunstanciado sobre o andamento do PAC, que é a principal ação de investimento do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Com a palavra o Relator, o Deputado Márcio Reinaldo.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Bom, Sr. Presidente. Houve acordo na Comissão sobre a supressão desse item. Portanto, nós sugerimos a aprovação do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Em votação, na Câmara, esse destaque, que tem parecer favorável do Relator Márcio Reinaldo.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O destaque será encaminhado.

O Destaque nº 2, também de autoria do Deputado Rogério Marinho, visa à supressão total do art. 2º do substitutivo.

Com a palavra o autor do destaque, Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, o destaque é na mesma linha do anterior. Nós estamos pedindo a supressão de um texto do substitutivo que faz alusão à possibilidade de que o Governo ofereça, à Comissão de Orçamento, um relatório semestral. Então, na mesma linha anterior, fizemos um destaque supressivo que certamente será acolhido por nossos pares e que é fruto de acordo anterior no âmbito da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Com a palavra o Relator, O Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Considerando também o acordo da bancada, eu opto pela aprovação desse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – O.k. O destaque teve o parecer favorável do Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado também no Senado.

Destaque nº 3, Emenda nº 001, da Senadora Lúcia Vânia. Uma vez que a Senadora não está presente, o destaque fica prejudicado.

Dando continuidade à Ordem do Dia, passamos para o Item 3 da Pauta nº 21: apreciação do relatório apresentado da Projeto de Lei nº 11, de 2011-CN, que '*Abre, ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura e DE Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar (...)*'.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Pois não.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Nós fizemos uma solicitação de inversão de pauta para aprovar um projeto extrapauta, O que já teve o acordo de todos. Tivemos uma audiência no Supremo Tribunal Federal, e foi acordado com todos fazer essa inversão. É o PLN nº 25.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Deputado, não houve acordo; então, vamos terminar isso aqui.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Não, Sr. Presidente. Houve acordo. Houve acordo, e o Presidente solicitou a aquiescência de todos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, na verdade não é inversão de pauta, é um projeto extrapauta. Vamos ter de incluir na pauta como acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Sendo extrapauta, não há como invertermos a pauta. Logo em seguida, V.Exa. apresentará o seu requerimento.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 11, de 2011, que *'Abre ao orçamento fiscal da União, em favor dos Ministérios de Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$135.786.558,00 (cento e trinta e cinco milhões, setecentos e oitenta e seis mil quinhentos e cinquenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente'*.

Relator: Deputado Wellington Roberto.

Foram apresentadas 27 emenda, e o voto é favorável nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nº 3, 7, 10, 17, 22 e 24 e pela rejeição das demais.

Com a palavra o Relator, para a apresentação do seu parecer.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei nº 11, de 2011, do Congresso Nacional, que *"Abre ao orçamento fiscal da União em favor dos Ministérios de Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$135.786.558,00 (cento e trinta e cinco milhões, setecentos e oitenta e seis mil quinhentos e cinquenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente"*.

Vou me ater à leitura do voto, Sr. Presidente.

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma vez que objetiva reforçar as dotações orçamentárias em programações constantes na lei orçamentária vigente (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011).

Observa-se ainda que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal, na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, na LDO de 2011, e na Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, PPA 2008/2011.

Rejeito a emenda nº 26, uma vez que a proposição indica recursos para Grupo por Natureza da Despesa – GND incompatível com a ação proposta.

Quanto às emendas de nº 1, 2, 4 a 6, 8, 9, 11 a 16, 23, 25 e 27 apresentadas ao Projeto de Lei nº 11, no mérito, por considerar que o acatamento desses pleitos ensejaria redução significativa dos recursos com evidente prejuízo ao programa de trabalho objeto do presente crédito suplementar.

Por fim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, indico as emendas de nº 3, 7, 10, 17, 22 e 24 ao Presidente da Comissão Mista Permanente a que se refere o inciso I do art. 166 da Constituição Federal, para serem declaradas inadmitidas conforme demonstrativo em anexo, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Desse modo, por considerar que o projeto de crédito suplementar em exame não colide com os dispositivos legais relativos à alocação de recursos, submeto a este colegiado o meu voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 11, de 2011, do Congresso Nacional, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

É o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

Em discussão o relatório.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu acho que esse projeto é importante, até porque suplementa recursos para acervos de biblioteca, recursos para treinamento de servidores da área da educação, recursos para implantação de uma série de investimentos no setor audiovisual, etc., e, principalmente, porque prevê também recursos para o querido Estado do Rio Grande do Norte, terra do nosso Líder do PSDB na Comissão, o Deputado Rogério Marinho.

Portanto, quis ressaltar isso, porque a Bahia, sem o Rio Grande do Norte, não tem força alguma nesta Comissão.

Votamos a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Está bem. Endosso as palavras do Deputado Claudio Cajado. Baiano que sou também, estou aqui para corroborar suas palavras.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 22, de 2011-CN, que *"Abre ao orçamento fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R$.8.000.000,00 (oito milhões de reais), para reforço de dotação constante na lei orçamentária vigente"*.

Relator: Deputado João Dado.

Não foram apresentadas emendas. Voto favorável nos termos do projeto.

Pela ausência do Deputado João Dado, nomeio Relator *ad hoc* o Deputado Wellington Roberto, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, vou me ater à leitura do voto.

Voto do nobre Deputado João Dado, do Estado de São Paulo:

"A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, por objetivar o reforço de dotação já constante da lei orçamentária em vigor , Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro 2011, e se formulada de acordo com o que determina o art. 56, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, da LDO de 2011.

Do exame da proposição.

Verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante desse exposto, somos pela aprovação do PLN nº 22, de 2011, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Executivo".

É o voto do Deputado João Dado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento de inclusão na pauta do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 25, de 2011, de autoria do Sr. Deputado Márcio Reinaldo.

Em votação o requerimento.

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 25, de 2011, que *"Abre aos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, em favor da Justiça Eleitoral e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$20.843.096,00 (vinte milhões, oitocentos e quarenta e três mil e noventa e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".*

O Relator, o Deputado Ademir Camilo, está ausente.

Designo Relator *ad hoc* o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, a quem passo a palavra.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, de fato o Relator, o Deputado

Ademir Camilo, teve de se ausentar, mas, antes, S.Exa. nos pediu que nos incumbíssemos dessa matéria, o que V.Exa. oficializa neste momento.

Trata-se de um crédito de R$20.843.096,00 para reforço da Justiça Eleitoral e do Ministério da Defesa.

Com relação à Justiça Eleitoral, a solicitação foi aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça, nos termos do Parecer de Mérito nº 3.780, de 19 de julho de 2011.

Passamos ao voto do Relator.

"A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, por objetivar o reforço de dotação já constante da Lei Orçamentária em vigor, Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, e ser formulada de acordo com o que determina o art. 56 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, LDO de 2011.

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN 25, de 2011,na forma proposta pelo Poder Executivo."

Este é o voto, Sr. Presidente.

Em votação o relatório do Deputado Márcio Reinaldo.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. e Sras. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se acham.

(Pausa.)

Aprovado o relatório do Deputado Márcio Reinaldo.

Na próxima semana, teremos o feriado do dia 12 de outubro, quarta-feira. Na terça-feira à tarde, mais cedo, é possível que o número de Parlamentares esteja aqui diminuído. Eu queria ouvir de cada um dos senhores a possibilidade de não realizarmos reunião na próxima terça-feira, transferindo-a para o dia 18 de outubro.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Já ficou mais ou menos acertado isso na reunião do Colégio de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Só que temos de aprovar aqui pelo Plenário. Então , havendo a concordância de todos, em virtude da falta de acordo para votação das matérias constantes das pautas, encerro os trabalhos, antes convocando reunião ordinária para o dia 18 de outubro, às 14h30min, neste plenário.

Declaro encerrada a reunião

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 18 E 19 DE OUTUBRO DE 2011.

Aos dezoito e dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, nos plenários 2 e 14 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 24 e 25/2011. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros:**– Deputados titulares**: Ademir Camilo, Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, João Magalhães, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; **– Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Cyro Miranda, João Vicente Claudino, Ricardo Ferraço, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro; **– Deputados suplentes:** Alex Canziani, Arthur Lira, Carlos Magno, Darcísio Perondi, Domingos Sávio, Geraldo Resende, Gorete Pereira, João Carlos Bacelar, José Airton, Pedro Chaves, Roberto Teixeira, Sueli Vidigal, Vaz de Lima e Weliton Prado; **– Senadores suplentes:** Delcídio do Amaral, Inácio Arruda e Lídice da Mata. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: Efraim Filho, George Hilton e Vitor Penido; e **– Senadores**: Francisco Dornelles, Jayme Campos, Magno Malta e Sérgio Petecão. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e oito minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o 3º Vice-Presidente, Deputado Roberto Britto (PP/BA), no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput do art. 14 do mesmo Diploma Legal,* declarou abertos os trabalhos e informou que havia *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. Em seguida, passou a apreciação das Atas das seguintes reuniões: 18ª Reunião Ordinária, realizada no dia 13/9/2011; 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 14/9/2011; 19ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20/9/2011; 8ª Reunião Extraordinária, realizada no dia

28/9/2011; e 9ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 5/10/2011. Por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXPEDIENTE:** conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e às Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA:** O Presidente em exercício informou que na reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, ficou acordada, apenas, a apreciação dos itens 8 e 9, da Pauta nº 24. Pauta nº 24/2011. 8 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 20/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 593.754.077,00 (quinhentos e noventa e três milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, setenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária de 2011". Relator: Deputado Geraldo Simões. Foram apresentadas 136 emendas. Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, com emenda de relator e com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 6 a 9, 11, 12, 15, 16, 21, 22, 24 a 26, 28, 31 a 34, 41, 47, 50, 54 a 60, 82, 83, 90, 96, 97, 99 a 101, 104, 128, e 131 a 136, e pela rejeição das demais. O relator apresentou o voto constante do Relatório. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n° 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. Os Deputados Rogério Marinho (PSDB/RN) e Claudio Cajado (DEM/BA) discutiram a matéria. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 9 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 21/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R$ 10.930.000,00 (dez milhões, novecentos e trinta mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Nilton Capixaba. Foram apresentadas 22 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, e pela rejeição das emendas apresentadas. O relator apresentou o voto do Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Rogério Marinho (PSDB/RN), Claudio Cajado (DEM/BA), Edmar Arruda (PSC/PR) e Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG). Os Deputados Andre Vargas (PT/PR) e Arlindo Chinaglia (PT/SP), Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2012, teceram comentários sobre o Relatório da Receita, apresentado ao Projeto de Lei nº 28/2011-CN (PLOA para 2012), cuja apreciação foi adiada para o dia seguinte. A discussão foi encerrada. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Concluída a apreciação das matérias acordadas na reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias da CMO, o Presidente em exercício suspendeu a reunião. Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o dia seguinte, às 9h30min, no plenário 14 da Câmara dos Deputados. Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia 19 de outubro, o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) declarou reiniciados os trabalhos e informou que havia Requerimento apresentado pelo Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) para inversão de pauta, com o objetivo de apreciar como primeiro item da Ordem do Dia o **Relatório da Receita,** apresentado ao **Projeto de Lei nº 28/2011-CN,** (PLOA para 2012), item 1, da Pauta nº 25/2011. Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Pauta nº 25/2011.1– **Relatório da Receita** apresentado ao **Projeto de Lei nº 28 de 2011-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012". (PLOA para 2012). Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz. Foram apresentadas 4 emendas de Renúncia de Receita. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2012, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes da aprovação das 29 (vinte e nove) emendas de Relator, e rejeição das 4 (quatro) emendas apresentadas à Renúncia de Receita. O Relator apresentou resumo do Relatório da Receita e a Errata. O Presidente teceu elogios ao trabalho realizado pelo Relator. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN*, *alterada pela de nº 3/2008-CN,* o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas parlamentares e de Relator, que foi **aprovada por unanimidade** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Claudio Cajado lamentou a ausência de manifestação do referido Comitê. Iniciada a discussão, fizeram uso da palavra para cumprimentar e parabenizar o Senador Acir Gurgacz, destacando a importância de seu trabalho na elaboração do Relatório da Receita e da Errata, os Deputados Arlindo Chinaglia

(PT/SP), Gilmar Machado (PT/MG), Rogério Marinho (PSDB/RN), Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) e Claudio Cajado (DEM/BA). Foi encerrada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório da Receita com a Errata foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Senador Acir Gurgacz teceu agradecimentos aos parlamentares pela votação do Relatório e às equipes de trabalho do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do seu gabinete que prestaram-lhe assessoramento na elaboração da matéria, e elogiou o Deputado Gilmar Machado pelo Seminário Regional realizado em Uberlândia – MG. Logo após, o Presidente informou que o Deputado Gilmar Machado (PT/MG) sugeriu à CMO a realização de reunião formal com o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, para tratar sobre os efeitos das decisões daquele Tribunal sobre a continuidade ou interrupção de obras do Departamento Nacional de Infraestrutura em Transporte – Dnit, e oportunamente a Secretaria da CMO agendará a referida reunião. A seguir, o Deputado Arlindo Chinaglia, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2012, comunicou que entregará o Relatório Preliminar ao Projeto de Lei Orçamentária para 2012 (Projeto de Lei nº 28/2011-CN) no dia 20 de outubro de 2011, e o prazo para apresentação de emendas será nos dias 21, 24 e 25 do mesmo mês, pretendendo votar o Relatório Preliminar com as emendas apresentadas no dia 27 subsequente. Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão para deliberação dos outros itens da pauta, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias a seguir relacionadas: Pauta nº 24/2011. **1 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R$ 24.376.000,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente". Relator: Senador Eduardo Braga. Foram apresentadas 14 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nº s 1 a 14. 2 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Foram apresentadas 42 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36, e 38 e pela rejeição das demais. 3 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 8/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 90.980.000,00 (noventa milhões, novecentos e oitenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Deputado Roberto Britto. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. 4 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Marçal Filho. Foram apresentadas 23 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais. 5 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Acir Gurgacz. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. 6 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências." Relator: Senador Sérgio Petecão. Foram apresentadas 5 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas. 7 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Wellington Roberto. Foram apresentadas 69 emendas. Voto: favorável nos termos

do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 67 e pela rejeição das demais. 10 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 23/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 1.124.446.832,00 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e trinta e dois reais), em favor de empresas estatais, para os fins que especifica." Relator: Deputado Rubens Bueno. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. 11 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 26/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 71.758.918,00 (setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezoito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Deputado Andre Vargas. Foram apresentadas 8 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 6 e pela rejeição das demais. 12 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 27/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Weliton Prado. Foram apresentadas 4 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 4. 13 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)". Relator: Senador Jayme Campos. Voto: pelo arquivamento da matéria. 14 – **Requerimento nº 16/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados". Autor: Deputado Efraim Filho. 15 – **Requerimento nº 17/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional". Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto. 16 – **Requerimento n° 23/2011-CMO**, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A– PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. 17 – **Requerimento n° 24/2011-CMO**, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária – CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina". Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos. 18 – **Requerimento n° 25/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega". Autor: Senador Vital do Rêgo. 19 – **Requerimento n° 26/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento – Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da INFRAERO*".(Ministro da Defesa, Senhor Celso Amorim; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora Miriam Aparecida Belchior e o Presidente da Infraero, Sr. Gustavo do Vale)*. Autor: Deputado Marçal Filho. 20 – **Requerimento n° 27/2011-CMO**, que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário". Autora: Deputada Luciana Santos. 21 – **Requerimento n° 29/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste– FCO -, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da Sudeco e do Presidente do Banco do Brasil S.A." Autor: Deputado Marçal Filho. 22 – **Requerimento n° 30/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa",

com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica". Autor: Deputado Marçal Filho. 23 – **Requerimento n° 31/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome". Autor: Deputado Marçal Filho. 24 – **Requerimento n° 33/2011-CMO**, que "Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS e a Petróleos de Venezuela S/A – PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. 25 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 35/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: pelo arquivamento da matéria. 26 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 12/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: pelo arquivamento da matéria. **ENCERRAMENTO:** Concluída a apreciação das matérias acordadas em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias da CMO, o Presidente encerrou os trabalhos. Antes, comunicou que haverá no dia 26 de outubro, às 14 horas, na sala de reunião da Presidência da Comissão, reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, para tratar sobre os Relatórios Preliminares dos Projetos de Leis nº 28/2011-CN e nº 29/2011-CN, respectivamente, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 e Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2012/2015. Os trabalhos foram finalizados às dez horas e trinta minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Vital do Rêgo. Presidente. O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Britto) – Havendo número regimental, declaro iniciada a 20ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes nas Pautas nºs 24 e 25 de 2011.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se sobre a mesa de trabalhos.

Há *quorum* para deliberação nas duas Casas, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Apreciação das atas.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea *t* do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 18ª Reunião Ordinária, realizada no dia 13 de setembro de 2011; 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 14 de setembro de 2011; 19ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20 de setembro de 2011; 8ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 28 de setembro de 2011, e 9ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 5 de outubro de 2011.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas estão em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Expediente.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo, ainda, que a lista com os expedientes será enviada, por correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Ordem do dia.

Pauta nº 24.

Conforme acordo prévio de Lideranças, vamos votar os Itens 8 e 9.

Item 8.

Apreciação do relatório apresentado do Projeto de Lei nº 20, de 2011, do Congresso Nacional, que *"Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$593.754.077,00 (quinhentos e noventa e três milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, setenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária de 2011".*

Relator: Deputado Geraldo Simões.

Foram apresentadas 136 emendas.

Voto: favorável, nos termos do substitutivo apresentado, com emenda de Relator e com indicação pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 6 a 9, 11, 12, 15, 16, 21, 22, 24 a 26, 28, 31 a 34, 41, 47, 50, 54 a 60, 82, 83, 90, 96, 97, 99 a 101, 104, 128 e 131 a 136, e pela rejeição das demais.

O Relator está com a palavra para a apresentação do seu relatório.

Com a palavra o Deputado Geraldo Simões.

O SR. DEPUTADO GERALDO SIMÕES – Sr. Presidente, com a sua permissão, eu vou direto ao voto, repetindo as suas palavras, inicialmente com indicação pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 6 a 9, 11, 12, 15, 16, 21, 22, 24 a 26, 28, 31 a 34, 41, 47, 50, 54 a 60, 82, 83, 90, 96, 97, 99 a 101, 104, 128 e 131 a 136, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 5, 10, 13, 14, 17 a 20, 23, 27, 29, 30, 35 a 40, 42 a 46, 48, 49, 51 a 53, 61 a 81, 84 a 89, 91 a 95, 98, 102, 103, 105 a 127, 129 e 130, e pela aprovação do PL nº 20, de 2011, do Congresso Nacional, na forma do substitutivo em anexo, com a Emenda de Relator nº 1.

Esse é o voto do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão.

Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, nesse PL há uma preocupação muito grande por parte de vários membros do Governo e também de Deputados aqui da Casa, já que se trata de um PL que suplementa recursos para as Fundações de Saúde e para a Fundação Oswaldo Cruz, principalmente para os programas de doenças crônicas, programas ambulatoriais, programas importantes para a saúde da população como um todo.

Eu quero fazer aqui uma pequena reflexão a respeito desse tipo de projeto. O Governo tem, ao longo dos anos, feito um Orçamento que se preocupa muito pouco com a sua aplicação, com a sua veracidade em relação à realidade das coisas.

Nós estamos no mês de outubro, existe uma série de PLs de crédito. O Governo alega que, desde o final do mês de julho, princípio de setembro, acabaram as dotações orçamentárias para projetos tão importantes, como é o caso do Farmácia Popular, que atende doentes crônicos de hipertensão e diabetes. Essa é uma demonstração de que o Orçamento precisa de mais seriedade na sua elaboração, para, quando da sua execução, não incorrer em situações como essa.

Nós estamos, Sr. Presidente, há algumas semanas sem apreciar esse PL, porque o Governo, quando apresentou o PL, apresentou como uma das fontes de suplementação para esse recurso emendas individuais de Parlamentares, na dotação de assistência à saúde. Então, é a maneira como chega a esta Casa.

Nós só tivemos condições de conversar com representantes do Ministério da Saúde na semana passada, para termos um esclarecimento do motivo pelo qual o Governo estava anulando dotações orçamentárias provenientes, por exemplo, de emendas individuais de Parlamentares.

Então, nós votamos favoravelmente. Todos nós aqui somos a favor de que a saúde pública atenda o conjunto da população, até de maneira muito mais abrangente do que atende hoje, mas queremos chamar a atenção desta Casa e principalmente das autoridades governamentais para a necessidade de, na elaboração do Orçamento, haver maior cuidado na sua execução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, nós concordamos com a votação desses créditos porque, ainda que tenha havido um equívoco por parte do Governo em não fazer o seu planejamento de forma a não adotar suplementações como essa, nós não podemos deixar desatendidos aqueles que serão beneficiados com o acesso principalmente, dentro de outras ações, aos medicamentos que o Governo Federal fornece. Isso porque, se o Governo tivesse planejado não ter que utilizar emendas parlamentares para alocação de recursos com vistas à distribuição desses medicamentos, por essa ou por aquela razão – e eu não quero entrar no mérito da decisão do Governo de não permitir a execução desses recursos –, nós não estaríamos aqui suplementando o Orçamento para algo tão importante, que são os medicamentos populares.

Eu acho isso algo muito grave, porque vai de encontro a uma política pública de saúde. E tudo o que venha prejudicar, nós temos que efetivamente criticar. É isso o que nós estamos fazendo. Faltou diretriz, faltou planejamento, faltou organização, faltou previsibilidade ao Governo Federal, na área da saúde, para evitar esse tipo de posição. Nós não temos alternativa a não ser aquiescermos, porque não podemos prejudicar aquelas pessoas que, aos milhares, necessitam desses medicamentos.

Por isso tanto o PSDB quanto o Democratas e o PPS aquiescemos a votar essa suplementação, numa demonstração clara de que, por falta de planejamento e equívoco do Governo, resta ao Parlamento corrigir o

problema, para que a população, principalmente aquela de baixa renda, possa se socorrer da saúde pública, dos hospitais públicos para a obtenção gratuita dos medicamentos indispensáveis à sua vida.

Por isso, nós orientamos o voto "sim", esperando que o Governo aprenda e não incorra em novo erro no próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Continua franqueada a palavra. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 9 da pauta.

Apreciação do relatório apresentado no Projeto de Lei nº 21, de 2011, que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R$10.930.000.00 (dez milhões, novecentos e trinta mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".*

Relator: Deputado Nilton Capixaba.

Foram apresentadas 22 emendas.

Voto: favorável, nos termos do projeto, e pela rejeição das emendas apresentadas.

O Relator está com a palavra para apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quanto às Emendas de nºs 1 a 22 apresentadas ao Projeto de Lei nº 21, de 2011, em que pesem os nobres propósitos de suas iniciativas, decidi por rejeitá-las no mérito, por considerar que o acatamento dos pleitos ensejaria reduções significativas com evidentes prejuízos nas execuções orçamentárias dos programas de trabalho, a implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais, conforme resta configurado na EM que acompanha a proposição.

Desse modo, considerando que o projeto de crédito especial em exame não colide com os dispositivos legais relativos à alocação de recursos, submeto a este colegiado o meu voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 21, de 2011, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Aprovado esse projeto de lei, Sr. Presidente, teremos, com precisamente seis horas de antecedência, o alerta para os acidentes naturais que ocorrem na época das chuvas. Estive com professores da USP e com vários pesquisadores que conhecem muito bem o problema no Rio de Janeiro. Todos disseram ser esse monitoramento muito importante para o País. Com ele, qualquer parte do Brasil poderá receber, seis horas antes, o alerta que permitirá evitar que mortes em número tão alto como têm acontecido.

E repito: rejeitei todas as emendas porque a retirada de qualquer recurso inviabilizaria o Centro, que será montado no interior de São Paulo e que é muito importante para o País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Parabenizo o Deputado Nilton Capixaba pelo relatório, bem como pela justeza do seu pleito.

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, é, sem dúvida nenhuma, um projeto meritório, e nós, a pedido do Relator, o Deputado Nilton Capixaba – apoiado por vários Parlamentares por ocasião de reunião que fizemos nesta Comissão de Orçamentos como preâmbulo para a reunião de Líderes –, concordamos em votar o item, dada a sua relevância.

Mas permita-me, Deputado, fazer algumas observações não sobre o relatório de V.Exa. – um bom relatório, justo e eficaz, que certamente traduz a realidade do pleito –, mas sobre que, novamente, estamos numa situação de imprevidência, porque o Governo apresenta, em meados do mês de outubro, recursos para a instalação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais em São Paulo.

No ano passado e no começo deste ano, nós assistimos, no Rio de Janeiro, a desastres que são recorrentes: no ano anterior ocorreram em Santa Catarina e no ano retrasado, no Nordeste.

É evidente que as autoridades governamentais precisam se debruçar sobre o problema e elaborar um plano integrado para o País, em vez de se restringirem a soluções contingenciais, espasmódicas. O Governo tem demonstrado incapacidade de fazer planejamento de forma adequada, mesmo para uma situação tão importante como a de prevenção para desastres naturais.

Outra questão que levanto, Sr. Presidente, é a do art. 2, relativa à fonte dada para suplementar essa ação tão importante. Chamo a atenção das Sras. e dos Srs. Parlamentares para que a receita decorrente do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial da União, até dois anos atrás, era destinada a pagar nossa dívida, tanto o principal quanto os juros, e a diminuir o nosso déficit, com isso certamente melhorando a condição econômica do País e reduzindo as taxas de juros aqui aplicadas. Mas uma medida provisória editada há dois anos passou a possibilitar ao Governo utilizar esse recurso para qualquer outra situação de forma ilimitada, o que vai de encontro ao seu discurso

de austeridade fiscal e de responsabilidade na aplicação dos recursos da União.

Por fim, Sr. Presidente, um alerta às Sras. e aos Srs. Deputados, às Sras. e aos Srs. Senadores: tivemos hoje na Comissão de Orçamento uma discussão, e o Governo conseguiu adiar a votação da receita para amanhã, sob a alegação de que surgirão, de hoje para amanhã, dados novos a respeito da receita.

Eu temo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, que de hoje para amanhã seja muito grande a pressão sobre o Relator da receita no sentido de que reverta seu posicionamento. Eu quero crer que ele não o fará, até porque está comprovado que esta Comissão, por meio de sua Assessoria e daqueles que tiveram a missão de fazer o relatório de receita, tem sempre estado certa, em contraponto ao relatório encaminhado a esta Casa pelo Executivo.

Quero lembrar que quanto esteve aqui em audiência pública, há um mês ou mês e meio, a Ministra do Planejamento, Míriam Belchior, eu a questionei a respeito do tamanho do PIB imaginado por ocasião do Orçamento, que era de 5% para o próximo ano, e do tamanho da inflação, que, se não me engano, era de algo em torno de 4,5%. Perguntei à Ministra se ela não estava superestimando o PIB e subestimando a inflação no cálculo que fazia com base no relatório que nos apresentava. Ela nos afirmou aqui, em público, ser aquela a meta do Governo e que seria cumprida.

O Relator, de maneira muito lúcida, diminui o tamanho do PIB, de 5% para 4.5% – eu ainda acho que ele está sendo pouco otimista –, ao mesmo tempo em que aumento o percentual colocado na meta inflacionária – e nisso acho que ele está sendo muito tímido.

Então, Sr. Presidente, na verdade, nós devemos – e faço um alerta aos nossos pares – apoiar o relatório do Relator da receita, porque, via de regra, esta Casa tem acertado muito mais do que o próprio Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Mais uma vez, Sr. Presidente, nós concordamos em votar o crédito relativo ao Projeto de Lei nº 21. O nobre Deputado Nilton Capixaba, Relator do PLN, nos fez um apelo em função da importância de o Governo adquirir equipamento capaz de prevenir com antecedência de até seis horas catástrofes, como a que ocorreu no Estado do Rio de Janeiro.

O equipamento poderá prever chuvas e eventuais intempéries climáticas para que vidas não sejam ceifadas por falta desse tipo de informação. País e Governo poderão monitorar o clima e possibilitar que a população receba, previamente, socorro por parte da Defesa Civil.

No entanto, Sr. Presidente, apesar de ser meritório o PLN, insisto em dizer que falta ao Governo planejamento. Como é que nós podemos não criticar uma posição como essa? Por que isso não foi feito antes, em vez de chegar por crédito suplementar?

Certas coisas no Governo, ainda que se corrijam, porque o pior dos mundos é persistir no erro, não podemos deixar passar em branco. Um equipamento simples, de uma utilidade enorme na prevenção de mortes por catástrofes climáticas, que já deveria ter sido adquirido há muito mais tempo, o Governo o pretende adquirir por meio de um projeto de suplementação. Temos o dissabor de ver que não houve planejamento para a aquisição desse equipamento quando da elaboração, no ano passado, do Orçamento a ser executado este ano.

Portanto, ficam, mais uma vez, os nossos pesares pela falta de planejamento o Governo, por sua incapacidade de fazer uma gestão com políticas públicas embasadas – é o que defendemos e o que às vezes falta ao Governo – em critérios técnicos e de visão política.

Que coisas como essa cheguem antes, não por meio de suplementação. Só podemos admitir suplementação, principalmente sem criticá-la – aí a questão será de mérito, não de iniciativa –, quando se tratar de excesso de arrecadação. Suplementação sem ser por excesso de arrecadação, mas para adquirir equipamentos como esse, sinceramente... É muito ruim termos que presenciar esse tipo de comportamento de um Governo que já está estabelecido há quase 9 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, demais pares, têm razão os companheiros de Comissão quando analisam historicamente, em cima do que já foi realizado, que o Congresso Nacional, no que diz respeito à estimativa de receita, por vários motivos, tem, em média, acertado mais do que o Executivo. Mas isso não é uma disputa política. Deve-se ao momento em que a análise é feita, entre outros motivos.

Ocorre que o Governo faz sua estimativa – porque também se trata de uma estimativa – em julho, e o Congresso faz sua estimativa no final de setembro, começo de outubro ou até mesmo em novembro. Seguramente, se isso voltasse para o Poder Executivo nessa época, também o Executivo estimaria de forma diferente.

Isso não diminui o trabalho do Senador Acir Gurgacz. Ele, junto com a equipe do Senado, ao realizar sua estimativa de receita, o fez, digamos, com a sua embocadura pessoal, mas naturalmente também com

os critérios que regem, desde sempre, os trabalhos na Comissão Mista de Orçamento.

Portanto, quando se trata de estimativas, há variáveis econômicas sob o controle do país e há variáveis econômicas sobre as quais nenhum país tem controle, sendo verdade que alguns países têm mais controle do que outros, principalmente as grandes economias. Mas são exatamente essas, notadamente as do bloco do euro, que passam por dificuldades.

Ou seja, eu creio que o adiamento da votação de hoje para amanhã não se deveu a uma disputa entre Governo e Oposição. Deveu-se, em primeiro lugar, à concordância do Senador Acir Gurgacz, que, se ele quisesse ter mantido a votação hoje, teria nosso apoio.

Em segundo lugar, cabe perguntar como é que o relatório de receita poderia ser alterado se, de um lado, o Governo já fez a sua estimativa e, de outro lado, o Congresso já fez a sua estimativa? É possível que estejamos ambos certos, é possível que um esteja mais próximo da verdade do que o outro, é possível que ambos erremos. No processo nós vamos corrigir isso.

Então, eu louvo a preocupação de todos aqueles que ficam nitidamente preocupados com aquilo que, de fato, vai ser arrecadado, até porque qualquer exagero de quem quer que seja resulta em prejuízo para o País.

Meus elogios ao Senador Acir, porque hoje nós testemunhamos, após a reunião dos Líderes, onde alguns de nós ou todos estávamos, ele, de forma generosa, dizer que, *"se, numa conversa técnica, eu ficar convencido de que é melhor fazer a alteração, eu a farei, porque será a atitude mais sábia"*. Agora, nada indica que ele vá fazer, exatamente porque trabalhou de forma bastante árdua no período que antecedeu, inclusive se colocando à disposição de todos, do Governo e da Oposição também, para trocar informações.

Finalmente, acho que o Governo, até pela responsabilidade... Quando uma autoridade econômica de qualquer país fala, muitos se movimentam. Eu vou usar aqui, com ou sem aspas, principalmente o mercado. Então, já que a economia vive de expectativas, vejo com razoável naturalidade que o Governo procure administrar a expectativa.

Acredito que amanhã, no horário em que for chamada a reunião da Comissão, como já foi combinado, nós vamos fazer uma boa discussão e finalmente votar o parecer da receita, que é o que vai balizar nosso trabalho, o dos Relatores setoriais e o a própria Comissão.

Faço essas observações para repartir, com as opiniões de todos nós, a tranquilidade com que nós vamos defender o Brasil. Cada um com sua convicção, procuraremos todos fazer o mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Muito bem.

Com a palavra o Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA – Sr. Presidente, com relação ao projeto PL 21, entendemos ser oportuna, quando não já atrasada, a aquisição de um equipamento que possa dar às pessoas a oportunidade de sair de um local de risco para que vidas não sejam ceifadas. A falta de informação, quando não é possível, é uma coisa. Agora, a falta de informação, quando há meios tecnológicos de tê-la... É um contrassenso, sobretudo num país do tamanho do Brasil, correr o risco de que se repitam as tragédias que vimos acontecer nos últimos anos em Santa Catarina, no Rio de Janeiro e em outros Estados.

Então, entendo necessário aprovarmos esse projeto. No entanto, concordo com os colegas que disseram que nós precisamos nos antecipar ao problema, e não estarmos sempre correndo atrás do rabo, como dizia meu avô. Precisamos sair na frente.

A preocupação com o Orçamento é válida e deve ser discutida, mas o relatório do Senador Acir foi feito com uma equipe, com bastante critério, tendo sido analisado o cenário econômico em que nós estamos vivendo hoje. Portanto, não se pode, sem mais nem menos, fazer alterações sem reais justificativas, mesmo porque estamos vendo que o Orçamento deste ano está acontecendo dentro daquilo que foi aprovado no ano passado, inclusive com um aumento de arrecadação.

Nós tivemos uma reunião com a Receita Federal em que pudemos constatar que o Orçamento, que foi aprovado por esta Casa no ano passado, está equilibrado. O que não está equilibrado é a liberação das emendas dos nobres Deputados que estavam aqui na Legislatura passada, que vêm sofrendo com a falta dessas emendas e também do pagamento dos restos a pagar.

Então, eu vejo que é muito importante que, agora, quando vamos fazer o Orçamento da União para o ano que vem, tenhamos, sim, essa preocupação com relação à receita, mas que possamos também prevenir. Por exemplo, eu vi no PPA um aumento para a saúde de apenas 7 bilhões de reais, quando nós já temos uma informação do Governo de que seriam necessários 40 bilhões.

Ou seja, nós temos que trabalhar neste Orçamento, e está aqui o nosso eterno Presidente Arlindo Chinaglia, que é o nosso Relator, para que possamos realmente contemplar as áreas que são importantes. Por exemplo, sobre esse adicional de crédito para a compra desse equipamento, nós sabemos que naquele corte de 50 bilhões, aqui, no Ministério de Ciência e Tecnologia, foi praticamente zerado o investimento dentro do Ministério de Ciência e Tecnologia. Então, havia uma previsão orçamentária no ano passado,

mas que infelizmente acabou não acontecendo por conta daquele corte que nós tivemos de 50 bilhões. Mas antes tarde do que nunca. Acho que temos que parabenizar o Governo por mandar esse projeto, adquirir esse equipamento, aparelhar o nosso País para que possamos realmente prevenir com antecedência aquilo que tem assolado o País e ceifado muitas vidas de irmãos brasileiros.

Então, Presidente, é isso. Somos favoráveis à aprovação do projeto e queremos que seja feita realmente uma análise bastante criteriosa antes que seja alterado esse relatório de receita feito pelo nosso relator, o Senador Acir.

Então, era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Com a palavra o Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu só gostaria de deixar também registrado o meu apoio a essa iniciativa do Nilton Capixaba de pedir a inclusão dessa matéria na pauta de hoje, porque eu acho de fundamental importância esse apoio ao INPE, que vai se equipar adequadamente para ajudar na prevenção desses acidentes temporais. Foi inclusive um pleito do Ministério da Integração Nacional que nós déssemos um apoio forte a programas de prevenção de acidentes temporais.

Infelizmente, na LDO, essa matéria foi vetada, mas precisamos realmente abrir os olhos para esse item aqui no Orçamento porque, realmente, hoje, o que acontece de acidente temporal é muito forte. Eu ouvia ontem que Nova Friburgo está de novo em pânico com as primeiras chuvas que chegam, de maneira que é um assunto que está no Rio de Janeiro, está em Santa Catarina, está em Minas, está no Rio Grande do Sul, São Paulo. Então, estamos vendo isso a todo momento e é importante que nos conscientizemos cada vez mais dessa ameaça que há sobre as cidades e sobre a nossa população.

Sobre a receita, que tanto foi falada, não vejo problemas. Pela justificativa do Relator foram dois erros, um na transferência do Salário-Educação e outro no cálculo da receita primária líquida. Então, de qualquer maneira, o Governo quer ponderar sobre isso, mas vamos deixar para amanhã efetivamente.

De qualquer maneira, acho que o PL nº 21 é de alta valia e de alta importância que seja efetivado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Muito bem, Deputado Márcio Reinaldo.

Com a palavra o Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Sr. Presidente, apenas para destacar o trabalho do Senador Acir Gurgacz, que tem toda confiança não só do Governo como deste Plenário.

Tem sido feito, ao longo de vários anos, reestimativas de receitas que normalmente se confirmam. Normalmente, o Governo diz que é menos, todos os anos, e tem se confirmado a previsão desta Casa.

Portanto, é claro que dá um tempo para o Governo fazer uma análise, mas não se pode... Quero falar... Está aqui o Deputado Gilmar, representando o Governo. Depois de um longo trabalho do Senador Acir Gurgacz, na última hora, querer dar uma olhada? Por que a Secretaria do Tesouro Nacional não olhou quando foi publicado 15 dias atrás? É a pergunta que faço.

Nós vamos votar, com certeza, amanhã, em horário a ser definido, mas é total a confiança do PT no trabalho do Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação do Senado Federal.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA – Sr. Presidente, quero agradecer ao Presidente por ter feito a inversão de pauta.

Amigos Deputados, acredito que esse projeto é de grande valia, de grande importância para o nosso País. Eu tenho certeza de que uma vida que for salva com esse equipamento que vai ser montado no interior de São Paulo já valeu todo o nosso trabalho, porque uma vida não tem preço. Então, quero parabenizar o Governo.

Acredito, não estou aqui para... Não sou o Líder do Governo para falar pelo Governo, mas o Governo assumiu este ano, é o primeiro ano da Presidenta Dilma, e eu vejo que – quero parabenizar todo o Executivo –, no primeiro, já fez um projeto que, com certeza, vai ser muito importante para o País.

Quanto que o País tem gastado com as vidas que têm sido ceifadas em nosso País? Quanto prejuízo tem sido com os acidentes, com tudo que tem acontecido? Então, acho que isso aí é muito importante e quero parabenizar o Governo com tudo isso aí que aconteceu.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – A Presidente Dilma tem um ano de Governo, mas tem oito do Governo anterior! Portanto, ela já tem nove governando. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Então, quero parabenizar também o nosso Relator Nilton Capixaba pela sua sensibilidade e por ter conseguido incluir na pauta na nossa reunião de Líderes.

Neste instante, eu gostaria de suspender os nossos trabalhos, antes convocando a continuação desta reunião ordinária para amanhã, dia 19, quarta-feira, às 9h30min, no Plenário 14. Plenário 14, amanhã, 9h30min.

Declaro suspensa esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito bom dia a todos, senhoras e senhores.

Peço a V.Sas. para se assentarem em seus lugares; e aos Srs. Deputados e Senadores, em suas bancadas.

Peço desculpas e, ao mesmo tempo, agradeço à Câmara dos Deputados a cessão deste auditório. O auditório permanente da Comissão Mista de Orçamento é o Auditório 2, mas, por força de determinação anteriormente assumida, a Comissão de Meio Ambiente tem uma reunião conjunta, e nós estamos aqui no Auditório 14 para iniciar ou dar continuidade à reunião de ontem.

Declaro reiniciada a 20ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº 24 e 25.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos.

Requerimento de inversão de pauta, no sentido de apreciar o item único da pauta.

Peço inclusive a atenção dos Deputados Gilmar, Cajado e Arlindo, porque eu não fiquei até o final da reunião, para confirmarem se é exatamente isso.

Requerimento de inversão de pauta no sentido de apreciar o item único da Pauta nº 25, que é o Relatório de Receita ao PLN nº 28, de 2011.

O requerimento de inversão de pauta está em votação na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Deputado Raimundo está com a palavra.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, só para um esclarecimento. Nesse sentido, é com a errata que foi apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a errata que foi apresentada.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Ou seja, não houve nenhuma alteração a partir dessa errata.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Onde está o Senador Acir Gurgacz? Eu quero que o senhor, por favor, fique aqui ao meu lado direito, embora o senhor seja do PDT e sempre esteja à esquerda do processo.

O Senador Acir é o nosso Relator de Receita.

Apreciação do Relatório de Receita apresentado ao Projeto de Lei nº 28, de 2011, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – O senhor declarou aprovada a inversão?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Aprovada. Passei a palavra a Raimundo depois que declarei aprovada.

Relator de Receita – Senador Acir Gurgacz.

Foram apresentadas quatro emendas de renúncia de receita.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2012 no que concerne às estimativas de receitas nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes da votação das 29 emendas de Relator e rejeição das quatro emendas apresentadas à renúncia de receita.

O Relator da Receita está com a palavra para apresentação do seu relatório e da respectiva errata.

O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da Comissão Mista de Orçamento.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, em atenção ao disposto no art. 35, § 2º, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Exma. Sra. Presidente da República, encaminhou ao Congresso Nacional, em 31 de agosto do corrente ano, Projeto de Lei nº 28, de 2011, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012.

Por indicação das Lideranças partidárias e designação do Sr. Exmo. Presidente da Comissão Mista de Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Vital do Rêgo, foram-nos atribuídas as tarefas de avaliar e relatar a receita orçamentária para o exercício de 2012.

Conforme é de conhecimento, a avaliação das estimativas de receita é realizada ao amparo do que estabelece o art. 166, § 3º, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, em obediência ao disposto no art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Resolução nº 1, de 2006...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Senador Acir.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O relatório foi distribuído desde ontem. Não sei se poderia, pedindo desculpas pela interrupção...

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Mas atendendo ao... O senhor poderia fazer uma exposição rápida, porque estão...

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Por causa do tempo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – E nós temos...

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – O nosso relatório foi elaborado com o auxílio do Comitê de Avaliação da Receita, de que trata o art. 23 daquela resolução.

Além deste Relator, integram esse Comitê os Senadores Lídice da Mata e Francisco Dornelles, os Deputados Geraldo Simões, Zé Geraldo, Genecias Noronha, Domingos Sávio, Márcio Reinaldo Moreira, Gonzaga Patriota e Jorge Pinheiro, aos quais agradeço.

Este documento, que observa o estabelecido no art. 34 da mesma Resolução, procurou, a partir do exame da conjuntura econômica, da evolução recente da arrecadação e de hipóteses de comportamento das principais variáveis macroeconômicas, avaliar a metodologia e as estimativas de receitas contidas no PLOA 2012.

As emendas à Receita de renúncia de arrecadação somaram quatro unidades e também são objeto de consideração neste relatório.

A conclusão deste relatório é que as receitas primárias constantes do Projeto de Lei Orçamentária 2012 estão estimadas abaixo do seu potencial de arrecadação esperado para esse exercício.

Em função disso, como mostramos em tabela da errata, as receitas primárias para 2012, brutas e líquidas, de R$1.097,3 bilhões e R$911,7 bilhões para R$1.127,3 bilhões e, líquida, R$937,8 bilhões, mostrando acréscimos de R$29,9 bilhões para receita bruta e R$26,1 bilhões para a receita líquida, respectivamente, com relação aos valores contidas na Proposta para 2012.

Esse é o resultado do nosso relatório, Sr. Presidente. Nós ouvimos técnicos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e os técnicos da SOF; reunimo-nos com os técnicos do Congresso, com os demais membros da Comissão e chegamos a essa conclusão.

Estamos muito atentos para o que acontece na economia neste momento, tanto na economia interna brasileira, quanto na economia internacional. Portanto, em qualquer controvérsia que haja daqui para frente, nós estaremos prontos para fazer mudança que seja necessária em função da economia que acontece no Brasil.

Portanto, esse é o nosso relatório, e estamos prontos para continuar os estudos junto com os técnicos do Congresso Nacional, com os técnicos do Executivo, para fazer esse acompanhamento até o relatório final, que será apresentado no mês novembro.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Senador Acir Gurgacz, esta Comissão, especialmente esta Presidência, sente-me muito honrada por ter designado V.Exa. como nosso Relator de Receita. A sua experiência empresarial, o seu tirocínio orçamentário e financeiro, já vindo da iniciativa privada, fez com que esse trabalho fosse muito mais facilitado com os técnicos do Senado e da Câmara, com quem eu me congratulo.

O senhor foi extremamente cioso das suas responsabilidades, procurou interagir com o Ministério do Planejamento o tempo todo, interagir com todas as redes, tanto governamentais quanto não governamentais, auscultando o comportamento da economia mundial e da economia nacional, e usou três parâmetros fundamentais para a execução desse relatório, que foram os parâmetros inflacionários, do crescimento do PIB e da variação cambial. O senhor nos entrega um relatório de receita real, absolutamente real, e pronto para que o Deputado Arlindo Chinaglia, nosso Relator de Despesa, possa trabalhar.

Eu, que acompanho o senhor em todas essas andanças da Comissão de Orçamento, sei da sua responsabilidade na condução desse relatório e espero que outras notícias boas possam vir quando do relatório final da receita.Parabenizo-o. *(Palmas.)* Os parabéns da plateia.

Em discussão.

Deputado Arlindo Chinaglia... *(Pausa.)*

Deputado Arlindo, deixe só...

Tendo em vista que o Comitê de Admissibilidade das Emendas, o CAE, não se manifestou contra as emendas apresentadas, conforme disposto no parágrafo único do art. 25 da nossa Resolução, solicito autorização do Plenário para votação do Relatório de Receita Orçamentário sem a manifestação do Comitê, com a anuência do Plenário.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Só para discutir, Sr. Presidente.

Eu acho isso lamentável, porque o Comitê tinha de, efetivamente, dar o seu parecer. Acho que os membros da Comissão de Orçamento não podem se

furtar à condição de poderem analisar, principalmente essas emendas. É óbvio que nada em detrimento do parecer do Relator, mas os Comitês na Comissão têm de, efetivamente, trabalhar e apresentar os seus relatórios. Isso ajuda muito não apenas o Plenário da Comissão, mas, principalmente, o Plenário do Congresso Nacional.

Portanto, fica feito o meu registro de não concordância com que os Comitês não façam as suas participações. Espero que, daqui para frente, nós possamos corrigir esses graves equívocos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em votação...

(Não identificado) – Em discussão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para discutir. Desculpe, Deputado. Não é discutir o Relatório de Receita.

(Não identificado) – Ainda não?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não. É que o senhor acabou de chegar. Estou pedindo autorização porque não houve manifestação do Comitê de Admissibilidade das Emendas.

Em votação pela representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação pela representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em discussão o parecer da receita.

O Deputado Arlindo Chinaglia está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, demais pares, o objetivo, de maneira muito breve, é homenagear o Senador Acir Gurgacz, que de forma determinada, aplicada, junto com a equipe, naturalmente, de assessores, vem refletindo, ouvindo, propondo ao longo desses meses aquilo que é, e acabou resultando no seu parecer, no que diz respeito à receita.

Como nós trabalhamos com expectativas, evidentemente, tanto o Executivo quanto o Legislativo podemos errar. Entretanto, eu creio que, como acabou de relatar o Senador Acir, ele se dispôs e realizou conversas com o Executivo, eu imagino que não tenha havido concordância sobre tudo. Por consequência, quando o Senador produziu uma errata, isso foi fruto de um método de aperfeiçoamento permanente. Quando se dispôs a dialogar, seja com os Parlamentares da base do Governo, seja com os Parlamentares da Oposição, seja com o próprio Governo, ele o fez com a tranquilidade de quem tinha procurado fazer o melhor. Creio que, neste trabalho, ele nos convenceu a todos.

Como ele próprio ressalta, parâmetros econômicos, macroeconômicos, sobre alguns pode até ser que haja controle, mas, como não somos uma ilha, aquilo que ocorre no mundo pode repercutir de maneira diferenciada sempre, mas repercute em todos os países.

Quero dizer, finalmente, que, além de cumprimentar o Senador Acir, esse seu relatório de Receita vai ser para nós, notadamente para os Relatores Setoriais e para o Relator-Geral, a base do trabalho que procuraremos desenvolver com a mesma atitude de diálogo, de compreensão.

Como o Orçamento acaba trazendo, eu diria, tensões maiores, porque nós temos uma demanda que vai ter que caber num orçamento nitidamente a menor, além de produzir um parecer preliminar, nós queremos manter as portas abertas para o diálogo não só entre nós, Parlamentares, mas também com os segmentos dos três Poderes – Executivo, Judiciário e também Legislativo.

Cumprimento o Senador Acir. Antecipando a nossa opinião, ela é favorável ao seu relatório.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado Arlindo Chinaglia. Agora as nossas atenções voltam-se à V.Exa., mas da forma como V.Exa. colocou, Deputado Arlindo, o trabalho e a preocupação do Senador Acir, ao final da sua oração, da sua fala, ele está permanentemente monitorando os humores da economia mundial. A errata, bem colocou V.Exa., foi exatamente o resultado desse monitoramento permanente. E, graças a Deus, graças à situação econômica, a errata veio positiva; veio com mais 500 milhões de reais.

Por isso que V.Exa. sempre pautou, está muito afinado com o Senador Acir, porque são trabalhos contíguos. V.Exa. depende muito da receita para poder colocar todas as demandas do mundo numa caixinha de fósforo.

Ouço o Deputado Gilmar Machado. O Deputado Rogério Marinho é o último...

Deputado Gilmar, com a palavra, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, eu só quero *(falha na gravação)* ao nosso Senador Acir. Ontem, a razão de nós estarmos pedindo para que fizéssemos a votação hoje quer dizer que entendemos o espírito de como foi montada a errata, porque nos interessava ter realmente um entendimento dessa alteração que foi produzida, mas entendemos que foi para melhor, e, realmente, é a reestimativa que V.Exa. está fazendo, a base de cálculo. Então, para nós não há dificuldade.

Queremos dizer que o Governo tem total confiança na qualidade do trabalho que foi desenvolvido e nos números que estão sendo aqui trabalhados. Isso vai permitir ao Deputado Arlindo que consiga desenvolver um trabalho, porque nós temos alguns problemas que nós vamos ter que enfrentar aqui.

Nós temos que enfrentar o problema dos Estados exportadores. Nós não temos como não enfrentar essa questão. Não temos como não enfrentar o problema da saúde. O Deputado Arlindo, e V.Exa., que andou, e eu quero agradecer a presença do Presidente, que esteve conosco no nosso seminário em Uberlândia, onde ficou muito claro que nós temos que enfrentar a questão da saúde. Não podemos só ficar: *"a Emenda 29..."* Não! Temos o Orçamento, nós vamos ter que colocar e nós vamos ter que ter alguns recursos. Eu tenho certeza de que o Deputado Arlindo está muito preocupado com isso. Nós não temos como fugir desse debate. A questão da agricultura, a questão dos servidores e a questão do Judiciário, nós não temos como fugir desses debates.

Então, eu tenho certeza de que o relatório de V.Exa. vai contribuir em muito para que o Deputado Arlindo possa ter diminuído seus problemas, que não são pequenos, para que a gente possa acertar essas questões, porque nós não podemos mais continuar todos os anos só empurrando.

Lógico que nós não temos condições de atender todas as demandas. O Dr. Calander estava aqui e várias pessoas do Judiciário, que sabem que nós não temos como resolver todos os problemas, mas nós não podemos também só, por não resolver todos, dizer também que eles vão ficar com nada, como aconteceu no ano passado.

Então, eu tenho certeza de que esse relatório contribui, e eu quero dizer que o Governo orienta a votação favoravelmente porque entende que o relatório é consistente. Nós temos que inclusive defendê-lo, para que o País continue enfrentando com seriedade a crise, que não é pequena.

Obrigado. (*Palmas*.)

(Manifestação dos convidados. PCS já!)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado Gilmar Machado. As cinco grandes demandas que V.Exa. colocou como eixos importantes da preocupação da despesa, nós concordamos com elas e esta Comissão se junta a elas.

Deputado Arlindo, antes de o Deputado Marinho falar, eu consulto V.Exa. porque, pela nossa Resolução – e dizendo à imprensa e ao País que nós estamos, passo a passo, cumprindo o nosso calendário, e isso fez com que em 21 dias percorresse, com o Senador Acir e com o Senador Walter Pinheiro, 11 Estados da Federação para fazer as audiências públicas; foi um esforço desta Comissão para cumprir o nosso calendário, que é um calendário muito apertado nessa época –V.Exa. a partir de agora, da aprovação desse projeto, terá um prazo. E eu acho que V.Exa. deve ter esse prazo, mesmo cioso do tempo.

Daí eu consultaria V.Exa. para que, junto com seus assessores, procurasse ver uma data para que nós, oficialmente, agora possamos marcar, dentro da conveniência do Relator-Geral, a apresentação do seu relatório preliminar, que é o balizador – talvez seja a obra mais importante em termos redacionais do que o relatório definitivo –, porque o relatório preliminar tem essa força.

Então, consulto se V. Exa. deseja intervir agora ou depois do Deputado Rogério Marinho. Se V.Exa. estiver pronto para responder...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Primeiro, o prazo é de até 5 dias, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Esse é o prazo da resolução, mas peço a V.Exa. que se sinta à vontade, porque não estamos com...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Eu quero conversar com V.Exa., com o Presidente da Comissão e com alguns pares. E quero fazer um cálculo, digamos, de trás para frente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Retroativo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Retroativo, exatamente porque temos de planejar a votação desse parecer. Como há uma iniciativa que imagino ser inovadora na nossa proposta, isso exigirá, talvez, outros mecanismos de tomada de decisão. Então, temos de conciliar resumidamente e também temos de dar um prazo para os Parlamentares fazerem o emendamento.

Se eu o apresentar hoje, uma vez tendo sido aprovado, teríamos quinta-feira, sexta-feira e segunda-feira para os Parlamentares apresentarem emendas. Não me parece ser a melhor atitude. Eu quero entregar o parecer, possivelmente, amanhã à tarde, para termos sexta, segunda e terça, com o final de semana no meio, para que os Parlamentares tenham melhores condições de tempo de emendamento, ou seja, estará pronto hoje. Entretanto, a entrega atenderá a essa nossa estratégia de funcionamento da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Então, confirmando: amanhã V.Exa. entregará o relatório preliminar.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – É bem possível.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Abrem-se 3 dias de prazo para que sejam feitos os

emendamentos necessários, e o seu relatório preliminar voltaria na quarta-feira da semana que vem, para discussão.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – É isso o que eu quero conversar com V.Exa., inclusive. Essa é a intenção do Relator.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, sobre essa questão – acho que estamos fugindo um pouquinho em relação ao relatório de receita – queria fazer um pedido a V.Exa., Sr. Presidente da Comissão, e ao Relator, Deputado Arlindo Chinaglia. Se o prazo se esgotar na segunda-feira será ruim, porque sabemos que esta semana é uma semana em que funcionamos normalmente na quinta-feira. Então, os Deputados vão retornar na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O prazo é até terça. Sexta, segunda e terça.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Se eu entregar amanhã e não hoje, será exatamente com esse objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Então, está de acordo com o que V.Exa. quer: sexta, segunda e terça.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu sugiro que seja entregue na sexta, para que ficássemos segunda, terça e quarta. Dois dias úteis para se fazer a apresentação das emendas: terça e quarta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Então, marcaríamos na quinta.

Vamos terminar logo a primeira parte?

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho. Vamos fechar a discussão com o Deputado Raimundo Gomes de Matos, último orador inscrito.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, quero inicialmente elogiar o trabalho do Senador Acir Gurgacz. Não tenho dúvida, Sr. Senador, de que o trabalho que V. Exa. fez foi o mais isento possível, pois V.Exa. buscou, junto com a assessoria da Comissão, que é eficiente, competente, testada e provada, justamente aquelas receitas que normalmente o Executivo não nos manda, e o faz por uma situação muito simples: quando entrega o Orçamento a esta Casa não apresenta, por exemplo, a compensação da Lei Kandir, em torno de 4 bilhões de reais. Então, espera que nós encontremos essa receita para fazer essa suplementação. E também o faz porque não complementa os recursos para as emendas, nem individuais, porque a reserva de contingência é de pouco mais de 6 bilhões, e as emendas individuais somam quase 9 bilhões de reais, excluindo as emendas de bancada e as de Comissão, algo em torno de 20 bilhões de reais no total.

Aliás, quero dizer a V.Exa. que fiquei muito preocupado com a quebra do equilíbrio constitucional da independência dos Poderes, porque quem elabora o orçamento de cada Poder é o Poder independentemente. O Judiciário faz o seu orçamento, o Legislativo faz o seu orçamento e o Executivo faz o seu orçamento, e cabe ao Ministério do Planejamento consolidar as propostas e enviar ao Congresso, e a este cabe apreciar o projeto de lei e fazer as eventuais correções para adequar à receita, porque não podemos fugir, evidentemente, do que o País vai, no ano subsequente, arrecadar.

Então, o Governo, por exemplo, descumpriu, nesse caso, com vários argumentos aqui colocados, o preceito constitucional de levar em consideração a independência dos Poderes, e descaracterizou o orçamento do Judiciário, empurrando para o Legislativo a responsabilidade de corrigir essa distorção. *(Palmas.)* Quero, inclusive, dizer que os argumentos que o Governo utilizou podem ter sido os mais justos possíveis, mas descumpriu a Constituição.

Outro fato relevante nesse processo – e fiz questão de falar a respeito disso– é que estamos assistindo a um discurso diferente do primeiro semestre no segundo semestre. O Brasil hoje está numa crise. Escutamos isso do Ministro do Planejamento, do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, da Presidenta da República, dos Líderes do Governo nesta Casa, porque não somos uma ilha. Descobrimos, finalmente, que não somos uma ilha. Vivíamos, então, no reino da fantasia. Achávamos que éramos um País intocável, intangível, blindado para tudo o que acontecia no cenário internacional. Descobrimos, graças a Deus – antes tarde do que nunca –, que o Brasil não é uma ilha. Concordo.

O Relator, Deputado Arlindo Chinaglia, tem uma vasta experiência, presidiu esta Casa com muito cuidado, com muito equilíbrio, de forma equânime. Temos de ter o cuidado, como Legislativo, de dar uma resposta à sociedade que o Governo, aparentemente, não tem tido vontade de dar. O Orçamento deste ano, Senador e caro Relator, Deputado Arlindo Chinaglia, prevê, por exemplo, o aumento de quase 14% no custeio. Eu não me lembro de que o PIB do Brasil tenha crescido 14% do ano passado para este ano, mas o Orçamento deste ano tem quase 14% de aumento em relação a custeio.

Então, estamos continuando a sobrecarregar o País com o tamanho do Estado. Cada vez mais, vemos notícias a respeito de novos Ministérios, de novos cargos comissionados, de novas estruturas governamentais, cada vez mais vigorosas. Em contrapartida, o investimento é, na verdade, represado.

Outra questão que colocamos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, peça que antecede a formulação do Orçamento, foi o Parlamento querer, de forma unâ-

nime – foi votado, por unanimidade, pelo Parlamento e vetado pela Presidência da República –, mecanismos que permitissem que o Orçamento, ao invés de ser uma peça de ficção no que tange a investimentos, passasse a ser uma peça real, que a sociedade tivesse a possibilidade de acompanhar. Nós temos quase 110 bilhões de reais de restos a pagar represados, dos quais quase 60 bilhões são em investimentos. É praticamente um orçamento paralelo. Esses recursos comprimem. Na verdade, eles impedem que os recursos financeiros do ano do Orçamento vigente sejam efetivamente colocados em vigor, porque estamos sempre trabalhando com restos a pagar dos anos anteriores, o que é perfeitamente razoável, desde que seja num percentual muito menor e não praticamente maior do que o Orçamento do ano.

Nós propusemos, Senador – aliás, o Relator Márcio Reinaldo, com a anuência de todos nós, da Comissão, inclusive dos Líderes do Governo, dos Deputados do Governo –, que fosse colocado um redutor de 10%, de tal maneira que no prazo de 10 anos – não seria uma coisa abrupta – tivéssemos uma situação de restos a pagar absolutamente administrável. Infelizmente, o Governo vetou.

Sr. Presidente – sei que outros vão falar, mas é importante dizer isto até para o Relator –, há uma dificuldade em acompanhar a execução orçamentária. Todos os anos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é colocado um dispositivo pedindo que o Governo disponibilize o acesso aos recursos investidos nas estatais, através do sistema de acompanhamento. E todos os anos isso é procrastinado para as calendas gregas. Então, o discurso da transparência é o discurso, mas não é a prática. E estamos agora na iminência de grandes obras de infraestrutura da Copa do Mundo e das Olimpíadas. O exemplo do Pan-Americano está muito próximo. O orçamento era de 400 milhões e terminou em 4 bilhões e com uma série de processos no Judiciário. Agora aprovamos o Regime Diferenciado de Contratação – RDC. Oxalá, esta Comissão tenha condição de fazer o acompanhamento para ajudar a sociedade, para se que evitem, no futuro, distorções, superfaturamentos, desvio de recursos públicos. E essa é a nossa missão como Parlamento, independente de sermos Situação ou Oposição.

Por fim, Sr. Presidente, concluindo, quero lembrar que estamos num momento em que nossa perspectiva de crescimento do PIB tem sido depreciada, e o Governo esteve aqui nesta Casa, por ocasião da audiência pública da Ministra Miriam Belchior. Perguntei à Ministra – quero deixar claro isso aqui –: *"Ministra, V.Exa. manda um orçamento com 5% de crescimento do PIB, com 4% de inflação. Não está sendo muito otimista?"* Ela disse: *"Não, é isso mesmo".* Dez dias depois, muda.

Então, o Governo superestimou o PIB e subestimou a inflação. E essa ação que V.Exa. fez foi no sentido de corrigir justamente essas distorções, porque naturalmente, Senador, sempre o Parlamento tem acertado e o Executivo tem errado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Rogério.

Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos. Depois falará o Deputado Claudio Cajado.

Está encerrado o período de inscrições.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Senador, queremos parabenizá-lo pela condução dos trabalhos, como também parabenizo o Senador Acir Gurgacz pelo relatório e pelas audiências públicas realizadas nos Estados. Mas os Prefeitos, a sociedade em geral, às vezes, ficam sem compreender a peça orçamentária.

Não resta dúvida de que a peça orçamentária, em boa parte, não deixa de ser uma peça fictícia. Por quê? Porque temos o Orçamento de 2007 não realizado, não executado em 2008, 2009, 2010, já estamos trabalhando em 2011 e são criadas expectativas de determinados investimentos em certas áreas, mas não se concretizam. Por isso sempre defendemos que, pelo menos em determinadas áreas, o Orçamento seja impositivo, a fim de assegurar que o que foi aprovado será executado.

O Deputado Rogério se referiu a determinados assuntos que iríamos abordar, mas, para economia de tempo, nós nos damos por satisfeitos, antes parabenizando V.Exa. pelo trabalho realizado, a fim de assegurar recursos com mais transparência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, quero dar meus parabéns ao Senador pelo relatório. Na Comissão, houve consenso no que se refere a aumento de recursos da Receita para que o Relator-Geral, Deputado Arlindo Chinaglia, tenha condições de utilizar esses recursos, com os Relatores Setoriais, para fazer os investimentos necessários, e que os custeios venham cobrir determinadas despesas que não foram priorizadas pelo Governo, visto que, no passado, o Governo resolveu o problema de diversas categorias de trabalhadores, mas deixou, por exemplo, os do Judiciário prejudicados. *(Palmas.)*

Em relação aos recursos que estamos elencando, queremos o comprometimento de que, no ano que vem, eles serão assegurados. Vamos lutar por isso no PPA, vamos lutar por isso no Orçamento. E para este

ano também nós consideramos importante. O Governo priorizou diversas categorias. Por que não as do Judiciários? Os trabalhadores são diferentes entre uma instituição e outra?

Então, o argumento de que não existe dinheiro é falacioso. Segundo, o argumento de que o Governo começou há apenas um ano é também falacioso, porque a Presidente Dilma está há nove anos no Governo. Ela assumiu a Presidência este ano, mas era gestora, Chefe da Casa Civil e Ministra do Governo Lula. Portanto, fazia parte do Governo e poderia ter lutado contra essas questões injustas que permaneceram como legado, uma herança do Governo passado para ela no atual momento.

Dessa forma, vamos não apenas fazer com que esses recursos cubram as defasagens salariais, mas também vamos lutar para ampliar a gama de investimentos de que precisamos. Na realidade, o País faz alguns ajustes. A meta na inflação diverge da realidade. A questão do crescimento, de igual forma.

Nobre Relator, se tivermos de rever a receita, nós o faremos em novembro, como prevê a Resolução nº 1. Portanto, este era o momento de ouvirmos o Governo, nas palavras do Deputado Gilmar Machado: que era preciso aumentar pelo menos em 25 milhões. V.Exa. foi até um pouco mais benevolente, pois aumentou mais do que o Líder do Governo solicitou, na Comissão de Orçamento, e ninguém comentou esse assunto, que considero fundamental.

Portanto, ao lado do Deputado Gilmar Machado, estamos juntos pelo crescimento do País, e parabenizo o nobre Senador Acir Gurgacz pelo relatório.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Senador Acir Gurgacz consegue a unidade da Comissão. Isso é importante.

O relatório de receita e erratas estão com suas discussões encerradas. A discussão e o prazo de apresentação de emendas e destaques também estão encerrados. Não foram apresentados destaques.

O relatório da receita e a errata estão agora em processo de votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está aprovado.

Devolvo a palavra, antes do encerramento, para suas considerações finais, ao Sr. Relator. O resultado, por unanimidade nesta Comissão, mostra a competência de V.Exa.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente quero agradecer a V.Exa. a confiança em mim depositada e o apoio que nos deu nesses meses de tramitação, de discussão e de debates de tema tão importante para o País.

Agradeço aos Deputados Raimundo Gomes de Matos, Claudio Cajado e Gilmar Machado as palavras. Estivemos juntos em Uberlândia, onde foi realizada uma bela audiência pública que nos deu subsídios para trabalhar. Tenho a certeza de que também dará muitos subsídios ao Relator-Geral, Deputado Arlindo Chinaglia, que terá a função daqui para frente de atender, com esse cobertor curto, como V.Exa. diz, as necessidade de todos os segmentos do País, que são muitos, e de fato o recurso é muito pequeno.

Agradeço ao Deputado Rogério Marinho, ao Deputado Arlindo Chinaglia e mais uma vez ao nosso colega e Presidente Vital do Rêgo.

Não poderia deixar de agradecer, Sr. Presidente, à equipe do Congresso, tanto do Senado quanto da Câmara, e também à do meu gabinete – Jô, Márcia Moura, José Fernando Constantino, Mauro, Sidnei, José Rui, Maria Alice e Dalmo. Eles realmente nos ajudaram muito nesse trabalho. Agradeço também à equipe do Executivo.

Nós pedimos informações a todos os departamentos e a todos os Ministérios, que prontamente nos atenderam, facilitando nosso trabalho.

Digo mais uma vez que estaremos alertas, Deputado Gilmar Machado, para as mudanças que poderão vir tanto para melhor quanto para pior. Esperamos que não aconteça nada de errado que venha frustar o Orçamento de 2012. Mas estaremos alertas, tanto a nossa equipe do Congresso quanto a equipe do Governo, para atender a qualquer necessidade com relação à economia no Brasil.

Portanto, agradeço mais uma vez aos pares a votação por unanimidade, o que, para mim, pessoalmente, é muito importante.

Eram estas as minhas palavras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Senador Acir Gurgacz, renovo meus agradecimentos. Gostaria de dizer que nossas atenções a V.Exa. continuarão até que V.Exa. entregue o relatório de receita final, na expectativa de que continue V.Exa.

O Deputado Gilmar Machado propõe que seja realizada uma reunião formal da Comissão, não em caráter ordinário, com membros da Comissão que desejam conversar com o Presidente do Tribunal de Contas da União sobre os efeitos de decisões do Tri-

bunal de Contas da União no sentido de continuidade ou interrupções de obras do DNIT.

Há um processo de estagnação no DNIT, reclamado por todos os Srs. Deputados e Srs. Senadores, e o TCU precisa se pronunciar com relação a determinados acórdãos.

Atendendo à solicitação do Deputado Gilmar Machado, peço à Assessoria Parlamentar e à Secretaria da Comissão que façam contato com o Presidente do Tribunal de Contas da União. Deputado Gilmar Machado, está atendido V.Exa?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parlamentares devem ter algumas obras nas suas regiões, há recurso, mais de 1 bilhão e tanto para pagar, mas não conseguimos. Então, agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Atendido V.Exa. A Secretaria da Comissão estabelecerá a data da reunião e dará conhecimento a todos os senhores.

Antes de encerrar, concedo a palavra ao Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, primeiro acho que fizemos justiça em relação ao trabalho do Senador Acir Gurgacz. E V.Exa. me indagou quanto à entrega do relatório. Se possível, gostaria de concluir, de comum acordo, o procedimento.

Eu fui alertado pela assessoria. Se apresentarmos o relatório amanhã, abriríamos o prazo de emenda para sexta, segunda e terça, com o final de semana, para que houvesse a reflexão individual e das respectivas equipes de cada um dos membros do Congresso Nacional. Eu penso que não podemos deixar para segunda-feira, porque, mesmo se quiséssemos produzir um acordo de votação para quinta, quem não daria conta seríamos nós – eu e a assessoria. Por quê? Vamos imaginar que apareçam módicas cem emendas, todas elas simples, todas elas pensando no Brasil, e teremos de dar parecer.

Então, se entregarmos amanhã, o prazo de emendamento ficaria sexta, segunda, terça. Da terça até quarta-feira, daríamos o parecer sobre as emendas e, se V.Exa. concordar, V.Exa. nos convocaria para votar na quinta-feira.

Quero chamar a atenção para o fato de que precisamos agilizar, porque na semana tem o feriado do dia 2 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – De ofício, concordo com V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Centralizando a decisão.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – É por isso que temos de antecipar. Agradeço o apoio e a compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Temos um feriado e vamos fazer um esforço. A reunião de Líderes será na quarta e a votação do relatório preliminar de V.Exa. será na quinta-feira.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Já ficam marcadas as extraordinárias. Pelo menos, vencemos essa etapa e continuamos seguindo o cronograma.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Muito bem, Sr. Presidente. Senti firmeza.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Tenham todos um bom. Está encerrada a reunião.

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 25 E 26 DE OUTUBRO DE 2011.

Aos vinte e cinco e vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 26/2011. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros:**– Deputados titulares**: André Zacharow, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Geraldo Simões, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, João Magalhães, Luciana Santos, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira e Wellington Roberto. **– Senadores titulares**: Anibal Diniz, Cyro Miranda, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro; **– Deputados suplentes:** Benjamin Maranhão, Carlos Magno, Danilo Forte, Geraldo Resende, Gorete Pereira, Hugo Leal, José Airton, Pedro Chaves e Weliton Prado; **– Senadores suplentes:** Delcídio do Amaral e Lídice da Mata. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: Ademir Camilo, Andre Vargas, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Efraim Filho, Genecias Noronha, George Hilton, Gilmar Machado, José Priante, Rogério Marinho e Vitor Penido; **– Senadores**: Acir Gurgacz, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Ricardo Ferraço e Sérgio Petecão. O Deputado Marçal Filho teve a sua ausência justificada. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e cinco de outubro, e havendo nú-

mero regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo, declarou abertos os trabalhos e informou que havia *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. Porém, em virtude da inexistência de acordo no Colegiado de Líderes da Comissão, informou que suspenderia os trabalhos e convocou a continuação para o dia seguinte, às quatorze horas. Às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e seis do mesmo mês, o Presidente reabriu a reunião. Em seguida, o Deputado Efraim Filho comunicou que não havia acordo para apreciação das matérias da pauta. Em virtude dessa fala, o Presidente comunicou que encerraria os trabalhos. Deixaram de ser apreciadas as matérias constantes da Pauta 26: Ata da 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 18/10/2011; e Ata da 20ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 18 e 19/10/2011. **1 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R$ 24.376.000,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente". Relator: Senador Eduardo Braga. Foram apresentadas 14 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 14. **2 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Foram apresentadas 42 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36, e 38 e pela rejeição das demais. **3 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 8/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 90.980.000,00 (noventa milhões, novecentos e oitenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Deputado Roberto Britto. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. **4 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Marçal Filho. Foram apresentadas 23 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais. **5 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Acir Gurgacz. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. **6 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências." Relator: Senador Sérgio Petecão. Foram apresentadas 5 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas. **7 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Wellington Roberto. Foram apresentadas 69 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 67 e pela rejeição das demais. **8 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 23/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 1.124.446.832,00 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e trinta e dois reais), em favor de empresas estatais, para os fins que especifica." Relator: Deputado Rubens Bueno. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. **9 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para o fim que especifica, e dá outras providências". Relator: Senador Jayme Campos. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. **10 –** Rela-

tório apresentado ao **Projeto de Lei nº 26/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 71.758.918,00 (setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezoito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Deputado Andre Vargas. Foram apresentadas 8 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 6 e pela rejeição das demais. **11 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 27/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Weliton Prado. Foram apresentadas 4 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 4. **12 –** Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)". Relator: Senador Jayme Campos. Voto: pelo arquivamento da matéria. **13 – Requerimento nº 16/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados". Autor: Deputado Efraim Filho. **14 – Requerimento nº 17/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional". Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto. **15 – Requerimento n° 23/2011-CMO**, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A– PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. **16 – Requerimento n° 24/2011-CMO**, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária – CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina". Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos. **17 – Requerimento n° 25/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega". Autor: Senador Vital do Rêgo. **18 – Requerimento n° 26/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento – Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da Infraero".(Ministro da Defesa, Senhor Celso Amorim; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora Miriam Aparecida Belchior e o Presidente da Infraero, Senhor Gustavo do Vale). Autor: Deputado Marçal Filho. **19 – Requerimento n° 27/2011-CMO**, que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário". Autora: Deputada Luciana Santos. **20 – Requerimento n° 29/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste– FCO -, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da Sudeco e do Presidente do Banco do Brasil S.A." Autor: Deputado Marçal Filho. **21 – Requerimento n° 30/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa", com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica". Autor: Deputado Marçal Filho. **22 – Requerimento n° 31/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome". Autor: Deputado Marçal Filho. **23 – Requerimento n° 33/2011-CMO**, que "Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os aportes financeiros

referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A – PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. **24 –** Relatório apresentado ao **Ofício nº 35/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: pelo arquivamento da matéria. **25 –** Relatório apresentado ao **Ofício nº 12/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: pelo arquivamento da matéria. **ENCERRAMENTO:** Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das matérias constantes da Pauta nº 26/2011, o Presidente encerrou a reunião. Antes, cancelou as reuniões convocadas para aquela data, às quatorze horas e trinta minutos e às do dia seguinte, nos seguintes horários: às dez, às quatorze e às dezesseis horas. E, convocou a realização de reunião extraordinária, para o dia 1º de novembro, às 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, para apreciação da Pauta nº 26/2011, dos Relatórios Preliminares com Emendas que serão apresentados aos Projetos de Leis nº 28/2011-CN e nº 29/2011-CN, respectivamente, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 e Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2012/2015 e Relatórios entregues referentes às demais matérias em tramitação na CMO. Os trabalhos foram finalizados às quatorze horas e cinquenta e sete minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Vital do Rêgo. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Boa tarde a todos os senhores assessores, funcionários e jornalistas. Não me refiro aos Deputados e Senadores porque não estou vendo nenhum deles, uma vez que todos estão na sala da Presidência. Não queiram imaginar a gritaria que está lá dentro.

Eu vim abrir os trabalhos, há *quorum* regimental para isso.

Declaro iniciada a 21ª Reunião Ordinária da CMO, destinada à apreciação das matérias da Pauta nº 26/2011. Informo que os avulsos se encontram na Secretaria, como de costume. Há *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares não estão neste plenário, estão na outra sala, mas há *quorum*.

Estamos produzindo hoje um acordo para votar alguns PLNs. Estes, também por acordo, serão adicionados ao relatório preliminar do Deputado Arlindo Chinaglia. Hoje, ao final do expediente, encerra-se o prazo de emendas ao relatório preliminar do Deputado Arlindo Chinaglia. E nós pretendemos votá-lo amanhã, por acordo, para cumprirmos rigorosamente o nosso calendário, haja vista que a próxima semana será difícil, porque teremos um feriado nacional na quarta-feira.

Por isso, estou abrindo a reunião, com a documentação comprobatória de que há *quorum,* e suspendendo-a para retomá-la amanhã às 14 horas para a apreciação ou não dos PLNs acordados e do relatório preliminar do PLOA do Deputado Arlindo Chinaglia.

Está suspensa esta reunião.

Tenham todos uma boa tarde.

Fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Boa tarde a todos.

Declaro reiniciada a 21ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias da Pauta nº 26/2011.

Informo que os avulsos se encontram sobre as mesas de trabalho.

Cancelo a reunião extraordinária convocada para hoje, às 14h30min, e também as reuniões extraordinárias do dia 27 de outubro, amanhã, quinta-feira, às 10 horas, às 14 horas e às 16 horas.

Deputados Rogério Marinho e Efraim Filho, eu consultaria V.Exas., representantes do PSDB e do DEM, sobre o apelo do Senador Walter Pinheiro, dizendo que o Plano Plurianual está sem nenhuma emenda. Já foi estudado com as bancadas. Então, indago se V.Exas. concordariam em deixarmos a reunião de amanhã só para o Plano Plurianual e, na próxima semana, votaríamos o relatório do Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Eu entendo que V.Exa, Sr. Presidente, tem conduzido de maneira equânime, serena e muito equilibrada os nossos trabalhos, mas eu peço a V.Exa. que tenhamos cuidado com o acordo que firmamos hoje com o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Sem dúvida, Deputado, e interrompo V.Exa. para dizer que acordo é acordo. Fiz esse apelo porque o Senador Walter Pinheiro assim me solicitou, e eu não poderia deixar de fazê-lo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Perfeito, Sr. Presidente.

Eu estarei aqui a postos na terça-feira de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Conforme o acordado no Colégio de Líderes, nós estamos votando hoje as atas e o Item 14.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Ficou tudo para terça-feira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Tudo para terça e nada para hoje.

Deputado Danilo Forte, V.Exa. me disse que havia acordo para votar o Item 14...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Estávamos estudando um acordo, Sr. Presidente, mas, diante da ausência do Deputado Claudio Cajado, que conduz os entendimentos, não conseguimos terminar o estudo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito bem, Deputado Efraim.

Ficam, então, os senhores convidados e convocados para a próxima terça-feira, às 10 horas, quando analisaremos o parecer do Deputado Arlindo Chinaglia, a pauta retroanunciada e tudo o que chegar até segunda-feira, conforme Myrna está recomendando.

Está encerrada a reunião.

Uma boa tarde a todos, fiquem com Deus.

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 1º DE NOVEMBRO DE 2011.

Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e onze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 26 e 27/2011. Foi registrado o comparecimento dos membros:**– Deputados titulares**: Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa e Valtenir Pereira; **– Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Cyro Miranda, Magno Malta, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro; **– Deputados suplentes:** Alex Canziani, Ângelo Agnolin, Arthur Lira, Carlos Magno, Danilo Forte, Darcísio Perondi, Geraldo Resende, Pedro Chaves, Roberto Teixeira, Ronaldo Zulke, Sueli Vidigal, Vaz de Lima, Weliton Prado e Zé Geraldo; **– Senadores suplentes:** Delcídio do Amaral, Inácio Arruda, Lídice da Mata e Reditario Cassol. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: André Zacharow, Edmar Arruda, Efraim Filho, Genecias Noronha, George Hilton, José Priante, Vitor Penido, Wellington Roberto; e **– Senadores**: Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Ricardo Ferraço e Sérgio Petecão. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Márcio Macêdo. **ABERTURA:** às dez horas e trinta e oito minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o 2º Vice-Presidente, Senador Cyro Miranda (PSDB/GO), declarou abertos os trabalhos e informou que havia *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. O Deputado Gilmar Machado informou que havia acordo para apreciar somente o item 2 da Pauta 27, Relatório Preliminar apresentado ao Projeto de Lei nº 29/2011-CN – Plano Plurianual para o período 2012-2015. Às dez horas e quarenta e dois minutos, o Presidente, Senador Vital do Rêgo, assumiu a direção dos trabalhos. Discutiu acerca do acordo para apreciação do item 2 da Pauta 27 o Deputado Rogério Marinho, que propôs a apreciação do Relatório Preliminar ao Projeto de Lei Orçamentária para 2012 no dia nove de novembro, após reunião do Colegiado de Líderes da Comissão. Discutiram, ainda, os Deputados Cláudio Cajado, Paulo Pereira, Giroto, Pedro Chaves, Fábio Ramalho, Andre Vargas, Rubens Bueno, Arthur Lira, Darcísio Perondi e o Senador Acir Gurgacz. O Deputado Arlindo Chinaglia, Relator-Geral do PLOA 2012, manifestou-se sobre o seu Relatório. O Deputado Alex Canziani questionou qual seria o prazo para apresentação de emendas ao PLPPA 2012-2015, se aprovado o Relatório Preliminar naquela data. O Presidente informou que o prazo seria de 3 a 12 de novembro. Tendo em vista que o prazo final se daria em dia não útil, por esse motivo, o prazo se estenderia até o dia 14 de novembro de 2011. Houve concordância do Plenário para apreciar somente o item 2 da Pauta 27. O Presidente propôs ao Relator-Geral do PLOA 2012 que no dia 7 de novembro atendessem em audiência, na sala de reunião da Presidência, os coordenadores nacionais de movimentos sociais, do Judiciário, da Saúde e do Ministério Público, com agendamento prévio através de expediente a ser encaminhado à Secretaria da Comissão até o dia 4/11/2011. O Relator-Geral concordou. Finalizando o debate, o Deputado Danilo Forte questionou o Relator-Geral e foi respondido. A seguir, o Presidente passou a apreciação das Atas das seguintes reuniões: 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 18/10/11; 20ª Reunião Ordinária, realizada no dia 18 e 19/10/2011; e 21ª Reunião Ordinária, realizada no dia 25 e 26/10/2011. Por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação,

foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA:** Requerimento de inversão de pauta, do Senador Walter Pinheiro, no sentido de apreciar o item 2 da Pauta 27 inicialmente. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Pauta nº 27/2011. **2 –** Apreciação do **Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 29/2011-CN**, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015". Relator: Senador Walter Pinheiro. Foram apresentadas 27 emendas. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentados pelo Relator, pela aprovação parcial das emendas nºs 21 e 23, e pela rejeição das demais. Foi aberto o prazo para apresentação de destaques. O Relator apresentou o Relatório. Iniciada a discussão, debateram a matéria os Deputados João Dado e Claudio Cajado. Nesse momento, o Presidente informou que a ordem do dia havia sido iniciada na Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram suspensos às doze horas e oito minutos. Às doze horas e dezessete minutos do mesmo dia, o Presidente reiniciou a reunião. Continuaram a discutir a matéria os Deputados Vaz de Lima e Raimundo Gomes de Matos. A seguir, o Relator respondeu aos questionamentos efetuados. O debate foi encerrado bem como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 10 destaques. Em votação, o Relatório Preliminar com Emendas foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. – Apreciação dos destaques: O Presidente leu o disposto no *art. 139 § 2º da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de n°3, de 2008*, ambas do Congresso Nacional, que estabelece: "Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques". O Presidente solicitou autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2)** Destaque com voto do Relator pela aprovação parcial: 6, do Deputado Claudio Cajado, à Emenda 14, de sua autoria. O Relator deu voto pela aprovação parcial. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **3)** Destaques com voto do Relator pela rejeição: 5, do Deputado Claudio Cajado, à Emenda 13, de sua autoria; 7, do Deputado Claudio Cajado, à Emenda 15, de sua autoria; 8, do Deputado Alex Canziani, à Emenda 1, do Deputado Ronaldo Nogueira; 9, do Deputado Alex Canziani, à Emenda 2, do Deputado Ronaldo Nogueira. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* **4)** Destaques retirados pelos autores: 1, do Deputado João Dado, à Emenda 22, de sua autoria; 2, do Deputado João Dado, à Emenda 23, de sua autoria; 3, do Deputado Ângelo Agnolin, à Emenda 20, de sua autoria; 4, do Deputado Ângelo Agnolin, à Emenda 21, de sua autoria; 10, do Deputado João Dado, pela supressão do subitem 2.3.7. Após a aprovação do Relatório, o Presidente informou que submeterá ao Presidente do Senado Federal alteração do cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 29/2011-CN, sugerindo as seguintes datas: apresentação de emendas ao Projeto de Lei: de 3 a 12/11/2011; publicação e distribuição de avulsos das emendas: até 17/11/2011; apresentação, publicação, distribuição e votação do Relatório: até 8/12/2011; encaminhamento do Parecer da CMO à Mesa do CN: até 15/12/2011. Em virtude da inexistência de acordo para deliberação das demais matérias constantes das Pautas, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos. **Deixaram de ser apreciadas** as seguintes matérias: **1 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R$ 24.376.000,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente". Relator: Senador Eduardo Braga. Foram apresentadas 14 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 14. **2 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 7/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Foram apresentadas 42 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36, e 38 e pela rejeição das demais. **3 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 8/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 90.980.000,00 (noventa milhões, novecentos e oitenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Deputado Roberto

Britto. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. **4 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Marçal Filho. Foram apresentadas 23 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais. **5 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Acir Gurgacz. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. **6 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências." Relator: Senador Sérgio Petecão. Foram apresentadas 5 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas. **7 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Wellington Roberto. Foram apresentadas 69 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 67 e pela rejeição das demais. **8 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 23/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011, crédito suplementar no valor total de R$ 1.124.446.832,00 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e trinta e dois reais), em favor de empresas estatais, para os fins que especifica." Relator: Deputado Rubens Bueno. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. **9 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para o fim que especifica, e dá outras providências". Relator: Senador Jayme Campos. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. **10 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 26/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 71.758.918,00 (setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezoito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Deputado Andre Vargas. Foram apresentadas 8 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 6 e pela rejeição das demais. **11 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 27/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Weliton Prado. Foram apresentadas 4 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 4. **12 –** Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)". Relator: Senador Jayme Campos. Voto: pelo arquivamento da matéria. **13 – Requerimento nº 16/2011-CMO**, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados". Autor: Deputado Efraim Filho. **14 – Requerimento nº 17/2011-CMO**, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional". Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto. **15 – Requerimento n° 23/2011-CMO**, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar escla-

recimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A– PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. **16 – Requerimento n° 24/2011-CMO**, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária – CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina". Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos. **17 – Requerimento n° 25/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega". Autor: Senador Vital do Rêgo. **18 – Requerimento n° 26/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento – Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da Infraero*".(*Ministro da Defesa*,* Senhor Celso Amorim; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora Miriam Aparecida Belchior e o Presidente da Infraero, Senhor Gustavo do Vale*)*. Autor: Deputado Marçal Filho. **19 – Requerimento n° 27/2011-CMO**, que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário". Autora: Deputada Luciana Santos. **20 – Requerimento n° 29/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste– FCO -, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da Sudeco e do Presidente do Banco do Brasil S.A."Autor: Deputado Marçal Filho. **21 – Requerimento n° 30/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa", com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica". Autor: Deputado Marçal Filho. **22 – Requerimento n° 31/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome". Autor: Deputado Marçal Filho. **23 – Requerimento n° 33/2011-CMO**, que "Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A – PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. **24 –** Relatório apresentado ao **Ofício nº 35/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: pelo arquivamento da matéria. **25 –** Relatório apresentado ao **Ofício nº 12/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: pelo arquivamento da matéria. Pauta 27/2011, item **1 – Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 28/2011-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012". Relator-Geral: Deputado Arlindo Chinaglia. Foram apresentadas 283 emendas. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentados pelo Relator-Geral, pela aprovação das emendas nºs 8, 9 e 217, aprovação parcial das emendas nºs 1, 13, 26, 30, 40, 41, 42, 43, 47, 65, 71, 79, 87, 90, 105, 132, 144, 149, 158, 162, 207, 212, 219, 221, 226, 233, 234, 241, 243, 248, 257 e 279, e pela rejeição das demais. **ENCERRAMENTO:** Concluída a apreciação das matérias acordadas, o Presidente encerrou a reunião. Antes, convocou reunião do Colegiado de Líderes para o dia oito de novembro, às quatorze horas e as seguintes reuniões deliberativas: reunião ordinária no dia 8 de novembro, às 14h30min, e reuniões extraordinárias nos dias 9 de novembro, às 14h30min e 10 de novembro, às 10h, todas a serem realizadas no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às doze horas e quarenta e sete minutos. Para constar, eu, Karla Albuquerque Vieira de Mello, Secretária substituta, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Vital do Rêgo. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Cyro Miranda) – Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião é destinada à apreciação das matérias constantes nas Pautas de nºs 26 e 27, de 2011. Informo que os avulsos da matéria encontram-se na mesa de trabalhos.

Há *quorum* para deliberação na Representação da Câmara dos Deputados e na Representação do Senado Federal.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Cyro Miranda) – Pois não.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, o entendimento que estamos construindo hoje – e eu quero agradecer tanto à base, quanto à Oposição – é no sentido de que faremos nesta manhã apenas a votação do Relatório Preliminar do PPA.

O Relatório Preliminar do Orçamento ficaria para a próxima terça-feira, bem como os projetos de créditos, para que, durante esta semana, possamos construir um entendimento. Estamos fazendo entendimentos sobre valor de emenda, emenda popular e outros temas sobre os quais é importante termos uma conversa, para que nós, do Governo, tenhamos o tempo para apresentar, tanto a base, quanto a Oposição, aquilo com que nos comprometemos com relação aos empenhos deste ano.

Então, para isso, estou fazendo mais uma vez um apelo para que possamos construir esse entendimento e tenhamos o restante desta semana para demonstrar se o que acordamos está cumprido ou não, a fim de que, durante esta semana ainda, possamos chegar a um acordo sobre o Relatório Preliminar do Deputado Arlindo Chinaglia.

Então, nesta manhã, porque para votar o Orçamento, precisamos votar o PPA – e já temos consenso sobre o PPA –, votaremos apenas o item referente ao Relatório Preliminar do PPA. As demais matérias serão votadas a partir da próxima terça-feira, quando tivermos cumprido o entendimento e, ao mesmo tempo, o Presidente, o Relator e os Líderes tenham chegado a um acordo sobre o Relatório Preliminar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Cyro Miranda) – Pela ordem, passo a palavra ao Deputado Rogério Marinho, depois ao Deputado Giroto, ao Deputado João Dado e ao Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Também quero me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Cyro Miranda) – Aproveito para passar a presidência dos trabalhos ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA – Sr. Presidente, pela Liderança do PDT, eu também queria me inscrever.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer a V.Exa. que concordamos com proposta que feita pelo Governo antes do início da reunião, porque queremos ter o cuidado de nos debruçar sobre a matéria nesse período que remanesce até quarta-feira.

Quero chamar a atenção do Deputado Gilmar Machado para o seguinte: nossa ideia é que a votação ocorra na quarta-feira, em vez de na terça, porque até lá teríamos tempo para, no Relatório Preliminar, verificar as emendas que fizemos ao Orçamento e as tratativas que estão sendo feitas, em especial em relação a assuntos que interessam ao País e aos Estados, principalmente para que a sugestão da emenda popular que o Deputado Arlindo Chinaglia apresenta, que é revolucionária, possa ser mais amadurecida.

Então, concordarmos em votar agora o Relatório Preliminar do Senador Walter Pinheiro ao PPA, até para que os prazos possam ser abertos e para que as bancadas e Comissões possam apresentar suas emendas em definitivo. Esse Plano, inclusive, dará suporte à elaboração do Orçamento que está sendo gestado pelo Relator Arlindo Chinaglia.

Assim, o acordo que estamos dispostos a celebrar com o Governo é para que a votação não ocorra na terça-feira, mas na quarta, a fim de que as tratativas possam ser feitas e cheguemos aqui com maior possibilidade de convergência para início de votação do Relatório Preliminar do Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Senador Cyro Miranda a condução dos trabalhos.

Tenham todos um bom dia. Cumprimento os Srs. Deputados e Senadores, os profissionais da imprensa e os assessores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vou agora ouvir os inscritos.

Com a palavra o Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, eu gostaria de ressaltar a importância de nós, do PDT, termos voz e voto no encaminhamento dos entendimentos que vão ser feitos em relação às emendas. Nós temos emendas em que o PDT faz muito empenho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ao PPA, Deputado João Dado ?

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Não, ao Relatório Preliminar do Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A votação será na próxima semana.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sim, na próxima semana.

Precisamos ter voz e voto. Então, gostaria de pedir a V.Exa. que isso fosse garantido, porque me parece importantíssimo que tenhamos o consenso geral para avançar no Relatório Preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos votar o relatório do Deputado Arlindo com todo consenso, garantindo a todas as Lideranças da Casa voz e voto.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado, sobre o acordo de votação do PPA.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, acho que há clara demonstração do interesse em avançar. Inclusive, a presença dos Deputados e Senadores que integram a CMO demonstra esse interesse. Temos feito isso ao longo das semanas. Aliás, peço desculpa porque, na semana passada, tive um grave problema de saúde, uma virose muito forte, e não pude estar presente.

Da nossa parte, esperamos que, iniciado o processo de discussão do Relatório Preliminar do PPA, todos aquiesçamos a ele e o votemos. Eu gostaria de conversar com o Relator sobre o assunto. Já apresentei três emendas e terei três destaques.

Portanto, no processo de discussão do PPA, poderíamos tranquilamente ir discutindo com o Relator, para que houvesse celeridade não apenas na discussão, mas também no processo de votação.

Portanto, os democratas concordam que hoje votemos essa única matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) -Será a única matéria da pauta. Agradeço aos democratas a manifestação. O Relator Walter Pinheiro está à disposição para discutir com V.Exas. as emendas apresentadas.

Com a palavra a Deputada Luciana Santos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS – Sr. Presidente, como votaremos hoje, mediante acordo, o Parecer Preliminar do Plano Plurianual, há uma demanda do movimento de mulheres – e eu sou a autora desse requerimento – para que se realize uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa...

A SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA – Já foi confirmada para o dia 8.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS – A Senadora Lídice da Mata informa que já está marcada para o dia 8 essa audiência pública, Sr. Presidente, da Comissão Mista de Orçamento e com a Comissão de Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputada Luciana, só falta aprovar o requerimento. A Senadora Lídice da Mata terá o encargo de aprová-lo também na Comissão de Direitos Humanos do Senado, para que haja confluência em nossos entendimentos. Por nós, da CMO, não terá nenhum problema.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Paulo Pereira.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o PDT também está de acordo em votar hoje o Relatório Preliminar do PPA, mas precisaríamos ter um espaço com a Comissão, principalmente com o Relator Arlindo Chinaglia, porque, primeiro, nós necessitamos ter a garantia de que os aposentados vão ter aumento de salário este ano. (*Palmas*.) Não podemos admitir que o Brasil tenha voltado a crescer e os aposentados não tenham aumento.

Segundo, os servidores do Poder Judiciário vivem há muito tempo nesta Casa quase mendigando. É vergonhoso o que eles têm passado aqui dentro, porque eles vêm todos os dias e a Câmara simplesmente desconhece que há uma perda de quase 50% dos servidores do Poder Judiciário federal.

Também queremos discutir com o Relator, Deputado Gilmar Machado, qual será esse espaço, porque sei que V.Exa. está construindo uma proposta com o Deputado Vacarezza no sentido de que houvesse algum aumento salarial para os funcionários do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Acho importante fazermos um acordo, de hoje até quarta-feira, para que nós e os trabalhadores da Justiça Federal possamos ter tranquilidade, porque há muito tempo eles vivem aqui na Casa e não conseguem. Precisamos ter um espaço. Temos várias emendas principalmente em relação aos aposentados. Os aposentados este ano não tiveram aumento, mas apenas o reajuste da inflação, e precisaríamos construir, Deputado Arlindo Chinaglia, uma alternativa. Nesse sentido há várias emendas do DEM, do PSDB, do PDT e também do Marçal Filho. Então, nós precisaríamos ter um entendimento para poder sugerir à Presidente Dilma uma alternativa. Se não der para conceder 100% mais inflação, como o PSDB está pedindo, o PDT apresentou uma emenda, apoiado por mais de 150 Parlamentares, que dá inflação mais 80% do PIB. Se o Governo não tem recursos para dar essa quantidade, vamos discutir uma alternativa. Agora, o que não pode é simplesmente dar apenas a inflação para os aposentados num momento em que o Brasil está crescendo.

Quero fazer uma sugestão ao Relator Arlindo Chinaglia, para que receba uma comissão de aposentados nesta semana, talvez pudéssemos marca para terça-feira. Estão aqui um grupo de trabalhadores aposentados da Força Sindical, COBAP e também companheiros da CUT. Seria importante que o Relator e o Deputado Gilmar Machado, que sempre ajuda nesse particular, pudessem receber antes de quarta feira uma comissão dos aposentados e também os dirigentes do sindicato do servidores Poder Judiciário, para que pudéssemos resolver essa questão.*(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo Filho) – Deputado Paulo Pereira, para esclarecer V.Exa. em sua natural preocupação, quero dizer que esta Presidência, durante os últimos dois meses, vem conversando insistentemente com o Governo e com o comando do movimento do Poder Judiciário para a criação de uma alternativa. E isso além da nossa frequente presença junto à magistratura para conseguirmos uma linha de pensamento comum entre o Governo e os funcionários. O Deputado Arlindo Chinaglia, pessoalmente, está procurando esse entendimento de parte a parte, com a nossa companhia. E estamos colocando a Comissão de Orçamento à disposição para coordenar esses entendimentos entre o Governo e os funcionários, sob o comando do Deputado Chinaglia e com o nosso apoio. Ouço o Deputado com uma sugestão de V.Exa. receber os ...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA – Como os senhores não receberam os aposentados, quem sabe pudéssemos marcar para a próxima terça-feira reunião com eles.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo Filho) – Com certeza, sem nenhum problema.

Com a palavra o Deputado Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Só para dar uma informação. É verdade que não fizemos uma reunião formal com os aposentados. Entretanto, na semana passada, cruzei com o Deputado Vaz de Lima – não sei ele está presente. Ele fez uma brincadeira, porque naquele momento eu estava com grande parte da direção da COBAP, a começar pelo seu Presidente. Nós seguimos conversando e paramos próximo ao plenário, e creio que ali dei não só as explicações, mas não me permiti fazer sugestões. O movimento tem autoridade para tomar as iniciativas que julgar oportunas. Eu já conversei com os aposentados, o que não significa que não possa voltar a conversar.

No mais, penso que o testemunho dado pelo presidente, o Senador Vital do Rêgo, é mais do que suficiente, até porque quando se trata de negociação, o pior dos mundos é ficarmos anunciando aquilo que foi tratado, porque, às vezes, com boa intenção, atrapalha-se a própria negociação. Os servidores e os aposentados sabem que, no parecer preliminar, nós deixamos uma porta encostada, mas ela existe. Portanto, vai depender da negociação com cada segmento e também com o Governo, como está sugerindo o Deputado Paulo Pereira. O que o Presidente Vital do Rêgo disse é rigorosamente verdadeiro e muito sábio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo Filho) – Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Pedro Chaves, que aqui representa o PMDB.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, reafirmo que o PMDB também apoia o acordo celebrado entre as Lideranças para que votemos hoje o relatório do Senador Walter Pinheiro do PPA. E, antecipando o nosso apoio à proposta feita pelo Senador Walter Pinheiro, que as emendas populares sugeridas pelo Relator Arlindo Chinaglia sejam feitas através das bancadas, destinando-se recursos para a educação e para a saúde. É uma proposta interessante sobre a qual já tivemos uma discussão prévia.

Portanto, antecipamos o nosso apoio à proposta do Senador Walter Pinheiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo Filho) – Com a palavra o Deputado Fábio Ramalho.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – O PV apoia a proposta, Sr. Presidente. Então, estamos de acordo e também com o relatório do Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo Filho) – Acordos já referendados em plenário.

O Deputado Alex Canziani tem a palavra;

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Sr. Presidente, a princípio, a orientação do Deputado Jovair Arantes, Líder do nosso partido, é para que não votemos essa matéria hoje. Mas estamos vendo que há uma ampla maioria, tanto da base do Governo como da Oposição, para que votemos pelo menos o Relatório Preliminar do PPA. Indago a V.Exa. se o prazo é de 10 dias?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo Filho) – Até 10 dias.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Há possibilidade de fazermos um acordo para prorrogarmos esse prazo, porque ele vai ser aberto no dia 3...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo Filho) – Do dia 3 a dia 11.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Haveria possibilidade de mais uma semana de prazo, se houver o acordo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo Filho) – Regimentalmente, não Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Nem com acordo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo Filho) – Nem regimentalmente, nem devido ao calendário. Já estamos abrindo no dia 3 exatamente para não contar o dia de amanhã. Poderíamos até abrir hoje, com a aprovação, mas, para ganhar mais dois dias para emendas, estamos abrindo no dia 3. Entendo a preocupação de V.Exa. e a do Deputado Jovair Arantes, mas V.Exa. está vendo que a grande maioria da Comissão – Governo e Oposição – está a favor da deliberação do PPA hoje. Consulto V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Vou tentar falar com o Líder, que está em reunião, para ver o nosso posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo Filho) – Com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Nobre Presidente Vital do Rêgo, entendemos que o PPA precisa ser mais bem discutido. E precisamos discutir um pouco melhor inclusive devido o cuidado com os prazos. Existe um Relatório Preliminar e nele vão ser discutidos pontos fundamentais. Um deles é o que o Poder Judiciário encaminhou à Presidência da República o pedido para alocar recursos para reestruturação do Plano de Carreira do Judiciário e também do Ministério Público, mas isso não foi atendido não só pela Presidência como pelo Ministério do Planejamento.

Diante disso, estamos apresentando uma emenda para que se atenda essa reivindicação do Poder Judiciário e do Ministério Público e que se aloque os recursos devidos no projeto preliminar que imaginamos votar. Lamentavelmente, não vai ser possível votá-lo hoje, mas, na próxima semana, estaremos prontos para trabalhar por essa emenda nossa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo Filho) – Até porque as emendas de conteúdo, nobre Deputado – e V.Exa. conhece tão bem ou melhor do que eu isso, porque foi o grande maestro do último entendimento feito em nome do Judiciário, e o Judiciário referenda isso –, só serão abertas a partir da votação do Relatório Preliminar.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Está bom. Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo Filho) – V.Exa. ficará protagonizando novamente essa discussão em nome do PPS.

Tem a palavra o Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Também, Sr. Presidente, apoiamos esse entendimento, apoiamos o diálogo que o Deputado Arlindo Chinaglia vem fazendo para construir um novo formato de emendas. É importante cada partido fazer uma reflexão no sentido de aprimorar a proposta do Deputado Alindo Chinaglia. Temos discutido a questão no PT. Talvez devêssemos focar na área da Saúde, talvez estabelecer um protagonismo ainda maior das bancadas federais, como o Deputado Arlindo Chinaglia já vem fazendo. Mas eu entendo que não deveríamos perder a oportunidade de discutir a fundo essa questão, ou seja, alterar a forma como o Orçamento público no Brasil é feito. Não se trata de um jogo de Oposição e Situação, de fortalecer ou não fortalecer o Parlamento. Essa medida fortaleceria, e muito, o Parlamento nacional e a democracia brasileira.

Seria importante darmos uma olhada nesse aspecto, porque vai chegar a hora de votar e temos de fazer uma avaliação do ponto de vista das chamadas emendas populares. Seria importante para a própria Oposição, diante da queixa que se faz de que se libera para a base e eventualmente não se libera para Oposição, caminhar para o tal Orçamento impositivo. Esse processo iniciado pelo Deputado Arlindo Chinaglia seria um formato.

Vamos fazer uma reflexão e nos aprofundar nessa discussão, pois se trata de um tema de fundo.

Além disso, apoiarmos, é claro, o entendimento que está sendo feito hoje, o diálogo com os setores do Judiciário, para que não tenhamos um impasse grande na Nação brasileira, e refutamos a posição do Presidente da AJUFE, que disse que boicotaria o Governo, do ponto de vista das ações judiciais, com a falta de decisões, o que é lamentável. Deveríamos tentar esse entendimento patrocinado pelo Senador Vital do Rêgo e pelo Deputado Arlindo Chinaglia.

Que a votação de hoje sirva também de exemplo, pois o Parlamento, mesmo na véspera de feriado, está funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado André Vargas, corroborando com suas palavras, quero me congratular com o Deputado Chinaglia. A iniciativa de S. Exa. de colocar o Orçamento o mais próximo possível da sociedade com essas emendas de caráter orçamentário foi absolutamente bem aceita. Tenho recebido inúmeros *e-mails* a esse respeito. Todos os partidos estão querendo aperfeiçoar a ideia de S.Exa.

Por isso, concordamos com o entendimento de que a iniciativa de S.Exa. foi muitíssimo bem recepcionada pelo Congresso Nacional. Agora, teremos uma semana para aperfeiçoar esse entendimento.

Com a palavra o Deputado Arhur Lima, da representação do PP.

O SR. DEPUTADO ARTHUR LIRA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, a posição do

Partido Progressista é de absoluta concordância com o acordo que está sendo montado.

Há pouco, eu falava com o Líder do nosso partido, e esperamos que tudo o que vem sendo construído nesta semana seja produtivo, porque vamos chegar na próxima semana com duas votações importantes. Acredito que as votações na Comissão irão acontecer na próxima quarta-feira; a votação da DRU, que movimentará a Câmara na próxima semana, será assunto de grande relevância.

Mas as questões que ainda estão pendentes preocupam muito o partido. Vamos colocar isso publicamente, ao longo de mais de 10 dias. Se não houver um entendimento daqui para lá, poderá gerar problemas na votação dessas matérias.

É bom que o Governo realmente se debruce sobre esse assunto, que tenha cautela e muita firmeza nas decisões; senão, vamos ter fatalmente, na semana que vem, problemas.

Sobre a questão das emendas populares proposta pelo Relator, elas têm também no PP o respaldo. Porém, Sr. Presidente, queríamos, sim, debatê-las com mais amplitude justamente em relação à sua finalidade. O PP também tem o que contribuir para que o processo tenha realmente êxito, mas acho que ele carece de algumas alterações para que surta melhores efeitos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado Arthur Lira.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Destaco a importância das emendas criadas pelo Deputado Arlindo Chinaglia. Através das audiências públicas feitas em todo o País, junto com V.Exa., Sr. Presidente e com o Senador Walter Pinheiro ouvimos os reclamos de Prefeitos de todos os cantos do Brasil, todos precisando de investimentos, investimentos que nós, Parlamentares, não damos conta de aprovar, nem de liberar as verbas.

Dessa forma, vamos regar todo o País de uma maneira séria, de uma maneira que realmente vai atender às necessidades dos Municípios. Os Prefeitos, os Vereadores e a comunidade são quem realmente sabem o de que precisam seus Municípios.

Portanto, quero cumprimentar o Deputado Arlindo Chinaglia pela iniciativa. S.Exa. tem todo o meu apoio. Junto com S.Exa., com V.Exa., Sr. Presidente, e com o Senador Walter Pinheiro andamos Brasil afora e ouvimos os reclamos dos Prefeitos Municipais. Dessa forma, entendo que são oportunas e importantes as emendas populares, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Nós só conseguimos abrir esses espaços graças ao trabalho de V.Exa., Senador Acir Gurgacz, na relatoria da Receita.

Deputado Alex Canziani, conseguimos construir um entendimento formal e à luz do Regimento para atender a V.Exa. e ao PTB e, assim, aprovarmos à unanimidade da Casa o PPA.

A proposta continua de 3 a 12 de novembro. Mas, como 12 é um sábado, posso transferir, legalmente, para segunda-feira, atendendo, assim, ao histórico PTB de V.Exa. e do Líder Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Muito obrigado, Sr. Presidente. Isso mostra a competência de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Quero cumprimentar o Relator, o Deputado Arlindo Chinaglia. Acho que não precisamos ter medo de inovação. Essa é uma inovação que repercute lá na ponta. Ouvindo o Vereador, ouvindo as lideranças comunitárias, vamos chegar na ponta, Nós, Parlamento, nós, Comissão de Orçamento. *"Ah, estamos cedendo um pouco de espaço."* Sim, mas nós somos o Congresso Nacional. E com uma repercussão muito boa na ponta.

O ideal seria que pudéssemos amarrar, que o Orçamento fosse impositivo. Mas é um avanço, sim.

Parabéns, Deputado Arlindo! Sou seu parceiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Não ter medo de inovar.

Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia. Antes, Sr. Relator, permita-me conceder a palavra ao Senador Anibal Diniz para ultimarmos a discussão.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Sr. Presidente Vital do Rêgo, quero dizer que o Deputado Arlindo Chinaglia, com a proposição apresentada, está em grande alta perante os Prefeitos. E todos os Prefeitos com quem conversamos, no caso, os Prefeitos do Acre, já estão mobilizados. Esta semana, alguns já estão fazendo audiências públicas.

Podemos afirmar que o Deputado Arlindo Chinaglia imprimiu uma nova pedagogia de participação no Orçamento. A partir de agora, o Orçamento fica muito mais participativo. E, por isso. o Deputado Arlindo está de parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Vamos ouvir o Deputado Arlindo Chinaglia para encerrar a discussão e, em seguida, partir para a votação do PPA.

V.Exas. já têm conhecimento do prazo do PPA. Proponho ao Deputado Arlindo, para ultimar, é a proposta da Presidência, Voltando a dizer que o Deputado Arlindo Chinaglia, durante os últimos meses, esteve

acessível a todos os movimentos sociais, inclusive percorrendo o Brasil com o Relator de Receita, com o Relator do PPA e comigo, proponho – esta é uma proposta da Presidência para a qual peço compreensão, como ônus ou bônus do ofício –marcarmos uma audiência popular na Comissão de Orçamento na segunda-feira, a fim de S.Exa. continuar recebendo todos essas demandas ao Relatório. E, na terça– e na quarta-feira, vamos marcar reunião extraordinária para votarmos o Relatório Preliminar.

Consulto V.Exa. sobre se é possível na segunda-feira recebermos os aposentados e as pessoas ligadas ao Poder Judiciário e, na terça-feira, levamos a voto o Relatório Preliminar, que já conta com o apoio da grande maioria da Comissão.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Pela ordem. Não é só o Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Poder Judiciário, Ministério Público, aposentados, saúde...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Ah, os movimento sociais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – ... saúde, movimentos sociais.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Ah, os movimentos sociais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Presidente Vital Rêgo, primeiro, acato a proposta de V.Exa. E se V.Exa. quiser, através da Comissão Mista de Orçamento, marcar todas as audiências, eu serei um fiel cumpridor da sua decisão. Portanto, no horário que V.Exa. marcar, eu estarei aqui. Eu só quero ser antecipadamente comunicado do horário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo Filho) – Segunda-feira, de 9 horas às 16 horas. Está marcada.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Pronto. Está definido, então.

Segunda coisa. Ainda no plano formal, quero fazer um apelo a todos os pares desta Comissão. É muito útil para o PPA e para a Lei Orçamentária que ambos caminhem o mais próximo possível pelo mesmo método; senão, isso provocará um desencontro que atrapalhará nosso trabalho.

Terceira observação. Quero agradecer imensamente aos Senadores e Deputados – muitos deles em plenário, mesmo não sendo desta Comissão – o apoio que nos têm manifestado. Fui informado – o Presidente pode fazer esse levantamento – de que centenas de manifestações têm chegado à Comissão Mista de Orçamento.

Não tenho nenhuma pretensão de ser dono da verdade, mas quero agradecer também a todos as dúvidas que foram levantadas, reservadamente ou na forma de emendas, pois possibilitaram o aprimoramento da proposta.

Quero, então, de forma telegráfica, dizer por que surgiu a proposta. Ela surgiu porque todos nós que andamos pelo Brasil inteiro sabemos que não temos condições de resolver os problemas. Qualquer Parlamentar, por mais que se esforce para atender às demandas sob a forma de emenda parlamentar, não dá conta.

Então, acho que é um gesto de generosidade do Parlamento para com aqueles que não têm acesso, para aqueles que sofrem na pele problemas que nem imaginamos. Daí a importância da participação popular. Essa é a inovação principal. Onde vai ser a audiência, se o Prefeito e a Câmara não se entendem, tudo isso é irrelevante. O relevante é que as áreas como saúde, educação, prevenção de calamidade, nós consigamos minimamente atender.

Dito isso, quero me colocar a disposição, daqui até terça-feira, e vou tomar a iniciativa de falar com todos aqueles que for possível fazê-lo. Vou dar um exemplo. O Deputado Alex Canziani fez uma proposta para que os recursos possam ser utilizados na forma de consórcio. Eu concordo, no mérito. Ainda talvez não tenhamos encontrado com a Assessoria como operacionalizar, mas a ideia é fantástica. Se há um problema, por exemplo, numa bacia hidrográfica, como já colocamos no novo parecer preliminar, as bancadas dos respectivos Estados podem alterar; de repente, há algo que não colocamos no parecer preliminar e que pode evoluir por meio de uma emenda para uma Santa Casa regional ou para um hospital regional. E aqui estou dialogando com o Deputado Perondi, a quem agradeço.

Ou seja, nós podemos, através de discussão política elevada, evoluir – e esse é o termo, faço questão de usá-lo – para mais propostas inovadoras. Acho que trazer a população para debater, para ajudar a decidir e, depois, para fiscalizar, sinceramente, acho que devemos preservar, mas respeito quem, até o momento, eventualmente tenha essa preocupação.

Muito obrigado a todos e estou à disposição.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Dentro do pronunciamento do relator, O Deputado Arlindo Chinaglia, que fez essa proposta inovadora, de cunho popular muito forte, acho que temos de ter um tempo para aplicação dessa ideia, porque já estamos em novembro e devemos votar esse Relatório até o dia 15 de dezembro. As consultas vão ficar prejudicadas

quanto à essência democrática que se quer dar a elas, porque sabemos das dimensões do Brasil e sabemos também que essas audiência públicas, num primeiro momento, vão ser muito atabalhoadas.

Então, neste primeiro ano de evolução, poderíamos delegar às bancadas a condução desses encaminhamentos. E, no próximo ano, já com conhecimento de causa mais aprimorado e dentro de uma evolução da aplicação prática dessa resolução, nós possamos ter um desdobramento com relação a isso. Porque o que eu acho que também temos de compatibilizar é a questão do prazo que temos com a demanda que essa formulação exige. Inclusive já temos tido conversas com o Relator sobre isso para que possamos evoluir nesse sentido, para não torná-la uma coisa inexequível, ou então ficar incompatível a legislação que nós vamos aprovar aqui com sua aplicabilidade, na prática, na consulta às demandas populares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu vou pedir a V.Exas... essa questão do...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Eu vou pedir um aparte, só para encerrar, Senador. Perdoe-me, Sr. Presidente, serão 5 segundos.

Veja, nós colocamos na proposta inicial inclusive aquilo que seria uma tranca. Se algum Município não fizer, se depender da nossa posição inicial, vai direto para a Saúde, que foi o que o Deputado André Vargas falou. Ou seja, eu estou aberto; agora, nós não podemos, e não é intenção do Deputado Danilo Forte, eliminar a essência da proposta, que é criar condições de participação popular.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O.K. Vamos começar a discussão do PPA, porque vamos ter uma semana...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Senão, vamos acabar discutindo esse tema aí...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É. Nós vamos ter uma semana para discutir esse tema da Relatoria-Geral.

Eu faço uma consulta a V.Exas. Por acordo, vamos apreciar as atas das reuniões anteriores: a 4 ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 18; a 20ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 18 e 19, e a 21ª.

As atas estão em discussão. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Solicitada a dispensa da leitura, as atas estão em votação. *(Pausa.)*

Pela Câmara Federal, aprovadas; pelo Senado, aprovadas.

Requerimento de inversão de pauta, no sentido de se apreciar somente o Item 2 da Pauta nº 27, por acordo, inicialmente.

O requerimento está em discussão. É apenas o PPA.

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. *(Pausa.)*

Pela Câmara, aprovado; pelo Senado, aprovado

Apreciação do Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 29/2011, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Relator: Senador Walter Pinheiro.

Foram apresentadas 27 emendas. O voto é pela aprovação do Relatório Preliminar com Emendas, nos termos apresentados pelo Relator, pela aprovação parcial das Emendas nºs 21 e 23 e pela rejeição das demais .

O Relator está com a palavra. O relatório já está impresso, entregue a V.Exas. para acompanhamento. Ele vai fazer uma apresentação global.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Seria bom distribuir as emendas. Ninguém as têm.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Relator está com a palavra.

O prazo para apresentação dos destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme preceitua o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

O Relator está com a palavra.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares da Comissão Mista de Orçamento, primeiramente, eu quero agradecer às Lideranças partidárias o acordo, o que nos possibilita, efetivamente, avançar no processo não só de leitura, como também das tratativas posteriores ao emendamento, principalmente ao PPA.

Lembro às Sras. e aos Srs. Parlamentares que, nesse particular, a fase inicial foi de constituição de regras para o emendamento, e não de conteúdo ao PPA. É por isso até que muitas das emendas foram rejeitadas, na medida em que essa é uma fase em que... nós só teremos oportunidade de trabalhar efetivamente depois do estabelecimento do conjunto de regras. Espero ter a oportunidade de abrir isso já a partir de amanhã.

Outra questão fundamental: a partir da leitura, nós vamos, inclusive, – depois da aprovação, é claro –, abrir o prazo de conversações e negociações com os setores, com as Comissões, com as bancadas, visando exatamente à leitura e ao acolhimento por parte da Relatoria das diversas emendas apresentadas ao PPA. Nós vamos ter um prazo, eu diria, até relativamente grande para a discussão, meu caro Claudio Cajado. Como o resultado da apreciação no dia de hoje jogará a finalização do prazo para próximo ao feriado de

15 de novembro, então não seria justo encerrarmos o prazo de apresentação de emendas no dia 15 de novembro, obviamente, no dia em que nenhuma bancada teria condição nem sequer de fazer a sua reunião para a apreciação final.

Portanto, essa é uma outra coisa positiva, anteciparmos essa leitura, porque as bancadas terão, assim como também cada Parlamentar, ou seja, todos terão um tempo razoável para a promoção dos debates e a escolha, inclusive, das suas indicações, das suas emendas, realçando que cada bancada tem direito a 5 emendas; cada Comissão das duas Casas, tem direito a 5 emendas e cada Parlamentar, individualmente, poderá fazer 10 emendas ao Plano Plurianual. Portanto, essa é a regra central de emendamento a esse plano.

No contexto da estrutura do plano, creio que todo mundo já teve a oportunidade de, de certa maneira, debater essa questão, eu diria até de forma mais tranquila e com certo nível de tempo, desde a apresentação que aqui foi feita pela Ministra Miriam Belchior, quando da sua vinda à Comissão de Orçamento, parece-me que logo no início de setembro, portanto, tendo a possibilidade de fazer a apresentação dessa matéria.

Então, vou passar à leitura, lembrando claramente que a parte inicial, feita aqui pela Ministra Miriam Belchior, tratava exatamente das diretrizes gerais, desse conjunto de diretrizes que compete ao Ministério do Planejamento, portanto, ao Governo enquanto o envio, que são as diretrizes que regem o plano – o modelo de planejamento, a sua estrutura de plano, portanto, nas diversas dimensões; o que é aplicável do ponto de vista tático, ou seja, para o momento; o que é aplicável para, de forma estratégica, o período seguinte, portanto, nos 4 anos, e a dimensão operacional.

O PPA foi distribuído aí, também na própria apresentação, o que é que significa isso, ou seja, o objetivo, a meta, a iniciativa; como se comportarão as diversas movimentações no que diz respeito às emendas, além do seu valor global, o valor de referência. É importante atentar para essa questão.

Ainda na apresentação feita pelo Governo, na peça inicial, o PPA vem distribuído em 4 áreas temáticas: social, infraestrutura, desenvolvimento produtivo e ambiental; e as especiais, o que é que há de inovações no projeto, portanto, as ações de caráter prioritário; o cenário macroeconômico que, efetivamente, o Senador Acir teve a oportunidade já de apresentar seu relatório.

Portanto, na fase seguinte, o Relator do PPA terá que, a partir das emendas, meu caro Presidente, absorver as mudanças introduzidas, e isso nós só poderemos fazer, efetivamente, na outra fase. Então, os indicadores apresentados pelo nosso Relator de Receitas...

Só para ilustrar aos Srs. Parlamentares, por exemplo, o nosso Relator de Receitas prevê um acréscimo de 26 bilhões. Portanto, na outra fase, que é a fase em que daremos respostas às emendas, teremos que incorporar a esse PPA, efetivamente, numa projeção para os 4 anos, o que significa essa reestimativa de receita.

Eu não poderia, como Relator, fazer isso agora, até porque seria uma espécie de atitude não de Relator, mas de rei, tentando colocar no relatório aquilo que, obviamente, está na minha cabeça. O correto é aportar ao relatório aquilo que advém da Comissão, apresentado pelos Srs. Parlamentares e pelas bancadas e Comissões, na leitura feita pelos Parlamentares do aproveitamento desse aumento de receita. Então, não pode ser o Relator Geral do PPA quem decide onde vai alocar e de que forma vai distribuir. Com isso, nós estaríamos, inclusive, subvertendo a ordem e os papéis nessa relação aqui. Eu sei que muita gente até cobra isso, mas se eu o fizesse estaria, inclusive, cometendo não só um erro, meu caro Vital do Rêgo, e sim verdadeira interferência e uma substituição de papéis.

Esse cenário macroeconômico deve ser alterado durante o processo exatamente de emendas, tendo como referência os parâmetros que esta Comissão passou inclusive adotar a partir do Relatório de Receitas. Ainda terei de fazer todo o ajuste com os relatores setoriais, que também é outra parte, meu caro Danilo, que cabe ao Relator do PPA. Se eu não auscultar os Relatores Setoriais estaria cometendo outro absurdo, o de passar por cima da função que cabe a cada Senador ou Deputado na sua relatoria setorial.

Ainda do ponto de vista da estrutura geral apresentada pelo Governo, há um desdobramento. O Governo lista exatamente os valores aportados nesses quatro eixos: social, infraestrutura, produtivo, ambiental e os chamados temas especiais, que envolvem defesa, inclusão produtiva, economia solidária. Portanto, fecha-se assim a parte a efetiva, que compõe, meu caro André, a primeira fase do relatório e, consequentemente, é uma transposição daquilo que veio no próprio PPA, sem nenhuma mudança de nossa parte, até porque, insisto, não nos compete nesta fase alterar nenhum desses parâmetros.

Aí, vou à leitura efetiva da atuação da Relatoria, o que chamamos de parte que efetivamente nos cabe, para o traçar desse caminhar a partir de agora.

2.1 Da atuação da Relatoria.

O Relator do projeto de lei do Plano Plurianual atuará de forma conjunta com o Relator-Geral do Projeto de lei Orçamentária Anual, de modo a que sejam promovidos ajustes necessários para garantir a compatibilidade entre os projetos e de Lei Orçamentária,

em conformidade com o inciso I do §3º do art.166 e com o §1º 167 da Constituição Federal.

Lembro às Sras. e Srs. Parlamentares, mais precisamente ao Sr. Deputado Danilo, o Sr. Deputado Pedro e o Sr. Deputado Rogério, que esse é um dos pontos, Sr. Deputado Arlindo, que nos obriga inclusive a aguardar o momento seguinte para também recepcionar no PPA a modificação com emenda de caráter de iniciativa popular. Então, não poderia, mais uma vez, fazer isso aqui, até porque essa é hoje atribuição específica do Relator-Geral, mas que terá de ser transposta para o Relatório do PPA, nem que seja para aplicação exclusiva em 2012.

Nesse sentido, como a sugestão é muito bem-vinda, o debate nesta Comissão, creio eu, deverá ser projetado também para os anos de 2013, 2014 e 2015, como iniciativa muito louvável do Deputado Arlindo Chinaglia.

Continuando, as sugestões da sociedade civil organizada, colhidas em audiências públicas ou seminários regionais, serão encaminhadas para avaliação dos respectivos Parlamentares, bancadas ou Comissões, de acordo com a Unidade da Federação ou com a área temática.

Mais uma vez, meu caro Zulke, o que foi produzido na audiência do Rio Grande do Sul não pode este Relator apresentar, meu caro Darcísio Perondi, sem ouvir exatamente a bancada e os Parlamentares ou Comissões desta Casa, pois estaria, mais uma vez, cometendo o equívoco de anular o papel que cada Parlamentar tem do ponto de vista do exercício para esta função.

Prosseguindo:

2.2 Da Estrutura e Organização do Plano Plurianual.

2.2.1 Os autógrafos relativos ao projeto de lei do plano plurianual para o quadriênio 2012-2015, em cumprimento ao disposto no §1º do art. 165 da Constituição Federal, conterá além do texto da lei, os seguintes anexos.

I – Anexo I – Programas Temáticos;

II – Anexo II – Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

III – Anexo III – Empreendimentos Individualizados como Iniciativas.

Meu caro Cláudio Cajado, ao que V.Exa. estava me perguntando a resposta é exatamente esse item que, efetivamente, será a materialização dos empreendimentos individualizados enquanto iniciativas apresentadas por bancadas Comissões e Deputados.

Continuando:

2.2.2 Para efeito deste Parecer, considera-se Programa o instrumento de organização da ação governamental que articula um conjunto de Iniciativas visando à concretização objetivos nele estabelecidos, sendo classificados como:

a) Programa Temático**:** Aquele que expressa a agenda de governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega bens e serviços à sociedade; e

b) Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: Aquele que reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio; à gestão e à manutenção da atualização governamental.

2.2.2.1 Não integram o PPA 2012/2015 os programas orçamentários destinados exclusivamente a operações especiais.

2.2.3 O Programa Temático é composto por Objetivos, Indicadores, Valor Global e Valor de Referência.

2.2.3.1 O Objetivo expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas e tem como atributos:

I – Órgão Responsável: é aquele cujas atribuições mais contribuem para implementação do objetivo.

II – Meta: é a medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa

III – Iniciativa: Declara as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e de outras medidas de caráter não orçamentário.

Em outras palavras é a materialização, por meio da emenda apresentada pelos Parlamentares.

Prosseguindo:

2.2.3.2 O Indicador é um instrumento que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionadas a um Programa, auxiliando seu monitoramento e avaliação.

2.2.3.3 O Valor Global indica uma estimativa dos recursos orçamentários necessários à consecução dos Objetivos, segregando as esferas Fiscal e da Seguridade da esfera de Investimento das Empresas Estatais, com as respectivas categorias econômicas, e dos recursos de outras fontes.

2.2.3.4. O Valor de Referência: é um parâmetro monetário estabelecido por Programa Temático, especificado nas esferas Fiscal e da Seguridade e para a esfera de Investimento das Empresas Estatais, que permitirá identificar, no PPA 2012-2015, empreendimentos cujo custo total supera aquele valor (Empreendimentos de Grande Porte).

2.2.4 Considera-se “Empreendimento de Grande de Porte”, para efeito do plano plurianual o empreendimento cujo valor total estimado seja superior ao valor de referência estipulado em cada programa/esfera.

2.2.4.1 O Empreendimento de Grande Porte, conforme valor de referência de cada programa/esfera, deverá ser expresso no PPA como Iniciativa, de forma individualizada.

2.2.5 O texto do projeto de lei do plano plurianual levará em conta a autorização para a atualização de iniciativas novas criadas após a aprovação do substitutivo do PLPPA, decorrente da aprovação, e aí está a vinculação, caro Deputado Arlindo, do substitutivo do PLOA no plenário do Congresso Nacional, tendo em vista a atualização do mesmo, ou seja, a atualização do PLOA.

2.3 – Das condições, limites e critérios para apresentação e atendimento de emendas.

2.3.1 – As emendas serão oferecidas sobre as seguintes partes do projeto de lei:

I – Texto ao projeto de lei de plano plurianual;

II – Anexo I: Programas Temáticos;

III – Anexo II – Programas de Gestão, Manutenção e Serviços aos Estados;

IV – Anexo III – Empreendimentos Individualizados como Iniciativas (os Avulsos das págs. 407 a 421, portanto, constantes do Avulso dos Empreendimentos Individualizados).

2.3.1.1 Serão rejeitadas as emendas que busquem alterar valor de referência para individualização de empreendimentos como iniciativas.

2.3.2 Ao projeto de lei poderão ser apresentadas emendas ao texto ou emendas às despesas.

2.3.3. Considera-se emenda ao texto:

a) As emendas ao texto do Projeto de lei do Plano;

b) As emendas relativas aos atributos qualitativos dos Programas, Objetivos e Anexos I, II e III.

c) As emendas relativas a alteração ou cancelamento de Iniciativas.

2.3.4 – Considera-se emenda à despesa aquela relacionada à inclusão de iniciativas, que observarão os seguintes limites, Sr. Deputado Claudio Cajado (arts. 97 e 98 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional):

a) 5 emendas por bancada estadual;

b) 5 emendas por Comissão Permanente do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados;

c) 10 emendas por membro do Congresso Nacional.

Portanto, essa a regra que será aplicada.

2.3.4.1 Considera-se também Inclusão de Iniciativa a alteração de redação que implique alteração de seu valor.

2.3.5 Não se incluem nos limites de que trata o item 2.3.4 as emendas apresentadas ao texto da lei e as emendas de cancelamento de iniciativas.

Portanto, preservando assim, para que não adotemos a postura de, usando emenda de texto, eliminar a prerrogativa individual ou coletiva, enquanto bancadas e Comissões, de alterações das iniciativas ou de valores ao texto do PPA.

2.3.6 A inclusão, alteração ou exclusão dos atributos qualitativos dos Programas deverão necessariamente conter todos os elementos necessários a sua caracterização, observada a estrutura conceitual do projeto de lei, acompanhadas da respectiva fundamentação legal ou técnica.

2.3.7 A inclusão de Programa dependerá de diagnóstico capaz de justificar sua inclusão de forma a expressar a agenda de Governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade, bem como da indicação e vinculação, é claro, dos respectivos Objetivos, Metas e Iniciativas que o integrarão, assim como os demais atributos do mesmo, e justificativa de que o assunto não está contemplado em Programa já existente.

2.3.8 A inclusão de Objetivos deverá necessariamente conter todos os elementos necessários a sua caracterização, observada a estrutura conceitual do projeto de lei (metas, regionalização da meta), acompanhada da respectiva fundamentação legal ou técnica.

2.3.10 Cada uma das iniciativas relacionadas aos Programas incluídos deverá ser objeto de emenda específica, aplicada às mesmas os limites de que trata o Item 2.3.4.

2.3.11 Aplicam-se, no que couber, às emendas relativas à inclusão de iniciativas no Plano Plurianual, as disposições relativas às emendas a despesa do projeto de lei orçamentário anual (art. 100 da Resolução).

2.3.12 Cada emenda de despesa deverá referir-se a uma única Iniciativa.

2.3.13 Não será aprovada emenda que crie iniciativa nova relativa a empreendimento cujo custo total seja superior ao valor de referência estabelecido em cada Programa Temático.

2.3.13.1 – O disposto no item 2.3.13 não se aplica a emenda de inclusão de Iniciativa de caráter genérico.

2.3.14 É vedada a inclusão de emendas de Relator que impliquem o aumento do valor do Programa ou da inclusão de Iniciativas, salvo erro ou omissão de ordem técnica ou legal, devidamente justificadas, bem como as autorizações previstas no parecer preliminar.

Portanto, o Relator não pode ter poder maior do que cada Parlamentar, para evitar, exatamente, a concentração de poder na mão de um sujeito só.

2.3.15 O Relator poderá apresentar emendas objetivando:

a) agregar iniciativas propostas com a mesma finalidade no âmbito de cada Programa, desde que justificado e discriminado no Relatório.

Portanto, eu só posso juntar, agregar o que foi apresentado pelos Srs. Parlamentares, e não... Óbvio que eu tenho o direito de apresentar as minhas, individualmente, mas não posso transgredir.

b) adequar atributos dos Programas com a finalidade de conferir compatibilidade entre os substitutos do Plano Plurianual e do PLOA, inclusive com a inclusão de Iniciativas.

c) desdobrar ou aglutinar Programas, bem como remanejar ou transpor Objetivos e Iniciativas – portanto, aquilo que existe e o que foi indicado pelas Sras. e Srs. Parlamentares;

d) ajustar as Metas dos Objetivos, com vistas a manter sua coerência com a programação de Iniciativas resultantes do processo de emendamento – mesmo no ajuste de texto, eu tenho que ter o emendamento.

2.3.16 Será considerado pela Relatoria o atendimento prioritário das:

a) Iniciativas propostas por emendas coletivas;

b) Iniciativas relativas aos Empreendimentos de Grande Porte que estejam em andamento;

c) Iniciativas relativas a Empreendimentos de Grande Porte que possam ser concluídas no período do Plano;

d) Investimentos em infraestrutura que gerem retorno econômico;

e) Investimentos em infraestrutura que não gerem despesas de custeio.

2.3.17 Serão consideradas aceitas, contempladas, obviamente passíveis de atendimento prioritário, emendas individuais que correspondam a empreendimentos indicados em atas pelas bancadas estaduais, nos termos do art. 47, inciso I da Resolução nº 1, de 2006.

O que é isso, Sras. e Srs. Parlamentares? Se as bancadas absorvem as emendas individuais, portanto, se a repetem; se, porventura, acolhem, essa emenda individual ganha peso prioritário porque passa a ter apelo coletivo, portanto, de uma bancada.

2.3.17.1 Aqui, é uma sugestão. Para cumprimento do item anterior, no sentido de aumentar a capacidade de cada bancada, se cada bancada tem 5, se quiser acolher, Deputado Arlindo, as sugestões individuais, nós estamos sugerindo, por exemplo, um aumento, sem prejuízo da indicação individual cada um mantém a sua indicação individual. Mas se a bancada acolhe, por exemplo, como diz o item, para cumprimento do item 2.3.17, poderá a bancada indicar até 6 empreendimentos prioritários. Ou seja, além dos 5 que lhe são conferidos, se uma bancada adotar mais 6 empreendimentos prioritários, nós, na Relatoria, adotaremos exatamente o que diz o inciso "a" do item 2.3.16: iniciativas de propostas coletivas terão atendimento prioritário.

Em outras palavras, dessa Relatoria, por exemplo, estou afirmando que nós acataremos esse acréscimo apresentado pelas bancadas. Volto a sugerir que isso não significa eliminar a individual, mas significa, por exemplo, propor às bancadas que dialoguem com os seus Parlamentares no sentido de convergirem para uma unidade, apresentando eixos programáticos que há expectativa e possibilidade efetiva de acatamento porque entrarão exatamente na lista de prioridades.

2.3.18 Havendo várias iniciativas com finalidades semelhantes, serão preferencialmente aglutinadas em uma única iniciativa de caráter genérico, salvo a que representar Empreendimento de Grande Porte, e que as bancadas, Comissões, e na leitura desta Comissão, devamos tratar, como diz o texto, que deva ser individualizado. Portanto, mais uma vez para não permitir que o Relator isoladamente julgue a posição de individualizar ou não uma emenda de grande porte.

2.4 Do relatório final.

2.4.1 O Relator observará no seu substitutivo a consistência da programação plurianual do Plano para os parâmetros macroeconômicos, as estimativas de receita – vide o que foi feito pelo meu companheiro Acir Gurgacz –, as estimativas e as metas de resultado fiscal no período, adotada quando das alterações das Iniciativas, a correlação entre metas físicas e financeiras conforme os custos referenciais constantes do projeto de lei.

2.4.2 O Relator observará as disposições constitucionais e legais quanto às restrições no uso das receitas próprias e fontes vinculadas.

2.4.3 O Relator indicará no seu relatório os critérios utilizados no remanejamento e cancelamento das programações constantes do projeto.

2.4.4 – Não serão objeto de cancelamentos compensatórios, salvo erro ou omissão de ordem técnica ou legal, os recursos alocados para os gastos previstos no art. 166, §3º, da Constituição Federal, bem como aqueles destinados a atender programação à conta de benefícios previdenciários e demais despesas obrigatórias.

2.4.5 O relatório final do projeto de lei do Plano Plurianual conterá, pelo menos, o texto do projeto de lei os Anexos I, II e III, o exame da consciência fiscal do projeto, a avaliação geral das fontes de financiamento, a observância da proposta quanto ao atendimento às disposições constitucionais e legais e os demonstrativos e pareceres regimentais às emendas apresentadas.

2.4.6 O substitutivo poderá conter ajustes ou alterações na estrutura de apresentação dos anexos do Plano Plurianual.

2.5 Das emendas ao relatório preliminar.

2.5.1 Com amparo no parágrafo único do art. 102 da Resolução nº 1, de 2006, foram apresentadas 27 emendas ao Relatório Preliminar.

2.5.2 Em relação às emendas apresentadas, sou pela rejeição das emendas nºs 1 até 20, de 22 a 24 e 27, e pela aprovação parcial, nos termos deste Parecer, das emendas de nºs 21 e 23.

2.5.3 Dessa forma, o texto ora apresentado reflete o Parecer com as alterações decorrentes das emendas com o parecer pela aprovação parcial.

Esse é o texto, Sr. Presidente.

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Parecer Preliminar do projeto de lei Plano Plurianual 2012/2015, na forma ora apresentada.

Sala das Comissões, 1º de novembro de 2011.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Um esclarecimento, Sr. Presidente. Esses valores de referência aqui, Relator...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Só um minuto, Deputado Danilo. Vou entrar em discussão e V.Exa. já está inscrito. Só um minuto Deputado Danilo.

Primeiro, Senador Walter Pinheiro, eu gostaria de agradecer, em nome desta Comissão e da sua Presidência, a disponibilidade que V.Exa. teve de ouvir segmentos do País inteiro para a elaboração desse relatório. O relatório de V.Exa., de forma assim inusitada, encontra com pouco emendamento. Isso mostra a acuidade que V.Exa. teve na observação desses fatos e na tradução para um texto enxuto e que foi muito bem recepcionado por todas as bancadas aqui na Casa.

Vamos passar à discussão. Estão inscritos Deputado João Dado, Deputado Claudio Cajado, Deputado Raimundo Gomes de Matos e, agora, o Deputado Danilo Forte.

Eu quero, antes de iniciar o processo de discussão, aproveitando a presença dos coordenadores nacionais dos movimentos reivindicatórios que estão aqui no nosso plenário, dizer que nós, da Comissão de Orçamento, precisamos marcar de forma pública e colocar no nosso *site* a ordem das audiências que iremos receber com a coordenação do Relator-Geral, na próxima segunda-feira.

Então, encareço a todas as coordenações de movimentos nacionais que demandam ao Relator-Geral que até sexta-feira, por ofício, entreguem à Secretaria da Comissão o pedido de audiência, para que na sexta-feira, concluída essa fase, nós possamos fazer um calendário, um cronograma de horário, a cada meia hora um movimento nacional – aposentados, movimentos do Judiciário, do Ministério Público. Enfim, publicamente, eu estou colocando à disposição, na próxima segunda-feira, a partir das 9 horas, o Relator-Geral como uma via disponibilizada. Até sexta-feira, para que na segunda-feira não nos venham, extrapauta, pessoas, para se repetir em audiência.

Então, a Comissão vai receber até sexta-feira oficialmente das coordenações nacionais dos movimentos sociais as demandas para uma última conversa com o Relator-Geral.

Está feito o anúncio de forma oficial por esta Presidência.

Com a palavra o Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero fazer três reflexões com o nosso amigo e Senador Walter Pinheiro a respeito do relatório preliminar.

A primeira delas se refere à questão do Item 2.3.11, para o qual nós efetivamos uma emenda de supressão, porque entendemos o mecanismo que foi feito no PPA no sentido de reduzir o número de programas.

O PPA anterior (2008/2011) possui 321 programas. O novo PPA reduziu bastante, para um terço, essa quantidade de programas. E isso é compreensível. A ideia é fazer grandes programas que possam satisfazer a entrega de bens e serviços à sociedade, através de aglutinação desses grandes programas.

Até aí, nós entendemos que não há problema. O problema que identificamos nesse item 2.3.11 é a rejeição de emendas que possam buscar alterar o valor de referência.

Aí, do que nós estamos tratando? Estamos tratando de uma definição que vem no relatório preliminar dizendo qual é o valor de referência. É de 50 milhões? É de 20 milhões? É de 100 milhões? Em que medida – e esta é a reflexão que faço com o amigo e Senador Walter Pinheiro – esse número, que vai valer para 4 anos, é um número cabalístico, é um número definitivo? Será que nesse período do PPA não haveria a possibilidade de nós termos um programa novo e que não contemple esses números que já aqui estão elencados no anexo?

Então, essa é uma reflexão primeira que faço. Porque, talvez, a medida contida no Item 2.3.11 poderia eventualmente deixar de constar do texto, já que ela estaria engessando a perspectiva de criação de mudanças dos valores de referência em função de algum fato que, naturalmente, tenha de estar prevalente sobre o valor que consta do anexo.

Essa é uma reflexão.

A segunda reflexão que eu gostaria de fazer com o Senador Walter Pinheiro, nosso amigo e Relator, refere-se ao Item 2.3.13.

O Item 2.3.13 diz: *"Não será aprovada emenda que crie iniciativa nova relativa a empreendimentos*

cujo custo total seja inferior ao valor de referência." E aí, de novo, nós deparamos, nós nos confrontamos com o valor cabalístico desses valores de referência estabelecidos em cada programa temático.

A nossa sugestão, mesmo que disponha o Item 2.3.13.1 – foi uma inserção que o Relator fez – que o disposto naquele item não se aplica a emenda de inclusão de iniciativa de caráter genérico (e essa redação, para nós, é de caráter subjetivo), a minha reflexão é: em que medida isso estaria, eventualmente, contribuindo para a possibilidade de ser aprovada uma emenda? Estaria fulminando a emenda desde que ela não esteja dentro dos termos de referência, dos valores de referência. Então a reflexão que eu faço ao ilustre Senador Walter Pinheiro é que, ainda que com o Item 2.3.13.1, essa norma engessaria igualmente a valores de referência que estão simplesmente inseridos aqui nesta matéria.

Eu penso que, num programa, num plano plurianual, como é o próprio PPA, nós deveríamos evitar que houvesse definições muito fortes e que impedissem naturalmente a maleabilidade, a possibilidade de alteração deste PPA dentro da realidade que fosse encontrada nos anos seguintes.

Por último, Sr. Relator, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria fazer uma reflexão acerca do Item 2.3.7. O que diz o Item 2.3.7 do relatório? Diz expressamente... A inclusão de programa... Aqui nós estamos falando de nenhum dos 64 programas que já estão contidos, mas de um novo programa. De que dependerá? Também é um engessamento. Vamos ler o que está escrito: dependerá de diagnóstico. Perfeito! Quem vai apresentar um novo programa deve fazer um diagnóstico da necessidade do programa. Estamos no item 2.3.7, amigo Senador Walter Pinheiro. Esse diagnóstico deve ser capaz de justificar a sua inclusão – e até aqui está tudo correto – de forma a expressar a agenda de Governo.

Neste ponto é que eu tenho uma preocupação: se eventualmente a interpretação deste texto não submeteria o Poder Legislativo a uma condição *sine qua non* – esta é uma reflexão que estou fazendo com o Senador Walter Pinheiro. De repente, a minha interpretação pode estar equivocada, eu posso ter me enganado na interpretação do texto, mas eu penso que isso não deve expressar a agenda de governo, porque aí nós estaríamos expressando algo anteriormente já conceituado como sendo agenda de governo – por meio de políticas públicas.

Então, a minha preocupação, neste caso específico, é esta, se nós não poderíamos dar uma redação que evitasse que a interpretação do texto submetesse o Poder Legislativo a somente poder criar um programa novo, desde que contemplado na agenda de governo. Esta expressão, me parece, poderia eventualmente sofrer uma adaptação.

Essas são as considerações, Sr. Relator, Sr. Presidente, que eu faço. E gostaria de mencionar um fato curioso que poderia até robustecer esta tese que trago aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Conclua, Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Para concluir.

Há 80 anos, uma pessoa de grande capacidade, de grande inteligência, chamado Albert Einstein, disse ao mundo que, do momento em que as abelhas se extinguissem, 6 meses após se extinguiria a humanidade – todos os homens.

No Brasil, não temos essa preocupação hoje. O nosso meio ambiente ainda está protegendo as abelhas. Porém, nos Estados Unidos, já está havendo importação de abelhas. E por que estou comentando isso? É um programa absolutamente novo que poderia ser suscitado pela realidade ambiental brasileira, eis que se vem deteriorando o meio ambiente, e que poderia não estar situado nos 50 milhões, por exemplo, que tratam do meio ambiente. É nesse sentido que eu penso: talvez, a norma viesse a engessar uma realidade que nós poderemos viver no futuro; ou essa realidade ser impossibilitada por uma norma que viesse a constrangê-la.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado João Dado.

Peço aos senhores que entendam. O Deputado João Dado é uma figura extraordinária e, por isso, tem o direito, como qualquer um dos senhores, de avançar no tempo, até porque suas sugestões têm muita valia. O Senador Walter Pinheiro está anotando cada uma. Ao final da fala dos Srs. Parlamentares, ele irá se posicionar.

Eu gostaria, por uma questão de racionalizar o tempo, que os senhores usassem apenas os 5 minutos a que têm direito.

O Deputado Claudio Cajado está com a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Com a mesma tolerância, Sr. Presidente, ao Deputado João Dado – agradeço a V.Exa. Inclusive, eu quero parabenizar o Deputado João Dado. Parece que nós, sem conversarmos, tivemos o mesmo pensamento.

Eu quero, inicialmente, referenciar ao nobre Relator Walter Pinheiro a nossa alegria em tê-lo como Relator do PPA. V.Exa., que é baiano, foi Deputado Federal e hoje exerce no Senado não apenas a representatividade do Estado da Bahia, como também de diversos outros Estados que V.Exa. defende veementemente, haja vista diversos assuntos que já foram

pautados como prioridade para os Estados federados, não apenas a Bahia, mas, em especial, os Estados do Nordeste.

Quero pontuar com V.Exa. algumas questões que, para mim, não ficaram muito claras. Inclusive já tive a oportunidade de expressá-las quando conversei há pouco.

A primeira trata de uma crítica ao Governo, que demorou muito para enviar o PPA e que, quando do envio da LDO, não o fez com os anexos de mérito. Isso fará com que nós tenhamos pouco mais do que 60 dias para deliberar as duas matérias, tanto o PPA quanto o Orçamento. Um tempo extremamente restrito para a análise das prioridades dos Parlamentares em relação aos Municípios e Estados que representam. Mas, acima de tudo, pouco tempo nos restará para nos debruçarmos sobre a peça orçamentária.

Infelizmente, essa é uma questão imposta pelo Governo, que se, por um lado, faz com que haja uma certa preocupação do ponto de vista de planejamento, por outro – nós temos certeza – faz com que as políticas públicas não sejam efetivadas com tanta eficiência quanto seriam se tivéssemos tido um pouco mais de brevidade na apresentação dessas propostas.

Daí por que eu quero deixar aqui uma crítica veemente à forma como foi apresentado o PPA, incluindo as metas que deveriam ter sido feitas na LDO.

Por outro lado, eu fico muito preocupado com este Item 2.3.7, que efetivamente foi exposto pelo Deputado João Dado, já que a Presidente Dilma foi eleita pela maioria da população brasileira, não sei se com 53%, 54% ou 57% dos votos. Mas houve uma parcela considerável que votou no candidato Serra e que se faz representar aqui pelas oposições.

Como ficarão esses brasileiros, se não forem atendidos nas suas propostas que seus representantes, os Deputados, apresentam pelas suas emendas?

O Item 2.3.7 fala claramente na agenda de governo por meio de políticas públicas. E as nossas iniciativas? E as nossas ideias? E as nossas propostas que não são necessariamente compatíveis com a agenda política do Governo? Elas não serão consideradas?!

Então, esse é um item que nós gostaríamos de que fosse revisto pelo Relator, para que tivéssemos a possibilidade de apresentar as nossas emendas independente da agenda do Governo, independente do que houver como ideia de política pública por parte do monopólio que detém o Poder Executivo enquanto concepção de política pública.

Ainda que haja como se prever proposta de iniciativa popular, debates com a sociedade civil organizada etc., nós achamos que essas prerrogativas também cabem aos Parlamentares.

Não ficou para mim muito claro, no relatório, a possibilidade, a sugestão apresentada pelo Relator no Item 2.3.17, em que coloca que são consideradas passíveis de atendimento prioritário – prioritário – as emendas individuais que correspondam aos empreendimentos indicados na ata pelas bancadas estaduais.

O que significa isso? Que, anteriormente, as emendas individuais apresentadas no PPA tinham caráter prioritário – tinham caráter prioritário. Agora o que passa a ter caráter prioritário, salvo melhor juízo, com base no que consta nos itens 2.3.17 e 2.3.16, é o atendimento às emendas que forem apresentadas com aquiescência da bancada.

Portanto, as emendas de bancada eram cinco; as de Comissões, cinco e as individuais, dez. Isso passará a cinco de Comissões; cinco de bancada, mais seis, se forem consensuais entre os membros que integram a bancada e mais dez, que não serão prioritárias. Passarão a ser prioritárias as seis indicadas pela bancada, através da apresentação da ata das bancadas estaduais, conforme prevê o item 2.3.17.

Ora, não sendo mais prioritárias as emendas individuais, como eram no passado, obviamente fica um buraco negro, porque, dentro da LOA, elas também não serão consideradas prioritárias.

Daí porque eu gostaria de, numa segunda conversa com o Relator, ver de que forma nós poderíamos superar isso. A intenção do Relator, parece-me, é tentar otimizar ao máximo o que ele possa chancelar como prioritário por parte das bancadas, já que, se cada Deputado Federal e cada Senador pode apresentar até dez emendas individuais, e nós somos 513 Deputados mais 81 Senadores, 594 congressistas, vezes dez, seriam quase seis mil emendas. Então, o Relator deseja, por bancada estadual, 27, sendo 6, pouco mais do que 130 e poucos, 140 emendas, chancelar como prioritárias.

Nós achamos que é uma mudança que pelo menos poderá, se for o caso de permanecer esse artigo, aumentar de seis, talvez chegar a quinze porque facilitará para as bancadas eliminar as individuais. Mas seis, apenas, é muito pouco, porque, de 6 mil, nós vamos ter um pouco mais do que 140 emendas se as bancadas aquiescerem em formular isso.

Se nós elevarmos esse número, Relator, talvez nós poderemos alcançar o consenso. Diante do que houver de debate na bancada, até porque V.Exa. sabe que nas bancadas parte representa o Governo e parte, a Oposição, poderemos talvez ter consenso.

Eu apresentei uma emenda para retirar esse artigo. Ela foi rejeitada. Apresentei um destaque agora...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Cajado, sem querer interrompê-lo, mas

já pedindo a opinião de V.Exa., agora aproveitando o tempo que V.Exa. já tem, usando o excesso, que é próprio da flexibilidade...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu não marquei o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Qual é a ideia agora, Srs. Parlamentares que estão levando de forma consensual a deliberação do PPA hoje aqui? Nós estamos com a Ordem do Dia da Câmara em andamento.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Já começou?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Já começou a Ordem do Dia da Câmara.

Consulto os senhores – há votação nominal na Câmara – sobre se eu posso marcar para as 14 horas ou 14h30min, com manutenção do *quorum*...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, pela ordem. Os partidos todos estão entrando em obstrução. Portanto, o Presidente vai encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Então, os senhores concordam que, mesmo durante a Ordem do Dia, nós podemos continuar discutindo aqui.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Não. Aguardemos 5 minutos.

(Não identificado) – Podemos continuar, Gilmar, discutindo. Quando encerrar a Ordem do Dia...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos continuar discutindo aqui até que encerrem a Ordem do dia no plenário. Os senhores todos estão de acordo? Porque é uma resolução. Eu preciso do consenso da Casa para firmar a decisão de continuar discutindo, mesmo na Ordem do Dia, sabendo que a sessão da Câmara vai cair.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Os partidos estão entrando em obstrução. Então, ninguém precisa ir lá votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a obstrução na Câmara, nós temos a condição legal de votar, mas até a discussão poderá ser questionada à luz do Regimento. Eu preciso do consenso dos senhores para continuar discutindo.

Há consenso?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, entre nós aqui, acredito até que haja consenso. Veja se é possível regimentalmente. Quero fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não é, não é possível.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Então, amanhã, se alguém questionar, pode-nos trazer algum tipo de problema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É exatamente essa a minha preocupação.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – A minha sugestão seria a seguinte: V.Exa. suspende a sessão por 10 minutos e a retoma em 10 minutos.

O que os pares acham disso?

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, eu acho que a proposta do Deputado Arlindo é mais coerente. Enquanto isso, nesses 10 minutos, vamos tentando construir um acordo em relação aos destaques.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, debater pode; não pode é votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não, não. Não pode nem debater, Danilo.

À luz do Regimento, a proposta do Deputado Arlindo é a mais prudente, mais coerente e atende ao princípio da legalidade.

Suspendo a reunião por 10 minutos, até que caia a sessão da Câmara, para continuarmos a votação em plenário.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Declaro reiniciada a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada a apreciar o Plano Plurianual.

Solicito às Sras. e Srs. Deputados, às Sras. e Srs. Senadores que se posicionem nas suas respectivas bancadas a fim de darmos continuidade aos trabalhos.

O Deputado Cajado terminou? *(Pausa.)* Terminou.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Não terminei, Sr. Presidente. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos. *(Pausa.)* Não está presente.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte. *(Pausa.)* Deputado Danilo Forte. *(Pausa.)* Não está presente.

Com a palavra o Deputado Vaz de Lima – sempre presente.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Fala pouco, mas ouve igual a coruja.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Por isso que está aqui.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Eu queria apenas firmar um ponto de argumentação, relativo ao item 2.3.7.

Repetindo, Senador Walter, quero cirurgicamente falar sobre o item 2.3.7.

No meu ponto de vista, cabe razão ao Deputado Dado.

Penso que poderíamos fazer um ajuste, se V.Exa. concordar, no trecho *"A inclusão de programas depen-*

derá de diagnóstico capaz de justificar a sua inclusão", retirando esta frase: *"de forma a expressar a agenda de Governo por meio de políticas públicas".* Eu imagino que, se retirássemos essas expressões, retomando *"inclusão, orientando a ação governamental"*, talvez pudéssemos resolver o impasse.

Acho que cabe razão ao Deputado Dado.

A argumentação do Deputado Cajado me convenceu de que isso pode ser feito dessa forma.

Uma sugestão a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Raimundo Gomes de Matos, V.Exa. estava ausente, mas a sua presença reinsere-o na discussão.

Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, nós queremos, inicialmente, parabenizá-lo pela condução dos trabalhos, lado a lado com o nosso Senador Walter, que se debruçou sobre esta matéria de suma importância para o País, para esta Casa, para o Congresso Nacional, ou seja, justamente o nosso PPA.

É claro que há inovações. Nós precisamos cada vez mais aprimorar não só o processo legislativo, mas também as propostas. E nas inovações na estrutura e organização do PPA, nós precisamos ter a cautela de também não perdermos as nossas prerrogativas e não nos tornarmos somente uma Casa de referendar o que o Governo está propondo.

Os Parlamentares anteriores, João Dado, Vaz e Cajado, abordaram assuntos em relação aos quais eu preciso de esclarecimentos: a partir da questão do valor de referência, saber o porquê do estabelecimento do anexo do valor de referência e se isso não pode engessar determinadas propostas de iniciativa dos Parlamentares.

No tocante ao valor de referência, o item 2.3.13.1 diz o seguinte: *"O disposto no item 2.3.13 não se aplica a emenda de inclusão de Iniciativa de caráter genérico".* Então, automaticamente, não se estabelece o valor de referência, aquela tabela. Não cumpre...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Item 2.3.13.1.

Logo após o item 2.3.13., que diz que *"não será aprovada emenda que crie Iniciativa"* no tocante ao valor de referência, há o item 2.3.13.1: *"O disposto no item 2.3.13 não se aplica a emenda de inclusão de Iniciativa de caráter genérico"*.

Então, está subjetivo. A iniciativa dessa emenda tem obrigatoriamente que levar ao valor de referência também, ou não? Quer dizer, há interpretação nesse sentido. Até porque, senão, seria mais um engessamento da prerrogativa que tem o Parlamentar no tocante a sua iniciativa.

A cada dia diminui mais o nosso poder de fazer propostas. Passaremos, então, como disse o Deputado Cajado, somente a referendar a agenda do próprio Governo. E nós fomos eleitos para debater o desenvolvimento do País e propor iniciativas. Cada vez mais entramos na contramão, no momento em que a proposta do Deputado Arlindo dá à população a possibilidade de participar do Orçamento, apresentando-lhe emendas relativas a suas comunidades. Nós fomos eleitos pela população, nós somos representantes legítimos da população. Nos próximos anos, com certeza, cada vez mais vai aumentar: *"Não, hoje são 600 mil, amanhã será 1 milhão, depois serão 2 milhões, depois serão 3 milhões".* Quer dizer, o Congresso Nacional representa a sociedade brasileira. Nós não precisamos ouvir de novo da população os seus desejos, as suas necessidades. Através de uma ausculta popular, nós poderíamos ter o aprimoramento dessa legislação.

Então, as nossas indagações seriam essas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Passo a palavra, para sua resposta às considerações dos Srs. Deputados e Srs. Senadores, ao Relator-Geral do PPA, Senador Walter Pinheiro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Vou responder primeiro, referindo-me ao item 2.3.7, que os Deputados Dado, Vaz, Cajado e Raimundo Matos mencionaram, porque acho importante frisar o ponto. Por que, na realidade, trabalhamos essa expressão? Porque – lembro aos Srs. Parlamentares – a agenda de Governo é o PPI que nós aprovamos. Não é nada mais, nada menos do que isso.

O que estou propondo a partir tanto da solicitação feita por todos os Parlamentares, quanto da proposta apresentada, finalmente, pelo Deputado Vaz? Modificaríamos a proposta, e ela ficaria da seguinte forma: *"diagnóstico capaz de justificar a inclusão de políticas públicas".* Então, sairia a expressão *"expressar a agenda de Governo"*. Portanto, *"a inclusão de políticas públicas"*, até porque preservaríamos a aplicação do PPI que aprovamos.

Deputado Vaz, o trecho *"orientando a ação governamental"* é no sentido, inclusive, de cumprimento por parte do Governo. É diferente. Por isso eu mantenho a expressão *"ação governamental"*, para o Governo entregar os bens e serviços, ou seja, executar as emendas.

Então, retiraríamos a expressão *"de forma a expressar a agenda de Governo por meio"* e deixaríamos só *"diagnóstico capaz de justificar a inclusão de políticas públicas, orientando a ação de Governo".*

O.K.?

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Relator, retiro, de plano, o destaque desse item em função desse acolhimento.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – O.K., então. Beleza?

Deixa eu explicar agora o item 2.3.13, que acho importante, para fazermos uma leitura correta e entendermos o ponto.

Deputado Raimundo, diferentemente até da leitura inversa, esse item se relaciona à inclusão. Portanto, eu não posso – é o que diz o disposto no item 2.13.1 – cortar, eliminar da sua iniciativa quando V.Exa. fizer uma emenda que tenha caráter abrangente, caráter mais amplo.

Vamos fazer um comparativo com o que aconteceu no passado.

Como fazíamos no PPA passado e na LOA? Eu só podia colocar na LOA emenda de assunto que estivesse no PPA. Correto? Por exemplo, no caso da ferrovia que vai tratar da ligação, em Rio Branco, do eixo ferroviário que vai passar ali acima até a Transcontinental. Se esse pedaço em que está escrito Acre não estivesse no PPA – era assim no passado –, a bancada do Acre não poderia fazer emenda ao Orçamento. O que tem agora? O Acre pode tranquilamente fazer emenda ao Orçamento para construir o trecho ferroviário do entroncamento do seu porto, seja lá o que for, para ligação com o eixo principal, que é a Transcontinental, usando a genérica que está no PPA, que é a ferrovia. Entendeu?

Então, na realidade, quando faço a exclusão aqui, Deputado Raimundo, no item 2.3.13.1, estou dizendo que esse tipo de emendamento não posso proibir V.Exa. de fazer. Então, V.Exa. pode fazer uma emenda que sirva – vamos usar uma linguagem mais própria – de guarda-chuva para emendá-la depois os próximos orçamentos, sem a necessidade de V.Exa. especificar no PPA que aquela emenda naquele ano no PPA aplica-se à cidade, por exemplo, de Juazeiro do Norte, no Ceará. Se V.Exa. colocou no genérico, tem no genérico ferrovia. Se quero fazer uma ferrovia em Juazeiro do Norte, em qualquer ano do orçamento, posso fazer a emenda usando aquele genérico. Então, estou dizendo no item 2, quer dizer, estou resguardando a sua atuação na LOA. O que diz o item 2.3? Quando esse empreendimento tiver um valor menor, não posso acatar. Aí eu estaria eliminando todo esse tipo de investimento genérico. Ao passo que se V.Exa. fizer uma emenda enquanto um programa macro, um macroevento – por isso que chamei de genérico, porque ele não especifica a localidade – V.Exa. ganha o direito de fazer na LOA a ação efetiva para atender ao seu pleito. Por isso, Deputado Dado, é que não dá para retirar o item 2.3.1. Se eu o retirar, efetivamente volto à velha lógica de os Deputados e Senadores terem de fazer dezenas de emendas de ações, que deveriam ser na LOA. Ou seja, vai ter que fazer também no PPA, senão não se consegue fazer na LOA.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Na LDO...

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Não, não substituiu a LDO. LDO é diretriz, Deputado Claudio Cajado, não é detalhamento. LDO traça caminhos, iniciativas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – É porque a LDO não teve anexo de metas, ele está sendo incluído no PPA.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Sim, mas o anexo de metas o próprio... Vamos discutir o anexo de metas? Quem derrubou o anexo de metas aqui? Foi o Governo ou o Parlamento? V.Exa. está lembrado? Quero lembrar a V.Exa. e até a Oposição: na votação do orçamento na versão anterior, lembro-me de que o Relator era nosso amigo José Pimentel, e a Oposição condicionou que se não retirasse o anexo de metas, ela não votaria o Orçamento. V.Exa. está lembrado disso? Que fomos até o final do ano nessa querela? Porque todo mundo dizia que o anexo de metas era um orçamento paralelo. Então, condicionou-se, quero lembrar bem claramente isso, Relator do Orçamento, José Pimentel, que quando fomos votar foi a maior incidência de ações contra o anexo de metas da LOA, que, portanto, vinha da LDO. V.Exas. sabem quem foi o Relator da LDO naquele ano? Deputado João Leão. O Deputado João Leão colocou o anexo de metas na LDO. Quem derrubou o anexo de metas na LDO? Congresso Nacional, na votação nesta Comissão e no Plenário da Casa, inclusive com os pedidos do PSDB e do DEM, justificando, na minha opinião, corretamente, que o orçamento de metas criava orçamento paralelo. Então, o Governo acatou, inclusive, decisão desta Casa e não mandou na LDO anexo de metas, mas....

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Essas questões que houve no passado podem ter sido desvirtuadas do princípio do anexo de metas, que deveria ser, como sempre foi, objeto de discussão. Se o Governo tivesse mandado nos termos corretos, talvez não aconteceria o que aconteceu. V.Exa. entende, não?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Não, mas veja só. O Governo mandou isso na LDO anterior, o que foi acatado pelo Relator. Posteriormente, debatemos exaustivamente e retiramos isso das peças, tanto da LDO quanto do Orçamento. E vou-lhe dizer mais: eu me lembro da reunião no gabinete da Presidência do Senado, envolvendo Deputados e Senadores. Eu exercia a função de Vice-Líder do Governo naquela

época. Fizemos reunião no gabinete do Senado com todas as Lideranças partidárias. Vou usar expressão mais pesada aqui, com todos os 'caciques' de partidos desta Casa, para retirar o anexo de metas. Foi realizada reunião na sala da Presidência do Senado da República, cujo Relator era meu amigo José Pimentel.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Mas, nobre Relator, essa foi uma exceção. Com relação àquele ano, não pode ser regra para o futuro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO Estou respondendo a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Imagino que o espírito baiano comanda aqui o debate dos 2. Eu peço a V.Exas. que avancem no debate.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Na realidade, com a retirada do item 2.13 e do item 2.3.1.1., devolvo à condição que, na minha opinião, só nos prejudica. O que estamos fazendo com isso é ampliar nossa capacidade de apresentar ações. É isso que estamos fazendo. Encontrar todos os programas e, portanto, materializarmos isso em ações no PPA. E isso vale para a 12, 13, 14 e 15.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Eu pediria ao Senador Walter Pinheiro, se seria possível também no 2.3.1.1, assim como foi feito no 2.3.13, há uma exceção no 2. 3.13, que exatamente preserva o caso das genéricas. Eu entendi o conceito. O conceito é evitar particularização dentro de um PPA. Isso aí é perfeitamente lógico. Trata-se de um plano macro, e não micro. Devemos fazer com que os valores de referência possam ser alterados, desde que justificados. Enfim, ou por uma maioria absoluta, não sei de que forma, porque de repente o valor de referência, Senador, pode, ao longo do tempo, merecer adaptação, e o texto impossibilitará que ele seja alterado, adaptado.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – A questão que se levanta é o item 2.3.1. Veja bem: primeiro, só para dar referência a V.Exa. Nesse PPA, nenhum valor é inferior a 30 milhões, diferentemente do outro que era inferior a isso. Aliás, temos um único de 30 milhões, um único item em todo o PPA. No passado, eram 20 milhões, vários itens. Segundo, a projeção para os 4 anos não só leva em consideração, e não há como fazermos diferente, o que se pensou em 2012 com todos os parâmetros da economia que efetivamente vão-se processar para permitir duas coisas: a nossa atuação, enquanto apresentação de emendas e fiscalização, e não apresentarmos para o Governo orçamento ou PPA que também abra um janelão e o Governo faça o que quiser adiante. Então, além de estar dentro da realidade, dizemos ao Governo que não dá para trabalhar com coisas estratosféricas. Lembrando às Sras. e aos Srs. Parlamentares que o Governo tem em suas mãos ferramenta com que tranquilamente pode utilizar esses recursos – não apenas a DRU, como também o PAC. Estaríamos fazendo suposta ampliação do limite de atuação do Governo. Não é esse o espírito que acredito deve reinar no Parlamento. E olhe que estou lhe falando como Senador da base do Governo, mas prefiro caminhar na linha da responsabilidade da execução e enxergar nos próximos 4 anos o que efetivamente podemos arrecadar e o que podemos verdadeiramente fazer. E mais, lembrando a V.Exa. que até o final de dezembro, ainda vamos ter de fazer o aumento dessa projeção a partir do relatório apresentado pelo Senador Acir Gugacz. Ou seja, a variação do crescimento da estimativa de receita projetada, que provavelmente esta Comissão deverá analisar na sua etapa final as prováveis alterações na receita. Então, V.Exa. tem de raciocinar sobre o valor de estimativa de receita. Não é uma equação direta, mas é quase como se V.Exa. tivesse de projetar isso para os próximos 4 anos. O que significaria isso? Em tese, hoje, na concepção final, teríamos de trabalhar com orçamento projetado, a partir dos indicadores, de algo em torno de mais 100 bilhões de reais para o PPA, se se considerar o que foi apresentado. Então, são esses os parâmetros. É diferente abrirmos a cada ano como se eu fosse fazendo alterações. Então, em se processando esse crescimento, PIB, inflação, a própria variação cambial, automaticamente, com relação a esses valores, tenho de trabalhar na projeção e aplicar para os próximos 4 anos. Por essa razão, trabalhamos valor de referência.

O SR. PRESIDENTE ((Senador Vital do Rêgo) – Senador Walter, só uma deferência ao Deputado Danilo Forte, que quando foi instado a falar não estava presente. Mas S.Exa. tem questionamento. E o fará de forma muito rápida, até para colaborar com a Presidência, porque precisamos votar. Depois o Senador responderá ao Deputado Danilo, e aí apreciamos e votamos os destaques.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – A minha preocupação é mais ou menos em cima do que o Senador Walter já se está referindo. Trata-se da questão do valor de referência. Há valores de referência que estão superestimados e outros subestimados com relação ao contexto em que estão inseridos. É preciso moldar isso à realidade fática.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Pronto, para essa realidade, Deputado Danilo. É por isso que acrescentei aquele item que podemos agregar ou separar. Esse é um dos itens do relatório para permitir exatamente que, olhando esses valores de referência, as Sras. e os Srs. Parlamentares e as Comissões possam fazer a devida movimentação com as iniciativas, ajustando esses valores de referência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado João Dado, um minuto para V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Não, apenas para parabenizar o Relator, Senador Walter Pinheiro,...

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Obrigado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – ...que teve a sensibilidade em relação ao item 2.3.7. Retiro, portanto, os 2 destaques relacionados: os Destaques de nºs 1 e 2, relacionados a manifestações aqui feitas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa. a contribuição. A posição de V.Exa. o engrandece cada vez mais. A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados. O relatório passa a ser votado da forma como se encontra.

Em votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação no Senado Federal. *(Pausa.)*

APROVADO. *(Palmas.)*

O relatório está aprovado, com os cumprimentos e aplausos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, V.Exa. ressalvou os destaques?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vou fazê-lo agora, "Cajadinho", ressalvados os destaques apresentados. Mas não poderíamos deixar de louvar o Relator, e os aplausos da Comissão foram exatamente em virtude do esforço, da grandeza, da sensibilidade e do espírito púbico do Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra o Relator.

Foram apresentados dez destaques e retirados os Destaques nº1, nº 2 e nº 10, de autoria do Deputado João Dado. Vamos analisar somente os que estão constando na pauta. Há destaque aceito, parece-me que houve *lobby* muito forte da Bahia, e o Senador Walter Pinheiro....

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI – Vai votar em bloco, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos votar em bloco.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Um destaque que foi dado ao Deputado "João Caminha de Vaz", Vaz por esse caminho, e o Deputado Cajado terminou apresentando também destaque. Acatei parcialmente esse destaque que fizeram, uma verdadeira contemplação, então,...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Foi um destaque do Deputado Claudio Cajado, atendendo à Bahia.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – ... retirada a expressão que eu já havia anunciado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Sr. Presidente, há 2 destaques também apresentados, o de nº 3 e o de nº 4. Pelas explicações dadas pelo Relator, eles são semelhantes aos apresentados pelo Deputado João Dado. Por isso, também retiramos os Destaques nº s 3 e 4, para dar celeridade à votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço mais uma vez a V.Exa. a sua compreensão e a importância do fato.

Não há mais destaques.

Srs. Parlamentares, o art. 139 da Resolução nº 1/2006, alterada pela Resolução nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional, estabelece que *"não será aceita solicitação para votação em separado de destaques, após a votação de requerimento para a votação em globo dos destaques".*

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator, como costumeiramente fazemos.

(Pausa.)

Aprovado.

Trata-se de proposta para votação em globo dos destaques. Aqueles que V.Exa. aprova....

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Desde que se retire a expressão que já foi inclusive lida por mim, acato e, portanto, rejeito os demais destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos ao Destaque nº 6.

Ou seja, destaques com o Relator-Geral para aprovação integral e Destaque nº 6, do Deputado Cajado, parcial.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Do Deputado Cajado, do Deputado Dado, do Deputado Vaz, do Deputado Angelo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Destaque nº 6, do Deputado Cajado, a Emenda nº 14, do mesmo autor.

Em votação o Destaque Parcial nº 6.

(Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Aprovado no Senado.

Pela rejeição os demais destaques.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Com aprovação pela votação parcial com o texto, conforme li aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Aprovação parcial do Destaque nº 6 com a Emenda nº 14.

Como vota o Relator?

(Pausa.)

Pela rejeição dos Destaques nºs 1 a 5 e 7 a 9. O nºs 1 e 2 foram retirados. Os nºs 1 a 5 e 7 a 9 pela rejeição.

Em votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, um minuto. O Destaque nº 6, então, foi aprovado.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Parcialmente aprovado, conforme a redação que eu li aqui, inclusive, com a sugestão do Deputado Vaz.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Parcialmente aprovado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Os demais V.Exa. vai colocar para votar em bloco, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agora, já em bloco.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu queria aqui, antes de V.Exa. apresentar o pedido para votação em bloco...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu já fiz. Eu já fiz e já votei.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – ... eu gostaria de ressaltar, no meu Destaque de nº 5, apenas um detalhe: o Relator me informa que, primeiro, não há impacto em qualquer emenda individual para apresentação no PPA; segundo, que qualquer emenda individual que for apresentada dentro do conceito do item...

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Item 2.3.16.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO ... 2.3.16 será acatada.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Ela tem essa ordem de prioridade.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Isso, será acatada.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Está escrita a ordem de prioridade.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Perfeito. E que o Item 2.3.17...

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Ter prioridade não é ser acatada. Tem ordem de prioridade.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – E que, o item 2.3.17... Em não havendo consenso por parte de membros da bancada, não serão "inaceitas" as emendas individuais apresentadas, correto?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Eu nem posso, Senador Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Senador não, Deputado. Eu chegarei lá um dia. (*Risos.)*

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Primeiro, eu não posso, com o meu relatório, alterar a Resolução nº 1. V.Exa., inclusive, está-me propondo um absurdo que eu não aceito fazer. (*Risos*)

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Perfeito. Eu só estou deixando claro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – E outra coisa: nenhuma bancada...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu só quero deixar claro. Eu só quero deixar claro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Não, só uma coisa, eu acho que é bom esclarecer isto. Vamos lá: nenhuma bancada, Deputado Claudio Cajado, pode alterar a Resolução nº 1 numa reunião de bancada; nem eu como Relator, muito menos as bancadas numa reunião de bancada.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu não entendi direito o critério da prioridade. Ou seja, as emendas individuais continuam tendo prioridade desde quando estabelecidos os critérios estipulados.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Senador, deixa eu só ler de novo aqui para a Comissão. Os critérios de prioridades no relatório não se referenciam na Emenda A, B ou C. O item diz o seguinte: *"Será considerado, pela Relatoria, o atendimento prioritário"* – o exame prioritário, o atendimento prioritário, a análise prioritária. Os seguintes critérios serão adotados: se a iniciativa for coletiva, ela tem uma prioridade; se a iniciativa for relativa a empreendimentos de grande porte que estejam em andamento... Então, tanto pode ser uma emenda individual, quanto de bancada ou coletiva. Aqui não está dito que serão prioritárias só e somente só as emendas coletivas. Estes são os critérios para análise prioritária: as alíneas a, b, c, d, e. Cinco critérios para que emendas, sejam de que origem for, possam ser apreciadas à frente, possam ser apreciadas antes de qualquer outra emenda – utilizando-se esses cinco critérios.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Feito o esclarecimento, o Deputado Agnolin tem a palavra – por 1 segundo.

O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN – Sr. Presidente, só para ratificar que os Destaques nºs 3 e 4, de nossa autoria, que faziam referências aos itens 2.3.1.1 e 2.3.13, estão sendo retirados. Foram retirados por nós.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Os nºs 3 e 4 foram retirados pelo Deputado Agnolin. Ficam rejeitados os nºs 5 e 7 a 9.

Vamos para a votação.

Em votação em globo, com o voto do Relator pela rejeição dos destaques supramencionados.

Em votação, na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pelo Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os destaques foram rejeitados e não serão apreciados na representação do Senado Federal, conforme estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

(Não identificado) – Só para ficar registrado, vamos ver a redação que ficou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É, bem claro.

Gilmar, por favor; Cajado, só um segundo. Eu peço aos coordenadores de bancadas, aos presidentes de comitês que anotem o novo ajuste no nosso cronograma do PPA.

Apresentação de emendas ao projeto de lei: do dia 3 de novembro ao dia 12 de novembro

(Não identificado) – Que dia cai?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Sábado, aí vai para o dia 14, mas, pelo Regimento, são 11 dias, portanto, dia 12.

Publicação – anotem os senhores – e distribuição de avulsos até o dia 17. Apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório até o dia 8 de dezembro. Encaminhamento do parecer à CMO, à Mesa, até o dia 15. Então, nós temos encontros marcados com o PPA até o dia 8 de dezembro.

Antes de encerrar, convoco as seguintes reuniões para a semana que vem: terça-feira, 8 de novembro, às 14h30min, reunião ordinária; quarta-feira, 9 de novembro, às 14h30min, reunião extraordinária; quinta-feira, 10 de novembro, reunião extraordinária; reunião do Colégio de Líderes, no dia 8 de novembro, às 14 horas.

Nada mais a acrescentar, tenham todos um bom dia.

Fiquem com Deus.

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2011.

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 26, 27 (Alterada) e 28. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros:**– Deputados titulares**: Andre Vargas, André Zacharow, Claudio Cajado, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, João Magalhães, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Roberto Britto, Rogério Marinho e Wellington Roberto **– Senadores titulares**: Cyro Miranda, Ricardo Ferraço, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro **– Deputados suplentes:** Alex Canziani, Arthur Lira, Benjamin Maranhão, Carlos Magno, Danilo Forte, Geraldo Resende, Heuler Cruvinel, Hugo Leal, José Airton, Pedro Chaves, Ronaldo Zulke e Weliton Prado. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: Ademir Camilo, Arlindo Chinaglia, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, George Hilton, João Dado, José Priante, Luciana Santos, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo de Castro, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira e Vitor Penido; **– Senadores**: Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta e Sérgio Petecão. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Márcio Macêdo. **ABERTURA:** às quinze horas, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pelo Deputado Gilmar Machado (PT/MG), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006-CN, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, do Congresso Nacional*. **Deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas: Ata da 10ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 1º/11/2011. **Pauta nº 26/20111 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R$ 24.376.000,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente". Relator: Senador Eduardo Braga. Foram apresentadas 14 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 14. **2 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 7/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Foram apresentadas 42 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36, e 38 e pela rejeição das demais. **3 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 8/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 90.980.000,00 (noventa milhões, novecentos e oitenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Deputado Roberto Britto. Não foram apresentadas

emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. **4 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Marçal Filho. Foram apresentadas 23 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 6 e pela rejeição das demais. **5 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Acir Gurgacz. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. **6 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências." Relator: Senador Sérgio Petecão. Foram apresentadas 5 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas. **7 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Wellington Roberto. Foram apresentadas 69 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 67 e pela rejeição das demais. **8 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 23/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 1.124.446.832,00 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e trinta e dois reais), em favor de empresas estatais, para os fins que especifica." Relator: Deputado Rubens Bueno. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. **9 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para o fim que especifica, e dá outras providências". Relator: Senador Jayme Campos. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. **10 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 26/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 71.758.918,00 (setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezoito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Deputado Andre Vargas. Foram apresentadas 8 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 6 e pela rejeição das demais. **11 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 27/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Weliton Prado. Foram apresentadas 4 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 4. **12 –** Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)". Relator: Senador Jayme Campos. Voto: pelo arquivamento da matéria. **13 – Requerimento nº 16/2011-CMO,** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados". Autor: Deputado Efraim Filho. **14 – Requerimento nº 17/2011-CMO,** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional". Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto. **15 – Requerimento n° 23/2011-CMO**, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à

construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A– PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. **16 – Requerimento n° 24/2011-CMO**, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária – CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina". Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos. **17 – Requerimento n° 25/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega". Autor: Senador Vital do Rêgo. **18 – Requerimento n° 26/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento – Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da Infraero".(Ministro da Defesa, Senhor Celso Amorim; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora Miriam Aparecida Belchior e o Presidente da Infraero, Senhor Gustavo do Vale). Autor: Deputado Marçal Filho. **19 – Requerimento n° 27/2011-CMO**, que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário". Autora: Deputada Luciana Santos. **20 – Requerimento n° 29/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste– FCO -, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da Sudeco e do Presidente do Banco do Brasil S.A." Autor: Deputado Marçal Filho. **21 – Requerimento n° 30/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa", com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica". Autor: Deputado Marçal Filho. **22 – Requerimento n° 31/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome". Autor: Deputado Marçal Filho. **23 – Requerimento n° 33/2011-CMO**, que "Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A – PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. **24 –** Relatório apresentado ao **Ofício nº 35/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: pelo arquivamento da matéria. **25 –** Relatório apresentado ao **Ofício nº 12/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Pauta nº 27-Alterada/2011. 1 – Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 28/2011-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012". Relator-Geral: Deputado Arlindo Chinaglia. Foram apresentadas 283 emendas. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentado pelo Relator-Geral, pela aprovação das emendas nºs 8, 9 e 217; aprovação parcial das emendas nºs 1, 13, 26, 30, 40, 41, 42, 43, 47, 65, 71, 79, 87, 90, 105, 132, 144, 149, 158, 162, 207, 212, 219, 221, 226, 233, 234, 241, 243, 248, 257 e 279; e pela rejeição das demais. **2 – Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 29/2011-CN**, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015". Relator: Senador Walter Pinheiro. Foram apresentadas 27 emendas. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentado pelo Relator, pela aprovação parcial das emendas nºs 21 e 23, e pela rejeição das demais. **– Aprovado por unanimidade na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/11/2011. Pauta nº 28/2011. 1 –** Relatório apresentado à **Mensagem nº 93/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2011". Relator: Senador Delcídio do Amaral. Voto: pelo arquivamento da matéria. **ENCERRAMENTO:** Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*,

o Presidente em exercício encerrou a reunião. Antes, comunicou a realização das seguintes reuniões extraordinárias, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, convocadas anteriormente: dia 9 de novembro, quarta-feira, às 14h30min**;** e dia 10 de novembro, quinta-feira, às 10 horas. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e dois minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Vital do Rêgo. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 22ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 26, 27, alterada, e 28, de 2011.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos.

Não há *quorum* para a deliberação na representação do Senado Federal.

Encerro a presente reunião, lembrando que já está convocada pelo Presidente reunião extraordinária para o dia 9, quarta-feira, às 14h30min, e reunião extraordinária para o dia 10, quinta-feira, às 10 horas.

Está encerrada a reunião.

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 9 E 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

Aos nove e dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 26, 27– Alterada e 28/2011. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros:**– Deputados titulares**: Ademir Camilo, Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, João Magalhães, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; **– Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Cyro Miranda, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro **– Deputados suplentes:** Alex Canziani, Ângelo Agnolin, Arthur Lira, Carlos Magno, Daniel Almeida, Danilo Forte, Darcísio Perondi, Geraldo Resende, Gorete Pereira, Heuler Cruvinel, Hugo Leal, João Carlos Bacelar, Pauderney Avelino, Pedro Chaves, Roberto Teixeira, Ronaldo Zulke, Sueli Vidigal, Valmir Assunção, Vaz de Lima, Weliton Prado e Zé Geraldo; **– Senadores suplentes:** Delcídio do Amaral e Lídice da Mata. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados:** Genecias Noronha, George Hilton e Vitor Penido; e **– Senadores**: Francisco Dornelles, Magno Malta e Ricardo Ferraço. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Alceu Moreira, Amauri Teixeira, Paulo Pereira da Silva e Senador Paulo Paim. **ABERTURA:** às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia nove de novembro, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou abertos os trabalhos e informou que havia *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. O Presidente informou que o Colegiado de Líderes da Comissão estava buscando consenso para apreciação do Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 28/2011 – Lei Orçamentária para 2012 – na continuidade da reunião a ser realizada no dia subsequente. Discutiram o assunto os Deputados João Dado (PDT/SP), Ademir Camilo (PDT/MG), Rogério Marinho (PSDB/RN) e Paulo Pereira da Silva (PDT/SP), e o Senador Paulo Paim (PT/RS). A seguir, o Presidente leu o texto a ser encaminhado ao Relator-Geral, Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP): "Fica assegurado para o ano de 2012 ganho real para o reajuste dos aposentados e pensionistas a ser definido em reuniões conjuntas entre o Governo, as Centrais Sindicais e entidades representativas dos aposentados." Os Deputados Amauri Teixeira e Luciana Santos discutiram o assunto. A seguir, o Relator-Geral se pronunciou sobre o assunto. Ao comunicar a presença dos servidores aposentados no recinto do plenário, o Presidente informou que suspenderia os trabalhos e daria continuação no dia seguinte, às 9 horas e trinta minutos. O Senador Paulo Paim manifestou apoio à sugestão do texto lido. O Presidente comunicou que havia acordo para manutenção do quórum na continuidade da reunião. Às quinze horas e onze minutos, os trabalhos foram suspensos. Às dez horas e seis minutos do dia dez do mesmo mês, o Presidente reabriu a reunião. A seguir, o Presidente passou a apreciação da Ata da 10ª Reunião Extraor-

dinária, realizada em 1º/11/2011. Por consenso, foi dispensada a leitura da Ata que, em votação, foi **aprovada** por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **AVISOS:** O prazo para apreciação dos Relatórios aos projetos de lei de créditos adicionais. O Presidente informou que a Comissão tem até o dia 20 de novembro para apreciar os Relatórios aos projetos de lei de créditos adicionais. Os projetos sobre os quais a CMO não emitir parecer serão apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, conforme dispõem os *artigos 106 e 107 da Resolução nº 1/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional.* Prazo de apresentação de emendas ao PLPPA 2012-2015. O Presidente informou que submeterá ao Presidente do Senado Federal proposta de prorrogação, até o dia 23 de novembro, do prazo de apresentação de emendas o Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012-2015. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA:** O Presidente ao abrir a Ordem do Dia, avisou que havia acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para a apreciação do item 1, da Pauta nº 27-Alterada/2011 – Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao **Projeto de Lei nº 28/2011-CN** (PLOA/2012), e para apreciação dos relatórios apresentados aos Projetos de Leis nºs 8, 14, 15, 19 e 23/2011-CN, itens 3, 5, 6, 7 e 8 da Pauta nº 26/2011, e a inclusão de extrapauta, referente ao Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 46/2011/CN. Requerimento para inversão de pauta, com o objetivo de apreciar como primeiro item da Ordem do Dia o **Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 28/2011-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012". (item 1, da Pauta nº 27-Alterada/2011). Autor: Deputado Arlindo Chinaglia. O requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Claudio Cajado propôs realização de reunião do Colegiado de Líderes para chegarem a entendimento sobre o Relatório Preliminar com Emendas. O Deputado Gilmar Machado informou que a Ordem do Dia na Câmara dos Deputados estava na iminência de começar. Às dez horas e dezesseis minutos, o Presidente suspendeu os trabalhos para realizar reunião do Colegiado de Líderes. Às dez horas e cinquenta e nove minutos, a reunião foi reiniciada. **Pauta nº 27-Alterada/2011. 1 – Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 28/2011-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012". Relator-Geral: Deputado Arlindo Chinaglia. Foram apresentadas 283 emendas. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentado pelo Relator-Geral, pela aprovação das emendas nºs 8, 9 e 217; aprovação parcial das emendas nºs 1, 13, 26, 30, 40, 41, 42, 43, 47, 65, 71, 79, 87, 90, 105, 132, 144, 149, 158, 162, 207, 212, 219, 221, 226, 233, 234, 241, 243, 248, 257 e 279, e pela rejeição das demais. O Relator-Geral leu os termos do acordo realizado no Colegiado de Líderes. O valor para as emendas individuais foi aumentado de 13 para 15 milhões. O Presidente leu o pronunciamento dos Partidos sobre o valor das emendas: PT e PSC: 13 milhões; e PMDB, PR, Dem, PSDB, PP, PDT, PSB, PTB e PV: 15 milhões. A seguir, o Relator-Geral leu os Adendos 1 e 2 e a Errata. O Presidente anunciou a discussão e a abertura do prazo para apresentação de destaques. Discutiram o Relatório Preliminar com Emendas os Deputados Claudio Cajado, Efraim Filho, João Dado, Rogério Marinho, Giroto, Roberto Britto, Darcísio Perondi, Edmar Arruda, Raimundo Gomes de Matos, Danilo Forte, Valtenir Pereira, Alex Canziani, Andre Vargas e Alceu Moreira. O Deputado Gilmar Machado apresentou proposta pelo não-acolhimento de destaques e aprovar os adendos propostos pelo Relator-Geral. Discutiram o assunto os Deputados Claudio Cajado, Rogério Marinho, Danilo Forte e Efraim Filho. O Relator-Geral leu o Adendo 3, que condensa os Adendos 1 e 2 e apresenta outras alterações no seu Relatório Preliminar. Discutiram o assunto os Deputados Rogério Marinho, João Dado, Danilo Forte, que propôs o encerramento do prazo de envio das emendas de iniciativa popular até o dia 10 de dezembro e houve acolhimento pelo Relator-Geral. O Deputado Darcísio Perondi, ao discutir sobre o valor das emendas individuais, propôs que fossem destinados 2 milhões de reais para a área de saúde. Discutiram, ainda, os Deputados Claudio Cajado, Gilmar Machado e Raimundo Gomes de Matos. Às treze horas e oito minutos, o Presidente encerrou a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Em votação, o Relatório Preliminar com Emendas, a Errata e o Adendo nº 3 foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Os trabalhos foram suspensos às treze horas e oito minutos e reiniciados às treze horas e quinze minutos. Apreciação dos destaques. Foram apresentados 104 destaques ao Relatório Preliminar com Emendas. **1)** Proposta do Presi-

dente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator-Geral, ressalvados os solicitados para votação separadamente de autoria dos Deputados Rogério Marinho e Pauderney Avelino. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2)** Destaques com voto do Relator-Geral pela APROVAÇÃO: 3, do Deputado Danilo Forte , à Emenda 45, do Deputado Eduardo Cunha; 26, do Deputado Rogério Marinho, pela supressão do item 17.1.6; 28, do Deputado Rogério Marinho, pela supressão do item 17.1.8; 50, do Deputado Raimundo Gomes de Matos, à Emenda 86, de sua autoria. Em votação em globo, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **3)** Destaques solicitados para votação separadamente: 30, do Deputado Rogério Marinho, à Emenda 18, de sua autoria. Voto do Relator-Geral: pela **rejeição.** Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Efraim Filho, Claudio Cajado, João Dado e Rogério Marinho. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. Destaque 92, do Deputado Pauderney Avelino, à Emenda 225, de sua autoria. Voto do Relator-Geral: pela **rejeição.** Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Rogério Marinho, Raimundo Gomes de Matos, Claudio Cajado, Efraim Filho, João Dado e Valtenir Pereira. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. **4)** Destaques com voto do Relator-Geral pela REJEIÇÃO: 1, 2, 4 a 25, 27, 29, 31 a 49, 51 a 91, 93 a 104. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* Após a aprovação do Relatório Preliminar com Emendas, da Errata e do Adendo nº 3, que condensa os Adendos nºs 1 e 2 e apresenta outras alterações, o Presidente informou que submeterá ao Presidente do Senado Federal alteração do cronograma de tramitação do **Projeto de Lei nº 28/2011-CN**, sugerindo as seguintes datas: apresentação de emendas ao Projeto de Lei, de 14/11 a 23/11/2011; publicação e distribuição de avulsos das emendas, até 28/11/2011; apresentação, publicação, distribuição e votação dos Relatórios Setoriais, até 7/12/2011; apresentação, publicação, distribuição e votação do Relatório do Relator-Geral, até 19/12/2011. Houve acordo no Colegiado de Líderes para apreciação dos Relatórios aos seguintes Projetos de Lei: **Pauta nº 26/2011. 3 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 8/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 90.980.000,00 (noventa milhões, novecentos e oitenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Deputado Roberto Britto. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Wellington Roberto como relator *ad hoc*. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **5 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011, crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Acir Gurgacz. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Gilmar Machado como relator *ad hoc*. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **6 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências." Relator: Senador Sérgio Petecão. Foram apresentadas 5 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Andre Vargas como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no *§2° do Art.146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n° 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **7 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Re-

lator: Deputado Wellington Roberto. Foram apresentadas 69 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 67 e pela rejeição das demais. O relator apresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n° 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **8 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 23/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 1.124.446.832,00 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e trinta e dois reais), em favor de empresas estatais, para os fins que especifica." Relator: Deputado Rubens Bueno. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Claudio Cajado como relator *ad hoc*. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 46/2011-CN**. Autor: Deputado Gilmar Machado. Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**.** EXTRAPAUTA. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 46/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Deputado Gilmar Machado. Foram apresentadas 3 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 3 e pela rejeição das demais. O relator apresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n° 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitida** a emenda indicada pelo relator no seu voto. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das demais matérias constantes das Pautas nºs 26 e 28/2011, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas: **Pauta nº 26/2011. 1 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R$ 24.376.000,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente". Relator: Senador Eduardo Braga. Foram apresentadas 14 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 14. **2 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 7/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Foram apresentadas 42 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36, e 38 e pela rejeição das demais. **4 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Marçal Filho. Foram apresentadas 23 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais. **9 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para o fim que especifica, e dá outras providências". Relator: Senador Jayme Campos. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. **10 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 26/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 71.758.918,00 (setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezoito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Deputado Andre Vargas. Foram apresentadas 8 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 6 e pela rejeição das demais. **11 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 27/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trin-

ta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Weliton Prado. Foram apresentadas 4 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 4. **12 –** Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)". Relator: Senador Jayme Campos. Voto: pelo arquivamento da matéria. **13 – Requerimento nº 16/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados". Autor: Deputado Efraim Filho. **14 – Requerimento nº 17/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional". Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto. **15 – Requerimento n° 23/2011-CMO**, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A– PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. **16 – Requerimento n° 24/2011-CMO**, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária – CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina". Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos. **17 – Requerimento n° 25/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega". Autor: Senador Vital do Rêgo. **18 – Requerimento n° 26/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento – Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da Infraero".(Ministro da Defesa, Senhor Celso Amorim; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora Miriam Aparecida Belchior e o Presidente da Infraero, Senhor Gustavo do Vale). Autor: Deputado Marçal Filho. **19 – Requerimento n° 27/2011-CMO**, que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário". Autora: Deputada Luciana Santos. **20 – Requerimento n° 29/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste– FCO -, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da Sudeco e do Presidente do Banco do Brasil S.A." Autor: Deputado Marçal Filho. **21 – Requerimento n° 30/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa", com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica". Autor: Deputado Marçal Filho. **22 – Requerimento n° 31/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome". Autor: Deputado Marçal Filho. **23 – Requerimento n° 33/2011-CMO**, que "Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A – PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. **24 –** Relatório apresentado ao **Ofício nº 35/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: pelo arquivamento da matéria. **25 –** Relatório apresentado ao **Ofício nº 12/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º se-

mestre de 2010". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Pauta nº 27-Alterada/2011. 2 –** Apreciação do **Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 29/2011-CN**, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015". Relator: Senador Walter Pinheiro. Foram apresentadas 27 emendas. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentado pelo Relator, pela aprovação parcial das emendas nºs 21 e 23, e pela rejeição das demais. Aprovado por unanimidade na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/11/2011. **Pauta nº 28/2011. 1 –** Relatório apresentado à **Mensagem nº 93/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2011. Relator: Senador Delcídio do Amaral. Voto: pelo arquivamento da matéria. **ENCERRAMENTO:** Concluída a apreciação das matérias acordadas, o Presidente encerrou a reunião. Antes, convocou a realização das seguintes reuniões extraordinárias, no plenário 2 da Câmara dos Deputados: dia 16 de novembro, às 14h30min e 18 horas; e dia 17 de novembro, às 10 horas, a serem realizadas no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às treze horas e quarenta e um minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Vital do Rêgo. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas 26, 27 (alterada) e 28.

Informo que os avulsos dessas matérias encontram-se sobre a mesa dos trabalhos.

Muito boa tarde, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, profissionais da imprensa. Faço saudação especial a toda nossa assistência, aos servidores de todos os Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, que estão aqui com as suas faixas, suas demandas.

Gostaria de convidar o Relator-Geral para, ao meu lado, coordenar esta reunião.

Peço a mesma pactuação de sempre, para que possamos desenvolver o nosso trabalho. Precisamos de disciplina e silêncio, porque somente assim vamos ter resultados práticos e objetivos que esta Comissão se determina a obter.

Há *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na representação do Senado Federal.

Eu peço silêncio novamente.

Dentro do acordo firmado pelo Colegiado de Líderes, nós estamos em processo de deliberação, de discussão interna, desde ontem, do relatório preliminar do Deputado Arlindo Chinaglia. Já houve uma série de avanços importantes na construção desse relatório. Depois de audiências que foram feitas, o Colegiado de Líderes firmou o compromisso de votar amanhã o relatório preliminar.

Antes de suspender esta reunião, eu quero permitir que sejam feitas manifestações e encaminhamentos para a reunião de amanhã, tendo em vista os progressos que foram realizados para a consecução de objetivos comuns.

Com a palavra o Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Relator, Deputado Arlindo Chinaglia, por meio de entendimento suprapartidário, construído sob a coordenação do nosso Presidente, foi possível, por ideia dos nossos Deputados Paulinho da Força, Ademir Camilo, João Magalhães, aqui presente conosco, Rogério Marinho, Gilmar Machado, que foi fundamental para a construção desse consenso, fazer o entendimento com o Relator do Orçamento Geral da União de 2012 para que seja apresentada uma emenda que possibilite aos aposentados e pensionistas reajuste em seus proventos e pensões que tenha característica de ganho real, assim como vem sendo feito em relação ao salário mínimo.

Sr. Presidente, com a sua permissão, eu gostaria que a palavra fosse passada para o Deputado Paulinho da Força, que foi quem trouxe uma opinião das centrais sindicais e, juntamente com o Deputado Gilmar Machado, estabeleceu esse entendimento para que pudéssemos submeter à apreciação do Sr. Relator essa emenda que poderá vir a resgatar para aposentados e pensionistas deste País um ganho real que vem sendo conferido ao salário mínimo, mas que, muitas vezes, não vem sendo estendido àqueles que têm percepção remuneratória superior a um salário mínimo. Então, se V.Exa. permitir...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado João Dado, este assunto será extraordinariamente debatido nesta reunião, que será suspensa logo mais e concluída amanhã, sendo mantido o *quorum*. Vamos agora, neste espaço, discutir apenas a questão a que V.Exa. aludiu. Abro a lista de inscritos, sendo a primeira intervenção a de V.Exa.; por último, a do Relator-Geral, que, afinal de contas, é quem vai decidir se anui ou não, se aceita ou não essa ideia.

Ouviremos o segundo Parlamentar inscrito, o Deputado Paulinho da Força, um dos construtores de todos esses entendimentos.

Tem a palavra o Deputado Paulo Pereira da Silva.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA – Obrigado, Senador Vital do Rêgo.

Cumprimento todos os Parlamentares e especialmente a representação dos aposentados e pensionistas presente, o meu companheiro João Inocentini, Varley, todos os companheiros aposentados que estão aqui.

Acho que o importante foi lembrado pelo Deputado Gilmar Machado. Fizemos um entendimento no passado exatamente com essa redação. Foi algo que acabou dando certo no ano passado, quando conversamos e aprovamos aumento real para os aposentados. Então, seria importante que o Deputado Arlindo Chinaglia, que estava entrando na sala quando estávamos saindo, aceitasse essa emenda, porque fica claro que os aposentados têm de ter aumento real de salário. A Presidente Dilma e o Governo teriam de negociar com os aposentados e com as centrais sindicais de quanto seria este aumento.

Para nós seria importante que os aposentados que têm vindo a Brasília quase toda semana voltassem às suas bases e dissessem que a Câmara realmente está trabalhando para ajudar no sentido de que os aposentados tenham um pouquinho mais de salário.

Se o Deputado Arlindo Chinaglia aceitasse essa emenda proposta por vários Parlamentares, poderíamos talvez ter entendimento positivo para os aposentados.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A Câmara e o Senado. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA – Perdão. A Câmara e o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Tem a palavra o Deputado Ademir Camilo.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Sr. Presidente, caros colegas, nós, em conversação com o Líder Gilmar Machado, com a presença dos Deputados João Magalhães, João Dado, Paulinho, de V.Exa. e do nosso eterno Presidente da Casa, o Deputado Arlindo Chinaglia, fizemos um acordo, apelamos para sua sensibilidade a fim de que possa, até amanhã, estudar aquilo que já vínhamos sugerindo desde 2009, ou seja, a garantia de ganho real para os aposentados e pensionistas, ouvidas as centrais sindicais e as entidades que representam os aposentados do nosso País.

Ouvimos do nosso Presidente Arlindo manifestação não só de boa vontade, mas de empenho para que possamos ser contemplados mais uma vez e assim fazer justiça aos aposentados e pensionistas.

Pedimos a todos os companheiros que permaneçam na Casa, para que amanhã possamos efetivamente votar o relatório preliminar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar as Lideranças da Câmara e do Senado e agradecer aos partidos de oposição, tanto o PSDB quanto o DEM e o PPS, que nos permitiram chegar ao entendimento de manter o *quorum* de hoje para as votações de amanhã, a fim de encerrarmos, amanhã, essa votação, avançarmos na deliberação dos créditos e cumprirmos a nossa finalidade, já que dia 20 se encerra o prazo de apresentação. Se não votarmos na Comissão, a matéria seguirá direto para o Plenário.

Agradeço aos Deputados João Dado, Paulo Pereira, Ademir Camilo e João Magalhães e a V.Exa., que nos ajudou a construir um entendimento para que, de fato, pudéssemos dar uma satisfação quanto ao justo pleito que os aposentados fazem aqui.

Devo dizer relativamente à emenda apresentada e subscrita por vários Parlamentares que nós, em nome do Governo, queremos ajudar nessa construção. Esperamos que amanhã possamos votá-la junto com o relatório do Deputado Arlindo Chinaglia e cumprir também a nossa finalidade de votar o relatório preliminar, para abrir os prazos, dar tempo aos Relatores-Setoriais para que possam trabalhar, com o objetivo de que o Orçamento seja votado neste ano. Isso é fundamental para nós.

Tanto Deputados quanto Senadores sabem que o Orçamento não é do Governo nem da Oposição, o Orçamento é do Brasil. Todos estão vendo as dificuldades lá fora. Precisamos realmente cumprir os prazos. V.Exa., que ajudou a costurar esse processo – não foi fácil –, mais uma vez, com habilidade, conseguiu construir esse entendimento, para que pudéssemos atender demandas e, ao mesmo tempo, avançar.

Devo fazer mais um registro. O Deputado Arlindo já deixou em seu relatório – V.Exa. ajudou nesse processo – que a questão do Judiciário e dos demais servidores será considerada no relatório final. Um dos itens, o item 36.1.7, deixa, como disse o nosso Deputado Arlindo, a porta entreaberta para que possamos construir o processo final na votação final do relatório.

Com isso, equacionamos os principais problemas que tínhamos para votar o relatório preliminar e, depois, o Orçamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Quero fazer referência, com justiça, à habilidade de

V.Exa., à sensibilidade que V.Exa. está demonstrando em situações agudas como esta, que efetivamente trará resultados reais e objetivos.

Peço novamente licença e a compreensão de todos. Nós vamos ouvir o Relator-Geral. Esta não uma emenda como determina o nosso Regimento e a nossa Resolução. Isto é um documento que produz um acordo, gerado por uma ideia de vários Parlamentares, que será ou não aceita. Se aceita, aí sim, será incorporada como emenda do Relator-Geral.

Vou ler, ou reler, para os senhores a proposta de emenda que vamos passar ao Relator-Geral:

"Fica assegurado para o ano de 2012 ganho real" – repito, ganho real – *"para o reajuste dos aposentados e pensionistas, a ser definido em reunião conjunta, ou em reuniões conjuntas, entre o Governo, as centras sindicais e entidades representativas dos aposentados."*

Foi subscrita pelos Deputados Paulo Pereira, João Dado, Ademir Camilo, João Magalhães, Rogério Marinho, Gilmar Machado, Luciana Santos, Gorete Pereira, Márcio e demais Parlamentares presentes à construção e à consolidação desse acordo.

Tem a palavra, para dizer se aceita a proposta e se poderá incorporá-la ou não ao seu relatório, o Sr. Relator, o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA – Deputado Arlindo, V.Exa. me permite falar antes?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Pois não.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA – Sobre os vários temas importantes abordados aqui, tenho conversado com V.Exa. e sugeri algo, a respeito do que gostaria que V.Exa. e o Plenário refletissem, pela importância da questão.

Para mim, V.Exa. está fazendo uma revolução republicana ao introduzir essa emenda popular, por meio dos Municípios. Sugeri a V.Exa. que aumentasse o limite para 800 mil, pela importância do tema, pela inovação. Estamos promovendo a democratização ao permitir que o Orçamento da União seja discutido na ponta e que seja definida a alocação de recursos por quem mais pode defini-la.

Faria um apelo a este Plenário não só para que acate a sua emenda, a sua inovação, como também para que aceite a possibilidade de ampliação da questão das emendas populares.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Primeiro, vou comentar o que disse o Deputado Amauri.

O único problema que temos agora com referência a esta emenda é que, em alguns Estados, alguns Parlamentares saíram dizendo que a autoria é basicamente sua, o que nesta Comissão tem gerado a necessidade de nós, no momento oportuno, passarmos as informações corretas para toda a sociedade.

Parece-me que algumas dúvidas naturalmente persistem, até em mim mesmo. Entretanto, quanto à concepção, a partir de um objetivo extremamente nobre, parece-me que, na Comissão Mista de Orçamento, não temos maiores problemas, o que não vai impedir um debate. Mas agradeço o apoio que V.Exa. agora, de maneira pública, está dando, com referência a esse acordo produzido nessa reunião de Líderes na Comissão Mista de Orçamento, numa reunião coordenada pelo Presidente da Comissão, o Senador Vital do Rêgo.

Todos já ouviram isto, mas é meu dever registrar, para não criarmos uma ilusão e, amanhã, termos que dar explicações. Este é um acordo no qual está escrito que vai depender de conversas futuras com aqueles segmentos que todos já ouviram. O que cabe a mim, na condição de Relator-Geral, é dar forma a isso que é, digamos, manifestação política, ainda que essa seja a base para podermos dar a sequência possível do ponto de vista do parecer preliminar.

Naturalmente, na reunião, estiveram alguns, mas, com certeza, este tema sensibiliza o conjunto de Deputados e Senadores, a começar pelo Presidente da Comissão e pelo Relator-Geral, o que o Presidente Vital do Rêgo manifestou, numa reunião, na segunda-feira à tarde, com a representação dos aposentados.

Pois bem, dito isso, a segunda explicação: já existem emendas que foram apresentadas por vários Parlamentares em que se propõe aumento real para os aposentados que ganham acima de um salário mínimo. Eu ainda não tenho a última definição de como dar a redação. Ninguém tem obrigação, a não ser nós os Deputados, funcionários e especialistas. Mas, no parecer preliminar – ninguém é obrigado a saber –, no item 17.1.3, eu já avancei nos seguintes conteúdos: revisão dos benefícios previdenciários e assistenciais e seguro-desemprego, especialmente em razão de alteração de parâmetros econômicos.

O "especialmente" foi incluído de maneira pensada, para que todos soubessem que eu me referia especialmente à variação do INPC, que vai resultar em outro valor que o anunciado para o salário mínimo – vai ser maior. Por consequência, também nos benefícios, como o seguro-desemprego e outros, conforme está escrito aqui.

Mas, quando eu digo que o "especialmente" foi pensado, é porque ele não exclui, e continua não excluindo, se, após tratativas e lei, que não é a Lei Orçamentária, viermos a conseguir um aumento real para os aposentados. Ou seja, aqui, pode ser que já se dê conta. Entretanto, como há manifestação de acordo político, eu vou ver a maneira de colocar. Mas já ante-

cipo que este acordo político será mais bem explicitado no meu parecer e será votado amanhã. *(Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço as palavras e o testemunho dos aposentados que estão presentes, representando as diversas entidades associativas. Já tranquilizam cada um de nós com relação ao compromisso de V.Exa., Sr. Relator.

Com a palavra a Deputada Luciana Santos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, de fato, temos aqui feito debates. Debatemos o PPA, inclusive com a presença da Ministra Miriam Belchior. O que está em curso no Orçamento é a aplicação de um projeto político vitorioso que se está confirmando, em que pese o cenário avassalador de crise internacional. O Brasil tem conseguido fazer essa travessia bem, exatamente pelo acerto das políticas econômicas adotadas desde o Governo Lula.

Chama a atenção que, por conta da crise econômica, o Governo fez um contingenciamento para se prevenir disso, a ponto de que hoje, quando se desconta a despesa das receitas da União, o resultado é de 9 bilhões de reais superavitários, apenas sendo consumidos pela alta de juros. O Governo também vem procurando reduzir a taxa de juros, para poder fazer jus aos investimentos públicos que são estratégicos para desenvolver aquilo que é essencial para qualquer economia, o setor produtivo. Tudo isso está dentro desse debate.

Mas há ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, inquietação de alguns segmentos que ainda não conseguiram ser contemplados neste Orçamento. Um deles é o dos movimentos sociais ligados à luta feminina, à questão da mulher. Nós já fizemos uma audiência pública, Senador Vital. Eu fiz aqui um requerimento, mas não é mais necessário, porque conseguimos realizá-la ontem, com a presença dos dois Relatores. Eu agradeço aos Senadores Walter Pinheiro e Inácio Arruda, que se fizeram presentes. Foi um debate muito profícuo. Penso que vamos conseguir alterar a redução que foi feita para a SEPPIR, para a Secretaria de Políticas para as Mulheres e para a Secretaria de Direitos Humanos.

Mas venho aqui na tarde de hoje me incorporar ao pleito dos servidores do Judiciário. *(Palmas.)* Há uma inquietação por parte dos servidores em relação às negociações que têm sido desenvolvidas com o Governo para que se preveja, tanto no PPA como na Lei Orçamentária, a janela, a rubrica e o orçamento necessário para os ajustes que estão sendo pleiteados.

Conversava ontem com o Deputado Gilmar Machado, que chama a atenção para o item 36.3, que estabelece o seguinte:

"Avaliar as despesas com pessoal e encargos constantes da proposta orçamentária, em especial no tocante às alterações de gasto com pessoal propostas no anexo de que trata o art. 78 da LDO de 2012, bem como verificar a observância do exigido pelo dispositivo quanto à fundamentação legal para as alterações em gastos com pessoal por ele autorizados, com a correspondente dotação."

Eu apelo também ao Relator Arlindo Chinaglia para que leve em conta o pleito das entidades dos servidores, da FENAJUFE, a fim de que possamos chegar a bom termo, visto que há decisão política do Governo de atender tanto aos magistrados quanto aos servidores e equacionar isso até o prazo final. No dia 20, haverá revisão. Que possamos, posteriormente, ter uma negociação que minimize ou que melhore o impacto disso para a política salarial dos servidores de carreira do Judiciário.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço à Deputada Luciana a referência e a lembrança desse fato.

Nada mais havendo a tratar, vou suspender a presente reunião, com a manutenção de *quorum*, mas antes ouço, por dever e admiração, o Senador Paulo Paim.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – O Presidente desta Comissão, Senador Vital do Rêgo, e o Deputado Arlindo Chinaglia, nosso querido Relator, têm trabalhado muito para achar um caminho para os aposentados. Recebi informações de ambos, dos Deputados Gilmar e Zulke, do meu amigo Deputado Amauri quanto a abrir um espaço com os Líderes Eu conversei ali com os aposentados sobre uma emenda que será votada amanhã. Se V.Exa. assim entender, eu poderia também assinar a emenda – sugestão do Deputado Gilmar. Dessa forma, o Senado também estaria caminhando na busca de uma alternativa.

Desculpe-me, Sr. Presidente, ter atropelado o encerramento da reunião.

Parabéns tanto ao Presidente da Comissão quanto ao Relator. Se não fossem ambos, com certeza esta emenda não seria aprovada amanhã e não estaríamos caminhando para o entendimento. Parabéns!

Vou pedir uma salva de palmas para o Presidente e para o Relator, porque eles merecem. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado. Não é nada mais do que a nossa obrigação.

Peço que seja colhida a assinatura do Senador Paim, com o agradecimento a S.Exa.

A manutenção do *quorum* está garantida, por acordo. Amanhã, impreterivelmente, começaremos a nossa reunião às 10 horas, para que, dentro do prazo

regimental de discussão e deliberação, possamos concluir a nossa tarefa. Convoco, portanto, os senhores para a reunião que acontecerá amanhã, às 10 horas.

Tenham todos uma boa tarde. Fiquem com Deus!

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 16 E 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

Aos dezesseis e dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 29/2011. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros:**– Deputados titulares:** Ademir Camilo, Andre Vargas, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Efraim Filho, Gilmar Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, João Magalhães, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; **– Senadores titulares:** Acir Gurgacz, João Vicente Claudino e Vital do Rêgo ; **– Deputados suplentes:** Alex Canziani, Alexandre Leite, Arthur Lira, Carlos Magno, Danilo Forte, Darcísio Perondi, Geraldo Resende, Heuler Cruvinel, Hugo Leal, Pedro Chaves, Roberto Teixeira, Ronaldo Zulke, Sueli Vidigal, Vaz de Lima, Weliton Prado e Zé Geraldo; **– Senadores suplentes:** Delcídio do Amaral, Eduardo Braga, Inácio Arruda e Lídice da Mata. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados:** André Zacharow, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, George Hilton, Geraldo Simões, José Priante, Rodrigo de Castro, Vitor Penido; e **– Senadores**: Anibal Diniz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Jayme Campos, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão e Walter Pinheiro. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Dr. Grilo. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e três minutos do dia dezesseis de novembro de dois mil e onze, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou abertos os trabalhos e informou que o *quórum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal ainda não havia sido atingido. Tendo em vista que o Colegiado de Líderes da Comissão estava buscando consenso para apreciar as matérias da pauta, o Presidente anunciou a suspensão dos trabalhos, às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos, e convocou a continuação para as dezessete horas e trinta minutos do mesmo dia. O Presidente também informou que havia sido convocada reunião extraordinária para as dezoito horas daquela data. Às dezoito horas e quatro minutos do mesmo dia, o Presidente reabriu a reunião e informou que estava sendo realizada ordem do dia no Plenário do Senado Federal. Acrescentou que a data de dezessete de novembro é o último dia de reunião convocada para apreciação dos Relatórios aos projetos de lei de créditos adicionais, tendo em vista que a data de 20 de novembro é o prazo final para apreciação na Comissão. O Deputado Gilmar Machado informou que a ordem do dia no Senado Federal deveria perdurar por cerca de uma hora, segundo informações recebidas, e solicitou a suspensão dos trabalhos com horário marcado para seu reinício às dezenove horas e trinta minutos daquele dia. Os Deputados Ademir Camilo, Alex Canziani e Claudio Cajado se pronunciaram favoravelmente. Às dezoito horas e seis minutos, os trabalhos foram suspensos, e marcada a continuação para as dezenove horas e trinta minutos do mesmo dia. Às dezenove horas e trinta e nove minutos, o Presidente reabriu a reunião e anunciou a apreciação das Atas da seguintes Reuniões: 22ª Reunião Ordinária, realizada no dia 8/11/2011; e 11ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 9 e 10/11/2011. Por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias naquela data. **ORDEM DO DIA:** O Presidente avisou que havia acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão para a apreciação dos Relatórios apresentados aos Projetos de Leis nºs 26, 33, 35, 43, 52/2011-CN, itens 5, 7, 8, 10, 12 da Pauta nº 29/2011, e a inclusão de matérias na pauta referentes aos Relatórios apresentados aos Projetos de Leis nºs 32 e 48/2011/CN e o Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE. Pauta 29. **5)** – Relatório ao **Projeto de Lei nº 26/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 71.758.918,00 (setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezoito reais), para reforço de dota-

ções constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Andre Vargas. Foram apresentadas 8 emendas. Voto: favorável, nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda de nº 6 e rejeição das demais. Ausente o relator, foi designado o Deputado Gilmar Machado como relator *ad hoc.* Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art. 146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n°3, de 2008*, ambas do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **07)** Relatório ao **Projeto de Lei nº 33/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R$ 1.993.575.303,00 (um bilhão, novecentos e noventa e três milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, trezentos e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Ronaldo Zulke. Foram apresentadas 11 emendas. Voto: favorável, nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 2, 9, 10 e 11 e pela rejeição das demais. O relator apresentou o voto. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art. 146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n°3, de 2008*, ambas do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. O Deputado Rogério Marinho debateu a matéria. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **08)** Relatório ao **Projeto de Lei nº 35/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para o fim que especifica". Relator: Deputado Vaz de Lima. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável, nos termos do Projeto. O relator apresentou o voto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **10)** Relatório ao **Projeto de Lei nº 43/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura, crédito suplementar no valor global de R$ 403.725.000,00 (quatrocentos e três milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Zé Geraldo. Foram apresentadas 4 emendas. Voto: Favorável nos termos do Projeto, pela rejeição das 4 emendas apresentadas. O relator apresentou o voto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **12)** Relatório ao **Projeto de Lei nº 52/2011-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R$ 47.698.584,00 (quarenta e sete milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Wellington Roberto. Foram apresentadas 11 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 9 e rejeição das demais. O relator apresentou o voto. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art. 146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n°3, de 2008*, ambas do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado João Dado solicitou a inclusão na pauta do Relatório ao Projeto de Lei nº 40/2011-CN, porém não houve aceitação por parte do Plenário. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 32/2011-CN, de autoria do Deputado Claudio Cajado. Em votação, o requerimento de inclusão na pauta foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Extrapauta: Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 32/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R$ 96.798.777,00 (noventa e seis milhões, setecentos e noventa e oito mil, setecentos e setenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Claudio Cajado. Foram apresentadas 23 emendas. Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 5; pela aprovação das emendas de nºs 7, 9, 12 e 13; pela aprovação parcial das emendas de nºs 6, 14, 20, 21 e 23; e pela rejeição das demais. O relator apresentou o voto. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n° 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº

48/2011-CN de autoria do Deputado Giroto. Em votação, o requerimento de inclusão na pauta foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Extrapauta: Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 48/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 116.167.797,00 (cento e dezesseis milhões, cento e sessenta e sete mil, setecentos e noventa e sete reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Giroto. Foram apresentadas 20 emendas. Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 12, 15 e 16; pela aprovação das emendas nºs 1, 9 e 20; pela aprovação parcial das emendas nºs 2, 3, 4, 8, 11, 13 e 18; e pela rejeição das demais. O relator apresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n° 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento de inclusão na pauta do Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE sobre diretrizes e orientações para análise da admissibilidade de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2012. Autor: Deputado Danilo Forte. Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Extrapauta: Apreciação do **Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, sobre diretrizes e orientações para análise da admissibilidade de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2012, Projeto de Lei nº 28/2011-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012", em razão do a*rt. 25, da Resolução nº 1 de 2006*, *alterada pela de n°3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*. Coordenador: Deputado Danilo Forte. O Coordenador apresentou sumário do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, o Deputado João Magalhães solicitou a inclusão na pauta do Relatório ao Projeto de Lei nº 53/2011-CN. O Deputado Claudio Cajado manifestou-se contrário. Os Deputados Danilo Forte e Marçal Filho solicitaram a inclusão na pauta dos Relatórios aos Projetos de Lei nºs 37 e 12/2011-CN, respectivamente. O Deputado Wellington Roberto (PR/PB), informou que na 13ª Reunião Ordinária desta Comissão, realizada em 12/7/2011, foi aprovado o Requerimento nº14/2011-CMO, de sua autoria, que "*requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016*". O referido Grupo de Trabalho – GT foi constituído em 31/8/2011, com a seguinte composição: Coordenador: Deputado Wellington Roberto (PR/PB); Deputado Andre Vargas (PT/PR); Deputado Carlos Brandão (PSDB/MA); Deputado Roberto Britto (PP/BA); Deputado Claudio Cajado (DEM/BA); Deputado Ademir Camilo (PDT/MG); Deputado Nilton Capixaba (PTB/RO); Deputada Luciana Santos (PCdoB/PE); Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB); Senadora Lídice da Mata (PSB/BA). Continuando, informou que o Presidente da Comissão encaminhou o Ofício nº 308/2011-CMO, de 28 de setembro, ao Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, solicitando que fossem recebidos os membros do GT, em data a ser marcada pelo Governador, para tratar de assuntos referentes às obras do Estádio Nacional. O Deputado Wellington Roberto reclamou que até aquela data não havia obtido resposta do Governador e solicitou providências ao Presidente da Comissão. O Presidente determinou à Secretaria que reiterasse o teor do Ofício junto ao Governador do Distrito Federal. O Presidente informou que o dia 20 é o prazo final para apreciação dos relatórios aos projetos de lei de créditos adicionais na Comissão e, vencido esse prazo, serão encaminhados ao Congresso Nacional, com ou sem apreciação da CMO. Tendo em vista a inexistência de acordo para apreciar os demais itens da pauta, os trabalhos foram suspensos às vinte horas e seis minutos e convocada a continuação para o dia seguinte, às nove horas e trinta minutos. Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia dezessete de novembro, a reunião foi reiniciada e, em virtude da inexistência de acordo para deliberação das matérias remanescentes da Pauta 29/2011, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas: **01)** Relatório ao **Projeto de Lei nº 05/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R$ 24.376.000,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente". Relator: Senador Eduardo Braga. Foram apresentadas 14 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 14. **02)** Relatório ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre

ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Gonzaga Patriota.Foram apresentadas 42 emendas. Voto: favorável, nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 2, 17 a 26, 32 a 36 e 38 e pela rejeição das demais. **03)** Relatório ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Marçal Filho. Foram apresentadas 23 emendas. Voto: favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais. **04)** Relatório ao **Projeto de Lei nº 24/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para o fim que especifica, e dá outras providências". Relator: Senador Jayme Campos. Não foram apresentadas emendas.Voto: favorável, nos termos do Projeto. **06)** Relatório ao **Projeto de Lei nº 27/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Weliton Prado. Foram apresentadas 4 emendas. Voto: favorável, nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 4. **09)** Relatório ao **Projeto de Lei nº 42/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 199.843.160,00 (cento e noventa e nove milhões, oitocentos e quarenta e três mil, cento e sessenta reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Senador Sérgio Petecão. Foram apresentadas 5 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 5. **11)** Relatório ao **Projeto de Lei nº 44/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de R$ 4.776.413,00 (quatro milhões, setecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e treze reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente". Relatora: Senadora Lúcia Vânia. Não foram apresentadas emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. **13)** Relatório ao **Projeto de Lei nº 55/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total R$ 8.631,945.462,00 (oito bilhões, seiscentos e trinta e um milhões, novecentos e quarenta e cinco mil e quatrocentos e sessenta e dois reais), em favor de diversas empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R$ 20.731.286.239,00 (vinte bilhões, setecentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e seis mil e duzentos e trinta e nove reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado André Zacharow. Foram apresentadas 3 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto, pela rejeição das 3 emendas apresentadas. **14)** Relatório ao **Aviso nº 11/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)". Relator: Senador Jayme Campos. Voto: Pelo arquivamento da matéria. **15) Requerimento nº 16/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados". Autor: Deputado Efraim Filho. **16) Requerimento nº 17/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional". Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto. **17) Requerimento nº 23/2011-CMO,** que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A– PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. **18) Requerimento nº 24/2011-CMO,** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária – CFis da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da

execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina". Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos. **19) Requerimento nº 25/2011-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega". Autor: Senador Vital do Rêgo. **20) Requerimento nº 26/2011-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento – Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da Infraero". (Ministro da Defesa, Senhor Celso Amorim; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Aparecida Belchior e o Presidente da Infraero, Gustavo do Vale). Autor: Deputado Marçal Filho. **21) Requerimento nº 27/2011-CMO,** que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário". Autora: Deputada Luciana Santos. **22) Requerimento nº 29/2011-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO -, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da Sudeco do Presidente do Banco do Brasil S.A.". Autor: Deputado Marçal Filho. **23) Requerimento nº 30/2011-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa", com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica". Autor: Deputado Marçal Filho. **24) Requerimento nº 31/2011-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome". Autor: Deputado Marçal Filho. **25) Requerimento nº 33/2011-CMO** que "Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS e a Petróleos de Venezuela S/A – PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. **26)** Relatório ao **Ofício nº 35/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: pelo arquivamento da matéria. **27)** Relatório ao **Ofício nº 12/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: pelo arquivamento da matéria. **28)** Relatório ao **Mensagem nº 93/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2011". Relator: Senador Delcídio do Amaral. Voto: pelo arquivamento da matéria. **ENCERRAMENTO:** Tendo em vista a inexistência de acordo para deliberação das matérias remanescentes da Pauta 29/2011, o Presidente encerrou os trabalhos. Antes, convocou as seguintes reuniões para o dia 22 de novembro, terça-feira**,** a serem realizadas no plenário 2 da Câmara dos Deputados: às 14h30 reunião ordinária e às 18h reunião extraordinária. Os trabalhos foram finalizados às nove horas e cinquenta e oito minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Vital do Rêgo. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Boa tarde a todos os Srs. Parlamentares.

Há número regimental para a abertura dos nossos trabalhos. São 14h53min.

Declaro iniciada a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes na Pauta nº 29, de 2011.

Em virtude da inexistência de *quorum* para deliberação na representação do Senado, por força do acordo firmado entre os Líderes da bancada – na forma regimental, temos duas convocações para a tarde e a noite de hoje –, suspendo esta reunião até as 18 horas e marco o seu reinício para as 18h01min.

A reunião está suspensa...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Pois não.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – A convocação da reunião para as 18 horas se mantém ou fica cancelada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Vamos passar esta reunião para as 17h30min, para manter a convocação.

Mais uma vez V.Exa. ajuda esta Comissão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sou um humilde servo do povo, e principalmente devoto de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Esta reunião fica suspensa até as 17h30min, e vamos casá-la com a reunião já marcada para as 18 horas.

O crédito de V.Exa. nesta Comissão é muito grande.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Reabertos os trabalhos, peço aos Srs. Deputados e Senadores que se posicionem.

Vamos construir uma solução, pois estamos com votação e Ordem do Dia em curso no Senado, e é uma proposta de emenda constitucional. Portanto, há uma trava regimental para as nossas atividades na Comissão.

Queria dizer que foi construído pela Liderança do Governo e pela Liderança das Oposições uma possibilidade real e concreta, qual seja, de deliberarmos sobre diversos projetos de lei que precisam e que estão com estágio final nesta Comissão marcado para amanhã.

Em nome da Presidência da Comissão, encareço aos Srs. Líderes que comigo construam uma solução para ainda hoje ou amanhã pela manhã.

Ficarei à disposição. Reformarei a minha agenda para estar aqui com os senhores.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, há mais ou menos uma previsão de tempo no Senado? Na Câmara, vai ser rápido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – No Senado, será em torno de uma hora.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – A minha proposta é de suspendermos e retornarmos às 19h30min, porque daria hora e meia. Depois, retomaremos o processo de votação.

É a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Consulto os Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – O Deputado Cajado, que está ao telefone, confidenciou que prefere hoje, às 19h30min.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A proposta é de suspensão agora, com retorno às 19h30min.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Sr. Presidente, o PTB concorda com essa suspensão. Podemos voltar às 19h30min. Só um detalhe sobre o PLN nº 55, parece que já há um acordo. O nosso Líder já falou com o Deputado Gilmar para que ele não entre em votação. Fora isso. O PTB consente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a concordância do Democratas...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, indago apenas o seguinte: se fosse amanhã, qual o horário que V.Exa. preferia?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O meu horário é o do senhor.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sete e meia da manhã! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Qualquer horário.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, queria ter essa vontade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Fica marcado para 19h30min de hoje.

Estão suspensos os nossos trabalhos até as 19h30min.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Podendo, eventualmente, ser amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Podendo, eventualmente, ser amanhã ou na hora em que terminar uma das duas.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Retomamos as nossas atividades. Espero que agora para valer.

São 19h39min. Estão reiniciados os trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Peço aos Srs. Líderes Gilmar Machado, Claudio Cajado e Rogério Marinho que encaminhem a esta Presidência os PLN que haveremos de votar.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Tem V.Exa. a palavra para uma questão de ordem o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Em função do prazo e da importância de aprovarmos o relatório preliminar do Comitê de Admissibilidade de Emendas, eu pediria a sua inclusão na pauta, para que pudéssemos ter uma norma em relação ao que vai ser admitido e ao que não vai ser admitido nas emendas.

Já está assinado por praticamente todos os membros do CAE. Apenas o Senador Cyro Miranda, que estava viajando, não assinou. Mas todos os demais membros do CAE o assinaram, o que comprova que

foi feito por consenso. E eu acredito que não haja nenhum atrito.

Sr. Presidente, para dar agilidade aos nossos procedimentos, eu pediria a V.Exa. que invertesse a pauta, para que apreciássemos o relatório do CAE.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deferido o pedido de V.Exa.

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado para anunciar o número dos projetos que vão ser votados por consenso nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, nós chegamos a um acordo sobre seis projetos de lei de créditos adicionais: de nºs 33, 43, 52, 53 e 26. E mais o...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – E mais o que o Deputado Claudio Cajado relatou.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – E mais o que o Deputado Claudio Cajado relatou.

E para nós não há nenhuma dificuldade em votar o relatório do CAE, porque é importante a admissibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos começar a votação.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Quero apenas alertar que um desses projetos de lei de créditos não tem parecer ainda. É o de nº 53.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. dará parecer verbal.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Eu?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Foi nomeado agora. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, queria apenas fazer uma ponderação aos Líderes da Oposição.

Ao PLN nº 40, do qual sou Relator, não foram apresentadas emendas. São recursos para a Polícia Federal, para o Ministério da Justiça, para constituição de fundos, para a FUNAI...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Deputado João Dado, não há problema. O Deputado Gilmar Machado retira um e inclui o seu. Não há problema nenhum. O Governo não priorizou esse PL.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Bom, eu pediria ao Deputado Gilmar Machado que inserisse esse PLN na discussão, porque assim já resolveríamos a questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos começar a votar, Deputado João Dado. E fica registrado o apelo de V.Exa.

Havendo concordância do Plenário...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, podemos incluir esse projeto do Deputado João Dado no lugar do PLN 53, que não tem parecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Havendo concordância do Plenário, proponho...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Não, quanto ao 53, já tem o relatório, e já está sendo distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O parecer é tão importante que está sendo concluído agora.

Proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo quem queira discutir, está dispensada a leitura das atas.

Conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regimento Interno da Comissão, coloco em votação as seguintes atas: da 22ª Reunião Ordinária, realizada em 8 de novembro; e da 11ª Reunião Extraordinária, realizada no dias 9 e 10 de novembro de 2011.

As atas estão em votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas estão em votação no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Expediente.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, de 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura do expediente. Ele está sendo enviado a V.Exas através do correio eletrônico.

Ordem do Dia.

Conforme acordo, estamos votando a Pauta nº 29.

Item 5. Projeto de Lei nº 26, de 2011, que *"Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$71.758.918,00"*. Relator: Deputado André Vargas. Voto: favorável, nos termos do projeto, com indicação de inadmissibilidade da Emenda nº 6 e rejeição das demais. Relator *ad hoc*: Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 26, de 2011, na forma proposta pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram, pela Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram, pelo Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução 1, do Congresso Nacional, declaro inadmitida a emenda indicada pelo Relator no seu voto.

Item 7. Projeto de Lei nº 33, de 2011, que *"Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R$1.993.575.303,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente"*. Relator: Deputado Ronaldo Zulke. Foram apresentadas 11 emendas. Voto: favorável, com indicação de inadmissibilidade das Emendas nºs 2, 9, 10 e 11 e de rejeição das demais.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE – Pois não, Sr.Presidente, colegas Deputados, Srs. Senadores.

Vou de imediato ao voto:

"Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma vez que objetiva suplementar dotações orçamentárias em programações de unidades orçamentárias constantes na Lei Orçamentária vigente.

Da mesma forma, verifica-se que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito a sua compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 (LDO 2011), Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, com as disposições do Plano Plurianual 2008/2011 (Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008), bem como com a sua conformidade com a Lei Orçamentaria para o exercício de 2011 (LOA/2011), Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011.

Quanto às Emendas de nº 2, 9, 10 e 11, indicamos a sua inadmissibilidade, nos termos do que dispõe a alínea "a" do inciso III do art. 109 da Resolução nº 1, de 2006, e o item 20.2 do Parecer Preliminar sobre o Projeto de Lei Orçamentária para 2011, com os arts. 126 e 146 da Resolução nº 1, de 2006.

Fundamentados nos argumentos apresentados na Exposição de Motivos nº 224/2011, de 28 de setembro de 2011, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, rejeitamos as demais emendas, em que pesem os méritos de suas incitavas, tendo em vista que o acatamento dos pleitos ensejaria a redução significativa do projeto, com evidentes prejuízos às ações contidas nos programas de trabalho, relacionadas no anexo do projeto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 33, de 2011, na forma apresentada pelo Poder Executivo".

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa. pela leitura do voto.

Declaro inadmitida a Emenda nº 3, de acordo com o art. 146, § 2º, conforme o voto do Sr. Relator.

Em discussão.

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, não temos, é evidente, nenhuma dificuldade em relação ao mérito deste projeto. E eu chamo a atenção do Relator *ad hoc* para o fato de que o mérito é extremamente louvável. Nós estamos tratando aqui de recursos para 320 mil famílias do Bolsa Família. Estamos tratando aqui de recursos para o Programa de Alimentação do Trabalhador, o PAT. Estamos tratando aqui de adaptação e instalação de agências da Previdência, de seguro social.

Entretanto, quanto às fontes apresentadas, é importante que nós possamos discutir, porque isso tem relação direta com a dificuldade que este Governo apresenta na execução orçamentária. Nós estamos apresentando fontes do superávit financeiro, do balanço patrimonial da União, que historicamente eram apropriadas para amortizar e até para diminuir as nossas dívidas interna e externa. E hoje o Governo tem utilizado esse superávit para fazer frente à despesa de custeio.

Ou seja, nós estamos "enxugando gelo". Nós estamos, de forma gradativa, aumentando a nossa dívida interna. Nós não estamos tendo a possibilidade de criar um ambiente econômico que propicie a real diminuição da taxa de juros da nossa economia. E isso é, sem dúvida nenhuma, uma bola de neve, absolutamente negativa.

Então, o pedido que faço daqui é às autoridades do Governo Federal, principalmente da área de planejamento, que são responsáveis pela execução orçamentária, para que prestem atenção a esse tipo de situação, para que nós não continuemos nesse círculo vicioso que só faz onerar a economia do País e impedir a correta execução orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa. a pertinente observação.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 10. Projeto de Lei nº 43, de 2011, que *"Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura, crédito suplementar no valor global de R$403.725.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente"*. Relator: Deputado

Zé Geraldo. Foram apresentadas 4 emendas. Voto: favorável, nos termos do projeto, pela rejeição das 4 emendas apresentadas.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Sr. Presidente, eu votei pela aprovação do Projeto de Lei nº 43, de 2011, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 12. Projeto de Lei nº 52, de 2011, que *"Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R$47.698.584,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".* Relator: Deputado Wellington Roberto.

Com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, vou ler o voto:

"Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 52, de 2011, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação de inadmissibilidade das Emendas nº 1 a 9 e pela rejeição das Emendas nº 10 e 11 apresentadas à proposição".

É o nosso voto, Sr.Presidente,

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, é o Projeto nº 43 ou o Projeto nº 50?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É o Projeto nº 52.

Na forma da Resolução, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Deputado Claudio Cajado, qual é o seu?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Há o Projeto nº 55 ainda. Item 13

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Requerimento para inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 32, de autoria do Deputado Claudio Cajado.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao projeto extrapauta. Projeto de Lei nº 32, de 2011, que *"Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R$96.798.777,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente"*. Relator: Deputado Claudio Cajado. Foram apresentadas 23 emendas. Voto: favorável, nos termos do substitutivo, com indicação pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 1 a 5; pela aprovação das Emendas de nºs 7, 9, 12 e 13; pela aprovação parcial das Emendas de nºs 6, 14, 20, 21 e 23; e pela rejeição das demais.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o PPA 2008/2011 e à sua conformidade com a LDO de 2011.

Quanto às emendas apresentadas, destacamos que as Emendas nº 1, 2, 3, 4 e 5 devem ser consideradas inadmitidas.

A Emenda nº 1 contraria o art. 109, inciso III, letra "a", da Resolução 1, do Congresso Nacional, por incluir programação nova em projeto de lei de crédito suplementar.

Já as Emendas nº 2,3, 4 e 5 contrariam o art. 109, inciso III, letra "c", da mesma Resolução, por não indicarem os cancelamentos compensatórios para suportar a inclusão da programação no anexo de cancelamento.

Diante da relevância do mérito das emendas apresentadas, atendi às Emendas nº 6, 7, 9, 12, 13, 14, 20, 21 e 23, na medida dos limitados recursos disponíveis para cancelamento.

Quanto às demais emendas, não obstante o seu elevado propósito, eu indico pela sua rejeição.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 32, de 2011, do Congresso Nacional, na forma do substitutivo apensado, que incorpora modificações decorrentes da aprovação das Emendas nº 6, 7, 9, 12, 13, 14, 20, 21 e 23, considerando inadmitidas as Emendas nºs 1 a 5 e rejeitadas as demais.

Estão lidos o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

O próximo projeto seria o de nº 53...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Não tem Relator.

Eu peço a V.Exa. que mude... O Governo apresenta outro projeto de crédito no lugar deste. Acho que Deputado João Dado está propondo o de nº 40.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Já foi entregue, já está sendo providenciado, Deputado Rogério. Fique tranquilo.

Vamos votar o parecer do CAE, a pedido do Deputado Danilo Forte.

O SR DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Nós temos o projeto de crédito nº 35.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exas. querem incluir o Projeto de Lei nº 35?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Isso. É o item oito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos lá. Vamos votar o Projeto nº 35. A Oposição pede, a Presidência determina.

Quem é o Relator? Deputado Vaz de Lima. Vejam: a Presidência determina e nomeia o Relator Vaz de Lima.

Item 8. Projeto de Lei nº 35, de 2011, que *"Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$300.000,00, para o fim que especifica"*. Relator: Deputado Vaz de Lima.

Vamos ao voto.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Na verdade, trata-se de uma emenda parlamentar, Excelência. Nós estamos sempre votando aqui as coisas do Governo, mas agora, na verdade, trata-se de emenda de autoria parlamentar, para um Município de São Paulo, muito pequeno, chamado Buritama, para atender à Santa Casa local e também às unidades de saúde.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 35, de 2011, na forma apresentada pelo Poder Executivo, para atender à emenda parlamentar.

É o relatório, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Na Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento de inclusão na pauta do Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE. Diretrizes e orientações para a análise da admissibilidade de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2012. Autor: Deputado Danilo Forte.

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

V.Exa. quer se pronunciar?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Já foi enviada para todos os Deputados membros da Comissão cópia do relatório. Eu acho que poderia ser dispensada a leitura, para agilizarmos a votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Dispensada a leitura.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Na Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do CAE.

V.Exa. fez um brilhante trabalho.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela presteza, pela velocidade na condução dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos ao relatório, agora.

O Deputado Danilo Forte já se posicionou e fez as suas arguições.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Pela natural falta de capacidade da minha parte de ler em tão pouco tempo – mas a culpa é minha –, eu quero fazer uma pergunta ao prezado parceiro Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Foi enviado pela Internet.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Está sendo mantido, digamos, aquilo que determina a Resolução nº 1, pelo que eu pude perceber. Eu só pergunto a V.Exa. porque acho que serve de orientação para todos nós. Não é isso?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Relator, Deputado Arlindo Chinaglia, foi mantido exatamente o que determina a Resolução nº 1, dentro da mesma formatação do que foi feito no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

Na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Cumprimento V.Exa. pelo relatório.

Há um requerimento de inclusão na pauta. Seria bom que o Deputado Giroto solicitasse ao Deputado Gilmar Machado e ao Deputado Claudio Cajado.

Eu gostaria de fazer um agradecimento muito especial a V.Exas. pela presença aqui, votando esses projetos, como forma de solidariedade.

PLN nº 48. Inclusão na pauta.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento de inclusão na pauta do PLN 48. *(Pausa.)*

Aprovado.

PLN nº 48, apresentado pelo Deputado Giroto. Com a palavra S.Exa.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Sr. Presidente, tanto o projeto em exame quanto o substitutivo que ora apresentamos são compatíveis com o Plano Plurianual em vigor.

Diante do que aqui foi relatado, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 48, de 2011, que abre crédito especial para o Ministério dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Vamos encerrar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Wellington Roberto, para uma reclamação.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Desculpe-me, Deputado Wellington Roberto. Permita-me. Foi um erro desta Presidência. O Deputado João Magalhães havia pedido a palavra anteriormente.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Quero apenas solicitar a V.Exa a inclusão extrapauta do PLN nº 53.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu gostaria, mas tem que estar no acordo, Deputado João Magalhães.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu solicito a V.Exa. que encaminhe junto aos Líderes.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O dele já está no acordo. Estão fazendo xerox. Já está no acordo, já está incluso no acordo, Deputado João Magalhães. É porque V.Exa. entregou agora.

Deputado Wellington Roberto, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr . Presidente, há um ofício de V.Exa., endereçado a S.Exa., o Sr. Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, pelo qual esta Comissão solicita o recebimento do grupo de trabalho que foi criado por esta Comissão, em sessões passadas. E V.Exa. relata ao Sr. Governador o seguinte:

"Cumprimentando V.Exa., informo que, na 13ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 12 de julho de 2011, foi aprovado o Requerimento de nº 14, de 2011, da CMO – cópia anexa –, de autoria do Deputado Wellington Roberto, que requer a constituição de grupo de trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da administração pública federal, com vistas à execução de investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Informo a V.Exa. que o referido grupo de trabalho foi constituído em 31 de agosto de 2011, com a seguinte composição: coordenador, Deputado Wellington Roberto; Deputado André Vargas; Deputado Carlos Brandão; Deputado Roberto Britto; Deputado Claudio Cajado; Deputado Ademir Camilo; Deputado Nilton Capixaba; Deputada Luciana Santos; Senador Vital do Rêgo e Senadora Lídice da Mata.

Isto posto, solicito a V.Exa. que sejam recebidos os membros do grupo de trabalho, em data a ser marcada, para tratar dos assuntos referentes às obras do Estádio Nacional".

Sr. Presidente, esse ofício que V.Exa. encaminhou ao Governador Agnelo Queiroz foi protocolado no dia 29 de setembro de 2011. Então, há quase 60 dias. E o Sr. Governador não respondeu nem à Presidência desta Comissão nem, muito menos, ao coordenador que vos fala neste momento.

Eu queria fazer este protesto e pedir a V.Exa. que tomasse as providências, para que o Governo do Distrito Federal recebesse o grupo de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Feita a reclamação de V.Exa., determino à Secretaria que tome as providências cabíveis, sob o aspecto regimental, e reencaminhe as providências necessárias com a máxima urgência.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE – Sr . Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Deputado Geraldo Resende está com a palavra.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse incluído na pauta o Projeto de Lei nº 57/11, para que pudéssemos votá-lo ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu gostaria também de incluí-lo, mas sou refém de um acordo feito entre o Governo e a Oposição. Aí resta a sua sensibilidade, Deputado Geraldo Resende, para convencer os Srs. Líderes da Oposição.

Eu não tenho nenhuma dificuldade em incluir projetos nesta votação. E ainda há o Projeto nº 53.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Nós já votamos e já mudamos: incluímos mais dois. O acordo previa cinco; mais um: seis. Foram votados nove créditos.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Mas não foi pedido do Governo. O Governo pediu, e os cinco estavam no acordo. Acordo é acordo. E o Governo cumpriu integralmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Faço um apelo ao Deputado Claudio Cajado, para que seja votado. O Projeto nº 53 estava na relação do Governo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Não havia relatório na hora. Foi providenciado. E foram aprovados mais dois créditos. Então, não vamos abusar.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, eu queria que V.Exa. pedisse a Cajado que não deixasse de comparecer a esta audiência que nós do grupo de trabalho vamos ter com o Governo do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Feita a recomendação de V.Exa.

A partir de segunda-feira, todos os projetos serão encaminhados.

Podemos votar amanhã o restante?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Vai haver sessão.

V.Exa. pode convocar sessão para segunda-feira, mas vai haver sessão na Câmara dos Deputados na segunda-feira. Eu soube que vai haver sessão na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Na segunda-feira ele terá que ser encaminhado. Eu tenho que convocar até amanhã ou sexta-feira.

O Projeto nº 53 está aqui. Como podemos fazer? V.Exas. aceitam a convocação de uma reunião para amanhã?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria que V.Exa. incluísse o Projeto nº 37 no acordo de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rego) – De amanhã.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Sr. Presidente, só se for às 9 horas de amanhã, porque a maioria do pessoal viaja.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu estou à disposição. Quero apenas o entendimento e a prevalência dos acordos.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – A votação em plenário abre, amanhã, às 8 horas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Fica convocada uma reunião para amanhã, às 9 horas.

Não vou encerrar esta reunião. Vou suspendê-la.

O Deputado Marçal Filho tem a palavra.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. incluísse o Projeto de Lei nº 12, em favor do Ministério da Agricultura, e requerimento de realização de audiência pública sobre questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Nós do Centro-Oeste estamos passando por muitas dificuldades nessa transição da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste para a SUDECO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O requerimento de V.Exa. já está pronto.

Então, vamos suspender esta reunião.

Aguardando uma nova rodada de acordo entre a Oposição e o Governo, que espero que aconteça até amanhã, ficam suspensos os nossos trabalhos até amanhã, às 9h30min, quando estarei aqui aguardando V.Exas.

Tenham todos uma boa noite e fiquem com Deus.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Declaro reiniciada a 12ª sessão extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes na Pauta nº 29, de 2011.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos.

Em virtude do início da Ordem do Dia e de não temos construído nenhum acordo para votação dos projetos, vou encerrar a presente sessão, convocando para a próxima terça-feira reuniões ordinárias para as 14h30min e para as 18h.

Nesse prazo, os Líderes poderão buscar um entendimento com relação às matérias que estão na pauta da Comissão.

Tenham todos um bom e um bom final de semana.

Fiquem com Deus.

Está encerrada a presente sessão.

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 1252 páginas

(OS: 17119/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL